Jornais e encartes da Adufrj–SSind publicados de 10/01/06 a 20/12/06

Encartes publicados no período:

27/03/06 – Entrevista James Petras

11/05/06 – Eleições do Andes-SN

05/06/06 – Especial Salários

22/08/06 – Especial Carreira

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 485 • 10 de janeiro de 2006

Proposta de reajuste dos docentes está parada na Câmara

Setor das Federais fará reunião para definir estratégia em relação ao projeto de lei do MEC

Agência Câmara/Reynaldo Stavale

EM BRASÍLIA, TUDO PARADO...

Com o início do ano, voltam-se as atenções dos professores para a tramitação do projeto de lei 6.368/05, que altera a estrutura e a remuneração da carreira do magistério superior. Seu conteúdo, vale lembrar, foi rejeitado três vezes pelas assembléias de base do movimento docente. Mesmo assim, o governo rompeu unilateralmente o processo de negociação com a categoria e remeteu a proposta ao Congresso Nacional, no fim de 2005. O PL, até o fechamento desta edição (em 9/1), encontrava-se estacionado na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

Classificada como matéria prioritária, a proposta deverá passar ainda por mais três comissões (Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; Constituição e Justiça e de Cidadania) antes de chegar ao plenário. Dada a turbulência política do momento, não se pode afirmar nada sobre a velocidade de tramitação do PL. Fato é que a convocação extraordinária (até 14 de fevereiro) atribuiu 65 matérias aos deputados e a pauta da primeira semana de sessões plenárias (de 16 a 19 de janeiro) não inclui o PL do MEC.

Denúncia do autoritarismo do governo

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, diz que o Sindicato está em "compasso de acompanhamento" da questão. Tarefa que receberá o auxílio da comissão de mobilização do movimento docente, a ser convocada nesta semana. Por enquanto, segundo ela, mantém-se o último indicativo do Comando de Greve no sentido de "denunciar o processo autoritário que deu origem ao PL, bem como a discordância do Movimento Docente com seu conteúdo, uma vez que ele fere, frontalmente, os princípios de isonomia e paridade".

E isso, lembra ela, já começou a ser feito com o envio da carta nº 446/2005 aos parlamentares no dia 19 de dezembro. No documento, além de comunicar o encerramento da greve, é feito um relato da aviltante situação salarial dos docentes (hoje, 80% dos vencimentos são compostos por gratificações). Também é informado aos deputados a intransigência do governo durante a fase de negociações, bem como a crítica ao PL apresentado.

De semelhante teor, uma nota pública está disponível em www.andes.org.br como uma resposta do Sindicato às inverdades sobre o encerramento da greve unificada das IFES. Isso porque o Ministério da Educação publicou notícia em sua página eletrônica com a afirmação que "todos resolveram aceitar a proposta de reajuste (...)". Muito pelo contrário: "Não houve aceite nem acordo! O Movimento Docente continuará firme na denúncia das manobras do governo e do PL que trará prejuízos para a categoria", diz um trecho da nota.

Para oferecer a versão do movimento à sociedade, Marina acrescenta que o Sindicato estuda, ainda, a possibilidade de publicar uma nota paga em jornais de grande circulação no próximo domingo (15/01).

Setor das Federais indica próximo passo

A dirigente do Andes-SN afirma que caberá à próxima reunião dos representantes da seções sindicais de universidades federais, nos dias 14 e 15, em Brasília (DF), a avaliação da conjuntura e dos próximos passos a serem tomados pelo Sindicato.

PL pode reduzir salários

Não bastasse o fato de ferir os princípios de isonomia e paridade defendidos pelo Sindicato Nacional, o PL apresenta outros problemas, segundo a mais recente análise da assessoria jurídica nacional do Andes-SN, datada de 22 de dezembro.

Pela redação do dispositivo que trata da composição do vencimento básico dos docentes que integram a carreira do magistério superior, a remuneração total poderá sofrer uma redução. A análise começa pela possibilidade de revogação da lei nº 8.243/91 presente no artigo 9º do PL do MEC. E prossegue com a redação proposta pelo Ministério da Educação (art. 3º), na qual se observa que os percentuais de titulação apenas incidirão sobre o valor do vencimento básico. Ou seja, deixariam de fazer parte de sua composição. Pela legislação vigente (de 1991), os percentuais são acrescidos ao vencimento básico. "Sublinhe-se que a Gratificação de Atividade Executiva (GAE) e os anuênios, por exemplo, incidem sobre o valor do vencimento básico que, caso aprovado o Projeto sob análise, não mais terão os valores da titulação como base de cálculo. Isso poderá vir a provocar a redução da remuneração dos docentes, o que é vedado pela Constituição da República - art. 37, inciso XV", destaca o texto da Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN.

Pontuação da GED

No que se refere à pontuação da GED para os aposentados, a Assessoria Jurídica Nacional mantém a orientação de que existe quebra da paridade e da isonomia com os servidores ativos, em outra violação da Constituição da República.

Nota de falecimento

Vítima de um ataque cardíaco, faleceu no dia 12 de dezembro, em Florianópolis, o professor Osvaldo de Oliveira Maciel, aos 65 anos. Maciel participou da construção do movimento docente e foi o primeiro presidente da Andes, em fevereiro de 1981, posteriormente transformada em Sindicato Nacional.

25º aniversário do Andes-SN

No próximo mês de fevereiro, o Andes-SN completará 25 anos de existência. Como parte das comemorações, a entidade está reunindo o acervo que testemunha a história do movimento docente. Neste sentido, a diretoria solicita aos sindicalizados que disponham de algum material guardado para que enviem cópias de cartazes ou fotografias de certos eventos. A diretoria precisa de registros dos Congressos do Sindicato realizados em 1983 (Fortaleza) e em 1985 (Vitória), bem como dos conselhos nacionais de seções sindicais (do 1º, em 1981, ao 16º Conad, em 1987). E, mais recentemente, do 36º (1998) e do 47º Conad (2003).

Também é requisitado material dos chamados encontros nacionais de associações de docentes, que levaram à criação da entidade: do primeiro deles, em fevereiro de 1979, realizado em São Paulo; e do terceiro, em fevereiro de 1981, na cidade de Campinas.

Agenda Sindical

14 e 15/1 - Reunião do Setor das IFES do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

16/1 - Reunião do Grupo de Trabalho de Etnia, Genêro e Classe
Brasília (DF) - sede do ANDES-SN

17/1 - Seminário sobre Políticas de cotas, ações afirmativas e a expansão do acesso à educação pública: formas emergenciais de acesso e garantia de permanência de negros, índios e estudantes de baixa renda no ensino fundamental, médio e superior.
Brasília (DF) - Hotel Saint Paul, com organização do Andes-SN

18/1 - Plenária das Assembléias Populares da Campanha contra a Alca
Rio de Janeiro (RJ), no Sindicato dos Petroleiros: Av. Passos, 34 - Centro, de 17h às 22h.

24 a 29/1 - Fórum Social Mundial - capítulo Américas
Caracas (Venezuela)
Observação: o FSM 2006 será policêntrico, ou seja, ocorrerá de forma descentralizada, em diferentes lugares do mundo. Haverá eventos também na África e na Ásia.

5 a 10/3 - 25º Congresso do Andes-SN
Cuiabá (MT)

Retrospectiva 2005

Um ano "daqueles"...

O ano de 2005 se caracterizou por massivos ataques aos fundamentos principais das IFES, que se materializaram no projeto da "reforma" universitária, já parcialmente implementada, através de instrumentos como o ProUni e o Sinaes. O projeto governista, no momento, está parado na Casa Civil devido à inoperância política no país, reflexo da onda corrupta em que o PT embarcou lambuzado de poder. Como 2006 é ano eleitoral, tudo indica que a proposta governamental ficará para depois. Mas não se deve descuidar do assunto. Para fazer frente ao projeto, o Andes-SN elaborou uma agenda superior alternativa para a educação brasileira, centrada na defesa do ensino público e de qualidade, conforme deliberação de um Conad Extraordinário do Sindicato Nacional, realizado em agosto.

Foi também em 2005 que, identificando a Central Única dos Trabalhadores como um braço governista, o Andes-SN decidiu pela sua desfiliação, em março. Não foi à toa. Algum tempo depois, as ligações entre a CUT, agora pelega, e o governo chegaram a tal ponto que o presidente da central, Luiz Marinho, tornou-se ministro do Trabalho.

A campanha salarial dos funcionários técnico-administrativos e professores das instituições federais, diante da intransigência do MEC, novamente precisou recorrer à greve. No caso dos docentes, o movimento de paralisação nacional começou em 30 de agosto e estendeu-se até meados de dezembro. No apagar das luzes de 2005, o governo fugiu de sua responsabilidade e enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei cujo conteúdo de proposta salarial foi rejeitado três vezes pela categoria. Indício de que os embates prosseguirão no ano que se inicia.

Também com relação aos salários docentes, a Adufrj-SSind conquistou inédita sentença para igualar a GED de ativos e aposentados, no final de junho. A universidade recorreu e os aposentados foram descontados do ganho judicial. A seção sindical prontamente entrou com recurso em segunda instância para recuperar a GED integral aos aposentados da UFRJ. O julgamento ocorre em 2006.

Na UFRJ, o ano que passou foi marcado por eleições. A diretoria da Adufrj-SSind, pela primeira vez em sua história, foi disputada por duas chapas. E, com ampla participação dos professores (mais de 800 votantes), saiu vencedora a chapa Pública, Autônoma e Participativa, que defende uma maior participação dos docentes na seção sindical e luta pela manutenção do caráter público das universidades brasileiras, com mais de 70% dos votos válidos. O Conselho de Representantes da seção sindical também foi renovado. No campo institucional, houve eleição, finalmente regularizada, para a Comissão Permanente de Pessoal Docente. Vários institutos e unidades renovaram suas diretorias. Na Faculdade Nacional de Direito, saiu o polêmico diretor Armênio Cruz, após seguidos protestos da comunidade acadêmica da unidade. Na Escola de Comunicação, o diretor José Argolo, que entrou com ações na justiça contra estudantes, também foi derrotado nas urnas e será substituído no fim deste mês de janeiro. A Faculdade de Letras também ganhou nova diretoria, após uma acirrada disputa entre os defensores de uma privatização paulatina da faculdade e os vitoriosos, que permanecem acreditando no caráter público de nossas universidades.

Janeiro

No início de 2005, os grupos de trabalho de Carreira e Política Educacional do Andes-SN debatiam os efeitos do anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Superior apresentado pelo Ministério da Educação (MEC) no final do ano anterior. Na ocasião, os docentes concluíram que o anteprojeto não poderia ser analisado independentemente das medidas já implementadas em 2004, como Sinaes, ProUni e a regulamentação das fundações privadas.

No fim do mês, a Adufrj-SSind esteve representada pelas professoras Janete Luzia (então diretora), Cristina Miranda, Elen Castelo Branco e Vera Salim (atual diretora) no 5º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre. No dia 26/1, uma marcha de abertura do Fórum reuniu cerca de 200 mil pessoas. No dia 29, o Andes-SN organizou o debate "*Reformas neoliberais na América Latina e as lutas sociais por uma universidade pública crítica, emancipatória e universal*", em uma das tendas do evento.

Arquivo/Adufrj-SSind

Fevereiro

O mês de fevereiro teve início com um intenso debate em relação à desfiliação das principais entidades sindicais do país em relação à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Após o encontro nacional da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) ter reunido cerca de 1,5 mil pessoas durante o Fórum Social Mundial, a Adufrj-SSind conclamou os sindicalizados a discutirem a possível desfiliação. Na Assembléia Geral do dia 22/2, os docentes da UFRJ votaram pela desfiliação. Dias depois, no 24º Congresso do Andes-SN, em Curitiba, foi a vez de o Sindicato Nacional aprovar o desligamento da CUT. O 24º Congresso também decidiu que o movimento docente deveria se empenhar na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula.

Ainda em fevereiro, fortes chuvas na semana anterior ao carnaval alagaram salas de aula do Colégio de Aplicação (CAp) e causaram infiltrações nas paredes da unidade. Situação semelhante viveu a Creche Universitária, que chegou a ter queda de rebocos após as chuvas. Felizmente, ninguém se feriu.

Março

Destaque para os protestos contra o então diretor da Faculdade Nacional de Direito (FND), Armênio Cruz. Os funcionários da faculdade decidiram fazer greve, a partir do dia 7, enquanto Armênio não fosse demitido. Houve manifestações de alunos e funcionários da FND também no Conselho Universitário (Consuni) e no Conselho de Ensino de Graduação (CEG). O reitor Aloisio Teixeira informou que abriria um processo administrativo para apurar as denúncias.

No dia 10 de março, no debate sobre Reforma Universitária promovido pelo jornal O Globo com a presença de Tarso Genro (ministro da Educação, na ocasião), estudantes da FND aproveitaram para pedir a demissão de Armênio Cruz. As pressões contra Armênio Cruz resultaram em sua renúncia, no dia 22.

Neste mesmo debate sobre a Reforma Universitária, o ministro ignorou as evidências de que a reforma já havia sido quase totalmente implantada por medidas provisórias, leis e decretos. Nenhuma representação que questionasse o conjunto da reforma havia sido convidada pelo jornal O Globo.

Novas chuvas na cidade do Rio de Janeiro afetaram ainda mais as instalações do CAp e provocou a suspensão das aulas naquele prédio, do dia 3 ao dia 7 de março.

No dia 14, o Setor das Federais do Andes-SN, reunido em Brasília, aprovou a reivindicação de um índice emergencial de 18% para repor as perdas salariais dos períodos de 2003 e 2004.

Abril

Com o fim do mês março, o Ministério da Educação (MEC) encerrava também o que considerou a sua primeira grande etapa da reforma universitária. Mas, no começo de abril, a comunidade universitária ainda realizava diversos debates sobre a reforma. Logo no dia 1º, a diretoria da Adufrj-SSind reuniu-se com integrantes da reitoria para discutir o tema. No dia 13, foi realizada uma audiência pública no Senado Federal, na qual representantes do movimento docente divulgaram nota pública repudiando o anteprojeto. O documento foi assinado por diversas entidades, entre elas o Andes-SN e a Adufrj-SSind.

Na sessão do dia 14, o Consuni aprovou a distribuição de 108 novas vagas de professores para a UFRJ. O colegiado reviu também as normas e editais dos concursos.

Após a saída de Armênio Cruz, o professor Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia, assumiu a diretoria *pro tempore* da Faculdade Nacional de Direito.

No fim do mês, dia 29, centenas de trabalhadores e estudantes fizeram uma passeata no centro do Rio contra as reformas sindical e trabalhista do governo Lula.

Maio

Na madrugada do dia 6, ocorreu a tensa apuração das eleições para o Diretório Central dos Estudantes da UFRJ (DCE Mário Prata). A chapa *Não Vou Me Adaptar* foi reeleita com 3.684 votos, seguida da chapa *Quem Vem com Tudo Não Cansa!* (1.273). A chapa *Na pressão Pelas Mudanças* ficou em terceiro com 926 votos e *A Hora é Essa* (181) em quarto. Em último lugar ficou *Pra Sair Desta Maré: Oposição ao DCE* (97 votos).

Após os danos causados pelas chuvas, o CAp retomou todas as suas aulas no dia 9. Entretanto, alguns alunos precisaram ser remanejados de suas salas por motivo de segurança.

Na reunião do Conselho Universitário do dia 12, o secretário-executivo do MEC, Fernando Haddad, tentou convencer os conselheiros e dezenas de estudantes que compareceram à sessão de que a Reforma Universitária não é privatizante. Haddad, entretanto, acabou vaiado pelos estudantes ao final de sua apresentação. A Adufrj-SSind cobrou uma posição dos colegiados superiores da UFRJ em relação ao anteprojeto.

No dia 18, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) reduziu de três para dois os dias das provas de vestibular da UFRJ. O candidato passou a ter cinco horas para realizar todas as provas não específicas e mais a redação no primeiro dia do exame, restando apenas as provas específicas para o segundo dia.

O fim de maio foi marcado por uma ocupação dos estudantes da Escola de Belas Artes (EBA) no salão de reuniões da reitoria para protestar contra os problemas estruturais das instalações da unidade.

Arquivo/Adufrj-SSind

Junho

No inicio de junho, a diretoria do Andes-SN divulgou uma nota sobre a segunda versão do anteprojeto de lei para regulamentar o ensino superior. De acordo com a avaliação do Sindicato Nacional, o texto do documento favorece instituições privadas de ensino superior.

Enquanto o Plano Geral de Lutas do Andes-SN assume posição contrária à política do MEC de ampliação de vagas no ensino superior por meio de educação a distância, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou, no dia 1° de junho, o edital de vagas da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Cederj).

No dia 9, o diretor Roberto Leher, do Andes-SN, foi convidado a comparecer à sessão do Consuni para falar sobre a reforma universitária. Leher demonstrou, através de vários dados e gráficos, que o discurso do governo de estimular o ensino público não correspondia à realidade.

Também no dia 9, dezenas de alunos ocuparam a sala da direção da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) para impedir que a congregação da unidade votasse a criação de um curso pago a ser ministrado aos sábados na unidade.

Já na Escola de Comunicação (ECO) estudantes também ocuparam a sala da direção, no dia 15, para pedir a exoneração do diretor José Amaral Argolo. Os estudantes tomaram a iniciativa, pois diziam que Argolo os excluía do diálogo acadêmico. A ocupação só terminou com a presença do pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, que assinou um documento instaurando uma comissão acadêmica para avaliar os problemas na ECO.

Antes, o Consuni já havia instaurado uma comissão de sindicância para apurar treze denúncias feitas contra José Argolo. O diretor teria perseguido um funcionário e foi acusado de prejudicar a pós-graduação da Escola de Comunicação. O Centro Acadêmico da ECO (Caeco) denunciou ainda que os departamentos realizaram eleições de maneira obscura.

No dia 30, o funcionalismo público uniu forças para fazer reivindicações contra a política econômica do governo, com arrocho salarial dos trabalhadores e com as denúncias de corrupção que atravessava o Congresso Nacional e o Governo Federal. No Rio, o protesto foi uma passeata com centenas de servidores federais e estaduais, além de estudantes, que saíram da Candelária e foram até à Assembléia Legislativa.

Arquivo/Adufrj-SSind

Agosto

Representantes da Adufrj-SSind foram convidados a participar de um ciclo de debates, organizado pelo Centro Acadêmico de História, para recepcionar os alunos do segundo semestre. No dia 3, o então diretor da Adufrj-SSind, José Miguel Saldanha, afirmou que não houve nenhum debate com a oposição, durante o prazo de sugestões estabelecido pelo MEC, para a segunda versão do anteprojeto da reforma universitária. Na mesma data, o 8º Congresso do Sintufrj também rejeitava a reforma do governo.

No dia 11, o Conselho Universitário aprovou uma moção de repúdio contra o diretor da Escola de Comunicação (ECO), José Amaral Argolo, que prestou queixa na 10ª Delegacia Policial (Botafogo) contra alguns dos alunos que ocuparam a sala de direção daquela unidade no dia 15 de junho. Diversos estudantes e alguns professores estiveram presentes no Consuni levando faixas contra Argolo.

Vinte e cinco mil manifestantes de diversos segmentos da sociedade realizaram uma marcha contra o governo Lula no dia 18. O ato serviu de palco para críticas às reformas neoliberais, à política econômica do governo e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O Andes-SN foi um dos organizadores do evento.

A Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) da UFRJ confirmou o pagamento no contracheque referente ao mês de agosto da rubrica relativa à diferença entre os valores recebidos pelos aposentados e pensionistas a título de Gratificação de Estímulo à Docência (GED) e os valores máximos que estão sendo pagos aos ativos (140 pontos), por ação judicial movida pela Adufrj-SSind. No dia 30, o movimento docente iniciou greve, devido ao impasse nas negociações entre o sindicato nacional e o governo: "Vamos às ruas exigir dignidade para os docentes", afirmou, na ocasião, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa.

Julho

Aconteceu entre os dias 15 a 17 de julho, em Fortaleza (CE), o 50° Conselho Nacional das Seções Sindicais (Conad). Na ocasião, foi aprovada a elaboração de um substantivo global à reforma universitária do governo Lula.

No dia 25, houve um debate dentro do curso de extensão da Escola de Serviço Social, ministrado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A parceria com o MST existe desde o final de 2003.

No dia 27, Luiz Pinguelli Rosa foi mediador de um debate no Auditório Muniz Aragão, no *campus* da Praia Vermelha, que discutiu a crise do governo e a crise da esquerda brasileira. O evento reuniu dirigentes e lideranças acadêmicas e políticas. No dia seguinte, um ato contra Lula superlotou o amplo auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Retrospectiva 2005

Setembro

Logo no dia 1º, centenas de pessoas protestaram no centro do Rio de Janeiro contra a corrupção no governo federal, na qual deputados receberiam malas de dinheiro para aprovar as propostas governistas. Neste mês, a greve nacional do Andes-SN chegou a contar com a adesão de 31 universidades federais.

Para comemorar os 85 anos da UFRJ, dia 7, o Consuni realizou no dia seguinte uma sessão solene no auditório Pedro Calmon, no *campus* da Praia Vermelha. Pela primeira vez, duas chapas disputaram a direção da Adufrj e, após apuração realizada no dia 16, a Chapa Pública, Autônoma e Participativa obteve expressiva vitória, com 75,4% dos votos. José Simões é o novo presidente eleito, tendo Vera Salim como 1ª vice-presidente. A presidente da gestão anterior da seção sindical, Sara Granemann, passou a ser 2ª vice-presidente. A nova diretoria é composta ainda pelos professores Ricardo Kubrusly (1º secretário), Salatiel Menezes (2º secretário), Raphael de Haro (1º tesoureiro) e Fernando Marinho (2º tesoureiro). A reitoria decidiu assumir política e institucionalmente a defesa dos estudantes da ECO que foram intimados a depor na 10ª DP (Botafogo), no dia 13, após denúncia do diretor da unidade José Argolo.

Arquivo/Adufrj-SSind

Outubro

Somente no dia 3 de outubro, o MEC enviou um documento com uma proposta formal às reivindicações dos docentes em greve. O Andes-SN classificou a resposta do governo como "desrespeitosa, excludente e divisionista". O Comando Nacional de Greve (CNG) declarou que a proposta não atendia a nenhum item da pauta de reivindicações, não contemplava parte considerável da categoria docente e asseverava distorções em relação aos professores da carreira de 1º e 2º graus, titulares, graduados, substitutos, aposentados e pensionistas. O mês de outubro chegou a ter 36 universidades federais em greve e mais sete com indicativo de greve aprovado. Vigilantes da Divisão de Segurança (Diseg) que patrulham os *campi* da UFRJ fizeram uma paralisação no início do mês, devido à proibição do porte de armas para a categoria, após a aplicação do Estatuto do Desarmamento. Após uma negociação com o reitor Aloisio Teixeira, os vigilantes retomaram as rondas no dia 6.

No dia 14, delegados do CNG do Andes-SN e delegados do 19° Congresso do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) uniram-se em uma manifestação que ocupou o 8° andar do Ministério da Educação. Os manifestantes cobraram do MEC uma negociação conjunta com as duas entidades por entenderem que havia pontos em comum nas reivindicações.

A nova diretoria da Adufrj-SSind tomou posse para o biênio 2005/2007, em solenidade no Auditório Pedro Calmon, no dia 17. Na posse, o presidente José Simões enfatizou como perspectiva de trabalho da nova diretoria a defesa da Educação Pública como transformadora da realidade social brasileira.

Na manhã do dia 19, a Adufrj-SSind participou de um ato conjunto dos servidores públicos federais, em Botafogo, pelo Dia Nacional de Luta em Defesa da Educação Pública e por negociações efetivas com o governo federal.

Dia 26, o CEG aprovou o edital de vestibular para cursos de ensino a distância na UFRJ. Os exames serão formulados pela Fundação Centro de Ciências e Educação a Distância (Cederj). No dia seguinte, o Consuni deliberou que os vigilantes da UFRJ poderiam voltar a utilizar armas de fogo.

Novembro

Logo no dia 3, os professores da UFRJ aprovaram um indicativo de greve como resposta à falta de posicionamento do MEC às reivindicações da campanha salarial. A greve nacional já ultrapassava 60 dias e contava com o apoio de aproximadamente 70% da categoria. No dia 10 de novembro, em nova assembléia da Adufrj-SSind, os docentes mantiveram o indicativo de greve. No dia 7, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind entrou com recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região para garantir o pagamento imediato da GED integral para os aposentados da UFRJ, que estava sofrendo descontos pela reitoria. Em um mês marcado por intensos protestos dos docentes em greve, o secretário executivo do Ministério da Educação, Jairo Jorge da Silva, decidiu receber, no dia 23, os três comandos nacionais de greve do Andes-SN, da Fasubra e do Sinasefe. Lideranças do movimento estudantil também participaram da audiência. O encontro foi considerado inédito pelos grevistas, já que o MEC resistia em receber conjuntamente as unidades. Mas o governo anunciou que enviaria para o Congresso Nacional um projeto de lei com uma proposta salarial rejeitada pela categoria.

Nos dias 8 e 9 o Colégio Aplicação (CAp), elegeu a professora Celina Maria, candidata única, como a nova diretora da unidade. A Escola Politécnica também elegeu um novo diretor: Ericksson Rocha.

Dezembro

O Consuni homologou, dia 8, os resultados das eleições para a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), realizadas no final do mês anterior. Dia 12, a Congregação da Faculdade de Letras também homologou o resultado da eleição que levou o professor Ronaldo Lima Lins ao cargo de diretor. Ainda neste mês, tomou posse o novo diretor geral do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, Alexandre Cardoso. A Escola de Comunicação também terá nova direção em 2006. O atual diretor, José Amaral Argolo, foi derrotado nas eleições de dezembro pela chapa encabeçada por Ivana Bentes. Foi protocolado no Congresso Nacional, no dia 9, o PL nº 6368 com uma proposta governamental de reajuste salarial dos professores universitários contrária aos princípios de isonomia e paridade defendidos pelo movimento docente. Encerrou-se a greve nacional no dia 19.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 486 • 24 de janeiro de 2006

As diferentes opiniões sobre o mestrado profissional na UFRJ
Páginas 4 e 5

UFRJ elabora Plano de Desenvolvimento Institucional
Página 6

Artigo de auditora fiscal critica pagamento antecipado ao FMI
Página 7

Violência no campo aumenta no governo Lula
Página 8

Agenda Sindical

24 a 29/1 - Fórum Social Mundial - capítulo Américas
Caracas (Venezuela)
Observação: o FSM 2006 será policêntrico, ou seja, ocorrerá de forma descentralizada, em diferentes lugares do mundo. Haverá eventos também na África e na Ásia.

6 a 10/2 - Rodada de Assembléias Gerais para discutir a campanha salarial de 2006

11/2 - Seminário sobre a Precarização do Trabalho Docente
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

12/2 - Reunião do Setor das Federais
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

5 a 10/3 - 25º Congresso do Andes-SN
Cuiabá (MT)

Janete Luzia

REUNIÃO DO SETOR DAS FEDERAIS REALIZADA EM BRASÍLIA, NOS DIAS 14 E 15

Movimento docente mantém crítica ao PL do governo

Página 3

Editorial

Acertando a agenda

O ano de 2006 começa com os professores procurando por um Projeto de Lei (PL) que regulamenta o aumento dos seus salários nos salões vazios do congresso.

Um projeto diferente do que foi publicado na página do MEC que perambulou com erros pelo Congresso e depois sumiu, sendo mais tarde informado que foi remetido para ajustes na Casa Civil para que erros - intencionais ou não - fossem corrigidos. Erros que fariam que em maio os professores universitários tivessem seus salários rebaixados devido à redação inadequada do PL.

O ano de 2006 também começa com presidente Luiz Inácio da Silva, em plena campanha para reeleição, realizando uma eleitoreira operação tapa-buracos e criticando os reitores por não cortarem o salário dos professores grevistas. Apenas mais uma demonstração, e já foram tantas, que reafirma a opção do presidente, do PT e dos seus aliados por um projeto político que aprofunda ao extremo as receitas neoliberais e aprimora um modelo de universidade subserviente, subordinada aos chamados setores produtivos, dependente do lucro imediato e das leis do mercado.

O ano também começa com manchetes dos principais jornais, mesmo que empenhados em mentir e desqualificar o movimento docente, denunciando a vergonhosa distribuição das vagas do Prouni para cursos reprovados pelo próprio governo e a acelerada expansão das universidades privadas, que dominam o *ranking* das maiores instituições de ensino superior "porque fazem um *marketing* agressivo e porque o ritmo de expansão do ensino público é mais lento". (*Folha de São Paulo*, 22/01/2006).

E assim chegamos ao final de janeiro, sem ter acordado do pesadelo de 2005 e da interrupção surpreendente da greve das IFES, na qual, durante 112 dias, os professores lutaram, com as forças que conseguimos mobilizar, contra as propostas nacionalmente rejeitadas e que foram então transformadas no PL.

Como digerir e aceitar esse projeto de lei, com as mesmas propostas que foram rejeitadas por três vezes depois de um aumento, via Medida Provisória em 2004, e nada em 2005? Como aceitar um PL que visa apenas pavimentar o que ainda falta dos descaminhos para a contra-reforma privatizante que nos está sendo imposta sem meias verdades, posto que é feita de uma única e crua verdade: não à paridade, não à isonomia e não ao ensino público e gratuito. Verdade de um mundo feito de indivíduos governados apenas pela lógica do eu sozinho e de um "progresso" em que os seres humanos não ultrapassam a condição de peças e instrumentos da reprodução cotidiana de uma sociedade normatizada pelas leis do capital financeiro e fundada na ótica do crescimento permanente dos lucros de uma minoria. Mesmo que para isso a maioria sofra neste mesmo cotidiano o horror da miséria e destruição.

A UFRJ não entrou na greve, não participou direta e efetivamente do movimento reivindicativo dos docentes, das lutas contra a reforma universitária e nem da campanha salarial.

Sabíamos e sabemos da sua importância e do peso decisivo da UFRJ nesta luta.

Mas sabíamos também que a greve, a luta por melhores salários e a defesa da isonomia é uma luta coletiva.

Nossa mobilização nos levou apenas a um indicativo de greve, que ainda vigora, e a rejeitar por três vezes a proposta reiterada do MEC que se consolidou no PL que ora tramita no congresso.

Outras IFES, de dimensão e tradição semelhantes à UFRJ, também se ausentaram de uma maior participação na luta, refletindo claramente a divisão da sociedade capitalista dentro da universidade: aquelas que lucram apóiam este modelo. Os professores das maiores universidades, aquelas potencialmente mais capacitadas para se transformar em rendosos balcões de negócios, ou defenderam as propostas do governo, ou se ausentaram da participação, apostando na rentabilidade dos seus projetos para complementar os seus salários.

Assim fez a UFRJ: aderiu a grupo de universidades que recente e rapidamente se despolitizaram, abandonando parcialmente o caráter público e autônomo que nos tipificava. Vivemos, principalmente em certos nichos, inundados de receitas neoliberais, onde não existe fronteira entre o público e o privado; e mais, o que é privado privilegia a parte da sociedade que menos necessita, ou que não necessita de maneira alguma, do apoio do Estado. Para aqueles jogados na miséria absoluta, no desemprego estrutural e submetidos às leis da barbárie, sobra um pouco da nossa caridade, servida em pílulas, em alguns projetos de extensão que nada fazem, efetivamente, para reverter esta lógica brutal.

Em muitos dos nossos institutos e departamentos, já estamos efetivamente divididos em dois grupos distintos: os que acreditando na tradição de uma universidade livre, vivem do seu trabalho e do seu salário e lutam por melhores condições dentro das universidades, rejeitando consistentemente as propostas privatistas acenadas e impostas pelos governos neoliberais; e, do outro lado, o grupo dos auto-intitulados "excelentes" que se põem e se julgam acima da comunidade que os suporta, optando sempre por soluções particulares em detrimento das soluções de classe e construindo balcões de negócios com os capitais públicos e privados, usando o patrimônio material e intelectual das nossas universidades públicas para servir a interesses privados.

Os ricos não fazem greve porque ao capital que os sustenta não interessa a reflexão, mas somente o crescimento do lucro.

Este é um ano para reflexões. Será mesmo que não deveríamos ter aderido à greve?

Será que as IFES em greve deveriam ter saído com o PL anunciado e em pleno trâmite nos porões desse Congresso que conhecemos e que há muito não nos surpreende? Mas este também é e será um ano para ações. Construir com cada porção de nós que não se acomodou uma malha nacional de pressão e enfrentamento do governo procurando a reorientação do país em busca de um projeto de sociedade igualitária. Esta é a nossa tarefa para 2006, caminhando entre carnavais, copas e eleições, reconstruir a greve para interromper esse processo desastroso e simplista que, apostando no nosso desânimo político e existencial, o governo, aliado às suas bases de sustentação dentro e fora da universidade, tenta e tentará nos impingir.

É hora de acordarmos, de conversarmos dentro das nossas unidades, de formarmos grupos de discussões onde professores, alunos e técnicos-administrativos possam pensar os caminhos e as estratégias que nos levarão a construir o modelo de universidade que queremos.É este nosso dever e compromisso social.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Movimento docente mantém crítica ao PL do governo

Decisão foi tomada em reunião do Setor das Federais nos dias 14 e 15

Janete Luzia

SETOR JÁ INICIOU DEBATE SOBRE A CAMPANHA SALARIAL 2006

Com a presença de representantes de 30 seções sindicais, a reunião do Setor das Federais do Andes-SN, realizada em Brasília (DF), nos dias 14 e 15, decidiu manter a postura de denúncia crítica do projeto de lei do governo, enviado ao Congresso no fim do ano passado para reajustar os salários dos docentes. Vale lembrar que o PL nº 6368/05 não contempla as reivindicações do movimento docente na defesa da isonomia e da paridade. E, até o fechamento desta edição (em 23/1), o projeto ainda aguardava a designação de um relator na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

A diretoria do Andes-SN ficou encarregada de elaborar um documento de denúncia sobre o processo que resultou no projeto de lei, na separação das negociações entre as carreiras de 1º e 2º graus e de magistério superior, entre outros pontos. O texto da diretoria deverá demonstrar que seria possível atender às reivindicações do professores, se não houvesse a intransigência governamental.

A próxima reunião do Setor está marcada para 12 de fevereiro. Antes, entre os dias 6 e 10, as seções sindicais deverão realizar assembléias para tratar da campanha salarial de 2006.

Divergência

A proposta de denunciar a origem e o conteúdo do PL governista, que teve 13 votos, não passou com tranqüilidade na reunião do Setor. Outras doze representantações de base defenderam que o movimento docente cobrasse dos parlamentares um posicionamento formal em relação à votação do projeto de lei, na forma de emendas ou com a apresentação de um substitutivo global.

Avaliação da greve de 2005

A votação no Setor foi antecedida da avaliação do movimento grevista de 2005. Nas falas dos representantes das seções sindicais, ficou claro que o movimento enfrentou uma conjuntura bastante adversa, seja pela intransigencia do governo - que tinha o objetivo claro de enfraquecer o Andes-SN - , seja pela sustentação dada a Lula e sua equipe pela CUT, pela UNE e pelo Proifes.

Outros encaminhamentos

O Setor das Federais também aprovou outros encaminhamentos de luta para 2006: na próxima reunião com o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), por exemplo, caberá à diretoria do Andes-SN voltar a tratar da carreira docente e os desdobramentos da campanha salarial do ano passado. Também será tarefa da direção do Sindicato Nacional a solicitação de audiências com a associação de reitores e a Secretaria de Ensino Superior do MEC para analisar a precariedade do processo de expansão das universidades federais. Já o congelamento dos valores das bolsas de pós-graduação, seu reduzido número e o financiamento em geral da Ciência e Tecnologia serão temas de futuras audiências com as agências de fomento à pesquisa do governo (Capes e CNPq).

Com a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF), será aberta a discussão da pauta da campanha salarial de 2006 e a definição sobre a próxima plenária nacional do funcionalismo público.

Adufrj-SSind no Setor

A Adufrj-SSind esteve representada na reunião do Setor pelos professores Vera Salim (diretora da seção sindical), Janete Luzia Leite e José Miguel Bendrao Saldanha (ambos conselheiros da entidade).

Jurídico

Adufrj-SSind entra com recurso para obter abono 2006

No fim de dezembro, a juíza federal substituta da 19ª Vara Federal, Cleyde Muniz da Silva Carvalho, negou o pedido de liminar feito em ação ajuizada pela Adufrj-SSind para garantir o recebimento do abono pecuniário referente ao ano de 2006. A juíza, que não questionou as razões apresentadas pela seção sindical, argumentou que não acataria o pedido por não haver risco de dano imediato aos professores. A assessoria jurídica da seção sindical já protocolizou um recurso, no último dia 18, para tentar obter a liminar no Tribunal Regional Federal com o pagamento imediato do abono 2006.

Desde 1996, a seção sindical tem que promover ações para a garantia do recebimento do abono pecuniário referente à venda de um terço dos quarenta e cinco dias de férias. Segundo a assessoria jurídica, as liminares da Adufrj-SSind baseiam-se no direito dos servidores das universidades federais de converter parte das férias em pecúnia, previsto no artigo 39 do Plano Único de Cargos, Retribuições e Empregos (PUCRCE).

Como não há consenso entre os juristas e o Poder Judiciário sobre o direito dos professores ao abono pecuniário de férias, é preciso que, a cada ano, a seção sindical entre com uma ação específica para o período em questão. Este recurso é utilizado pela assessoria jurídica para que uma ação definitiva não seja julgada no mérito para todos os anos, que pode ser favorável ou também contrária ao direito dos docentes.

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

UFRJ

Professores divididos quanto ao mestrado profissional

Defensores e críticos da proposta apresentam seus argumentos

O ano de 2006 promete uma boa polêmica para os corredores da UFRJ: a possível implantação do mestrado profissional na instituição. O debate em torno do novo tipo de mestrado começou no Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), que rediscute há alguns meses o regulamento geral dos programas e cursos de pós-graduação da universidade.

As normas mais gerais da pós-graduação da UFRJ atualmente são dadas pela resolução do CEPG nº 05 de 2001. Neste documento, disponível na página eletrônica da Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (www.pr2.ufrj.br), fica explicitado em parágrafo único do artigo terceiro que os cursos de mestrado profissional só poderão ser autorizados pelo CEPG após aprovação de regulamentação específica da UFRJ - o que nunca aconteceu.

Ocorre que, como resultado das discussões no colegiado, as novas versões da 05/01 já admitem a existência do mestrado profissional na universidade. " O **mestrado** pode tomar a forma de *mestrado acadêmico* ou de *mestrado profissional*, voltado aquele à formação para a pesquisa e à capacitação para a docência em ensino de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, e este, à elaboração de novas técnicas e processos ligados à atuação profissional", segundo uma das versões, datada de 6 de dezembro último.

Mestrados "amadores"?

Alguns professores já decidiram cerrar fileiras a favor ou contra o mestrado profissional. Coordenador do programa de Engenharia Química da Coppe, Evaristo Biscaia é um dos que se opõem à novidade. Segundo ele, a infelicidade da proposta começa pelo próprio nome: "Se este mestrado é profissional, então os outros são o quê? Amadores?", critica.

Evaristo integrou o CEPG justamente na época de aprovação da 05/01 e repudia o caráter do novo tipo de mestrado. Para ele, o argumento de construir em separado um programa mais voltado para os profissionais em atuação no mercado não é válido. Basta que orientador e aluno, dentro mesmo do mestrado tradicional, trabalhem a dissertação neste sentido, ainda segundo Evaristo. "O programa que coordeno abriga diversos engenheiros da Petrobras. E esse fator nunca abalou o rigor acadêmico do curso", comentou.

O professor da Coppe vê, na eventual implantação do mestrado profissional, uma tentativa de se flexibilizar critérios, com perda de qualidade, para facilitar o fornecimento de diplomas. "Na hora de um concurso, o 'mais fácil' e o 'mais rigoroso' valem o mesmo. Surpreende que esse tipo de situação tenha o apoio da Capes", comenta. O professor argumenta que a legislação da Capes, por exemplo, não exige a titulação de doutor para todos os integrantes de um programa de mestrado profissional.

Uma vez que a novidade tem sido muito associada ao aprimoramento do ensino de ciências, Evaristo sugere a elaboração de um grande plano de pós-graduação que envolva a Faculdade de Educação e os institutos relativos, mas sempre com a utilização do mestrado dito acadêmico.

Também não ficou sem crítica do professor a possibilidade de auto-financiamento dos mestrados profissionais (empresas ou órgãos públicos pagando à universidade pública pelo curso de seus funcionários). Para ele, o fato criaria uma cisão salarial entre os professores que poderiam receber um valor extra pelo novo mestrado e os que permaneceriam voltados para o mestrado tradicional, apenas com o salário pago pela União. "E qual seria o grau de isenção do corpo docente ao avaliar os alunos que têm seus estudos financiados por uma empresa ou órgão público?", questiona.

"Novo" mestrado é inconstitucional

Integrante do programa de Engenharia Metalúrgica e de Materiais da Coppe, Oscar Rosa Mattos é outro professor notoriamente contrário ao mestrado profissional. Foi Oscar quem ingressou com uma representação junto à Procuradoria Geral da República em agosto de 2000 contra a cobrança permitida pela nova modalidade. Segundo ele, esse tipo de mestrado é inconstitucional ao introduzir o ensino pago com o caráter *stricto sensu* nas universidades públicas. A Procuradoria levou o tema à Justiça Federal através de uma ação civil pública e conseguiu uma liminar - válida de janeiro de 2002 até hoje - que, entre outros pontos, condenou "a União a coibir e reprimir a cobrança de quaisquer valores aos alunos de cursos de Mestrado Profissionalizante promovidos por instituições públicas no Estado do Rio de Janeiro, coibindo e reprimindo esta prática e abstendo-se, outrossim, de autorizar, reconhecer ou credenciar os referidos cursos, quando estes não forem oferecidos gratuitamente".

Quando esteve no CEPG como convidado a discutir o tema, em setembro do ano passado, Oscar observou que não tinha mudado em nada sua opinião publicada no Jornal da Adufrj de 14 de janeiro de 2000. No texto daquela ocasião, o professor já criticava a iniciativa da Capes em apoiar a nova modalidade. Segundo Oscar, "qualquer ensino de nível superior tem que ser necessariamente acadêmico e será sempre profissionalizante".

Questionava, ainda, a falta de garantias sobre a terminalidade do "novo" mestrado: "Quem irá impedir que o aluno egresso do "novo" mestrado faça o doutorado? Que faça concurso para professor assistente nas universidades? Este assunto, como proposto, seria cômico se não fosse trágico". Também no artigo de 2000, Oscar sugeria que a transmissão de conteúdos específicos e não-continuados fosse feita através dos cursos de especialização: "A pergunta é: qual o motivo de chamar este tipo de curso de mestrado profissionalizante?".

E, para Oscar, o maior risco do mestrado profissional reside mesmo em sua capacidade de auto-financiamento, que poderá levar à extinção do outro, tido como "acadêmico" ou "tradicional". "Não haverá espaço para os dois, posto que eles serão idênticos (...) O governo não se veria livre desta tarefa de financiar o mestrado, financiando somente o doutorado? Mais tarde, quem sabe não estaremos criando o doutorado profissionalizante e auto-financiado?". O professor cita ainda o artigo da portaria nº 80 da Capes, que criou o mestrado profissionalizante, como um indício de seu raciocínio: de acordo com a regulamentação da agência de fomento, "os programas de mestrado avaliados de acordo com os padrões tradicionais poderão solicitar o enquadramento como mestrado profissionalizante...".

Embora conclua o artigo dizendo não ser contrário à geração de recursos próprios pelas universidades ou à gratuidade de ensino para todo e qualquer aluno, o professor avalia que o novo curso de mestrado "põe em risco aquilo que levamos mais de vinte anos para consolidar: nosso sistema de pós-graduação, sem similar no mundo (...)".

Defesa do mestrado profissional

Já os professores Marta Feijó Barroso e Carlos Eduardo Magalhães de Aguiar, do Instituto de Física, são fiéis defensores da causa do mestrado profissional. Segundo eles, a nova modalidade permitirá a formação de quadros qualificados para atuar em escolas do nível médio e fundamental. Pelo menos é o que está assinalado na proposta do instituto para a criação deste tipo de curso, em tramitação no CEPG há cerca de um ano, segundo eles. Marta destaca que a proposta do mestrado profissional está centrada na possibilidade de qualificar um profissional, sem tirá-lo da sala de aula.

Questionados sobre a não-criação de um mestrado tradicional nesse sentido, os docentes respondem que os cursos têm características e públicos-alvo diferenciados. Para Carlos, o mestrado dito tradicional em Física (já existente no instituto) possuiu um intenso treinamento para formar pesquisadores em ensino da matéria, cuja atuação se dará principalmente na educação superior. Já o "profissional" seria ministrado em tempo parcial, justamente para atrair os docentes das escolas. Acrescenta que, no instituto, a diferenciação é uma conseqüência quase que natural do período de graduação, onde coexistem o bacharelado e a licenciatura.

Pela proposta do instituto, as atividades presenciais (um máximo de 20% do conteúdo poderia ocorrer a distância) serão concentradas em um ou dois dias da semana. As disciplinas superariam o que é ensinado nas licenciaturas, com aproximações do conteúdo do bacharelado. O curso teria, ainda, disciplinas que relacionam conteúdos específicos com o conhecimento produzido nas áreas de pesquisa em ensino de física e em educação.

Carlos argumenta que a proposta também não poderia se transformar em um curso de especialização porque se pretende de oferta regular e deseja a avaliação da Capes. "É importante ver a diferença: o curso de especialização é um 'tiro no escuro' para o aluno. Com o mestrado profissional, o curso ganha o reconhecimento da agência do governo", comentou.

Proposta da Física é gratuita

De acordo com o projeto, o curso de mestrado profissional teria dois anos e o corpo docente seria composto apenas por doutores. E, de acordo com Marta, não se demandaria novos professores para o instituto, nem teria pretensão de extinguir o mestrado tradicional da unidade (nota 7 na Capes, pela avaliação de 2004). Ela completa: o curso será gratuito. "Não haverá professores externos e nem complementação salarial". Nesse ponto, o professor Carlos, atualmente conselheiro do CEPG, ressalta que a revisão da 05/01 está blindando a pós-graduação *stricto sensu* (acadêmica ou profissional) de qualquer cobrança - de fato, na versão conseguida pela reportagem da Adufrj-SSind, a gratuidade está assegurada logo em seu artigo segundo.

Carlos conclui com um alerta: "Onde se julgar pernicioso, não deve ser feito o mestrado profissional. Mas, para nós, é quase uma obrigação. Se a UFRJ negar isso, estará causando um mal para o ensino de Física no Rio de Janeiro".

Apoio no CCMN

Os professores do Instituto de Física apresentam, ainda, um documento aprovado pelo Conselho de Coordenação do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, de agosto de 2005, com respaldo à política de se desenvolver mestrados profissionais no local. O texto do CCMN finaliza com uma solicitação ao CEPG para regulamentar a criação desse tipo de mestrado, "principalmente na área de formação de professores, definindo critérios de implantação e formas de avaliação que garantam os mesmos padrões de qualidade exigidos dos mestrados acadêmicos".

Além do Instituto de Física, Carlos acredita que o Instituto de Química e o Instituto de Matemática também apresentarão propostas de mestrado profissional ao CEPG. "A Matemática, até onde sei, chegou a enviar uma proposta ao colegiado, mas depois a retirou. Possivelmente, voltarão à carga", afirmou.

Não quiseram opinar agora

Procurada pela reportagem da Adufrj-SSind para defender o mestrado profissional, a professora Claudia Morgado (da Escola Politécnica) preferiu não se manifestar. Claudia, além de conselheira do CEPG como representante dos ex-alunos, é uma das pessoas responsáveis pelo único curso de mestrado profissional da UFRJ cuja proposta já foi aceita pela Capes: o de Engenharia Ambiental - nunca implantado por não ser permitido pela atual legislação da universidade e também não ter passado pela avaliação do CEPG.

Também indagado pela reportagem, o pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, afirmou que não gostaria de opinar sobre o assunto na atual fase de debates.

TRIBUNA

Kelvin Melo

Evaristo Biscaia
Professor do PEQ/Coppe

"E qual seria o grau de isenção do corpo docente ao avaliar os alunos que têm seus estudos financiados por uma empresa ou órgão público?"

Arquivo/Adufrj-SSind

Oscar Rosa Mattos
Professor do PEMM/Coppe

"Quem irá impedir que o aluno egresso do "novo" mestrado faça o doutorado? Que faça concurso para professor assistente nas universidades? Este assunto, como proposto, seria cômico se não fosse trágico."

Arquivo pessoal

Marta Feijó
Professora do Instituto de Física

"A proposta do mestrado profissional do Instituto de Física está centrada na possibilidade de qualificar um profissional, sem tirá-lo da sala de aula."

Arquivo pessoal

Carlos Aguiar
Professor do Instituto de Física

"Onde se julgar pernicioso, não deve ser feito o mestrado profissional. Mas, para nós, é quase uma obrigação. Se a UFRJ negar isso, estará causando um mal para o ensino de Física no Rio de Janeiro".

Colegiados

UFRJ elabora Plano de Desenvolvimento Institucional

Em sessão solene de dezembro último, Aloisio anuncia debate em 2006 sobre a missão da universidade

Em sessão solene do Consuni realizada em 22 de dezembro, o reitor Aloisio Teixeira ressaltou a importância do trabalho do colegiado realizado em 2005 e anunciou as prioridades para 2006. Aloísio adiantou que este será o último ano inteiro de atividade de sua gestão uma vez que em 2007, no primeiro semestre, a universidade já estará envolvida com o processo de escolha do novo reitor.

Aloisio salientou que a maior conquista de sua gestão tem sido a reconstrução do espírito de participação de todos os setores da comunidade acadêmica. Segundo ele, isso faz com que seja mantido o maior patrimônio da universidade: a diversidade. Lembrou também que a reconstrução desse clima é fundamental para a UFRJ, pois ainda estão na memória de todos os períodos em que as diferenças de opinião eram motivos para disputas por espaço e poder.

O reitor anunciou também que, em 2006, deverá ser realizada intensa discussão acerca da missão da universidade para que o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRJ seja finalizado e enviado ao MEC, por conta do novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) - vale registrar que o PDI é subdividido nos seguintes eixos temáticos: perfil institucional, gestão institucional, organização acadêmica, infra-estrutura e aspectos financeiros e orçamentários.

Antonio Vianna

OBRA DO PRÉDIO DO INSTITUTO DE FÍSICA FOI CRITICADA DURANTE SESSÃO SOLENE DO CONSUNI

Aloisio considera importante que os mecanismos de avaliação internos a serem instaurados por ocasião da elaboração do PDI não se limitem ao cumprimento de uma formalidade burocrática. Argumenta que a tarefa será uma oportunidade para que toda a universidade se envolva nesse processo com o objetivo de se criar um retrato da UFRJ o mais diversificado possível.

Conselheiros criticam construção do prédio do Instituto Física

Alguns representantes dos professores aproveitaram a sessão solene para criticar o novo prédio do Instituto de Física, em fase de construção. Segundo eles, a edificação vai destoar do padrão ao seu redor, marcado pela existência de amplos espaços. Além disso, os docentes demonstraram preocupação com uma possível destruição do bosque localizado atrás do CCMN.

O reitor esclareceu que o projeto para essa construção já havia sido levado ao conhecimento do Consuni, que permitiu a obra: "Por isso é que estou destacando a importância de maior participação da comunidade em torno das discussões e dos processos decisórios, sobretudo quando envolve investimento e projeto de longa duração como esse", disse.

Porém, Aloisio discordou que o padrão de construção do *campus*, tradicionalmente marcado pela existência de amplos espaços, deva ser mantido. Para o reitor, essa disposição geográfica não favorece a aproximação da comunidade acadêmica. "Isso é antigo e não é efetivamente universitário. Algumas unidades estão afastadas entre si em até 5 km, o que só gera mais fragmentação", disse.

Movimento

Adufrj-SSind critica política educacional do governo na Rádio MEC

Durante o programa *Atualidades*, presidente da seção sindical aponta uma profunda crise nas universidades públicas brasileiras

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, afirmou que a universidade pública está numa crise profunda e não tem tido a resposta esperada de um governo que foi eleito com o apoio de uma parte significativa da comunidade universitária. A declaração se deu em uma entrevista para a Rádio MEC (800 kHz AM), no dia 15 de dezembro de 2005. Simões também lamentou a falta de investimento no setor: "Infelizmente a educação não é uma prioridade, não apenas deste, mas como dos governos anteriores. A educação foi colocada na rubrica 'gastos' e não na rubrica 'investimentos'. Qualquer país que aspira a uma condição melhor tem que investir em todos os níveis de educação".

Indagado pelo apresentador do programa *Atualidades*, Francisco Barbosa, sobre quais seriam os elementos desta crise, José Simões respondeu que não existem projetos que insiram a universidade numa perspectiva maior dentro do país: "Há muitos anos não temos planos de metas, não temos prioridades definidas e trabalhamos praticamente independentes de qualquer outra orientação governamental".

Reforma Universitária também é criticada

Simões afirmou, ainda, que todos os países que crescem, atualmente, possuem uma política de investimento educacional maciço: "Os Tigres Asiáticos estão investindo em educação desde a década de 50. Enquanto isso, nós estamos com os salários dos professores cada vez mais minguados, as instalações estão caindo aos pedaços... Isso evidentemente desanima os jovens a estudar e nos coloca numa situação de crise profunda".

A professora Vera Maria Salim, 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind, também participou da entrevista e apontou a Reforma Universitária como uma das causas da greve (que transcorria, na época do programa). Segundo ela, a reforma faz parte de um projeto iniciado no governo FHC, e que teve continuidade do governo Lula, de transformar a universidade em um setor produtivo para dar lucro, com o objetivo do autofinanciamento: "O ensino não é mercadoria. O ensino é dever do Estado", afirmou.

MEC culpa governo de FHC pela crise atual

O representante do Ministério da Educação (MEC) no Rio de Janeiro, Willian Campos, também havia sido convidado para participar do debate, mas não compareceu. Ainda assim, a produção do programa *Atualidades* entrou em contato com ele que, por telefone, afirmou que o governo atual colhe a insatisfação gerada pelo governo anterior. Campos disse que o ministro da Educação de Fernando Henrique Cardoso, Paulo Renato, tratou os professores durante oito anos sem qualquer tipo de respeito, dignidade ou de aumento salarial. Segundo Willian Campos, sobrou para o governo Lula a necessidade de resolver problemas históricos dos professores.

Professores cobram respostas do MEC

José Simões também informou durante a entrevista que as conversas entre as lideranças dos professores e o MEC andavam muito mal. Segundo ele, o ministério não negociou em nenhum momento para tentar acabar com a greve e não aceitou modificar os princípios de sua proposta.

Vera Salim respondeu a Willian Campos que realmente os professores estavam acostumados com o ministro da Educação do governo FHC e os docentes esperavam do governo Lula algo de diferente: "Mas o que temos visto, não só na área da Educação, mas em todas as áreas sociais, é que as prioridades do governo FHC e as reformas neoliberais foram aprofundadas no governo Lula, inclusive na forma truculenta de tratar as greves".

Opinião

Contradição Inexplicável:

Por que o Governo Lula acelera endividamento caro e quita antecipadamente dívida bem mais barata?

Maria Lucia Fattorelli Carneiro*

Poucos dias após o surpreendente anúncio de pagamento antecipado de US$ 15,5 bilhões ao FMI, cujos pagamentos seriam devidos somente nos dois anos seguintes, ou seja, até 2007, nos deparamos com a manchete do jornal Gazeta Mercantil, na última quarta-feira, dia 28 de dezembro de 2005: "***O governo acelera as captações no exterior***".

A referida matéria tratava do lançamento antecipado, em 2005, de US$ 3,5 bilhões em títulos da dívida externa brasileira que só estavam previstos para 2006 e justificava: "a estratégia do Tesouro Nacional de antecipar as captações externas previstas para o período de 2006/2007, iniciada em setembro de 2005, pode ser acelerada no primeiro semestre de 2006. A vantagem seria fugir da proximidade das eleições presidenciais, que pode encarecer os financiamentos e driblar uma eventual redução da liquidez internacional..." Em 2005 foram feitas emissões soberanas de títulos da dívida brasileira no exterior no montante de US$ 8 bilhões, consideradas um grande "sucesso", prevendo-se a continuidade do interesse dos investidores estrangeiros em 2006.

Buscando compreender a razão desses dois movimentos contraditórios - pagamento antecipado de uma dívida ao mesmo tempo em que se antecipa a emissão de títulos e se aumenta o endividamento - pesquisamos notícias de jornais e as páginas na internet da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, onde obtivemos as informações que comentamos a seguir:

1. Ao todo, em 2005 foram feitas emissões soberanas de títulos da dívida brasileira no exterior no montante de US$ 8 bilhões, além da troca de C-Bond por A-Bond no valor de US$ 4,4 bilhões. Porém, até o momento não estão disponíveis, nos sítios oficiais, as informações sobre as emissões antecipadas para 2005 no montante de US 3,5 bilhões. O quadro abaixo, retirado do sítio do Tesouro Nacional, detalha apenas as operações de emissão dos US$ 4,5 bilhões originalmente programados para 2005:

Não estão disponíveis as informações sobre os demais custos para a colocação dos referidos títulos no exterior, nem a diferença entre o valor de face dos mesmos e sua efetiva comercialização.

2. As emissões antecipadas de títulos da dívida externa brasileira no montante de US$ 3,5 bilhões (previstos inicialmente para serem emitidos apenas em 2006) se deram a taxas de juros que variaram de 8% a 12,75% ao ano, conforme se depreende a partir da reportagem do jornal Gazeta Mercantil, citada. Destaca-se a emissão de 19 de setembro de 2005, quando o Brasil emitiu títulos denominados em reais no montante de US$ 1,5 bilhão, oferecendo rendimento de 12,75% ao ano. Como o real se desvalorizou apenas 2,4% frente ao dólar de 19/09/2005 a 03/01/2006, foi garantido até o momento, ao investidor estrangeiro, um rendimento de cerca de 10% ao ano, em dólares.

3. Durante o ano de 2005, o Tesouro Nacional efetuou inúmeros leilões de títulos da "dívida interna". A taxa Selic, que define os juros incidentes sobre a maior parte destes títulos, apresentou média de 19,13% em 2005. Descontando-se a taxa de inflação medida pelo IPCA, de cerca de 6% em 2005, obtém-se que os juros reais pagos superaram os 13% ao ano! Esta taxa é a maior do mundo, e equivale a mais que o dobro da taxa praticada pelo México (6,1%), o segundo colocado. É preciso ainda ressaltar que, como o Real se valorizou 13,4% frente ao dólar em 2005, os títulos da dívida interna garantiram um rendimento de nada menos que 35% ao ano para os investidores estrangeiros!

A partir destas informações, constata-se **que as condições das emissões de títulos da dívida brasileira - tanto interna quanto externa - foram altamente onerosas para o país**. Não houve o acompanhamento criterioso de tais operações pelo Senado Federal, como prevê o artigo 52, inciso V, da Constituição Federal, pois todas estas emissões de títulos foram previamente autorizadas pelo Senado Federal desde 16 de novembro de 2004, quando, por meio da Resolução nº 20, permitiu-se a emissão e colocação de títulos da dívida externa no montante de até US$ 75 bilhões, sem estabelecer qualquer exigência quanto à modalidade dos títulos (nominativos; ao portador; listados ou não em bolsas de valores) ou quanto às demais condições de pagamento (prazos e juros), deixando o poder Executivo à vontade para "negociar"!

Na sequência dessas emissões onerosíssimas para a nação, em dezembro de 2005, o governo Lula ANTECIPOU o pagamento de US$ 15,5 bilhões ao Fundo Monetário Internacional. Comparando-se o cronograma inicial de pagamentos devidos ao FMI com a anunciada economia de US$ 900 milhões, a título de juros, com tal antecipação, verificamos que o custo financeiro da dívida para com o FMI era de cerca de 4% ao ano.

Portanto, na prática, o Brasil ANTECIPOU e ACELEROU o endividamento em títulos da dívida externa ao custo de cerca de 10% ao ano em dólares, aumentou o endividamento "interno" ao custo real de 13% ao ano (sendo que os investidores externos ganharam 35%) e ANTECIPOU o pagamento das dívidas junto ao FMI, cujo custo era de apenas 4% ao ano. Qual é a explicação para movimentos tão contraditórios?

Como justificar antecipação e aceleração "a todo vapor" da emissão de títulos no momento, se o próprio governo diz ser confortável a situação das reservas cambiais e das contas públicas, o que estaria inclusive permitindo a antecipação do pagamento de outras dívidas junto ao FMI, Clube de Paris e até à ONU?

Enfim, por quê o governo Lula aumentou a dívida em títulos, a preços onerosíssimos, acarretando maiores gastos com juros, e antecipou o pagamento ao FMI, que cobrava taxas bem mais baixas? Qual é a lógica desse procedimento, especialmente considerando o sacrifício social imposto à nação, com cortes de gastos sociais e investimentos em saúde, educação, transportes, segurança, etc; aumento contínuo da carga tributária; aumento da Desvinculação das Receitas da União; redução de benefícios previdenciários e arrocho salarial, tudo para se produzir o elevadíssimo superávit primário?

O Governo Lula deve explicações ao povo brasileiro sobre estas operações.

AUDITORIA JÁ!

Emissão de títulos da Dívida Externa em 2005

Data	Valor (US$ milhões)	Taxa de Juros (% ao ano)	Observação
03/02/2005	648	7,55	Emissão de títulos
04/02/2005	1.250	8,9	Emissão de títulos
07/03/2005	1.000	7,9	Emissão de títulos
17/05/2005	500	8,83	Emissão de títulos
02/06/2005	500	8,81	Emissão de títulos
27/06/2005	600	7,73	Emissão de títulos
TOTAL (sem considerar a troca de C-Bond por A-Bond)	4.498		
01/08/2005	4.400	7,78	Troca de C-Bond por A-Bond

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – disponível no site: http://www.stn.fazenda.gov.br/hp/downloads/Informes_da_Divida/Financiamento_Externo_ago.pdf

* Integrante da diretoria nacional da UNAFISCO (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal).

Artigo publicado originalmente na página do Movimento Desemprego Zero

Movimento

Violência no campo aumenta no governo Lula

Fórum Nacional pela Reforma Agrária confirma aumento de assassinatos em 2005

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária, criado em 1995 para articular ações de várias entidades (hoje, são 45), entre as quais o Andes-SN e o MST, divulgou em dezembro último o balanço de 2005 no campo. Os dados são alarmantes: houve escalada no número de assassinatos e agressões a trabalhadores rurais, diminuição do ritmo da reforma agrária e prejuízo para os pequenos produtores rurais. De janeiro a novembro de 2005, ocorreram 37 mortes no campo incluindo lavradores, índios, lideranças sociais, sem-terras e religiosos, como a missionária Dorothy Stang.

As entidades manifestaram sua decepção com o atual governo que, em vez de promover os avanços anunciados, encara com descaso as questões relacionadas aos conflitos rurais, à proteção do meio ambiente e ao desenvolvimento da reforma agrária. Denunciam que o governo desenvolve uma política claramente contrária às reivindicações dos movimentos sociais do campo, com privilégio para o agronegócio e para as multinacionais em detrimento da agricultura familiar e das reservas indígenas.

Retrocesso na Reforma Agrária

O Fórum ressalta o fato de que o governo não honrou os compromissos com os trabalhadores rurais. Como conseqüência, permanecem acampadas na beira das estradas mais de 140 mil famílias, enquanto esperam o assentamento prometido.

Além disso, as entidades ressaltam que não se pode resumir uma política de reforma agrária à simples prática de assentamentos. Elas querem mudanças na estrutura fundiária do Brasil que permitam a verdadeira integração dos pequenos agricultores na produção e na vida econômica do campo.

Segundo o Fórum, no meio rural tem vigorado uma disputa entre dois projetos para o campo. De um lado, o agronegócio, que prioriza as exportações, tecnifica as fazendas e gera desemprego em favor dos lucros. De outro, a agricultura familiar, responsável pela produção dos alimentos, do abastecimento do mercado interno e pelo emprego de mais de 85% da mão-de-obra do campo. As entidades denunciam que, nos últimos três anos, os ministérios da área econômica, Agricultura e Industria e Comércio fizeram opção pelo agronegócio. A agricultura familiar e camponesa encontra apoio apenas no enfraquecido Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Arquivo/Adufrj-SSind

TRABALHADORES RURAIS ENFRENTARAM CONJUNTURA ADVERSA EM 2005

Os trabalhadores rurais também assistiram estarrecidos ao avanço da Bancada Ruralista no Congresso que, entre outras medidas, aprovou o relatório da CPMI da Terra que classifica as ocupações de terra como crime hediondo.

Atendidas as reivindicações das transnacionais e engavetadas as dos camponeses

As entidades que integram o Fórum têm se mostrado indignadas com o fato de que as medidas relacionadas ao agronegócio no país são tomadas de forma muito rápida e de maneira que prejudiquem a agricultura familiar. Exemplos disso: uma portaria do Ministério da Agricultura que estabelece critérios rígidos de temperatura, transporte e pasteurização do leite do momento da ordenha ao de distribuição, o que prejudica a produção artesanal e a liberação do uso de agrotóxicos importados, antes proibidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o que configura uma ameaça à saúde humana e ao meio ambiente, uma vez que esses agrotóxicos podem não seguir os critérios de avaliação toxológica do Brasil, único país do Mercosul a fazer esse controle.

Entidades apontam prioridades

As organizações que integram o Fórum Nacional pela Reforma Agrária listaram as urgências que o governo deverá resolver se quiser verdadeiramente estar ao lado dos pobres do campo. Dentre as reivindicações, está o assentamento, no menor tempo possível, de todas as famílias que estão acampadas e passando necessidades, o fortalecimento do Incra como órgão executor da reforma agrária e a mudança na política econômica com o objetivo de gerar empregos no país.

Dentre as medidas mais específicas estão a aplicação da lei que exige a rotulagem de todos os produtos que contêm transgênicos, a abertura de um amplo debate nacional, inclusive com a realização de plebiscito, sobre a revitalização do Rio São Francisco e seu projeto de transposição, a defesa da biodiversidade da Amazônia e das fontes e reservas de água potável do país e a revisão dos projetos de implantação de pólos siderúrgicos em plena Amazônia (como em Marabá, Belo Monte-PA, Açailândia e São Luís-MA), que atendem apenas aos interesses do capital estrangeiro.

Coordenador do Fórum comenta relatório

Isidoro Revers, um dos coordenadores do Fórum, disse que a política de reforma agrária do governo deve ser repensada de modo que não seja mais uma política compensatória que não transforma em nada a estrutura fundiária no país. Isidoro disse que o governo insiste em confundir uma eficaz política de Reforma Agrária com a distribuição de cestas básicas para acampados. “A população que depende da reforma não está vendo sua situação mudar em nada. Ela não se vê incorporada na vida econômica do país, continua excluída”, ressaltou.

Isidoro destacou que, por outro lado, o governo cada vez mais cria medidas que favorecem ao agronegócio, que, para ele, é o setor de “ação primordial “ do governo. “Não encontra resistência porque não prejudica as elites, satisfeitas em constatar que seu patrimônio continua garantido e em saber que o contigente populacional miserável do campo está sendo controlado pela política de distribuição de cestas básicas”, avaliou.

Sobre a violência no campo, o coordenador do Fórum disse que, além de ter uma presença histórica no Brasil, seus mecanismos de agressão estão se reproduzindo cada vez mais. “Há violência no abandono do latifúndio, na modernização da agricultura, no agronegócio e nos instrumentos de exploração do trabalho escravo”.

Isidoro denunciou que em muitas propriedades a imagem de modernização é uma verdadeira fachada. Disse conhecer vários casos de exploração escrava de lavradores que são arregimentados e mantidos sob coação pelos chamados ‘gatos’, aliciadores de mão-de-obra a mando do dono da propriedade. Isidoro salientou que enquanto na sede da empresa de agronegócio, sobretudo do setor de pecuária e de produção de álcool, a imagem é de uma organização moderna equipada com computadores e avançados sistemas de controle da produção, na linha de produção a exploração de trabalhadores é prática bastante recorrente.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 487 • 7 de fevereiro de 2006

Assembléia Geral

7 fevereiro
terça-feira

9:30 às 12:00

Auditório da
Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta

1) Escolha de delegados para o 25º Congresso do Andes-SN;

2) Seminário sobre precarização do trabalho docente

Argolo continua a constranger estudantes
Página 3

Governo deixa professores das federais sem reajuste
Página 4

Entrevista Reinaldo Gonçalves analisa pagamento da dívida ao FMI
Página 7

UFRJ recebe 112 novas vagas do quadro docente
Página 8

Kelvin Melo

Universidade se fecha por insegurança

Páginas 4 e 5

"São poucas as objeções ao uso do crachá"
Hélio de Mattos
Prefeito da Cidade Universitária

"Não houve ainda um amplo debate sobre uma política de segurança"
Denise Góes
servidora

"Universidade não é condomínio, nem shopping para se isolar da população em geral"
Jorge Badauí
estudante

"A preocupação com segurança é um sintoma de que a universidade e o país vão mal"
Ricardo Kubrusly
professor

Opinião

Trajetória Interrompida

Ricardo Kubrusly

Sinto que o mês presente me assassina,

As aves atuais nasceram mudas

E o tempo na verdade tem domínio

Sobre homens nus ao sul de luas curvas.

O poeta Mario Faustino, desbravador conseqüente da justiça em suas várias formas, desapareceu na morte espacial que cantara, nas montanhas incas. Vivíamos então, aqui, o início da lógica precária que até hoje, disfarçada com as roupas da modernidade, nos domina.

Tantos anos se passaram, tantas viagens, tantas decepções. Restaram-nos os jovens, alguns deles, que movidos com as mesmas esperanças e uma lucidez amplificada, ainda lutavam, e lutam, pela justiça em um mundo possível. Tantos anos depois do poema premonitório, quatro jovens se vão, no meio do caminho. Iam ao fórum mundial de Caracas. O que buscava? Quantas esperanças se foram com eles?

Um mundo mais justo, cada vez mais distante, num planeta vivo, se perdeu entre as montanhas gigantes da cordilheira. Quando, no burburinho burguês das cidades sem sonhos, nos perguntamos o que buscam os jovens para além das novidades eletrônicas, eles, que aqui já não mais se encontram, nos respondem, na presença ausente de suas palavras: Nós, filhos dos homens ocos, somos a busca densa da justiça agora. Nós, filhos da derrota e das prisões covardes, buscamos a discussão como alternativa e as soluções sociais que dela brotam.

Poucas são as opções fáceis na vida. Impossíveis quando não há esperança. Como falar da morte quando ela ecoa dentro de nós, quando o continente sangra sem explicações, quando a matéria é bruta e a dor turva o sonho e as estratégias que os sonhos engendraram? Como não falar da morte?

As mortes e a morte dos que não morrerão, dos que, interrompidos em pleno movimento, no arco indivisível entre a justiça e a esperança, se viram transformados em idéias e desejos sem matéria. Serão as mesmas ou serão diferentes?

As mortes e a morte dos jovens, na trajetória das mudanças, na América viva, latina e conseqüente, cortada em pleno vôo vertical dos acontecimentos. Serão as mesmas ou serão diferentes?

As mortes e a morte inesperada, viajante nesse ônibus de idéias e ações, movendo sobre o mundo em movimento, entre a espera paciente e as revoluções. Serão as mesmas ou serão diferentes?

Eu não os conhecia e embora sofra, não sei saber a dor que dilacera os que com eles conviviam. Vivo a perplexidade do trágico trajeto interrompido na reflexão da dor que não é minha. A carne do meu corpo vivo é a carne que pergunta: O que será feito dos seus sonhos? Qual realidade a que, nós, os mortos que não soubemos ser, construiremos em seus nomes?

Que responsabilidade redobrada é a que nos cabe agora, distantes de suas juventudes e ações, engatinhando, perdidos, pelas cordilheiras.

Diretor da Adufrj-SSind

Vítimas no sonho de uma sociedade melhor

Os estudantes brasileiros Pedro Coelho D'Ávila Corrêia (20), Roberto Tadeu de Melo Barbosa (24), Taís Palmerston (24) e Thiers Lage Bretas (21) morreram no acidente do ônibus, em Arequipa, no Peru, que partiu de Belo Horizonte (MG) em direção ao Fórum Social Mundial da Venezuela. O acidente com o ônibus que tranportava 42 passageiros aconteceu na madrugada do dia 24 de janeiro.

No enterro de um dos estudantes, Thiers Lage Bicalho Bretas, sua mãe, Solange, leu uma carta que Thiers deixou antes de viajar para Caracas. Na carta, lida durante a despedida da mãe, constavam os versos da música "Mamãe coragem", de Caetano Veloso e Torquato Neto: "Mamãe, mamãe, não chore, a vida é assim mesmo. Eu fui embora. Mamãe, mamãe, não chore. Eu nunca mais vou voltar por aí...".

Fórum faz homenagem

Durante a aburtura do FSM, em Caracas, na noite do dia 25/1, por alguns instantes, os milhares de jovens silenciaram para homenagear os estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perderam a vida quando se dirigiam para o evento.

Eles foram lembrados como mártires no sonho de milhares de militantes e ativistas de construir uma sociedade melhor. "O caminho percorrido por esses estudantes não foi uma aventura arriscada. Eles repetiram a luta de vários jovens ao longo de diferentes décadas. O exemplo dado por eles e seu espírito de integração não serão esquecidos", afirmou aos jornais brasileiros o representante do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, Rubens Diniz.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Campanha Salarial

Projeto de reajuste não tramita no Congresso Nacional

Sinasefe denuncia descumprimento de acordo

Apesar das promessas do governo federal, os professores iniciam o mês sem o envio para o Congresso Nacional do projeto de lei que reajustaria os salários nas federais. No útlimo dia 25 de janeiro, a diretoria e o comando de mobilização do Andes-SN estiveram com a deputada federal Fátima Bezerra (PT/RN) que garantiu que o Executivo havia solicitado regime de urgência para a tramitação do PL do MEC. Até o fechamento dessa edição (6/2), no entanto, o projeto não estava em andamento na Câmara.

Quanto à situação dos professores de 1° e 2° graus, a deputada informou que o Ministério da Fazenda havia sinalizado com a inclusão dos aposentados na Classe Especial, mas que não havia, até aquele momento nenhum instrumento legal elaborado.

O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe) denunciou, ainda, na semana passada, que o acordo assinado por essa entidade com o Mec, ao final da greve, não foi cumprido pelo governo. "Após mais de 50 dias da suspensão da greve e do início do estado de greve em cada base do nosso Sindicato Nacional, o que temos de concreto é que o prazo do GT de acompanhamento dos cálculos dos 12% e da Classe Especial já expirou, e ainda não obtivemos os seus resultados finais. Além disso, temos a indefinição do calendário para os GTs da Carreira e da Capacitação Docente, recebemos a péssima notícia de que a segunda fase do PCCTAE não será cumprida corretamente pelo MEC, levando o pagamento dos percentuais de qualificação somente para julho e não mais a começar em janeiro de 2006 como está previsto no Termo de Acordo", afirma o editorial do Boletim do Sinasefe Nº 313.

UFRJ

Ex-diretor da ECO continua a constranger estudantes da Comunicação

José Argolo mantém processo criminal contra estudantes em ação de R$ 12 mil

O ex-diretor da Escola de Comunicação (ECO), José Amaral Argolo, continua criando problemas para a comunidade universitária. Após ter denunciado criminalmente alguns dos cem estudantes que ocuparam o gabinete da direção, no dia 15 de junho de 2005, Argolo se negou a fazer acordo com esses alunos, em audiência realizada na última segunda-feira (30/1). Ao manter o processo criminal contra os estudantes, o ex-diretor espera receber R$ 12 mil caso ganhe a ação.

Na ocasião que gerou a acusação de Argolo, os estudantes promoveram um apitaço na sala da direção para protestar contra a estrutura física na unidade, falta de laboratórios, funcionamento da biblioteca, reformulação pedagógica dos cursos e paridade nas eleições dos órgãos internos. As ocupações são uma prática política que já faz parte da história do movimento estudantil na UFRJ e em tantas outras instituições. Reivindicando dos dirigentes infra-estrutura, mais concursos para professor, bolsas e outras melhorias para a qualidade do ensino, os alunos ocuparam nos últimos anos a sala de direções no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), na Faculdade Nacional de Direito e na Escola de Educação Física e Desportos, além da Escola de Comunicação.

Reitor condena atitude de Argolo

José Argolo foi o único diretor que não respeitou as instâncias universitárias e apresentou uma queixa contra os estudantes na 10ª DP, em Botafogo, dizendo-se constrangido. O reitor Aloisio Teixeira se pronunciou lamentando a atitude do então diretor da Escola de Comunicação: "Os problemas na UFRJ devem ser resolvidos dentro da UFRJ", afirmou, em sessão do Conselho Universitário (11/8/05).

Argolo não consegue agradar ninguém

Além do processo contra estudantes da unidade que dirigia, José Argolo também entrou com processos contra o técnico-administrativo Luiz Alberto Lima Moreira - que trabalhava na ECO até ser afastado por ele - e contra o Jornal da Adufrj, ambos indeferidos pela Justiça. Durante sua gestão, Argolo também recebeu duras críticas da coordenadora de pós-graduação da Escola de Comunicação, Raquel Paiva, que o acusava da atrapalhar o trabalho da pós com suas interferências.

Ex-diretor desrespeita reitor

Agora, que todos o segmentos acadêmicos já se imaginavam livres de suas ameaças, Argolo reaparece mantendo a ação contra os estudantes Pedro Martins e Leila Leal. A audiência de conciliação, que ocorreu no último dia 30, durou cerca de cinco minutos pois o ex-diretor, suposta vítima no caso, não aceitou acordo e manteve o processo contra os estudantes.

De acordo com Leila Leal, o processo foi encaminhado para o Ministério Público (MP), que decidirá se faz ou não a denúncia contra os estudantes. Já Pedro Martins adiantou que os estudantes cobrarão também uma posição da congregação da ECO, em relação ao caso, e que a situação será mais uma vez levada ao Consuni.

ECO espera tempos melhores

Ivana Bentes, recém empossada como nova diretora da Escola de Comunicação, revelou que apóia os estudantes e que, durante sua gestão, a relação da direção com os discentes será bem diferente da anterior: "Acho muito ruim esta relação de litígio com os estudantes. O que aconteceu era uma questão acadêmica e não uma questão de polícia. Foi um processo que já começou errado". A nova diretora afirmou que já tem conhecimento do apoio que a reitoria está oferecendo aos estudantes, entretanto ressaltou que a atual direção se coloca à disposição para o que eles precisarem.

Resenha

Particulares querem 'independência'

Além de pagarem uma cota baixíssima de impostos - quando não são consideradas instituições filantrópicas - ou se beneficiam da renúncia fiscal através de programas como o Prouni, as universidades privadas brasileiras ainda planejam, vejam só, ficar "menos dependentes do Ministério da Educação"! De acordo com o Jornal do Commercio (1/2/2006), a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES) aprovou o primeiro código de auto-regulamentação do ensino superior privado do país que, além da independência, ainda prevê a criação de um provão paralelo, cujas notas valerão um selo de qualidade.

Estudantes protestam em Juiz de Fora

Na semana passada, estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora fecharam o trânsito em uma das principais avenidas de Juiz de Fora (MG), em protesto contra o aumento de 19% da tarifa de ônibus na cidade. O secretário de Administração e Recursos Humanos, Renato Garcia, recebeu uma comissão dos estudantes, mas não houve garantia de que o aumento será cancelado. Os estudantes prometem mais protestos (Folha Online, 2/2/2006, às 22:02).

Campanhas tucanas são suspeitas

O documento sobre o esquema de caixa dois nas eleições de 2002, conhecido como "Lista de Furnas", cuja autenticidade está sob investigação da Polícia Federal, é essencialmente uma lista tucana. Os candidatos do PSDB teriam ficado com mais de dois terços (68,3%) dos R$ 39,9 milhões que teriam sido distribuídos a 156 políticos por empresas fornecedoras da grande estatal do ramo elétrico. Segundo a lista, os candidatos mais beneficiados foram José Serra, Geraldo Alckmin e Aécio Neves (Diário Vermelho, 3/2/2006).

Índia investe no campo

A Índia lançou uma frente trabalho que deve proporcionar emprego a 60 milhões de pessoas em áreas rurais do país. Durante a primeira fase desta iniciativa, 200 distritos rurais devem ser beneficiados. As administrações locais de cada povoado registrarão cada família e emitirão cartões de emprego, com o qual o solicitante poderá reivindicar trabalho em um prazo de 15 dias. Caso não seja contratado, receberá um auxílio-desemprego (Diário Vermelho, 3/2/2006).

UFRJ

Muralha de crachás

Universidade adota política de segurança que restringe entrada a credenciados

Um assalto dentro do Palácio Universitário, na Praia Vermelha, em 10 de janeiro, chegou aos grandes jornais do Rio de Janeiro e pôs novamente em evidência os planos da reitoria para a segurança dos *campi* da UFRJ. Como resposta mais imediata ao roubo que ocorreu na sala de coordenação do curso de Administração, a Prefeitura Universitária iniciou um serviço de cadastramento dos usuários das unidades da Praia Vermelha, para futura confecção de crachás. Somada à contratação de mais vigias terceirizados para aquele *campus* - cerca de 30, neste mês de fevereiro- o objetivo da medida, segundo o prefeito Helio de Mattos, é obter um maior controle de quem entra e sai da universidade.

Jorge Badauí, estudante da Faculdade de Direito e representante do DCE Mário Prata, diz que uma política de segurança é fundamental para que as atividades acadêmicas da universidade possam se desenvolver de forma plena. Classificou como barbárie o recente assalto sofrido pelo professor e alunos na Praia Vermelha, mas lembrou que o *campus* do Fundão é ainda mais inseguro por ficar póximo a áreas de risco. O estudante alertou, no entanto, para o fato de que as recentes medidas de segurança executadas pela UFRJ, com recursos ousados de vigilância como câmeras e guaritas eletrônicas, não podem servir apenas para dar uma sensação de controle de forma 'artificial'.

O prefeito Helio de Mattos Alves explica, no caso da utilização dos crachás, a reitoria já vinha estudando o assunto antes do incidente na Praia Vermelha, e esteve em diversas instâncias colegiadas da universidade para apresentar a medida de controle dos acessos. Bem recebida, segundo ele: "São poucas as objeções ao uso do crachá", disse à reportagem da Adufrj-SSind.

O cadastramento para o uso dos cráchas teve início nas unidades da Praia Vermelha, mas a iniciativa deve ser aplicada na Ilha do Fundão. "A idéia é cadastrar as 65 mil pessoas que freqüentam a UFRJ", conta o prefeito "É uma tática preventiva contra os delitos. Não se trata de proibir a entrada de ninguém. Apenas saber quem está entrando e saindo dos prédios", disse. Quem não tiver os crachás chamados definitivos, entrará com crachás de visitante. Todos terão fotos que serão tiradas na hora por um equipamento instalado nas portarias. Os porteiros, além do controle dos acessos, também serão orientados a prestar informações aos visitantes.

A diretoria da Adufrj-SSind considera que este tema deve ser discutido de forma aprofundada ao longo deste ano . "A implantação de crachás e restrições no acesso aos campi da UFRJ são medidas paliativas e limitadas, que minimizam parcialmente a violência do nosso cotidiano", considera o presidente da seção sindical, José Simões.

Para a vice-presidente da seção sindical, Vera Salim, o problema da segurança nos *campi* deve ser analisado na relação direta que tem com aspectos estruturais da sociedade. "Não podemos esquecer que ela é apenas o reflexo da violência estrutural da sociedade brasileira, com seus bolsões de riquezas e de misérias, com desemprego e abandono de milhões de brasileiros", alerta.

Ricardo Kubrusly, também diretor da seção sindical, é radicalmente contra qualquer esquema de segurança nos *campi* que envolva policiais uniformizados e armados, cercas ou qualquer forma de isolamento. "Estamos muito preocupados com a nossa segurança física, mas, essa insegurança toda é, na verdade, um sintoma de que o país e a universidade estão muito mal. Acho que segurança não se faz com armas, mas com o pensamento, com a nossa capacidade intelectual e disposição acadêmica de invadir as comunidades ao redor com o nosso projeto de sociedade", propõe.

"Medidas devem ser experimentais"

Denise Góes, representante do Sintufrj, encara as recentes medidas de segurança da universidade como ações experimentais. Para ela, deverá ser analisado o efeito que um maior controle do acesso terá em relação à segurança e à rotina da vida nos *campi*. "Na verdade, não houve ainda um amplo debate em relação ao estabelecimento de uma política de segurança para a UFRJ com todos os segmentos da universidade", disse. Para a sindicalista, antes de adotar medidas como crachás, câmeras ou fechamento de portões, uma pesquisa deveria ter sido feita para a administração ter em mãos um retrato da movimentação de pessoas dentro da universidade. "Há especificidades de cada unidade que devem ser respeitadas, no caso do Fundão, por exemplo. Há cursos noturnos funcionando, a Vila Residencial cresce a cada dia. Tem que haver um retrato que dê conta dessas estatísticas", ressaltou.

Projeto já está em fase de implantação no Fundão

O prefeito Hélio diz, no entanto, que o projeto de segurança da universidade já está em plena fase de implantação e atualizou para a reportagem do Jornal da Adufrj os números da segurança na Ilha do Fundão: seis viaturas, trafegam em sistema de ronda intensiva, de 6h às 23h. Todos os carros possuem um rádio fixo, interligado a uma central de operações localizada na prefeitura universitária.

Três guaritas blindadas foram instaladas nas entradas do *campus* da Ilha do Fundão. As casinholas aguardam apenas a instalação dos equipamentos do sistema conhecido como Kapta, desenvolvido no Instituto de Matemática, que fará a leitura automática das placas dos veículos que passam pelo local. Assim como os cracás de uso dos freqüentadores da universidade, todos os carros deverão ser cadastrados pela reitoria. O prefeito admite, no entanto, que o número registrado ainda está bem abaixo das expectativas: apenas 7,5 mil veículos dos 20 mil a 25 mil estimados. "Esperamos aumentar esse índice agora, com a volta às aulas", contou.

De acordo com o prefeito, os funcionários que já fazem prontidão nas guaritas instaladas no Fundão ainda não passaram por nenhuma situação de risco. "Mas ainda é cedo para fazer qualquer avaliação. O que posso dizer é que não houve nenhum caso de desova de cadáver na ilha desde a instalação das guaritas". Desde o dia primeiro de janeiro, foram fechados os acessos à Cidade Universitária, de 23h às 6h (somente a via ao lado do IPPMG fica liberada o tempo todo). Segundo o prefeito, os 50 vigilantes terceirizados que revezam nas guaritas do Fundão foram previamente treinados pela Divisão de Segurança (Diseg).

Kelvin Melo

GUARITA NA ENTRADA DO FUNDÃO, EM FRENTE À LINHA VERMELHA

Em vez de se isolar, universidade deve se integrar à comunidade externa

A representante dos técnico-administrativos reconhece as medidas como restrição do acesso através de portões e crachás de identificação como ações que "no fundo, visam à segurança dos *campi*". Mas, a servidora alerta para o risco de a universidade se isolar das comunidades em seu entorno. "Casos de violência na universidade são reflexos da nossa sociedade. Não podemos resolver nos isolando cada vez mais", disse.

Denise ressaltou que o comprometimento da universidade com as comunidades que a ladeam é uma realidade a ser considerada principalmente no *campus* do Fundão, para ela, "uma área nevrálgica" quando se fala de áreas carentes. "Essa população tem que ser cada vez mais atendida pela nossa universidade através de cursos de extensão, de projetos de alfabetização e de outras atividades que façam com que o conhecimento produzido seja compartilhado. Não podemos nos comportar como privilegiados," avaliou. Denise salientou que o afastamento só irá aumentar ainda mais a falta de identificação da sociedade com a universidade.

Movimentação será controlada

Quando o sistema de câmeras interno do *campus* do Fundão, estiver em pleno funcionamento, ao detectar um carro estranho aos registros da universidade que se dirija a um destino diferente do informado na guarita, a vigilância abordará o veículo para averiguação. Para monitoramento das principais vias e os estacionamentos do Fundão, a Prefeitura já recebeu 19 câmeras de alta precisão que serão instaladas em locais estratégicos, também até o fim de maio. As imagens serão repassadas a uma outra central de operações da Divisão de Segurança, no Centro de Tecnologia. Uma parte das imagens também será enviada para a Secretaria de Segurança Pública do estado, na Central do Brasil. A instalação de câmeras no interior dos prédios ainda está em fase de estudos pela reitoria.

"Universidade não é shopping de luxo para se isolar"

Badauí disse que o DCE não é contra as medidas que visam à instalação de guaritas, rondas de patrullhamento desde que isso não afete o acesso às dependências da universidade. Para ele, a universidade pública é um patrimônio da sociedade que deve estar sempre de portas abertas. "A vigilância dos acessos é importante, mas não deve ser confundida com uma barreira física da universidade, uma vez que a dificuldade de acesso acadêmico, ou seja, aos cursos já é uma realidade", comparou.

O representante do DCE disse que não há razão de existirem barreiras físicas ao acesso à universidade pública, mesmo com as guaritas, o acesso à população deve ser liberado. "Universidade não é condomínio, nem shopping center de luxo para se isolar da população em geral", avaliou.

Problema envolve falta de verbas

Para Badauí o problema da segurança está intimamente relacionado à falta de verbas para a educação. "Essas recentes medidas não podem servir para encobertar o verdadeiro debate. A realidade é que a Divisão de Segurança (Diseg) da UFRJ, assim como outros setores, enfrenta o problema de falta de contratação de pessoal através de concurso público, o que vemos é o aumento cada vez maior de terceirizados", avaliou.

Segurança deverá respeitar atos e protestos

O representante do DCE alertou para o fato de que qualquer plano de segurança para a universidade deve respeitar a realidade da vida acadêmica. Badauí ressaltou que o cotidiano da universidade é marcado por uma intensa participação política, sobretudo dos estudantes, em manifestações, protestos e atos estudantis. "Somos radicalmente contra a presença nos *campi* da Polícia Militar e de outras polícias externas ao contexto universitário. Já tivemos problemas com atitudes repressoras da Polícia Federal durante uma ocupação que fizemos na Faculdade de Direito," disse.

"Exército" terceirizado

Hoje, a vigilância da universidade possui mesmo um pequeno exército de terceirizados à disposição: quase 600, já contados os cerca de 30 vigias novos para reforçar a segurança da Praia Vermelha. O fato de esse aparato trazer desconforto à comunidade não é desconhecido do prefeito. "Essa é uma questão polêmica", admite. "Alguns especialistas em segurança recomendam o uso da arma pelos vigilantes terceirizados; outros, não. Mas essa utilização foi um pedido recorrente de diretores, decanos e chefes de departamentos e a reitoria preferiu assim", comentou, frisando que a arma deve ser sempre usada como instrumento de defesa.

Em resposta à preocupação dos movimentos universitários quanto a eventual repressão por parte dos policiais armados nos *campi*, o prefeito esclarece que os terceirizados receberam ordens para, em casos de protesto e outras manifestações, chamar a vigilância concursada, "mais habilitada ao trato com a comunidade universitária", diz.

Quadro permanente reduzido

O quadro permanente de vigilantes, aliás, gira em torno de apenas 70 servidores. O prefeito explica que, desde 2004, houve um esforço da reitoria para aumentar esse setor com os concursados para vigilantes em desvio de função (mais de 200), mas apenas dez retornaram à função original. Helio adianta que o reitor Aloisio Teixeira iniciou negociações com o ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, para a reabertura emergencial de concursos para esse tipo de cargo, o que está proibido desde o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. "Seria ótimo, uma vez que o concursado cria um vínculo importante com a instituição", disse.

Modelo fornecido pela Prefeitura da UFRJ

Custos

Com a vigilância terceirizada, a universidade gasta anualmente R$ 9,5 milhões. Com os novos carros, foram utilizados R$ 150 mil. Para o sistema de 19 câmeras, mais o Kapta das guaritas, mais R$ 1,2 milhão. Ainda podem ser contabilizados R$ 80 mil para os crachás, R$ 600 mil para a iluminação, R$ 40 mil para os radiocomunicadores e R$ 180 mil para as três guaritas.

Muros e barreiras não resolvem conflitos

Tratar questões de violência isoladamente sem apontar seu vínculo com um de modelo de sociedade e com a opção por uma modelo econômico neoliberal é trabalhar com um imediatismo fadado ao fracasso, uma vez que não toca nas suas origens.

A universidade deveria dar o exemplo de que estas questões podem e devem ser trabalhadas de forma mais profunda, ao invés de apenas repetir o que se faz em cada bairro ou em cada casa na cidade do Rio de janeiro e do Brasil. Condomínios fechados, praças cercadas, casa muradas, carros blindados e seguranças particulares são soluções implementadas há décadas sem diminuir os problemas de violência.

Como local privilegiado do pensar e da construção de novas respostas e soluções, a universidade não pode simplesmente repetir o aumento do aparato repressivo como está sendo implementado em outros setores de nossa sociedade, com resultados cada vez mais desastrosos

Também não podemos esquecer que a " segurança na UFRJ" está comprometida pela deterioração geral dos nossos prédios, pela precária rede de água e luz, pela insuficiência do funcionamento dos transportes públicos, pelo pequeno investimento em segurança patrimonial, o que nos remete à necessidade de discutir um conceito mais amplo de segurança.

A universidade pública brasileira ainda tem um longo caminho a percorrer para ser reconhecida como um lugar de inclusão e igualdades sociais. Historicamente sabemos que muros e barreiras não resolvem conflitos sociais, apenas protelam soluções mais profundas.

Diretoria da Adufrj-SSind

Opinião

Ilha de São Luís do Maranhão pede socorro

Maria de Lourdes dos Santos Lacorte Baptista

Lembro-me quando eu era aluna do ginásio, há muitos anos atrás, e meu professor de história disse em classe:

O Brasil possui leis magníficas, mas a maior delas é o decreto lei 1985/40 que diz em seu contexto: "O dono do solo não é o dono do subsolo". O subsolo pertence ao Brasil e ao povo brasileiro, com toda riqueza que nele existir!

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), maior empresa de mineração no Brasil, constituída em 1942 como sociedade de capital aberto, teve o Governo Federal como acionista majoritário até 1997, porque estava em vigor o decreto lei 1985/40 de Getulio Vargas. No governo Fernando Henrique Cardoso, durante a febre das privatizações, foi promulgada pelo Senado e Câmara Federal num silêncio quase sepulcral a lei 9.314/96 - código de Minas. "O direito à participação do proprietário do solo nos resultados da lavra será de 50%". Então o dono do solo também o é do subsolo. Para a CVRD foi um triunfo. Na época, William Bonner, apresentador do Jornal Nacional, falou laconicamente: "Caiu a lei do subsolo (sem comentários)".

A CVRD, há 63 anos no país, é hoje em dia uma mega empresa em expansão, com interesses variadíssimos. Possui diversas subsidiárias estrangeiras. Além da extração de ferro, manganês, bauxita, aluminita, alumínio, minérios e metais raros, ouro e pedras preciosas e outros. Explora projetos de reflorestamento e industrialização de celulose (Pará e Espírito Santo) para a fabricação de papel; fertilizantes; tem interesses em transportes marítimos e ferroviários, pesquisas geológicas e projetos de engenharia; construção de hidroelétricas. E outros que a população ignora.

A Vale adquiriu por um preço simbólico a ser pago a perder de vista, quilômetros e quilômetros de terras devolutas (terras da União), na região Amazônica - estado do Pará. Ganhou de presente a Serra de Carajás com uma série de montanhas que estão sendo transformadas em minas a céu aberto, permanecendo no subsolo quantidade tão grande de ferro que os séculos vindouros não serão suficientes para esgotá-lo. Recebeu também Serra Pelada, riquíssima em ouro, e liberdade total e absoluta para prospecção, pesquisa, e exploração de minérios e minerais.

Além da grande extensão de terra, que provavelmente é maior que muitos países, pode extrair: madeiras nobres ou não e os óleos vegetais de grande valor no mercado externo. É dona de tudo, recebido de mãos beijadas dos políticos brasileiros, que mudaram as leis.

A empresa construiu uma estrada de ferro ligando as minas da Serra de Carajás no sul do Pará ao Porto de Itaqui na ilha de São Luís. Este porto também construído por ela a partir do final da década de 60 e início da década de 70, para o transporte do minério de ferro, de outros minérios, de óleos vegetais, etc. Os navios, com seus porões abarrotados, partem para vários continentes. A exportação traz para a Vale um lucro astronômico. E o Brasil o que ganha com isso? Quem fiscaliza?

Mas a CVRD não está satisfeita, quer aumentar os lucros ao infinito com a construção das três siderúrgicas na pequenina ilha histórica de São Luís. O preço do aço em lingotes ou barras não tem comparação com a venda do minério de ferro. Não importa que a "ilhazinha" seja destruída, contanto que a Vale fique cada vez mais poderosa e rica.

Associadas, a CVRD e a Posco (*Pohang Steel Corporation*), maior siderúrgica sul coreana, e a *Baosteel Shanghai Group Corporation* (Baosteel), maior siderúrgica chinesa, querem construir e operar uma planta siderúrgica integrada na ilha de São Luís, estado do Maranhão, para a produção de cerca de 3,7 milhões de toneladas de placas de aço por ano. O projeto também considera a possibilidade de uma expansão de capacidade futura para 7,5 milhões de toneladas de placas de aço por ano. Com vistas a tornarem-se as maiores produtoras de aço do mundo.

E segundo o relatório Phorum, contratado pela própria Vale do Rio Doce, obedecendo à lei constitucional 9.605/98 – Crimes Ambientais, no seu inciso IV, e adotado como oficial pelo Governo do Estado e pela Prefeitura de São Luís, basta uma só destas fábricas de 7,5 milhões de toneladas de placas (das três que a Vale pretende implantar) para alterar drasticamente o meio ambiente da ilha.

Entre outras conseqüências, o relatório cita: poluição atmosférica por emissão de gases e poeiras decorrentes da manipulação e processamento da matéria prima; poluição das águas superficiais e subterrâneas por meio de águas residuais resultantes da refrigeração de unidades de produção, dos sistemas de depuração de gases e do processo de fabricação do aço; poluição do solo e das águas superficiais e subterrâneas por meio do solo oriundo dos sistemas de depuração de gases e tratamento de águas residuárias, decorrentes da deposição da escória e resíduos sólidos do processo industrial, e a poluição sonora produzida em todas as fases do processo produtivo; aumento da pressão sobre o sistema de produção ambiental e risco de ocupação ilegal do Parque do Bacanga e da Área de Proteção Ambiental do Maracanã.

A Constituição da Republica Federativa do Brasil diz em seu artigo 23: "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I - Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; (...) III - Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens notáveis e os sítios arqueológicos; (...) VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII – Preservar as florestas, a fauna e a flora; (...)"

Implantar (três) usinas na paradisíaca ilha de São Luis no Maranhão, considerado o maior e mais hegemônico conjunto arquitetônico de origem civil portuguesa da América Latina, reconhecido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura) como Patrimônio da Humanidade, é um crime ambiental que fere a Constituição do Brasil, do Estado e do Município. Do outro lado da baía de São Marcos, quase em frente a São Luis, está à cidade monumento de Alcântara, tombada pelo Patrimônio Nacional desde 1948, e a Base de Lançamento de Foguetes com vista ao lançamento de Satélites, da Agência Espacial Brasileira (Brasília).

Salvem a ilha histórica de São Luís.

Professora Adjunta aposentada da EEAN/UFRJ.

Entrevista

Governo Lula é responsável pela maior despesa com juros nos últimos 50 anos

Reinaldo Gonçalves

No final de 2005, a chamada grande mídia e diversos segmentos da sociedade comemoraram o 'divórcio' do governo Lula com o Fundo Monetário Internacional. Essa antecipação da dívida foi, de fato, favorável ao país?

O presidente Lula é o responsável direto pela maior despesa com taxas e juros na relação entre o Brasil e o FMI nos últimos 50 anos. E, o Brasil tem sido o principal cliente do FMI desde 1984. Quando Lula tomou posse, o Brasil respondia por 22% dos empréstimos totais do FDMI. No período 2003-05, a catastrófica gestão econômica de Lula implicou no pagamento de US$ 2,5 bilhões, ou seja, uma média anual superior a US$ 850 milhões que o Brasil pagou ao FMI. Isso foi um desperdício de recursos muito grande – cerca de R$ 6 bilhões. E mais, o Brasil não usou os recursos do FMI, que só serviram para apoiar a estratégia da linha de menor resistência e da pusilanimidade seguida por Lula. É como se o professor ou a professora pegasse um empréstimo no banco e deixasse parado na conta. Portanto, a antecipação do pagamento da dívida com o FMI não redime o governo do erro anterior que foi o apoio e a ratificação do acordo assinado em setembro de 2002.

O que significa o pagamento desses R$ 15, 5 bilhões ao FMI em relação à já tão sentida (e alardeada pelo próprio governo para justificar não reajustar salários, por exemplo) falta de recursos para as políticas sociais?

É uma combinação dramática entre covardia, desperdício e incompetência que custa muito caro para o povo brasileiro. Além de ter sido desnecessário o famigerado acordo com o FMI, o governo Lula deveria aproveitar a favorável conjuntura internacional para reduzir significativamente a dívida externa do setor público e aumentar as reservas internacionais. Para se ter uma idéia da péssima gestão macroeconômica, vale mencionar que as reservas estão aumentando. Entretanto, o governo capta recursos no mercado interno a uma taxa de juro líquido da ordem de 15% (descontando impostos), compra dólares para formar as reservas internacionais, que aplicadas no sistema financeiro internacional rendem menos do que 2% ao ano. Dessa forma, cada US$ 1 bilhão de acúmulo de reservas custa aproximadamente R$ 130 milhões anualmente para o povo brasileiro. É o cidadão que pega um empréstimo CDC (taxa de juros de 5%) para fazer uma aplicação na poupança (retorno de 0,7%). Transcende a irracionalidade, pois indica desvio de conduta.

Arquivo/Adufrj-SSind

REINALDO GONÇALVES

Cada US$ 1 bilhão de acúmulo de reservas custa aproximadamente R$ 130 milhões anualmente para o povo brasileiro

Em matéria no Jornal da UFRJ, publicada no final de 2005, o senhor considera que a política econômica do governo promove uma 'africanização' do Brasil. Na sua opinião, qual o impacto dessa política de 'bom comportamento' frente aos organismos financeiros internacionais para o desenvolvimento do país?

Não penso que seja "bom comportamento". Trata-se de seguir a "linha da menor resistência" e da "pusilanimidade". Aliás, em seminário realizado no Diretório Nacional do PT em junho de 2001, com a presença de Lula, fiz o seguinte alerta: "a estratégia de nada fazer, nada mudar, significa deixar o Brasil vulnerável, débil, nessa trajetória de africanização (esgarçamento do tecido social, deterioração institucional, tensionamento crescente na política e desestabilização macroeconômica). E, isso é uma estratégia de alto risco. Para fazer isso (não mudar), é melhor deixar a social-democracia ou os liberais no poder. Estou convencido que qualquer estratégia, marcada pela pusilanimidade e pela linha de menor resistência, desembocará em um processo autofágico. Perderemos o rumo e o prumo. Não tenho dúvidas que a história vai cobrar, e cobrará caro se seguirmos a linha de menor resistência." Esse debate foi publicado pela Editora da Fundação Perseu Abramo (*Socialismo e Globalização Financeira*). E, foi exatamente esse processo que o atual governo decidiu seguir. Por isso, não podemos aceitar a derrota com a humilhação. O resultado é, sem dúvida alguma: Lula nunca mais!

UFRJ

Jessie Jane assume direção do IFCS

Cerimônia de posse da nova direção lota salão nobre do Instituto

A doutora em História Social Jessie Jane Vieira de Souza tomou posse oficialmente da direção do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), em cerimônia no último dia 25, no salão nobre da Instituição completamente lotado. Eleita com mais de 60% dos votos pelo sistema universal, Jessie Jane foi aclamada pelos presentes ao assinar o documento oficial da posse. A vice-reitora Sylvia Vargas o pró-reitor de pós-graduação e pesquisa, José Luiz Monteiro, prestigiaram a solenidade.

Ao lado de Jessie Jane estava a nova vice-diretora, Gláucia Villas Boas, professora do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia do IFCS. As professoras têm mandato até 2009 e receberam a direção do professor Franklin Trein, que distribuiu aos presentes um livreto com um balanço da sua gestão.

Só três pessoas na posse em 2002

Franklin ressaltou as dificuldades enfrentadas quando assumiu a direção do IFCS e garantiu que quando aceitou dirigir o centro, em 2002, sabia que a responsabilidade não era só com o Instituto, mas com toda a sociedade brasileira: "Quem vê este salão cheio hoje, não imagina que há quatro anos atrás só havia mais duas pessoas, além de mim, na minha cerimônia de posse". Emocionada, Jessie Jane não perdeu a oportunidade de criticar o período da ditadura militar no Brasil, na qual os pensadores eram reprimidos: "Após quase 20 anos, podemos dizer que hoje o IFCS se reergueu", afirmou ela, que foi presa política do regime militar.

Antonio Vianna

A nova direção também provoca uma boa expectativa no corpo discente. De acordo com o aluno de mestrado em Sociologia, Thiago Antônio Morais, que esteve presente na cerimônia, o IFCS deve continuar progredindo: "A nova direção deve atender as principais demandas do Instituto, principalmente no que diz respeito a infra-estrutura", afirmou, esperançoso.

Colegiados

Conselhos distribuem 112 novas vagas do quadro docente

O Ministério da Educação publicou no último dia 2 de fevereiro uma portaria que autoriza a abertura de concurso para a contratação de 2.200 professores para as universidades federais. Pela matriz de distribuição da Associação Nacional dos Dirigentes (Andifes), a UFRJ receberá 112 vagas.

A universidade tem hoje um déficit de cerca de 800 docentes, entre aposentadorias, falecimentos e afastamentos. Só para esse ano, a UFRJ tinha uma demanda de 663 substitutos e o ministério concedeu verba para a contratação de 533 professores temporários.Segundo dados do MEC, as universidades federais tiveram acréscimo de 1.996 professores em seus quadros desde 2002.

O prazo para publicação do edital de abertura do concurso é de até seis meses, a partir da publicação da portaria. Já a confirmação do resultado final das provas deve ocorrer até três meses antes do primeiro turno das eleições, em 30 de junho. Nessa corrida contra o tempo, os colegiados acadêmicos da UFRJ (CEG e CEPG) reuniram-se na sexta-feira, 3/2, e decidiram os critérios que vão balizar a distribuição das 112 vagas pela Comissão Temporária de Alocação de Vagas da universidade.

Indicadores

A novidade dessa distribuição é que a Cotav estabeleu quatro grupos de indicadores para a avalição dos pedidos das unidades e departamentos, cujo resultado determinará a distribuição das vagas. O primeiro grupo avaliará as perdas e os ganhos de vagas docentes pela unidade nos últimos dez anos. O segundo estabelece critérios para avaliação de desempenho acadêmico com indicadores de produtividade (número de inscrição em disciplinas e de graduados pelo número de professores do quadro permantente, quantidade de teses defendidas etc). O terceiro grupo de indicadores avaliará o desempenho acadêmico da unidade nos últimos três anos com base nos conceitos de avaliação do MEC, da Capes, no número de pesquisadores, bolsistas etc. O quarto grupo avaliará o plano de desenvolvimento da unidade/departametno/programa do solicitante em relação às diretrizes acadêmicas.

Nessa avaliação do plano de desenvolvimento, alguns critérios são avaliados: expansão, oferta de novos cursos, cursos noturnos, qualificação corpo docente, consoliadção de linas de pesquisa, integração ensino, pesquisa e extensão, interdisciplinaridade, projeção de aposentadorias, redução da evasão.

A nota final da unidade para 'concorrer' as vagas docentes é obtida através de uma equação que estabelece uma média entre os indicadores. Têm peso dois, nessa matemática, a notas dos indicadores dos grupos I, II e III que somados ao IV serão divididos por sete ($G = [2G1 + 2G2 + 2G3 + 2G4]/7$).

Valorizar a integração graduação-pós e a qualidade

A professora da Escola Politécnica e representante dos ex-alunos no CEPG, Claudia Morgado, assessorou o trabalho da Cotav e diz que essa é a primeira vez que a Cotav estabelece uma metodologia para aplicar os critérios de avaliação das demandas das unidades por contratação permante de professores. A principal orientação da nova metodologia é, segundo a professora, privilegiar as unidades que praticam a integração graduação/pós-graduação. Outra preocupação é garantir a qualidade da universidade como um todo. "Se formos olhar numa perspectiva individualista (dessa ou daquela unidade) nunca chegaremos a um consenso", disse a professora.

Lista do vestibular da UFRJ saiu antes no *Orkut*

A reitoria criou uma comissão de sindicância para apurar uma suposta invasão nos domínios do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE). A informação foi dada durante o expediente do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), realizado no dia 1° de fevereiro. No portal de relacionamentos do Orkut, na *internet*, a lista dos classificados no vestibular da UFRJ deste ano foi divulgada antes mesmo do pedido de revisão de provas. De acordo com as postagens na comunidade "Vestibular UFRJ 2006", teriam sido alunos da própria universidade que teriam invadido os arquivos do NCE para publicar a classificação antes da divulgação oficial. O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, informou que a reitoria agiu rápido e criou a comissão, presidida por Erickson Rocha.

Alojamento

Estão abertas as inscrições para seleção de novos alunos para Alojamento Estudantil, Bolsa Auxílio e Bolsa Apoio. O edital foi aprovado pelo CEG, durante essa primeira sessão de 2006. Serão disponibilizadas 60 vagas para o Alojamento (sendo 30 para o bloco masculino e 30 para o bloco feminino), 150 cotas de Bolsa Auxílio para calouros, 100 cotas de Bolsa Auxílio para alunos já matriculados na UFRJ e 68 cotas de Bolsa Apoio. O formulário de inscrição estará à disposição dos alunos a partir do dia 6 de março de 2006, na Divisão de Assistência ao Estudante (DAE).

Condições de trabalho

UFRJ continua contratando substitutos

Para o ano letivo de 2006, a UFRJ solicitou 663 vagas para professores substitutos. O Ministério concedeu 533 vagas para contratação temporária que foram distribuídas pelo Conselho de Ensino de Graduação entre as unidades e seus departamentos. Em 2005, foram concedidas 577 para a universidade. O Centro de Letras e Artes é o que mais contrata substitutos. Esse ano, serão 125. O CFCH contratará 65 substitutos, seguido do CCS (52), CCJE (35), CAp (24), CT e CCMN com vinte contratações, cada.

Remuneração

Todos os substitutos em regime de 20 horas semanais recebem, independente de sua titulação (graduado, com mestrado, doutorado ou especialização)

R$ 839,87. O vencimento básico do professor substituto, em qualquer caso, está abaixo do salário mínimo (R$ 300), pois varia de cerca de R$ 150 a R$ 220. Por lei, todos devem receber o complemento até chegar ao valor do salário mínimo. Com a Gratificação de Atividade Executiva (160% incidente sobre os R$ 300), soma-se R$ 480 ao salário. Com o abono de R$ 59,87, alcança-se o valor de R$ 839,87. Para 2006, a UFRJ contratará dez substitutos 40 horas para a sua creche universitária, via Faculdade de Educação. Nesse caso, se forem apenas graduados (cujo vencimento básico também fica abaixo de R$ 300), receberão os mesmos R$ 839,87. Se tiverem títulos de aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado, podem chegar a receber um pouco mais, em ordem crescente, de acordo com a titulação.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 488 • 20 de fevereiro de 2006

Assembléia Geral

22 Fevereiro
quarta-feira
15:30

Auditório Hélio Fraga
CFCH - Praia Vermelha

Pauta
1 – Resoluções para o 25º Congresso do Andes-SN

Reunião aberta da delegação ao Congresso do Andes-SN
terça-feira
21 de fevereiro
13h
sede da Adufrj-SSind

Entrevista

Antonio Vianna

Diretora do IFCS fala dos desafios da nova gestão
Páginas 4 e 5

Fórum Social em Caracas trás desafios para esquerda latino-americana
Páginas 6 e 7

Antonio Vianna

A VICE-REITORA, SYLVIA VARGAS, DISCURSA NA POSSE DA PROFESSORA CELINA MARIA DE SOUZA COSTA COMO DIRETORA DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

CAp renova direção, mas mantém projetos

Aposentadoria de Titular depende da data de ingresso no serviço púlbico
Página 3

Editorial

O duplo desafio do 25° Congresso do Andes-SN

Dois grandes temas ocuparão o 25° Congresso do Andes-SN : a próxima eleição para a direção nacional do sindicato e os encaminhamentos para as nossas lutas em 2006.

Neste congresso, devem ser apresentadas as chapas que concorrerão às próximas eleições em maio para a direção nacional do sindicato. É um momento de definições de programas e visões políticas importantes, não só do movimento sindical como também da situação política do país. Lembramos que a chapa derrotada na última eleição aglutinou-se em torno do movimento chamado Proifes, praticamente rachando o sindicato, com uma visão de defesa das políticas do atual governo, que passou a tratá-los como seus "convidados" em todas as reuniões com o Andes-SN. Aqui na UFRJ, este movimento foi derrotado nas eleições para a Adufrj-Ssind. No quadro nacional, ocupam algumas direções que, seguindo as orientações governistas para o movimento sindical, estão, sem sucesso, tentando ações para saírem definitivamente do Andes-SN. Com a queda da representatividade política do governo Lula e do PT, a questão da reorganização partidária também estará presente no Congresso. O movimento docente tem uma tradição forte de apresentar claramente as questões e os espaços partidários e sindicais e, neste momento de dificuldades, isto será fundamental para os rumos do sindicato.

Na seqüência das políticas de desmantelamento das funções e obrigações do Estado brasileiro, praticadas pelos governos FHC e Lula, o ano de 2006 apresenta muitos desafios. O aprofundamento da reforma universitária do governo, posta em prática de maneira fragmentada, mas coerente com o projeto de privatização do ensino público superior, já foi mais de uma vez anunciado e adiado pelo governo. Neste ano de eleições presidenciais o governo Lula precisará apresentar resultados tais como a abertura do ensino superior aos capitais internacionais. A nova fase da reforma da Previdência também já está anunciada pelo governo com a implementação da previdência complementar, com novas regras de seguridade social do trabalhador, com a possibilidade de aumentos das contribuições dos trabalhadores que serão destinadas, mais uma vez, para o pagamento da dívida externa, uma vez que sabidamente a Previdência Social não é deficitária. Também está em andamento a reforma sindical cujo objetivo central é dividir as representações dos trabalhadores. A intervenção do governo no sindicato dos docentes do ensino superior é mais um capítulo deste processo. E temos a grande questão da nossa campanha salarial. Em 2005 não tivemos nenhum reajuste e o PL do governo, finalmente em tramitação, depende da aprovação do orçamento e amplia a quebra da paridade e isonomia entre os docentes.

Neste 25º Congresso, a necessária análise de conjuntura exige a elaboração de respostas formuladas a partir da concreticidade do nosso movimento. Assim é preciso realizar um balanço cuidadoso da campanha salarial de 2005, identificando nossos erros e acertos, nossas falhas e fragilidades para que possamos dar continuidade às lutas interrompidas em 2005 e iniciar fortalecidos as campanhas de 2006.

Fazer o balanço da greve, aglutinar o movimento docente combativo em torno de suas bandeiras históricas e promover a organização dos trabalhadores são os desafios do 25° Congresso do Andes-SN. A nossa capacidade para analisar a conjuntura e formular propostas corretas definirá nossa força para o enfretamento com governo de Lula, do PT e de seus aliados. O 25° Congresso do Andes-SN será fundamental para elaborar corretamente nossas repostas políticas, nosso plano de lutas e especialmente nossa reorganização.A defesa intransigente da universidade publica e da dignidade do carreira docente, mais uma vez está em nossa mãos.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Novos titulares se aposentarão de acordo com ingresso

Assessoria da Adufrj-SSind diz que aposentadoria de novos docentes dependerá de data do ingresso no serviço público

Os professores aprovados nos concursos para os cargos de Titular nas universidades federais se aposentarão pelas regras da reforma previdenciária de 2003, a famosa Emenda 41. A assessoria jurídica da Adufrj-SSind preparou uma análise de cada situação dos que passarem a titular, sendo professores do quadro da UFRJ ou não.

As regras para aposentadoria dos novos Titulares vão variar de acordo com a data de ingresso no serviço público. Assim, as normas serão diferentes para aqueles que já estavam no serviço público em 16 de dezembro de 1998 (data da Emenda Constitucional 20 de 1998), para os que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003 (promulgação da reforma da previdência dos servidores) e para os que ingressaram a partir de 1º de janeiro de 2004.

O primeiro ingresso do docente no serviço público definirá sua aposentadoria enquanto servidor, independentemente desse professor vir a tomar posse em novos cargos. A assessoria alerta, no entanto, que qualquer outro ingresso no serviço público pelo docente poderá se dar em qualquer esfera da federação (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, incluídas suas autarquias e fundações).

O jurídico da seção sindical recomenda aos candidatos a Titular docentes ou não, que não interrompam a prestação do serviço para a administração ao qual estiverem vinculados até a posse no novo cargo. Desta forma, o professor do quadro da universidade que seja aprovado em concurso para professor titular terá mais opções para garantir sua aposentadoria. Poderá optar por se aposentar pelas regras de transição da Emenda 41/2003 (arts. 2º, 3º e 6º) ou pelas regras do art. 3º da recém promulgada Emenda Constitucional nº 47/2005, conforme sua data de ingresso no serviço público, ou optar pelas regras gerais do Art. 40 da Contituição Federal.

Novos titulares que entraram no serviço público até 16 de dezembro de 1998

Nesse caso, esses docentes terão aposentadoria regida pelo art. 2º da reforma da previdência (Emenda 41/03) e ainda podem optar pelas regras do art. 6º da reforma ou o art. 3º da chamada PEC paralela de 2005 (PEC 47/2005) e pela regra geral do art. 40 da CF. Para isso, o professor deve preencher os seguintes requisitos: 53 anos (homens) ou 48 anos (mulheres) de idade, 5 anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria, 35 (homens)/30 (mulhereso) anos de contribuição. Pagarão um pedágio de 20% com redutor de 3,5% até dezembro/2005 ou de 5% a partir de janeiro de 2006, para cada ano antecipado aos limites de idade a 55 (homens)/60 anos (mulheres).

Fim da integralidade e da paridade – no caso citado, para os proventos calculados e reajustados de acordo com as regras permanentes (§§ 3º 8º e 17 do art. 40 da CF), será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor; será levado em consideração 80% de todo o período contributivo, desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, caso seja posterior a julho de 1994 (art. 1º da Lei nº 10.887/04). Haverá ainda a possibiliade de um abono de permanência para os que já preencheram os requisitos para a aposentadoria e optaram por permanecer em atividade e contribuição previdenciária para os inativos (caso do art. 3º da PEC Paralela).

Esse mesmo docente pode ainda optar pelas regras dos arts. 2º, 6º da EC 41/03e pela regra geral do art. 40 da CF). Nesse caso, deve ter: 35/30 anos de contribuição, 25 anos de efetivo exercício no serviço público, 15 anos de carreira, 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria. Para cada ano de contribuição que exceder ao limite de 35/30 anos, será diminuído um ano do limite de idade do art. 40 (60/55 anos). Nesse caso, não há redutor no valor dos proventos. Os proventos são integrais e há paridade (extensão, aos servidores inativos, dos reajustes e aumentos concedidos aos servidores ativos).

Quem entrou antes da reforma da previdência de 2003

No caso dos docentes que entraram no serviço público até 31 de dezembro de 2003, antes da reforma da previdência, a aposentadoria é regida pelo art. 6º da EC 41/03, mas podem optar pela regra geral do art. 40 da Constituição. Devem ter: 60/55 anos de idade, 35/30 anos de contribuição, 20 anos de efetivo exercício no serviço público,10 anos de carreira e 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria. Têm integralidade e paridade garantidas.

Para os que entraram depois da reforma da previdência de 2003

Para os docentes que entraram no serviço público a partir de 1 de janeiro de 2004, será apli Ccada a regra geral do artigo 40 da Constituição: aposentadoria com 60/55 anos de idade, 35/30 anos de contribuição, 10 anos de efetivo exercício no serviço público, 5 anos no cargo em que se der a aposentadoria. Não há mais integralidade nem paridade. Os proventos da aposentadoria desses docentes serão calculados e reajustados de acordo com as regras permanentes (§§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da CF - será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor; será levado em consideração 80% de todo o período contributivo, desde a competência de julho de 1994 ou desde o início da contribuição, caso seja posterior a julho de 1994 - art. 1º da Lei nº 10.887/04). Há a possibilidade de abono de permanência para os elegíveis e contribuição previdenciária para os inativos. A aposentadoria por idade aos 60/65 terá proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Os professores da UFRJ que fizeram ou vierem a fazer concurso para Titular estarão submetidos às regras expostas pela assessoria jurídica e todos deverão permanecer cinco anos no novo cargo, além de preencher as demais regras, de acordo com o tipo de aposentadoria . A exceção fica para quem optar por se aposentar pela idade (60/65), com proventos proporcionais ao tempo de serviço, sem paridade e sem integralidade.

Os que já forem professores de alguma instituição de ensino superior, ocupando cargo de Professor Auxiliar, Assistente ou Adjunto, deverão requerer a vacância do cargo anterior para assumir como Professor Titular, já que passarão pelo estágio probatório.

Entrevista

Infra-estrutura, projeto pedagógico e participação são os desafios de Jassie

Presa no dia 1° de julho de 1970, levando armas escondidas, simulando uma gravidez, Jessie Jane Vieira de Souza foi presa com mais três militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), um dos quais Colombo Vieira de Souza, seu marido. O plano era de seqüestrar o avião Caravelle, da Cruzeiro do Sul, no aeroporto Antônio Carlos Jobim, o Galeão.

Quando saiu da cadeia, após nove anos no Destacamento de Operaçõs de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), Jassie Jane decidiu estudar. Fez vestibular, ingressou na universidade com 30 anos, e foi morar em Volta Redonda onde participava da preservação da memória operária. Decidiu fazer mestrado na Unicamp sobre História Social, pois acreditava na necessidade de uma outra reflexão em relação ao movimento.

Durante o mestrado, Jessie Jane começou a ministrar aulas e descobriu uma nova paixão: a docência. Em 1998, concluiu o doutorado na UFRJ, e em 2001 foi aprovada no concurso professora de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Em 25 de janeiro desse ano, assumiu direção da unidade. Sua candidatura não foi planejada, mas sim solicitada por um fórum de professores. Seu nome foi tão bem aceito pela comunidade universitária que nenhuma outra candidatura foi lançada. Recebeu 62% de votos no regime universal.

Agora, com a direção do Instituto nas mãos, após já ter dirigido outros órgãos públicos (como o Arquivo Público do Estado), a professora Jessie se propõe a enfrentar um novo desafio: recuperar um importante patrimônio da sociedade brasileira. De acordo com ela, a principal dificuldade não é detectar os inúmeros problemas que o IFCS enfrenta, mas recuperar a auto-estima de professores, alunos e funcionários para conseguir solucioná-los.

*Em entrevista ao **Jornal da Adufrj**, a nova diretora do Instituto afirmou que sua gestão definiu três metas como prioritárias: infra-estrutura, projeto pedagógico e maior participação da comunidade universitária no planejamento do Instituto. Jessie Jane revelou também o sonho de abrir cursos noturnos na unidade e uma curiosidade em relação à sua candidatura: ela não conhecia sua vice-diretora, Gláucia Villas Boas.*

Antonio Vianna

JASSIE JANE DIZ QUE QUER ABRIR CURSOS NOTURNOS NO IFCS E CHAMOU A ATENÇÃO PARA A NECESSIDE DE TODA A COMUNIDADE DO INSTITUTO PARTICIPAR DO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL E ACADÊMICO DA UNIDADE, TANTO NA GRADUAÇÃO COMO NA PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO

JA: Após sua saída da cadeia, foi uma reflexão que a levou se tornar professora?

Jessie: Fui presa muito menina. Saí da prisão e tive que reorganizar a vida. Quando você sai da prisão tem que definir novos rumos na sua vida. Optei por estudar e me profissionalizar. Mais do que uma reflexão, foi uma necessidade de sobrevivência. Uma coisa é ser uma jovem, no início da década de 70, e outra é você ter que viver num país após nove anos presa. Todos os projetos de dez anos antes não existiam mais. Não só do ponto de vista político, quanto do ponto de vista pessoal. Ou me tornaria uma profissional da política ou me profissionalizava e tentava ser a melhor possível na minha profissão. Fiz a segunda opção, mas não considero minha escolha mais nobre do que as outras.

JA: E o ingresso no mundo acadêmico?

Um novo sindicalismo surgiu na década 80. Saí da cadeia e fui morar em Volta Redonda, onde trabalhava com a construção de arquivo operário. Percebi que precisava fazer uma reflexão mais sofisticada sobre a que eu tinha no movimento operário e fui fazer mestrado de História Social, na Unicamp. Minha ida ao mundo acadêmico, não foi por um processo de ordem acadêmica. Minha história é totalmente diferente de quem faz vestibular depois que acaba o segundo grau. Voltei a estudar com 30 anos.

JA: E por que decidiu deixar a militância partidária?

Eu não entrei na esquerda porque era estudante. Vim de uma família comunista. Foi um encaminhamento natural. Brinco com meus amigos dizendo que meu partido (ALN) acabou. O cenário

Entrevista

do Brasil hoje é totalmente diferente. Na minha geração, tínhmos poucas alternativas: ou militava-se na esquerda, não necessariamente a esquerda armada, ou íamos para as drogas ou nos formavamos e viravamos burocratas do estado. Eu optei pela luta armada. Hoje eu prefiro lidar com coisas que têm haver com a minha formação profissional.

> **"Na minha geração, tínhmos poucas alternativas: ou militava-se na esquerda ou íamos para as drogas ou nos formavamos e viravamos burocratas do estado"**

JA: Seu passado é respeitado?

Eu sofro enorme preconceito, você não tem idéia. Na UFRJ mesmo, professores de outros cursos já disseram que eu vou botar fogo no IFCS. Sou mesmo uma pessoa diferente. Você não encontra em qualquer lugar uma pessoa que seqüestrou um avião, não é? As pessoas se espantam muito. A imagem é sempre muito caricatural. Me imaginam uma pessoa que eu não sou. Mas isso faz parte dos estereótipos e eu já aprendi a lidar com isso.

JA: E com os alunos?

Os calouros de hoje nasceram na década de 90. Eles se espantam quando se fala do regime militar, porque eles não sabem. Quando eles descobrem quem eu sou, eles morrem de vergonha de falar comigo. É engraçado isso. Há muitos anos, quando estava dando aula na Universidade Federal do Espirito Santo (Ufes), começou a passar por debaixo das carteiras o livro do Gorender (Jacob Gorender), Combate nas Trevas, que tem uma fotografia minha. Eu fingi que não vi. Mais tarde um professor veio falar comigo que os alunos estavam curiosos e queriam saber se poderiam conversar comigo sobre aquele assunto. Claro que podiam... é engraçado como as novas gerações lidam com as memórias.

> **"Não tenho medo dessas tarefas. Eu já desempenhei tarefas burocráticas e tenho uma visão muito prática destas coisas. Estou conhecendo melhor a UFRJ agora"**

JA: A senhora disse que atualmente prefere trabalhar com coisas relacionadas a sua profissão. Foi neste sentido que decidiu se tornar diretora do IFCS?

Eu não resolvi ser diretora do IFCS. Ocorreu o seguinte: o professor Ulisses Neves Rafael havia montado um fórum virtual, com a participação dos funcionários, para discutir o IFCS e promover encontros. O instituto vivia uma crise muito grande: esvaziamento, problemas de ordem material imenso, biblioteca fechada por quase três anos... chegamos ao fundo do poço. Ou reagíamos ou íamos para casa. E a minha indicação para a direção surgiu deste fórum. As pessoas acharam, pela minha história e pelo fato de já ter assumido outros cargos administrativos, que eu era um nome que poderia dar certo. E também sou um nome com muito pouca resistência. Eu não articulei minha candidatura. Minha vice, eu conheci no dia em que lançaram a chapa. Eu não conhecia a professora Gláucia.

> **"O Instituto vivia uma crise muito grande. Ou reagíamos ou íamos para casa. Minha indicação para a direção surgiu deste fórum"**

JA: E a senhora aceitou o desafio...

Não tenho medo dessas tarefas. Eu já desempenhei tarefas burocráticas e tenho uma visão muito prática destas coisas. Estou conhecendo melhor a UFRJ agora e a reitoria está nos apoiando muito. O IFCS havia se isolado e não se relacionava com as outras instancias da universidade. Vamos procurar nos inserir nos projetos da reitoria, vamos reabrir a nossa livraria...

JA: Quais serão as principais diretrizes da nova direção?

Precisamos de limpeza - o IFCS anda muito sujo - e transparência para recuperação da congregação do IFCS, que estava muito esvaziada. Houve um distanciamento da direção do Instituto com a comunidade do IFCS. A comunicação não circulava e cada um foi se fechando. Nosso maior desafio é recuperar a participação de professores, funcionários e alunos. As pessoas precisam se sentir parte do projeto. Pretendo estimular professores a executarem projetos acadêmicos, a criar um projeto pedagógico, enfim, repensar as funções acadêmicas. A direção apenas executa, mas a política é de todo o IFCS. Tem uma professora daqui, que foi a primeira diretora depois da ditadura, a Liana Cardoso, que me disse uma frase que achei genial: "No IFCS é água, sabão e comunicação".

JA: Estes são os grandes desafios?

Temos três grandes desafios: infraesrutura, projeto pedagógico e participação. Pretendemos utilizar o último para conquistar os dois primeiros. Gostaria muito de ver um curso noturno no IFCS. A localização do Instituto favoreceria as pessoas que trabalham durante o dia e poderiam estudar a noite. Mas isso seria mais para o futuro. Atualmente nós não temos nenhum plano mirabolante. Todo nosso projeto é voltado para a maior participação da comunidade universitária. As pessoas quando vêem transparência e são estimuladas, participam. Se conseguirmos isso, ao final do mandato, já estaremos muito satisfeitos.

> **"As pessoas quando vêem transparência e são estimuladas, participam. Se conseguirmos isso, ao final do mandato, já estaremos muito satisfeitos"**

Resenha

MEC quer 6 anos para adaptação de cotas

Após reunião no último dia 15 entre o MEC, representantes das universidades federais e de movimentos sociais de estudantes, foi fixado o prazo de 6 anos para que instituições federais de ensino superior reservem 50% das vagas para egressos da rede pública. As universidades haviam pedido dez anos. No primeiro ano, deverá ser garantido 12,5% das vagas para os cotistas e os 37,5% restantes deverão ser alcançados progressivamente, nos cinco anos restantes. O projeto vai a plenário e depois ao Senado. (estadao.com.br, 15/2)

EUA quer frente internacional contra Venezuela

A secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, quer que a comunidade internacional, sobretudo o Brasil, a Espanha e a Áustria (na atual presidência da União Européia) crie uma "frente unida" contra Hugo Chávez, que classifica como um "perigo" para a região. Justificou seu 'pedido' afirmando que o presidente venezuelano possui vínculos estreitos com Fidel Castro. O presidente venezuelano também é acusado por Rice de influenciar os países a se 'desviarem' do processo democrático na América Latina, o que ameaçaria o projeto de os EUA terem uma "vizinhança segura". (Folha de São Paulo, 17/2)

Atingidos por Barragens aguardam liberdade de agricultores

Representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) aguardavam no último dia 17 que cinco agricultores da cidade de Anita Garibaldi (SC) fossem soltos pela justiça. Segundo militantes, os companheiros foram presos após "armação" da direção do Consórcio Baesa, responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Barra Grande. Cerca de 400 pessoas ocuparam no dia 16 o escritório do consórcio para reivindicar que o cumprimento de acordo fechado com as famílias. Três agricultores acompanharam o advogado do Baesa ao fórum onde foram surpreendidos com o pedido de prisão feito por ele. (Diário Vermelho, 16/2)

MEC aprova novas regras para avaliação

O MEC adotará os resultados do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade) e da avaliação institucional para o reconhecimento dos cursos. Apesar da combinação de resultados, a base para a avaliação continua a mesma: análise do corpo docente, do projeto pedagógico e das instalações. Com base no Enade de 2004, foi elaborado um relatório com o desempenho dos alunos para que coordenadores e professores possam saber se ingressantes e concluintes estão em fase avançada, intermediária ou inicial de aprendizagem e a partir disso tomar providência. (Folha Dirigida, 14/2)

Opinião

FSM Caracas: desafios complexos para a esquerda latino-americana

Roberto Leher

Em 2006, pela primeira vez, o Fórum Social Mundial está sendo policêntrico. Duas edições já aconteceram. Bamarko (Mali) reuniu cerca de 20 mil pessoas e Caracas, na Venezuela, contou com cerca de 50 mil participantes. A terceira e última acontecerá em março em Karachi, Paquistão.

Embora, desde o primeiro FSM, grande número de oficinas, mesas, relatos e faixas das manifestações tenha propugnado consignas antiimperialistas, a sobrerepresentação de ONGs (e, embora informalmente, de governos) na Secretaria Executiva impediram que esse posicionamento fosse assumido em nome do Fórum. Em Caracas, o tensionamento do governo Chaves com o governo estadunidense, exacerbado desde o apoio aberto de Bush ao golpe contra o governo venezuelano e a supremacia de movimentos sociais e sindicais frente às ONGs fizeram dessa edição do Fórum um acontecimento marcadamente antiimpe-rialista. De fato, em Caracas sobressairam temas hà muito reivindicados por parte dos militantes que convergem para esse espaco, como as estratégias de poder, a natureza dos governos "progressistas" da região, as tensas relações dos movimentos e sindicatos com esses governos e a integração regional. Os dois discursos de Chaves contribuiram decisivamente para esse tom. Em sua primeira fala, o presidente venezuelano interferiu abertamente nas polêmicas internas do FSM ao defender que este espaco deveria se converter em um instrumento de articulação de ações comuns, a semelhança de uma nova Internacional, caracterização que encontra resistência em considerável parte das entidades que preferem um fórum como um espaco de encontros. A vitória de Evo Morales igualmente concorreu para acentuar o teor crítico do evento, embora o novo presidente boliviano não tenha comparecido à Caracas. Este Fórum também foi o mais abertamente socialista. Em seu discurso, Chaves conclamou: socialismo ou morte!

Não casualmente, a Fundação Ford, que no Foóum anterior aportou US$ 300 mil para viabilizar o Fórum, foi impedida de apoiar o encontro de Caracas, por seu caráter crítico a Bush e a direita fundamentalista deste país. A presença da ativista Cinthia Sheehan, que ficou conhecida por protestar quase solitariamente em um acampamento em frente ao rancho de Bush, contribuiu para dissipar qualquer tentativa de identificação das críticas a Bush e as corporações esta-dunidenses com o povo deste país. Com efeito, ao lado das delegações do Brasil e da Colômbia, a delegação estadunidense foi a mais numerosa.

Entre a autonomia do Fórum e as ingerências governamentais

Caracas foi também o Fórum em que as tensões entre a autonomia do espaco e as ações governamentais foram as mais explicitas. Não apenas o gover-no venezuelano se fez visível por meio de livretos, cartazes, *stands* , mesas. Também o governo brasileiro não economizou no *marketing*, surpreendentemente anunciando um porvir de esquerda e comprometido com as transformações sociais. A opção macroeconômica a favor de Wall Street, a negociação no G-21 a favor do *agribusiness*, a intervenção militar "humanitaria" (SIC!) no Haiti (duramente criticada no Fórum), as parcerias público-privadas, a criação de fundos de pensão no sistema previdenciário do setor público e as concessões para exploração de bacias de petróleo por corporações multinacionais obviamente foram cuidadosamente ocultadas. Essa campanha publicitária passaria despercebida se não tivesse tido o apoio de Chaves e, embora mais discretamente, da delegação cubana. Compreender esse aparente paradoxo será crucial para a definição das estratégias da esquerda em 2006 no Brasil, México, Argentina, Chile e Uruguai.

Os discursos dos numerosos representantes do governo Lula da Silva não chegaram a ser novidade para os muitos brasileiros que estiveram no Fórum. As conexões do "valerioduto" que unem empresas públicas, altos funcionários nomeados pelo governo Lula, *laranjas*, partidos da base de sustentação ao governo são uma criação fantasiosa da imprensa interessada em desestabilizar Lula etc etc. Em suma, intervenções cabíveis em um governo de débeis realizações sociais, de amplas concessões a alta finança e que objetivamente sofre grave crise de legitimidade e que em menos de dez meses será submetido ao crivo eleitoral tendo perdido considerável parte de sua antiga base social de apoio. Interessante é notar sutis deslizamentos discursivos, o mais relevante deles - por sua repercussão no debate estratégico da esquerda - é de que a reeleição de Lula da Silva será decisiva para o futuro da América Latina, não tanto por seu governo, mas porque compõe o eixo progressista que pode dar suporte aos governos de Chaves, Fidel e Morales. Na prática, o discurso pode ser resumido na seguinte proposicao: sim, Lula é um governo medíocre, mas a sua reeleição é fundamental para a esquerda latino-americana por sua independência em relação a Washington.

Indymedia

ABERTURA DO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL NA VENEZUELA

Nao é segredo para nenhum analista eticamente comprometido que o governo de Lula da Silva nada tem de independente em relação a Washington e, mais ainda, que Bush o considera um parceiro estratégico para impedir a emergência de governos ditos populistas (como Chaves, Fidel e Morales). Se havia alguma dúvida em relação a isso, a presença de John Snow, o poderoso Secretário do Tesouro estadunidense, a dissipou por completo: no auge da crise, quando ficou comprovado que as contas de seu publicitário foram financiadas a partir do exterior, situação que legalmente poderia ter dado início ao processo de impedimento de Lula, Snow veio ao Brasil e reuniu os representantes dos bancos e das financeiras e a Câmara Americana de Comércio e foi objetivo - o governo de Lula conta com o apoio de Washington e deve ser protegido, frustrando a oposição neoliberal reunida no PSDB e no PFL. É óbvio que Chaves e Fidel estão cientes dessa aliança. Assim, uma pergunta é inevitável, por que preferem apostar em Lula?

Por ocasião do IV Encontro contra o ALCA que aconteceu em Havana, Fidel e Chaves, em conjunto, indicaram a sua estratégia: a ALBA florecerá melhor enquanto Washington necessitar dos governos "progressistas e nao populistas" para implentar as suas políticas neoliberais na regiao. Lula, Tabaré, Lagos (e agora Bachelet) e Kirschner são governos que embora neoliberais e afinados no fundamental com Washington precisam manter sua aura de esquerda, caso contrário poderão abrir caminho para a "esquerda populista", fortalecida pela ALBA. Uma condição para a manutenção da referida aura é criar uma imagem de relativa autonomia frente a Bush, situação cada dia mais dificil de manter no Brasil, no Uruguai e no Chile. Quando rechaçado em Mar del Plata, Lula o recebeu em seu espaço privado e fez uma série de declarações sobre as convergências entre os dois governos e Chile e Uruguai avançam em tratados de livre comércio bilaterais com os EUA. Embora taticamente compreensível, a estratégia pensanda por Castro para muitas das entidades sindicais, movimentos e militantes presentes no Fórum será desastrosa para a esquerda dos países governados pela Terceira Via, daí a tensão que perpassou todo o Fórum.

www.cartamaior.com.br

TRABALHADORES DO CAMPO PRESENTES NA 6ª EDIÇÃO DO FSM

www.cartamaior.com.br

LUTA CONTRA A GUERRA PROMOVIDA PELO IMPERIALISMO FOI DESTAQUE NO FÓRUM QUE CONGREGOU 50 MIL EM CARACAS

Um Fórum que se auto-inventa

A partir do segundo dia do Forum, aos poucos, a autonomia do espaco foi se afirmando. Muitas das mesas de debates lograram êxito ao desconstruir o discurso do "eixo progressista" defendido pelos apoiadores de Lula. A mesa coordenada por Carta Maior (Maringoni) e composta, entre outros, por Plínio de Arruda Sampaio, Ana Esther Ceceña, Atílio Borón e Michel Lowy foi decisiva para esclarecer a natureza do embate brasileiro (e também argentino e mexicano) e a fragilidade da tese da *governanca progressista* mas neoliberal. No debate econômico, Claudio Katz (UBA) e Leda Paulani (USP) explicitaram a natureza e o caráter das políticas de Kirschner e Lula, inclusive o pretenso afastamento de ambos da política do FMI. No que se refere à política educacional para a educação superior a mesa do Andes-SN e da Rede de Social em Defesa da Educação Pública nas Américas (Rede Sepa) igualmente provocaram excelentes debates, evidenciando que a privatização da educação percorre *caminhos misteriosos*, como as parcerias público-privadas e o vaporoso conceito de que a educação é um bem público que pode ser ofertado por entes públicos ou privados.

Debates sobre a mercantilizacao da educacao superior

O Andes-SN teve participação em duas mesas sobre o tema. A primeira, organizada pelo Sindicato brasileiro e seu congênere argentino (CONADU-Histórico), contou com a presença de representantes do Andes-SN (Roberto Leher e Osvaldo Coggiola), do GT Universidade e Sociedade do CLACSO (Roberto Leher), do CONADU-H (Nestor Correa) e do Sindicato dos Trabalhadores Acadêmicos da Universidade de Guadalajara (México) sendo acompanhada por cerca de 250 pessoas. A exemplo de mesa semelhante do último Fórum de Porto Alegre, foi enfatizado que uma das píores expressões da mercantilização do ensino superior é a precarização do trabalho docente, situação reconhecidamente dramática na Argentina e em Guadalajara (somente 27% dos professores têm tempo completo na universidade e 53% recebem por hora-aula, mesmo em uma instituição pública). A crescente ingerência dos empresários no que é dado a pensar na universidade também foi reconhecida como uma característica presente nos três países. Em comum também a intensificação das resistências. No Brasil, aconteceu a greve mais extensa da histéria das Federais, na Argentina uma greve vitoriosa reverteu parcialmente as brutais perdas salariais dos professores universitários e, conforme depoimento de representantes da Fasubra do Brasil, também os trabalhadores técnicos e administrativos brasileiros estiveram envolvidos em agudas lutas em 2005. Como conclusão do debate, uma série de publicações comuns foram acordadas, abordando temas como salários, conteúdo das reformas e a análise crítica dos sindicatos, reformas do sistema previdenciário, políticas C&T etc.

As mesmas constatações foram firmadas na mesa organizada pela Rede SEPA (Steve Stewart, Canadá) com a participação do Andes-SN (Roberto Leher), da confederação dos professores da educação básica do Equador (Jorge Escala), de Trinidad Tobago e Caribe (Rouston Job) e dos estudantes da Nicarágua (Yasser Martinez, OCLAE), complementadas por depoimentos e análises de ATTAC Franca, Internacional da Educação, entre outras.

Uma breve avaliação

O fato de o Fórum discutir estratégias de governo é indubitavelmente positivo, assim como a explicitação da natureza antiimperialista e socialista do mesmo. Entretanto, o problema da ingerência governamental nos rumos do Fórum gerou tensão, mas o ambiente crítico e autônomo característico do FSM gerou uma confrontação positiva, contribuindo para impedir que o Fórum se transformasse em um evento oficial. O presidente Hugo Chaves, em seu último discurso parece ter percebido esse risco, defendendo ardorosamente a autonomia desse espaço.A exemplo dos fóruns anteriores, o espaço foi fundamental para o estreitamento de relações entre sindicatos afins e para a definição de estratégias comuns em defesa da educação pública, gratuita, laica e capaz de criticar as concepções eurocêntricas que insistem em conformar todos os povos, culturas, nações na economia única neoliberal e capitalista. O protagonismo dos movimentos, partidos e sindicatos garantiram que o Fórum é um espaco aberto ao tempo capaz de propor alternativas, formas de organização das lutas assegurando a necessária autonomia dos movimentos!

*UFRJ, Andes-SN

UFRJ

CAp muda direção, mas mantém diretrizes

Celina Costa assume a diretoria e promete continuar projetos da gestão anterior

A luta por um ensino de base gratuito e de qualidade será a principal diretriz da nova direção do Colégio de Aplicação (CAp), que pretende dar continuidade aos trabalhos da gestão anterior. Essas foram as promessas da nova diretora, Celina Maria de Souza Costa, que tomou posse no último dia 9, em cerimônia realizada no Salão Dourado, no *campus* da Praia Vermelha.

O evento contou com a presença da vice-reitora, Sylvia da Silveira Mello Vargas, do pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer Fernandes, da decana do CFCH, Suely Souza de Almeida, do diretor da Faculdade de Educação, Marcelo Corrêa e Castro, e do presidente da Adufrj-SSind, José Simões. Celina Costa e a nova vice-diretora, Miriam Abduche Kaiuca, ficam na direção do Colégio até 2009.

CAp se aproximou da Faculdade de Educação

A cerimônia, também foi prestigiada pela ex- vice-diretora Isabel Cristina Goudart da Silva, que desejou muito sucesso para a nova diretoria: "É um grupo experiente mesclado com algumas pessoas novas, pois a renovação também é muito importante. É assim que se deve formar uma equipe", declarou. Isabel Goudart afirmou ainda que política é a capacidade de realização de projetos coletivos e, segundo ela, foi isso que sua gestão procurou fazer.

Antonio Vianna

CELINA COSTA ASSUME A DIREÇÃO DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO

A ex-diretora Militza Bakich Putziger concordou com sua vice e afirmou que seu olhar em relação ao CAp nunca mais será o mesmo: "Depois que a gente dirige e conhece todos os problemas de perto, tudo fica diferente. Erramos e acertamos muitas vezes, mas sempre procuramos fazer o melhor". Militza Putziger agradeceu a reitoria e a decania pelo apoio nos últimos quatro anos e ressaltou o estreitamento das relações entre o CAp e a Faculdade de Educação. De acordo com ela, esse entendimento "que é muito importante" ocorreu graças ao diretor da instituição Marcelo Castro.

Licenciatura será o carro-chefe

Celina Costa disse ainda, em seu primeiro discurso como diretora, que a licenciatura será o carro-chefe de sua gestão. Segundo ela, vários debates precisam ser realizados para que o colégio saiba o que a universidade espera do CAp. Celina parabenizou esta reitoria por dar posse aos diretores a todos os que estão sendo eleitos democraticamente e agradeceu os votos que recebeu: "Pretendemos plantar agora para que possamos colher os frutos depois".

Miriam Abduche lembrou de outros professores que apoiaram a chapa eleita e afirmou que o Colégio de Aplicação continuará a luta por uma sede própria e para que o quadro de professores e funcionários efetivos se amplie: "Não se cria raízes com uma instituição trabalhando apenas dois anos nela. Precisamos de profissionais com 25 anos de casa, pois estes saberão o que o CAp realmente precisa".

A vice-reitora Sylvia Vargas, que assinou a posse de Celina, reafirmou a importância da interação do CAp com a Faculdade de Educação: "Esperamos que a nova direção faça como a anterior e não olhe apenas para a sua unidade". Segundo ela, todos os diretores eleitos estão conclamados a refletir sobre como poderão transformar a universidade. Antes de encerrar a cerimônia de posse, Sylvia Vargas agradeceu a diretoria anterior, "que trabalhou com muita competência" e ofereceu apoio incondicional da reitoria para a nova direção do Colégio de Aplicação.

Colegiados

Universidade corre para não perder as 112 vagas docentes

Conselho de Ensino de Graduação define seus representantes na Cotav

Após o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) terem se reunido no último dia 3 para aprovar as diretrizes e os critérios para a alocação de 112 vagas docentes da UFRJ - que serão distribuídas pela Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) - o CEG definiu, na quarta-feira (8/2), seus representantes na Cotav.

Os indicados, aprovados por unanimidade pelo colegiado, são: Gil Fernando Salles (CCS), Andréa Maria Teixeira (CFCH), Maria Lúcia Patitucci (CCMN), Maria da Silvia Possas (CCJE), Valéria Castro de Almeida (CT) e Ubiratan da Silva Ribeiro de Souza (CLA). Os colegiados têm seis meses, a partir da publicação da portaria, para a publicação do edital de abertura do concurso. A confirmação do resultado final das provas deverá ocorrer até três meses antes do primeiro turno das eleições, dia 30 de junho.

CEG avalia recursos de substitutos

Nesta mesma sessão do dia 8, o CEG também analisou os recursos de professores substitutos. O presidente da Câmara Docente do Conselho, Gil Fernando Salles, lembrou que muitos recursos foram indeferidos pois os departamentos não apresentaram planilhas que comprovassem a necessidade dos substitutos. O professor Homero Fogaça sugeriu, inclusive, que futuramente todos os recursos sejam baseados nas planilhas.

Fogaça, representante do CCS, citou o exemplo da Escola de Comunicação (ECO) que além de não apresentar a planilha, pleiteava uma vaga de um professor substituto de 4 horas semanais, sendo que havia professor titular da mesma disciplina que ministrava apenas 2 horas de aulas semanais. Este recurso foi um dos indeferidos pela Câmara Docente.

O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, informou que alguns dos recursos que já foram apresentados ainda não foram analisados pela Câmara Docente e que estes serão votados em futuras sessões do CEG.

Aprovada comissão dos LIGs

O CEG também aprovou, por unanimidade, a comissão de análise de pleito de bolsas de estagiários dos Laboratórios de Informática da Graduação (LIGs): Homero Fogaça (CCS), Celina Maria de Souza (CFCH), Ana Carolina Pimentel (CCJE), Selma Gomes Leite (CT) e Anita de Sá Delmas (CLA). A comissão será presidida pelo professor Miguel Jonathan (CCMN).

UFRJ

Nova direção também na ECO

Ivana diz que Escola vive contradição ao lidar com formação de opinião e não conseguir expressão interna na universidadade

Na tarde do último dia 3, tomaram posse também os novos diretores da Escola de Comunicação Ivana Bentes e Fernando Fragozo. A cerimônia aconteceu no Fórum de Ciência e Cultura e teve uma grande presença de professores e funcionários da unidade. Poucos alunos compareceram. Estiveram na solenidade o reitor Aloísio Teixeira, o pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, o pró-reitor de Pós-Graduação, José Luiz Monteiro, a pró-reitora de Extensão, Laura Tavares, a decana do CFCH, Suely de Almeida e o prefeito da UFRJ, Hélio de Mattos.

Ivana, que foi aluna de graduação e pós-graduação da ECO, disse que sua gestão será destinada à "arrumação da casa". Ressaltou que a direção da escola será um coletivo, pois, para ela, o cargo é transitório, "o que fica é o espírito de arregimentação e convocação da comunidade em direção a um compromisso maior em torno dos cargos administrativos". Ivana salientou que a ECO vive uma contradição uma vez que se constituiu como uma Escola de formadores de opinião e uma referência na área da comunicação, mas que não tem uma grande expressão interna na UFRJ, o que, segundo ela, deverá ser resgatado.

Wagner Maiolino

IVANA BENTES ANUNCIA COORDENAÇÃO PARA CICLO BÁSICO

Um dos projetos da nova direção é abrir canais de comunicação entre os vários setores da unidade. "Estamos nos esforçando para que haja total transparência. Vamos divulgar informações na internet sobre as atas de congregação, discussões e decisões", anunciou Ivana. Será criada também uma coordenação específica para o Ciclo Básico, que compreende os três primeiros períodos de disciplinas comuns que os estudantes cursam antes de serem alocados em uma das quatro habilitações da Comunicação Social (Jornalismo, Radialismo, Publicidade, Produção Editorial).

O vice-diretor Fernando Fragozo agradeceu a confiança que a comunidade depositou na nova direção e disse que a tônica da campanha, que frisava transparência e diálogo permanentes, é um compromisso a ser mantido. "O que nos move é a convicção de que temos que abrir novas possibilidades e ir contra o pensamento único", disse.

Fragozo disse que haverá coordenadores responsáveis mais imediatos pelas suas respectivas áreas, mas destacou que essas coordenações não estarão isoladas. "Todos estaremos envolvidos com a ECO como um todo", disse. O vice-diretor será também o coordenador geral da Central de Produção Multimídia (CPM), que reúne os laboratórios de produção da Escola. O professor José Henrique Moreira permanece na direção adjunta de graduação e a funcionária Sheila Camlot será responsável pela diretoria de administração.

Aloísio Teixeira salientou que há uma forte esperança de que o modelo de gestão unipessoal, que segundo ele foi uma realidade no passado, não vigore mais na universidade. Disse que, como reitor, esforça-se para que sua função seja a representação de uma vontade coletiva. Em relação à ECO, Aloísio destacou a importância do trabalho do Conselho Universitário em relação aos problemas enfrentados pela unidade. "Foi muito importante o trabalho da Comissão Acadêmica do Consuni que analisou o projeto acadêmico da escola e estabeleceu resoluções", disse.

A integrante do Centro Acadêmico da ECO, Carolina Barreto, presente na cerimônia de posse, disse que a mudança de dirigente "deverá ser acompanhada por efetivos esforços na discussão e no estabelecimento de mudanças". Para a aluna, há problemas estruturais na unidade a serem enfrentados, como a baixa assiduidade de professores, insatisfação dos alunos com o projeto pedagógico e com o currículo dos cursos. "Esperamos que as deliberações do Consuni feitas a partir da denúncia dos estudantes sejam, de fato, executadas", salientou.

Adufrj-SSind

Assembléia elege delegados ao Congresso de Cuiabá

A assembléia geral da Adufrj-SSind do dia 7 de fevereiro elegeu os delegados e observadores da seção sindical ao 25º Congresso Nacional do Andes-SN. Esse ano, o evento acontecerá em Cuiabá (MT), entre os dias 5 e 10 de março. Os delegados eleitos foram: José Antonio Martins Simões (Física), Vera Maria Martins Salim (Coppe), Sara Granemann (Serviço Social), Ricardo Silva Kubrusly (Matemática), Salatiel Menezes dos Santos (Bio-física), Raphael de Haro Junior (Física), Fernando Celso Villar Marinho (Cap), Maria Cristina Miranda da Silva (CAp), Luis Paulo Vieira Braga (Matemática), Janete Luzia Leite (Serviço Social), Regina Helena Simões Barbosa (Nesc), José Henrique Sanglard (Politécnica). Foram eleitos como obervadores Letícia Fortes Legay (Nesc), Cleusa dos Santos (Serviço Social), Elen Martins da Silva Castelo Branco (Enfermagem), José Miguel Bendrao Saldanha (Politécnica) e Luis Eduardo Acosta Acosta (Serviço Social). A professora Letícia participará como delegada da diretoria e os professores Sara Granemman, Cristina Miranda e Luis Acosta informaram, posteriormente, à seção sindical que não poderão participar do evento.

Manuella Soares

ASSEMBLÉIA ESCOLHE PARTICIPANTES DO 25º CONGRESSO NACIONAL DO ANDES-SN

UFRJ

Dona de loja leva PM para intimidar diretor da Letras

No final da tarde do último dia 9, a Faculdade de Letras foi surpreendida com a presença de uma viatura da Polícia Militar, de um sargento fardado portando um fuzil e de uma pessoa que se identificou como advogada. Eles acompanhavam a dona da loja de artigos de informática Winmicro que funcionava nas dependências da unidade. A lojista Andrea Burck teve o acesso restringido pelo diretor da Letras, Ronaldo Lima Lins, após terem sido identificadas práticas irregulares da comerciante na unidade. "Não proibi sua entrada na instituição, orientamos os vigilantes para que permitissem o acesso dela à loja na condição de que ela estivesse acompanhada de um funcionário da casa", disse Ronaldo.

Ronaldo, recém nomeado diretor, disse que Andrea o procurou para cobrar pretensas dívidas remanescentes de acordos feitos entre ela e a direção anterior. Segundo o novo diretor, além de atuar como lojista, a empresária prestava serviços para a faculdade de manutenção de computadores e de páginas na Internet, por meio de acordos verbais estabelecidos com a direção anterior. "Não há contratos, o que ela me mostrou foram propostas de orçamento com anotações manuscritas que estabeleciam um valor de R$3.500 a ser pago num primeiro mês e de R$3.000 a serem pagos nos meses seguintes. Em vez desse último valor, ela vinha recebendo mensalmente R$3.500 durante um ano", disse Ronaldo.

Reivindicava dívida sem ter registro oficial

O novo diretor, após ter consultado o setor da reitoria responsável pelo patrimônio e finanças e a administração anterior da Faculdade, identificou que não havia dívida alguma com a lojista. Além disso, Ronaldo considera que não pode manter esse tipo de acordo durante a sua gestão. "Minha gestão é claramente contra a permanência de acordos verbais, tudo passará pelos registros oficiais, vamos fazer pesquisas de preços junto a firmas idôneas para evitar problemas como esse", ressaltou.

Lojista espionava correio eletrônico da unidade

Ronaldo disse que sua decisão em restringir o acesso da lojista foi motivada pelo fato de ter sido constatado que, através de sua senha de acesso, Andrea Burck instalou um sistema que encaminhava para ela cópias das mensagens enviadas para o correio eletrônico da Letras. A perícia no sistema de informática foi feita pelo Núcleo de Computação Eletrônica da universidade. "Isso é um crime, todos sabemos que hoje a administração pública é basicamente feita através de comunicados via internet. O que ela fez foi espionagem para tirar benefícios de informações privilegiadas", destacou o diretor.

Ronaldo disse que, após ter em mãos o laudo oficial do NCE, abrirá processo junto à Delegacia da Polícia Federal contra a empresária. O diretor disse que além desse fato, há vários indícios de que ela tenha cometido outras violações na Letras, mas que, segundo ele, ainda não puderam ser comprovadas.

ESPAÇÕ OCUPADO PELA EMPRESÁRIA QUE TENTOU INTIMIDAR O DIRETOR COM UM PM

Denúncias de movimentação de equipamentos chegam ao gabinete

Em uma das vezes em que Andrea o procurou na Letras, foi detectado que, logo após sua visita, um vírus havia sido instalado, através de disquete, no computador da Biblioteca Afrânio Coutinho.

No dia 27 de janeiro, o gabinete da direção recebeu uma denúncia dando conta de que, na noite anterior, Andrea fora vista carregando um monitor de computador em direção a seu carro. "Até agora não podemos ter certeza se era equipamento da UFRJ ou de sua loja. Ainda sim, a irregularidade está no fato de que ela não procurou identificar junto à vigilância quais eram aqueles equipamentos, de alto valor, que ela estava retirando", disse Ronaldo. O novo diretor disse que, em sua gestão, ele vai se esforçar para que toda a movimentação do patrimônio seja controlada através de registros em livros de entrada e saída.

"Foi grosseira, agrediu verbalmente estudantes junto de um sargento da PM portando fuzil M-16", diz aluno

No momento em que a empresária chegou com o policial militar, acontecia no gabinete uma reunião entre a diretoria, professores e representantes da graduação e da pós e uma funcionária da Biblioteca. "Fomos ver o que era, ela estava extremamente arrogante e ameaçando a todos. Portava um gravador de voz a fim de caracterizar que ela é que estava sendo agredida", disse o representante discente da pós-graduação Marcos Roma.

Fotos/Douglas Pereira

DIRETOR RONALDO LIMA

Ronaldo Lima Lins disse que chamou o policial militar em seu gabinete a fim de esclarecer sua versão dos fatos e lembrá-lo que uma universidade federal não pode ser invadida pela Polícia Militar.

O representante do Centro Acadêmico, Bruno Rabello, reiterou ser um absurdo a invasão de um policial militar numa universidade federal. "Isso tem sido uma prática freqüente de pessoas que acham que podem resolver assim os conflitos. Dessa vez, foi um sargento de quase dois metros de altura que portava um fuzil. Temos que abolir essa prática absurda", disse.

Diretoria e estudantes registram ocorrência na Polícia Federal

O diretor Ronaldo Lima Lins, professores da unidade, estudantes e vigilantes da Divisão de Segurança (Diseg) se dirigiram, após o fato, à delegacia da Polícia Federal para registrarem o incidente. Foram identificados a viatura da PM e o batalhão de origem do sargento. A loja de informática da empresária, que fica no corredor principal da Letras, foi interditada com lacres de segurança. O NCE e o gabinete da reitoria já foram alertados por Ronaldo das ameaças e irregularidades da empresária. Este entrou com uma representação contra o Sargento junto ao Comando do 17º Batalhão da Polícia Militar.

MST

UFRJ forma turma do MST em curso de extensão

"Curso tem carga horária e volume de trabalho superiores ao *Lato-sensu*" diz decana

Na noite do último dia 10, na decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, ocorreu a formatura de lideranças do MST e de outros movimentos sociais que participaram do curso de extensão Teorias Sociais e Produção do Conhecimento, iniciado em 2004, promovido pela UFRJ em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes, do Movimento dos Sem Terra. O curso, cujas atividades aconteceram durante os períodos de férias da UFRJ dos anos de 2004 a 2006, é institucional e cadastrado pelo Sigma.

Os alunos que receberam os certificados tiveram acesso a teorias filosóficas e sociais e ao final do programa apresentaram monografias de conclusão de curso. As atividades ocorreram no *campus* do Fundão, onde os estudantes receberam apoio da reitoria que disponibilizou os ginásios esportivos da Escola de Educação Física para dormitório e as dependências do Alojamento Estudantil para as refeições. As aulas aconteceram durante as semanas, sempre de 8h às 21h30. Eventualmente, ocorreram atividades aos sábados.

Na cerimônia, que também marcou o início de uma nova turma, estiveram presentes a pró-reitora de Extensão Laura Tavares, a decana do CFCH, Suely de Almeida, a coordenadora de extensão do CFCH, Maria Lídia Silveira, a assessora para assuntos especiais da PR-5, Selene Alves Maia e a professora Josilda Moura, do Instituto de Geociências, representando a decana do CCMN, além dos representantes do MST, como a coordenadora pedagógica da Escola Florestan Fernandes, Roberta Lobo e o coordenador nacional Elemar Cezimbra.

Os integrantes da mesa, bastante emocionados com a satisfação dos alunos com o curso, ressaltaram a importância da atividade para o fortalecimento dos movimentos em favor da cidadania plena e também a importância para a UFRJ de um curso que, segundo Laura Tavares, é um "exemplo de extensão universitária".

Suely de Almeida ressaltou que o curso do MST tem uma carga horária e um volume de trabalho superior aos cursos de pós-graduação *lato sensu* e que os alunos têm contato com os melhores professores da área de Ciências Sociais.

Roberta Lobo, coordenadora do curso pelo MST, disse que as atividades da turma iniciada em fevereiro de 2004 foram distribuídas em cinco módulos e que os alunos puderam ter contato com professores de diversas universidades brasileiras. "O curso agrega a massa crítica produzida na universidade que vem lutando por um ensino público e gratuito com os movimentos sociais", avaliou. Roberta disse ainda que o curso do MST na universidade foi aberto para a formação de lideranças para quadros políticos de 23 estados brasileiros.

Fotos/Wagner Maiolino

PROFª SELENE ALVES JUNTO A AUTORIDADES DA UFRJ E REPRESENTANTE DO MST

ALUNOS DO MST LOTAM O SALÃO DA DECANIA DO CCMN

ALUNA DE DIREÇÃO TEATRAL DA UFRJ PRESTA HOMENAGEM AOS CAMPONESES

"A Universidade é quem mais aprende com os movimentos sociais"

Para a pró-reitora de extensão, o curso do MST é um exemplo que deve ser a "cara" da extensão da UFRJ. "Vocês têm muito mais a ensinar aos nossos alunos. Não são só vocês que aprendem, mas a comunidade acadêmica também", disse Laura Tavares.

A decana Suely de Almeida afirmou que a universidade não será a mesma depois da experiência que agregou as lideranças do movimento, professores da UFRJ e alunos de graduação e de pós-graduação. Ela anunciou, durante a cerimônia, que em março desse ano será formalizada uma proposta de convênio, maior do que a que já existe, para que o curso seja, de fato, inserido na UFRJ e não dependa mais de esforços individuais para ser executado.

"Já não basta o pranto e a raiva, cantamos porque somos militantes dessa vida"

A professora Maria Lidia ressaltou que a iniciativa da extensão constitui um campo coletivo de esforços na busca pela justiça social e, pelo lado da universidade, na luta contra uma educação utilitarista que só serve ao capital.

A professora Selene Alves disse que a universidade é um espaço privilegiado na produção de conhecimento fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país em direção a uma sociedade mais ética e democratica no acesso à cidadania. "Vamos intensificar essas iniciativas em todos os níveis. O movimento foi corajoso em recorrer à universidade e em apresentar suas demandas. É nosso compromisso atendê-las", avaliou.

O coordenador do MST, Elemar Cezimbra, ressaltou o fato de que a luta dos movimentos sociais é longa, mas possível de ser vencida. "Nós, na maioria migrantes, migramos para dentro da universidade sabendo da importância que ela tem. A UFRJ é um lugar simbólico pela importância da cidade e por ser a universidade mais antiga do Brasil. Queremos mais parceiros para esse projeto maior, em nível nacional", disse.

Movimento

Manifestação marca luta pela estabilidade nas particulares

Adriano Boaventura, de BH

Manifestação realizada em Belo Horizonte impulsionou a luta pela estabilidade dos professores das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES). Logo após o ato, no dia 10 de fevereiro, que parou a rua Cobre, onde está localizada a Universidade Fumec, e reivindicou a reintegração do professor Leovegildo Pereira Leal, docentes ligados a sindicatos de instituições de ensino realizaram uma reunião na regional leste do Andes para elaborarem a proposta de um Comitê Nacional pela defesa da estabilidade dos professores das IPES, que será defendida no 25º Congresso Nacional do Andes.

Além dos professores que representaram o Andes-SN, Andes Regional Leste, Adufrj-SSind, Aduff-SSind, Sepe-RJ , Conlutas, participaram também estudantes do DCE-UFRJ, CA de Comunicação da UFMG, DA de Comunicação (DAcom) e Associação de Ex-alunos de Comunicação da Fumec. Os manifestantes denunciaram a centenas de estudantes que participaram do ato as práticas de demissão por perseguição política, reproduzidas em todo o país. Também estavam presentes – os professores Leovegildo Pereira Leal, demitido da Fumec, e José Soares, demitido da Universidade Católica de Brasília (UCB) –, despedidos por participarem ativamente da associação de docentes de suas universidades.

Ao final do ato, que durou cerca de uma hora, a professora Zenilde Maria Borges de Morais responsável pelo setor das particulares do Andes, o professor Aloisio Soares Ferreira membro da regional Leste, acompanhados de uma represente do DA de Psicologia e do DA de Comunicação passaram nas salas de aula para entregar o 22º caderno Andes aos companheiros que ainda davam aulas. Otimista, a 1º vice-presidente da regional Leste Maria Rosimary Soares dos Santos- Rosi-, acredita que a criação do comitê pelo Andes abrirá novas perspectivas para as lutas dos docentes nas universidades particulares.

Thiago Hadad

O PROFESSOR LEOVEGILDO LEAL, DEMITIDO POR PRESIDIR ENTIDADE DOCENTE, FALA NA MANIFESTAÇÃO EM BH

GuilhermonTângori

ESTUDANTES PARTICIPAM DO ATO PELA ESTABILIDADE E CONTRA O CERCEAMENTO DA LIBERDADE NO *CAMPUS*

Autoritarismo permanece na Fumec

Poucos dias depois da manifestação o diretor da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Fumec, Amâncio Caixeta, voltou a desrespeitar uma das estudantes que juntamente com os representantes do Andes distribui o caderno de textos em sala de aula. Aos gritos o diretor disse que é proibida a entra de gente de fora da instituição, referindo-se aos diretores do Andes, e atacou a estudante perguntando a ela "quem você pensa que é".

Com medo de sofrer novas represálias, a estudante preferiu não se identificar, mas, abalada, disse ter sido desrespeitada pela tentativa do diretor de inferiorizá-la. Segundo Rosi este tipo de postura fere os princípios libertários o direito de organização política e manifestação, que são fundamentais para a construção de uma universidade. Ela lembrou da importância dos estudantes que colaboram com a construção do ato e destacou a importância dos universitários na luta pela estabilidade dos professores, que passa necessariamente pela discussão da qualidade do ensino e do combate das reformas universitárias, sindical e trabalhista.

Seção sindical da UFF tem nova diretoria

Tomou posse no último dia 16 a nova diretoria da Seção Sindical dos Docentes da UFF. Eleita com 657 votos, a chapa única Combatividade, Autonomia e Democracia estará à frente da entidade no biênio 2006/2008. Na solenidade, a nova presidente da Aduff-SSind, Sônia Lúcio, disse que durante a campanha eleitoral os integrantes da nova direção identificaram uma grande insatisfação dos professores da Federal Fluminense com as condições de trabalho na universidade. A idéia da nova direção, segundo a presidente, é intensificar o diálogo com os docentes nas unidades e reverter a sensação de 'não pertencimento' desses professores em relação aos seus espaço de representação e luta. "Vamos continuar lutando por melhores condições de trabalho para os docentes, por salários dígnos e em defesa da universidade pública, gratuita de qualidade", afirmou.

Presidente da gestão que se encerrou, Paulo Cresciulo diz ter certeza da continuidade do trabalho desenvolvido pela Aduff-SSind na nova direção. "Após dois anos de gestão tenho a sensação do dever cumprido, o orgulho de ter meu nome ao lado de todos os ex-presidentes da Aduff e a certeza de que a nova gestão dará continuidade à nossa luta, em conjunto com o Andes-SN e na firmeza de nossos princípios".

Também professora da UFF, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, esteve presente à solenidade. O diretor da Adufrj-SSind, Salatiel Menezes, também prestigiou a posse na seção fluminense.

Aduff-SSind

A PRESIDENTE SÔNIA LÚCIO, DE VESTIDO VERDE, COM A NOVA DIRETORIA DA ADUFF-SSIND

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 489 • 15 de março de 2006

25º Cogresso do Andes-SN debate finaciamento e fundações em Cuiabá

Páginas 4 a 7

Eleições para diretoria do Andes-SN ocorrem em maio

Página 5

Em Cuiabá, movimentos querem ampliação do passe livre

Página 6

Faculdade de Letras inicia vida nova com posse de diretoria eleita

Página 8

Daniel Tiriba

FAIXA CORTADA E ADULTERADA EM ATO DE DESRESPEITO NO OBSERVATÓRIO DO VALONGO

Professora recorta e adultera faixa da Adufrj-SSind e do DCE

Atitude autoritária é condenada na universidade

Para saudar os calouros da UFRJ, cujas aulas começaram na semana passada (com exceção da Faculdade de Medicina), a Adufrj-SSind e o Diretório Central dos Estudantes (DCE Mário Prata) espalharam faixas por todos os *campi* da UFRJ com dizeres de boas-vindas. As faixas das entidades expressam também um ponto de vista político crítico sobre a reforma universitária em curso no país.

No final da última semana, docentes e estudantes foram surpreendidos pela atitude da professora Lilia Arany-Prado, que recortou uma das faixas postas na unidade, carimbou seus recortes e enviou uma mensagem eletrônica para um fórum de professores da UFRJ comunicando sua atitude. Em declaração ao Jornal da Adufrj-SSind, a professora tentou justificar a atitude: "É acintoso colocar uma faixa, misturando as 'boas vindas aos calouros' com palavras de ordem de um determinado grupo".

Continua na página 3

Opinião

Os mornos dias de Março

Ricardo Kubrusly*

No alto de uma colina central, ergue-se o Observatório. Lembro de minha mãe contando das excursões da velha Escola de Engenharia ao morro do Valongo de onde, através de sua possante luneta dourada, viam-se os astros e construíam-se esperanças.

Vivíamos então, a vitória sobre as forças do nazi-fascismo. Éramos heróis em festa e, na ilusão embalada que tão bem as festas nos remetem, tínhamos a certeza de que os tempos difíceis que suplantávamos não voltariam jamais.Éramos, por um instante, felizes, como se não houvesse a história e os acontecimentos que a constróem, como se não fôssemos sempre, entre derrotas e opressões, às vezes, vitoriosos e rapidamente nos esquecêssemos, nessas ocasiões que em nossa trajetória espiralada vivemos periodicamente o mesmo em suas diferentes facetas.

Nem vinte anos se passaram e os tanques estavam em nossas ruas. Não éramos mais a Europa ensandecida mas um Brasil atordoado, que no tropeço de um sonho socialista se via esmagado pelo mesmo terrorismo positivista que destruíra o velho continente, anos atrás. Do golpe, ninguém se esquece. Vivemos, muitos de nós, professores da UFRJ, sua lenta e dolorosa desconstrução e vivemos, desde então, um cotidiano de lutas em um país que reconstruiu, sim, o direito de sonhar, mas que ainda vê longe e embaçado, a realização dos projetos que nossos sonhos apontam. Mas é na luta que a nação se faz e é a luta, e sua possibilidade, a festa que gozamos hoje.

Entre derrotas e pequenas vitórias caminhamos, sem saber ao certo por onde as forças nos levam e por onde levamos as forças, na esperança e determinação de construirmos nossos velhos sonhos e de sonharmos nossas novas construções. Mas eis que novamente, entre silêncios e complacências, os tanques tomam conta da cidade e mais uma vez nossos canhões se viram contra o nosso povo. É triste ver um governo eleito pela expectativa socialista que transparecia, voltar suas armas mais pesadas em direção à classe mais pobre e desvalida de nossa população. É triste, mais uma vez, ver a classe média em festa comemorando o exército nas ruas a nos dividir e nos aprisionar em nossas próprias casas.

A faixa da Adufrj-SSind cortada por mãos sem viço é o tanque que surpreende e deseduca nossos calouros

No Observatório, a possante luneta perde o brilho e o artefato dourado se re-localiza no Museu do Observatório, ou será, contrariamente, como se num engano, o meu desejo, que ainda veremos por suas lentes re- luzentes os infinitos de nossas responsabilidades?

Essa divisão que ora se evidencia nas ruas, há algum tempo já convive entre nós, nos bares, nos apartamentos, nas favelas e nas nossas escolas. Já não é de hoje que setores das nossas universidades públicas, por exemplo, optaram por um atalho neopositivista, guiados somente pelo mercado e suas experimentações matemáticas despreparadas, que geradas por lógicas estrangeiras e incompatíveis com a complexidade local, levam, sem erro, quando aqui, inconseqüentemente, são aplicadas, ao contínuo agravamento das disparidades sociais que hoje dominam o cenário nacional. São esses setores intelectuais, antirelativisticamente cegos, que justificam e respaldam o namoro amoral entre nossa favorecida classe média e os militares que ocupam partes de nossa cidade. Os tanques não estão em Ipanema, mas no Morro da Providência.

Vizinho ao morro do Valongo, a presença militar pela Saúde adoentada do Rio, fortalece e engrandece a pequenez, pateticamente burguesa, de alguns de nossos professores, que ressurgindo de covas lacerdistas sublevadas, erguem suas baionetas, agora, contra nossos estudantes, que são expostos à vergonha de verem cortadas, não pelo argumento, mas pela tesoura enferrujada, que por mãos medíocres se estendem dos tanques da Providência, as diferenças que nos fundam como universidade e nos possibilitam como nação.

A faixa da Adufrj-SSind cortada por mãos sem viço é o tanque que surpreende e deseduca nossos calouros. Mas o susto e o desconforto causado pela truculência deste corte invasão há de espantar em nós, alunos, funcionários e professores desta e de outras escolas brasileiras, o pó que encobre nossas memórias e desejos, para nos recolocar no caminho da permanente reconstrução de nossos ideais: por escolas laicas, de qualidade, públicas e gratuitas, capazes de organizar e promover os pensamentos que nos alimentam, projetam nossos planos e constroem nossas possíveis realidades.

*Professor do Instituto de Matemática e diretor da Adufrj-SSind. Esse artigo é subscrito pela diretoria da seção sindical.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Adufrj-SSind

Continuação da capa

A ação da professora foi condenada por docentes de variadas uniades, em mensagens enviadas à seção sindical. Seus colegas do Observatório também discordaram veementemente do ato da professora. Para o professor de Astronomia, Carlos Rabaça, o corte da faixa foi uma atitude antidemocrática. Ele considera ainda que o episódio não deve tomar maiores proporções. Já o professor Alexandre Oliveira respondeu para o mesmo fórum em que circulou a mensagem da professora e pediu para Lilia reconsiderasse sua atitude: "Independente da opinião que se tenha sobre a atual diretoria da Adufrj, não se pode sair por aí rasgando cartaz de uma associação livremente eleita pelos professores", afirmou.

Professora não fala pela instituição

O diretor do Observatório do Valongo, Gustavo Mello, também conversou com a reportagem do Jornal da Adufrj e deixou bem claro que a opinião da professora é pessoal: "Esta atitude não reflete a opinião da instituição e nem da maioria dos professores", afirmou.

Para o professor e ex-diretor da Adufrj-SSind, José Miguel Saldanha, as atitudes da professora foram desrespeitosas, envergonham a categoria docente e são um péssimo exemplo para os calouros. José Miguel afirmou ainda que é bem-vinda a notícia de que os professores do Valongo não ficaram indiferentes ao seu comportamento absurdo: "Ficou demonstrado que a professora nem sequer respeita os seus colegas mais próximos", declarou.

Daniel Tiriba

VERSO DA FAIXA POSTA PELAS ENTIDADES EM FRENTE AO OBSERVATÓRIO DO VALONGO

Na mesma mensagem, Alexandre Oliveira disse que os colegas do Valongo com quem conversou foram todos contra a atitude de Arany-Prado. Para o professor, a atitude da professora remete ao debate sobre um tipo de discriminação, a intelectual. "Sinceramente não acho que seja perder tempo discutir estas coisas, pois, creio, somos o que é configurado em nossas atitudes do dia a dia. Por exemplo, a discriminação racial, a discriminação intelectual etc se fazem no dia-a-dia, nos detalhes, nas atitudes onde vemos como as pessoas são, ou melhor, o que está dentro de cada um. Não posso aceitar que este absurdo possa ser colocado como idiossincrasia de uma determinada pessoa", declarou em uma das mensagens de protesto contra o ato da professora de desrespeito à posição política da seção sindical e do diretório estudantil.

Lilia não pretende continuar discussão

Também através da lista de mensagens eletrônicas, José Luciano Menezes, professor da Escola Politécnica e também ex-diretor da seção sindical, afirmou que não se constrói nada através da destruição física de opinião divergente: "Fiquei surpreso com o autoritarismo e a demonstração de violência declarada por escrito e executada pela professora Lilia".

Apesar de toda repercussão do caso, Arany-Prado condicionou não cortar mais nenhum cartaz se as palavras de ordem não estiverem vinculadas ao "bem vindos calouros": "Assumo minha culpa formal, mas não creio ter errado neste caso, em particular", finalizou, ressaltando que não pretende levar a discussão adiante.

A diretoria da Adufrj-SSind repudia a atitude autoritária da professora Lilia Prado ao cortar e adulterar a faixa da Adufrj-SSind. Nossas posições contrárias à Reforma Universitária do governo Lula constavam da nossa plataforma eleitoral e tiveram apoio dos professores que nos elegeram com ampla maioria, contra outra visão de sindicato, ligada ao governo Lula. Após a posse da atual diretoria, várias assembléias foram realizadas onde o tema foi novamente tratado e as críticas à proposta de reforma foram sempre confirmadas.

Mais uma vez, a truculência fascista torna-se a ferramenta dos conservadores que defendem um projeto elitista de sociedade e universidade.

Diretoria da Adufrj-SSind

Alessandro Boechat

Nota pública do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ

O que pensa a professora Lilia Arany-Prado? Acusa as entidades do absurdo crime de vincular as boas vindas aos calouros a palavras de ordem de defesa da universidade pública. E então o que a professora acha que devem as entidades dizer aos novos alunos da Universidade?

Neste começo de período, o DCE-UFRJ está empenhado em realizar aos novos estudantes diversas atividades de boas-vindas. Não escondemos deles nem de ninguém nossa intenção de convencê-los a desde o primeiro dia de aula a defender a UFRJ de todos os ataques que vem sofrendo. Afirmamos que o gesto da professora, que se esconde no discurso da imparcialidade, traduz na realidade seu posicionamento diante do embate ideológico travado diariamente na Universidade Pública: a submissão diante do desmonte e da privatização do ensino superior contra a luta em defesa da educação pública de qualidade. E se a atitude da professora expressa uma concepção política extremamente danosa a nossa Universidade, no método se mostra ainda mais deplorável.

A todos os calouros e veteranos o DCE-UFRJ seguirá junto da Adufrj-SSind chamando a lutar contra a reforma universitária do governo Lula. E se isso anda incomodando, neste novo período trabalharemos para que mais e mais estudantes se somem a essa luta e para que incomodemos ainda mais.

Badauí – coordenador de comunicação do DCE Mário Prata

Resenha

Número de bilionários dobra no Brasil

A revista americana Forbes divulgou recentemente a atualização de sua listagem dos mais ricos do planeta. O *ranking* continua encabeçado pelo americano Bill Gates, mas conta com 16 brasileiros contra oito identificados na listagem de 2005. O líder dos magnatas do Brasil é o banqueiro Joseph Moises Safra, do Banco Safra, que detém, sozinho, a fortuna de US$ 7,4 bilhões. Enquanto isso, nosso país permanece com 53,9 milhões de pobres. O número é de um levantamento do Ipea de 2005 que considerou pobres as pessoas que vivem com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo (R$ 300).

MST deve ocupar terras improdutivas em 20 estados

O presidente da Comissão Pastoral da Terra, dom Tomás Balduíno, e o MST apoiaram a ocupação de trabalhadores na Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul, em 28 de fevereiro, e da apropriação da madeira da serraria para construir barracos para as famílias: "Roubo é se apropriar para enriquecer. Ali, foi para sobreviver", afirmou dom Tomás Balduíno. O MST ameaçou fazer uma grande onda de ocupações em 20 estados nas próximas semanas, dando prioridade a propriedades que o Incra já vistoriou e que seriam improdutivas (Jornal O Globo, 8/3).

Protesto de agricultores

Um grupo de cerca de 3.000 agricultores realizou uma caminhada do Parque da Harmonia até a PUC-RS, em Porto Alegre, no último dia 8, e entrou em choque com a Brigada Militar ao ingressar no estacionamento da universidade, que dá acesso ao prédio onde ocorria a Conferência Mundial Sobre Reforma Agrária. Além dos cerca de mil trabalhadores rurais que saíram do parque, juntaram-se a eles, no meio do caminho, duas mil pessoas, em sua maioria mulheres que participavam também de atos referentes ao Dia da Mulher. Os manifestantes conseguiram entrar no prédio e permaneceram até a tarde com faixas pela reforma agrária no país. (Folha de São Paulo, 9/3).

Cara-de-pau

Um relatório estadunidense sobre direitos humanos eximiu o próprio EUA da culpa pelas injustiças mundiais. Num momento em que os EUA são altamente criticados quanto ao cumprimento dos direitos humanos, com denúncias de detenção de suspeito terrorismo sem julgamento, tortura dos detentos no campo de concentração de Guantánamo, e maus tratos e torturas a prisioneiros no Iraque, o estudo declara saber dos "defeitos" do país, e diz que "a luta dos EUA pela liberdade e justiça para todos tem sido longa e difícil" (Diário Vermelho, 9/3).

Congresso em Cuiabá

Andes-SN comemora 25 anos

Abertura do Congresso da categoria, em Cuiabá, reverenciou história do movimento docente

A cerimônia de abertura do 25° Congresso do Andes-SN, em Cuiabá (MT), no dia 5 de março, foi marcada pela emoção. A alegria de comemorar um quarto de século de fundação do Sindicato misturou-se à saudade presente nas homenagens ao professor Osvaldo de Oliveira Maciel, primeiro presidente da entidade, falecido em dezembro último.

Na solenidade inicial, realizada no Teatro da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a atual presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, comentou o processo de construção do movimento docente: "Há 25 anos, os docentes aceitaram o desafio de construir uma entidade nacional congregando professores de instituições públicas e privadas. Nós precisávamos defender os interesses dos docentes e isso estava diretamente ligado à defesa de um projeto de universidade que, por sua vez, está diretamente ligado a um projeto de sociedade", afirmou.

Marina fez um breve levantamento da atuação do Sindicato na defesa dos interesses dos docentes e do país, como na campanha das Diretas Já e no impedimento do ex-presidente Fernando Collor. Segundo ela, o Andes-SN, ao longo de sua história, sempre se caracterizou pela autonomia em relação ao Estado, governos, administrações e partidos, bem como pelo respeito à democracia, exercida pelas bases em cada seção sindical.

Muito emocionada, a dirigente compartilhou com os congressistas a história que levou à definição do nome, em 1981, da então Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) – a sindicalização de servidores públicos era proibida pela legislação autoritária da época. História que foi contada a ela pelo homenageado Osvaldo Maciel: "Um dia, andando nas areias de uma praia de Florianópolis (gaúcho, Maciel trabalhava na Universidade Federal de Santa Catarina), ele pensou que a tarefa fundamental do Sindicato seria andar; e andar para frente. Então veio a analogia que possibilitou a sigla Andes", disse. "Ao companheiro Maciel, dedicamos nossa disposição de seguir andando para frente na defesa intransigente dos direitos dos docentes, da unidade entre os trabalhadores e no fortalecimento do nosso Sindicato", completou.

O presidente da seção sindical dos docentes da UFMT (Adufmat-SSind), Carlos Alberto Eilert, também rendeu homenagens ao significativo aniversário do Andes-SN: "Esse é um ano memorável, marcado pelo jubileu de prata do Andes-Sindicato Nacional. A Adufmat-SSind tem a honra e a responsabilidade de comemorar estes anos de luta em conjunto com todas as seções sindicais", observou.

Fotos: Kelvin Melo

MESA DE ABERTURA HOMENAGEIA OSWALDO MACIEL, PRIMEIRO PRESIDENTE DO SINDICATO

Paulo Speller, reitor da UFMT e vice-presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), também prestigiou a cerimônia. "Parabenizo a todos pelos 25 anos do nosso Sindicato", comentou. Paulo fez votos para que Andifes e Andes-SN continuem a dialogar no sentido de aperfeiçoar a universidade brasileira. O reitor destacou que as questões mais difíceis do momento seriam a carreira docente e o financiamento das universidades, ponto este no qual disse ter acordo com a proposta do Sindicato.

Também compuseram a mesa de abertura do 25° Congresso as representações do movimento negro, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Secretaria Regional Pantanal do próprio Andes-SN.

Delegação da Adufrj-SSind

Participaram do 25° Congresso do Andes-SN, que terminou no último dia 10, 391 professores, sendo 324 delegados, 29 observadores, 4 convidados e 34 diretores do Sindicato. Ao todo, 65 seções sindicais estavam representadas no evento de Cuiabá.

A Adufrj-SSind esteve presente com os professores Cleusa Santos, Elen Martins, Fernando Marinho, Jose Henrique Sanglard, José Simões, Janete Luzia Leite, José Miguel Bendrao Saldanha, Letícia Legay, Luis Paulo Braga, Raphael de Haro, Regina Simões, Salatiel Menezes e Vera Salim.

Revista Universidade e Sociedade comemora os 25 anos do Sindicato dos professores universitários

DURANTE A PLENÁRIA DE ABERTURA, O PROFESSOR EDMUNDO FERNANDES DIAS, NA CONDIÇÃO DE EDITOR DA REVISTA UNIVERSIDADE E SOCIEDADE, FEZ O LANÇAMENTO DA EDIÇÃO Nº 37, QUE TRAZ COMO TEMA PRINCIPAL OS 25 ANOS DE LUTA DO ANDES-SN.

Congresso em Cuiabá

Algumas deliberações do 25º Congresso do Andes-SN

Plano Geral de Lutas

A continuidade da conjuntura neoliberal fez reafirmar o Plano de lutas do Sindicato definido no congresso anterior e atualizado pelos 50º Conad e 6º Conad Extraordinário. Como destaque, foi aprovada a intensificação do debate na sociedade sobre reforma universitária a partir da Agenda da Educação Superior Brasileira do Andes-SN e das propostas de projetos de lei e emenda constitucional aprovadas no 6º Conad Extraordinário.

Plano de Lutas do Setor das Federais

Será defendida pelo Sindicato e suas seções sindicais, entre outros itens, a incorporação das atuais gratificações (GED, GEAD, GAE) ao vencimento básico, com paridade entre docentes ativos, aposentados e pensionistas e isonomia entre docentes das carreiras do magistério do 1º e 2º graus e superior em seus valores mais altos.

Campanha Salarial 2006

O movimento docente vai lutar, na campanha salarial 2006, por um reajuste salarial emergencial que seja no mínimo correspondente à defasagem salarial resultante da inflação registrada no governo Lula (de janeiro de 2003 a dezembro de 2005).

Setor das Particulares

Será desenvolvido um conjunto de ações em defesa dos direitos dos docentes das Instituições Particulares de Ensino Superior e em defesa da estabilidade, denunciando o papel do governo neste processo de mercantilização, precarização e ausência de democratização das IPES.

Ampliação da sede nacional

Foi decidida pelo Congresso a utilização de parte dos recursos do chamado Fundo de Solidariedade do Sindicato para a compra de um espaço destinado à ampliação da sede nacional até o limite de R$ 600 mil. Ficou esclarecido pela diretoria que o fundo estava superavitário (cerca de R$ 1,2 milhão) e que o caixa nacional do Andes-SN faria a devolução ao fundo em 24 parcelas mensais a partir do primeiro mês após a compra.

Fotos: Kelvin Melo

PARTE DA DELEGAÇÃO DA ADUFRJ-SSIND EM CUIABÁ

Sede do 26º Congresso

Após a desistência da seção sindical da Universidade Federal da Paraíba, baseada na capital João Pessoa, ofereceu-se e foi aprovada por aclamação a cidade de Campina Grande (PB) como sede do 26º Congresso do Sindicato Nacional.

Homologação de novas seções sindicais

Quatro seções sindicais modificaram seus nomes e tiveram a nova nomenclatura aprovada pelo congresso de Cuiabá. Além destas, mais duas novas seções sindicais passaram a integrar a base do Sindicato Nacional: uma vinculada à Universidade Católica de Brasília (Aducb-Ssind) e outra, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Sindunivasf-Ssind).

CUT e Conlutas

Reafirmou-se, por esmagadora maioria, a desfiliação do Andes-SN em relação à Central Única dos Trabalhadores (CUT). No congresso de Cuiabá, a polêmica girou em torno das alternativas de organização da classe trabalhadora.

Uma delas, a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), convocou congresso para São Paulo, no fim de março e início de abril, para se formalizar enquanto central sindical, o que demandou uma deliberação por parte do movimento docente.

Um grupo defendeu, em plenário, que o Andes-SN não poderia ficar de fora deste histórico processo de construção e reivindicou a imediata inserção do Sindicato na iniciativa, com apoio à formalização da nova central. Já outros compreenderam que a construção de uma central sindical seria um posicionamento precipitado na atual conjuntura, uma vez que a Conlutas ainda não congrega um conjunto significativo de entidades.

Venceu a proposição de não formalização da Conlutas como central sindical. O Andes-SN se fará representar no evento da capital paulista por observadores, que deverão apresentar um documento que argumentará sobre a inoportunidade da transformação da Conlutas em entidade formal.

Políticas afirmativas

Outra grande polêmica do Congresso de Cuiabá, a política afirmativa em relação ao ensino superior também tomou um bom tempo de discussão. Alguns se manifestaram contra a reserva de vagas, considerada uma política focalista, que deixa de lado a luta maior: de classes. Outros argumentaram que, embora não se devesse abandonar a reivindicação pela universalização de direitos, a ação afirmativa seria uma forma de começar a pagar uma dívida histórica com setores oprimidos da sociedade brasileira, como negros e índios.

Ganhou a proposta em favor de políticas sociais que garantam o acesso ao ensino superior desses setores historicamente oprimidos, com prioridade para os estudantes de baixa renda e de classes populares. Segundo a maioria dos congressistas, tais políticas deverão ser acompanhadas de medidas suplementares que garantam a permanência destes estudantes, como bolsas, moradia, alimentação e transporte, entre outros itens.

Foi aprovada, ainda, que seja feita a denúncia da política demagógica do governo federal, que usa a questão do acesso diferenciado ao ensino superior privado via Prouni.

Eleições para diretoria do Andes-SN ocorrem em maio

Durante o 25º Congresso, duas chapas se apresentaram para disputar a diretoria do Andes-SN (biênio 2006-2008), em eleições marcadas para os dias 16 e 17 de maio: a chapa 1 (Andes Autônoma e Democrática) e a chapa 2 (Educação e Revolução). Pela chapa 1, são candidatos aos três cargos mais importantes da diretoria os professores Paulo Marcos Borges Rizzo (presidente), da Universidade Federal de Santa Catarina, Luiz Henrique Schuch (secretário-geral), da Universidade Federal de Pelotas, e José Vitório Zago (1º tesoureiro), da Unicamp.

Pela chapa 2, os candidatos são os professores Maria de Lourdes Sarmento (presidente), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Adroaldo de Oliveira (secretário-geral) e Valdeci Gonçalves da Silva (1º tesoureiro), também da UEPB. Vale registrar que, na última eleição para o Sindicato Nacional, em 2004, a chapa "Educação e Revolução" não concluiu seu registro junto à Comissão Eleitoral Central e, portanto, não pôde concorrer naquele ano.

Regimento eleitoral

O evento de Cuiabá também definiu o regimento do pleito. São eleitores todos os sindicalizados ao Andes-Sindicato Nacional até 13 de fevereiro deste ano que estiverem em dia com suas contribuições até 15 de março. O registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos da diretoria deve acontecer até o dia 9 de abril. A apuração dos votos nas seções sindicais ocorre no dia 18 de maio e a divulgação oficial do resultado pela Comissão Eleitoral Central deve ser feita, no máximo, até o dia 21 de maio.

Congresso em Cuiabá

Sindicato quer vinculação de recursos para a Educação

Congresso defende princípio da Constituição de 1988

O tema do 25º Congresso do Andes-SN era "Financiamento Público: garantia de direitos sociais e de democracia". Neste sentido, o movimento docente resgatou os objetivos do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) quando defendeu a vinculação de recursos para a Educação na Constituição de 1988.

O problema é que os seguidos governos criaram uma série de mecanismos para burlar o artigo 212 da Constituição, que estabelece a vinculação dos recursos. Durante o congresso de Cuiabá, os professores universitários votaram pela alteração do *caput* do artigo 212 de modo que fique assegurado que a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% e os estados, Distrito Federal e os municípios, 25%, no mínimo, da receita líquida resultante de impostos e contribuições, já instituídos ou a serem criados.

Conforme emenda proposta pela delegação da Adufrj-SSind, devem ser excluídas dessa fonte de cálculo, entre outros itens, as receitas da seguridade social – de acordo com a proposta da diretoria do Andes-SN, deveriam ser suprimidas da fonte as receitas previdenciárias. Conselheiro da Adufrj-SSind, o professor José Miguel Bendrao Saldanha ponderou que o movimento não poderia utilizar do mesmo expediente dos governos e retirar dinheiro de uma área como a Seguridade Social como um todo, livrando apenas as contribuições previdenciárias, para sustentar a política educacional do país. Como a proposição da Adufrj-SSind foi aprovada e a base geral de cálculo foi reduzida, ficou definido em um outro ponto que o texto seria atualizado para recompor o montante previsto para o financiamento reivindicado pelo Andes-SN.

No caso das federais, a União deverá alocar anualmente um percentual de receita equivalente, no mínimo, a 75% do montante que resultar da aplicação do artigo 212, além dos recursos destinados a cobrir as despesas de pessoal e encargos dos aposentados e outros destinados a cobrir despesas que não se enquadrem na condição de manutenção e desenvolvimento do ensino, repassado em duodécimos mensais.

No caso das instituições estaduais e municipais, o 25º Congresso deliberou que o movimento docente deve lutar para incluir em leis permanentes uma dotação mínima com base na arrecadação tributária.

Particulares ficaram para depois

Outra novidade no Congresso foi a tentativa de incluir uma proposta para o controle social das instituições particulares no chamado Caderno 2 ("Proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira"). No entanto, como o texto não foi considerado suficientemente consolidado, sua discussão foi remetida, em primeiro lugar, para um refinamento de redação por parte da diretoria. Depois, as seções sindicais serão solicitadas a apresentar melhorias. A etapa seguinte será a produção de um novo texto-resolução para deliberação no 51º Conad, ainda este ano.

Movimento docente encaminha luta contra fundações privatizantes

Cronograma foi estabelecido até maio

Com o tema "Financiamento Público: garantia de direitos sociais e de democracia", não poderia faltar ao 25º Congresso do Andes-SN um especial capítulo dedicado às fundações ditas de apoio que proliferam nas instituições públicas. Estabeleceu-se um cronograma de ações a serem articuladas por todas as seções sindicais que vai culminar com uma Semana Nacional de Luta contra as fundações privadas nas IES públicas a ser marcada entre os dias 2 e 12 de maio. Na ocasião, será encaminhada uma representação ao Ministério Público em todos os estados com denúncia sobre os cursos pagos mantidos pelas fundações. Também será declarada ao MP a posição contrária ao exercício concomitante, por integrantes da administração universitária, em qualquer nível, de cargos decisórios, de qualquer espécie, nas fundações privadas ditas de apoio.

Outra tarefa do movimento docente será o levantamento sobre o credenciamento e recredenciamento das fundações de apoio no interior das instituições públicas com denúncia dos casos irregulares ao Ministério Público Federal. Associações de amigos ou de ex-alunos ou congêneres que executem ações remuneradas, como a administração de centros culturais, junto às universidades, também deverão sofrer o mesmo processo de denúncia.

Antes dessa Semana Nacional de Luta, deverá ser encaminhado documento às reitorias com um alerta quanto à inconstitucionalidade dos cursos pagos e o exercício concomitante de cargos. Esse primeiro passo ocorre até a primeira semana de abril. De 10 de abril a 10 de maio, a cargo das seções sindicais e secretarias regionais do Andes-SN, está indicada a realização de debates sobre as fundações, além da produção de reportagens locais acerca do caso específico de cada fundação privada dita de apoio.

No ponto de vista do movimento docente, as fundações ditas de apoio "agridem frontalmente o caráter público da universidade, desvirtuando as suas atividades-fim: de ensino, pesquisa e extensão, que passam a ser dirigidas cada vez mais pelas necessidades do chamado 'mercado' (...)".

Contribuição da Adufrj-SSind

Durante a plenária que discutiu as fundações, foram votadas e aprovadas duas contribuições da assembléia da Adufrj-SSind. Em primeiro lugar, o combate ao uso de projetos e convênios com as fundações como forma de complementação salarial de docentes, o que fere o conceito de dedicação exclusiva defendido pelo Andes-SN. Depois, a luta pela garantia de recursos orçamentários suficientes nas instituições de ensino superior públicas para a manutenção e a expansão de suas atividades de ensino, pesquisa e de extensão, visando à eliminação da cobrança de quaisquer taxas ou similares.

Movimentos querem justiça no transporte público

Um movimento marcou presença nas atividades do dia 8 de março , Dia da Mulher, em Cuiabá. Foi o Comitê de Luta pelo Transporte Público (CLTP). O Comitê foi formado em setembro de 2005 para fazer frente aos desmandos no setor de transporte público da cidade. Em Cuiabá, o prefeito Wilson Santos (PSDB) quase extinguiu o passe livre para estudantes no ano passado e tentava aumentar o preço da tarifa local (de R$ 1,60).

De acordo com uma das integrantes do movimento, Lucinéia Freitas, o estudo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Municipal já comprovou que não deveria ser cobrada uma tarifa superior a R$ 0,81. Além disso, a CPI apurou que a maior parte da frota que serve à cidade está irregular (290 de um total de 397 veículos). E tem mais: as empresas de ônibus devem à prefeitura um montante de R$ 138 milhões. É nesses dados que o Comitê se baseia, segundo Lucinéia, para reivindicar a estatização das linhas rodoviárias da cidade e a redução imediata da tarifa.

A iniciativa do Comitê sofre com perseguições. No dia 24 de fevereiro, durante a posse do atual secretário municipal de transportes, Oscar Soares, uma manifestação pacífica do grupo foi duramente reprimida pela polícia militar chamada pela prefeitura. Uma professora foi arrastada pelo chão e recebeu golpes de cassetete. Presa sob a alegação de ter danificado patrimônio público, só foi liberada após o pagamento de fiança.

Durante a realização do Congresso do Andes-SN, estudantes foram à plenária no dia 10 de março com o objetivo de pedir apoio dos professores universitários para o Comitê de Luta pelo Transporte Público e denunciar outra dura repressão policial contra mais um ato do movimento.

Em tempo: após o fechamento desta matéria, o Conselho Municipal de Transporte de Cuiabá aumentou o preço da passagem dos ônibus para R$ 1,85, que começou a vigorar desde o último dia 12.

Kelvin Melo

Congresso em Cuiabá

Andes-SN ganha ações judiciais

O Sindicato Nacional recentemente obteve ganho de causa nas ações judiciais movidas por algumas seções sindicais, cujos representantes formam oposição à atual diretoria. A confusão jurídica teve origem no credenciamento de delegados ao congresso de Curitiba, realizado em 2005.

Naquele ano, em uma polêmica interpretação do estatuto do Andes-SN, os representantes de apenas cinco seções sindicais (das universidades federais de São Carlos, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Goiás e Minas Gerais) questionaram quase ao mesmo tempo a fórmula do cálculo do repasse de recursos ao Sindicato Nacional e decidiram reduzir o montante normalmente dirigido à entidade. Por conta disso, foram considerados inadimplentes e não poderiam inscrever delegados (à exceção de Mato Grosso do Sul, que só inscreveu observadores) em Curitiba. Mas, à época, garantiram a representação com base em liminares.

Após o evento de Curitiba, as seções sindicais de São Carlos, Goiás e Minas Gerais levaram adiante duas ações judiciais contra o Andes-SN e perderam ambas, em julgamentos realizados no início deste ano, segundo o encarregado de Assuntos Jurídicos do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch.

No Congresso de Cuiabá, somente a seção sindical da universidade federal da Paraíba (Adufpb-SSind) inscreveu sua delegação com base em uma nova liminar – as demais litigantes não enviaram representantes. No entanto, a própria presidente da seção sindical, Maria Aparecida Ramos, que assumiu o cargo após o congresso de Curitiba, afirmou em plenário que tentaria resolver a divergência com o Andes-SN nas assembléias de base com o objetivo de evitar a continuidade do conflito judicial.

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

Colegiados

Ruas da Cidade Universitária serão batizadas

Avenida que atravessa o Fundão levará o nome de Horácio Macedo

O Conselho Universitário (Consuni), em sessão ordinária realizada na última quinta-feira (9/3), aprovou o processo relatado pelo decano do CCS, professor João Ferreira Filho, que propõe a colocação de nomes para as ruas na cidade universitária, na Ilha do Fundão. O processo agora está a cargo da Prefeitura Universitária.

O ex-reitor Horácio Macedo será homenageado com o empréstimo de seu nome à avenida que atravessa a Ilha do Fundão, em frente ao Cenpes. Já a via em frente à reitoria deverá ser conhecida como Pedro Calmon. Moniz Aragão identificará a rua atrás do CT e do CCMN e Carlos Chagas Filho, uma das vias próximas ao CCS.

Os objetivos da iniciativa são facilitar a localização dentro da Cidade Universitária e, ao mesmo tempo, realizar uma homenagem a grandes professores da universidade. Hoje, oficialmente, as ruas são identificadas por números ou por nomes de árvores, fato desconhecido da maioria das pessoas.

Durante a sessão do Consuni, os conselheiros lembraram outros mestres que poderiam dar nomes às ruas, sugeriram mudanças de identificação entre as vias e questionaram a possibilidade de sintetizar aqueles considerados mais extensos, mais uma vez no sentido de facilitar o entendimento do público. Por exemplo: a "Av. Horácio Cintra Macedo", do projeto original, ficaria identificada apenas como "Av. Horácio Macedo". Mas essa redução, conforme ressalva do reitor, depende de autorização da família dos homenageados.

Nupem

O Consuni aprovou também o regimento do Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Macaé (NUPEM).

Levi substitui Joel Teodósio na SR3

Para substituir o professor Joel Teodósio, no cargo de direção de pró-reitor de planejamento e desenvolvimento, foi indicado o professor Carlos Antônio Levi da Conceição. A indicação foi aprovada por unanimidade pelo colegiado.

Na reunião do Conselho Universitário houve ainda a discussão preliminar sobre a proposta de revisão do regimento geral da UFRJ. Entretanto o processo voltará para análise das comissões antes de ser votado pelo Consuni.

Um projeto de universidade

Na sessão anterior do colegiado, antes do Carnaval, o reitor Aloisio Teixeira informou sua intenção de iniciar um debate sobre o melhor projeto de universidade para o país. Segundo ele, o estímulo surgiu em função de ter participado recentemente de um congresso sobre educação em Cuba. "É um país pobre, mas 53% dos jovens entre 18 e 24 anos estão cursando o ensino superior. No Brasil, são apenas 9% da mesma faixa etária", afirmou. "Eu me pergunto como a UFRJ pode contribuir para modificar esse quadro", completou, acrescentando que boa parte dos universitários brasileiros está, ainda, em instituições particulares.

Aloisio entende que não é possível a apenas uma universidade realizar esse processo de forma definitiva. Acredita, contudo, que a UFRJ desempenha importante papel dentro do sistema federal para viabilizar a proposta inicial. O dirigente também vê como propício à discussão o clima de "relativa paz" das unidades acadêmicas, após a renovação de algumas diretorias.

Aulas no Direito só começam em abril

Colegiado redefine calendário com prazos acadêmicos para a unidade

Em 8 de março, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) redefiniu as épocas para os atos de administração acadêmica do ano letivo de 2006 para a Faculdade Nacional de Direito (FND). O colegiado entendeu que a unidade necessita de um calendário específico devido à crise que a unidade enfrentou nos últimos anos e que culminou que a renúncia do ex-diretor Armênio Cruz. A Faculdade de Direito chegou a ser dirigida por professores de outras unidades no ano passado.

O colegiado havia determinado um calendário específico para alunos, funcionários e professores da unidade realizarem tarefas como inscrição de disciplinas, trancamento e destrancamento de matrículas, entre outras. A idéia do calendário específico já havia sido aprovada na sessão ordinária de 22 de fevereiro, mas, na semana passada, foram definidos os novos parazos.

Pelo novo calendário, o primeiro período letivo no Direito será de 10 de abril até 9 de agosto. O segundo período está previsto para iniciar no dia 21 de agosto e terminar em 21 de dezembro. O período de alteração em disciplinas, para este semestre na unidade, será de 10 a 23 de abril.

Professora da UFRJ é assassinada dentro de casa

Na última sessão do CEG foi aprovada uma moção de pesar pelo falecimento da professora Maria da Conceição Gonçalves, do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil, da Escola de Enfermagem Anna Nery. A professora morreu baleada dentro da própria casa no dia 25 de fevereiro. Na Escola de Enfermagem, amigos de Maria da Conceição Gonçalves acreditam na hipótese de assassinato, pois apenas a bolsa da professora foi levada após a invasão à sua residência.

Na moção, os conselheiros consideram que "A UFRJ perde um dos seus valores éticos de notável dedicação ao trabalho e de crença inabalável no desempenho do ensino de Graduação". A mesma moção foi aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni) no dia seguinte. Os conselheiros do Consuni aprovaram ainda uma autorização para o reitor Aloisio Teixeira redigir outra moção para cobrar das autoridades de segurança pública do Rio de Janeiro um esclarecimento sobre o caso.

UFRJ

Ronaldo Lima toma posse na Letras

Intelectuais e personalidades da universidade participam de solenidade

No dia 7 de março, no auditório G-2 da Faculdade de Letras, tomaram posse o novo diretor, Ronaldo Lima e seu vice, Luiz Edmundo. Os professores dividiram a mesa com o reitor Aloisio Teixeira, o pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, a pró-reitora de extensão Laura Tavares, o decano do CLA, Leo Soares, a diretora *pro-tempore*, Cecília Mollica e o professor emérito da UFRJ, Eduardo Portella.

Cecília Mollica elogiou o nível da equipe de diretores adjuntos de Ronaldo Lima e ressaltou que se esforçou durante o final de sua gestão para que se restabelecesse o estado de direito na unidade para que esta pudesse viver o processo eleitoral que, com o voto universal, culminou com a eleição de Ronaldo.

Bruno Rabello, representante do Centro Acadêmico da unidade, disse que os estudantes estavam orgulhosos de terem viabilizado um processo eleitoral, apesar das muitas dificuldades. Bruno leu um documento elaborado pelo CA no qual a realidade enfrentada pelos alunos é denunciada: sucateamento das unidades, assistência estudantil insuficiente e ameaças enfrentadas pela universidade pública e gratuita. O documento defende uma universidade humana na qual os alunos não sejam meros observadores, mas agentes da mudança em direção a uma universidade não excludente. O representante dos alunos advertiu a nova direção para o risco de inércia ao qual estão sujeitos os que assumem os cargos administrativos da instituição.

Jorge Badauí, representante do DCE Mário Prata, disse estar confiante no trabalho da nova direção, pois, desde o processo eleitoral, a chapa intitulada Reconstrução apresentou um projeto político que caminha junto das lutas do movimento estudantil na defesa da universidade pública e gratuita, contra a privatização. Badauí ressaltou que os estudantes estão dispostos a contribuir com a nova direção para que juntos possam fazer ecoar junto à reitoria as dificuldades em comum. Badauí disse que as dificuldades se tornaram maiores recentemente por conta de problemas com a segurança e infra-estrutura no *campus* do Fundão.

A representante do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro, disse que a categoria dos técnicos-administrativos, que, segundo ela, vive um desestímulo enorme por ter enfrentado muitos problemas nos últimos anos, precisa ser reconhecida como parte de um todo. "A luta tem que ter forma viva, participativa, junto aos colegiados e numa perspectiva de crescimento e estímulo ao trabalho", disse. Ana Maria considerou que a reitoria tem se esforçado para que as discussões sejam feitas em igualdade de condições com os setores da comunidade acadêmica. "Há o risco de nós, técnicos, acabarmos encarando nosso trabalho como uma atividade temporária, quase um 'bico'. Precisamos estar inseridos para ter nosso trabalho na UFRJ como nosso eixo principal", disse. Ana Maria disse que a lotação do auditório G-2 era significativa, pois poderia ser um passo na luta em defesa de um trabalho concreto de contribuição da universidade com a sociedade.

Fotos: Wagner Maiolino

REITOR DIZ QUE LETRAS FOI A UNIDADE QUE MAIS SOFREU PREJUÍZO ACADÊMICO

Homenagem

Emocionado, Ronaldo Lima fez questão de homenagear a professora da unidade, Cinda Gonda, por sua dedicação ao processo eleitoral e do apoio dado à chapa Reconstrução

Adufrj-SSind prestigia cerimônia

O diretor da Adufrj-SSind, Ricardo Kubrusly, ressaltou que há muita complexidade envolvendo as lutas dos diferentes setores da universidade, mas demonstrou que, pelo fato de estarem juntos no movimento universitário, professores, funcionários e estudantes são muito parecidos no encaminhamento de suas reivindicações. Ricardo disse que momentos de cerimônia são importantes para que a comunidade vivencie uma janela interrogativa que conduz a expectativas e ilusões. "A caminhada é dolorosa e a festa é necessária. Temos que ter um pé na terra e um no ar. Se ficarmos só na realidade, não nos alimentamos dessa ilusão. Se estamos só na expectativa, não fazemos nenhuma escolha", disse. Ricardo salientou que escolher é um processo que ao mesmo tempo envolve uma abdicação, é deixar de fora outra atitude. "Nós da Adufrj estamos à disposição de funcionários, alunos e professores, pois não faz sentido perpetuarmos uma lógica divisionista, mas sim nos integrarmos mesmo com as diferenças", disse.

RICARDO KUBRUSLY CONCLAMOU COMUNIDADE ACADÊMICA À UNIDADE

Eduardo Portella destaca resistência

Eduardo Portella disse que visitar a Faculdade de Letras nos dias de hoje significa estar num reduto quase sitiado, uma vez que as ciências humanas, que antes tiveram grande prestígio, teriam sido deixadas de lado. "É um prazer estar aqui e ver esse auditório lotado. Me preocupa ver um país tão tecnocrata e neoliberal. Não estamos cuidando da produção de relações, mas somente das relações de produção", disse. Portella ressaltou que as humanidades detêm o capital simbólico, ou seja, o núcleo de resistência diante das ameaças da globalização.

O novo diretor, Ronaldo Lima, disse que a cerimônia de posse é importante porque marca o cruzamento entre continuidade e mudança e também representa, para ele, uma forma de comunicar a todos a essência de uma idéia que, no decorrer de um cotidiano tumultuado, pode ficar imperceptível. Ronaldo ressaltou que a universidade vive uma crise. "Às vezes em crise é a hora de dizer exatamente o necessário". Ronaldo ressaltou que a luta por uma universidade pública na Letras é uma realidade bastante concreta uma vez que a unidade é a que reúne a maioria dos estudantes que depende dos programas de assistência estudantil, como bolsas e alojamento, de toda a universidade. "Conversando com o prefeito da UFRJ, Helio de Mattos, pude saber que a maior quantidade de desmaios acontecem aqui na Letras, ou seja, estudantes desmaiam de fome", denunciou Ronaldo. Dessa forma, Ronaldo ressaltou que a discussão dentro da Letras deva ser antiprivatista por natureza, pois eles não podem admitir uma contradição com a realidade imediata vivida pelos estudantes da unidade.

Retornada da democratização

O reitor Aloisio Teixeira disse que o evento não era simplesmente uma cerimônia de posse, mas a retomada de um processo de democratização representada por Ronaldo. "Ele é um dos defensores da universidade pública e gratuita desde sempre", disse. Alosio disse que a idéia de Reconstrução é inteiramente adequada, uma vez que representa a retomada de um projeto que, após tantos anos de problemas, foi abandonado. "A Letras é a unidade que em todo esse tempo teve mais prejuízo acadêmico na UFRJ, com diminuição do quadro de docentes e funcionários. A reação à crise aqui foi a pior de todas e isso não dependeu de nós, mas foi o resultado de um processo de destruição", disse.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 490 • 27 de março de 2006

Consuni repudia corte de faixa das entidades

Envolvimento de professora do Valongo ainda será apurado

Kelvin Melo

PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND, JOSÉ SIMÕES FALA AO CONSUNI

O Conselho Universitário de 23 de março repudiou a mutilação da faixa de recepção aos calouros localizada no Observatório do Valongo. Elaborada pela Adufrj-SSind e pelo DCE, a faixa continha dizeres contra a reforma universitária do governo Lula e teve várias cópias distribuídas pelos diversos *campi* da UFRJ. No entanto, uma professora do Observatório e conselheira do Consuni, Lilia Arany-Prado, recortou o tecido com as expressões "contra a" e "do governo Lula", restando apenas, na última linha, a neutra expressão "reforma universitária". Ela ainda marcou o pano com seu carimbo pessoal e assumiu a atitude em fóruns de mensagens eletrônicas da universidade.

A pedido de representantes do DCE e da Adufrj-SSind, além de repudiar a mutilação, o colegiado deveria citar a autora do dano à faixa numa moção de repúdio. No entanto, vários conselheiros e o próprio reitor Aloísio Teixeira argumentaram que deveria ser observado o direito de defesa da professora que não compareceu à sessão. Aloisio incumbiu a decana do CCMN, Ângela Rocha dos Santos, ao qual o Observatório do Valongo está vinculado, de apurar os fatos e trazer as informações à próxima sessão ordinária. Somente nesta ocasião, o Consuni deverá se posicionar sobre o envolvimento da professora. "Minha intenção não é - e acho que de nenhum de nós aqui - acobertar o fato", disse Aloisio.

Um dos representantes estudantis no colegiado, Carlos Leal, chegou a pedir a saída da professora Lilia de sua representação no colegiado. Para ele, a postura de Lilia estabelece uma lógica de suprimir divergências à força. Carlos também pediu sua retirada da comissão de acompanhamento da ECO, que justamente investiga supostos episódios de autoritarismo da antiga direção. "Ela não tem legitimidade para permanecer nesta comissão", comentou.

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, também teve oportunidade de se manifestar no colegiado. "Uma das maiores funções desta universidade é lidar com as diferenças. Se todos tivéssemos a mesma opinião, esta seria uma instituição muito pobre", afirmou. Mas ponderou que, além do ato em si, pesam contra a conduta da professora Lilia o fato de ela ser representante do CCMN no Consuni e a reafirmação da censura na lista institucional dos docentes daquele Centro. "Entendemos que isso é inadmissível não apenas para o convívio entre professores, mas porque também envolve estudantes. Que exemplo damos aos estudantes de tratamento das nossas diferenças? Vamos resolver na tesoura?! Na força?!", questionou.

Especial

Ag.Cromafoto/Wladimir de Souza

Diretoria da Adufrj-SSind entrevista James Petras

Leia em encarte nessa edição

Editorial

Os rumos da universidade e o nosso Sindicato

Página 2

Ferreira Gullar abre ano letivo na UFRJ

Página 8

Democracia a autoritarismo. Os porões da ditadura. A resistência

28 de março 11 horas
Auditório G2
Faculdade de Letras
Jessie Jane Vieira de Sousa - *Diretora do IFCS;* Francisco Carlos Teixeira - *IFCS;* Cecília Maria Bouças Coimbra - *Vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ*

Coordenação
Julio Dalloz

29 de março 11 horas
Auditório Arte no Porão
CA da Letras 6 de outubro
DCE Mário Prata; Sintufrj; Adufrj-SSind

Coordenação
Claudia Márcia Vasconcelos da Rocha

30 de março 11 horas
Auditório Arte no Porão
Álvaro Caldas
Jornalista e professor da PUC/RJ

Coordenação
Alcmeno Bastos

Editorial

Os rumos da universidade e o nosso sindicato

Não podemos esperar diferenças significativas no panorama delineado pelo governo federal para a universidade pública brasileira nos próximos anos.

Seja num eventual segundo governo do PT e de seus aliados, seja num governo do PSDB ou de outro partido qualquer, não haverá diferença nas políticas educacionais, que seguem as orientações do Banco Mundial, nem na política econômica que, obediente ao receituário neoliberal, determina todo o nosso projeto de sociedade. Continuarão os privilégios dos grupos econômicos nacionais e internacionais, com o Estado brasileiro servindo de agente arrecadador e gerenciador dos frutos do trabalho de milhões de brasileiros para destiná-los ao pagamento da dívida externa e beneficiar, especialmente, o capital financeiro.

As necessidades básicas de nossa população, como saúde, emprego, educação, segurança, que são dever do Estado, continuarão em segundo plano. Como também ficarão em segundo plano os investimentos em transporte, políticas habitacionais e os investimentos na universidade pública brasileira - para a pesquisa fundamental, para o desenvolvimento do ensino, para infra-estrutura e para nossos salários.

Assim, prepara-se na universidade o terreno para a proliferação da política do salve-se quem puder, da obtenção de financiamento a qualquer preço, da privatização sem limites.

Neste cenário destaca-se a atuação do nosso sindicato, o Andes-SN. Hoje somos o único sindicato organizado nacionalmente que adota uma postura crítica à política de desmantelamento e privatização do ensino superior brasileiro.

Os partidos políticos que emergem das cinzas do desastre do PT ainda têm enormes dificuldades em sua construção, e a falência da CUT, hoje um braço do governo dentro do movimento sindical, dificulta a unificação das nossas lutas. As sociedades científicas em geral são dóceis aos donos do poder; os reitores, mesmo que críticos dentro das universidades, acabam por obedecer aos ditames do poder central, e a maioria dos sindicatos foi cooptada para as políticas do governo. O movimento estudantil, que se reestrutura após uma longa divisão interna, vê a UNE passar abertamente para o lado do governo, funcionando, junto à CUT, como defensora e propagandista da reforma universitária privatizante do governo Lula.

Nossa atuação crítica tem sofrido ataques, mas não respostas políticas. Não aparecem alternativas reais para expansão do ensino público especialmente para atender as camadas mais necessitadas da nossa população. O Prouni é um lamentável exemplo de que o governo, ao invés de uma transformação profunda, prefere escolher caminhos demagógicos que privilegiam o ensino pago. Além dos ataques que sofremos dos grupos privatizantes, o governo Lula tem-se empenhado em promover a divisão e enfraquecimento do sindicalismo como um todo.

Assim, pesa sobre o nosso sindicato uma enorme responsabilidade: continuar firme na sua representatividade política e na defesa da universidade pública.

É neste quadro que analisamos o 25° congresso do Andes-SN. Ressaltamos como fundamental a reafirmação da política de defesa da universidade pública brasileira, da crítica à reforma universitária do governo Lula e, principalmente, da manutenção e expansão do financiamento público da universidade, com especial atenção ao papel danoso que hoje ocupam as fundações dentro da universidade.

Se estes foram pontos positivos do Congresso, também devemos apontar pontos que, no nosso entendimento, deixaram a desejar. São eles:

A forma organizativa do congresso, que, estruturada em inúmeras bandeiras e uma infinidade de eixos de luta, compartimenta e dificulta a discussão, que acaba sendo feita em TRs (Textos de resolução) de maneira formal e limitada, privilegiando, na maioria das vezes, a forma em detrimento do conteúdo.

Sabemos que o fator organização deve ser adequado e determinado pelas nossas necessidades políticas. A forma organizativa do congresso acaba por dificultar e até mesmo bloquear a discussão política, impedindo que se estabeleça uma relação direta entre a avaliação da conjuntura e o eixo que deve estruturar nossas propostas políticas.

A infinidade de eixos e bandeiras acaba por diluir as questões de interesse imediato da categoria e impede sua discussão aprofundada, tornando quase impossível a avaliação de todos os temas nos grupos de trabalho.

Desta forma, a avaliação de nossa atuação política no ano de 2005 ficou comprometida.

Segundo ponto: a avaliação da nossa recente greve simplesmente não entrou na pauta. Foram realizadas, antes do congresso, duas reuniões do setor das federais, onde já havia ficado claro que a avaliação da greve não seria fácil e que as conclusões não seriam únicas. Entendemos que estas dificuldades e divergências deveriam ser aprofundadas e discutidas e divulgadas para toda a categoria. A ausência deste debate no congresso teve como conseqüência o enfraquecimento da discussão sobre as prioridades do nosso plano de lutas para 2006.

Finalmente, a política sindical, que priorizou a discussão sobre a CUT e Conlutas não abordou nossa relação e nossas estratégias em relação ao Proifes e com o Sinasefe.

Não podemos ignorar que, mesmo que a relação umbilical do Proifes com o governo Lula tenha no momento provocado um recuo do Proifes, ainda temos uma reforma sindical pela frente e não podemos nos esquecer de que o governo Lula não desistiu de tentar dividir nosso sindicato. Nossa base de docentes de 1° e 2° graus espera nosso posicionamento e encaminhamentos sobre a campanha salarial e sobre a carreira única.

Assim, o difícil quadro nacional, apontado na avaliação de conjuntura, não se refletiu nos encaminhamentos e na priorização dos temas para discussão na plenária.

E finalmente quanto à discussão da reorganização sindical.

Se por um lado o Congresso se polarizou no debate sobre a Conlutas, a discussão na plenária foi enviesada e prejudicada pela ausência de discussão na base. Embora o Andes-SN tenha participado da criação da Conlutas, há mais de dois anos, o congresso apontou desfecho bastante tímido, fazendo com que o nosso sindicato abra mão de seu importante papel como participante ativo de uma nova alternativa de organização dos trabalhadores.

Como o Congresso não aprofundou estes temas, o movimento docente deverá retomá-los em sua base, no quotidiano de nosso trabalho.

Não pretendemos esgotar aqui a discussão sobre o Congresso, nem sobre os rumos do nosso movimento e reforçamos o convite aos nossos colegas para que manifestem suas opiniões em nosso jornal. Travarmos debates dentro do sindicato nos parece ser a melhor maneira de fortalecermos nosso movimento.

Diretoria da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Congresso em Cuiabá

Professores discutem Congresso do Andes-SN

Delegação da Adufrj-SSind critica forma de organização do evento

No dia 17, pouco tempo após o encerramento do 25º Congresso do Andes-SN, realizado em Cuiabá (MT), a delegação da Adufrj-SSind voltou a discutir o evento sindical. E, no Auditório da Escola de Serviço Social, onde ocorreu o encontro, a estrutura do Congresso foi criticada pelos professores.

Para muitos dos delegados presentes à reunião, o Congresso foi o reflexo de um processo de gigantismo que começou a tomar conta do Sindicato e que gerou uma ausência de prioridade nos temas: discussões longas sobre itens menos relevantes e pouco espaço para debater os pontos mais importantes. Além disso, muitos textos de apoio e de resolução – os documentos que guiam os trabalhos durante o Congresso – foram aceitos durante a plenária de instalação. Dessa forma, os chamados grupos mistos – instâncias que, nos primeiros dias do evento, deveriam antecipar o debate das plenárias deliberativas – foram sobrecarregados e não puderam dar conta de todo o material de leitura. Resultado: plenárias tendo seus prazos estendidos e o congresso sendo encerrado na madrugada de sexta-feira para sábado (em 11/3).

Kelvin Melo

DELEGAÇÃO DA ADUFRJ-SSIND REUNIDA EM UM DOS INTERVALOS DO 25º CONGRESSO DO ANDES-SN, EM CUIABÁ

Postura da delegação elogiada

Em comum, diretores e demais delegados elogiaram a postura dos representantes da UFRJ no Congresso de Cuiabá. Segundo o presidente José Simões, os professores que lá estiveram tinham pontos de vista diferenciados sobre várias questões ligadas à universidade e ao Sindicato. "Essa era exatamente a nossa intenção. Tem que ser assim, porque isso representa bem o que é o nosso movimento docente", comentou. A vice-presidente Vera Salim ressaltou que, nos últimos anos, essa foi a primeira vez que a delegação realizou reuniões antes, durante e depois do Congresso.

Ao fim do encontro na Escola de Serviço Social, a diretoria solicitou que os delegados escrevessem suas impressões gerais sobre o Congresso do Andes-SN para publicação no Jornal da Adufrj.

Carta de Cuiabá

O documento final do 25º Congresso do Andes-SN, a Carta de Cuiabá, já está disponível na página www.adufrj.org.br.

Reativação dos grupos de trabalho locais

Os diretores informaram, ainda, que estarão reativando alguns grupos de trabalho locais para subsidiar as atividades da seção sindical e congregar os professores. O primeiro a ser lembrado foi o GT Seguridade Social, que teve destacada importância durante o período de tramitação da reforma da Previdência do governo Lula. Outros grupos que já contam com alguns professores interessados em participar são os de Política Científica e Tecnológica; Formação Política; Carreira; e Cultura.

Seguindo o exemplo do próprio Andes-SN que criou recentemente um grupo para debater apenas as fundações privadas de apoio instaladas nas universidades, a Adufrj-SSind também estará desenvolvendo seu GT Fundações.

Além do esforço de retomada dos GTs, a diretoria também comunicou que deverá convocar, assim que possível, novas eleições para preencher cargos vagos no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind.

Reajuste ainda depende de votação no Congresso Nacional

PL do reajuste dos docentes das IFES tramita nas comissões da Câmara

O PL nº 6368/05, que trata da alteração salarial dos docentes das IFES, ainda está em tramitação nas Comissões de Constituição, Justiça e cidadania (CJC); Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) e Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

No último dia 16 de março, foi publicado no Diário da Câmara dos Deputados o resultado da discussão sobre o PL na Comissão de Educação e Cultura, que aprovou o parecer da relatora, deputada Fátima Bezerra (PT-RN).

A assessora da deputada, Márcia Abreu, informou ao Andes-SN que o PL manterá seu trâmite nas comissões e que a deputada está trabalhando pela aprovação do requerimento de urgência urgentíssima para que, de imediato, seja remetido à votação em Plenário, tão logo seja votada a Lei Orçamentária de 2006.

Fonte: Andes-SN

Resenha

Sobra verba para os deputados

Um acordo de líderes na Câmara resultou na aprovação de um projeto que dará aos servidores da Casa um aumento real de 15% para equiparar aos vencimentos pagos servidores do Senado e do Tribunal de Contas da União. O projeto de lei beneficiará 3.500 servidores efetivos, além de dois mil aposentados e pensionistas. A medida gerará um gasto adicional de R$ 400 milhões nos cofres públicos. O projeto também aumenta de 20 para 25 o número de funcionários por gabinete (O Globo, 24/3).

Falta verba para os professores

O presidente Lula afirma que são necessárias duas décadas para resolver os problemas de educação no país. O presidente, que já está no cargo há três anos e três meses, afirmou que, no passado, a profissão de professor era motivo de orgulho e, hoje, de sofrimento, reconhecendo os baixos salários dos docentes. (O Globo, 24/3).

Maior evasão nos últimos 10 anos

Quinze em cada cem jovens matriculados no ensino médio abandonaram os estudos no Brasil em 2004, segundo o último Censo Escolar, divulgado este mês pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), ligado ao Ministério da Educação. Isso significa que 1,4 milhão de alunos deixou a escola num universo de 9,169 milhões de matrículas. É o maior índice de abandono desde 1996. Também é praticamente o dobro do registrado no ensino fundamental, etapa em que oito a cada cem estudantes matriculados abandonaram a sala de aula (Folha Online, 24/3, às 9h48).

Argentinos pedem justiça

Na Argentina, sob o lema "Nunca Mais", uma vigília na histórica Praça de Maio e uma marcha central serão iniciativas para pedir justiça durante o aniversário de 30 anos do golpe que originou uma das ditaduras militares mais duras e violentas da América Latina. Organismos humanitários, partidos políticos e organizações sociais e sindicais convocaram uma passeata que irá do Congresso até a Praça de Maio e será liderada pelas Mães e Avós da Praça de Maio e por filhos de desaparecidos, que pedirão "prisão comum, efetiva e perpétua para todos os genocidas" (Diário Vermelho, 24/3).

UFRJ

UFRJ inaugura Centro Cultural Horácio Macedo

Local agora faz parte do Centro Cultural Professor Horácio Macedo

No dia 17 de março, a UFRJ reinaugurou o auditório Roxinho, no interior do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). Palco de diversas assembléias docentes, estudantis e dos técnico-administrativos, o auditório agora faz parte do Centro Cultural Professor Horácio Macedo, em homenagem ao primeiro reitor eleito pela comunidade acadêmica na década de 80. Na solenidade que marcou a reabertura do local, representantes dos movimentos organizados da UFRJ e autoridades institucionais reverenciaram a memória de Horácio Macedo e as lutas que ele assumia.

O reitor Aloisio Teixeira comentou ter conhecido o professor Horácio Macedo há cerca de 40 anos no Partido Comunista Brasileiro (PCB), no qual militaram juntos. "E estabelecemos uma relação de camaradagem. Portanto, para mim, estar na reitoria no momento em que se faz essa homenagem, é muito importante", disse.

Lembrou que, no ano em que Horácio morreu, em 1999, houve uma sessão do Consuni, na qual houve uma série de pronunciamentos a respeito do ex-reitor da UFRJ. Como integrante do colegiado, Aloisio preferiu fazer uma alusão ao personagem Dom Quixote, de Cervantes, para também caracterizar Horácio como um herói utópico. "Horácio é de uma estirpe de homens que não podem ser vencidos. Tem essa capacidade de não ser derrotado. A cada momento de aparente derrota, encontra forças para reconstruir seu sonho ainda maior. Nós todos, tenhamos ou não divergência com Horácio, somos um pouco herdeiros dessa tradição e olhamos o herói utópico de Cervantes como modelo. Ao reinaugurar o Roxinho e homenagear Horácio, nós reiteramos nossa disposição de luta", contou.

Um projeto de universidade

O dirigente universitário reiterou o argumento que vem utilizando sempre que comparece a cerimônias públicas sobre a necessidade de aumentar o índice de jovens brasileiros nas universidades (hoje, de apenas 9%, a maioria nas instituições particulares). "Ano que vem, qualquer que seja o governo, não deverá haver mudança de fundo na política econômica. Esse ano, o governo precisa de apoio e podemos arrancar recursos significativos, se tivermos um projeto de universidade", encerrou.

"Transformamos orçamento em emoção"

A decana do CCMN, Ângela Rocha dos Santos, era uma das mais emocionadas com a reabertura do auditório: "Estamos vivendo hoje na UFRJ um desses momentos especiais, em que um sonho coletivo se transforma numa nova realidade possível. E é a soma desses momentos que faz com que tenhamos uma história para contar. E de quantas e de tão belas histórias esse auditório já fez parte", disse.

Kelvin Melo

Ângela também rendeu homenagem a Horácio Macedo: "Nada mais justo que este Centro lhe preste esta homenagem, não só para perpetuar sua memória, como para anunciar que nós, do CCMN, estamos prontos a enfrentar o desafio da permanente construção e reconstrução de uma verdadeira universidade", afirmou. Também lembrou do ex-pró-reitor Joel Teodósio, que, mesmo hospitalizado, foi um dos maiores entusiastas da reforma do Roxinho.

Confirmou, ainda, a curiosa história de que o arquiteto do projeto inicial do CCMN (professor Jerônimo de Paula, da FAU) é realmente daltônico, o que explica o tom roxo do auditório, em vez da cor azul que ele visualizava no projeto original. "E estamos de parabéns por termos tido a calma, a persistência e a coragem de transformar orçamento em emoção", disse.

Sintufrj recorda auditório como palco de lutas

Coordenadora geral do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro recordou sua experiência no auditório como estudante e como funcionária técnico-administrativa. Lembrou que conheceu Horácio Macedo, durante uma assembléia de docentes que se preparavam para realizar a greve de 1980. "Foi lá que eu vi aquele senhor baixinho, com cabelo branco, fazendo aqueles discursos defendendo a greve", comentou. Desde então, Ana conta que várias lutas foram travadas na UFRJ, muitas vezes tendo o Roxinho como palco e Horácio Macedo como um de seus mais importantes protagonistas. "Recuperar esse espaço político é dar continuidade aquilo que foi começado. Espero que esse espaço continue aberto aos técnico-administrativos para novas lutas e novas assembléias", disse.

Homenagem também a Marlene Ortiz

No início de seu discurso, Ana também fez referência a Marlene Ortiz, ex-dirigente do Sintufrj, integrante da direção nacional da Fasubra e funcionária do Instituto de Química, falecida no dia 4 de março. Dois técnico-administrativos imediatamente se dirigiram para a parte frontal do auditório, onde estenderam uma faixa com uma homenagem à ex-diretora.

Diretor da Adufrj conclama colegas à luta permanente

Diretor da Adufrj-SSind, Ricardo Kubrusly aproveitou a festividade para conclamar a comunidade para a luta em defesa da universidade. Comentou que a conjuntura tem dirigido as pessoas à alienação. "Nós somos levados a acreditar que não adianta lutar", criticou.

Ricardo fez uma analogia entre os tanques que, há alguns dias, estavam nas ruas do Rio de Janeiro e o ataque à faixa da Adufrj-SSind posicionada no Observatório do Valongo saudando os calouros."São eles, os tanques, que cortaram e adulteraram as faixas da Adufrj-SSind contra a reforma universitária do governo Lula", denunciou.

Apesar das dificuldades, Ricardo acredita na possibilidade da luta e disse ter ficado muito feliz com a reabertura do auditório. Mesma alegria que teve durante a posse da diretoria da Faculdade de Letras: "É bom ver que ainda há pessoas dispostas para a luta. Porque a função da universidade é produzir pensamentos que mudem a sociedade para melhor. Não é apenas olhar para o próprio umbigo, para o próprio laboratório", afirmou. "Quando você acredita que o seu laboratório é portador da verdade, a luz que você produz brilha muito pouco tempo e apaga por toda a eternidade. Estão todos convidados a travar essa luta permanente", completou.

Professora Anita Macedo é homenageada

A mesa da solenidade de reinauguração do Roxinho foi composta, ainda, pelo secretário estadual de Educação, Cláudio Mendonça; pelo secretário da SESU, Nelson Maculan; pelo aluno Luis Guilherme, do Departamento de Ciência da Computação, e pelo gerente-executivo do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) - instituição que viabilizou as obras -, Carlos Tadeu da Costa; além da professora Anita Macedo, viúva de Horácio Macedo, que recebeu uma placa relativa à homenagem das mãos do reitor Aloisio Teixeira.

Homenagem ao professor

Durante a cerimônia de reinauguração do auditório Roxinho, o professor Marco Antônio Chaer Nascimento, do mesmo Instituto de Química onde Horácio Macedo deu suas aulas, leu um breve histórico do homenageado.

Horácio Cintra de Magalhães Macedo nasceu no Rio de Janeiro em 14 de outubro de 1925. Em dezembro de 1943, formou-se em Química Industrial pela Universidade do Brasil. Desde muito jovem, militou na política. Alistou-se para lutar contra o nazismo na II Guerra Mundial, mas foi recusado pela pouca idade. Participou ativamente de toda a campanha "O petróleo é nosso". Em 1950, entrou para o PCB, partido a que pertenceu até morrer. Quando a União Soviética se dissolveu e a direção brasileira resolveu extinguir o PCB, Horácio Macedo recuperou a sigla na Justiça e assegurou a continuidade do partido. Foi, desde então, membro do Comitê Central, e, de 1992 a 1994, seu presidente nacional.

Wagner Maiolino

Dados do centro cultural

O conselho de centro do CCMN, em reunião de 28 de maio de 2003, decidiu dar o nome de Horácio Macedo ao centro cultural a ser criado. Além do auditório, com 480 lugares, o complexo será formado por um anfiteatro, área de exposições, sala de vídeo, um pequeno teatro de arena, biblioteca e museu. Poderá ser usado como minicentro de convenções pela comunidade acadêmica.

Antes da UFRJ, lecionou no Instituto Oswaldo Cruz, na Universidade Rural do Rio de Janeiro e no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Era tão admirado pelos estudantes que, em 1971, na Universidade Rural, o diretório acadêmico foi inaugurado com seu nome. Em 1977, foi condecorado com a medalha Pedro Ernesto, da Câmara dos Vereadores do Rio.

Mas foi na UFRJ que Horácio teve destaque especial. Foi nomeado professor de Físico-Química da Escola Nacional de Química, em 1953. Com a reforma universitária, lotado no Instituto de Química da UFRJ, tornou-se, por concurso público, livre-docente em 1974 e professor Adjunto em 1975. De 1982 a 85, foi decano do CCMN. Em 1985, tornou-se o primeiro reitor eleito pela comunidade universitária. Ao concorrer com 17 outros candidatos, foi indicado em primeiro turno pela maioria absoluta de professores, funcionários e alunos. Em seu mandato de quatro anos, vale destacar a atitude de tirar a universidade do vestibular de "marcar cruzinhas" instituído pela ditadura militar, o aprimoramento da graduação e da pós-graduação e a criação de atividades de extensão junto às comunidades carentes vizinhas à Cidade Universitária. Também lutou, do começo ao fim, pela autonomia universitária. Foi líder do movimento docente na UFRJ e comparecia às assembléias da categoria, mesmo quando reitor.

Reeleito reitor pela maioria absoluta da comunidade acadêmica, em 1989, não pôde exercer o segundo mandato por conta de um parecer jurídico que considerou inconstitucional qualquer reeleição. Horácio morreu de infarto agudo do miocárdio em 24 de fevereiro de 1999, no Rio.

Colegiados

Unidades disputam edital de R$ 12 milhões

A crise de financiamento a que são submetidas as universidades públicas brasileiras tem deixado os integrantes do Consuni bastante sensíveis toda vez que se fala na possibilidade de algum recurso extra. O edital do CT-Infra-Proinfra-01/2005, disponível na página da Financiadora de Estudos e Projetos (www.finep.gov.br), foi o exemplo mais recente desse problema que tomou um bom tempo de discussão da últimaseção do colegiado (23/3).

A chamada pública do CT-Infra-Proinfra tem como objetivo "selecionar propostas para apoio financeiro à execução de projetos institucionais de implantação, modernização e recuperação de infra-estrutura física de pesquisa nas Universidades", num total de R$ 150 milhões. Instituições como a UFRJ, pelos critérios do edital, podem concorrer com projetos que custem até R$ 12 milhões, a serem enviados para a Finep até o dia 30 de março.

Em 13 de março, o reitor nomeou uma comissão de assessoramento para analisar os pleitos enviados para a Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa. No sentido de apoiar aquelas solicitações que contemplassem o maior número de unidades, foram aprovados cinco sub-projetos: um deles (e o mais custoso, de R$ 5,41 milhões), o GRID-UFRJ, que terá apresentação em breve no colegiado para mais esclarecimentos, privilegia a melhoria da rede de computadores da universidade como um todo; os outros quatro têm forte identificação com o Centro de Ciências da Saúde, apesar de alguns vínculos com unidades externas ao CCS.

O fato causou um certo desconforto entre os representantes dos demais centros que, sem querer tirar o mérito das propostas do CCS, não deixaram de criticar a possível concentração de investimentos naquele local e o abandono de outras áreas, principalmente a de Ciências Humanas.

O reitor Aloisio Teixeira fez questão de dizer que não gosta desse tipo de financiamento para a universidade, porque acredita que o formato tira a autonomia da universidade. Ressaltou, no entanto, que seria preferível disputar esses recursos do que ficar sem nada, na situação de penúria que vive a UFRJ. Acrescentou, ainda, que a chamada era pública e a comissão de assessoramento da reitoria trabalhou com os projetos recebidos até o início de março. Por fim, destacou que a tarefa de todos seria buscar a integração de mais unidades, dentro do possível, aos projetos entregues. Outros conselheiros ponderaram que seria importante trabalhar desde já o projeto institucional da UFRJ para o ano que vem, preparando-se para o próximo edital.

UFRJ

Nova direção da Politécnica defende universidade pública e gratuita

Chapa eleita lutará pela defesa do ensino público, gratuito e de qualidade

Ericksson Rocha e Almendra e Eduardo Gonçalves Serra assumiram na tarde do último dia 13 a direção da Escola Politécnica da UFRJ. A cerimônia aconteceu no auditório Horta Barbosa, no Centro de Tecnologia (CT). Centenas de pessoas estiveram presentes, entre elas, o pró-reitor de pós-graduação e pesquisa, José Luiz Fontes Monteiro, o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer Fernandes, o decano do CT, Claudio Luiz Baraúna Vieira, o decano do CCJE, Alcino Câmara Neto, a superintendente geral de graduação, Déia Maria Ferreira, o ex-diretor Heloi José Fernandes Moreira e o presidente da Adufrj-SSind, José Simões, além de diversos diretores de unidades, professores do Centro de Tecnologia, integrantes do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), representantes do DCE Mário Prata, alunos da unidade e representantes da Associação dos Ex-alunos da Escola Politécnica.

O evento foi aberto com as palavras de Heloi Moreira que agradeceu o apoio da Adufrj-SSind, Sintufrj, da reitoria e da decania durante os anos nos quais esteve à frente da instituição. O ex-diretor revelou ter a certeza do sucesso da nova direção nos próximos quatro anos."Você possui competência, disposição e vontade e é disso que nossa unidade precisa", afirmou ele, dirigindo-se a Ericksson Almendra.

As declarações de Heloi Moreira, que descreveu minuciosamente toda a trajetória de Ericksson Rocha até sua eleição para diretor, foram elogiadas por Claudio Baraúna, que se pronunciou logo em seguida: "Desejar que quem nos sucede tenha mais sucesso que nós tivemos é uma absoluta prova de amor a esta unidade". O decano conclamou ainda todos os diretores de unidades da UFRJ a se unirem para "quebrar as barreiras da universidade, que nos isolam uns dos outros". Baraúna citou ainda as grandes dificuldades de infraestrutura, insegurança e falta de investimento que são uma realidade para os professores da UFRJ, mas enfatizou que os problemas devem ser superados a cada dia: "Não podemos abandonar este desafio porque o país precisa da gente".

Antonio Vianna

SOLENIDADE NO AUDITÓRIO DO CT

Universidade é paga pelos trabalhadores

O vice-diretor, Eduardo Serra, agradeceu a Ericksson o convite para compor a chapa eleita e adiantou que sua gestão dará continuidade aos trabalhos realizados na direção anterior e que o objetivo maior será sempre o de atender as demandas da sociedade. Serra afirmou que pretende ampliar a capacidade de produção da Escola Politécnica voltada para os que trabalham na sociedade. "Nossa universidade é pública, mas não é gratuita. Ela é paga com o dinheiro suado dos trabalhadores, inclusive por aqueles que não têm acesso aos frutos do desenvolvimento do país", afirmou.

Eduardo Serra informou que a direção lutará ainda pela defesa da universidade pública e gratuita, que vem sendo ameaçada nos últimos tempos, tanto nos caráter público e gratuito quanto na sua finalidade social: "Vamos fazer do nosso objeto de trabalho, que é a tecnologia, um instrumento de desenvolvimento para o país", finalizou.

Educação integralmente mantida pelo Estado

No seu primeiro discurso como diretor, Ericksson Rocha declarou estar convicto de que, num país como o nosso, investir em educação é fundamental, estratégico e indispensável. O diretor condicionou os investimentos à construção de um futuro digno para o povo brasileiro e considera que a educação deve ser integralmente sustentada pelo Estado. O diretor defendeu a ampliação no número de vagas no vestibular e garantiu que durante sua gestão será muito importante contar com o apoio dos parceiros institucionais como o Centro Acadêmico e a Associação dos Ex-alunos, entre outros: "Todos estarão juntos nesta luta para transformar a Escola Politécnica numa unidade modelo para toda a UFRJ. Temos certeza de que vamos contar com o apoio da administração superior da UFRJ e de seus colegiados", afirmou o professor, que também é representante do CT no CEG.

Ericksson revelou também que sua gestão pretende prolongar por dois anos a escolha da habilitação em Engenharia para os jovens estarem mais amadurecidos na hora de fazer a opção e, assim, diminuir a evasão de vagas na unidade.

Diretora quer centro cultural em terreno da EBA

Professora Ângela Ancora da Luz ficará à frente da unidade por mais quatro anos

Ocorreu no dia 14 de março a posse da nova diretoria da Escola de Belas Artes (EBA). A diretora Ângela Ancora da Luz foi reconduzida para um novo mandato de quatro anos. Dizendo ter como incentivos a contínua produção de talentos pela Escola e o apoio da reitoria, a professora comprometeu-se a realizar o melhor trabalho possível na direção da unidade. Muito emocionada com a cerimônia, Ângela lembrou alguns momentos marcantes da história da EBA, desde o século XIX até os dias de hoje. Observou que a Escola sempre se caracterizou pela democracia e que nunca precisou de cotas para abrir suas portas para os negros. "Antes mesmo da abolição da escravatura, nós já tínhamos alunos negros", disse.

Com a recuperação de um terreno para o patrimônio da EBA no centro da cidade, próximo ao Circo Voador, Ângela informou que ali se pretende construir um centro cultural em homenagem ao pintor Belmiro de Almeida para estimular jovens artistas.

Reitor confirma apoio ao centro cultural

Presente à cerimônia, o reitor Aloisio Teixeira confirmou o apoio à construção do centro cultural no terreno recuperado, com recursos conquistados ao final do ano passado. Mas foi além: disse que o presente ano eleitoral é uma oportunidade rara para conseguir mais recursos não só para a EBA, mas para toda a UFRJ. Neste sentido, entende que a universidade deve apresentar, ainda em 2006, um projeto que auxilie na transformação da sociedade e, por conta disso, solicitou a colaboração dos professores, funcionários técnico-administrativos e alunos da Escola.

Aloísio também afirmou ser uma honra e um prazer participar da solenidade de posse da diretoria da EBA, uma vez que sua tia-avó foi professora daquela unidade. "Todas as universidades relevantes do mundo têm suas escolas de arte", observou.

Também compuseram a mesa da solenidade o prefeito universitário Hélio de Mattos; o novo vice-diretor, Carlos Gonçalves Terra, e o decano do Centro de Letras e Artes, Léo Affonso Soares.

Colegiados

Consuni não vota distribuição feita por colegiados acadêmicos

Apesar dos esforços da Cotav, Consuni não vota relatório e o prazo é cada vez menor para distribuição das vagas docentes

A UFRJ deu um importante passo para receber 112 novas vagas no seu quadro docente ao estabelecer a distribuição das mesmas entre as unidades, através de um relatório preparado pela Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) da universidade. O documento foi aprovado em uma sessão conjunta entre o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), realizada na última quarta-feira (22/3). Entretanto, no dia seguinte, os integrantes do Conselho Universitário (Consuni) não votaram o documento por que não se sentiram suficientemente esclarecidos pelo relatório final da Cotav que chegou ao colegiado superior.

Os colegiados da universidade correm contra o tempo desde o dia 2 de fevereiro quando o Ministério da Educação (MEC) publicou uma portaria que autoriza a abertura de concurso para a contratação de 2.200 professores para as universidades federais. Pela distribuição da Associação Nacional dos Dirigentes (Andifes), a UFRJ receberá 112 vagas. Só para o ano de 2006, a universidade teve uma demanda para a contratação de 663 professores substitutos.

Indicadores geram dúvidas no Consuni

Após a publicação da portaria, as universidades federais têm até seis meses para a publicação do edital de abertura de concurso e o resultado final das provas deve ser divulgado até o dia 30 de junho (três meses antes do primeiro turno das eleições presidenciais). Devido ao curto espaço de tempo, o CEG e o CEPG se reuniram no dia 3 de fevereiro para decidir os critérios que iriam balizar a distribuição das vagas docentes entre as unidades.

De acordo com os critérios aprovados, a Cotav estabeleceu quatro grupos de indicadores que resultariam na distribuição. O primeiro grupo (G1) avaliou as perdas e os ganhos de vagas docentes pela unidade nos últimos dez anos. O segundo (G2) estabeleceu os critérios para a avaliação do desempenho acadêmico com indicadores de produtividade e o terceiro (G3) avaliou o desempenho acadêmico da unidade nos últimos três anos, com base nos conceitos de avaliação do MEC, da Capes e no número de pesquisadores, bolsistas, etc.

Já o quarto grupo (G4) avaliou o plano de desenvolvimento da unidade, departamento e do programa do solicitante em relação às diretrizes acadêmicas. O G4 foi o único que não teve peso dois na nota final (G = [2G1 + 2G2 + 2G3 + G4]/7) que classificou as unidades para concorrer as vagas dos novos professores.

Foram justamente estes indicadores que impediram a aprovação do relatório pelo Consuni. De acordo com os integrantes do colegiado máximo, não houve uma explicação clara no documento de quais foram os critérios utilizados para chegar aos índices de cada grupo.

Unidades com graduação e pós foram mais contempladas

Segundo o documento da Cotav, o resultado final deu a Escola de Belas Artes (EBA) e a Faculdade de Educação (FE) as maiores pontuações para o recebimento de vagas (4,0), seguidas pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Escola de Química (EQ) e Núcleo de Tecnologia Educacional para Saúde a (Nutes), todos com pontuação final 3,9.

Estabelecido os critérios, a Cotav – que iniciou seus trabalhos na quinta-feira anterior ao Carnaval - proporcionou nove rodadas de distribuições. Na primeira delas, todas as 37 unidades foram contempladas com uma vaga docente. A partir da segunda rodada, as unidades que só possuíam graduação ou só pós graduação foram consideradas unidades "saci" (com apenas "uma perna", no jargão da Cotav) e não mais foram contempladas. Nesta segunda rodada, as 26 primeiras classificadas (com exceção do Nutes e do Instituto de Macromoléculas, consideradas "unidades saci") receberam mais uma vaga.

Como explicaram os integrantes da Cotav, durante a sessão CEG/CEPG, a comissão desejava contemplar cada unidade com cerca de 3% do seu número do total de professores. Desta forma, a partir da terceira rodada, as primeiras colocadas que já haviam atingido essa porcentagem também não foram mais contempladas. Foi o caso da Faculdade de Farmácia, sétima colocada no ranking, que com as duas vagas recebidas nas primeiras rodadas foi contemplada com 4,5% do quadro total de docentes da unidade. Outras que ultrapassaram a média de 3% na segunda rodada foram a Escola de Comunicação (3,3%), o Instituto de Psicologia (4,3%) e a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (3,6%). Na terceira rodada, as 18 primeiras unidades ganharam mais uma vaga, com exceção das quatro unidades citadas e das duas "saci". A quarta rodada seguiu o mesmo critério da terceira e, ao final dela, 85 vagas haviam sido distribuídas.

Faculdade de Medicina foi a mais contemplada

Outras cinco rodadas foram realizadas para distribuir mais dez vagas: cinco para a Faculdade de Medicina (que ainda assim não atingiu o índice de 3% do total de docentes), duas para a Escola Politécnica, uma para a Faculdade de Letras, uma para a Escola de Educação Física e Desporto e uma para o Museu Nacional.

A Faculdade de Medicina (9) ficou com a maior parte das 95 vagas distribuídas pela Cotav. A Escola Politécnica, com seis, foi a segunda mais contemplada seguida da Faculdade de Letras, com cinco. EBA, Faculdade de Educação, IFCS, Instituto de Química, Instituto de Física, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Matemática e Coppe receberam quatro vagas e a Escola de Química recebeu três. Das 112 vagas destinadas para UFRJ, 17 não foram distribuídas pela Cotav pois servirão de reserva técnica para o reitor Aloisio Teixeira.

O Consuni voltará a se reunir numa sessão extraordinária nesta semana para aprovar ou não a distribuição de vagas da Cotav.

Conselheiros denunciam falta de vagas

Para alguns conselheiros, número de concursos abertos pelo governo é muito pequeno

Como era esperado, a distribuição de 95 - das 112 vagas a que UFRJ tem direito - gerou polêmica na sessão conjunta CEG/CEPG. Apesar de a maioria dos conselheiros dos dois colegiados ter elogiado o trabalho da Cotav, houve manifestações contrárias aos números apresentados no relatório.

Margarida Camargo, representante do CCJE no CEG, não ficou satisfeita com o fato de a Faculdade Nacional de Direito ter recebido apenas duas vagas: "Não houve confiança na unidade. Sei que o trabalho da Cotav foi duro, mas duas vagas foi uma injustiça". Já Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, representante do CCJE no CEPG, não se conformou com o fato de não haver novos docentes para o curso de Biblioteconomia.

O professor Ericksson Rocha e Almendra, representante do CT no CEG, explicou que apesar da FND receber apenas duas vagas, a unidade receberá 5,1% do total do seu quadro docente, que é superior a média de 3% que os integrantes da Cotav tomaram como base: "A Escola Politécnica, com seis docentes, recebeu apenas 2,7% do seu quadro e não conseguiu atingir a média estabelecida".

Poucas vagas e muita discussão

Outra integrante do CEG, Maria Lúcia Patitucci (CCMN), informou que a Cotav não recebeu pedido específico de docente para o curso de Biblioteconomia: "Sabemos que cada unidade tem suas carências, mas fizemos o melhor que podíamos. Distribuir 95 vagas para toda UFRJ é muito complicado", afirmou a professora, que integrou a comissão temporária.

Já para Gabriel Rodrigues Marques, representante discente no CEG, de nada adianta os conselheiros disputarem cada vaga acirradamente, pois o número de vagas para ser distribuído é muito pequeno e não solucionará os problemas de nenhuma unidade: "Deveríamos, na verdade, era estarmos lutando contra o governo que disponibilizou apenas 112 vagas para a UFRJ. Precisamos de muito mais professores do que nos oferecem", afirmou ele, ressaltando que deve haver mais discussões nas salas de aula sobre o tema.

Os conselheiros do CEPG Camila Mayworm (representante discente) e Hatisaburo Masuda (CCS) concordaram com a posição de Gabriel Marques: "Precisamos de mais vagas e temos que fazer alguma coisa. Este é um ponto fundamental para o desenvolvimento no nosso país", reiterou Mayworm. Já para Masuda, na próxima oportunidade todos os conselhos e a reitoria devem "estar brigando o tempo todo" por um número digno de vagas.

UFRJ

Poeta inaugura ano letivo na UFRJ

"O homem é uma invenção de si mesmo", defendeu Ferreira Gullar em aula magna

O novo Auditório Roxinho e as dependências do Centro Cultural Horácio de Macedo lotaram de estudantes, professores e funcionários que assistiram à aula magna proferida pelo poeta Ferreira Gullar. Para o poeta, o homem é uma invenção de si mesmo. "O homem é o ser que se inventa permanentemente. Ele inventou Deus para ser uma resposta a todas as questões que não têm resposta". E, para a platéia universitária, o escritor lembrou que toda invenção é feita a partir da realidade, "das necessidades do homem".

Autor do Poema Sujo que, nas lembranças do reitor Aloísio Teixeira, era lido em muitas reuniões clandestinas durante a ditadura militar, Ferreira Gullar arrancou risos afirmando que só "às vezes" é Ferreira Gullar. "Certa vez estava caminhando pela rua e uma senhora me perguntou se eu era o Ferreira Gullar. Eu disse a ela que era. Às vezes", brincou.

Na aula inaugural, Ferreira Gullar discorreu sobre a importância do conhecimento para a humanidade. Disse que, assim como na poesia, o conhecimento científico é fruto da criação humana, da investigação e de uma constante reavaliação dos conceitos que, segundo ele, estão sempre em mudança e acompanhando o dinamismo humano. Gullar ressaltou que não se pode permanecer prisioneiro do conhecimento estabelecido, pois, como as artes, a ciência se renova de tempos em tempos. Por outro lado, o poeta considera que as tradições devem ser tomadas como parâmetros no desenvolvimento humano.

Humano cultural

Gullar fez questão de demarcar os limites do homem-natureza e do homem-humano e, na sua tese de que o homem é uma invenção de si mesmo, postulou que a humanidade tem que admitir que vive em ambiente cultural. "A cultura é criação nossa, não existe verdade indiscutível nas leis, nas normas, e na própria arte. É tudo transformável. É necessário mudar, na medida em que a realidade muda", salientou.

Em sua incursão pós-moderna, o poeta do 'não saber' não deixou, no entanto, de reverenciar o pensamento moderno de Karl Marx como um divisor de águas na história da ciência e das humanidades.

Educação formal

No âmbito de suas considerações sobre a importância do conhecimento, Gullar ressaltou que um dos caminhos mais importantes para se chegar a ele é a educação formal. "A educação, a arte e a ciência são contribuições do homem para a criação do mundo imaginário, cultural e dos valores", disse.

Para Gullar, a crise da educação no Brasil e o descuido com a língua portuguesa não se justificam mais pela falta de conhecimento formal, mas por um desapego em excesso às regras, mesmo por quem têm acesso a elas. "Não quero ser defensor de um normativismo, pois a língua é, de fato, dinâmica. Hoje leio alguns textos de Machado de Assis e estranho inúmeras construções que ele utilizava na época em que os textos foram publicados", disse. Para o poeta é difícil estabelecer um parâmetro para a problemática do ensino formal da língua, mas admitiu que fica bastante desconfortável quando comentaristas e outros profissionais das áreas de Letras ou Comunicação fazem construções excêntricas em relação às regras gramaticais. "Voltamos àquele ponto, a transformação é uma prerrogativa do homem, mas não há avanço nenhum se, a todo momento, quisermos desperdiçar o que já está criado e constituído", ressaltou.

Wagner Maiolino

GULLAR DURANTE AULA MAGNA NO REFORMADO ROXINHO

Intelectualidade militante

O reitor Aloisio Teixeira disse que convidou Gullar para a solenidade porque o poeta representa uma intelectualidade militante, apegada às suas causas, seja como artista, como jornalista ou como homem público. Ferreira Gullar foi diretor da Fundação Nacional de Arte (Funarte) nos anos de 1992 a 1994. "Conheço Ferreira Gullar desde 1983".

A mesa da aula magna foi composta pelo professor emérito Edwaldo Cafezeiro, pelo decano do CLA, Léo Soares e pelo diretor da Faculdade de Letras, Ronaldo Lima, pelo reitor Aloisio Teixeira, pela decana do CCMN, Ângela Rocha, pelo Prefeito da UFRJ, Hélio de Mattos, pelo pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, José Luiz Fontes, pelo pró-reitor de Pessoal, Luiz Affonso Mariz, pelo superintendente de Administração e Finanças, Milton Flores, e pelo presidente da FUJB, Raymundo de Oliveira.

CAOS URBANO

Ferreira Gullar

As montanhas que cercam a cidade ora estão cinzentas, ora de cor negra, ora lilás. A luz dança por entre elas, atravessa bairros, relampeja no verde da floresta da Tijuca e roça as costas na areia batida por águas azuis. Na praia Vermelha, nesta manhã, as vagas vão e vêm cobertas de dejetos: garrafas vazias de plástico, restos de papelão, cascas de frutas que bóiam ou se depositam na areia. Um banhista oculta-se atrás de uma barraca e urina. Um menininho se solta da mãe e corre trôpego atrás da bola.

Na rua Duvivier, na esquina com a Ministro Viveiros de Castro, arma-se na calçada uma loja de móveis usados, a céu aberto: estrado de cama, fogão velho, estante, duas cadeiras, uma poltrona puída, um sofá. Recostado nele, um homem barrigudo, nu da cintura para cima, cochila; sentado numa das cadeiras, um rapaz fuma e coça os dedos do pé. Um ônibus de turismo estaciona do outro lado da rua em frente ao hotel. Uma caminhonete de frete ocupa a passagem de pedestres. Ali perto, dois guardas da Vigilância Municipal conversam alheios ao que se passa à sua volta. Na banca de jornais, um cartaz escrito a mão: "Por favor, não faça xixi na banca".

Na avenida Nossa Senhora de Copacabana, o atropelo de ônibus e automóveis, vans e caminhões, que disputam freneticamente cada palmo da rua. A poluição sonora alcança níveis insuportáveis quando uma ambulância liga no máximo sua sirene ensurdecedora. Ondas negras de fumaça emanam dos motores que queimam óleo diesel e rugem. Os transeuntes respiram o ar pesado da avenida que lhes queima os pulmões. Um ciclista que desliza em alta velocidade numa das calçadas entupidas de gente choca-se contra uma senhora numa cadeira de rodas e cai sobre a banca de um camelô que vende CD pirata. Um cego, sentado à porta de um edifício, estende a mão aos que passam, fingindo não vê-lo.

Um grupo que segue em direção à praia joga no chão copos de plástico e papel de picolé, enquanto, da janela de um carro, alguém se livra de uma bola de papel amassada. "A rua não é lixeira", grita uma senhora. Ao dobrar a esquina da Djalma Ulrich, vê-se numa janela um jarro com miosótis.

Mendigos instalados numa rua do Rio Comprido enrolam os colchões sujos em que dormiram e os escondem junto a um depósito de lixo. Um deles, com mãos negras de ceroto, tira de um saco um pedaço de pão e começa a mastigá-lo; outro atravessa a rua e entra num boteco em busca de um trago. Pouco adiante, pivetes, sentados na escada de um edifício, fumam maconha e riem. Uma senhora, que leva um menino pela mão, muda de calçada, com medo. Na esquina próxima, vê-se estacionado um carro de polícia, com uma porta aberta; um policial, recostado nele, observa as pessoas com indiferença, mas é despertado por disparos vindos de um beco no fim da rua. Em Ipanema, um ladrão, ao roubar o rádio de um carro, morre fulminado por um enfarte. Bandidos assaltam 33 turistas ingleses num ônibus de turismo ao entrar no aterro do Flamengo. Mesmo assim, Cláudia consegue voar entre os móveis de seu quarto, na rua senador Eusébio.

A noite, como um fumo negro, subiu do asfalto e foi tomando a cidade inteira. Os carros acenderam os faróis e, ali no Centro, os edifícios têm os seus pavimentos iluminados. Pouco a pouco, a escuridão tinge todos os objetos, todas as pessoas. No Centro Cultural do Banco do Brasil, o cinema está lotado. As salas de exposição já se fecharam, mas, no térreo, alguma pessoas ainda conversam junto ao balcão onde se servem café e refrigerantes.

As primeiras horas da noite são de tensão e ansiedade. Mas, com o passar das horas, o tráfego intenso que ocupara as grandes avenidas foi diminuindo até fluir normalmente. As garagens dos edifícios residenciais se enchem de veículos, as mães, os pais de família estão agora em suas casas e, depois do jantar, em diferentes bairros, acompanham na televisão as histórias implausíveis das novelas de TV. Os jovens, os homens solitários, as mulheres inquietas enchem os bares espalhados por toda a noite carioca e se embebedam. Um adolescente drogado, na Ilha do Governador, com uma faca de cozinha, degolou a avó que se negara a lhe dar mais dinheiro para comprar cocaína e agora está deitado em seu quarto, que estremece ao som de um rock pesado.

Amanhece. A luz do sol desfaz a neblina que o frio da madrugada acumulara sobre os tetos. A cidade começa a despertar, as primeiras pessoas caminham para a estações de trem e pontos de ônibus; uns vão para o trabalho, outros à procura de emprego. Na porta dos hospitais, longas filas de enfermos que esperam atendimento desde a noite anterior.

Um avião cruza o céu do Rio de Janeiro, a caminho da Europa. Dá para ver lá embaixo a cidade aparentemente tranqüila entre as águas e as montanhas. Nem buzinas, nem disparos, nem queixas, nem risos, nem soluços, nada disso se pode ouvir voando sobre ela a 800 km por hora.

ENTREVISTA

James Petras

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
22 DE MARÇO 2 0 0 6

Ag Cromafoto/Wadimir de Souza

Solicitamos ao professor James Petras uma entrevista exclusiva para o Jornal da Adufrj quando, em plena campanha salarial, o governo federal interrompeu unilateralmente as negociações com o movimento docene. Enquanto a maioria dos nossos professores, na UFRJ, ignorou a greve, o professor Petras, residente nos Estados Unidos, nos respondeu afirmativamente no mesmo dia. Devido a necessidades técnicas para a gravação da entrevista, a mesma foi realizada somente em 12 de dezembro de 2005. Sua publicação, agora, no inicio do ano letivo, quando os tanques do exército ocupam as favelas do Rio de Janeiro, tesouras cortam nossas faixas de boas vindas aos calouros no Observatório de Valongo e os protestos estudantis tomam conta das ruas na França, é extremamente oportuna. Impossível deixar de registrar a nossa imensa alegria, satisfação e orgulho em conversar com o professor. Impossível também, deixar de enfatizar o exemplo de James Petras para um Brasil órfão de intelectuais comprometidos com transformações dessa realidade brutal com que convivemos diariamente. Nessa conversa, discutimos a conjuntura nacional, internacional, especialmente da América Latina e França. Em seguida, Petras faz uma avaliação do papel da universidade e dos intelectuais na formulação do conhecimento critico e da responsabilidade e necessidade de engajamento dos professores universitários nas lutas a favor das transformações sociais. Agradecemos ao companheiro em nome de todos aqueles que lutam por uma universidade pública, gratuita e com a qualidade necessária para pensar, formular e traçar caminhos para as transformações sociais que a realidade exige.

Diretoria da Adufrj- SSind

Capitalismo e eqüidade são incompatíveis

“

Podemos ver o caso do Brasil, onde Lula destina 15 bilhões de dólares para o Fundo Monetário e, enquanto isso, a última estatística mostra 65% de desempregados e subempregados...

Vera Salim – Recentemente as periferias se levantaram na Europa; a rápida africanização do Brasil foi apontada por economistas importantes, como Prof Reinaldo Gonçalves (UFRJ-Brasil), e a grave realidade desumanizante do desemprego assume caráter crônico reconhecido até mesmo pelos defensores mais acríticos do capital. Diante de tal situação mundial, é possível pensar numa saída que compatibilize um mundo social com igualdades substantivas e um sistema irreversivelmente perverso do capital?

James Petras - Creio que o capitalismo e a eqüidade são totalmente incompatíveis porque o capital concentra toda a riqueza e gera, cada vez mais e mais, pessoas sem emprego ou mal remuneradas. Podemos ver, em uma escala mundial como na China, atualmente, alguns multimilionários e mais de 500 milhões de pessoas sem emprego. Podemos ver o caso do Brasil, onde Lula destina 15 bilhões de dólares para o Fundo Monetário e, enquanto isso, a última estatística mostra 65% de desempregados e subempregados... pessoas sem carteira assinada.

Então, quanto mais capitalismo, mais o país está integrado na rede internacional de capital e, conseqüentemente, há mais marginalidade e maior expansão. Não vemos nenhuma tendência em que a expansão capitalista esteja incorporando mão-de-obra com um salário decente. A tendência, quero repetir, é a da concentração de capital, o que significa maior desigualdade e maior miséria. E creio que com este sistema perverso não podemos imaginar nenhuma melhora. Só a partir da luta de classes se pode imaginar que as tendências do capitalismo podem se modificar em algum grau, pelo menos, durante o período do auge da luta de classes. Mas quando em baixa, a luta se volta para as tendências do capitalismo. Creio que não há como mudar constantes pressões e constantes tendências, se não houver uma transformação no sistema capitalista. Devemos criar uma nova lógica, uma nova relação de classes dentro de um sistema coletivista democrático, em que há enormes variedades dentro do que chamamos de pós-capitalismo.

A tendência globalizante do capital transnacional não seria contraditória com a estabilidade da hegemonia do imperialismo norte-americano?

A globalização de capital transnacional é muito eficiente como sistema de concentrar o poder na Europa, Estados Unidos, Japão e, cada vez mais, na Ásia. E esse sistema tem gerado grandes possibilidades para que o imperialismo norte-americano ganhe hegemonia. Mas, ao mesmo tempo, está enfrentando maior competição dos outros países imperialistas, principalmente na Europa e na Ásia. Especialmente com o surgimento de países como a China. Mas, na China, também estão crescendo, a partir da privatização, as empresas multinacionais norte-americanas, japonesas e européias. Pode ser tudo uma ilusão, pois quando falam do poder da China, estão subestimando o fato de que, na China, a tendência mais forte é a da expansão privada e, no interior do setor privado, está o capital imperialista. Enquanto o poder imperialista se expande por aí afora, o poder imperialista cresce. Estão criando grandes crises internas, porque com as dívidas pagas, o déficit fiscal e a perda de bons empregos é criada uma descapacitação que chamamos de fundações do imperialismo mundial. A grande contradição, cada vez mais forte, é que, enquanto o império cresce, debilita a república por dentro. E essa contradição é manifestada em diversas formas. Por exemplo, o caso da guerra. A guerra imperialista tem gerado um enorme custo interno na exportação de capital e destruindo muitas indústrias. A contratação de serviços de informática está debilitando o mercado de trabalho interno. Em outras palavras, o imperialismo não está criando uma aristocracia trabalhista interna. Ao contrário, está destruindo esta aristocracia. E, neste sentido, a hegemonia mundial dos EUA está debilitada em dois lados: pela competetição externa e pela deterioração interna.

Neste contexto, pode-se identificar uma crise no sistema capitalista? Se existe qual sua natureza?

Creio que não há uma grande crise do capitalismo. Há múltiplas crises. Estamos frente a um grande colapso. De frente para grandes deteriorações em sistemas capitalistas. Crises

financeiras, crises sociais, crises de superprodução e baixo consumo, porque os serviços sociais estão privatizados. Há contradição no desenvolvimento tecnológico, na expansão do capital e na depressão das mudanças de vida internas. Mas, apesar disso, é tendência mundial proletarizar os camponeses e os trabalhadores do setor público. Isto está gerando outra crise entre um grupo que cada vez mais concentra o capital e uma grande massa cada vez mais proletarizada.

Quais os desafios imediatos dos movimentos socialistas frente à crescente miserabilização das massas e aos exemplos diários de barbárie social?

Creio que o movimento socialista deve superar seus desafios. Primeiramente: vincular-se com a luta e com a organização da massa. Atualmente, muitos dos chamados movimentos socialistas ou são segmentados ou são atividades intelectuais ou estão em grupos reduzidos de sindicatos altamente organizados, que cada vez mais são pequenos grupos. Há pouca atividade com a grande massa desempregada. Há pouca atividade com a grande massa que está indo para a terceira idade. Há pouca organização entre os novos operários incorporados na construção civil e em outros ramos. E este é o primeiro grande desafio. Para ser movimento socialista há trabalhar com a massa dos afetados. E creio que o movimento socialista tem essa oportunidade com os setores de trabalhadores públicos que enfrentam as privatizações, as desocupações e a eliminação de aposentadorias decentes.

Tudo isso, me parece, implica a necessidade de abandonar o entrismo nos partidos, como por exemplo, no Partido dos Trabalhadores, um fracasso dos grupos trotskistas no Brasil, como em Porto Alegre o grupo do Raul Pont, um desastre total.

Também devem deixar de ser seitas e formar novos sindicatos, como a Conlutas no Brasil, com vinculação à luta do campo. Creio que deve ser feito um debate com o MST sobre seus erros em apoiar Lula até as últimas conseqüências e participar fraternalmente como companheiros de luta.

Mas não podemos ter nenhuma autoridade política junto aos movimentos, se não temos uma atuação de muito tempo. Não podemos ser paraquedistas, que entram quando há luta e desaparecem quando não há luta. Neste sentido, creio que os desafios são muito claros e muito evidentes para que os movimentos sociais realmente se convertam em uma vanguarda.

Qual o lugar que passa a ocupar a universidade no interior desta configuração mundial? O que significam as reformas universitárias neoliberais nesta conjuntura?

Infelizmente, grande parte das universidades tornou-se assunto do grande capital ou simplesmente de investigações acadêmicas. Quero dizer, inserem-se no pequeno mundo acadêmico e, quando saem, saem para ser consultores de negócios. Creio que isso é o que significa a reforma universitária neoliberal. A tendência é incorporar a universidade simplesmente como um braço do governo capitalista e tirar sua perspectiva crítica e de orientação do povo. Agora, se há uma minoria de intelectuais nas faculdades e nos programas de pesquisa, que estão envolvidos com o povo, são minorias marginalizadas, no ponto de vista da grande maioria. As universidades profissionalizantes têm a tendência de refletir os problema que afetam a classe média e os industriais. Para mudar isso, temos que converter a universidade num terreno de luta. Não apenas para apenas para aumentar o financiamento, mas para termos um financiamento que possa incorporar mais negros, mais pobres e abrir as portas para o povo através das bolsas de estudos e extensões. É como se faz em Cuba, universalizar a educação superior e introduzir *campus* nas favelas e nos campos onde se possa dar assistência às pessoas. Não enviá-los para o centro do Rio de Janeiro ou para os bairros nobres, que são muito estranhos para o povo.

Lembro-me de uma vez que, numa palestra no Rio de Janeiro, eu olhava para 700 estudantes que me aplaudiam e dizia: "Onde estão os negros? Estão nas favelas? Aqui estão somente os brancos?" E todos sentiram um pouco de vergonha. Alguns ficaram surpresos e outros indignados. Mas é a verdade, necessitamos nesses países de programas universitários de compensação, para o negro que recebe uma péssima educação primária e secundária. Necessitamos de programas pré-universitários para que a massa negra possa entrar em massa na universidade.

É possível falar hoje em algum papel transformador da ciência?

Creio que o problema do papel transformador da ciência depende da classe que o determina, de quem se beneficia da ciência e de quem dirige as pesquisas. No sistema atual, grande parte do financiamento da ciência vem da indústria farmacêutica privada. Inicia-se uma transformação, mas uma transformação para enriquecer os acionistas, a indústria bélica e o agronegócio. Poderíamos imaginar uma ciência do um povo que investiga como melhorar a produção das cooperativas, dos sem terra, dos operários das empresas, dos desempregados que estão buscando a construção de casas decentes, de infra-estrutura, de medicamentos a preços populares... tudo isso significa que a ciência tem o potencial de aumentar a riqueza das multinacionais ou de ajudar o povo a transformar sua vida. Isso depende

"Na universidade, muitos inserem-se no pequeno mundo acadêmico e, quando saem, saem para ser consultores de negócios. Creio que isso é o que significa a reforma universitária neoliberal. A tendência é incorporar a universidade simplesmente como um braço do governo capitalista e tirar sua perspectiva crítica e de orientação do povo.

Arquivo Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

muito da classe social que dirige e que fixa as normas da pesquisa.

Na chamada periferia capitalista, é defensável a tese de que o desenvolvimento científico-tecnológico poderia resultar em superação da miséria?
Não me agrada a palavra "periferia", porque periferia não dá conta da enorme diferença de classes, em países onde há diferentes conteúdos de classe no governo. Por exemplo, a Venezuela é uma periferia capitalista, mas com um conteúdo popular, enquanto o Brasil é uma periferia mas com um conteúdo profundamente neoliberal. Então, primeiro é preciso fazer uma correção neste conceito muito ambíguo e com falta de conteúdo específico de classes.

Creio, como dizíamos na outra pergunta, que a ciência e o desenvolvimento científico e tecnológico podem piorar a condição de miséria ou podem superá-la. Por quê? Porque no capitalismo, a organização de trabalho no sistema científico tecnológico pode resultar em afastamento de operários ou simplificar as tarefas de uma forma muito monótona. Enquanto num sistema socialista, o desenvolvimento científico-tecnológico pode diminuir as horas de trabalho e implicar maior educação para que os operários avancem para um trabalho mais criativo. Podemos ver que na China, por exemplo, o trabalho científico tecnológico está beneficiando as multinacionais e os altos funcionários do governo. Mas a grande massa está trabalhando em cinturões de trabalho em condições sub-humanas. Tudo depende, então, do contexto político classista em que se aplica o desenvolvimento científico tecnológico.

O senhor acha possível falar em desenvolvimento econômico no Terceiro Mundo no interior do capitalismo?
Creio que o desenvolvimento econômico no interior do capitalismo é obviamente possível, tanto no Brasil no período militar, como na China atual, como em toda a Ásia temos visto expansão econômica. O problema não é econômico, mas na criação de uma polarização, uma maior exploração e maior concentração de riqueza. Esta é uma parte do problema. A segunda parte é a grande concentração de riqueza e desigualdade, já que este capitalismo tem uma grande tendência a crises, como vimos no Brasil. Quebram em crises financeiras, em cima do desenvolvimento do setor financeiro e chega a uma grande contradição entre a economia de papel (que chamamos de economia de ficção) e a verdadeira economia produtiva. Então é possível, e muito provável, a um nível de desenvolvimento econômico ter o de sempre: limites, contradições e grandes injustiças sociais.

É nítido hoje no Brasil e no mundo um realinhamento político-ideológico dos trabalhadores acadêmicos. Como o senhor avalia tal fenômeno?
É muito complicado ver a possibilidade de um "realinhamento" político e ideológico entre o trabalhador e o acadêmico. Primeiro porque vivemos um período de choque, em que muitos intelectuais, particularmente de esquerda, têm uma visão demasidamente positiva do Partido dos Trabalhadores, incluindo Emir Sader e Frei Beto, entre outros apologistas de Lula que, na campanha, criaram um quadro totalmente falso do que representa o Partido dos Trabalhadores. Como conseqüência, quando o governo Lula realizou as mudanças mais extremas do neoliberalismo, provocou uma decepção e uma separação. Mas grande parte dos desencantados acadêmicos, em muitos casos, abandonou a política. Outros voltaram a luta para melhorar seus interesses corporativos, lutas sindicais e para melhorar as aposentadorias e bloquear as medidas mais prejudiciais para a universidade. E alguma pequena minoria está na busca de um "realinhamento" político ideológico. Mas só uma minoria está um pouco acessível a integrar novas organizações como a Conlutas e outras formas de luta.

Atualmente, muitos orientados pelo MST também se sentem decepcionados pela política do PT. Então, estamos em um momento de desencanto, de mais perguntas do que respostas e que muitos intelectuais já não confiam nas ideologias do passado, achando que traçaram caminhos equivocados. Neste sentido, creio que ainda vai demorar um tempo para que a intectualidade encontre seu caminho. Creio que o sindicato Andes-SN e alguns setores sindicais acadêmicos são a melhor opção como lugar para discutir novas orientações e refletir sobre a necessidade de se criar um novo instrumento político amplo.

Creio que o PSOL e o PSTU vão atrair alguns intelectuais, principalmente o P-SOL, especialmente em um ano eleitoral. E os sindicalistas se aproximarão mais da Conlutas. Isto irá durar, pelo menos, mais uns cinco anos até que apareça uma nova formação política e ideológica. Devemos nos concentrar nisso: na minoria que já está esclarecida de que a situação no Brasil ficará ainda pior com Lula fazendo uma política insólita na história mundial.

A situação de um governo que está com uma reserva de 65 bilhões de dólares, quando há 65% de mão-de-obra desempregada ou mal paga ou no setor informal. Em nenhum governo do mundo, e digo isso incluindo Pinochet, Geisel e qualquer outro que se possa imaginar, nenhum governo pré-paga uma dívida externa quando tem tanta miséria e pobreza. Quero dizer que o Brasil tem um governo mais direitista, não só da história do Brasil, mas de todo o mundo, em relação à trasnferência de bilhões, quando 30% da população são mal pagos e desempregados e outros 30% estão no setor informal.

As condições objetivas para um realinhamento político estão dadas. A luta subjetiva no mundo acadêmico para converter os descontentes em uma política pública e organizada é o grande desafio para a minoria consciente entre os acadêmicos.

Não se fala mais em Chiapas, ou se fala pouco em Chiapas. Foi o movimento-Chiapas um anacronismo histórico?
Bom, Chiapas representou, simbolicamente, um grande desafio ao

> "Creio que o sindicato Andes-SN e alguns setores sindicais acadêmicos são a melhor opção como lugar para discutir novas orientações e refletir sobre a necessidade de se criar um novo instrumento político amplo.

Luiz Henrique Schuch/Andes-SN

> "Em nenhum governo do mundo, e digo isso incluindo Pinochet, Geisel e qualquer outro que se possa imaginar, nenhum governo pré-paga uma dívida externa quando tem tanta miséria e pobreza.

James Petras

Antes de se formar, durante a década de 60, James Petras foi militante dos direitos humanos e líder estudantil na Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos. Formou-se doutor em Filosofia na Universidade da California. De 1960 a 1973, lecionou e dirigiu pesquisas em alguns países latino-americanos, principalmente no Chile, onde colabou com o governo de Salvador Allende. Após o golpe de Estado de Augusto Pinochet, Petras se tornou membro do Tribunal Russel sobre a repressão na América Latina, junto com Julio Cortázar e com Gabriel García Márquez. Nos anos 70 e 80, participou ativamente da luta pelos direitos humanos combatendo a tortura e perseguições políticas impetradas pelas ditaduras latino-americanas e escreveu para renomados jornais de esquerda: *Le Monde Diplomatique*, *New Left Review*, *Monthly Review*.

Entre 1982 e 1984, foi diretor do Instituto de Estudos Mediterrâneos de Atenas. Petras também lecionou na Universidade da Pensilvânia e foi diretor do Projeto de Estudo do Desenvolvimento Latinoamericano no Instituto de Administração Pública desta mesma universidade.

Atualmente, é professor da Universidade do Estado de Nova York, em Binghamton. Sua produção intelectual é especializada na problemática latino-americana, com destaque para o conflito entre classes sociais, para o imperialismo, o Estado, a revolução, a transição e a democracia, entre outros.
No Brasil, além de vários artigos em revistas, publicou Ensaios contra a ordem (Scritta, 1995), Neoliberalismo: EUA, Europa e América-Latina (Furb, 1999), Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina (Xamã, 2000) e Brasil e Lula: ano zero (Furb, 2005)

livre comércio, quando se lançou. Chiapas seguiu sendo, no México, um símbolo de resistência ao neoliberalismo. Mas, nos últimos anos, a incapacidade de o movimento de Chiapas progredir, com a pouca clareza ideológica de Marcos ao dizer que não queria um choque entre a grande maioria dos operários e movimentos populares que buscam o poder para mudar o Estado e melhorar a vida. No México, agora mesmo, a campanha eleitoral de Lopez Obrador ganhou excessiva atenção das forças populares e parece que o movimento zapatista está transitando na política legal. Creio que perderam o perfil, mas não o significado simbólico da luta do povo.

A grande maioria da esquerda brasileira, por razões não totalmente explicitadas, defende e pratica alianças com as ONGs. Quais as relações possíveis - se as há - com as ONGs?

Creio que esta aliança com as ONGs é muito problemática. Muitas das grandes ONGs tiveram vinculações com o imperialismo que não são realmente não governamentais. Tem a colaboração e o financiamento da União Européia, do Banco Mundial etc, para fazer o trabalho contra a insurgência nas bases fragmentadas e despolitizar a luta. Isso já é conhecido. Há algumas ONGs progressistas mas que não têm organização de massa. São como organizações vanguardistas que organizam protestos mas não têm uma luta contínua e integrada com a massa. Se elas funcionam em um momento tático, não poderiam receber nenhum apoio financeiro ou o que seja. Isso é muito perigoso, especialmente se nelas há uma orientação de luta de massa política. Existem muito poucas ONGs anti-imperialistas.

No Haiti, atualmente, existe um exército de ONGs, financiado pela Europa e pelos Estados Unidos que está fazendo trabalho contra os insurgentes. Creio que devemos ser muito cuidadosos com o tratamento das ONGs: há algumas que são antiimperialistas, há algumas que estão se aliando ao campo, mas até que ponto e quais seus objetivos é o que devemos perguntar.

Como o senhor vê o papel dos intelectuais, e especificamente dos intelectuais universitários e acadêmicos, na tarefa de reintroduzir o marxismo no cenário das lutas de classes?

O intelectual deve ser, em primeira instância, um pesquisador dos problemas dos movimentos populares e dos grandes temas da economia, política, sociedade e dar informações e análises que possam ajudar os líderes naturais do povo a tomar decisões embasadas. Isto implica intelectuais que não são nem ausentes, nem vanguarda, mas são aliados e apoios aos movimentos. E não tratam de substituir-se pelos líderes eleitos pelo povo. E além do mais, devemos levar em conta que muitos intelectuais, como advogados e professores, que utilizam os movimentos como trampolim para carreiras eleitorais, como assessores trabalhistas, e depois se candidatam a congressistas e então passsam para o outro lado.

Creio que os intelectuais devem respeitar sua posição de apoiadores integrados com a luta e não apenas distribuir livros em meios acadêmicos para outros acadêmicos. Devem combinar estudos acadêmicos com produção de panfletos, fazer educação popular e também apresentar seu trabalho condizente com sua profissão. Devem fazer excursões pelo campo, lutar contra o mosquito para falar com o povo, em vez de viajar a Paris, a Nova York, e a todo mundo, fazendo um tipo de academicismo marxista turístico. Creio que nosso desafio é saber como combinar nosso conhecimento a serviço do povo. E não só um serviço pedagógico, mas um trabalho organizativo.

E os estudantes, especialmente os universitários, o senhor atribui aos mesmos um papel relevante na superação revolucionária do capitalismo? Qual?

Sobre os universitários, os estudantes agora estão meio adormecidos, estão concentrados em suas carreiras, preocupados em conseguir um bom emprego, um bom salário e conseguir um bom matrimônio que facilite a ascensão social. Há uma minoria de estudantes preocupados e interessados com a luta política e social do povo. Os estudantes podem ser os detonadores de grandes mobilizações se saírem às ruas. E não só para benefício estudantil como unificando-se com a luta do povo.

Agora mesmo, por exemplo, o pré-pagamento da dívida no Brasil ao Fundo Monetário deveria provocar grandes debates nas universidades. Deveria provocar grandes mobilizações. E o caso de o Brasil encabeçar os massacres no Haiti provocados pelos Estados Unidados deveria provocar grandes debates e mobilizações estudantis. Entretanto, até agora, existem poucas coisas. Creio que este é um desafio que os estudantes precisam voltar a recuperar o sentimento democrático e antiimperialista, pelo menos nesta conjuntura. E eles podem fazer, mas falta organização. O controle da UNE pelo PCdoB tem sido um desastre. A UNE tem sido a filha do PCdoB e o PCdoB tem sido o sócio júnior da política neoliberal de Lula. Temos que romper esses vínculos de subordinação.

Marcello Casal Jr/ABr

Além de James Petras, o senhor conseguiria citar três acadêmicos revolucionários marxistas na América Latina? Observação: isto é um desafio.

Sobre os revolucionários acadêmicos marxistas da América Latina: bom, há alguns, mas, a esta altura, prefiro não mencioná-los, não porque não existam, mas porque é importante reconhecer que são poucos. Muito poucos. E que a tarefa é criá-los mais do que contá-los.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 491 • 3 de abril de 2006

Assembléia Geral

06 abril quinta-feira 16:00

Auditório da Escola de Serviço Social

Praia Vermelha

Pauta

1 – Campanha Salarial;
2 – Participação da Adufrj-SSind na ANPE/CONAT;
3 – Fundações na UFRJ

Aluno do CAp representa Brasil em evento internacional

Página 3

Andes-SN apresenta projetos para a Educação Superior na Câmara Federal

Página 6

Consuni aprova distribuição de vagas docentes

Página 7

Milhões protestam na França

Página 8

Campanha Salarial

Reajuste dos professores em compasso de espera

Projeto entra na pauta do Congresso, mas medidas provisórias emperram a votação

Apesar de ter entrado na pauta de votações da Câmara dos Deputados na última terça-feira (28/3), o Projeto de Lei que reajustará o salário dos professores das universidades públicas ainda não foi sequer debatido pelos parlamentares. A informação de que o projeto ainda se encontra na pauta da Casa foi dada ao Andes-SN pela Secretaria da Mesa do Plenário da Câmara e provavelmente constará da Ordem do Dia na próxima terça-feira, dia 4 de abril. Segundo a Secretaria da Câmara, há três medidas provisórias trancando a pauta dos congressistas. Uma delas é a medida que reajusta o Salário Mínimo.

Somente depois de apreciadas e votadas essas MPs, o reajuste dos docentes entrará em discussão no Plenário. O PL do reajuste (6368/05) é a quinta matéria na ordem de votação.

Governo alega que reajuste dependeria da votação do Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento concluiu na quinta-feira (30/3) a votação do relatório final do Orçamento da União para 2006. A proposta ainda tem que ser analisada pelo plenário do Congresso. A proposta orçamentária, enviada pelo Executivo, chegou à comissão no dia 31 de agosto de 2005, e o texto principal do substitutivo do relator, deputado Carlito Merss (PT-SC), foi aprovado no dia 14 de março. Foram apresentados 2,7 mil destaques para votação em separado (DVS). Como justificativa para não acelerar a votação do PL dos professores no Congresso, o governo Lula alega que depende da votação do orçamento desse ano para reajustar os salários da categoria. O mesmo governo, no entanto, está dispondo de verba não aprovada para concluir obras e projetos com o objetivo de reeleger o presidente.

Opinião

A Lição Francesa

Ricardo Kubrusly

Folheando os jornais dos últimos dias, vemos que o mundo anda igual, mas diferente. São as mesmas guerras que mudam de nome, os mesmos protagonistas que mudam de nome, os mesmos acontecimentos que nos re-visitam, ora como força, ora como farsa. Parece que assim é feita a história: lança-se um tempo audaz, impertinente e nele, como a cavalgar uma besta eletrônica, os mesmos horrores se interconectam. Algo de novo, sempre se espera, mas a paciência demora.

Os velhos cada vez mais velhos parecem que se acomodaram entre os humores do mercado e a falta de graça das novelas que se alternam intermitentes numa espiral descendente e aniquiladora. Nos faltam ânimo e expectativa. Os jovens parecem cada vez mais jovens, regredidos. Escondem-se em seus redutos de certezas óbvias, e acorrentados por seus brinquedos multimídias, não arrebentam os cadeados, não dançam a loucura dos desassossegos nem fazem o balé dos acontecimentos. Andamos tristes, lado a lado, pelos corredores, os olhos se abaixam, já nos reconhecemos mais pelo formato dos pés do que pela eloqüência das palavras.

Mas eis que uma idéia atravessa os corredores, no escuro, onde o saber talvez se esconda, entre penumbras e acontecimentos. A esperança se acende. Lá está um grupo entre cafés, são doutos com certeza, invisíveis e pontiagudamente becados, discutem os destinos mais diversos de nossa academia. Uma porta entreaberta separa a lógica da sabedoria, surge a idéia e caminha, recém moldada no infinito, com suas cabeleiras e seus óculos de inventar pirâmides. Dali se escuta o murmurinho da discussão que o grupo anima. Não se distingue palavra mas percebe-se importância. E, à medida que dele se aproxima, a idéia atenta, ouvido em riste, o murmurinho se aquieta até que ao se cumprimentarem, por gesto apenas, um absoluto silêncio corta o corredor vazio. E a idéia, que se queria discutida e avaliada para além do jeito e maneirismo de quem a transporta, trafega o corredor deserto. A esperança se apaga. O murmurinho retorna lentamente e, já distante, ouve-se claro as discussões bramidas. Não se distingue palavra, mas percebe-se importância. A idéia vaga um corredor sem rumo. Do outro lado talvez, uma outra porta devolva-a de volta à vida.

Folheando os jornais dos últimos dias, vemos que o mundo anda igual, mas diferente. São os mesmos nomes, mas a guerra é outra, os mesmos nomes, mas são os meninos de Paris que se alevantam. Queimando carros e preconceitos, lutam por uma sociedade mais justa, onde o emprego, o primeiro emprego, seja um direito do jovem trabalhador e não apenas mais uma engrenagem descartável ao sabor do mercado e da maximização dos lucros. São esses mesmos jovens que, quando éramos nós, incendiávamos em 68, Paris e o mundo, na busca de uma felicidade socialista.

Da primeira vez que foram às ruas, talvez influenciados pela revolta dos que na periferia de uma Paris sem turistas explodiam seus gritos de revolta diante de uma Europa preconceituosa e democraticamente totalitária, na farsa infame de uma globalização distante do planeta, o primeiro ministro, com seu topete senhor dos acontecimentos, riu e declarou que não negociaria, que as leis do primeiro emprego estavam postas, como posta estava a França em seu delírio americano. Os jovens, vestidos de esperança e determinação, não recuaram e, pela segunda vez, voltaram às ruas, em maior número, e invadiram as praças e as universidades a demonstrar, com violência e ternura, que não estavam passeando a velha Paris glamorosa, mas, exigiam uma sociedade mais digna, onde pudessem viver seu compromisso com o futuro. O ministro e seu topete disseram não, mas já não riam tanto. A polícia, lá como aqui, apontava seus canhões contra o povo. Mas os jovens, permaneceram nas ruas, invadiram as cidades, quebraram os portais reluzentes onde as arrogâncias se escondiam, exigindo a conversa como resposta e afirmando suas determinações e as verdades que brotavam de suas convicções: de que a cidade, para além dos prédios e monumentos, era feita de pessoas com direito a felicidade, em um país socialmente comprometido. O ministro, já descabelado, gritava, atabalhoadamente, seus nãos, comprometido com o medo e acuado por pressões oriundas de cérebros desajeitados, que binariamente executavam seus programas na virtualidade de uma França inexistente, sem alma e sem idéias. Os guerreiros mirins se agigantavam camuflados de desejos e justiça. Afirmavam e reafirmavam suas disposições, o sim às negociações, sem o qual não se aquietariam, e enquanto perdurassem os nãos , os sins se multiplicariam. Por fim, sentou-se abatido o ministro para negociar. E a França, como em 68, e o mundo, já não eram os mesmos.

Folheando os jornais dos últimos dias, vemos que o mundo anda igual, mas diferente.

Diretor da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

7 e 8/4 - Reunião do Setor das Estaduais/Municipais
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

24 e 25/05 - Reunião do GT Etnia, Gênero e Classe
Brasília (DF)

Anote

Música no Fórum

Nesta segunda-feira, 3 de abril, o Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ abre seu Salão Dourado para o projeto Concertos Didáticos, a partir das 19h. Além do Fórum, participam da iniciativa a Cia. Experimental de Ópera e alunos de graduação e pós-graduação da Escola de Música, Escola de Comunicação e Escola de Belas Artes.

No dia 6, quinta-feira, é a vez do Projeto Música no Fórum, também às 19h, no Salão Dourado. Haverá apresentação de um duo pianístico e canto.

Falecimento

Faleceu em 15/12/2005 Maria Helena Silva Tavares, professora aposentada da Faculdade de Letras da UFRJ, deixando saudades entre seus colegas e alunos pela dedicação ao ensino da Língua Portuguesa e Literatura Brasileira.

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Bolsista júnior do CAp representará Brasil em evento internacional

O estudante de iniciação científica júnior do Colégio de Aplicação da UFRJ João Felipe Pontes Faria foi um dos seis alunos de ensino médio das escolas de todo o país que tiveram seus trabalhos selecionados para representar o Brasil na XIII Conferência Nacional de Jovens Cientistas. O evento internacional ocorrerá de 18 a 23 de abril, na cidade de Stuttgart, Alemanha. O trabalho selecionado, *Reconstrução de Energia de Hádrons usando Redes Neurais em Experimentos de Colisão de Partículas*, fez parte da VI Jornada de Iniciação Científica Jr do Colégio, que reuniu os 25 melhores trabalhos desenvolvidos em 2005.

O trabalho de João Felipe contou com a orientação do professor da Escola Politécnica, José Manoel de Seixas e de seu aluno de pós-graduação, Paulo Vitor Magacho da Silva.

O Núcleo de Iniciação Científica Jr do CAp funciona desde 1990 e tem vínculos com diversas instituições de pesquisa e divulgação científica, entre elas a FioCruz, a PUC/RJ e a Federação de Sociedades de Biologia Experimental (FeSBE). O CAp tem 77 bolsistas de iniciação júnior, sendo que 51 são bolsistas da UFRJ, 21 participam do Projeto O Jovem e a Ciência do Futuro, da FioCruz, três recebem também bolsas de parceria com a Fundação, um do CBPF e outro da PUC/RJ.

O PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA, LUIZ MONTEIRO, ACOMPANHA A APRESENTAÇÃO DE JOÃO FELIPE DURANTE A JORNADA DO CAP

O coordenador do núcleo, Vicente de Paulo Batista, conta que os alunos que procuram o Núcleo participam de uma selecão e são encaminhados aos diversos grupos de pesquisa das instituições indicadas. A seleção para os laboratórios da universidade é feita, primeiramente, no Núcleo do colégio e termina com uma entrevista com o pesquisador/orientador. Todos os anos, um grupo de alunos do Núcleo participa ainda da Reunião Anual da FeSBE.

O objetivo do Programa de Iniciação Científica Jr é despertar o interesse do estudante do ensino médio pela atividade de pesquisa científica. Essa experiência contribui ainda, segundo os orientadores, para a definição da área de interesse profissional do estudante, além de antecipar o contato do jovem com o ambiente acadêmico, possibilitando uma aprendizagem de metodologia de trabalho em equipe e apresentação de resultados científicos.

ENTREVISTA

Jornal da Adufrj - O que significa ser selecionado para um evento internacional de jovens cientistas?

João Felipe, estudante do 3º ano do Ensino Médio do Cap/UFRJ - É um reconhecimento do trabalho que desenvolvi junto dos orientadores nesses dois anos que estou no laboratório de Processamento de Sinais da UFRJ.

E para a sua formação como aluno do ensino médio, o que representa essa oportunidade?

Acho que vale bastante para o meu currículo. Primeiro não é tão comum você fazer pesquisa com o pessoal que já está no doutorado, com o pessoal da universidade. Isso já é uma coisa extraordinária que temos aqui no CAp. E, além disso, participar de um evento internacional é bem importante.

Você pretende seguir nessa linha de pesquisa na graduação e posteriormente? O que pensa para o futuro?

A princípio, estou em um laboratório de eletrônica, mas meu trabalho é aplicado à Física. Acho que vou fazer engenharia eletrônica e depois continuar como pesquisador, mas não tenho tanta certeza, posso mudar quando chegar lá, né? (risos)

Essa ponte com a universidade ajuda na qualidade da formação dos alunos do CAp?

Acho que isso ajuda muito, de várias maneiras. Primeiro, porque a gente acaba usando vários conceitos que, aparentemente, não servem para nada. Com a possibilidade do trabalho de pesquisa, a gente começa a pôr em prática aquelas coisas (conteúdos das disciplinas) que a gente vai aprendendo e acha que não servem para nada. E o contrário também. No laboratório, a gente vê várias coisas que nos ajudam a compreender o que é ensinado na aula.

Resenha

Câmara discute lei de cotas

A Câmara dos Deputados e o ministro da Educação, Fernando Haddad, decidiram encaminhar com status de urgência urgentíssima o projeto que cria o sistema de cotas nas universidades federais. No dia 6 será realizada uma audiência pública na Câmara para a discussão do projeto. Entre os próximos dias 11 e 13, o projeto deve ser submetido ao plenário e, se aprovado, segue para o Senado. Pelo documento, dentro de seis anos, as universidades deverão ter 50% das vagas ocupadas por egressos da rede pública. (Folha Dirigida, 30/3).

Pagando atendimento em hospitais públicos?

Outra idéia defendida pelo governo federal causa polêmica entre os integrantes da comunidade acadêmica. A professora da UFRJ e uma das coordenadoras do Laboratório de Economia Política da Saúde (LEPS), Ligia Bahia, acredita que a medida de pagar atendimento em instituição pública pode interferir no funcionamento dos hospitais universitários, que funcionam no regime do SUS (Folha Dirigida, 28/3)

Jovens abandonam o ensino médio

O mais recente Censo Escolar, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, revela que quinze em cada cem jovens do ensino médio abandonaram os estudos no Brasil em 2004, ou seja, 1,402 milhão fora da escola. É o maior índice desde 1996. O diretor da Faculdade de Educação da UnB, Erasto Fortes, cita a migração dos alunos para o sistema de Educação de Jovens e Adultos (antigo supletivo), as ineficientes políticas de apoio ao estudante e a falta de professores como fatores relacionados ao alto índice de abandono (Folha de São Paulo, 24/3).

Administração e o registro profissional

Alunos de Administração formados em cursos de graduação com duração de três anos não podem mais tirar o registro profissional. A decisão foi tomada pelo Conselho Federal de Administração (CFA), de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Os cursos de Administração têm o maior número de universitários do país, 650 mil, que representam 15% do total, conforme dados do Ministério da Educação (MEC) (Folha Dirigida, 28/3).

Seminário

Comunidade debate regime militar na Faculdade de Letras

No último dia 28, vésperas do aniversário de 42 anos do golpe militar no Brasil, a Faculdade de Letras promoveu um debate sobre a tortura nos tristes anos da história ainda recente do país . O professor Julio Dalloz foi o mediador e como convidados falaram a diretora do IFCS, Jessie Jane, o professor Francisco Carlos Teixeira (também do IFCS) e a vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, Cecilia Maria Bouças Coimbra.

Bastante emocionada, a diretora do IFCS, Jessie Jane relatou o sofrimento que enfrentou durante sua prisão, nos anos da ditadura militar no Brasil. "É muito difícil falar de coisas que se confundem com a nossa biografia", confessou. Disse ser extremamente importante o resgate da memória desse período, sobretudo através das narrativas do cotidiano dos presos. Indicou o livro do jornalista Flávio Tavares, Memórias do Esquecimento, como um importante documento que, no próprio título, traz a proposta que se deve ter em mente: lutar para que a história dos torturados pelo regime militar no Brasil não seja vítima de mais uma violência: a condenação ao esquecimento.

Arte e resistência

Francisco Carlos Teixeira, professor e pesquisador do IFCS, baseou sua apresentação na perspectiva da arte militante como forma de resistência. Através de projeção de imagens de arquivo mostrou como peças de teatro, o cinema, a música e a poesia transformaram-se em instrumento de luta social na perspectiva de Bertold Brecht, como a arte engajada. Francisco disse que o conjunto de músicas do período de ditadura constitui 'lugares de memória', conceito criado pelo historiador francês Pierre Nora, segundo o qual a memória pode ser corporificada em um suporte de registro. Mostrando trechos de músicas como Angélia, feita em homenagem a Zuzu Angel; Cálice, de Chico Buarque; Disparada, de Geraldo Vandré, o pesquisador mostrou a riqueza de linguagem com que os artistas conseguiam driblar os cortes da censura. Francisco mostrou também a conjuntura política do Brasil que culminou com a entrada do país num regime de repressão. O professor lembrou o apoio de muitos setores da sociedade brasileira para que a ditadura vencesse no Brasil, em especial boa parte da classe média e da Igreja Católica que foram "ferrenhas defensoras do regime".

A representante do Grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Maria Bouças, disse que a luta em defesa das vítimas de tortura não é apenas uma luta simbólica em defesa da memória, mas também uma luta que atualmente tem uma vasta pauta de reivindicações, sobretudo relacionada à defesa do direito de acesso aos documentos sobre o regime militar que até hoje são mantidos em sigilo. Cecília relatou que durante sua prisão viu amigas servirem de cobaia para o treinamento de técnicas de tortura, relatou que muitas passavam um dia inteiro sendo vítima de diferentes agressões sem que lhes fosse feito nenhum interrogatório. Cecília alertou a platéia para o risco que se corre ao permitir que discursos elitistas pautem as políticas públicas. O alerta serve para que não se repita no país a criminalização de quem luta por melhores condições de vida e justiça. Cecília chamou a atenção para o fato de que a grande mídia, até hoje, se refere aos militantes políticos como rebeldes, terroristas e agressores.

Alerta

Os três palestrantes alertaram a platéia para acontecimentos recentes que devem ser encarados com uma visão crítica baseada na experiência vivida durante o regime militar. Referiram-se à ocupação das favelas do Rio de Janeiro pelo Exército. "O Exército não é uma instituição da República, ele precede a ela e não podemos delegar a ele o papel do Estado", disse Francisco. Os palestrantes ressaltaram que, assim como aconteceu durante o regime militar, em que toda uma propaganda política contra os opositores do regime foi feita, hoje devemos estar alertas para que não vigore a idéia de um bem estar social das elites ou das classes médias que justifique atos truculentos sobre as populações pobres e marginalizadas.

A professora Cinda Gonda conclamou a platéia e a mesa para juntarem esforços em projetos concretos de resgate e apreservação da memória da resistência à ditadura. Cinda alertou que esse passado corre o risco de cair no esquecimento, ou, mais grave ainda, de ser remodelado e reconstruído pela elite, pela grande mídia e pelos atores que foram agentes da ditadura de modo a transformar as vítimas em terroristas, rebeldes e agressores.

Muitos professores e alunos compareceram ao auditório G2, que permaneceu lotado.

Fotos: Wagner Maiolino

COMUNIDADE DEBATEU A DITADURA MILITAR, NO AUDITÓRIO G2 DA FACULDADE DE LETRAS. AO LADO, A DIRETORA DO IFCS, JESSIE JANE, FALA DA RESISTÊNCIA NAQUELE PERÍODO

Gilberto Gil ministra aula inaugural na Escola de Comunicação

Ministro não sustenta argumentos para defender as Parcerias Público-Privadas e polemiza com outra pasta do governo federal

O ministro da Cultura, Gilberto Gil esteve presente à cerimônia que iniciou oficialmente o ano letivo da Escola de Comunicação (ECo) da UFRJ, na última quarta-feira (29/3), no auditório Pedro Calmon, no *campus* da Praia Vermelha. Além da diretora, Ivana Bentes, estiveram presentes o reitor, Aloisio Teixeira, e diversos professores da unidade.

O ministro discursou para uma platéia com cerca de 300 pessoas e posteriormente respondeu a perguntas de estudantes e professores. Dentre os assuntos abordados, Gilberto Gil comentou a necessidade de aumentar a verba para a sua pasta e destacou a disputa entre os ministérios com o Planejamento para terem suas reivindicações atendidas: "Para mim, governar é se deslocar para atender as necessidades da sociedade", afirmou ele.

Gil "sonha" com verbas privadas

O ministro defendeu a utilização das PPPs, mas foi evasivo quando questionado pela estudante Carolina Pacheco, integrante do Centro Acadêmico (Caeco): "De que forma o ministro espera convencer as instituições privadas a investir na sociedade sem receber nada em troca?", indagou. Gil respondeu apenas que "temos que continuar tentando" e "nunca podemos parar de sonhar com aquilo que queremos".

Durante a cerimônia, Gilberto Gil ainda provocou polêmica ao ler o texto "Cordel da TV Digital", da jornalista pernambucana Luciana Rabelo, que faz fortes críticas ao ministro das Comunicações, Hélio Costa. O texto, que pode ser encontrado no site *http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br*, afirma, entre outras coisas, que o governo federal está muito mal representado no Ministério das Comunicações, através de um empresário boçal que impede a democratização dos meios de comunicação.

Entidades comentam democracia e autoritarismo

Kelvin Melo

VERA SALIM, CINDA GONDA (COORDENADORA DA MESA), RAFAEL NUNES E BRUNO RABELLO

Convidada a falar sobre o papel de resistência da Adufrj-SSind e do Andes-SN, a diretora Vera Salim, da seção sindical, fez questão de recordar sua atuação como militante estudantil nos anos 60. "Cinda (a professora Cinda Gonda que coordenava a mesa) me pediu pra falar do sindicato e eu digo que a Adufrj e o Andes são importantes formas de resistência contra essa avalanche neoliberal. Mas peço licença para falar do passado. Que tem uma ponte direta e imediata com o que hoje vivemos, já que os problemas são os mesmos, e, com certeza, mais graves", disse.

Vera expôs sua opinião no ciclo de debates organizado pela Faculdade de Letras sobre democracia e o período autoritário, entre os dias 28 e 30 de março, e marcou em seu discurso homenagens aos homens e mulheres que morreram no enfrentamento contra a ditadura militar, bem como aos que foram forçados ao exílio ou a ter uma vida clandestina no próprio Brasil. "Não podemos esquecer dos companheiros que morreram , dos que foram torturados nos porões e não se renderam e de todos aqueles que lutaram. Temos de cobrar destes que hoje, 40 anos depois, vendem-se por migalhas de mensalões, casas e carros e que esqueceram o projeto de construção de um novo Brasil", observou.

A professora Vera também recordou a resistência organizada daqueles que permaneceram no país, especialmente da Organização Marxista Revolucionária Política Operária, conhecida como "Polop", ou simplesmente como "P.O.", que tinha como ideólogo maior o austríaco Eric Sachs, de pseudônimo Ernesto Martins e que contava com intelectuais como Éder Sader, Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra e Rui Mauro Marini, entre outros.

Segundo Vera, a Polop nasce nos anos 60, "quando o país lutava por reformas de base e todos os sonhos eram possíveis". Na época, de acordo com a diretora da Adufrj-SSind, a Organização Marxista Revolucionária-PO hegemonizou o pensamento da esquerda e se apresentou como alternativa ao populismo do PTB e o reformismo do PCB. A P.O., combatia o latifúndio e não defendia alianças com a burguesia nacional, "duas faces da mesma moeda". Lutava pela revolução socialista ou "caricatura de revolução".

Socialismo na ordem do dia

Vera acrescentou que o socialismo estava e está na ordem do dia. "Países de Terceiro Mundo não podem e não crescerão através de projetos nacional-desenvolvimentistas. Não existe espaço no capitalismo mundial para isso", afirmou.

O culto à personalidade de Lula como operário que chegou à presidência do país foi motivo de dura crítica por parte da professora. "Esse sonho não se construiu de forma individual. Trabalhar para a transformação de um país se faz de forma conjunta, através dos centros acadêmicos, dos diretórios estudantis, dos sindicatos, de centrais sindicais e de partidos que devem organizar as nossas lutas", comentou. "O PT não é o sonho de uma noite de verão. É resultado de um trabalho da esquerda organizada, da igreja progressista e das lutas da classe operária. É o resultado do trabalho de muitas gerações. Saiu da luta dos estudantes, do trabalho de militantes de classe média que se deslocaram para as fábricas para trabalhar na construção das oposições sindicais; dos trabalhos nos bairros e especialmente das lutas dos trabalhadores organizados em seu locais de trabalho e nas oposições sindicais. Assim foram germinadas as greves de Osasco, São Bernardo e Diadema."

"Companheiro Martins, presente!"

Vera leu um poema de autoria do professor Moaci Cyrne, da UFF, sobre Ernesto Martins. Foi uma forma de reverenciar o ideólogo, a Política Operária e todos os militantes de esquerda que construíram e "construirão certamente o sonho de um Brasil maior". Muito emocionada, quase a ponto de não conseguir completar a leitura, Vera encerrou com os versos: "As rosas vermelhas renascerão/Renascerão em outubro/Ou quem sabe no próximo verão/Companheiro Ernesto Martins, presente!"

Universidade partida

Vera também não deixou passar a coincidência que juntou, no mesmo dia, a reflexão sobre os porões da ditadura e as alternativas para reconstruir o Brasil, feita na Letras, e a aula proferida pelo ministro da Cultura, Gilberto Gil, na Escola de Comunicação, no dia 29/3. "No outro *campus*, da Praia Vermelha, a nossa universidade partida recebe de braços abertos o ministro da Cultura para aula inaugural da Escola de Comunicação. Aquele mesmo que participa do Faustão e do 'Expresso 2222', que recebeu R$ 2 milhões para comercializar uma festa popular. Estamos representando as diferenças que existem não só nessa universidade, como na sociedade. Aqueles que não se negam a sonhar, em busca de uma sociedade mais justa; e outros que, como o ministro, abriram mão do sonho, para receber as migalhas do neoliberalismo e do pós-modernismo", observou.

Estudantes comentam o autoritarismo nos dias atuais

Rafael Nunes, pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE Mário Prata) relembrou, em linhas gerais, a história de resistência mais conhecida de algumas unidades, no período da ditadura militar, como na Faculdade de Medicina ou Faculdade Nacional de Direito. Para ele, no entanto, as atitudes autoritárias ainda não foram totalmente eliminadas do ambiente universitário. "A reforma universitária, por exemplo, está aí colocada como um dos processos mais antidemocráticos do governo Lula, com aprovação das Parcerias Público-Privadas (PPPs), da lei de Inovação Tecnológica e do Prouni, sem nenhum debate com entidades. Temos que continuar lutando contra isso", afirmou.

Na UFRJ, Rafael relembrou o período Vilhena (1998-2002) como uma amostra de que a comunidade acadêmica deve permanecer vigilante. "Naquela época, até uma porta de ferro foi instalada para impedir o acesso ao gabinete do reitor", contou.

O estudante comentou ainda os recentes embates contra algumas ex-diretorias de unidades, como os ocorridos na Faculdade de Educação, na Faculdade de Direito, na Escola de Comunicação e na própria Faculdade de Letras.

Boicote em favor de um bandejão

Representante do Centro Acadêmico 6 de Outubro, da Faculdade de Letras, Bruno Rabello disse ter começado a adquirir sua formação política em casa: filho de um dirigente da famosa greve da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1988, em Volta Redonda, Bruno lembra dos tanques chamados pelo governo para reprimir o movimento.

O estudante ressaltou a importância de participar do debate na condição de representante do centro acadêmico local, ao lado de professores e falando para outros docentes, entre eles o novo diretor daquela unidade, Ronaldo Lima, o que seria uma situação inimaginável há alguns meses, dado o clima de tensão existente.

Ele também anunciou para breve uma campanha que o centro acadêmico irá lançar contra o restaurante privado instalado dentro da Faculdade de Letras, onde antes ficava um dos nove bandejões da UFRJ. O objetivo é iniciar um boicote ao local, conscientizando alunos e professores para a necessidade de mais assistência estudantil. Também observou que o atual secretário da SESu, Nelson Maculan, ex-reitor responsável pelo fechamento dos bandejões, costuma ser visto no restaurante, o que significa mais um estímulo para a iniciativa. "É uma questão de honra para nós", contou.

Preservação da memória

O diretor Ronaldo, que acompanhou todo o debate, comentou sobre a necessidade de se preservar a memória da humanidade, principalmente para evitar a repetição de atitudes autoritárias. E destacou o papel dos movimentos organizados representados na mesa: "Essas entidades foram extremamente importantes no processo de redemocratização do país, quando o sistema era autoritário; as associações de docentes surgiram corajosamente nesse período e essa coragem nunca mais desapareceu. São entidades que sabem o que significa memória e esquecimento", disse.

Andes-SN

Andes-SN apresenta projetos para Educação Superior na Câmara

Documentos foram discutidos em audiência pública, no dia 22

No último dia 22, a diretoria do Andes-SN discutiu, em audiência pública na Câmara dos Deputados, os projetos elaborados pelo Sindicato e contidos no Caderno "Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise" (disponível na página www.andes.org.br). A audiência foi promovida pela Frente Parlamentar e Social em Defesa da Universidade Pública e Gratuita. Participaram, além de parlamentares do PSOL, do PT e do PSB, representantes da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra) e do movimento negro.

As proposições do Sindicato foram traduzidas em textos legislativos: Proposta de Emenda a Constituição (PEC) que altera os artigos 212 e 76 da Carta Magna; Projeto de Lei Complementar sobre o financiamento e normas de gestão financeira das Instituições Federais de Ensino Superior; Projeto de Lei sobre acesso e permanência nas Instituições Públicas de Ensino Superior (Educação Superior como Direito); Projeto de Lei sobre a Democratização do Conselho Nacional da Educação; Projeto de Lei sobre Gestão Democrática e Avaliação nas IES públicas e privadas e Projeto de lei sobre o Controle Público e Garantias de Condições Adequadas de Trabalho nas Instituições Particulares de Educação Superior.

A deputada Luciana Genro (PSOL-RS) destacou que os projetos do Andes-SN se contrapõem à reforma universitária proposta pelo governo Lula, ao priorizar a defesa incondicional da universidade pública, gratuita e de qualidade, "que possa abranger a maioria da população brasileira".

Na audiência, Marina Barbosa afirmou que a autonomia é condição sem a qual não se realiza o papel da universidade. "Para isso, é necessário se estabelecer o financiamento público", disse. Acrescentou que a responsabilidade deve ser do Estado e que o financiamento e a democracia são condições para a autonomia.

Andes-SN

AUDIÊNCIA É ACOMPANHADA POR DIRETORES DO SINDICATO E ATIVISTAS

Ao aprofundar os temas contidos nos projetos elaborados pelo Sindicato, Marina destacou que um dos principais objetivos das proposições é sinalizar para os diversos segmentos da sociedade e para o Congresso Nacional que não há consenso em torno da reforma universitária do governo. "Há alternativas, a partir de um padrão unitário de qualidade e de um novo padrão de financiamento das universidades públicas. É fundamental o controle social sobre as instituições privadas. A nossa opção é pelo fortalecimento do setor público", afirmou. Segundo Marina Barbosa, é preciso somar esforços para defender um projeto estratégico para a educação no país.

Diretor do Andes-SN também presente à audiência, Roberto Leher afirmou que todas as políticas implementadas pelos sucessivos governos buscam a destruição da educação pública e mais especificamente das universidades. "O Brasil é o país de maior iniqüidade. Apenas 11% dos jovens têm acesso ao ensino superior", disse.

Roberto Leher denunciou também a evasão fiscal promovida com o Prouni. Segundo ele, a União deixará de arrecadar cerca de R$ 3 bilhões com as isenções para os "mercadores da educação", dinheiro que seria suficiente para a abertura de um milhão de novas matrículas nas universidades públicas.

Destacou que o Andes-SN luta, ainda, para resgatar a destinação das verbas públicas para a educação pública, conforme proposto originalmente na Constituição Federal, que estabelecia a vinculação de 18% das verbas da União para a Educação Superior. Leher afirmou que as políticas neoliberais modificaram o conteúdo da Constituição e os 18% passaram a incidir sobre as receitas de impostos, restando para as universidades públicas apenas R$ 5,7 bilhões. O Andes-SN defende a incidência sobre o Orçamento da União, o que possibilitaria o investimento de R$ 35 bilhões para a educação federal, dos quais R$ 22 bilhões para o ensino superior. "Com isso, teríamos uma situação semelhante à da Argentina, onde o acesso à universidade pública é livre".

Acrescentou que, por outro lado, não basta abrir mais 400 mil vagas nas universidades públicas, pois isso não mudaria o perfil das IES. "É preciso articular o ensino médio com a educação superior, a partir das escolas públicas das regiões de pobreza. Isso é facilmente definível", afirmou Roberto Leher.

Ele detalhou os demais projetos formulados pelo Sindicato, que defendem mudanças profundas no Conselho Nacional de Educação, a Gestão Democrática e o Controle Social das Instituições Particulares (IPES). Lembrou que os dirigentes das seções sindicais das IPES vêm sendo sistematicamente perseguidos. Também criticou a qualidade da educação prestada pelas instituições. "Vendem-se ilusões para o povo brasileiro quanto à qualidade da educação das Instituições Particulares de Ensino", afirmou.

Fonte: Andes-SN

Presidente avalia audiência

Em entrevista ao Jornal da Adufrj, Marina Barbosa disse que a audiência representou um espaço importante para divulgar as propostas do Andes-SN, além de estabelecer um patamar diferente de diálogo com os parlamentares. A presidente do Sindicato destacou que os projetos de lei e de emenda constitucional são resultado do esforço de diversas entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) ao longo dos anos, apenas com algumas particularidades acrescentadas pelo movimento docente em relação ao ensino superior. Ela acrescentou que o texto da contra-reforma do governo ainda não tramita no Congresso Nacional, pois se encontraria sob análise da Casa Civil.

Colegiados

Consuni aprova distribuição de vagas da Cotav

Para que a UFRJ não perca as 112 novas vagas, resultados do concurso deverão sair até o dia 30 de junho

Apesar de as declarações de alguns conselheiros não demostrarem uma total satisfação com os resultados apresentados, o Conselho Universitário (Consuni) finalmente aprovou o relatório preparado pela Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav), em sessão extraordinária realizada na última quinta-feira (30/3). O documento, que já havia sido aprovado numa sessão conjunta entre o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), distribui 95 vagas docentes das 112 que a UFRJ poderá preencher por concurso.

Pela distribuição aprovada, a Faculdade de Medicina receberá nove professores. A Escola Politécnica, com seis, foi a segunda unidade mais contemplada; seguida da Faculdade de Letras, com cinco. Escola de Belas Artes (EBA), Faculdade de Educação, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Instituto de Química, Instituto de Física, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Instituto de Matemática e Coppe receberão quatro vagas, enquanto a Escola de Química ficará com três. As demais unidades receberão dois ou um novo docente.

Os departamentos contemplados devem preparar os concursos para a contratação dos novos professores e a divulgação deverá ser feita até o dia 30 de junho para que possa ser aprovada três meses antes do primeiro turno das eleições gerais. Como apenas 95 vagas foram distribuídas, o reitor Aloisio Teixeira ainda terá 17 vagas de reserva técnica. De acordo com ele, na próxima reunião do Conselho (13/4), haverá a divulgação da distribuição desta reserva.

FND pede mais vagas

Alunos e professores da Faculdade Nacional de Direito (FND) estiveram presentes à sessão extraordinária para cobrar do Consuni mais vagas para a unidade além das concedidas pela Comissão dos colegiados acadêmicos. De acordo com a distribuição da Cotav aprovada no Consuni, a FND terá direito a duas vagas.

Fotos: Antonio Vianna

ESTUDANTES DO DIREITO PEDEM MAIS VAGAS DOCENTES NO CONSUNI

Os estudantes de Direito levaram cartazes para a plenária e reivindicaram "Mais vagas para quem tem menos professores" e avisavam que "Sem professores não haverá reconstrução". A diretora da Faculdade de Direito, Juliana Neuenschwander Magalhães, que assumiu o cargo após um período de crise causado pela direção anterior, afirmou que quando aceitou o desafio estava certa de que contaria com o apoio coletivo dos centros, dos colegiados superiores, diretórios acadêmicos e DCE. Entretanto, segundo ela, a concessão de duas vagas não demonstra interesse da universidade em solucionar os problemas da FND.

Juliana Magalhães declarou ainda que houve uma proporcionalidade incorreta pois foram dadas muitas vagas para as unidades que já tinham muitas vagas. A diretora informou também que não será possível reconstruir a unidade sem a presença de professores com dedicação exclusiva e que, para manter os professores na FND, é extremamente necessária a implementação da pós-graduação: "Sem professores DE, não vamos reconstruir nada".

Apesar dos protestos, o relatório foi aprovado e foram mantidas as duas vagas para a Faculdade de Direito. A unidade, entretanto, deverá receber pelo menos outras duas quando for distribuída a reserva técnica do reitor.

Consuni cobrará mais vagas

Para o representante discente Bernardo Lima não deve haver uma disputa entre as unidades pelas vagas mas sim uma união entre todas elas para reivindicar junto ao Ministério da Educação (MEC) um número de novos docentes que atenda a necessidade de todos os departamentos: "Não adianta ficarmos brigando entre nós, enquanto quem distribui nos dá migalhas. Não vamos resolver os problemas da Faculdade Nacional de Direito sangrando as outras unidades", afirmou.

Na tentativa de solucionar o problema – só para o ano de 2006, a universidade teve uma demanda para a contratação de 663 professores substitutos - a bancada discente no Consuni e a conselheira Chantal Russi apresentaram uma proposta de reivindicação junto ao MEC para que sejam disponibilizadas mais vagas docentes para a UFRJ. A proposta foi aprovada por unanimidade assim como o encaminhamento de solicitar uma audiência com representantes do Ministério da Educação para tentar solucionar os principais problemas da universidade.

O colegiado também decidiu que será criada uma comissão com integrantes dos três conselhos superiores da UFRJ que irá apontar quais são os principais problemas da universidade para serem expostos na possível audiência com o MEC.

Escola de Música na pauta do Conselho de Graduação

A Escola de Música foi o principal tema da plenária do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), que esteve reunido na última quarta-feira (29/3). O colegiado tomou conhecimento de duas propostas relativas à unidade: a primeira diz respeito à reativação do curso de licenciatura na Escola de Música, enquanto a segunda trata de uma consulta em relação a algumas disciplinas que estão apresentando problemas no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga).

O CEG não deliberou sobre nenhuma das duas propostas. Os conselheiros encaminharam as mesmas para a Comissão de Ensino e Títulos do colegiado que estudará os dois casos na segunda-feira desta semana (3/4). O tema deverá ser pautado na próxima sessão do colegiado, em 5 de abril.

Internacional

Na França, três milhões vão às ruas contra lei que retira direito dos jovens trabalhadores

Protestos já duram mais de três semanas

Na França, três milhões de pessoas foram às ruas no dia 28/3 para protestar contra o Contrato do Primeiro Emprego. A lei, no entanto, já foi aprovada pelo parlamento francês e dependia apenas de sanção presidencial, o que estava previsto para ocorrer no fechamento desta edição A partir daí, o presidente Jacques Chirac tem apenas alguns dias para promulgar a legislação que permitirá aos empregadores franceses demitir sem justa causa trabalhadores menores de 26 anos, durante os primeiros dois anos de atividade. A manifestação em Paris foi a maior dos 300 atos que aconteceram nessa terça-feira em toda o país. A contestação dos estudantes e trabalhadores contra a lei dura já há três semanas.

O líder do Partido Socialista, François Hollande, disse que Chirac se expõe a uma "prova de força" se promulgar a lei. Trabalhadores e estudantes já marcaram novas manifestações e greves para 4 de abril.

As manifestações na França também foram marcadas pela violência, tanto policial como de infiltrados entre os manifestantes. Nas imediações da Praça da República, no centro de Paris, um grupo de infiltrados atacou as forças de segurança e os próprios manifestantes. A polícia de choque lançou várias granadas de gás lacrimogêneo deteve dezenas de jovens durante a tarde.

Diário Vermelho

MAIS DE 300 ATOS FORAM REALIZADOS EM TODA A FRANÇA. TRABALHADORES E ESTUDANTES VOLTAM ÀS RUAS NESSE 4 DE ABRIL

Greve geral

"Estamos aqui por nossos quatro filhos. Estamos preocupados com o que vai acontecer com eles. Meu filho tem 23 anos e não tem emprego. Isso é normal na França", disse o manifestante Philippe Decrulle, em Paris, à agência de notícias *Associated Press*.

Além dos transportes, a greve geral no país parou escolas, correio, bancos e repartições públicas. Com a adesão dos funcionários do transporte público, a rede de trens e ônibus está praticamente paralisada. Paralisações também foram registradas nas cidades de Bordeaux, Lille, Marselha, Nancy, Estrasburgo e Valenciennes.

Segundo o *site* de informações Rebelión, trata-se da maior onda de mobilizações registrada nesse país desde 1995, quando os franceses obrigaram o então primeiro ministro Alain Juppè a desistir do seu projeto de reforma previdenciária. No caso da lei do primeiro emprego, o primeiro ministro Villepin afirma que "não irá ceder" ao que chama de "o ultimato das ruas" e reiterou junto aos estudantes e sindicatos franceses o convite para reformar a legislação. Uma proposta que os trabalhadores e jovens já rejeitaram.

Fontes: Rebelión e Diário Vermelho

Jurídico

Supremo adia julgamento de ação de inconstitucionalidade do Emprego Público

No último dia 23, o Supremo Tribunal Federal continuou o julgamento da ação de inconstitucionalidade 2135 que questiona dispositivos da Emenda Constitucional 19/98 que abriram a possibilidade de contração de funcionários para o serviço público fora do Regime Jurídico Único. A Emenda 19 que aprovou a Reforma do Estado foi promulgada no governo Fernando Henrique Cardoso.

O ministro Néri da Silveira, relator da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) da reforma administrativa, havia votado pelo deferimento da medida que suspende a aplicação do artigo 39 da EC 19/99, o que significa que, segundo seu entendimento, deveria continuar a valer liminarmente o texto original da Constituição Federal quando ao RJU como único regime válido para os servidores públicos. Prosseguindo o julgamento no dia 23, o ministro Nelson Jobim votou pelo indeferimento da medida cautelar e o ministro Ricardo Lewandowski pediu vista dos autos. O julgamento foi, portanto, interrompido e a suspensão imediata do artigo 39 deve ser novamente apreciada. Só após, será julgado o mérito da ADIn.

De acordo com a assessoria jurídica da Adufrj-SSind, a previsão constitucional de existência de um único regime jurídico aplicável a todos os servidores públicos já foi extinta pela Reforma do Estado de FHC, o que abriu a possibilidade de coexistência do fracionamento dos regimes de trabalho no serviço público federal (alteração do caput do artigo 39 da CF). Também foi suprimida a parte final do inciso V do art. 206. A redação anterior assegurava como um dos princípios da educação a :

V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso de provas e títulos, assegurado o regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União.

A alteração deste inciso, com a supressão desta parte final, é exemplo de mais um dispositivo que abre possibilidade para a contratação de servidor através de emprego público. Aliás, a ruptura desta histórica conquista dos servidores foi regulamentada ainda em 2000 através da promulgação da Lei 9.962, que disciplina o regime de emprego público na administração direta, autárquica e fundacional. Tal lei, que estabelece regras gerais, exige que os empregos públicos sejam criados por leis específicas.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 492 • 11 de abril de 2006

DEBATE

"Caminhos e Caráter da Organização da Classe Trabalhadora Brasileira"

Com:
Leo Leal,
Roberto Leher e
Sérgio Lessa

Auditório Hélio Fraga - CFCH
Praia Vermelha

12 de abril - 18:30h

Editorial

A Reforma Universitária na nau dos esquecidos

Página 2

Ensino do estado entra em greve

Página 8

Estudante da UFRJ continua desaparecido

A Adufrj-SSind presta sua solidariedade aos familiares e amigos do estudante Marcus Vinícius da Silva Amaral, de 26 anos, do 12º período de Medicina da UFRJ. Marcus está desaparecido desde o dia 25/3, após ter dado plantão no Serviço de Cirurgia Cardíaca do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho. O caso foi registrado na 21ª Delegacia Policial, de Bonsucesso.

Adufrj-SSind pergunta

?

O que os professores da UFRJ querem da Campanha Salarial?

Assembléia e Setor do Andes-SN iniciam debate

Páginas 5 e 6

Editorial

A Reforma Universitária na nau dos esquecidos

Dentre as inúmeras mazelas que assolam o país, cresce mais uma, sinistra, devastadora e, como a maioria delas, silenciosa: o esquecimento. O escândalo de hoje apaga o de ontem, que, por sua vez, será apagado pelo de amanhã. A mídia nos impõe os dramas de seus personagens vazios e os nossos próprios dramas desaparecem. Outros exemplos? Em pleno ano de eleições presidenciais, o noticiário político é integralmente ocupado pela corrupção, pelos nomes e pretensões dos candidatos de sempre. E o conteúdo de suas propostas? Sintomaticamente, não aparece. Parece que foi "esquecido" que precisamos resolver problemas graves como educação, saúde, segurança, desemprego, dívida pública. Os novos e velhos postulantes ao poder estão pactuados em torno do silêncio sobre suas propostas e no apoio que a grande imprensa oferece à indústria do esquecimento. Esquecimento? Ou um intencional projeto político de manutenção das atuais estruturas de poder?

Na universidade, os esquecimentos também crescem. Para muitos de nós, é melhor "nem pensar" no nosso reduzido orçamento, nas condições do ensino que oferecemos, nas instalações em que trabalhamos, nos nossos representantes na administração e nos colegiados, na corrida desenfreada pelo financiamento de nossas pesquisas (e depois, na administração dos recursos), na falta de tempo até para saudarmos um colega que trabalha na sala ao lado... Enfim, está sempre sendo adiado para amanhã pensarmos no sentido de nosso trabalho, de dedicarmos nossas vidas a esta instituição.

Na contramão do esquecimento, vamos relembrar um destes pontos que começa a ficar para trás e nos parece central: o da Reforma Universitária. Para os mais esquecidos, lembramos que na página do Andes-SN (www.andes.org) está o texto da proposta do governo, várias análises feitas pelo nosso sindicato, bem como uma série de conexões com outros temas importantes, tais como o do famigerado PL 6368/06, que pode ser acompanhado na sua tramitação diária no Congresso Nacional.

O Andes-SN tem se posicionado contra a Reforma Universitária apresentada pelo governo Lula e é importante destacarmos os motivos desta posição. As motivações do governo ao apresentar sua proposta são, basicamente, as seguintes: em primeiro lugar, considera que a universidade pública é muito cara, repetindo o argumento de que o custo por aluno formado é muito alto; em segundo lugar, constata que as universidades públicas atendem a um número reduzido de alunos e, em terceiro lugar, incentiva a participação de empresas privadas na educação superior.

Discordamos do primeiro argumento porque ele não leva em conta que as universidades públicas, além de ensino, também fazem pesquisa e têm, sob sua responsabilidade, um grande número de hospitais. Vamos enfatizar a questão da pesquisa. O governo FHC desmontou boa parte do sistema brasileiro de pesquisa ao retirar do CNPq a autonomia financeira para apoiar a pesquisa, que já era pequena, e ao deixar de lado qualquer projeto de definição de prioridades e desenvolvimento de áreas estratégicas para o país. O resultado foi o aumento da competição pelos poucos recursos, a prática cada vez maior de editais e apoios pontuais como os tais "projetos milênio" e a promessa dos "fundos setoriais" que, até para os poucos contemplados, é embaraçosa, pois os obriga a mendigar em Brasília o repasse de verbas. E o governo Lula da Silva agravou ainda mais esta situação. Por exemplo, o progressivo aumento do agro-negócio na vida econômica do país, setor que demanda pouca pesquisa, configura um retrocesso econômico de alguns séculos e retira da pesquisa de ponta desenvolvida no Brasil sua importância. Não é à toa que isto tem sido "esquecido" na contabilidade do custeio da universidade pública.

A necessidade de mais vagas para o ensino superior já é uma demanda antiga, defendida pelo nosso sindicato. Discordamos das "soluções" encontradas pelo governo Lula na implementação da Reforma Universitária. O primeiro detalhe que inspira cuidados é o fato de que esta reforma está sendo feita aos pedaços. A expansão de vagas pelo ProUni, onde o governo repassa ao setor privado parte significativa dos parcos recursos públicos para o preenchimento de vagas "ociosas" nas instituições privadas é escandalosa. A própria Andifes já tem divulgado estudos que mostram que a aplicação destes recursos nas universidades públicas implicariam em mais vagas do que as do ProUni e, certamente, um ensino de melhor qualidade. A outra novidade apresentada pelo governo Lula é a questão das cotas. É uma tática antiga lançar polêmicas que polarizam e terminam escondendo a realidade. Hoje a comunidade acadêmica se divide entre o reconhecimento do direito ao ensino superior de setores oprimidos de nossa sociedade, como os negros e índios, e a defesa do mérito acadêmico no preenchimento de vagas. Mas o problema básico permanece. Mesmo com uma política de cotas mais significativa, ou com a ampliação das atuais vagas, milhões de jovens brasileiros ficam e ficarão fora das instituições de ensino superior. Serão simplesmente esquecidos e terão seu futuro comprometido.

Quanto à expansão do setor privado como solução para a demanda de vagas, o Andes-SN tem sido enfático na sua crítica. A privatização crescente é feita dentro e fora das atuais IFES. A recente Lei de Inovação Tecnológica não inova nada, apenas oficializa laboratórios universitários que produzirão serviços para as empresas, num circuito fechado na esfera privada. Aqui na UFRJ, anda meio esquecido o fato de que, na década passada, o "Parque Tecnológico" era a solução para nossos problemas e que a proliferação das Fundações Privadas iria trazer recursos em abundância. Qual o resultado disto tudo? Na proposta do governo Lula para as universidades brasileiras, estas propostas se aprofundam. no artigo 13,§4, autoriza-se explicitamente a participação de 30% de capital estrangeiro em instituições de ensino superior e deixa brechas para mais ainda. A aplicação dos modernos meios de ensino a distância, que defendemos como complemento importante no processo educativo, foi deformada no apoio irrestrito ao "Ensino a Distância". Aqui está camuflado mais um terrível engodo. É claro que a aplicação de novas tecnologias de ensino deve ser saudada e incentivada. Mas não podemos fechar os olhos para a gigantesca e poderosa indústria de ensino, que é das mais lucrativas, despertando a atenção da Organização Mundial do Comércio, que tem incluído "educação" como um de seus temas prioritários. O que propõe o projeto de Reforma Universitária do governo Lula a este respeito? No artigo7,§2, mantém o reconhecimento de diplomas de graduação estrangeiros como prerrogativa das universidades públicas. Porém, o novo mercado da pós-graduação a distância, admitindo mestrados e doutorados profissionais, sem exigência de teses e dissertações, tem uma novidade significativa. O reconhecimento destes diplomas estrangeiros não será mais atribuição das universidades públicas (Art7,§3). Ou seja, uma multinacional do ensino à distância monta uma pequena sede aqui, usa tecnologia para vender diplomas de pós-graduação, sem necessidade de construir um único prédio e de contratar um único professor, e o reconhecimento deste diploma será feito por ela mesma. O governo Lula não confia nem nas IFES mais dóceis aos ditames de Brasília para executar esta tarefa. Voltaremos a outros exemplos em outras oportunidades.

Nosso sindicato não defende a atual situação do ensino público superior. Há anos elaboramos uma alternativa cujos fundamentos são o direito de todos os brasileiros ao ensino superior e a obrigação do Estado brasileiro em prover os meios materiais para sua efetivação. Estas concepções se opõem às práticas e propostas do governo Lula e anteriores.

Muitas das propostas incorporadas pelo Andes-SN nasceram fora do sindicato. São reivindicações de várias gerações de educadores que lutaram pela melhoria da Universidade Brasileira, que propuseram e fundaram o CNPq, que lutaram pela dedicação exclusiva à universidade, pelo concurso público, pela carreira docente, pela Universidade voltada para nossos problemas sociais. Esta luta não será esquecida. Pelo menos dentro do Andes-SN.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Fotos: Raquel Lima/UFRJ

COMUNIDADE ENCHE SALÃO AZUL. ACIMA, GUSTAVO ROCHA RECEBE DE PABLO BENETTI MEDALHA QUE SIMBOLIZOU A POSSE DA DIREÇÃO DA UNIDADE

Arquitetura e Urbanismo sob nova direção

Gustavo Rocha Peixoto e José Barki assumiram os cargos de diretor e vice-diretor, respectivamente, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU). O ex-diretor da unidade, Pablo Benetti, passou o medalhão, representação simbólica da direção da FAU, para Gustavo Rocha em solenidade presidida pela vice-reitora, Sylvia Vargas.

Continuidade

No discurso de Pablo Benetti, foram destacados os avanços alcançados ao longo dos últimos anos. Os dois novos cursos de doutorado, a melhoria na qualificação do corpo docente da Escola, a dinamização do setor de intercâmbios e convênios foram relembrados e motivaram aplausos da platéia formada por funcionários, alunos e professores que encheram o auditório Salão Azul, no prédio da reitoria, na Ilha do Fundão.

Afirmando que dará continuidade ao trabalho desenvolvido pela gestão que se encerrou, Gustavo Rocha destacou o novo currículo da faculdade e resaltou o carater anterior. "A reforma curricular é coerente, pois guarda as tradições do nosso passado, ao mesmo tempo em que, busca pontos de síntese com outras disciplinas", disse o arquiteto.

Internacional

Revogada lei neoliberal na França

Chirac volta atrás em relação ao "Primeiro Emprego"

O presidente francês, Jacques Chirac, anunciou nessa segunda, 10 de abril, que a lei que criava o Contrato do Primeiro Emprego (CPE) será revogada e substituída por medidas de combate ao desemprego entre jovens carentes, ainda não especificadas.

A decisão foi tomada após semanas de manifestações de milhões de franceses em todo o país contra a legislação neoliberal e antitrabalhista. Pelo CPE, os empregadores poderiam demitir sem justa causa trabalhadores menores de 26 anos com menos de dois anos de emprego. A lei havia sido aprovada pela Assembléia Nacional francesa em uma sessão extraordinária, feita às pressas e na madrugada, e depois sancionada pelo presidente, no dia 31 de março.

Internet

Vitória dos movimentos organizados

Centrais e entidades sindicais estudantis comemoraram a vitória do movimento organizado nas ruas. Caso o governo insistisse em prosseguir com a lei, novas manifestações seriam realizadas.

Mais de 80% contrários à lei

Pelo menos três grandes manifestações reuniram em 15 dias mais de 10 milhões de pessoas em toda a França. Pesquisas divulgadas ao longo dos protestos revelaram que 61% dos franceses apoiavam os manifestantes e que mais de 80% eram contrários à lei neoliberal.

Fonte: Diário Vermelho

Resenha

Professores municipais fazem greve em SP

Professores da rede municipal de São Paulo decidiram manter a greve iniciada em 28/3. Segundo o Sinpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo), é a paralisação mais extensa desde 1987. A decisão foi tomada durante manifestação da categoria no último dia 7. Os manifestantes se reuniram no vão livre do Masp e saíram em caminhada até a sede da prefeitura. O sindicato calcula que 20 mil estiveram no protesto. A categoria reivindica, entre outros pontos, salário inicial de R$ 960 para todos os profissionais de educação - atualmente um docente com ensino superior e jornada de 20 horas semanais ganha R$ 615 -, fim das privatizações e terceirizações e redução do número de alunos por sala de aula. A estimativa do Sinpeem é que ao menos 75% das 1.292 escolas da rede municipal estão total ou parcialmente paradas.

Dez anos do massacre de Eldorado dos Carajás

Um grande acampamento no Pará, iniciado em 1º de abril pelo MST, evoca o massacre de Eldorado dos Carajás (PA). O evento vai até o próximo dia 17, quando se completam dez anos do massacre. Em 1996, 19 sem-terra foram assassinados, à queima-roupa e sem defesa, pela polícia militar (Diário Vermelho, 5/4).

Preocupação com corte de verbas na Uenf

As aulas na Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) começaram no último dia 3, mas segundo o vice-reitor da instituição, Ségio Azevedo, já existe uma preocupação com o anúncio feito na semana anterior pelo governo do estado de que haverá um corte de 20% da verba de custeio de todos os órgãos públicos. "Essa possibilidade é absolutamente inviável, seria um corte unilateral. Esperamos que isso seja revisto, porque caso contrário será difícil manter a universidade. Já estamos no limite e, se isso ocorrer, não será possível pagar despesas de água, luz e telefone", alerta (Folha Dirigida, 4/4).

Alojamento em pauta na UFF

Continua a histórica luta dos estudantes da UFF para a construção de um alojamento da instituição. O projeto já foi aprovado em sessão do Conselho Universitário de julho de 2004, mas até agora não saiu do papel. A reitoria alega falta de recursos para a obra, orçada em R$ 8 milhões. Levantamento do DCE local apontou a necessidade de moradia universitária para 3,5 mil estudantes, mas o projeto inicial prevê apenas 800 vagas (Folha Dirigida, 6/4).

Movimento

Estudantes fazem greve na Escola de Música

Alunos querem a aprovação do novo currículo de Licenciatura em Música e queixam-se de professores que se recusam a dar aulas

Antonio Vianna

ESTUDANTES FECHAM COM CADEADOS A ENTRADA PRINCIPAL DA ESCOLA, NO PASSEIO PÚBLICO

Estudantes da Escola de Música (EM) da UFRJ iniciaram na última quinta-feira (6/4) uma paralisação por tempo indeterminado para reivindicar a aprovação do currículo novo de licenciatura. Cerca de 60 alunos ocuparam a frente da unidade, na Rua do Passeio, no Centro, com instrumentos e cartazes cujos dizeres reivindicam, ainda, a paridade em todas as congregações de unidade e também nos colegiados superiores da universidade entre as representações estudantis, de docentes e dos técnico-administrativos.

A manifestação dos estudantes da Música começou no dia anterior (5/4), durante a sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), quando os alunos foram pedir aos conselheiros a aprovação do currículo. Muitos deles apareceram com os rostos pintados e com narizes de palhaço, fazendo referência à disciplina Instrumento/Licenciatura que, apesar de ser obrigatória, não é oferecida desde 2004, pois o Departamento de Instrumento de Sopro - responsável pela matéria - considera o novo currículo irregular e não disponibiliza nenhum docente para ministrá-la.

Estudantes são os maiores prejudicados

Assim que o assunto entrou em discussão no colegiado, foi lido um parecer do professor Samuel Mello Araújo Júnior, do Departamento Musicologia e Educação Musical, no qual ele defendia o currículo de Licenciatura em Música, afirmava que os estudantes apóiam a causa e considerava que a maior prova disso era a presença dos mesmos naquela sessão. O parecer do professor foi muito aplaudido pelos estudantes.

Entretanto, a presidente da Câmara de Currículos do CEG, professora Maria José Coelho, afirmou que a comissão do colegiado observou um equívoco na criação das novas disciplinas no currículo da Licenciatura em Música, pois essas seriam de competência dos departamentos: "A questão central é que as disciplinas não foram aprovadas pelos departamentos, como manda o nosso regimento", declarou.

Já para a professora Vanda Bellard Freire, que integra a Câmara de Legislação e Normas do conselho, houve, na verdade, um conflito de informações que provocaram falhas administrativas, mas que não significam que o currículo não possa ser aprovado: "Se naquele momento (o de aprovação do currículo de Licenciatura em Música) houve uma falha administrativa, temos que resolver os problemas. O que não pode é alguém se recusar a dar aula por um erro de ata ocorrido há três anos atrás. Os alunos não podem pagar por isso".

O professor Marcelo Macedo Corrêa e Castro, presidente da Comissão Permanente de Licenciatura (CPL) da UFRJ, afirmou que o novo currículo da Escola é questionável: "Do jeito que está, esse currículo não pode passar por um novo vestibular". A opinião foi compartilhada pela professora Márcia Serra Ferreira, representante do CFCH, que considera que o curso não está de acordo com os padrões da UFRJ: "Institucionalmente, quem se responsabiliza pela licenciatura é a Faculdade de Educação", informou.

Estudantes querem aprovação do novo currículo

Posteriormente, os conselheiros permitiram a manifestação de Pedro Mendonça, integrante do Centro Acadêmico da Música, que defendeu a aprovação do novo currículo: "O questionamento que estão fazendo aqui é absurdo. Existem aqui, inclusive, alunos do bacharelado que apóiam a causa dos alunos de licenciatura. Todos temos a mesma opinião". O estudante do sétimo período de bacharelado em violão foi enfático na sua defesa: "Se alguma coisa deve ser mudada, devem ser as normas referentes à disciplina em questão e não o currículo todo. Afinal, estudantes e professores querem a aprovação da nova grade", concluiu.

Vanda Bellard concordou com os estudantes: "Democracia é aceitar a vontade da maioria absoluta e, na Escola de Música, a maioria aceita o novo curso. Nenhum currículo é perfeito, mas o projeto é tecnicamente legal". A professora lembrou ainda que a Escola de Música cumpriu a determinação do colegiado de criar uma comissão de professores para discutir a licenciatura na unidade: "O relatório da comissão reconhece que alguns pontos precisam ser refeitos, mas o currículo é bom e foi feito por profissionais experientes". O Departamento de Musicologia e Educação Musical encaminhou ao CEG, através da diretora Harlei Elbert, uma moção de apoio à Comissão Acadêmica da Escola de Música.

CEG não aprova currículo

Mesmo assim, a maioria dos conselheiros não se sensibilizou com a reivindicação dos estudantes e o currículo de Licenciatura em Música não foi aprovado. Na resolução aprovada, o CEG quer um projeto a ser apresentado pela Escola nos próximos três meses. Baseado nos pareceres da Câmara de Currículo e da Câmara de Legislação e Normas, o conselho estabeleceu que o parecer da Comissão Acadêmica da Escola de Música volte à unidade e que seja encaminhado o relatório aos departamentos responsáveis pela criação das disciplinas. Após passar pelos departamentos, a grade curricular deve ser aprovada pela congregação e pelo Conselho de Centro para só depois voltar ao CEG.

O colegiado determinou também os prazos de 60 dias para o oferecimento de disciplinas aos alunos de Licenciatura, e de 90 dias para a revisão do projeto pedagógico deste curso. A médio prazo, o Conselho estabeleceu que a questão seja enviada para a Comissão Permanente de Licenciatura do CEG para que a mesma emita parecer sobre o Projeto Curricular do curso.

Comissões

Após muita discussão, o pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer Fernandes, propôs a criação de uma comissão paritária para discutir a questão dos alunos que estão sem aula na unidade. A comissão, aprovada por unanimidade, será composta pelos conselheiros Gabriel Rodrigues Daumas Marques, Vera Lúcia Vieira Barradas e Maria José Coelho e terá até a quarta-feira desta semana, dia 12/4, para apontar uma solução para o caso.

Enquanto isso, os estudantes seguem com as atividades paralisadas na Escola de Música até que suas reivindicações sejam atendidas.

No mesmo dia 5/4, o reitor Aloisio Teixeira criou mais uma comissão, para avaliar o currículo de licenciatura da Escola da Música. A comissão será nomeada esta semana.

Estudantes em greve realizam assembléia

Ainda na quarta-feira passada, os estudantes da Escola de Música realizaram uma assembléia que manteve a paralisação das atividades por tempo indeterminado. Foi decidido também que os portões da unidade não mais seriam trancados com correntes, a partir do dia seguinte. Os alunos, entretanto, manifestaram-se com muito barulho para impedir qualquer atividade dentro da instituição. Na assembléia, os estudantes decidiram solicitar um encontro com o presidente da CPL, Marcelo Macedo Corrêa e Castro, para encaminhar algumas sugestões em relação ao novo currículo.

Adufrj-SSind

Adufrj-SSind inicia debate sobre Campanha Salarial 2006

Fortalecer a mobilização é a tarefa imediata do movimento docente

A Adufrj-SSind continuará a convocar assembléias e reuniões do Conselho de Representantes da entidade para discutir a Campanha Salarial 2006. Diante da reduzida mobilização na UFRJ, os professores presentes à última assembléia geral, em 6/4, no auditório da Escola de Serviço Social, decidiram voltar a agendar reuniões de unidade, onde for possível, para debater o tema dos salários ou outros temas vinculados ao trabalho docente.

Ao longo das próximas assembléias e CRs, serão discutidas, ainda, algumas sugestões para fortalecer a mobilização na universidade. A primeira delas é elaborar uma pauta de reivindicações que não se restrinja à questão dos salários. De acordo com a diretoria, é importante que as demandas ao governo sejam compartilhadas por estudantes e técnico-administrativos em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Outra possibilidade é a realização de eventos como o "Universidade na Praça", em conjunto com docentes de outras universidades, para mostrar a natureza do trabalho universitário à sociedade, bem como a importância de sua manutenção e desenvolvimento. Mesas-redondas e a militância nos centros formulando perguntas aos professores sobre o que desejariam ver contemplado na campanha salarial deste ano foram outras idéias sugeridas na AG.

Professores discutem pontos da campanha

Diretor da Adufrj-SSind, o professor Fernando Villar observou que, caso sejam aprovados os projetos de lei do governo de reajuste diferenciado para os docentes de 1º e 2º graus (nesse caso, ainda é apenas um termo de acordo) e para o magistério superior, a principal bandeira do movimento deveria ser a defesa da isonomia.

Presidente da Adufrj-SSind, José Simões chamou a atenção para a necessidade de ampliar a pauta, além das questões salariais. "Uma pauta mal construída não mobiliza ninguém. Se não conseguirmos colocar na pauta, nesse ano eleitoral, a questão da Educação, nós estamos perdidos", alertou.

Cristina Miranda (do Colégio de Aplicação) reforçou o coro por uma pauta bem elaborada, próxima dos interesses dos docentes: "Temos de chegar perto do professor. Devemos aprofundar esses temas e ligar os docentes à discussão mais ampla da campanha salarial", afirmou.

A defesa da incorporação das gratificações foi a principal preocupação do professor Luis Paulo, do Instituto de Matemática: "As pessoas odeiam a cara do seu contracheque com todas essas gratificações. E nós sempre abandonamos essa luta (da incorporação) em função de outra coisa, às vezes até de aumentos nas próprias gratificações", comentou.

Para Vera Salim, vice-presidente da Adufrj-SSind, é necessário perguntar diretamente aos professores da UFRJ o que eles querem da Campanha Salarial 2006. Vera sugeriu que a seção sindical crie um mecanismo de questionamento aos professores nos centros e unidades, seja promovento encontros, reuniões ou outras atividades como forma de estimular o envolvimento direto da categoria. "A Adufrj-SSind quer saber o que querem os professores da UFRJ", concluiu a diretora.

Adufrj-SSind participa de fóruns de reorganização da classe trabalhadora

A AG da Adufrj-SSind de 6 de abril aprovou a participação da entidade em dois fóruns que assumem um posicionamento contrário às reformas neoliberais do governo Lula: a 2ª Assembléia Nacional Popular e de Esquerda (Anpe) e o Congresso Nacional dos Trabalhadores (Conat). A resolução da assembléia segue a deliberação do 25º Congresso do Andes-SN, de março deste ano, que incentiva o conjunto do Sindicato a atuar em todo tipo de iniciativa para reorganizar a classe trabalhadora, após o atrelamento da CUT ao governo.

Para a Anpe, cuja realização estava prevista para os dias 7 a 9 de abril, em São Paulo (SP), a seção sindical será representada pela professora Cristina Miranda, do Colégio de Aplicação, na condição de observadora. Já para o Conat, entre os dias 5 e 7 de maio, em Sumaré (SP), também irão como observadores os professores Cristina Miranda (Cap), Janete Luzia (Escola de Serviço Social), Raphael de Haro, Salatiel Menezes e Vera Salim (diretores da Adufrj-SSind).

O debate

Se não havia dúvidas na AG quanto à importância da participação nestas duas instâncias que combatem o neoliberalismo, o mesmo não pôde se dizer quanto ao caráter dessa representação no evento de maio: diferente da Anpe, que só permitia o ingresso de observadores, o Conat pode ser acompanhado por observadores com direito a voz e sem direito a voto e delegados, com direito a voz e voto.

Uma vez que o Conat pretende fundar uma organização nacional de caráter sindical e popular a assembléia avaliou com cautela essa possível transformação. A Coordenação Nacional de Lutas, que organiza o Conat, é composta por entidades sindicais, organizações populares, movimentos sociais e têm como objetivo organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo e contra o modelo econômico que se aplica no país.

Alguns defenderam, no entanto, que seria muito cedo para a formalização da entidade e que o Congresso do Andes-SN havia deliberado apenas pelo envio de observadores ao evento justamente para não passar um sinal de autorização do Sindicato ao que ocorresse no Conat. Outros entenderam que a deliberação do Congresso se limitava aos diretores nacionais do Andes-SN e que as seções sindicais teriam autonomia para decidir o envio tanto de observadores, como de delegados. E que, como delegados, haveria uma óbvia capacidade de melhor interferir nos rumos do evento.

Ao final das discussões, por apenas um voto de diferença, decidiu-se que a Adufrj-SSind enviaria apenas observadores ao Conat. A assembléia resolveu, ainda, não deliberar sobre a questão de fundação da central sindical e popular. Desse modo, os observadores, eleitos por unanimidade, estarão livres para manifestar suas opiniões nas instâncias do Conat, embora não possam votar.

Os observadores da Adufrj-SSind serão incentivados a participar das reuniões do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical do Andes-SN, que se reunirá na véspera do Conat (em 4 de maio) e um dia depois (9/5).

Movimento

Servidores iniciam Campanha Salarial 2006

Semana de mobilização está marcada para o final de abril

Incorporação de gratificações, cumprimento de acordos assinados com o governo e uma reposição de salários ao índice emergencial de 23%. Esses deverão ser os eixos da campanha salarial dos servidores públicos federais em 2006, conforme indicação da Plenária Nacional realizada em Brasília, no último dia 2. O funcionalismo também lutará por diretrizes de plano de carreira, definição de data-base e uma política salarial digna, além de manter na pauta a recomposição do poder aquisitivo existente em janeiro de 1995 (desde então, as perdas acumuladas dos salários chegam a 167%). A resposta das bases para essas resoluções será avaliada na próxima plenária, marcada para 13 de maio.

Para iniciar a mobilização em 2006, algumas atividades já estão planejadas: de 24 a 28 de abril, os servidores farão debates nos estados sobre a reforma do Estado, carreira e serviço público. No meio dessa última semana útil de abril, o dia 26 está reservado para paralisações, onde forem possíveis, cujo objetivo será o lançamento da campanha salarial. Na ocasião, jornais, panfletos e cartazes serão confeccionados para denunciar a atitude governamental de não cumprir os acordos assinados nos últimos anos – até o momento, o governo só enviou o projeto de lei relativo ao aumento salarial (e não acordado, vale lembrar, com o Andes-SN) relativo aos professores da carreira de magistério superior -, bem como cobrar a valorização dos trabalhadores do serviço público. Será solicitada, ainda, ao governo Lula a realização de uma reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, em prazo que não ultrapasse o dia 26 deste mês.

Unidade

Haverá um seminário da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF), em maio, para discutir a organização dos trabalhadores do serviço público federal. O seminário contará com representação de base e será antecipado por seminários estaduais de igual tema.

Arquivo Adufrj

LANÇAMENTO DA CAMPANHA SALARIAL EM 2005

Anulação da reforma da Previdência

Um outro item indicado para discussão nas bases é a possibilidade de adesão da CNESF à campanha – iniciada por alguns movimentos e partidos de esquerda - pela anulação da reforma da Previdência do governo Lula. O argumento é que, diante da apuração das comissões parlamentares de inquérito sobre o escândalo do mensalão no Congresso, a emenda constitucional que mudou o regime previdenciário dos servidores (EC nº 40) foi irregularmente aprovada e deve ser anulada.

Moções

A plenária dos servidores do dia 2 de abril aprovou moções de apoio à luta dos professores estaduais em todo o país e também das trabalhadoras da Via Campesina que sofrem processo por conta de um ato político realizado na fábrica da Aracruz, no Rio Grande do Sul – no dia 8 de março, as trabalhadoras fizeram uma ocupação da empresa para denunciar crimes ambientais.

A Adufrj-SSind esteve representada na Plenária dos SPF pelo diretor Salatiel Menezes.

Setor das Federais encaminha luta dos docentes

Pauta do movimento já foi protocolada no MEC em 6 de abril

Um dia antes da plenária dos servidores, a campanha salarial 2006 também foi o principal assunto da reunião do Setor das Federais do Andes-SN, realizada em Brasília. Todos os eixos gerais aprovados na plenária já haviam sido antecipados nesta reunião, que indicou, ainda, alguns encaminhamentos específicos para a luta dos docentes.

Foi deliberada no Setor a entrega ao MEC da pauta de reivindicações do movimento docente deste ano, o que aconteceu no último dia 6 de abril (confira o documento, na íntegra, na página www.adufrj.org.br). Um outro pedido de audiência à Secretaria de Ensino Superior (SESu) do MEC, indicado pelo Setor, deverá tratar do "processo de expansão" de universidades propagado pelo governo Lula às custas de vagas docentes das instituições já existentes.

Sobre a carreira docente, espera-se debater nesta audiência com a SESu a possibilidade de ascensão de aposentados do magistério superior à nova classe de associado, o que depende da aprovação do projeto de lei nº 6368/05. Segundo o professor Salatiel Menezes, um dos diretores da Adufrj-SSind presente ao Setor realizado em Brasília, no dia 1º de abril, os técnicos do MEC mencionam em reuniões com o Sinasefe essa eventual ascensão para os aposentados da carreira de 1º e 2º graus para a chamada classe especial, mas nada dizem em relação ao 3º grau. Para reforçar o pleito dos aposentados do 3º grau, a Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN foi incumbida de estudar o caso.

1º e 2º graus

Também será solicitado um parecer da AJN sobre a ascensão do professor aposentado à classe especial na carreira de 1º e 2º graus, conforme prevê o termo de acordo do MEC com o Sinasefe.

Será solicitada uma outra audiência para a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica para tratar da representação sindical dos docentes de 1º e 2º graus, bem como da precarização do trabalho deste segmento – mesmo lotados em instituições de 3º grau, recebem salário menor que o de seus colegas. Também será cobrada a responsabilidade do governo na recente transformação dos Cefets em universidades tecnológicas: "O governo provoca essa alteração, mas mantém os docentes com os ganhos da carreira de 1º e 2 º graus; não assume o ônus da mudança", critica Salatiel. A capacitação docente, o financiamento e a relação de responsabilidade constitucional entre estados e União frente ao ensino de 1º, 2º e 3º graus serão outros pontos reivindicados do MEC.

Um documento será elaborado, ainda, para mostrar os problemas desta carreira após a campanha salarial de 2005, na qual o governo criou novas distorções salariais em relação ao 3º grau.

Crítica à entidade paralela

Em conjunto com o Sinasefe, entra em fase de preparação um documento para questionar a presença da entidade paralela Proifes nas negociações salariais com o governo, além de se buscar apoio da associação de dirigentes universitários (Andifes). Novamente, a Assessoria Jurídica Nacional do Sindicato será chamada a emitir um parecer sobre as implicações legais da presença dessa entidade não-sindical em processos de negociação com as entidades sindicais junto ao ministério. A crítica a essa entidade paralela será repetida nas reuniões do grupo de trabalho com o MEC para cuidar da carreira, por exemplo.

Fundações

Na parte de informes da reunião do Setor, a diretoria do Andes-SN cobrou o esforço das seções sindicais para o cumprimento da campanha contra as fundações privatizantes em todas as universidades, conforme deliberação do 25º Congresso da categoria, realizado em Cuiabá (MT), em março.

Adufrj-SSind representada no Setor

Além de Salatiel Menezes, a Adufrj-SSind esteve representada no Setor das Federais pelo professor Fernando Villar, também diretor da seção sindical.

Nacional

Internet

Movimentos contrários às políticas do Banco Interamericano são reprimidos em BH

Os movimentos sociais, particularmente o Movimento dos Atingidos por Barragens, foram duramente reprimidos ao realizar um protesto durante a 47ª Reunião Anual das Assembléias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ocorrida em Belo Horizonte, nos dias 29 de março a 5 de abril.

No dia 1º, os 400 participantes da marcha Água e Energia para a Soberania do Povo Brasileiro foram barbaramente reprimidos pela polícia mineira.

A polícia atacou os manifestantes com gás, cassetetes e balas de borracha e as pessoas foram impedidas de chegar até a frente do Palácio da Liberdade, sede do governo mineiro. Novamente, alguns foram atacados com gás de pimenta e existe relatos de ameaças de morte por parte de policiais não identificados.

No dia 3 de abril, os manifestantes ocuparam o prédio da Companhia Mineira de Energia (Cemig). Em poucos minutos, a PM recebeu ordem para retirar o grupo. Do lado de fora do prédio, os policiais quebraram a frente de um carro de som e continuaram as agressões.

Senhores da América Latina

Estiveram presentes em BH, durante a reunião do BID, os principais formuladores do Consenso de Washington, fundamento do receituário neoliberal, adotado pelos países em desenvolvimento. A ordem do BID para a América Latina é a implementação de uma nova etapa no projeto liberal global: o novo regionalismo. As metas dos senhores do BID são privatizar os setores de infraestrutura e estratégicos dos Estados da América do Sul que ainda não o foram. Energia, água, saneamento, estradas, portos, comunicação estão na mira dos 'banqueiros' do BID.

Para realizar as negociatas e transações ocorridas no encontro, o governo de Minas mobilizou verdadeiro exército para garantir que nenhum movimento atrapalhasse o bom andamento da reunião. O saldo conhecido até o momento foram trinta pessoas feridas e oito manifestantes presos, e torturados, segundo denúncia do MAB, durante a repressão policial.

Anote

Curso multidisciplinar do CLA

No dia 5 de abril, o Centro de Letras e Artes (CLA/UFRJ) iniciou o curso multidisciplinar "O Século XX e suas interfaces: arte e cultura no Brasil". O diretor da Faculdade de Letras, professor Ronaldo Lima Lins, proferiu a palestra de inauguração do curso, que será ministrado todas as quartas-feiras, das 14h às 17h, no Salão Azul, do prédio da Escola de Belas Artes, até o dia 5 de julho.

Juliano Pires/UFRJ

Colegiados

Escola de Comunicação perde bolsas da reitoria

Unidade não cumpriu os prazos estabelecidos pelo edital e ainda deixa monitores sem receber

Na sessão realizada na última quarta-feira (5/4), o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) decidiu redistribuir as 20 bolsas da reitoria que haviam sido concedidas à Escola de Comunicação (ECO) pois a unidade não cumpriu o prazo estabelecido para o envio dos relatórios referentes à monitoria do ano anterior.

De acordo com a representante do CCMN Maria Lúcia Patitucci, relatora do parecer, "é lamentável ver as outras unidades se esforçarem para conseguir bolsas enquanto a Comunicação não dá sequer uma satisfação para a comissão". A unidade também ainda não enviou à pró-reitoria de graduação a lista de freqüência dos monitores do mês de dezembro e os estudantes não receberam seus pagamentos referentes ao último mês do ano passado.

EEFD tem seu recurso aceito

Além das 20 bolsas da ECO, foi divulgada também a distribuição de outras dez que haviam sido reservadas para a apresentação dos recursos das unidades. O colegiado só considerou procedente o recurso da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) que receberá mais sete bolsas.

As outras 23 foram divididas da seguinte forma: cinco para a Faculdade de Medicina; três para o Instituto de Matemática e para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; duas para a Escola Politécnica e uma bolsa para: Instituto de Economia, Instituto de Geografia, Instituto de Química, Instituto de Biofísica, Faculdade de Educação, Instituto de Psicologia, Escola de Belas Artes e Escola de Química.

UFRJ divulga 6ª reclassificação

Ao aprovar o parecer da Câmara de Corpo Discente, o CEG fixou a data da última reclassificação do vestibular da UFRJ, no primeiro semestre de 2006, em 10 de abril. O pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, informou ainda que a sexta reclassificação foi divulgada no último dia 5, na página da universidade (http://www.vestibular.ufrj.br).

Movimento

Trabalhadores do estado em greve protestam na Alerj

Uerj paralisada desde o dia 3 de abril

No último dia 4, servidores em greve e estudantes da rede estadual de ensino médio e superior fizeram um protesto em frente à Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. O ato reuniu representantes dos técnico-administrativos (Sintuperj), dos docentes, (Asduerj) e estudantes da Uerj dos *campi* do Maracanã e São Gonçalo. Estudantes do CAP da Uerj, alunos e servidores de várias unidades da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado (Faetec) e funcionários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro participaram da manifestação.

Os professores, funcionários e estudantes da Uerj decidiram entrar em greve no último dia 3 para manifestar indignação com a falta de empenho do governo do estado em avaliar a crise da universidade que afeta o complexo universitário do Maracanã, São Gonçalo, o Hospital Universitário Pedro Ernesto, o Colégio de Aplicação e outras unidades.

Eugenio Dias, representante do Sindicato dos Trabalhadores da Uerj (Sintuperj), disse que o ato foi decidido numa assembléia com mais de 250 trabalhadores. Segundo Eugenio, o setor sofre com a crise orçamentária, com defasagem salarial e com a falta de investimento. "Partes do teto da Pediatria e da Fisiatria do Hospital Universitário Pedro Ernesto desabaram, plantões do Banco de Sangue têm ficado suspensos e uma placa de 6 toneladas já despencou do 12º andar da Uerj", disse. Arlindo Tinoco, também do Sintuperj, disse que o Pedro Ernesto está sem as caldeiras necessárias para a higienização dos lençóis e que a Faculdade de Medicina está sem poder utilizar o setor de anatomia.

A professora Nilda Alves, representante da Asduerj, disse que a realidade da universidade estadual mudou drasticamente nos últimos anos. "Há dez anos eu escolhi ser professora na Uerj pela qualidade que a universidade tinha, agora tudo mudou, o governo abandonou nossa instituição", comentou. Nilda afirmou que nem mesmo as reivindicações mínimas têm sido atendidas e não há condições básicas de segurança pessoal para o trabalho nas dependências da Uerj. "Isso é lamentável pois há muito que a Uerj provou que é a universidade da população do Rio de Janeiro", comentou. Matheus Thomaz, representante do DCE da Uerj e estudante do curso de Serviço Social, disse que a situação dos alunos é problemática pois a assistência estudantil é insuficiente, não existe um bandejão e o valor das bolsas, atualmente em torno de R$ 180, não é reajustado há cerca de 10 anos.

Wagner Maiolino

DEZENAS DE ESTUDANTES, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS COMPARECEM AO ATO NO CENTRO

No final da tarde, alguns manifestantes entram nas galerias e pediram aos deputados que intervenham pela abertura de diálogo com a governadora Rosinha Garotinho, que insiste em ignorar os apelos dos trabalhadores em greve.

Rede de escolas da Faetec também protestam

Os professores da Escola Técnica Estadual Henrique Laje, Renato Aranha e Renato Pereira, disseram que a escola localizada em Niterói enfrenta um verdadeiro sucateamento e o ambiente está cada vez mais insalubre. "Alunos correm risco de se ferir nas janelas quebradas com vidros expostos, os banheiros estão em péssimas condições e nós funcionamos nos três turnos. São cerca de 15 mil alunos circulando na escola acrescidos dos alunos dos cursos de extensão de informática. Não há laboratórios fundamentais para os cursos de edificações, eletrotécnica e maquinaria naval. E não há também reajuste salarial dos professores há 8 anos", denunciaram.

Os estudantes Leonardo França da Silva, da Escola Técnica Visconde de Mauá, em Marechal Hermes, e Erika Cristina, do Grêmio Estudantil da Escola Técnica Ferreira Vianna, no Maracanã, disseram que há algum tempo as vagas da Faetec eram concorridas pela qualidade do ensino e que atualmente as escolas estão praticamente abandonadas. "O refeitório está fechado e poucas unidades estão tendo atividades. Somos do último ano do ensino médio e estamos há cerca de 1 mês sem aula, não há sequer papel para fazer prova. Estamos junto com os professores reivindicando melhorias nas condições de trabalho", comentaram.

Slogan de 10 mil obras em quatro anos é "ilógico"

Diante de um quadro instalado na calçada em frente à Alerj, o professor de Matemática José Antônio Novaes, que leciona na Uerj, no CAP e na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), em Duque de Caxias, proferiu uma aula sobre os problemas enfrentados pela Uerj devido aos cortes de investimentos do governo. Com caneta e cubos de madeira nas mãos, explicou que os argumentos que o governo sustenta para afirmar que houve 10 mil obras em 4 anos é ilógico. "A lógica condena esse argumento, nós da universidade é que formamos 10 mil obras distribuídas entre as turmas diplomadas, as teses de mestrado e de doutorado", comparou. Novaes criticou ainda o sistema de cotas implementado na Uerj que, segundo ele, serve para mascarar a falta de investimentos em ensino básico. "Estamos formando analfabetos no ensino médio", disse.

Salário que comprava dez só compra seis quilos de feijão

Os professores reivindicam 50% de reposição salarial. Com números calculados no quadro-negro, Novaes provou que o salário dos professores, que antes era suficiente para comprar 10Kg de feijão, agora só dá para 6,6Kg.

Entidades têm audiência

Durante o ato, uma comissão, composta por dois integrantes de cada entidade, foi recebida pelo deputado Noel de Carvalho (PMDB), que entrou em contato com o Secretário Ricardo Bittar. Foi decidido que no dia 10 de abril representantes das entidades presentes ao ato participarão, no Palácio da Guanabara, de uma audiência com o Secretário Ricardo Bittar.

Ensino básico em greve desde 16 de março

Os profissionais do ensino básico da rede estadual, representados pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação já estão greve desde o dia 16 de março. O professor e diretor do Sepe, Roberto Simões, disse ao **Jornal da Adufrj** que a paralisação nas escolas tem aumentado, já que o governo de Rosinha não oferece nenhuma proposta aos grevistas. Roberto disse que há 10 anos não há reajuste salarial, o que faz com que os trabalhadores enfrentem sérios problemas. "Alguns não conseguem sustento nem para o transporte até a escola", revela

Estado não faz concurso e terceiriza professores

O professor chama atenção para o recurso que o governo tem utilizado para mascarar a não abertura de concursos para professores. "Agora enfrentamos o problema da terceirização, ou da contratação temporária de professores. O que antes começou com profissionais de apoio como serventes e faxineiros, agora atingiu os profissionais fundamentais para o funcionamento da escola: os professores", disse.

A categoria questiona também a Gratificação Nova Escola, criada em 1999. O sistema é rejeitado pelos servidores por não haver critérios universalizantes. A gratificação é calculada individualmente para cada escola a partir de critérios de rendimento que, segundo Roberto, possui uma lógica quase que privatista. Segundo Roberto Simões, a reprovação dos alunos não soma pontos para a escola, o que significa que a escola é punida pela reprovação dos estudantes. "O resultado disso é que o critério deixa de fora profissionais que não estão atuando diretamente nas atividades de sala de aula, os aposentados e os afastados por licença médica", avalia.

Analfabetismo funcional

O diretor do Sepe denuncia ainda que a rotina de trabalho na rede estadual é problemática e as turmas são superlotadas chegando a comportar até 60 estudantes. "O problema da formação dos egressos da rede municipal é muito grande, pois muitos chegam às séries mais avançadas sem sequer compreender um texto simples ou saber as quatro operações da matemática".

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 493 l 19 de abril de 2006

Editorial

10 anos de impunidade

Abílio Alves Rabelo

Altamiro Ricardo da Silva

Amâncio Rodrigues dos Santos

Antônio Alves da Cruz

Antônio Costa Dias

Antônio "Irmão"

Graciano Olímpio de Souza

João Carneiro da Silva

João Rodrigues de Araújo

Joaquim Pereira Veras

José Alves da Silva

José Ribamar Alves de Souza

Leonardo Batista de Almeida

Lourival da Costa Santana

Manoel Gomes de Souza

Oziel Alves Pereira

Raimundo Lopes Pereira

Robson Vitor Sobrinho

Valdecir Pereira da Silva

Justiça às vítimas de Eldorado dos Carajás!

MEC impõe "professores de ensino a distância"

UFRJ fará quatro concursos específicos

Como quem não quer nada, o MEC impõe pouco a pouco suas diretrizes de reforma universitária às universidades federais. Depois do ProUni, do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) e da regulamentação das fundações privadas, o ministério começa a forçar a implementação do ensino a distância. Por meio da portaria nº 854, de 6 de abril, o ministério distribuiu, entre as instituições federais, 50 vagas de professores "para o desempenho de atividades de educação a distância", sendo quatro para a UFRJ.

Essa foi a maior polêmica da sessão do Conselho Universitário do último 13 de abril. Uma parte dos conselheiros não queria aprovar a iniciativa. Para o professor Roberto Faria, representante dos adjuntos do CCMN, a UFRJ estaria sendo submissa ao MEC: "Professor universitário deve se dedicar ao ensino, pesquisa e extensão. Isso aqui não é um escolão . Se não for possível alterar a portaria, vamos rejeitar essas vagas", afirmou.

Representante estudantil, Carlos Leal foi além: "Estamos discutindo detalhes técnicos da portaria, mas a discussão deve ser de princípios. O que esperamos de ensino a distância? Vamos ter duas categorias diferentes de ensino? Não à toa, isso está presente na reforma universitária do governo Lula, que deseja submeter as universidades. Dado o contexto atual, seria um erro aceitar essas vagas", comentou. A pró-reitora de Extensão, Laura Tavares, indagou se havia suficiente debate sobre ensino a distância dentro da universidade para aprovação desses concursos tão específicos. Segundo ela, o professor deve ser entendido como um ser integral que pode incorporar avanços tecnológicos, mas esses avanços tecnológicos não podem determinar uma nova modalidade de docente. "Vou me abster por não ter clareza sobre o que será aprovado", disse.

Pedro Lagerblad, representante dos adjuntos do CCS, defendeu que a educação a distância deveria ser mais debatida na UFRJ, mas lembrou que a discussão já havia acontecido em outros momentos. Citou sessões anteriores do Consuni e as visitas de conselheiros a pólos de educação a distância da universidade. "E os cursos da UFRJ são semi-presenciais", acrescentou.

O reitor Aloisio Teixeira considerou que a portaria estaria mal formulada e sugeriu que o Consuni aprovasse as quatro vagas, com uma ressalva: no edital da universidade, os candidatos estariam se sujeitando a todos os direitos e deveres comuns aos demais docentes, mas haveria uma cláusula adicional que os comprometesse também para atividades de ensino a distância. Essa solução intermediária seria levada à consulta do MEC. A proposta acabou aprovada com cinco votos contrários e quatro abstenções.

Pelo seu atual envolvimento no consórcio de ensino a distância que congrega instituições públicas do Rio de Janeiro (Cederj), foram distribuídas duas vagas para o Instituto de Biologia, uma para o Instituto de Física e uma para o Instituto de Biofísica.

Consuni distribui os últimos 17 concursos docentes

A sessão do Conselho Universitário de 13/4 aprovou, sem mudanças, a proposta de distribuição da chamada "reserva estratégica" da reitoria: 17 (ou cerca de 15%) dos 112 concursos autorizados para a UFRJ em 2006. Três vagas foram lotadas na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) e uma na Escola de Comunicação (ECO). A Faculdade Nacional de Direito recebeu mais duas vagas. O Instituto de Ciências Biomédicas ganhou um concurso.

Programas de pós-graduação de conceitos 6 e 7 na Capes também foram contemplados: duas vagas para a Antropologia Social (Museu Nacional), uma para Engenharia Nuclear (Coppe) e uma para o de Sociologia e Antropologia (IFCS).

A Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) também garantiu uma vaga. Os institutos de Matemática e de Química ficaram com uma vaga cada na distribuição da "reserva estratégica".

Continua na página 3

Opinião

A Paixão

Ricardo Kubrusly

"Wovon man nich sprechen kann, darüber muss man schweigen"

Na busca do entendimento de todas as coisas, o homem, primeiro, descreve e analisa, depois intui e teoriza, nem sempre nessa ordem. Nesse jogo do entendimento, ele percebe que seu olhar atua e interfere na coisa observada. Que quanto mais incomum for seu objeto de estudo, mais influenciadas por seus preconceitos e pontos de vista estarão suas teorias. Para a invenção quântica das partículas, uma lógica ternária e parcialmente contraditória haveria de conviver com os modelos tradicionais do pensamento. Para o estudo do próprio homem, uma dificuldade ainda maior se apresenta: Como olhar o outro, sem julgá-lo como uma réplica de nossas próprias experiências, e mesmo dessa maneira, como olhar-nos para nós mesmos, se não conseguimos nunca tornarmo-nos o que somos ou mesmo nos identificarmos na imagem especular que nos vigia sem nos admirar?

Num modelo perfeito, seríamos vazados em nosso corpo denso, seríamos o outro para falar do outro e ouviríamos da onça de duas cabeças uma verdade onde ela traria a tragédia, que nós chamamos humana, sobre suas quatro patas. E nós, a onça da onça, que partida ao meio aterrorizaria as cidades sem pena. Mas mesmo nesse "melhor" dos mundos ainda nos perguntaríamos: Como construir uma sociedade justa em um pensamento relativista?

Não há, ou há?, como escapar da razão e impor ao homem e sua complexidade, a simplicidade do seu pensamento. É mais fácil olhar os átomos como homens do que aos homens, e suas cidades, com o olhar que aprendemos a dar aos átomos. Num modelo de uma sociedade perfeita, a sociedade como modelo daria vez à razão. Seria, e foi, a lógica que o construiria. Não uma lógica futura, permeável, para além da quântica e humana, onde, nela, coubesse toda e qualquer verdade, mas a lógica científica, com seus princípios básicos, suas restrições e suas leis, com terceiros excluídos e não contradições, com a coisa idêntica à própria coisa, como se fosse concebível sermos idênticos, em cópias perfeitas, a nós mesmos.

Mas esse homem ideal, sem qualidades, onde a paixão em equilíbrio com a razão governa destinos e projeta modelos, era o quadrúpede de duas cabeças, que por inveja dos deuses, se viu separado, por um raio, em duas dilaceradas e diferentes criaturas, que inaugurariam, juntas, no mito do surgimento do umbigo, para cada uma das metades atordoadas, uma caminhada solitária, guiada pela falta e referenciada para o próprio umbigo salvador, marca eterna e evidente da possibilidade impossível de seus completamentos. Mas o homem perfeito, este, já não existiria mais.

Por impossibilidade da coexistência dos contrários, o homem dividido e distante de sua outra metade, reparte também o mundo das coisas e dos pensamentos em duas metades verdadeiras e incompletas: uma construída pela lógica identificada à linguagem, um mundo de coisas que poderiam ser nomeadas e enumeradas, o mundo do que poderia ser dito. Para o resto, o silêncio, o silêncio nos desejos e nos espíritos, o silêncio nas paixões, nas tragédias, o silêncio no homem de carne e osso, que por detrás do pensamento, era pensado por um outro homem de carne e osso, que se olhava, eternamente, no espelho. Cabia à lógica estender-se para o infinito e colapsar diante dos abismos onde a palavra cala e a paixão silenciada e abandonada, prossegue.

Ao delimitar a lógica como linguagem e estabelecer suas últimas fronteiras, o jovem Wittgenstein aponta para o mistério como complemento e para a paixão como possibilidade, mas torna-se, ao mesmo tempo, o ídolo dos positivistas que enfeitiçados pelo seu Tractactus, achavam, e acham, que todas as coisas são explicáveis e construídas pela lógica da razão. O que não pode ser dito, simplesmente, não existe. Não era assim que queria o filósofo, mas assim foi. Conta-se que irritado com o simplismo dos positivistas que o endeusavam em Viena, costumava virar-se de costas para seus discípulos a recitar poemas. Mas lá, como aqui, não havia ouvidos para a poesia.

Sabemos das limitações dos desejos. Que querer apenas, não resolve problemas. Não basta querer uma sociedade justa e livre da miséria para que ela se estabeleça. Nos modelos sociais democratas que aparecem como opção de "esquerda" para contracenar com o capitalismo dominante, como se do mesmo pudéssemos extrair o diferente, onde a justiça é substituída pela farsa, revive-se a figura do escravo feliz, que em troca de pequenos favores econômicos, se alia e coopera com o opressor, convencendo-se de que o destino não lhe reservou sorte outra que não lutar por uma vida digna, mas depois da morte. Seríamos, enfim, guiados pelo medo, ou pela preguiça?

No mundo das lógicas, coexistiriam todos os modos do pensamento. Ali, caberiam, sim, modelos de uma sociedade justa, mas, estes, estariam competindo, desengonçadamente, com os populares modelos do "meu pirão primeiro". E que chances a justiça teria, nesse cenário adverso?

Só a paixão pode ensinar ao verbo a letra certa.

Do outro mundo, que não cabe no discurso, pouco se pode esperar, para além do que a invenção poética, eventualmente, nos revela. Mas o que fazer com isso, virar de costas para o mundo e recitar poemas? Não, repetir o desprezo e o desespero do filósofo não trará as transformações que a história necessita. O que fica nas histórias que relemos e recontamos é a paixão de seus protagonistas, que em ressonância com as nossas próprias paixões, produzem sonhos e reinventam os novos e os esquecidos modelos e suas possibilidades.

Há que mudar a lógica dos acontecimentos e enfrentar o abismo onde a paixão infiltra o pensamento. Há que buscar, no combustível que a paixão fabrica, a energia que o gesto radical precisa. Não há caminhos para um mundo verdadeiramente melhor, sem a ação radical que os determine. Há que extrair do verso, que o silêncio modifica, e da velha contenda entre o falso certo e o errado verdadeiro, a ira justa dos movimentos revolucionários, onde não há lugar para contemporizações ou imposições democráticas, que, historicamente, impedem o movimento convergente entre razão e emoção, para a reconstrução permanente e radical do agora.

Entre um Cristo ensangüentado e um chocolate oco, meu coração, às vezes, vacila e minha razão, sempre, discursa. Mas no destino hora dos acontecimentos, a paixão do radical caminha.

Diretor da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Estudantes encerram greve na Música mas continuam mobilizados pelo novo currículo

CEG aprova constituição de sindicância para averiguar falhas de inclusão de dados no Siga

A sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da última quarta-feira (12/4) foi novamente acompanhada por estudantes da Escola de Música (EM), que estavam com as atividades paralisadas desde do último dia 6 para reivindicar a aprovação do currículo de licenciatura e cobrar providências em relação à matéria obrigatória Instrumento/ Licenciatura, que não é oferecida desde 2004, o que impede os alunos de concluírem seus cursos.

Os estudantes aproveitaram a greve para cobrar também paridade em todas as congregações de unidade e colegiados superiores da UFRJ. Os manifestantes se mostraram ainda mais insatisfeitos pelo fato de a comissão paritária - criada pelo CEG para apresentar soluções para o caso dos alunos sem aula - ter pedido mais uma semana para elaborar sua proposta. Além disso, ainda houve um impasse em relação ao representante dos estudantes na comissão, já que o conselheiro Gabriel Rodrigues Daumas Marques tem sido o único aluno a comparecer nas reuniões do CEG e o mesmo havia viajado na semana anterior para representar o Centro Acadêmico da Escola de Educação Física e Desportos no Conselho Nacional de Estudantes de Educação Física, que ocorreu em Curitiba.

Aluno sugere substituição de professores

Durante a sessão , foi concedida a palavra ao estudante Vinícius Pereira, do nono período de Licenciatura em Música, que informou que os alunos não estariam dispostos a esperar mais uma semana sem que nenhuma medida efetiva para a retomada das aulas fosse tomada. O estudante sugeriu a contratação de professores substitutos para ministrar a disciplina que não está sendo oferecida pelo Departamento de Sopro. O conselheiro e presidente da Comissão Permanente de Licenciatura, Marcelo Macedo Corrêa e Castro, afirmou que será elaborado um novo currículo para Licenciatura em Música. Vinícius Pereira disse que os estudantes estão dispostos a discutir o currículo com a CPL, mas ressaltou que a disciplina Licenciatura/ Instrumento diz respeito apenas aos profissionais de música, pois ela é fruto de uma discussão atual, travada na unidade.

Estudantes terão novo calendário

A representante do CLA Vanda Villard Freire, em nome da direção da Escola de Música, agradeceu o esforço prometido pelo presidente da CPL, mas reiterou que os alunos não podem continuar sem aulas. Para ela, esta decisão pode abrir precedentes para que outros professores que descubram eventuais equívocos administrativos do passado também resolvam paralisar suas atividades. Vanda Villard explicou ainda que o fato de as matérias aprovadas pelo CEG não serem as mesmas digitadas no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga) foi uma falha administrativa e não um desrespeito ao colegiado.

No final da reunião, o Conselho de Ensino de Graduação aprovou encaminhar um pedido para que o reitor instaure uma comissão de sindicância na Escola para apurar as responsabilidades sobre as eventuais falhas na inclusão dos dados do currículo de Licenciatura no Siga. O CEG também aprovou, por unanimidade, o adiamento de uma semana da apresentação da proposta definitiva para solucionar o problema dos alunos sem aula e de um novo calendário para adequar estes estudantes ao período letivo.

Termina a greve dos estudantes na Música

Em assembléia realizada na tarde da mesma quarta-feira, os estudantes decidiram retomar as atividades a partir desta semana, pois entenderam que as decisões do CEG contemplam, a longo prazo, as suas reivindicações. Segundo o representante do Centro Acadêmico da Escola, Pedro Mendonça, o reitor teria prometido a contratação de quatro professores substitutos para a Escola de Música, o que também foi considerado uma vitória pelos estudantes que devem continuar as pressões para a aprovação do currículo de licenciatura mesmo com as atividades retomadas.

Continuação da capa

Para desenvolver um programa interdisciplinar na área de políticas públicas em direitos humanos, a Escola de Serviço Social obteve uma vaga. A reitoria destinou, ainda, outra vaga para a Universidade Federal do Pará como forma de resolver a vinda de outros docentes daquela universidade para a UFRJ. A última vaga da "reserva estratégica", segundo a reitoria, era de prerrogativa da Secretaria de Ensino Superior e acabou reservada para o Instituto de Matemática, também para solucionar uma permuta. Neste caso, uma troca com a Coppe.

Redução de prazo de inscrição de candidatos

Por causa da legislação do país, que impede a posse de servidores até três meses antes das eleições presidenciais, os conselheiros aprovaram a redução do prazo de inscrição dos candidatos para esses 17 concursos (e também para os quatro relativos ao ensino a distância), de 45 para 30 dias. Se fosse mantido o período normal, os novos professores só poderiam tomar posse no ano que vem.

Nupem ganha quatro vagas

Foi informado durante o Consuni que o Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé (Nupem/ UFRJ) recebeu quatro vagas diretamente da SESu (portaria nº 853, de 6/4). Também estes concursos terão seu prazo de inscrição de candidatos reduzidos para trinta dias.

Faixa recortada das entidades não entrou em debate

Não constava da pauta do Consuni, mas a bancada discente cobrou a realização do debate sobre os danos causados à faixa da Adufrj-SSind e do DCE no Observatório do Valongo. Na sessão ordinária anterior, os conselheiros repudiaram o ato em si, mas o envolvimento da professora Lilia Arany Prado, autora confessa dos recortes na faixa das entidades em listas eletrônicas do CCMN, ficou para uma apuração posterior.

Após a pressão estudantil, o assunto acabou incluído na ordem do dia. No entanto, a discussão dos demais itens da pauta prolongou-se por várias horas e o tema foi novamente adiado para uma próxima sessão.

Moção sobre o Cap

O Conselho Universitário referendou a moção aprovada pelo Conselho de Ensino de Graduação do dia anterior sobre o reduzido número de vagas docentes (apenas quatro) destinado a concursos para o Colégio de Aplicação.

Resenha

Vaias para Lula

Uma manifestação com vaias e cornetas constrangeu o presidente Lula e a primeira-dama, Marisa Letícia, durante a cerimônia de chegada ao Palácio do Planalto da presidente chilena, Michelle Bachelet. Cerca de mil servidores públicos federais em greve se concentraram na praça dos Três Poderes justamente quando Lula e Marisa se posicionaram para esperar Bachelet. A chegada da presidente chilena não interrompeu o protesto. Munidos de cornetas e apitos, os manifestantes fizeram com que a execução dos hinos brasileiro e chileno ficasse inaudível *(Folha de São Paulo, 12/4).*

CPI para Alckmin

Funcionários e aposentados da Nossa Caixa fizeram uma manifestação na frente da Assembléia Legislativa de São Paulo para convencer os deputados a instalar uma CPI para investigar as denúncias de direcionamento político de verbas de publicidade do banco. O alvo dos manifestantes foi Lu Alckmin, esposa de Geraldo Alckmin. As bancárias fizeram um desfile com vestidos para lembrar a suposta doação de 400 peças de roupa que Lu teria recebido do estilista Rogério Figueiredo. A ex-primeira-dama de São Paulo admite que recebeu 40 vestidos e diz que os doou *(O Globo, 12/4).*

Combatentes anistiados

Mais alguns combatentes foram anistiados nesta quarta-feira, quando cerca de 44 processos foram julgados, incluindo um grupo de 23 integrantes da Guerrilha do Araguaia, que receberam declaração de anistiados políticos pela Comissão de Anistia. Desde que foi criada em 28 de agosto de 2001, a Comissão protocolou 54.231processos. Destes, foram julgados 22.968, tendo sido aprovados 10.834. A Comissão espera julgar até o final do ano mais 30.393 processos *(Diário Vermelho, 12/4, às 13h19).*

Mais um problema do ProUni

Quando os cursos de instituições particulares participantes do ProUni fecham, sem nenhuma explicação, os bolsistas do programa têm que se virar para conseguir uma nova matrícula. Por exemplo: Andreza de Ávila ingressou em 2005 no curso de Jornalismo da faculdade Anglo Latino por meio do ProUni. Um ano depois, a turma foi encerrada. Agora, a jovem procura transferência para outra universidade que tenha o curso de Jornalismo, faça parte do Prouni e aceite sua inscrição. O prazo de rematrícula é de até três semestres *(Folha de S. Paulo, 18/4).*

Movimento

Descaso do governo do Rio com grevistas agrava situação das estaduais

No último dia 10, representantes dos técnicos-administrativos (Sintuperj), dos docentes (Asduerj) e dos estudantes (DCE) da Uerj foram recebidos pelo secretário estadual de governo, Ricardo Bittar, que não apresentou propostas consistentes à crise da universidade denunciada pelos grevistas. O resultado do encontro não surpreendeu a comunidade da Uerj, que já esperava esse tipo de tratamento do governo.

Novas atividades de greve foram agendadas para o período. No dia 11, uma passeata no entorno do *campus* do Maracanã reuniu cerca de 300 pessoas. No dia seguinte, os profissionais da Uerj e os das escolas da rede Faetec (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado) protestaram em frente ao Palácio Guanabara e reclamaram uma audiência do movimento com a governadora Rosinha Garotinho. A Asduerj realizou um ato no sábado, dia 15, em Ipanema, para exigir a abertura de negociações. Os grevistas querem discutir o corte de verbas, o reajuste salarial, as bolsas de assistência estudantil e o sucateamento das unidades.

Asdueri/Samuel Tosta

DEPOIS DA ASSEMBLÉIA, DIA11/4, PROFESSORES FAZEM PASSEATA EM VOLTA DO *CAMPUS* DA UERJ

O secretário estadual de educação, Arnaldo Niskier, anunciou que vai cortar o ponto dos professores e funcionários que estiverem em greve desde o dia 16 de março. Entre os professores do ensino fundamental e médio do estado, 60% da categoria aderiu à paralisação, segundo dados do Sepe.

Vestibular da Uerj pode ser cancelado por falta de verbas

O concurso vestibular para o acesso de novos alunos na Uerj e o concurso de acesso ao Colégio de Aplicação (CAp) podem não acontecer esse ano. A universidade estuda a medida porque precisa cumprir o corte de 25% no orçamento e enfrenta uma grave crise financeira que compromete a segurança física dos estudantes que já estão matriculados na universidade e que circulam diariamente pelos *campi* ameaçados com problemas de infra-estrutura.

Durante a manifestação no último dia 11 de abril, estudantes jogaram sacos de tinta vermelha do 12º andar do prédio da Uerj no *campus* do Maracanã. A tinta simbolizava o sangue de pessoas que poderiam ter sido atingidas por um bloco de 6 toneladas que despencou durante as férias.

A proposta de suspensão do vestibular por um ano foi levada pelos professores ao reitor da Uerj, Nival Nunes de Almeida, que reiterou que a decisão ficará a cargo do governo do estado. Segundo o reitor, já foi confirmado junto à governadora que a universidade não tem condições de aplicar os cortes.

Adufrj-SSind

Seção sindical promove debate sobre organização da classe trabalhadora no Brasil

NO ÚLTIMO DIA 12 DE ABRIL, A ADUFRJ-SSIND INAUGUROU AS ATIVIDADES DO SEU GRUPO DE TRABALHO DE FORMAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL COM O DEBATE *CAMINHOS E CARÁTER DA ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA*. O AUDITÓRIO HÉLIO FRAGA, NA PRAIA VERMELHA, FICOU CHEIO DE ESTUDANTES, FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES QUE OUVIRAM ATENTAMENTE OS DEBATEDORES SÉRGIO LESSA, ROBERTO LEHER E LEO LEAL. A FALÊNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E DE SEUS APOIADORES, CUT E UNE, COMO ALTERNATIVA DE ESQUERDA, A DENÚNCIA DO GOVERNO LULA COMO EXECUTOR DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL E A NECESSIDADE DA REORGANIZAÇÃO DE UM PÓLO CLASSISTA DOS TRABALHADORES PARA A CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS AO SISTEMA CAPITALISTA NO BRASIL FORAM ASSUNTOS DE DESTAQUE DURANTE O DEBATE NO *CAMPUS*.

Kelvin Melo

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 494 • 26 de abril de 2006

Leitura
Operário em Construção
Página 2

Estudantes da Música não aprovam decisão de comissão do CEG
Página 3

Quimicos unificados/Osasco

Assembléia Nacional Popular e da Esquerda realiza 2º encontro
Página 7

Uerj em greve
Secretário ignora situação precária da instituição
Página 7

Colégio de Aplicação promove Semana do Livro
Página 8

Sitio Memoria Chilena

Passado e presente
Adufrj-SSind debate caminhos da organização da classe trabalhadora

Grupo de Trabalho de Formação e Política Sindical realiza debate com a presença de estudantes, professores e funcionários na Praia Vermelha
Páginas 4 e 5

Leitura

O operário em construção

Vinicius de Moraes

Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo
Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.

De fato, como podia
Um operário em construção
Compreender por que um tijolo
Valia mais do que um pão?
Tijolos ele empilhava
Com pá, cimento e esquadria
Quanto ao pão, ele o comia...
Mas fosse comer tijolo!
E assim o operário ia
Com suor e com cimento
Erguendo uma casa aqui
Adiante um apartamento
Além uma igreja, à frente
Um quartel e uma prisão:
Prisão de que sofreria
Não fosse, eventualmente
Um operário em construção.

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
– Garrafa, prato, facão –
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.

Ah, homens de pensamento
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento!
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela.

Foi dentro da compreensão
Desse instante solitário
Que, tal sua construção
Cresceu também o operário.
Cresceu em alto e profundo
Em largo e no coração
E como tudo que cresce
Ele não cresceu em vão
Pois além do que sabia
– Exercer a profissão –
O operário adquiriu
Uma nova dimensão:
A dimensão da poesia.

E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.

E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia *sim*
Começou a dizer *não*.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:

Notou que sua marmita
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução.

Como era de se esperar
As bocas da delação
Começaram a dizer coisas
Aos ouvidos do patrão.
Mas o patrão não queria
Nenhuma preocupação
– "Convençam-no" do contrário –
Disse ele sobre o operário
E ao dizer isso sorria.

Dia seguinte, o operário
Ao sair da construção
Viu-se súbito cercado
Dos homens da delação
E sofreu, por destinado
Sua primeira agressão.
Teve seu rosto cuspido
Teve seu braço quebrado
Mas quando foi perguntado
O operário disse: Não!

Em vão sofrera o operário
Sua primeira agressão
Muitas outras se seguiram
Muitas outras seguirão.
Porém, por imprescindível
Ao edifício em construção
Seu trabalho prosseguia
E todo o seu sofrimento
Misturava-se ao cimento
Da construção que crescia.

Sentindo que a violência
Não dobraria o operário
Um dia tentou o patrão
Dobrá-lo de modo vário.
De sorte que o foi levando
Ao alto da construção
E num momento de tempo
Mostrou-lhe toda a região
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
– Dar-te-ei todo esse poder
E a sua satisfação
Porque a mim me foi entregue
E dou-o a quem bem quiser.
Dou-te tempo de lazer
Dou-te tempo de mulher.
Portanto, tudo o que vês
Será teu se me adorares
E, ainda mais, se abandonares
O que te faz dizer não.

Disse, e fitou o operário
Que olhava e que refletia
Mas o que via o operário
O patrão nunca veria.
O operário via as casas
E dentro das estruturas
Via coisas, objetos
Produtos, manufaturas.
Via tudo o que fazia
O lucro do seu patrão
E em cada coisa que via
Misteriosamente havia
A marca de sua mão.
E o operário disse: Não!

– Loucura! – gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
– Mentira! – disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.

E um grande silêncio fez-se
Dentro do seu coração
Um silêncio de martírios
Um silêncio de prisão.
Um silêncio povoado
De pedidos de perdão
Um silêncio apavorado
Com o medo em solidão.

Um silêncio de torturas
E gritos de maldição
Um silêncio de fraturas
A se arrastarem no chão.
E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão.
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG aprova medida emergencial para a Escola de Música

Solução encontrada por comissão do colegiado não agrada estudantes e nem a direção da unidade

A comissão paritária criada pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG) para resolver o problema dos alunos que estão sem aulas na Escola de Música (EM) apresentou um relatório na sessão de 19 de abril, com o objetivo de traçar diretrizes para que uma disciplina obrigatória volte ser oferecida pela unidade.

Atualmente, 14 alunos estão sem aulas de Instrumento/Licenciatura. O Departamento 06 – Instrumentos de Sopro (MUS) não disponibiliza um professor alegando que a matéria não existe oficialmente. A direção da unidade não reconhece a justificativa do departamento e reinvindica um professor para a disciplina. De acordo com o estudante Pedro Mendonça, do Centro Acadêmico da EM, desde que o impasse entre o departamento e a direção foi instalado, em 2004, cerca de 150 alunos foram prejudicados com a falta das aulas da disciplina.

Comissão se reúne com departamentos

De acordo com o relatório apresentado pela comissão paritária, composta pelos conselheiros Gabriel Rodrigues Daumas Marques (representante discente), Maria José Coelho (representante docente) e Vera Lúcia Vieira Barradas (representante dos técnico-administrativos), a disciplina em questão encontra-se localizada no Departamento 04 - Teórico de Matérias Aplicadas (MUT) e a mesma aparece em alguns históricos,em semestres anteriores à sua criação. A comissão também constatou que no histórico escolar oficial dos alunos aparece a citação do departamento (Instrumento/Licenciatura/ Sopros, por exemplo), mas não são especificados os instrumentos (flauta, clarineta, etc...).

Após a constatação, houve uma reunião na manhã da última segunda-feira (17/4) com os chefes de departamentos da Escola de Música, na qual se estabeleceu um acordo que resultou na solução apresentada no relatório da comissão. Para impedir que os alunos continuem sem aulas, a comissão sugeriu que os mesmos se inscrevam e cursem as disciplinas Instrumento B no período letivo em curso. A solução atende as reivindicações do Departamento de Sopros, mas não é considerada legal pela conselheira Vanda Villard Freire (CLA).

Estudantes continuam insatisfeitos

Segundo Vanda Villard, os alunos que ingressaram no vestibular têm o direito de cursar as disciplinas do currículo vigente e a substituição de uma disciplina obrigatória irá abalar a estrutura do curso: "Haverá a elaboração de um novo currículo no prazo estabelecido pelo CEG. Mas enquanto isto não ocorre, o currículo atual é o que está valendo. Não podemos aprovar que uma disciplina obrigatória do currículo atual não seja oferecida", afirmou.

O estudante Vinícius Pereira informou que alunos também não estão satisfeitos com o relatório apresentado pela comissão. Vinícius diz que a ementa da disciplina Instrumento/Licenciatura existe para todos os departamentos e que cabe a cada um deles adequá-la aos seus instrumentos: "Se esta fosse realmente uma boa solução, nós mesmos já teríamos nos inscrito em Instrumento B e não precisaríamos do relatório da comissão do CEG", condenou.

Aluno do nono período de Licenciatura em Música, Vinícius explicou que as disciplinas de Instrumento B são mais genéricas, para estudantes de outros instrumentos que desejam aprender alguma coisa diferente. Enquanto isso, as de Instrumento/Licenciatura são mais específicas e são estas que realmente fazem o aluno se aperfeiçoar no instrumento que cursa: "Sem que a matéria obrigatória seja oferecida, continuaremos sem poder concluir o curso. Estou há quatro anos e meio na Escola de Música e desde que entrei nunca consegui me preocupar apenas com o aprendizado acadêmico. Não nos deixam estudar em paz", desabafou.

Decisão cria perigosa jurisprudência

Antes de o relatório ser votado pelos conselheiros, Vanda Villard reiterou sua preocupação com o fato de o colegiado aprovar que uma matéria obrigatória não precisa ser oferecida por um departamento. "Estamos criando uma jurisprudência para que outros professores se recusem a dar aulas caso descubram qualquer tipo de falha administrativa na elaboração dos currículos. Isso é inadmissível", criticou Vanda. A representante do CLA condenou também o fato de o professor Marcelo Verzoni ter comparecido à reunião dos chefes de departamento do dia 17, uma vez que o Departamento 01 – Teclado e Percussão (MUP) encontra-se sem chefia.

Ainda assim o relatório da comissão, que também apresenta a necessidade de contratação de um professor substituto para Trompete, foi aprovado pelo CEG. Durante a plenária, o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer Fernandes, informou que o reitor Aloisio Teixeira está contatando três profissionais especialistas em currículo de música para resolver os problemas da EM o mais rápido possível.

ATENÇÃO

Consuni discute adulteração da faixa das entidades

O Conselho Universitário deste dia 27 de abril prevê, como sexto item da pauta, o debate sobre os recortes feitos na faixa da Adufrj-SSind e do DCE, localizada no Observatório do Valongo, para a recepção aos calouros.

Resenha

Dívida pública interna atinge R$ 1,021 trilhão

O estoque da dívida pública mobiliária federal interna atingiu R$ 1,021 trilhão em março. Relatório do Tesouro Nacional divulgado em 24/4 mostra que houve aumento de 1,1% em relação a fevereiro (R$ 1,010 trilhão). O prazo médio da dívida diminuiu de 29,5 para 29,3 meses. Além disso, a participação de títulos com vencimento dentro dos próximos 12 meses subiu de 38,4% (fevereiro) para 40,1% (Valor Online, 24/04).

Desemprego cresce

Em fevereiro, um mês onde tradicionalmente observa-se uma tendência de alta na desocupação, em razão da redução de trabalhos temporários e aumento no número de pessoas procurando trabalho, a taxa de desocupação, no total das seis regiões pesquisadas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, subiu para 10,1%, ficando 0,9 ponto percentual acima da taxa de janeiro (9,2%) (www.ibge.gov.br).

Livros são abandonados em SP

Cerca de 35 mil livros para o ensino fundamental estão abandonados em depósitos improvisados em Taubaté (SP) desde o início do ano. O "desperdício" custou R$ 210 mil aos cofres públicos (99% pago pela União e 1% pelo Estado) já que a Prefeitura paulista optou por comprar apostilas de um sistema educacional. Essa prática é cada vez mais comum nos municípios paulistas: poucos avisam ao governo federal que não usarão os livros repassados. *(Folha de São Paulo, 22/4)*

Magistério: categoria abandonada

Professores abandonando a carreira, ficando doentes, deprimidos, e inseguros, é o que revela a pesquisa da professora da Faculdade de Educação da UFRJ, Tania Zagury, que entrevistou 1.172 professores das redes pública e particular, nas cinco regiões do Brasil. Entre os motivos, está a pressão do sistema e dos governos que, gradativamente, vêm desvalorizando a figura do professor ocasionando os baixos salários, sobrecarga de trabalho, salas lotadas e falta de material.(Folha Dirigida, 20/4)

Paralisação no CP II

Técnicos e professores de todas as unidades do Pedro II marcaram uma paralisação para o dia 26 de abril quando haverá também um protesto contra o governo federal. Os acordos firmados no ano passado após uma greve de 95 dias ainda não foram cumpridos. Caso as negociações não avancem após o protesto, a comunidade vai entrar em greve no dia 8 de maio *(O Globo, 19/4)*

Adufrj-SSind

Adufrj-SSind debate organização dos trabalhadores

No último dia 12 de abril, a Adufrj-SSind inaugurou as atividades do seu Grupo de Trabalho de Formação e Política Sindical com o debate *Caminhos e Caráter da Organização da Classe Trabalhadora Brasileira*. O auditório Hélio Fraga, na Praia Vermelha, ficou cheio de estudantes, funcionários e professores que ouviram atentamente os debatedores Sérgio Lessa, Roberto Leher e Leo Leal. A falência do Partido dos Trabalhadores e de seus apoiadores, UNE e CUT, como alternativa de esquerda, a denúncia do governo Lula como executor das políticas neoliberais no Brasil e a necessidade da reorganização de um pólo classista dos trabalhadores para a construção de alternativas ao sistema capitalista no Brasil foram assuntos de destaque durante o debate no *campus*.

O debate foi mediado pela professora e vice-presidente da seção sindical, Vera Salim, que saudou especialmente os estudantes presentes, "força maior desse movimento de resistência na UFRJ". Vera destacou a importância de espaços de discussão que tenham como objetivo debater os caminhos para a organização da classe trabalhadora brasileira. "Não por acaso, convidamos como palestrantes professores que têm um acúmulo teórico em ciências sociais e políticas e, como prática, uma longa história de militância política e atuação acadêmica", comentou, referindo-se aos palestrantes.

Para a professora, a clara falência do governo Lula, do PT e de seus principais órgãos de sustentação política fecham um ciclo da história da esquerda brasileira iniciado a partir da década de 1980. "A década de 80 é também o início do processo de consolidação do neoliberalismo e do desenlace da crise do socialismo real. A falência do PT e da CUT nos mostra que o imediatismo e o populismo que levaram à opção clara de se entregar à institucionalidade burguesa têm de ser analisados em relação à estrutura do Estado burguês e do papel que cumprem nesse Estado os partidos e os sindicatos. Os demais desafios que se apresentam para a esquerda não são maiores dos que se apresentam ao movimento estudantil", afirmou.

COMUIDADE ASSITE À DEBATE NO AUDITÓRIO HÉLIO FRAGA, NA PRAIA VERMELHA. NA MESA, ROBERTO LEHER, SÉRGIO LESSA, VERA SALIM E LEO LEAL

O trabalho continua material e o trabalhador segue explorado

Um dos mais destacados estudiosos de Lukács no Brasil, Sérgio Lessa criticou teorias conservadoras de autores que postulam as teses acerca do trabalho imaterial e do fim do trabalho. Retomando Marx, o professor da Universidade Federal de Algoas reafirma o trabalho vivo, mas reconhece que nos tempos atuais não há certeza sobre os rumos da organização dos trabalhadores contra a opressão do sistema capitalista. "Duvido que alguém tenha claro, na conjuntura que a gente vive, por onde exatamente vai passar a organização dos trabalhadores desse país, depois do que aconteceu nos últimos anos". O professor fez questão de ressaltar, no entanto, que esse é um problema central na sociedade contemporânea e que os movimentos sociais terão que encontrar respostas. "Talvez tenhamos uma ou várias respostas, que serão dadas de uma forma mais ou menos junta ou separada".

Lessa rejeita a tese da esquerda pós-modernista que atesta o fim do operariado como classe e afirma os sujeitos definidos como trabalhadores assalariados. Nesta nova conformação de explorados estariam os trabalhadores dos setores de serviço (engenheiros, professores, datilógrafos etc) "e, portanto, não haveria mais essa classificação proletariado, classe média e burguesia, ou proletariado, pequena burguesia e burguesia. A gente teria algo assim: um grande campo formado pelo trabalho assalariado contra um grande campo formado pelo capital".

Para o professor, essas teorias estão equivocadas. "Para mim, o proletariado ainda existe. Se pegarmos todas as teorizações, e estou falando dos melhores teóricos que temos, estas não são capazes de dar um único exemplo no qual o conteúdo material da riqueza social, ou seja meios de produção e meios de subsistência, seja produzido fora do processo de mais valia. E quem transforma a natureza é o trabalho manual do proletário". De acordo com Lessa, entre a mão do homem e a natureza há uma linha de montagem de vida. E sem a transformação da natureza não haveria a reprodução de qualquer formação social. E isso revelaria a determinação do trabalho vivo (e não imaterial, como querem fazer crer os pós-modernos) como sociabilizador. Para o professor, o Partido dos Trabalhadores conseguiu enganar tanta gente durante os últimos 25 anos justamente por ter se tornado um porta-voz dessa ideologia neoliberal do fim do trabalho. "Ser hoje antineoliberal, ser hoje contra Lula, só é possível se formos anticapitalismo. O problema decisivo da falência do PT não é a traição da alta direção, o problema é que esse projeto já estava falido há muitos anos. O projeto de fazer desse um capitalismo melhor é um projeto falido e o fato dessa direção ter sido a única via do PT ao poder só significa, de fato, que chegar ao poder no capitalismo significa ser neoliberal", concluiu.

Recuperar a noção de classe

O professor da Faculdade de Educação da UFRJ e diretor do Andes-SN, Roberto Leher, concordou que é indispensável que seja discutido o futuro da classe trabalhadora a partir da crítica radical à noção sobre a sociedade do trabalho. "Recuperar a noção de classe e da classe trabalhadora é um dos maiores desafios teóricos e políticos que temos que fazer sobre a organização", afirmou. Leher criticou, no entanto, o que chamou de "pensamento marxista vulgar, revolucionista e eurocêntrico", que teria sido assumido pelos setores de esquerda que chegaram ao governo e seriam "incapazes de perceber que a classe não é uma expressão imediata da esfera econômica desprovida de história". Para o professor, é necessário delimitar quem hoje constitui e compõe a classe trabalhadora brasileira. "Há um debate complexo que tem que ser enfrentado. É importante mostrar a construção ideológica que foi feita, sobretudo durante a crise do capitalismo a partir da década de 70, de que não existe mais classe trabalhadora. E é interessante registrar que as grandes lutas que começam a fazer uma inflexão do capitalismo foram protagonizadas por trabalhadores organizados nas antigas e arcaicas formas dos sindicatos e dos partidos da classe trabalhadora". Para exemplificar, Leher citou os recentes embates travados pelos trabalhadores do serviço público do setor de transporte na França, dos metalúrgicos da Coréia do Sul, em 1997, e uma série de enfrentamentos na Europa e nas Américas que "vêm gerando, no centro do sistema, o debate sobre autonomia e a organização dos trabalhadores".

América Latina

Na América Latina, Roberto enfatizou a noção de que o operariado surgiu a partir da classificação da população humana em raças. "No processo de formação histórico social no Brasil é impossível desvincularmos o racismo da constituição do setor que vive do próprio trabalho a partir da escravidão. Da mesma maneira, não se pode imaginar como se organizam os trabalhadores no restante da América Latina sem pensar a questão dos povos indígenas. É impensável imaginar que o capitalismo poderia ser estruturado aqui sem fazer o padrão de classificação racial que estrutura o mecanismo de poder que materializa uma relação de classe extremamente violenta e degradante".

Para Roberto Leher, a organização dos trabalhadores no Brasil deve ter como ponto de partida a autonomia de classe. "A autonomia hoje é o que faz a diferença das lutas na América Latina. São movimentos que se organizam de maneira autônoma frente ao Estado e, sobretudo, a aparatos particularistas, mesmo os de esquerda". Para o professor, a organização dos trabalhadores deve se constituir em uma "auto-organização e cada composição política deve construir sua autonomia. A esquerda tem que ter ousadia na política, mas tem que saber escutar muito para que se possa ter espaços próprios de aglutinação de força".

TRIBUNA

Ségio Lessa

O proletariado ainda existe. Se pegarmos todas as teorizações, estas não são capazes de dar um único exemplo no qual o conteúdo material da riqueza social seja produzido fora do processo de mais valia. E quem transforma a natureza é o trabalho manual do proletário.

Roberto Leher

Há um debate complexo que tem que ser enfrentado. É importante mostrar a construção ideológica que foi feita, sobretudo durante a crise do capitalismo a partir da década de 70, de que não existe mais classe trabalhadora.

Leo Leal

Sejamos sensatos, luta de classes não se faz com apelo humanista, se faz com força, como está escrito em algum lugar. Fora do poder, tudo é ilusão.

Movimento massivo

Roberto chamou atenção para o problema da desmobilização dos trabalhadores no Brasil. "Que forças, no Brasil, hoje, são capazes de botar mais de cem mil nas ruas? Só há três grupos que conseguem botar um milhão: o movimento gay, o movimento evangélico e os Rolling Stones", ironizou. "Temos que tentar entender o que está acontecendo com a esquerda que não consegue fazer uma manifestação", criticou. Segundo o diretor nacional, o Andes-SN, a tarefa dos sindicato é de constituição de um pólo de esquerda para desencadear lutas massivas que ganhem as ruas. "Isso não é antineoliberal e abstrato, não é progressista. É referenciado na noção de classe. Vamos ter muitas forças políticas para conseguir lutas que sejam massivas. O tempo de destruição do capital é o tempo do *looping* da montanha russa. E não dá para pensar apenas em movimentos moleculares que lentamente irão conscientizando setores da classe para que se possa fazer a luta de classes", considerou.

Autocrítica

Para o jornalista e professor Leo Leal, a primeira reflexão a ser feita sobre os vários caminhos da classe trabalhadora é a respeito da sua herança histórica. "Nós não somos maiores do que o chão que estamos pisando e não podemos deixar de lado a realidade concreta. A ação política conseqüente parte da análise concreta da ação concreta", afirmou o estudioso do Estado Socialista Marxista, em especial, do Estado da revolução cubana. Para o palestrante, é fundamental identificar que a burguesia hegemonizou no Brasil a saída da ditadura militar e que "é uma ilusão de certos segmentos da esquerda de que teria dado algum resultado a campanha, até heróica, contra a ditadura. Essa luta foi inglória, nós perdemos".

Para Leo, os movimentos de esquerda e operários no Brasil são anticomunistas. "Essa é a maior vitória do triunvirato Regan, Thatcher e esse papa que finalmente Deus levou (João Paulo II). É preciso identificar essa conjuntura internacional anticomunista, amplamente vitoriosa, para pensarmos as estratégicas políticas postas em práticas, para pensarmos a autocrítica que temos que fazer dos últimos 25 anos da nossa atuação para cumprirmos essa tarefa de criar espaços políticos para a luta revolucionária do proletariado", anunciou.

Para o professor, não há como se pensar numa ação no campo partidário ou no campo sindical sem que se tome uma teoria qualquer. "Se partimos de uma hipótese do senso comum, da boa vontade, do bom mocismo, nós estaremos fazendo a vontade de alguma ideologia. Nesse caso da ideologia da burguesia. Temos que identificar quais ideologias estão presidindo hoje a ação da esquerda, sob pena de ficarmos clamando aos céus, pedindo boa vontade, colaboração. Sejamos sensatos, luta de classes não se faz com apelo humanista, se faz com força, como está escrito em algum lugar. Fora do poder, tudo é ilusão".

Entre os trotskistas e a social democracia

Leo Leal diz que o campo da esquerda se encontra hegemonizado por dois campos de pensamento: o campo trotskista e o campo socialdemocrata. E questiona se algum desses dois campos levariam à organização partidária de que os trabalhadores precisam. "Os trotskistas não se apresentam como tal e os socialdemocratas se apresentam como os portadores de uma boa vontade, donos de uma verdade qualquer solta no espaço". Para Leo, a esquerda trotskista brasileira age com uma generosa dose de voluntarismo, mas carece de fundamento material ou científico, apostando na tese de que revolução viria de dentro para fora e só dependeria da direção do partido e de uma vanguarda que dirigiria os trabalhadores no processo revolucionário. "Eles fazem a revolução na prática em nome dos trabalhadores".

De um outro lado, a socialdemocracia brasileira seria muito instável e logo descambaria para o neoliberalismo. "Essa coisa chamada PT é a maior prova disso".

Após o encerramento das palestras, foram numerosas as intervenções e questionamentos apresentados pela pláteia e muitas perguntas não puderam ser totalmente respondidas devido ao adiantado da hora. A prepraração de novo evento sobre o tema está sendo discutido pelos integrantes do GTPFS da Adufrj-SSind para o próximo período.

Opinião

Caráter da organização da classe trabalhadora

Sergio Lessa*

Vivemos uma conjuntura política bastante curiosa. Por um lado, a democracia política possibilita uma liberdade inédita para os comunistas fazerem a defesa de sua plataforma máxima, qual seja, de uma sociedade emancipada da propriedade privada, do Estado e do casamento monogâmico[1]. Ao mesmo tempo, a crise estrutural do capital, ao promover o desemprego maciço dos trabalhadores, aprofundou a derrota do trabalho que já se esboçava desde os anos de 1950, com o "sucesso" do Estado de Bem-Estar, e terminou retirando da vida cotidiana o papel de liderança dos operários no confronto com o sistema do capital. E, em terceiro lugar, a crise estrutural do capital, neste momento de crise do projeto neoliberal, evidencia a impossibilidade histórica de qualquer projeto reformista, isto é, qualquer projeto político que tenha por objetivo estratégico apenas a distribuição de renda e a superação do desemprego, sem a superação da ordem burguesa.

Nestas circunstâncias, o caminho aparentemente mais fácil de luta, já que está colado na ideologia dominante, é deduzir da ausência das lutas do proletariado ao redor de suas bandeiras históricas, que ele teria desaparecido e dado lugar a um amálgama indefinido de assalariados. O que é meramente conjuntural eleva-se a uma determinação ontológica da sociabilidade dos nossos dias. Esta tese não é nova (surge com Beleville, em 1963) e nunca foi teoricamente consistente. Mas, como está colada na vida cotidiana, tem uma aparência de verdade. E, prossegue o argumento, já que não há mais o "velho" proletariado (mas curiosamente, há ainda a "velha" burguesia!), a revolução não poderia mais ser proletária: daqui a necessidade de uma nova proposta revolucionária, para além da de Marx. E, como sempre quando se vai para "além" de Marx, dá-se um passo atrás: a revolução não seria agora contra a propriedade privada, mas sim pela distribuição de renda e pelo combate ao desemprego. A necessária revolução contra a propriedade privada é abastardada historicamente impossível proposta reformista de combater o desemprego e a distribuição de renda dentro da ordem do capital.

Todavia, a crise estrutural do capital torna inviável qualquer proposta reformista, por mais moderada. E, por isso, todas as forças reformistas, que pregam o bom senso de se curvar ao possível, quando chegam ao poder se convertem em vassalos do capitalismo "possível": o neoliberalismo.

É esta situação histórica que hoje coloca a questão do caráter da organização da classe trabalhadora sob uma nova perspectiva histórica: apenas será possível retomar as lutas proletárias ao redor de um projeto revolucionário. E só é possível aquilo que é historicamente necessário: hoje, pode-se mais e não se pode menos! É mais viável a revolução contra a propriedade privada que a instalação de qualquer projeto reformista: ao menos isso deveríamos ter aprendido de *Para além do capital* de Mészáros.

Portanto, a questão hoje decisiva do caráter da organização dos trabalhadores não é a da forma, mas sim da finalidade de tal organização: trata-se de organizarmos para a luta contra o capital, ou por um projeto reformista? Para a primeira alternativa, nada menos que as bandeiras históricas do proletariado irão servir. Para a segunda, qualquer uma das mirabolantes propostas reformistas virá a calhar.

[1] O oposto do casamento monogâmico não é a poligamia, como o senso comum quer fazer crer. A poligamia, tal como existe em Saltlake City entre os mórmons ou nos haréns é apenas uma outra forma de patriarcalismo. O casamento monogâmico é a forma típica de relação entre o homem e a mulher que se abre com o período histórico da passagem do comunismo primitivo ao escravismo (ou ao modo de produção asiático, quando for o caso) e representa a submissão da mulher ao poder econômico que emana na propriedade privada masculina. O oposto do casamento monogâmico é a forma mais livre da relação afetiva entre as pessoas.

* Professor da Universidade Federal de Alagoas. Doutor em Ciências Sociais (Unicamp), *A Centralidade do Trabalho na Ontologia de Lukacs*

Mais uma vez: reforma ou revolução?

Leo Leal*

Observações sobre o debate promovido pela Adufrj-SSindical

O debate promovido pela Adufrj no dia 12 passado na Praia Vermelha em torno do desafio "Caminhos e caráter da organização dos trabalhadores brasileiros" teve o significativo mérito de lançar na arena acadêmica um tema que ocupa hoje, certamente, lugar privilegiado no contexto geral das lutas de classes no país. De negativo, a dificuldade que tivemos – todos os componentes da mesa – em explicitar os fundamentos da questão e equacionar os principais conceitos em jogo, provavelmente em função da escassez do tempo. Não se pretendia, evidentemente, apresentar uma resposta pronta e acabada, mas era lícito esperar que organizássemos o desafio enquanto problema. E isso, infelizmente, não conseguimos. Tento, a seguir, destacar alguns pontos que a meu ver merecem ser aprofundados, tanto através do debate quanto pela observação crítica do desenvolvimento concreto das lutas de classes.

Destaco, em primeiro lugar, a questão da centralidade do proletariado (entendido, em Marx, como o conjunto de trabalhadores diretos e indiretos, empregados ou desempregados, nucleado tal conjunto pelo operariado fabril) na sociabilidade contemporânea. Aqui, a lacuna mais grave consistiu em não a termos sido capazes de apontar claramente as conseqüências teóricas e políticas da teoria – de remotas origens hegelianas e próximas origens imperialistas – segundo a qual o proletariado teria perdido sua condição de pólo e sujeito de transformações históricas possíveis. Conseqüência teórica: se não existe proletariado, não existirá igualmente burguesia. Quem, então, será o inimigo dos agentes das mudanças que podem propiciar a construção da dignidade humana? As "elites"? Ora, elite é, no mínimo, um conceito de tal amplitude e imprecisão que remete inevitavelmente ao anacronismo, à imprestabilidade. E à conciliação, e ao conservadorismo, e ao imobilismo. Mais: proletariado, enquanto personificação do trabalho assalariado, é o lado da contradição dialética identitária do contrário antagônico capital. Ora, se acabou o proletariado, se acabou o trabalho assalariado produtivo, acabaria igualmente o capital. Fim do capitalismo?

É preciso discutir, com todas a letras, que a defesa da perda da centralidade do proletariado equivale a defender a tese do fim da História, bandeira vigorosamente erguida por Francis Fukuyama, assessor especial de Reagan. Atribuir a identidades sociais secundárias no capitalismo – negros, mulheres, índios e outras, que são transformadoras somente e enquanto integrantes deste proletariado, ou seja, enquanto se coloquem em contradição com a burguesia e com o capital – a mesma capacidade que detém o proletariado em constituir-se na vanguarda do sujeito histórico transformador é ocultar, por má intenção ou ignorância, toda esta discussão. Desemprego? Inovação tecnológica no processo produtivo? Ora, o capital sempre fez e sempre fará isso, enquanto não for destruído pelo... proletariado.

Outra polêmica que não teve o desdobramento rigoroso necessário foi desencadeada pela proposta da necessidade do incentivo à violência das massas. Bem a gosto da ideologia burguesa, esta proposta foi confundida com estímulo àquilo que os conservadores chamam de "baderna". Antes, é preciso saber o que se quer: reforma ou revolução? Se reforma, é de fato necessário desde já "educar" as massas nos trejeitos e mesuras da institucionalidade burguesa, nos inconseqüentes cânticos humorísticos que se ouvem nas passeatas do Brasil. Se revolução, aí sim, é preciso educar o proletariado e seus aliados na arte da destruição, já que o estado burguês e seus aparelhos somente serão derrotados se destruídos. Seria preciso lembrar aqui à extremamente seletiva memória dos conservadores o que aconteceu recentemente na França? É este o nosso exemplo, nosso motivo de saudável "inveja", e não caminhadas gay patrocinadas pela burguesia ou shows de conjuntos de rock da indústria cultural.

Para finalizar, mas não menos importante, não se conseguiu dar a devida importância no debate à identificação da poderosa e renovada campanha burguesa de desmoralização do comunismo. Desde sofisticadas teses acadêmicas a piadinhas maldosas e aparentemente inocentes, a burguesia e seus aliados permanentes e eventuais não perdem oportunidade de tentar nos desqualificar aos comunistas e ao comunismo, já que constituímos, do ponto de vista dos interesses dos de baixo, a única e verdadeira alternativa à crise capitalista. Não podemos compactuar com isso em nome do que quer que seja.

* Doutor em Ciência Política (USP), *O Marxismo e a Revolução Cubana: a Teoria e a Prática*

Nota da redação: Por motivo de viagem, o professor Roberto Leher não pôde encaminhar seu comentário sobre o debate realizado pela seção sindical no último dia 12 de abril. O texto do professor será publicado em uma das próximas edições do Jornal da Adufrj.

Movimento

Trabalhadores buscam unidade contra reformas neoliberais

Assembléia Nacional Popular e da Esquerda realiza segundo grande encontro, em São Paulo

Criada para se tornar um espaço de debate e de articulação entre o movimentos operário, popular do campo e da cidade, com a participação do movimento estudantil, a Assembléia Nacional Popular e da Esquerda (Anpe) realizou seu segundo grande encontro na cidade de São Paulo (SP), nos dias 7 a 9 de abril. De caráter independente, amplo, unitário e pluripartidário, a Anpe tem o objetivo de congregar aqueles que lutam pela construção de uma sociedade socialista no Brasil.

Na condição de observadora, a professora Cristina Miranda representou a Adufrj-SSind no evento de São Paulo. Cristina Miranda, professores de mais quatro seções sindicais e da diretoria do Andes-SN participaram das plenárias da Anpe, que chegaram a reunir 269 credenciados.

Segundo relato da representante da seção sindical, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, presente à Plenária, destacou que a participação do Sindicato na Anpe foi aprovada no último Congresso dos docentes, em Cuiabá, e que, num momento de adversidade vivido pela classe trabalhadora, com uma difícil correlação de forças e transformações profundas no processo de trabalho, torna-se fundamental priorizar a luta e atuar em todos os espaços em nome da unidade, sob a base de um programa mínimo.

Quimicos unificados/Osasco

A PRESIDENTE DO ANDES-SN, MARINA BARBOSA (NA SEGUNDA FILEIRA, À ESQUERDA), E A REPRESENTANTE DA ADUFRJ-SSIND, CRISTINA MIRANDA (A SEU LADO), NA PLENÁRIA DA ASSEMBLÉIA POPULAR E DA ESQUERDA

Deliberações

De acordo com Cristina Miranda, a plenária final do evento deliberou pela realização de um ato classista e unitário no dia 1º de maio. Construir também unitariamente a luta contra as reformas neoliberais (universitária, sindical, trabalhista e a terceira fase da reforma da previdência) foi outro encaminhamento aprovado pela II Anpe.

A plenária final do evento aprovou, ainda, a constituição de uma Secretaria Operativa da Anpe. Neste ponto, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, declarou que não poderia subscrever a proposta por não existir deliberação congressual do Sindicato a respeito.

Documento final

Uma representação da Anpe deverá apresentar o documento final do evento, intitulado "Carta Aberta ao Conjunto dos Movimentos Sociais - Construir a Unidade contra o Avanço da Exploração do Capital", ao Congresso Nacional dos Trabalhadores, organizado pela Conlutas, em Sumaré (SP), no início de maio. O conteúdo da Carta ainda será disponibilizado na página eletrônica www.assembleiapopular.org.br.

Plataforma de Lutas

Na plataforma de lutas definida pela II Anpe, destaque para as reivindicações contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização Mundial de Comércio (OMC); contra a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alça), contra o pagamento da dívida externa (preservando apenas os pequenos poupadores); contra a exploração/precarização do trabalho; contra a criminalização dos movimentos sociais; contra a intervenção do Estado na organização dos trabalhadores; contra as privatizações; e pela manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores.

Secretário sustenta que Uerj vive seu melhor momento

Servidores e professores da Uerj se surpreenderam com as declarações do secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Wanderley de Souza, relacionadas à falta de investimentos na instituição. O secretário declarou, inclusive, que a Uerj vive seu melhor momento acadêmico e acusou os manifestantes de terem outros objetivos, sobretudo políticos, com a paralisação. Além disso, o secretário puniu grevistas com o corte de ponto desde o início da greve.

O reitor da Uerj, Nivaldo Nunes, lamentou o fato de a comunidade ter que conviver com o sucateamento da instituição e ainda ser vítima desse tipo de declaração. Nivaldo formalizou uma carta endereçada ao secretário solicitando a manutenção das verbas da universidade.

Técnicos-administrativos, professores e estudantes também estão surpreendidos com a discrepância entre o conteúdo das declarações de Wanderley e a realidade vivenciada por eles na Uerj. A comunidade acadêmica sofre com os problemas de infra-estrutura que ameaçam o cotidiano dos *campi* da universidade. Um bloco de 6 toneladas já despencou do 12º andar do prédio do *campus* do Maracanã. No Hospital Universitário Pedro Ernesto, várias alas estão interditadas pela Defesa Civil.

Manifestação no Hospital Pedro Ernesto

Apesar dos esforços de professores, servidores e estudantes em realizar vários protestos para que a comunidade seja ouvida pelo governo do estado, as negociações não avançam devido à falta de propostas do governo. O governo do Rio insiste em desconsiderar as denúncias de falta de investimentos na universidade, de ameaças à segurança de quem transita pela instituição e de péssimas condições de trabalho e de aprendizado e segue ironizando as reivindicações da comunidade.

No último dia 18, aconteceu um ato em frente ao Hospital Universitário Pedro Ernesto, no bairro de Vila Isabel. Grevistas consideram que os protestos estão cada vez mais ganhando adesão da comunidade. Estão sendo agendadas novas manifestações para denunciar o descaso do governo.

Faetec também repudia declarações

A Associação dos Profissionais de Educação da Faetc (Apefaetc) que reúne professores e técnicos-administrativos que trabalham nas instituições da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (Faetec) divulgou uma nota repudiando o conteúdo das declarações do secretário Wanderley de Souza. A direção da entidade ressaltou que a Apefaetec é uma associação independente, que não tem vínculos com o governo nem com partidos políticos. Além disso, informou que a greve atual tem sido a alternativa que o movimento encontrou já que há dois anos a comunidade da Faetec tenta negociar com o governo melhorias nos problemas de infra-estrutura das escolas sem que o estado se disponibilize a avaliar e solucionar o caso.

Profissionais da Faetec, junto dos estudantes, têm participado dos atos em conjunto com os grevistas da Uerj em favor de reajuste salarial e de solução para os problemas de infra-estrutura que atinge a maioria das unidades. Nas escolas da Faetec, circulam muitos alunos entre os matriculados e os que freqüentam cursos de extensão de informática que são oferecidos à comunidade externa. Na Escola Ferreira Vianna, o refeitório está interditado pela Vigilância Sanitária; na Escola Técnica Estadual Santa Cruz, uma escada cedeu; na Escola Visconde de Mauá, há muitas infiltrações afetando a rede elétrica.

Sepe entra na Justiça contra corte de ponto

O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe-RJ) vai recorrer à Justiça contra o corte de ponto de grevistas anunciado pelo Secretário Estadual de Educação, Arnaldo Niskier. Os profissionais de educação vão se basear no direito à greve, garantido pela Constituição Federal.

No último dia 20, manifestantes realizaram um ato na Assembléia Legislativa do Rio. As escadarias da Alerj foram lavadas com água e sabão. Participaram do protesto trabalhadores em greve da Uerj e da Uenf.

No dia 24, estava programada uma Marcha da Educação, com trabalhadores de diversos pontos do estado.

UFRJ

Colégio de Aplicação realiza Semana do Livro

Objetivo é estimular gosto pela leitura entre as crianças

Em tempos de predomínio da *internet* e da televisão, pais e professores precisam se desdobrar para que os livros ganhem alguma atenção das crianças. No Colégio de Aplicação da UFRJ, um novo mecanismo encontrado para despertar o gosto pela leitura foi a realização de uma Semana do Livro, de 17 a 20 de abril.

O evento reproduziu, em pequena escala, os atrativos de uma feira literária ou da própria Bienal do Livro: durante os quatro dias, meninos e meninas ouviram contadores de histórias, conversaram com um ilustrador e uma escritora de livros infanto-juvenis e ainda participaram de uma oficina de dobradura de papel. Nas dependências do colégio, também foi instalado um pequeno estande de vendas para que as crianças pudessem adquirir, sem a presença dos pais, um ou mais títulos de seu interesse.

Uma das coordenadoras da Semana do Livro ao lado das professoras Kátia Araújo e Lúcia Brandão, a bibliotecária-chefe do CAp, Lucia Helena Arraes Martins, conta que a iniciativa já havia sido idealizada em 2005, mas a comunidade do colégio só reuniu as condições necessárias para a primeira edição do evento neste ano.

O evento comemorou o Dia Nacional do Livro Infantil, dia 18 de abril, da data de nascimento do escritor Monteiro Lobato. E a bibliotecária explica que essa primeira Semana do Livro foi dedicada justamente ao público do C.A (classe de alfabetização) à quarta série. "No primeiro dia, as crianças receberam um *kit* com instruções sobre a Semana, lápis, borracha e um marcador de livro. Num determinado horário, a turma ia ao auditório do colégio para o encontro com o convidado (ilustrador, escritor ou contadores de história)", afirmou. Segundo Lucia, os estudantes também foram incentivados a trocar revistas em quadrinhos, um primeiro passo na direção da leitura dos livros, em outros horários do evento. Além disso, houve espaço para que fizessem doações de livros já lidos para bibliotecas de instituições carentes: "Nós, tradicionalmente, encaminhamos muitos volumes para a biblioteca comunitária de Queimados", contou Lúcia.

ESCRITORA CONVERSA COM ALUNOS DO CAP

Literatura educativa

No dia 19, quando a reportagem do Jornal da Adufrj esteve no CAp, a escritora Regina Lucia Nemer fez uma palestra para os alunos. Professora aposentada da rede municipal do Rio de Janeiro, Regina começou a escrever em 1990 e não parou mais: foram 16 títulos até hoje e mais um, em processo de conclusão. Em todos os trabalhos, a autora conta uma história com uma mensagem educativa para as crianças. Um esforço que obteve o reconhecimento da União Brasileira dos Escritores, em 2000, com o prêmio Alejandro J. Cabassa.

No seu primeiro livro, "O Balão que não queria subir", conforme explicou aos atentos alunos do colégio, Regina buscou a conscientização das crianças para o perigo que representam os balões das festas juninas para a vegetação e moradias. Em seu último trabalho, "De olho na água", a autora trata da importância de não se desperdiçar esse importante recurso natural.

Escritora comenta a experiência no CAp

A autora considera importante toda iniciativa para aproximar as crianças da leitura, mas não deixou de lamentar o poder aquisitivo das famílias brasileiras para a compra de livros. "Nós vemos o interesse das crianças, mas um pai de família vai destinar R$ 20 para a compra de um livro ou para alguns quilos de arroz?", questionou.

Professora elogia o contato de alunos e escritora

Professora de Português da quarta série, Andréa Rosa considera fundamental esse contato entre escritor e leitores em potencial. "É uma experiência muito rica e a Regina sabe escolher bem os temas a serem trabalhados na palestra", comentou. Ela elogiou ainda a atitude da escritora de mostrar aos alunos alguns recortes de jornais como fonte de suas histórias. "Isso estimula também a leitura dos jornais", afirmou.

"Muito irado!"

Com expressões típicas da idade, como "superlegal!" e "muito irado!", os estudantes aprovaram o evento. Luiz Felipe Vieira, 9 anos, da turma 13B, gostou da feira de livros improvisada no CAp e já estava com o dinheiro para comprar uma história sobre Sherlock Holmes. Patrícia Chardino, 9 anos, também da 13B, espera que a iniciativa se repita no ano que vem.

Movimento

Acordo põe fim à greve das escolas municipais de São Paulo

Foram 15 dias de greve em São Paulo. Um acordo pôs fim à paralisação no dia 12 de abril. No auge dos conflitos relativos às negociações, a Prefeitura endureceu o tratamento dado à categoria e decidiu descontar os dias em que os professores estiveram parados. Além disso, exigiu a volta dos professores às salas de aula como condição para que a negociação fosse retomada.

Segundo o sindicato, 75% das quase 900 escolas de ensino fundamental ficaram paralisadas total ou parcialmente durante a greve.

A reivindicação da categoria era o aumento do piso salarial de R$ 509 para R$ 960 (para professores com ensino médio) e de R$ 615 para R$ 1.159 (com curso superior). Segundo a Prefeitura, o salário médio da rede é de R$ 2.371 e somente 6% dos 53 mil professores recebem o salário-base.

Acordo após 15 dias de greve

Na tarde do dia 12 de abril, após uma reunião entre representantes da prefeitura e da categoria, os professores encerraram a greve terminasse. No mesmo dia, uma manifestação organizada pelos servidores em frente à Secretaria Municipal de Gestão, no centro da cidade, chegou a interditar a via. Cerca de mil pessoas participaram do ato.

Ficou decidido que a prefeitura não descontará os dias parados, contanto que haja reposição das aulas; que serão pagos R$ 400 no mês de junho como gratificação; e que será implantada, para o mesmo mês, uma política de antecipação de 50% do 13º salário. Os servidores terão que optar por essa antecipação. A partir de 2007, ela será paga no mês de aniversário do professor, ainda conforme o acordo.

IMPRESSO

Editorial
O Primeiro de Maio e os professores universitários
Página 2

Congresso aprova regulamentação de Fundo para C&T
Página 5

Reforma universitária a caminho do Congresso

Nos últimos dias, o governo anunciou que a reforma universitária está pronta para ser enviada ao Congresso Nacional. Depois do período de falsos debates com a comunidade acadêmica, o projeto ficou quase um ano parado na Casa Civil, em discussão principalmente entre o Ministério da Educação e a área econômica. Uma das "vitórias" do MEC foi a permanência no texto da subvinculação, para investimento nas universidades federais, de no mínimo 75% das receitas da União que, obrigatoriamente, vão para a Educação. Hoje, esse percentual é de 70%. Cálculos do Andes-Sindicato Nacional, no entanto, já demonstraram que esses recursos serão insuficientes para a manutenção do atual sistema federal.

Segundo o ministro Fernando Haddad, as propostas de regulação do sistema são praticamente as mesmas que já constavam na última versão divulgada do projeto. Uma das novidades é que já haverá no texto critérios de avaliação das universidades federais para decidir quais instituições receberão mais recursos. Entre esses critérios, estarão o número de concluintes, diplomas expedidos, relação de alunos por professor, produção científica em revistas indexadas, registro e comercialização de patentes e a oferta de cursos noturnos.

O trecho que tratava de cotas nas universidades saiu do projeto. Não porque o governo desistiu de implementá-lo, mas porque a Casa Civil entendeu que já há outro projeto relativo ao assunto no Congresso, com tramitação mais adiantada.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 495 • 3 de maio de 2006

Conlutas/Vladimir de Souza - Cromafoto

PRAÇA DA SÉ, NA CAPITAL PAULISTA, TOMADA DE TRABALHADORES NA MANHÃ DO FERIADO

Trabalhadores marcam um Primeiro de Maio de Lutas

Ato classista reúne 2.500 em São Paulo

Não teve sorteio de carros e apartamentos nem show de "estrelas" da música pop. Mas o ato do 1º de maio realizado pelas entidades independentes que ainda levantam a bandeira do classismo reuniu cerca de 2.500 pessoas na Praça da Sé, na manhã do Dia do Trabalhador, em São Paulo.

A poucos quilômetros do show realizado pela CUT e financiado pelo governo e empresários, o ato teve início logo após a tradicional missa realizada na Praça da Sé. Sob o sol forte, a multidão se concentrou na praça e partiu em passeata pelas ruas do centro. Estiveram presentes sindicatos e partidos políticos de esquerda, como o PSTU, PCB e o PSOL.

José Maria de Almeida, da coordenação da Conlutas e da direção nacional do PSTU, saudou a luta dos trabalhadores em todo o mundo. "Salve a luta dos trabalhadores e da juventude trabalhadora de todo o mundo: no Iraque, na Palestina, na França..." Zé Maria também atacou o discurso de Lula realizado na semana anterior, em que o presidente afirmava que este seria o "melhor 1º de maio dos trabalhadores". "Lula está dizendo que melhorou a vida dos trabalhadores, mas nesses anos todos a única coisa que ele melhorou foi a vida dos banqueiros", afirmou. Zé Maria também falou sobre o Conat, o Congresso Nacional dos Trabalhadores, que será realizado nos próximos dias 5, 6 e 7 de maio na cidade de Sumaré. Afirmou, ainda, ser necessária a construção de uma nova alternativa de luta para se contrapor à CUT governista.

Após circundar a Praça da Sé, os manifestantes se concentraram em frente ao banco Santander, na rua Líbero Badaró. Além de diversas categorias de trabalhadores da cidade, o ato também contou com a participação de movimentos populares e do campo, como o Movimento Urbano dos Sem-Teto, o MST e o MTL.

O representante do MST, Del Vecchi, defendeu a construção conjunta de um projeto de luta da classe trabalhadora. "Esse 1º de maio deve demarcar nosso compromisso com o projeto socialista. Temos que construir uma identidade de classe para os trabalhadores. Temos que construir uma aliança dos trabalhadores da cidade e do campo", afirmou. Ele também denunciou a política neoliberal de Lula. "Por que não se faz a reforma Agrária no Brasil? É porque temos uma política neoliberal sendo implementada no campo a mando das grandes empresas multinacionais", denunciou.

O ato público terminou com uma grande concentração na frente da prefeitura paulistana.

Por Yara Fernandes Souza, jornalista do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Leia mais sobre o Primeiro de Maio nas páginas dessa edição

Editorial

O Primeiro de Maio e os professores universitários

Nesse Primeiro de Maio presenciamos pelo menos dois aspectos significativos e diferentes. As várias manifestações no exterior mostraram críticas em relação às políticas econômicas implantadas nos últimos tempos, com a conseqüente degradação das condições de trabalho. Em particular, o movimento dos imigrantes nos Estados Unidos coloca em primeiro plano as contradições entre o acúmulo de riquezas no centro do império americano e a exploração da mão-de-obra dos milhões de trabalhadores clandestinos. Enquanto isso, aqui no Brasil, as maiores manifestações, promovidas pela Força Sindical e pela CUT, transformam-se em gincanas com artistas e sorteios atraindo multidões. O PT e o PSDB ensaiam suas candidaturas e se atacam, mas os fundamentos do modelo econômico implantado há décadas no país não é criticado. As direções sindicais reproduzem os interesses dos partidos hegemônicos. O próprio presidente da CUT, João Felicio, saindo de uma reunião com a cúpula do PT, afirmou hoje que as comemorações da Central Sindical " devem deixar de lado a questão da crise política para se concentrar principalmente nas reivindicações tradicionais dos trabalhadores". Estas duas situações mostram as enormes diferenças, divergências e dificuldades que os trabalhadores no mundo inteiro estão enfrentando no embate com a atual fase de expansão do capitalismo - a globalização econômica com o conseqüente domínio político, ideológico e militar.

Mas e o nosso tema, a universidade? Os professores universitários, como passam? Como vêem o Primeiro de Maio? A única certeza que temos é o fato de que as respostas são múltiplas.

Um bom número de nossos colegas ainda sonha com um cenário onde a universidade esteja fora dos difíceis acontecimentos de nosso tempo, apenas voltada para si mesma. Outros sentem que isto não é mais possível, não expressam suas opiniões e, silenciosamente, se dedicam a construir caminhos individuais, consolidar suas conquistas, ganhar mais dinheiro com as oportunidades que vislumbram a partir de sua inserção numa instituição combalida, mas ainda respeitada. E outros, teimosos, inconformados, inquietos, radicais, sonhadores, procuram um sentido para suas atividades, ligando seu cotidiano com o que acontece no mundo e procurando outros caminhos. Assim, não podemos deixar de ver a degradação de nossas condições de trabalho como mais uma manifestação do arrocho global que os trabalhadores sofrem no planeta todo, a diminuição dos investimentos públicos nas áreas sociais como uma imposição do pagamento dos juros da dívida com o sistema internacional de especulação financeira, a acomodação do Brasil no agronegócio como uma determinação da divisão internacional dos mercados. Os exemplos são múltiplos e ressaltamos mais um como fundamental para entendermos e situarmos a vida na universidade: a mercantilização crescente de nossas atividades e o tratamento que o setor da educação vem recebendo da Organização Mundial do Comércio.

Se a análise de nossa vida universitária atual é múltipla, também serão múltiplas as propostas apresentadas. Ainda persiste o sonho de uma "associação" de docentes, voltada para os temas internos da universidade, o sindicato de serviços, para "minimizar" as dificuldades enfrentadas pelos docentes, o sindicato "eletrônico" que economizaria nosso precioso tempo, o uso do sindicato como alavanca de projeção política, e também, embora não assumida publicamente, a posição de acabar com toda e qualquer representação ou agrupamento de professores, oficializando a política do "cada um por si". A gravidade do projeto de reforma universitária apresentada pelo governo, o descaso na tramitação do Projeto de Lei prometido pelo governo no fim do ano passado, e até hoje parado, e a deterioração do *campus*, são alguns exemplos recentes que mostram claramente a insuficiência de tais propostas.

Mantemos alguns pontos básicos, em torno dos quais nos movemos: a centralidade do trabalho, inclusive o intelectual, a importância da educação na construção de uma sociedade melhor para todos, na obrigação do Estado em promover e prover as necessidades básicas da população, no valor de nossa atividade como educadores e pesquisadores. E, apesar de todas as dificuldades que temos no presente momento, nos identificamos na absoluta necessidade de nos colocarmos como trabalhadores que constroem o mundo em que vivemos, que têm direito aos frutos de seu trabalho, que são movidos pelo desejo de contribuir para uma sociedade mais justa. E como o Primeiro de Maio significa o esforço e a luta dos trabalhadores ao longo de gerações, continuaremos a inspirar-nos nesta data como referencial histórico e político.

Diretoria

Agenda Sindical

Conat ocorre em Sumaré

Nos dias 5 a 7 de maio, ocorre em Sumaré (SP), o Congresso Nacional dos Trabalhadores (Conat). O evento, organizado pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), possui caráter classista, de natureza sindical e popular, não partidária, e agrupa entidades sindicais, movimentos sociais e populares, organizações estudantis, entre outros.

O Congresso será composto por delegações eleitas na base por estas entidades e movimentos sociais e populares. Os sindicatos poderão eleger cinco delegados, mais um para cada 500 (e fração de 250) trabalhadores na base. A delegação da Adufrj-SSind foi aprovada na assembléia geral de 6 de abril e é composta pelos professores Cristina Miranda (CAp), Janete Luzia (Escola de Serviço Social), Raphael de Haro, Salatiel de Menezes e Vera Salim (diretores da seção sindical), todos na condição de observadores.

51º Conad do Andes-SN

Está convocado para a cidade de Juiz de Fora (MG) o 51º Conselho Nacional de Seções Sindicais do Andes-SN (Conad), no período de 29 de junho a 2 de julho de 2006. O evento terá como tema central a "Autonomia Sindical: garantia da luta pela educação como direito social".

As seções sindicais e sindicalizados que quiserem contribuir para o Caderno de Textos – documento que guia os trabalhos dos delegados e observadores – devem enviar o material escrito para a sede do Andes-SN até o dia 16 de maio, por e-mail. Os textos que chegarem à sede do Sindicato no período de 17 de maio a 12 de junho também serão remetidos às seções sindicais, juntamente das correções e análises, compondo assim o Anexo ao Caderno de Textos, a ser publicado no dia 19 de junho.

Encerrados os prazos previstos para a composição do Caderno de Textos e do Anexo, qualquer novo texto só será submetido à discussão no evento, se aprovada sua inclusão pela Plenária de Instalação, com a justificativa de sua necessidade de apreciação pelo Conad e os fatos excepcionais que levaram à apresentação fora dos prazos fixados.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Andes-SN

Eleição para a diretoria ocorre nos dias 16 e 17 de maio

Nos dias 16 e 17 de maio (terça-feira e quarta-feira), ocorre a eleição para a diretoria do Andes-SN, gestão 2006-2008. O planejamento inicial da Comissão Eleitoral Local para as seções eleitorais, sujeito ainda a confirmação, está apresentado no quadro desta página. São eleitores os professores sindicalizados ao Andes-SN por meio da Adufrj-SSind até 13 de fevereiro de 2006.

Recomenda-se que os docentes eleitores votem, preferencialmente, na seção eleitoral em que sua unidade de lotação esteja indicada no quadro abaixo. Caso isso não seja possível, porém, o professor poderá votar em trânsito, em qualquer outra seção eleitoral da Adufrj-SSind ou de outra seção sindical do Andes-SN.

Vale a pena lembrar que os professores aposentados também têm direito ao voto na eleição da diretoria do Sindicato Nacional. Os professores aposentados estarão listados normalmente em suas unidades de origem, mas, tal como os docentes da ativa, poderão votar em trânsito em qualquer uma das seções eleitorais, na UFRJ ou em qualquer outra seção sindical do Andes-SN.

Caso o nome do docente, ativo ou aposentado, não se encontre na listagem oficial dos eleitores de sua seção eleitoral, se o mesmo desejar votar, deve fazê-lo por meio do voto em envelope separado, que, após identificação do docente, conferência e confirmação da condição de sindicalizado e eleitor, terá seu voto reunido aos demais, sem identificação, antes da apuração.

A Comissão Eleitoral Local solicita aos sindicalizados que colaborem na organização da eleição, inscrevendo-se junto à secretaria da Adufrj-SSind (telefones: 2260-6368 ou 3884-0701) para a composição das mesas eleitorais nos dias e horários sugeridos, de acordo com suas disponibilidades.

Participe, fortaleça seu Sindicato.

Seções eleitorais	Unidades / departamentos	Terça 16/maio		Quarta 17/maio	
		Locais	Horários	Locais	Horários
01 CAp	Colégio de Aplicação	Sala dos professores	8h30 - 16h	Sala dos professores	8h30 - 16h
02 Praia Vermelha 1	Serviço Social, Psicologia, Psiquiatria	Portaria da Escola de Serviço Social	9h - 12h 17h30 - 20h30	Portaria da Escola de Serviço Social	9h - 12h 17h30 - 20h30
		Portaria do Instituto de Psicologia	13h – 16h	Portaria do Instituto de Psicologia	13h – 16h
03 Praia Vermelha 2	Educação, Comunicação, Economia, Administração	Entrada da Faculdade de Comunicação	9h - 12h	Entrada da Faculdade de Educação	9h – 12h
		Entrada da Faculdade de Educação	13h – 16h	Entrada da Faculdade de Comunicação	13h – 16h
		Entrada da Faculdade de Economia	17h – 19h	Entrada da Faculdade de Economia	17h – 19h
04 IFCS	IFCS e Direito	Saguão de entrada	10h - 13h 17h - 19h	Saguão de entrada	10h - 13h 17h - 19h
05 Escola de Música	Escola de Música	Saguão de entrada	10h - 16h	Saguão de entrada	10h - 16h
06 Museu Nacional	Museu Nacional	Museu	11h - 14h	Museu	11h - 14h
07 Anna Nery	Enfermagem, HESFA	Esc Enfermagem Anna Nery	13h - 17h	HESFA	13h - 17h
08 HU	Medicina, Odontologia, NESC, IPPMG, IDT	Hall dos elevadores - HU	8h - 11h	Hall dos elevadores - HU	8h - 11h
		Faculdade de Odontologia	12h – 14h	IPPMG	12h – 14h
09 CCS	Farmácia, Biologia, Biofísica, ICB, Nutrição, Microbiologia, NPPN, NUTES, Neurologia	CCS, bloco A/caixa BB	9h - 11h	CCS, bloco C - Biofísica	10h - 13h
		CCS, bloco C - Biofísica	12h - 15h	CCS, bloco A/caixa BB	14h - 16h
10 Educação Física	Educação Física	Prédio da EEFD	9h30 - 12h30 17h - 20h30	Prédio da EEFD	9h30 - 12h30 17h - 20h30
11 Letras	Letras	Entrada principal	9h - 16h	Entrada principal	9h - 16h
12 Reitoria	EBA, IPPUR, FAU, COPPEAD, CLA	Hall dos elevadores	11h - 14h	Hall dos elevadores	11h - 14h
13 CT - Burguesão	COPPE e Engenharia (blocos F, G e H), IMA, Escola de Química	CT - Burguesão	11h - 14h	CT - Burguesão	11h - 14h
		CT sede da Adufrj-SSind	15h – 17h	Sede da Adufrj-SSind	15h - 17h
14 CT / CCMN	Física, Matemática (exceto Computação), Inst Química, COPPE e Engenharia (blocos B, C e D)	CT, em frente ao bloco C	11h - 15h	Hall do bloco A do CT	11h - 15h
15 Geociências	IGeo, Valongo, NCE, Matemática (Computação)	Prédio do CCMN	10h - 14h	Prédio do CCMN	10h - 14h

Colegiados

Consuni responsabiliza professora que cortou faixa das entidades

Lilia Arany Prado tem sua atitude repudiada pelo colegiado

Após repudiar o ato de adulteração da faixa da Adufrj-SSind e do DCE Mário Prata no dia 23 de março, o Conselho Universitário voltou a tratar do tema em sua sessão de 27 de abril. Desta vez, para responsabilizar a professora Lilia Arany Prado, do Observatório do Valongo.

Naquela oportunidade, apesar da reconhecida culpa da professora, os conselheiros preferiram aguardar sua manifestação de defesa e criticaram apenas o ataque à liberdade de expressão no meio universitário. Ocorre que um relato, assinado por Lilia e lido durante a reunião do dia 27, só fez piorar sua imagem. Na sua "Crítica sobre fatos", Lilia assumiu, mais uma vez, a responsabilidade pelo ocorrido. O relato havia sido solicitado pela decana do CCMN, Ângela Rocha, incumbida pelo Consuni de apurar as circunstâncias do episódio da faixa. A decana afirmou ter encaminhado o texto para o reitor.

Carlos Leal, representante discente no Consuni, foi quem cobrou uma moção para repudiar a atitude com a citação nominal da autora. Para ele, o ato de recorte da faixa desrespeitou as regras da convivência democrática. O estudante também criticou o fato de a professora, que é representante titular dos adjuntos do CCMN no Consuni, não ter se dignado a comparecer a nenhuma das últimas sessões para tentar justificar sua atitude.

O decano do CCJE, Alcino Câmara, observou que a democracia pressupõe o respeito ao contraditório e manifestou-se favoravelmente ao repúdio à adulteração da faixa. Um dos representantes dos técnico-administrativos, Marcílio Lourenço afirmou que a professora agiu erradamente ao recortar a faixa das entidades para demonstrar sua opinião contrária ao que estava escrito. "Se quisesse, ela teria todo o direito de colocar uma outra faixa a favor da reforma do governo Lula", disse. A decana do CFCH, Suely de Almeida, reforçou o tom de repúdio: "O comportamento da professora Lilia é incompatível com o ambiente universitário de respeito à democracia", comentou. "Aliás, a carta dela, lida como se fosse uma peça de defesa, é, para mim, uma peça de acusação", completou. O diretor do hospital universitário, Alexandre Cardoso, analisou que o debate do Consuni sobre a tolerância com o contraditório era da maior relevância e lamentou que o tema tenha surgido através da manifestação "truculenta" de uma professora da UFRJ.

Apesar das críticas, mandato pertence aos professores

Em função da falta de respeito com a democracia e suas regras, o estudante Carlos reivindicou uma segunda moção na qual fosse indicada a falta de legitimidade política do mandato da professora Lilia como conselheira. A proposta foi rejeitada.

Em suas falas, os demais conselheiros entenderam que o mandato de Lilia pertencia aos professores do CCMN. Assim, não poderia perder sua autoridade, a não ser pela explícita vontade da maioria dos docentes do centro.

Kelvin Melo

PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND COMENTA REFORMA UNIVERSITÁRIA DURANTE SESSÃO DO COLEGIADO

Lilia também praticou discriminação política

E não foi só o conteúdo do documento assinado pela professora que revoltou a maioria do colegiado. Na mensagem dirigida à secretaria do Consuni, Lilia solicitou que o texto fosse encaminhado para os conselheiros, "exceto os representantes discentes (da graduação)". O pedido de discriminação política por meio de uma mensagem que interessava ao conjunto do colegiado tornou a professora alvo de novas críticas. A própria carta só foi lida pela vice-reitora Sylvia Vargas após a solicitação de alguns conselheiros.

Presidente da Adufrj-SSind critica reforma universitária

Durante a sessão do Consuni de 27/4, o presidente da Adufrj-SSind, José Simões, teve a oportunidade de se manifestar sobre o envio da proposta de reforma universitária do governo Lula para o Congresso Nacional, noticiado nos jornais daquele dia.

Simões chamou atenção para alguns itens preocupantes da última versão conhecida da proposta. Segundo ele, o projeto possibilita a contratação temporária, com maior precarização das condições de trabalho. Também abre caminho para o ensino a distância, não como ferramenta de apoio ao ensino, mas como forma de substituí-lo, tanto na graduação, como na pós-graduação. A revalidação de diplomas de mestrado e doutorado estrangeiros, hoje restrita às instituições públicas federais de ensino, poderá ser feita por qualquer universidade brasileira, aí incluídas as particulares.

O presidente da Adufrj-SSind questionou, ainda, o financiamento das universidades federais previsto no projeto. Conforme os estudos do movimento docente, segundo informou Simões, esse novo cálculo não representará nenhum avanço nesta questão. O professor solicitou ao Consuni um posicionamento de rejeição à reforma universitária proposta pelo governo. "Esse projeto trará antigos problemas de volta e agravará os que já temos", observou.

Corregedoria saiu de pauta

Uma proposta para criação de uma corregedoria "ou outra comissão para lidar com problemas judiciais ou administrativos ocorridos na UFRJ" acabou retirada de pauta. O objetivo desta instância seria evitar que tais "problemas" sobrecarregassem os trabalhos do Consuni, mas os conselheiros entenderam que o tema não estava suficientemente esclarecido. Foi lembrado, durante este debate, que uma outra instância, a ouvidoria da universidade, esta já aprovada pelo Consuni, ainda não possuía um regimento interno. Também este ponto deverá voltar ao colegiado nas próximas sessões.

Concessão à Secretaria de Defesa Civil

O Conselho Universitário autorizou a concessão de uso de um prédio da UFRJ localizado na Praça da República para a Secretaria de Estado da Defesa Civil pelo prazo de dez anos. À Secretaria caberá o pagamento das taxas devidas e a manutenção do imóvel durante esse período. O governo estadual terá dezoito meses a partir da assinatura do contrato com a UFRJ para iniciar as obras de restauração. Como dispositivo de segurança, ao fim de cinco anos, a UFRJ poderá retomar o imóvel sem sofrer qualquer sanção. Foi dado o prazo de dois meses para o acerto definitivo entre as partes.

Medalhas para os eméritos do CT

Antes do Consuni de 27/4, houve uma cerimônia de entrega de medalhas com a figura da Minerva aos professores eméritos do Centro de Tecnologia. Ao todo, 17 docentes foram homenageados. A premiação, criada pela atual reitoria, terá continuidade com os docentes eméritos dos outros centros, sempre antes da segunda sessão ordinária do colegiado, em cada mês.

Decisão sobre concurso da Odontologia

Um inusitado caso de empate entre os candidatos a Titular de um dos departamentos da Faculdade de Odontologia tomou um bom tempo de discussão do Consuni. Um grupo de conselheiros chegou a defender a anulação do concurso, mas saiu vencedora a proposta de se enviar o processo para a Congregação da unidade tomar uma decisão sobre o caso num prazo de até 15 dias.

Inclusão de Filosofia no vestibular

Alunos da Filosofia cobraram e conseguiram do Consuni o compromisso de incluir, na próxima sessão ordinária do colegiado, o debate sobre a inclusão da disciplina no vestibular da UFRJ.

Transferência de licenciatura para a EBA

Foi aprovada a transferência do curso de Licenciatura em Educação Artística do Centro de Letras e Artes para a Escola de Belas Artes.

Estudante desaparecido da Medicina

Ao final da sessão, foi aprovada uma moção para solicitar ao governo do estado uma investigação em regime de urgência sobre o desaparecimento do estudante Marcus Vinícius da Silva Amaral, da Faculdade de Medicina da UFRJ. Após ter dado plantão no Serviço de Cirurgia Cardíaca do hospital universitário, no dia 25/3, Marcus não foi mais visto.

Moção de repúdio

"Este Conselho, reunido no dia 27 de abril de 2006, repudia a atitude da professora Lilia Arany Prado por destruir as faixas do Diretório Central dos Estudantes e da Associação Docente da UFRJ localizadas no Observatório do Valongo, cerceando a liberdade de expressão das entidades representativas dessa universidade"

Universidades

Senado aprova regulamentação do FNDCT

O plenário do Senado aprovou, no último dia 18, o substitutivo da Câmara ao projeto de lei nº 85/01, que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A matéria foi enviada para a Casa Civil e depende agora de sanção presidencial. Entre suas principais medidas, a proposta reduziria o contingenciamento de recursos do FNDCT de 60% para 30% já neste ano de 2006.

Em discurso, Lula confirmou a diminuição do corte que atende parcialmente ao projeto do Senado: o contingenciamento dos recursos do FNDCT cai para 40%. Sejam 40% ou 30% os valores contingenciados, parte da comunidade científica já comemora a aprovação do regulamento do FNDCT.

Pelos cálculos da SBPC, o descontingenciamento previsto no projeto serviria para elevar os recursos do FNDCT em cerca de R$ 600 milhões já em 2006 – na aprovação do orçamento da União deste ano, apesar de o Fundo possuir fontes de receita que o provessem com R$ 2 bilhões, o montante havia sido limitado a aproximadamente R$ 800 milhões (contingenciamento de 60%); porém, com o empenho mínimo de 70% do dinheiro destinado ao Fundo, esse valor subiria para R$ 1,4 bilhão.

Lei de Inovação é contemplada

Em carta ao presidente Lula, o presidente da SBPC, Ennio Candotti, argumenta que o dinheiro extra será direcionado, também, "à efetiva implementação da Lei de Inovação (...)". Vale registrar que esta lei estabelece o instrumento da subvenção, com aporte de recursos públicos, não reembolsáveis, diretamente às empresas classificadas como "inovadoras". E a fonte deste dinheiro é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Presidente da SBPC comenta regulamentação

Em entrevista por telefone à reportagem da Adufrj, Ennio Candotti ressaltou a importância do projeto aprovado pelo Senado. "Isso é aguardado pela comunidade científica desde a criação do Fundo, em 1969", afirmou. Segundo ele, mesmo sem a regulamentação, foi com os recursos do FNDCT, por exemplo, que se criou a Coppe da UFRJ.

Questionado sobre a excessiva participação dos fundos setoriais, que vinculam a pesquisa aos interesses do mercado, na composição do FNDCT, Ennio informa que a nova legislação, se aprovada como está, permitirá "ações integradoras". Ou seja: recursos dos próprios fundos setoriais poderão ser direcionados para financiar pesquisa em outras áreas.

Pró-reitor comemora descontingenciamento

Na semana passada, o pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação da UFRJ, José Luiz Monteiro, não tinha conhecimento da redação final da regulamentação aprovada pelo Senado. Com base no que sabia das versões anteriores do projeto, o professor comemorou a manutenção do mecanismo de descontingenciamento gradual dos recursos do FNDCT – além do empenho mínimo de 70% (agora 60%, segundo o discurso do governo) para este ano; o PL prevê utilização de 80% para 2007, 90% para 2008 e 100% a partir de 2009.

Por outro lado, José Luiz lamentou que os recursos de 2006, pelo menos, não fossem totalmente liberados, em função das restrições orçamentárias de anos anteriores. "Mas não deixa de ser uma vitória da comunidade acadêmica e científica essa aprovação", comentou.

O pró-reitor não deixou de criticar também a forma "pulverizada" de distribuição dos recursos do FNDCT. Segundo ele, muitas chamadas públicas atendem aos interesses de pequenos núcleos de pesquisa. "Não são, por exemplo, como o CT-Infra, que permite às universidades a apresentação de um plano institucional para utilização desses recursos. Seria desejável que mais algumas dessas chamadas fossem de ordem institucional", observou.

José Domingues de Godoi Filho

A aprovação, pelo Senado, do Projeto de Lei 85/2001, que dispõe sobre o FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, embora possa significar um passo na luta por mais recursos para o financiamento da Ciência, Tecnologia e Inovação, não representa nenhum motivo para euforia e muito menos para se tecer loas à política de C, T & I do atual governo, principalmente, por parte da comunidade científica. Mesmo com a eventual sanção, sem vetos, pelo presidente da República, não haverá garantias de que as verbas do FNDCT serão descontingenciadas em 2006 e de que o cronograma orçamentário, previsto no artigo 26 do PL 85/2001, será cumprido nos próximos anos.

Isso, sem falar que vários instrumentos para "confiscar" impostos, como a DRU – Desregulamentação das Receitas da União - cujo aumento do percentual de 20 para 35% já vem sendo discutido e negociado para ser adotado a partir de 2007, independentemente de quem ganhe as eleições - poderão, associados a outros, ser utilizados pelo governo federal para atender aos interesses do capital, tal como claramente explicitados e privilegiados na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior. Uma política que foi formulada para atender os interesses e pressupostos da ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, uma fundação de direito privado semelhante às que estão destruindo as Instituições Federais de Ensino, criada pelo atual governo como serviço social autônomo para implementar a chamada lei de inovação tecnológica.

O Conselho Diretor do FNDCT terá nove conselheiros, sendo seis representantes do governo (Ministro de Estado de Ciência e Tecnologia, Presidente da FINEP, Presidente do CNPq e representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior e do Ministério da Educação), três representantes da Confederação Nacional da Indústria e três da comunidade científica. Os membros da comunidade científica serão escolhidos a partir de duas listas tríplices: uma enviada pela atual imperspicaz SBPC e outra, salvo as exceções de sempre, pelo mandarinato da "ausente" Academia Brasileira de Ciência. Mesmo assim, será uma representação minoritária e sem muitas possibilidades de interferir, por exemplo, no artigo 5º, inciso III do PL 85/2001:

"III – definir as políticas e diretrizes da utilização dos recursos do FNDCT nas modalidades previstas nesta Lei em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação - C, T & I, elaboradas com o assessoramento superior do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da Lei nº 9257, de 9 de janeiro de 1996;".

Como esperado, a Secretaria Executiva do FNDCT será exercida pela FINEP, que, desde os tempos de Collor, tem priorizado o chamado setor produtivo para os investimentos em pesquisas e em consonância com os chamados Planos Plurianuais – PPAs (os anteriores *Brasil em Ação* e *Avança Brasil* e o atual *Um País de Todos*), que dispensam apresentação. As receitas previstas, além de originárias de várias fontes, deverão, em sua aplicação, atender o previsto pela Lei 10973/2004 (Lei da Inovação Tecnológica) e pelo Decreto 5563/2005 que a regulamentou.

Para as IFES, seguindo as mesmas orientações e transformações que vêm sofrendo, desde o governo FHC, o Decreto 5563/2005 em seu artigo 29 estabelece que "*as autarquias e as fundações definidas como ICT deverão promover o ajuste de seus estatutos aos fins previstos na Lei 10973, de 2004, e neste Decreto, no prazo de seis meses, contado da data da publicação deste Decreto.*"

Daí a correria, nos últimos meses, dos conselhos superiores das IFES para regulamentar as fundações de direito privado, criar os núcleos de inovação tecnológica e definir as suas políticas de propriedade intelectual. Enquanto isto, o mandarinato da ciência continua impondo regras e iludindo àqueles que conseguiram encabrestar. Nada de discutir aberta e aprofundadamente os efeitos positivos e negativos dos PADCTs, dos Institutos do Milênio, dos Fundos Setoriais, da ABDI e outros.

Se quisermos contribuir com a C,T & I no Brasil, antes de definir percentuais de recursos necessários, precisamos, pelo menos no âmbito das IFES, definir melhor e mais claramente para a sociedade o que queremos quando falamos de desenvolvimento científico-tecnológico.

Nesse cenário, de descompromisso e de decisões tomadas por alguns poucos de sempre, comemorar o quê? A aprovação do PL 85/2001/ FNDCT? A possível vitória de Pirro que certamente significará a sua eventual sanção, sem vetos, pelo Presidente da República? A consolidação do avanço da privatização das IFES? Ainda não é possível comemorar nada.

Ex-1º vice-presidente do Andes-SN e Coordenador do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia da Adufemat-SSind

Internacional

O Dia do Trabalhador pelo mundo

Em todos os cantos do planeta, manifestações contra as políticas neoliberais e em favor dos direitos da classe trabalhadora

Milhares de pessoas celebraram o Dia do Trabalhador em todo o mundo com manifestações e atos de protesto contra os governos neoliberais e contra a exploração do trabalho pelo capital.

Na França, as tradicionais manifestações dos sindicatos reuniram ao longo do dia mais de cem marchas em todo o país. Os franceses defenderam o combate à precariedade do trabalho e mostraram disposição de protestar contra o governo conservador. Mas, em meio aos protestos, havia claramente um clima de satisfação entre os franceses por terem conseguido. Há algumas semanas, o governo francês recuou na investida de impor um novo contrato de trabalho destinado a pôr fim à estabilidade no emprego conquistada por muitos nesse país, com a possibilidade de demissão sem justa causa de menores de 26 anos através do rejeitado Contrato de Primeiro Emprego (CPE).

Na Rússia, sindicatos e diferentes partidos políticos fizeram manifestações pedindo a erradicação da pobreza e a garantia de maiores salários e benefícios sociais aos trabalhadores. A Federação de Sindicatos Independentes afirmou que dois milhões de pessoas participaram das manifestações realizadas em mais de 800 cidades da Rússia com o lema "Salários dignos para os trabalhadores".

Na Alemanha, dezenas de milhares de pessoas manifestaram-se em resposta aos apelos das organizações sindicais, que pretendem pressionar o governo, sobre importantes reformas sociais a curto prazo. Na Polônia, centenas de manifestantes desfilaram em Varsóvia para denunciar o desemprego e a "arrogância" da direita no poder. Na Itália, os ministros do governo de Sílvio Berlusconi foram ridicularizados durante os desfiles do Dia do Trabalhador. Na Grécia, milhares manifestaram-se em Atenas, mas o dia foi marcado por greves no setor marítimo e nos transportes.

Ásia

As manifestações foram proibidas no Camboja e os desfiles no Sri Lanka anulados pelas autoridades locais, mas milhares de pessoas celebraram a tradicional a data do trabalhador. Líderes sindicais disseram que a medida era insuficiente para amenizar o impacto da alta nos preços de combustível. A manifestação no Camboja foi a primeira desde a volta do oposicionista Sam Rainsy, exilado voluntariamente havia um ano. Rainsy saiu do país após perder sua imunidade parlamentar. Ele discursou em um comício realizado na segunda-feira.

Milhares de operários de Bangladesh foram também às ruas para exigir melhores salários e melhores condições de trabalho. Usando bandanas vermelhas e carregando cartazes e faixas, os manifestantes percorreram as ruas ao som de tambores. "Não estamos trabalhando hoje a fim de lembrar os irmãos mortos pelas autoridades em Chicago, nos EUA, em 1886, quando pediam por uma jornada de trabalho de oito horas", disse à agência de notícias *Reuters* o sindicalista Moinuddin Khan Badal.

No Japão, onde a data não é feriado, mais de 240 mil protestaram no Sábado, 29, contra a política liberal do primeiro-ministro japonês, Junichiro Koizumi. Na Coréia do Sul, uma multidão esteve presente na manifestação que denunciou as jornadas de trabalho, que chegam a 12 horas diárias, assim como uma lei que suprime o seguro-desemprego.

Na Indonésia, a palavra de ordem foi a luta "contra toda flexibilização", pressionando contra planos governamentais de reforma trabalhista confiscando direitos. Milhares de pessoas reuniram-se nas principais cidades do arquipélago. Na capital, Jacarta, a manifestação teve 100 mil participantes e foi vigiada por 21 mil policiais.

Na Austrália, o dia foi marcado por protestos contra as Leis de Relações Industriais (IR na sigla em inglês) imposta pelo governo conservador. Em Queensland, o Conselho dos Sindicatos reuniu cerca de 20 mil pessoas. Em Brisbane, o líder sindical Kim Beazley comemorou o comparecimento: "As pessoas andam preocupadas com seus empregos e temos uma grande manifestação, que manda um recado claro para Howard", disse ele, referindo-se ao primeiro ministro conservador, John Howard.

Oriente Médio

As ameaças de atentados em locais públicos impediram a realização de manifestações em Bagdá. O presidente iraquiano, Jalal Talabani, dirigiu-se aos trabalhadores iraquianos. "Os trabalhadores iraquianos, que no passado participaram na luta contra a ditadura e opressão, estão atualmente empenhados em construir um novo Iraque que garanta a todos a dignidade através do seu trabalho", indicava a nota da presidência. Na praça Tahrir, no centro da capital, a sede do partido comunista operário enfeitou-se com um enorme pano vermelho onde se apelava "à unidade e à solidariedade da classe operária".

A União dos Sindicatos Palestinos denunciou as restrições impostas por Israel, que tem impedido milhares de trabalhadores de entrar e trabalhar no seu território. "Cerca de 85 mil palestinos não podem entrar para trabalhar em Israel ou em Jerusalém", afirmou Shaher Saed, líder da União de Sindicatos Palestinos, durante uma manifestação na cidade cisjordana de Nablus. O boicote político e econômico ao movimento islâmico Hamas já provocou a bancarrota dos cofres públicos e obrigou o governo da Autoridade Nacional Palestina a suspender os pagamentos aos trabalhadores.

Internet

PRIMEIRO DE MAIO NA VENEZUELA COM MANIFESTAÇÕES ANTIIMPERIALISTAS

Símbolo do enfrentamento entre Irã e Estados Unidos, a antiga embaixada americana em Teerã presenciou um outro tipo de animosidade. Cerca de seis mil trabalhadores se reuniram na Avenida Faleghani, em frente à embaixada - ou "Ninho de Espiões", como é conhecido o palco da crise dos reféns de 1979 - para exigir empregos formais e a deposição do ministro do Trabalho e dos Assuntos Sociais, Mohamad Jahromi.

América

Nos Estados Unidos, uma greve e um boicote marcaram a data que não é feriado para os norte-americanos, mas foi escolhida para que milhões de imigrantes ilegais protestassem por mais direitos, incluindo o de legalização. Muitas empresas fecharam as portas voluntariamente. Doze milhões de imigrantes paralisaram as atividades na última segunda-feira.

A empresa de *fastfood* McDonald's informou que alguns de seus restaurantes estavam operando com número limitado de funcionários, por períodos menores de tempo ou apenas para serviços de *drive-thru*. As manifestações se estenderam ao México, onde centenas de sindicalistas foram às ruas no centro da Cidade do México, na manhã de ontem, para apoiar os imigrantes nos EUA e o boicote a empresas dos Estados Unidos, numa ação chamada de "Um dia sem Imigrantes". Ao menos seis governadores mexicanos apoiaram o boicote a empresas como McDonald´s, Wal-Mart e centenas de outras companhias norte-americanas.

Mais de 7 milhões de participantes no 1º de maio cubano

O presidente cubano, Fidel Castro, comandou o ato central do 1º de maio, diante de um milhão de pessoas na Praça da Revolução, em Havana. Segundo a agência de notícias Prensa Latina, mais de sete milhões celebraram esta data na ilha, um número impressionante já que o país possuiu pouco mais de 11 milhões de habitantes. No 1º de maio, os cubanos renovam seu apoio à Revolução e ao projeto socialista da ilha.

Durante seu discurso na Praça da Revolução, Fidel acusou o presidente norte-americano, George W.Bush, de cumplicidade com o terrorismo internacional. Fidel se referiu à proteção dada por Washington a autores de crimes contra Cuba e outros países do mundo. Informou, ainda, que a economia cubana cresceu no primeiro trimestre deste ano em mais de 11% na comparação com igual período de 2005.

Marcha antiimperialialista

No 1º de maio, a marcha "chavista" seguiu pela avenida Urdaneta, pintando de vermelho o centro da cidade, com aclamações ao presidente venezuelano, Hugo Chávez. A marcha antiimperialista mais do que tudo tinha como objetivo mostrar as mudanças reais em curso na Venezuela.

Bolívia nacionaliza gás e petróleo

O 1º de maio boliviano foi marcado pela estatização das empresas de petróleo e gás do páis pelo presidente Evo Morales. O vice-presidente boliviano, Álvaro García, disse que funcionários da estatal energética *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) começaram a assumir o controle das 56 instalações petrolíferas. No dia do fechamento desta edição, o governo brasileiro havia marcado uma reunião para avaliar a estatização boliviana. A mídia brasileira e as forças conservadoras já deram indícios de que vão explorar o acontecimento para exigir do governo brasileiro algum tipo de retaliação.

Movimento

No Rio, servidores em greve são espancados

Greve da Uerj continua e Sepe suspende a paralisação

Servidores e estudantes da Uerj, Uenf, Faetec e profissionais da rede estadual de Educação foram espancados na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), no último dia 26, durante uma tentativa de diálogo com o presidente daquela Casa, deputado Jorge Picciani (PMDB). Os servidores chegaram a eleger uma comissão de representantes das categorias presentes, que se dirigiu ao gabinete do deputado Noel de Carvalho (também do PMDB), na tentativa de obter contato com o governo através do presidente Picciani, sem sucesso. Após o retorno da comissão, os servidores que ocupavam o plenário ficaram indignados com o pouco caso parlamentar.

Enquanto se dava a negociação sobre a saída ou não dos servidores do plenário, a segurança iniciou a repressão. Primeiro, fechando as portas e apagando as luzes do plenário para, logo em seguida, avançar sobre os servidores com cassetetes e gás de pimenta. Na tentativa de impedir o registro das agressões, os seguranças atacaram os profissionais de imprensa que cobriam os acontecimentos. Após quase uma hora de conflitos, o resultado foi uma desocupação com vários servidores feridos.

Quando os trabalhadores saíram da Alerj, os seguranças da casa deram nova mostra de selvageria ao retomarem as agressões com gás de pimenta e cassetetes, descendo as escadarias. Desta vez, com a ajuda de PMs convocados pela segurança da Alerj.

Fotos Samuel Tosta

SERVIDOR AGREDIDO NA ALERJ

ATO DE GREVE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO RIO

Greve da Uerj completa um mês

A greve dos três segmentos da Uerj completa um mês nesse dia 3 de maio com a reivindicação de aumento salarial e melhoria da infra-estrutura da instituição. Nesta data, haverá uma assembléia conjunta no auditório 13 do prédio da instituição, no *campus* do Maracanã. Apesar de o governo negar qualquer tipo de aporte de recursos para a universidade e seu pessoal, os números oficiais comprovam que o investimento só depende de vontade política do governo.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), os gastos com pessoal do Executivo estão limitados a 49% do orçamento. Entretanto, dados da própria Secretaria de Finanças do estado mostram que os gastos com pessoal (29,38% previsto para 2006) estão bem aquém do limite. O arrocho dos servidores não é uma questão legal, mas uma opção política. O governo poderia reajustar em 66% seu gasto com pessoal que ainda assim estaria dentro do limite da LRF.

Movimento ganha apoio dos conselhos superiores

Em sessão conjunta realizada no último dia 20, o Conselho Universitário (Consuni), o Conselho de Curadores, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Csepe), diretores de unidades acadêmicas e centros setoriais debateram a situação da Uerj, posicionando-se favoravelmente à greve e criticando o corte de ponto proposto pelo governo estadual.

Profissionais das escolas estaduais suspendem a greve

Já os profissionais das escolas estaduais decidiram em assembléia, no dia 28/4, suspender a greve iniciada no dia 16 de março. A categoria decidiu também entrar em "estado de greve", o que significa que, a qualquer momento, professores e funcionários podem voltar a paralisar as atividades por tempo indeterminado. Além disso, no dia 10 de maio ocorrerá uma paralisação de 24 horas – nesse mesmo dia haverá uma assembléia na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), às 11h, e ato público na Alerj, às 14h.

Uma liminar obtida pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe-RJ) no dia 26, determinou que o governo não desconte os dias parados da greve. O Sepe entrou com o pedido de liminar na última segunda-feira (dia 24), baseado nas declarações do secretário de Educação Arnaldo Niskier, anunciando o corte do ponto dos grevistas.

Fonte: "Sintuperj em ação" e www.sepe-rj.org.br

Centrais apelam e promovem megashows e sorteios para reunir multidões

Com megashows e sorteios, a CUT e a Força Sindical conseguiram reunir cerca de 2,5 milhões de pessoas nas comemorações do Dia do Trabalhador em São Paulo

A festa da Força recebeu 1,5 milhão de pessoas na praça Campo de Bagatelle, na zona norte de São Paulo. Os organizadores da festa da CUT informaram que 1,5 milhão de pessoas passaram pelo evento, realizado na avenida Paulista (região central). Para a PM, o público na festa foi de 1 milhão de pessoas.

Na Força, a festa foi recheada de críticas ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. "Quem de nós não tem um parente ou um amigo que está desempregado? Tudo isso é culpa de uma política econômica voltada para o sistema financeiro. Nós convidamos o pessoal do governo para estar aqui, mas eles não tiveram coragem de vir", disse o presidente da Força, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho.

Já a comemoração da CUT foi marcada por palavras de apoio ao presidente Lula e às realizações de seu governo. A pré-candidata do PT ao governo de São Paulo, a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, disse que "pela primeira vez, em 10 anos, 80% dos trabalhadores da CUT conseguiram aumento salarial muito acima da inflação". Somadas, as duas comemorações custaram cerca de R$ 5 milhões.

De acordo com a Cartilha '1º de Maio, dois séculos de lutas operárias', essa prática é utilizada pelas centrais para fazer os trabalhadores aprovarem a flexibilização das leis e a retirada de direitos em nome da 'modernidade'. Ao lado, como descreve a cartilha editada pelo Núcleo Piratininga de Comunicação, 'o bilhete da vergonha'.

Opinião

A Razão

Ricardo Kubrusly

Triste, a escutar, pancada por pancada,
A sucessividade dos segundos,
Ouço, em sons subterrâneos, do Orbe oriundos,
O choro da Energia abandonada!

É a dor da Força desaproveitada
O cantochão dos dínamos profundos,
Que, podendo mover milhões de mundos,
Jazem ainda na estática do Nada!

...

Augusto dos Anjos

Nem igual nem diferente: nossas universidades parecem seguir um destino desbotado, onde a repetição, sem o impulso que a reflexão propicia, a faz sempre retornar, ao mesmo ponto, de onde supostamente partira. Nem igual nem diferente, posto que um destino igual, pelo menos traria o mesmo brilho que iluminara nossas lutas históricas e que não mais se vê entre nossos alunos, nossos colegas, nossa sociedade. Mas como, então, o igual se torna diferente, sem deixar de ser igual? Pelo cansaço repetido do mesmo, pela descontextualização do momento, pela amnésia histórica, que nos transforma em robobos, sem origem, sem destino, sem ambições. É no desbotamento do passado, como descreve o poeta, que o presente se imobiliza em um futuro sem conseqüências.

Passado e futuro, eqüidistantes de um presente, que os contém ou que os renega? Mas como falar do tempo? Como falar do tempo sem nos prendermos às definições pré-estabelecidas, que não nos levaram ao diferente nem nos sustentaram no igual, ou nos perdermos por entre divagações puramente estéticas, que fogem, desconfiadas, de um mundo preso às conquistas das ciências que, ao fim e ao cabo, nos encantam há séculos? Como olhar para a história e, constatando o presente que ela nos trouxe, produzir pensamentos e atos que inventem um futuro igual e diferente, igual em um passado de lutas e diferente em um momento de vitória? Como inventar futuros nesse universo desbotado?

Às vezes, por não encontrarmos respostas, caímos no esquecimento. Mas por que, então, não olharmos para a verdade histórica como olhamos para as verdades da matéria? Por que, não olharmos com a mesma reflexão, herdada das ciências práticas, das físicas modernas, para o acontecimento histórico?

O modelo insustentável de um cosmos funcionando como uma série de engrenagens, não suporta a complexidade dos pensamentos modernos e dá lugar a uma versão quântica da matéria, que passa a garantir sua existência, após ser colapsada, como tal, de um vasto mundo de possibilidades. O mundo é enquanto interagimos com ele e a verdade da matéria é, a cada instante, sua própria afirmação e, sempre, a impossibilidade do que poderia ter sido. A história, onde existimos, talvez, para além da matéria e, analogamente a esta, pode ser entendida como o conjunto de verdades colapsadas de um mundo de infinitas possibilidades, presentes, de acontecimentos históricos. Não há como viver o que poderia ter sido, mas também não há porque nos postarmos inertes diante dos acontecimentos. Não há nada inexorável na história além da morte física dos seus atores temporários e é sim, a nossa ação no agora em que vivemos cada momento, que determina o que colapsa e o que colapsará como verdade histórica.

Finalmente maio deixa, às pressas, para trás, um abril de mentiras e, mais distante, um março sem tormentas, onde um calor úmido nos impedia de movimentarmo-nos, onde toda e qualquer direção nos parecia distante. A preguiça, de fato, reinou do carnaval à paixão. Mas não precisamos, necessariamente, nos envergonhar ou entristecer com isso, mas sim, entender que vergonhas e tristezas e as reflexões que elas nos remetem, só tornam-se ferramentas eficazes de transformação em um tempo já, no agora, quando o futuro ainda pode acontecer de uma maneira ou de outra e onde e quando a escolha e execução de nossos atos ainda podem ajudar a construí-lo.

Mas se a preguiça insiste e ainda reina hoje, quando relembramos o luto e a luta dos trabalhadores que morrem e desobedecem e denunciam, que têm medo mas prosseguem, pois trazem a coragem mesclada ao medo, que têm cansaço, que, às vezes, desanimam, mas que prosseguem pondo a reflexão em constante luta com a preguiça,..., mas se a preguiça ainda reina hoje e insiste, junto com o medo em dominar todas as nossas possibilidades, mais do que nos envergonhar, devemos nos desconsiderar, pois não teremos como morrer, desobedecer e denunciar, posto que seremos nós os mortos, os mortos obedientes e renunciados de nosso próprio destino.

Finalmente maio nos faz lembrar as lutas e as lutas dos trabalhadores do mundo por melhores condições de vida e de trabalho, posto que vida e trabalho se misturam. Finalmente maio, quando a história cristaliza a tragédia de Chicago, do primeiro primeiro de maio, em 1886, quando a história e suas verdades colapsadas escrevem um livro de lutas, lutos e conquistas, em um passado que não mais podemos modificar ou interferir, mas que nos reserva o hoje, ainda por ser escrito. Finalmente maio, com suas páginas em branco e suas infinitas possibilidades. Finalmente maio, aonde a história difusa e vasta, ainda por vir a ser, observa impaciente o que fazemos e aguarda novos acontecimentos.

Leitura

Discurso de Adolf Fischer antes de ser enforcado como vítima da repressão à manifestação dos trabalhadores em Chicago, em 1886. Tinha 30 anos quando o sentenciaram. Desde jovem, professou idéias socialistas, foi editor e proprietário do periódico *Staats Zeitung*, publicado em Little Rock, Arkansas. Em 1881, transferiu-se para Chicago onde trabalhou como impressor, fundando outro jornal de divulgação do pensamento socialista e militando em comissões de organização operária.

Não falarei muito. Somente tenho que protestar contra a pena de morte que me impõem, porque não cometi crime nenhum. Fui tratado aqui como assassino e de mim só se provou que sou anarquista. Pois repito que protesto contra essa bárbara pena, porque de mim não provaram crime algum. Mas, se eu hei de ser enforcado por professar as idéias anarquistas, por meu amor à liberdade, à igualdade e à fraternidade, então não tenho nada que objetar. Se a morte é a pena correlativa à nossa ardente paixão pela liberdade da espécie humana, então, eu o digo bem alto, disponham de minha vida.

Ainda que seja um dos que prepararam o comício de Haumarket, nada tenho que ver com o assunto da bomba. Eu não nego que concorri àquele comício, porém aquele comício...

Ao chegar a este ponto, o defensor, Sr. Salomon, o chama à parte e o aconselha que não continue naquele tom. Então Fischer, voltando-lhe as costas, disse: "É muito bondoso, Sr. Salomon. Sei muito bem o que digo". E continuou:

"Pois bem: o comício de Haymarket não foi convocado para cometer nenhum crime; foi, pelo contrário, convocado para protestar contra as violações e assassinatos da polícia na fábrica de McCormicks.

A testemunha Waller e outros afirmaram aqui que poucas horas depois daqueles fatos havíamos tido uma reunião prévia para tomar a iniciativa e convocar uma manifestação popular. Waller presidiu esta reunião e ele mesmo propôs a idéia do comício em Haymarket. Também foi ele quem indicou para que me encarregasse de buscar oradores e redigir as circulares. Cumpri este encargo convocando Spies para que falasse no comício e mandando imprimir 25.000 circulares. No original apareciam as palavras *Trabalhadores, acudam armados!* Eu tinha meus motivos para escrevê-las, porque não queria que, como em outras ocasiões, os trabalhadores fossem metralhados indefesos. Quando Spies viu o texto original se negou a tomar parte no comício se não se suprimissem aquelas palavras. Eu concordei com seu desejo e Spies falou em Haymarket. Isto é tudo o que tenho que ver no assunto do comício...

Eu não cometi em minha vida nenhum crime. Porém aqui há um indivíduo que está a caminho de chegar a ser criminoso e um assassino, e esse indivíduo é o Sr. Grinnel, que comprou testemunhos falsos a fim de poder sentenciar à morte. Eu o denuncio aqui publicamente. Se crêem que com esse bárbaro veredito aniquilam os anarquistas e a anarquia, estão em erro, porque os anarquistas estão dispostos sempre a morrer por seus princípios, e estes são imortais... Este veredito é um golpe de morte dado à liberdade de imprensa, à liberdade de pensamento, à liberdade da palavra, neste país. O povo tomará nota disto. É quanto tenho que dizer.

Opinião

Tempos interessantes para a organização dos trabalhadores

Roberto Leher

As proposições neoliberais são arrogantemente teleológicas. A partir da Queda do Muro de Berlim, a humanidade teria entrado no admirável mundo globalizado, na Era do mercado, um tempo de fim da história, das ideologias, do trabalho e das classes. As poderosas corporações da mídia e os acadêmicos do *establishment* se incumbiram de difundir esse pensamento fundamentalista com notável estardalhaço e sem permitir o exercício da dúvida e, muito menos, da controvérsia. Entretanto, mais do que pela teoria, essas crenças vêm sendo negadas, uma-a-uma, pelas multitudinárias lutas que transtornam a paz do capital. As vozes que se levantaram para enfrentar os senhores do mundo e os governos a eles subordinados vieram de territórios que o pensamento evolutivo, tanto de direita como de esquerda, supunham residuais, manifestações de tempos pretéritos que o capital se encarregaria de fazer desaparecer, como os movimentos camponeses, indígenas e de trabalhadores precários.

Distintamente do que postulam os adeptos da tese da revolução cientifico tecnológica e da globalização virtuosa a ela associada, a presente análise parte de uma perspectiva muito distinta. A partir da Crise da Divida de 1982, a América Latina sofre uma inflexão no modo de sua inserção na economia-mundo. No lugar do chamado "desenvolvimentismo", afirma-se, conforme o geógrafo David Harvey, um padrão de acumulação por *despossessão*. Neste padrão, o trabalho segue central, mas sofre uma intensa precarização e mesmo desassalariamento. Esta situação contradiz o pensamento evolutivo (com o capitalismo teríamos uma diferenciação entre trabalho assalariado e capital), mas não é nova, tendo sido teorizada no inicio do Século XX por Lênin com o conceito de desenvolvimento desigual do capitalismo, que prevê a coexistência de tempos históricos desiguais em uma mesma formação econômico-social. Assim, a existência de trabalhadores precarizados e de distintas formas não assalariadas de exploração, como escravidão por dívida, meeiros, parceiros etc., não s ão anacronismos, mas elementos que compõem a particularidade do capitalismo de hoje.

É inegável que formulação ideológica neoliberal sobre a crise provocou estragos na organização dos trabalhadores. O Estado social foi denunciado como o principal vilão da crise por impedir a livre manifestação do mercado. A palavra de ordem passou a ser: "viva a sociedade civil, abaixo o Estado (social)". Embora lembre as consignas de Maio de 1968, os neoliberais ressignificaram o seu teor, tornando a sociedade civil um espaço desprovido das contradições do capitalismo. E, no caso do Estado, tudo o que foi conquistado nas lutas populares, desde a Comuna de Paris, passou a ser o alvo da ação destruidora dos partidários de Hayek. Claro que, ao mesmo tempo, os portentosos subsídios públicos para os capitalistas foram ainda mais ampliados. Muitos sindicatos passaram a incorporar essa tese. A filiação da CUT ao CIOLS (Central de Trabalhadores Estadunidenses, atua em sintonia com as corporações e com o Departamento de Estado), a sobre-representação da cúpula do aparato sindical nos Congressos, em detrimento da base, o maior intervalo de tempo entre os congressos, o encolhimento do número de delegados e o financiamento por meio de verbas públicas (Fundo de Amparo ao Trabalhador) são sinais de mudanças estruturais na CUT. A política de pactos com os patrões foi sendo naturalizada e, assim, os sindicatos passam a atuar como espaços de conciliação e colaboração entre as classes. Com a eleição de Lula da Silva essa colaboração assume maior radicalidade, configurando-se como *transformismo*. Por isso, o Andes-SN deliberou por sair da CUT.

Frente a esse quadro adverso, o maior desafio para a organização dos trabalhadores é a construção de pólos de resistência e de luta que possam fazer frente ao novo bloco de poder, deslegitimando e combatendo o *transformismo* e as políticas feitas em seu nome.

Esse pólo deve ser constituído por forças que se propõem a atuar de modo autônomo em relação aos governos e que sustentam um projeto classista, partindo de uma agenda que indique a defesa dos direitos do trabalho, que combata o imperialismo e que seja radical na luta em defesa da esfera pública de direitos, garantida pelo Estado. A agenda deverá ser, simultaneamente, positiva (defesa dos projetos construídos pela classe) e de enfrentamento às contra-reformas que objetivamente estão pulsando nas lutas sociais, como previdenciária, universitária, trabalhista e sindical, Parcerias Público Privadas, concessão dos recursos naturais às corporações e as medidas anti-reforma agrária. Em um ano eleitoral, é crucial que os movimentos e sindicatos autônomos e democráticos não se deixem cegar pelo calendário eleitoral: é preciso um olhar magno, estratégico, no qual o enfrentamento eleitoral será tático. O problema, como lembrou um arguto analista, o jornalista e caricaturista Gilberto Maringoni, é termos que enfrentar o terceiro mandato de Collor, não importa se sob a roupagem de Alckmin ou de Lula da Silva!

A construção de coletivos capazes de alta capacidade convocatória é crucial. As experiências em curso na América Latina corroboram a avaliação de que somente lutas amplas, massivas, representativas, capazes de provocar o enfrentamento concreto aos principais nódulos do poder dominante poderão impedir a manutenção da máxima lampedusiana "para permanecer tudo como está, é preciso que tudo mude".

Atualmente, nenhuma força de esquerda do país é capaz de convocar um grande contingente de militantes e organizações para fazer esse enfrentamento. As maiores manifestações contra as políticas do governo Lula foram justamente as mais amplas e unitárias, como o movimento contra a "reforma" da previdência (que chegou a reunir mais de 60 mil manifestantes em Brasília) e a *Marcha Nacional Vamos Barrar Essa Reforma* de 25 de novembro 2004. Mesmo a CUT e Força Sindical, apesar do grande aparato, somente conseguem atrair grande massa promovendo sorteios de casas e automóveis e shows com artistas globais.

Comparando com uma década atrás, é evidente que novas idéias estão sendo criadas nas lutas. Da Alternativa Bolivariana para as Américas às autonomias reivindicadas pelos povos originários, passando pelas lutas que almejam forjar o ´público´ como dimensão oposta ao privado-mercantil, estão em curso experiências fascinantes! Estar nessas lutas é viver tempos interessantes!

* UFRJ/Andes-SN

Colegiados

Colegiados acadêmicos aprovam edital de Bolsas Pibic

Em reunião conjunta (26/4), o Conselho de Ensino de Graduações e o Conselho de Ensino para Graduado aprovaram as propostas da comissão mista formada por integrantes dos dois colegiados e definiram os editais da 28ª Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural e das Bolsas de Iniciação Científica da universidade (IC-UFRJ). As bolsas serão concedidas com recursos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFRJ (Pibic/UFRJ) e do mesmo programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq) e terão vigência no período de agosto de 2006 a julho de 2007.

Governo dá poucos recursos para as federais

De acordo com os gráficos apresentados por Maria Lúcia Patitucci (CEG), mais uma vez a UFRJ saiu prejudicada por uma distribuição realizada pelas Instituições Federais do Ensino Superior (IFES), em relação às outras universidades federais, assim como ocorrera na distribuição das vagas para a contratação de novos professores para as universidades federais. Novamente os recursos disponibilizados pelo governo foram insuficientes, a parte destinada pelas IFES não atendeu a demanda mínima da UFRJ, o que mais uma vez gerou um embate interno dentro da universidade.

A longa discussão entre o CEG e o CEPG para definir os critérios que serão utilizados para decidir os contemplados com as bolsas durou cerca de cinco horas e no final acabaram prevalecendo as decisões da comissão mista. O conselheiro Gabriel Rodrigues Daumas Marques (CEG) repudiou estes critérios que privilegiam fatores como contemplar recém-doutores, valorizar a participação de professores que já orientaram projetos acadêmicos e os trabalhos que foram apresentados em feiras ou jornadas: "Isto é pura meritocracia. Enquanto a política nacional do governo faz os recursos serem cada vez mais achatados, nós temos que fazer disputas internas pelas bolsas", condenou.

De acordo com o pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, José Luiz Fontes Monteiro, no entanto, no ano passado 81% dos solicitantes foram atendidos com pelo menos uma bolsa. A UFRJ recebeu 8,35 % das bolsas PIBIC/CNPq distribuídas às IFES e recebe 8,82% do total de bolsas de produtividade do CNPq no país.

Opinião

Intersindicais: uma proposta para a organização da classe trabalhadora

Eduardo Gonçalves Serra* e Igor Grabois**

As quase duas décadas de predomínio das políticas neoliberais geraram enormes dificuldades para a organização dos trabalhadores na luta por seus direitos e para a construção de uma sociedade justa: com a globalização, somam-se ao elevado e crescente desemprego – fruto da lógica do capitalismo, da introdução de novas tecnologias que eliminam empregos –, o aumento da precarização das relações de trabalho, a retirada de direitos trabalhistas, o desmonte do Estado e diversos mecanismos voltados para facilitar a reprodução do capital, no plano mundial.

São diversas as formas de organização com que os trabalhadores podem enfrentar este quadro. Os sindicatos são entidades que, ao agrupar trabalhadores de acordo com suas demandas mais imediatas – é a sua natureza –, podem alcançar, trazendo em si a disputa pela hegemonia das propostas de transformação social profundas, patamares superiores de organização, atingindo as escalas nacional e internacional, influindo na grande luta política. Em determinados momentos foi possível, em países capitalistas desenvolvidos, a pactuação entre capital e trabalho, gerando um quadro de equilíbrio político e garantias sociais universalizadas, sob hegemonia da Social Democracia. No entanto, dada a extrema concentração do capital, esta configuração tornou-se praticamente inaplicável, pois não há o que pactuar.

Outras formas são as frentes políticas, que podem disputar eleições e levar para as ruas os grandes enfrentamentos políticos. Estas frentes podem se constituir a partir de partidos, de sindicatos e de entidades diversas da sociedade e até, como vem ocorrendo na América Latina, combinar estes elementos.

Foram numerosas as tentativas de construção de Centrais sindicais no Brasil. No início do século XX, sob hegemonia dos anarquistas, foi organizada a primeira Confederação Operária, de duração efêmera, vítima de imaturidade política e da repressão do governo e dos patrões. Nos anos 40 foi organizado o Movimento de Unificação dos Trabalhadores, visando à construção da CUT. No pré-64, teve grande expressão o Comando Geral dos Trabalhadores.

No período de crise da ditadura, os movimentos grevistas colocaram novamente em pauta a necessidade da construção de uma organização que ultrapassasse os limites de cada categoria e de cada região. A I Conclat, realizada 1981, retomou a proposta de uma Central Única dos Trabalhadores. Em 1983, mesmo fundada sob o signo da divisão, a CUT logo foi identificada como a representação de um sindicalismo combativo e mobilizador. As forças políticas que não aderiram à CUT, naquele momento, organizaram a CGT, entidade que daria origem, mais tarde, à outra central, mais identificada com o sindicalismo de resultados, nos marcos da colaboração com o patronato.

A CUT protagonizou lutas memoráveis na defesa dos interesses econômicos dos trabalhadores e na luta contra os governos subservientes ao grande capital. No entanto, esta central não daria o salto político na intervenção da classe operária – para a superação do capitalismo – e restringiu-se à luta por conquistas cada vez mais restritas no âmbito do domínio do capital. Com a reestruturação produtiva, o conseqüente aumento do desemprego e o enfraquecimento do poder de fogo dos trabalhadores do setor privado, a CUT abdicou da luta pela ampliação de direitos e por conquistas econômicas e criou o conceito de *sindicalismo cidadão*, segundo o qual a luta sindical não se centraria mais na luta por emprego e salário, mas sim por direitos sociais difusos e pela *cidadania*, definição de origem liberal que aponta para uma igualdade artificial sem situá-la na realidade do capitalismo. A CUT foi também se rendendo ao sindicalismo de negócios, onde o "projeto" que traz verbas é mais importante do que a luta. A burocratização da entidade foi uma conseqüência inevitável, como atestam os seus Congressos, relegados à condição de meros espaços homologatórios das decisões da corrente majoritária social-democrata e seus aliados.

Outras Centrais foram surgindo e hoje há 9 Centrais no Brasil. No entanto, com a participação dos sindicalistas na direção do Fundo de Amparo dos Trabalhadores (FAT), as Centrais se tornariam cada vez mais parecidas, disputando verbas para a "requalificação" dos desempregados, comprando o discurso da empregabilidade e se afastando das lutas cotidianas dos trabalhadores. Estes sindicalistas assumiriam ainda os fundos de pensão, caindo no jogo de influência das privatizações e na ilusão de administrar o capital.

Com o advento do governo Lula, a CUT se converte em correia de transmissão das políticas governamentais. A reforma da previdência foi o primeiro teste, e seu grande símbolo foi a nomeação do presidente da central para o Ministério do Trabalho, com a tarefa de tentar emplacar as reformas sindical e trabalhista destruidoras dos direitos e da organização dos trabalhadores. A reforma da previdência afastou os servidores públicos da CUT, e a tendência, com a débâcle desta central, tem sido a dispersão e a fragmentação do movimento sindical, o que tem causado o enfraquecimento da intervenção dos trabalhadores na luta política.

Este quadro abriu espaço para iniciativas como a da Conlutas. Esta iniciativa, positiva, de criação de uma coordenação geral das lutas sociais, foi precipitada, não permitindo que um amplo leque de forças políticas e movimentos organizados dela participasse plenamente, e não atende, dada a sua constituição com entidades e movimentos de natureza extremamente difusa, à necessidade de construção de uma central sindical combativa, voltada para a luta econômica e política dos trabalhadores.

O surgimento da Assembléia Popular e de Esquerda significou um avanço significativo na construção de uma frente política capaz de levar avante, de forma coordenada, as grandes lutas sociais. Esta organização, plural na sua constituição e no seu funcionamento, não é e não se vê como uma central sindical, mas pretende trabalhar em conjunto com as centrais. Assim, a questão da construção de uma central sindical que eleve o patamar de organização e desenvolva a solidariedade de classe está reaberta. É hora de retomar as articulações intersindicais, para, a partir de uma pauta de lutas econômicas e políticas, erigir este edifício pela base, apontando para um Encontro Nacional da Classe Trabalhadora.

* Professor da UFRJ
**Professor da FAZP/SP

Opinião

CONAT

A hora da construção da alternativa para as lutas dos trabalhadores e da juventude

Zé Maria *

O CONAT – Congresso Nacional de Trabalhadores – que realiza-se nos dias 5, 6 e 7 de maio próximo constitui-se num momento fundamental do processo de reorganização em curso no nosso país.

A consolidação da CONLUTAS e o fortalecimento da sua estrutura - transformá-la em uma entidade neste Congresso é parte disso - são passos fundamentais que precisamos dar, de modo que ela possa estar em melhores condições para enfrentar os inúmeros desafios que estão colocados para os trabalhadores na atual conjuntura, frente a traição e falência da CUT e outras organizações tradicionais.

A Alternativa que Estamos Construindo

É preciso resgatar o princípio da independência de classe frente aos patrões e governos; a autonomia frente aos partidos; a luta como forma privilegiada de ação; a democracia e o controle pela base; a solidariedade de classe; o internacionalismo; defesa da unidade de toda a classe trabalhadora em torno à defesa dos seus interesses imediatos e da construção de uma sociedade socialista.

Resgatar também o programa que a esquerda brasileira construiu nas lutas nos últimos 30 anos: a luta contra a dominação imperialista materializada na bandeira do não pagamento das dívidas externa e interna, contra os planos do FMI, contra a ALCA; luta contra as privatizações e pela reestatização das empresas e serviços públicos privatizados; a luta pela estatização do sistema financeiro; a defesa do direito emprego, moradia, salários dignos, a defesa dos direitos sociais e trabalhistas, contra as reformas sindical/trabalhista e universitária, a defesa da reforma agrária, saúde, educação; a valorização dos serviços e dos servidores públicos; a luta contra toda forma de discriminação e opressão; a luta em defesa da autonomia e liberdade sindical, do direito à organização dos trabalhadores em seus locais de trabalho etc, etc.

E valorizar mecanismos de democracia e controle pela base. Nossa proposta é que as Coordenações da CONLUTAS (nacional, estadual ou regional) sejam compostas por representantes das entidades e movimentos que dela fazem parte. Neste sentido o funcionamento será menos de "central sindical" e mais de movimento, coordenação. É uma experiência, que sem dúvida exigirá aprimoramento no futuro, mas acreditamos que se constitui num avanço importante.

A CONLUTAS e o conceito de Central Sindical

A CONLUTAS pretende unir em seu interior não apenas os trabalhadores que estão organizados em sindicatos, mas toda a classe trabalhadora: os desempregados; os que estão organizados nos diversos nos movimentos populares e sociais, as organizações da juventude, enfim, todos que lutam contra a exploração e a opressão dessa sociedade capitalista.

Isso não significa abrandar o caráter de classe desta organização. Pelo contrário, queremos reforçar o seu caráter classista, não só pelos princípios e programa adotados, mas também por sua vocação de reunir em seu interior toda a classe trabalhadora e seus aliados, e não apenas uma parte dela.

Tampouco estamos abdicando de termos uma entidade sindical de caráter nacional. A CONLUTAS será uma "Central Sindical" para os sindicatos que estão em seu interior. Terá que dar conta dos desafios sindicais que estarão colocados, como a luta contra a reforma sindical e trabalhista, a reforma da previdência em preparação, do esforço por unificar as campanhas salariais, apoiar as greves, etc.

Mas, ao mesmo tempo, será muito mais do que isto, trazendo para o seu interior as demandas dos demais setores explorados e oprimidos, fortalecendo a luta de cada segmento e da classe em seu conjunto.

A Continuidade da Luta pela Unidade de Todos os Setores Combativos

Dizer que a realização do CONAT é um momento fundamental no processo de reorganização em curso não quer dizer que este processo termine no CONAT. Pelo contrário, num sentido estamos em seus momentos iniciais. Ele vai seguir e deve ampliar-se, seja pela continuidade das rupturas de sindicatos com a CUT e outras centrais pelegas, seja pela derrubada dos pelegos da direção dos sindicatos para que a entidade possa ser resgatada para a luta dos trabalhadores, seja porque ainda há setores da esquerda que continuam na CUT ou estão em processo de ruptura e não estão integrados à construção da CONLUTAS.

A transformação da CONLUTAS em uma nova entidade nacional no CONAT não significará, portanto, o seu "fechamento" aos setores que ainda não fazem parte dela. Pelo contrário deverá permanecer aberta da mesma forma que é hoje (por isto também o funcionamento que propomos para a sua Coordenação). Deveremos dar continuidade, e intensificar os esforços para construir a unidade com todos estes setores combativos.

Unidade esta que deve se construir na luta concreta dos trabalhadores, em primeiro lugar. Estaremos discutindo no CONAT a proposta de realizarmos um Encontro Nacional no início de 2007 para organizar a resistência contra a ofensiva que, sem dúvida, virá por parte do novo governo (seja ele qual for). Este Encontro, por exemplo, poderíamos organizar em conjunto com todos os setores que estiverem dispostos a construí-lo, a somar neste processo de lutas.

Unidade que deve manifestar-se também na construção de uma mesma organização alternativa para as lutas dos trabalhadores em nosso país. É nesse marco que a CONLUTAS se coloca, não como imposição, mas como o pólo (praticamente único) de aglutinação das forças sindicais e populares que se firmou no último período e que foi ponto de apoio para as lutas, para a ação concreta, apoiando e impulsionando as mobilizações dos trabalhadores e jovens do país, frente a traição da CUT e da UNE.

Da nossa parte, dentro da CONLUTAS sempre defendemos que a unidade dos setores que estão na luta dos trabalhadores é um objetivo fundamental. Foi isso que levou a CONLUTAS a participar com todas as suas forças de todas as iniciativas de luta propostas pelos setores que se organizam na esquerda cutista (mesmo a recíproca não sendo verdadeira, vide junho de 2006 e mesmo em agosto do ano passado).

Continuamos com a mesma disposição, sem nenhuma precondição, para dialogar (e lutar junto) com os companheiros.

Uma representação da Assembléia Nacional Popular e de Esquerda foi convidada a publicar artigo sobre alternativas de organização para a classe trabalhadora, mas o texto não foi enviado a tempo para inclusão nessa edição. Aguardamos o texto da Anpe para uma próxima edição.

1º de Maio
Dia do Trabalhador

Meu Maio

Vladimir Maiakovski

A todos
Que saíram às ruas
De corpo-máquina cansado,
A todos
Que imploram feriado
Às costas que a terra extenua –
Primeiro de Maio!
Meu mundo, em primaveras,
Derrete a neve com sol gaio.
Sou operário –
Este é o meu maio!
Sou camponês - Este é o meu mês.
Sou ferro –
Eis o maio que eu quero!
Sou terra –
O maio é minha era!

O Dia Mundial do Trabalho foi criado em 20 de julho de 1889, pelo Congresso Socialista da Segunda Internacional, realizado em Paris. No ano seguinte, 1890, foi realizada a primeira manifestação internacional do 1º de maio, que se repetiu em 1891. Depois disso, o sucesso do evento fez com que o Congresso da Internacional, dessa vez reunido em Bruxelas, decidisse tornar o ato permanente, transformando a data numa "festa dos trabalhadores de todos os países, durante a qual eles poderiam manifestar as suas reivindicações e sua solidariedade".

O dia 1º de maio foi escolhido em homenagem a uma greve geral que aconteceu em 1º de maio de 1886, em Chicago, o principal centro industrial dos Estados Unidos na época. Milhares de trabalhadores foram às ruas para protestar contra as condições de trabalho desumanas a que eram submetidos, mas a repressão ao movimento foi dura, com prisões, feridos e mortos nos confrontos com a polícia.

Os trabalhadores de Chicago decidiram pela gigantesca manifestação de 1886 como uma última alternativa para que as reivindicações por melhores condições de trabalho fossem atendidas. No centro dessas reivindicações, estava a redução da jornada para 8 horas. Desde a Primeira Internacional, em 1866, que introduziu a proposta de 8 horas para a jornada de trabalho, os trabalhadores aguardavam a efetiva aplicação deste limite para a atividade laboral. Algumas jornadas chegavam a durar até 17 horas.

Repressão à greve de Chicago

Em 1884, federações de trabalhadores americanos decidiram que só iam esperar até 1º de maio de 1886 para que se aplicasse efetivamente a jornada de 8 horas. A partir desse dia, eles se recusariam a trabalhar por um tempo maior do que esse período.

Em 1º de maio de 1886, na época um sábado, até então considerado dia de trabalho, mais de 400 mil trabalhadores cruzaram os braços em cerca de 12 mil fábricas dos EUA. Só em Chicago, foram 80 mil manifestantes em praça pública. Neste dia não houve violência, mas nas manifestações que se seguiram na segunda-feira, O clima foi ficando tenso. A polícia abriu fogo contra manifestantes que protestavam diante de uma fábrica matando 4. Na terça-feira, novos confrontos resultaram em 8 mortos e vários feridos, bombas foram lançadas contra a multidão e contra os palanques onde ocorriam os discursos de protesto.

Em seguida, uma onda de repressão se abateu contra as centrais sindicais cujas sedes foram depredadas e fechadas e cujos dirigentes foram presos. Decretou-se "Estado de Sítio" e proibição de sair às ruas. Milhares de trabalhadores foram presos, criminosos e gângsters eram pagos pelos patrões para invadir casas de trabalhadores, espancando-os e destruindo seus pertences.

A repressão à grande manifestação de Chicago resultou na condenação à morte de oito expoentes do movimento anarquista, apesar de não terem existido provas suficientes contra eles. Foram levados a julgamento os líderes do movimento: August Spies, Sam Fieldem, Oscar Neeb, Adolph Fischer, Michel Shwab, Louis Lingg e Georg Engel. O julgamento começou no dia 21 de junho e desenrolou-se rapidamente. Provas e testemunhas foram inventadas. A sentença foi dada em 9 de outubro. Parsons, Engel, Fischer, Lingg, Spies foram condenados à morte na forca; Fieldem e Schwab, à prisão perpétua e Neeb a quinze anos de prisão.

No dia 11 de novembro, Spies, Engel, Fischer e Parsons foram executados. Lingg não estava entre eles, pois havia se suicidado antes disso. Seis anos depois, o governo de Illinois, pressionado pelas ondas de protesto contra as condenações, anulou a sentença e libertou os outros três.

O Dia do Trabalhador no Brasil

No Brasil, as manifestações do Dia do Trabalho tomaram força no Rio de Janeiro, então capital da República, em torno de 1906. Nesse ano foi realizado o I Congresso Operário, onde a presença de trabalhadores anarquistas foi muito importante. Nos anos que se seguiram, durante a Primeira República, o primeiro de maio seria um momento de reivindicar e de demonstrar a força dos trabalhadores. Dentre as reivindicações estava a jornada de oito horas de trabalho (quando se trabalhava de 10 a 12 horas por dia), a abolição do trabalho infantil (crianças de seis anos eram operários) e a proteção ao trabalho da mulher.

Manifestações desse tipo ainda ocorreram no início dos anos 1920. Depois foram perdendo força e encerrando uma fase de reivindicações que, embora não tenham sido bem sucedidas, foram fundamentais para o movimento operário.

Com Getúlio Vargas, o 1º de maio ganhou status de "dia oficial" do trabalho. Era o momento ideal para que o governo anunciasse as principais leis e iniciativas que pareciam atender às reivindicações dos trabalhadores. Vargas criou o Ministério do Trabalho, promoveu uma política de atrelamento dos sindicatos ao Estado, regulamentou o trabalho da mulher e do menor, promulgou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), garantindo o direito a férias e aposentadoria.

Imagens NPC

Primeiro de Maio

Chico Buarque

Hoje a cidade está parada
E ele apressa a caminhada
Pra acordar a namorada logo ali
E vai sorrindo, vai aflito
Pra mostrar, cheio de si
Que hoje ele é senhor das suas mãos
E das ferramentas

Quando a sirene não apita
Ela acorda mais bonita
Sua pele é sua chita, seu fustão
E, bem ou mal, é seu veludo
É o tafetá que Deus lhe deu
E é vendito o fruto do suor
Do trabalho que é só seu

Hoje eles hão de consagrar
O dia inteiro pra se amar tanto
Ele, o artesão
Faz dentro dela a sua oficina
E ela, a tecelã
Vai fiar nas malhas do seu ventre
O homem de amanhã

IMPRESSO

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 496 ● 11 de maio de 2006

COMO VOTAR

Saiba tudo sobre a Eleição para a próxima diretoria do Andes-SN na UFRJ em encarte da Comissão Eleitoral nessa edição

CONAT

Trabalhadores e estudantes fundam nova organização nacional

Página 2

Estudante da UFRJ ganha prêmio em concurso de redação da Unesco

Página 3

Renato Marvão

AO CENTRO, O CANDIDATO A PRESIDENTE DA CHAPA ÚNICA *ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA* , PROFESSOR PAULO RIZZO, O DIRETOR DA ADUFRJ, SALATIEL MENEZES (ESQ.) E ROBERTO LEHER, PROFESSOR DA UFRJ E ATUAL DIRETOR DO SINDICATO NACIONAL

Eleição para Sindicato Nacional acontece nos dias 16 e 17 de maio

O candidato à presidência do Andes-SN, Paulo Rizzo, é professor da Universidade Federal de Santa Catarina e atual dirigente da entidade. Entre um e outro compromisso da campanha nacional, o professor visitou a sede da Adufrj-SSind, no último dia 2, e concedeu uma breve entrevista ao Jornal da Adufrj na qual comenta a conjuntura e os principais problemas da categoria.

Página 4

Movimento

Nova entidade nacional coordenará lutas das categorias e movimentos sociais

Janete Luzia Leite

MAIS DE TRÊS MIL E QUINHENTOS FUNDAM ENTIDADE NACIONAL DE LUTAS

Dois mil setecentos e vinte e nove delegados de base participaram do1º Congresso Nacional de Trabalhadores no qual foi aprovada por ampla maioria a fundação de uma nova entidade. A Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) nasceu em um clima de muita emoção. No auditório do Centro de Convenções Árvore da Vida, os trabalhadores, estudantes e integrantes de diversos movimentos sociais se abraçaram e cantaram "A Conlutas é para a ação, está surgindo uma nova direção!".

A nova entidade que encaminhará lutas das categorias e movimentos surge como uma alternativa à Central Única dos Trabalhadores, cuja direção nacional virou parte do governo Lula e deixou órfãos milhares de trabalhadores. O 1º Encontro da Conlutas foi realizado em Sumaré (SP), nos últimos dias 5 a 7 de maio, e estabeleceu uma nova referência combativa e classista para os trabalhadores. "Essa é, talvez, a decisão mais importante que a classe trabalhadora tomou nas últimas décadas", disse Luís Carlos Prates, o Mancha, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, ao defender a proposta de fundação da entidade.

Nem todos os presentes eram favoráveis à criação da nova entidade nesse momento. Os setores que defenderam contra a proposta também se posicionaram contrários à ruptura dos segmentos combativos com a CUT. Houve argumentos como "temos de colocar a CUT a serviço da revolução proletária", de Ana Raquel, da Corrente Proletária da Educação.

A cara da nova entidade

Após a fundação da nova entidade, a discussão foi sobre o caráter e a direção da Conlutas.

No debate sobre como deveria ser composta a entidade, foram apresentadas seis propostas: definir a Conlutas como uma fração revolucionária da CUT; constituir a nova entidade com um caráter mais amplo, incorporando movimentos sociais, setores não-organizados da classe trabalhadora e entidades do movimento estudantil; definir a Conlutas como central de trabalhadores; criar a Cocep (Central Operária, Camponesa, Estudantil e Popular); definir uma central tipo soviética; definir a Conlutas como central sindical.

A ampla maioria decidiu pela proposta de constituir a Conlutas com um caráter mais amplo do que uma central sindical, incorporando movimentos sociais, setores não organizados e entidades de estudantes. Numa decisão histórica, participarão da nova entidade movimentos dos sem terra, estudantes, movimentos sociais e setores não-organizados da classe.

Sobre a direção, foram defendidas apenas duas propostas. Alguns defenderam que o Congresso deveria eleger uma direção, respeitando a proporcionalidade da votação. A proposta aprovada, no entanto, foi a de que a Conlutas, nesse estágio de criação, deveria ter na coordenação nacional representantes de cada entidade que hoje a compõem. O entendimento foi de que essa é a proposta que garante uma real representação dos grupos menores dentro da entidade.

Números revelam força da nova organização

Ao total, 529 delegações de todo o país participaram do Conat em Sumaré. Desses, 52 da região Norte; 113 do Nordeste; 32 do Centro-Oeste; 236 do Sudeste; e 96 da região Sul do país.

O Conat teve 3.542 delegados eleitos nas assembléias de base. Conseguiram participar do congresso 2.729. Participaram também 235 observadores e 208 convidados.

No total, estiveram presentes nas Plenárias do evento 3.550 brasileiros representando 1 milhão e 770 mil trabalhadores, estudantes e participantes de movimentos sociais da base. Este número não considera, ainda, as delegações estrangeiras, que vieram da Bolívia, França, EUA, Rússia, Costa Rica, Argentina, Paraguai, entre outros, participar do 1º Conat. A Adufrj-SSind participou do evento com cinco observadores.

Com informações do site conlutas.org.br

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Prêmio da Unesco é reconhecimento do trabalho da universidade pública na formação dos jovens

Foi lançada, no último dia 28 de abril, a publicação trilíngüe - português, inglês e francês - *Educação: importante ou prioritária?* que contém a coletânea dos 100 trabalhos selecionadas no Concurso de Redação para Universitários. O concurso é uma promoção do jornal Folha Dirigida e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) com apoio do MEC. A obra será distribuída pela Unesco em 192 países.

A redação da estudante Ana Aline da Silva, do 10º período do curso de Serviço Social da UFRJ, ficou entre os cinco melhores trabalhos do concurso. Aline receberá como prêmio uma viagem a Paris. Na sua 3ª edição, o concurso de redação contou com a participação de 51.253 estudantes de educação superior de instituições públicas e privadas, dos 26 estados da Federação e do Distrito Federal. A viagem à capital francesa acontece de 18 a 25 de maio e os premiados, todos estudantes de universidades públicas, conhecerão a sede mundial da Unesco.

ALINE DA SILVA, DA ESS/UFRJ, FICOU EM 5º LUGAR NO CONCURSO DE REDAÇÃO DA UNESCO

A marca da qualidade do ensino público e gratuito está no resultado do concurso. Dos 20 melhores trabalhos, 19 são de autoria de alunos da graduação que estudam em instituições de ensino público. Para Ana Aline da Silva, 24 anos, a "educação abre caminhos e ela é a porta do mundo". Os outros quatro ganhadores da viagem são Gabriel Merheb Petrus, da Universidade Federal do Paraná; Bernardo Sfredo Mioriando, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Gêisa Fróes de Freitas, da Universidade Estadual da Bahia; e Fábio Antônio da Costa, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Educação: a porta para o mundo

Ana Aline da Silva*

A generosidade da descoberta e o brilho do olhar perante o novo são as lembranças iniciais que surgem ao se pensar em educação. Antes de discorrer sobre o grau de importância da mesma na sociedade atual, cabe uma breve definição capaz de contemplar o significado mais belo e amplo de tal palavra. Definir educação significa, acima de tudo, compreender o real valor do conhecimento, peça chave do processo de evolução humana. Processo este no qual o homem se descobre como ser social e, portanto, parte do mundo onde se insere. Logo, é o conhecimento que o mesmo detém sobre o mundo que irá definir sua participação na história, seja como sujeito ou como mero expectador. Este é o ponto crucial e inicial da reflexão a que se propõe o presente texto. Afinal, o que é educação?

Educação é o caminho que leva ao conhecimento. É a possibilidade que se tem de abrir as janelas da realidade e entender a construção cotidiana do viver. Ter educação é ter a chance de expandir os horizontes e romper com as grades da ignorância, que aprisiona e limita o olhar. É poder descobrir o mundo e se descobrir nele e com ele. Educar é iluminar o pensamento, incentivar a dúvida, instigar a pergunta, mesmo quando não se tem a resposta. Educação esta que não permite a naturalização da realidade, que impulsiona a evolução das idéias, a construção de valores e a esperança no amanhã. É a educação, e somente ela, o instrumento capaz de romper com o ciclo da pobreza, que se reproduz no triste abandono das periferias. É ela que possibilita a escolha, a partir do conhecimento que se tem dos caminhos. Dentro deste contexto, é importante salientar que não se trata de uma educação apenas formal, científica ou friamente tecnicista. Trata-se de uma educação que contemple também a formação de uma consciência coletiva, evoluída, solidária. Que não seja funcional ao mercado e que, ao invés de produzir mão-de-obra, produza profissionais éticos e comprometidos com a realidade de seus semelhantes. Cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Homens e mulheres sujeitos de suas vidas e capazes de fazer suas escolhas diante do mundo. Educação não apenas importante, mas fundamental na construção de um projeto societário voltado para a emancipação humana, onde o ato de educar tenha como objetivo o empoderamento dos indivíduos e o fortalecimento da justiça e da igualdade social.

Num mundo cada vez mais globalizado e hostil, o homem passou de sujeito a refém de um sistema opressor e injusto. Sistema este que tem como única prioridade o acúmulo de riquezas e a distribuição de miséria. Diante deste cenário, é urgente a necessidade de uma transformação de valores que possibilite um novo modo de pensar, de agir e de construir o futuro. E essa nova cultura só será construída quando todos tiverem acesso de forma democrática, justa e coletiva, ao mundo das idéias, do pensamento livre e autônomo, não mais regulado pela ditadura das informações prontas que não educam, apenas domesticam. E que essa domesticação dê lugar a uma educação que desperte a luz da consciência crítica e reflexiva, potencialmente mobilizadora e transformadora, contrária à manutenção do *status quo* e direcionada a iluminar o caminho dos protoganistas de um novo amanhã, onde a ignorância não terá mais lugar e a verdade florescerá.

Educação é prioridade. Pois educar é formar. Formar para a vida.

* Aluna da ESS/UFRJ, premiada pelo Concurso de Redação para Universitários, promovido pelo jornal Folha Dirigida e Unesco.

Resenha

Fim da greve na Faetec

No último dia 9, professores e funcionários da rede de escolas estaduais da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) decidiram suspender a greve iniciada desde 6 de março. Porém, a categoria exige que o governo negocie com o setor. Caso contrário, a greve será retomada. No dia 29, a comunidade da Faetec se reúne em assembléia no Centro de Educação Integrada de Quintino (O Globo, 9/5).

Universitários iniciam campanha por meio-passe

A principal resolução do conselho da União Estadual dos Estudantes no último dia 6 foi a definição da campanha pelo meio-passe universitário. Os diretórios estão elaborando uma carta com as propostas dos universitários que será entregue aos candidatos nas eleições para o governo estadual. Os estudantes confirmaram a oposição ao governo do Estado (Folha Dirigida, 9/5).

Governo desiste de eleição direta para reitor

No processo de eleição de reitor, as universidades continuarão a enviar uma lista com três nomes para o presidente da República. O governo havia excluído esse trâmite na última versão do projeto da reforma universitária, mas a Advocacia Geral da União entendeu que era ilegal submeter apenas um nome. O governo retomou a lista tríplice e incluiu a possibilidade de se apresentar junto dela um programa aprovado pela comunidade acadêmica a ser implementado pelo nome escolhido pelo presidente (Folha de São Paulo, 8/5).

MEC abre concurso para universidades

Serão abertas 1.075 vagas para contratação, por concurso público, de técnicos-administrativos em 40 instituições. Entre as que receberam mais vagas está a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com 58. Em seguida, vêm a Universidade Federal do Piauí e a do Amazonas, com 50 vagas cada. O programa prevê ainda a criação de unidades e *campi* pertencentes a universidades já existentes (estadao.com.br, 5/5).

Entrevista

"Devemos enfrentar a mercantilização da produção acadêmica"

Jornal da Adufrj - Como o senhor analisa a conjuntura política e as perspectivas para o movimento docente nacional?

Paulo Rizzo - Tenho, ao longo da campanha, conversado com muitos professores em universidades, nos quatro cantos do país. O que se nota é uma profunda decepção com os rumos da política. Lula representava uma esperança que foi se desmanchando durante seu governo. A primeira experiência dos professores com este governo, já no seu início, foi em relação à reforma da previdência, o que foi seguido por diversas outras experiências frustrantes, marcadas pela clara prioridade dada pelos governantes ao privado em detrimento do público. Agora, já se fala de uma terceira reforma da previdência. Então, penso que o mais importante para o movimento docente é empenhar-se na recuperação da esperança, o que se dá com a afirmação de nossas próprias forças, com a valorização do trabalho docente, com a recuperação de nossa auto-estima. Este é o papel do Sindicato Nacional.

É possível o Sindicato atuar no sentido de impedir a consolidação da lógica mercadológica na Educação Superior pública expressa na reforma universitária a ser encaminhada pelo governo Lula ao Congresso Nacional? De que forma?

Kelvin Melo

PAULO RIZZO, CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DO ANDES-SN

O enfrentamento à consolidação da lógica mercadológica demanda ações articuladas nacional e localmente. Nacionalmente, enfrentamos os grandes projetos, as regulamentações legais, muitas vezes ilegais, como o decreto do MEC que regulamenta as relações das IFES com as fundações privadas ditas de apoio. Localmente, devemos enfrentar as formas de mercantilização da produção acadêmica, principalmente as ilegalidades existentes nas relações entre as instituições públicas e as fundações privadas, o que, para nós, é um dos caminhos para que possamos ter a valorização do trabalho docente. Aparentemente, a mercantilização da produção acadêmica nas instituições públicas favorece os professores, mas a dura realidade é que ela contribui para a destituição de direitos ao valorizar apenas o que é passível de venda.

Em sua opinião, qual a maior dificuldade enfrentada hoje pelos professores universitários no Brasil?

Efetivamente é a precarização do trabalho. Desgraçadamente, cada vez mais, é o que há de comum entre as instituições públicas e privadas. A propalada reforma universitária vem para isso. Não por outra razão ela propugna o fim da carreira dos docentes das IFES.

Nos últimos meses, houve três grandes encontros nacionais promovidos por diferentes forças políticas de esquerda que trataram da reorganização da classe trabalhadora no Brasil. Como o senhor analisa essas iniciativas e qual o papel do Andes-SN na reorganização dos trabalhadores e da esquerda no país?

Bem, o Andes-SN, a partir de uma ampla discussão, desfiliou-se da CUT, central que tornou-se braço do governo. O sindicato tem buscado contribuir pela construção de um pólo de organização dos trabalhadores que seja capaz de promover a unidade no terreno da autonomia e com democracia. Tem havido diversas iniciativas, como o recente congresso da Conlutas. O Andes-SN saúda iniciativas como esta e promoverá a mais ampla discussão em suas bases para que possamos efetivamente contribuir com o processo de reorganização dos trabalhadores.

Nessa conjuntura, o que representa o Proifes?

Nada além de uma infeliz tentativa do governo em dividir o movimento docente. Efetivamente isto não vinga.

Por que votar na Chapa Autônoma e Democrática?

Para respaldar o Sindicato Nacional enquanto organização de todos os professores.

UFRJ

Universidade corrige injustiça em concurso realizado na Faculdade de Direito

Após 12 anos, juíza Salete Maccalóz passa em primeiro lugar no concurso da unidade

No último dia 26, a hoje juíza federal Salete Maccalóz finalmente obteve a revisão de seu concurso (datado de 1994), para a Faculdade Nacional de Direito. O reexame da prova de títulos havia sido determinado por uma sentença judicial nunca cumprida pelas diretorias anteriores, durante o longo período de crise política da unidade.

Com os mesmos documentos da época, a juíza obteve o conceito 9 na prova de títulos (contra a nota 7,9 conseguida em 1994) e passou a primeiro lugar, na disputa com as outras duas candidatas que também pleiteavam a vaga naquele ano – uma, inclusive, já faleceu e a outra, apesar de avisada, não quis comparecer à revisão do concurso, de acordo com a atual diretora da FND, Juliana Magalhães

Juliana esclarece, ainda, que a Congregação local de 27 de abril homologou a alteração do resultado final do concurso e que os documentos para efetivar a posse de Salete Maccalóz como professora da UFRJ já estão prontos. Ela avisa, no entanto, que a juíza deverá se desincompatibilizar desta função no Judiciário federal e também do cargo de docente da Uerj para assumir a vaga de Direito do Trabalho na FND. "É que o concurso da época era em regime de 40 horas com dedicação exclusiva", afirma a diretora. Segundo Juliana, embora tenha se manifestado muito contente com a revisão do concurso, a juíza não teria explicitado sua vontade de ficar na UFRJ.

A reportagem da Adufrj-SSind entrou em contato com o gabinete de Salete Maccalóz na 7ª Vara Federal e, a pedido da secretaria local, enviou mensagem eletrônica com a pergunta sobre a vaga da UFRJ. Até o fechamento desta edição, não houve qualquer resposta. Na mensagem, também foi indagado se a juíza abriria mão da multa estabelecida durante o processo, enquanto perdurou o descumprimento da sentença judicial pela universidade. Em agosto de 2004, o prejuízo aos cofres públicos superava os R$ 700 mil.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ELEIÇÃO
ANDES-SN

EDIÇÃO DE
11 DE MAIO
2 0 0 6

Eleição para o Andes-SN na UFRJ 16 e 17 de maio

Convocamos nossos sindicalizados da Adufrj-SSind a comparecerem às urnas nas suas respectivas seções eleitorais, nos dias 16 e 17 de maio, quando estaremos reafirmando o processo democrático de eleição da próxima diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN) para o biênio 2006-2008

Nominata Chapa 1
ANDES Autônoma e Democrática
Gestão 2006-2008

Página 2

Confira os locais de votação em toda a universidade

Página 4

NOMINATA CHAPA 1 - ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

Gestão 2006-2008

PRESIDENTE - Paulo Marcos Borges Rizzo (APUFSC S.Sind.)
1° VICE-PRESIDENTE - Maria Inês Corrêa Marques (APUB S.S./ADUCSAL S.Sind.)
2° VICE-PRESIDENTE - Agostinho B. Macedo Beghelli Filho (APESJF S.Sind.)
3° VICE-PRESIDENTE - Almir Serra Martins Menezes Filho (ADURN S.Sind.)
SECRETÁRIO GERAL - Luiz Henrique Schuch (ADUFPel S.Sind.)
1ª SECRETÁRIA - Maria do Céu de Lima (ADUFC S.Sind.)
2° SECRETÁRIO - Evson Malaquias de Moraes Santos (ADUFEPE S.Sind.)
3° SECRETÁRIO - Dileno Dustan Lucas de Souza (ASPUV S.Sind.)
1° TESOUREIRO - José Vitório Zago (ADUNICAMP)
2° TESOUREIRO - Paulo Antônio de Oliveira Gomes (ADUFU S.Sind.)
3° TESOUREIRO - José Menezes Gomes (APRUMA SSind)

REGIONAL NORTE I
1° VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE I - Francisco Jacob Paiva da Silva (ADUA S.Sind.)
2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE I – Adilson Siqueira de Andrade (ADUNIR S.Sind.)
1º SECRETÁRIO REGIONAL NORTE I - Carlos Luis Ferreira da Silva (ADUNIR S.Sind.)
2ª SECRETÁRIA REGIONAL NORTE I - Roseanie de Lyra Santiago (SESDUF-RR)
1° TESOUREIRO REGIONAL NORTE I – José Alcimar de Oliveira (ADUA S.Sind.)
2° TESOUREIRO REGIONAL NORTE I - Wladimir Nunes Pinheiro (ADUNIR S.Sind.)

REGIONAL NORTE II
1ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE II - Maria Socorro dos Santos Aguiar (ADUFPA S.Sind.)
2° VICE-PRESIDENTE REGIONAL NORTE II - Arnóbio Amanajás Tocantins Neto (ADFCAP S.Sind).
1° SECRETÁRIO REGIONAL NORTE - André Rodrigues Guimarães (SINDUFAP S.Sind.)
2° SECRETÁRIO REGIONAL NORTE - José Luiz Morais (ADFCAP S.Sind.)
1ª TESOUREIRA REGIONAL NORTE - Rosimê da Conceição Meguins (ADUFPA S.Sind.)
2° TESOUREIRO REGIONAL NORTE - Carlos Rinaldo Nogueira Martins (SINDUFAP S.Sind.)

REGIONAL NORDESTE I
1° VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE I - Cristiano Matias Neto (ADUFPI S.Sind.)
2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE I - Tânia Maria Batista de Lima (ADUFC S.Sind.)
1° SECRETÁRIO REGIONAL NE I - Nouga Cardoso Batista (ADCESP S.Sind)
2° SECRETÁRIO REGIONAL NE I - Elizeu Serra de Araújo (APRUMA S.Sind)
1ª TESOUREIRA REGIONAL NE I - Cláudia Alves Durans- (APRUMA S.Sind)
2° TESOUREIRO REGIONAL NE I - Rosendo Freitas de Amorim (ADUNIFOR S.Sind)

REGIONAL NORDESTE II
1° VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE II - Evenildo Bezerra de Melo (ADUFEPE S.Sind.)
2° VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE II – Alexandre Antônio Gili Nader (ADUFPB S.Sind.)
1° SECRETÁRIO REGIONAL NE II - Hélio Cabral Lima (ADUFERPE S. Sind)
2° SECRETÁRIO REGIONAL NE II – Antônio Lisboa Leitão de Souza (ADURN S.Sind.)
1° TESOUREIRO REGIONAL NE II - Josevaldo Pessoa da Cunha (ADUFCG S.Sind.)
2° TESOUREIRO REGIONAL NE II - Geraldo Marques Carneiro (ADUERN S.Sind.)

REGIONAL NORDESTE III
1ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE III – Zózina Maria Rocha de Almeida (ADUNEB S.Sind.)
2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL NE III – Wânia Souza Andrade (ADUCSAL SSind)
1ª SECRETÁRIA REGIONAL NE III – Meria Cecília de Paula Silva (APUB SSInd)
2º SECRETÁRIO REGIONAL NE III – Cristiano Lima Ferraz (ADUSB S.Sind)
1ª TESOUREIRA REGIONAL NE III – Oneize Amoras de Araújo (ADUFS S.Sind.)
2ª TESOUREIRA REGIONAL NE III – Heliene Ferreira da Silva (ADUFAL S.Sind.)

REGIONAL PLANALTO
1ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO - Gene Maria Vieira Lyra Silva (ADUFG S.Sind.)
2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL PLANALTO - Neila Nunes de Souza (SESDUFT S.Sind.)
1ª SECRETÁRIA REGIONAL PLANALTO - Edna Maria Cruz Pinho (APUG S.Sind.)
2° SECRETÁRIO REGIONAL PLANALTO - Helder Barbosa Paulino (ADCAJ S.Sind.)
1ª TESOUREIRA REGIONAL PLANALTO - Anna Rita Ferreira de Araújo (ADUFG S.Sind.)
2ª TESOUREIRA REGIONAL PLANALTO - Maria Auxiliadora César (ADUnB S.Sind.)

REGIONAL PANTANAL
1ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL - Sirlei Aparecida Silveira (ADUFMAT S.Sind.)
2° VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL - Laudenir Antônio Gonçalves (ADUFMAT-Roo S.Sind.)
1° SECRETÁRIO REGIONAL PANTANAL - Marta da Silveira Luedemann (ADUFMAT Roo S.Sind.)
2ª SECRETÁRIA REGIONAL PANTANAL - Mara Nilza Teodoro Lopes (ADUFDourados S.Sind.)
1ª TESOUREIRA REGIONAL PANTANAL - Águeda Aparecida da Cruz Borges (ADUFMAT S.Sind.)
2° TESOUREIRO REGIONAL PANTANAL – José Luiz Finocchio (ADUFMS S.Sind.)

REGIONAL LESTE
1ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL LESTE - Solange Bretas (ADUFU S.Sind.)
2° VICE-PRESIDENTE REGIONAL LESTE – José Antônio da Rocha Pinto (ADUFES S.Sind.)
1ª SECRETÁRIA REGIONAL LESTE – Ângela Maria Soares Ferreira (ASPUV S.Sind)
2° SECRETÁRIO REGIONAL LESTE - Júlio Sílvio de Sousa Bueno Filho - (ADUFLA S.Sind.)
1° TESOUREIRO REGIONAL LESTE - Joaquim Batista de Toledo (ADUFOP S.Sind.)
2° TESOUREIRO REGIONAL LESTE - Joacir Teixeira de Melo (APESJF S.Sind.)

REGIONAL RIO DE JANEIRO
1° VICE-PRESIDENTE REGIONAL RJ - José Miguel Bendrao Saldanha (ADUFRJ S.Sind)
2° VICE-PRESIDENTE REGIONAL RJ - Paulo Antonio Cresciulo de Almeida (ADUFF S.Sind.)
1ª SECRETÁRIA REGIONAL RJ – Maria Cristina Miranda da Silva (ADUFRJ S.Sind)
2° SECRETÁRIO REGIONAL RJ - Wilson Paes de Macedo (ASDUERJ S.Sind.)
1ª TESOUREIRA REGIONAL RJ - Irlete Braga da Trindade (ADUR-RJ S.Sind.)
2° TESOUREIRO REGIONAL RJ - Júlio Carlos Figueiredo (ADUFF-S.Sind.)

REGIONAL SÃO PAULO
1° VICE-PRESIDENTE REGIONAL SP - Itamar Ferreira (ADUNICAMP)
2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL SP - Lighia Brigitta H. Matsushigue (ADUSP S.Sind.)
1° SECRETÁRIO REGIONAL SP - Carlos Alberto Anaruma (ADUNESP S.Sind.)
2ª SECRETÁRIA REGIONAL SP - Raquel Aparecida Casarotto (ADUSP S.Sind.)
1ª TESOUREIRA REGIONAL SP - Maria Rosa Navarro (ADUNICAMP)
2ª TESOUREIRA REGIONAL SP - Raquel de Aguiar Furuie (ADUNIFESP S.Sind)

REGIONAL SUL
1° VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUL - Edson Domingos Fagundes (SINDUTF-PR S.Sind.)
2° VICE-PRESIDENTE REGIONAL SUL - Luis Allan Kunzle (APUFPR S.Sind.)
1ª SECRETÁRIA REGIONAL SUL – Sandra Lourenço (ADUNICENTRO S.Sind.)
2º SECRETÁRIO REGIONAL SUL – Geraldo Pereira Barbosa (ADESSC S.Sind.)
1º TESOUREIRO REGIONAL SUL – Alberto Elvino Franke (APUFSC S.Sind.)
2º TESOUREIRO REGIONAL SUL – Lafaiete Santos Neves (APUFPR S.Sind.)

REGIONAL RIO GRANDE DO SUL
1° VICE-PRESIDENTE REGIONAL RS – Fernando Molinos Pires Filho (ADUFRGS S.Sind.)
2ª VICE-PRESIDENTE REGIONAL RS – Cristina Helena Maria Moreira Vernetti (ADUFPel S.Sind)
1° SECRETÁRIO REGIONAL RS – Manuel Luis Martins da Cruz (APROFURG S.Sind.)
2º SECRETÁRIO REGIONAL RS – Dante Augusto Couto Baroni (ADUFRGS S.Sind.)
1º TESOUREIRO REGIONAL RS – Fernando Rosa do Nascimento (ADUFRGS S.Sind.)
2º TESOUREIRO REGIONAL RS – Henrique Andrade Furtado de Mendonça (ADUFPel S.Sind.)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Produção:** Comissão Eleitoral **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Participe, fortaleça seu Sindicato.

Quem pode votar?

Todos os sindicalizados ao Andes-Sindicato Nacional que nele se sindicalizaram até 13 de fevereiro de 2006, através de suas seções sindicais (exemplo: Adufrj-SSind)

Onde votar?

Os professores devem votar, preferencialmente, na seção eleitoral que abrange a sua unidade de origem, onde haverá uma listagem com os nomes dos professores daquela seção. Os professores aposentados estão lotados na última unidade em que trabalhavam.

Como me identifico?

Os professores devem apresentar aos mesários, antes de votar, um documento de identificação da instituição a que pertence.

Votar em trânsito

Todos os professores sindicalizados, ativos ou aposentados, podem votar em qualquer seção eleitoral, caso não possam se deslocar até aquela em que estejam lotado.

Atenção!

Antes de colocar seu voto na urna, verifique se há no verso a assinatura de pelo menos dois mesários.

Lembre-se:

Você também pode auxiliar na formação das mesas eleitorais. Para isso é só contactar a comissão eleitoral na Adufrj-SSind até segunda-feira, comunicando a sua disponibilidade.

Eleição para a diretoria ocorre nos dias 16 e 17 de maio

Nos dias 16 e 17 de maio (terça-feira e quarta-feira), ocorre a eleição para a diretoria do Andes-SN, gestão 2006-2008. Confira abaixo as seções eleitorais na UFRJ. Lembramos que, até o final do fechamento dessa edição, não foi possível completar todas as mesas das seções. A Comissão Eleitoral da Adufrj-SSind solicita ajuda aos professores para compor as mesas eleitorais.

Um quadro mais atualizado das seções e horários de votação estará disponível, nessa segunda-feira, dia 15, no *site* da seção sindical (www.adufrj.org.br.). São eleitores os professores sindicalizados ao Andes-SN por meio da Adufrj-SSind até 13 de fevereiro de 2006.

Recomenda-se que os docentes eleitores votem, preferencialmente, na seção eleitoral em que sua unidade de lotação esteja indicada no quadro abaixo. Caso isso não seja possível, porém, o professor poderá votar em trânsito, em qualquer outra seção eleitoral da Adufrj-SSind ou de outra seção sindical do Andes-SN.

Vale a pena lembrar que os professores aposentados também têm direito ao voto na eleição da diretoria do Sindicato Nacional. Os professores aposentados estarão listados normalmente em suas unidades de origem, mas, tal como os docentes da ativa, poderão votar em trânsito em qualquer uma das seções eleitorais, na UFRJ ou em qualquer outra seção sindical do Andes-SN.

Caso o nome do docente, ativo ou aposentado, não se encontre na listagem oficial dos eleitores de sua seção eleitoral, se o mesmo desejar votar, deve fazê-lo por meio do voto em envelope separado, que, após identificação do docente, conferência e confirmação da condição de sindicalizado e eleitor, terá seu voto reunido aos demais, sem identificação, antes da apuração.

A Comissão Eleitoral Local solicita aos sindicalizados que colaborem na organização da eleição, inscrevendo-se junto à secretaria da Adufrj-SSind (telefones: 2260-6368 ou 3884-0701) para a composição das mesas eleitorais nos dias e horários sugeridos, de acordo com suas disponibilidades.

Participe, fortaleça seu Sindicato.

Seções eleitorais	Unidades / departamentos	Terça 16/maio		Quarta 17/maio	
		Locais	Horários	Locais	Horários
01 CAp	Colégio de Aplicação	Sala dos professores	8h30 - 16h	Sala dos professores	8h30 - 16h
02 Praia Vermelha 1	Serviço Social, Psicologia, Psiquiatria	Portaria da Escola de Serviço Social	9h - 12h 17h30 - 20h30	Portaria da Escola de Serviço Social	9h - 12h 17h30 - 20h30
		Portaria do Instituto de Psicologia	13h – 16h	Portaria do Instituto de Psicologia	13h – 16h
03 Praia Vermelha 2	Educação, Comunicação, Economia, Administração	Entrada da Faculdade de Comunicação	9h - 12h	Entrada da Faculdade de Educação	9h – 12h
		Entrada da Faculdade de Educação	13h – 16h	Entrada da Faculdade de Comunicação	13h – 16h
		Entrada da Faculdade de Economia	17h – 19h	Entrada da Faculdade de Economia	17h – 19h
04 IFCS	IFCS e Direito	Saguão de entrada	10h - 13h 17h - 19h	Saguão de entrada	10h - 13h 17h - 19h
05 Escola de Música	Escola de Música	Saguão de entrada	10h - 16h	Saguão de entrada	10h - 16h
06 Museu Nacional	Museu Nacional	Museu	11h - 14h	Museu	11h - 14h
07 Anna Nery	Enfermagem, HESFA	HESFA	13h - 17h	Esc Enfermagem Anna Nery	13h - 17h
08 HU	Medicina, Odontologia, NESC, IPPMG, IDT	Hall dos elevadores - HU	8h - 10h	Hall dos elevadores - HU	8h - 12h
		IPPMG/Odonto	10h30 - 12h	IPPMG/Odonto	12h30 – 14h30
		NESC	12h30 - 14h30		
09 CCS	Farmácia, Biologia, Biofísica, ICB, Nutrição, Microbiologia, NPPN, NUTES, Neurologia	CCS, bloco A/caixa BB	9h - 12h30	CCS, bloco C - Biofísica	10h - 13h
		CCS, bloco C - Biofísica	13h - 15h	CCS, bloco A/caixa BB	13h30 - 15h30
10 Educação Física	Educação Física	Prédio da EEFD	9h30 - 12h30 17h - 20h30	Prédio da EEFD	9h30 - 12h30 17h - 20h30
11 Letras	Letras	Entrada principal	9h - 16h	Entrada principal	9h - 16h
12 Reitoria	EBA, IPPUR, FAU, COPPEAD, CLA	Hall dos elevadores	11h - 14h	Hall dos elevadores	11h - 14h
13 CT - Burguesão	COPPE e Engenharia (blocos F, G e H), IMA, Escola de Química	CT - Burguesão	11h - 14h	CT - Burguesão	11h - 14h
		CT sede da Adufrj-SSind	15h – 17h	Sede da Adufrj-SSind	15h - 17h
14 CT / CCMN	Física, Matemática (exceto Computação), Inst Química, COPPE e Engenharia (blocos B, C e D)	CT, em frente ao bloco C	11h - 15h	Hall do bloco A do CT	11h - 15h
15 Geociências	IGeo, Valongo, NCE, Matemática (Computação)	Prédio do CCMN	10h - 14h	Prédio do CCMN	10h - 14h

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 497 • 23 de maio de 2006

Das Veias Abertas da América Latina escorre o sangue dos "de abajo"
Por Vera Salim
Página 2

Pró-reitor critica política econômica
Página 4

Desemprego: problema ou solução?
Por Maria Agusta Tavares
Página 9

Reforma Universitária do MEC mantém lista tríplice
Páginas 10 e 11

Descaso do governo obriga Uerj a adiar o vestibular
Página 12

Andes-SN tem diretoria eleita para 2006/2008
Página 12

Samuel Tosta

PARTICIPANTES E PALESTRANTES COMENTAM CONGRESSO DA CONLUTAS QUE REUNIU MAIS DE 3.500 TRABALHADORES E REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS, EM SUMARÉ (SP), NOS DIAS 5 A 7 DE MAIO

Nasce uma nova organização dos trabalhadores brasileiros

Páginas 6 e 7

Opinião

Das Veias Abertas da América Latina escorre o sangue dos "de abajo"

Vera Salim*

"Demetrio siguió tirando y advirtiendo del grave peligro a los otros, pero éstos no repararon en su voz desesperada sino hasta que sintieron el chicoteo de las balas por uno de los flancos."

Los de Abajo - Mariano Azuela

As veias abertas da América Latina sangraram e sangram nosso ouro, nossa prata, nosso cobre, nossa fauna, nosso gás, nosso petróleo – todas nossas riquezas naturais. Mas, junto com elas, sangraram e sagram nosso bem maior: a vida e o sangue dos "de abajo".

Provas do morticínio programado, entre outras, o genocídio de seus habitantes originais, a Guerra do Paraguai, a guerra das Malvinas, Carandiru, Acari. A recente mortandade em São Paulo, com números até agora de cerca de 170 mortos em três dias, vitimou, como sempre, os despossuídos e esquecidos pelo capital – fardados ou não.

Número de mortos maior do que fez, no mesmo período, a guerra do Afeganistão.

A cobertura da mídia, assim como na consulta pelo desarmamento, incentiva a violência como solução: leis mais duras, pena de morte, população armada, numa espiral crescente do olho por olho, dente por dente.

Respostas que remetem à facistização, já que todos querem mais e mais sangue, no circo de horror montado na vida e na TV. Como no circo romano, o público é incentivado a fazer o sinal de morte com o polegar virado para baixo, nos remetendo à barbárie televisiva e real, na mistura simbiótica do midiático e do real.

Lembrando Adorno: "Fala-se da ameaça de uma regressão à barbárie. Mas não se trata de uma ameaça, pois Auschwitz foi a regressão: a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que tem de fundamental as condições que geram esta regressão."

Um terço da população passa fome no Brasil, cinco mil famílias concentram em mãos todos os títulos da dívida pública. Quase 60% dos habitantes da região nordeste não têm garantia de alimentação suficiente, mas a segunda edição do "Bal masqué", em Brasília, foi um sucesso.

Um número em torno de 170 mortes em três dias de violência. Resposta exigida pela mídia, governantes, políticos e população, esta última comandada pelo show midiático. A resposta: "forte" reação policial em que morrem muitos jovens – da periferia, é claro – que nunca tiveram passagem pelo crime. Mas, pasmem, professores doutores vêm à TV avaliar que o que importa é saber se devemos ou não entregar aparelhos de televisão aos traficantes e... investigar de onde vem o dinheiro para custeá-los!!!

Triste, descompromissada e alienada intelectualidade acadêmica que, em tempos de conhecimento compartimentado e produção científica ajustada à obtenção de maiores e, portanto, melhores indicadores, não tem tempo para refletir sobre o conhecimento que gera e entender que "quem defende a manutenção da cultura radicalmente culpada e medíocre converte-se em cúmplice, enquanto que aquele que recusa a cultura promove imediatamente a barbárie que a cultura revelou ser".

Mas, acalmem-se, os artistas da rede Globo já vestem suas camisetas brancas, e a paz será restabelecida para os ricos e, assim, apenas os pobres continuarão morrendo nos becos escuros das favelas e *poblaciones*. Favelas e *poblaciones* que se espalham como formigueiros pela nossa América Latina, abrigando gente que insiste em não ser tratada com o mesmo e, talvez, maior descuido com que se tratam os rejeitos da sociedade industrial. Mais uma vez, na nossa sociedade midiática, será restabelecida a paz para poucos.

Da mesma forma, também será recuperada nossa "dignidade nacional", como exige, vociferante, o senhor Augusto Nunes. Nenhum "índio" (referindo-se de forma abertamente racista ao presidente boliviano Evo Morales) pode quebrar os acordos, diz o jornalista, que também exige força e respostas "corajosas" para a manutenção de acordos que há muito já foram denunciados pela Associação de Engenheiros da Petrobrás como danosos à própria Petrobrás, ao Brasil e à Bolívia. Mas isto interessou à mídia ignorar, pois trazia lucros para as empresas EBX, Enron e Total Shell.

Exemplos da barbárie planejada pelos defensores e executores deste receituário neoliberal, que sangra nossas veias para sustentar o imperialismo hegemônico e destrutivo de Bush.

Quantos exemplos mais serão necessários para que se entenda que a barbárie já passou do jardim e, há muito, se instalou na nossa sala?

Quantos exemplos serão necessários para que se assuma que a sociedade não é imutável, mas passível de transformação, o que não querem os "de arriba", defensores do capital e do pensamento único?

Transformar a sociedade – que não é eterna, nem imutável, nem perdida num etéreo plano atemporal: é a sociedade em que vivemos, não a feudal, nem a escravagista, mas a sociedade capitalista, regida pelo lucro, mantida pela mais-valia e regulada pela lógica do mercado – este é o caminho para sair da barbárie.

"Luis Cervantes se animó a sacar la cabeza de su escondrijo..."

*Professora da Coppe e vice-presidente da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

24/5 - Reunião do Grupo de Trabalho Política de Formação Sindical do Andes-SN
Brasília (DF) - Sede do Andes-SN

24 e 25/5 – Reunião do Setor das Particulares do Andes-SN
Brasília (DF)

24 e 25 – Reunião do Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe do Andes-SN
Brasília (DF)

24 e 25/5 – Reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN
Brasília (DF)

27 e 28/5 - XI Encontro Nacional de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN
Brasília (DF) - Com o tema "Seguridade Social e os Desafios para os Servidores Públicos".

29/5 – Reunião do Grupo de Trabalho Carreira do Andes-SN
Brasília (DF)

30/5 – Atividade no MEC e Reunião do GT-Carreira/MEC
Brasília (DF)

31/5 – Reunião do Andes-SN com o Sinasefe *(a confirmar)*

1º/6 – Ato Unificado dos SPF
Brasília (DF)

2/6 – Debate "O trabalho docente em tempos de Fundações ditas de apoio às universidades públicas"
Brasília (DF) - na sede do Andes-SN

3/6 – Reunião do Setor das Federais do Andes-SN
Brasília (DF)

4/6 – Plenária dos SPF
Brasília (DF)

29/6 a 2/7 - 51º Conad do Andes-SN
Juiz de Fora (MG) - Com o tema "Autonomia Sindical: garantia da luta pela educação como direito social".

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Conselho profissional invade UFRJ para cobrar filiação

Para dirigente de movimento contra a regulamentação, conselho profissional desrespeita a lei e tem como objetivo apenas arrecadar verbas com o aumento de seus filiados

No último dia 26 de abril, dois fiscais do Conselho Regional de Educação Física (CREF), acompanhados de um policial militar, invadiram o *campus* da Praia Vermelha para cobrar da professora Tania Lucia Werner da Silva sua filiação ao órgão. A fiscalização aconteceu enquanto ela ministrava uma aula de extensão na piscina da universidade, localizada entre a Faculdade de Educação e uma das entradas da Escola de Comunicação. Após ser constrangida na frente de alunos, Tania Werner foi levada para a delegacia onde prestou esclarecimentos sobre exercício ilegal da profissão, pelo fato de não possuir nenhum documento que comprovasse a sua filiação ao CREF.

A atitude dos fiscais e do policial, além de ter sido arbitrária, se revelou ilegal. Após uma análise sistemática das normas vigentes, o Andes-SN emitiu um parecer jurídico no qual verifica-se que o registro profissional junto aos Conselhos (Federal e Regionais) de Educação Física não está incluído entre os requisitos para ingresso e exercício do magistério nas áreas da Educação Física.

A constatação também foi feita pelo diretor da Escola de Educação Física e Desportos, Alexandre Moraes de Mello. Para ele, os conselhos foram criados para controlar as atividades de pessoas não aptas, em academias e clubes, por exemplo. No entanto, caso o profissional seja formado em licenciatura, ele já estaria apto a dar aulas: "Se ele é licenciado, o próprio nome já diz: tem licença para dar aula. É inadmissível interferência externa dentro da UFRJ pois temos documentos que comprovam a capacidade dos nossos professores para docência, pesquisa e extensão", informou.

De acordo com Alexandre Melo, ainda assim o Conselho Regional 1 (Rio de Janeiro e Espírito Santo) criou uma norma que exige que todos os professores de Educação Física filiem-se ao CREF. Consta no portal eletrônico do órgão (www.cref1.org.br) que para se filiar ao conselho a pessoa física deve pagar R$ 90 de inscrição ao Conselho Federal de Educação Física (Confef) e mais R$ 380 de anuidade ao CREF-1.

Para o coordenador local do Movimento Nacional Contra a Regulamentação, Bruno Adriano Rodrigues da Silva, o que ocorre na realidade são "duas facetas de exploração": de um lado os cursos de extensão pagos que utilizam espaço público e estagiários como mão-de-obra barata para ministrar as aulas, enquanto os professores "responsáveis" recebem a maior parte da receita. Por outro lado, o Sistema Confef/CREFs – que abriga os conselhos regionais e o Conselho Federal – se utiliza da regulamentação dos profissionais da área (Lei 9696/98) para obrigá-los a se filiarem e assim conseguir arrecadar mais verbas para os órgãos.

Bruno Adriano, que é ex-aluno da EEFD, atentou também para a falha de segurança da universidade e reafirmou a necessidade de os cursos de extensão serem gratuitos: "A segurança da UFRJ deveria intervir para impedir que o policial militar entrasse no *campus* da Praia Vermelha. A polícia federal deveria ter sido chamada (...) Obviamente nós somos contra a atitude arbitrária do Sistema, mas se os cursos de extensão fossem gratuitos, o CREF não teria nem pretexto para interpelar os professores dentro da universidade", concluiu.

A reportagem do jornal procurou a professora Tânia, na semana de 8 a 12 de maio, mas esta havia se afastado temporariamente, sendo substituída pelo técnico-esportivo e supervisor do projeto Água Vida, Orestes Manuel. "A Tânia me pediu para substitui-la porque está muito abalada com o acontecido", disse Orestes a esta redação.

Leia no quadro nota dos estudantes dos estudantes da Educação Física sobre a ingerência do conselho profissional nas atividades da universidade.

Nota do Movimento Nacional contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física

O Movimento Nacional contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR) foi organizado em 1999 por professores e estudantes de Educação Física, em resposta à promulgação da Lei 9696/98, lei que regulamentou a profissão "Educação Física" e à criação dos Conselhos Federal e Regionais de Educação Física.

O contexto histórico no qual o Sistema CONFEF/CREFs foi o pós-Reforma de Estado em 1998. A partir da Reforma (Lei 9649/98), o artigo 58 diz que "os serviços de fiscalização de profissões regulamentadas serão exercidas em caráter privado, por delegação do poder público, mediante autorização legislativa". Com isso, a Lei confere a prerrogativa ao Conselho de decidir a seu bel prazer o que é e o que não é Educação Física. Desde que começou a operar, o Sistema CONFEF/CREFs tem operado a lógica da "acumulação primitiva", procurando abarcar tudo aquilo que interprete como atividade exclusiva do "profissional" (opera-se uma troca do termo professor por profissional) de Educação Física, supostamente com dois objetivos "nobres": defender a sociedade dos maus profissionais, dos "leigos-oportunistas" e abrir novos mercados exclusivos para o profissional da área.

Assim, as artes marciais, a capoeira, a dança, o ioga, o pilates sofreram com a intervenção equívoca do Sistema CONFEF/CREFs, já que se trata de áreas com formações e códigos culturais completamente diferentes da Educação Física. Mais recentemente, através de acordos com o Conselho Nacional de Saúde, ao profissional de Educação Física também foi garantido o direito de exercer a atividade da acupuntura (Resolução CONFEF 069/2003), desde que com formação capacitada; já com o Ministério do Turismo, a negociação tem sido a de atribuir ao "Profissional" de Educação Física a responsabilidade de comandar as atividades denominadas "Esportes de Aventura".

Apesar de inicialmente, o Sistema CONFEF/CREFs ter lançado seu olhar mais imediato ao mercado do ensino não-formal (escolinhas esportivas, hotéis, academias, clubes etc.), a dificuldade em fiscalizar tais espaços levou a uma mudança de postura, passando também a se intrometer nas escolas e universidades.

Dessa forma, o Conselho passa a exercer significativa pressão política e até mesmo através de liminares, tem conseguido adicionar aos Editais de concursos públicos realizados no Brasil que as Prefeituras e Estados exijam a necessidade de filiação ao Conselho no momento da posse, o que requer o contra-ataque jurídico (nem sempre vencido) do MNCR.

Nas universidades particulares, o Sistema CONFEF/CREFs exerce uma grande influência, já que procurou se aliar (ou cooptar) no momento de sua criação, a "burguesia de serviços" da Educação Física, o que inclui os donos de academia e de universidades, assim como seus coordenadores. Nas universidades públicas, apesar de sua intromissão ainda não chegar aos mesmo níveis das particulares, a adesão inicial de alguns professores ao Sistema e a chegada de novos concursados imbuídos da lógica da naturalização do Conselho, vem adensando sua participação no interior das universidades.

Além dos concursos, o Sistema CONFEF/CREFs tem fomentado a criação dos CREFinhos, um aparelho de hegemonia do Sistema no formato estudantil, procurando "assessorar a Presidência do CREF-1 em assuntos ligados a estágios e ações relacionadas ao mercado de trabalho" (JORNAL DO CONFEF, n.18, nov.2005). Com todas essas estratégias coercitivas, o CREF-1 materializou no dia 26/4/06 sua fiscalização policialesca contra o Projeto de Extensão da UFRJ "Água Vida". Alegando que uma das coordenadoras do projeto, a Professora Tânia Werner não tinha o registro profissional, esta estaria exercendo ilegalmente a profissão.

Segundo o Parecer 0135/2002 da Câmara de Ensino Superior do CNE ratificou que "o exercício da docência não se confunde com o exercício profissional". Logo, a fiscalização estaria ocorrendo indevidamente em um projeto de extensão de uma universidade pública. O MNCR repudia de forma veemente tais ações arbitrárias.

Para finalizar, deixamos claro que, em nome do MNCR, deslegitimamos a existência do Sistema CONFEF/CREFs e que continuamos na luta para empreender ações que visem a derrubada do Conselho, através da revogação da Lei 9696/98 e seguimos reivinidicando a regulamentação do trabalho, onde todos os trabalhadores possam obter direitos conquistados historicamente pelas lutas empreendidas pelos sindicatos.

Bruno Gawryszewski e Bruno Adriano Rodrigues da Silva, coordenadores do núcleo do Rio de Janeiro do MNCR.

Resenha

Os bancos não reclamam de Lula...

De todas as empresas que atuam no Brasil, os bancos são os que, num passado recente, mais têm enviado lucros e dividendos para fora do país. Entre janeiro de 2005 e março deste ano, as instituições financeiras mandaram US$ 2 bilhões ao exterior, o equivalente a quase 40% do total de remessas feitas no período (Folha de S. Paulo, 14/5).

Protestos mundiais contra a Volks

A luta contra o anúncio da Volkswagen de demitir 5,7 mil trabalhadores de suas fábricas no Brasil deve ser articulada mundialmente com outros comitês e sindicatos, segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, José Lopez Feijóo. O sindicalista afirma que há contingente para mobilizar mais de 250 mil trabalhadores, se for necessário. A Volkswagen anunciou seu plano de reestruturação no momento em que mostra os melhores resultados dos últimos anos. Com liderança européia no setor automotivo, somente entre janeiro e março a montadora obteve lucro líquido de R$ 863 milhões (Agência Carta Maior, 15/5).

Fome atinge 14 milhões

Em 2004, 14 milhões de pessoas foram atingidas pela fome no país. Outras 25 milhões tiveram acesso limitado aos alimentos e 18% da população viveram em condições de insegurança alimentar leve, conforme demonstram os números de uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No total, mais de 72 milhões de brasileiros (40% da população do país) têm algum tipo de restrição - quantidade, qualidade e regularidade suficiente - na alimentação. Se divididos em regiões, os dados ficam piores no Nordeste: 53,6% dos domicílios enfrentavam alguma situação de insegurança alimentar, sendo 12,4% casos graves. O Sul tem o menor índice: 23,4% (www.mst.org.br).

México inaugura maior biblioteca da AL

O México inaugurou, semana passada, a Biblioteca Pública Central "José Vasconcelos", a maior da América Latina, em Buenavista. Terá um acervo de 1,5 milhão de livros e capacidade para atender até 4.700 usuários ao mesmo tempo. Foram gastos US$ 90 milhões na construção da biblioteca, que tem um museu virtual, laboratório de idiomas, sala de ciências, de música, de exposições e de conferências. A biblioteca está instalada no prédio onde funcionava o principal terminal ferroviário do país. O nome é uma homenagem a um dos mais célebres escritores da revolução mexicana de 1910. O local contará com 750 computadores conectados à internet (Folha de S. Paulo, 12/5)

Colegiados

UFRJ fecha o ano deficitária

Pró-reitor de Planejamento anuncia déficit de R$ 13 milhões referente ao exercício de 2005

Na sessão do Conselho Universitário (Consuni) do dia 11/5, foi apresentada a prestação de contas da UFRJ referente a 2005. O pró-reitor de Planejamento, Carlos Antônio Levi da Conceição mostrou os números finais que apontam uma dívida de R$ 13 milhões. O pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, condenou a política econômica do governo Lula e enalteceu o fato de a UFRJ ter encerrado o ano passado no vermelho, sendo uma das raras exceções entre as universidades federais do país com o balanço anual negativo: "Nossa política é diferente do governo federal que, mesmo com a saída do Palocci, continua com cortes de recursos fundamentais para obter superávit. Aqui nós encerramos o ano com dívidas mas não deixamos de pagar as bolsas aos estudantes", afirmou.

No ano passado, a UFRJ gastou, ao todo, pouco mais de R$ 9,4 milhões com auxílio financeiro ao estudante, o que representa um significativo aumento em relação a 2004 quando os investimentos dessa natureza não atingiram R$ 4 milhões. Durante a apresentação, foi constatado que nada do montante foi destinado ao pagamento à Cedae, o que corrobora a explicação do pró-reitor de graduação. Entretanto, os estudantes ressaltaram que as bolsas relativas a abril ainda não haviam sido pagas até a data do Consuni e que os monitores de Comunicação Social (Bolsa Reitoria) também não receberam a remuneração referente a dezembro do ano passado.

Reitoria destina R$ 1,4 milhão para o Bandejão

Além da falta de pagamento das contas de água, a apresentação de Carlos Levi mostrou que cerca de R$ 1,4 milhão provenientes do convênio com o Banco do Brasil já está reservado para a construção do Restaurante Universitário (Bandejão), aguardando apenas que o projeto entre em fase de execução. Já a parte referente ao convênio com a Petrobrás/CENPES, R$ 1,2 milhão, foi destinada ao sistema de monitoração por câmera da Ilha do Fundão, dos quais R$ 650 mil foram liberados em 2005.

Estudantes pedem Filosofia no vestibular

Dezenas de estudantes compareceram à sessão para cobrar a inclusão de Filosofia no vestibular da UFRJ e que sua implementação seja feita pelos especialistas da matéria. O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) já havia aprovado a inclusão da disciplina na sessão do dia 29 de abril de 2004, mas até hoje ela não foi implementada.

Durante a plenária, os conselheiros concederam a palavra ao professor Ricardo Jardim que é chefe do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofias e Ciências Sociais (IFCS). O professor ressaltou que o próprio Consuni já reconheceu a importância da Filosofia nos currículos e emitiu um parecer que recomenda a inclusão e implementação da disciplina no vestibular. Ricardo Jardim se colocou à disposição para colaborar tecnicamente com o CEG e enfatizou a necessidade de haver uma ponte entre a Comissão de Vestibular do CEG e o seu departamento.

Comissão do CEG não reconhece decisão

A manifestação foi motivada pelo fato de ter sido aprovado, no dia anterior, um relatório da Comissão de Vestibular do CEG na qual se constata a necessidade de haver mais discussões antes da inclusão da matéria no vestibular. A decisão da comissão do CEG foi criticada pela maioria dos integrantes do Consuni: "Eu fazia parte do CEG na ocasião e votei a favor da inclusão. Mas ainda que tivesse votado contra, iria defender seu cumprimento", afirmou a professora Ana Canen (CFCH).

A vice-reitora, Sylvia Vargas, que presidiu a sessão, também se mostrou favorável à reivindicação dos manifestantes: "Se o CEG já aprovou (veja matéria abaixo), não há como a Comissão de Vestibular tentar modificar isto agora. O regimento deve ser cumprido". Sylvia Vargas pediu ao pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, que apresente novamente o problema ao CEG e prepare uma nova solução para apreciação do Consuni.

CEG discute novas normas para trancamento de matrícula

Objetivo é ser mais rigoroso com as solicitações para que vaga não fique presa

O Conselho de Ensino de Graduação de 10 de maio começou a discutir novas regras para o trancamento de matrícula dos estudantes da UFRJ. Os conselheiros pretendem tornar o procedimento mais rigoroso e ágil para evitar a ociosidade de uma vaga por muito tempo.

Segundo a proposta que guiou os trabalhos do colegiado – mas que não chegou a ser votada -, o aluno ingresso na UFRJ, por concurso de acesso aos cursos de graduação, transferência externa ou isenção de vestibular só terá pleno direito ao trancamento solicitado após cursar na UFRJ, com aproveitamento, um mínimo de 12 créditos. Caberá ao CEG, ouvida a Comissão de Orientação e Acompanhamento Acadêmico, a análise de solicitações de alunos que, mediante justificativa, necessitem trancar matrícula sem terem cumprido o número de créditos exigidos.

O texto também divide o trancamento em duas categorias: o automático – quando o estudante com matrícula ativa não efetua pedido de inscrição em disciplinas no prazo determinado pelo calendário acadêmico – e o solicitado. O aluno que, mesmo inscrito, não tiver cursado as disciplinas do período, poderá ter sua situação alterada para trancamento automático no período subseqüente. Já aquele que estiver em situação de trancamento automático e, no período seguinte, não efetuar pedido de inscrição em disciplinas, terá sua matrícula automaticamente cancelada.

Ainda de acordo com a proposta em tramitação no CEG, o trancamento de matrícula, de qualquer modalidade, somente será permitido por até quatro períodos letivos, consecutivos ou não – atualmente, são seis. Não será computado para efeito de integralização curricular o tempo em que o estudante permanecer com trancamento de matrícula.

Filosofia e o vestibular da UFRJ

Apesar de o colegiado já ter discutido o assunto em diversas sessões, chegando a deliberar sobre a matéria, a Comissão de Vestibular apresentou parecer no colegiado questionando a inclusão da Filosofia no concurso de acesso aos cursos de graduação da UFRJ. De acordo com o texto, "o processo se constituiu de forma equivocada, uma vez que o Departamento de Filosofia encaminhou diretamente ao Consuni um recurso (...). A matéria, portanto, não foi objeto de aprovação no IFCS nem do Conselho de Coordenação do CFCH, o que, no entendimento da Comissão de Vestibular do CEG, fere as normas de tramitação de processos e, sobretudo, não a qualifica como uma decisão que possa ser analisada por um colegiado superior".

O documento, aprovado por unanimidade pelo CEG, recomenda a devolução do processo ao Departamento de Filosofia para que o encaminhe ao colegiado superior do IFCS e, posteriormente, se assim for o caso, ao Conselho de Coordenação do CFCH. A comissão de vestibular também reafirmou a indicação de que a inclusão da Filosofia no vestibular da universidade "seja objeto de ampla discussão".

A UFRJ e os conselhos profissionais

O Conselho de Ensino de Graduação resolveu repudiar, através de moção, a atitude arbitrária do Conselho Federal de Educação Física ao constranger uma professora da UFRJ, durante uma de suas atividades, no *campus* da Praia Vermelha (veja matéria na página 3).

O pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, comprometeu-se, ainda, a discutir, em futuras sessões do CEG, a relação entre a universidade e todos os conselhos profissionais.

Edital para ensino a distância

O CEG também aprovou, na sessão de 10/5, o edital do concurso de seleção pública para educação superior a distância do consórcio que reúne instituições públicas do estado do Rio de Janeiro. As inscrições para os interessados nas 2.586 vagas estarão abertas de 30 de maio a 14 de junho. A UFRJ participa dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas (610 vagas) e Licenciatura em Física (225).

Eleição para decania do CFCH

Desde o dia 15 e até 25 de maio, estão abertas as inscrições para disputar a decania do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). As eleições ocorrem nos dias 19, 20 e 21 de junho.

Editais para os Colégios de Aplicação

Diretora do Cap-UFRJ, a professora Celina Maria de Souza Costa informou ter participado de uma recente reunião entre diretores de colégios de aplicação com o MEC. O objetivo do encontro seria reivindicar mais espaço para essas unidades nos editais do ministério. "Os editais da SESu não nos contemplam; e os demais são específicos para redes estadual e municipal", afirmou. Segundo ela, o MEC decidiu instalar um grupo de trabalho para discutir o tema a partir do fim do mês.

Opinião

Retomar a capacidade de luta e construir uma saída socialista para o Brasil

Agnaldo Fernandes*

Recompor o "bloco histórico" da classe trabalhadora

Este texto é uma atualização de artigo escrito quando da preparação da II Assembléia Nacional Popular de Esquerda, realizada em São Paulo entre os dias 7,8 e 9 de abril passado.

Outro aspecto |importante a se frizar é que, a nosso ver, não está sequer próximo de ser fechado o processo de reorganização no conjunto dos movimentos sociais onde primam a dispersão e uma profunda confusão ideológica e programática. Partir dessa caracterização é elemento preponderante para tentarmos construir políticas que visem a superação dessa fase rica e complexa.

A iniciativa de organizar foruns comuns que possam aglutinar setores de esquerda é muito positiva para o processo de reorganização das forças dos movimentos sociais. Particularmente, depois da crise aberta com a opção neoliberal do governo Lula/PT e agravada agora no mar de lama da corrupção e pelo terremoto que significa a falência, não apenas do governo Lula, mas também do PT, como instrumento de luta e referência para a esquerda brasileira.

Estabelecer um espaço de atuação comum, unitário e democrático, do qual participe o maior número possível de organizações, entidades e representações dos movimentos sociais, correntes e partidos socialistas e revolucionários de nosso país é uma necessidade objetiva: é preciso dar resposta à decepção e à frustração vividas por milhares de ativistas das classes trabalhadoras brasileiras retomando e potencializando a capacidade de mobilização e reconstruindo uma saída socialista para o Brasil, é neste quadro que se insere a iniciativa da Assembléia Nacional Popular e de Esquerda(ANPE).

As várias iniciativas em curso não devem ter como objetivo se contrapor a outras iniciativas da esquerda socialista brasileira nos terrenos sindical, estudantil e popular. Trata-se de uma tentativa de dar um passo à frente, para unificar as atuais iniciativas em curso e ao mesmo tempo superar positivamente os limites de cada uma delas.

Devemos atuar e nos empenharmos na construção desses foruns comuns amplos e democráticas, como forma privilegiada de evitar a fragmentação e/ou divisão da esquerda combativa e de avançar na busca de uma ampla frente de ação, independente das cúpulas burocráticas que estão a serviço do governo no interior dos movimentos sociais das classes trabalhadoras.

Tal frente pode concretizar-se em torno de uma plataforma política contra os atuais governos e o patronato, plataforma que pode e deve ser construída nos diversos espaços de reaglutinação que estão em curso.

Começando por fazermos nesse momento uma denúncia implacável e uma campanha nacional contra a tentativa de acordão para abafar o mar de lama que afunda o governo, o Congresso Nacional, as grandes empresas corruptoras e os partidos, não apenas da base governista, mas da cínica oposição burguesa capitaneada pelo PSDB e PFL. Este acordão para uma grande pizza só pode interessar mesmo a este conjunto de atores envolvidos; não interessa aos trabalhadores, aos sem terra, às mulheres, à juventude, aos desempregados.

A constituição de uma plataforma política deve partir das bandeiras históricas e completamente atuais tais como a luta contra o pagamento da dívida externa, contra as reformas neoliberais, a defesa de emprego e salários decentes, a defesa da reforma agrária (que não existe sob este governo) a denúncia do desmonte da previdência, da educação pública e da privatização dos serviços públicos, o apoio às ocupações de terra e dos terrenos urbanos na luta pela moradia, a luta contra a Alca, a defesa do meio ambiente — contra a lei dos transgênicos e a privatização da Amazônia —, entre outras bandeiras.

Também deve ser parte da unidade prática, na luta, o empenho da Assembléia Popular em apoiar e realizar amplas campanhas de solidariedade ativa às greves dos trabalhadores, especialmente as greves do setor público, como a das universidades federais e das universidades estaduais de São Paulo, que enfrentam objetivamente os ajustes neoliberais dos governos federal e estaduais, assim como a denúncia de toda e qualquer repressão destes governos contra as greves e a organização sindical, como fez recentemente o governo Lula contra a greve e as entidades dos trabalhadores da seguridade social: multas aos sindicatos (tal como FHC fez com os petroleiros em 1995) e um indecente e patronal corte de ponto dos grevistas.

Construir, portanto, uma plataforma política de bandeiras e para ação prática nas lutas e criar condições para iniciar um amplo, plural e unitário ciclo de debates entre todas as forças combativas da esquerda e dos movimentos sociais são desafios importantes colocados para a Assembléia Nacional Popular de Esquerda, bem como para as demais iniciativas de aglutinação dos setores de esquerda socialista.

É a partir dessa compreensão, de que é necessário unificar ações e aprofundar as experências comuns que entendemos ser fundamentala realização de um grande Encontro Nacional dos Movimentos Sociais de Esquerda para o início de 2007, um evento a ser construído democraticamente e que permita preparar o conjunto desses movimentos para enfrentar um duro período que se avizinha. Esse seria um passo decisivo na tentativa de superação da atual fase de dispersão e na reconstrução do "bloco histórico" da classe trabalhadora. Está lançado o desafio, vamos à luta!!!

* Técnico-administrativo da UFRJ,
Diretor da Fasubra

Imprensa sindical

Jornal da Adufrj é referência em reportagem da ABI

O jornalismo sindical foi o tema de matéria, divulgada em 17/3, na página eletrônica da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). As dificuldades, o mercado de trabalho, a relação entre as direções sindicais, jornalistas e a categoria foram alguns dos pontos abordados na reportagem.

Para o escritor e pesquisador Vito Giannotti, autor de vários livros sobre o sindicalismo, como "Estrutura sindical" e "A liberdade sindical no Brasil", a criação e manutenção de uma mídia que chame a atenção do trabalhador não é uma tarefa muito fácil, em função das características do leitor. Por isso, os sindicatos passaram a investir em veículos próprios, cuja linguagem chama a atenção para fatos de interesse do segmento em questão. Apesar dos problemas, Vito Giannotti considera que, se comparada à de outros países, a mídia sindical brasileira merece destaque: "No resto da América Latina, a comunicação sindical está longe de alcançar o peso que tem em nosso País", disse.

O Jornal da Adufrj foi citado pela matéria e a editora, Ana Manuella Soares, afirmou que a publicação tem o papel político de ser o espelho do movimento do corpo docente da UFRJ. "Acompanho há muito tempo esse processo, sei que o jornal tem boa expressão dentro do *campus*, e é assim que tem que ser: o veículo de classe deve ter credibilidade com seu público", comentou a jornalista.

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Movimento

Samuel Tosta

Janete Luzia

PLENÁRIA EM VOTAÇÃO. AO LADO, ESTUDANTES E PROFESSORES DA UFRJ PARTICIPAM DO CONAT

Trabalhadores e estudantes avaliam Conat

Um marco fundamental na reconstrução da organização de classe no Brasil

Ninguém tem dúvidas que Congresso Nacional dos Trabalhadores que fundou a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) nos dias 5 a 7 de maio, em Sumaré, São Paulo, foi um marco importante no processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira, após o governo de Lula e do Partido dos Trabalhadores ter adotado o projeto neoliberal como seu projeto para o país. As opiniões variam de intensidade, mas, no fundamental, todos concordam que o saldo do Conlutas foi extremamente positivo na construção de um projeto alternativo para os trabalhadores e movimentos sociais no Brasil.

O presidente nacional do PSTU e coordenador do Conlutas, José Maria de Almeida, considerou que o Conat ganhou uma importância histórica nesse momento de reorganização dos trabalhadores. "Formou-se um pólo de aglutinação de forças que pode se constituir como uma alternativa de luta, frente à traição da CUT e da UNE", observou. Para Zé Maria, a entidade formalizada no Conat pode ajudar a desbloquear e a unificar a luta dos trabalhadores daqui para frente. O dirigente destacou também o amplo espectro de entidades e movimentos sociais representados no evento. Segundo ele, na medida em que a Conlutas enfrentar os desafios da conjuntura, como as reformas neoliberais, a entidade vai se consolidar entre os trabalhadores.

Evento sindical mais importante das últimas duas décadas

O diretor e coordenador do Grupo de Trabalho Política e Formação Sindical do Andes-SN, professor Edmundo Fernandes Dias, classificou o Conat como o evento sindical brasileiro mais importante das duas últimas décadas. Segundo ele, ao reunir cerca de 3,5 mil pessoas com posicionamentos claros contra as manobras da CUT, da UNE e dos demais organismos a serviço do governo, o congresso mostrou que os trabalhadores estão preparados para construir uma entidade que unifique a luta classista. "Sem menosprezar os movimentos sociais que estão em luta há muito tempo", frisou.

Ex-diretor do Andes-SN e professor da Unesp, Antonio Luiz de Andrade entende que a entidade formalizada no Conat tem o grande desafio de se constituir como instrumento de luta de classe, mesmo congregando segmentos tão variados. "Essa é uma experiência nova", afirmou, Antônio, que participou da coordenação do Congresso. O professor também fez comparações entre o surgimento da Conlutas e a CUT. Segundo ele, o evento de Sumaré (SP) foi melhor organizado que as duas edições da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) que anteciparam a criação da CUT, em 1983. E isso, ele lembra, apesar das conjunturas bastante diferenciadas que levaram à criação de uma e de outra - os movimentos sociais viviam uma época de ascenso, na época de fundação da Central Única dos Trabalhadores, um quadro bem diferente do que levou à criação da Conlutas como entidade formalizada.

Diretoria do Andes-SN fará avaliação nos dias 22 e 23

Na avaliação inicial da presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, o Conat foi um evento importante, que reuniu a vanguarda de luta da classe trabalhadora. Para ela, os princípios e resoluções aprovados na cidade de Sumaré estão muito próximos das decisões tomadas pelo último Congresso do Andes-SN, em Cuiabá (MT). "Cabe agora ao Sindicato Nacional debater a sua relação com essa entidade que acabou sendo formalizada", comentou. Marina ressalta, porém, que uma análise mais aprofundada sobre o Conat ainda será feita pela diretoria do Andes-SN, reunida em Brasília (DF), de 20 a 23 deste mês.

Encontro de estudantes antecedeu o Conat

Um dia antes da realização do Conat, a cidade de Sumaré sediou também o Encontro Nacional de Estudantes. Para um dos representantes do movimento estudantil da UFRJ, Jorge Badauí, o Encontro foi vitorioso ao reunir aproximadamente 800 alunos de mais de 200 entidades estudantis. Para ele, outro ponto que chamou a atenção no evento foi a avaliação das delegações que também compareceram ao Coneb (Conselho de Entidades de Base, da UNE), em Campinas, no mês de abril. "Eles diziam que o Encontro Nacional estava sendo muito mais democrático", contou.

As principais resoluções do Encontro Nacional de Estudantes, no ponto de vista do aluno da UFRJ, foram: a inauguração de uma campanha para se conseguir mais verbas para a Educação e uma outra campanha para discutir a fundação de uma nova entidade estudantil, como alternativa formal à UNE.

Em relação ao Conat, Badauí considerou importante a troca de experiência entre estudantes e trabalhadores. Ele se disse emocionado com a principal votação do evento, que formalizou a entidade: "As pessoas ficaram com os crachás levantados por vários minutos; depois, houve muitos aplausos", afirmou.

Professora considera vitoriosa a realização do Congresso

Para professora Vera Salim, participante do Conat como observadora por deliberação da Assembléia Geral da Adufrj-SSind, o expressivo número de participantes no Conat, em Sumaré, mostrou que a classe trabalhadora está tomando para si a tarefa de reconstruir suas organizações e pautar suas próprias lutas. "Ao lado de outros significados importantíssimos, o Conat demonstrou a resistência de boa parte do proletariado do nosso país aos processos de cooptação. Sua realização ocorre num momento em que ninguém minimamente informado pode duvidar de que as organizações sindicais existentes - CUT, Força Sindical e demais - já não conseguem esconder o fato de serem instrumentos do governo, o que nos autoriza a iniciar a tarefa de criação de outra central nacional".

A professora defende uma concepção de organização de uma central sindical, minoritária no Conat. "Se somos marxistas, temos que entender que as formas de organização do proletariado e de seus aliados devem ser determinadas pela estrutura e pela conjuntura em que atuam ou em que vão atuar. Não concordo, pois, com a proposta de organização aprovada no Congresso de que a Conlutas deve abrigar no seu seio praticamente todos os segmentos do proletariado brasileiro, pois isto seria unificar as atuais lutas dispersas à força, dispersão que constitui uma das características da conjuntura". Vera diz que participará da nova organização, "para discutir, debater e construir com o conjunto da classe trabalhadora a sua nova entidade".

Movimento

Fotos: Samuel Tosta

VISTAS EXTERNA E INTERNA DO PAVILHÃO ONDE OCORRERAM AS ATIVIDADES DO I CONAT

Convidados falam sobre a nova organização

Na abertura do I Conat, os participantes puderam acompanhar as palestras de vários pensadores e ativistas de esquerda, do Brasil e do exterior sobre os rumos da organização da classe trabalhadora e a importância da criação da Conlutas.

O professor e sociólogo James Petras descreveu o Congresso em Sumaré como um momento histórico de criação de um pólo de organização em oposição ao "neo-coronelismo" neoliberal e que fará frente à decadência de entidades como a CUT, a UNE e demais organizações que apóiam o governo Lula. Para Petras, a Conlutas é um ponto de referência para as forças críticas e dissidentes. "Isso poderá avançar na luta e preencher um grande vazio entre a direita, com Lula e os partidos do Congresso, e a grande massa, que exige reivindicações e lutas sociais", disse.

Petras ressaltou que entre a esquerda revolucionária brasileira, que é forte, porém pequena, e a direita governamental, há uma massa de 70% da população que reivindica mudanças, não necessariamente revolucionárias. Para o sociólogo, essa massa perdeu sua referência, mas não está disposta a ir para a esquerda revolucionária, portanto, nesse espaço, é importante o papel que cumpre a Conlutas.

Imigrantes nos EUA sofrem a dominação dentro do próprio império

Para Petras, a tarefa da Conlutas é organizar a grande massa de trabalhadores e de excluídos, como os sem-terra e os desempregados, tendo como referência movimentos semelhantes que têm se fortalecido em outros países. "Nos EUA, há um setor combativo formado por imigrantes e operários na vanguarda de grandes marchas e boicotes. Na França, a juventude sem emprego está encabeçando muitos dos mais contundentes combates. Na Itália, ao Sul, os desempregados vêm se mobilizando e na Argentina os piqueteiros ganham força. No Brasil, o que falta é organizar todos esse setores".

Conlutas deve organizar as novas categorias de trabalhadores

O sociólogo e professor da Unicamp, Ricardo Antunes, também enfatizou a importância do Conat. Em relação à América Latina, o sociólogo lembrou que os governos de diferentes origens aplicam a mesma política: neoliberal. "Temos os governos de direita, que é o que está, por exemplo, no México. Mas temos ainda os governos de esquerda, que, como eu gosto de chamar, é a esquerda que a direita gosta. É a esquerda que a direita chama quando ela não consegue aplicar suas reformas neoliberais", afirmou. Para Antunes, o governo Lula representa verdadeira vitória do imperialismo. Para se contrapor a ele, a Conlutas tem como desafio organizar as novas categorias de trabalhadores. "O neoliberalismo impôs uma nova morfologia do trabalho. Temos o operário industrial, mas temos ainda novas categorias do trabalho", explicou.

Intelectual cubana elogia Conlutas

A intelectual cubana Célia Hart disse que todos os movimentos de massas na América Latina, mesmo os que conseguiram depor governos, careceram daquilo que o Congresso da Conlutas estava se propondo: unidade, mas que contenha, em seu interior, todas as lutas particulares: a emancipação feminina, contra a discriminação racial etc. Célia avaliou a conjuntura na América Latina como o auge da continuação da luta contra o neoliberalismo que se seguiu à queda do Muro de Berlim, pois desde então houve uma forte oscilação à esquerda. "Os movimentos sociais na Bolívia, no Equador e na Argentina demonstraram que as condições objetivas estão mais que maduras, já estão apodrecendo. O que realmente nos falta é a direção política, o aspecto subjetivo", ressaltou. Célia disse acreditar que a Conlutas cumpre com suas expectativas sobre o que deveria ser uma organização operária.

Pagamento da dívida prejudica trabalhador brasileiro

Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal da Receita Federal e integrante da Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida pela Campanha Jubileu Sul, participou do painel "Conjuntura Nacional e Internacional" e ressaltou que a dívida externa é o pano de fundo de todos os problemas da classe trabalhadora no Brasil. A Auditoria Cidadã exige o não pagamento das dívidas externa e interna e atualmente desenvolve uma campanha nacional ampla de conscientização e mobilização popular em torno desta causa. A Conlutas integra o Conselho Político da Auditoria Cidadã.

Maria Lúcia Fattorelli explicou que a dívida prejudica o trabalhador, pois 70% do orçamento da União vão parar nos bolsos do FMI, o que causa a falta de verbas para as áreas sociais, como saúde, educação, moradia, reforma agrária, previdência social e aumento do salário mínimo.

Militante analisa manifestações na França contra precarização do trabalho

O militante francês e operário aposentado André Lancteau falou sobre os protestos contra os ataques aos direitos trabalhistas e a questão dos imigrantes na França. Para ele, que iniciava sua militância no Maio de 1968, os protestos de abril de 2006, contra o Contrato do Primeiro Emprego (CPE), lembraram aquele período e deram novo impulso ao movimento sindical. "Acompanhei as lutas, não só através das manifestações, mas também conversando e tentando discutir muito com os jovens. O saldo dos protestos foi o recuo do governo, mas o mais importante foi ter cada vez mais gente se juntando na luta", disse.

Lancteau disse que a luta na França não teve claramente um caráter anti-imperialista já que muitas organizações quiseram manter o movimento limitado à rejeição da lei. Mas ressaltou que as manifestações trouxeram algo novo, o enfrentamento político, o que para ele foi muito importante. "Há muito tempo não víamos um movimento tão politizado. Principalmente os jovens da periferia o que causou, por causa da polícia racista, um enfrentamento muito grande," declarou.

Russo elogia debates

A Rússia foi o primeiro país do mundo a viver a experiência de uma revolução socialista. Em outubro de 1917, milhares de trabalhadores e camponeses, liderados pelos bolcheviques, protagonizaram uma impetuosa ação, que derrubou um governo de Frente Popular. Por isso, a Rússia é, até hoje, um país importante para os socialistas de todo o mundo. Convidado do Conat, o russo Mikhail Ostrovski, trabalhador gráfico e estudante de História, falou da realidade da classe trabalhadora na Rússia de hoje e elogiou a "democracia operária" do Conat.

Valério Arcary emploga plenário do Conat

Historiador, professor do Cefet/SP e militante do PSTU, o autor do livro "As esquinas perigosas da História", Valério Arcary', foi o último orador a falar e empolgou o plenário. Para ele a preservação da ordem imperialista tem significado mais guerra, desnacionalização e destacou: "a ordem do capitalismo se mantém, mas o custo dessa manutenção é cada vez mais prejudicial para a humanidade".

Valério chamou atenção daqueles que ainda estão em dúvida sobre a construção de uma alternativa, e que ainda participam da central governista. "Os dirigentes da esquerda cutista não podem continuar assim. Ou assumem compromissos com os trabalhadores, ou honram os compromissos com o governo. Não há meio termo. Derrubem as muralhas da CUT, os sindicatos não foram construídos para defender o Ministério do Trabalho, mas pra defender aqueles que vivem do trabalho".

Com informações do site www.conlutas.org.br

Opinião

A Verdade

Um monólogo para três cabeças

Ricardo Kubrusly*

Из меса нам се живог рађа земља
Груда за грудом камен за камеом
Извесност за извесношћу*
ВАСКО ПОПА

Esse passado morto esse presente
O agora que se vai sem que eu o pegue
Viaja num futuro de certezas

Não, não quero escrever esses decassílabos e nem me conformar com eles. Que busquem verdades os versos mortos do poema construído. O que nos resta é um outro poema sem verdades, com versos partidos, educados pelo chão, com a lógica dilacerada dos que, abandonando os fatos, se atiram no frenesi dos acontecimentos. Que venha São Paulo com suas fogueiras urbanas, que venham os gols, a trave, a Europa com seu cinismo histórico e o sonho antigo, latino-americano, de um mundoredondo aos acontecimentos. Caminharemos pela fresta da idéia, no átomo em perpétua dúvida, distante dos laboratórios onde se projetam verdades verdadeiras, errando pelas cidades vivas, por suas feridas complexas, na lógica do grito, na câmera lenta da bala, que atravessando um infinito de possibilidades, acerta um coração apaixonado, no último fio de cabelo pendurado, na queda, no vôo vertical dos acontecimentos. Caminharemos pelas beiradas da vida onde o desconhecido reina com seus vapores novos e as revoluções ainda transformam sociedades.

Palavras, poeta! De que te adiantou fugir dos versos sem abandonar a poesia, com suas palavras apenas, inconseqüentes como os sonhos de uma matéria ausente, palavras abandonadas pela prática indescritível, aprisionadas na linguagem, sem mistérios, posto que lá não chegam e sem realidade, posto que aqui, onde o real resplandece, nunca estiveram. Palavras que não transformam, facas sem corte, incapazes de romper ou associar, vaso quebrado a cujo som perdido o poeta, equivocado, se enamora. Ocas sonoridades sem destino. Palavras sem continuidade, sem projetos, palavras apenas. E com elas nada conseguiremos. Toda ação que valha a pena ser vivida vem da estrutura empírica, onde o verbo cala, da verdade sem verso, da matéria dura e da morte planejada e executada pelo herói transformador de metáforas em conseqüências. Caminharemos sim, montados no cerne da idéia, na lógica dos átomos certeiros, de dentro dos laboratórios onde as equações destinam os acontecimentos. Pelo centro das cidades, na câmera veloz dos velhos vapores da história, no coração da matéria, onde um mundo justo e sem palavras será a qualquer custo construído.

Palavras, camarada! Outras palavras e sempre as mesmas palavras, talvez vestidas diferentes. Não nos movemos para além das palavras sem cair para dentro do mistério, onde, se a palavra cala, a ação desaparece. Como viver os acontecimentos e observá-los simultaneamente? Como contar a história que queremos se para fazê-la nos perdemos de escrevê-la e, se infiltrados pelas entranhas dos acontecimentos, camuflados de verdade e conseqüências, nos descobrimos aflitos e ingenuamente perplexos, sempre nos escondendo diante da TV ou atrás do computador, mudando os canais das história e tentando em vão compreender, até quando, o imutável mundo exterior. Os ônibus queimam um São Paulo sem luz, em um deserto de idéias. A polícia acuada liquida suspeitos como se fossem amostras descartáveis de um experimento sinistro, como se fossem versos. Algo acontece no *campus*, os universitários se aglomeram em volta da TV, o governo negocia com o tráfico, na tela, um tal Belletti, com certeza de origem italiana, que outrora fora meia direita de um São Paulo tricolor, liquida as esperanças inglesas, com se fossem suspeitas. O jogo acaba e os estudantes se dispersam enquanto esperam, até quando, o próximo jogo, o próximo incêndio. As eleições para o sindicato transcorreram sem tropeços. A luta, como se dizia antigamente, continua, até quando? São Paulo parece o Rio, já são centenas...

Ora, não me venha com fatos.

(Footnotes)

*De nossa carne viva nasce a terra
Torrão a torrão pedra a pedra
Certeza a certeza

Adufrj-SSind

Assembléia discute campanha salarial

Entendimento é que o PL 6368/05 não vai resolver os problemas da categoria

A crescente insatisfação salarial entre os professores universitários motivou o debate na última Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada em 11/5, no auditório Moniz Aragão, no *campus* da Praia Vermelha. As dúvidas em torno do projeto de lei nº 6368/05, que altera a estrutura e a remuneração da carreira do magistério superior, e a campanha salarial deste ano foram alguns dos pontos discutidos na AG.

O PL 6368/05, com o qual o Andes-SN não teve acordo durante a última greve da categoria, continua sua lenta tramitação pela Câmara dos Deputados – o último movimento registrado do PL foi a designação de um relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), no próprio dia 11. De acordo com o texto do projeto, os acréscimos de vencimentos relativos à titulação já deveriam estar valendo desde 1º de janeiro. E os novos valores de vencimento básico deveriam estar vigindo desde 1º de maio. Apenas o prazo de 1º de julho, com aumento nos valores dos pontos da GED, ainda não foi ultrapassado.

O fato é que, mesmo se aprovado o PL, ainda existem dúvidas entre os professores quanto à sua implementação, principalmente em função da criação da nova classe de professor "Associado", entre os adjuntos e os titulares. Na assembléia, houve a compreensão de que o PL trará pouco alento à remuneração dos docentes. Pior: devido ao seu atraso, ainda poderá causar confusão na categoria durante a campanha salarial deste ano.Uma vez que o aumento será concedido neste ano, muitos professores poderão acreditar que não há razão para uma campanha salarial 2006, quando, na verdade, o aumento seria resultado da greve realizada em 2005.

Por isso é que os professores da AG encaminharam a necessidade de se desenvolver com mais intensidade a campanha salarial deste ano, com ênfase na negociação conjunta das carreiras de magistério superior e de 1º e 2º graus. Para o presidente da Adufrj-SSind, José Simões, seria importante investir também em dias de mobilização (ou de paralisação) nacionais para verificar a disposição dos docentes para a campanha salarial.

A Assembléia aprovou o nome do professor Salatiel Menezes para representar a Adufrj-SSind na Plenária dos Servidores Federais, no dia 13/5, em Brasília. Salatiel participou também da reunião do Setor das Federais, no dia 12/5, ao lado do diretor Fernando Marinho.

Opinião

Desemprego: problema ou solução?

Maria Augusta Tavares*

Falar de (des)emprego conduz obrigatória e necessariamente a pensar na mercadoria força de trabalho, cuja busca de substitutivo, contraditoriamente, tem sido um dos objetivos da classe que a consome. Com isso, não se quer afirmar que o desemprego é resultante de um mero ato de vontade dos capitalistas. A incontrolabilidade do capital, amplamente defendida por Mészáros, em *Para além do capital*, é elucidativa dessa discussão. E, no que se refere à contradição, a realidade confirma Marx, ao demonstrar que o desenvolvimento da mercadoria não a elimina, mas gera a forma dentro da qual ela pode se mover. Em sendo assim, embora a esfera da produção continue sendo o momento privilegiado da origem do capital, é inegável que a relação capital-trabalho, sobretudo a partir da última década do século XX, vem sofrendo transfigurações, que dão lugar, dentre outras ilações, ao fim da sociedade do trabalho, formulação que reúne pesquisadores da estatura de Habermas e Off, dentre outros. Nessa direção, por um lado, a literatura burguesa reduz o debate à circulação de mercadorias e, por outro, a relação capital-trabalho é metamorfoseada por mecanismos que sugerem a existência de uma sociedade, onde, supostamente, agentes econômicos materialmente desiguais se encontram no mercado para comprar e vender em condições de igualdade.

A diminuição do trabalho socialmente necessário resulta na liberação de significativa parte da força de trabalho disponível. Mas, isso não significa que as inovações tecnológicas são, isoladamente, determinantes do desemprego estrutural

Não cabe, aqui e agora, desvelar as implicações teórico-metodológicas decorrentes desse qüiproquó. Em termos práticos, pode-se observar que, ao mesmo tempo em que a mercadoria força de trabalho enfrenta dificuldades para ser vendida/comprada no mercado, as mercadorias em geral têm cada vez mais trabalho morto que trabalho vivo. O senso comum tende a atribuir essa mudança apenas aos avanços tecnológicos os quais, dado o seu caráter de imprescindibilidade, servem de justificativa até aos próprios trabalhadores, para explicar o fenômeno do desemprego. Evidente que a diminuição do trabalho socialmente necessário resulta na liberação de significativa parte da força de trabalho disponível. Mas, isso não significa que as inovações tecnológicas são, isoladamente, determinantes do desemprego estrutural.

Desde que a ciência começou a ser utilizada no processo produtivo a força de trabalho foi potencializada. Mas, o resultado imediato dessa aplicação é o aumento da produtividade, não do desemprego. A tecnologia só é determinante para o desemprego porque esta é, *a priori*, demandada pelo desenvolvimento capitalista, estando, portanto, submetida aos imperativos desta ordem burguesa. Neste sentido, ao uso da microeletrônica no processo produtivo devem-se acrescentar as formas - empresa, mercado, Estado etc., orientadas pelo neoliberalismo - pelas quais o capital busca alcançar o seu fim último neste momento histórico. Para ser breve, basta lembrar que a flexibilização, política representativa desta era, é determinante tanto na produção como na reprodução da sociabilidade burguesa. E esta, em suas mais diversas expressões, é permeada por processos através dos quais o novo e o velho cumprem uma unidade dialética. Verifica-se, por exemplo, que, malgrado a disseminação da informática no mundo e a natural predominância da mais-valia relativa, o capital tenta, por todos os meios, expandir o seu domínio sobre o tempo do trabalhador. No Brasil, dentre outras flexibilizações propostas à CLT (Projeto de Lei nº 5.843, de 2001, que altera o artigo 618 da Consolidação das Leis Trabalhistas), há um item que trata de rever o conceito de diurno e noturno. A tentativa sugere que na impossibilidade de, efetivamente, encompridar o dia, pode-se, pela semântica criar uma forma, através da qual o capital materialize a sua voraz necessidade de se impor como senhor do tempo. Como aponta a realidade, em lugar de diminuírem as jornadas de trabalho, a mais-valia absoluta tem sido incrementada pelo deslocamento do trabalho do centro para a periferia, onde as condições materiais de existência das populações possibilitam um maior grau de exploração, demonstrando que não tem diminuído o trabalho, mas que menos trabalhadores trabalham muito mais. Assim, aparentemente remando contra a maré, o capital materializa a lógica que lhe é inerente ao gerar formas no interior das quais convivem a informatização e a informalização do trabalho.

A tecnologia só é determinante para o desemprego porque esta é, *a priori*, demandada pelo desenvolvimento capitalista, estando, portanto, submetida aos imperativos desta ordem burguesa

No século XIX, Marx já apreendera a existência do exército industrial de reserva, como uma das condições de existência do modo de produção capitalista. Na medida em que as transformações contemporâneas tocam apenas a aparência do sistema, a nova lógica de reprodução, embora tecida por uma trama diferente, continua confirmando a vigência dessa categoria marxista. Evidente que a composição orgânica do capital, neste século XXI, assume outra conformação e que a capturação da mais-valia, possibilitada pela flexibilização, pode ser feita para além das fronteiras do *lócus* do capital global, diferentemente do que ocorria na fase do capitalismo concorrencial. A fragmentação do processo produtivo e o seu deslocamento, bem como a busca de autovalorização do capital, na esfera especulativa, promovem alterações na lógica de reprodução do sistema, permitindo que a tentativa de cancelar trabalho seja cada vez mais presente, com o que se revela a nocividade do desemprego estrutural para aqueles que só dispõem da força de trabalho para sobreviver nesta sociedade.

Como pensar em pleno emprego, nesta sociedade comandada pelo capital se o desemprego se constitui em alternativa para a superação da crise que lhe é endógena?

Poder-se-ia dizer que na atual correlação de forças entre as classes, o desemprego, por ser o fenômeno que está na base da questão social, cria as condições ideais para outras formas de exploração, ainda mais graves do que a que se pode fazer mediante a relação formal empregado/empregador. Sob o regime da insegurança, do medo e da escassez, o trabalhador torna-se presa fácil, para que o capital exercite novas formas de controle e de dominação, o que tem sido feito com bastante eficiência. As cooperativas, o trabalho domiciliar, os estágios, o trabalho voluntário, as pequenas empresas e até o trabalho escravo se inscrevem nas atuais práticas. Mas, dada a necessidade de legitimação e o estágio de desenvolvimento do capitalismo, mesmo as estratégias extra-econômicas de controle e dominação se dão pela cultura e pela ideologia. Ressalta-se, neste contexto, o discurso da empregabilidade e do empreendedorismo, pelo qual, a partir de uma perspectiva funcionalista, transfere-se para o indivíduo a responsabilidade pelo seu (des)emprego.

A partir dessa lógica, veementemente defendida por instituições que personificam o capital, todos podem criar o seu próprio emprego. Se isso é verdade, considerando que a maioria dos trabalhadores enfrenta o desemprego como uma forma de condenação, o empreendedorismo aponta para o pleno emprego. Ora, como pensar em pleno emprego, nesta sociedade comandada pelo capital se o desemprego se constitui em alternativa para a superação da crise que lhe é endógena? Se admitir o desemprego como a saída capitalista para a crise contemporânea nos causa indignação, que sentimento nos acomete quando descobrimos que as guerras do mundo moderno são movidas, historicamente, pela mesma motivação?

Como se pode ver, a versatilidade do capital não tem limites. Seu horizonte é acumular indefinidamente. E, neste sentido, uma vez que as possibilidades de expandir mercados se tornaram muito escassas, a reestruturação produtiva, sabiamente, elege novas áreas de investimento lucrativo. Pode ser privatizar a previdência social, a saúde e a educação nos países periféricos, transferir uma indústria automobilística de um país rico para um país pobre ou criar um ambiente de guerra e colocar em cena milhares de trabalhadores, que põem em risco a própria vida, num suposto combate ao terrorismo. Todas essas ações geram ganhos para o capital e perdas significativas para a classe trabalhadora de todos os países envolvidos, não importa se centrais ou periféricos. Parece, portanto, que qualquer alternativa para a classe trabalhadora, passa pela organização de novas formas de representação do trabalho, as quais, para traduzi-las numa única frase há que se recorrer, novamente, à genialidade do velho Marx: "Trabalhadores do mundo, uni-vos."

*Profa. Dra. da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.
(guga2004@uol.com.br)

Reforma Universitária

MEC anuncia continuidade da lista tríplice

Este é apenas mais um dos problemas da reforma universitária a ser enviada ao Congresso

A lista tríplice que é submetida ao presidente, no caso da escolha de reitores das universidades, está de volta ao projeto de reforma universitária do governo. Esse foi o anúncio do secretário de Educação a Distância do MEC, Ronaldo Mota, feito no dia 8/5, em entrevista ao jornal "Folha de S. Paulo". Segundo o secretário, a lista tríplice atenderia a uma solicitação da Advocacia Geral da União, que entende como ilegal a efetivação imediata do dirigente eleito diretamente pela comunidade acadêmica.

Pouco tempo antes, no dia 1º de maio, também em entrevista ao jornal "Folha de S. Paulo", o ministro da Educação, Fernando Haddad, informou que o projeto de reforma universitária estaria pronto para ser enviado ao Congresso Nacional. Até o fechamento desta matéria, porém, não havia registro da chegada do documento à Câmara dos Deputados. Na mesma entrevista, o ministro informava que o texto da reforma sofreria poucas mudanças em relação à terceira e última versão divulgada, de agosto de 2005.

Segundo o ministro, estaria garantido o item referente ao financiamento das instituições federais de ensino superior (no mínimo, 75% das receitas da União que vão para a Educação). A origem das verbas para os hospitais universitários, no entanto, ainda está indefinida. Um dos muitos pontos polêmicos do projeto – o das cotas – saiu do texto final porque já existe um outro projeto (PL 3627/2004), em tramitação mais avançada no Congresso. Ainda de acordo com Fernando Haddad, o governo decidiu incluir no documento alguns critérios para a distribuição dos recursos subvinculados entre as IFES.

Repercussão

Diretor do Andes-SN e candidato único à presidência do Sindicato na gestão 2006-2008, Paulo Rizzo entende que um dos piores pontos do projeto é a equiparação do ensino presencial com o ensino a distância. Além disso, o professor considera que o texto da reforma possibilita algo ainda mais grave: a expansão desta modalidade de ensino também pelas instituições particulares.

Sobre os critérios para distribuição de verbas condicionada ao desempenho das instituições, Paulo Rizzo observa que não haverá mudanças conceituais em relação ao que já existe na matriz orçamentária desenvolvida pela Andifes. A diferença fundamental é que se estabelece uma limitação no poder decisório dos reitores, quando o MEC anuncia que essa distribuição agora será feita por uma comissão paritária de alguns reitores e de integrantes do governo. "É mais um retrocesso da autonomia universitária", disse.

Outro item preocupante da reforma para o dirigente sindical é a abertura das instituições particulares para o capital estrangeiro – no texto divulgado, limitado a 30% do capital total e do capital votante. "E não acredito que fique assim. No Congresso, é capaz de mudar para pior", comentou.

Pró-reitor de Graduação da UFRJ comenta projeto

Dizendo-se um apoiador entusiasmado da primeira versão da reforma universitária – divulgada em dezembro de 2004 -, o pró-reitor de Graduação da UFRJ, José Roberto Meyer, sentiu-se decepcionado com a terceira versão e, principalmente, com o anúncio da volta da lista tríplice. "A escolha tem que começar e terminar dentro da universidade. Eu lutei a minha vida inteira por isso: a autonomia universitária não pode prescindir da escolha direta de seu reitor pela comunidade acadêmica", comentou.

Quanto ao ensino a distância, mantido no projeto em grande escala (até cursos de mestrado e doutorado poderão ser oferecidos nesta modalidade, com diplomas válidos em todo o território), o pró-reitor argumenta que apenas as instituições públicas deveriam participar da iniciativa. Segundo ele, baseado na experiência da UFRJ junto ao consórcio de universidades públicas do Cederj, essa restrição garantiria a qualidade dos cursos. "Nós temos alunos dos pólos de ensino a distância, ainda não formados, que estão passando em concursos públicos à frente de estudantes dos cursos presenciais das particulares", afirmou. José Roberto ressalta ainda que os cursos dos quais a UFRJ participa no Cederj são semi-presenciais. "E xiste ensino a distância e existe ensino a distância. Não podemos colocar tudo no mesmo saco", analisou.

"Projeto ficou pior"

"O projeto já era ruim. Ficou pior agora", disse Pedro Martins, um dos representantes do movimento estudantil no Conselho Universitário. Para o aluno, a mudança da lista tríplice comprova que a única autonomia desejada pelo governo para as universidades é a financeira, para buscar verbas no mercado.

Pedro também não se empolga com os prometidos 9% da verba de custeio das universidades para a assistência estudantil. Ainda com os números do orçamento da UFRJ apresentado recentemente no Consuni, Pedro fez uma rápida conta para demonstrar o que dizia: "Nós tivemos R$ 92 milhões do governo em 2005; 9% disso ficaria em torno dos R$ 8 milhões. Esse valor é absolutamente insuficiente para fazer uma boa política de assistência estudantil para os mais de 30 mil estudantes da universidade ao longo de um ano", comentou.

Outro integrante do movimento estudantil da UFRJ, Jorge Badauí também criticou a volta da lista tríplice. Segundo ele, isso só servirá para desmascarar o papel da UNE no apoio à reforma. "A UNE fez campanha para aprovação do texto, dizendo que o governo estava dialogando com os estudantes, que acabaria a lista tríplice e nem isso vamos ter agora", ironizou.

O estudante só enxerga um ponto positivo na reforma a ser enviada ao Congresso: sua demora. "Não deixa de ser uma vitória de todos que defendem a universidade pública, gratuita e de qualidade o fato de o governo só conseguir enviar, se enviar, o texto da reforma nesse final de mandato. A demora demonstra a força da mobilização contra o projeto", afirmou.

Técnico-administrativos também têm críticas

Coordenador do Sintufrj, Agnaldo Fernandes também fez suas críticas à terceira versão divulgada da reforma universitária – e que não deve sofrer muitas mudanças, segundo o ministro. Ele repete a preocupação do Andes-SN (veja entrevista na página ...) de que a subvinculação dos 75% sobre as receitas da Educação continua a fabricar um orçamento insuficiente para as IFES. "Continua sendo um dinheiro curto", resumiu.

A organização colegiada, com a prevalência da representação docente, segundo o artigo 16 do projeto, segundo Agnaldo é um questionamento da Fasubra, entidade nacional que congrega os sindicatos dos técnico-adminsitrativos das universidades. A volta da lista tríplice támbém é rejeitada, segundo o dirigente sindical. "Está novamente aberta a brecha para um tipo de situação que ocasionou a imposição governamental da gestão Vilhena, na UFRJ (no período 1998-2002)".

Andifes não fala, por enquanto

A reportagem da Adufrj-SSind procurou algum representante da Associação Nacional dos Dirigentes das IFES para repercutir o projeto de reforma e suas últimas alterações. A assessoria da entidade, em Brasília, informou que, antes de qualquer comentário, os reitores estavam aguardando o envio definitivo do projeto ao Congresso. Outro fator que certamente contou para o silêncio da entidade, neste momento, foi o processo de renovação de sua diretoria, no dia 17.

Diretoria da Adufrj-SSind é contrária à reforma do governo

Para a diretoria da Adufrj-SSind, o projeto do governo apresenta diversos problemas. Um deles é a abertura para o ensino a distância, não como ferramenta de apoio ao ensino, mas como forma de solucionar a necessidade da expansão tanto na graduação, como na pós-graduação. Outra crítica: a revalidação de diplomas de mestrado e doutorado estrangeiros, hoje restrita às instituições públicas federais de ensino, poderá ser feita por qualquer universidade brasileira, aí incluídas as particulares.

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, questiona, ainda, o financiamento irrisório das universidades federais previsto no projeto. Conforme os estudos do movimento docente, segundo informa Simões, esse novo cálculo não representará nenhum avanço nesta questão. "A lista tríplice é algo que também sempre criticamos", acrescentou.

Os diretores da seção sindical chamam atenção para os outros "pedaços" da reforma, separados do texto que vai ao Congresso, como a expansão de vagas pelo ProUni, com o escandaloso repasse de verbas públicas para o setor privado. Ainda segundo a diretoria, a Lei de Inovação Tecnológica representa outro ataque às universidades públicas, ao oficializar a produção de serviços para empresas através da utilização dos laboratórios universitários.

Entrevista

A retomada dos contratos de gestão de Bresser Pereira

Jornal da Adufrj - Em entrevista à Folha de S. Paulo, o ministro Fernando Haddad anunciou que haverá poucas mudanças e garantiu outros itens no texto final do projeto de reforma universitária a ser enviado ao Congresso. Um dos pontos assegurados é a subvinculação dos 75% das receitas da Educação para as universidades. Qual a expectativa do Andes-SN em relação ao projeto?

Roberto Leher - Em primeiro lugar, gostaria de apontar que o Andes-SN não teve acesso ao documento final, conhecido apenas pelas entrevistas do ministro da educação. Nem os reitores que consultei conheciam o seu teor.

A sub-vinculação pretendida pelo MEC representa mais um estreitamento da forca que estrangula o orçamento das IFES. A alternativa esperada pelo governo é que as universidades busquem recursos complementares no mercado. O Andes-SN vem denunciando que o preceito constitucional que prevê 18% das receitas resultantes de impostos foi destruído na prática, pois atendendo ao ajuste do FMI, Cardoso e Lula da Silva mantiveram a Desvinculação das Receitas da União e, no lugar dos impostos, vêm hipertrofiando as contribuições. Em resumo: se o cálculo dos 18% fosse sobre o total da arrecadação (excluindo os recursos da seguridade social), teríamos, em 2004, cerca de R$ 35 bilhões, contudo, no mesmo ano, os 18% foram de irrisórios R$ 5,6 bilhões. Em 2005, 75% dos 18% não ultrapassariam R$ 7 bilhões, entretanto, o orçamento executado das IFES foi de R$ 7,6 bilhões (vale lembrar que este montante é 20% inferior ao de Cardoso!). Concretamente, o mecanismo previsto no PL não irá cobrir o custeio das atuais IFES. Como serão mantidas as novas universidades e *campi* que o governo promete para o seu próximo mandato? A exclusão de custeio básico dos hospitais universitários do orçamento das IFES ainda não se resolveu, agravando a situação.O quadro é sombrio, exigindo reação enérgica e cidadã de toda a comunidade universitária.

ROBERTO LEHER É DIRETOR DO ANDES-SN E PROFESSOR DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFRJ. NESTA ENTREVISTA, O DOCENTE ANALISA ALGUNS PONTOS DA ÚLTIMA VERSÃO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DIVULGADA PELO GOVERNO E AS RECENTES ENTREVISTAS DE REPRESENTANTES DO MEC SOBRE MUDANÇAS NO TEXTO FINAL.

E quanto à novidade de o MEC incluir no texto da reforma critérios de avaliação das universidades federais para decidir quais instituições receberão mais recursos?

No fundo, o que temos aqui é a retomada dos contratos de gestão previstos por Bresser Pereira no plano diretor da reforma do Estado. A definição de uma malha de critérios para compor o orçamento global é necessária, mas os critérios têm de ser democráticos (e o consórcio reitores-MEC não assegura a democracia) e não podem ser importados das empresas, nos moldes da eficiência gerencial e da qualidade total. Ademais, a alternativa que parece estar sendo implementada induz prioridades que são preocupantes e inaceitáveis, como a imposição de que a universidade é o *lócus* da inovação tecnológica (Pesquisa e Desenvolvimento): isso não ocorre em parte alguma do mundo, mas se a universidade for convertida em espaço de P&D ela irá de desfigurar de modo irreversível.

Sobre o ensino a distância, o ministro respondeu à "Folha" que "apenas as instituições públicas federais participarão do projeto". O texto da última versão divulgada fala isso?

A rigor, essa é uma questão que merece aprofundamento e uma análise fina do documento final.O comércio transfronteiriço entra aqui. Pelo decreto do MEC que regulamenta a Educação a Distância, todos os cursos são passíveis de graduação a distância e, pior, mestrados e doutorados poderão ser feitos a distância e sem dissertação e tese! Atualmente, pelo projeto de Universidade Aberta existente, todas as instituições, públicas ou privadas, podem fazer convênios com a UAB. Será mais um duro golpe na educação básica. A idéia matriz é: para formar professores que trabalharão com pobres, basta uma formação pobre. As Federais têm de insurgir contra isso!

O MEC também informou que não acabará com a lista tríplice. O que representa essa mudança no texto que irá ao Congresso Nacional?

A subordinação da universidade pública à AGU é a confirmação de que o preceito constitucional da autonomia universitária não será respeitado. O gozo da autonomia requer duas prerrogativas: a auto-normação na forma do Estatuto e o autogoverno sem a ingerência governamental. Mas nada disso surpreende. É mais do mesmo!

Há mais algum comentário em relação à entrevista do ministro? Qual deverá ser a postura do Andes-SN?

Novamente, temos a falsificação do consenso. Se houve debate, este se restringiu aos que concordam com a contra-reforma em curso. As entidades autônomas e os reitores de diversas instituições federais e estaduais não foram consultados. É preciso impedir que esse instrumento seja aprovado a partir dos subterrâneos da política que lastimavelmente caracterizam a débil república brasileira. O Andes-SN possui projetos alternativos e se empenhará para mobilizar a comunidade acadêmica em defesa de projetos congruentes com a defesa da educação pública. Certamente, mobilizações no espaço público serão necessárias!

Andes-SN

"Andes Autônoma e Democrática" obtém 444 votos na UFRJ

A eleição para a próxima diretoria do Andes-SN, biênio 2006-2008, trasncorreu com tranquilidade na UFRJ. A chapa única à diretoria do Andes-SN alcançou significativa votação nessa universidade nos últimos dias 16 e 17. A "Andes Autônoma e Democrática" obteve 444 votos em 502 votantes. Houve ainda 35 brancos e 23 nulos. Na Faculdade de Letras, ficou a seção eleitoral que apresentou o maior número absoluto de eleitores (69). Mas também merece destaque a participação dos professores nas seções eleitorais do Colégio de Aplicação (52 em 129 sindicalizados aptos a votar) e do Museu Nacional (30 em 84).

Segundo o presidente da comissão eleitoral local, José Henrique Sanglard, diante da desmobilização que existe na sociedade em geral, pode-se considerar que houve uma votação expressiva na UFRJ. Principalmente por ser uma eleição de chapa única e pelo problema de se conseguir mesários para compor as seções eleitorais. "Nós tivemos muitas dificuldades na montagem das seções. No caso da urna da reitoria (22 votantes), por exemplo, só conseguimos abrir a seção por um dia", disse. "No próprio Museu, também só abrimos a seção por um dia, num horário curto", completou.

A votação zerada na seção da Escola de Música e os apenas dois votos da seção atribuída ao Instituto de Geociências são explicados pela mesma razão da falta de mesários. "Nós tivemos que transferir essas seções para outras em funcionamento", afirmou Sanglard. No caso da Música, os materiais da votação foram deslocados para o IFCS; os do Instituto de Geociências foram para a urna CT/CCMN. "Mas somente dois docentes do Igeo foram votar na outra seção", comentou o presidente da comissão eleitoral local.

Votação expressiva no CAp

A grande votação do Colégio de Aplicação deixou contente o professor José Miguel Bendrao Saldanha, candidato a 1º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN pela chapa "Andes Autônoma e Democrática". "Isso expressa a confiança dos docentes do CAp no trabalho do Sindicato Nacional, apesar de todas as dificuldades que o governo tem feito ao negociar em separado as questões do magistério superior e da carreira de 1º e 2º graus", observou.

O resultado final da eleição do Sindicato Nacional será divulgado na próxima edição.

Douglas Pereira

SEÇÃO ELEITORAL DA FACULDADE DE LETRAS ATRAIU 69 VOTANTES

Eleições para a diretoria do Andes-SN – 16 e 17 de maio de 2006

Mapa de apuração por seção eleitoral/Adufrj-SSind

Seção eleitoral	Números de Sindicalizados	Votantes	Votos em Trânsito	Chapa 1	Brancos	Nulos	Total
01 – CAp	129	52	2	50	3	1	54
02 - PV (1)	160	37	2	35	3	1	39
03 – PV(2)	296	19	6	24	0	1	25
04 – IFCS	172	26	0	23	1	2	26
05 – Música	89	0	0	0	0	0	0
06 – Museu	84	30	0	25	4	1	30
07 – EEAN	97	32	3	34	1	0	35
08 – HU	388	31	1	30	1	1	32
09 – CCS	372	37	3	39	1	0	40
10 – EEFD	70	16	0	14	1	1	16
11 – Letras	274	69	4	61	8	4	73
12 – Reitoria	249	22	8	29	1	0	30
13 – CT	355	47	4	43	3	5	51
14 – CT/CCMN	482	48	1	35	8	6	49
15 – IGeo	138	2	0	2	0	0	2
Total	3355	468	34	444	35	23	502

Obs.: Na Música e IGeo, não foi possível abrir urnas.
Os eleitores puderam votar em unidades próximas (IFCS e CT)

Movimento

Crise na Uerj impede a realização do vestibular 2007

O Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão da Uerj, reunido no último dia 16, decidiu suspender todas atividades do Vestibular Estadual unificado por tempo indeterminado. A decisão se justifica pelo fato de que a Uerj, em greve desde 3 de abril, enfrenta séria crise financeira. O pedido de suspensão do Vestibular foi levado ao Conselho pelos representantes dos docentes, técnico-administrativos e discentes da Uerj, após decisão conjunta em assembléia.

Desde o início da greve, a comunidade acadêmica tem realizado protestos para que haja negociações com o governo estadual e para que a população tome conhecimento da crise da instituição. As unidades da Uerj enfrentam graves problemas de infra-estrutura, muitas áreas estão interditadas pela Defesa Civil - um bloco de 6 toneladas despencou de um prédio no *campus* do Maracanã - e o Hospital Universitário Pedro Ernesto está com atendimentos comprometidos. Os trabalhadores da Uerj reivindicam reajustes salariais acumulados nos últimos anos e os estudantes denunciam o baixo valor das bolsas e a ineficiência dos programas de assistência estudantil.

A comunidade da Uerj comemorou a suspensão do Vestibular ressaltando que a decisão reflete o compromisso com a manutenção da qualidade de ensino da instituição, ameaçada pela política de desfinanciamento do governo do Estado, que acabou de anunciar um corte de mais 25% do orçamento mensal da universidade. "Estamos obrigados a tomar esta decisão por causa da forma com que a universidade vem sendo tratada ao longo dos anos. Não estamos podendo oferecer esse serviço público essencial com qualidade nas condições atuais", disse a professora e conselheira do CSEPE, Elisabeth Macedo.

Reitoria se abstém

O Conselho Superior de Ensino Pesquisa e Extensão da Uerj aprovou a suspensão por 18 votos a favor e nenhum contra, com cinco abstenções. O próprio reitor da Uerj, Nivaldo Nunes, e a sub-reitora, Raquel Villardi, decidiram pela abstenção. Na página eletrônica do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais (Sintuperj), os funcionários avaliaram negativamente a abstenção da reitoria. "É estranho que, em um momento tão crucial da vida universitária, no qual se chega à drástica situação de se suspender o vestibular, os dirigentes da universidade se omitam de dizer sim ou não a tal decisão", comentaram.

Datas das provas canceladas

O Vestibular Estadual 2007 reúne os concursos de acesso aos cursos de graduação da Uerj e da Uenf (Universidade Estadual do Norte Fluminense) e ainda os das academias de Polícia Militar D. João VI e do Corpo de Bombeiros D. Pedro II. A Uerj ainda terá que decidir se essas instituições serão atendidas ou se também terão as datas de suas provas canceladas.

A primeira prova do vestibular da Uerj, que equivale ao primeiro exame de qualificação, estava marcada para o dia 25 de junho, e o segundo exame de qualificação seria em 3 de setembro. O exame discursivo da segunda etapa aconteceria em 11 de dezembro.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 498 • 29 de maio de 2006

Editorial
O Pão nosso de cada dia
Página 2

Estudantes são presos por protestar em Brasília
Página 3

Semana acadêmica do CFCH tem debate sobre integração sul-americana
Páginas 4 e 5

Andes-SN denuncia descaso do MEC
Páginas 6

Servidores federais constroem unidade
Página 6

SINDICATO ANDES NACIONAL
Nova diretoria toma posse em 29 de junho
Página 7

Antonio Vianna

REITORIA SE COMPROMETE A INAUGURAR O RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO EM JANEIRO DE 2007

Estudantes conquistam aprovação do bandejão no Consuni

Após muita luta, representantes do movimento estudantil conquistam vitória histórica no último dia de mandato

Os representantes dos estudantes no Conselho Universitário (Consuni) comemoraram bastante a aprovação do projeto de construção do restaurante universitário da UFRJ, na sessão realizada na última quinta-feira (25/5). O popular "bandejão" servirá, numa primeira etapa, apenas o almoço e funcionará somente nos dias úteis do ano, o que representa um milhão de refeições anuais, de acordo com o pró-reitor de pós-graduação e pesquisa, José Luiz Fontes Monteiro.

Estudantes se desdobram para realizar votação

Apesar de entenderem que as propostas ainda não contemplam totalmente suas reivindicações, os estudantes consideraram a aprovação do projeto uma grande vitória do movimento estudantil. O gosto da vitória foi ainda melhor para os conselheiros Bernardo Figueiredo de

Continua na página 8

Editorial

O Pão nosso de cada dia

Enquanto o governo federal segue em seu cronograma retrógrado e nos retorna a famigerada e autoritária lista tríplice, salvaguardando-se contra a vontade reveladora de suas comunidades universitárias, a UFRJ caminha. Insistimos nas consultas populares como representante maior de nossas vontades e insistimos em respeitá-las.

Enquanto, na busca da invisibilidade, o PL petrifica-se no congresso, por debaixo de inúmeros escândalos, alguns professores surpreendentemente ainda esperam pacientes por um milagre provisório, por uma medida que os salve dos horrores da classe média pobre, cada vez mais pobre e desengonçada, a que se vêem condenados. Entre esses, há os que se impacientam, perdem a vergonha e gritam: "Precisamos aumentar o número de clientes", como se já fôssemos apenas uma empresa, como se a palavra universidade tivesse se transformado em mais um nome de fantasia, a marca de um refrigerante, de um sabão em pó, de um analgésico barato que mais opera no lucro do que no sintoma. Mas a maioria, nem isso. Ainda permanece quieta e segura de que depois da Copa, depois das eleições, alguma gratificação qualquer de segunda ainda vai propiciar-nos um Natal espumante, inebriado de castanhas e luz.

Mas se alguns dos nossos oscilam entre o silêncio e a histeria, outros insistem em se organizar e acreditar no poder transformador de nossa vontade conjunta. As eleições para o Andes-SN reafirmam o caráter público, gratuito, laico e de qualidade de nossas universidades e o compromisso que temos com a nação que não se esconde e que não contemporiza com o falso fácil compromisso neo-modernista de alguns de nossos colegas. Mas se alguns vacilam, outros caminham.

A UFRJ caminha e caminha para o futuro quando nossos estudantes obtêm uma vitória expressiva e o Bandejão, símbolo histórico de nossas lutas, passa de sonho a projeto de realidade, para o início de 2007. Agora sim, podemos pensar em viver a luz, para depois das efemérides futebolísticas e das eleições nacionais. Parabéns ao DCE, aos estudantes e todos que querem comer melhor nesse *campus*, por essa vitória.

Diretoria da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

29/5 – Reunião do Grupo de Trabalho Carreira do Andes-SN
Brasília (DF)

30/5 – Atividade no MEC e Reunião do GT-Carreira/MEC
Brasília (DF)

1º/6 – Ato Unificado dos SPF
Brasília (DF)

2/6 – Debate "O trabalho docente em tempos de Fundações ditas de apoio às universidades públicas"
***Brasília (DF)* -** na sede do Andes-SN

3/6 – Reunião do Setor das Federais do Andes-SN
Brasília (DF)

4/6 – Plenária dos SPF
Brasília (DF)

29/6 a 2/7 - 51º Conad do Andes-SN
***Juiz de Fora (MG)* -** Com o tema "Autonomia Sindical: garantia da luta pela educação como direito social".

Colegiados

CEG não delibera editais por falta de quórum

Durante a plenária, conselheiro pede maior orientação acadêmica para os estudantes

Embora estivesse na pauta para ser votada na sessão da última quarta-feira (24/5), a proposta de edital de transferência externa e isenção de vestibular para o segundo semestre deste ano não foi sequer discutida na plenária do Conselho de Ensino de Graduação devido à falta de quórum. Os conselheiros preferiram transferir o documento para a próxima reunião. Estava pautada ainda a proposta de edital de mudança de curso para o segundo semestre de 2006, que também teve sua discussão adiada para a sessão seguinte do colegiado.

Anote

VIII Festival de Capoeira da UFRJ

No dia 1º de junho, o Acervo Cultural de Capoeira Artur Emídio de Oliveira da Escola de Educação Física e Desportos realizará mais um encontro acadêmico. Será o VIII Festival de Capoeira da UFRJ, no qual será discutida a evolução desta arte marcial e do folclore, nos aspectos popular e acadêmico. Haverá, ainda, especial homenagem à Velha Guarda da Capoeira. O evento começa às 11h, no Ginásio de Lutas da EEFD. Mais informações podem ser conseguidas na página www.eefd.ufrj.br/acervo ou pelo telefone 2562-6810.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Polícia Federal prende estudantes de Pedagogia

Trinta e um estudantes de Pedagogia foram presos em Brasília, por protestarem contra o Ministro da Educação

No último dia 22, Brasília foi cenário de um ato de violência contra o movimento estudantil que protestava contra a homologação pelo Ministério da Educação da reforma curricular do curso de Pedagogia. Estudantes de todo o país realizaram, no final de semana anterior, o 8º Fórum Nacional das Entidades de Pedagogia, em Goiânia, e decidiram se dirigir em caravana ao Distrito Federal com a intenção de serem ouvidos pelo ministro Fernando Haddad. Os alunos chegaram à capital federal na segunda-feira, 22 e, por volta das 14h desse dia, promoveram um ato em frente ao MEC, com a reivindicação de uma audiência com o ministro.

Diante da recusa de Haddad em recebê-los, os estudantes tentaram entrar no prédio do ministério e foram violentamente reprimidos por policiais militares. O enfrentamento da polícia resultou em vários estudantes feridos. Por volta das 18h, trinta e um estudantes foram levados para a 2ª Delegacia de Polícia da Asa Norte e depois transferidos para uma sede da Polícia Federal, onde permaneceram presos até as 3h do dia 23.

Os diretores do Andes-SN, Enoch José da Mata (UFG) e Maria Rosimary Soares dos Santos (UFMG) compareceram à Polícia Federal acompanhados da assessoria jurídica do Sindicato Nacional para prestar assistência política e jurídica aos estudantes. De acordo com o professor Enoch, foram abertos processos criminais para nove dos trinta e um estudantes presos, acusados de danos ao patrimônio público. Os nove indiciados foram soltos sob pagamento de fiança e só foram liberados, junto dos demais estudantes, na madrugada da terça-feira.

Indignação com falta de palavra do ministro

Os estudantes estavam indignados com a homologação da reforma curricular assinada no dia 4 de abril. Segundo o movimento estudantil de Pedagogia, o ministro faltou com a palavra, já que Haddad havia se comprometido pessoalmente em audiência anterior com os representantes do ME que não mais assinaria a reforma que acaba com o caráter científico das licenciaturas.

Uma moção de repúdio assinada pelo Movimento Nacional de Pedagogia chegou ao conhecimento do ministro, encaminhada pela professora e diretora da Seção Sindical dos Docentes da Universidade do Pará, Vera Jacob. Para a professora, "esse tipo de atitude autoritária (de repressão aos movimentos estudantis) tem sido recorrente por parte dos dirigentes do Ministério da Educação".

O movimento de Pedagogia afirma que a atitude de Fernando Hadadd de não receber os estudantes "corresponde à sua atitude diante de todo o curso de pedagogia e de toda a universidade brasileira com a aplicação da contra-reforma universitária do Banco Mundial". A moção diz ainda que "todos os estudantes democráticos brasileiros devem repudiar mais esta atitude autoritária e fascista. Convocamos todos a enviar mensagens de repúdio e exigindo a imediata libertação dos companheiros e o seu não indiciamento".

MEC justifica repressão

Em nota divulgada no dia 22, o ministro da Educação afirma ter sido feito convite aos estudantes para reunião, no dia 22 de dezembro. Os estudantes explicaram, na ocasião, que nessa data não seria viável a presença dos representantes em Brasília. Na nota, o ministro diz ainda ter tentado contato com o movimento estudantil em duas ocasiões, em 12 de janeiro e 2 de fevereiro, aos quais afirma não ter tido resposta. "Desde então, os representantes dos estudantes nunca mais encaminharam qualquer tipo de correspondência ao Ministério e nem deram qualquer retorno. Somente depois de 6 meses de espera e tentativa de diálogo com os representantes estudantis, é que o Ministro da Educação veio a assinar a Portaria em questão encaminhada pelo CNE", justifica a nota.

Educadores também rejeitam diretrizes do governo

De acordo com as entidades acadêmicas da área, entre 1999 e 2004, as várias iniciativas do MEC em relação à formação de professores e ao próprio Curso de Pedagogia - Portaria 133/01, Resoluções 01 e 02/2002 que instituem Diretrizes para Formação de Professores - causaram mais transtornos do que encaminhamentos positivos para todos os cursos, em especial os cursos de Pedagogia. Para os educadores, como resultado das ações do governo deve ser destacada a crescente expansão dos Cursos Normais Superiores e do próprio Curso de Pedagogia, principalmente nas instituições privadas, "em sua grande maioria sem história e sem compromisso anterior com a formação em quaisquer de seus níveis e modalidades". Dados da Anfop[1], revelam que em 2001 havia aproximadamente 500 cursos. Em 2004, após as aprovação das novas diretrizes pelo Conselho Nacional de Educação, esse número saltou para 1.372 Cursos de Pedagogia e 716 Cursos Normais Superiores, sem considerar os inúmeros Institutos Superiores de Educação e cursos de licenciaturas, criados também nesse período.

Para movimento docente, novas diretrizes levarão à formação massificada sem qualidade

Na avaliação do Grupo de Trabalho de Política Ecucacional do Andes-SN, em maio de 2005, o Projeto de Resolução do Conselho Nacional de Educação que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais do curso de pedagogia "é mais uma peça na engrenagem da formação massificada e aligeirada, fazendo mover os eixos da educação a distância e do repasse de verbas públicas para as instituições privadas de ensino". Para o movimento docente, ensino básico no sistema educacional brasileiro, mesmo presencial, não pode alcançar um elevado padrão de qualidade em razão do sucateamento e da hiperexploração de seus profissionais. "Entre os problemas, há que se ressaltar a formação de professores. É possível supor que os professores formados nessas metodologias aligeiradas, sobretudo o ensino a distância, não terão o necessário preparo para o exercício profissional com qualidade", afirma, ainda, o documento de avaliação do GT.

[1] Dados de pesquisa de Roselane Campos, UDESC, apresentados no XII Encontro Nacional da ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), 2004.

Resenha

Greve em São Paulo

O Fórum das Seis, organização que representa 15.500 funcionários e 4.500 professores de três universidades estaduais paulistas, aprovou na noite de quinta-feira (25) um indicativo de greve por tempo indeterminado na USP, Unesp e Unicamp. Os funcionários e professores de pelo menos 20 *campi* farão assembléias para formalizar a greve, marcada para começar entre 5 e 9 de junho. Os servidores pedem 7% de reajuste, política de reposição de perdas salariais de 62% e repasse de 11,6% do ICMS para as instituições (Folha Online, 26/5, às 10h40).

Chacina em São Paulo

O líder comunitário do Capão Redondo, o rapper e escritor Ferréz, foi obrigado a deixar São Paulo com a família devido às ameaças de morte que recebeu após denunciar que a polícia está promovendo um massacre: "Estão fazendo da nossa periferia um estado para lá de nazista". Ferréz era procurado por familiares de jovens que relatavam que seus parentes foram mortos por policiais. Só no Capão Redondo teriam sido mortas 24 pessoas e nenhuma delas tinha envolvimento com o crime organizado. As ameaças ao líder teriam partido de policiais (Globo Online, 22/5, às 8h53).

Começa luta contra as demissões na Volks

Começará esta semana a jornada de lutas contra o anúncio da Volkswagen de demitir 5,7 mil trabalhadores no Brasil, de acordo com o Diário Vermelho (25/5). Haverá paralisações simultâneas nos cinco pólos industriais da empresa no país. Como o plano de reestruturação da empresa alemã não é apenas para o Brasil, já que na própria Alemanha já foi anunciada a intenção de demitir 20 mil trabalhadores, na Espanha duas fábricas devem ser fechadas e uma em Portugal, os trabalhadores das 43 fábricas da Volkswagen em todo mundo estão articulando ações conjuntas.

Servidores fazem marcha em Brasília

Em greve há oito dias, os servidores do Banco Central realizaram uma marcha da Catedral de Brasília até o Palácio do Planalto, onde os sindicalistas planejaram protocolar uma carta ao presidente Lula solicitando o cumprimento do acordo fechado na campanha salarial do ano passado. Pelo acordo, os funcionários do BC teriam um reajuste salarial de 10% parcelados em janeiro e julho, mas o aumento não foi pago até hoje (Estado de São Paulo, 24/5).

UFRJ

A experiência de luta latino-americana

Militantes de Brasil, Bolívia e Argentina comentam a resistência contra o modelo neoliberal

Fotos: Kelvin Melo

DA ESQ. PARA A DIR.: JOSÉ MARIA GÓMEZ (ESS / UFRJ), QUE COMENTOU AS PALESTRAS DA MESA; GILMAR MAURO (MST); SARA GRANEMANN (MEDIADORA, TAMBÉM PROFESSORA DA ESS E DIRETORA DA ADUFRJ-SSIND); ALBERTO SPAGNOLO (MTD/ ARGENTINA) E JORGE CARDONA (UNIVERSIDAD MAYOR DE SAN ANDRÉS/ BOLÍVIA)

Todos os que se dirigiram ao Auditório Pedro Calmon, no *campus* da Praia Vermelha, na manhã do dia 24 de maio, conheceram um pouco da experiência daqueles que não se conformam com o neoliberalismo. Com o tema "Atualidade dos movimentos sociais na América do Sul e sua visão da integração continental", militantes do Brasil, Argentina e Bolívia contaram a história de sua resistência. O evento fazia parte da Semana de Integração Acadêmica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH).

Para um dos líderes do MST, Gilmar Mauro, o grande desafio da conjuntura é a construção de uma estratégia política de luta conjunta entre os diferentes movimentos sociais, não só do Brasil, como de toda a América Latina. "Fazer a reforma agrária no Brasil não é uma tarefa só do MST; é uma tarefa política do conjunto da sociedade brasileira, pois implica na alteração da estrutura de poder deste país", comentou. O MST, sozinho, porém, não terá forças para enfrentar o grande capital. Por isso, vem se aliando com outros movimentos. "Temos de construir alternativas, espaços de poder popular", afirmou.

Gilmar Mauro criticou a lógica dominante de que bastava eleger um presidente da República e os problemas estariam resolvidos. "Elegemos um presidente da República e continuamos lutando. Pelo menos, serviu para mostrar que nossos problemas não serão resolvidos de cima para baixo. Temos que dar respostas através do povo organizado ou nada se modificará", disse. Quanto aos que defendem que não sejam feitas reivindicações, para não desestabilizar o governo classificado como "popular", o dirigente do MST ironizou: "Seria cômico, se não fosse trágico".

Na relação entre os movimentos sociais e partidos, segundo Gilmar Mauro, ainda há quem entenda que cabe ao movimento social fazer apenas a reivindicação econômica, enquanto a disputa política ficaria como papel dos partidos. "Isso é um erro. Faz com que vários movimentos se tornem economicistas e partidos, em estruturas burocratizadas, que não se relacionam com o povo".

Interpretar a realidade corretamente foi outro desafio indicado pelo líder do MST. Com a diminuição da população fabril e o aumento de outros setores, como os flanelinhas e empregadas domésticas, cabe aos movimentos e partidos analisar como desenvolver as lutas organizadas a partir dessas novas profissões. "Os agricultores ainda formam a maior categoria (23 milhões); em segundo, vêm as empregadas domésticas (6 milhões). Então, a lógica organizativa, a partir da fábrica, não é mais correta. O território passou a ser um elemento fundamental da luta de classes: porque todos são explorados e sofrem com a falta de políticas públicas num determinado lugar", contou.

Gilmar repetiu que a tarefa de construir poder popular neste país demandará lutas conjuntas de diferentes setores. "É preciso reacender a luta de massas no país. O MST está em uns mil municípios dos mais de cinco mil existentes no Brasil. Há o movimento negro, o movimento das mulheres. Se organizarmos essas forças, aí poderemos falar em poder popular para enfrentar o grande capital", disse.

Foi com otimismo que o palestrante encerrou seu discurso: "Daqui a cinco, dez ou quinze anos, nós poderemos apontar para a construção de uma nova sociedade. Acho que minha filha, hoje com sete anos, vai caminhar num país livre construído por nós", observou.

A experiência da Bolívia

O professor e arquiteto boliviano Jorge Antonio Cardona, da *Universidad Mayor de San Andrés*, apresentou a história da resistência dos movimentos sociais daquele país. Uma história que começou já com a dominação espanhola, através dos povos indígenas originários: a nação Aymara, um grupo étnico da região andina. "A Bolívia tem a resistência de movimentos sociais há mais de 500 anos", explicou

Segundo ele, a condução de um líder indígena à presidência da Bolívia (Evo Morales) e as transformações que aquela sociedade vive na atual conjuntura são reflexo da atuação do povo aymara, somados os movimentos campesinos.

Um exemplo da luta travada naquele país que o professor apresentou à platéia foi o da construção de uma grande Marcha em 2002, com várias colunas indígenas e campesinas saindo de locais extremos da Bolívia e levando ao cerco da capital La Paz, localizada a mais de três mil metros do nível do mar. Foram milhares reivindicar a mudança da Constituição com melhorias para o povo, mesmo sofrendo todo o tipo de pressões do governo, inclusive assassinatos. O objetivo é a construção de um novo Estado Comunitário, que teria inspiração na solidariedade dos povos originários, em detrimento da lógica neoliberal vigente na Constituição Boliviana - Evo Morales, que assumiu esse compromisso, porém, precisa garantir maioria nas eleições para a Assembléia Constituinte, marcada para 2 de julho. "O cenário que era de livre-mercado, agora é cenário de lutas sociais", comentou Jorge.

O palestrante também emocionou a todos ao estender a bandeira da República Aymara na mesa do seminário. Toda composta de quadrados de diferentes cores, inspiradas no arco-íris, e que também se tornou o símbolo da nova Bolívia com a posse de Evo Morales, a bandeira é conhecida como "wiphala".

O exemplo argentino

Militante do *Movimiento de Trabajadores Desocupados* de Solano, na Argentina, Alberto Spagnolo falou da história, organização e expectativas de seu grupo. O MTD-Solano nasceu do desemprego dos anos 90. "Antigamente, a Argentina tinha uma grande qualidade de vida; agora ingressou no rol dos países que têm desnutrição, mortalidade infantil e todas as outras conseqüências da implantação do neoliberalismo nas duas últimas décadas", afirmou. Alberto informou que metade da população Argentina (cerca de 40 milhões) está na faixa da pobreza e, entre estes, 8 milhões encontram-se em estado de indigência

Com a falta de oportunidades, os "desocupados" de Solano começaram a se reunir, nas paróquias locais, e se dividiram em pequenas tarefas, como o artesanato. "Nós vivemos em uma localidade a poucos quilômetros da capital federal e parece outro país, de tão pobre", contou. Depois, o núcleo ganhou novos adeptos e, diante da crescente insatisfação popular contra o governo Menem, transformou-se em um movimento autônomo de relevância nacional, ao participar de atos "piqueteiros" contra o neoliberalismo.

"Não se trata apenas de uma luta por alimento, saúde ou trabalho. É uma luta contra a desumanização, contra o pensamento único que diz não haver alternativas", esclareceu. Alberto contou, ainda, que o MTD faz reuniões regulares, em assembléias com poder decisório. "É uma luta contra nós mesmos, que temos, em nossas mentes, uma formação muito condicionada a aceitar o que está aí. Temos que ter a ousadia da ruptura permanente", comentou.

CAp participa da semana acadêmica do CFCH

O Colégio de Aplicação deu mais uma amostra da natureza do trabalho universitário desenvolvido pelos seus docentes, durante a Semana de Integração Acadêmica do CFCH. A unidade apresentou seus projetos de extensão nas áreas do 'ensino de ciências e matemáricas' e 'arte e educação científica no ensino básico'.

Na foto, uma sessão coordenada pelo professor Fabio Garcez de Carvalho, sobre "Projetos de extensão na área do Ensino de Ciências e Matemática", no Instituto de Psicologia, em 25/5. O professor Fernando Celso Villar Marinho, diretor da Adufrj-SSind e também docente do CAp, apresenta trabalho sobre o "Ensino de Matemática na Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual: materiais didáticos". Na mesma sessão, haveria exibição dos trabalhos "Ciência ainda que à tardinha – programa de seminários das Ciências da Natureza do CAp" e "Ensino de funções no Ensino Médio".

Tribuna

O Jornal da Adufrj entrevistou alguns dos convidados internacionais do Seminário Desafios da Integração Sul-americana, que fez parte da Semana de Integração Acadêmica do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH). A redação pediu que os palestrantes comentassem sobre o papel dos movimentos sociais frente aos desafios da conjuntura na América do Sul. Se eles consideram que os movimentos sociais ocupam a centralidade nas lutas desenvolvidas pelos povoTribunaTribuns latino-americanos e qual o papel reservado aos sindicatos e partidos políticos no processo de transformação social.

Fotos: Kelvin Melo

Alberto Spagnolo

Militante MTD, Argentina

Para nós, a tarefa dos movimentos político-sociais é organizar os trabalhadores em espaços coletivos, em busca da integralidade na vida do trabalhador: educação, saúde, como elementos reivindicativos, mas também como uma política de ruptura e reafirmação contra o capitalismo.

Na Argentina, sofremos as consequências da transformação do mundo do trabalho, com sua flexibilização, sem falar na corrupção, e, ainda, a burocratização que deixa os sindicatos na mão de trabalhadores-empresários, que fazem "negócios" em vez de reivindicar as causas das categorias. Há experiências, é claro, de lutas e de resistências de sindicatos que temos que articulá-las, uma unidade na diversidade.

Temos uma variedade muito grande de partidos de esquerda, comunistas, trotskistas, mas, sem força suficiente para enfrentar os momentos importantes de luta na Argentina. É difícil.

Jorge Cardona

Professor da Bolívia

Até pelo que falamos há pouco (na palestra), os movimentos sociais passaram por cima dos partidos políticos. Porque os partidos, até agora, não foram solução para a democracia latino-americana. Incluindo o PT. Mas os movimentos sociais na AL em geral e na Bolívia, por excelência, têm a luta em busca da democracia participativa. Na Bolívia, essa luta foi épica, sem comparação com lugar algum do mundo.

Esse é o exemplo: não para copiar, é claro. São realidades distintas, o Brasil é um país capitalista muito desenvolvido. Mas é importante para a população ver que tem condições de transformar o Estado, através dos movimentos sociais. A correlação de forças lá na Bolívia, por exemplo, vai criar uma nova Constituição que está preocupando a direita.

Os sindicatos foram destruídos pelo neoliberalismo. Na Bolívia, através dos movimentos sociais, eles estão voltando a ganhar uma ideologia.

Maria Gracias

Militante argentina

Creio que os movimentos sociais, na atualidade, são as organizações que podem chegar às transformações contra o modelo neoliberal que querem nos impor. Nossos movimentos sociais na América Latina têm o inconveniente de estarem divididos, fragmentados. Precisamos entender que a AL tem uma problemática comum a todos, imposta por um modelo neoliberal.

Na Argentina, a fragmentação atual consiste em quem está com o presidente Nestor Kirschner e quem não está com ele. Entendo que ele continua impondo o modelo neoliberal, menos que Menem e outros ex-presidentes, é verdade. Mas temos que unir essas lutas individuais para enfrentar a estrutura.

Os sindicatos estão mais com Kirchner. Seria o novo Perón para eles. Os partidos estão atrasados no discurso no sentido de que seguem reivindicando as metodologias que sabemos não serem válidas para transformar o mundo.

Paola Mendes

Militante de Direitos Humanos do Chile

Na sociedade chilena, os movimentos sociais estão muito desarrumados, muito desarticulados, muito despolitizados. A ditadura foi muito brutal. Foram muito impactados. As organizações que seguiram funcionando estão muito arranhadas. Partidos políticos também perderam importância. As organizações sindicais não representam mais os trabalhadores. No nosso 1º de maio, manifestam-se grupos anarquistas, outros grupos.

Os partidos políticos também não dão resposta. O partido socialista está apoiando o modelo neoliberal. Outros, mais progressistas, têm poucos em sua base. Claramente, o papel que têm a exercer é fundamental, mas, no Chile, hoje não existe essa consciência.

Mariela Guerreros

Jornalista da Colômbia

Penso que em cada país é muito diferente a expressão dos movimentos sociais. Depende das condições que o permitem, como na Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Peru, Venezuela. Na Colômbia, na situação de repressão que vivemos no regime fascista, totalitário, do atual presidente, Álvaro Uribe, vem sendo aniquilada toda a possibilidade de expressão dos movimentos sociais. Estes são crimininalizados, com assassinatos ou desaparecimentos, que não aparecem na imprensa. Essa atuação tem sido muito clandestina.

Neste momento, a esquerda, pela primeira vez, se une, por conta da repressão sofrida. Um Polo Democrático Alternativo constituiu-se como partido em julho de 2003, com candidato (Carlos Gaviria), capaz de enfrentar e ganhar do atual presidente. Mas sabemos que a mídia será manipulada. E não haverá auditoria internacional, uma vez que o governo atual tem todo o apoio dos Estados Unidos.

Integração através de caravanas

Estamos planejando caravanas de integração latino-americana e de Caribe, em dois anos para descobrir esse outro universo latino-americano, atravessar as fronteiras, descobrir o outro. No primeiro ano, será sul-americana: saindo de Caracas, atravessando a Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina (até a Patagônia), Uruguai, Paraguai. No Brasil, seriam duas rotas, a serem feitas já no segundo semestre de 2006.

A segunda caravana, seria centro-américa: México, Caribe e parte das Antilhas. Ao longo desse processo, esperamos criar outras caravanas que se juntem à caravana principal. E contar a história dos movimentos sociais e expressões populares que encontraremos pelo caminho, o que teria a transmissão da Telesur (Canal aberto via satélite patrocinado por governos das Américas, como Venezuela e Cuba). Haveria intercâmbio de experiências, exibição de filmes latino-americanos, vivenciando este continente, como as universidades não nos ensinam.

Movimento

Andes-SN denuncia descaso do MEC

Nem o que o governo impõe como recomposição salarial é efetivado

A diretoria do Andes-SN, conforme encaminhamento da reunião do Setor das Federais do dia 12 de maio, enviou uma carta aos parlamentares com informações sobre o descumprimento das promessas do governo em relação aos docentes. No documento, disponível em www.andes.org.br, os diretores lembram aos senadores e deputados federais que o conteúdo do projeto de lei nº 6.368 (que altera a remuneração e a carreira do magistério superior) foi imposto unilateralmente pelos representantes do MEC, ao fim do ano passado. Porém, "até o dia de hoje, não se materializou em resultados concretos para os docentes das instituições federais de ensino de todo o país. Confirma-se aí o descumprimento por parte do governo inclusive do que ele impõe como política de recomposição salarial", segundo trecho da carta, datada de 17 de maio.

No mesmo texto, o Andes-SN denuncia aos parlamentares que a situação é ainda mais grave para os professores da carreira de 1º e 2º graus, para os quais sequer existe um projeto de lei em tramitação no Congresso. "Esta carta tem o objetivo de denunciar o desrespeito, o descaso e as protelações governamentais e solicitar o apoio de V. Exª no sentido de solucionar esse imobilismo que impede o avanço de ações relacionadas à educação, mesmo quando estas representam a vontade do governo, como é o caso do PL 6368", encerra o documento.

Campanha Salarial 2006

Como forma de mobilização para a campanha salarial deste ano, também foi aprovado na reunião do Setor que as seções sindicais deverão promover o debate sobre a pauta de reivindicações, carreira docente, além das reformas universitária, sindical e trabalhista. Outra tarefa das seções sindicais será o planejamento de visitas às unidades com o objetivo de construir um Dia de Mobilização nas IFES.

Unidade com os demais servidores

Junto da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF), o Andes-SN deverá assumir a Campanha pela Anulação da Reforma da Previdência. Segundo um dos representantes da Adufrj-SSind na reunião, Salatiel Menezes, é interessante que esta campanha seja intensificada agora, no período pré-eleitoral, para cobrar o compromisso dos candidatos. "Mas temos consciência de que a anulação só será possível, se houver uma ampla renovação do Congresso", afirmou. Além desse e outros itens aprovados, o Setor reivindica uma reunião entre a própria CNESF e representantes do governo para tratar de pendências salariais e de carreira relativos a 2005 e a situação de 2006.

Solicitação da Assembléia da Adufrj-SSind

Foi acatada pelo Setor a solicitação feita pela Assembléia Geral da Adufrj-SSind de se encaminhar à Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN uma consulta sobre a possível alteração na carreira docente, com a aprovação do PL nº 6.368/05. Há dúvidas sobre a remuneração do professor que ascender à classe de "associado", a ser criada entre "Adjunto" e "Titular", bem como sobre suas condições para aposentadoria.

1º e 2º graus

Outro representante da Adufrj-SSind, o professor Fernando Marinho destacou um dos informes do Setor sobre uma reunião entre o Andes-SN e a Secretaria de Educação Tecnológica do MEC, no dia 25/4. Naquela ocasião, os dirigente do ministério anunciaram a criação de 60 novas unidades de ensino de 1º e 2º graus, que terão a supervisão dos Cefets. Segundo foi declarado, essa "expansão" seria custeada por apenas R$ 57 milhões.

Também informaram sobre a distribuição de 400 bolsas de capacitação profissional, voltadas apenas para docentes dos CEFETs e escolas agrotécnicas, com restritivo critério de participação – o projeto de capacitação deverá se vincular apenas a projetos da próprio instituição onde o docente estiver lecionando. "E mais uma vez, os colégios de Aplicação foram deixados de lado", critica Fernando.

Homenagem

Antes dos informes das seções sindicais, a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, em nome da diretoria nacional, prestou homenagem ao professor Durval Cruz, militante e ex-dirigente da Seção Sindical dos docentes da Universidade Federal do Maranhão, recentemente falecido. Em sua fala, a dirigente destacou a atuação de Durval nas lutas da categoria, incluindo sua participação na greve de fome contra a instituição da GED, em 1998.

Próxima reunião do Setor

A próxima reunião do Setor das Federais foi marcada para o dia 3 de junho.

Servidores querem unidade na campanha

Plenária reafirma luta unificada pela campanha salarial

Nos últimos anos, o governo teve sucesso ao fragmentar a luta do funcionalismo, com negociações em separado por categoria, mas a situação deve mudar a partir de 2006. Pelo menos foi esse o tom dos discursos que dominaram a plenária dos servidores públicos federais, realizada em 14 de maio. "Todo mundo já percebeu que, cada um para o seu lado, não consegue nada do governo", comentou o representante da Adufrj-SSind à reunião, professor Salatiel Menezes.

Para verificar até que ponto é verdadeira a disposição em torno da unidade, já foi marcado um primeiro grande ato para 1º de junho, com paralisação e greve onde for possível.

Também no sentido da luta conjunta, um dos encaminhamentos aprovados pela Plenária foi a reafirmação do pedido ao governo de reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, com o objetivo de tratar das pendências salariais de 2005 e da campanha deste ano. O restabelecimento de mesa temática de seguridade social para cuidar do plano de saúde dos servidores e suas famílias foi outra reivindicação aprovada na plenária.

De olho em 2007

A campanha deste ano vai ficar de olho no orçamento de 2007: mais uma vez, nos documentos preliminares da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano que vem, o governo não reservou nenhum recurso para aumentos para os servidores. Um documento será elaborado conjuntamente com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) para subsidiar o debate das entidades sobre o tema.

Super-Simples

Ficou pautada para a próxima Plenária dos SPF, em 4 de junho, uma apresentação sobre o Super-Simples, uma proposta do governo (PLP 123/2004) a pretexto de eliminar burocracias e regulamentar a unificação da legislação tributária das três esferas de governo para micro e pequenas empresas.

Acontece que, conforme várias entidades dos servidores federais já vêm denunciando, o Super-Simples representa um duro ataque aos direitos trabalhistas. Primeiramente voltado aos funcionários das micro e pequenas empresas (nada menos que mais da metade de todos os trabalhadores brasileiros), esse projeto pode significar o primeiro passo para a "flexibilização" dos direitos de todos os trabalhadores.

Conforme texto retirado da página do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, o "Super-Simples precariza direitos e protege as empresas das fiscalizações trabalhistas, abrindo uma avenida para toda sorte de abusos dos patrões. Possibilita que as empresas acabem com o décimo-terceiro salário, com as férias e com o pagamento mensal regular dos salários (que podem ser atrasados)", entre outros absurdos.

Andes-SN

Chapa única obtém mais de 11 mil votos para dirigir o Andes-SN

Posse da nova direção acontece em 29 de junho

Para dirigir o Sindicato Nacional na gestão 2006-2008, a chapa "Andes Autônoma e Democrática" obteve 11.093 votos, nas eleições realizadas nos dias 16 e 17 de maio. Houve 1.284 votos em branco e 717 nulos para um total de 13.094 eleitores. O professor Paulo Marcos Borges Rizzo (foto), da Universidade Federal de Santa Catarina, será o novo presidente do Andes-SN; Luiz Henrique Schuch, da Universidade Federal de Pelotas, será o secretário-geral; e José Vitório Zago, da Unicamp, o novo 1º tesoureiro. A direção eleita tomará posse no dia 29 de junho, na plenária de abertura do 51º Conad, em Juiz de Fora (MG).

Em todo o país, o maior comparecimento às urnas aconteceu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (842 eleitores, com 609 votos na chapa única, 158 brancos e 75 nulos). Na Universidade Federal do Ceará, houve 555 votos (427 na chapa, 74 brancos e 54 nulos). Na UnB, 277 eleitores (176 para a chapa, 53 brancos e 48 nulos). Na USP, 458 votos (402 na chapa, 47 brancos e 9 nulos). Na Universidade Federal do Paraná, 526 eleitores, com 409 votos para a chapa, 59 brancos e 58 nulos. Na Universidade Federal de Santa Catarina, foram 474 votos para a chapa, 29 brancos e 34 nulos. Entre as grandes universidades, a Universidade Federal de Minas Gerais apresentou baixíssimo quórum – apenas 40 votantes, sendo 18 na chapa, 15 brancos e 7 nulos. Mas vale registrar que as

Andes-SN

últimas diretorias da seção sindical local fazem oposição à direção do Sindicato Nacional. No estado do Rio, a Uerj (em greve) teve 130 votantes (122 na chapa, 3 brancos e 5 nulos). Na Uni-Rio, 150 (134 na chapa, 10 brancos e 6 nulos). Na UFF, 474 votantes (431 na chapa, 30 brancos e 13 nulos). Na UFRJ, conforme divulgado na edição anterior do Jornal da Adufrj, a chapa única conseguiu 444 votos, contra 35 brancos e 23 nulos.

Avaliação sobre as eleições

De acordo com a presidente da Comissão Eleitoral Central, professora Milena Martinez, o pleito conseguiu um número expressivo de eleitores, apesar de a eleição ter uma chapa única. "Quando há uma disputa, claro que a mobilização aumenta", comentou.

Outra situação que contribuiu para diminuir o quórum da votação foi o período de recesso acadêmico - para ajustar o calendário letivo, em função da greve do ano passado - que algumas instituições viviam, no período eleitoral. Milena citou que várias universidades, como a Federal do Amazonas, a Federal de Pernambuco e a Federal do Maranhão estavam sem aulas durante esses dias de maio. "A Universidade Federal de Pelotas estava voltando do recesso logo na semana da votação", exemplificou.

Em São Paulo, a professora analisa que a votação sofreu parcialmente com os efeitos da onda de violência que dominou o estado naquele período. "Assim mesmo, as urnas foram instaladas e aconteceu uma boa votação", afirmou.

Chapa não-homologada será investigada

Embora tenha se inscrito durante o último Congresso do Andes-SN, no início de março, para concorrer à diretoria nacional, a chapa "Educação e Revolução" acabou não tendo o seu registro homologado pela Comissão Eleitoral Central.

Ao tomar conhecimento de que seu nome figurava na nominata da Chapa "Educação e Revolução", um professor do estado de Roraima entrou em contato com a Comissão Eleitoral Central (CEC) manifestando surpresa e declarando não reconhecer como sua a assinatura que consta no "termo de concordância". Caracterizada a vacância do cargo de 1º tesoureiro da Regional Norte I e tendo já sido esgotado o prazo regimental para substituições, a comissão decidiu não homologar a chapa, de acordo com o artigo 7º do Regimento Eleitoral. "Esse foi o caso confirmado. Há indícios de outras irregularidades", esclareceu Milena.

Em função do ocorrido, a comissão eleitoral protocolou uma notícia-crime contra a chapa não-homologada, na 1ª Delegacia Policial de Brasília, em 15 de maio, para instauração de inquérito.

Presidente eleito comenta desafios do movimento

Para o presidente eleito do Andes-SN, Paulo Rizzo, o movimento docente continuará a enfrentar diversos desafios, como a reforma universitária do governo. "Eles ainda não mandaram, mas ficam ameaçando enviar ao Congresso esse projeto que prevê orçamento insuficiente para as instituições federais de ensino superior", disse. A precarização do trabalho docente e as dificuldades para unificar a luta dos servidores federais, além da possibilidade de uma nova reforma da Previdência, são outros pontos que vão exigir bastante da direção do Sindicato, de acordo com Paulo Rizzo.

Em relação ao processo eleitoral, o presidente eleito frisou que, mesmo com a diminuição do quórum, justificada pelo recesso de algumas instituições e pela ausência de disputa entre chapas, a "Andes Autônoma e Democrática" alcançou votação semelhante à do pleito de 2004: 11.093 de agora contra 11.413 daquele ano.

Campanha Salarial

Governo pode reajustar salários dos docentes por MP

Em reunião realizada no dia 18 de maio, no gabinete do ministro da Educação, os dirigentes do Andes-SN foram informados sobre a possível edição de uma medida provisória para reajustar os salários e alterar a carreira dos docentes universitários.

Na ocasião, o ministro Fernando Haddad foi questionado sobre a tramitação do PL nº 6368/05 ao aproximar-se o prazo final de impedimentos da lei eleitoral e de responsabilidade fiscal.

Haddad disse esperar a aprovação do projeto nos próximos dias, mas, em caso de protelação por mais duas ou três semanas, afirmou que defenderia junto ao governo a emissão de uma medida provisória.

Outra possível MP para 1º e 2º graus

Os representantes do Andes-SN também perguntaram a respeito da minuta que tramita internamente no governo sobre a alteração salarial dos docentes do ensino de 1º e 2º grau. Primeiramente, o ministro disse que receberia o Sinasefe para tratar do assunto. Diante do protesto veemente contra a discriminação ao Andes-SN, que representa parte significativa da categoria, o ministro mostrou-se atônito, como se não estivesse informado da presença desses docentes na base do Sindicato Nacional.

Agiu como se não soubesse dos atos obstrutivos feitos pelo próprio MEC, durante a greve, com o intuito de impedir que as negociações se dessem em conjunto com os dois sindicatos que representam esse segmento docente. Em seguida, informou que a proposta será enviada ao Congresso na próxima semana, como projeto de lei ou como uma outra medida provisória.

A audiência teve duração de aproximadamente uma hora e estiveram presentes, pelo Andes-SN, a presidente Marina Barbosa Pinto e o encarregado de Assuntos Jurídicos, Luiz Henrique Schuch; pelo MEC, o ministro Fernando Haddad, o diretor de articulação e desenvolvimento institucional da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), André Lázaro e o diretor do Departamento de Política da Educação Superior, Godofredo Pinto.

Continuação da capa

Lima, Carlos Leal e Pedro Martins Coelho pela conquista ter acontecido justamente na última vez em que se apresentaram como representantes dos alunos no colegiado máximo da universidade. As eleições para a nova direção do Diretório Central dos Estudantes (DCE Mário Prata) acontecem nos próximos dias 6, 7 e 8 de junho.

Bandejão foi bandeira de gestão atual do DCE

Para aprovar a construção do bandejão, uma bandeira de luta da atual gestão do diretório, os conselheiros tiveram que aprovar a prorrogação de mandato para os três discentes, já que o prazo da diretoria do DCE Mário Prata já havia expirado. Garantido os votos dos estudantes, eles tiveram que colher assinaturas de conselheiros para pedir que o projeto do restaurante universitário, que estava pautado como quarto ponto da plenária, fosse votado em regime de urgência. Caso a medida não fosse tomada, a construção do restaurante universitário não teria sido aprovada. Vencido o primeiro ponto da pauta, vários conselheiros se retiraram, deixando o Consuni sem o número mínimo de integrantes para deliberar.

Conquista histórica

"É uma conquista histórica. Os esforços agora serão para ampliar estas conquistas como a abertura da licitação para o início das obras, extensão das refeições para a noite e a fiscalização para saber se o restaurante estará satisfazendo os estudantes", afirmou Bernardo Lima. De acordo com a proposta, a refeição custará R$ 2 para os alunos e R$ 6 para os funcionários e o restaurante iniciará seu funcionamento em janeiro de 2007.

APG também fez parte dessa luta

A Associação dos Pós-graduandos (APG) também teve uma importante atuação na luta pelo bandejão na UFRJ. Em 2004, a entidade realizou uma pesquisa demonstrando que 98% dos pós-graduandos consideravam necessária a reabertura dos restaurantes universitários no *campus*. Por diversas vezes, os representantes da APG reivindicaram junto à reitoria e no Conselho Universitário a volta do bandejão.

Colegiados

Estudante de Medicina continua desaparecido

Estudantes da Faculdade de Medicina protestaram na sessão do Consuni no último dia 25 contra o descaso em relação ao desaparecimento no *campus* do Fundão do estudante Marcus Vinícius da Silva Amaral, de 26 anos, do último período do curso de Medicina. Dois meses depois do desaparecimento do colega, os estudantes da unidade decidiram cobrar uma solução das autoridades da UFRJ com cartazes, instrumentos e uma faixa.

Os manifestantes denunciaram a política de falta de verbas do governo como a principal razão para a insegurança na universidade. A estudante Letícia Hastenreiter, do sétimo período de Medicina, diz que os alunos se queixam de assaltos e até estupros no Centro de Ciências da Saúde (CCS). Segundo ela, a mídia fez um grande alarde nos primeiros dias e agora o caso caiu no esquecimento: "No caso do Tim Lopes, em poucos dias descobriram que ele estava morto, os responsáveis pelo crime e meses depois os responsáveis estavam presos. Por que no caso de um estudante da UFRJ querem que a gente espere sete anos para divulgar um laudo oficial?"

Ao final da reunião, o decano do Centro de Tecnologia (CT), Cláudio Luiz Baraúna Vieira, se dirigiu de maneira ostensiva aos estudantes para condenar a faixa levada pelos manifestantes que associava o desaparecimento de Marcus Vinícius com a falta de recursos para a política de segurança na Ilha do Fundão. No entanto, o coordenador de comunicação do DCE Mário Prata, Jorge Badauí, respondeu que ainda que o professor não concordasse com a posição do movimento estudantil, o que para ele não seria nenhuma novidade, o decano deveria respeitá-la. Os estudantes da Faculdade de Medicina não descartaram novos protestos caso nenhuma medida seja tomada para solucionar o desaparecimento de Marcus Vinícius.

Antonio Vianna

ALUNOS COBRAM RESPONSABILIDADE POR DESAPARECIMENTO NO *CAMPUS*

Falta de quórum impede votação

A inclusão de Filosofia no vestibular voltou a ser pauta na última sessão do Conselho Universitário. O impasse se deve ao fato da comissão de vestibular do CEG ter avaliado que são necessárias mais discussões antes da implementação da disciplina, enquanto a maioria no Consuni entende que, como o próprio CEG já havia aprovado a inclusão, a função da comissão de vestibular não é mais de discutir e sim de criar as condições necessárias para a sua inclusão no concurso.

O pró-reitor José Roberto Meyer afirmou que se deve buscar uma solução que concilie as duas partes e enfatizou a necessidade de não se estabelecer nenhum atrito entre dois conselhos da UFRJ: "Isto não contribuiria em nada para o bom andamento da nossa universidade", declarou. O conselheiro Pedro Martins apresentou uma proposta para que Filosofia fosse incluída no vestibular de 2008, já que não haveria tempo hábil para a implementação no concurso de 2007, cujas provas serão em novembro deste ano.

Entretanto, a proposta do representante discente não pôde ser votada porque após a discussão do restaurante universitário muitos conselheiros se retiraram e faltou quórum para o restante da sessão: "Acho que os conselheiros deveriam repensar as suas responsabilidades pois é no Consuni que se tomam as decisões mais importantes da UFRJ. É a segunda sessão seguida que falta quórum e isso é inadmissível para uma universidade como a nossa", condenou Pedro Martins. O pró-reitor José Luiz Monteiro concordou com o estudante e pediu maior responsabilidade dos conselheiros nas próximas reuniões.

Reflexões sobre a Assistência Estudantil

Gabriel Rodrigues Daumas Marques*

Elaborar contribuições acerca deste tema é algo bastante importante não apenas para informar, mas também para conscientizar e mobilizar o corpo discente e contribuir para o fortalecimento de uma ferramenta importante de luta: o Movimento Estudantil.

Essa luta é bastante específica dos estudantes, mas suas vitórias possuem grande importância para alterar a realidade social. A batalha pela transformação também é travada na universidade pública, no nosso caso, na UFRJ.

O projeto inicial de Alojamento Estudantil previa a construção de oito blocos. Muitos anos depois, temos hoje apenas dois, um masculino e um feminino, abrigando 504 estudantes dos mais de 30 mil com matrícula ativa. Além disso, a situação é precária: ratos e insetos como "vizinhos", falta de encanamento de gás, falta de acesso à internet etc.

Apesar de a nossa Universidade ser a maior Instituição Federal de Ensino Superior, perdemos o nosso restaurante universitário na gestão de Nelson Maculan, atual secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação. Reconquistamos agora esse espaço importante para a assistência estudantil. Porém, é importante ressaltar que precisamos nos mobilizar para conquistar a **gratuidade** das refeições, a abertura durante os cursos noturnos, além de instalações em unidades fora do *campus* do Fundão.

Outro ponto importante a ser discutido é a política de bolsas. Hoje, temos as bolsas auxílio-moradia (alojamento), auxílio (as duas podem ser acumuladas) e apoio – referentes à assistência estudantil; além das bolsas acadêmicas: monitoria, extensão, iniciação científica, iniciação artístico-cultural e LIG. Parece muito? Parece, mas não abarca nem 10% do corpo discente. O valor da bolsa é de R$ 300, menor do que o salário-mínimo! Sem contar os freqüentes atrasos em seu pagamento.

Todas essas questões específicas de nossa universidade são reflexos da conjuntura de nosso país, onde o governo Lula e o Partido dos Trabalhadores continuam implementando a política neoliberal que retira dinheiro da universidade pública para o pagamento da dívida externa. Junta-se a isso a cooptação dos Movimentos Sindical e Estudantil, das falidas Central Única dos Trabalhadores (CUT) e União Nacional dos Estudantes (UNE), "braços" de apoio do governo.

Apesar da 4ª versão da Reforma Universitária ainda não ter sido aprovada no Congresso, pontos cruciais já foram implementados de maneira fatiada, precarizando a Educação pública.

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) é criado sob o mesmo caráter do antigo "Provão", possibilitando, a partir de então, a transferência de recursos públicos para instituições privadas. O Exame Nacional de Avaliação do Desempenho Estudantil (ENADE) mantém a lógica meritocrática, de notas e ranqueamentos, premiando o primeiro colocado de cada área com bolsas de mestrado e doutorado em qualquer local do país.

A lógica das Fundações privadas continua fortalecida. A UFRJ já conta com quatro. A Lei de Inovação Tecnológica dispõe nossa produção de conhecimentos ao mercado. Cada vez mais o componente da tríade universitária *pesquisa* foge da comunidade acadêmica, sendo entregue de mãos beijadas aos donos de empresas e laboratórios.

Diante dessa situação, destaco a importância de participarmos do dia-a-dia do Movimento Estudantil, através dos Centros e Diretórios Acadêmicos, do Diretório Central dos Estudantes e da Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes.

*DCE Mario Prata na gestão 2005/2006 e representante dos estudantes no CEG

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 499 5 de junho de 2006

MP 295

Reajuste médio dos docentes é inferior a 10%

Veja encarte com tabelas nessa edição

Editorial

E eu sem isso?

Página 2

Professores comentam atuação de conselhos profissionais

Página 3

Bolívia, Honduras e o resto do mundo

por José Luis Fiori

Página 6

Reitoria diz que 28,86% não serão suspensos

Página 7

Coppe debate transposição do rio São Francisco

Página 8

Educação pública em crise

Sem verbas para manutenção, investimentos e reajustes, instituições realizam greves e manifestações na luta contra o descaso dos governos estaduais e federal. No Rio, greve da Uerj completa dois meses. Em São Paulo, Fórum das Seis organiza paralisação a partir do dia 8 de junho. Na rede básica federal, instituições como o Pedro II, do Rio, e vários Centros de Educação Tecnológica também estão paralisados.

Páginas 4 e 5

Editorial

E eu sem isso?

A crise na educação é gigantesca

A copa do mundo começa na próxima semana, mas hoje, a crise na educação, no Brasil, é gigantesca!

A UFRJ, gritam os jornais da grande imprensa, tem um déficit de 13 milhões. Hoje pagamos as bolsas de extensão e ignoramos as contas de luz, água e telefone; amanhã, isolados, com sede e no escuro, pagaremos, com certeza, as contas e as bolsas vazias carregarão nossos alunos e professores para a decepção e o esquecimento. Depois de amanhã, nem bolsas nem contas, mas afinal, e eu com isso? O que me interessa é o Brasil campeão e, ali, no fim do mês, meu contracheque cheio de números. Afinal ainda teremos salários, não temos? E que devem vir até com aumento. O resto não me diz respeito.

A UERJ, terceira maior universidade do país, vive, talvez, sua maior crise, seus professores, nossos colegas, revoltados, lutam contra os descaminhos de um governo que reproduz no estado do Rio de Janeiro a mesma lógica do desgoverno federal. Por que investir em educação se um povo mais educado e consciente e sabedor dos seus direitos e deveres usaria melhor o seus voto e jamais reelegeria esses senhores e senhoras que insistem em legislar apenas em causa própria?

Para os professores da UERJ, os pontos foram cortados à revelia dos órgãos colegiados e da reitoria. A universidade atônita não vê possibilidades de realizar o vestibular. Como aceitar mais alunos numa universidade totalmente imobilizada?

Nossos colegas da UERJ travam uma luta que não podemos ignorar, pois não somos diferentes, nossas lutas são as mesmas e nossas condições de trabalho são apenas momentaneamente e ilusoriamente diferentes. Há que sermos solidários como os nossos colegas, pois só assim seremos coerentes e solidários com nós mesmos. Mas afinal, pensando bem, e eu com isso?

O Colégio Pedro II, em greve, denuncia o não cumprimento de um acordo assinado com seus técnicos administrativos. E eu com isso? Com os colegas em greve, com os colegas sem salários, com a dívida da UFRJ? E eu com isso? Se comigo está tudo bem, pelo menos indo, se meu aumento, afinal, alardeado pelo governo e pela mídia aparecerá no próximo contracheque? E o que importa mesmo, nesse frescor tropical, é que o Brasil, afinal, goleou os juniores do Fluminense.

Por aqui, temos o tal PL que não queríamos e que não resolve nossos problemas nem contempla nossas reivindicações que, transformado, abruptamente, em Medida Provisória, desaba sobre nossas cabeças. Amém! Amém é o que diremos todos unidos, pela providência desse governo ausente e pequenino? É isso mesmo que queremos? Será que não temos mesmo nada a ver com todas essas coisas?

A grande imprensa, à qual a Medida é dirigida, enaltece e proclama números gerados no umbigo pelego dos poucos colegas realmente favorecidos. O reajuste vem, mentiroso e misturado a um plano de carreira que usurpa uma reivindicação legítima da categoria e cria um sistema divisionista que acirra as discrepâncias salariais e perpetua um modelo acadêmico perverso onde os de cima, os mesmos que decidem os critérios e as políticas que nos enquadram, estes sobem, enquanto os de baixo, cujo trabalho não privilegia as ideologias internacionalistas e privatizantes de um modelo de universidade voltada somente para os humores do mercado e a saúde do capital, esses, os de baixo, descem.

Vejam as tabelas e surpreendam-se com os parcos números que nos cabem. Será que não estaríamos melhor sem isso? Dentro da crise aonde, de fato, ainda estamos e de onde só sairemos com a luta permanente por nossos ideais de universidade.

Diretoria da Adufrj-SSind

Reunião do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Pauta: Reajuste pela MP 295 e reestruturação da carrera do magistério superior; e Avaliação do Setor das Federais do Andes-SN

8 de junho, quinta-feira, às 17h, na sede da seção sindical

Agenda Sindical

16/6 - Reunião do Grupo de Trabalho Carreira do Andes-SN
Brasília (DF)

17/6 - Reunião Conjunta do GT-Carreira Andes-SN/Sinasefe
Brasília (DF)

29/6 a 2/7 - 51º Conad do Andes-SN
Juiz de Fora (MG) - Com o tema "Autonomia Sindical: garantia da luta pela educação como direito social".

Leitura

Novo livro de Mészáros

Nascido em Budapeste no dia 19 de dezembro de 1930, István Mészáros é um dos maiores marxistas vivos. Ele esteve no Brasil no início de maio para o lançamento do livro "A teoria da alienação em Marx" e do 7º número da revista Margem Esquerda, na USP. Autor do clássico "Para além do capital", na entrevista que concedeu à Margem Esquerda, às vésperas de vir ao Brasil, o filósofo de voz mansa, porém radical e firme em suas posições, fala sobre sua trajetória, sobre o papel dos intelectuais, sobre o poder transformador da educação, sobre o avanço da esquerda na América Latina e, principalmente, sobre como seguir lutando para romper a camisa-de-força da lógica do capital (e a enfrentar os desafios da transição), rumo à emancipação humana. Confira a íntegra da entrevista, publicada em 24 de maio, no *site* da seção sindical www.adufrj.org.br, no link *clipping* seção Comunicação, na barra esquerda da página.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Professores discutem relações entre a universidade e os conselhos profissionais

Caso da professora Tânia Werner ainda repercute entre a comunidade universitária

A invasão de dois fiscais do Conselho Regional de Educação Física (CREF) no *campus* da Praia Vermelha, acompanhados ilegalmente de um policial militar, incitou uma discussão entre os professores da UFRJ no que diz respeito à relação dos órgãos reguladores com a universidade. O fato ocorreu no dia 26 de abril, quando os dois ficais do CREF e o policial constrangeram a professora Tânia Lúcia Werner da Silva, da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), enquanto ela ministrava uma aula de extensão na piscina localizada entre a Faculdade de Educação e a entrada alternativa da Escola de Comunicação. Foi exigido, na frente dos alunos, que a professora apresentasse a comprovação de sua filiação com o conselho regional.

O caso repercutiu em toda a comunidade acadêmica. O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou uma moção de repúdio à atitude dos fiscais e o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer Fernandes, prometeu pautar a relação dos conselhos profissionais com a universidade em uma das próximas reuniões do colegiado.

Coordenadores elogiam conselhos, mas condenam atitude dos fiscais

Para o coordenador do curso de graduação de Engenharia Mecância, Vítor Ferreira Romano, os conselhos devem entender quais são suas áreas de atuação e trabalhar no seu espaço para não haver problemas como estes. O professor enfatizou a necessidade de um órgão que fiscalize os profissionais que atuam no mercado, pois, segundo ele, as normas do Ministério da Educação (MEC) estão muito flexíveis: "De acordo com o MEC, não há diferença nenhuma entre um aluno formado pela UFRJ e um aluno formado por uma universidade privada. Quem vai diferenciá-los é o Confea (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), na fiscalização dos profissionais no mercado.", afirmou.

Vítor Romano ressaltou a importância dos conselhos e informou ainda que o Confea teve um papel fundamental na defesa pela porcentagem mínima de engenheiros brasileiros que trabalham nas multinacionais e conquistou também o reconhecimento do diploma de engenheiro no exterior. Entretanto, segundo ele, a fiscalização dos profissionais não deve intervir dentro do espaço universitário pois, neste caso, o profissional está sob a responsabilidade da instituição de ensino: "Neste caso, caberia ao MEC fiscalizar. São áreas de atuação diferentes", declarou.

Professor destaca importância social dos conselhos

O coordenador do curso de Serviço Social, Marcelo Braz Morais dos Reis, que também é integrante do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), enfatizou que o seu conselho repudia a atitude do Conselho Regional de Educação Física (CREF-1) e que o Conselho de Serviço Social jamais agiria desta forma: "No encontro dos conselhos profissionais, o CFESS é visto como o patinho feio porque nós não priorizamos a punição para os que não estão em dia com o órgão. Convivemos também com muita inadimplência, mas nosso principal compromisso é em estabelecer uma sociedade sem preconceitos e com profissionais éticos", analisou.

Marcelo Braz afirmou que, em muitas áreas, a atuação dos conselhos profissionais contribui para uma imagem negativa dessas entidades perante a sociedade, pois priorizam o recolhimento de recursos e a fiscalização punitiva do exercício ilegal da profissão: "A perspectiva do nosso conselho é um fim normativo, atuando de uma maneira sócio-educativa para estabelecer direitos e deveres dos profissionais, a relação deles com a sociedade e a relação ética entre os próprios profissionais", avaliou.

O coordenador de Serviço Social informou que muitas vezes o CFESS se alia a alguns movimentos sociais, para lutar para uma determinada causa: "No caso do ensino a distância, que somos terminantemente contrários, nos aliamos aos movimentos sociais que lutam pelos mesmos ideais, como o Andes-SN, por exemplo", concluiu.

Na Medicina, filiação é obrigatória

No caso da Faculdade de Medicina, a professora Ana Maria Borralho informou que não existe a possibilidade de um profissional atuar ou ministrar aulas sem o registro no Conselho Regional de Medicina (CRM), mas afirmou que o conselho não determina as disciplinas que serão disponibilizadas dentro da UFRJ. De acordo com ela, os estudantes de Medicina recebem orientações durante as aulas práticas de atendimento, que são supervisionadas por professores, e com isso aprendem no cotidiano as normas do conselho profissional.

Ana Borralho, que coordenou o curso até o último mês, considera que o CRM atua muito pouco na fiscalização dos profissionais: "Apesar de em muitos hospitais faltar material e equipamento, não é por isso que um médico vai tratar mal o paciente. E nós sabemos que isso existe, com freqüência, em alguns hospitais públicos e postos de saúde. O conselho deveria fiscalizar", avaliou.

Em relação ao caso da professora TâniaWerner, Ana Borralho informou não ter tomado conhecimento do episódio mas afirmou que jamais poderia se chamar um policial militar para prender alguém dentro de uma instituição federal: "Constranger a professora na frente dos seus alunos já é um péssimo exemplo ético que um conselho poderia dar", finalizou.

Resenha

Chile tem mobilização histórica

Mais de meio milhão de estudantes secundaristas do Chile fizeram greve na semana passsada por melhores condições na educação pública, na maior manifestação estudantil do país desde 1972. Protestos nas proximidades do Palacio de la Moneda, sede da presidência, em Santiago, terminaram em confrontos com a polícia. Houve 12 feridos e mais de 500 detidos. Os manifestantes cobram também verbas para educação, transporte menos caro e melhoria salarial (Folha de São Paulo, 2/6).

Governo teme avaliação em educação

Em agosto será realizado em 57 países o Pisa, a maior avaliação internacional de educação. O governo teme os maus resultados, principalmente no ensino de ciências, já que especialistas brasileiros estão certos de que a ciência da sala de aula é abstrata e distante demais da ciência real: "No Brasil, os materiais são insuficientes, os professores não foram bem formados, não se incentiva o ensino de ciência na escola pública", diz a secretária paulista de Ciência e Tecnologia, Maria Helena Castro. Segundo pesquisas da FGV, só 5,4% das escolas públicas de ensino fundamental e 37% das de ensino médio têm laboratório de ciência (O Estado de São Paulo, 29/5).

Setor privado domina a educação no Brasil

De acordo com os dados coletados pelo Cadastro da Educação Superior do Inep, o Brasil tem hoje 2.381 Instituições de Educação Superior credenciadas. Deste total, 177 são universidades (sendo duas especializadas), e a grande maioria (58,82%) é de faculdades. E este percentual ainda aumenta, caso se somem as Faculdades Integradas (120) e as Faculdades Tecnológicas (177). O Cadastro da Educação Superior do Inep também revela que, das 2.381 IES existentes no Brasil hoje, quase 90% pertencem ao setor privado. Os restantes correspondem às IES públicas, incluída a Universidade Federal do ABC (Informativo INEP de 19/5).

Greve dos terceirizados da Petrobrás

A Petrobrás se juntou definitivamente às duas empreiteiras Norserge e Rondave para tentar derrotar os trabalhadores petroleiros terceirizados da companhia que têm suas carteiras de trabalho assinadas por essas empresas. A companhia está mandando seus funcionários dirigirem os carros da Rondave, furando o movimento de greve dos terceirizados que têm um piso salarial de 375 reais e quase nenhum dos direitos da carreira da empresa. O piso pago pelas empreiteiras é o menor de todos das Unidades de Negócio da Petrobrás espalhadas pelo Brasil. A greve dos terceirzados da Petrobrás já completou duas semanas. (Comunicado Sindipetro AL/SE).

Universidades

Comunidade em greve unida contra intervenção do governo na Uerj

Greve na estadual do Rio de Janeiro completa dois meses

No último dia 1, professores, funcionários e estudantes lotaram o Teatro Odylo Costa Filho no *campus* da Uerj no Maracanã para reforçar a greve na universidade que completa dois meses e para protestar contra o governo que sustenta o corte de ponto dos grevistas. O ato *Uerj e sociedade unidas pela educação pública, pela autonomia universitária e contra a intervenção. Negociação Já* teve apoio da sociedade através de parlamentares, reitores de outras universidades e militantes em defesa do ensino público. Estiveram presentes a comunidade acadêmica da Uenf, da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/Uerj), do CAP/Uerj, do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe/Uerj) e da Universidade Aberta da Terceira Idade (Unati/Uerj).

A manifestação foi convocada depois que o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Wanderley de Souza, anunciou que cortará o ponto dos grevistas. O governo de Rosinha Garotinho enviou uma lista para que os diretores de unidade informassem a freqüência dos servidores durante a greve.

"Evidentemente que não podemos aceitar isso. A Uerj não é subordinada à secretaria, apenas vinculada. Temos uma reitoria eleita e nomeada que tem que ser respeitada e ouvida pela governadora", disse o vice-reitor da Uerj, Ronaldo Martins Lauria que participou junto do reitor, Nival Nunes, do ato do dia 1. A presidente da Asduerj, Nilda Alves, a diretora do Sintuperj, Perciliana Rodrigues, os representantes do DCE, Siron Nascimento e Gilberto "Cabeça"; o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, o ex-reitor da Uerj, Hesio Cordeiro, o ex-vice-reitor, Celso Sá e o representante da Conlutas, Zé Maria também participaram da manifestação.

Corte de ponto ameaça a autonomia universitária

A comunidade da Uerj está indignada com a atitude do secretário Wanderley de cortar o salário dos grevistas. Os servidores denunciaram que, além de não abrir negociações, ignorar os problemas da universidade, o secretário agora ameaça a autonomia universitária passando por cima da reitoria, elaborando folhas de pagamento feitas pela secretaria e enviando-as diretamente para os diretores de unidades. "Isso foi brutal e truculento. Mesmo quando tínhamos um ministro general durante a ditatura militar, o corte de ponto nunca foi feito", disse o reitor Nival.

Fotos Samuel Tosta

MANIFESTAÇÃO DE GREVE EM FRENTE AO HOSPITAL PEDRO ERNESTO, EM VILA ISABEL

Presidente eleito participa de ato

O presidente do Andes-SN ressaltou que nenhuma universidade pertence a governantes. "A Uerj não é nem da Rosinha nem de seu sucessor, mas da sociedade que merece lutar por um ensino público gratuito e de qualidade".

A representante do Sintuperj, Perciliana, disse que o fato de o Teatro da Uerj estar lotado representa que, apesar do profundo ataque do governo, o movimento demonstra ter forças para continuar resistindo.

Apoio de entidades

O representante do DCE, Gilberto, ressaltou que desde o início da greve, a Uerj tem recebido apoio de muitas entidades que também sofrem com o descaso das autoridades. "A governadora Rosinha quer impor uma política neoliberal para a educação assim como o Lula tenta fazer com as universidades federais. Educação não é mercadoria", defendeu.

O representante da Conlutas disse que a questão principal não é a falta de recursos para investimentos. "Existe verba, mas ela é usada para pagar a dívida do país e sustentar banqueiros", afirmou.

ATO DE GREVE EM 1 DE JUNHO CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE ELEITO DO ANDES-SN, PAULO RIZZO (AO MICROFONE)

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, relatou ainda que enfrentou os mesmos problemas de cerceamento de direitos quando estava negociando com o governo federal as reivindicações dos professores na última greve das federais. "Tentaram dar tratamento diferenciado aos aposentados, eu disse que isso era inconstitucional. A resposta foi: E daí? Vão recorrer à Justiça", denunciou.

"Modelo de financiamento chegou ao limite"

O reitor da Uerj, Nival Nunes, disse que um dos principais problemas da universidade é o modelo de financiamento, que já estava instalado quando ele assumiu. "Tentamos diálogo em todas as instâncias para propor mudanças, mas não nos ouviram". Nival disse que o governo divulga números falsos para sustentar que tem aumentado o investimento na universidade. Para ele, o modelo de sustentação financeira é perverso e gera intranqüilidade aos dirigentes. "Não há condição mínima de funcionamento dos laboratórios, dos projetos de pesquisa, da manutenção, da limpeza, da segurança, da vigilância. A bolsa de nossos alunos é de R$ 190,00 há mais de 8 anos. Em abril conseguimos pagar uma dívida com a Light que se arrastava", denunciou.

Falta de pagamento faz elevadores pararem

O reitor anunciou que no dia do ato na Uerj, mais um novo problema se instalou. Por falta de pagamento de contratos, os elevadores da universidade ficaram fora de operação.

O *campus* da Uerj no Maracanã tem 12 andares, em todos eles há circulação de estudantes. Há ainda os idosos que freqüentam os cursos da Universidade Aberta da Terceira Idade, que funciona no 10º andar.

Os integrantes da mesa lembraram ainda os outros problemas ligados à infra-estrutura que já causaram o desabamento de um bloco de 10 toneladas do 12º andar cujo teto está escorado, a queda de teto e a diminuição de atendimentos e cirurgias no Hospital Pedro Ernesto. A suspensão do cronograma do Vestibular por não haver recursos para receber novos alunos, os problemas no edifício do CAp, falta de reajuste salarial dos professores e servidores e de bolsas de assistência estudantil também foram denunciados.

Universidades

USP e Unesp devem entrar em greve no próximo dia 8

Foto Sintusp

ESTUDANTES, PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DAS SEIS ESTADUAIS EM MANIFESTAÇÃO NA AV. PAULISTA

O Fórum das Seis, que congrega entidades de professores, funcionários estudantes da USP, da Unesp, da Unicamp e do CEETPS, defende a luta por negociações relativas ao aumento de investimento do Estado na Educação Pública. As entidades propõem emendas ao texto de LDO 2007 do Executivo para que seja garantido, no mínimo, 33% da receita total de impostos, aí incluídas as transferências de outras esferas, para a Educação Pública em todos os níveis, no estado de São Paulo.

A comunidade acadêmica sofre com problemas muito graves, como as classes super-lotadas no ensino básico, professores e funcionários com salários arrochados e condições precárias de trabalho, como ausência de bibliotecas e laboratórios. Essa situação compromete o direito à Educação pública de qualidade, uma das principais fontes do exercício efetivo da cidadania. No último dia 1º, professores, funcionários, e estudantes da USP, Unesp e Unicamp se reuniram com o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp). Foi a quarta tentativa de negocição, mas os reitores continuaram a oferecer reajuste salarial de apenas 0,75% enquanto os trabalhadores reivindicam 7% e reposição de perda de 62%.

Ao final da reunião, os funcionários da USP anunciaram que iniciam greve no próximo dia 8. Professores e estudantes ainda vão decidir se aderem ao movimento. Na Unesp, grande parte da comunidade acadêmica também poderá fazer a paralisação. Na Unicamp, ainda não há definição.

Além da reposição salarial, a categoria reivindica melhores condições de trabalho e maiores investimentos em educação, em equipamentos e em infra-estrutura. A defesa da universidade pública e gratuita também é defendida pelo movimento paulista.

Entre as emendas apresentadas, o Fórum das Seis questiona o Decreto nº 48.034 (de 19/08/2003), que isenta o estado, suas autarquias e fundações do pagamento de ICMS, o que tem ocasionado uma perda estimada de cerca de 4% da receita do estado, sacrificando as verbas vinculadas, em particular as da Educação. O Fórum considera, ainda, que tem havido uma mistura irregular de contas pelo governo e considera inaceitável a redução do investimento na Educação e na Saúde ou o arrocho de salários para financiar as políticas de Previdência e a Habitação do governo paulista.

A principal proposta do Fórum é a aprovação de emenda à LDO 2007 que garanta, no mínimo, 33% da receita total de impostos, aí incluídas as transferências de outras esferas, para a Educação Pública, em todos os níveis, no estado de São Paulo. O Fórum das Seis considera urgente a vinculação de recursos para a Educação Tecnológica no estado e defende a aprovação de emenda aditiva para garantir 2,1 % do ICMS – Quota parte do Estado (QPE), mais o montante de recursos oriundos da compensação pela desoneração das exportações, energia elétrica e bens ativos (Lei Kandir), para o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Greve do Sinasefe cresce, mesmo com medida provisória do reajuste

Foto Adufc

MANIFESTAÇÃO EM FORTALEZA (CE)

A greve no Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), iniciada em 17 de maio, continua forte e crescente, mesmo após a edição da Medida Provisória nº 295, de 30 de maio de 2006. De acordo com o último informativo da entidade (de 1º/6), as assembléias realizadas nas seções sindicais deliberaram pela manutenção da paralisação: "(...) e essa é uma clara demonstração de que a categoria pretende pressionar o governo a estender o que foi acordado aos Técnicos-Administrativos em Educação, também, e que não basta ter atendido apenas o pleito dos Docentes de 1º e 2º Graus, e que o Termo de Acordo da Greve de 2005 não foi até agora cumprido integralmente", diz um trecho.

Para os técnicos, reivindica-se a implantação da segunda fase da nova carreira do segmento, com percentuais de incentivo à qualificação retroativos a janeiro. Diversos Cefets estão em greve em todo o país, entre eles o do Ceará (foto), além de Escolas Agrotécnicas e as unidades do Colégio Pedro II, que entraram na paralisação nacional no dia 29 de maio.

Opinião

Bolívia, Honduras e o resto do mundo

José Luís Fiori

O que se vê, por todo lado, é uma tendência geral, alimentada pelo problema da segurança energética, que o New York Times identificou como uma "ressurgência mundial das políticas nacionalistas". Enquanto isto, a "idiotia conservadora" segue falando de "populismo latino-americano".

Primeiro foi a Bolívia, mas duas semanas depois, o novo presidente de Honduras, Manuel Zelaya Rosales, também anunciou sua intenção de renegociar contratos e "preços justos", com as empresas petroleiras, instaladas no seu país (O Globo, 13/5/06). Um fenômeno que vem se repetindo em quase todos os países exportadores de recursos energéticos, que nacionalizam suas empresas ou refazem seus contratos, desde que os preços do petróleo dispararam no mercado internacional. O caso mais importante foi sem duvida o da re-estatização da empresa Gazprom, em 2004/2005, que recolocou a Rússia na condição de "gigante mundial da energia". Mas este também foi o caminho tomado pelos governos da Nigéria e do Kazakhstan, e pela própria Grã Bretanha, que aumentou em 10%, seus impostos sobre o petróleo do Mar do Norte, no início de 2006.

A mesma política que agora está sendo discutida dentro da União Européia, e que já foi aprovada pelo Congresso norte-americano, que decidiu recentemente "punir as empresas que rejeitem uma mudança nos seus contratos de operação que dará ao governo uma fatia maior dos lucros com o petróleo"(Valor, 22/5/06). Uma decisão que já havia sido tomada pela Venezuela, e que está sendo negociada, neste momento, pelo Equador. Portanto, o que se vê, por todo lado, é uma tendência geral, que o New York Times identificou como uma "ressurgência mundial das políticas nacionalistas" (NYT. 6/5/06).

Por outro lado, dentro da própria União Européia, multiplicaram-se recentemente as políticas defensivas e as intervenções dos governos para impedir aquisições e fusões empresariais que possam desnacionalizar suas empresas energéticas

Confirmando esta hipótese, faz algumas semanas, o ministro japonês Shinzo Abe - provável sucessor de Junichiro Koizume – denunciou numa entrevista ao jornal Financial Times, o "renascimento do nacionalismo asiático" (F.T.28/4/06), em particular na China e na Coréia, exatamente nos dois países onde mais se tem criticado – na direção inversa – a volta do "nacionalismo japonês". Quase ao mesmo tempo em que o vice-presidente norte-americano, Dick Cheney acusava a Russia, no último dia 5 de maio, de usar seus recursos energéticos com objetivos nacionalistas e expansionistas. Enquanto o ministro da defesa polonês, Radek Sikorski criticava a Alemanha e a Rússia por estarem construindo uma gasoduto entre os dois países, através do Mar Báltico, que exclui a Europa Central e que segundo ele, relembra o acordo de 1938, entre Moltov e Ribbentrof.(F.T. 4/5/06)

Por outro lado, dentro da própria União Européia, multiplicaram-se recentemente as políticas defensivas e as intervenções dos governos para impedir aquisições e fusões empresariais que possam desnacionalizar suas empresas energéticas, como no caso mais surpreendente, do veto inglês à compra pela Gazprom, da Centric PLC, a maior distribuidora de energia do Reino Unido. Por isto, num artigo recente, Matthew Lynn, do Bloomber News, fala explicitamente, da "volta do nacionalismo europeu", e denuncia o fato das "economias européias estarem se conservado obstinadamente nacionais" (Valor, 4/4/06).

Como explicar esta inflexão nacionalista, tão rápida e universal? Parece tratar-se de um fenômeno de mais longo prazo e que não tem uma causa única. Mas de forma mais imediata, no curto prazo, não há dúvida que esta "onda" vem sendo alimentada pelo problema da "segurança energética" da nova "máquina de crescimento mundial", liderada pelo eixo entre os Estados Unidos e a China/Índia.

Este tufão está recém no início, mas já paralisou a União Européia, atropelou o Mercosul, e deve enterrar brevemente os sonhos liberalizantes da Rodada Doha

Em conjunto, a China e a Índia, detém um terço da população mundial, e vêm crescendo nas duas últimas décadas a uma taxa média de 6 a 10% ao ano, e a previsão é que até 2020, a China deverá aumentar em 150%, o seu consumo energético, e a Índia em 100%, se forem mantidas suas atuais taxas de crescimento econômico. A China já foi exportadora de petróleo, mas hoje, já é a segunda maior importadora do mundo, para atender um terço de suas necessidades internas. No caso da Índia, sua dependência do fornecimento externo de petróleo é ainda maior do que a da China, e nestes últimos 15 anos, passou de 70 para 85% do seu consumo interno.

Ao mesmo tempo, o Japão e a Coréia seguem sendo grandes importadores de energia, o que explica sua corrida conjunta e competitiva em direção à Ásia Central, África e até mesmo, à América Latina. O Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres atribui a esta mesma disputa energética, a recente reestruturação naval e a presença militar crescente dos chineses e indianos no Mar da Índia e no Oriente Médio.

No outro lado do "eixo", os Estados Unidos seguem sendo os maiores consumidores de energia do mundo, e vem deslocando seu fornecimento para dentro de sua zona de segurança estratégica, no México e no Canadá, ou mesmo na Venezuela. Mas apesar disto, seguem atuando de maneira ofensiva e "nacionalista", em todo mundo, buscando um acordo estratégico de longo prazo com a Rússia, e tentando garantir o controle dos novos territórios petrolíferos da África sub-sahariana, e da Ásia Central.

Nesta luta, a Europa entra como "primo pobre" depois que a Grã-Bretanha voltou a sua condição de importadora de petróleo, enquanto o resto da União importa da Rússia, hoje, 49% do seu gás, e deverá estar importando da mesma Rússia, algo em torno de 80%, por volta de 2030. Por isto, em compensação, a Rússia vem ressurgindo como potência, com mais rapidez do que era esperado, não apenas por deter o segundo maior arsenal nuclear do mundo, mas também ser a fornecedora de energia , também, da China, Índia e Estados Unidos.

Olhando desta forma para a Bolívia e Honduras, o que se vê, em última instancia, é que a globalização do capital acabou globalizando a demanda e a disputa pelos recursos energéticos, e provocou um aumento de preços que pode e deve se sustentar por muito tempo, o que fortalece a posição econômica e estratégica dos países exportadores de recursos energéticos. É esta tensão que está por trás da nova "onda nacionalista", e tudo indica que veio para ficar por um bom tempo, empurrando as Grandes Potências na direção da sua velha luta pela conquista e monopolização de novos "territórios econômicos" supra-nacionais. Este tufão está recém no início, mas já paralisou a União Européia, atropelou o Mercosul, e deve enterrar brevemente os sonhos liberalizantes da Rodada Doha. Enquanto isto, e apesar de tudo isto, a "idiotia conservadora" segue falando de "populismo latino-americano".

---

*Cientista político

Publicado originalmente em agenciacartamaior.uol.com.br

Nosso Bolso

Não haverá suspensão do pagamento dos 28,86%

Pressão da AGU sobre o ministério do Planejamento provocou intranqüilidade na UFRJ

Um boato de que o governo suspenderia o pagamento da ação judicial dos 28,86% ganha pelo Sintufrj em 1997 e efetivada em 2002 deixou um clima de intranqüilidade na universidade. Não à toa. Afinal, quase 12 mil servidores são beneficiados pela ação, entre eles 2 mil docentes. Mas nenhum desconto nos contracheques será autorizado pela reitoria, segundo informou o superintendente Roberto Gambine, da Pró-reitoria de Pessoal (PR-4).

O que houve, como esclarece o superintendente da PR-4, foi o recebimento de um ofício, no último dia 18, da Coordenação-geral de Procedimentos Judiciais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG): o documento solicitava providências para a suspensão do pagamento dos 28,86%. E o trecho final do ofício era de assustar: "...diante das sucessivas tentativas dessa Universidade em protelar o cumprimento das orientações deste Ministério, informo que será anulada a análise do referido código, impreterivelmente, no prazo de 30 dias, a contar desta data, com a retirada da folha de pagamento do mês de junho de 2006".

Só que o ofício estava completamente equivocado, no entendimento da reitoria, uma vez que nenhuma sentença judicial havia reformado a decisão anterior, de 1997. O ministério baseava seu documento em uma outra decisão judicial (não definitiva, é bom frisar) sobre o pagamento dos atrasados relativo ao período em que foi proferida a sentença favoravelmente ao sindicato e o efetivo pagamento em folha dos 28,86% (de 1997 a 2002).

Em setembro de 2004, a 6ª Turma do Tribunal Regional Federal questionou a legitimidade do Sintufrj para promover a execução da sentença, mas não modificou a decisão de 1997. Ou seja, não havia motivo algum para se fazer o corte da folha de pagamento da UFRJ.

Para o advogado André Viz, do Sintufrj, "tentaram suspender o pagamento dos 28,86% no grito". Segundo ele, trata-se de mais uma investida da Advocacia Geral da União para retirar o ganho judicial dos servidores da universidade. "Só que uma ação ilegal administrativa não pode desconstituir uma ação judicial", comentou, sobre a pressão feita pela AGU no MPOG, que resultou no ofício à universidade. E o advogado do Sintufrj avisa que já foi feito recurso contra essa decisão de 2004 sobre a legitimidade da representação legal no processo. Mas ainda não aconteceu uma decisão final.

Reitoria vai ao MPOG

O superintendente Gambine esteve em Brasília no dia 31/5, em audiência no MPOG, e obteve a concordância dos representantes do ministério para os termos da universidade de que não se poderia suspender os 28,86%. "Seria uma intervenção inédita do MPOG na folha de pagamento da UFRJ", criticou Gambine. Ele acrescentou que os recursos do Sintufrj relativos à decisão da 6ª Turma também serão enviados para o ministério para tranqüilizar de vez a situação.

Histórico dos 28,86%

Em janeiro de 1993, a Lei nº 8.622 concedeu um reajuste geral de 100% a todos os servidores federais, civis e militares, e determinou o reposicionamento nas tabelas de vencimentos de algumas categorias, dentre as quais os militares e os docentes. Este reposicionamento representou um reajuste adicional de 28,86%, em relação às demais categorias, para os militares do Círculo de Oficiais-Generais (almirantes, generais e brigadeiros).

A partir de então, com base no dispositivo constitucional que obrigava à mesma revisão geral de salários para civis e militares e na interpretação de que o reajuste diferenciado concedido aos militares de alta patente era parte da revisão geral, por ter sido concedido pela mesma lei e na mesma data, e, portanto, representava uma infração da Constituição Federal, sindicatos de servidores de todo o país passaram a lutar para que o reajuste adicional de 28,86% fosse concedido a todos os civis e militares.

Muitos grupos ingressaram com ações judiciais com esse objetivo. A primeira que chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF), movida por 11 servidores, obteve, num primeiro momento, um histórico ganho de causa em 1998, que criou jurisprudência favorável a todas as outras ações. Foi justamente por terem consciência da importância do resultado do julgamento da ação deste pequeno grupo de servidores que alguns sindicatos colaboraram intensamente para o seu sucesso, como foi o caso da Assessoria Jurídica Nacional do Andes-SN, cuja destacada atuação no STF durante o julgamento a transformou num dos maiores protagonistas da vitória dos servidores.

No entanto, logo após o resultado deste julgamento, o governo solicitou uma revisão da sentença, para que os reajustes concedidos aos servidores por outra lei (nº 8.627, de fevereiro de 1993), fossem deduzidos dos 28,86%. Estes reajustes resultavam também de reposicionamentos nas tabelas, desta vez para um maior número de categorias de servidores, novamente incluindo os docentes, em valores variáveis de uma categoria para outra.

O STF acatou o pleito do governo, numa decisão entendida pelos servidores como contraditória em relação ao primeiro julgamento, no qual aceitara a tese de que os reajustes resultantes da Lei nº 8.622 (de janeiro) eram todos da natureza da revisão geral, não fazendo sentido, portanto, que fossem compensados por reajustes provenientes de reposicionamentos em tabelas, de outra natureza.

Seguindo a decisão do STF, o governo editou, em julho de 1998, a Medida Provisória nº 1.704, determinando a incorporação aos vencimentos dos valores apurados para cada categoria. O resultado para os docentes foi totalmente frustrante, pois ao compensar os reajustes aplicados nas suas tabelas pela Lei nº 8.627 (de fevereiro), que ficaram entre 25,6% e 30,1%, nada lhes restou, com exceção das parcelas relativas a funções gratificadas e comissionadas (FG's e CD's), que não haviam ainda sido reajustadas.

O Andes-SN e a Adufrj-SSind têm, desde então, lutado para garantir judicialmente o pagamento integral dos 28,86% aos docentes. A primeira das várias ações da Adufrj-SSind (96.0018428-3) foi proposta em 1996, obteve ganho de causa e está atualmente em fase de execução. A sentença, no entanto, tal como a imensa maioria das ações sobre este tema, segue o entendimento acertado pelo STF naquela primeira ação dos 11 servidores, ou seja, determina a compensação dos reajustes da Lei nº 8.627 e, conseqüentemente, pouco ou nenhum ganho garante para os docentes.

Nem todas as ações, contudo, tiveram o mesmo desfecho. A ação do Sintufrj obteve ganho de causa determinando a incorporação da totalidade dos 28,86% aos vencimentos, sem qualquer compensação que diminuísse os valores dos ganhos. O pagamento vem sendo feito desde dezembro de 2002 aos servidores técnico-administrativos e aos docentes da UFRJ que são filiados àquele sindicato.

Colegiados

CEG aprova edital de transferência externa para a UFRJ

Medida pretende diminuir o número de vagas ociosas dentro da universidade

Na tentativa de reduzir o número de vagas ociosas dentro da universidade, a UFRJ abrirá inscrições para preencher 225 vagas de transferência externa, no próximo semestre, de acordo com o edital aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG), que esteve reunido na última quarta-feira (31/5). O curso de Física, que abriu 15 vagas para transferência externa, é o de maior oferta.

O mesmo edital prevê também 180 vagas para matrícula com isenção de vestibular, exclusivamente nos cursos de graduação. O CEG aprovou ainda o edital de mudança de curso, também para o segundo semestre de 2006. Serão oferecidas 247 vagas, sendo 20 só do curso de Licenciatura em Física. Os cursos de Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Química Industrial oferecerão dez vagas cada um para mudança de curso. As propostas já estavam pautadas há duas semanas no colegiado mas não haviam sido votadas por falta de quórum.

Meyer pede esforço das unidades

Antes da plenária do CEG, o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer Fernandes, pediu para que as unidades se mobilizassem para aprovar, em regime extraordinário, os resultados do concurso para os novos docentes da UFRJ. Segundo ele, os resultados devem estar homologados na Comissão Permanente Pessoal Docente (CPPD), até o dia 30 de junho, para que os professores possam ministrar as aulas já no segundo semestre: "Peço um esforço de todas as unidades, pois após esta data o governo fica impedido de aprovar qualquer contratação devido às eleições presidenciais", afirmou.

Nacional

Coppe debate transposição do rio São Francisco

No último dia 24, a Coppe promoveu um debate sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Participaram do debate o coordenador-geral do projeto, engenheiro Rômulo Macêdo, o coordenador de Recursos Hídricos da Coppe, Paulo Canedo, e a professora Ana Bicalho do Instituto de Geociências da UFRJ. O debate foi mediado pelo coordenador do Programa de Planejamento Energético, Luis Pinguelli Rosa.

A transposição do rio São Francisco tem dois eixos, o Eixo Norte e o Eixo Leste, fazendo com que haja uma vazão de 26 m3/s de água do leito do São Francisco para as bacias hidrográficas do chamado Nordeste Setentrional, ou Semi-Árido brasileiro, a região onde a seca é mais intensa.

Segundo Rômulo Macedo, o Nordeste vive um problema grave de equilíbrio na disponibilidade de água. Em toda a região, 80% da água está concentrada na bacia do rio São Francisco. As áreas do Nordeste que não pertencem a essa bacia sofrem com problemas crônicos de falta de água, insuficiente para uma população residente de 12 milhões de pessoas.

Bombeamento para os rios do semi-árido

Rômulo Macêdo sustentou que estudos sobre o impacto no leito do São Francisco revelam que o desvio dessa quantidade de água não afetará as atividades no São Francisco. O coordenador defendeu que essa é a alternativa mais eficiente para a seca na região, e que a construção de açudes, de sisternas residenciais e a perfuração de poços já demostraram fracasso devido às características da região: escassez de água no subsolo, alta evaporação de águas armazenadas em açudes etc.

O Eixo Norte do projeto, com captação das águas do São Francisco próximo às cidades de Cabrobó e Salgueiro, atende o interior dos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O Eixo Leste, com a captação próxima à Barragem de Itaparica, e escoamento para o rio Paraíba, atende o agreste pernambucano e o interior da Paraíba chegando até as capitais João Pessoa e Recife que também sofrem com a escassez de água e já viveram períodos de racionamento.

"Não basta a água, tem que haver incentivo ao crescimento econômico"

O coordenador do programa de Recursos Hídricos da Coppe, Paulo Canedo, ressaltou que existe uma clara relação entre o desenvolvimento de uma região e a disponibilidade de água. "Água é insumo, tem que levar água para o Nordeste para garantir investimentos e o progresso da região". Canedo alertou para o fato de que água é a metade do processo, sendo necessários projetos paralelos que constituem reforço garantido para a região e não apenas melhorias temporárias. Canedo mostrou através de dados que a retirada da água do São Francisco estabelecida para o projeto é de fato insignificante para a região doadora, mas vital para a região receptora. Ele sustentou então que, para que o projeto seja verdadeiramente eficiente, a região receptora deve ser atendida da melhor forma possível, e não com base no mínimo de vazão permitida. "O valor de 26m3/s é muito pouco, poderia ser aumentado para 60 para que seja suficiente. Parece que abaixaram a vazão apenas para agradar aos críticos, o que pode comprometer o projeto", disse.

Canedo ressaltou que o estudo do impacto no rio São Francisco deva ser econômico e não hídrico. Como se trata de um insumo, que tem seu valor, existe uma retirada de um bem econômico, e por isso, Canedo disse ser natural a angústia da população que se sustenta com o rio São Francisco em relação à retirada de um recurso de sua região. "Isso pode ser solucionado com um projeto que venha a ressarcir os estados dessa bacia pela perda que terão. O que não pode ser feito é um projeto diminuído de modo a querer agradar a todos".

Mobilidade Social

A professora do Instituto de Geociências da UFRJ Ana Maria Bicalho disse estar preocupada com o impacto que a transposição poderá trazer para a vazão da Usina de Paulo Afonso e para a agricultura irrigada da bacia do São Francisco. Ana Bicalho ressaltou que a transposição do rio não pode acontecer de forma isolada sem que haja, com a estrutura que será montada, um projeto paralelo de revitalização do rio que sofre com a poluição de agroquímicos e de esgoto e com o assoreamento.

Ana Maria salientou que o projeto deve ter uma finalidade social e que seu sucesso dependerá de mudanças profundas na realidade de vida da população do agreste nordestino, modificações que não dependem apenas da água. "Tem que gerar mobilidade social".

MP 295

Reajuste médio dos docentes é inferior a 10%

Veja encarte com tabelas nessa edição
e calcule o seu reajuste em www.adufrj.org.br

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ESPECIAL SALÁRIOS

EDIÇÃO DE 5 DE JUNHO 2006

MP 295 determina reajuste médio dos salários dos docentes inferior a 10%

José Miguel Bendrao Saldanha*

Reajustes das remunerações dos docentes da UFRJ

As tabelas 1 a 6 deste encarte contêm as remunerações totais dos docentes da UFRJ, das carreiras de Magistério de 1º e 2º Graus e de Magistério Superior, ativos e aposentados, nos meses de janeiro de 1995 (valores de referência para as reivindicações dos SPF), maio de 2005 (valores atuais) e julho de 2006 (valores finais resultantes das diversas alterações introduzidas pela MP 295), bem como os reajustes percentuais das remunerações em relação aos valores de janeiro de 1995 e aos valores atuais.

A inflação acumulada, medida pelo ICV-Dieese, de janeiro de 1995 a abril de 2006, é igual a 171%. O último reajuste salarial dos docentes foi em maio de 2004. Algumas remunerações foram ligeiramente aumentadas em maio de 2005, por causa do aumento do salário mínimo para 300,00 nesse mês, que provocou um pequeno aumento na "complementação do salário mínimo" que vários docentes do regime de 20 horas recebem por terem os seus vencimentos abaixo do salário mínimo. Por este motivo é que o mês de maio de 2005 foi usado como referência nos cálculos aqui apresentados.

Os docentes e funcionários técnicos e administrativos da UFRJ ganham a correção monetária de 26,05% do Plano Verão sobre a remuneração (exceto GED), graças aos ganhos das ações judiciais da Adufrj-SSind e do Sintufrj, pagos aos servidores da UFRJ desde finais de 1994.

A remuneração total nestas tabelas é formada pelas seguintes parcelas:

a) Vencimento básico;

b) Gratificação de Atividade Executiva (GAE) = 160% do vencimento básico;

c) Vantagem pecuniária individual = R$ 59,87, igual para todos os docentes;

d) Gratificação de Estímulo à Docência (GED), no caso dos docentes da carreira de Magistério Superior, ou Gratificação Específica de Atividade Docente do Ensino Fundamental, Médio e Tecnológico (GEAD), no caso dos docentes da carreira de Magistério de 1º e 2º Graus, e

e) Correção monetária do Plano Verão, igual a 26,05% do vencimento e da GAE, ganha por ações judiciais da Adufrj-SSind e do Sintufrj.

A remuneração total efetiva de cada docente inclui ainda outros itens, que dependem de situações específicas, como, por exemplo, adicionais de tempo de serviço, periculosidade e insalubridade, ganhos judiciais e vantagens pessoais.

A MP 295 introduziu mudanças nas carreiras e nas remunerações dos docentes em diversos meses:

1) janeiro de 2006 - aumento de 50% nos percentuais relativos às titulações utilizados para calcular os vencimentos básicos dos docentes da carreira de Magistério Superior.

2) fevereiro de 2006 - reajuste de 12% dos vencimentos básicos dos docentes da carreira de Magistério de 1º e 2º Graus, criação da Classe Especial e extinção da Classe de Professor Titular nesta carreira.

3) maio de 2006 - criação da classe de Professor Associado na carreira de Magistério Superior e reajuste dos vencimentos básicos relativos à Classe de Professor Titular desta carreira.

4) julho de 2006 - reajuste dos valores da GED, em percentuais diferenciados por classe, regime de trabalho e titulação, e aumento de 91 para 115 pontos dos valores da GED das aposentadorias e pensões concedidas antes de julho de 2000.

Nas tabelas 4, 5 e 6, os reajustes percentuais que estão na linha do nível 1 da classe de Professor Associado correspondem aos reajustes que terão os docentes que estão hoje no nível 4 da classe de Professor Adjunto e progredirem imediatamente para o nível 1 da classe de Professor Associado. Os critérios para tal progressão ainda serão definidos pelo MEC, conforme determina a MP.

Na carreira de Magistério de 1º e 2º Graus os aposentados e pensionistas ganham a mesma coisa que os ativos desde maio de 2004, quando a Gratificação de Incentivo à Docência (GID), que dependia de contagem de pontos e era menor para aposentados, foi extinta, e a GEAD foi criada. A GID havia sido criada em janeiro de 2000, apenas para ativos, e, em fevereiro de 2002, por força do acordo firmado para encerrar a greve de 2001, os aposentados e pensionistas passaram a receber 60% do seu valor máximo.

Na carreira de Magistério Superior não há essa paridade, por causa da fixação, a partir de maio de 2004, do valor da GED em 65% (91 pontos) do seu valor máximo de 140 pontos, para os aposentados e pensionistas que obtiveram os seus benefícios antes de julho de 2000. Quando a GED foi criada, em julho de 1998, estes recebiam 60% (84 pontos) do valor máximo. A MP diminui mais um pouco essa diferença, atribuindo-lhes 115 pontos, a partir de julho de 2006.

Portanto, os reajustes dos ativos, aposentados e pensionistas do Magistério de 1º e 2º Graus são iguais, tanto em relação a 1995 quanto a 1995. No caso dos docentes de Magistério Superior, os reajustes dos aposentados e pensionistas são maiores do que os reajustes dos ativos com a mesma situação funcional, se tomados apenas em relação às remunerações atuais, vigentes, na sua maioria, desde maio de 2004, mas menores se forem tomados a mais longo prazo, em relação a 1995, quando ainda havia a paridade entre as condições de ativo e inativo.

A tabela 7 contém, nas últimas colunas, os reajustes médios obtidos pelos vários grupos de docentes nas suas remunerações brutas e líquidas. O reajuste médio líquido global é 9,88%, muito abaixo dos valores plantados pelo governo nos órgãos de imprensa. A Folha de S.Paulo disse, na edição do dia 31 de maio, que o reajuste médio dos docentes seria igual a 50%!

Impacto da MP 295 sobre o Orçamento da União

O impacto orçamentário da MP 295, isto é, o acréscimo à despesa da União causado pelas novas remunerações, pode ser estimado (sem muita precisão, devido à não atualização da base de dados disponível, relativa a 2005) em 402,2 milhões de reais anuais líquidos. O impacto anual bruto sobre as despesas, isto é, a soma dos aumentos nas remunerações anuais brutas de todos os docentes, é igual a 612,4 milhões de reais, mas há também um impacto sobre as receitas igual a 210,1 milhões de reais, proveniente dos aumentos no imposto de renda (146,4 milhões) e na contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor (PSS) (63,7 milhões), que são descontados dos salários dos docentes. O custo efetivo para os cofres públicos é, portanto, igual a 402,2 milhões. Estes valores, além dos respectivos subtotais por carreiras e vínculos, estão na tabela 8.

A "metodologia" do governo para o cálculo do impacto orçamentário é muito diferente desta e resulta num valor arbitrariamente elevado, também mostrado na tabela 7. O governo não leva em conta o impacto sobre a receita (PSS e IR) e ainda adiciona uma despesa inexistente de 22% sobre o impacto bruto relativo aos ativos e 11% sobre o impacto bruto relativo aos aposentados e pensionistas, a título de "contribuição patronal para o PSS", totalizando 105,3 milhões de reais. Obtém assim um impacto anual de 717,7 milhões de reais, quase o dobro do verdadeiro. A despesa adicional, no entanto, não existe. A "contribuição patronal" é paga pelo governo para ele próprio, gerando, portanto, uma receita de igual valor, com resultado líquido nulo.

O governo poderia alegar que a despesa é do órgão pagador (a UFRJ, digamos) e que a receita é do fundo previdenciário. Neste caso, contudo, este fundo previdenciário pagaria as remunerações dos aposentados e dos pensionistas, assim como os seus reajustes, cujo impacto de 296,7 milhões teria então de ser abatido da conta, restando apenas 421,0 milhões para serem pagos pela UFRJ. A diferença entre este valor e o impacto líquido verdadeiro (402,2 milhões) seria o superávit que o fundo previdenciário, se de fato existisse, teria com esta operação, exatamente igual à despesa adicional atribuída à UFRJ. Isto é, novamente o resultado líquido seria nulo.

Em suma, o método do governo desconsidera uma receita existente de 210,1 milhões e considera uma despesa inexistente de 105,3 milhões.

Os cálculos aqui apresentados foram feitos com o auxílio de planilhas que podem ser encontradas na página eletrônica da Adufrj-SSind, construídas com base nas informações fornecidas pelos técnicos do MEC em 2005, que as obtiveram nos bancos de dados do Siape. Em algumas ocasiões, os cálculos feitos pelo Andes-SN e pelo MEC foram comparados e os resultados foram muito próximos, ressalvadas as divergências metodológicas, cujos efeitos são facilmente identificáveis. Após a apresentação da versão final do governo, no entanto, os números divulgados pelo governo passaram a divergir muito dos calculados pelo Andes-SN e cessaram as oportunidades para conferência de cálculos.

Em nota do dia 30 de maio, o Ministério do Planejamento informou, sem nenhuma justificativa, que o impacto anual da MP para os docentes seria igual a 992,1 milhões de reais, 147% acima do custo estimado pelo movimento!

* Professor do Departamento de Engenharia Industrial, representante dos sindicalizados da Escola Politécnica no Conselho de Representantes da Adufrj-SSind e colaborador do Grupo de Trabalho de Verbas do Andes-SN.

Tabela 1

Magistério de 1º e 2º Graus - 20 horas - com Plano Verão 26,05%

Titulação	Classe	Nível	Ativos, aposentados e pensionistas				
			Remunerações totais			Reajustes em relação a	
			janeiro/1995	maio/2005	julho/2006	janeiro/1995	maio/2005
Doutorado	Especial	U	1.192,18	2.006,47	2.174,60	82,4%	8,4%
	E	4	1.008,43	1.791,48	1.933,82	91,8%	7,9%
		3	965,00	1.741,34	1.877,68	94,6%	7,8%
		2	923,48	1.693,43	1.824,00	97,5%	7,7%
		1	883,69	1.646,56	1.771,49	100,5%	7,6%
Mestrado	Especial	U	993,48	1.671,74	1.811,84	82,4%	8,4%
	E	4	840,34	1.492,61	1.651,29	96,5%	10,6%
		3	804,19	1.487,43	1.651,29	105,3%	11,0%
		2	769,55	1.487,43	1.651,29	114,6%	11,0%
		1	736,41	1.487,43	1.651,29	124,2%	11,0%
Especialização	Especial	U	890,15	1.442,77	1.568,29	76,2%	8,7%
	E	4	752,96	1.379,89	1.543,75	105,0%	11,9%
		3	720,55	1.379,89	1.543,75	114,2%	11,9%
		2	689,51	1.379,89	1.543,75	123,9%	11,9%
		1	659,82	1.379,89	1.543,75	134,0%	11,9%
	D	4	610,93	1.379,89	1.543,75	152,7%	11,9%
		3	584,61	1.379,89	1.543,75	164,1%	11,9%
		2	559,44	1.379,89	1.543,75	175,9%	11,9%
		1	535,38	1.379,89	1.543,75	188,3%	11,9%
Aperfeiçoamento	Especial	U	834,53	1.379,89	1.543,75	85,0%	11,9%
	E	4	705,89	1.379,89	1.543,75	118,7%	11,9%
		3	675,51	1.379,89	1.543,75	128,5%	11,9%
		2	646,41	1.379,89	1.543,75	138,8%	11,9%
		1	618,59	1.379,89	1.543,75	149,6%	11,9%
	D	4	572,75	1.379,89	1.543,75	169,5%	11,9%
		3	548,07	1.379,89	1.543,75	181,7%	11,9%
		2	524,47	1.379,89	1.543,75	194,3%	11,9%
		1	501,92	1.379,89	1.543,75	207,6%	11,9%
Graduação	Especial	U	794,78	1.379,89	1.543,75	94,2%	11,9%
	E	4	672,28	1.379,89	1.543,75	129,6%	11,9%
		3	643,33	1.379,89	1.543,75	140,0%	11,9%
		2	615,64	1.379,89	1.543,75	150,8%	11,9%
		1	589,13	1.379,89	1.543,75	162,0%	11,9%
	D	4	545,47	1.379,89	1.543,75	183,0%	11,9%
		3	521,97	1.379,89	1.543,75	195,8%	11,9%
		2	499,50	1.379,89	1.543,75	209,1%	11,9%
		1	478,03	1.379,89	1.543,75	222,9%	11,9%
	C	4	457,41	1.379,89	1.543,75	237,5%	11,9%
		3	437,78	1.379,89	1.543,75	252,6%	11,9%
		2	418,88	1.379,89	1.543,75	268,5%	11,9%
		1	400,85	1.379,89	1.543,75	285,1%	11,9%

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Projeto Gráfico:** Sylvio de Azevedo Marinho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Tabela 2

Magistério de 1º e 2º Graus - 40 horas - com Plano Verão 26,05%

Titulação	Classe	Nível	Ativos, aposentados e pensionistas				
			Remunerações totais			Reajustes em relação a	
			janeiro/1995	maio/2005	julho/2006	janeiro/1995	maio/2005
Doutorado	Especial	U	2.384,34	4.142,46	4.478,71	87,8%	8,1%
	E	4	2.016,81	3.712,51	3.997,15	98,2%	7,7%
		3	1.930,00	3.612,23	3.884,86	101,3%	7,5%
		2	1.846,92	3.516,37	3.777,50	104,5%	7,4%
		1	1.767,38	3.422,66	3.672,49	107,8%	7,3%
Mestrado	Especial	U	1.986,96	3.379,66	3.659,87	84,2%	8,3%
	E	4	1.680,70	3.021,35	3.258,56	93,9%	7,9%
		3	1.608,33	2.937,78	3.165,00	96,8%	7,7%
		2	1.539,12	2.857,91	3.075,53	99,8%	7,6%
		1	1.472,82	2.779,81	2.988,02	102,9%	7,5%
Especialização	Especial	U	1.780,29	2.740,23	2.991,30	68,0%	9,2%
	E	4	1.505,88	2.419,18	2.631,71	74,8%	8,8%
		3	1.441,07	2.344,30	2.547,88	76,8%	8,7%
		2	1.379,02	2.272,72	2.467,72	78,9%	8,6%
		1	1.319,64	2.202,78	2.389,33	81,1%	8,5%
	D	4	1.221,88	2.088,70	2.261,58	85,1%	8,3%
		3	1.169,21	2.038,50	2.205,34	88,6%	8,2%
		2	1.118,87	2.010,50	2.174,01	94,3%	8,1%
		1	1.070,79	1.985,41	2.145,89	100,4%	8,1%
Aperfeiçoamento	Especial	U	1.669,03	2.609,47	2.844,84	70,4%	9,0%
	E	4	1.411,76	2.308,51	2.507,73	77,6%	8,6%
		3	1.351,00	2.238,31	2.429,15	79,8%	8,5%
		2	1.292,86	2.171,19	2.354,00	82,1%	8,4%
		1	1.237,18	2.105,61	2.280,49	84,3%	8,3%
	D	4	1.145,48	1.998,64	2.160,74	88,6%	8,1%
		3	1.096,16	1.951,57	2.108,00	92,3%	8,0%
		2	1.048,94	1.925,36	2.078,65	98,2%	8,0%
		1	1.003,87	1.901,84	2.052,26	104,4%	7,9%
Graduação	Especial	U	1.589,55	2.516,06	2.740,23	72,4%	8,9%
	E	4	1.344,55	2.229,43	2.419,18	79,9%	8,5%
		3	1.286,67	2.162,57	2.344,33	82,2%	8,4%
		2	1.231,28	2.098,66	2.272,75	84,6%	8,3%
		1	1.178,25	2.036,20	2.202,75	87,0%	8,2%
	D	4	1.090,95	1.934,34	2.088,70	91,5%	8,0%
		3	1.043,95	1.889,51	2.038,50	95,3%	7,9%
		2	998,98	1.864,54	2.010,50	101,3%	7,8%
		1	956,05	1.842,11	1.985,41	107,7%	7,8%
	C	4	914,82	1.826,19	1.967,57	115,1%	7,7%
		3	875,57	1.805,02	1.943,85	122,0%	7,7%
		2	837,74	1.784,37	1.920,70	129,3%	7,6%
		1	801,69	1.768,18	1.902,62	137,3%	7,6%

Visite a página eletrônica da Adufrj-SSind

www.adufrj.org.br

Tabela 3

Magistério de 1º e 2º Graus - Dedicação Exclusiva - com Plano Verão 26,05%

Titulação	Classe	Nível	Ativos, aposentados e pensionistas				
			Remunerações totais			Reajustes em relação a	
			janeiro/1995	maio/2005	julho/2006	janeiro/1995	maio/2005
Doutorado	Especial	U	3.695,71	6.394,54	6.915,74	87,1%	8,2%
	E	4	3.126,05	5.728,14	6.169,33	97,4%	7,7%
		3	2.991,52	5.572,70	5.995,27	100,4%	7,6%
		2	2.862,72	5.424,10	5.828,88	103,6%	7,5%
		1	2.739,43	5.278,89	5.666,10	106,8%	7,3%
Mestrado	Especial	U	3.079,78	5.026,71	5.461,03	77,3%	8,6%
	E	4	2.605,06	4.471,35	4.839,00	85,8%	8,2%
		3	2.492,92	4.341,83	4.693,98	88,3%	8,1%
		2	2.385,61	4.218,02	4.555,31	90,9%	8,0%
		1	2.282,87	4.096,98	4.419,67	93,6%	7,9%
Especialização	Especial	U	2.759,45	4.081,16	4.470,31	62,0%	9,5%
	E	4	2.334,13	3.583,54	3.912,97	67,6%	9,2%
		3	2.233,64	3.467,48	3.783,02	69,4%	9,1%
		2	2.137,52	3.356,55	3.658,75	71,2%	9,0%
		1	2.045,46	3.248,10	3.537,23	72,9%	8,9%
	D	4	1.893,89	3.071,29	3.339,25	76,3%	8,7%
		3	1.812,31	2.993,46	3.252,10	79,4%	8,6%
		2	1.734,25	2.950,10	3.203,50	84,7%	8,6%
		1	1.659,73	2.911,16	3.159,91	90,4%	8,5%
Aperfeiçoamento	Especial	U	2.587,00	3.878,46	4.243,29	64,0%	9,4%
	E	4	2.188,25	3.411,97	3.720,79	70,0%	9,1%
		3	2.094,07	3.303,16	3.598,98	71,9%	9,0%
		2	2.003,91	3.199,15	3.482,49	73,8%	8,9%
		1	1.917,61	3.097,48	3.368,55	75,7%	8,8%
	D	4	1.775,52	2.931,72	3.182,95	79,3%	8,6%
		3	1.699,02	2.858,76	3.101,22	82,5%	8,5%
		2	1.625,83	2.818,12	3.055,66	87,9%	8,4%
		1	1.555,96	2.781,62	3.014,82	93,8%	8,4%
Graduação	Especial	U	2.463,81	3.733,70	4.081,16	65,6%	9,3%
	E	4	2.084,04	3.289,44	3.583,54	72,0%	8,9%
		3	1.994,34	3.185,80	3.467,52	73,9%	8,8%
		2	1.908,50	3.086,74	3.356,58	75,9%	8,7%
		1	1.826,31	2.989,92	3.248,07	77,8%	8,6%
	D	4	1.690,96	2.832,01	3.071,29	81,6%	8,4%
		3	1.618,13	2.762,54	2.993,46	85,0%	8,4%
		2	1.548,42	2.723,84	2.950,10	90,5%	8,3%
		1	1.481,89	2.689,10	2.911,16	96,4%	8,3%
	C	4	1.417,99	2.664,38	2.883,54	103,4%	8,2%
		3	1.357,13	2.631,58	2.846,76	109,8%	8,2%
		2	1.298,50	2.599,59	2.810,91	116,5%	8,1%
		1	1.242,63	2.574,49	2.782,85	123,9%	8,1%

Plantão Jurídico

Toda quarta-feira na sede da Adufrj-SSind

Tabela 4

Magistério Superior - Regime de 20 horas - com Plano Verão 26,05%

Titulação	Classe	Nível	Ativos					Aposentados e pensionistas				
			Remunerações totais			Reajustes em relação a		Remunerações totais			Reajustes em relação a	
			janeiro 1995	maio 2005	julho 2006	janeiro 1995	maio 2005	janeiro 1995	maio 2005	julho 2006	janeiro 1995	maio 2005
Doutorado	Titular	U	1.288,74	2.271,74	2.612,44	102,7%	15,0%	1.288,74	2.033,11	2.490,69	93,3%	22,5%
	Associado	4			2.432,20					2.325,70		
		3			2.388,55					2.282,05		
		2			2.344,89					2.238,39		
		1			2.301,28	116,8% (*)	19,9% (*)			2.194,78		
	Adjunto	4	1.061,62	1.918,84	2.126,70	100,3%	10,8%	1.061,62	1.710,10	2.020,20	90,3%	18,1%
		3	1.015,90	1.867,63	2.066,91	103,5%	10,7%	1.015,90	1.658,89	1.960,41	93,0%	18,2%
		2	972,15	1.817,16	2.008,02	106,6%	10,5%	972,15	1.608,42	1.901,52	95,6%	18,2%
		1	930,30	1.767,83	1.950,50	109,7%	10,3%	930,30	1.559,09	1.844,00	98,2%	18,3%
Mestrado	Titular	U	1.073,93	1.813,52	2.032,91	89,3%	12,1%	1.073,93	1.646,92	1.943,66	81,0%	18,0%
	Adjunto	4	884,67	1.523,43	1.652,32	86,8%	8,5%	884,67	1.380,35	1.575,57	78,1%	14,1%
		3	846,56	1.480,73	1.652,32	95,2%	11,6%	846,56	1.337,65	1.575,57	86,1%	17,8%
		2	810,11	1.467,46	1.652,32	104,0%	12,6%	810,11	1.324,38	1.575,57	94,5%	19,0%
		1	775,25	1.467,46	1.652,32	113,1%	12,6%	775,25	1.324,38	1.575,57	103,2%	19,0%
	Assistente	4	711,27	1.467,46	1.652,32	132,3%	12,6%	711,27	1.324,38	1.575,57	121,5%	19,0%
		3	680,57	1.467,46	1.652,32	142,8%	12,6%	680,57	1.324,38	1.575,57	131,5%	19,0%
		2	651,30	1.467,46	1.652,32	153,7%	12,6%	651,30	1.324,38	1.575,57	141,9%	19,0%
		1	623,22	1.467,46	1.652,32	165,1%	12,6%	623,22	1.324,38	1.575,57	152,8%	19,0%
Especialização	Titular	U	962,25	1.518,46	1.688,97	75,5%	11,2%	962,25	1.409,19	1.624,22	68,8%	15,3%
	Adjunto	4	792,65	1.370,86	1.585,12	100,0%	15,6%	792,65	1.261,59	1.520,37	91,8%	20,5%
		3	758,53	1.370,86	1.585,12	109,0%	15,6%	758,53	1.261,59	1.520,37	100,4%	20,5%
		2	725,86	1.370,86	1.585,12	118,4%	15,6%	725,86	1.261,59	1.520,37	109,5%	20,5%
		1	694,62	1.370,86	1.585,12	128,2%	15,6%	694,62	1.261,59	1.520,37	118,9%	20,5%
	Assistente	4	637,27	1.370,86	1.585,12	148,7%	15,6%	637,27	1.261,59	1.520,37	138,6%	20,5%
		3	609,80	1.370,86	1.585,12	159,9%	15,6%	609,80	1.261,59	1.520,37	149,3%	20,5%
		2	583,56	1.370,86	1.585,12	171,6%	15,6%	583,56	1.261,59	1.520,37	160,5%	20,5%
		1	558,41	1.370,86	1.585,12	183,9%	15,6%	558,41	1.261,59	1.520,37	172,3%	20,5%
	Auxiliar	4	512,31	1.370,86	1.585,12	209,4%	15,6%	512,31	1.261,59	1.520,37	196,8%	20,5%
		3	490,25	1.370,86	1.585,12	223,3%	15,6%	490,25	1.261,59	1.520,37	210,1%	20,5%
		2	469,15	1.370,86	1.585,12	237,9%	15,6%	469,15	1.261,59	1.520,37	224,1%	20,5%
		1	448,95	1.370,86	1.585,12	253,1%	15,6%	448,95	1.261,59	1.520,37	238,7%	20,5%
Aperfeiçoamento	Titular	U	902,11	1.447,77	1.572,52	74,3%	8,6%	902,11	1.338,50	1.510,02	67,4%	12,8%
	Adjunto	4	743,13	1.370,86	1.572,52	111,6%	14,7%	743,13	1.261,59	1.510,02	103,2%	19,7%
		3	711,11	1.370,86	1.572,52	121,1%	14,7%	711,11	1.261,59	1.510,02	112,3%	19,7%
		2	680,49	1.370,86	1.572,52	131,1%	14,7%	680,49	1.261,59	1.510,02	121,9%	19,7%
		1	651,20	1.370,86	1.572,52	141,5%	14,7%	651,20	1.261,59	1.510,02	131,9%	19,7%
	Assistente	4	597,45	1.370,86	1.572,52	163,2%	14,7%	597,45	1.261,59	1.510,02	152,7%	19,7%
		3	571,69	1.370,86	1.572,52	175,1%	14,7%	571,69	1.261,59	1.510,02	164,1%	19,7%
		2	547,08	1.370,86	1.572,52	187,4%	14,7%	547,08	1.261,59	1.510,02	176,0%	19,7%
		1	523,51	1.370,86	1.572,52	200,4%	14,7%	523,51	1.261,59	1.510,02	188,4%	19,7%
	Auxiliar	4	480,29	1.370,86	1.572,52	227,4%	14,7%	480,29	1.261,59	1.510,02	214,4%	19,7%
		3	459,60	1.370,86	1.572,52	242,1%	14,7%	459,60	1.261,59	1.510,02	228,6%	19,7%
		2	439,81	1.370,86	1.572,52	257,5%	14,7%	439,81	1.261,59	1.510,02	243,3%	19,7%
		1	420,91	1.370,86	1.572,52	273,6%	14,7%	420,91	1.261,59	1.510,02	258,8%	19,7%
Graduação	Titular	U	859,14	1.376,30	1.572,52	83,0%	14,3%	859,14	1.274,38	1.510,02	75,8%	18,5%
	Adjunto	4	707,73	1.349,86	1.572,52	122,2%	16,5%	707,73	1.247,94	1.510,02	113,4%	21,0%
		3	677,25	1.349,86	1.572,52	132,2%	16,5%	677,25	1.247,94	1.510,02	123,0%	21,0%
		2	648,09	1.349,86	1.572,52	142,6%	16,5%	648,09	1.247,94	1.510,02	133,0%	21,0%
		1	620,19	1.349,86	1.572,52	153,6%	16,5%	620,19	1.247,94	1.510,02	143,5%	21,0%
	Assistente	4	569,00	1.349,86	1.572,52	176,4%	16,5%	569,00	1.247,94	1.510,02	165,4%	21,0%
		3	544,46	1.349,86	1.572,52	188,8%	16,5%	544,46	1.247,94	1.510,02	177,3%	21,0%
		2	521,03	1.349,86	1.572,52	201,8%	16,5%	521,03	1.247,94	1.510,02	189,8%	21,0%
		1	498,58	1.349,86	1.572,52	215,4%	16,5%	498,58	1.247,94	1.510,02	202,9%	21,0%

Continua na página 6

Continuação Tabela 4

Titulação	Classe	Nível	Ativos					Aposentados e pensionistas				
			Remunerações totais			Reajustes em relação a		Remunerações totais			Reajustes em relação a	
			janeiro 1995	maio 2005	julho 2006	janeiro 1995	maio 2005	janeiro 1995	maio 2005	julho 2006	janeiro 1995	maio 2005
Graduação	Auxiliar	4	457,41	1.349,86	1.572,52	243,8%	16,5%	457,41	1.247,94	1.510,02	230,1%	21,0%
		3	437,72	1.349,86	1.572,52	259,3%	16,5%	437,72	1.247,94	1.510,02	245,0%	21,0%
		2	418,88	1.349,86	1.572,52	275,4%	16,5%	418,88	1.247,94	1.510,02	260,5%	21,0%
		1	400,85	1.349,86	1.572,52	292,3%	16,5%	400,85	1.247,94	1.510,02	276,7%	21,0%

(*) Reajuste percentual do Professor Adjunto nível 4 que progredir imediatamente para Professor Associado nível 1.

Tabela 5

Magistério Superior - Regime de 40 horas - com Plano Verão 26,05%

Titulação	Classe	Nível	Ativos					Aposentados e pensionistas				
			Remunerações totais			Reajustes em relação a		Remunerações totais			Reajustes em relação a	
			janeiro 1995	maio 2005	julho 2006	janeiro 1995	maio 2005	janeiro 1995	maio 2005	julho 2006	janeiro 1995	maio 2005
Doutorado	Titular		2.577,43	4.806,78	5.488,26	112,9%	14,2%	2.577,43	4.210,94	5.184,26	101,1%	23,1%
	Associado	4			5.088,54					4.822,04		
		3			5.001,23					4.734,73		
		2			4.913,95					4.647,45		
		1			4.826,65	127,3% (*)	18,8% (*)			4.560,15		
	Adjunto	4	2.123,20	4.061,83	4.477,49	110,9%	10,2%	2.123,20	3.539,49	4.210,99	98,3%	19,0%
		3	2.031,76	3.959,37	4.357,96	114,5%	10,1%	2.031,76	3.437,03	4.091,46	101,4%	19,0%
		2	1.944,26	3.858,41	4.240,18	118,1%	9,9%	1.944,26	3.336,07	3.973,68	104,4%	19,1%
		1	1.860,59	3.759,79	4.125,11	121,7%	9,7%	1.860,59	3.237,45	3.858,61	107,4%	19,2%
Mestrado	Titular	U	2.147,88	3.790,98	4.242,35	97,5%	11,9%	2.147,88	3.373,99	4.018,85	87,1%	19,1%
	Adjunto	4	1.769,35	3.178,57	3.438,21	94,3%	8,2%	1.769,35	2.819,89	3.245,96	83,5%	15,1%
		3	1.693,15	3.093,19	3.344,29	97,5%	8,1%	1.693,15	2.734,51	3.152,04	86,2%	15,3%
		2	1.620,23	3.009,07	3.251,73	100,7%	8,1%	1.620,23	2.650,39	3.059,48	88,8%	15,4%
		1	1.550,49	2.926,87	3.161,34	103,9%	8,0%	1.550,49	2.568,19	2.969,09	91,5%	15,6%
	Assistente	4	1.422,51	2.777,53	2.997,02	110,7%	7,9%	1.422,51	2.418,85	2.804,77	97,2%	16,0%
		3	1.361,16	2.706,41	2.918,80	114,4%	7,8%	1.361,16	2.347,73	2.726,55	100,3%	16,1%
		2	1.302,56	2.640,60	2.846,43	118,5%	7,8%	1.302,56	2.281,92	2.654,18	103,8%	16,3%
		1	1.246,46	2.578,59	2.778,20	122,9%	7,7%	1.246,46	2.219,91	2.585,95	107,5%	16,5%
Especialização	Titular	U	1.924,49	2.971,27	3.312,32	72,1%	11,5%	1.924,49	2.749,30	3.181,07	65,3%	15,7%
	Adjunto	4	1.585,33	2.571,83	2.772,38	74,9%	7,8%	1.585,33	2.349,86	2.641,13	66,6%	12,4%
		3	1.517,06	2.495,34	2.691,80	77,4%	7,9%	1.517,06	2.273,37	2.560,55	68,8%	12,6%
		2	1.451,72	2.419,93	2.612,36	79,9%	8,0%	1.451,72	2.197,96	2.481,11	70,9%	12,9%
		1	1.389,25	2.346,31	2.534,78	82,5%	8,0%	1.389,25	2.124,34	2.403,53	73,0%	13,1%
	Assistente	4	1.274,58	2.212,47	2.393,79	87,8%	8,2%	1.274,58	1.990,50	2.262,54	77,5%	13,7%
		3	1.219,58	2.148,77	2.326,65	90,8%	8,3%	1.219,58	1.926,80	2.195,40	80,0%	13,9%
		2	1.167,11	2.089,80	2.264,54	94,0%	8,4%	1.167,11	1.867,83	2.133,29	82,8%	14,2%
		1	1.116,80	2.034,22	2.205,98	97,5%	8,4%	1.116,80	1.812,25	2.074,73	85,8%	14,5%
	Auxiliar	4	1.024,61	1.932,20	2.098,48	104,8%	8,6%	1.024,61	1.710,23	1.967,23	92,0%	15,0%
		3	980,47	1.882,55	2.046,21	108,7%	8,7%	980,47	1.660,58	1.914,96	95,3%	15,3%
		2	938,25	1.836,11	1.997,24	112,9%	8,8%	938,25	1.614,14	1.865,99	98,9%	15,6%
		1	897,88	1.791,77	1.957,52	118,0%	9,3%	897,88	1.569,80	1.826,27	103,4%	16,3%
Aperfeiçoamento	Titular	U	1.804,22	2.829,92	3.064,50	69,9%	8,3%	1.804,22	2.607,95	2.937,75	62,8%	12,6%
	Adjunto	4	1.486,26	2.455,45	2.572,60	73,1%	4,8%	1.486,26	2.233,48	2.445,85	64,6%	9,5%
		3	1.422,25	2.383,71	2.499,19	75,7%	4,8%	1.422,25	2.161,74	2.372,44	66,8%	9,7%
		2	1.361,00	2.313,05	2.426,83	78,3%	4,9%	1.361,00	2.091,08	2.300,08	69,0%	10,0%
		1	1.302,40	2.244,00	2.356,14	80,9%	5,0%	1.302,40	2.022,03	2.229,39	71,2%	10,3%

Continua na página 7

Continuação Tabela 5

Titulação	Classe	Nível	Ativos					Aposentados e pensionistas				
			Remunerações totais			Reajustes em relação a		Remunerações totais			Reajustes em relação a	
			janeiro 1995	maio 2005	julho 2006	janeiro 1995	maio 2005	janeiro 1995	maio 2005	julho 2006	janeiro 1995	maio 2005
Aperfeiçoamento	Assistente	4	1.194,90	2.118,54	2.227,71	86,4%	5,2%	1.194,90	1.896,57	2.100,96	75,8%	10,8%
		3	1.143,35	2.058,80	2.166,52	89,5%	5,2%	1.143,35	1.836,83	2.039,77	78,4%	11,0%
		2	1.094,16	2.003,54	2.109,95	92,8%	5,3%	1.094,16	1.781,57	1.983,20	81,3%	11,3%
		1	1.047,00	1.951,44	2.056,59	96,4%	5,4%	1.047,00	1.729,47	1.929,84	84,3%	11,6%
	Auxiliar	4	960,58	1.855,78	1.958,67	103,9%	5,5%	960,58	1.633,81	1.831,92	90,7%	12,1%
		3	919,22	1.809,26	1.932,32	110,2%	6,8%	919,22	1.587,29	1.805,57	96,4%	13,8%
		2	879,63	1.765,68	1.932,32	119,7%	9,4%	879,63	1.543,71	1.805,57	105,3%	17,0%
		1	841,77	1.724,12	1.932,32	129,6%	12,1%	841,77	1.502,15	1.805,57	114,5%	20,2%
Graduação	Titular	U	1.718,29	2.661,74	2.876,08	67,4%	8,1%	1.718,29	2.463,29	2.754,58	60,3%	11,8%
	Adjunto	4	1.415,47	2.305,10	2.418,50	70,9%	4,9%	1.415,47	2.106,65	2.297,00	62,3%	9,0%
		3	1.354,51	2.236,81	2.350,21	73,5%	5,1%	1.354,51	2.038,36	2.228,71	64,5%	9,3%
		2	1.296,17	2.169,49	2.282,89	76,1%	5,2%	1.296,17	1.971,04	2.161,39	66,8%	9,7%
		1	1.240,40	2.103,75	2.217,15	78,7%	5,4%	1.240,40	1.905,30	2.095,65	68,9%	10,0%
	Assistente	4	1.138,00	1.984,26	2.097,66	84,3%	5,7%	1.138,00	1.785,81	1.976,16	73,7%	10,7%
		3	1.088,92	1.927,37	2.040,77	87,4%	5,9%	1.088,92	1.728,92	1.919,27	76,3%	11,0%
		2	1.042,06	1.874,73	1.988,13	90,8%	6,0%	1.042,06	1.676,28	1.866,63	79,1%	11,4%
		1	997,16	1.825,12	1.938,52	94,4%	6,2%	997,16	1.626,67	1.817,02	82,2%	11,7%
	Auxiliar	4	914,82	1.734,01	1.902,92	108,0%	9,7%	914,82	1.535,56	1.781,42	94,7%	16,0%
		3	875,43	1.689,69	1.902,92	117,4%	12,6%	875,43	1.491,24	1.781,42	103,5%	19,5%
		2	837,74	1.648,21	1.902,92	127,1%	15,5%	837,74	1.449,76	1.781,42	112,6%	22,9%
		1	801,69	1.625,66	1.902,92	137,4%	17,1%	801,69	1.427,21	1.781,42	122,2%	24,8%

(*) Reajuste percentual do Professor Adjunto nível 4 que progredir imediatamente para Professor Associado nível 1.

Tabela 6

Magistério Superior - Regime de Dedicação Exclusiva - com Plano Verão 26,05%

Titulação	Classe	Nível	Ativos					Aposentados e pensionistas				
			Remunerações totais			Reajustes em relação a		Remunerações totais			Reajustes em relação a	
			janeiro 1995	maio 2005	julho 2006	janeiro 1995	maio 2005	janeiro 1995	maio 2005	julho 2006	janeiro 1995	maio 2005
Doutorado	Titular	U	3.995,03	7.540,90	8.597,14	115,2%	14,0%	3.995,03	6.571,19	8.102,39	102,8%	23,3%
	Associado	4			7.877,50					7.458,75		
		3			7.742,18					7.323,43		
		2			7.606,89					7.188,14		
		1			7.471,57	127,0% (*)	18,9% (*)			7.052,82		
	Adjunto	4	3.290,96	6.286,10	6.930,40	110,6%	10,2%	3.290,96	5.465,35	6.511,65	97,9%	19,1%
		3	3.149,22	6.127,32	6.745,13	114,2%	10,1%	3.149,22	5.306,57	6.326,38	100,9%	19,2%
		2	3.013,60	5.970,80	6.562,52	117,8%	9,9%	3.013,60	5.150,05	6.143,77	103,9%	19,3%
		1	2.883,92	5.817,94	6.384,20	121,4%	9,7%	2.883,92	4.997,19	5.965,45	106,9%	19,4%
Mestrado	Titular	U	3.329,18	5.480,21	6.160,77	85,1%	12,4%	3.329,18	4.957,87	5.881,02	76,7%	18,6%
	Adjunto	4	2.742,48	4.789,23	5.185,58	89,1%	8,3%	2.742,48	4.266,89	4.905,83	78,9%	15,0%
		3	2.624,36	4.656,92	5.040,01	92,0%	8,2%	2.624,36	4.134,58	4.760,26	81,4%	15,1%
		2	2.511,33	4.526,49	4.896,53	95,0%	8,2%	2.511,33	4.004,15	4.616,78	83,8%	15,3%
		1	2.403,28	4.399,09	4.756,42	97,9%	8,1%	2.403,28	3.876,75	4.476,67	86,3%	15,5%
	Assistente	4	2.204,90	4.167,58	4.501,78	104,2%	8,0%	2.204,90	3.645,24	4.222,03	91,5%	15,8%
		3	2.109,76	4.057,37	4.380,51	107,6%	8,0%	2.109,76	3.535,03	4.100,76	94,4%	16,0%
		2	2.018,98	3.955,38	4.268,33	111,4%	7,9%	2.018,98	3.433,04	3.988,58	97,6%	16,2%
		1	1.931,97	3.859,25	4.162,57	115,5%	7,9%	1.931,97	3.336,91	3.882,82	101,0%	16,4%

Continua na página 8

Continuação Tabela 6

Titulação	Classe	Nível	Ativos					Aposentados e pensionistas				
			Remunerações totais			Reajustes em relação a		Remunerações totais			Reajustes em relação a	
			janeiro 1995	maio 2005	julho 2006	janeiro 1995	maio 2005	janeiro 1995	maio 2005	julho 2006	janeiro 1995	maio 2005
Especialização	Titular	U	2.982,94	4.528,73	5.052,33	69,4%	11,6%	2.982,94	4.197,00	4.856,08	62,8%	15,7%
	Adjunto	4	2.457,26	3.909,62	4.215,43	71,6%	7,8%	2.457,26	3.577,89	4.019,18	63,6%	12,3%
		3	2.351,42	3.791,05	4.090,51	74,0%	7,9%	2.351,42	3.459,32	3.894,26	65,6%	12,6%
		2	2.250,16	3.674,17	3.967,38	76,3%	8,0%	2.250,16	3.342,44	3.771,13	67,6%	12,8%
		1	2.153,31	3.560,06	3.847,14	78,7%	8,1%	2.153,31	3.228,33	3.650,89	69,5%	13,1%
	Assistente	4	1.975,59	3.352,61	3.628,61	83,7%	8,2%	1.975,59	3.020,88	3.432,36	73,7%	13,6%
		3	1.890,35	3.253,86	3.524,55	86,4%	8,3%	1.890,35	2.922,13	3.328,30	76,1%	13,9%
		2	1.809,01	3.162,49	3.428,27	89,5%	8,4%	1.809,01	2.830,76	3.232,02	78,7%	14,2%
		1	1.731,07	3.076,33	3.337,52	92,8%	8,5%	1.731,07	2.744,60	3.141,27	81,5%	14,5%
	Auxiliar	4	1.588,14	2.918,16	3.170,90	99,7%	8,7%	1.588,14	2.586,43	2.974,65	87,3%	15,0%
		3	1.519,75	2.841,25	3.089,85	103,3%	8,7%	1.519,75	2.509,52	2.893,60	90,4%	15,3%
		2	1.454,34	2.769,21	3.013,95	107,2%	8,8%	1.454,34	2.437,48	2.817,70	93,7%	15,6%
		1	1.391,74	2.700,49	2.941,55	111,4%	8,9%	1.391,74	2.368,76	2.745,30	97,3%	15,9%
Aperfeiçoamento	Titular	U	2.796,52	4.309,64	4.669,47	67,0%	8,3%	2.796,52	3.977,91	4.479,97	60,2%	12,6%
	Adjunto	4	2.303,68	3.729,21	3.907,03	69,6%	4,8%	2.303,68	3.397,48	3.717,53	61,4%	9,4%
		3	2.204,48	3.618,07	3.793,25	72,1%	4,8%	2.204,48	3.286,34	3.603,75	63,5%	9,7%
		2	2.109,53	3.508,51	3.681,06	74,5%	4,9%	2.109,53	3.176,78	3.491,56	65,5%	9,9%
		1	2.018,75	3.401,50	3.571,54	76,9%	5,0%	2.018,75	3.069,77	3.382,04	67,5%	10,2%
	Assistente	4	1.852,10	3.207,03	3.372,44	82,1%	5,2%	1.852,10	2.875,30	3.182,94	71,9%	10,7%
		3	1.772,20	3.114,45	3.277,63	84,9%	5,2%	1.772,20	2.782,72	3.088,13	74,3%	11,0%
		2	1.695,94	3.028,77	3.189,93	88,1%	5,3%	1.695,94	2.697,04	3.000,43	76,9%	11,2%
		1	1.622,86	2.948,02	3.107,24	91,5%	5,4%	1.622,86	2.616,29	2.917,74	79,8%	11,5%
	Auxiliar	4	1.488,88	2.799,76	2.955,44	98,5%	5,6%	1.488,88	2.468,03	2.765,94	85,8%	12,1%
		3	1.424,77	2.727,63	2.881,60	102,3%	5,6%	1.424,77	2.395,90	2.692,10	88,9%	12,4%
		2	1.363,42	2.660,11	2.812,48	106,3%	5,7%	1.363,42	2.328,38	2.622,98	92,4%	12,7%
		1	1.304,76	2.595,68	2.746,51	110,5%	5,8%	1.304,76	2.263,95	2.557,01	96,0%	12,9%
Graduação	Titular	U	2.663,36	4.063,55	4.392,22	64,9%	8,1%	2.663,36	3.763,18	4.208,22	58,0%	11,8%
	Adjunto	4	2.193,99	3.510,77	3.682,97	67,9%	4,9%	2.193,99	3.210,40	3.498,97	59,5%	9,0%
		3	2.099,50	3.404,88	3.577,08	70,4%	5,1%	2.099,50	3.104,51	3.393,08	61,6%	9,3%
		2	2.009,09	3.300,57	3.472,77	72,9%	5,2%	2.009,09	3.000,20	3.288,77	63,7%	9,6%
		1	1.922,59	3.198,65	3.370,85	75,3%	5,4%	1.922,59	2.898,28	3.186,85	65,8%	10,0%
	Assistente	4	1.763,91	3.013,44	3.185,64	80,6%	5,7%	1.763,91	2.713,07	3.001,64	70,2%	10,6%
		3	1.687,81	2.925,24	3.097,44	83,5%	5,9%	1.687,81	2.624,87	2.913,44	72,6%	11,0%
		2	1.615,18	2.843,68	3.015,88	86,7%	6,1%	1.615,18	2.543,31	2.831,88	75,3%	11,3%
		1	1.545,57	2.766,76	2.938,96	90,2%	6,2%	1.545,57	2.466,39	2.754,96	78,2%	11,7%
	Auxiliar	4	1.417,99	2.625,53	2.797,73	97,3%	6,6%	1.417,99	2.325,16	2.613,73	84,3%	12,4%
		3	1.356,93	2.556,88	2.729,08	101,1%	6,7%	1.356,93	2.256,51	2.545,08	87,6%	12,8%
		2	1.298,50	2.492,55	2.664,75	105,2%	6,9%	1.298,50	2.192,18	2.480,75	91,0%	13,2%
		1	1.242,63	2.431,19	2.603,39	109,5%	7,1%	1.242,63	2.130,82	2.419,39	94,7%	13,5%

(*) Reajuste percentual do Professor Adjunto nível 4 que progredir imediatamente para Professor Associado nível 1.

Tabela 7

Impacto orçamentário da Medida Provisória nº 295/2006, de 30 de maio de 2006

carreira	vínculo		Impacto anual (milhões de reais)				Reajustes médios	
		Bruto	PSS	IR	Líquido	método do governo	Bruto	Líquido
Magistério Superior	ativos	278,7	30,7	70,9	177,1	340,1	10,87%	9,02%
	aposentados & pensionistas	221,7	21,6	52,8	147,3	246,0	13,40%	10,48%
	subtotal	500,4	52,2	123,7	324,4	586,1	11,88%	9,65%
Magistério de 1º e 2º Graus	ativos	66,3	7,3	13,8	45,2	80,9	12,92%	10,76%
	aposentados & pensionistas	45,6	4,2	8,8	32,5	50,6	14,55%	11,30%
	subtotal	112,0	11,5	22,7	77,8	131,6	13,55%	10,98%
Total	ativos	345,1	38,0	84,7	222,4	421,0	11,21%	9,33%
	aposentados & pensionistas	267,3	25,8	61,6	179,9	296,7	13,59%	10,62%
	total	612,4	63,7	146,4	**402,2**	**717,7**	12,16%	**9,88%**

Educação Superior

Chegou ao Congresso Nacional o projeto da reforma universitária que não garante verba suficiente para todo o sistema.

Página 2

Greves nas estaduais

Professores das estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp) iniciam movimento por reajuste salarial de 7% e mais verbas para as instituições. Os reitores oferecem apenas 0,75%. Na Unicamp, os técnico-administrativos já paralisaram no último dia 8.

Página 3

UFRJ

Museu Nacional completa 188 anos e direção anuncia reformas no sistema de segurança e no prédio da Quinta da Boa Vista

Página 10

Editorial

Quinhentas edições, ou dez anos de produção semanal de um jornal sindical merecem uma atenção particular. Afinal, o que motiva este esforço?

Página 2

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 500 19 de junho de 2006

500
edições semanais!

Editorial

Os quinhentos tijolos

"Depositar em cada hombre toda la obra humana que le ha antecedido".
José Martí

Quinhentas edições, ou dez anos de produção semanal de um jornal sindical merecem uma atenção particular. Afinal, o que motiva este esforço? Quais os seus resultados? Qual sua relação com o que acontece na Universidade, e no país? Qual a relação com o nosso trabalho?

As respostas serão múltiplas e dependem dos pontos de vista que adotarmos. Mais ou menos como o que aconteceu com aqueles dois pensadores do século XX. O primeiro (Logstrup), há mais de cinqüenta anos, vivendo e lecionando numa pacata ilha nórdica chegou à conclusão, confirmada por sua experiência pessoal, de que nossa espécie é "naturalmente" receptiva às pessoas estranhas, que ouvimos, acatamos suas opiniões, que apreciamos as novidades e o modo de vida dos estrangeiros. Já o outro pensador (Bauman), polonês, cosmopolita, meio século depois, analisando a vida atual na Europa e nos EUA chega à conclusão inversa, terrível, inquestionável: a atitude contemporânea em relação aos estranhos é em primeiro lugar – desconfiança, em segundo lugar – desconfiança, em terceiro lugar – desconfiança. Com a universidade, não é muito diferente. Nossos lugares, o tempo, nossas escolhas de vida e nossa posição social determinam nossas percepção da realidade e nossas opiniões.

Nas últimas décadas, algumas coisas permaneceram, outras mudaram. Continuamos ocupando um lugar secundário nas preocupações de nossos governantes, o ensino público não é prioritário, meros reajustes salariais demoram meses, as "reformas" mais parecem remendos. Talvez a mudança mais significativa é o domínio da nova religião do Deus único – o Mercado. Suas promessas de felicidade são diariamente exaltadas, suas virtudes proclamadas, seus opositores execrados. As facilidades materiais, engenhocas maravilhosas, o mundo aberto a seus seguidores têm, no entanto, um preço. Este Deus único exige rituais sangrentos e sacrifícios humanos. Crescem os campos de refugiados, as guerras, as diferenças sociais, a violência social em nosso quotidiano. Na Universidade, o Deus Mercado escolheu um alvo: o conhecimento. Inspirados nos colonizadores europeus que séculos atrás ocuparam a América atrás de riquezas, tomaram posse de suas terras, exterminaram outras culturas, destruíram a África escravizando seus filhos, o conhecimento é visto como mais uma mercadoria, cada qual com direito de tomar posse do que lhe interessa, usar em proveito próprio, registrar como seu tudo o que estiver escrito em algum livro, não tendo necessidade de prestar contas, de retribuir nada. Assim, floresce a competição na universidade, entre alunos, entre professores, formamos empreendedores.

Mas este modelo não é único. Muitos de nós concebem o conhecimento humano como um bem histórico, coletivamente elaborado e portanto destinado a servir a todos. Nem todas as motivações são ambições pessoais, a necessidade de construirmos uma sociedade mais justa, hoje possível, é a meta de muitas gerações que por aqui passam.

As quinhentas edições do Jornal da Adufrj são obra de uma equipe valorosa de comunicação que trabalha contínua e inteligentemente, são obra muitos professores da UFRJ, alguns diretores da Adufrj-SSind, outros colaboradores, outros leitores, alguns também críticos. Mas todos apontando na construção de uma Universidade melhor e que deixam aqui sua marca, como um tijolo numa construção. Com quinhentos tijolos não podemos ainda construir uma casa, uma nova escola. Mas é bom empilha-los para mostrar nosso propósito, nossa determinação. Queremos uma construção sem muros, sem grades, sem guardas, aberta, confortável, respeitada por todos, onde idéias como a deste grande americano do Caribe inspirem e orientem nossas vidas para " depositar em cada estudante toda a obra humana que o antecedeu".

Reforma universitária

Governo envia reforma universitária ao Congresso

A íntegra do projeto pode ser encontrada no www.adufrj.org.br

No último dia 8, o presidente Lula e o ministro Fernando Haddad encaminharam ao Congresso Nacional alguns projetos de lei voltados para a Educação. Entre eles, o anteprojeto da reforma universitária carregado com vários problemas, como a volta da lista tríplice, a proposta de financiamento irrisório para as instituições federais de ensino superior, a ausência de controle social sobre o funcionamento das instituições particulares e a indiscriminada utilização do ensino a distância. O documento (PL 7.200/2006) já pode ser consultado na página www.adufrj.org.br.

Pouco muda em relação à versão divulgada do anteprojeto de julho de 2005. No que se refere ao financiamento das instituições federais, um mecanismo mantido é o repasse de 75% da receita constitucionalmente vinculada à Educação. Só que, pelos cálculos do movimento docente, isso representaria uma diminuição dos orçamentos atualmente executados – se aplicado em 2004, por exemplo, a fórmula do governo garantiria R$ 5,6 bilhões às universidades federais e, no entanto, o orçamento utilizado pelas públicas nesse mesmo ano foi de R$ 7,6 bilhões.

A mudança anunciada no financiamento é que os recursos serão distribuídos conforme indicadores de desempenho e qualidade, dentre eles o número de alunos matriculados, de alunos concluintes, de estudos publicados e de registro de patentes, além dos resultados nas avaliações conduzidas pelo Ministério da Educação.

A criação da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e a transformação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA) em Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (FUFCSPA) também foram anunciadas pelo governo. Segundo o MEC, ao todo, estão sendo criadas quatro universidades completamente novas e transformadas seis faculdades federais em universidades, além da construção ou ampliação de 40 *campi*.

Concursos novos

Estão sendo criadas, ainda na forma de projeto de lei, 2,3 mil vagas para professores e 1.075 vagas para servidores técnico-administrativos – além de 120 cargos de direção e de 420 funções gratificadas.

Entre as medidas anunciadas, está incluída a criação da Escola de Altos Estudos e do Observatório da Educação. A primeira terá o objetivo de patrocinar a vinda ao Brasil de docentes e pesquisadores de renome para reforçar a qualidade do ensino oferecido pelos programas de pós-graduação stricto sensu ministrados no país.

Já ao Observatório da Educação propõe-se à conjunção entre as políticas de financiamento da pós-graduação e as de disseminação de informações de bancos de dados da educação - organizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), para aprofundar o estudo sobre a realidade educacional brasileira.

Através do ensino a distância, a denominada Universidade Aberta do Brasil levará a educação superior às regiões localizadas no interior do país. De acordo com o ministério, o público-alvo principal será o professor de escola pública que ainda não possui graduação.

Foram criadas escolas técnicas federais do Amapá, do Acre, de Mato Grosso do Sul e de Rondônia, além de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre (RS). O ministério também anunciou escolas agrotécnicas federais em Brasília (DF), Marabá (PA), Nova Andradina (MS) e São Raimundo das Mangabeiras (MA). O governo está criando 2.820 vagas para docentes dos ensinos fundamental e médio e 3.430 vagas para servidores técnico-administrativos para a rede de educação tecnológica. Os novos cargos estão previstos na medida provisória anunciada pelo presidente para contemplar as 33 unidades descentralizadas vinculadas aos Centros Federais de Educação Tecnológica que serão construídas até 2007.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Edição e reforma gráfica:** Ana Maneuella Soares **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Funcionários da Unicamp entram em greve

Professores estão com indicativo de paralisação

Professores, funcionários e estudantes das três universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp), estão com indicativos de greve e algumas já iniciaram a paralisação. Os servidores tentam negociar um reajuste salarial de 7% e mais verbas para a educação pública. Os reitores insistem em oferecer apenas 0,75% de reajuste.

Os funcionários da Unicamp decidiram entrar em greve desde o dia 8. No mesmo dia, professores da Unicamp, que ainda não aderiram totalmente à greve, fizeram uma paralisação. A decisão sobre a adesão ao movimento seria tomada na assembléia de professores no dia 14.

Na USP, professores ainda não entraram em greve

Em assembléia realizada no último dia 6, os professores da USP decidiram não aderir à greve por enquanto. O indicativo está mantido, mas a decisão final sobre a paralisação deverá ser tomada na próxima assembléia, marcada para o dia 19. Na USP, os funcionários, que já haviam decidido sobre a paralisação, também estão em greve desde o dia 8.

Adunesp

Estava agendada para o próximo dia 14 uma grande manifestação dos sindicatos e entidades na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Uerj recebe apoio de universidades

A Seção Sindical dos Docentes da UFF divulgou, em nota, que oferece todo apoio à greve dos profissionais da Uerj, sobretudo porque estão lutando por mais verbas para educação pública do país. A Aduff criticou o governo pela tentativa de ferir a autonomia universitária através da ameaça de corte de salários dos funcionários em greve.

Professores da Uerj vencem na Justiça

Devido à ameaça de corte nos salários, a Asduerj impetrou um mandato de segurança no Tribunal de Justiça do Estado, no dia 5/6. Três dias depois, o TJ deferia liminar que impede o corte de pagamento.

O governo estadual recorreu ao Supremo Tribunal de Justiça, mas o presidente daqule órgão também não aprovou a suspensão dos salários.

Servidores recusam medidas autoritárias do governo do Rio

Funcionários e professores decidiram, na última assembléia realizada no dia 6, que recusarão todas as medidas autoritárias do governo na negociação da greve na Uerj. A comunidade manteve a pauta de reivindicações de mais verbas para as universidades estaduais e reforçou as críticas à forma como o governo tem encarado à crise na Uerj, ignorando as denúncias e ferindo a autonomia universitária.

Anote

Expediente em dias de jogos do Brasil

O Ministério do Planejamento autorizou a alteração do horário do expediente nos órgãos e entidades da Administração Pública nos dias de jogo do Brasil. Para que os funcionários possam assistir aos jogos da primeira fase, a portaria nº 388 assinada pelo secretário-executivo João Bernardo determina que, ressalvados os serviços essenciais, o expediente será das 8h às 13h. As horas não trabalhadas deverão ser compensadas. O próximo jogo da seleção em dia útel ocorre em 22/6 (quinta-feira).

Inscrições abertas para Jornada de Iniciação Científica

Estão abertas as inscrições de trabalhos para a XXVIII Jornada de Iniciação Científica, Artística e Cultural 2006 da UFRJ. Elas devem ser efetuadas no Espaço Sigma, na página www.sigma.ufrj.br e têm o encerramento previsto para o dia 28 de junho. É obrigatória a apresentação individual de um trabalho para os bolsistas Pibic/UFRJ e Pibic/CNPq. Também poderão se cadastrar para apresentar trabalhos os demais estudantes da graduação ou que tenham sido alunos no segundo período de 2005 e alunos de Iniciação Científica Junior.

Simpósio sobre diabetes

O Serviço de Nutrologia do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho realizará, dia 21 de julho, o simpósio Diabetes Mellitus Tipo 1 - da fisiologia ao tratamento. O evento é voltado para profissionais da saúde, residentes, alunos da graduação e da pós, e vai acontecer no Auditório Alice Rosa do HUCFF, no 12º andar, *campus* da Ilha do Fundão. As inscrições devem ser feitas de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h, na sala 9E14 da Nutrologia.

Mais informações no telefone 2562-2730.

Seminário sobre acesso e permanência de estudantes da UFRJ

No dia 20 de junho, terça-feira, haverá o seminário "Acesso e permanência dos estudantes de origem popular na UFRJ em debate". O evento ocorre no Salão Azul, no prédio da reitoria, no *campus* da ilha do Fundão, a partir das 9h. A programação completa pode ser encontrada na página da Pró-reitoria de Extensão da universidade (www.pr5.ufrj.br).

Resenha

Aulas especiais e apoio à greve

Enquanto continua a greve da Uerj, os alunos do Colégio de Aplicação da instituição aproveitam o tempo da melhor forma possível. Os estudantes do último ano do ensino médio têm acompanhado aulas especiais que acontecem diariamente. Os professores fazem revisão das matérias e tiram dúvidas dos estudantes que irão prestar vestibular este ano. E, de acordo com a direção da escola, eles também participam das atividades de greve. No final de maio, por exemplo, os alunos do CAp-Uerj participaram de uma aula pública na quadra de esportes do colégio. (Folha Dirigida, 8/6).

CNE discute inclusão de filosofia e sociologia

O Conselho Nacional de Educação (CNE) reuniu-se no dia 7 para ouvir algumas entidades sobre a possível obrigatoriedade do ensino de filosofia e sociologia no ensino médio. Os conselheiros demonstraram interesse em aprová-la, mas a votação só deve ocorrer no início do próximo mês, entre os dias 4 e 6 de julho. Segundo Cesar Caligari, um dos três relatores do processo, desde o ano passado, o CNE faz esforços para rever as diretrizes curriculares do ensino médio (Folha Dirigida, 8/6).

Ato contra Caveirão reúne 300 pessoas no Rio

No dia 7, cerca de 300 pessoas protestaram contra a presença do veículo blindado da Polícia Militar, apelidado de Caveirão, nas comunidades carentes do Rio de Janeiro (RJ). A passeata, batizada de "Marcha Contra o Caveirão, a Violência Policial e pelos Direitos das Comunidades", foi realizada entre o largo do Machado e a sede do governo estadual Palácio Guanabara, no bairro de Laranjeiras. Segundo denúncias dos moradores das favelas, o Caveirão entra nas ruas e morros atirando para todas as direções. Muitos já foram mortos pelas costas com as metralhadores do veículo. Hoje existem oito viaturas deste tipo em circulação na cidade (Informativo MST, 8/6).

Estudantes querem transporte barato

Estudantes realizaram uma passeata no dia 7, em João Pessoa (PB), reivindicando o fim do limite de dez assentos com meia passagem em cada ônibus intermunicipal. Um representante do governo estadual recebeu uma comissão formada por estudantes e, apesar de ter dito que um projeto que aumenta de dez para 18 o número de assentos com meia passagem nos ônibus intermunicipais seria enviado à Assembléia Legislativa, as partes não chegaram a um acordo. Os alunos querem o fim do limite (Folha Online, 8/6).

Adufrj-SSind

500 edições semanais!

Jornal da Adufrj completa dez anos como semanário e se apresenta como referência na comunicação universitária e sindical

Dez anos depois, o Jornal da Adufrj chega à edição 500 com a certeza de cumprir o seu principal papel de ser o porta-voz do movimento docente na UFRJ. Mas é preciso lembrar aos mais novos que a comunicação da seção sindical com os professores, estudantes e funcionários da maior universidade federal não começou em 1996. Desde 1979, os professores e dirigentes da entidade se preocupam com o diálogo entre o movimento e a categoria que representam. Em 1979, ano de fundação da então Associação dos Docentes da UFRJ, foram publicados cinco boletins, um especial e dois extras. De lá para cá, a quantidade de material informativo e de opinião só cresceu. Em 1994, o Jornal da Adufrj ganhou periodicidade mensal, com edições até abril de 1996, data em que a publicação passou a ser semanal, com tiragem de 10.000 exemplares, sendo distribuída para a comunidade da UFRJ e enviada para as outras seções sindicais do Andes-SN, sindicatos, movimentos sociais, imprensa local e nacional e bibliotecas.

Além do periódico, a seção sindical também produziu outros materiais de análise e opinião sobre questões ligadas à universidade brasileira, carreira docente, financiamento público, ensino, pesquisa e extensão universitárias. Em outubro de 1997, a Adufrj-SSind foi a primeira entidade sindical a publicar uma página na internet com atualização de conteúdo jornalístico e de opinião. Em maio de 2000, lançamos o site www.adufrj.org.br, totalmente reformulado em outubro do ano passado com atualização permanente de conteúdo próprio e reprodução de artigos e textos relevantes para o debate sobre a Educação Superior no Brasil e a conjuntura política.

O Jornal e a Educação Pública

O Jornal da Adufrj sempre se pautou por assuntos de interesse direto do professor da UFRJ. A cobertura jornalística leva em conta temas nacionais e locais, com ênfase na política dos governos federais para a Educação Superior e as universidades públicas. O debate sobre a autonomia universitária foi uma constante em nossas páginas, sendo pauta de artigos, editoriais, reportagens e entrevistas. O fundamental é investigar e mostrar para o professor da UFRJ em que condições se encontra a universidade púbica e por quê. Em abril de 1996, o Jornal publicou a reportagem de capa *Ensino Público se nega a morrer*, mostrando enorme manifestação de estudantes e professores no Centro do Rio contra as políticas neoliberais para o sistema educacional e a repercussão. Em agosto do mesmo ano, a reportagem acompanhou a realização do I Congresso Nacional de Educação (Coned), que reuniu 5.000 pessoas em Belo Horizonte. O jornal esteve pre-

A contagem do número 500 foi feita a partir a publicação do primeira publicação semanal, em 11 de abril de 1996. Consideramos, a partir daí, também os boletins publicados no período de 1996 a 1999 como edições semanais do Jornal da Adufrj. A produção da Comunicação da entidade sempre contou com a participação ativa de vários professores e ex-dirigentes da seção sindical. Confira nos quadros no rodapé das páginas depoimentos de alguns desses docentes sobre a importância do periódico e qual a edição mais marcante desse período.

Henrique Longo

"O jornal é o veículo de comunicação que liga os professores, que são os leitores, aos movimentos sociais. Ele passa uma visão diferente da grande mídia e é muito importante para todos nós ter esta outra visão. Lembro das edições que divulgaram todas as greves, no início da década de 90, numa época em que as assembléias estavam sempre superlotadas e não era nada fácil fazer a cobertura, principalmente porque não havia a estrutura que existe hoje. Os professores acompanhavam notícias da greve pelo jornal, pois sabiam que as informações tinham credibilidade. Houve também as eleições para reitor, em 1994, quando o Jornal da Adufrj promoveu debates e acompanhou todo o processo: desde as campanhas até a apuração.

Roberto Houaiss

"É muito importante te um jornal cor uma visão diferenciada porque, além de se mostrar uma alternativa

Sindicato ANDES Nacional — ADUFRJ Seção Sindical — Pela renúncia de Vilhena

JORNAL ANO V — 12 A 18 DE OUTUBRO

Começa corrida pela avaliação da GED

Encontro debate carreira para 1º e 2º Graus nas Ifes — Páginas 3

Indefinição institucional dificulta atuação dos colegiados — Páginas 4 e 5

Semana passada, o ministro Paulo Renato assinou o relatório final da Comissão que definiu as diretrizes para o recebimento da gratificação por estímulo à docência. Só terão direito à GED os professores que se submeterem às comissões locais de avaliação — Páginas 4 e 5

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Cinco anos sem reajuste

REUNIÕES DA ADUFRJ-SSIND NAS UNIDADES

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Servidores em greve interpelam ministro de C&T na UFRJ

Oito motivos para repudiar a presença do Ministro de Ciência e Tecnologia na UFRJ

sente em todas as cinco edições do Coned, a última realizada em Recife, em março de 2004. Na capa da edição 135 (10/5/04), a manchete *Educadores não aceitam educação como mercadoria* dava o tom do movimento em relação à anunciada e implementada reforma universitária do governo Lula e apresentava o auditório lotado do 5º Coned, com a participação do professor Francisco de Oliveira.

A reportagem também acompanhou a realização de outros eventos importantes, fora do Rio, como as três primeiras edições do Fórum Social Mundial, nos anos de 2001, 2002 e 2003, em Porto Alegre (RS).

O jornal e a UFRJ

A UFRJ sempre esteve presente com destaque nas páginas no Jornal da Adufrj. Em 1998, o jornal da seção sindical passou a acompanhar mais sistematicamente as decisões dos colegiados superiores, dando ampla cobertura aos fatos mais relevantes da política institucional sob o olhar atento dos que atuam no movimento sindical local. Alguns dos períodos mais turbulentos da vida institucional da UFRJ foram acompanhados de perto pela reportagem: a intervenção da reitoria Vilhena, de 1998 a 2002, e a retomada da normalidade com a eleição legítima de Carlos Lessa, em março desse último. Quem, nessa universidade não lembra do longo debate sobre a tentativa de implementação pela reitoria Vilhena de uma nova periodização dos cursos, rejeitada por praticamente toda a comunidade universitária. O jornal reportou as longas discussões travadas nos colegiados superiores sobre a '01/99' e cobriu todos os debates organizados pelas entidades Adufrj, DCE, APG e Sintufrj, sobre o tema.

A era Vilhena foi entremeada, ainda, por duas grandes greves de docentes, a greve nacional de 1998 e a de 2001. Em 1998, o jornal trouxe, além da cobertura da greve, matérias e artigos que demonstravam a tentativa do MEC de acabar com os reajustes salariais paritários e isonômicos através de uma avaliação produtivista expressa nas implementadas gratificações de estímulo e de incentivo à docência (GED e GID, essa última substituída pela GEAD, em 2004).

No ano de 1999, o periódico acompanhou a implementação da GED na UFRJ, a discussão de critérios, a tentativa dos dirigentes de intimidar a categoria docente com a

Sindicato ANDES Nacional — ADUFRJ Seção Sindical — 48,65 %

JORNAL ANO V — 11 A 17 DE MAIO/98

A maior greve da história

Leia nesta edição:
- Governo cede às pressões dos parlamentares e Paulo Renato marca audiência com o Andes
- Conselho de reitores se nega a mandar lista de grevistas ao MEC
- Colégio eleitoral confirma Aloísio e Vilhena se apresenta como interventor

Próxima Assembléia Geral — Quinta, 14/05, 13:30h — Centro de Tecnologia

Avaliação da greve — Eleição para reitor — Eleição para delegados à plenária dos SPFs

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Cinco milhões dizem não ao pagamento da dívida externa

Nos dias 2 a 7 de setembro milhões de brasileiros participaram de uma consulta inédita na história do país.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

UFRJ recusa 'bandejões'

UFMG e USP mantêm restaurantes universitários públicos

em relação à informação, apresenta um discurso que não é maçaroca. Isto ocorre quando o trabalho do jornalista é bem feito. Eu sempre tive a preocupação de dar liberdade para os jornalistas trabalharem. A relação entre o diretor responsável pela comunicação com a equipe de reportagem tem uma forte influência neste aspecto, ainda mais porque o Jornal da Adufrj sempre seguiu a mesma linha. Vemos muito este problema nas mídias de outros sindicatos. Os jornais em que o diretor tenta sobressair acabam virando uma maçaroca.

Quando eu era diretor, muito se comentava sobre a transparência em relação as coberturas de greve. Nós não omitíamos as correntes que se configuravam nos debates. O jornal apresentava as correntes, mostrava o modo de pensar de cada uma e os pontos que elas defendiam. Isso sim é jornalismo.

José Simões

"O projeto do jornal já existia antes da minha primeira gestão, em 1991. Começou a se pensar em jornal na diretoria anterior, quando o presidente da Adufrj-SSind era o professor Roberto Leher, mas naquela época as condições eram muito precárias. Não tínhamos a estrutura que temos hoje.O Jornal da Adufrj é a transmissão de um pensamento político. É o principal instrumento da diretoria para divulgar suas idéias, é o nosso braço direito. Através dele que mantemos a luta contra a tentativa de privatização da UFRJ. Sem o jornal, nós não seríamos capazes de manter o movimento. Dentre estas quinhentas edições, a mais marcante para mim é a número 500, sem sombras de dúvidas. Chegar a este número mostra a persistência e a dedicação de muita gente. Atingir esta marca, para pessoas que fazem um trabalho voluntário como o nosso, é extremamente gratificante.

ADUFRJ Seção Sindical

Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro — Andes Sindicato Nacional — Ano V — 2 a 8 de julho de 1999

Fidel Castro discursou 45 minutos para o Plenário do Conad, ao lado do chanceler Felipe Roque e do presidente do Andes-SN, Renato de Oliveira

FIDEL PRESTIGIA CONAD

O presidente cubano, mais badalado chefe de Estado da Cimeira, marcou presença histórica e inesperada no 38º Conselho do Andes-SN, realizado no mesmo hotel em que o líder havia se hospedado

Adufrj-SSind

obrigatoriedade da entrega dos formulários de avaliação sempre com prazos curtos e pela internet. Desde então, foram noticiadas com destaque as ações da seção sindical que garantiram a entrega dos formulários em papel nas unidades.

As cobertura da política universitária abarcou os temas acadêmicos e políticos como o financiamento e a regulamentação da pós-graduação. As jornadas de iniciação científica e a escassa política de bolsas estudantis foram abordadas com freqüência.

As condições de infra-estrutura e de assistência estudantil também receberam lugar de destaque. Em 2000, a edição de 30 de outubro trouxe a reportagem de capa *UFRJ recusa 'bandejões'* e já denunciava a falta de um restaurante universitário que obriga a comunidade a se alimentar nos traillers e restaurantes privados. Para mostrar que o bandejão não era um sonho, a matéria trazia como exemplos bem sucedidos os restaurantes universitários públicos da USP e da UFMG.

As precárias condições de infraestrutura da universidade também foram diversas vezes denunciadas neste veículo. *UFRJ debaixo de água* foi o título de capa da edição 119, de dezembro de 2003. A manchete veio acompanhada da foto da Biblioteca do Instituto de Matemática completamente alagada em função dos estragos causados pela água das chuvas daquela temporada que inundou várias unidades da UFRJ. Essas e outras reportagens de denúncia sempre procuraram, além de mostrar o fato, relacionar a precariedade das instalações da instituição com a falta de política orçamentária dos governos para a manutenção e custeio do sistema público.

Campus de guerra

Um marco na produção do periódico foi a edição especial Vestibular, de 31 de outubro de 2001. Em meio à intensa greve nacional por salários, com o corte dos vencimentos pelo então ministro Paulo Renato, os docentes e estudantes em greve da UFRJ conseguiram conquistar a maioria dos votos do Conselho de Ensino de Graduação que suspendeu a realização das provas do vestibular 2002 previstas para o mês de outubro. Já na edição de 15 de outubro, a manchete *MEC sob pressão* dava conta do clima do movimento contra o governo tucano. Autoritário e sob a proteção do MEC, Vilhena desconsiderou a decisão do colegiado de graduação (vale lembrar o longo jejum das sessões do Conselho Universitário, sempre desconvocado pelo interventor, nesse período) e manteve a realização da primeira fase. No dia do exame, o domingo 28 de outubro, o *campus* do Fundão foi transformado em um campo de batalha com a presença ostensiva do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Rio em repressão à manifestação programada pelos grevistas para impedir a realização do vestibular que, de fato, foi cancelado após alguns estudantes conseguirem entrar nas salas e pegar alguns cartões de prova. O jornal da Adufrj cobriu toda a manifestação e contou, com detalhes a violência policial cometida contra os alunos e a repercussão entre a comunidade e os conselheiros do CEG que decidiram anular todo o concurso e responsabilizaram o ex-reitor pelos incidentes.

O jornal e o Sindicato Nacional

Faz parte da linha editorial do Jornal da Adufrj priorizar a cobertura dos Congressos e Conselhos (Conad) do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN). Desde 1994, o Jornal esteve presente em todos os Congressos Nacionais do Andes-SN e em praticamente todos os Conads.

Além dos textos de opinião de dirigentes e ativistas, as reportagens procuram apresentar para o professor as principais decisões do movimento docente nacional que orientam a organização dos professores em suas universidades, na luta por melhores condições de trabalho e pela universidade pública, gratuita e de qualidade.

O noticiário dos Grupos de Trabalho do Andes-SN sempre encon-

As imagens que contaram a história das lutas do movimento docente na UFRJ

O Jornal da Adufrj presta uma homenagem especial ao professor da Faculdade de Arquitetura, militante e ex-diretor, Roberto Houaiss, pelas memoráveis ilustrações que ajudaram a contar a história dessa entidade, suas lutas e conquistas. Abaixo, alguns dos trabalhos do professor publicados em edições durante os anos de 1996 a 2000.

José Sanglard

Acho que o Jornal é uma referência essencial para o corpo docente da UFRJ, não só sobre as questões do Sindicato, mas da própria vida acadêmica na UFRJ, pois há cobertura jornalística até dos Conselhos Superiores. Com a distribuição ampla no campus, ele transcende, assim, aos docentes, Atingindo também os servidores técnico-administrativos e os alunos. Mas o que o torna de fato indispensável é ser um espaço democrático aberto à livre manifestação de opiniões de todos, em particular dos docentes, não só da diretoria da Seção Sindical ou da Diretoria Nacional, como afirmam alguns. Nestes 10 anos de jornal semanal houve muitas edições que mereceriam ser lembradas. Destacaria a edição de 18 a 22 de março de 1996 pelo simbolismo de algumas de suas matérias, como a segunda tentativa de Reforma da Previdência do governo Fernando Henrique e uma paralisação durante a campanha salarial. O paralelo à situação atual é evidente, pois continuamos a receber bananas do Governo federal e, às vezes, ainda nos mandam às favas! O segundo diz respeito a várias edições a partir de 2003, durante a memorável campanha contra a Reforma da Previdência do governo Lula que, infelizmente, não conseguimos barrar, que incluíram ainda grande número de encartes Especiais produzidos sobre o tema. O irônico disso tudo foi que a Reforma de Lula conseguiu aprovar e até ir mais fundo na retirada de direitos que as propostas do governo Fernando Henrique. E agora já se fala em uma terceira onda de reforma previdenciária ...

Cleusa Santos

O jornal de uma entidade sindical é a expressão da conquista histórica dos trabalhadores e dos movimentos organizados para a concretização de uma imprenssa alternativa. E, o Jornal da Adufrj não foge a esta regra. Requer uma direção responsável e comprometida com os interesses daqueles a quem representa. Para isso, depende de profissionais afinados com a luta política em dois níveis distintos: o nível da particularidade histórica da universidade brasileira, onde há a convivência de diferentes grupos (estudantes, professores e funcionários) e, no nível singular de um desses grupos, os professores, que acabam adquirindo uma visão sui generis de seus atributos intelectuais e morais. Sua autonomia profissional não está desvinculada da consciência de classe, que supõe princípios ético-morais. Neste sentido, as matérias do Jornal da Adufrj têm contribuído para a politização de seus sindicalizados e para a desnaturalização das expressões da questão social. Exemplo disto, foi a Edição do Vestibular de 2001 "Campus de Guerra", na qual se identifica a criminalização da questão social.

Ruth Barbosa

Lembro que participei da implementação do jornal, ainda mensal, de 94 a 96, mas o projeto já vinha de diretorias anteriores. Naquela época , saíamos de madrugada do Fundão com a Manuella. Fechar o jornal é um trabalho enorme. Todos as edições são importantes, mas eu, particularmente, me recordo da época que participava dos fechamentos e conseguíamos finalizar o trabalho mesmo com todas as condições adversas. Tudo que é obtido com suor nós damos mais valor. Os jornais daquela época foram inesquecíveis para mim e alguns eu ainda tenho guardados. Sempre digo para meus alunos que quem escreve deve sempre pensar em quem vai ler. Levar isso para o jornal, na época que era diretora do Adufrj-SSind, foi muito natural para mim. O Jornal da Adufrj é uma referência de divulgação de informações para os professores na UFRJ.

Adufrj-SSind

traram espaço nas publicações da seção sindical. Com a colaboração de vários professores, diretores e ativistas, ao longo desses anos, foi possível divulgar o resultado das reuniões, realizadas sempre em Brasília, do Setor das Federais e das plenárias dos Servidores Públicos Federais. A colaboração desses docentes na produção das informações do Jornal sobre os movimentos nacionais dos servidores e específicos da categoria docente foi e continua sendo fundamental para garantir a atualidade do noticiário e da cobertura oferecida pela publicação ao seu público na UFRJ.

Movimentos nos estados

As atividades de mobilização e greve nas demais universidades públicas federais e também estaduais foram também, ao longo dos útimos anos, divulgadas e reportadas por este Jornal. Essa cobertura é uma forma de manter o professor da UFRJ atualizado com as atividades políticas e de reivindicação realizadas por seus colegas de outras instituições e a manter unificado o movimento docente nacional. A capa da edição 499, de 5 de junho de 2006, é um exemplo. A foto de capa mostra os servidores da Uerj em frente ao prédio da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no Maracanã, que enfrentam uma dura greve por reajuste salarial e por condições mínimas de funcionamento da instituição, totalmente sucateada pelo governo de Rosinha Mateus.

Eleições

O Jornal da Adufrj, ao longo desses dez anos, deu ampla cobertura às eleições nacionais do Andes-SN, sempre abrindo espaço para a apresentação dos programas e candidatos das chapas concorrentes. As eleições da seção sindical também

foram largamente divulgadas com a publicação de diversos encartes especiais com materiais das chapas e debates referentes aos processos eleitorais.

Mas não só as eleições dos representantes da categoria ganharam as páginas do semanário. Eleições e consultas para reitor da UFRJ também foram destaque. Apesar de a seção sindical manter firmemente sua autonomia política frente a governos e partidos, o Jornal sempre procurou amplificar o debate em torno das disputas eleitorais gerais para a presidência da República e governos locais.

Estudantes

O movimento estudantil também, por diversas vezes, foi capa das edições do Jornal da Adufrj. Quem não se lembra das diversas ocupações estudantis em unidades como o Direito, o IFCS, a Escola de Comunicação e a Faculdade de Letras? As reivindicações eram muitas e se confundiam com a pauta do movimento dos professores: fim de direções antidemocráticas, mais verbas, melhoria nas infra-estrutura dos prédios, mais bolsas etc. Em 2002, o movimento estudantil conquistou uma vitória emblemática que desencadeou processos de redemocratização em várias unidades. A edição de 29 de março daquele ano trazia a esperada manchete *Estudantes conseguem afastamento de diretor do direito*. A luta não terminava aí, já que Armênio Cruz decidiu brigar com a universidade na Justiça para se manter no cargo. Mas a foto de capa com a comemoração dos estudantes na sala do Conselho Universitário se tornou um símbolo importante da conquista dos alunos. Essa e outras imagens das vitórias do movimento estudantil sempre foram

Janete Luzia

Penso que o Jornal da Adufrj representa a História da UFRJ e do seu movimento docente e da Educação brasileira. Isto porque mantém a preocupação constante com a realidade, a conjuntura nacional e internacional e seus rebatimentos no interior da nossa Universidade. As edições do Jornal da Adufrj são uma preciosíssima fonte de consulta histórica para todos aqueles que desejam pensar a Universidade pública e a educação no nosso país, suas lutas e conquistas.

Destacaria muito especialmente as edições que trouxeram a entrada de representantes do Comando de Greve da Adufrj no "circo" montado para receber o então ministro da educação Paulo Renato no Hotel Glória, em outubro de 2001. A partir desse momento, que ganha repercussão nacional, a greve ganha fôlego, unificando todas as IFES brasileiras e conseguindo terminar vitoriosa após mais de 100 dias de paralisação e o destaque para a truculência da polícia na tentativa de viabilizar o Vestibular de 2001. Há mais dois momentos que gostaria de destacar: a mobilização de docentes, técnico-administrativos e docentes quanto à imposição do interventor Vilhena como Reitor da UFRJ. O Jornal registrou todo esse período e também estava presente na "despedida" deste senhor. Outro destaque vai para a desfiliação do nosso Sindicato Nacional da Central Única dos Trabalhadores. O flagrante do fotógrafo, ao registrar o momento em que a expressão "filiado à CUT" era coberta com pasta de dentes por um dos militantes logo após a votação que sacramentou a decisão das Seções Sindicais rendeu-nos uma das mais belas capas desse Jornal.

consideradas prioridade nas edições do semanário.

Atividades de rua do movimento estudantil universitário e secundarista também foram destaque em diversas edições.

Instrumento de mobilização

Mas, para além de informar, o Jornal da Adufrj se propõe como objetivo último ser um instrumento mobilizador da categoria docente na universidade frente às suas reivindicações específicas, na defesa da universidade pública e na conquista de uma sociedade mais justa e igualitária. Não foram poucas as capas que trouxeram títulos que se confundem com palavras de ordem e bandeiras de luta do movimento docente local e nacional. Na edição de 10 de abril de 2000, o Jornal ganhou o formato atual, tablóide e colorido nas capas e páginas centrais. Nessa primeira publicação reestruturada gráfica e editorialmente a manchete denunciava *Cinco anos sem reajuste* (período do governo tucano de Fernando Henrique) e anunciava a greve nacional dos servidores de 2000 e antecipava o longo processo de campanha salarial que culminaria na histórica greve de 101 dias de 2001. As ações do movimento docente local durante a campanha salarial daquele e dos anos posteriores continuaram ocupando a primeira página.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Assembléia Geral
12 abril 13:30
Auditório do CFCH
(Campus do Praia Vermelha)

Reunião do Conselho de Representantes
29/03 15h às 18h
Sede da Adufrj-SSind

Reuniões de Unidades
30 de março a 7 de abril

Debate
Que Universidade queremos?
6/04 12h
Sala 220, Bloco D, Centro de Tecnologia Ilha do Fundão

Estudantes conseguem afastamento de diretor do Direito

O Jornal e as reformas

Além das reportagens sobre as campanhas salariais e reivindicações da categoria, o Jornal da Adufrj dedicou muitas de suas páginas ao noticiário e ao debate em torno das reformas dos governos

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Reunião preparatória da Adufrj-SSind para o 49º Conad
15/10 15h às 17h
Sede da Adufrj-SSind (CT, Bloco D, sala 200)

Conad atualiza plano de lutas do Andes-SN Página 2

Artigo "Uma reflexão sobre Estado, Serviços Públicos e Carreiras" Páginas 6 e 7

Fórum prepara encontro estadual contra a reforma universitária Página 8

Agenda Sindical

Mobilização na Letras garante democracia
Páginas 4 e 5

federais. No governo tucano de FHC, o destaque foi para a reforma do Estado, os ataques ao Regime Jurídico Único e as consequências da reforma para a carreira, com a criação de dispositivos como o Emprego Público.

De 2003 para cá, não faltaram matérias sobre reformas, todas iniciadas pelo governo neoliberal anterior e devidamente implementadas ou em tentativa de aprovação pelo também neoliberal governo de Lula. A reforma da Previdência foi a primeira dessa fase a ser aprovada no Congresso Nacional e foram numerosas as matérias e artigos que denunciaram o fim do regime próprio dos servidores federais e a privatização através dos fundos de pensão do que deveria ser um patrimônio dos trabalhadores: a aposentadoria,.

A reforma da Educação Superior acaba de ser enviada para o Congresso Nacional e o Jornal da Adufrj acompanhou todo o processo de discussão das suas várias versões, a reação dos educadores, do Andes-SN, entidades estudantis e demais fóruns contrários à consolidação do ensino como marcadoria. E tudo indica que as manchetes do periódico em 2007 serão dedicadas à luta dos movimentos contra as reformas trabalhista e sindical que deverão ser encaminhadas caso vingue a reeleição ou o atual presidente seja trocado outra versão tucana qualquer. Esperamos que, até lá, os movimentos sociais e partidos de esquerda no Brasil consigam forças para aglutinar o potencial de mobilização dos trabalhadores e que as nossas capas tragam títulos com a derrubada das reformas neoliberais a mudança de rumo na política nacional no sentido da transformação para uma sociedade mais justa e igualitária.

IMPRESSO
AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Colegiado de graduação tenta acabar com as vagas ociosas Página 3

Assembléia ainda não delibera sobre greve dos docentes Página 4

Governo não apresenta nada de novo e faz promessas para 2006 Página 5

Andes-SN instala Comando Nacional de Greve Página 5

Greve das paulistas: Dois mil manifestantes exigem a derrubada do veto ao orçamento das instituições Página 8

Estudantes protestam contra o governo federal no Centro do Rio

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Assembléia Geral
7 fevereiro
9:30 às 12:00
Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Argolo continua a constranger estudantes Página 3

Governo deixa professores das federais sem reajuste Página 4

Entrevista Reinaldo Gonçalves analisa pagamento da dívida ao FMI Página 7

UFRJ recebe 112 novas vagas do quadro docente Página 8

UFRJ Acesso permitido de 6 às 23h

Universidade se fecha por insegurança
Páginas 4 e 5

Ricardo Kubrusly

"O jornal da Adufrj é a voz da universidade para a universidade e é, conseqüentemente, um ouvido pensante que recebe e reverbera os desejos dessa comunidade.

Muitas vezes, fascinados pela ilusão da grande imprensa, não prestamos atenção às notícias que estão mais perto do nosso cotidiano e que analisam com sensibilidade política a realidade universitária.

De todos os números deste Jornal, o mais importante é este, onde comemoramos 500 edições. Mas será sempre a última edição a mais importante pois é lá, é aqui que planejamos e damos rumo para nossos sonhos e utopias.

A professora Rosanne Dias, que foi responsável pela Comunicação quando integrou a diretoria da Adufrj-SSind, em 1996-1998, está de licença do Colégio Aplicação (CAp) para concluir seu doutorado. Na semana do fechamento desta edição, a professora estava em Juiz de Fora (MG) e devido aos compromissos acadêmicos não pôde encaminhar seu depoimento sobre a comemoração dos quinhentos exemplares. O Jornal da Adufrj agradece a importante colaboração da professora, assim como aos professores José Miguel Bendrao Saldanha e Sara Granemann, que também estiveram à frente da publicação durante seus mandatos como dirigentes da seção sindical e que, por motivos de agenda, não puderam se pronunciar nessa edição.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

2004 em perspectiva

Movimentos se organizam contra reforma universitária Páginas 4 a 7

UFRJ enfrenta problemas orçamentários Páginas 8 a 10

Jurídico na defesa dos direitos dos professores Página 11

Agenda Sindical

REFORMA UNIVERSITÁRIA
2004 em perspectiva

UFRJ

Museu Nacional completa 188 anos

Instituição passa por uma série de reformas

Bons ventos começam a soprar pelos lados do Museu Nacional, que completou 188 anos no último dia 6. Em solenidade realizada na véspera, por questões de agenda dos convidados, o diretor Sérgio Alex anunciou uma série de obras, concluídas ou encaminhadas, naquela unidade da UFRJ localizada na Quinta da Boa Vista.

"Todos vocês conviveram com várias reformas e foram atrapalhados por elas, mas como eram para o bem da instituição, foram bastante compreensivos", brincou o diretor, para a platéia do auditório Roquete Pinto. Ele mencionou a construção de novos anexos, o novo sistema de vigilância, as reformas das chamadas reservas técnicas (áreas onde se guardam os materiais não expostos do Museu) e a futura climatização de alguns espaços: "Inclusive este auditório", comentou.

O diretor também aproveitou a presença do reitor Aloisio Teixeira para elogiar o sistema de repasse de recursos implantado em sua gestão. "Não cabem críticas às reitorias anteriores, que fizeram o melhor possível. Mas acredito que essa administração criou um marco. Hoje, digo que pode colocar dinheiro na universidade, pois os recursos vão chegar ao Museu", disse.

Kelvin Melo

UMA DAS ENTRADAS DO MUSEU

No final de seu discurso, o diretor agradeceu o trabalho de todos os servidores e alunos do Museu: "É um privilégio dirigir uma instituição com 188 anos. E o que ocorre aqui reflete o trabalho não só de uma pessoa, o diretor, mas a colaboração de todo o pessoal da casa", afirmou.

Por sua vez, Aloisio Teixeira exaltou a importância do Museu Nacional para o país e fez questão de dizer que a relação entre a UFRJ e esta importante unidade deveria ser bem discutida ao longo da elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da universidade. "A UFRJ está envolvida num processo de discussão que vai nortear seu rumo pelos próximos anos. Temos de usar isso para discutir a relação entre o Museu Nacional e a universidade. Sem receio, buscando o melhor para os dois lados", afirmou.

A solenidade de aniversário ainda contou com as presenças da nova representante regional do MEC, professora Renata Gérard Bondim; de integrantes da Fundação Vitae (uma associação civil que aplica recursos nas áreas de Educação e Cultura); do presidente da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), Raymundo de Oliveira; e do diretor do departamento de museus do Ministério da Cultura, José do Nascimento Jr.

Sistema de vigilância e novos prédios nos planos

Diretor adjunto de Administração do Museu, Wagner Wiliam Martins conversou com a reportagem do Jornal da Adufrj sobre as reformas que estão sendo promovidas no local. Ele conta, por exemplo, que o roubo de obras raras em 2004 – até hoje, metade foi recuperada – foi o que gerou maior preocupação com a segurança do prédio. Da preocupação, surgiu o projeto de obras de vigilância, ainda não totalmente concluído, mas inaugurado no último dia 5.

Segundo Wagner, dezenas de câmeras – o número preciso não pode ser divulgado - agora monitoram os acessos, o entorno do Museu e as salas de acervo considerado mais valioso.

Novos prédios

Dentro do sonho de revitalizar o Museu, uma outra série de obras começou a ser feita: três novos anexos serão construídos para retirar do espaço do palácio alguns departamentos e toda a parte administrativa. O primeiro deles, que abrigará o curso de Botânica, está previsto para ser entregue até o fim do ano.

Um sistema de detecção de incêndio, a descupinização do Palácio e as reformas de todas as reservas técnicas do Museu foram outros itens citados pelo diretor adjunto. A área dos fundos do Museu, conhecida como bloco 4, foi totalmente reformada e começou a ser reocupada nos últimos dias após estar fechada por anos. Finalmente, há um último projeto voltado para a climatização da biblioteca, do auditório e laboratórios, parcialmente implantado, e que deverá ser concluído também até dezembro.

Opinião

Lições de Inhaúma

Cinda Gonda*

Mas as crianças, Senhor,
Porque lhes dais tanta dor
Porque padecem assim?!...

Augusto Gil, in "Balada da Neve".

Uma escola em Inhaúma. Um dia que teria tudo para ser como outro qualquer. Os desafios de sempre: ultrapassar as dificuldades de um cotidiano precário - a falta de dinheiro, de assistência médica, saneamento básico, de trabalho, da ausência crônica do poder público, enfim. (Mas, apesar de tudo, as pessoas sorriem, acreditam, esperam...)

A notícia nos atingiria como se fora uma bofetada: "Dezessete alunos de uma escola são baleados durante as aulas." Conduzidos a um hospital público, uns serão liberados, outros lá permanecerão. Pais, atônitos, carregam os filhos nos braços, estreitando-os junto ao peito, num gesto de defesa instintiva. Tentam levá-los de volta para casa. Escaparam, dessa vez... (Mas até quando o acaso, esse deus que nunca, ou quase nunca trama a nosso favor, os protegerá?)

Os meios de comunicação, seguindo a lógica da sociedade de massa, rapidamente, abandonam o fato. Afinal que interesse terão os pobres, negros ou mestiços, numa sociedade que optou pelo "glamour"? Tratam-nos como meros números, indispensáveis às estatísticas.

O governo parece vitorioso em sua jornada – o programa fome zero alcança êxito absoluto. Como em países ricos, a questão prioritária agora é o excesso: de tecido adiposo, dos quilinhos a mais de uma celebridade da seleção.

E as crianças baleadas?

Como sempre, o programa dominical pautará a matéria, seguida imediatamente de anúncios que irão diluir a reflexão sobre a mesma.

Uma professora da escola, em depoimento emocionado, define o que muitos querem ocultar: "Existe uma guerra!", repete insistentemente: "Existe uma guerra!" Protege-se. Seu rosto não pode ser revelado. Em sua entrevista nos conta que os alunos já são treinados para que se atirem no chão quando os tiros começam... Só que naquele dia 7 de junho, às 10:40 da manhã, eles feriram 17 crianças.

Sabe-se que a escola fica num lugar de risco. Pais, professores e alunos já solicitaram a sua mudança.(Quanto custa uma escola? 17 vidas têm preço?)

Ainda segundo a professora, os alunos não foram às aulas no dia seguinte. Os poucos que apareceram por lá, foram apenas lhe dar um beijo e dizer:"Tia, eu te amo!". Afinal, ela os protegera, em meio ao horror, conseguira reunir forças para confortá-los, continuara sendo a "tia", a professora. Em seu anonimato, simboliza o trabalho de educadores mal remunerados, olhados com desdém pelo poder público. Em meio à violência, à dor, as crianças ainda declaram o seu amor. Mas as cicatrizes ficam.

Num país de profundas desigualdades, onde a todo instante elas se confirmam, cenas como essas se tornaram corriqueiras. Sabemos bem o que isso significa - a banalização do horror atende por um nome: fascismo.

Há pouco assistimos na TV um julgamento onde uma jovem de classe média alta, acusada pelo mesmo crime de seus cúmplices, apresenta as mãos sem as algemas, enquanto os outros as ostentam. Pertenceriam ao mesmo grupo social? A reposta é límpida, cristalina... Como diria o velho legislador ateniense, Sólon, "As leis são como teias de aranha. Se alguém é fraco como um mosquito, nela ficará enredado. Se forte como um leão, as arrebentará".

Apesar de tudo ***isto*** que nos cerca, continuamos a apostar. Acreditamos no sonho possível de uma sociedade em que homens, mulheres, velhos e crianças possam viver em harmonia.

Aqui, no Fundão, alguns sinais nos alentam. Depois de anos de apatia, o processo eleitoral volta com todo o vigor, quer no plano institucional, quer dos movimentos organizados.

Um dia, quem sabe, a aliança entre a Universidade e a Sociedade se estreitará tanto que, de mãos dadas, seremos capazes de estremecer o destino.

A professora de Inhaúma nos deixou uma lição de resistência, de amor e de fraternidade. Queria tanto lhe dedicar essas palavras, mas seu nome eu não sei...

* Professora da Faculdade de Letras

Reforma em foco

Lista tríplice ameaça gestão democrática

Reitor, decana do CCMN e Andifes comentam retorno do dispositivo à reforma universitária do governo

A anunciada volta da lista tríplice é apenas mais um dos problemas do anteprojeto de reforma universitária do governo. Enviada ao Congresso Nacional com essa e outras mudanças no último dia 8, a reforma ainda abre caminho para ampla exploração do ensino a distância e proporciona um financiamento irrisório para as instituições federais, entre outros itens polêmicos.O retorno da lista tríplice já havia sido informado em entrevista do secretário de Educação à Distância do MEC, Ronaldo Mota, ao jornal "Folha de S. Paulo", no início do mês passado.

Reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira tem razões de sobra para ser contrário à lista tríplice. Em 1998, foi o candidato mais votado ao cargo máximo da universidade na consulta feita à comunidade (42,58%) e também no colégio eleitoral formado pelos integrantes dos conselhos superiores (62 a 31). Outro candidato, José Vilhena, no entanto, recusou-se a retirar seu nome da lista tríplice e foi o escolhido pelo então ministro da Educação, Paulo Renato. Apesar dos protestos e da evidente crise provocada na maior universidade federal do país, o interventor ficou no cargo até o final do mandato.

"Acho lamentável que o governo tenha recuado da sua proposta original de eliminar a lista tríplice e deixar a cargo da universidade a escolha dos seus dirigentes. Na verdade, continuamos no regime anterior. Não se conseguiu alcançar uma mudança significativa nesse terreno e o grande derrotado nessa história é o próprio MEC", comentou Aloisio. Para ele, uma melhor formulação seria aquela que atribuísse inteiramente ao campo da autonomia universitária o direito de escolha dos dirigentes: "O presidente nomeia por indicação da universidade nos termos do seu estatuto", exemplificou "É problema de cada universidade dizer como vai organizar o processo de escolha e o presidente nomeia o reitor escolhido", disse.

Aloisio comenta que pode disputar reeleição

Sobre a proposta do governo de estipular um mandato de cinco anos para os reitores, sem direito a recondução, Aloisio mostrou-se indiferente: "Acho que cinco anos, sem direito a reeleição, talvez não seja uma má solução. O único problema é que eu acho que se deveria mais uma vez atribuir à esfera da autonomia da universidade o poder de decidir sobre essas questões. Claro que poderia haver uma lei que fixasse critérios gerais aos quais a universidade deveria se adaptar. Mas se vai ter reeleição, se não vai ter, se o mandato é de quatro ou cinco anos... Não há porque a universidade não deliberar sobre isso. São questões menores do ponto de vista da política geral do governo para as universidades e que acabam inibindo o princípio da autonomia", analisou.

O reitor também comentou a chance de reeleição aos reitores em exercício: "Sou regido pela lei antiga. Tenho quatro anos de mandato; posso disputar e acho até que disputarei a reeleição no ano que vem para um mandato de quatro anos. Não me passa pela cabeça ficar quatro anos mais cinco. Seria estranho", disse. Mas acrescentou: "Não sou inteiramente favorável ao princípio da reeleição porque isso tende a criar burocracias de direção da universidade que se desligam das atividades acadêmicas. E isso não é bom", observou.

Duro aprendizado da gestão Vilhena

"Claro que não houve vantagem alguma da gestão Vilhena. Mas, como resultado do processo de dificuldades que vivemos, creio que aumentou a consciência na UFRJ da importância da vida colegiada e dos processos democráticos de tomada de decisão. Foi um duro aprendizado que tivemos em meio àquela crise. A permanência da lista tríplice faz com que situações como aquela possam voltar a existir", comentou.

"Acho lamentável que o governo tenha recuado da sua proposta original de eliminar a lista tríplice e deixar a cargo da universidade a escolha dos seus dirigentes. Na verdade, continuamos no regime anterior. Não se conseguiu alcançar uma mudança significativa nesse terreno e o grande derrotado nessa história é o próprio MEC"

Aloisio Teixeira, reitor da UFRJ

Mais críticas à lista tríplice

Decana do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), Ângela Rocha disse ser totalmente contrária à existência das listas tríplices. Para ela, o dispositivo representa um retrocesso: "É um ranço autoritário que ainda perdura", comentou. Ângela defende que uma universidade verdadeiramente autônoma começa pela possibilidade de escolha direta de seus próprios dirigentes.

O anteprojeto do governo prevê que o mandato dos reitores seja de cinco anos, vedada a recondução. Neste aspecto, a decana até concorda: "Soa até contraditório, porque eu fui reeleita, mas eu sou contra o mecanismo da reeleição", disse. Porém, como uma regra transitória garante a chance da reeleição aos reitores em exercício, no momento da eventual promulgação da lei, Ângela também entende como um procedimento correto: "Não pode mudar as regras durante o jogo", observou.

Andifes também é contrária à lista

Em reunião com o ministro Fernando Haddad no dia 18 de maio, a nova diretoria da Associação Nacional de Dirigentes das IFES (Andifes) reafirmou alguns posicionamentos em relação à última versão divulgada do anteprojeto do governo. Um deles é a defesa da escolha direta de reitores e vice-reitores pela comunidade acadêmica, que, em julho do ano passado, estava garantida na reforma: "Ainda como ponto a ser destacado positivamente do Anteprojeto, citamos a democratização da gestão universitária que significa a definição de que o processo seletivo para os cargos de Reitor e Vice-Reitor deve esgotar-se nas próprias universidades, reivindicação histórica da comunidade acadêmica", diz um trecho dos documentos entregues ao ministro pelo presidente da Andifes, Paulo Speller, que se referia ao anteprojeto disponibilizado no ano passado.

A Andifes também havia sugerido um mandato de seis anos para os reitores, sem recondução. Mas o MEC veio com a proposta com 5 anos, sem reeleição. Então, a entidade pleiteou apenas o dispositivo que garantisse uma chance de novo mandato aos dirigentes em exercício, o que foi acatado pelo ministério. Pelo menos, na última versão do anteprojeto (em seu artigo 58).

UFRJ

Mais de dez mil alunos conhecem de perto a maior universidade federal do país

Voltado para a aproximação da universidade com as instituições de ensino médio e pré-vestibulares, o evento "Conhecendo a UFRJ" de 2006 superou as expectativas dos organizadores. Eram esperados quatro mil inscritos, mas a edição deste ano reuniu mais de dez mil estudantes de cerca de 250 escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro.

O número foi tão grandioso que o evento, inicialmente previsto para ocupar as salas e ginásios da Escola de Educação Física e Desportos apenas no dia 7 de junho, teve que se repetir no dia seguinte. Um sucesso que a reitoria atribui à crescente vontade dos alunos em ter acesso à educação pública e de qualidade: "Essa é a mensagem que a maciça presença desses estudantes passa para nós", comentou o pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer.

De acordo com o pró-reitor, o "Conhecendo a UFRJ" é uma forma de mostrar a qualidade de sua graduação. Mais que isso: demonstrar que ela é acessível aos milhares de estudantes que, mesmo completando o ensino médio, sequer se inscrevem para o vestibular da universidade. "A próxima etapa será exibir ao MEC esta realidade: que tem que investir mais nas instituições públicas", completou.

Além da Pró-reitoria de Graduação, a iniciativa também foi coordenada pela decania do Centro de Ciências da Saúde e da Pró-reitoria de Extensão da UFRJ. A pró-reitora Laura Tavares creditou a imensa procura ao trabalho de divulgação do evento junto às escolas, cursos pré-vestibulares e secretarias municipal e estadual de Educação. O "Conhecendo a UFRJ" começou em 2004, com cerca de 500 alunos inscritos. No ano passado, o evento chegou às 1.600 inscrições e as edições ocorreram nas dependências do CCS. "Esse é um processo irreversível. Ano que vem, teremos de fazer uma semana inteira do evento", observou a pró-reitora. "A reitoria está empenhada em ampliar as informações sobre a UFRJ para os alunos", acrescentou.

José Roberto e Laura Tavares participaram da mesa de abertura do "Conhecendo a UFRJ", que lotou o chamado "ginásio Verdão" da EEFD e mais uma enorme tenda localizada ao lado, com um telão transmitindo a solenidade. Ao lado do diretor da EEFD, Alexandre Moraes; da diretora da Divisão de Integração Universidade Comunidade da PR-5, Eliana Sousa; e de um representante da decania do CCS, professor Antônio de Oliveira, eles deram as boas-vindas aos estudantes e discursaram brevemente sobre o que a UFRJ poderá lhes oferecer, caso passem pelo vestibular. José Roberto aproveitou a ocasião até para anunciar o prazo para pedidos de isenção de taxa do próximo concurso (de 19 de junho a 14 de julho) para os estudantes que comprovem insuficiência de recursos.

Em seguida, no mesmo ginásio, representantes da comissão de vestibular da UFRJ contaram a história da universidade e comentaram o concurso de acesso aos cursos de graduação.

Kelvin Melo

Dez mil alunos do ensino médio conhecem universidade

NÚMERO DE INTERESSADOS SUPEROU AS EXPECTATIVAS DOS ORGANIZADORES

Alunos e professores elogiam a iniciativa

Após a solenidade de abertura dos dois dias do "Conhecendo a UFRJ", os futuros candidatos ao vestibular da universidade tiveram a oportunidade de visitar diversos estandes com informações sobre dezenas de cursos de graduação. Nesses espaços, conheciam experimentos de cada área e conversavam com universitários e professores sobre as condições oferecidas. Também puderam assistir a palestras dos representantes de cada curso, até o fim da tarde, nos seis ginásios da Escola de Educação Física e Desportos e mais a tenda montada especialmente para o evento.

No estande da Escola de Química, as professoras Suely Pereira e Aline Sarmento, mais alguns estudantes da unidade, revezavam-se nas explicações aos interessados. Para Suely, a iniciativa é importante para auxiliar os alunos do ensino médio nessa fase de decidir qual carreira seguir: "Até porque o Fundão fica um pouco afastado, é uma oportunidade que eles têm de conhecer a universidade", comentou.

Estudante do 9º período da Geografia, Lício Caetano considerou interessante a experiência de mostrar aos colegas do ensino médio o que o curso oferece. E mais que isso, comentar a experiência que representa a universidade: "Além da formação profissional, tem a vivência social, política e cultural que poucos tiveram chance de conhecer em seus colégios de origem", observou.

Outro "veterano", o estudante Pedro Duarte, do 8º período de Direito, também explicava as expectativas da carreira aos interessados. Atrás dele, um cartaz lembrava os 89 anos do tradicional Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco) e a luta contra a gestão do ex-diretor Armênio Cruz: "Procuro falar que a faculdade está se reerguendo, pois o assunto da crise pode afastar alguns candidatos", explicou.

Professor do Departamento de Anatomia, Rodrigo Lopes de Lima também elogiou a iniciativa de dialogar diretamente com os alunos do ensino médio. "É uma pequena amostra da UFRJ, mas ajuda na definição da carreira e certamente vai estimulá-los para a área científica", observou.

Íris Rodrigues fez uma das palestras pela Faculdade de Educação. Ela comentou que sempre gostou de falar aos alunos do ensino médio. "Quando fui coordenadora do vestibular, em 2002, adorava visitar as escolas. Esse contato é muito rico", disse.

Aluno do Colégio Corcovado, Olivier Ferreira, de 18 anos, foi um dos que ouviram uma palestra do professor William Bittar, da FAU. Oliver, que já havia escolhido a carreira de arquiteto, agora já tem uma preferência: quer freqüentar o curso da UFRJ. "Foi importante para ganhar mais algumas noções e ver como a Arquitetura interage com outras disciplinas", afirmou.

Setor das Federais analisa MP 295

Reunidos em 17 de junho, os representantes das seções sindicais das Federais do Andes-SN avaliaram os efeitos da Medida Provisória do reajuste para a carreira docente. Em carta para o MEC, Sindicato Nacional responde sobre regulamentação da progressão para a classe de Associado

Página 5

Carreira

Professor do CAp e diretor da seção sindical, Fernando Villar comenta os efeitos da medida do reajuste para aposentados e pensionistas do 1º e 2º graus

Página 6

Infoarte: Douglas Pereira

Opinião

"... e toda nudez será castigada, não por um deus implacável e bem vestido, que nos fez espelho e orbe a circundá-lo em delicadezas e temor, mas por nós, os criadores da liberdade...", Por Ricardo Kubrusly. Página 7

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 501 26 de junho de 2006

Categoria tem dúvidas sobre MP do reajuste

A decisão do plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de proibir, num período de 180 dias antes das eleições, a revisão geral do salário dos servidores públicos, além do índice de reajuste da inflação considerada pelo governo, deixou preocupados os docentes. Afinal, a Medida Provisória nº 295 com mudanças nas carreiras de magistério superior e de 1º e 2º graus, além do reajuste de algumas parcelas da remuneração da categoria, foi editada em 29 de maio, ou seja, dentro do prazo "proibido" pelos ministros do TSE.

Para completar o quadro de incerteza, na consulta aos contracheques, os professores descobriram que apenas o reajuste referente a um mês havia sido incluído, sem as diferenças dos atrasados.

Vale lembrar que, para o magistério superior, os novos percentuais de titulação são válidos desde janeiro deste ano e os novos valores dos vencimentos básicos, desde 1º de março. O reajuste da GED está previsto para vigorar a partir de 1º de julho. Já para a carreira de 1º e 2º graus, o reajuste seria retroativo a 1º de fevereiro.

Para a reportagem do Jornal da Adufrj, a diretora da Divisão de Remuneração de Pessoal, Suely Esteves, afirmou que não haverá problema algum para o pagamento dos professores no próximo mês. Segundo a chefe de pagamento da PR4, os atrasados deverão ser calculados pelo Ministério do Planejamento. Ou, ainda, pela própria universidade, que enviaria os valores para o MPOG. A expectativa, segundo a reitoria, é que o reajuste completo mais os atrasados sejam pagos no início de agosto, no contracheque do mês de julho. A diretora só descartou a possibilidade de emissão de folha suplementar para o pagamento dos atrasados.

Editorial

Dúvidas crescentes

Mais uma vez as manchetes da mídia reiteram o paradoxo nacional: enquanto a arrecadação da Receita Federal bate novos recordes e os bancos têm lucros astronômicos, do outro lado as taxas de desemprego, os índices de insegurança pública, o atendimento à saúde e educação de nossa população não melhoram.

Em plena era de incertezas, os professores universitários vêm suas dúvidas crescerem. Afinal, quando irão aparecer os reajustes? A partir de quando? Como fica a progressão para professor associado? E os aposentados? E a carreira de 1° e 2° graus? E a declaração do ministro do TSE de que os reajustes são ilegais?

Assim como o paradoxo de um país rico com uma população pobre é silenciado na mídia, deixando livre o caminho para a especulação financeira, a reflexão sobre a educação nacional e a universidade brasileira andam raras. Até as redes eletrônicas, depois de se perderem na pressão virtual sobre a política do governo, agora andam silenciosas. Afinal, chegamos na metade de 2006 e ainda não surgiu nada sobre 2005.

Apenas nosso sindicato continua reafirmando sua discordância com a atual política de Brasília. Discordâncias políticas com as opções privatizantes sobre a educação, com a prioridade de destinar recursos públicos para pagar a agiotagem internacional, com o descaso com nossa população.

Este papel é importante porém não é suficiente para forçar mudanças significativas na política governamental. Isto só ocorre quando há uma mobilização de nossa categoria.

A recente Medida Provisória sobre o reajuste salarial dos docentes é um exemplo. Antes da greve do ano passado, o governo Lula não apresentou nada para a universidade brasileira. Somente após a greve surgiu a promessa de um Projeto de Lei, que sem a continuidade do movimento virou Medida Provisória, que hoje está num limbo jurídico e cujo conteúdo é insuficiente, aumenta as distorções na nossa carreira, quebra a paridade entre ativos e inativos. A proposta de regulamentação feita pelo MEC retoma as famigeradas pontuações da época da GED, que acabaram se dissolvendo sem conteúdo. Como é sem conteúdo a atual proposta do MEC. Afinal, o que é um professor associado? Apenas um doutor com um salário maior? Nosso sindicato rejeitou esta regulamentação e propõe que as regras atuais de progressão sejam mantidas, uma vez que não temos uma nova carreira. Mas é pouco. Muito pouco. Em breve os prejuízos desta Medida Provisória aumentarão nossa pauta de reivindicações.

E, para reverter este quadro, só com a mobilização da comunidade universitária.

Informe

Arquivo: Adufrj-SSind

LEITE LOPES EM MANIFESTAÇÃO POR CONTRA OS CORTES DE VERBAS DA C&T. AUDITÓRIO DO CBPF,1998

Morre o físico José Leite Lopes

O físico pernambucano José Leite Lopes morreu no último dia 12, no Rio de Janeiro, aos 87 anos. Ele estava em coma desde 22 de dezembro, quando foi levado ao Hospital Samaritano após sentir-se mal. O hospital registrou sua morte por falência múltipla dos órgãos e o enterro aconteceu no dia 9, no Cemitério São Francisco Xavier, no Caju.

Como pesquisador, Leite Lopes destacou-se na área de física de partículas e trabalhou no problema da integração de forças fundamentais da natureza. Ao longo de sua carreira, o cientista articulou a criação de diversas instituições de pesquisa: ajudou, por exemplo, a fundar o CBPF e o CNPq, a Finep e a Cnen. Era professor emérito da UFRJ desde 1984 e, em 2005, proferiu a Aula Magna que abriu os trabalhos da universidade.

Por defender uma política de C&T soberana para o país, Leite Lopes foi perseguido durante o regime militar. Cassado em abril de 1969 junto de outros cientistas, é obrigado a deixar o país. No ano seguinte, convidado para ser professor visitante na *Université Louis Pasteur* em Strasbourg, Leite Lopes vai para a França e começa a dar cursos sobre Física Atômica, simetrias na Física dos campos e das partículas. Mesmo com a anistia, Leite Lopes só retorna ao Brasil definitivamente em 1986 para dirigir o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, a convite do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Agenda Sindical

26/6 - Reunião do GT- Carreira do MEC
Brasília (DF) - no Ministério da Educação, para tratar questões sobre Classe de Professor Associado.

29/6 a 2/7 - 51º Conad do Andes-SN
Juiz de Fora (MG) - Com o tema "Autonomia Sindical: garantia da luta pela educação como direito social".

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Edição gráfica:** Ana Maneuella Soares **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Sintufrj, DCE e decanias escolhem novas direções

Nova diretoria do Sintufrj já tomou posse

Três chapas disputaram as eleições para a direção do Sintufrj dos próximos dois anos. O pleito ocorreu nos dias 31 de maio e 1º e 2 de junho. Como resultado de uma eleição proporcional, a direção será compartilhada entre os representantes indicados pelas chapas de acordo com o número de votos obtido por cada uma. A chapa 2, *Autonomia, independência e luta*, recebeu 1.372 votos (32,2%) e pode indicar dez nomes. A chapa 1, *Fortalecer o Sintufrj*, obteve 1.550 (36,4%) e fez nove indicações e a chapa *3, Tribo - oposição sindical: a base na luta pelo resgate social*, teve direito a oito cargos referentes aos 1.334 votos obtidos nas urnas (31,3%).

Os representantes de cada chapa já foram escolhidos e empossados. A cerimônia ocorreu no último dia 21, no Auditório do Quinhentão, no Centro de Ciências da Saúde, *campus* do Fundão. Na Coordenação Geral da entidade, assumiram Marcílio Lourenço de Araújo (Chapa 2), Ana Maria Ribeiro (Chapa 1) e Francisco de Assis dos Santos (Chapa 3).

Nova direção no DCE

A eleição dos novos representantes do Diretório Central Estudantes Mário Prata também ocorreu no mês de junho, nos dias 6, 7 e 8. Concorreram ao DCE quatro chapas e 8.020 estudantes compareceram às urnas. Venceu a Chapa 1, *Oposição – DCE em movimento, juntos pela UFRJ* , que obteve 3.414 votos ou 42,6% do total apurado.

A Chapa 2, *Pro dia nascer feliz*, recebeu 2.626 votos (32,8%), a Chapa 4 *Nada será como antes* conquistou 1.588 votos (19,8%) e a *Chapa 3, Quem sabe faz a hora. Por um DCE democrático, combativo e agregador*, apenas 182 votos (2,2%). Houve 159 votos brancos (2%) e 52 nulos (0,6%). Com 3.315 votos (41,3%), os estudantes da UFRJ optaram pela composição majoritária da chapa vencedora para a gestão do DCE até 2007.

Decanias também elegem novos dirigentes

O professor Almir Fraga Valladares foi escolhido pela comunidade para ser o novo decano do Centro de Ciências da Saúde (CCS). Ele recebeu 51,70% dos votos de docentes e 62,7% dos discentes. Almir venceu também entre os técnicos-administrativos, obtendo 48,3% dos votos. Almir Valladares disputou o cargo com o atual decano. João Ferreira da Silva Filho. Os votos tiveram pesos diferentes por categoria: docentes 70%, discentes 15% e técnicos-administrativos 15%.

Daniel Tiriba

APURAÇÃO NO DCE. OPOSIÇÃO E MAJORITARIEDADE CONQUISTAM VOTO DOS ALUNOS

Marcelo Corrêa é novo decano do CFCH

Também foram apuradas as urnas da consulta que o CFCH fez à comunidade para a escolha do novo decano para a gestão 2006-2010. A eleição ocorreu nos dias 19, 20 e 21 de junho. A apuração foi feita na tarde do terceiro dia de votação em sessão pública. O professor e diretor da Faculdade de Educação, Marcelo Corrêa e Castro, obteve aproximadamente 60% dos votos. A professora da Faculdade de Educação Ana Canen também disputou a decania e recebeu aproximadamente 36% dos votos da comunidade.

A presidente da comissão eleitoral do CFCH, Letícia Rangel, ressaltou, no entanto, que, apesar da legitimidade da consulta, esse resultado ainda não pode ser considerado oficial, pois ele depende da homologação do Conselho de Centro, marcado para ser realizado no dia 26.

Alcino Ferreira continua como decano do CCJE

O professor Alcino Ferreira Neto cumprirá seu segundo mandato consecutivo como decano do CCJE. Com 62,32%, Alcino venceu as eleições que definiram a gestão 2006-2010. Araceli Cristina de Souza Ferreira, que disputou o cargo com o atual decano, obteve 33,59% dos votos. Brancos e nulos somaram 4,09%. A eleição no Centro também aconteceu nos dias 5, 6 e 7 de junho, com apuração no dia 8. Entre os professores, Alcino Ferreira recebeu 91votos e Araceli Cristina 52. Entre técnicos-administrativos, Alcino recebeu 85 votos e Araceli 34. Entre os estudantes, 320 votaram em Alcino e 234 em Araceli.

Houve problemas na apuração das urnas da Faculdade de Direito e alguns votos do primeiro dia de consulta não puderam ser computados pela comissão eleitoral.

Estudante e funcionários lutaram pela paridade

De início a eleição para o novo decano do CCJE não seria paritária. Diante disso, técnicos-administrativos e estudantes se uniram em defesa da importância do voto da categoria e elaboraram um abaixo-assinado que foi entregue ao presidente da comissão eleitoral, professor Donaldo Dias. A reivindicação foi discutida e aprovada pela comissão eleitoral e pelo Conselho de Centro, que se reuniu no dia 12 de maio. A comunidade acadêmica do CCJE comemorou a democracia do voto.

Eleição no CT

O Centro de Tecnologia elegeu o professor da Coppe Walter Issamu Suemitsu novo decano, com 37,46% dos votos, segundo a proporcionalidade 70 % para o voto docente, 20% para o técnico-administrativo e 10% para o discente. O ex-diretor da Politécnica, Heloi Fernandes, ficou em segundo com 31,67% dos votos de acordo com o critério estabelecido. A professora da Escola de Química Adelaide Antunes também participou do pleito obtendo 30,86% dos votos ponderados.

Abertas inscrições de chapas para a decania do CLA

O Gabinete da Decania do CLA está divulgando a abertura de inscrições de chapas para a eleição do novo decano do Centro. As inscrições deverão ser apresentadas à secretaria do CLA no *campus* do Fundão. O prazo termina em 30 de junho.

Resenha

Não tem uma "reforma" para os bancos?

A receita com a prestação de serviços das instituições bancárias cresceu 582% entre 1994 e 2005, saltando de R$ 6 bilhões para R$ 41 bilhões, segundo pesquisa divulgada pelo Dieese, feita com os 50 maiores bancos do país. Cifra mais que suficiente para cobrir os gastos com pessoal do setor, que passaram de R$ 23 bilhões em 1994 para R$ 36 bilhões em 2005. A inflação, nesse mesmo período, pelo ICV/Dieese, foi de 168,9%.

Capitalismo mata 100 mil por dia de fome

A ordem econômica mundial assassina 100 mil pessoas famintas por dia, apesar de o mundo ter atualmente a capacidade de alimentar 12 bilhões de seres humanos, o dobro de sua população, denunciou o relator da ONU para o Direito à Alimentação, o suíço Jean Ziegler. "A ordem mundial econômica e capitalista não é só assassina, mas absurda, porque mata sem necessidade. Há riquezas para alimentar 12 bilhões de pessoas, o dobro da humanidade", disse. Ziegler acrescentou que o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio são "organizações mercenárias das grandes oligarquias e do capital financeiro", que "anulam os progressos" obtidos pelas 22 agências humanitárias e de desenvolvimento da ONU (Diário Vermelho, 21/6).

Paraná fiscaliza transgênicos

Desde a semana passada, o governo do Paraná iniciou a fiscalização de rotulagem de produtos transgênicos. O objetivo é fazer o rastreamento de toda a cadeia produtiva de um produto para tentar identificar se há presença de transgênicos em sua composição e rotulá-lo. O plano de fiscalização foi feito com base no Código de Defesa do Consumidor, que garante direito à informação relevante à saúde, e no decreto federal, que obriga a rotulagem de alimentos a partir de 1% de transgênicos em sua composição. Animais alimentados com ração transgênica também serão inspecionados. A identificação de produtos com organismos geneticamente modificados será feita pelo símbolo "T" dentro de um triângulo amarelo (Agência Carta Maior, 20/6).

Colegiados

Consuni anula concurso da Faculdade de Odontologia

Diretor da unidade não aceita derrota por indicação, entra com recurso e anula todo o processo

Após muita discussão na reunião da última quinta-feira (22/6), o Conselho Universitário (Consuni) decidiu aceitar o recurso apresentado pelo professor Wladimir Cortezzi e anulou o concurso para professor titular do Departamento de Clínica Odontológica da Faculdade de Odontologia. A polêmica surgiu pelo fato de dois candidatos terem recebido notas exatamente iguais, por cada um dos cinco examinadores, nas três provas que realizaram.

O presidente da banca determinou, então, que cada examinador deveria fazer uma indicação e a professora Maria Aparecida Albuquerque Cavalcante recebeu três contra duas de Wladimir Cortezzi. Entretanto o candidato derrotado, que é o diretor da Faculdade de Odontologia, não aceitou a decisão e entrou com um recurso no colegiado máximo da UFRJ pedindo a nulidade do concurso.

Interpretação do edital causa polêmica

O fato provocou um intenso debate entre os conselheiros do Consuni. A Comissão de Legislação e Normas (CLN) apresentou um parecer favorável à nulidade e o conselheiro Marcílio Lourenço de Araújo apresentou um outro parecer, em separado, pedindo que a decisão da banca fosse mantida, já que a congregação da unidade havia homologado o resultado.

O professor Eduardo San Pedro Siqueira, que foi o relator do parecer da CLN, entendeu que as indicações que estão citadas no edital referem-se apenas às notas numéricas que os examinadores atribuem aos candidatos. Portanto, segundo ele, não caberiam as indicações que foram usadas como critério de desempate: "Segundo o artigo 19, os examinadores poderiam modificar as médias para desempatar, mas eles não o fizeram. Nós só podemos aceitar o desempate através das notas", afirmou. O artigo 19 do edital diz que "em caso de empate, cada examinador decidirá sobre as notas atribuídas por ele mesmo".

Já para Marcílio de Araújo, representante dos técnico-administrativos, a banca obedeceu o edital quando mandou seus integrantes desempatarem o concurso por indicação: "Os valores são numéricos também. A candidata recebeu três indicações e o candidato recebeu duas. Estou absolutamente convencido de que este concurso está sob os trâmites legais das regras que foram aprovadas por este conselho. Não há elementos no processo que justifiquem a anulação", defendeu ele.

Conselheiros ficam divididos no debate

Ana Canen, representante dos professores adjuntos do CFCH, também defendeu a anulação: "Se houve empate absoluto, inclusive nos décimos, que elementos estes examinadores usaram para atribuir mais indicações para um dos dois candidatos?", indagou. A professora considera que a aprovação de critérios subjetivos para a definição da vaga poderá abrir precedentes para outros concursos dentro da UFRJ.

Para o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer, quando o examinador atribui uma nota para um candidato, ele já está sendo subjetivo. Meyer fez ainda uma outra interpretação do artigo 19: "As notas são subjetivas sim, por isso os membros da banca são extremamente qualificados. Não faz sentido nenhum as notas voltarem para o examinador para ele alterá-las. Em caso de empate, ele deve fazer indicações e resolver a situação. O edital não prevê que, em caso de empate, o concurso deva ser anulado", informou.

Anulação vence por oito votos

O professor Alcino Ferreira Câmara Neto, recém-eleito decano do CCJE, propôs uma reflexão mais profunda aos que acompanharam a sessão: "Suponhamos que uma banca de concurso julgue um candidato melhor, tenha vontade de aprová-lo, mas não tenha coragem de reprovar o outro candidato. Qual seria a melhor maneira de fazer isso? Dando notas exatamente iguais aos dois e desempatando por indicação. No caso desta hipótese absurda, pois não estou querendo dizer que foi isso que aconteceu, o concurso teria que ser anulado e o presidente da banca estaria cometendo um crime de prevaricação", contou ele, para depois também defender a anulação.

"O problema da nulidade é que beneficiará o candidato descontente", ponderou Marcílio de Araújo. Ainda assim, 17 conselheiros votaram pela anulação do concurso, nove votaram pela homologação e um conselheiro se absteve. Consenso mesmo m todo o Consuni foi de que o edital precisa ser modificado para os próximos concursos e que não será mais permitido que um professor seja candidato caso também seja um responsável direto pelo concurso.

Consuni não vota inclusão de Filosofia no vestibular

Na ordem do dia, apesar da presença de diversos representantes do Instituto de Filosofias e Ciências Sociais (IFCS), inclusive da diretora Jessie Jane, a implementação da disciplina Filosofia no vestibular não foi votada na reunião do Conselho Universitário por falta de quórum. A decisão deverá ser tomada na próxima sessão, que será realizada dia 13 de julho.

Na sessão foi informado ainda que o professor Luis Francisco Pires de Guimarães Maia, do Instituto de Geociências, recebeu o título de cidadão emérito pela Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, pelo trabalho que desenvolve de monitoramento da qualidade do ar em oito municípios do Rio de Janeiro e em oito municí-pios da Baixada Fluminense.

Também durante o expediente, foi citado que a professora Sheila Monteiro, da Escola de Química, foi eleita a Química do Ano, prêmio concedido pelo Conselho Nacional de Química, pelo trabalho que desenvolve com polímeros.

CEG começa a definir vestibular 2007

Comissão de vestibular propõe suspensão do ingresso para a Música por conta de indefinição no currículo

A UFRJ poderá suspender o ingresso de alunos para a Escola de Música (EM) no ano que vem. A hipótese foi levantada na última quarta-feira (21/6), quando o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) iniciou as discussões sobre o edital de concurso de acesso para os cursos de graduação da universidade. A EM vive uma crise interna e não tem um currículo regularizado. Por causa disso, o reitor Aloisio Teixeira criou uma comissão de sindicância para apurar o caso, que foi instalada dois dias depois da reunião do CEG.

Como o reitor afirmou que não dará seguimento ao recurso da Escola de Música no Conselho Universitário (Consuni), enquanto os trabalhos da comissão de sindicância estiverem em andamento, o pró-reitor José Roberto Meyer Fernandes – presidente do CEG – teme tomar uma decisão que influencie nos trabalhos da comissão ou que saia da posição de neutralidade em relação aos conflitos internos da unidade. Por conta da polêmica, a deliberação final do edital do vestibular 2007 foi adiada para próxima reunião na quarta, dia 28.

Inscrição passa para R$ 95

Apesar do adiamento da definição do edital, os conselheiros já aprovaram a permanência da vista de provas e o aumento do valor da taxa de inscrição de R$ 85 para R$ 95. Caso sejam mantidos os 50 mil inscritos do último vestibular, sendo que 10 mil inscrições foram isentas de taxas, os 40 mil pagantes resultariam numa receita de cerca de R$ 3,8 milhões o que, segundo a superintendente Deia dos Santos serviria apenas para cobrir os gastos relativos ao concurso: "Existem universidades que o vestibular dá lucro e serve até para o pagamento de bolsas. Mas não é este o nosso objetivo", informou.

Química Industrial pode ter acesso separado

Ainda sobre o vestibular, o CEG recebeu um processo da Escola de Química que pede a mudança na forma de oferecimento das vagas do vestibular na unidade. A unidade deseja que o curso de Química Industrial tenha um ingresso separado no vestibular, já que atualmente o acesso para os quatro cursos de graduação da Escola de Química (Engenharia Química, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Bioprocessos e Química Industrial) se dá através da mesma opção e o candidato é classificado em um dos quatros de acordo com a sua nota. O parecer da comissão de vestibular aprovado por unanimidade pelo conselho devolve o processo à unidade para pedir maiores esclarecimentos.

Movimento

Setor avalia impacto da MP do reajuste

Setor das Federais analisa efeitos da medida na carreira. Movimentos devem apresentar propostas para o orçamento de 2007

Reunidos em 17 de junho, na sede do Andes-SN, em Brasília (DF) os representantes do Setor das Federais voltaram a discutir a importância da Carreira Única para os professores do magistério superior e os de 1º e 2º graus. Após a edição da Medida Provisória nº 295/06, os presentes entenderam que devem ser intensificados os trabalhos junto ao Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) para a construção dessa proposta conjunta.

Antes que essa proposta fique pronta, já na próxima reunião do grupo de trabalho formado pelo MEC para discutir a carreira docente (no dia 26/6), os dois sindicatos nacionais devem apresentar propostas consensuais para serem incluídas no orçamento de 2007. O objetivo é aproximar as duas carreiras existentes e facilitar a eventual implantação da carreira única.

De acordo com o professor Salatiel Menezes, um dos representantes da Adufrj-SSind no Setor, houve a compreensão de que a MP 295 não representou qualquer avanço em relação à carreira única, ao contrário, ignora a carreira única, amplia a quebra de paridade entre ativos e aposentados, aumenta a diferença entre salários de níveis equivalentes e entre as carreiras do magistério superior e de 1º e 2º graus. A MP ainda exclui os professores do ensino fundamental e médio da carreira de Titular. "Com este Setor, o movimento docente sinaliza que deseja uma reestruturação profunda na carreira", disse.

Gratificações

A reunião aprovou encaminhar para discussão junto ao Sinasefe, com vistas ao orçamento de 2007, a proposta de incorporação da GAE, a equiparação dos valores da GED e da GEAD em seus maiores valores (bem como sua incorporação) e a incorporação da chamada vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) – um dispositivo criado pela própria MP 295 para compensar uma eventual redução da remuneração atual dos professores, após sua total aplicação.

Titulação e aposentados

O Andes-SN também defende a extensão para a carreira de 1º e 2º graus dos percentuais de titulação que a MP estabeleceu para o magistério superior. O Sindicato também reivindica que os atuais aposentados possam perceber as vantagens da classe de associado em equivalência com seu posicionamento atual na classe de adjunto. Por exemplo: adjunto IV para associado IV e adjunto III para associado III, caso atendam a condição de titulação criada pela MP 295.

O encaminhamento de uma reunião anterior do Setor (de 3 de junho) de quatro níveis para a Classe Especial e o retorno do Titular na carreira de 1º e 2º graus não tem concordância do Sinasefe e não será levada ao GT MEC, por enquanto. O 51º Conad do Sindicato, na virada do mês, foi encarregado de atualizar o que for possível para a elaboração da proposta de carreira única.

Tramitação da MP 295/06

Os representantes das seções sindicais decidiram, por maioria, não intervir no Congresso Nacional com propostas de modificações em relação à MP 295/06. Segundo Salatiel Menezes, alguns motivos pesaram para esta decisão.

Além do momento político ruim, em que os congressistas só pensam nas eleições do fim do ano, um fator é que o Andes-SN não concorda com o conteúdo da medida provisória. "Ao tentar modificar, poderíamos sinalizar para a sociedade uma espécie de aceitação implícita da MP", explica Salatiel.

Mas a principal razão, de acordo com o professor, é que o Andes-SN não poderia sugerir modificações que aumentassem o impacto financeiro da MP. "O Congresso não pode aumentar despesa em MP, somente em projeto de lei". Nesse último caso, se o Sindicato conseguisse a transformação para PL, representaria mais atraso na implantação desse aumento. "Na situação de penúria dos docentes, em que qualquer reajuste é bem visto, isso representaria um desgaste desnecessário para o Andes-SN", comentou. "Ou seja, a intervenção no Congresso seria inócua desde o nascedouro", completou.

Regulamento da progressão a Associado

O Setor também rejeitou o conteúdo da minuta de portaria elaborada pelo MEC sobre a progressão para a classe de Associado. Na reunião, foram apresentadas algumas propostas de mudança (veja abaixo).

Andes-SN responde ao MEC sobre "Associado"

Sindicato defende coerência com as normas em vigor para as demais classes

No dia 1º de junho, o ministério da Educação encaminhou ao Andes-SN uma minuta de portaria para regulamentar a classe de Associado, instituída recentemente pela MP nº 295 para a carreira de magistério superior. O MEC solicitava a análise do Sindicato sobre o documento, disponível na página www.andes.org.br, com resposta até 7 de junho.

Em carta datada de 5 de junho, o 1º vice-presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, dada a importância do tema, reivindicou um prazo maior para a manifestação da categoria: 19 de junho, dois dias depois de análise do documento pelo Setor das Federais e três dias após a reunião do Grupo de Trabalho Carreira do Sindicato, o que foi acatado pelo ministério.

No dia 19, em carta protocolada no MEC, o Sindicato cobrou coerência com a portaria nº 475, de 26/8/1987, que regulamenta a aplicação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE).

No documento, discordou-se, por exemplo, da proposta do MEC de regulamentar uma banca examinadora especialmente para tratar da progressão a Associado. Segundo o Andes-SN, a portaria de 1987 já trata do tema, bem como da progressão entre níveis no interior das classes. "É nosso entendimento que a norma geral deva fixar apenas que os componentes da comissão ou banca de avaliação estejam posicionados em nível ou classe superior ao do avaliado, cabendo às IFES as demais regulamentações", diz um trecho da carta.

A diretoria do Sindicato também diverge da minuta do MEC quanto ao estabelecimento de pontuação nacional relativa a cada tipo de atividade acadêmica para a progressão. Também baseando-se na portaria de 1987, defende que tais critérios sejam definidos pelo conselho superior de cada instituição. "Isto deve ser mantido em relação à nova classe, sob pena de, além de ferir a autonomia das instituições, criar uma contradição com os sistemas de avaliação já implantados", segundo outro trecho da carta.

Defesa do direito dos Adjuntos

O Sindicato ainda solicita que os

professores Adjuntos de nível quatro (com doutorado ou título de livre docência) que estivessem, em 1º de maio de 2006, há pelo menos quatro anos nessa condição e que reúnam condições comprovadas de produção acadêmica, tenham o direito de pleitear avaliação de desempenho para os níveis dois, três ou quatro da nova classe, após sua aprovação para o nível um, "independente de interstícios futuros, uma vez que os mesmos teriam sido cumpridos na condição de professor adjunto quatro".

Retroatividade

O Andes-SN também observa que a MP 295 instituiu a classe de Associado a partir de 1º de maio de 2006. Assim, entende que o governo deve assegurar retroatividade da progressão à nova classe para todos aqueles que, aprovados na avaliação de desempenho, tivessem, na referida data, as condições para a progressão, independentemente da data em que venha a ocorrer o processo de avaliação.

Aposentados

A inclusão dos aposentados na progressão não é prevista na MP 295 e, portanto, a conquista de tal reivindicação depende de um outro instrumento legal. Por esta razão, esse assunto será tratado no GT de carreira montado pelo MEC (previsto para este dia 26/6) e não na regulamentação da portaria.

Opinião

Os efeitos da MP do reajuste para a Carreira Docente

Fernando Villar*

A educação de qualidade como fator *sine quo non* para o desenvolvimento e fortalecimento da nação é freqüente nos discursos políticos, principalmente em épocas de eleições. De fato, o projeto de desenvolvimento do país precisa ter a educação como um de seus eixos. O papel do Estado, por meio da ação de seus servidores, na construção e realização desse projeto deve ser continuamente posto em reflexão por seus atores. No caso da educação por exemplo, cabe ao professor preparar as aulas, pesquisar e compartilhar conhecimentos com a comunidade, avaliando, a cada instante, se as suas ações contribuem para o desenvolvimento de uma nação mais forte e justa. A colaboração, e não a competição predatória, precisa ser estimulada.

Infelizmente a degradação salarial, ao longo de um pouco mais de uma década, fez com que os próprios professores estabelecessem concepções equivocadas a respeito de suas atividades. Se não há verba para dar aumento para todos, então muitos preferem defender suas características "peculiares" para garantir a "sua parte." A escassez de verbas para pesquisas somada a alguns paradigmas fixados pelo CNPq e pela CAPES também têm contribuído para um "isolamento acadêmico" pois compartilhar informações *a priori* poderia representar uma exclusão de recursos *a posteriori*. Sem dúvida esses elementos são prejudiciais para que a atividade docente contribua para a melhoria do Estado.

A isonomia salarial é um fator indispensável para que as condições de trabalho possam, de fato, garantir um padrão unitário de qualidade para a produção acadêmica, em âmbito nacional. Entretanto a questão salarial não é a única a ser discutida. A carreira docente precisa refletir o projeto de desenvolvimento da nação. A Medida Provisória 295 reestrutura as carreiras do magistério superior e de 1o e 2o graus, criando classes sem atribuições e ampliando distorções salariais entre docentes com mesma titulação (ferindo a isonomia) e entre docentes ativos e aposentados e pensionistas (quebrando a paridade). Em época de "vacas magras", muitos devem estar felizes com os aumentos concedidos. Não podemos nos deixar iludir. Carreira não é o mesmo que salário. "Enxertar" classes nas carreiras existentes e assim possibilitar aumentos diferenciados, não é a reestruturação de carreira almejada.

O GT-Carreira da Adufrj-SSind tem se reunido para analisar as propostas de carreira do Andes-SN e do Sinasefe e os efeitos da MP 295. A próxima reunião está marcada para o dia 10 de julho de 2006, às 9 horas na sede da Adufrj-SSind.

O GT-Carreira da Adufrj-SSind tem se reunido para analisar as propostas de carreira do Andes-SN e do Sinasefe e os efeitos da MP 295. A próxima reunião está marcada para o dia 10 de julho de 2006, às 9 horas na sede da Adufrj-SSind.

As conseqüências para os aposentados ou pensionistas da carreira de 1º e 2º grau

Apesar da decisão tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE quanto à concessão de aumentos salariais durante o período eleitoral, a Medida Provisória nº 295, de 29.5.06, continua em vigor, irradiando todos os seus efeitos jurídicos, o que leva ao entendimento de que suas disposições devem ser integralmente cumpridas, inclusive no que diz respeito ao pagamento dos valores atrasados. O entendimento do TSE, caso seja mantido, poderá trazer reflexos importantes em relação à Medida Provisória (MP) nº 295/06, visto que esta poderá ser enquadrada na vedação imposta pela Lei nº 9.504/97, acarretando sua possível revogação ou não aprovação pelo Congresso.

A Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN apresentou uma análise da MP 295. Destacamos as conseqüências para os docentes da carreira de 1º e 2º graus em decorrência da instituição da classe Especial, em particular para os aposentados visto que em alguns casos NÃO é bom para o professor aposentado optar pelas vantagens relativas ao enquadramento na Classe Especial.

Artigos 15 e 16 da MP n.º 295/06:

"Art. 16. **Os servidores que se aposentaram no nível 4, da Classe E**, e os beneficiários de pensão cujo instituidor se encontrava nessa situação **poderão perceber as vantagens relativas ao enquadramento na Classe Especial, mediante opção**, **desde que tenham cumprido os requisitos constantes dos incisos I e II do § 3º do art. 13 ou do art. 14** desta Medida Provisória, até a data da passagem para a inatividade.

Parágrafo único. ***A opção de que trata o caput implicará a renúncia das vantagens incorporadas por força do art. 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e do art. 192 da Lei no 8.112, de 12 de dezembro de 1990.***" (destaques atuais)

O artigo 16 – que trata daqueles que se aposentaram no último nível da classe E ou são beneficiários de pensão cujo instituidor ocupava tal posição – garante o direito de opção às vantagens da classe Especial, desde que cumpridos os requisitos dos artigos 13 e 14 transcritos em nota de rodapé anterior, até a data de passagem para inatividade. A MP n.º 295/06 ressalva, contudo, que, aqueles que percebem as vantagens do artigo 184[1] da Lei n.º 1.711/52 e artigo 192[2] da Lei n.º 8.112/90, não poderão cumular ambos benefícios, de forma que a opção pelas vantagens do *caput* do artigo 16 implicará renúncia a benesse dos dispositivos citados.

Deve ser destacado, contudo, que tais vantagens – artigos 184 da Lei n.º 1.711/52 e 192 da Lei n.º 8.112/90 – não estão mais em vigor (a primeira foi extinta com o advento da Lei n.º 8.112/90 e a segunda com a revogação do artigo 192 pela Lei n.º 9.527/97); desta feita, aqueles docentes que se aposentaram posteriormente à vigência dos indigitados dispositivos gozarão, com o parágrafo único do artigo 16 da MP n.º 295/06, de nova vantagem, **desde que tenham cumprido os requisitos exigidos pelos artigos 13 e 14.**

Deve ser destacado, contudo, que a Norma Provisória analisada não é clara quanto às *"vantagens relativas ao enquadramento na Classe Especial"*, levando esta Assessoria a supor que, em tais hipóteses, o docente, embora aposentado como ocupante da classe E – nível 4, perceberá seus proventos no valor da remuneração da Classe Especial (anexo VII, da MP n.º 295/06). Ressalte-se, contudo, que tal entendimento não se encontra expresso no texto legal (e, por tal razão, decorre de uma interpretação lógica do teor da norma provisória em comento).

Assim sendo, aquele docente que percebe vantagem prevista no artigo 184 da Lei n.º 1.711/52 ou no artigo 192 da Lei n.º 8.112/90 deverá analisar qual situação lhe será mais vantajosa. A princípio, não se detectou ilegalidade nessa opção. A análise dos casos concretos revelará a existência de potencial prejuízo ao patrimônio jurídico dos docentes de 1º e 2º graus.

(Notas)

[1] *"Art. 184. O funcionário que contar 35 anos de serviço será aposentado:*
I – com provento correspondente ao vencimento ou remuneração da classe imediatamente superior;
II – com provento aumentado de 20% quando ocupante da última classe da respectiva carreira;
III – com a vantagem do inciso II, quando ocupante de cargo isolado se tiver permanecido no mesmo durante três anos."

[2] *"Art. 192. O servidor que contar tempo de serviço para aposentadoria com provento integral será aposentado:*
I - com a remuneração do padrão de classe imediatamente superior àquela em que se encontra posicionado;
II - quando ocupante da última classe da carreira, com a remuneração do padrão correspondente, acrescida da diferença entre esse e o padrão da classe imediatamente anterior."

*Professor do CAp/UFRJ e diretor da Adufrj-SSind

Andes-SN divulga Anexo ao Caderno de Textos do 51º Conad

Já está disponível na página www.adufrj.org.br, na seção "pasta do dia", em 19/6, o Anexo ao Caderno de Textos do 51º Conad do Andes-SN. São mais três contribuições: uma delas faz uma avaliação da conjuntura e as outras duas cuidam de atualizações do plano de lutas da categoria docente. O Caderno original já havia sido distribuído às seções sindicais no final de maio. O 51º Conad ocorre em Juiz de Fora, de 29/6 a 2/7, e tem como tema central "Autonomia Sindical: garantia da luta pela educação como direito social". A Adufrj-SSind estará representada no evento pelos professores Fernando Celso Villar Marinho (delegado); Janete Luzia Leite e Luis Paulo Vieira Braga (como observadores/suplentes), eleitos na Assembléia Geral de 14 de junho. A próxima AG, marcada para o dia 28, ainda discutirá a possível eleição de novos observadores.

Opinião

Os anjos armados e suas motocicletas invisíveis

Ricardo Kubrusly

The fascination of what is difficult
Has dried the sap out of my veins and
Rent spontaneous joy and natural content
Out of my heart
W.B. Yeats

... e toda nudez será castigada, não por um deus implacável e bem vestido, que nos fez espelho e orbe a circundá-lo em delicadezas e temor, mas por nós, os criadores da liberdade, os cultores das liberdades, das duas liberdades que em si se desconhecem: a que se defende e proclama, nos discursos e nos papéis timbrados, nos tratados e nos pareceres, nos tribunais e nas igrejas, virtude humana inigualável, infinita em discernimento e harmonia, e a que se pratica na estranheza da vida, quando atônitos guardamos (o que mesmo que guardamos?) ao mesmo tempo em que nos rebelamos diante do movimento implacável dos ponteiros dos segundos. São eles, e não as sabedorias dos mundos, que nos vestem e nos despem diante dos acontecimentos. São eles, os míseros ponteiros dos segundos, que determinam a existência e a não existência do movimento e suas posteriores marcas de diferença. A Grécia é apenas um sonho esquecido na biblioteca, como um retrato na parede do poeta. A liberdade que se pratica é limitada pelo incômodo (?) dos que a possibilitam, por ordens, leis, jurisprudências, acertos, contratos e disciplinas, e toda nudez será castigada sim, na estranheza das guerras ou no silêncio das alcovas.

O que parecia simples, perdidos no paraíso, tornou-se complexo, foi, dizem, a ação do tempo. As qualidades tornaram-se defeitos, como no casamento separado pelas mesmas razões que levaram à união. O adorável tornou-se insuportável ao se tornar tão próximo, a alegria amplificada pela repetição do perto, que o cotidiano opera, revela, agora, a angústia entredentes dos sorrisos transformados em ódios. Vive-se, então, o espaço inexistente de um lugar desfragmentado, onde a perda dos vazios que nos possibilitavam como múltiplos que somos, deram lugar à pedra compacta da solidão dos invisíveis. Nos resta a especificidade dos heróis, onde , como num filme, o todo em 1 desfigurado, é o anjo armado que nos protege, nos salva, nos redime com suas invisíveis motocicletas. Somos a solidez dos heróis, a omnicompetência dos heróis e suas lendas.

Enfim, salvos pela ciência. Nas guerras como nos céus, te adoramos. Em ti guardamos a eternidade, nos teus corpos nus e reluzentes, nas máquinas perfeitas em que te disfarças, nós te adoramos e queremos (posto que adoramos) teus atributos divinos: objetividade e praticidade. És fruto do amálgama das discordâncias, do mito da organicidade dos opostos, onde tudo é um e a diferença necessária para a produção das linguagens, dos discursos e do estabelecimento das relações dá lugar à ação compactadora do cotidiano e só reaparece para nós que a controlamos. Nós, portadores-desvendadores da verdade que nos faz únicos e nos qualifica como: humanos e/ou superiores e/ou escolhidos.

Aceita a proposta religiosa da ciência oficial, tudo se resolve: A verdade sou eu e a comunidade, sou eu ou não existe - o tudo é 1 tudo e o outro, é apenas o outro. Agora, nada nos deterá. Somos o mito e a pressa para edificar 1 homem novo, o Homem Oco, repleto de qualidades e livre de vazios. Somos o mito e a verdade, onde não cabem diferenças, a vitória, sem a contenda que a justifique e glorifique, a união sem as partes que se unem, a ação coordenada, a coação a que, sujeitos, em formigas transformados, marchamos sobre as saudades humanas destruídas.

Afinal, entre tropeços, salvam-se os números, passamos, no futebol, esquecidos da bola, para as quartas de final e na nossa campanha salarial, para o quinto dos infernos, onde vestido de números sonhamos, pobre de nós, ainda virar associados, rebolando as cambalhotas tecnoburocratas que nos trarão a pontuação exata para que a luta cesse e a ilusão se instaure, mais uma vez. A copa, entregue nas mãos de deus e nos pés luxuosos dos profetas, talvez escorregue um pouco mais para o sul e pouse pelo último avião da Varig nos bons aires portenhos, talvez a Alemanha a conquiste, ou mesmo nós, quem sabe. De qualquer modo, a farsa montada não nos afastará por muito tempo dos implacáveis ponteiros dos segundos que com suas estratégias milenares, convencem-nos, em uma troca magistralmente fausta, que não se movem, que somos nós rodopiando piando, pois já não se ouvem gritos e rodopiando e ciscando uma migalha aqui, uma medida provisória ali e um enquadramento, quem sabe, nas mãos de deus, para depois da copa, quem sabe, com o Robinho no segundo tempo, quem sabe, rodopiando e piando, até quando?

Infoarte: Douglas Pereira

À TELEVISÃO

José Paulo Paes

Teu boletim meteorológico
me diz aqui e agora
se chove ou se faz sol.
Para que ir lã fora?

A comida suculenta
que pões à minha frente
como-a toda com os olhos.
Aposentei os dentes.

Nos dramalhões que encenas
há tamanho poder
de vida que eu próprio
nem me canso em viver.

Guerra, sexo, esporte
– me dás tudo, tudo.
Vou pregar minha porta:
Já não preciso do mundo.

UFRJ

Creche da UFRJ comemora 25 anos

Próximas metas são o reconhecimento acadêmico e prédio próprio

Consolidar-se como espaço acadêmico e ter um local próprio adequado a suas atividades são os maiores desafios da creche universitária Pintando a Infância, da UFRJ, que completou 25 anos na semana passada. A diretora Veloni Vicentini diz que a creche surgiu dentro do Instituto de Pediatria e Puericultura Martagão Gesteira (IPPMG) e hoje ocupa parte de suas dependências, mas precisa de um prédio próprio, construído segundo um planejamento para atender ao ensino de crianças de até seis anos de idade. "Temos um projeto já pronto e esperamos que ele saia do papel após a discussão do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) da UFRJ", comentou.

O projeto do novo prédio, que ficaria próximo à Escola de Educação Física e Desportos, também contempla uma ampliação do atendimento da creche, das atuais 110 para 220 crianças. E a diretora observa que também se discute a possibilidade de a creche receber filhos de alunos de graduação e pós-graduação. "Até a década de 80, nós fazíamos esse atendimento. Mas houve a decisão de uma reitoria do passado que limitou o espaço aos filhos dos servidores. A creche da Universidade Federal de Santa Catarina atende às crianças dos estudantes", comentou.

A diretora calcula que, com a sua atual capacidade, a creche deixa de atender cerca de 50 a 60 crianças. "E isso porque o trabalho da creche é pouco conhecido dentro da universidade. Se ampliarmos nossa divulgação, mais esses novos concursos que estão sendo feitos, esse número pode ficar ainda maior", afirmou.

Creche como unidade acadêmica

Além do pleito por um local próprio, os trabalhadores da creche possuem uma outra reivindicação": seu reconhecimento como unidade acadêmica. Hoje vinculada à Pró-reitoria de Pessoal, a creche já deixou há muito tempo de ser um serviço puramente assistencial aos servidores. Interage com várias unidades da UFRJ como, por exemplo, no estágio para os alunos da Faculdade de Educação. E, com esta última, desenvolve um projeto político pedagógico que deverá ser concluído até o fim do ano para ser entregue à reitoria. Por força de legislação, até a denominação do órgão está em processo de alteração: de creche (que atende a crianças de até 3 anos) para escola de educação infantil (até 6 anos, como é o caso da "Pintando a Infância").

Para Veloni, esse reconhecimento acadêmico "é importantíssimo". Atualmente, a creche não pode contratar professores diretamente. Seus professores substitutos são vinculados à Faculdade de Educação. Aliás, outra necessidade: compor um quadro permanente. São apenas 10 substitutos (virão mais 10 em 2007) e 13 recreadoras, sendo cinco terceirizadas.

Emergências resolvidas

Apesar das dificuldades, os problemas mais urgentes foram resolvidos, de acordo com a diretora. Ao longo de 2005, a creche sofreu com infiltrações em suas paredes, paralisação das atividades por conta de atraso no salário das educadoras e até com um cano de esgoto estourado. "Os salários não atrasaram mais, o telhado foi impermebealizado e toda a parte elétrica foi reformada", afirmou, acrescentando que o pátio da creche também passou por uma obra de nivelamento do terreno.

Debate discute educação infantil

Para marcar o aniversário da creche da UFRJ, foi realizado o debate "Educação Infantil: Possibilidades e desafios em instituições federais", no último dia 23, no auditório Roxinho, do Centro Cultural Professor Horácio de Macedo. O evento teve a coordenação da professora Patrícia Corsino, da Faculdade de Educação, que, ao lado Eliana Bhering (também da FE), colabora para a formulação da proposta político-pedagógica da "Pintando a Infância".

Anote

Recadastramento de aposentados na Praia Vermelha

Para facilitar a vida de aposentados e pensionistas da UFRJ que têm dificuldades em se deslocar até a ilha do Fundão, o recadastramento anual para receber o pagamento já pode ser feito no *campus* da Praia Vermelha. Desde março, o serviço é oferecido na sala 206 do Fórum de Ciência e Cultura, às segundas, quartas e quintas-feiras, de 9h às 16h. Segundo a Pró-reitoria de Pessoal, o beneficiário é avisado com antecedência da necessidade de seu comparecimento. Mais informações podem ser conseguidas pelo telefone 2598-9676.

Três meses de desaparecimento

O prefeito universitário Hélio de Mattos Alves repassou à seção sindical, na semana passada, os últimos informes da Secretaria de Segurança Pública sobre o desaparecimento do aluno Marcus Vinicius do Amaral Silva, da Faculdade de Medicina da UFRJ. Marcus não é visto desde o dia 25 de março. Em correspondência datada de 8 de junho pelo Serviço de Descoberta do Paradeiro, da Polícia Civil, o inspetor Robson Fontenele registra que prosseguem as investigações sobre o caso, sem maiores novidades.

Grupo de trabalho analisa Carreira Docente

O Grupo de Trabalho Carreira da Adufrj-SSind tem se reunido para analisar as propostas de carreira do Andes-SN e do Sinasefe e os efeitos da Medida Próvisória 295/06 que reajusta os docentes das federais. A próxima reunião está marcada para o dia 10 de julho de 2006, às 9 horas na sede da Adufrj-SSind.

ASSEMBLÉIA GERAL

Nessa quarta-feira, dia 28 de junho, às 16h, no Auditório da Escola de Serviço Social, no *campus* da Praia Vermelha

Pauta
1) Informes sobre a carreira docente
2) 51º Conad

Amorim

FGTS

Juíza da 6ª Vara Federal determina que Caixa Econômica deve cumprir ação ganha pela Adufrj-SSind e pagar diferenças do FGTS relativas aos planos Collor e Verão I

Página 7

Regulamentação profissional

A Adufrj-SSind convida para o seminário *Regulamentações Profissionais: organização ou fragmentação da classe trabalhadora?*
O evento ocorrerá nessa quarta-feira, 12/7, a partir das 15h, na sala 207 da Faculdade de Educação, no *campus* daPraia Vermelha. As inscrições são gratuitas. Confira a programação no site www.adufrj.org.br

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 502 10 de julho de 2006

Manuella Soares

NOVOS E EX-DIRETORES DO ANDES SINDICATO NACIONAL POSAM PARA FOTO NA ABERTURA DO 51º CONAD, NA NOITE DE 29 DE JUNHO. A SOLENIDADE E AS PLENÁRIAS FORAM REALIZADAS NO AUDITÓRIO DA FACULDADE DE ODONTOLOGIA DA UFJF

Posse em Juiz de Fora

O Andes-SN já conta com uma nova diretoria, empossada durante a solenidade de abertura do 51º Conselho das Seções Sindicais (Conad), realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, nos dias 29 de junho a 2 de julho. No evento, os representantes dos docentes atualizaram o plano de lutas da categoria para o segundo semestre. Para o presidente da entidade, Paulo Rizzo, os principais desafios do período serão a organização da entidade e as lutas contra o consenso formado em torno do que o governo chama de reforma da Educação Superior. Na opinião do novo dirigente, a reforma universitária não traz nenhum avanço em relação à autonomia universitária e cria uma série de mecanismos que fragmentam e mercantilizam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Páginas 4, 5 e 6

Editorial

Justiça e injustiça

A recente regulamentação da progressão para professor Associado, resultante da Medida Provisória 295/2006 aprofunda ainda mais as distorções já existentes em nossa carreira. É fundamental para a Universidade Pública brasileira que a carreira docente seja valorizada, revista e melhorada. Não é este o caso da MP 295. Ela cria mais desigualdades onde devemos ser iguais e iguala situações, nivelando por baixo, onde somos diferentes.

Ao inserir um novo nível na carreira, deixa os professores aposentados com seus vencimentos congelados. Em termos salariais, aponta na mesma direção das "gratificações". Nosso sindicato tem combatido esta política, entendendo que é injusta com os aposentados e desrespeitosa com todos nós, pois desvaloriza nosso trabalho.

Por outro lado, na progressão para Associado, a regulamentação do MEC só permite a progressão para o nível 1. Ou seja, professores que atualmente são Adjuntos 4 há dois ou dez anos serão igualmente tratados, não importando que tenham seu desempenho avaliado como satisfatório, altamente qualificado. Muitos professores verão anos de seu trabalho serem desconsiderados na hora da sua progressão na carreira.

Apesar de termos rejeitado a proposta do governo, inicialmente num Projeto de Lei e depois na MP 295, o ANDES-SN ainda reuniu-se com o MEC, e entre outros, apontou os pontos acima, procurando corrigí-los. Estas também foram as deliberações da Assembléia da Adufrj-Ssind e de muitas outras seções sindicais. Mais uma vez o governo foi intransigente e o MEC, subserviente. Alegando restrições da área econômica, nossas propostas foram simplesmente ignoradas.

Enfatizamos que a questão da carreira docente é fundamental para a Universidade Pública brasileira. Sem professores qualificados, valorizados, com dedicação integral à nossa instituição não teremos uma universidade de qualidade, voltada para as soluções de nossos problemas, para eliminar as desigualdades sociais que ora crescem assustadoramente. A política de privatização e mercantilização da educação não nos parecem corretas. O melhor exemplo é o que aconteceu com nosso ensino básico. Privatizado há muitos anos atrás, o setor público vive o sufoco orçamentário e o privado mal consegue disfarçar suas insuficiências como promotor de Educação.

A proposta de Reforma Universitária anunciada pelo governo aprofundará ainda mais esta crise. Junto de várias medidas de apelo populista, entrega a educação superior brasileira ao capital estrangeiro, regulamenta o ensino a distância para as multinacionais da educação. Embora a última versão tenha recuado em alguns pontos, sua essência privatista permanece. Por exemplo, uma das "áreas de mercado educacional" mais cobiçadas, a pós-graduação, terá o reconhecimento de diplomas feito pelas próprias instituições privadas.

Nesta conjuntura, a comunidade acadêmica universitária tem um papel decisivo para impedir que danos maiores sejam causados ao ensino brasileiro. O Andes-SN e suas seções sindicais têm apontado a necessidade de direcionar as políticas educacionais para os interesses maiores do país, ressaltando a obrigação do Estado com a educação em todos os níveis, para todos os brasileiros. Mas ainda precisamos avançar muito em somar forças para fazer frente a este desafio.

Comunicamos o afastamento do professor Salatiel Menezes do cargo de 2º Secretário da Adufrj-SSind em virtude de sua candidatura para deputado federal nas próximas eleições.

Diretoria da Adufrj-SSind

Opinião

Harlei Elbert*

Diante da matéria publicada no jornal da ADUFRJ, em 26.6.2006, intitulada **"CEG começa a definir vestibular 2007"**, a Diretoria da Escola de Música vem se pronunciar, de forma a assegurar a precisão da informação veiculada, pleiteando, para isso, que o texto abaixo seja publicado na íntegra.

Embora a referida matéria expresse que a indefinição do currículo de Música estaria conduzindo à suspensão das vagas da Escola de Música do vestibular 2007, através da afirmativa que "a UFRJ poderá suspender o ingresso de alunos para a Escola de Música", cumpre esclarecer que:

1) Quando a atual direção da Escola de Música tomou posse e encontrou o Curso de Bacharelado praticando um currículo não aprovado pelo CEG, imediatamente se empenhou em superar o problema e assegurar aos alunos do Curso os respectivos direitos. Em razão das falhas administrativas que apresentava, o currículo do Bacharelado foi totalmente revisto pelos Departamentos e aprovado em Congregação, logo enviado às instâncias superiores para devida aprovação e regularização. Portanto, nada impede que as vagas sejam oferecidas normalmente;

2) O currículo de Licenciatura, também aprovado na gestão anterior, teve em seu processo falhas administrativas que, da mesma forma que o Bacharelado, têm demandado grande esforço da atual Direção para superá-las, face a discordância do Departamento de Instrumentos de Sopro. Revisado integralmente por Comissão Acadêmica, constituída pela Congregação da Unidade - o relatório dessa Comissão foi aprovado por este colegiado –, o currículo do Curso de Licenciatura tem sido apreciado e discutido em reuniões dos Departamentos e do Conselho Departamental. Este último colegiado acabou de concluir uma análise sobre as questões levantadas e elaborou uma proposta, que foi apreciada e aprovada em Congregação de 3.7.2006. Neste caso, também, nada impede que as vagas sejam oferecidas, de forma que a UFRJ possa cumprir e manter seu compromisso social de não reduzir o quantitativo de vagas (o Curso de Licenciatura tem oferecido 52, anualmente), preservando, assim, o referido curso, que responde hoje por grande demanda de candidatos e atende a propostas recentes do MEC, no sentido de assegurar a oferta de cursos de formação de professores sintonizados com a última LDB e outras normas recentes.

A Direção da Escola de Música informa ainda que, além de haver solicitado ao Magnífico Reitor a submissão do projeto do Curso de Licenciatura à consultoria externa, encaminhou, juntamente com o Departamento de Musicologia e Educação Musical, recurso ao CONSUNI, cujas reivindicações principais estão expostas resumidamente a seguir:

1) Que seja apreciada a avaliação externa do Currículo do Curso de Licenciatura em Música;

2) Que seja analisado o "Relatório da Comissão Acadêmica da Escola de Música", uma vez que não há fundamento formal ou técnico que o invalide, respaldando, assim, as decisões da Congregação da Unidade, e evitando encaminhamento do CEG no sentido de que não haja oferecimento de vagas no Vestibular 2007;

3) Que sejam assegurados o cumprimento e a validade da grade curricular registrada pela Divisão de Ensino da PR-1 no sistema SIGA, até que a revisão do currículo de Licenciatura seja concluída e aprovada em todas as instâncias cabíveis, de forma a por fim, de maneira institucional e organizada, a possíveis discordâncias internas.

No momento, a Direção da Escola de Música e o Departamento de Musicologia e Educação Musical aguardam a decisão do Conselho Universitário, confiantes de que **a ordem e os direitos** institucionais dos alunos da EM serão assegurados, garantindo, dessa forma, a preservação da imagem positiva e de qualidade que a UFRJ adquiriu frente à sociedade brasileira ao longo da sua existência.

*Diretora da Escola de Música da UFRJ

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Colegiado anula concurso de monitores do CCS

CEG determina que Departamento de Anatomia deverá abrir outra seleção de monitores antes do próximo período

Depois do Conselho Universitário (Consuni) ter anulado o concurso para professor titular da Faculdade de Odontologia no mês passado, um outro processo de seleção realizado no Centro de Ciências de Saúde (CCS) foi anulado na última semana, desta vez pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG). O concurso em questão foi o que selecionou os monitores de anatomia, na Faculdade de Medicina, no qual os métodos utilizados apresentavam diversas irregularidades em relação ao estatuto da universidade.

De acordo com Gabriel Marques, que integrou a câmara discente do CEG até o final de maio, um estudante da própria Medicina encaminhou um processo para o colegiado, no ano passado, com as denúncias. Segundo ele, em fevereiro deste ano, o processo foi encaminhado ao Departamento de Anatomia com pedidos de explicações e, desde então, as bolsas dessa atividade estão suspensas. Apesar da gravidade do caso, apenas este mês o departamento respondeu ao conselho e o processo finalmente pôde ir à plenária, na última quarta-feira (5/7).

Alunos de Medicina comparecem à plenária

Na leitura do parecer da câmara discente, a conselheira Ana Maria de Almeida Ribeiro afirmou que, na resposta do Departamento de Anatomia, não há garantias de que os critérios adotados para escolher os monitores foram claros o suficiente: "A subjetividade deste processo de seleção é extremamente grave", afirmou ela, para depois sugerir a anulação de todo o processo.

A princípio, a sugestão não agradou aos estudantes da Faculdade de Medicina que compareceram à sessão: "Nós abrimos mão de outras bolsas e de outros plantões porque a monitoria na anatomia dura um ano. O que vamos fazer se as bolsas forem suspensas agora?", questionou Rodrigo Guimarães, que está no último ano da graduação. Mas após as explicações dos conselheiros, eles concordaram que realmente os 40 monitores não haviam sido alocados de maneira regular.

Bolsistas receberão os meses que estagiaram

Na deliberação, a anulação do processo de seleção de monitores do Departamento de Anatomia foi aprovada com apenas uma abstenção. Entretanto, para não prejudicar os antigos monitores, ficou estabelecido que serão pagas as bolsas que estavam suspensas até julho e que no próximo semestre será feita uma nova seleção: "Estamos tentando garantir os direitos dos alunos, que não têm culpa nenhuma. Mas não podemos permitir que um departamento ignore as normas que são aqui aprovadas", declarou Ericksson Rocha e Almendra, representante do CT.

Após a anulação, os estudantes demonstraram ter entendido as razões da decisão do conselho: "Tudo bem, a gente faz a prova de novo", conformou-se Rodrigo Guimarães, aliviado por ter garantido o recebimento das bolsas. Também ficou definido que o próximo edital de seleção de monitores do Departamento de Anatomia deverá ser antes aprovado pelo CEG.

CEG aprova edital do vestibular

Como o **Jornal da Adufrj** já havia antecipado, a UFRJ não oferecerá as 52 vagas de licenciatura da Escola de Música (EM) no próximo vestibular, devido aos problemas com a reestruturação no currículo do curso, que estão sendo gerados por disputas internas na unidade. A decisão foi tomada na última sessão do Conselho de Ensino de Graduação, quando foi finalmente aprovada a proposta de edital de concurso de acesso aos cursos de graduação da UFRJ em 2007. Apesar da suspensão das vagas de licenciatura, a Escola de Música manterá as 104 vagas oferecidas para o bacharelado no vestibular.

Com a retirada das vagas da EM e a aprovação de 10 novas vagas para a Faculdade de Educação - cinco para cada semestre -, a UFRJ oferecerá 6.573 vagas no próximo ano. Ficou definido também que as datas do Teste de Habilidade Específica (THE) serão 16 e 17 de setembro de 2006. As provas discursivas já estavam marcadas para os dias 12 e 26 de novembro e as matrículas dos novos alunos ocorrerão nos dias 5, 6 e 7 de fevereiro de 2007. Antes da aprovação final do edital do vestibular, também ficou estabelecido que será criado um formulário específico para a definição do remanejamento dos candidatos que não forem contemplados em sua primeira opção.

Química Industrial terá entrada separada

Na última sessão do mês de junho, antes da aprovação final do edital, o CEG aceitou o recurso da Escola de Química, e separou a entrada do curso de Química Industrial. Até o ano passado, o candidato se inscrevia no vestibular em Escola e Química e só após o ciclo básico ele optava por Química Industrial, Engenharia Química, Engenharia de Alimentos ou Engenharia de Bioprocessos. A partir de agora, Química Industrial oferecerá 20 vagas por semestre e a Escola de Química oferecerá 90.

Anote

Encontro de corais

No dia 12, com organização do CCJE e do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, haverá um encontro de corais, no Salão Dourado do Forum, a partir das 16h. Estarão presentes o Coral do CCJE, o Coral Infantil da Escola Martim Pescador, o Madrigal da Ilha do Governador e o Coral da PUC

Projeto Música no Forum

No dia 13, é a vez do Projeto Música no Forum, também no Salão Dourado, a partir das 19h. Haverá apresentação de obras de Alberto Nepomuceno, Heitor Villa-Lobos e Francisco Mignone. Para mais informações, o telefone do Forum é 2295-1595, ramais 113 e 117.

Resenha

Reforma universitária tem mais de 300 emendas

Após a pressão de algumas entidades como a governista UNE, a proposta de reforma da educação superior do MEC já tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados. Mas o projeto de lei 7200/2006 (numeração dada à proposta na Câmara) ainda deverá ser motivo de muita polêmica no Congresso. Até o dia 29 de junho, os deputados apresentaram 368 emendas ao PL.

FHC "devasta" o Ibama

Por conta de uma reformulação atrapalhada na estrutura de cargos do Ibama, em 2002, durante o governo FHC, todo o trabalho de fiscalização do órgão pode ter sido inútil. Isso porque o texto elaborado à época não relacionou o cargo de "fiscal" no organograma da repartição. Isso significa que não há ninguém com respaldo legal para aplicar multas em nome do órgão. Parte das empresas multadas já questiona a irregularidade na Justiça. Se declaradas vencedoras, deixarão de pagar R$ 5 bilhões em multas por crimes ecológicos (Veja, 5/7).

Exame da OAB-SP aprova menos de 10%

Apenas 9,79% dos bacharéis em direito que realizaram 129º Exame de Ordem da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) São Paulo, ocorrido em maio deste ano, foram aprovados. Foi o terceiro pior resultado registrado nos 35 anos que a prova é realizada. Ao todo, 22.207 pessoas se inscreveram para o exame e outras 1.175 refizeram a prova. Até hoje, o pior resultado já registrado pela OAB aconteceu no exame 126, em maio de 2005, onde apenas 7,16% dos bacharéis passou. Para a OAB, o número baixo de aprovados reflete a queda na qualidade de ensino das escolas superiores de direito. Em São Paulo, são 213 cursos. Em todo o Brasil são 959 (Folha Online, 5/7).

Intelectuais divididos sobre cotas

Intelectuais brasileiros estão divididos sobre a implementação de cotas para negros no ensino superior, no serviço público e no mercado de trabalho, em discussão no Congresso Nacional. Após a divulgação, na semana retrasada, de um manifesto contrário à aprovação dos projetos da Lei de Cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, outro grupo de intelectuais do país terminou de preparar um texto favorável às cotas. O documento, a exemplo do outro, foi entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros, na semana passada (Folha Online, 4/7).

Andes-SN

Professores universitários atualizam plano de lutas para o segundo semestre

Conad denuncia decreto que regulamenta Ensino Superior, privatização das fundações de apoio e precariedade do trabalho docente

Reunidos na cidade de Juiz de Fora (MG), delegados de 43 das 81 seções sindicais do Andes-SN definiram as principais lutas que a categoria docente deve encaminhar no próximo período. A 51ª edição do Conselho Nacional das Seções Sindicais do Andes-SN (Conad) contou ainda com a participação de 92 observadores. Na abertura do evento, tomou posse a diretoria eleita do Sindicato Nacional para o biênio 2006-2008, presidida pelo professor Paulo Rizzo, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Com o tema *Autonomia sindical: garantia da luta pela educação como direito social*, o Conad reconheceu a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) como a principal alternativa de organização dos trabalhadores no Brasil. A Conlutas se estabeleceu como entidade formal no I Congresso Nacional dos Trabalhadores, realizado no início de maio, em Sumaré (SP), com a participação de 3.350 representantes de sindicatos, entidades estudantis e movimentos populares. O Andes-SN deverá continuar a participar como observador e contribuir financeiramente com as atividades encaminhadas pela Conlutas até seu próximo Congresso Nacional, em março de 2007, quando a categoria docente deverá deliberar pela filiação ou não à nova entidade.

Os representantes das seções sindicais aprovaram a luta pela revogação do decreto 5.773, de 9 de maio deste ano, que regulamenta a Educação Superior no país. Uma das maiores críticas do movimento é à 'pseudo-democratização' do acesso ao ensino superior através da expansão de curso de formação de professores na modalidade a adistância. Outros itens do decreto destacados pelo movimento são a avaliação das instituições e os cursos seqüenciais. De acordo com o texto base discutido pelos participantes sobre o assunto, o decreto 5.773 não altera a lógica do decreto anterior de Fernando Henrique (de julho de 2001), que fortaleceu a relação público-privada nas instituições, o aligeiramento da formação dos estudantes e submeteu a educação à lógica do mercado e da globalização.

Manuella Soares

51º CONAD RECONHECE CONLUTAS COMO PRINCIPAL ALTERNATIVA NA REORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES. NA MESA DE ABERTURA DO EVENTO, O COORDENADOR, JOSÉ MARIA ALMEIDA, CONVOCA PROFESSORES A PARTICIPAR DAS LUTAS DA ENTIDADE CONTRA AS REFORMAS NEOLIBERAIS

Uma das facetas do decreto 5.773 é deixar a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior do MEC como responsável por todo o processo de avaliação institucional, separando o ensino da pesquisa e esses da extensão, fragmentando a educação superior. Outra crítica ao decreto é a ingerência dos conselhos profissionais na avaliação das instituições e no reconhecimento dos cursos regulares de graduação em franca desqualificação da formação superior. O decreto-reforma aprofunda, ainda, a mercantilização da educação ao permitir a criação de faculdades com apenas um curso de graduação ou um seqüencial, omitindo a exigência de qualificação mínima e titulação para docentes, favorecendo fragorosamente as instituições particulares.

Andes-SN realizará seminário sobre Ensino a Distância

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) também foi rechaçada pelo movimento docente que aprovou a luta contra o decreto 5.800/06 que cria o sistema de ensino a distância. A UAB foi criada pelo MEC em 2005 que, com a medida, pretende criar um sistema nacional de educação superior a distância. O sistema Universidade Aberta é uma parceria entre consórcios de instituições públicas já existentes nos três níveis: federal, estadual e municipal. O Andes-SN critica a utilização da nova modalidade como forma de ampliação e interiorização da oferta de educação superior. Quarenta universidades federais e dez centros de educação tecnológica participam do projeto que faz parte da reforma universitária do governo Lula. A intenção é criar 198 cursos de graduação a distância em 312 pólos espalhados pelo país.

No Conad, foi denunciada a criação de um curso piloto de Administração a Distância pela UAB em parceria com o Banco do Brasil e universidades públicas. Para o Sindicato, essas iniciativas ferem a autonomia das instituições de ensino, já que os projetos não são definidos com a participação da comunidade acadêmica. Para aprofundar o debate sobre o tema com a comunidade universitária, o Andes-SN deverá realizar ainda no segundo semestre de 2006 um seminário nacional sobre Ensino a Distância com o apoio de estudos que estão sendo realizados pelo Grupo de Trabalho Política Educacional.

Contra a reforma da Educação Superior do governo Lula

No Conad, foi referendada a luta contra o Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior encaminhado pelo governo Lula ao Congresso Nacional. Uma das prioridades do Sindicato deverá ser a promoção de eventos que denunciem a privatização das universidades públicas e a luta contra as fundações de direito privado que se apresentam como fundações de apoio ao ensino e à pesquisa, além dos cursos pagos.

Setor das Federais e a carreira

Na atualização do plano de lutas do Setor das Federais do Sindicato, entre outras deliberações, o 51º Conad decidiu que o Andes-SN continuará participando do GT Carreira do MEC como o legítimo interlocutor das carreiras de 1º e 2º graus e do magistério superior. Um grande ato público em Brasília será realizado pelo Sindicato com a participação do Sinasefe e Fasubra, em agosto de 2006, com o objetivo de denunciar a precariedade do trabalho de docentes e técnicos nas federais e também nas estaduais.

Pela anulação da Reforma da Previdência

O Conad aprovou a adesão do Andes-SN à campanha pela anulação da reforma da Previdência Social e denunciou o caráter privatista da regulamentação da assistência à saúde dos servidores públicos, estabelecido na Lei nº 11.302/06. O Sindicato exige, ainda, a revogação da Orientação Normativa nº 1, de 5/4/06 que, praticamente, impossibilita a aposentadoria por invalidez. O Conad também aprovou a luta conjunta com a Fasubra pela defesa dos hospitais universitários das instituições federais e estaduais como autarquias com pleno financiamento público.

Andes-SN

GT Carreira do MEC só avança por causa dos sindicatos

Intervenção unificada de representantes do Andes-SN e do Sinasefe agiliza as atividades do grupo de trabalho

No dia 26 de junho, na sede do Ministério da Educação, em Brasília, ocorreu mais uma reunião do Grupo de Trabalho Carreira do MEC. Os representantes do Andes-SN apresentaram os princípios básicos que balizam a proposta de reestruturação das carreiras dos professores da educação básica e superior com o objetivo de atingir a sua unificação.

Na avaliação do Andes-SN e doSinasefe, a reunião foi prejudicada porque o MEC não enviou os dados da folha de pagamento dos professores das carreiras de magistério superior e de 1º e 2º graus, conforme acordo anterior com as entidades sindicais.

Cobrado sobre os dados da folha de pagamento, o MEC justificou não ter concluído o levantamento das informações. As entidades sindicais solicitaram que o MEC apresentasse todas essas informações até, no máximo, o dia 7/7. Até o meio da tarde desse dia, nenhum documento do Ministério havia chegado ao Sindicato Nacional.

Na solenidade de abertura do 51º Conad, em Juiz de Fora, a ex-presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, que acompanhou as últimas reuniões do GT, considerou fundamental a unidade com o Sinasefe. As duas entidades realizarão um seminário conjunto nos dias 22 e 23 de julho para definir uma proposta de carreira única a ser apresentada nas próximas reuniões com o MEC.

Sindicatos querem verba para reestrurar carreira

Para formalizar a participação das entidades sindicais no GT do governo, será editada uma portaria do MEC, nos próximos dias, com os nomes de seus representantes. Os sindicatos nacionais (Andes-SN e Sinasefe) também protocolarão no Ministério do Planejamento um pedido de audiência para reivindicar a inclusão de recursos no orçamento de 2007 com vistas à reestruturação da carreira docente. O objetivo é aproximar as atuais carreiras, incorporar as gratificações e garantir a paridade entre ativos e aposentados.

Além do seminário conjunto dos grupos de trabalho sobre carreira do Andes-SN e do Sinasefe, foi agendada nova reunião do GT MEC para 7 de agosto. Nesta data, as entidades deverão apresentar os estudos de impactos financeiros da implementação gradual da carreira única e os consensos acerca de titulação, regime de trabalho, aposentadoria, gratificações e outros pontos.

A reunião contou com representantes do MEC e alguns convidados, Andes-SN, Sinasefe e Concefet (conselho de dirigentes dos Cefets). Apesar de integrarem o grupo de trabalho, as representações da Andifes e do Conselho dos Diretores das Escolas Agrotécnicas Federais não estiveram presentes e suas ausências não foram justificadas.

Progressão para Associado

Foi na abertura dessa mesma reunião no MEC que o subsecretário para Assuntos Administrativos do ministério, Silvio Petrus, informou que a portaria que regulamenta a progressão para a classe de Associado estaria pronta. Segundo ele, deveria ser publicada no Diário Oficial no fim da semana retrasada, o que se confirmou no dia 30. A portaria pode ser encontrada no *site* da seção sindical: www.adufrj.org.br.

Conforme adiantou a última edição do Jornal da Adufrj-SSind (26/6/06), Petrus confirmou que o contracheque de docentes do magistério superior e do 1º e 2º graus referente ao mês de junho viria com o reajuste concedido na MP 295/06. Os atrasados, no entanto, só serão pagos na folha de julho.

A diretoria do Andes-SN questionou os critérios de progressão estabelecidos na portaria, propondo que os docentes que já tem quatro anos ou mais como Adjunto IV pudessem ser classificados como Associado II ou acima. O subsecretário disse que essa reivindicação não seria atendida por falta de recursos no orçamento.

Assembléia da Adufrj-SSind rejeita progressão do MEC

Com relação à classe de Associado, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind, no dia 14 de junho, havia rejeitado os critérios de progressão estabelecidos pela minuta de portaria do MEC e aprovou a seguinte proposta de enquadramento: a. Professores Adjuntos 4 há pelo menos 2 anos com doutorado passam automaticamente a Associado 1; b. Professores Adjuntos 4 há mais de dois anos, com doutorado, podem solicitar imediatamente progressão horizontal como Associado, pelos mesmos critérios atuais de progressão horizontal de Adjunto (com avaliação de produção); c. Professores Adjuntos 4 há pelo menos 2 anos, sem doutorado, também podem solicitar progressão para Associado 1, pelos mesmos critérios atuais de avaliação de produção para progressão horizontal de adjuntos.

Conad aprova luta por critérios da carreira única

No 51º Conad de Juiz de Fora, os docentes das seções sindicais aprovaram a continuidade da luta pela implementação dos critérios para a elaboração de uma carreira única que serão apresentados pelo movimento docente como resultado da unidade das pautas das duas entidades nacionais: Andes-SN e Sinasefe.

Presidente questiona uso do termo 'reforma' pelo governo

Nessa última edição do Conselho das Seções Sindicais do Andes-SN, tomou posse a diretoria que estará à frente do Sindicato no biênio 2006-2008. Para o novo presidente, Paulo Rizzo, o principal desafio da nova direção será a organização da entidade e a manutenção do sindicato participativo e respaldado por toda a categoria.

Paulo Rizzo questionou o conceito de reforma que, na sua opinião, foi apropriado pelos governos e pela imprensa, desde a promulgação da Constituição de 1988, para dar um contorno progressista ao que, na verdade, são alterações que liberalizam ainda mais a legislação maior e que retiram os direitos nela conquistados pela luta dos trabalhadores. Para o presidente do sindicato docente, as reformas do governo Lula, assim como as do seu antecessor, são contra-reformas, pois não avançam em conquistas para a classe trabalhadora, mas retrocedem nos direitos da população, especialmente aos serviços públicos de educação e seguridade.

Marina Barbosa faz balanço

Presidente da gestão que se encerrou durante o 51º Conad, Marina Barbosa fez um relato da gestão 2004/2006. Entre outros registros, Marina ressaltou a realização de duas greves durante seu mandato, em 2003 e em 2005, essa última, a maior greve da categoria, em que mais de 40 universidades federais paralisaram durante 113 dias. Marina destacou as greves e movimentações nas estaduais e a ampliação da presença sindical nas instituições particulares de educação superior. Para a professora, o desafio para a diretoria que agora assume será preparar os embates "duríssimos" que terá com o governo contra a reforma sindical já iniciada através de medida provisória e contra as reformas em curso, em especial, a da Educação Superior.

Manuella Soares

PAULO RIZZO DIZ QUE MANTER A ORGANIZAÇÃO SINDICAL É O DESAFIO DO PRÓXIMO PERÍODO

Representante da Andifes elogia atuação do Andes-SN

Na solenidade, a reitora da UFJF, Margarida Salomão, disse não ter nenhuma dúvida em creditar conquistas da universidade pública às lutas do Andes-SN. "É muito importante que os professores se disponham a continuar se encontrando, a continuar combativos". Em nome da Andifes, Margarida afirmou que o Sindicato dos Docentes tem sido para as diretorias atuais e anteriores da associação dos reitores "a interlocução reconhecida como representação sindical dos docentes".

Andes-SN

Professores querem criação de Fórum Nacional contra criminalização de movimentos

Conad exige fim do Caveirão

A criminalização dos movimentos sociais também foi debatida pelos professores universitários no 51º Conad, em Juiz de Fora. Propostas pela Seção Sindical da UFF (Aduff-Ssind), os docentes aprovaram duas resoluções importantes na luta em defesa das comunidades populares nos grandes centros. A primeira deliberação sobre o assunto foi a exigência da retirada do 'Caveirão' das ruas e favelas do Rio de Janeiro e da proibição de sua utilização em qualquer outra cidade do país. Os professores denunciaram o aparato utilizado pela polícia durante embates e confrontos com o tráfico, que acaba servindo de instrumento de repressão à população das comunidades.

Internet

IMAGEM DO VEÍCULO USADO PELA POLÍCIA MILITAR DO RIO NAS FAVELAS E COMUNIDADES POPULARES

Andes-SN vai propor criação de Fórum Nacional

Outra decisão sobre o tema é que o Andes-SN proponha a entidades e movimentos de trabalhadores e de defesa dos direitos humanos a criação de um Fórum Nacional contra a Criminalização dos Movimentos Sociais. A idéia é integrar esse debate na luta contra as reformas sindical e trabalhista.

No entendimento dos professores que encaminharam a proposta, a grande mídia é uma das responsáveis pelo processo de criminalização dos movimentos porque produz análises que "demonizam entidades e lideranças, desclassificam militantes e suas estratégias de luta, visando não apenas ao estigma, mas ao ódio da população contra a esquerda classista".

Nacional

Pastoral da Terra contesta decisões do STF

Entidade critica concessão de *habeas corpus* a acusado de ser mandante de assassinato

No último dia 30, a Coordenação Nacional da Pastoral da Terra emitiu uma nota em que contesta as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) relativas à questão agrária. A justificativa para o documento foi a concessão de *habeas corpus*, no dia anterior, ao empresário Regivaldo Pereira Galvão, acusado de ser um dos mandantes do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang. Segundo a entidade, o STF contrariou todas as decisões das instâncias anteriores, mais próximas ao caso. Desta forma, Reginaldo poderá aguardar em liberdade o julgamento.

"Não é nenhuma novidade a justiça conceder tal benefício, sobretudo a quem dispõe de meios econômicos ou a quem ocupa posição de destaque na sociedade. O mesmo STF concedeu o benefício da liberdade ao Coronel Mário Pantoja e ao Major José Maria Oliveira, condenados respectivamente a 228 e 158 anos de reclusão pelo massacre de Eldorado de Carajás", diz um trecho da nota. "A liberdade a este empresário que liderou o consórcio para assassinar Irmã Dorothy, como afirmou em juízo um dos executores, além de ser uma afronta, é uma ameaça aos trabalhadores, lideranças e defensores dos direitos humanos na região", continua.

A Pastoral observa que o estado do Pará tem uma história marcada pela impunidade em relação aos crimes ocorridos no campo. A CPT do Pará entregou ao presidente do Tribunal de Justiça local uma relação de 774 assassinatos ocorridos no estado nos últimos 35 anos. Desse total, em cerca de 70% dos casos não houve qualquer apuração sobre a responsabilidade pelos crimes. Ainda segundo a nota, não há um mandante sequer desses crimes condenado e cumprindo pena atrás das grades.

"Dois pesos, duas medidas"

"A CPT mais uma vez afirma, o que já muitas vezes tem dito. Há dois pesos e duas medidas no Judiciário brasileiro. O mesmo STF, que concedeu *Hábeas Corpus* para Regivaldo, em dezembro de 2005 determinou o despejo dos Guarani-Kaiowa da aldeia Ñande Ru Marangatu, no município João Antônio, Mato Grosso do Sul, com a suspensão dos efeitos da homologação feita pelo Presidente da República da área tradicionalmente ocupada pelo povo Kaiowá-Nãndeva colocando mais de 500 índios à beira da estrada", conta outro trecho.

MANIFESTANTE DO MLST EM ATO NO CONGRESSO NACIONAL, DIA 6 DE JUNHO

No mesmo documento, a Pastoral lembra a decisão da justiça brasileira de manter presos os 42 trabalhadores do MLST que participaram do ato no Congresso. Eles não podem responder em liberdade ao processo. "Enquanto são concedidos os benefícios da lei para empresários e pessoas de destaque, estes mesmos benefícios são negados aos trabalhadores. Quem representa maior perigo para a sociedade brasileira: os trabalhadores que lutam por direitos e reforma agrária, ou quem se utiliza do poder econômico e político para concentrar mais riqueza, escravizar o homem e a terra, ameaçar e assassinar lideranças!", completa a nota.

Juridico

Sindicatos conseguem vitória histórica no STF

Decisão do Supremo reconhece legitimidade das entidades sindicais na defesa dos direitos dos trabalhadores

No último dia 12, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que os sindicatos podem atuar na defesa de todos os direitos individuais e coletivos dos integrantes de suas respectivas categorias.

A histórica decisão do plenário do STF deu provimento ao Recurso Extraordinário (RE) nº 210029 interposto pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Passo Fundo (RS) contra decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), na qual se entendeu que o artigo 8º, inciso III da Constituição Federal não autoriza substituição processual pelo sindicato. O processo tramitava no STF desde 1997 e seu desfecho foi publicado no Diário da Justiça do dia 16 de junho.

Os sindicatos poderão atuar tanto na fase de conhecimento (inicial do processo) como na execução. O relator do recurso, ministro Carlos Velloso (já aposentado), votou pelo provimento total do recurso extraordinário e foi acompanhado pelos ministros Joaquim Barbosa, Carlos Ayres Britto, Sepúlveda Pertence, Marco Aurélio e Celso de Mello. À época em que proferiu seu voto, Velloso ressaltou que a norma constitucional "consagra hipótese de substituição processual", ou seja, o sindicato tem legitimação para defender direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria.

A possibilidade de o sindicato atuar na execução da sentença trabalhista é, no ponto de vista do ministro Marco Aurélio, a racionalização do processo. "Ao invés de se ter milhares de processos, tem-se um só", observou o ministro. Ele explicou que tudo o que disser respeito ao contrato de trabalho pode ser objeto de atuação do sindicato, embora isso não afaste a iniciativa concorrente do trabalhador para defender seus direitos.

Análise da assessoria da Adufrj-SSind

De acordo com a assessoria jurídica da Adufrj-SSind, a decisão representa uma vitória muito importante para os sindicatos e trabalhadores, pois uma única ação movida pelo sindicato pode beneficiar centenas de trabalhadores, evitando ainda que o Judiciário tenha que julgar centenas ou milhares de decisões relativas a um caso único.

A assessoria destaca que a decisão do STF reconhecendo plenamente a substituição processual também protege os trabalhadores de qualquer tipo de pressão no curso de um processo, uma vez que estarão substituídos pelo sindicato, e não ajuizando a ação em nome próprio.

As ações da Adufrj-SSind são orientadas a beneficiar toda a categoria e, por isso mesmo, são sempre de caráter coletivo. Portanto, para a assessoria, a decisão do STF dará mais tranqüilidade na tramitação das ações da seção sindical, tanto na fase de conhecimento como na fase de execução. Ressalte-se, ainda, que, por sua importância, a defesa do recurso dos bancários de Passo Fundo no STF teve a participação de diversas assessorias jurídicas sindicais, entre elas a do Andes-SN.

Professores receberão diferenças do FGTS

Juíza determina cumprimento da ação do Fundo de Garantia dos planos Verão e Collor movida pela Adufrj-Ssind

Os professores sindicalizados que não fizeram o acordo proposto na Lei Complementar 110/01 sobre a correção do FGTS receberão as diferenças devidas pelas correções dos planos Verão e Collor I. A determinação é da Juíza em exercício na 6ª Vara Federal, Marcela Brandão, e consta dos autos da ação 2000.51.01.021791-3, movida pela Adufrj-SSind contra a Caixa Econômica Federal. Diante da decisão, a Caixa deverá depositar os valores devidos nas contas de Fundo de Garantia dos docentes. A assessoria jurídica da seção sindical está tratando do cumprimento da decisão judicial junto à CEF.

A decisão judicial vale para os professores filiados à Adufrj-SSind na época do ajuizamento da ação, em agosto de 2000, que tinham contas vinculadas de FGTS nos períodos de janeiro de 1989 e abril de 1990 e que não receberam os valores por outras ações ou medidas.

Movimento

Cresce movimento nas universidades paulistas

Reitores insistem no reajuste de 0,75%

Professores, funcionários e estudantes das três universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp), reunidos no Fórum das Seis, continuam unindo esforços para que as instituições disponham de mais verbas para a educação e pública e para que os servidores tenham os justos reajustes salariais. O Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) ofereceu aos manifestantes a proposta de reajuste de apenas 0,75%.

A comunidade acadêmica das estaduais une esforços em outra frente de negociações, na Alesp (Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo), para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias seja encaminha e votada. Os servidores temem que, pelo ritmo apresentado, a LDO seja votada apenas em agosto. O Fórum das Seis reivindica a participação de 33% da receita total de impostos para a educação, 11,6% do ICMS do Estado para as universidades estaduais e vinculação de 2,1% do imposto para o Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, que engloba importantes escolas técnicas e Faculdades de Tecnologia de São Paulo.

Funcionários da USP terão 5% de reajuste. Greve é suspensa

Os funcionários da USP, que estavam em greve desde o dia 8 de junho, decidiram pôr fim à paralisação. Após negociações, a categoria conseguiu, no dia 30 de junho, a aprovação de um reajuste de 5% nos salários. O reajuste vai ser implementado a partir de janeiro de 2007, devido ao impedimento da Lei Eleitoral.

Os funcionários da USP, levando em conta a intransigência do Cruesp, que nem com a greve pôde ser contida, e o adiamento da votação da LDO, decidiram concentrar as reivindicações na pauta específica da categoria e comemoram a vitória dos 5%. No último dia 3, os funcionários encerraram a paralisação e voltaram ao trabalho após 25 dias de greve. Mesmo com os ganhos específicos à categoria, a mobilização em torno das outras reivindicações continua.

Daniel Garcia/Adusp

COORDENADOR DO FÓRUM DAS SEIS, FRANCISCO MIRAGLIA, DA ADUSP, FALA EM AUDIÊNCIA NA ALESP, NO ÚLTIMO DIA 29

Comunidade universitária protesta na Alesp

No dia 29 de junho, a comunidade acadêmica da USP, Unicamp e Unesp participou de um ato na Assembléia Legislativa. No mesmo dia, os cerca de 5.000 professores da USP decidiram fazer uma paralisação para acompanhar a discussão do possível aumento de verba para as universidades.

Movimento

Uerj encerra greve, mas mantém mobilizações

Na assembléia realizada no último dia 26, os professores da Uerj decidiram encerrar a greve de três meses por reajuste salarial e melhores condições de trabalho e infra-estrutura na universidade. As atividades foram retomadas no dia 3 e a reposição das aulas será feita de acordo com um novo calendário acadêmico. Apesar da interrupção da paralisação, os professores da Uerj ressaltaram que continuam na luta pelas justas reivindicações do movimetno. "A greve foi vitoriosa, pois mostrou à sociedade os problemas graves que a instituição enfrenta. Mas vimos que, desde o começo, o governo não mostrou empenho nenhum em negociar, pois estava mais preocupado em administrar as verbas do estado por meio de corte nos investimentos", comentou a professora Nilda Alves, presidente da Asduerj.

A professora ressaltou que os docentes mantêm a pauta de reivindicações atual, já que nada foi atendido pelo governo e que estão concentrando as mobilizações, dessa vez, junto aos candidatos que disputarão o governo do Rio de Janeiro. "Foi elaborado um documento com nossas reivindicações para os candidatos tomarem conhecimento de nossos problemas e se comprometerem a nos atender, caso se elejam", disse a professora. Quatro candidatos ao governo tiveram acesso a esse documento e já formalizaram por escrito o apoio ao movimento.

Nilda anunciou também que, dentre as atividades de mobilização após a retomada das atividades, estão sendo desenvolvidos grupos de trabalho dedicados à autonomia universitária na Uerj, bastante ameaçada pelo governo durante a greve, ao Plano de Carreira dos docentes, e à garantia do direito de greve.

Servidores também suspendem greve

Os técnicos-administrativos da Uerj também decidiram retomar as atividades no último dia 4 por acreditarem que o momento de transição de governos não é ideal para reivindicações através de greve, pois consideram que há um esvaziamento político nesse período. Assim como os docentes, os técnicos manterão a mobilização em defesa de melhores condições de trabalho na Uerj.

Fotos: Samuel Tosta

A mobilização dos técnicos-administrativos durante a greve conseguiu fazer com que o governo aprovasse um Plano de Carreira para os servidores que, apesar de conter algumas distorções que precisarão ser corrigidas, foi comemorado como uma importante vitória do movimento unificado na Uerj.

Governo Rosinha suspende salários

A forma truculenta do governo Rosinha Mateus no trato da greve universitária ficou evidente com a suspensão do pagamento dos servidores. Os professores e técnicos-administrativos da Uerj tiveram que garantir na Justiça o recebimento de parcela de seus salários referentes ao mês de abril. Somente após decisão do desembargador do Tribunal de Justiça do Rio, Rogério de Souza, que determinou o pagamento dos salários sob pena de multa diária pelo governo, é que os servidores receberam os salários integralmente. Muitos já enfrentavam sérias dificuldades financeiras.

Movimento unificado

A coordenadora do Sintuperj, Maria do Socorro Melo de Matos, disse que a grande vitória do movimento de greve na Uerj foi fazer com que docentes, servidores, estudantes e comunidade externa se integrassem em torno de uma luta em comum em favor da universidade pública. "Nossa luta teve uma grande visibilidade. A greve teve que ser suspensa, pois, na fase atual de transição do governo, ela não é a melhor forma de reivindicação. As atividades foram retomadas, mas nossas reivindicações permanecem fortes", destacou. Maria do Socorro anunciou que a decisão dos estudantes sobre a greve seria tomada na assembléia do dia 7 de julho.

A COMUNIDADE DA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO ORGANIZOU DIVERSAS ATIVIDADES DE DENÚNCIA DAS PRECÁRIAS CONDIÇÕES DA UNIVERSIDADE, DURANTE OS TRÊS MESES DE PARALISAÇÃO

Anote

Capes lança base virtual com obras do século XVIII

Livros, ilustrações, revistas, cartuns, debates e idéias de importantes pensadores do século XVIII podem ser acessados pela comunidade acadêmica desde o dia 29, por meio da internet. Obras de filósofos, como Emmanuel Kant, ou de cientistas políticos, como Adam Smith, estão disponíveis no Portal de Periódicos da Capes (www.periodicos.capes.gov.br). A Coleção Capes de Humanidades é constituída de 150 mil livros publicados no século XVIII. As obras são da Biblioteca Nacional Britânica, localizada em Londres, e foram digitalizadas por editora internacional para serem acessadas por meio eletrônico. São 33 milhões de páginas, com obras de literatura, artes, história, geografia, ciências sociais, religião, filosofia e medicina.

Editorial

Barbárie: seria essa a melhor palavra para descrever a violência rotineira que vivemos? A violência silenciosa, corrupção, que mata sem disparar um tiro não tem solução?

Página 2

Um silêncio repugnante Por Atilio Boron, página 7

Internet

Andes-SN protesta contra parcelamento

Leia nota do Andes-SN no *site* www.adufrj.org.br sobre o parcelamento dos atrasados do reajuste da MP 295.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 503 18 de julho de 2006

Conselhos não organizam profissionais

Estudante e professores relatam experiências nas áreas de Engenharia, Educação Física e Comunicação Social

No que depender das áreas de Educação Física, Engenharia e Jornalismo, os conselhos profissionais servem mais à fragmentação da classe trabalhadora do que à sua efetiva organização. Pelo menos essa foi uma das conclusões do seminário promovido no dia 12 de julho, na Faculdade de Educação, pelo Movimento Nacional Contra a Regulamentação da Educação Física (MNCR) e pelo Centro Acadêmico de Educação Física e Dança (gestão 2006 - Quem Vem Com Tudo Não Cansa).

Apoiado pela Adufrj-SSind, o seminário teve duas mesas-redondas: a primeira, mais específica da Educação Física, área que sofreu recente exposição pela ingerência de dois fiscais do Conselho Regional de Educação Física (CREF) no *campus* da Praia Vermelha, em 26 de abril, quando cobraram a filiação de uma professora em atividade de extensão relacionada à natação; já a segunda mesa-redonda, intitulada "Contribuições acerca da

Continua na página 4

CONSELHOS PROFISSIONAIS TÊM ATUAÇÃO CRITICADA

Kelvin Melo

Editorial

A violência silenciosa

Barbárie: seria essa a melhor palavra para descrever a violência rotineira que vivemos? A violência silenciosa, corrupção, que mata sem disparar um tiro não tem solução? O desrespeito aos direitos sociais tem gerado inversões de valores por vezes impensados. O tratamento político dado aos problemas gravíssimos de segurança pública que assolam as capitais brasileiras por parte dos governantes e o caráter alarmista dado por alguns veículos de comunicação têm imposto à sociedade a busca por uma intervenção "mais dura" contra os criminosos. A violência justificaria a necessidade do uso da força. - *Chamem o exército!*, gritam alguns apavorados, precipitados. A repressão é a alternativa preferida por muitos. Para combater o terror, chamem o Caveirão, um em cada delegacia do país seria a solução. Não! Certamente não será com o uso da força que a violência será combatida de forma eficaz. O 51º Conad do Andes-SN considerou inapropriado o uso de mais violência policial para esconder conflitos sociais. Os trabalhadores, cidadãos de bem, ficam expostos e desprotegidos na linha de tiro entre policiais e criminosos. A atenção de toda sociedade para evitar o retorno a um passado de tirania institucional se faz necessária. Na grande imprensa nunca é mencionada a relação estreita entre as restrições governamentais para as áreas sociais e o fortalecimento da atual política de subserviência ao capital financeiro.

Se a educação compõe parte da estratégia de combate à violência, então algumas políticas públicas atuais estão na contramão. Durante sua participação no programa Roda Viva essa semana, o Ministro da Educação, Fernando Haddad, deixou claro o interesse de retirar os hospitais universitários e os aposentados e pensionistas da "conta" de sua Pasta. Nossa posição é contrária a essas medidas. O Andes-SN coloca-se na linha de frente na defesa dos hospitais universitários das IES federais e estaduais como autarquias, com pleno financiamento público.

O 51º Conad atualizou o Plano de Lutas devido às recentes investidas contra a universidade pública, expressas no decreto 5733/06, que trata da regulação, supervisão e avaliação da educação superior e na Resolução 02, de 9 de junho de 2006, do Conselho Nacional de Educação, que, ferindo Constituição, regulamenta os cursos de pós-graduação *strictu sensu*, e busca legitimar a cobrança de mensalidades em cursos oferecidos por instituições públicas.

A participação dos docentes nas discussões e proposições para enfrentar os desafios postos é não menos do que imprescindível. Que a indignação não pereça na sombra da inércia.

Leitura

Sintonia para pressa e presságio

Paulo Leminski

Escrevia no espaço.
Hoje, grafo no tempo,
na pele, na palma, na pétala,
luz do momento.
Sôo na dúvida que separa
o silêncio de quem grita
do escândalo que cala,
no tempo, distância, praça,
que a pausa, asa, leva
para ir do percalço ao espasmo.
Eis a voz, eis o deus, eis a fala,
eis que a luz se acendeu na casa
e não cabe mais na sala.

Agenda Sindical

18/7 – Reunião Ordinária da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF)
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

19/7 - Debate: A produção científica e a precarização do trabalho docente
Florianópolis (SC) – com a promoção do Andes-SN e da Apufsc-SSind

20/7 - Reunião do GT-Ciência Tecnologia
Florianópolis (SC) - sede da Apufsc-SSind

23 a 25/7 - Encontro Nacional dos Povos do Campo: por dignidade e justiça
Brasília (DF) - promoção do *Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo*

26/7 - Reunião da Coordenação do Setor das IPES do Andes-SN
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

27 e 28/7 - Reunião do Setor das IPES do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

29 e 30/7 - Reunião do GT-Carreira do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

31/7 - Encontro pós-51º Conad
Local: sede da Secretaria Regional do Rio de Janeiro do Andes-SN (av. Rio Branco, 277/1306), das 14h às 19h.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes (afastado) **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Edição e reforma gráfica:** Ana Maneuella Soares **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG discute problemas de acesso ao Siga

Storino informa que o NCE aguarda novas máquinas e pede compreensão dos professores

Durante a reunião do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da última quarta-feira (12/7), o conselheiro Ismael da Silva Soares propôs que o período de inscrição de disciplinas para o segundo semestre dos estudantes da graduação – que se iniciou no último dia 10 – fosse suspenso. Para o representante do CT, como muitos alunos estão acessando o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga), os professores não conseguem entrar no sistema para lançar as notas do primeiro semestre, o que prejudica os próprios alunos no momento da inscrição, principalmente porque algumas disciplinas exigem pré-requisito.

De acordo com o gerente do Siga, Ricardo Storino, apesar de o sistema ter sido projetado para receber acessos de professores e alunos ao mesmo tempo, com o perfeito funcionamento do lançamento de notas e da inscrição nas disciplinas, atualmente só estão sendo possíveis 400 acessos simultâneos. Segundo ele, os computadores do NCE ainda não suportam a carga para qual o sistema foi criado: "Estamos adquirindo novas máquinas. A previsão era para que elas já tivessem chegado para este período de inscrições, mas isto não ocorreu. Os professores e os alunos terão que ter mais um pouco de paciência", afirmou.

Conselheiros não suspendem inscrições

Na plenária do CEG, o conselheiro Ericksson Rocha e Almendra informou que não adianta os professores tentarem o acesso em diversos horários distintos, quando o Siga indicar que o máximo de conexões foi excedido: "É como uma fila de supermercado. Não adianta você ir pra casa e voltar duas horas depois, pois a fila continuará grande. Se quando formos entrar no Siga, estiver lotado, o portal deve ficar sendo atualizado até que obtenhamos o acesso. Quando você sai da página, você está saindo da fila", explicou.

Apesar de reconhecerem os problemas, os conselheiros entenderam que traria mais prejuízos do que benefícios a suspensão, após os alunos já terem iniciado suas inscrições. O próprio professor Ismael Soares retirou sua proposta antes mesmo que ela fosse votada, porém sugeriu que a questão volte à plenária do CEG para que esses mesmos problemas não se repitam no final do próximo período.

Reuniões da CPL serão mensais

Durante a sessão do Conselho de Ensino de Graduação, foram aprovadas alterações na resolução do CEG número 07/03, que dispõe sobre a criação e o funcionamento da Comissão Permanente de Licenciatura (CPL), órgão ao qual estão subordinados todos os cursos de licenciatura da UFRJ. De acordo com o conselheiro Gil Fernando da Costa Mendes de Salles, que presidiu a reunião, a solicitação das modificações foi feita pelo professor Marcelo Macedo Corrêa e Castro, que é o atual presidente da CPL.

A primeira mudança foi em relação ao mandato do representante dos estudantes de Licenciatura, que foi reduzido de três para dois anos. Os conselheiros entendem que, como o período de um estudante na universidade dura, em média, quatro anos, o mandato de três anos na CPL estava muito longo.

Ainda assim, após o final dos dois anos de mandato, o aluno poderá ser reconduzido ao cargo por mais dois, caso o Diretório Central dos Estudantes da UFRJ (DCE Mário Prata) assim deseje. Outra alteração, também aprovada por unanimidade no conselho, aumenta o intervalo das reuniões da CPL, que deixarão de ser quinzenais e serão mensais.

Resenha

Filosofia e Sociologia são obrigatórias

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou no último dia 7 a obrigatoriedade, no ensino médio público e particular, das disciplinas Filosofia e Sociologia. O parecer será ainda homologado pelo ministro da Educação. As escolas terão até um ano após a publicação da resolução para implementarem as disciplinas (estadao.com.br, 8/7).

CEE-RJ critica a inclusão de Filosofia e Sociologia

O Conselho Estadual de Educação (RJ) criticou a decisão do CNE e sustentou que as disciplinas deveriam ser ministradas de forma transversal nas disciplinas tradicionais para que os conteúdos escolares se tornassem mais contextualizados. Os conselheiros justificaram-se citando a falta de professores nas áreas e a diminuição do tempo das disciplinas tradicionais para compensar a inclusão (Folha Dirigida, 13/7).

Ainda se morre no Brasil por falta de vitamina

Famílias do interior do Maranhão sofrem com a falta de vitamina B1: 33 pessoas já morreram devido a uma síndrome neurológica e outras 123 tiveram sintomas de beribéri. A doença é causada por alimentação restrita ou por problemas de absorção devido à contaminação por agrotóxicos. Só agora foi identificada, mas pode estar matando a população carente do estado há anos (Folha de São Paulo, 12/7).

Unifesp aprova cotas para professores

A Universidade Federal de São Paulo aprovou a reserva de vaga para docentes da rede pública nos cursos de formação de professores (química, biologia, história, filosofia, ciências sociais e pedagogia). Os cotistas disputarão seis das 50 vagas desses cursos. A medida já estará em vigor no próximo vestibular (Folha de São Paulo, 13/7).

Universidades

Continuação da capa

regulamentação profissional", contou com a participação do professor Roberto Simões (do MNCR), da estudante Leila Leal, da ECO; e do diretor da Escola Politécnica, Ericksson Almendra. Esse debate foi mediado pelo ex-estudante da Educação Física e agora mestrando do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação, Bruno Gawryszewski.

O debate

Leila fez um relato da proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo que, encaminhado pela Federação Nacional da categoria, teria o pretexto de defender os jornalistas. Mas, pelo contrário, só fará taxá-los e criminalizá-los, em última instância. Embora não tenha sido aprovado, o projeto permanece ameaçando a categoria.

Um ponto que a estudante fez questão de destacar foi a cobrança de taxas pela filiação obrigatória. Sem o registro no CFJ, o profissional seria proibido de atuar. "Ora, entre pagar ao Conselho e contribuir para o sindicato, que seria voluntário, o que o profissional iria escolher?", questionou, referindo-se aos baixos ganhos da categoria. E foi além: "Essa escolha pelo CFJ acabará enfraquecendo ainda mais os atuais sindicatos", completou.

A estudante também criticou um outro argumento da FENAJ em defesa do Conselho, que seria "zelar pela independência do jornalista". Ela esclareceu que, pela proposta do CFJ, o profissional teria o direito de negar a produção de uma determinada matéria, que considere anti-ética. "Na prática, pressionado pelos patrões, o jornalista não vai deixar de produzir qualquer matéria. E ele é quem será punido pela notícia mentirosa. A empresa continuará isenta", comentou.

A existência de um Código de Ética da profissão, já aprovado em congresso dos jornalistas, e a aplicação do atual Código Penal, para punir os crimes de mídia, como a calúnia, são motivos suficientes para a estudante classificar o CFJ como um instrumento desnecessário.

Roberto Simões
Integrante do Movimento Nacional Contra a Regulamentação

"Em alguns concursos, está acontecendo até a exigência da filiação ao conselho como requisito básico para a posse do candidato"

Ericksson Almendra
Diretor da Escola Politécnica

"Com as fronteiras do conhecimento diluindo-se diariamente, os conselhos profissionais perdem cada vez mais a razão de ser. "Na Engenharia, é um órgão absolutamente burocrático"

Leila
Estudante de Jornalismo

"Ora, entre pagar ao Conselho e contribuir para o sindicato, que seria voluntário, o que o profissional iria escolher?" "Essa escolha pelo CFJ acabará enfraquecendo ainda mais os atuais sindicatos"

Leila também mencionou a existência do Conselho de Comunicação Social, este sim previsto na Constituição Federal de 1988, e instituído em 1991, que funcionaria como órgão auxiliar do Congresso Nacional nas questões de Comunicação. "Mas que nunca teve atuação efetiva", lamentou.

Proposta de acreditação profissional

Diretor da Escola Politécnica da UFRJ, o professor Ericksson Almendra também duvida dos atuais conselhos para atestar a competência de um profissional. Como alternativa, ele sugeriu para o debate a possibilidade de se criar um sistema de acreditação profissional para todas as categorias, a exemplo do existente para os pilotos de aviação. Segundo ele, após o curso específico, o profissional só pode pilotar aviões pequenos; somente depois de alguns anos de experiência e mais cursos, é autorizado a conduzir aviões maiores; finalmente, com mais alguns anos e cursos, pode guiar um avião de grande porte. Ele destacou a importância de um modelo moderno de regulamentar as profissões para a sociedade: "Se um médico errar uma vez, mata um; se o engenheiro errar uma vez, mata dezenas ou centenas; se um economista errar uma vez, mata milhões", afirmou.

Conselhos vêem perdendo a razão de ser

Para Ericksson, com as fronteiras do conhecimento diluindo-se diariamente, os conselhos profissionais perdem cada vez mais a razão de ser. "Na Engenharia, é um órgão absolutamente burocrático", criticou. Ele citou o exemplo de brasileiros que se formam em reconhecidas universidades estrangeiras, mas têm dificuldades de atuar no Brasil, por causa da interferência dos CREAs (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). "Só porque os alunos não fizeram algumas disciplinas específicas do curso brasileiro", esclareceu.

O diretor da Politécnica fez questão de frisar que a própria universidade não é capaz de estabelecer competências. "O diploma da UFRJ é sólido, mas nem todos os diplomados possuem competência", comentou. Mas Ericksson também deixou claro que prefere ver o documento da universidade à simples apresentação de uma carteirinha pelo conselho profissional de uma determinada área.

Educação Física sofre com atuação do CREF

Pelo Movimento Nacional Contra a Regulamentação (MNCR), o professor Roberto Simões criticou severamente a atuação dos conselhos que buscam regulamentar os profissionais da Educação Física. Segundo ele, a categoria deveria se organizar nos sindicatos regionais de professores para evitar essas perseguições, como a que atingiu uma docente da UFRJ em abril.

Para o MNCR, Roberto esclarece que os formados em Educação Física, como o próprio nome diz, são caracterizados como educadores. Portanto, não cabe a ingerência dos conselhos na fiscalização de seus professores. "Meu sonho de luta é um dia conseguir ocupar a sede do CREF e sair de lá com a garantia de liberdade dos professores", comentou. O docente observou ainda que a truculência do conselho é muito intensa na esfera pública. "Em alguns concursos, está acontecendo até a exigência da filiação ao conselho como requisito básico para a posse do candidato", disse.

Apesar das dificuldades, Roberto Simões acredita que, além dos sindicatos regionais, o movimento contra o CREF deve ganhar força entre os estudantes e os professores das escolas. "O Rio de Janeiro já tem um movimento organizado e poderíamos auxiliar outros colegas de outros estados", comentou. "Nós somos a favor da regulamentação dos direitos trabalhistas", completou.

Colegiados

Adufrj-SSind fala ao Consuni sobre progressão para Associado

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, foi à última sessão do Conselho Universitário (13/7) para expor aos conselheiros a posição do movimento docente em relação à edição da Medida Provisória nº 295, que determinou mudanças na carreira e na estrutura salarial dos professores de magistério superior e de 1º e 2º graus. José Simões falou também sobre a portaria nº 7 que regulamentou a progressão para a nova classe de Associado, na carreira do magistério superior. Segundo o professor, nenhum dos dois documentos contou com a aprovação do Andes-SN.

Sobre a portaria do Associado, José Simões questionou principalmente o critério que só permite a progressão para o primeiro nível da nova classe. De acordo com o presidente da seção sindical, essa restrição prejudica os professores com significativa produção acadêmica e há muitos anos na condição de Adjuntos IV - estes, pela portaria do MEC, serão igualados, para efeitos de progressão, aos docentes com apenas dois anos nesta condição. Bem diferente do que reivindicava o Sindicato Nacional, que solicitou uma progressão proporcional ao tempo de Adjunto IV para os demais níveis da nova classe.

Em relação aos parâmetros específicos de cada universidade para avaliação do desempenho acadêmico do docente que pleitear a progressão, José Simões solicitou que o Consuni não faça nada muito diferente dos atuais critérios para progressão para as outras classes. Segundo ele, mesmo com suas atuais limitações, como não valorizar atividades de extensão, a legislação interna não apresenta problemas maiores.

Mais um passo para a Filosofia no vestibular 2008

O Conselho Universitário deu mais um passo para a implantação da Filosofia no vestibular de 2008 da UFRJ. O colegiado decidiu formar uma comissão para discutir e propor como a disciplina será cobrada dos candidatos aos cursos de graduação da universidade. A comissão terá três representantes indicados pelo Consuni, três do CEG e mais três do Departamento de Filosofia do IFCS.

A decisão deu um basta na indefinição que cercava o assunto já há alguns anos. Apesar de o CEG e o Consuni já terem deliberado anteriormente pela inclusão da disciplina no concurso, a comissão de vestibular havia apresentado ao CEG de 10 de maio um parecer em que questionava a origem do processo e cobrava maior discussão sobre o tema na universidade.

Coincidência ou não, a inclusão no vestibular reflete recente decisão do Conselho Nacional de Educação (CNE). No último dia 7, por unanimidade, os conselheiros resolveram que as escolas de ensino médio devem oferecer as disciplinas de Filosofia e Sociologia. A medida torna obrigatória a inclusão das duas matérias no currículo do ensino médio em todo o país, ampliando o que já era praticado em 17 estados. Os demais estados terão um ano para se adaptar à resolução do CNE.

Adiada decisão sobre vagas da Licenciatura em Música

O Conselho Universitário começou a debater o recurso da diretoria da Escola de Música, que pretende manter 52 vagas para sua Licenciatura na próxima edição do vestibular - no Conselho de Ensino de Graduação do dia 5 de julho, devido aos problemas identificados pelos conselheiros com o currículo do curso, o edital do concurso 2007 havia sido definido sem essas vagas.

Presidente da Comissão de Ensino e Títulos do Consuni, a decana Suely de Almeida (CFCH) comentou que o processo recebido não apresentava elementos suficientes para uma decisão: fosse pela manutenção ou pela suspensão das 52 vagas da Licenciatura. Ela apresentou um parecer em que o Consuni solicitava os devidos esclarecimentos ao CEG e, em função disso, adiava a decisão de plenário para a próxima sessão (prevista para 27/7).

Para não atrasar o cronograma do vestibular 2007, Suely sugeriu a imediata publicação do restante do edital sem qualquer observação sobre as vagas da Licenciatura em Música. Após a sessão do final de julho, caso o Consuni decida pela manutenção da Licenciatura, será publicado um adendo ao concurso apenas com essas vagas. Suely disse ter dialogado com a superintendente geral de graduação da UFRJ, Deia Maria Ferreira, que lhe assegurou tal possibilidade.

Kelvin Melo

JOSÉ SIMÕES CRITICA PROGRESSÃO SOMENTE PARA PRIMEIRO NÍVEL DA NOVA CLASSE

Alguns conselheiros chegaram a pedir a inclusão das vagas, sem ouvir o CEG, uma vez que a direção da Escola de Música garantia o curso. “Na dúvida, beneficie-se o réu, que não é a Escola de Música, mas a sociedade. Esse curso equivale a cerca de dois dos novos cursos do CT, que oferecem 25 vagas cada”, comentou o decano do CT, Cláudio Baraúna. Mas, ao final, prevaleceu o parecer pelo adiamento.

Reparo na resolução das fundações

O Consuni aprovou pequena, mas significativa mudança na resolução nº 02/2006, que dispõe sobre a relação entre a UFRJ e suas fundações ditas “de apoio”. Em seu artigo 20, parágrafo quinto, que trata do fundo contábil criado a partir da arrecadação dos percentuais aplicados sobre os projetos gerenciados pelas fundações, foi substituída a expressão “receitas próprias” por “receitas à disposição” da universidade. De acordo com a decana Angela Rocha, presidente da Comissão de Desenvolvimento do Consuni, essa mínima alteração impedirá que os recursos do fundo contábil possam ser contingenciados pelo governo federal.

Despedida de decanos

A sessão do dia 13 de julho foi marcada, ainda, pela despedida do colegiado dos decanos do Centro de Tecnologia (Cláudio Baraúna), do Centro de Ciências da Saúde (João Ferreira) e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (Suely de Almeida). Eles serão substituídos, a partir da próxima sessão, pelos professores recém-eleitos nos respectivos Centros: Walter Suemitsu (no CT), Almir Fraga (no CCS) e Marcelo Corrêa e Castro (no CFCH).

Novos representantes discentes

Enquanto uns saem, outros chegam: foram apresentados os novos representantes estudantis, indicados pela chapa vencedora da recente eleição do DCE. Os novos titulares da bancada discente são: Rilden Ramos, Flávia Calé, Lucas Tramontano e Thiago Duarte.

A representante Flávia Calé observou que o desafio imediato do novo DCE será ampliar o debate em torno da reforma da educação superior. Outro objetivo em vista será participar da discussão do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRJ.

Fotos/Internet

Internacional

Um silêncio repugnante

Por Atilio Boron*

Às vezes, o silêncio é ensurdecedor. Nestes dias de mutação dos que se dizem defensores da democracia liberal, do mundo livre e da economia de mercado, ressoa com estrépito. O regime genocida de Israel, herdeiro sinistro do seu verdugo nazi, está a perpetrar um crime inqualificável contra o povo palestino. Quando Bush caracterizou o governo do Hamas como "terrorista", a União Européia avalizou essa infâmia. Tel Aviv sentiu-se respaldada e abriu as portas do inferno. O bombardeamento indiscriminado de populações civis indefesas, os atentados contra autoridades democraticamente eleitas da Palestina e a destruição de tudo o que encontraram na sua passagem foi a palavra de ordem do governo israelense. Os gabinetes dos principais ministérios foram destruídos, ministros, parlamentares e altos funcionários da Autoridade Palestina encarcerados, o abastecimento de eletricidade para a metade de milhão e meio de habitantes que se apinham em Gaza foi inutilizado pela aviação israelense, paralisando escolas, hospitais, oficinas e lojas, deixando os lares sem esse recurso vital.

Em poucos dias não haverá água potável porque as estações de bombeamento deixarão de funcionar. Caminhos intransitáveis, campos abandonados, a frágil infra-estrutura de Gaza está a ser metodicamente arrasada perante a indiferença do mundo. Noite após noite, a aviação israelense sobrevoa esse pequeno território lançando bombas de estrondo, entre outras. A ordem do valente e honrado primeiro-ministro israelense, Ehud Olmert, foi terminante: "Que ninguém durma em Gaza".

O pretexto desta barbárie: a captura pela resistência palestina do cabo do exército israelense Gilad Shalit — captura, não seqüestro, uma vez que Shalit era membro de um exército invasor e foi capturado em combate pelos seus inimigos. Perante isto, Tel Aviv negou-se a negociar com os seus captores um intercâmbio de prisioneiros políticos — há umas 900 crianças e adolescentes palestinos presos em Israel, e mais de 5.000 adultos, todos qualificados como terroristas. Os cárceres de Israel, como os de Guantánamo, não recolhem seres humanos.

Quando o presidente iraniano exortou a "apagar Israel do mapa", o mundo foi comovido por uma onda de justificada indignação. Mas quando o governo de Israel leva à prática essa ameaça e apaga literalmente do mapa a Palestina, os líderes das "nações democráticas" e os seus apaniguados — os Vargas Llosa, Montaner, Zoe Valdéz e companhia — guardam um repugnante silêncio. Sua duplicidade moral é ilimitada.

Podem justificar com o seu silêncio qualquer coisa: inclusive, um genocídio como o que está sendo praticado por Israel na Palestina. Naturalmente, não duvidarão nem um instante em qualificar de "terroristas" as imperdoáveis palavras do presidente iraniano. Mas quando o terrorismo de Estado não é declarado num discurso insensato e sim sistematicamente praticado por um peão dos Estados Unidos como Israel, sua consciência moral padece de um súbito adormecimento.

O propósito do governo israelense é bem claro: apoderar-se definitivamente de Gaza. Sitiá-la deixá-la sem água, pão, luz, ou trabalho. Priva os seus habitantes de toda esperança e extermina-os pouco a pouco, com a cumplicidade dos grandes defensores da democracia e da liberdade, preocupados como estão pela ameaça que os foguetes norte-coreanos representam para a civilização.

* Traduzido do espanhol por José Carlos Moutinho (Jornalistas Populares)
Original: em www.rebelion.org
10/07/2006

Opinião

Entre São Paulos

Ricardo Kubrusly*

Lá onde se deita o infinito
Braços e pernas se entrelaçam
E como um polvo estilhaçando-se
Um coração esquizofrênico
Se esgarça. Transforma-se em fatos
Anêmicos como as vidraças.

De São Paulo, copiando Badiou, não me interesso pelo culto a sua volta ou pelas boas novas que propala, mas sim, pela militância universalista que inaugura. Não tornarei a compará-lo, como já foi feito, a Lênin e à s idéias de Cristo que transformava em ação às de um Marx equivocado. De São Paulo, me prendo agora, à sua re-aparição como metrópole, com suas ruas continuamente em chamas, derramando feridas e espalhando pelo país as revoltas que pelas frestas dos muros gritam aos homens de todas as vontades. Amém.

Há que se enxergar um pouco para além da dualidade TeleJornal-Novela onde tiros e bolas se confundem e os mortos são salvos na prorrogação ou nos pênaltis e a realidade, estilhaçada em metades iguais e diferentes, revela-se pela ação trivializante do controle remorso. A tecla verde prende os bandidos que se apossaram de nossas crianças, da paz que não

sabíamos, das nossas drogas e do ar, é claro, invisível, que nos une aos acontecimentos. A tecla vermelha mata-nos com balas e bolas prateadas, em plena poltrona, entre o automóvel e a sala de jantar, quando, por pouco, no amarelo do semáforo em dúvida, salvo, por 1 triz, pela potência flex dos cavalos roucos do meu Chevette prateado, quase me vejo transformado em número. A morte de mais um carcereiro me devora.

De São Paulo, não me interesso pelo culto estreito aos seus homens de negócios ou pelas amargas novas de suas veleidades passageiras, mas pela militância cinza e nacional de suas Avenidas. Enquanto Beirute cinza mais uma vez é destruída, São Paulo, como um polvo estilhaçado, alastra-se pelas Américas sem pudor e sem piedade, vara os oceanos e chega à Europa. Lá desembarca pelas barbas cabalistas dos Marranos seiscentistas e, soprada por Zéfiros zombeteiros, ruma norte e sul ao mesmo tempo, chegando às Áfricas e aos campos futebolísticos germânicos de onde viriam as notícias dos verdadeiros guerreiros do planeta em pausa.

Com o mundo em modo de espera, as cidades se embandeiraram e com a tecla verde vieram os parcos gols e a constatação de que já não somos o que sonhávamos. Com os dribles do imigrante inspirado afundamos de vez na realidade de onde de fato nunca saímos. E a copa, sem os nossos gritos, se arrastou pela TV como por um cemitério, passo a passo, sem ter vontade de mover-se, indo. Com o mundo em modo de espera assistimos, quase deprimidos, aos zero a zero infinitos, em que as moedas podiam mais do que os pés.

Quando mais nada esperávamos, por entre latinos em férias num Berlim pós tudo, sem anjos ou conseqüências, aguardando apenas o apito final, que reintroduziria as segundas feiras em nossas vidas comuns, eis que o imigrante inspirado desiste de ser herói para se tornar herói e, vestido de planeta em fúria, acerta o coração do mercado, acorda o mundo, salva a copa e nos devolve aos acontecimentos.

São Paulo de origem Saul, que rumando à noite no deserto cinza para um Bagdad que já não mais existe, com a missão carcereira de matar bandidos e acabar com eles, é abalroado pela luz dos acontecimentos, decifra e transforma o sinal em militância e espalha-se pelo mundo inventando Cristo, hoje, em metrópole transformado, nos manda, por dentro de todas as ruas e becos e muros, o seu sinal de fúria, em busca da militância que o decifre e transforme a sua luz difusa na invenção, pela luta abandonada, de uma sociedade possível e justa.

*Diretor da Adufrj-SSind

Informe

Mais uma gratificação produtivista

Dentro de sua política de gratificações produtivistas, o governo inventou mais um "penduricalho" para o contracheque do servidor. Acaba de ser criada uma gratificação por encargo de curso ou concurso. Será devida ao servidor que, em caráter eventual, por exemplo, "participar de banca examinadora ou de comissão para exames orais, para análise curricular, para correção de provas discursivas, para elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos". Participar da aplicação, fiscalização ou avaliação de provas de exame vestibular ou de concurso público é outra forma de receber a nova gratificação.

Também só será paga, se não prejudicar as atividades habituais do servidor, devendo ser objeto de compensação de carga horária quando desempenhadas durante a jornada de trabalho.

Os critérios de concessão e os limites da gratificação serão fixados em regulamento interno. Fato é que a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso não se incorpora ao vencimento ou salário do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões. A gratificação surgiu através da promulgação, em 3 de julho, a Lei nº 11.314, que altera o conhecido regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112).

UFRJ

Ângela Rocha continua no CCMN

Reitor afirma contar com a decana para defender a universidade das tentativas de privatização impostas "até mesmo pelo governo"

De acordo com o reitor Aloisio Teixeira, para dirigir um centro na UFRJ o professor precisa não só pensar projetos para melhorias das unidades que abriga, como também contribuir para ajudar na defesa do sistema público de ensino superior no país. Segundo ele, junto da resposta que virá nas discussões dos projetos da universidade, há um desafio mais importante que a UFRJ deve responder e que o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) ajudará a enfrentar nos próximos quatro anos.

Para o reitor, a professora do Instituto de Matemática Ângela Rocha dos Santos, reeleita decana do CCMN com 96,2% dos votos docentes, 94,7% dos votos discentes e 85,1% dos técnico-administrativos, tem o perfil ideal para ajudar a enfrentar este desafio: "Nós não podemos nos sentir satisfeitos com um sistema de ensino superior que abriga no seu interior apenas 9% dos jovens entre 18 e 24 anos. É uma situação humilhante para um país como o Brasil. Nós não podemos aceitar que a universidade continue sendo o monopólio social do jeito que é e que produza exclusão na forma como ela produz", afirmou Aloisio Teixeira.

Na cerimônia de posse para mais quatro anos de mandato, o reitor reafirmou sua confiança em Ângela Rocha: "Também não podemos aceitar os processos de privatização que nos são continuamente impostos, inclusive pelo governo. Precisamos ter firmeza para que este processo de reconstrução seja uma realidade entre nós. Junto da responsabilidade de sermos cada vez melhores nas atividades de docência, pesquisa e extensão, temos que enfrentar o desafio de dar uma resposta para a demanda social que é intensa e imensa no Brasil de hoje. E é para responder a este desafio que eu convoco a decana nos próximos quatro anos", concluiu ele, antes de ser efusivamente aplaudido.

CCMN quer ser um exemplo para a UFRJ

A cerimônia ocorreu na tarde da última terça-feira (11/7), no salão nobre do CCMN, e contou com a presença do pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Antônio Levi da Conceição, o pró-reitor de pessoal, Luiz Afonso Henriques Mariz, a pró-reitora de extensão, Laura Tavares Ribeiro Soares, o prefeito da Cidade Universitária, Hélio de Mattos Alves, o decano do CLA, Léo Soares, o decano do CT, Cláudio Luiz Baraúna Vieira, o decano do CCJE, Alcino Ferreira Câmara Neto, o superintende geral de administração e finanças, Milton Flores, a superintendente geral da pró-reitoria de extensão, Isabel Cristina Alencar de Azevedo, do representante dos estudantes Patrick Vicent Kelecom, diversos professores e diretores de unidades, além do próprio reitor e da vice-reitora, Sylvia Vargas.

Em seu primeiro discurso após a posse, Ângela Rocha agradeceu a presença de todos e pressupôs o entusiasmo da platéia como um balanço positivo da última gestão e uma certa prospecção para a futura: "A função do dirigente é usar a experiência coletiva para, convivendo com a adversidade, criar condições para que o novo floresça e frutifique. Nesse sentido, o CCMN é um centro primoroso. Somos um centro extremamente homogêneo e que percentualmente é o centro com o maior número de doutores na universidade", afirmou ela, para depois declarar ainda que espera tornar o CCMN um exemplo para toda universidade.

Ângela está pronta para o próximo mandato

A decana reeleita acha que o CCMN está apto a responder ao novo e grande desafio e que, usando a experiência coletiva, poderá fazer propostas e colocá-las em realização, trazendo assim, novos projetos para a universidade: "Estou certa de que nós, do CCMN, conseguiremos responder a esse novo e grande desafio. Por isso, me sinto respaldada nesta tentativa de iniciar um novo mandato, sempre com a visão de transformar nossos sonhos coletivos em uma realidade possível (...) Se pude realizar alguma coisa é porque eu tive muito apoio da reitoria, das nossas unidades, dos nossos dirigentes universitários, dos nossos alunos e dos nossos técnico-administrativos", elogiou.

Antes de encerrar a cerimônia, o reitor Aloisio Teixeira enalteceu o discurso de Ângela Rocha: "Em nenhum momento ela se refere a ela mesma. As conquistas são conquistas do centro, as expectativas que ela tem são expectativas relacionadas ao centro, e o êxito e a possibilidade de ter vivido esta experiência ela credita inteiramente a todos vocês", ressaltou. A comunidade universitária torce agora para que Ângela Rocha, que nunca havia cumprido um mandato até o fim, siga por mais quatro anos à frente do CCMN, da mesma maneira brilhante que conduziu o primeiro mandato.

POSSE DA DECANA NO SALÃO NOBRE DO CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA

Fotos/Antonio Vianna

Anote

Encontro pós-Conad

A Secretaria Regional do Rio de Janeiro do Andes-SN convocou o Encontro pós-51º Conad para o próximo dia 31, segunda-feira, das 14h às 19h, em sua sede (av. Rio Branco, 277/1306).

Música no Forum

O projeto Música no Forum recebe, neste dia 20 (quinta-feira), um tributo a Mozart, com a curadoria do professor Luiz Senise. O evento ocorre no Salão Dourado, a partir das 19h. Mais informações podem ser conseguidas pelo telefone 2295-1595, ramais 113 e 117.

Entrevista

O pró-reitor de extensão e professor titular da UFRRJ, José Cláudio Alves, fala sobre as relações de poder por trás da explosão de violência nos grandes centros

Páginas 4 e 5

Hospitais Universitários

Até 2008, os hospitais universitários públicos deverão estar com os leitos e procedimentos 100% vinculados ao Sistema Único de Saúde. Mas parte do governo insiste na manutenção dos leitos privados.

Páginas 7 a 10

A extensão universitária e a universidade pública como direito social

Por Regina Helena Simões Barbosa, página 10

Nesc vira Instituto

Consuni aprova criação de Instituto de Estudos em Saúde Coletiva

Página 12

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 504 31 de julho de 2006

Atrasado e em três vezes

Os professores da universidades federais receberão os atrasados do reajuste da Medida Provisória 295 em três parcelas a partir do pagamento do mês de julho, previsto para os primeiros dias de agosto. O reajuste médio de cerca de 10%, embora longe de atender as necessidades salariais da categoria, foi resultado da luta dos docentes durante a campanha salarial de 2005, quando os professores realizaram uma greve nacional durante 112 dias, a mais longa da história do movimento docente mais de 30 instituições participaram da paralisação.

Com o argumento de que o pagamento integral dos atrasados compromete "as disponibilidades orçamentárias e financeiras", o governo impõe mais esse constrangimento aos professores: de serem obrigados a esperar três meses para receber os atrasados devidos. Com a medida arbitrária, o governo Lula ignora que Lei Orçamentária de 2006 previa os recursos para o cumprimento das disposições contidas na sua MP.

As assessorias jurídicas nacional e da Adufrj-SSind realizarão um encontro no dia 4 de agosto, com a participação da diretoria do Andes-SN, para analisar os problemas que surgiram com a implementação da medida provisória do reajuste. A idéia é estudar casos relativos à progressão, remuneração de quem tem vantagens (artigos 192 e 184) e outros casos e apresentar uma proposta para uniformizar a intervenção jurídica do movimento docente. Para isso, o Sindicato Nacional convocará um Grupo de Trabalho emergencial e específico para tratar da MP 295 e suas conseqüências.

Veja, ainda, a posição da Adufrj-SSind sobre o parcelamento dos atrasados na página 2.

Editorial

O Homem Fatiado

Pobre do escravo feliz que prefere conchavar com o opressor, pois acredita-se indispensável, do que lutar por sua libertação.

O famigerado PL que acabou virando MP e proclamando um aumento de salário que só valia para a grande imprensa e para alguns poucos escolhidos ainda prejudicou a classe de professores adjuntos que se viram, por obra de penadas inconseqüentes e bem articuladas, cada vez mais distantes do topo da carreira. Vimos nossos sonhos adiados e a nossa paciência mais uma vez testada. Até quando?

Pelo menos a merreca dos atrasados viria até junho ou julho e já se prestaria para o acerto das tantas dívidas que a nossa classe de professores, tragicamente se vê, nos dias de hoje, forçada a contrair para estabilizar precariamente o seu modo de vida. Mas não. O que já era vil na essência se torna o refino da vileza. Fomos fatiados, cuidadosamente fatiados e o que nos é devido e que já era sem gosto e sem sal torna-se um veneno cuidadosamente ministrado que não nos visa matar, mas enfraquecer. O que nos é devido virá em parcelas que se estenderão até o momento das eleições. Ao insosso do projeto que não nos satisfazia, adicionaram a droga que ilude, mas não sacia.

Tráfico é tráfico, o objetivo sempre é o vício do otário, as substâncias é que podem variar: excitantes, neurodepressor, alucinógenos, influências, poder, salários, ficam todos no mesmo saco. Para o incauto, o drogado, o usuário, a droga cria uma ilusão de possibilidade, que por ser falsa é passageira, ele quer mais e volta. Para o traficante, nos morros, em Washington ou em Brasília, a droga é a corrente que prende e impõe um vinculo entre o desespero e a ilusão e que visa tão somente trazer de volta o infeliz com o seu dinheiro, seu desespero, seu voto.

A lógica do capitalismo e seus poderes se alimenta desse vício e desse desespero. Há que produzir as drogas e suas metáforas, para ter o povo e os povos, como viciados, sob controle.

Nesse cenário o futuro é hoje e se não usarmos nossas razão e sentimentos, o amanhã será igual ou pior. Somos nós, o homem fatiado que se torna realidade.Há que perceber que o que é ininteligível para uns pode ser imprescindível para outros. Fora do viver a diferença na busca da justiça social, só nos restará a unanimidade de um povo escravizado e fatiado.

Cartas

Colegas,

Na qualidade de associado da ADUFRJ e de Professor Aposentado do Instituto de Química, do qual fui Diretor no período 1994-1996, venho por intermédio desta manifestar minha indignação pela publicação, no informativo da ADUFRJ, do artigo intitulado "Um silêncio repugnante", de autoria de Atilio Boron, traduzido do espanhol por José Carlos Moutinho. O artigo é tendencioso e em momento algum levanta nem mesmo a hipótese de que a reação de Israel se dê como consequência das agressões que vem sofrendo. Qual seria a sua reação se seu vizinho insistentementre atirasse contra a sua casa? Trata-se de uma OPINIÃO pessoal do autor, de teor que não deveria estar nas páginas de nosso INFORMATIVO. Para demonstrar a imparcialidade da ADUFRJ, no caso de o assunto ser realmente julgado pelos editores como de interesse da comunidade docente da UFRJ, o mínimo que deveria ter acontecido seria a publicação simultânea de OPINIÃO diferente da do Sr. Atílio Boron.

Espero também que, no mínimo, esta minha mensagem seja publicada no próximo número do informativo da ADUFRJ.

Atenciosamente,

Profesor David Tabak

Solicito para o dito artigo, no meu entender totalmente sectário, parcial e improbo, direito de resposta. Mesmo sendo tradução gostaria de saber, já que a responsabilidade de opinião é do autor e não "necessariamente" da Diretoria , a quem dirigir o direito de resposta .

1. O Hamas é declaradamente um partido teocrático fundamentalista excludente e utiliza táticas terroristas ao explodir bombas em aglomerações de civis. Ser eleito democraticamente não implica em ser democrático.

2. O Hamas não reconhece o direito de existência do Estado de Israel apesar de ter lugar na Administração Palestina que surgiu com resultante de um reconhecimento explícito pelos Acordos de Oslo de ambas entidades estatais.

3. As atividades militares de Israel em Gaza, da qual se retirou para a fronteira internacional, reconhecida desde 1949 são realizadas em virtude dos lançamentos diários de foguetes Kassams sobre cidades israelenses. O autor, tradutores e responsáveis pela publicação do artigo "esqueceram" e não se referem a estes detalhes mais do que significativos. O bombardeio não é gratuito e não é ação e sim reação a atos de guerra.

4. O "combate" e captura a soldado israelense foi feito em território israelense. Se isso não é "casus belli", pergunto o que será.

5. As adjetivações "nazi" "genocida" são altamente ultrajantes justamente para um país que é formado por descendentes e sobreviventes do holocausto e que mantém um regime democrático, sem milícias particulares e ditadores laicos ou fundamentalistas.

6. Se os responsáveis pela publicação , tradutor e autor do texto, se julgam de esquerda é vexatória a falta de auto crítica e as asneiras presentes em suas elocubrações. Apoiar fundamentalismos religiosos e intolerantes como "libertários" nào faz parte do ideário das posições com as quais me identifico.

7. Não sou representante das posições do atual ou anterior governo de Israel. Identifico-me com a corrente moderada do Shalom Achshav que combateu e combate duramente certas posições e atitudes daqueles governos eleitos.

8. Existe no entanto um certo consenso mínimo na questão e Gaza e do Líbano, de que não estando em território alheio e não tendo provocado ato de guerra, a reação do governo de Israel é legítima em defesa de seus cidadãos "raptados"e atacados por foguetes dentro de suas fronteiras internacionais reconhecidas mundialmente.

Professor Henrique Samet

Nota de esclarecimento

O jornal da Adufrj tradicionalmente veicula e debate questões consideradas importantes para nossa comunidade. Dos simples informes dos nossos colegiados ao aquecimento global, passamos por discussões sobre ensino, a pesquisa, os salários e o desemprego crescente. Debatemos sim, questões locais, nacionais e internacionais, do consumo excessivo de drogas por nossa classe média e seus temores pela violência urbana que este comércio desencadeia em nossa sociedade aos recentes movimentos reivindicatórios que se espalharam pela Europa e Américas, dos descalabros do governo norte-americano aos descalabros do nosso e de qualquer outro governo.

Diante da violência que se apresenta em nossa cidade, nossa universidade se fecha e nós criticamos, os muros crescem e nós criticamos, os guardas armados já estão nas portas de nossas salas de aula e mesmo que eles se instalem dentro das salas, nós não nos calaremos. A violência do mundo é a mesma da cidade e nesse sentido, a situação de guerra no Oriente Médio é um dos aspectos da política de acúmulo de privilégios que se abate sobre todo o planeta. Os gigantescos interesses econômicos que incentivam a indústria da guerra, a importância estratégica do petróleo e a destruição de vastas regiões desconhecem e desrespeitam o direito à vida de todos os povos da região. As conseqüências desta guerra chegam até nós seja pela instabilidade econômica do país, seja pelo desrespeito à vida humana, seja pela insensibilidade que a mídia trata o problema, promovendo a alienação de milhões de pessoas, principalmente de jovens.

Entendemos que, embora enfrentando dificuldades várias, devemos debater e nos posicionarmos em relação às grandes questões de nosso tempo.

Diretoria da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes (afastado) **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Cidade

Cresce número de ocupações no Rio

Lígia Coelho*

Cento e cinqüenta famílias ocuparam um prédio de 32 apartamentos no Rio Comprido, Centro do Rio de Janeiro, no início de julho. A ocupação durou apenas um dia, mas o episódio e seus desdobramentos revelam a urgência da população por moradia urbana

No início de julho, cerca de 150 famílias ocuparam um prédio de 32 apartamentos na rua da Estrela, no Rio Comprido, no Rio de Janeiro. Cerca de duas semanas depois, outro imóvel, desta vez no Cosme Velho, Zona Sul, foi ocupado por aproximadamente 20 famílias. Outra recente ocupação ocorreu em junho, no bairro do Caju, Zona Portuária, no prédio de um antigo hospital abandonado, pertencente à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Os três episódios ocorridos em meados deste ano são apenas alguns exemplos que revelam o nível crescente de desabrigados na cidade e o drama da falta de moradia, um problema nacional. Com o aumento das populações nas metrópoles, sem condições mínimas de sobrevivência, cresce também o número de ocupações de prédios abandonados, preferencialmente públicos. No Rio, um dos exemplos mais bem-sucedidos é o da ocupação Chiquinha Gonzaga, na Central do Brasil, que completou dois anos no último dia 23. No local, no endereço de um prédio pertencente ao Incra, estão abrigadas 68 famílias, lutando para obter legalmente a cessão do imóvel. Outro exemplo é a ocupação Zumbi dos Palmares, na Praça Mauá, ocorrida em 2005.

Mas nem sempre essas ações têm saldo positivo. Na maioria dos casos, a polícia é acionada e os sem-teto são obrigados a desocupar o imóvel. Foi o que ocorreu no ano passado, quando moradores do Largo de São Francisco tentaram ocupar um casarão na Lapa, e em 2004, quando moradores de duas ocupações na Central do Brasil sofreram ações de despejo. O mesmo aconteceu agora na ocupação do Rio Comprido. As famílias entraram e saíram do prédio no mesmo 2 de julho, depois que o proprietário apareceu, chamou a polícia e recusou-se a negociar.

Como muitos outros imóveis do Rio Comprido, o prédio da rua da Estrela tem visíveis os sinais de abandono. São portas e janelas quebradas e paredes rabiscadas. Preocupados com o estado do edifício, vizinhos chegaram a apoiar abertamente a ocupação. Segundo eles, por estar abandonado há muito tempo, o imóvel chegou a servir, inclusive, de ponto de venda de drogas. Apesar disso, o proprietário foi intransigente: exigiu a imediata desocupação do imóvel e se negou a conversar com a comissão de moradores.

Após se reunirem, os ocupantes avaliaram que não valeria a pena apostar no confronto, já que entre eles havia mulheres grávidas, crianças e idosos. Decidiram deixar o prédio. A desocupação foi pacífica, na presença de representantes do poder público estadual – a Companhia de Habitação do Estado (Cehab), o Instituto de Terras do Rio de Janeiro (Iterj) e a comissão de Direitos Humanos.

Famílias devem ser alojadas em prédios públicos

Admitindo que as condições do prédio violam o estatuto da cidade, o Iterj cadastrou todas as famílias que participaram da ocupação, reconhecendo-as como sem-teto, e comprometeu-se a investigar a possibilidade de alojá-las em um prédio público. Desde então, uma comissão de moradores tem participado de reuniões semanais no Iterj, buscando uma solução para o caso. A proposta que vem sendo avaliada é a da ocupação de um prédio do INSS, localizado na rua Alcindo Guanabara, 20, no Centro do Rio, que já chegou a ser ocupado em outra ocasião, mas continua abandonado. O Iterj oficiou ao Ministério da Cidade e ao próprio INSS, solicitando a cessão do prédio.

Rio Comprido tem vários prédios abandonados

Antigo endereço das classes médias cariocas, o Rio Comprido teve seus imóveis desvalorizados pelo mercado a partir dos anos 70, depois da construção do viaduto Paulo de Frontin. A obra descaracterizou o bairro, tirou o sossego dos seus moradores e transformou a região em local de passagem para a Zona Sul.

O abandono do bairro cresceu na última década com os constantes confrontos entre policiais e traficantes de drogas de facções rivais que ocupam os morros em redor. Com isso, os antigos moradores foram aos poucos deixando suas casas em busca de bairros mais seguros. Muitos praticamente abandonaram suas propriedades.

Na rua da Estrela, a principal do bairro, são muitos os imóveis em situação ou com aparência de abandono. Dentre eles destaca-se, inclusive, o antigo prédio da Dataprev, órgão federal de processamento de dados da Previdência Pública. Diante desta situação, e tendo em vista a crise de moradia que atinge a população de baixa ou nenhuma renda, não será surpresa outras ocupações no bairro.

Propriedade deve cumprir função social. Moradia é direito constitucional

De acordo com a Constituição Federal, que assegura o direito à moradia, mesmo as propriedades privadas devem cumprir uma função social. Entretanto, a legislação é extremamente favorável à propriedade particular e leva este princípio até o esgotamento, o que acaba dando margem a conflitos de interesse, com evidentes vantagens para o proprietário, mesmo quando o imóvel encontra-se abandonado, em desacordo com o estatuto das cidades e sem nenhuma função social, como tantos que se vêem nos grandes centros urbanos.

Estima-se que existam hoje, no Estado do Rio, aproximadamente 5 mil imóveis abandonados, a maioria na cidade do Rio de Janeiro e no Grande Rio. Muitos desses imóveis são públicos. Só no Município do Rio de Janeiro calcula-se em torno de 50 o número de imóveis abandonados pertencentes à União.

Solidariedade

Muitas das ocupações ocorridas no Rio de Janeiro nos últimos anos contam com o apoio de grupos sociais organizados, como a Frente de Luta Popular (FLP), o Movimento Negro Unificado (MNU) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). Outras, porém, se dão a partir de uma organização espontânea dos próprios sem-teto, que, posteriormente, acabam atraindo apoios de grupos organizados. É o caso, por exemplo, da ação ocorrida em junho, no Caju. Em muitos casos, também, como ocorreu no Rio Comprido, os próprios moradores da região manifestam solidariedade às ocupações.

Contudo, os movimentos de apoio alertam a população para ficarem atentos aos aproveitadores e especuladores, que se valem da situação de penúria dos sem-teto e desabrigados para assegurar para si vantagens indevidas. Há casos, inclusive, de pessoas estranhas ao movimento que se aproveitam para tirar vantagens, o que se manifesta com mais força em ano eleitoral como este.

*Integrante da Rede Nacional de Jornalistas Populares. Publicado originalmente em www.renajorp.net

Resenha

CNPq cria novo programa de bolsas

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (Pibiti) será destinado a instituições públicas, comunitárias ou privadas que realizam atividade de desenvolvimento tecnológico e inovação e tenham instalações de acordo com os critérios da agência. As cotas para as instituições que receberão o Pibit estão previstas para serem divulgadas no mês de setembro. Inicialmente serão concedidas 300 bolsas, distribuídas entre as selecionadas. (estadao.com.br, 17/7)

Bolsas de pós-graduação terão aumento

As bolsas de mestrado e doutorado da Capes e do CNPq serão reajustadas em 10%, ainda este ano. O anúncio foi feito no último dia 16 pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Resende, e pelo secretário de Educação Superior (SESu/MEC), Nelson Maculan, na abertura da 58ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). (mec.gov.br, 17/7)

Ensino superior é tema de debate na SBPC

A expansão do ensino público superior e o controle da qualidade da educação oferecida por instituições particulares estiveram no centro das discussões sobre o fortalecimento da universidade brasileira na SBPC. Especialistas afirmaram que a universidade passa por uma crise de legitimidade já que a sociedade não se sente representada, pois a universidade não contempla a diversidade social do país. (estadao.com.br, 18/7)

Processo seletivo será obrigatório para a residência médica

A partir de agora, não basta o diploma de medicina para o graduado ter acesso aos programas de residência médica, que concedem certificados de especialista. Segundo resolução publicada no Diário Oficial há duas semanas, todos os hospitais que oferecem residência terão que realizar processo seletivo. A prova escrita é obrigatória e a prática é opcional. (O Globo, 26/7)

Entrevista

“Não há ‘poder paralelo’”

Ana Manuella Soares

José Cláudio Souza Alves é doutor em Sociologia pela USP e professor Titular de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Em meados dos anos 1990, José Cláudio investigou as relações dos poderes social e econômico na consolidação dos grupos de extermínio na Baixada Fluminense, no estado do Rio. O professor é autor de *Dos Barões ao Extermínio – Uma história da violência na Baixada Fluminense* **(1999), onde sustenta que a violência, em especial contra as populações de baixa renda, é uma atividade lucrativa em áreas de periferia. “Atende a empresários bem sucedidos, mas inescrupulosos, atende a políticos vinculados a grupos de extermínio e dá mercado de trabalho a policiais corruptos”. Nesta entrevista, o professor comenta a explosão de violência em São Paulo, a responsabilidade dos governantes e da mídia e a lógica da consolidação de um ‘mercado’ do crime organizado.**

Arquivo pessoal

JOSÉ CLAUDIO É PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO DA UFRRJ

> “O PCC é resultado, ao longo do tempo, da construção organizada do crime pelo estado e seus operadores, bem como pelo capital e seus donos”

Em sua tese sobre a história da violência na Baixada Fluminense, o senhor apresentou as relações de poder tanto no plano estadual e federal que estariam na origem e no processo de consolidação dos grupos de extermínio no estado do Rio de Janeiro e na estreita relação entre a política local e os mecanismos de perpetuação da ‘violência ilegal’ associada à pobreza urbana da região.
Hoje, em São Paulo, como o senhor analisa o atual quadro de explosão da violência urbana nesse estado?

No meu trabalho, desenvolvo a idéia de que não há “poder paralelo”, mas somente uma estrutura de poder e de Estado que articula a violência enquanto mecanismo de dominação e perpetuação do poder. Essa estruturação das relações entre poder e violência, legal e ilegal, se dá no espaço e no tempo. Portanto, somente com um estudo aprofundado da história das relações dos diferentes atores e da geografia dessas relações se pode identificar como se formou essa realidade. Análises limitadas ao aqui e agora do problema de São Paulo são marcadas pela disputa pelas interpretações de acordo com os interesses de cada ator. Tendem a ocultar mais do que revelar. A imprensa também fica à mercê desse jogo. Não fiz um estudo aprofundado sobre o caso de São Paulo, mas posso apontar alguns indícios.

Há uma notória e longa relação do aparato policial com as execuções sumárias. *Rota 66 a polícia que mata*, de Caco Barcelos, é um marco dessa análise. Justiceiros e matadores civis sempre operaram na periferia formada pelas cidades ao redor da capital. Os índices de homicídios nessa periferia, há décadas, são elevados, com poucos exemplos de política de redução, como o caso de Diadema.

A organização dos presídios se constituiu, ao longo do tempo, como a estrutura perfeita do crime: unificação de comando e hierarquia, articulação com o Estado, através da política de segurança e prisional, garantia de acordos duráveis na manutenção do estado-crime entre policiais, políticos, criminosos baratos, organizados e hierarquizados e super-lucro do mercado do crime, operado pelo próprio capital que financia e garante o retorno.

Quais seriam as causas da consolidação do crime organizado em São Paulo na figura do Primeiro Comando da Capital?

O PCC é resultado, ao longo do tempo, da construção organizada do crime pelo estado e seus operadores, bem como pelo capital e seus donos.

Sua unificação deve ter uma história, que não conheço. Seria fundamental estudá-la. O problema é que o crime não deixa atas ou registros. Portanto, tem que se aprender com um quebra-cabeça de acontecimentos registrados pela mídia e seus interesses. Logo, um trabalho difícil. Essa unificação lhe dá mais poder nos acordos. A centralização favorece os negociadores, lado a lado, numa rotina mais previsível.

Qual a responsabilidade dos atuais governos, estadual e federal, nessa explosão de mortes e confrontos no principal centro financeiro do país?

À semelhança do que ocorreu na cidade do Rio, quando do governo Benedita da Silva, o acordo em vigor sofreu uma ruptura. No caso do Rio, vários atentados ocorreram, mas se orquestraram numa lógica de terror mais difuso: incêndio de ônibus, tiros contra prédios relacionados aos governantes, comércio fechado etc.

> “A forma segregada do crime e pobreza em São Paulo constituiu-se no anel periférico das cidades ao redor da capital. Fortificada em muros altos, cercas de arames farpados e condomínios de segurança máxima, a capital configura uma área aberta, sem pontos segregados espalhados pelo seu interior, como o caso carioca”

Essa situação não favorece o negócio do crime, em particular, no caso carioca, a venda da cocaína, o tráfico de armas, as máquinas caça-níqueis e o jogo do bicho, e pela lógica geográfica do mesmo: organizado em áreas nitidamente segregadas em favelas e periferias-favelas, o desenrolar da crise permaneceu nos limites das operações ordinárias do aparato policial, com pouco recrudescimento das ações nas áreas segregadas e manutenção da rotineira e elevada execução dos habitantes dessas áreas, independente do seu envolvimento ou não com o crime.

O caso de São Paulo aponta para uma outra variável. A entrada de Lembo no governo paulista introduziu a quebra do acordo anterior entre estado e crime, expresso diretamente no endurecimento da política prisional para a hierarquia do PCC.

A forma segregada do crime e pobreza em São Paulo constituiu-se no anel periférico das cidades ao redor da capital. Fortificada em muros altos, cercas de arames farpados e condomínios de segurança máxima, a capital configura uma área aberta, sem pontos segregados espalhados pelo seu interior, como o caso carioca. Por sua vez, a organização do estado-crime pela via prisional

estabelece uma rede que vai além da capital, na sincronicidade de operações que amplificam em muito as operações e as dimensões da crise.

A guerra aberta entre o aparato policial e penal e a rede do PCC, tendo como campo a capital, os presídios e as cidades do interior relacionadas aos presídios, opõem, entre si, os operadores imediatos do estado-capital-crime, os "peões". Mas aberta e fora dos padrões rotineiros de São Paulo, esses exercem um impacto mais profundo. Proporcional ao terror e ao medo são a impotência e a incapacidade das análises, já que se dão sobre um padrão inusitado.

De que forma o poder político se nutre dessa violência para ampliar suas bases eleitorais ou reduzir as de seus adversários?

A lógica da violência aberta, sobretudo dos homicídios, possibilita ganhos fabulosos pela estrutura do estado-capital-crime com a morte de gente pobre: bandido ou aparato policial-prisional. O recrudescimento punitivo da "pena de morte aberta para os bandidos" aprofunda a criminalização da pobreza, da heroicização dos matadores e grupos de extermínio, nos plenos poderes para o aparato policial e nas trajetórias políticas desses assassinos. A clientela da distribuição dos bens de segurança é ampliada, abocanhando, sobretudo, a classe média aterrorizada. A segregação sócio-geográfica sobrepõe-se ao curral eleitoral, num controle mais preciso de idas e vindas das pessoas e dos políticos com seu clientelismo. A fragmentação social e a segregação se aprofundam desfavorecendo a organização e os movimentos populares de resistência a esse "totalitarismo" político, cultural, econômico e socialmente construído.

Existiria, ainda, um 'mercado' da violência urbana?

O aparato policial sempre esteve envolvido no mercado do crime: execuções sumárias, tráfico de armas e drogas, seqüestros, roubos etc, pois estamos falando do maior centro do capital nacional e transnacional. Hoje, São Paulo é uma cidade global. Logo, a movimentação do crime acompanha a movimentação do capital numa simbiose perfeita: o capital lava o dinheiro do crime, o crime retribui com rendimentos inimagináveis. Por exemplo: um quilo de cocaína, comprada a R$ 7 mil, ao adicionar "pó-Royal", isto é, fermento para bolo, gera, no varejo, R$ 47 mil. O craque é menos rentável, mas está na mesma ótica. Outros crimes em geral também tem seu super-lucro, bem como todo o mundo da segurança privada, que vai das viagens de helicóptero – São Paulo é recordista mundial desse meio de transporte – às empresas privadas de segurança, montadas por policiais nos seus "bicos" privados.

> "Precisa-se evitar o discurso da educação como grande panacéia para a solução da violência. Ela é apenas uma das estratégias, mesmo que seja a mais importante. Sem política econômica de crescimento e geração de emprego e políticas sociais é impossível alterar a realidade da violência urbana"

Como o senhor analisa o discurso da grande mídia em relação à cobertura da guerra PCC x governo Cláudio Lembo? A mídia favorece o uso político eleitoral da (in)segurança pública?

Sem dúvida, a construção midiática dos fatos, das respostas, das análises das políticas públicas de segurança e das análises sobre a violência e suas causas constrói uma interpretação muitas vezes decisiva na legitimação de lideranças políticas. As especificidades do jogo político, em época de eleição, reconfiguram o campo das variáveis, a partir dos interesses políticos específicos. É preciso ler por trás das linhas. Ajudas, apoio, recrudescimento punitivo, negociações, mitificação de heróis, culpabilização de pessoas incluem a crise da violência no meio do tabuleiro de xadrez eleitoral.

Tanto o governo federal como o estadual não se diferenciam, em termos políticos, quanto às ações em relação à questão da violência ou especificamente, quanto à atual crise paulista. Tratam-na à base da ampliação da punibilidade e da repressão, sequer arranham a estrutura em que eles próprios se encontram do estado-capital-crime e, de quebra, monopolizam a mídia por completo com um arsenal de lugares comuns, preconceito, discriminação, e, muitas vezes, pura estupidez ou frases de efeito que tornam o cenário ainda mais confuso.

Muitas personalidades da política, em especial governantes ou aspirantes a governos, afirmam e reafirmam, no discurso, a educação como solução para a violência urbana. Qual o papel das universidades públicas nesse debate?

Precisa-se evitar o discurso da educação como grande panacéia para a solução da violência. Ela é apenas uma das estratégias, mesmo que seja a mais importante. Sem política econômica de crescimento e geração de emprego e políticas sociais de urbanização, transporte, acompanhamento psicológico e social das populações mais pobres e segregadas é impossível alterar a realidade da violência urbana. Universidades públicas que mal conseguem recursos para realizar projetos de pesquisa e extensão, voltadas para essa população, são exemplos mais de resistência do que de solução. Um governo que privilegia o pagamento da dívida externa com metade do PIB nacional, que garante bilhões de lucro para os bancos e consolida o latifúndio e o *agrobusiness* exportador e devastador dos recursos ambientais está muito longe de investir nas universidades públicas o suficiente para tê-las como fator determinante de solução da violência.

Universidades

Hospitais universitários devem eliminar leitos privatizados até 2008

Kelvin Melo

Mas parte do governo pretende permitir a continuidade do duplo atendimento em instituições públicas. Entidades da área defendem 100% SUS

Fotos Kelvin Melo

ALA E LEITO PRIVADOS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFRJ

ALA E LEITO PÚBLICOS NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFRJ

FACHADA DO CLEMENTINHO FRAGA FILHO, NO CAMPUS DO FUNDÃO

Até 2008, os hospitais universitários públicos deverão estar com os leitos e procedimentos 100% vinculados ao Sistema Único de Saúde. Pouca gente sabe, mas a exigência que acaba com os espaços dedicados aos planos de saúde privados nos hospitais escola do poder público consta da portaria que regulamentou a certificação dessas unidades pelos ministérios da Saúde e Educação, conjuntamente (portaria interministerial nº 1000, editada em abril de 2004). A iniciativa de acabar com os leitos privatizados faz parte de uma nova política para os hospitais universitários fundamentada na luta das entidades da área médica.

A meta de se tornar um hospital 100% SUS daqui a dois anos é justamente um dos 17 critérios a serem observados para a certificação. Acontece que tudo que é bom parece durar pouco: alguns representantes do próprio governo iniciaram um movimento em uma comissão interinstitucional que está revisando a portaria no sentido de flexibilizar o item. Querem liberar até 25% dos leitos e procedimentos para convênios privados.

A denúncia foi feita por Ricardo Heinzelmann, representante da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem), uma das entidades que participam da comissão. Ricardo esclarece que, em reunião de 28 de junho, em Brasília, um grupo de técnicos do MEC e de parte do Ministério da Saúde lançou a polêmica proposta de revisão da portaria. Numa próxima reunião da comissão, em 22 de agosto, essa polemica deverá voltar ao debate, segundo contou Ricardo.

De acordo com texto que distribuiu pela internet, Ricardo observa que os hospitais universitários vêm sofrendo nos últimos anos um intenso processo de privatização: "Têm sido palco de uma série de disputas de concepção que vão desde a meritocracia até a dinheirocracia", criticou. Com a redução do aporte de recursos e a não abertura de concurso público para a reposição do quadro de pessoal, a crise teve campo fértil para se estabelecer nos hospitais. "Com a justificativa de gerar recursos adicionais foi implementado em todo o país o projeto de privatização interna, no qual reservam-se leitos de hospitais de ensino públicos para pacientes de convênios e planos de saúde", completou.

Privatização esta que a portaria em vigor elimina até 2008 e que o governo agora propõe modificar. Ricardo informa que já entrou em contato com o Conselho Nacional de Saúde para que esse debate seja feito antes de qualquer decisão precipitada. A medida deu resultado: nos dias 12 e 13 de julho, aquele colegiado aprovou uma recomendação à comissão interinstitucional dos hospitais de ensino para que não sejam modificados os critérios da portaria nº 1000 antes de uma discussão aprofundada no Conselho Nacional de Saúde, provavelmente nos dias 9 e 10 de agosto. "Vamos tentar fazer pressão junto ao MEC e Ministério da Saúde para que eles revejam a proposta apresentada", disse.

Como funciona a certificação dos HUs

Quando certificados pelos ministérios, os hospitais universitários recebem duas formas de financiamento público por atividades assistenciais. Continuam, em parte, remunerados por cada ação da chamada de 'alta complexidade' - cirurgias cardiovasculares, transplantes etc. Mas também passam a ser remunerados de acordo com o cumprimento de metas relacionadas aos atendimentos de média complexidade. O que institui uma ingerência do ministério da Saúde na autonomia da universidade e seus hospitais. A verba para os atendimentos de média complexidade gera um repasse fixo para as unidades hospitalares.

Pelo sistema de credenciamento, um hospital precisará de autorização do gestor SUS para exercer sua autonomia e direcionar seus esforços para alguns procedimentos de média complexidade considerados como sua vocação. Já o entendimento do governo é que, diversificando suas atividades, o hospital universitário poderia se ajustar às necessidades hospitalares reais da região.

Abrahue é a favor da privatização

Presidente da Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino (Abrahue), o professor José Roberto Ferraro estava na reunião da comissão interinstitucional do final de junho e concorda com a proposta de alteração dos ministérios. Segundo ele, embora o novo modelo de pagamento pelo SUS tenha sido aperfeiçoado, persistem as dificuldades financeiras dos hospitais escola. "Muitas vezes, nós temos uma capacidade instalada que não é comprada pelo Sistema Único de Saúde. Então, eu defendo que essa parte possa ser vendida aos planos privados", comentou. José Roberto Ferraro esclarece que o SUS, mesmo com as atuais mudanças, apresenta um teto de despesas orçamentárias, que não pode ser superado por cada instituição.

Diretor superintendente do Hospital São Paulo da Universidade Federal de São Paulo (HSP/Unifesp), Ferraro informa que 40 dos 800 leitos da instituição são destinados a convênios privados. E aproveita para incluir mais um componente na discussão do financiamento dos hospitais universitários: a defasagem da tabela do SUS: "Esses 5% de leitos, conveniados, conseguem para o hospital o equivalente a 80% do faturamento dos leitos públicos", afirmou.

Representante da Saúde apóia 100% SUS

Coordenadora de Atenção Hospitalar do Ministério da Saúde e também integrante da comissão interinstitucional, Karla Larica diz não fazer parte do grupo interministerial que quer retomar a privatização dos leitos. E vai mais além: "Alguém pode até ter manifestado uma posição pessoal na reunião, mas a posição do Ministério da Saúde é absolutamente contrária à liberação dos leitos para os convênios privados", afirmou.

Ela destaca a melhora do financiamento que foi criada a partir da certificação dos hospitais universitários, que deixaram de receber por produção de média complexidade. Lembra que outros programas de reestruturação dessas instituições estão ativos, mas admite que a tabela do SUS está defasada por conta das "disponibilidades orçamentárias" do ministério.

MEC confirma a proposta de manter leitos privados

Com ponto de vista diferente, uma das representantes do MEC na comissão, a professora Ilka Maria de Almeida Moreira responde que a proposta é, sim, resultado de um grupo de estudos conjunto entre os dois ministérios. Mas ela se apressa em dizer que não considera a liberação dos leitos como um processo de "privatização interna" dos hospitais universitários. Também com as

Universidades

justificativas de o SUS não comprar toda a capacidade instalada dos hospitais e a remuneração defasada, Ilka entende que é normal que as direções busquem a alternativa dos convênios. "Os hospitais sofrem uma grande demanda da sociedade e sentem a pressão da crise", afirmou.

A professora também acredita que um hospital 100% dedicado ao SUS pode prejudicar as atividades acadêmicas da unidade hospitalar ligada a uma universidade. "O hospital universitário não é só um hospital de assistência; é de ensino, pesquisa e extensão. Você pode deixar de ter uma pesquisa mais especializada porque está todo comprometido com o SUS", comentou.

Hospitais universitários totalmente gratuitos

O debate na comissão promete esquentar: a Associação Brasileira de Educação Médica (Abem) também é contrária a qualquer mudança na meta dos 100% SUS para 2008. Seu representante, o professor Carlos Alberto Justo, fala com autoridade sobre o assunto. Ele é diretor do hospital da Universidade Federal de Santa Catarina, já em condição 100% SUS. Inaugurado em 1980, o Hospital Universitário Ernani Polydoro São Thiago é o único daquele estado totalmente público. Possui 300 leitos e apresenta um serviço de atendimento de emergência 24 horas, o segundo maior da capital catarinense.

Questionado sobre os valores baixos da tabela SUS e o impacto no orçamento da instituição, o professor Carlos Alberto afirma que o equilíbrio financeiro do hospital melhorou bastante com o novo modelo criado a partir da certificação em 2004. "O modelo cuidou da média complexidade e a tabela SUS já remunerava melhor os atendimentos de alta complexidade", comentou. "Tenho hoje um déficit inferior a um orçamento mensal, ou seja, menos de R$ 2 milhões", completou, acrescentando que essa dívida se deve principalmente à contratação e manutenção de terceirizados, devido à ausência de concursos públicos.

O diretor também discorda de que o comprometimento total com o SUS pode afetar as atividades acadêmicas de um hospital universitário. "O contrato que é feito com o gestor municipal do SUS após a certificação prevê o planejamento em pesquisa. Isso só tem que ser pactuado com o gestor", disse.

Mas ele também não gosta da idéia de desperdício da capacidade instalada de um hospital. "Se o gestor SUS contrata com o hospital 10 cirurgias de um determinado tipo e o HU pode fazer 15, não vejo problema na negociação desse excedente. O cidadão do convênio também tem direito à saúde. O que é inaceitável é o hospital negociar menos procedimentos com o gestor para vender o restante para a iniciativa privada", afirmou. Mas também neste caso o diretor argumenta que deveria haver uma negociação para o gestor SUS deixar de comprar os mesmos procedimentos em hospitais ditos filantrópicos para contratar os "excedentes" das instituições públicas.

Marcelo Bittencourt

NO DIA 12 DE JULHO, SINDICATOS DA FEDERAL DE SANTA CATARINA FIZERAM PROTESTO CONTRA PRIVATIZAÇÃO NOS HOSPITAIS

DENEM não aceita justificativas para privatização

A Direção Executiva Nacional dos Estudantes do Medicina não aceita as justificativas apresentadas pela Abrahue para se permitir a existência de leitos privados dentro dos hospitais de ensino das universidades públicas. "Atividades de pesquisa e assistências em HUEs devem ser financiadas com recursos públicos. A questão da capacidade instalada maior do que a contratada pelo gestor é outra coisa que deve ser trabalhada e melhor discutida, não apenas aceita como algo pacífico", comentou o estudante Ricardo Heinzelmann. Se existe demanda da população, o dirigente da DENEM reivindica que se deva pressionar o gestor SUS local para aumentar o teto de vários procedimentos. Além disso, Ricardo entende que o pagamento de terceirizados só acontece pela falta de concursos para reposição do quadro, uma outra situação que não pode ser contornada com a privatização do espaço público.

Conselho Gestor nos hospitais motiva outra polêmica

Além da meta de se tornar 100% SUS até 2008, um dos outros critérios para a certificação dos hospitais públicos de ensino é a existência de um conselho gestor que inclua a participação da comunidade acadêmica (docentes e estudantes), de usuários e representantes dos trabalhadores. Segundo a Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM), também na reunião da comissão interinstitucional do fim de junho, o governo propôs a desobrigação de o hospital comportar usuários em seu conselho gestor. Os estudantes de Medicina são contrários a essa alteração. Eles reivindicam até que tal colegiado se torne deliberativo sobre as políticas do hospital.

Ao ouvir as fontes dos ministérios da Saúde e da Educação, a reportagem da Adufrj-SSind não obteve confirmação em torno da proposta de desobrigação quanto à participação de usuários no colegiado. Karla Larica (Saúde) e Ilka Moreira (Educação), pelo contrário, manifestaram-se favoravelmente ao controle social dos hospitais públicos. Mas têm dúvidas sobre seu caráter deliberativo. "Minha opinião é que, dessa forma, o conselho poderia estar conflitando com outras instâncias universitárias", comentou Ilka.

Ponto de vista semelhante possuem os diretores de hospitais de ensino entrevistados. Para o presidente da Abrahue, José Roberto Ferraro, o conselho gestor com poder deliberativo poderia entrar em desacordo com outros colegiados das unidades hospitalares e ainda deveria ser considerado como um ataque à autonomia universitária. Carlos Alberto Justo, do HU da UFSC e representante da ABEM, acredita que o colegiado poderia ampliar sua representatividade social, com a inclusão de conselheiros estaduais de Saúde, por exemplo. Mas também vê problemas em seu caráter deliberativo: "Imagine que se delibere que o HU não deve ser inserido no SUS. O conselho não pode confrontar com isso", comentou.

A DENEM, por sua vez, insiste que o conselho gestor não fere a autonomia universitária. "Queremos que a Universidade também reflita a vontade da população e participe dos seus espaços de deliberação", comentou o estudante Ricardo Heinzelmann. Ele completa que ao conselho gestor não devem ser atribuídas tarefas administrativas, mas a definição da política mais geral do HU.

Universidades

Diretor do HU da UFRJ pede mais tempo

Segundo Alexandre Cardoso, questões financeiras e finalidade acadêmica da unidade dificultam o cumprimento da meta 100% SUS

Maior das unidades hospitalares da UFRJ, o HU Clementino Fraga Filho está certificado junto aos ministérios da Saúde e da Educação há dois anos. No entanto, o diretor Alexandre Cardoso pede mais tempo e debate sobre o critério que exige 100% de comprometimento dos leitos e procedimentos com o sistema público até 2008.

Empossado no cargo em dezembro último, o diretor elogia o novo modelo de financiamento criado a partir da certificação (no mês de junho, vieram do SUS quase R$ 4,45 milhões) – em sua gestão, Alexandre afirma que o HUCFF não ficou deficitário em nenhum mês. "Nós conseguimos até amortizar R$ 500 mil de dívida", comentou. No entanto, ainda há um passivo de aproximadamente R$ 13 milhões na conta da unidade, deficiências de infra-estrutura, problemas legais para gerenciar as verbas recebidas e o conflito entre a capacidade do hospital e o que é efetivamente contratado pelo SUS: "A verba recebida pelo SUS só pode ser utilizada para custeio e ainda existe um teto orçamentário para o repasse desses recursos federais", disse. É no meio dessa confusão que entram os leitos privatizados, cujo dinheiro pode ser usado livremente em investimentos.

Com os 17 leitos privados do hospital (que possui 450, no total) destinados aos planos de saúde, nos primeiros seis meses deste ano, o HU acusou um faturamento de aproximadamente R$ 1,45 milhão. "Leito a leito, a hotelaria é melhor paga. Esse extra-SUS ajuda muito em investimentos e pagamento dos cooperados. Mas seu impacto é pequeno no geral", esclarece o diretor.

Mas ele alerta que a parte dos convênios tende a crescer, sem reduzir os leitos públicos. "Isso faz o hospital andar. O fornecedor não quer saber de onde vem o dinheiro. Ele quer é receber. Essa discussão não pode ser reduzida a público versus privado", disse.

Fotos Kelvin Melo

APESAR DA PORTARIA, DIRETOR AVISA QUE SETOR DE CONVÊNIOS TENDE A CRESCER

Fora a gestão do cotidiano, ainda há as questões de manutenção e modernização. O último estudo feito em sua administração calcula que seria necessário um reforço de cerca de R$ 35 milhões para cuidar da infra-estrutura e compra de novos equipamentos para o HUCFF. "Apresentei ao MEC, mas já disseram que não podem nos atender. Só para reformar cada um dos 14 elevadores com trinta anos de uso ficaria em R$ 292 mil".

Tabela defasada

Apesar da melhoria nas finanças, Alexandre Cardoso também critica os valores da tabela SUS, bastante defasada, segundo ele. "Nesse momento que vamos fazer a repactuação, nós estamos esperneando. Mas, infelizmente, já tivemos a notícia de que para este ano e para o próximo não terá aumento (a tabela). Fica muito difícil porque os insumos da atividade médica de pesquisa sobem seus custos exponencialmente".

> "Estaríamos no melhor dos mundos se pudéssemos pactuar com as instâncias governamentais a nossa performance. A universidade deveria funcionar como um complexo hospitalar para o SUS, uma cara só para fora."

Para complicar ainda mais, Alexandre Cardoso não perde a oportunidade para criticar uma recente resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que proibiu a reutilização de mais de 90 produtos médicos. Uns 15 dos quais, segundo estudos citados pelo diretor do HU, poderiam ser reaproveitados. Se o SUS repassasse a verba para a constante troca pelos novos, o diretor nem reclamaria, mas isso não acontece. "E isso já está vigindo desde fevereiro", reclamou. "Eu tenho despesas. Sirvo 1,5 mil refeições por dia. O único restaurante da UFRJ em funcionamento é o do hospital", afirmou.

Finalidade acadêmica

O diretor argumenta que também não pode estar totalmente vinculado ao SUS por conta das finalidades acadêmicas da unidade. "Temos que nos manter em funcionamento e em nível de excelência. O SUS hoje faz uma gestão de fora para dentro. Ele diz assim para mim: 'vamos fazer um programa de atendimento ao idoso. Vocês estão interessados? Dou mais R$ 100 mil por mês'. Posso estar interessado e o hospital da UFF, não. Mas eu tenho necessidades acadêmicas que eu tenho que atender. Nem sempre aquelas do SUS. Por exemplo, projeto de pesquisa clínica: experimentar um novo fármaco. Tenho que ter leitos para internar as pessoas. Isso não pode ser confundido com o SUS", explicou.

O diretor cobra uma repactuação que aproveite o melhor de cada hospital: "Estaríamos no melhor dos mundos se pudéssemos pactuar com as instâncias governamentais a nossa performance. A universidade deveria funcionar como um complexo hospitalar para o SUS, uma cara só para fora. Certificava todo mundo e fazia uma política integrada aqui dentro da UFRJ", observou.

Conselho Gestor

Alexandre Cardoso diz ser favorável à manutenção de usuários no Conselho Gestor, mas, a exemplo de seus colegas diretores ouvidos pela reportagem da Adufrj-SSind, entende que o colegiado tem um papel fiscalizador bem definido: "O conselho gestor acompanha a execução das metas pactuadas com o SUS, corrige rumos, descredencia, propõe soluções, produz relatórios. Mas precisa ter independência para julgar e não ser parte do que julga. De outra forma, poderia ser condescendente consigo mesmo. Portanto, não concordo que seja deliberativo", comentou.

Opinião

Por onde andamos? Para onde vamos?

Regina Helena Simões Barbosa[1]

A extensão universitária e a universidade pública como direito social

Na UFRJ, a Extensão voltou a ser pauta de alguns fóruns acadêmicos, nos jornais internos, em reuniões convocadas pela PR-5, na retomada do Programa de Bolsas de Extensão etc. Ao participarmos deste processo, podemos perceber que os princípios da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, tal como estabelecidos na Constituição Federal de 1988, resistem e se expressam através das falas dos que, desde que o processo de privatização neoliberal da Universidade começou, permaneceram resistindo e lutando por esta concepção de Universidade e, mesmo sem recursos e apoio institucional, continuaram comprometidos com práticas extensionistas que formam alunos e realizam pesquisas, ancorados nas necessidades de nosso país e nosso povo.

Com o intuito de participar e contribuir para que este processo avance e se consolide, buscaremos esboçar aqui uma breve análise crítica da conjuntura política nacional, suas íntimas conexões com a Educação Superior Pública e com a Extensão Universitária.

Apesar de na última eleição presidencial ter sido escolhido um governo do qual a maioria da sociedade brasileira esperava a implementação de uma política de centro esquerda, de feição democrática e popular, continuamos em plena era neoliberal. O governo Lula deu andamento - em alguns setores, ampliou até - às políticas que aprofundam a concentração de renda, aumentam a pobreza e a miséria, privatizam, sutil ou explicitamente, os bens públicos, inclusive a Universidade Pública, promovem uma política econômica que não faz senão aumentar os alarmantes índices de desemprego, dentre outras políticas que afetam profundamente a população brasileira e, como não poderia deixar de ser, a nossa Universidade Pública.

Neste quadro, continuam parcos os investimentos em políticas públicas, concomitantemente ao encolhimento da seguridade social. Um cobertor que já era curto transformou-se em, no máximo, uma pequena manta. Basta sair às ruas do Rio de Janeiro para ver e "sentir" o drama da exclusão social. E agora São Paulo, que melhor escondia suas desigualdades sociais em suas violentas periferias, expõe de forma crua e preocupante as ações bem planejadas do crime organizado que, como sabemos, cresce e germina em meio à pobreza e à falta de opções minimamente dignas de vida para milhões de jovens que vivem nas periferias.

Como reflexo deste cenário de medo e insegurança generalizados - no qual se instala desde o medo de sair à rua até perder um emprego precário e mal remunerado - constatamos um forte refluxo dos movimentos sociais organizados, concomitantemente à completa cooptação da CUT pelo governo, no qual muitos dirigentes hoje ocupam importantes cargos.

Na Universidade Pública, o cenário não poderia ser diferente. Afinal, de muitas formas, espelhamos, com nossas peculiaridades, os problemas que afetam a sociedade. Vimos sofrendo com a histórica

> "O governo Lula deu andamento - em alguns setores, ampliou até - às políticas que aprofundam a concentração de renda"

> "Neste quadro, continuam parcos os investimentos em políticas públicas, concomitantemente ao encolhimento da seguridade social. Um cobertor que já era curto transformou-se em, no máximo, uma pequena manta. Basta sair às ruas do Rio de Janeiro para ver e "sentir" o drama da exclusão social"

escassez de recursos públicos, assistimos à lenta degradação das condições de trabalho, paralelamente à instalação, entre nós, de uma lenta e silenciosa competição "fratricida" pelos parcos recursos para pesquisa disponíveis no "mercado" do conhecimento, além de um constrangedor silêncio ou mesmo um profundo incômodo quando alguns de nós, insistentemente, fazem duras críticas a essa política de desmonte do país e da educação pública. Portanto, o próprio conhecimento produzido nessa triste época busca esgueirar-se de posições críticas "comprometedoras", já que essas podem afetar a competitividade individual e de grupos no acesso a fundos de pesquisa, financiamentos privados, bolsas de produtividade, programas de excelência, editais etc.

Neste cenário desolador, o que temos a dizer sobre nossa tão cara concepção de Universidade Pública, resultante de nossas bravas lutas e gravada na Constituição brasileira de 1988? Onde está a Universidade Cidadã na qual o princípio da indissociabilidade entre **ensino, pesquisa e extensão** sela nosso compromisso com a construção de um ensino e uma pesquisa voltados para a resolução dos problemas e demandas tecnológicas e sociais do país e da população brasileira?

Neste "tripé" que deveria ser indissociável, constatamos que a extensão tornou-se uma via para a execução de interesses diversos, a maioria desvinculada do ensino e da pesquisa.

Em artigo escrito em 1997[2], após a extinção do programa de bolsas de extensão da UFRJ, que desmobilizou a maioria dos programas e projetos então em andamento, identificamos três tendências nas atividades extensionistas. A primeira delas (que corresponde à posição do Banco Mundial para o ensino superior nos países da América Latina), de cunho marcadamente "mercadológico" e em franca expansão, entende a extensão como uma "prestação de serviços" à sociedade. Subjacente a esta concepção, está a idéia de um "Mercado" que deve gerar recursos para financiar a Universidade Pública segundo seus interesses. Conseqüentemente, aquelas áreas de conhecimento que não produzem "produtos" que interessem ao Mercado, estão fadadas ao desaparecimento.

Uma segunda tendência da extensão, de caráter assistencialista, se materializava, então, no govenamental "Universidade Solidária". Neste tipo de programa, a assistência aos "excluídos" dos mais distantes bolsões de pobreza deste país não se articulava ao ensino e à pesquisa e as ações esgotavam-se nelas mesmas, sem nenhuma continuidade ou desdobramento para o aprendizado de professores e alunos ou para a produção de conhecimentos transformadores desta realidade social.

Por fim, a terceira concepção de extensão é aquela decorrente de nossa visão de Universidade Pública, ou seja, enquanto uma via que "além de ser efetivamente uma prestação de serviços, especialmente àqueles setores que mais deles necessitam, é uma forma de a Universidade estar em

> "Neste "tripé" que deveria ser indissociável, constatamos que a extensão tornou-se uma via para a execução de interesses diversos, a maioria desvinculada"

consonância com as necessidades de nosso país - tanto sociais quanto tecnológicas – produzindo um conhecimento inovador e criativo que nos coloque em situação de soberania no mundo atual (O Globo, 23 de janeiro de 1997).

Esta vertente extensionista resistiu o quanto pôde nos últimos 15 anos. Professores, técnico-administrativos e alunos heroicamente tentaram manter seus projetos mesmo sem apoio institucional, sem bolsas, sem mínimos recursos materiais e, principalmente, sem reconhecimento acadêmico. Particularmente na UFRJ, na primeira versão da GED não constavam atividades extensionistas. Ainda hoje, a extensão não é considerada atividade fim dos que trabalham na universidade. Ela é significada, no máximo, como um interesse particular de alguns.

Nos últimos anos, a despeito da grande expectativa de mudanças profundas e significativas nos rumos da Educação e da Universidade Públicas, os investimentos públicos permanecem escassos, as práticas "mercadológicas" se diversificam e tornam-se quase "naturais". Os constrangimentos dos que recebiam pagamento além do salário desapareceram. Tudo se justifica pelos baixos salários e pela "necessidade de sobrevivência". Dissocia-se os baixos salários de nossas lutas para recompô-lo, assim como à obtenção dos recursos necessários à manutenção da universidade com um mínimo de dignidade e qualidade.

Não casualmente, o movimento docente esvazia-se. Na medida em que o Andes-SN e a Adufrj-SSind têm sido intransigentes na defesa da Universidade Pública e, conseqüentemente, críticos a todas as sutis ou explícitas formas de se arrecadar fundos no Mercado do conhecimento, nossos encontros e assembléias tornam-se, no mínimo, incômodos.

Na UFRJ, particularmente, devemos reconhecer o mérito da atual reitoria, e sua pró-reitoria de extensão, que, há dois anos, reconstituíram o Programa de Bolsas com recursos próprios da UFRJ. Porém, mesmo louvando a iniciativa, que já está permitindo a retomada de projetos e programas de extensão, a maioria baseada no princípio da indissociabilidade, não podemos deixar de reconhecer que a situação deste programa é frágil. No caso de uma outra administração descomprometida com essa concepção, o programa pode vir a ser desativado. Além disso, a extensão ainda não foi institucionalizada na estrutura da UFRJ. Este processo se arrasta há anos e parece que, agora, vai finalmente entrar em pauta enquanto uma questão prioritária. Mesmo assim, a maioria das unidades da UFRJ não reconhece atividades extensionistas sequer para a progressão funcional. Portanto, não basta institucionalizar.

Encerramos este texto reafirmando a importância de nossas lutas sindicais para a conquista da Universidade Pública que um dia sonhamos construir. Mesmo nesse clima de descrença e desânimo que abate e desestimula muitos de nós, tempos melhores virão. E virão através da retomada da luta dos trabalhadores pela utopia de um país justo, fraterno e solidário. Nessa utopia, está a nossa Universidade Pública com compromisso social com um país soberano.

Como já disse nosso poeta maior Chico Buarque, "a História é um carro alegre, cheia de um povo contente, que...".

A luta continua!!

[1] Professora do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva (NESC)/Departamento de Medicina Preventiva - Faculdade de Medicina; Coordenadora de Extensão do NESC

[2] Publicado no Jornal O Globo, coluna "Opinião" em 23 de janeiro de 1997 e reproduzido no jornal da ADUFRJ (3 a 24 de fevereiro de 1997).

Movimento

Universidades Estaduais Paulistas mantém mobilizações

Na última reunião do Fórum das Seis, que congrega professores, funcionários e estudantes das três universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp, Unesp), com o Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas), em 7 de julho, foram discutidas a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2007), a permanência estudantil e os Hospitais Universitários. O Fórum propôs aos reitores um debate público a ser realizado no início de agosto para serem discutidas as propostas da comunidade acadêmica e dos reitores acerca da LDO-2007. O Fórum das Seis reivindica que seja garantido às universidades estaduais um montante que garanta a revitalização do ensino público gratuito nas universidades estaduais paulistas e dos demais níveis de ensino.

Sobre a permanência estudantil, os dados divulgados pelos reitores revelaram que os gastos com os estudantes estão aquém do necessário. O Fórum das Seis é contrário a soluções compensatórias como a instituição de qualquer tipo de 'bolsa trabalho', que acaba constituindo um instrumento de substituição do trabalho de funcionários por estudantes subempregados. O Fórum acertou a realização de estudos sobre as necessidades estudantis mais imediatas como moradia, bandejão, bolsas de assistência estudantil e material de estudo.

Ausência de Deputados adia a votação da LDO-2007

A não votação da LDO-2007, no dia 29 de junho, por falta de quórum parlamentar deixou indignada a comunidade acadêmica que compareceu à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). Apenas três deputados integrantes da Comissão de Finanças e Orçamento (CFO) compareceram: o presidente da comissão, José Caldini Crespo; o vice, Renato Simões e Roberto Felício, suplente do deputado Mário Reali.

A Comissão de Finanças da Alesp havia convocado a reunião para avaliar o relatório da LDO-2007 e dar um parecer a ser encaminhado para deliberação dos deputados. No relatório, seriam incluídas emendas que elevariam o orçamento para a educação.

As dificuldades para a votação da LDO-2007 se devem à defesa do percentual de 10,0339% do ICMS, por parte do Cruesp que resiste ao percentual de 11,6%, defendido pelo Fórum das Seis.

Comunidade retoma mobilização na Alesp

Nos primeiros dias de agosto, os deputados voltam a discutir a LDO e a comunidade acadêmica das universidades estaduais de São Paulo convocam para mais manifestações em defesa da vinculação de recursos suficientes à educação no estado. Os servidores denunciam graves distorções no setor. A comunidade ressalta que os servidores e docentes da USP, Unesp e Unicamp dedicaram-se com empenho, e com salários modestos, à construção de universidades públicas de qualidade. Agora, lutam para garantir que essa construção seja contínua e o ensino de qualidade seja ampliado.

Colegiados

Consuni aprova criação de Instituto de Saúde Coletiva

Nesc vira Instituto e poderá oferecer cursos de graduação e pós

O Consuni de 27 de julho aprovou a transformação do Núcleo de Estudos da Saúde Coletiva, hoje órgão suplementar do CCS, em Instituto de Estudos em Saúde Coletiva. Todos os que se manifestaram na reunião elogiaram a proposta, aprovada no mérito, que tem por objetivo conceder maior autonomia ao Nesc. Desta forma, os professores do Nesc que realizam pesquisas na área de saúde coletiva e ministram cursos para a Faculdade de Medicina e outras unidades poderão desenvolver, ainda, cursos próprios de graduação e pós-graduação. A atual diretora do Nesc e futura diretora do novo Instituto, Letícia Fortes Legay, é atuante no movimento docente da UFRJ e foi diretora da Adufrj-SSind no biênio 1989/1990

Novos núcleos

Em caráter preliminar, houve o debate sobre a criação de dois novos núcleos na estrutura da UFRJ: o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (Nudir), como órgão suplementar do CFCH, e o Núcleo do Programa Interdisciplinar em Análise de Assuntos Internacionais (NEPI), como órgão suplementar do CCJE. Para formalizá-los, ainda será necessária a aprovação em sessão especial do colegiado, que precisa da presença de dois terços do número de integrantes do Consuni.

No caso do Nudir, houve dois pedidos de vista do processo, o que adiou o tema para uma próxima sessão ordinária do colegiado. Uma das solicitantes, a professora Juliana Magalhães, ponderou que um núcleo em Direitos Humanos não poderia prescindir da participação da Faculdade Nacional de Direito, unidade da qual é diretora.

Kelvin Melo

COMUNIDADE DO NESC ACOMPANHA VOTAÇÃO DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA

Musíca terá vagas no vestibular 2007

O Consuni de 27 de julho bateu o martelo: a UFRJ oferecerá as 52 vagas da Licenciatura em Música no Vestibular 2007. A decisão modificou o julgamento do Conselho de Ensino de Graduação de 5 de julho, que havia aprovado o edital sem as vagas devido à indefinição no currículo do curso.

Está prevista a publicação de um adendo com a Licenciatura em Música ao edital do concurso que já saiu no Diário Oficial da União de 21 de julho. Resta saber agora se até o reinício do curso haverá o entendimento entre os grupos divergentes no interior da própria unidade: os professores do Departamento de Sopros recusam-se a oferecer uma das disciplinas do novo curso, que consideram irregular, e a situação está sendo contornada pela diretoria da Escola com professores substitutos.

Pela proposta anterior da Comissão de Ensino e Títulos do Consuni, que analisou o processo, as vagas da Licenciatura em Música seriam mantidas no vestibular, mas as aulas só começariam em agosto. O objetivo seria dar bastante tempo à unidade para a superação das dificuldades. Mas o plenário decidiu antecipar o início das aulas para o primeiro semestre letivo para acelerar as negociações na unidade.

Novos integrantes nas comissões permanentes

Após as recentes eleições de alguns novos decanos e representantes discentes, foram parcialmente recompostas as três comissões permanentes do Consuni: de Desenvolvimento; de Ensino e Títulos; e de Legislação e Normas. Os alunos, ainda não familiziarizados com as atribuições de cada comissão, pediram mais tempo para estudar a indicação de um componente para cada uma delas.

Comissão da Filosofia

Conforme decisão anterior para a implantação da Filosofia no vestibular de 2008 da UFRJ, o colegiado indicou seus nomes para a comissão que vai discutir e propor como a disciplina será cobrada dos candidatos: os professores Alcino Câmara (decano CCJE) e Ana Canen (Adjuntos/CFCH), mais o estudante Rilden Ramos. No caso de não aceitação pelo professor Alcino, que não esteve presente neste momento do Consuni, mas havia manifestado seu interesse na sessão anterior, será substituído pela professora Belkis Valdman (Titulares/CT). Ainda serão indicados para a comissão mais três nomes pelo CEG e outros três pelo Departamento de Filosofia do IFCS.

Prorrogação do mandato dos técnico-administrativos

O Consuni também aprovou a prorrogação do mandato dos técnico-administrativos até a eleição de novos representantes pela categoria, o que está previsto para ocorrer em setembro.

Assembléia Geral

1º de agosto
terça-feira

14 às 17
horas

Pauta

1) Desdobramentos da MP/295: progressão e parcelamento
2) Escolha de delegados para Plenária dos SPF

Auditório da Escola de Serviço Social - *Praia Vermelha*

Eleições 2006

Debate

Carlos Lupi (PDT)
Leo Leal (Voto nulo)

Milton Temer (Frente de Esquerda - Psol, PCB e PSTU)

17 de agosto 12horas Auditório do Centro de Tecnologia - Fundão

Realização: Adufrj-SSind

Por orientação de sua coordenação de campanha, o candidato do PT ao governo do Rio, Vladimir Palmeira, disse que só debateria com candidatos e não aceitou o convite para o evento

Internet

Editorial

A quem interessa a notícia antes dos fatos senão aos senhores dos acontecimentos?

Página 2

Gabriela d'Araujo/UFRJ

UFRJ

Alcino Câmara toma posse para mais um mandato à frente do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas

Página 3

Servidores Federais

Janete Luzia

No último final de semana, representantes dos docentes das Federais (foto) e demais categorias do serviço público aprovaram a realização de uma grande manifestação em Brasília, no mês de setembro. A idéia é iniciar a luta por emendas na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 para que sejam atendidas as reivindicações salariais das categorias. Também será exigida a revogação das medidas provisórias 293 e 294, que antecipam as reformas sindical e trabalhista.

Outra bandeira da manifestação será a defesa da seguridade pública para todos os trabalhadores. Leia mais sobre o Setor das Federais do Andes-SN e sobre a Plenária dos Servidores Públicos Federais no próxima edição.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 505 8 de agosto de 2006

No próximo dia 17 de agosto, a seção sindical dos docentes da UFRJ promove um debate com os candidatos do campo da esquerda ao governo do estado do Rio de Janeiro. Foram convidados os candidatos da Frente de Esquerda (PSOL, PCB e PSTU), Milton Temer; do PDT, Carlos Lupi; e do PT, Vladimir Palmeira. Para falar sobre o voto nulo, foi convidado o jornalista e professor de Comunicação Social Leo Leal.

Por orientação de sua coordenação de campanha, o candidato petista não aceitou o convite. A justificativa apresentada por sua assessoria é que Vladimir Palmeira só participaria de debates nos quais todos os integrantes da mesa fossem candidatos majoritários.

Com a realização desse evento, a seção sindical espera contribuir para a politização do debate eleitoral e para o esclarecimento da comunidade sobre as candidaturas, programas, representações partidárias. A idéia é estimular a discussão sobre as alternativas frente à crise de identidade gerada a partir da adesão de governos considerados progressistas às políticas neoliberais para o país e os reflexos dessa conjuntura nas administrações públicas.

O evento acontece ao meio-dia, no Auditório do Centro de Tecnologia, no *campus* do Fundão. Em setembro, a seção sindical espera promover outro debate, dessa vez com os candidatos à presidência da República desses partidos, para que programas, candidaturas e a opção pelo voto nulo possam ser confrontados como possibilidades para os eleitores.

Editorial

O Velho Problema da Causalidade

A quem interessa a notícia antes dos fatos senão aos senhores dos acontecimentos?

O comandante se ausenta e a ilha atrai os olhares que se debruçavam sobre o oriente. A canhestra ministra-pianista de todos os destinos, entre notas breves, resmunga que os Estados Unidos da América não têm intenção imediata de invadir ou mesmo de interferir nos destinos da Cuba.

Aqui, na ilha da nossa universidade, o espírito de independência latina que Fidel representa, há muito que agoniza. Faz tempo que nos satisfazemos mais em lamentar a história do que em tentar fazê-la ou modificá-la, mas na Havana de todas as contradições, onde um jovem músico, ao entardecer, se debruça sobre o mar, com seus sonhos que viajam e que ficam e preenche o silêncio do Malecon com a dissonância de Coltraine, o espírito libertador e socialista ainda vigora.

Por quase 50 anos Cuba tem nos ensinado, a nós e ao mundo ao qual se impôs como exemplo, que é possível resistir às investidas capitalistas. Com dificuldades, é claro, mas com ternura, com imensas dificuldades, mas com valentia e ternura, e para além de resistir, construir uma alternativa socialista, onde a ganância dê lugar à solidariedade e onde o vício inútil pela lógica de um eu sozinho e dividido, possa se manter controlado, abrindo espaço, como de fato abriu, para uma construção social sem par na América Latina.

A imprensa internacional, e a nossa junto dela, apressa-se em matar logo, antes dos fechamentos das edições, o grande líder, como se apenas o mito, e não a história, fosse o responsável pela situação diferenciada e exemplar da Ilha. A impaciência da imprensa mundial, capitaneada pela americana, é compreensível. É o velho sonho americano que se reacende, o de mais um paraíso turístico caribenho onde seus milionários possam lambuzar-se, outra vez, com as delícias tropicais do clima e das peles negras, impondo a tradicional mediocridade internacionalista que sempre transportam com seus artefatos e possam, de uma vez por todas, varrer a realidade e as esperanças de justiça social do território latino-americano.

O mundo inteiro, finalmente transformado numa imensa Dallas, com suas ruas de ouro e seus escravos subterrâneos, a clamar por uma paz que desconhecem e da qual sempre serão excluídos e a clamar por uma democracia que impõe uma liberdade inexistente que sempre se reduz à de escolher os mesmos escolhidos e que, sabemos, não liberta para além da possibilidade de mudar de um canal para o mesmo, permitindo ao homem um único sonho o de tornar-se senhor de seus iguais, sob a pena de perpetuar-se na eterna e incompreensível obediência.

Fidel vive por sobre a vontade mesquinha do anúncio de sua morte imediata e viverá sempre, para além do seu corpo, na vontade e na determinação transformadora que a cada dia se acende em alguns de nós, se transforma em outros e se perpetua no sonho de um mundo livre, independente e socialista.

Enquanto as crianças morrem de fome ou sangrando, nas ruas daqui ou de Beirute, as de Cuba estão nas escolas e enquanto os aviões genocidas de inspiração americana ceifam o futuro e suas possibilidades em troca da saúde nefasta de um capital sem nome, o comandante Fidel Castro ainda vive e mesmo com sua biologia claudicante ainda tem muito para nos ensinar.

A quem interessa a notícia antes dos fatos senão aos senhores dos acontecimentos? Certamente não aos que verdadeiramente ainda vivem nesse mundo.

Andes-SN

Manuella Soares

JOSÉ MIGUEL SALDANHA E PAULO CRESCIULO, DIRETORES DA REGIONAL RIO DO ANDES-SN

Seções encaminham Plano de Lutas

No dia 31 de julho, a Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN realizou o Encontro Pós 51º Conad (Conselho Nacional do Andes-SN). O encontro reuniu diretores da Regional e representantes das seções sindicais do estado. A Adufrj-SSind foi representada pelo professor José Simões, presidente da seção sindical.

O objetivo do encontro foi organizar a implementação do Plano de Lutas do Sindicato Nacional no Rio de Janeiro, articulando a atuação das seções sindicais da região. No evento, foram debatidos os principais encaminhamentos do último Conad relativos às reformas da previdência e universitária, às fundações de 'apoio'e às questõs sindicais.

Reforma da Previdência

Sobre esse tema, os participantes do encontro da Regional Rio consideraram necessário retomar o debate entre o Andes-SN e as seções sindicais e ampliá-lo para outros sindicatos, movimentos sociais e sociedade. Para isso, as seções sindicais devem esclarecer os efeitos da reforma da previdência já aprovada para o serviço público, em 2003, e alertar para as conseqüências da reforma do regime geral anunciada recentemente pelo governo federal.

Reforma Universitária

As seções sindicais e a Secretaria da Regional Rio de Janeiro devem organizar encontros para discutir a última versão de anteprojeto do MEC, já encaminhada ao Congresso Nacional, para esclarecer sobre as relações da reforma universitária com a nova onda de reformas do Governo Lula

A idéia é que as seções sindicais organizem debates locais nos meses de agosto e setembro e, ao final deste último, seja realizado um ciclo de debates pela Regional sobre as reformas da Previdência e Universitária, para o público universitário e outros movimentos sociais e sindicais. Ao final de outubro seria realizado um Encontro em Defesa da Universidade Pública e contra a reforma universitária do governo Lula, com a participação de todos os movimentos da área de Educação.

Fundações Privadas

Como encaminhamento, foi aprovado que as seções sindicais devem organizar o debate sobre Fundações nas universidades e preparar dossiês sobre a atuação dessas entidades privadas nas instituições públicas. Também foi sugerido que as seções constituam Grupos de Trabalho locais sobre o tema Fundações privadas.

Sindicalismo e articulação com movimentos sociais

As seções sindicais deverão participar como observadores, juntamente da Secretaria Regional Rio, das reuniões da Conlutas-RJ.

A Secretaria Regional Rio deverá propor um eixo de luta para convocação de todos os Fóruns do Rio de Janeiro a fim de contribuir para a organização e unificação das lutas dos movimentos no estado.

As seções sindicais deverão, ainda, promover o debate sobre a filiação ou não do Andes-SN à Conlutas. A indicação é de que os debates privilegiem como tema o processo de reorganização da classe trabalhadora na conjuntura atual. A Secretaria Regional do Rio de Janeiro do Andes-SN deverá acompanhar o processo de debates nas Seções Sindicais.

Outro encaminhamento do encontro é que o Andes-SN faça um levantamento com suas seções sindicais sobre a implementação das modificações na carreira de 1º e 2º graus das IFES (Classe Especial), a partir da Medida Provisória 295/06.

Fonte: Regional Rio de Janeiro do Andes-SN

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes (afastado) **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG volta a discutir Filosofia no vestibular 2008

Conselheiros acham inviável a implementação da disciplina em 2008

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) decidiu não designar três integrantes para a comissão formada pelo Conselho Universitário (Consuni) que apresentará uma proposta para a implementação da disciplina de Filosofia no vestibular de 2008. A decisão foi tomada na sessão da última quarta-feira (2/8). Além da representação do CEG, a comissão de implementação da Filosofia no concurso prevê três integrantes do próprio Consuni e três do Departamento de Filosofia do IFCS. A recomendação é que a indicação dos colegiados seja paritária: um representante docente, um representante discente e um técnico-administrativo.

Apesar de o CEG ter aprovado a inclusão da disciplina em 2003, os atuais integrantes do conselho entendem que a cobrança da matéria no concurso de 2008 é inviável: "Se for cobrado no vestibular, os colégios particulares terão professores de Filosofia no prazo de um mês, enquanto as escolas públicas demorarão décadas para contatarem algum. A implementação dessa disciplina será um processo de elitização da universidade", afirmou o professor Ericksson Rocha e Almendra, representante do CT, que lembrou ainda que a UFRJ forma bacharéis em Filosofia e não licenciados.

Para Celina Maria de Souza Costa (CFCH), "ensinar Filosofia, à luz do recorte que o vestibular exige, é criminoso". A professora, que também é diretora do Colégio de Aplicação (CAp), afirmou que o conteúdo presente nos editais dos concursos de acesso aos cursos de graduação das universidades públicas determina quais as matérias que serão dadas no segundo grau: "Toda a comunidade do CAp é contrária à disciplina ser ministrada desta forma no segundo grau", concluiu.

Colegiados não se entendem

Apesar do parecer contrário do CEG, o Conselho Universitário determinou que a Filosofia seja sim incluída no vestibular de 2008. A decisão criou uma situação delicada entre os dois colegiados, pois os integrantes do CEG consideraram que todos os estudos que realizaram para tomar a decisão em relação ao tema foram ignorados.

CEG solicitará parecer da Procuradoria

Como o regimento da universidade diz que só o CEG tem a atribuição de deliberar sobre o vestibular, este colegiado aprovou "solicitar um parecer da Procuradoria Geral da UFRJ sobre a competência do Consuni para deliberar sobre o referido tema". Seus conselheiros também decidiram rediscutir a decisão tomada pelo colegiado acadêmico em 2003, relativa à inclusão da Filosofia no vestibular. O assunto será o primeiro ponto de pauta na reunião dessa semana (9/8). Antes de encerrar a sessão passada, os conselheiros ainda tomaram uma terceira decisão: não indicar representantes para a comissão que irá propor meios para a implantação da Filosofia no vestibular de 2008, até a emissão do parecer sobre a questão pela Procuradoria Geral da UFRJ.

As decisões foram aprovadas por unanimidade no CEG. Na próxima reunião, além da discussão sobre a inclusão de Filosofia, também deverão ser definidos os novos integrantes da Comissão de Vestibular.

Resenha

Setor privado já domina pós-graduação

Segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE, já havia em 2004 mais estudantes na rede privada do que na pública nesse nível de ensino. Até 2001, o número de matriculados na rede pública era um pouco superior. Tabulações da Pnad feitas pelo pesquisador Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE e presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, mostram que o setor privado de pós-graduação cresceu 30% de 2001 a 2004, enquanto o público variou 8%. Com isso, a participação privada nas matrículas passou de 49,7% do total para 54,4%. Schwartzman explica que esse crescimento no setor privado se dá, principalmente, por causa dos MBAs e das especializações, que são cursos de pós-graduação *lato sensu* (Folha de S. Paulo, 31/7).

País dos bacharéis

Um mil e três. Esse é o número de cursos de Direito em funcionamento no Brasil. Pelo menos até as 13h45 do dia 4 de agosto de 2006. O número consta em levantamento divulgado pela Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB. Os registros se relacionam também com a hiperinflação de acadêmicos de Direito que superlotam os bancos escolares. Segundo o último dado disponível do Inep, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas que faz as estatísticas do MEC, em 2004 matricularam-se nos cursos jurídicos pátrios 533 mil alunos. Esta torrente de estudantes resulta numa onda de 120 mil formandos a cada ano. A estimativa é da OAB (Revista Consultor Jurídico, 5/8).

Nota de esclarecimento

Departamento de Anatomia é do Instituto de Ciências Biomédicas

Com relação à matéria *Colegiado anula concursos de monitores do CCS* (edição 502, de 10/7/2006), esclarecemos que a realização do concurso de monitores realizado pelo Departamento de Anatomia do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB), anulado pelo CEG na sessão de 5/7, nada tem a ver com a Faculdade de Medicina, citada na matéria. Os estudantes do curso de Medicina concorreram a vagas no concurso realizado pelo Departamento de Anatomia do ICB, mas a Faculdade de Medicina não participa da organização do referido concurso.

UFRJ

Alcino é reeleito para o CCJE

Reeleito com pouco mais de 62% dos votos ponderados de alunos, professores e técnico-administrativos, o professor do Instituto de Economia, Alcino Ferreira Câmara Neto, tomou posse da decania do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), na noite do último dia 28, para mais um mandato de quatro anos. A solenidade foi realizada no próprio Instituto de Economia, no Salão Pedro Calmon, que fica no *campus* da Praia Vermelha. O professor Donaldo de Souza Dias, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), será o vice-decano do CCJE.

A cerimônia foi presidida pelo reitor Aloisio Teixeira que considerou Alcino um excelente decano e ressaltou sua importância na reconstrução da institucionalidade da universidade. Alcino Câmara Neto atuou durante a crise na Faculdade Nacional de Direito (FND), quando dirigiu a unidade temporariamente durante o período de intervenção. Na época, o professor avisava ao Conselho Universitário (Consuni) que recebia ameaças de morte, por telefone, mas não desistiu da tarefa.

Gabriela d'Araujo/UFRJ

Decano Alcino Câmara

Expansão e novos cursos

O decano do CCJE lembrou com satisfação o processo de recuperação da FND, quando trabalhou em conjunto com a professora Juliana Neuenschwander Magalhães, que assumiu a direção da unidade após a crise que culminou no afastamento e depois renúncia do ex-diretor Armênio Cruz. Juliana Magalhães também esteve presente na cerimônia, assim como o pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer Fernandes, o pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, José Luiz Fontes Monteiro, o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Antônio Levi da Conceição e o prefeito da Ilha do Fundão, Hélio de Mattos.

Para o próximo mandato, o decano afirmou que pretende expandir as áreas atendidas pelo CCJE para ampliar e qualificar a disputa pela liderança acadêmica e política. Segundo ele, a expansão deve contemplar as áreas em que a UFRJ ainda não provê, como gestão pública e estudos internacionais. Antes de finalizar seu discurso, Alcino Câmara Neto informou ainda que planeja criar novos cursos nos próximos quatro anos.

Opinião

Fotomontagem/Internet

Brinquedo Proibido[1]

Cinda Gonda

Para Helena e Gilda Salem, sempre

> *Ivan Karamazov diz que acima de tudo o mais a morte de uma criança lhe dá ganas de devolver ao universo o seu bilhete de entrada. Mas ele não o faz. Ele continua a lutar e a amar; ele continua a continuar.*
>
> ***Marshall Berman, In: Tudo o que é sólido desmancha no ar***

Insuportável, insustentável são palavras que nos vêm à mente diante das imagens de horror e barbárie veiculadas pelos meios de comunicação sobre a guerra no Líbano. O que dizer à menina que diante da TV indaga: "Por quê?". O nó na garganta, as lágrimas que em vão se tenta reprimir adiam a resposta. Aperto-lhe a mão pequenina e pergunto: O que dizer? Como dizer? (Há pouco ela sorria e brincava, como talvez brincassem e sorrissem as crianças libanesas, antes do bombardeio).

A pergunta formulada por Adorno: *como fazer poesia depois de Auschwitz?* como se fora um processo de longa duração, ecoa. Angústia, pavor e uma terrível sensação de impotência contaminaram a sociedade em que vivemos. Como nos lembraria Milton Santos "o que construímos, sofremos e vivemos parece estar numa dolorosa agonia que não é lenta como a da Idade Média; mas assustadoramente acelerada, criando novos comportamentos que parecem repetir, pelo menos na forma e no arranjo – o passado medieval"[2]. Completando o melancólico mosaico, Gervásio Neves acrescenta: "O Mundo revela-se como visão de terror de uma guerra civil mundial que está por vir (onde já vivemos), guerra em que não haverá frentes mas apenas surtos de violência cega em todos os níveis"[3].

Frente a tais impasses, o momento exige que razão e sensibilidade nos devolvam a face, o traço de humanidade que parecem perdidos, partidos em um espelho qualquer.

Que importância poderão ter os falsos nacionalismos, as várias pátrias... se a intolerância estende seus tentáculos, sufocando qualquer possibilidade de diálogo entre os povos nesse instante?

Sonho, utopia, seja o que for, não podemos prosseguir viagem numa nau comandada por insensatos. Não pode haver espaço para a indiferença e o sectarismo diante de tal quadro. Não podemos voltar às velhas fórmulas que envergonham a condição humana. Recusamo-nos a aceitar palavras e ações que, por exemplo, tenham como finalidade "**limpar** o sul do Líbano", embora saibamos que a "História só se repete como farsa".

As cenas de violência desmesurada nos transformaram em Sísifos modernos, pela capacidade, como lembraria Camus, de que somos dotados de desafiar os deuses e cumprir como um trabalhador incansável a nossa tarefa. A que nos compete, e não é pequena, é a de não nos calarmos. Frente ao poder econômico, senhor de todas as guerras, com suas terríveis armas – arautos da destruição e morte - o que temos são palavras. E, apesar de tudo, elas continuam a " brilhar, na noite do mundo". É verdade que, por vezes, uma sensação de desamparo nos envolve. Passageira, também é fato, pois, incansáveis que somos, não desistiremos nunca. Não carregaremos o remorso do silêncio, da omissão, por não termos feito nada.

Hoje, amanhã e sempre enquanto houver barbárie, onde quer que ocorra, seja no Brasil, Iraque, Moçambique, Líbano, vozes irão se contrapor à indiferença. E outras virão e delas brotará um clamor capaz de fazer desabrochar "uma flor em lume". Seu nome – Esperança. O belo manifesto de cineastas israelenses em favor dos árabes aponta nesta direção. "Nós, cineastas israelenses, saudamos todos os cineastas árabes reunidos em Paris para participar da BIENAL DO CINEMA ÁRABE.

Por intermédio de vocês, queremos enviar uma mensagem de amizade e solidariedade aos nossos colegas Libaneses e Palestinos que estão atualmente acossados e sendo bombardeados pelo exército de nosso país. Graças a esses filmes, os homens, as mulheres e as crianças - que sofrem em Gaza, em Beirute e em todos os lugares em que nosso exército exerce sua violência - têm, para nós, nomes e rostos. Queremos agradecer-lhes por terem feito esses filmes. E também encorajá-los a continuar a filmar, apesar de todas as dificuldades".[4]

Que a felicidade e a aposta num mundo melhor não sejam para as crianças do Terceiro Milênio - e os adultos que sempre guardarão dentro de si uma eterna criança - um mero brinquedo proibido.

---

[1] O título foi retirado do filme *Jeux Interdit,* de René Clément, de 1952, onde crianças, na 2ª guerra mundial ,brincam com a morte. Como as do Filme *Falcões do Tráfico*, de MV Bill.

[2] Milton Santos e Outros. Território Globalização. E fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1996.p.19

[3] Idem .Gervásio Neves, 1996, p.270

[4] Paris-8e Biennale du cinéma arabe

Anote

Exposição de Paleontologia
O Centro Cultural Professor Horácio Macedo, no prédio do CCMN, recebe, entre os dias 22 e 26 de agosto, a apresentação do esqueleto do mamífero mais antigo do Brasil e da América do Sul, com aproximadamente 58 milhões de anos. A exposição será no *hall* do Salão Nobre: no dia 22, de 13h às 18h; nos demais dias, de 10h às 18h. A entrada é franca.

Teatro: A Dança do Universo
Inspirado na obra homônima de Marcelo Gleiser, o musical traz o mundo objetivo da ciência aos palcos. O espetáculo propõe um diálogo entre famosos cientistas que nunca se conheceram. A peça será exibida no dia 22 de agosto, às 12h e às 17h, com entrada franca, também no Centro Cultural Professor Horácio Macedo.

Teatro: Einstein
Outra peça que será apresentada no Centro Cultural Professor Horácio Macedo é "Einstein". A peça trata da relação entre ciência e poder e faz uma reflexão sobre fatos que marcaram a vida do cientista e a história do século XIX. Gratuita, será exibida no dia 23, às 12h e às 17h.

190 anos da EBA
No próximo dia 16, serão comemorados os 190 anos da Escola de Belas Artes da UFRJ. O endereço do evento será em outro prédio, no entanto: o Teatro do Museu Nacional de Belas Artes, no centro da cidade (av. Rio Branco, 199), às 18h.

Comunidade debate eleições

O debate sobre Eleições 2006 com a presença dos candidatos ao governo do Rio, Milton Temer (Frente de Esquerda - PSOL, PCB e PSTU), Carlos Lupi (PDT), e do integrante do Movimento pelo Voto Nulo Leo Leal acontece nessa quinta-feira, dia 17 de agosto. O evento começa às 12h no Auditório do Centro de Tecnologia (bloco A), no *campus* do Fundão. Com a iniciativa, a seção sindical dos docentes da UFRJ espera contribuir para a politização do processo eleitoral em curso e para o debate entre candidaturas e alternativas frente a políticas privatizantes e anti-sociais assumidas por governos que se encerram ao final deste ano.

De que são feitas as cidades?
Ricardo Kubrusly
Página 4

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 506 14 de agosto de 2006

Advogados analisam medida provisória dos salários

Assessores do movimento docente avaliam possibilidade de MP 295/06 não ser convertida em lei no prazo constitucional

No dia 4 de agosto, reuniu-se em Brasília (DF) o grupo de trabalho de assessores jurídicos do Andes-SN e de suas seções sindicais para debater as implicações da Medida Provisória nº 295/06, que alterou a estrutura e a remuneração da carreira dos docentes universitários, provocando muitas incertezas na categoria. A Adufrj-SSind esteve representada por sua assessora jurídica Sayonara Grillo.

No que diz respeito à carreira de 1º e 2º graus, o primeiro polêmico ponto da MP 295/06 analisado foi o da opção do docente aposentado condicionada à renúncia de vantagens – artigos 184, da Lei nº 1.711/52, e 192, da Lei nº 8.112/90 - para ascensão à classe Especial. Esses dispositivos, em linhas gerais, permitiam acréscimos à remuneração do servidor que completasse 35 anos de serviço e/ou já contasse tempo de serviço para aposentadoria com proventos integrais, especialmente se já estivesse posicionado no topo da carreira. No caso dos professores de 1º e 2º graus, até a edição da MP, seriam aqueles classificados como "E4". Ocorre que a medida provisória criou uma nova classe (Especial) como último estágio da carreira, o que pode prejudicar o direito do professor aposentado de classe "E4" que fizer a opção condicionada à renúncia.

Para quem não possuir tais vantagens, o entendimento dos advogados do movimento docente é tranqüilo: o docente deverá exercer o seu direito de opção e ser enquadrado na Classe Especial. Para os demais, os assessores jurídicos recomendam que as seções sindicais façam gestões às reitorias para que a progressão seja concedida sem a exigência de termo de opção. Caso se mantenha a exigência, as entidades sindicais deverão ajuizar ações de protesto devendo, na medida do possível, individualizar os docentes. Alertam os assessores que o termo de opção do docente deverá constar expressa ressalva sobre a não renúncia à vantagem do art. 192 do RJU. E, após a transformação da MP em lei, os advogados deverão discutir uma eventual ação judicial para garantir o direito às vantagens.

Um segundo ponto polêmico na carreira de 1º e 2º graus é a exigência mínima de dois anos como E4 para a progressão a Especial. Concluiu-se que, apesar de a medida provisória 295/06 não exigir o interstício de dois anos, o atual plano da carreira docente (PUCRECE) poderia ser aplicado de forma secundária (cobrando os dois anos mínimos), sob pena de a classe E4 se tornar quase figurativa. Os assessores jurídicos recomendam, neste aspecto, aguardar a lei de conversão da medida provisória. Mas também não descartam a possibilidade de ações judiciais para responder às demandas dos docentes que já estão na classe E4, independentemente do intervalo de dois anos.

Continua na página 4

Amorim

"Os índices econômicos melhoraram. A única coisa que cai é o salário."

Movimento

Servidores querem antecipar campanha 2007

Para protestar contra a conduta do governo em relação ao funcionalismo, grande manifestação está sendo organizada para setembro

A última Plenária Nacional dos servidores públicos federais, realizada em 6 de agosto, na cidade de Brasília (DF), aprovou a organização de um ato do funcionalismo na própria capital federal, durante a primeira quinzena de setembro. O objetivo é protestar contra o descumprimento pelo governo dos acordos salariais e de carreira de diversas categorias. Os efeitos nefastos das medidas provisórias de reajuste como a 295 (para os docentes das federais) serão denunciados na manifestação. Em setembro, os servidores pretendem exigir a antecipação das negociações para garantir uma política salarial digna para os servidores em 2007.

Contra o superávit e o pagamento da dívida

Uma das principais bandeiras a serem levantadas pelos servidores será a denúncia do superávit e o pagamento pelo governo federal de bilhões de juros da dívida pública aos credores internacionais em detrimento das políticas salariais e de investimentos sociais.

A plenária dos servidores iniciou a discussão de uma proposta de pauta unificada da campanha salarial das categorias para 2007. Foi encaminhada, ainda, a luta contra as medidas provisórias 293 e 294 (respectivamente, sobre Centrais Sindicais e Conselho Nacional de Relações de Trabalho), que são consideradas o ponto de partida das reformas sindical e trabalhista.

Governo quer fim de liberação de sindicalistas

Na sexta-feira, 4/8, os servidores realizaram um protesto em frente ao Ministério do Planejamento pela renovação das liberações dos sindicalistas das entidades que participaram da Mesa Nacional Permanente de Negociação criada pelo governo em 2003. Às vésperas do fim mandato, o governo Lula encerra a mesa permanente com a justificativa de que, por uma questão 'ética', não pode impor ao próximo governo uma negociação com as categorias.

A avaliação dos servidores é que o governo encerra a atual mesa permanente de negociação e, com isso, 'devolve' às atividades funcionais os servidores de entidades como a Fasubra (técnicos das universidades), Assibge (servidores do IBGE), entre outras. O objetivo final seria de garantir que, no ano que vem, com a aplicação das medidas provisórias 293 e 294, uma futura mesa de negociação tenha como representantes das categorias os dirigentes das centrais sindicais e não mais os dos sindicatos nacionais, como os já citados e o Andes-SN, Sinasefe entre outros. Essa estratégia do governo Lula segue a linha da reforma sindical apoiada pelas centrais sindicais como a CUT e a Força Sindical e enfraquece a representação das entidades autônomas como o Andes-SN e suas seções sindicais.

Adunb-SSind/Carla Lisboa

A CONSELHEIRA DA ADUFRJ-SSIND JANETE LUZIA (ESS) REPRESENTOU A ENTIDADE NO SETOR DAS FEDERAIS E NA PLENÁRIA DOS SPF

Plenária repudia ataques de Israel

Ao final da plenária do dia 6, os representantes dos servidores federais aprovaram uma moção de repúdio aos ataques desferidos por Israel contra o povo do Líbano. No texto, os servidores exigem o pronunciamento do governo e Congresso brasileiros sobre a questão, condenando a atitude das forças militares israelenses.

Apoio aos trabalhadores demitidos pela varig

Diante do anúncio de mais de 5 mil demissões na Varig, a plenária manifestou sua solidariedade aos ex-trabalhadores da companhia aérea em defesa de seus direitos.

A plenária também subscreveu uma moção de apoio à luta dos portuários do Pará contra a tentativa de privatização dos portos daquele estado.

Representantes das Federais também debatem a carreira docente

A reunião do Setor das Federais do Andes-SN, nos dias 4 e 5 de agosto, teve como principais pontos de debate a campanha salarial de 2007 e a carreira docente única. O fortalecimento da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais (CNESF) foi apontado pelos representantes das seções sindicais e pela Diretoria do Sindicato como a maior tarefa política que se apresenta para o conjunto dos servidores.

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, com base em avaliação da Diretoria Nacional, foi quem afirmou que o Setor das Federais deveria indicar o fortalecimento da CNESF. Para ele, foram as dificuldades de se garantir a unidade dos servidores públicos federais que conduziram à frustrada Campanha Salarial de 2006.

Parceria com o Sinasefe

Foi reafirmada no Setor a necessidade de continuar a parceria com o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) para a elaboração de uma proposta de carreira docente única. A Diretoria Nacional ficou encarregada de preparar um documento a ser enviado às seções sindicais, explicitando a atuação conjunta com o Sinasefe em favor dos filiados da base do Andes-SN e ratificando a representação sindical em relação à sua base de 1º e 2º graus.

Uma vez que foi criado pelo MEC um grupo de trabalho específico de carreira docente, o Setor das Federais vai exigir a publicação de uma portaria para formalizar as atividades do GT. Ainda nesse grupo de trabalho, o objetivo é, entre outros, questionar os representantes do ministério quanto ao envio incompleto dos dados relativos aos docentes das carreiras de 1º e 2º grau e do ensino superior. Será solicitado que, a partir da próxima reunião do GT-MEC, seja redigida ata que será lida e aprovada no encontro seguinte.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes (afastado) **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Reitor critica recurso de CEG à Procuradoria da universidade

Inclusão de Filosofia no vestibular 2008 gera crise entre conselhos

O reitor Aloisio Teixeira lamentou a decisão do Conselho de Ensino de Graduação de insistir contra a inclusão da disciplina Filosofia no concurso de 2008. O reitor também criticou o CEG por ter encaminhado ao procurador da UFRJ um pedido de esclarecimentos das atribuições dos respectivos colegiados da instituição.

O reitor não aprovou a iniciativa do colegiado acadêmico, afirmando que ao Consuni é que deveria ter sido encaminhado recurso sobre qualquer decisão tomada pelo fórum máximo da instituição. "Decidir sobre o vestibular de forma unilateral desconsiderando a posição do Consuni pode instaurar uma crise institucional na UFRJ. Recorrer à Procuradoria, que é um órgão externo, contribui cada vez mais para a ameaça à autonomia universitária", ressaltou o reitor.

CEG recorre à procuradoria

Em documento aprovado na última quarta-feira (9/8) pelo CEG, o conselho questiona à Procuradoria a legalidade da decisão tomada pelo colegiado máximo da universidade. Segundo Ana Maria Ribeiro, baseada no regimento interno da UFRJ, o Consuni só poderia deliberar sobre o tema caso houvesse algum recurso contrário à decisão do CEG.

Ainda em relação à comissão de implementação do vestibular, que teria três representantes do Consuni, três representantes do CEG e três representantes do Departamento de Filosofia do IFCS, o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer Fernandes, afirmou que, como o Consuni chamou para si a responsabilidade de deliberar sobre o vestibular, não havia a necessidade da criação de outra comissão: "Eu não estava presente no Consuni quando esta decisão foi tomada. Mas se os conselheiros querem implementar Filosofia, não havia a necessidade da criação de outra comissão para isso, pois eles já possuem a Comissão de Ensino e Títulos que seria responsável pela implementação", informou.

Aloisio participa de inauguração de museu em Paris

O reitor Aloisio Teixeira anunciou que representou a UFRJ em viagem a Paris onde participou da solenidade de inauguração do *Musée du quai Branly* (ou Museu de Arte das Civilizações), em junho último. O presidente da França, Jacques Chirac, em discurso durante a cerimônia de inauguração do museu apresentou a instituição destinada, em suas palavras, 'ao diálogo entre as culturas do mundo'. O reitor justificou sua presença na inauguração do museu francês pelo fato de que foram assinados importantes convênios entre o Branly e a UFRJ, principalmente na área de Antropologia. Os convênios serão administrados pelo Museu Nacional da UFRJ.

Aloisio Teixeira relatou também viagem recente à Brasília, onde tentou negociar com o MEC mais recursos financeiros para a UFRJ. Segundo o dirigente, a universidade poderá ter dificuldades em custear seus gastos até o final do ano. O orçamento aprovado no início do ano para as universidades, calculado com base nos índices acadêmicos das instituições, sempre é recalculado no meio do ano tendo como parâmetros dados mais atualizados sobre o desempenho das universidades.

Nessa nova análise, foram usados dados acadêmicos que implicam em cortes no orçamento apresentado no início do ano que poderão totalizar R$ 8 milhões a menos para a universidade.

Professor da Letras ganha prêmio Jabuti de Literatura

O professor e escritor Godofredo de Oliveira Neto foi um dos vencedores do Prêmio Jabuti. O romance *Menino Oculto* foi classificado em segundo lugar na categoria de melhor romance publicado em 2005. O prêmio é uma iniciativa da Câmara Brasileira do Livro e esta foi a 48ª edição da premiação. Godofredo é professor adjunto da UFRJ do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras.

Novos membros de comissões do Consuni

Os conselheiros discentes Flávia Calé da Silva, Lucas Tramontano e Thiago Duarte foram escolhidos como membros discentes para as Comissões de Desenvolvimento, de Ensino e Títulos e de Legislação e Normas do Consuni.

A professora Juliana Magalhães e o professor Roberto Medronho foram escolhidos como novos membros para a Comissão de Ensino e Títulos em substituição aos conselheiros Edwaldo Cafezeiro, que pediu afastamento por motivo de doença e Pedro Lagerblad, que tomou posse no cargo de Professor Titular.

Como membro suplente para o Conselho de Administração da FUJB, em substituição ao professor Carlos Levi, que assumiu a pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, foi nomeado o professor Carlos Vainer.

Anote

Extensão na UFRJ

A Pró-reitoria de Extensão promeve no dia 22 de agosto o Seminário de Flexibilização Curricular. O evento acontece no Auditório G2 da Faculdade de Letras, das 9h às 17h.

Entre os dias 23 a 26 de outubro, acontece também o 3º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, em Florianópolis (SC). A inscrição de trabalhos estará aberta até 21 de agosto.

Cartas

Sobre a morte de Fidel Castro

?Não há vidas inúteis?.
Gustavo Corção.

As múltiplas reportagens na imprensa brasileira, na última semana, são históricas, não relatam o presente, estão eivadas de dúvidas e incertezas, bem como possuem cheiro de necrológico. Fazem o jogo de cena jornalística, sem passar a verdade real para os leitores, talvez por não conhecê-la de fato. Em Cuba, não há liberdade de imprensa e, muitos jornalistas simpáticos ao regime não exploram com propriedade esse tópico em profundidade. Onde estão os convidados brasileiros para a festa dos 80 anos do ditador? Será que tal comemoração não foi algo para dissimular os momentos finais do mito latino-americano, pois sua enfermidade é de evolução clínica crônica? Acredito que tudo foi planejado. Bons jornalistas saberão se infiltrar com competência e, futuramente, podem passar bons informes no âmbito da escrita memorialista; entretanto para os leitores de jornais, o que interessa é ?o aqui e o agora?.

Paulo César Alves Carneiro
Médico e Professor cearense.

Resenha

Antonio Candido inaugura biblioteca do MST

Um dos maiores intelectuais brasileiros, Antonio Candido foi homenageado em ato inaugural da biblioteca do MST no último dia 5, em Guararema (SP). No evento, falou do poder humanizador e libertador da literatura para o trabalhador, em resposta à indução brutalizante do capitalismo, e definiu o movimento como fundamental para a transformação da sociedade brasileira. A biblioteca foi criada com quase 17 mil livros e deve atender a cerca de 3 mil estudantes por ano da Escola Nacional Florestan Fernandes, do próprio MST, além da comunidade de Guararema (Agência Carta Maior, 8/8).

Onze anos sem Florestan Fernandes

O sociólogo Florestan Fernandes, um dos maiores pensadores da realidade brasileira, morreu em São Paulo há 11 anos, em 10 de agosto de 1995. Durante o velório, seu caixão foi coberto pela bandeira do MST. Por causa da sua história de luta, empenho em transformar o pensamento em ação política e social e seu exemplo de vida e coerência, o Movimento fez uma homenagem ao lutador do povo batizando com seu nome a sua escola nacional, em Guararema, interior de São Paulo. O pensador e ativista político está vinculado à pesquisa sociológica brasileira. Sociólogo e professor universitário com mais de 50 livros publicados, transformou as ciências sociais no país e estabeleceu um novo estilo de pensamento (Informativo do MST, 10/8).

Falta de escolaridade ainda é o problema

O estudo "Brasil, o Estado de Uma Nação - Mercado de Trabalho, Emprego e Informalidade", divulgado no dia 9/8 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), destaca que somente 84% das crianças do país concluem a 4ª série e 57% completam o ensino fundamental. Cerca de 75% dos adultos no Brasil são analfabetos funcionais - conseguem ler, mas não avaliam o conteúdo da leitura -, a maioria das crianças começa a trabalhar prematuramente e mais da metade da força de trabalho está na informalidade. O grau de escolaridade médio mais elevado está no setor público, com média de 10,8 anos (O Estado de SP, 10/8).

Lucro do Unibanco cresce 25% no semestre

Os bancos não têm do que reclamar no governo Lula. Mais uma instituição financeira apresentou lucro absurdo, segundo informou a Folha Online de 10/8. O Unibanco encerrou o primeiro semestre deste ano com lucro líquido de R$ 1,068 bilhão, resultado 25,1% superior ao de igual período de 2005 (R$ 854 milhões).

Opinião

De que são feitas as cidades?

Ricardo Kubrusly

De que são feitas as cidades?
Prédios ruas palacetes?
... pessoas? Destroços?

Híbrida a cidade cresce
corpo concreto alma passageira
como entendê-la?
como prever seus acontecimentos?
como esculpi-la na substância de cidade
com futuros e passados entremeados numa malha
permanente
sem tempo?

Como pensar a cidade se não me encontro nela
ou fora dela
se nos espelhos dos asfaltos molhados
a imagem é outro
se nas florestas teimosas do teu centro
esse macaco é outro e é outro
que se banha em tuas cachoeiras escondidas?

Um risco corta o meu destino
a cidade é outra e é a mesma cidade
perfura o vidro fumê
que reparte os mundos
aumento o rádio em busca de notícias
será aqui?
Um Líbano na minha esquina
o tempo dilatado
não me traz certezas nem me deixa dúvidas
o risco é rápido
e certo incerto o meu destino
será aqui?
Um Líbano na minha esquina?

mazen kerbaj
http://mazenkerblog.blogspot.com/

Não!
Eu sou o louco que no volante cego
atravesso todos sinais sem cores
que examino os corpos das crianças
a carne das crianças
o vermelho carne das crianças loucas
que fecho as janelas elétricas e tranco as portas
e guiado pelo medo
teleguiado pelo medo agora do destino cego
atropelo sem poesia o que não faz sentido
e que procuro nos becos
libaneses da minha memória
o sangue louco das crianças podres
e bebo o sangue que me atormentará
e me lambuzo como bomba
ceifando destinos

Eu sou o louco que no volante cego
atravesso os céus mesopotâmicos
e me repasto no sangue juvenil
que me atormentará
e que retorno enfim,
como num sonho,
a Botafogo
onde me espera paciente a cidade organizada

A borboleta azul que invade a minha janela
vestida de cheiro de jaca e pousa
no monitor com quem converso
enquanto penso a cidade
sou eu
mas jamais me darei por isso.

Continuação da capa

Ainda no que a MP 295/06 afeta os docentes de 1º e 2º graus, foi analisado o artigo 41, que trata de diferenças a serem convertidas em vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI): "A aplicação do disposto nesta Medida Provisória, aos servidores ativos, aos inativos e aos beneficiários de pensão não poderá implicar redução de remuneração, provento ou pensão". Sobre este ponto, os assessores jurídicos solicitam análise caso a caso. Registrou-se apenas que o Supremo Tribunal Federal entende que a redução remuneratória deverá ser avaliada com relação ao total percebido pelo docente, e não sobre parcelas isoladas, como o vencimento básico, por exemplo.

A MP 295/06 e o magistério superior

Assim como ocorreu com os docentes de 1º e 2º graus, os professores do 3º grau se viram às voltas com uma nova classe em sua carreira (Associado). A diferença é que esta foi inserida entre o penúltimo (Adjunto) e o último (Titular) estágios. Para recebimento do cálculo da vantagem do art.192 já mencionada, a reestruturação da carreira provocou uma significativa distorção funcional: o referencial dos proventos tornou-se rebaixado para Adjunto IV.

De acordo com a jurisprudência do STF, argumentam os assessores jurídicos, o servidor não possui direito adquirido a regime jurídico, tampouco a posição hierárquica na carreira, logo, desde que não haja redução no valor total da remuneração, as alterações produzidas pela MP 295/06 encontram amparo jurisprudencial.

Mesmo assim, em que pese a decisão contrária dos tribunais, segundo os advogados, as seções sindicais poderão analisar a conveniência de mandado de segurança com o objetivo de assegurar o cálculo das vantagens na forma original, antes da implementação da medida provisória.

Pagamento do retroativo

Uma vez que o governo já sinalizou o pagamento do passivo, embora parcelado, os assessores jurídicos observaram que seria ineficaz qualquer medida judicial para garantir o pagamento dos atrasados de forma única. Apenas caso seja descumprido o cronograma anunciado, será feita nova análise jurídica da questão.

MP com prazo ameaçado

Os advogados sindicais também avaliaram a grande possibilidade de a Medida Provisória não ser convertida em lei dentro do prazo constitucional de 120 dias, que se esgota no final de setembro, em função da proximidade com as eleições de outubro.

Se a situação se confirmar, o artigo 62 da Constituição prevê que o Congresso Nacional deverá editar um decreto legislativo disciplinando as relações jurídicas decorrentes da MP. Na ausência deste decreto, todos os atos praticados durante o período serão considerados válidos conforme os termos da MP.

Entrevista

Assessora jurídica sugere que ação do abono pecuniário seja rediscutida pelos docentes

Página 3

Debate Eleições 2006

No lugar de programas e promessas, o debate promovido pela seção sindical com candidatos ao governo do Rio e convidado transformou-se em uma discussão consistente sobre o papel da eleição para o campo da esquerda.

Páginas 4 e 5

Opinião

Da mesma maneira que é equivocado pensar que todo árabe é muçulmano, ou que todo muçulmano é árabe, ou confundir judeu com árabe e com muçulmano, ou desconhecer que um judeu pode ser árabe ou de outra origem étnica, também o ataque ao Líbano não é apenas, um projeto militar israelense, mas constitui parte do planejamento bélico-petrolífero norte-americano para além do Oriente Médio.

Por José Domingues de Godoi Filho

Páginas 6 e 7

UFRJ

O Pagador de Promessas, obra de Dias Gomes será contada, pela primeira vez, como uma ópera em espetáculo produzido pela universidade

Página 8

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 507 22 de agosto de 2006

Consuni define critérios para Associado

Nesta quinta-feira, 24 de agosto, o Conselho Universitário discutirá o documento elaborado pelas Comissão de Ensino e Títulos, Comissão de Legislação e Normas e Comissão Permanente de Pessoal Docente que define os critários para progressão dos professores da UFRJ à Classe de Associado. A nova classe foi estabelecida pela Medida Provisória do governo que reajustou os salários dos professores das Federais neste ano (MP 295/06). A íntegra da proposta das comissões pode ser encontrada no sítio da seção sindical, www.adufrj.org.br, e em ecncarte especial nesta edição.

A diretoria da Adufrj-SSind reúne o Conselho de Re-presentantes da en-tidade para debater a progressão funcional e os efeitos da MP do reajuste nesta quarta-feira 23, às 13h30, em sua sede. A seção sindical fica na sala 200 do bloco D do prédio do Centro de Tecnologia, no *campus* da Ilha do Fundão.

A reunião é aberta a todos os sindicalizados.

Movimento

MEC agora diz que o GT Carreira é apenas "consultivo"

Criado após uma longa greve para apresentar resultados concretos, grupo de trabalho tem atuação diminuída pelo ministério

No dia 8 de agosto, representantes do Andes-SN e do Sinasefe participaram da quarta reunião do Grupo de Trabalho do MEC sobre a carreira docente, em Brasília. Lá, foram informados pelo subsecretário de Assuntos Administrativos do ministério, Sílvio Petrus, que o GT MEC de Carreira teria apenas caráter "consultivo" para viabilizar uma proposta ao futuro governo. A notícia causou indignação nos dirigentes sindicais, que esperavam resultados concretos ainda este ano.

No início da reunião, os dirigentes sindicais haviam cobrado do MEC um posicionamento sobre a situação do GT Carreira, uma vez que o governo interrompeu a negociação mais geral com o conjunto dos servidores públicos na chamada Mesa Nacional de Negociação Permanente, sob o pretexto de proximidade com as eleições. Foi neste momento que as novidades da natureza não deliberativa do grupo de trabalho e do adiamento de uma solução para o próximo governo foram anunciadas.

Em função do esclarecimento prestado pelo MEC, o Andes-SN e o Sinasefe registraram a inconformidade com a decisão do governo. Também acrescentaram que a base das duas entidades esperava uma negociação efetiva da carreira única. O 2º vice-presidente do Andes-SN, Agostinho Macedo, foi um dos presentes que questionaram a atitude do MEC: "Eu perguntei a eles como é que todas as entidades envolvidas no GT tinham entendido errado e apenas o MEC acreditava, desde o início, que o trabalho era apenas consultivo."

Ainda sobre esta decisão do governo, as entidades explicaram para os representantes do MEC que a situação criada era de extrema gravidade e indicaram a necessidade de uma interlocução direta com o ministro.

Os representantes do MEC insistiram que, independentemente da divergência, era necessário dar continuidade aos estudos. Os dirigentes sindicais reafirmaram a disposição de prosseguir com os trabalhos, mas ressaltaram que a carreira deveria ser objeto de deliberação do GT, no menor espaço de tempo possível, e ainda dentro da atual gestão governamental. Apontaram que, além dos aspectos já referidos, as ameaças de adiamento de datas para a reunião e o não-fornecimento de dados por parte do MEC causaram enorme prejuízo ao andamento do GT.

O ministério comprometeu-se, mais uma vez, a enviar os dados detalhados referentes aos docentes de 1º, 2º e 3º graus solicitados pelas entidades (até o fechamento desta edição, em 21/8, nada havia chegado ao Sindicato Nacional). Também o MEC informou que as portarias de nomeação dos representantes das duas entidades sindicais para compor o GT serão providenciadas, bem como a formalização de atas das reuniões para serem lidas e aprovadas na reunião subseqüente.

Quando tiverem os dados, as entidades sindicais ficam encarregadas de apresentar estudos de impactos financeiros da implementação gradual da carreira única. A próxima reunião ficou prevista para 15 dias após o envio das informações às entidades sindicais.

GT Paralelo

Não bastasse a insistência do MEC de organizar reuniões sobre a carreira docente e trazer como convidados alguns representantes de uma entidade paralela dos docentes das universidades, uma outra notícia causou mal-estar na reunião. Os dirigentes sindicais manifestaram preocupação com a possível existência de um outro GT do MEC para tratar da carreira docente, neste caso, apenas no que se refere ao magistério superior (3º grau), em conjunto com a associação de reitores das federais (Andifes).

Silvio admitiu que o MEC havia recebido proposta da Andifes nesse sentido, mas que não havia sido tomada nenhuma posição oficial. Os representantes sindicais ressaltaram que a situação apresenta prejuízos políticos que pedem uma imediata definição por parte do ministério.

Avaliação

Ao fim da atividade, representantes do Sinasefe e do Andes-SN fizeram uma rápida avaliação da reunião e concluíram que há claramente uma disputa interna no MEC, ao atender uma reivindicação da Andifes para discutir a carreira dos professores de 3º grau isoladamente, esquecendo-se de que grande parte dos professores de 1° e 2° grau dos Colégios de Aplicações e Colégios Agrícolas pertencem às IFES. Essa atitude da Andifes foi repudiada e, além disso, houve o entendimento de que o MEC mantém o funcionamento do GT apenas como forma de não expressar abertamente sua estratégia de adiamento indefinido da questão da carreira docente.

Agenda Sindical

23/8 - Reunião de docentes para discussão do tema "A Retomada do Movimento de Reforma Sanitária Brasileira e o Movimento Docente"
Rio de Janeiro (RJ) – Riocentro, Pavilhão 5, sala G9, das 12h às 13h45.
Obs: atividade promovida pelo Andes-SN no Congresso da ABRASCO (Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva).

26/8 - Reunião do Grupo de Trabalho Comunicação e Artes do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

27/8 - Reunião do Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical do Andes-SN
Brasília (DF) - sede do Andes-SN

2/9 – Setor das Federais do Andes-SN
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

3/9 – Plenária dos SPF
Brasília (DF)

5/9 – Dia Nacional de Luta, com ato unificado dos servidores públicos federais
Brasília (DF) – Esplanada dos Ministérios

Convocação de reunião do Conselho de Representantes

23 de agosto (quarta-feira)
às 15:30 horas, na sede da Adufrj-SSind - Ilha do Fundão

Pauta:
1) Progressão Funcional
- MP 295

Lembramos que as reuniões do Conselho de Representantes são abertas a todos os professores

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes (afastado) **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Entrevista

Advogada fala sobre abono

A assessora jurídica da Adufrj-SSind, Sayonara Grillo, explica ao Jornal da Adufrj a necessidade de reabrir a discussão entre os docentes acerca do ajuizamento, ano a ano, dos mandados de segurança relativos ao abono pecuniário de férias.

O que é abono pecuniário de férias?

Sayoara Grillo - O abono pecuniário é um pagamento realizado em contrapartida à venda de um terço das férias. No regime trabalhista (CLT), o empregado tem a faculdade de receber o abono correspondente se optar por usufruir apenas 2/3 das férias. Tal faculdade, entretanto, não era estendida aos funcionários públicos estatutários regidos pela Lei 1.711/52.

Com a reforma administrativa promovida pelo golpe militar, a Administração Pública passou a conviver com uma dualidade de regimes funcionais, pois passou-se a contratar servidores pelo regime da CLT, criando uma profunda desigualdade de direitos.

Nos anos 80, várias categorias do funcionalismo desafiaram as restrições legais que impediam a greve nos serviços públicos e deflagraram fortes movimentos paredistas, muitos dos quais pela luta por igualdade e por direitos. Os docentes, em sua greve de 1987, conquistaram a lei de isonomia, que assegurou a estruturação de uma carreira nacionalmente unificada e com isonomia de direitos para todos os professores, fossem eles regidos pela CLT e/ou estatutários. Assim, o Decreto 94.664/87 aplicável a docentes e funcionários universalizou o direito ao abono pecuniário de férias, em seu art. 39, a todos os professores nas instituições federais de ensino. Em 1990, com a instituição do Regime Jurídico Único, através da Lei 8.112/90, todos os servidores

Arquivo Adufrj

SAYONARA GRILLO

públicos passaram a ter o direito de usufruir menos 1/3 de suas férias para receber o pagamento correspondente em dinheiro (artigo 71 da Lei 8.112/90) ao período "vendido".

Quando e por que a UFRJ deixou de admitir a opção pelo abono pecuniário?

Em 1996, após a crise asiática, o governo Fernando Henrique preparou mais um de seus "pacotes para contenção dos gastos públicos" e editou Medida Provisória reformulando o Regime Jurídico Único e suprimindo direitos dos servidores públicos.

Assim, foi revogado o artigo 71 da Lei 8.112/90 extinguindo o direito dos funcionários públicos federais, em geral, de "vender" 1/3 de suas férias e de recebimento do abono pecuniário. Por este motivo, a UFRJ entende não haver previsão legal para o deferimento do abono.

E por que a Adufrj-SSind entende diferente?

Porque, apesar de revogado o artigo 71 da Lei 8.112/90, a Lei 9.527/97 não revogou o artigo 39 do PUCCRE (Decreto 94.664/87) que estabelecia o abono pecuniário como direito dos docentes. E porque há uma regra interpretativa que garante que a revogação de uma lei geral não implica na revogação de uma lei específica. Desde então, as diversas seções sindicais do Andes têm ingressado na justiça para assegurar a plenitude do nosso plano de cargos e salários e o direito ao abono.

A Adufrj-SSind foi vitoriosa em vários anos, tendo obtido diversas liminares. No entanto, em todo o país a jurisprudência se fixou em sentido contrário e aqui, em nossa Região, desde o ano passado, duas turmas especializadas do Tribunal Regional Federal da 2ª Região firmaram entendimento contrário ao dos professores.

Recentemente, a ação que assegurou a conversão do abono no ano de 2004 foi julgada no Tribunal e a UFRJ conseguiu reverter a decisão que, no primeiro momento, lhe havia sido desfavorável. A Adufrj-SSind recorrerá ao Superior Tribunal de Justiça, mas as perspectivas não são muito positivas, segundo pesquisa realizada naquela Corte.

Quais são as perspectivas diante de tal cenário?

Há nove anos estamos discutindo o tema no Judiciário, resistindo e buscando afirmar uma interpretação favorável ao direito de opção individual do professor. No entanto, atualmente, somos a última Seção Sindical que permanece encaminhando, ano a ano, tais ações.

Diante da modificação do entendimento dos tribunais e da expectativa criada diante do tema, ano a ano (pois, para permanecer nas ações, o professor não pode usufruir a totalidade de suas férias), entendemos que é necessário reabrir a discussão sobre a continuidade do ajuizamento dos mandados de segurança.

Resenha

Dívida insustentável

Presidente do Conselho de Administração do *Transnational Institute*, da Holanda, a intelectual norte-americana radicada na França, Susan George, critica a atual situação de dívidas colossais e impagáveis por parte dos países em desenvolvimento para as nações ricas. "As transferências líquidas do Sul para o Norte chegaram a US$ 274 bilhões em 2004 (valor resultante da soma dos pagamentos de serviços da dívida, remessas de lucros e capital repatriado subtraída das remessas de migrantes para o Sul e de programas de desenvolvimento patrocinados nestes países pelo Norte). Em outras palavras, a cada ano o Sul está pagando ao Norte o equivalente a três Planos Marshall, que foi responsável por reconstruir a Europa e a Ásia após a Segunda Guerra Mundial (Agência Carta Maior, 11/8).

Uerj pede R$ 1,8 bilhão para se manter

O conselho universitário da Uerj aprovou a proposta orçamentária da instituição para 2007. Orçada em R$ 1,8 bilhão, a proposta engloba as reivindicações de professores, técnicos-administrativos e estudantes, e foi enviada ao governo do estado. Nos últimos anos, o orçamento aprovado para a Uerj vem sendo muito inferior ao pedido. Em 2004, de uma proposta de R$ 925 milhões, foram aprovados R$ 470 milhões. Em 2005 e 2006, de propostas próximas a R$1 bilhão, foram aprovados R$ 469,6 milhões e R$ 446,6 milhões, respectivamente (Folha Dirigida, 15/8).

Filosofia e Sociologia obrigatórias

Agora é definitivo: o ministro Fernando Haddad homologou, no dia 11, o Parecer 38/2006 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que torna obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia no ensino médio de todas as escolas públicas e privadas do país. É dado o prazo de um ano para os estados se adequarem à medida. "O MEC entra com o apoio técnico e financeiro necessários para viabilizar esse ensino", disse o ministro (www.mec.gov.br, 11/8).

Ainda o lucro dos bancos...

O lucro líquido semestral dos cinco grandes bancos brasileiros (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Unibanco e Banespa) cresceu 132,5% do início do governo Lula a junho deste ano. Só no primeiro semestre foram R$ 11,5 bilhões, diz levantamento do Inepad (Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração). O estudo não inclui dados de governos anteriores (Folha Online, 15/8).

Adufrj-SSind

Debatedores analisam processo eleitoral em 2006

Ana Manuella Soares

No lugar de programas e promessas, uma discussão consistente sobre o papel da eleição para o campo da esquerda

Enquanto a propaganda oficial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) faz campanha para aumentar a participação dos eleitores nas urnas e candidatos correm atrás de espaço para mostrar detalhes de seus programas e plataformas, a Seção Sindical dos Docentes da UFRJ realiza um debate eleitoral diferente dos tradicionais.

A entidade abriu espaço para a análise de uma posição polêmica, o voto nulo, que vem ganhando força nesse pleito, após quatro anos de um governo que prometeu ser a materialização das vontades das esquerdas. Mas nem de longe cumpriu.

A opção pela anulação do voto tem se mantido, nas últimas pesquisas, na faixa dos 9% das intenções da população, tanto no estado do Rio de Janeiro, como no plano federal. Sem contar outros 9% ou 10% que dizem não ter escolha ou não opinam. Em nível nacional, a opção para quem quer escolher entre os concorrentes e quer votar em uma proposta contra o atual modelo econômico, com alguma chance de fazer frente às candidaturas de Lula e Alckmin, parece estar na candidata da Frente de Esquerda (PSOL, PCB e PSTU), Heloísa Helena.

Outro diferencial do evento promovido pela seção sindical foi o fato de o convite aos candidatos ser seletivo. Foram convidados para o debate realizado no último dia 17 concorrentes ao governo do estado que, de alguma forma, por sua história pessoal ou de seu partido, tivessem algum compromisso com a universidade pública: o ex-deputado federal Milton Temer, da Frente de Esquerda (PSOL, PCB e PSTU); Carlos Lupi, do PDT; e Vladimir Palmeira, do PT. O petista recusou o convite em função de o evento não contar exclusivamente com a participação de candidatos majoritários. Para debater a opção pela anulação do voto, foi convidado o professor de Comunicação Social e jornalista, Leovegildo Leal.

Cerca de 200 pessoas participaram do evento no Auditório do Centro de Tecnologia que foi mediado pelo presidente da Adufrj-SSind, José Simões. "O debate sobre as próximas eleições é extremamente importante para todos e é fundamental que a universidade debata os rumos que o país está tomando. Para nós, a universidade pública é a nossa bandeira maior como professores. Fizemos um convite seletivo com uma posição política muito clara", esclareceu o diretor, que lamentou a ausência do candidato Vladimir Palmeira. "Infelizmente ele se recusou a participar do debate. Seu argumento é que só debateria com candidatos. Nós lamentamos isso porque entendemos que o PT, sendo o partido majoritário no governo federal, deve participar de todos os espaços públicos onde são solicitadas explicações sobre a sua atuação. Também entendemos que uma eleição não se esgota nos candidatos. É fundamental o respeito ao eleitor e às visões políticas que estão em jogo", comentou.

Fotos: Kelvin Melo

CERCA DE 200 PESSOAS ACOMPANHARAM O DEBATE COM CANDIDATOS E REPRESENTANTE DO VOTO NULO, REALIZADO NO ÚLTIMO DIA 17 DE AGOSTO, NO AUDITÓRIO DO CT

Oportunidade para o embate de projetos

Primeiro a falar, o candidato da Frente de Esquerda disse que o debate na universidade é uma tradição das campanhas politizadas, principalmente na UFRJ. Milton Temer não fez propaganda política, mas uma análise do processo eleitoral e seus desdobramentos. Reconheceu que o atual parlamento não é um espaço de debates políticos ou de disputa de projetos para a sociedade. "Grande parte das cadeiras é ocupada por despachantes de interesses locais, operadores de empreiteiras e, fundamentalmente, por homens de negócio. É um espaço de conveniências". Mas, defendeu que, num regime presidencialista, existiriam especificidades nas eleições para presidente e governadores. Seria a possibilidade de os candidatos e partidos debaterem com a sociedade projetos e alternativas.

Ex-petista e filiado ao recém-criado PSOL, Temer lembrou que a marca dos votos em 2002 - tanto os de esquerda como os de direita, na sua opinião - foi o voto numa ruptura com o modelo do governo do tucano Fernando Henrique. "Foi um voto contra a imposição de um modelo neoliberal cujo desenho mais explícito era o desmonte da máquina pública, o desmonte do serviço público e a privatização da política".

Para o candidato, o governo Lula foi a radicalização do que havia na política social e econômica com Fernando Henrique Cardoso. O exemplo máximo seria a acumulação do lucro do capital financeiro. "Numa ponta, a 'bolsa família' dá a 9 milhões de famílias R$ 30 milhões. Na outra, a 'bolsa banqueiro' garante que 20 mil famílias faturem R$ 530 bilhões com juros dos títulos públicos."

Defensor da democracia, Milton Temer criticou o voto nulo como uma posição fácil para o eleitor. "Essa posição é a pior das posições". Para o ex-deputado federal pelo PT, essa propsta poderia ter sido válida na década de 70, "porque o passo seguinte naquela época, foi partir para a luta armada". Milton lembrou que, na década de 80, era chamado de reformista porque já discutia o socialismo com a premissa da democracia. "Era considerado um direitista por causa disso, e hoje muitos dos que me tachavam dessa forma são executivos do sistema financeiro ou estão dirigindo essa CUT vergonhosa, justificando o apoio que dão ao governo".

Milton acha que a esquerda encontrou uma alternativa com a candidatura da senadora Heloísa Helena. "A candidata não está fazendo concessão no discurso e está afirmando o Estado democrático progressista e forte". O candidato do PSOL ao governo do estado acha que a senadora, na hipótese de segundo turno com Lula, poderia retomar o debate na sociedade brasileira sobre um projeto socialista para o país.

Opção pelo Nulo

O professor Leovegildo Leal agradeceu o convite afirmando que não estava compondo a mesa pessoalmente, mas em nome de uma posição política defendida por alguns grupos da sociedade: o voto nulo nas eleições gerais de 2006. O professor disse trabalhar academicamente e como militante pelo socialismo há cerca de 45 anos, mas sempre numa posição minoritária por ser um 'marxista ortodoxo'. "Mas eu nunca vi um debate, dito eleitoral como esse, em que as questões de princípio estejam postas em jogo. Em que se abre a possibilidade de se dizer o que determina o quê. Esse decisivamente é o primeiro debate desse tipo". Leo elogiou a iniciativa da seção sindical em aprofundar o debate sobre o significado do processo eleitoral na conjuntura, após anos de governos neoliberais e de cooptação das forças governistas que eram consideradas à esquerda no último pleito.

Para o professor, o voto nulo não é uma abstenção. "É uma posição de participar. Não é uma posição bordeguista antiga, de dar as costas para as eleições. Ao contrário, a eleição é um momento importante no qual o trabalhador tem uma oportunidade de refletir sobre o poder e sobre aqueles que mandam em suas vidas", afirmou. Para o professor, a função de um militante de esquerda, que tem como perspectiva a transformação da sociedade, é retirar ideologicamente os trabalhadores do âmbito da democracia. "E a eleição é o melhor momento".

Para Leo Leal, há algumas décadas, foi imposta no mundo uma agenda neoliberal em que todos devem "correr no leito da democracia". Trabalhando na lógica da revolução socialista, o professor considera que o sistema democrático capitalista deveria ser substituído por uma ditadura do proletariado ou um Estado dos trabalhadores. "Nós não queremos dar liberdade aos burgueses", disse. Questionou o fato de que, nos debates em tempos neoliberais, o comunismo é tido como uma posição ultrapassada historicamente. Lembrou que a democracia é um conceito milenarmente mais antigo que o comunismo. "O êxito da discussão da revolução tem necessariamente que passar pela democracia, mas não dá para desqualificar o conceito de ditadura do proletariado. Democracia não só é diferente de liberdade. A democracia existiria para que não existisse liberdade", defendeu.

Leo questionou as correntes políticas que teriam "naturalizado" a democracia na conjuntura brasileira e creditou a demonização das propostas de ruptura com o atual modelo à hegemonia trostkista e social-democrática na esquerda do país pós-abertura. "A democracia dá a ilusão de que todos são iguais uma vez que, a cada dois anos, nós exercitamos a nossa igualdade com o Antonio Ermírio de Morais, exercitamos a igualdade do proletariado da Maré com o Olavo Setúbal. Ah, isso é piada", ironizou. "E depois do voto, os trabalhadores voltam para suas casas para comer mandioca com farinha, enquanto a canalhada vai comer caviar e a classe média, inclusive universitária, vai comer filé mignon, viajar para Búzios, pagar um sorvete a dez reais etc. Então está tudo bem, e somos democratas", concluiu.

Pequeno, mas confiante no processo

O candidato do PDT, Carlos Lupi, usou o espaço para um tradicional discurso de candidato, mas defendeu fervorosamente o atual estado democrático da política brasileira. Disse nunca ter pertencido a outro partido senão o de seu padrinho político, Leonel Brizola. O ex-jornaleiro contou que conheceu Brizola, em 1979, em sua banca, no bairro de Copacabana, quando o ex-governador fluminense voltou do exílio.

Lupi lembrou que na ocasião do golpe militar, em 64, tinha sete anos, "mas aos 13 já era pombo-correio de muitas organizações clandestinas". O candidato se considera um exemplo da dura vida de luta do trabalhador comum. Defendendo a democracia como sistema político, disse não se importar com o fato de disputar nas urnas os votos dos eleitores, mesmo pertencendo a um partido pequeno sem grandes recursos, concessão de rádio ou televisão e que "pode até ser chamado de burguês, mas luta por uma democracia para uma maioria que não tem escola".

O candidato também elogiou a iniciativa do debate promovido pela seção sindical e ressaltou a importância da discussão sobre a falência da política tradicional frente aos eleitores e sobre a desmobilização da juventude para o debate dos rumos da sociedade. "Será que o sistema não está falhando porque aqui, na universidade, praticamente não há negros? Será porque a universidade pública está elitista? Ou não consegue discutir com o cidadão que no meio da rua joga uma bolinha para pegar um troco e damos a ele um real para aplacar nossas consciências?", questionou.

TRIBUNA

Leo Leal
Voto Nulo

A democracia dá a ilusão de que todos são iguais uma vez que, a cada dois anos, nós exercitamos a nossa igualdade com o Antonio Ermírio de Morais, exercitamos a igualdade do proletariado da Maré com o Olavo Setúbal. Ah, isso é piada.

Carlos Lupi
PDT

Será que o sistema não está falhando porque aqui, na universidade, praticamente não há negros? Será porque a universidade pública está elitista? Ou não consegue discutir com o cidadão que no meio da rua joga uma bolinha para pegar um troco e damos um real para aplacar nossas consciências?

Milton Temer
Frente de Esquerda

Na década de 80, eu era chamado de reformista porque já discutia o socialismo com a premissa da democracia. E, hoje muitos dos que me tachavam dessa forma são executivos do sistema financeiro ou estão dirigindo essa CUT vergonhosa, justificando o apoio que dão ao governo

Colegiados

CEG quer ouvir unidades sobre Filosofia em 2008

Reunido no último dia 16, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) deu início às discussões sobre o planejamento para o vestibular 2008 e começou justamente pela inclusão, ou não, de Filosofia nas provas de acesso. O assunto gerou desconforto pelo fato de o Conselho Universitário ter aprovado a inclusão da disciplina, independente do desaconselhamento do colegiado de graduação que considera não haver condições necessárias para sua implementação em 2008.

Na quarta-feira passada, o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer Fernandes, criticou o mal-estar constatado entre dois colegiados superiores da universidade: "Cada conselho está tratando o outro como se fossem formados por alienígenas. Estamos nos esquecendo que os dois são formados por professores, estudantes e técnico-administrativos que são conhecidos nossos", afirmou ele, antes de ressaltar que alguns dos atuais integrantes do Consuni já foram do CEG, assim como outros conselheiros do CEG também já integraram o colegiado máximo da UFRJ.

"Temos que ouvir as unidades"

De acordo com a intervenção dos conselheiros, o CEG considera que deve haver mais discussões entre a comunidade universitária para que o debate sobre a inclusão de Filosofia seja institucionl e coletivo: "Temos que trazer as unidades para participar deste debate", afirmou Márcia Serra Ferreira, representante do CFCH. Para Andréa Maria de Paula Teixeira, também do CFCH, os integrantes dos colegiados são representantes de centros e não devem, portanto, defender opiniões pessoais: "Temos que entrar em contato com os coordenadores acadêmicos dos cursos e pedir para que eles estimulem esta discussão. A questão da Filosofia ainda não foi debatida dentro das unidades", declarou.

José Roberto Meyer enfatizou a qualidade do ensino da UFRJ e reiterou a posição dos conselheiros: "Recentemente saiu o resultado do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e nossos cursos estão entre os primeiros. Quando era o Provão, também era assim. Ouso dizer que qualquer que seja o exame de classificação, nossos cursos de graduação aparecerão como os melhores. Portanto, não pode ser por decreto que vamos definir a qualidade dos alunos que entrarão na UFRJ. Temos que ouvir as unidades".

Opinião

Para além do Oriente Médio

José Domingues de Godoi Filho*

Mais um passo na agenda bélico-petrolífera norte-americana

Da mesma maneira que é equivocado pensar que todo árabe é muçulmano, ou que todo muçulmano é árabe, ou confundir judeu com árabe e com muçulmano, ou desconhecer que um judeu pode ser árabe ou de outra origem étnica, também o ataque ao Líbano não é apenas um projeto militar israelense, mas constitui parte do planejamento bélico-petrolífero norte-americano para além do Oriente Médio.

As alianças militares que se iniciaram com a invasão do Iraque pelo Governo Bush-pai permitem compreender melhor as atuais ações de Israel e seus aliados, incluindo os EUA, a Inglaterra, a Turquia e os estados da OTAN. Documentos produzidos nos últimos anos pelo governo americano apontam, de forma explícita, a Síria e o Irã como objetivos para uma ação militar dos EUA. É exemplar, neste sentido, a declaração conjunta feita pelo presidente George W. Bush e pelo primeiro-ministro Tony Blair, na Casa Branca, em 28 de julho de 2006, algumas semanas depois de Israel iniciar os seus ataques ao Líbano:

"A mensagem para eles (Irã e Síria) é muito simples. Irã e Síria têm uma alternativa. Eles podem até pensar que podem evitar essa alternativa, mas não podem. E, no momento em que a situação marchar, como tem ocorrido no Líbano durante as últimas semanas, só lhes sobrará uma alternativa. Ou participam como membros responsáveis da comunidade internacional ou enfrentarão os riscos de um aumento no enfrentamento".

A avaliação geopolítica da guerra contra o Líbano deve, portanto, ser analisada, não como vem sendo apresentada pelos meios de comunicação do Ocidente - um conflito limitado ao exército de Israel contra o Hezbollah, mas sim como parte de uma agenda norte-americana muito mais ampla e que se estende do Mediterrâneo até o extremo Oriente.

E o que buscam os EUA com essa nova empreitada sobre o Oriente Médio? O mesmo que buscaram, como um dos seus objetivos, ao entrarem na segunda guerra mundial - o acesso às jazidas de combustíveis fósseis existentes na região. O que se tornou explícito desde a guerra de junho de 1967 (invasão do Egito por Israel) e se agravou com a possível inflexão da produção de petróleo em escala mundial, prevista para o início da próxima década.

mazen kerbaj
http://mazenkerblog.blogspot.com/

> "A avaliação geopolítica da guerra contra o Líbano deve, portanto, ser analisada, não como vem sendo apresentada pelos meios de comunicação do Ocidente - um conflito limitado ao exército de Israel contra o Hezbollah, mas sim como parte de uma agenda norte-americana muito mais ampla e que se estende do Mediterrâneo até o extremo Oriente."

EUA consomem 27% de toda a energia do mundo

Os EUA, que mostram em sua matriz energética forte dependência dos combustíveis fósseis e consomem pelo menos 27% de toda a energia disponibilizada para consumo no mundo, possuem reservas suficientes para atender à sua demanda por apenas cinco anos. Com o fim do petróleo barato e a previsível diminuição da produção mundial de petróleo, a máquina econômica e de guerra dos EUA estará sob o forte risco de ser fragilizada e de ter a sua posição hegemônica ameaçada já na segunda década do século XXI.

A nova doutrina de segurança formulada pelo atual governo Bush que "auto-outorga" aos norte-americanos o direito de interferir militarmente em qualquer região do mundo onde seus interesses sejam contrariados - ou de garantir a "democracia e a paz" associada às estratégias militares adotadas pela administração Clinton - está e sempre esteve orientada no sentido de assegurar o controle sobre o petróleo do Oriente Médio, sob os pontos de vista econômico e militar. O Governo Bush visa, com suas ações, a controlar militarmente as estratégicas regiões do Golfo Pérsico e do Mediterrâneo e abrir para a exploração, pelas empresas americanas, os campos de gás e óleo.

Atualmente, 70% da produção mundial de óleo são provenientes do Oriente Médio. Quarenta por cento da produção mundial diária de petróleo passam pelo Estreito de Ormuz (lado norte do Golfo Pérsico). Essa região é dominada pelo Irã, cujo governo que assumiu depois da derrubada do Xá Reza Pahlavi - imposta pelos americanos nos anos 50 para garantir a drenagem do petróleo iraniano - tem se mostrado contrário aos interesses dos EUA.

A estratégia do governo americano

O Irã, detentor da segunda maior reserva mundial de petróleo, na avaliação dos EUA, representaria ainda, pela posição geográfica estratégica que ocupa, uma ameaça aos campos petrolíferos da Arábia Saudita, Kuwait, Iraque e Emirados Árabes que, juntos, somam mais de 50% das reservas mundiais conhecidas. Se não bastasse, o Irã tornou-se o terceiro maior fornecedor de petróleo para a China (um dos maiores concorrentes dos EUA

> “A nova doutrina de segurança formulada pelo atual governo Bush que “auto-outorga” aos norte-americanos o direito de interferir militarmente em qualquer região do mundo onde seus interesses sejam contrariados - ou de garantir a “democracia e a paz” associada às estratégias militares adotadas pela administração Clinton - está e sempre esteve orientada no sentido de assegurar o controle sobre o petróleo do Oriente Médio, sob os pontos de vista econômico e militar.”

na aquisição de óleo) e assinou com a empresa chinesa SINOPEC um contrato de exploração de gás natural líquido em território iraniano para os próximos 25 anos. Assim, como fez na década de 50, quando derrubou o governo de Mossadegh e impôs ao Irã o retorno do seu fiel escudeiro, Xá Reza Pahlavi, os EUA buscam agora substituir, a qualquer preço, o governo iraniano por outro mais “democrático” e fiel aos interesses das empresas americanas e inglesas. Mesmo que isto signifique, contrariamente ao que divulga, se associar e proteger um grupo terrorista como o MEK – Mujahedine do Povo, que tem base no Iraque e promove atos terroristas contra o Irã.

Na outra região estratégica, no lado leste do Mediterrâneo, em 13 de julho de 2006, foi inaugurado, sem maior repercussão na imprensa, o oleoduto Ceyhan-Tblisi-Baku (BTC) que liga o Mar Cáspio (Baku, no Azerbaijão) ao Mediterrâneo (Ceyhan, na Turquia), passando por Tblisi, na Geórgia. Importante registrar que, com o fim da URSS, o Azerbaijão e a Geórgia tornaram-se “protegidos” dos EUA, com quem celebraram acordos militares, e passaram a integrar a OTAN. Isso sem nos esquecer que, há muito tempo, ambos mantêm acordos de cooperação militar com Israel.

Pelo oleoduto da BTC Co., serão drenados alguns milhões de barris de óleo que engordarão os cofres de seus sócios: BP (30.1%), AzBTC (25.00%), Chevron (8.90%), Statoil (8.71%), TPAO (6.53%), Eni (5.00%), Total (5.00%), Itochu (3.40%), INPEX (2.50%), ConocoPhillips (2.50%) e Amerada Hess (2.36%), conforme dados divulgados pela BP (British Petroleum). Estiveram presentes na inauguração vários chefes de Estado, o Ministro da Energia de Israel, acompanhado de uma delegação israelense composta pelos principais interessados na exploração do óleo, e presidentes das maiores companhias de petróleo do ocidente.

> “Para viabilizar suas intenções, em abril de 2006, Turquia e Israel anunciaram planos de construir quatro dutos submarinos para transporte de água, eletricidade, gás natural e óleo para Israel, o que só será possível cruzando os espaços territoriais da Síria e do Líbano, por terra ou mar.”

O mapa da mina

O ataque ao Líbano faz parte da estratégia militar americana e israelense para garantir a existência de uma nova rota para transporte de óleo, para a segurança do oleoduto da BTC Co. e para, no futuro, Israel controlar a costa leste do Mediterrâneo com o apoio da Turquia. O que garantirá aos EUA e à Inglaterra a formação de um novo bloco estratégico de interesse para as empresas petrolíferas do Ocidente na região do Oriente Médio e Ásia Central.

O oleoduto da BTC Co. levará parte do óleo para Israel, via um oleoduto submarino - Israel-Turquia - que ligará Ceyhan ao porto israelense de Ashkelon. A partir daí um sistema de dutos levará o óleo ao Mar Vermelho (porto de Eilat). O objetivo de Israel não é de apenas adquirir o óleo necessário para o seu consumo, mas também re-exportar o óleo vindo do Mar Cáspio para a Ásia, reorientando sua rota de transporte. Assim, o óleo de Baku será transportado para Ashkelon e de lá para a Índia e para outros países do Extremo Oriente.

Para viabilizar suas intenções, em abril de 2006, Turquia e Israel anunciaram planos de construir quatro dutos submarinos para transporte de água, eletricidade, gás natural e óleo para Israel, o que só será possível cruzando os espaços territoriais da Síria e do Líbano, por terra ou mar.

Um ponto importante e de grande interesse estratégico para o governo israelense é o duto que levará água da região das nascentes dos rios Tigre e Eufrates, na Anatólia, para Israel, em detrimento da Síria e do Iraque. Para garantir o transporte da água, Israel e Turquia também estabeleceram acordos de cooperação militar.

O conflito Israel-Hezbollah e a guerra do petróleo

A “guerra contra o terrorismo”, a campanha contra os muçulmanos que ganhou fôlego nos últimos meses e o conflito Israel-Hezbollah tem uma relação direta com a guerra do petróleo no Oriente Médio. Trata-se de uma guerra para tomar dos povos da região as suas reservas de petróleo e garantir a presença americana numa área geopoliticamente importante para a hegemonia do império norte-americano. Para tanto, vale tudo: criar um consenso político contra os países muçulmanos, caracterizar os muçulmanos como povos bárbaros, desqualificar sua cultura e religião, estimular o ódio e o racismo contra os povos detentores e produtores de óleo, disseminar que os valores do Islã estão vinculados ao “terrorismo islâmico” (conforme vivem propalando em todas as oportunidades o presidente americano George W.Bush e o primeiro-ministro inglês Tony Blair), até financiar a invasão de países e o assassinato “democrático” de seus líderes.

> “O ataque ao Líbano faz parte da estratégia militar americana e israelense para garantir a existência de uma nova rota para transporte de óleo, para a segurança do oleoduto da BTC Co. e para, no futuro, Israel controlar a costa leste do Mediterrâneo com o apoio da Turquia.”

A ofensiva contra o Líbano e não apenas contra o Hezbollah, definitivamente, faz parte da estratégia americana de transformar, num primeiro momento, Israel num forte fornecedor para o mercado de energia global via redirecionamento do transporte de petróleo e gás do Mar Cáspio para a porção leste do Mediterrâneo com o desenvolvimento de dutos que atinjam o sul da Ásia, China e Extremo Oriente. E, num estágio seguinte, submeter os demais países árabes “rebeldes” aos interesses dos EUA e garantir às empresas americanas e inglesas o acesso à exploração das jazidas petrolíferas existentes.

* Professor do Departamento de Geologia Geral do Instituto de Ciências Exatas e da Terra/UFMT

Anote

Filme e palestra no Forum
Dentro do projeto Forum na Tela, será exibido, no Salão Moniz de Aragão, às 18h30 do dia 22/8, o filme “O Jardineiro Fiel”, de Fernando Meirelles. Depois, haverá palestra com os professores José da Rocha Carvalheiro (da Fiocruz) e Maria de Fátima Siliansky (Faculdade de Medicina-NESC/UFRJ). O objetivo do evento é analisar e discutir os fatores que determinam a condução das pesquisas científicas na área da saúde, suas conseqüências e o acesso dos diferentes segmentos da sociedade aos seus resultados e aos avanços da tecnologia.

Encontro de Corais
No dia 23, às 18h, no Salão Dourado, é a vez do projeto Música no Forum, com o Encontro de Corais, entre eles o do Centro de Ciência Jurídicas e Econômicas e o infantil da Escola Martim Pescador.

O papel das Faculdades de Educação
Também no dia 23, às 19h, no Salão Pedro Calmon, ocorre a abertura do XXII Encontro Nacional do FORUNDIR (Fórum de Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas do País), com o tema ”O Papel das Faculdades de Educação nas Universidades Públicas”. Após a abertura, haverá apresentação da Orquestra Sinfônica da UFRJ, com a regência do maestre André Cardoso, da Escola de Música da universidade.

Nova página do CNPq
O presidente do CNPq, Erney Camargo, lançou, no dia 10/08, a nova página eletrônica da entidade (www.cnpq.br). Um grupo trabalhou durante seis meses até chegar ao formato definitivo do novo *site*. Segundo Erney Camargo, a Plataforma Lattes também foi reestruturada para refletir com mais precisão o currículo de cada participante. A operação foi simplificada, objetivando a comodidade do usuário. “O trabalho não terminou e deverá ser, progressivamente, aperfeiçoado com a colaboração do usuário”, afirma Camargo.

UFRJ apresenta montagem inédita de *O Pagador de Promessas*

Obra de Dias Gomes será contada, pela primeira vez, como uma ópera

Com recursos de convênio da reitoria com o Banco do Brasil, o Fórum de Ciência e Cultura através da Cia. Experimental de Ópera da Escola de Música apresenta , a partir dessa sexta-feira, 25 de agosto, no Teatro João Caetano, a montagem inédita da ópera de uma das grandes obras da dramaturgia nacional. *O Pagador de Promessas*, adaptada do texto original de Dias Gomes, será encenada em português e conta com a participação de 150 estudantes e ex-estudantes, jovens talentos destacados entre várias unidades da UFRJ, entre elas, Música, Comunicação e Educação Física.

Traduzida em dez idiomas e montada em 15 países, *O Pagador de Promessas* é um dos textos brasileiros mais aplaudidos internacionalmente. O clássico da literatura brasileira conta a história de Zé do Burro, um camponês que, para cumprir uma promessa feita em um terreiro de Umbanda à Iansã, carrega uma pesada cruz pelas escadarias da Igreja de Santa Bárbara com o objetivo de chegar ao altar da santa, na cidade de Salvador. No decorrer de sua saga particular, o lavrador sofre toda a sorte de preconceito e autoritarismo dos mandantes do clero, do governo e da imprensa. Mas encontra solidariedade do povo local que acolhe a sua fé e obstinação. O Pagador de Promessas resume de maneira comovente as contradições e virtudes do homem brasileiro e denuncia a prepotência das autoridades.

A adaptação de *O Pagador de Promessas* foi iniciada, nos anos 60, pelo cenógrafo e ator francês Henri Doublier quando dirigia com Procópio Ferreira, no Rio de Janeiro, a versão de O Avarento, de Molière. Foi através de Procópio que Doublier conheceu Dias Gomes, que aceitou a proposta do cenógrafo de traduzir *O Pagador de Promessas* para o francês. Pouco tempo depois, Doublier sofre um derrame cerebral e o libreto de O Pagador de Promessas segue sendo adaptado por sua colega Marie Jeanne Calasans. Pesquisadora da obra de Doublier, concluiu a ópera em francês e se tornou responsável por sua adaptação para o português.

Nos anos 90, o pesquisador do folclore brasileiro Eduardo Escalante aceitou o desafio de musicar a obra de Dias Gomes e

a apresenta, nesse espetáculo, como resultado da sua tese de mestrado, concluída na Escola de Música da UFRJ.

Fora da universidade pública, projeto seria inviável

Para o coordenador do Fórum de Ciência e Cultura e responsável pela montagem da ópera no João Caetano, professor Carlos Tannus, o evento é motivo de orgulho para toda a UFRJ. Carlos Tannus diz que a realização do espetáculo só foi possível graças ao empenho das unidades envolvidas.

O coordenador do Fórum revela que o projeto apresentado por Eduardo Escalante só chegou à sua mesa no início do ano e que a decisão da reitoria em bancar o espetáculo foi fundamental. “No mercado, um projeto desse porte custaria de R$ 3,5 milhões a R$ 4 milhões e há quase nenhum recurso disponível para montagens populares desse tipo”, explica Cadu Holetz, produtor. Segundo os responsáveis pela produção, a participação dos alunos e ex-alunos, dos docentes envolvidos e o apoio logístico da universidade foram fundamentais para reduzir os custos e viabilizar o projeto.

Local e horário para garantir o acesso popular

A opção pelo horário alternativo aos espetáculos tradicionais, às 19h30, e o local, no Centro da cidade, também foram decisivos, segundo os organizadores, para garantir o acesso da população trabalhadora ao espetáculo, cujo ingresso simbólico custa R$ 1. Estudantes pagam R$ 0,50.

O Pagador de Promessas fica em cartaz no Teatro João Caetano, com capacidade para 1.222 pessoas, de 25 a 29 de agosto, às 19h30. No domingo (27), o espetáculo começa às 17h. O teatro fica na Praça Tiradentes s/nº, Centro. Os telefones são 2221-1223 e 2299-2142.

Ficha Técnica

Texto: Alfredo de Freitas Dias Gomes

Compositor: Eduardo Escalante

Libretista: Marie Jeanne Calasans

Coordenador do Fórum de Ciência e Cultura: Carlos Tannus

Direção geral e regência: Wendell Kettle – Escola de Música da UFRJ

Orientação: Maestro Henrique Morelenbaum

Orientação de produção: Carlos Tannus

Produção: Cadu Holetz

Equipe de produção: Eduardo Marvin e Leonardo Polck – Escola de Comunicação da UFRJ

Direção Cênica: Menelick de Carvalho – Curso de Direção Teatral da ECO/UFRJ

Dança: Companhia Folclórica da UFRJ – Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ

Grupo de Capoeira: Grupo de alunos do Mestre Oscaranhas

Orientação de criação coreográfica: Eleonora Gabriel

Cenografia: Gustavo Fernandes – Escola de Belas Artes da UFRJ

Figurino: Luciana Craveiro Vilanova – EBA/UFRJ

Orientação de criação cenográfica e de figurino: Ronald Teixeira

Corpo artístico: Solistas, Coro e Orquestra da Cia. Experimental de Ópera

Iluminação: Alunos do Curso de Direção Teatral da ECO/UFRJ

Orientação de Iluminação: Professor José Henrique Moreira

Assistência de Direção Cênica: Cínthia Mendonça – Curso de Direção Teatral da ECO/UFRJ

Edição de partitura: Leonardo Caldas – EM/UFRJ

Participação: Escola de Música, Escola de Comunicação, Escola de Belas Artes, Escola de Educação Física, Centro de Tecnologia e Conservatório Brasileiro de Música

Realização: Fórum de Ciência e Cultura/UFRJ

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

ESPECIAL CARREIRA

EDIÇÃO DE 21 DE AGOSTO 2006

Proposta para progressão dos docentes da UFRJ para a nova classe de Professor Associado

Publicamos neste encarte o documento elaborado pela Comissão de Ensino e Títulos, Comissão de Legislação e Normas e pela Comissão Permanente de Pessoal Docente para a progressão dos professores da UFRJ à nova Classe de Associado. O Conselho Universitário decidirá sobre este assunto nessa quinta-feira, 24 de agosto.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

RESOLUÇÃO Nº /2006

Complementa a Resolução No 02/1989 - Progressão Funcional de Docentes.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO, no uso da atribuição que lhe foi dada pelo Art. 2o. da Portaria Nº7, de 29 de junho de 2006, do Ministro de Estado da Educação, publicada no Diário Oficial da União Nº. 124, de 30 de junho de 2006, baixa as seguintes normas complementares ao disposto na Resolução No 02/1989 do CONSUNI:

Art. 1º A progressão funcional para o primeiro nível da classe de Professor Associado poderá ser pleiteada pelos docentes que preencham os requisitos do Art 1 ºda Portaria No 7/06, do MEC, acima referida. Parágrafo único A progressão de que trata este artigo (progressão vertical), deverá ser feita de acordo com um perfil em consonância com normas e critérios básicos definidos em anexo, respeitadas as peculiaridades de cada área de conhecimento e levará em conta as atividades no ensino, pesquisa e extensão, incluindo orientação de teses e projetos acadê - micos, contribuições em congressos e eventos culturais, científicos tecno - lógicos e artísticos, publicações e atividades pertinentes na administração acadêmica (Art 5 ºda Resolução 02/1989 do CONSUNI), relacionados pelo docente em relatório individual de atividades e currículo.

Art. 2º A progressão funcional para os demais níveis da classe de Professor Associado (progressão horizontal), deverá ser feita de acordo com um perfil estabelecido para cada nível, em consonância com normas e critérios básicos definidos em anexo, respeitadas as peculiaridades de cada área de conhecimento e levará em conta as atividades no ensino, pesquisa e extensão, incluindo orientação de teses e projetos acadêmicos, contribuições em con-gressos e eventos culturais, cienti-ficos tecnológicos e artísticos, publicações e atividades pertinentes na administração acadêmica (Art 5o da Resolução 02/1989 do CONSUNI), relacionados pelo docente em relatório individual de atividades e currículo.

Art 3º A avaliação de desempenho de que tratam os artigos 1 ºe 2 ºserá feita, respeitado o artigo 2ºda Portaria 07/06 do MEC, por uma Comissão Avaliadora formada por 3 (três) professores Titulares da Carreira do Magistério Superior, integrantes do quadro de servidores das IFES ou não, ou, execepcionalmente, professores, ou pequisadores, de outras carreiras, desde que possuam o título de Doutor, sendo pelo menos 2 (dois) externos à Unidade do interessado.

Art. 4º A iniciativa da proposta de constituição das Comissões de Avaliação será da Congregação da Unidade a que pertença o docente, ou Colegiado equivalente, que organizará lista com 6 (seis) nomes, pelo menos, sendo no máximo dois da Unidade do interessado, a ser submetida ao Conselho do Centro Universitário correspondente para aprovação da composição das Comissões de Avaliação.

Parágrafo único Docentes que estejam concorrendo à progressão e participem do Conselho de Centro ou da Congregação da Unidade, ou Colegiado equivalente, não poderão votar a aprovação de nomes para a Comissão de Avaliação que lhe diga respeito ou conduzir a sessão durante a votação do tópico específico.

Art. 5º O resultado da avaliação de desempenho será homologado pelo Conselho de Centro Universitário, cabendo recurso da decisão à CPPD.

§1º Docentes que estejam con-correndo à progressão e participem do Conselho de Centro não poderão votar a homologação de resultado de avaliação que lhe diga respeito ou conduzir a sessão durante a votação do tópico específico.

§2º Os recursos só serão admitidos por estrita argüição de ilegalidade e deverão ser apresentados no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação do relatório da Comissão de Avaliação pelo Conselho do Centro Universitário.

§3º Os recursos serão apreciados pela CPPD no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§4º Da decisão da CPPD caberá recurso final ao Conselho Universitário.

Art. 6º Os efeitos das progressões horizontal e vertical, por avaliação de desempenho, terão vigência a partir da data do pedido de progressão formulado pelo docente, respeitados os interstícios mínimos do artigo 2º da Resolução 02/89 do CONSUNI.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art 7º Os Professores Adjuntos IV que atendem aos requisitos do Art 8 º da Portaria 07/06 do MEC poderão pleitear a Progressão Vertical para o nível inicial da Classe de Professor Associado nos termos desta Resolução, observadas as NORMAS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA A PROGRESSÃO FUNCIONAL DOS DOCENTES, anexas à presente resolução.

§1ºO Conselho de Centro Universitário, para atender à Progressão Vertical de que trata o presente Artigo, aprovará as Comissões de Avaliação por Áreas de Atuação, como definidas pela CAPES, não considerando sub-áreas e setores eventualmente definidores da organização departamental das Unidades do Centro.

§2ºO número de avaliados por Comissão não poderá exceder 10 (dez).

Art 8º Após o prazo de seis anos, decorridos da data da publicação desta Resolução, o CONSUNI solicitará à CPPD um Relatório circunstanciado sobre o processo de Avaliação estabelecido pelo Anexo da presente Resolução, incluindo a comparação com o processo, em vigor, estabelecido pela Resolução 02/89 para as demais progressões funcionais e pronunciamento pela conveniência, ou não, da alteração daquela Resolução.

ANEXO DA RESOLUÇÃO Nº /06
NORMAS E CRITÉRIOS BÁSICOS PARA PROGRESSÃO DE DOCENTES QUE COMPLEMENTAM O ANEXO DA RESOLUÇÃO 02/89

CAPÍTULO I

Da Avaliação

Art. 1º A avaliação de desempenho de docentes, candidatos à progressão funcional vertical para a classe de Professor Associado, ou às progressões horizontais nesta classe, se fundamentará no Relatório de Atividades.

§1º O Relatório de Atividades será acompanhado de documentos comprobatórios

§2º O Relatório deverá incluir a relação das atividades do docente no período de avaliação que atendam ao disposto nos Art 1o e 2o desta Resolução, de acordo com os Art 2o e 3o deste Anexo, e uma avaliação, feita pelo próprio docente, da importância funcional que lhes atribui.

§3º Os Professores Adjuntos IV de que trata o Art. 7o da presente Resolução serão avaliados pelo tempo total decorrido desde sua promoção ao atual nível da classe, levando em consideração o disposto no Art 17 deste Anexo.

Art. 2º Na avaliação de desempenho do docente serão consideradas suas atividades de magistério, agrupadas da seguinte forma: I) Ensino de Graduação e Pós-graduação; II) Produção Intelectual; III) Produção de Extensão; IV) Participação efetiva em Projetos de Pesquisa aprovados pelas instâncias competentes da UFRJ; V) Atividades de Administração; VI) Representação, e VII) Outras Atividades.

Art. 3º Para cada grupo de atividades de magistério, serão considerados os itens específicos de avaliação segundo o definido no Art. 2º destas normas (I a VII), admitindo-se acréscimos e exclusões de itens da descrição de cada parágrafo abaixo.

§1º As atividades de Ensino de Graduação e Pós-graduação (Grupo I), como definidas no Art. 44 da Lei 9.394/96, incluidas nos planos de integralização curricular dos cursos de graduação e pós-graduação da UFRJ, e aprovados pelos Colegiados competentes;

§2º A produção intelectual (Grupo II), abrangendo a produção científica, artística, técnica e cultural, representada por publicações ou formas de expressão usuais e pertinentes aos ambientes acadêmicos específicos, avaliadas de acordo com a sistemática da CAPES e CNPq para as diferentes áreas do conhecimento;

§3º As atividades de extensão (Grupo III), relacionadas a projetos de extensão aprovados pelas instâncias competentes da UFRJ;

§4º As atividades de pesquisa (Grupo IV) relacionadas a projetos de pesquisa aprovados pelas instâncias competentes da UFRJ;

§5º As atividades de administração (Grupo V), compreendendo direção, assessoramento, chefia e coordenação nos diversos níveis da UFRJ, Fundações de Apoio da UFRJ, ou em órgãos dos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia, ou outros, relacionadas à área de atuação do docente;

§6º As atividades de representação (Grupo VI), compreendendo a participação em órgãos colegiados da UFRJ ou em órgãos dos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia ou outros, relacionado à área de atuação do docente, na condição de indicados ou eleitos, bem como de representação sindical;

§7º Outras atividades não incluídas no plano de integração curricular de cursos e programas oferecidos pela UFRJ (Grupo VII), tais como orientação e supervisão, participação em bancas examinadoras e outras desenvolvidas na UFRJ ou outras IFES, e outras, a serem definidas pelos Centros Universitários de acordo com as peculiaridades das áreas que compreendem, desde que o docente não receba por elas remuneração adicional específica.

Art. 4º A avaliação do desempenho didático do docente, em cursos regulares da UFRJ, contará com a participação discente. §1o Cabe à Unidade de ensino ou Órgão Suplementar definir a forma de participação discente, respeitadas as especificidades dos cursos.

§2º O resultado da avaliação discente será computado no Grupo I definido nos Art. 2o e 3o destas Normas.

CAPÍTULO II
Da Sistemática de Avaliação

Art.5º A Comissão de Avaliação atribuirá ao conjunto de atividades , relacionadas no artigo 3º (I a VII), o total máximo de 100 pontos.

Art. 6º A pontuação máxima de cada grupo é a seguinte:

Grupo I - Máximo 50 pontos;

Grupo II - Máximo 50 pontos;

Grupo III - Máximo 50 pontos;

Grupo IV - Máximo 10 pontos;

Grupo V - Máximo 20 pontos;

Grupo VI - Máximo 20 pontos;

Grupo VII - Máximo 20 pontos.

Art 7º Caberá ao Conselho de Coordenação de Centro, por proposta dos Colegiados Superiores das Unidades ou Órgãos Suplementares, definir os perfis de atuação para os grupos de atividades I a III, definidos no Art. 3º. destas normas, respeitadas as peculiaridades de cada área de atuação do Centro.

§1º Os perfis de atuação a que se refere o Caput deste artigo formam em seu conjunto o perfil docente de que tratam os Art. 1o e 2o desta Resolução;

§2º As Comissões de Avaliação atribuirão aos docentes que tiverem os perfis de atuação definidos para cada Grupo de Atividades pontuação correspondente a 70% do máximo definido no Art 6o destas Normas; §3o As Comissões de Avaliação atribuirão aos docentes que não tiverem os perfis de atuação definidos para cada Grupo de Atividades pontuação proporcional, inferior a 70% do máximo definido no Art 6o destas Normas;

§4º As Comissões de Avaliação atribuirão os 30% restantes da pontuação aos docentes pelas atividades de cada Grupo que excederem os perfis de que trata o Caput deste artigo;

§5º Para o Grupo I, Atividades de Ensino de Graduação ou Pós-graduação, o perfil é de 8 horas de aula semanais (Art. 57 da Lei 9.394), por período letivo, em atividades regulamentares em sala de aula aprovadas pelo Departamento a que pertence o docente.

Art. 8º. A Comissão de Avaliação poderá convocar para esclarecimentos o candidato à progressão ou ouvir outros docentes da UFRJ

Art. 9º. As atividades docentes já consideradas em promoções anteriores não serão avaliadas em nova progressão horizontal.

Art. 10. Será considerado apto à progressão o docente que obtiver pontuação igual ou superior a 70 (setenta).

CAPÍTULO III
Do Funcionamento e da Competência da Comissão de Avaliação

Art. 11 O Diretor da Unidade deverá tomar as providências necessárias para a constituição e instalação da Comissão de Avaliação que deverá se reunir no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento do requerimento do candidato.

§1º Qualquer candidato terá o direito de impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da publicação, no Boletim da UFRJ, da composição da Comissão de Avaliação, qualquer um de seus membros;

§2º Ocorrendo a impugnação, nova Comissão deverá ser formada nos termos do Caput deste artigo.

Art. 12. A Comissão de Avaliação, a contar da data de sua instalação, terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para concluir seus trabalhos e apresentar relatório com os critérios adotados, a sistemática de avaliação e parecer conclusivo circunstanciado.

Art. 13 O Diretor encaminhará ao Decano do Centro, para homologação pelo Colegiado de Centro, o Relatório de Avaliação.

Art. 14 O Decano do Centro encaminhará os processos à CPPD para homologação e demais procedimentos legais.

Art. 15 O docente que não lograr a aprovação de sua progressão funcional somente poderá pleitear nova avaliação de desempenho decorrido o prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da solicitação anterior.

Parágrafo único. Na hipótese de o candidato ser considerado apto na reavaliação prevista no Caput deste artigo, as vantagens dela decorrentes somente poderão ser fruídas a partir da data da homologação pelo Conselho de Centro.

Art. 16 Em nenhum caso esta Resolução se aplica para o ingresso na classe de Professor Titular.

Das Disposições Transitórias

Art. 17 Para a verificação do perfil de cada Grupo (Art. 7º destas Normas), dos atuais Professores Adjuntos IV que solicitarem a Progressão Vertical a Professor Associado I, será computada a média anual das atividades para os Grupos I a III em um período mínimo de cinco anos corridos, multiplicada por dois (período de interstício), exceto para os docentes que estavam há até cinco anos na classe de Professor Adjunto IV em 01 de maio de 2006, para os quais será contado o tempo total na classe.

§1º O docente estipulará em seu relatório um período mínimo de cinco anos corridos, que poderão ser diferentes para cada Grupo (I a III), sobre o qual incidirá o cálculo da média prevista no Caput deste artigo;

§2º As Comissões Avaliadoras atribuirão os pontos referentes aos Grupos IV a VI de acordo com critérios estabelecidos pelos Centros Universitários;

§3º. As atividades de extensão (Grupo III) de que trata o Art 3o destas normas incluirão atividades comprovadamente executadas pelo docente, ainda que não formalmente aprovadas pelas instâncias competentes da UFRJ.]

Art 18 As Comissões Avaliadoras atribuirão 30% dos pontos nos Grupos I a III considerando a produção total do docente a partir da data de promoção a Adjunto IV. Art 19 Para os efeitos do que dispõe o §2o do Art. 11 destas Normas, será constituida nova Banca exclusivamente para o autor da impugnação, correndo normalmente o processo para os demais candidatos.

MP 295
Editorial
MP 295: a caixa de Pandora da Universidade Pública.
Página 2

Gabriela d'Araujo/CoordCOW/UFRJ

Entrevista
Professora do Instituto de Economia desmonta discurso neoliberal e revela Previdência superavitária
Páginas 6 e 7

Kelvin Melo

Acesso restrito
Veja em **Anote** o novo esquema de acesso à Ilha do Fundão nos sábados, domingos e feriados.
Página 3

Adair Aguiar/Imagens do Povo

Eleições 2006
Representantes de candidatos à Presidência debatem proejtos de governo para o setor energético durante encerramento do 11º Congresso Brasileiro de Energia, em evento promovido pela Coppe, no Rio de Janeiro
Página 8

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL
Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 508 29 de agosto de 2006

Consuni regulamenta progressão

Kelvin Melo

ANTES DO CONSUNI, MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES RECEBEU MEDALHA DO REITOR

Em sua última reunião ordinária (24/8), o Conselho Universitário definiu as normas da progressão funcional para a nova classe de Professor Associado. A regulamentação aprovada conta com algumas das sugestões apresentadas pela Adufrj-SSind.

O presidente da seção sindical, José Simões, falou aos conselheiros e fez críticas à Medida Provisória 295/06. O professor criticou pontos da proposta apresentada pelas comissões do colegiado, alguns dos quais foram modificados a partir da intervenção do representante da entidade dos docentes.

A principal crítica de José Simões foi quanto ao impedimento da progressão para Associado em níveis acima de I mesmo para os docentes que se encontram com mais de dois anos como Adjunto VI e com título de doutorado.

Maria da Conceição Tavares homenageada

Em cerimônia que antecedeu a reunião do Consuni, foram homenageados os eméritos do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e do Fórum de Ciência e Cultura. A professora e economista Maria da Conceição Tavares foi a primeira a receber a homenagem e foi bastante festejada pelos presentes.

Leia mais nas páginas 4 e 5

Confira na página www.adufrj.org.br a íntegra da resolução do Consuni sobre a progressão a Associado

Editorial

MP 295: a caixa de Pandora da Universidade Pública

Na última sessão do Conselho Universitário da UFRJ foi aprovada a regulamentação da MP 295, que permitirá a progressão para a classe de Professor Associado. Pelo levantamento da reitoria, cerca de 800 professores, doutores, estão no nível IV da atual classe de Adjunto há mais de dois anos e devem entrar com pedido de progressão. Assim, a carreira dos professores das Universidades Públicas, conquistada após anos de luta, prevista na Constituição Federal, objeto de várias Leis, acaba numa Medida Provisória, de futuro ainda incerto. Há vários anos nossa carreira já deveria ter sido modificada, sendo um dos aspectos mais urgentes o da progressão dos professores doutores no nível Adjunto IV. Recentemente, em 2005, o Andes-SN participou de meses de reuniões com o MEC sobre o assunto, e somente após a greve das IFES apareceu como resposta a MP 295.

Fomos, e continuamos a ser, contra a mistura entre carreira e salários. É claro que lutamos por salários dignos, indispensáveis para o bom funcionamento das IFES, mas entendemos que a carreira docente tem um alcance muito maior e deve servir de motivação para o crescimento e a qualidade das Universidades Públicas. Não foi este o entendimento do governo Lula e de seus aliados. Congelaram nossos salários, aumentaram nossas penúrias e apresentaram um reajuste disfarçado de progressão, sabendo que dificilmente seria recusado. Ficaram de lado os aposentados e pensionistas, quebraram a Carreira Única entre 1°, 2° e 3° graus e humilharam os professores que há anos se dedicam à construção de uma Universidade Pública digna deste nome. Como? Ao permitir apenas a progressão para o nível I de Associado, coloca no mesmo patamar os Adjuntos IV que estão há apenas dois anos nesta situação com os Adjuntos IV que estão há cinco, dez ou mais anos neste nível, sem levar em conta que muitos têm um desempenho acadêmico altamente satisfatório. Portanto, a atual progressão de todos para o mesmo nível é profundamente injusta e desqualifica o trabalho de uma grande parte dos 800 professores da UFRJ e de outras universidades.

Entendemos que isto não é um acaso, um erro de avaliação do governo, mas é um ato proposital, que visa o desmonte das IFES, com o afastamento de seus melhores quadros para o setor privado e ao mesmo tempo implanta um feroz sistema de luta pela sobrevivência acadêmica dentro da universidade, promovendo diferenças e aprofundando injustiças. A atual MP não altera a situação dos Titulares, que receberam os maiores reajustes, embora longe de outros setores do serviço público. Talvez daqui a alguns anos estimule a produção dos jovens doutores que atualmente entram como Adjunto I na carreira, mas para os 800 doutores, adjuntos IV atuais, é um desastre.

Na tramitação da regulamentação da MP 295, outro problema grave surgiu. Pelo menos aqui na UFRJ, a Adufrj-SSind foi a única voz que apontou esta injustiça. É claro que a regulamentação devia ser feita, que algumas melhorias em relação à versão inicial foram incorporadas, que outros aspectos não seriam resolvidos na regulamentação. Mas entendemos que o Consuni, seus representantes de categorias, e a própria Administração atual da UFRJ também têm um papel político importante, no sentido de apontar o desrespeito que foi impingido ao trabalho dos docentes desta casa. Algumas vozes no Consuni foram levantadas criticando esta situação, mas não foi feito, ainda, nenhum pronun-ciamento público, que se não conseguir mudar a posição do governo, pelo menos dê satisfação aos nossos colegas. Repetimos que a MP 295 é apenas mais um capítulo na novela do desmonte de nossa instituição e que é fundamental a reação a esta política por parte de nossa comunidade.

Agenda Sindical

Andes-SN espera forte participação em ato na capital

No próximo dia 5 de setembro, o Andes-SN e suas seções sindicais participarão do Dia Nacional de Luta por negociações imediatas com as categorias do serviço público federal. As ações desse começo de setembro denunciam o conteúdo impositivo das medidas provisórias de reajustes que alteram carreiras, criam distorções e não garantem o percentual reivindicado pelo funcionalismo. A idéia é pressionar pela inclusão de recursos no orçamento de 2007 para atender as reivindicações dos servidores, em particular da política salarial.

No dia 2, o Setor das Federais do Andes-SN se reúne também em Brasília, quando estarão sendo analisados, mais uma vez, os efeitos da MP nº 295, sobretudo no que diz respeito às classes Especial e de Associado. Um debate que também está sendo realizado com o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) com vistas à carreira única. No dia 30 de setembro, haverá mais uma reunião do GT de carreira do MEC.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes (afastado) **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Walter Issamu toma posse no Centro de Tecnologia

Novo decano elenca prioridades de sua gestão

O professor Walter Issamu Suemitsu teve sua cerimônia de posse como decano do Centro de Tecnologia no último dia 21, apesar de já ocupar a função desde julho. No principal auditório do CT, o novo decano discursou brevemente sobre as prioridades que vê pela frente.

Segundo ele, organizar as unidades e desenvolver os vários projetos acadêmicos coordenadamente são algumas das metas a serem alcançadas. Outros planos visam à melhoria da infra-estrutura do CT, como falta de segurança e problemas de manutenção, além da busca por mais recursos. A cerimônia foi presidida pelo reitor, Aloisio Teixeira, e prestigiada pela vice-reitora Sylvia Vargas, diretores de unidades, pró-reitores e pelo prefeito universitário Hélio de Mattos. O técnico-administrativo José Carlos aproveitou

Marco Fernandes/Jornal da UFRJ

MELHORAR INFRA-ESTRUTURA DO CT É UMA DAS METAS DO PROFESSOR

a ocasião para desejar felicidade à nova gestão: "Esperamos que o CT continue a contribuir com o crescimento que esse país merece". Em seguida, Ângela Uller discursou em nome dos diretores de unidades do Centro: "Candidato de muitos, decano de todos, nós da diretoria te desejamos sucesso". Cláudio Baraúna, agora ex-decano, traçou um histórico dos seus três anos de decania: "Essa administração que se encerra passou por situações confusas, por três reitores diferentes e, por isso, por um momento de grande movimentação e mudanças". Baraúna, emocionado, também desejou êxito a Walter Suemitsu.

O reitor Aloisio Teixeira observou que, dentro do ciclo de posses do qual tem participado, nenhuma outra havia reunido tantos pró-reitores e membros da reitoria, "o que mostra a importância do Centro de Tecnologia para a universidade". Aloisio elogiou o professor Baraúna por ter ajudado a trilhar um caminho de harmonia dentro do CT e admitiu que Walter era o único de todos os candidatos ao cargo que ele não conhecia, mas completou afirmando que "por todas as referências, Walter está fadado a ser um importante interlocutor nessa parceria".

Fonte: www.ufrj.br

Resenha

Bolsa do MEC beneficia 237 cursos ruins

O Programa Universidade para Todos, uma das bandeiras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na campanha à reeleição, oferece bolsas de estudo a alunos carentes em 237 cursos de ensino superior que tiveram os piores conceitos em avaliação nos últimos dois anos. Eles representam 48% dos 492 cursos de instituições privadas com as notas mais baixas (1 e 2) no Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) de 2004 e 2005. Também foram os que menos agregaram conhecimento aos alunos nos anos da graduação - índice chamado de IDD. Enquanto isso, as instituições vão usufruir de isenção de tributos fiscais, que é a contrapartida pela concessão de bolsas (Folha Online, 28/8).

Ministério Público reacende debate sobre TV Digital

O Ministério Público pediu, no último dia 21, a anulação do decreto 5.820, que definiu adoção da tecnologia japonesa para a implantação da TV Digital no Brasil. A ação julga ter havido ofensa ao princípio da motivação dos atos administrativos, afirmando que não houve justificativas aceitáveis e nem sequer explicitadas (uma vez que o ato do Executivo não é acompanhado de exposição de motivos) para a edição do decreto. Para entidades que lutam pela democratização da comunicação, a iniciativa do MPF pode corrigir um erro histórico do governo e criar condições para que o debate volte novamente aos trilhos, com foco nos serviços, no conteúdo e no novo marco regulatório necessário para abrigar estas transformações (Agência Carta Maior, 25/8).

Líbano processará Israel por crimes de guerra

O Líbano prepara um relatório sobre os atos de guerra israelenses contra o país, que já causaram a morte de mais de 1.100 civis e danos materiais avaliados em mais de 3 bilhões de dólares. Segundo o ministro da Justiça libanês, Charles Rizk, o "Líbano está preparando um processo sólido e está decidido a ir até o final". O ministro também se disse convencido de que a causa é justa e que o governo poderá apresentar o caso a tribunais internacionais e libaneses. A iniciativa será apoiada por relatórios de organizações internacionais, como o Conselho dos Direitos Humanos da ONU, *Human Rights Watch* (HRW) e Anistia Internacional (AI), acrescentou o ministro. "A guerra se transformou em um verdadeiro massacre em vez de uma guerra no sentido tradicional da palavra", acrescentou Rizk, que lembrou que 90% das vítimas são civis (Portal Vermelho, 25/8).

Colegiados

Unidades preparam propostas para o MEC

Já foi encaminhada para todas as unidades da UFRJ uma cópia do Edital Prodocência, que dispõe sobre o Programa de Consolidação das Licenciaturas. A informação foi divulgada na última quarta-feira (23/8), durante a reunião do Conselho de Ensino de Graduação (CEG).

O documento, número 011/2006 do Ministério da Educação (MEC), convoca as Instituições Federais do Ensino Superior (Ifes) a apresentarem projetos de melhoria do ensino nos cursos de licenciatura. As unidades deverão responder até o dia 4 de setembro e as propostas serão remetidas à Comissão Permanente de Licenciatura (CPL). O Conselho de Ensino de Graduação deverá votar os projetos vindo da CPL na sessão do dia 13/9.

O Edital Prodocência determina o envio obrigatório da versão digital dos projetos para o endereço eletrônico do MEC até o dia 15/9. Ainda na última quarta-feira, o CEG aprovou o edital de acesso ao Colégio Aplicação (CAp) para o ano de 2007.

Anote

Acesso mais restrito ao Fundão

A partir do dia 1º de setembro, a ilha do Fundão estará um pouco mais "fechada". Aos sábados, domingos e feriados, apenas a entrada na lateral do Instituto de Puericultura e de Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) ficará aberta. A medida, segundo notícia do boletim eletrônico da Prefeitura Universitária, compreende mais uma etapa do Plano Integrado de Segurança da UFRJ, que vem sendo implementado desde agosto de 2004. Com isso, os portões nas entradas do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) e da Prefeitura, que já eram fechados, desde 22 de dezembro, de 23h às 5h30, também estarão vedados nos finais de semana e feriados. Neste período, todas as três guaritas blindadas, colocadas nas entradas do *campus*, permanecerão com vigilantes monitorando o movimento nestes locais.

Ainda segundo o boletim da Prefeitura, o Plano Integrado de Segurança da UFRJ prevê o controle total do acesso de veículos ao Fundão através do sistema KAPTA, que já está monitorando em caráter experimental as entradas e saídas. Este sistema recebe imagens das placas dos veículos captadas por câmeras instaladas nas três entradas. Estas imagens são enviadas à Central de Monitoração onde um *software* identifica o carro e armazena a informação. Em uma próxima etapa, este sistema será responsável pela liberação de cancelas eletrônicas instaladas nas entradas. Só veículos cadastrados terão acesso imediato. Os demais terão que ser identificados pelos seguranças.

O cadastramento de veículos é feito via internet através do site www.sapros.ufrj.br. Em uma primeira etapa só professores, funcionários e alunos da UFRJ podem fazer o cadastramento. Estima-se o cadastramento de mais de 20 mil veículos.

Prêmio Nobel de Física no Forum

Prêmio Nobel de Física de 2004, o norte-americano David Gross ministra a palestra "The Future of Physics" no Salão Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura. O evento, organizado pela Coordenação de Programas de Estudos Avançados (Copea), será neste dia 31, às 17h, mas não haverá tradução. A entrada é franca. Mais informações pelo telefone 2295-1595, ramais 113 e 117.

Música no Fórum

Para homenagear o compositor russo Dmitri Shostakovich, que completaria seu centenário em setembro, o projeto Música no Fórum fará um recital com obras do autor. O evento acontece neste dia 31, no Salão Dourado do Fórum de Ciência e Cultura, às 19h, com entrada gratuita.

Colegiados

Consuni regulamenta classe de professor Associado

Conselheiros incorporaram parte das modificações propostas pela Adufrj-SSind

O Conselho Universitário finalizou, em sessão de 24/8, o texto da resolução que regulamenta a progressão dos docentes para a recém-criada classe de Associado. Durante a reunião, várias modificações foram aprovadas, algumas delas encaminhadas pela diretoria da Adufrj-SSind em relação à proposta divulgada anteriormente. O documento final da resolução pode ser conferido na íntegra, na página eletrônica da seção sindical: www.adufrj.org.br.

Não foi um Consuni dos mais tranqüilos. Preocupados com o prazo final estabelecido pelo MEC para o estabelecimento das normas de progressão por cada instituição federal de ensino superior (até 30/8), os conselheiros permaneceram reunidos até depois das 15h para terminar a tarefa.

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, manifestou-se no colegiado, antes do início da discussão, e fez as críticas da seção sindical à Medida Provisória nº 295/06, que criou a classe de Associado para a carreira de magistério superior. Também questionou pontos da proposta elaborada pelas comissões internas do Consuni para regulamentar a progressão para a nova classe dentro da UFRJ.

Fotos: Kelvin Melo

PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND, JOSÉ SIMÕES, PROPÔS MUDANÇAS NA RESOLUÇÃO DO CONSUNI

Injustiça com os Adjuntos mais antigos

Simões observou que a MP só permite progressão para Associado I, mesmo de Adjuntos IV que estão há mais de dois anos neste nível. "Isso, para nós, é uma injustiça, um desrespeito ao nosso trabalho. Evidentemente, não será resolvido na regulamentação, mas nos causa estranheza que a administração e o Consuni não tenham feito uma moção reclamando contra isso", afirmou. Durante a sessão, muitos conselheiros manifestaram-se favoravelmente a uma moção com tal conteúdo crítico, que chegou a ser redigida. Mas, talvez pelo adiantado da hora, o documento não foi posto em votação.

Também ressaltou que, em nenhum lugar, está escrito que existem atribuições diferentes para Adjuntos e Associados, o que justificaria a não diferenciação dos critérios para progressão. "O que estamos propondo é que o Associado I seja equivalente a um Adjunto V. E que as regras em vigor também sejam aplicadas para progressão a Associado", completou. Essa possibilidade não foi contemplada no colegiado, que preferiu criar uma resolução complementar às atuais regras, com a regulamentação específica de progressão a Associado.

Em seguida, o presidente da seção sindical apontou alguns pontos de divergência dentro da própria proposta de regulamentação para Associado. Comentou que a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e o conselho de Centro tinham acumulado a função de homologadores dos resultados de avaliação de desempenho do professor, o que foi modificado posteriormente.

Ele lembrou que, segundo a portaria do MEC que regulamentou a MP 295/06, os efeitos da progressão serão retroativos a 1º de maio de 2006 para os docentes que naquela data já satisfizessem os requisitos necessários, o que não estava explícito na proposta (no entanto, assim permaneceu).

Comprovantes só quando solicitados

Simões criticou a necessidade de documentos comprobatórios das atividades realizadas pelos docentes para o relatório que fundamentará as avaliações relativas à progressão. "Nem o currículo Lattes pede isso. Você assume a responsabilidade pelo que enviou. Com os 800 docentes aptos a progredir hoje na UFRJ, corremos o risco de ter salas e mais salas cheias de papel para análise. Se as comissões quiserem considerar algum item com mais cuidado, aí sim seja exigido o comprovante", ressaltou.

Não às fundações

Para contagem de pontos no que se refere às atividades de administração, Simões criticou veementemente a presença em fundações ditas "de apoio" à universidade. "A maioria, senão a totalidade das atuais fundações, são de direito privado. Nem na MP isso foi incluído. Deve ser retirado", disse. Os conselheiros acataram a modificação.

Homenagem aos eméritos do CCJE e Fórum

Como tem ocorrido antes da segunda reunião do Consuni de cada mês, a reitoria reservou um tempo para a entrega de medalhas aos antigos professores eméritos de cada Centro. Desta vez, os homenageados vieram do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) e do Fórum de Ciência e Cultura. E o foco das atenções foi a professora Maria da Conceição Tavares (foto). O decano Alcino Câmara ressaltou que ela foi sua professora. Da mesma forma, o reitor Aloisio Teixeira destacou Maria da Conceição como sua "professora, amiga e orientadora". Como não podia deixar de ser, a pró-reitora de Extensão, Laura Tavares, também rendeu homenagem à mãe.

Diretorias têm 30 dias

O presidente da seção sindical também pediu redução do prazo então proposto, de 60 dias, para as diretorias de Unidades tomarem as providências necessárias para a constituição e instalação das bancas examinadoras, uma vez que os efeitos da progressão somente seriam efetivados em 2007. O Consuni também aprovou essa alteração, reduzindo o prazo para 30 dias a contar da data de recebimento do requerimento do candidato.

Além desses itens, as principais mudanças da nova resolução podem ser conferidas no quadro ao lado.

O debate

O professor Franklin Trein (representante dos Adjuntos doutores do CFCH) não perdoou a imposição do Associado pelo MEC: "Esta MP 295/06 nos apanhou no contrapé. Somos o maior contingente dentro da universidade e tivemos nosso passado e futuro cassados", afirmou, em referência ao tempo de serviço que não poderá ser contabilizado para progressão e também à dificuldade que os atuais Adjuntos enfrentarão para chegar a Titulares.

O decano do CCS, Almir Fraga, concordou com o diretor da Adufrj-SSind ao chamar a MP de uma "grande farsa". "Essa confusão não melhora, mas tumultua ainda mais a nossa carreira", criticou. Ele chegou a propor a utilização das normas vigentes (resolução nº 2/89) para progressão a Associado e, se possível, a rejeição ou emenda à Medida Provisória. No entanto, essa proposta foi derrotada em plenário.

Raimundo Rocha (Titulares/CCMN) foi o único que se mostrou satisfeito com a implantação do Associado: "Essa resolução do Associado resgata um pouco da carreira acadêmica", comentou. Ele considerou inadequada uma moção contrária à edição da MP 295.

Representante dos Titulares do CCS, Celeste Carvalho considerou a criação do Associado como a "maior motivação para ações trabalhistas dos últimos dias". Para ela, a carreira docente já é muito rígida e empobrecida. E a MP não ajuda a melhorar esse quadro: "Isso tudo é muito defasado. Devíamos ter uns 20 modelos de professor", disse.

Reitor pediu maior flexibilidade, no momento

O reitor Aloisio Teixeira também discordou da MP 295. "Não gosto dessa MP, da solução para uma justa demanda salarial dos docentes. Isso gerou uma absoluta confusão", comentou. Também observou que os aposentados não foram contemplados pela legislação. Ele solicitou aos conselheiros que optassem por regras mais flexíveis para a progressão a Associado neste primeiro momento, uma vez que o dispositivo teria exatamente esse caráter de mero aumento salarial. Somente depois, as regras deveriam preservar maior rigor, como uma tentativa de reconstrução da carreira.

Moção para os que resistiram à invasão de 1966

No dia 22 de setembro, haverá sessão solene do Conselho Universitário para relembrar a invasão da Faculdade Nacional de Medicina pelas forças repressivas da ditadura, em 1966. O episódio conhecido como "Massacre da Praia Vermelha", onde a Unidade era localizada, marca um dos mais importantes momentos da permanente luta da universidade por sua autonomia. A solenidade será realizada às 9 horas, sexta-feira, no Auditório Prof. Rodolpho Paulo Rocco. O reitor submeteu à apreciação do Consuni de 24/8 uma moção, que foi aprovada por aclamação, para homenagear aqueles que resistiram ao ataque.

Como fica a progressão na UFRJ

Banca examinadora

Para evitar possíveis perseguições (ou mesmo favorecimentos) ao interessado na progressão para Associado, ficou decidido que a comissão avaliadora será composta por pelo menos três professores da classe dos Titulares, sendo a maioria obrigatoriamente de fora da Unidade do requerente.

Caberá à Congregação da Unidade (ou colegiado equivalente) a constituição das bancas examinadoras. Esta instância organizará uma lista com seis nomes, pelo menos, sendo no máximo dois da Unidade do interessado, a ser submetida ao conselho de Centro correspondente para aprovação de sua composição.

Docentes que solicitem a progressão e participem do conselho de Centro ou da Congregação da Unidade (ou colegiado equivalente) não poderão votar a aprovação de nomes para a comissão de avaliação que lhes diga respeito ou conduzir a sessão durante a votação do tópico específico.

Pontuação

Na avaliação de desempenho do docente, serão consideradas as atividades de magistério, agrupadas em sete diferentes grupos (Ensino de Graduação e de Pós-Graduação; Produção Intelectual; Produção de Extensão; participação efetiva em Pesquisa aprovada pela UFRJ; Administração; Representação; outras)

Extensão gratuita e Fundações

Os conselheiros excluíram a atuação em fundações "de apoio" do grupo de atividades de Administração possíveis de serem contabilizadas pelos docentes e fizeram questão de destacar que as atividades de extensão devem ter caráter público e gratuito (para evitar a contabilização de atividades junto a cursos pagos, principalmente).

Período avaliado

Haverá diferenciação sobre o período a ser avaliado: entre os docentes que estivessem há até cinco anos na classe de Adjunto IV em 1º de maio de 2006, será levado em consideração todo esse tempo na classe; entre os docentes com mais de cinco anos como Adjunto IV, será permitida a escolha de um período mínimo de cinco anos corridos dentro dessa classe, que poderão ser diferentes para os principais grupos (em linhas gerais, os que envolvem ensino, pesquisa, extensão e produção intelectual).

Resultados de avaliação

O resultado da avaliação de desempenho será homologado pelo Conselho de Centro, cabendo recurso da decisão à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e, em última instância, ao Conselho Universitário. Aqui também, os eventuais docentes solicitantes da progressão não poderão participar das votações que lhes digam respeito.

Museu Nacional

No caso do Museu Nacional, vinculado ao Forum de Ciência e Cultura que não tem um colegiado em funcionamento para tratar dessas questões, a Congregação local assumirá o papel correspondente aos conselhos de Centro para efeito da progressão.

Efeitos financeiros

Os efeitos das progressões horizontal e vertical, por avaliação de desempenho, terão vigência a partir da data do pedido de progressão formulado pelo docente, respeitados os interstícios mínimos. Porém, embora não tenha sido explicitado na resolução, conforme pedido pela diretoria da Adufrj-SSind, a portaria do MEC é clara ao afirmar que os efeitos decorrentes da progressão para a classe de professor Associado retroagem a 01 de maio de 2006 para os docentes que naquela data já atendiam aos requisitos previstos.

Revisão

Após o prazo de seis anos decorridos da data de publicação desta resolução, o Consuni solicitará à CPPD um relatório circunstanciado sobre o processo de avaliação, incluindo a comparação com o processo em vigor para as demais progressões funcionais. O objetivo é verificar a conveniência de alteração das normas mais antigas.

Progressão automática de aprovados para Titulares

Os atuais professores Adjuntos IV que preenchem as condições da portaria nº 7 do MEC, aprovados nos concursos para professor Titular nas federais mas que não tenham se classificado para a posse das vagas, podem requerer a passagem automática para professor Associado I.

Entrevista

Ana Manuella Soares

Previdência tem superávit operacional de R$ 8,3 bilhões

Em seis de agosto último, o jornal Estado de São Paulo trouxe notícia curiosa. *Previdência, déficit zero?* Perguntava o título da matéria na qual, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, avisava que o 'rombo' da Previdência deste ano 'não passará de R$ 41 bilhões". As primeiras projeções, segundo o Estadão, davam conta de um deficit de R$ 50 bilhões para 2006, o que significaria uma queda de R$ 9 bilhões no 'déficit' do período. A notícia é mesmo curiosa porque, na imensa maioria do noticiário da mídia tradicional, desde quando os governos liberais iniciaram a onda de reformas da previdência social nos anos 90, o sistema previdenciário público é tratado como deficitário e sempre sob risco de cenários mais sombrios, caso o trabalhador brasileiro não se convença da 'necessidade inadiável' de aumentar a sua contribuição, se aposentar com maior tempo de trabalho e idade e ter seu teto de remuneração cada vez mais minguado. A maior propaganda do déficit público da previdência se deu durante o processo que resultou na reforma do sistema dos servidores públicos, em 2003, e pode voltar aos holofotes após o anúncio da reforma do regime geral, ventilada pela imprensa, nesse final de governo Lula.

Para a professora do Instituto de Economia da UFRJ, Denise Gentil, a maioria das receitas que se destinam à saúde, assistência social e previdência é desviada para outros gastos correntes do governo que não estão ligados à Seguridade, inclusive para o pagamento de despesas financeiras do orçamento fiscal. A professora concluiu recente tese de doutorado na qual mostra, a partir dos dados oficiais do governo, que o discurso do déficit é, de fato mentiroso, e começa a ser desmontado quando são feitas as contas considerando todas as receitas do fluxo de caixa do INSS, que são muito mais amplas do que o que as utilizadas somente no cálculo da previdência. O resultado será um superávit 'operacional' de R$ 8,3 bilhões somente na Previdência e um superávit superior a R$ 45 bilhões em toda o Sistema de Seguridade Social (saúde, assistência e previdência), em 2004, revela a professora nessa entrevista. Denise Gentil critica, ainda, o uso dos dados pelo governo para gerar uma política de juros que favorece o sistema financeiro, os grandes empresários e fortunas pessoais, em detrimento de políticas sociais para a população. "Quem tem patrocinado essa política de juros elevados é o orçamento da seguridade social. Portanto, o governo tem, sim, uma política de distribuição de renda muito eficiente. É a política de transferência de renda dos assalariados para os rentistas proprietários de títulos públicos, através do orçamento da seguridade social", denuncia.

Gabriela d'Araujo/CoordCOM/UFRJ

DENISE GENTIL, DO IE/UFRJ

Quais são os dados que revelam o superávit previdenciário no lugar do mentiroso déficit apresentado pelos últimos governos?

Baseio-me no que definiu a Constituição Federal de 1988 e nos dados do fluxo de caixa do INSS de 1990 – 2005. Adoto o conceito de **superávit operacional** da previdência. A essência do problema do cálculo do resultado da previdência está em que, da forma como o sistema brasileiro foi arquitetado na Constituição de 1988, as receitas que ingressam no fluxo de caixa do INSS são muito mais amplas do que as utilizadas no cálculo do resultado previdenciário que aparece nas estatísticas oficiais, incluindo a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e a Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF). O sistema previdenciário é composto de um fundo chamado Fundo do Regime Geral de Previdência Social, do qual participam o Estado, o trabalhador e o empregador. Essas receitas que citei pertencem ao sistema de seguridade social e também à previdência social, e é exatamente por isso que estão presentes no fluxo de caixa do INSS. Quando leva-se em consideração essas receitas, não há déficit previdenciário, mas um ***superávit operacional*** dos recursos geridos pelo INSS. Se for computada a totalidade das receitas da Previdência e deduzida a despesa total, incluindo-se aí os gastos administrativos com pessoal, custeio e pagamento da dívida do setor, bem como gastos assistenciais, o resultado apurado será um superávit operacional de R$ 8,26 bilhões, em 2004 e um superávit de R$ 921 milhões, em 2005.

Do ponto de vista político, como a previdência social, a saúde e a assistência social, que formam o sistema de Seguridade Social, podem ser financeiramente sustentáveis pelo Estado? O que o pagamento da dívida pública tem a ver com o discurso do déficit?

Em meus estudos procurei montar a execução orçamentária da Seguridade Social e cheguei à conclusão que há um excedente de recursos muito grande ali. Usei várias fontes de informações do governo federal, porque não se gera o resultado da execução orçamentária da seguridade social. O que o governo faz é elaborar um orçamento conjunto chamado de Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no qual os dados dos dois orçamentos aparecem consolidados. Uma das conclusões de meu trabalho, é que uma magnitude significativa das receitas que se destinam à saúde, assistência social e previdência é desviada para ser utilizada em outros gastos correntes do governo que não estão ligados à seguridade, incluindo-se o pagamento de despesas financeiras do orçamento fiscal . Meus cálculos são de que, em 2004, a seguridade social gerou um superávit superior a R$ 45 bilhões e em 2005, algo muito maior ainda. É importante enfatizar que o governo desvia recursos da seguridade social para além do que foi legalmente autorizado a fazê-lo pelo mecanismo da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Este mecanismo autoriza o governo a desvincular apenas 20% das receitas de contribuições sociais para usar em outros gastos, mas o que está ocorrendo, há pelo menos cinco anos, é o desvio de muito mais do que os 20% legalmente permitidos. Por conseqüência, não há crise financeira no sistema de seguridade social e, portanto, também não há na previdência social. O superávit da seguridade tem servido aos outros propósitos da política econômica do governo, que está firmemente voltada para a geração de gigantescos superávits primários. O problema, portanto, das finanças públicas do governo não está relacionado com a previdência social, mas na política monetária de juros elevados, que tem reflexos na gestão da dívida pública, impondo o sacrifício dos recursos fiscais da área social.

Em que medida as ações do Estado em prol do crescimento econômico e da geração de empregos formais contribuiriam para a sustentabilidade do sistema?

Apesar do discurso ufanista sobre o crescimento e da retórica de boas intenções na área social, há hoje uma política monetária altamente restritiva, de juros altos e câmbio valorizado e uma política fiscal também fortemente contracionista, de superávits primários elevados, que produzem um baixo ritmo de crescimento na economia, não só em relação às nossas necessidades, mas principalmente se comparado a outros países da América Latina e a outros com nível de desenvolvimento próximo ao nosso. Apesar, entretanto, do endurecimento da política econômica, que trava a economia, o cenário externo é muito favorável às exportações. É a demanda externa que tem sustentado um certo dinamismo na

economia doméstica e permitido a geração de empregos formais na base da pirâmide salarial. Isso tem sido importante para assegurar receitas crescentes para a seguridade social, mantendo um desempenho financeiramente sólido do sistema, que o governo utiliza para beneficiar outras áreas e para cumprir suas metas de superávit primário. Com isso o governo está negando uma maior universalização dos direitos assegurados pela Constituição. O problema virá quando houver uma reversão dessa situação externa que hoje nos é favorável. A vulnerabilidade externa da economia nacional a crises cambiais é parte importante de nossa realidade, em função do grau de abertura da economia.

O que os impostos pagos diariamente pela população, direta ou indiretamente, têm a ver com a garantia do pagamento das aposentadorias aos trabalhadores, sejam eles servidores públicos ou empregados do setor privado?

Os recursos provenientes das contribuições sociais que patrocinam as aposentadorias e pensões são arrecadados da população em geral, mas principalmente da classe trabalhadora. Os trabalhadores do mercado formal de trabalho, que têm carteira assinada, contribuem diretamente ao INSS, com base nos seus salários e os do setor informal contribuem indiretamente, através das contribuições sociais (Cofins, CSLL, CPMF) embutidas nos preços dos produtos que adquirem para sua sobrevivência. Não cabe aqui o discurso de que esses trabalhadores informais não têm direitos porque não recolhem diretamente ao INSS. Não faz sentido radicalizar a noção de equilíbrio atuarial e o princípio do custeio, porque as fontes de recursos da previdência são diversificadas, têm grande poder de arrecadação para o governo e o princípio da universalidade pode ser ampliado, conforme se pode constatar do fantástico resultado financeiro do sistema de seguridade social.

Quem se beneficia dessa manipulação de dados apresentada diariamente pelos jornais e emissoras de TV à população?

Digo em meu trabalho que há interesses de setores poderosos, com grande influência no Banco Central, combinados com a adoção de uma política monetária recessiva e inflexível, que favorece a acumulação financeira. Os grandes proprietários de títulos públicos que são as empresas de grande porte, os investidores estrangeiros, os fundos de pensão, os bancos e as pessoas físicas de alto nível de renda e riqueza têm interesse em qualquer política que reduza as despesas correntes do governo federal. Para esses rentistas, o discurso de falência da previdência pública e da necessidade de privatizá-la e/ou de tornar os seus custos menores pela redução de direitos, tem o objetivo pouco explícito de garantir a continuidade da destinação de parte significativa dos recursos orçamentários para pagamento de juros ao sistema financeiro, via superávit primário. Isso aparece sob a forma de defesa calorosa à luta contra a inflação, considerada como objetivo exclusivo ou quase exclusivo da política monetária. O Banco Central embarcou no modelo de metas para a inflação, associado a sua contrapartida fiscal, que são as metas de superávit primário. E quem tem patrocinado essa política de juros elevados é o orçamento da seguridade social. Portanto, o governo tem, sim, uma política de distribuição de renda muito eficiente . É a política de transferência de renda dos assalariados para os rentistas proprietários de títulos públicos, através do orçamento da seguridade social. Então, a questão central em torno deste tema é o estabelecimento de uma conexão importante entre a política econômica implementada, seus reflexos sobre a seguridade social e os agentes que se favorecem com a acumulação financeira proporcionada pelas taxas de juro mais altas do globo, que ficam reivindicando reformas em sistemas públicos financeiramente sólidos, como é o caso da previdência.

Há ainda um outro ângulo dessa questão. Há, na previdência, um movimento de redução do valor do principal benefício previdenciário – a aposentadoria –, estabelecendo um teto muito baixo de aposentadoria, transformando a previdência num sistema que paga, sobretudo, benefícios de baixo valor para a população mais pobre. O sistema tem sido "nivelado por baixo". Tudo isso se faz com arranjos pontuais para reduzir custos financeiros. Com isso, a sinalização que se tem dado para a sociedade é que os trabalhadores que recebem remunerações superiores ao mínimo e a classe média em geral busquem a complementação previdenciária por meio dos seguros privados, porque a provisão pública não vai assegurar uma renda digna, na velhice, para o universo dos trabalhadores brasileiros e com isso, abre-se um grande espaço para o seguro privado, para o crescimento dos fundos de pensão. O aprofundamento desse modelo de previdência pública, que reduz a responsabilidade do Estado e corta os gastos, é altamente atraente para os fundos de pensão privados. Isso é um processo de privatização também, embora parcial, mas é. A previdência pública fica para os pobres e os mais favorecidos buscam o setor privado como complementação, quando o sistema deveria ser amplo, assegurando proteção social para todos e utilizando a contribuição dos que têm renda mais elevada para incluir no sistema os segurados de baixa renda em condições especiais. O interesse dos fundos de pensão é exatamente propor a diminuição do "escandaloso", "catastrófico" déficit previdenciário com medidas que reduzem o Estado à fatia do mercado que não lhes interessa, ou seja, os de baixa renda, para se apropriarem da melhor parcela remanescente do mercado que hoje ainda está com o Estado, incluindo-se aí, é claro, o funcionalismo público.

Ao apresentar uma nova reforma previdenciária, desta vez do Regime Geral, o governo Lula se utiliza de dois principais discursos: o da ampliação dos benefícios para as parcelas de trabalhadores de rendimentos mínimos e sem tempo de contribuição e, novamente, a necessidade de diminuir o falso déficit. Como analisa o futuro do regime previdenciário brasileiro na hipótese de continuidade das políticas neoliberais no país?

Pessoas comuns, políticos, até pessoas respeitáveis do meio acadêmico ficam repetindo que é preciso fazer reforma da previdência para resolver um problema financeiro gravíssimo no RGPS que, na realidade, não existe, muito pelo contrário. Os problemas que a Previdência enfrenta não têm essa procedência. Nosso sistema previdenciário apresenta uma cobertura razoável para trabalhadores rurais e urbanos, dispõe de uma capacidade de arrecadação considerável e tem, potencialmente, condições financeiras bastante satisfatórias para implementar os avanços que foram incorporados recentemente, em 2005, na Constituição Federal, como é o caso da cobertura previdenciária para trabalhadores urbanos informais de baixa renda e das pessoas que exercem trabalhos domésticos. São conquistas importantes, que precisarão ainda de legislação para ser colocadas em prática, mas já há aí a semente para uma universalização maior do sistema. Quero deixar claro que o sistema não é perfeito. Precisa de ajustes, sem dúvida, mas seus problemas não são exatamente financeiros. Tudo depende, entretanto, da resistência social aos avanços das políticas liberais. Outro dia a imprensa noticiou que a Anapp (associação da previdência privada), a Fenaseg (federação das seguradoras), a Bovespa, a BM&F e a Anbid (associação dos bancos de investimento) estão fazendo um documento para propor reforma da previdência com os presidenciáveis, para equacionar o suposto déficit da previdência pública. Eles estão defendendo seus próprios interesses. O restante da população é que precisa se mobilizar. Não obstante todos os determinantes externos que limitam a seguridade social, ainda persiste, no interior da Constituição Federal, a despeito das várias reformas dos anos 1990 e deste século, um sistema de proteção social complexo e bem acabado. A manutenção desse arcabouço jurídico permite sustentar um processo de defesa e de reerguimento desse sistema com o objetivo de lhe dar conteúdo prático. Dadas as circunstâncias políticas, ideológicas e institucionais do momento esse processo, entretanto, não será simples. Fazer vigorar os direitos da cidadania implica em que o pacto social que está por trás do sistema previdenciário se torne efetivo. Talvez as condições sociais da atualidade de desigualdade, pobreza e desemprego, já contenham a dramaticidade necessária para que o Estado intervenha na direção da redução das inquietações sociais, restabelecendo o contrato social de 1988, ao invés de avançar na rota de reformas semi-privatizantes.

Arquivo Adufrj-SSind

IMENSA FILA PROVOCADA POR CHAMADA DO GOVERNO AO RECADASTRAMENTO NO INSS, EM 2003

Nacional

Candidaturas debatem projetos de Energia

Antonio Vianna

Presidente da Empresa de Pesquisa Energética não desmente prováveis apagões anunciados pela Operadora Nacional de Sistema Elétrico

Caso eleito, o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) continuará com a política de privatizações, enquanto o de Heloísa Helena (Frente de Esquerda – PSOL, PCB e PSTU) suspenderá imediatamente os leilões do setor. Já num segundo mandato de Luis Inácio Lula da Silva (PT), o ideal é um discurso nem tão à direita nem tão à esquerda, mas a exploração do setor pelo capital privado seria mantida. Em linhas gerais, essas foram as idéias defendidas pelos representantes dos três candidatos à presidência da República, durante o 11º Congresso Brasileiro de Energia, realizado no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, entre os dias 16 e 18 de agosto. Há alguns anos, o evento tem sido organizado pelo Programa de Planejamento Energético (PPE) da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia (Coppe) da UFRJ.

Para encerrar o I Seminário Brasileiro de Inovação Tecnológica no Setor Energético, na noite da última sexta-feira, foram convidados Maurício Tolmasquim (PT), César Benjamin (PSOL), Afonso Henrique Santos (PSDB) e Elimar Nascimento (PDT) para apresentar e debater os programas partidários de energia dos seus respectivos candidatos. O representante do PDT não compareceu.

Governo Lula é criticado e responsabiliza FHC

Durante o debate, ficou constatado que a visão que cada candidatura do país tem da importância estratégica do setor de Energia para o desenvolvimento (ou não) da nação brasileira. Candidato a vice-presidente na chapa da senadora Heloísa Helena, o cientista político César Benjamin abriu a "mesa-redonda" com críticas em relação à chamada "crise energética no Brasil": "Não exploramos nem a metade do potencial hidrelétrico do país. A situação do petróleo não é desesperadora e temos a sexta maior reserva de urânio do mundo, mas não exploramos nem um terço dela. Estamos diante de uma janela de oportunidades na área energética e não de uma crise", afirmou.

O representante da candidatura Lula e presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, respondeu às criticas de Benjamin invocando o legado deixado pelo antecessor, Fernando Henrique Cardoso: "O governo Lula assumiu a presidência com um ambiente totalmente negativo no âmbito energético, devido à política equivocada no setor elétrico do governo anterior. Era proibido falar em planejamento no governo passado", ponderou ele, antes de garantir que ao final do próximo governo não haverá ninguém sem luz no Brasil.

A defesa do fortalecimento das agências reguladoras foi a principal bandeira do representante da candidatura tucana e ex-diretor da Agencia Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Afonso Henrique Santos, que enalteceu a Lei 10.064, de 2002, onde as distribuidoras passaram a ter que comprar energia elétrica através de leilões públicos, o que, segundo ele, foi idéia de Fernando Henrique. O representante do PSDB também defendeu a política das privatizações ao declarar que o Estado não deve gerir este setor estratégico: "Somos republicanos, pois sabemos separar Estado de governo. Não podemos mais enxergar apenas uma linha e nos colocarmos ou na esquerda ou na direita".

PT não desmente risco de apagão

Após as apresentações, os representantes adotaram um tom mais agressivo. Afonso Santos criticou o Partido dos Trabalhadores por copiar, no Programa Luz Para Todos, as idéias do Programa Luz no Campo, do governo FHC: "Se ele quer o crédito pelas idéias, não tem problema. Vocês tiveram a idéia e em oito anos não implantaram nada, quem implantou fomos nós. As pessoas vão saber que foram vocês que pensaram, mas vão votar em quem está fazendo", alfinetou Maurício Tolmasquim.

César Benjamin aproveitou o debate para denunciar que durante todo o governo Lula não foi criado nenhum emprego líquido com mais de três salários mínimos e ainda criticou a declaração enfática de Tolmasquim, que garantiu que não haverá risco de apagão até 2010. César lembrou o alerta do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), divulgado na imprensa, de que existem grandes possibilidades de apagões em 2009. "O representante energético do governo Lula está afirmando aqui que não haverá risco de apagão em 2009, mas ele só garante isso até o final de 2010", ironizou.

Afonso Santos afirmou que um próximo governo tucano adotará a privatização da oferta de energia como política e criticou o fato de o governo Lula também privatizar o setor por trás de um discurso de sistema híbrido. "O governo Lula está privatizando pra caramba", afirmou.

Fotos: Adair Aguiar/Imagens do Povo

O DEBATE FOI MEDIADO PELO PROFESSOR PINGUELLI ROSA

PSDB diz que a crise de 2000 foi 'positiva'

O representante da candidatura Alckmin afirmou ter outros compromissos e deixou o evento pouco antes do final, mas não sem antes provocar muita polêmica. Primeiro, ao criticar o escândalo de corrupção do governo Lula e, depois, ao dizer que, apesar de confiar na equipe do candidato tucano, não bota "a mão no fogo por todos da equipe do governo Alckmin". Afonso Santos afirmou, ainda, que "a crise do racionamento (conhecida com o Apagão de 2000) foi positiva, pois deu impulso ao setor". Esta última declaração revoltou a platéia, que era formada, na maioria, por especialistas.

Outro assunto polêmico foi a justificativa de Tolmasquim para o pouco investimento no setor eólico. O presidente da EPE disse que o governo Lula tem confiança na Bolívia, de onde pretende continuar importando gás: "A Bolívia é nossa vizinha e vizinhos às vezes brigam, mas isso é normal", comparou. Tolmasquim também defendeu a parceria entre capital público e privado para todos os setores estratégicos de energia: "É saudável a competição entre o público e o privado. Vence quem for melhor".

Petróleo também é energia

César Benjamin acha absurda a pretensão do atual governo de exportar petróleo, devido às projeções de escassez num futuro próximo e considerou esmolas sociais projetos como Luz Para Todos e Fome Zero: "Estamos diante de um desastre anunciado. Vamos exportar petróleo e depois ficar sem. O Estado nacional está em risco, temos que recuperar o país e o governo não tem o direito de dizer que não sabia. Se formos eleitos, nós suspenderemos todos os leilões de poços de petróleo e reveremos todos os contratos assinados. Se formos governo, não vamos fazer caridades, vamos construir uma nação", finalizou.

TRIBUNA

César Benjamin

"Não exploramos nem a metade do potencial hidrelétrico do país. A situação do petróleo não é desesperadora e temos a sexta maior reserva de urânio do mundo, mas não exploramos nem um terço dela.

Afonso Santos

"Somos republicanos, pois sabemos separar Estado de governo. Não podemos mais enxergar apenas uma linha e nos colocarmos ou na esquerda ou na direita"

"O governo Lula está privatizando pra caramba"

Maurício Tolmasquim

"Se ele (Afonso) quer o crédito pelas idéias, não tem problema. Vocês tiveram a idéia e em oito anos não implantaram nada, quem implantou fomos nós. As pessoas vão saber que foram vocês que pensaram, mas vão votar em quem está fazendo"

Bernardo Felzenszwalb

Universidade Pública

Ações judiciais vitoriosas em Goiás, Rio de Janeiro e Ceará obrigam instituições de ensino superior a restituir mensalidades e suspender cobrança.

Página 3

Manuella Soares

UFRJ

Chuvas em obras do telhado do CCMN alagam salas do Instituto de Geociências.

Página 4

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 509 4 de setembro de 2006

Nada de reajuste para os servidores em 2007

Governo envia projeto de lei orçamentária para o Congresso

O governo enviou para o Congresso, no dia 31 de agosto, sua proposta de Orçamento para 2007. E o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, já avisou que não haverá reajuste adicional para o funcionalismo.

O secretário-geral do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch, lamentou que a reivindicação dos servidores públicos federais por uma política de recomposição salarial digna não tenha sido ouvida pelo governo. "Esse é um ponto prioritário para os servidores e será, inclusive, o tema central do ato unificado que faremos no dia 5", afirmou, em referência à manifestação do conjunto dos servidores na Esplanada dos Ministérios, que acontece nesta terça-feira, 5 de setembro.

É bem verdade que o Congresso ainda pode modificar o projeto, mas o diretor do Andes-SN não acredita que esse diálogo com os parlamentares possa começar cedo. "É um Congresso sem quórum até as eleições", comentou, lembrando que a Medida Provisória nº 295/06, que modificou a carreira e os salários dos docentes, até hoje não foi convertida em lei (mesmo tendo sido apresentada no final de maio).

Embora tenha ressaltado que precisa analisar mais a proposta orçamentária, o professor também minimizou o anúncio de aumento das verbas para Educação: "Ao achatar os salários dos servidores e constranger os recursos ordinários das instituições, o governo ganha margem para investimentos extraordinários, como expansão de novos *campi*. É a política do cobertor curto mais o *marketing*", criticou.

Andes-SN

MARCHA REALIZADA EM BRASÍLIA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2004

Colegiados

CEG volta a discutir cancelamento de matrícula dos estudantes

Colegiado busca mecanismos para recuperar estudantes com insuficiência de rendimento acadêmico

A resolução nº 10/2004 do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), que dispõe sobre o cancelamento de matrícula por insuficiência de rendimento acadêmico, voltou à plenária do colegiado na última quarta-feira (30/8). De acordo com os conselheiros, a Divisão de Registro de Estudantes (DRE) não estaria cumprindo o artigo quarto do documento ao não disponibilizar, a cada semestre, a relação dos alunos que estão em condições de terem a matrícula cancelada ou dos alunos passíveis de serem enquadrados em tais condições.

Os professores Luiz Felipe de Souza Coelho (CCMN), Clotilde Romana Paez (CCJE) e Maria Silvia Possas (CCJE) afirmaram que as Comissões de Orientação e Acompanhamento Acadêmico (COAAs) ficam impossibilitadas de realizar o acompanhamento dos estudantes sem a relação dos alunos enviada pela DRE: "Não existe instrumento que aponte os problemas para que possamos identificá-los e resolvê-los", declarou Clotilde Paez. "Ao não enviar a relação dos alunos, a DRE está descumprindo o artigo quarto", completou Silvia Possas.

COAA não oferece benefício ao professor

Para Andréa Maria de Paula Teixeira (CFCH), deve haver um benefício extra para os professores que participarem de alguma COAA: "A comissão não proporciona bolsa, não conta como hora de pesquisa e não qualifica o professor para nada. Então, ninguém quer participar porque só dá trabalho. O resultado é que escalam para a COAA o professor que tem mais tempo disponível e não o mais qualificado. Não adianta nada tratar do aluno problemático burocraticamente. Tem que ser o mais qualificado para a função", informou.

Diretor da Politécnica teme cancelamento em massa

Já o professor Ericksson Rocha e Almendra (CT) acha que o artigo quinto da resolução deveria ser revisto pois ele teme o cancelamento em massa de matrículas em determinados centros. De acordo com o artigo, haverá abertura imediata de processo para o cancelamento caso o aluno se encontre em uma das três situações: reprovação na mesma disciplina quatro vezes, ultrapassar o prazo máximo de integralização curricular ou que fique com o Coeficiente de Rendimento (CR) inferior a três por três períodos consecutivos.

Segundo Ericksson Almendra, que é diretor da Escola Politécnica, o objetivo deve ser a recuperação dos estudantes e não a expulsão: "Sabemos que em alguns centros, com problemas burocráticos, o processo será aberto sem que o aluno sequer tenha defesa. Isso pode provocar uma expulsão em massa de alunos e a responsabilidade será nossa", condenou ele.

Entretanto, os demais conselheiros não concordaram em reabrir a discussão de um documento que fora aprovado em menos de dois anos pelo mesmo colegiado. Em relação ao artigo quarto, o pró-reitor de graduação, José Roberto Meyer Fernandes, declarou que se reunirá com o diretor da DRE para saber quais as razões da resolução não estar sendo cumprida: "Por enquanto, gostaria de tratar esta questão administrativamente", finalizou.

CEG prepara documento sobre Filosofia

Apesar de estar pautada para a quarta-feira anterior, o Conselho de Ensino de Graduação não voltou a discutir a inclusão de Filosofia nos concursos de acesso a graduação da UFRJ. O CEG começou a planejar o vestibular 2008 no último dia 16, quando considerou que deverá haver mais debates dentro da comunidade universitária para que a decisão sobre a inclusão de Filosofia seja coletiva.

Na sessão da semana anterior o assunto não foi discutido porque a Comissão de Vestibular do CEG não teve tempo suficiente para elaborar o documento que seria apresentado para a apreciação dos demais conselheiros, mas deverá voltar à plenária na próxima reunião.

Resenha

Reforma de Lula e sanguessugas

"(...) Até agora são 84 os mensaleiros e sanguessugas listados pelo Ministério Público. A reforma da Previdência de Lula teve o apoio dessa bancada por 59 votos contra 12. Sem o apoio da cáfila de reserva da bancada petista, Nosso Guia não aprovava a reforma" (Coluna do jornalista Elio Gaspari, 26/8).

Bolsistas do ProUni à deriva

Beneficiados pelo Prouni desistiram e até trocaram de área porque cursos fecharam por dificuldades financeiras e eles não encontram instituições que aceitem mais bolsistas. "Vou prestar vestibular de novo e tentar pagar. Pelo Prouni, não dá", reclama Fernanda Coutinho de Abreu, 19, ex-aluna do curso de pedagogia da Faculdade Anglo Latino (São Paulo), que busca outra instituição desde o início do ano. Sua colega Alexandra Ferreira Solito, 19, teve melhor sorte. Após quase seis meses, a Uninove aceitou sua bolsa. "Ficamos desamparados, o MEC dizia que não podia ajudar." (Folha Online, 28/8).

Dia Internacional dos Detidos Desaparecidos

A agência de notícias Adital informa que, no dia 30 de agosto, vítimas e familiares comemoram o Dia Internacional dos Detidos Desaparecidos. A data foi assim instituída em meados da década de 80 por iniciativa da Federação Latino-Americana de Associações de Familiares de Detidos-Desaparecidos (FEDEFAM). Segundo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, na América Latina, onde dezenas de milhares de pessoas ainda estão desaparecidas em virtude de conflitos armados e distúrbios internos, as famílias foram as primeiras a empreender esforços para conseguir informações sobre os desaparecidos e evitar outros casos de desaparecimento (www.adital.com.br).

Anote

Música homenageia Mário Quintana

O violonista José Rogério Licks vem, desde janeiro, realizando uma série especial de concertos dedicada ao poeta Mário Quintana, que completaria seu centenário neste ano. O espetáculo ocorre no dia 5 de setembro, no auditório Roxinho, do Centro Cultural Professor Horácio Macedo, ao meio-dia.

Cinema no CCMN

No dia 18, dentro do projeto "Cinema ao meio-dia", o Centro Cultural Professor Horácio Macedo apresenta o filme "Terra em Transe", de Glauber Rocha. No dia 19, é a vez de "Vinícius", de Miguel Faria Jr. Em 20 de setembro, será exibido "Casa de Areia" de Andrucha Waddington. Todas as projeções acontecem no auditório Roxinho.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes (afastado) **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Universidades

Cursos pagos em universidades públicas são contestados na Justiça

Ana Maria Barbour*

O Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos Estaduais e alunos de universidades públicas vêm movendo ações, em todo o país, para tentar impedir que essas instituições, em convênio com fundações privadas, cobrem por cursos de pós-graduação lato sensu. Muitas dessas ações são exitosas, fazendo com que as universidades devolvam o dinheiro adquirido com as taxas ou se abstenham de condutas ilegais.

A Universidade Estadual de Goiás (UEG), a Fundação Universidade Estadual de Goiás (FUEG) e a Fundação Universitária do Cerrado (Funcer) foram condenadas pela Vara das Fazendas Públicas de Anápolis, em dezembro de 2005, a restituir, solidariamente, os valores já pagos pelos cerca de 6 mil alunos de cursos seqüenciais. Além disso, a Justiça Federal determinou que ambas as fundações se abstenham de indeferir a renovação de matrículas dos alunos "inadimplentes".

O problema surgiu em 2000, quando a FUEG, mantenedora da UEG, lançou uma série de cursos seqüenciais e, por meio da Funcer, passou a cobrar mensalidades por eles. Em 2002 alguns alunos entraram com um mandado de segurança na Justiça Federal, pedindo a extinção da cobrança de mensalidades e a regularização dos alunos inadimplentes. O pedido foi deferido. Nos anos subseqüentes, outros alunos seguiram esse caminho e foram igualmente vitoriosos. Em função da denúncia dos estudantes, o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual (MPE-GO) ingressaram com ações civis públicas na Justiça Federal, nos anos de 2003 e 2004, com o intuito de obrigar a UEG a interromper a cobrança de mensalidades. A antecipação de tutela foi então concedida pela Justiça Federal.

A FUEG recorreu da decisão, questionando a competência da Justiça Federal para julgar o caso. Em agosto de 2003, os interessados na ação sofreram um aparente revés quando a liminar de antecipação de tutela foi cassada e o caso foi para o âmbito da Justiça Estadual. O MPF declinou de sua competência e a Justiça Federal remeteu os autos à Justiça Estadual (Vara das Fazendas Públicas de Anápolis). No entanto, esta terminou por julgar procedente a ação.

Irregularidades da Funcer

De acordo com o advogado Antonio Soares, que representa os alunos na ação, a Funcer foi criada como associação e não como fundação, e teria sido registrada a partir de uma ata com três assinaturas falsificadas. Além disso, a entidade não poderia ter estabelecido convênio com a UEG, já que não possuía autorização do Ministério da Educação nem do Conselho Estadual de Educação para atuar como instituição de ensino. Outro ponto crítico envolvendo a criação da Funcer é o fato de seus "instituidores" serem os principais dirigentes e professores da UEG. Assim, acabaram por firmar convênio com eles mesmos, caracterizando uma situação explícita de conflito de interesses.

De acordo com a diretora-executiva da Funcer, Vera Maria, quando a instituição foi criada ocorreram equívocos na gestão administrativa, que já teriam sido corrigidos. Ela admite que a Funcer só foi registrada como fundação, por meio de escritura pública, em 2003, apesar de existir desde 2000. "Por isso não temos como cobrar mensalidades dos alunos que ingressaram anteriormente a este ano. Já os que vieram depois, têm concordado em pagar os cursos".

Soares, contudo, informa que o capital inicial da fundação surgiu da doação de R$ 50 por instituidor, somando uma quantia total de R$ 1.950, posteriormente alterada para R$ 1.800. Somente na convocação da primeira turma do curso seqüencial de Gestão Pública foram ofertadas 1.420 vagas, e cada aluno pagou R$ 180 de mensalidade. Dessa forma, o faturamento da Funcer apenas no primeiro mês foi de 1.420 x R$ 180 = R$ 255.600. Desse modo, o "capital inicial" de R$ 1.800 se transformou em R$ 255.600.

De posse desses dados, os alunos solicitaram à Vara das Fazendas Públicas de Anápolis, em setembro de 2003, a decretação da nulidade do convênio entre a Funcer e a UEG; a suspensão da exigência de pagamentos relativos aos cursos seqüenciais; e o direito de os alunos concluírem os cursos. A Funcer contestou. Em janeiro de 2006, os alunos impugnaram as contestações da fundação. A ação continua tramitando na Justiça Estadual.

Rio de Janeiro e São Paulo

No Rio de Janeiro, uma recomendação do MPF proibiu, em 2002, a cobrança de taxas de matrículas em mestrados profissionalizantes (stricto sensu) na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e na Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE). As duas primeiras, no entanto, passaram a oferecer os cursos pagos por meio de empresas, burlando assim a recomendação do MPF. Ou seja, empresas contratam as universidades com o objetivo de pós-graduar seus funcionários. Com essa finalidade, pagam a mensalidade de todos eles.

Tais empresas financiam também, em tese, o pequeno número de vagas gratuitas destinadas ao público externo. Segundo Luiz Otávio Laxe Vilella, procurador-geral da UFF, "isso é feito para garantir o princípio de igualdade legal". O MPF desconhecia a manobra das universidades. No caso da ENCE, porém, a cobrança foi suspensa: os cursos de especialização e mestrado profissionalizante são oferecidos gratuitamente.

Em São Paulo, no campus da USP localizado no município de Bauru, o procurador da República Pedro Antônio de Oliveira Machado aguarda o julgamento de uma apelação encaminhada ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região em 2002. Machado é o autor de ação movida no ano de 2000 na Justiça Federal, na qual obteve liminar proibindo a realização de sete cursos de especialização pagos ofertados pela Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) e promovidos pela Fundação Bauruense de Estudos Odontológicos (Funbeo).

O procurador constatou, entre várias irregularidades, que professores em regime de dedicação integral (RDIDP) ministravam cursos pagos sem a devida autorização da USP. Além disso, esses docentes haviam constituído empresas para receber as respectivas remunerações, pagando menos impostos. A fundação recorreu e o caso acabou passando também pelo MPE. Em abril de 2002, o juiz que havia concedido a liminar, Heraldo Garcia Vitta, decidiu a ação em favor da Funbeo, levando Machado a recorrer à segunda instância.

Ceará e Pernambuco

O Ministério Público Federal do Ceará ajuizou, em 2002, ação civil pública contra a Universidade Federal do Ceará solicitando liminar que determinasse, entre outras coisas, a suspensão do oferecimento de cursos lato e stricto sensu mediante cobrança de mensalidades. A sentença, que saiu em fevereiro de 2005, indeferiu o pedido, justificando que na verba destinada à universidade pela União não está incluso o custeio de cursos de pós-graduação lato sensu. O juiz responsável pela decisão, Leopoldo Fontenele Teixeira, acredita ainda que o ensino mais barato é o que mais se aproxima do gratuito. O MPF recorreu ao Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, mas ainda não houve julgamento.

Ainda no Ceará, o MPF entrou com um pedido de liminar em 2002 contra a Universidade Vale do Acaraú (UVA, instituída sob a forma de fundação estadual), requerendo a suspensão da cobrança de taxas de matrícula semestrais em cursos de graduação e em qualquer outro serviço educacional prestado aos alunos. A sentença foi expedida pela 10ª Vara da Justiça Federal em junho de 2003, acatando o pedido de proibição da cobrança das taxas e exigindo a devolução aos alunos dos valores já recebidos. No mesmo ano, a UVA recorreu da decisão, conseguindo, em 2004, que a neutralidade somente existisse para alunos isentos do pagamento do Imposto de Renda. O procurador Alessander Sales, do MPF, recorreu, em 2005, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para conseguir o restabelecimento integral da sentença de 2003.

Em Pernambuco, o MPF promoveu, em 2003, uma ação civil pública contra a União, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Fundação de Apoio à Universidade Federal de Pernambuco (FADE), para impedí-las de cobrarem pelos cursos de especialização e obrigá-las a restituir aos alunos os valores recebidos.

Em março de 2004, a Justiça Federal expediu sentença julgando, entre outras considerações, que é possível a cobrança das mensalidades e taxas nos referidos cursos, desde que com correção de diversas irregularidades apontadas no documento. Tanto o MPF quanto a UFPE entraram com recurso.

A Procuradoria Regional da República da 5ª Região emitiu um parecer, em março de 2005, reafirmando a posição de que a UFPE deve garantir a gratuidade de todos os cursos que oferece. Além disso, o documento afirma que as especializações oferecidas em convênio com a FADE, que utilizam o espaço físico e boa parte dos docentes da universidade, apresentaram problemas na prestação de contas e irregularidades no uso dos recursos provenientes das mensalidades. Parte da arrecadação, que deveria financiar a própria UFPE, foi destinada à FADE e aos professores, que recebiam remuneração acima do que a universidade regularmente paga na graduação ou na pós-graduação stricto sensu. O caso agora será julgado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5).

* Reportagem publicada originalmente no Dossiê Nacional 1, de maio de 2006, uma publicação especial da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN).

UFRJ

Águas invadem Instituto de Geociências

Obras deixam telhado descoberto e salas chegam a ficar com 4 cm de água

Terça-feira, uma da tarde. Angustiada, a professora Ana Maria Brandão, do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (Igeo), procura a reportagem do Jornal da Adufrj para um preocupante relato. A água das chuvas da madrugada e manhã do último dia 29 havia invadido praticamente todas as salas do Bloco I do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, incluindo o Laboratório de Climatologia e Análise Ambiental, onde trabalha.

Naquela manhã, professores, funcionários e alunos que chegaram para trabalhar encontraram salas, laboratórios e a biblioteca do Igeo inundados. Segundo Ana Brandão, a chuva caía forte nos espaços do bloco, inclusive no corredor, e alguns funcionários passaram a manhã tentando escorrer a água para fora do prédio.

Ainda descalça, Carla Madureira, professora do Laboratório de Geografia Marítima e Assessoramento Remoto, disse que chegou por volta das 8h30 e ajudou alunos e funcionários a conter o vazamento e a secar os pisos com panos, rodos e vassouras. Funcionários terceirizados cobriram, ainda, móveis e equipamentos com sacos plásticos, na tentativa de evitar maiores danos. Na biblioteca, pelo menos quatro volumes raros foram seriamente danificados, apesar dos plásticos providenciados por uma firma de obras e manutenção contratada.

Ainda no Laboratório de Geografia Marítima, na pressa de conter a enchente das salas, o aluno de doutorado José Duarte Corrêa retirou o lixo molhado acumulado nos ralos com as mãos, pois não havia material de segurança disponível no local. O problema, segundo a professora Carla, é que por baixo do piso passam correntes elétricas. "No desespero, a gente esquece do perigo. Coloquei a mão, na correria, para tentar conter o nível da água que chegou a uns 4cm de altura.", desabafou José Duarte.

Para a professora Ana Brandão, a situação é um exemplo da falta de controle e fiscalização das instâncias da universidade das obras de infra-estrutura que estão sendo realizadas. "Acho que pode até haver alguma explicação para tudo isso, mas não há justificativa para termos nosso local de trabalho sujeito a essa situação".

Explicações

Após a visita da reportagem ao bloco inundado, a decana do CCMN, Ângela Rocha, e o Chefe da Manutenção e representante da Diretoria de Planejamento e Gestão (DPG), José Maria Leite, foram ao local. Os dois disseram que a inundação que atingiu o Bloco I é mesmo conseqüência da obra que está sendo feita no telhado do prédio.

Em curso há aproximadamente um mês, a obra está inserida no projeto de reconstrução dos telhados dos blocos G, H e I do Centro. O efeito da infiltração era uma possibilidade. "Nós fornecemos antecipadamente 200m² de plástico à comunidade e recomendamos através de memorandos e reuniões que os equipamentos dos laboratórios do Bloco I fossem cobertos no final de cada dia de trabalho", disse José Maria. "Entendemos a angústia dos professores e alunos. Há vários projetos em andamento, eles têm seus prazos e cronogramas. Para corrigir definitivamente os problemas dos telhados, nós temos que conviver com a possibilidade de risco de infiltração durante as obras" disse a decana do CCMN.

Fotos: Manuella Soares

ACIMA, TRABALHADORES SECAM O CORREDOR DO IGEO E VERIFICAM O FORRO DO TETO. ABAIXO, A PROFESSORA ANA BRANDÃO ENTRE SEUS ALUNOS

Decana diz que manta não resolveria

José Maria disse que na obra do telhado do Auditório Roxinho e da Biblioteca outra estratégia foi possível. Como o acervo era muito valioso, incluindo fósseis, a cada final de dia de obra, as telhas eram todas recolocadas no lugar. Mas isso estende muito o tempo de conclusão do projeto. Ângela Rocha ressaltou também que a infiltração que atingiu o Bloco I não poderia ser contida com a manta de impermeabilização. "A manta não é indicada, pois ela pode rachar e gerar infiltrações. E o caso fica grave, pois não é possível identificar onde exatamente ocorreu a rachadura na manta", disse a decana.

Solução definitiva

Ângela ressaltou que o que pode ser feito é minimizar os possíveis danos. A decana disse que há muitos anos o Centro não é reformado. "Depois da obra nos telhados, para o problema de infiltração ficar sanado definitivamente, deverão ser feitas obras para a proteção das janelas, pois como elas não têm um sistema de vedação perfeito, quando acontecem chuvas fortes acompanhadas de vento, mesmo com o telhado reformado, a água infiltra pelas frestas das janelas. Aqui mesmo no meu gabinete, há esse problema".

A decana disse ser solidária à comunidade acadêmica do CCMN, sobretudo aos que dependem das instalações do Bloco I, e disse entender a angústia que professores, alunos e funcionários sentem em ver as dependências atingidas pela água. "Estamos cientes disso. Quando a obra for concluída, providenciaremos a pintura das salas atingidas e a substituição do mobiliário, pois a água traz conseqüências ruins como o mofo. Mas esse trabalho só terá eficiência se for feito após a conclusão do telhado", ressaltou.

Uma comissão de fiscalização da Prefeitura esteve no local avaliando a obra e o episódio da infiltração. Um relatório sobre o caso será providênciado. A comissão da Prefeitura, a decana do CCMN e o Chefe da Manutenção salientaram que a infiltração não foi conseqüência de problemas na execução da obra por parte da empresa responsável.

Teto do Instituto foi coberto com plástico

A decana e o chefe de manutenção disseram ainda que o teto havia sido coberto com plástico para conter a água, mas com o vento forte, a cobertura foi danificada e a água se acumulou causando a inundação. "Dessa vez tivemos esse problema, porque estamos atuando diretamente na reforma do telhado. Tudo ficará resolvido. Não é um problema por falta de conserto nem falta de mobilização", disse Ângela Rocha. A decana ressaltou também que a obra nos telhados é um dos projetos mais difíceis de serem postos em prática, pois sua execução é esperada há muito tempo e precisa da adaptação de projetos anteriores. A previsão é de uso de telhas mais seguras daqui para frete.

Ângela anunciou que mais um projeto de obras será em breve executado no CCMN. O Centro vai por em prática a Recuperação Estrutural dos Prédios, pois há anos não é feito um projeto de reforma nos prédios afetados por problemas estruturais nas colunas de sustentação.

CHARGE/ Bernardo Felzenszwalb

Setor das Federais

O movimento docente defenderá a carreira única em qualquer instância do governo. Veja a avaliação do Setor das Federais do Andes-SN sobre criação de novo GT do MEC com a participação dos reitores, cujo objetivo é definir uma nova carreira docente apenas para o 3º grau

Páginas 5 e 6

Teatro e Política

A seção de docentes da UFF promove nos dias 12, 13 e 14 o ciclo de eventos *50 anos da morte de Bertolt Brecht* com a participação dos diretores Luis Fernando Lobo (Cia. de Ensaio Aberto) e Sérgio de Carvalho (Cia. do Latão). Confira a programação na página da seção sindical www.aduff.org.br.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 510 12 de setembro de 2006

Ato reúne 2 mil e antecipa campanha 2007

Entidades dos servidores são recebidas no Palácio do Planalto

Mais de 2 mil servidores públicos participaram do ato público organizado pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) no último dia 5, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. A concentração da atividade foi em frente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde os representantes das entidades se manifestaram.

A insatisfação era geral com as medidas provisórias editadas pelo governo federal, muito aquém das reivindicações das categorias e algumas delas chegando até a causar perdas em direitos conquistados no passado. Houve protesto, ainda, contra as votações ocorridas no Congresso Nacional no chamado "esforço concentrado", durante a noite do dia 4, sem o acatamento de uma emenda sequer que pudesse corrigir as diversas distorções nas MPs (entre elas, a MP 295/06, que mudou a carreira e os salários dos docentes, convertida na Lei nº 11.344, de 8/9).

Os servidores percorreram a Esplanada e se dirigiram ao Palácio do Planalto a fim de protocolar a entrega de uma carta dirigida ao presidente da República. No documento, reivindicam interferência de Lula para que seja retomada a Mesa Nacional de Negociação Permanente pelo Ministério do Planejamento. Uma comissão de 13 representantes das entidades foi recebida por assessores da Presidência da República que se comprometeram a encaminhar a solicitação ao presidente.

Carla Lisboa/Adunb

SERVIDORES ENTREGAM CARTA DE PROTESTO A ASSESSORES DA PRESIDÊNCIA

A carta

No texto da carta protocolada, registram que a Mesa Nacional foi instituída em 2003 na presença de oito ministros de Estado e foi caracterizada, pelo próprio governo, como um "marco de plenitude democrática" na relação entre o funcionalismo e o Executivo federal. Lembram os representantes sindicais que a quinta cláusula do regimento da MNNP previa claramente o afastamento do trabalho para o exercício da atividade sindical pelos dirigentes indicados pelas entidades. No entanto, no início de agosto, o ministério do Planejamento simplesmente avisou que não mais reeditaria a portaria que liberava os dirigentes sindicais, nos termos do regimento, e deu as negociações como interrompidas.

Opinião

Os Nomes do Mesmo

Ricardo Kubrusly

Em um mundo determinista, onde causas e efeitos se comportam clássica e tradicionalmente, com cada causa determinando seus respectivos efeitos e com todo e qualquer acontecimento tendo sido gerado por uma ou algumas causas, não sobra muito lugar para livre arbítrio e liberdade e liberdades passam a ocupar apenas um lugar ficcional no mundo inexistente do que poderia ter sido. Em um mundo determinista e complexo, onde o bater de asas de uma borboleta pode gerar, e portanto ser a causa de, estranhos acontecimentos, tudo o que parece fruto de alguma liberdade de escolha e/ou decisão já está, e sempre esteve, milimétrica e atomicamente pré-definido e certamente teve sua origem em algum primeiro motor ou big-bang ou mesmo, no sopro de um certo deus desengonçado e *flaneur* que no dia D, na hora H no minuto M e no segundo S teria dito: Danem-se todos, e fez-se o verbo e os substantivos e já não tínhamos escolha do que agora somos.

Claro que as ciências modernas com seus quanta e suas verdades essencialmente numéricas, podem rever essa idéia clássica e propor um cenário alucinadamente estocástico ou mesmo sensatamente possibilitante, com evoluções clássicas globais e localmente estatístico, onde variações do determinismo podem ser apreciadas e onde substituímos as engrenagens de Newton pelos dados viciados dos cientistas modernos... E tendo de escolher entre engrenagens e dados, ficaríamos mesmo com a literatura. Neste caso, ou melhor, nesse tipo de descrição de tudo, também não possuímos o famigerado livre arbítrio e nos vemos mais uma vez, escravos dos acontecimentos. Nada a fazer, senão surfar as ondas que nos mandam os ventos.

Nesses tempos modernos, o conceito de liberdade torna-se um jogo de ilusões onde se supõe que por entre uma gama de escolhas possíveis agiremos determinando futuros por meio de nossas atitudes, quando na verdade, inventamos diversos nomes para o mesmo, que será sempre o inexorável de nossas vicissitudes. Copo ou canudo, débito ou crédito, fumantes ou não fumantes, *diet* ou *light*, açúcar ou adoçante, o fantoche da direita ou o da esquerda, que escolhas são essas? Republicanos ou democratas, árabes ou judeus, Lula, Alckmin ou Heloísa, que opções de fato temos quando os nomes mudam e as mesmas substâncias continuam?

Ligo o rádio, e nos reclames eleitorais a novidade é a velha e batida escolha do menos ruim. Merda por merda vote em mim. Nas telas o mesmo, nas ruas igual: governo e oposição unidos pela preservação da democracia. O nome apenas, a marca da fantasia, a crença moderna. É da ilusão de liberdade que se alimenta a corrupção democrática. Mas é preciso votar, pense e vote, clamam pelos 7 cantos.

A democracia depende da escolha, entre os vários tipos de mesmos, que fizermos. Não anule seu voto, dizem, e lembram que de nada adiantará, pois os vencedores vencidos tomarão posse a qualquer custo e derrotarão, mais uma vez, e mais uma vez em nome da democracia, o povo. Não adiantará nada, é melhor cooperar, dizem hoje, como diziam durante o regime militar. Democracia, apenas um nome que deram ao continuísmo golpista que governa nossos países latino-americanos há décadas.

A democracia que mata crianças, aqui e no Líbano, que destrói continuamente o Iraque e aniquila os países da África, que secou suas mulheres com o leite em pó, em pó e democrático, posto que tudo o que é imposto pelas democracias que dominam desumanamente o mundo, torna-se necessariamente democrático, a democracia imposta pelo capital e que mata crianças repito, é essa a coisa escrotomorfa que devemos defender com os nossos votos. Vote em qualquer um dizem, do Chupacabra ao Belzebu, e afinal, ponderam, há bons candidatos e se e quando o povo souber escolher, contínua e reformisticamente atingiremos o patamar civilizado onde as grandes potências se esbaldam e junto com elas, sambando, ainda teremos tempo de assistir aos escombros de nossas desesperanças.

Mas, não haveria um perdão para o tempo? Um modelo de mundo onde as verdades chamar-se-iam possibilidades e as vontades do um e do múltiplo comandassem os acontecimentos. Um modelo sem Deus mas com mistério, onde os determinismos determinassem apenas os determináveis e que, no jogo da vida o grito da sociedade construísse o livre arbítrio do povo e onde, os mortos que me perdoem, uma sociedade justa e socialista pudesse enfim ser demonstrada pela ação popular e não pela co-ação democrática que hoje nos domina.

Não haverá, em algum tempo perdoado, um universo paralelo, um outro ou o mesmo, onde a justiça social impere pelo exercício das liberdades, e não seria aqui, em um amanhã possível, e não teríamos começado por notar a farsa de uma democracia imposta pelas armas e pelo capital, e não teríamos começado aqui e agora, alardeando pelo planeta que aqui queremos liberdade com socialismo e votamos nulo porque não mais queremos os mesmos. E quanto mais os mesmos disserem que não adianta, mais adiantará.

Prometeu Acorrentado/Ésquilo/ Ilustrações de Fernando Vilela (www.artebr.com/fernando/books/lilupro02.html)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes (afastado) **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **NESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG consulta unidades sobre a inclusão de Filosofia

Comissão de Vestibular do colegiado entende que entrada da disciplina modificará todo o modelo do concurso de acesso

Três sessões após iniciar as discussões sobre o planejamento para o vestibular 2008, e a inclusão ou não de Filosofia nas provas de acesso, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou um documento no qual solicita a opinião das unidades e dos centros para que a decisão seja tomada após ampla discussão em toda a UFRJ.

O CEG havia aprovado, em 2003, a inclusão da disciplina no vestibular de 2005. Após a aprovação, o Conselho Universitário (Consuni) solicitou que o colegiado acadêmico designasse uma comissão para discutir as formas de implementação da Filosofia: "No ano de 2004, o CEG ficou ocupado com a questão de cotas e com a crise na Faculdade Nacional de Direito", afirmou a conselheira Maria Lúcia Patitucci (CCMN), para justificar a não discussão da política de implementação.

Consuni quer vestibular já em 2008

A maioria dos atuais conselheiros, mesmo os favoráveis à inclusão da disciplina, consideram que não existem condições para a implementação, no momento. Por isso, decidiram não incluir Filosofia no concurso de 2005, mas o Consuni determinou que a disciplina seja incluída já em 2008. A Comissão de Vestibular do CEG decidiu, então, fazer uma consulta à comunidade.

De acordo com Patitucci, que preside a comissão, o documento foi finalizado no último dia 4: "Se a Filosofia entrar no vestibular, vamos ter que mudar o modelo. A disciplina será específica de quais áreas? As provas continuarão sendo em dois dias? Se a gente vai mudar o modelo, queremos saber como. Então, no sentido de contextualizar a discussão do modelo de acesso, estamos solicitando que as unidades e os centros apresentem um parecer circunstancial favorável ou não à alteração do modelo", explicou ela, ao analisar o conteúdo do documento elaborado pela Comissão de Vestibular.

A solicitação traz ainda alguns anexos para tentar explicar o histórico da situação para os dirigentes dos centros e das unidades. O documento informa que outros anexos que chegarem à secretaria do CEG também serão disponibilizados para contribuir com o debate. Na sessão do dia 6/9, o Conselho de Ensino de Graduação aprovou um prazo de 60 dias para as unidades responderem o documento.

NCE pode comprar novas máquinas

Na tarde do último dia 6, o pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer Fernandes, e a superintendente de graduação, Deia Maria Ferreira dos Santos, participaram de uma reunião, no Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) da UFRJ, para tratar da compra dos novos equipamentos para o Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (Siga).

No início do semestre, o gerente do Siga, Ricardo Storino, informou ao **Jornal da Adufrj** que só estavam sendo possíveis 400 acessos simultâneos pois novas máquinas não haviam chegado, o que gerou muitos problemas entre os professores que tinham que lançar as notas do primeiro período de 2006 e entre os alunos que tentavam se inscrever nas disciplinas do segundo semestre: "Esperamos ter boas notícias em breve", afirmou José Roberto Meyer.

Resenha

Uerj teme novo desabamento

Devido ao período de chuvas insistentes, a comunidade da Uerj teme que ocorram novos desabamentos no *campus* do Maracanã assim como o que ocorreu há oito meses quando um bloco de 10 toneladas desabou do 12º andar. Até agora, as obras não começaram e o teto está escorado. Segundo estudantes e funcionários, a insegurança no local é grande (Folha Dirigida, 05/09).

"Brincadeira"?

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) arquivou o processo contra os quatro acusados pela morte do calouro da Faculdade de Medicina da USP Edison Tsung Chi Hsueh, ocorrida em fevereiro de 1999. Ele foi encontrado morto na piscina da Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz, durante uma festa de trote dos estudantes. O Ministério Público Federal afirma que entrará com recurso no STF (Supremo Tribunal Federal) contra a decisão, publicada na segunda-feira (4), no Diário da Justiça. Para a promotora Eliana Passarelli, responsável pela acusação, o resultado é "lamentável": "É até mais que lamentável. O acórdão cita que tudo não passou de uma brincadeira de mau gosto. A vida de uma pessoa não pode ser levada na brincadeira", afirmou (Folha *Online*, 6/9).

Governo legalizou venda de folha de pagamento

O pacote de medidas para aumentar a concorrência bancária e reduzir o custo dos empréstimos, anunciado pelo governo na semana passada, acabou legalizando uma prática questionável que vem se instalando desde o ano passado no país - a do leilão das folhas de pagamentos de grandes empresas. Os bancos têm pago entre R$ 4 milhões e R$ 50 milhões para ter a exclusividade do pagamento da folha salarial de importantes empresas. "Nada legitima juridicamente uma empresa a negociar o que não é dela, ou seja, o potencial de consumo de seus empregados", diz José Eduardo Galdiano, especialista em direito público (Folha *Online*, 11/9).

Anote

60 anos do Instituto de Nutrição
O Instituto de Nutrição da Universidade Federal do Rio de Janeiro promove o evento científico "Nutrição, Ciência em Perspectiva – 60 anos do Instituto de Nutrição Josué de Castro", em 25 e 26 de outubro de 2006. O evento contará com três eixos temáticos: narrativas do passado: histórico sobre a trajetória do INJC; nutrição no presente, um projeto em construção: avanços recentes no conhecimento nutricional; perspectivas futuras: nutrição, ciência, tecnologia e desenvolvimento social. No encontro será lançado um Concurso Nacional de Monografias. Informações e inscrições (gratuitas) pelo www.nutricao.ufrj.br/60anos.

Cinema no CCMN
No dia 18, dentro do projeto "Cinema ao meio-dia", o Centro Cultural Professor Horácio Macedo apresenta o filme "Terra em Transe", de Glauber Rocha. No dia 19, é a vez de "Vinícius", de Miguel Faria Jr. Em 20 de setembro, será exibido "Casa de Areia" de Andrucha Waddington. Todas as projeções acontecem no auditório Roxinho.

Música no Fórum
No dia 14/9, às 19h, a pianista Ilze Trindade e o violonista João Daltro de Almeida dão recital no Salão Dourado do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Irão interpretar obras de Beethoven, Carlos Vianna de Almeida e Vilani-Cortês. O recital faz parte da programação do projeto Música no Fórum e tem entrada franca.

Manifestação de estudantes no Chile

Estudantes que faziam uma manifestação em Maipú, no Chile, entraram em confronto com a polícia. Cento e dezesseis jovens foram detidos e alguns ficaram feridos. Tramita no Senado do país uma proposta de projeto de reforma para enfrentar a crise na educação, o funcionamento da escola e a formação dos docentes. A comissão responsável divulga as propostas no próximo dia 29. (lanacion.cl e El Mercurio, 06/09)

Campanha Salarial

Servidores querem reabrir negociação salarial e antecipam campanha por reajuste em 2007

Plenária propõe campanha de denúncia do reajuste zero para o ano que vem

O fato de o governo não ter previsto nenhum reajuste para o funcionalismo em sua proposta de orçamento para 2007 não ficou sem resposta da Plenária Nacional dos servidores públicos federais, reunida em 3 de setembro. Uma das principais deliberações do encontro foi a realização de uma campanha de denúncia do 0% de aumento para o ano que vem.

Chamou atenção a numerosa presença de representantes na Plenária: 231, sendo 161 delegados e 70 observadores. A avaliação geral nos discursos foi que começa a haver uma consciência maior sobre a necessidade de reaglutinação do conjunto dos servidores. Para se ter uma idéia, as Plenárias mais recentes nem chegaram perto: a de abril, teve 81 representantes; a de março, 140; a de junho, 147; e a de agosto, 129.

Segundo o representante da Adufrj-SSind na Plenária do dia 3, professor José Henrique Sanglard, ficou patente a disposição para o reagrupamento de forças dos servidores. O objetivo é organizar as categorias para enfrentar a nova "onda de reformas" de um bastante provável segundo mandato do governo Lula. Desta vez, os alvos seriam a universidade, as relações sindicais e trabalhistas e, novamente, a Previdência Social. "Ainda mais se o Lula for eleito em primeiro turno, quando estaria mais forte politicamente", comentou Sanglard.

Outras deliberações

Neste sentido de reagrupamento, a Plenária voltou a referir-se à rearticulação regional dos servidores e à promoção de um Encontro Nacional sobre Previdência que também teria participação dos servidores estaduais e municipais, ainda sem data definida. Também foi aprovada uma campanha contra a renovação do mecanismo de Desvinculação dos Recursos da União (DRU), que permite ao governo retirar verbas de diversas rubricas sociais para pagamento de juros da dívida.

Próxima Plenária

Para avaliar os resultados da eleição de 1º de outubro, uma nova Plenária será convocada para a primeira quinzena daquele mês.

Carla Lisboa/Adunb

FUNCIONALISMO VAI SE REUNIR NO INÍCIO DE OUTUBRO PARA ANALISAR RESULTADO DAS ELEIÇÕES

Entrevista

"Retomar a construção da unidade dos servidores federais"

Em entrevista ao *site* da Conlutas, o presidente do Andes (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior), Paulo Rizzo fala sobre a manifestação do último dia 5 de setembro, a reunião dos servidores no Palácio do Planalto, a política econômica do governo Lula e as lutas da categoria.

Na opinião do professor, o mérito da manifestação convocada pela CNESF foi de retomar a construção da unidade para chegar a uma grande greve dos servidores federais em 2007.

Como o senhor avalia a manifestação do dia 5?

Sua maior importância é a retomada da unidade dos servidores federais. O governo Lula, com a colaboração de forças do movimento sindical que o apóiam, havia conseguido, desde 2004, suspender as negociações unificadas, dividindo as entidades dos servidores em inúmeras negociações. Esta divisão resultou em grandes prejuízos para os servidores públicos, pois o governo impôs, não apenas arrocho salarial, mas também perdas de direitos, principalmente em relação à aposentadoria. Com esta manifestação damos início à campanha salarial de 2007, exigindo a abertura de negociações em relação ao orçamento do próximo ano.

Arquivo Adufrj-SSind

PRESIDENTE DO ANDES-SN, PAULO RIZZO

Depois de muita insistência os servidores conseguiram ser recebidos no Palácio do Planalto. Como foi a reunião?

Só fomos atendidos porque os manifestantes fecharam a rua diante do Palácio. Na audiência, a assessoria especial da presidência se comprometeu a encaminhar junto à Casa Civil e à Presidência nosso pedido de abertura de negociações. Foi importante a demonstração da unidade das entidades, pois a CUT tentou dividir o processo realizando uma audiência exclusiva, na véspera, com o ministro Paulo Bernardo com a exclusão da maioria das entidades da bancada sindical, que não são filiadas à CUT, para tratar dos mesmos temas.

Estiveram presentes nesta manifestação outros setores da classe trabalhadora. Qual é a importância da unidade das categorias que estão em luta enfrentando a política econômica do governo e dos patrões?

Diante do crescimento pífio da economia, o pensamento hegemônico da economia política anuncia que a única saída se encontra no aprofundamento das reformas (previdenciária, trabalhista e sindical) e no incremento de produtividade das empresas, o que implica em demissões em massa. Anuncia-se, então, que vem chumbo grosso em direção à classe trabalhadora. Temos, então, que nos preparar, construindo lutas unitárias da classe e penso que a CONLUTAS deva jogar suas energias para isso.

E quais serão os próximos encaminhamentos da luta dos servidores federais?

Os servidores ainda tentarão, no Senado, aprovar emendas às medidas provisórias para retirar as perdas de direitos. Depois das eleições, quando os trabalhos do Congresso forem retomados, estaremos concentrados na luta por uma política salarial e pela inclusão no orçamento de recursos para o atendimento das reivindicações. O desafio continua sendo a construção da unidade na perspectiva da mobilização que poderá resultar em uma grande greve em 2007.

Fonte: *Site* da Coordenação Nacional de Lutas (www.conlutas.org.br)

Setor reafirma defesa da carreira única

Convidado a participar de um segundo GT no MEC, Andes-SN irá cobrar a presença do Sinasefe

O movimento docente deu mais uma amostra de que defenderá a carreira única em qualquer instância do governo. Na reunião do Setor das Federais, em 2/9, na capital federal, os representantes das seções sindicais discutiram a recente constituição de um grupo de trabalho junto ao MEC para tratar da carreira dos professores, a pedido da associação de reitores (Andifes), exclusivamente para o magistério superior (3º grau) – vale lembrar que já existe um GT sobre Carreira em funcionamento no MEC com a presença de várias entidades, incluindo a própria Andifes (veja na página 6).

Por maioria, os representantes das seções sindicais decidiram que, caso se confirme o convite a participar desse segundo GT, o Andes-SN deverá comparecer e apresentar a defesa da carreira única construída conjuntamente com o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) e reivindicar, também, a presença desse sindicato.

Também será levada ao GT "original", na sua próxima reunião, a proposta de carreira única e a pauta imediata do Sindicato para dar passos concretos na convergência das atuais carreiras, o que também será debatido com o Sinasefe.

Professores Associado e Especial

Os professores encarregaram a Coordenação do Setor de elaborar um documento para demonstrar a relação entre a MP 295/06, os ganhos salariais obtidos neste ano e a greve do ano passado. Também foi solicitada à coordenação a realização de uma análise do processo de regulamentação da progressão para as classes de professor associado e especial nas diversas instituições federais.

Foi demandado à diretoria do Andes-SN que inclua como reivindicação a ser defendida na definição dos critérios para progressão para a classe de Professor Associado que os professores aposentados no último nível da classe de professor Adjunto e os beneficiários de pensão cujo instituidor tenha alcançado os requisitos necessários à progressão deverão perceber as vantagens correspondentes aos níveis na classe de professor associado de acordo com o tempo que tenham tido na condição de Adjunto nível IV, quando em atividade.

Avaliação

Mais do que nunca, os representantes das seções sindicais vinculadas às universidades federais concluíram, durante a reunião do Setor, sobre a necessidade de ampliar a unificação das lutas com os demais servidores públicos e outros setores da classe trabalhadora para a conquista de ganhos salariais e interrupção do aprofundamento das reformas neoliberais que vêm retirando direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados.

Representante da Adufrj-SSind no Setor, o professor José Henrique Sanglard teve uma avaliação positiva da reunião, que contou com diversas seções sindicais. Segundo ele, deve ser levado em conta que, em função da greve do ano passado da qual nem todas as universidades participaram (a UFRJ, entre elas), os calendários acadêmicos estão bastante diferenciados: "Havia universidades em recesso, outras terminando período letivo e outras começando. E mesmo assim teve essa presença significativa de professores no Setor", comentou.

Discussão da Carreira Única no Andes-SN

Foi esclarecido pela diretoria do Andes-SN que cabe ao conjunto do Sindicato promover a discussão em torno da carreira única, visando à deliberação sobre o tema no 26º Congresso da categoria (em Campina Grande (PB), no próximo ano).

Reforma da Educação Superior

A maior ofensiva do setor privatista desde os anos 90. Para o Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) do Andes-SN, isso é o que caracteriza o projeto de reforma da educação superior do governo (PL 7200/06) e a grande maioria das 368 emendas recebidas em sua tramitação no Congresso Nacional. O ataque tem como objetivo uma total desregulamentação do setor como forma de ampliar ainda mais a mercantilização da educação no país. O informe foi prestado ao Setor das Federais pela professora Tânia Batista, da coordenação do GT, que se reuniu nos dias 19 e 20/8. Nessa reunião, foi feita uma análise detalhada do PL 7200/06 (apensado ao PL 4.212/04), de iniciativa do Executivo e encaminhado ao Congresso em 12/6. A diretoria do Andes-SN divulgará, em breve, um texto cuja elaboração foi iniciada durante a reunião do GT para esclarecer o significado desses projetos de lei e emendas para o ensino superior brasileiro.

Tânia Batista enfatizou, ainda, a urgência e necessidade de os diretores das seções sindicais e secretarias regionais promoverem o debate com a categoria e a sociedade para ampliar e fortalecer ações que visem a barrar a contra-reforma da Educação Superior do governo Lula.

Conflito do Oriente Médio

O Andes-SN recebeu, no dia 22/8, em sua sede, uma comissão de representantes de entidades que compõem o Comitê em Defesa do Povo Árabe, que preparou a audiência com o Chanceler Celso Amorim a quem foi entregue uma carta subscrita por um grande número de entidades. Essa audiência ocorreu na tarde do mesmo dia. Logo após a comitiva deslocou-se até a representação diplomática da Palestina onde a Embaixadora lhe concedeu audiência.

Tramitação da MP 295/06

O prazo de última reedição da Medida Provisória que alterou a carreira e os salários dos docentes universitários terminaria no final de setembro. No entanto, após a reunião do Setor, no dia 4/9, a MP 295 foi aprovada e encaminhada ao Senado Federal. No dia 8, foi convertida na Lei nº 11.344.

Orçamento 2007

Conforme informado na edição anterior do Jornal da Adufrj, o governo enviou proposta de orçamento para 2007 ao Congresso Nacional. O GT verbas do Sindicato vai analisar mais detalhadamente o assunto, mas já confirmou que não há previsão de aumento salarial para os servidores públicos federais.

Andes-SN

MEC confirma criação de um segundo GT sobre Carreira

Novo grupo de trabalho discutiria apenas o 3º grau, contra a vontade das entidades sindicais

No dia 30 de agosto, realizou-se no Ministério da Educação a quinta reunião do grupo de trabalho Carreira do MEC, com a participação do Andes-SN. Na ocasião, questionado pelas entidades sindicais, o subsecretário administrativo do ministério, Sylvio Petrus, confirmou a criação, a partir de um pedido da associação de dirigentes das IFES (Andifes), de um outro GT para tratar da carreira dos docentes do 3º grau.

Sylvio ressaltou que não existe um posicionamento definido dentro do MEC quanto à carreira unificada e que se pretende, com mais esta iniciativa, ouvir as diversas propostas para futuramente estabelecer uma possível interseção entre todas e assim tirar uma idéia definitiva de carreira para o magistério federal. Disse, ainda, que a constituição de um outro GT com a participação do MEC não implicaria a paralisação do primeiro grupo de trabalho.

Os representantes das demais entidades presentes à reunião do GT Carreira concluíram que a estratégia adotada pela Andifes atrapalha mais do que ajuda na construção de uma carreira única e que o legítimo fórum de discussão é o primeiro, no qual, inclusive, a associação de reitores tem assento, embora tenha abandonado os trabalhos.

A discussão envolveu também a ambigüidade do MEC quanto à questão da carreira e também a possibilidade de o MEC vir a defender a construção de mais uma carreira, ficando assim o magistério federal com três carreiras. Essa foi a preocupação presente na fala da maioria dos representantes, que registram uma recente manifestação do ministro Fernando Haddad a favor de várias carreiras em um programa de TV.

Portaria e prazo de trabalho

Sylvio Petrus informou que a portaria de constituição do GT "original", conforme solicitado pelas entidades, já estava pronta e deveria ser publicada em breve, com vigência até 30 de outubro para conclusão dos trabalhos.

O representante do Andes-SN questionou a data de encerramento dos trabalhos estipulada na portaria e indicou a possibilidade de sua prorrogação. Os representantes do MEC argumentaram a necessidade de ser feito um esforço no sentido de completar os trabalhos no prazo estipulado, mas não fecharam questão quanto à possibilidade de prorrogação.

Durante a reunião, o Andes-SN apresentou um documento – apoiado pelo Sinasefe – com pedido de esclarecimentos sobre algumas questões referentes aos dados dos docentes que lhe foram enviados pelo MEC, bem como sua necessidade de complementação e atualização. Ficou definido que um novo banco de dados será remetido pelo MEC às entidades até o dia 15 de setembro, com as correções e atualizações necessárias.

Na continuidade da reunião, foi discutido também um documento, este entregue pelos representantes do MEC, que faz uma análise das duas atuais carreiras no tocante à legislação e as dificuldades de se construir uma carreira única. As entidades sindicais Andes-SN e Sinasefe encaminharam que, em reunião do dia 4 de outubro, será feita a tentativa de consolidar suas propostas de carreira única em um documento-resposta.

Grupo de Comunicação e Artes é reativado

No dia 26 de agosto, representantes de várias seções sindicais participaram da reunião do Grupo de Trabalho Comunicação e Artes. A proposta desse primeiro encontro, que juntou dirigentes e profissionais da área, foi fazer um balanço da produção de comunicação da entidade nacional e uma avaliação das políticas de Comunicação e Cultura no país.

Houve um consenso entre os presentes de que o Andes-SN deve reorganizar seu setor de Comunicação e suas mídias. A necessidade da valorização dos profis-sionais de jornalismo, de assessoria de imprensa, relações públicas e demais funções da área também foi um dos pontos de debate. O fato de o grupo de trabalho ter paralisado suas atividades durante os últimos três anos fez com que as avaliações fossem gerais e preliminares. A coordenação do GT, feita pelos atuais diretores nacionais Evson Malaquias e Almir Serra, solicitou dos presentes uma avaliação geral da produção interna do Sindicato. Os professores apresentaram ainda um diagnóstico geral do setor de Comunicação e algumas propostas imediatas de melhoria das mídias eletrônicas da entidade nacional. Em breve, segundo Evson, a página do Andes-SN deverá sofrer uma reformulação e o objetivo é que seja transformada em um portal de mídias, com uma página de conteúdo independente da página institucional da entidade.

Os presentes identificaram ainda a total ausência de debate no movimento docente quanto às questões referentes à Arte e Cultura no país. Uma ou outra seção sindical relatou alguma experiência na promoção de eventos ou produções culturais. Um raro e bom exemplo de atividade relatado pelas representantes da seção sindical da UFF, Stela Guedes (jornalista) e Kátia Maria (diretora) foi o seminário promovido pela seção sindical da UFF sobre os 50 anos da morte de Bertold Brecht. O evento acontece nessa semana, de12 a 14, no Auditório do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, *campus* do Gragoatá, em Niterói. Com a presença dos diretores Luiz Fernando Lobo, da Cia. Ensaio Aberto, e Sérgio de Carvalho, da Cia. do Latão, o seminário pretende discutir a relação entre teatro e política.

Definição de prioridades

Ainda com relação à produção de comunicação do Sindicato, foram destacados alguns pontos a serem levados pela coordenação do GT à diretoria nacional. Um deles é quanto à definição de qual seria o carro-chefe entre as mídias do sindicato. Pela intervenção da maioria no grupo, o principal veículo do Andes-SN seria sua página eletrônica e os esforços técnicos e de infra-estrutura e pessoal deveriam ser dirigidos, num primeiro momento, para a mídia eletrônica.

Outra proposta bastante debatida pelo grupo é o estímulo às seções sindicais de manterem suas mídias próprias. O entendimento do grupo é que as mídias do Andes-SN e das seções sindicais devem atingir vários públicos ao mesmo tempo, ativistas, sindicalizados e não-sindicalizados, além de outros segmentos da comunidade universitária, o que, pelo relato dos representantes presentes, já vem sendo promovido nos veículos das seções sindicais das federais de Santa Maria, Rio Grande, Santa Catarina, Espírito Santo e também pelas mídias da Adufrj-SSind.

A idéia de que Comunicação é estratégica, portanto não é custo, mas investimento, foi também aprovada pelo grupo como um dos pontos a serem levados para a apreciação da diretoria nacional. O grupo ambém proporá ao Sindicato e às seções sindicais que promovam uma política de valorização do trabalho profissional nos seus setores de Comunicação.

Políticas públicas de Comunicação e Cultura

O GTCA nacional pretende nos próximos encontros estimular o debate sobre a ausência de políticas públicas de comunicação no Brasil, a democratização dos meios de informação e as políticas e legislação do setor de cultura.

Adufrj-SSind quer reativar grupo local

A Adufrj-SSind também estará reativando, em breve, o seu Grupo de Trabalho local de Comunicação e Arte. Os interessados nesse debate podem procurar o diretor da seção sindical, Ricardo Kubrusly, que coordenará o GT local.

A editora do Jornal da Adufrj Ana Manuella Soares participou da reunião do GT nacional, no dia 26 de agosto.

Movimento

Estudantes de Educação Física realizam Semana pela Regulamentação do Trabalho

Entre os dias 28 de agosto e 1º de setembro, estudantes e profissionais de Educação Física realizaram em todo o país discussões, debates e manifestações sobre Regulamentação Profissional. A Semana Nacional Pela Regulamentação do Trabalho foi coordenada pelo Movimento Estudantil de Educação Física e o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR). A decisão pela realização da Semana foi deliberada no último Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física, em julho último na Universidade Estadual de Goiás. A Semana é uma contraposição às comemorações dos 8 anos da regulamentação profissional de Educação Física. Os estudantes defendem através da Executiva Nacional a revogação da Lei 9696/98 e reivindicam a regulamentação do trabalho.

Divulgação

DEBATE REALIZADO EM SALA DA EEFD DA UFRJ

Atividades da Semana na UFRJ

O Centro Acadêmico de Educação Física e Dança (CAEFD) e o núcleo da cidade do Rio de Janeiro do MNCR programaram atividades na UFRJ. No dia 28, estudantes e professores de Educação Física participaram de debate no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE-RJ) e estabeleceram estratégias de resistência aos ataques que a categoria vem sofrendo através das propagandas, da influência nas diretrizes curriculares e da coerção aos trabalhadores promovidas pelo sistema CONFEF/CREFs (respectivamente, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Eduacação Física). No dia 29, foi realizada a palestra "As influências da regulamentação profissional nas áreas de atuação do professor de Educação Física - Ensino Superior, Magistério Regular e áreas não-formais", com estudantes da Uerj e professores da rede estadual de ensino.

Vinícius Costa Pereira, formado pela Universidade Federal de Juiz de Fora onde atualmente cursa especialização em Educação Física Escolar, denunciou as formas com que o Conselho tem feito ingerências arbitrárias nos concursos públicos para municípios e estados.

Academias precarizam trabalho

Bruno Rodolfo Martins, formado pela UFRJ, com experiência em academias, ressaltou que as relações trabalhistas no setor são bastante precarizadas. "Quase nunca são garantidos os direitos a férias, 13º salário e até mesmo carteira assinada nas academias". Bruno criticou enfaticamente o lema "Mexeu, não está doente, é com a gente" (profissional de Educação Física) e as abusivas tentativas do conselho profissional de reservar mercado, trazendo para seu nicho tradições culturais e milenares como a yoga, a dança, as artes marciais, a capoeira etc.

Após as explanações dos palestrantes, as discussões foram desenvolvidas na forma de grupo de estudo e os presentes discutiram a importância de os trabalhadores se organizarem para defender os direitos que estão sendo ameaçados.

CREF não comparece ao debate

A programação do dia 30 previa um debate com representantes do MNCR, do CAEFD e do sistema CONFEF/CREFs. Apesar de os diretores do CAEFD terem convidado pessoalmente o presidente do CONFEF, Jorge Steinhilber, em Congregação Solene da EEFD no dia 22 de agosto e ter enviado mensagem eletrônica confirmando o evento no dia 27 de agosto, a diretora executiva do CREF-1 Ana Cristina Melo cancelou o compromisso alegando problemas de agenda. O coordenador do CONFEF, Walfrido José Amaral, por sua vez, ressaltou que o debate sobre regulamentação se trata de "matéria vencida, esgotada, ampla e restritamente debatida e consolidada na forma da lei", acrescentando que "os estudantes de Educação Física de todo o Brasil estão esclarecidíssimos a respeito da importância da conquista da regulamentação."

Furdunço Pela Regulamentação do Trabalho

A tradicional festa de recepção de calouros da EEFD da UFRJ (Furdunço) teve sua 4ª edição. Dessa vez o evento foi temático. Estudantes da EEFD e de demais unidades da UFRJ expressaram a contrariedade ao sistema CONFEF/CREFs. "Como o Furdunço tem um caráter cultural, a idéia é que os estudantes tenham participação ativa: houve a presença das bandas Marola e Intra e dos monitores do Projeto COMUNI-DANÇA, desenvolvido por estudantes e apoiado pelo CAEFD, que ofereceu oficinas de dança durante a Semana das Calouradas.

Dia de Luto e Luta contra o sistema CONFEF/CREFs

No encerramento do evento, vários estudantes decidiram mostrar sua indignação comparecendo às aulas vestidos de preto, repudiando o dia do 'profissional' de Educação Física e reivindicando a condição de professores. "O nosso dia é 15 de outubro, pois somos professores ... e de Educação Física!"

Contra a perseguição a trabalhadores da Uerj

Em defesa dos direitos de expressão e de liberdade de organização, o Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais-RJ (Sintuperj) empreende uma longa luta contra a reitoria da Uerj. Desde a greve de 2005, a administração daquela universidade vem promovendo sindicâncias e até mesmo um inquérito administrativo contra participantes do movimento.

Segundo a diretora Perciliana Rodrigues, do Sintuperj, o que tem caracterizado esses processos é a dificuldade de o sindicato conseguir acesso aos documentos. Apenas no último dia 6 de setembro saiu o resultado do inquérito administrativo, movido contra oito servidores: sete foram absolvidos e um deles recebeu como pena uma repreensão em sua ficha funcional. Perciliana já avisou que o sindicato vai recorrer desta única penalização.

Para auxiliar a luta do Sintuperj, foi iniciada uma campanha com envio de notas ou moções contra as perseguições aos trabalhadores para a reitoria da Uerj (em formulário eletrônico disponível em http://www2.uerj.br/~reitoria/fale.htm), com cópia para o endereço do sindicato (sintuperj@sintuperj.org.br).

Anote

Sessão solene do Consuni

No dia 22 de setembro, haverá sessão solene do Conselho Universitário, rememorativa da invasão da Faculdade Nacional de Medicina em 1966. O episódio, que ficou conhecido como "Massacre da Praia Vermelha", marca um dos mais importantes momentos da permanente luta da universidade por sua autonomia. A solenidade será realizada a partir das 9h, no Auditório Prof. Rodolpho Paulo Rocco.

UFRJ

O Pagador de Promessas é sucesso de público

Bira Soares/FCC-UFRJ

FOI UM TOTAL SUCESSO A MINI-TEMPORADA DA ÓPERA "O PAGADOR DE PROMESSAS", UMA MONTAGEM INÉDITA DA OBRA DE DIAS GOMES, PROMOVIDA PELA UFRJ ATRAVÉS DO FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA. O COORDENADOR DO FÓRUM, PROFESSOR CARLOS TANNUS, COMENTOU QUE O IMPACTO POSITIVO DO ESPETÁCULO PÔDE SER MEDIDO A CADA NOITE, NO TEATRO JOÃO CAETANO: DE AUDIÊNCIAS CHEIAS NAS PRIMEIRAS APRESENTAÇÕES (DESDE O DIA 25/8) ATÉ A LOTAÇÃO COMPLETA, NA ÚLTIMA DATA, EM 29/8. "O DETALHE É QUE ESSA ÚLTIMA DATA FOI AQUELA TERÇA-FEIRA FRIA E CHUVOSA. E NÓS TIVEMOS QUE RETARDAR O INÍCIO DA ÓPERA POR CAUSA DA ENORME FILA. OU SEJA, FOI A PROPAGANDA FAVORÁVEL QUE LEVOU A ESSA SITUAÇÃO", COMENTOU. TANNUS INFORMOU QUE, A PEDIDOS, AINDA FORAM FEITAS MAIS DUAS APRESENTAÇÕES NÃO PREVISTAS INICIALMENTE, NOS DIAS 2 E 3 DE SETEMBRO. ORGULHOSO, ELE OBSERVA QUE A UFRJ JÁ RECEBEU CONVITES PARA EXIBIR A ÓPERA EM JUIZ DE FORA, MANAUS E EM SÃO PAULO: "CLARO QUE AGORA DEPENDE DOS INTERESSADOS PARA O PAGAMENTO DE TODAS AS DESPESAS", COMPLETOU O COORDENADOR DO FÓRUM.

Movimento

Super Simples ameaça direitos trabalhistas

O relatório que cria o novo sistema tributário conhecido como Super Simples foi aprovado no último dia 5 pela Câmara dos Deputados. O relatório de autoria do deputado Luiz Hauly do PSDB/PR unifica oito impostos em uma só cobrança, o que aparentemente simplificaria a vida dos trabalhadores contribuintes. No entanto,o relatório foi aprovado pelos congressistas sem que fossem feitas as mudanças solicitadas por entidades sindicais quanto aos direitos trabalhistas.

O relatório apresenta o conceito de "fiscalização orientadora" que desobriga micro e pequenas empresas de respeitarem os direitos trabalhistas de seus empregados. Nos casos em que forem constatadas irregularidades, a fiscalização só poderá lavrar infração em uma segunda visita (na primeira, com algumas exceções, só poderá ser feita a advertência). Somente em segunda visita seria possível lavrar a infração, depois de formalizado um termo de ajustamento de conduta e quando fosse registrada reincidência de falta em relação ao termo de conduta. Isto significa que apenas quando cometida a mesma falta, pela terceira vez, seria possível lavrar o ato de infração.

O substitutivo permite ainda que o empresário individual com receita bruta anual de até R$ 36 mil, das chamadas pré-empresas, negocie com o empregado a redução do depósito do FGTS, dos atuais 8% para 0,5%. A proposta cria duas categorias de trabalhadores e abre a porta para a redução, no futuro, do depósito do fundo de garantia nas grandes empresas.

Para as associações nacionais dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e dos Procuradores do Trabalho (ANPT), o acordo entre as partes será o fim de qualquer indenização ao trabalhador em caso de demissão imotivada, "uma vez que a multa de 40% sobre o depósito é o único mecanismo existente", diz nota conjunta assinada pelas duas entidades.

O movimento sindical classista reivindicou que o relatório retirasse os ataques às garantias trabalhistas. Segundo o coordenador nacional da Conlutas, José Maria Almeida, a assessoria de Luiz Hayly justificou não ter acatado as reivindicações pelo fato de os partidos encarregados dessas modificações, PDT e PCdoB, o terem orientado pela manutenção do texto. "Não é só nas questões relacionadas aos direitos trabalhistas que o projeto tem problemas. Apesar de termos melhorado bastante as questões relativas à ordem tributária e da previdência, ainda restaram problemas na área trabalhista", criticou José Maria.

Anote

Nesta sexta, 22, a UFRJ reviverá um dos marcos de sua resistência à ditadura militar e homenageará a permanente luta pela autonomia universitária com atividades no Fundão e na Praia Vermelha

Página 2

ESPECIAL

Arquivo da Creche Carochinha/USP

É irrisório o auxílio do governo destinado aos servidores federais para educação de seus filhos menores. Esse fator, aliado à crescente capacitação acadêmica das creches universitárias, contribui cada vez mais para a importância desses espaços.

Páginas 4, 5 e 6

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 511 19 de setembro de 2006

Jurídico orienta aposentados do CAp

A MP 295 que instituiu novas classes nas carreiras do ensino superior e dos ensinos fundamental e médio nas universidades já foi transformada na Lei 11.344, mas a sua implementação nas instituições, particularmente para os professores aposentados do Colégio de Aplicação na UFRJ, continua objeto de discussão, agora entre a categoria e a Pró-reitoria de Pessoal. No início de agosto, a PR-4 convocou os aposentados do CAp da classe E4 para assinarem a progressão para a nova Classe Especial. Para os aposentados do colégio nesta situação, a Lei que reajustou salários em 2006 significa, no entanto, uma renúncia à vantagem referente aos artigos 192, revogado em 1997, do Regime Jurídico Único e 184, da Lei 1.711/52. Para os professores que se aposentaram até aquele ano, a renúncia é efetiva e pode implicar em perda de remuneração. Para os que se aposentaram após a revogação dos artigos citados, a renúncia é apenas simbólica, pois estes não recebem a vantagem em seus contracheques.

É o caso do professor Domingos Carlos Ribeiro, aposentado do CAp desde 2003 que foi orientado pela advogada da seção sindical Sayonara Grillo a assinar a opção pela progressão já que, por não receber a referida vantagem, não teria nenhuma perda. Situação diferente é a da professora Maria Greice Santos Macedo. Aposentada em 1995, a professora recebe a vantagem do 192 e, pelos cálculos apresentados pela PR-4, poderia ter uma perda ao renunciar a vantagem para assinar a progressão para a Especial. Neste caso, o professor deve decidir se opta ou não pela nova Classe. A assessoria jurídica da Adufrj-SSind recebeu as planilhas de cálculo da progressão dos 28 docentes aposentados do Colégio de Aplicação que foram convocados pela PR-4 a assinar a progressão. Os primeiros cálculos foram feitos com base nos proventos de junho e, de acordo com a análise do jurídico da seção sindical, contêm imprecisões. O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, esteve com o pró-reitor Luiz Afonso e solicitou que a PR-4 reconvocasse os professores que tenham assinado a progressão mediante os cálculos errados para que possam refazer suas contas e analisar melhor sobre a perda da vantagem do 192.

Manuella Soares

APOSENTADOS RECEBEM ORIENTAÇÃO DA ADVOGADA SAYONARA GRILLO (AO CENTRO) SOBRE OPÇÃO PELA NOVA CLASSE ESPECIAL

Luiz Afonso concordou em apresentar os cálculos corrigidos para que os docentes possam refazer a opção pela progressão com base nas planilhas corretas.

Continua na página 2

Editorial

A universidade fragmentada?

A iniciativa da atual administração da UFRJ de apresentar um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) permite algumas observações interessantes. É quase geral entre os professores da UFRJ a queixa de que não temos tempo para nada, de que não sabemos e que não conseguimos planejar o que faremos na próxima semana, o que dirá no próximo ano. Neste quadro, a proposta de um plano de desenvolvimento para os próximos cinco anos à primeira vista parece um pouco deslocada. Porém, se refletirmos um pouco sobre o sentido de nosso trabalho, a conclusão é outra. Seja na formação de alunos, na escolha de nossos temas de pesquisa, na programação de convênios, nas preocupações com orçamentos, precisamos levar em conta uma escala de tempo de alguns anos. Portanto, a proposta da Reitoria deveria ser vista como o nosso cotidiano e não como uma exceção. Se não estamos fazendo esta programação, isto deve ser motivo de preocupação e reflexão.

Outra questão levantada no PDI é a da "fragmentação" atual de várias atividades da UFRJ e entre instâncias internas que não se comunicam e não operam em conjunto. Com efeito, existe pouca ou nenhuma interação entre Departamentos que ministram disciplinas para vários cursos, as atualizações curriculares são raras, os projetos de pesquisa são registrados automaticamente e nem nos próprios Institutos de origem são conhecidos por todos os professores, projetos paralelos são desenvolvidos em institutos próximos, os recursos obtidos junto as agências de fomento são gerenciados pelos próprios pesquisadores. Também é conhecido o esvaziamento dos colegiados, a falta de interesse, principalmente por parte dos professores, em participar das atividades institucionais. O PDI chama a atenção para vários aspectos desta questão, porém sem fazer uma avaliação de como a UFRJ chegou a este grau de "fragmentação".

Entendemos que é de fundamental importância para a Universidade aprofundarmos a análise do que está acontecendo hoje com as atividades acadêmicas. Em particular, enfatizamos que a separação entre atividades de ensino, pesquisa e extensão tem sido a mola mestra do processo de privatização que estamos vivendo nos últimos anos. Apesar dos esforços que resultaram no artigo 207 da Constituição brasileira, a implantação de uma efetiva integração institucional entre ensino, pesquisa e extensão nunca saiu do papel. Com as restrições orçamentárias crescentes, o ensino tem sido relegado a um segundo plano nas atividades da Universidade. A sustentação financeira tem vindo através de projetos, a complementação salarial através de bolsas, consultorias e convênios, todos de curta duração, e a extensão tem sido vista como uma forma de obter recursos e não como uma atividade própria da universidade. As agências de fomento, CNPq, Capes e FINEP passam a funcionar na base de editais, projetos locais e passageiros sem apresentar políticas claras de prioridades. Em suma, vivemos o dia-a dia, sem pensar mais longe. Neste quadro, não é de se estranhar o esvaziamento institucional. Nossos departamentos limitam-se ao tratamento das questões de ensino, a resolver as precariedades do quotidiano. A pesquisa corre em outras esferas, não institucionalizadas, e a extensão virou uma reserva de mercado.

Contrapomos a este processo de individualização, de privatização, o conceito de Universidade Pública. O conhecimento acumulado e possível de ser ainda acrescido não pode ser visto como uma propriedade particular, privilégio de uns poucos. Deve ser visto como um bem comum, ao qual todos têm direito, em todos os níveis. E cabe ao Estado sua gestão pública, financiando, promovendo, fiscalizando e promovendo sua expansão. Não estamos satisfeitos com a atual estrutura e funcionamento da universidade, mas não compartilhamos de sua privatização como opção. A construção de um projeto de sociedade onde o ensino em todos os níveis seja um bem público não é fácil. Mas a opção de uma sociedade, e de uma universidade, onde a competição é a mola mestra já deu os resultados que presenciamos no mundo todo e onde as dificuldades que enfrentamos em nossas atividades diárias são um reflexo.

Continuação da capa

Contestação à Lei

"Na verdade, não existe direito à progressão funcional no caso dos aposentados. O que existe é um tipo de enquadramento em função da lei que criou a nova classe e isso é que torna difícil uma ação coletiva em nome desses professores aposentados", explica Sayonara Grillo. A advogada alerta que a decisão dos aposentados E4 em passar para a Classe Especial é pessoal e individual e cabe ao docente optar pelo que achar mais conveniente. "O que estamos estudando, agora, é uma contestação à lei para garantir contra eventuais perdas para os professores que estão tendo que optar pela nova Classe mediante a renúncia de uma vantagem que recebiam até o momento".

No caso dos aposentados do CAp, a assessora considera que os que não recebem a vantagem do 192 do RJU nem as do artigo 184 da Lei 1711/52 podem assinar a progressão se assim o desejarem. Para os demais, a orientação da seção sindical é que não assinem sem antes conferir os cálculos apresentados pela reitoria com seus contracheques atuais e fazer isso, preferencialmente, junto dos advogados da Adufrj-SSind, durante o plantão jurídico oferecido pela entidade. "Ainda não há prazo fixado para a opção, que pode ser feita com calma, após uma boa reflexão", orienta Sayonara. "E se os docentes decidirem não assinar a opção, é possível ajuizar ação requerendo a reclassificação para a nova classe, para discutir judicialmente o direito. Mas esta é uma ação individual, que deve ser discutida diretamente com os advogados nos plantões jurídicos, pois há muita divergência sobre o tema e os interessados devem estar bem esclarecidos para tanto", complementa. O plantão jurídico acontece toda quarta-feira, das 13h às 17h com horário previamente marcado junto à secretaria da entidade, pelos telefones 2260-6368 ou 3884-0701.

Atraso na progressão dos ativos

No encontro com o pró-reitor Luiz Afonso, o presidente da Adufrj-SSind, José Simões, questionou a demora na definição dos critérios para a progressão dos aposentados ativos do Colégio de Aplicação. O pró-reitor disse que precisaria consultar a Comissão Permanente de Pessoal Docente antes de apresentar uma orientação à direção de procedimentos para a progressão para a nova classe nessa unidade.

Anote

UFRJ lembra Massacre da Praia Vermelha

Nesta sexta-feira, 22 de setembro, o Conselho Universitário relembrará a invasão da Faculdade Nacional de Medicina em 1966 e fará uma homenagem à resistência dos estudantes que viveram o episódio conhecido como "Massacre da Praia Vermelha. Um marco da permanente luta da universidade por sua autonomia. A solenidade será realizada a partir das 9h, no Auditório Rodolpho Paulo Rocco, no Centro de Ciências da Saúde, no *campus* Fundão. À noite, às 18h30, Elton Medeiros, Paulo César Botelho, Andréa Pinheiro e Grupo Receita de Choro encerram as atividades com show no Teatro de Arena da Praia Vermelha.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes (afastado) **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG aprova proposta de Licenciatura para ser levada ao MEC

Conselho de Graduação define ainda o calendário para atividades acadêmicas no ano de 2007

Na tentativa de fortalecer os programas de formação de professores já existentes e de dar continuidade às suas ações de melhoria da qualidade da graduação, o Ministério da Educação (MEC), através do seu edital número 011/2006, convocou as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a apresentarem projetos de melhoria do ensino nos curso de Licenciatura, no âmbito do Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência). Na UFRJ, o projeto foi elaborado pela Comissão Permanente de Licenciatura (CPL), presidida pela professora Márcia Serra Ferreira (uma das representantes do CFCH no CEG). Segundo ela, antes de mudar os cursos de Licenciatura, é necessário modificar o pensamento dos formadores: "Para romper com o modelo anterior, precisamos ter formadores com a cabeça diferente. Senão a gente muda no papel e na prática não muda nada. Não se muda currículo por decreto", explicou.

Resultado sai dia 29

Durante a sessão do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), realizada no último dia 13, Márcia Ferreira apresentou a proposta para os demais conselheiros e ela foi aprovada, por unanimidade, para ser levada ao MEC em nome de toda a UFRJ. A versão digital do projeto seria enviada para o endereço eletrônico do Ministério até o meio-dia da sexta-feira passada (15/9). A divulgação do resultado da análise das propostas, pelo MEC, será feita no próximo dia 29.

Aprovado calendário de 2007

O diretor da Divisão de Ensino (DEN) da Pró-reitoria de graduação, Armando Alves Borges Neto, apresentou ao CEG a proposta de calendário para as atividades acadêmicas no ano letivo de 2007. O primeiro semestre do ano que vem começaria dia 5 de março e terminaria no dia 5 de julho.

A exceção fica por conta da Faculdade de Medicina, que possui um calendário específico, pelo qual as aulas dos alunos veteranos se iniciarão dia 29 de janeiro. Já os calouros da unidade, em virtude do período de matrículas da UFRJ, começariam as aulas uma semana depois. No ano de 2007, as aulas deverão se encerrar no dia 15 de dezembro em todas as unidades. A confirmação do calendário depende de homologação do Consuni.

Feriados serão "enforcados"

Para evitar episódios desagradáveis, que ocorrem com freqüência na UFRJ, os conselheiros decidiram oficializar que haverá recessos escolares nas sextas e sábados, quando houver feriado na quinta-feira, e nas segundas, quando o feriado for na terça-feira. Desta forma, não haverá mais a possibilidade de alunos e professores enfrentarem longas horas de trajeto para chegarem na universidade e encontrarem as portas fechadas em dias que não abrem os locais para as refeições dentro dos *campi* e o transporte só funciona parcialmente, além da total falta de segurança.

No documento, também está prevista uma reposição para os quatro dias de aulas "enforcadas" pelo calendário já que a suspensão será apenas das aulas, sendo mantidas as atividades de pesquisa e extensão, entre outras. A proposta foi aprovada pela grande maioria dos conselheiros, com apenas uma abstenção e um voto contrário.

Prorrogados os mandatos do CT

O Conselho de Ensino de Graduação aprovou ainda a prorrogação dos mandatos dos representantes titulares do Centro de Tecnologia (CT), Valéria Castro de Almeida e Ericksson Rocha e Almendra até que o centro indique seus novos representantes para o colegiado.

Anote

Seminário do HU debate modelos de gestão

A direção do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho vai promover na próxima semana o "Seminário de Gestão Hospitalar – Em Busca de Novos Modelos". O evento acontece no dia 29, das 9h às 12h30, no Auditório Alice Rosa (CAE – 12º andar). Na pauta, a discussão de temas caros para o movimento docente que luta contra a privatização da universidade e, no caso dos hospitais de ensino, contra os leitos e atendimentos privados nestas unidades. A programação do seminário institucional prevê a presença de autoridades do Ministério da Saúde, do BNDES e da FioCruz. Uma das mesas discutirá a experiências das Organizações Sociais de Interesse Público (Oscips) como são conhecidas as organizações não governamentais que trabalham diretamente para os órgãos públicos.

Cinema no CCMN

Dentro do projeto "Cinema ao meio-dia", o Centro Cultural Professor Horácio Macedo apresenta, neste dia 19, o filme "Vinícius", de Miguel Faria Jr. Em 20 de setembro, será exibido "Casa de Areia" de Andrucha Waddington. No dia 26, é a vez de "Dois Perdidos numa Noite Suja", de José Joffly. Todas as projeções acontecem no auditório Roxinho.

O espaço e o desenvolvimento nacional

No dia 21, às 14h30, o CCMN recebe, em sua decania, um debate intitulado "O espaço e o desenvolvimento nacional". A apresentação ficará por conta do professor José Monserrat, editor do Jornal da Ciência, publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Resenha

Poucos brasileiros formados

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas 7,7% dos brasileiros com mais de 23 anos já haviam completado um curso universitário em 2004. De acordo com o resultado de uma pesquisa realizada pelo instituto Observatório Universitário, o país ainda apresenta uma proporção da população com nível superior em patamares muito baixos (Folha Dirigida, 18/9).

Mais universitários brasileiros no exterior

O número de universitários brasileiros que estudam no exterior passou de 11 mil para 20 mil, entre 2000 e 2004, informa o relatório *Education at a Glance 2006*, divulgado este mês pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A pesquisa mostra que a tendência de crescimento é registrada no mundo inteiro - atualmente, 2,7 milhões de estudantes estão matriculados em universidades fora de seu país de origem. Entre os brasileiros, as universidades americanas atraem mais de 35% dos universitários. Portugal fica em segundo lugar, com 11,4%, seguido pela França, com 8%, e Reino Unido, com 5% (O Globo Online, 18/9)

MST ocupa fazenda para denunciar corrupção

Cerca de 700 trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam, no dia 15/9, uma fazenda do deputado federal José Janene (PP-PR), em Guaravera, distrito de Londrina, região norte do Paraná. A ação pretende denunciar o desvio de dinheiro público para a compra de fazendas que deveriam ser destinadas à Reforma Agrária. Janene enfrenta a acusação de estar envolvido no "mensalão". Além disso, o deputado é réu em 13 ações civis públicas na Justiça paranaense (Informativo MST, 15/9).

Cresce o trabalho de crianças e adolescentes

Segundo o resultado da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), cresceu o universo de crianças e adolescentes trabalhando: já são cerca de 2,5 milhões. No período de 2004 a 2005, tornaram-se 10,3% mais numerosas. Na faixa até 17 anos, o aumento é bem menor, inferior a 1 ponto porcentual: subiu de 11,8% para 12,2%. Porém, interrompeu uma tendência de queda registrada no País desde 1992. A pesquisa mostra ainda que o Nordeste permanece a região mais crítica, já que tem 15,9% de suas crianças e adolescentes até os 17 anos trabalhando (O Estado de S. Paulo, 15/9).

Especial

Auxílio para servidores é irrisório

Kelvin Melo

E poucas universidades oferecem creches para professores e técnicos

Os servidores federais bem sabem as dificuldades financeiras de criar filhos pequenos. Com os salários defasados, recebem em seus contracheques um auxílio pré-escolar mensal irrisório, para dependentes de até seis anos de idade. Um dinheiro que, segundo o governo determinou pelo decreto nº 977, de 1993, deveria proporcionar aos filhos dos servidores Educação Infantil de zero a seis anos, com todas as condições para o crescimento saudável dessas crianças. O valor da assistência nos contracheques varia por estado: no caso do Rio de Janeiro, desde abril de 1995, os servidores federais recebem um auxílio de R$ 89. O maior valor é concedido aos lotados no Distrito Federal: R$ 95. Nos estados do Norte, o auxílio pré-escolar é de apenas R$ 66.

Algumas universidades e instituições federais possuem escolas infantis para filhos de servidores. É a chamada "assistência direta", quando o funcionário consegue uma vaga para seu filho na creche própria do órgão federal onde esteja lotado. Neste caso, o servidor deixa de receber no contracheque o chamado 'auxílio pré-escolar'. Uma excelente "troca", uma vez que creches privadas de período integral não são nada baratas. E nem sempre possuem a mesma qualidade das creches universitárias, sem mencionar a proximidade com o local de trabalho dos pais servidores. Que o diga o professor Luis Ghivelder, do Instituto de Física, pai de três crianças, todas matriculadas na creche da UFRJ "Pintando a Infância", que fica nas dependências do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira, no *campus* do Fundão. "O fato de ter conseguido essas vagas foi um auxílio indireto muito importante, pois não teria condições de bancar uma creche particular para as três crianças na Zona Sul, onde moro. Lá, o valor para cada criança gira em torno de R$ 800, podendo chegar a R$ 1 mil", comentou.

Presidente da Associação de Pais e Amigos da Creche (Apac), a técnica-administrativa Rojane Fiedler, do setor de extensão do Instituto de Química, tem um filho na "Pintando a Infância" e também está satisfeita: "Numa creche razoavelmente boa em Jacarepaguá, cheguei a pagar uma mensalidade de R$ 750. E lá não tinha o nível que a nossa escola tem aqui", afirmou.

TRIBUNA

Fotos: Kelvin Melo

Luis Ghivelder
Professor do Instituto de Física
"Tenho um filho (de 3 anos) e duas gêmeas (de 1 ano) na creche da UFRJ. O fato de ter conseguido essas vagas foi um auxílio indireto muito importante, pois não teria condições de bancar uma creche particular para as três crianças na Zona Sul, onde moro. Lá, o valor unitário gira em torno de R$ 800, podendo chegar a R$ 1 mil. Além do mais, a creche da UFRJ, apesar de alguns problemas, como a eventual falta de material didático e a elevada terceirização, é muito boa, principalmente pela boa vontade das educadoras."

Rojane Fiedler
Técnica-administrativa do Instituto de Química e presidente da Associação de Pais e Amigos da Creche (APAC)
"Tenho um filho (de 2 anos) que entrou na creche com 8 meses. Para minha família, essa vaga foi fundamental em todos os sentidos. Em Jacarepaguá, cheguei a pagar uma mensalidade de R$ 750. O auxílio que nós recebemos é uma esmola-creche. E lá não tinha o nível que a nossa escola tem aqui. Você sabe que a criança está sendo cuidada por profissionais especializados, bem diferente de deixar com uma babá qualquer. E ele está perto de mim."

Arquivo da Creche Central/USP

CRECHES DA USP ATENDEM 640 CRIANÇAS

Pequena capacidade de atendimento

Infelizmente, a assistência dita direta foi limitada pelo próprio decreto 977, de 1993. A "Pintando a Infância" da UFRJ, por exemplo, tem apenas 110 vagas. E, de acordo com informação conseguida pela Apac junto à Pró-reitoria de Pessoal, existem aproximadamente dois mil dependentes de servidores da UFRJ em condições de se candidatar a vagas na escola de educação infantil – denominação correta dada pela LDB de 1996. O decreto que determinou o pagamento do auxílio pré-escolar proibiu, ao mesmo tempo, a criação "de novas creches, maternais ou jardins de infância como unidades integrantes da estrutura organizacional do órgão ou entidade", permitindo apenas a manutenção das existentes.

Antes que o decreto "fechasse as portas" das universidades federais às creches, 24 unidades de educação infantil foram criadas em 19 delas, sendo a primeira a Creche Francesca Zácaro, de 1972, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A informação é da bastante nova Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (Anuufei), criada em 2002. Sua presidente, a professora Mônica Bezerra Picanço, confirma o alívio financeiro que as creches próprias das instituições causam ao bolso do servidor que consegue uma vaga: "Uma creche particular em horário integral custa uns R$ 500. As melhores, bem mais", comenta.

Sindicatos conseguem auxílio de R$ 350

A Universidade de São Paulo, que é estadual, possui cinco unidades de educação infantil e lá as entidades sindicais conseguiram nos últimos anos elevar o valor do auxílio-creche mensal para R$ 350. Ano passado, era de R$ 300 e, antes disso, não passava de R$ 150 por criança. "Ainda assim, sabemos que o valor atual não é suficiente para pagar uma boa creche", comenta a diretora da Divisão de Creches da universidade, Maria Clotilde. Mas a situação financeira dos trabalhadores no país está tão difícil que a diretora acrescenta que o auxílio de valor razoável acaba tendo um efeito perverso: em vez de deixar a criança num ambiente de educação infantil de qualidade, os servidores, principalmente os de baixa renda, preferem ficar com o dinheiro: "Não há necessidade de comprovar o uso da verba em uma creche particular", explica Clotilde.

Preocupação do Andes-SN

Integrante do grupo de trabalho de Política Educacional do Andes-SN, a professora Tânia Maria Batista de Lima destaca a insuficiência do auxílio pré-escolar, que não foi reajustado conforme a realidade econômica dos trabalhadores. "O Sindicato tem alertado para a defasagem salarial, que se reflete em todos os níveis, inclusive nos auxílios", disse. Daí a importância, segundo ela, de o Andes-SN lutar por salários dignos e também por escolas públicas de qualidade também para este nível de ensino, e para todos.

“Creche” da UFRJ planeja espaço e rubrica próprios

Edital de vagas deve ficar pronto em outubro

Há pouco tempo no cargo de diretora da escola de educação infantil “Pintando a Infância” da UFRJ, a professora Eliana Bhering iniciou um mapeamento dos gastos da unidade. Uma tarefa complexa, uma vez que a escola, vinculada à Pró-reitoria de Pessoal (PR-4), não tem rubrica própria no orçamento da universidade. E nem espaço próprio: “Nossas instalações ficam nas dependências do IPPMG e as despesas prediais correm por conta daquele instituto”. “Nós precisamos ter materiais de consumo em quantidade e em variedade. Por exemplo, em relação aos brinquedos, não podemos ter só uma determinada boneca ou um só carrinho em sala, mas estes e outros brinquedos em maior número, para que todas as crianças tenham acesso a eles, como variedade de pincéis, lápis de cera etc. Precisamos ainda de mamadeiras, carrinhos para bebês etc. Sem rubrica, fica mais difícil fazer um planejamento”.

O mapeamento faz parte de uma tentativa de influenciar o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFRJ e transformar a escola em uma unidade acadêmica efetiva, com rubrica e local próprios. Pró-reitoria e diretoria da unidade realizam reuniões quinzenais para discutir o PDI, entre outros assuntos. “Eu penso que uma unidade de educação infantil, num ambiente universitário, só se justifica se for um espaço de ensino, pesquisa e extensão”, afirma Eliana, que espera consolidar essa meta quando a escola se configurar formalmente como unidade com possibilidade de acolher este “tripé” da universidade. Hoje, a unidade oferece campo de estágio para estudantes da Faculdade de Educação, do Instituto de Psicologia, do Instituto de Nutrição, entre outros: “Nós gostaríamos que mais pesquisas fossem desenvolvidas na unidade, mas tendo o cuidado devido e respeito com a imagem das crianças. Existe uma determinação do Ministério da Saúde para que os estudos envolvendo seres humanos passem por um conselho de ética da universidade. Os projetos também devem ser submetidos a uma equipe técnica da escola e ter a autorização dos pais”, completa Eliana.

Existe também a proposta, que já vem de direções anteriores da unidade, de transferir a escola para um outro espaço do *campus* do Fundão. Trata-se da necessidade de sair das instalações do IPPMG que não são adequadas para as crianças. E nem para os adultos que lá trabalham. “Para se ter uma idéia, temos apenas dois vasos e uma pequena pia no banheiro feminino. E são mais de 50 mulheres trabalhando na escola. Os vasos e os chuveiros das crianças, por exemplo, são abertos e ficam dentro das salas, sem nenhuma privacidade. O espaço do parquinho é ótimo, mas permanecermos próximos ao IPPMG e ao HU não é exatamente o que podemos chamar de ambiente salubre para crianças. Também não há espaço para uma sala de professores”, contou Eliana.

Fotos: Kelvin Melo

A DIRETORA ELIANA BHERING INICIOU UM MAPEAMENTO DE GASTOS DA “PINTANDO A INFÂNCIA” PARA TENTAR INFLUENCIAR O PDI DA UFRJ

Características da creche

A “Pintando a Infância” tem 110 vagas para crianças de até 6 anos de idade, dependentes dos servidores da universidade. A unidade, que completou 25 anos recentemente, conta com cerca de 65 funcionários, sendo 20 professores – há, ainda, 4 psicólogos, 1 assistente social, 1 fonoaudióloga, 1 nutricionista, 1 pediatra, 3 pedagogos, 2 técnicos de Enfermagem e 2 técnicos em Nutrição, além de seguranças, cozinheiros, recepcionistas e equipe da administração e serviços gerais.

Hoje, segundo a diretora Eliana, que é professora da Faculdade de Educação da própria UFRJ, esse pequeno número de docentes é um dos grandes problemas da unidade: “O ideal seria termos 30 professores com habilitação em educação infantil. E isso para atendermos adequadamente à capacidade atual, de 110 crianças”. Para quem estranhar a pequena relação docente/alunos, inferior a 1 para 4, com o quadro considerado ideal, a diretora tem a resposta: “Nós precisamos ter professores em sala com as crianças menores. Além disso, esse índice leva em conta a possibilidade de o professor ter uma jornada de trabalho de seis horas e garantir duas horas semanais para planejamento de atividades, em lugar das atuais oito horas diretas em sala, o que pode ocasionar exaustão e adoecimentos, lembrando que a escola funciona de 7h30 até 17h30”. Para 2007, a diretora continua na luta para conseguir mais dez professores substitutos junto à Faculdade de Educação para solucionar esse problema. “A Pró-reitoria tem nos ajudado bastante, mas tem também dificuldades de atender a todos os nossos pedidos”, afirma Eliana.

Apoio da Apac

Quem também tem ajudado bastante a escola é a Associação de Pais e Amigos da Creche (Apac). “Como os pais são de diversas unidades da UFRJ, eles buscam o apoio nestes lugares, como a Gráfica da universidade, o NCE e o próprio IPPMG para as nossas necessidades”, conta Eliana. A Apac também tem representantes nas reuniões quinzenais com a PR-4 para auxiliar na conquista do espaço e rubrica próprios e principalmente para agilizar a contratação efetiva de professores para a escola.

Edital em outubro

Junto do espaço próprio e se houver possibilidades de uma ampliação do quadro funcional, a idéia também é aumentar consideravelmente o número de vagas. “Tenho uma lista de espera (de agosto), com 45 crianças inscritas. Mas muita gente liga para cá e, ao saber que não há vagas, nem inscreve a criança. Sem falar que a escola não é bem conhecida por todos os funcionários”, explica Eliana.

Para ter uma idéia da real demanda da escola, está sendo preparado um edital de vagas que sairá em outubro. “Vamos ver com os pais quem tem interesse em permanecer com as crianças na escola para 2007 e vamos oferecer as vagas restantes”, disse. Em sua opinião pessoal, dada a atual demanda, ainda não seria possível abrir vagas para filhos de alunos. E, enquanto a “Pintando a Infância” não alcançar o status de unidade acadêmica, com quadro de pessoal efetivo, rubrica e espaço próprios, com direito à ampliação de vagas, ela prefere nem responder sobre aceitação de crianças “externas” à UFRJ. “Esta não chega a ser uma discussão ainda, pois a possibilidade não existe, no momento”, ressalta.

Especial

Educação infantil ganha espaço nas universidades

Antigas creches universitárias aos poucos se tornam espaços acadêmicos

Os avanços na área de educação infantil vêm ajudando a provocar uma revisão na função das chamadas "creches universitárias". Coordenadora Geral da creche da UFF e presidente da Associação Nacional das Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (Anuufei), a professora Mônica Bezerra Picanço esclarece que, atualmente, há uma maior aproximação dessas "creches" com as unidades de ensino. Por conseqüência, vêm servindo também de campo de estágio e de espaço para realização de pesquisas e atividades de extensão.

Mônica informa que o próximo Encontro anual da associação, marcado para a Universidade Federal de Viçosa, em novembro, terá como um dos seus temas centrais o mapeamento dessa movimentação academicista entre suas filiadas. "A criação da Anuufei (em 2002) e os Encontros anuais que têm ocorrido desde então fortalecem nossa busca de garantir o princípio acadêmico do nosso estatuto, pelo qual as unidades devem se caracterizar não apenas como campo para a educação das crianças, mas como espaço de formação profissional que produz e socializa conhecimentos", ressalta Mônica.

Ela reconhece, no entanto, que ainda há um longo caminho a percorrer. Ainda é preciso consolidar uma "cultura científica" nestas unidades, bem como recompor e ampliar os quadros de docentes e técnico-administrativos, além de se garantir uma dotação específica no orçamento das universidades.

A luta na própria UFF

A própria creche da UFF, que atende a 65 crianças, ainda não tem um caráter formalmente acadêmico, apesar de desenvolver projetos junto a diversas áreas de conhecimento, como Educação, Psicologia, Serviço Social e Nutrição. Além disso, realizam atividades de extensão com professores da rede municipal de São Gonçalo e Niterói.

Mônica explica que a universidade abriu, há poucos meses, um Colégio Universitário – o equivalente ao CAp-UFRJ - em um ex-Ciep cedido próximo ao *campus* do Gragoatá. A solução para a creche se tornar um espaço efetivamente acadêmico tramita em um projeto do Conselho Universitário da universidade e passa pela sua transformação em um Departamento de Educação Infantil do colégio.

Núcleo modelo na UFSC

"Se não forem pelo caminho acadêmico, as creches universitárias não têm mais razão de existir. A universidade não possui obrigação de nos sustentar. Têm que ser campo de estágio. Têm que produzir conhecimento". As fortes declarações são da diretora Regiani Farisi Freitas, do Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Considerado um modelo para as demais creches universitárias que se pretendem unidades acadêmicas, o NDI é vinculado ao Centro de Ciências da Educação daquela universidade. "Ele já foi criado, em 1986, com o propósito de servir como campo de estágio para Pedagogia", informa Regiani.

O núcleo ensina 278 crianças, sendo 30% filhos de professores, 40% de técnico-administrativos e 30 % de filhos de alunos. A seleção para as vagas é feita por sorteio público. "Temos uma lista de espera significativa", comenta Regiani. São 24 docentes efetivos, do quadro próprio, atuando junto às crianças.

USP tem cinco creches

A USP possui cinco creches, ao todo – duas em seu *campus* da Cidade Universitária, uma no *campus* da Faculdade de Saúde Pública, outra em Ribeirão Preto e a última, em São Carlos. Têm capacidade para 640 crianças, sendo que a maior delas (a chamada Creche Central) possui 240 vagas. No total, são 105 professores e a grande maioria tem formação superior. Em cada creche, há pelo menos, mais um nutricionista, um pedagogo e um psicólogo, além dos demais integrantes do quadro funcional. Nos *campi* da capital, as vagas são distribuídas segundo a seguinte proporcionalidade: 80% para filhos de técnico-administrativos, 15% para filhos de professores e 5% de alunos. Anualmente, calcula-se que as famílias de cerca de 150 crianças deixam de ser atendidas.

Tal como acontece na maioria das unidades federais, as creches da universidade estadual paulista não estão ligadas a uma unidade acadêmica. No caso, a Divisão de Creches está vinculada à Coordenadoria de Assistência Social da administração da USP. "Somos mais uma prestadora de serviços do que creche de aplicação", comenta a diretora da Divisão, Maria Clotilde Barros Magaldi.

Ela explica que, apesar da intensa interlocução com algumas áreas de conhecimento da universidade, como a Odontologia, Fonoaudiologia, Educação, Psicologia e outras, a opção de não se configurar como unidade acadêmica tem justificativa na agilidade administrativa: "Não queríamos ficar mergulhados na política acadêmica", afirma. Por outro lado, Maria Clotilde admite que o corpo docente local sofre na hora de fazer suas próprias pesquisas: "Não somos professores universitários. Não conseguimos verbas das agências financiadoras", completa.

Divulgação: NDI/UFSC

"CRECHE" DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA É CONSIDERADA MODELO A SER SEGUIDO

Opinião

A para-legalidade e a crise

Hilton P. Silva*

Você já reparou quantas vezes por dia cometemos atos para-legais? Para-legalidade é tudo aquilo que sabemos ser moralmente ou legalmente errado, no entanto, fazemos e toleramos com naturalidade. Alguns exemplos mais comuns são: colar na escola, chegar atrasado ao trabalho rotineiramente sem nenhuma desculpa e o chefe-amigo não dizer nada, sair antes do fim do horário, falar longamente de assuntos pessoais ao telefone durante o expediente, trocar e-mails particulares no trabalho, ler o jornal, vender e comprar produtos na repartição, ver pessoas fumando no shopping, no aeroporto, no ônibus, em prédios públicos e não se manifestar, ou ainda, informar a alguma autoridade e ele(a) dizer que nada pode fazer a respeito, ultrapassar pelo acostamento, parar na faixa de pedestres, comprar e vender produtos piratas, fato comum nas ruas do centro, na presença dos guardas municipais, das polícias civil, militar, federal, e de juízes e magistrados que por ali passam sem nada fazer, pagar "uns trocados" para "apressar" um serviço público, furar uma fila, fumar um baseadinho no final de semana etc, etc. Pare e pense se você não cometeu ou presenciou pelo menos uma ou, provavelmente, várias dessas infrações apenas hoje, ou na última semana. Fazemos isso com a mesma naturalidade que escovamos os dentes ou dormimos.

Infelizmente, intimamente junto com o mundialmente famoso "jeitinho brasileiro" para resolver os problemas estão estas práticas, que são profundamente arraigadas em nossa cultura, como já demonstrava Gilberto Freire, observador arguto dos costumes sociais brasileiros, que em seus escritos explorou de diversas formas o cinismo do caráter nacional. Apesar de todas as para-legalidades que cometemos existirem também em outros lugares do mundo, o que chama a atenção no Brasil é a freqüência com que ocorrem, a naturalidade com a qual as encaramos, e a total falta de remorso ou vergonha com que admitimos fazê-las. Isto fala muito sobre o caráter de nossa sociedade, e talvez esteja na raiz de mais essa crise política pela qual estamos passando, com os mensalões, os valeriodutos, os sanguessugas, as "beiradas" das emendas das ambulâncias, etc, etc.

Antes de voltarmos nossa ira apenas para o momento atual, é preciso lembrar da enorme tolerância histórica pelo político que "rouba mas faz", pelo fato de que quase todos os negócios têm algum tipo de "caixa dois", que muitos cidadãos "esquecem" de declarar seus dividendos anuais ao IR, ou mantêm conta bancária em paraísos fiscais, e que isso é encarado com a maior naturalidade, como se não causasse nenhum prejuízo a nação, como se fosse "parte da vida" e "natural". Ora, se não nos rebelamos contra as pequenas coisas que TODOS sabemos serem erradas, se cruzamos os braços porque aqueles atos para-legais não nos afetam diretamente, estamos dando um incentivo para que eles continuem a ocorrer, e se perpetuem. Quando re-elegemos o candidato que "rouba mas faz" estamos dizendo a todos, inclusive à nossa juventude, que roubar é *okay*. Então por que nos espantamos quando a imprensa noticia o caixa dois do PT? as falcatruas do Marcos Valério? o mensalão do Dirceu? As contas no exterior do Maluf ou do Duda Mendonça? O escândalo dos sanguessugas? Dado o nosso histórico, estas são construções sociais perfeitamente aceitas e, infelizmente, até esperadas em nosso país.

Quantas vezes já ouvimos de alguém que quem é "certinho" é otário? Que se fosse político eleito ia "se dar bem"? Que se tivesse oportunidade "roubava mesmo, porque todo mundo faz," e como respondemos a isso? Na maioria das vezes com o mesmo cinismo e tácito acordo com que o nosso interlocutor se vangloria de sua esperteza. Como podemos cobrar de outrem aquilo que não praticamos?

O Congresso Nacional é, de fato, a expressão máxima da sociedade Brasileira. Ali está o deputado re-eleito diversas vezes cujos eleitores sequer lembram o nome, o senador que "consegue" cestas básicas e serviços médicos para seus eleitores nas vésperas da eleição, o deputado semi-analfabeto, como a maioria da população que o elegeu, o senador que espanca a esposa e dá "carteirada" na polícia, como muitos de seus eleitores gostariam de poder fazer, a deputada "esperta" que de secretária do partido passou a parlamentar, o senador que emprega a família toda "mas faz", e todos os outros que têm freqüentado as páginas dos jornais recentemente. Estes "representantes" da sociedade agem no Congresso exatamente como agimos no nosso dia-a-dia, com a certeza de que nossos pequenos (um conceito relativo, obviamente) atos ilícitos não serão reconhecidos, e se forem, teremos excelentes desculpas para eles, e se estas não forem aceitas tentaremos "dar um jeitinho", e se isso não der certo a "coisa" poderá ser "abafada", e se não for, a pena será leve, e poderá ser cumprida pagando-se algumas cestas-básicas a uma instituição qualquer, ou, na pior das hipóteses, poderá ser cumprida em regime semi-aberto, com direito a redução por "bom comportamento." Em suma, a certeza da impunidade. Naturalmente que há no Brasil pessoas sérias, honestas e incorruptíveis, como o Lineu do seriado A Grande Família. Infelizmente, estas estão sempre envergonhadas e com a impressão de serem minoria - ou apenas fictícias - como o Lineu.

Ao aceitarmos sem questionar a para-legalidade de nossos atos mundanos, ao deixarmos nosso filho fazer xixi na árvore do parque, nosso cachorro defecar na calçada, nossos escolares nos verem passando com o sinal fechado, dirigindo sem o cinto-de-segurança e falando ao celular, estamos construindo uma nação de princípios éticos dúbios, de aplicação tendenciosa e de resultados incertos. Desde nossas origens coloniais de degredados, até o fim da ditadura militar e a recente eleição de Lula, passando pela independência e a proclamação da república, nossa história é permeada de "acordos", "acordinhos" e "acordões", de "jeitinhos", de "politicagem" e de "pactos sociais". Infelizmente, essa história permeia o nosso caráter nacional, nossa ética social e nossa própria auto-imagem enquanto povo. Apenas quando tivermos a coragem de encarar quem realmente somos poderemos tentar mudar nosso futuro.

"Um corrupto é o resultado de pequenas infidelidades. Ele não se faz senão através de detalhes que se lhe acumulam na alma. Não é o dinheiro que destrói a sua moral. É a ganância, a arrogância, a convicção de que é mais esperto que os demais. Não há ética sem humildade …" (Frei Beto, 2005, teólogo da libertação)

* Professor de Antropologia Biológica do Museu Nacional/UFRJ

UFRJ

Obras de bandejão podem terminar no final de 2007

Estudantes protestam no Consuni e são informados de novo prazo para funcionamento do restaurante universitário

O Conselho Universitário, em 14/9, foi mais uma vez o centro das manifestações dos estudantes pela abertura do restaurante universitário. Uma vez que a reitoria havia se comprometido com o funcionamento do restaurante universitário para janeiro de 2007 e não há nenhum sinal de obra no local planejado (próximo ao CCS), dezenas de alunos foram ao colegiado reivindicar pressa na construção. Foram informados, no entanto, que as obras do restaurante terão início apenas em dezembro desse ano e devem ficar prontas num prazo de seis a doze meses.

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, explicou que houve uma precipitação no anúncio, feito em maio, de início das atividades do bandejão para janeiro próximo. Segundo ele, os motivos foram a necessidade de maior detalhamento das etapas da obra e as exigências da Lei de Licitações. "Defrontados com questões técnicas, tivemos de rever nossa previsão anterior", comentou.

Carlos Levi também respondeu a uma carta lida e distribuída no colegiado por uma intitulada "comissão dos estudantes do Centro pelo bandejão". Neste documento, os alunos, além do início imediato das obras, cobravam a construção de outro bandejão no centro da cidade para atender unidades como o IFCS, Faculdade Nacional de Direito, Escola de Música e o Observatório do Valongo. Os estudantes sugeriam, ainda, dois espaços de propriedade da universidade como possível endereço do bandejão naquela área: um terreno na avenida Mem de Sá e um prédio, na Praça da República.

O pró-reitor disse que o restaurante universitário a ser construído no Fundão terá uma cozinha industrial e também funcionará como uma unidade central de produção de "quentinhas". No projeto original, estariam previstos dois pontos de redistribuição das "quentinhas": um no próprio *campus* da Cidade Universitária, provavelmente no prédio da reitoria; outro, no *campus* da Praia Vermelha. Levi acredita que ainda poderia haver um terceiro ponto de redistribuição no Centro da cidade para atender todas as demandas. Ele também descartou a utilização dos endereços sugeridos na carta para a construção de um segundo restaurante. Isso porque o edifício da Praça da República é tombado e está bastante deteriorado, o que ocasionaria custos elevados para sua recuperação. Já o terreno da Mem de Sá teria sido doado para a UFRJ com propósito específico de se tornar um centro cultural da Escola de Belas Artes.

Fotos: Kelvin Melo

O PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, CARLOS LEVI, CONVERSA COM ESTUDANTES (ACIMA) APÓS MAIS UM PROTESTO PELO BANDEJÃO NO CONSUNI (ABAIXO)

Enquanto a sessão do Consuni se desenrolava, o pró-reitor Levi e os estudantes realizaram uma breve reunião no saguão ao lado. De acordo com Flávia Calé e Miriam Starosky, duas representantes do DCE no Consuni, o professor Carlos Levi comprometeu-se a conceder uma nova audiência com os alunos na segunda-feira, 18, para garantir o acompanhamento do movimento estudantil do planejamento do restaurante universitário e o estudo da possível redistribuição das "quentinhas" para as unidades do Centro. Elas informam que o DCE vai aproveitar a nova reunião para solicitar a diminuição do preço previsto da refeição para os estudantes (de R$ 2 para R$ 1). "Ou mesmo a gratuidade", afirmou Miriam.

Emerência para técnico-administrativos

Na sessão do Consuni, foi aprovada uma proposta de resolução que disciplina a concessão de título honorífico aos técnicos-administrativos aposentados que tenham prestado relevantes serviços para a UFRJ. O pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso, destacou a iniciativa que premia o único segmento da universidade que não tinha este tipo de tratamento – docentes podem se tornar eméritos e os melhores estudantes também ganham prêmios em reconhecimento por seu desempenho acadêmico.

Propagandas no Fundão incomodam conselheiro

O professor Carlos Vainer (representante dos Titulares do CCJE no Consuni) afirmou se sentir incomodado pelos enormes painéis de publicidade de empresas nos fundos do Centro de Tecnologia. Para ele, a imagem da universidade deveria ser preservada, independentemente do recebimento de recursos pelas entidades privadas ou não. Ele entende que esse pode ser o início de uma discussão mais ampla sobre o uso da imagem da UFRJ nos mais diversos espaços.

Reforma na Escola de Música

O colegiado também aprovou um projeto de reforma do prédio e construção de anexo da Escola de Música.

Representação vaga da APG

Recém-doutorado pela UFRJ, Manoel Gustavo despediu-se dos conselheiros e deixou vaga a representação dos pós-graduandos no Consuni. Ele informou que a Associação de Pós-Graduandos deverá realizar assembléias brevemente para escolher seus novos representantes no colegiado.

Concessão de títulos

Os conselheiros concederam o título de Professor Emérito a Nicim Zagury (Instituto de Física) e a Jorge Xavier da Silva (Instituto de Geociências). Também concederam o título de Doutor *Honoris Causa* ao docente Chiaki Azuma (do Instituto de Macromoléculas)

Sessão Especial aprova dois novos núcleos e transformação do NESC

Em sessão especial do Consuni foram oficializados o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, como órgão suplementar do CFCH, e o Núcleo de Estudos Internacionais (NEI), como órgão suplementar do CCJE.

O primeiro núcleo ainda está sem sigla devido a uma disputa com a Faculdade Nacional de Direito, que pleiteia a criação de um Centro Internacional de Estudos em Direitos Humanos. A diretora da FND, Juliana Magalhães, comentou que "direitos humanos" formam, naturalmente, campo de conhecimento da área jurídica, mas sua unidade não participa da atual iniciativa. Assim, o regimento do núcleo, bem como a sigla apresentada inicialmente (Nudir), não poderiam enfatizar a disciplina jurídica como havia sido previsto. O decano do CFCH, Marcelo Macedo Corrêa e Castro, comprometeu-se a fazer as devidas modificações no regimento e apresentar uma nova sigla para aprovação posterior.

Foi efetivada, ainda, a transformação do Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva (NESC) (Órgão Suplementar do CCS) em Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC), já como unidade universitária.

OPINIÃO

"Como um peixe em um aquário que pensa ser o paralelepípedo em que vive o cosmos que nos circunda, ando pelo país sem esperança..."
Por Ricardo Kubrusly
Página 2

FGTS

Caixa Econômica protela pagamento de ação

Dois mil e setecentos professores aguardam o procedimento dos cálculos para a execução da ação ganha em definitivo pela Adufrj-SSind , em julho de 2006
Página 3

Vida no *Campus*

Divisão de Segurança da universidade relata acidentes durante festividades promovidas no *campus* do Fundão
Páginas 6 e 7

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN | www.adufrj.org.br | Ano IX nº 512 | 26 de setembro de 2006

Reprodução Série Memorabilia - Invasão da FNM - 40 anos

Reitoria lembra invasão policial na Praia Vermelha

Ana Manuella Soares e Wagner Maiolino

Há 40 anos, a polícia da ditadura invadia o prédio da antiga Faculdade Nacional de Medicina, na Praia Vermelha. O ato marcou o fim das liberdades democráticas no país

No último dia 22, o Conselho Universitário realizou uma sessão solene com o objetivo de homenagear os estudantes que resistiram à invasão da polícia ao prédio da antiga Faculdade Nacional de Medicina, na madrugada de 23 de setembro de 1966, no *campus* da Praia Vermelha, em Botafogo. Em meados dos anos 1960, a Cidade Universitária ainda era um enorme canteiro de obras na Ilha do Fundão.

Na solenidade, o reitor Aloisio Teixeira fez questão de lembrar que o 'massacre da Praia Vermelha' não foi o primeiro momento da ditadura militar em que os estudantes foram violentamente reprimidos. Dois anos antes, em visita ao *campus* do Fundão, a comitiva do presidente Castelo Branco recebeu uma enorme vaia estudantil durante todo o percurso feito na Cidade Universitária, o que custou bordoadas da polícia e algumas prisões ao movimento.

Os estudantes daquele período lutavam contra a ditadura e pelas chamadas reformas de base (agrária, urbana, sanitária etc) que até hoje não foram realizadas plenamente, em especial, a reforma no campo. No âmbito da universidade, as bandeiras principais eram contra a Lei Suplicy apresentada por Carlos Lacerda ao ministro Flávio Suplicy (Lei 4.464) que extinguiu as uniões nacional dos estudantes (UNE), brasileira de estudantes secundaristas (UBES), metropolitana de estudantes (UME) e estaduais de estudantes (UEEs); e contra o acordo internacional MEC-USAID para a privatização do ensino público e a cobrança de mensalidades e a adoção do modelo americano de ensino superior.

Vários dos atuais dirigentes da UFRJ, em especial os do Centro de Ciências da Saúde, como a professora e vice-reitora Sylvia Vargas e a coordenadora de Extensão da decania, Diana Maul, eram estudantes da Faculdade de Medicina e contaram um pouco do que viram naqueles dias de resistência. "Instada por meus colegas, pude sair do prédio antes que as tropas da polícia o invadisse, espancasse barbaramente os que ousaram resistir a elas no seu interior e depredasse suas instalações como pude constatar no dia seguinte", conta a vice-reitora. "Mais do que a brutalidade dos policiais, calou fundo o atentado à autonomia da Universidade, marcado pela invasão do prédio da Medicina na Praia Vermelha", relata a professora Diana Maul, para quem a reflexão sobre o presente com a visita a esse passado é fundamental para o reforço da luta pela autonomia universitária.

Leia mais nas páginas 4 e 5

Opinião

Eleição

Ricardo Kubrusly

Como um peixe em um aquário que pensa ser o paralelepípedo em que vive o cosmos que nos circunda, ando pelo país sem esperança, procurando nas frestas das vitrines das cidades um sinal de estrela mas só me encontro a mim, no vidro inerte que me reflete indiferente.

Ouço no rádio que, entre os cães, os que mais se adaptam ao regime de trabalho ininterrupto e de obediência cega para tornarem-se, eles mesmos, guias de cegos, são os das raças Labrador e Pastor Alemão, por terem bom caráter, o que facilita o adestramento necessário à competência e, diria eu, à excelência em seguir os cegos e a enxergarem por eles. Lembro-me imediatamente da piada dos tempos da ditadura militar, onde se dizia, da relação entre os generais Golbery e Geisel, que no Planalto, tinha um cego guiando um pastor alemão. Penso na UFRJ, onde cegos guiam cegos e nada se vê, para além dos infindáveis relatórios que em círculos nos redirecionam sempre para o mesmo lugar.

Mudo de estação, procuro um debate político, onde programas de governo sejam apresentados e discutidos. Não encontro. O que escuto são os mesmos ruídos de sempre, que devemos votar, que devemos votar certo, votar cego, nos mesmo e nos mesmo com seus nomes diferentes.

Desligo o rádio, salto do carro e caminho pela cidade. Desta vez temos uma eleição mais limpa. Poucos cartazes e nenhuma discussão. Enquanto a imprensa em uníssono tenta, mais uma vez, criar os acontecimentos, o povo caminha, comigo, pelas ruas em silêncio. Ainda pergunto ao acaso: o que acham? O que querem? O que propomos? Nada, o acaso ou é surdo ou não me dá bola.

Pego o 485, nada. Estudantes e alguns professores se escondem do mundo. O destino talvez viaje de ônibus, mas não se dá por isso. Não há discussões nos prédios, nos centros, nos estacionamentos. Nos restaurantes, ouve-se o mastigar das verduras, mas não se distingue palavra. "Onde estão as ideologias, os programas de governo, as paixões, as disputas?", pergunto. E o silêncio das verduras mastigadas me responde: procure teu cego e tenha um caráter de cão.

Caminho pela universidade. Os cães passeiam livremente pelos corredores, não guiam, não têm, por certo, um bom caráter. Não obedecem aos professores e destinam seus próprios caminhos com as estratégias que eles mesmos deliberam em suas discussões infindáveis. As pessoas se calam e os cães vivem as nossas vidas.

Não há discussões nos corredores. Os alunos atentos às provas e aos finais de semana, onde se dopam, com seus pais, em quartos separados por paredes de alvenaria e unidos pela desilusão, se adestram nas salas de aula em silêncio, pois sabem dos seus destinos de cão; que os seus caracteres estão vinculados à capacidade de obediência cega, aos cegos que guiam e ao governo que os ilude.

Não há discussões nos corredores. Funcionários em silêncio cumprem tarefas sem destino. Professores, mudos, balbuciam teorias distantes e pensam nos preenchimentos perfeitos de seus relatórios. Já sabem em quem vão votar, é verdade, já decoraram os números. Vão cumprir seus papéis, votar certo, votar cego, sem discussões, na esperança de que ainda possam usar suas milhas para um final de semana em Buenos Aires, onde não há pretos, como me relata um amigo recém-chegado, nem eleições no Domingo.

Agenda Sindical

28 e 29/09 - Seminário Crise e Democracia no Brasil
Niterói (RJ) - Auditório Florestan Fernandes, na Faculdade de Educação da UFF (FEUFF), bloco D, *Campus* do Gragoatá – com organização da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (Aduff) e da Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN.

5 e 6/10 - Reunião do Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical (GTPFS)
Brasília (DF)

6 e 7/10 – 1º Encontro do Coletivo Jurídico do Andes-SN
Brasília (DF)

6 e 7/10 – Seminário sobre Carreira Docente
Petrolina (PE)

6 a 8/10 – Seminário sobre Educação a Distância (EaD)
Brasília (DF) – com o tema "Educação e Tecnologia: (des)caminhos da Educação Superior a Distância"

7/10 – Reunião do Setor das IFES
Brasília (DF)

8/10 – Plenária Nacional dos servidores públicos federais
Brasília (DF)

14/10 – Reunião do GT Carreira do Andes-SN
Brasília (DF)

15/10 – Reunião do GT Carreira conjunto Andes-SN/Sinasefe
Brasília (DF)

19/10 – Seminário Ciência e Tecnologia: Política e Produção do Conhecimento
João Pessoa (PB)

23 a 25/10 – Seminário "Organizar a Luta contra as Reformas Neoliberais"
São Paulo (SP) **– organizado pela Conlutas**

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes (afastado) **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Caixa Econômica protela depósito de diferenças do FGTS a sindicalizados

2.700 professores aguardam o procedimento dos cálculos para a execução da ação ganha pela Adufrj-SSind este ano

Em julho deste ano, a Justiça determinou que a Caixa Econômica Federal pagasse o devido a 2.700 professores sindicalizados da Adufrj-SSind. A decisão judicial do pagamento das diferenças dos Planos Verão e Collor está valendo para os professores filiados à seção sindical na época do ajuizamento da ação, em agosto de 2000, e que tinham contas vinculadas de FGTS nos períodos de janeiro de 1989 e abril de 1990 e que não receberam esses valores por outras ações ou medidas.

O banco, no entanto, respondeu não poder proceder aos cálculos para efetuar o depósito nas contas de Fundo de Garantia dos docentes, argumentação inicialmente acolhida pela Juíza. Diante do pedido de reconsideração do Sindicato, a Juíza Marcela Brandão, que havia determinado a execução da sentença da ação em julho, despachou novamente para que a Caixa se manifestasse sobre os argumentos e para que explicasse se não poderia efetuar o cumprimento do que já foi julgado. Tal despacho foi publicado no Diário Oficial no último dia 1º de setembro. No despacho, a Juíza lembra que a Caixa vem pagando outras ações ganhas individual ou coletivamente por trabalhadores e, para isso, tem realizado os cálculos solicitados, sem a necessidade de apuração individualizada prévia dos valores devidos.

O prazo para manifestação da Caixa Econômica terminou no dia 8 de setembro, sexta-feira. Desde o dia 11 os advogados da Seção Sindical vêm tentando despachar com a Juíza uma decisão definitiva sobre o procedimento da execução, o que foi impossibilitado pelo fato de que até a última quarta-feira, dia 20, o banco não havia nem apresentado uma justificativa para não realizar os cálculos e nem devolvido os autos da ação ganha pela Adufrj-SSind. Um novo despacho, então, foi encaminhado pela Justiça à Caixa, dessa vez para que esta devolvesse num prazo de três dias úteis os documentos e se manifestasse definitivamente sobre a execução da ação, sob pena de sofrer um mandado de busca e apreensão.

O prazo para a Caixa Econômica responder à Justiça e devolver os autos do processo da seção sindical para que a Juíza determine definitivamente como será procedido o depósito nas contas dos sindicalizados terminava nessa segunda, dia 25 de setembro. Durante toda esta semana, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind estará mobilizada para acompanhar o despacho da Juíza. Os advogados da seção sindical lembram que essa é uma ação ganha pela entidade no mérito, ou seja, a Caixa Econômica não pode mais recorrer. O que o banco vem fazendo é apenas protelar o depósito dos valores devidos aos sindicalizados alegando que é a Adufrj-SSind é quem deve inicialmente elaborar os cálculos do montante devido por cada um dos 2.700 beneficiados para prévia fixação, pelo juízo, do valor a ser pago pela Caixa. Mas isso será resolvido, assim que a Juíza determinar como será realizado esse procedimento.

Atenção

Aposentadoria compulsória aos 75 anos poderá ser votada depois das eleições

Logo após as eleições, um tema de bastante interesse para os servidores públicos deverá entrar em pauta no Congresso Nacional. Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 457/05, do senador Pedro Simon (PMDB/RS). O substitutivo do relator, deputado João Castelo (PSDB/MA), aumenta de 70 para 75 anos a idade máxima para a aposentadoria compulsória do funcionalismo. Se aprovada, a nova regra, que altera o artigo 40 da Constituição, será aplicada aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluídas as autarquias e fundações.

O substitutivo está pronto para votação em dois turnos no plenário, o que poderá ocorrer logo após as eleições. São necessários pelo menos 308 votos favoráveis para sua aprovação, em cada um dos turnos. Caso aprovada, a PEC retorna ao Senado, onde também precisa ser votada em dois turnos, segundo informa o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Cartas

Venho parabenizar Ricardo Kubrusly, autor do artigo " Os nomes do mesmo" publicado no jornal da ADUFRJ em 12/09/2006.

Excelente, muito verdadeiro e expressa o sentimento de muitos em relação à pretensa liberdade democrática no nosso país.

Leila Piccoli
PR2/UFRJ

Anote

Revista Universidade e Sociedade

O tema do próximo número da revista "Universidade e Sociedade", publicação do Andes-SN, será "Educação: prioridade nacional?". A diretoria do Sindicato solicita que artigos sobre o assunto sejam enviados para o endereço eletrônico andesregsp@uol.com.br até 30 de novembro.

Resenha

Mais verbas para o Hupe

Mais de 100 alunos de Medicina da Uerj e residentes da área de saúde do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe), mantido pela universidade, protestaram em frente à unidade, localizada em Vila Isabel, no último dia 19. Os manifestantes reclamaram da escassez de remédios e materiais para a realização de exames e cobraram do governo do estado a ampliação do tempo de contrato com as empresas fornecedoras de alimentos e serviços para um ano de duração. Os alunos estavam acompanhados na manifestação pelo diretor do hospital, Carlos Eduardo de Andrade (Folha Dirigida, 21/9).

Congresso de residentes cobrará reajuste nas bolsas

Na semana passada, ocorreu o 40º Congresso Nacional de Médicos Residentes, organizado pela Associação Nacional dos Médicos Residentes (ANMR), junto das associações estaduais. O valor das bolsas pagas aos residentes era o principal tema a ser discutido, já que em agosto os alunos por pouco não anunciaram uma greve pela falta de aumento. Os médicos recém-formados que estão na residência querem o reajuste imediato do valor das bolsas pagas pelos governos federal e estaduais, mas o ministro da Saúde, Agenor Álvares, anunciou o aumento para o início de 2007. Atualmente, um médico residente recebe bolsa de R$1.400 mensais para uma jornada de 60 horas por semana. Bruno avisa que o valor cobrado pela ANMR é de R$2.200, para a mesma jornada. "O governo sugeriu R$1.900 e a categoria aceitou este valor. O problema é que somente os residentes federais receberão o aumento em janeiro. Os demais somente em julho" (Folha Dirigida, 21/9).

MST discute ensino no campo

Cerca de 500 educadores do MST se reuniram em Brasília, para discutir os impasses relativos ao ensino do campo. Dados revelam que das 8.679 escolas existentes em assentamentos, apenas 373 delas oferecem o ensino médio. A situação contrasta com o quadro de grande demanda pela educação básica no campo. A Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar de 2004 indicou a existência de seis milhões de jovens entre 15 e 24 anos no campo. Em áreas de reforma agrária, há 48 mil jovens de 15 a 17 anos fora da escola e cerca de 500 mil jovens de 7 a 14 anos, o que representa uma demanda potencial considerável para os próximos anos (Agência Carta Maior, 21/9).

Colegiados

Reitoria promove sessão solene do Consuni para homenagear resistência à ditadura

Fotos: Divulgação/Arquivo Nacioonal

Juliano Pires-COORDCOM/UFRJ

APESAR DO INVESTIMENTO DA REITORIA, EVENTO NÃO CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO EXPRESSIVA DA COMUNIDADE E NO AUDITÓRIO RODOLPHO ROCCO COMPARECERAM APENAS AUTORIDADES E REPRESENTANTES INSTITUCIONAIS

Continuação da capa

E foi exatamente em nome da luta pela autonomia universitária que a reitoria decidiu revisitar os anos de chumbo e a tragédia da repressão militar ao movimento estudantil nos anos 1960. Para o reitor Aloisio Teixeira, a universidade pública brasileira só estará livre do fantasma das intervenções e invasões quando tiver um 'estatuto da autonomia', que deve ser produzido em conjunto com toda a sociedade.

Corrupção e desgovernos não indignam mais

O poeta Ferreira Gullar não foi à solenidade da reitoria, mas, como um dos personagens que traduzem a importância do movimento político-cultural que se estabeleceu no país contra o golpe de 64, ressaltou, em declaração ao Jornal da Adufrj, que existe uma enorme diferença entre o movimento estudantil da época da ditadura e o atual. O poeta Gullar, que dedicou parte expressiva de sua obra contra a ditadura militar e a repressão aos movimentos de esquerda e de juventude, disse que se surpreende com o fato de que a imensa maioria dos estudantes hoje não manifesta nenhuma indignação com os escândalos envolvendo governos. "Os jovens não se indignam mais com o que está acontecendo e é um escândalo atrás do outro. A juventude não vai mais às ruas".

Gullar atribui essa postura a uma crise de legitimidade da União Nacional dos Estudantes. "A UNE é claramente uma aliada do governo. Não representa os movimentos sociais do Brasil, é uma entidade fechada nela mesma". Para Gullar, a UNE não representa nem mesmo os próprios estudantes devido às falhas de seu sistema eleitoral.

Auto dos 99%: a UNE criticava a universidade em 1964

Ferreira Gullar salientou que a UNE, através do Centro Popular de Cultura (CPC), era bastante atuante e engajada nos movimentos sociais na década de 60. O CPC produziu a peça teatral Auto dos 99%, referindo-se aos 99% dos jovens que não tinham acesso ao ensino superior. Produzida em 1963, a peça teve a colaboração de Gullar, Oduvaldo Viana Filho, o Vianinha, Cecil Thiré, entre outros. Fazendo uso do humor, o musical criticava a universidade brasileira identificada com conteúdos irrelevantes e professores pedantes.

A peça foi gravada e lançada em 1964 no mês de abril, exatamente nos primeiros dias do golpe. Com o incêndio na UNE, muitas cópias foram perdidas.

O Movimento dos anos 2000

A diretora do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade de Direito, Luana Botelho disse que a comparação entre a geração de estudantes do período da ditadura e a de hoje deve levar em conta os momentos históricos. O CACO foi um dos centros estudantis mais atuantes na resistência ao regime militar e, na opinião de Luana, essa resistência não é só uma característica daquele momento. "Sempre que a juventude se viu indignada, ela respondeu de alguma foram. Os estudantes não foram atuantes somente na resistência à ditadura, mas também na Campanha das Diretas Já, na Constituinte e no Movimento Fora Collor". Luana acrescentou que no âmbito da UFRJ os estudantes também têm atuado bastante. "Aqui no Direito nós concretizamos uma intensa campanha Fora Armênio que culminou com a invasão do gabinete. Luana disse que a juventude hoje está lutando por meio de caminhos diferentes dos utilizados pelos estudantes que resistiram à repressão. "Hoje é possível o diálogo entre os estudantes com a reitoria da UFRJ e com o MEC. Aqui na FND durante a vigência do AI-5, os estudantes não podiam sequer conversar pelos corredores".

"Discurso aberto e amplo foi ferido"

Na ocasião da invasão da polícia à Faculdade de Medicina, o então professor Antônio Paes de Carvalho teve seu laboratório destruído. Hoje professor emérito da UFRJ. Paes de Carvalho diz que aquele ato foi a declaração de que, "daquele momento em diante, não poderíamos mais manter o discurso aberto e amplo". Segundo o professor havia na universidade um espírito franco e as opiniões fossem elas de esquerda ou de direita eram assumidas por todos os integrantes da comunidade universitária abertamente. Com a ditadura, a cultura que se instalou foi a do medo da declaração de idéias e esse teria sido o maior prejuízo pra a vida universitária que, para o professor, tem reflexos até hoje. "Hoje, passados muitos anos do massacre das nossas lideranças intelectuais, primeiro pela repressão e logo pelo achatamento econômico e pela corrida de ratos por oportunidades profissionais, a norma passou a ser o silêncio acanhado, a cautela e uma dose enorme de cinismo diante do que estamos assistindo até hoje. Esse estado de coisas não favorece mais os grandes atos de resistência".

Ex-presidente da UNE relata a ocupação dos estudantes e a resistência

Juliano Pires-COORDCOM/UFRJ

JEAN MARC

Jean Marc Van der Weid era estudante de engenharia química em setembro de 1966 e depois de sua participação na resistência estudantil à invasão policial da Praia Vermelha virou expressiva liderança nacional, sendo eleito presidente da UNE em 1969. Em entrevista concedida à série Memorabilia publicada pelo gabinete do reitor, Jean Marc conta que a intenção primeira dos alunos não era ocupar a reitoria. "Fomos lá fazer uma assembléia". A polícia chegou e os estudantes decidiram permanecer no prédio até que pudessem sair sem a presença da repressão. O então reitor Pedro Calmon passou o dia 22 até as 3h da madrugada seguinte tentando negociar a liberação dos alunos com o governo militar.

Mas Jean Marc conta que o reitor deveria estar envolvido também com a presença da polícia no *campus*. "Com o tempo, houve uma discussão se, na invasão da Medicina, o Calmon chamou a polícia para entrar ou não. Ele negava, mas a suspeita era de que estava envolvido nela".

De fato, às 3h45, ficou evidente que o reitor havia perdido totalmente a autoridade para continuar a negociação entre alunos e a polícia. Minutos antes de a assembléia estudantil aprovar a retirada pacífica do prédio, teve início a invasão e o quebra-quebra deixando dezenas de feridos e prisões de vários ativistas. Tudo sob as ordens dos militares e do ministro da educação Moniz Aragão.

Pós-graduandos homenageiam estudantes que resistiram à invasão da Faculdade de Medicina

Precisamos saudar a iniciativa dos estudantes que, há 40 anos atrás, lutaram pelos seus ideais, sem se dobrar às forças da reação que tentavam minar a resistência popular e estudantil. Mas isso deve ser feito com o objetivo de nos espelharmos no seu espírito de luta pela mudança da sociedade e trazer esse sentimento para a luta dos estudantes de hoje. Naquele momento, ao lutarem contra a ditadura, os estudantes também reivindicavam questões bastante concretas como a ampliação de vagas na universidade, contra o pagamento de mensalidades e pela reabertura dos restaurantes universitários, fechados pela repressão. Hoje, nós estudantes, em especial aqui na UFRJ, devemos lutar por melhores condições de ensino e pesquisa, ampliação de vagas, ampliar ainda mais a mobilização pelo bandejão e por uma assistência estudantil integral, que permita que os estudantes se mantenham na universidade. Essas conquistas só serão possíveis com a mobilização e organização dos estudantes e de todos aqueles que estiverem comprometidos com a melhoria das condições de estudo e trabalho na universidade. Desta forma, damos continuidade e mantemos viva a luta e os ideais dos estudantes que resistiram à invasão no Prédio da Faculdade de Medicina na Praia Vermelha. Esta é a melhor homenagem que podemos prestar.

Gustavo Ribeiro
Associação de Pós-graduandos da UFRJ
Texto encaminhado ao Jornal da Adufrj em 22 de setembro de 2006

Polícia também foi chamada por Vilhena

A violência policial contra estudantes, dentro da UFRJ, não se encerrou com a ditadura. Em 28 de outubro de 2001, marcado para ser o primeiro dia de provas do vestibular, a avenida entre os Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) e o Centro de Tecnologia (CT) se transformou em uma praça de guerra. Com direito a bombas de gás e de 'efeito moral', chutes e golpes de cassetetes, usados pela Polícia Militar, devidamente reforçada pelo Batalhão de Operações Especiais (Bope) e pela Polícia Federal, contra um pacífico ato estudantil. Tudo como resultado da arrogância do então reitor-interventor, José Henrique Vilhena de Paiva, que convocou o aparato policial.

O ato, além de ter como objetivo a manifestação contra os prejuízos que foram impostos aos alunos da rede pública então em greve, por conta da manutenção das provas naquele mês, foi, também, uma forma que as entidades encontraram para alertar a sociedade sobre possíveis incidentes que poderiam ocorrer nos vários locais de prova, espalhados pela cidade. Depois da confusão, o reitor teve que voltar atrás: o concurso foi anulado e as provas foram adiadas para o início de 2002.

Arquivo Adufrj-SSind

DOMINGO DE VESTIBULAR FOI MARCADO PELA VIOLÊNCIA

Vida no Campus

‘Chopadas’ provocam acidentes no *campus* universitário

Festas citadas em relatório da vigilância não foram organizadas por centros acadêmicos

O acidente de carro que vitimou cinco pessoas no bairro da Lagoa, no início de setembro, reacendeu intenso debate na sociedade sobre o uso de bebidas alcoólicas entre jovens motoristas. A UFRJ vivencia esse e outros problemas por ocasião das chamadas “chopadas” ou “caninhas” organizadas pelos seus estudantes, especialmente as realizadas no *campus* do Fundão. Em 11 de setembro, a Divisão de Segurança da Prefeitura Universitária resolveu chamar a atenção para o caso com um contundente relatório enviado ao próprio prefeito e depois repassado ao Conselho Superior de Coordenação Executiva da universidade.

De acordo com o documento, “ao longo dos anos, as festas de nossos alunos (...) têm alterado a rotina da Diseg-PU (Divisão de Segurança da Prefeitura Universitária) e elevado o nível de risco de nossos alunos e de toda nossa comunidade”. A seguir, o texto elenca diversos problemas relativos a duas recentes “chopadas”: a primeira, do curso de Enfermagem, em 28 de abril (no relatório, constava uma data equivocada); a segunda, do curso da Escola de Belas Artes (EBA), em 9 de junho.

Na festividade da Enfermagem, realizada no campo de futebol da própria Prefeitura Universitária, a Diseg relata “disparos de arma de fogo por pessoas desconhecidas que faziam uma suposta segurança da festa”, agressões e depredação do alambrado do Horto da Prefeitura. Na confusão, foi chamada a polícia militar, que teria enviado nove viaturas e o veículo blindado conhecido como “Caveirão”, “causando um grande distúrbio”, segundo o relato.

Na “chopada” da EBA, de 9 de junho, ocorrida entre os pilotis do prédio da reitoria, o relato é mais detalhado: falta de controle dos freqüentadores da festa, grande volume de veículos estacionados irregularmente nos canteiros centrais e laterais, tentativas de furtos, alunos feridos sendo atendidos no HU, capotamento de um carro, colisão entre o veículo de um aluno com uma viatura da PM, depredação de um ônibus coletivo da empresa que circula no *campus* do Fundão, seguranças desconhecidos e não registrados na Diseg, necessidade de manter abertos além da hora prevista (23h) os portões de acesso do Fundão e prática de sexo no local.

A Divisão de Segurança alerta que não tem a “menor condição de garantir a segurança das pessoas presentes nesses tipos de eventos, bem como dos bens materiais pertencentes às mesmas”. Mesmo em uma área definida como relativamente segura, os vigilantes da UFRJ se mostram preocupados com as “atitudes descontroladas, resultantes do uso de bebida alcoólica” e com a quantidade de pessoas nos eventos, convocadas, “na maioria das vezes”, por rádios de grande apelo e pela internet.

Além de comprometer o patrulhamento definido previamente para o Fundão, a Diseg lembra que os resultados desses eventos podem trazer conseqüências graves para a UFRJ, uma vez que o aluno é o maior patrimônio. “Em uma festa realizada há alguns anos, já houve acidente com vítima fatal (...), em frente ao posto BR”, diz ainda um trecho do relato.

E se acontece alguma coisa, quem é o responsável?

Diretor da Divisão de Segurança, Leandro Buarque disse que a produção do documento enviado às autoridades universitárias foi resultado de um apelo dos vigilantes sob sua responsabilidade, em função dos acontecimentos decorrentes das chopadas. “E se acontece algum problema, quem é o responsável? Como é que vamos ficar quando acontecer algo como o episódio da Lagoa no qual morreram aqueles jovens?”, questiona.

Em função do ocorrido nas chopadas da EBA e da Enfermagem, o técnico-administrativo observa que a Prefeitura Universitária tem orientado os alunos a realizarem as festas no espaço da antiga Associação Insulense de Aeromodelismo (AIA), entre o Cenpes e a própria Prefeitura. Mesmo assim, ele ainda se mostra preocupado com o consumo de bebidas alcoólicas e a atração que esse tipo de evento exerce sobre um público externo à UFRJ: “Antes, elas eram uma confraternização entre os alunos. Agora, divulgadas em grande escala, vem gente de tudo quanto é lugar”, afirma.

O prefeito Hélio de Mattos Alves entende que a tarefa mais importante do momento é conscientizar os alunos que organizam as chopadas a tomarem todos os cuidados possíveis para evitar acidentes. Segundo ele, por causa do som alto que incomodava as aulas e dos prejuízos causados ao patrimônio, as festividades já foram banidas dos prédios universitários pelos decanos e pelo reitor.

Fotos: Divulgação/Prefeitura da UFRJ

APÓS CHOPADA NA EBA, CARRO DE ALUNO CAPOTOU NA RÓTULA DO CT

Algumas providências já estão sendo exigidas das comissões organizadoras: cadastramento na Prefeitura do responsável pela segurança terceirizada das festas, instalação de banheiros químicos no espaço e realização da limpeza do local antes e depois do evento. Além disso, o estudante deve assinar um termo de compromisso se responsabilizando pela preservação do patrimônio em volta (como as árvores e plantas) e pelo controle de estacionamento dos veículos, evitando a utilização dos canteiros centrais. Desde a mudança para o ex-terreno da AIA, nenhum grande transtorno foi registrado, embora continuem os estacionamentos irregulares nos canteiros. O prefeito ainda estuda a possibilidade de cobrar a presença de uma UTI móvel nas festas, bem como solicitar dos organizadores um contato com cooperativas de vans para atender o público na saída do Fundão.

Representante do DCE quer prédio como o da UFF

Uma das representantes estudantis no Consuni, Miriam Starosky afirma que o DCE não reuniu centros acadêmicos para discutir o assunto e não existe um posicionamento formal. Na opinião dela, a existência de um prédio próprio para usufruto dos estudantes, a exemplo do que ocorre na UFF, poderia significar uma solução. “O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da reitoria fala na construção de um centro comunitário de convivência no *campus* do Fundão, entre os projetos de assistência estudantil, mas não entra em detalhes sobre sua finalidade”, acrescenta.

Diretor da Poli se preocupa com a freqüência das festas

Conselheiro do CEG e diretor da Escola Politécnica, o professor Ericksson Almendra também anda preocupado com a freqüência das ditas chopadas. Segundo ele, mesmo com uma moderada divulgação, a realização das festas já está se tornando tão rotineira que um enorme público externo à universidade vem ao Fundão. Nesses casos, aumenta a dificuldade de controlar os eventos. “E, sendo na UFRJ, existe uma responsabilização implícita da universidade”, acredita. Não passa pela mente do diretor a idéia de acabar com tais festividades, mas restringir sua quantidade: “Se perder esse caráter de regularidade, já

NA NOITE DA MESMA CHOPADA DA EBA, ALUNA FOI ATENDIDA NO HU COM CORTES NO PÉ E ÔNIBUS INTERNO TEVE O TETO DEPREDADO

deixa de atrair a população externa", acrescentou.

Mesmo com a proibição de chopadas no prédio do Centro de Tecnologia, Ericksson já registrou o efeito que elas causam, mesmo realizadas à distância. "Nos dias seguintes, estamos verificando invasão de nossas salas da Escola Politécnica, inclusive com arrombamento das portas, e camisinhas espalhadas pelo chão", disse.

O que dizem os organizadores

A última chopada realizada no espaço indicado pela Prefeitura foi de responsabilidade dos estudantes de Engenharia Civil, em 15 de setembro. Segundo André Assef, do 5º período do curso, tudo correu bem e, das exigências do prefeito, apenas o estacionamento em cima dos canteiros não pôde ser evitado. "Infelizmente, não tivemos como controlar isso", comentou. Para resolver o problema, ele propõe que parte do terreno onde acontecem as festas seja utilizada com a finalidade de guardar os veículos. "É uma área muito grande que nem chega a ser totalmente ocupada", completou.

Integrante da Confraria dos Acadêmicos de Engenharia Civil, que organiza a chopada, e também do Centro Acadêmico (CAEng), que apóia o evento, André disse que houve o cuidado de não divulgar o evento com muita antecedência, justamente para não atrair um público muito grande e composto de pessoas de fora da universidade. No evento, os seguranças foram orientados a impedir a entrada de bebidas em garrafas de vidro.

André Assef entende que, se tudo for bem planejado, não acontecem os problemas. Ele acredita que as festas são importantes para integrar os calouros ao restante da comunidade e teme uma eventual proibição dos encontros no Fundão. "Para bancar uma festa em um clube fora do *campus*, o dinheiro fica curto. Precisaria unificar todas as comissões organizadoras das Engenharias", diz.

Estudante pensa em contratar empresa de segurança

A próxima chopada acontece em 29 de setembro e está sendo organizada por estudantes do curso de Enfermagem. A festa anterior promovida por alunos do curso foi uma das citadas no relatório da Divisão de Segurança. Ana Caroline, do 7º período, é uma das organizadoras da chopada da Enfermagem e diz estar revendo todos os preparativos para evitar qualquer problema. Disse que está verificando o custo de aluguel dos banheiros químicos e contatando empresa de segurança que será cadastrada na Prefeitura Universitária. Porém, informada da possibilidade de ter que contratar uma UTI Móvel, a estudante garante que o preço é inviável: "Não lembro o custo, mas tentamos garantir isso para a festa do primeiro semestre e não conseguimos", garante.

Sobre os problemas ocorridos na festa anterior, Ana Caroline – que não pertence ao centro acadêmico da unidade - disse ter ficado praticamente o tempo inteiro na organização da venda de latinhas em um bar local (próximo ao campo de futebol) e não viu parte dos incidentes relatados pela Divisão de Segurança. Sobre o enorme aparato policial chamado, a estudante atribuiu a uma precipitação do DJ contratado para animar a chopada: "Nesse dia, houve essa confusão, mas os brigões foram retirados do local pela segurança contratada", comentou.

Organizador diz que evento da EBA não tem fins comerciais

Um dos responsáveis pela chopada da EBA, também criticada no relato da Diseg, Bruno Miguel, do 6º período do curso de Pintura, disse que os incidentes apontados fogem do campo de atuação de uma comissão organizadora: "Essa questão dos motoristas alcoolizados e a depredação do ônibus, nós não temos como controlar. Nossa chopada nem tem muita bebida, que é distribuída apenas em copos de plástico", observou.

Ele explicou que a chopada da EBA, diferente de outras, não tem fins lucrativos é feita com base no dinheiro arrecadado nos dias de trote, onde calouros têm que arrecadar dinheiro pelo *campus* e ruas da cidade. Na festividade, pulseiras são distribuídas entre os alunos que recebem gratuitamente as cervejas. "Já que não tem fins lucrativos, como é que vamos pagar os estragos causados por outros?", questiona. O caráter de gratuidade do evento é também a razão de Bruno discordar do termo de compromisso cobrado pela Prefeitura Universitária para a realização das festas. "Não temos como garantir o patrimônio público, o estacionamento irregular, aluguel de banheiros químicos e, talvez, de uma UTI móvel. Nossa festa é mesmo para integrar os calouros", explicou. Ele concorda que seria possível somente a limpeza antes e depois do local do evento. O aluno desmente o relato que cita pessoas não identificadas pela Diseg fazendo a segurança da última chopada da EBA: "Nós não contratamos segurança terceirizada alguma para aquela festa", completou.

Comercialização de bebidas alcoólicas continua proibida nos *campi*

A polêmica em torno das chopadas é também alimentada por uma confusão na legislação interna da universidade. Em 29 de julho de 1999, através da portaria nº 1658, o então reitor-interventor José Henrique Vilhena limitou a realização de eventos festivos na UFRJ aos de caráter puramente institucional, com autorização prévia do dirigente do prédio onde ocorresse a festividade. Em resolução de mesma data, Vilhena proibiu a comercialização de bebidas alcoólicas dentro dos *campi* da universidade.

Em 7 de dezembro de 1999, Vilhena apertou ainda mais o cerco às bebidas alcoólicas: através da portaria nº 2510, reafirmou a proibição à sua comercialização e vedou também sua distribuição, "de qualquer natureza ou sob qualquer justificativa". Aqui, além dos estabelecimentos comerciais, pela primeira vez passavam a ser passíveis de punição os alunos ou servidores, que seriam submetidos ao regime disciplinar cabível a cada segmento, em caso de infração da portaria.

Em 26 de agosto de 2004, pela portaria nº 3115, o atual reitor, Aloisio Teixeira,

reformou a de nº 1658, com novas regras para a realização de eventos festivos na UFRJ, permitindo as de caráter não-institucional, desde que previamente autorizados pelo dirigente responsável. Mas não se encontrou, pelo menos na Prefeitura Universitária, nenhum ato normativo que revogasse a comercialização e distribuição de bebidas alcoólicas sob qualquer natureza na portaria de nº 2510. O prefeito Hélio informou ter feito uma consulta à Procuradoria da UFRJ, mas ainda aguardava resposta sobre o assunto.

Arte

Evento lembra 50 anos da morte de Bertolt Brecht

No dia 14 de agosto de 1956, falecia Bertolt Brecht, mas as numerosas manifestações em toda a Alemanha mostram como está vivo o dramaturgo dialético. A Seção Sindical dos Docentes da UFF também acha que o poeta e encenador marxista está mais atual e necessário que nunca. Por isso, nos dias 12, 13 e 14 de setembro realizou um ciclo de debates com diretores das principais companhias brechtianas em atuação no Brasil. Na terça-feira 12, os debatedores foram os diretores de teatro Sérgio de Carvalho (da Cia do Latão), em cartaz no CCBB com a peça "O Círculo de Giz Caucasiano", de Bertolt Brecht e Luis Fernando Lobo (da Cia de Ensaio Aberto), que acaba de encerrar temporada de um mês do espetáculo "Olga Benário - um breve futuro", no teatro da Caixa Econômica. No dia 14, o evento foi encerrado pela professora Iná Camargo Costa (UEP), autora, entre outros, do livro "Sinta do Drama".

Fotos: Stela Guedes

ESPETÁCULO APRESENTADO POR INTEGRANTES DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA. ABAIXO, PLATÉIA FORMADA POR COMUNIDADE DA UFF

Jovens do MST trazem espetáculo de qualidade

Muitos professores e estudantes compareceram aos debates, mas sem dúvida, o ponto alto foi a apresentação do espetáculo "Posseiros e Fazendeiros", uma adaptação do texto de Brecht, "Horácios e Curiácios", feita pelo grupo *Filho da Mãe...Terra*, do Assentamento Carlos Lamarca, em Sarapuí, interior de São Paulo. Na noite de quarta-feira, quem foi ao hall do ICHF presenciou uma montagem teatral de qualidade, dirigida por Douglas Estevam e realizada por um grupo formado por crianças e jovens do assentamento. O grupo estuda Brecht como um importante instrumento político de compreensão e intervenção na sociedade. "*Para mim não é difícil dizer tantas falas, é fácil decorar porque compreendo o conteúdo do espetáculo. Todos nós sabemos a respeito do que estamos falando. Assim, mesmo se esquecemos nossa fala, fica fácil improvisar porque temos consciência do texto que encenamos*", disse a atriz Beatriz Flaviana da Silva, 12 anos, logo após o espetáculo.

Fonte Aduff-SSind

Anote

Filme conta início da história da Medicina nacional
Neste dia 28, às 11h, o ciclo de Cinema e Saúde vai exibir "Sonhos Tropicais", de André Sturm, no Auditório Alice Rosa, no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, na ilha do Fundão. O filme narra importantes fatos da história da Medicina no Brasil, a partir da chegada, em 1889, do sanitarista Oswaldo Cruz, que estudava na Europa. A entrada é franca.

Projeto Fórum na Tela
Nesta terça, 26/9, às 18h30, haverá o encerramento do ciclo "A nossa música no cinema", promovido pelo projeto Fórum na Tela, com "Nelson Freire", de João Moreira Salles. O filme conta a história de um dos mais importantes pianistas brasileiros da atualidade. Após a exibição, haverá apresentação do conjunto "Violões da UFRJ" e debate com a pianista Estela Caldi, e com os documentaristas e professores da Escola de Comunicação da UFRJ, Fernando Salis e Consuelo Lins.

"Perspectiva Capiana"
Foi lançado no dia 25/9 o número inaugural da "Perspectiva Capiana", revista semestral de pesquisa, ensino e extensão do Colégio de Aplicação da UFRJ.

A Eleição perfeita

Pouquíssimas urnas defeituosas. Apuração quase instantânea. Resultados inquestionáveis.
Maravilhamos o mundo.
Agora sim, nossos problemas serão resolvidos! Ou não?

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 513 3 de outubro de 2006

UFRJ prepara progressão para Associado

Cerca de 800 professores devem solicitar passagem para nova classe

Após o Consuni do final de agosto regulamentar a progressão à classe de Professor Associado na UFRJ, as unidades começaram a se preparar para atender aos requerimentos dos docentes. Todos os que se encontram no último nível da classe de Adjunto há no mínimo dois anos e possuam o título de Doutor ou Livre-docente têm condições de pleitear a avaliação de desempenho para ascender na carreira. Só que o esforço avaliativo não será pequeno na maior universidade federal do país.

De acordo com levantamento da Pró-reitoria de Pessoal e Serviços Gerais (PR-4), feito em 1º de julho, existia um universo entre 657 e 794 professores em condições de solicitar a progressão. A variação, segundo o pró-reitor Luiz Afonso, explica-se pelo fato de o sistema pesquisado pela pró-reitoria não ter conseguido a data de acesso de 137 docentes ao nível de Adjunto IV. "Pode ser que alguns ou todos tenham alcançado esse nível há menos de dois anos e, nesse caso, não estão aptos a pleitear a progressão", afirmou. Além desse cálculo, de forma residual, alguns professores podem ter

Bernardo Felzenszwalb

defendido a tese de doutorado ou completado o mínimo de dois anos no último nível de Adjunto desde 1º de julho. "Foi importante fazer o levantamento para que os Centros tenham uma noção do número de bancas que precisam montar", comentou o dirigente.

A preocupação agora é fazer com que os processos sejam concluídos o mais brevemente possível para que os pagamentos não caiam em situação de "exercício findo" – depois de dezembro, a liberação do dinheiro retroativo a 2006 dependeria de autorização do Ministério do Planejamento, o que demoraria um pouco mais seu recebimento.

Entre os Centros, o CCMN parece estar mais adiantado. Já definiu os perfis de atuação desejados para seus Associados e constituiu 9 bancas para avaliação dos relatórios dos seus professores. Segundo a decana Ângela Rocha, a expectativa é homologar os resultados do Centro até novembro para evitar a situação de "exercício findo". Acrescentou ter sido dela a proposta para promoção automática a Associado I dos candidatos a concursos para Titulares que se classificaram, mas não conseguiram a vaga, justamente porque o Centro possui uns 4 ou 5 casos desta natureza.

No CT, durante a semana passada, estava sendo finalizado o documento com os perfis

Continua na página 4

Opinião

Número Errado

Ricardo Kubrusly

Domingo. Manhã cinza. A porta do estábulo aberta. O pátio da prisão era a cidade triste. Dos Leblons aos Bonsucessos, por todo país, vestidos de vergonha e medo votamos. O que poderia ser a festa, o que deveria ser a festa da escolha, era a agonia do mesmo. A dificuldade entre as nuanças de cinza tornava o processo demorado. Digitando 16 números consecutivos, corretos, escolherí-amos os códigos dos pixels que coloririam os próximos anos cinzas. E os cinzas escolhidos ririam, ririam, mas nós, apenas cobríamos, responsável e obedientemente, o caminho, do estábulo ao pátio de digitação, ida e volta.

Se votássemos certo, apareceria uma fotografia. Colorida? Era uma pequena alegria, uma recompensa, em meio ao cinza entristecido da tarefa determinada. Uma coisa era certa: negar os cinzas era escolher um número errado. Errar os cinzas e tentar alguma cor era inadmissível. A pessoa era imediatamente admoestada pelas máquinas controladoras do desejo e por pessoas que, desavisadas ou não, poderiam por casualidade ou destino se encontrar por perto.

Se insistíssemos e confirmássemos o erro, enormes orelhas cresceriam imediatamente na lateral de nossas faces, dando início às verdadeiras transformações. Com elas, íamos sumindo, desaparecendo até nos tornarmos uma nuvem de erros que se perderia em meio à poluição... nos incorporaríamos ao cinza e, depois de algum tempo, ninguém, nem mesmo os pobres digitadores de equívocos invisíveis, a que nos tínhamos transformado, perceberiam os erros. As cores do mundo nos eram negadas, mas podíamos ver, quando acertássemos os números, por um relance, as fotografias dos risonhos candidatos.

Número errado! Repetia a máquina de escolhas. Vote certo! Digite um número correto. Você pode fazer a sua escolha, gritava a máquina, eloqüente, de destinos. Seja um cidadão, escolha um número certo, vote cinza e volte ao estábulo de onde, agora na segurança da égide do estado, poderemos todos, sim, poderemos todos, por mais alguns anos, apreciar o trabalho dos sorridentes acinzentadores da realidade.

Número errado! Do azul ao Vermelho sonho. Amarelos, verdes de marrons, violetas, laranjas pêssegos e abóboras fúcsias. Número errado nas cores de rosas jambos e abacates celestes.

A todas as cores, não. Números errados, impossibilitados pela prática democrática dos próximos destinos. Como nuvens hidrófobas éramos as cinzas cinzas e já nos acostumávamos a essa condição de invisibilidade. Figura e fundo. Fundo e fundo. Éramos cinzas.

Agora, quando hoje já não demora amanhã, a impressão que fica é que havia, entre os cinzas, alguns ainda mais cinzas, mais invisivelmente cinzas, os sorridentes, e que os resultados foram ainda piores do que se esperava. Mas é só impressão. Impressão desesperada. Esperávamos o quê? Se todo número que em pixels transformado não for apenas qualquer nuança de cinza é um número errado.

Colegiados

Universidade aprova calendário para 2007

Para maioria dos cursos, aulas começam em 5 de março e terminam em 15 de dezembro

Foi aprovado o calendário das atividades acadêmicas de ensino da UFRJ para 2007. O Conselho Universitário de 28/9 acatou, sem alterações, o documento encaminhado pelos colegiados de Graduação (CEG) e de Pós-graduação (CEPG). O início das aulas para os estudantes de graduação está marcado para 5 de março. O término do ano letivo acontece em 15 de dezembro.

Para os cursos da Faculdade de Medicina, as aulas vão de 29 de janeiro a 21 de dezembro. Há apenas uma diferença em relação aos "calouros" de 2007, que iniciam as atividades em 12 de fevereiro. Para o Colégio de Aplicação, o calendário de ensino é de 12 de fevereiro a 14 de dezembro.

O calendário de aulas da pós-graduação *stricto sensu* pode se organizar em dois ou quatro períodos. Em qualquer caso, o início está previsto para 5 de março. Mas pode acabar em 21 de dezembro (divisão em dois períodos ou quatro períodos, no esquema bimestral) ou em 22 de fevereiro de 2008 (divisão em quatro períodos, esquema trimestral).

A novidade deste ano foi que os colegiados superiores decidiram assumir, na previsão do calendário, as datas "enforcadas". Por exemplo, o dia 30 de abril de 2007 cairá numa segunda-feira e, como estará entre o domingo e o feriado de 1º de maio, já será um recesso escolar. Mas os conselheiros fizeram questão de ressaltar que esse tipo de recesso diz respeito apenas às aulas, enquanto outras atividades de ensino (como orientação), pesquisa e extensão poderão ser realizadas nesses dias.

Estudantes voltam a cobrar bandejão

Os estudantes não receberam bem o anúncio dado na sessão anterior do Consuni de que o bandejão não vai começar a funcionar em janeiro de 2007, conforme a previsão inicial da reitoria, feita em maio. Um representante da comissão de estudantes do Centro leu uma carta no colegiado em que reivindicava o início imediato das obras de construção do restaurante universitário no *campus* do Fundão e mais um "bandejão" para o Centro, capaz de atender as unidades da UFRJ ali localizadas.

Concessão de uso de área da UFRJ

O colegiado reformulou duas cláusulas do convênio a ser firmado com a Secretaria de Estado da Defesa Civil sobre a concessão de uso do prédio da Praça da República nº 22, de propriedade da UFRJ. Os representantes da Secretaria solicitaram - e o Consuni aceitou - a ampliação do prazo contratado (de 10 para 20 anos), bem como a eliminação da chamada "cláusula de rescisão imotivada" – este dispositivo permitiria à universidade rescindir o contrato e reaver o imóvel ao fim de cinco anos, sem necessidade de apresentar uma justificativa.

Houve o esclarecimento de que a somente a obra de restauração do prédio, em estado precário, demoraria cinco anos. Ou seja, pela antiga norma, a UFRJ poderia retomar o prédio reformado e a Secretaria sequer teria usufruído as novas instalações, graças à rescisão imotivada. Além do mais, conforme constava dos termos originais, só teria mais cinco anos para utilizar o local.

O reitor considerou o convênio "extremamente benéfico" para a universidade que não tem verba para a reforma do prédio (obra orçada em R$ 10 milhões) e que ainda poderia receber algum tipo de sanção, caso a edificação viesse a ruir.

3º Congresso de Extensão da UFRJ

A pró-reitora Laura Tavares reiterou o convite aos presentes para acompanhar o 3º Congresso de Extensão da UFRJ, que será realizado de 4 a 6 de outubro, no auditório do Quinhentão.

O colegiado acatou a alteração do nome do Departamento de Eletrotécnica para Departamento de Engenharia Elétrica – considerado na área como um conceito mais abrangente e representativo das atividades do local.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes (afastado) **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

APG Informa

Estudantes organizados para reivindicar o início imediato das obras do bandejão

Após vários anos de manifestações, assembléias de estudantes de graduação e pós-graduação e participação em diversas comissões (veja quadro), finalmente, em maio deste ano, a Reitoria se comprometeu a iniciar o funcionamento do Bandejão em janeiro de 2007. Decorridos quatro meses desta notícia, as obras ainda não começaram... No ato organizado por estudantes do IFCS no Consuni do dia 14 de setembro, cerca de 80 estudantes de Ciências Sociais, História, Geografia, EBA, Música e Educação Física, além de pós-graduandos, lotaram a sala do Conselho com o coro "*Sem enrolação, queremos bandejão*" e cobraram o início imediato das obras. A Reitoria, entretanto, anunciou que o prazo anteriormente apresentado era impraticável devido aos trâmites burocráticos e "prazos técnicos" e apresentou um novo indicativo para o funcionamento do Bandejão: **março de 2008**! Não consideramos justas as alegações apresentadas para mais um adiamento, ainda mais por um período de um ano. Os prazos técnicos são conhecidos da Reitoria desde agosto de 2005, quando apresentou o projeto final do Bandejão. Além disso, até o dia da manifestação no Consuni, não se tinha notícia de nenhum fato novo que justificasse este adiamento. O novo prazo foi apresentado em resposta à mobilização estudantil e, na prática, contribui para arrefecer a luta e desviar os estudantes da mobilização para ampliar sua unidade e força, condição necessária para conquistar o Bandejão.

A luta pelo bandejão é de todos os estudantes!

A necessidade de um restaurante universitário também ficou evidente entre os pós-graduandos, em uma pesquisa que a APG finalizou em 2004, em que recolhemos quase 700 questionários (para saber mais detalhes, veja o jornal da Adufrj de 23/08/04 e o jornal da APG de julho-agosto/04). Noventa e oito por cento dos pós-graduandos apoiavam a volta dos bandejões na UFRJ, devido aos altos preços e à falta de estrutura para alimentação (a maioria se alimentava nos *traillers* e quiosques e reclamava da má qualidade e elevado preço da comida). Assim, o Bandejão entrou na pauta de reivindicações dos pós-graduandos, encaminhada em reuniões com a Reitoria em 2004 e 2005.

Kelvin Melo

ESTUDANTES NO CONSUNI EM 14 DE SETEMBRO

Uma outra pesquisa organizada recentemente pelos estudantes do IFCS, com cerca de 150 questionários, também mostrou que os estudantes do centro da cidade gastam muito com alimentação e defendem refeições no Bandejão a menos de R$ 2.

Esses resultados mostram que **a assistência integral e generalizada é uma necessidade de todos os estudantes da UFRJ**, sejam eles de pós-graduação ou de graduação e que o Bandejão a preços acessíveis é a garantia de permanência na universidade para muitos desses estudantes.

Devemos ampliar esta luta para garantir a abertura do bandejão!!!

As manifestações dos estudantes realizadas até agora se caracterizaram por iniciativas de alguns cursos. **Devemos ampliar essa luta, através da convocação de estudantes de todos os cursos da UFRJ**, empenhados em fortalecer e levar adiante a decisão de termos de volta o Bandejão, após quase 15 anos desde que o último foi fechado **a UFRJ dispunha de 9 bandejões espalhados pelos seus *campi* e hoje não há nenhum,** resultado de uma política de cortes de verbas para a educação que se mantém enquanto o pagamento de juros bate recordes: de janeiro a julho de 2006 foi o maior desde 1991, **R$ 95 bilhões** segundo a FSP de 25/08/06. É necessário que as entidades representativas dos estudantes de graduação (CAs e, em especial o DCE), dos pós-graduandos, assim como as dos funcionários e professores estejam comprometidas com esta luta! Por isso, a APG está se mobilizando junto com os estudantes da graduação na organização de uma campanha para cobrar o início imediato das obras do Bandejão no Fundão. Foram organizadas Comissões de estudantes para contatar os CAs e estudantes de cada um dos centros da UFRJ: Praia Vermelha, Centro e Fundão (CCS, CT e EBA/ Letras).

Associação de Pós-graduandos/UFRJ

CONVOCAMOS TODOS OS ESTUDANTES A PARTICIPAREM CONOSCO DESSA LUTA!
O BANDEJÃO SERÁ UMA CONQUISTA DOS ESTUDANTES!
INÍCIO IMEDIATO DAS OBRAS!
BANDEJÃO JÁ!

Entre em contato
apg@if.ufrj.br

Principais eventos na luta pelo bandejão desde 2003

- **Março a Setembro / 2003**: "Fome zero na UFRJ" (iniciativa dos estudantes da Geografia); Almoção pelo Bandejão no IFCS; Panelaço com passeata no Fundão

- **Outubro / 2003**: a Reitoria anuncia três bandejões para a UFRJ (Fundão, Praia Vermelha e Centro)

- **2004**: Atos no Consuni; reuniões da Comissão mista de estudantes de pós-graduação/graduação e Reitoria;

- **Agosto / 2004**: APG se reúne com o Reitor, apresenta a pauta de reivindicações e a necessidade de implantação do Bandejão

- **2005**: Atos dos estudantes no CCMN e no Conselho de Ensino de Graduação.

- **Agosto / 2005**: em audiência pública na Geografia, o Reitor apresenta o projeto e os dados técnicos do Bandejão e se compromete a apresentar os prazos em reunião com a APG.

- **Setembro / 2005**: em reunião com a APG, a Reitoria informa que as negociações com o Banco do Brasil estão adiantadas (seriam fechadas em R$ 10 milhões) e que as obras poderiam começar até o final do ano.

- **Novembro / 2005**: a Reitoria anuncia a verba para a construção do Bandejão (R$ 6 milhões).

- MAIO / 2006: "FINALMENTE", A REITORIA ANUNCIA NO CONSUNI QUE O BANDEJÃO ESTARIA FUNCIONANDO EM JANEIRO DE 2007.

- SETEMBRO / 2006: ATO NO CONSUNI COM CERCA DE 80 ESTUDANTES. REITORIA ADIA O BANDEJÃO PARA 2008!

Opinião

O Nome do Privilégio

Luis Paulo Vieira Braga

O Brasil é um país aonde até o passado é incerto, e não estou me referindo a revisões históricas provocadas pela descoberta de fatos até então desconhecidos, ou ainda pela utilização de novos instrumentos de análise. Refiro-me aos compromissos e às regras pelas quais pautamos nossas atividades e em função das quais alimentamos as expectativas de um retorno, solenemente comprometido, pelas autoridades que nos governam.

Foi assim com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, com a Reforma da Previdência e agora com as normas de progressão para Professor Associado. Manobra diversionista engendrada para esvaziar a campanha salarial de 2005, conseguiu de uma só penada, excluir os aposentados, e subtrair das centenas de professores adjuntos nível 4 tudo o que excede dois anos dos longos períodos que aguardaram espremidos entre o tempo para a aposentadoria e a indigência de vagas para titular, ao não permitir progressão múltipla para aqueles que tenham pontuação suficiente para tal.

Ao ignorar, ou propor regras precárias de transição, o poder central, casuisticamente, sacrifica a solução de continuidade em nome de uma pretensa austeridade orçamentária, que se dissolve na maré de escândalos e desperdício de dinheiro público, a qual aflora em todas as instâncias do governo federal, inclusive nos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. O pior é que nesta empreitada arrasta consigo parte nobre do corpo docente, seduzida pela falácia de que o nosso dinheiro é o dela.

A introdução da classe de associado se faz no crepúsculo do Projeto de Reforma Universitária, que, entre outras novidades velhas, prometia autonomia administrativa e financeira para as instituições federais de ensino superior (IFES). Autonomia cada vez mais distante, haja visto a crescente dependência de fontes extra-orçamentárias e ingerência de agências federais na forma de produzir e avaliar o conhecimento. No item II do Art. 4º da Portaria No 7, de 29 de Junho de 2006, DOU de 30/06/2006 (Portaria do Professor Associado), consta que **a produção científica, artística, técnica e cultural, representada por publicações ou formas de expressão usuais e pertinentes aos ambientes acadêmicos específicos devem ser avaliadas de acordo com a sistemática da CAPES e CNPq para as diferentes áreas do conhecimento.**

Este Artigo está em flagrante desacordo com os Artigos 10º e 11º da Portaria Ministerial No 475 de 26 de Agosto de 1987, que expede normas complementares para a execução do Decreto no 94.664 de 23 de Julho de 1987 **(Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos) que atribui ao Conselho Superior da IFE a atribuição de avaliar o desempenho de seus docentes (ver em anexo a transcrição do Artigo mencionado).**

Pior do que a quebra com o espírito do PUCRCE é o estreitamento do horizonte da universidade , relegando-se o seu patrimônio intelectual, representado por milhares de professores, a meros executores de planilhas preparadas para avaliar financiamento de projetos de pesquisa. Ocorre que as metas, a dinâmica e o retorno das atividades apoiadas pela CAPES e CNPq são uma parte (financeira e intelectual) das atividades da universidade, e, portanto, não podem ser utilizados como paradigma para todas as suas atividades intelectuais !

Se o Conselho Universitário da UFRJ não retomar a responsabilidade que lhe é atribuída de fato e de direito, pouco restará do princípio da autonomia e da consequente diversidade universitária.

Anexo

Transcrição dos Art. 10 e 11 da Portaria Ministerial No 475 de 26 de Agosto de 1987 que expede Normas Complementares para a execução do Decreto no 94.664, de 23 de julho de 1987(PUCRCE)

Art. 10 Serão estabelecidos em regulamento, pelo Conselho Superior competente da IFE, para cada carreira de magistério:

I – os critérios para concessão, fixação e alteração dos regimes de trabalho

II – os limites mínimos e máximos de carga horária de aulas, segundo os regimes de trabalho, observadas, a critério do Conselho, a natureza e diversidade de encargos do docente;

III – o processo de acompanhamento e avaliação das atividades dos docentes.

Art. 11 A progressão funcional de um para outro nível dentro da mesma classe far-se-á exclusivamente mediante avaliação de desempenho.

Parágrafo 1º A avaliação do desempenho obedecerá às normas e critérios estabelecidos pelo Conselho Superior competente da IFE, incidindo sobre as atividades diretamente relacionadas ao exercício do cargo ou emprego de Magistério, ponderados, entre outros fatores, a assiduidade, responsabilidade e qualidade do trabalho, e considerados, a critério do mesmo Conselho, entre outros, os seguintes elementos:

a) desempenho didático, avaliado com a participação do corpo discente;

b) orientação de dissertações e teses de Mestrado e Doutorado, de monitores e de estagiários ou bolsistas de iniciação científica;

c) participação em bancas examinadoras de dissertações, de teses e de concurso público para o magistério;

d) cursos ou estágios de aperfeiçoamento, especialização e atualização, bem como créditos e títulos de pós-graduação "stricto sensu"

e) produção científica, técnica ou artística;

f) atividade de extensão à comunidade dos resultados da pesquisa, de cursos e de serviços;

g) participação em órgãos colegiados na própria IFE ou vinculados aos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia,;

h) exercício de funçoes de direção, coordenação, assessoramento e assistêncai na própria IFE ou em órgãos dos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia.

* Professor do Instituto de Matemática/ UFRJ e Conselheiro da Adufrj-SSind

Continuação da capa

desejados para os Associados locais. De acordo com o decano Walter Issamu, em aproximadamente duas semanas, um novo conselho de coordenação do Centro deverá oficializar as bancas.

O conselho de centro do CFCH deverá se reunir em 9 de outubro para agilizar os procedimentos relativos à progressão para Associado I. O decano Marcelo Corrêa e Castro acredita que poderá constituir as bancas e definir os perfis nesta ocasião.

No CLA, o decano Léo Affonso também espera estar com todos os resultados da avaliação até o fim do mês. Segundo ele, o maior problema de momento é definir os perfis desejados, uma vez que as unidades vinculadas possuem características "muito próprias".

A superintendência do CCJE informou que uma reunião do Conselho de coordenação local aconteceria no dia 29 para tratar da progressão, depois do fechamento desta matéria. No CCS, também com o mesmo teor, uma reunião aconteceria no dia 2 de outubro.

Número máximo de candidatos a Associado I

CCS	221
CT	164
CCMN	162
CLA	83
CFCH	68
CCJE	36
FCC/Museu	28
Outros*	32
Total	**794**

* Professores em cargos administrativos da reitoria ou do HU, licenciados ou cedidos.

Para os professores do Museu Nacional, a Congregação terá o papel correspondente aos Conselhos de Centro para o processo de progressão. De acordo com o diretor adjunto administrativo Wagner William Martins, uma reunião do dia 28/9 iniciou essa discussão. Uma congregação extraordinária ainda nesta semana deverá aprovar as bancas (no mínimo, duas) e definir os perfis desejados. A expectativa é encerrar todos os processos de momento até o final de outubro.

Participação dos alunos

Sobre a participação dos alunos na avaliação de desempenho didático dos professores, prevista na resolução do Consuni, os conselhos de Centro têm verificado a impossibilidade de efetivá-la para o momento, em função da ausência de mecanismos institucionais deste tipo no passado. Apenas no Museu Nacional não se descartou, pelo menos ainda, a participação discente na dinâmica da avaliação.

Anote

"Ver Ciência" no CT

Dentro do projeto "Ver Ciência", o Centro de Tecnologia vem exibindo, diariamente, filmes de curta duração no Salão Nobre da decania (Bloco A, 2º andar). As projeções começam sempre ao meio-dia. A programação disponibilizada na página www.ct.ufrj.br termina em 23/10 com uma homenagem a Santos Dumont.

Palestra

A Faculdade de Letras apresenta, na segunda, 9 de outubro, a palestra *A Pedagogia do Oprimido como eixo para pensar qual educação e para qual sociedade* com o professor Gaudêncio Frigotto. Às 9h, no Auditório G-2.

EDUCAÇÃO PELA PEDRA
João Cabral de Melo Neto

Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, freqüentá-la;
captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria
ao que flui e a fluir, a ser maleada;
a de economia, seu adensar-se compacta:
lições de pedra (de fora para dentro,
cartilha muda), para quem soletrá-la.
Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,
e se lecionasse não ensinaria nada;
lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
uma pedra de nascença, entranha a alma.

15 de outubro - Dia do Professor

UFRJ

Instituição realiza 3º Congresso de Extensão. Representantes da UFRJ e do governo falam sobre relação da universidade com a sociedade
Páginas 4, 5 e 6

Editorial

Se no primeiro turno das eleições de 2006 repetiu-se a disputa PT x PSDB, tal como em 2002, neste segundo turno que se aproxima, do ponto de vista do eleitor, a situação é bastante diferente.
Página 2

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 514 11 de outubro de 2006

Ação libera FGTS de toda a categoria

CEF começa a pagar valores devidos em ação ganha pela seção sindical, que representou na Justiça todos os professores

A Caixa Econômica Federal começou a liberar o pagamento da ação ganha pela Adufrj-SSind relativa às diferenças de planos econômicos que não haviam incidido sobre o FGTS. O primeiro lote com cerca de 800 nomes foi entregue à seção sindical, na semana passada, e encontra-se disponível para consulta na página eletrônica da entidade – www.adufrj.org.br. À medida que a Caixa Econômica liberar o restante do total de 2.700 beneficiados, a lista será atualizada no sítio e novas mensagens eletrônicas serão enviadas aos sindicalizados que têm endereços virtuais cadastrados na secretaria da seção sindical. Também enviaremos carta a cada um dos nossos sindicalizados informando da liberação.

Douglas Pereira

ADUFRJ-SSIND MONTA PLANTÃO ESPECIAL PARA ATENDER OS PROFESSORES

Ação da Adufrj-SSind vale para todos os professores, sindicalizados ou não

No Acórdão da sentença, a Juíza entendeu que nosso sindicato representa toda a categoria e estendeu os benefícios da ação a todos os professores da UFRJ, sindicalizados ou não. A Caixa Econômica não contestou esta decisão. Mas a assessoria jurídica da seção sindical alerta que este procedimento não é automático para todas as ações. Em algumas, apenas os sindicalizados são representados, em outras apenas os que fornecem procuração explícita são incluídos.

Beneficiados não pagarão honorários

Outra boa notícia é que os beneficiados pela ação da Adufrj-SSind não pagarão honorários relativos à ação do FGTS e que o saque dos respectivos valores deverá ser feito diretamente na Caixa, por cada beneficiado.

Continua na página 3

Editorial

As eleições passarão, nós... passarinho.*

Se no primeiro turno das eleições de 2006 repetiu-se a disputa PT x PSDB, tal como em 2002, neste segundo turno que se aproxima, do ponto de vista do eleitor, a situação é bastante diferente.

Em 2002, tivemos uma eleição marcada pelo desejo de mudanças: na política econômica, na reversão da grave situação de desemprego, no aumento dos salários, dos investimentos em educação, saúde, segurança pública, infraestrutura e, principalmente, de uma nova forma de fazer política e das lideranças que dirigissem o país. Em 2006, não são estas as expectativas, pelo menos em nosso meio universitário.

Claro que existem diferenças entre Lula e Alckmin e seus eleitores, que não mostram diferenças no essencial: o pagamento da dívida externa, o significado do modelo do agronegócio, o papel do capital externo para o país ou em uma política para educação, ciência e tecnologia que pretenda um país soberano e uma sociedade mais igualitária. Ou seja, vivemos um momento político importante cujo conteúdo foi deliberadamente esvaziado. Para justificar tal ou qual opção, restam argumentos de ordem moral, tal como quem é mais ou menos corrupto, ou o medo do "avanço conservador", que leva ao voto em Lula.

Certamente, existem interpretações para explicar essas lógicas eleitorais. Mas a constatação do fato já é preocupante. Significa que não haverá nenhum avanço importante nas questões fundamentais para os destinos do país. Portanto, o resultado desta eleição, seja ele qual for, já aponta para a vitória da manutenção do atual sistema de hegemonia política, sem possibilidade de mudanças. É neste cenário que devemos analisar a questão do voto no segundo turno. Retroceder ao período do tucanato? Ignorar os quatro anos do governo Lula? Abster-se? Nenhuma opção parece plenamente satisfatória. É claro que sempre existem as opções do "menos ruim" ou do voto útil. Mas, por aí, também não se pode esperar um horizonte promissor.

No meio de tantas dificuldades e incertezas, temos uma certeza. As eleições passarão. E talvez a questão mais importante não seja a do voto no segundo turno, mas, ao menos para aqueles que defendem um país com justiça social, a necessidade de encontrar e somar esforços para termos novas opções políticas realmente transformadoras.

* À M. Quintana

Agenda Sindical

12 e 13/10 - Reunião do Setor das Particulares do Andes-SN
Brasília (DF)

14/10 – Reunião do GT Carreira do Andes-SN
Brasília (DF)

15/10 – Reunião do GT Carreira conjunto Andes-SN/Sinasefe
Brasília (DF)

19/10 – Seminário Ciência e Tecnologia: Política e Produção do Conhecimento
João Pessoa (PB)

19/10 – Reunião do Grupo de Trabalho de Carreira do MEC
Brasília (DF) – para estudar proposta de carreira para o magistério de 1º, 2º e 3º graus.

20 e 21/10 - Reunião do GT Verbas
Brasília (DF)

20 a 22/10 – XIII Plenária do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação: Políticas Públicas e Organização Social
Florianópolis (SC)

21 e 22/10 – Reunião do Setor das Estaduais do Andes-SN
Cascavel (PR)

22/10 – Encontro de Educadores
São Paulo (SP) – com organização da Conlutas

23 a 25/10 – Seminário "Organizar a Luta contra as Reformas Neoliberais"
São Paulo (SP) – com promoção da Conlutas

26/10 – Reunião da Coordenação Nacional da Conlutas
São Paulo (SP)

11 a 15/11 – Reuniões das Coordenações de GTs e Setores
Brasília (DF)

Anote

"Os cronistas de Momo"

A Editora UFRJ fez o lançamento do livro "Os cronistas de Momo – imprensa e Carnaval na Primeira República", de Eduardo Granja Coutinho, professor da Escola de Comunicação (ECO), no último dia 5.

Ao longo da Primeira República, o Estado reprimiu as manifestações festivas de origem popular e negra e tentou impor padrões civilizatórios europeus. Apesar disso, aos poucos, elas acabaram incorporadas à cultura nacional. A obra discute o papel dos "cronistas de Momo", que desenvolveram um gênero jornalístico - a crônica carnavalesca – com impacto não apenas sobre a festa, mas também sobre a imprensa brasileira.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Professor pode aceitar acordo imediato da Caixa ou aguardar o término da execução da ação

Caixa oferece totalidade do crédito mais 0,5% mensal de juros de mora

A Caixa Econômica Federal apresentou à seção sindical uma proposta de acordo para pagamento imediato da ação que inclui a totalidade do valor do crédito acrescido de 0,5% mensal a título de juros de mora. Este não é, no entanto, o valor estabelecido na ação e a assessoria jurídica da entidade organizou um Plantão Especial para auxiliar a cada um dos professores no cálculo do valor de fato devido conforme a ação.

A assessoria jurídica iniciou os plantões na última segunda-feira, dia 9, nos *campi* da Praia Vermelha e Fundão e nas unidades isoladas IFCS e Colégio de Aplicação. O Plantão Especial será também um espaço para os devidos esclarecimentos ou encaminhamentos para o professor que optar pela adesão imediata ao acordo proposto pela Caixa Econômica.

Os professores que não quiserem aderir ao acordo têm garantido o direito ao pagamento da ação, já transitada em julgado. A diferença é que receberão os valores de fato devidos pela ação, mas deverão aguardar o tempo, ainda indefinido, da tramitação da execução do pagamento da ação pela Caixa Econômica.

Todos devem comparecer ao Plantão do Jurídico

É importante também o comparecimento dos professores que não desejam aderir ao acordo proposto pela Caixa, já que é necessária a entrega de vários documentos (fotocópia da identidade, do CPF, de um comprovante de residência e assinatura da procuração, a ser feita no local do plantão) para prosseguir na execução dos valores devidos.

Conforme estabelecido entre a Adufrj-SSind e a Caixa Econômica Federal, os termos de adesão ao acordo serão encaminhados sempre às segundas-feiras, com o pagamento previsto para até 30 dias a partir da entrega do termo assinado pelo professor.

Confira ao lado os locais e horários dos próximos plantões especiais da assessoria jurídica para o pagamento do FGTS.

Ação data de 2000

A ação que garantiu a liberação das diferenças devidas das contas de FGTS por conta dos planos econômicos Verão e Collor I (1989 e 1990) foi aprovada em Assembléia Geral dos docentes da UFRJ e encaminhada à justiça na gestão da diretoria do biênio 1999-2001 da seção sindical. Para a atual diretoria, que deu suporte aos desdobramentos da ação do FGTS chegando esse ano à sua conclusão, é importante valorizar essas e outras lutas encaminhadas pelas gestões anteriores. "Essa vitória do FGTS, apesar de ser uma vitória jurídica, reforça a importância da manutenção de uma entidade sindical combativa e que representa toda a categoria frente a desmandos de governos e outras instituições", comenta a atual vice-presidente da Adufrj-SSind, Vera Salim.

Plantão Jurídico Especial FGTS

A atualização dos locais e horários nas semanas seguintes será disponibilizada em www.adufrj.org.br.

FUNDÃO: 8h30 às 16h – Centro de Tecnologia
16/10 – (8:30 às 11:30) Salão Nobre da Decania do CT (Bloco A)
17/10 – (8:30 às 11:30) Salão Nobre da Decania do CT (Bloco A)
17/10 – (13:30 às 16:00) Salão Nobre da Decania do CT (Bloco A)
19/10 – (8:30 às 11:30) Salão Nobre da Decania do CT (Bloco A)
19/10 – (13:30 às 16:00) Salão Nobre da Decania do CT (Bloco A)

FUNDÃO: 8h30 às 16h – CCS
16/10 – (13:00 às 16:00) - Auditório da Biblioteca Central (Bloco L)
18/10 – (8:30 às 12:00) - Auditório da Biblioteca Central (Bloco L)

PRAIA VERMELHA: 15h às 20h (Av. Pasteur, 250)
16/10 – Auditório do CFCH
17/10 – Auditório do CFCH

IFCS: 15h às 20h (Largo de São Francisco, nº 1)
20/10 – Sala 106

Professores que não tiveram as contas localizadas

É importante frisar que, pela ação ganha pela seção sindical, é devida a correção de qualquer conta de FGTS que tenha tido saldo em 01/03/89 e/ou 02/05/90.

E, alguns casos, Caixa Econômica não localizou nenhuma conta de FGTS com saldo naquelas datas ou sem dados, o que pode ter ocorrido por diversos motivos.

- data de posse na UFRJ após maio/90;
- professor regido pelo Estatuto do Funcionalismo Público desde a data da posse;
- não ter tido nenhum contrato regido pelo sistema da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho;
- nenhuma conta vinculada no período de 01/03/89 e 02/05/90, mesmo em outro empregador;
- erro no cadastro da CPF quanto ao número do PIS/PASEP ou Carteira de Trabalho;
- mudança de nome em virtude de casamento ou divórcio;
- cópia do extrato que a Caixa Econômica possui não está legível ou não foi informada conta vinculada para a data de admissão informada (o antigo banco depositário pode não ter feito a migração da conta do FGTS para a CEF);
- divergência de dados informados e aqueles que constam no cadastro da CEF, ou outro motivo;

Nesses casos, se o professor manteve contrato de trabalho regido pela CLT e conta vinculada com saldo do FGTS em 01/03/89 e/ou 02/05/90 deverá comparecer ao Plantão Jurídico especial até o dia 10/11/06 (veja locais e horários nesta página), munido dos seguintes documentos

- fotocópia: Pis/Pasep, CPF, carteira de trabalho (fl. da foto, qualificação, contrato(s), opção pelo fundo e alteração RJU)
- fotocópia do extrato do FGTS no período
- Quem tiver alteração de nome, deve enviar certidão comprobatória (casamento, averbação de divórcio)
- No caso de falecimento do servidor: atestado de óbito, declaração de dependente do INSS ou de pensionista, contracheque de pensionista, identidade do dependente ou pensionista, e os documentos listados no item 1 a 3 em nome do servidor falecido.

O não comparecimento no Plantão Jurídico munido da documentação acima até o dia 10/11/06 impedirá a permanência do(a) professor(a) no processo.

Anote

"Novos" modelos de gestão na Saúde
No dia 25 de outubro, no auditório 91 (9º andar) do prédio da Uerj, acontece o *Encontro do Controle Social para a Discussão dos "Novos" Modelos de Gestão na Saúde*, às 13h30. Esta proposta surgiu no Fórum de Saúde que se reúne naquela universidade com representantes dos Conselhos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, trabalhadores de Saúde, alunos e professores, entre outros, envolvidos na luta pela Saúde.

Cinema no CCMN
O Centro Cultural Professor Horácio Macedo do CCMN recebe, dentro do projeto "Cinema ao meio-dia", os filmes "Abril despedaçado", de Walter Salles, no dia 30; e "Carlota Joaquina", de Carla Camurati, no dia 31. As projeções acontecem no Salão Nobre da decania.

Exposição de Paleontologia
Entre os dias 16 e 20, no Centro Cultural Professor Horácio Macedo, haverá uma mostra de paleontologia intitulada "Caminhos da Pré-história no Brasil", no Corredor de Exposição, de 9h às 17h. No mesmo horário, só que no anfiteatro local, ficará exposta a reconstituição do esqueleto do *Carodnia Vieirai*, o mais antigo mamífero da América do Sul.

Mostra Ver Ciência
Nos dias 16 e 17, o Salão Nobre da Decania do CCMN apresentará vídeos de curta duração, na programação da Mostra Ver Ciência 2006, a partir do meio-dia.

UFRJ

Congresso institucional debate extensão universitária

Com mais de mil inscritos e 236 trabalhos aprovados para apresentação, o 3º Congresso de Extensão da UFRJ chamou a atenção em grande estilo para essa importante parte da vida acadêmica, freqüentemente esquecida em função do ensino e da pesquisa. Para a pró-reitora Laura Tavares, esses números já são resultado da implantação do Pibex (Programa Institucional de Bolsas de Extensão), criado pela reitoria em outubro do ano passado com a distribuição de cerca de 500 auxílios por toda a universidade. "Esse programa propiciou um incremento dos projetos. Até dos que estavam registrados, mas não estavam acontecendo de fato, renasceram. E surgiram novos também", contou. "Esse congresso é um marco ao dar maior visibilidade à extensão da UFRJ e é uma oportunidade para mostrar a qualidade desses trabalhos acadêmicos", completou Laura Tavares.

Pela primeira vez, o Congresso de Extensão aconteceu em espaço da universidade. Os dois primeiros (em 1999 e 2001, este último realizado durante a greve nacional dos docentes) foram realizados, respectivamente, no Iate Clube do Rio de Janeiro e no prédio do BNDES.

Além disso, o Congresso pautou grandes temas em discussão nas universidades públicas, como formação de professores; comunicação e cultura; políticas transversais para difusão do conhecimento; e acesso e permanência de jovens de origem popular na universidade pública. "A extensão mostra assim que não está alienada com relação aos grandes problemas da universidade brasileira", comentou a pró-reitora.

Fotos: Kelvin Melo

MESA DE ABERTURA DO EVENTO

Câmara de Extensão

O ato final do Congresso teve tudo a ver com o tema central proposto (A Institucionalização da Extensão na UFRJ): foi discutida a criação de uma Câmara de Extensão. Segundo esclareceu Laura Tavares, como o Plano de Desenvolvimento Institucional da reitoria prevê a unificação dos colegiados acadêmicos, os organizadores resolveram se adiantar ao que está sendo discutido na universidade. Em vez de um colegiado de extensão, a nova instância voltada para os temas da extensão já surgiria como uma câmara, inicialmente vinculada ao Consuni, posteriormente vinculada a este colegiado unificado. Enquanto o Fórum, em funcionamento desde a segunda metade do primeiro semestre deste ano, apresenta participação ampla, para debates sobre a área, a Câmara teria o poder decisório nos temas extensionistas. "E, além da comunidade interna, terá representação da comunidade externa e parceiros dos projetos". Mas é bom ressaltar que a proposta, como se trata de modificação estatutária, ainda dependerá de aprovação no Consuni.

Com a Câmara estabelecida, o objetivo seria regulamentar também a extensão como captação de recursos para a universidade, em relação a consultorias e cursos pagos. Mas a pró-reitora fez questão de informar que essa parte da extensão não faz parte das prioridades do projeto de extensão que está sendo organizado.

O que a ciência pode fazer pela sociedade?

Ricardo Kubrusly

Esta pergunta tem sido sistematicamente respondida em diversas vias. Temos, principalmente, a transformação de ciência em artefatos via tecnologia e temos, por um prisma extensionista, a tão propalada divulgação científica. Esta atividade trata de como explicar as "maravilhas" científicas para leigos, para poetas, músicos, todos leigos e supostamente sedentos de "verdades" científicas. Por esse viés extensionista, a pergunta que também não pode deixar de ser formulada é: o que a sociedade pode fazer pelas ciências?

Partindo do pressuposto que, se leigos, não somos necessariamente ingênuos e/ou infantis, gostaríamos de ver a ciência mais comentada do que divulgada, pela sociedade.

Corremos, nesses dias de unanimidades, o risco de ver as ciências transformadas em "novas" religiões, onde seus pensamentos serão impostos doutrinária e peremptoriamente sem críticas ou comentários.

É papel imprescindível para o professor pesquisador extensionista o de expor-se e a ciência aos comentários e críticas dos diversos saberes que coabitam a sociedade.

A divulgação pura e simples que é hoje empregada deve dar lugar a uma conversa de várias mãos, várias opiniões, vários pontos de vista, para que a ciência se re-posicione pela dúvida no seu fazer interrogativo.

* Coordenador de Extensão do CCMN e diretor da Adufrj-SSind

Desafio para pró-reitora seria combinar demandas não homogêneas com interesses da universidade

Terceira edição do evento acontece após cinco anos da anterior

No 3º Congresso de Extensão da UFRJ, foram abordadas as políticas para esta área acadêmica. Segundo a pró-reitora Laura Tavares, o grande desafio da extensão é saber como combinar as demandas da sociedade (que não são homogêneas) com os interesses da universidade (que também não são homogêneos). "Mas uma universidade pública, sobretudo federal, não pode deixar de participar dos grandes desafios nacionais", afirmou.

A pró-reitora defende que, para enfrentar a complexidade dos problemas brasileiros, a universidade tem que avançar na luta contra a fragmentação institucional, sempre em busca da interdisciplinaridade: "Acredito que a extensão tem ocupado um papel central contra essa fragmentação, integrando saberes e práticas", comentou.

Apesar disso, um grande obstáculo para essa integração de saberes tem sido, no entendimento da professora, a onda de política neoliberal, que não deixou incólume a universidade. Ela criticou o produtivismo acadêmico, pelo qual mais vale mais publicar algo em inglês numa publicação estrangeira do que um capítulo de livro em português sobre problemas ligados à América Latina. "É obrigação nossa, não é nenhum favor, participar da formação inicial e continuada de nossos professores, da popularização da ciência, do enfrentamento dos problemas nacionais, da discussão do acesso e permanência de jovens de origem popular na universidade pública", disse.

Mais especificamente em relação à UFRJ, a dirigente universitária falou sobre a necessidade de que a comunidade acadêmica reconheça sua responsabilidade na modificação das condições de vida do entorno. Ao mesmo tempo em que desenvolve propostas que representem mudanças mais amplas: "O desemprego na Maré não depende exclusivamente de ações locais na Maré. Depende de políticas regionais e nacionais integradas com as locais. É preciso ter isso claro sob pena de estarmos enganando a população", esclareceu

MEC divulgou seus programas de extensão

Diretor do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior, Celso Carneiro Ribeiro (MEC) classificou o papel da extensão como um elemento transformador: "É uma via de mão dupla, que traz para a universidade as demandas da sociedade e leva de volta os resultados conseguidos da forma mais rápida", afirmou. Celso Ribeiro destacou o Programa de Apoio à Extensão Universitária Voltado às Políticas Públicas (Proext) como a principal iniciativa do MEC nessa área.

APRESENTAÇÃO CULTURAL NUM INTERVALO DO CONGRESSO

Segundo sua definição, o Proext abrange programas e projetos de extensão universitária com ênfase na inclusão social. Existe há quatro anos e, em seu primeiro ano (2003), possuía uma dotação de R$ 4,5 milhões. Nos dois anos seguintes, subiu para R$ 6 milhões. Só que em 2006, o valor voltou a cair para R$ 4,5 milhões. Na justificativa do representante do MEC, a diminuição ocorreu por conta da legislação eleitoral, que não permite o repasse de verbas federais para as instituições estaduais também apoiadas pelo programa.

O dirigente explicou que cada projeto pode receber até R$ 30 mil, enquanto um programa (definido como um conjunto de projetos articulados) chega a ser financiado no limite de R$ 80 mil. Mas as condições de participação no edital do Proext são bastante limitadas: cada instituição só pode concorrer com um máximo de dois programas e dois projetos.

Em seguida, o dirigente do ministério listou os números do projeto: em 2003, foram 89 programas e projetos aprovados; em 2004, 159; em 2005, 168; e em 2006, estava para começar a fase de análise das propostas. Em 2005, o Proext contemplava 81 instituições. Celso Ribeiro informou também que foi recentemente assinado um acordo de cooperação com o Ministério das Cidades para capacitação de quadros, o que deve gerar um aporte extra de R$ 1,5 milhão para a área de extensão, embora com um edital diferenciado do Proext.

Popularizando a ciência

Diretor do Departamento de Popularização da Ciência do MCT, Ildeu de Castro Moreira também justificou a atuação deste ministério na área de extensão. Segundo ele, a importância dessa parte acadêmica ainda não foi consolidada nas universidades brasileiras. Ele contou que as instituições universitárias, quando do seu surgimento na Europa, tinham muito de extensão. De acordo com Ildeu, era muito comum os professores se juntarem para oferecer um curso diretamente à sociedade. No Brasil, onde a educação superior nasceu muito elitista, isso não aconteceu. A extensão ficou relegada a segundo plano, atrás do ensino e da pesquisa. "Nós temos de quebrar isso. Nós fazemos um trabalho importante", comentou.

O professor também considera o papel da extensão como uma forma de retroalimentação da própria universidade, em seu ensino e pesquisa, ao atender as demandas da sociedade. E destacou-a para a formação cidadã dos estudantes. "Ele ganha uma visão mais ampla da sociedade em que vive. Todo estudante tem maiores chances de se aprimorar, se estiver envolvido em alguma atividade de extensão".

Extensão para todos e não para os que podem pagar

Gabriel Rodrigues Daumas Marques*

Entre os dias 4 e 6 de outubro, pude participar como monitor do 3º Congresso de Extensão da UFRJ. Como bolsista de extensão, foi importante conhecer outros projetos e discutir sobre o tema a fim de ampliarmos e fortalecermos os laços do componente da tríade universitária que historicamente tem sido o "patinho feio".

As atividades do evento foram bastante importantes, mas gostaria de destacar as apresentações culturais – como o Coral, os Violões da UFRJ e a Cia. Folclórica – onde pudemos estabelecer os melhores espaços de debates e trocas entre os congressistas. Deixo minhas críticas às estruturas de composição das mesas, que ocuparam o maior espaço de tempo, oferecendo poucas oportunidades de diálogo entre os participantes.

Para finalizar, creio que o Congresso tenha ajudado a enfrentarmos dois problemas da extensão: de ser tratada como assistencialismo e de ser oferecida através da cobrança de taxas. É preciso um maior envolvimento da comunidade acadêmica perante o tripé universitário, voltando a produção do conhecimento, de maneira crítica e reflexiva, para toda a população, e não apenas para quem pode pagar para ter acesso.

* Aluno do 7º período de Licenciatura em Educação Física, integrante do Centro Acadêmico de Educação Física e Bolsista do Projeto Conexões de Saberes

UFRJ

Quadro desolador da educação

Na UFRJ, CCMN mostra intensa atividade no setor

O 3º Congresso de Extensão da UFRJ também tratou da formação de professores. As dificuldades enfrentadas para a capacitação, tanto pelos próprios docentes como pelas universidades, a legislação do setor e o ensino a distância foram alguns dos itens abordados.

Coube à decana Ângela Rocha relatar a experiência do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) na área de formação de professores. Mas, antes disso, a professora apresentou um quadro desolador da educação no país e no estado do Rio.

Nas escolas, faltam desde recursos materiais até professores qualificados. Os professores são desvalorizados pelos governos, apesar de a categoria desfrutar de enorme prestígio junto à população. Além disso, os docentes ainda sofrem com várias incertezas pedagógicas, em função de constantes reformas educacionais, anunciadas ou efetivadas, o que se reflete na ausência de renovação dos quadros. "Fazendo uma estimativa entre os professores que precisamos para a rede hoje e dos que são formados por nossas universidades (públicas e privadas), existirá um déficit na próxima década de 250 mil professores para o Brasil inteiro", alertou Ângela.

No Rio de Janeiro, só em relação ao ensino médio, são cerca de 1350 escolas estaduais e 50 municipais ou federais, entre elas o CAp-UFRJ. Faltam professores em todas as disciplinas, mas, em especial, docentes de Física, Química e Geografia. "Para se ter uma idéia, no estado do Rio inteiro, segundo dados de março de 2004, existem 626 professores de Física formados em Física dando aulas. Mais de 90% deles no Grande Rio. Na região norte do Rio, existem 10! Isso significa que existem professores de Física em exercício com formações das mais diversas", comentou.

Kelvin Melo

DECANA ÂNGELA ROCHA FALA AO CONGRESSO DE EXTENSÃO

Para capacitação dessa massa docente, as dificuldades são várias, uma vez que a maioria precisa atuar em várias escolas para melhorar o salário e as administrações não liberam horário para aperfeiçoamento de seus quadros.

Desafios

A decana defende a ampliação da oferta de vagas nas universidades para a formação desse enorme contingente de professores. "Eu não estou fazendo a propaganda da plataforma do Cristovam Buarque, até porque já estamos no segundo turno, mas realmente temos que encarar a Educação como agente transformador", brincou. Estimular escolas em sua autonomia, levando em conta sua realidade, a desenvolverem seu próprio Projeto Político-pedagógico, investir na formação inicial e continuada dos professores e ativar a comunidade de cada escola a participar da construção desse projeto são alguns objetivos que a decana entende como fundamentais.

Para Angela, a formação dos professores pela universidade é a atividade que tem o maior efeito retroalimentador do sistema. "Nós formamos professores que vão formar os nossos futuros alunos", disse.

O CCMN tem sob sua responsabilidade as licenciaturas ditas científicas: Física, Matemática, Química e Geografia. E foi o primeiro Centro da UFRJ a estabelecer, em 1993, as licenciaturas em regime noturno. A decana explicou o por quê. Na década de 70, eram formados, em média, 30 professores para cada disciplina ao ano. "Em 1985, formamos zero. E em anos próximos, algo próximo disso. Claro que os baixos salários e desvalorização da carreira influenciaram esses números, mas nossos licenciandos são pessoas que precisam trabalhar. Então, tendo em vista esse panorama, implantou-se o regime noturno", afirmou. A decana não deixou de lembrar que essa iniciativa luta até hoje contra todo tipo de adversidades, como a segurança e o transporte. "Somos mil pessoas em um ilha de 4 milhões de metros quadrados à noite", afirmou. Depois, o Instituto de Biologia também implantou seu curso de Licenciatura noturno.

Também na pós-graduação, implantou-se em março deste ano, o curso de mestrado em Ensino de Matemática. "Estamos com 400 inscrições para o próximo curso. E também há projetos do Instituto de Física e do Instituto de Química para os professores em serviço", contou.

O CCMN também atua em programas de formação continuada de professores desde a década de 80 e a professora comentou alguns deles, como o projeto Fundão. "Talvez o mais antigo projeto de extensão da UFRJ ainda em atividade", disse. Segundo ela, o desenvolvimento permanente desse tipo de programa serve como embrião para a possível criação, na UFRJ, de um Centro de Excelência voltado para a formação inicial e continuada de professores da educação básica.

Representante do governo diz que ação do MEC é 'complementadora'

Diretora do Departamento de Ensino Médio do MEC, Lúcia Lodi destacou que a busca da legitimidade para a universidade brasileira exige o fortalecimento das políticas de extensão. "É por aí que se democratiza o acesso à produção acadêmica. Mas nem sempre a extensão ocupa lugar de destaque", lamentou. Dentro desse contexto, a dirigente do ministério defendeu que a formação de professores é uma das questões centrais da política educacional brasileira. "Penso que é possível improvisar condições materiais para o processo de ensino e aprendizagem, mas não se improvisa um professor", observou.

Segundo ela, o papel no MEC é apoiar o sistema de ensino médio e fundamental, cuja responsabilidade é dos estados e municípios. "Nossa ação é complementadora", disse, acrescentando que o governo dispõe de uma parte própria do sistema, constituída pela rede profissional e tecnológica e pelos colégios de aplicação.

Os problemas para a formação docente passam pelo atual padrão de financiamento da educação básica. "Hoje só se assegura o ensino fundamental. Trata-se do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental), que não cobre o ensino médio e o ensino infantil", disse a representante do governo, não deixando de dizer que o Congresso Nacional tem na pauta a proposta do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), que ampliaria o financiamento para as áreas hoje descobertas.

Anote

Música no Forum
O Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ recebe, no dia 19, dentro do projeto "Música no Fórum", os vencedores do Concurso Jovem Destaque. O evento começa às 19h, no Salão Dourado.

Economia do Cinema
No dia 20, às 11h, haverá o I Seminário sobre Economia do Cinema, no Salão Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura. O evento pretende reunir acadêmicos, empresários e autoridades reguladoras para discutirem os problemas e perspectivas da cadeia produtiva cinematográfica. Mais informações podem ser conseguidas no telefone 3873-5237.

Arte contemporânea
No dia 27, às 13h, o Salão Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura vai receber o debate "Que é arte contemporânea?" Mais informações pelo telefone 3873-5077.

Fórum na Tela
Dentro do projeto "Forum na Tela", o Salão Moniz de Aragão do Fórum de Ciência e Cultura, receberá.o IV Ciclo de Cinema e Dança. Será exibido o filme "O baile", de Ettore Scola, que será seguido de palestra com o tema "Dança e comportamento". O evento, no dia 31, começa às 18h.

UFRJ

NESC lança portal sobre Assédio Moral

No último dia 6, na subsede do Sintufrj no HU, o Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva (NESC/UFRJ) lançou o Portal Assédio Moral (www.nesc.ufrj.br/assediomoral/). A página eletrônica vai divulgar informações sobre o Assédio Moral no Trabalho com orientações sobre a legislação referente ao tema, depoimentos de vítimas, fóruns de discussões, entrevistas e relatos de casos concretos. Coordenado por Marisa Palacios e Luciene Lacerda, o Portal está inserido nas atividades de um Grupo de Pesquisa que estuda o assédio moral no âmbito dos profissionais de saúde.

No lançamento estiveram presentes as coordenadoras do projeto, o Superintendente Geral da PR-4, Roberto Gambine, a diretora da Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST/UFRJ), Vânia Glória de Oliveira; a diretora do NESC, Letícia Legay; o representante do Sintufrj Huascar da Costa Filho; e as convidadas Terezinha Souza e Lílian Batalha.

Em seu depoimento, Terezinha Souza trouxe contribuições que adquiriu em sua experiência como pesquisadora em Psicologia Social e como coordenadora do Portal Assédio Moral, que divulga informações sobre o assédio moral no Brasil. Lílian Batalha, autora do livro *Assédio Moral em face ao servidor público*, apresentou um estudo sobre as diversas modalidades deste tipo de assédio, o perfil do assediador e do assediado e os sintomas físicos e psicológicos que as vítimas desenvolvem.

Marisa Palacios e Luciene Lacerda informaram que o Portal vai ser utilizado também como instrumento de pesquisa para o estudo do mapeamento do Assédio Moral entre os profissionais de saúde. Ressaltaram também que será garantido o sigilo das pessoas que quiserem contribuir com a pesquisa fornecendo relatos pessoais.

O que é assédio moral

O assédio moral no trabalho é definido como um processo de intimidação/humilhação, direcionado a um trabalhador ou grupo de trabalhadores, caracterizado por ações que, por sua repetição, levam a vítima a um processo de descrédito de si. Pode culminar na perda da auto-estima e outros sérios agravos, às vezes irreversíveis, à saúde física e mental.

Os atos violentos podem passar despercebidos uma vez que ocorram isoladamente, pois o que caracteriza este tipo de violência é justamente o fato de ser praticada sistematicamente, insidiosamente, e é essa forma insidiosa que vai minando a identidade da pessoa.

Saiba mais...

O termo "assédio moral" (no ambiente de trabalho) surgiu em setembro de 1998, quando a psicanalista e vitimóloga francesa Marie-France Hirigoyen lançou, na França, um livro, publicado no Brasil em 2000, sob o título "Assédio Moral: a violência perversa no cotidiano".

Outras definições

Marie-France Hirigoyen (pesquisadora francesa, psiquiatra, psicanalista)

"Toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou a integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho. É um fenômeno destruidor do ambiente de trabalho, pois não só diminui a produtividade, como também favorece o absenteísmo, devido aos desgastes psicológicos que provoca".

Heinz Leymann (médico alemão e pesquisador na área de psicologia do trabalho)

"Assédio moral é a deliberada degradação das condições de trabalho através do estabelecimento de comunicações não éticas (abusivas), que se caracterizam pela repetição por longo tempo de duração de um comportamento hostil que um superior ou colega desenvolve contra um indivíduo que apresenta, como reação, um quadro de miséria física, psicológica e social duradoura".

Margarida Barreto (médica do trabalho, professora universitária e escritora)

"O assédio moral é revelado por atos e comportamentos agressivos, que visam a desqualificação, a desmoralização profissional, a desestabilização emocional e moral do (s) assediado (s), tornando o ambiente de trabalho desagradável, insuportável e hostil".

Sônia A. C. Mascaro Nascimento (Doutora em Direito do Trabalho pela USP)

"Um dos elementos essenciais para a caracterização do assédio moral no ambiente de trabalho é a reiteração da conduta ofensiva ou humilhante, uma vez que, sendo este fenômeno de natureza psicológica, não há de ser um ato esporádico capaz de trazer lesões psíquicas à vítima. Como bem esclarece o acórdão proferido no TRT da 17ª Região, "a humilhação repetitiva e de longa duração interfere na vida do assediado de modo direto, comprometendo sua identidade, dignidade e relações afetivas e sociais, ocasionando graves danos à saúde física e mental, que podem evoluir para a incapacidade laborativa, desemprego ou mesmo a morte, constituindo um risco invisível, porém concreto, nas relações e condições de trabalho".

Fonte: www.nesc.ufrj.br/assediomoral/

Resenha

Mundo precisa de 18 milhões de novos professores

O mundo precisará de pelo menos 18 milhões de novos professores nos próximos nove anos, para garantir o acesso universal ao ensino básico, destaca mensagem divulgada pelas Nações Unidas. A Unesco calcula que existam no mundo quase cem milhões de crianças fora da escola. A maioria delas estaria atualmente submetida ao trabalho infantil. Os países da África subsaariana são os que têm o maior desafio diante de si, pois terão que aumentar em 68% o número de professores nos próximos dez anos para cumprir o objetivo de escolarizar todas as crianças, segundo a Unesco (O Estado de S. Paulo, 5/10).

Unicamp completa 40 anos sob protestos

A Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) completou 40 anos de fundação no último dia 5 sob protesto de um grupo de alunos e diante de desafios, entre eles o de ampliar vagas, equacionar a sua capacidade de investimentos e resolver a expansão física do *campus*. A universidade promoveu uma série de atividades de comemoração. Ao mesmo tempo, um grupo de ao menos 200 alunos protestou à tarde com faixas e tambores em frente ao Conselho Universitário. Os estudantes cobraram mais verbas para universidades públicas, além de melhores condições estruturais, como a ampliação do restaurante universitário e da moradia estudantil (Folha *Online*, 5/10).

O lucro dos bancos

Os bancos lucraram 43% a mais no primeiro semestre deste ano do que o registrado no mesmo período do ano passado. Segundo levantamento do Banco Central, os ganhos do setor somaram R$ 22,2 bilhões. Para o BC, uma mudança na legislação tributária reduziu a despesa dos bancos com impostos e impulsionou o lucro do sistema financeiro no primeiro semestre deste ano (Folha de S. Paulo, 6/10).

Sem terra ameaçados em fazenda de Janene

As 200 famílias do MST acampadas na Fazenda Três Jota, do deputado federal José Janene (PP-PR), suspeito de ser um dos "mensaleiros", no distrito de Guaravera, em Londrina (PR), sofrem ameaças com disparos de armas de fogo e perseguição por pistoleiros. Todos os casos foram registrados na Delegacia de Polícia de Londrina. A fazenda de Janene, com cerca de 144 hectares, foi ocupada em 15 de setembro pelo movimento. O MST exige que essa e outras fazendas do deputado sejam destinadas à Reforma Agrária e que o mandato do deputado Janene seja cassado (www.mst.org.br, 6/10).

Opinião

Montagem a partir de imagens da internet

Sem opção eleitoral / com opção política

Osvaldo Coggiola

Embora com 48%, Lula foi derrotado no primeiro turno. Dez dias antes da eleição, registrava uma vantagem de 13 pontos sobre Alckmin, e vencia já no primeiro turno. As expectativas políticas no Brasil deram uma virada, e também na América Latina. Hugo Chávez chegou ao ponto de denunciar os "partidos de esquerda" que teriam "jogado para o inimigo". Mas agora quer que a Frente de Esquerda de Heloísa, e o PDT, de Cristovam Buarque, votem em Lula no segundo turno, porque "é importante a unidade de toda a esquerda". Esquece que foram expulsos do PT, ou forçados a sair, para não se verem envolvidos nos escândalos da corrupção.

Ainda se Lula vencer no segundo turno, e reter a presidência, ele encarou a campanha eleitoral como derrotado. Pesam os novos escândalos e a crise com Bolívia: uma crise de conjunto. O governo que dominou a crise financeira de 1999-2002, e impôs um retrocesso aos movimentos populares, enfrenta a perspectiva de seu total esvaziamento.

A crise deverá afetar o próximo governo Lula, em caso de vitória eleitoral. Para os que ficaram paralisados durante todo seu primeiro mandato, pelo temor de um retorno da direita neoliberal, Lula e o PT demonstraram que são os responsáveis pela ressurreição do PSDB, que estava morto (os caciques deste partido sabotaram a campanha de Alckmin). Já se sabe que, num segundo mandato, Lula vai lotear seu gabinete com os partidos burgueses que o apoiaram, com o PT convertido em figura decorativa. Com a renúncia de Berzoini e quejandos, envolvidos no último caso de corrupção, nada resta do aparato tradicional que manejou o caixa 2 do PT.

O futuro governo (de Lula ou não) deverá enfrentar os desequilíbrios deixados pelo primeiro mandato, a dívida pública que continua pagando juros estratosféricos; o setor agrário falido pelo seu alto endividamento e pelo câmbio desfavorável; a tendência do capital em geral para reduzir custos com demissões massivas, flexibilização trabalhista, terceirização e novas "reformas" contra os direitos dos trabalhadores.

O PSOL e a Frente de Esquerda, que oscilaram ao redor de 9% das intenções de voto, chegando até 12%, obtiveram finalmente 6%. A derrubada de Lula na fase final foi, portanto, capitalizada inteiramente por Alckmin. Segundo a *Datafolha*, dos quase 10 milhões de votos obtidos por Heloísa Helena, Cristovam Buarque e outros, pouco mais da metade migraria para Alckmin. Ou seja, contra as expectativas de Chávez, o eleitorado da esquerda votaria pela direita. Surpreendente? Os pontos essenciais do programa de Heloísa (não do PSTU, claro) eram equivalentes aos de Alckmin: desvalorização monetária, redução das taxas de juros e, claro, a "ética" (ô, ética! quantos crimes se cometem em teu nome!). Heloísa defendeu, claro, aumento dos salários, mas começando com uma desvalorização monetária (que os deixaria iguais, embora "reajustados" em reais, para o grande capital internacional).

Não basta propor apoiar Lula, reclamando o compromisso de não privatizar a Petrobrás, o Banco de Brasil e a Caixa Econômica Federal: a Petrobrás está controlada pelos fundos de pensão (inclusive norte-americanos) e pelas Bolsas de São Paulo e Nova York; BB e CEF são ativos participantes da ciranda financeira que recicla a dívida pública com altas taxas de juros. A Petrobrás é também a ponta de lança dos monopólios petroleiros contra as nacionalizaçoes bolivianas. Não há argumento para apoiar Lula no segundo turno, com compromissos ou sem eles.

Informam os jornais: "Amigos íntimos e políticos do grupo de Serra no PSDB e no PFL mal disfarçam o desconforto com a possibilidade de Alckmin vencer as eleições", "A vitória de Alckmin estava fora também dos planos de FHC, que já se preparava para ser o porta-voz da oposição a Lula", "A um interlocutor, FHC foi claro: "Vamos colocar o Alckmin para perder. E preservar o Serra para 2010"". A balbúrdia é geral, tucana também.

A relação das massas populares com o próximo governo, qualquer que seja, não será a dos quatro anos precedentes. Os trabalhadores urbanos e rurais farão sentir seu peso. Devemos nos preparar para essa perspectiva de crise por cima e ação por baixo. Votar em Alckmin é votar no inimigo. Votar em Lula é votar no coveiro.

*Professor do departamento de História da USP

Assembléia Geral

26/10/2006 (quinta-feira)
Auditório do Centro de Tecnologia *Bloco A*
09:30

Pauta:
Questões Jurídicas
a) Informes
b) Mandado de Segurança contra redução
art. 192/Aposentados
c) Abono Pecuniário 2007
d) Progressão para Associados níveis 2,3,4

Ensino a Distância

Confira cobertura de evento promovido pelo Sindicato Nacional e artigo sobre e a expansão do ensino superior através da tecnologia.
Páginas 4 e 5

Andes-SN

Setor das Federais não visualiza mudança na política econômica independente do eleito no próximo dia 29. Representantes das seções sindicais alertam para a necessidade de mobilização.
Página 8

Só a luta muda a vida!

Melhores ou piores, é a mesma coisa.
A bota que nos pisa é sempre uma bota.
Já compreendereis o que quero dizer:
Não mudar de senhores,
mas não ter nenhum

(Bertolt Brecht)

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 515 24 de outubro de 2006

FGTS

Ação da Adufrj-SSind prossegue apesar de interferência judicial

A ação movida pela Adufrj-SSind para a incorporação da correção de planos econômicos prossegue. Após ter sido transitada e julgada, passamos à fase de execução. Como em outras ações deste tipo, mesmo não cabendo mais recursos, a execução pode ser demorada. A Caixa Econômica Federal propôs um acordo, com redução de parte dos juros que são devidos aos beneficiados e com a liberação mais rápida. A direção da Adufrj-SSind fez uma outra proposta que julga ser melhor para os docentes: cada um dos beneficiados deve optar se aceita a proposta da Caixa ou se continua no processo para a liberação integral de seu saldo. Neste sentido, a Assessoria Jurídica de nosso sindicato está realizando plantões em várias unidades, atendendo e esclarecendo a cada um dos beneficiados. Os que desejam optar pelo acordo com a Caixa assinam um termo de adesão que é encaminhado à Caixa. Após a liberação pela Caixa, cada beneficiado irá diretamente retirar seu saldo do FGTS, não havendo honorários advocatícios.

Advogado com procuração do Sintufrj pede suspensão de nossa ação

No momento em que um número expressivo de professores procurava nossos plantões para encaminhar suas opções, fomos surpreendidos, no último dia 19, pela notificação de uma petição, impetrada em 10 de outubro de 2006 passado, pelo advogado Júlio Romero Pereira, que tem procuração outorgada pelo Sintufrj para representá-lo em ações relativas ao FGTS e que cobra 10% de cada integrante do processo a título de honorários. Este profissional fez uma petição (ver cópia em www.adufrj.org.br) pedindo a "suspensão imediata dos depósitos dos fundistas, para resguardar o direito adquirido e trânsito em julgado do Sintufrj". Esta iniciativa de interferência de um sindicato num processo de outro sindicato é inédita para nós. Felizmente a juíza Marcella Nova Brandão, em 11 de outubro de 2006, negou o pedido de suspensão da execução de nosso processo (ver cópia em www.adufrj.org.br). Porém cancelou a decisão anterior relativa à execução coletiva de nosso processo, estabelecendo que cada autor deveria promover a execução individual da ação. Frente a esta delicada situação, a Assessoria Jurídica e a diretoria da Adufrj-SSind fizeram os seguintes encaminhamentos:

a) Entrar em contato com a Caixa, que informou entender que a decisão da Juíza não modificava em nada os termos do acordo proposto, e que a tramitação deveria prosseguir conforme combinado anteriormente.

b) Contestar juridicamente a interferência em nosso processo, encaminhando petição para restabelecer a execução coletiva.

c) Procurar a Diretoria do Sintufrj para o esclarecimento das implicações políticas de tal iniciativa.

EXMO. SR. DR. JUIZ FEDERAL DA 6ª VARA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

PROCESSO Nº 2000.51.01.021791-3

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – SINTUFRJ, doutrinariamente representado por seu procurador JÚLIO ROMERO PEREIRA procuração (em anexo), vem informar e ao final requerer a V.Exa. o que se segue:

Em 06/10/1998 o Sindicato obteve sentença procedente na 29ª vara Federal.

Em 06/12/2002 houve trânsito em julgado conforme doc. em anexo, do processo nº 95.0010888-0.

Em 29/09/2004 houve o ajuizamento da Ação Cautelar nº 2004.51.01.019210-7 na 6ª Vara Federal, onde a Juíza concedeu a Liminar para a CEF efetuar nos depósitos a correção dos expurgos do FGTS nas contas dos substituídos.

Ocorre Exa. que não houve por parte da judiciária ou mesmo da CEF, uma minuciosa pesquisa no sistema "APOLLO", pois se houvesse mostraria que diversos que os autores que era, estão sendo beneficiados pela terra de V.Exa. não os mesmos que também estão no Judiciário com processos ativos, ocasionando transtornos e ainda incidindo no fenômeno da LITISPENDÊNCIA, e assim Exa. o recebimento em duplicidade, caso haja, ocasionando o levantamento dos depósitos, TIPIFICADO COMO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA.

Diante de apontada sinistra, vem requerer a V.Exa. a suspensão imediata dos depósitos dos fundistas, para resguardar o direito adquirido e trânsito em julgado do SINTUFRJ, e ainda requer a oitiva da CEF para que produza sua defesa efetuar o levantamento de valores da CEF para que produza sua defesa efetuar o depósito.

P. Deferimento

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2006.

JÚLIO ROMERO PEREIRA
OAB/RJ 61.821

PETIÇÃO DE ADVOGADO E DECISÃO DE JUÍZA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Processo n. 2000510121791-3
AUTOR: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES
RÉU: CEF – Caixa Econômica Federal

Decisão

Peticiona às fls. 661 e sgs. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – SINTUFRJ, que sequer é parte no feito informando que os substituídos nesse processo também são beneficiados em processos junto à 29ª Vara Cível (n.8600408668-0) e junto à 2ª Vara Federal (n.2004510101921210-7) e que nesse último processo foi deferida liminar para recebimento de parcelas.

Não procede a imputação à Justiça Federal ou à CEF do risco de pagamento em duplicidade. Na verdade, a informação trazida pelo advogado somente confirma meu entendimento de que as ações coletivas não comportam execução coletiva pela falta de correlação que as autores têm de seus substituídos.

Desse modo, cancelo o cumprimento voluntário do julgado pela CEF, sendo certo que cada autor deverá individualmente promover a execução conforme fls. 477/479. Oficie-se aos juízos da 29ª Vara e da 2ª Vara Federal para ciência.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2006.

Marcella Nova Brandão
Juíza Federal Substituta no Exercício da titularidade da 6ª Vara

Diretoria do Sintufrj desautoriza ato do advogado

Em reunião conjunta das duas diretorias, recebemos cópia de uma nova petição, desta vez assinada pela diretoria do Sintufrj onde é negada a autorização ao advogado Julio Romero Pereira para impetrar atos deste tipo e pede que a petição anterior seja considerada como inexistente. A direção do Sintufrj também manifestou sua disposição em esclarecer e encaminhar solicitações de professores que desejem sair de seu processo, desde que ainda não tenham tido autorização da Caixa para liberar seu FGTS em processo movido pelo Sintufrj.

Adufrj-SSind

Nota sobre FGTS

Os encaminhamentos jurídicos feitos pela Adufrj-SSind nos últimos anos têm sido pautados por vários princípios políticos e éticos que julgamos oportuno ressaltar.

O princípio básico que tem norteado nosso sindicato nacional é o do direito de toda a população brasileira ao ensino público, gratuito e de qualidade em todos os níveis. Para garanti-lo temos dedicado nossos esforços na construção e defesa da Universidade Pública Brasileira como um patrimônio da nação e de responsabilidade do Estado brasileiro em seu financiamento. Como o pleno funcionamento de nossa instituição exige investimentos e salários justos, freqüentemente temos divergido de políticas governamentais que apontam na direção oposta. Estes embates políticos têm sido públicos e, na sua condução, a Adufrj-SSind tem se pautado pela transparência e respeito pelas decisões de seus sindicalizados, tomadas em nossas Assembléias.

É neste quadro mais geral que situamos nossa atuação no campo jurídico. Embora num regime dito "democrático", a situação dos brasileiros perante as leis e o funcionamento do Judiciário estão longe de serem iguais para todos. Direitos fundamentais são freqüentemente quebrados pelo próprio governo, o que nos obriga a um esforço constante em preservar conquistas trabalhistas básicas: aposentadoria, isonomia, carreira.

Resultou do trabalho de várias diretorias de nosso sindicato a construção de uma Assessoria Jurídica que, muito além da competência técnica, oferece aos nossos sindicalizados uma assistência jurídica coerente com nossa orientação política básica: o direito de todos de usufruir da Universidade Pública. Coerente com esta postura, foi construída uma relação de confiança política entre a Assessoria, a diretoria e nossos sindicalizados, que passa por uma relação contratual mantida pelas mensalidades de todos e onde o custo de nossas ações jurídicas é mínimo para todos.

Nossa ação para reavermos os índices de correções de planos econômicos tem sido exemplar. Há vários anos em tramitação, noticiada em cada etapa pela nossa imprensa, somente na fase final de sua execução demos uma publicidade maior e chamamos os beneficiados para optarem pela via que entenderem ser a melhor. A condução de nossa ação ainda teve o mérito de ser estendida a todos os professores da UFRJ, sindicalizados ou não, sem nenhum custo adicional e sem que, em nenhuma etapa houvesse participação do sindicato na movimentação financeira das contas dos beneficiados. A ação foi, portanto uma vitória para todos os professores da UFRJ que dela se beneficiaram e, também, para os sindicalizados que entenderam ser este princípio universal justo e solidário.

Dentro desta perspectiva, consideramos a iniciativa da interferência em nosso processo desastrosa. Desastrosa para os professores da UFRJ, para o próprio SINTUFRJ e para a luta em defesa da Universidade Pública. Os termos da petição encaminhada são inaceitáveis e absurdos. Nossa ação não tem nenhum honorário advocatício e nem taxas para o sindicato. Como insinuar, conforme consta da petição do advogado, que nossa ação poderia implicar em duplicidade de saque se a própria Caixa é responsável, junto aos beneficiários, pela movimentação dos recursos? Felizmente o despacho da Juíza responsável foi imediato e negou tal pedido, minimizando os prejuízos dos beneficiários. Porém restam danos políticos e monetários de difícil reparação. Vivemos um momento de muitas dificuldades para fazer valer direitos fundamentais dos trabalhadores brasileiros. Mesmo após termos ações ganhas em todas as instâncias, transitadas e julgadas, o governo federal dificulta ao máximo sua execução. No caso atual, ao postularmos a execução coletiva, teríamos, num simples ato da Caixa, o depósito imediato do valor integral do ganho individual na conta de cada beneficiado. Esta via ficou mais distante depois deste episódio.

Finalmente queremos ressaltar que conhecemos as dificuldades da Direção do SINTUFRJ no encaminhamento das questões jurídicas. São semelhantes às nossas. Chamamos uma reunião entre as diretorias e procuramos esclarecer e minimizar as diferenças na condução destas e de outras questões. Consideramos importantíssimo que o diálogo entre os dois sindicatos seja preservado.

Diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Opinião

Duas moedas de uma só face

Ricardo Kubrusly

Às vezes, o outro lado é esse lado, mas é difícil percebê-lo, de perto, no lusco-fusco dos acontecimentos, quando, guiados e iludidos pelos poderes dos detalhes magnificados das análises profundas e das investigações acuradas, inventamos eternidades para os insólitos fugazes e pensamos ser o todo a mera extensão linear do local e do agora e juramos ver diferenças onde elas jamais existirão.

A metáfora da faixa de Möbius que tanto maravilha artistas e psicanalistas e que sugere a quem com ela viaja, espantado pelos acontecimentos que reporta, reflexões que necessariamente se impõem para além do local e que, arrancando óculos e quebrando bússolas, nos reposicionam a uma distância, que pensávamos inútil, mas que se nos revela o global com sua permanência e nos surpreende ao exibir a mesma face nas duas moedas que julgávamos diferentes... ah, a metáfora da faixa de Möbius pode nos ser muito útil nesta semana quando, buscando escolhas onde escolhas não existem, não percebemos, por atermo-nos apenas à estrutura local dos acontecimentos, que a escolha existe sim, mas não na amedrontada procura de diferenças aparentes no que é o mesmo, mas, talvez, na ruptura com o desajeitado local que nos aprisiona. É preciso arrancar os óculos e quebrar as bússolas, distanciarmo-nos dos fatos para compreendê-los.

É preciso dizer não à novela global que nos impõe um local repetitivo, sem perspectivas, nos imobilizando frente à TV e de costas para o país, onde os canais variam mas as opções são sempre as mesmas: Fernando Lulla de Melo ou Fernando Alckmin Cardoso. Nós podemos mais do que isso. Vamos desligar a TV e dizer não às opções que se apresentam.

Quanto maior a dimensão do espaço-tempo em que vivemos mais fácil é criar aparentes diferenças onde elas de fato não existem. O espaço se retorce, como na faixa de Möbius, e o que era oposto, revela-se igual. O mundo político social que nos impregna tem muitas dimensões precárias e as ilusões são seus acontecimentos. Se não formos capazes de percebermos que o outro lado, contra o qual nos diferenciamos, pode ser, de fato, esse mesmo lado onde nos escondemos, ficaremos como as formigas de Escher, na imóvel sensação de movimento.

Quando criança, quando aprendia matemática pelos lápis coloridos de um tio desaparecido, me cortaram um retângulo comprido e me pediram para unir seus lados menores e opostos, para construir um cilindro. Atrapalhado com o burburinho da vida, dentro e fora de mim, errei e torci o pedaço de papel comprido, por meia volta, antes de colar seus lados menores e opostos, como solicitado. O objeto recém construído, me revelou um novo mundo que desconhecia. O espaço se retorcia por um dentro que não havia, identificando o que eu julgava em oposição e me mostrando que a diferença não estava separada pela folha de papel que se queria cilíndrica, mas na topologia nova, nos seus novos caminhos, fruto do erro, do número errado que eu ainda insisto em digitar, enquanto o papel torcido me maravilhava com a possibilidade de novos acontecimentos.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Novas datas do plantão jurídico especial FGTS

FUNDÃO
8h30 às 13h – CCS
Dia: 24/10 – (8h30 às 13h) - Auditório Helio Fraga Bloco K - 2º andar

FUNDÃO
8h30 às 16h – Centro de Tecnologia
Dia: 25/10 – (8h30 às 11h30) Salão Nobre da Decania do CT (Bloco A)
- Dia: 25/10 – (13h às 16h) Salão Nobre da Decania do CT (Bloco A)

PRAIA VERMELHA
14h às 19h (Av. Pasteur, 250)
Dia: 26/10 – Faculdade de Educação – Sala 220 - 2º andar (Sala de Vídeo)

Lista de documentos para o saque dos valores na CEF

01. IDENTIDADE;
02. CPF
03. PIS/PASEP
04. CARTEIRA DE TRABALHO (levar todas as CTPS que tiver) e mais a fotocópia das seguintes páginas: foto, qualificação, contrato(s) de trabalho(s), opção pelo fundo, página com o carimbo da alteração para o RJU (ou declaração da UFRJ)
05. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA emitido por concessionária pública ou verso do contracheque
06. APOSENTADOS – certidão de aposentadoria ou outro documento que comprove
07. TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO (para as contas que não sejam da UFRJ)

Servidores falecidos

Documentos necessários para a assinatura do termo de adesão e para saque no FGTS
01. certidão de óbito
02. declaração de dependentes do INSS ou de pensionista
03. contracheque de pensionista
04. documentos 01, 02 e 05 do item anterior do pensionista

Agências da CEF

Os saques poderão ser realizados em qualquer agência da CEF, dentro do território nacional. Conseguimos contato com as seguintes agências para atendimento personalizado. O atendimento poderá ser previamente agendado dentro de 30 dias da data da assinatura do termo de adesão:

CEF – PAB FÓRUM
Av. Venezuela, 134, fone: 2518-5523 ou 2518-5526 – falar com André ou Daniel.

CEF – LARGO DE SÃO FRANCISCO
com sede na Praça Tiradentes, 46, telefone: 2526-6500 – falar com Ricardo ou Murilo.

CEF – SÃO FRANCISCO – NITERÓI
com sede na Av. Rui Barbosa, 144, fone: 2610-5625 – falar com Xavier.

CEF – PRAIA VERMELHA
com sede na Praça General Tibúrcio, 83, loja 05, telefone: 2295-0046 ou 22950646 – falar com Gerente Paulo Roberto Faria.

Para quem não aderir ao acordo e permanecer no processo é necessário:
01. Preenchimento e assinatura da procuração.
02. Fotocópia da identidade e CPF.
03. comprovante de residência

Internacional

Greve de professores pede renúncia de governador mexicano

Centro de Mídia Independente/México

UMA DAS MUITAS MANIFESTAÇÕES CONTRA O GOVERNADOR

Milhares de professores em greve do estado de Oaxaca, ao sul do México, exigem a renúncia do governador Ulises Ruiz. A luta social começou em 22 de maio com a exigência de aumentos salariais. Após uma repressão policial ocorrida em 14 de junho, o movimento atualmente foca a cassação do mandato de Ruiz e tem o apoio da Assembléia Popular do Povo de Oaxaca (APPO), criada por diversos setores da sociedade.

Os líderes de 70 mil professores disseram que não retomariam as aulas até que o governador Ruiz fosse destituído. No último dia 9, uma marcha de dez mil pessoas chegou a percorrer 500 quilômetros até a capital do país, Cidade do México, para pressionar o Legislativo e o Executivo federais a cassar o mandato do governador de Oaxaca.

Na semana passada, a Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca se declarou em sessão permanente e decretou "alerta máximo" diante de notícias de que grupos ligados ao governo preparavam ações repressoras. O objetivo do alerta é impulsionar a ocupação de prédios governamentais pela comunidade e levantar barricadas no interior do estado para favorecer a reação dos populares a qualquer contingência.

Direitos humanos ameaçados

Entre os dias 21 e 27 de setembro, uma equipe da Federação Internacional de Direitos Humanos, visitou Oaxaca e entrevistou pessoas que se dizem vítimas de perseguições, seqüestros, detenções arbitrárias e ilegais, além de tortura, por parte do governo oaxaquenho. Os integrantes da Missão afirmaram que todas as denúncias precisam ser apuradas e que o governo federal deve tomar as devidas providências e cumprir com as determinações dos tratados internacionais que tratam sobre direito humanitário.

A missão da FIDH está muito preocupada com a contínua onda de violência que vive o estado de Oaxaca, em função das represálias dirigidas contra o movimento social dos professores e de um amplo número de cidadãos que solicitam melhorias trabalhistas e sociais.

Resenha

Educadores criticam reforma universitária

Pesquisadores da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação se posicionaram na última semana contra o projeto de reforma universitária do governo Lula. Pedem que ele seja retirado do Congresso para novo debate, pois pode ser totalmente descaracterizado, já que está anexado a outras duas propostas e há 368 emendas de parlamentares. (Folha de São Paulo, 19/10)

Lula admite que deveria ter feito mais pela educação

No encontro com reitores de universidades e escolas técnicas federais no último dia 19, o presidente Lula reconheceu que não fez tudo que gostaria ter feito pela educação. Disse ainda que, se reeleito, dessa vez poderá fazer mais porque "aprendeu como desatar os nós". (O Globo, 19/10)

Seis cursos reúnem 52% dos universitários

O ensino superior brasileiro, além de ter uma abrangência considerada baixa, está mal distribuído: seis dos atuais 84 cursos do país concentram 52% de todas as matrículas. O campeão em número de universitários é Administração, com 621 mil. Os números fazem parte de um levantamento inédito que será lançado até o final deste ano pelo MEC. Os dados gerais do levantamento foram apresentados na 29ª reunião anual da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), na semana passada, em Caxambu (MG). Os cursos campeões de matrícula são Administração, Direito, Pedagogia, Engenharia, Letras e Comunicação Social (Folha Online, 23/10).

Indígenas ocupam antigo Museu do Índio

Indígenas de diversas etnias ocuparam, no dia 20 de outubro, o prédio do antigo Museu do Índio, localizado ao lado do Estádio Maracanã. Os líderes reivindicam a revitalização do espaço e a sua transformação em um ponto de difusão da cultura indígena e sob o ponto de vista indígena. Eles participavam de um encontro na Uerj ocorrido pouco antes da ocupação. Segundo as lideranças, a FUNAI não representa a cultura indígena da forma adequada (Rede Nacional de Jornalistas Populares, 20/10).

Trabalho escravo condenado no Pará

O fazendeiro Aldimir Nunes foi condenado a nove anos de prisão e multa pela Justiça Federal em Marabá por ter submetido seis pessoas a trabalho escravo. A decisão foi resultado de ação do Ministério Público Federal ajuizada em 2003. O fazendeiro foi denunciado também por crime contra o meio ambiente. A pena será cumprida em regime semi-aberto. (O Globo, 20/10)

Movimento

Sindicato dos Docentes realiza seminário nacional sobre Ensino a Distância

Fernando Villar*

O Andes-SN realizou, nos dias 6, 7 e 8, o Seminário sobre Educação e Tecnologia: (Des) Caminhos da Educação Superior à Distância. Em um debate bastante fecundo, várias concepções de ensino a distância foram confrontadas. O ensino mediado por tecnologias, o uso de recursos computacionais para ampliar a interação entre professores e alunos e várias outras formas de uso da tecnologia foram consideradas.

As reflexões transcenderam o campo da avaliação das formas de ensino à distância existentes no Brasil, chegando às dinâmicas mundiais de trans-nacionalização do ensino superior. O professor Gilberto Lacerda dos Santos (UnB) informou que já há cerca de cinco mil processos de validação de diploma de cursos de mestrado e doutorado de instituições do exterior feitos a distância. Um drama para aqueles que pagaram por cursos de mestrado e doutorado e infelizmente não atingiram o nível de qualidade acadêmica que justifique a validação do diplomas. Aos poucos, o Estado brasileiro tem preparado terreno para a exploração mercantil internacional da educação superior na modalidade de educação a distância. A certificação, ou seja, validação dos diplomas que anteriormente era atribuição exclusiva das universidades públicas, poderá ser feita por qualquer universidade particular.

Carla Lisboa

VÁRIAS CONCEPÇÕES DE EAD FORAM DISCUTIDAS EM BRASÍLIA

Com isso, algumas instituições estrangeiras poderão vender seus cursos de ensino superior a distância com a certeza de validação dos diplomas. Existirá a preocupação com a qualidade de ensino?

O custo para montar uma rede bem estruturada de comunicação é extremamente elevado, caberia ao governo arcar com todo investimento inicial? Cabe ressaltar que o aparato tecnológico fica obsoleto rapidamente e portanto o custo de manutenção e atualização também é alto.

Considerações iniciais sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) mostram que este não é inovador. Representa uma adaptação da *Open University*, assim como fez Portugal (http://www.univ-ab.pt) desde 2002. O sistema Universidade Aberta do Brasil é uma universidade? Quem são seus professores? Será possível fazer pesquisa? Possui *campi*, bibliotecas ou laboratórios? Quais são as razões para iniciar as experiências de ensino superior a distância com o curso de formação de professores?

O seminário foi importante para aprofundar o debate sobre ensino superior a distância no Andes-SN e confirmar a preocupação do nosso sindicato com os rumos da educação no Brasil.

* Professor do CAp e diretor da Adufrj-SSind

Anote

Curso multidisciplinar gratuito

O Centro de Letras e Artes e o Fórum de Ciência e Cultura realizam o curso multidisciplinar "Arte Moderna no Brasil: rupturas e desdobramentos", que aborda as artes plásticas, a arquitetura, a literatura e a música no contexto sócio-econômico, político e cultural brasileiro da primeira metade do século XX.

O curso, com 120 vagas, é gratuito e aberto a estudantes, docentes, técnico-administrativos da universidade e público externo com formação de ensino médio. Será conferido certificado de conclusão àqueles que cumprirem, no mínimo, 75% de freqüência. As inscrições devem ser feitas até 30 de outubro, de 10h às 18h, na superintendência do Fórum, no *campus* da Praia Vermelha. Informações pelo telefone 2295-1595

Música no Forum

O Projeto Música no Fórum recebe, às 19h do dia 26, no Salão Dourado, os vencedores do Concurso Jovem Destaque de Piano Solo.

"Novos" modelos de gestão na Saúde

No dia 25 de outubro, no auditório 91 (9º andar) do prédio da Uerj, acontece o Encontro do Controle Social para a Discussão dos "Novos" Modelos de Gestão na Saúde, às 13h30. Esta proposta surgiu no Fórum de Saúde que se reúne naquela universidade com representantes dos Conselhos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, trabalhadores de Saúde, alunos e professores, entre outros, envolvidos na luta pela Saúde.

Fórum na Tela

Dentro do projeto "Forum na Tela", o Salão Moniz de Aragão do Fórum de Ciência e Cultura receberá o IV Ciclo de Cinema e Dança. Será exibido o filme "O baile", de Ettore Scola, que será seguido de palestra com o tema "Dança e comportamento". O evento, no dia 31, começa às 18h.

Direito e Saúde

No dia 25, dentro do Projeto "Cultura e Saúde", acontece o II Ciclo de debates sobre Direito e Saúde, de 18h às 20h, no Salão Moniz de Aragão. Haverá a palestra "Cidadania, saúde e avanços tecnológicos: as demandas de diferentes camadas sociais – como priorizá-las?"

Cinema no CCMN

O Centro Cultural Professor Horácio Macedo do CCMN recebe, dentro do projeto "Cinema ao meio-dia", os filmes "Abril despedaçado", de Walter Salles, no dia 30; e "Carlota Joaquina", de Carla Camurati, no dia 31. As projeções acontecem no Salão Nobre da decania.

Arte contemporânea

No dia 27, às 13h, o Salão Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura vai receber o debate "Que é arte contemporânea?". Mais informações pelo telefone 3873-5077.

Opinião

Educação e tecnologia: (des)caminhos da Educação Superior a Distância

Raquel Goulart Barreto*

Educação e tecnologia nos fazem pensar nas aproximações possíveis destes dois campos, a partir do reconhecimento da distância entre eles: educação com tecnologia, tecnologia na educação, tecnologias da informação e da comunicação a serem incorporadas aos processos educacionais, em apropriações que signifiquem diferenças qualitativas. Tecnologia para fazer diferença na educação, permitir a convivência com múltiplas linguagens, agregar sentido e valor, contribuir para a emancipação dos sujeitos. Esta lista pode ir sendo ampliada até o limite do imaginário tecnológico em que estamos imersos, a ponto de abranger os mais variados desejos, faltas e sonhos: tecnologia como *tudo*, portanto esvaziada de sentidos, a ser objeto de análise.

De que tecnologia se trata é uma primeira questão, que tende a evocar a imagem de um computador. É provável que haja consenso em relação ao objeto técnico, como uma espécie de síntese, funcionando como ícone dos mais variados processos de modernização. Entretanto, este consenso também tende a não resistir sequer à análise da imagem evocada, inseparável de outra questão: computadores para quê?

Este texto parte da fetichização da tecnologia, no enredo das simplificações que têm sustentado a proposta de substituição tecnológica nas políticas educacionais. Como na imagem exemplar ao lado, que até pode ser lida como lúdica: o computador simpático, sorridente, amigável, faz, ele mesmo e sozinho, as tarefas. Tendo olhos, boca e braços, se tecla e se basta. O ícone da "sociedade da informação" é representado de "cara nova", mesmo sendo um monitor à moda antiga. Na condição de fetiche-chave, investido de características humanas, dispensa a intervenção de seres humanos.

Esta caricatura não pode ser menosprezada, na medida em que sustenta e é sustentada pela crença de que tudo irá bem se a tecnologia estiver presente nos espaços educacionais. Mais ainda, na medida em que o MEC tem apostado em "um sistema tecnológico - cada vez mais barato, acessível e de manuseio mais simples - capaz de" operar a "revolução educacional" pretendida. Nesta formulação, o objeto passa a ocupar a posição de sujeito, deslocando o eixo das discussões, no paradigma da substituição tecnológica, em que a tecnologia não é pensada *para* e *nos* processos educacionais, mas *em vez de*...

Dois movimentos aparentemente contraditórios - expansão e redução- têm constituído o descaminho das relações entre educação e tecnologia. De um lado, esta última tem sido invocada como suposta solução para todos os problemas. De outro, tem sido incorporada como estratégia de educação a distância, especialmente em se tratando da certificação de professores. De ambos os lados, o que se perde é a possibilidade de condições favoráveis à apropriação educacional da tecnologia, justamente quando o que está em jogo é a formação docente.

No cotidiano das universidades públicas, é produzida uma cisão. Na medida das dotações orçamentárias cada vez mais minguadas, os cursos de licenciatura (presenciais) sequer garantem o direito de acesso à tecnologia, alocada nos cursos a distância (EAD). Nestes, por sua vez, o modo de acesso restringe os sujeitos à condição de usuários/consumidores. Ao final de ambos, as possibilidades de utilização crítica e criativa da tecnologia são reduzidas, considerando também o salário que recebe o licenciado.

O discurso que busca legitimar a educação a distância já não se apóia tanto no argumento da distância geográfica a ser vencida, até porque os núcleos de EAD estão cada vez mais situados nas proximidades ou mesmo no espaço físico das universidades. Central passa a ser o argumento da "democratização" do acesso ao conhecimento, posto como inteiramente disponível em meio digital. Daí a insistência na chamada inclusão digital, como se a internet viabilizasse o sonho da biblioteca de Alexandria, como se as informações mais relevantes não estivessem protegidas por patentes e leis de propriedade intelectual.

> "A EAD tem sido estratégica para a mercantilização da educação. As várias táticas de *e*-educação, como serviço, têm fortalecido o comércio transfronteiriço, na flexibilização que sustenta não apenas operações de compra e venda, mas consórcios e parcerias público-privadas, como a Universidade Aberta do Brasil (UAB)."

A noção de inclusão digital tem sido revista no mundo inteiro, passando a abranger não apenas presença ou ausência de acesso, mas os modos e sentidos deste acesso. Como exemplo, o aposentado, com seu cartão magnético, e não mais um talonário, interessa ao banco, que pode se restringir à colocação de estagiários junto aos caixas eletrônicos. Ninguém se torna incluído digitalmente neste processo. Mais ainda, é desonesto associar a inclusão digital à inclusão social.

No entanto, para os países periféricos e semiperiféricos, estas simplificações têm permeado as *condicionalidades* estabelecidas pelos organismos internacionais, no enredo de ajustes que incluem reformas educacionais. Entre estas, tem sido destacada a EAD para a formação de professores, como alternativa rápida e barata de substituição tecnológica. Ao mesmo tempo, pouco tem sido dito acerca da racionalidade instrumental, materializada na formação baseada em competências, concebendo o ensino como um conjunto de habilidades passíveis de mapeamento e aquisição através de pacotes, resultando a soma em desempenho desejável.

Não é por acaso que, junto ao deslocamento sintático, radical, com o objeto no lugar do sujeito, muitos deslocamentos semânticos remetam ao esvaziamento de trabalho e formação docente: formação passa a equivaler a "certificação"; formação continuada pode ser posta como "qualificação", "capacitação", "treinamento" ou "reciclagem"; professor pode ser sinônimo de "animador", "facilitador", "tutor", ou "monitor"; e trabalho docente pode ser reduzido a "atividade" ou "tarefa". Neste enredo, a presença da tecnologia não significa soma, mas subtração, perdendo-se a perspectiva da complexidade do trabalho docente, com sua matéria e seus instrumentos, em nome da utilização "correta" dos novos recursos.

As respostas oficiais para a questão dos sentidos da tecnologia (para quê?) podem ser resumidas na formação profissional baseada em competências, através de materiais diversificados, desde que sejam produzidos por especialistas e que sua distribuição seja acompanhada de manual de instruções. Em outras palavras, a tecnologia aponta para a promoção da distância dos sujeitos, a multiplicação do seu número, a redução do tempo e o aligeiramento dos processos.

Evidentemente, nem todos os programas de EAD são iguais. Nos países centrais, sua elaboração não está inscrita no paradigma da substituição tecnológica e pode ser sofisticada e cara a ponto se tornar proibitiva. Mesmo nos países (semi)periféricos, é possível identificar diferenças entre os programas. De qualquer modo, para abordar os descaminhos da EAD, é preciso encaminhar uma outra questão: como é que ela tem sido pensada?

Dois caminhos estão bem configurados. Um é conceber a EAD apenas e tão somente como modalidade de ensino, colocando a tecnologia no centro, enfatizando a sua dimensão operacional, sem discussões substantivas, para a discussão das táticas. Outro é concebê-la como estratégia política, analisar seus pressupostos, implícitos e implicações, situar a tecnologia no enredo de outras reconfigurações, pensando as condições históricas da sua realização. No caso, leva necessariamente à questão de se legitimar ou não a estratégia.

A EAD tem sido estratégica para a mercantilização da educação. As várias táticas de *e*-educação, como serviço, têm fortalecido o comércio transfronteiriço, na flexibilização que sustenta não apenas operações de compra e venda, mas consórcios e parcerias público-privadas, como a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em vez do investimento no ensino superior público e nas suas relações com a educação básica, a EAD tem servido a uma expansão irresponsável e demagógica, feita do esvaziamento do trabalho e da formação docente, em nome da tecnologia no lugar dos sujeitos e no sentido do diploma como mercadoria de alto valor agregado.

Este texto termina com a citação de uma mensagem recebida por *e-mail*: "A universidade é uma instituição financeira que vende diplomas, o aluno é o consumidor interessado em comprar o diploma e o professor é o cara que quer atrapalhar as negociações". Termina, assim, com a aposta de que continuemos atrapalhando esta e todas as outras transações que envolvam a educação degenerada em mercadoria.

* Professora aposentada da Faculdade de Educação da UFRJ e Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Uerj.

Opinião

Por que eu vou votar no Lula

Cláudio Thomas Bornstein*

Na minha opinião, Lula fez um governo muito aquém do esperado e se o governo foi fraco, o foi muito mais pelo que deixou de fazer do que pelo que fez. Uma das questões que tem sido repetida até a exaustão na avaliação do governo Lula pela grande mídia é a questão da corrupção. Confesso que não me convence. Não que eu não ache que houve corrupção ou que corrupção seja pouco importante. Mas eu acho que ela é inerente à atual forma de fazer política no Brasil, baseada no *toma lá, dá cá* e está embutida na nossa presente legislação eleitoral que exige captação de recursos vultosos para alguém se eleger. Ou será que alguém de boa fé tem alguma dúvida que atrás de cada *acordo* para a aprovação das inúmeras medidas provisórias do governo FHC havia corrupção?

Se houve diferença entre a corrupção do governo Lula e a corrupção dos governos anteriores talvez seja porque a do governo Lula foi no varejo e as outras foram no atacado. Ou seja, nos governos anteriores a corrupção dava-se a nível dos escalões superiores da hierarquia partidária e no governo Lula a corrupção foi eminentemente a corrupção do baixo clero. Ou talvez seja porque agora contamos com uma polícia federal mais competente e menos cerceada em sua liberdade de investigar. Ou então talvez seja porque a mídia agora tenha interesse em correr atrás dos fatos, ao contrário do que acontecia no governo FHC. Será que o caso BANESTADO ou a compra de votos na reeleição de FHC ou acusações envolvendo a compra de declarações de uma ex-namorada de Lula receberam a mesma cobertura jornalística que a compra do dossiê dos sanguessugas?

Mas chega de falar de corrupção. Falemos do que não foi feito. Em primeiro lugar cabe mencionar que pouco ou nada foi feito para mudar o modelo econômico dentro do qual estamos encurralados há anos e que vem tolhendo o nosso desenvolvimento. Existe uma enorme concentração econômica, leia-se concentração de poder, dificultando as necessárias mudanças na estrutura do país. O melhor exemplo são os grande bancos. Recursos, em grande parte recursos públicos, são tomados a juros baixo (14% taxa selic) e emprestados a juros de usura a (70% crédito pessoal ou 140% cheque especial - valores aproximados de maio de 2004 colhidos em www.bcb.gov.br). Isto para não falar nos outros desmandos como as inúmeras taxas cobradas, aumentos abusivos nos planos de saúde, etc. etc.

Dentro da mesma linha está a imensa concentração de poder nas mãos da grande mídia, na verdade nas mãos de um pequeno grupo de famílias e grupos econômicos. Com que direito este pequeno grupo manipula a informação de toda população brasileira impedindo o acesso desta a versões alternativas dos fatos ? Qualquer medida que tente regular o abuso de poder é logo interpretada como cerceamento de liberdade. Que liberdade é esta de um pequeno grupo fazer o que bem entende com os fatos, suprimir uma parte da verdade, aquela que não lhes convém, ampliar a outra, aquela que serve aos seus interesses ou aos interesses dos que lhes pagam o espaço publicitário?

Outra coisa que não foi feita, ou foi feita de forma insuficiente foi a reforma agrária, visando inverter um pouco a direção do fluxo migratório e colocar um freio na tendência à marginalização de imensas parcelas da população brasileira. Insuficiente foi também o investimento em infra-estrutura, principalmente eletricidade e estradas, estas últimas, em parte, em péssimo estado. Pouco também foi feito em educação, lembrando que o principal papel da educação é dar condições de reflexão crítica, formando indivíduos conscientes e participativos, papel este dificilmente desempenhado pela nossa escola tradicional.

Resumindo, o que foi feito no governo Lula em termos de mudanças na política de desenvolvimento do Brasil foi pouco ou quase nada. E no entanto...Há que ver o outro lado. As forças que hoje se opõem a mudanças estruturais no país são poderosas. E quem acha que um presidente, mesmo contando com ajuda de um partido e de um grupo de correligionários, pode remover ou afastar os obstáculos que barram o caminho do desenvolvimento, desconhece o seu poder real. Somente um imenso respaldo popular teria sido capaz de dar ao presidente a força para efetuar as mudanças necessárias. E crítica, sim, cabe ao governo Lula por não ter, ao longo destes quatro anos, procurado obter maior apoio da população. Medida como a *bolsa família*, sem dúvida ajuda, mas deveria ter sido possível encontrar formas mais efetivas e menos assistencialistas de conseguir um apoio popular mais engajado.

Se esta crítica se aplica ao primeiro mandato do governo Lula, é preciso sinalizar possíveis mudanças num segundo mandato. Para ficar somente a nível do simbólico cabe lembrar que no primeiro mandato Lula se elege com apoio ou, ao menos com a neutralidade da Globo. Num possível segundo mandato, Lula teria se elegido *apesar* da Globo, ou seja, teríamos um Lula eleito apesar da contrapressão de grupos econômicos poderosos e isto sinaliza importantes possibilidades de mudança.

Mas o argumento mais poderoso para votar em Lula neste segundo turno é que o que se apresenta como alternativa é ruim demais. Se é verdade que com Lula não houve grandes avanços, com Geraldo Alckmin o que se apresenta nitidamente é o retrocesso. Basta olhar as manchetes dos jornais dos últimos dias para apreciar o que nos espera com Geraldo Alckmin. Os jornais já começam novamente com a velha cantilena do estado inchado, da premência das privatizações, da necessidade de reduzir os gastos públicos. Ora, esta receita velha nós conhecemos de sobra do governo desastroso do FHC. Privatizações atrás da quais se escondiam negociatas escandalosas (em termo de recursos subtraídos aos cofres públicos só a privatização da Vale do Rio Doce põe no chinelo o conjunto de todos os *desvios* de verba do governo Lula).

FHC conseguiu o teoricamente impossível: vender o patrimônio sob alegação de restaurar as finanças e se endividar ainda mais (a dívida quintuplicou, para quem não se lembra), promoveu o desmonte do Estado, aumentou o desemprego, cerceou a capacidade de investimento de empresas do porte da Petrobrás, quase permite o ingresso do país na ALCA.

Se a grande crítica ao governo Lula é em cima do que ele não fez, cabem também méritos em cima desta mesma omissão. Com Lula deixaram de ser feitas mais privatizações, sustou-se o desmonte do Estado e impediu-se o nefasto ingresso na ALCA. Mais, a dívida externa diminuiu em termos absolutos e até mesmo o percentual dívida/PIB diminuiu.

Finalmente um último motivo para votar em Lula. Vivemos hoje um momento extremamente sensível na América Latina com diversos governos (Kirchner, Chávez e Morales) tentando fazer as necessárias mudanças estruturais. Um retrocesso político em um país com o peso do Brasil pode perturbar este processo. Em particular, tremo quando escuto Alckmin em uma entrevista falar da importância em aumentar investimentos na área militar. Historicamente estes aumentos foram sempre justificados por ameaças externas ou internas. Seria este o caso?

*Professor da Coppe

Amorim

Por que não voto em Lulla

Vera Salim e Ricardo Kubrusly*

Há duas possibilidades, dada a conjuntura eleitoral de hoje, que me fariam escolher esse ou aquele candidato. Que ele, mesmo que de uma maneira tangencial, representasse, por suas propostas ou por seu currículo, os anseios da classe trabalhadora, o que caracterizaria uma escolha de fundo ideológico, ou que diante de um verdadeiro embate, entre um e outro candidato, surgisse, fruto de análise e discussões políticas, um caminho que claramente apontasse para um ganho político decorrente dessa escolha, o que a caracterizaria como uma escolha estratégica.

O que vemos no cenário atual, no entanto, não me permite navegar em nenhuma dessas possibilidades. Um governo que sistematicamente, durante os quatro anos do primeiro mandato, foi contrário à classe trabalhadora, desarticulando e desmantelando os sindicatos e os movimentos estudantis e de base que se manifestassem contrários ao projeto covardemente internacionalista que foi posto em curso, ferindo o trabalhador brasileiro na sua confiança e o atraiçoando no seu desejo socialista, não pode merecer nem o meu nem o voto daqueles que, movidos por esperança e vontade de mudanças, o elegeram anteriormente.

De outra maneira, sobra-me o voto estratégico, que diante da inexorabilidade de ver alguém, de fato, eleito, poderia me mobilizar por um ou por outro candidato. É a teoria do mal menor, que vemos articulada por muitos de nossos professores e intelectuais de triste memória e de ainda mais triste presente.

OK; eu me rendo. Aceito votar no menos ruim. Mas como escolhê-lo? Talvez pelos plurais, com ou sem esses, ou pelo jeitão popular de nos enganar? Há os que escolhem aquele que pensam ter menos chance, pois assim poderão, de fora, criticar o representante eleito. Como escolher o menos ruim entre dois projetos que não se diferem e que socialmente representam a mesma velha exploração? Como optar, senão pela miopia alienada do seja lá o que Deus quiser.

Os que optarem pelo continuísmo, pensando que escolheram a opção mais à esquerda talvez durmam tranqüilos por uma ou duas noites, embalados pelas festas da reeleição, mas acordarão um dia, endireitados ou arrependidos. A classe trabalhadora se nega a escolher onde não há escolha e não pode se deixar levar pela mesmice reformista e pela via parlamentar de transformação, que só visa perpetuar o poder estabelecido.

* Professores da UFRJ e diretores da Adufrj-SSind

UFRJ

CAp realiza Semana de Arte, Ciência e Cultura

Fotos: Kelvin Melo

APRESENTAÇÕES MUSICAIS, PAINÉIS, DESENHOS, OFICINAS DE DANÇA E CERÂMICA FORAM ALGUMAS DAS ATIVIDADES DA SEMANA

Evento integra todos os setores e alunos de diferentes idades

Três dias de interlocução entre todos os setores. Esse pode ser o resumo do ambiente que predominou no Colégio de Aplicação durante sua Semana de Arte, Ciência e Cultura, quando alunos, professores, licenciandos e técnico-administrativos foram chamados a apresentar iniciativas fora das disciplinas habituais. Durante a 12ª edição do evento, entre 9 e 11 de outubro, cerca de 80 trabalhos individuais ou conjuntos tomaram conta das dependências da unidade, localizada na Lagoa.

"É um espaço aberto para apresentar a criatividade nas mais diversas áreas", explica um dos integrantes da comissão organizadora da Semana, o professor Fábio Garcez. Segundo ele, o evento era, em seu início (em 1984), um empreendimento restrito aos setores de Artes do CAp, mas foi ganhando cada vez adeptos entre os demais setores ao longo dos anos. "E, em 2005, incorporamos os últimos que faltavam: Matemática, Biologia, Física e Química", comentou Fábio. As aulas são suspensas parcialmente pela manhã e à tarde – mas não há permissão para os alunos saírem da escola - e as pessoas podem se dirigir para onde quiserem para assistir às palestras, oficinas, exibições musicais, teatrais ou de vídeo e *workshops*. Ele acrescenta, ainda, que os trabalhos puderam ser feitos entre os diversos segmentos do colégio ou entre alunos de diferentes idades.

Outra integrante da comissão que organizou a Semana de Arte, Ciência e Cultura, a licencianda Priscilla Santos acredita que a experiência a deixou em contato com outra realidade dentro do colégio, tão importante quanto a da sala de aula: a responsabilidade da organização de um evento. "Também nos proporciona outro tipo de relação com os alunos e com o local do estágio, nos integra muito mais que o dia-a-dia. Passei a ver o colégio com ou outros olhos", afirmou Priscilla, que faz Licenciatura de Português-Literatura na própria UFRJ e estagia no CAp desde março.

Conhecendo o trabalho dos outros

Quem também elogia a Semana é o grêmio estudantil. Luiza Lessa e Isabela Peccini consideram a integração interna bastante positiva "O trabalho não fica só em uma sala de aula e pode ficar exposto para todo o colégio", afirma Isabela. Outra integrante do grêmio, Bárbara Camirim acrescenta que é uma oportunidade para os alunos conhecerem os trabalhos uns dos outros: "Às vezes, tem um colega que faz teatro ou tem uma banda e nós ficamos sabendo aqui, durante a Semana. Fica um clima bom no colégio", afirma.

Direção ressalta papel dos licenciandos

A vice-diretora Miriam Abduche Kaiuca também destacou o aspecto de a Semana proporcionar essa apresentação de um outro tipo de conhecimento, cultural e científico, por parte da comunidade do CAp. Ela ressaltou, ainda, o papel dos licenciandos no evento: "É um movimento importante para o licenciando, que não se limita à sala de aula. Onde ele participa com orientação do professor", comentou. Miriam só lamenta não ter conseguido, neste ano, abrir o colégio para os pais assistirem aos trabalhos, em função das obras em andamento no prédio.

Reitoria estuda transformar horto em espaço de pesquisa científica

Prejeto pretende restaurar ecossistemas degradados da ilha do Fundão

Já aprovada pelo Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) no início de outubro, uma proposta de transformar o horto da Prefeitura Universitária em mais um espaço de pesquisa da UFRJ aguarda uma negociação com a Petrobrás – provável financiadora da iniciativa - para deslanchar.

De acordo com o documento discutido no CSCE, a empresa repassaria R$ 1,75 milhão, em sete parcelas, para as obras necessárias, enquanto a universidade disponibilizaria o espaço no *campus* do Fundão e ficaria responsável pela sua vigilância. A partir da assinatura do termo de cooperação entre as duas partes, a duração do projeto está prevista para sete anos, sendo os seis meses iniciais para a parte de construções das edificações e melhorias no horto. Um comitê diretor, a ser constituído por dois representantes e um suplente da Petrobrás e mais dois representantes e um suplente da Prefeitura da UFRJ, seria o responsável pelo acompanhamento da parceria.

Entre os principais objetivos do projeto, estão: a promoção de pesquisa científica para preservação de espécies vegetais, bem como o desenvolvimento de tecnologias de restauração dos ecossistemas degradados existentes na ilha do Fundão; o inventário das plantas e árvores do *campus*; e a difusão da cultura da preservação, uso sustentável e restauração de ecossistemas degradados. Além da produção de mudas de espécies vegetais, com qualidade e baixo custo, para futura utilização em projetos paisagísticos da universidade e da Petrobrás, também será criada uma horta com a comunidade da Maré.

Preocupação com a Mata Atlântica

Uma das principais preocupações do projeto diz respeito à preservação de espécies vegetais da Mata Atlântica, que representa "uma grande riqueza de patrimônio genético e paisagístico (...): 55% das espécies arbóreas e 40% das espécies não arbóreas são endêmicas", ou seja, ocorrem exclusivamente em determinado local.

Movimento

Plenária dos SPF organiza calendário contra reformas neoliberais

Campanha Salarial 2007 também tem destaque no cronograma das atividades

A última Plenária Nacional do funcionalismo, realizada em 8 de outubro, em Brasília (DF), montou um calendário de atividades para fazer frente às reformas neoliberais (seja qual for o governo eleito) e organizar a campanha salarial de 2007.

Foi incorporada ao calendário de lutas da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) a realização do seminário coordenado pela Conlutas, em São Paulo, de 23 a 25 deste mês. O evento tem na organização contra as reformas neoliberais do governo o seu principal objetivo.

No dia 31, acontece reunião ampliada da CNESF para discutir como os servidores poderão intervir na formulação da Lei Orçamentária de 2007, em especial no que diz respeito à campanha salarial dos SPF – vale lembrar que, na proposta de Orçamento para o ano que vem, enviada ao Congresso no final de agosto, Lula não previu reajuste adicional para o funcionalismo.

Para 15 de dezembro, está previsto um seminário da própria CNESF sobre Reforma do Estado e a campanha salarial 2007. Já para a primeira quinzena de janeiro, deverá acontecer a primeira Plenária Nacional dos SPF de 2007, em data ainda a ser fixada.

Para a professora Janete Luzia Leite, uma das representantes da Adufrj-SSind à Plenária, o segundo turno das eleições presidenciais tomou conta do debate. Porém, existe o consenso de que, qualquer que seja o resultado, a situação dos servidores federais não deve melhorar. "E, se a categoria não se mobilizar, vamos de mal a pior", afirmou. Outro representante da Adufrj-SSind na Plenária, o professor Salatiel Menezes também concordou que a reunião foi dominada pela questão eleitoral e, talvez por isso mesmo, não tenha contado com um número maior de delegados. "Embora exista o discurso de unificação da luta, percebemos que algumas entidades não querem enfrentar o governo Lula", comentou Salatiel.

Reorganização regional

Reafirmou-se a necessidade de reorganizar os fóruns regionais de articulação dos trabalhadores da CNESF, em bases estaduais, regionais e municipais, para construir a mobilização para a campanha salarial unificada do ano que vem. Também nessas instâncias, além da luta contra o reajuste zero, as entidades deverão combater as reformas neoliberais.

Carla Lisboa

PLENÁRIA DO DIA 8 DISCUTIU CONSEQÜÊNCIAS DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Seguridade Social

Cobrou-se a imediata reativação do Grupo de Trabalho Seguridade Social da CNESF, com funcionamento permanente e fixação de reuniões ordinárias. Como pauta prioritária para as atividades do GT, estão: a rearticulação com entidades da área, a campanha pela anulação da reforma da Previdência, a discussão da regulamentação da Seguridade Social dos servidores e a retomada do Movimento de Reforma Sanitária Brasileira, entre outros itens.

Moções

Foram aprovadas duas moções na última Plenária: a primeira, de repúdio à atitude arbitrária do diretor da Escola Agrotécnica de Santa Inês (BA) por corte de salários e perseguição a um dirigente do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional); a segunda, de apoio à greve de mais de 120 dias dos docentes das universidades estaduais do Ceará por um plano de cargos, carreiras e salários unificado da categoria.

Homenagem

Antes do início da reunião, os servidores homenagearam com um minuto de silencio três dirigentes do sindicato dos técnico-administrativos da Universidade Federal de Juiz de Fora. Eles faleceram em um acidente de carro, em Barbacena (MG), a caminho de atividades organizadas pela Fasubra na capital federal.

Setor não vê perspectiva de mudança na política econômica

Representantes alertam categoria sobre possibilidade próxima de radicalização da luta

Independente de qual seja o próximo presidente do país (Lula ou Alckmin), o Setor das Federais, reunido em Brasília no dia 7, avaliou que não existe perspectiva favorável à mudança do atual projeto neoliberal em curso no país. Neste sentido, os representantes das seções sindicais alertam a categoria para a possibilidade de "radicalizar a luta", num horizonte próximo.

O Setor, assim como fez a Plenária dos SPF do dia seguinte, indicou a participação no seminário realizado pela Conlutas, em São Paulo, de 23 a 25 deste mês, com o objetivo de organizar a luta contra as reformas neoliberais do governo. Também foi apontada a necessidade de rearticulação regional, estadual e municipal dos servidores, tanto para lutar contra as reformas, como para viabilizar a campanha salarial 2007.

"O momento é muito crítico", avaliou uma das representantes da Adufrj-SSind no Setor, a professora Janete Luzia Leite. Segundo ela, é necessário que a categoria procure se informar sobre as reformas e o orçamento com a proposta governamental de reajuste zero para o funcionalismo: "As perdas não serão apenas salariais, mas haverá mais precarização do trabalho", observou.

Carla Lisboa

PRÓXIMA REUNIÃO DO SETOR ESTÁ MARCADA PARA O DIA 30

Orçamento questionado

O orçamento do ano que vem deverá ser um dos principais temas do movimento docente ao longo das próximas semanas. Neste aspecto, foi solicitado às seções sindicais que discutam, em suas respectivas assembléias, a possível elaboração de um documento-denúncia contra o atual formato da peça orçamentária – como está, ela privilegia o pagamento da dívida, transforma-se em intrumento de barganha eleitoral e afirma interesses particulares de partidos e parlamentares e desconsidera as políticas sociais, entre outras finalidades.

Na área educacional, o movimento docente deverá, ainda dentro do orçamento, defender o cumprimento do princípio constitucional referente à vinculação de recursos para a Educação, bem como a garantia de que os recursos para a política de expansão das universidades federais serão independentes dos recursos de custeio anuais (que deverão ser ampliados) das instituições já existentes. Outros pontos que o Sindicato Nacional buscará cobrir no orçamento 2007 dizem respeito à reposição e ampliação do quadro docente e à construção da carreira única a ser proposta em conjunto com o Sinasefe.

Seminários sobre orçamento

Em audiência no dia 4/10, com a presidência da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, representantes do Andes-SN, do Sinasefe, Fasubra e Condsef foram informados de que haverá seminários regionais para discutir o orçamento do ano que vem. O deputado Gilmar Machado (PT-MG) comentou que a realização do segundo turno adiou para novembro o início dessa iniciativa. Por conta disso, deverão ser realizados dois por semana, nas seguintes capitais: Florianópolis, Belo Horizonte, Recife, Manaus e Brasília. Os pleitos das entidades sindicais, segundo afirmou Gilmar Machado, poderão ser entregues diretamente a ele, mas o parlamentar entende que será importante reforço se forem apresentados nos seminários regionais.

Na avaliação do Setor trazida por outro representante da Adufrj-SSind, o professor Salatiel Menezes, esses seminários, porém, serão instâncias de difícil intervenção por parte dos movimentos. Ele acredita que o governo vai fazer o orçamento que quiser e, com base nesses seminários, ainda vai dizer que discutiu o conteúdo com toda a sociedade: "Assim como fizeram na reforma da Previdência", criticou.

Vida após a política (educacional)

Por Luis Paulo Vieira Braga
Página 2

Kelvin Melo

UFRJ

Reitoria anuncia bandejão somente para 2008
Página 3

A escolha de Harvard

Por Leandro Nogueira
Páginas 6 e 7

Jornal *La Jornada*

Terror no México

Educadores em greve, estudantes e outros trabalhadores são duramente reprimidos pelo governo do estado de Oaxaca, no México. Pelo menos seis trabalhadores foram mortos e dezenas estão desaparecidos.
Página 8

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN | www.adufrj.org.br | Ano IX nº 516 | 31 de outubro de 2006

Seção sindical entrará com ação sobre progressão para Associado

A última assembléia da Adufrj-SSind aprovou que a assessoria jurídica da entidade entre com uma ação na Justiça para garantir aos professores Adjunto IV com doutorado, que tenham mais de quatro anos nesse nível que solicitem a progressão para a nova classe de Associado em níveis compatíveis com a seu tempo e produção na carreira. Tal como no caso do FGTS, a ação da progressão será coletiva e beneficiará, caso obtenha ganho de causa, todos os professores nessa situação, sindicalizados ou não.

A tese defendida pela seção sindical é a de que a lei que criou a nova classe não especifica que a progressão automática seja possível apenas para o nível Associado I. domente a regulamentação da lei pela portaria do MEC, seguida pela regulamentação feita na UFRJ, especifica que a progressão para os professores Adjunto IV, deve ser para Associado I.

A ação da seção sindical se sustentará o direito do docente da UFRJ de fazer valer as atuais regras de progressão da universidade que permitem a chamada progressão múltipla. A progressão múltipla faz parte do regimento da universidade e foi aprovada em colegiado superior, em outubro de 2003.

Com base nesse argumento, os professores com título de doutorado e que já possuem quatro, seis ou mais anos no nível Adjunto IV poderiam reivindicar a progressão para níveis II, III ou IV da nova classe, desde que apresentando seus relatórios e memoriais referentes aos anos acumulados para efeito da progressão linear múltipla (que leva em conta a avaliação de um período de mais de dois anos de trabalho, no mesmo processo).

Segundo estimativa da Adufrj-SSind, cerca de 800 docentes de toda a universidade estariam nessa situação e seriam beneficiados com o ganho da ação.

Seção vai defender direitos de aposentados pelo artigo 192

Os professores aposentados como Adjunto IV que se aposentaram até o momento da vigência do artigo 192 do Regime Jurídico Único (revogado pela Lei 9.527 de 10/12/97) foram surpreendidos com o novo nível da classe de Associado. Isso porque recebiam seus proventos com os valores do vencimento da classe imediatamente superior a que pertenciam no momento da aposentadoria, no caso os valores da classe de Titular. Com a nova classe, passaram a receber os valores do nível Associado I, menores do que os anteriores valores para os titulares. O resultado final foi que ficaram praticamente sem reajuste.

A Adufrj-SSind vai entrar com uma ação para garantir o direito adquirido desses docentes de continuarem a receber seus proventos de aposentadoria nas condições do momento de suas aposentadorias. Neste caso, para continuarem a receber os valores da classe de Professor Titular.

Abono

A Adufrj-SSind é uma das poucas seções sindicais que ainda recorrem à justiça todos os anos para garantir a venda de 15 dias das férias dos professores da universidade. A assessoria jurídica da entidade informa que já há jurisprudência no assunto no sentido de que os servidores perderam de fato o direito a este abono pecuniário (pela Lei 9.527/97).

Por esse motivo, a orientação para que os professores que ainda queiram vender um terço de suas férias é que aguardem o resultado da liminar que a assessoria jurídica encaminhará à Justiça até o final do período para marcarem suas férias com o pedido de abono. Isso porque, caso a liminar em primeira instância seja indeferida, a seção sindical não prosseguirá com a ação, para evitar que os professores gozem apenas 30 dias de férias e trabalhem os demais sob o risco de a ação ser perdida no mérito, nos meses seguintes, como tem ocorrido nos últimos anos.

Editorial

Ora pro nobis

Findas as eleições, cabe, é claro, uma rápida avaliação dos resultados: quem são os vitoriosos e os derrotados neste pleito?

A princípio, não houve muitas surpresas, os eleitores, obedientes, cumpriram o combinado e escolheram, com seus olhos esquecidos, a direita que lhes fora imposta, com seu vestido rosa e seus olhos tristes.

Os derrotados foram todos; os que elegeram seus fantoches favoritos, que trabalharão sim, continuamente, e sempre, na contramão do voto recebido. Esquecidos das frustrações e traições recentes, acabaram tendo de justificar as estranhas éticas e óticas vigentes durante os últimos anos, como inevitáveis e, num movimento perverso-masoquista, mais uma vez, escolhem, entre os senhores dos acontecimentos disponíveis, os senhores dos acontecimentos.

Os derrotados foram todos; os que desejavam, por umas e outras, igualmente umas, razões, a simples troca de bípedes, todos com seus polegares opositores e seus encéfalos desenvolvidos, mantendo cuidadosamente o mesmo caminho e os mesmos sapatos viciados nas mesmas pegadas. Estes também foram derrotados, não pelo número de votos, mas pelos números devotos das mesmas lógicas desengonçadas, pela vulgaridade invariante que os espera, que os engole e que os devorará. Iguais na escolha, iguais na derrota.

Os derrotados foram todos; os que apontaram a escolha inexistente e que se mantiveram diferentes entre iguais, roucos nos burburinhos dos patéticos debates e, por fim, afogados no mesmo mar uniforme e conformista.

Mas se derrotados fomos todos, a quem pertence essa vitória dos números falantes? À farsa e suas multifaces escorregadias. É ela que movimenta os acontecimentos e destina as horas, é ela que constrói os muros invisíveis da vitória e que nos aprisiona e ao país, mais uma vez derrotados. Até quando veremos a farsa a campeã dos votos?

Diretoria da Adufrj-SSind

Opinião

Vida após a política (educacional)

Luis Paulo Vieira Braga*

Dois eventos, aparentemente independentes, refletem o atual estágio da vida após a política, que vivemos no Brasil, em geral, e nas IPE´s (insti-tuições públicas de ensino) em particular. Refiro-me ao transporte de estudantes do ensino médio para o comício do presidente-canditato-eleito no Rio de Janeiro e o ato de apoio dos reitores-síndicos das IFES em Brasília. Desnecessário dizer que foi o meu, o seu, o nosso dinheiro recolhido em impostos, taxas e contribuições que financiou mais estas ações de marketing de massa, indispensáveis aos regimes autoritários e populistas dos dias atuais. Os mesmos estudantes que enfrentam dificuldades com seus passes nos ônibus inter-municipais, não tiveram nenhum problema para embarcar serra abaixo, com ou sem o consentimento de seus pais, para uma aula magna de conchavo que vai da ex-Arena ao PCdoB, celebrando o fim dos fins. Não se trata mais dos fins que justificam os meios do marxismo-leninismo, mas dos meios que justificam os meios do groucho-marxismo, que transforma companheiros corruptos em companheiros aloprados. Já na China companheira, os corruptos são fuzilados... Se os estudantes podem ser isentados de maiores responsabilidades, o que dizer dos dirigentes máximos das IFES transportados em dezenas de aero-lulas? Poderiam falar, nos termos do manifesto[1] que divulgaram, em nome das universidades que dirigem? Quantos conselhos superiores aprovaram a controversa mensagem supostamente endereçada à Nação Brasileira, mas entregue ao presidente no Palácio do Planalto. O documento além de omitir os equívocos do atual governo no campo da educação, faz uma imagem tendenciosamente positiva de suas ações. Em seu terceiro parágrafo afirma: "Os avanços são inegáveis: recuperação orçamentária em 68%; expansão com a criação de dez novas Universidades e 48 *campi* em todas as regiões do país, fora das capitais; criação da Universidade Aberta do Brasil, que em breve proporcionará 60 mil novas vagas gratuitas no sistema público federal; liberação de recursos para novos investimentos, como laboratórios, bibliotecas e salas de aula; aumento real, em 58%, dos orçamentos para ciência, tecnologia e inovação. Nesse âmbito, um exemplo de grande expressão é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que saltou de R$ 350 milhões para R$ 800 milhões, o que equivale a quase 250% de aumento".

De fato o orçamento do Ministério da Educação, como um todo, passou de cerca de 14,5 bilhões de reais em 2001 (execução consolidada) para aproximadamente 21 bilhões em 2005 e 2006 (LOA´s 2005 e 2006 [2]), mas também é verdade que o percentual destinado ao MEC em relação ao total do orçamento da União diminuiu, de 2,4% em 2001 e 2002 para 1,3% em 2005 e 2006. Considerando-se que, de acordo com o próprio manifesto, criaram-se dez universidades e 48 *campi*, só para falar da educação superior, pode-se imaginar o efeito de diluição do aumento absoluto da dotação orçamentária em relação ao aumento de gastos. Aliás, em relação à criação de novas universidades, cumpre observar que somente a do ABC está efetivamente começando do zero, em muitos casos trata-se de conversão de Faculdades e aproveitamento de instalações já existentes. Necessitando-se contratar pessoal, prover equipamentos, laboratórios, etc... No tocante ao ensino a distância, tem-se mais um caso de mudança de nome de projeto. Já existia, desde 2000, um consórcio de universidade públicas, denominado – UNIREDE. Já a nova iniciativa, lançada em 2005, consagra o ensino a distância como ferramenta para ensino de massa, o que é um grande equí-voco. Uma coisa é criar cursos de complementação curricular para professores que já cumpriram uma etapa presencial e têm experiência em sala de aula, outra é aceitar jovens egressos do ensino médio para cumprirem toda a sua grade curricular na forma virtual. Dos cursos, sem prática, de cuspe e giz passamos aos curso de *mouse* e *bits*. São muito grandes as chances de taxas de repetência e abandono serem ainda maiores nestas modalidades. Quanto ao orçamento para o MCT, também é verdade que ele passou dos cerca de 2 bilhões em 2001 e 2002 (execução consolidada), para 5 bilhões em 2005 e 2006 (LOA´s 2005-06). Entretanto, o percentual em relação ao orçamento é da ordem de 0,3%! Um patamar muito baixo para um país que pretende um salto tecnológico. Portanto, as ações de Ministérios que tiveram vários titulares em quatro anos são muito mais intenções do que efetivações, e merecem muito mais atenção do que louvor. Infelizmente boa parte dos dirigentes das IFES foram constrangidos a acreditar que a liberação dos duodécimos devidos orçamentari-amente é mais um favor do que um direito. Curvaram-se, em muitos casos, às fundações e aos grupos de interesse que privatizam por dentro a universidade pública. E, derradeiramente, abdicaram da última instância de autonomia que ainda lhes era devida - a autonomia intelectual.

*Professor do Instituto de Matemática
(1) Manifesto à Nação Brasileira – http://www.ufrj.br
(2) Lei Orçamentária Anual (LOA) - http://www.planejamento.gov.br/

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Reitoria anuncia "bandejão" somente para março de 2008

Obras de terraplanagem e fundações no local só começam em dezembro deste ano

Na sessão do Consuni de 26 de outubro, a reitoria apresentou um cronograma de implantação do restaurante universitário no *campus* do Fundão (próximo ao CCS), com funcionamento previsto para 1º de março de 2008. O prazo tão distante assustou os representantes estudantis e alguns conselheiros, mas o pró-reitor Carlos Levi (Planejamento e Desenvolvimento) apressou-se em dizer que as questões técnicas e legais envolvidas nesse tipo de iniciativa impedem uma antecipação.

De acordo com o documento apresentado pela reitoria, as obras de terraplanagem e fundações do local devem começar em meados de dezembro e a conclusão desta etapa está marcada para 15 de março de 2007. A parte de edificação do restaurante terá o edital lançado em abril de 2007 e a finalização deve ocorrer em fevereiro de 2008. A aquisição e instalação de mobiliário para o futuro bandejão iniciam-se em junho do ano que vem e, no limite, completam-se em março de 2008, junto da inauguração. A contratação de gestores e operadores do restaurante acontece até dezembro de 2007.

Alunos pediram adiamento da discussão

Como não havia mobilização estudantil nessa reunião e parte da representação discente não pôde comparecer, por alegados problemas pessoais, o conselheiro Thiago Duarte solicitou que o tema fosse adiado para a próxima sessão. Os demais conselheiros, no entanto, entenderam que o cronograma poderia ser minimamente explicado, sem prejuízo da continuidade da discussão num próximo Consuni.

O decano do CCS, Almir Fraga, considerou o prazo de funcionamento do restaurante muito distante: "Mas não sei se, tecnicamente, alguma antecipação é possível", comentou. O decano do CLA, Léo Affonso, sugeriu que fosse buscada alguma solução alternativa para alimentar os estudantes até a construção do restaurante, em 2008. Pensou se poderia ser negociado algum subsídio à alimentação estudantil junto aos permissionários de restaurantes e *traillers* nos *campi* da UFRJ.

Kelvin Melo

ESTUDANTES COBRAM A VOLTA DO BANDEJÃO EM 23/9/03

Alimentação também para estudantes do CAp

Representante no Consuni dos professores dos ensinos fundamental e médio, Miriam Kaiuca registrou que a preocupação com alimentação dos estudantes não deve se limitar aos estudantes universitários, mas também incluir o corpo discente do Colégio de Aplicação.

O reitor Aloísio Teixeira comentou que avançou bastante a consciência na universidade sobre a necessidade de se investir no restaurante. Ele destacou que a obra, orçada em mais de R$ 6 milhões, está sendo financiada por um convênio com o Banco do Brasil, após longa negociação e que seria um equívoco dispor dessa verba para alimentar os alunos de uma outra forma. "Nessa obra, nenhum centavo será tirado do orçamento da UFRJ", afirmou. Ele também disse preferir o prazo de 2008 para evitar a frustração de expectativas no caso de alguma eventual antecipação ser anunciada. "Se prometermos entregar o restaurante para novembro de 2007 e não cumprirmos, será pior", completou.

Mudanças em resolução das fundações

O Consuni promoveu mudanças na resolução que trata da relação entre a UFRJ e suas fundações de apoio. Segundo esse documento (nº 02/06), será criado um fundo contábil com percentuais da receita bruta das fundações de apoio para distribuição pela universidade. O plano de aplicação desses recursos seria definido anualmente apenas pelo Conselho Universitário. A partir da decisão dos conselheiros, a aplicação passa a ser trimestral (como período mínimo) e esse poder decisório será espalhado: o Consuni vê como aplicar a terça parte dos recursos pela administração superior; os Conselhos de Coordenação definem o uso de outra terça parte nos Centros e a parte final será decidida pelas Congregações ou órgãos equivalentes das instâncias universitárias geradoras da receita.

Assinatura do reitor em manifesto é criticada no Consuni

Durante a fase de informes, o conselheiro Carlos Vainer (representante dos Titulares do CCJE) criticou a atitude do reitor Aloisio de subscrever manifesto, assinado por outros 45 reitores e diretores de instituições federais, de apoio à política educacional do atual governo, na presença do presidente Lula, no último dia 19. Segundo Vainer, que fez questão de ressaltar a boa administração de Aloísio à frente da UFRJ, foi cometido um equívoco. "Nada tenho a opor que professores, independentemente, façam seus manifestos. Mas esse foi claramente um gesto de reitores", comentou. Em seguida, lembrou a preferência da atual administração federal pelo setor privado de ensino superior. A sessão transcorreu normalmente, mas ao final, o reitor anunciou que o assunto será tratado no próximo Consuni, marcado para 9 de novembro.

O manifesto foi tema de matérias do jornal Folha Dirigida, que recordou o fato de os reitores terem participado de reunião com o ministro da Educação, Fernando Haddad, na semana imediatamente anterior à da divulgação do documento. Representantes sindicais ouvidos pelo jornal, entre eles o presidente da Adufrj-SSind, José Simões, criticaram o caráter eleitoreiro do manifesto, dada a proximidade com o segundo turno do pleito presidencial e por não corresponder à política que efetivamente o governo Lula aplicou na universidade pública..

Resenha

Brasil é o 72º em Educação

Relatório preparado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) mostra que o Brasil tem de percorrer ainda um bom caminho para atingir as metas do Programa Educação Para Todos. O programa, um compromisso firmado por vários países em Dakar, no ano 2000, é composto por seis metas de educação, que em tese devem ser atingidas até 2015. No *ranking* de desempenho, o país ocupa a 72ª posição. Bem atrás, por exemplo, do México, 48ª colocado, e da Argentina, que está no 50º lugar. Também está atrás da Indonésia, Venezuela e Panamá. O relatório mostra ainda estagnação na área. Em 2003, apresentou-se o mesmo índice de cumprimento de metas (O Estado de S. Paulo, 27/10).

Brasil só à frente do Haiti

Pelo segundo ano consecutivo, o PIB do Brasil só deve crescer mais que o do Haiti entre os países da América Latina. Segundo *ranking* de 19 países preparado pela consultoria *Austin Rating*, se em 2006 o Brasil crescer 3% como prevêem em média as mais de cem instituições financeiras consultadas para a elaboração do boletim Focus, só o Haiti, que continua em guerra civil, terá uma alta menor do PIB, de 2,3%. Nesse cenário, o Brasil vai empatar com o Equador, que também crescerá 3%, e ficará atrás de países como Paraguai (3,5%), El Salvador (3,5%), Costa Rica (3,7%) e Bolívia (4,1%). A situação é semelhante à do ano passado, quando o PIB brasileiro teve expansão de 2,3% e superou apenas o Haiti (1,8%). Na média, a América Latina deve crescer 4,6% neste ano. A Argentina deve liderar o *ranking* com uma alta do PIB de 8%, após ter expansão de 9,2% no ano passado (Folha *Online*, 20/10).

Polícia investiga pichações de cunho racista

A Polícia Civil investiga uma onda de pichações e colagens de cartazes contra negros, homossexuais, judeus, nordestinos e cotas para afrodescendentes em universidades públicas em Jundiaí, Várzea Paulista e Campo Limpo Paulista, no estado de São Paulo. Policiais suspeitam que grupos neonazistas sejam os responsáveis pelos ataques no interior. Nesta semana, na zona sul da capital paulista, três homens foram presos ao colar panfletos racistas contra as cotas para os negros em universidades. Nos cartazes, havia menção ao *site* do grupo neonazista *White Power* (Poder Branco) São Paulo (Folha Online, 28/10).

UFRJ

Assaltos em ônibus preocupam comunidade da UFRJ

Kelvin Melo

Multiplicam-se os relatos de casos ocorridos em linhas que trafegam pelo Fundão

Assaltos seguidos têm preocupado os usuários das linhas convencionais que passam pela ilha do Fundão. Na última semana, chegou ao conhecimento da Comunicação da Adufrj-SSind um conjunto de mensagens eletrônicas com relatos de roubos nas mais diversas linhas.

No caso mais incrível, os passageiros de um ônibus assaltado encontraram-se com outros, também integrantes da comunidade da UFRJ, prestando queixa de um roubo na mesma linha (696A, integração com o metrô), só que uma hora antes. Indignados com a situação, eles resolveram chamar a atenção para o problema e pedir providências às autoridades.

Quem iniciou a mobilização pela internet foi o funcionário João Carlos de Andrade, do Laboratório de Estudos e Simulações de Sistemas Metro-ferroviários (Lesfer), na Coppe. Ele contou que, no dia 4 de outubro, perto de 11h, vinha para o trabalho pela linha 696A. Logo após o viaduto que cruza a Avenida Brasil e pouco antes do acesso ao Fundão, três jovens entraram no ônibus e anunciaram o assalto. Dois pularam a roleta para roubar e um ficou junto ao motorista, com a mão dentro de uma mochila. A ação durou alguns minutos, pois, logo no ponto seguinte, antes da ponte Oswaldo Cruz (sobre a Linha Vermelha), os três desceram do veículo e se dirigiram para a favela da Maré. João, que sofreu seu primeiro assalto, perdeu dinheiro, enquanto outros passageiros chegaram a ficar sem mochilas, celulares e relógios. O funcionário da UFRJ notou, no entanto, que o caixa do trocador não foi tocado pelos bandidos.

Outro problema verificou-se em seguida, pois o motorista e o trocador não tiveram nenhuma atitude de apoio aos passageiros, segundo João Carlos. Foi necessário exigir a parada no posto de controle da empresa Lamsa, concessionária da Linha Amarela, para conversar com os policiais ali estacionados. Nesse local, o sargento da PM solicitou que o motorista da empresa levasse as vítimas para a 21ª Delegacia Policial (em Bonsucesso) para que se procedesse ao registro da ocorrência. Só que, já na DP, segundo eles orientados pelo inspetor da empresa, o motorista e o trocador se recusaram a servir como testemunhas do roubo.

Foi neste momento que os cerca de dez assaltados do ônibus tomaram conhecimento que outras três pessoas na DP tinham sido roubadas na mesma linha, só que no sentido contrário (Fundão-Del Castilho), entre os mesmos pontos, uma hora antes. Aluna da Faculdade de Letras, Lidia Esteves estava entre as vítimas desse coletivo, desta vez atacado por dois bandidos. Também pela primeira vez assaltada, levaram-lhe dinheiro e a mochila, com alguns materiais do curso e o guarda-chuva. Só conseguiu salvar o celular, que jogou ao chão, num momento de distração dos ladrões. "Fiquei muito nervosa, porque um deles falou que ia 'estalar' quem os enganasse", afirmou. Também neste caso, a trocadora não foi assaltada. "Estou avisando todo mundo para não pegar esse ônibus, quando estiver muito vazio", comentou. Ela informou que o funcionário do metrô em um ponto próximo ofereceu água e condução à 21ª DP, se os passageiros quisessem. Lidia, porém, preferiu aguardar a carona da mãe para fazer o registro da ocorrência.

Solicitação de providências

Desde aquele dia, João Carlos buscou reunir os contatos de todos os envolvidos e espalhou mensagens por toda a universidade sobre a situação vivida por ele e demais vítimas. Além de apoio, o funcionário conseguiu notícias de mais roubos efetuados nessa e em outras linhas que passam pelo Fundão. Até do Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes) surgiu relato de roubo no mesmo local e com as mesmas características descritas por João. "Entrei em contato com alguns centros acadêmicos aqui do Centro de Tecnologia e com a Prefeitura Universitária para ver o que podíamos fazer", disse o funcionário, que também fez uma consulta informal, via PR-4, à Procuradoria - ainda sem resposta - para saber da possibilidade de algum ressarcimento da empresa ou do estado nesta situação de roubo. Se nenhuma providência for tomada, o grupo estuda realizar algum tipo de protesto junto às empresas de ônibus.

Usuário deve registrar ocorrência também na Divisão de Segurança da universidade

O vice-prefeito universitário, Ivan Carmo, esclarece que não se pode tomar uma providência direta sobre esses roubos ocorridos em linhas privadas, fora do *campus* da UFRJ. Mas ele orienta a comunidade interna a fazer imediatamente o registro de todas as ocorrências, não só nas delegacias, como também na Divisão de Segurança da Prefeitura Universitária. Segundo ele, com um quantitativo significativo de ocorrências em mãos, a administração da UFRJ pôde exercer algum tipo de pressão junto aos órgãos policiais.

A iniciativa deu certo ultimamente. Até agosto deste ano, a Prefeitura registrou diversos furtos de (ou em) veículos, na maioria das vezes com a característica de possuírem o kit-gás, no interior da universidade. A polícia foi chamada a intervir diante desses números e, num trabalho conjunto com a Vigilância da universidade, uma quadrilha foi presa no final de agosto. A média de furtos estava, até então, acima das dez ocorrências, por mês. Mas, em setembro, ocorreu apenas um registro.

Já em relação aos roubos a ônibus registrados na Prefeitura Universitária, os números não permitem uma ação semelhante. Só foram anotados quatro roubos, até setembro, nos ônibus gratuitos de circulação interna e mais um, em linha da Viação Redentor (provavelmente o especial S06 – Cidade de Deus/Cidade Universitária), no mês de junho.

Número de roubos a coletivos têm crescido no estado

No último boletim divulgado pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do estado do Rio de Janeiro, percebe-se um crescimento no número de roubos a coletivos. Nas denominadas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), duas próximas à ilha do Fundão aparecem em destaque neste ponto: a área da Penha/Brás de Pina (tida como em situação grave) e a de São Cristóvão (gravíssima). De acordo com o levantamento, relativo a julho, aconteceram 810 ações deste tipo no estado, o maior índice de 2006. O ISP, no entanto, não possui os dados relativos a cada linha de ônibus, para que fosse conferido o "desempenho" das que trafegam pelo *campus* do Fundão. A Federação das Empresas de Transporte do Rio de Janeiro (Fetranspor) também não possui essa estatística, bem como a Polícia Militar.

Empresa não responde

A reportagem da Adufrj-SSind tentou entrar em contato com a Viação Ideal, que opera a linha 696A citada no relato e mais três outras que passam pelo Fundão (696, 324 e 326). Apesar de várias ligações e uma mensagem eletrônica, com as perguntas, dirigida ao setor de atendimento da empresa, nenhuma resposta chegou até o momento de fechamento desta matéria. O objetivo era saber se a Ideal tinha alguma estatística própria dos roubos, se foi feita alguma solicitação de reforço de policiamento recentemente e perguntar a orientação dada aos funcionários na assistência aos passageiros neste tipo de situação. Também foi questionado o comportamento do motorista e trocador de se recusarem a testemunhar sobre o roubo e o estranho fato de os caixas dos trocadores não terem sido atacados, nos casos relatados.

Movimento

“Novos” modelos de gestão na Saúde

No último dia 25, aconteceu na Uerj o Encontro do Controle Social para a discussão dos “Novos” Modelos de Gestão na Saúde

Fotos: Wagner Maiolino

A PROFESSORA DA UFRJ E TAMBÉM EX-PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND, CLEUSA SANTOS, PARTICIPA DE EVENTO SOBRE SAÚDE PÚBLICA NA UERJ. NA OCASIÃO, CLEUSA SANTOS APRESENTOU AS PUBLICAÇÕES DE 2006 SOBRE PRIVATIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES E HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS PRODUZIDAS PELO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES (ANDES-SN)

O evento coordenado pela professora Maria Inês Bravo (Uerj) teve grande participação da comunidade, de representantes de sindicatos e conselhos da área da Saúde de todo o estado. Como convidados participaram a coordenadora da pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ, Cleusa Santos, a pesquisadora também da ESS/UFRJ Valéria Noronha, da representante do Sindicato dos Servidores da Previdência Social Márcia Silva e da professora da Escola Nacional de Saúde Pública (FioCruz), Cristiani Machado.

O objetivo do encontro foi democratizar os dados que mostram a privatização dos serviços públicos e a ameaça à universalização do acesso aos serviços de saúde que estão por detrás das propostas de ‘novos’ modelos de gestão, geralmente apresentadas pelos governos federal e estaduais. A professora Cleusa Santos enfatizou que deve haver uma crítica constante, sobretudo com a participação de outras entidades que lutam contra a privatização dos serviços públicos no país, a esses novos modelos . “Não se pode permitir que ocorra a assistencialização da saúde, ou seja, transformar os direitos fundamentais em políticas de assistência”, disse.

Organismos Internacionais, o ‘alívio’ à pobreza

Cleusa Santos ressaltou que o direito aos serviços públicos de acesso universal à população vêm sendo transformados em políticas de assistência mínima, segundo a lógica estabelecida pelos organismos do capital internacional (Banco Mundial, FMI, etc).

A idéia geral desses novos modelos seria incitar reformas nos setores de saúde, previdência e assistência social nos países latinos. “Querem fazer crer que a pobreza no mundo não é resultado da exploração da classe trabalhadora e sim de um crescimento populacional desordenado que deve ser acompanhado por reformas no Estado”, afirmou Cleusa.

A pesquisadora Valéria Noronha acrescentou que existe um estímulo a uma cesta de serviços básicos numa lógica focalizada e de enxugamento dos direitos fundamentais que vão sendo transformados em ciclos de projetos.

A professora Cristiani Machado explicou que os novos modelos que começaram a se difundir nos anos 90 se caracterizam por formas de vinculação específicas, terceirização de serviços, cooperativa de profissionais e fundações privadas de apoio. Nos chamados ‘novos’ modelos, o financiamento é majoritariamente público, mas admite arrecadação privada, a gestão não é controlada processualmente, mas baseada em acordos de metas e contratos de gestão e as cooperativas contratam profissionais sem nenhuma garantia dos direitos trabalhistas. “Há unidades que contratam cooperados inclusive para os cargos de direção”, revelou.

Sucateamentos dos hospitais

A representante do Sindisprev disse ser errada a idéia de que o apoio das fundações privadas tragam sempre resultados positivos. “Hoje já existem várias fundações que estão devendo grande quantia de dinheiro”, revelou. Márcia Silva ressaltou também que a política governamental de gestão se resume ao desmonte e ao sucateamento dos hospitais. “Desde o governo Collor até o atual governo, esse processo de mínimo acesso à saúde vem se agravando”, disse. “O SUS jamais vai conseguir atender bem a população se ficar aliado às diretrizes de assistência mínima determinada pelos organismos do capitalismo internacional”, completou.

Conselhos de Saúde

As palestrantes ressaltaram que diante dos riscos de privatização dos serviços públicos de saúde há que se fortalecer cada vez mais a importância dos Conselhos de Saúde como fórum controlador da gestão na saúde e como foco de resistência às ameaças de privatização. “Os conselhos devem ser fóruns de debate político e não de discussão somente dos problemas de

Anote

Fórum na Tela
Dentro do projeto “Forum na Tela”, o Salão Moniz de Aragão do Fórum de Ciência e Cultura recebe o IV Ciclo de Cinema e Dança. Será exibido o filme “O baile”, de Ettore Scola, que será seguido de palestra com o tema “Dança e comportamento”. O evento, no dia 31, começa às 18h. Em novembro, o projeto retorna com o tema “Nos tempos da Atlântida Cinematográfica”.

Cinema no CCMN
O Centro Cultural Professor Horácio Macedo do CCMN recebe, dentro do projeto “Cinema ao meio-dia”, os filmes “Carlota Joaquina”, no dia 31/10; e “Benjamin”, no dia 1º de novembro. As projeções acontecem no Salão Nobre da decania. A programação volta com “Bicho de Sete Cabeças”, no dia 13, e “Edifício Master”, no dia 14, estes dois a serem exibidos no Auditório Roxinho.

Samba e Jazz
O grupo instrumental “SambaJazz Trio” mistura, em sua apresentação, músicas de Tom Jobim, Cartola, Djavan, Jorge Ben Jor, entre outros artistas. A exibição está marcada para o dia 6 de novembro, ao meio-dia, no auditório Roxinho.

Prata da Casa
Dentro do projeto “Prata da Casa”, a comunidade do CCMN ganha espaço no Centro Cultural Professor Horácio Macedo para demonstrar seu talento no campo da Música, da Poesia e das Artes Plásticas. A programação, nos dias 7 e 8 de novembro, começa ao meio-dia, no Auditório Roxinho.

Direito e Saúde
No “II Curso de Debates sobre Direito e Saúde”, o Forum de Ciência e Cultura recebe a palestra “Os avanços científicos e o prolongamento da vida - a questão social, ética e econômica dos dependentes de cuidados continuados”, dia 8 de novembro, das 18h às 20h, no Salão Moniz de Aragão.

Exposição de fotografias
No dia 4, às 10h, o Forum de Ciência e Cultura vai à sede da Associação dos Moradores da Vila Residencial UFRJ, na Ilha do Fundão, com “Canavieiros”, projeção de *slides* do fotógrafo Eneraldo Carneiro. Nos dias 7 e 8, às 10h, é a vez de o Alojamento dos Estudantes da UFRJ receber a exposição “A Aventura do Olhar”, mostra de fotografias em técnicas pinhole e digital do Lab.Lata – programa de inclusão social da Vila Residencial da UFRJ.

Opinião

A escolha de Harvard, o PDI e a fragmentação universitária

Leandro Nogueira*

Recentemente os meios de comunicação noticiaram a escolha de Harvard como a melhor universidade do mundo, de acordo com a última lista das cem melhores instituições de ensino superior, elaborada pela publicação britânica *"The Times Higher Education Supplement"*, considerado o *ranking* acadêmico mais prestigiado do mundo.

Nesse mesmo interregno estamos há algum tempo debatendo aqui na UFRJ o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), etapa do planejamento estratégico que visa promover uma concepção mais avançada de nossa *práxis* universitária. Como amplamente divulgado, um dos reconhecidos entraves a essa iniciativa tem sido a prevalência do conceito de *campus* descontínuo, definido no PDI como a falta de comunicação entre as diversas unidades da instituição espalhadas territorialmente pelo Rio de Janeiro.

Com efeito, o resultado mais objetivo do processo encaminhado por essa concepção de ensino superior, tem sido a fragmentação generalizada e cumulativa da produção acadêmica. Nesse contexto a multidisciplinaridade desponta como inevitável, ameaçando remeter à mais solene puerilidade o ideal da tríade ensino-pesquisa-extensão.

A essa altura entretanto, pode-se questionar o que justificaria a elaboração de um texto que reúne temas tão distintos como a escolha de Harvard, o PDI da UFRJ e a questão da fragmentação universitária. A hipótese nesse sentido defende a argumentação de que os três temas podem guardar entre si uma proximidade maior do que supõe a nossa vã e fragmentada filosofia.

Inicialmente a escolha de Harvard como a melhor universidade do mundo constitui por si só um tópico de alta relevância para todos os que procuram aprofundar a sua atuação no universo acadêmico, sobretudo no momento em que ocorrem as discussões sobre o nosso PDI e os obstáculos relacionados à sua implementação. Partindo dessa consideração, uma breve análise comparativa dos dados e de importantes relatos sobre as duas instituições pode revelar o PDI como iniciativa de notável significado, especialmente por confrontar o problema da fragmentação, que ao contrário do que se possa supor, também parece afetar Harvard.

Numa consulta sobre os principais números da notável instituição americana, fundada em 1636 e disponíveis em www.news.harvard.edu/glance/, somos informados que Harvard tem 19.714 estudantes (6613 na Graduação; 33,54%), distribuídos em dez principais unidades acadêmicas, com nove faculdades supervisionando cerca de onze escolas de ensino superior. Para tanto, o orçamento anual da instituição é da ordem de US$ 2.8 bilhões, suportado por um fundo de US$ 29.2 bilhões.

No Harvard Fact Book, disponível em vpf-web.harvard.edu/budget/factbook/, edição 2005-06, tem-se a informação de que 2.497 professores lecionam na renomada universidade americana, divididos entre diversas categorias que vão de "Tenured", os de maior distinção acadêmica e os únicos com estabilidade funcional (n=925; 37,04%), passando por uma plêiade que inclui Professores Associados, Assistentes, Conferencistas, Instrutores, Preceptores e Visitantes, entre outras (n=1572; 62,96%).

Sobre a UFRJ, fundada há apenas 86 anos, encontramos, disponível no sítio www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=AUFRJ_ESTATISTI, a informação de que a instituição tem matriculados cerca de 43.824 estudantes (36.174 na Graduação; 82,54%), distribuídos em 48 unidades de ensino, que mantêm 141 cursos de Graduação, 87 de Mestrado e 72 de Doutorado.

Somos portanto, em certos termos numéricos, uma universidade de maior envergadura: temos um número de estudantes que supera em mais de 120% o quantitativo de Harvard; a relação professor-aluno é de 1:13,88 na UFRJ e de 1:7,89 na universidade americana; considerados apenas os cursos de graduação, essa mesma relação é de 1: 11,46 na instituição brasileira e de 1: 2,64 em Harvard.

Quando os números se referem à questão orçamentária entretanto, o panorama é revertido de forma dramática. Enquanto o orçamento de Harvard contabiliza bilhões de dólares, a UFRJ se debate em 2006 com R$ 94 milhões para o custeio das despesas fixas e dos gastos com manutenção (http://txt.estado.com.br/editorias/2006/08/13/ger-1.93.7.20060813.1.1.xml).

Estima-se que para atender a todas as demandas, seriam necessários R$ 160 milhões, sem contar os projetos de expansão das atividades universitárias. Mesmo com essa crônica insuficiência orçamentária, o que implica em graves problemas de infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, a UFRJ mantém uma política de expansão do número de vagas. Desde 2003, foram abertas 450 novas vagas. Essa política se traduz não apenas no aumento das vagas,

> "Com efeito, o resultado mais objetivo do processo encaminhado por essa concepção de ensino superior, tem sido a fragmentação generalizada e cumulativa da produção acadêmica."

mas também na criação de novos cursos, na ampliação do turno da noite e na construção de um novo *campus*, como o de Macaé, em 2005.

Não obstante, a maior universidade federal do Brasil tem sido alvo de assacadilhas por parte de grupos econômicos privatistas, que a acusam de ser uma instituição perdulária, elitista e de constituir-se em espaço privilegiado do corporativismo de docentes e funcionários, sempre que esses protestam através de suas associações legalmente constituídas, contra a contínua desvalorização de seus salários e as condições cada vez mais difíceis de trabalho.

Por seu turno, Harvard sempre se defendeu a contento quanto às acusações de elitismo, apesar de seu orçamento bilionário atender um número significativamente reduzido de estudantes, num país em que a admissão num *college* ou numa universidade, é culturalmente considerada um privilégio e não um direito (SJOGREN, 1986).

No entanto, essa combinação de universidade enxuta e bem dotada financeiramente, não parece ter livrado Harvard do problema da fragmentação, questão que tem sido sobejamente destacada nas discussões do nosso PDI. Acrescente-se ainda, que Harvard não tem o problema do espalhamento territorial de suas unidades acadêmicas, como na UFRJ, possui mais de três séculos e meio de existência e contabiliza no seu quadro de professores, entre ativos e inativos, nada menos que 43 prêmios Nobel. Ainda assim, uma possível explicação para a prevalência da fragmentação em Harvard, talvez sirva para a compreensão quanto à ocorrência do mesmo problema na UFRJ, guardadas evidentemente as devidas proporções entre duas instituições tão distintas.

Para Harry E. Lewis, professor de ciências da computação e ex-decano do *Harvard College*, a famosa universidade americana trocou sua missão de educar pela intenção de satisfazer o consumidor. Para o influente acadêmico, depois da Segunda Guerra Mundial havia um consenso explícito sobre a responsabilidade de Harvard e também das outras universidades em preservar a civilização. Afinal, a sociedade acabara de testemunhar a possibilidade de a vida civilizada e o aprendizado desaparecerem da Terra. Lewis entende que não existe mais acordo algum sobre a educação em Harvard, no sentido de que existem fatos e valores que os estudantes devem aprender antes de se graduarem (O Globo, 16/04/2006).

De acordo com Mortimer Zuckerman, editor-chefe da revista *US News* e especialista na elaboração de *rankings* das universidades americanas, a ênfase na pesquisa, não no ensino (o que parece evidente na análise dos números sobre Harvard), resultaria da competição entre as universidades por estrelas do mundo acadêmico.

Também os defensores da polêmica gestão de Lawrence Summers à frente da Reitoria da instituição (que lá é chamada de Presidência), abortada em março último após uma sucessão de crises que quase culminou no voto de desconfiança da influente Faculdade de Artes e Ciências, dizem que Harvard é ingovernável por causa do espírito corporativo dos professores, mais interessados em suas próprias pesquisas do que na educação dos alunos (*Idem*).

A convergência sobre esses relatos acerca de Harvard, nos dão conta de que não só a venerável universidade americana também está sendo confrontada com o problema da fragmentação, como despontam discernidos entre os principais aspectos fautores de sua manifestação a ênfase na pesquisa e a menor importância atribuída à educação.

Retornando à abordagem do problema na UFRJ, penso que as principais causas do nosso processo de fragmentação sejam as mesmas de Harvard, embora em termos numéricos, nossa produção de pesquisas seja consideravelmente menor. Mas também na UFRJ, pode-se declarar sem susto, é crescente a menor importância atribuída à educação. Aqui, como em Harvard, também não se tem um acordo sobre a educação e qual seria o processo de ensino mais adequado para o seu desdobramento. Aliás, quando o assunto é ensino, talvez não seja exagerado inferir que os alunos da UFRJ, em sua grande maioria, passam por um processo de aprendizagem, apesar das crônicas deficiências do nosso sistema educacional.

E os indicadores nesse sentido podem ser numerosos. É possível por exemplo, que um determinado estudo algum dia revele que a maior parte dos docentes da UFRJ confunde medição com avaliação, sendo ainda incapaz de formular com objetividade as questões que irão fazer parte das inúmeras provas submetidas aos estudantes. E não seria surpreendente se essa deficiência fosse constatada tanto em professores com grau de Doutorado, como nos cursos implicados com a missão de formar docentes. Por outro lado, não se tem notícia da existência de assessorias pedagógicas nas diversas unidades acadêmicas, encarregadas do acompanhamento das diversas etapas de planejamento, controle e avaliação dos diferentes processos de ensino existentes em seus cursos. Também não se tem registro sobre qualquer esforço sistematizador quanto à discussão dos valores vinculados ao processo de ensino, que invariavelmente estabelece a necessidade sobre o debate acerca da visão de homem e sociedade que pretenderíamos predominantes entre os estudantes graduados.

O fato é que, na UFRJ, as questões de natureza pedagógica e também os professores dedicados às atividades de ensino, via de regra, são tratados como integrantes de um contexto de não-produtividade acadêmica. Com efeito, os professores que ingressam na universidade são estimulados à participação ou à liderança de grupos de pesquisa, sem o que suas trajetórias acadêmicas poderão ser destinadas ao limbo do chamado ensino superior.

Mas e as aulas? É verdade que, por enquanto, a UFRJ ainda preserva a cultura de um processo em que boa parte das transmissões de informação ocorrem em salas de aula. Não que isso seja ensino por excelência, mas é algo que se aproxima das condições necessárias ao processo de ensino, especialmente quando as turmas não são superlotadas ou quando não são assumidas por monitores. Não obstante, até mesmo o entendimento sobre essa dinâmica educativa parece longe de ser consensual. Em recente entrevista ao Jornal da UFRJ

> "O fato é que, na UFRJ, as questões de natureza pedagógica e também os professores dedicados às atividades de ensino, via de regra, são tratados como integrantes de um contexto de não-produtividade acadêmica."

(Agosto, 2006), Nelson Maculan Filho, ex-reitor da Universidade e atual Secretário de Ensino Superior do MEC, comentando sobre sua experiência como Professor Visitante da Universidade de Milão, no período 2002/2003, relatou que ministrou aulas para 350 alunos, destacando que inclusive o Prêmio Nobel de Física, Carlos Rubia, também dava aulas para essa mesma quantidade de pessoas.

Demonstrando sua aprovação por esse processo de massificação, o conceituado acadêmico enfatizou que em Milão reprovou menos do que nos cursos de Cálculo na UFRJ, salientando ainda que o Brasil é muito bom para formar poucas pessoas e muito ruim para formar muitas pessoas. Sem embargo, esse tipo de evento que também ocorre nos anfiteatros de Harvard, está mais para a classificação típica de palestras, conferências ou demonstrações instrucionais, que podem de fato colaborar para o processo de ensino. Dificilmente entretanto, devem ser considerados enquanto eventos primordiais para um sistema de ensino universitário verdadeiramente superior.

Claro deve estar no presente artigo que o seu autor não é contra o desenvolvimento de pesquisas, básicas ou aplicadas, o que seria um autêntico disparate, mas tão somente contra a concepção da comunidade universitária, moldada exclusivamente segundo a forma de produção do conhecimento científico. É próprio da ciência, que seu desenvolvimento se processe em meio a um contexto de rigorosidade e delimitação do objeto de estudo, o que em outras palavras implica em um processo de compreensão da realidade através de sua fragmentação. O tipo de conhecimento daí advindo, sempre parcial, muitas vezes provisório e refutável, deve ser entendido como uma conquista social que solicita o adequado tratamento educativo, o que implica na discussão dos valores subjacentes à sua emergência e de como se dará a sua circulação no âmbito de determinada cultura.

É exatamente esse difícil empreendimento que está colocado para a UFRJ no momento em que são apresentadas para a sua comunidade, as discussões sobre o PDI. Trata-se de um considerável desafio para uma jovem universidade, que com o crescimento de sua pós-graduação, percebe com clareza que o processo de fragmentação representa uma ameaça real e imediata, não apenas para as questões de cunho institucional, mas também e principalmente, para a própria articulação e integração social do conhecimento produzido. E assim como não basta apenas a produção de riquezas, não é suficiente apenas a produção do conhecimento. Que o processo de ensino seja aprofundado tanto para a sua produção como para a sua necessária reflexão, amparado por um sistema de gestão universitária firmemente comprometido com a realização de valores sociais que tenham por norte a democratização e a preservação da civilização.

A alternativa a esse processo é prosseguir com a produção do conhecimento sem maiores preocupações com a sua integração, tanto acadêmica como social, valorizando cada vez mais a instrução, justamente às expensas do processo educativo. E se possível, de forma aligeirada, porque como se costuma usualmente dizer, os tempos atuais exigem a velocidade necessária para que por exemplo, a roda de um carro seja trocada enquanto ele ainda estiver em pleno movimento.

Mas essa pode ser uma opção com efeitos altamente danosos. Nos dizeres de Carl Sagan, "podemos escapar ilesos por algum tempo, porém, mais cedo ou mais tarde, essa mistura inflamável de ignorância e poder vai explodir na nossa cara".

*Professor EEFD-UFRJ

REFERÊNCIAS

SJOGREN, C. *Estudo nos Estados Unidos da América*. Editorial Office, The College Board: New York, 1986.
O GLOBO. *À procura de um reitor*. Edição de 16/04/2006
O GLOBO. *Não há acordo sobre educação*. Edição de 16/04/2006
JORNAL DA UFRJ. As batalhas de bastidores da Reforma Universitária. Agosto, 2006. Out/2006

Internacional

Repressão mata ativistas no México

Estimativas dos movimentos sociais de Oaxaca, no México, indicam entre seis e onze mortos pela repressão do PRI

Fotos da página eletrônica do Jornal *La Jornada*

Além dos mortos, mais de 30 feridos a bala, pelo menos 45 desaparecidos e pelo menos 19 militantes detidos ou seqüestrados. Este é o saldo atual da repressão comandada pelo governador Ulissez Ruiz do Partido Revolucionário Institucional (de direita) contra o levante popular em Oaxaca, México. Só na última sexta, 27/10, dois ativistas e um jornalista foram mortos pela ação da polícia e paramilitares. As vítimas são o professor Emilio Alonso Fabián, o militante Esteba Ruiz e o jornalista americano Bradley Roland Will, documentarista do *Indymedia* de Nova Iorque.

Segundo o Jornal *La Jornada*, da Universidade Aberta do México, nos últimos dias outras três pessoas foram vítimas da ação contra o movimento grevista dos professores de Oaxaca que se encontram paralisados desde maio deste ano. Na tarde do domingo, 29/10, a Polícia Federal Preventiva (PFP), do governo Ruiz, invadiu a capital e o centro histórico da cidade com tanques e dispararam fogo contra os manifestantes durante mais de duas horas. No confronto, morreram, o enfermeiro Jorge Alberto López Bernal, o professor Fidel García e um menor de 14 anos, não identificado.

Centro turístico do Sul do país, Oaxaca é hoje rodeada de favelas cuja população sobrevive de remessas de trabalhadores imigrantes, enviados clandestinamente para trabalhar nos Estados Unidos. Uma população empobrecida, mas organizada em cerca de 350 comunidades indígenas, sindicatos e associações civis que formaram a Assembléia Popular do Povo de Oaxaca (APPO). Segundo o editor de Opinião do *La Jornada*, Luiz Hernández Navarro, o sindicato dos professores de Oaxaca tem sido a única força social democrática com presença em todo o estado. "Os professores oaxaquenhos trabalham em condições precárias, com poucos recursos pedagógicos. Seus alunos chegam às escolas com o estômago vazio e precisam abandonar as aulas para ajudar suas famílias nos trabalhos do campo. Não são poucos os que quase não conhecem seus pais, porque eles emigraram para os Estados Unidos. Nessas condições, tem sido uma constante na história recente que os professores se identifiquem com as comunidades nas quais trabalham e que se transformem em lutadores não apenas dentro do seu setor, mas que sejam, também, porta-vozes das demandas comunitárias".

Protesto começa no dia do Professor naquele país, 15 de Maio

O protesto em Oaxaca começou como expressão da luta do magistério por aumento salarial e contra o empobrecimento da população imposto pelas políticas do governo do PRI, especialmente com relação ao turismo local que aumentou imensamente o custo de vida para os trabalhadores oaxaquenhos. A mobilização e greve dos professores contou com o apoio total do povo da região que aumentou a resistência a partir da repressão violenta desencadeada pela ação paramilitar do governo contra os ativistas e militantes sociais. "Em vez de procurar canais para viabilizar uma solução, o governo federal optou por desentender-se do conflito e disse que era um assunto local, no qual não tinha ingerência", comenta Luiz Navarro, em artigo publicado pela Agência Carta Maior (20/10/06).

Resistência dos movimentos é tratada violentamente por governador empossado

O estopim do confronto foi a suspeita de fraude na vitória apertada de Ulises Ruiz sobre Gabino Cué, candidato apoiado pelo ex-governador Diódoro Carrasco e por uma coalizão da maioria dos partidos de oposição. Os professores em greve foram às ruas, junto do movimento popular organizado pela Assembléia Popular do Povo de Oaxaca, questionar a imposição de Ulises e têm sido duramente reprimidos também pelo governo do presidente Vicente Fox que mandou as tropas federais para apoiar Ulises e reprimir o levante pacífico. Segundo nota da APPO, 4 mil soldados federais se posicionaram no último domingo (29/10) no centro da Cidade de Oaxaca em um ultimato para que os movimentos sociais retirem as barricadas das ruas e desocupem os prédios públicos.

Apesar da insatisfação popular com o resultado das urnas, Ruiz diz que sua renúncia não está em discussão e classificou, segundo noticiário do *El Jornada* (30/10) como 'radicais e violentos' os integrantes da APPO. A resistência dos professores e dos movimentos fez, no entanto, com que o governador abrisse a possibilidade de negociação com os grevistas em torno do que chamou de 'melhorias na qualidade da educação' naquele estado.

Professores permanecem em greve

Apesar de parte do movimento grevista ter sinalizado desde a semana passada pelo retorno às aulas, o fim da paralisação do magistério em Oaxaca ainda não está definido. Segundo o noticiário mexicano, o dirigente do movimento docente oaxaquenho, Enrique Rueda, disse nessa segunda-feira, 30/10, que apesar da existência de uma proposta de acordo para acaber com a greve, o regresso dos professores é parcial pois ainda há muitas pendências. O dirigente sindical afirmou ainda que a APPO quer chegar a um acordo, mas que o fim dos conflitos em Oaxaca não vai ser resolvido com a permanência da Polícia Federal Preventiva nas ruas.

Andes-SN se reúne para discutir formas de ajudar os companheiros de Oaxaca

Segundo o ex-diretor do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), Roberto Leher, a repressão no México atingiu principalmente os professores da Sindicato Nacional de Trabalhadores em Educação daquele país, "uma agremiação democrática e socialista que sempre esteve na vanguarda da luta contra o sindicalismo oficial amalgamado ao PRI e depois ao Partido da Ação Nacional. (PAN), do presidente Fox e Caldeiras, e que está na coordenação da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca". O Andes-SN marcou para a última segunda (30/10), uma reunião em sua sede em Brasília para discutir formas de solidariedade ao movimento dos professores e da população de Oaxaca.

Arquivo Adufrj-SSind

Questão de 'honra'

Condenação de Emir Sader atenta contra autonomia universitária. Por Roberto Leher

Página 3

Estudantes e o boicote ao Enade

No dia 12 de novembro, ocorre mais um Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que faz parte do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), criado pelo governo Lula em 2003. A Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute) propõe aos estudantes de todo o país comparecerem aos locais de exame, assinarem o nome e colarem o adesivo do boicote na folha da prova. O Enade privilegia o ensino pago em detrimento do público, ao submeter todas as instituições à lógica da reforma universitária, ainda em tramitação.

O Enade tem caráter obrigatório tanto para as instituições de ensino como para seu corpo discente. O exame passou a ser ainda um componente curricular obrigatório que impede o recebimento do diploma estudantil, caso não seja feito. A Conlute é favorável à avaliação da universidade, mas não pelos critérios impostos pelo Enade. "A avaliação que queremos deve ser construída coletivamente pela comunidade universitária e ser socialmente referenciada. A produção de conhecimento deve estar a serviço das classes populares e não subordinada aos interesses das grandes empresas e multinacionais", diz um trecho do panfleto da campanha de boicote ao Enade.

Reunião aberta da diretoria e Conselho de Representantes

Pauta: Conlutas

Convidado: José Maria de Almeida

13 de novembro *segunda-feira* **18h**

Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 517 7 de novembro de 2006

Manifestação de solidariedade ao povo mexicano termina em violência no Rio

Samuel Tosta

ESTUDANTES CARIOCAS APANHAM DA POLÍCIA EM FRENTE AO CONSULADO DO MÉXICO, NA PRAIA DE BOTAFOGO

Diplomata chama PM para reprimir manifestantes em Botafogo

O cônsul Juan Andrés Ordoñez Gómez, lotado no Rio de Janeiro, mostrou ser um fiel representante do governo do México, que vem reprimindo os movimentos sociais no estado de Oaxaca. Ele também chamou as forças policiais para atacar uma manifestação de solidariedade ao povo mexicano, ocorrida no dia 1º de novembro, na frente da sede do consulado, na Praia de Botafogo.

Os manifestantes concentraram-se no local às 11h e, com um carro de som improvisado, fizeram discursos contra o governo do México e pediram para serem recebidos pelo cônsul. O objetivo era entregar a "Declaração de repúdio à ação do governo mexicano contra a Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca", que exige o fim imediato da repressão, a renúncia do governador daquele estado, Ulises Ruiz, e a investigação e punição dos culpados pelas mortes de ativistas do movimento ao longo das últimas semanas.

Durante a manifestação, a professora Cristina Miranda, diretora da Regional Rio do Andes-SN, leu uma nota do Sindicato dos Docentes em defesa do povo e da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca. Neste documento, além da renúncia do governador Ruiz, o uso da força pública como meio de intervenção em um conflito social é terminantemente rechaçado. O Andes-SN também cobrou a implementação de um plano emergencial de defesa da integridade dos povos da região, bem como a intervenção do Estado Brasileiro na questão, denunciando a violência governamental na Corte de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. "Conclamamos a todos os movimentos sociais e de defesa dos direitos humanos a acompanharem os desdobramentos dos graves acontecimentos que fazem sangrar todos os lutadores latino-americanos, em defesa da vida e da integridade dos povos, em defesa do direito de manifestação e de auto-organização dos que lutam pela justiça e pela igualdade social", diz um trecho da nota. Estiveram presentes no ato as seções sindicais da UFF, UFRRJ e Uerj. A Adufrj-SSind foi representada pelo diretor Ricardo Kubrusly. O protesto também contou com a participação da Ação Global dos Povos e do Centro de Mídia Independente.

Continua na página 4

Editorial

Um Trilhão

Passadas as eleições tudo parece voltar ao lugar de sempre.

Descobrimos que o ar por onde viajam milhões de pessoas não está tão controlado quanto devia. Sem surpresas constata-se que não há concursos para renovar e ampliar o quadro de controladores do ar, que os salários são baixos, que há interferências políticas. Mais um setor que foi "enxugado" pela última onda neoliberal e que a mídia oficial esquecerá em breve, pelo menos até o próximo acidente.

Notícias vindas de Pernambuco dão conta de que, após protesto de estudantes do ensino médio, inconformados com a falta sistemática de professores, o Ministério Público obriga o estado a oferecer condições mínimas para os jovens estudantes. Cai por terra a campanha milionária sobre os "avanços" do MEC na educação brasileira.

As páginas policiais novamente estão cheias de sangue. Pensionista do INSS sai incendiando quem acha pela frente, PM mata um jovem entregador de pizza que pede ajuda para o pai doente. Polícias carioca e paulista disputam "eficiência" no triste ofício do extermínio.

Nosso sistema jurídico dá uma contribuição singular no entendimento do que significa a palavra – Justiça. Condena, sentencia à prisão um professor universitário cujo "crime" é denunciar a maneira como é feita a política neste país e quem dela se beneficia. E para nos lembrar que não estamos tão longe assim da ditadura, o ilustre magistrado que proferiu a sentença ainda se dá o direito de demití-lo.

Nosso recém reeleito presidente desfruta de merecido descanso, sob olhares indiscretos, mas sem antes deixar de dar seu recado sinistro: seu novo governo vai "cortar" mais de dez bilhões com "gastos" em "pessoal".

Simples eventos quotidianos ou alguma injunção nefasta das estrelas sobre o nosso destino?

Encontrar a conexão entre os fatos anteriores e a repetição de outros do mesmo tipo exige retomar uma questão fundamental – a da dívida pública brasileira.

Segundo dados oficiais, há alguns meses a dívida brasileira atingiu o patamar de um trilhão de reais. Com juros de cerca de 20% ao ano, a cada cinco ou seis anos, só de juros, pagamos o equivalente ao valor principal. Duzentos bilhões de reais ao ano, só de juros, é mais do que a soma dos investimentos em saúde, educação, segurança, programas assistenciais. O significado disto para o quotidiano dos brasileiros, o quanto de nosso trabalho se esvai nessa sangria, o comprometimento e a dependência profunda que isto ocasiona para o país são raramente questionados na grande imprensa, sequer mencionados pelos nossos atuais governantes.

Os dez bilhões que o governo Lula vai tirar da rubrica " pessoal " é da ordem de grandeza de um por cento dos juros da dívida pública. Apenas um por cento, mas significam o descalabro do serviço público que deveria estar voltado para atender as necessidades de nossa população. Sabemos que irão para o bolso dos agiotas nacionais e internacionais. Na verdade, a grande derrota nesta eleição foi justamente a do silencio sobre as opções fundamentais que são tomadas hoje. Afinal, quem, como e onde foram traçados os rumos do país, as decisões importantes, cujas conseqüências desastrosas vemos todo o dia?

Igualmente preocupante é nossa universidade onde o silêncio é grande. São poucas as vozes que se erguem. Nosso trabalho prossegue, produzimos e formamos jovens. Mas não há como esconder que a crise que se abate sobre o país também nos afeta. A luta por uma universidade para todos, por uma melhor qualidade no ensino e na pesquisa enfrenta um dilema difícil.

Todos os dias, a Vale do Rio Doce e outras mineradoras exportam matérias-primas por nossas estradas e portos. Todos os dias nossas terras são devastadas, poluídas e nossa produção agrícola abastece os mercados internacionais. E todos os dias compramos tecnologias sofisticadas, equipamentos, projetos. Na equação da troca de alguns vagões de minério de ferro e algumas toneladas de soja por um "pen-drive de 2 giga-bytes", para que a universidade, a pesquisa, o ensino superior de qualidade no Brasil? Será que nosso trabalho também não é mais uma pequena fração, como a de outros milhões de trabalhadores brasileiros, que vão engordar os índices oficiais deste velho modelo econômico, caduco de cinco séculos, onde não temos presente e nem teremos futuro?

Movimento

Divulgação

PROFESSORES FAZEM ASSEMBLÉIA DE GREVE

Greve de professores no Ceará completa 5 meses

Objetivo é conseguir plano de cargos e salários unificado para as três instituições estaduais de ensino superior

Continuam em greve os professores da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O movimento, iniciado em 7 de junho, cobra do governo um plano de cargos e salários unificado para as três instituições de ensino superior daquela região (além da UECE, existem a Universidade Vale do Acaraú e a Universidade Regional do Cariri). O corpo docente local recebe a menor remuneração entre as públicas do país. Um profissional com doutorado e em regime de dedicação integral à universidade ganha pouco mais de R$ 2 mil.

Primeira-secretária do Andes-SN e professora da Universidade Federal do Ceará, Maria do Céu de Lima tem acompanhado a situação de perto. Segundo ela, além da paralisação da UECE, os docentes da UVA e da URCA encontram-se em estado de greve. "Eles já estiveram paralisados, mas decisões judiciais obrigaram o retorno às atividades", comentou Maria do Céu.

No momento, os professores enfrentam a indiferença das principais forças políticas do estado. O atual governo de Lúcio Alcântara (PSDB) alegou, em primeiro lugar, que não poderia negociar essa situação em ano eleitoral. Vencido em seus argumentos que a questão poderia tramitar na assembléia legislativa do Ceará para 2007, comunicou que não poderia conceder o plano de cargos e salários em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, pela qual não poderia gerar despesas extras para o sucessor. O pior é que o governador eleito Cid Gomes (PSB) também tem evitado o diálogo com o movimento.

Segundo Maria do Céu, os professores tentam tramitar o plano de cargos na Assembléia Legislativa local, bem como conseguir os recursos necessários à sua implementação, até o fim de novembro, prazo final para aprovação do orçamento estadual.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Nacional

A polêmica da 'raça'

11ª Vara Criminal de São Paulo condena Emir Sader a um ano de prestação de serviços à comunidade e à perda de cargo na Uerj por ter chamado senador de 'racista'. Professor pode recorrer da sentença

Agência Carta Maior

São Paulo – O cientista social Emir Sader foi condenado à perda de seu cargo de professor na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) e a um ano de detenção, em regime aberto, conversível à prestação de serviços à comunidade, pela 11ª Vara Criminal de São Paulo, que julgou um processo de injúria movido pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). Cabe recurso à decisão, ainda em primeira instância.

Na sentença, o juiz Rodrigo César Muller Valente avaliou que Sader cometeu crime ao tratar Bornhausen como "racista" em artigo publicado na agência de notícias **Carta Maior** em 28 de agosto do ano passado. O colunista se referia a uma manifestação pública do senador feita dois dia antes, na qual, ao ser questionado em um evento com empresários se estava desencantado com a crise política, ele respondeu: "Desencantado? Pelo contrário. Estou é encantado, porque estaremos livres dessa raça pelos próximos 30 anos".

Marcelo Bettamio, advogado do professor Emir Sader, disse que irá recorrer da decisão, que só passa a valer após o trânsito em julgado da sentença. Segundo ele, houve cerceamento do direito de defesa durante o trâmite do processo. "O juiz não intimou as testemunhas de defesa, cujo comparecimento ao tribunal fora pedido pelo defendente", alega. Sobre a cassação do professor de seu cargo na Uerj, Bettamio considera a decisão descabida, uma vez que o artigo assinado por Sader não teria relação com sua função docente naquela universidade.

O senador Jorge Bornhausen foi procurado pela agência para se manifestar sobre o caso, mas sua assessoria disse que ele não comentaria o caso. O juiz Rodrigo César Muller Valente também foi contatado através de sua secretária, mas não respondeu à solicitação de entrevista.

A polêmica

Na época, ao explicar a declaração, Bornhausen disse que se referia aos petistas e à expectativa de que Lula fosse derrotado nas eleições deste ano. A expressão "raça" utilizada por ele gerou manifestações de repúdio no governo, no PT e em esferas da esquerda. Cartazes acusando o senador de racismo chegaram a ser distribuídos em Brasília. Diante da repercussão, o senador e presidente do PFL publicou um artigo no jornal *Folha de S. Paulo*, em 29 de setembro, em que tentava explicar o uso da expressão.

"Quanto a ter usado a palavra 'raça' – não como designação preconceituosa de etnia, ideologia, religião, caracteres, mas como camarilha, quadrilha, grupo localizado –, tão logo alguns falsos intelectuais surgiram, incriminando-me, apareceram preciosos testemunhos a meu favor. Confesso que falei "dessa raça" espontaneamente, sem premeditação, usando meu modesto universo vocabular, a linguagem coloquial brasileira com que me expresso, embora meus adversários tentem me isolar numa aristocracia fantasiosa", escreveu Bornhausen.

Segundo o advogado Marcelo Bettamio, na apresentação de sua defesa, Emir Sader alegou que, ao usar o termo racismo, "não visou ofender a honra nem subjetiva nem objetiva do senador, mas sim fazer uma crítica a um parlamentar que fez uma declaração pública, perante a mídia, com termos preconceituosos". Bettamio considera que, através do artigo na *Folha de S. Paulo*, o próprio senador se retratou. "O prof. Emir Sader apenas exerceu o direito à livre manifestação e à crítica, salvaguardado na Constituição", disse o advogado.

Anote

Chega de exclusão!

No último dia 9 de outubro, Alexandre Pereira, morador de rua que vivia na Rua Senador Vergueiro, no Flamengo, Rio de janeiro, foi baleado na mão pela aposentada Maria Dora Arbex. Dora deveria ser punida por porte ilegal de arma e por agressão, mas não pegou nenhuma pena e ainda foi condecorada pelo vereador Carlos Bolsonaro (PP) com uma medalha. "O certo é botar essa mendigada num navio e jogar longe", declarou Dora, e completou: "Ocuparam os morros, agora tomaram as calçadas... Se o prefeito não limpa a cidade, eu vou limpar nem que seja com balde d'água".

Uma manifestação está sendo chamada contra esta política racista de exclusão e extermínio dos moradores de rua. Será na próxima quinta-feira, 9/11, às 13 horas, na Praça José de Alencar, no Flamengo.

Festival de cinema latino-americano

A quarta sessão da fase itinerante do *Festival Latinoamericano de la Clase Obrera* de cinema e vídeo no Rio de Janeiro vai ter como tema a luta pela moradia. No Rio, o movimento dos sem-teto tem promovido diversas ocupações e alguns dos vídeos em destaque revelam o dia-a-dia de uma ocupação ou o violento despejo pela ação da Polícia Militar. O festival acontece no sábado, dia 11, a partir das 15h, no Centro de Cultura Social, na Rua Torres Homem, 790, Vila Isabel.

Opinião

Condenação de Emir Sader é um grave atentado a autonomia universitária

Roberto Leher*

A sentença do Juiz Rodrigo Valente conclui que Emir caluniou o Senador Bornhausen, condenando-o a um ano de prisão (comutada por serviços comunitários) e a perda de função pública. Qual foi o grave crime contra a "honra" do Senador? Após o ex-governador nomeado pela ditadura militar ter exortado: "Vamos nos livrar dessa raça pelo menos por 30 anos", referindo-se aos petistas, Sader criticou essa grave declaração em artigo na Carta Maior[1], salientando o significado profundo dessa declaração, lembrando o passado nada risonho do Senador, um ativo organizador da ditadura empresarial-militar. Considerando o percurso histórico desse "esquema mental" que é a raça, uma noção forjada no contexto da colonização da América a partir da hierarquização do grau de humanidades e, ainda, quem proferiu essa grave ameaça e o lugar de onde o emissor a veiculou (a presidência do PFL, o principal herdeiro da ARENA), Emir sustentou em seu artigo a conotação racista da sentença do Senador. O artigo obviamente estava inserido em um embate político e, como tal, caso o Senador tivesse se sentido injuriado poderia ensejar direito de resposta.

A condenação de Emir nada tem a ver com a refrega política expressa pelo artigo. Os efeitos práticos do ato do Juiz não diferem dos tenebrosos atos institucionais que objetivaram silenciar a universidade, impondo aos que ousaram levantar sua voz contra a ditadura violentas medidas como o afastamento compulsório das universidades. Em 28 de abril de 1969, um Decreto aposenta "nos cargos que ocupam nos órgãos da Administração Pública Federal" 42 pessoas, entre as quais diversos intelectuais e três professores da USP: Florestan Fernandes, Jaime Tíomno e João Batista Villanova Artigas (DOU, 28/4/1969). A seguir, o reitor da USP e mais 23 professores foram afastados, fato que se repetiu em diversas outras instituições, como no "Massacre de Manguinhos", dando seqüência ao desmonte iniciado na Universidade de Brasília, 1964-65. Qual o crime desses professores e pesquisadores? O exercício ético da crítica.

A criminalização da política é um processo que se alastra como rastilho de pólvora em toda a América Latina. Não faz muito tempo Chico de Oliveira foi processado por Delúbio Soares e interpelado judicialmente por José Dirceu. As direções dos principais movimentos sociais já foram condenadas em alguma instância. Agora é Emir Sader que é acionado e *kafkianamente* condenado.

O teor político fica ainda mais nítido quando se considera o perfil acadêmico-político de Emir. Além dos muitos livros e artigos publicados pelas mais prestigiosas revistas e editoras do país e do exterior, das muitas orientações na USP e na UERJ, Emir é provavelmente um dos intelectuais que levou mais longe a proposição de Gramsci sobre a organização da cultura. Por meio de um intenso trabalho editorial, traduções, apresentações, Emir colocou o pensamento social brasileiro em contato com o melhor da produção crítica latino-americana, incentivando o intercâmbio e o estudo da realidade latino-americana sempre a partir da ótica dos explorados e humilhados. Por essas qualidades foi eleito para o cargo de Secretário Geral do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.

Toda a luta em defesa da autonomia universitária afinal consagrada na Constituição Federal de 1988 almejava impedir que esses graves acontecimentos não se repetissem nunca mais. Mas a autonomia universitária sempre está em tensão com os poderes estabelecidos, por isso é uma conquista diuturna. O apoio ativo a Emir é parte dessa luta. Não estão em jogo as opiniões do professor sobre esse ou aquele tema. A sentença coloca em risco o preceito constitucional que afirma a universidade pública como um espaço público de liberdade.

---

*Professor da FEUFRJ

Para manifestar apoio ao professor Emir Sader assine o manifesto em http://www.petitiononline.com/emir/petition.html

1) (http://cartamaior.uol.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2171)

Continuação da capa

PM carioca reprime manifestação de solidariedade

Apesar dos insistentes pedidos, o cônsul mexicano não apareceu para receber os manifestantes, estudantes em sua maioria. Primeiro, através de um segurança, mandou avisar que não estava. Diante da persistência do grupo, pediu a um assessor para informar que estava ocupado demais para descer do terceiro andar do prédio, que também abriga os consulados do Paraguai e Uruguai. O protesto seguiu com mais veemência e os manifestantes chegaram a atear fogo em alguns pneus, na calçada em frente do consulado.

Pouco depois, um único policial militar, sem qualquer tentativa de diálogo, distribuiu golpes de cassetete e spray de pimenta nos jovens. Minutos mais tarde, mais policiais do 2º Batalhão da PM (Botafogo), foram chamados pelo cônsul para reprimir o movimento. Como o grupo não se dispersou, finalmente iniciou-se uma negociação com a representação diplomática do México.

O major Sérgio Mendes, do 2º BPM, entrou em contato com o cônsul, que somente após três horas de manifestação e o conflito com os policiais, concordou em receber quatro pessoas do grupo. Segundo o próprio major, o representante mexicano negou a solicitação de que as reportagens da Adufrj-SSind e do Centro de Mídia Independente acompanhassem o encontro.

De acordo com um dos integrantes da 'comitiva' recebida pelo cônsul, Juan Andrés guardou o documento e entregou um comunicado com a justificativa do governo mexicano para a repressão. No texto, o cônsul disse que o protesto será enviado às autoridades de seu país e afirma que o uso da força pública federal é um "recurso legítimo", o que não implica nenhum veto à liberdade de expressão e direito de manifestação de todos os oaxaquenhos.

Oaxacalibre.org

indymedia.org

POLÍCIA MEXICANA ATACA POPULAÇÃO QUE COBRA A SAÍDA DO GOVERNADOR ULISES RUIZ. ÚLTIMO CONFRONTO OCORREU NO DIA DE FINADOS, 2/11. UNIVERSIDADE FOI INVADIDA POR POLICIAIS FEDERAIS (AO LADO) E REPRESSÃO JÁ CONTABILIZA DEZ MORTOS, DEZENAS DE FERIDOS E VÁRIAS LIDERANÇAS SOCIAIS DESAPARECIDAS.

Solidaderiedade também em São Paulo, Brasília e Fortaleza

As manifestações de solidariedade à resistência do povo de Oaxaca, no México, repetiram-se em várias cidades brasileiras, como em São Paulo, Brasília e Fortaleza. Na capital federal, mais de 50 pessoas concentraram-se em frente à Embaixada do México. O ato foi organizado pelas diversos partidos, entidades sindicais e movimentos sociais, como o Andes-SN. Os manifestantes entregaram uma carta a um representante da embaixada, que se comprometeu a encaminhá-la ao governo de Oaxaca. Assim como no Rio de Janeiro, a polícia militar do Distrito Federal reprimiu o protesto de forma violenta.

Resistência prossegue em Oaxaca

No 2 de novembro, a Polícia Federal Preventiva aproveitou o feriado de Finados para atacar os ativistas da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca que se encontravam no *campus* da Universidade Autônoma Benito Juárez. No domingo, dia 5, o estado recebeu caravanas de ônibus lotados de manifestantes vindos de várias cidades do México em solidariedade à luta dos oaxaquenhos pela destituição do governador do estado Ulises Ruiz.

Opinião

The 60% solution

Osvaldo Coggiola*

O engano funcionou desta vez, e não teria, no momento, porque não funcionar. Em geral, toda eleição em regime burguês, em cirunstâncias "normais (isto é, não revolucionárias) é uma grotesca manipulação da opinião pública e do eleitorado, o que, eventualemente, não exclui a fraude. Assim, Lula conseguiu uma recuperação "milagrosa" do seu fracasso no primeiro turno e, ninguém sabe explicar como, recuperou boa parte dos eleitores. Lula ganhou com mais de 60% (dos votos válidos emitidos) contra 39% do picolé do *Opus Dei*, com uma diferença de cerca de 20 milhões de votos. Desde o início, Alckmin estava escolhido para perder (por isso, Serra e Aécio se reservaram para 2010). No Nordeste, Lula obteve mais de 80% dos votos em alguns estados, como Maranhão (84,63%) e Ceará (82,32%), e mais de 70% na maioria dos outros, Piauí (77,31%), Paraíba (75,01%), Pernambuco (78,48%) e Bahia (78,08%), com o claro apoio do conjunto das forças políticas locais. Um importante jornal da metrópole norte-americana informou claramente que "a reeleição de Lula representa boas novas para Washington. O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush - mais odiado do que qualquer outro líder mundial na América Latina - estima Lula como um parceiro confiável de negociações. As relações entre Brasília e Washington estão melhores do que nunca".

Lula foi ao segundo turno apelando para o ódio dos trabalhadores contra as elites. Conseguiu até mesmo lembrar que alguma vez fez discurso em prol dos que abandonou durante os quatro anos do seu primeiro governo. O sentido do voto nulo no segundo turno era evidenciar o jogo político de engano aos trabalhadores, preparando o terreno para a resistência popular massiva. Porque no "terceiro turno" das eleições haverá um enfrentamento crescente das massas exploradas contra o governo. O segundo governo Lula será o governo da reforma trabalhista, da reforma universitária e de um ataque definitivo à Previdência Pública, para satisfazer os banqueiros nacionais e estrangeiros.

Na América Latina, vai se desfazer crescentemente o "eixo antiimperialista". Segundo o mesmo jornal imperial já citado, "o Brasil (Lula, né?) é visto como um reduto contra o processo de sedução regional conduzido pelo presidente venezuelano Hugo Chávez. Embora Lula tenha evitado um confronto aberto com o venezuelano, as táticas de Chávez no sentido de abraçar o Brasil não funcionaram. Aquilo que inicialmente eram boas relações entre os dois chefes de Estado esfriaram um pouco. Lula estaria "irritado" com Chávez, segundo assessores próximos ao presidente brasileiro".

Lula no momento não tem maioria no Congresso. Fez um pacto com a direita para ganhar as eleições. Lula não adotará medidas para superar seu caráter minoritário no Congresso. Vão ao governo, junto com Lula, os criminosos políticos reacionários, privatizadores e repressores do povo, agrupados no PMDB, verdadeiro partido governante, se é que existe algum, nesta segunda edição do governo Lula. Poderemos esperar a continuação das "bolsas sociais", minguadas, de todo tipo, mas sem investimentos estatais para gerar emprego. Fará um governo de direita com políticas assistencialistas, cada vez menores.

E, seguramente, vai se orientar para mais privatizações, em especial na Previdência Pública. O PT só controla cinco dos 23 estados de Brasil, é uma minoria pequena no Senado. Não haverá um Lula "novo" progressista e, menos ainda, socialista.

Os Sem Terra, depois de quatro anos de traição, de promessas não realizadas, continuarão dizendo que é necessário pressionar o Lula etc? Já o fizeram, estiveram no Pálacio do Planalto duas ou três vezes, tiraram fotos com Lula, e nada. O MST perdeu o norte politicamente, subordinaram suas políticas aos acordos com Lula, em troca de algumas concessões financeiras para manter o aparato da organização. A CUT vai continuar como um braço político do Ministério do Trabalho, encabeçado pelo seu anterior presidente.

O jogo começa agora, e é cada vez mais necessário mudar a escalação do time.

*Professor do departamento de História da USP

Greve termina com vitórias no Ceará

Arquivo Adufrj-SSind

Após cinco meses em greve, os professores da UECE (Universidade Estadual do Ceará) decidiram, no último dia 10, suspender a paralisação. Na véspera, na Assembléia Legislativa cearense, havia sido assinado acordo entre os representantes do comando de greve e os líderes partidários locais para assegurar a aprovação de emenda ao orçamento de 2007. A proposta garante R$ 14 milhões para reajustes no próximo ano e a criação de um plano de cargos e carreiras para os docentes das três universidades estaduais (além da UECE, ainda existem a Universidade Vale do Acaraú e a Universidade Regional do Cariri). O salário-base dos docentes na Uece, hoje, vai de R$ 800, entre os iniciantes, a R$ 2.000, entre os que têm doutorado.

FGTS

Está na página eletrônica www.adufrj.org.br o segundo lote dos professores que receberão os resíduos das contas do Fundo de Garantia referente à ação ganha na Justiça pela seção sindical. *Site* bate recorde de visitas em outubro. Confira na página 2.

Amorim

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 518 14 de novembro de 2006

Queremos bandejão

Mais de 300 alunos estiveram no Consuni e cobraram do reitor o início imediato da obra

Após o anúncio de que o bandejão ficaria pronto apenas em março de 2008, mais de 300 alunos de diversos cursos de graduação, pós-graduação e do Colégio de Aplicação ocuparam as dependências da sala do conselho superior para cobrar pressa à reitoria na última sessão do Consuni (9/11). Os manifestantes fizeram bastante barulho e conseguiram interromper a reunião na tentativa de arrancar, ao menos no discurso, alguns compromissos do reitor Aloisio Teixeira. Os alunos obtiveram do dirigente a promessa de que a etapa de terraplanagem e fundações no local será realmente iniciada até 15 de dezembro. Mas isso não quer dizer que as obras realmente aconteçam no prazo apresentado pela reitoria.

Os estudantes ainda tentaram garantir uma redução dos prazos apresentados no cronograma para viabilizar o funcionamento do restaurante universitário ainda em 2007. O reitor disse, no entanto, que a discussão sobre redução de prazos merecia "mais análise". Mais uma vez, Aloisio repetiu que não gostaria de criar expectativas que poderiam ser frustradas. "Em relação ao cronograma, fiquei tão decepcionado quanto vocês. Acho que significou uma derrota para a reitoria. Estamos estudando a possibilidade de redução, mas não será significativa", adiantou, em referência aos prazos legais estabelecidos para as licitações feitas pelos órgãos públicos.

Continua na página 8

Kelvin Melo

ALUNOS SE CONCENTRAM EM FRENTE À REITORIA, ANTES DO CONSUNI

Editorial

Manifestação dos estudantes

A manifestação dos estudantes da UFRJ no Consuni da semana passada retoma uma antiga questão. O enfrentamento dos estudantes em torno do funcionamento do bandejão torna-se palco de lutas entre diferentes concepções de universidade e de sociedade.

Muitas das manifestações ocorridas nos anos 60, tendo como item na pauta das reivindicações estudantis o funcionamento dos bandejões, tinham como pano de fundo o acordo MEC-USAID e a visão de uma universidade subordinada aos interesses da ditadura militar. O fechamento dos bandejões na UFRJ no início dos anos 90 foi mais um capítulo da privatização dos serviços públicos. As dificuldades de gestão e as restrições orçamentárias foram os argumentos usados para a desobrigação da Universidade em relação aos restaurantes universitários. O resultado foi a proliferação dos esquemas de alimentação precária, caros e de má qualidade que hoje poluem os *campi* da UFRJ.

A fase atual de reivindicações estudantis e as dificuldades que a administração da UFRJ tem em dar respostas satisfatórias recoloca questões de fundo sobre o que está acontecendo com a Universidade Pública brasileira. O atual modelo econômico continua pressionando o setor público para a sua privatização, reduz os orçamentos drasticamente, desobriga o estado brasileiro de suas funções sociais mais fundamentais. Na política de agro-negócios e exportações de matérias-primas, a Universidade Pública brasileira está colocada como mais um item de "despesas" e jamais vista como "investimentos". Esta tendência tem sido uma constante desde os governos do PSDB e o primeiro governo Lula continuou nesta direção. Com uma inovação significativa, que tem sido sua postura em relação aos movimentos sociais organizados: a cooptação de suas lideranças, a intervenção nas entidades mais combativas e promessas e propaganda de impacto na mídia. Este é o cenário das atuais dificuldades da " assistência" aos estudantes.

Entendemos como princípio fundamental o direito dos estudantes e de toda a população brasileira o acesso ao ensino público superior, a obrigação do Estado brasileiro com os meios para que isto seja possível. Se neste momento a Universidade tem dificuldades em cumprir plenamente seu papel, isto deve ser colocado claramente aos estudantes, as responsabilidades políticas sinalizadas. Não concordamos com a apresentação de propostas irreais, "virtuais" como apresentadas no último Consuni em esconder uma questão política de fundo em questões técnicas, em postergar uma reivindicação cuja justiça é inquestionável. E não podemos deixar de sinalizar que a posição da administração fica comprometida e sem saída quando internamente apresenta um discurso progressista e externamente confunde sua representação legítima de nossa comunidade com o apoio ao governo Lula, como demonstrado no manifesto dos reitores antes das eleições. Neste caminho não teremos soluções satisfatórias.

Adufrj-SSind

Página da Adufrj tem recorde de visitas

No mês de outubro, a página eletrônica da Adufrj-SSind recebeu a visita de 6.867 internautas. O número de acessos ao www.adufrj.org.br praticamente dobrou em relação ao registrado em setembro. A publicação no *site* das listas com os nomes de professores que tiveram o pagamento dos resíduos do Fundo de Garantia liberado através de ação ganha na justiça pela seção sindical pode ter motivado a procura pelo endereço.

Mesmo sem as listas do FGTS, a página eletrônica da entidade tem mantido uma procura mensal de mais de 3.500 visitantes. Só nos primeiros oito dias de novembro, o endereço já registrou 2.173 visitas.

Além do noticiário universitário e sindical, na página eletrônica da Adufrj podem ser baixados os arquivos com as edições semanais do Jornal da Adufrj, encartes e outros documentos de interesse dos professores e sindicalizados. Através do www.adufr.org.br, o internauta tem acesso a *links* das demais seções sindicais do Andes-SN, de universidades brasileiras, do governo federal, e do Congresso Nacional.

O setor de Comunicação da entidade disponibiliza também na página o'Clipping' com o arquivo de todas as matérias publicadas no Jornal da Adufrj e no noticiário do *site*, além do 'Arquivo fotográfico' que disponibiliza o acervo de fotos e imagens de nossas publicações.

ACESSOS MENSAIS

Mês	Total acessos	Dados baixados em Kb	Visitas	Arquivos baixados	Acessos	Cliques
Nov 2006*	1572	1099647	2173	12460	28859	50266
Out 2006	3667	3422626	6867	41505	90067	157090
Set 2006	1837	1375331	3560	19203	37411	72166

*Obs: oito primeiros dias

Nota de Falecimento

■ Faleceu, no último dia 6 de novembro, a professora de Literatura Brasileira Glória Pondé. Aposentada do departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da UFRJ, a docente ajudou a criar e implantar o curso de Pós-Graduação em Literatura Infantil e Juvenil na unidade, em 1988. Durante muito tempo, a professora foi responsável por diversos projetos de leitura e capacitação de professores da rede pública de ensino fundamental e médio, tendo vários livros publicados em sua área. Os professores da Faculdade de Letras que solicitaram esse registro fizeram questão de ressaltar o carinho de todos na unidade pela professora Glória Pondé.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Antonio Vianna e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Banca de progressão desconsidera produção intelectual voltada para o ensino

Professor autor de 22 livros didáticos tem avaliação prejudicada

Na UFRJ, com a definição pelos Centros dos perfis de professores Associados para a progressão para a nova classe, alguns critérios têm sido objeto de polêmica entre candidatos à progressão e bancas. No Instituto de Física, um docente com ampla produção de livros foi prejudicado em sua avaliação por essa produção ter sido desconsiderada.

Adir Moysés, do Departamento de Física Matemática, publicou 22 livros, sendo 16 deles desde que se tornou Adjunto IV em 1º de janeiro de 1981. O último foi lançado na semana passada com o título "Física I – Mecânica". Mesmo com a intensa produção voltada para material didático, Adir não se encaixa no perfil definido no Instituto. A unidade preferiu valorizar a produção de artigos na área de Física ou Astronomia classificados como "A Internacional" no sistema Qualis, da Capes.

O professor tem apenas um artigo publicado como A Internacional na Física, embora tenha outros "Qualis A Internacional na área de Engenharia". Adir brinca dizendo que completou "bodas de prata" como Adjunto IV, mas fica sério ao questionar os critérios do Instituto. "Praticamente prevaleceu na avaliação a produção de pesquisa. Desconsideraram os livros e os demais grupos que poderiam pontuar, como atividades de administração. Tenho um colega ex-diretor que zerou neste quesito", disse. Adir lembra que na avaliação da Gratificação de Estímulo à Docência cada livro valia 20 pontos.

Recurso no Consuni

A história de Adir chamou a atenção do professor Luis Paulo Vieira Braga, conselheiro da Adufrj-SSind no Instituto de Matemática. No final de setembro, ele entrou com um recurso no Conselho Universitário para tentar incluir o item 'livro' dentro do perfil desejado para o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), ao qual é vinculado o Instituto de Física.

Luis Paulo, entre outros pontos, argumenta que o próprio estatuto da UFRJ, em seu art. 7º, inciso VI, estabelece como um dos objetivos da universidade "(...) comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação". Além disso, defende que, ao excluir a produção de livros do perfil de atuação desejado, o CCMN desestimula os docentes dessa atividade, num movimento contrário ao esforço das editoras universitárias.

O recurso ainda não entrou na pauta do colegiado

Direção deve criar outra banca

Diretor do Instituto de Física, o professor Nelson Velho admite que os critérios estabelecidos na unidade foram muito rígidos: "O rigor na avaliação é até uma tradição da Física. Mesmo nos julgamentos do CNPq", disse. Porém, ele disse que pretende fazer uma rediscussão interna e criar uma nova comissão para apreciar casos como o do professor Adir.

A preocupação do diretor vai ao encontro da opinião do reitor Aloísio Teixeira, quando o Conselho Universitário definiu as regras gerais internas para a progressão a Associado. Na sessão daquele colegiado, em 24 de agosto, o dirigente foi claro ao pedir regras mais flexíveis aos conselheiros. Segundo ele, a progressão, num primeiro momento, deveria ter o caráter de um mero aumento salarial: "Não gosto dessa Medida Provisória (nº 295), da solução para uma justa demanda salarial dos docentes", disse, naquela ocasião.

Movimento

Greve dos médicos residentes continua forte

A greve nacional dos médicos residentes iniciou-se no dia 1° de novembro e continua com toda força, em vários estados brasileiros. Eles reivindicam reajuste da bolsa de residência médica em 30% a partir de 1° de janeiro para todo o país; a complementação desse reajuste para 53,7% (inflação no período de 2002 a 2005), escalonado até julho de 2007; e o compromisso de ampliação das vagas de residência médica.

Na semana passada, o governo encaminhou o projeto de lei nº 7.561/2006 comprometendo-se apenas com o reajuste de 30% a partir de 1º de janeiro de 2007 (passaria dos atuais R$ 1.470 para R$ 1.916). Mas, mesmo assim, não o fez em caráter de urgência.

Situação no Rio de Janeiro

No último dia 7, a associação dos residentes do Rio de Janeiro promoveu a maior assembléia da história do segmento no estado. Mais de 700 médicos compareceram ao auditório do Hospital Servidores do Estado. No dia 10, mesmo com chuva, mais de 200 residentes se reuniram em nova assembléia na Praça da Cruz Vermelha, em frente ao INCA, e, após o informe de que o PL não tinha caráter de urgência, decidiram continuar a paralisação. Segundo o presidente da associação de médicos residentes do estado, Bruno Morisson, a categoria quer ter certeza de que o governo vai cumprir o prometido. A próxima assembléia estava marcada para este dia 14, também em frente ao INCA.

Estudantes protestam contra Enade

No último domingo, 12 de novembro, dia de Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), estudantes realizaram manifestações em todo o país contra a avaliação das faculdades realizada pelo Ministério da Educação. Exatos 488.883 estudantes de 871 municípios do país foram selecionados para fazer a prova. De acordo com a assessoria de imprensa do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do MEC, 1.619 instituições de ensino serão avaliadas por meio do desempenho de seus alunos. Em Brasília, integrantes da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos) incentivaram estudantes a boicotarem o exame. Com o slogan "Nota Zero para o Enade", eles seguraram faixas e gritaram palavras de ordem enquanto entregavam adesivos aos estudantes que chegavam para fazer a prova: "Este é o terceiro ano consecutivo de boicote, a gente vem ganhando participação dos alunos com o passar dos anos", afirmou Danilo Silvestre, membro do comitê organizador do boicote no Distrito Federal.

Valter Campanato/ABr

ESTUDANTES DE COMUNICAÇÃO PROTESTAM EM BRASÍLIA

Punição no lugar da avaliação

O Enade foi criado em 2004 pelo MEC para avaliar a qualidade dos cursos e instituições de ensino superior em todo o Brasil e o grau de aprendizado dos estudantes. O exame faz parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para Silvestre, o exame não é uma forma eficiente de avaliação e tem caráter punitivo. "O Enade, junto com o Sinaes, pune as faculdades. Ou seja, é como se uma pessoa doente fosse ao médico e, em vez de receitar um remédio, ele desse um veneno. No caso das universidades públicas, elas podem deixar de receber verbas e não ter como melhorar."

Fonte: Agência Brasil

Movimento

Sindicalistas analisam segundo mandato do governo Lula

Ana Manuella Soares

Manutenção da política econômica recessiva pode alavancar reação do movimento sindical contra reformas liberais

Desde a ascensão do ex-metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores à presidência da República e ao governo federal, ainda em 2002, o movimento sindical brasileiro vem sofrendo um processo de ruptura cada vez mais irreversível entre governistas e não governistas. O auge da separação dos sindicalistas e ativistas entre prós e contras do governo Lula se deu durante o processo de aprovação da Reforma da Previdência dos Servidores Públicos em 2003. As ainda não concluídas reformas da Educação, Trabalhista, Sindical e a chamada 'terceira onda' da reforma previdenciária completariam o quadro divisor de águas para os que consideram o atual governo o continuísmo descarado dos oito anos do seu antecessor neoliberal tucano, Fernando Henrique Cardoso e os que ainda apostam, como demonstraram no resultado das urnas no último dia 29 de outubro, nas intenções 'desenvolvimentistas' de Luis Inácio.

Para o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, a composição política do segundo mandato de Lula parece mesmo, à primeira vista, uma tomada de posição entre as vertentes monetarista e desenvolvimentista. "Para além das aparências", diz, no entanto, "o fato é que as soluções apontadas para a ampliação da capacidade de investimento do Estado brasileiro não resolverão a crise fiscal uma vez que a dívida pública é enorme e crescente". Segundo o professor, o projeto de lei do orçamento de 2007 deixa claras as opções do segundo mandato. "A previsão é de R$ 547,8 bilhões para todas as despesas primárias e de R$ 963,7 bilhões para as despesas financeiras. Isto é, 36,2% e 63,8% respectivamente".

Para o dirigente do Sindicato que rompeu em 2005 com a Central Única dos Trabalhadores, central que apóia o governo Lula, as medidas anunciadas pelo petista para os próximos anos alterarão apenas a parte menor do orçamento. Os recursos para 'dinamizar' a economia ou para 'investimentos' em infra-estrutura sairão, mais uma vez, da parcela que deveria ser destinada aos trabalhadores e aos direitos da população. "Nova reforma previdenciária, nenhum reajuste salarial para o servidor público, congelamento do financiamento da educação e sequer contratações para as novas universidades federais estão previstas", alerta. Para o sindicalista, no caso das universidades públicas, o risco é de uma expansão da educação superior pública que não se sustentará nos curto e médio prazos. "No âmbito do setor público, devemos prever um período muito duro", diz referindo-se aos cortes orçamentários que o governo deve lançar mão, mais adiante, para manter a política já anunciada de manutenção do superávit primário de 4,5% em 2007 e as altas taxas de juros.

A mesma análise sobre a continuidade da política do governo Lula para o serviço público faz o ex-dirigente da CUT e da Fasubra, Agnaldo Fernandes: "Já durante a campanha eleitoral, fomos alertados de que o governo já teria feito grandes avanços e de que haveria, portanto, um aumento menor em 2007". Para Agnaldo, o movimento sindical entrará em uma fase de grandes debates sobre o futuro da organização dos trabalhadores. "De um lado, setores que optaram em hierarquizar suas ações a partir da defesa da política do governo. De outro, setores que priorizaram a organização da luta e da resistência aos ataques que o atual governo resolveu dar continuidade".

Coordenador Geral da Coordenação Nacional de Lutas, entidade criada em maio deste ano com o objetivo de reorganizar sindicatos e movimentos sociais contra as políticas liberais do governo, José Maria de Almeida também acredita que o segundo mandato de Lula dará continuidade às políticas econômicas praticadas nos últimos quatro anos. "O anúncio do próprio Lula de que pretende manter um ajuste fiscal rigoroso significa, na prática, usar recursos públicos prioritariamente para favorecer bancos e grandes empresas. O Super-Simples traz a flexibilização dos direitos trabalhistas dos empregados das micro e pequenas empresas", ressalta o coordenador da Conlutas.

Agnaldo Fernandes integra a Assembléia Popular e de Esquerda, outro movimento que vem atuando no meio sindical e popular com críticas aos projetos do governo federal, e também considera emblemática a votação do Supersimples e o fim de direitos trabalhistas de empregados das pequenas empresas, mas alerta para a falta de mobilização dos trabalhadores contra o projeto. "Quais foram as manifestações e as campanhas que as principais organizações sindicais chamaram para combater essa política?"

Para Agnaldo, o cenário de reorganização dos trabalhadores frente à vitória do governo petista e de seus braços no movimento sindical - CUT e UNE - exigirá "muita reflexão, paciência e tolerância por parte da vanguarda e do conjunto do movimento sindical e social". Isso não significa, na opinião do técnico-administrativo da UFRJ e candidato não eleito a deputado federal pelo PSOL nas eleições desse ano, que não haverá lutas a serem travadas pelo conjunto dos trabalhadores. "As contradições podem aumentar e, nesse caso, os movimentos sociais devem estar preparados para o enfrentamento e a organização da resistência", analisa.

Menina dos olhos dos banqueiros

Para José Maria de Almeida, no entanto, apesar da votação expressiva do presidente, os trabalhadores estão sim desiludidos com o atual governo. Para ele, o segundo mandato para Lula não será tão fácil como o primeiro. "Muitos votaram em Lula por falta de alternativa melhor e não porque ainda têm esperanças no atendimento de seus anseios, como tinham em 2002. Há também o avanço, pequeno, mas significativo, em termos de organização - a existência da Conlutas, que vai trabalhar para preparar de forma consciente a luta contra estas reformas.

E na opinião do bancário Zé Maria, a "menina dos olhos" dos banqueiros e grandes empresários que apoiaram e continuarão a apoiar o governo Lula são justamente a nova reforma da previdência e as reformas sindical e trabalhista. "Eles ainda acreditam que Lula é o único presidente capaz de realizar estas reformas pelas ligações que tem com o movimento sindical e movimentos sociais do país. Parte da imprensa tem dado vazão a esta avaliação, ressaltando a grande votação que Lula obteve no segundo turno", avalia.

Manutenção da política econômica

O que esperar nos próximos anos em termos de política econômica para os sindicalistas do campo de oposição não é nenhum mistério ou objeto de grandes debates ou divergências. Na opinião de todos, não há nenhum aceno de mudança em relação à política econômica do governo Lula. As metas de superávit continuam as mesmas dos anos anteriores e o pagamento de juros da dívida permanecerá minguando os recursos para as áreas de infra-estrutura básica e das políticas sociais. "Ainda que muita coisa tenha mudado em nosso país nos últimos trinta anos, a badalação recente em torno de Delfim Netto nos indica que estamos diante de uma nova versão do velho 'é preciso crescer o bolo para depois dividi-lo', lembra Agnaldo Fernandes.

Para Zé Maria, no entanto, essa postura do governo Lula a favor dos interesses do grande capital pode contribuir para uma reação do conjunto dos trabalhadores. "A fidelidade 'canina' que organizações como a CUT e a UNE têm demonstrado devem aprofundar a crise dessas entidades e liberar as forças sociais para avançarmos na construção da Conlutas como uma alternativa, uma nova ferramenta para as lutas dos trabalhadores", prenuncia.

Não se deixar "enamorar" pelo discurso da inclusão

Em entrevista a uma rádio uruguaia, uma semana após o resultado do segundo turno das eleições no Brasil, o analista político americano James Petras comentou a reeleição do presidente Lula e as perspectivas dos trabalhadores brasileiros nos próximos quatro anos. Para o professor da universidade do Estado de Nova York (EUA), a primeira tarefa dos que pretendem refletir o atual momento é não se deixar "enamorar" pelo discurso de inclusão social do presidente reeleito. "Primeiro, porque Lula não tem nenhuma maioria no Congresso Nacional. Segundo, porque fechou acordos com os partidos de direita para ganhar as eleições novamente. E, terceiro, porque a taxa de crescimento durante os primeiros quatro anos de seu mandato foi quase zero".

Exatamente: zero é o saldo apontado pelo cientista político para o desenvolvimento social brasileiro, creditado por ele aos quatro anos de governo Lula. "Dois e meio por cento de crescimento descontados o crescimento da população, que foi de 2%. Então, Lula teve, na verdade um recorde de crescimento zero!", denuncia.

James Petras considera que, com os compromissos políticos partidários que Lula assumiu com empresários e políticos de partidos como PMDB, PTB, PL e outras do campo da direita política no Brasil, não existe nenhuma chance de ser implementada qualquer mudança estrutural nas políticas sociais no segundo mandato até o seu final, em 2010. "O que se pode esperar é simplesmente a continuação da Bolsa-Família, dos 30 dólares mensais que estão dando aos pobres, mas não há possibilidade de realizar a reforma agrária, não haverá mudança na distribuição de renda nem grandes políticas de Estado para geração de emprego", alerta em tom ácido para afirmar que Luis Inácio fará sem nenhum pudor um "governo de direita" com a manutenção da política assistencialista que caracterizou os seus primeiros quatro anos.

Arquivo/Adufrj-SSind

JAMES PETRAS

Contrariando os que viram nos 60% de votos válidos do segundo turno uma 'vitória' das massas frente à candidatura do representante do *Opus Dei* tucano, Geraldo Alckmin, Petras afirma não haver nenhum dado concreto que mostre "que a vitória de Lula significou a vitória das classes populares. Isso é outra ilusão. O Partido dos Trabalhadores só controla cinco dos 23 estados brasileiros, sendo ainda uma pequena minoria no Senado". Para Petras, o presidente Lula, de fato, se converteu ideologicamente em um interlocutor dos grandes bancos e do sistema financeiro. "Não há nenhuma indicação de que pode desenvolver uma política industrial. Sua equipe econômica, o que inclui as direções do Banco Central, do ministério da Fazenda, e do BNDES - mantém exatamente a mesma linha liberal de antes. Então, creio que devemos abandonar as ilusões de que veremos um novo Lula, progressista e social", conclui derrubando as otimistas teses de quem ainda deposita esperança em quatro anos de redenção do governo frente aos anseios dos trabalhadores e das classes média e popular.

Movimentos sociais

Para James Petras, é forte a tendência de os movimentos sociais como o MST ainda seguirem as orientações do governo federal. Mesmo depois de quatro anos de traição, de promessas não cumpridas. "Seguirão dizendo que não devem pressionar Lula, que temos que formular propostas etc. Mas o MST já formulou propostas dezenas de vezes, esteve no Palácio do governo pelo menos três vezes, tirou fotos com Lula, mas nada aconteceu de fato pela reforma agrária no país", avalia.

Para o sociólogo, a direção do MST perdeu o norte político e subordinou suas principais políticas aos acordos com Lula e o PT, "conseguindo com isso alguns deputados no Congresso Nacional, algumas concessões financeiras para manter o aparato de sua organização e a manutenção da cúpula de dirigentes a serviço do presidente". Petras não poupou a Central governista: "A CUT também se transformou em um braço político do Ministério do Trabalho que tem como ministro seu ex-presidente".

Petras considera que as únicas alternativas para a sobrevivência do movimento combativo e de resistência às reformas liberais que se avizinham serão mesmo as greves e grandes manifestações populares. Mas para o estudioso das esquerdas socialistas na América Latina, no entanto, corremos o risco de, como ao final dos últimos quatro anos, "as cúpulas dos movimentos sociais e sindicais apenas gritarem a traição do ex-sindicalista que virou presidente como uma 'virgem violada' que diz ter sido enganada", avalia, em tom ácido.

O que vem por aí...

Segundo a agência de notícias *Reuters*, até os analistas e economistas de mercado já não estão tão confiantes no 'crescimento econômico' anunciado pelo governo Lula após o resultado eleitoral.

Levantamento semanal do Banco Central, divulgado na segunda-feira, 13/11, mostra que o chamado 'mercado' às vésperas das festividades natalinas também não está muito confiante no 'bom velhinho', e que o Produto Interno Bruto (PIB) do país deve crescer a pequenez de 2,97% em 2006. Maior somente do que o Haiti, com 1,5%.

Esse 'fantástico' crescimento deve explicar o fato de o Brasil ter perdido mais uma posição no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em 2006, com dados comparados entre 2003 e 2004. Segundo estudo elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), divulgado na semana passada, entre 177 países avaliados, o Brasil recuou da 68ª para a 69ª posição.

Apesar de sermos o 11º PIB do mundo, não conseguimos estar entre as 63 nações de alto desenvolvimento humano, com IDH superiores a 0,800. Comparando, estamos bem atrás da Argentina (38º lugar no *ranking*), do Chile (36º) e do Uruguai (43º).

Os dados do IDH revelaram ainda, segundo matéria do Jornal Gazeta Mercantil (10/11), que o indivíduo no Brasil "é muito mais eficiente que o Estado na luta por desenvolvimento". O IDH é uma equação composta por quatro indicadores: PIB per capita, expectativa de vida, taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais e taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino, isto é a relação entre população e idade escolar do ensino infantil ao universitário. No que é tarefa do Estado, no entanto, o governo atual parece não ter avançado no mesmo ritmo.

"O acesso à água já alcança 90% dos brasileiros. No entanto, o País possui taxa de coleta de esgoto de 75%, o que significa dizer que 43 milhões de pessoas estão fora da rede de saneamento básico. Com este percentual, o acesso ao saneamento é pior que o do Paraguai, que cobre 80,5% da população", relata o periódico.

'Espetaculares' 3,5%

Para 2007, a projeção de crescimento do PIB brasileiro, segundo os analistas do Banco Central, é de 'espetaculares'... 3,5%!

Sobre a política de juros, o mercado acredita que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechará 2007 com uma inflação registrada de 4,12%. As apostas dos agentes financeiros indicam uma taxa Selic em dezembro de 13,25% e de 12 % em dezembro de 2007.

Todo esse 'economês' para dizer que a redução da taxa básica de juros anunciada na reunião do Comitê de Política Monetária do BC (Copom) seria de míseros 0,5%.

Dívidas, dívidas, dívidas...

Nesse cenário, haja compras a prazo, dívidas com financeiras e cheque especial negativo para os trabalhadores! Mantido o cenário econômico recessivo, sem reajustes salariais e com o desemprego batendo às portas das classe média e popular, os trabalhadores, tanto servidores como da iniciativa privada, viverão momentos tensos de negociação com seus 'personal' credores: bancos, financiadoras, cartões de crédito, compras a prazo etc. E aquele dinheirinho no final do mês que era suadamente depositado nas cadernetas de poupança? Nunca mais. Isso para os que ainda conseguem manter-se empregados.

Aos desempregados e famintos, um alento: a manutenção do Bolsa-Família, de máximos R$ 95 por família, é promessa dos reeleitos. Mas tudo dependerá da necessidade de cortes nos 'gastos' sociais para manter todo o quadro descrito acima. Bem favorável aos credores internos e externos do Estado brasileiro, Evidente.

Não é demais lembrar, então, os dados apresentados pelo economista Marcio Pochmann em pesquisa divulgada em setembro deste ano. Segundo o professor da Unicamp e técnico do Dieese, o crescimento da renda do trabalho no últimos dez anos foi 4,9 vezes menor do que os ganhos dos mais ricos com juros, lucros, aluguéis e outras formas de especulação. Com relação à transferência de renda e à política de programas assistencialistas criados na era FHC e expandidos por Lula através do Bolsa-Família, os ganhos reais dos rentistas, os únicos beneficiados pelas altas taxas de juros, foram muito maiores dos que daqueles que vivem de salário ou daqueles que da filantropia estatal. Os 10% mais ricos, obtiveram um rendimento médio real (acima da inflação) de 65% entre 2001 e 2004. Enquanto isso, trabalhadores e mais pobres tiveram um rendimento do seu 'valor' no mercado 'menor' no mesmo período, de 19,2%. Isso significa que a renda do trabalho dos 20% mais pobres cresceu menos 30% do aumento real da renda financeira dos 10% mais ricos nesse país.

Para manter essa política assistencialista, que pelas projeções dos especialistas não deve ser alterada, o governo Lula utilizou, de 2002 a 2006, R$ 30 bilhões para o programa Bolsa-Família. Enquanto isso, o governo generosamente remunerou banqueiros e detentores de títulos da dívida pública R$ 530 bilhões.

Essa é apenas uma pincelada no quadro do segundo mandato do governo que conquistou as massas em 29 de novembro último.

Opinião

Ciência, Tecnologia e Inovação e a privatização do espaço universitário

José Domingues de Godoi Filho*

A ciência, tecnologia e inovação estão vinculadas às atividades humanas, refletem as forças sociais que as utilizam e representam, junto com os recursos naturais e energéticos, alguns dos seus principais fatores de produção. A dependência científico-tecnológica, nos tempos atuais, implica na subserviência econômica e na perda de soberania, sendo fundamental a ação do Estado[1].

O investimento estatal em pesquisa científica deve buscar o avanço do conhecimento em todas as áreas, independentemente de sua possível aplicação. Deve contemplar o financiamento de pesquisas estratégicas para o desenvolvimento sócio-econômico do país, sem desconsiderar que a decisão sobre a pesquisa tecnológica e a introdução de inovações na sociedade deve ser antecedida de respostas a algumas perguntas[1] básicas: por que introduzir inovações na economia? Quais são as motivações para isso? Qual é o preço social dessas inovações? Quais são suas conseqüências para o mundo do trabalho?

O saber científico-tecnológico nunca foi neutro. Ao optarmos por um caminho, fazemos escolhas sócio-políticas de longo prazo, que têm implicações na definição do padrão de consumo, da força de trabalho, dos níveis de investimentos e, sobretudo, da exploração dos recursos naturais e da energia, da estruturação do sistema educacional e da pesquisa, com inevitáveis interferências na identidade cultural[1].

É importante termos em mente que a construção do saber científico busca ampliar os horizontes de liberdade da espécie humana, expandir a capacidade de percepção de nossos sentidos e compreender as relações existentes na natureza, bem como aquelas geradas pelos agrupamentos humanos. O conhecimento assim produzido representa um patrimônio da humanidade. A geração de tecnologias, por sua vez, é regulada por patentes. Um contrato que concede ao seu detentor (da patente) o direito de ser dono, com exclusividade, de um determinado produto, durante um período de tempo.

O controle do conhecimento das empresas transnacionais sobre os nossos recursos naturais e energéticos, as telecomunicações e o mercado financeiro foi facilitado pela promulgação da Emenda Constitucional nº 6, em 1992. Soma-se a isso a nova lei de patentes *(Lei 9279, de 14/05/96, que Regula Direitos e Obrigações Relativos à Propriedade Industrial)* e aprovação pelo atual governo da lei de inovação tecnológica (Lei nº 10973, de 2/12/04), com a adoção de uma política industrial definida pelo documento intitulado *Diretrizes da PITCE - Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior*, e estamos diante de uma nova e sofisticada forma de pilhagem de nossos recursos naturais, da exploração de mão-de-obra de nível universitário[2] e da precarização das condições de trabalho no espaço acadêmico, além de nos distanciarmos do enfrentamento e superação do colonialismo tecnológico.

A PITCE assume que existe no mundo uma dinâmica econômica baseada na ampliação da demanda por produtos e processos diferenciados, viabilizados pelo uso intensivo e acelerado de novas tecnologias e novas formas de organização. Procura, ainda, evidenciar a importância da inovação como elemento-chave para o crescimento da competitividade industrial e nacional e estabelece uma nova ponte para o atrelamento das universidades públicas e dos centros de pesquisas aos interesses do capital, desconsiderando inclusive as discussões das questões que envolvem a introdução de inovações e invenções no mercado. É também descartado o fato de que os maiores esforços em inovação se concentram nas empresas multinacionais, que cada vez mais implantam filiais e unidades de produção em diferentes lugares do mundo. Muito menos, considera-se que as chamadas "empresas globais" não são apenas multinacionais, mas também multiprodutos, multitecnologias, multisegmentos e multimercados. Ao contrário, para facilitar a expropriação, o Banco Central, em 04/03/05, com a Resolução 3265/05, liberou geral o fluxo de capital para o exterior, com liberdade total para a remessa de lucros para as matrizes.

Com a lei de inovação tecnológica, as universidades e institutos de pesquisas oficiais estão sendo colocados a serviço dos interesses das empresas. A lei de inovação está articulada com todas as políticas públicas, especialmente, com as de infra-estrutura e a industrial e tecnológica. Para atender essa articulação, as ações de governo se direcionam no sentido de *"desenvolver a capacidade de realizar P&D nas empresas e em instituições públicas e privadas, gerar patentes e transferir inovações para produtos e serviços[3]"*. A sustentabilidade desse processo está sendo garantida pela promoção de *"interações institucionais e empresariais e uma articulação fina com os sistemas educacionais e centros de pesquisas, de modo a que seja cultivado um novo ambiente industrial de cooperação[3]"*. E, sem o menor escrúpulo, está sendo *"facilitado o relacionamento entre os centros de pesquisas, as empresas e o sistema de comercialização, além de se ajudar nos processos de fixação de marcas, registros de patentes, desenvolvimento de processos de qualidade, design, escala eficiente de produção, proteção ambiental, logística e distribuição, além da tradicional ação sobre a criação e aumento de capacidade[3]"*.

Para difundir tecnologias e extensão tecnológica, o governo vem incentivando sistemas setoriais de inovação e difusão tecnológica, com a criação e fortalecimento de redes de instituições especializadas em diversos setores da economia e cadeias produtivas. Os laboratórios de pesquisas, por sua vez, estão sendo estruturados para criar sinergia entre pesquisa e desenvolvimento e organizar os estágios iniciais da pesquisa empresarial com o objetivo de transferir tecnologias e conhecimento de gestão para o chamado setor produtivo.

Uma consulta à página do MCT não deixa margem a dúvidas sobre como estão estruturadas as redes de instituições especializadas e o avanço do processo de privatização das universidades públicas. Depois de instituírem as famigeradas fundações de direito privado, está sendo admitida a instalação, nas universidades públicas, de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Estas Oscips servem ao governo no repasse de verbas públicas para entidades de direito privado. Estes repasses são feitos a partir de termos de parcerias, entendidos pelo governo como o **resultado de interesses comuns e não conflitantes**, tal como previsto no artigo 9º da Lei 9.790/99: *"Art. 9º. - Fica instituído o Termo de Parceria, assim considerado o instrumento passível de ser firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público* ***destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes****, para o* ***fomento*** *e a* ***execução das atividades de interesse público".*** *previstas no art. 3º. desta lei"*.

O MCT, ao lado do Ministério da Saúde, lidera, segundo o Tribunal de Contas da União, o repasse de recursos públicos para tais redes constituídas por ONGs e OSCIPs, sendo o total de convênios ainda um mistério e, segundo a recente auditoria relatada pelo ministro Marcos Bemquerer Costa, *"O que está ocorrendo é uma verdadeira terceirização da execução das políticas públicas para organizações da sociedade civil, daí descambando para toda sorte de ilícitos administrativos, tais como a burla da exigência de concurso público e de licitações, o uso político-eleitoreiro dos recursos transferidos, o desvio de recursos para enriquecimento ilícito, entre muitos outros"*.

Para garantir os interesses do capital e a implemen-tação das *"Ações da Nova Política de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil"*, harmonizar a base legal e estabelecer a sua institucionalidade (atores, competências, mecanismos de decisão, modelo de financiamento e gestão) foram aprovados ainda, no Congresso Nacional, os projetos de leis, de iniciativa do poder executivo, que tratam das parcerias público-privadas e da criação da ABDI - Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (Lei nº 11080/04, de 30/12/04), com a finalidade de *"promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para a geração de empregos, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia[4]"*.

A ABDI é uma entidade "jurídica" denominada Serviço Social Autônomo, que, na prática, não passa de uma irmã siamesa das ONGs, OSCIPs e fundações de direito privado (previstas pela reforma do Estado de FHC e semelhantes às que estão se disseminando que nem um câncer pelas universidades públicas), onde as sanguessugas que compõem o seu Conselho Nacional do Desenvolvimento Industrial continuarão construindo *"Um país de todos os mesmos de sempre"*, bem no estilo *"mudar para tudo continuar do mesmo jeito"*.

Para a execução de suas finalidades, a ABDI firmará contratos de gestão que lhe darão autonomia para a contratação e a administração de pessoal, sob regime da CLT e celebrará contratos de prestação de serviços com quaisquer pessoas, físicas ou jurídicas, sempre

UFRJ

que considerar ser essa a solução mais econômica para atingir os seus objetivos. Fica assim aberto o canal para a contratação dos docentes que tenham a pretensão de "utilizar" o espaço e os recursos públicos estatais para tornarem-se "empresários de base tecnológica". Também são beneficiadas as fundações de direito privado, redes e OSCIPS que estão se disseminando que nem um câncer nas universidades públicas e previstas pela lei de Inovação Tecnológica em seu artigo 3º.

O mais lamentável é constatar que entre os integrantes que hoje têm poder de decisão nos primeiros escalões do governo encontram-se muitos dos que se manifestavam, no passado recente, contrários a essas políticas que privatizam a universidade pública brasileira. Muitos são oriundos ainda de importantes escolas criadas para pensar e influenciar os rumos da ciência e tecnologia do país. Infelizmente, tais indivíduos, universitários e acadêmicos deixaram de lado ou preferiram abandonar uma das preocupações principais do professor Alberto Coimbra, pensador de uma das escolas as quais me refiro: a Coppe/UFRJ. O professor Coimbra dizia que *"... nações permanecem subdesenvolvidas muito menos porque não dominam a ciência e a técnica, mas muito mais porque são governadas sob regimes econômicos socialmente injustos. Então, das reformas necessárias, as de caráter social são as primordiais em importância, e sem elas nada funcionará a contento, inclusive a criação de tecnologia. Impedir o neocolonialismo tecnológico, só será possível em conjunto com medidas genuinamente socializantes que irão apagar as altas taxas de mortalidade infantil, analfabetismo, inflação e dependência externa"*.

É bom acordarmos e ficarmos bem atentos para as questões que envolvem a política industrial, de comércio exterior e de ciência, tecnologia e inovação[2]. Devemos nos atentar para o mimetismo que tem caracterizado o comportamento dos coronéis da ciência que pululam no meio universitário, porque tanto os paleotucanos, como os neotucanos planejam ficar no Planalto até 2022, mesmo que o vencedor das eleições em 29 de outubro de 2006 tenha sido o 'outro' e independentemente ainda do candidato à sucessão em 2010, seja ele do planalto paulista, das montanhas das Gerais ou de outras paisagens tupiniquins.

---

* Professor da UFMT/ Instituto de Ciências Exatas e da Terra / Departamento de Geologia Geral

[1]Godoi Filho, J.D. – Reflexões acerca da questão da ciência e tecnologia.Jornal da Adufmat, junho 1989, Cuiabá.

[2] Godoi Filho, J.D – Política de Ciência e Tecnologia no Brasil: pontos para reflexão. Palestra proferida na Adufpel, em abril de 2005, Pelotas.

[3]Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior – Casa Civil da Presidência da República, Brasil – Um país de todos.

[4] Lei nº 11080/04, de 30/12/04, que cria a ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Kelvin Melo

Chopadas continuam na UFRJ

Com a justificativa de promover a integração dos estudantes, alguns Centros Acadêmicos apóiam as chamadas 'chopadas' ou 'micaretas' no *campus*

A chuva da última sexta-feira (10/11) inviabilizou mais um Carnafundão na Ilha do Fundão. A 'chopada' ampliada aconteceria numa área conhecida como 'pista de aeromodelismo'. Era esperada pelos organizadores a participação de estudantes de várias unidades. Apesar dos incidentes ocorridos em 'chopadas' recentes, a realização do Carnafundão, adiada para terça-feira, 14, foi autorizada pela Prefeitura Universitária. Atualmente, sob orientação do Conselho Superior de Educação Executiva, os eventos no *campus* devem seguir as recomendações de segurança e serem todos realizados neste campo aberto.

O prefeito Hélio de Mattos disse que a prefeitura tem aconselhado os organizadores a seguirem os parâmetros recomendados. "Em vez de reprimir, aconselhamos que se tenha responsabilidade. A prefeitura esteve ciente de que os organizadores do Carnafundão aderiram à campanha 'Se beber não Dirija' e também cadastraram cooperativas de táxi e van", informou à redação do Jornal da Adufrj.

O Carnafundão foi divulgado na universidade por meio de faixas e cartazes com chamadas dirigidas tanto à comunidade interna como ao público externo com uma programação que incluía a presença de um trio elétrico e bandas contratadas. Apesar da proibição da venda e distribuição de bebidas alcoólicas nos *campi*, essas 'baladas' geralmente são regadas a cerveja e '*gummy*', bebida a base de suco artificial de frutas e cachaça. A proibição da venda e distribuição de bebidas alcoólicas e cigarros na universidade foi assinada pelo ex-reitor designado pelo MEC, José Vilhena, mas não foi revogada pelos eleitos posteriormente pela comunidade, Carlos Lessa (2002) e Aloisio Teixeira (2003).

Consumo de bebida alcóolica

O representante do CA da Letras, Rafael Nunes, disse que o Carnafundão é um evento que faz parte das atividades do movimento estudantil da UFRJ e que estava sendo organizado e apoiado por vários centros acadêmicos. "Não se trata de um evento organizado por gente de fora como muitos dos que têm acontecido e que nós condenamos. Esse tem a participação de vários centros acadêmicos. O CA de Letras não está participando diretamente, mas há vários outros CAs que participam", disse.

Rafael criticou a proibição de consumo de bebida alcóolica nos eventos estudantis. "Na área do entorno da reitoria há sempre encontro de estudantes e a bebida faz parte. Reconhecemos que recentemente houve vários problemas e confusões devido ao excesso de consumo em chopadas, mas a proibição completa nós criticamos", disse.

Rafael defende que a reitoria converse com centros acadêmicos sobre uma política relacionada ao consumo de bebida alcóolica no *campus*. "Não pode haver a probição sem uma discussão com os CAs. O que tem que haver é um aconselhamento para evitar os excessos e os problemas", disse.

Produtoras de evento

O estudante de Economia Felipe Bello se diz um 'produtor' de eventos e respondeu pela organização do Carnafundão. Felipe diz que o evento foi coordenado pelos centros acadêmicos de Medicina, Odontologia, Administração e Engenharia. Disse também que foram seguidas todas as orientações de segurança dadas pela prefeitura. "Estamos cientes dos problemas que têm acontecido nas outras chopadas. Neste estamos cuidando da organização de um estacionamento próprio, do reforço na segurança e estamos orientando às pessoas que excederam no álcool a voltarem para a casa de van e táxi", disse. Felipe Bello ressaltou ainda que, junto do CA de Medicina, foi programado um sistema de atendimento necessário a quem se sentisse mal no local.

Renato Marvão

ORGANIZAÇÃO RECOLHE CAIXAS DE CERVEJA QUE SERIAM CONSUMIDAS NO DIA 10

Movimento

Estudantes querem bandejão em 2007

Fotos: Kelvin Melo

A COBRANÇA DOS ALUNOS À REITORIA FOI FEITA OLHO NO OLHO

Continuação da capa

Cozinha industrial do HU pode virar alternativa

O reitor disse ainda que a administração teria algumas alternativas para alimentar os estudantes, enquanto o restaurante não entrar em funcionamento. Comentou que a cozinha industrial do Hospital Universitário, que atualmente produz 1,5 mil refeições diárias para seus funcionários e pacientes, poderia ter sua capacidade de atendimento ampliada para servir o público externo.

Mas isso não seria muito. O diretor do HU, Alexandre Cardoso, acredita que, com um bom investimento, a cozinha chegaria a servir, no total, quatro mil refeições. Mesmo assim, a informação foi suficiente para que os estudantes pressionassem a reitoria para implementar a alimentação no restaurante do hospital já no primeiro semestre de 2007.

Aloísio disse, no entanto, que a universidade não dispõe de recursos para a modernização da cozinha do hospital. "Não depende de mim. A UFRJ, há muitos anos, não recebe um centavo para a chamada despesa de capital, que é voltada para a construção de prédios e compra de equipamentos", afirmou. Lembrou que a verba de construção do restaurante (orçado em R$ 6,36 milhões) foi conseguida através de um convênio com o Banco do Brasil, após longa e difícil negociação, segundo o dirigente. "Esse dinheiro ainda não foi repassado e eu não posso utilizá-lo para investir no HU", informou. De acordo com Aloisio, a reitoria precisaria fazer nova negociação com banco: "E se a negociação permitir a utilização de uma parte da verba para o hospital, será que o Banco do Brasil compensaria nos gastos do projeto original? Outra coisa: valeria a pena manter o projeto como está hoje?", questionou.

Audiência pública

Aloísio Teixeira sugeriu a realização de uma espécie de audiência pública, em algum dos auditórios maiores da UFRJ, para a apresentação do projeto do restaurante, seguida de debate.

Protesto foi um dos maiores

Há anos, a mobilização dos estudantes pelo bandejão na UFRJ é motivo de passeatas, atos e manifestações no Consuni. Mas a ocupação da sala de reuniões de colegiados do último dia 9 foi certamente uma das maiores. Os estudantes tinham preparado várias palavras de ordem, que foram ouvidas ao longo de toda a reunião. "Sem enrolação/ Queremos bandejão" e "Na Urca/No Centro/No CAp e no Fundão/O estudante quer a construção do bandejão" eram duas das preferidas dos manifestantes.

A indignação era grande e cada intervenção de conselheiro ou integrante da reitoria que justificasse o atraso da obra era respondida com vaias e mais palavras de ordem. Quando o pró-reitor Carlos Levi assumiu a responsabilidade pelo erro do anúncio do bandejão para 2007 e classificou o prazo dado então como "conceitual", a réplica foi imediata: "Nossa fome não é conceitual!", disse um estudante, ao fundo do salão.

Aloisio responde à crítica ao manifesto dos reitores

Ainda na sessão do dia 9, Aloisio anunciou que responderia à crítica feita em sessão anterior pelo conselheiro Carlos Vainer (CCJE) à sua adesão ao documento dos reitores de apoio à atual política governamental para a Educação Superior no país. O documento havia sido divulgado às vésperas da reeleição do presidente Lula. Aloisio acabou não falando durante a reunião, mas adiantou sua justificativa para a reportagem da Adufrj-SSind. Para o dirigente da UFRJ, o conteúdo da carta pública dos reitores, embora tivesse um caráter político, não mencionava nenhum candidato. A intenção, acrescentou Aloisio, seria entregar o documento para os dois presidenciáveis, Lula e Geraldo Alckmin. Ainda assim, Aloisio admitiu não ter certeza se o candidato do PSDB chegou a receber o documento.

Movimentos falam sobre o ato

Para o estudante Gabriel Marques, do Centro Acadêmico de Educação Física e Dança, o ato no Consuni foi o maior dos últimos anos e serviu para "aumentar a pressão em cima da inércia da reitoria".

Após a manifestação, os alunos discutiram um indicativo de novo ato em dezembro, caso a administração não cumpra a promessa de início das obras do bandejão. "O próximo Conselho de CAs ainda não foi marcado, mas, pessoalmente, defendo uma ocupação permanente na reitoria para que não ocorram mais reuniões do Consuni, se não sair a obra", disse.

O representante do CA de Educação Física e Dança não entende por que a administração da universidade não iniciou os processos licitatórios dos projetos e obras, já em maio, quando anunciou o primeiro prazo de construção do restaurante universitário. Mais que isso, ele também critica que a iniciativa só venha a ocorrer graças ao convênio com um banco. "Tinha que ter verba do MEC para assistência estudantil. Mas vale lembrar que quem acabou com os bandejões da UFRJ foi o Nelson Maculan (atual secretário da SESu/ MEC)", criticou.

Gustavo Menezes, da Associação de Pós-graduandos (APG), acredita que os estudantes experimentaram um misto de orgulho e frustração ao final do Consuni. Mas vê com bons olhos os protestos no colegiado: "Acho até que o fato de as obras serem anunciadas para dezembro foi uma conquista do ato anterior, de setembro", disse. "Vamos fazer uma reunião da APG nesta semana ou, mais tardar, na próxima, para avaliar os passos seguintes. As pessoas estão animadas. Só assim o bandejão e outras necessidades dos estudantes serão obtidas", completou. Ele está preocupado, no entanto, com a força da mobilização mais perto do final do ano quando os alunos estarão envolvidos com trabalhos de fim de curso.

Pelo DCE, a representante Miriam Starosky classificou o ato do dia 9 como a primeira grande ocupação efetiva do colegiado na luta pelo bandejão. "Conseguimos trabalhar com todos os movimentos e isso significou um ganho para todos os estudantes da UFRJ", disse. Segundo ela, mesmo após a manifestação de setembro, com grande participação dos alunos da UFRJ localizados em unidades do Centro da cidade, a administração adquiriu uma postura meramente informativa. "Com a pressão desse ato, a reitoria vai ter que colocar o bandejão como prioridade", completou.

Miriam, que também é conselheira discente no Consuni, informou que o próximo Conselho de CAs, ainda a ser marcado, deve discutir os desdobramentos da manifestação e como será a reivindicação em cima da administração da universidade, daqui para frente, não só para o bandejão como para outros itens de assistência estudantil. "Creio que faltou compromisso da reitoria ao anunciar o bandejão para 2007 quando só tinha o que chamou de projeto 'conceitual'. O movimento estudantil deve pressionar para não permitir mais afirmações vagas e cobrar passo-a-passo o andamento das obras", comentou.

Reunião do Conselho de Representantes

Pauta: Intersindical

Convidado: Professor Eduardo Serra

29 de novembro Quarta-feira **11h**

Centro de Tecnologia
Auditório, bloco D, sala 220
Ilha do Fundão

Editorial

Na última sessão do Consuni tivemos dois fatos tristemente preocupantes para a UFRJ.
Página 2

Bernardo Felzenszwalb

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 519 28 de novembro de 2006

"Acho inadmissível"

Reitor critica o ato dos estudantes pelo Bandejão

Repercutiu na última sessão do Conselho Universitário, em 23 de novembro, o protesto dos estudantes pela imediata construção do bandejão na UFRJ. O reitor Aloisio Teixeira criticou a manifestação, considerada por ele desrespeitosa em relação a debates anteriores ocorridos na sala do Conselho. "Mas isso (o respeito) foi rompido durante o ato dos estudantes, algo inadmissível pois ameaça a normalidade institucional da universidade", disse.

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, discordou e salientou que a responsabilidade pelas manifestações dos estudantes é da própria reitoria em função do atraso no atendimento de uma reivindicação de anos da comunidade. "Essa é uma questão grave que sempre vem sendo postergada. A conseqüência é que os desfechos vão ficando cada vez mais complicados. Os estudantes estão há muito tempo sem respostas satisfatórias", sustentou o professor.

O representante da Associação de Pós-graduandos, Gustavo Menezes, disse que a indignação dos estudantes demonstrada no ato pelo bandejão é, de fato, conseqüência de mais um adiamento do projeto. "O impacto dessa informação fez com que os estudantes ficassem mais indignados".

Representante dos alunos no colegiado, Flávia Calé acabou, para surpresa de colegas, reconhecendo que teria havido "alguns excessos" e pediu desculpas por danos a um dos microfones da sala que teria sido atingido. "Não entendemos que o ato feriu a democracia. Não foi um confrontamento. Nós conseguimos com o ato importantes vitórias como os indicativos propostos pelo colegiado sobre as obras do bandejão", disse ainda.

Wagner Maiolino

ALOISIO DIZ QUE MANIFESTAÇÃO AMEAÇA A NORMALIDADE INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE

Editorial

Direitos legítimos

Na última sessão do Consuni tivemos dois fatos tristemente preocupantes para a UFRJ.

Mais uma vez a Adufrj-SSind levantou a questão da progressão para as classes de professor Associado e Especial e mais uma vez teve a mesma resposta, tanto da administração quanto do Consuni: o silêncio. Manifestamos pela terceira vez a indignação de centenas de colegas que estão há vários anos no nível de Adjunto IV e tiveram a mesma progressão que os colegas que estão há apenas dois anos neste nível. Na prática isto significou desconsiderar vários anos de trabalho. Esclarecemos que a Lei 11.344/2006 somente criou a classe de professor Associado e que o impedimento para a progressão para os outros níveis está numa simples portaria do MEC. Portanto, é uma questão de decisão política do governo manter esta proibição. Também mencionamos o fato de que aqui na própria UFRJ existe a "progressão múltipla", que permite ao professor Adjunto que não pedir progressão no período de dois anos fazer um pedido de avaliação num tempo maior e ter a progressão, por exemplo, do nível de Adjunto I para Adjunto III ou IV. Enfatizamos que, ainda que o governo federal seja insensível a esta questão, seria importante um gesto da administração e do Conselho Universitário para demonstrar aos nossos colegas que esta instituição não concorda com o desrespeito ao trabalho docente. Nenhuma palavra da administração, nenhuma moção do Consuni, agravam ainda mais a insatisfação e indignação de centenas de professores da UFRJ e levantam questões preocupantes. Afinal, qual a razão deste silêncio?

Neste quadro, a Adufrj-SSind decidiu entrar na justiça para reverter esta situação. Mas sabemos que este é um caminho difícil, de resultados incertos e demorados. Também sabemos que é exatamente em questões desta ordem que a autonomia universitária deve ser invocada e exercida, caso contrário vira letra morta.

Outro fato ocorrido no Consuni teve uma repercussão muito diferente. Há anos sem condições satisfatórias de alimentação para estudar na UFRJ, depois de anos de negociações infrutíferas, de promessas vazias, de projetos "conceituais", os estudantes resolveram ocupar o Consuni na sua penúltima sessão e cobrar soluções imediatas. Centenas de estudantes promoveram uma manifestação pacífica mas ruidosa e constrangedora para a administração. Ainda não obtiveram respostas, apenas promessas. Sabemos que este é um problema difícil, mas cabe à administração esclarecer a origem destas dificuldades, ao Consuni o reconhecimento do direito dos estudantes terem condições adequadas para estudar, enfim a discussão aberta e franca sobre os impedimentos que o governo federal tem imposto à universidade pública brasileira para o seu pleno funcionamento. E na última sessão, agora sem os estudantes, tanto a administração central quanto os conselheiros que usaram da palavra fizeram coro para desautorizar a manifestação estudantil, retomando o velho mote de que "comprometem a democracia e as instituições".

Não concordamos com a retomada deste discurso conservador dentro da Universidade. O que compromete o funcionamento da nossa universidade é a política privatista e as opções dos últimos governos de subordinar nosso país aos interesses do capital financeiro internacional. O que impede que nossa universidade discuta e implemente políticas voltadas para os interesses de nossa população é o silêncio de nossos dirigentes frente às injustiças e desrespeito com nosso trabalho. O que compromete nossas instituições é a política de "dois pesos e duas medidas". Não são as manifestações estudantis. Os estudantes estão simplesmente mostrando - o que já deveríamos ter aprendido há tempos - que não se pode ignorar e manipular direitos legítimos.

Internacional

mexico.indymedia.org

MANIFESTAÇÃO DE APOIO AO POVO DE OAXACA NA CIDADE DO MÉXICO

Oaxaca resiste

Porta-voz dos manifestantes disse que seis pessoas morreram no conflito

Oaxaca, México - A Procuradoria de Oaxaca, no sul do México, negou que houve mortes durante os conflitos registrados no dia 25 entre a polícia e os manifestantes que exigem a renúncia do governador do Estado, Ulises Ruiz.

Na manhã do dia 26, Florentino López, porta-voz da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), denunciou a morte de seis manifestantes.

A procuradoria de Oaxaca confirma que 56 simpatizantes da APPO foram transferidos para o presídio de Miahuatlán, em Porfirio Díaz, cerca de 150 quilômetros ao sul de Oaxaca, e outros 93 estão na prisão de Tlacolula, em Matamoros.

A presidente da Liga Mexicana pela Defesa dos Direitos Humanos (Limeddh), Yesica Sánchez Maya, denunciou que "Oaxaca está em um estado de exceção", porque "já não há nenhuma lei, as pessoas foram detidas de maneira arbitrária e ilegal".

Sánchez disse que as ocorrências das últimas horas mostram que "Ulises Ruiz não tem capacidade para governar". No domingo, Ruiz fez uma caminhada pelo centro de Oaxaca, pela primeira vez desde o início dos protestos sociais que pediram sua renúncia.

Sob um forte esquema de segurança, Ruiz assegurou no final da caminhada que "a cidade de Oaxaca retorna à normalidade". A caminhada do governador teve a participação de vários titulares dos poderes Legislativo e Judicial estaduais, que também não puderam freqüentar a região durante meses.

Segundo Ruiz, "não serão permitidas outras barricadas na cidade" como as que os manifestantes usavam para bloquear as ruas e manter suas posições. O conflito em Oaxaca começou em 22 de maio, detonado por uma greve dos professores por reivindicações sala-riais.

A situação se radicalizou em 14 de junho, quando a polícia estadual fez uma tentativa de evacuar os espaços públicos ocupadas pelos professores, o que levou à criação da APPO.

Fonte: Estado *Online*

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta, Jaciara Celestino e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Reitoria apresenta mais uma vez o cronograma do bandejão

Durante a sessão do Consuni do dia 23, o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Antônio Levi, apresentou o cronograma para as obras de construção do bandejão. Em 15 de dezembro inicia-se a primeira etapa das obras que compreende os trabalhos de terraplanagem e de construção da fundação do prédio. No final de fevereiro, começa o processo de licitação para a segunda etapa que é a efetiva construção do edifício. O cronograma prevê que esse processo será feito no prazo mínimo de três meses. Assim, em maio ou junho de 2007 poderá ser iniciada a construção do prédio com uma estimativa de duração de até doze meses. O cronograma prevê a inauguração do bandejão em março de 2008.

Aloisio Teixeira ressaltou que, pela experiência que tem com obras na universidade, considera o cronograma apresentado muito otimista. "Se pegarmos o exemplo da construção do prédio do Instituto de Física, iniciada em 2003, vamos ver como a situação é dramática, pois surge toda a sorte de problemas". Aloisio ressaltou também que o custo das obras do bandejão vai girar em torno de R$ 5 milhões fazendo com que muitos concorrentes se apresentem, o que vai aumentar em três meses o processo de licitação.

PROTESTO PELO BANDEJÃO NO CONSUNI, NO ÚLTIMO DIA 9 DE NOVEMBRO

Cozinha do HU poderá ser bandejão provisório

O reitor disse ainda que a reitoria estuda a possibilidade de a cozinha do Hospital Universitário passar a servir refeições aos estudantes enquanto as obras do verdadeiro bandejão estiverem em andamento. "A cozinha do HU já funcionou como restaurante universitário e atualmente poderá voltar a servir os estudantes, caso sejam feitas obras de adaptação exigidas pela Anvisa". O reitor salientou que o estudo dessa possibilidade deverá ser feito levando em conta também a questão dos recursos, pois eles deverão vir de outras fontes e não do orçamento de 2007.

Notas do Consuni

Adufrj critica tratamento da progressão docente pelo Consuni

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, criticou os critérios de progressão adotados para a nova classe de Associado. "Professores com vinte anos de carreira estão sendo equiparados aos que têm apenas dois anos. Isso é muito prejudicial à universidade". Simões ressaltou que a solução encontrada pelos docentes está sendo reivindicar na Justiça os seus direitos, uma vez que não foi observado nenhum interesse do Consuni em resgatar os prejuízos dos professores. "Com exceção da conselheira Ana Canen, ninguém se manifestou sobre a questão. Entramos na Justiça. Não queríamos contar apenas com isso, pois não eliminará o prejuízo político causado aos trabalhos dos docentes", disse.

Recesso do Consuni

Foi aprovado o mês de janeiro como o período de recesso das reuniões do Conselho Universitário em 2007. A primeira reunião do colegiado para o próximo ano está marcada para o dia 8 de fevereiro.

Regulamentada a progressão funcional dos docentes do CAP

Foi aprovada a proposta complementar à Resolução nº 02/89 do Consuni. A complementação contempla a inclusão dos docentes de 1º e 2º graus do CAp na progressão funcional para a Classe Especial.

Alterado mandato dos técnicos-administrativos

Foi aprovada a proposta de Resolução que altera o Art 3º do Regimento do Conselho Universitário. O mandato dos representantes do corpo técnico-administrativo passa para três anos, vedada a recondução.

Anote

4ª ECO Mostra

Nos próximos dias 5, 6 e 7 de dezembro, a Escola de Comunicação promoverá a exposição dos trabalhos de final de curso. Na 4ª ECO Mostra serão apresentados audiovisuais, monografias, programas de rádio, exposições fotográficas e livros criados pelas diversas turmas de Jornalismo, Produção Editorial, Publicidade & Propaganda e Rádio & TV. O evento acontece das 9h às 21h. Mais informações no www.eco.ufrj.br/ecomostra.

Resenha

Aumento de 30% da bolsa de médicos residentes

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 22/11 o projeto de lei que reajusta em 30% o valor da bolsa dos médicos residentes do país a partir de 1º de janeiro de 2007. A aprovação foi conseguida após uma greve nacional organizada pela Associação Nacional de Médicos Residentes (ANMR) e deflagrada em 1/11. No entanto, ainda é necessária a aprovação do PL no Senado para que possa ser garantido o aumento da bolsa. (Imprensa Amererj, 22/11)

Vitória dos estudantes da Rural

Após dois meses de luta, o movimento estudantil da Universidade Rural do Rio de Janeiro conquistou uma vitória. Os estudantes reivindicavam a ampliação do horário de funcionamento da biblioteca, que antes fechava às 22h. No dia 13 de setembro, os representantes do Diretório Central dos Estudantes da instituição fizeram uma vigília e, no mesmo dia, o reitor Ricardo Miranda se comprometeu com os alunos a estudar a viabilidade do pedido. Agora, a biblioteca fica aberta até meia-noite. A unidade também estará aberta aos sábados, das 8h às 14h. (Folha Dirigida, 16/11)

1º Grito Nacional contra a Reforma de Previdência

Em Catanduva, no interior de São Paulo, mais de 4 mil aposentados, junto de representantes de sete federações estaduais, reuniram-se numa manifestação contra a reforma da previdência. Com incentivo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a manifestação foi o 1º Grito Nacional contra a Reforma da Previdência. O projeto pode ser enviado ao Congresso em 2007 e, entre as propostas, está o fim do 13º salário para aposentados e o aumento da idade mínima de aposentadoria. O vice-presidente da CNBB, D. Antônio Celso de Queiroz, cobrou a participação direta dos aposentados e pensionistas. (Monitor Mercantil, 24/11)

Encontro de trabalhadoras prepara Marcha das Margaridas

Começou em 26/11, na sede da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em Brasília, o 3º Encontro de Preparação da Marcha das Margaridas. O encontro reúne em Brasília mais de 150 mulheres trabalhadoras rurais de diferentes movimentos sindicais e estados brasileiros, que lutam contra a fome e violência no campo. A Marcha cada vez mais se afirma como um ponto alto da agenda de mobilizações desse segmento. (Diário Vermelho, 27/11)

UFRJ

Carlos Lessa e Plínio de Arruda Júnior falam sobre mudança de modelo

Nos dias 23 e 24 de novembro, o Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) promoveu o primeiro de uma série de seminários sobre o neoliberalismo, suas conseqüências e alternativas. O sociólogo Francisco de Oliveira participaria da mesa inicial "A crise da Esquerda no Brasil". Adoentado, avisou a organização do evento que não poderia viajar ao Rio de Janeiro.

Fotos: Kelvin Melo

PROFESSOR DA UNICAMP, PLÍNIO DIZ QUE NÃO HÁ MEIO-TERMO AO SE PENSAR UMA ALTERNATIVA. LESSA E LUIZ MARTINS DEFENDEM MEDIDAS DENTRO DO ATUAL SISTEMA

No segundo dia do seminário promovido pelo CCJE, uma das mesas retomou o tema central do evento: as "Alternativas ao neoliberalismo". Os debatedores frisaram a necessidade de fortalecer o Estado nacional.

Ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa considera positiva a iniciativa do CCJE de promover debates daquela natureza, mas não enxerga como a questão mais relevante as "alternativas ao neoliberalismo". Para ele, o Centro deve contribuir para discutir quais características de um projeto de Brasil e sua viabilidade. "Pelas elites brasileiras, não haverá esse debate e o subdesenvolvimento continuará qualquer que seja o discurso adotado", completou.

O professor acredita que, do ponto de vista estritamente econômico, a alternativa a ser criada para o país é "construir uma sociedade onde as regras civilizatórias prevaleçam". O professor do Instituto de Economia entende que o Brasil não precisa crescer a taxas elevadas, como sugerem as comparações com outros países em desenvolvimento, como China ou Índia. "Não gostaria de estar na situação desses dois, nem ter suas perspectivas. A China tem mais de 60% da população no campo e não há auto-suficiência de petróleo. E, para manter as cidades em situação normal, o país precisa gerar 24 milhões de empregos por ano", disse. "Na Índia, é indescritível a tragédia. São 340 milhões de indigentes", completou. Para Lessa, o Brasil pode, ao crescer de 5% a 6% ao ano, resolver seus grandes problemas sociais.

Uma das propostas de Lessa é apostar num programa gigantesco de construção civil. "Empregaria grande mão-de-obra e não pressionaria importações, porque o material de construção civil, em sua grande parte, é local e o país controla a tecnologia de produção. Ou seja, faria uma vigorosa política de geração de emprego e ainda melhorava as condições de habitação da população brasileira", comentou. O economista informou que basta uma pequena elevação da taxa de investimentos do Estado, de 20% do PIB para algo em torno de 25%. "Do ponto de vista econômico e político, o Brasil é viável e exeqüível e não precisa fazer nenhum 'milagre chinês'. Chegamos lá no tempo de uma geração", acrescentou. "Só precisa fazer algumas coisinhas simples: desalojar a elite do poder e redistribuir significativamente o excedente da economia a favor desse projeto", ironizou.

LESSA: DESALOJAR A ELITE DO PODER

Debate se dividiu em ruptura com neoliberalismo ou modificações dentro do atual sistema econômico

PLÍNIO: RUPTURA COM O NEOLIBERALISMO

Revolução Brasileira

Para o professor da Unicamp Plínio de Arruda Sampaio Júnior, o neoliberalismo é mais que uma política econômica. "É a forma que assume o modo de vida no capitalismo contemporâneo", disse. Para ele, não há meio-termo, ao pensar uma alternativa, está se raciocinado uma outra agenda. "Porque o neoliberalismo tem uma ampla agenda. No plano da economia, é a agenda do grande capital: como organizar a pilhagem em escala global? Isso é o neoliberalismo. Como organizar a relação Estado/economia? Estado mínimo para políticas sociais e para infra-estrutura. Estado máximo para segurar contratos, para garantir a moeda, para garantir a fiscalidade para pagar a dívida pública. Como organizar a relação capital-trabalho? Direitos mínimos para o trabalho, obrigações máximas para o trabalho", listou.

No plano da política, segundo Plínio, o neoliberalismo impõe que a esquerda termina na chamada esquerda da capital. "A esquerda do capital, da ordem atual, é o Lula. Além do Lula, é a anarquia, é a confusão", ironizou. E o neoliberalismo criou um modo de tratar essa agenda. "O que temos de pensar é alternativas, porque os efeitos do neoliberalismo sobre a sociedade brasileira são terríveis", continuou.

"Há uma vontade de mudar na América Latina inteira, que está em ebulição, porque aquelas contradições contidas querem sair à superfície, mas há uma impotência para mudar", disse. Para modificar o quadro neoliberal, o professor diz não ter um projeto alternativo finalizado: "Mas tenho a intenção de pautar debates que sejam construtivos, que respeitem as diferenças, mas enfrentem os problemas", disse. Para contrapor a agenda do capitalismo, o povo brasileiro deve se organizar em torno da perspectiva de formação de um efetivo Estado nacional brasileiro, que seria sustentado por quatro pilares: reforma urbana, reforma agrária, pleno emprego e soberania. "O antídoto é a afirmação da Nação. Só que o problema é que não tem Nação. Existe uma sub-Nação. Como se chama o parto de uma Nação? Estudei nos EUA, por conta do exílio do meu pai. Os americanos chamam de Revolução Americana. Nós precisamos de uma Revolução Brasileira", observou.

Assim como as Mães da Praça de Maio, da Argentina, lutam para recuperar seus filhos mortos durante a ditadura, o professor entende que o país precisa "recuperar os nossos intelectuais mortos": "Por que não adianta nada homenagear o Celso Furtado, transformá-lo em grife ou etiqueta, se não se estuda o Furtado ou se respeita sua essência. Não adianta ostentar o Caio Prado, sem dá-lo no currículo, e os estudantes não lêem o Caio Prado, não lêem o Florestan Fernandes", desabafou.

A via da Revolução Brasileira, no entendimento do professor, seria uma ruptura, pois é necessário quebrar a blindagem do chamado discurso de "fim da História", que chantageia a sociedade. "Se você sair do modelo atual, dizem que provoca o caos. E provoca mesmo. Isso precisa ser dito. Porque a população precisa aprender a enfrentar o custo da transição. Senão, não vai ter História. A história tem seus momentos de violência, de dor", disse.

O palestrante também criticou os defensores de uma possível humanização do capitalismo. "A premissa é controlar os capitais. Sou a favor, mas qual é a briga? Toda a nossa plutocracia, todo o capital internacional, todo o imperialismo é contra. A frase é 'vamos fazer um keynesianismo bem-intencionado aqui'. Como? Controlando capital dentro do capitalismo, 'porque socialismo é uma loucura, uma utopia', dizem. Talvez seja. Mas loucura maior é pensar que vamos controlar capital dentro do capitalismo", criticou. "A alternativa ao neoliberalismo é diminuir a barbárie? Não, isso ainda é uma vertente do neoliberalismo", encerrou.

Professor do IE defende aliança com parte da burguesia

Para Luiz Martins de Melo, professor do Instituto de Economia e exercendo atualmente a secretaria-geral da Fundação Universitária José Bonifácio, não existe uma alternativa construída. "Mas a alternativa internacional das massas contra o imperialismo, eu acho uma loucura. A barbárie não é só a questão da violência individual e nem se soluciona só com revolução", disse.

A exemplo de Lessa, o professor também defende um projeto nacional e a limitação ao gasto central do Estado com os juros, mas enxerga a possibilidade de algum tipo de aliança com parte da burguesia do país. A ligação seria possível ao se falar dos investimentos pesados em infra-estrutura, que interessariam à sociedade como um todo. "Estamos em via de ter um apagão energético e crise de transporte público nas grandes cidades. Ora, o capital não vai ter a mesma taxa de lucro, se tiver apagão, se não tiver um transporte público. E aí entra o gasto público. Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei contra o desenvolvimento do país, em favor do pagamento de juros da dívida: "Se fizermos uma pressão grande pra mudar essa história do gasto central que é feito em juros, teremos possibilidade de debate e de repercussão. E vamos atingir uma parte dessa elite nacional que não vai querer se mutilar", acrescentou.

Mesa de abertura sem Chico de Oliveira

Sem a presença do sociólogo Chico de Oliveira, José Carlos de Assis, colunista do "Monitor Mercantil", defendeu o esquecimento dos conceitos de esquerda e direita, "que não servem a mais nada", na sua opinião: "A linha de ordenamento não é mais esquerda e direita. A linha é neoliberalismo e social-desenvolvimentismo. Sou plenamente favorável a uma política de equilíbrio orçamentário em pleno emprego. O absurdo é lutar por equilíbrio em situação de alto desemprego, porque a única forma de lutar contra isso é pelo déficit orçamentário", disse. O colunista reivindica que o povo brasileiro tenha as mesmas condições dos povos desenvolvidos europeus. "Nada mirabolante, não quero fazer o socialismo agora, a igualdade absoluta. Só quero isso. Condições sociais similares às que têm um alemão e um francês. Essa seria a nova utopia de esquerda", completou.

Decano do CCJE defende controle de capitais

O decano do CCJE, Alcino Câmara, fez alguns comentários sobre a situação econômica e a crise da esquerda. Para Alcino, um esquecimento no discurso do palestrante foi a existência do controle de capitais, que inaugurou a chamada Idade de Ouro da Europa. "São os juros a variável distributiva básica e ela só pode estar ao alcance da política econômica na medida em que introduzimos o controle de capitais e podemos arbitrar internamente isso (os juros) a partir não só de uma perspectiva economicista, mas de perspectiva política. Então eu quero um homem de esquerda é no Banco Central", enfatizou.

"Quando acabam os acordos de *Bretton Woods*, acaba o controle de capitais; começamos a praticar responsabilidade fiscal e alta taxa de juros. Só que para os periféricos latino-americanos, a situação é muito mais dramática", lamentou.

Alcino acredita que a esquerda tem um duplo desafio: na Europa e nos Estados Unidos, deve trabalhar com os imigrantes, que já somam índices da ordem de 20% da população. "Mas a esquerda está acostumada a ser a vocalização das grandes massas. Como se adaptar a um processo de em que tem que representar pequenas minorias que, apenas somadas, podem ser uma maioria?", questionou. "Já aqui no Brasil ainda é um problema de maioria. Como articular uma frente ampla suficiente para abarcar todos aqueles que sejam favoráveis a uma política de pleno emprego, com controle de capitais, porque não existe o primeiro sem o segundo. Porque aí se resgata a possibilidade de política econômica autônoma. Com controle de capitais, pode-se diminuir a taxa de juros - o elemento da luta distributiva a favor do povo. Para dar arma ao povo", encerrou.

O DECANO ALCINO CÂMARA E O JORNALISTA JOSÉ CARLOS ABREM O CICLO DE SEMINÁRIOS DO CCJE

UFRJ

Serviço Social comemora 30 anos de pós-graduação

Evento lotou auditório da unidade, no último dia 21

Um grande público compareceu ao auditório da Escola de Serviço Social (ESS) para acompanhar a cerimônia do trigésimo aniversário do programa de pós-graduação da unidade, no último dia 21: "Sabemos que a História é um processo, de avanços e retrocessos. Este programa, seus 27 professores e seus 150 alunos, reconhecem o legado das gerações que nos precederam", afirmou a atual coordenadora do programa, professora Yolanda Guerra, durante a mesa de abertura do evento.

A coordenadora não hesitou em classificar como um princípio do programa da Escola de Serviço Social, ao longo desses anos, a defesa da universidade pública, laica, autônoma, gratuita e reconhecida socialmente: "Hoje, tomamos como nossa a tarefa de assumir a resistência ao projeto de universidade operacional em curso, que converte a universidade em organização social e a submete a uma lógica eminentemente instrumental, regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível. A universidade operacional desqualifica a formação pós-graduada, diminui seu tempo, imprime avaliações quantitativas, promove o aligeiramento da reflexão e da crítica, o que põe em risco o projeto emancipatório que caracteriza a luta dos assistentes sociais brasileiros", disse.

Fotos: Kelvin Melo

A DIRETORA MARIA MAGDALA DISCURSA DURANTE A MESA DE ABERTURA

Yolanda também aproveitou a ocasião para convidar todos os presentes a participarem de um projeto de pesquisa e extensão, intitulado "Memorabilia", que visa a levantar fatos relacionados aos 70 anos da Escola de Serviço Social da UFRJ, a serem comemorados em 2007.

Diretora da ESS, a professora Maria Magdala também prestou reverência aos antigos mestres do programa. "Quando pensamos nos 30 anos do mestrado da nossa pós-graduação, pensamos que um projeto só é possível porque alguém sonhou e teve empenho profundo para que ele se realizasse", observou. A diretora agradeceu ao conjunto de professores, do passado e do presente, pela contribuição dada ao debate das questões sociais do Brasil: "Para que esse país efetivamente amplie a concepção de cidadania e o amplie o processo de democratização, abrindo espaços para que as políticas sociais, de forma efetiva, melhorem a qualidade de vida não só do trabalhador brasileiro, mas de todo cidadão", completou.

Primeiro mestrado público e gratuito

Representante dos estudantes pós-graduandos, a doutoranda Daniela Neves lembrou que o programa da UFRJ foi o primeiro curso de mestrado em Serviço Social público e gratuito do país. Além disso, informou que o programa cumpre importante papel na formação de docentes e pesquisadores, como irradiador do debate crítico marxista para o Serviço Social no Brasil e na América Latina.

Integrante do Centro Acadêmico local e também da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso), Hudna Mendonça anunciou sua expectativa de um dia ingressar no programa da Escola: "Ainda estou me graduando e espero um dia chegar, quem sabe daqui a um ano e meio, na pós-graduação. Sei de sua importância e de toda a sua produção", disse.

Um ano rico de comemorações

A presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Ana Elizabete Mota, parabenizou o programa e seus homenageados do dia. E lembrou que este é um ano de muitas comemorações para a área: "Ao falarmos desse programa, também estamos falando dos 70 anos do Serviço Social brasileiro, dos 40 anos da reconceituação profissional da atividade, dos 60 anos da ABEPSS e 10 anos da novas diretrizes curriculares do curso. É um ano rico para a nossa memória", comentou.

Como representante do Centro Brasileiro de Colaboração e Intercâmbio em Serviço Social (CBCISS), Terezinha Arnaut recordou as dificuldades do início do curso de Serviço Social e também do começo das pós-graduações em Serviço Social. Pela Associação Latino Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ALAEITS, o professor Carlos Montaño, que foi conferencista na mesa seguinte do evento, foi mais breve e limitou-se a saudar os presentes e os 30 anos do programa.

Homenagens durante toda a tarde

A comemoração dos 30 anos do programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social reservou, ainda, uma homenagem aos ex-alunos e alunas da primeira turma do programa, bem como aos seus ex-coordenadores. O cerimonial foi conduzido pela professora Cleusa Santos, acompanhada da atual coordenadora, Yolanda Guerra. "Da constituição do mestrado, em 1976, à criação do doutorado, em 1995, foi uma longa trajetória. Esse patrimônio demandou grande sacrifício. Lembrá-los (ex-alunos e ex-coordenadores) hoje não é uma formalidade; é um dever", disse Yolanda.

Seguiu-se a essa sessão o lançamento da Biblioteca José Paulo Netto, em referência ao eminente professor da própria Escola de Serviço Social, considerado um dos maiores estudiosos do marxismo. A biblioteca passará a contar com a produção bibliográfica e livros de docentes e discentes do programa de pós-graduação. O próprio José Paulo Netto encerrou a festiva data com a palestra "A atualidade do projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro".

EX-ALUNAS E EX-COORDENADORAS RECEBERAM MEDALHAS

UFRJ

Conferência ressalta caráter público e pluralista do programa

Logo após a mesa de abertura das comemorações dos 30 anos do programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social, ocorreu a conferência sobre sua importância. A influência no debate latino-americano das questões sociais e o caráter público e pluralista do curso foram alguns dos pontos mais ressaltados durante a sessão.

Presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Ana Elizabete Mota comemorou como bastante oportuna a festividade: "Ela ocorre num momento muito particular da história brasileira e da própria história do Serviço Social. De conjuntura muito complexa, mas permeada pela ofensiva do pensamento conservador não só no Brasil, como também no Serviço Social. Marcada por uma cultura privatista, que transforma a Educação num negócio", afirmou.

Segundo Ana Elizabete, nesse contexto, já mereceria uma homenagem o fato de a primeira pós-graduação pública em Serviço Social, apesar de todas as dificuldades, manter-se gratuita, laica, de qualidade, "inclusive resistindo à vulgarização de que pequenas taxas não comprometem a dimensão gratuita do curso".

A palestrante recordou que a criação e a ampliação das pós-graduações em Serviço Social propiciaram uma maior visibilidade a essa área, algo que não tinha sido conseguido até então com décadas de atividade profissional dos assistentes sociais. "Tudo isso se confronta com o Plano Nacional de Pós-graduação atual, que defende o fortalecimento das chamadas ciências duras e a cada dia foca ações, temas e iniciativas dentro das ciências sociais. Isso pode ser constatado nos editais dos fundos setoriais de pesquisa", criticou. "Inegavelmente, a formação continuada e o ensino superior não podem prescindir de uma estreita articulação com as necessidades da sociedade. Todavia, o que nós estamos falando é de uma sociedade regida pela desigualdade de classe, pela concentração de riqueza e do poder", completou.

Para Ana Elizabete, um dos grandes desafios do momento é resistir ao chamado caráter instrumental das pós-graduações. Ela informou que a Caixa Econômica lança neste mês de novembro uma linha de crédito com juros baixos para financiamento de alunos que pretendem cursar mestrado e doutorado em instituições particulares. "Ou seja, passam a ser também objeto de um processo de financeirização, transformado num consumo como outro qualquer, dividido em 24, 36 ou 48 parcelas. A pós-graduação deixa de se inserir num patamar de produção do conhecimento e o faz agora como instrumento da empregabilidade", ponderou.

Influência internacional

Professor da ESS/UFRJ e integrante da Associação Latino Americana de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ALAEITS), Carlos Montaño frisou uma outra característica do programa: a política de acolher alunos e professores estrangeiros.

Ele próprio foi um beneficiário dessa característica: vindo do Uruguai no início dos anos 90, falou com emoção da sua convivência com mestres como José Paulo Netto, numa total ruptura com o ensino praticado no seu país de origem, recém-saído de uma ditadura militar que muito se intrometeu no currículo da área.

Depois de citar diversos países cujos professores se capacitaram no programa, Carlos Montaño reafirmou a importância desse intercâmbio para para a formação de profissionais em toda a América Latina. Lembrou, ainda, de um convênio internacional, em meados da década de 90, com a Universidade da República do Uruguai, quando alunos vieram para a UFRJ ou professores se deslocaram para lá. "Espero até que esse exemplo se renove e possa se expandir, estabelecendo intercâmbios de pesquisa, para receber e continuar recebendo os profissionais estrangeiros", observou.

Para reforçar a condição pública e gratuita do curso da ESS/UFRJ, Carlos Montaño comentou que muitas pós-graduações de universidades públicas na América Latina, não são gratuitas. "De forma exemplar e combativa, essa característica de manter a relação entre o público e o gratuito é digna de menção", disse.

O início difícil

Professora da PUC-SP, Myriam Veras Baptista contou o difícil início do Serviço Social como curso universitário. Segundo ela, a Assistência Social resultou de um movimento da Igreja católica de formar um público laico, com capacidade de defesa das suas idéias. "O Serviço Social era chamado de 'braço armado' da Igreja", disse.

Como os cursos de então, não universitários, eram dominados pelas mulheres, os representantes da Igreja pensaram na formação de um outro curso, de cunho universitário, para agir junto ao operariado. "Daí surgiu a idéia de um curso de Serviço Social, o Instituto Paulista de Serviço Social", afirmou. Já naquela época, eram concedidas bolsas a operários – o curso era particular -, tudo com o objetivo de disseminação das propostas da Igreja católica", comentou.

Opinião

Os buracos nas universidades federais

Carlos Lessa*

Foi lugar comum, na última campanha presidencial, a ênfase na importância estratégica da educação. É equívoco transferir o vício do "economicismo" para a educação. O "economicismo" sugere que, pela educação, se gera empregos para o conjunto dos indivíduos. Isto não é verdade. Certamente, o indivíduo melhor instruído amplia suas chances para postos existentes no mercado de trabalho. Emprego depende do crescimento da economia e do progresso técnico, consubstanciados pelo investimento produtivo. Por exemplo, um emprego no setor petroquímico exige US$ 300 mil de investimentos. Sem o emprego, o qualificado passa por um processo de "desalfabetização", por não exercitar nem estar estimulado em sua área de formação profissional. Têm crescido os anos de escolaridade média da população brasileira: a média passou de 5,1 anos em 1993 para 6,6 anos em 2004; porém, entre 1995 e 2004 o número de desempregados com mais de 11 anos de estudo cresceu 291% - muito acima, portanto, da média geral de 83,2% de desempregados. O professor Pochmann estima que entre 140 a 160 mil brasileiros com curso superior completo ou incompleto têm emigrado do Brasil. Obviamente, nossa população jovem e qualificada está emigrando para o exterior. O paupérrimo Haiti remete 80% de seus universitários para o primeiro mundo. Nosso crescimento econômico nas duas últimas décadas foi apenas levemente superior ao haitiano. Estamos "contribuindo" ao primeiro mundo.

Educação, virtude republicana por excelência, é fundamental para o futuro da sociedade nacional. É sua tarefa formar a geração de reposição de novos cidadãos. Espera-se que a futura geração supere a atual em conhecimento, civilidade, prosperidade etc. A educação sempre tem seu olhar e justificativa no futuro. O sonho do mestre é que seu discípulo o supere; cada geração deve se esforçar para que suas sucessoras sejam mais civilizadas e tenham melhor qualidade de vida. A educação não pode ser prisioneira do mercado, porém a estagnação da economia é fonte de frustração para os jovens. O salário médio da população com 11 anos ou mais de escolaridade vem declinando no Brasil. Brasileiros com maior escolaridade estão desalojando os mais idosos com menor escolaridade, pois não tem crescido o número de postos de trabalho.

É criminoso imaginar que cortes no ensino superior priorizem o ensino básico. Com isto, debilita-se todo o edifício educacional. O processo educacional depende dos mestres. Estes devem receber a melhor e mais completa formação possível. O ensino universitário é o andar superior e alicerce de todo sistema educacional.

O governo federal vem asfixiando a universidade pública: optou por considerar o ensino superior mercadoria para o investimento privado

Fui reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a mais antiga universidade federal do Brasil: instituição de vanguarda do processo educacional brasileiro, quer pelo ângulo civilizatório, quer pelo científico, quer pela qualidade dos profissionais graduados e apoio aos desenvolvimento empresarial.

Desde os meus primórdios como professor, convivi com péssima qualidade dos banheiros. Fora a cruel desatenção com os portadores de deficiência, nada mais humilhante que expor um visitante a um banheiro sujo. A falta de material faz com que quem trabalhe em jornada integral leve o próprio papel higiênico. Infelizmente, convivi com a vulnerabilidade das bibliotecas e arquivos - sujeitos a goteiras, fungos e furtos. Prevalece, nos antigos prédios históricos, a insegurança das instalações quanto a risco de incêndios. É alarmante a insalubre exposição do pessoal docente, discente e de apoio às contaminações biológicas, químicas e até radiativas. Não falarei da vulnerabilidade dos campi à violência, pois não é específica da universidade.

Permaneci um semestre, em 2002, como reitor, pois logo em seguida, convidado, assumi o BNDES. A extensão das insuficiências da UFRJ exigia um programa emergencial. O último ministro de educação de FHC prometera liberar recursos. O professor Aloísio Teixeira, reitor que me sucedeu, não obteve ainda a totalidade deles.

É inquestionável a qualidade do ensino público que, apesar do corte de verbas e redução do número de docentes efetivos, compensado pelo aumento dos substitutos, aumentou em 100% o número de alunos e vagas, entre 1990 e 2002. Não é verdade que a universidade pública seja elitista. Nas públicas 38% dos alunos vêm de famílias com renda inferior a 2 salários mínimos e 5,4% de famílias de 10 ou mais salários mínimos. Nas privadas, são 24% de famílias mais pobres e 9,5% das mais ricas. Hoje, mais de 70% dos alunos estão em universidades privadas. O governo federal, com sua política de cortes brutais, vem asfixiando a universidade pública; optou por considerar o ensino superior mercadoria para o investimento privado. Com 2,5% dos juros que o país paga ao ano, seria possível duplicar a população discente das univer-sidades federais. Contudo, o governo federal prefere, receber impostos da univer-sidades privadas, tro-cados por bolsas do ProUni. Aumenta a sedu-ção do negócio universitário; recentemente, os jornais noticiaram que um grupo estrangeiro estaria adquirindo uma "empresa nacional de ensino superior".

É antiga a grita pela volta dos bandejões que, há 15 anos, foram banidos de universidades públicas. Em princípio, a população universitária cumpre jornada integral. O campus do Fundão é extremamente isolado. Na ausência de refeições de qualidade a preço em conta, restam os trailers. Para a imensa maioria dos estudantes, gastar entre 5 a 7 reais por uma refeição precária é excessivo. Além deste aspecto absoluta-mente prático, numa univer-sidade com poucas bolsas, há, na comensalidade, o convívio. Creio que se condena a população universitária a adicionais, segmentação e isolamento, que impedem o espaço social de convivência do bandejão. Pessoalmente, priorizaria a higiene, a proteção das bibliotecas e das pessoas - porém lembro que, no programa emergencial, tudo isto e mais o bandejão já estavam incluídos.

* Carlos Lessa é professor Titular de economia brasileira da UFRJ.

Publicado no Valor Econômico, em 22/11/06

Latuff

Organização em pauta

Adufrj-SSind

A Adufrj-SSind vem realizando reuniões abertas da diretoria, conselheiros e convidados para discutir as alternativas de organização da Classe Trabalhadora. No dia 13 de novembro, o coordenador nacional da Conlutas, José Maria Almeida, participou da reunião com os docentes. No último dia 29, foi a vez do professor da UFRJ Eduardo Serra falar pela Intersindical. Nesta edição, publicamos um artigo de Zé Maria sobre o movimento sindical e a cojuntura política. Na próxima edição, publicaremos outro artigo sobre o tema, assinado pelo representante da Intersindical. Página 2

A proxima reunião aberta da Diretoria e Conselho de Representantes sobre Organização Sindical será no dia 13/12, às 18h, no Auditório Anísio Teixeira, da Faculdade de Educação, *campus* da Praia Vermelha. Nesse dia, será discutida a posição da seção sindical sobre o tema.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 520 5 de dezembro de 2006

FGTS
Haverá terceiro lote

Adufrj-SSind organiza terceira lista para pagamento do FGTS

Para os professores que não foram chamados para aderir à proposta de acordo da Caixa Econômica Federal para a liberação das contas do FGTS, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind informa que está preparando uma terceira listagem. Para a CEF, não haveria outros nomes além dos que foram chamados no primeiro e segundo lotes divulgados em nossa página eletrônica (www.adufrj.org.br). A 'terceira lista' que está sendo preparada pelos advogados da seção sindical será enviada à Caixa até o final dessa semana.

A assessora Cristina Stamato avisa, no entanto, que um terceiro lote só deve ser liberado pela Caixa em janeiro. Até lá, o esforço maior será para que todos os professores dos 1º e 2º lotes que aderiram à liberação proposta pela Caixa recebam até o final de dezembro. Em reunião, no último dia 24, com o advogado da CEF e coordenador do setor de FGTS, Roberto Musa, a assessoria da Adufrj-SSind reclamou da morosidade na liberação das contas daqueles que aderiram à proposta de pagamento do banco.

O representante da CEF disse que a situação estaria sendo regularizada e que já teriam sido efetuados os créditos devidos a todos os professores aptos a receber. O desbloqueio das contas estava sendo feito sem levar em consideração as datas de adesão. Por esse motivo, alguns professores que aderiram ao acordo em plantões posteriores receberam antes dos que assinaram o termo de adesão nos primeiros plantões (9, 10 e 11).

Na reunião com a assessoria da seção sindical, a CEF se comprometeu a agilizar os desbloqueios para todos os que aderiram ao acordo, garantindo que estão fazendo todo o esforço necessário para minimizar o atraso.

Não localizados

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind está realizando um levantamento de todos os docentes e suas respectivas situações quanto ao recebimento da ação do FGTS. Até janeiro, serão identificados cinco grupos: os que aderiram ao acordo da Caixa; os que preferiram seguir na ação; os que têm alguma pendência documental etc; os que receberam por outras ações; e os que aderiram ao plano geral do governo passado e também já receberam.

Com esse levantamento, a assessoria espera identificar todos os professores não localizados pela Caixa Econômica e a partir daí reivindicar a liberação de suas contas. Os docentes nessa situação receberão uma comunicação da seção sindical, assim que o levantamento for concluído. A expectativa da assessoria é realizar esse trabalho até o final de janeiro.

Último plantão do ano

No dia 7 de dezembro serão realizados no Fundão e na Praia Vermelha os últimos atendimentos do Plantão do FGTS para os professores nos *campi* da universidade (veja quadro). Mas nos dias 7 a 14 de deste mês ainda, a assessoria jurídica da Adufrj-SSind atenderá os professores em seu escritório Machado Silva de 11h às 17h . O endereço é Rua México 90, 11º andar, Centro.

ÚLTIMO PLANTÃO DE 2006 NO DIA 7/12

FUNDÃO: 8h30 às 12h – Centro de Tecnologia
(8h30 às 12h) Sala C da Decania do CT (Bloco A)

PRAIA VERMELHA: 14h30 às 19h (Av. Pasteur, 250)
Instituto de Psicologia - Sala de Reunião – térreo

Opinião

A reorganização dos trabalhadores no Brasil e a construção da Conlutas

Zé Maria*

Arquivo Adufrj-SSind

ZÉ MARIA DA CONLUTAS

> “A CONLUTAS surge neste contexto. Como resposta a uma necessidade objetiva desta realidade: os trabalhadores precisam de um novo instrumento para unir suas forças, organizar de forma consciente e impulsionar suas lutas, em defesa de seus direitos e interesses.”

A Conlutas surge no Brasil em um contexto de crise no movimento sindical e nos movimentos sociais, que tem como pano de fundo a ascensão do PT ao governo federal em janeiro de 2003. O governo do PT aprofunda a aplicação do modelo neoliberal no país, gerando um processo que vai da decepção, passando pelo desencanto, chegando à ruptura e à revolta de setores inteiros da classe trabalhadora. Este processo se dá com mais intensidade e rapidez naqueles setores que são atacados diretamente, como os servidores públicos, no episódio da reforma da previdência em 2003. Mas é também geral e tende a se aprofundar com o tempo e com a aplicação das políticas econômicas do governo.

Ao buscar o caminho das lutas para preservar seus direitos, os trabalhadores se dão conta de que as organizações que construíram no momento anterior passaram para o lado do inimigo. Essa foi a nítida sensação que os servidores públicos tiveram em relação à CUT na luta contra a reforma da Previdência em 2003. O processo de afastamento da CUT das lutas dos trabalhadores, o comprometimento de sua independência frente ao Estado (as verbas do FAT) que já acontecia há muito tempo, ganha um salto. A CUT integra-se à base de apoio do governo e estabelece interesses materiais em comum com o governo e os empresários (cargos para dirigentes, que também passam a administrar fundos de pensão; convênios para liberação de verbas para a Central por diversas vias etc). A CUT está, então, completamente perdida no que diz respeito à defesa dos direitos dos trabalhadores.

A CONLUTAS surge neste contexto. Como resposta a uma necessidade objetiva desta realidade: os trabalhadores precisam de um novo instrumento para unir suas forças, organizar de forma consciente e impulsionar suas lutas, em defesa de seus direitos e interesses.

Seus primeiros passos foram num primeiro momento organizar a luta contra a Reforma Sindical e Trabalhista, em 2004 e 2005. Mas a discussão no interior da Coordenação e das entidades que a compõe sobre a evolução da conjuntura do país nos levou a duas conclusões: de que teríamos que enfrentar globalmente o modelo econômico neoliberal aplicado pelo governo Lula, e de que teríamos que transformar a Coordenação em uma nova organização nacional da classe trabalhadora, dada a falência definitiva da CUT enquanto instrumento para a luta dois trabalhadores. Foi, então, convocado o CONAT, em maio de 2006, que transformou a Coordenação, pouco mais de dos anos depois de seu surgimento, em uma Central de Caráter Sindical e Popular.

Neste processo, buscamos resgatar princípios fundamentais como a Independência frente ao Estado, aos governos e aos empresários; a organização pela base; a democracia; a pluralidade política interna com plena autonomia em relação aos partidos, etc. Também o programa construído pela esquerda socialista brasileira no interior dos movimentos sociais em nosso país nos últimos 30 anos, que parte da defesa dos interesses mais imediatos dos trabalhadores e aponta para uma transformação de fundo na estrutura econômica, social e política do país, rumo à construção de uma sociedade socialista.

Por outro lado, buscamos também superar antigas fragilidades das nossas organizações gerais. A CONLUTAS organizará em seu interior não apenas os sindicatos, mas também os movimentos sociais e populares, que lutam por moradia, pela reforma agrária, contra a discriminação racial, a opressão da mulher, as organizações da juventude etc. Sua vocação é ser uma organização de toda a classe trabalhadora e não apenas a da sua parcela que está no mercado formal de trabalho, para impulsionar a luta de toda a classe, em defesa de seus interesses imediatos e históricos. Obviamente, cada entidade ou movimento social que faça parte da CONLUTAS preservará plenamente sua autonomia e soberania, política, administrativa e financeira.

Outra mudança naquilo que tem sido a tradição das organizações sindicais, é que a CONLUTAS não tem direção eleita com mandato fixo. Funciona em Coordenações, cuja composição é dada a cada reunião, onde as entidades e movimento que compõem a CONLUTAS enviam sua representação (que pode ser mudada a cada reunião, a depender de cada entidade e movimento). A partir daí, constituem-se os Grupos de Trabalho (GTs) que têm a função de encaminhar as deliberações. Isto reforça a democracia, obrigando a uma interação muito maior entre as instâncias de direção da CONLUTAS e as entidades e movimentos que a compõem. Este mecanismo é importante também para ajudar a assegurar a autonomia da CONLUTAS em relação às organizações políticas que atuam em seu interior, pois reforça enormemente o papel das entidades e movimentos nos debates e nas definições adotadas por ela. São experiências novas que estão em andamento e podem permitir que construamos uma organização cuja composição e funcionamento sejam mais adequados ao projeto transformador que queremos construir no país, diferente do que são as estruturas verticalizadas da maioria dos sindicatos e das Centrais Sindicais. Assim atuamos até agora, e assim pretendemos agora enfrentar o desafio de impedir o governo Lula de aprovar as reformas neoliberais em preparação no governo federal, e as que já estão tramitando no Congresso Nacional.

No entanto, os desafios colocados para a classe trabalhadora vão muito além. E necessário dar a esta luta contra as reformas, e a cada uma de nossas lutas imediatas e específicas um sentido comum, somando todas numa luta mais geral que possa derrotar o modelo econômico global que se aplica no país e a própria lógica da sociedade capitalista que, em sua fase atual, não permite a ampliação e nem mesmo a preservação dos direitos que ainda temos. O quadro político que vive o país aponta para a eclosão de grandes enfrentamentos sociais e políticos nos próximos anos, em que esta questão estará colocada em toda a sua magnitude.

Esse é o desafio mais estratégico, para o qual precisamos preparar de forma consciente a classe trabalhadora brasileira, seus sindicatos e seus movimentos populares. Essa é a tarefa maior da CONLUTAS. Por isso também, pela dimensão que tem o desafio que temos pela frente, é tão fundamental unirmos as forças da esquerda brasileira que atuam nos movimentos sociais. Esta é a razão pela qual temos insistido em mostrar aos companheiros que estão tentando construir uma outra organização neste momento (a Intersindical) que dividir forças neste momento é um erro grave, que pode custar caríssimo à classe trabalhadora brasileira.

O Andes/SN teve participação importante na construção da CONLUTAS, desde o início até agora e pode, sem dúvida, contribuir mais ainda em seu fortalecimento e consolidação daqui pra frente. E, junto com todas as demais entidades e movimentos que a compõem, fazer com que ela possa vir a ser esta organização à altura dos desafios que estão colocados para a classe trabalhadora em sua luta contra toda forma de exploração e opressão.

---

* Diretor da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais, representa essa entidade na Coordenação Nacional da CONLUTAS.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta, Jaciara Celestino e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Opinião

Dezembradas

Ricardo Kubrusly*

Dezembro outra vez. Mais um destino incompleto no imenso vazio dos anos. Não haveria razões, eu sei, para entender o tempo. Bastava seguir os ditames mais antigos e deixá-lo passar e ir com ele por vezes e por vezes resisti-lo. Bastava deixá-lo, à-toamente, mudar em nós, os riscos de permanência. Bastava decidir, por escolha racional ou capricho misterioso, se estamos nele ou ele em nós, para depois viver por dentro dos espelhos, o que as imagens mentem, para depois viver tão simples e tão profundamente que não mais perceberíamos os seus efeitos e suas conseqüências.

Dezembro outra vez. Mais um vazio incompleto no imenso destino dos anos. Não é o tempo que em nós desperta os pensamentos que em vão descrevem seus avatares, suas topologias. Não é do tempo que falamos quando falamos do tempo, mas dos relógios e suas velocidades perigosíssimas. Não foi o tempo que nos traiu em meio à vida, no imenso meio do caminho em que a eternidade nos coloca. Não foi o tempo, com seus silêncios imóveis e seus verbos espalhados, que nos barrou as portas das contradições, mas os relógios com seus ponteiros e seus números apressados. Não foram, mesmo, os séculos, os anos, as horas e as horas e as horas, nem os minutos desabados sobre os ombros de nossos fracassos, mas os segundos, os velocíssimos segundos, que nos traíram nas horas dos desejos e nos roubaram os beijos e aprisionaram nossos braços, seus planos de vida e suas rotas de fuga.

Dezembro outra vez. O ano grita, os meses espremem-se por entre os restos dos caminhos, os dias mortos se foram inconseqüentes, em volta, o mesmo quadro sonolento de um sono sem sonhos e a mesma espera irremovível, perseguida pelos ecos surdos do que não fizemos. É certo que lutamos; lutamos? ... entre a paciência e a contenda? Talvez, mas com certeza não lutamos o suficiente. Em volta, o mesmo quadro sonolento não se altera.

Dezembro outra vez. O país que espere um Bakunin desengonçado, os sonhos que esperem as lutas sem lutas que construímos na segurança dos nossos delírios dezembrados, as lutas, ora, quem precisa de lutas em pleno dezembro, onde os fantasmas podem sempre mais do que as transformações que a história nos indica e onde as alegrias, de plástico, rebolando, com garantia governamental de silêncio e silêncio por três meses consecutivos, atravessam janeiro e fevereiro para, talvez, devolver-nos de volta ao mundo onde os destinos se cruzam, depois do carnaval.

Dezembro outra vez. As horas cansadas já desistiram da paisagem. 38 graus. Os carros fervem a dor de não chegarem nunca, a cidade igual e diferente, em dúvida, vigia as noites pelas avenidas. Os mortos caminham as calçadas indiferentes com seus presentes metafísicos. A morte avança, a árvore se acende. E agora?

Manda repetir a vida.

Diretor da Adufrj-SSind

Cantiga de enganar

Carlos Drummond de Andrade

O mundo não vale o mundo,
meu bem.
Eu plantei um pé-de-sono,
brotaram vinte roseiras.
Se me cortei nelas todas
e se todas se tingiram
de um vago sangue jorrado
ao capricho dos espinhos,
não foi culpa de ninguém.
O mundo,
meu bem,
não vale
a pena, e a face serena
vale a face torturada.
Há muito aprendi a rir,
de quê? de mim? ou de nada?
O mundo, valer não vale.
Tal como sombra no vale,
a vida baixa... e se sobe
algum som deste declive,
não é grito de pastor
convocando seu rebanho.
Não é flauta, não é canto
de amoroso desencanto.
Não é suspiro de grilo,
voz noturna de nascentes,
não é mãe chamando filho,
não é silvo de serpentes
esquecidas de morder
como abstratas ao luar.
Não é choro de criança
para um homem se formar.
Tampouco a respiração
de soldados e de enfermos,
de meninos internados
ou de freiras em clausura.
Não são grupos submergidos
nas geleiras do entressono
e que deixem desperender-se,
menos que simples palavra,
menos que folha no outono,
a partícula sonora
que a vida contém, e a morte
contém, o mero registro
de energia concentrada.
Não é nem isto, nem nada.
É som que precede a música,
sobrante dos desencontros
e dos encontros fortuitos,
dos malencontros e das
miragens que se condensam
ou que se dissolvem noutras
absurdas figurações.
O mundo não tem sentido.
O mundo e suas canções
de timbre mais comovido
estão calados, e a fala
que de uma para outra sala
ouvimos em certo instante
é silêncio que faz eco
e que volta a ser silêncio
no negrume circundante.
Silêncio: que quer dizer?
Que diz a boca do mundo?
Meu bem, o mundo é fechado,
se não for antes vazio.
O mundo é talvez: e é só.
Talvez nem seja talvez.
O mundo não vale a pena,
mas a pena não existe.
Meu bem, façamos de conta.
de sofrer e de olvidar,
de lembrar e de fruir,
de escolher nossas lembranças
e revertê-las, acaso
se lembrem demais em nós.
Façamos, meu bem, de conta
— mas a conta não existe —
que é tudo como se fosse,
ou que, se fora, não era.
Meu bem, usemos palavras.
Façamos mundos: idéias.
Deixemos o mundo aos outros
já que o querem gastar.
Meu bem, sejamos fortíssimos
— mas a força não existe —
e na mais pura mentira
do mundo que se desmente,
recortemos nossa imagem,
mais ilusória que tudo,
pois haverá maior falso
que imaginar-se alguém vivo,
como se um sonho pudesse
dar-nos o gosto do sonho?
Mas o sonho não existe.
Meu bem, assim acordados,
assim lúcidos, severos,
ou assim abandonados,
deixando-nos à deriva
levar na palma do tempo
— mas o tempo não existe, -—
sejamos como se fôramos
num mundo que fosse: o Mundo.

Movimento

Estudantes querem fim da cobrança em cursos de Extensão

Nos últimos dias 29 e 30, os estudantes de Educação Física e Dança debateram a cobrança de semestralidades para a comunidade interna e externa de projetos de extensão da Unidade. O centro acadêmico do curso (CAEFD) repudia a cobrança de taxas dos projetos "Água Vida" e "Musculação" . Para o CA, essas atividades fazem parte do tripé ensino-pesquisa-extensão da universidade pública.

Há mais de dez anos, o Projeto Água Vida, oferece aulas de hidroginástica, pólo aquático e natação para alunos, professores e funcionários da UFRJ. Atende ainda à comunidade externa, como portadores de deficiência, na Praia Vermelha e na Ilha do Fundão. No entanto, para assistirem às aulas, os participantes pagam semestralidades de até R$ 215, contrapondo a lógica da uma instituição pública. Além disso, o Projeto não está institucionalizado na Pró-Reitoria de Extensão (PR-5), onde poderia concorrer a bolsas de extensão (Pibex).

A assembléia dos estudantes foi realizada com o intuito de mobilizar a comunidade a pensar em propostas para o fim dos projetos pagos na Escola. A direção do CAEFD lembrou que grande parte do dinheiro arrecadado é utilizada na folha de pagamento de professores que orientam o projeto. Professores que, vale registrar, já recebem por 40 horas de trabalho. Já os alunos/monitores recebem R$ 4 por hora/aula: "Um monitor para ganhar um dinheiro razoável tem que se dedicar trinta horas por semana, o que prejudica seus estudos e, conseqüentemente, sua formação acadêmica! Assim, queremos o reconhecimento, por parte da reitoria, dos projetos, para que os professores não recebam mais do que suas quarenta horas, que muitos não cumprem!"– diz Marcelo Bernardo, membro do CAEFD.

Diretor justifica cobrança

No dia 4 de dezembro foi realizada uma reunião no Departamento de Corridas da EEFD, com a participação do diretor da escola, Prof. Waldyr Mendes Ramos, para se discutir, dentre outros assuntos, a situação do projeto Água Vida. "As taxas começaram a ser cobradas por falta de tudo: os alunos tinham que comprar pranchas, não havia raias para as piscinas! O grande problema é que os recursos que a Universidade recebe não são suficientes para a manutenção do ensino da graduação. Isto ocorre em todas as unidades, não é uma característica somente da Escola de Educação Física."

Embora admita que os projetos de extensão não devessem ser cobrados, o diretor da EEFD argumenta que deveriam ser criadas remunerações extras para os professores e funcionários que exercessem atividades desta mesma natureza: "Existem essas lacunas na Universidade; esses casos já legitimados [cursos pagos de pós-graduação] acabam por complementar os salários de professores e funcionários".

Comunidança é gratuito

É válido lembrar que há um ano, graças à mobilização dos estudantes através da ocupação do gabinete da direção, o projeto "Comunidança" – coordenado pelos professores Frank Wilson, Rozane Tardin e Katya Gualter - deixou de ser pago e se tornou um dos projetos de maior sucesso do curso de Dança, com cerca de 400 alunos. O projeto abrange aulas de forró, dança do ventre, sapateado, salsa & *zouk* e dança de rua, sendo destinado tanto para a comunidade interna quanto para a externa.

A reivindicação dos estudantes de Educação Física e Dança é apenas um sintoma de uma doença que aflige grande parte das universidades públicas do país: o corte de verbas. O sucateamento da educação pública, proveniente das intermitentes reduções de verbas, abre caminho para a gradual privatização das instituições públicas, que deveriam estar mais preocupadas com o ensino público, gratuito e de qualidade. "Somos contrários a qualquer tipo de cobrança de taxa nos projetos de extensão. A população já paga pelo direito da educação pública através dos impostos, que deveriam reverter em recursos para a manutenção da universidade pública", diz José Simões, presidente da Adufrj-SSind.

Para a seção sindical, os cursos pagos não resolverão os problemas salariais da categoria. "É justa a luta por melhores salários, porém usar o nome da universidade para ganhos adicionais é incorreto. Seu trabalho é uma prestação de serviço à população, sendo mais correto cobrar do governo e não da população", diz José Simões.

Diego Cotta

NO PROJETO ÁGUA VIDA, INSCRITOS PAGAM ATÉ R$ 215 POR SEMESTRE PARA PRATICAR ATIVIDADES MONITORADAS POR ESTUDANTES E COORDENADAS POR PROFESSORES DA UNIVERSIDADE

Seção sindical de Alagoas inicia campanha contra cursos pagos

No último dia 20/11, a seção sindical dos docentes da Federal de Alagoas (Adufal-SSind) lançou uma campanha contra as cobranças de mensalidades nas universidades públicas. A principal peça da campanha é a cartilha *"Cobrança de mensalidades na UFAL!- O que você precisa saber... e sempre teve receio de perguntar! – Saiba o que está por trás dos cursos que cobram mensalidades*". O objetivo é debater a mercantilização do ensino público e sua manifestação na reforma universitária. Os docentes da Adufal querem impedir a aprovação em 2007 dos novos cursos de especialização com cobrança de semestralidade.

A UFAL e a cobrança de mensalidades

No dia 5 de junho, o Conselho Universitário da Federal alagoana, com 28 votos a favor, sete contra (sendo um de representante da seção sindical) e duas abstenções, aprovou 25 novos cursos de pós-graduação *lato sensu*. O Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Arte (ICHCA) será a única Unidade que, neste período, vai oferecer apenas cursos gratuitos.

A cartilha da Adufal traz, ainda, informações sobre os cursos que cobram mensalidades e desvenda alguns mitos. O **Primeiro Mito** é o da idéia de que a cobrança de mensalidades é uma resposta dos professores ao "arrocho" salarial. Apenas cinco - dos mais de mil docentes da instituição, e entre os 98 envolvidos na cobrança de mensalidade - concentram quase um quarto do total das "bolsas acadêmicas".

O **Segundo Mito** é o de que as universidades necessitam das mensalidades por conta da falta de verba pública orçamentária, essa sim uma realidade. Dezesseis e meio por cento do montante arrecadado pelos cursos é enviado às Unidades Acadêmicas e à UFAL. O dobro desse valor, algo em torno de 35% é revertido para os professores, se colocado na ponta do lápis os somatórios de diárias, orientações, tutorias e monitorias, os valores recebidos pelos professores de 40% do arrecadamento das mensalidades, ou seja, 2,5 vezes do montante que retorna efetivamente à instituição.

Considerando que R$ 2,6 milhões são arrecadados com as mensalidades, R$ 920 mil são voltados as "bolsas acadêmicas" dos professores e apenas R$ 75 mil são enviados para investimentos como computadores e material permanente.

O **Terceiro Mito** é o que parte do pressuposto de que os cursos que cobram mensalidades atendem a uma demanda social e são mais baratos que os cursos privados. Se realmente há uma demanda, cobrando mensalidades, os cursos estariam impossibilitando àqueles que não podem pagar ao atendimento de uma demanda social existente.

Bernardo Felzenszwalb

Wagner Malolino

Intersindical

Nesta edição,Eduardo Serra e Igor Grabois falam sobre altenativas para a organização dos trabalhadores. A reunião aberta da Adufrj-SSind, em 29/11 contou com a participação de representante da Intersindical (foto).

Página 6

Almoço de confraternização

No dia 18 de dezembro, segunda-feira, a partir das 13h, na Churrascaria Estrela do Sul no NorteShopping (Av. D. Hélder Câmara, 5474 - Cachambi), os funcionários, a diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind estarão realizando sua confraternização de fim de ano. Convidamos todos os professores da UFRJ para participar conosco deste evento. O rodízio sai a R$ 30 por pessoa, com bebidas à parte.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 521 12 de dezembro de 2006

Orçamento

Mais um ano no "aperto"

Parte do crescimento no orçamento da UFRJ deve ser consumida pelo aumento de tarifas

A proposta orçamentária da UFRJ para 2007 deve entrar em pauta na próxima sessão do Conselho Universitário, marcada para 14 de dezembro. E, a despeito da propaganda governamental de valorização das instituições públicas, o ano que vem também será difícil para a maior instituição federal de ensino superior do país.

Ao longo do ano que vem, a União deve repassar aproximadamente R$ 89,5 milhões que, somados ao limite de receita própria (de R$ 15,3 milhões) imposto pela Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação (SPO-MEC), totalizam R$ 104,8 milhões para a UFRJ. Existe ainda a previsão de mais dois repasses: um, no meio do 2007, chamado de "ajuste do MEC" e outro, quase ao final do segundo semestre, através da já tradicional "emenda Andifes", que são estimados em R$ 10,4 milhões. O resultado final seria um orçamento na casa dos R$ 115,1 milhões.

O problema é que, segundo o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, apenas para dar conta dos gastos de responsabilidade da administração central, seriam necessários, pelo menos, R$ 160 milhões. Ou seja, sem novos investimentos e sem considerar as demandas específicas das unidades, centros e hospitais. "Sem expandir, nem coisa nenhuma. Para evitar déficit", confirma Levi.

É bem verdade que houve um aumento do valor absoluto de verbas para 2007 (de R$ 94,5 milhões neste ano para R$ 115,1 milhões), sendo R$ 3 milhões destinados especificamente para o desenvolvimento do Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé (Nupem/UFRJ) e R$ 178 mil para o Colégio de Aplicação. Mas boa parte desse crescimento deverá ser consumida pela elevação das tarifas dos serviços de energia elétrica, de limpeza e conservação, telecomunicações, manutenção e conservação de bens imóveis e vigilância ostensiva (cujos gastos são projetados para R$ 63 milhões). Além, é claro, do déficit produzido pela ausência de cobertura do governo.

De acordo com o pró-reitor, a UFRJ deve fechar o ano de 2006 com uma dívida de R$ 15 milhões. De 2005, a universidade ainda está pagando faturas de telefonia e energia elétrica. Mas a expectativa da PR-3 é liquidar ou diminuir essas dívidas até o fim deste ano com alguma última "rodada" de distribuição de recursos do MEC.

Continua na página 4

Opinião

A lenda do apagador de acontecimentos

Ricardo Kubrusly

Há muitos e muitos anos, antes que o tempo governasse os fatos, éramos em todo lugar e múltiplos. Coisas e bichos e gentes falavam uma só língua que todos entendiam e, sem pressa, vivíamos nossas diferenças no coletivo e na permanência una de todas as coisas.

Nessa época, por obra, talvez, de deuses distraídos, surgiram os primeiros apagadores de acontecimentos: seres determinados e ocupadíssimos, sempre pedalando enormes engrenagens invisíveis. Cabia a eles apagar acontecimentos, garantindo a ordem do contínuo e o progresso do eterno. A natureza, indiferente, movia seus relógios, mas ainda não havia o tempo. Urgência e ócio ainda eram uma só virtude que embaralhadas nos permitiam ser, irresponsavelmente em um cosmos sem destino.

Eles, os apagadores, eram importantíssimos e divertiam-se inventando novos modelos, novos mundos e verdades, que passariam a vigorar como leis. Foram eles que, ao apagarem certas lógicas desnecessárias, inventaram a matemática e seus espelhos falantes. Foram eles que separaram ócio e urgência que passaram , para certos bípedes implumes, a se alternar separadamente. Foi em um momento de ócio, é claro, que o homem, ainda macaco, ou quase, despregou-se do mundo para observá-lo; e diante dos imensos relógios do cosmos, inventou o tempo.

Agora, as mudanças viriam independente dos apagadores de acontecimentos. O Tempo trocaria os mundos continuamente. O homem, recém-criado, com sua consciência e sua consciência da morte e à morte eternamente vinculado, inventa religiões, injustiças e ciências. Instaura a nova lógica dos acontecimentos, separa-se do todo e abandona o coletivo, mas deixa rastros e cria memória. Surge a história, seus ensinamentos e conseqüências, que nos guiariam na busca de uma sociedade justa. Já não há mais lugar para os apagadores de acontecimentos que se refugiam em terras de todos os lugares distantes, entre as linhas e as palavras das notícias, nas redações, nas escolas, nos templos, nos governos. Não eram mais necessários mas, disfarçados, continuavam a operar.

Pedalando gigantescas engrenagens invisíveis, ainda exercem seus ofícios e modificam a história. Primeiro reescrevem os fatos, inventando versões contraditórias e incompatíveis e, com isso, instaurando paradoxos insolúveis, depois, em nome de uma faxina lógica e supostamente necessária, apagam as várias versões dos fatos, polvilhando de vazios os acontecimentos. A realidade, desintegrada, desiste, a história agoniza, as dialéticas turvam-se em esoterismos obsoletos; passado e futuro desprendem-se da vida e o tudo se torna um agora digitalizado em uma eternidade burra de um mundo sem contradições.

Vivemos esse hoje eterno e sem destinos, onde as histórias são esquecidas e não mais provocam debates ou reflexões, mas, estranhamente, não retornamos ao uno inicial de onde viemos. Vivemos a estática do nada, mas o tempo, embora esquecido, ainda produz histórias e contradições, e suas conseqüências resistem aos apagadores de acontecimentos. A história apagada deixa rastros. Há que examiná-los, pelos olhos esquecidos de outras lógicas, há que buscar nas cinzas dos livros os caminhos apagados, pois é lá, nos rastros da história, que ainda mora a esperança de uma sociedade consciente e justa.

*Diretor da Adufrj-SSind

Internacional

"Vivos nos levaram, vivos os queremos!"

Oaxaca agora luta para libertar seus presos

Familiares dos cidadãos presos injustamente pela polícia federal na repressão do último dia 25 de novembro em manifestação pela saída do governador Ulises Ruiz organizaram uma marcha para exigir a libertação de mais de 200 "presos políticos". Foi a primeira mobilização em que simpatizantes e integrantes da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), dirigentes dos partidos que integram a Frente Ampla Progressista (FAP) e os familiares dos presos, se unem.

Estima-se que pelo menos 80% dos 214 cidadãos presos na operação não têm nenhum tipo de vínculo com a APPO. O governador Ruiz admitiu que existem pessoas inocentes presas, porém não assumiu a responsabilidade pela repressão. Entre os presos, encontram-se simpatizantes do APPO, que em plenos direitos constituintes participavam da marcha, o caso dos professores e estudantes da Universidade Autônoma Benito Juarez de Oaxaca. Dezenas de presos são donas de casa e trabalhadores que estavam nas imediações do centro histórico da capital no momento da operação federal.

Prisões ilegais

Segundo os advogados dos cidadãos oaxaquenhos presos e defensores dos direitos humanos, os atos da polícia de Ruiz constituem prisão ilegal e põem em evidência as detenções arbitrárias e os processos jurídicos irregulares no México, tanto nas instâncias federais quanto nas estaduais. Diante a isso, a partir do dia 16, ativistas ligados aos direitos humanos estarão visitando o país para organizar uma ampla investigação sobre as denúncias de violação dos direitos humanos. A investigação deve começar no dia 7 de janeiro.

Golpe nos direitos humanos

Em entrevista para o site "La Jornada" (www.jornada.unam.mx), o vice-presidente da Federação Internacional dos Direitos Humanos, Juan Carlos Cappurro, afirma que a situação em Oaxaca é "muito preocupante", isso porque o governo mexicano está criminalizando direitos fundamentais admitidos, como a greve e o protesto social. Cappurro considerou que as denúncias sobre tortura, agressões, perseguições e detenções arbitrárias entre outras estão ligadas tanto às forças federais quanto às locais. "Isso põe em risco todos os tratados em matéria de direitos humanos que o México assinou e está obrigado a cumprir."

Nota da redação

Na matéria *Estudantes querem fim da cobrança em cursos de Extensão* (edição 520, 5/12/06), o diretor da Escola de Educação Física e Desportos, Waldyr Ramos não argumentou que "deveriam ser criadas remunerações extras para os professores e funcionários que exercessem atividades desta mesma natureza", tal como foi publicado. O esclarecimento do diretor foi encaminhado a esta redação que verificou a gravação da entrevista e, de fato, não encontrou tal afirmativa.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta, Jaciara Celestino e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Encerrada a 28º Jornada de Iniciação da UFRJ

No dia 30 de novembro, foi realizada a cerimônia de encerramento da 28ª Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural da UFRJ, no auditório Roxinho do CCMN. "A Jornada representa um reconhecimento da excelência dos trabalhos de iniciação científica, que, na verdade, é o primeiro passo para a formação de profissionais cada vez mais competentes", observou o pró-reitor de Pós-graduação, José Luiz Monteiro.

A cerimônia enfatizou a evolução da qualidade dos trabalhos acadêmicos, demonstrando o amadurecimento e aperfeiçoamento nos princípios da investigação científica, o que lhes confere uma formação muito mais sólida e eficaz. "Estou muito feliz com o prêmio. Além de dar oportunidade para os alunos produzirem conhecimento, a Jornada é uma possibilidade de a gente dialogar com as diferentes áreas do conhecimento", pontuou a aluna vencedora do CFCH, Suellen Ferreira Guariento.

O evento contou ainda com a presença de João Gravino (representando a decania do CCMN), Belkis Valdman (do CT) e dos decanos Marcelo Corrêa e Castro (CFCH) e Almir Fraga Valladares (CCS), além da representante da FUJB, Maria Helena Ibiapina. Os melhores trabalhos avaliados pela organização da Jornada receberam, cada, um prêmio no valor de R$ 1.000.

Diego Cotta

CONJUNTO VIOLÕES DA UFRJ FAZ APRESENTAÇÃO AO FINAL DA SOLENIDADE

Muitos participam sem bolsa

A Jornada contou com 2.813 trabalhos inscritos. Foram aceitos 2.743 trabalhos e 2.325 estudantes que os assinam contam com algum tipo de bolsa, a maioria de iniciação científica. Outros 1.359 estudantes que assinaram trabalhos na Jornada não recebem nenhum auxílio acadêmico.

Premiados da Jornada 2006

CCMN
Autor: **Barbara Vasconcellos da Silva**
Título: Quantificação e avaliação farmacológica do extrato metanólico da Centella asiática
Orientadoras: Andréa Sousa da Cunha e Claudia Moraes de Rezende

CLA
Autores: **Raquel Teixeira Ferreira de Lima; Bruno Ferraz de Melo; Maria Carolina Montano**
Título: Fotografia Alternativa - Goma Bicromatada
Orientadores: Carlos Alberto Murad e Marco Antonio Nogueira Cadena

CFCH
Autora: **Suellen Ferreira Guariento**
Título: Participação Associativa na Baixada Fluminense, Cultura e Política: Um estudo de caso do Fórum Reage Baixada.
Orientadora: Leilah Landim Assumpcao

CCJE
Autor: **Wilson Calmon Almeida dos Santos**
Título: Competição via Preços entre as Exportações Brasileiras e as de seus Concorrentes no Mercado dos Estados Unidos
Orientador: Jorge Chami Batista

CCS
Autor: **Leandro de Macedo Silva Reis**
Título: Ecologia Alimentar de *Philander Frenatus* e *Didelphis Aurita* em uma Paisagem Fragmentada no Sudeste do Brasil
Orientador: Fernando Antonio dos Santos Fernandez

CT
Autor: **Flavio Raposo de Almeida**
Título: Sistema de informações gráficas georeferenciadas para estudos de localização de plantas de biodiesel na porção centro-sul brasileira
Orientadores: Fernando Rodrigues Lima; Carlos Alberto Nunes Cosenza; Cesar das Neves

FCC
Autor: **André Pires Negrão**
Título: Depósitos conglomeráticos da Formação Ribeirão dos Quatis no setor norte da Bacia de Volta Redonda, municípios de Barra Mansa e Volta Redonda/RJ
Orientador: Renato Rodriguez Cabral Ramos

Diego Cotta

ALUNOS COMEMORAM RECONHECIMENTO

Resenha

Renda da classe média cai em 46%

O saldo da evolução da renda da classe média no primeiro mandato do governo Lula é amplamente negativo. Em termos tributários, é considerado de classe média quem ganha entre R$ 3.000 e R$ 10.000 (na prática, quem recebe até R$ 1.562 não paga IR). "Mais de 60% da carga de IR da pessoa física recai sobre a classe média. Outros 25%, sobre os mais ricos, e só 15% em quem está abaixo dessa faixa", diz Gilberto do Amaral, presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (Folha de S. Paulo, 11/12).

BID incentiva Parcerias Público-Privadas

Com o objetivo de promover o desenvolvimento das famigeradas Parcerias Público-privadas (PPP) – que, no ponto de vista do Andes-SN, representam um polpudo repasse de verbas públicas para o setor privado -, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), anunciou no dia 7/12 a contribuição de US$ 1 milhão ao Brasil. Esse Fundo de Desenvolvimento de PPP é uma iniciativa conjunta do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Corporação Financeira Internacional (IFC) e do BID e será supervisionada por um conselho de representantes das três organizações (Gazeta Mercantil, 8/12).

Contra a transposição do São Francisco

Depois de suspensa, em setembro de 2005, por força liminar do Supremo Tribunal Federal, voltam as discussões sobre a transposição do Rio São Francisco. Contrárias à transposição, entidades sociais acusam o Ministério da Integração de atropelar os compromissos firmados e prometem intensificar as discussões. Segundo o sociólogo membro da Comissão Pastoral da Terra e coordenador de articulação popular do comitê de defesa da Bacia do São Francisco, Rubens Siqueira, uma recém-anunciada licitação junto à declaração do presidente Lula, que citou a questão ambiental como um dos "entraves" ao desenvolvimento do país, mostram que o governo quer avançar de qualquer maneira com o projeto (www.vermelho.org.br, 8/12).

Democratizar a propriedade

Uma das reivindicações no primeiro dia do Fórum Social pela Integração dos Povos, que está sendo realizado em Cochabamba, na Bolívia, foi a democratização da propriedade da terra. O presidente da Associação Nacional pela Salvação Agropecuária da Colômbia e membro da Rede Colombiana de Ação Frente ao Livre Comércio propôs o desenvolvimento de um modelo que democratize a propriedade rural, independente dos capitais estrangeiros (www.adital.com.br, 7/12).

UFRJ

Continuação da capa

Distribuição interna

A reitoria apresentou um montante para divisão entre decanias, unidades e hospitais: R$ 16,2 milhões. Mas não há nada de investimento novo. O dinheiro servirá apenas para tentar pagar os materiais permanentes, itens de consumo, serviços terceirizados e obrigações tributárias. O que existe de novo na proposta da administração é uma tentativa de beneficiar as unidades que estiverem ampliando suas vagas de graduação ou mantiverem cursos noturnos.

Restaurante universitário

A presença de R$ 600 mil no orçamento para a rubrica "restaurante universitário" (agora previsto para funcionar em março de 2008) é explicada pela superintendente da PR-3, Almaisa Souza. Trata-se de uma precaução, no caso de a reitoria conseguir antecipar alguns prazos da obra e precisar comprar alguns itens de consumo. "Tanto é assim que o dinheiro está na coluna 'ajuste/emenda' da proposta orçamentária, pois só é recebido mais para o fim do ano", comentou Almaisa.

O pagamento dos projetos e obras do cronograma de construção do bandejão, segundo o pró-reitor Carlos Levi, não consta da proposta orçamentária, pois os repasses serão feitos do Banco do Brasil para a Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), que vai gerenciar os contratos. "A reitoria não fica com esse dinheiro (cerca de R$ 6,4 milhões)", apressou-se em esclarecer.

Fundo contábil das fundações

Também não consta do orçamento da UFRJ o fundo contábil formado por percentuais das verbas das fundações através da resolução nº 02/06 do Consuni. "Foi um cuidado que se teve de não se caracterizar esse fundo contábil como receita própria associada à conta única (da universidade)", disse Levi. Os planos de aplicação do fundo serão definidos em parte pelas Congregações (nas Unidades), em parte pelos Conselhos de Coordenação (nos Centros) e em parte pelo Consuni (na UFRJ em geral). "Mas a execução financeira será realizada pelas próprias fundações pertinentes", afirmou.

O "cuidado" a que se refere o pró-reitor tem ligação com mais um mecanismo perverso empregado por seguidos governos contra a autonomia universitária. As universidades são proibidas de utilizar o excedente ao teto de receita própria - embora não se deva identificar as universidades como geradoras de receita, o dinheiro "extra" deve ser encaminhado à União. Para evitar o "confisco", as reitorias repassam as verbas para o controle das fundações privadas.

Diárias e passagens a mais?

Estão previstos R$ 4 milhões para diárias, passagens e despesas com locomoção, mas o pró-reitor avisa para ninguém se animar com o valor total. "Nessa rubrica, estão incluídos os gastos com os ônibus de circulação interna no *campus* do Fundão, que consomem uns R$ 3 milhões", afirmou.

Kelvin Melo

REFORMA DO TELHADO DO CCMN EM 04/9/03

Kelvin Melo

INUNDAÇÃO NO INSTITUTO DE MATEMÁTICA EM 27/11/03

Orçamento da UFRJ para 2007
Proposta do governo (R$)

Total 115.113.280

- Capital e Custeio 89.432.341
- Receita própria 15.306.822
- Ajuste/Emenda 10.374.784

INCÊNDIO NO INSTITUTO DE QUÍMICA EM 20/8/04

Douglas Pereira

Douglas Pereira

ESTUDANTES DA EBA OCUPAM SALÃO DA REITORIA PARA PROTESTAR CONTRA OS PROBLEMAS ESTRUTURAIS DAS INSTALAÇÕES DA ESCOLA DE BELAS ARTES EM 16/5/05

Cooperação entre programas de pós-graduação

Uma novidade da proposta orçamentária é a inclusão de um projeto de cooperação acadêmica entre programas de pós-graduação da UFRJ, cujos detalhes ainda estão sendo preparados pela reitoria. Apresentado pela pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, o plano é estimular a aproximação entre cursos mais bem avaliados (conceitos 6 e 7 na Capes) e os de menor conceito (notas 3 e 4), para que estes possam se desenvolver ainda mais. Com previsão de dois anos, custará R$ 4 milhões, sendo R$ 1 milhão de contrapartida do orçamento da UFRJ e R$ 3 milhões por parte da Capes. Ou seja, para 2007, a universidade deve empenhar uma primeira parcela de R$ 500 mil. "Também faz parte do nosso esforço de apoiar as iniciativas que integrem os diversos segmentos da nossa universidade", comentou Carlos Levi.

Crítica à matriz da Andifes

A maior parte dos recursos previstos para a UFRJ é definida pela assim chamada "matriz orçamentária da Andifes" – um cálculo elaborado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, em conjunto com a SESu/MEC. Dos esperados R$ 115,1 milhões, a matriz separa praticamente R$ 67 milhões (58% do total) para a universidade.

Baseada principalmente em índices de desempenho, entre os quais o número de alunos é fator decisivo, a matriz da Andifes é criticada pela atual reitoria da UFRJ, ao não considerar de forma satisfatória suas muitas instituições hospitalares, laboratórios e conservação de prédios históricos. Mas em função desse mecanismo, o pró-reitor chega a apelar à comunidade acadêmica para que atualize a base de dados de produção no Sigma. "Para que não corramos o risco de prejuízo em distribuição de recursos", comentou. Essa solicitação reforça a lógica produtivista na universidade e os próprios docentes, técnicos e estudantes acabam sendo responsabilizados pela garantia de verbas mínimas para a manutenção da instituição. O que deveria ser uma obrigação do governo federal.

Apesar de insistentes solicitações, a reportagem da Adufrj-SSind não conseguiu ouvir o professor Rômulo Polari, reitor da Universidade Federal da Paraíba e presidente da Comissão de Orçamento e Financiamento da Andifes sobre a matriz. Junto à assessoria da entidade dos reitores, no entanto, alguns números foram obtidos: o valor total da proposta de orçamento do governo para as IFES em 2007 é de R$ 1,59 bilhão. Sendo que a matriz da Andifes distribui R$ 1,11 bilhão.

UFRJ

Movimentos repercutem orçamento insuficiente

Representantes não querem mudar a matriz da Andifes; querem mais verbas para Educação

O anúncio de mais um ano difícil para a UFRJ não ficou sem resposta de representantes dos movimentos organizados da comunidade acadêmica. O entendimento comum é que devem ser aumentados significativamente os recursos para a Educação. Para a maioria, também é certo de que a proposta de financiamento contida na reforma universitária do governo Lula não vai modificar o quadro atual.

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, vê o próximo ano com bastante preocupação: "O que está acontecendo na UFRJ, acontece nas demais. Depois, os reitores vão lá pressionar, conseguem uma suplementação orçamentária, mas ainda insuficiente. É um absurdo orçar as despesas de uma universidade sabendo que a verba não vai dar conta", afirmou. O dirigente sindical alerta que nem os R$ 115 milhões previstos para a UFRJ estão garantidos: "O orçamento é autorizativo, não é obrigatório. Outro ponto que nos preocupa é a expansão, que demanda recursos crescentes. Você me informa que há uma expansão da UFRJ para Macaé (Nupem). E quando chegar em 2008?", disse, preocupado com o dinheiro para sustentar a expansão universitária.

O presidente do Sindicato Nacional não acredita que a comunidade acadêmica deva brigar por mudanças na matriz orçamentária da Andifes, que distribui a maior parte dos recursos das IFES. "O que precisa é aumentar os recursos totais. Mexer na matriz mantendo os recursos estagnados só vai provocar a reclamação de outra universidade. Será a briga para dividir a miséria", criticou. Ainda sobre a matriz, Paulo Rizzo observou que a distribuição de recursos baseada na "produtividade acadêmica" leva a divisões não só entre instituições, como internas a elas. E ele ressalta que a "produtividade" não é sinônimo de qualidade.

Para os que pensam que a proposta de financiamento das IFES contida na reforma universitária do governo Lula pode ser uma salvação, o dirigente sindical avisa logo: "O montante de orçamento atual já é superior ao que seria aplicado pela reforma", comentou. Paulo Rizzo também criticou a falta de autonomia das federais para administrar suas verbas e que remetem recursos para gerenciamento das fundações.

APG relaciona crise com política econômica

Gustavo Ribeiro, da Associação de Pós-graduandos da UFRJ, criticou o "drama" do orçamento que se repete a cada ano. "Mas isso é fruto da política econômica. Educação não está sendo priorizada, mas o pagamento de juros da dívida... Até a falta de bandejão é resultado disso", criticou.

Kelvin Melo

JOSÉ SIMÕES

"Nós temos de parar de reconhecer ou lamentar a falta de verbas e passar a brigar por mais dinheiro para a Educação. E, claro, isso não se consegue apenas com o empenho da reitoria ou com o apoio de toda a comunidade acadêmica, mas com a sociedade toda", analisou.

Gustavo também considerou limitada a disputa por mais verbas dentro da matriz da Andifes. "Num primeiro momento, isto pode até ser discutido, mas a necessidade maior é pela ampliação do orçamento global. Senão, ficaremos sempre limitados. A matriz coloca uma universidade contra a outra", disse. O pós-graduando também é contrário ao repasse de recursos vinculado aos índices de desempenho: "Fica um impasse. Como aumentar a 'produtividade', se não há recursos? A discussão não é por aí", afirmou.

A reforma universitária do governo Lula é criticada pelo estudante: "Em alguns casos, até o orçamento atual é maior do que o proposto na reforma. Não existe nenhum avanço na questão do financiamento", completou.

Quem também concorda com a política de mais investimentos para Educação é o estudante Gabriel Rodrigues, do Centro Acadêmico da Educação Física e Dança, que se opõe ao atual DCE. Para ele, o orçamento insuficiente da UFRJ é mais um reflexo da política econômica do governo Lula que segue o receituário neoliberal, aprofundando as reformas do Estado e se desresponsabilizando de deveres com a Educação, Saúde e Segurança públicas, entre outros direitos da população.

É nesse contexto, segundo o estudante, que o governo estimula as universidades a se abrirem para o mercado em busca de recursos. "Na própria UFRJ, vemos a discrepância entre as instalações da Coppe e áreas que não têm pesquisa ligada a empresas", comentou. Gabriel observou, ainda, que a universidade é obrigada a fazer uma espécie de "rodízio de calotes", enquanto a política de bolsas congelou e não existe bandejão. "Alojamento atende apenas a 500 estudantes e as pessoas ficam disputando entre si as migalhas dos editais", afirmou.

Gabriel também não vê a disputa por melhores critérios na matriz da Andifes como um objetivo da comunidade acadêmica. "Essa é a perversidade do modelo. A luta dessas universidades deveria ser com a União, para conseguir recursos e garantir esse direito à Educação, que é público", comentou. Ele lembrou que a Conlute (Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes) aprovou como campanha nacional a luta por mais verbas públicas para a Educação Pública. "Até para evitar que o dinheiro vá para programas como o Prouni", enfatizou.

Reforma do governo legitima sucateamento das IFES

Para Gabriel, a reforma universitária do governo só servirá para legitimar e aprofundar a política de sucateamento das instituições públicas. E ele receia que o projeto sofra modificações ainda piores no Congresso Nacional, influenciado pelo poder dos empresários do setor privado de educação superior.

Integrante do DCE, Miriam Starosky também defende como princípio o aumento de verbas para educação. "A verba para a UFRJ aumentou no governo Lula. Mas ainda é insuficiente", disse. A representante discente afirma que a diretoria do atual DCE assumiu quando o debate sobre o orçamento interno já estava sendo finalizado nas unidades e não houve condições de interferir de alguma forma no processo, o que só deve acontecer para o próximo ano. "Queremos chamar os estudantes para participar da construção do orçamento participativo de 2008 para verificar onde o dinheiro está sendo empregado, onde é importante investir. Mostrar qual universidade queremos construir", resumiu. E, para aproveitar essa fase, espera que o DCE consiga mobilizar os demais alunos na luta por mais verbas para Educação.

Samuel Tosta

PAULO RIZZO

A estudante não quis se pronunciar sobre a proposta de financiamento contida na reforma universitária do governo Lula. "No próximo ano, o DCE vai realizar uma série de debates com os estudantes sobre a reforma", disse.

Adufrj-SSind quer pronunciamento crítico do Consuni

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, considera inaceitável o pequeno aumento de verbas absolutas para a UFRJ, enquanto a arrecadação cresce. "Por que os investimentos em Educação não acompanham o ritmo da arrecadação federal?", questionou.

José Simões também não enxerga nenhuma esperança em modificar a matriz orçamentária da Andifes. "Não vamos nos preocupar em corrigir distorções, mas em olhar o quadro mais geral, que está muito crítico. Com a reforma universitária do governo Lula, a crise vai continuar", disse. Segundo Simões, é essa asfixia no financiamento que vem provocando a política do "cada-um-por-si" nas unidades, que passam a cobrar taxas em cursos de extensão, por exemplo.

O presidente da Adufrj-SSind também entende que o Conselho Universitário da UFRJ deveria se pronunciar contra essa crise orçamentária que afeta a maior instituição federal de ensino superior do país. "Caberia à universidade ser a primeira a levantar a voz. Dizer que assim não podemos continuar", comentou.

E o manifesto dos reitores?

A análise dos assustadores números do orçamento da UFRJ também não pode passar em branco pelo conteúdo do manifesto dos reitores, com elogios à política educacional do atual governo. Lançado às vésperas da eleição presidencial, com a assinatura de Aloisio Teixeira, o documento tem escrito, logo no seu primeiro parágrafo: "Posicionamo-nos para que não se interrompa a trajetória recente de investimentos na expansão e qualificação de nossas Universidades públicas, patrimônio nacional". Mais adiante: "Os avanços são inegáveis: recuperação orçamentária em 68%; expansão com a criação de dez novas Universidades e 48 *campi* em todas as regiões do país, fora das capitais; criação da Universidade Aberta do Brasil, que em breve proporcionará 60 mil novas vagas gratuitas no sistema público federal; liberação de recursos para novos investimentos, como laboratórios, bibliotecas e salas de aula (...)".

Como é que pode a realidade ser tão diferente?

Opinião

Intersindical - uma alternativa para a organização da classe trabalhadora brasileira.

Eduardo Gonçalves Serra*
Igor Grabois**

Wagner Maiolino

PROFESSORES IGOR E EDUARDO PARTICIPAM DA REUNIÃO ABERTA DO CONSELHO DA ADUFRJ-SSIND NO ÚLTIMO DIA 29

> “A Intersindical se constrói a partir de entidades sindicais e representações de bases, e não se confunde com entidades ou movimentos de outra natureza”

É cada vez mais premente a necessidade de elevar-se o patamar de organização dos trabalhadores brasileiros para que se possa enfrentar as adversidades que, em ondas sucessivas e superpostas, são-lhes impostas, enfraquecendo-os no embate contra o capital. Como pano de fundo, dois elementos que se superpõem: 1) o novo modo de acumulação do capitalismo, hoje globalizado, que, com a introdução crescente de inovações tecnológicas na produção, aumenta em ritmo intenso a capacidade produtiva e emprega cada vez menos pessoas, reduzindo, assim, simultaneamente, os mercados consumidores e a geração de renda; e 2) na esfera política /cultural, a hegemonia do ideário neoliberal, vigente no plano mundial a partir do fim dos anos 80, e ainda presente em muitos países.

Os resultados desta superposição, como o desemprego, a precarização das relações de trabalho, a retirada de direitos e garantias da classe trabalhadora, a implementação de políticas econômicas voltadas para a promoção do livre fluxo e das melhores condições para a reprodução dos capitais, a privatização de empresas públicas, a exposição dos mercado internos – mais vulneráveis no caso dos países em desenvolvimento – às importações de produtos manufaturados e serviços, e a entrega de riquezas naturais ao capital privado foram sentidos em toda parte, tendo sido a tônica, no Brasil, dos governos Collor e Fernando Henrique e também no primeiro mandato de Lula.

Neste quadro, dada a predominância do capital no confronto com o trabalho, desaparece a possibilidade de construírem-se arranjos sociais-democratas, ao estilo dos Estados de Bem-Estar Social europeus, onde foi possível, em certa medida, a universalização das garantias sociais pela renúncia de parte dos lucros pelos empresariado para sua redistribuição pelo Estado.

Esta falência da Social-democracia, no Brasil, estendeu-se à Central Única dos trabalhadores - a CUT - que, desde meados dos anos 90, passou a atuar na linha do *sindicato cidadão* (com ações de pequeno porte, pulverizadas, e iniciativas no campo da caridade), adequando-se à lógica do mercado, abrindo mão da luta de classes, servindo de correia de transmissão do governo. Com diferenças entre si, as várias outras centrais sindicais brasileiras - 9 no total - não diferem deste padrão, sendo agentes negociadores dos interesses de suas bases sob a égide da economia capitalista e do contingenciamento neoliberal.

O enfrentamento deste quadro exige a formação de frentes amplas, formadas por partidos políticos, movimentos e organizações sociais de diversas naturezas. Este é um processo difícil e complexo, que vem sendo experimentados em países da América Latina e de outros continentes, em lutas eleitorais e confrontos diretos, visando a superação do neoliberalismo, a conquista de melhores condições de vida para a maioria da população e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Em meio a esta frente, faz necessária a presença de uma organização sindical que represente o conjunto ou uma parte significativa dos trabalhadores. Esta caracterização é importante, dada a natureza das entidades sindicais que, de caráter corporativo, podem não apenas empreender as lutas específicas de seus representados mas também transcender este papel, difundindo idéias e propostas para o conjunto da classe trabalhadora voltadas para a luta política geral e para a superação do capitalismo.

É nesse âmbito que surge a proposta da Intersindical, uma articulação horizontal de sindicatos que, rompendo com a lógica do sindicato cidadão e com o entreguismo da CUT, propõe-se a iniciar a construção de um instrumento de organização sindical de caráter classista - propondo-se a representar a classe trabalhadora no conflito contra o capital - socialista - apontando claramente para a necessidade de superar-se o capitalismo - e democrática (sem a presença do hegemonismo ou do dirigismo por parte de forças políticas). A Intersindical se constrói a partir de entidades sindicais e representações de bases, e não se confunde com entidades ou movimentos de outra natureza.

A Intersindical nasceu logo após o último Congresso da CUT, em junho deste ano, onde se consolidou a tendência desta central ser uma correia de transmissão do governo. Participaram deste 1º Encontro sindicatos importantes, como o Sindicato dos Químicos de Campinas, Metalúrgicos de Santos, Metalúrgicos de Campinas, Sapateiros de Franca, diversas oposições sindicais e mais de 200 sindicalistas.

A Intersindical realizou seu 2º Encontro Nacional nos dias 2 e 3 de dezembro de 2006, em São Paulo, na sede do Sindicato dos Previdenciários. Participaram do Encontro mais de trezentos sindicalistas, representando cerca de 70 sindicatos, de doze estados. Foram realizados debates de conjuntura nacional, plano de lutas, concepção sindical e organização da Intersindical. O Encontro aprovou uma Resolução que conclama todos os setores em luta contra o neoliberalismo para um Encontro Sindical e Popular de Luta contra as Reformas para o início de 2007, com o objetivo de lançar ações de luta unitária contra a ofensiva do governo Lula contra os trabalhadores. Pretende-se que participem deste encontro as entidades abrigadas no Conlutas, os sindicatos da Intersindical e os movimentos sociais, como o MST, movimento estudantil e outras.

O 2º Encontro Nacional definiu como tarefa principal da Intersindical a campanha “Nenhum direito a menos, avançar nas conquistas”, que visa mobilizar os trabalhadores e o povo em geral na luta contra as reformas do governo Lula, que pretendem liquidar conquistas históricas e destruir a organização dos trabalhadores.

Os desafios dos trabalhadores brasileiros para o próximo período são grandes. Cabe a todos aqueles que não cederam à cooptação e ao imobilismo se engajarem na construção de alternativas para a organização dos trabalhadores, e lançar ações de envergadura para não apenas barrar as contra-reformas sindical, trabalhista, universitária e previdenciária, que estão no horizonte político do país, como também retomar a história de vitórias e conquistas da classe trabalhadora no rumo da superação do capitalismo.

*Professor da UFRJ
*Professor da FAZP/SP

Colegiados

Contratação de substitutos continua alta

Sem concurso, departamentos têm que precarizar trabalho docente

Para o ano de 2007, as Unidades da UFRJ solicitaram 655 vagas para professores substitutos, mas o Conselho de Ensino de Graduação (CEG), em reunião realizada no último dia 6, só pôde atender a 530 solicitações. Esse resultado revela a deficiência de professores do quadro permanente de algumas unidades. A distribuição dessas vagas pelo colegiado é uma estratégia paliativa e a situação se agrava em função do número de aposentadorias e da falta de concursos para o quadro.

A avaliação sobre as solicitações de renovação de contrato dos substitutos e as vagas concedidas foi feita a partir da observação da carga docente semanal média elevada (superior a dez horas) e das atribuições dos professores substitutos planejadas para 2007. Também foram avaliadas as vagas para concurso de docentes do quadro permanente recebidas pelo Departamento/Unidade no biênio 2005-2006, além das aposentadorias e afastamentos previstos para 2007.

O prazo de entrega dos recursos feitos pelos Departamentos/Unidades referentes à recusa de renovação de contratos de professores substitutos é até o dia 15 de dezembro. Os recursos deverão ser encaminhados à PR-1. Esses pedidos devem estar corretamente instruídos para que possam ser examinados pela Câmara de Corpo Docente do CEG a tempo de serem avaliados pelo plenário do colegiado na última sessão do ano, no próximo dia 20. A partir daí, os pedidos são encaminhados à Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) para a contratação.

Por outro lado, os recursos ao indeferimento de vagas poderão ser enviados no mês de janeiro de 2007 para que sejam examinados pela Câmara e submetidos à plenária do CEG no início de fevereiro.

Na análise da planilha de concessão, verifica-se que há Unidades na UFRJ, como a Escola de Belas Artes (EBA), a Faculdade de Letras e o Colégio de Aplicação (CAp), com grandes volumes de solicitações e concessões. Isso demonstra a deficiência do quadro docente dessas unidades. A EBA solicitou 69 vagas (conseguiu 63) e o CAp pediu 48 (obteve todas as vagas). Já a Faculdade de Letras solicitou 73 vagas com a aprovação de 61 delas.

Diretor da Letras critica falta de concursos

A carência de professores na universidade foi criticada pelo diretor da Faculdade de Letras, Ronaldo Lima Lins: "A falta de professores é um problema sério; temos um grande volume de docentes que estão se aposentando e essas vagas não são repostas, gerando um grande *déficit* no quadro docente não só de Letras, mas também de outras unidades da UFRJ", observou.

UFRJ	2006				2007							
	Concedidas				Solicitadas				Concedidas			
Centros	Prorrogad 20h	Novas 20h	Novas 40h	Novas 20h semestral	Prorrogad 20h	Novas 20h	Novas 20h semestral	Novas 40h	Prorrogad 20h	Novas 20h anual	Novas 20h semestral	Novas 40h
CCMN	8	20	0	0	19	28	0	0	15	11	1	0
CLA	55	165	0	1	158	76	0	0	151	53	0	0
CFCH	36	63	10	0	73	49	0	10	68	40	0	10
CCJE	21	24	0	1	28	8	0	0	26	4	0	0
CCS	25	75	0	2	70	53	0	0	67	23	1	0
CT	6	13	0	0	13	22	0	0	7	5	0	0
CAp	11	32	0	4	29	14	5	0	29	14	5	0
UFRJ Subtotal	162	392	10	8	390	250	5	10	363	150	7	10
UFRJ – Total	572				655				530			

Anote

VI Mostra de Teatro da UFRJ

O Curso de Direção Teatral da Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ apresenta sua VI Mostra de Teatro. Todos os espetáculos são realizados em parceria com alunos dos Cursos de Indumentária e Cenografia da Escola de Belas Artes/UFRJ e estudantes de Jornalismo, Produção Editorial e Radialismo da ECO. Foram mais de dez peças teatrais ao longo do mês de novembro e início de dezembro. Do dia 12 ao dia 17 de dezembro ainda serão apresentadas "Os Sapatinhos Vermelhos" e "Crônica de uma Morte Anunciada". Entrada Franca.

UFRJ lança livros para graduação

A Editora da UFRJ lança nesta terça-feira (12/12) "Série Didáticos" – livros que reunirão obras de professores da UFRJ e que serão voltados para o público acadêmico em geral. Além do Apoio da Pró-reitoria de Graduação (PR1), a série faz parte do Programa de Apoio à Publicação de Livros Didáticos, lançado pela Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) em 2005, que tem como intuito o amparo e o incentivo à editoração e publicação de livros para cursos de graduação. O lançamento será às 18h, no Salão Dourado do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Entrada franca.

Encontro de Corais na UFRJ

O Coral do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da UFRJ, formado por funcionários, professores e alunos, receberá os corais "Madrigal da Ilha do Governador" e "Matinal da Igreja Presbiteriana de Copacabana" para edição de Natal. O encontro de corais acontecerá na quarta-feira (13/12), às 18h30, no Salão Dourado do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Entrada franca.

Andes-SN

Andes-SN rumo ao fortalecimento da categoria

O 26º Congresso do Andes-SN acontecerá entre 27 de fevereiro e 04 de março de 2007 em Campina Grande (PB), com o tema Reconstruindo a unidade dos trabalhadores para enfrentar as velhas reformas do novo governo. *O evento será sediado pela Seção Sindical dos docentes da Federal de Campina Grande (ADUFCG) e deverá reunir mais de 350 delegados. Paulo Rizzo, Presidente do Andes-SN, afirma que a maior expectativa do sindicato é que o congresso seja bem preparado nas bases do movimento docente e que os delegados levem ao congresso posições amadurecidas e enraizadas sobre os temas que estarão em pauta.*
Rizzo enumera como prioridades para o próximo ano o enfrentamento ao processo de mercantilização da educação, à política de cortes já anunciada pelo governo, às reformas da previdência, sindical e trabalhista e a campanha salarial da categoria. O Presidente do Andes-SN fala sobre esses e outros pontos da agenda do sindicato na entrevista abaixo.

Quais são as expectativas da diretoria do Andes-SN em relação ao 26º Congresso?

O 26º Congresso está convocado e temos três meses para prepará-lo. A nossa maior expectativa é que ele seja bem preparado nas bases do movimento docente e que os delegados levem ao congresso posições amadurecidas e enraizadas sobre os temas que estarão em pauta. Teremos que deliberar sobre um novo plano de lutas que arme o sindicato para enfrentar em patamar mais elevado o processo de mercantilização da educação, a já anunciada política de cortes por parte do governo, a possível terceira reforma da previdência, as reformas sindical e trabalhista, a campanha salarial e o conjunto das reivindicações da categoria. Todas as propostas que se anunciam para as políticas do novo governo apontam para a retirada de direitos dos trabalhadores e, portanto, 2007 promete ser um ano de muitas lutas. Teremos que fortalecer o sindicato e os processos de reorganização da classe trabalhadora, e aí assume destaque o tema da relação com a Conlutas, pois a decisão sobre a filiação a esta entidade está pautada no 26º Congresso.

> **“Teremos que fortalecer o sindicato e os processos de reorganização da classe trabalhadora, e aí assume destaque o tema da relação com a Conlutas”**

Quais serão os principais desafios da luta contra as reformas que o governo Lula deve retomar no segundo mandato?

O maior desafio será o de termos a capacidade de promovermos um enfrentamento articulado, pois há uma unidade nas reformas neoliberais apesar delas, pelo menos até o momento, terem sido implantadas por uma infinidade de medidas. Isto deve ser a principal preocupação na definição do plano de lutas. O sindicato perderá sua força se ficar respondendo isoladamente a cada item do plano de lutas ou a cada anúncio de nova medida que o governo pretende implantar. O principal das reformas é a retirada de direitos dos trabalhadores e, portanto, a unidade do plano de lutas será a defesa dos direitos dos professores, da juventude e dos trabalhadores.

Como o Andes-SN pretende encaminhar as ações políticas contra as reformas, principalmente a universitária (PL 7200) e a sindical?

O PL 7200 deve ser retirado do Congresso Nacional, pois sua tramitação só beneficiará o setor privado e, para isso, já estamos em luta nos articulando com um bom número de entidades e precisamos aglutinar forças em um grande movimento nacional em defesa do direito de todos os brasileiros à educação pública em todos os níveis. Organizações como o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública devem ser rearticuladas em todo o país para potencializar a luta em defesa da esfera pública, pois o embate principal na educação será entre o público e o privado. A reforma sindical, que o governo não conseguiu fazer no primeiro mandato, tem por objetivo possibilitar a reforma trabalhista sem resistências. Elas se combinam nas exigências do Capital que, em nome do incremento de competitividade das empresas brasileiras, precisa da flexibilização dos direitos dos trabalhadores e da redução de sua capacidade organizativa. Também, neste caso, precisaremos estar ombro a ombro com outras organizações da classe.

Arquivo

> **“O debate sobre isso vai muito mais além da deliberação sobre filiar ou não o sindicato à Conlutas”**

> **“Trata-se de assumirmos integralmente o papel político que o Andes-SN pode ter no caminho da reorganização dos trabalhadores”**

Como o Andes-SN tratará a reorganização dos trabalhadores?

Bem, este é um assunto que já estamos tratando há bastante tempo. O Andes-SN é uma das organizações que não cedeu aos encantos da cooptação que teve lugar no primeiro mandato de Lula. A desfiliação da CUT, decidida pelo 24º Congresso, em março de 2004, deveu-se principalmente ao fato de a CUT ter se transformado em peça de sustentação do governo e agente das reformas da previdência e sindical. Ao longo dos últimos anos, nosso sindicato tem atuado na linha de conclamar todas as organizações sindicais e dos movimentos sociais a romperem com o governo e a reconstruírem a unidade dos trabalhadores no terreno da autonomia e da independência. Participamos da construção da Conlutas e de todos os fóruns de luta que buscam trilhar este caminho.

Para a maioria dos trabalhadores, como bem demonstram os servidores públicos federais, o caminho da cooptação foi um verdadeiro desencanto, pois foi este o instrumento utilizado pelo governo para promover divisões na classe e impor derrotas e perdas de direitos. A recusa à cooptação é crescente em todos os segmentos da classe e isso nos anima, ainda que as tarefas na direção da reorganização da classe sejam grandiosas. O debate sobre isso vai muito mais além da deliberação sobre filiar ou não o sindicato à Conlutas. Trata-se de assumirmos integralmente o papel político que o Andes-SN pode ter no caminho da reorganização dos trabalhadores.

Fonte: Informa Online Nº2

Fim de ano com boas novas para os aposentados

Os professores aposentados da UFRJ têm um bom motivo para comemorar neste final de ano. Na última quarta-feira (13/12), o Tribunal Regional Federal posicionou-se favoravelmente a dois recursos feitos pela Adufrj-SSind para garantir o pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) integral para esses docentes.

Em julho e agosto do ano passado, a administração da universidade chegou a pagar o valor dos 140 pontos da gratificação para todos os aposentados. A reitoria, no entanto, recorreu da sentença e conseguiu naquele momento suspender o pagamento até a decisão final do Supremo sobre a matéria.

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind respondeu ao recurso da administração e entrou com um agravo de instrumento para restabelecer o pagamento e com uma outra liminar para garantir o pagamento da GED integral para os aposentados independente da sua avaliação no momento da aposentadoria.

Com a decisão do último dia 13, os dois recursos da Adufrj-SSind foram aceitos e agora a universidade deverá restabelecer o pagamento dos 100% da GED para os aposentados antes do final do processo.

Boa notícia também para os aposentados do CAp

Os professores aposentados do Colégio de Aplicação que progrediram para a nova Classe Especial já contam nos contracheques de dezembro com o pagamento dos atrasados referentes à progressão.

Abono 2006 não foi aceito

A assessoria jurídica informa, ainda, que a seção sindical perdeu a liminar que reivindicava a garantia da transformação de 1/3 das férias dos docentes (referentes a 2006) em abono pecuniário. As advogadas recomendam que os professores não aguardem a sentença final e usufruam, então, dos 45 dias de férias a que têm direito.

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 522 20 de dezembro de 2006

Opinião

Mais um Natal

Ricardo Kubrusly*

A Campainha toca. Escondo-me atrás dos meus pensamentos mais invisíveis pois sei que, quando o ano se acaba, as campainhas tocam: e são carteiros, light, esgoto, guardadores, mecânicos, bombeiros, vizinhos, lixeiros, deputados, malabaristas de esquina e filósofos de bares e vendedores, telemares, vigilantes, professores, aposentados, ativos, alunos, alpinistas, guardas e guardas e bandidos e cristo reencarnado e as lojas Bahia e os 200 canais das tvs e o camelódromo e os garçons, os piratas, as doidivanas, todas as formas de demo e bush e blair e o polvo que nos atormenta e o povo atormentado, loucos e loucas voando pelos edifícios, rolando pelos precipícios se enfileiram à minha porta e pressionam o botão que toca e toca e eu escondido, segurando os meus bolsos, inutilmente. Lá se vão o décimo terceiro, no aumento dos despudorados, a poupança para os bolsos dos banqueiros, a cachaça para um fígado estragado e ranzinza, os presentes para o passado ou quiçá futuro, onde o presente se estica, se esgarça e se despede em mais um Natal desengonçado.

Cabe aos dezembros alguma alegria, talvez uma reflexão ou um poema, por que não um poema, para fechar um ano hipócrita, versos levianos e frases tolas: mudei o Natal ou mudei eu? Ora, Machado que me perdoe, de dentro de sua dignidade, mas neste ano, entre achados e perdidos, as vitórias foram as derrotas que nos acompanharam. Não há mesmo o que falar, do futebol político burocrático em que nós nos metemos durante esse mil novecentos e dois mil e seis. E aos sorridentes, que viram diferenças entre os mesmos cinzas e as mesmas cinzas que nós nos colorimos e mergulhamos, eles, sorridentes, que se cuidem, pois ainda terão seus dentes arrancados.

De bom, a morte, a do general chileno, e uma inveja desengonçada de sermos e não sermos parte de uma América Latina que lentamente se reorienta em busca de um mundo melhor. De ruim, de muito ruim mesmo, a vida, não a nossa, é claro, mas a irresponsável vida, a infeliz presença viva de nossos governantes que só nos surpreendem pela desfaçatez com que riem dos nossos destinos.

Enquanto, por aqui, reavive-se o já cansado lacerdismo inglês, que faz da esperança um incômodo juvenil ao bom andamento do mercado, vivemos por outras bandas de nossa latina e pobre América o surgimento de homens e idéias que, os daqui, se apressam em falar mal e em condenar e em chamar de retrógrados e antiquados e obsoletos e pueris e em ridicularizar, pois eles, esses homens que insistem em viver num passado onde esperança e revolução não eram, e não são, apenas brinquedos de crianças, não vêem, e insistem em não ver, a propalada inexorabilidade dos processos da modernidade onde o mercado e seus humores falam enquanto o trabalhador se cala.

Enquanto Morales e Chávez e os novos ventos latino-americanos se inspiram em Fidel, nosso (?) Lula da Silva se candidata ferozmente à vaga deixada pelo general chileno. E nós, o que fazermos com isso? Bem, é melhor incorporarmo-nos no espírito natalino e passar de uma vez ao poema prometido.

*Diretor da Adufrj-SSind

Natal sem fome de revolução

*Ricardo Kubrusly**

Os sonhos que esperem pois a comida é pouca
e a comida que nos alimenta além de ter sal e pimenta
há de conter entre tomates a revolta
entre os não perecíveis um sonho revolucionário

Queremos uma cesta justa
com arroz feijão e porrada
a cesta de um natal sem religiões
onde a ilusão de um dezembro feliz se cale
e o velho Noel em silêncio assista às árvores tombarem
e que o ano atravesse
com pressa
um carnaval de espantos
onde o grito fale e fale mais alto que o baque do surdo
onde as ruas se enfeitem
com trabalhadores enfeitados
em roupas de guerra
explodindo a cidade e suas farsas
onde as notícias se espalhem por entre as favelas
desligando as TVs em um natal sem hipocrisias
e num carnaval sem medo
uma cesta justa não é muito para um país sem delicadezas

Uma cesta justa
onde as crianças estudem e os adultos trabalhem
onde re-encantados de esperanças
nossos professores se misturem aos estudantes
e ouçam destes suas visões sem vícios
as direções de um novo
caminho e suas possibilidades

Basta de problemas sem soluções
uma cesta justa
com poemas e tarefas e sonhos
sem demagogias sem promessas otárias
uma cesta sem fadas ou frutas cristalizadas
com rapadura e granadas

Afinal
de castanhas podres
já nos fartamos há anos

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta, Jaciara Celestino e Wagner Maiolino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Mais de 200 ameaçados de demissão na Unicamp

Situação revela mais um efeito negativo da presença das fundações nas universidades

João Teles/STU

COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO, FORMADA PELOS FUNCIONÁRIOS, DIRETORES DO SINDICATO, DOCENTES E ESTUDANTES, COM O REITOR, EM 4 DE DEZEMBRO

A disseminação das fundações privadas no interior das universidades provoca uma série de prejuízos ao ensino superior público, conforme denuncia o movimento docente há muito tempo. Mas, com o passar dos anos, o crescimento destes "organismos" também torna difícil qualquer tentativa de cortar sua influência. Na Unicamp, por exemplo, 250 funcionários contratados irregularmente por uma fundação local estão ameaçados de demissão pela reitoria, sem o recebimento de direitos trabalhistas. O estreito vínculo entre a universidade e a fundação provoca a delicada situação em que o conserto da irregularidade pode se transformar em crise para 250 trabalhadores e suas famílias.

O sindicato dos técnico-administrativos locais (STU) que foi à Justiça, ainda na década de 90, para acabar com o avanço dessa terceirização, é contra a extinção dos mais de 200 postos de trabalho. Segundo o coordenador geral do STU, João Raimundo Mendonça de Souza, o sindicato propõe a realização de concursos públicos para o preenchimento das vagas. Caso os atuais funcionários não sejam classificados, eles devem receber todos os direitos trabalhistas. A reitoria alega que não pagará as verbas rescisórias com base na teoria de nulidade dos irregulares contratos da Funcamp.

Estudantes reivindicam contratação imediata

Já para o movimento estudantil da Unicamp, a reivindicação é para que os atuais funcionários da Funcamp sejam contratados como servidores públicos da instituição, de forma incondicional e imediata. "Já são trabalhadores e deram prova de seu trabalho nestes últimos 15, 20 anos. Concurso público significará demissões. Mas não queremos simplesmente mantê-los como funcionários da Funcamp, precarizados e terceirizados, legitimando assim a fundação privada, como deseja a reitoria", diz o trecho de um manifesto que percorre a internet. "A reitoria foi a responsável pelas irregularidades, contratando sem a realização de concurso público, via fundação privada, e agora quer jogar a culpa nas costas dos trabalhadores", completa outro trecho.

Ex-integrante do Centro Acadêmico de Ciências Humanas e agora aluno do mestrado em Sociologia, Ricardo Festi continua acompanhando o problema da Funcamp. Para ele, um ponto decisivo para a luta dos trabalhadores dentro das universidades. "A terceirização fragmenta a classe trabalhadora. Há várias fundações e os contratados não se organizam. Além disso, a Unicamp é uma das instituições com maior índice de terceirização", observou. Ele discorda de argumentações jurídicas de que não seria possível a contratação imediata dos trabalhadores da Funcamp como servidores. "Temos que partir da questão política maior", defendeu. Somente para futuras novas vagas, voltaria o princípio de contratação através do concurso público.

Histórico

No início da década de 90, cerca de 800 funcionários estavam irregularmente contratados pela fundação local, a Fundação para o Desenvolvimento da Unicamp (Funcamp). Após denúncia do sindicato, o assunto foi parar na Justiça e, segundo acordo firmado em 1998 – e prorrogado em 2003 - junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT), a instituição ficou encarregada de realizar concursos até 2007 para consertar o erro administrativo.

No período, para os funcionários de nível superior, foi feito concurso e quem não passou foi demitido recebendo todos os direitos. Para os funcionários de nível médio, a Unicamp decidiu não pagar os direitos de quem não passou – o que gerou um ainda inacabado conflito judicial com o sindicato. Agora, para os 250 de nível básico, não pretende nem fazer o processo seletivo: vai extinguir as vagas e demitir pessoas que trabalham há vários anos na universidade, sem pagar os direitos trabalhistas.

Além dos 250 ameaçados de demissão no momento, há um outro contingente de funcionários no Hospital das Clínicas da Unicamp, também irregularmente contratado pela fundação, mas com recursos do Sistema Único de Saúde. Para esses, no entanto, o Ministério Público deu um prazo maior para a resolução do conflito: dezembro de 2009.

Resenha

Pinochet foi desastre para economia

Diferente do que se divulga, o ditador Augusto Pinochet foi um desastre para a economia chilena. Para golpear o governo popular — que em seu primeiro ano tomou medidas que fizeram o desemprego cair de 8,4% para 4,3% e a indústria crescer em 12% — o cartel internacional do cobre promoveu uma baixa artificial do valor do minério, essencial para a economia do Chile, em 37,5%. Logo depois do golpe, o cobre voltou aos valores anteriores. A produção de cobre, que havia sido nacionalizada pelo governo de Allende, colocando-a em mãos do Estado, no entanto, foi mantida e foi o que o que salvou o Chile da quebradeira total. Além disso, a profunda reforma agrária realizada por Allende que tinha transformado o campo em um fator econômico fundamental, também não pôde ser revertida por Pinochet. E foram exatamente esses os únicos setores que mantiveram o país funcionando *(Diário Vermelho, 18/12)*.

Sem-terra é assassinado em Garanhuns

No dia 17/12, o sem-terra Andreílson Santos Silva, de 17 anos, foi assassinado na Fazenda Paulista, no município de Garanhuns, agreste pernambucano. Silva foi morto a facadas em uma emboscada na área da fazenda. Edvaldo Rodrigues Paixão, proprietário da área, é suspeito de ser o mandante do crime. A Fazenda Paulista, de 1.360 hectares, é palco de muitos conflitos. A área já foi ocupada três vezes pelo MST desde março de 2004. Todos os despejos foram muito violentos e os agricultores sofrem ameaças constantes do proprietário e de jagunços da fazenda *(Informativo MST, 18/12)*.

Estagnação

O emprego na indústria brasileira está estagnado. Mais uma evidência disso veio a público na quarta-feira (13/12), com a divulgação dos resultados relativos a outubro. O nível de emprego recuou 0,2%, e as informações são da Pesquisa Industrial Mensal de Empregos e Salário do IBGE. A produção está em queda, o que se traduz em contração do contingente de assalariados. Hoje, as importações crescem com mais vigor do que a produção interna e as autoridades demoram a apresentar resposta: como de fato acelerar o crescimento da produção e do emprego. *(Folha de São Paulo, 18/12)*

Movimento

Reitor demite 148 professores na Unimep

O reitor Davi Ferreira Barros, da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), demitiu, via e-mail e telegrama, 148 docentes no último dia 7 de dezembro. As demissões foram justificadas pelo fato de a folha de pagamento da universidade corresponder a 82,6% de sua receita líquida. Barros disse à imprensa da cidade que os critérios de demissão foram os altos salários, o tempo de docência e professores que tenham outro emprego.

Inconformadas, cerca de 500 pessoas – professores e alunos da Unimep – fizeram uma manifestação nas principais ruas de Piracicaba, com faixas de protesto, narizes de palhaço, apitos e panfletos. O movimento, intitulado como "Dezembrada", contou com a participação do povo. Segundo o vice-presidente da Adunimep (Seção Sindical dos Docentes da Unimep), Marco Aurélio de Castro Ribeiro, "o povo piracicabano reconhece a importância do trabalho realizado na Universidade para o desenvolvimento do município e da região".

O reitor da Unimep também disse que implantará uma nova tabela salarial com redução de 20% a partir de janeiro de 2007 e que a universidade não pretende reporas vagas abertas com as demissões. Apesar de não ignorar a crise financeira por que passa a Universidade, a Adunimep reprova todas as declarações do dirigente, pois alega que muitos dos professores demitidos não possuem salários altos e, muito menos, um segundo emprego. "No pacto firmado entre os docentes e a universidade, em vigor, há propostas dignas e factíveis para se negociar a superação da crise financeira preservando-se o Projeto da Universidade que construímos. Mas todo esse trabalho está sendo ignorado e agora a Unimep nos surpreende com essas demissões", afirma nota da diretoria da Adunimep.

A vice-presidente do Andes-SN, Maria Inês Marques, que participou da "Dezembrada", disse ser legítima a manifestação. "O movimento demonstra que os professores estão coesos, os discentes estão envolvidos e a população está mobilizada. Já houve tentativa de conciliação, porém o reitor disse só voltar atrás mediante intervenção federal. A luta não vai terminar; queremos a reintegração dos docentes no quadro permanente da Universidade", observou Maria Inês.

O sentimento de indignação é unânime. A pós-graduação da Unimep é uma das mais respeitadas do Brasil, com nota máxima na avaliação da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O grande número de demissões na área de pós-graduação pode interferir na excelência da produção científica realizada. "A postura do reitor acabará por reduzir a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade, pois os doutores com grande importância acadêmica foram demitidos, sem seguir nenhum tipo de critério!", defendeu Marco Antônio Faria, um dos professores demitidos da Unimep e integrante da Comissão de Negociação.

Divulgação/Adunimep

EM ASSEMBLÉIA (15/12), PROFESSORES MANTÊM GREVE E ENTRAM NA JUSTIÇA CONTRA O REITOR

UFRJ

Consuni aprova manifesto de insatisfação com orçamento

Previsão de recursos insuficientes para 2007 faz conselheiros criticarem governo

O Conselho Universitário de 14 de dezembro deu uma resposta ao governo pelo ridículo orçamento anunciado para a UFRJ em 2007, que sabidamente será deficitário. Por proposta do decano do Centro de Ciências da Saúde, Almir Fraga, os conselheiros aprovaram um manifesto (veja quadro) que revela a "insatisfação e o inconformismo" com as verbas previstas, não só para a instituição como para todo o sistema de educação superior. O documento reivindica o direito constitucional à autonomia universitária, defende verbas suficientes também para os hospitais universitários e diz apoiar a reitoria no encaminhamento destas demandas. Bem diferente, vale destacar, dos elogios à atual política educacional feito no manifesto dos reitores, na véspera da eleição presidencial.

Conforme antecipou o Jornal da Adufrj, a UFRJ deverá contar com R$ 115,1 milhões em seu orçamento de 2007 – R$ 89,5 milhões do Tesouro, R$ 15,3 milhões de receitas próprias e R$ 10,4 milhões (estimados) em dois repasses extras do MEC ao longo do ano que vem. Acontece que a reitoria já anunciou que este montante sequer resolverá os gastos de responsabilidade da administração central, calculados em cerca de R$ 160 milhões. E isso sem levar em conta novos investimentos.

Diego Cotta

Intervenção no NCE

O reitor Aloisio Teixeira nomeou no último dia 8 uma comissão *pro tempore* para a coordenação geral do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE). A comissão é composta pelos professores Edson Watanabe, da Coppe, Sérgio Fracalanzza, do Instituto de Microbiologia, José D'Albuquerque, do Instituto de Física e pelo técnico administrativo André Esteve, do SG-6. O professor Edson Watanabe é o presidente da comissão e será o coordenador *pro tempore.*

O ex-diretor do NCE Sérgio Rocha havia sido reeleito em dezembro de 2004. Mas o reitor o nomeou na condição de *pro tempore* e fixou, em contrapartida, a elaboração de um projeto para aumentar a integração do Núcleo com a Universidade. A idéia do reitor é vincular cada vez mais a prestação de serviços feita pelos servidores do NCE aos cursos de graduação e de pós-graduação da universidade. Aloisio sugeriu também a formação de uma comissão para elaboração de um projeto institucional para o Núcleo. Segundo o reitor, a medida da intervenção foi tomada devido a problemas administrativos e institucionais e voltou a afirmar que o NCE tem que se organizar de forma a estar inserido na estrutura da UFRJ.

Na sessão do Conselho Universitário do dia 14, o presidente da Adufrj-SSind, José Simões, também cobrou esclarecimentos do reitor sobre a intervenção do NCE. Para a diretoria da seção sindical um processo de intervenção é um fato grave que deve ter os motivos administrativos e políticos devidamente esclarecidos para toda a comunidade.

Manifesto do Consuni

- de insatisfação e inconformismo quanto ao valor total de recursos orçamentários destinados à UFRJ, assim como à educação superior em geral;
- de reivindicação ao direito real de autonomia, com a implantação do orçamento global, permitindo o remanejamento de rubricas;
- de defesa da orçamentação efetiva dos hospitais universitários, principalmente para investimentos;
- de apoio total à Reitoria para encaminhar estas demandas junto ao governo.

O reitor Aloisio Teixeira observou que apenas quatro itens (energia elétrica, limpeza e conservação, serviços de telecomunicações e vigilância) absorvem grande parte do orçamento. "E esses valores estão subestimados. Nós, na realidade, ao aprovarmos esse orçamento, estaremos aprovando um orçamento com déficit significativo", disse.

Bandejão e cozinha do hospital

O pró-reitor Carlos Levi ratificou que as obras do bandejão começariam no dia seguinte ao Consuni, nas imediações da Escola de Educação Física e de Desportos. Diferente do que havia sido informado, os R$ 600 mil previstos numa rubrica de "restaurante universitário" serão usados na cozinha industrial do Hospital Universitário para provisoriamente oferecer refeições aos alunos externos à unidade, já no segundo semestre de 2007.

Mas a obra de construção do prédio ainda não começou. Apenas foi iniciado, no último dia 14, o cercamento da área com estacas de madeira. De acordo com o arquiteto Marcos Lorena, da empresa Carvalho e Toranzo Ltda, responsável apenas por essa etapa, a previsão é encerrar a instalação dos tapumes em 8 de janeiro – uma semana antes do prazo dado pelo projeto.

Graduação noturna valorizada

Sobre os recursos distribuídos para as unidades, venceu a proposta da reitoria de distribuir uma parte (20%) privilegiando os cursos com maior número de alunos de graduação e/ou em turno noturno. Desta forma, no conjunto, o Museu Nacional e os cursos do CCS e do CCS perderam recursos, enquanto os demais centros tiveram algum acréscimo na verbas recebidas. Também foi aprovado o dinheiro para apoio à interação entre os programas de maior e menor nota na avaliação da Capes.

Recursos para capacitação e qualificação dos funcionários

A bancada dos funcionários técnico-administrativos reivindicou e conseguiu uma rubrica específica da ordem de R$ 180 mil para capacitação e qualificação da categoria. Embora ainda esteja longe do valor reivindicado pela Fasubra (1% sobre a folha de pessoal da instituição), a rubrica foi considerada como um avanço.

Adufrj volta a criticar progressão a Associado no Consuni

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, criticou novamente no Conselho Universitário, na sessão de 14/12, os critérios da progressão para a nova classe Associado. Para o professor, houve grande injustiça nesse processo ao não ser respeitado o tempo de trabalho dos professores da universidade, já que foram todos progredidos para Associado I. Simões também informou que alguns centros montaram seus processos prevendo progressão para níveis superiores da nova classe; outros não, o que deve trazer novos prejuízos para a isonomia salarial entre os docentes.

Simões citou seu próprio caso como um exemplo da complicada tramitação dos processos de progressão a Associado. "Fiz concurso para Titular e fui aprovado. Bastava, portanto, um requerimento neste caso para progredir a Associado. Pois meu processo ficou 57 dias na secretaria do Instituto de Física, 19 na do CCMN e não chegou a tempo na PR-4 para entrar na folha de pagamento e caiu em exercício findo", contou. Simões registrou que não sabe quantos professores podem estar enfrentando situações parecidas. Ele avisou que a seção sindical entrou com processo judicial para que a progressão seja encaminhada, pelo menos de forma uniforme. "Podemos ter uma enxurrada de processos individuais contra a universidade, o que é legítimo, mas altamente indesejável. Fica então o apelo para que gestões sejam feitas para revogar a portaria do MEC sobre o assunto e, internamente, para uniformização dos procedimentos dessa progressão", afirmou.

Diego Cotta

PRESIDENTE DA ADUFRJ-SSIND COBROU JUSTIÇA EM PROCESSOS DE PROGRESSÃO

Última sessão do ano discutirá sucessão da reitoria

O Consuni tratará em sua última sessão do ano, na próxima quinta (21), da inclusão da Filosofia no vestibular da UFRJ, da composição da comissão de acompanhamento das obras do bandejão e do calendário do processo de sucessão aos cargos de reitor e vice-reitor da universidade.

Como em quatro anos o governo Lula foi incapaz de modificar a regulamentação da Lei nº 9.192 (sobre a escolha de dirigentes universitários), o processo deve seguir o famigerado modelo das listas tríplices para reitor e vice-reitor. As listas serão elaboradas em uma reunião do chamado Colégio Eleitoral, marcada para 26 de abril de 2007. Uma pesquisa, no início de abril, vai se limitar a apurar as preferências da comunidade acadêmica.

Edital-relâmpago

O conselheiro Carlos Vainer (CCJE) questionou o prazo do termo de cooperação técnica entre a Capes e a Faperj (Chamada PADCT-Rio 2006) para apoiar programas de pós-graduação, assinado no dia 1º de dezembro: a apresentação de projetos para um primeiro módulo deveria ser feita até o último dia 7. Segundo ele, é difícil que alguém tenha conseguido elaborar uma proposta consistente em tão pouco tempo disponibilizado. O professor pediu alguma manifestação da universidade a esse respeito, pois não foi a primeira vez que observou prazos totalmente insatisfatórios em editais.

Vainer também voltou a criticar a falta de uma política institucional para uso da imagem da UFRJ. Observou que vários painéis da ilha do Fundão, antes só voltados para divulgação de eventos internos, também ganharam finalidade publicitária.

Opinião

As relações entre os Estados Unidos e a América Latina: rupturas, reações e a ilu são do tempo passado*

James Petras**

Muitos escritores, jornalistas, servidores públicos e acadêmicos de direita e de esquerda têm registrado as mudanças nas relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Os de direita lamentam o "final da hegemonia norte-americana", o crescimento de uma "Nova Esquerda", a retomada do populismo e a queda da influência dos EUA. Os da esquerda interpretam as supostas mudanças como um momento progressivo no realinhamento regional.

A direita fala com pessimismo das ameaças à "segurança nacional e à democracia", ao acesso à energia e a outros recursos. Um setor da esquerda afirma que um novo "eixo regional de contra-hegemonia", liderado por Cuba, Venezuela e Bolívia, está varrendo o continente. Enquanto outros observadores, mais conservadores, discutem que uma ampla alternativa de centro-esquerda - dirigida por regimes "social-democráticos" como Brasil, Chile, Argentina, Peru e Uruguai - está substituindo os aliados tradicionais dos EUA e desafiando tanto os regimes de esquerda, como as políticas norte-americanas do passado, os políticos no governo americano procuram isolar e desestabilizar a esquerda, minimizar os resultados da continuidade das políticas de centro-esquerda e enfatizar as oportunidades econômicas e as vantagens dos regimes neoliberais.

Diante de avaliações radicalmente diferentes sobre a força e a fraqueza da influência dos EUA na América Latina, é necessária uma análise independente do contexto histórico para melhor qualificar a ascensão ou a queda do poder dos EUA. Isto requer uma avaliação séria, que evite generalizações mirabolantes e examine aspectos específicos, áreas e conjunturas particulares nas quais são gerados acordos e desacordos nas relações EUA e América Latina. Isto inclui observar como são resolvidas as convergências e as divergências estruturais.

"A competição capitalista que resultou num declínio relativo da presença econômica dos EUA não é um jogo de soma zero (OLHO)."

Continuidades e expansão da influência dos EUA

Ao contrário do que pensam muitos especialistas da esquerda e da extrema direita, existem muitas áreas onde a influência americana aumentou nos últimos anos. Os EUA estabeleceram acordos de comércio bilateral com Peru, Colômbia, América Central, México, Chile, Uruguai e com a maioria dos estados do Caribe. O que é significativo sobre estes acordos é que Washington não teve que fazer nenhuma concessão em seu setor agrícola, pesadamente subsidiado, nem levantar suas quotas de importação sobre 200 produtos. Washington também conseguiu livre entrada nos setores financeiros, de serviços, de alta tecnologia, saúde, educacional e de mídia. Em resumo, os acordos de comércio bilateral foram altamente assimétricos e benéficos às multinacionais dos EUA e aos produtores domésticos não competitivos.

Bases e programa de treinamento militares

Nos últimos cinco anos, Washington expandiu o número de bases militares e de operações militares conjuntas na América Latina. Em 2005, foram estabelecidos uma grande base militar no Paraguai e um quartel general de operações, além de celebrado um acordo com o Uruguai para treinamento militar.

As bases militares dos EUA operam ainda no Equador (Manta), no Brasil, em El Salvador, em Aruba e na Colômbia. As operações militares comuns anuais e os programas de treinamento dos EUA envolvem toda a América Latina, exceto Cuba e Venezuela. As vendas de armas e a ajuda militar para todos os países de "centro-esquerda", com exceção da Venezuela, continuam inabaladas. Os agentes da DEA (Agência Americana contra a Droga) e os conselheiros militares dos EUA circulam livremente por toda a América Latina e operam livremente os escritórios de segurança e de inteligência.

Presença econômica

Os negócios, as operações bancárias e os investidores americanos continuam florescendo na América Latina sem perturbações e com taxas de retorno elevadas, pagamentos integrais e adiantados das dívidas externas e com fortes possibilidades de novos lucros na compra de ações de empresas públicas lucrativas que estão sendo privatizadas. As empresas de energia e de matérias-primas dos EUA tiveram lucros sem precedentes com os altos preços mundiais dos metais e do petróleo. A parte relativa dos EUA nas exportações da América Latina, as empresas e bancos privatizados, diminuiu seus lucros devido à crescente presença de bilionários latino-americanos, europeus, chineses e outros investidores e compradores asiáticos. A competição capitalista que resultou num declínio relativo da presença econômica dos EUA não é um jogo de soma zero.

Conformidade Ideológica: a supremacia neoliberal

A maioria dos partidos da América Latina que disputam eleições continua criticando o neoliberalismo durante a campanha eleitoral. Quando chegam ao poder, no entanto, poucos ou nenhum deles renunciam à doutrina do livre mercado. Todos os regimes recentemente eleitos ensaiam inverter o processo de privatização do período 1970-2001. Todos continuaram seguindo ou suspendendo as barreiras de comércio e não há nenhum aumento ou uma legislação protecionista nova. Nos círculos atuais do comércio mundial pós-Doha, todos os principais países da América Latina se encontram pressionados por uma maior liberalização do comércio.

A maioria dos regimes de "centro esquerda" tem aprovado legislações que privatizam os fundos de pensão, liberalizam as relações de trabalho, afrouxam as proteções trabalhistas e facilitam a entrada do capital estrangeiro. As políticas fiscais seguem muito mais as diretrizes defendidas pelo FMI do que o governo americano. Em suma, existem continuidades estruturais, ideológicas e políticas com o passado que garantem a dominação americana e a hegemonia das elites em todos, ou quase todos, os países latino-americanos.

Conclusão

As pretensões de Washington e dos ideólogos de direita de que um 'populismo radical' está varrendo a região latino-americana não passam de simplificações utilitaristas de uma realidade mais complexa. Ao contrário, há um 'quadrilátero de forças competitivas e em conflito na América Latina. Há também novos e instáveis cenários internacionais que complicam qualquer movimento que tenha a intenção de definir uma determinada opção política. Washington também tem enfatizado a influência subversiva da Venezuela e de Cuba no sentido de fragilizar o domínio dos Estados Unidos na América Latina. Fato muito mais importante é o aumento global dos preços dos produtos e bens exportados pela América Latina. Isto significa que os países da América Latina têm menos necessidade de se submeter às condições do FMI para obter empréstimos, limitando assim drasticamente a influência da política americana.

Em segundo lugar, uma maior liquidez significa que os empréstimos comerciais podem se dar sem a interferência do Banco Mundial, outro instrumento de dominação dos EUA nas formulações das políticas econômicas para a América Latina.

Em terceiro lugar, a expansão dos mercados emergentes na Ásia, em particular os investimentos asiáticos crescentes nas indústrias extrativas da América Latina, tem reduzido ainda mais a influência dos EUA sobre os mercados latinos quando comparados com a que o governo americano tinha nos anos 1990.

Em quarto lugar, com a crise da economia americana em 2006-2007, pode se esperar que os Estados Unidos diminuam seus investimentos e comércio com a América Latina. Ou seja, Washington deverá influir menos na esquerda pragmática e nos neoliberais do que ocorreu na década de 1990. Os EUA continuarão atuando até a metade da primeira década deste século como se a perda de relativa de seu poder na conjuntura fosse um simples reflexo dos fluxos e refluxos das forças políticas (populismo radical) na região as quais avaliam estarem seguindo políticas fracassadas.

Desqualificar regimes e exagerar no grau e forma de oposição levará à exacerbação dos conflitos. Além do mais, para o governo americano, persistir na crença de que pode manter acordos de livre comércio por todo o continente sem concessões recíprocas (particularmente na agricultura) significará perder oportunidades para alcançar acordos comerciais.

A politização demasiada e a postura ideológica do governo americano nas trocas e relações com a América Latina são resultado da configuração ultra-conservadora dos políticos e seus principais conselheiros em Washington.

Se os EUA têm falseado a realidade política latino-americana, interpretando erradamente a conjuntura internacional e regional, a esquerda tem sido apenas mais intuitiva. Os intelectuais de esquerda exageram no radicalismo e a realidade revolucionária de Cuba e Venezuela, passando por cima das realidades contraditórias e acomodações pragmáticas com os neoliberais. A esquerda com pouca perspicácia histórica continua chamando de progressistas neoliberais pragmáticos como Lula, Kirchner e Vázquez, junto dos esquerdistas pragmáticos como Chávez, Castro e Morales, baseando suas afirmações nas suas imagens de vinte anos atrás e não nas suas ações a favor do livre mercado e das elites agro-minerais.

Por fim, a esquerda confunde os esforços de regimes neoliberais pragmáticos de negociar acordos comerciais simétricos de livre comércio com os Estados Unidos, que só melhoram as condições dos exportadores nacionais de produtos agro-minerais, com um tipo de política anti-globalização ou como contraponto ao poder norte-americano.

A esquerda – ou setores da esquerda latino-americana – tem que enfrentar o fato de que o poder americano tem diminuído em comparação ao período de 'ouro da pilhagem' dos anos 1990. Este tem se recuperado e avançado desde o surgimento dos movimentos de massa e rebeliões que derrubaram regimes em 2000-2002.

As esperanças que a esquerda tinha de que as vitórias presidenciais de antigos partidos eleitorais de centro-esquerda no Brasil, Uruguai e Argentina reverteriam as políticas neoliberais dos governos antecessores têm se partido visivelmente.

A intenção de definir os neoliberais-ex-esquerdistas-pragmáticos como algo progressista ou como contraponto ao poder norte-americano é, na melhor das hipóteses, ingênua. A falta de clareza política da esquerda sobre as mudanças políticas tem conduzido a um beco sem saída tão prejudicial para o seu crescimento quanto para os esforços fracassados do governo americano em reconhecer as novas realidades do novo milênio.

Os únicos aliados e forças consistentes e conseqüentes para a transformação se encontram na esquerda radical. As alianças táticas e seletivas com setores da esquerda pragmática são necessárias e importantes, porém somente se feitas com independência política e organizativa.

A esquerda precisa levar à frente uma análise crítica e um debate vigoroso sobre as conseqüências desastrosas de subordinar suas atividades às campanhas eleitorais que estão dominando os regimes neoliberais pragmáticos. É tão necessário retomar a força dos movimentos sociais pra derrubar os regimes neoliberais subordinados aos Estados Unidos, quanto uma análise crítica dos limites desses movimentos de impedirem o ressurgimento de novos neoliberais pragmáticos e, sobretudo, de sua incapacidade de desenvolver uma estratégia para chegar ao poder.

Embora o poder dos Estados Unidos sobre a América Latina tenha diminuído desde os anos noventa, isso não tem sido um processo linear. A cada queda, ocorre uma recuperação parcial. A decadência dos EUA não tem sido acompanhada de um aumento do poder da esquerda radical. Os reais vencedores têm sido os esquerdistas e neoliberais pragmáticos que tomaram o poder com o desaparecimento dos neoliberais doutrinários e com uma conjuntura mundial favorável.

Não são nem as leis inerentes da decadência imperial a longo prazo, como alguns historiadores de esquerda reivindicam, nem 'o final da esquerda revolucionária' como proclamam seus homólogos neoliberais. Ou seja, uma análise realista demonstra que as intervenções políticas, o conflito de classes e os mercados internacionais têm um importante papel no estabelecimento do modelo de relações entre Estados Unidos e América Latina e, particularmente, na ascensão e queda do império norte-americano, das forças revolucionárias, dentre outras variantes políticas.

"Por fim, a esquerda confunde os esforços de regimes neoliberais pragmáticos de negociar acordos comerciais simétricos de livre comércio com os Estados Unidos, que só melhoram as condições dos exportadores nacionais de produtos agro-minerais, com um tipo de política anti-globalização ou como contraponto ao poder norte-americano."

* Extraído do original *US-Latin American Relations: Ruptures, Reaction and The Illusion of Times Past.* Tradução: Ana Manuella Soares

** Professor da Universidade do Estado de Nova York

Adufrj-SSind

2007

- DEPOIS DIZEM QUE NÃO FIZ NADA EM 2006...

Que, no próximo ano, despertemos para a trágica realidade de nosso país e que possamos juntos - professores, estudantes, técnico-administrativos, mães, pais, filhos, operários, prestadores de serviço, funcionários públicos, trabalhadores do campo e de todas as frentes - interferir na história a favor de um projeto de sociedade que vença as desigualdades impostas pelo capitalismo.
Esse é o desejo e a disposição da diretoria e dos trabalhadores da Adufrj-SSind

Boas Festas!

Bernardo Felzenszwalb

Jornais e encartes publicados no período de 16 de janeiro a 21 de dezembro de 2007

Encartes publicados neste período:

02/05/2007 – Encarte Memória Acadêmica

03/07/2007 – Encarte Campanha Salarial

21/08/2007 – Encarte Memória Acadêmica

04/09/2007 – Encarte Especial Eleição

02/05/2007 – Encarte Memória Acadêmica

01/11/2007 – Encarte Campanha Salarial

12/11/2007 – Encarte Campanha Salarial

27/11/2007 – Encarte Campanha Salarial

Chávez quer socialismo

Reeleito para um terceiro mandato, o presidente venezuelano assume posições mais ofensivas contra o capital internacional e promete nacionalizar empresas privatizadas na década de 1990, auge da implementação do neoliberalismo na América Latina. Página 12

Assembléia Geral

13 de fevereiro 09:30
(terça-feira)

Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:
1 – 26º Congresso do Andes-SN
2 – Escolha de delegados e observadores para o 26º Congresso do Andes-SN (27 de fevereiro a 04 de março de 2007, em Campina Grande – PB)

Reunião da Delegação da Adufrj-SSind ao 26º Congresso do Andes-SN

31 de janeiro
(quarta-feira)

09:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00

Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:
1 - 26º Congresso do Andes-SN
2 - Reunião aberta para todos professores

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 523 16 de janeiro de 2007

Aloisio Teixeira é candidato à reeleição

Consuni define calendário de sucessão, mas protesta contra "legislação anacrônica" que fixa listas tríplices

Aloisio Teixeira será candidato à reeleição da reitoria da UFRJ. O anúncio foi dado no último dia 20 no CEG. O reitor explicou que não poderá mais discutir a proposta do PDI porque estará se desincompatilizando da reitoria no final de fevereiro para disputar outro mandato. Aloisio afirma que ainda não está fazendo declarações como candidato, apenas está anunciando a candidatura A eleição deve acontecer em abril e a posse em junho. Segundo o reitor, o eventual segundo mandato seria para terminar o que já foi começado.

No Conselho Universitáriodo dia 21 de dezembro, foi definido o calendário da sucessão. Os conselheiros decidiram preservar o modelo das listas tríplices, que atenta contra a autonomia universitária, uma vez que o governo Lula foi incapaz de revogar a autoritária regulamentação.

O Consuni encontra-se em recesso no mês de janeiro. Na primeira sessão de 2007, em 8 de fevereiro, o colegiado constitui uma comissão coordenadora de uma pesquisa, feita apenas para apurar as preferências da comunidade acadêmica. Ainda em fevereiro, no dia 22, o Consuni aprecia propostas para o regimento da pesquisa e, em 1º de março, ocorre a inscrição de candidaturas junto à comissão.

Segue-se um período (de 5 a 30 de março) de campanha com debates e, no início de abril, acontece o primeiro turno da pesquisa. Caso nenhum candidato alcance a maioria das preferências, haverá um segundo turno, entre os dias 17 e 19, também de abril. No dia 26 do mesmo mês, reúne-se o chamado Colégio Eleitoral, formado pelos integrantes do Consuni, do Conselho de Ensino de Graduação (CEG), do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) e do Conselho de Curadores.

No começo da reunião do Colégio Eleitoral, serão apresentados os resultados da pesquisa realizada junto à comunidade. Mas a decisão sobre a próxima reitoria da UFRJ dependerá mesmo da cabeça de algumas dezenas de conselheiros. Eles poderão escolher até um candidato inscrito no momento da sessão e que sequer tenha participado do processo de consulta prévia aos alunos, docentes e técnico-administrativos, no começo de abril. As listas tríplices de candidatos a reitor e vice-reitor são encaminhadas ao MEC, que também pode escolher quem bem entender. A troca no comando da universidade acontece no início de julho.

Conselheiros criticam legislação

A professora Suely Souza de Almeida (representante dos Titulares do CFCH) propôs que fosse redigida uma nota contundente em defesa da autonomia universitária: "Acho que não cabe mais (a lista tríplice) nesta conjuntura do país. Temos que ter uma posição muito firme quanto a isso", comentou, no que foi apoiada por vários outros conselheiros. A nota, assinada pela professora e também por Luiz Antônio Cunha, outro representante dos Titulares do CFCH, foi aprovada ao fim da sessão.

Representante dos técnico-administrativos e um dos coordenadores-gerais do Sintufrj, Marcílio Lourenço frisou que a preocupação com a legislação deveria ser na preservação da Constituição Federal, que defende a autonomia universitária. "É constrangedor aceitar um decreto se sobrepor ao texto constitucional", disse.

Continua na página 8

Editorial

2007

Tornou-se um lugar - comum no meio universitário a queixa de que " falta tempo". Falta tempo para completarmos nossas atividades, falta tempo para nosso lazer, para nossa família, falta tempo para tudo. É menos comum, mas igualmente freqüente, a reflexão sobre o que faremos. Embora as atividades acadêmicas contemporâneas exijam planejamento, prioridades, investimentos, opções, abrimos 2007 sem uma boa explicação para o acidente do avião da Gol, com a lama tóxica vermelha que veio de Minas, a cratera paulista entre as marginais e a senhora morta em Botafogo protegendo seus filho do cotidiano perdido e carioca, enquanto os mais de 200 homens da brigada nacional atravessam a nossa conhecida linha vermelha amedrontados. Nós, intelectuais em silêncio, temos como nossa maior preocupação ultrapassar apenas o dia de hoje da melhor forma possível sem sermos capazes de uma reflexão ou crítica sobre o que nos conduziu ao estado atual. Muito menos planejar uma ação crítica e revolucionária. Que pena.

Neste quadro, a questão de refletir sobre os acontecimentos recentes, nossas expectativas e projetos futuros, não parece mobilizar muito. E, no entanto, no nosso entendimento, está é a questão central para a Universidade Pública brasileira. O que fazemos, como fazemos, para que trabalhamos, para onde irão os frutos de nosso trabalho? Neste pequeno espaço não poderemos aprofundar estas questões, mas, já que estamos começando mais um ano, pensamos ser importante colocar em pauta alguns pontos recentes e suas perspectivas próximas.

O primeiro ponto que chamamos a atenção é para o fato, cada vez mais significativo, de que a vida universitária é influenciada, quase determinada, por opções políticas mais gerais, das quais não participamos. A "falta de tempo" que nos aflige não é um fenômeno interno nosso, mas o resultado de uma nova reorganização mundial do trabalho.

O segundo ponto é que, para entendermos a situação atual da universidade, é indispensável olharmos para as opções políticas dos governos Lula e FHC nos últimos anos. Os fatos mais notáveis são o crescimento da arrecadação do governo, a redução dos gastos públicos em infra-estrutura social, o pagamento religioso dos juros estratosféricos da dívida pública, o retorno ao modelo secular de exportar produtos agrícolas e matérias-primas e comprar produtos tecnológicos, tudo isto com a conivência absoluta da grande mídia comprometida com este modelo de exploração do país e de nossa população.

Qual o resultado? A alegria dos banqueiros e especuladores financeiros, o domínio e desmando dos grupos políticos que ocupam o aparelho de Estado, a total liberdade de exploração de nossos recursos naturais que destroem nossas terras e poluem nossas águas, a falência do Estado na atenção às necessidades básicas de nossa população, incentivando o crescimento do crime organizado, o desemprego crescente que destrói a vida de milhões de brasileiros. E como isto tudo se mantém? Com a velha política de administrar desigualdades, de "tapar buracos". Nossas estradas estão ruins? Privatizem e escondam que o negócio rende mais do que o narcotráfico. Nossa saúde e previdência são péssimas? Abram as portas para o capital internacional. A aviação vai mal? Chamem a FAB. E no meio acontecem os desastres crescentes: aviões se chocam, rompimento de barragens, buracos no metrô, cidades sob o domínio do crime. Estes não são fatos isolados, mas o resultado do desmonte das obrigações básicas do Estado e da improvisação que tem sido as marcas registradas do "liberalismo" contemporâneo. Devemos conceder ao presidente Lula um momento de honestidade ao dizer que "não sabe o que fazer para o crescimento do país". O que ele não diz, e que sabe muito bem, é o porquê de estarmos preso a um modelo predatório, do qual, o presidente é um mero administrador.

E a nossa Universidade? De onde vêm a falta de recursos, a impossibilidade de planejamento, a individualização e privatização de nosso trabalho? Será uma opção consciente nossa? É isso que queremos para 2007?

Cartas

Tendo lido o editorial Direitos Legítimos, de 28/11/2006, sinto-me na obrigação de me manifestar não só como membro do Conselho Universitário, na qualidade de Decano do CT desde julho deste ano, mas também como um dos fundadores da ADUFRJ, ainda na qualidade de simples Auxiliar de Ensino.

Em relação à progressão para as classes de professor Associado e Especial, houve discussões no Conselho Universitário quando da elaboração da Resolução a respeito do assunto. Embora reconhecendo o direito, o Prof. Aloisio, Reitor da UFRJ, argumentou que o número de professores aptos à progressão era grande e que o fato de não se implementar a progressão para Associado 1 ainda este ano, implicaria que o pagamento dos atrasados cairia em exercício findo, o que acarretaria um evidente prejuízo financeiro para aqueles professores. Assim sendo, foi aprovado pela maioria dos conselheiros que a resolução do CONSUNI deveria legislar somente sobre a progressão para Associado 1, pois outras discussões poderiam atrasar o processo.

Independentemente desta decisão, no CT foi aprovado que as Comissões de Avaliação poderiam fazer a avaliação dos relatórios dos professores que tivessem condições de solicitar a progressão para Associado 4, mesmo sabendo que a CPPD não levaria em consideração esta avaliação. Foi considerado pelo Conselho de Coordenação do CT, que este gesto seria o reconhecimento político de que há professores com condições de se tornarem Associados 4 e tiveram seu direito não reconhecido pelo MEC.

Sobre a manifestação dos estudantes na sessão do CONSUNI de 09/11, não se pode considerar autoritarismo criticá-la. Participei dos movimentos discente e docente **organizados** e sempre fui a favor deles. No entanto, naquela manifestação, as lideranças visivelmente perderam o controle da situação, e houve muitas manifestações condenáveis. Estudantes subiram sobre a mesa e chegaram a quebrar um microfone que nela ficava instalado, e quando o Prof. Aloisio solicitou que descessem, simplesmente não o fizeram. Para quem sabe o quanto é difícil conseguir recursos para compra de equipamentos nesta Universidade, é realmente inadmissível tal desrespeito ao patrimônio público.

Acredito que é preciso sempre discutir a democracia na Universidade e avançar na sua consolidação, mas considero que a crítica aos exageros dos estudantes é uma atitude pedagógica e não uma manifestação de autoritarismo.

Atenciosamente,
Prof. Walter Issamu Suemitsu
Decano do Centro de Tecnologia

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Mudança provisória no trânsito do Fundão

No dia 15, ocorreu o início das obras de recuperação do pavimento das ruas Lobo Carneiro, Milton Santos e Maria Paulina de Souza, próximas ao CCMN.

Por conta de intervenções mais profundas na Rua Lobo Carneiro (fundos do CCMN), até 30 de janeiro estarão fechados os acessos (entrada e saída) para a Linha Amarela. As interdições e alterações no tráfego interno do *campus* podem ser conferidas na página da UFRJ ou da Prefeitura Universitária (www.prefeitura.ufrj.br).

UFRJ terá terminal rodoviário

Na última reunião do Conselho Universitário (21/12/06) foi aprovado o projeto de construção do Terminal de Integração de Transporte Rodoviário e da Praça de Alimentação no *campus* do Fundão da UFRJ. A proposta de implantação do terminal tem o objetivo de ampliar a oferta de transporte público na Cidade Universitária, bem como solucionar o problema da precariedade das estruturas de alimentação e serviços ao redor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF).

O Terminal de Integração – com custo estimado em R$ 300 mil - deverá ser construído em frente à Escola de Educação Infantil (ex-Creche Universitária), no terreno que fica entre as recentemente nomeadas Av.Rodolpho Paulo Rocco e a Av. Renato Caldas. Já os quiosques, atualmente localizados entre o HUCFF e o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), serão transferidos para o centro do Terminal.

O projeto tem como objetivo melhorar o acesso aos transportes que ligam a universidade a outras regiões da cidade, pois aumentará o número de ônibus, horários, linhas e o período de atendimento. O Terminal também beneficiará cerca de 5 mil usuários diários do hospital do *campus*, pois deixarão de percorrer os 400 metros entre o principal ponto de parada do HUCFF, junto à passarela da Linha Vermelha, e a portaria dos ambulatórios.

O Prefeito da Cidade Universitária, Hélio de Mattos Alves, está confiante na construção do Terminal de Integração, porém faz algumas ressalvas: "Este projeto tem mais de 15 anos na Universidade, entretanto só agora foi aprovado pelo Conselho. Agora vamos esperar a liberação de recursos para começarmos as obras", observou o prefeito.

PR-1 distribui computadores

A Reitoria, em convênio com o Centro de Pesquisas da Petrobrás (CENPES), aprovou o projeto da Pró-Reitoria de Graduação (PR-1) de apoio à atualização em tecnologia da informação na graduação. O projeto - já em andamento - conta com a aquisição de 475 computadores, distribuídos para várias unidades da UFRJ e setores que demandam um maior suporte técnico, como a Divisão de Registro dos Estudantes (DRE), a Comissão de Vestibular e Alojamento Estudantil. O projeto também tem como objetivo a aquisição de máquinas para a modernização do Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA), que atende não só os estudantes de graduação como também os de pós-graduação.

Os números de computadores distribuídos foram diferentes para cada unidade da UFRJ: enquanto a Escola Politécnica recebeu 60 computadores, os institutos de Biofísica, de Ciências Biomédicas e de Bioquímica Médica receberam, cada um, 3 computadores. "A distribuição dos computadores foi um combinado de critérios. Primeiro, enviamos um questionário para cada unidade para saber suas demandas. A partir daí, avaliamos o número de alunos e a utilização dos LIGs (Laboratório de Informática de Graduação) de cada unidade", observou a Prof.ª Deia Maria Ferreira dos Santos, Superintendente Geral de Graduação.

Anote

Campanha de reestatização da Vale

No dia 25, ocorre a Plenária Estadual da Campanha pela Anulação da Privatização da Companhia Vale do Rio Doce, às 18h, no Sindipetro-RJ, na Av. Passos 34 – Auditório. Mais informações com a Secretaria Operativa da Campanha, no escritório do MST, pelo telefone 2533-6556.

FSM no continente mais pobre do mundo

O Fórum Social Mundial (FSM), encontro que congrega entidades da sociedade civil no mundo, será pela primeira vez no continente mais pobre do mundo. O evento, que ocorrerá nos dias 20 a 25 deste mês, será em Nairóbi, capital do Quênia.

Oficina sobre a Guerra Civil Espanhola

O Centro de Recursos Didáticos de Espanhol promove a Oficina Pedagógica *Guerra Civil Española: Revolución y Contrarrevolución*, com o professor Miguel Ángel Suárez Escobio. O encontro será no dia 30 de janeiro, a partir das 14h, na sala de RAV 114, 11º andar, bloco F do Pavilhão Reitor João Lyra Filho da Uerj. Inscrições gratuitas pelos telefones 2569-6810 ou 2587-7732, ramal 6.

Resenha

"Calote Oficial"

Executivo, Legislativo e Judiciário ainda não encontraram maneira de obrigar Estados e municípios a pagarem a dívida de cerca de R$ 60 bilhões em precatórios. Entre os credores estão trabalhadores, aposentados e pensionista que precisam dos recursos para sobreviver. Os integrantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) classificam a situação como "calote oficial". E tende a perdurar, pois os projetos apresentados para acabar com a inadimplência generalizada dormitam no Congresso. *(Jornal do Brasil, 27/12)*

Vetado mínimo acima de R$ 380

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai vetar qualquer tentativa de aumentar o salário mínimo além dos R$ 380 já definidos pelo governo para o próximo ano, como já fez, e afirmou ter feito "com o maior prazer", ao vetar reajuste aos aposentados maior que o defendido pelo governo *(Folha de São Paulo, 28/12).*

Governo Federal favorece Aracruz

Desde o dia 12 de setembro de 2006, está em tramitação no Ministério da Justiça o processo de demarcação de 11 mil hectares de terra controlados pela empresa Aracruz Celulose, localizada no Espírito Santo. Um parecer da Fundação Nacional do Índio (Funai) afirma que a área é terra tradicionalmente ocupada pelos povos indígenas. A postura do governo federal é de extrema indiferença com o caso dos povos Tupinikim e Guarani, pois ao mesmo tempo em que o ministro da justiça, Márcio Thomaz Bastos, recusava-se em receber os indígenas no Ministério, o presidente da República almoçava com o presidente da Aracruz. *(Brasil de Fato,03/01)*

Bolívia estatiza o serviço de água

O abastecimento de água boliviano deixará de ser feito pela companhia francesa de águas *Suez Lyonnaise des Eaux*, que atuava no país desde 1997, e passará a ser gerido por empresas estatais. O ministro das Águas boliviano, Abel Mamani, acusa o grupo francês de não fazer os investimentos prometidos com o objetivo de expandir seus serviços. *(Estado de São Paulo, 02/01)*

Dois mil e seis foi um ano importantíssimo para a Seção Sindical dos Docentes da UFRJ. Em julho, a Justiça reconheceu o a Adufrj-SSind como representante da categroria docente - não apenas de seus sindicalizados, mas de todos os professores da UFRJ. A ação ganha pela entidade que obrigou a Caixa Econômica Federal a liberar os resíduos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - referentes aos planos econômicos Verão e Collor - foi um marco na luta do movimento sindical na universidade pública.

Em tempos de neoliberalismo e comercialização de todas as categorias sociais e humanas, a ação da seção sindical beneficiou todos os docentes sem que fosse cobrado nenhum honorário por sua execução. Os professores que optaram pelo acordo feito com a Caixa e que já tiveram suas contas liberadas não arcaram com nenhum ônus pelo benefício. Tudo foi custeado pelo contrato já estabelecido pela entidade com sua assessoria jurídica. Assim acontecerá com todos, até o final da execução de todo o processo.

A diretoria da Adufrj-SSind acredita que é extremamente importante ressaltar tal fato como o principal destaque das atividades e acontecimentos do ano que passou. A ação vitoriosa do FGTS, onde uma entidade de classe foi a única legítima e legamente capaz de representar esse conjunto trabalhadores, mostrou claramente as possibilidades da luta sindical classista e a nossa capacidade de garantir direitos sem que as nossas própias demandas como trabalhadores sejam também objeto de comercialização ou de captação de recursos para entidades ou assessorias.

Retrospectiva

O ano do FGTS

Janeiro

O ano de 2006 foi iniciado com as atenções voltadas para o projeto de Lei que alterou a estrutura e a remuneração dos docentes das instituições de ensino superior. Nos dias 14 e 15, foi realizada em Brasília a reunião do Setor das Federais do Andes-SN e o movimento docente manteve a crítica ao PL do governo enviado ao Congresso no final de 2005.

Fevereiro

No início do mês, no dia 2, o Ministério da Educação autorizou a abertura do concurso para a contratação de 2.200 professores para as unidades federais; na distribuição, a UFRJ recebeu 112 vagas.

No dia 10, uma manifestação realizada em Belo Horizonte marcou a luta pela estabilidade dos professores das Instituições Particulares do Ensino Superior (IPES). No mesmo dia, na UFRJ, formou-se uma turma de trabalhadores do MST e de outros movimentos sociais que participaram do curso de extensão Teorias Sociais e Produção de Conhecimento, iniciado em 2004.

Daniel Tiriba

Março

Em um ato de desrespeito aos movimentos docente e estudantil, uma professora do Observatório do Valongo recortou e adulterou a faixa da Adufrj- SSind e do DCE que saudava a chegada dos calouros da UFRJ (foto). A ação foi repudiada por docentes de várias unidades.

O Andes-SN comemorou seus vinte e cinco anos de fundação no 25° Congresso do Andes-SN, em Cuiabá (MT), na abertura do evento (5/3). Dentre as deliberações do congresso, destaque para a aprovação da intensificação do debate na sociedade sobre reforma universitária a partir da Agenda da Educação Superior Brasileira do Andes-SN e das propostas de projetos de lei emenda constitucional, aprovadas no 6° Conad Extraordinário.

O Andes- SN, em audiência pública na Câmara dos Deputados, discutiu os projetos elaborados pelo Sindicato e contidos no caderno "Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise". A audiência foi promovida pela Frente Parlamentar e Social em Defesa da Universidade Pública e gratuita.

Vladimir de Souza-Cromafoto

Maio

Logo no primeiro dia do mês, 2.500 pessoas se reuniram na Praça da Sé, em um ato classista na manhã do Dia do Trabalhador, em São Paulo (foto).

Dois mil setecentos e vinte e nove delegados de base participaram do 1° Congresso Nacional de Trabalhadores, no qual foi aprovada a fundação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) para coordenar lutas das categorias e movimentos sociais. Numa decisão histórica o movimento dos sem-terra, estudantes, movimentos sociais e setores não-organizados da classe também passaram a fazer parte da nova entidade. O primeiro encontro aconteceu entre os dias 5 e 7 e estabeleceu uma nova referência de lutas e classe para os trabalhadores.

Samuel Tosta

Dia 18, o plenário do Senado aprovou o substitutivo da Câmara Federal que regulamentou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). No mesmo dia, em reunião realizada no gabinete do ministro da Educação, os dirigentes da Andes-SN foram informados sobre o possível reajuste salarial dos docentes por medida provisória.

Junho

No mês em que a Adufrj-SSind completou 500 edições de seu jornal semanal, o Museu Nacional comemorou seu 118° aniversário, a Creche da UFRJ seus 25 anos e greve da Uerj ultrapassava dois meses.

No dia 1º, professores, funcionários e estudantes da Uerj lotaram o teatro Odylo Costa Filho no *campus* Maracanã no ato "Uerj e a sociedade unidas pela educação pública, pela autonomia universitária e contra a intervenção. Negociação Já!". A manifestação foi convocada com o objetivo de reforçar a paralisação depois que o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Wanderley de Souza, anunciou que iria cortar o ponto dos grevistas.

No dia 8, o presidente Lula da Silva e seu ministro da Educação, Fernando Haddad, encaminharam ao Congresso Nacional alguns projetos de lei voltados para a educação. Entre eles, o anteprojeto da reforma universitária recheado de problemas, como a volta da lista tríplice que restabelece o poder de escolha da presidência da República dos reitores das universidades federais. O reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira declarou ser lamentável o recuo da proposta de eliminar a lista.

Julho

Durante a solenidade de abertura do 51° Conselho das Seções Sindicais (Conad), realizado na Universidade Federal de Juiz de Fora, entre os dias 29 de junho e o dia 2 de julho, foi empossada uma nova diretoria do Andes-SN.

Abril

A Plenária Nacional realizada em Brasília (2/4) indicou a luta pela incorporação de gratificações, pelo cumprimento de acordos assinados com o governo e por uma reposição de salários emergenciais de 23%.

A Assembléia Nacional Popular e da Esquerda (Anpe) realizou nos dias 7 e 9 seu segundo grande encontro, em São Paulo capital. A Anpe tem como objetivo agregar os que lutam por pela construção de uma sociedade socialista no Brasil.

No dia 12 deste mês, a Adufrj-SSind inaugurou as atividades de seu Grupo de Trabalho de Formação e Política Sindical com o debate "Caminhos e Caráter da Organização da Classe Trabalhadora Brasileira" (foto). A denúncia do governo Lula como executor de políticas neoliberais no Brasil, a necessidades da reorganização de um pólo classista dos trabalhadores para a construção de alternativas ao sistema capitalista do Brasil, formam assuntos que entraram no debate.

No final do mês (26/4), servidores em greve e estudantes da Uerj, Uenf, Faectec e profissionais da rede estadual de Educação foram espancados na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) durante a tentativa de diálogo com o presidente Jorge Picciani (PMDB).

Kelvin Melo

Retrospectiva

Agosto

O grupo de trabalho de assessores jurídicos do Andes-SN e de suas seções sindicais reuniram-se, no dia 4, em Brasília (DF) para debater as implicações da MP que modificou a estrutura e a remuneração dos docentes universitários. A Adufrj-SSind esteve representada por sua assessoria jurídica.

Um mês antes das eleições para o governo do estado do Rio, a seção sindical dos docentes da UFRJ promoveu um debate com candidatos da esquerda ao governo estado do Rio de Janeiro. Estiveram presentes Milton Temer (PSOL, PCB, PSTU), Carlos Lupi (PDT) e o jornalista e professor de Comunicação Social Leo Leal, que falou para os alunos sobre a opção pelo voto nulo.

No dia 24, o Consuni definiu as normas da progressão funcional para a nova classe de Professor Associado. A regulamentação na UFRJ contou com algumas sugestões da Adufrj-SSind.

O Fórum de Ciência e Cultura através da Cia. Experimental de Ópera da Escola de música apresentou pela primeira vez a montagem em ópera da obra de Dias Gomes, ("O pagador de promessas"). O espetáculo foi realizado no teatro João Caetano.

Aconteceu entre os dias 28 de agosto e 1° de setembro a Semana Nacional pela Regulamentação do Trabalho, organizada pelo Movimento Estudantil de Educação Física e o Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Profissional de Educação Física (MNCR).

Atrasado e em três vezes

Em agosto, os professores das universidades federais receberam os atrasados do reajuste da MP 295 em três parcelas que começaram a ser pagas no contracheque de junho. O reajuste médio de 10% concedido pela medida esteve longe de contemplar as necessidades salariais da categoria, mas foi fruto da luta dos docentes das federais durante uma greve nacional de 112 dias, a mais longa da história do movimento docente, realizada em 2005.

Em 2006, a MP 295 foi trasformada em lei que criou uma nova classe na carreira do magistério superior - Professor Associado - e outra na carreira de 1º e 2º graus - Classe Especial. Um artifício encontrado pelo governo Lula para não aumentar o índice de reajuste mas garantir algum aumento para os docentes mais titulados e ainda manter congelada a realização de concurso para a classe de Titular.

Setembro

A insatisfação com as medidas provisórias editadas pelo governo federal levou mais de dois mil servidores à Esplanada dos Ministérios, em Brasília, no dia 5. O ato público foi organizado pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF). Ainda no mesmo dia, o projeto conhecido como Super Simples, que cria o novo sistema tributário, foi aprovado pela Câmara dos Deputados. De autoria do deputado, Luiz Hauly do PSDB/PR unifica oito imposto em uma só cobrança, o que aparentemente facilitaria a vida dos trabalhadores contribuintes. No entanto, o Super Simples foi aprovado sem que fossem feitas as mudanças solicitadas pelas entidades sindicais quanto aos direitos trabalhistas.

O Consuni do dia 14 foi mais uma vez centro das manifestações dos estudantes pela abertura do restaurante universitário, já que o reitor havia se comprometido com o funcionamento do bandejão para maio de 2007 e, até aquele momento, não havia nem sinal de obras no local planejado (próximo ao CCS).

A sessão do dia 22 foi solene para o Consuni, que homenageou os estudantes que resistiram à invasão pela polícia do prédio da antiga Faculdade Nacional de Medicina, na madrugada de 23 de setembro de 1966, no *campus* da Praia Vermelha, em Botafogo. A data ficou conhecida como o *Massacre da Praia Vermelha*.

Carla Lisboa

Outubro

Mês de vitória para a Adufrj-SSind e docentes da UFRJ. A Caixa Econômica Federal liberou o pagamento da ação ganha pela seção sindical relativa às diferenças dos planos econômicos que não haviam incidido sobre o FGTS.

Nos dias 6, 7 e 8, o Andes-SN realizou seminário nacional sobre o Ensino a Distância. No dia 8, aconteceu a última Plenária Nacional do Servidores, em Brasília (DF). Na ocasião, foi montado um calendário de atividades para fazer frente às reformas neoliberais e organizar a campanha salarial de 2007.

Adufrj-SSind

Wagner Maiolino

Organização dos trabalhadores na pauta do movimento docente

Em novembro, a seção sindical realizou dois encontros com representantes de fóruns de reorganização da classe trabalhadora. No dia 13, o coordenador nacional da Conlutas, José Maria Almeida (foto acima) participou de reunião aberta com a diretoria e Conselho de Representantes da entidade. No dia 23, o professor da UFRJ e representante da Intersindical, Eduardo Serra, também conversou com os docentes sobre proposta de retomar o movimento sindical classista diante da conjuntura política, especialmente depois que a CUT virou braço de apoio do governo federal.

O Jornal da Adufrj publicou, ainda, análises desses dois fóruns de trabalhadores nas edições 520 (5/12/06) e 521 (12/12/06).

Bandejão Já

Dois mil e seis foi mais um ano de luta pela construção de um bandejão na UFRJ. Estudantes e representantes do movimento estudantil estiveram diversas vezes no Conselho Universitário reivindicando do reitor Aloísio Teixeira a promessa do início das obras do restaurante universitário no Fundão, inicialmente previsto para 2006. Em janeiro de 2007, não há sinal de obras no local previsto (ao lado da Escola de Educação Física).

Revolta em Oaxaca

A dura repressão policial a uma greve de professores do estado de Oaxaca, ao sul do México, deu início a uma ampla revolta popular. Em junho de 2006, fundou-se a Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), que pede mudanças políticas e econômicas para o desenvolvimento da região, uma das mais pobres daquele país. Mas a perseguição das autoridades mexicanas ao movimento continuou pelos meses seguintes produzindo mortos, feridos, presos e desaparecidos políticos.

Em novembro, o cônsul mexicano Juan Andrés Ordoñez Gómez também chamou as forças policiais para atacar uma manifestação de solidariedade ao povo mexicano, na frente da sede do consulado, na Praia de Botafogo, no Rio de Janeiro.

Novembro

Uma manifestação organizada de solidariedade ao povo mexicano da cidade de Oaxaca termina em violência no Rio, no 1º dia do mês. O cônsul Juan Ordoñez Gómez foi o responsável por chamar as forças policiais para atacar os manifestantes, que queriam entregar ao cônsul a "Declaração de repúdio à ação do governo mexicano contra a Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca".

Neste mês que a greve dos professores no Ceará completou 5 meses, o objetivo era conseguir plano de cargos e salários unificado para as três instituições estaduais de ensino superior.

Depois do anúncio de que o bandejão ficaria pronto em março de 2008, mais de 300 alunos ocuparam as dependências da sala de conselho superior. A manifestação aconteceu no dia 9, e tinha o objetivo de cobrar pressa à reitoria na última sessão do Consuni.

No dia 12, estudantes universitários, em todo país, organizaram manifestações contra a prova do MEC que avalia as faculdades. Para o Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), foram selecionados 488.883 estudantes de 871 municípios do país, e 1.619 instituições foram avaliadas pelo desempenho dos alunos no exame.

Repercutiu na última sessão do Consuni, que aconteceu no dia 23, o protesto dos estudantes pela imediata construção do bandejão na UFRJ. O reitor Aloisio Teixeira, disse ter achado inadmissível o ato e que a manifestação ameaçaria a normalidade institucional da universidade. Novo cronograma para a construção do bandejão foi apresentado pelo dirigente.

Dezembro

Mês contemplado pela terceira listagem do FGTS que beneficia os professores que não foram chamados para aderir à proposta de acordo da Caixa Econômica Federal para a liberação de suas contas.

Dia 7, o reitor da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Davi Ferreira Barros, demitiu via e-mail e telegrama 148 docentes.

Colegiados

Continuação da capa

Apesar das críticas à lista tríplice – dispositivo que injustiçou o próprio Aloísio Teixeira em 1998, com a nomeação do interventor Vilhena -, houve o receio de que uma mudança no processo interno que colidisse com a legislação viesse a invalidar a eleição para reitoria da UFRJ. "Há o risco de qualquer pessoa acionar o Judiciário, da UFRJ ou mesmo de fora dela. Não podemos embarcar nesta aventura. Seria ruim para nós. Temos de seguir estritamente a legislação vigente, por mais que lutemos contra ela", afirmou Luiz Antônio Cunha.

No início do debate sobre o calendário da sucessão eleitoral, o reitor comentou que, pela atual legislação, são elegíveis os integrantes dos antigos dois últimos níveis da carreira docente (Titulares e Adjuntos IV), além de todos os portadores do diploma de doutorado. Como recentemente surgiu uma nova classe entre esses dois níveis, a reitoria propôs uma resolução que incluísse de forma explícita os Associados. Mas o colegiado entendeu que não seria necessária nenhuma ênfase na nova classe, uma vez que todos os Associados precisam possuir o título de doutor.

Manifesto

O Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na sessão extraordinária de 21/12/06, decide manifestar sua indignação e veemente protesto contra a injustificada persistência de uma legislação anacrônica, incompatível com a autonomia política e acadêmica das instituições federais de ensino superior.

Neste sentido, reivindica a imediata mudança desta legislação de forma que o processo de escolha de dirigentes se desenvolva e se esgote no âmbito das próprias instituições.

Adufrj-SSind

Adufrj inicia preparação para o 26º Congresso do Andes-SN

Assembléia debate organização da classe trabalhadora, reforma universitária e mobilização da categoria docente

Na primeira Assembléia Geral de 2007, os professores voltaram suas atenções para a realização do 26º Congresso do Andes-SN, marcado para Campina Grande (PB), de 27 de fevereiro a 4 de março. Alguns dos principais temas que estarão em debate no encontro sindical, como a reorganização da classe trabalhadora e a reforma universitária do governo Lula, também dominaram os discursos na AG ocorrida no dia 11 de janeiro, no Auditório da Escola de Serviço Social.

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, observou que há grande dificuldade de recompor o campo de esquerda, diante do governo Lula. Mas lembrou também que o próprio governo apresenta sérios problemas. "Lula ganhou a eleição com muitos votos, mas a festa da posse foi um fiasco", comentou. Para Simões, esse é momento para conseguir o crescimento, de forma organizada, dos movimentos de oposição às reformas neoliberais.

Seguiu-se um debate sobre a possível filiação do Andes-SN à Conlutas – criada como alternativa à governista CUT -, que será objeto de deliberação do Congresso de Campina Grande. Alguns entendem que o Sindicato Nacional deve se filiar para fortalecer a oposição às reformas do governo. Outros compreendem que uma adesão, neste momento, poderia prejudicar o bom relacionamento do Andes-SN com outras categorias, não filiadas à Conlutas, no encaminhamento de lutas contra a reforma universitária, por exemplo.

O professor Roberto Leher (Faculdade de Educação) alertou a todos sobre a proposta de alguns reitores, conhecida como Universidade Nova, de modificar a estrutura curricular das instituições de ensino superior, numa forma de complementar a reforma do governo Lula. Roberto acrescentou que percebe grande disposição de enfrentamento contra a reforma dentro da comunidade acadêmica, principalmente entre os estudantes (exceção feita à governista UNE), e entre outras categorias informadas sobre a situação.

Mobilizar a base

Em comum, todos os presentes falaram sobre a necessidade de fazer esses temas chegarem aos docentes, seja em seminários ou em reuniões de grupos de trabalho. "A reorganização da esquerda passa por um balanço do PT e da CUT. A avaliação de conjuntura implica, necessariamente, em definir encaminhamentos e ações, entre elas, a prioridade é o fortalecimento do movimento docente local", avaliou Vera Salim, vice-presidente da Adufrj-SSind.

Delegação parcialmente definida

A Assembléia aprovou como representantes da Adufrj-SSind ao 26º Congresso os professores Cristina Miranda (Colégio de Aplicação), Luis Paulo (Instituto de Matemática), José Henrique Sanglard (Escola Politécnica), José Simões (Instituto de Física), Leandro Nogueira (Escola de Educação Física e Desportos), Roberto Leher (Faculdade de Educação), Vera Salim (Coppe) e Janete Luzia Leite e Sara Granemann (ambas da Escola de Serviço Social).

Como a Adufrj-SSind pode enviar 13 representantes com direito a voto, a próxima Assembléia deve completar a delegação. Os professores Leandro e José Sanglard, a princípio, pediram para ir como observadores (sem direito a voto). Porém, se a AG do dia 13/2 não preencher as vagas restantes, serão encaminhados também como delegados.

Próximas atividades

Os grupos de trabalho locais (GTs) foram incentivados a se reunirem já a partir desta semana, na continuidade da preparação para o Congresso de Campina Grande.

Definiu-se para 31 de janeiro uma reunião da delegação da Adufrj-SSind ao Congresso para debate do Caderno de Textos – documento que guia os trabalhos no evento -, cujo conteúdo deverá ser divulgado pela diretoria nacional do Andes-SN às seções sindicais na semana imediatamente anterior.

Ficou prevista, ainda, uma Assembléia Geral da Adufrj-SSind para 13 de fevereiro, uma vez que o prazo final para o envio de possíveis contribuições ao Anexo do Caderno de Textos do 26º Congresso é o dia 15. Veja chamada na capa desta edição.

Aprovados regimentos de novos núcleos da UFRJ

No Consuni de 21/12, foram aprovados os regimentos do Núcleo de Estudos Internacionais, vinculado ao CCJE; e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos, vinculado ao CFCH.

Comissão de acompanhamento do bandejão

Formalizou-se uma comissão do Consuni para acompanhamento da implantação do projeto de restaurante universitário. Integram a comissão os professores Walter Suemitsu (decano do CT), Alcino Câmara (decano CCJE), Almir Fraga (decano CCS) e Miriam Kaiuca (vice-diretora do CAp), o técnico-administrativo Agnaldo Fernandes e as alunas Flávia Calé e Renata Anomal.

Inclusão de Filosofia no vestibular

Foi novamente adiado o debate sobre a inclusão da Filosofia nos exames de acesso à UFRJ. Uma comissão chegou a apresentar um relatório com a proposta de inserção da disciplina nos próximos concursos: em 2008, seriam quatro questões, em prova não-específica, aplicada para candidatos a cursos dos grupos 4 (Administração, Ciências Contábeis, entre outros) e 5 (Comunicação Social, Direito, Filosofia, entre outros); em 2009, seriam quatro questões, em prova não específica, aplicada para candidatos de todos os grupos; a partir de 2010, novamente outras quatro questões em prova não específica para todos. Mas é aberta a possibilidade de se tornar exame específico para os cursos que, por meio de suas Congregações, assim o decidirem. Durante a discussão, o pró-reitor José Roberto Meyer pediu vistas do processo, que somente retornará à pauta em fevereiro.

Moradores da Vila Residencial poderão ter a posse de seus terrenos

Foi aprovada na última sessão extraordinária do Consuni (21/12) a Concessão de Uso Especial para fins de moradia em nome dos moradores da Vila Residencial da UFRJ. O processo teve como base a Medida Provisória n° 2.220, do dia 4 de setembro de 2001. A MP assegura a moradores o direito à concessão de uso para fins de moradia os terrenos que estiverem sendo habitados há mais de cinco anos ininterruptamente e sem oposição. A partir da aprovação, a prefeitura da Cidade Universitária deixa de ter qualquer tipo responsabilidade sobre os terrenos, que fica a encargo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Estágio probatório docente

A proposta de resolução que altera o artigo 14 que trata do estágio probatório docente também foi aprovada na última sessão extraordinária do Consuni (21/12). O Conselho universitário resolveu retirar da redação do artigo a frase "bem como a sua publicação no diário oficial". A decisão foi tomada com o objetivo de facilitar os trâmites do processo. Segundo a professora e relatora do processo, Ana Canen, todas as vezes que o CPPD enviava ao Diário Oficial o conteúdo a ser publicado, o órgão governamental enviava uma nota à coordenação alegando que a publicação não podia ser feita pois se tratava de assunto interno.

Opinião

Fortalecer a CONLUTAS é fortalecer o Andes-SN

Janete Luzia

Os principais acontecimentos político-econômicos que tiveram seu evolver a partir da década de 70 (dentro e fora do país) completam a transição, no interior do processo capitalista, de um novo ciclo de acumulação. Juntamente com a ofensiva neoliberal, esses acontecimentos provocaram profundas transformações no chamado "mundo do trabalho", instituindo novas formas organizacionais na estrutura produtiva e nas tradicionais representações dos trabalhadores.

Direitos trabalhistas, duramente conquistados pela luta das classes trabalhadoras, foram flexibilizados, desregulamentados ou simplesmente suprimidos pela implementação de modalidades de processo de trabalho, que aumentam a exploração e o controle sobre o "mundo do trabalho". Assim, a entrada do novo milênio apresenta uma tendência à "docilização" da classe trabalhadora.

Nesse processo de intensificação de perdas, ata-se o sindicalismo ao ideário e ao universo patronal. Demonstra-se, mais uma vez, que o movimento sindical sem direção de vanguarda revolucionária leva ao possibilismo, isto é, à ilusão de que o melhor é manter-se dentro do possível. Uma das "saídas" encontradas por esse possibilismo é a avalanche de reformismos sindicais com o ordinário verniz de esquerda que presenciamos na atualidade. Isso significa a agregação ou recuo de direções sindicais ou entidades diante das políticas governamentais. Um assistencialismo de péssima cepa que aprofunda a penalização da classe trabalhadora.

A instituição do desconto na folha de pagamento de empréstimos a "juros módicos", a implementação de falaciosas e demagógicas políticas de ação afirmativa "emergenciais", alardeadas como reparadoras, destinadas a "identidades minoritárias", jogando trabalhador contra trabalhador, na vã esperança de um lugar ao sol, são exemplos desse aprofundamento do sistema. A conseqüência mais imediata dessa conjuntura é a desmobilização (no lugar da organização), a desconfiança (ao invés da solidariedade) e o pessimismo (que paralisa e impede a luta).

O processo de degeneração da CUT, que se inicia nos anos 1990, se consolida com a chegada de Lula à Presidência. Aproveitando-se do fato de que o senso comum ainda a considera como parte da "sociedade civil", esta Central atua no amortecimento das contradições postas pela política governamental. A elaboração, definição e defesa das (contra)reformas da Previdência, universitária, trabalhista e sindical propostas pela equipe governamental demonstraram indubitavelmente a perda de identidade da CUT. O governo Lula da Silva joga pesado na institucionalização das práticas políticas democráticas, retirando-lhes os potenciais de resistência e de eversão, o que só acontecerá com um investimento igualmente pesado na organização autônoma dos trabalhadores e dos movimentos populares.

Diante desse quadro adverso, o Andes-SN se mantém como destacado instrumento de luta do movimento docente, em nível nacional, com sua estrutura autônoma, não permitindo intervenções do poder do Estado e, principalmente, de partidos políticos. Analisando esse cenário, o Andes-SN, em seu, 23° Congresso (Salvador, 2004), quando ainda debatia sobre a permanência ou não do Sindicato como filiado à CUT, deliberou pela participação no Encontro Nacional Sindical (Luziânia (GO), março/2004), que contou com a presença de mais de 1.800 dirigentes sindicais e de movimentos sociais, quando então foi fundada a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) que já contou com o Andes-SN em sua Coordenação. No 24º Congresso do Andes-SN (Curitiba, 2005), após deliberar pela desfiliação da CUT, foi aprovado, em conjunto com as seções sindicais, a intensificação da participação do Sindicato na Conlutas, mesmo trabalhando com outros fóruns de resistência às reformas do des(governo) Silva. Mas apenas o rompimento com a Central não garantia uma rearticulação do sindicalismo combativo.

Ainda em 2004, a Conlutas, junto com outros setores, chamou urna marcha contra a reforma universitária e realizou seu primeiro encontro em 2005, durante o Fórum Social Mundial. No ano de 2005, respondeu à crise do governo e ao cordão protetor tentado pela CUT, UNE e MST com a Carta aos Brasileiros, conclamando a uma outra marcha, em 17 de agosto, e um segundo encontro da Conlutas, que resolveu convocar um Congresso Nacional de Trabalhadores (Conat) para discutir uma maior institucionalização da Coordenação.

I Conat – formaliza-se uma nova entidade no combate às políticas neoliberais

Realizado na pequena cidade de Sumaré (SP), de 5 a 7 de maio de 2006, o Conat contou com a participação de 529 delegações de todo o país, registrando-se a presença de 2729 delegados eleitos em assembléias de base, 235 observadores e 202 convidados, além de inúmeras delegações estrangeiras. No total, estiveram presentes 3550 pessoas, representando 1.771.000 mil trabalhadores, estudantes e participantes de movimentos sociais de base. A Conlutas conta, hoje, com mais de duzentos sindicatos, dezenas de organizações tanto do movimento popular da cidade e do campo quanto do movimento estudantil[1]. Com um número parecido, o movimento pró-CUT convocou o congresso de fundação da CUT, em 1983, sendo acusado de dividir o movimento e não incluir todos da esquerda de então.

A plenária do Andes-SN do Congresso de Cuiabá (2006), seguindo orientação da Diretoria Nacional, havia aprovado posicionar-se contrariamente à formalização da Conlutas em entidade, naquele momento. Outrossim, deliberou também pela participação do Andes-SN como observador do Conat, apresentando documento argumentativo sobre a inoportunidade da sua transformação em entidade formal. No Conat, o Andes-SN se fez representar por 21 seções sindicais, tendo 4 dessas deliberado, em assembléia, pela participação com delegados. Acrescente-se a esse contingente os militantes do Sindicato, presentes na condição de oposição sindical da respectiva base.

A realização do Conat demonstrou, então, o acerto daqueles que, durante o Congresso de Cuiabá, alertaram para o fato de que o texto de resolução proposto pela diretoria nacional naquele momento engessaria a participação do Sindicato e defenderam ainda a participação efetiva do Andes-SN no Conat, ainda que isso não indicasse, de imediato, a sua filiação, no caso de formalização da nova entidade. Contrariando as expectativas pessimistas da direção nacional do Andes-SN com relação a esse novo espaço de organização dos trabalhadores, no entanto, nascia um novo marco na história das lutas da classe trabalhadora brasileira. Não reconhecê-lo seria cegueira. Os fatos demonstram, portanto, o acerto do Andes-SN de se desfiliar da CUT e investir pesadamente na construção da Conlutas. O Andes-SN, desde o inicio, teve participação destacada na Conlutas. Não podemos, então, ficar a meio caminho.

Seguindo esse pressuposto, a Adufrj-SSind, que já vinha acompanhando as reuniões do Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical (GTPFS) do Andes-SN, e cumprindo o calendário aprovado no 51º Conad (Juiz de Fora, 2006), participou do Seminário Nacional "Organizar a Luta contra as Reformas Neoliberais" (23 a 25 outubro – SP), que superou todas as expectativas, ao abrigar 450 participantes de cerca de 150 entidades sindicais e de movimentos sociais e populares de 21 estados brasileiros[2]. Aproximadamente 20 SSind do Andes-SN compareceram ao evento.

Além disso, promoveu também debates com representantes da Conlutas e da Intersindical para a comunidade da UFRJ a fim de fomentar a discussão sobre a organização da classe trabalhadora.

Em dezembro (1º a 3), enviou militantes para o Seminário Reorganização da Classe Trabalhadora, promovido pelo Andes-SN, que debateu com suas bases as alternativas postas para a reorganização sindical brasileira.

Depreende-se, portanto, que estamos agora em um novo patamar, porque houve a criação formal de urna nova entidade e, a partir dai, as relações interentidades deverão se dar com base nesse fato, o que nos coloca a tarefa de consolidar a nossa relação com a Conlutas. O Conat demonstrou o acúmulo construído pela classe trabalhadora: não é qualquer coisa, nessa conjuntura, reunir 4 mil trabalhadores, um importante conjunto de forças, numa perspectiva de enfrentamento com o que está posto. Essa positividade traz, também, o desafio de superar a condição de ser a vanguarda que movimenta o processo, e buscar enraizá-lo nas bases. Há a clareza de que houve um salto de qualidade. Esse salto permite a construção de uma referência, tanto prática quanto simbólica, para a classe trabalhadora, notadamente num momento em que essa classe vive uma situação de refluxo. Não há mais como duvidar de que a Conlutas está se constituindo como a mais importante alternativa capaz de aglutinar as forças de esquerda.

São imensos os desafios postos hoje às entidades sindicais que, como o Andes-SN, permanecem no combate à ofensiva neoliberal, que fragmenta a luta e individualiza a busca de soluções. O êxito dessa batalha não será facilmente alcançado, haja vista a desmobilização das bases e a descrença nas soluções coletivas. Precisamos fazer o chamado a todos os setores, porque o Andes-SN faz parte dessa construção, dessa alternativa nascida das lutas. Que seja o nosso Sindicato um instrumento a serviço desse ideal.

*Professora da Escola de Serviço Social e integrante do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

[1] Os números do CONAT confirmam uma vitória. Disponível em http://www.conlutas.org.br

[2] Idem.

Opinião

América Latina: rumo a uma "normalização de esquerda"?

Osvaldo Coggiola*

Pelas previsões econômicas para 2007, na América Latina, o crescimento do PIB superaria as estimativas e avançaria 5,3%, completando quatro anos de crescimento. A previsão anterior era de crescimento de 5%. Todos os países latino-americanos, exceto o Chile, mostraram crescimento superior ao do ano passado, quando a região registrou expansão de 4,5% em média.

A região foi novamente beneficiada por uma maior demanda por matérias-primas, cujas exportações são o motor da economia regional, que não quebrou sua histórica dependência das exportações primárias, às vezes de um pequeno número de ítens. Depois de ter crescido entre 1980 a 2002 com uma taxa anual de 2,2%, 2006 será o quarto ano consecutivo de alta e o terceiro com taxa maior que 4% para o PIB da América Latina.

As vitórias eleitorais de Chávez e Lula, de Correia (Equador) e Ortega (Nicarágua) parecem indicar que a "esquerda" latino-americana capitalizaria esse cenário favorável, completado pela morte do símbolo das ditaduras militares dos anos 70 (Pinochet). A revista mais deslavada e conscientemente imperialista do planeta, *The Economist*, não se preocupa com isso, e cumprimenta a "boa saúde" das instituições do continente. No entanto, a direita conservou o poder, fraudes e repressão, em dois países-chave: Colômbia (Uribe) e México (Calderón).

Rafael Correa, sustentado por Chávez, venceu no Equador o candidato capitalista e direitista Alvaro Noboa, recuperando a tendência nacionalista iniciada no país com a sublevação do ano 2000. Correa disse que renegociaria os contratos de petróleo do Equador, beneficiando o Estado; que não assinaria o acordo de livre comércio com os EUA; e até declararia moratória da dívida externa (não quer pagar mais de 2% de juros, o que significaria um abatimento de 80% da dívida pública). Trata-se de uma tentativa de nacionalismo fiscal, sem transformação social. A entrada do país no Mercosul busca uma proteção internacional para essa política, dando também garantia para a dominação do grande capital, que domina o precário bloco comercial do Cone Sul.

Na Venezuela, Chávez ganhou eleições (desta vez presidenciais) pela oitava vez, com aumento da participação eleitoral: fechou, portanto, a crise política aberta em 2002, quando houve uma fracassada tentativa golpista em abril, continuada em 2004, quando a mesma oposição golpista pretendeu eliminar Chávez através de um referendo. E também fracassou o *lock-out* patronal de dezembro de 2002 ate fevereiro de 2003.

A PDVSA (estatal de petróleo) repassa ao Estado venezuelano 8 bilhões de dólares anuais; o gasto social total é de 25 bilhões de dólares, metade da despesa estatal. Isto cria uma base social enorme para Chávez. A arrecadação fiscal cresceu, entre 2000 e 2006, de 8 para 50 bilhões de dólares, devido ao aumento do preço internacional do petróleo, o que significa uma redistribuição da renda mundial em benefício dos países petroleiros, como Venezuela.

Chávez declarou "não queremos uma ditadura do proletariado, como dizia Marx", ao mesmo tempo em que propôs um "partido único" do processo revolucionário. Isto significaria a liquidação da independência de classe, em todos os planos. Ao mesmo tempo, os EUA e Venezuela iniciaram um processo de diálogo, segundo o embaixador ianque em Caracas, William Brownfield: "*Comenzamos un diálogo bilateral, es el primer paso*". As conseqüências da vitória democrata nas legislativas dos EUA já se fazem sentir na política externa. Brownfield manifestou a disposição dos EUA para restabelecer as relações afetadas pelos insultos trocados em público entre Bush e Chávez.

E o sandinista Daniel Ortega venceu, a 5 de novembro, as presidenciais na Nicarágua, derrotando por estreita margem o candidato dos ianques, o banqueiro Eduardo Montealegre. Embora os EUA realizassem um sério esforço para evitar a vitória de Ortega, este se apresentou como o candidato da "reconciliação" com a direita e a "*contra*"; um dos centros da campanha eleitoral de Ortega – que não usou o tradicional vermelho e preto sandinista, substituído pelo rosa da Internacional Socialista – foi a abolição do aborto terapêutico. Ortega já apoiou a firma da ALCA, e a vizinha Costa Rica já tem seu TLC com os EUA.

> "As vitórias eleitorais de Chávez e Lula, de Correia (Equador) e Ortega (Nicarágua) parecem indicar que a "esquerda" latino-americana capitalizaria esse cenário favorável, completado pela morte do símbolo das ditaduras militares dos anos 70 (Pinochet)"

Na Bolívia, Andrés Soliz Rada, ex ministro de Hidrocarbonetos e Energia de Evo Morales, e promotor do decreto que nacionalizou o gás e o petróleo em maio de 2006, protestou contra os contratos petroleiros firmados pelo governo, a 28 e 29 de outubro, com grandes companhias privadas. Soliz Rada diz que esses contratos comprometem a totalidade das reservas bolivianas de hidrocarbonetos, em mais de 200 bilhões de dólares. Diferentemente do que acontecera em maio, os acordos foram saudados por todos os círculos capitalistas, pois neles fica cancelada qualquer reparação ou indenização ao Estado pelas irregularidades de todo tipo cometidas na assinatura dos contratos originais, que eram uma virtual concessão gratuita de jazidas e ativos que pertenciam à YPF de Bolívia. Nas fraudes estão envolvidas a Repsol, a Amoco, a Pan American, a Enron e a Shell... Depois do "terremoto" de 2006, a Bolívia começa a retornar à "normalidade" do convívio com os monopólios do grande capital.

No aniversário da independência nacional, milhares de haitianos saíram às ruas para exigir a retirada da missão da ONU (encabeçada pelo Brasil, e com forte participação da Argentina), acusada de atirar indiscriminadamente contra a população, no melhor estilo do exército israelense na Palestina: os tanques das "forças de paz" entram nos bairros, fecham as saídas com *bulldozers*, e metralham as casas de madeira, continuando a perseguição dentro das casas.

A principal mobilização no continente, no momento, acha-se no México, onde surgiu a APPO (*Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca*), em congresso com 700 delegados de bairros, barricadas, comunidades indígenas e camponesas, trabalhadores e estudantes. A luta pela destituição do governador de Oaxaca, Ulises Ruiz, já ultrapassou o sétimo mês. Felipe Calderón começou sua presidência fraudulenta com a detenção dos dirigentes da APPO que foram à capital para uma reunião acordada com a Secretaria de Governo, um verdadeiro escândalo.

Pouco surpreendente, se levado em conta que o gabinete econômico de Calderón responde aos grandes monopólios bancários e industriais, e tem como programa a privatização da Pemex (estatal do petróleo) e da energia elétrica, ou seja, um governo de guerra contra os trabalhadores. No dia da posse de Calderón, o candidato vencido pela fraude do governo de Fox, Andrés López Obrador, do PRD, encabeçou uma manifestação de protesto de 200 mil pessoas. Mas, no final da passeata, López Obrador reivindicou seus deputados (que permitiram a posse pacífica de Calderón) e reiterou que sua "resistência" terá como cenário principal o parlamento (onde o PRD é minoria).

E, na Argentina, renasceram as Assembléias Populares, como em Gualeguaychú, à beira do Paraná e na fronteira com o Uruguai, contra a instalação de uma planta poluidora de produção de papel: em defesa do meio ambiente, ou seja, da vida, os trabalhadores mobilizados criaram uma crise internacional entre Argentina e Uruguai.

No Chile, morreu Pinochet, impune. Com centenas de causas abertas, mas nenhuma condenação. Nem pelos trabalhadores chilenos executados e desaparecidos durante seu longo governo. Nem pelo roubo, em sociedade com sua família, e com apoio do "respeitável" Banco Riggs – entre outros – de 16 milhões de dólares, e 9.000 barras de ouro por valor de 127 milhões de euros. Roubos vinculados ao narcotráfico, à lavagem de dinheiro, à venda ilegal de armas.

Pinochet aprovara, no seu governo, em 1978, uma lei de anistia que lhe garantiu impunidade. Auto-nomeou-se senador vitalício, com imunidade igualmente vitalícia. Os políticos e governos da *Concertación* (socialistas e democratas cristãos) não anularam a lei de proteção de crimes de lesa humanidade. Antes que sua morte extinguisse suas responsabilidades penais, Augusto Pinochet já tinha conseguido em vida garantir seu objetivo: a impunidade eterna. E sua "obra" – a privatização completa da educação, da saúde, das empresas estatais – fica em pé no Chile "socialista" de hoje.

> "A principal mobilização no continente, no momento, acha-se no México, onde surgiu a APPO (*Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca*), em congresso com 700 delegados de bairros, barricadas, comunidades indígenas e camponesas, trabalhadores e estudantes"

A vitória eleitoral dos democratas, nos EUA, muda alguma coisa para América Latina? Certamente haverá mudanças políticas, mais tentativas de cooptação. Mas, em política externa, os democratas estiveram entre os mais férreos defensores da invasão e da ocupação do Iraque. Na política interna, também foram impulsionadores da liquidação das liberdades civis nos EUA (a *Patriot Act*, e inclusive a renovação dessa peça jurídica reacionária em janeiro de 2005) em nome da "luta contra o terrorismo". Com apoio democrata, foi editada a lei que autoriza a tortura. O Congresso norte-americano modificou a lei de tribunais militares, dando, pela primeira vez, apoio legislativo a regras de detenção, interrogação e acusação de "suspeitos de terrorismo" muito diferente das que são normalmente aplicadas nos Estados Unidos. O Congresso norte-americano legalizou deste modo, portanto, as violações mais absurdas dos direitos humanos, entre elas a tortura para obter confissões de prisioneiros. Os horrores que vimos em prisões como Abu Grahib e Guantánamo não só não desaparecerão, mas agora passariam a ser legais

Os democratas carecem de política alternativa à de Bush diante da guerra e da crise do Oriente Médio. Como Bush, rejeitam a retirada das tropas do Iraque; são até favoráveis ao seu reforço. Como Bush, são partidários do incremento do "combate ao terrorismo". E também reclamam renovar a pressão sobre Irã e Síria.

No meio disso, o Brasil deve fechar o ano com o segundo pior índice de crescimento da América Latina. A expectativa é que o PIB do país cresça apenas 2,8%, segundo balanço divulgado pela Cepal. A taxa, considerando os 19 países da América Latina, só é maior que a prevista para o Haiti, de 2,5%. Se forem levados em consideração também os países do Caribe, o Brasil acaba como 29º no ranking de crescimento do PIB previsto para 2006, só à frente do Haiti.

O "nosso" presidente re-eleito com 60% dos votos (válidos) dedica-se a teorizar acerca dos benefícios de ser de esquerda na juventude, e de direita na velhice, enquanto se situa, ele, no "meio termo" (ou terno?). A "bonança" internacional do capital é precária. E, em Oaxaca, Gualeguaychú, Bolívia, Haiti, um jovem continente se empenha no seu juvenil pecado "de esquerda". Em reunião com Lula, Hugo Chávez se queixou de que América Latina "está sem rumo". Seria bom que desse uma olhada nesses países e cidades para encontrar um.

*Professor de Departamento de História da USP

> "No meio disso, o Brasil deve fechar o ano com o segundo pior índice de crescimento da América Latina. A expectativa é que o PIB do país cresça apenas 2,8%, segundo balanço divulgado pela Cepal"

Internacional

Chávez toma posse e estatiza empresas

Presidente defende construção de uma Venezuela Socialista

Após oferecer flores ao túmulo de Simón Bolívar (1783-1830) - histórico líder de independência dos países da América do Sul -, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, tomou posse na quarta-feira passada (10/01) para seu terceiro mandato presidencial. Seu governo se reinicia em 2007 e permanece até 2013, quando serão realizadas novas eleições.

Na cerimônia de sua posse, Chávez reproduziu a frase do líder cubano Fidel Castro: "Pátria-mãe: Socialismo ou a morte, eu juro" e reiterou que seu principal objetivo até 2013 é "construir uma Venezuela socialista". O presidente venezuelano expôs seu projeto de governo que se caracteriza pela nacionalização de empresas, que foram privatizadas no início da década de 1990, e de outras que sempre foram privadas, mas que controlam áreas estratégicas para a soberania e segurança do país.

http://www.venezuela.gov.ve

Estatatização

Empresas de telecomunicações, como a *Compañia Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela* (Cantv) e de eletricidade, que é o caso da *Electricidad de Caracas*, deverão ser estatizadas; além da nacionalização de algumas áreas controladas por multinacionais do petróleo na faixa do rio Orinoco. Chávez ainda disse que anulará a autonomia do Banco Central da Venezuela (BCV), pois o banco tem que se tornar uma das peças fundamentais de sua política econômica.

O presidente venezuelano planeja mudar os direitos de propriedade, ampliando o conceito de propriedade coletiva; além de limitar a lucratividade de bancos instituições de saúde e educacionais e aumentar ainda mais a intervenção do Estado nos assuntos petrolíferos.

Chávez também anunciou que o Congresso irá aprovar uma reforma constitucional possibilitando a reeleição indefinida e sua atuação no governo por meio de decretos (Lei Habilitadora). A presidente da Assembléia Nacional, Cilia Flores, confirmou que o Parlamento outorgará poderes especiais a Chávez, para que ele possa governar por decretos em determinadas situações.

EUA reagem às nacionalizações

O porta-voz do Conselho Nacional de Segurança dos EUA, Gordon Johndroe, se manifestou em relação aos planos de Hugo Chávez de nacionalizar empresas: "Se alguma firma norte-americana for afetada, esperamos que seja compensada justa e rapidamente. Ouvimos as declarações de Chávez. Vendo o resultado de nacionalizações em outros países, este tipo de ação não produz os benefícios econômicos necessários"

Opinião

Ascensão para o Cadafalso

Ricardo Kubrusly*

Dizer que o enforcamento de Sadan é mais uma atrocidade de democracia ocidental contra o sonho pan-arabista, eternamente adiado, não esconde verdade mas não explica os acontecimentos. Enquanto, do outro lado do mundo, o nefasto ditador latino americano morre impune como um mensaleiro, Sadan é enforcado pelos anões da modernidade. Dizer que o mundo é injusto e que 2006 foi um ano sem delicadezas não esconde verdades mas não explica os acontecimentos.

Em 4 dimensões, sabem há tempo os topólogos, não existem nós. Pelo menos esses, feitos de objetos unidimensionais, ou quase, retorcidos sobre si mesmos, a que nos acostumamos chamar de corda. Esses, lá não há. Aqui, contritos ao aperto tri-dimensional, na ilusão da promessa de um espaço-tempo sem nós, passam-se os acontecimentos.

Entre os falantes, é verdade, todos gritavam ao mesmo tempo e cada um mais alto que o outro. Mesmo quando buscavam os mesmos objetivos e/ou tinham as mesmas idéias eles não se entendiam. Aqui, entre falantes, éramos feitos de nós e sabíamos disso e até orgulhávamo-nos, de certa maneira, em nos sentir um pouco diferentes dos outros seres do mundo. Naqueles tempos, quando já não tínhamos mais o que falar, éramos enforcados por nós mesmos, pelo próprio nó que nos constituía como falante e que trazíamos atrelado ao corpo e que, durante a vida útil, por se assim dizer, que tínhamos enquanto supúnhamos compreender as falas uns dos outros, escondíamos por entre os fios dos nossos pelos. Naqueles tempos, os universos eram planos e infinitos e medíamos o mundo com uma régua transparente que, geralmente, ganhávamos de nossos pais, ainda pequenos.

Em um universo plano, sabem-no bem os físicos, os infinitos distantes, deitados, sustentam a homogeneidade das medidas e a régua transparente nos acompanha, sempre igual, medindo sempre os mesmos tamanhos, pelas jornadas que fazemos através do espaço.

Falávamos tanto e tão alto, que já ninguém nos escutava e tão pouco, escutávamos o que diziam os outros, mas fazíamos tanto barulho que acabamos ´por despertar a curiosidade dos infinitos deitados. Eles se puseram de pé e se aproximaram do mundo para compreender-nos. Para se manterem infinitamente distantes de tudo, embora agora, paradoxalmente, perto dos acontecimentos, encurvaram os espaços, arregaçando-lhes as bordas em hipérboles desconcertantes e de tal maneira que nossas queridas réguas transparentes, que ainda levávamos conosco, eram agora, sempre diferentesde si mesmas e variavam de tamanho para medir o mesmo, sempre que mudávamos de lugar. A cada lugar que íamos correspondia um tamanho de régua diferente.

Os objetos, os acontecimentos, seguiam os ditames das réguas. Agora, todas as coisas eram diferentes de si, dependendo do lugar onde se encontravam e do tempo onde aconteciam. Na prática, tudo continuava o mesmo: éramos iguais mas diferentes.

Talvez por isso é que a morte valia diferente se no asfalto ou no morro, se no ocidente ou no oriente. A vida, ah, a vida, a vida também valia diferente: se nas europas ou nas áfricas, se nos leblons ou se nos vigários gerais.

O triste ano de 2006 deu-se mesmo nessa época, em um curvo espaço e no curto passo dos nós. Os árabes mortos, porque ninguém os compreendia. As crianças, pelos lugares mais curvos, mortas porque ninguém as compreendia. Fidel morto, ressuscitou nas dobras do tempo. Mas as mulheres não, mortas, porque ninguém as compreendia. Era o domínio do medo, e as vozes, dos infelizes falantes, cada vez mais altas e ao mesmo tempo confusas, não eram compreendidas e deram lugar ao silêncio e aos silêncios dos corpos mortos que ninguém compreendia. 2006 deu-se em um espaço curvo onde o burburinho dos gritos dos jovens clamando por história, foi substituído pelo silêncio e pelos silêncios dos medos e dos mortos. Do local ao global, aqui e pelas entranhas expostas do mundo, do simbólico corte às boas vindas dos calouros da nossa UFRJ ao enforcamento do líder árabe, da destruição de Beirute à farsa das eleições desengonçadas dos mesmos, vivemos um ano sem delicadezas, onde a forca, prevista por este jornal em uma de suas charges de nosso último número, nos enfeitou a passagem do ano com seus nós, seus sangues, suas perguntas. Fogos com forca, abriram os trabalhos para um profícuo 2007, que aqui, só começará em março, mas que em outras paragens desse espaço torto já tiveram seus trabalhos iniciados, onde as filas dos enforcados se formam e ao longe se estendem para além dos infinitos de pé, que se divertem distraídos, fora do mundo, manuseando os longos fios que se desprendem de seus dedos infinitos.

As lendas, diferentes dos fatos, não revelam verdades, mas talvez, ajudem a explicar os acontecimentos. Talvez não.

*Diretor da Adufrj-SSind

Assembléia Geral

13 de fevereiro 09:30
(terça-feira)

Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:
1 – 26º Congresso do Andes-SN
2 – Escolha de delegados e observadores para o 26º Congresso do Andes-SN (27 de fevereiro a 04 de março de 2007, em Campina Grande – PB)

Reunião da Delegação da Adufrj-SSind ao 26º Congresso do Andes-SN

31 de janeiro
(quarta-feira)
09:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00

Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:
1 - 26º Congresso do Andes-SN
2 - Reunião aberta para todos professores

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 524 29 de janeiro de 2007

Crescimento?

Utilização do FGTS, arrocho salarial do funcionalismo e mais uma reforma da Previdência são os objetivos do governo Lula

Lançado com estardalhaço pelo governo Lula no último dia 22, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem sido alvo de severas críticas dos representantes de entidades sindicais. Para eles, longe de formar um conjunto de diretrizes para o desenvolvimento do país, o PAC significa mais um ataque aos direitos dos trabalhadores, sejam servidores públicos ou da iniciativa privada.

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, entende que o programa governamental segue o já conhecido modelo das Parcerias Público-Privadas (PP). "É uma proposta de crescimento que amplia as possibilidades para exploração do capitalismo", afirmou.

Leia mais nas páginas 4 a 6

Editorial

A crise da Universidade Brasileira

Um dos pontos centrais da divergência entre o pensamento conservador e o progressista sobre a Universidade brasileira está na origem de sua crise atual. Se o diagnóstico sobre a origem de seus problemas não coincide, certamente os tratamentos propostos serão diferentes. Outro ponto importante que situa posições opostas sobre a Universidade é a da definição de seus objetivos, suas funções, seu papel para a nossa população. Há alguns anos atrás este debate era mais vigoroso, porém atualmente anda rarefeito. Desde o início da década de 90 temos assistido uma série de propostas oficiais de reforma universitária, com apoios expressivos de uma parte da comunidade acadêmica, e a oposição sistemática da maioria dos professores, estudantes e funcionários, com a atuação expressiva do Andes-SN.

Embora nenhuma destas propostas tenha sido integralmente aprovada, vários de seus conteúdos foram implementados de forma sutil. Por outro lado, neste segundo mandato do governo Lula, já temos a apresentação de um projeto de Reforma Universitária, de novas modificações na Previdência, de continuidade da política econômica, de uma velha idéia de uma "Universidade Nova", de modificações profundas no SUS. Portanto, é importante retomarmos a discussão sobre os fundamentos das concepções de Universidade e de suas conseqüências.

O projeto de reforma universitária do governo Lula é uma simples regulamentação do ensino superior privado, com amplos benefícios para o comércio com o ensino a distância. Se a privatização do ensino contivesse um centésimo das maravilhas que o governo e seus aliados promovem, hoje teríamos no país um ensino básico exemplar. Afinal, as elites que chegam à Universidade não são formadas neste esquema?

Os professores que recebem estes alunos sabem que a realidade é outra. Não só o ensino público é precário, mas também o ensino básico privado deixa muito a desejar. E nas universidades, o que acontece? Qual a contribuição do ensino privado ao país? Apesar de todas as evidencias negativas, o governo Lula continua a promover o ensino superior privado. E os sindicatos independentes continuarão a protestar.

Apesar dos aumentos crescentes da arrecadação de impostos, das restrições draconianas aos salários da maioria do funcionalismo público, os serviços públicos básicos que o Estado deve prestar à população não deram sinal de melhora. Pelo contrário, educação, saúde e segurança pública pioraram. Se os salários e aposentadorias do funcionalismo público fossem os responsáveis por estas dificuldades, já não era tempo de termos outros resultados? O governo Lula não responde a nada disto. Pelo contrário, no recente PAC, fixa tetos com as despesas com os servidores até 2016, deixando que "livremente" alguns ganhem reajustes de 100 % e outros de 0,01%. Os sindicatos independentes continuarão a dizer não.

O ponto central que apontamos para a atual crise da Universidade Brasileira é o atual modelo econômico. Na divisão da economia global, foi imposto ao Brasil, com a concordância de nossas elites, o papel de simples exportador de matérias primas e produtos agrícolas e o de comprador de produtos e tecnologias sofisticados. E para movimentar este esquema o Estado brasileiro se endivida e paga os juros mais altos do planeta. No nosso entendimento, esta é a maior barreira que a Universidade Brasileira enfrenta. Lidamos com um dos ingredientes básicos que hoje está movendo a economia mundial - o conhecimento.

Temos contato diário com tudo o que acontece no mundo, fazemos pesquisa em áreas de ponta, ensinamos aos nossos alunos o que há de mais avançado. E onde vai parar este enorme esforço, se o máximo que nossas elites pensam é em exportar ferro, soja e nos juros? Não nos surpreende, mas nos causa indignação, que os últimos governos, tão pródigos em idéias novas, não tenham formulado e fomentado nenhum plano de desenvolvimento científico para o país. Isto simplesmente não cabe neste modelo econômico. Tampouco existe um projeto de desenvolvimento industrial, econômico e social para o país. Estamos chegando ao patamar perigoso em que a Universidade vira uma simples barreira para manter nossos jovens longe das dificuldades do mercado de trabalho. E para isto não precisamos de ensino de qualidade, de pesquisa de ponta, de discussão sobre os rumos tomados.

Com alguns remendos, editais, projetos, uma parte significativa de nossa comunidade acadêmica é cooptada e fica em silêncio. Mas, ao abdicar da crítica, não tem voz para formular um projeto para a Universidade Brasileira. Assim como não encontra uma solução para o desemprego que assola nossa população em geral e nossos formandos em particular.

Mas os sindicatos independentes, como o nosso, continuarão a criticar e a apontar outras opções políticas podem nos levar por caminhos melhores. E, principalmente, a reafirmar que isto só será possível se somarmos esforços com nossos colegas que defendem a Universidade Pública Brasileira.

Informe

Os professores que estão nas listas de liberação dos 1º e 2º lotes da ação do FGTS e que ainda não entraram em contato com a nossa assessoria jurídica ainda podem fazê-lo no escritório Machado e Silva, nos seguintes dias e horários:
Quartas-feiras: 10h às 12h
Terças, quartas e quintas: 14h às 17h
O escritório jurídico fica na Rua México, 90 – 11º andar, Centro – RJ

Adufrj-SSind convoca reunião dos GTPE e GT-Carreira

Pauta:

1- Seminário Nacional sobre Carreira;

2- Preparação para 26º Congresso do Andes-SN.

Diretoria da Adufrj-SSind

Dia: 30/01/07 (terça-feira)

Horário: 14:00

Local: Sede da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Federal de Rondônia em greve contra intervenção do MEC

Injustiça deve ser reparada nesta semana

Os docentes, servidores e alunos da Universidade Federal da Rondônia - representados respectivamente pela Associação dos Docentes (Adunir), pelo Sintunir e pelo DCE – aprovaram, no último dia 18, a paralisação das atividades da universidade em repúdio à nomeação pelo presidente Lula do reitor Ene Glória como interventor na universidade. O mandato de Ene havia expirado no dia 14 de janeiro.

A comunidade da Unir já havia realizado uma consulta, em outubro do ano passado, na qual foi eleito para o cargo o professor José Januário de Oliveira Amaral. A escolha também havia sido referendada pelo Colégio Eleitoral da instituição com a composição legal de representação por segmento (70/30).

A intervenção aconteceu motivada por duas ações na Justiça encaminhadas por estudantes e um professor apoiadores da chapa perdedora na consulta eleitoral.

O vice-presidente da associação docente, Adilson Siqueira, disse em reunião ocorrida entre a direção do Andes-SN e representantes da Secretaria de Ensino Superior do MEC que, ao tomar conhecimento de que o ex-reitor da UNIR seria o interventor, a comunidade universitária realizou a Assembléia Geral dos três segmentos e decidiu não aceitar, sob hipótese alguma, qualquer interventor na Federal.

A comunidade resolveu ainda ocupar a reitoria para impedir que interventor assuma o gabinete, permanecer em Assembléia Permanente e paralisar todas as atividades enquanto perdurar o impasse.

Novo processo foi encaminhado

Diante da pressão da comunidade acadêmica, o próprio Ene convocou uma nova reunião do Colégio Eleitoral no dia 23 de janeiro, na qual foi reafirmado o nome de Januário como primeiro da lista tríplice. O processo foi encaminhado ao MEC e a expectativa é que a nomeação do professor eleitor pelas categorias seja divulgado no Diário Oficial nos próximos dias.

Com informações de www.andes.org.br e www.adunir.or.br

Ota

Anote

Regional Rio do Andes-SN organiza seminário sobre reorganização dos trabalhadores

Com o objetivo de ampliar a discussão do tema no movimento docente, a Secretaria Regional Rio do Andes-SN organiza nesta quinta-feira, 1/2, o seminário *Reorganização da Classe Trabalhadora*. O evento faz parte da agenda preparatória das seções sindicais para a deliberação sobre a filiação do Sindicato à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) durante o 26º Congresso Nacional do Andes-SN, que acontece em Campina Grande (PB), no começo de março.

No seminário, que começa às 14h, estão previstas as conferências *As metamorfoses da consciência de classe*, a ser apresentada por Mauro Iasi (Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo e Metodista de São Paulo); e *Processos de reorganização da classe trabalhadora*, uma apresentação de teses da Conlutas, Intersindical e Assembléia Popular.

O Seminário da Regional Rio será realizado no Auditório do Sindicato dos Engenheiros (Senge), na Av. Rio Branco, 277, 17º andar, Centro.

Resenha

Protesto contra preços do Fórum Social

A taxa de US$ 7 (cerca de R$ 15) cobrada para os quenianos entrarem no complexo esportivo Kasarani, onde acontece o Fórum Social Mundial, e os preços da água e da comida cobradas no evento provocaram ontem uma constrangedora manifestação durante a entrevista coletiva da comissão organizadora do encontro. Cerca de cem manifestantes invadiram a sala. *(Fonte: O Globo-RJ, 24/01)*

Dívida federal cresce 75% com Lula

A divida contraída pelo governo com a emissão de títulos públicos cresceu R$ 470 bilhões no primeiro mandato do governo Lula, chegando a R$ 1,094 trilhão no final de 2006. O aumento de 75% se explica pelos elevados juros praticados no país e pela estratégia do Tesouro Nacional de substituir parte de seu endividamento externo por mais dívida interna. *(Fonte: Folha de São Paulo, 18/01)*

O que o Banco Mundial acha que sabe

Agora que muitos de seus maiores clientes já não necessitam realmente de seus empréstimos, o Banco Mundial orgulha-se das idéias e conselhos que oferece junto com seu dinheiro. Pela primeira vez em mais de 20 anos, o Banco Mundial convidou um grupo de importantes economistas do mundo acadêmico, presidido por Angus Deaton, da Universidade de Princeton, para inspeção em sua produção intelectual. Mas, segundo o inspetores, os líderes do banco demarcaram posições ousadas em algumas das maiores questões de desenvolvimento sem dispor de suficiente embasamento intelectual. *(Fonte: Valor Econômico – SP, 15/01)*

Ensino Superior nas mãos do capital externo

Novas inversões de capital estrangeiro devem acentuar o movimento de fusões e aquisições no mercado de ensino superior privado em 2007. Depois da compra de 51% da *Universidade Anhembi Morumbi*, no final de 2005, o grupo norte-americano *Laureate Education Inc.* estuda novas aquisições no Brasil. A rede internacional já teria acertado a participação acionária na *Universidade Potiguar (UnP)*, de Natal, no Rio Grande do Norte. Segundo Sérgio Duque Estrada, sócio-diretor da *Valormax*, o grupo *Laureate*, é apenas um entre cinco grupos interessados na UnP. *(Fonte: Gazeta Mercantil – SP, 15/01)*

Nacional

PAC não garante crescimento e ameaça direitos dos trabalhadores

Kelvin Melo

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, vê com pessimismo a proposta contida no PAC de limitar o reajuste do funcionalismo federal: pelos próximos dez anos, a folha de pessoal de cada poder da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) não poderia superar o índice inflacionário IPCA, mais o que está sendo chamado de "ganho real" de 1,5%. "Significa mais arrocho salarial para os servidores. Nós temos um conjunto de reivindicações de carreira, de incorporação de gratificações, entre outras, que o governo não vai negociar. Vão justificar que, se está regulado em lei, não há espaço para negociação", comentou. Além disso, Paulo Rizzo observa que a contenção de despesas vai gerar um enfraquecimento do serviço público, com conseqüente prejuízo para a população.

Rizzo acredita que a utilização de R$ 5 bilhões do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pode render mais uma perda para os trabalhadores: "Trabalhadores que já sofreram prejuízos no FGTS com os planos econômicos. Mesmo o que o governo pagou depois foi menos", comentou.

A noticiada regulamentação da previdência complementar para os servidores também preocupa o presidente do Sindicato Nacional: "Nós já sabíamos que este ano os servidores seriam atingidos pela previdência complementar e pela saúde complementar. Então são exatamente essas as questões que as entidades dos servidores deverão enfrentar nesse período", disse. Outro ponto crítico no PAC é a instituição de um fórum para "elaboração de propostas de melhoria do modelo previdenciário" (segundo o texto governamental) com prazo de seis meses: "O governo precisa, de alguma forma, demonstrar que dialoga com a sociedade e ter um respaldo para as medidas que vai adotar. É um processo de cooptação que vai buscar legitimar a abertura para a privatização da Previdência", ressaltou Rizzo. "O Sindicato vai se articular com outras entidades e discutir com sua base a necessidade do enfrentamento a esse projeto. Nós consideramos importante que os professores se alertem sobre as implicações do PAC e debatam o assunto", completou.

Fabio Pozzebom ABr

Olaf Malm

PAC porá em risco no mercado financeiro, no mínimo, R$ 5 bilhões do FGTS dos trabalhadores

www.portalunica.com.br

Arquivo/Adufrj-SSind

Mesmo com o reajuste de 4,5% previsto no programa, a defasagem da tabela do IR se manterá em 44%, segundo a Unafisco

Previdência ameaçada

Integrante do Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind, José Miguel Bendrao Saldanha aguarda, para uma melhor análise, a divulgação do projeto de lei que deve regulamentar a previdência complementar dos servidores – o que ocorrerá em fevereiro. Mas o professor adianta que devem se confirmar as expectativas negativas geradas em 2003, quando Lula conseguiu aprovar sua contra-reforma previdenciária (Emenda Constitucional nº 41).

Segundo os estudos do GT daquela época, a EC nº 41, de Lula, consolidou a ofensiva contra a previdência social iniciada com a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, na gestão do ex-presidente Fernando Henrique. Será privatizada parte da previdência social ao se transferirem, para os fundos de pensão, os direitos e deveres relativos à parcela das remunerações dos servidores acima do teto do Regime Geral da Previdência Social (hoje, em R$ 2.400).

Outro problema: na Emenda Constitucional nº 41, ficou estabelecido que os fundos de pensão dos servidores oferecerão planos de benefício somente na modalidade de contribuição definida. Isto é, o valor pago pelo participante é conhecido, mas o valor da aposentadoria a receber no futuro dependerá da rentabilidade da administração do fundo, sem nenhuma garantia de recuperar ao menos o que se pagou.

José Miguel chama a atenção de que essa medida representa despesa para o governo, que deixaria de descontar dos servidores 11% sobre a parcela de remuneração acima do teto e ainda terá que contribuir com sua parte (outros 11%, estima-se) para o novo fundo de pensão.

Isso sem mencionar, ainda de acordo com os estudos do GTSS da Adufrj-SSind, o caráter de superexploração do trabalho imposto pelos fundos de pensão. Como sua rentabilidade está ligada à valorização das ações e, portanto, à maior lucratividade das empresas, os fundos ajudam nas privatizações, apóiam arrochos salariais e demissões.

O professor também criticou a criação do Fórum Nacional da Previdência Social pelo governo, com uma composição para lá de desfavorável para os trabalhadores. No decreto nº 6.019, de 22 de janeiro, o Fórum é composto por sete representantes do governo federal; cinco representantes dos empregadores, indicados por entidades como a Confederação Nacional da Indústria; e nove representantes dos trabalhadores, indicados por centrais sindicais, entre elas a governista CUT (a Conlutas está fora), e confederações (de aposentados, por exemplo).

Confusão à vista na arrecadação de tributos

Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Carlos André Nogueira ataca um outro item do Programa de Aceleração do Crescimento: a criação da Receita Federal do Brasil, com a fusão de fiscos do Ministério da Fazenda e do Ministério da Previdência Social. "A idéia dessa fusão é montar uma superestrutura arrecadatória, a todo custo, com sérios riscos para o trabalhador", dispara.

Hoje existe um órgão especializado da fiscalização das contribuições previdenciárias, que é a Secretaria da Receita Previdenciária, que vê não só o quanto foi arrecadado, mas também vê para cada trabalhador se o que está sendo pago a ele está correto. "Agora, com essa ótica de criar uma grande organização em que a preocupação é arrecadar, juntar tudo na Receita Federal, esta garantia do direito do trabalhador vai ficar de lado, porque é uma atividade estranha à Receita Federal. Nós nunca fizemos isso", explica Carlos André.

As contribuições previdenciárias atualmente pertencem ao INSS desde o início do lançamento do crédito. "A União não pode mexer. Só que com esse projeto está se transformando a contribuição previdenciária em contribuição da União, o que vai permitir, por exemplo, o contingenciamento dos recursos. Acaba uma das principais garantias da sobrevivência da Previdência Pública", comenta.

O dirigente sindical também não perdoa o argumento governamental de que haverá um ganho de eficiência com a fusão dos fiscos na nova Receita Federal do Brasil: "Não tem um estudo que demonstre isso. Imagine duas grandes empresas em processo de fusão, sem nenhum planejamento. O que vai acontecer? Vai criar uma grande desorganização, uma temporada de caça aos cargos. São sete categorias diferentes que estão colocando juntas nessa nova estrutura. Cada uma com remuneração diferente e muitos fazendo a mesma coisa! O funcionário administrativo hoje da Receita Federal, vinculado ao Ministério da Fazenda, trabalha oito horas. O funcionário administrativo da Receita Previdenciária trabalha seis horas e ganha 50% a mais que aquele. Como é que eles vão trabalhar juntos?", criticou.

Outro alerta que o presidente da Unafisco faz é sobre a enorme concentração de poder nesse possível novo órgão: "O encarregado vai comandar a arrecadação de 70% dos tributos de todo o país, contando os dos estados e municípios. É uma máquina extremamente poderosa. Não estou dizendo que vá acontecer nesse governo, mas imagine uma máquina dessas aparelhada com intenção político-partidária. Faltam regras de transparência", esclarece.

Correção pequena da tabela do IR

A correção da tabela de imposto de renda prevista no PAC também não animou o presidente da Unafisco. De acordo com dados daquele sindicato, a defasagem atual, mesmo depois de aplicado o reajuste de 4,5%, chega a 44,04%. Os auditores defendiam o repasse de 50,52%, o que eliminaria as perdas de anos anteriores: se o governo federal aplicasse toda a inflação desde 1996, o limite de isenção do Imposto de Renda saltaria dos atuais R$ 1.313,69 para R$ 1.892,22.

O presidente da Unafisco não deixou passar em branco o anúncio do teto para reajuste do funcionalismo: "Desde o governo Fernando Collor, o discurso é esse: os grandes vilões da economia são os servidores públicos. Nós é que temos que ter perdas. Já sofremos várias, nesses anos todos, de remuneração, de previdência, de direitos e continuamos sendo vilões. A diferença do tratamento entre o servidor público e o capital é muito clara: para o capital tem desoneração de tributos e para o trabalhador, limitação do reajuste, com promessa de regulamentar a previdência complementar – empurrando o último grande grupo de trabalhadores para a previdência privada. E o governo continua apostando na fragmentação da luta dos servidores", analisou.

FGTS em risco

Pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), responsáveis pela fiscalização do recolhimento do FGTS, a presidente Rosa Maria Campos disse ter ficado apreensiva quando o governo falou em mexer nesse patrimônio do trabalhador: "Não conhecemos na íntegra o projeto, mas pelas entrevistas e pelo material divulgado até agora, nós achamos que é tirar o dinheiro de uma rentabilidade pequena, mas segura, e colocar no mercado de risco. Se der errado, o prejuízo será muito grande. Quem vai repor esse prejuízo?", questionou.

Ao longo de todos os planos econômicos vividos pelo Brasil nas últimas décadas, Rosa Maria lembra que o FGTS já sofreu diversos prejuízos, sem uma reposição verdadeira. Se acontecer agora de novo, quais são as garantias? Vi a fala da ministra Dilma (Rousseff, da Casa Civil), dizendo que é

Nacional

www.transportes.gov.br

seguro. Mas uma coisa é dizer quando se está no cargo. E depois?", acrescentou.

Além dos polêmicos R$ 5 bilhões, o PAC menciona a possibilidade de se utilizar até 80% dos excedentes do FGTS (R$ 21 bilhões) e mais 10% do saldo de cada trabalhador para compor o fundo de infra-estrutura do governo. "Aí é outra história, porque é a pessoa voluntariamente investindo seu dinheiro", explica Rosa Maria.

O governo vem garantindo que a responsabilidade da aplicação ficará para o Conselho Curador do FGTS, que é tripartite (representantes do governo, empregadores e empregados). Mas a presidente do Sinait não vê nenhum motivo para tranqüilidade: "Os representantes dos empregadores têm o maior interesse nisso; o governo é quem está patrocinando o PAC... Sobra apenas uma parte, que será voto vencido. O trabalhador está numa situação muito difícil", conta. De fato, a composição do Conselho Curador do FGTS consegue ser pior que a do Fórum Nacional da Previdência Social: são oito representantes do governo, quatro dos empregadores e mais quatro dos trabalhadores, entre estes, a governista CUT.

A auditora fiscal do trabalho também se manifestou sobre o "freio" que se desenha para o reajuste do funcionalismo, nos próximos dez anos: "Todo governo novo não quer assumir o que aconteceu no passado. Os servidores públicos têm muita defasagem salarial acumulada nos últimos anos e o governo Lula não recompôs salários. Os servidores públicos não vão abrir mão disso. Não adianta vir com esse projeto. O governo tinha que ouvir, sim, o servidor", disse. Rosa Maria entende, ainda, que o reajuste limitado a cada poder da União representa mais uma aposta governamental na fragmentação da luta salarial das categorias: "O governo prefere realmente as categorias bem divididas, porque aí é muito mais fácil dominar e impor o que se quer, mas os servidores estão de olhos bem abertos. Nós vamos usar de todas as formas para evitar que se concretize essa medida", completou.

Crescimento de outra maneira

Rosa Maria observou que as críticas dos servidores não podem ser mal interpretadas, como se fossem contrários ao desenvolvimento do país: "Nós queremos que o Brasil cresça, nós servidores temos idéias para melhorar a administração, para combater a sonegação, mas sequer temos sido ouvidos. Está faltando diálogo nessa construção. Se, mais uma vez, a classe trabalhadora pagar por esse crescimento, achamos tremendamente injusto e vamos lutar contra", finalizou.

Mais uma entidade contrária ao "teto" do reajuste

Secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Josemilton Costa reagiu com indignação à notícia de um "teto" para o reajuste dos servidores: "No ano passado, o governo sinalizou vários compromissos com a base da nossa confederação, apontando pra planos de carreira, reestruturação de tabelas, gratificações. Com esse programa, fica inviável uma negociação justa", afirmou.

Josemilton acredita na unidade dos servidores para impor ao governo mudanças nessa postura. "A Condsef vai trabalhar para que a unidade, neste momento mais do que nunca, se consolide. Temos que ter maturidade para evitar a divisão", explicou. O dirigente sindical questionou também se o eventual "teto" não poderia inviabilizar o compromisso com novos concursos públicos: "Na hora em que faço concurso e admito servidores, a folha aumenta. Se o governo fala em controle de dez anos da folha de pagamentos, significa que estão em jogo essas novas contratações. Continuam tratando o servidor como gasto, em vez de investimento. E investir no servidor é investir na população", completou.

Conlutas reagiu ao pacotaço do governo

"Boa parte dos investimentos previstos e que deveriam ser assegurados pelo Estado ainda dependem de outras medidas a serem aprovadas no Congresso Nacional; por outro lado, não há nada que assegure que os grandes grupos econômicos vão usar as isenções fiscais para lá de generosas que o governo oferece, para investir no crescimento do país. Podem simplesmente fazer o que sempre fizeram, ou seja, usar estes benefícios apenas para aumentar os lucros que obtêm em investimentos já feitos anteriormente", diz trecho de nota sobre o PAC disponibilizada na página eletrônica da Conlutas.

Integrante da coordenação da entidade, José Maria de Almeida argumenta que o PAC não assegura o crescimento do país: "O que ele garante é aprofundar os ataques sobre os trabalhadores, ao avançar nas verbas do Fundo de Garantia e ao abrir novo debate sobre reforma da Previdência. Reforma ampla que vai atingir o setor público e o setor privado", comentou.

O dirigente também analisou as mudanças propostas para o funcionalismo: "Servidores públicos terão seus salários congelados por dez anos e junto disso sofrem a regulamentação da previdência complementar para concretizar os ataques que foram aprovados na reforma de 2003. O Fórum Nacional da Previdência repete a experiência do Fórum Nacional do Trabalho, de triste memória, que elaborou a proposta de reforma sindical, que disponibilizava para flexibilização todos os direitos trabalhistas dos brasileiros. Pretendem fazer o mesmo com a Previdência", disse. "Sem dúvida, o que vai sair daí é a proposta da Previdência que está sendo preparada no Ipea, no Ministério do Planejamento, que atende fundamentalmente banqueiros e grandes empresas e vai reduzir dramaticamente os custos da Previdência Social em prejuízo aos trabalhadores", completou.

Para Zé Maria, o desafio que surge da apresentação do PAC é a necessidade de intensificar os esforços para unir os diversos setores que estão resistindo na defesa do direito dos trabalhadores e avançar na luta pra impedir a aprovação dessas reformas.

Intersindica l vê postura subalterna do governo

Diretor do Sepe-Central (Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação) e integrante da comissão da Intersindical no Rio de Janeiro, Sidney Moura ressaltou que ainda é preciso fazer um estudo mais detalhado do PAC. "À primeira vista, existem muitos questionamentos", disse.

Ele se preocupa, por exemplo, com a utilização dos recursos do FGTS: "Não existe garantia alguma de que os eventuais prejuízos poderão ser ressarcidos", disse. O investimento em infra-estrutura também é relativizado pelo dirigente. "Fala-se muito em infra-estrutura de aeroportos, de rodovias, de portos, o que me parece ser feito para atender aos setores exportadores, dentro de uma lógica subalterna", comenta Sidney. Para ele, a prioridade deveria ser dada a obras que privilegiassem a integração da América Latina: "Sempre de uma forma não hegemônica, com vistas a um desenvolvimento mais justo e fraterno", disse. Mas Sidney encontrou uma justificativa para essa postura governamental: "Já que o setor financeiro já foi bem atendido, agora Lula pretende servir a essa parte do setor produtivo, especialmente da construção civil. E nisso agrega reforma da Previdência – ainda dentro da lógica subalterna – flexibilizando direitos dos trabalhadores", analisou.

Fabio Pozzebom ABr

Sidney também comentou o "freio" imposto ao reajuste do funcionalismo, nos próximos dez anos. "O funcionalismo sempre foi tratado como patinho feio pelo neoliberalismo e continuam faltando profissionais da Saúde e da Educação para o país. Então, não vai alavancar desenvolvimento com esses setores do funcionalismo recebendo salários inferiores. A reação dos funcionários públicos certamente vai se fazer sentir", ressaltou.

O dirigente acredita que a mobilização da sociedade deve acontecer de forma rápida, congregando não só os militantes da Intersindical, mas também da Conlutas e de todos os outros setores que reagem a essas reformas, para fazer um grande enfrentamento. "Devemos agendar uma grande mobilização, juntos, para dar uma resposta rápida a esse projeto", explicou.

Opinião

Perspectivas e Revisão da Carreira Docente*

A desvalorização da carreira docente nas IFES teve início no Governo de um ex-professor universitário – o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ao excluir das carreiras de Estado os professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) – aí incluídos os Colégios de Aplicação, as Unidades isoladas e os CEFET, o governo sinalizou mais uma vez para a sociedade que as funções relevantes para o Estado são aquelas relacionadas à arrecadação e à repressão. Como consequência não se perdeu somente o nível salarial, mas o sentido da missão a cumprir, assim como as condições que a permeiam. As IFES espalhadas por todo o Brasil, embora sendo unidades autônomas e gestoras, constituem uma rede unitária de ensino, de pesquisa e de extensão. Seja atuando como gestor universitário ou exercendo os diversos encargos concernentes à docência acadêmica, um professor federal participa de algo maior que o seu grupo de trabalho ou departamento. E deveria se sentir fazendo parte de um grande projeto nacional que deve servir à sociedade como um todo.

A carreira de um professor tem início com a aprovação em um concurso público, instrumento republicano para a formação de quadros do Estado. O concurso público deveria ser um fator de integração nacional e de lealdade à nação como ocorre nos órgãos de elite do Estado – na Receita Federal e na Polícia Federal, por exemplo, assim como nas Estatais ainda remanescentes. O regime atual dos concursos públicos nas IFES tem sido um instrumento para inserção de pessoas em grupos pré- determinados, condicionados, exclusivamente, pelos interesses de pesquisa, ou de consultoria ou de poder institucional de seus líderes. Desta forma, o recém-contratado não se sente membro de uma organização do serviço público, mas de um grupo, a quem devota sua lealdade.

No projeto de reforma universitária do atual governo federal, em continuidade à política da gestão anterior , está embutida a idéia de transformação da universidade em organização social, isto é, uma empresa, com plano próprio de carreira e de remuneração. Paralela e coerentemente, procede-se à mudança do perfil desejado para o docente – mais focado na produção científica e no empreendedorismo (leia-se busca de autofinanciamento) do que na docência. O sistema de pós-graduação não se destina mais a formar professores, mas sim pesquisadores e a produzir índices de produtividade acadêmica para premiar poucos e marginalizar muitos (decorrência dos orçamentos insuficientes para P&D) nos editais criados por bancos e entidades de fo-mento, que se tor-naram gestores de recursos financeiros esporádicos os quais substituíram as antigas verbas orça-mentárias anuais.

O sistema de pós-graduação não se destina mais a formar professores, mas sim pesquisadores e a produzir índices de produtividade acadêmica para premiar poucos e marginalizar muitos

Desde então, a pesquisa não está mais voltada para a produção de competências docentes e de tecnologia nacional, mas vinculada aos temas internacionais de pesquisa. No sistema produtivo pré-globalização, a criação da pós-graduação e do incentivo à pesquisa visava a formação de quadros para atuar nas indústrias nacionais. No quadro atual de reprimarização da economia nacional, de assimilação e imbricação do sistema produtivo nacional às necessidades ditadas pelas grandes corporações internacionais, a demanda colocada para as universidades é por pessoal apenas qualificado para operar e adaptar sistemas que são concebidos em escala mundial. Para as mentes mais exigentes e inquietas a alternativa seriam os grandes centros internacionais de pesquisa e seus satélites (formais ou informais) implantados na periferia. A adesão ou a rejeição a um projeto nem sempre é um ato de vontade dos docentes jovens ou veteranos, muitas vezes é luta pela sobrevivência. Muitos aderem de corpo e alma, mas há os que resistem, por anacronismo ou até por convicção de que a nova ordem não será tão benéfica assim. Já se foram oito anos de governo FHC e quatro anos de governo LULA. Nesse período os percentuais do orçamento destinados ao MEC se mantêm, aproximadamente, os mesmos, e aqueles destinados ao MCT, apesar de ter havido algum crescimento, ainda são irrisórios. A ciência brasileira, a despeito de sucessos aqui e acolá, patina atrás da China, Coréia e Índia, países asiáticos que há vinte anos estavam atrás do Brasil. O número de patentes registradas por brasileiros é ridículo, o pagamento de *royalties* por licenças cresceu exponencialmente e se tornou tão importante quanto a remessa de lucros para as empresas multinacionais aqui instaladas.

A implantação pelo Governo do nível de Professor Associado na atual Carreira Docente dos professores da IFES, apesar de não incluir as atribuições deste cargo, abre espaço para que se rediscuta, de uma maneira mais ampla, no que consiste a carreira de um professor universitário federal, em termos de qualificações mínimas e objetivos. Na carreira atual os níveis de Auxiliar e Assistente caminham para a extinção. Os catedráticos possuíam o segundo maior salário da República e selecionavam pessoalmente os auxiliares de ensino, assistentes e adjuntos, que formavam as suas equipes de trabalho. Atualmente, cada adjunto doutor ou associado tem autonomia para criar equipes de pesquisadores, pós-graduandos e funcionários, mas não tem os mesmos recursos ou facilidades institucionais. Além disso, no passado, um auxiliar de ensino recebia um "treinamento" ou orientação por parte dos colegas mais antigos para depois lecionar. Isso não mais ocorre com os recém-concursados que assumem turmas inteiras sem orientação prévia e lecionam suas aulas ao seu próprio modo. A condição da docência é ainda agravada pelo recurso a contingentes cada vez maiores de professores substitutos, e ainda pela falta de um regime apropriado para a participação de profissionais de alto nível nos cursos das IFES, configurados hoje como conferencistas. E a expressão "professor associado" evidencia essa situação estranha ou anômala, onde o "novo" docente tem de agir como um mini-empresário em prol do serviço público para a universidade e as fundações associadas ganharem dinheiro às custas de suas iniciativas pessoais ou do seu prestígio no mercado... Já vai longe o tempo em que os reitores, decanos e diretores administravam e os docentes apenas lecionavam e pesquisavam, oferecendo consultorias esporádicas às empresas e demais instituições.

É preciso evitar a banalização da qualidade do ensino ministrado aos nossos graduandos tradicionais que ocorre pela criação de diplomas associados aos cursos superiores de curta duração

Se, por um lado, a vertente da pesquisa de padrão internacional é necessária em uma universidade moderna, ela não pode ser exclusiva em uma universidade de país em desenvolvimento e com tantas condições precárias e desigualdades regionais. Além do que, muitos temas, da maior importância nos contextos regional e nacional, não são de interesse global, não atraindo, assim, a simpatia dos editores de revistas de padrão internacional. Por outro lado, valorizam-se as ciências naturais ao lado das ciências da engenharia, sem que se valorize e haja distinção das áreas tecnológicas. Ao invés de se valorizar as áreas tecnológicas ao mesmo nível das áreas científicas ou das Engenharias, Medicina e Direito, os mentores das novas estruturas universitárias produziram os cursos superiores de curta duração para formar "tecnólogos" e desvalorizar salarialmente os profissionais egressos de cursos plenos de graduação. É preciso evitar a banalização da qualidade do ensino ministrado aos nossos graduandos tradicionais que ocorre pela criação de diplomas associados aos cursos superiores de curta duração.

A pretensa liberdade de pesquisa torna-se cada vez mais remota, à medida que mesmo os temas de pesquisa são previamente priorizados, muitas vezes em função de necessidades desconhecidas de seus investigadores. E a vontade de ensinar e educar está sendo moldada, cada vez mais, pelo espírito de competição desenfreada entre alunos, entre docentes e entre instituições, no seu todo ou nas suas unidades organizacionais.

*Abraham Zakon, Ismael da Silva Soares, José Henrique Sanglard, Leandro Nogueira Salgado Filho, Luís Paulo Vieira Braga, Luiz Eduardo Carvalho

*texto condensado de matéria a ser publicada no Caderno de Textos do 26º Congresso do ANDES-SN

Internacional

Chávez diz que Brasil está destinado a liderar a libertação da América Latina

Ana Manuella Soares

Eleito pela terceira vez presidente da Venezuela, Hugo Chávez recebeu no último dia 18, na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, a Medalha Tiradentes, condecoração máxima da Casa por serviços prestados ao estado e à nação brasileira. "Agora sou um soldado de Tiradentes", disse o estadista em um discurso de quase três horas no qual lembrou por diversas vezes a trajetória do mártir brasileiro sem esquecer, no entanto, de outros personagens que marcaram a história de lutas pela independência dos povos na América Latina. Ao recebê-la das mãos do deputado Paulo Ramos (PDT), o presidente disse que a medalha é motivo de grande orgulho e que dedicaria a homenagem ao seu inspirador, Simon Bolívar. Chávez também fez menção ao brasileiro José Ignácio Abreu, que se juntou ao exército revolucionário de Bolívar na luta pela independência dos povos da América espanhola, nos anos de 1820.

Não faltaram homenagens a Che Guevara e Fidel Castro. E Chávez não deixou de criticar os jornalistas que insistem em prever a data da morte do presidente cubano, que passa hoje por graves problemas de saúde. "Tenho fé de que ele se recuperará, mas como falar de um homem com 80 anos, se vai viver mais ou menos. O que importa é que Fidel é como Che Guevara: não morrerá. É eterno", disse arrancado aplausos do plenário Barbosa Lima Sobrinho, tomado por militantes e ativistas de diversos movimentos sociais e sindicatos de categoria.

A revolução bolivariana e seu líder também foram aplaudidos de pé em vários momentos do discurso do presidente venezuelano que esteve na capital carioca para participar da Cumbre das Américas, realizada no hotel Copacabana Palace, nos dias 18 e 19 de janeiro. Hugo Chávez condenou a aplicação do receituário neoliberal nos países latino-americanos e não se fez de rogado ao repudiar as ações imperialistas do governo dos Estados Unidos em escala mundial. "Todos os imperialismos são selvagens, mas hoje o mais selvagem de todo o mundo é o americano, o mais genocida e assassino de todos os impérios que já passaram pela Terra. Ou fazemos cair o imperialismo americano ou esse mundo vai entrar em uma crise profunda. Abaixo o império norte-americano", conclamou.

Samuel Tosta

CHÁVEZ DENUNCIA QUE SISTEMA GLOBO ENVENENA, CONFUNDE E É "INIMIGO DO POVO BRASILEIRO"

> "O Brasil, por seu peso geográfico, político e econômico, está destinado a liderar a libertação da América Latina e seus líderes devem ter essa consciência"

'Socialismo ou morte'

Após assumir o controle das reservas de petróleo e gás, estatizar a principal empresa de telefonia de seu país e prometer nacionalizar todo setor energético da Venezuela, Chávez passou a ser a principal referência de uma política efetivamente antiliberal para a América Latina, ao lado do boliviano Evo Morales e do equatoriano Rafael Correa. Ambos apostam no processo de integração dos países latinos propagado por Chávez como fundamental para a consolidação do que considera uma nova 'revolução bolivariana'. Na Alerj, o estadista afirmou que ainda espera ver o Brasil como uma liderança no processo de integração dos países do Sul, mas provocou: "O Brasil tem petróleo suficiente?". Em seguida lançou o desafio: "Nós temos petróleo e gás que nos garante e a todos os países da América Latina nos próximos 150 anos", sugerindo um pacto entre os países do Sul na construção de um bloco econômico que fizesse frente ao imperialismo norte-americano.

Reafirmando a amizade e confiança no presidente brasileiro, Chávez cobrou de Lula uma posição mais incisiva no processo de consolidação da integração e independência frente aos Estados Unidos. "O Brasil, por seu peso geográfico, político e econômico, está destinado a liderar a libertação da América Latina e seus líderes devem ter essa consciência". A provocação de Chávez à morosidade inconteste de Lula à frente do desenvolvimento da América Latina foi bastante sutil e quase passou despercebida, ainda mais com a afirmação de que "sem o Brasil, estaríamos (países latino-americanos) em grandes dificuldades. Graças à posição firme de Lula derrotamos a Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Temos que marchar unidos para conquistar o sonho de Tiradentes", afirmou um Chávez preocupado em não dar munição aos opositores.

Banco do Sul

Uma das propostas de Chávez para a realização deste 'sonho de liberdade' é a formação de um Banco do Sul, que movimentaria as economias e proporcionaria crescimento aos países latinos, minando a dependência aos organismos financeiros e aos bancos americanos. "Os bancos centrais de nossos países guardam seu dinheiro nos bancos dos Estados Unidos com juros de 2%, que depois eles nos emprestam a juros bem mais altos", argumentou o presidente Hugo Chávez. Disse que na Venezuela "já não temos um centavo nos bancos dos EUA" e que, com o "Banco do Sul", os tesouros dos respectivos bancos centrais dos países da região se constituiriam em uma potência para o desenvolvimento do continente. Essa independência financeira proporcionaria, na opinião do presidente, autonomia científica, tecnológica e cultural da América Latina.

Chávez ataca O Globo

Ainda durante a solenidade, Chávez não perdeu a oportunidade de ressaltar a sua luta contra os grandes meios de comunicação comercial dos países dependentes. Com um exemplar na mão, Chávez acusou o jornal O Globo de promover uma campanha sistemática contra o processo revolucionário do povo venezuelano. "O Globo quer envenenar e tenta confundir. Os oligarcas do O Globo tentam desfigurar-me, mas eles é que são os desfigurados. Todas as oligarquias da América Latina estão subordinadas aos mandos de Washington e O Globo está cumprindo os mandos de seus amos imperialistas, como acontece na Venezuela e em outros países", criticou.

Aproveitou para reafirmar que não vai renovar a concessão da emissora RCTV que apoiou o golpe a seu mandato, em abril de 2002. "A RCTV pertence a uma família da alta burguesia. Em maio deste ano, vencerá a concessão e eu estou sendo bastante paciente porque tenho que esperar o tempo, mas não vou renovar a concessão. O espectro magnético é público e não pode ser seqüestrado pelas elites imperialistas venezuelanas", disse Chávez.

O deputado Paulo Ramos justificou a homenagem aprovada pela assembléia em 1999: "Na América do Sul, vozes estão se levantando pelo direito do povo optar por experimentar modelos alternativos, escolheres seus caminhos. Além disso, é nosso dever assumir que o capitalismo tem causado muitos problemas para vários povos", disse o pedetista.

Jurídico

FGTS para não sindicalizados

Vários professores, cujos nomes constam dos 1º e 2º lotes do processo ganho pela seção sindical, ainda não entraram em contato com a assessoria jurídica da Adufrj-SSind para providenciar a liberação de seus recursos do FGTS junto à Caixa Econômica Federal. A listagem desses docentes, não-sindicalizados, pode ser conferida na página www.adufrj.org.br/site/listanloc.htm.

Eles têm até o final de fevereiro para procurar o escritório Machado e Silva, que faz a assessoria para a seção sindical, e regularizar sua situação, nos seguintes dias e horários: às quartas-feiras, de 10h às 12h; e às terças, quartas e quintas, de 14h às 17h. O escritório fica na Rua México, 90 – 11º andar, centro do Rio.

Grupo de Trabalho Seguridade Social

6/2 (terça-feira) 14h

Escola de Serviço Social

Pauta:
preparação para o 26º Congresso do Andes-SN

Assembléia Geral

13 de fevereiro (terça-feira) 9:30

Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta:
1 – 26º Congresso do Andes-SN
2 – Escolha de delegados e observadores para o 26º Congresso do Andes-SN (27 de fevereiro a 4 de março de 2007, em Campina Grande – PB)

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 525 6 de fevereiro de 2007

Contra a reforma universitária de Lula

Cerca de 250 estudantes e representantes de entidades da Educação lotaram auditório no Rio

Foi ampliada no Rio de Janeiro, em reunião ocorrida no dia 1º de fevereiro, a construção de uma Frente contra a Reforma Universitária do governo Lula. Trata-se de um desdobramento da crescente insatisfação do movimento estudantil com os rumos da educação superior e a falta de combatividade da UNE, que vem apoiando a contra-reforma.

O evento lotou o auditório do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe-RJ), no centro do Rio. Muitos tiveram que sentar no chão ou ouvir os discursos do corredor ao lado do salão, tamanha a presença do público que compareceu. Atentos, todos ouviram a palestra sobre os rumos da reforma proferida pelo professor Roberto Leher, conselheiro da Adufrj-SSind na Faculdade de Educação.

Leia mais na página 4

Kelvin Melo

AUDITÓRIO ACOMPANHOU ATENTAMENTE PALESTRA SOBRE A REFORMA

Editorial

Meu Brasil brasileiro

Em plena Copacabana, a imagem do Brasil de hoje. De um lado, a praça que lembra um dos intelectuais brasileiros mais destacados, Ary Barroso, hoje serve de moradia para mendigos dormirem, esburacada, obras abandonadas, tudo sobre o olhar complacente do poder público. Do outro lado da rua, a Prefeitura do Rio de Janeiro gasta milhões, polui a praia, tudo para favorecer alguns "amigos'. Não importa se o problema é Municipal, Estadual ou Federal, podemos encontrar centenas, milhares de outros exemplos em que o Estado brasileiro usa de dois pesos e duas medidas: abandona suas funções e responsabilidades sociais e privilegia os grupos que ocupam o poder.

E a Universidade, onde fica? Podemos ter outros exemplos diferentes, mas o quadro de fundo é o mesmo. Milhões de jovens batem às nossas portas, poucos entram, a maioria acaba na vala do ensino privado, pago e de má qualidade. E os que por aqui ingressam não têm uma vida fácil. Mesmo os que superam as dificuldades e se formam encontram pela frente o monstro do desemprego. E enquanto a Universidade Pública encontra dificuldades para sobreviver, o ensino privado expande seus privilégios, financiados pelo Estado brasileiro.

É curioso, ou dramático, vermos que os projetos até agora apresentados, ou apoiados pelo governo Lula para a educação brasileira, apontam na direção de aumentar e não de diminuir as desigualdades que enfrentamos. Idéias que até poderiam ser interessantes rapidamente sucumbem aos interesses do "mercado". Assim, o ensino a distância, que poderia ser uma maneira de levar a universidade até lugares ainda carentes, foi transformado numa nova modalidade de vender educação nos grandes centros urbanos. Também é o caso da "Universidade Nova", que começa com a constatação óbvia de que nossas estruturas de ensino universitário estão velhas e que precisamos modificar os enfoques de vários cursos. Mas ignora a profunda divisão entre ensino e pesquisa atualmente existente em nossas Universidades Públicas e contribuirá para agravar ainda mais este problema. Afinal, com a atual desvalorização das atividades de ensino dos professores das IFES e com a dedicação praticamente exclusiva destes docentes para a pesquisa, consultorias, parcerias que resultem em complementação salarial, quem irá se ocupar em organizar, administrar, dar novos cursos? Ou a questão da atual injustiça do vestibular para o acesso ao ensino superior, reconhecidamente um fator de elitização social.

Simplesmente abrir as portas da Universidade e jogar a tarefa da seleção dos alunos para os primeiros anos não será uma melhoria no ensino, será simplesmente uma competição noutro nível e a transformação de nossos cursos universitários em cursos " pré-vestibular". Propostas que esvaziem a responsabilidade do Estado brasileiro com o financiamento e implementação da educação para todos, em todos os níveis, tornam-se matéria de manipulação política e privatização de recursos públicos, como é o caso do Prouni.

Fica a pergunta. Em que a Universidade Pública irá se transformar? Num quiosque para deleite de alguns, ou numa enorme praça Ary Barroso? Se quisermos algo diferente, será nossa a tarefa de encontrar outros caminhos.

Fotos: José Simões

PRAÇA ARY BARROSO, NO LEME, TOTALMENTE ABANDONADA

DO OUTRO LADO DA AV. ATLÂNTICA, QUIOSQUES CONSTRUÍDOS PELA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Errata

Progressão para Classe Especial no CAp

Em notícia da edição nº 522 (20/12/2006), foi divulgado equivocadamente que os professores aposentados do Colégio de Aplicação já contavam em seus contracheques com o pagamento dos atrasados referentes à progressão para a Classe Especial. Na verdade, os docentes da ativa do CAp é que haviam conseguido fazer a progressão em tempo hábil para receber a remuneração devida.

Para os aposentados daquela unidade, ainda vale a recomendação da assessoria jurídica: os que não recebem a vantagem do artigo 192 do RJU nem a do artigo 184 da Lei 1711/52 podem assinar a opção pela progressão junto à Pró-reitoria de Pessoal; já os demais devem conferir os cálculos de progressão apresentados pela reitoria com seus contracheques atuais e fazer isso, preferencialmente, junto dos advogados da Adufrj-SSind, para evitar uma perda de remuneração.

O plantão jurídico acontece toda quarta-feira, das 13h às 17h, com horário previamente marcado junto à secretaria da entidade pelos telefones 2260-6368 ou 3884-0701.

Terceira lista do FGTS ainda não saiu

Na retrospectiva de 2006 contida na edição nº 523 (16/01/2007), foi anunciado que dezembro teria sido o mês contemplado pela terceira listagem do FGTS que beneficiaria os professores até então não chamados pela Caixa para a liberação de suas contas. O certo é que haverá uma terceira listagem, mas ela não foi divulgada até o momento.

Teto previdenciário

Na matéria sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da edição nº 524 (29/01/2007), foi escrito que o teto do Regime Geral da Previdência Social seria de R$ 2.400. O correto é R$ 2.801,82.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Mantida a greve na Federal de Rondônia

Com o objetivo de assegurar a posse do recém-nomeado reitor, José Januário de Oliveira Amaral, continua a paralisação das atividades de servidores e alunos na Universidade Federal de Rondônia. A greve, iniciada no último dia 18, tinha como motivação anterior a nomeação pelo MEC de Ene Glória como interventor da universidade, contrariando a preferência da comunidade acadêmica e dos colegiados superiores. A nomeação do novo reitor só saiu publicada no Diário Oficial no dia 2 de fevereiro.

Como o Jornal da Adufrj informou na última edição, o mandato de Ene Glória já havia expirado no dia 14 de janeiro. Contudo seu poder foi estendido a partir desta data, devido a sua nova função como interventor da universidade. No entanto, a comunidade acadêmica não admitiu sua permanência. "Ene Glória ficou oito anos como reitor, ou seja, teve dois mandatos seguidos. Quando descobrimos que ele estava negociando com o governo para ficar como interventor, não aceitamos e resolvemos implantar a greve na universidade", explicou o vice-presidente da associação docente local, Adilson Siqueira.

Com a pressão imposta pela comunidade acadêmica, Ene Glória acabou renunciando ao cargo de interventor da UNIR e os três segmentos da universidade – docentes, servidores e alunos – agora querem assistir à posse do professor como reitor eleito. A ocupação do prédio da reitoria da UNIR, que antes iria continuar até o dia que o nome de José Januário fosse publicado no Diário Oficial, agora será mantida até o dia da sua posse. "Apesar das férias, toda a comunidade está mobilizada. Não desocuparemos a reitoria enquanto não acompanharmos a cerimônia de posse de Januário", concluiu Adilson Siqueira.

Divulgação/Adunir

UMA DAS ASSEMBLÉIAS DO MOVIMENTO QUE PRESSIONOU PELA NOMEAÇÃO DO NOVO REITOR

Eleições conturbadas para reitor no Ceará

Com a renúncia do reitor René Barreira e do vice Ícaro Moreira de Sousa, no dia 4 de janeiro, a administração geral da Universidade Federal do Ceará ficou sob responsabilidade, por ser o pró-reitor mais antigo, do professor Luis Carlos Saunders.

Assim que assumiu a reitoria da universidade, Saunders propôs ao Consuni que antecipasse em uma semana o início do ano letivo, para que convocasse novas eleições para a reitoria, conforme o estatuto da universidade. A legislação obriga o novo reitor a reunir o Conselho Eleitoral e enviar ao Presidente da República a lista tríplice para a nomeação do reitor, em um prazo de 60 dias.

No entanto, sua sugestão foi recusada pelos três segmentos da universidade – docentes, funcionários e alunos - por considerarem que as eleições poderiam acontecer sem uma significativa participação da comunidade universitária, uma vez que boa parcela da universidade se encontra de férias.

Em uma nota à comunidade universitária, a entidades (Adufc, Sintufce e DCE) consideram que a antecipação do calendário escolar não possibilitará tempo hábil para o processo de discussão dos problemas da universidade e das candidaturas à reitoria, além de desorganizar a vida de alunos, servidores e docentes.

Foi justamente esta preocupação com a participação da comunidade acadêmica que fomentou uma audiência entre os representantes do Andes-SN e da Adufc, o secretário Manuel Palácios e a coordenadora-geral de Legislação da SESu, Fernanda dos Anjos, no último dia 23.

Após esta audiência e a ida de Saunders à Brasília, foi emitido um parecer jurídico da Secretaria de Educação. Nele é sugerido que o reitor aguarde o Presidente da República à nomeá-lo como reitor *pro tempore*. A partir do primeiro dia de mandato nesta condição é que se iniciaria a contagem para a convocação das eleições, permitindo um processo eleitoral mais participativo.

Governo Serra intervém nas universidades públicas paulistas

Nos primeiros dias como novo governador de São Paulo, José Serra (PSDB) publicou um conjunto de decretos que interferem gravemente na autonomia das três universidades públicas daquele estado. Primeiro, alterou a estrutura de poder do conselho de reitores locais, através de uma reformulação que concentra os processos decisórios nas mãos de secretários de estado. Depois, decretou a suspensão das admissões e contratações de pessoal nas instituições e faz pressões para que as universidades engessem o seu orçamento. Além disso, não transferiu para as universidades, em janeiro, parte dos recursos previstos na lei orçamentária.

As entidades sindicais das universidades já criticam as ações do novo governo. Segundo texto na página eletrônica da associação de docentes da USP: "Em suma, o pacote do governo Serra aponta para uma maior centralização de poder no Executivo e uma intervenção inaceitável na autonomia universitária. Resistiremos a tudo isto!", diz a nota.

Seminário sobre reorganização da classe trabalhadora

No dia 1º de fevereiro, como evento preparatório para o 26º Congresso do Andes-SN, que vai discutir a filiação ou não do Sindicato à Conlutas, ocorreu o seminário "Reorganização da Classe Trabalhadora", no auditório do Sindicato dos Engenheiros (Senge), no centro da cidade.

Organizado pela Secretaria Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, o seminário foi aberto com a conferência "As metamorfoses da consciência de classe", do professor Mauro Iasi, da Faculdade de São Bernardo do Campo e também da Faculdade Metodista de São Paulo. Depois, houve uma apresentação das principais iniciativas de reorganização da classe trabalhadora: Conlutas, Intersindical e Assembléia Popular.

A diretoria da Adufrj-SSind esteve representada no evento pelos professores Salatiel Menezes e Vera Salim.

Anote

Começa o processo eleitoral para reitor da UFRJ

Inicia-se neste dia 8 de fevereiro, na primeira reunião do Consuni de 2007, o processo eleitoral para reitoria da UFRJ. Nesta data, os conselheiros devem constituir uma comissão coordenadora de uma pesquisa, feita apenas para apurar as preferências da comunidade acadêmica. Ainda em fevereiro, no dia 22, o Consuni aprecia propostas para o regimento de pesquisa e, em 1º de março, ocorre a inscrição de candidaturas junto à comissão. O Colégio Eleitoral se reúne em 26 de abril para montar as famigeradas listas tríplices para o MEC.

Plantões Jurídicos

Todas as quartas na sede do sindicato

Prédio do CT
bloco D - sala 200

13h às 17h

Marcar pelos telefones

2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Movimento

Ampliada a Frente contra a reforma universitária de Lula

Professor da UFRJ alerta sobre as medidas governamentais em andamento na educação superior

Criada em dezembro último, no estado de São Paulo, a Frente de Luta contra a Reforma Universitária teve sua segunda reunião nacional no dia 1º de fevereiro, no Rio de Janeiro. Organizada por estudantes, e articulada a diversas entidades da área da Educação, como o Andes-SN, esta Frente aproveitou a realização na cidade da 5ª Bienal de Cultura da UNE para ampliar suas alianças entre os representantes de centros e diretórios acadêmicos de todo o país, bem como entre as executivas de cursos.

Na abertura do evento, Roberto Leher, professor da Faculdade de Educação da UFRJ e conselheiro da Adufrj-SSind, analisou brevemente a política do governo para o ensino superior. Mas fez questão de lembrar, logo de início, o pensamento crítico de Florestan Fernandes. Segundo Roberto, o sociólogo defendia que não haveria reforma verdadeira da Universidade, se não houvesse protagonismo por parte da classe trabalhadora.

Roberto desmentiu os argumentos dos defensores do governo de que a proposta de reforma universitária (o projeto de lei nº 7.200/2006) ainda pode sofrer boas mudanças por se encontrar em tramitação no Congresso. Na prática, segundo o professor, muitas medidas já foram implementadas e ameaçam a universidade pública mais do que nunca.

Citou, com destaque, a regulamentação do ensino a distância. "Foi o governo Lula que permitiu um 'salto de qualidade' nessa esfera. Todos os cursos e modalidades podem ser ofertados a distância. Mestrado e doutorado, *stricto senu* também. Pela primeira vez na história, pode ter doutorado profissional a distância", criticou.

No mesmo PL nº 7.200, o professor também denuncia a manobra que permitirá a revalidação de diplomas estrangeiros por instituições privadas. Junto deste, um outro dispositivo no projeto governamental autoriza a associação de empresas nacionais e estrangeiras de Educação, num limite de 30% para o capital externo. Roberto compreende que esse percentual é mais do que suficiente para a afirmação desses interesses: "Ora, os estrangeiros não querem comprar empresas nacionais. Querem vender serviços. Essa associação permite, por exemplo, que o Instituto Apollo, com mais de quarenta universidades espalhadas pelo mundo, em acordo com o nacional Instituto Pitágoras, tenha seus diplomas reconhecidos", ressaltou.

Kelvin Melo

PROFESSOR ROBERTO LEHER ALERTA SOBRE A AMEAÇA DA POLÍTICA EDUCACIONAL DO GOVERNO LULA

O professor comentou o expressivo crescimento do ensino a distância nos últimos anos, com os dados do Censo da Educação Superior do próprio MEC. Em 2000, os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* a distância registravam 5,2 mil estudantes; em 2003, eram 20 mil; em 2005, este número pulou para 171 mil estudantes. Já o número de cursos de graduação a distância pulou de 28 (em 2003) para mais de 200 no Censo de 2005: "Essas medidas encaminhadas não são 'potenciais' ou que 'poderão trazer conseqüências'. São medidas que estão efetivamente mercantilizando a educação", disse.

A Lei de Inovação Tecnológica, já aprovada pelo governo, também mereceu atenção na palestra de Roberto Leher. Para ele, a lei reconfigura as universidades como espaço de venda de serviços. "Mesmo nos EUA, onde temos histórica vinculação das universidades com o setor privado, apenas 7% das verbas de pesquisa vêm das empresas. O resto é dinheiro público. E de cada 10 inovações tecnológicas, nove são feitas inteiramente nas empresas. Por que se tenta converter a Universidade em espaço de ajuste tecnológico?", questionou. Para ele, a explicação é que as empresas instaladas no Brasil, mesmo as nacionais, pelo seu caráter de dependência capitalista, são simples montadoras do que é produzido tecnologicamente no exterior. "Inovação é então congruente com o processo de reprimarização do país. Estamos voltando rapidamente para uma economia nos moldes do século XIX. E aí não cabe uma Universidade como instituição estratégia. Quem leu o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, do governo Lula) sabe que o eixo de inserção do país na economia do mundo é a reprimarização, produtos que vêm da natureza", atacou.

Roberto também não perdoou o principal programa educacional do governo Lula: o Prouni. Para ele, a iniciativa governamental representa a Parceria Público-Privada na educação superior, através da isenção anual de mais de R$ 3 bilhões em troca de umas poucas bolsas de estudo em instituições de duvidosa qualidade.

A palestra prosseguiu ainda com críticas ao PL da reforma na parte de financiamento das IFES, no retrocesso da gestão democrática e na assistência estudantil, culminando com a continuidade das listas tríplices.

Mobilizar é a palavra de ordem

"Temos que afirmar um projeto popular e socialista para a educação brasileira. Essas questões demandam um auto-governo compartilhado da universidade", completou Roberto, esperançoso de que alguns movimentos de transformação da sociedade em curso na América Latina cheguem ao país. "Temos a Escola Florestan Fernandes, do MST, que pode ser o embrião da primeira universidade popular do país", contou.

O palestrante deixou claro que as divergências entre os integrantes da Frente não podem ser resolvidas em curto prazo, mas usou uma expressão dos zapatistas ("Caminhando, perguntamos") no sentido maior da mobilização contra a reforma. "Temos polêmicas, dúvidas, mas temos de fazê-las no processo de caminhar, organizar as lutas de massas", ressaltou.

Entidades também na luta contra o conjunto das reformas neoliberais

Secretário-geral do Andes-SN presente ao evento, o professor Luiz Henrique Schuch convidou todos os presentes a ampliar a frente de luta também contra o conjunto das reformas neoliberais, respeitando a organização de cada entidade. Mas elogiou a iniciativa realizada no Sepe: "É muito importante essa frente e podem contar com o Andes-SN", afirmou.

O dirigente aproveitou a ocasião de estar no Rio de Janeiro para desmentir os anúncios feitos pela direção da UNE na Bienal realizada no estado. Teria sido dito pela organização estudantil que o Andes-SN, apesar de convidado, não teria enviado representante para nenhum debate sobre a reforma universitária. O professor negou que o Sindicato tenha recebido qualquer convite desta natureza.

O diretor do Sepe, que recepcionou o evento, Gualberto Tinoco, conhecido como Pitéu, pediu desculpas pelas instalações, pois não tinha a dimensão que o lançamento da Frente iria ganhar. Informou que sua categoria havia realizado um seminário recentemente e que, como resultado deste encontro, havia ficado clara a tarefa dos trabalhadores: "É a unidade em defesa de uma educação pública e de qualidade para todos, bem como contra as reformas que nos atacam", afirmou.

Pela Adufrj-SSind, Vera Salim registrou que a luta contra a reforma universitária é apenas mais uma de uma batalha maior: "Que é a reforma dessa sociedade tão injusta em que vivemos", disse. Acrescentou, ainda, que a bem próxima eleição para a reitoria da UFRJ será um importante momento para discutir o tema da política educacional dentro da comunidade acadêmica.

Próximos passos

Ao final da reunião do Rio de Janeiro, foi aprovada a participação dos integrantes do Fórum no Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, em Brasília, no dia 25 de março, para organizar a luta contra as reformas neoliberais em curso. E, no dia seguinte, também na capital federal, acontecerá a próxima reunião específica do Fórum contra a Reforma Universitária do governo Lula.

Entrevista

Do espetáculo do crescimento ao PAC, a nova bravata

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), anunciado pelo governo, é um produto de marketing que visa ao convencimento da população de que as reformas neoliberais são essenciais para o crescimento econômico do país. A opinião é do economista José Menezes Gomes, professor da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e 3º tesoureiro do Andes-SN. Em entrevista ao Informandes Online, Menezes afirma que o PAC busca uma continuação do projeto Avança Brasil, lançado por FHC em 1999. Para ele, o momento é de construção de uma grande mobilização dos trabalhadores dos setores público e privado. "Precisamos combater essas reformas que tirarão direitos para impulsionar a acumulação de capital", adverte.

Elizângela Araújo/ANDES-SN

JOSÉ MENEZES GOMES

O PAC realmente possibilitará o crescimento da economia brasileira?
Acredito que não, pois o essencial não foi alterado. Os juros continuam altos e cada vez mais há deslocamento de parte da riqueza para os rentistas, pois haverá aumento do pagamento dos juros da dívida pública este ano: 59,5% dos recursos do orçamento federal são destinados ao refinanciamento, amortização ou pagamento de juros da dívida pública. Em quatro anos o governo pretende investir R$ 67,8 bilhões, dividindo esse montante por quatro anos teremos algo em torno de R$ 16,95 bilhões – um volume próximo do atual. Outra coisa: o restante dos investimentos provém das parcerias público-privadas, ou seja, do setor privado, que investirá principalmente no setor de infra-estrutura, com ênfase na geração de energia, o que poderá acarretar danos ambientais gravíssimos.

É aí que entra a estratégia de regulamentação do artigo 23 da Constituição Federal (que trata, entre outros pontos, da responsabilidade da União, estados, distrito federal e municípios na proteção ao meio ambiente)?
Sim. O governo pretende regulamentar o artigo 23 da Constituição de forma a facilitar o licenciamento ambiental de empreendimentos no setor de energia.

Qual a relação entre isenção de impostos e mais investimentos?
Para este ano, a previsão é de que o governo deixe de arrecadar em torno de R$ 6,6 bilhões, e para 2008 em torno de R$ 11,5 bilhões, com a redução ou isenção de impostos. O governo acha que deixando de arrecadar impostos do setor privado vai possibilitar investimentos, mas essa idéia não se confirma. Houve desoneração da bolsa de valores de São Paulo, mesmo assim a alta valorização dos papéis nos últimos três anos não provocou o crescimento da economia, pois acabou ajudando a especulação. Os R$ 6,6 bilhões que deixarão de ser arrecadados este ano é quase o mesmo valor que se gasta com as universidades federais: R$ 7,8 bilhões. Esse valor poderia ser investimento na saúde e na educação, por exemplo, o que traria um resultado muito melhor para a classe trabalhadora.

A expressão "gargalos" é uma tentativa de construção ideológica para facilitar as reformas?
Quando o governo afirma que os principais obstáculos ao crescimento são os "gargalos administrativos, burocráticos e legislativos", retira das determinações de ordem econômica a explicação fundamental do crescimento: taxas de lucro, juros e de câmbio. Deixa claro que a aprovação das reformas trabalhista, sindical, universitária e da previdência é decisiva para a retomada do desenvolvimento. É uma repetição dos argumentos dos governos neoliberais dos anos 90, que foram inadequados, pois onde as reformas mais avançaram o crescimento foi pífio. Esse é o caso da Argentina, que só foi capaz de crescer depois que declarou moratória da dívida pública.

O que torna o investimento em infra-estrutura atrativo para o setor privado?
As parcerias público-privadas são uma tentativa de gerar crescimento econômico sem investimentos públicos, e aí o governo delega essa tarefa ao setor privado. Isso nos remete ao governo imperial. Naquela época, ninguém queria montar ferrovias no Brasil, porque não havia mercado consumidor para o sistema de transporte ferroviário. Então o governo garantiu aos banqueiros ingleses, que tinham um volume de capital excedente muito grande, que se eles montassem nossas ferrovias, mesmo sem demanda privada, teriam assegurada uma rentabilidade de 7%. O que o governo Lula quer é justamente atrair capital inativo dos países desenvolvidos para transformá-lo em "capital produtivo" por sua conta e risco, através das parcerias público-privadas. Isso nada mais é do que a reintrodução do capitalismo sem risco para os investidores. O ProUni é um exemplo bem apropriado: o setor privado da educação se expandiu de forma desordenada e quando não tinha mais consumidores, mas sim uma inadimplência muito alta, o governo criou um sistema que abatia impostos, como agora. Deixando de arrecadar, incentivou o setor privado, transformando estudantes pobres em consumidores de um serviço que poderia ser público se os recursos oriundos dos impostos fossem investidos nas universidades públicas. O PAC é uma "ProUnização" de outras áreas que passarão a ser mais atrativas para o setor privado. E essa atratividade vem justamente da flexibilização das leis trabalhistas (retirada de direitos), da desregulamentação sindical e outras que virão com as reformas neoliberais que possibilitarão o aumento do grau de exploração e a transformação de áreas do setor público em áreas de valorização do capital.

Há similaridades entre as medidas anunciadas com o PAC e medidas adotadas pelo governo FHC...
O PAC é uma continuidade do projeto Avança Brasil, lançado por FHC em 1999, após a mudança da política cambial e a desvalorização do Real. As obras anunciadas em seis rodovias eram previstas no Avança Brasil, das quais destaco três: duplicação do trecho Belo Horizonte-Governador Valadares da BR-381, da BR-153 na divisa Mato Grosso-Goiás e no trecho Palhoça/SC-Osório/RS da BR-101.

Quais as possibilidades reais de crescimento econômico?
A instabilidade econômica é própria do capitalismo. Crescimento econômico não tem sido prática nos Estados Unidos, União Européia e Japão, que representam a maioria do PIB mundial. Ao contrário de crescimento econômico, o que houve em 2006 foi uma expansão do capital financeiro mundial (ações, títulos públicos e depósitos bancários) que atingiu 140 trilhões de dólares, mais que o triplo do PIB mundial. Para o governo, esse excesso de liquidez seria uma das fontes de atração de capital privado. Dessa forma, as possibilidades desses investimentos estariam atreladas aos rumores do mercado mundial, sensível a uma aceleração da taxa de juros dos Estados Unidos, especialmente. Somente China, Índia e alguns países produtores de commodities tiveram taxa de crescimento acima de 5%. Então, dentro do capitalismo não há possibilidade de crescimento econômico estável. A maior fase de crescimento econômico brasileiro foi nos anos 70. Essa época foi justamente a de maior aprofundamento da dívida pública. O Estado não só liberou crédito, foi comprador, reprodutor e, principalmente, foi banqueiro, criou todas as condições para impulsionar os agentes privados. Agora, está com a dívida cada vez maior e quer dar um caráter mercantil às suas próprias funções, transformando o serviço público num espaço de valorização novo do capital privado, por conta e risco do setor público

Mais uma vez, os trabalhadores terão que se mobilizar contra medidas que beneficiam somente os ricos?
Sim. É o momento de construir uma grande mobilização dos trabalhadores dos setores público e privado. Precisamos combater essas reformas que tirarão direitos para impulsionar a acumulação de capital. A intenção do governo é assegurar o rendimento dos setores rentistas (banqueiros e fundos de pensão) através de mais uma reforma da previdência e das reformas sindical e trabalhista. A reforma universitária, por sua vez, visa à intensificação da mercantilização da educação para abrir mais espaço para a valorização do capital. Para a população que paga muito imposto e recebe quase nada em contrapartida, as parcerias público-privadas poderão representar mais pedágios e tarifas elevadas.

Fonte: Informandes Online nº 8 (25/01)

Movimento

Congresso do Andes-SN ocorre em conjuntura especial

Lançamento do PAC reforça necessidade de reorganização da classe trabalhadora

A convocação ocorreu em novembro do ano passado. Mas o tema "Reconstruindo a unidade dos trabalhadores para enfrentar as velhas reformas do novo governo" do 26º Congresso do Andes-SN, previsto para Campina Grande (PB), entre os dias 27 de fevereiro e 4 de março, está mais atual do que nunca.

Há poucos dias, com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo Lula demonstrou mais uma vez que o ônus de um eventual desenvolvimento deverá recair sobre os ombros dos assalariados da iniciativa privada e servidores públicos. Afinal, as medidas falam em desoneração de setores industriais e investimentos em infra-estrutura facilitadores para os grupos exportadores ao mesmo tempo em que utiliza recursos do FGTS dos trabalhadores, arrocha os salários do funcionalismo durante o prazo de dez anos e acena com uma nova reforma da Previdência, desta vez mais ampla e possivelmente mais danosa para a população, entre outros pontos.

"Não há nada de novo nas políticas públicas, a não ser a exacerbação dos efeitos do modelo econômico escolhido que exige o aprofundamento das reformas neoliberais", confirma um trecho da apresentação do Caderno de Textos – documento que guia os trabalhos dos representantes das seções sindicais de docentes de todo o país, durante o Congresso.

Reorganizar os trabalhadores

E é para fazer frente às "velhas reformas do novo governo" que ganha significado especial a necessidade urgente de unidade dos trabalhadores. Com esta perspectiva, o Andes-SN tem se empenhado na construção de um fórum de lutas contra as reformas. Neste contexto, será deliberada pelo 26º Congresso a possível filiação do Sindicato Nacional à Conlutas, criada como alternativa à governista CUT. "A unidade dos trabalhadores não é um fetiche, como pretendem poderosas forças, como a CUT, para submeter as organizações dos trabalhadores a um pacto de não-enfrentamento e de sustentação do próprio governo", diz outro trecho da apresentação do Caderno de Textos.

Centralidade da luta

Como novidade para este Congresso, a diretoria do Andes-SN apresentou, no próprio Caderno, uma proposta de modificação da metodologia dos trabalhos para definir a centralidade da luta no próximo período. "O momento não nos permite tratar o plano de lutas (da categoria docente) como um enorme elenco de intenções fragmentadas, antes exige a concentração de nossa atenção na definição das ferramentas de enfrentamento, pois só o desenvolvimento de ampla capacidade de luta livrará os professores dos iminentes golpes contra suas condições de trabalho e de vida", completa a apresentação do Caderno de Textos.

Caderno traz 52 textos

Dividido em quatro temas ("Movimento Docente e Conjuntura"; "Centralidade da Luta em 2007", "Questões Organizativas e Financeiras"; e "Plano de Lutas"), o Caderno do 26º Congresso, já disponível para consulta na página do Andes-SN (www.andes.org.br), traz 52 textos para análise das bases do Sindicato Nacional.

Logo no primeiro, preparado pela diretoria do Andes-SN e intitulado com o tema do Congresso ("Reconstruindo a unidade dos trabalhadores para enfrentar as velhas reformas do novo governo"), propõe-se que a centralidade da luta do Andes-SN para 2007 seja a reorganização e unificação da classe trabalhadora, com liberdade de organização sindical, para garantir direitos e avançar na conquista de melhores condições de trabalho; pela defesa e fortalecimento do Andes-SN; defesa do serviço público, da universidade pública com financiamento público, pela valorização do trabalho docente e recomposição salarial; além da luta contra as reformas neoliberais.

Ao longo do Caderno, de 184 páginas, também há espaço para textos de resolução relativos a educação, carreira docente, alterações no estatuto da entidade, homologação de novas seções sindicais, prestação de contas de evento anterior do Sindicato Nacional (51º Conad), planos de lutas, organização sindical, fundações privadas, ciência e tecnologia e muitos outros.

Prazo para novas contribuições

Uma vez que o prazo final para o envio de contribuições ao Anexo do Caderno de Textos do Congresso de Campina Grande é o dia 15 de fevereiro, está marcada uma Assembléia Geral da Adufrj-SSind para o dia 13. O objetivo desta reunião seria definir o restante da delegação da seção sindical ao evento, além de aprovar (ou não) como sendo de toda a AG um novo texto. Após essa data, novas contribuições só poderão ser apreciadas pelo Congresso se aprovadas pela plenária de instalação, marcada para o dia 27 de fevereiro.

Movimento

Congresso discutirá prioridades da luta para 2007

Diretoria nacional propõe luta contra reformas neoliberais, entre outras medidas

Quais devem ser as principais preocupações do conjunto dos professores das universidades em 2007? Essa é a dúvida que o 26º Congresso do Andes-SN, marcado para Campina Grande (PB) no final de fevereiro, vai buscar responder. E foi também, no dia 31 de janeiro, um dos temas da reunião da delegação da Adufrj-SSind, que se prepara para participar do evento.

O congresso de Campina Grande poderá experimentar um formato novo, desde que aprovado na plenária de instalação do evento: seriam intercalados os chamados grupos mistos temáticos de discussão dos assuntos e as plenárias deliberativas, em vez da fórmula anterior na qual os delegados e observadores discutem todos os temas em grupos mistos, antes de seguirem para a parte das votações. Ainda dentro do novo formato, foi proposta uma plenária, no começo do terceiro dia do Congresso, para deliberação da "centralidade da luta" dos professores para 2007.

Pela proposta da diretoria do Sindicato Nacional disponível no Caderno de Textos (veja matéria nesta edição), o movimento docente deverá priorizar, no corrente ano, a reorganização e unificação da classe trabalhadora, com fortalecimento do Andes-SN; a defesa do serviço público, da universidade pública com financiamento público, a valorização do trabalho docente e a recomposição salarial; e a luta contra as reformas neoliberais. Uma vez que a novidade foi divulgada após o prazo final de envio de contribuições para o Caderno, é provável que outras prioridades sejam sugeridas pelos professores de todo o país para o Anexo ao Caderno, com distribuição prevista para meados de fevereiro.

Dirigente da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN e professor da Escola Politécnica, José Miguel Bendrao Saldanha compareceu à reunião da delegação da Adufrj-SSind e prestou esclarecimentos sobre a nova estrutura proposta. Segundo ele, o objetivo é ganhar tempo nas atividades e alcançar, com a plenária "centralidade da luta", uma orientação geral para guiar o conjunto do Sindicato no período de um ano. O professor revelou-se confiante de que o novo modelo será aceito e o Congresso terminará dentro do prazo previsto (tarde de domingo) – a grande maioria dos congressos tem se estendido madrugada adentro para encerrar os trabalhos.

Entre os delegados da Adufrj-SSind reunidos, a proposta teve boa aceitação. A diretora da seção sindical e professora da Escola de Serviço Social, Sara Granemann, gostou da iniciativa de intercalar grupos mistos e plenárias, assim como da junção das chamadas políticas sociais em um único bloco deliberativo. Cristina Miranda (Colégio de Aplicação) elogiou a dinâmica proposta, mas questionou se a luta contra a reforma universitária não deveria ter maior destaque entre as prioridades do Sindicato para 2007. Janete Luzia Leite (também da ESS) ficou em dúvida se a plenária "centralidade da luta" não deveria ficar para o final, para algum eventual complemento originado das atividades do congresso. A também diretora Vera Salim (docente da Coppe) viu de modo positivo a definição de prioridades para o movimento docente: "Nós ficávamos trabalhando em tudo, sem centralizar. Desse modo, torna-se um compromisso", comentou.

Filiação à Conlutas

No momento de discutir a possível filiação do Andes-SN à Conlutas, a dúvida dos representantes da Adufrj-SSind ao 26º Congresso girou em torno das conseqüências desta atitude. O presidente da seção sindical, José Simões, embora favorável ao ingresso do Sindicato Nacional na nova organização, ponderou que muitos aspectos estruturais da Conlutas ainda deviam ser amadurecidos. Também aproveitou para questionar o papel da esquerda organizada no último processo eleitoral para presidência da República, algo que não viu ou viu muito pouco nas análises de conjuntura apresentadas no Caderno de Textos do congresso.

O professor Roberto Leher (Faculdade de Educação) vê problemas na falta de diálogo da Conlutas com outras experiências de reorganização da classe trabalhadora. "Acho que dá para trabalhar junto, mas não pode deixar burocratizar, nem deixar romper o diálogo com os outros", disse. José Miguel reforçou a preocupação de que estar na Conlutas não pode significar a exclusão do Andes-SN de outras frentes de luta. Cristina Miranda também compreendeu que o congresso não pode simplesmente deliberar pela filiação, mas caracterizar as condições desse ingresso. Vera Salim, que se disse defensora da filiação do Andes-SN à Conlutas desde o 25º Congresso, também não deixou passar que sempre criticou a mistura entre sindicato e movimentos socias dentro da nova organização. Porém, ela alertou que o debate sobre a filiação deveria ser precedido de uma análise consistente do papel da Conlutas no último período, bem como de outras experiências de organização dos trabalhadores e partidos como PSTU e P-SOL.

Simões encerrou esse bloco de debates com o pedido de que as propostas relativas à Conlutas cheguem por escrito na próxima Assembléia da Adufrj-SSind, no dia 13 de fevereiro, para definição da questão.

Política Educacional e Carreira

Agilizou a reunião da delegação o fato de os grupos de trabalho locais de Política Educacional e de Carreira terem se reunido na véspera. Os professores participantes dos GTs fizeram uma avaliação cuidadosa do Caderno de Textos, destacaram as boas proposições e detectaram alguns textos que precisavam de aperfeiçoamento.

Simões lembrou que a eleição para reitor da UFRJ, ao longo do primeiro semestre de 2007, será uma importante oportunidade para esclarecer a comunidade acadêmica a respeito desses assuntos, bem como cobrar posicionamentos dos candidatos a dirigentes da universidade. Ficou definido que os integrantes dos GTs apresentariam as propostas de mudanças para a AG do dia 13.

Seguridade Social

Outro tema que mobilizou os docentes na reunião de delegação da Adufrj-SSind ao 26º Congresso foi a Seguridade Social. O recente Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula, que anunciou um fórum para modificar o regime geral da Previdência e um projeto de lei para regulamentar a previdência complementar dos servidores públicos, tomou conta dos discursos.

Sara Granemann alertou a todos que os textos constantes do Caderno do congresso não estavam sintonizados com a atual conjuntura. "Já está superada, por exemplo, a questão das organizações sociais de interesse público para os hospitais. O governo já pensa a privatização das instituições hospitalares através das chamadas fundações estatais", disse. A respeito da possível reforma do regime geral, certamente com prejuízos para os trabalhadores da iniciativa privada, Sara sugeriu a volta da campanha por uma Previdência unificada e justa para todos. Segundo ela, seria uma resposta aos que acusaram os servidores de corporativismo ao tentarem rechaçar a contra-reforma previdenciária de 2003.

Ainda sobre o ponto da Seguridade Social, José Miguel informou que o GT local poderia tomar a tarefa de consolidar as resoluções do Sindicato sobre a matéria nos últimos anos. Assim, poderia redigir um texto substitutivo mais completo ao que estaria sendo proposto pelo Caderno do evento. Aqui também ficou o compromisso de os integrantes do GT Seguridade Social (já convocado, conforme chamada na capa desta edição) prepararem um documento para apresentação à próxima Assembléia da seção sindical.

Fotos: Daniel Tiriba

PROFESSORES E ALUNOS DO CURSO CONFRATERNIZADOS NO ÚLTIMO DIA

MST e UFRJ promovem segundo curso de extensão

Cerca de 50 militantes encerram terceiro módulo, realizado na Escola de Serviço Social

Após duas semanas de estudos, aproximadamente 50 militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros movimentos sociais, vindos de diferentes regiões do país estiveram, no último dia 26, no auditório da Escola de Serviço Social, no *campus* da Praia Vermelha, para o encerramento da terceira etapa (são cinco no total) do curso *Teorias Sociais e Produção de Conhecimento*. Esse é o segundo curso de extensão que a UFRJ promoveu em parceria com o Centro de Filosofia de Ciências Humanas (CFCH), sob a coordenação de professores da ESS e do MST e a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), criada pelos sem terra em janeiro de 2005 no município de Guararema, em São Paulo. Em fevereiro de 2006, ocorreu a formatura da primeira turma do curso.

Na cerimônia, os alunos prestaram homenagens a diversas pessoas que contribuíram para o andamento das aulas. A pró-reitora de Extensão em exercício, Isabel Cristina de Azevedo, foi uma delas. Depois de receber a bandeira do MST, Isabel afirmou que a troca de saberes entre a universidade e os movimentos sociais é de extrema importância para a construção de um país mais justo.

Alunos da universidade colaboram com o curso

Durante as aulas, os estudantes aprenderam história, filosofia, política e economia, e entraram em contato com clássicos da literatura, filmes, música e teatro. Uma das coordenadoras do curso, Maria Lídia Silveira exaltou a colaboração que os alunos da universidade oferecem para o andamento das atividades: "Uma característica muito importante do curso é a participação dos alunos da graduação e da pós-graduação da Escola de Serviço Social. Nessa segunda turma, temos alunos da Faculdade de Educação, mestrado e doutorado, e temos também de alunos da Universidade Federal Rural e da Uerj", informou. Segundo Maria Lídia constituiu-se um "coletivo de orientação metodológica" que auxilia os participantes do curso, ao final, a elaborarem suas monografias de conclusão de curso.

O curso, que tem duração de dois anos e meio e é ministrado somente no período de férias, torna-se uma oportunidade de levar a vivência acadêmica aos militantes que ainda não tinham conseguido a oportunidade de estudar e, para os já graduados, a possibilidade de atualização. Para Elemar dos Nascimento, coordenador nacional do MST, o ambiente universitário contribui para que se possam agregar vários elementos teóricos à prática militante dos alunos: "A terceira etapa desse curso é importante. É o momento de algumas superações, alguns esclarecimentos. Eu penso ainda que esse é o momento de reafirmar algumas convicções. E pra isso a filosofia questiona muitas coisas, muitas certezas, e abre um horizonte de possibilidades e reflexões. A filosofia, no nosso entendimento, no entendimento dos nossos velhos lutadores e teóricos, não é para a gente ficar contemplando a realidade, é para a gente voltar e transformar. Temos que ser sujeitos da história lá onde a gente estiver", afirmou.

NÃO FALTOU MÚSICA PARA ANIMAR O ENCONTRO

Ao final, a aluna Maria Divina Lopez, do movimento MST do Maranhão, declarou que todos que fazem parte do curso têm a certeza de que estão construindo uma "trincheira de idéias" para potencializar a ação e a intervenção no local em que atuam. A solenidade foi encerrada com palavras de ordem, música e lágrimas: "Não tem preço a liberdade/ não tem dono/ só quem é livre/ sente prazer em cantar/ se o passarinho canta mais/ quando está preso/ é por desejo/ de um espaço pra voar", foi uma das canções.

MST tem convênios com 42 universidades

Segundo o coordenador da turma, Nei Orzekovski, o MST tem hoje, em todo Brasil, convênios com 42 universidades entre cursos técnicos, de extensão, graduação, de especialização e mestrado. A professora Selene Alves, da coordenação geral do curso, lembra que na UFRJ a idéia surgiu na gestão de Carlos Lessa, em 2002, mas só se efetivou em 2004: "A proposta só se concretizou depois de um duríssimo enfrentamento. Não só pelo aspecto conservador da universidade mas pela falta de qualquer elaboração no sentido de estabelecer cursos com os movimentos sociais. Não sei o que pior, se é o conservadorismo da universidade ou a ausência de políticas públicas voltadas para sociedade. Não que a gente queira, sozinhos, fazer o papel do Estado, mas nós temos o dever de colaborar na elaboração dessas iniciativas".

Amorim

Jurídico

Diário Oficial publica decisão sobre GED integral

No dia 15 de janeiro, foi publicada no Diário Oficial a decisão proferida pela 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal (TRF) reconhecendo o direito dos aposentados e pensionistas da UFRJ ao recebimento dos valores máximos da GED (140 pontos), devido à ação movida pela Adufrj-SSind. Mas ainda não será no próximo pagamento (no início de março, relativo a fevereiro) que esses professores ou pensionistas vão recuperar a paridade com os colegas da ativa.

Embora a Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) tenha sido avisada da decisão judicial pela diretoria da Adufrj-SSind ainda no começo de fevereiro, a definição da folha salarial do mês fechou no último dia 14 e a notificação oficial do TRF para incorporação imediata do ganho ainda não havia chegado ao órgão da universidade.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 526 26 de fevereiro de 2007

A velha-nova reforma

Às vésperas do feriadão de carnaval, o governo Lula lançou seu velho-novo projeto de reforma universitária, agora nomeado 'Universidade Nova'. A proposta usa como embalagem idéias sobre interdisciplinaridade e uma formação básica ampla para todos os universitários, com posterior profissionalização e formação acadêmica. Mas, em seu conteúdo, o projeto traz a marca da política neoliberal de tratar a Educação como mercadoria.

Opinião
Páginas 2, 6 e 7

Opinião

O nome do novo

Ricardo Kubrusly*

Que o ano tenha doze meses é convenção acostumada, mas que o planeta gire em torno de si e de estrelas navegantes é crença imutável a que nos acostumamos chamar verdade. Não há como legislar seus giros ou estancar ponteiros, o movimento, ou o que chamamos de movimento, se dá para além de nossas ações políticas e de nossas vontades carnavalescas. Pena, pois idealizaríamos, sim, a terra imóvel por cerca de três meses a repousar nas almofadas das nuvens, sambando, para só depois de março iniciarmos o ano novo, talvez com a receita conhecida de Drummond, talvez com espumante, sambando.

Mas afinal, como dizem, o novo sempre vem, o verão deixa a apoteose com suas bundas salgadas e a universidade acorda, ainda ressacada e sonolenta, e se diz, enquanto o planeta se aquece e os giros recomeçam, nova. A princípio me alegro. Afinal, um projeto que se diz integrador e socialmente justo, gestado no imobilismo do planeta, seria, se assim o fosse, uma boa nova. Seria mesmo surpreendente ver o sopro de uma nova lógica arejando as idéias e ações de nossos governantes, mas, infelizmente, esse não é o caso.

O que vemos é a roupa do novo atrelado ao velho esqueleto lógico da construção de um país à maneira do mercado financeiro. A nova universidade, com o velho ciclo básico, agora com a novidade de que para alguns, os mesmos, o prato principal será servido. Para outros, que se iludem ao se pensarem inseridos no sistema universitário, apenas o cheiro do prato. A nova atrelada à velha e americanizada idéia das cotas que elaborada por mentes racistas reitera a intolerável divisão de homens em raças e atualiza e incentiva a triste figura do escravo feliz: que prefere unir-se ao opressor a lutar por sua libertação. Finalmente, o infame vestibular, que se dedica mais em amenizar pontualmente os problemas salariais dos professores envolvidos em sua elaboração do que em selecionar efetivamente os estudantes universitários, e que incentiva, com sua lógica perversa, soluções pessoais em detrimento das atividades políticas dos docentes envolvidos, seria substituído pelo Enem, mudando de roupa mas mantendo, cuidadosamente, a mesma lógica.

> O que vemos é a roupa do novo atrelado ao velho esqueleto lógico da construção de um país à maneira do mercado financeiro

Que o mercado financeiro utilize a lógica darwinista que bem se aplica a evoluções de espécies biológicas, onde a inexistência do outro impõe e justifica a ganância solitária da competição sem limites, é compreensível, posto que para o mercado financeiro também não existe o outro, mas apenas o lucro. Mas a construção de uma nação justa socialmente só pode ser pensada com políticas de resistência e enfrentamento a essa lógica da pequena aritmética financeira. Políticas sociais têm de ser erguidas sob a égide de uma lógica da diferença em um constante diálogo com cada outro que nos constitui e isso não é o que vemos com o falso novo que este final de verão nos presenteia.

Vamos sim, construir uma universidade pública nova, onde os estudantes entrem por sorteio e saiam por mérito. Uma universidade justa, atrelada a uma educação básica de qualidade e organizada por uma lógica social desvinculada do lucro. Vamos sim, nos organizar em torno de um projeto de universidade transformadora que ajude a construção de uma nação mais justa e, aí sim, que tenhamos então, um feliz ano novo.

*Diretor da Adufrj-SSind

Jurídico

FGTS Plantão para não-sindicalizados vai até 30 de março

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind anunciou a extensão, até 30 de março de 2007, do plantão de atendimento aos professores não-sindicalizados que desejarem permanecer no processo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Vários docentes, cujos nomes constam dos 1º e 2º lotes da ação ganha pela seção sindical, ainda não entraram em contato com a assessoria para providenciar a liberação de seus recursos do FGTS junto à Caixa Econômica Federal. A listagem dos professores não-sindicalizados pode ser conferida na página www.adufrj.org.br/site/listanloc.htm.

O escritório Machado e Silva deve ser procurado nos seguintes dias e horários: às quartas-feiras, de 10h às 12h; e às terças, quartas e quintas, de 14h às 17h. O escritório fica na Rua México, 90 – 11º andar, centro do Rio.

RBorges

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Novo calendário para eleição de reitor no Ceará

Prazos permitem agora maior participação da comunidade acadêmica

O Consuni da Universidade Federal do Ceará, no último dia 6 de fevereiro, alterou a resolução que normatiza o processo de eleição do novo reitor e vice-reitor. Em atendimento à reivindicação das três entidades representativas locais (Adufc, Sintufc e DCE), a consulta eleitoral foi remarcada para 28 de março com o objetivo de alcançar uma maior participação da comunidade acadêmica. Já a definição das listas tríplices, pelo mesmo colegiado, foi adiada para 2 abril. Antes, todo o processo eleitoral estava previsto para acontecer durante o recesso das aulas na instituição.

A confusão teve origem com as renúncias do reitor René Barreira (para assumir cargo de secretário no governo estadual) e do vice Ícaro Moreira de Sousa (que já havia anunciado intenção de ser candidato a reitor para o próximo quadriênio), no dia 4 de janeiro. Pelo estatuto da UFC, o pró-reitor com mais tempo de magistério, Luiz Carlos Saunders, ficou responsável pela administração da universidade e teria que convocar as eleições e enviar as listas tríplices ao MEC em um prazo máximo de 60 dias.

O próprio Saunders dirigiu-se a Brasília, respaldado pelas entidades de servidores e alunos, e apelou ao MEC para dilatar os prazos do processo eleitoral. Como resultado, recebeu do ministério a informação de que seria nomeado reitor pró-tempore, quando, aí sim teria efeito a contagem dos sessenta dias. A nomeação ocorreu em 2 de fevereiro e a consulta ficou assim para 28 de março, 23 dias após o início das aulas.

Novo calendário é considerado vitória pelos movimentos

A Seção Sindical dos Docentes da UFC (Adufc-SSind) já havia se manifestado, nas últimas semanas, mobilizando sindicalizados, chamando a imprensa, dirigindo-se ao Conselho Universitário e ao MEC, por um processo mais participativo. Segundo a direção da entidade, em nota na página eletrônica www.adufc.org.br: "Essa foi uma grande vitória da comunidade universitária, especialmente, desta Entidade, dos estudantes e dos técnico-administrativos. Foi fruto da vontade política e da determinação de todos no intuito de restabelecer a isonomia, propiciar o debate, elaborar propostas e, em torno delas, comprometer toda a comunidade e a futura administração superior", que reconhece ainda todo o esforço do reitor em exercício.

Independência

A diretoria da Adufc-SSind também deixa claro, na mesma nota, que não apóia nenhuma candidatura: "Como de costume, (a Adufc) não apóia nenhuma candidatura específica, mas se empenhará, sempre, na luta por uma gestão democrática, em defesa da universidade pública de qualidade e pela valorização dos docentes".

Fim da greve na Federal de Rondônia

Reitor preferido pela comunidade toma posse no último dia 13

Finalmente, no dia13 de fevereiro, o professor José Januário de Oliveira Amaral tomou posse como reitor da Universidade Federal de Rondônia (Unir). Com isso, a paralisação das atividades promovida por professores, técnico-administrativos e alunos e a ocupação do gabinete da reitoria terminaram.

Como o Jornal da Adufrj informou na última edição, a greve foi motivada pela nomeação de Ene Glória como interventor da universidade, contrariando a preferência da comunidade acadêmica, manifestada em consulta eleitoral, e dos colegiados superiores. Graças à pressão do movimento grevista, Ene Glória renunciou ao cargo, mas a paralisação da Unir continuou para assegurar a posse de Januário como reitor.

O novo dirigente da Unir também empossou a professora Maria Ivonete Barbosa Tamboril no cargo de vice-reitora da instituição, tendo ambos sido lembrados no discurso da decana Eunice Johnson, como os primeiros ex-alunos da Unir a assumirem a sua direção.

Depois de agradecer ao movimento e lembrar a participação de alguns parlamentares junto ao governo federal para tentar resolver a crise na Unir, Januário destacou o que chamou de princípios institucionais regidos por valores brasileiros.

Movimento vigilante

O comando de greve da universidade enfatizou que se não estivessem unidos na defesa da democracia, "os oportunistas poderiam se perpetuar no poder". Também destacou que continuará fiscalizando a administração do novo reitor, com o objetivo de que fatos como este não voltem a acontecer.

Anote

Fiocruz promove simpósio "Fazendo Arte na Ciência"

Em comemoração ao 5° aniversário do Museu da Vida/Fiocruz, o simpósio "Fazendo Arte na Ciência" visa discutir a interface "Ciência e Arte", incluindo teatro, artes plásticas, música, performances, acrobacias e outras formas de expressão artística da ciência como o Carnaval. O evento tem como objetivo estimular apresentações que associem reflexões sobre a atividade com demonstrações práticas da mesma. O evento que será gratuito, acontecerá nos dias 27 e 28 de maio, e não requer inscrições. Estarão presentes pesquisadores e profissionais vindos do Brasil, Reino Unido, Estados Unidos e Holanda. O Espaço Ciência participará da programação com a exposição DNArte.

Decretos de Serra afrontam autonomia universitária

Entidades sindicais e diretórios estudantis paulistas prometem resistir à nova legislação

As entidades representativas dos servidores das universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp) fizeram uma reunião no dia 1º de fevereiro em que discutiram o pacote de decretos assinado pelo novo governador de São Paulo, José Serra (PSDB), e seu impacto sobre o cotidiano das instituições. Segundo o manifesto redigido ao final do encontro, a nova legislação é uma das mais violentas e autoritárias intervenções do governo do estado, pois anula a autonomia didático-científica, administrativa e patrimonial das universidades.

O Decreto 51.461/07, por exemplo, "organiza a Secretaria de Ensino Superior e dá outras providências correlatas", porém não faz referência alguma ao financiamento da educação superior. Este decreto também é indiferente à insuficiência dos recursos subvinculados para ensino superior, à freqüente isenção fiscal concedida pelo executivo estadual e à constante sonegação fiscal não combatida pelos poderes públicos.

Já o Decreto 51.460/07 pretende desmembrar o Centro Paula Souza (escolas técnicas estaduais e Fatecs) da Unesp e sua vinculação à Secretaria de Desenvolvimento, demonstrando um nítido ataque à autonomia pedagógica e científica da universidade. A situação se agrava ainda mais com o Decreto 51.471/07.

Este último proíbe "a admissão ou contratação de pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo as autarquias, inclusive as de regime especial (...)" por tempo indeterminado. Com isso, haverá um aumento da terceirização e da precarização do trabalho nas universidades, desqualificando todas as atividades por elas desenvolvidas.

As entidades de servidores (e também os diretórios estudantis da USP e da Unicamp) concluíram que se faz necessária uma luta contundente em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Ainda no manifesto, os sindicatos e os diretórios estudantis afirmam que resistirão, certos do apoio e da participação de toda a sociedade, à intervenção e ao autoritarismo do governo estadual de São Paulo, em defesa das universidades públicas paulistas.

Resenha

Luto na visita de Bush

Marlos Duarte, da Associação Brasil/Cuba - Casa Gregório Bezerra, propõe que nos dias 8 e 9 de março, datas que marcam a visita de Bush ao Brasil, todos vistam preto em repúdio à política norte-americana de guerras e barreiras econômicas. Para Marlos, "a cor preta pode marcar nosso protesto no tempo em que Bush estiver no Brasil. Vale tudo, desde que seja preto: bandeiras, roupas, tarjas, chapéus". Há ainda a sugestão de se fazer uma campanha para colocar pano preto nas portas e janelas das residências, em especial nos edifícios *(Portal Vermelho, 15/2)*.

Conflito de interesses

Senadores indicados para a presidência de comissões temáticas do Senado possuem negócios ou receberam doações de campanha que podem eventualmente levar a conflitos de interesse. Wellington Salgado (PMDB-MG), por exemplo, presidirá a recém-criada Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. E ele tem participação de 50% em uma retransmissora do SBT, além de ser sócio de uma rádio. Salgado também já presidiu a Comissão de Educação e sua família controla a Universidade Salgado de Oliveira (Universo) e o Centro Universitário do Triângulo. Ah, vale registrar que o senador tem doutorado pela Universidade Nacional de Educação a Distância de Madri *(Fontes: Folha de S. Paulo, 10/2 e página eletrônica do senador)*.

EUA x direitos trabalhistas

Pesquisa conduzida pelas universidades Harvard (EUA) e McGill (Canadá) aponta os EUA como um dos piores países do mundo em relação a direitos trabalhistas e políticas para a família, como licença-maternidade, auxílio-doença, férias e descanso semanal remunerados. O estudo levantou a legislação de 173 países com foco na comparação dos benefícios concedidos pelo governo americano. Os EUA estão, por exemplo, entre as cinco nações do mundo que não garantem licença-maternidade; as outras quatro são Libéria, Suazilândia, Papua-Nova Guiné e Lesoto *(Folha de S. Paulo, 2/2)*.

Desempregados superam 195 milhões

O número de desempregados no mundo, em 2006, chegou a 195,2 milhões de pessoas. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), trata-se de um índice sem precedentes *(Tribuna da Imprensa, 9/2)*.

Colegiados

Consulta para eleger nova reitoria será de 2 a 4 de abril

Colegiado autoriza afastamento do candidato Aloísio Teixeira

Kelvin Melo

CONSELHEIROS VOTAM REGIMENTO ELEITORAL

No Consuni marcado para a quinta-feira após o carnaval (22/2), os conselheiros não atravessaram o samba e deram o quórum necessário para a sessão que definiu o regimento da pesquisa eleitoral para a reitoria da UFRJ (quadriênio 2007-2011). A inscrição das chapas (apenas compostas pelo reitor e seu vice) ocorre no dia 1º de março e a pesquisa será realizada entre os dias 2 e 4 de abril. Se nenhum candidato alcançar a maioria dos votos válidos, um segundo turno está marcado para 17 a 19 de abril.

Como o governo Lula foi incapaz de revogar a legislação que atenta contra a autonomia universitária, já está agendada a reunião do Colégio Eleitoral, em 26 de abril, para a elaboração das famigeradas listas tríplices (de reitor e vice-reitor), que serão enviadas ao MEC.

A grande novidade deste ano é a possibilidade de a pesquisa utilizar urnas eletrônicas. A comissão coordenadora da pesquisa sugeriu e o reitor Aloísio dirigiu um ofício ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para verificar a viabilidade da proposta. Até o fechamento desta edição, não havia resposta por parte do órgão. De qualquer forma, a universidade também se preparará para votação através de cédulas.

Alguns detalhes

No momento da inscrição, as chapas deverão apresentar um programa de trabalho. Duas reuniões públicas para debate entre os candidatos foram marcadas: em 21 de março (no Salão Pedro Calmon, no *campus* da Praia Vermelha), às 18h; e em 27 de março, no Auditório do Centro de Tecnologia, às 11h.

A paridade, dispositivo que atribui peso igual de votação aos três segmentos universitários (estudantes, docentes e técnico-administrativos em Educação), foi mantida do processo eleitoral anterior.

São eleitores: todos os professores e técnico-administrativos em Educação ativos do quadro de pessoal da UFRJ; os docentes eméritos; os estudantes com matrícula ativa à época da pesquisa em qualquer um dos cursos de graduação e de pós-graduação stricto sensu da instituição; os residentes médicos dos diversos hospitais ligados à universidade e os alunos do Colégio de Aplicação e do curso básico e intermediário da Escola de Música, maiores de 16 anos até a data do primeiro turno da pesquisa.

Afastamento do reitor

Pelo estatuto da UFRJ, não havia necessidade, mas o candidato à reeleição, Aloísio Teixeira, assim mesmo pediu ao colegiado para se afastar da direção da universidade durante o período de disputa eleitoral. O Consuni autorizou o professor e sua vice, Sylvia da Silveira Mello Vargas, a se afastarem pelo período de 60 dias, contados a partir de 1º de março, quando acontece a inscrição das chapas na pesquisa. Perto do fim desse prazo, já deverão ter sido proclamados os resultados no Colégio Eleitoral. Independente de ser o candidato vencedor, Aloisio volta ao cargo para cumprir seu mandato até 2 de julho.

O Consuni também designou o professor José Luiz Monteiro, atual pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, a responder pelo cargo de reitor durante o afastamento de Aloísio Teixeira. O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, responde, no mesmo período, pelo cargo de vice-reitor. Ambos vão acumular as novas funções com as pró-reitorias.

Filosofia ficou para próxima. De novo

Assim como ocorreu no Consuni de 8 de fevereiro, a introdução da Filosofia no vestibular da UFRJ ficou mais uma vez sem ser discutida. Era o primeiro ponto em pauta, mas com a urgência de definição do regimento da pesquisa, o assunto ficou para depois. Só que depois não havia tempo para resolver nada. De novo, ficou o compromisso de que será o primeiro ponto da sessão de 8 de março.

Bolsas de fundações

Também não houve espaço para a proposta de resolução que regulamenta concessão de bolsas a servidores da UFRJ através das fundações ditas de apoio.

Associados ainda sem representação

Ao final da sessão, o professor Ricardo Bicca (CCMN) reivindicou que o Consuni discuta o mais brevemente possível a representação dos Associados nas diversas instâncias colegiadas da UFRJ.

Colegiados

Terminal de Integração sofre críticas

Conselheiros questionam projeto apresentado pelo prefeito universitário

Douglas Pereira

LOCAL PREVISTO PARA O TERMINAL, EM FRENTE À CRECHE UNIVERSITÁRIA

A construção de um Terminal de Integração na ilha do Fundão foi o principal tema do Consuni, durante a primeira sessão de 2007, em 8 de fevereiro. Porém, a proposta não recebeu boa acolhida de parte dos conselheiros, após uma apresentação feita pelo prefeito universitário, Hélio de Mattos Alves.

A implantação do terminal, segundo a Prefeitura Universitária, tem o objetivo de ampliar a oferta de transporte público na ilha do Fundão, bem como solucionar o problema da precariedade das estruturas de alimentação e serviços ao redor do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF).

O terminal – com custo estimado em R$ 300 mil - deverá ser construído em frente à Escola de Educação Infantil (ex-Creche Universitária), no terreno que fica entre as recentemente nomeadas Av.Rodolpho Paulo Rocco e a Av. Renato Caldas. Já os quiosques, atualmente localizados entre o HUCFF e o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), serão transferidos para o centro do novo espaço.

Críticas

O conselheiro Carlos Vainer (CCJE) observou que a UFRJ deveria fazer uma análise sobre a totalidade dos seus acessos, além da inserção da universidade dentro da cidade do Rio de Janeiro. "Nós ficamos discutindo caso-a-caso. Por que o terminal lá e não em outro lugar do *campus*? Não há um plano de conjunto. Que concepção é essa? Daqui a pouco, reitoria e CLA serão uma periferia da verdadeira Cidade Universitária, lá perto do HU", criticou, referindo-se também à construção do restaurante universitário nas imediações do CCS.

Diante da notícia de que os ônibus pagos limitariam-se a pegar e deixar passageiros no terminal e que o transporte coletivo no restante do Fundão ficaria restrito aos veículos gratuitos da Real Brasil, o pró-reitor José Roberto Meyer demonstrou preocupação com a possível lotação daquele espaço.

Agnaldo Fernandes, com o mesmo entendimento, ponderou que a existência de dois terminais talvez ajudasse a desafogar melhor o trânsito. "Teremos uma hiperlotação daquele ambiente e o esvaziamento, com problemas de segurança, para o restante da ilha", disse.

O prefeito Hélio argumentou que o projeto não estava definido e que estava em contato contínuo com a Secretaria Municipal de Transportes (SMTR) e com o Programa de Engenharia de Transportes (PET), da Coppe, em busca da melhor solução para o trânsito da ilha. O reitor Aloisio avaliou que, mesmo com a aprovação do Consuni de dezembro, a proposta ganhou uma discussão mais rica no momento e encaminhou o tema de volta à Comissão de Desenvolvimento do colegiado, para nova avaliação.

Comissão da pesquisa eleitoral para reitor

Sem maiores debates, o Consuni definiu que a comissão organizadora da pesquisa visando à eleição para a reitoria neste ano vai seguir a mesma composição de 2003: serão sete integrantes dos colegiados superiores (sendo dois do Consuni, dois do CEG, dois de CEPG e um do Conselho de Curadores); sete representantes docentes (um por Centro, mais o do Fórum de Ciência e Cultura), sete estudantes (indicados pelo DCE e APG) e sete técnico-administrativos, indicados pelo Sintufrj através de suas instâncias.

O Consuni já indicou para a comissão os nomes dos professores Edwaldo Cafezeiro e Ana Canen (como titulares) e Rodrigo Barbosa e Walter Suemitsu (como suplentes). Ao longo da curta escolha do formato da comissão e de seus integrantes, o reitor Aloísio Teixeira, que é candidato à reeleição, retirou-se da sala de reuniões do colegiado para voltar em seguida.

Comissão do Pro-Infra 01/2006

Já é rotina. Diante da insuficiência orçamentária, qualquer edital do governo para liberação de algumas milhões de reais para todo o sistema de ensino superior público se transforma em um momento de tensa disputa entre as instituições e, internamente, entre unidades e grupos de pesquisadores.

No Consuni de 8/2, apenas a montagem da comissão de assessoramento que vai avaliar os projetos da UFRJ a serem submetidos à Finep/MEC para o edital do Pro-Infra 01/2006 já refletiu essa situação. O conselheiro Átila Freire questionou os requisitos para apresentação interna de propostas, como a exigência por pesquisadores 1A, na classificação do CNPq. "Esse servilismo está me cansando. Ter que me submeter a um trâmite externo é complicado", afirmou.

O Pro-Infra 01/2006 vai distribuir R$ 150 milhões, aplicáveis neste ano e em 2008, entre universidades e institutos de pesquisa públicos do país. Na UFRJ, haverá uma apresentação pública da proposta institucional no dia 5 de março, na sala de reuniões do Consuni, às 15h. No dia 22 de março, o Consuni aprecia a proposição, que tem até o dia 4 de abril para ser enviada à Finep.

Sede da UNE

As representantes discentes Miriam Starosky e Flávia Calé informaram que o movimento estudantil mantém, desde o fim da 5ª Bienal de Cultura da UNE, uma ocupação de terreno, na praia do Flamengo. Trata-se de uma luta para retomar o espaço da antiga sede da entidade estudantil, atualmente utilizada por um estacionamento. Miriam convidou os conselheiros a comparecerem e prestigiarem a iniciativa, no que recebeu o apoio até mesmo do reitor.

Comissões permanentes

Com algumas poucas mudanças em relação a 2006, o Conselho Universitário elegeu suas comissões permanentes (Legislação e Normas; de Ensino e Títulos; de Desenvolvimento) que vão assessorar as atividades de plenário.

Bandejão e HU

Não chegou a ser discutido no Consuni, mas o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, distribuiu aos conselheiros um relato atualizado das obras de implantação do restaurante universitário. Embora seja mantida a data de 1º de março de 2008 para o início do funcionamento do "bandejão", o documento afirma que isso deverá ocorrer de modo "precário". O fim da construção efetivamente acontece, segundo o pró-reitor, em 30 de março de 2008.

Até lá, a solução para a fome dos estudantes também apresentada no documento da pró-reitoria será o aproveitamento da cozinha central e do refeitório geral do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). Haverá uma reforma nesses locais, prevista para começar em 7 de março deste ano e terminar em 7 de junho, com o objetivo de ampliar a produção diária das refeições (1,5 mil atuais para 3,5 mil). O excedente de 2 mil pratos seria ofertado, somente em almoços e em dias úteis, aos alunos (com custo de R$ 2). Outros consumidores pagariam R$ 6. O início dessa operação está programado para julho deste ano.

Moção de pesar

O Consuni ainda manifestou pesar pelo falecimento do professor Gilberto Oscaranha, mestre de Capoeira e integrante da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), no dia 29 de janeiro.

Opinião

Fast delivery diploma

Roberto Leher*

A feição atual da contra-reforma da educação superior - Notas sobre a Universidade Nova

O intento de anunciar um marco temporal com o adjetivo "novo" é uma prática usual na política, utilizada, em geral, para ocultar vínculos indesejáveis com uma situação anterior: Estado Novo, Nova República... os exemplos são inúmeros. Também nas políticas de educação superior o uso do referido adjetivo é recorrentemente utilizado. Na "Nova" República, na gestão de Jorge Bornhausen no MEC (14/02/86 a 05/10/87), para enfraquecer o pujante movimento que reivindicava a democratização da universidade, o governo lançou o projeto "Nova Universidade" (GERES) que institucionalizava muitos dos aspectos da contra-reforma de 1968. A seguir, no governo Collor, o ministro Carlos Chiarelli (15/03/90 a 21/08/91) apresentou a proposta de "Uma ´nova´ política para o Ensino Superior". No governo Lula da Silva, o "novo" muda de lugar passando a ser posposto, e o projeto é então denominado "Universidade Nova ", proposta apresentada publicamente pelo Reitor da UFBa, mas que em tudo coincide com as proposições do MEC[1].

O que justifica o uso dessa qualificação pelos "reformistas" Bornhausen, Chiarelli e Genro-Haddad? A constatação de que a universidade brasileira não está em sintonia com os anseios da sociedade (com Bourdieu, leia-se, do mercado). O maior problema, salientam, é o *bolor* europeu que recobre a universidade pública, sinal evidente de seu envelhecimento. O diagnóstico é o mesmo do Banco Mundial em seu tristemente famoso "O BM e o Ensino Superior: Lições Derivadas da Experiência" (1994): as universidades públicas, gratuitas, assentadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não servem para a América Latina. Os governos da região deveriam adotar um modelo mais simplificado em instituições não universitárias e, preferencialmente, privadas ou resultantes de parcerias público-privadas a exemplo do PROUNI.

Em todos os intentos de contra-reformas dos anos 1980, 1990 e 2000, o objetivo foi ajustá-las às necessidades da sociedade (mercado). Mas como aproximá-las do mercado capitalista dependente sem o risco de uma onda de críticas e mobilizações dos segmentos que insistem que a universidade pública não é uma instituição de e para o mercado? No caso da última moda, a **Universidade Nova**, a idéia, conforme os seus proponentes, é moldar a "concepção acadêmica" a um contexto que, por força das "*demandas da Sociedade do Conhecimento e de um mundo do trabalho marcado pela desregulamentação, flexibilidade e imprevisibilidade, certamente se consolidará como um dos modelos de educação superior de referência para o futuro próximo*"[2].

Mais claro impossível: o objetivo é converter o conhecimento em mercadoria ou em insumo para agregar valor a uma mercadoria, conforme requer a dita *sociedade do conhecimento*. Ora, conforme estudo de Mansfield[3], as inovações tecnológicas não são feitas na universidade, mas na empresa. Assim, o objetivo da Universidade Nova é completamente estranho ao necessário debate sobre a função social das universidades no século XXI (e também ao próprio problema da inovação tecnológica realizada fora da universidade). Se essa primeira indicação não bastasse, o projeto assume, ainda, que a universidade deve formar *recursos humanos* para um mundo do trabalho *desregulamentado* e *flexível*, expressões eufêmicas para designar trabalhadores sem direitos e precarizados. Novamente, cabe indagar: é esse o objetivo da universidade?

Na prática, como seria a "Universidade Nova"? Em termos gerais, a proposta prevê os "Bacharelados Interdisciplinares (BI) que irão propiciar formação universitária geral, como uma pré-graduação que antecederá a formação profissional de graduação e a formação científica ou artística da pós-graduação"[4]. A versão do MEC propugna que parte dessas poucas disciplinas deverá ser ministrada por meio de educação a distância, mesmo nos cursos presenciais. Ao final dessa rebaixada formação "o aluno da Universidade Nova poderá enfrentar o mundo do trabalho, com diploma de bacharel em área geral de conhecimento (Artes, Humanidades, Ciências, Tecnologias)".[5]

Com esses cursos invertebrados de curta duração (3 anos), seria possível massificar o acesso ao ensino superior (117% até 2012)[6], reduzindo a pressão por vagas nas instituições públicas, sem a necessidade de maior aporte de recursos e de novos professores e, portanto, perfeitamente ajustada ao Programa de Aceleração do Crescimento que impedirá, por mais de uma década, as correções dos aviltantes salários dos professores e técnicos e administrativos e a contratação de novos servidores.

O injusto gargalo do vestibular – herança da ditadura empresarial-militar para acabar com os *excedentes* – seria multiplicado por dois: inicialmente, os estudantes fariam o inadequado ENEM e, ao final do *escolão* aconteceria a seleção meritocrática, no pior sentido da expressão:

- Aluno(a)s *vocacionados* para a docência poderão prestar seleção para licenciaturas específicas com mais 1 a 2 anos de formação profissional, o que habilita o aluno(a) a lecionar nos níveis básicos de educação;
- Aluno(a)s *vocacionados* para carreiras específicas poderão prestar seleção para cursos profissionais (p.ex. Arquitetura, Enfermagem, Direito, Medicina, Engenharia etc.), com mais 2 a 5 anos de formação, levando todos os créditos dos cursos do BI;
- Aluno(a)s com *excepcional talento e desempenho*, se aprovados em processos seletivos específicos, poderão ingressar em programas de pós-graduação, como o mestrado *profissionalizante* ou o mestrado acadêmico, podendo prosseguir para o Doutorado, caso pretenda tornar-se professor ou pesquisador[7] (grifos e destaques meus).

Embora a proposta seja, à primeira vista, clara, o que facilita o debate público, os autores não mantêm a mesma clareza ao longo de todo o Documento. Nenhum projeto afirmaria que seu único objetivo é adequar a instituição ao mercado capitalista dependente e ao trabalho precarizado. Assim, ao longo do Documento, os autores buscam justificativas epistemológicas (inter-disciplinaridade) e sociais (a especialização precoce que estaria na base da evasão estudantil) para legitimá-lo. Frente aos grandes objetivos da proposta apontados acima e ao seu conteúdo concreto (uma terminalidade minimalista), este texto não privilegiará essa linha de discussão, claramente acessória e ornamental, pois o cerne é o ajuste ao modelo Banco Mundial/ OCDE-Bolonha/Schwartzman[8]/ MEC.

O processo de Bolonha propugna a criação de um espaço europeu de educação superior que, na ótica dos que mercantilizam a educação, pode significar um robusto mercado educacional: essa é a expectativa da OCDE-UNESCO que incentiva a difusão do comércio transfronteiriço de educação superior por meio da EAD. O modelo preconizado pelo Relatório Attali, a **graduação genérica em três anos,** representa a possibilidade de um sistema abreviado e massificado que os mercadores gostariam de ver difundido em toda a Europa. Os que adotam o espelho europeu para ver a 'realidade brasileira´ fingem esquecer que está em curso na Europa um outro processo de articulação das instituições de ensino superior, reunindo apenas as universidades de maior prestígio e de tradição em pesquisa. Assim, está em curso na Europa dois níveis de integração:

a) a do Pacto de Bolonha : nos moldes dos "escolões" que servem de barreira de contenção para que apenas uma pequena parcela tenha acesso à graduação plena, capaz de assegurar uma determinada formação, legitimando a precarização generalizada da maioria (no caso francês, 80% dos estudantes);

b) a das instituições de *excelência*, objetivando formar as classes dominantes e produzir conhecimento estratégico.

Tardiamente, esse modelo chegou como um paradigma a ser seguido nas políticas para a universidade brasileira, justo em um momento em que é consolidado o consenso na comunidade acadêmica de que a chamada reforma da educação superior expressa no PL 7200/06 é perniciosa para o futuro da educação pública. No Brasil, o modelo Attali/ Simon Schwartzman/ MEC é difundido como a nova

"alternativa genial" da estação. Tal como o PROUNI, apresentado como "idéia genial" que possibilitaria vagas ditas públicas sem que o Estado necessitasse desembolsar um centavo sequer, o projeto Universidade Nova objetiva ampliar o número de vagas para estudantes nas instituições públicas sem alterar o padrão medíocre de financiamento da educação. A ausência de recursos novos para a educação superior pública (confirmada pelo PL 7200/06) é o fulcro do debate sobre as alternativas de graduação aligeirada.

Caberia uma análise específica das conseqüências desse modelo de bacharelado para as instituições privadas-mercantis. Falar em barbárie é pouco para caracterizar essas implicações.

A comunidade universitária, os movimentos sociais e os setores sociais devotados à causa da educação pública não podem se furtar da luta para impedir que a velha agenda, sob o manto do "novo", destrua o importante patrimônio social que são as universidades públicas. No âmago dessas lutas, os protagonistas terão de discutir uma agenda alternativa para a educação superior brasileira com proposições objetivas e originais capazes de empolgar outros setores sociais, em especial da juventude. As lutas na América Latina confirmam que as universidades, embora instituições milenares, são instituições abertas ao tempo. Por isso, não podemos esmorecer frente a mais essa ofensiva contra-reformista, assumindo papel protagônico na defesa de uma agenda capaz de revolucionar a universidade brasileira.

* . Professor da Faculdade de Educação da UFRJ, coordenador do Grupo de Trabalho Universidade e Sociedade do CLACSO.

1. No âmbito do MEC, os fundamentos do Projeto Universidade Nova estão no Projeto de Lei Orgânica (versão de dezembro de 04) que previa graduação em três anos (Art. 7) e o desmembramento da graduação em dois ciclos, o primeiro deles de "formação geral" (Art. 21). Conforme matéria de Demétrio Weber (MEC planeja criar 680 mil vagas nas federais, *O Globo*, 14/2/07, p.8), o MEC assume o projeto Universidade Nova e, para submeter as universidades ao projeto, irá exigir, em contrapartida ao repasse de modestos recursos (cerca de R$ 600 milhões /ano), a adoção da "pré-graduação" (3 anos), o sistema de cotas (em uma acepção liberal), a substituição do vestibular pelo precário ENEM, o uso da educação a distância, mesmo em cursos presenciais, entre outras medidas. Na matéria está explícito que o repasse condicionado de recursos objetiva burlar a autonomia universitária.

2 . Universidade Nova: Descrição da Proposta**.** Em http://www.universidadenova.ufba.br/, acesso em 12/02/07.

3 . Mansfield, Edwin 1998 Academic research and industrial innovation: An update of empirical findings *Research Policy* 26, p. 773–776

4 . Universidade Nova: Descrição da Proposta (op.cit)

5 . Idem.

6 . Demétrio Weber, op.cit.

7 . http://www.universidadenova.ufba.br/arquivo/Projeto_Universidade_Nova.doc

8 . No período mais recente a proposta de um curso "genérico" e de curta duração foi retomada por Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE na gestão Cardoso. Ver Antônio Góis. *Sociólogo defende curso de curta duração paraC carentes*. FSP, 03/06/2002. Em linhas gerais, a mesma alternativa é defendida no modelo Universidade Nova, difundida pelo reitor da UFBa.

Opinião

Autoridades, Educação e Violência

Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros*

Noticiários televisivos, páginas de articulistas e Painéis de Leitores nos jornais Folha de São Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Tribuna da Imprensa e outros pelo país afora nos últimos dias gritam o desespero pela morte de uma criança, executada por adolescentes, isto é, uns "quase crianças". Muitos clamam por mais prisões e mais tempo de reclusão, ou diminuição da idade para criminalização. Outros procuram culpados.

Na Folha de domingo, no Painel do Leitor, Maria do Rosário Figueiredo fala de "Educação", mostrando os descalabros governamentais que a destroem.

Talvez, cruzando violência com educação e "politicanalhices" se encontre o total - a tragédia que destrói a infância e a juventude deste país. Os culpados? Ora, cada vez que os políticos desviam verbas carimbadas para educação e saúde (desrespeito à Constituição), sob o disfarce do termo "contingenciamento", eles sabem que estão violentando a infância e a juventude, que terão escolas públicas de turnos cada vez mais curtos, ficando, crianças e jovens, entregues à "educação" pela violência de enlatados de TV, das notícias de falcatruas e impunidades de tantos setores das classes dirigentes do país, e da heroicização de bandidos que ganham gloriosas exposições em museus, ocupando páginas culturais.

Enquanto um marqueteiro, para enganar eleitores com falsas promessas, ganha milhões, até em dólares no exterior, um(a) professor(a) do Curso Fundamental ou Secundário, no Município ou no Estado do Rio de Janeiro, para conseguir ganhar R$ 1.500,00 com GLP, gratificações - a, b, c, tem de correr de uma escola para outra, acumulando até 900 alunos a cada ano. Alguns professores afirmam que o Município é um pouco menos ruim.

Os políticos não se envergonham de aviltar tanto as profissões (médicos, professores, enfermeiros, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, assistentes sociais etc.), que cuidam da formação das crianças e dos adolescentes deste país? Para eles, é mais importante obedecer ao FMI entregando, até com antecedência, o dinheiro subtraído à educação e à saúde, do que medir as conseqüências de seus atos sobre o *ethos* do povo que os elegeu como seus representantes. A corrida dos governantes é para disputar quem mais tirou da saúde e educação para a carnificina do superávit primário.

Todas as autoridades que esquizofrenicamente pensam que governam com a idéia do "façam o que eu mando e não façam o que eu faço" são os educadores de salários astronômicos, que proíbem as escolas públicas de reprovarem alunos analfabetos, porque eles têm de mostrar estatísticas à imprensa e à UNESCO. Para que ENEM, SAEB e "cositas más" se todos sabemos que um(a) professor(a) com mais de 300 alunos não pode corrigir e reorientar aprendizados deficientes?

À superlotação dos presídios corresponde a superlotação das agendas de professores que, ganhando um fixo pouco acima do salário mínimo, têm de triplicar sua própria carga de trabalho se quiserem sobreviver. Conseqüência desse regime de semi-escravidão nesse tipo de trabalho docente: quem conhece as estatísticas estaduais de professores em tratamento de tuberculose no Rio de Janeiro? Quem sabe quantos professores recebem turmas numa escola no Rio (manhã), outra na Baixada (tarde) e novamente na escola do Rio à noite?

O que é administrar Educação, é dividir Coordenadorias entre determinados deputados? É negar GLP ou transferir professores que não se "enquadram" na "filosofia da Escola"?

O que se espera produzir, reeditando o MOBRAL, que engoliu e malversou recursos, deixando o país tão analfabeto quanto antes? A Educação Fundamental tem destaque desde a Constituição de 46 até hoje. Como a Indústria da Seca e a Indústria do Cangaço, a Indústria da Educação fabricou muitos políticos, fez alguns famosos, alguns outros ricos; mas as vítimas do analfabetismo, como da seca e da violência (ontem do cangaço e hoje dos assaltos e das drogas) continuam choradas até o dia do enterro.

Muitos que discursam hoje sobre a violência deveriam responder à pergunta: por que em outros países onde crianças e adolescentes têm escolas públicas de tempo integral não há tantos "menores infratores"?

Pais ausentes (por horário de trabalho formal ou de biscate), seus filhos perambulando sem ocupação em dois turnos, sabendo que serão "aprovados" por decreto na Escola de 3 ou 4 horas de funcionamento, vão aprender o quê?

Por que os fabricantes de armas não são obrigados a fornecer ao Estado a lista de seus consumidores, ou para que a humanidade precisa comprar arma, senão para matar?

Elimine-se ou se restrinja a fabricação de armas letais, ponha-se toda criança e adolescente em escolas de 2 turnos, com 1 professor (dignamente pago) para cada 40 alunos, e vamos ver o que as novas gerações do Brasil serão capazes de fazer - talvez tenhamos dirigentes e políticos mais comprometidos com este país e menos entregues à sanha de serem "Vencedores"!

Imagine-se toda população de crianças e adolescentes pobres "sob o rigor" da lei do Supremo que torna inconstitucional o passe livre? É mais uma "contribuição" das autoridades do país para a famosa "Inclusão".

*Antropóloga, professora da Uerj

Adufrj-SSind

Assembléia decide pela filiação do Andes-SN à Conlutas

Professores da UFRJ finalizam preparativos para o 26º Congresso do Sindicato Nacional

Por unanimidade, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada no Auditório da Escola de Serviço Social, em 13 de fevereiro, decidiu favoravelmente à filiação do Andes-SN à Conlutas. Cabe agora ao 26º Congresso do Sindicato Nacional, marcado para Campina Grande (PB), entre 27/2 e 4/3, confirmar ou não este resultado, após a contagem dos votos dos representantes das seções sindicais de todo o país.

Um dos itens da proposta de filiação à Conluta ressalta também o fato de que o movimento deve continuar a "trabalhar pela construção de um amplo pólo classista, autônomo e combativo de organizações e movimentos da classe trabalhadora, do campo e da cidade, em seus setores empregados ou desempregados, formalizados ou precarizados, empre-gados do setor público ou privado". Outro ponto da proposta da Adufrj-SSind mantém ainda a participação do Andes-SN em todos os espaços que organizam lutas anti-neoliberais, como a Intersindical e a Assembléia Popular, defendendo a proposta do pólo classista.

Para a assembléia, a Conlutas deve trabalhar com autonomia e independência, não apenas em relação ao governo, mas também em relação aos partidos e correntes políticas de seus militantes. Houve o entendimento também de que o Estatuto e regimento da nova entidade deverão ser avaliados ao longo de seu primeiro ano de funcionamento, sendo obrigatoriamente objeto da pauta do segundo Congresso da própria Conlutas, seja para ratificá-lo, seja para modificá-lo.

Carreira docente

A proposta de texto de resolução sobre carreira, elaborada por cinco professores da UFRJ, cuja síntese foi publicada no Jornal da Adufrj nº 524 (de 29/1), sofreu algumas modificações e foi aprovada como proposição da Assembléia da Adufrj-SSind.

A contribuição, em linhas gerais, recomenda ao GT Carreira do Andes-SN estudos sobre a sistemática atual de concursos públicos para docentes nas Federais, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de publicidade e impessoalidade do processo de contratação. Também recomenda ao GT para aprofundar a análise do Sindicato sobre as condições para progressão, buscando valorizar mais as atividades de docência, em especial as de ensino. A solicitação para que o Andes-SN intensifique o processo de rediscussão da sua proposta de carreira docente nas IFES e para a realização de uma campanha junto à sociedade para mostrar a importância desse componente para o bom andamento das atividades de ensino foram outros pontos incorporados ao texto original.

O tema suscitou diversos comentários sobre a situação desastrosa da atual carreira. Diretor da Adufrj-SSind, Salatiel Menezes aproveitou para comentar sua participação no Seminário Nacional sobre Carreira, organizado pelo Andes-SN, em Brasília, nos dias 8 e 9 de fevereiro. Segundo ele, os assessores jurídicos da entidade fizeram uma recomendação para que o movimento docente, ao negociar o assunto com o governo, reivindicasse sempre uma "reestruturação da carreira", mesmo que se tratasse de uma proposta inteiramente nova. O cuidado de nomenclatura evitaria que o governo se aproveitasse da mudança para produzir mais perdas de direitos dentro da categoria.

Política educacional

Com intensa contribuição dos integrantes do Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adufrj-SSind, a Assembléia aprovou diversos aperfeiçoamentos aos textos do 26º Congresso. As propostas tratava de antigas bandeiras de luta do Sindicato, bem como sobre os novos projetos governamentais, como a "Universidade Nova".

Seguridade Social

Integrante do GT Seguridade Social da Adufrj-SSind, o professor José Miguel Bendrao Saldanha esclareceu que o grupo ainda terminaria a consolidação de resoluções anteriores do Sindicato Nacional sobre a área, para facilitar os trabalhos no Congresso. Também apresentou a orientação do GTSS local sobre as teses já presentes no Caderno de Textos, além de novas contribuições para o Anexo.

O objetivo é atualizar a análise e os encaminhamentos do Andes-SN, já tendo em vista os primeiros desdobramentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula, no qual consta a previsão de fundos de pensão para o funcionalismo. Além disso, trouxe a reflexão do GT como resistência às novas propostas de privatização dos hospitais universitários. Mencionou também os péssimos planos de saúde privados a serem oferecidos para os servidores, em vez do desejado fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros pontos.

Definida a delegação ao Congresso

A Assembléia do dia 13 também finalizou a escolha dos professores que vão representar a Adufrj-SSind no Congresso de Campina Grande. Serão delegados: José Simões; Vera Salim; Sara Granemann; Salatiel Menezes; Cristina Miranda; Luis Paulo Vieira Braga; Janete Luzia Leite; José Sanglard; Walcyr de Oliveira Barros; Leandro Nogueira; Roberto Leher; e Luitgarde Oliveira. A professora Miriam Abduche Kaiuca também irá ao evento como delegada indicada pela diretoria.

Reuniões previstas para Campina Grande

Para organizar a intervenção da Adufrj-SSind no 26º Congresso, a delegação ainda deverá se reunir, em Campina Grande, durante alguns intervalos do evento sindical. Todas as proposições aprovadas pela AG já constam do Anexo ao Caderno de Textos, disponível na página www.andes.org.br.

Amorim

Reitor é notificado para pagamento da GED integral na última segunda, 5

A assessoria jurídica da Adufrj-SSind foi informada de que o reitor foi finalmente notificado pelo oficial de Justiça do Tribunal Regional Federal da decisão judicial que determina o pagamento do valor máximo da Gratificação por Estímulo à Docência (GED), o correspondente aos 140 pontos da avaliação, no contracheque dos docentes aposentados e dos pensionistas.

A ação da Adufrj pela paridade entre ativos e aposentados teve decisão favorável da 19ª Vara Federal, em dezembro último. A reitoria da UFRJ não efetuou o pagamento da integralidade da graficação a estes docentes e pensionistas no último contracheque, alegando não ter recebido a notificação da Justiça.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 527 6 de março de 2007

Unidade contra as reformas liberais

Campina Grande (PB) sediou o 26º Congresso Nacional do Andes-SN, nos dias 27 a 4 últimos. Com a participação de 337 dekegados e 36 observadores, professores universitários de todo o país elegeram para a agenda de lutas do movimento docente de 2007 a defesa do serviço público e da universidade pública, com a garantia de financiamento também público, como eixos centrais desse ano. A valorização do trabalho docente e a recomposição salarial foram outros eixos aprovados para a mobilização desse período.

Na solenidade de abertura (foto), o presidente do Sindicato dos Docentes, Paulo Rizzo, destacou a importância da unidade de todos os trabalhadores brasileiros contra as reformas liberais do governo Lula, em especial a reforma da Educação Superior e as propostas que implicam em perda de direitos para as categorias.

Páginas 4 a 7

Fotos: Kelvin Melo

PAULO RIZZO FALA AOS PRESENTES NA ABERTURA DO CONGRESSO DE CAMPINA GRANDE

Opinião

Boas-vindas

Ricardo Kubrusly*

Moramos no braseiro, a coisa aqui 'tá quente
O ano inteiro eu corro atrás, não sei de que exatamente
Pedro Luís

Agora sim, bem-vindo às aulas. Na última semana, esquentamos os motores, agora, damos a partida.

Alunos novos e antigos, funcionários e professores, que esta semana que se inicia possa ser um verdadeiro recomeço na luta diária e necessária por um país melhor, socialmente equilibrado, onde as crianças possam sair dos sinais e ir para as escolas, onde as escolas existam em suas ações transformadoras, onde as esperanças percorram as matérias responsáveis de que somos feitos.

Que esta semana possa ser, para nós da UFRJ, uma semana de convocação, para que possamos existir e agir, para além da formalidade das disciplinas e das idéias previamente concebidas. É preciso parar de termos vergonha de desejar uma cidade justa em um país socialista. Justiça social não sai de moda, não é coisa de antigamente, assim como direito dos trabalhadores não pode atrapalhar planos de governo. É preciso olhar os acontecimentos que nos rodeiam, entendê-los por outra lógica, que não a que a sociedade entorpecida clama. É preciso acordar, desligar a TV, parar de ouvir inerte as três horas de medíocres massacres ideológicos que se nos são impostos cotidianamente do Jornal Nacional, onde as notícias inventam os acontecimentos ao mesquinho pseudo-realismo do BBB, passando pelas mal traçadas páginas da vida, ou coisa ainda pior que há de vir por aí. Parar e ouvir as ruas das cidades e os campos, com seus gritos e sirenes, com seus barulhos desconcertantes e suas vozes noturnas. É preciso olhar as balas que caminham com os olhos dos corpos que caem e não com os dos que atiram. Às vezes, é preciso, mesmo, tirar os óculos para enxergar melhor. É preciso termos a coragem de nos perguntar o que fizemos nas últimas décadas para nos tornarmos socialmente tão desconcertados.

Durante a hibernação do verão com seus humores balançantes, tivemos, além da velha universidade nova que nos brindou o governo, sobre a qual falamos na semana passada e ainda voltaremos, com certeza, a discutir alhures, alguns crimes desconcertantes: crimes comuns, desses que quando acontecem sob os holofotes das ruas, tomamos conhecimento, quando nos morros, se dissolvem entre o mau cheiro dos becos. Uns antes do carnaval, outros depois. Crimes, afinal, acontecem em todos os lugares, mas aqui, nesse país sem delicadezas, atingimos uma freqüência enorme de fatos escabrosos.

A sociedade atordoada pede paz. Quer existir em paz, poder ir e vir e viajar e comprar e dançar em paz. Às vezes clama por justiça, justiça pessoal, é claro, justiça social, nunca.As autoridades correm para as TVs e prometem mais polícias, mais armas, mais prisões. Talvez se diminuíssemos a idade mínima para a responsabilidade penal, dizem alguns, pudéssemos... pudéssemos o quê? Recriar cidadãos que já nascessem bandidos? ... Seriam os negros? Os muçulmanos? Os loucos? Os judeus? Os mulatos? Os comunistas? Mas não nos perguntamos o que fizemos nas últimas décadas para nos tornarmos tão socialmente desconcertados. Insistimos na mesma lógica abobalhada do BBB: para bandido, polícia. E com tanta polícia-bandido e com as balas todas, zunindo prateadas, por entre vértebras desconjuntadas do menino bebê arrastado pelas avenidas, da menina mocinha que ia ao dentista, dos franceses risonhos, dos degolados sem nomes dos morros, construímos muros, mas eles pulam e nos matam dentro dos muros, eletrificamos nossas portas e janelas, aumentamos o volume da TV, tomamos drogas de todo comprimido e tamanho, nos encharcamos de medo, mas não nos perguntamos o que fizemos nas últimas décadas para nos tornarmos tão socialmente desconcertados.

Abro o jornal de domingo. A visita de Bush a Lula toma conta das manchetes e reflexões. Leio que é preciso interromper os ventos bolivarianos que sopram na contramão da lógica do mercado. Olhar sempre a bala que caminha do ponto de vista de quem mata, insistir no BBB, entorpecer a sociedade, falar sem parar no celular, até torrar os miolos. Proibir qualquer reflexão que não seja sob a luz da lógica unânime do nada, matar árabes, persas, não seriam a mesma coisa? Abro o jornal, lá está o velho general de chumbo, pássaro (no nome), horror sem asas e sem canto a nos ameaçar com seus fuzis enferrujados, mas famintos, aos que ousarmos perguntar o que fizemos nas últimas décadas para nos tornarmos tão socialmente desconcertados.

Alunos novos e antigos, funcionários e professores, que esta semana que se inicia possa ser um verdadeiro recomeço. Que possamos encontrar-construir alguma lógica, perdida ou inaugurada, que de sentido ao caminho que traçamos juntos, que nos livre da cegueira lógica de achar que só pelo dinheiro venceremos, e que pelo dinheiro, a qualquer custo, venceremos de qualquer maneira. Que possamos reencontrar o caminho, re-encantar o caminho, pois ele é tudo que temos, sentir a brisa bolivariana sem medo e, com ela, construir a nova lógica revolucionária de que precisamos. Bem-vindo às aulas.

* Diretor da Adufrj-SSind

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Nacional

Lula quer restringir greves no setor público

No último dia 3/3, o Presidente da República afirmou que as greves no Brasil devem ser regulamentadas, afirmando que muitas delas são exageradas. Lula, que participou da 19ª Cúpula do Grupo Rio, ocorrida em Georgetown (Guiana), disse que encaminharia ao Congresso uma solicitação de ratificação da convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho). O documento propõe a regulamentação do direito à greve do servidor público.

Apesar de já ter liderado inúmeras greves, Lula deixou bem claro que na sua opinião há exageros em algumas paralisações. "Penso que há abusos em greves, não apenas no setor público, mas também em outras categorias, mas cada um de nós paga o preço pelo exagero que cometemos, seja no governo, seja no movimento sindical! O que nós queremos garantir é a liberdade de negociação", observou o presidente.

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, conversou com o presidente (2/3) sobre o assunto no Palácio da Alvorada. O encontro teve como objetivo concentrar os estudos do governo federal para obter uma forma de regulamentar o direito de greve do servidor público. "Quando você fala em regulamentação, você pode limitar ou pode não limitar, depende dos acordos que você fizer", afirmou Lula.

Segundo Bernardo, o presidente quer uma lei que garanta ao servidor público o direito de fazer greve, mas que, ao mesmo tempo, defina regras e estabeleça limites nas paralisações. Uma das propostas é a obrigação do comparecimento ao trabalho de um percentual de servidores em caso de greve, para que serviços essenciais não paralisem; no entanto o ministro não quis informar quais serviços seriam incluídos nessa listagem.

De acordo com a Constituição, o direito de greve do servidor público é assegurado, desde que seja "na forma da lei". Entretanto, como este direito não foi regulamentado, existem inúmeras interpretações sobre as paralisações: desde que "não é permitido" até a que "permite greve geral". Segundo o ministro Paulo Bernardo (Planejamento), o assunto será discutido com os sindicatos da categoria na próxima semana.

Conlutas é contra à regulamentação

A Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) criticou as intenções do governo federal de regulamentar as greves no país. "Lula se aproveita de seu passado como líder sindical para coibir a luta dos trabalhadores sem que haja reação pública. Cabe à classe trabalhadora lutar e resistir a este tipo de medida. A Conlutas não se alinha com essas idéias e lutará contra esta regulamentação", observou o coordenador nacional da Conlutas, Zé Maria.

Anote

"O Cheiro do Ralo"

Dentro da semana de abertura do ano letivo da Escola de Comunicação (ECOMEÇO), será apresentado o filme "O cheiro do ralo". Após a sessão haverá um debate com o ator Selton Mello, com o diretor do filme Heitor Dhalia e também com o professor da ECO Fernando Salis. O evento ocorrerá nesta terça, dia 06 de março de 2007, às 13h, no auditório do CFCH.

Divulgação

Resenha

Brasil só ganha do Haiti

Pelo segundo ano consecutivo, a variação do PIB no Brasil superou apenas a do Haiti entre 18 países da América Latina e também ficou bem distante das taxas observadas em outras economias vigentes. É o que mostra uma análise feita pela consultoria Austin Rating de dados publicados e projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) *(Fonte: O Globo RJ, 01/03)*

Emprego, só com experiência

Segundo dados oficiais sistematizados pelo economista Mario Pochmann, professor da Unicamp, o primeiro mandato do presidente Lula, só uma em cada dez vagas com carteira assinada abertas no Brasil foi ocupada por alguém que procurava o mercado de trabalho pela primeira vez. O levantamento, feito com base nos números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, aponta a geração de 4,6 milhões de postos entre 2003 e 2006. Apenas 460 mil foram referentes ao primeiro registro em carteira. *(Fonte: O Globo RJ, 26/02)*

Verba extra à adesão ao "Universidade Nova"

O Ministério da Educação (MEC) pretende oferecer recursos extras para as instituições que aderirem à proposta da "Universidade Nova", que vem sendo elaborada pelo governo em conjunto com algumas universidades. Os recursos são da ordem de R$3,7 bilhões. Entre os representantes da comunidade acadêmica, o projeto é visto com desconfiança. Tanto que o Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes) divulgou material afirmando que a "Universidade Nova" não trará solução para os problemas acadêmicos das instituições federais. *(Fonte: Folha Dirigida, 22/02)*

Redução de pensão a partir de março

As pensões por morte de 4.909 segurados do INSS que tiveram direito a integralidade negado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no último dia 8 vão sofrer o corte a partir de março. A Previdência deixará de pagar o valor total das pensões de viúvos que perderam ações na Justiça, segundo o procurador-chefe do INSS, Aluizo Lucena, seguindo a decisão do STF. *(Fonte: Extra RJ, 28/02)*

Movimento

Manifestação pelo bandejão marca Dia de Luta na UFRJ

Estudantes deixam prato de macarrão sobre a mesa do reitor

No Dia Nacional de Luta, em 23 de maio, a UFRJ presenciou um entusiasmado protesto pelo bandejão e contra as políticas do governo Lula para o ensino superior. Estudantes que integram a Frente de Luta contra a Reforma Universitária aproveitaram a coincidência da data com uma reunião ordinária do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e lotaram o plenário para realizar uma manifestação.

Munidos dos já tradicionais cartazes e faixas com pedidos de mais verbas para a Educação, os universitários cantaram diversas palavras de ordem até interromper os trabalhos do colegiado e conseguir espaço para suas reivindicações.

O estudante Jorge Badauí lembrou que não era nenhuma novidade a manifestação por bandejão: "Só existe obra hoje porque inúmeros atos como esse foram realizados", disse. A anunciada mudança de prazo para a conclusão da obra pela reitoria (de 2007 para março de 2008), porém, deixou o movimento estudantil bastante preocupado: "Queremos mostrar para a reitoria e para os conselheiros que não vamos ser vencidos pelo cansaço. Até estar funcionando, se for preciso, vai ter ato toda semana", ressaltou. "No que depender dos estudantes, vai ter bandejão funcionando logo e aqui não tem Universidade Nova, a UFRJ não vai ser transformada em escolão", completou.

Outro participante da manifestação, Vitor Mariano comentou que a mobilização não visava apenas ao bandejão, mas a uma ampla política de assistência estudantil. Vitor também cobrou um posicionamento claro da reitoria quanto à distribuição das refeições que passarão a ser produzidas pelo restaurante do Hospital Universitário, no segundo semestre.

Ex-conselheiro discente no CEG e atualmente na oposição ao atual DCE, Gabriel Marques comunicou que a luta do movimento estudantil existe, independente da direção do DCE, "que defende o governo Lula". Gabriel informou aos conselheiros sobre a importância do Dia Nacional de Luta contra a retirada de direitos: "Já tivemos cursos pagos aprovados e a privatização está cada vez mais presente. A USP já tem ocupação na reitoria e, se for preciso, vamos ocupar também a reitoria da UFRJ", disse. Acrescentou ainda a crítica ao projeto do governo Lula de condicionar alguns recursos (não garantidos) às universidades, em troca de elevadas metas de "eficiência": "Essa ampliação de vagas é uma chantagem do governo Lula. O Conselho de Ensino de Graduação que teve um grande papel quando da intervenção de Vilhena não pode ficar calado com a intervenção do governo Lula", analisou.

Macarrão para o reitor

Na seqüência do ato, os estudantes saíram do colegiado e se dirigiram para o gabinete do reitor, onde permaneceram por alguns minutos. Lá deixaram um prato da macarronada, considerado como uma lembrança ao dirigente do movimento estudantil sobre a necessidade urgente do bandejão. "Nada pessoal", dizia uma nota deixada ao lado do "presente", que também recebeu uma etiqueta de R$ 7 – preço normalmente pago por uma refeição dentro da universidade.

A manifestação prosseguiu com a distribuição da macarronada e suco no *hall* de recepção da reitoria, para todos os que passavam. Até mesmo o chefe de gabinete do reitor, João Eduardo, fez uma "boquinha". E gostou.

No Consuni do dia seguinte, Aloisio agradeceu aos estudantes que visitaram seu gabinete e disse que não pôde recebê-los por estar em reunião com o governador Sérgio Cabral. "Quando cheguei o macarrão já estava frio. E não gosto de macarrão requentado", brincou.

Fotos: Kelvin Melo

ESTUDANTES DEIXARAM UM PRATO DE MACARRÃO SOBRE A MESA DO REITOR

ATÉ O CHEFE DE GABINETE DO REITOR, JOÃO EDUARDO, FEZ UMA "BOQUINHA"

Entidades sindicais criticam Reuni no CEG

Alguns conselheiros temem que fragmentação institucional avance devido ao plano do governo

Antes do protesto estudantil, no dia 23, ainda no início da sessão do CEG, representantes do Andes-SN e da Adufrj-SSind também tiveram a oportunidade de falar aos conselheiros para criticar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O professor José Miguel Bendrao Saldanha, 1º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, comentou a forma como o Reuni está sendo trabalhado e implantado, antes mesmo de uma discussão mais ampla junto à comunidade. Citou o exemplo da Escola Politécnica, onde leciona, que teria uma discussão de projetos apresentados pela direção sequer conhecidos pela maioria dos docentes da unidade. "A essência do projeto do MEC é a expansão por meio de intensificação do trabalho docente. Isso está em todo o projeto", afirmou.

O dirigente sindical também atacou a portaria do banco do professores-equivalente, que, como estímulo para alcançar as metas cobradas pelo MEC dentro do Reuni, poderá servir para a troca de quadros efetivos em regime de dedicação exclusiva por professores de 20 horas ou substitutos.

José Miguel lembrou que o Consuni deliberou acertadamente para que uma comissão fosse constituída para avaliar o PDE e organizar o processo de discussão. Porém, em vez de fazer isso, a comissão estaria implantando as diretrizes do Reuni, às pressas: "Apelo para que haja tempo, uma vez que é a vida de todos nós que está sendo afetada".

Adufrj-SSind também marca presença

Vera Salim, 1ª vice-presidente da Adufrj, também apresentou a total discordância da seção sindical com o Reuni. "E, em especial, nossa perplexidade com os rumos que esta discussão está tomando no âmbito da UFRJ. Pensar que um decreto-lei é o que motiva nosso debate sobre temas tão importantes (como evasão, retenção e cursos noturnos) é dizer que agora a autonomia da nossa universidade se pauta por editais. E com isso não podemos concordar", afirmou.

Observou que o banco de professores-equivalente, junto ao congelamento das despesas com folha salarial do funcionalismo até 2016, não pode ser visto como uma medida positiva: "A médio prazo, esse banco de professores-equivalente vai significar a transformação do nosso tão batalhado quadro de professores em regime de dedicação exclusiva nos professores de tempo parcial", disse.

Também criticou a pressa com que o Reuni estaria sendo implantado na instituição. "A comissão (instituída pelo reitor) se pauta por uma política imediatista de já ingressar no orçamento 2008", disse. Finalmente, Vera também solicitou que a comissão faça o debate, em vez de instrumentalizar aceleradamente "uma mudança estrutural dessa ordem" dentro da universidade.

Conselheiros respondem

Fernando Augusto (representante do CT) concordou com a análise feita pelo Andes-SN sobre a intensificação do trabalho docente. Mas acredita que não há como fugir disso: "Cabe a nós verificar até quanto isso é exeqüível, mas é um fato, assim como a questão do professor-equivalente", disse. Observou que as unidades poderiam dizer que não querem aceitar o Reuni ou pedir mais tempo e, se a maioria disser assim, assim será respondido. Também afirmou que o aprofundamento do debate nas unidades dependeria da postura dos chefes de departamento. Mas admitiu que o prazo é exíguo. Outro representante do CT, José Manoel Seixas, que se manifestou depois do protesto estudantil, acredita que há brechas no decreto do governo para a universidade implementar medidas consensuais, como a implantação de cursos noturnos.

Anita de Sá (CLA) acredita que, caso a universidade não aderisse ao Reuni, por protesto, "seria uma burrice muito grande". A professora reconheceu que os prazos são curtos, mas muitos projetos que já existiam podem ser adaptados às diretrizes do plano do governo: "Acho que é um desafio e temos que aceitar. Acho que todas as unidades estão empolgadas e vão apresentar projetos. Se não vai dar certo, aí é outra história", afirmou.

Mas nem todos os conselheiros concordam. Maria Lúcia Patitucci (CCMN) também não se mostrou contente com os prazos e forma da discussão do Reuni. Quem está recebendo as informações da comissão, para ela, não sabe o que passar adiante. "Para mim, o Reuni já tem um apelido: é 'Espalha'. Não estamos conseguindo fazer um projeto de UFRJ", criticou. Aproveitou para comentar a proposta de um bacharelado interdisciplinar do CCMN, no escopo do Reuni: o aluno ficaria três anos nesse bacharelado e depois poderia escolher um curso para continuar sua formação: "Ou seja, o aluno ficará oito anos na universidade. Se for assim só no meu Centro, menos mal. Mas esse Reuni está mais 'espalha' que outra coisa", disse.

Andréa Teixeira (CFCH) tem a percepção de que "está todo mundo olhando para o seu umbigo" com a implantação do Reuni. Para ela, isso representa uma grave ameaça à instituição: "Ninguém está pensando um projeto de universidade. A fragmentação, que já é característica, foi elevada à enésima potência. Quero fazer um apelo aos meus colegas representantes na comissão, que temos o hábito de fazer a discussão aprofundada, para que não deixemos passar projetos que acentuem essa fragmentação", encerrou.

Imagem errada

Representante dos antigos alunos no CEG, a conselheira Ligia de Oliveira Viana criticou uma nota do Jornal do Adufrj nº 537, de 15 de maio. O texto fazia menção às precárias instalações da Escola de Enfermagem Anna Nery e uma foto das paredes sujas do local ilustrava a matéria. Na realidade, a imagem era do Hospital-Escola São Francisco de Assis, ao lado daquela Unidade. O equívoco de identificação aconteceu porque o diretor da Adufrj-SSind, que não conhecia o local, participou de um debate organizado pela EEAN e que foi realizado naquelas instalações.

Samuel Tosta

Protestos reúnem 1,5 milhão contra reformas neoliberais

No Rio de Janeiro, passeata no Centro contou com sete mil participantes

A realização do Dia Nacional de protestos contra as reformas neoliberais em todo o país, em 23 de maio, foi considerada vitoriosa pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). A estimativa da Conlutas é de que 1,5 milhão de trabalhadores dos setores público e privado, sem-terra, sem-teto e juventude, tenham participado de protestos e manifestações.

Greves, paralisações, bloqueio de estradas, atos e grande passeata marcaram o dia 23 no Rio de Janeiro. Cerca de sete mil pessoas participaram de passeata que saiu da Candelária, mesmo com chuva, ocupando as quatro pistas da avenida Rio Branco, em manifestação contra as reformas neoliberais e a política econômica do governo Lula. Naquela data, entre outras categorias, pararam os servidores do Incra e do Arquivo Nacional. Os profissionais de educação também estavam em luta. A rede estadual de ensino parou por 48 horas. A rede municipal, que parou por 24 horas, realizou um grande ato com 5 mil pessoas em frente à Prefeitura do Rio para exigir de César Maia o fim da aprovação automática nas escolas municipais. O movimento dos sem-terra, em luta pela reforma agrária, bloqueou estradas no Norte e no Sul Fluminense. Além do governo Lula, também foram denunciados os governos estadual e municipal pelas medidas implementadas no Rio, que são cópias fiéis das reformas de Lula e que dão milhões às obras do Pan-Americano e nenhum centavo à educação, saúde e moradia. Além disso, foi destacada a violência promovida pelos "caveirões" e as remoções de famílias para maquilar a cidade para o evento esportivo.

Adufrj-SSind não foi à passeata

Por deliberação da Assembléia Geral da Adufrj-SSind do dia 16, os professores aprovaram a participação na Jornada de Lutas, mas rejeitaram a presença na passeata do centro da cidade, porque a atividade contaria com a participação da CUT. Houve o entendimento na Assembléia que a CUT não é aliada dos servidores públicos, mas sim mais uma central a serviço do governo Lula com a qual não se deve construir possível unidade na luta. Assim, a seção sindical direcionou sua atuação para a UFRJ.

Fonte: com informações da Conlutas e do PSTU

Andes-SN

Sindicato Nacional define centralidade da luta para 2007

Lutar contra as reformas neoliberais, sim; mas sem esquecer de cuidar da própria "casa"

Uma das mais aguardadas plenárias do 26° Congresso, que experimentou uma nova estrutura, foi a que definiu a centralidade da luta do Andes-SN para o período de 2007. E, com algumas poucas modificações, os professores aprovaram a proposta da diretoria do Sindicato como o guia de ação política para os próximos meses.

A reorganização e unificação da classe trabalhadora, com liberdade de organização e autonomia sindical, para garantir direitos e avançar na conquista de melhores condições de vida e de trabalho; além da defesa e fortalecimento do próprio Andes-SN, foi o primeiro item a ser consolidado. A defesa do serviço público, da universidade pública com financiamento público, pela valorização do trabalho docente e recomposição salarial serão outras das principais preocupações do Sindicato no período que se inicia.

Lutar contra o neoliberalismo e as várias ofensivas do capitalismo contra a classe trabalhadora, com ênfase para o combate às chamadas "reformas", ficou como o terceiro item aprovado por esta plenária.

Um grupo de professores defendeu que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula fosse explicitado como um instrumento a ser combatido neste último item. Para eles, todas as reformas estariam representadas neste projeto, que deveria merecer uma menção específica. No entanto, saiu vencedor o entendimento de que o governo poderia modificar a nomenclatura ou fragmentar o PAC em outras propostas de reformas e o Andes-SN poderia acabar preso, por um ano, a uma luta de caráter obsoleto.

Cuidando da própria "casa"

Não menos importante, os professores votaram pelo fortalecimento do trabalho de base para ampliar a participação da categoria no Sindicato. Aqui ocorreu uma outra discussão se este item não deveria ser deslocado para uma outra parte do documento final do 26° Congresso.

Havia uma corrente de professores que compreendia que esta seria uma tarefa básica e contínua da atuação do Sindicato e não deveria constar como centralidade da luta para 2007. Já outros defenderam que o Andes-SN não poderia partir para essas diversas frentes de resistência, se não estivesse com a "casa" bem organizada e mobilizada, o que acabou prevalecendo no plenário.

O professor Luis Paulo Vieira Braga, da delegação da Adufrj-SSind, colaborou para a aprovação deste último trecho da resolução do Sindicato Nacional. "Acho importante este aspecto, senão o documento fica abstrato demais e esquecemos de trazer as pessoas para perto do nosso trabalho. É o feijão-com-arroz", afirmou.

Reunião da delegação da Adufrj-SSind

Para organizar a intervenção da Adufrj-SSind no 26° Congresso, a delegação reuniu-se ao final do segundo dia do evento (em 28/2). O objetivo era pensar a melhor forma de defender as propostas aprovadas pela Assembléia Geral da seção sindical, realizada em meados de fevereiro, e discutir mais um pouco as demais proposições apresentadas para o Caderno de Textos e seu Anexo – os documentos que guiam os trabalhos dos representantes sindicais no congresso.

A Adufrj-SSind foi representada no 26° Congresso pelos professores José Simões; Vera Salim; Sara Granemann; Salatiel Menezes; Cristina Miranda; Luis Paulo Vieira Braga; Janete Luzia Leite; José Sanglard; Walcyr de Oliveira Barros; Leandro Nogueira; Roberto Leher; e Luitgarde Oliveira.

Kelvin Melo

UFCG apresenta diversos problemas

Grande número de substitutos e instalações precárias desafiam o cotidiano dos professores em Campina Grande

O 26° Congresso do Andes-SN foi organizado pela seção sindical dos docentes da Universidade Federal de Campina Grande. E esta instituição de ensino superior, apesar de formalmente nova (foi criada em 2002, a partir de um desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, que tem sede na capital João Pessoa, distante 120 quilômetros), já apresenta antigos problemas de qualquer universidade pública brasileira.

De acordo com a presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Campina Grande, Sandra Sueli Carvalho Bezerra, o grande desafio passa pela melhoria dos mecanismos de gestão democrática da instituição. Segundo ela, o atual reitor da UFCG, Thompson Mariz, tem se utilizado da política do "fato consumado" para impor sua vontade aos colegiados internos. Como o mais recente exemplo, Sandra aponta a decisão da reitoria de fechar alguns portões do principal *campus* da universidade, sem ouvir a comunidade acadêmica, para supostamente melhorar a situação de segurança no local. Até mesmo o calendário de reposição das aulas, após a última greve nacional, em 2005, da qual a UFCG participou, o reitor tentou definir sem uma ampla discussão interna.

Sandra Sueli afirma que a seção sindical tem criticado também a política de expansão da universidade, para a criação de dois novos *campi*, em cidades próximas. Um deles já se encontra em funcionamento, no município de Cuité. "Faltou planejamento. Tanto é assim que as vagas do último vestibular para lá sequer foram preenchidas", comentou.

E enquanto MEC e reitoria se juntam no projeto expansionista considerado "marqueteiro" pela dirigente sindical, as instalações físicas dos *campi* originais apresentam graves problemas. Vale registrar que, embora fundada em 2002, a universidade absorveu os ex-prédios da UFPB, existentes naquela cidade há cerca de 50 anos. "O Centro de Humanidades, por exemplo, não tem ventilação e acústica adequadas. Há uma avenida bastante movimentada ao lado, o que dificulta a realização das aulas", disse.

Aulas que têm dependido bastante de um enorme número de substitutos. Segundo os últimos dados da entidade, aproximadamente 20% do quadro total de pouco mais de 1,2 mil professores seriam compostos pelos docentes submetidos a contratos temporários.

Andes-SN

Professores fazem greve em município paraibano

Categoria exige cumprimento de acordo salarial do prefeito de Santa Rita

Ainda no segundo dia do 26° Congresso do Andes-SN, os professores acompanharam abismados o relato sobre o desrespeito com os professores da educação básica da cidade paraibana de Santa Rita, na região metropolitana de João Pessoa. Desde 7 de fevereiro, os docentes daquele município paralisaram as atividades com as reivindicações de reajuste salarial e melhores condições de trabalho e passaram a sofrer com a perseguição do prefeito local.

Integrante do comando de greve da categoria, Antônio Ferreira explicou que a prefeitura, em maio de 2006, havia se comprometido a reajustar os salários dos professores em 20%, sendo a primeira parcela do aumento concedida em junho do ano passado e a segunda, em novembro. O documento foi assinado entre representantes do sindicato, da procuradoria municipal e das secretarias locais de Finanças e de Educação.

Fotos: Kelvin Melo

Ocorre que a prefeitura só pagou a primeira parte e até o fechamento desta matéria não havia depositado o dinheiro referente ao percentual restante na conta dos docentes . Inconformados, no retorno às aulas, em 5 de fevereiro, os professores marcaram assembléia para dois dias depois do início das aulas (5/3), e aprovaram, por unanimidade, a greve.

Colabora para impulsionar a indignação dos servidores municipais o péssimo estado de conservação de algumas escolas, assim encontradas no início do período letivo. Esgoto a céu aberto no terreno dos colégios, ratos mortos na cozinha das cantinas escolares e quadros-negros pendurados por barbantes foram alguns exemplos citados por Antônio Ferreira.

Absurdos

Para tentar intimidar o movimento grevista, o prefeito Marcos Odilon (PMDB) cometeu o absurdo de publicar um decreto considerando a paralisação ilegal. “Ele é um ex-usineiro em seu terceiro mandato e pensa que pode tratar os servidores como os antigos peões dele”, critica Antônio. “Mas nós já fomos ao Judiciário e descobrimos que não existe nenhuma ação contra a greve. Até porque o prefeito sabe que, com o acordo assinado em 2006, não tem qualquer chance”, completou.

Mas, em outra manobra intimidatória, o prefeito reteve o repasse do sindicato dos últimos dois meses, o que vem dificultando as ações do movimento grevista. Em busca de solidariedade política e possível apoio financeiro, o representante da categoria foi enviado ao Congresso do Andes-SN. “Já que o prefeito está radicalizando, o movimento prepara ações radicais de resistência”, disse Antônio Ferreira.

Momento cultural

Kelvin Melo

Após a plenária de abertura do evento, os professores puderam assistir a uma bela exibição da cultura regional da Paraíba. A Companhia de Projeções Folclóricas Raízes, formada por estudantes e jovens trabalhadores do estado, mostrou as danças locais e arrancou entusiasmados aplausos do público.

Lançada a Universidade e Sociedade n°39

No segundo dia do 26° Congresso (28/2), ocorreu o lançamento da edição n° 39 da “Universidade e Sociedade”, publicação quadrimestral do Andes-SN. A revista, com o tema “Educação: prioridade nacional?”, discute a mercantilização do ensino no Brasil. São analisados temas como a educação a distância e o financiamento público. A “Universidade e Sociedade” n° 39, na seção “memória docente”, também traz uma entrevista com a professora Marina Barbosa, presidente do Andes-SN no biênio 2004-2006.

UFRJ

Secretários de saúde defendem maior integração da universidade ao SUS

Comemorando 29 anos, Hospital Universitário debate sua relação com as políticas públicas de saúde

Na última quinta-feira (1/3) o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho comemorou 29 anos de sua instalação na Ilha do Fundão. A data foi registrada com a abertura do ciclo de conferências *29 anos de ensino, pesquisa e assistência de excelência*, do qual participaram pesquisadores da universidade, dirigentes e secretários de saúde dos governos municipal e estadual.

Na sexta-feira, a programação contou com uma mesa sobre políticas públicas e a relação do hospital universitário com a rede do Sistema Único de Saúde. O diretor geral da unidade, professor Alexandre Cardoso, disse que a consolidação do HU fez parte do projeto político de sua geração, que buscou integrar as atividades de diversas unidades de ensino na área médica – Enfermagem, Psiquiatria, Maternidade Escola, Oncologia - em um só prédio. "Essa era uma plataforma do Centro Acadêmico dos estudantes da Faculdade de Medicina desde os anos 60". Outro princípio perseguido pela comunidade hospital de ensino, segundo Alexandre, é a sua integração com a rede pública do SUS.

Representando a decania do Centro de Ciências da Saúde, a professora Diana Maul também destacou a integração do HU com a rede pública e a busca pela excelência no ensino e na pesquisa como as proposta essenciais da unidade. O reitor em exercício José Luis Monteiro também enalteceu o fato de a escolha do tema do evento comemorativo ser a discussão da relação do HU com as políticas públicas de saúde.

Em sua conferência, Alexandre Cardoso disse que o hospital universitário desempenha muitos papéis e tem que administrar múltiplas visões da sociedade sobre sua atuação. Destacou o papel da Fundação Universitária José Bonifácio como importante para administrar contratações de profissionais especializados, segundo ele, necessárias ao desempenho de procedimentos de alta complexidade e à cobertura de turnos de trabalho que excedem ao regime de 30 horas dos servidores que fazem parte do quadro efetivo da unidade. "Há alguns anos atrás ,o governo federal reconheceu o regime de 30 horas para os servidores dos hospitais universitários. Como repor as 10 horas restantes?", lançou a pergunta, justificando as contratações.

Gabriela d'Araujo/UFRJ

ALEXANDRE CARDOSO E A REPRESENTANTE DA SECRETARIA ESTADUAL, KATIA MATTOS

Alexandre Cardoso destacou a atividade de pesquisa realizada pelo hospital. Segundo o dirigente, a unidade tem hoje 400 projetos de pesquisa em andamento. Os dados sobre a produção científica do hospital vêm sendo sistematizados pelo Comitê de Ética na Pesquisa do hospital, formado por representantes de docentes, servidores, estudantes e usuários, de diversas áreas. Em 2006, o Comitê aprovou 282 projetos (43 destes eram projetos encaminhados ainda em 2005).

Financiamento

Falando sobre financiamento, o diretor lembrou que o hospital universitário pertence ao Ministério da Educação e não à pasta da Saúde. Isso significa que não há uma dotação orçamentária específica para a unidade hospitalar vinda do MS, como acontece com os demais hospitais da rede federal. "A relação com o SUS é feita através da prestação de serviço ao sistema público. Realizamos mais de 12.000 ações por mês, incluindo apoio diagnóstico, terapêutico e de alta complexidade".

Mas isso não significa a manutenção de todas as necessidades do hospital, chama a atenção o diretor que reclamou dos baixos valores pagos pela tabela do SUS aos procendimentos realizados, especialmente aos de alta complexidade. "Gastamos muitas vezes três vezes mais do que recebemos".

A rede no município

Convidado para a conferência *SUS: gestão plena e experiência do Rio de Janeiro*, o secretário municipal de saúde, Jacob Kligerman defendeu o investimento, segundo ele, feito pelo prefeito César Maia, na informatização do sistema. De acordo com o secretário, são numerosas as atividades realizadas pelos médicos sem o preenchimento do registro de atendimento ao paciente. Sem isso, a unidade não tem como efetuar a cobrança ao SUS.

O secretário municipal defendeu a formação de pessoal para o atendimento básico à saúde, uma das necessidades da rede pública. E falando para uma platéia de acadêmicos, Jacob defendeu que as decisões dos gestores sejam tomadas com "embasamento científico". O secretário do município criticou ainda o que chamou de "criminalização das fundações de apoio". "Não há como profissionais de neurocirurgia e outros receberem pela tabela pública", polemizou.

Representando a secretaria estadual de saúde, a diretora do HemoRio, Kátia Machado Motta, enfatizou o 'pacto de gestão' que vem sendo, segundo ela, promovido entre os governos federal, estadual e municipal na área. "Para nós, isso é extremamente importante já que cobrimos 76,5% das ações do SUS no estado", avaliou. Kátia defendeu a integração das administrações e a subordinação das secretarias do estado e dos municípios às políticas encaminhas pelo sistema federal como uma forma de manter a unidade de ação do SUS. Para ressaltar a importância da integração dos profissionais com o atendimento público, Katia chegou a propor aos professores presentes uma disciplina específica sobre o SUS e a rede pública na grade de formação dos médicos do hospital. Surpresa, foi informada que a matéria já consta no currículo da Faculdade de Medicina da UFRJ.

Marco Fernandes

EM 1974, CLEMENTINO FRAGA FILHO FOI NOMEADO DIRETOR DA FACULDADE DE MEDICINA DA UFRJ, APÓS INDICAÇÃO UNÂNIME PELA CONGREGAÇÃO DA UNIDADE. NO MESMO ANO, FOI DESIGNADO PELO ENTÃO REITOR HÉLIO FRAGA PARA PRESIDENTE DA COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO. INAUGUROU O HOSPITAL EM 1º DE MARÇO DE 1978, E FOI SEU DIRETOR GERAL ATÉ OUTUBRO DE 1985. AOS 90 ANOS, O MÉDICO E PROFESSOR (FOTO) É HOMENAGEADO NO EVENTO DE COMEMORAÇÃO DOS 29 ANOS DE ATIVIDADES DO HOSPITAL QUE AJUDOU A CONSTRUIR E CONSOLIDAR.

Radiografia

O HUCFF concentra, em 110.000 metros quadrados, os três principais elementos para a promoção e o desenvolvimento da saúde pública: assistência à população, ensino qualificado e pesquisa científica; o que o qualifica como um dos centros de saúde mais avançados do país.

São 3.513 profissionais atuando no hospital, entre docentes, médicos, enfermeiros e pessoal administrativo e de apoio. Além disso, há cerca de 200 médicos residentes e mil estudantes de medicina.

Fonte: UFRJ

Amorim

Congresso do Andes-SN

Após o encerramento do 26º Congresso do Andes-SN, realizado em Campina Grande entre os dias 27 de fevereiro e 4 de março, o Jornal da Adufrj traz algumas de suas principais deliberações. Política de cotas, Fundeb e o projeto Universidade Nova, entre outros temas, receberam a crítica dos representantes sindicais dos professores de todo o país.
Páginas 8 e 9

Bandejão

Pesquisa encaminhada por um grupo de professores da FACC, do IFCS e do IM demonstra que o restaurante universitário é uma necessidade.
Página 6

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano IX nº 528 13 de março de 2007

Reitoria apresenta Universidade Nova a calouros

Antes de qualquer debate com a comunidade universitária, a reitoria da UFRJ decidiu fazer a apresentação do projeto Universidade Nova do governo Lula durante a aula magna de 2007 e convidou para proferí-la o reitor da Universidade Federal da Bahia, Naomar Monteiro. O reitor é o idealizador do projeto que está sendo debatido na UFBA e que deve ser motivo de polêmica entre educadores, dirigentes universitários e representantes do movimento docente. A aula inaugural acontece nesta quarta-feira, dia 14, às 9h, no Auditório Roxinho, no Centro Cultural Horácio Macedo.

Leia Opinião e Colegiados nas páginas 10 e 12.

Editorial

O 26° Congresso e os rumos do sindicato

O 26° Congresso do Andes-SN tomou decisões significativas que irão influenciar nossa atuação nos próximos meses.

Inicialmente ressaltamos o posicionamento do sindicato contrário à reserva de vagas para o ingresso dos estudantes nas IFES. A votação que definiu esta posição, 137 a 116 votos, reflete bem a diferença de opiniões. O reconhecimento das profundas desigualdades sociais que impedem o acesso da maioria de nossa população à universidade, as injustiças e crimes cometidos contra as populações negra e indígena, o descaso com o ensino médio público, foram unânimes, bem como para o caráter elitista de nossas universidades atuais. Mas a leitura sobre os caminhos para superar estas desigualdades não foi unânime. No final prevaleceu a posição de que a implantação de cotas, reservas de vagas, não era uma solução para estes problemas. Pelo contrário, sua implantação irá, em muitos aspectos, agravá-los. Continuaremos a ter uma enorme parcela de nossa população fora da Universidade Pública, abandonada à sua própria sorte. O descalabro que assistimos no Ensino Fundamental e Médio, público e privado, irá continuar a ser mascarado em estatísticas oficiais perversas. A qualidade do ensino nas IFES, que vem se deteriorando rapidamente, não será modificada. Não passou despercebido o fato de que as "políticas compensatórias " estão indicadas nos relatórios do FMI e do Banco Mundial. Continuamos a defender políticas e investimentos públicos para melhorar as condições de vida dos excluídos em nosso país, recursos para saneamento e emprego, a lutar pela melhoria do ensino em todos os níveis e, principalmente, na organização dos movimentos que denunciam e combatem as desigualdades sociais.

Também foi significativa a inclusão entre nossos pontos prioritários de lutas para este ano, das condições reais de trabalho dos professores das IFES. Após muitos anos de restrições orçamentárias, de incentivo à privatização de nossas instituições públicas, da separação sistemática entre ensino, pesquisa e extensão, da falta de planejamento e prioridades para a ciência e tecnologia em nosso país, da degradação da carreira docente e das limitações do ingresso por concursos públicos, nossa universidade encontra-se fragilizada e fragmentada. Nosso sindicato deve redobrar esforços para esclarecer aos docentes das IFES que estas dificuldades são o resultado de uma política deliberada de destruição do caráter público de nossas instituições e que esta não é a única alternativa política. A organização da resistência dos professores das IFES ao desmonte de nossas instituições deve ser prioritária, ressaltando a necessidade de termos um sindicato independente do governo e autônomo.

Outro aspecto importante foi a opção pela prioridade em nos empenharmos na reorganização das lutas da classe trabalhadora. Isto é uma conseqüência do entendimento de que as dificuldades que permeiam a universidade brasileira são parte de um projeto político que hoje domina todos os setores da vida do país e de que a construção de alternativas reais deve ser obra do conjunto dos trabalhadores interessados numa sociedade melhor. Fizemos um avanço significativo ao sairmos da CUT, por entender que sua subordinação ao governo era inaceitável, e agora devemos nos empenhar na construção de alternativas para o movimento sindical. Novamente sem unanimidade, o 26° Congresso aprovou nosso ingresso no CONLUTAS, marcando nossa posição de nos unirmos na construção de um movimento social amplo.

Finalmente, o 26° Congresso sofreu modificações em seu funcionamento interno, que ainda deverão ser aprofundadas, mas que contribuíram para resgatar a discussão política, estimular as definições e construir conjuntamente, nas plenárias, nosso mais nobre espaço de decisões, os rumos políticos do nosso sindicato.

Agenda Sindical

13/3 – Reunião do Setor das Federais do Andes-SN
Brasília (DF)

14/3 – Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais
Brasília (DF)

15/3 – Lançamento da Campanha Salarial 2007
Brasília (DF)

18/3 - 2ª Plenária Nacional de Entidades pela Retirada dessa Reforma Universitária (PL 7200/06)
Salvador (BA)

19/3 - Reunião da Coordenação da Conlutas preparatória ao Encontro do dia 25/3
São Paulo (SP)

20/3 – Seminário Nacional da Auditoria Cidadã da Divida, integrado às demais atividades da Assembléia Popular
São Paulo (SP)

22 e 23/3 – Reunião da Assembléia Popular e da Esquerda
Brasília (DF)

24/3 – Reunião do Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN
São Paulo (SP)

24/3 – Reunião do GT-Educação da Conlutas
São Paulo (SP)

25/3 – Encontro Nacional Organizar a Luta para manter e ampliar os Direitos da Classe Trabalhadora
São Paulo (SP)

26/3 – Encontro da Frente de Luta contra a Reforma Universitária
São Paulo (SP)

15/4 - 2ª Plenária Nacional de Entidades Estudantis e Delegados pela Retirada dessa Reforma Universitária (PL 7200/06)
Salvador (BA)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Nacional

Fora "*El diablo*"

Marcello Casal Jr/ABr

O PRESIDENTE DOS EUA PASSOU MENOS DE 24 HORAS NO BRASIL. O SUFICIENTE PARA A POPULAÇÃO SE INDIGNAR COM A PRESENÇA DO MAIOR REPRESENTANTE DA RAPINAGEM INTERNACIONAL PROMOVIDA PELOS ORGANISMOS FINANCEIROS E PELA EXPLORAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA. EM BRASÍLIA (FOTO ACIMA), INTEGRANTES DO MST PROTESTARAM EM FRENTE À EMBAIXADA AMERICANA.

EM SÃO PAULO (ABAIXO, À DIREITA), MAIS DE 10 MIL MANIFESTANTES DISSERAM "FORA, BUSH" ENQUANTO ENFRENTAVAM UM APARATO MILITAR DE 4 MIL HOMENS.

A POPULAÇÃO, NO ENTANTO, NÃO SE INTIMIDOU. NO NOTICIÁRIO DIVULGADO POR RÁDIOS E TVS NO PAÍS, FICOU PATENTE A INSATISFAÇÃO COM A PASSAGEM DO REPRESENTANTE MÁXIMO DA GUERRA PELO PETRÓLEO E CONTRA O DIREITO DE AUTO-DETERMINAÇÃO DOS POVOS EM TODO O MUNDO. EM VÁRIAS CAPITAIS, MAIS DE 23 MIL PARTICIPARAM DO PROTESTO NO ÚLTIMO DIA 8.

Fábio Pozzebom/ABr

Marcello Casal Jr/ABr

Resenha

Haitiano critica Missão da ONU

"Se nos vêm ajudar, por que não mandam doutores, engenheiros? Por que não nos mandam cooperação? Por que, ao invés disso, nos mandam o exército?". Estas foram algumas perguntas feitas pelo haitiano Didier Dominique, militante da organização Batay Ouvriye (Batalha Operária), ao falar sobre a presença da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), que desembarcou no país desde 2004. O arquiteto e professor universitário e a pesquisadora Rachel Beauvoir Dominique estão no Brasil para encontrar movimentos sociais em 10 diferentes cidades e denunciar a barbárie imposta ao país, além de articular marcos de ação e solidariedade *(Agência Brasil de Fato, 12/03).*

Bancos batem recorde de rentabilidade

Os banqueiros devem adorar Lula. Em 2006, os ganhos alcançados pelas 104 instituições financeiras que atuam no Brasil somaram R$ 33,4 bilhões, o que representa um retorno de 22,9% sobre o patrimônio líquido do setor. O lucro total dos bancos havia sido de R$ 28,3 bilhões em 2005, o que correspondia a uma rentabilidade de 22,6% *(Folha Online, 12/3).*

OAB contra restrição às greves

O presidente da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Cezar Brito, disse que é inconstitucional qualquer tentativa de restringir o direito de greve, conforme anuncia o governo: "Qualquer medida que venha a ser aprovada, limitando ou restringindo o direito de greve no país, fere a Constituição", disse Brito, por meio de nota. Segundo ele, cabe a aprovação de uma lei complementar que regulamente o direito de greve do funcionalismo público, sem nenhuma limitação. "Se a idéia do governo é escutar as entidades sindicais para que discuta um processo de lei complementar que assegure esse direito, será bem vindo." *(Folha de S. Paulo, 5/03)*

Greve na Unimep

Pela superação da crise institucional com a nomeação dos professores indicados e escolhidos nos termos do Estatuto, pela anulação das demissões e das portarias já declaradas irregulares pela justiça e pelo MEC e pela regularização do pagamento dos salários, os professores da Unimep decretaram greve a partir da próxima segunda-feira, dia 12.A deliberação se deu por unanimidade em Assembléia realizada nesta terça-feira, 06. *(Site Andes, 7/03)*

Opinião

Seja bem-vindo, companheiro Bush

Leovegildo P. Leal*

Nem mesmo por encomenda – hipótese não de todo descartável –, o presidente norte-americano George W. Bush poderia receber um presente de boas vindas ao Brasil melhor que o anúncio feito esta semana por seu colega e amigo brasileiro, Luís Inácio da Silva, de sua decisão de enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei acabando com o direito de greve dos servidores públicos.

Como todos sabemos, ou devíamos saber, Bush vem à América Latina buscar, plantar ou fortalecer uma liderança continental capaz de fazer frente ao ameaçador crescimento político-ideológico da liderança em âmbito continental do presidente venezuelano Hugo Chávez, que indiscutivelmente tem-se enraizado na consciência de parcelas significativas do proletariado latino-americano como portador de idéias e políticas de libertação deste proletariado das cadeias miserabilizantes do capitalismo. Essa conversa de acordos sobre metanol e álcool de cana é agenda mais que secundária da visita. Isso qualquer daqueles garotos de recado do Itamaraty pode e poderia fazer.

Estamos, pois, diante de um casamento que tem tudo para dar certo: de um lado, Bush precisa; de outro, Luís Inácio quer. O caminho não é uma linha reta, é claro. A um eficiente homem de confiança dos EUA na América Latina não basta ser servil e subserviente aos interesses do capital. Ao contrário da mulher de César, ele precisa parecer o que não é, o que jamais foi, ou seja, um defensor dos interesses dos trabalhadores.

A princípio tímido, pouco a pouco Luís Inácio foi colocando as mangas de fora, percebendo em tempo hábil que a herança da ditadura burguesa, que espertamente ele fingiu combater, jogou a favor de sua vitoriosa candidatura a maior traidor da História do país. Tal herança – uma mídia de vocação irrefreável ao embuste e à mentira, uma intelectualidade acadêmica embrutecida, individualista e acovardada e um proletariado adestrado, inclusive, por uma esquerda não marxista nos meneios e trejeitos da ideologia democrática e, além de tudo, acossado pela iminência constante do desemprego – fez do Brasil um fertilíssimo campo de proliferação de bonapartistas e protofascistas. À frente, imbatível, Luís Inácio e seus cortesãos petistas.

Mas a avalanche da lógica contraditória do capital, que o lança periodicamente em crises de reprodutibilidade, de tempos em tempos desmancha a orgia burguesa, expondo contradições, desmentindo promessas e, mesmo, apontando caminhos. Alguns segmentos dos lutadores da causa proletária já dão significativas mostras da compreensão da dimensão do embuste lulo-petista. Os resultados maiores do recém-encerrado congresso do Andes, como o reconhecimento político da Conlutas e a não inclusão da política de cotas na plataforma geral de lutas do sindicato, podem e devem ser entendidos como expressão desta dialética histórica. Mesmo que a Conlutas ostente verdadeiras crateras em seu programa – entre as quais uma proposta organizatória messiânica que pretende unificar artificial e burocraticamente, por cima e em uma conjuntura de lutas isoladas, os diversos segmentos dos trabalhadores do país –, mesmo assim, o crédito de confiança que o congresso de Campina Grande concede à Conlutas o coloca anos luz à frente da geléia geral imobilista que configurou o congresso anterior, de Cuiabá. O mesmo pode ser dito no que se refere à questão das cotas.

É no interior, pois, do objetivo maior da consolidação de um aliado político estratégico do Estados Unidos no continente latino-americano que se insere a visita de Bush. Não se trata, estejamos atentos, apenas de mera tentativa de neutralização imediata de Chavez. É isto também. Tais objetivos de curto prazo têm sido facilmente alcançados pelo imperialismo onde quer que seja, desde a implantação do modelo da hegemonia norte-americana no mundo capitalista logo no primeiro pós-guerra. O que a atual cruzada do genocida George W. Bush vem buscar no Brasil é o cálice sagrado de um preposto permanente da Casa Branca na América Latina – e o nome do homem é Luís Inácio da Silva. Neste troca-troca, ele já conta com o solene apoio de Bush ao seu projeto do terceiro mandato.

É mais que sabido que o proletariado tem atualmente no segmento do serviço público a mais forte trincheira da resistência dos trabalhadores brasileiros ao avanço selvagem do capitalismo neoliberal: achatamento salarial, revogação das conquistas e direitos sociais, opressão. E a greve tem sido a nossa mais afiada arma nesta guerra de resistência. E é este direito – a duras penas conquistado, a custo de muito sangue de combatentes proletários e comunistas – que Luís Inácio oferece como presente de boas-vindas ao representante maior do império do capital. Seja bem-vindo, companheiro George W. Bush.

*Escritor e jornalista

Colegiados

Filosofia entra no próximo vestibular

Kelvin Melo

ALUNOS PROTESTAM NO CONSUNI CONTRA O CEG E PELA INCLUSÃO DA FILOSOFIA NO VESTIBULAR

CEG deve formular como será a inclusão

Em reunião do dia 8 de março, o Conselho Universitário aprovou que a disciplina de Filosofia será cobrada dos candidatos ao próximo vestibular da instituição. A decisão, finalmente com um prazo, deve dar fim a uma das "novelas" mais arrastadas dos colegiados superiores da UFRJ dos últimos tempos.

Em maio de 2003, o ingresso da Filosofia nas provas do concurso foi aprovado pelo Conselho de Ensino de Graduação (CEG). E, no ano seguinte, a decisão ganhou o respaldo do Consuni. Porém, com as trocas de conselheiros ao longo do tempo, mudaram as opiniões e começaram as divergências sobre a inclusão da matéria no vestibular e o colegiado acadêmico passou a resistir a uma implantação imediata. Mais recentemente, por exemplo, o CEG recusou-se a enviar representantes para uma comissão formada por integrantes do Consuni e do departamento de Filosofia do IFCS para elaboração de um modelo de cobrança da disciplina nos exames de acesso aos cursos de graduação da UFRJ.

Foi desta desfalcada comissão que surgiu uma proposta de inserção gradual da Filosofia no vestibular: em 2008, seriam quatro questões em prova não específica, aplicada para candidatos a cursos de dois grandes grupos (basicamente, as Ciências Humanas); em 2009, novamente quatro questões em provas não específicas, aplicadas para todos os candidatos; e, a partir de 2010, as quatro questões comporiam prova específica para aqueles cursos que assim o desejassem.

Em atendimento a um apelo do pró-reitor de Graduação e presidente do CEG, José Roberto Meyer, os conselheiros do Consuni decidiram quando será a implantação da Filosofia (próximo vestibular), mas não resolveram como será a cobrança. O objetivo seria evitar uma nova tensão com o colegiado acadêmico, ao qual caberá a formulação. A proposta da comissão Consuni/Filosofia será enviada ao CEG como uma mera contribuição ao debate.

Fim do vestibular

Por proposta dos conselheiros Luiz Antônio Cunha e Alcino Câmara, também será proposta ao CEG a formação de uma comissão conjunta para discutir e encaminhar possíveis processos alternativos ao próprio vestibular.

Crítica à aula magna

Repercutiu mal no colegiado o anúncio da Aula Magna da UFRJ de 2007, que será proferida pelo reitor da Universidade Federal da Bahia, professor Naomar Monteiro, sobre o projeto "Universidade Nova". A solenidade acontece no Centro Cultural Horácio Macedo, do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), no dia 14 de março, às 9h. Representante dos técnico-administrativos no Consuni, Marcílio Lourenço compreende que o tema não tem discussão suficiente na universidade, mesmo em seus colegiados superiores. E a crítica é que o conteúdo da Aula Magna, que não permite o debate, vai ser exposto assim mesmo à comunidade acadêmica.

Sinaes e direito de greve

A parte de avisos da reunião estava repleta de críticas. O conselheiro Carlos Vainer (representante do CCJE) afirmou estar perplexo com o recebimento de mais um formulário para preencher, desta vez, relativo ao sistema de avaliação do governo (Sinaes). "É absolutamente ridículo. É uma pretensão de controle central, talvez inspirada no Big Brother da Globo, que interfere na autonomia universitária", disse.

Vainer também não perdoou as declarações de integrantes do governo no sentido de restringir o direito de greve dos servidores públicos. "Acho inaceitável isso e cabe a nós fazer uma moção para impedir que o direito de greve seja atingido por qualquer poder", ressaltou.

Contra Bush

Outro representante dos técnico-administrativos no colegiado, Agnaldo Fernandes protestou contra a presença de George Bush em território nacional. Para ele, o presidente dos EUA é um genocida e deveria ser considerado como *persona non grata* no Brasil. Também propôs uma moção sobre o assunto, que não foi votada devido à falta de quorum, ao final da sessão.

Pro-infra 2006

O reitor em exercício, José Luiz Monteiro, anunciou que, em sessão pública realizada no dia 5 de março, na sala de reuniões do Consuni, foram apresentados 14 projetos da UFRJ para concorrer ao Pro-Infra 01/2006. Como as propostas estão orçadas em R$ 24 milhões e o limite imposto a cada instituição pelo edital é de R$ 12 milhões, a comissão de assessoramento montada pelo colegiado terá a responsabilidade de fazer um grande corte nos custos. Demonstra-se, assim, mais uma vez, a insuficiência de recursos para o financiamento das universidades. O Consuni faz a análise final da proposta institucional no dia 22 de março, que deverá ser enviada para a Finep até 4 de abril.

Sem corte nos 28,86%

O pró-reitor Luiz Afonso tranqüilizou os servidores da universidade que recebem o ganho judicial dos 28,86% pela ação do Sintufrj. A instituição teria recebido um ofício do governo para realizar o corte, mas a própria reitoria argumenta que o caso já teve sentença definitiva e não pode efetuar o desconto. Uma comissão integrada pela Pró-reitoria de Pessoal e representantes do Sintufrj irá a Brasília em 20 de março para esclarecer a situação junto ao Ministério do Planejamento.

Dia Internacional da Mulher

Vários conselheiros saudaram o Dia Internacional da Mulher, mas não ficaram só por aí. Muito se chamou a atenção para as lutas que ainda devem ser empreendidas em defesa dos direitos das mulheres.

Chamada para os mesários

Presidente da comissão da pesquisa eleitoral – que teve uma única chapa inscrita, composta por Aloísio Teixeira e Sylvia Vargas -, o professor Edwaldo Cafezeiro declarou que o processo está caminhando mesmo para a utilização das urnas eletrônicas, a grande novidade deste pleito. Resta, segundo ele, conseguir dos decanos e diretores de unidades uma listagem de pessoas que possam ser mesários nos dias 2 a 4 de abril para um treinamento prévio, feito pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio (TRE-RJ).

UFRJ

Restaurante universitário é uma necessidade

Foi com o objetivo de aumentar o conhecimento sobre o que pensa a comunidade sobre vários temas que um grupo de professores da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e do Instituto de Matemática (IM) criou o Núcleo de Pesquisa de Opinião da UFRJ. A primeira pesquisa foi apresentada em fevereiro. *Restaurante Universitário: direito ou necessidade?* Revela que no Fundão mais de 67% dos pesquisados responderam "sim" à necessidade de um bandejão para os alunos. Dos estudantes entrevistados, 81% avaliaram a comida desse *campus* como regular ou péssima. A grande maioria (34,76%) gasta, por dia, entre R$ 5 e R$ 7 por refeição. Os resultados mostram ainda que mais de 20% dos alunos da UFRJ têm renda familiar entre R$ 500 e R$ 1.499 reais.

Na Praia Vermelha as conclusões não são diferentes: 68% dos alunos entrevistados afirmaram que, se ali instalado, fariam as refeições no restaurante universitário. Para 87% dos pesquisados, a comida no local foi avaliada como regular ou péssima; e, assim como no Fundão, a maioria (25,81%) gasta diariamente entre R$ 5 e R$7 para se alimentar.

Além da alimentação, a pesquisa abordou questões sobre os cursos e atividades realizadas pelos alunos, carga horária, moradia, transporte e renda familiar. A população entrevistada foi formada por estudantes regularmente matriculados em unidades destes *campi*, no período de em setembro e outubro de 2005.

Segundo a professora Virgínia Afflalo, uma das coordenadoras da pesquisa, a idéia surgiu da intenção de oferecer na universidade dados sobre opinião pública: "Há muito tempo que um grupo de professores conversa sobre a necessidade de a universidade ter um núcleo de pesquisa e opinião. Isso porque a UFRJ é uma instituição capaz de fazer esse tipo de trabalho com confiabilidade e segurança. Surgiu então a idéia de fazer pesquisas experimentais dentro da própria universidade, para o núcleo tomar uma forma e, quem sabe um dia, se tornar algo institucional.", afirma a professora.

A segunda pesquisa *Informação: de onde vem?* já foi realizada pelo grupo, em 2006. Foram trabalhados questionários dirigidos a todos os segmentos da universidade (servidores técnico-administrativos, professores, alunos de graduação e pós-graduação). O trabalho, que ainda não foi divulgado, traz dados sobre cultura e comportamento da comunidade acadêmica, desde os hábitos de leitura até a utilização da Internet.

O professor do Instituto de Matemática e superintendente geral de Administração e Finanças da reitoria, Milton Flores, também faz parte do núcleo e fala sobre importância do trabalho: "A idéia é buscar novos métodos estatísticos de avaliação da opinião pública.", diz ele. Segundo o docente, isso fornece aos grupos privados uma certa pressão aos institutos privados de pesquisa. "A partir do momento que núcleo descobrir novas formas de avaliar determinados públicos, essas empresas terão que utilizar os novos métodos criados pela universidade".

O universo da pesquisa

Dos 34.736 estudantes matriculados na segundo semestre de 2005 na UFRJ – dados do Departamento de Registro de Estudantes – 2.100 participaram da pesquisa no *campus* do Fundão e 589 na Praia Vermelha.

No Fundão, dentre os pesquisados, 32% estudam no CCS, 21% no CT, 29% fazem parte do CLA e 18% do CCMN. A carga horária de mais de 67% dos entrevistados é manhã e noite. Na Praia Vermelha, 59% dos entrevistados são alunos do CFCH e 41% estudam no CCJE. E mais de 45% dos pesquisados estudam entre os períodos manhã e tarde.

Dentre as questões levantadas, ao final da pesquisa, os entrevistados respondiam espontaneamente: *Em que a UFRJ deve investir para melhorar o seu dia-a-dia no campus?* No Fundão, 49% dos pesquisados afirmaram que segurança era o melhor investimento para a UFRJ; 45,4% opinaram na infra-estrutura; e 28,2% pediram investimentos no bandejão.

Na Praia Vermelha, 60,8% dos entrevistados opinaram que a infra-estrutura melhoria o dia-a-dia do *campus*; 34,1% disseram que o bandejão era o melhor investimento; e, 16,1% pediram outros investimentos, como: maior acesso à internet, maior integração com a comunidade e mais restaurantes.

Flávia Calé, aluna e integrante do DCE, afirma que a pesquisa reflete a realidade do estudante da UFRJ: "Sem dúvida, além de ser um direito do estudante o acesso ao ensino público de qualidade, é uma necessidade imperativa o reforço das políticas de assistência estudantil, já que são, para muitos, a possibilidade de concluir seu curso e seguir para o mercado de trabalho", diz ela.

Em que a UFRJ deve investir para melhorar o seu dia-a-dia no *Campus*?

No *Campus* do Fundão

67.52% responderam SIM ao Bandejão
A maioria dos alunos recebe ajuda financeira da família
O tipo de Refeição que 22.29% dos estudantes pesquisados utilizam é comida de casa;
A maioria dos alunos que almoçam no *campus* gasta por dia de R$ 5,00 a R$ 7,90. A maioria dos que lancham no *Campus* gastam por dia de R$ 3,00 a R$ 4,90;
O gastro com transportes é de R$ 5,00 para 43.38% dos pesquisados e de R$ 5,00 a R$ 8,00 para 36.86%;
A comida no *Campus* é tida como regular ou péssima para 81.29% dos pesquisados;
Dos 660 pesquisados, na amostra de 2100, que disseram Não ao Bandejão, 35% acharam o preço entre R$ 3,50 e R$ 5,00 caro;
Dentre os 660 pesquisados que disseram Não ao Bandejão,
39.24% passariam a reqüentá-lo se no prédio também houvesse uma Sala de Estudo.

No *Campus* Praia Vermelha

Dentre os pesquisados, 68.08% responderam Sim ao Bandejão;
A maioria dos alunos recebe ajuda financeira da família;
O tipo de refeição que 30.56% dos estudantes pesquisados utilizam é comida de casa ou nenhum tipo de refeição;
A maioria dos alunos que almoçam no *campus* gasta por dia de R$ 5,00 a R$ 7,90. A maioria dos que lancham no *campus* gasta por dia de R$ 3,00 a R$ 4,90;
O gasto com transporte é de até R$5,00 para 49.24% dos pesquisados e de R$ 5,00 a R$ 8,00 para 26.49% deles;
A comida no *campus* é tida como regular ou péssima para 87.44% dos pequisados;
Dos 179 pesquisados, na amostra de 589, que disseram não ao Banejão, 25.70% acharam o preço entre R$ 3,50 a R$ 5,00 caro;
Destre os 179 pesquisados que disseram não ao Bandejão, 50.28% passariam a frenqüentá-lo se no prédio também houvesse uma sala de estudos.
Os alunos têm muito gasto com transporte e com alimentação não satisfatória.
As suas famílias investem no ensino de qualidade da UFRJ, mesmo as de renda mais baixa.

A conclusão final é que **O BANDEJÃO É UM DIREITO E UMA NECESSIDADE**

Andes-SN

Congresso estimula debate sobre Estatuto da Conlutas

Objetivo é assegurar que nova organização não repita experiência de estrutura sindical da CUT

Além da filiação à Conlutas, conforme divulgado no último Jornal da Adufrj, os representantes dos professores de ensino superior de todo o país aprovaram, no 26º Congresso do Andes-SN, uma série de encaminhamentos para a reorganização da classe trabalhadora brasileira.

Para evitar uma repetição da experiência da CUT, hoje governista, os participantes do Congresso de Campina Grande sugeriram que a base do movimento docente discuta o Estatuto da Conlutas, com algumas propostas de modificações. Uma delas é assegurar, entre os princípios de funcionamento da nova organização, a ampla participação do conjunto de trabalhadores em suas deliberações, em todas as instâncias. Outra proposição é estabelecimento, pelo Congresso da Conlutas, dos critérios pelos quais as bases poderão eleger os delegados ao fórum máximo de deliberação da entidade. Pelo atual estatuto, a definição dos critérios é realizada pela Coordenação Nacional da Conlutas.

Além disso, ficou decidido que o Andes-SN deverá defender que a Conlutas trabalhe pela constituição de um pólo de resistência, aglutinando todos os que resistem às reformas do governo Lula. E essa resistência será feita com autonomia e independência, não apenas em relação ao governo, mas também em relação aos partidos e correntes política dos militantes da nova organização.

Encontro contra as Reformas em 25 de março

É nesse sentido que o 26º Congresso decidiu que o movimento docente deve apoiar e participar do Encontro Nacional contra as Reformas Neoliberais, convocado por um espectro de forças mais amplo que a Conlutas, no dia 25 de março em São Paulo. O evento terá a tarefa de formular um Plano de Lutas e Agenda de Mobilizações unificadas para barrar as contra-reformas do governo.

Às seções sindicais do Andes-SN caberá o dever de participar das Conlutas estaduais e colaborar para suas formação onde não existir. Também serão instadas a participar dos grupos de trabalho da entidade, sempre com respeito às decisões dos fóruns deliberativos do movimento docente.

Conlutas/Bernardo

O debate

Na plenária do 26º Congresso do Andes-SN que discutiu a filiação à Conlutas, no dia 2 de março, o professor Osvaldo Coggiola foi o primeiro a elogiar a nova entidade: "Dois caminhos depois da ruptura com a CUT: ou nos fechamos em uma estrutura corporativista, exclusivamente representativa dos professores universitários, ou partimos para a luta junto do melhor e do mais combativo da classe trabalhadora brasileira. Por isso, defendo a filiação do Andes-SN à Conlutas", afirmou.

Evson Malaquias, 2º secretário do Sindicato Nacional,considerou histórico o Congresso de Campina Grande: "Nós estamos não apenas pautando uma filiação. Não apenas levantando um crachá. Nós estamos construindo efetivamente a luta. Não há outro caminho para nós. Temos que estar juntos daqueles que estão contra as reformas neoliberais, na Conlutas", comentou.

O 1º tesoureiro do Andes-SN, José Vitório Zago, observou que o congresso tomava uma importante decisão no momento em que o governo Lula anunciava suas medidas de ataque aos trabalhadores, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da proposta de regulamentação do direito de greve do serviço público. Também defensor da nova entidade, o professor acreditava que a Conlutas tem a força aglutinadora para reorganizar os trabalhadores na luta contra as reformas neoliberais.

Logo em seguida, o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, afirmou estar satisfeito em discutir naquele Congresso o tema da filiação à Conlutas: "Nesse evento tem bastante gente nova, o que mostra a renovação, a força e ânimo deste Sindicato", disse. O dirigente sindical argumentou que o ingresso do Sindicato Nacional na nova organização seria um desdobramento natural da aprovação de véspera, sobre a centralidade da luta do Andes-SN para 2007, no qual um dos itens trata da reorganização da classe trabalhadora: "Não estamos dando um passo na escuro. Vamos dar conseqüência a algo do qual já estávamos participando. E esse passo vai ser extremamente importante para a categoria", completou.

Roberto Leher, um dos representantes da delegação da Adufrj-SSind, associou o processo de discussão e filiação à Conlutas ao recente movimento de intensas lutas em toda a América Latina: "A América Latina está pulsando de lutas, mas essas lutas necessitam ter organicidade. Nós hoje não temos essas condições, mas seguramente a Conlutas será uma ferramenta indispensável para isso", afirmou. Mas o professor fez um alerta: "Somente a filiação não resolve isso. Teremos de fazer muita política na Conlutas e perservar o diálogo com inúmeros setores que não estão na organização para uma luta estruturada contra o capitalismo".

Marina Barbosa, da seção sindical dos docentes da UFF, defendeu a formalização da filiação, porque o Andes-SN tem atuado ferrenhamente na reorganização da classe trabalhadora: "Nesse último período, desde 2004, a Conlutas se constitui na alternativa mais avançada que temos hoje, pois responde a uma necessidade real desta reorganização. A Conlutas não trabalha unicamente numa perspectiva sindical. Reúne movimentos sociais, estudantis, trabalhadores da informalidade. Enfim, há um espectro maior que representa uma concepção de enfrentamento contra o neoliberalismo", ressaltou.

Rodrigo Dantas, da seção sindical dos docentes da UnB, observou que, desde o rompimento com a CUT, o Andes-SN teria decidido que a estratégia seria construir a unidade de todos que não se encontram sob a tutela do governo: "O Andes-SN esteve em todas as iniciativas. E aquela que se revelou a mais avançada foi, de fato, a Conlutas, quantitativamente e qualitativamente, pois tem uma concepção radicalmente democrática. Então, a melhor estratégia para superar uma correlação de forças desfavorável é fortalecer o pólo mais avançado que fomos capazes de construir", comentou.

No enorme bloco de inscritos para discutir este ponto, o único que se manifestou contrariamente à filiação do Andes-SN à Conlutas foi o professor Eudes Baima, do sindicato dos docentes da Universidade Estadual do Ceará. Segundo ele, não há como enfrentar as reformas neoliberais, se o Sindicato não estiver reunido à maioria dos trabalhadores: "A filiação à Conlutas nos afastará da grande maioria dos trabalhadores, que não estão nela e nem estão com perspectiva de ir para a nova entidade", disse.

A deliberação no plenário acabou refletindo o discurso da maioria dos inscritos e o 26º Congresso do Andes-SN aprovou a filiação do Sindicato à Conlutas com 188 votos a favor, 75 contrários e 32 abstenções.

Andes-SN

Nas páginas seguintes, o Jornal da Adufrj apresenta algumas das principais deliberações tomadas ao longo dos seis dias do 26º Congresso do Andes-SN, em Campina Grande (PB). Várias contribuições da assembléia da Adufrj-SSind foram assumidas, parcial ou integralmente, pelo conjunto do Sindicato Nacional.

Políticas afirmativas e cotas

O 26º Congresso do Andes-SN reafirmou a defesa de políticas afirmativas que, na visão do movimento docente, devem estar centradas na oferta de educação básica de qualidade socialmente referenciada, prioritariamente em territórios em que a renda é menor. Nessas áreas, as escolas públicas devem contar com o apoio federal, com o objetivo de assegurar maior jornada escolar, ensino noturno regular e de qualidade, além da infra-estrutura compatível. As universidades públicas e os CEFETs locais devem desenvolver obrigatoriamente programas de cooperação pedagógica com esses colégios.

Isso não quer dizer que o Sindicato vai apoiar as propostas de cotas, especialmente aquelas impostas pelo governo Lula. Por 137 votos a 116 e 14 abstenções, o Congresso de Campina Grande refutou a reserva de vagas. Também foram rejeitados mecanismos de acesso diferenciado, como pontuação extra para alunos da rede pública.

Comércio da educação

Todas as formas de comércio transfronteiriço de educação, tanto por meio de associações com empresas estrangeiras, quanto pela participação direta do capital estrangeiro em instituições de ensino, serão questionadas pelo Sindicato Nacional.

Sede do 27º Congresso do Andes-SN

As seções sindicais dos professores das universidades federais de Pernambuco e do Sergipe se ofereceram para sediar o próximo Congresso do Sindicato. Na votação, ficou definido que a cidade de Aracaju vai receber o evento.

A Vale é nossa

O Andes-SN participará do Encontro Nacional previsto para julho de 2007 pela anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce.

Reforma Universitária

Outro item deliberado nas plenárias foi o fortalecimento da Frente de Luta contra a Reforma Universitária do governo Lula, contribuindo para a construção de um calendário comum de ações e de atividades de divulgação e mobilização.

Fundações privadas

Será intensificada, política e juridicamente, com denúncias junto ao Ministério Público a luta contra a cobrança de mensalidades e/ou anuidades nas instituições públicas relativas a cursos de pós-graduação ofertados, em sua maioria, com a mediação das fundações privadas de apoio.

Expansão das IES

Serão combatidas as medidas governamentais para ampliação do número de vagas nas instituições públicas que impliquem em aligeiramento da formação e que não estejam baseadas em recursos orçamentários condizentes com ensino de qualidade. Em especial, os mecanismos de criação de outros *campi* universitários e novas instituições.

Ciclo básico ranqueador

O movimento docente também se posicionou contrariamente à possível implantação de um ciclo básico ranqueador nas universidades brasileiras por entender que se trata de uma iniciativa que exclui as camadas mais pobres da população do acesso à educação superior profissionalizante e de qualidade.

Reajuste das bolsas

A luta pelo reajuste do valor das bolsas da Capes e do CNPq, na visão do Andes-SN, devem tomar como referência os índices de inflação registrados entre 1995 e 2007, conforme os cálculos do Dieese.

Universidade Nova

A mais nova proposta do governo Lula para a educação superior, assumida também por alguns reitores, não passou em branco pelo Congresso do Andes-SN. O movimento docente comprometeu-se em lutar contra o aligeiramento de formação expresso no projeto Universidade Nova. A defesa é por um modelo que compreenda pelo menos quatro anos de trabalho educativo efetivo e presencial.

Prouni

O programa do governo que compra vagas em universidades particulares através de significativa isenção fiscal (Prouni) continuará a ser combatido.

Fim do caráter classificatório do vestibular

A luta pela universalização do ensino superior deve incluir a defesa do ingresso de todos os estudantes que a universidade julgar aptos academicamente, abolindo o caráter classificatório do vestibular. A medida tem o objetivo de ampliar a pressão sobre o Estado para que se assegure condições materiais para uma real democratização do acesso à educação superior pública.

Setor das Particulares

O Congresso decidiu dar ampla divulgação do processo enviado pelo Sindicato à Organização Internacional do Trabalho (OIT), em julho de 2006, sobre as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores nas instituições particulares de ensino. Também introduziu na pauta dos professores do Setor das Particulares o direito à creche para os dependentes de até sete anos de idade.

Setor das Estaduais

Mereceu destaque do 26º Congresso a recente intervenção do governo Serra (PSDB) na autonomia das instituições estaduais de ensino superior de São Paulo. O Andes-SN vai lutar pela manutenção da autonomia de gestão administrativa, financeira e didático-científica daquelas universidades.

Novas seções sindicais

Foram homologadas pelo Congresso de Campina Grande a criação da seção sindical multiinstitucional dos docentes do Ensino Superior Particular da Regional Sudoeste da Bahia e da seção sindical dos docentes da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, além da transformação da associação de docentes da Unicamp em seção sindical.

Controle das instituições de ensino superior

O Congresso de Campina Grande exige que o MEC estabeleça como critério para aprovação e renovação das licenças de funcionamento dos cursos superiores o respeito aos direitos dos trabalhadores.

Ensino a distância

O Sindicato vai continuar a combater a utilização do ensino a distância com vistas à emissão de diplomas (sejam de técnicos ou de tecnólogos, de graduação ou pós-graduação *stricto sensu*), além dos certificados *lato sensu*, por entender que essa modalidade de educação não tem propiciado formação humana e profissional, nos termos defendidos historicamente pelo movimento docente.

Será denunciada a substituição crescente dos cursos presenciais pelo ensino a distância como recurso de redução de custos e dispensa de professores, estando portanto a serviço da mercantilização da educação e da precarização do trabalho docente.

Arquivos da ditadura

Também se deliberou pela participação do Andes-SN na campanha contra o sigilo dos arquivos estatais da época da ditadura militar.

PAC

O 26º Congresso posicionou-se contrariamente ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula, pois este aprofundará os ataques aos direitos dos trabalhadores, ao meio ambiente, à educação pública, entre outros pontos.

Em defesa do SUS

O Andes-SN deve articular, com outras entidades sindicais, científicas, profissionais e estudantis, além de movimentos sociais diversos, ações em defesa do Sistema Único de Saúde e do seu financiamento público suficiente para o atendimento das necessidades de Saúde da população.

Fundos de pensão

Em vista da regulamentação dos fundos de pensão dos servidores pelo governo, o Sindicato denunciará seu caráter deletério para toda a sociedade.

Contra a privatização dos HUs

As tentativas do governo de transformar os hospitais universitários em fundações estatais de direito privado, assim como em relação aos demais hospitais públicos, e quaisquer outras formas de privatizar as políticas sociais de saúde, serão combatidas pelo Sindicato Nacional.

Regime Único de Previdência Social

O Sindicato vai buscar a criação ou reativação de fóruns nacionais e locais de defesa da Previdência Social, envolvendo trabalhadores dos setores público e privado, com o objetivo de construir um Regime Único de Previdência Social.

Campanha Salarial

Ficou indicado que as seções sindicais se empenhem na participação da Plenária dos SPF, em 14 de março, na capital Brasília, quando será deliberada a pauta do plano de lutas dos SPF. Apontou-se também para a participação no lançamento da Campanha Salarial marcado para 15 de março, com atos em todo o território nacional.

Andes-SN

Andes-SN rejeita Fundeb

Para movimento docente, proposta do governo não viabiliza financiamento adequado para educação básica de qualidade

Como instância máxima de um sindicato que não deixa de se preocupar com a Educação em todos os seus níveis, o 26º Congresso do Andes-SN debateu e rejeitou a proposta de financiamento do ensino básico pelo governo Lula. Para o movimento docente, o chamado Fundeb segue a mesma lógica do fundo anterior (Fundef), criado na gestão FHC, de caráter temporário e focalizado, sem propiciar o acréscimo de recursos necessários para viabilizar uma educação pública de qualidade.

De acordo com a professora Vera Jacob, da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Pará, que propôs o tema ao Congresso de Campina Grande, a única diferença entre os dois fundos governamentais é que, no Fundeb, a lei determina que a complementação da União seja maior neste financiamento, que também é dividido entre estados e municípios. Mas a lei aumenta também o número de alunos atendidos, pela inclusão das matrículas da educação infantil e da educação de jovens e adultos, por exemplo: "Pela quantidade de alunos atendidos, os recursos aplicados ao longo dos 14 anos de vigência do Fundeb serão proporcionalmente menores do que os do Fundef", esclareceu a professora. Vera menciona, ainda, que o Fundeb dependerá do valor custo/aluno a ser definido a cada ano por um decreto presidencial.

Pelo resgate do PNE da Sociedade

O 26º Congresso deliberou que o Andes-SN deve continuar a realizar estudos sobre a implantação do Fundeb, de modo a revelar a péssima situação de financiamento da Educação do país (em média, investe-se uma sofrível média de 4% do PIB no setor). O movimento docente também reivindica o resgate do projeto de financiamento de todos os níveis de ensino público, constante do Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira, pelo qual se avaliou ser necessária a aplicação de 10% do PIB no setor.

Segundo o professor Roberto Leher, da delegação da Adufrj-SSind, o movimento docente também deveria insistir na defesa do documento do Andes-SN intitulado "Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise". Nesta publicação, existe uma proposta que altera o artigo 212 da Constituição Federal, segundo o qual a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18% da receita líquida resultante de impostos e contribuições, já instituídos ou a serem criados, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. E os estados, o Distrito Federal e os municípios aplicarão 25%, no mínimo, ou o percentual maior fixado nas respectivas constituições estaduais e leis orgânicas municipais: "Nossa política muda estruturalmente o financiamento da educação. A proposta prevê que o percentual de aplicação no ensino público, hoje restrito a impostos, também englobe o conjunto de contribuições. O Fundeb é incapaz disso", afirmou Roberto. O professor também sugeriu que o Andes-SN busque o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e dos estudantes secundaristas para apoiar essa proposta do Sindicato Nacional.

Revista sobre docentes das particulares

Durante o Congresso de Campina Grande, ocorreu o lançamento da edição nº 24 do "Cadernos Andes", desta vez com o título "Pela liberdade de sindicalização dos docentes das instituições particulares do ensino superior". A publicação, apresentada pela 1ª vice-presidente do Sindicato Nacional, Maria Inês, traz análises da situação do setor e as propostas do movimento docente. Também merece destaque na revista a denúncia feita pelo Andes-SN à Organização Internacional do Trabalho sobre as dificuldades de liberdade sindical e negociação coletiva enfrentadas por docentes daquelas instituições.

Opinião

O manifesto da Universidade Nova

(ou A mania da imitação e a História se repete por aqui ...)

Abraham Zakon (EQ), Leandro Nogueira (EEFD), Luís Paulo Vieira Braga (IM), Luiz Eduardo Carvalho (FF)

A 2 de Dezembro de 2006 um conjunto de Reitores, dentre eles o Reitor da UFRJ, assinou um manifesto denominado – Manifesto da Universidade Nova (http://www.universidadenova.ufba.br/) que pretende completar o processo de reforma universitária proposta no PL 7200/06. Esse projeto de lei não altera o modelo de formação atualmente vigente, em especial na graduação, com sua arquitetura curricular, supostamente, superada e anacrônica. Os dirigentes máximos das IFES propõem-se a perseguir, dentre outros, os seguintes objetivos:

1º - Contemplar as demandas da Sociedade do Conhecimento e de um mundo do trabalho marcado pela desregulamentação, flexibilidade e imprevisibilidade, adotando-se na Universidade brasileira uma concepção acadêmica pautada em modelos de estudos de graduação de maior abrangência, não comprometidos com profissionalização precoce e fechada, bem como maior integração entre esses estudos e os de pós-graduação – **ou seja, produzir "diplomados" sem conseqüências práticas (grifo nosso)**;

2º - Ampliar o debate e fomentar iniciativas visando a conceber novas arquiteturas acadêmicas para a Universidade brasileira, convergindo para um modelo unificado capaz de integrar os diversos regimes curriculares e sistemas de títulos que seja, de preferência, compatível com ou, pelo menos, equivalente aos modelos vigentes nos espaços universitários internacionais, sem no entanto significar submissão a nenhum deles – **i.e., abrir as portas do nosso mercado profissional cada vez menor para os excessos de contingente externos (idem)**;

3º - Substancial aumento de vagas, com melhor articulação entre graduação e pós-graduação, introduzindo maior efetividade à formação universitária, determinante para sua expansão no sistema federal de educação superior. Posto que se trata de recursos públicos, justifica-se plenamente a busca obstinada de economicidade na gestão institucional -, **transformar a graduação num pré-vestibular para a pós-graduação (idem).**

ORIGENS E OBJETIVOS DA PROPOSTA "INOVADORA"

Uma das propostas materializadas nessa linha de pensamento é oriunda da Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo o seu Reitor como porta-voz. Essencialmente busca transformar radicalmente a atual arquitetura curricular do modelo brasileiro. O núcleo desta nova arquitetura é o Bacharelado Interdisciplinar (BI) em grandes áreas do conhecimento, com duração de 2 a 3 anos, que daria uma formação geral, podendo ser desdobrado em Artes, Humanidades, Tecnologia ou Ciências. A grade curricular constituir-se-ia de quatro grandes eixos – cursos tronco (Língua e literatura brasileira, Línguas estrangeiras), formação geral (FG), formação diferenciada (FD) e formação específica (FP). Para cursar disciplinas do núcleo FP o aluno precisa ter um bom rendimento nas disciplinas dos núcleos FG e FD. As disciplinas dos cursos troncos são oferecidas ao longo de todo o Bacharelado. O aluno que concluísse esse bacharelado poderia, ou não, continuar seus estudos, ou ir para o mercado de trabalho **(Qual?)**. A continuidade dos estudos na direção de uma complementação profissional (licenciaturas e cursos profissionais), ou ainda de uma pós-graduação, dependeria, obviamente, do rendimento alcançado no Bacharelado Interdisciplinar.

A proposta da UFBA teria, segundo seus autores, a virtude de aumentar o número de vagas e reduzir o custo por aluno. Em quatro anos poderiam ser criadas cerca de 600.000 vagas, aumentando a relação média professor aluno de 12:1 para 40:1, e reduzindo-se o custo médio por vaga criada para cerca de $R 1000,00 ! **(Ninguém garante que eles terão condição intelectual ou pecuniária para se formar no prazo previsto. O sistema de créditos e requisitos atual sofre com muitas evasões e com um tempo de graduação em 6 a 9 anos...)**

A MANIA DE IMITAÇÃO E A NOSSA REALIDADE EDUCACIONAL

O projeto Universidade Nova é fortemente influenciado pelo Tratado de Bolonha, de 1999, que pretende reformar, até 2010, as universidades européias, objetivando compatibilizar os seus currículos e diminuir o tempo de titulação a fim de inserir mais rapidamente os jovens no mercado de trabalho **(essa foi a idéia embutida na adoção do sistema de créditos e requisitos, mas...não deu certo, pois a proposta da universidade Nova revela indiretamente tal fato)**. De certa maneira, aproxima o sistema europeu do sistema norte-americano, embora persistam algumas diferenças. Entretanto, na Europa, assim como na América do Norte, os percentuais do orçamento destinados à educação e ciência são bem maiores do que no Brasil. Além disso, o ensino médio nesses países é de qualidade bastante superior ao nosso.

FALTOU PENSAR NOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS GLOBAIS

A falta de recursos e a qualidade do ensino médio no Brasil são pontos que os Reitores não destacam em seu manifesto e constituem o calcanhar de Aquiles de qualquer projeto (apesar das verbas específicas previstas no projeto em tela somente para as IFES que aderirem, como se as demais não necessitassem de verbas) que pretenda elevar o patamar da universidade brasileira atual. Os equipamentos necessários a uma educação de qualidade custam muito caro, acreditar que esses recursos podem ser compensados pelo aumento de alunos por turma, ou pela maior eficiência administrativa é não especular que a situação atual seja conseqüência de outras causas que não foram formuladas no projeto reformista.

CONCLUSÕES

Do ponto de vista filosófico o Projeto Universidade Nova é eminentemente tendencioso, ao adaptar o sistema de ensino superior brasileiro a um cenário de Sociedade Global que está ainda longe de ter se definido. Aparenta priorizar como tarefa da Universidade a formação para o mercado de trabalho, seja a nível profissional, como a nível de pesquisa. Em uma era de limiares como a nossa, aonde a questão ambiental, poderá, por exemplo, exigir uma profunda reformulação da forma de produção vigente, a formação de mentalidade crítica e autônoma pode se constituir em meta muito mais relevante do que aceitar a desregulamentação, flexibilidade e imprevisibilidade como dados universais.

Parece haver uma contradição na proposta, de um lado, se pretende formar farmacêuticos, nutricionistas e engenheiros mais rapidamente e a menores custos... e, de outro incluir um curso básico de nivelamento cultural de 2 a 3 anos, o que vai tornar mais prolongada e mais cara a formação dos engenheiros, nutricionistas etc. O que fica nas entrelinhas é que... já que não tem emprego para farmacêutico, arquiteto e

advogado... é melhor e mais barato dar logo o diploma, e alguma formação cultural. A universidade é uma só. Não tem nova, nem velha. Novo, hoje, no Brasil, seria voltarmos ao que é velho: um ensino público de qualidade no nível médio e básico. Novo, nesse velho a ser ressuscitado, seria assegurar isso para todos. O ingresso desses alunos, melhor qualificados cultural e intelectualmente, é que renovaria as áreas das universidades.

Os resultados mais prováveis dessa proposta "marketeira" serão:

1º - aumentar o grau de desagregação das comunidades acadêmicas através de novos instrumentos burocráticos e jurídicos e acelerar a perda de homogeneidade e consistência cultural e profissional;

2º - complicar a situação crescentemente difícil das grades curriculares, que mantém o sistema de créditos e requisitos na graduação (imitação dos EUA, que veio para substituir o sistema seriado) e consegue desnortear o senso crítico da maioria dos graduandos e da gestão universitária;

3º - dificultar cada vez mais a alocação de salas de aulas e laboratórios de aulas práticas ou experimentais da graduação, porque continuam surgindo novos cursos, disciplinas, docentes doutores (alguns inexperientes, que estão mais preocupados com laboratórios sofisticados de pesquisa sem compromisso com o ensino de graduação)

Muitas são as medidas urgentes e indispensáveis para que a Universidade seja Universidade não Nova, mas universidade de novo.

1. Ensino público de qualidade nos níveis fundamental e médio para todos;
2. Aproximar geograficamente a universidade pública de seus alunos (o que é praticado com sucesso pelas particulares);
3. Priorizar e emprestar respeito às atividades docentes dos docentes;
4. Repor os salários dos docentes, porque professor com vidinha miserável não pode exercer a função "professoral";
5. Fazer concursos para docentes, respeitando a impessoalidade, a publicidade e a transparência ao longo de todas as suas etapas;
6. Promover o desenvolvimento nacional e a geração de empregos (porque sem mercado de trabalho, de nada adiantará formar mais gente a custos mais reduzidos... uma vez que o investimento estará sendo desperdiçado da mesma maneira).

Professores da Escola de Química, da Escola de Educação Física, do Instituto de Matemática e da Faculdade de Farmácia
Autores por ordem alfabética do primeiro nome.

Homenagem

*Vera Salim**

Rosa Luxemburgo

Leila Khaled

Dolores Ibarruri

Olga Benário

Angela Davis

Alexandra Kollontay

Iara Yavelberg

Violeta Parra

Mercedes Sosa

Madres da Plaza de Mayo

Mulheres brancas, mulheres negras, mulheres índias
Moradoras das favelas, poblaciones e guetos

Suas lutas,

poema concreto

Nomes transformados em

Sonhos

Trabalho
Fuzis
Punhos Fechados
Canto

mas acima de tudo
corações e olhos
transbordando
amor
emoções
companheirismo
solidariedade
desprendimento
esperança

Angela Davis

Leila Khaled

Rosa Luxemburgo

Salve o dia 08 de março!
Dia Internacional das Mulheres que lutam pela vida,
pela igualdade e fraternidade

**Diretora da Adufrj-SSind*

Colegiados

Colegiado discutirá Universidade Nova

Em sua última sessão ordinária (7/3), o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) discutiu, dentre outros assuntos, a Universidade Nova recentemente anunciada como proposta pelo governo Lula. O pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, propôs aos conselheiros a suspensão da reunião do CEG do dia 14/3 em virtude da aula magna sobre o novo modelo de universidade, que será ministrada pelo reitor da UFBA e idealizador da nova estrutura, Naomar Monteiro de Almeida Filho.

A proposta gerou grande discussão pois alguns conselheiros não concordaram com o fato deste assunto ser debatido em uma aula magna. Para eles, a Universidade Nova não deveria ser apresentada aos calouros antes de ser amplamente discutida pelos colegiados superiores da universidade. Alguns, inclusive, disseram que nada sabiam sobre este novo modelo de universidade. A suspensão da sessão do dia 14/3 foi aprovada, por unanimidade, desde que na próxima reunião (21/3) o ponto principal da pauta fosse Universidade Nova.

"Assunto em uma aula magna é atropelo"

Para a Adufrj-SSind, este tema não passa de um capítulo da reforma universitária, devendo ser discutido dentro da universidade pois ela mesma não tem uma posição sobre o assunto. "Colocar a Universidade Nova como assunto de uma aula magna é um atropelo. Isto é fazer política de um certo tipo de posição de uma maneira absolutamente precipitada. O que nós devíamos ter é uma posição da UFRJ sobre isso e aí sim divulgar", observou o presidente da seção, José Simões.

A suspensão da sessão sindical do CEG também foi criticada pelo professor: "O CEG tem que se posicionar e se esclarecer, mas ele também tem que promover debates que não precisam ser no horário do conselho. É exatamente no horário de funcionamento do CEG, que já possui uma agenda extensa, que se irá procurar informações sobre o assunto?".

O tema é polêmico e necessita de mais atenção por parte da comunidade universitária. O Jornal da Adufrj, em edição de número 526, trouxe artigo do professor da Faculdade de Educação da UFRJ, Roberto Leher – "*Fast delivery* diploma" – que esclarece alguns pontos da Universidade Nova. "Esta polêmica não vai passar. Esta roupagem de 'Universidade Nova', na verdade, isto é um velho projeto do MEC.", disse José Simões.

Outros Pontos

Os conselheiros do CEG também deliberaram sobre outros assuntos, como o aumento do prazo para envio da documentação dos novos alunos estagiários classificados para os LIG's à Divisão de Ensino da PR-1: passou do dia 16/3 para 30/3. Haveria assim mais tempo para envio e análise da documentação dos alunos.

Além disso, foi aprovada por unanimidade a troca da denominação de "Professor Associado" para "Professor Colaborador". Os conselheiros entendem que a mudança evitaria possíveis confusões com a nova classe de "Professor Associado".

Opinião

Tá mangando de mim, meu rei?

Ricardo Kubrusly

Uma aula magna: que pela importância se sobreponha a tudo que lhe é congênere; que seja de grande relevância. Um ato solene, realizado em um salão nobre. Que com ela, se inaugure o período letivo, dando exemplos, marcando o ritmo, estabelecendo critérios, propondo reflexões que balizem as discussões que a ela se seguirão. Uma aula magma e incandescente, vermelha densa de um fogo em véspera de pedra resistente, intensa. Uma hora magna, onde a universidade volte-se para a sociedade, a espera, com as palavras dardos de um futuro agora e discuta sua hora e suas possibilidades. Um encontro inaugural para a comunidade universitária, de onde partimos, com orgulho, para as batalhas e as conquistas que nos reservam o ano e o país.

Mas não, o anúncio da nossa aula maior foi pequeno em sua proposta e é frio em sua cor sem brilho, de tema inapropriado para a grandeza do momento, é deselegante e sem delicadeza para com a comunidade universitária. A velha universidade nova é ruim como proposta, mercantilista em sua essência, privilegia a esperteza à reflexão, é elitista e demagógica em um paradoxo apressado e trivializante. A velha e gasta universidade nova não é nova, são as mesmas idéias privatizantes que nos desgovernaram e que nos desgovernam agora pela traição de um

povo esperançoso. A velha universidade nova é ruim como proposta, mas mais que isso, é inadmissível como aula magna inaugural de uma universidade pública de qualidade como a que queremos construir na UFRJ e alhures.

Os ventos no Rio estão mudados. Há um mês não chove. A costumeira dicotomia meteorológica sudoeste nordeste foi, subitamente, substituída por novos paradigmas ventosos. Há quase um mês sopram-se estranhos acontecimentos e na fornalha inconsútil deste março incandescente o que vemos é um sudeste estrangeiro que nos deixando as secas, dirige-se para as américas do norte, impedindo que aqui desembarque as boas novas latino-americanas que circulam pelas cordilheiras.

Há um ano, nesta mesma ocasião, neste mesmo salão nobre, fomos inaugurados pelo poeta Ferreira Gullart, que nos emocionou por sua grandeza poética e nos questionou com suas idéias e teorias. Às vezes chovia, às vezes fazia sol. A vida inventada pelas palavras do poeta, o seu percurso, a sua luta e sua luta corporal. Tivemos festa e um auditório cheio de esperanças. Podia-se concordar com ele, podia-se discordar dele, mas sentíamos que o ano letivo começaria com reflexão e pensamentos.

Um ano depois, com o reitor em campanha por sua reeleição, esse desassossego; nossos estudantes, os novos calouros, técnicos administrativos, professores não merecemos iniciarmos nossa jornada anual com tanta desfaçatez, com tanta hipocrisia. Uma proposta ruim, que tenta passar-se pelo nome do novo que ostenta, enquanto carrega, escondida, a mesma traição como bandeira. Lula e Bush passeando por um São Paulo estarrecido, tramando contra as possibilidades do novo. Em nome de um álcool que não se sustenta para além dos copos onde se afogam, acenam, sorrindo, com a volta da mesma aliança para o progresso, de triste memória, que não nos legou progresso algum, mas a barbárie golpista que imobilizou por décadas a aspiração socialista nas nações latino-americanas. E é com esse mesmo espírito sinistro de ceifar soberanias, que essa reforma universitária se apresenta, sonsa, enquanto o reitor, com sua chapa única, já se prepara para um segundo mandato, e se quer imposta, e rápida se infiltra, mangando dos nossos olhos abertos e dos nossos desejos de novo.

*Diretor da Adufrj-SSind

Direito de greve

O assunto voltou à pauta pelas mãos da comunidade jurídica do país, através de uma proposta da OAB-SP. Leia em Opinião.

Página 10

Campanha Salarial

Se o governo federal não negociar reivindicações, servidores federais estão dispostos a parar.

Página 8

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 529 20 de março de 2007

O reitor da UFBA, Naomar de Almeida, vem percorrendo as universidades federais para apresentar a Universidade Nova, proposta encampada pelo governo federal que pretende aumentar a 'eficiência' e a oferta de vagas nas instituições com a implementação de um bacharelado interdisciplinar. A exposição do reitor baiano foi feita durante aula inaugural convocada pela reitoria da UFRJ, no último dia 14.

Páginas 4 e 5

Opinião

45 Graus de violência

BBBs enjaulados em gaiolas de ouro, "flashs" em rede nacional, Rio de Janeiro

Vera Salim*

O Rio, já na casa dos 45º, vive cenas reais impensáveis até mesmo pela imaginação privilegiada de Nelson Pereira dos Santos, autor do clássico "Rio 40 Graus". Policiais são cassados e mortos por bandidos, crianças são arrastadas até a morte, estudantes metralhados em porta de escola. Verão de 680 mortes, nas estatísticas oficiais. A dengue e desidratação voltam a matar. O inferno está nas Linhas Vermelha e Amarela.

No Rio 45º meninos estudantes alunos começam o dia em círculos infernais, trafegando enlatados em ônibus acelerados e passam as noites na frente do SIGA, onde mendigam espaço em uma grade informatizada que não fala, não funciona, não resolve. Mais tarde, perambulam perdidos em uma universidade partida, sem técnicos suficientes, sem bandejão e sem alojamento decente.

No Rio do BBB, as mães, lutadoras de filas e praças, são vitoriosas e felizes quando conseguem uma vaga em uma rede escolar pública de ensino de primeiro e segundo graus também aos pedaços. Agora rezam para que seus filhos não sejam chacinados na frente da escola e nem morram de bala perdida.

Enquanto isso nós, produtores de conhecimento - triste 'intelligenzia' - discutimos a Universidade Nova com seu receptores (?) e visitamos a Rede Globo, insensíveis diante de toda a barbárie que desfila diante dos nossos olhos e, não raro, invade nossas casas e filhos.

Pedro Bial, que um dia já declamou poesia, nos diverte capitaneando uma mentira que garante mostrar a vida, quando na verdade a esconde em uma orgia de brutalidade e imbecilidade. Ao fundo, torcidas organizadas, bailes funks e o carnaval baiano comandam a sociabilidade da decadência e do silêncio.

A associação é imediata, e depois, percebi, não só minha:

They shoot horses, don't they?

A pergunta passa a martelar diariamente a minha cabeça!

A sociedade da barbárie e do espetáculo, aprimorada nos Estados Unidos desde os anos da Grande Depressão - agora requentada, embrulhada em papel de presente a prometer a revelação de uma hipotética essência existencial, mas que não mais que esconde a mediocridade consumista e a miséria moral e intelectual da ideologia liberal posmodernosa - é vendida em rede nacional, com requintes aperfeiçoados de falsa tortura, sofrimento fingido. E a Rede Globo entende bem disso. Não é ela uma das filhas diletas da Ditadura Militar de 1964, que guarda nos seus subterrâneos os gritos de dor da tortura real protagonizada pelos Fleury, Gomide e Dan Mitrione?

A História, enfatizou Marx, só se repete enquanto tragédia e farsa. E o BBB que vampiriza as noites dos brasileiros hoje não passa disso: uma trágica farsa. Se na Grande Depressão norte-americana do final da década de 1920 e início da de 30 era um proletariado sem emprego e com fome que se submetia a maratonas de resistência sub-humanas para ganhar um prato de comida, nos BBBs de hoje, são estrelas globais – de quinta categoria, mas estrelas globais – que, navegando em delícias e farturas de origem muitíssimo distanciada de seu trabalho, fornecem lições diárias de cinismo, intriga, ócio e vagabundagem para ganharem ... um milhão de reais!

Evoluímos?

Antes, éramos torturados involuntariamente por construir sonhos de liberdade. Hoje um bando de alienados se submetem voluntariamente à falsa tortura para render Ibope e garantir a grandeza da Vênus Platinada. Ao final, o grande vitorioso é erguido à condição de herói nacional, exemplo de trabalho e perseverança – uma personalidade global, enfim, consumido em Caras, novelas, faustões, angélicas, groissmans etc.

Assim caminha , não a humanidade, mas o capitalismo hoje, vendido em solene e cuidadosa embalagem democrática, sonhos americanos, copiado e servido enlatado pelo mundo afora para perpetuação da alienação, manutenção da miséria, brutalização das massas e enriquecimento de poucos.

O grau do requinte da criminosa falsidade a simular sofrimento do BBB chega a superar, pois, a crueldade exibida na "Noite dos Desesperados", filme estrelado por Jane Fonda, baseado no livro citado. Já que aqui no BBB são dezenas e dezenas de milhões que são, voluntariamente como espectadores, torturados pela mentira e pela alienação – que fazem de sua poltrona de telespectador o canteiro do cultivo da própria infelicidade.

*Diretora da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

20/3 – Seminário Nacional da Auditoria Cidadã da Divida, integrado às demais atividades da Assembléia Popular
São Paulo (SP)

22 e 23/3 – Reunião da Assembléia Popular e da Esquerda
Brasília (DF)

24/3 – Reunião do Grupo de Trabalho Política Educacional do Andes-SN
São Paulo (SP)

24/3 – Reunião do GT-Educação da Conlutas
São Paulo (SP)

25/3 – Encontro Nacional Organizar a Luta para manter e ampliar os Direitos da Classe Trabalhadora
São Paulo (SP)

26/3 – Encontro da Frente de Luta contra a Reforma Universitária
São Paulo (SP)

15/4 - 2ª Plenária Nacional de Entidades Estudantis e Delegados pela Retirada dessa Reforma Universitária (PL 7200/06)
Salvador (BA)

Assine a revista Universidade e Sociedade

www.andes.org.br/assinaturas.doc

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Andes-SN

Setor das Federais debate campanha salarial e universidade nova

A atuação do Andes-SN junto com outras entidades representantes dos servidores públicos federais é estratégica também na luta contra a regulamentação do direito de greve. Para o sindicato, é necessário que o governo regulamente o direito à negociação coletiva. Essa foi uma das conclusões da última reunião do Setor das Instituições Federais do Andes-SN., na última terça-feira (13/3), em Brasília.

O tema será tratado dentro da Campanha Salarial 2007, lançada no Senado Federal com entrega da pauta de reivindicações da categoria na Casa Civil, no último dia 15 (confira na página 8). O projeto Universidade Nova e as tentativas do governo de retirar os ganhos referentes aos planos econômicos obtidos judicialmente também foram temas da reunião. O sindicato articulará, ainda, novas manifestações públicas para o dia 17 de abril juntamente com os servidores públicos, conforme aprovado na plenária do dia 14 em Brasília.

As mobilizações conjuntas também serão uma forma de informar à sociedade a verdadeira situação salarial dos servidores e docentes, fazendo um contraponto ao discurso oficial de que esses trabalhadores ganham salários altos e têm recebido reajustes periódicos. Na verdade, há uma defasagem salarial acumulada desde 1995, que no caso dos docentes varia entre 17% e 35% quando se leva em conta o ICV-Dieese (174%) e os reajustes (concedidos por meio de gratificações produtivistas), que variaram entre 100% e 130%. A interação com os servidores públicos também acontecerá na luta contra a regulamentação do direito à greve e pela regulamentação da negociação coletiva.

Universidade Nova

Os participantes da reunião também fizeram uma análise preliminar da minuta do decreto presidencial que institui o Plano da Universidade Nova de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. A análise reforçou a conclusão de que o projeto do governo não traz nada de novo. Apenas recupera propostas de governos anteriores.

O Universidade Nova prevê a reestruturação das universidades federais e recupera a diversificação das instituições e do financiamento – diretriz já formulada pelos organismos internacionais e presente na educação brasileira desde o acordo MEC/USAID (United States Agency for International Development), feito pelo governo militar para introduzir no Brasil o modelo educacional estadunidense.

O plano propõe também a revisão da estrutura acadêmica das IFES tanto na organização dos cursos quanto na metodologia do processo ensino-aprendizagem, a construção de uma "nova arquitetura acadêmica" para a educação superior, a implantação de regimes curriculares e sistemas de titulação capazes de ampliar a mobilidade estudantil entre instituições, cursos e programas de ensino e a educação por ciclos e níveis de ensino. Para os participantes da reunião, essas proposições provocarão uma "educação aligeirada" com forte vinculação com o ensino a distância.

Os professores também destacam a perda da autonomia universitária na medida em que o Ministério da Educação barganha financiamento pelo cumprimento de metas que resultarão na precarização da formação dos estudantes e do trabalho docente, alheia às decisões da comunidade acadêmica.

A conclusão é de que o Andes-SN deve interferir nos colegiados superiores para impedir que os reitores adiram ao plano sem uma ampla discussão com a comunidade universitária. Isso resultaria numa subordinação por dez anos e comprometeria a qualidade do ensino público e de qualidade socialmente referenciada, defendida pelo sindicato.

Fonte: Andes-SN

Anote

I Semana de Jornalismo da UFRJ – Meio a Meios

O Programa de Educação Tutorial da Escola de Comunicação da UFRJ (PET-ECO) realizará a "I Semana de Jornalismo da UFRJ – Meio a Meios", prevista para os dias 27, 28, 29, 30 de março. O evento contará com profissionais renomados da comunicação alternativa para oficinas e palestras, sempre das 9h às 10h30, no auditório do CFCH, Campus Praia Vermelha. Inscrições e mais informações no site: www.meioameios.com.

Letras lança gramática

No próximo dia 21/3, às 13h, haverá o lançamento do livro "Ensino de gramática: descrição e uso" das professoras da Faculdade de Letras Silvia Vieira e Silvia Brandão. O evento ocorrerá na unidade em frente ao auditório G2.

Resenha

Sobra vaga para cotistas

A universidade reserva o lugar, mas o aluno carente não consegue chegar lá. Esse é o balanço do preenchimento das cotas no ensino superior - política que o governo do presidente Lula pretende implementar nas escolas superiores federais. Levantamento feito pela Folha aponta que em 9 das 15 universidades analisadas os lugares para cotistas não foram totalmente ocupados. Em números absolutos, cerca de 2.000 das 6.000 vagas que estavam reservadas nas nove instituições não foram preenchidas. Por falta de dados, não foi possível levantar o total de lugares destinados a cotistas nas 15 instituições. *(Fonte: Folha de São Paulo, 19/03)*

Professores e estudantes recebem apoio de bispos

Mais de 30 pessoas, entre professores e alunos da Unimep, estiveram presentes no último dia 15/3 na Sede Nacional da Igreja Metodista, em São Paulo, para apresentar suas manifestações de indignação ao ocorrido na Universidade, solicitar um acolhimento por parte dos bispos e assegurar uma possibilidade de diálogo. O grupo foi recebido por cinco bispos que participavam da reunião do Colégio Episcopal. Os professores relataram a situação da Unimep, desde o dia 07 de dezembro quando a reitoria demitiu 148 professores da universidade, sem justa causa e sem consulta aos Conselhos de Faculdade. Já os estudantes abordaram a questão da qualidade de ensino que ficou prejudicada com a ausência dos coordenadores de curso e diretores de faculdade.*(Fonte: Adunimep, 16/03)*

Emprego aumenta, mas qualidade piora

Segundo uma pesquisa do Cesit (Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho) da Unicamp, a qualidade dos empregos piorou no país, considerando o rendimento, a estabilidade e a jornada semanal do trabalhador brasileiro. Apesar do aumento do número de empregos nas regiões metropolitanas de SP, RJ, BH, BA, RS e PE desde 2002, o estudo revela a deterioração deste trabalho nas grandes cidades. *(Fonte: Folha de São Paulo, 16/3)*

PAC da Educação

Uma das ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação do governo federal tem a ver com a Universidade Nova. O pacote do governo propõe a liberação de recursos adicionais às universidades federais que melhorarem seus indicadores de produtividade, aumentando o número de matrículas e a oferta de cursos noturnos. *(Fonte: O Globo, 16/3)*

Reforma Universitária

Universidade Nova adia graduação

Ana Manuella Soares*

Na última quarta-feira, 14/3, o reitor da Federal da Bahia, Naomar de Almeida, foi o palestrante da aula inaugural do ano acadêmico de 2007 da UFRJ. Desde meados do ano passado,o reitor baiano vem percorrendo diversas universidades da rede federal 'vendendo' seu projeto de reestruturação do ensino de graduação nas instituições, cujo 'carro-chefe' é a idéia de um bacharelado interdisciplinar de três anos, com diploma em 'grandes áreas' e formação profissional posterior. A UniNova, como foi chamada por Naomar em sua apresentação, não propõe nenhuma mudança na atual estrutura da pós-graduação. Apenas reforça a divisão dos mestrados em acadêmicos e profissionais e admite que alunos do bacharelado 'com excepcional desempenho' possam ingressar diretamente na pós-graduação, sem a necessidade da formação profissional ou de uma licenciatura.

A reitoria da UFRJ fez o convite. E a contar pelo discurso de apresentação da Aula Magna pelo reitor em exercício e pró-reitor de pós-graduação, José Luiz Monteiro, a administração do candidato à reeleição Aloísio Teixeira está totalmente convencida da necessidade de implementar a UniNova. "Há hoje muitos aspectos que remetem à necessidade de reformular a Educação: um ensino básico próximo de atingir a universalidade, mas que deixa muito a desejar na capacidade de reter seus alunos e formar de forma adequada. Um Ensino Superior que exclui grande parte no acesso a esse nível. E uma pós-graduação que atingiu níveis de reconhecimento internacional, mas é caracterizada por uma enorme assimetria inter-regional, intra-regional e inter-institucional", disse José Monteiro.

Após a palestra do colega da Bahia, o pró-reitor de Graduação da UFRJ, José Roberto Meyer, ainda fez questão de informar que a sessão ordinária do Conselho de Graduação daquele dia havia sido desmarcada e que estava satisfeito em ver que todos os conselheiros estavam presentes à exposição de Naomar de Almeida. Meyer adiantou ainda que reunirá o CEG novamente nesta quarta, 21/3, com a discussão da UniNova na pauta.

Idealizador sustenta que UniNova nada tem a ver com reforma do governo Lula

Naomar de Almeida fez questão de afirmar que o seu projeto nada tem a ver com a contra-reforma universitária do governo federal. O reitor da UFBa disse apenas que no projeto de Reforma da Educação Superior do MEC "há pontos omissos. Faltam a integração da graduação com a pós-graduação; gestão acadêmica e, principalmente, um reestruturação acadêmica". Estes são, coincidentemente ou não, exatamente os 'pontos' tratados pela proposta na Universidade Nova.

Ouvindo o dirigente durante sua exposição, ficou evidente que seu projeto de reestruturação acadêmica justamente complementa os tais 'pontos omissos' da proposta do MEC. Aumento da eficiência de gestão e ampliação de vagas foi a tônica da apresentação do projeto pelo dirigente, exatamente o que o governo federal vem exigindo das reitorias para liberar recursos.

Mas Naomar não assumiu a tese (ou vestiu a carapuça) em nenhum momento, e disse, ainda, não saber detalhes da divulgação do decreto presidencial (Plano da Universidade Nova de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) que disponibilizaria recursos orçamentários da ordem de R$ 3,7 bilhões para distribuir entre as instituições que aderirem ao modelo. "A Universidade Nova não poderia ser uma complementação da reforma universitária, já que a mesma é um projeto de lei. Não acredito em mudanças na estrutura curricular do ensino superior baseadas em decretos, principalmente porque as universidades possuem autonomia", sustentou o dirigente. Vale destacar que na sexta-feira, 16/3, os jornais anunciaram o Plano de Desenvolvimento da Educação do governo federal ou o PAC da Educação, como está sendo chamado. Entre as medidas anunciadas, foi confirmada a liberação de recursos adicionais para as instituições que aderirem à Universidade Nova.

Escolha precoce

Para Naomar de Almeida, a introdução do Bacharelado Interdisciplinar faria com que os jovens pudessem "adiar a escolha da carreira profissional" e garantiria uma formação geral universitária para aqueles que 'por qualquer motivo, desistissem no meio do caminho'. O reitor da UFBA disse que a UniNova resgata as idéias contidas no projeto original da Universidade de Brasília, de 1961, gestado por Anísio Teixeira e levado adiante por Darcy Ribeiro, seu primeiro reitor (1962-63).

Difícil de engolir

Em 1965, a ditadura militar, de fato, tal como expôs Naomar, conseguiu abortar a concepção de universidade defendida por Anísio Teixeira: "modelo da universidade moderna: a idéia da liberdade de ensinar e liberdade de aprender... no qual se combinava a liberdade de oferta de cursos pelo professor e livre escolha pelos alunos" (Ensino Superior no Brasil. Análise e interpretação de sua evolução até 1969, apresentação).

Mas, quase cinco décadas depois, em um país que, desde os anos 1980, amarga o desemprego estrutural e a empregabilidade instável do neoliberalismo, foi difícil para os representantes do movimento docente e estudantil não criticarem o anacronismo da proposta de um diploma de formação básica anterior à formação superior.

O estudante Bernardo Lima foi um dos que falou contra a UniNova: "os estudantes se evadem dos cursos não porque fizeram escolhas precoces, mas porque não contam com nenhum tipo de assistência estudantil, bolsas, bandejão, alojamento, nada para concluírem seus estudos".

O reitor baiano, no entanto, sustentou a boa fé da UniNova e chegou a chamar de 'imobilistas e conservadores' os professores, estudantes e técnico-administrativos que criticaram o projeto durante o debate posterior à sua apresentação. "Na Federal da Bahia, é verdade, o movimento estudantil está dividido. Mas não acredito que vocês (estudantes contrários ao projeto) vão seguir defendendo o acordo MEC/Usaid", disse Naomar em referência à reforma universitária de 1968 que instituiu a atual estrutura departamental seguindo o modelo das universidades americanas em um acordo feito pelo governo militar brasileiro com o governo americano, apoiador dos golpes de Estado na América Latina.

O superintendente da decania do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Agnaldo Fernandes também criticou a ausência de política para permanência dos estudantes na UniNova. A falta de definição de uma política orçamentária no discurso apresentado pelo reitor da UFBA foi outra crítica de Agnaldo: "O financiamento não é uma discussão menor. Não é uma questão ideológica ou implicância. Mais de 50% do orçamento, ou quase, da União é destinado ao pagamento da dívida pública e as verbas para a Educação são contingenciadas. Então, por mais mirabolante que a gente possa elaborar uma proposta de universidade, não vamos avançar se não resolvermos esse problema, que não aparece na proposta da Universidade Nova".

A professora aposentada do IFCS, Luitigard Oliveira, também criticou a UniNova. Em sua intervenção, a professora, que disse ser estudiosa do trabalho do Educador Anísio Teixeira, questionou a proposta. "Sou aposentada da UFRJ, mas trabalho atualmente como docente na Uerj e me alegra saber que o senhor (em referência ao palestrante) cita o professor Anísio. Mas a Universidade Nova não tem nada de nova e há hoje problemas estruturais de desemprego, fome e outras carências dos jovens no país que esta proposta está longe de atender. Vejo na Uerj meus alunos de graduação que desistem dos cursos não por serem novos demais, mas por não terem dinheiro para passagem ou para uma refeição durante o dia", alertou.

Ares de Europa, briga de mercados

O reitor expositor também fez alusão à reforma da Educação Superior que vem sendo debatida na comunidade européia como outro elemento inspirador da UniNova. O processo de Bolonha, como é conhecida a reforma universitária na Europa, é uma tentativa de países como Inglaterra, Itália, Alemanha e França de incrementar a formação de mão-de-obra qualificada que possa se estabelecer em qualquer nação do mercado comum europeu, e fazer frente ao avanço tecnológico de países centrais como os Estados Unidos e Canadá. O processo não tem, no entanto, a adesão das comunidades universitárias das instituições dos 29 países que assinaram o Declaração de Bolonha em 1999. A reforma universitária de lá, aliás, tal como aqui, é um projeto de governos neoliberais e não da necessidade legítima de educadores e estudantes. E há, ainda muita resistência, principalmente das comunidades universitárias de instituições francesas ao modelo de certificação única proposto na Declaração de Bolonha.

Fotos: Daniel Tiriba

O CEG CANCELOU SUA SESSÃO ORDINÁRIA PARA QUE OS CONSELHEIROS OUVISSEM A PROPOSTA DOS DIRIGENTES

José Miguel Saldanha
Andes-SN
O Sindicato dos Docentes tem uma posição de crítica contra a Universidade Nova. Com relação apenas aos aspectos acadêmicos da proposta, sabemos que é perfeitamente possível promover a interdisciplinaridade na atual estrutura.

Ricardo Kubrusly
Adufrj-SSind
Um projeto que se diz complexo em sua inspiração não pode deixar de lado os acontecimentos continentais que nos impõe goela abaixo conspirações entre os senhores Lula e Bush contra os ventos bolivarianos.

Bernardo Lima
CA de Educação Física
Onde está a assistência estudantil para garantir a permanência dos estudantes na proposta da Universidade Nova?

Vera Salim
Adufrj-SSind
Não é demagogia fazer uma proposta de universidade que ignora as alarmantes condições da Educação Básica e a real situação da sociedade no Brasil?

PROFESSORES DA ADUFRJ-SSIND PANFLETAM NA ENTRADA DO AUDITÓRIO DO ROXINHO. MATERIAL É BEM RECEBIDO PELA COMUNIDADE PRESENTE À AULA INAUGURAL CONVOCADA PELA REITORIA

Antes da palestra, professores e estudantes panfletam contra Universidade Nova

A Adufrj-SSind preparou um texto que foi distribuído na porta do Auditório do Roxinho, momentos antes do início da exposição do reitor Naomar de Almeida. No panfleto da seção sindical, os presentes puderam entender algum dos motivos pelos quais a diretoria e o movimento docente local criticam a proposta. "A Universidade Nova formará especialistas e generalidades, 'fabricando' em linha de montagem, contingentes de novos desempregados, descartáveis, para um mercado ávido por mão-de-obra barata para ser explorada. Esta é a real face do projeto Universidade Nova!", diz o texto.

A principal crítica da entidade é o fato de a proposta estar inserida na lógica da reforma universitária do governo federal, pautada nas orientações dos organismos financeiros internacionais e na Organização Mundial do Comércio (OMC). Com isso, o bacharelado interdisciplinar de três anos será montado nos moldes da corrida pela competição pautada pelo mercado, corrida esta que já se encontra amplamente difundida nas graduações tradicionais. "Pobres dos nossos jovens degladiando-se por uma vaga (nas disciplinas específicas que levarão à graduação ou às licenciaturas), submetidos à pedagogia do salve-se quem puder", assinala o panfleto da Adufrj-SSind.

Prova da crítica feita pelos representantes docentes foi uma fala do próprio Naomar de Almeida durante sua exposição ao reconhecer a futura mercantilização dos 'diplomas' do Bacharelado Interdisciplinar. "Sabemos que há o risco de a indústria dos cursinhos começarem a preparar os estudantes para a entrada nos cursos profissionais, mas temos que nos preparar para essa situação", mencionou ao anunciar que, na UniNova, os estudantes teriam que fazer a opção pela carreira ainda durante o bacharelado, ao cursarem matérias específicas que comporiam o seu currículo na complentação da graduação, que seria de dois a cinco anos. Isso significaria um segundo vestibular, com os estudantes competindo durante os três anos do bacharelado pelas matérias das carreiras almejadas. (AMS)

Opinião

Direito de Greve ou à Direita da Greve?

Luis Paulo Braga

O assunto voltou à pauta pelas mãos da comunidade jurídica do país, através de uma proposta da OAB-SP.Primeiramente deve-se destacar que trata-se de regulamentar a greve no direito do trabalho. Isto porque a greve também é um direito político e forma de protesto contra o Estado. Na história, muitas greves foram deflagradas como forma de pressão contra ocupação estrangeira, *apartheid*, repressão, etc... Portanto, é importante ressalvar que o projeto apresentado não contempla essas modalidades de greve.

A greve não é o único ato coletivo de confronto que uma categoria pode lançar mão, evitando a caracterização de greve. Boicote (palavra formada a partir do sobrenome de Charles Boycott, um proprietário de terras na Irlanda, que em 1880 teve que ceder à população local na disputa pelas altas taxas que cobrava), sabotagem, piquetes, ocupação de estabelecimento e operação padrão são ações que podem causar impacto devastador no sistema produtivo e na ordem pública, sem, entretanto, poderem ser caracterizados como atos de greve. Obviamente, em alguns casos, incorrem em legislação específica, como o código penal, no caso de sabotagem com destruição material de propriedade alheia.

A greve é, em tese, um direito reconhecido internacionalmente, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovou diversas convenções relativas aos direitos trabalhistas, inclusive, o de greve, tanto em atividades essenciais como não essenciais. A Constituição Brasileira (art. 8o e 9o) e a lei 7.783 de 28.6.89 também asseguram esse direito, mas nunca houve a regulamentação do direito de greve do funcionario público e do funcionário que exerce função pública (uma novidade do governo FHC). As atividades essenciais também são especificadas por lei: serviços de água,luz, gás, combustíveis, transporte coletivo, telecomunicações, controle de tráfego aéreo, compensação bancária, entre outras. Não deixa de ser irônico que a proteção da população, que em muitos casos, não é atendida (50% da população não tem esgoto) ou mal atendida, é a razão aludida pela OAB-SP para restringir o direito de greve. Poderiam também apresentar um projeto de lei que previsse punições para os dirigentes responsáveis pela implantação e manutenção dos serviços ditos essenciais (pelo menos assim ficaríamos livre da vergonha de depender de um tribunal de Nova York para se condenar um corrupto).

Mesmo nos serviços essenciais o direito de greve é tradicionalmente assegurado desde que não cause mal irreversível - morte, desastres, etc... A atividade de professor não é considerada atividade essencial, o que já sabíamos por outra via, além disso a categoria tem por hábito repor as aulas.

Porém a abusividade , conceito embutido no projeto, pode ser invocada a qualquer momento por autoridade, partido, entidade de classe, e a própria OAB. Uma vez caracterizada a abusividade da greve, o Estado pode intervir na mesma e forçar a volta ao trabalho. Em tempos de desregulamentação, com o aprofundamento das reforma neoliberais, consequência do agravamento da crise financeira nacional e internacional, vemos a poupança da população ser confiscada pelo Estado como no caso do FGTS e da poupança,os salários do funcionalismo congelados pelo PAC,o contigenciamento de verbas antes orçamentárias, distribuídas agora sob a forma de fundos ou projetos como o Universidade Nova e o FUNDEB. Arma-se, portanto, o governo com mecanismos para frear os protestos que se seguirão necessariamente. Esquecem-se, entretanto, os juristas que se a greve pode ser regulamentada e contida no direito do trabalho, dificilmente, ela o será como direito político e forma de protesto.

*Professor do Instituto de Matemática e Conselheiro da Adufrj-SSind

Opinião

A visita de Bush: para muito além do etanol

José Maria de Almeida

Foram muitos milhares os manifestantes que foram às ruas em todo o Brasil para expressar repúdio à presença em nosso país do presidente dos EUA, George W. Bush. Repúdio merecido. Bush encarna como ninguém em nosso planeta, a imagem da exploração, da opressão e da violência do capitalismo nesta sua fase imperialista. A imprensa nacional e, em grande medida, também a internacional trataram de explicar esta visita a partir de um objetivo comercial relacionado à busca de parceria para produção e comercialização do etanol como fonte de energia alternativa aos derivados de petróleo.

De fato, este foi um dos motivos da visita de Bush. Premido pela perspectiva de declínio da produção de petróleo nas próximas décadas, o imperialismo precisa encontrar fontes alternativas de energia, consciente que é de que o controle das fontes de energia tem enorme importância no jogo de poder (e de lucros) na sociedade capitalista. Nada a estranhar no fato de que a mídia, subserviente ao poder como sempre, tenha sido tão relapsa ao analisar a nova fonte de energia. O etanol chegou a ser apresentada como fonte de energia ecologicamente correta na medida em que sua utilização não contribuiria para o agravamento do efeito estufa, como o faz os combustíveis fósseis. Nem uma palavra sobre a devastação das florestas que seria necessário para sua produção em grande escala. Nem uma palavra sobre a destruição da capacidade produtiva do solo pela utilização predatória característica do agronegócio. Como se isso também não destruísse a natureza...

Mas a principal razão da visita de Bush à América Latina não foi essa. Está ligada às dificuldades crescentes vividas pelo imperialismo para manter sob controle a situação política em todo o mundo, de forma a que possa prosseguir com a aplicação de suas políticas de rapina, assegurando os interesses econômicos dos grandes trustes capitalistas a quem o governo Bush realmente representa. Cresce a crise e a instabilidade no Oriente Médio expressa na situação da Palestina e Líbano. No Iraque, fica cada vez mais evidente a impossibilidade de uma vitória militar que lhe permita estabelecer o controle político sobre o país. No Afeganistão, surgem elementos cada vez mais fortes de contestação da ocupação militar e contra o governo títere.

Na América Latina, vivemos também uma situação que aponta para uma virada no quadro político regional. A aplicação das políticas neoliberais encontra uma resistência cada vez mais aguerrida dos povos da região, levando a uma instabilidade política cada vez maior e ao surgimento de governos que são pressionados a adotar medidas cada vez mais contraditórias aos interesses do império na região. São medidas bastante limitadas, é verdade, e é preciso cobrar mais. Mas levam a um quadro político muito diferente do que vivemos cerca de 8 ou 10 anos atrás. Basta dizer que naquela época a discussão era sobre a necessidade de se avançar nas privatizações e hoje a discussão é sobre a profundidade das nacionalizações que estariam em curso na Bolívia, na Venezuela e, agora no Equador e Argentina.

Esta situação, por outro lado, parece coincidir com o período em que – de acordo com a maioria dos analistas – se inicia a desaceleração da economia dos EUA, com as conseqüências que isso teria para a economia mundial (os EUA ainda consomem mais de 35% de tudo que se produz em todo o planeta).

Para a situação do Iraque, a política de Bush, na contramão do que defende até uma parte de seus assessores foi a de mandar mais soldados numa confissão de que, apesar de se saber derrotado, o império não pode reconhecer a derrota pelas implicações políticas que isso teria no cenário mundial. Para a América Latina, ele busca retomar o controle político da situação através de demonstração de "generosidade" para com os pobres da região (patético, mas é esta a imagem que se tentou demonstrar) e da tentativa de isolar os setores que o império acredita serem os críticos mais duros de sua dominação. Por isso, a importância dada a Lula e ao Brasil. Aos olhos do império, apenas Lula, neste momento, pode dar mais estabilidade política à região, neutralizando e fazendo retroceder a onda de contestações às políticas neoliberais. A imagem usada é a de neutralizar Chavez, mas seu conteúdo mais profundo é o de bloquear e fazer retroceder as lutas de massas que sacodem cada vez com mais força o nosso sub-continente.

Depois de mandar tropas para assassinar pessoas no Haiti, Lula indica mais uma vez aceitar alegremente esta tarefa. Isto não significa que nosso país ganha cada vez mais importância no cenário político mundial, como gosta de anunciar com toda a pompa o próprio Lula e seus funcionários do Itamarati. Significa, isso sim, mais subserviência política ao amo do norte.

Dia 25 de março reúnem-se em São Paulo milhares de dirigentes e ativistas dos sindicatos e movimentos sociais. O objetivo é lançar um plano de ação unitário, com eixo na luta contra as reformas neoliberais, e constituir um espaço de unidade de todos os movimentos e organizações que queiram lutar para defender os direitos dos trabalhadores. Mas o desafio mais geral, na verdade, é dar a nossa contribuição para frustrar os planos de Bush.

*Metalúrgico, diretor da federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais e participa da Coordenação Nacional da Conlutas

Movimento

Servidores federais exigem abertura de negociação com o governo

A Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF) protocolou hoje na Casa Civil a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2007. No documento, destinado ao Presidente da República, os servidores expressam sua expectativa de abertura de um processo efetivo de negociações da pauta e o estabelecimento de políticas que reconheçam o valor dos trabalhadores.

Os servidores reivindicam uma política salarial que valorize o vencimento-base com incorporação das gratificações e a recomposição salarial do período entre 1995 e 2006. Para a CNESF, é necessário que o governo agregue os reajustes salariais aos índices inflacionários. O estabelecimento do dia 1º de maio como data-base da categoria e a institucionalização do direito à negociação coletiva são outros pontos da pauta.

Os trabalhadores também reivindicam a correção das distorções salariais existentes tanto dentro das carreiras como entre elas e a implantação das diretrizes de planos de carreira, além da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Isonomia salarial com definição de um piso para todo o serviço público e de benefícios pelo valor mais alto pago atualmente também são reivindicações constantes da pauta. Os servidores pedem a realização de concursos para preenchimento de novas vagas e das que hoje são ocupadas por meio de terceirizações e contratos temporários.

Pauta específica dos docentes

A Campanha Salarial 2007 específica dos docentes do ensino superior reivindica isonomia entre GED e GEAD pelos valores máximos; incorporação da GED, GEAD e GAE no vencimento básico; isonomia dos percentuais de titulação entre as carreiras do ensino superior e do 1º e 2º grau; paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e incorporação da VPI (vantagem pecuniária individual). "Essas são condições necessárias para a negociação da carreira única dos docentes", explica Paulo Rizzo, Presidente do Andes-SN.

Os docentes das universidades federais também continuam buscando o fim da implantação de critérios produtivistas para a progressão funcional e a manutenção dos aposentados na folha de pagamento das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), entre outras reivindicações, (veja matéria na página 3).

Defasagem salarial

A defasagem salarial dos docentes, referente ao período entre 1995 e 2006, está entre 10% e 20%. Enquanto a inflação média desse período ficou em torno dos 170%, os reajustes variaram entre 100% e 130%. "Lutaremos pela reposição desses índices, pois a revisão dos vencimentos dos servidores públicos federais é prevista na Constituição Federal, apesar de os governos terem desrespeitado esse princípio", destaca Rizzo.

Ricardo Borge

PLENÁRIA DOS SPF CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DOS DIRETORES DAS FEDERAÇÕES E DO ANDES-SN

Contra o congelamento dos salários

A retirada do Projeto de Lei Complementar 1/2007, que prevê o congelamento dos salários dos servidores públicos federais por dez anos, é outro ponto da pauta de reivindicações. O projeto tramita no Congresso Nacional e é um dos aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). "Esse projeto visa a dar garantias aos credores da dívida pública de que o Brasil deixará de investir para gerar superávit primário. Ou seja, mais uma vez, o governo pretende sacrificar os trabalhadores em detrimento dos banqueiros", diz Rizzo.

O ato de lançamento da Campanha Salarial 2007 aconteceu no auditório Petrônio Portela, do Senado Federal. Logo após, os servidores foram ao Palácio do Planalto, onde protocolaram a pauta de reivindicações.

Sem negociação servidores farão greve

Durante a plenária realizada ontem, os servidores decidiram convocar uma nova plenária no início de maio para avaliarem o andamento das negociações com o governo, havendo possibilidade de encaminharem por uma greve caso o processo de negociação não esteja satisfatório. Também foi aprovada a realização de manifestações nas capitais para o dia 17 de abril.

Amorim

Lançamento do Comitê da UFRJ da Frente de Luta Contra Reforma Universitária

Página 8

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 530 28 de março de 2007

Fotos: Daniel Tiriba

Reeleição

Diretoria da Adufrj-SSind entrevista Aloisio Teixeira, candidato único a um segundo mandato como reitor da UFRJ

Páginas 4, 5 e 6

Editorial

A universidade aviltada

Os primeiros passos do segundo governo Lula não trazem boas perspectivas para a universidade brasileira. Vivendo uma crise que se agrava a cada dia, e não estamos sozinhos nisto, as propostas que vem de Brasília apenas aumentam nossas preocupações. As recentes medidas sobre o ensino superior, anunciadas com pompa na grande imprensa, trazem uma novidade que não teve destaque na mídia, mas que é reveladora da política lulista para a universidade. Em outras ocasiões, tivemos o anuncio eloqüente de "novas medidas "que, em muitos casos escondiam a escassez de recursos para implementá-las, ou silenciavam sobre o destino real dos investimentos públicos. Agora tivemos uma inversão: o governo disponibiliza recursos e as universidades que "quiserem se adaptar às novas propostas", poderão recebê-los. Esta inversão, no nosso entendimento, é escandalosa e configura uma falta de respeito do governo central com a universidade pública. Em primeiro lugar, é responsabilidade do governo propor, implementar e investir na política educacional do país. Podemos discordar destas propostas, criticá-las, ter outros horizontes políticos. Mas um governo com uma proposta de profundas mudanças para a universidade brasileira não defender seus pontos de vista, e apenas usar da pressão econômica para impor seu projeto, é uma postura extremamente autoritária. Agravado pelo fato de que é o próprio governo quem estrangula financeiramente as universidades públicas, contingenciando recursos e não investindo em educação pública. A recente mudança de metodologia do cálculo do PIB pelo IBGE mostra uma redução do percentual investido na educação e, no fundo, mostra a fragilidade dos dados governamentais sobre um problema que salta aos olhos – a educação no país vai muito mal.

O governo sabe das dificuldades que a universidade brasileira enfrenta, sabe suas causas e, ao propor novos recursos para quem já está na penúria em troca da aceitação de suas propostas, está na verdade, comprando e aviltando a universidade pública. Seu projeto de Reforma Universitária parece ter encalhado no Congresso, fragilizado por suas próprias inconsistências e principalmente pelo peso dado à regulamentação do funcionamento das multinacionais do ensino e ao comércio dos diplomas de "ensino a distância". Nem os reitores mais próximos do governo deram sustentação a este projeto.

O governo pega então uma "carona" na proposta da "Universidade Nova". Embora seus defensores iniciais neguem com veemência a proximidade com o governo, os textos apresentados pelo governo e pela reitoria da Universidade da Bahia são os mesmos. Até o nome era o mesmo – "Universidade Nova". Bastaram algumas semanas de críticas e o governo mudou o nome de sua proposta, retirando a referência ao projeto gestado pelo reitor baiano, Naomar de Almeida e compartilhado por seus colegas dirigentes Aloísio Teixeira, da UFRJ, e Timothy Mulholland, da UnB. Mas o conteúdo fundamental permanece.

Nossa crítica a este projeto parte da constatação de que nem a proposta do governo e nem a "Universidade Nova" tocam no descalabro e na tragédia que está acontecendo com o Ensino Fundamental e Médio no país. Não apenas o setor público está em crise, mas o próprio setor privado não apresenta resultados satisfatórios do ponto de vista do aprendizado de nossos jovens. Uma das conseqüências nefastas, mas não a única, é o estrangulamento no acesso à universidade – o famigerado vestibular. E o que propõe o governo e seus aliados? Abandonam qualquer discussão sobre o Ensino Médio e Fundamental, excluindo milhões de jovens do acesso e benefício de uma educação digna e transformam a universidade num remendo de uma crise estrutural imensa. A proposta de um "Ciclo Básico" não tem nenhuma novidade. Será apenas um curso pré-vestibular para a próxima fase, esta sim mais seletiva e profissional. Com isto teremos mais três anos de formação curri-cular, com a mesma com-petição entre os estudantes pelas poucas vagas dispo-níveis para a próxi-ma fase.

A outra crítica profunda que faze-mos é que a proposta do governo tampouco toca na outra extremidade da crise que vive nossa univer-sidade – a da pós-graduação. Na falta de um projeto de desenvolvimento nacional, de melhorias sociais, de incorporação de novos conhecimentos e técnicas ao processo produtivo de nossas indústrias, a pós-graduação sobrevive graças ao esforço individual de uns poucos. Há décadas não temos política científica para o país, o planejamento de prioridades foi substituído pelos "editais", sempre escassos, eventuais e para poucos, e a procura por recursos consome uma parte cada vez maior de nosso tempo. Ainda temos uma produção científica importante, mas não cresce o número de patentes, nem as aplicações dos resultados obtidos em nossos laboratórios. Já sentimos a redução numérica de jovens dispostos a seguir o difícil caminho acadêmico nas condições atuais.

Ao ignorar esta realidade, que joga a grande maioria dos professores universitários de maior qualificação e que trabalham nas universidades públicas para longe do ensino de graduação, fica a pergunta: quem irá trabalhar neste novo "ciclo básico"? Sempre fomos os primeiros a reconhecer que as instituições públicas de ensino superior têm limitações e dificuldades para seu pleno funcionamento, porém jogar os poucos quadros qualificados que temos numa "aventura" não nos parece correto. Como tampouco nos parece correta a referencia à memória de Anísio Teixeira. Seus conceitos de uma nova universidade, para um outro país, não podem ser confundidos e nem usados para transformar a universidade brasileira num gigantesco cursinho pré-vestibular, deixando de lado a grande maioria de nossos jovens.

A comunidade acadêmica deve olhar com muito cuidado a elaboração de propostas do tipo das que estão saindo de Brasília e se perguntar: será a política educacional do governo Lula diferente do triste espetáculo a que estamos assistindo diariamente na formação de ministérios, na troca de favores, nos abusos no legislativo e no judiciário?

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Universidade Nova é pauta no Conselho de Graduação

Diretor do Politécnica critica proposta

O Conselho de Ensino e Graduação (CEG), em sua última sessão ordinária (21/3), discutiu os principais pontos da Universidade Nova (UniNova), proposta pelo reitor da UFBa, Naomar de Almeida e que conta com a simpatia da atual reitoria da UFRJ. O pró-reitor de Ensino e Graduação, José Roberto Meyer, abriu a sessão com um discurso acalorado em defesa da Universidade Nova. Meyer tentou assegurar a dissociação da proposta de Naomar com a atual reforma da Educação do governo Lula . "O Ministério de Educação e Cultura, inabilmente, tomou para si esta proposta, que nada tem a ver com MEC. É uma proposta que nasceu na UFBa!", argumentou o pró-reitor.

José Meyer relatou que, no dia da aula magna, o questionou sobre uma possível fase de transição, para que a mudança fosse feita "de maneira cautelosa". Meyer vê a proposta como uma alternativa à evasão de alunos no decorrer da graduação – uma de suas maiores preocupações: "Minha pergunta foi se ele (Naomar) via possibilidades de se fazer algo transitório, isto é, sem mexer momentaneamente na atual estrutura de ingresso aos cursos; criarmos algo básico, de maneira que esses alunos que seriam nossos pudessem vir, passados dois anos, a ocupar essas vagas que surgem por conta da evasão de alunos".

A proposta de criação de um ciclo básico não é exatamente nova. Convidado pelos próprios conselheiros para dar seu parecer, o diretor da Escola Politécnica, Ericksson Rocha e Almendra, disse que a volta do ciclo básico para as engenharias está na pauta das discussões na sua unidade. Ericksson deixou bem claro que tem muitas críticas em relação a Universidade Nova: "O professor Naomar foi muito feliz no diagnóstico, mas a exposição não foi muito convincente".

Para surpresa dos conselheiros, o diretor afirmou que possui em média 5.000 alunos na Politécnica e que poderia ter muito mais, não fosse "a má distribuição da carga didática". Existiam, segundo o diretor, disciplinas com apenas um ou dois alunos inscritos. "Se eu distribuísse melhor a carga didática e apostasse em cursos mais eficientes, poderia receber mais alunos.", garante Almendra.

Outro aspecto debatido foi a evasão de alunos. Ericksson admite que há um grande percentual de alunos desistentes, mas assegura que esses dados, se comparados com outros países, são normais. Segundo o diretor, esta evasão não quer dizer que a universidade perdeu o aluno, pois muitos apenas trocariam de curso. "Entram 770 alunos e estou formando 400 alunos no ano. Há uma evasão grande; isso é inegável. Essa evasão, por outro lado, atinge níveis próximos aos internacionais. (...) Eu perco alunos até para a Escola de Belas Artes! Na verdade, a universidade não perde o aluno, mas perde a vaga", disse o Ericksson.

Incomodado com o nível de educação superior brasileiro ser inferior ao nível de países como a Argentina – que tem cerca de 30% de seus alunos, com idade universitária, no ensino superior contra 13%, no Brasil -, o professor sugere outras políticas. "Se o Brasil triplicar o número de alunos, triplicar as universidades, nós chegaremos onde a Argentina está. Por outro lado, nada se faz instantaneamente: se eu triplicar o número de vagas hoje, eu não terei professor e talvez nem aluno".

Carga horária

Ericson Almendra propôs a redução da carga horária dos cursos. "Nos Estados Unidos, a duração do curso de Engenharia, por exemplo, é de quatro anos, porque a especialização ocorre nas próprias empresas. Já em Portugal, que adotou o protocolo de Bolonha, a duração é de três anos. Nesses países a ordem dos engenheiros é a responsável por diplomar o graduado e não as universidades. Muitos dos nossos estudantes já saem dos cursos empregados. Por isso, acho que três anos são o suficiente. É jogar dinheiro fora", disse.

Em debate

Os conselheiros não chegaram a uma conclusão sobre as propostas e idéias de reformulação postas em pauta pela reitoria. O assunto deve certamente tomar o espaço de discussão ainda nas próximas sessões.

Cartas

Plebiscito para reitoria

As cores e os desenhos pueris enganam o observador desatento que pense setratar de um cartaz que divulga um evento infantil, ou festivo. Os cartazes (em um das versões divulgadas), recentemente afixados nos *campi*, da UFRJ convocam a comunidade para votar nas eleições para Reitor. Ao contrário do que usualmente ocorre em eleições para os colegiados superiores e Reitor, o edital de convocação para inscrições não foi divulgado amplamente, havendo apenas notas em jornais do Sintufrj e da Reitoria sobre o procedimento eleitoral, que foi discutido entre fins de dezembro e fins de fevereiro.

O prazo de inscrições foi limitado a um dia, resultando desse processo açodado a inscrição de apenas uma chapa. Como atração ao eleitor, cogita-se o uso de urnas eletrônicas que, espera-se, preserverão o direito do voto em branco e do voto nulo. Transformada em plebiscito, a consulta apresenta à chapa única o desafio de concorrer contra a sua própria sombra, buscando convencer os eleitores de que não passam de protagonistas de terceira categoria...

Professor Luis Paulo Braga, Instituto de Matemática

ANOTE

O Fórum Vai ao Alô

O Projeto Fórum em Cena, do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, apresenta A Comédia dos Erros, de William Shakespeare. Neste dia 29/3, às 21h. no Alojamento dos Estudantes, no *campus* do Fundão;

Resenha

Docentes da UNEB aprovam indicativo de greve

Em assembléia realizada no último dia 22, os docentes da Uneb (Universidade Estadual da Bahia) aprovaram indicativo de greve caso suas reivindicações não sejam atendidas pelo governo estadual. Dentre os assuntos abordados na pauta de reivindicações estão: o plano de recomposição das perdas salariais; a incorporação imediata da GEAA como parte do processo de recomposição das enormes perdas salariais dos docentes; e o abono pecuniário para licenças-prêmio não gozadas, conforme já ocorre com os professores de rede pública de ensino básico. Os docentes terão audiência com o secretário estadual de Educação, Adeum Sauer, no próximo dia 29. *(www.andes.org.br, 22/03)*

Vôo solo na UFRJ

Pela primeira vez nos 87 anos de história, a reeleição para reitor não terá adversário na UFRJ. Durante três dias – de 2 a 4 de abril - , 8 mil funcionários, 4 mil professores e 29 mil alunos escolherão os futuros dirigentes da universidade. O atual reitor, Aloísio Teixeira e a vice-reitora, Sylvia Vargas, compõem a única chapa inscrita para o mandato dos próximos quatro anos. Se eleito, o professor do Instituto de Economia terá aos 62 anos o último mandato, antes da aposentadoria. ***(Dia – 25/03)***

O PIBão do IBGE

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) precisa convidar uma universidade para confirmar a sua mudança de metodologia na apuração do Produto Interno Bruto. Pode ser a USP, UFRJ ou Unicamp. Na década de 70, a Fundação Getúlio Vargas fazia a apuração das taxas de inflação. Quando veio o Governo Geisel, o ministro Mário Simonsen afirmou que a inflação estava manipulada e a FGV caiu na suspeita de acochambrar números. Por isso, passou-se a pesquisa de inflação para o IBGE. A FGV carega até hoje o estigma de manipular números. ***(Jornal do Brasil – 26/03)***

Sindicatos e universitários cobram ampliação das verbas

Para representantes da comunidade acadêmica apenas o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) não será suficiente para aumentar as vagas no sistema federal de ensino superior. Estudantes e sindicalistas afirmam que o governo precisaria investir mais nas universidades para que as mudanças realmente tivessem efeito. ***(Folha Dirigida, 20/03)***

Entrevista

"Avançar com baixo grau de atrito"

Fotos: Daniel Tiriba

SEM OPOSIÇÃO, ALOISIO CONSIDERA TER FEITO UMA BOA 'ADMINISTRAÇÃO'

Em 87 anos, pela primeira vez um candidato à reeleição disputa sozinho o cargo máximo da UFRJ. Em 1998, Aloisio Teixeira, considerado um candidato progressista, contava com forte oposição dos chamados 'excelentes' da acadêmia, mais afinados com as políticas do então governo de Fernando Henrique Cardoso. Passada praticamente uma década, após quatro anos à frente da reitoria, Aloisio e sua candidata a vice, Sylvia Vargas, não têm resistências na universidade.

Para a diretoria da Seção Sindical dos Docentes, esse não é um sintoma de que tudo está bem e de que houve necessáriamente avanço na política universitária na federal do Rio de Janeiro. Se os 'ânimos' foram apaziguados, o processo de privatização da universidade pública e a política de balcão para o financiamento da pesquisa se expandiu. Segundo o próprio candidato instituições como a Petrobras injetam cinco vezes mais recursos do que o orçamento do Ministério da Ciência e Tenologia. A reitoria também não resolveu os problemas da assistência estudantil que dependem de um orçamento deficitário e de financiamento do Banco do Brasil

Na última quarta-feira, 21, a pouco mais de uma semana de uma eleição que tomou feições de plebiscito, três diretores da Adufrj-SSind conversaram longamente com o dirigente candidato sobre esse e outros temas sobre financiamento e autonomia. Na entrevista, os professores questionam principalmente a posição do dirigente sobre o 'desaparecimento' das oposições tradicionais no atual cenário político da UFRJ.

Na ocasião, os diretores da seção sindical convidaram Aloisio Teixeira para um debate sobre a reforma universitária e a Universidade Nova, proposta da qual o dirigente diz ser também formulador. A data do debate ainda será marcada e divulgada pela entidade.

As eleições para a reitoria acontecem nos dias 2, 3 e 4 de abril.

José Simões - **Um processo eleitoral curioso. Por que uma única chapa?**

Aloisio Teixeira – Eu examino essa questão de três ângulos. Um deles é que é estranho porque a universidade é a casa da diferença, do debate... e a única coisa que eu não poderia achar é que haja hoje uma concordância na universidade sobre o que se deve fazer, ou uma avaliação unânime sobre o que foi feito. Então, é preocupante sim, porque há o temor de um processo de amortecimento da discussão na universidade. E de um certo distanciamento dos grandes temas que compõem não só o debate nacional, mas as transformações da própria universidade. Levando em conta essa observação, acho que é uma tarefa reinventarmos os mecanismos da discussão. Acho que há um aspecto positivo, do meu ponto de vista, do modo como a reitoria foi conduzida, com respeito às diferenças de opinião, aos órgãos colegiados. Havia um anseio de pacificação depois da era Vilhena e correspondemos a isso. Acho que isso certamente influiu na formação desse quadro de chapa única.

Acho também que a reitoria não foi um fracasso em termos de administração da universidade, pois se tivesse sido certamente outras chapas haveria. Acho que há uma combinação de coisas que do ponto de vista de quem esteve à frente da reitoria nesses quatro anos são positivas e coisas que são preocupantes, que devemos sentar e analisar.

José Simões - **Falando então dessas preocupações, uma coisa que nos salta aos olhos nesse processo é que o senhor foi eleito reitor da primeira vez (1998) e não tomou posse, não apenas porque o governo não quis, mas também porque setores mais conservadores da UFRJ foram contra. Lembramos muito bem daquele processo porque estávamos em greve e sofremos uma intervenção no nosso movimento que se desdobrou numa intervenção na própria universidade. Ora, vemos que esses mesmos setores continuam presentes e, no entanto, não apresentaram uma candidatura ou se manifestaram de alguma forma. Sendo personagem central, como o senhor vê essa mudança?**

Aloisio Teixeira – Eu até vejo isso com mais naturalidade. Na verdade os setores que claramente se manifestaram em 1998 contra mim, tentando garantir a posse do Vilhena, jamais apresentaram candidaturas. Ou por reconhecer que uma candidatura deles não teria eco na universidade, ou por achar que o papel deles não é esse. Na verdade, eles sempre procuraram ocupar espaço na universidade através de outras candidaturas. O caso do Vilhena, talvez tenha sido o mais exemplar de todos. Porque aí houve um verdadeiro processo de intervenção na universidade. Também fazendo uma leitura positiva (da adesão dos que foram contra sua posse há nove anos), os quatro anos de Vilhena foram destrutivos para todo mundo. Independentemente da visão mais elitista, mais conservadora ou menos elitista e menos conservadora da universidade, foi um processo destrutivo para todos. A UFRJ ficou parada durante quatro anos. Em 2003, isso estava um pouco dividido e não se explicitou muito, mas acho que esses quatro últimos anos foram conduzidos de tal forma que esses grupos não teriam porque sentir-se descontentes com o que foi feito. Reconheço isso, assim, com absoluta tranqüilidade.

Uma avaliação que faço é que apesar de termos feito alguns avanços em áreas de interesse dos servidores técnico-administrativos e dos estudantes, o segmento da universidade que melhor aproveitou as condições desses quatro anos foi o segmento dos professores. Talvez por isso não haja condição desse pessoal de apresentar uma outra chapa para disputar contra mim.

O meu problema é que só se justifica esse esforço de alcançar um segundo mandato se for possível avançar em alguns pontos essenciais de mudança da universidade. Inclusive para ela se tornar uma verdadeira universidade. Acho que essas questões

devem compor um programa de ação daqui para frente que muito provavelmente vai produzir uma certa decantação, que acho, talvez seja interessante.

Vera Salim – **Acho que essa questão é essencial e temos que insistir. Quando o senhor diz que os que foram contra a sua candidatura naquela época não têm muito do que se queixar na sua administração. Ouvimos isso com preocupação. Isso reforça, por exemplo idéias de que a universidade pode ter somente uma pós-graduação excelente e que não precisamos nos preocupar com a qualidade da graduação. Achamos que essas são questões preocupantes para aqueles que têm como perspectiva a manutenção de uma universidade pública de qualidade, capacitada a contribuir na transformação social e que viram no seu primeiro mandato uma espécie de caminho do meio...**

VERA SALIM, RICARDO KUBRUSLY E JOSÉ SIMÕES ENTREVISTAM O CANDIDATO

Aloisio Teixeira – Eu faria algumas observações. Do ponto de vista da administração central e do ponto de vista da realidade, a melhor coisa que nós temos na universidade é a graduação. Isso decorre de muitos fatores, talvez principalmente da qualidade dos estudantes que procuram a UFRJ. Eu ousaria dizer que temos a melhor graduação do país. E temos uma pós-graduação de qualidade. Acho que os problemas da pós são mais ou menos conhecidos. Por exemplo: usando esse sistema tradicional de avaliação, hoje nós temos mais de 25 programas com conceito 6 e 7 na Capes... Ao mesmo tempo, houve uma maior concentração nas áreas tecnológicas e nas áreas da chamada ciência dura. Seja no CCS (Centro de Ciências da Saúde), seja no CT (Centro de Tecnologia) ou CCMN (Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza). Enquanto isso, as nossas áreas de humanidades e ciências sociais perderam densidade nesses últimos anos.

Porque isso acontece, pensando a relação da pós-graduação e o mundo da excelência? Nós temos um sistema de financiamento da pós-graduação e da pesquisa que é extremamente perverso e refratário à mudança. Esse sistema foi constituído no tempo da ditadura. A gente falou isso no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional): houve um grande acordo implícito entre a comunidade científica e o regime autoritário que permitiu, num espaço de tempo extremamente curto, a montagem de um sistema de pesquisa no país. Isso se deu à margem da estrutura convencional da universidade. Quer dizer, não foi pela apropriação dentro da estrutura formal, mas por uma coisa que foi constituída paralelamente a essa estrutura de tal forma que esse mecanismo passava por envolvimento da comunidade científica na política de alocação de recursos, criação de institutos ou programas fora da estrutura convencional e criação das chamadas fundações de apoio. De tal forma que o dinheiro pudesse ser transferido diretamente para essas fundações. Que tinham como beneplácito do governo a liberdade de contratar, pagar mais que o salário estabelecido, comprar sem licitação, fugir das restrições da anualidade fiscal, todo um sistema de simplificação para montar isso daqui. A autonomia universitária jamais foi uma consideração na montagem desse sistema. Depois da ditadura, isso não foi modificado. Continuamos com o mesmo modelo de financiamento da pesquisa e da pós-graduação, independente dos espaços maiores ou menores que conquistamos na universidade em outras áreas.

Isso é extremamente perverso porque gera uma fragmentação desnecessária. Hoje temos um agravamento desse processo que é o fato de a maior fonte de pesquisa não ser o MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia) ou as agências, mas sim a Petrobras. Para uma unidade de valor de projetos financiados pelo MCT talvez a gente tenha alguma coisa como cinco unidades financiadas pela Petrobras. Isso é orientado a determinadas áreas de conhecimento, isso gera essa tensão por recursos, além do fato de que esse processo de fomento de forma alguma contempla o papel da universidade como instituição de centro das instituições produtoras de saber.

Isso tem que ser modificado. Temos que lutar junto de outras universidades, junto ao MCT, junto ao MEC (Ministério da Educação e Cultura) para que isso se modifique. Quem tem que formular suas políticas de pós-graduação é universidade, isso é uma reconquista de um espaço da autonomia. Internamente, temos que ter um sistema de planejamento que gere um programa unificado da UFRJ de desenvolvimento da pesquisa, contemplando a variedade de áreas do conhecimento, contemplando a articulação entre programas de conceito mais alto e conceito mais baixo, de tal forma que aparecendo os recursos a gente não fique sujeito a uma pressão insuportável para premiar tal e qual. Que a gente tenha uma política de prioridade definida. Isso é uma idéia que estamos trabalhando para os próximos quatro anos. Apareceu um Proinfra, a universidade de antemão sabe os projetos que vai apresentar. Resolve? Não, mas certamente haverá um confronto em função dessas coisas.

José Simões - **Embora estejamos ainda sobre o preceito constitucional da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, o que temos na prática segue rumos diferentes, seja nas propostas que vemos de reestruturação da universidade, seja no nosso dia-a-dia. Para nós foi motivo de profunda indignação ver como a questão do professor associado foi tratada pelo governo central e por essa universidade porque foi exatamente na contramão de toda a integração do trabalho dos professores. De repente se valoriza um período, o resto se joga fora e aquilo passou despercebido...**

Aloisio Teixeira – Eu não diria que passou despercebido. Eu tenho uma opinião diferente de vocês....

José Simões - **Sim, mas a nossa sensibilidade é que, concretamente, quando se fala da integração entre ensino e pesquisa, isso passa para qualquer professor pela valorização do seu trabalho. Nós estamos vendo esse reconhecimento com muita dificuldade, não apenas por parte da administração, ai entra a situação da pesquisa, entra o reconhecimento financeiro que vem de fora e evidentemente faz com que um número significativo, senão a maioria, prefira correr atrás dos projetos de pós-graduação e convênios...**

Vera Salim – **.... dos cursos pagos...**

José Simões - **isso, dos cursos pagos que dão remuneração, que são uma praga no nosso entendimento, que faz um movimento quase natural em relação a isso. E o que acontece com os cursos de graduação: é cada vez mais difícil arrumarmos professores, os cursos estão cheios de substitutos. Por um lado, se postula certos princípios gerais, e, por outro, uma prática que aponta para uma valorização de algumas atividades na universidade em detrimento de outras. Em particular, nós**

Entrevista

mantemos; o ensino é desvalorizado, inclusive nessa universidade. Basta vermos as bancas de progressão, de concurso, onde as atividades de ensino contam muito menos do que outras. Ou, ainda, o modelo de professor dessa universidade que acaba sendo o daquele que é capaz de arrecadar recursos. Isso hoje é mais valorizado do que o aspecto acadêmico. Essa é a nossa realidade.

Aloisio Teixeira – deixe-me fazer uma observação sobre o que chamei de diferença de opinião. A criação da classe do professor associado foi um erro monumental, um equívoco que destrói o princípio que fundava a organização da carreira. Na verdade, a classe derroga esses princípios sem que isso corresponda a nenhuma mudança no perfil de titulação do docente. Isso acaba com a carreira. O problema que vocês levantam já estava ocorrendo antes. Já havia um represamento da classe de adjunto 4, com dois anos, um mês ou vários anos. Acho que o governo quis dar um aumento de salário diferenciado beneficiando a classe de associado. Isto foi imposto por uma norma jurídica, a gente tem que fazer. Para mim, qualquer coisa que a gente fizesse além do que a lei mandava seria uma forma de homologarmos um processo que é errado na sua base. Você (Simões) falou diversas vezes no Conselho Universitário, chamando a atenção para isso, mas eu não me convenci de que o caminho era brigar por que aqueles que tivessem tempo maior pudessem fazer mais de uma progressão. Acho que essa universidade deveria se debruçar novamente sobre esse assunto e criar a exigência da livre docência para o professor associado, não deve ser uma progressão automática. Temos que criar as condições de preservação mínima do que era o espírito anterior da carreira.

Não tenderia a concordar com essa idéia de que o perfil do professor que a gente está pegando é aquele que trás recursos, mas o desvirtuamento desse sistema é uma coisa antiga. O mesmo sistema que impõe a pós-graduação, impõe um mecanismo de avaliação que privilegia determinadas áreas de conhecimento. É inimaginável que a gente possa usar os mesmos critérios de avaliação para áreas diferentes. Isso é de uma perversidade absoluta, o sistema foi montado dessa forma, sob a hegemonia dessa gente, esse é um processo histórico. Deixamos de combater isso? Não, ao contrário colocamos isso permanentemente na nossa discussão. O privilegiamento de certas áreas ou disso que se trata da pesquisa sobre outros aspectos da área acadêmica que deveriam ser indissociáveis é uma decorrência desse modelo. Eu admito que para o pessoal da biofísica, bioquímica, a pesquisa e o ensino sejam coisas muito mais próximas. Já a atividade docente estrito sensu é indispensável na minha área (economia). É diferente o papel do professor numa área de ciências sociais do que numa área de ciências biomédicas etc. Mas essa diferença não está contemplada.

Onde a gente se acomodou na luta por essa mudança? Não vejo.

Extensão, então? A Universidade Federal do Rio de Janeiro tem um problema com a extensão e acaba chamando de Extensão aquilo que é mercantilização de nossos serviços. Isso não é Extensão definitivamente. O esforço que foi feito no tempo do Horácio foi inteiramente estiolado nos tempos seguintes. Estamos recuperando a idéia de Extensão. Estou convencido de que a extensão ou é desenvolvida nas unidades tal como o ensino e a pesquisa ou qualquer coisa que a gente faça, amanhã ou depois poderá ser desfeita. Essa é uma briga cultural, ideológica.

O problema que se acresce hoje é que o MEC entrou nessa coisa da Extensão. E os editais começam a gerar não uma vocação, mas uma busca de recursos utilizando a Extensão através do mecanismo dos editais. Eu tenho horror a edital. Esse não é o processo organizado, democrático e que atenda prioridades. Estimula aparentemente uma coisa democrática. Todo mundo pode se inscrever, você vai avaliar aquele que é o melhor projeto, mas na realidade você está orientando a universidade naquilo que é ação da universidade.

Então, não faço uma avaliação de que a gente tenha recuado na luta pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na luta por quaisquer das questões centrais.

O ritmo pode não ter sido aquele que atende a urgência dos problemas que a gente trata, mas a minha estratégia não foi errada, que é avançar com baixo grau de atrito. Pode ter sido errada, mas acho que não. Assim eu vou perder a eleição ...

José Simões - **não, não...candidato único não perde eleição.**

Ricardo Kubrusly - **Posso mudar um pouco o rumo da prosa? O senhor falou algumas vezes com um discurso que eu concordo, oh, concordo... às vezes até concordo. Achei interessante.**

Aloisio Teixeira – Eu sei você concorda, não tem razão nenhuma para discordar de mim

Ricardo Kubrusly - **... e lá para as tantas, o senhor disse uma coisa que eu fiquei muito impressionado, que era a sua estratégia de 'avançar procurando o caminho do menor conflito', como se o senhor fosse uma queda d'água que descesse por uma montanha e fosse procurando as linhas de maior declive, no caso, o menor conflito. Eu vejo que essa é uma tendência adotada dentro dessa universidade, na política atual do país e mesmo no mundo. Os nossos governo federal e estadual também se dizem dispostos a avançar com o menor conflito. Nas grandes democracias que dominam o planeta hoje também há esse discurso de avançar com o menor conflito. Com a sua experiência de vida de militância, o senhor acredita em avançar sem conflito? Não acha que estaríamos avançando para trás?**

Aloisio Teixeira – Olha, eu ainda não disse que os usineiros são os heróis nacionais e ainda não recebi o Collor. É claro que o conflito está posto. Imaginar que não exista é curioso. Ano passado, durante seis meses, eu percorri as unidades com o PDI debaixo do braço e ele foi explicitador do conflito de várias idéias. Na Coppe, por exemplo, eles têm uma visão completamente diferente do diagnóstico que eu faço da universidade. Então, o conflito está aí presente. O que eu digo é isso, sem ter a pretensão de estar certo e sem negar a contradição como elemento que faz avançar um processo, mas eu escolhi a estratégia de definir o que considero objetivo e minimizar o conflito para chegar lá. Nenhuma discussão deixou de ser feita, do ponto de vista de confrontar o pensamento conservador e elitista da universidade. Se resolvida a questão da pacificação dos espíritos, se a gente avança no sentido de propostas consistentes, é claro que as resistências vão se explicitar e isso é bom. Não quero ser excessivamente pretensioso, mas acho que esse caminho foi exitoso, em que criamos uma base para levar adiante esse processo.

Daniel Tiriba

"Onde a gente se acomodou na luta por essa mudança? Não vejo. O ritmo pode não ter sido aquele que atende a urgência dos problemas que a gente trata, mas a minha estratégia não foi errada, que é avançar com baixo grau de atrito. Pode ter sido errada, mas acho que não."

Opinião

Universidade de Aula Magna Nova ou Aula Magna da Nova Universidade?

José Henrique Erthal Sanglard*

A palestra sobre a "Nova Universidade", proferida pelo reitor da Universidade Federal da Bahia, Prof. Naomar Monteiro, transformada em Aula Magna de 2007 da UFRJ, gerou muitas dúvidas e perguntas sem respostas. Apesar de sua estudada informalidade, de sua aparente preocupação em "responder" a todas as perguntas (pois fugiu habilmente das que não lhe interessavam) e do respeito formal a todos os debatedores, o reitor da Federal da Bahia tentou desqualificar os que criticaram a proposta, rotulando-os como "conservadores e imobilistas" (*sic*), como se as críticas significassem apoio e falta de visão crítica ao modelo atual. Pior: insinuou que a proposta, por conter os ideais da "Nova Escola" de Anísio Teixeira, tinha credibilidade e imunidade às críticas feitas. Apesar de o reitor da UFBA refutar quaisquer semelhanças de sua proposta com as de reforma do governo, já existe uma universidade, recém criada, a Universidade Federal do ABC, constituída nos mesmos termos ou algo muito próximo. Confirmou-se ainda que a proposta tem o apoio, foi ou será subscrita pela reitoria da UFRJ, que deve ser reeleita em chapa única e pretender caminhar naquela direção.

O que se pretende com os Bacharelados Interdisciplinares?

Os diagramas projetados e exemplos apresentados na palestra deram a impressão de que a base da formação dos bacharelados interdisciplinares estaria concentrada em artes, literatura e expressão em línguas portuguesa e estrangeira modernas. O texto oficial da proposta, porém, (divulgada em www.universidadenova.ufba.br), revela que a formação humanística pretendida é mais ampla, envolvendo, além da cultura artística e literária, "Cultura Científica: Pensamento Matemático (Lógica, Estatística, Informática); História das Ciências e das Técnicas; Iniciação Científica - e Cultura Brasileira: Antropologia; Direito; Sociedade, Política e Cidadania; Filosofia (Epistemologia, Ética, Estética); Qualidade de Vida (Saúde, Meio Ambiente, Consciência Ecológica) e Atividades Curriculares em Comunidade".

O objetivo de evitar uma escolha profissional prematura parece um pretexto para tentar corrigir falhas da formação no ensino médio ou do segundo grau, concedendo um diploma de nível superior. Mas, para isso, gera-se uma estrutura sobreposta àquela que deveria ser objeto de transformação, dilatando o sistema de ensino vigente. O palestrante se esquivou da questão do ensino médio, básico e fundamental. Limitou-se a observar que não são problemas lineares, que não se deveria esperar a solução dos problemas do ensino médio para depois mudar a universidade.

A necessidade de uma formação humanística sólida em todos os cursos universitários é quase consensual, mas se não houver uma formação mais específica no bacharelado, como será o ingresso posterior no mestrado e no doutorado? A exigência do bacharelado aumenta em até mais três anos a formação profissional específica e as licenciaturas. O mestrado e o doutorado também terão que adotar extensões semelhantes para nivelar a formação dos novos bacharéis? Como receber bacharéis de formação tão ampla, sem formação profissional específica, em suas linhas de pesquisa? Em outras palavras, a atual pós-graduação será transformada num mata borrão de uma graduação prematura? Ou será que ficaria a critério de cada curso de pós-graduação exigir também uma licenciatura ou uma graduação profissional específica?

Admitiu-se que currículo específico do futuro bacharel seria moldado por ele próprio, com escolhas de disciplinas "optativas e optatórias(?)", sob a orientação de docentes tutores. Mas até que ponto isso contradiz a afirmação de que o aluno é imaturo para fazer uma escolha profissional? Como será o sistema de orientação tutorial? A falta do hábito da orientação acadêmica efetiva entre nós aponta para a inexistência dela ou um desastre em relação aos objetivos pretendidos.

Como e onde nossos Novos Bacharéis vão se inserir e atuar na Sociedade?

São objetivos declarados da proposta retardar a escolha profissional e a entrada no mercado de trabalho, o que geralmente exige formação específica, sob a alegação de falta de maturidade dos alunos e dificuldade de reversão dessa escolha no modelo atual. O bacharelado permitiria uma formação superior intermediária, sem o carimbo de uma profissão já estabelecida, supondo que a graduação universitária não deve ser direcionada para formar mão de obra para o mercado e deve ser um pólo de formação cultural mais abrangente e humanista.

Apesar de haver concordância com essa tese, como esses bacharéis vão se inserir na sociedade depois de formados? Esse contingente de bacharéis sem vocação definida vai ter algum tipo de atividade remunerada, dentro ou fora do mercado de trabalho convencional, que demande a formação que tiveram? Ou estaremos contribuindo também para o aumento do número de jovens desempregados nas próximas décadas, ainda que eles possam estar satisfeitos, num primeiro momento, com suas opções? Recentemente, foi divulgada uma pesquisa, realizada de 1995 a 2005, que mostra que o índice de desemprego entre jovens dobrou nesse período. E, num contexto muito mais restrito, por onde andam ou onde foram parar os engenheiros operacionais graduados décadas atrás, com a formação curta em três anos?

Qual será, então, o destino principal dos bacharéis? Ficou a impressão de que seriam a docência no ensino médio e a discência em nossos cursos de pós-graduação. No primeiro caso, qual o atrativo, considerando as condições desestimulantes de carreira, salários e de trabalho em geral, tanto na rede pública como privada, se a proposta não tiver elementos sólidos de como alterar esse quadro? No segundo caso, a possibilidade de pós-graduação não seria precoce, em função das dificuldades mencionadas? E, mais uma vez, haveria maturidade para a escolha e condições técnicas para o trabalho de pesquisa em uma área específica?

Que problemas a Nova Universidade vai resolver?

Não foram apresentados argumentos convincentes nem dados concretos sobre como a proposta vai aumentar a oferta de vagas, reduzir a evasão e dobrar (*sic*) a eficiência em relação à universidade tradicional. O aumento da oferta de vagas significaria turmas maiores e a eficiência seria medida pelo aumento da relação aluno/professor, mantendo o quadro docente atual?

A "Nova Universidade" vai precisar também de novos quadros técnicos e de infra-estrutura, tanto no sentido numérico como qualitativo? E onde e como obter os recursos necessários?

Muito do que foi apregoado como novidade em termos de maior oferta de vagas, interdisciplinaridade, modularização, maior integração de conteúdos, flexibilidade curricular e orientação dos alunos para suas escolhas poderia ser implantado na estrutura atual – bastaria ter mais recursos, inclusive humanos, estímulo e vontade política da administração e do corpo social das universidades para adotar novas práticas, criando condições para atingir tais objetivos.

E, por fim, foram descartados os processos de avaliação e de seleção atuais para ingresso nas universidades, os vestibulares e o ENEM, que são falhos, sem dúvida. O sistema qualitativo de avaliação de aptidões e de desempenho mencionado, mas não caracterizado, a ser aplicado em vários níveis, não acirraria a competição entre os estudantes, desde o preenchimento de vagas na inscrição em disciplinas até a admissão em licenciaturas, graduações profissionais e pós-graduação? Ironicamente, elimina-se o vestibular de ingresso, mas criam-se outros tantos ao longo e após o bacharelado? Conclusão: aos vencedores da disputa, as batatas, aos excedentes, o bacharelado interdisciplinar?

Embora a proposta aborde elementos importantes para a crítica e a reflexão sobre as atuais universidades, parece que o único aspecto positivo inquestionável do evento foi (re)acender o debate sobre o modelo de universidade que desejamos. Tomara que esta discussão permaneça e contamine toda a UFRJ e as demais universidades públicas.

Agradecimentos especiais aos colegas que contribuíram para a elaboração e a revisão do texto, Abraham Zakon (Escola de Química), Leandro Nogueira Filho (Educação Física), Luís Paulo Vieira Braga (Matemática), Luiz Eduardo Carvalho (Farmácia) e Maria Aparecida da Silva (Letras).

*Professor da Escola Politécnica

Opinião

The German's Hill Resort

Ricardo Kubrusly

Após iluminarmo-nos e apelegarmo-nos todos com a aula mangada da penúltima semana, decidi escrever alguns artigos e propor projetos em perfeita sintonia e para colaboração com o projeto "Tá Mangando de Mim, Meu Rei", desta e d'outras reitorias. Iniciando com o texto abaixo que traz uma proposta de solução para o problema de evasão estudantil que tanto nos preocupa nesses dias de euforia governista. Percebendo a importância do projeto que ora inicio, e visando a melhor compreensão dos doutos progressistas que nos rodeiam, decidi, ao invés de escrevê-los em fôlego camoniano, buscar material já consolidado e chancelado por instituições paradigmáticas que em tudo nos norteiam, para bem além do equador, com suas boa vontade e eloqüência.

Tendo sucesso em minhas primeiras buscas, percebi que minha atitude de publicar artigos no vernáculo Shakespeareano seria bem recebida por nossos colegas multilinguais, mas objetivando uma proposição pró-ativa, muderna, traduzi-os para a língua mãe, preservando, no entanto, os títulos que atestam origem e originalidade em inglês. Iniciaremos nossa série com: **"The German's Hill Resort: A Tentative Project for solving the so called drop out problem detected recently in The Federal Universities in Rio de Janeiro –Brazil"** que, esperamos, possa contar com apoio logístico-financeiro do Clube dos Reitores Iluminados com sede nesta mesma ilha do desterro, entre a Petrobrás e o Ceten.

O projeto original prevê a remoção dos moradores, quase todos negros e pobres, que atrapalham nossa paisagem universitária, se interpondo entre nossos laboratórios e a cadeia de montanhas que deles se descortina. Para isso, usaríamos o sistema de cotas, condicionando a admissão do estudante carente à imediata remoção de sua (dele, é claro) família da colina, aqui designada por German's Hill para os campos de extermínio de Guantânamo e para o Lixão de Gramacho, enquanto não reconstruímos, com o financiamento do BID em solo europeu, os mal afamados German's Hells. A duração prevista para esta primeira fase é de três anos, quando, então, os jovens estudantes receberão o diploma de BRI (Bacharel em Remoção de Irmãos) e poderão ingressar diretamente, sem escalas, pela Varig, na nossa gloriosa PM, de onde sairão mortos ou políticos.

Em uma segunda fase, cobriremos com um pó branco e brilhante, conhecido pelo código de gelo quente e desenvolvido, aqui mesmo, com tecnologia híbrida e modelagem complexa por nossos valorosos cientistas, que entre um biodiesel e outro dedicam-se apaixonadamente a esse projeto inovador e pró-ativo, o German's Hill, o Good Bye Hill. e toda a região que nos acostumamos a chamar de German's Complex. Ainda nesta fase plantaremos pinheiros que virão da Vila de mesmo nome, trazidos e enterrados junto de seus voluntários plantadores por outra leva de estudantes carentes que, da mesma maneira, após a finalização do plantio, já mortos e enterrados, tendo nesse processo liberado a vila onde moravam para os atletas do Pan, receberão o BRI póstumo e rumarão não para PM, mas para o Céu e, desta feita, de Gol.

A terceira e última fase será a tão sonhada realização no *campus* alpinos da UFRJ das olimpíadas de inverno de, quem sabe, 2011, quando nosso reitor, seguindo a inspiração do presidente da Silva, tentará o seu terceiro mandato, percorrendo, de esqui os *campi* em sua campanha chapa branca.

Mas nós, os retrógrados conservadores como fomos chamados pelos iluminados da universidade nova estaremos aqui, ainda, apontando caminhos, esperançosos e lutando por um mundo melhor.

... e seremos mais uma vez derrotados. Ou não?

Diretor da Adufrj-SSind

Reforma Universitária

Estudantes e professores lançam Comitê da UFRJ da Frente de Luta Contra Reforma Universitária

Na terça-feira passada (20/3), foi lançado o Comitê UFRJ da Frente Nacional de Luta contra a Reforma Universitária. A idéia de um comitê local surgiu de diversos grupos do movimento estudantil da universidade – "Não Vou Me Adaptar", "Nós Não Vamos Pagar Nada", "Correnteza", "Quem Vem Com Tudo Não Cansa" e "A Hora É Essa" -, que lutam contra a reforma que o governo Lula pretende implementar através do Projeto de Lei 7200/06.

A abertura da atividade ficou a cargo do professor Roberto Leher, ex-presidente do Ande-SN e atual conselheiro da Adufrj-SSind. Roberto falou sobre o projeto de Reforma Universitária do governo federal e, após, os presentes tiveram espaço para se manifestar e debater o projeto, sugerindo encaminhamentos. A primeira atividade do grupo será uma reunião na sexta, 30/3, no IFCS, às 14h, no Largo do São Francisco.

No lançamento do comitê também foram discutidas formas de atuação contra as políticas do governo para a Educação. Os estudantes e o movimento sindical de docentes e funcionários rejeitam a aprovação do ProUni, do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), da Lei de Inovação Tecnológica, do Decreto das Fundações e do Ensino a Distância (EAD).

No "Manifesto" da Frente de Luta contra a Reforma Universitária fica clara a preocupação dos estudantes com a tentativa de desregulamentação das Instituições de Ensino Superior (IES), o que causa um declínio de qualidade das universidades. O Projeto de Lei da Educação Superior do governo propõe a implementação de critérios de produtividade e fundações, impondo o autofinanciamento às IES públicas, via verbas privadas.

Além disso, será permitida pela legislação do governo a cobrança de taxas na pós-graduação *lato sensu* e em cursos de extensão, o que demonstra um escandaloso processo de privatização das universidades públicas. Nas federais, segundo o "Manifesto", as propostas de percentual de verbas para o financiamento das IFES e da Assistência Estudantil não dão conta da demanda, permanecendo incipientes.

Diante desta conjuntura, os estudantes fizeram um documento de convocação para que todos compareçam à "Plenária Nacional Contra a Reforma Universitária e em Defesa da Educação Pública", que realizaria no dia 26/3, em São Paulo.

Amorim

Editorial

Por que votar em eleições com chapa única?

Página 2

Estudantes fazem plenária nacional contra reforma universitária

Representantes de várias correntes do movimento estudantil se encontram em São Paulo

Página 4

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 531 2 de abril de 2007

Entidades de todo país discutem as reformas neoliberais

Mais de seis mil participaram do Encontro Nacional contra as Reformas Neoliberais, no último dia 25/3. Ao todo, representantes de 600 entidades do movimento social de todo país estiveram presentes no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo. O encontro faz parte de uma série de iniciativas para unificar movimentos, partidos e sindicatos contra as reformas trabalhistas, previdenciária, universitária e sindical anunciadas pelo governo Lula da Silva.

Para que os planos sejam colocados em prática, foi aprovado o Fórum Nacional de Mobilização que já tem em seu calendário de atividades algumas datas centrais. No dia 1º de maio serão organizados atos classistas em várias capitais. Entre os dias 21 e 25 de maio haverá um Dia Nacional de Mobilização contra as Reformas Neoliberais. Esta será uma semana de luta com uma série de atividades para chamar a atenção não só dos trabalhadores, mas de toda a sociedade para o fim de direitos e as ameaças embutidas nas reformas. Em agosto, está previsto um grande ato nacional, em Brasília.

Dentre as entidades presentes estavam o Andes-SN, a Conlutas, a Conlute, a Intersindical, FST, Movimento Terra e Liberdade, MTST, Pastorais Sociais, Assibge, Condsef, Fenafisco, Fenasps, Sinasefe e Sinait. O PSTU, PCB e PSol

Samuel Tosta

6.000 PARTICIPAM DE ENCONTRO CONTRA REFORMAS DO GOVERNO LULA, EM SÃO PAULO

Editorial

Por que votar em eleições com chapa única?

Com essa pergunta, vários colegas e alunos vêm nos questionando sobre a pertinência de eleições que, de antemão, já conhecemos o resultado. Por que gastar tempo e energia com um processo apenas formal, que não trará surpresas, não instigará debates e nem acirrará contradições, um processo apenas formal e inconseqüente?

Bem, poderíamos fazer um exercício de retórica, bem ao estilo acadêmico, dividir e subdividir as possibilidades que se apresentam em uma eleição com chapa única para responder afirmativamente a essa justa indagação, que volta e meia se nos aparece no cenário universitário, com as diversas eleições que povoam nossos cargos, colegiados e comissões e que agora volta a aparecer com as eleições para a reitoria posta a mesa esta semana. Analisaríamos cada caso e concluiríamos com a falsa sabedoria já tão comum entre nós: Vale a pena votar. Afinal, não votar, simplesmente porque já conhecemos, a priori, o vencedor seria uma atitude preguiçosa, e ainda e sempre, poderíamos usar a força das urnas, com seus votos nulos e brancos,para tentar re-orientar a prática governista em um inexorável segundo mandato.

Neste cenário, passaríamos a examinar o peso dos votos nulos e/ou em brancos e suas nuanças de poder. Criaríamos uma paleta de cinzas na qual navegaríamos da aprovação boba à desaprovação absoluta do candidato.

Poderíamos até argumentar que muito embora não tivéssemos nem uma disputa entre duas ou mais idéias nem o colorido e a paixão que nascem, sem esforço, quando a disputa explícita de idéias se estabelece, as diversas opções e considerações políticas ainda estariam, mesmo que tenuemente, representadas por essa paleta de cinzas.

Mas não, não estaríamos sendo sinceros, nem conosco nem com os nossos professores, posto que já estamos cansados de nos vermos em cinzas transformados a cada discurso mambembe, pelas confusões de nomes e novos nomes, pelas promessas e pelas invenções de duplos que se dizem diferentes, mas que se repetem, idênticos nos imobilismos das fanfarras coloridas com que desesperadamente procuram esconder os cinzas de que são feitos. Não, nós não queremos uma palheta de cinzas entre nulo, branco e reitor. Não queremos entre lulas ter de garimpar verdades esquecidas e expressas apenas por nossa indignação.

Queremos cores vivas. Vermelho e até, algum verde com nuanças de azuis, quem sabe. E elas, as cores que queremos vivas, pintando nossos muros e nossas idéias, não virão com a prática continuada de processos fajutos, que às vezes nos apresentam vários candidatos isomorfos em um só perfil, e nós, aceitamos, para depois, como agora, nos impor apenas um candidato, e nós, aceitamos, para depois, quem sabe, candidato algum; apenas idéias escondidas entre cinzas. Aceitaremos?

Há que considerar, numa eleição que se quer plebiscitária, as opções do não: não votar ou votar dizendo não, ou votar sim, dizendo o quê?

Continuação da capa

também foram representados no Encontro. O mesmo aconteceu com o Movimento dos Sem Terra e com a Corrente Sindical Classista, representados por Gilmar Mauro e Gilson Reis, respectivamente.

José Maria de Almeida, da coordenação nacional da Conlutas, abriu o encontro. "Hoje, estamos fazendo história. Esse encontro tem uma importância transcendental. Estamos iniciando a construção de uma ampla mobilização social para expulsar desse país o imperialismo de Bush, contra as reformas neoliberais, para impedir a destruição do meio-ambiente e para lutar pela revogação do leilão da Vale do Rio Doce", afirmou. O sindicalista deixou claro que a luta contra as reformas é uma batalha contra o governo Lula. "Lula já escolheu seus heróis. São os usineiros e os empresários. Os nossos heróis seguem sendo os mesmos. Os cortadores de cana, os operários, os sem-terra, os sem-teto e todos os trabalhadores deste país", enfatizou.

Integrante da coordenação nacional do MST, Gilmar Mauro disse que a direção do movimento irá se reunir com a Conlutas, a Intersindical e outras forças políticas para discutir uma jornada unificada de lutas contra as reformas. "Queremos discutir como levar todo este vermelho que vemos aqui para cada canto do país", disse.

Representantes de entidades internacionais - a organização haitiana Batalha Operária, da COB (Central Obrera Boliviana), um representante da Federação dos Trabalhadores Camponeses de La Paz e sindicalistas uruguaios - também estiveram presentes, um avanço no sentido de unificar as mobilizações que tomam conta de América Latina. A presença de tropas do Exército Brasileiro no Haiti foi repudiada pelos participantes do encontro.

O haitiano Didier Dominique, representante da Batay Ouvriye (Batalha Operária), saudou os participantes do encontro pela intenção de unidade. "Saudamos também o conteúdo deste encontro que vai contra as reformas neoliberais. Queremos a retirada das forças repressoras brasileiras do Haiti. Sabemos que foram mandados pelas forças reacionárias do Brasil. A mão-de-obra mais barata do mundo está no Haiti, por isso, as multinacionais querem se instalar lá. A paz que querem manter é para o seu projeto burguês imperialista. Queremos o fim do capitalismo não só no Haiti, mas em toda a Terra". Ao final de sua fala, Dominique foi bastante aplaudido.

O Presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, e o José Vitório Zago, tesoureiro, falaram para os participantes do encontro. "O Andes é o segundo maior sindicato de professores universitários do mundo. Falo isso não para impor grandeza, mas porque me orgulho de sermos grande sem nunca termos sido uma máquina burocrática. Estamos muito felizes de participar deste encontro e fazer a unidade com os demais trabalhadores brasileiros que querem construir um projeto de resistência contra as reformas neoliberais que o governo Lula executa. A campanha salarial tem que estar ligada às lutas contra as reformas", disse Rizzo. Paulo Rizzo foi bastante aplaudido quando informou aos militantes que o 26º Congresso do Andes-SN aprovou a filiação da entidade à Conlutas.

Fonte: Andes-SN

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Campanha Salarial

Servidores aguardam abertura de negociação com o governo

O governo federal não se manifestou sobre a pauta de reivindicações dos servidores públicos federais. O documento foi protocolado na Casa Civil no último dia 15, durante o ato de lançamento da campanha salarial unificada 2007. Agostinho Beghelli, 2º Vice-Presidente do Andes-SN, avalia que a estratégia do governo é levar adiante negociações isoladas, como ocorreu nos últimos dois anos. Os trabalhadores reivindicam o estabelecimento do 1º de maio como data-base.

A Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF) já discute a realização de um Dia Nacional de Luta com paralisação em 17 de abril, caso o governo não abra o processo de negociação. Após três anos sem campanha salarial unificada, os servidores públicos federais se unem também contra os efeitos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê a limitação do aumento de gastos com a folha de pagamento em 1,5%.

A primeira audiência pública, realizada nesta quinta-feira 22 na Câmara dos Deputados para debater o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 1, deixou clara a intenção do governo de limitar investimentos públicos pelos próximos dez anos. O PLP revisa a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos públicos. "A campanha salarial unificada fortalecerá nossa luta contra a estratégia do governo de dividir os trabalhadores e realizar negociações isoladas. Felizmente, os trabalhadores entendem que a estratégia governamental não interessa, pois nos últimos dois anos os prejuízos foram muitos", diz Beghelli.

Incorporação de gratificações

Os servidores reivindicam uma política salarial que valorize o vencimento-base com incorporação das gratificações e a recomposição salarial do período entre 1995 e 2006. Para a CNESF, é necessário que o governo agregue os reajustes salariais aos índices inflacionários. O estabelecimento do dia 1º de maio como data-base da categoria e a institucionalização do direito à negociação coletiva são outros pontos da pauta.

A correção das distorções salariais existentes tanto dentro das carreiras como entre elas e a implantação das diretrizes de planos de carreira, além da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, são outras reivindicações.

Os servidores também querem isonomia salarial com definição de um piso para todo o serviço público e de benefícios pelo valor mais alto pago atualmente, também são reivindicações constantes da pauta. A realização de concursos para preenchimento de novas vagas e das que hoje são ocupadas por meio de terceirizações e contratos temporários é outra reivindicação.

Defasagem salarial

A defasagem salarial estimada dos docentes, referente ao período entre 1995 e 2006, está entre 17% e 35%. Enquanto a inflação média desse período ficou em torno dos 170% (ICV-Dieese), os reajustes variaram entre 100% e 130%.

Fonte: www.andes.org.br

Principais pontos da pauta específica dos docentes

- Isonomia entre GED e GEAD pelos valores máximos;
- incorporação da GED, GEAD e GAE no vencimento básico;
- isonomia dos percentuais de titulação entre as carreiras do ensino superior e do 1º e 2º grau;
- paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e incorporação da VPI (vantagem pecuniária individual);
- fim da implantação de critérios produtivistas para a progressão funcional e a manutenção dos aposentados na folha de pagamento das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior)

Movimento

Estudantes ocupam Reitoria da Unicamp

Os estudantes ocuparam no último dia 27 a reitoria da Unicamp em protesto contra a falta de assistência estudantil e democracia na estadual de Campinas. A intenção dos alunos é manter a ocupação até que a reitoria atenda às reivindicações. Os estudantes querem a reconstrução imediata do Bloco B da moradia estudantil da universidade; uma definição de prazo para conclusão das obras; que a locação dos desalojados seja de inteira responsabilidade da Unicamp, com garantia de água, luz e transporte; a ampliação do número vagas para 1,5 mil; e a saída da administradora da moradia, Kátia Stancato.

Os alunos querem ainda a homologação dos eleitos em novembro de 2006 para a representação discente no Conselho Universitário da estadual e a validade do processo eleitoral por eles organizado. Exigem também a divulgação de uma nota da reitoria e do Conselho em repúdio aos decretos do governo estadual e às conseqüências que a falta de verbas públicas traz para a universidade.

Na página eletrônica do DCE da Unicamp (www.dceunicamp.org.br), os estudantes protestam contra o processo de sucateamento da universidade pública por meio da reforma universitária do governo Lula e das medidas do governo José Serra.

Resenha

Câmara vai reajustar os vencimentos de Lula em 83%

Em reunião reservada que mantiveram na noite de segunda-feira (28), o presidente da Câmara e os líderes dos partidos governistas e de oposição decidiram equiparar o salário de Lula ao dos parlamentares. Os vencimentos dos deputados serão aumentados em 26,5%. Assim, a remuneração dos parlamentares passará dos atuais R$ 12.840 para R$ 16.242. *(Blog Josias de Souza, jornalista da Folha, 28/03)*

Adunimep: mais uma vez, indignação!

Na última segunda-feira, o Jornal do Brasil e a Gazeta Mercantil publicaram uma notícia que apresenta o IMESP como a entidade com maior número de irregularidades, segundo auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). A matéria aponta ainda o partidarismo do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), quando autoriza o certificado beneficente da Universidade, mesmo com uma série de desrespeitos à legislação e arquiva a representação do INSS contrária à emissão de tal certificado. Este foi assunto que mais o chocou os professores da Unimep reunidos em assembléia, no último dia 29, na qual foram avaliados a situação da universidade e o movimento grevista. *(Adunimep, 29/03)*

Procurador ataca PEC sobre foro privilegiado

O Ministério Público de São Paulo fez ontem um "alerta à Nação" ao condenar a Proposta de Emenda à constituição (PEC) que concede foro privilegiado a autoridades e a ex-ocupantes de cargos públicos sob investigação por improbidade administrativa e enriquecimento ilícito. "Vão instalar nesse país o regime do vale-tudo, onde roubar vale a pena", disse o procurador de Justiça, João Francisco Moreira Viegas. *(Estado de São Paulo- SP, 28/03)*

Universidades estaduais da Bahia trocam aula magna por ato público

Este ano, as tradicionais aulas magnas deram lugar a atos em defesa das universidades estaduais, com a efetiva participação de reitores, professores, funcionários e estudantes, na Bahia. O novo formato de aula inaugural foi sugerido pelo Fórum das Associações Docentes das quatro universidades, com aprovação do Fórum dos Reitores, e tem como objetivo debater abertamente os diversos problemas enfrentados pelas instituições de ensino superior mantidas pelo estado da Bahia. *(Andes-SN, 22/03)*

Movimento

Eu quero passe livre, sim!

No último dia 28 de maço, estudantes de diferentes instituições da rede pública do Rio de Janeiro participaram de uma enorme manifestação na Candelária que encerrou a "grande jornada de lutas pelo passe livre no mês de março". Os alunos foram fortemente reprimidos pela força policial do 13° BPM (Praça Tiradentes) que tentando conter a passeata atirou balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo contra os estudantes.

As manifestações organizadas pela "Frente de luta pelo passe livre" foram impulsionadas pela aprovação da ação que decreta a inconstitucionalidade do benefício. A federação dos donos das empresas de ônibus comerciais (Fetranspor), responsável por encaminhar o processo ao Tribunal de Justiça, alega que não recebe verbas para custear os "prejuízos" causados pelo direito do passe. Além do passe livre, os estudantes protestaram contra a falta de professores, as péssimas condições dos prédios escolares, a crise da segurança pública e a falta de uma política de inclusão social, que garanta aos estudantes de famílias de baixa renda educação de qualidade, saúde e emprego.

A primeira mobilização aconteceu no dia 14 de fevereiro, nos bairros da Tijuca e Quintino. Os atos contaram com a presença de cerca de 600 estudantes do ensino médio.

Fotos: Carlos Moraes/Agência ODia

A POLÍCIA ATIROU BALAS DE BORRACHA E BOMBAS DE GÁS LACRIMOGÊNIO PARA REPRIMIR AS MANIFESTAÇÕES DOS ESTUDANTES PELO PASSE LIVRE, NO CENTRO DA CIDADE

A Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute) faz parte do movimento e se fez presente nas mobilizações.

A primeira caravana

No dia 7 de março, mais de 500 estudantes estiveram presentes na manifestação que marcou o início da "Caravana da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas: Em defesa do passe estudantil". Um ônibus foi especialmente fretado levando diretores da Ubes, o grupo de teatro TeatrAtividade – que foi criado dentro do Centro Universitário de Cultura e Arte (Cuca) do Paraná que, ao final de cada dia, apresentava uma peça sobre o tema passe livre - e uma equipe de documentação. A caravana passou por São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Curitiba e dia 20, retornou ao Rio. O objetivo da grandiosa mobilização foi sensibilizar as escolas sobre os problemas que vem enfrentando o ensino público, não só em relação ao passe livre, mas em toda a conjuntura nacional.

No Rio, nem mesmo a repressão policial silenciou os estudantes que com os rostos pintados de verde e amarelo e empunhando bandeiras cantavam em coro: "Boi, boi, boi... Boi da cara preta, se não tem passe livre a gente pula a roleta". A passeata saiu da Praia Vermelha, na Urca, e seguiu pelos bairros do Catete e Flamengo. Em certos momentos, os estudantes foram reverenciados e aplaudidos pela população que assistia o ato pacífico.

Movimento

Estudantes fazem plenária nacional contra reforma universitária de Lula

Cristina Miranda

A PLENÁRIA NACIONAL CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA E EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA, OCORRIDA NO DIA 26 DE MARÇO, EM SÃO PAULO, REUNIU CERCA DE 1.200 ESTUDANTES DE CAS, DCES E EXECUTIVAS DE CURSO DE TODAS AS REGIÕES DO PAÍS. A PLENÁRIA FOI INICIATIVA DA FRENTE DE LUTA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA, DA QUAL O ANDES-SN FAZ PARTE, E CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DO SINASEFE, DO *VAMOS À LUTA* DA FASUBRA E DEMAIS SINDICATOS DO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO.

NA FOTO, A VICE-DIRETORA DA ADUFRJ-SSIND, VERA SALIM, SAÚDA O ENCONTRO DOS ESTUDANTES CONTRÁRIOS À REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA. CERCA DE 100 ESTUDANTES DA UFRJ, DE OPOSIÇÃO AO ATUAL DCE MÁRIO PRATA, ESTIVERAM TAMBÉM PRESENTES NA PLENÁRIA QUE APROVOU POR ACLAMAÇÃO, ENTRE OUTRAS INICIATIVAS, A REALIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÕES NOS ESTADOS NO DIA 17 DE ABRIL, EM SINTONIA COM A PARALISAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL E O INÍCIO DO *"ABRIL VERMELHO"* DO MST. OUTRA DATA IMPORTANTE SERÁ O 24 DE MAIO, DIA NACIONAL DE OCUPAÇÃO DE REITORIAS CONTRA A REFORMA E EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.

Amorim

Professor é morto em manifestação na Argentina

Docentes e trabalhadores de outras categorias fazem greve nacional de 24 horas em protesto. Barricadas fecham estradas que ligam províncias à capital, Buenos Aires

Página 12

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 532 10 de abril de 2007

Aloisio Teixeira é reeleito na UFRJ

Com 89% dos votos, dirigente é escolhido pela comunidade para o cargo de reitor por mais quatro anos. Eleição em véspera de feriado tem pouca participação de alunos e técnico-administrativos. Colégio Eleitoral bate o martelo nesta quinta, dia 12.

Páginas 4 e 5

Editorial

A internacionalização do comércio com educação

Nas últimas semanas, a mídia tem comentado, com insistência, o fato de que a educação no país vai mal, muito mal. Para quem trabalha no ensino, ou tem filhos em idade escolar, esta constatação já é antiga. Não é necessário o MEC fazer estudos, avaliações, "contratar" pesquisas, gastar seus recursos para chegarmos a esta conclusão. A deterioração é tamanha, que não é mais possível escondê-la, camuflar dados. E não estamos falando apenas da educação pública. O ensino privado, que é oferecido a peso de ouro no país, também é de péssima qualidade.

Diante de tal situação calamitosa, é importante diferenciarmos os diagnósticos sobre suas causas para avaliarmos as conseqüências das medidas que têm sido propostas. Freqüentemente o destaque é colocado no nosso "sistema educacional", nos "gastos abusivos" dos governos locais e federal. Estas análises remetem a soluções burocráticas, a remendos pedagógicos. Alguns anos atrás tinham um ponto de unanimidade: diminuir o papel do Estado brasileiro com a educação e abrir caminho para a privatização. Embora a posição privatista ainda seja forte, seus resultados são tão frágeis, que sua justificativa como solução ficou mais difícil e está sofrendo uma transformação. Em particular, o fracasso das políticas governamentais para o ensino superior, sua privatização profunda e a resultante baixa de qualidade, levou o setor privado a uma dependência crescente do financiamento público. Seja através de vários mecanismos de renúncia fiscal, de investimentos públicos diretos no setor privado, do incentivo do Prouni para melhorar a rentabilidade do comércio com educação, o papel do Estado continua sendo importante. O tão endeusado "mercado" não encontrou seu caminho sem depender de financiamento público. A transformação está ocorrendo pelas vias da internacionalização, ou da globalização, do comércio com educação. Há um avanço importante nas manifestações de vários órgãos internacionais com a educação no país e que remetem para uma "solução" comum: direta ou indiretamente sugerem que devemos "comprar pacotes educativos" das grandes multinacionais da educação. E um ponto importante neste sentido é o famigerado "ensino-a-distância", que tanto apoio tem tido do MEC.

O posicionamento de nosso sindicato tem sido outro. Em primeiro lugar, não aceitamos que o atual modelo econômico imposto ao país possa dar conta das necessidades de nossa população. Pelo contrário, é causa de nossas desigualdades e dificuldades e devemos responsabilizá-lo por isto. Em segundo lugar, consideramos que o direito à educação de qualidade em todos os níveis faz parte do conjunto de direitos fundamentais de todos. E o papel, principalmente dos educadores, deve ser lutar pela sua efetiva implantação. Neste sentido, entendemos ser uma das responsabilidades básicas do Estado brasileiro oferecer os meios para que nossa população tenha acesso a um ensino digno. Temos consciência do período histórico em que vivemos, do domínio político, cultural, econômico, militar que é imposto ao planeta. Outras opções políticas deverão levar em conta outras opções para a educação pública. A afirmação da importância da educação como um direito universal, embora hoje minoritária, faz parte da construção de uma sociedade melhor.

Agenda Sindical

11/4 - Lançamento da Frente Parlamentar pela Auditoria da Dívida Pública
Brasília (DF) – Câmara dos Deputados

14 e 15/4 - Reunião do Grupo de Trabalho Política Agrária e Meio Ambiente do Andes-SN
Brasília (DF) - sede da AdunB

14 e 15/4 – Reunião do GT C&T do Andes-SN
Brasília (DF)– sede do Sinasefe

14 a 16/4 - Reunião da Coordenação Nacional da Conlutas
São Paulo (SP)

15/4 - 2ª Plenária Nacional de Entidades Estudantis e Delegados pela Retirada dessa Reforma Universitária (PL 7.200/06)
Salvador (BA)

17/4 - Dia Nacional de Luta dos Servidores Federais

20/4 – Reunião do Comitê Nacional da Frente de Luta contra a Reforma Universitária
São Paulo (SP) – sede da USP

20 e 21/4 - Reunião do GT Fundações do Andes-SN
Florianópolis (SC)

20 a 22/4 - Abertura do 12º Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, que terá como tema central: "A aposentadoria frente à terceira fase da contra-reforma previdenciária"
Brasília (DF)

1º de Maio Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhaora

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Estudantes cobram reitor no CAp

Dias antes da consulta eleitoral, Aloísio Teixeira ouve reclamações de estudantes no Colégio de Aplicação

O atraso de mais de uma hora dos candidatos à reeleição da reitoria e vice-reitoria da UFRJ, Aloisio Teixeira e Sylvia Vargas, fez os alunos do Colégio de Aplicação (CAp) inverterem a ordem natural do debate, marcado para aquela quarta-feira, 28 de março. Os estudantes iriam participar da passeata em favor do passe-livre, que havia sido suspenso por causa de uma ação encaminhada ao Tribunal de Justiça pela Federação de Empresas de Transporte de Passageiros do Rio de Janeiro (Fetranspor).

Sede própria, "bandejão", apoio da reitoria ao passe-livre e inclusão da Filosofia no vestibular foram as principais reivindicações dos estudantes do colégio, que esvaziaram o pátio da escola para se deslocarem para a Candelária – local da concentração da passeata. Os alunos também questionaram os projetos direcionados ao CAp e alguns pontos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Após a saída dos estudantes, com pouco mais de dez professores, Aloisio iniciou seu discurso dizendo que "topava entrar na briga" pelo passe-livre, mas que primeiro precisaria conhecer melhor o problema, além de "pesquisar sobre os recursos e procedimentos que a reitoria poderia lançar mão para a sua solução".

Quanto à introdução da filosofia no vestibular, o candidato explicou que decisões como esta não são tomadas pelo reitor, mas sim nas sessões ordinárias dos colegiados superiores, como CEG e Consuni. Aloisio deixou claro, no entanto, que o tema deveria ter sido bem mais discutido: "Talvez o erro do CEG tenha sido não tomar uma posição clara sobre este assunto (...). Esta decisão foi muito questionada, pois foi uma reunião onde não estavam todos os conselheiros e a deliberação foi tomada com uma diferença mínima de votos".

A constituição de uma comissão de acompanhamento de inclusão ou não da disciplina no vestibular foi feita de forma duvidosa, para o dirigente. Segundo o reitor, a comissão perde sua legitimidade a partir do momento que é constituída, em sua maioria, por pessoas a favor da inclusão. "Ao meu ver, esta comissão é muito estranha (...). O conselho não pode criar uma comissão com membros do Conselho Universitário, membros do CEG e membros do Departamento de Filosofia porque esta comissão não tem perfil institucional e não sabe a quem deve responder.", observou Aloisio.

Reforma do ensino superior

Aproveitando as discussões sobre vestibular e sua inerente função excludente, o reitor falou sobre o projeto de Universidade Nova, proposto pelo colega da Bahia Naomar de Almeida. Aloisio insistiu no discurso de que este novo modelo nada tem a ver com a reforma universitária do governo federal, por ter sido "originada" em âmbito acadêmico. "Essa proposta, sem ser obviamente nenhuma novidade, tem um sabor diferente no debate sobre reforma universitária no Brasil. Por duas razões: ela é estritamente acadêmica (...) e não precisa de lei", afirmou o então candidato à reeleição.

No entanto, apesar de ser simpático à proposta do reitor da UFBa, concordando com vários pontos do projeto, Aloisio não acha que será de grande valia para a realidade da UFRJ. "Desconfio que as idéias dele, conforme estão sendo apresentadas, não são diretamente aplicáveis na UFRJ. Mas o fato de isso estar sendo discutido dessa forma, acho importante para a gente pensar o que nós podemos fazer na UFRJ", concluiu o reitor.

A professora do CAp e diretora da Regional Rio do Andes-SN, Cristina Miranda, chamou a atenção para a falta de tato social deste novo projeto de universidade, pois apesar de aumentar o número de alunos – condicionado ao grau de produtividade da universidade -, a proposta não engloba a realidade dos estudantes. "O projeto é transformar os primeiros anos da graduação em um grande ciclo básico (...). Abre-se mais vagas, entra mais gente, mas o aluno fica três/quatro anos fazendo este ciclo inter-disciplinar (...). Qual aluno, hoje, de baixa renda pode ficar na universidade dois/três anos, tendo uma formação genérica, para só então depois entrar no ciclo profissional?", comentou a professora.

Anote

Energia da Biomassa
A Coordenação de Programas de Estudos Avançados (Copea/UFRJ) promove a conferência "Energia da Biomassa", por José Goldemberg (USP), neste dia 12/4, às 17h30, no Salão Pedro Calmon, do Fórum de Ciência e Cultura, no *campus* da Praia Vermelha. A entrada é franca.

Teatro
No dia 12, no Projeto Fórum em Cena, será exibida a peça "A vida em duralex", às 20h, no Salão Dourado. Baseado na obra "A casinha dos velhos", de Maurício Kartún, a obra será interpretada pela Esquelética Cia. de Teatro, com direção de Letícia Guimarães. Entrada franca.

Música no Fórum
Dentro do Projeto Música no Fórum, no dia 16/4, às 19h, no Salão Dourado, será apresentado um Tributo a Chopin, com curadoria do professor Luiz Senise. Gratuita a entrada.

Aquecimento global
No dia 19, às 17h30, no Salão Pedro Calmon, a Coordenação de Programas de Estudos Avançados (Copea/UFRJ) vai realizar a conferência "A Visão dos Cientistas sobre o Aquecimento Global", com Carlos Nobre (do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Cinema ao meio-dia
O Centro Cultural Professor Horácio Macedo, do CCMN, exibe, neste dia 10, o filme "A Paixão de Jacobina" e, no dia 11, "Nelson Freire". Ambos fazem parte do projeto Cinema ao Meio-Dia e as projeções ocorrem no Salão Nobre da decania do centro. No dia 16, é a vez de "Bendito Fruto", seguido por "Baile Perfumado" (17/4) e "Coisa Mais Linda".

Resenha

Greve na Unimep

Reunidos em Assembléia no dia 3, os professores da Unimep rejeitaram, por unanimidade, a "proposta" apresentada pela reitoria nesta tarde. Mais uma vez, as cláusulas da "proposta" não permitiriam a volta à normalidade acadêmica. "Se o reitor atender à reivindicação de nomear os coordenadores de curso e diretores de faculdade indicados pela comunidade, os órgãos colegiados poderiam ser reconstituídos, e a normalidade acadêmica restabelecida", explicou o vice-presidente da Adunimep, Marco Aurélio de Castro Ribeiro (Adunimep, 3/04).

Haitianos denunciam missão de paz da ONU

Em visita ao Brasil, Didier Dominique e Rachel Beauvoir Dominique, militantes do movimento sindical haitiano Batalha Operária, estiveram em caravana pela América Latina com a finalidade de ampliar a campanha pela retirada das tropas estrangeiras no Haiti. Segundo eles, a Minustah (Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti) representa um jogo perverso de interesses entre as classes mais favorecidas, governos e empresas que estão interessadas em explorar deliberadamente a mão-de-obra haitiana. A mais barata de todo continente americano (www.midiaindependente.org, 5/04).

Dois milhões de jovens analfabetos

Nova Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE mostrou que os altos índices de analfabetismo persistem no Brasil, apesar do maior acesso ao ensino fundamental. Dos 15,5 milhões de brasileiros acima de 10 anos que não sabem ler nem escrever, 2,4 milhões têm no máximo 29 anos. Considerando apenas os jovens entre 15 e 29 anos, são 1,8 milhões de iletrados espalhados por todas as regiões, mas com maior concentração no Nordeste (O Globo, 9/04).

Chávez estuda nacionalizar clínicas

O presidente da Venezuela, Hugo Chávez, disse que estuda a possibilidade de nacionalizar algumas clínicas médicas do país, por seguirem aumentando seus preços de forma descontrolada. O comentário do presidente ocorreu após a análise do informe do Banco Central da Venezuela, segundo o qual a inflação no país em março foi negativa (- 0,7%). "Se as clínicas privadas seguem especulando e incrementando preços, terão que regulá-los. Assim como fizemos com os frigoríficos, as clínicas privadas que não cumprirem a regulamentação de preços poderão ser estatizadas", disse Chávez (Portal Vermelho, 9/4).

UFRJ

Aloisio e Sylvia reeleitos com 89% dos votos

Pesquisa contou com participação pequena da comunidade acadêmica. Pouco mais de 10 mil votantes

A "chapa 10", composta por Aloisio Teixeira e Sylvia Vargas, conseguiu 9.413 votos (ou 89%) das 10.583 pessoas que participaram da pesquisa eleitoral para a reitoria da UFRJ, encerrada em 4 de abril. Houve ainda 556 votos em branco (5%) e 614 nulos (6%).

Dos 2.020 docentes eleitores, 1.794 marcaram seu voto para a chapa única, 96 entregaram a cédula em branco e 130 anularam. Entre os 3.839 técnico-administrativos que participaram da pesquisa, 3.401 também deixaram votos na urna para a "chapa 10", 238 votaram em branco e 200 anularam. Já dos 4.724 estudantes, 4.218 marcaram a chapa única, 222 deixaram as cédulas em branco e 284 anularam.

A pesquisa foi marcada por uma significativa abstenção: apenas 17% dos que estavam aptos a votar (61.212 pessoas, ao todo) compareceram às seções eleitorais. Entre os docentes, o quadro foi melhor (63% de um universo de 3.219 professores foram às urnas). Em seguida, técnico-administrativos (45% dos 8.566) e os alunos (apenas 10% de 49.427).

Se não houver nenhuma surpresa na reunião do Colégio Eleitoral (com todos os integrantes do Consuni, Conselho de Curadores, CEG e CEPG) no próximo dia 12, Aloisio terá mais quatro anos à frente da maior universidade federal do país. Isso, claro, se o MEC aceitar o nome escolhido pela comunidade da UFRJ, uma vez que o governo Lula, já em seu segundo mandato, foi incapaz de revogar o dispositivo autoritário das listas tríplices para a eleição de dirigentes universitários. De qualquer forma, o candidato reassume seu cargo em 16 de abril, após ter se afastado para disputar a eleição. O bastante provável segundo mandato começa em julho.

Aloisio comenta pesquisa

"Era o que eu esperava", afirmou o candidato Aloisio Teixeira sobre a menor participação da comunidade acadêmica da UFRJ em uma pesquisa para reitor dos últimos anos. Em 1998, 13.668 pessoas foram às urnas, numa disputa entre cinco chapas. Em 2002, três chapas mobilizaram 13.453 eleitores. A última consulta, de 2003, também com três chapas, para substituir Carlos Lessa que assumia a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), contabilizou 16.469 votos.

Kelvin Melo

CONTAGEM DE VOTOS NO SALÃO DO CONSUNI, DIA 5

Para o reitor reeleito, foi decisivo para o baixo *quorum* o fato de apenas uma chapa ter participado do pleito: "Fica muito difícil mobilizar, o que se refletiu principalmente entre os estudantes", comentou. Na visão do reitor, a realização da pesquisa poucos dias antes do feriado da Semana Santa não foi responsável pelo número reduzido de eleitores. Nem mesmo a restrição de locais de votação, na tentativa de atender a condições do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para conseguir as urnas eletrônicas – que acabaram não sendo liberadas – não pode ser considerada como uma justificativa do menor número de eleitores, segundo o dirigente: "Esses são detalhes. O problema maior foi uma eleição com chapa única", resumiu.

Por outro lado, Aloisio Teixeira acredita que não faltou respaldo para o seu segundo mandato: "Se fosse uma votação muito baixa, teria essa preocupação, mas com (quase) 90% dos votos na chapa, isso não acontece", disse. O dirigente também destacou a atuação dos docentes, que praticamente repetiu o *quorum* da última consulta (2.236, em 2003, contra 2.020 de agora): "A participação dos professores foi muito boa. Poderiam ter votado apenas aqueles que me elegeram em 2003. Contribuiu para esse resultado o que chamo de pacificação dentro da universidade", comentou. Para Aloisio, a polarização da última disputa - com a chapa de Sérgio Fracalanzza - não ocorreu por grandes diferenças entre os programas. "O próprio Fracalanzza e seu candidato a vice, Godofredo Neto, me apoiaram publicamente na atual campanha", informou.

Diretrizes para o segundo mandato

Aloisio esclarece que não existe uma primeira medida já decidida para um segundo mandato. Contudo, entende que algumas preocupações devem orientar as ações da próxima reitoria. E a primeira delas é o que chamou de radicalização da democracia interna. Para ele, a continuidade das discussões do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a prática da reitoria itinerante devem ter uma atenção especial com os segmentos dos técnico-administrativos e com os estudantes: "Mesmo o dispositivo do orçamento participativo não atingiu todo mundo. Essa tem que ser uma preocupação nossa, para que a democracia crie raízes e não possa ser desconstituída", comentou.

Outras preocupações do reitor reeleito passam pelo incremento da assistência estudantil e ampliação do número e valorização dos técnico-administrativos: "São batalhas que vão exigir negociação em Brasília", disse.

Plano interno para pós-graduação

A instituição de um planejamento para a pós-graduação também está na agenda do dirigente. Segundo ele, hoje existem mais recursos do que há cinco anos, mas estão concentrados nos grupos já consolidados. Aloísio, que detesta o modelo vigente dos editais, defende que a UFRJ discuta amplamente e defina critérios e prioridades para elaborar um plano próprio de utilização das verbas que chegam para a pós-graduação.

Protesto pelos 28,86%

Aloisio tomou conhecimento de várias manifestações furiosas nas cédulas sobre o assunto. Uma delas dizia "onde o senhor enfiou os 28%?". O dirigente reconhece que é uma batalha judicial difícil pela característica do processo e enxerga outra dificuldade: com a entrada de novos servidores, sem direito ao ganho judicial, as diferenças se acentuam dentro da UFRJ.

Aloísio prometeu se empenhar nas lutas para abertura de concursos e capacitação dos técnico-administrativos. Neste ponto, o dirigente critica o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo Lula, que cria ainda mais restrições para os gastos com o funcionalismo.

Mudanças na reitoria

Para o segundo mandato, Aloísio Teixeira precisará fazer duas mudanças na equipe da reitoria. O pró-reitor de Graduação (PR1), José Roberto Meyer, pediu para sair e voltar a se dedicar com mais tempo às atividades acadêmicas. Já o pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa (PR2), José Luiz Monteiro, deve se aposentar em breve. "Com a campanha, não tive muito tempo para pensar em novos nomes, mas não quero fazer como o Lula que demorou tanto para indicar seus ministros e abriu uma crise", brincou. Um dos aventados para assumir a PR1 foi o professor do Instituto de Biofísica, Adalberto Vieyra. Segundo o reitor, Adalberto não teria aceitado o convite. "Ele tem liderança, uma visão da graduação próxima da minha, mas não aceitou por querer se dedicar mais ao seu laboratório", relatou Aloisio.

Os números da pesquisa eleitoral 2007

Categoria	Chapa 10	Votos Brancos	Votos nulos
Docentes	1.794	96	130
Funcionários	3.401	238	200
Estudantes	4.218	222	284
Geral	9.413	556	614

Eleitores	Total	Votaram	%
Docentes	3.219	2.020	63
Funcionários	8.566	3.839	45
Estudantes	49.427	4.724	10
Total	61.212	10.583	17

Colégio Eleitoral formula listas tríplices no dia 12

O Colégio Eleitoral, que se reúne na manhã de 12 de abril, é formado pela totalidade dos integrantes do Consuni, do Conselho de Curadores, do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) e do Conselho de Ensino de Graduação (CEG). O objetivo é a elaboração das famigeradas listas tríplices para nomeação do reitor e do vice-Reitor da UFRJ para o quadriênio 2003/2007, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996.

Num primeiro momento, está prevista a apresentação dos resultados da pesquisa eleitoral feita junto à comunidade acadêmica. Em seguida, ocorre a eleição da comissão eleitoral constituída de 7 pessoas, dentre os membros dos colegiados, sendo cinco docentes, um discente e um técnico-administrativo, com a finalidade de organizar o processo de votação.

Após o recebimento das inscrições dos candidatos aos cargos da reitoria e sua homologação, acontece a eleição para elaboração da lista tríplice para reitor, seguida da divulgação do resultado e proclamação dos nomes que integrarão a lista tríplice a ser encaminhada ao MEC para nomeação do reitor pelo presidente da República.

Finalmente, ocorre a eleição para elaboração da lista tríplice para nomeação do vice-reitor da UFRJ. Há a divulgação do resultado e a proclamação dos nomes que integrarão a lista tríplice para nomeação do vice-reitor, pelo reitor, segundo o Decreto nº 2014, de 26/09/1996, e a Portaria do MEC nº 1.048 de 14/10/1996.

Votar ou votar

Luis Paulo Braga*

O regime democrata quando deixa de ser uma via para a solução dos conflitos sociais e econômicos, e se torna apenas um instrumento de dominação de uma elite sobre a sociedade, transforma em alegorias os procedimentos que até então constituíam sua essência, dentre eles – as eleições – o altar aonde são sacrificados ou ungidos os seus legítimos dirigentes. A desmoralização do regime democrático reinstalado no Brasil, após mais de vinte anos de regime de exceção militar-civil, atinge hoje níveis de metástese no combalido organismo da sociedade civil brasileira.

Dos escândalos dos anões do orçamento (ou dos gigantes das empreiteiras), passando pelo impedimento de Collor, até chegarmos à corrupção política generalizada dos dias de hoje. Surpreende que suas raízes não só não tenham sido cortadas no pretenso governo social democrata de FHC e aliados, como tenham desenvolvido novas formas mais potentes e mais abrangentes, como foi o caso do instituto da reeleição e da generalização de programas assistencialistas fora da estrutura da Previdência e Seguridade oficiais, importantes arrecadadores de votos junto aos muitos miseráveis e desassistidos desse país. Lula e aliados tornaram-se alunos exemplares do governo anterior e, em muitos aspectos, superam de longe o antigo mestre, dando um realce macabro à sua obra, pois nos traços do valerioduto, da mercantilização da sociedade e da desmoralização do serviço público identificamos o traço original daquele que pretendia que esquecêssemos o que escreveu (Figueiredo, o último general presidente quis que o esquecêssemos). Mas o povo não esquece, pelo simples motivo de que é o primeiro e o último a pagar pela farra democrática.

Como, de fato, o poder emana do povo, embora nem sempre, ou quase nunca seja exercido em nome dele. A alternância no poder Executivo, assim como a constituição dos poderes independentes do Legislativo e Judiciário, em tese, serviriam de antídotos contra a corrupção, o desmando e a ineficácia do regime. Entretanto, demonstrando que as estruturas formais não se sobrepõem às estruturas reais da sociedade, chegamos, após mais de vinte anos de restauração democrática, ao quadro atual no qual a sociedade nada ou quase nada dispõe para fazer valer seus direitos e empreender as necessárias transformações no país. A diluição das legendas partidárias, a inocuidade do poder Judiciário e a corrupção no Executivo puseram de quatro a nação brasileira, irradiando para todos os seus quadrantes uma onda de descrédito, impotência e oportunismo. Mas o show precisa continuar, e a festa principal da democracia é as eleições em todos os seus níveis, da presidência da República às Universidades Federais.

O ambiente de contestação e relativa liberdade de opinião, nutrido pela irreverência das novas gerações, que ainda se observam nas IFES, favoreceu a tese da escolha direta para dirigentes das Universidades. A lei formal não contempla essa opção, pois a LDB consagra a eleição indireta e a lista tríplice como sendo o caminho correto de encaminhamento para a escolha de Reitor. A criatividade das massas produziu, entretanto, a consulta por sufrágio universal como uma forma indireta de se contornar a lei, sem feri-la, para permitir, enfim, a eleição direta para Reitor. Tive lições exemplares dessa dinâmica, e creio ter aprendido muito sobre democracia real e direta. Daí a minha surpresa em ver meus professores de democracia aderirem ao instituto da reeleição, embora o façam de forma dramática, renegando o feito com frases e atos de efeito. Dentre os quais a desincompatibilização próxima às eleições, visando, prioritariamente, a facilitar a campanha do candidato, e não afasta-lo antecipadamente do mando da estrutura que ora controla. Mas, a eleição do dirigente máximo da Universidade é a mais importante dentre uma série de outras eleições que constituem a base do processo de auto-governo que vige nas principais Universidades Federais. Infelizmente, a rede de mini-eleições que fertilizam a vida política dos *campi* vem se desfazendo a cada dia como fruto do descrédito dos eleitores e do aparelhamento praticado por grupos de interesse e dirigentes. Ou seja, guardadas as devidas proporções, as eleições na UFRJ padecem de problemas semelhantes àqueles observados no país, e o eleitorado reage da mesma forma, com descrédito ou barganha de interesses.

Um dos problemas com a atual reeleição para Reitor da UFRJ foi que só se lembraram dos eleitores na hora de votar, e, apesar da boa vontade do eleitor e do seu reconhecimento dessa e daquela realização da administração superior da universidade, foi, insistentemente, e em alguns casos, indevidamente, convidado a comparecer às seções eleitorais ao longo de longos três dias de votação. Ou não é indevida uma mensagem oficial assinada por um(a) Decano(a) recomendando que se votasse no candidato, durante os dias de votação? As liberalidades que, crescentemente, vêm sendo tomadas nos processos de consulta à comunidade, e a distância que se estabelece entre eleitos e eleitores durante a legislatura alimentam a alienação da comunidade universitária dos problemas e desafios que apontam em nosso horizonte.

As eleições atuais são uma sombra daquelas realizadas em maio de 2003 quando 16.469 eleitores compareceram às urnas, para escolher dentre três chapas concorrentes. Nas antecipadas eleições desse ano a participação foi de 10.583 votantes, representando uma queda de 35,7% ! Por outro lado o número de votos em branco foi de 76 em 2003 e 556 em 2007 representando um aumento de 731%! O número de votos nulos passou de 489 em 2003 para 614 em 2007, representando um aumento de 25%. O colégio eleitoral de 2007 para a consulta foi contabilizado em 61.212 eleitores. Desses, a chapa 10 logrou obter 9.413 votos, ou seja, 15% do total da comunidade universitária. Vai caber à vasta equipe de comunicação da Reitoria transformar o atual pleito em uma retumbante vitória.

A recondução da atual administração nos coloca diante de mais um, dentre vários problemas, a escolha do tema Universidade Nova para a aula Magna desse ano não foi uma mera coincidência. O projeto pretende ser uma solução para a absorção dos enormes contingentes de jovens que, sem colocação no mercado de trabalho, serão encaminhados para as Universidades a fim de cumprir um estágio de nível superior. Houvesse crescimento econômico expressivo, a ênfase seria a formação técnica. Como não é o caso, trata-se de manter um exército de mão de obra de reserva nas universidade públicas. Por outro lado, o PAC engessa as possibilidades de recuperação salarial dos docentes, oferecendo como alternativa a prática do empreendedorismo. Portanto, aos eleitores, as batatas, e quentes, ainda por cima.

*Professor do Instituto de Matemática e do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

Opinião

Breves notas sobre os hospitais públicos e as 'fundações estatais'

Sara Granemann*

A crônica cotidiana dos meios de comunicação no país sinaliza que a saúde pública e o Sistema Único de Saúde estão 'muito mal'. Notadamente a enfermidade apresenta seus inquestionáveis sintomas na 'crise' dos hospitais federais do Rio de Janeiro aí incluídos os hospitais universitários com prolongamentos também visíveis para os hospitais estaduais e municipais. Diagnosticada a 'crise' indica-se o tratamento: os hospitais federais e os demais hospitais públicos carecem, com urgência, de reformas no âmbito da gestão. Tais conclusões encontram-se em relatório do Banco Mundial[1] de recente divulgação e, seria coincidência (?), também em estudos difundidos por importantes sanitaristas ligados ao serviço público e à pesquisa na área da saúde.[2]

Os argumentos basilares presentes nos diferentes textos tomam o Sistema Único de Saúde (SUS) pelo universo hospitalar embora esta política social reivindique-se muito mais abrangente e universal do que tão somente a gestão hospitalar, esta apenas uma parte da totalidade SUS. Certamente os hospitais públicos necessitam de reformas para aumentarem a qualidade do atendimento prestado à população brasileira. Mas, a expansão e a melhoria dos serviços de saúde, e não somente do atendimento hospitalar, não podem ser reduzidos aos problemas de gestão dos hospitais públicos. Para o relatório do Banco Mundial e para os trabalhos citados, a razão da ineficiência e do alto custo dos hospitais federais pode ser assim resumida: a burocracia e os empecilhos contidos na legislação brasileira relativas aos processos de ***compras públicas*** e de ***contratação da força de trabalho*** para a execução da política social de saúde acabam por ameaçar a viabilidade do SUS.

Sem deixar de reconhecer os numerosos problemas decorrentes dos processos de compra presentes no Estado brasileiro, inclusive da ativa presença da corrupção, as saídas apontadas pelos três estudos são as mesmas e já nossas velhas conhecidas, desde o início dos anos 1990, no Brasil, e antes ainda em outras partes do mundo: 'soluções' gerenciais e administrativas para um problema social, de classe social; produzidos pela miséria milhares, milhões de doentes, todos os anos, agonizam em hospitais públicos do país. O propalado equacionamento do problema transmuta a 'questão social' em habilidades gerenciais. Dito de outro modo, para o Banco Mundial trata-se de construir um outro ***'ente jurídico'*** que dará celeridade à resolução dos problemas. Assim, para o mesmo relatório, os hospitais públicos serão ágeis e eficientes quando não seguirem as regras do controle público para as compras e quando flexibilizarem as formas de contratação dos trabalhadores destas instituições.

Se há algum acerto nos problemas iluminados pelos textos, há também muita manipulação na construção da saída para os problemas elencados, pois recomendam menos Estado – ao metamorfosearem os hospitais públicos em ***Fundações Estatais*** - e mais insegurança para a força de trabalho

Se há algum acerto nos problemas iluminados pelos textos, há também muita manipulação na construção da saída para os problemas elencados, pois recomendam menos Estado – ao metamorfosearem os hospitais públicos em ***Fundações Estatais***[3] - e mais insegurança para a força de trabalho que poderá ser contratada e, principalmente, ***demitida*** para que se cumpram, por exemplo, as metas gerenciais do 'executivo' de plantão no hospital público.

Quando se assinala a redução do Estado importa dizer para quem o Estado sofrerá cortes: para a população usuária que, no Brasil, tem classe social já que nos hospitais públicos e no SUS assomam, especialmente, os pobres em busca de atendimento.

Porém, qual seria o interesse de 'governos populares' em aumentar os suplícios da população ao reduzir as políticas sociais para esta classe social?

Numerosos estudiosos das políticas sociais revelam que a parte mais cara do Sistema Único de Saúde é exatamente a dos serviços hospitalares. "Autonomizar" na perspectiva do Banco Mundial significa tornar os hospitais públicos – e os Hospitais Universitários - permeáveis às privatizações internas e às privatizações, na acepção plena, quando se entrega o patrimônio público ao capital privado.

É este o sentido da recomendação da agência do capital de se combater a 'burocracia' ao se reduzir o Estado. Importa notar que não há redução do Estado de modo igual para as diferentes classes que, em tensão, o demandam para o atendimento de suas necessidades. A necessidade do capital em uma quadra histórica de crises como a atual é a de

conseguir ampliar o seu espaço de acumulação e de realização do lucro e a privatização das políticas sociais constitui um universo especial para a consecução deste seu objetivo primário. Porém, as necessidades sociais da força de trabalho quando da redução do Estado sofrem enormes rebaixamentos porque o atendimento de suas demandas - por exemplo à saúde via políticas sociais e ao vínculo de trabalho estável como direito trabalhista - também é reduzido com a metamorfose do Estado em ***Fundações Estatais".***

Por fim, tornou-se lugar comum entre os convertidos ao mundo do capital e as suas fórmulas acusar aos que criticam 'saídas' como as propostas pelo Banco Mundial e por outros 'intelectuais orgânicos' do capital, por não propositivos, radicalizados e tantos outros adjetivos menos ilustres. Terão esquecido os primeiros que a tarefa da universidade continua a ser a de avaliar e a de formular a crítica à vida real sem o recurso a tergiversação?

*Grupo de Trabalho de Seguridade Social da Adufrj-SSind.

[1] O relatório pode ser encontrado na página do Banco Mundial para o Brasil (www.bancomundial.org.br), sob o seguinte título: **Governance in Brazil's Unified Health System (SUS) -*Raising the Quality of Public Spending and Resource Management*** Report No. 36601- BR. Brazil, February 15, 2007.

[2] Ver os seguintes trabalhos: **Gestão em Saúde: Novos Modelos de Gestão para os Institutos e Hospitais do Ministério da Saúde**. Trabalho apresentado ao 8º Congresso da ABRASCO/ 11º Congresso Mundial de Saúde Pública. Rio de Janeiro/ Agosto de 2006, pela equipe formada por: Creuza Azevedo – ENSP; Francisco Campos Braga Neto – ENSP; José Carlos da Silva – IDISA; Lenir Santos – IDISA; Pedro Barbosa –ENSP; Victor Grabois – ENSP; Carlos Ari Sundfeld - Sundfeld Advocacia/SP e **Fundações Estatais como estratégia para Novos Modelos Públicos de Gestão Hospitalar**. Apresentado em Seminário na UERJ em novembro de 2006. Os autores do segundo estudo são exatamente os mesmos do primeiro citado nesta nota.

[3] De modo assemelhado ao que ocorre no âmbito da política social de educação no trato da universidade pública e da contra-reforma que ali se pretende realizar, também no debate do SUS várias denominações foram criadas para justificar a necessidade do capital de produzir suas contra-reformas que operam no sentido oposto aos das necessidades da força de trabalho.

Opinião

O ministério da reeleição

Leovegildo Leal*

Já era para estarmos acostumados com a calhordice servil dos meios de comunicação, mas desta vez o jornalismo brasileiro superou em muito seus próprios recordes nas difíceis artes da desinformação, da superficialidade e da má fé. E foi deste cálice de sangue que derramou a grande mentira de que o presidente Luís Inácio Lula da Silva, vulgo Lula, estaria construindo o ministério de seu segundo mandato parametrado pela busca de uma base parlamentar de sustentação aos futuros planos e projetos do Executivo. Repita-se: isto é mentira.

Em primeiro lugar, por uma questão de método, pela elementar razão de que a orientação político-ideológica que pauta o governo – o neoliberalismo – dispensa, como pressuposto e imperativo lógico, a necessidade e mesmo a oportunidade de planos e projetos. No neoliberalismo, os governos apenas monitoram o funcionamento do mercado, cabendo ao executivo apenas identificar as oportunidades de fortalecer e lubrificar tal mercado. A exigência, pois, é de esperteza e malandragem, não de planos e projetos. Ou o senhor Luís e seus cortesãos não são neoliberais?

De que diabólica usina, então, vieram e vêm as políticas de revogar o direito de greve do funcionalismo? De acabar com a previdência pública? De tomar a redução do déficit primário como linha balizadora da política econômica? De destruir a universidade pública? De transformar a economia informal de vício em virtude, como no recente episódio de manipulação dos indicadores do PIB perpetrado pelo IBGE? De precarização das relações trabalhistas? Da instituição de um salário mínimo de fome? Da manutenção de uma política tributária que esfola o trabalhador e isenta o capitalista? Etc? Etc? Etc?

E, fundamentalmente, qual a origem da criminosa fantasia – tomada como verdade indiscutível por esta mesma mídia analfabeta e vendida – de que o crescimento econômico traria e trará a superação da miséria, da fome, da doença, enfim, da progressiva precarização da existência, perseguida com afinco pelos Lulas e FHCs da vida? É preciso dizer: a crença de que o crescimento econômico (leia-se: enriquecimento da burguesia) resulta em felicidade geral constitui o eixo do pensamento liberal clássico – Stuart Mill, Tocqueville, Adam Smith – e, igualmente, da retomada neoliberal capitaneada por espertalhões da linhagem Guy Sorman, Francis Fukuyama e Milton Friedman. Não, Lula e seus cortesãos não precisam dos demais partidos burgueses para fazer suas reformas – reformas, de resto, exigidas pela própria burguesia.

O senhor Luís Inácio da Silva, vulgo Lula, presidente da República Federativa do Brasil, precisa ampliar a chamada base aliada para... pavimentar sua caminhada em direção à reeleição!

O que Lula e o PT querem é o terceiro mandato em 2010. E é para isso que construiu um ministério de perfil partidário de tal maneira largo que chegou a preocupar seus colegas desta grande empresa-partido denominada PT. A esta empresa não causou problema a nomeação de um Reinhold Stephanes por ter este se constituído em fiel servidor de uma ditadura que torturava e matava aqueles que combatiam pelo proletariado. O golpe acusado pelo PT S/A foi a diminuição de seus espaços no novo mandato.

Já em 1915 o sociólogo alemão Robert Michels, em texto de gritante atualidade, concluía que é destino inexorável dos partidos social-democratas no poder ou próximos ao poder sua transformação em covil de interesses burgueses, corruptos e corruptores – abertamente distanciados e tendencialmente opostos àqueles que defendiam quando de sua fundação. Todos os itens da pauta histórica das reivindicações do proletariado são substituídos por um só: a perpetuação no poder. E é isso que todos os acionistas, majoritários ou não, da empresa PT querem. Só isso.

E o senhor Luís Inácio da Silva, vulgo Lula, a mais nítida e legítima expressão da empresa PT, também. O senhor presidente só é líder maior da empresa exatamente porque consegue ver mais longe que seus cortesãos. Ele – homem muito esperto, apesar de inteligência confortavelmente acomodável em cabeça de alfinete – percebe muito bem que a esta perpetuação no poder corresponde uma perda gradual da nitidez das linhas demarcatórias das lâminas do leque das forças políticas da burguesia. A compreensão desta lei certamente escapará a pessoas desprovidas de cérebro, como a ex-prefeita Marta Suplicy – que andou esperneando em busca de alimento ao seu oceânico ego –, mas não ao senhor Luís Inácio da Silva, vulgo Lula, presidente da República Federativa do Brasil e da empresa PT S/A.

* Jornalista e Escritor

Opinião

Graduar ou diplomar?

Abraham Zakon (EQ)
José Henrique Erthal Sanglard (EP)
Leandro Nogueira Filho (EEFD)
Luís Paulo Vieira Braga (IM)
Luiz Eduardo Carvalho (FF)
Maria Aparecida da Silva (FL)

A retórica dos defensores do "bacharelado interdisciplinar"

"Bacharéis de Coisa Nenhuma" serão os egressos da "Universidade Nova", que incluirá um ciclo básico de três anos em "Bacharelados Interdisciplinares (BI)", desprovidos de qualquer formação profissional específica. Além dos danos diretos aos alunos, essa nova modalidade poderá acarretar o inchamento das universidades públicas e o conseqüente represamento de estudantes dentro destas, se persistirem as deficiências do ensino básico vigente. Por outro lado, equivale a oferecer ao povo brasileiro um atestado de óbito – não-declarado explicitamente – do curso colegial, isto é, do ensino médio ou secundário, e a evadir-se da cobrança por sua melhoria.

Apregoado como reflexo de uma ilusória autonomia universitária, o "projeto Universidade Nova" poderá ser usado por alguns reitores para trocar mais vagas por verbas do governo federal ou captar empréstimos internacionais que costumam sustentar as políticas da educação. Sabe-se que "*o Banco Mundial prestará assistência aos países para criar uma variedade mais ampla de instituições de educação superior e de sistemas de instrução com o fim de oferecer maiores oportunidades educacionais ao crescente número de egressos da escola pública, especialmente os setores mais pobres*" [1]. É o que deixa entrever o comentário do Prof. Aloísio Teixeira, Reitor da UFRJ: "*... verificamos a existência de um paralelismo grande entre o que falamos e a intenção de transformar a universidade brasileira num ambiente mais democrático, capaz de receber um contingente maior de jovens*" [2].

Tentativas similares de criação de novos diplomas ocorreram, nos anos '60, com o surgimento dos chamados "engenheiros operacionais", categoria extinta após oito anos de existência por ação dos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (cf. *Jornal da ADUFRJ*, 04/08/2003). Nos anos '90, foram ressuscitados sob a denominação de "tecnólogos", que passou a abranger outras áreas além das Engenharias.

Veiculado como novidade e usando o nome de um grande educador brasileiro como atestado de boas intenções e de credibilidade, o projeto "Universidade Nova" imita o que já foi feito, no âmbito acadêmico, em alguns países latino-americanos. Mas por que os ditos "bacharelados interdisciplinares" já não foram implantados experimentalmente na UFBA? E por que precisam do endosso de outros reitores?

As universidades consagradas são elitistas porque graduam

Quem questiona o BI vem sendo rotulado de "elitista". Mas, as universidades nasceram elitistas para formar, nas variadas áreas do saber (artística, científica, tecnológica), profissionais com qualificação destacada, capazes de gerir os grandes, médios e pequenos interesses dos diversos setores de uma nação.

De forma não declarada, mas cada vez mais explícita, nas duas últimas décadas os gestores federais executaram projetos de incentivo ao aumento da produção de matérias-primas naturais para fins de exportação, visando produzir saldos na balança comercial e quitar dívidas antigas. Diante da oferta excessiva e crescente de mão-de-obra barata (ou desqualificada), incentivaram projetos educacionais para formação de tecnólogos e de modelos ralos de universidade para as massas.

Os cursos de curta duração para diplomar "engenheiros operacionais", "tecnólogos" e "bacharéis interdisciplinares" nivelam para baixo os padrões educacionais do ensino superior no Brasil, que já adquiriu qualificações acadêmicas de excelência para desenvolver e executar projetos em diversas áreas do conhecimento. E em decorrência disso, predominará a reserva de domínio das altas tecnologias para os países do hemisfério norte.

Os cursos de curta duração — pela pequenez induzida — incorporam o despreparo científico (observacional e analítico) para a compreensão dos fenômenos naturais, industriais e sócio-econômicos. A inclusão das disciplinas eletivas de artes e línguas é ilusória. Os reflexos dessa mutilação educacional ocorrerão dentro da universidade e no convívio familiar e profissional de cada jovem. Se a universidade não tem promovido essa formação observacional e analítica nos primeiros anos é porque, em alguns casos, no lugar de algumas antigas equipes de docentes (selecionados e chefiados por catedráticos) surgiram novos professores (concursados ou substitutos) que se individualizaram dentro do sistema departamental aparentemente "democrático".

O "Bacharelado Interdisciplinar" em outros países

O modelo do "Bacharelado Interdisciplinar (BI)" já existe, sob a denominação de "Estudos Gerais", em universidades hispano-americanas e em algumas instituições nos Estados Unidos. Exposto ao público acadêmico da UFRJ na Aula Magna de 14 de março de 2007 [2], o projeto "Universidade Nova" mantém estreita semelhança com o "*Programa de Bachillerato en Educación General (PBEG)*" implantado pela unidade Río Piedras da Universidade de Porto Rico, tanto na definição da proposta — estimular e fomentar "*un plan de estudios dirigidos a proveer una educación universitaria interdisciplinaria e integrada de excelencia*", estabelecendo "*retos, programas y experiencias que propician el desarrollo de las destrezas de redacción, investigación y razonamiento en los/las estudiantes desde la óptica y filosofía de la educación general*" — como nas metas a serem alcançadas: "*Ofrecer una oportunidad de preparación subgraduada de carácter interdisciplinario a los estudiantes que desean proseguir estudios profesionales posteriores al Bachillerato*" [3].

Os principais pontos comuns entre os dois projetos são: 1º - Os estudantes ainda sem escolha vocacional definida serão o público alvo, o que determinaria a criação de um programa acadêmico calcado na flexibilidade, com escolha de disciplinas "eletivas"; 2º - A integração geral do saber. Será mera coincidência? [4]

A resposta a esta pergunta encontra-se em *La Enseñanza Superior: Las Lecciones Derivadas De La Experiencia*, documento apresentado pelo Banco Mundial como resultado de estudos sobre as condições do ensino superior nos países em desenvolvimento, no qual se reconhece a educação de terceiro grau como o espaço de transmissão e geração de conhecimentos, de criação e exercício de capacitações técnicas de alto nível [5]. Não obstante, e fiel aos objetivos do estudo realizado — estabelecer metas de "aprimoramento" que devem ser adotadas para obtenção de financiamento internacional —, o documento em questão tende a enfatizar alternativas que permitam aos gestores (governo e dirigentes institucionais) adequar este nível de formação acadêmica ao quadro de redução dos investimentos na educação. Portanto, não é surpresa encontrar semelhanças entre projetos de "renovação" do ensino universitário no contexto latino-americano. Todos têm, como respaldo, a mesma cartilha.

Questiona-se a validade do ensino pautado em modelos tradicionais "defasados", como o da universidade européia, "*con su estructura de programas en un solo nivel*", que

demonstrou ser "*costoso y poco apropriado en el mundo en desarollo*" [5]. E propõe-se, como solução imediata, a maior "*diferenciación en la enseñanza superior, o el desarrollo de instituciones no universitarias y el fomento de establecimientos privados*", a fim de satisfazer a crescente demanda social da educação pós-secundária.

O documento do Banco Mundial sugere gerar custos mais baixos, facilitar a manutenção financeira empresarial e tornar os sistemas de nível superior mais atraentes — "*más sensibles a las necesidades del mercado laboral*" — pela diversificação da oferta de formação acadêmica de terceiro grau. Propõe a criação de *instituições não-universitárias* (institutos politécnicos, profissionalizantes ou técnicos que fornecem ciclos curtos de habilitação e treinamento) nos moldes dos *community colleges*, institutos de estudos pós-secundários com oferta de dois anos de ensino acadêmico ou profissional. Papel preponderante nesse processo seria desempenhado, igualmente, pelos programas de ensino à distância.

Conclusões

As universidades vêm sendo expostas na mídia como a solução messiânica para pobres e excluídos conquistarem o direito de viver no paraíso. A idéia de conquistar um diploma superior nas universidades particulares está sendo vetada pelo seu alto custo operacional.

Existe uma massa descomunal de jovens egressos do ensino secundário que é eliminada todos os anos nos vestibulares. Será que os elaboradores do projeto "Universidade Nova" estão pensando justamente em direcionar esses cursos "interdisciplinares" para diplomar turmas de *office boys / girls* adequados para serviços secundários? Uma boa formação técnica (ou colegial) não capacitaria mão de obra qualificada para atuar nesses serviços de forma eficiente?

A solução do "bacharelado interdisciplinar" apresenta-se como um novo produto populista: o estudante não se forma em nada, não arruma emprego na profissão escolhida... mas ao menos é um sujeito de "nível superior". Cursos sem metas de capacitação definidas, concebidos para difundir uma formação periférica, não serão a panacéia para a tão alardeada "crise" do ensino superior. Não se pode confundir universidade com centro de treinamento e de adestramento rápido. Não podemos compactuar com os oportunistas de plantão, que tentam criar *shopping centers*, feiras e camelódromos de cursos, diplomas e certificados, aparentemente de nível superior.

Projetos como o da "Universidade Nova" não fazem mais do que utilizar as universidades públicas para oferecer atividades de ensino não-universitário com diplomação de ensino superior e trocar vagas por mais verbas ou financiamentos bancários. Sua rejeição se faz necessária.

Escola de Química (EQ)
Escola Politécnica (EP)
Escola de Educação Física e Desportos (EEFD)
Instituto de Matemática (IM)
Faculdade de Farmácia (FF)
Faculdade de Letras (FL)

[1] CAPES. Anais da Conferência Mundial do Ensino Superior, Paris, 8-9 out. 1998. In: *Universidade e Sociedade*, XVI (39), Fev. 2007, p.84
[2] http://olharvirtual.ufrj.br/2007/index.php?id_edicao=150
[3] http://generales.uprrp.edu/bachillerato/programa_baeg.html
[4] http://www.pucp.edu.pe/estudios_generales/letras/
http://www.qcc.edu/images/4114_spanish_gen_studies.pdf
http://www.puc.cl/dara/registro/estudios/estgrales.html
http://www.uned.ac.cr/sociales/programas/00.html
http://www.usb.ve/estudiar/pregrado.html
http://www.iupuc.edu/academics/programs/generalstudies.asp
http://www.uchile.cl/uchile.portal?_nfpb=true&_pageLabel=conUrl&url=6831
[5] GRUPO BANCO MUNDIAL. *La Enseñanza Superior: las lecciones derivadas de la experiencia* Washington: Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento, 1995. 115 p. (El Desarrollo En La Práctica)

Mais Universidade Nova no CEG

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) vai discutir mais uma vez o tema da "Universidade Nova" neste dia 11. A decisão foi tomada após um breve relato, na sessão anterior, sobre o *2º Seminário Nacional Anísio Teixeira e a Universidade do Século XXI*, realizado na UnB, entre os dias 29 e 31 de março. Algumas conselheiras tiveram a oportunidade de acompanhar o evento.

De acordo com a professora Maria Silvia Possas (representante do CCJE), o seminário não permitiu aprofundar a discussão da Universidade Nova: "Achei muito precária a análise de conjuntura da Educação no mundo". Para outra professora que também esteve em Brasília, Márcia Serra (CFCH), o evento trouxe muitas preocupações. "Precisamos mudar a universidade, mas o debate que está sendo feito trata todas as instituições de uma forma muito homogênea", comentou. A conselheira solicitou que o colegiado pautasse uma discussão institucional sobre o tema. Alguns documentos colhidos no seminário serão reproduzidos para os demais conselheiros para subsidiar a reunião deste dia 11.

UFRJ

UFRJ discute democratização da mídia

Diego Cotta*

O segundo dia (28/3) da "Meio a Meios: 1ª Semana de Jornalismo da UFRJ" foi marcado por um debate que muito aguça os estudantes: mídia alternativa. A mesa, mediada pelo professor da Escola de Comunicação Eduardo Coutinho, contou com profissionais que há muito auxiliam na construção de um fazer jornalístico independente.

Nelson Hoineff, Mário Osava, Beatriz Bíssio e Luciano Rocco discutiram as características e as novas tendências de um jornalismo das margens, daquele engolido e abafado pelos grandes conglomerados de comunicação. Por isso, a preocupação dos palestrantes, ponto alto das discussões, se concentrou na postura da mídia como quarto poder.

Os convidados afirmaram que a grande mídia se impôs como moderadora e manipuladora das relações inter-governamentais, para legitimar seus interesses. Inconformado com o grau de influência que os grandes veículos de comunicação exercem sobre o público, o jornalista, crítico de cinema, produtor e diretor de televisão, Nelson Hoineff, criticou parte do público. "O consumidor estúpido abre o jornal e apenas assiste ao filme que está interessado se o tal do bonequinho estiver aplaudindo. Não se pode esperar muita coisa deste público" -, lamenta o produtor.

Giselle Torres/Divulgação

MESA SOBRE MÍDIA ALTERNATIVA

No entanto, há quem defenda que a concorrência entre a grande mídia e a mídia alternativa está cada vez mais acirrada, principalmente depois da incorporação da internet no cotidiano social. O jornalista e correspondente da *Interpress Service* (IPS) no Brasil, Mário Osava, comenta que todos podem ter seu espaço, mas para tanto precisam se posicionar no mercado. "A realidade no mundo da mídia é muito fluída. A grande mídia está perdendo espaço, pois não consegue dar conta de todas as demandas de informação. Cabe ao jornalista descobrir ou criar novos nichos para se impor no mercado", sugeriu Osava.

Seguindo esta linha de alternativa ao modelo-padrão da informação, Beatriz Bíssio, editora e co-fundadora dos *Cadernos do Terceiro Mundo*, atenta para a importância das perspectivas dos jornalistas. "As agências de notícias estão estruturadas a partir dos interesses dos países do norte, haja vista seus profissionais serem norte-americanos e europeus. Nem sempre o olhar deles consegue interpretar corretamente os problemas dos países da África, Oriente Médio e América Latina", observou.

Luciano Rocco, editor da *Revista OCAS*, apresentou seu impresso como uma opção ao fechado mercado editorial. O jornalista contou um pouco da história da revista, que foi lançada no final dos anos 1990 e composta por moradores de rua. "A *Ocas* é uma proposta editorial de cidadania e cultura. Ela não pode ser publicada se não estiver em seu conteúdo a impressão e visão de seus vendedores, que não possuem moradia fixa ou são moradores de rua", finalizou Rocco.

Idealizada pelos bolsistas do Programa de Educação Tutorial da ECO e coordenada pelo Professor Mohammed Elhajji, a "Meio a Meios" ocorreu entre os dias 27 e 30 de março no Salão Pedro Calmon do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.

* Estagiário

Andes-SN

Campanha salarial dos servidores federais começa forte, mas governo pretende jogar duro

Paulo Rizzo*

A Campanha Salarial 2007 dos servidores públicos federais começou muito bem e com grande disposição. Há tempos não se tinha um ato de lançamento de campanha tão unitário e animado como o ocorrido no último dia 15 de março. A campanha deste ano, na prática, começou a ser construída ainda em 2006, ano em que as entidades sindicais nacionais dos servidores apresentaram avaliações negativas dos resultados da divisão nas negociações imposta pelo governo desde 2004.

Até o primeiro semestre de 2006, as entidades estiveram mais envolvidas com as cobranças de acordos feitos em 2005 e não cumpridos pelo governo e na busca de reverter efeitos perversos contidos nas medidas provisórias que reestruturaram carreiras existentes e criaram novas. Em muitos casos, o governo impôs perdas de direitos, sobretudo para aposentados e pensionistas e rebaixamento salarial para as futuras contratações, obrigando servidores a assinarem termos de adesão às novas carreiras, ou novas classes, abrindo mão de direitos. Isto é, quis o governo que os próprios servidores avalizassem retiradas de direitos. Em alguns casos, a luta para reverter essas situações seguiu até dezembro.

A unidade dos servidores começou a ser restabelecida em reuniões da Coordenação Nacional de Entidades dos Servidores Federais (CNESF) e em plenárias nacionais de delegados de base no processo de intervenção no Congresso Nacional durante as tramitações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Alegando que haveria eleições e mudança de governo, o Ministério do Planejamento suspendeu formalmente a Mesa Nacional de Negociações Permanente (MNNP) no início de agosto de 2006 e, até o momento, ainda não a convocou.

Em relação à LDO, o governo rejeitou, mais uma vez, a proposta dos servidores de fixação de uma política salarial baseada na variação do PIB nominal, apesar da receita ter anualmente variação desta ordem. Na LOA, alocou recursos apenas para complementar aspectos de carreira definidos pelas medidas provisórias acima mencionadas indicando que em 2007 não haverá qualquer tipo de reajuste salarial. Isso veio a reforçar a necessidade da reunificação das entidades em torno da CNESF.

No início de fevereiro deste ano foi realizado um seminário da CNESF com duração de dois dias, no qual foi possível analisar o anunciado Pacote de Aceleração do Crescimento (PAC) e suas conseqüências para o serviço público e para os servidores em particular. O seminário confirmou as análises anteriores de que as condições para o atendimento das reivindicações dos servidores seriam muito difíceis a partir de 2007 e que muitos direitos estariam ameaçados. A conclusão foi no sentido de se construir uma campanha salarial realmente unificada, bem enraizada nas bases, na perspectiva de preparação para grandes mobilizações, sem o que a campanha não terá êxito. Convocou-se uma plenária nacional para o dia 14 de março e o ato de lançamento da campanha para o dia 15. Os próximos passos indicados pela plenária são a reorganização das coordenações estaduais e a realização de manifestações nas principais cidades no dia 17 de abril. Paralelamente, a CNESF estará buscando a abertura de negociações. No início de maio, uma nova plenária avaliará o andamento do processo e indicará os próximos passos na construção da mobilização.

No dia 17 de abril, grandes manifestações unificadas de diferentes setores serão realizadas. Os docentes, os servidores técnico-administrativos e os estudantes das universidades paulistas estarão promovendo um dia de paralisação contra os decretos de José Serra que atentam contra a autonomia universitária. Mobilizações semelhantes acontecerão nas demais capitais. A data marca o início do Abril Vermelho organizado pelo MST, quando um conjunto de ações de mobilização ocorrerá em todo o país. Os servidores, portanto, estarão reforçando tais mobilizações e fortalecendo sua campanha salarial. As seções sindicais deverão fortalecer o processo já deflagrado, debatendo com os professores os desafios do momento.

Dias antes do lançamento da campanha salarial, o Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, anunciou que o governo pretende regulamentar o direito de greve dos servidores públicos, que está assegurado na Constituição. Em suas declarações, tomou como exemplo as longas greves na educação e na saúde, indicando que deverão ser estabelecidas restrições ao direito assegurado pela Constituição. Mas, por que tal idéia aparece pela primeira vez após quatro anos de governo Lula?

A resposta está no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento), particularmente no Projeto de Lei Complementar 001/2007, que acresce um artigo à Lei de Responsabilidade Fiscal, com o objetivo de restringir ainda mais as despesas do Estado com pessoal e encargos. Estabelece o referido projeto que, a cada ano, a folha deve permanecer igual a do ano anterior reajustada pela inflação e mais 1,5%, que corresponde ao chamado crescimento vegetativo. A proposta tem origem na orientação econômica de se atingir o déficit nominal zero, o que significa maior contenção de despesas para atender as demandas do pagamento de juros. Na exposição de motivos do projeto, o governo afirma que ele contribuirá para manter o risco Brasil em níveis baixos.

Nesta campanha salarial, portanto, estaremos enfrentando a política econômica do governo e, por esta razão, a unidade, a coesão e a força do movimento serão imprescindíveis. Estaremos lutando pelo direito à negociação coletiva que o governo insiste em negar. Após a reunião desta sexta-feira (30/3) com a CNESF, na qual o Ministério do Planejamento se negou a discutir a pauta de reivindicações dos servidores, ficou claro que o governo não pretende negociar e que pretende neutralizar a pressão dos trabalhadores regulamentando o direito a greve, ou seja, impedindo que os trabalhadores utilizem esse legítimo instrumento político. Essa situação reforça a necessidade de unificação com os demais setores do serviço público.

*Presidente do Andes-SN, publicado em www.andes.org.br

Opinião

Direito de greve no serviço público

Lafaiete Neves*

A novidade para o mundo do trabalho divulgada pelo governo Lula foi anunciada pelo Ministro do Planejamento Paulo Bernardo, após uma audiência com o Presidente da República. Segundo o Ministro, o Governo Lula pretende regulamentar o artigo da Constituição Federal de 1988, que garante o direito de greve no serviço público. O governo federal pretende limitar as greves nos serviços essenciais.Essa sempre foi a pretensão de todos os governos desde 1988. Não conseguiram regulamentar o direito de greve nos serviços públicos em decorrência da posição contrária principalmente do PT no Congresso Nacional e pela mobilização dos trabalhadores no serviço público em todos os níveis. As greves nos serviços públicos sempre foram reconhecidas nas mesas de negociações, inclusive com a negociação dos dias parados.

No momento em que reaparece essa questão da regulamentação dos direito de greve no serviço público, a conjuntura política é outra. A grande pergunta que permanece é porque o governo Lula não regulamentou na sua primeira gestão essa questão que agora volta à baila. O governo Lula sente-se tão fortalecido pela vitória eleitoral do segundo turno, está com maioria absoluta no Congresso Nacional e desmontou a oposição, tendo assim condições favoráveis para enfrentar os servidores públicos que em sua maioria têm se colocado em oposição à sua política de reajustes salariais e de cortes de verbas para os serviços públicos.

Tudo indica que nesse momento o governo recoloca essa questão por sentir-se a cavaleiro da situação. Ou seja, é um governo que domina o parlamento, emergiu do movimento popular e sindical, logo, conhece por dentro a estrutura e o funcionamento do movimento sindical, sabendo muito bem que já tem o controle da CUT, principal central de trabalhadores que hoje dá sustentação ao governo, que apoiou a reeleição do Lula e tem atuado no sentido de impedir a mobilização dos trabalhadores em geral e particularmente do serviço público. Para corroborar esse afirmação, basta verificar a diminuição dos movimentos grevistas desde o primeiro governo Lula e o papel que jogou a CUT nessa desmobilização e desmonte do movimento sindical. Sabe muito bem o governo que entidades sindicais representativas dos servidores públicos federais, estaduais e municipais romperam com a CUT devido a sua posição de atrelamento ao governo e hoje constroem outra alternativa de organização dos trabalhadores, fora da influência da CUT.

As entidades sindicais do serviço público ainda vinculadas à CUT há muito tempo não se mobilizam para a defesa de reivindicações de seus sindicalizados. O próprio Ministro do Planejamento reconhece que o governo desmontou a mesa de negociações com os servidores públicos e que nesta semana convoca as entidades de servidores públicos federais para retomar negociações, já colocando na pauta a regulamentação do direito de greve no serviço público. Mesmo que possa parecer estranho que o Ministro do Planejamento assuma publicamente um tema que é do Ministério do Trabalho, a regulamentação do direito de greve nos serviços públicos devemos entender como uma estratégia do governo Lula para preservar o ministro do Trabalho que é oriundo do movimento sindical e foi presidente da CUT. E fica inconveniente politicamente para a CUT nesse momento se colocar a favor do governo nessa matéria. Queremos ver se a CUT vai mobilizar os trabalhadores como fez em período recente antes da primeira eleição do Lula, contra as reformas neoliberais.

Mas não há dúvida de que essa ação é orquestrada e tem um maestro. Não se trata de uma ação isolada, sem nexo e desafinada. Afinal, também não se trata de ser contra a regulamentação de artigos da Constituição Federal. O que se questiona é que há tantos artigos da Constituição que não foram regulamentados até hoje, e o governo se mantém mudo sobre essas regulamentações de interesse da sociedade, entre as quais a que trata da limitação dos lucros dos bancos. Isto para não deixar esse ente "quase humano", o mercado, ficar nervoso. Os assalariados, os que dependem de empréstimos bancários, esses sim podem ficar nervosos com a elevação constantes dos preços e as altas taxas de juros. Acontece que a regulamentação do direito de greve nos serviços públicos não pode ser mais adiada por fazer parte do grande embate que está sendo retomado após o segundo turno das eleições presidenciais que é a reforma sindical e trabalhista.

*Lafaiete Neves é Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e professor do Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da UNIFAE-Centro Universitário.

Internacional

Argentina tem dia de greve geral e protestos pela morte de professor

Crise em província ao sul do país é estopim de uma série de reivindicações setoriais

As duas centrais sindicais da Argentina – Confederação Geral do Trabalho (CGT) e Central dos Trabalhadores Argentinos (CTA) - realizaram uma greve geral nesta segunda-feira, dia 9. A paralisação marcou os protestos contra a morte do professor Carlos Fuentealba, na semana passada. Pai de duas filhas e professor de física e química, Fuentealba tinha 41 anos e foi ferido na cabeça pela polícia, durante manifestação dos docentes em greve, na província de Neuquén, no sul do país.

A paralisação nacional contou com a participação dos docentes da rede pública e particular argentina que suspenderam suas atividades durante 24 horas. Motoristas de ônibus, metrô e trens, bancários e servidores do setor judicial e várias outras categorias pararam por várias horas nas províncias e na capital Buenos Aires. A associação docente da Universidade de Buenos Aires, em assembléia, também aprovou a participação nas manifestações.

O governador da província de Neuquén, Jorge Sobisch, é pré-candidato presidencial e adversário político do presidente Néstor Kirchner, que o responsabiliza pela morte do professor.

Kirchner também não quer o reajuste

Professores de diferentes províncias do país vizinho vêm protestando há meses por ajustes salariais. Os argentinos exigem maiores salários e dizem que o que recebem é "devorado" pela inflação que o governo Néstor Kirchner insiste em não reconhecer. Em 2006, a inflação oficial foi de 9,8%. Mas economistas afirmam que teria sido de pelo menos 15%.

Embora os professores das escolas públicas dependam diretamente dos governos provinciais,o presidente Kirchner tampouco está a favor de reajuste para a categoria. Os analistas indicam que a crise dos professores é o estopim de uma série de conflitos setoriais que Kirchner está tentando esconder.

O ano eleitoral de 2007 na Argentina promete ser conturbado. Kirchner se apresentaria à reeleição presidencial em outubro. Caso não seja candidato, sua esposa, a primeira-dama e senadora Cristina Fernández se apresentaria para disputar a sucessão. O casal possui, por enquanto, elevados níveis de popularidade entre a população do país.

Internet

PROFESSORES, ESTUDANTES E TRABALHADORES BLOQUEIAM ESTRADA EM PIEDRA DE AGUILAR, NA PATAGÔNIA ARGENTINA

ASSEMBLÉIA EM NEUQUÉN

Professor morre em confronto

Carlos Fuentalba morreu na sexta-feira, 6, após um dia em coma. Na quinta-feira ele participou de uma manifestação dos professores públicos de Neuquén para exigir maiores salários. O policial José Darío Poblete disparou uma granada de gás lacrimogêneo contra o carro onde estava Fuentalba. O projétil atingiu a cabeça do professor, que estava a apenas um metro e meio do policial, causando o afundamento de crânio que o deixou em coma. O policial foi detido e acusado de homicídio.

Para alguns analistas argentinos, a morte de Fuentalba enterrou a candidatura de centro-direita do governador da província, Jorge Sobisch, à presidência da República nas eleições desse ano. Também teria liquidado as expectativas de que pudesse ser o vice na chapa de outro líder da direita argentina.

No meio da crise, Sobisch argumentou que o soldado da polícia havia disparado por engano. "Talvez tropeçou, e disparou sem querer", alegou. O governador também recusou-se a demitir seu gabinete e disse que não renunciaria de forma alguma.

A recusa do governador elevou a tensão existente hoje na província patagônica. Os professores bloquearam as duas pontes de acesso à cidade. Além de Neuquén, cinco das 21 províncias do país vivem dias de protesto de professores, apesar de os salários serem diferenciados por região.

Foram registradas pela imprensa argentina e brasileira manifestações em Salta e Chaco, no norte da Argentina; La Rioja, no noroeste; e Terra do Fogo e Santa Cruz, também na Patagônia. Além dos protestos na porta dos palácios provinciais, os professores argentinos também interromperam o trânsito em várias estradas e exigem a renúncia do governador Sobisch .

Em Salta, 300 professores e professoras em greve cercaram a Assembléia Legislativa na madrugada do dia 5/4 e impediram por seis horas a saída de cerca de uma dezena de autoridades. Os manifestantes arranharam veículos e apedrejaram vários deputados que se retiraram do local com a ajuda da polícia, que reprimiu os manifestantes com balas de borracha.

Dia Nacional de Luta contra a Reforma Universitária

17 de abril, Candelária 16 horas

Opinião

"Pensar uma universidade crítica nas terras de German's Hill, nome doravante usado para inserção do Complexo do Alemão aos templos da pós-modernidade, é diariamente lutar contra a acomodada corrente do pensamento único..."

Por Vera Salim. Página 2

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 533 17 de abril de 2007

Campanha Salarial 2007

Há um mês em Campanha Salarial, servidores não têm nenhuma resposta do governo Lula sobre reajuste, piso e isonomia, itens que constam da pauta entregue à Casa Civil em 15 de março por representantes das categorias.

Em reunião com dirigentes sindicais, o Secretário do Planejamento disse que negociações terão como limite o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o que limita em 1,5% ao ano, até 2016, qualquer crescimento real da folha de pagamento do funcionlismo. O PAC está tramitando no Congresso Nacional sob a forma do Projeto de Lei Complementar (PLP 01/2007) e os servidores querem sua retirada imediata.

Os docentes das Federais acumulam uma defasagem de até 35% em relação aos percentuais de reposição da inflação recebidos no período de 1995 a 2006.

Leia mais nas páginas 4 e 5

Opinião

O Homúnculo pós-moderno nas terras de German´s Hill

Vera Salim*

"...o Homúnculo é uma caricatura dos iluministas. É inteligente, mas sempre empírico, pragmático; detesta Filosofia.

..... tal como acontece com meninos-prodígio ele às vezes abusa da paciência alheia, exibindo suas qualidades.

Pouco a pouco, se percebe que os talentos do Homúnculo são limitadíssimos, ele tem boa memória e alguma sensatez, assimila bem a retórica, mas carece de imaginação e não tem nenhuma criatividade

Foi formado por outros, não se formou a si mesmo.

Só se interessa por aquilo que tem utilidade imediata.

Desconhece o espírito crítico e a aventura do espírito, quando se defronta com o desafio dos valores que perduram

***(O Homúnculo sob o Signo dos Apagões -** Leandro Konder- JB-14/04/2007)*

Pensar uma universidade crítica nas terras de German's Hill, nome doravante usado para inserção do Complexo do Alemão aos templos da pós-modernidade, é diariamente lutar contra a acomodada corrente do pensamento único, conformista, medroso e alienado que procura formas de mudança que deixem tudo da forma que está.

Pensar aqui em uma universidade crítica é lutar diariamente contra propostas já estabelecidas da fabricação em série de homúnculos necessários à manutenção e perpetuação de modelos de sociedade injustos e assassinos.

Proteus, deus grego reencontrado por Fausto, se surpreende como o homem fabricado: "Um anão com Luzes! Eu nunca tinha visto."

O anão com luzes é o modelo perfeito dos estudantes que devemos produzir e em que todos – professores, técnicos administrativos e estudantes – devemos nos transformar!

O anão com luzes é pragmático e se envaidece de suas sábias decisões e escolhas imobilistas. Acredita assim que só o que nos resta são as confortáveis e inquestionáveis opções do pensamento único.

A História há muito acabou e assim podemos e devemos cuidar da nossa vida, o que ainda lhes parece possível, em opções individuais e ajustadas à manutenção da ordem caótica já estabelecida.

Já é tempo de entender que o mercado substitui nossas escolhas, pauta nossa profissão, nossos valores e que a comunicação de massa modela nossos desejos, nossa estética e forma de amar.

Não é feito o mundo num modelo que ordena maiores lucros para o capital financeiro, enxugamento crescente dos gastos do Estado e envio crescente e sempre maior de dólares para o pagamento da impagável e inegociável dívida externa?

Não é lei nos curvarmos às ordens do senhor da guerra e assim ajudarmos a financiar a guerra no Iraque e a assassina intervenção militar no Haiti?

Por terras brasileiras, como não aceitar esta verdade eterna e seus reflexos imediatos como o dengue que mata, as estradas que matam, a falência da educação e da saúde pública e o rombo forjado da Previdência?

Por terras, ainda pretensamente brasileiras, as balas perdidas matam e mais uma vez acertam um trabalhador no Morro dos Macacos. Lá, onde a população não deve ter nome, mas deve ser olhada como exército de reserva para o capital ou, quem sabe, apenas como mais um rejeito do sistema capitalista.

O "Brasil de Todos Nós" – símbolo da democracia e igualdade racial, já que temos um Ministro da Cultura negro, prato cheio para os bem pagos marqueteiros do governo – mata trabalhadores e paga 10 milhões em horas extras, só nos últimos 3 meses, para uma Câmara com 15 deputados no plenário na última sexta-feira!

O Brasil para todos tem um Estado sem verbas para comprar e distribuir remédios para os doentes imuno-deficientes, condenados de forma lenta e premeditada a uma vida sem vida.

Neste "Brasil de Todos Nós" se instala pouco a pouco e ardilosamente uma universidade pública com modelos do velho transformado em novo: a Universidade Nova e a Universidade Aberta, duas variações sobre o tema de como melhor ajustar a universidade pública aos orçamentos minguados obedecendo aos mandamentos das políticas neoliberais de enxugamento do Estado.

Para este modelo de universidade pública, a solução apresentada no PAC, tão a gosto dos defensores do governo Lula, e que mentem quando nos vendem um mito do desenvolvimento econômico como forma de transformação social, o governo reserva aos servidores públicos federais um PLP 1/2007, em tramitação no Congresso Nacional, que limita nosso reajuste salarial .

Sejamos então, anões pragmáticos e continuemos andando e ensinando nas terras de "German´s Hill" sabedores de que, mais uma vez, não teremos reajuste salarial.

Aceitemos projetos de uma Universidade Nova, tão velha quanto o neoliberalismo, aceitemos a Universidade Aberta, aceitemos padrões de avaliação e produtividade, e de cabeça baixa desperdicemos nosso tempo com o preenchimento de inúmeros formulários para provar que somos, sim, muito produtivos.

Estas são as soluções possíveis para manutenção do nosso emprego e da carreira docente olhada sempre na lógica do ajuste ao mundo possível, enquanto Mefisto sorri, contente com sua obra!

Conformistas que somos, cabe-nos aceitar e também perpetuar a lógica do imobilismo e assim devemos formar mais e sempre mais jovens vaidosos; anões sem brilho, engrenagens sociais descartáveis, mantenedoras da ordem, jovens individualistas, não críticos, pragmáticos, que têm como meta de felicidade o consumismo e o hedonismo, praticado aqui mesmo ao entardecer das sextas-feiras no *campus* universitário.

A UFRJ se cala, pois faz parte do mundo possível.

A UFRJ não sonha e, sem ousar, avança sem traumas, dentro da lógica do capital, servindo de sustentação e exemplo de ajuste da universidade pública a um modelo econômico que diz criticar.

Como pensaremos então, por exemplo, aqui nesta UFRJ a campanha salarial 2007?

Certamente muitos de nós, pragmáticos que são, com um sorriso irônico nos lábios e balançando a cabeça contrários a reivindicações. Eles não acreditam em sonhos, não acreditam em lutas e nem mesmo têm tempo para perder com reivindicações coletivas, como o reajuste salarial! Para eles, certamente a retomada da luta por uma recomposição salarial e a necessidade e obrigação de todos lutarem pela manutenção da dignidade de sua profissão não são preocupações dignas de um "cientista".

Assim, sobrará para os desavisados renovar o empréstimo no banco da sua escolha, tarefa fácil, visto que a moderna tecnologia e os inúmeros *outdoors* espalhados pelo *campus* nos oferecem soluções rápidas:

"Servidor, renove seu empréstimo com consignação em folha!"

Para outros, num patamar superior de excelência por dominarem conhecimentos em alta no mercado, caberá mais uma visita à Petrobrás e a contratação de um novo projeto (permitido e incentivado pela lei das PPPs) o que certamente garantirá a sua reposição – e até um aumento – salarial. Convenientemente, se esquecem de que pertencem a uma categoria e, mais grave, que temos colegas aposentados.

Alguns certamente continuarão seguindo valores éticos e políticos de conteúdo humano e permanecerão na contracorrente da lógica do capital.

*Vice-presidente da Adufrj-SSind

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Reforma Universitária

Divulgação: Comitê UFRJ

REUNIÃO NA EEFD ORGANIZA PARTICIPAÇÃO DO COMITÊ UFRJ NO DIA NACIONAL DE LUTAS

UFRJ mobilizada contra a Reforma Universitária

Comitê prepara manifestação de 17 de abril e organiza luta dentro da Universidade

Por todo o país, o primeiro semestre de 2007 vem sendo marcado por um novo fôlego na luta contra a Reforma Universitária e em defesa da educação pública. Ainda no final de 2006, foi criada a Frente de Luta Contra a Reforma Universitária, formada por entidades estudantis, sindicatos e movimentos sociais para unificar as mobilizações nesse momento decisivo para a garantia da educação pública de qualidade. A partir de então, os comitês de base da Frente começaram a ser criados em todo o Brasil, para tocar a luta cotidiana em cada estado e instituição de ensino.

Na maior universidade federal do país, não poderia ser diferente. No dia 20 de março foi criado o *Comitê UFRJ Contra a Reforma Universitária*, unificando estudantes de diferentes movimentos da universidade ("Não Vou Me Adaptar", "Quem Vem Com Tudo Não Cansa", "Nós Não Vamos Pagar Nada", "Correnteza" e "A Hora é Essa"), professores e servidores para a luta em defesa da universidade pública. A atividade de lançamento do *Comitê UFRJ* apontou o caráter mercadológico e privatista da Reforma Universitária do governo Lula, constatou a necessidade da organização da luta concreta contra as políticas do governo dentro da universidade e discutiu os rumos e marcos que as mobilizações devem assumir, marcando assim o início de um período de muitas lutas na UFRJ.

Dando continuidade às suas atividades, o *Comitê UFRJ Contra a Reforma Universitária* organizou uma caravana para São Paulo, para a participação no Encontro Nacional Contra as Reformas Neoliberais (que contou com a participação de estudantes, trabalhadores, sem-terra e sem-teto de todo o país) e na Plenária Nacional Contra a Reforma Universitária e em Defesa da Educação Pública. As atividades foram bastante vitoriosas e unificaram um calendário nacional de lutas contra as reformas do Governo Lula.

Neste dia 17 de abril, ocorre a primeira atividade deste calendário. Será um Dia Nacional de Lutas, com atividades em todos os estados do Brasil. No Rio de Janeiro, haverá uma Passeata Contra as Reformas do Governo Lula e o PAC: a concentração será às 16h na Candelária, e a manifestação seguirá para Cinelândia. O *Comitê UFRJ Contra a Reforma Universitária* convoca toda a comunidade acadêmica para a participação nesta importante atividade, que marca a unificação da luta contra toda a Reforma Universitária com a resistência às demais reformas neoliberais do governo, como a Previdenciária, Sindical e Trabalhista, conferindo mais força à luta.

Compreendendo a necessidade de unificação entre as reivindicações específicas de estudantes, professores e servidores com a luta nacional contra a Reforma Universitária, o *Comitê UFRJ* vem realizando reuniões periódicas na universidade, com o objetivo de construir mobilizações sintonizadas com as necessidades específicas de cada categoria. Desde sua fundação, o *Comitê UFRJ* já realizou reuniões no IFCS e na EEFD. A próxima reunião está marcada para o dia 20 de abril, às 16h, na Faculdade Nacional de Direito, e um seminário para a discussão aprofundada do conteúdo da Reforma Universitária já está marcado para o dia 5 de maio, com local e horário a serem definidos. Além disso, o *Comitê UFRJ Contra a Reforma Universitária* começa também a preparar a sua intervenção nas atividades do 1º de maio e a organizar uma manifestação para o dia 24 de maio na Universidade, outra data integrante do calendário nacional de lutas. Todas estas atividades serão organizadas nas próximas reuniões do grupo.

A participação de toda a comunidade acadêmica é fundamental para que a luta na UFRJ possa ser capaz de avançar em uma agenda de transformações, alcançando importantes conquistas que reafirmem as bandeiras históricas do movimento de educação (tais como o caráter gratuito da universidade, a dignidade de carreira para professores e servidores, a democratização dos conselhos, a ampliação das políticas de assistência estudantil - com aumento do valor e número de bolsas -, a melhoria e ampliação do alojamento estudantil e a construção imediata do bandejão em todos os *campi* da UFRJ) e, ao mesmo tempo, fortalecer a luta nacional por uma educação de qualidade, o que neste momento passa por uma grande ofensiva contra a Reforma Universitária do Governo Lula.

Comitê UFRJ Contra a Reforma Universitária

Resenha

Sintrasef sai da CUT

Terminou no último domingo, 15/4, em clima de grande emoção, o IX Congresso do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal do estado do Rio Com cerca de 200 congressistas, o sindicato decidiu pela imediata desfiliação da Central Única dos Trabalhadores, no evento realizado em Papucaia, Cachoeira de Macacu. *Fonte: Núcleo Classista Bertolt Brecht*

Equador decide por uma Assembléia Constituinte

Com 78,1%, o "sim" para instalar uma Assembléia Constituinte no Equador venceu o "não" (11,5%) no domingo passado (15/4). A partir da nova Constituição (a última é de 1998), o presidente Rafael Correa quer reconstruir, a partir do zero, toda a estrutura institucional, política e econômica do Equador, levando-o mais para a esquerda, em consonância com as mudanças que estão sendo observadas em vários países da região, sobretudo na Venezuela de Hugo Chávez, com quem Correa mantém estreitos laços de amizade. *Fonte: www.vermelho.org.br*

STF contra os servidores

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na quinta passada (12/4), que os funcionários públicos deverão manter a prestação dos serviços essenciais mesmo quando entrarem em greve. Durante o julgamento do direito de greve dos servidores públicos, a maioria dos ministros chegou à conclusão que, como este assunto não está regulamentado no Congresso Nacional, os servidores públicos devem seguir as mesmas regras da iniciativa privada para a realização de greves. *Fonte: Valor Econômico - SP*

Campanha pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce

Entidades e movimentos sociais criaram, na quarta-feira (11), em Curitiba, o Comitê Estadual da Campanha pela Anulação do Leilão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD - negociada em 1997 em um processo questionado em mais de 100 ações populares). O comitê tem o intuito de organizar no estado o Plebiscito Popular para debater com a sociedade civil o leilão da Vale, bem como o papel estratégico da companhia para a vida da população. O Plebiscito Popular está agendado para a primeira semana de setembro. *Fonte: www.brasildefato.com.br*

Campanha Salarial

Categorias querem piso e isonomia salarial

Em 11 anos, inflação oficial chega a 170%. Docentes têm defasagem de até 35%

Em todo o país, os servidores públicos federais participam neste dia 17 de uma grande mobilização nacional pela abertura de negociações com o governo Lula. Na pauta da Campanha Salarial 2007, os servidores reivindicam a incorporação das gratificações e a reposição salarial dos anos de 1995 a 2006. Para os docentes, esta reposição significa reajustes de 17% a 35%, dependendo da classe e nível. A inflação nestes 11 anos chega a 170% e os servidores tiveram reajustes inferiores, que variaram de 100% a 130%.

A Campanha começou em 15 de março quando a Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais (CNESF) entregou à Casa Civil a pauta de reivindicações. Uma das exigências da coordenação é que o governo estabeleça o dia 1º de maio como data-base dos servidores e oficialize o direito à negociação coletiva.

Os servidores também querem a correção das distorções salariais das carreiras e a implantação das diretrizes de planos de carreira, além da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Quinze dias depois, na sexta-feira 30, diretores do Andes-SN participaram com representantes da CNESF de reunião com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (MPOG), Sérgio Mendonça. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi posto pelo secretário como "limite da negociação" que o governo pretende estabelecer com os servidores. O PAC que tramita no Congresso Nacional sob a forma do Projeto de Lei Complementar (PLP) 01/07 prevê gastos na ordem de R$ 500 bilhões até 2010, principalmente com infra-estrutura em projetos de parceria público-privada, que significam, na prática, a transferência de recursos do Tesouro e entrega do patrimônio público para a iniciativa privada.

Até o momento, o governo Lula não abriu nenhum espaço para a negociação da pauta de reivindicações protocolada na Casa Civil. O PAC limita o crescimento real (já descontada a inflação) da folha de salários até 2016 a 1,5% ao ano. Isso representa o congelamento dos salários dos servidores durante dez anos.

Na reunião, Sérgio Mendonça sequer tinha conhecimento da pauta protocolada na Casa Civil. Mendonça foi presidente durante anos do Departamento Intersindical de Estudos Econômicos e Sociais (DIESSE), referência no cálculo da inflação para os trabalhadores durante o governo FHC. Hoje integrante do governo Lula, o secretário diz que as negociações com os servidores estão limitadas a um teto imposto pelo pacote de crescimento de menos de R$ 1 bilhão (com base nos valores de 2007). Somente em janeiro deste ano, o governo Lula gastou R$ 21,1 bilhões com pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Piso salarial

Os servidores querem que o governo estabeleça um piso para todo o funcionalismo federal, instaurando uma política de isonomia salarial e reajustes dos benefícios (auxílio alimentação e outros) pelos valores mais altos.

A realização de concursos para preenchimento de vagas novas e das ocupadas por trabalhadores terceirizados e temporários é outra reivindicação dos servidores.

Situação dos docentes

Os professores das federais reivindicam a isonomia da GEAD (gratificação específica de atividade docente, do ensino básico) com a GED (gratificação de estímulo à docência, do ensino superior), pelos valores máximos. Esse seria o primeiro passo para a conquista da isonomia plena. A próxima etapa é a incorporação das gratificações ao vencimento básico, incluindo a GAE (gratificação de atividade executiva), com o objetivo de alcançar a isonomia entre os três poderes, determinada pela Constituição Federal.

Outra necessidade da categoria docente é a isonomia dos percentuais de titulação entre as carreiras do ensino superior e da educação básica. A paridade entre ativos, aposentados e pensionistas e a incorporação da vantagem pecuniária individual (VIP) também são demandas dos professores.

Os docentes mantém a luta pelo fim dos critérios produtivistas para a progressão funcional e pela manutenção dos aposentados na folha de pagamento das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

Panfleto

Ricardo Kubrusluy

De que são feitas as cidades? Edifícios, ruas, monumentos; não, elas são feitas de homens e mulheres, das brincadeiras das crianças, dos sonhos das pessoas, das vontades coletivas dos trabalhadores, dos seus anseios. Assim como os países e o planeta, feitos de sonhos e lutas, das construções dos sonhos e das lutas para construí-los.

Mas contra quem lutamos, se todos, se dizem de si, de fato, quererem um lugar melhor e mais justo, um planeta redondo e redondo, onde as diferenças sejam respeitadas e das teias das diferenças emerja um coletivo forte, com jeito de futuro justo, em um planeta solidário? Lutamos contra os representantes do passado e seus desejos de permanência. Lutamos contra a inércia gorda de um poder covarde, contra o preconceito e suas forças aniquiladoras.

Lutamos contra a ilusão desajeitada dos infames, contra o falso certo, o fácil certo, sempre o errado verdadeiro. Contra os que buscam apenas os caminhos suaves, como se existissem caminhos suaves, quando a escarpa é verdadeira, contra esses lutamos. Contra os que não acreditam no homem e sua hora, contra os que lavam as suas mãos e deixam sempre como estão para ver como é que ficam, contra os senhores das pseudo-reformas que em nome do novo sempre se direcionam para trás, contra esses lutamos. Contra os que em nome do perdão e seus poderes, abandonam a busca de igualdades, contra as mudanças cosméticas e sua arquitetura preconceituosa, contra essas lutamos, contra os *outdoors* e seus reclames alienantes contra as ilusões pífias que tentam nos impor enquanto escondem as verdades dos nossos becos. Contra os senhores dos acontecimentos, contra esses lutamos.

A caminhada é longa, e se não há caminho, havemos de construí-los. Andamos sempre como à beira dos precipícios. Aqui, onde o futuro abre suas portas, hoje, onde devemos estar, na borda dos acontecimentos. Um pé no chão, onde a terra se estrutura e germina, um pé no ar, onde inventamos nossos futuros possíveis. A sociedade somos nós a caminhar os acontecimentos, a universidade somos nós

Campanha Salarial

Lula diz que não há caixa para salários

Enquanto isso, governo gasta mais de R$ 160 bilhões por ano com juros da dívida pública

No último 11 de abril, foi lançada no Congresso Nacional uma Frente Parlamentar pela Auditoria da Dívida Pública. O evento contou com a participação de parlamentares de vários partidos e entidades do movimento social e sindical e fez parte da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida, inserida na Rede Jubileu Sul Brasil. Em 2000, a rede realizou o Plebiscito Popular sobre a Dívida Externa, quando seis milhões de pessoas votaram contra a continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal.

A dívida pública é o centro de todos os problemas enfrentados pelo país hoje, incluindo as 'dificuldades' do governo em repassar recursos para o reajuste de salários dos servidores públicos.

Em 2000, ainda sob o governo Fernando Henrique Cardoso, o total da dívida pública no Brasil era da ordem de R$ 746 bilhões. Em dezembro de 2005, este montante pulou para R$ 1,15 trilhão. Um ano depois, ao final do primeiro mandato de Luiz Inácio, abatidos o pagamento de juros e encargos, a dívida pública chegou a R$ 1,23 trilhão. De abril de 2005 a abril de 2006, o governo pagou R$ 163 bilhões de juros aos bancos internacionais. Neste mês de abril, Lula deve repassar ao sistema financeiro internacional mais R$ 160 bilhões somente de juros.

Desde que assumiu, Luiz Inácio acentuou a política de ajuste fiscal iniciada no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Quando assumiu, em 2003, Lula aumentou o superávit de 4,25% para 4,75% do PIB. Já no primeiro semestre daquele ano, o superávit primário atingiu 5,41% da riqueza total produzida pelos brasileiros. Em 2007, começo do segundo mandato de Lula, a equipe econômica manteve a política de arrocho com uma projeção de superávit de 4,25% do PIB.

Para se ter uma idéia do que significa a ciranda que o governo promove com a rolagem da dívida pública, um aumento de 0,5% na taxa Selic (taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia) significa R$ 2,5 bilhões a mais por mês no total da dívida brasileira. O orçamento total do Ministério da Educação previsto para 2007 para a manutenção da rede pública de educação superior não passa de R$ 8,23 bilhões (dados da Lei Orçamentária de 2007). E toda a verba do Ministério da Ciência e Tecnologia para a pesquisa no país não é mais do que R$ 3,5 bilhões (executados em 2005).

São dados que mostram quem paga a conta do endividamento promovido pela política de ajuste fiscal e tocam mais ainda quem se encontra em plena campanha por reajuste. Se o governo decidisse investir no caminho de uma isonomia entre o funcionalismo do Executivo e os demais poderes e aceitasse conceder, apenas, 10% de reajuste geral para todos os servidores públicos federais teria um impacto no orçamento de cerca de R$ 30 bilhões/ano. Este valor é apenas um décimo do que vai ser negociado este ano para a rolagem da dívida pública, estimada em, no mínimo, R$ 370 bilhões para 2007. E é menos da metade do montante de juros que vai ser pago nesse refinanciamento junto aos credores internacionais, de cerca de R$ 70 bilhões!

Aumento para parlamento e presidência

Enquanto os docentes das federais permanecem com a perspectiva de reajuste zero, parlamentares querem reajustar o salário do presidente da República ao nível do mais alto recebido no legislativo. Os deputados terão seus vencimentos aumentados de R$ 12.840 mil para R$ 16.242 mil. Para fazer o atual salário de Lula (R$ 8.885 mil) chegar a esse patamar, o presidente teria um reajuste de 83%.

Bilhões de reais para empresários e banqueiros

A inflação oficial de 1998 a 2006 está em 77,1%. E o pagamento de juros da dívida no mesmo período subiu 158%. Quem se beneficia dessa política econômica são invariavelmente os setores financeiros especulativos e os grandes empresários. O lucro das empresas de capital aberto no governo Lula foi três vezes maior do que na gestão de Fernando Henrique.

No período de 2003 a 2006, 280 empresas de pelo menos 19 setores econômicos, excluída a Petrobras, tiveram um aumento de 245% em seus lucros líquidos. Em 2002, os empresários lucraram R$ 67,2 bilhões. A generosidade do governo Lula com o capital aumentou esse montante para R$ 232,9 bilhões em 2006.

O sistema financeiro – leia-se: donos de banco e agentes financeiros - tem lucrado muito alto com a atual política econômica. Em 2003, o rescaldo da era FHC deixou um lucro para os bancos de R$ 33,8 bilhões. Em 2006, os banqueiros aumentaram o conteúdo de seus cofrinhos em R$ 67 bilhões, um aumento de 100% nos lucros do sistema.

O governo de Luiz Inácio também tem sido bem bonzinho com as empresas de mineração que lucraram no primeiro mandato do atual presidente R$ 36,9 bilhões contra R$ 12,7 bilhões no segundo de Fernando Henrique.

Dos grupos do setor terciário (alimentos, vestuário etc), cinco grandes redes de supermercados de capital estrangeiro conquistaram fartas margens de lucro. O grupo Pão de Açúcar (associado ao grupo francês Casino) fechou 2005 com um faturamento de R$ 16 bilhões. O número de lojas do grupo foi reduzido no mesmo ano de 556 para 551 e o número de empregados de 63.500, em 2004, para 52.800, em 2005. O francês Carrefour teve faturamento de R$ 12 bi, em 2005, e o americano Wall Mart faturou R$ 11,7 bilhões em 2004.

Os dados foram retirados do Relatório Anual da Dívida Pública 2006 e do Plano Anual de Financiamento 2007 da Dívida Pública Federal (Ministério da Fazenda).

---

a caminhar os acontecimentos. Há que avançar pelas bordas como se à beira dos precipícios, mateiros das bordas dentro e fora dos muros das universidades. Há que destruir os muros e descobrir as bordas, as trilhas das bordas.

Não há passagens pelos vales dominados. Não há oásis, nem a ilusão de oásis por entre os vales da dominação, onde o passado se estabelece com seus costumes impostos e suas injustiças. Não há atalhos pelas flores do vale. Nem mesmo as flores existem, para além das ilusões televisivas. Não há acordo. Acorda! Acorda! Não deixe a noite amar-te a-toamente. Não há romance no deserto disfarçado. Não é da TV que eu falo agora; é do caminho inexistente, pelas bordas do futuro, inventado pelos mateiros do agora. Onde guardados pela história, pelo medo e pela coragem de viver o agora, não seremos a covardia dos vales inexistente, nem o vôo suicida de um futuro nunca.

Diremos sim, à história que o coletivo nos reserva, aos erros e acertos das invenções do agora, às lágrimas e aos sorrisos de um amanhã recomeçado, pelas bordas da vida, nos vértices dos acontecimentos. Mas diremos não, como dizemos agora, às falsas reformas e às farsas de um governo fraco e enganador, que juntamente com a oposição (não seriam os mesmos?) inventam o repetido nesse reinado pífio que se nos apresentam, passam seu tempo a gastar o nosso tempo e a nos empurrar para o vale onde o futuro não visita, onde um deserto de homens e idéias é o que lá habita. Diremos não ao corte de nossos direitos conquistados, às reformas desastrosas desse arremedo de estado e diremos sim à construção de nossa história pelas bordas mateiras de um destino que reinventamos com o caminhar dos nossos passos. Passo a passo diremos sim, a nossa universidade revolucionária, a nossa cidade revolucionária, a um planeta revolucionário, no seu desejo justo e igualitário. Diremos sim ao novo novo que construímos hoje para o futuro sempre, mas diremos não, sempre não, ao velho novo, ao repetido e gasto, que os velhacos donos dos acontecimentos se nos querem impor.

Por um mundo melhor, caminhemos. Até a vitória sempre.

Diretor da Adufrj-SSind

Opinião

Nem Nova, Nem Aberta

Luis Paulo Vieira Braga

A Universidade Federal do Rio de Janeiro, conhecida como Universidade do Brasil, ainda é uma das universidades mais importantes desse país devido ao seu quadro docente, técnico-administrativo e discente, que mal ou bem selecionados pela renda, demonstra enorme competência quando se avaliam, por exemplo, as jornadas de iniciação científica, as teses e projetos finais de curso, contradizendo assim as declarações a uma rádio carioca do nosso ex e futuro Reitor. Aparentemente o quadro de desânimo e apatia que se abateu sobre boa parte do quadro docente, contagiou os dirigentes maiores da UFRJ, e também seus expoentes científicos e culturais.

Somente assim pode se explicar que aceitemos o papel de campo de provas de projetos para universidades de segunda linha, inspirados nas pranchetas dos organismos internacionais para os países periféricos e dependentes, e não sejamos capazes de reformular e repotencializar a universidade que por vocação é do Brasil e não do governo do Brasil.

Não devem nos confundir com aqueles elitistas de classe que através dos diversos aparelhos de Estado velam pela manutenção da brutal dominação econômica e social da população brasileira, responsável por tantos recordes negativos a nível mundial. Nem tampouco com o social populismo, de prática generalizada nos dias atuais, e que não passa de ser a outra face da mesma moeda do subdesenvolvimento permanente. Assim rejeitamos igualmente a torre de marfim e a feirinha companheira. A UFRJ tem um papel diferente da Universidade do ABC, a sua vocação é a formação de quadros científicos e culturais conscientes, capazes de desenvolver novos projetos técnicos e sociais por esse país afora. Por esse motivo deve ampliar o processo de seleção de seus quadros discente, docente e técnico-administrativo por todo o Brasil, atraindo para cá o que houver de mais qualificado, e não, o contrário, eliminando a seleção de alunos, e mantendo um processo de concurso docente que é endógeno e profundamente esterilizante.

Os novos paradigmas de Universidade que vêm sendo divulgados como a quinta-essência do pensamento global não abordam de forma conveniente a questão da interdisciplinariedade – que é a característica marcante da ciência no século XXI. Aliás os dois projetos do governo do Brasil que estão na praça – Universidade Aberta(UA) e Universidade Nova(UN), assumem posições opostas, enquanto na UA o aluno é atraído pela possibilidade de se formar em uma profissão, na UN ocorre o oposto, reduzindo a interdisciplinariedade a uma abstração. O que se observa na realidade, é a materialização de programas de pesquisa em áreas determinadas – biotecnologia, mecatrônica, etc... A universidade deve é levantar as barreiras burocráticas que impedem a formação de grupos e programas interdisciplinares. Hoje a maior barreira a essa flexibilidade é a estrutura departamental, definida como a célula da universidade. As unidades devem se tornar as células, agrupando em seu interior programas de graduação e pós-graduação, laboratórios e núcleos.

Evitando assim o verdadeiro cabo de guerra que se instala entre os departamentos – principalmente nas unidades básicas, quando se trata de dividir a carga de atendimento aos alunos. Atualmente há departamentos com tamanhos diferentes, e que, em alguns casos, poderiam se tornar unidades.

Assim como subconjuntos de departamentos poderiam se reagrupar em uma nova unidade. Caberia aos Centros promover a harmonia entre as unidades nas opções que envolvessem atividades contempladas por mais de uma unidade ou fossem inéditas às unidades existentes.

Ensino não é equivalente a educação, um dos maiores equívocos do Ministério da Educação do Governo do Brasil foi ter dado a denominação de Secretaria de Educação à Distância ao setor que cuida do regime de ensino remoto. Preocupação com educação tampouco é a criação de cursos de pós- graduação em ensino de ciências. Tanto na forma presencial como na forma a distância, o que praticamos hoje na UFRJ é ensino, não é educação. E mesmo as atividades de ensino são vistas como um obrigatório remédio amargo, já que a ênfase está na publicação de artigos em revistas internacionais (seja lá o que isso quer dizer) ou a realização de projetos de consultoria. Como duas idéias não podem ocupar o mesmo cérebro ao mesmo tempo, não é difícil entender o porquê da desvalorização do projeto pedagógico diante dos demais projetos. Os números baixos de formandos por total de alunos, os altos índices de trancamento, os longos períodos até a formatura parecem não motivar nossos dirigentes a especular sobre o problema, que preferem optar pela solução Malthusiana – colocar mais alunos para dentro, esperando que mais alunos cheguem ao final do curso. Ou não foi assim que a mina de Serra Pelada produziu ouro?

A forma mais efetiva que a Universidade do Brasil pode contribuir para o progresso da sociedade brasileira é através da multiplicação de convênios com órgãos públicos em todos os níveis. Recentemente uma mensagem no Forum da minha unidade fêz pouco da participação da UFRJ no esforço para a despoluição do canal que nos separa do continente. É exatamente o contrário, precisamos através de nossas competências desenvolvermos mais e mais projetos dessa natureza, estabelecendo um vínculo orgânico forte com a comunidade em que estamos inseridos. Evidentemente esses projetos precisam estar submetidos a uma fiscalização e monitoramento da comunidade universitária, o que implica em abrir as caixas-pretas das Fundações que hoje povoam os nossos *campi*.

A falta de professores no ensino básico, ao contrário do que pode parecer, não é simplesmente consequência da inexistência de cursos de formação de professores. Na minha unidade funciona, já, há algum tempo, um curso de licenciatura noturna, pois bem, os bancários, comerciários, militares, e outros profissionais que não podem estudar durante o dia, nem pagar uma faculdade particular, dificilmente irão largar os seus empregos, aonde ganham mais, para se arriscar em uma escola da rede pública. O mesmo acabará por ocorrer na Universidade, a permanecer o quadro de falta de condições e de baixa remuneração. O completo descuido com os seus recursos humanos torna a UFRJ um péssimo patrão. Nem mesmo os seus direitos trabalhistas mais elementares, como um ambiente são, merece a atenção devida dos dirigentes superiores. A minha unidade, que não tem sede própria, já foi inundada várias vezes, e muitas salas de professores são escuras, úmidas, mal ventiladas e inadequadas para permanência prolongada. Se a questão salarial está engessada pela legislação superior, por outro lado não se vê criatividade por parte dos dirigentes em buscar formas de remuneração indireta tais como – planos de saúde, assistência jurídica, bolsas de estudo para os filhos e dependentes, e outras vantagens viáveis e sustentáveis.

O peso de nosso passado colonial, aliado à presente fase globalizante do capital, estigmatizou o trabalho no Brasil como uma contigência da vida, ao invés de via para a realização e bem estar. Isso talvez explique o fascínio dos brasileiros por uma oportunidade no exterior, o que já afeta muitos de nossos colegas de academia, principalmente aqueles que tiveram sua formação ou parte dela lá fora. O estreitamento de oportunidades em segmentos de ciência, tecnologia e cultura, advém da prolongada ausência de um projeto ambicioso de desenvolvimento para o país.

Desapareceram os polemistas de outrora, tão numerosos na Universidade do Brasil, resignam-se todos sob as inevitabilidades do receituário financeiro, mero ópio para conter a evolução da dívida trilionária, que irá afundar o país mais cedo ou mais tarde. A Universidade do Governo do Brasil não polemiza, pasteuriza os debates, anestesia as consciências e reduz-se a uma alegoria dos tempos heróicos.

* Conselheiro da Adufrj-SSind e professor do Instituto de Matemática

Cartas

Sobre hospitais públicos

Oportuno artigo (nota da redação: "Breve notas sobre os hospitais públicos e as fundações estatais", publicado em 10/4) no sentido de trazer para a nossa ADUFRJ o Debate e qualificá-lo.

Existem problemas no SUS na macro e na micropolítica, no primeiro caso poderíamos exemplificar com a alocação dos recursos necessários e na micro em como aplicá-lo com racionalidade e eficiência, neste último podemos situar a questão da gestão de um dos aspectos do atendimento, o Hospitalar, exatamente aquele que por sua essência consome maior quantidade dos mesmos. Quando digo essencialmente é porque para cada leito se exige um determinado número de profissionais (4, 5, 6,7,) dependendo das características de cada um, concentra-se nestas unidades equipamentos mais ou menos sofisticados , que necessitam de pessoal de maior qualificação, procedimentos mais complexos (transplantes quimioterpia anti-neoplásica etc).

Somam-se a este aqueles decorrentes do não adequado funcionamento da Rede básica , que permite que situações simples não sejam tratadas no tempo certo, e com isto piorando o prognóstico e aumentando a procura por serviços de emergências, seja nesta condição ou aumentando a demanda na unidade mais cara por não ter encontrado solução no nível adequado.

Independente de relatório do Banco Mundial ou de discussão de novos modelos de Gestão. Quem trabalha na ponta tendo que atender, tendo que dar condições de trabalho, de ensino, pesquisa, sem orçamento, sem repasse regular de recursos, sem reposição de quadros, auditados à posteriori com instumentos contábeis por quem não tem responsabilidade de dar contas das vidas que se encontram sob sua guarda, torna difícil a vida do gestor e pior a vida de quem depende destes serviços e nenhum dos dois pode esperar.

O HUCFF neste ano que passou promoveu três seminários sobre o tema, a Câmara dos Hospitais do CCS em breve fará o mesmo.

Temos que ter uma proposta , no que depender do diretor do HUCFF terá.

Aproveito para solicitar a minha inscrição no Grupo de Trabalho de Seguridade Social da ADUFRJ

Alexandre Pinto Cardoso
Diretor Geral do HUCFF
Prof. Adjunto Md, Phd Fac Medicina UFRJ

Colegiados

Colégio Eleitoral confirma Aloisio e Sylvia

Listas tríplices respeitam o resultado da consulta eleitoral do início de abril

Não houve surpresas e o Colégio Eleitoral da UFRJ, composto por integrantes do Consuni, CEG, CEPG e Conselho de Curadores, elaborou as listas tríplices para o MEC em respeito ao resultado da consulta realizada junto à comunidade acadêmica, no início de abril. Aloisio Teixeira ficou como o primeiro nome na lista para reitor, seguido de dois pró-reitores, inscritos na disputa apenas para cumprir a autoritária formalidade do MEC. O mesmo ocorreu na lista para vice-reitor, com Sylvia Vargas à frente de um outro pró-reitor e do prefeito universitário.

Na reunião, ocorrida em 12 de abril, os representantes dos diversos colegiados superiores da universidade deram 48 votos a Aloisio, 4 para o pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa, José Luiz Monteiro, e 1 para o pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer. Houve ainda três nulos e nenhum em branco.

Segundo a decana do CCMN, Ângela Rocha, que compôs a comissão eleitoral no fórum especial, mesmo os três nulos podem ser considerados como equívocos: em uma cédula, um conselheiro não-inscrito na disputa escreveu o próprio nome; nas outras duas cédulas, foram escritos juntos os nomes de Aloisio e Sylvia (mas as votações e apurações relativas aos cargos de reitor e de vice-reitor deveriam ser feitas separadamente).

Na lista para vice-reitor, Sylvia Vargas obteve 52 votos, enquanto o prefeito Helio de Mattos Alves ficou com 2 e o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, contabilizou um só. Não houve brancos e nulos. As votações ocorridas em duas etapas, com a entrada e saída de conselheiros da sala de reuniões, explicam a diferença de votantes nas duas listas: 56 para reitor e 55 para vice-reitor.

Fotos: Kelvin Melo

INTEGRANTES DOS COLEGIADOS SUPERIORES VOTARAM AS LISTAS TRÍPLICES. REPRESENTANTE DO CONSUNI, EDWALDO CAFEZEIRO PARTICIPA DA ELEIÇÃO (DETALHE)

Desabafo contra as listas tríplices

Foi uma sessão rápida, que durou cerca de duas horas. O reitor em exercício, José Luiz Monteiro, deu posse a alguns conselheiros do Consuni, recém-eleitos por seus pares e concedeu a palavra ao presidente da comissão coordenadora da pesquisa, professor Edwaldo Cafezeiro. Este apresentou um relatório do processo eleitoral e seus resultados finais. Após a montagem da comissão eleitoral no evento, tiveram início as votações.

Ao final de todo o processo, Aloisio Teixeira agradeceu a todos e disse esperar que aquela tenha sido a última vez em que se realizou uma sessão desta natureza. Para ele, a legislação atual sobre a escolha de dirigentes representa uma ofensa ao princípio constitucional da autonomia universitária. "Isso é humilhante para os órgãos colegiados", afirmou.

De acordo com o reitor reeleito, até em função da mudança na carreira docente, com a criação da classe de Associado no magistério superior, a UFRJ, através de seus colegiados superiores, poderia capitanear uma revisão completa da legislação para conseguir esgotar o processo eleitoral dentro das próprias instituições. Hoje, o decreto nº 1.916/96, que regulamenta as listas tríplices para submissão ao MEC menciona explicitamente que apenas os Titulares, os Adjuntos (de nível 4) ou professores "que sejam portadores do título de doutor", podem ser candidatos.

Por fim, Aloisio declarou sua esperança de "avançar nesses quatro anos para construir uma universidade mais democrática, mais justa, mais participativa e mais aberta à sociedade". A vice-reitora Sylvia Vargas também agradeceu o apoio de todos os docentes, técnico-administrativos e alunos que votaram na chapa por acreditarem no esforço da reitoria nos últimos quase quatro anos.

Aloisio e Sylvia reassumem suas funções na reitoria a partir desta segunda-feira, 16 de abril. As listas tríplices devem ser enviadas ao MEC até o dia 2 de maio e o segundo mandato começa em julho.

CEG cria comissão sobre educação a distância

Objetivo é ampliar a institucionalização da modalidade dentro da UFRJ

O Conselho de Ensino de Graduação, em sessão de 11 de abril, aprovou a criação de uma comissão provisória sobre educação a distância. O objetivo da medida é subsidiar o colegiado a dar conta de uma regulamentação interna da universidade a respeito do tema, já que a UFRJ participa no consórcio Cederj (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro).

A comissão foi formada inicialmente pelos professores Luiz Felipe Coelho, Miguel Jonathan (ambos do CCMN), Celina Maria de Souza Costa (CFCH), Maria Antonieta (CT) e do técnico-administrativo Sergio Guedes. Mas o grupo estará aberto à participação de representações de outros centros e também da bancada discente.

O pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, gostou da iniciativa de ampliar a institucionalização da modalidade. Ele comentou que, desde que assumiu o cargo e, por conseqüência, a presidência do CEG, o assunto esteve muito pouco presente na pauta do colegiado. Citou, ainda, a votação dos alunos nos diversos pólos de ensino a distância na eleição para reitor: dos 4.724 estudantes votantes, 1.005 fazem curso via Cederj. Para José Roberto, isso seria um sinal de que "eles se sentem como parte da instituição".

Também foi dito que os cursos da modalidade devem ser incentivados em todas as áreas, não apenas para as licenciaturas. O professor Luiz Felipe disse acreditar que "a UFRJ começou até por áreas mais difíceis". Atualmente, a universidade é responsável por turmas de ensino a distância no Cederj nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Física.

Andes-SN é contra

De acordo com recente deliberação do 26º Congresso do Andes-SN, é necessário combater a utilização do ensino a distância com vista à emissão de diplomas (de técnico e de tecnólogo, graduação e pós-graduação *strito sensu* - mestrado e doutorado) e certificados (de técnicos e pós-graduação *lato sensu*), por entender que essa modalidade de ensino não tem propiciado formação humana e profissional nos termos defendidos historicamente pelo movimento docente.

Também neste último Congresso, ficou decidido que o Sindicato deve denunciar e combater a pseudodemocratização do acesso ao ensino superior mediante a expansão de cursos de formação inicial de professores, prioritariamente a distância, e lutar pela ampliação do número de cursos regulares e presenciais de licenciatura e de pedagogia, em especial em período noturno, nas universidades públicas, com verbas específicas da União e dos estados para sua manutenção.

Relatório sobre último vestibular da UFRJ

Na sessão deste dia 18 de abril, o CEG recebe a visita de Luiz Otávio Langlois, atual coordenador acadêmico do Concurso de Acesso aos Cursos de Graduação da UFRJ. O professor vai mostrar um relatório acadêmico e administrativo do último vestibular.

Universidade Nova ficou para depois

Por falta de tempo, o tema da Universidade Nova será discutido em futuras sessões do colegiado.

Nacional

Processo de comandantes do massacre de Carajás ainda está parado nos tribunais superiores

Foto: Internet

Depois de 11 anos do Massacre de Eldorado de Carajás, quando 19 trabalhadores rurais formam mortos, no estado do Pará, o processo dos dois comandantes da operação policial está parado nos tribunais superiores e ambos continuam em liberdade. A chacina deixou ainda centenas de camponeses feridos e 69 mutilados em 17 de abril de 1996, que se tornou o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária, em decreto sancionado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2002.

Entre os 144 incriminados, foram condenados depois de três conturbados julgamentos o coronel Mário Collares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira, que aguardam a análise de recurso da sentença. O julgamento do recurso especial apresentado ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) está sob a responsabilidade da ministra-relatora Laurita Hilário Vaz, e o recurso extraordinário ao STF (Supremo Tribunal Federal) está nas maõs do ministro-relator Cézar Peluso.

Ao lado do Massacre do Carandiru (1992) e da Chacina da Candelária (1993), o massacre no Pará é considerado como uma das ações policiais mais brutais da história recente do Brasil. Sob ordem do governador do governo do estado na época, Almir Gabriel (PSDB), participaram da operação 155 oficiais, divididos em duas tropas de militares, que abriram fogo contra as famílias sem-terra que protestavam na rodovia PA-150 para exigir a desapropriação de um latifúndio improdutivo. "A gente lamenta a mentalidade de grande parte dos juristas, que acha que a pessoa deve recorrer eternamente pela chamada presunção de inocência. O processo acaba gerando impunidade total e absoluta" afirma o promotor de Justiça do caso, Marco Aurélio Nascimento.

O advogado do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Carlos Guedes, que acompanhou o caso de abril de 1996 até o último julgamento, em maio de 2002, acredita que existem três tipos de responsabilidades em relação ao massacre: as responsabilidades criminal, cível e política. Para ele, a condenação dos chefes do batalhão e dos soldados da polícia não contemplaria todas as responsabilidades. "Outras pessoas tiveram participação decisiva no massacre, como o governador, o comandante geral da Polícia Militar e o secretário de Segurança Pública (Paulo Sette Câmara). Estes sequer foram envolvidos no caso", contesta o advogado.

Além da impunidade, as pessoas mutiladas ainda não receberam as indenizações, inclusive as 13 viúvas que tiveram seus maridos executados naquele dia. Charles Trocate, da direção nacional do MST no Pará, considera o Estado brasileiro culpado pelo incidente. "A cultura da violência gera a cultura da impunidade. Carajás evidenciou um problema em proporções maiores, mas o Estado não foi capaz de criar instrumentos que corrigissem isso".

Caminhos do processo na Justiça

Junho de 1996 - Início do maior processo em número de réus da história criminal brasileira, envolvendo 155 policiais militares. Em 10 anos, o processo ultrapassou as 10 mil páginas.

16 de agosto de 1999 - Primeira sessão do Tribunal do Júri para julgamento dos réus em Belém, presidida pelo juiz Ronaldo Valle. Foram absolvidos três oficiais julgados - coronel Mário Colares Pantoja, major José Maria Pereira de Oliveira e capitão Raimundo José Almendra Lameira. Foram três dias de sessão com cerceamento dos poderes da acusação, impedimento da utilização em plenário de documentos juntados no prazo legal, permissão de manifestações públicas de jurados criticando a tese da acusação e defendendo pontos de vista apresentados pela defesa.

Abril de 2000 - O Tribunal de Justiça do Estado do Pará determinou a anulação do julgamento, decisão mantida em um segundo julgamento, em outubro de 2000. Antevendo a anulação do julgamento, o juiz Ronaldo Valle solicitou o afastamento do caso. Dos 18 juízes criminais da Comarca de Belém, 17 informaram ao Presidente do Tribunal de Justiça que não aceitariam presidir o julgamento, alegando, na maioria dos casos, simpatia pelos policiais militares e aversão ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e aos trabalhadores rurais.

Abril de 2001 - Nomeada uma nova juíza para o caso, Eva do Amaral Coelho, que designou o dia 18 de junho de 2001 como data para o novo julgamento dos três oficiais. Alguns dias antes do início da sessão, a juíza determinou a retirada do processo da principal prova da acusação, um minucioso parecer técnico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com imagens digitais que comprovavam que os responsáveis pelos primeiros disparos foram os policiais militares. O MST reagiu e a juíza reviu sua posição, suspendendo o julgamento sem marcar nova data.

14 de maio a 10 de junho de 2002 - O julgamento foi retomado. Após cinco sessões, entre os 144 acusados julgados, 142 foram absolvidos (soldados e 1 oficial) e dois condenados (coronel Pantoja e major Oliveira), com o benefício de recorrer da decisão em liberdade. Em decorrência dos benefícios estendidos aos dois únicos condenados, as testemunhas de acusação não compareceram mais ao julgamento, em função de ameaças de morte e por não acreditar na seriedade do julgamento. Durante vinte dias, jornais do Estado do Pará publicaram detalhes sobre intimidações e ameaças de morte que estariam recebendo as principais testemunhas da acusação, principalmente Raimundo Araújo dos Anjos e Valderes Tavares. Nada foi feito em relação à proteção e salvaguarda de tais testemunhas. O MST não aceitou participar de um julgamento onde não estivessem sequer garantidas a segurança e a tranqüilidade das pessoas fundamentais para a acusação.

Novembro de 2004 - A 2ª Câmara do Tribunal de Justiça do Pará julga numa só sessão todos os recursos da defesa e da acusação e mantém a decisão dos dois julgamentos realizados pelo Tribunal do Júri, absolvendo os 142 policiais militares e condenando o coronel Pantoja (228 anos de prisão) e o major Oliveira (154 anos de prisão).

22 de setembro de 2005 – O coronel Pantoja é posto em liberdade por decisão do Supremo Tribunal Federal.

13 de outubro de 2005 – O major Oliveira é posto em liberdade por decisão do Supremo Tribunal Federal.

2006 – 2007 - Atualmente se aguarda o julgamento do recurso especial apresentado ao Superior Tribunal de Justiça, sob a responsabilidade da ministra Laurita Hilário Vaz, e do recurso extraordinário apresentado ao Supremo Tribunal Federal, com o ministro-relator Cézar Peluso.

Fonte: MST

UFRJ

Conselho de Graduação aprova exame de Filosofia no vestibular 2008, para alguns cursos

Página 3

Unidade Contra as Reformas

O Dia Nacional de Luta contra as reformas promovido pelos servidores federais e o movimento sem-terra, no último 17, contou com a participação de professores, estudantes e trabalhadores de várias categorias

Página 8

Amorim

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 534 24 de abril de 2007

A semana que passou foi recheada de eventos que demonstram a que níveis de barbárie trabalhadores, estudantes, pais e mães de família estão submetidos todos os dias. Entre mortos, feridos e enganados por políticas privatizantes e de dilapidação dos serviços públicos, somadas à falta de políticas de segurança, tranporte urbano e de emprego e renda, a população vai vivendo com medo e poucas esperanças de mudanças reais. E a Universidade parece seguir alheia a esse estado de coisas.

Opinão, página 2 e Vida no *Campus*, página 3

Opinião

Qualquer dia é um bom dia para morrer

Ricardo Kubrusly*

Eram 13, eram vinte. Do outro lado da rua, do vale onde os corpos se estendiam, um coração de luzes gritava a palavra paz, víamos sempre, à noitinha, ao nos aproximarmos do túnel, no beco pintado, onde o branco refletia a cor das almas que no cemitério em frente eterizavam. Eram 13, eram 20, mil e trezentas rosas fincadas na areia, vermelhas no jornal colorido de esportes. Rosas na areia em um cemitério atônito. Impotentes, as rosas morriam na areia, de onde os tatuís há muito se foram e as joaninhas atordoadas se escondiam entre raízes incandescentes. Eram 13, eram 20, 200 em um só dia incendiados no mercado, com seus pedaços, seus órgãos abandonados pelas árvores, calçadas de um Bagdá – Catumbi. Eram 13 eram 20, era um rifle carregando seus mortos, 32 mortos, quantas perguntas sem respostas pela universidade pintada de sangue e de sangue, nas fachadas, seus aços, seus vidros, seus laboratórios. Era a primavera que já não escolhia suas cores e era abril, o mais cruel dos meses. Eram 13, eram 20, que já não se sabiam, que ainda gritavam entre as ferragens seus sonhos desesperados, aqui ao nosso lado, atrás do CT, entre um momento e o seguinte, na curva abandonada, entre as ferragens retorcidas, nossos alunos,

atônitos como as rosas, gritando pela vida que lhes era negada. Eram 13, eram 20. Era o encontro do beco com o seu destino. Era o tamanho da vida que se apresentava na perícia do instante. Eu me atrasei, não vi o ônibus virado, não escutei seus gritos, provei teoremas sem me dar conta dos gritos, falei do tempo, de sua invenção entre os homens, da sincronicidade dos ponteiros, divaguei sobre as torres, os trens, as notícias, as civilizações. Eu me atrasei para o encontro do ônibus com o meu destino. Eram 13, eram 20, salvos pelo engarrafamento, pela displicência dos ponteiros, onde as ruas asfaltavam seus mortos entre buzinas, sem delicadezas.

Entre o branco do beco e o branco das almas vaporosas, no cemitério onde a morte repetia seu cantochão de esperas, entre as rosas na areia e os pedaços dos corpos no mercado, entre os fuzis e a universidade, fora do ônibus, ainda éramos na vida. Dentro da vida, ainda, sobreviventes sem tempo, em destinos adiados, gritávamos pela vida que nos era negada, buscávamos a diferença, a transformação, a vida que nos era negada nos olhos tristes das crianças assassinas, nas esquinas, nos perigos velozes das esquinas. Eram 13, eram 20, 1300, nos escombros, no ônibus, nas fachadas laminosas, no engarrafamento. Que me importam os olhos tristes das crianças assassinas? Todos os dias, qualquer dia, qualquer dia é um bom dia para morrer.

Dentro da vida, ainda, sobreviventes sem tempo, em destinos adiados, gritávamos pela vida que nos era negada, na surpresa do instante, na poesia, quando ninguém mais espera. No movimento das ruas, nos gritos das ruas, nas esperanças das ruas, a poesia é quando ninguém mais espera.

Diretor da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

24/4 – Reunião ampliada da CNESF
Brasília (DF)

24 a 27/4 - Abertura da XIX Assembléia Geral do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
Goiânia (GO)

26/4 – Reunião da Coordenação Nacional da Conlutas
São Paulo (SP)

26 e 27/4 - Reunião do GT Etnia, Gênero e Classe do Andes-SN
Brasília (DF)

1º de maio – Dia Internacional de Luta da Classe Trabalhadora

4 e 5/5 – Reunião do Setor das Particulares do Andes-SN
Brasília (DF)

4 e 5/5 – Reunião do Setor das Federais do Andes-SN
Brasília (DF)

4 a 6/5 – IV Encontro do Setor das Estaduais/ Municipais do Andes-SN com o tema "Novos desafios colocados pelas falsas inovações"
Brasília (DF)

Anote

Homenagem a Manuel Bandeira
No dia 25, o Projeto Fórum Poesia fará uma homenagem a Manuel Bandeira, no Salão Dourado, às 19h.

Inscrições para a Jornada
As inscrições de resumos para a 29ª Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural já estão abertas. Os trabalhos serão registrados no Espaço Sigma (http://www.sigma.ufrj.br) até 17h do dia 16 de maio. Veja o edital em http://www.pr2.ufrj.br.

SARARTE
O Sararte é um sarau cultural produzido pelos estudantes da Escola de Comunicação (ECO) e da Escola de Belas Artes (EBA). É um espaço aberto para exposição de trabalhos: vídeos, fotos, apresentações de teatro, artes plásticas, poesias, danças, bandas e oficinas. O evento será no dia 26 de maio e, no caso de chuva, dia 02 de junho. As inscrições já estão abertas para todos os alunos da ECO e da EBA até o dia 1º de maio, por meio da comissão organizadora. Mais informações: Carolina Barreto - bcgaspar@uol.com.br / 9955-7233.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

Vestibular 2008 terá Filosofia para apenas alguns cursos

Direito, IFCS e Música são as primeiras a adotar a disciplina no concurso

Agora é definitivo. O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), em 18/4, aprovou a inclusão da Filosofia no vestibular 2008 para Faculdade Nacional de Direito, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e Escola de Música. Será criado um grupo específico no concurso (de nº 6) para acolher os candidatos aos cursos dessas unidades.

No atual modelo, todos os estudantes realizam as provas de Língua Portuguesa, Literatura Brasileira, Redação, quatro provas não específicas e três provas específicas, relacionadas à área de conhecimentos dos cursos de cada grupo. Já os candidatos aos cursos do novo grupo 6 farão um total de cinco provas não específicas (entre elas, a Filosofia).

A decisão teve por base uma consulta feita a 33 unidades acadêmicas da UFRJ, com resposta de 29 delas: 23 foram contrárias à inclusão da Filosofia, quatro foram favoráveis (as três citadas e mais o Instituto de Biologia) e duas se abstiveram, a Escola de Comunicação e o Instituto de Microbiologia.

Uma vez que o Instituto de Biologia foi a única unidade do grupo 1 a aprovar a cobrança da Filosofia, os conselheiros do CEG consideraram que não poderiam abrir um outro grupo para o vestibular, de forma tão específica. Assim, o IB mantém a estrutura de concurso atual.

De acordo com o relatório da comissão de vestibular do CEG, que apresentou a proposta ao plenário do colegiado, "uma vez que várias unidades que se posicionaram contrárias à inclusão desejam amadurecer a discussão", entende-se que a proposta de criação do grupo 6 "pode significar um processo de implantação gradual da Filosofia, ou não, na medida que a discussão flua na UFRJ".

Prova simples

Como as aulas do ensino médio já começaram há pouco mais de um mês e para não causar grandes transtornos aos alunos, os conselheiros também aprovaram que o objetivo da prova de Filosofia "será basicamente avaliar a capacidade do candidato de compreender textos com a complexidade de um texto filosófico e de se expressar de modo argumentativo e claro".

Relatório do vestibular 2007

Os coordenadores do vestibular, Luiz Otávio Langlois e Mônica Conde, estiveram no CEG para apresentar um relatório sobre o último concurso. Os conselheiros elogiaram o trabalho realizado, tiraram dúvidas, mas a aprovação do relato foi adiada para a próxima sessão para uma melhor avaliação do documento, disponibilizado apenas na manhã daquele dia 18.

Vida no Campus

Ônibus 485 tomba e fere treze

Um ônibus da linha 485 da empresa Breda Rio, lotado, tombou em uma das entradas da ilha do Fundão, pela alça da Linha Vermelha, atrás do prédio do Centro de Tecnologia no início da manhã do dia 20. Segundo relato de testemunhas, o veículo estava em alta velocidade e derrapou ao fazer a curva. O coletivo bateu em um poste que tinha uma câmera de vigilância da UFRJ e, logo em seguida, caiu sobre a grade que separa os fundos do CT da pista.

Treze pessoas ficaram feridas. Onze foram removidas para atendimento no Hospital Geral de Bonsucesso e no Paulino Werneck, na Ilha do Governador. Os primeiros socorros foram prestados pelos bombeiros do 19º GBM (Ilha) e do Grupamento Operacional para Tecnologias Avançadas (Gota), instalado recentemente no *campus*.

Diego Marins, aluno do 4º período do curso de Ciências da Computação do CCMN, era um dos passageiros do 485 tombado, mas nada sofreu. Ele estava no lado do ônibus que ficou para cima e conseguiu se segurar para não cair. O estudante confirma que o veículo vinha em alta velocidade. Uma situação constante, segundo ele: "Eles sempre passam muito rápido. As pessoas comentavam que isso ia acontecer a qualquer hora", disse ao Jornal da Adufrj.

Milhares de estudantes, funcionários e professores utilizam todos os dias a linha 485 para se locomoverem da Zona Sul ao *campus* do Fundão, passando pela Leopoldina, ponto de conexão dos usuários com praticamente todas as demais regiões da cidade. Os horários oferecidos pela Prefeitura da UFRJ para transporte entre a cidade universitária e os demais *campi*, no Centro e na Zona Sul são insuficientes para o atendimento de toda a comunidade. Com isso, os passageiros são submetidos a ônibus comerciais que costumeiramente andam em alta velocidade ou vans que oferecem transporte 'alternativo' de forma precária e com pouquíssima segurança.

Kelvin Melo

FELIZMENTE NENHUM PASSAGEIRO SOFREU FERIMENTOS GRAVES

Movimento

Ato afirma unidade entre trabalhadores contra reformas

Fotos: Samuel Tosta

PROFESSORES, ESTUDANTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DA UFRJ CONCENTRARAM-SE NA CANDELÁRIA PARA O ATO

Manifestantes fecham a avenida Rio Branco para protestar contra governo Lula

Em todo o país, milhares de trabalhadores do campo e da cidade, além de estudantes, foram às ruas protestar contra a política econômica do governo Lula, no último 17 de abril. O Dia Nacional de Luta contra as reformas neoliberais, pela reforma agrária e em defesa dos serviços públicos foi uma das ações decididas no Encontro Nacional contra as reformas, ocorrido em 25 de março, em São Paulo.

No Rio de Janeiro, houve uma passeata da Candelária à Cinelândia como há muito não se via. Centenas de manifestantes ocuparam todas as pistas da Rio Branco, durante o trajeto. A atividade foi considerada vitoriosa pelos organizadores pela quantidade de presentes e, principalmente, pelo amplo espectro de forças políticas representadas.

O ato também foi marcado pela emoção de lembrar os 11 anos da chacina de Eldorado dos Carajás (PA), na qual 19 trabalhadores rurais sem-terra foram mortos e outras dezenas feridos. Passado todo este tempo, os comandantes da polícia do Pará que executaram os trabalhadores ainda não foram punidos.

Honório Oliveira, pelo Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL), comentou sobre o massacre de Eldorado dos Carajás: "Hoje é um dia de luta em memória dos companheiros assassinados", disse. Segundo ele, os ventos da mudança estão soprando no continente: "Se aqui Lula dá as mãos a Bush, na América Latina existe um movimento organizado que aposta em um novo rumo", disse.

Movimento contra reforma universitária

Vitor Mariano, do Centro Acadêmico de Letras da UFRJ, comentou que o dia 17 de abril não é uma data qualquer: "Do grande massacre que o governo FHC fez em Eldorado dos Carajás nós nunca vamos esquecer. Assim como não vamos esquecer do conjunto de reformas que o governo Lula quer implantar", disse. O estudante chamou a atenção para a reforma universitária e ponderou sobre a necessidade de se fazer um grande movimento de convencimento da sociedade sobre os prejuízos que as contra-reformas lulistas poderão causar. "Isso só vamos conseguir com muita organização e muita luta", disse.

Jorge Badauí, da Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (Conlute), considerou o ato do dia 17 de abril como um pontapé inicial da necessária resposta ao governo Lula: "Também nós estudantes estamos dando nossa resposta como Frente de Luta contra a Reforma Universitária, levando o debate para todo país, em cada sala de aula", comentou.

A diretora do Andes-SN (Regional Rio) Cristina Miranda também criticou a reforma universitária de Lula: "Além das outras reformas, somos especialmente contra a reforma universitária, que pretende transformar as universidades em escolões de 3º grau com ensino a distância. Queremos construir uma universidade para os filhos dos trabalhadores", ressaltou. "Espero que possamos fazer do 1º de maio um ato tão bonito e unitário como fizemos aqui hoje", acrescentou.

O Dia Nacional de Luta também atraiu representantes dos estudantes que lutam pelo passe livre no estado. Para Mateus Ribeiro Campos, do Cefeteq, o retrato precário da Educação no país é claro, com alunos que têm aulas em banheiro. "O governo Lula, além de não lutar pela Educação, não move uma palha pelo passe livre", disse.

Pelo Sindscope (sindicato dos servidores do Colégio Pedro II), Albano Teixeira lembrou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula significa um ataque mais profundo aos direitos dos trabalhadores. "Vem aí uma camisa-de-força para os funcionários federais. Se tiver aumento salarial, será ínfimo", observou, em referência ao dispositivo do projeto do governo que restringe os gastos com pessoal. Albano também alertou sobre a criação do Fórum Nacional da Previdência, que certamente produzirá novos ataques aos direitos previdenciários dos trabalhadores da iniciativa privada e do setor público.

Discursos lembram importância da unidade dos movimentos

Marcílio Lourenço, da coordenação do Sintufrj, falou sobre a importância de a passeata reunir movimentos do campo e da cidade. "A insatisfação está nas ruas", afirmou. O técnico-administrativo em Educação classificou como uma vergonha a atitude de os parlamentares reajustarem seus próprios salários para valores tão altos, enquanto se ameaça um congelamento das remunerações dos servidores, através do PAC.

Outro representante técnico-administrativo, desta vez do sindicato da UFF, Pedro Rosa elogiou a ocupação das ruas de todo o país pelos servidores federais, ao lado de funcionários da iniciativa privada e estudantes, entre outros movimentos. "Esse é o caminho: o da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade. Apesar da CUT, a resposta está aqui. Apesar da UNE, a resposta está aqui", falou, em referência às organizações, antes combativas, que se transformaram em pilares de apoio do governo Lula.

Pela Conlutas, Gualberto Tinoco, o Pitéu, também ressaltou a unidade tão necessária entre os movimentos que se opõem às reformas neoliberais: "Precisamos derrotar o governo Lula e sua reforma sindical, reforma trabalhista, reforma universitária. São reformas que atacam nossos direitos. Esse é o caráter deste ato", disse.

Evandro Tavares, da Intersindical, avaliou que o momento dos trabalhadores foi agravado pela traição do governo Lula e da CUT. "Hoje, o governo pega 60% de todo o dinheiro do país para pagar dívida. Vamos construir atos cada vez maiores para imprensar Lula contra a parede", afirmou. Também diretor do Sintrasef, não deixou passar em branco a recente desfiliação de seu sindicato da CUT, no fim de semana anterior. "Demos um passo à esquerda", completou.

O próximo passo unitário dos trabalhadores do campo e da cidade, além de estudantes, ficou marcado para o 1º de maio, nos arcos da Lapa, a partir das 14h.

Ação da GED é extraviada na reitoria

A secretaria da Adufrj-SSind entregou à Procuradoria da UFRJ, na última quarta-feira, dia 25, cópias do mandado judicial com a intimação para que a reitoria pague imediatamente a integralidade da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) aos professores aposentados. Os originais da ação haviam sido extraviados nos gabinetes da reitoria na semana anterior.

A secretária da Procuradoria, Mônica Oliveira, informou ao funcionário da seção sindical que as cópias seriam encaminhadas ao Pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso, para que as providências para o cumprimento da ação fossem tomadas. Até o fechamento desta edição (dia 27, à tarde), a secretaria da Adufrj-SSind tentou, pelo telefone, contato com a PR-4 para obter informações sobre a ação, mas ninguém na reitoria atendeu às chamadas.

Assembléia Geral

3 de maio

QUINTA-FEIRA

17:00

ÀS 19:00

Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

Pauta
1 – Informes
2 – Escolha de delegados para Plenária dos SPF

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 535 2 de maio de 2007

O Cosmo

Murilo Mendes

Desta janela interrogativa distingo o cosmo: metade homem, metade mulher, "due archi paralleli e concolori. Chora e ri ao mesmo tempo. Levanta um braço, logo depois solta no azul mallarmeano, com absoluta destreza, uma galáxia. Eu então, autômato, me ajoelho e, participante do seu ato, suplico-lhe: "cosmo, já que sabes criar milhares de galáxias, concede-me uma delas: prometo não fundar ali nenhum arranha-céu nem posto de gasolina, centro atômico ou prisão, em contrapartida te levantarei uma ode metálica."

O cosmo trabalhador ocupadíssimo finge que não me entende. Com luvas gigantescas, pedalando, afasta-se, para entre sonho e realidade criar outras galáxias claríssimas cruéis, longe da poluição da atmosfera e do espaço do petróleo.

Editorial

Trabalhador

No meio do caminho: uma pedra? Uma floresta escura? Um destino, talvez um sonho no meio do caminho, ou mesmo uma bala perdida, mas uma luta, posto que meios de caminhos são sempre meios de luta.

Já nos assustamos com o olhar dos ciclopes distantes, e passamos por eles, suportamos as horas demoradas da espera, os ponteiros dos segundos, seus implacáveis tique-taques. Agora, no meio do caminho de nossas vidas, removemos as pedras e as pedras invisíveis, iluminamos as florestas obscuras, unimos sonhos ao destino e lutamos e se escaparmos das balas, continuaremos a lutar por um planeta redondo e por sociedades justas.

No meio do caminho de nossas vidas, agimos, mas não co-agimos nem nos deixamos cooptar. Temos uma direção, às vezes titubeamos, mas temos uma direção, às vezes nos convencemos, mas temos uma direção, às vezes mudamos de idéias, reconhecemos erros, reavaliamos estratégias, mas temos uma direção.

Queremos virar os mapas de cabeça para baixo e a sociedades de cabeça para cima.

Queremos os trabalhadores nas ruas reinventando a cidade ensangüentada, relembrando suas derrotas e vitórias, as lutas dentro das lutas, os sorrisos e as batalhas: as do dia-a-dia com seus destinos adiados e seus sonhos pelas frestas do tempo, as que se mostram pelas semanas, entre a TV e os pensamentos, quando as preguiças nos chamam e os amores nos reconstroem e nos incendeiam, entre o fantástico show da vida e a vida, as batalhas mensais, na impertinência da ausência, na permanência da falta, com o salário incompleto, impossível, imoral, as que viram o ano, as que parecem perdidas, as batalhas perdidas e as eternas batalhas da vida, estas sim, as da construção da vida e das vidas de nossas lutas.

No meio do caminho, quando mais um primeiro de maio se avizinha, não queremos nem admitiremos um caminho do meio, estes sempre se colocam à direita de nossos destinos. Não faremos nem admitimos alianças pelegas com os sindicatos governistas. Não com este governo traficante de ilusões, não com as estrelas caídas de suas centrais sindicais oficiais e vendidas. Não com esses showmícios que tentam inventar mais um domingo narcotizado em plena terça-feira. Não queremos domingos, queremos a luta de todos os dias, em todos os lugares. Queremos as ruas com suas reflexões e seus paradoxos. Nesse primeiro de maio, queremos a luta de todos os dias. Queremos um mundo socialista, no meio do caminho de nossas vidas.

Ministro atropela aposentados

Na tarde do dia 19 de abril, o ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, atropelou um grupo de aposentados que protestavam contra o reajuste de 3,3% nos proventos deste mês. Ao perceber que o automóvel oficial do Ministério se encontrava cercado por manifestantes, Marinho autorizou seu motorista a arrancar com o carro, ferindo três idosos.

Maricelma dos Santos, de 53 anos, Lourival Santos da Silva, de 60, e Cristiano Lima, de 76 anos foram vítimas do ato autoritário e inconseqüente do ministro, que acaba de ser empossado e comanda a nova reforma da Previdência. O ocorrido gerou grande insatisfação por parte da categoria, que repudia veementemente a postura arrogante e prepotente de uma autoridade pública.

Segundo o representante da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), José Maria de Almeida, "Não é possível que um ministro do Estado faça o que ele fez e continue sendo ministro do Estado. É por este motivo que enviamos uma carta ao presidente da República exigindo a demissão imediata do ministro!", afirmou o coordenador.

Este episódio reflete a política do governo em relação aos aposentados e pensionistas, caracterizada pelo desprezo e indiferença à classe inativa. A Associação Democrática dos Metalúrgicos Aposentados e Pensionistas (Admap) também se manifestou contra a atitude do ministro, além de exigir a equivalência do reajuste concedido ao salário mínimo deste ano, a recuperação de todas as perdas e o cumprimento do Estatuto do Idoso.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

UFRJ mantém cobrança de exames do vestibular

Concurso 2007 gerou R$ 427 mil de receita para a universidade

Em sessão de 25 de abril, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou o relatório do vestibular 2007. No documento de 51 páginas, a Coordenação do Concurso de Acesso aos Cursos de Graduação faz uma análise de todas as etapas acadêmicas e administrativas vinculadas aos exames. Para os organizadores do vestibular, as provas mostraram-se mais adaptadas ao formato de dois dias, as rotinas internas de correção foram melhor planejadas e registrou-se que o processo de isenção sofreu modificações, com inscrição dos interessados feita apenas via internet.

Houve uma redução do número de inscritos no concurso 2007 (45.895 contra 50.437 de 2006), mas a procura pela UFRJ manteve-se na faixa de 45 mil a 55 mil candidatos. observada desde 1997 (com exceção de 2001, quando foram atraídos 59.552 alunos).

A coordenação admite que aprendeu com os erros de 2006 e preparou provas menores para que os candidatos pudessem responder a todas as perguntas nas cinco horas de exame, nos dois dias de prova. As opções preferidas para prova de língua estrangeira continuam a ser o Inglês (21.876 candidatos) e o Espanhol (23.603), seguidos do Francês (apenas 416).

No processo de correção, destacou-se que o número total de notas discrepantes caiu sensivelmente no concurso 2007 em comparação aos anos anteriores, em todas as disciplinas. Nas provas específicas, o maior percentual de zeros ocorreu na prova de Física (7,5%), seguida pela Biologia (5,7%) e por Matemática (4,6%). Nas provas de Língua Portuguesa (0,4%), Espanhol (0,6%) e Inglês (1%) apareceram os menores percentuais.

Receita de mais de R$ 400 mil

Seguindo a absurda orientação do governo de que as universidades públicas devem "gerar receitas", o vestibular da UFRJ tem sido fiel na tarefa: o concurso 2007 obteve um "lucro" de R$ 427.010,43, com o pagamento da taxa de inscrição de 37.766 candidatos (outros 9.114 foram isentos da cobrança). Dinheiro que vira "receita própria" da universidade. Foram arrecadados R$ 3.587.770 e gastos R$ 3.160.759,57.

Para não ficar muito feio o vestibular ser tão lucrativo, a coordenação diz que, "se for computada a despesa com pessoal interno" – que já recebe pela folha de pagamento da universidade -, "obteríamos um saldo negativo na ordem de R$ 390.308,72". No vestibular 2008, a UFRJ manterá a cobrança

da taxa dos candidatos que, no ano passado foi de R$ 95 por inscrição

Questionário sócio-cultural

O relatório também trouxe as respostas dos que ingressaram na universidade ao questionário sócio-cultural aplicado no ato da inscrição no concurso. Dos 6,5 mil classificados, 4.628 cursaram todo o nível em escola particular e 1.604, todo em escola pública. A maioria tem acesso a micro-computador em casa (5.325). A conexão à internet também não é novidade para grande parte (3.311 apenas em casa e 2.505 em mais de um local).

Sobre a cor ou raça, 4.334 identificaram-se como brancos, 1.385 como pardos, 356 como negros, 120 amarelos e 47 indígenas. Trezentos e sessenta não responderam. A maior parte tem família com renda entre cinco e dez salários-mínimos (1.770), seguidos pelo grupo cujos familiares ganham de dez até 20 salários-mínimos (1.460). De três a cinco salários, são 1.168 alunos e, de um a três, 682. Há um pequeno contingente que recebe de 20 a 30 salários: 624. Trezentos e noventa e oito recebem mais de 30 salários e 82 apenas até um salário mínimo. Não responderam a esta pergunta 418 alunos.

Monitoria no limite

Está praticamente esgotada a paciência do CEG com as unidades em relação à monitoria. Uma comissão do colegiado responsável pela distribuição das bolsas e avaliação do programa encontrou diversas falhas na documentação dos monitores selecionados pelas unidades.

Alguns dos problemas eram absurdos, como monitores com matrícula trancada ou reprovados na própria disciplina que monitoram atualmente. Além destes, entre outros, a comissão do colegiado verificou ausência de atas de seleção ou dos termos de compromisso a serem firmados e até mesmo a falta de justificativa para o caso de monitores com nota abaixo de sete na disciplina a ser monitorada.

Como resultado disso, no início de abril, foram suspensos os pagamentos de 312 dos mil bolsistas do programa. Já no último dia 24, após um trabalho possível de averiguação no sistema de gerenciamento acadêmico por parte da própria comissão do CEG, alguns problemas foram resolvidos, mas ainda é significativo o número de bolsas suspensas: 215.

O colegiado deliberou prorrogar até o dia 11 de maio o prazo para as unidades sanarem as pendências na documentação, ficando o pagamento do monitor suspenso até o cumprimento dos quesitos. Se não forem resolvidas as exigências, o monitor será excluído e haverá o remanejamento da vaga para outra unidade. Há, ainda, a possibilidade de substituição, pela unidade, do monitor sem condições de participar do programa.

A comissão do CEG, além de cobrar mais responsabilidade às unidades, também considera necessária a implantação do cadastramento automático dos monitores no sistema de gerenciamento acadêmico da universidade (Siga) para facilitar os trabalhos. E, em função do atual número de bolsas administradas pela UFRJ (mais de cinco mil), a comissão entende que deve ser estudada a criação de uma divisão ou departamento responsável apenas pelas bolsas. Isso porque a Divisão de Ensino não teria estrutura, espaço físico e funcionários em número suficiente para o pleno funcionamento dos programas.

Edital de isenção de taxa do vestibular

O conselho também votou o edital de isenção de taxa de inscrição para o próximo vestibular da UFRJ. Os candidatos devem se inscrever na página www.vestibular.ufrj.br no período de 11 de junho até 20h do dia 29 de junho. Aos que não tiverem acesso à rede eletrônica, a UFRJ disponibilizará pólos de apoio informatizados na decania do CFCH, no NCE e no IFCS, em horários variados.

Resenha

Desemprego sobe pelo 3º mês consecutivo

O desemprego nas seis regiões metropolitanas do país subiu em março pelo terceiro mês consecutivo, enquanto o rendimento médio ficou estável. A taxa de desemprego ficou em 10,1% em março contra 9,9% anotada em fevereiro, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O IBGE pesquisa dados em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. O número de desempregados em março atingiu 2,32 milhões *(Folha Online, 27/4).*

Brigada Indígena contra Aracruz

"Vendidos!" Assim foram recebidos os participantes do almoço-palestra "A Cadeia Produtiva do Agronegócio - Caso Aracruz Celulose", promovido no dia 26, em Vitória (ES). Com apitos e panfletos, a Brigada Indígena questionou os governantes. Todos os convidados da empresa, sem exceção, receberam informes enfatizando os prejuízos sociais e ambientais que a empresa traz ao estado *(www.mst.org.br, 27/4).*

Milhões fora da escola

O número de crianças que deveriam estar na educação primária, mas ainda estão fora da escola, no mundo, diminuiu entre 1999 e 2004 em torno de 21 milhões, sendo atualmente de 77 milhões no mundo inteiro. Apesar da queda, o número ainda é considerado alto e inaceitável. O ensino na primeira infância é o tema do Relatório do Monitoramento Global Educação para Todos 2007 da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) (Agência Brasil, 26/4).

Vida no Campus

Nova interdição das vias do Fundão

A avenida Horácio Macedo será interditada (sentido hospital – reitoria), entre 1º e 8 de maio, no trecho que vai da Praça Giulio Massarani (rotatória do CT) até a Praça Samira Mesquita (rotatória da Reitoria) para continuidade das obras de recuperação das vias da Cidade Universitária. Os veículos que se dirigirem ao setor sul da Cidade Universitária (Reitoria, Faculdade de Letras, Coppead) deverão, obrigatoriamente, seguir pela Av. Athos da Silveira Ramos (entre o Bloco A do CT e CCMN). Para veículos provenientes da Linha Vermelha, a Prefeitura recomenda utilizarem o acesso pela Rua Moniz de Aragão (Fundos do CT).

UFRJ

Há 19 anos universidade reclama terreno de Canecão e Bingo Botafogo

Jaciara Celestino*

"Até hoje a UFRJ não conseguiu fazer cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal". A fala é do presidente da Associação de Moradores da Lauro Müller e Adjacências (Alma), Abílio Toizini, sobre a reintegração de posse dos terrenos da casa de shows Canecão e do Bingo Botafogo. Em mensagem eletrônica à Seção Sindical, o presidente da Alma afirma ser vergonhosa a situação que já perdura desde 1988, quando o STF declarou, definitivamente, a posse total dos terrenos para a universidade.

Procurado pela reportagem, Abílio Tozini se mostrou indignado com a situação que, segundo ele, foi agravada pela parceria da Petrobrás com a casa de shows: "Quando tem uma ocupação de sem-teto ou de sem-terra em um terreno privado, em, 24 horas surge um mandato de segurança com reintegração de posse, tropa de choque, se necessário, forças armadas para garantir o direito de propriedade. Como aqui se trata de uma universidade pública, abandonada à sua própria sorte, está aí, ricos ocupantes. Bingo Botafogo fechado por conta de inúmeras denúncias e o Canecão, empreendimento dito cultural, mas uma casa de espetáculos privada, que agora infelizmente tem a benção da Petrobrás que é União alimentando com dinheiro a casa que vai de encontro à União".

Segundo o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, a universidade é representada pela AGU (Advocacia Geral da União) e, por isso, não tem autonomia para entrar com ações na justiça. Levi afirma que desta forma a UFRJ perde o controle da ação e fica na dependência dos procuradores da União.

Pilha de processos

Existem hoje dezenas de processos judiciais envolvendo a ASCB (Associação dos Servidores Civis do Brasil) e a Amauta Administradora de serviços LTDA – dona do bingo Botafogo - contra a UFRJ. Esses processos, ao que parece, são responsáveis pelo atraso do cumprimento do decreto-lei 233/67, que repassa à universidade a total posse dos terrenos.

Dentre os processos, está a ação rescisória nº 1.333, onde a ASCB tenta anular a decisão do STF de 1988 que deu ganho de causa para a UFRJ. A ação está no Supremo Tribunal desde 1989 e, só agora, sob a relatoria do ministro Eros Grau, passou a ser movimentada. Segundo Abílio Tozini, "a movimentação começou a acontecer quando curiosamente o governo federal através da Petrobrás passou a apoiar o Canecão", afirma o presidente da Alma, que teme que, com a entrada da Petrobrás e a paralisia da universidade frente ao processo, o Canecão ganhe força frente ao embate. Pare ele, esse "emaranhado" de processos é montado para atrasar ainda mais as decisões, já que segundo o decreto-lei do STF, o ganho de causa é da UFRJ.

Denúncia

Em agosto de 2002, a Alma enviou ao Tribunal de Contas da União uma denúncia sobre a situação dos terrenos. No mesmo ano, o pleno do Tribunal de Contas depois de requerer uma série de perícias, desenvolvidas pela Secretaria de Patrimônio da União, concluiu que a área denunciada pertence efetivamente à UFRJ. Abílio Tozini afirma que a universidade não juntou essa decisão à ação rescisória: "Estranhamente, apesar de esse documento ter sido entregue nas mãos do antigo reitor Carlos Lessa, nem a universidade, nem os advogados da UFRJ, nem a Advocacia Geral da União juntaram essa decisão à ação rescisória. Está lá como um anexo. Isso porque a associação de moradores a enviou, o que dá a impressão de que quem defende a UFRJ não está se utilizando de todo aparato que existe para defender os direitos da universidade federal e da União", dispara.

O pró-reitor Carlos Levi afirma não ter conhecimento da denúncia: "Não tive conhecimento dessa questão, e não estava no foco das minhas atuais prioridades em termos de tratamento de assunto, mas essa é uma iniciativa que não depende da UFRJ diretamente porque neste momento como há um processo em curso, a ação judicial corre sobre responsabilidade da AGU – Advocacia Geral da União - isso nos afasta do envolvimento com o processo e até mesmo do acompanhamento da sua tramitação", argumentou.

Histórico

Em 1949, foi instituído através de um decreto presidencial o Centro de Educação Física e Cultural dos Servidores Públicos como um departamento da ASCB. Um ano depois, o presidente da República cedeu à associação uma parte do *campus* da UFRJ para que fossem desenvolvidas as atividades do centro, que tinha como finalidade promover a recreação e o aperfeiçoamento moral e intelectual dos servidores públicos e suas famílias.

Recebendo esse terreno, a ASCB arrendou parte do local para uma empresa privada, onde foi construído o Canecão. Sendo assim, no ano de 1967, através de um decreto-lei, o presidente da república, Castelo Branco, revogou o decreto que doava à associação esse terreno e o devolveu à universidade. Depois de não cumprida a decisão, a UFRJ entrou com uma ação de reintegração de posse. O processo foi ganho em primeira instância pela ASCB, chegando a Brasília, o STF reviu a questão e repassou o imóvel para as mãos da universidade.

Agravando a situação, entre o Natal e o Ano Novo de 2000, a Amauta – antiga empresa prestadora de serviços para a ASCB - inaugurou o Bingo Botafogo. Desde o início das obras a associação de moradores denunciava a gestão do interventor José Vilhena por ter permitido a construção do prédio no terreno. Ainda assim, as obras foram concluídas.

Em 2003, por decisão do Tribunal Regional Federal da 2º região, a UFRJ conseguiu a reintegração de posse do terreno do Bingo Botafogo. Porém, enquanto eram feitos planos de ocupação do espaço, uma decisão do mesmo Tribunal, no início de fevereiro, autorizou que a ASCB retomasse o terreno.

Carlos Levi acredita que a única maneira de diminuir a perda é entrando em um acordo favorável às partes. Para ele, seria ingenuidade achar que de um dia para o outro a universidade vai conseguir tirar o Canecão e o Bingo Botafogo da área.

*Estagiária

Jaciara Celestino

VISÃO AÉREA DO TERRENO DA UFRJ, ONDE FUNCIONA A CASA DE ESPETÁCULOS

TRIBUNA

Kelvin Melo

Levi
Pró-reitor

"Não tive conhecimento dessa questão, e não estava no foco das minhas atuais prioridades em termos de tratamento de assunto, mas essa é uma iniciativa que não depende da UFRJ diretamente porque neste momento, como há um processo em curso, a ação judicial corre sobre responsabilidade da AGU – Advocacia Geral da União - isso nos afasta do envolvimento com o processo e até mesmo do acompanhamento da sua tramitação."

Jaciara Celestino

Abílio
Líder comunitário

"Quando tem uma ocupação de sem-teto ou de sem-terra em um terreno privado, em 24 horas surge um mandato de segurança com reintegração de posse, tropa de choque, se necessário, forças armadas para garantir o direito de propriedade. Como aqui se trata de uma universidade pública, abandonada à sua própria sorte, está aí, ricos ocupantes."

Movimento

Juíza condena Tortura Nunca Mais

Grupo terá que pagar cerca de R$ 50 mil a policiais federais por danos morais

O grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, instituição que há 20 anos denuncia práticas de tortura e autoritarismo, foi condenado a pagar R$ 50 mil a quatro policiais federais a título de indenização por danos morais causados por denúncias veiculadas na página que a organização mantém na internet. A sentença foi despachada em agosto de 2005, pela Juíza da 42ª Vara Civil do estado, Maria Helena Pinto Machado Martins. O processo foi movido pelo delegado de Polícia Federal Luiz Oswaldo Vargas de Aguiar e pelos agentes federais Luiz Amado Machado e Anísio Pereira dos Santos. O motivo foi a divulgação pelo grupo das denúncias do ex-marinheiro da Petrobrás Carlos Abel Dutra Vaz de que teria sido espancado pelos agentes federais em agosto de 1996.

Na ocasião, apesar de a vítima ter feito a denúncia ao Ministério Público Federal, nenhum agente policial sentou no banco dos réus para responder pelos crimes de abuso de autoridade e lesões corporais (um delegado e dois agentes foram apontados pelo MP como responsáveis pelas agressões), prevaricação (outro delegado e mais dois policiais que não teriam impedido os maus tratos) e falso testemunho (um servidor administrativo que teria dado depoimento mentiroso). Todos foram beneficiados pela suspensão do processo por meio de um *habeas corpus* concedido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região e mantido pelo Superior Tribunal de Justiça sob a justificativa de que o Ministério Público Federal não podia realizar as investigações que ajudaram a identificar os policiais agressores. O processo foi suspenso e os crimes pelos quais os policiais foram denunciados estão prescritos.

Organização denuncia suspensão do processo contra policiais e é agora condenada

Para tentar evitar a impunidade dos agressores, o grupo Tortura Nunca Mais passou a divulgar o caso de Carlos Abel, chamando atenção para a suspensão do processo judicial, o que acabou fazendo com que os principais crimes prescrevessem sem que nenhum agente policial fosse julgado. Segundo noticiou, em 6 de agosto de 2005, o jornal virtual No Mínimo (nominimo.ig.com.br), "o único que passou pelo crivo da Justiça acabou sendo a própria vítima, pois o ex-marinheiro Carlos Abel Dutra Vaz também foi denunciado por ter reagido às agressões do delegado Roberto Prel. Carlos Abel não aceitou a suspensão do processo, que tinha sido proposta pelo Ministério Público, fez questão de ser julgado e acabou absolvido do crime de agressão ao delegado".

Na matéria do No Mínimo, o repórter Marcelo Auler conta que "além de não terem sido julgados pelos crimes denunciados pela Procuradoria da República, os policiais federais também se viram livres da sindicância administrativa instaurada no Departamento de Polícia Federal. Assim, se sentiram no direito de recorrer à Justiça com ações visando indenizações por alegados danos morais que teriam sofrido por causa das matérias jornalísticas sobre o caso".

Segundo o grupo Tortura Nunca Mais, a indenização custará mais de R$ 50 mil. O grupo nada fez além de divulgar a denúncia feita pelo petroleiro contra os policiais, o que motivou a ação do Ministério Público Federal que processou os agentes envolvidos no caso. Segundo a entidade, todos os fatos constam dos Relatórios sobre Tortura da Anistia Internacional e da Comissão Contra a Tortura da ONU.

A organização não governamental diz que não há mais condições para recorrer contra a decisão da Juíza e o grupo não possui dinheiro para o pagamento da ação. A entidade está solicitando ainda colaborações para que, coletivamente, a entidade de defesa dos direitos humanos possa pagar a quantia estipulada pela Justiça brasileira. As contribuições podem ser feitas no Banco Itaú – Agência 0389, conta 77791 (Tortura Nunca Mais).

Colegiados

Consuni discute Plano para educação do governo

Reitor monta comissão para organizar debate na UFRJ num prazo de 45 dias

O Plano de Desenvolvimento da Educação elaborado pelo governo Lula foi discutido pelo Conselho Universitário, dois dias depois (26/04) do seu lançamento. O reitor Aloisio Teixeira disse ter participado da cerimônia na capital federal e trouxe documentos propostos pelo MEC para o ensino superior: um projeto de lei, um projeto de decreto e uma minuta de portaria interministerial.

O projeto de lei criaria cerca de 2,8 mil cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior. Destes, segundo um aviso do MEC dirigido ao Ministério do Planejamento e também trazido por Aloisio, aproximadamente 1.950 seriam voltados apenas para o plano de expansão de governo. Ou seja, só poderiam ser alocados em novas instituições ou *campi* avançados das já existentes. Propõe-se, ainda, a criação de 5 mil cargos de técnico-administrativos, mas não fica evidenciada sua alocação na parte de expansão ou nas instituições já existentes.

Já o projeto de decreto alteraria decretos anteriores, ao conceder mais poderes aos dirigentes das IFES e ao provocar mudanças na autorização de concursos para cargos docentes das instituições. Curiosamente, esta proposta já foi parcialmente instituída com a publicação no Diário Oficial da União do decreto nº 6.097, de 24 de abril. Agora, com a subdelegação do ministro da Educação, os dirigentes das IFES, observadas as disposições legais e regulamentares, poderão, por exemplo, julgar processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades, nas hipóteses de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidores. Também poderão reintegrar ex-servidores em cumprimento de decisão judicial, transitada em julgada. Antes, a prática desses e outros atos eram exclusivas do ministro de Estado.

Também já está vigindo que, para provimento de cargo docente e contratação de professor substituto, observado o limite que cada instituição se encontra autorizada a manter em seu quadro docente, as universidades federais não precisarão mais apresentar à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão justificativa fundamentada, com indicação das vagas a serem providas e comprovação da disponibilidade orçamentária.

Banco de professores-equivalentes

Esta segunda parte do decreto já publicado tem relação com a minuta de portaria interministerial levada ao Consuni por Aloisio e que teria por finalidade o estabelecimento de um chamado "banco de professores-equivalentes". Este "banco" seria correspondente à soma dos professores de 3º grau efetivos e substitutos em exercício na universidade, expresso na unidade professor-equivalente. Observados os limites do banco de cada instituição, será facultado à universidade federal, independentemente de autorização específica, realizar concurso público para professor de 3º grau ou contratar substitutos.

O detalhe é que, segundo estudo da Andifes que acompanhou a documentação oriunda de Brasília, esta proposta teria o objetivo de "desburocratizar a contratação de professores, permitindo maior agilidade e eficiência no preenchimento de vagas abertas por aposentadoria, morte ou exonerações". O professor de 3º grau, 40 horas, com dedicação exclusiva, teria peso 1,55 nesta conta; o professor 40 horas, peso 1; e o professor de 20 horas, peso 0,5.

Reuni: mais reforma universitária

Aloisio falou, ainda durante a sessão do Consuni, da instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, publicado pelo decreto nº 6.096, também de 24 de abril.

Coisa pouca: até 2017, elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18 (hoje, estimada em 10). O ingresso no Reuni, através de um plano próprio, poderá ser solicitado pela universidade, a qualquer tempo. Como "prêmio", a instituição poderá receber um acréscimo no seu orçamento anual de até 20% das despesas de custeio e pessoal da universidade num período de cinco anos. Ah, está lá no decreto: "o atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação".

Comissão para analisar os documentos

Com o objetivo de organizar o debate sobre as propostas governistas dentro da UFRJ, Aloisio propôs a criação de uma comissão dos três colegiados superiores, garantindo a participação dos segmentos, para fazer uma avaliação do material, propor diretrizes para ação interna e fixar um cronograma da discussão. Esta comissão terá 45 dias para realizar seu trabalho, sendo os 30 dias iniciais reservados para sugestões das unidades. Na reunião ordinária marcada para 14 de junho, com base no relato da comissão, o debate começaria no Consuni. Os integrantes do Consuni já foram escolhidos: os professores Luiz Antônio Cunha, Ângela Rocha e Ericksson Almendra, a aluna Luanda Botelho e o técnico-administrativo Milton Madeira.

Após uma leitura rápida, alguns conselheiros manifestaram-se sobre os documentos distribuídos. O próprio Ericksson, preocupado, chamou atenção para o cálculo do professor equivalente, pelo qual seria mais atrativo para a universidade trocar dois professores em regime de dedicação exclusiva (2 x 1,55) por três docentes de 40 horas (3 x 1,0). Representante dos técnico-administrativos, Agnaldo Fernandes também

Professores rejeitam piso salarial

Com pouco tempo de lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo Lula, as críticas começam a surgir de todos os lados. Uma medida bastante exaltada pela propaganda governista, a definição de vencimento mínimo unificado para educadores de todo o país, já sofreu reclamação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

O projeto de lei para estabelecer o piso, que já tramita no Congresso, sugere que os professores devem receber R$ 850 para uma jornada de 40 horas semanais. Não há diferenciação salarial entre os professores com formação em nível superior e em nível médio. De acordo com a proposta, o vencimento deve ser aumentado gradualmente, para atingir os R$ 850 em 2010. A União repassaria verbas aos estados e municípios para o cumprimento do piso.

Segundo a CNTE, isso é pouco. A entidade elaborou um projeto de lei substitutivo que prevê um piso de R$ 1.050 para os professores com habilitação em nível médio e R$ 1.575 para os professores com nível superior. Esses valores seriam relativos a 30 horas trabalhadas por semana e valeriam a partir de janeiro de 2008.

José Cruz/ABr

CINCO MIL PROFESSORES FAZEM MARCHA EM BRASÍLIA CONTRA O BAIXO PISO OFERECIDO POR LULA

Outro ponto criticado pela entidade é a equiparação salarial entre os professores formados em nível superior e os de nível médio. "Isso é um desincentivo à valorização do professor e da educação. O profissional com nível médio não tem motivação para se habilitar em nível superior", afirma a presidente da CNTE, Juçara Dutra Vieira, em entrevista ao Jornal Brasil de Fato.

Andes-SN pronuncia-se sobre piso

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, analisou o lançamento do piso: "Este projeto de piso salarial pode ser importante porque realmente existem professores que ganham menos do que o estipulado pelo piso. Por outro lado, o governo federal faz uma proposta que nem todas as administrações (prefeituras) terão recursos para assumi-la", disse. "Existem professores de universidades federais de 20 horas e até mesmo alguns de 40 horas de início de carreira que ganham menos do que o salário mínimo e têm complementação para chegar ao valor do mínimo. Se é piso salarial, tem que ser pago na forma de salário e não pode ser atingido por meio de gratificações", completou.

considerou que os números de recomposição de pessoal apresentados nos documentos estavam muito reduzidos em relação aos déficits atuais. Almir Fraga, decano do CCS, ressaltando ser um primeiro momento de reflexão, viu com preocupação e desconfiança os projetos do governo: "Pelo pouco que li, e posso estar equivocado, fala em autonomia e acena com mais recursos da ordem de até 20% do orçamento, o que considero muito pouco, mas tem que atender a metas quase impositivas", afirmou.

Aloisio manifestou desacordo com o tom de algumas intervenções e expressou seu "extremo otimismo" em relação ao momento de debate sobre Educação. O dirigente ressaltou que esta postura não deve significar um adesão ao governo, pois afirmou ser contra 90% dos atos deste governo. "Nós não podemos nos furtar à responsabilidade de avançar neste momento. O que queremos mudar, o que não queremos mudar. Pode acatar ou não. Nós não podemos ficar paralisados neste processo e achando que nenhuma mudança é cabível. Esse é o momento da discussão", declarou.

Sobre o cálculo do professor-equivalente, Aloisio admite que congela o quadro atual, mas não deixa de ser positivo ao possibilitar o concurso imediato para a vaga aberta.

Sobre a pequena reposição do quadro técnico-administrativo, concordou que o governo não mudou sua lógica de "ajuste" dos últimos anos. "Vamos continuar a brigar", completou.

Sem mudanças na equipe

Aloisio reafirmou que não faria mudanças na equipe da reitoria até o término do primeiro mandato, em julho. Ele comentou especificamente que o Fórum de Ciência e Cultura não recebeu atenção devida da reitoria: "Neste sentido, para corrigir essa falha, estou pessoalmente me envolvendo mais com as atividades do Fórum e ontem (25/4) convoquei a primeira reunião do conselho diretor", comentou. Observou que a composição desta instância não está completa e fez um apelo aos segmentos participantes para indicar representantes.

Moção de pesar a Maria Lenk

Ex-professora emérita da UFRJ falecida no último dia 16, a nadadora Maria Lenk recebeu homenagem do colegiado. Ex-diretora da EEFD, primeira mulher sul-americana a competir em Olimpíadas no ano de 1932, recordista mundial e uma das pioneiras da implantação do curso de licenciatura em Educação Física na universidade, Maria Lenk também foi a principal responsável pela construção da atual sede da Escola na ilha do Fundão. Foi aprovada, por aclamação, uma moção de pesar.

Entrevista

Revolução dos Cravos, o "dia da liberdade"

No último dia 25, os alunos da Faculdade de Letras prestaram homenagem aos 33 anos da Revolução dos Cravos. O levante, que derrubou o regime político que vigorava em Portugal desde o ano de 1926, é homenageado pela comunidade da Faculdade desde 1982. A revolução foi o marco da liberdade portuguesa e um motivo de esperança para os países também reprimidos por regimes políticos. A professora do Departamento de Letras Vernáculas Cinda Gonda organizou com alunos exposição para marcar a data e contou à reportagem da Adufrj a importância de homenagear eventos como esse.

Fotos/Divulgação

A PROFESSORA CINDA (DE BLUSA ESCURA), ENTRE OS ALUNOS DA FACULDADE E ESTUDANTES DO COLÉGIO PEDRO II, QUE PRESTIGIARAM A EXPOSIÇÃO

O que foi a Revolução de Cravos?

Uma bela página da História recente de Portugal. Uma Revolução que teve início na madrugada fria do 25 de Abril. Uma Revolução que nasceu sob o signo das flores, cravos vermelhos, embalada pelas canções de Zeca Afonso, *Depois do Adeus* e *Grândola, Vila Morena*, música/senha, a anunciar os novos tempos em liberdade. Como bem definiu Sophia de Melo, poeta portuguesa, "a poesia estava nas ruas". Claro que há também os antecedentes, a guerra colonial, o horror da guerra.

Qual a sua importância para o Brasil?

Repara: a Revolução dos Cravos se dá em 1974. No Brasil, vivíamos o fim da era Médici, uma fase obscura, conhecida como " os anos de chumbo", e o início da era Geisel. Do lado de lá do Atlântico, depois de 48 anos de fascismo português, do Salazarismo, os militares, o movimento das Forças Armadas, (MFA), liderado pela jovem oficialidade, "Os capitães de Abril", e o povo derrubavam uma ditadura de direita. Isto para nós, latino americanos, era algo incrível. Porque aqui, os militares depunham governos legítimos, presidentes eleitos. Há um texto importantíssimo sobre esse momento, publicado na "Revista Brasil Socialista", de Éder Sader, intitulado "Lições de Portugal". A música popular brasileira acompanhou todo o processo revolucionário português, Chico Buarque, nas duas versões de "Tanto Mar"; Nara Leão, gravando "Grândola", Abílio Manuel "O Cravo e o Fado de Abril", e, no cinema, Glauber Rocha registrando os fatos em documentários; e Sebastião Salgado com suas fotos divulgando para o mundo a boa nova. Ou seja, A Revolução dos Cravos mantinha acesa a chama da esperança, do lado de cá do Atlântico.

Por que a Faculdade de Letras homenageia a data?

Penso que uma palavra sintetiza a iniciativa: resistência**.** A aposta de que somos capazes de sonhar, lutar por um mundo mais justo. Quando a mídia portuguesa realiza uma enquete para que se vote na figura mais importante de todos os tempos, e o vencedor é Salazar, algo vai mal. Quando uma instituição como o Real Gabinete Português de Leitura, pura coincidência dirão, resolve "homenagear" Marcelo Caetano, que depois do 25 de Abril se refugiara no Brasil, começamos a nos preocupar. É a famosa história do banquinho: se a gente não conta, se a gente não lembra, alguém vem e ocupa o lugar. O 25 de Abril funciona como um toque e um alerta. Atua no nível da consciência. Por vezes, as cores e os ideais se confundem, podemos não saber exatamente o que desejamos, mas temos a certeza, a convicção do que não queremos reviver. O 25 de Abril é uma espécie de porto, onde, vez por outra, ancoramos as nossas esperanças.

FOTOS E TEXTOS SOBRE A REVOLUÇÃO PORTUGUESA, NO SAGUÃO DA LETRAS

Desde quando a comunidade presta a homenagem?

Formalmente, desde 82 a Faculdade de Letras comemora essa data. No dia 25 de Abril, todos os anos, como nos pilares da ponte, em Lisboa, que leva o mesmo nome, escrevemos em nosso quadro, na sala de aula: 25 de Abril SEMPRE**.** Foi a lição que Zeca Afonso nos deixou.

Além da exposição, é organizado algum outro tipo de evento para coroar a homenagem?

Sim. A Faculdade de Letras relembra a data através de músicas, portuguesas, brasileiras, africanas. É importante que se diga da importância de África, dos líderes do MPLA, Frelimo, dentre outros. Organizamos conferências, projeção de filmes, como "Capitães de Abril", de Maria Medeiros. Na verdade, o 25 de Abril é um modo de nos reencontrarmos, avaliarmos os nossos impasses , as nossas contradições.

Havia um provérbio chinês muito citado pelo regime: "Quem recorda o passado perde um olho". Depois da Revolução dos Cravos, ele foi recuperado na sua totalidade: "Aquele que o esquece perde os dois". Penso que a maior homenagem se localiza na memória, na capacidade de contar. É uma opção, uma forma de estar no mundo, tentando responder à questão: o que podemos fazer para que as pessoas possam viver em harmonia? Sonho, utopia? Talvez. Mas deles não abrimos mão.

Movimento

1º de Maio

Unidade contra as reformas e a política econômica do governo Lula

José Maria de Almeida

Nesta terça-feira, 1º de Maio, acontecem manifestações classis-tas em todos os estados pelo dia internacional de luta da classe trabalhadora. Serão manifestações combativas, de protesto contra a Reforma da Previdência preparada pelo governo Lula e contra a atual política econômica.

Nas ruas, estarão as bandeiras da luta pela reforma agrária, moradia digna para todos, pela valorização do salário mínimo, das aposentadorias, por emprego e redução da jornada de trabalho sem redução de salários, em defesa do direito de greve, e contra toda forma de discriminação e opressão. Serão manifestações voltadas para o fortalecimento da luta contra o demagógico Programa de Aceleração do Crescimento, contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 01/07 que congela e reduz o salário dos servidores federais, contra o pagamento das dívidas externa e interna, contra a transposição do São Francisco. Serão atos também pela reestatização da Vale do Rio Doce, pela retirada das tropas brasileiras do Haiti e das tropas dos EUA do Iraque.

Ou seja, o 1º de Maio deve ser um contraste às festas organizadas pela CUT e pela Força Sindical, que têm patrocínio de empresas públicas e privadas. Vamos resgatar o caráter de classe e de luta desta data, tão importante para os trabalhadores, que estas centrais teimam em desmoralizar.

Mas estas manifestações terão também um outro significado especial. Vão marcar o avanço da construção de um processo de unidade entre vários segmentos da esquerda e dos movimentos sociais brasileiros que foi inaugurado durante o Encontro Nacional que realizamos em São Paulo, no dia 25 de março, quando constituímos o Fórum Nacional de Mobilização Contra as Reformas Neoliberais.

Os setores que estavam presentes naquele encontro estão articulando-se nos estados para garantir fortes manifestações neste 1º de Maio como uma espécie de largada para a Jornada de Mobilizações contra as reformas e contra a política econômica do governo Lula. A Jornada começa no dia 23 de maio, em todo o país. A idéia é promover paralisações, manifestações de rua, bloqueios de estradas e avenidas, em todas as cidades do país.

Trata-se de um primeiro, mas muito importante passo para unir forças da classe trabalhadora e fazer frente à ofensiva do governo Lula contra os nossos direitos e os interesses do nosso país. Os últimos gestos de Lula, reforçando sua subserviência ao governo Bush (e às multinacionais que ele representa) indicam claramente que a opção de seu governo é de aprofundar os ataques contra os trabalhadores que já acontecem desde o início do primeiro mandato. Os trabalhadores precisam superar a fragmentação e paralisia que marcaram o período recente. Precisamos enfrentar e derrotar este governo e as políticas que ele aplica no nosso país.

E há também um outro processo, mais contraditório, mas também muito importante em curso. Vários movimentos e setores da esquerda que até agora se mantêm nos marcos do apoio (mais ou menos envergonhado ao governo Lula), levados pelas contradições que isso tem gerado nas suas bases, e também pela pressão que o processo de mobilização que estamos construindo exerce sobre eles, começam a deslocar-se e, inclusive, buscar unidade conosco para promover a mobilização social. É o caso das discussões em curso com o MST, a CSC, a CUT e a UNE, com vistas a organizar conjuntamente a Jornada de Mobilizações do dia 23 de maio.

Isto, por um lado é muito importante, pois pode gerar uma perspectiva de fortalecimento do processo de lutas que estamos construindo. Mas por outro traz também perigos que precisamos evitar. A CUT, a UNE e a CSC não romperam com o governo e não o enfrentarão como se faz necessário para por fim à atual política econômica. Pelo contrário, querem construir alguma mobilização para tentar forçar mudanças no governo, puxá-lo para a esquerda, para que promova apenas mudanças na economia. É ainda uma variante da política de disputar o governo para a esquerda.

Compreender isto é importante, pois, ao mesmo tempo em que devemos seguir chamando estes setores à unidade na luta conosco, precisamos evitar que eles acabem dando ao processo de mobilização que estamos construindo um caráter apenas de disputa para trazer o governo mais para a esquerda. Seria jogar os trabalhadores em um beco sem saída, frustrando e esterilizando todo o esforço de mobilização pela derrubada das reformas.

Cabe à Conlutas e aos demais setores que participaram do Encontro do dia 25 de março garantir a construção concreta das mobilizações em todo o país no próximo dia 23 defendendo as bandeiras que definimos. Cabe ainda a nós a manutenção do esforço por ampliar esta unidade na luta que estamos construindo, buscando trazer todos os setores que a ele quiserem somar forças, inclusive os que hoje estão na Coordenação dos Movimentos Sociais.

Vamos manter a unidade para a luta em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores. E não há como alcançar estes objetivos sem lutar também contra o governo Lula e o que ele representa hoje em nosso país.

José Maria de Almeida é diretor da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais e participa da Coordenação Nacional da Conlutas

Memória ACADÊMICA

2 de maio de 2007 nº 1

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

A importância dos depoimentos universitários

Abraham Zakon

A História se faz compondo os registros dos fatos que se propagam através de depoimentos verbais ou escritos. Ajuda as pessoas a planejar o futuro e administrar o presente, pois revela erros e acertos do passado em todas as dimensões humanas. Em cada momento do presente, o passado é revisado e avaliado de uma forma diferente. Se não preserva e dá continuidade à sua História, um povo, uma nação ou instituição desaparece.

De tempos em tempos, ressurgem disputas entre correntes retrógradas ou místicas e os progressistas, ou como já se disse: "entre as trevas e as luzes". Algo parecido ocorreu, por exemplo, quando a Química Moderna foi criada e separou-se da Alquimia no Século XVIII. E isso parece estar ocorrendo atualmente em nossa sociedade globalizada.

Hoje, cumpre-nos tentar impedir o extermínio moral que abate crianças, jovens (informados, porém, ainda ingênuos) e adultos terrivelmente desempregados e que afeta direta ou indiretamente as universidades brasileiras.

A Universidade do Brasil é uma referência mundial, pois mesmo rebatizada de Universidade Federal do Rio de Janeiro preservou seu senso permanente de qualidade do ensino de graduação. Nestes últimos quarenta anos, incorporou um espectro apreciável de cursos de pós-graduação e grupos de pesquisa, que ampliou seu prestígio e, também, sua complexidade pedagógica e administrativa. Enfrenta, também, os desafios ambientais. Porque antes vivíamos num berço esplêndido e hoje as queimadas e o clima nos assustam.

A perda de embasamento escolar dos calouros, as mudanças de parâmetros sociais, as evasões estudantis, a influência da informatização e da Eletrônica sobre o aprendizado dos alunos afetam as universidades nas suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica. O dia-a-dia das pessoas foi globalizado e o pavor, produto da violência e da degradação social e ambiental, vem crescendo.

Várias reformas universitárias foram implantadas no Brasil desde os anos 1960, em geral concebidas ou consentidas em gabinetes ministeriais. Diante do achatamento classista no nível de professores adjuntos, inventou-se a classe de professor associado para manter em pequeno número as vagas de professores titulares e marginalizar os aposentados sem oportunidade de continuar tendo aumentos salariais compatíveis com os dos colegas ativos. Outras mazelas dessa natureza já foram abordadas no Jornal da Adufrj-SSind, durante os últimos anos.

Para se compreender o que está ocorrendo hoje com a universidade pública, é necessário descrever e tentar avaliar o período dos últimos cinqüenta anos. Isto significa que é importante ouvir alguns professores eméritos que acompanharam toda essa evolução desde que se tornaram catedráticos e titulares, e divulgar seus dados e vivências acadêmicas e profissionais diferenciadas. Com esse objetivo, será produzida uma série de entrevistas com os catedráticos que se tornaram eméritos e com os titulares agraciados com a Emerência na universidade.

Publicamos nesta primeira edição da série Memória Acadêmica uma entrevista, realizada em 2003,com o professor Bernardo José Guimarães Mascarenhas, que ingressou na Escola Nacional de Química em 1944 e faleceu em setembro de 2006. O depoimento do professor Mascarenhas certamente será o início de uma "discussão em cadeia" e beneficiará as novas gerações brasileiras com seus testemunhos, reflexões e concepções sobre a universidade pública brasileira.

Agradecemos aos professores Luiz Eduardo Carvalho, da Faculdade de Farmácia; e Maria Aparecida Silva, da Faculdade de Letras, pelas revisões.

Escola (Nacional) de Química UFRJ

> "Hoje, cumpre-nos tentar impedir o extermínio moral que abate crianças, jovens (informados, porém, ainda ingênuos) e adultos terrivelmente desempregados e que afeta direta ou indiretamente as universidades brasileiras."

Catedráticos, autonomia e ensino de graduação

A autonomia de uma cátedra e a reforma nos anos 60

> Os objetivos principais para os professores catedráticos eram ensinar no curso de graduação e pesquisar. Os catedráticos faziam questão de lecionar para alunos de graduação.

O que representava institucionalmente a "cátedra" na Universidade do Brasil?

Mascarenhas - Dependendo do professor catedrático, a cátedra era vista como algo bom ou ruim, pois alguns foram responsáveis por grandes feitos e outros, por insucessos na condução de sua missão.

A figura do "catedrático" existiu (até os anos 50 do Século XX) criada por ato do governo federal: ele era nomeado pelo Presidente da República, e, depois, empossado em Sessão Ordinária do Conselho Universitário, após prestar juramento (que era a condição para a posse, a qual constava da pauta dos trabalhos). A pessoa mais importante da República, o Presidente, assinava os decretos de nomeação dos catedráticos, e qualquer movimentação destes de um órgão para outro só podia ser feita por ele. Essas condições se refletiam no salário dos catedráticos. Por que o Presidente da República procedia assim?

Os objetivos principais para os professores catedráticos eram ensinar no curso de graduação e pesquisar. Os catedráticos faziam questão de lecionar para alunos de graduação.

Para ser catedrático, eram necessários dois concursos. A lei estabelecia que para se inscrever no concurso público de uma cátedra, o candidato deveria possuir o título de "Notório Saber", ou então, apresentar o título de "Livre Docente", que era obtido mediante um concurso semelhante ao do catedrático, mas aberto a qualquer profissional do ramo (e não necessariamente oriundo do meio acadêmico).

Para a instituição "cátedra" ser eficiente, o catedrático tinha de ter autonomia, ou seja, total liberdade para conduzir a sua missão, que envolvia desde a escolha do pessoal necessário aos trabalhos até a compra de equipamentos e materiais diversos. Assim, a cátedra tinha verba própria e o gestor destes recursos era o catedrático. Depois de orçados anualmente os itens de remuneração de pessoas e aquisição de materiais, ele tinha de prestar contas das despesas e fazer o demonstrativo dos resultados das suas aplicações. Nota-se, por aí, que essa condição era algo jamais concebido no serviço público. E mais: o catedrático tinha poder total para mandar, e para tanto era vitalício e só poderia ser demitido ou dispensado por motivo de crime comum mediante comprovação judicial. Por conseqüência, a história do ensino superior brasileiro incorporou excelentes resultados no Século XX cujos responsáveis foram luminares.

A situação de um conjunto de cátedras numa faculdade ou escola superior conduzia à seguinte questão: como administrar tal conjunto heterogêneo? Resposta: a instituição de ensino tinha de ter o seu diretor, porque sozinho ninguém faria nada. O diretor tinha obrigação de zelar pela correta aplicação dos recursos concedidos e seus resultados. Havia fiscalização dos Tribunais de Contas, (mas não havia "auditoria" - que foi uma criação institucional mais recente voltada para a parte fazendária). Havendo transações comerciais, o catedrático ficava sujeito como qualquer outro funcionário público aos percalços conhecidos. Além disso, o diretor da escola tinha ao seu dispor os recursos necessários para prover apoio ao trabalho dos demais catedráticos e docentes.

É difícil encontrar uma equipe de pessoas preparada mentalmente para a otimização de resultados. Naquela época, o catedrático compunha sua equipe com docentes, funcionários e alunos monitores, que, inclusive, o auxiliavam nos processos de seleção de fornecedores e propostas. Uma das dificuldades enfrentadas pelos catedráticos eram as tentativas de se minar a seriedade administrativa através da oferta de propinas por vendedores de equipamentos e materiais. Assim, cada um deveria conduzir os trabalhos sob o exercício da própria consciência, e esta condição continua sendo válida para as novas gerações de docentes universitários que elaboram projetos de pesquisa e extensão. Quando alguém cedia à tentação, era uma exceção à regra, mas a repercussão negativa prejudicava a todos.

A cátedra era vitalícia, obtida por concurso público de títulos e provas e pagava-se muito bem ao catedrático (cujo salário estava abaixo do recebido pelos desembargadores, que era o maior do serviço público federal). O poder de contratar pessoal e comprar equipamentos e materiais aumentou a capacidade de atração para grandes talentos (científicos ou acadêmicos), mas revelou-se inviável devido aos indivíduos que tinham segundas intenções. Com o tempo, abriram-se algumas porteiras para os aproveitadores de facilidades. Partiu-se, então, para a destruição da cátedra. E disseram que a cátedra era um obstáculo ao desenvolvimento do ensino, porque toda inovação tinha de contar com a concordância de algum catedrático. A cátedra, em alguns casos, era um obstáculo à renovação do ensino, e como era bem paga e seu acesso era difícil, começou-se a solapar o seu valor institucional.

Como um catedrático selecionava e preparava um novo docente?

O que importava no convite ao novato era o seu talento, sua vocação e seu padrão de conduta na esfera moral. O mesmo critério era válido para funcionários e monitores. Por sua vontade própria, os docentes da equipe do catedrático assistiam, ano após ano, suas aulas para observar como ele ministrava as aulas e como os alunos reagiam e, também, reciclar conhecimentos. Na questão da seleção de docentes, senti-me muito gratificado, durante as solenidades do Aniversário de 70 anos da Escola de Química da UFRJ, pelo comentário público emitido por ocasião das homenagens aos seus ex-alunos e docentes ilustres, que

> Por sua vontade própria, os docentes da equipe do catedrático assistiam, ano após ano, suas aulas para observar como ele ministrava as aulas e como os alunos reagiam e, também, reciclar conhecimentos.

Andréa Valdman

A ex-diretora, professora Belkis Valdman, e o atual diretor, Luiz Antônio d'Avila, homenageiam o professor Emérito Bernardo Mascarenhas, durante as comemorações dos 70 anos da Escola (Nacional) de Química da UFRJ

A trajetória do professor MASCARENHAS

Arquivo familiar

Professor Emérito Bernardo J. G. Mascarenhas, EQ-UFRJ

O Professor Emérito Bernardo J. G. Mascarenhas conquistou, há 50 anos, a cátedra de "Física Industrial" da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil, e reformulou-a para criar a graduação de Engenharia Química (durante vários anos a melhor do Brasil), em que foi o principal estrategista e Coordenador de Ensino. Transformou a cátedra no Departamento de Engenharia Química (DEQ). Coordenou o Convênio Petrobrás-EQ-UFRJ de 1975 a 1980. Como aluno, no 2º ano (1945), foi Monitor de Física e, em 1946, Presidente do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Química. Graduou-se "Químico Industrial" em 1947, e em 1949 concluiu seu "Mestrado em Engenharia Química" na Vanderbilt University. Em 1950, foi Substituto do professor Catedrático da 9ª Cadeira da ENQ, de "Física Industrial", pois o professor Leopoldo Miguez de Mello estava licenciado e empenhado na criação do Centro de Pesquisas da futura Petrobrás (Cenpes). Participou da criação do Centro de Tecnologia da UFRJ, na Ilha do Fundão. Incentivou vários docentes do DEQ ao doutoramento, alguns dos quais se tornaram Diretores da EQ-UFRJ. Sua atuação na universidade e nas empresas de engenharia foi reconhecida pelo Instituto Brasileiro de Petróleo em 1986, através do titulo de "Sócio Emérito". Também recebeu, em 1991, o "Prêmio Profissional da Qualidade" do IBP - Instituto Brasileiro do Petróleo, por sua atuação em projetos das plataformas de petróleo.

mencionava a minha capacidade de selecionar e indicar docentes para seus diversos departamentos, a qual incluiu – de fato - alguns dos seus Diretores das últimas décadas e atuais Professores Titulares. Sempre procurei avaliar se o novo docente era um bom profissional, com personalidade e responsabilidade voltada para o ensino, independentemente do seu credo religioso ou político, ou da sua origem social, condição indispensável para se preservar e elevar o conceito dos catedráticos.

Revista Química e Derivados/Paulo Igarashi

“Os alunos não podem ser prejudicados por ação ou omissão do corpo docente”

Bernardo Mascarenhas

“Além disso, no entendimento dos gestores federais, o ensino e a pesquisa da Química passou a ser assunto de interesse nacional, ou seja, estratégico. Daí, a Universidade do Brasil e a Escola Nacional de Química se tornaram referências nacionais.”

Quais foram as mudanças marcantes na Universidade do Brasil resultantes da reforma universitária dos anos 60?

A UB surgiu nos anos 30, quando existiam poucas faculdades e escolas superiores no Brasil. Assim, algumas foram reunidas para constituir uma universidade. Além disso, no entendimento dos gestores federais, o ensino e a pesquisa da Química passou a ser assunto de interesse nacional, ou seja, estratégico. Daí, a Universidade do Brasil e a Escola Nacional de Química se tornaram referências nacionais.

A Universidade do Brasil continuou sendo – na condição de Universidade Federal do Rio de Janeiro – uma instituição historicamente respeitada e reconhecida internacionalmente. Motivos: nós éramos referências para a formação de elites profissionais, acadêmicas, intelectuais e governamentais que incomodavam externamente. Quando alguém – como um catedrático – ou uma instituição – como uma universidade ou faculdade ou escola – constitui uma referência, as demais pessoas ou entidades têm de se balizar, espelhar ou mirar através dela.

Com a Reforma Universitária dos anos 60, implementou-se no ensino de graduação o regime de créditos e requisitos (e também nos cursos de pós-graduação - onde criaram-se novas frentes de absorção de talentos científicos e acadêmicos para os futuros quadros docentes – vários dos quais egressos de outras universidades). Então, surgiu a fragmentação e a dispersão das turmas oriundas do mesmo exame vestibular, bem como foram modificados os modelos e parâmetros de conduta da gestão das atividades docentes e discentes.

Mudanças docentes e administrativas em 40 anos

Como foi a conversão das cátedras em departamentos?

Algumas cátedras decidiram se transformar em departamentos. Não havia um ato ou norma explícita, e entendia-se que deveria ser uma criação inteligente, objetiva e correta. No meu caso, a disciplina “Física Industrial”, originalmente, incorporava o tema “Aparelhos e Operações Industriais” e se constituiu na raiz para a criação do Departamento de Engenharia Química.

A Universidade do Brasil - já convertida em Universidade Federal do Rio de Janeiro - foi em grande parte transferida para a Ilha do Fundão, na qual foram instalados a COPPE e os Institutos de Química, Física, Matemática, Geociências. Como foi a adaptação regimental e prática dos catedráticos – então, convertidos a titulares – com o novo ambiente institucional, físico e humano?

Durante um ano dediquei-me à redação do Regimento da EQ-UFRJ para atender às Leis de Diretrizes e Bases, que não mais possibilitava a manutenção do “status” antigo dos catedráticos. Apesar das dificuldades da mudança de instalações físicas, esta foi bem sucedida. Deu muito trabalho, mas houve uma grande colaboração para este sucesso devido à participação eficaz dos novos docentes que vieram a dirigir vários setores da Escola e Institutos da Universidade. Tendo sido designado Coordenador do Ensino de Graduação à época, recebi o apoio dos colegas dos Institutos de Química, Física e Matemática, sempre pronto a superar as dificuldades ocasionais. Eu me reunia com as suas Congregações, convocadas pelos respectivos diretores. Foi um trabalho de grande pertinácia.

O que veio a ser, de fato, o “Catedrático” convertido a “Professor Titular”?

A expressão “Professor Catedrático” desapareceu e cada um passou a ser denominado “Professor Titular”, mas foram respeitados os seus direitos constitucionais inamovíveis. Os novos regimentos limitaram a permanência do catedrático (e dos novos docentes titulares) a três períodos de gestão. O catedrático não atuava mais de forma permanente como chefe da equipe que formara, a qual passou a pertencer ao departamento. E não tinha mais verbas próprias para gerir ou desenvolver as atividades anteriores e o colegiado passou a ser superior ao catedrático. Porém, continuou como membro nato da Congregação.

Depois da extinção da “cátedra”, a nossa universidade piorou ou melhorou?

Em alguns casos, houve perdas, e, noutros, as coisas melhoraram.

As possibilidades de admissão de novos docentes melhoraram, mas à custa do rebaixamento dos níveis de exigência para inscrição e execução do concurso (equivalente ao de cátedra) – que era um acontecimento público - divulgado e registrado em jornais da grande imprensa com destaques aos méritos dos candidatos - e inequívoco, porque ocorria num auditório público. O concurso de cátedra originalmente incluía: um exame escrito (público); um exame prático-experimental (na bancada laboratorial e restrito à banca); uma prova didática (pública); e uma defesa de tese (pública). A prova escrita correspondia a uma proposição de como o candidato apresentaria certos pontos didáticos em sala de aula – isto é, sua preparação do conteúdo e forma da aula. Os níveis de exigência posteriores excluíram a titulação de “livre-docente” ou “notório saber” para inscrição no concurso. Para a defesa de conhecimentos e comprovação de capacidade acadêmica, eliminou-se a exigência da apresentação de uma nova tese e adotou-se a cobrança, apenas, de uma monografia.

Se o sistema de cátedra e as remunerações correspondentes tivessem sido mantidos, certamente, haveria maior afluência das melhores competências. Motivos: as remunerações eram os segundos salários da República e os catedráticos tinham condições de desenvolver seus trabalhos com toda a liberdade – isto é, autonomia.

A entrada dos docentes da equipe da cátedra no serviço público correspondia à seleção de talentos no circuito de (ex-alunos) conhecidos sem divulgação pública. A partir dos anos 60, entendeu-se que a renovação deveria ocorrer pelo melhor dos candidatos disponíveis e, nesse particular, a mudança ofereceu um potencial maior de candidatos que poderiam ser acolhidos, ainda sem obrigá-los ao concurso. A implementação crescente de cursos de pós-graduação, com destaque para a COPPE, favoreceu construtivamente essa tendência.

Após ter atuado como coordenador do vestibular unificado da UFRJ em 1968, quais as suas impressões sobre: (a) informatização dos serviços acadêmicos na UFRJ, (b) terceirização dos serviços administrativos na universidade, e (c) centralização de oficinas e serviços administrativos por decanias?

Capa da revista Química e Derivados, de dezembro de 1976

A UFRJ havia decidido constituir um exame vestibular unificado próprio. A informatização do vestibular possibilitou a liberação dos resultados no último dia dos exames, devido ao uso do computador IBM 1130 disponível no NCE - Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ. Sou contra a terceirização dos serviços administrativos porque uma infra-estrutura própria é indispensável em cada escola ou faculdade. Além disso, o pessoal administrativo tem de conviver com as atividades fins da universidade para evitar descompassos e falhas ou má qualidade no atendimento de demandas internas da escola ou faculdade. A preservação de quadros funcionais desde os níveis dos serventes e agentes de portaria contribui para o melhor entrosamento administrativo, operacional e humano entre as pessoas que dividem suas responsabilidades no mesmo ambiente de trabalho. Com um quadro funcional completo, criam-se condições especiais que geram um “ambiente de família”, onde formam-se indispensáveis parcerias de trabalho. É muito gratificante ao docente responsável por um elenco de atividades educacionais ouvir o funcionário declarar com alegria que pertence à mesma casa de ensino. Por outro lado, entendo que a centralização de serviços admi-nistrativos deve ser feita apenas para assuntos ultra-especiais de baixa ocorrência na vida acadêmica.

Como era constituída cada congregação antes e após a reforma dos anos 60?

Antes daquela Reforma, a

“O catedrático não atuava mais de forma permanente como chefe da equipe que formara, a qual passou a pertencer ao departamento.”

> Se o número de adjuntos é muito grande, o ensino oferecido vai representar o nível do saber dos adjuntos em contraposição ao dos titulares no seu formato original, que mencionei. A escassez da existência de titulares na estrutura docente acarreta a redução na qualidade do ensino superior.

Congregação da Escola Nacional de Química (assim como as demais) era exclusivamente composta por catedráticos ou seus catedráticos-substitutos. Aliás, eu ocupei, durante algumas demandas, as funções de "catedrático interino", "catedrático substituto" e "catedrático substituto interino", de acordo com a existência física do catedrático efetivo, o qual poderia, por acaso, ter sido designado para outro cargo ou se afastar por doença. Depois da mudança de "status" de "Universidade do Brasil" para "Universidade Federal do Rio de Janeiro", a Congregação passou a incluir, gradativamente, os representantes dos Professores Adjuntos, Assistentes e Auxiliares de Ensino e Alunos, até incluir os funcionários, por minha sugestão nos anos 80.

A Congregação é atualmente composta majoritariamente por membros eleitos anualmente (representantes das classes docentes de adjuntos e assistentes, representantes de alunos e funcionários, ou bi-anualmente (chefes de departamentos), um representante do conselho consultivo, e conta, ocasionalmente, com a presença de um número reduzido de titulares e eméritos em suas sessões. Quais as vantagens e desvantagens desse quadro de politização da Congregação para a EQ-UFRJ?

Com poucos titulares, a instituição se nivela para baixo. Você cria um mito democrático e não necessariamente tem condições de pensar, criar e executar projetos de maior envergadura. O membro eleito por um ano pouco vivencia ou contribui. Há que se aumentar esse mandato de representação, no mínimo, para 3 anos.

Em termos de referência docente, não se pode agregar os menores aos maiores, isto é, os professores novatos aos mais experientes. A Congregação deve, sim, promover o somatório das competências intelectuais mais evoluídas na esperança de que vá se produzir algo relevante para a instituição. Os menores ainda não tem competência adquirida, que necessariamente ocorre ao longo de muitos anos.

A partir da década de 90, adotou-se uma política de direcionar os concursos da contratação de novos docentes para absorver mestres e doutores disponbiblizados pelos cursos de pós-graduação. Isso resultou numa rápida progressão ou seleção dos novos docentes para o nível de Professor Adjunto. Já ocorrem candidatos dotados de "pós-doutoramento" para esse nível funcional. Quais as suas impressões sobre o achatamento real da carreira de docente universitário, hoje expressivamente concentrada no nível de "professores adjuntos"?

Essa distribuição docente representa simultaneamente uma limitação do nível que o candidato a professor poderá atingir. O adjunto passa a lecionar num nível inferior a aquilo que um catedrático (hoje, titular) poderia ministrar em sala de aula. Num elenco de adjuntos e titulares, a seleção feita considera diferentes competências. Se o número de adjuntos é muito grande, o ensino oferecido vai representar o nível do saber dos adjuntos em contraposição ao dos titulares no seu formato original, que mencionei. A escassez da existência de titulares na estrutura docente acarreta a redução na qualidade do ensino superior.

Os docentes adjuntos estão agrupados na sigla "40h DE". Os de tempo parcial, além de escassos, têm pouca participação nas atividades cotidianas do nosso meio acadêmico. Devemos voltar a incluir no quadro docente os professores de tempo parcial? Por quê?

Experiência e vivência profissional são adquiridas fora dos bancos escolares. A reinclusão de professores de tempo parcial é indispensável. Pela minha experiência, os professores que exerciam a profissão no mercado de trabalho externo trouxeram uma grande contribuição à formação dos seus alunos, ao incorporarem em suas aulas a vivência profissional. Eu preferiria selecionar objetivamente os docentes de tempo parcial, porque só iriam ser aceitos os que possuissem pendor vocacional. O engenheiro civil gosta de ver e falar sobre "traços de concreto". O engenheiro eletricista gosta de ver e discutir os barramentos de uma sub-estação. O engenheiro químico controlando a operação de um reator discute sua dinâmica e a influência da qualidade da matéria-prima sobre o produto. Isso só faz quem gosta, daí ser adequada a adoção de um processo seletivo de docentes em tempo parcial. Esse critério favorece a criação de disciplinas com a clara definição de "disciplinas de cunho profissional". Esse aporte de pessoal docente, distintamente qualificado, se novamente contratado pela universidade, consolidaria a inegável formação científica recebida pelos atuais estudantes de graduação.

O ensino de graduação de Engenharia Química

Após dirigir os trabalhos, em 1968, da transformação do curso seriado na EQ-UFRJ, para o regime curricular de "créditos e requisitos", com disciplinas semestrais nos chamados Ciclo Básico e Ciclo Profissional, o senhor acredita que houve ganhos institucionais?

No total, sim. Nos detalhes, destacam-se as vantagens visualizadas originalmente e nas etapas iniciais:

– o sistema de créditos e requisitos dava oportunidade ao aluno para fazer sua opção de estudos e combinar a seqüência de matérias com as oportunidades de estágio;

– também, permitiu estruturar o seu plano de estudos de modo que cursasse as disciplinas de sua conveniência pessoal ou vocacional;

– possibilitou a inclusão de novas disciplinas indispensáveis à formação efetiva dos engenheiros químicos, como, por exemplo, as "operações unitárias" e as de "processos químicos industriais";

- permitiu introduzir o aprendizado da informática e disciplinas correlatas. Inicialmente, foram oferecidos cursos de Fortran para 25% das turmas; depois disso, tornou-se obrigatório cursar "Processamento de Dados" para inscrição em Mecânica dos Fluidos, o que levou o DAENQ - Diretório Acadêmico da Escola (Nacional) de Química a protestar contra essa exigência, a qual foi mantida após o reconhecimento do mérito do assunto, que beneficiava os estu-dantes.

– consolidou a formação de profissionais e acadêmicos com reconhecimento internacional.

A liberdade de escolha de disciplinas a cursar pelos alunos ainda é recomendável?

A questão apresenta faces distintas referentes às origens e aplicação do sistema: hoje, a liberdade total de seleção de disciplinas é contra-indicada por uma questão cultural.

Eu conheci o modelo de "créditos e requisitos" nos EUA durante minha pós-graduação. Assim, implementamos um ciclo básico (de matérias fundamentais), ministrado pelos diversos institutos, e o ciclo profissional nos quatro departamentos da EQ-UFRJ, em períodos semestrais. Reco-nheço que isso enfraqueceu aquele espírito de turma tradicional. Mas, isso foi parcialmente substituído pelos grupos de estudo formados pelos próprios alunos. E também se revelou uma solução social muito importante naquela época, porque deu mobilidade aos alunos, que ficavam menos presos à Escola e podiam trabalhar fora.

Nos EUA, a fase de adaptação institucional do sistema de créditos e requisitos já estava superada, e tudo fluía naturalmente, sendo indispensável a presença do orientador competente para examinar o plano de estudos do aluno e modificar suas pretensões quando fossem previsivelmente prejudiciais. Diante do fato constatado na EQ-UFRJ que raramente os alunos de graduação procuram o seu orientador acadêmico, seria muito edificante agir para corrigir esse desvio e implementar esta mentalidade.

Se for necessário evitar a dispersão curricular dos alunos desorientados, adotando-se uma rigidez no sistema, é conveniente exigir-se os requisitos nas disciplinas obrigatórias para zelar pela qualidade do ensino e deixar o aluno escolher livremente as eletivas ao nível de ênfases ou habilitações (pois a EQ-UFRJ já oferece quatro cursos de graduação).

Após estudar em 1967, junto do Departamento de Estágios do Diretório Acadêmico da EQ, a viabilidade do Estágio Obrigatório dos alunos em fim de curso, contatando empresas e via entrevistas realizadas pelos próprios alunos, sua ação pioneira, foi confirmada pouco depois pelo Currículo Mínimo das Engenharias, em discussão na Comissão da

A importância da Escola Nacional de Química

A Escola Nacional de Química foi o cadinho de onde se extraíram, durante 70 anos, elementos estratégicos - químicos industriais e engenheiros químicos - que implementaram a atual indústria química brasileira. É difícil pensar-se em uma indústria química que não tenha contado com ex-alunos em seus quadros técnicos, gerenciais ou diretores e presidentes (melhor exemplo: Petrobrás). O mesmo ocorreu em várias empresas de engenharia, órgãos de fomento, institutos e fundações, como o Sebrae-RJ, Sebrae-SP, BNDES, CNPq, INT, Cetem, Feema, no Sindicato dos Químicos e Engenheiros Químicos (SQEQRJ), que participou da criação da legislação e regulamentação das profissões dos químicos no Brasil, nos Conselhos Regional e Federal de Química e no Sindicato das Indústrias Químicas (SIQUIRJ). Alguns docentes criaram ou lecionaram em cursos na UFRRJ, UERJ e UFF, além do Cefet-RJ, outros foram Reitores da UFRJ e um foi Ministro da Educação. Vários egressos criaram ou participam na UFRJ da Coppe, do Instituto de Química e do Pólo Piloto de Xistoquímica, do Instituto de Macromoléculas, e do Nucat (Núcleo de Catálise) – hoje indispensáveis para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro.

> É fora da universidade que acontecem as coisas. O contato direto do aluno com essa outra realidade é de importância indiscutível no encaminhamento de sua formação profissional.

> “Para ser um cidadão autêntico, o estudante tem de fazer parte ou deve pensar, também, nas coisas políticas. O celeiro ideal para geração de nossas idéias políticas, essencialmente, é a Universidade.”

Reforma Universitária do MEC. Diante da sua grande experiência profissional fora da UFRJ, hoje, qual o tipo de “estágio obrigatório” desejável para os alunos de graduação da Escola de Química?

É fora da universidade que acontecem as coisas. O contato direto do aluno com essa outra realidade é de importância indiscutível no encaminhamento de sua formação profissional. As pessoas e o ambiente de trabalho são diferentes. O trato interpessoal é diferente. Não vejo como substituir isso tudo pela alternativa, por exemplo, da iniciação científica.

Se o aluno tiver dificuldade de obter estágio, então, poderiam ser criadas condições específicas para substituir um estágio externo definindo-se claramente o que seria válido, como, por exemplo, atuar em projetos de consultoria e pesquisa das empresas ou indústrias executados por docentes e pesquisadores dentro da universidade. Por outro lado, a própria Escola de Química tem muitos equipamentos em escala piloto que podem ser aproveitados para cursos ou atividades de treinamento operacional dos alunos de graduação com eventuais dificuldades de obtenção de estágios externos.

Para que a obtenção de estágios externos se concretize, uma aproximação efetiva da Escola de Química com a Associação dos Ex-Alunos da Escola de Química da UFRJ (AEXA-EQ-UFRJ) e os Sindicatos das Indústrias Químicas (SIQUIRJ) e dos Químicos e Engenheiros Químicos (SQEQRJ) teria inegável mérito.

Qual a importância da politização na vida dos estudantes e docentes universitários?

Para ser um cidadão autêntico, o estudante tem de fazer parte ou deve pensar, também, nas coisas políticas. O celeiro ideal para geração de nossas idéias políticas, essencialmente, é a Universidade. Na época em que estudávamos (anos 40) existia essa veia política, e nós debatíamos os temas políticos com todo o desembaraço. Existiam tendências, às vezes, ideológicas. O que havia de grande valor era a liberdade de expressão. Existia o interesse em debater idéias sem necessariamente pertencer a um partido político. Haviam correntes de esquerda e direita sem que isso interferisse na condução dos assuntos acadêmicos. Discutiam-se as ideologias políticas sem intenções de se galgar vantagens pessoais. O estudante é por natureza vulnerável a ser manipulado ideologicamente e, em alguns casos, receia manifestar sua identidade política. Apesar disso, a politização favorece a formação de lideranças com reflexos na sua atuação profissional e comunitária.

César Antônio Voigt Mascarenhas

Bernardo Mascarenhas recebe seu diploma de Emérito das mãos do então reitor Alexandre Cardoso, em 8 de agosto de 1989

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática: Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular

Produção Editorial: Ana Manuella Soares **Diagramação:** Douglas Pereira **Ilustrações:** Aliedo

As perguntas desta edição foram formuladas pelos Professores Adjuntos Jorge Luiz do Nascimento, da Escola Politécnica, Abraham Zakon (entrevistador), da Escola de Química, e Sra. Márcia Lucina de Andrade Costa Valladão, Chefe da Seção de Ensino de Graduação da Escola de Química. Colaboraram: Químico Industrial Dilson Rosalvo dos Santos, Presidente do SQEQRJ e Engenheiro Químico Paulo César Strauch, ex- residente da AEXA-EQ-UFRJ

Cristina Miranda

UFRJ na luta contra a reforma

No último sábado (5/5), o Comitê UFRJ contra a reforma universitária de Lula realizou um seminário com 65 participantes na Escola de Serviço Social. Pela manhã, o professor Roberto Leher falou sobre os efeitos da reforma da educação superior (foto) e, à tarde, a diretora da Adufrj-SSind, Vera Salim, falou sobre o Estado e as reformas neoliberais.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 536 8 de maio de 2007

Rio no 1º de Maio de Luta

Fotos: Samuel Tosta

Os diretores e ativistas da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ marcaram presença nas atividades do 1º de Maio promovido por sindicatos e partidos políticos na Lapa, no Centro do Rio. A vice-presidente da Adufrj-SSind, Vera Salim (foto), participou da manifestação e conclamou estudantes e trabalhadores contra as reformas liberais do governo Lula e pela defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade para todos.

Leia mais na página 4

Opinião

A Idéia

Para Luiza Quintanilha
que soube ver o mundo no mundo
vivendo a idéia do coletivo
na esperança de sua hora
e de sua construção.

A idéia ainda era uma sombra, uma sombra com rasgos finíssimos que deixavam passar, não a luz, posto que da luz ainda não nos tínhamos dado conta, mas um certo desejo de luz, ou melhor, de revelação, de vermos e pensarmos sobre o que a luz, talvez, enfim, nos revelasse. A luz, que então se expunha, e a nós expunha o mundo, era invenção da sombra, dos contrastes delicados, de suas aparências, de suas ilusões.

Pelas frestas, os acontecimentos.

Talvez por isso, pela luz que ao revelar sempre escondia, pelas escolhas que sempre deixavam de fora o que na sombra existe em desejos e incompreensões, talvez por isso, passamos a conhecer o mundo apenas aos pedaços e a idéia, vinda vestida de luz pelos buracos da sombra onde reinava o confuso inexpugnável, só era capaz de compreender pedaços do mundo. E a idéia, sombras rasgadas de luz, era a de construir o mundo como um quebra-cabeças, a partir dos pedacinhos isolados e visíveis. O mundo tornava-se o modelo do mundo. Uma imensa união de fragmentos iden-tificados. Éramos distantes de nós, isolados de nós. Éramos, mas não fazíamos sentido. Vivíamos o paradoxo de ser o que não somos e de tentar, permanentemente, em vão, tornarmo-nos o que, deveras, somos.

Quando a realidade torna-se o modelo, o modelo vira real e as hipóteses se transformam, lentamente, em fatos. Vivemos um mundo falso, atrelado a modelos falhos, trivializados, onde as explicações migram, desrespeitosa e desatentamente, do particular para o geral, onde a matéria atomizada inventa um espaço e um tempo igualmente atomizados e o mundo, que se queria coletivo e plural, se vê acorrentado pelas máquinas fragmentadoras dos modelos dominantes, transformado em pequenos pacotes atômicos de atônitos seres individualizados e, conseqüentemente, individualistas. Quando a realidade já não se distingue do modelo passamos a existir isoladamente e o mundo deixa de ser nosso continente para tornar-se apenas nosso conteúdo; sua própria existência é questionável. Só o indivíduo é garantido. Só eu, o único verbo que conjugo.

Daí para a barbárie é um pulo. Quando abrirmos o jornal de domingo e lemos no seu editorial uma defesa irrestrita do Caveirão e suas práticas nefastas pela cidade, é sobre o modelo que estamos lendo. Quando os juízes traficam impunemente suas sentenças e se constituem como homens e mulheres superiores, à parte do mundo, distantes, infinitamente distantes, dos mortos e feridos da Vila Cruzeiro, é sobre o modelo que exercem seus poderes. Quando o trabalhador, sem opções, se vê imposto a shows onde deveria haver esperanças, depois de tanta luta, shows e cerveja, no lugar de esperança, é o modelo que está sendo comemorado. Um modelo que, incapaz de vislumbrar o coletivo, se apressou na construção do mundo pelo individual. É ele que descobre e justifica o desencanto, que reduz todos os valores a um só valor, o dinheiro que tudo justifica. E dele, deste modelo que fragmentou-nos a todos e que nos reinventou como pedaços na ficção das ciências, dele, nada podemos falar, além de chamá-lo real. Sou eu, o único verbo que conjugo.

Mas tu, ser cósmico e desengonçado, que tropeçando numa nuança de sombras entre as idéias, se viu em pleno vôo, mulher no abismo horizontal dos acontecimentos, no rasgo puro da sombra estilhaçada, tu viste um mundo redondo e solidário e tu gritaste seu nome: real, e eu já desconhecia o significado do teu nome: real, tu viste as possibilidades para além do único caminho, do modelo imperativo, e teu grito correu por entre as trincas do confuso onde reinavam as diferenças sem identidade e onde de cada maneira e de toda maneira possível se descortinava a possibilidade de um outro mundo, esse mesmo mundo, ainda e revisitado, onde o coletivo teria e terá a sua chance e sua hora. Onde a história estará viva e mortos estarão os caveirões com seus ideais monolíticos fragmentados, onde as ideologias ressuscitadas conversarão com as ciências, enfim unificadas pelas complexidades infinitas que o coletivo possibilitará. Mas tu, ser cósmico e desengonçado, mulher aos rodopios gritando novas possibilidades, tu ensinaste7 que a luta continua.

Ricardo Kubrusly
Diretor da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Estudantes ocupam a reitoria da USP

Estudantes da Universidade de São Paulo (USP) ocuparam a reitoria na última quinta-feira (3) para protestar contra cinco decretos emitidos pelo governador José Serra (PSDB). Cerca de 300 universitários ainda estão no local tentando retomar as negociações.

Na tarde da última segunda-feira (7) os estudantes organizaram um ato para divulgar à comunidade acadêmica as principais diretrizes da manifestação. Às 15h, os universitários participaram de uma reunião de pauta para discutir quais as iniciativas da renegociação. A ocupação está tendo o apoio de alguns membros do corpo docente, que se organizaram para dar uma palestra à comunidade.

Segundo Mariana Pereira, integrante da comissão de comunicação do ato, durante a semana a reitoria enviou para os manifestantes uma série de documentos com o objetivo de apaziguar a situação. Os documentos, além de não atender às reivindicações dos alunos, ainda continham a cláusula que as deliberações só seriam atendidas se os estudantes acabassem com a ocupação.

Divulgação

Em entrevista à Carta Maior, a aluna de Ciências Sociais Claudia Drummond disse que a principal exigência é que a reitoria tome posição diante aos quatro decretos impostos pelo governo que tiram a autonomia das três universidades públicas estaduais (USP, Unesp e Unicamp). "Em reuniões com o vice-reitor Franco Maria Lajolo, ele se comprometeu a realizar uma audiência pública, entre os dias 14 e 18 de maio, para discutir nossas exigências", afirma Claudia.

Para que haja a desocupação, os estudantes apresentam cinco reivindicações essenciais: além da autonomia, contratação de mais professores para os cursos, a reforma de vários prédios da universidade, que ficaram inundados com as últimas chuvas, e a criação de 594 novas vagas para a moradia estudantil.

Os discentes não só organizaram um blog (http://ocupacaousp.blog.terra.com.br) para divulgar as principais notícias sobre a ocupação, como estão divulgando um vídeo (http://video.google.com/videoplay?docid=2766804175625447712) para que a comunidade acadêmica, a imprensa e o público melhor entendam a questão.

Já que planejam continuar ocupando a área durante a semana, os estudantes acreditam que, com a parte burocrática fechada, em algum momento a universidade vai parar. A única certeza dada pela reitoria até o momento é que os estudantes não sofrerão retaliações pelo ato.

Estudantes da Educação Física discutem projeto de sociedade

Entre os dias 27 de abril e 1º de maio, 130 estudantes de Educação Física de doze escolas públicas e particulares do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, estiveram reunidos na Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ para o VII Encontro Regional dos Estudantes de Educação Física. Organizado pelo Centro Acadêmico local (Gestão Quem Vem Com Tudo Não Cansa), pelo centro acadêmico da Uerj e pelo movimento Luta Consciente (da UFRRJ), o evento teve como tema "Projeto de Sociedade, Trabalho e Competição: Discutindo Universidade em busca da Superação". O objetivo era preparar os participantes para o XXVIII Encontro Nacional da área (ENEEF), que ocorrerá de 1º a 8 de setembro, na Universidade Federal da Paraíba.

Conforme atesta Daniel Leal, do 7º período do curso e integrante do CAEFD, "o Encontro possibilita o acesso a diversas discussões que não são realizadas no dia-a-dia da sala de aula e a dimensão política que ocorre é de profunda relevância diante do contexto social de desigualdades que está ao nosso redor".

O Encontro contou com a participação na mesa de abertura do vice-diretor da EEFD, professor José Maria; pelo presidente da Adufrj-SSind, professor José Simões; do estudante Leonardo Gonçalves "Panda", do CA de Educação Física da Uerj, representando a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física; e do estudante Gabriel Marques, pelo CAEFD da UFRJ e pela comissão organizadora.

Divulgação

No sábado, dia 28 de abril, uma mesa contou com os palestrantes Bruno Gawryszewski, professor de Educação Física e mestrando em Educação pela UFRJ; com a professora Vera Salim, vice-presidente da Adufrj-SSind; e com a estudante Amanda Moreira, do 7º período da UFRRJ.

A Plenária Final do evento aprovou a participação dos estudantes no Ato Público de 1º de maio na Lapa (veja matéria nesta edição) e encaminhou propostas para a Encontro Nacional da área: entre eles, ratificar a luta contra a Reforma Universitária, a defesa da regulamentação do trabalho e a contrariedade ao sistema CONFEF/CREFs, além da ruptura com a União Nacional dos Estudantes e a necessidade de ampliar os debates sobre as bandeiras do Movimento Estudantil de Educação Física nas escolas.

UFRJ

Revista eletrônica da UFRJ destaca 1º de maio

A UFRJ em Vídeo, revista eletrônica semanal produzida pela Coordenadoria de Comunicação da universidade, destacou em sua edição de lançamento o 1º de maio, Dia do Trabalhador. Sobre a histórica data, foram ouvidos os professores Marco Aurélio e Elina Pessanha, do IFCS; o coordenador geral do Sintufrj Marcílio Lourenço; e o presidente da Adufrj-SSind, José Simões. No vídeo, eles comentam a luta dos trabalhadores brasileiros, a conjuntura atual e os desafios futuros. Cimar Azeredo, gerente de pesquisa do IBGE, também foi entrevistado sobre a situação do mercado de trabalho do país. Na página www.adufrj.org.br, há um *link* para o vídeo de pouco mais de 16 minutos produzido pela UFRJ.

Agenda Sindical

23/5 – Jornada de Lutas: Contra a Reforma da Previdência – Contra toda Reforma que retire direitos – Não à Emenda 3
São Paulo (SP)

25 e 26/5 - Reunião do Grupo de Trabalho Verbas do Andes-SN
Brasília (DF)

1 e 2/6 - Reunião do Grupo de Trabalho de Seguridade Social do Andes-SN
Brasília (DF)

26 a 29/7 – 52º Conad do Andes-SN
São Luís (MA) – com o tema central "Em defesa da Educação Pública, construir a unidade, resistir e avançar a luta".

Movimento

1º de maio classista reúne milhares em todo o país

Atividades são marcadas por críticas às reformas neoliberais do governo e Praça da Sé tem a maior manifestação

O lema "Em defesa da aposentadoria, dos direitos sociais, sindicais e trabalhistas" caracterizou o 1° de maio classista em São Paulo, na Praça da Sé, centro da capital paulista. Nem mesmo o sol forte diminuiu o ânimo dos presentes ao protesto contra o governo Lula e as reformas neoliberais, que atraiu aproximadamente três mil pessoas. O ato teve a participação de organizações e partidos reunidos no Fórum Nacional de Mobilização, como a Conlutas, Intersindical, Pastorais Sociais, organizações de luta pela moradia, de luta pela terra, diversos sindicatos e os partidos políticos PSOL, PCB e PSTU.

A manifestação começou com uma apresentação teatral que lembrou a origem do 1º de maio, com a encenação da repressão às greves pela jornada de oito horas em 1886. Ao final da apresentação, a conclusão foi de que o 1º de maio não é motivo para festa, mas para resgatar a história dos trabalhadores e alimentar com ela as novas lutas. Uma evidente crítica às festividades da CUT e Força Sindical.

Em nome da Conlutas, José Maria de Almeida destacou a unidade das organizações que permitiu a construção do ato: "É fundamental valorizar a unidade do movimento. Vamos implementar um calendário de luta contra esse governo. Esse ato deve impulsionar o ato do dia 23 de maio, vamos bloquear ruas e realizar paralisações em todo o país", disse, em referência à próxima data de atividades marcada pelo Encontro Nacional contra as Reformas Neoliberais, realizado em São Paulo, no mês de março.

Zé Maria ainda destacou que o alvo das manifestações deve focar o governo e chamou as organizações como o MST e a Corrente Sindical Classista (CSC), que ainda estão no governo, a romperem com Lula. "Não adianta criticar a equipe econômica. É o Lula que a nomeia, é o presidente que nomeia Henrique Meireles e o Guido Mantega. A ilusão não é boa conselheira. Entender isso é fundamental para levar uma luta conseqüente até o fim", concluiu.

Francisvaldo Mendes, representante da Intersindical, denunciou a reforma previdenciária e comparou a exploração dos cortadores de cana-de-açúcar à escravidão: "Temos agora que dar uma demonstração de força no dia 23", observou. Os manifestantes seguiram em passeata da Praça da Sé até o Viaduto do Chá, gritando palavras de ordem como: ``Ô, Lula, que traição, essa reforma é coisa de patrão".

Dia do Trabalhador no Rio

No Rio de Janeiro, perto dos Arcos da Lapa, o ato classista do 1° de Maio reuniu cerca de mil pessoas. Entre as organizações e partidos presentes estavam PSOL, PCB, PSTU, Conlutas e a Intersindical. Gualberto Tinoco, o Pitéu, falou em nome da Conlutas e ressaltou a importância de construir, além de atos unitários, uma nova organização de luta para os trabalhadores. Ao final, foi realizada uma animada roda de samba com a Tia Surica da Portela. Na foto, professores e estudantes da UFRJ durante a atividade.

Sergipe contra o agronegócio e o latifúndio

Em Sergipe, uma manifestação parou, por quase duas horas, a ponte que passa sobre o rio São Francisco, no município de Própria, a 99 quilômetros de Aracaju. Cerca de 400 ativistas, ligados a movimentos sociais, sindicatos e agremiações estudantis, foram ao ato. As reformas neoliberais do governo Lula, os planos do imperialismo para o continente latino-americano e o projeto de transposição das águas do rio São Francisco foram denunciados pelos oradores em suas intervenções. Tribos indígenas também compareceram ao protesto. Com a palavra de ordem "transposição não, revitalização sim!", os manifestantes demonstraram disposição para barrar o projeto que só irá beneficiar o agronegócio e o latifúndio.

A atividade acabou por causa de violenta intervenção da Polícia Rodoviária Federal. Os policiais usaram *spray* de pimenta e chegaram a apontar armas de execução contra trabalhadores para desbloquear a ponte.

Rio Grande do Sul protesta contra Lula e Yeda Crusius

O ato do 1º de Maio no Rio Grande do Sul, organizado pela Conlutas e outras entidades do Fórum Nacional de Mobilização, aconteceu no Largo Zumbi dos Palmares, lugar histórico da cidade e simbólico do movimento negro que o atual prefeito, José Fogaça (PPS), quer transformar num terminal de ônibus. No encerramento da atividade, houve queima de três bonecos representando Lula, a governadora Yeda Crusius (PSDB) e o prefeito de Porto Alegre.

Ceará

A praça do Colégio do Liceu, localizada no histórico bairro da Jacarecanga, concentrou centenas de pessoas que deslocaram-se de diversos bairros da Grande Fortaleza. Destacaram-se os operários da construção civil que, por volta das 7h, começaram a chegar à sede do sindicato para tomar o "café da manhã do peão" com muita fruta, pão, leite e café. Logo após, uma coluna vermelha, com cerca de 150 operários, saiu do sindicato e chegou à praça do Liceu cantando: "Eu sou Conlutas, eu sou peão, a CUT é do governo e do patrão".

Pará

Em Belém, o 1º de maio classista foi comemorado na Praça do Operário, seguido de uma passeata pelas avenidas Governador Magalhães Barata, Nazaré e Presidente Vargas, terminando na Praça da República, com cerca de mil participantes, apesar de um sol escaldante.

Fontes: PSTU, Conlutas, Folha *Online*

Força Sindical e CUT não criticam governo

As festas da Força Sindical e da CUT realizadas na cidade de São Paulo foram marcadas pelo tom amigável com o governo. Não à toa, uma vez que milhares de reais foram despendidos por estatais para financiar os dois eventos. Em vez de luta contra as reformas neoliberais promovidas por Lula, as centrais preferiram enfatizar a questão ambiental ou o ilusório desenvolvimento via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para atrair público, prevaleceu a fórmula de shows gratuitos e sorteios (estes, somente na festa da Força).

A comemoração da CUT também contou com um "ilustre" convidado: o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, que montou o esquema irregular de financiamento que ficou conhecido como "valerioduto", passou rapidamente pelo local. Delúbio chegou sem ser percebido e só foi reconhecido quando deixava o palco da festa, no fim da tarde. Ao ser cercado por jornalistas, apenas sorriu e desejou boa sorte a todos.

Lula foge de sermão em São Bernardo e de protesto em Diadema

O presidente Lula da Silva livrou-se de constrangimento ao faltar, pela primeira vez em 27 anos, à Missa do Trabalhador, em São Bernardo. Além de um sermão repleto de críticas à política econômica, a cerimônia foi marcada por um protesto de funcionários da vizinha cidade de Diadema, administrada pelo petista José Filippi. O presidente passou o dia no Palácio da Alvorada com familiares. Pela manhã, jogou futebol com convidados.

GED integral será paga aos aposentados

Em resposta à ação ganha pela Adufrj-SSind, a Pró-reitoria de Pessoal da UFRJ informou que irá pagar aos aposentados, no próximo contracheque, as diferenças devidas do valor integral da GED (140 pontos), relativas aos meses de janeiro a abril deste ano. O pagamento da integralidade da GED será identificado no contracheque como rubrica de decisão judicial. Antes, esses docentes recebiam apenas 65% da gratificação. Ainda não está certo se a diferença da GED relativa ao mês de maio entra nesta folha ou se ficará para o contracheque seguinte. Apenas os sindicalizados da Adufrj-SSind são beneficiados pela ação, segundo a PR-4.

Amorim

Assembléia Geral

16 de maio quarta-feira **17:30**

Pauta:

1 - O "REUNI" na UFRJ
2 - Campanha Salarial
3 - Participação da Adufrj no Ato do dia 23/05/07
4 - Escolha de delegados à Plenária dos SPF

Auditório da Escola de Serviço Social
Praia Vermelha

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 537 15 de maio de 2007

Educação por decreto

Com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o governo lançou um conjunto de medidas para todos os níveis de ensino. Para o ensino superior, dois pontos chamam a atenção: a assinatura do Decreto nº 6.096, de 24 de abril, que institui o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni; e a publicação da portaria interministerial nº 22, de 30 de abril, que criou o "banco de professores-equivalente" em cada IFES para guiar futuras contratações.

O Reuni fixa metas de desempenho a serem alcançados pelas universidades, sem adicionar recursos relevantes aos cofres das instituições. Já o "banco de professores", ao permitir aos reitores substituir os quadros de maior dedicação à universidade (Dedicação Exclusiva ou de 40 horas) por um número maior de docentes em regime de 20 horas ou até mesmo substitutos, pode servir como um perverso instrumento para atendimento das metas previstas no Reuni.

Entrevista nas páginas 4 e 5

Editorial

As obrigações e Deveres do Estado brasileiro

Quais são as obrigações e deveres básicos do Estado brasileiro, quais os serviços que deve prestar para justificar a arrecadação de impostos, como deve ser sua estrutura para atender a população são questões sistematicamente escamoteadas nos debates políticos oficiais. Surgem apenas em tempos de grandes e graves crises e são sempre apresentadas de forma distorcida, como meias verdades e terminam por cair no esquecimento. Recentemente surgiram três pontos que estão relacionados com o papel e as funções do Estado: a crise no sistema educacional brasileiro, a proposta de modificação no SUS e na previdência e as restrições ao direito de greve dos servidores públicos. Comecemos por este último ponto.

Desde a Constituição de 88, o direito de greve dos servidores públicos deveria ser objeto de regulamentação e estar condicionado à manutenção dos " serviços públicos essenciais". Até hoje esta regulamentação não foi feita pelo simples fato de que, ao serem definidos quais seriam os serviços públicos essenciais, isto iria muito além do direito de greve dos servidores. O ponto principal é a definição de quais seriam os serviços públicos que o Estado deveria ser obrigado a prestar. Como conseqüência, se um hospital público não atendesse um paciente, se uma escola não tivesse professores para dar aulas, se a segurança pública fosse insuficiente, a responsabilidade de nossos dirigentes seria imediata e punições deveriam estar previstas. Como não há interesse por parte de nossas elites em recolocar esta questão na agenda política do país, o tema foi sendo deixado de lado. Quando as crises nos serviços públicos ficavam insuportáveis e os servidores faziam greves, a resposta dos dirigentes e da grande imprensa era a de que a culpa era dos servidores. Mas agora, após uma década sem greves importantes, fica difícil atribuir o péssimo desempenho dos serviços públicos aos servidores, embora o argumento ainda seja utilizado. Restringir o direito de greve dos servidores é mais uma iniciativa desastrada do governo Lula para justificar seu descaso com nossa população.

As reformas nos serviços públicos de saúde que deveriam ser prestados à nossa população estão tomando o mesmo caminho. A solução mágica da CPMF, que deveria solucionar os problemas de infra-estrutura e acabou consagrada pelo governo Lula para engrossar seu caixa, já foi esquecida. Não tendo mais como esconder a falta de investimentos públicos no setor, o governo Lula patrocina mais uma leva de " soluções técnicas": o problema da saúde pública no país resume-se à má gestão administrativa. Bastará flexibilizar as contratações dos servidores e racionalizar as licitações e teremos uma saúde pública "de primeiro mundo". A privatização criminosa dos serviços públicos, os rios de dinheiro público que foram e vão parar no bolso dos comerciantes/traficantes de saúde mais uma vez somem do debate. Da mesma maneira, os recursos que a previdência oficial arrecada e são dilapidados no aparelho do Estado não são mais objeto de debate: a única solução admitida é a da previdência privada, ironicamente chamada de " complementar".

Quanto à crise do sistema educacional brasileiro, repete-se a tragédia do descaso e das farsas governamentais. De nada adiantaram as críticas e as sugestões encaminhadas pelos sindicatos dos professores, pelos trabalhadores em educação, pelos estudantes. Não ultrapassaram os portões do MEC. Somente quando as agências internacionais que monitoram a educação no planeta constatam que o Brasil tem um dos piores sistemas educacionais do mundo é que o governo Lula se pronuncia. E repete sua compulsão pela mídia. Ignora que já ocupa o governo há quatro anos e que deve explicações sobre o que fez, não analisa os motivos que nos levam a esta situação crítica e declara solenemente que em breve "teremos um dos melhores sistema de educação do mundo". Só não consegue dizer como.

Nenhuma destas crises é nova, nem são novas as propostas apresentadas pelo governo. Continuamos vivendo a contradição profunda de sermos um país com os piores índices sociais do mundo e que paga as melhores taxas de remuneração do capital, local e externo. E o Estado brasileiro é o principal agente de estabilidade deste sistema. Talvez a única novidade seja a de que, após comprar e incorporar inúmeros quadros do movimento sindical, o governo Lula dá um passo significativo para calar um dos poucos setores que ainda são críticos deste sistema: o dos servidores públicos.

Agenda Sindical

18 a 20/5 – Reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional do Andes-SN
São Paulo (SP)

19 e 20/5 – Reunião do GT Carreira do Andes-SN
Brasília (DF)

23/5 – Jornada de Lutas
São Paulo (SP) – Contra a Reforma da Previdência – Contra toda Reforma que retire direitos – Não à Emenda 3

25 e 26/5 – Reunião do GT Verbas do Andes-SN
Brasília (DF)

26 e 27/5 – 1ª Reunião da Comissão Nacional de Carreira Única Andes-SN/Sinasefe
Brasília (DF)

1º e 2/6 – Reunião do GT Seguridade Social do Andes-SN
Brasília (DF)

26 a 29/7 – 52º Conad do Andes-SN
São Luís (MA) – com o tema central "Em defesa da Educação Pública, construir a unidade, resistir e avançar a luta".

Anote

Debate sobre a 13ª Conferência Nacional de Saúde

O Instituto de Estudos da Saúde Coletiva (IESC) promove, no dia 22 de maio, a mesa-redonda "13ª Conferência Nacional de Saúde: para onde vamos?". O evento será realizado no auditório do instituto, na Praça Jorge Machado Moreira, 100 (ao lado da Prefeitura Universitária), às 9h. Serão debatedores Eduardo Stotz, da Fiocruz; Maria Inês de Souza Bravo, da Uerj; e Sara Granemann, diretora da Adufrj-SSind e professora da Escola de Serviço Social.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

EEFD cria curso pago

A proposta de implementação de um curso de pós-graduação *lato sensu* na Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) da UFRJ foi aprovada com seis votos favoráveis contra cinco e uma abstenção. O projeto de autoria da chefe do Departamento de Corridas, professora Eliete Cardoso, foi votado em reunião de congregação no último dia 10. A mensalidade do curso será de R$ 180 e a remuneração dos professores doutores que participarem da iniciativa, R$ 90 a hora/aula.

Além de se posicionar contra a proposta, o centro acadêmico da escola (CAEFD) propôs alguns encaminhamentos que têm como objetivo a viabilização da gratuidade de todas as atividades oferecidas pela unidade. No entanto, logo após a aprovação do curso pago, alguns professores se retiraram da reunião, impossibilitando a votação dos encaminhamentos por falta de quórum.

A justificativa do projeto para a cobrança de mensalidades se baseou na falta de verbas para equipar os laboratórios que, segundo os professores, são precários e obsoletos. Entretanto, o CAEFD apresentou alternativas à proposta, como a mobilização da escola para a captação de recursos públicos, tanto na reitoria quanto nos demais órgãos competentes do Ministério da Educação. "Ao colocar a questão da autonomia universitária, devemos questionar que autonomia é essa que coloca a instituição como a responsável pela busca de recursos externos, retirando do Estado a responsabilidade pelo provimento das verbas para custeio e manutenção da Educação pública", afirmam os membros do CAEFD, Gabriel Marques e Marcello Bernardo, em nota para Adufrj-SSind.

Manuella Soares

REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO TEVE PROTESTO ESTUDANTIL

A crítica à cobrança de mensalidades não foi proveniente apenas do corpo discente, mas também de um professor integrante da congregação. "O grande nicho de arrecadação das universidades passa a ser os cursos pagos. Isto é imoral no serviço público, na medida em que, se a universidade já tem uma verba mesmo que insuficiente que é retirada da população para suprir suas necessidades, não tem justificativa plausível do ponto de vista ético e moral que vá justificar que a população pague mais uma vez", diz o professor Paulo Peres.

Representante dos professores assistentes, Peres também atentou para o fato de alguns não cumprirem a carga horária de 40h de dedicação exclusiva. "Pelo parecer legal do Ministério da Ciência e Tecnologia, ao professor, para ganhar um dividendo a mais, seria necessário trabalhar além da quantidade de carga horária prevista para sua ministração de aula, pesquisa e extensão. Além disso, sim, ele poderia receber um dividendo".

Escola também cobra por cursos de extensão

Ano passado, o Jornal da Adufrj denunciou a cobrança de semestralidades de cursos de extensão da Escola. Conforme noticiado em 5/12/06, para oferecer aulas de hidroginástica, pólo aquático e natação para alunos, professores e funcionários da UFRJ, além de atender a comunidade externa, como portadores de deficiência física e idosos, o projeto "Água Vida" cobra até R$ 215 dos inscritos.

No entanto, é válido lembrar que, há dois anos, o projeto desta mesma escola, "Comunidança" – coordenado pelos professores Frank Wilson, Rozane Tardin e Katya Gualter – deixou de ser pago e se tornou um dos projetos de maior sucesso do curso de dança, com cerca de 400 alunos. Isto revela que é possível criar e produzir bons projetos sem se render à fácil e lucrativa prática do ensino mercadológico.

A aprovação de mais um curso pago na UFRJ comprova o avanço da particularização da universidade pública, que cada vez mais se deteriora por se submeter a uma lógica de mercado imoral e desumana.

Diego Cotta

Resenha

Em defesa da agricultura camponesa

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) inicia neste dia 15 uma jornada de luta em defesa da agricultura camponesa e do meio ambiente. Milhares de pessoas estarão mobilizadas até o fim de semana. Para Frei Sergio Gorgen, da direção nacional do MPA, a grave crise enfrentada pelos camponeses é originária do modelo de agricultura existente no país, baseada no monocultivo, no latifúndio e no agronegócio (Brasil de Fato, 14/5).

Ibama vai à greve

Os 6.400 servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) entram em greve por tempo indeterminado nesta semana, nos 26 estados e no Distrito Federal, numa tentativa de forçar o governo a revogar a Medida Provisória 366, que dividiu o órgão em dois. O movimento deve atingir todos os departamentos do Ibama, inclusive o setor responsável pelo licenciamento ambiental, o que deverá trazer mais dor de cabeça para o governo, empenhado em fazer deslanchar o Programa de Aceleração do Crescimento (O Estado de S. Paulo, 14/5).

Greve também na Cultura

Os servidores da Cultura também entram em greve por tempo indeterminado neste dia 15. A definição de greve foi aprovada no Encontro Nacional da Cultura, realizado no Rio de Janeiro no início de abril, com a participação de mais de 30 delegados, representando todas as instituições do sistema do Ministério da Cultura (MinC). A principal reivindicação do movimento é o cumprimento do acordo do Plano Especial de Cargos e Salários, assinado pela União em dezembro de 2005 e até hoje não atendido por Lula e equipe (www.asphan.org.br).

DRU desfalca área social

O governo federal planeja pagar R$ 260 bilhões de juros da dívida pública de 2008 a 2010 só com dinheiro de impostos cobrados da população. O valor consta do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2008 e, para que o pagamento se concretize, o governo terá de arrancar dos parlamentares a renovação de um instrumento que lhe permite gastar como quiser 20% da arrecadação de impostos: a chamada DRU (Desvinculação de Recursos da União), que vence no fim do ano. De 2000 a 2005, o dispositivo permitiu ao governo federal sonegar R$ 102 bilhões da Saúde, Previdência e Assistência, segundo cálculos da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Previdência Social (Anfip), para destinar a quantia ao "mercado" (Agência Carta Maior, 9/5).

Entrevista

Desevolvimento da educação de Lula é por decreto

Com o Plano de Desenvolvimento da Educação, o presidente Lula dá mais um passo na sua escalada populista, centrada no favorecimento do setor financeiro empresarial e nas promessas às classes menos favorecidas. Durante o lançamento do que chamou de "revolucionário PDE", Lula disse que o plano fará com que "a mãe pobre possa acreditar que o filho dela poderá ser doutor, engenheiro". De fato, o PDE engloba ações que vão desde a instalação de energia elétrica nas escolas básicas até a fixação de recém-doutores no país, mas a idéia certamente não é formar engenheiros, médicos, professores e outros profissionais associando a isso um plano de desenvolvimento econômico que permita a geração de empregos e absorção destes quadros.

No que diz respeito à educação superior, o decreto que estabelece o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni – nº 6.096, 24/4/07) pode alterar por completo a atual estrutura dessas instituições. O governo acena para população com uma duplicação do número de vagas nas universidades públicas e anuncia a elevação da taxa média de conclusão dos cursos de graduação presenciais para 90% e o aumento da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18/1.

O Jornal da Adufrj-SSind noticiou na última edição de 2 de maio o debate ocorrido no Conselho Universitário sobre o decreto e os documentos do PDE. O Andes-SN divulgou uma nota (www.andes.org.br/imprensa/ultimas) na qual chama a atenção para o caráter ilusionista do decreto. O Sindicato chama a atenção para a razão de 18/1 (estudantes/professor) que, segundo as estatísticas do próprio MEC é o que se verifica, em média, nas lotadas classes do ensino médio no país. Isso permitiria quase uma duplicação de ingressos, mas sem contratação de docentes. O aumento da taxa de conclusão média, dos atuais 60% para 90%, levaria à triplicação dos egressos sem investimentos adicionais. Para cumprir essas metas com o financiamento proposto, a reestruturação proposta pelo governo terá que se valer de um modelo de ciclo básico polivalente, no estilo da "Universidade Nova" proposta pelos reitores.

Entrevistamos o conselheiro da seção sindical e professor da Faculdade de Educação, Roberto Leher, sobre as conseqüências do PDE para as universidades, especialmente para a carreira docente. Para Leher, o Plano é um ajuste na tática do governo de criar um "mercado educacional mais robusto". O professor denuncia a falsa autonomia contida no plano, especialmente na gestão de pessoal, que significará o aumento das contratações precárias, na figura dos professores substitutos, para o preenchimento das vagas docentes e expansão dos cursos.

Jornal da Adufrj - Qual o nível de influência das propostas do 'Universidade Nova', projeto recentemente badalado por alguns reitores e encampado pela Andifes, no Plano de Desenvolvimento da Educação do governo?

Roberto Leher - A pretensão de originalidade do PDE/REUNI é descabida. A proposta de graduação nos moldes do "fast delivery diploma" está presente no governo desde a proposta do Grupo de Trabalho Interministerial (2003) em que a idéia era expandir as vagas públicas por Educação a Distância. Uma idéia que faz parte do núcleo sólido da política do governo de Lula da Silva e que compunha o cerne da Minuta de Decreto de implementação da UN apresentado pelo MEC em março de 2007.

No âmbito do MEC, os fundamentos do Projeto Universidade Nova estão no Projeto de Lei Orgânica (versão de dezembro de 04) que previa graduação em três anos (Art. 7) e o desmembramento da graduação em dois ciclos, o primeiro deles de "formação geral" (Art. 21). A primeira menção explícita à UN pode ser encontrada na Minuta de Decreto Presidencial Plano Universidade Nova de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (versão de março de 07). A incorporação do princípio da graduação minimalista pelo MEC é muito importante, pois indica que, enquanto política governamental, o MEC propugna que também as públicas devem se harmonizar com a tendência geral de adequação da educação superior ao mercado capitalista dependente, equiparando públicas e privadas.

Arquivo Adufrj-SSind

ROBERTO LEHER

Recentemente, com o chamado PAC da Educação, o governo editou o Decreto 6.096/2007 (24/04/07) que "Institui o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais" (REUNI) que opera a implementação da Universidade Nova (incisos II, III e IV do art. 2º do decreto 6.096/2007). O inciso II garante condições para a mobilidade e a "harmonização" dos ciclos básicos, criando um vasto mercado para as privadas que disputarão a absorção dos excedentes do ciclo básico. O inciso III permite o desenho curricular previsto na UN e o IV, a diversificação das modalidades de graduação.

O que representa o decreto-lei do Reuni - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, assinado pelo presidente Lula em 24 de abril (Decreto nº 6.096)?

O decreto fixa metas de desempenho a serem alcançadas, em moldes do contrato de gestão de Bresser Pereira: os recursos financeiros serão reservados a cada IFES na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação (Art. 3º):

a) 90% de formados em relação aos ingressantes (Art. 1º, §1º), um índice que não tem paralelo nas comparações internacionais e que somente seria possível com a implementação também na educação superior da aprovação automática e uma agressiva política de assistência estudantil e;

b) a meta de relação professor/ estudante que deverá passar dos atuais 12 estudantes por docente para 18 alunos por docente em um prazo de cinco anos.

O programa prevê, em linhas gerais, a quase duplicação do número de estudantes de graduação, mas de uma graduação minimalista, própria do capitalismo dependente. Isso sem recursos relevantes, sem garantir a assistência estudantil e a garantia de recursos estatais para a manutenção e desenvolvimento da ampliação das IFES. Os recursos somente serão liberados a partir do atingimento das referidas metas, na melhor tradição bancomundialista.

O referido decreto prevê a possibilidade de um montante que não poderá ultrapassar o equivalente a 20% das despesas de custeio e de pessoal (excluindo os aposentados e pensionistas), montante este que será distribuído ao longo de cinco anos (Art 3, parágrafo 1º). Admitindo que todas apresentem planos de adesão ao REUNI, que o MEC trabalhe com o teto de 20% e, ainda, que os 20% serão distribuídos todos os anos, ao longo do período de contrato, grosso modo, o montante seria de aproximadamente R$ 1,12 bilhão/ano, cerca de R$ 21 milhão/ano por instituição que, com esses recursos, terá de arcar com a expansão da infra-estrutura e com as despesas de pessoal (Art.3, inciso III). Detalhe: O atendimento do Plano de cada IFES é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC (Art.3, §3º), o que pode confirmar um montante inferior a 20%, assim, as universidades podem contratar docentes e investir em infra-estrutura e o MEC não fica obrigado a se responsabilizar com a garantia dos recursos acordados. Considerando o PAC e o virtual congelamento das despesas correntes da União, essa possibilidade não é pequena. Outro detalhe: a decisão sobre a pertinência ou não do contrato de gestão elaborado pela IFES compete exclusivamente ao MEC.

3 - O que significam um 'banco de professores' e o a figura do 'professor-equivalente' para a reposição do quadro docente?

Que, em termos econômicos, a expansão (considerando as citadas metas) somente será viável com contratos de docentes substitutos, pois estes professores precarizados serão os mais vantajosos em termos da relação custo/ benefício.

4 - Como deve reagir a comunidade universitária a mais essa investida do governo Lula no processo de reforma da educação superior?

O projeto UN é um ajuste na tática governamental. A política de aligeiramento e de criação de um mercado educacional mais robusto é a mesma, mas a forma contém novidades. Embora o Decreto 6.096/2007 denuncie o caráter compulsório de adesão, a primeira aparência é de que as universidades são livres para aderir ou não ao projeto, assim como foi muito difundida a idéia de que a proposta nasceu da livre elaboração das universidades federais, em especial da UFBa e UnB, inspiradas em Anísio Teixeira.

O retrospecto das iniciativas de criação de uma graduação mais aligeirada para os pobres é suficientemente longo para comprovar que o mesmo é parte de um padrão de acumulação muito próprio do imperialismo de hoje, em que os países periféricos e semiperiféricos não ocuparão um lugar relevante na produção de conhecimento e em processos produtivos em que o conhecimento se constitui em vantagem comparativa importante.

Assim, é imperioso que existam debates verdadeiros nos *campi* universitários para que os mitos em que se fundam essa proposta anti-universitária sejam submetidos à crítica sistemática e fundamentada. Nos interstícios abertos pelas contradições da política do MEC, as universidades federais devem apresentar uma agenda ousada, consistente, que possibilite a real democratização e o acesso à universidade. Devemos fazer como agenda nos termos da que está propondo o Andes-SN: uma agenda estrutural para o Brasil de hoje, abordando os temas fundamentais: função social, acesso, financiamento, autonomia e democracia. Se a universidade se referenciar nesse projeto do governo, ela irá se desconstituir como instituição universitária, convertendo as IFES em Centros Universitários Federais. Uma derrota fundamental para a nação brasileira. Lograremos impedir isso com a mobilização desde a base. É imperioso que os depar-tamentos, faculdades e institutos abram esse debate!

Opinião

Guerra dos mundos

Luiz Paulo Vieira Braga*

O universo acadêmico de nível superior federal ainda não está em guerra, que é a continuação da política por outros meios, mas está exposto a políticas que poderão levar a ela. O marco inicial dessa nova era se deu ainda no governo de FHC e aliados. Particularmente a reformulação das metas estratégicas da Pós-Graduação e a introdução da Gratificação de Estímulo a Docência (refiro-me aqui à sua formulação original, não a atual que se tornou apenas mais uma gratificação) elevaram em muito as tensões internas nas Instituições Federais de Ensino (IFES) em geral, e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em particular.

Ao redefinir o objetivo da Pós-Graduação como a formação de pesquisadores e o desenvolvimento de pesquisa de nível internacional, em substituição às metas anteriores - formação de professores e desenvolvimento de tecnologia nacional, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) de então, sintonizou sua política com o processo de desestatização e desnacionalização da economia nacional que continua até hoje, com o agravante da má administração das estatais restantes. A conseqüência para as IFES foi o redirecionamento de esforços para as atividades de pesquisa, que necessariamente precisavam ser atestadas, exclusivamente, por meio de publicações internacionais, em detrimento das atividades de ensino de graduação e demais atividades de pesquisa que não seguissem esse paradigma.

O atraso em que nos encontramos na tecnologia espacial e nuclear, nessas áreas perdemos hoje para países como o Irã, demonstram o equívoco dessa política. Para corrigir o desinteresse pelo ensino de graduação e contornar as demandas dos docentes em greve por aumento de salário, o Executivo cometeu a GED, que recompensava com alguns trocados a mais quem fizesse as suas obrigações ou seja, ensino de graduação e pesquisa. Como, supostamente, as verbas eram limitadas, nem todos conseguiriam recebê-la, levando a uma intensa disputa entre os docentes para ofertar cursos na graduação. Após um par de anos, quase a totalidade dos docentes atingiu a pontuação máxima.

Já no governo Lula e aliados, para encerrar uma greve, a GED foi usada novamente, dessa vez formalizando-se o que já era fato, passou a ser uma gratificação fixa, independente do docente cumprir suas metas de trabalho ou não.

Nesse início de segundo mandato do Governo Lula as disputas partidárias pelo controle da máquina do Estado ainda estão acirradas, os conflitos no IBAMA, INCRA e Ministério do Trabalho nos dão evidência disto.

Nas IFES, o nome dessa disputa é REUNI, um programa criado pelo decreto 6.096 de 24 de Abril pelo Presidente da República e o Ministro da Educação que vem dar seguimento ao Manifesto da Universidade Nova assinado por alguns Reitores, inclusive o Reitor da UFRJ, em dezembro de 2006. Inspirado nas receitas do Banco Mundial para o ensino superior nos países em desenvolvimento, o projeto vem recebendo críticas de pontos de vista tão díspares como de docentes afiliados ao PROIFES e ao ANDES. Obviamente com motivações distintas, do primeiro grupo vem o receio da perda de qualidade dos alunos, e o inevitável comprometimento do sistema de pós-graduação existente. Para o segundo é o temor do suposto viés neoliberal das reformas do Estado.

Para os governistas, entretanto, o projeto tem uma importância política fundamental - equivalente ao do Bolsa Família. Ao criar os bacharelados interdisciplinares, de acesso irrestrito, com garantia de vagas, de aprovação e de diploma, o governo Lula cria para si uma base de apoio considerável nas IFES, aonde é atacado à direita e à esquerda. Um exemplo dos dividendos políticos de iniciativas dessa natureza pôde ser observado nas últimas eleições para Reitor na UFRJ. Com apenas 15% de participação da comunidade universitária, e um percentual ainda menor dentre os estudantes, observou-se o oposto com respeito aos alunos dos cursos a distância (exatamente aqueles que têm condições mais adversas para fazer um curso na UFRJ) que compareceram em massa para votar, sufragando a chapa única com quase 100% de aprovação.

A presença de partidos na vida política é inevitável, a disputa entre eles, e muitas vezes entre suas facções, também. Porém, assim como até na guerra criou-se uma Convenção de Genebra, a disputa partidária não pode levar às últimas conseqüências o princípio de que os fins justificam os meios, o que acaba levando aos meios justificando os meios, como se depreendeu do episódio do mensalão. As IFES e os seus docentes têm, acima de tudo, uma missão de Estado, não devem ser mera via de passagem para grupos ou indivíduos na sua escalada para o poder.

*Conselheiro da Adufrj-SSind e professor do Instituto de Matemática

Colegiados

Consuni critica contrato entre Bio-Rio e Anvisa

Fundação ainda não se adaptou à resolução do colegiado

Os conselheiros do Consuni fizeram severas críticas à proposta de subcessão de terreno da Fundação Bio-Rio para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). De acordo com o documento, a Bio-Rio disponibilizaria uma área de aproximadamente 4 mil m^2 do Pólo de Biotecnologia. A Anvisa quer construir um Laboratório de Análise e Controle dos Produtos Derivados do Tabaco e a Bio-Rio cobraria uma taxa de pouco mais de R$ 3,8 mil por mês pela infra-estrura e a ocupação do espaço. O acordo entre a agência e a fundação privada não geraria nenhum recurso para UFRJ que já concede o terreno para a Bio-Rio.

O decano do CCJE, Alcino Câmara, lembrou que o Consuni editou, no ano passado, uma resolução (nº 02/2006) para disciplinar a relação entre a universidade e suas fundações de apoio. No entanto, a Bio-Rio ainda não havia adequado seu estatuto aos termos da resolução do colegiado.

Para Alcino, é fato conhecido que a Bio-Rio não se considera uma fundação de apoio semelhante à Coppetec ou à Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB). Mas, segundo o decano, essa interpretação não poderia impedir o cumprimento das normas da universidade: "Ou ela não funciona como fundação e vira uma incubadora de empresas ou tem que se adequar", comentou.

O professor também observou que o acordo entre a fundação e a Anvisa não reverte nada para a universidade. Pelo contrato original entre a UFRJ e o Pólo de Biotecnologia, firmado em 1988, 90% do aluguel arrecadado entre as empresas instaladas naquele terreno devem ser repassados à universidade. Só que o contrato entre a Bio-Rio e a Anvisa não especifica nenhuma taxa de aluguel e limita-se a cobrar os aproximadamente R$ 3,8 mil para utilização do terreno.

Outros conselheiros seguiram as críticas do decano. Ao perceber que o processo não seria aprovado, o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, pediu a retirada do tema da pauta para mais esclarecimentos em uma sessão futura.

Sobre o laboratório da Anvisa

Curioso é que, embora o contrato ainda não tivesse sido aprovado pelo Consuni, no dia 31 de maio de 2006, houve uma cerimônia de lançamento da pedra fundamental do Laboratório de Análise e Controle dos Produtos Derivados do Tabaco, com presença do reitor Aloisio Teixeira. O projeto faz parte de uma iniciativa da Organização Mundial de Saúde (OMS) para criação de cinco centros de referência para controle e pesquisa dos produtos derivados do tabaco, em todo o mundo.

HUs x fundações estatais

O representante técnico-administrativo Roberto Gomes voltou a cobrar um posicionamento do colegiado sobre o estudo do governo de transformar os hospitais públicos, aí incluídos os universitários, em fundações estatais.

Em artigo publicado no Jornal da Adufrj de 10 de abril, a professora Sara Granemann, diretora e integrante do Grupo de Trabalho Seguridade Social da seção sindical, assinalou que a proposta governamental representa uma grave ameaça às instituições hospitalares públicas. Primeiro, ao precarizar as relações trabalhistas nesses locais para torná-los supostamente mais "eficientes". Segundo ela, por conseqüência desta política de redução do Estado na área de Saúde, sofrerá principalmente a população mais pobre, usuária dos hospitais públicos.

Durante a sessão do Consuni, o decano Almir Fraga comunicou que a Câmara dos Hospitais da UFRJ vem discutindo o assunto. Na reunião deste fórum institucional, no próximo dia 23, deverá ser encaminhada a proposta de realização de um seminário sobre o tema, aberto ao público.

Patrocínio da Petrobras no Canecão é questionado

Outro representante técnico-administrativo, Agnaldo Fernandes questionou o recente patrocínio da Petrobras com relação ao Canecão, uma casa de espetáculos que se encontra ilegalmente instalada em terreno da universidade: "A Petrobras, que é parceira da UFRJ em diversos projetos, agora é também parceira de uma adversária da UFRJ. Queremos alertar para isso", disse, junto à solicitação para a reitoria tomar algum tipo de providência.

Matéria do Jornal da Adufrj de 2 de maio contou a história de 19 anos do litígio judicial entre a universidade e o Canecão e seu mais novo capítulo: o patrocínio da Petrobras. Procurado pela reportagem, o presidente da associação de moradores da área, Abílio Toizini, observou que o dinheiro de publicidade gasto pela estatal reforça uma casa que luta judicialmente contra a própria União.

Carlos Lessa é novo emérito da UFRJ

Ex-reitor da universidade e ex-presidente do BNDES, o professor Carlos Lessa ganhou, por aclamação dos conselheiros, o título de emérito. O professor Affonso Carlos Seabra também recebeu, na mesma sessão, o título de emérito. O professor Marcos Vinícius Gomez, da Universidade Federal de Minas Gerais, ganhou o título de Doutor *Honoris Causa* da UFRJ.

Associados e Assistentes

Durante a reunião, o decano Alcino Câmara lembrou que o colegiado precisa promover as mudanças legais para contemplar a representação da nova classe docente dos Associados, além de preencher a vaga dos Assistentes: "Esta está desocupada há anos", comentou.

Vida no Campus

Brigada contra incêndio no Fundão

A UFRJ está mais segura - pelo menos no que se refere aos riscos de incêndio. Foi inaugurado, no final do ano passado (19/12), o Grupamento Operacional para Tecnologias Avançadas (Gota). O novo quartel de bombeiros da Ilha do Fundão, que tem como responsável o tenente-coronel Ricardo dos Santos Loureiro, não apenas efetua as atividades de praxe de um corpo de bombeiros, mas também realiza pesquisas nesta área.

O principal objetivo do Gota é se tornar uma unidade especializada em agregar novas tecnologias para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ). O desenvolvimento de pesquisas ajuda na formulação de novos procedimentos operacionais, isto é, constrói a base das implementações das inovações, como a utilização de novas viaturas, equipamentos, insumos operacionais e técnicas de instrução e operação.

"Este quartel faz parte de um grupo seleto de unidades, que nós chamamos de unidades especializadas. No corpo de bombeiros, temos unidades especializadas em salvamento no mar, salvamento em montanhas, busca e salvamento, atendimento em produtos perigosos... Este grupamento recém-construído e inaugurado vai juntar conhecimentos com estes quartéis especializados. Nós estamos buscando novas tecnologias, materiais novos a fim de serem testados, e, a partir de nosso parecer, incluídos na corporação, auxiliando estas outras unidades", comentou o tenente-coronel Loureiro.

Diego Cotta

O Grupamento já iniciou o mapeamento das áreas de risco de incêndio da UFRJ, deslocando oficiais para as unidades a fim de que sejam realizados estudos de situações, isto é, construir um plano de operação específico para cada espaço da universidade. "Estabelecemos um programa de reconhecimento da Ilha do Fundão para saber como se encontram as empresas, as instalações, as dificuldades, para que a gente já possa ter respostas mais precisas e conhecer o local dos castelos d'água, das caixas de incêndio e dos pontos de evacuação", informou.

Com um efetivo de mais de 70 homens e três viaturas, o Gota tem, segundo o coronel, condições de socorrer a comunidade acadêmica em eventuais acidentes. O grupamento funciona 24 horas e pode ser acionado nos telefones 3399-4417 ou 3399-4038.

Opinião

Ensino Superior ou Escolões do Terceiro Grau?

Leandro Nogueira*

O que parecia ser apenas uma opinião fortuita, completamente apartada do rigor acadêmico, ao que tudo indica, aproxima-se em verdade de uma tese desconcertante.

Baseado no bordão pessoal de que "o Brasil é muito bom para formar poucas pessoas e muito ruim para formar muitas pessoas"(Jornal da UFRJ, 08/2006) , o ex-reitor da UFRJ e atual Secretário Estadual de Educação, Nelson Maculan, em entrevista com estudantes do ensino médio promovida pelo jornal O Globo (Megazine, 30/01/2007), reiterou a sua defesa de que as aulas no ensino superior devem ser dadas para turmas com mais de 350 alunos.

Para fundamentar a sua "teoria pedagógica" em favor desses autênticos comícios universitários, Maculan lembrou sua passagem como professor visitante no Politécnico de Milão, na Itália, em 2002 e 2003, quando lecionou para 350 alunos, além de volver ao seu passado em 1966, então como estudante na França, ocasião na qual assistiu a aulas em turmas com mais de 500 alunos.

Pretendendo ainda adicionar um verniz de irrefutabilidade à sua conclusão, o conhecido acadêmico comentou que em Milão reprovou menos do que nos cursos de Cálculo da UFRJ (sic); que o Prêmio Nobel de Física, Carlos Rubia, também dava aulas para turmas massificadas, e que na França, o professor de sua megaturma nos anos 60, havia sido ninguém menos que Laurent Schwartz, estudioso detentor da Medalha Fields, laurel equivalente ao Nobel de Matemática.

No bate-papo com a garotada do ensino médio, o ex-reitor da UFRJ queixou-se de que no Brasil, as turmas do ensino superior com 50 alunos são consideradas antididáticas, para em seguida informar aos estudantes, que as Universidades de Buenos Aires e do México, contam respectivamente com 300 e 280 mil alunos, cada qual. Embora tendo feito a ressalva de que apenas 17% dos alunos se formavam naquelas instituições, Maculan comentou em seguida, que "para deixar entrar todo mundo, tem que dar condições para o estudante se manter no curso".

Noves fora as menções à sua própria experiência pessoal e aos premiados Rubia e Schwartz, o que per se não servem em absoluto como atestado de excelência na educação universitária, parece altamente questionável, na tese de Maculan, a sobrevivência do ensino superior de alta qualidade, no contexto de instituiçôes superlotadas de alunos, em meio a turmas dramaticamente massificadas.

Pode-se especular em contrapartida que nesses caóticos ambientes universitários, ainda assim, alguma aprendizagem significativa talvez sobreviva, não obstante o arremesso de conteúdos acadêmicos contra os estudantes, em sua maioria, destituídos das necessárias condições materiais para persistirem com seus estudos. Nesse caso entretanto, os poucos alunos que lograssem êxito seriam os sobreviventes de um sistema, no mínimo claramente equivocado, autêntico simulacro da democratização da ensino superior de qualidade.

Outrossim, a assertiva de que o Brasil seja muito bom para formar poucos e muito ruim para formar muitos, não parece ser das mais felizes. Nesse terreno, a liderança dos Estados Unidos é praticamente incontestável.

Com efeito, a Ivy League, o conjunto ultraelitista formado pelas oito principais e mais antigas universidades norte-americanas (Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth College, Harvard, Pensilvânia, Princeton e Yale), que compreende o círculo de excelência formador da maior parte dos líderes da nação estadunidense, opera com reduzidíssimo número de estudantes, considerados os padrões defendidos pelo ex-reitor da UFRJ. São principalmente dedicadas à pós-graduação, altamente dotadas do ponto de vista financeiro, inclusive com expressivo aporte de verbas públicas (de fazer inveja às universidades estaduais paulistas), muito embora, e curiosamente, sejam reconhecidas como instituições privadas.

Harvard e Yale por exemplo, as duas maiores da Ivy League, têm matriculados, juntas, menos de 33.000 estudantes, número bem abaixo dos quase 44.000 alunos da UFRJ, a maior universidade federal do Brasil. Ambas contam com orçamentos que somam quase US$ 4.5 bilhões, amparados por fundos que totalizaram em 2006, cerca de US$ 47 bilhões. São números tão expressivos, que superam largamente todo o orçamento destinado ao conjunto das IFES nacionais.

De acordo com o próprio Maculan, que foi também Secretário de Ensino Superior do MEC, em 2006, sem a folha de pessoal, o orçamento das instituições federais de ensino superior brasileiras somou cerca de R$ 1,2 bilhão. No caso da UFRJ, o orçamento de 2006 foi inferior a R$ 100 milhões, para o custeio das despesas fixas e gastos com manutenção.

Considerando a significância desses dados, parece legítimo inferir que o ensino superior de qualidade não parece caminhar de mãos dadas com *campi* superlotados, turmas massificadas, instituições depauperadas e alunos desprovidos das necessárias condições materiais para a permanência pessoal em seus cursos .

Harvard, por exemplo, a mais antiga instituição da Ivy League, foi eleita em 2006 e pela terceira vez consecutiva, como a melhor universidade do mundo, de acordo com a lista das cem melhores instituições de ensino superior, elaborada pela publicação britânica "*The Times Higher Education Supplement*", considerado o *ranking* acadêmico mais prestigiado do mundo.

Além de um orçamento de US$ 2.8 bilhões, suportado por um fundo de US$ 29.2 bilhões, os dados da renomada universidade americana registram as matrículas de apenas 19.714 estudantes (6.613 na Graduação; 33,54%), orientados por 2.497 docentes, o que perfaz uma relação aluno-professor de 1: 7,89, considerados todos os estudantes, e 1: 2, 64, levando-se em conta apenas os alunos dos cursos de graduação.

No debate sobre democratização e excelência do ensino superior no Brasil, torna-se então necessário discutir quais seriam, entre outras, as medidas mais adequadas do ponto de vista acadêmico, quanto ao número de estudantes, professores e a correspondente dotação orçamentária, num contexto que remeta às possibilidades concretas da economia, com o olhar sempre atento às principais demandas da sociedade.

As jovens universidades públicas brasileiras têm dado demonstrações históricas de que podem representar, em conjunto, a melhor opção resultante desse debate, quer sejam observados os seus principais números envolvendo estudantes e professores, e principalmente, se puderem ser aquilatadas, judiciosamente, a sua inegável contribuição ao desenvolvimento do país, não obstante o inaceitável contingenciamento dos recursos necessários ao seu custeio.

Sem base acadêmica rigorosamente sustentável, pululam no Brasil opiniões pessoais, projetos privatizantes de reestruturação do ensino superior e até mesmo a proposta de uma Universidade Nova, que visa graduar, sem formar, os seus estudantes.

Em comum, essas formações discursivas também se declaram profundamente comprometidas com a excelência e a democratização do ensino superior.

Não obstante, o nível superficial desses discursos não parece combinar com seu nível mais profundo, já que suas proposições ofertam não mais do que a concretização de obscuridades, muitas delas próximas de nos remeter ao retrocesso dos escolões do terceiro grau.

*Professor da EEFD-UFRJ

Movimento

Alunos e professores de graduação e pós discutem a Universidade Nova

Na último dia 10, cerca de 70 alunos se reuniram na Escola de Enfermagem Anna Nery para discutir as principais diretrizes da Universidade Nova. Estiveram presentes no encontro professores e alunos de graduação e pós-graduação. O primeiro-secretário da Adufrj, Ricardo Kubrusly, e o professor Walcyr Barros conduziram o debate que foi aberto pela professora adjunta Ligia Vianna. "Esse novo momento de discussão dentro da universidade se torna um tanto quanto nebuloso para muitos alunos da graduação assim como para alguns professores, já que as discussões são muitas vezes realizadas no plano administrativo não chegando até a base", disse a professora.

Ricardo Kubrusly abriu a discussão afirmando que "As universidades surgiram e de alguma maneira, com o passar do tempo, se tornaram novos templos. Lugares onde as coisas deveriam ser mais discutidas e cada vez mais são menos discutidas. Cada vez mais a gente recebe a estrutura pronta, a idéia pronta, quase como ordens." Ricardo citou a aula magna deste ano proferida pelo reitor da Universidade da Bahia, Naomar Oliveira, que, em vez de apresentar a universidade, lançou aos presentes um novo projeto: "O projeto parecia com projetos muito antigos, que criava uma ciclo básico meio universalista que logo após daria um certo diploma. Esse projeto vem junto às reformas da previdência e de várias outras reformas que visam montar um país diferente, um Brasil em afinidade com um mundo mais globalizado.", afirma o primeiro-secretário.

A "universidade dos desempregados"

O Programa Universidade para Todos (Prouni) foi citado como outra das facetas da reforma universitária do governo Lula. Para o diretor da seção sindical, a idéia principal do Prouni é incluir alunos de baixa renda em universidades privadas, mas em contrapartida essas mesmas universidades recebem dinheiro do governo. E se tratando de instituições que visam o lucro, a única coisa conseguida pelos estudantes é a ilusão de estarem incluídos no ensino superior. "Casas Bahia e universidade particular são muito semelhantes, porque vendem ilusão", afirma Kubrusly.

Fotos: Jaciara Celestino

O professor Walcyr Barros afirma que ultimamente a universidade serve para atender três demandas específicas: "A universidade serve para os 'dipromados', para servir a determinados movimentos. Outro caminho seria o de montar bons ou excelentes técnicos. E o terceiro caminho é a organização de grupos profissionais.", comenta o docente, que também citou o sistema de cotas como facetas do projeto universitário.

Participante do debate, o aluno de enfermagem Stevan Coelho disse "que esses modelos de projetos de universidade são contraditórios. Por exemplo, aqui nós temos uma política de auxílio estudantil que é rara nas universidades do país, eu hoje moro na universidade, tomo café da manhã, almoço, lancho, janto e recebo dinheiro para vir, dá para se manter no curso assim. Mas como se vai separar quem vai receber o benefício desse projeto e quem não vai?". Stevan criticou também a política de cotas. "Um amigo meu, negro, que tinha uma excelente condição financeira entrou na universidade com uma nota bem abaixo de uma outra vestibulanda que era branca e chegou muito próximo. Ela tirou 95 e ele 67", conta o aluno que lembrou ainda que, enquanto projetos de subsídios a universidades particulares são criados, a universidade pública vai sendo "sucateada".

Efeito diploma

Depois da "inclusão" do Prouni, a reforma universitária do governo passou incorporar as idéias do projeto dos reitores, o Universidade Nova, que ofereceria 20% a mais de recurso às instituições que adotassem o ciclo básico e uma formação 'ampla', pré-profissional. "De repente surge um edital e é assim 'entra ou larga', se pegar te dou algum dinheiro, senão, não. Se isso acontece é porque para quem está dando o dinheiro isso é interessante, para o outro não. Se descer em detalhes, o projeto vai criar uma quantidade enorme de profissionais desempregados.", comenta Ricardo.

De fato, segundo um dos estudos feitos pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o efeito diploma perdeu a força nos últimos anos. Em 1982, quem tinha 17 anos de estudos recebia o dobro daqueles que estudaram 10 anos. Em 2004, essa diferença subiu para 172%. Em contrapartida a diferença salarial entre os trabalhadores de mais de 10 anos de estudos e os que tinham concluído o primeiro grau despencou de 123% para 75%. O mesmo acontece com os trabalhadores com curso superior entre os anos de 1982 e 2004.

Para a professora Ligia Vianna: "Talvez na Matemática, na parte teórica, nas engenharias, na Politécnica, possa ser criado um curso que tenha 200 alunos dentro de uma sala de aula, onde o professor possa chegar e conversar com os alunos passando o conteúdo. Na nossa área de Saúde, isso fica muito complicado, nós lidamos com o ser humano e aí vemos que o documento aponta que em cinco anos a média da relação professor-aluno deverá de um para dezoito", comenta a professora que afirma ser impossível a ampliação de vagas, pelo menos na área de Saúde.

Escola de Enfermagem Anna Nery

A Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) da UFRJ foi a primeira escola de enfermagem que surgiu do Brasil, criada pelo decreto nº 16.300 de 31 de dezembro de 1923, no contexto do movimento sanitarista brasileiro. Em 1937, a instituição foi incorporada à Universidade Federal do Brasil e anos mais tarde foi integrada ao Centro de Ciências da Saúde da Universidade (CCS). Ao todo são mais de 80 anos de existência "servindo a comunidade", como diz a placa de entrada do prédio. Em 2003, por ocasião da celebração dos 80 da escola, a diretora Maria Antonieta Rubio Tyrrell, afirmou - em texto disponível no *site* da instituição - que "Em 83 anos de existência a Escola de Enfermagem Anna Nery registra um papel histórico-social de vanguarda, expansão e desenvolvimento da enfermagem brasileira". Contudo, a realidade atual do prédio da EEAN é hoje desoladora. As marcas do abandono e do descaso estão estampados em cada corredor da instituição que precisa de reparos desde elétricos até estruturais. E tratando-se da ampliação de vagas impostas pelo projeto do governo, a única coisa que se pode concluir é que a Universidade Nova terá trajes de universidade velha e esquecida.

Amorim

Sonhos e farsas

Com 1 pé no chão outro no ar, como ensinava Helio Pelegrino, caminha-se.

Opinião, Página 2

Servidores em greve

Greves no Ibama, nos órgãos da Cultura e no Banco Central agitam as categorias em todo o país

Páginas 4 e 5

AdUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 538 22 de maio de 2007

REUNI

Intervenção nas federais

UFRJ implementa diretrizes do plano da educação do governo, entre elas o decreto-lei de reestruturação

Páginas 8

Opinião

Sobre Sonhos e Farsas

Ricardo Kubrusly*

Com um pé no chão outro no ar, como ensinava Helio Pelegrino, caminha-se.

Sim, caminha-se na conversa entre desejo e saudade, entre um futuro que ainda não é e um passado que já não é mais. Caminha-se na tensão que se quer existente entre duas inexistências, na invenção de um possível entre impossíveis. Caminha-se na inauguração de um tempo redescoberto como duração, na dialética que se nega a constituir-se como números somente, que não admite ver-se transformado em meros pontos sobre uma reta chamada de reta do tempo, que não quer ser tempo sem história, um marcador descaracterizado, uma quadra de números em um espaço tempo geometrizado. Caminha-se por um tempo como duração, como queria Bergson, inventado pela angústia do homem que morre e que caminha, e sabe que morre e caminha, inventando um abismo que se ergue ao caminhar entre o agora e seu próprio fim.

Mas que sentido pode existir no caminhar, quando vivemos apenas equilibrados sobre os números aos quais nos reduzimos, quando o tempo que inventamos na duração do espanto de ser se vê desfeito em números, em pontos zerodimencionais deitados sobre a idéia ingênua da metáfora do contínuo? Senão no cálculo do movimento, com suas derivadas e suas instantaneidades, onde não há lugar para a história que se constrói entre os instantes na conversa interrompida entre o desejo e a saudade.

Quando, no entanto, a duração e suas possibilidades são substituídas por uma matemática onde não há lugar para qualquer tempo reencantado, ainda caminha-se, é verdade, ainda caminha-se com um pé no chão outro no ar, mas o que se move não é mais a síntese desejo-saudade que a duração de nossos instantes possibi-litava, mas, nesse cenário, como Sampaio previra com sua Lógica da Diferença, movemo-nos apenas pela farsa.

Um pé no chão outro no ar, estática fotografia congelada em um tempo matemático. Aí, não haverá movimento que não seja causado pela farsa. Sem a conversa dialética entre saudade e desejo desaparece a dinâmica que mantinha os instantes em movimento. Não haverá razões para movermo-nos, a não ser que inventemos uma certeza, quem mais além da farsa, que nos atraia, inexoravelmente, para um futuro pré-determinado.

Não há o que fazer. O futuro já está dado. Há que mover-se para esse futuro passado e sem mistério, que jaz perpétuo na estática do nada, onde a história se vê substituída pelo desenho da história, onde as ideologias desaparecem, e no lugar delas, imensas tabelas numéricas se apresentam. Não há o que fazer, o futuro já está dado. A farsa governa os acontecimentos. A dinâmica da transcendência foi definitivamente substituída pelo imobilismo da eternidade. Viveremos para ver, posto que eternos, o mundo re-transformado perpetuamente no mesmo. Não há o que fazer quando os sonhos acabaram, são apenas coisas de jovens, jovens tolos, as ideologias, coisas de jovens, o comunismo, coisa de jovens que ainda não aprenderam que o mundo só se movimenta pela farsa, coisas ultrapassadas, de jovens tolos que ainda não amadureceram o suficiente para entrar na dança corrupta da farsa.

Será? Será que um mundo redondo e justo onde os trabalhadores harmonizados com a natureza possam viver na duração de suas conversas entre saudade e desejo é apenas mais um sonho de jovens desengonçados que não conhecem as forças da farsa? Será que lutar por esse mundo é apenas mais uma inconseqüência juvenil? Então meus senhores dos acontecimentos, me desculpem, mas já é hora de abrirmos mão dessa eternidade fajuta com seu futuro pré-determinado pela farsa e de nos tornarmos jovens novamente, com futuros futuros que podem sim, ser construídos, pela luta jovem e diária por esse mundo melhor que mora em nossos sonhos. Caminhemos, sem farsa, um pé no chão outro no ar, rumo aos acontecimentos.

* Diretor da Adufrj-SSind

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Projeto prevê dragagem do canal do Fundão

Jaciara Celestino

Douglas Pereira

ESGOTO DA ILHA DO FUNDÃO, PRÓXIMO À CRECHE UNIVERSITÁRIA

Projeto pode oferecer riscos, segundo especialista

Está previsto para agosto o início das obras de revitalização, urbanização e recuperação ambiental do canais do Fundão e do Cunha. O projeto tem base nos cálculos de dragagem feitos pelo Instituto Luiz Alberto Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) e foi apresentado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema). A Petrobrás será a financiadora das obras. Uma comissão formada por professores do Instituto de Física (IF), do Instituto de Biologia (IB), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), do Instituto de Geologia (IGEO), do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF) e da Coppe foi instaurada pela reitoria para desenvolver um parecer técnico sobre os possíveis impactos da obra na ilha.

O cronograma apresentado à universidade pelo subsecretário do governo estadual, Francisco Luiz da Rocha, prevê 18 meses para os trabalhos. A conclusão, incluída toda a obra paisagística, seria em março de 2009. A princípio, a empresa TenCate Geotubes é a responsável pela tecnologia de tubos que seria aplicada na dragagem, que, segundo o professor e representante do Instituto de Geociências na comissão da reitoria, João Graciano, consiste no confinamento e acondicionamento dos resíduos que serão dragados no canal: "A própria empresa que esteve aqui não sabe muito da obra. Ela está só fazendo uma propaganda do que eles fazem. Sobre o projeto nós só tivemos acesso a uma apresentação do próprio subsecretário, que não diz muito sobre o projeto de engenharia. Não temos as especificações.", explica o integrante da comissão.

Para o Elmo Amador pesquisador e professor do Instituto de Geociências da UFRJ, a idéia de dragagem no canal do Fundão não é nova. "Já na década de 1960, havia o projeto Rio, quando foi criado um grupo de trabalho na universidade que, entre outras coisas, sugeriu a dragagem desse canal". Elmo Amador acredita que, antes da dragagem, uma série de outras ações deveriam ser feitas para evitar danos ambientais na área. "Essa é a última medida que deveria ser tomada, num encadeamento de ações que deveriam ser feitas primeiro. Antes, deveríamos reduzir drasticamente o assoreamento da região, reduzindo o aporte de sedimentos, evitando a erosão, aumentando o florestamento ecológico, reduzindo a jogada de lixo, o lixo flutuante." Segundo o professor, a dragagem é uma atividade muito impactante para o meio ambiente da ilha. Pode trazer à tona muitos sedimentos que podem conter materiais tóxicos, como metais pesados.

Compensação pelo licenciamento do Polo Petroquímico

Elmo Amador condenou ainda a velocidade na conclusão das obras: "A pressa é inimiga da perfeição. Esse projeto é uma compensação ambiental, que a Secretaria de Meio Ambiente do estado conseguiu por facilitar o licenciamento do pólo petroquímico em Itaboraí. Quer dizer, a Petrobrás está dando a compensação de algo que ainda seria feito. É como se o estado sinalizasse que vai licenciar de qualquer jeito, independente se o complexo petroquímico vai poluir ou não. Essa velocidade, que nós criticamos bastante, tem que ter a velocidade normal, do consenso, da avaliação cautelosa, da avaliação baseada em uma boa tese, não baseada em velocidade política.", critica o geógrafo.

UFRJ no projeto

Sobre a participação da UFRJ no projeto, João Graciano explica: "A reitoria parece que está em acordo com o governo do estado. Já que a obra é competência do estado, a universidade cederia apenas um espaço, que foi até traçado eu não sei se em comum acordo com a UFRJ. Acho que houve um acordo para se acondicionar esses tubos que vão confinar esse resíduo aqui na universidade. Se esse acordo vingar, a universidade teria uma contrapartida de benfeitorias, mas, quanto a isso, a comissão não tem detalhes.", diz João Graciano, que afirma que, entre todas as propostas feitas em prol da Baía de Guanabara, essa foi a melhor.

Risco

Para o professor Elmo Amador "o impacto maior diz respeito ao lugar onde vai ser colocado o material drenado. É um material bastante nocivo; é uma região bastante poluída; existem ali metais pesados. O ideal é que esses resíduos fossem colocados em mar aberto com cuidado para não poluir o mar também. A solução de utilizar a Cidade Universitária como ponto de colocação desse material é extremamente condenável significam prejuízos ao patrimônio da universidade, essa é uma solução cômoda, mas é uma solução extremamente nociva", afirma.

Relatório

Segundo o relatório montado pela comissão da reitoria, o objeto do projeto é: "restabelecer o padrão de circulação de água na Baía de Guanabara, mais especificamente no Canal do Fundão, através de intervenções como: desobstrução de estrangulamentos pontuais; dragagem de assoreamentos e fundos elevados de aterros; cortina de estacas de contenção dos encontros das pontes; paisagismo da área de influência dos Canais do Fundão e Cunha; programa de restabelecimento do ecossistema aquático e programa de redução da contaminação afluente e contenção de detritos."

Seria portanto de competência da UFRJ: "Contribuir com o planejamento, execução e finalização da obra, utilizando sua massa crítica em todas as etapas do processo de dragagem, confinamento e acondicio-namento dos resíduos. Fazer o acom-panhamento técnico de todo projeto, incluindo seu monitoramento, com o objetivo de reduzir possíveis impactos.", argumentam os responsáveis na comissão.

ERRATA

Na matéria "EEFD cria curso pago" da edição passada, publicamos que o projeto de implementação de um curso de pós-graduação *lato sensu* na Escola de Educação Física e Desportos foi de autoria da professora Eliete Cardoso. Na verdade, ela foi a relatora que deu parecer favorável ao processo. O autor do projeto é o professor Fernando Pompeu, segundo informação do Centro Acadêmico da EEFD, que realizou manifestação contrária à cobrança.

Resenha

Lula ajuda a liberar milho transgênico

A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) liberou, no dia 16, o plantio e a comercialização do milho transgênico *Liberty Link*, da transnacional alemã Bayer. A liberação foi a primeira desde a aprovação, em 2005, da Lei de Biossegurança. E, talvez, só tenha ocorrido por conta desta nova legislação. Ao dispensar estudos de impacto ambiental e à saúde para aprovar a comercialização de transgênicos, a lei seria incons-titucional, garantem especialis-tas. Mas o que é certo é que o *Liberty Link* não teria sido aprovado sem a ajuda da Medida Provisória nº 327, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 21 de março. O dispositivo reduziu o quórum mínimo da CTNBio, composta por 27 membros, para liberação comercial de transgênicos de dois terços (18 membros) para a metade (14). O milho da Bayer foi aprovado por 17 votos a quatro (*Jornal Brasil de Fato, 17/05/200).*

Descaso do governo com a Uerj

A Associação de Docentes da Uerj (Asduerj) lançou uma campanha de conscientização e mobilização para recuperar a instituição e pressionar o governo do Estado por mais mudanças. A campanha SOS Uerj, assinada também pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas do Estado (Sintuperj), deve pressionar tanto o governo quanto a reitoria para que as reivindicações das categorias sejam atendidas. Entre estas demandas estão o aumento do orçamento de custeio da instituição, reajuste salarial para os funcionários e no valor das bolsas de auxílio ao estudante (*Folha Dirigida, 17/5*).

Corrupção: Wolfowitz fora do Banco Mundial

No último dia 18, o americano Paul Wolfowitz finalmente deixou o cargo de presidente do Banco Mundial. Sua namorada, Shaha Riza, foi transferida para o gabinete de Condoleeza Rice no governo dos EUA, assim que Wolfowitz assumiu o banco, mas ele deu ordens para que o salário de sua namorada fosse elevado a valores que excediam o da própria Secretária de Estado. Paul Wolfowitz era antigo secretário da Defesa da administração Bush e responsável direto pela guerra e ocupação do Iraque (*Diário Vermelho, 18/5*).

Movimento

Técnicos do Ibama rejeitam criação de Instituto Chico Mendes

Ana Manuella Soares e
Diego Cotta

Greve tem adesão de grande parte da categoria em todo o país

Os servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis entraram em greve nacional por tempo indeterminado no último dia 14/5. A categoria exige que o governo federal volte atrás na decisão de dividir o Ibama e criar o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que assumiria parte de suas atribuições. A Medida Provisória nº 366/07 fragmentará o órgão, que deixará de ser responsável pelas unidades de conservação federais e manejo da biodiversidade brasileira.

A MP foi editada pelo presidente Lula da Silva, em meio a críticas do governo à suposta demora do Ibama em conceder as licenças ambientais para construção de duas usinas hidrelétricas no rio Madeira, na Amazônia. O grande incômodo do governo é que a construção das usinas está programada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e como as licenças não estavam sendo concedidas, o Ministério do Meio Ambiente decidiu reformular o instituto e afastar seu presidente, Marcus Barros.

Em nota à imprensa, os presidentes substitutos do Ibama e do Instituto Chico Mendes, Bazileu Alves Margarido Neto e João Paulo Ribeiro Capobianco, respectivamente, afirmaram que a edição da MP 366/07 auxiliará na melhoria do trabalho feito pelo meio ambiente, pois "é um importante instrumento para o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama)". Além disso, a diretoria dos dois institutos disse estar aberta ao diálogo, propondo "a criação de um grupo de trabalho para o aperfeiçoamento tanto da Medida Provisória quanto dos Decretos que instituem as estruturas do Ibama e do Instituto Chico Mendes".

A técnica em Educação Ambiental do Ibama, Elizabeth Uema, discorda. Para ela, a divisão do instituto, ao contrário do que afirma o governo, vai atrasar ainda mais os pareceres sobre impacto ambiental de obras do governo ou de empresas do setor privado no país. "Toda a parte relacionada às unidades de conservação e pesquisa ambiental desenvolvida pelo Ibama está sendo retirada. O Instituto Chico Mendes vai ficar com o 'filé mignon' das atribuições de fiscalização ambiental", diz Elizabeth. Segundo a especialista, o país conta hoje com 288 unidades de conservação e algumas têm apenas um servidor lotado, que usa toda a estrutura do Ibama para desenvolver suas funções seja de preservação, pesquisa ou fiscalização. "Com a divisão, não existirá mais uma coordenação de fiscalização", alerta a técnica.

Em 1989, o Ibama foi criado a partir da junção de quatro instituições com características bem diferentes: Secretaria Especial de Meio Ambiente (Sema), Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (Sudepe) e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Destes, o único órgão que mantinha proximidade com a conservação de florestas era a Sema. Os outros, segundo Elizabeth Uema, funcionavam mais como agentes de fomento a determinados setores econômicos. "O próprio IBDF trabalhava com fomento na área de madeira. Ou seja, este mesmo instituto desmatava florestas para plantar eucaliptos, por exemplo".

Durante esses dezoito anos de existência, os servidores do Ibama criaram uma identidade única de concepção ambiental e ação única como órgão de gestão ambiental pública. No final do governo Fernando Henrique Cardoso, os servidores do Ibama conseguiram ainda uma carreira, "com um salário um pouco melhor do que a maioria dos servidores públicos federais", conta Elizabeth. Com a carreira, foi conquistada também a abertura de concursos públicos. Em 2002, 600 servidores foram selecionados e contratados para o quadro efetivo do órgão. No governo Lula, mais dois concursos conquistados nas lutas da categoria foram realizados, somando mais cerca de 900 servidores ao quadro do instituto.

O que está em jogo

- Na nova estrutura prevista na Medida Provisória, o Instituto Chico Mendes ficará responsável pelas Unidades de Conservação e pelos Centros Especializados voltados à pesquisa, proteção e manejo da biodiversidade.
- O Ibama permanecerá com as atribuições de Licenciamento Ambiental, controle da qualidade ambiental, autorização do uso dos recursos naturais e fiscalização.
- O Instituto Chico Mendes dividirá os recursos e o corpo de servidores do Ibama, que sequer puderam opinar sobre a fragmentação de suas atividades.
- Os servidores denunciam ainda o aumento de gastos do orçamento da pasta do Ministério do Meio Ambiente para a manutenção de duas estruturas paralelas que farão exatamente o mesmo trabalho que o Ibama vem realizando nos últimos dezoito anos.
- Todo o trabalho de pesquisa realizado pelos técnicos do Ibama, que contam com o apoio de muitos pesquisadores e laboratórios das universidades federais e estaduais, será redirecionado para a nova estrutura. A tendência é o Instituto Chico Mendes estabelecer convênios e parcerias com Organizações Não Governamentais para o desenvolvimento de pesquisas em biodiversidade nas áreas de conservação.

Medida surpreende corpo técnico do Instituto

Este ano, os servidores do instituto foram surpreendidos com a MP 366 que, segundo Elizabeth Uema, retrocede à situação de fragmentação anterior, dividindo as atribuições do órgão e prejudicando o controle das atividades ligadas à conservação, proteção e fiscalização do meio ambiente no país. "Houve falta de diálogo. Nem os diretores do Ibama sabiam. É contraditório o governo afirmar que o pano de fundo dessa reestruturação tem a ver com os licenciamentos. Está sendo vendida a idéia errada de que o Ibama seria um entrave às políticas de desenvolvimento do governo. O Ibama apenas cumpre as suas atribuições constitucionais e tem a obrigação de seguir a lei para os licenciamentos e defender o interesse do povo brasileiro e não apenas de determinados setores", afirma.

Concessão de florestas, primeiro passo do desmantelamento

Elizabeth conta que com a criação do Instituto Florestal Brasileiro, em 2006, o governo Lula através da atuação da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, deu início à retirada de algumas das atribuições do Ibama na área de conservação e proteção ambiental e tem permitido a concessão de florestas e a internacionalização de áreas, especialmente as amazônicas, de grande interesse para as empresas de exploração e madeireiras. "Nós no Ibama fomos contra, brigamos muito, mas fomos derrotados", afirma Beth, para quem as concessões promoverão a internacionalização não só da Amazônia, mas de várias áreas de floresta brasileiras.

Biodiversidade será atingida

A técnica em Educação Ambiental explica que com a divisão do órgão, todas as atividades referentes às áreas de pesquisa em biodiversidade passam a ser atribuições do novo Instituto. Todos os centros especializados de pesquisa em biodiversidade, como o Laboratório de Produtos Ambientais, passam também para a esfera do Instituto Chico Mendes.

Servidores mantêm greve em todo o país

A greve dos servidores do Ibama continua essa semana, por tempo indeterminado. No entanto, o governo Lula recorreu à Justiça para impedir que a greve paralise por completo as atividades do órgão, obrigando a categoria a garantir presença mínima de 50% dos funcionários em cada departamento, além de livre acesso ao instituto dos que não aderirem ao movimento. A liminar, concedida pelo juiz federal José Gutemberg de Barros Filho, determina multa no valor de R$ 5 mil por dia ao sindicato em caso de descumprimento. A preocupação do governo, mais uma vez é que a luta em defesa do Ibama consiga impedir o prosseguimento de obras que ainda não cumpriram as exigências dos Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/Rima).

Cultura em greve por um plano de carreira

Kelvin Melo

Acordo de 2005 até hoje não foi cumprido pelo governo Lula

Kelvin Melo

Desde o dia 15 de maio, os servidores da Cultura estão parados em todo o país. O motivo para a greve é, para não variar, a falta de palavra do governo Lula, que não respeitou um acordo fechado com a categoria em 2005. Naquela ocasião, para encerrar um outro movimento grevista, o Ministério do Planejamento concordou em aprovar um Plano Especial de Cargos para esta área, o que não ocorreu até hoje.

"O governo virou as costas para nós", diz Oscar Ortman, diretor da Associação dos Funcionários da Funarte. De acordo com ele, a categoria não possui um plano de carreira, os salários são compostos basicamente por gratificações e os vencimentos básicos – não reajustados desde 1995 - estão entre os mais baixos do funcionalismo federal (variam de R$ 79 no nível básico até R$ 565 para os que estão no topo da tabela).

"Nós honramos todos os compromissos após aquela greve, repondo as horas paradas, mas fomos ludibriados pelo governo Lula", afirmou. Ele observa que a insatisfação é grande na área da Cultura e a paralisação estava sendo amadurecida já ao longo de 2006.

Para exemplificar a falta de estímulo para trabalhar no sistema vinculado ao Ministério da Cultura, Oscar cita os desdobramentos do último concurso realizado para a área, no ano passado: 60% dos pouco mais de cem candidatos aprovados para trabalhar no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) já desistiram de seus cargos.

O dirigente da associação também faz questão de ressaltar que a greve não tem como eixo apenas a questão salarial. Trata-se, no seu ponto de vista, de uma valorização do servidor para bem atender à sociedade. O Plano Especial de Cargos reivindicado, além de incorporar diversas gratificações aos vencimentos básicos dos servidores, cria um adicional por titulação - um incentivo que hoje não existe para a capacitação do quadro de pessoal: "O presidente sempre fala que Cultura é uma área estratégica, mas a prática vai na contramão do discurso. O governo Lula tem deixado a desejar. E muito. O que prevalece é a visão da equipe econômica", completa Oscar.

Assembléia no pátio do Palácio Capanema

Em assembléia comunitária de todos os órgãos da Cultura no pátio do Palácio Gustavo Capanema, no centro do Rio, no último dia 16, os servidores dividiram informes sobre a greve – os principais órgãos do ministério e museus federais estão completamente parados - e propuseram os próximos passos do movimento. Neste dia 22, acontece mais uma assembléia comunitária no pátio do Palácio Capanema.

Diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro (Sintrasef), ao qual os servidores da Cultura do Rio estão filiados, Evandro Tavares teve a oportunidade de se manifestar na assembléia e disse que o movimento precisa de muita unidade para superar as dificuldades. Lembrou a recente fala do presidente Lula para quem os servidores tiram férias durante as greves, ao não terem os salários cortados.

Gualberto Tinoco, pela Conlutas, saudou o movimento grevista e comentou brevemente as reformas do governo que ameaçam os direitos dos trabalhadores. Aproveitou a ocasião para também convocar os funcionários da Cultura para o ato unificado contra as reformas no dia 23 de maio, no centro do Rio.

Negociação parada

No dia anterior à assembléia (15/5), certamente por pressão do movimento, o ministro Gilberto Gil teve uma reunião com a ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, para tratar das demandas dos grevistas, mas não há notícia de avanço nas negociações.

Cultura luta também contra o PAC e projeto antigreve

Integrante do comando estadual de greve da Cultura, Bruno Gawryszewski afirma que os servidores da área já decidiram, em assembléia anterior, reafirmar a luta contra a totalidade do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que consideram danoso ao país, e não apenas contra o projeto de lei (PLP 01) nele embutido, com restrições às despesas com o funcionalismo federal. "Diferente da CUT, que faz uma luta fragmentada contra itens do PAC, decidimos ser contra todo o Plano", disse.

Embora seja uma iniciativa recentemente anunciada, a intenção de o governo enviar um projeto para restringir o direito de greve dos servidores também já é visto com preocupação pelos servidores da Cultura. "Ainda não existe uma deliberação, mas o assunto vem sendo discutido pela categoria", completou.

Impasse leva à greve no Banco Central

Categoria recebeu aumento inferior ao de categorias congêneres

Os funcionários do Banco Central (BC) decidiram entrar em greve por tempo indeterminado, desde o dia 3 de maio, após impasse nas negociações travadas com o governo. O presidente do Sindicato Nacional da categoria (Sinal), David Falcão, afirma que o movimento só terminará com uma proposta de efetiva recomposição salarial. A deliberação só ocorreu após várias paralisações de advertência feitas no mês passado e algumas reuniões infrutíferas com o Ministério do Planejamento.

Os servidores reivindicam equiparação salarial com os auditores da Receita Federal, considerada uma categoria congênere, que tiveram aumentos de 30% a 40% em junho do ano passado. Cerca de um mês antes desse reajuste, os funcionários do Banco haviam conquistado um índice de apenas 10%, dividido ainda em duas parcelas, sob o argumento governamental de "limite orçamentário". Foi precisamente a mesma Medida Provisória (nº 295/06), depois convertida na lei nº 11.344, que mexeu na estrutura de várias carreiras funcionais, entre elas a dos docentes universitários.

Opinião

Metamorfoses na deliberação do Consuni impõem o Reuni como fato consumado na UFRJ

Roberto Leher*

O Decreto 6096/07 (REUNI) não deixa margem a dúvidas: é um contrato de gestão entre as IFES e o MEC objetivando a "reestruturação" das universidades federais como condição para a sua "expansão". Em função de seu alcance e profundidade, ao ser examinado pelo Conselho Universitário, em sessão de 26 de abril do corrente ano, o Conselho deliberou a:

Discussão sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação. Após ampla discussão, o Conselho Universitário resolveu: a) Constituir Comissão, composta de 5 (cinco) membros do CONSUNI, 5 (cinco) membros do CEPG, 5 (cinco) membros do CEG e 3 (três) indicados pela Reitoria, **para análise da proposta de Plano de Desenvolvimento da Educação e organizar o processo de discussão no âmbito da UFRJ**. (Boletim, 10, 10 de maio de 2007).

O encaminhamento proposto pelo CONSUNI foi correto e coerente com os procedimentos acadêmicos, tendo em vista a complexidade da matéria e, sobretudo, as profundas implicações do PDE para as atividades de ensino e, mais amplamente, para toda a vida universitária no país.

Nos mesmos moldes dos contratos de gestão do Plano Diretor da Reforma do Estado, o REUNI contém metas a serem atingidas como contrapartida aos **possíveis** recursos do MEC, como a quase duplicação do número de estudantes de graduação e a drástica redução da evasão – metas de expansão que, em abstrato deveriam ser celebradas por todos os que defendemos a criação de condições para que a educação superior universitária possa ser garantida a todos os estudantes que desejem prosseguir seus estudos, em particular os provenientes das classes trabalhadoras.

A questão de fundo que indubitavelmente seria constatada pela Comissão é que o MEC, por meio de seu projeto denominado Universidade Nova, pretende promover essa ampliação de vagas por meio de cursos aligeirados, expresso em uma **graduação minimalista** nos moldes dos "community colleges" estadunidenses e do processo de Bolonha, promovido pela União Européia, situação que desarticularia todo sistema de formação da UFRJ que, a despeito de suas insuficiências, ainda assegura elevada qualidade de formação aos seus estudantes. E, como se não bastasse, a graduação minimalista será o ponto final da trajetória "(semi) universitária" da grande maioria dos estudantes, caso o MEC não repasse para as IFES recursos substanciais. Como o Decreto do MEC permite antever que esses recursos serão muito pequenos, situação confirmada pelo Programa de Aceleração do Crescimento, como pode ser visto a seguir, a UFRJ estará legitimando a exclusão da grande maioria dos estudantes de uma graduação plena, verdadeira, capaz de assegurar uma formação profissional.

Seguramente a Comissão constataria que os recursos previstos pelo governo Federal (Decreto 6096/07) para essa "reestruturação" e expansão: "até 20% do equivalente ao orçamento de cada IFES, exclusive o custo da folha de aposentados e pensionistas" são demasiadamente reduzidos, impedindo a expansão de fato universitária (daí a fórmula da graduação minimalista da Universidade Nova). Considerando o orçamento médio do MEC para as IFES (2003-2006), isso significaria cerca de R$ 1,2 bilhões para todas as 53 Universidades Federais. Apenas para indicar a ordem de grandeza desse montante, caso cada uma das universidades federais recebesse o mesmo montante, teríamos algo como R$ 22 milhões ao ano para cada instituição. Certamente, a Comissão constataria que os recursos previstos não permitiriam cumprir as metas mantendo o imprescindível padrão de qualidade que a UFRJ tem assegurado em seus cursos, lembrando que com estes recursos as universidades terão de custear a infra-estrutura e as novas contratações de docentes (Dec. 6096/07, Art.3, inciso III). Dificilmente passaria despercebido da Comissão que, a rigor, o MEC sequer assegura o montante de até 20%: "o atendimento do Plano de cada IFES é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC" (Dec. 6096/07, Art.3, §3º).

Quando a Portaria nomeando a Comissão foi editada, em 02 de maio de 2007, as suas atribuições foram substantivamente ampliadas:

O Reitor (...) Resolve nomear Comissão para avaliar o PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - PDE, e propor diretrizes para as ações a serem encaminhadas pela UFRJ (...) (Portaria nº 1345, de 02 de maio de 2007)

A Portaria deixou abertas duas possibilidades:

(1) que a Comissão iria elaborar um grande diagnóstico das insuficiências da UFRJ, objetivando desenvolver, autonomamente, um esboço de ações para ampliar, de fato, o acesso da juventude à UFRJ (e nesse escopo a UFRJ avaliaria o REUNI) e

(2) o que seria surpreendente, a elaboração de diretrizes que assimilam o REUNI como um dado, um pressuposto.

Por que a última alternativa seria surpreendente? Porque, claramente, o CONSUNI não deliberou por este posicionamento (vide a ata no Boletim n. 10 supracitada) e, também, porque o debate não foi realizado pela UFRJ com a profundidade necessária e, a bem da verdade, a Comissão não pôde examinar as conseqüências da "reestruturação da UFRJ" vis-à-vis ao REUNI e tampouco pôde organizar o debate internamente, como seria sua legítima atribuição.

A alternativa mais preocupante se confirmou. Apenas uma semana mais tarde, em 11 de maio, a Presidente da mencionada Comissão enviou uma carta aos Diretores, Decanos e Pró-reitores, estabelecendo:

Instruções para preparação e encaminhamento de seus projetos e iniciativas, que subsidiem a elaboração da proposta da UFRJ. **O plano de reestruturação da UFRJ, a ser submetido ao MEC, deverá estar em conformidade com diretrizes e regras estabelecidas pelo Decreto citado, que cria o Programa REUNI**.

Independente de aspectos pontuais contidos na Carta, muitos deles meritórios, o busílis da questão é a incorporação do REUNI como um fato consumado, criando a falsa impressão de que um consenso foi forjado na UFRJ. A partir desse fato, as unidades, premidas pelas orientações da administração e pelo estrangulamento financeiro, estão se vendo constrangidas a apresentar, a toque de caixa (menos de duas semanas) os seus projetos, temendo ainda maior restrição financeira.

Essa é a perversidade do contrato de gestão: como o governo impõe, unilateralmente, as suas metas no projeto Universidade Nova como condição para liberação de recursos, as instituições acabam vitimadas pela chantagem econômica e, assim, a discussão acadêmica sobre o significado do Decreto 6069/07 é completamente descartada, como se a criação da graduação minimalista, a contratação de professores com recursos

próprios, mas não garantidos, fossem assuntos burocráticos e irrelevantes.

"(...) serão recomendadas prioritariamente pela Comissão aquelas que apresentem clara articulação entre diferentes unidades e entre as diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no REUNI."

O que fazer?

O artigo 207 da Constituição Federal é uma norma bastante em si que assegura a autonomia universitária. Compete ao Conselho Universitário zelar por esse preceito, exigindo que o MEC não imponha nenhuma chantagem econômica sobre a instituição e, nesse sentido, poderia questionar os termos do Decreto 6096/07, como tem feito ao longo de sua história sempre que existe uma medida governamental que desrespeita a autonomia. A rigor, foi esse o gesto do Conselho superior da UFRJ quando corretamente deliberou pela análise e discussão do REUNI.

Certamente, se o CONSUNI reavaliar a cadeia de acontecimentos que levou a exigência de que as unidades se ajustem aos imperativos da Universidade Nova/ REUNI até o próximo dia 25 de maio, constatará que o tempo foi tão acelerado que o debate não pôde acontecer.

O mais sensato parece ser retornar a deliberação original de 26 de abril, de modo que a Comissão avalie e organize o debate sobre o REUNI na UFRJ. É crucial também que as Congregações não deixem de se pronunciar sobre a necessidade de que a completa reestruturação da UFRJ seja ampla e democraticamente discutida em todos os âmbitos da UFRJ, com base em um calendário que assegure o debate. Os recursos, como visto, modestos, não podem servir de moeda de troca à completa descaracterização de todo o patrimônio científico, tecnológico, artístico e cultural edificado pela UFRJ que esperamos possa ser destinado a muitos, mas com a qualidade da UFRJ e não com um padrão minimalista.

Contraditoriamente, a resistência ativa ao Decreto pode contribuir para que a UFRJ elabore a sua agenda de expansão do acesso ao ensino universitário com qualidade, notadamente por meio de forte ampliação dos cursos noturnos e da adoção de medidas que promovam a articulação da instituição com a educação básica pública, apresentando o que a instituição considera necessário em termos de pessoal e de infra-estrutura para o atendimento das metas previstas em seu plano de expansão autonomamente estabelecido pelos seus colegiados a partir de um amplo debate em que todos os que fazem a universidade pública sejam protagonistas.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 07

*Professor da FEUFRJ

Opinião

Adeus, Minerva

Luis Paulo Braga*

Por que decidir precocemente por um projeto que pretende eliminar exatamente a opção precoce?

O título é longo, quatorze palavras, já o projeto "Bacharelado em Ciências da Natureza e Matemática(BCNM)" apresentado pela Decania do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), nem tanto, quatorze páginas, e o tempo para aprová-lo, preferencialmente, também, quatorze dias ! Começou assim o processo de implantação do REUNI* no Centro, as Congregações e o seu Conselho Máximo deverão aceitar, aprimorar ou rejeitar uma proposta material de Bacharelado Interdisciplinar - a solução definitiva para eliminar a evasão de alunos e aumentar a produtividade institucional em geral, e docente, em particular.

Uma das causas elencadas para o problema da evasão é a deficiência de formação de muitos alunos, cada vez mais numerosos , que não teriam condições de seguir os cursos regulares voltados para a formação de pesquisadores e licenciados. Assim se ofereceria um curso com menos conteúdo específico e com mais disciplinas de formação geral. É uma solução típica dos tempos pós-modernos – resolve-se o problema de evasão, terminando o curso antes que os alunos vão embora. Para isso não era preciso inventar um Bacharelado, a UFRJ poderia fornecer um certificado de estudos superiores para todo aluno que completasse com êxito um mínimo de disciplinas.

A outra causa da evasão apresentada no projeto é a imaturidade dos alunos que optam por uma profissão que desconhecem. Não há evidência empírica para essa afirmação, que parece apontar no sentido contrário, quando se verifica que o aluno não se conforma com a segunda opção e acaba migrando para outra universidade.

Ao não identificar as causas mais profundas da reprovação, da repetência, do trancamento, enfim, das dificuldades cotidianas dos alunos, o projeto ao pretender fazer justiça social, cria um sistema de "apartheid" no CCMN, ao manter os bacharelados difíceis de um lado e o BCNM de outro. A suposta ponte entre eles é uma falácia, dada a enorme diferença entre suas grades curriculares. O projeto vai atrair para o Centro alunos com pretensões ainda mais modestas do que as daqueles que procuram cursos profissionalizantes de nível superior nas universidades particulares, e não vai resolver o problema de evasão nos Bacharelados atuais.

A aprovação de projetos no REUNI está condicionada à redução da evasão (leia-se aprovação compulsória) e à duplicação de vagas, senão não há chance de ser aprovado. Provavelmente, pensando nisso os proponentes do BCNM incluem no projeto à pag. 4, terceiro parágrafo o seguinte texto "Cada unidade deverá reavaliar as vagas a serem oferecidas no concurso vestibular; a diferença entre o número atual de vagas e o novo número de vagas será alocado, num primeiro momento, em dobro, como vaga para o novo curso ". É isso mesmo: os professores vão trabalhar dobrado...

Desde a reforma universitária de 1968 não se via uma proposta de reformulação tão profunda na vida acadêmica das IFES. Aquela foi feita sob a égide da força, inspirada nos famosos acordos MEC-USAID. A atual vem sendo imposta pela pressão financeira, inspirada nas soluções do Banco Mundial para a periferia. A mensagem da Decania começa apelando ao bom senso do bolso : "Com a adesão a este projeto a UFRJ poderá pleitear do MEC recursos adicionais (para novas construções, equipamentos, pagamento de pessoal, etc..) da ordem de 170 milhões de reais em 5 anos".

Ao querer padronizar as vocações das universidades federais no sentido da formação superior intermediária, o governo Lula e aliados, comete o que seria impensável fazer em países como a França e os Estados Unidos com suas "Grands Écoles" e "Ivy League" , respectivamente. Talvez por isso já tenham entrado em cena as velhas táticas de ameaças, por um lado, e promessas de "benesses" por outro. Uma idéia quando é boa, não precisa ser explicada tantas vezes...

* REUNI foi implantado pelo decreto presidencial 6.096 de 24 de Abril de 2007

*Conselheiro da Adufrj-SSind

Adufrj-SSind

Assembléia de docentes na UFRJ rejeita Reuni

A última Assembléia Geral da Adufrj-SSind aprovou por unanimidade, com apenas uma abstenção, a rejeição ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), apresentado pelo governo Lula no Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Na assembléia realizada no último dia 16, os professores aprovaram a participação da Adufrj-SSind nas atividades da Jornada de Lutas do dia 23 de Maio, mas não aprovaram a participação da seção sindical do ato que terá a participação da CUT.

Os professores Salatiel Menezes e Cristina Miranda foram eleitos respectivamente delegado de base e suplente de delegado de base para a próxima plenária dos Servidores Públicos Federais que acontece no dia 3 junho, em Brasília.

Nota da Diretoria da Adufrj-SSind sobre a organização do ato do dia 23/05

Tornamos públicas nossas preocupações com os encaminhamentos do ato unificado do próximo dia 23/05, conforme comunicado da Regional Rio do Andes-SN (ofício 022/07/SE-RJ).

É do conhecimento dos sindicalizados do Andes-SN que a nossa desfiliação da CUT foi um longo e difícil processo e que teve, pelo menos, dois pontos fundamentais: o atrelamento da CUT aos interesses do governo e sua concepção elitista de sindicato, antagônica à do Andes-SN que procura construir nossas decisões pela manifestação de nossas bases. Temos um enfrentamento cotidiano com a CUT e seus representantes nas questões relativas à Reforma Universitária, à Reforma Trabalhista e Sindical, nos desdobramentos negativos do PAC para os trabalhadores, e na política econômica do governo Lula.

Neste sentido, causou-nos estranheza o fato de ver o nome da CUT na manifestação do dia 23. Sabemos que a direção do Andes-SN deve ter liberdade para dar encaminhamentos políticos a várias questões, mas à questão da "negociação" da participação da CUT em atos conjuntos. É uma questão de princípio.

Não construímos unidade com representantes do governo.

Assim, tornamos pública nossa discordância com o encaminhamento dado ao ato unificado do dia 23, em particular a participação da CUT e da UNE no mesmo. Reiteramos nossa disposição de lutar contra todas as reformas neoliberais de Lula e de realizar manifestações, panfletagens e divulgação de nossas reivindicações no dia 23 de maio, mas sem a companhia dos representantes do atual governo.

Saudações Sindicais,

Diretoria da Adufrj-SSind

Capa

Implentação na UFRJ é feita às pressas

Ana Manuella Soares e Kelvin Melo

Comissão já trabalha com os documentos do PDE. Professores da Adufrj-SSind criticam açodamento do debate e reformas por decreto

O reitor Aloisio Teixeira já anunciou: pretende fazer a discussão do Plano de Desenvolvimento da Educação no Conselho Universitário até o próximo dia de 14 de junho. Com o PDE, a universidade terá que se posicionar sobre o atendimento ao Decreto-Lei que estabelece o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Entre outras medidas, o decreto assinado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, e pelo presidente Lula estabelece a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e aumenta a relação professor-aluno para 1/18, tudo isso num prazo de cinco anos.

A decana do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza e presidente da comissão instituída pela reitoria para estudar a implementação do PDE na universidade, Ângela Rocha, defende o "uso inteligente do decreto". "Na minha interpretação, o decreto aponta em duas direções: aumento da taxa de conclusão, que é muito baixa mesmo em alguns casos e precisa melhorar, e o aumento do número de vagas, em especial no turno noturno. O que precisamos fazer é definir medidas que melhorem os nossos índices nesta direção e mostrar ao MEC que esta interpretação, por ser mais adequada à realidade brasileira, deve ser adotada", comenta.

Mas, apesar da pressa da reitoria em receber as 'prometidas' verbas do Reuni, as unidades e centros ainda estão bem longe de ter claro o que significa a reforma do ensino superior proposta no PDE. Até o fechamento desta matéria (em 21/5), ainda não havia chegado para a comissão qualquer posicionamento de unidade acerca do Plano de Desenvolvimento da Educação. Na sessão do Consuni que definiu a instalação da comissão, foi aprovado a concessão de 30 dias para que as unidades e centros se manifestassem sobre o projeto e quinze dias finais para a comissão apresentar um relatório final e deliberação no colegiado superior. "Acredito, dado os prazos apertados, que elas só cheguem no último dia. Até onde fui informada todos os Centros estão discutindo o assunto", confirmou a decana.

Intervenção

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, diz que o Andes-SN e a seção sindical também não estão contentes com a atual situação da universidade. "É verdade que temos que melhorar nossos cursos, a formação dos estudantes entre outras coisas. Nesse sentido, deveríamos sim discutir propostas, apresentá-las e até implentar algumas delas, mas outra coisa é atrelar esse debate ao Reuni, um decreto presidencial que caracteriza uma intervenção do governo federal na universidade pública", denuncia.

De acordo com o professor, na última assembléia geral da seção sindical (16/5), os docentes entenderam que o Reuni é inaceitável e que a UFRJ não pode de maneira nenhuma ser conivente com a aplicação desse decreto. "Entendemos que as propostas de reformas curriculares e outras mudanças devem continuar a ser discutidas, mas não atreladas ao decreto. O MEC, inclusive, em nenhum momento se comprometeu com o financiamento de nada referente ao Reuni. O governo não liberou nenhum montante para isso", acrescenta.

Impossível atingir os índices do MEC

Perguntada sobre a possibilidade de a UFRJ alcançar os índices cobrados pelo MEC em cinco anos, a decana do CCMN foi enfática: "Não é possível para qualquer universidade brasileira atingir o índice de 90% de taxa de conclusão nos cursos de graduação", diz. Segunda ela, aliás, pouquíssimas universidades no mundo inteiro devem conseguir índices tão elevados. De acordo com Ângela, talvez duas na Inglaterra e duas nos Estados Unidos: "Mas temos que confirmar esta afirmação", ressalta.

UFRJ terá 4.761 professores-equivalentes

Dentro do PDE, o Ministério da Educação assinou ainda uma portaria que prevê a criação de um banco de professores que será preenchido em função de uma medida também estabelecida pela medida inter-ministerial: o professor-equivalente. Na portaria normativa 22 de 30 de abril, o MEC e o Ministério do Planejamento já definem inclusive o número correspondente ao banco de professores-equivalentes em cada federal. Na UFRJ, o banco será de 4.761 unidades de professor-equivalente. A portaria prevê que as reitoria têm um prazo de 90 dias para solicitar a revisão dos números que foram estabelecidos com base nos dados do Siape de dezembro do ano passado.

Pela portaria, o banco de professores-equivalente corresponder à soma de professores do magistério superior efetivos e substitutos em atividade na universidade. Para o preenchimento das futuras vagas, cada 'professor-equivalente' seguirá a seguinte relação: um professor com 40 horas e dedicação exclusiva valerá pouco mais que uma vez e meia do que um professor adjunto, nível 1, com 40 horas semanais (a referência). Já os professores de 20 horas valerão a metade do 'professor-referência'. Os substitutos em regime de 20 horas valerão 40% da 'referência'. E os substitutos de quarenta horas, 80%, nessa conta.

Precarização radical

Para o professor da Escola de Educação Física e Desportos e conselheiro da Adufrj-SSind, Leandro Nogueira, os principais objetivos são mesmo a precarização radical do trabalho docente e a consagração da asfixia financeira das universidades federais. "Tudo isso num contexto de ilusão e chantagem gerencial - como se não bastasse o quadro de subdotação orçamentária que se arrasta há décadas. "O docente critica ainda os ciclos básicos e a formação geral proposta como uma das metas que as universidades que aderirem ao Reuni terão que cumpri. "A banalização da formação universitária, a partir do incentivo à proliferação de cursos aligeirados ou minimalistas, irá graduar os estudantes sem formá-los em coisa alguma".

José Simões
Professor

"Deveríamos sim discutir propostas, apresentá-las e até implentar algumas delas, mas nunca atrelar esse debate ao Reuni, um decreto presidencial que caracteriza uma intervenção do governo federal na universidade pública".

Angela Rocha
Professora

"Não é possível para qualquer universidade brasileira atingir o índice de 90% de taxa de conclusão nos cursos de graduação".

Sem prazo para discussão

A decana admite que o prazo para o debate está curto, mas diz que o PDE será implentado na UFRJ com base na discussão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), segundo ela "largamente discutido na universidade".

Para o professor da Escola Politécnica e também conselheiro da seção sindical, José Henrique Sanglard, os debates oficiais na universidade sobre o plano do governo já começaram no dia 26 de abril, na sessão do Conselho Universitário, quando foi instituída a comissão. "O reitor concedeu ainda 30 dias para que a discussão nas unidades ocorresse. De lá para cá, só houve registro de uma reunião da Comissão, em 3 de maio", ressalta o professor, para quem a pressa e o atropelo com que o assunto está sendo encaminhado na universidade não se justifica, "considerando a relevância das questões que traz".

O conselheiro da seção sindical lembra que a perspectiva inicial da reitoria para discutir e deliberar sobre o PDE era de um prazo de 90 dias. "Não havia necessidade de reduzir de chofre o prazo da Comissão local à metade, 45 dias, e o de discussão nas unidades a um terço, 30 dias. Pior do que isso, as propostas de unidades ou centros divulgadas até agora incorporaram também fatores de redução geométrica ainda mais violentos: as propostas do CCMN, com data genérica de abril, foram divulgadas para discussão e deliberação em duas semanas, 14 dias; as propostas da Escola Politécnica só foram formalizadas e enviadas aos Departamentos uma semana, 7 dias, antes do prazo de 30 dias fixado pelo reitor, que termina em 25 de maio", registra o professor.

Sanglard lembra ainda que a maioria esmagadora dos professores circula nos departamentos e não nas congregações, conselhos de Centro ou colegiados superiores. "Mas toda a comunidade acadêmica vai arcar também com as conseqüências da implantação das propostas de reestruturação que vierem a ser aprovadas". Para ele, professores, alunos e funcionários estão sendo "na prática" deixados de fora da discussão. "A menos que, imbuídos do espírito de elevação imediata e radical de índices de desempenho, consigam se informar, estudar, discutir, avaliar e deliberar sobre a matéria em poucos minutos, durante uma reunião departamental. Muitos, talvez, nem esta derradeira e única chance terão", alerta.

Amorim

Professores solidários na USP

Assembléia dos docentes da Universidade de São Paulo decide aprovar a greve por tempo indeterminado em apoio à ocupação do prédio da reitoria pelos estudantes. Universitários agora também ocupam a administração da UNESP e da Universidade Federal de Alagoas

Página 8

Kelvin Melo

Cultura, BC e Ibama parados

Servidores continuam parados por melhores condições salariais e de trabalho.

Página 3

AdUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 539 29 de maio de 2007

Kelvin Melo

Dia Nacional de Luta na UFRJ

Páginas 4 e 5

Opinião

Ainda sobre sonhos e farsas

Ricardo Kubrusly*

... e ela disse ao Dr.: estatísticas são apenas números. Elas não podem criar realidades. Ele sorriu e percebeu-se um vazio sinistro entre seus dentes.

Médicos, assim como advogados, não estudam matemática, para além de suas possíveis divulgações trivializantes. Não chegam a conhecer as novidades que aparecem nos novos mundos criados pelas mentes e guiados, de uma certa maneira, pela lógica científica. Nas geometrias, sim. Criamos realidades. E elas nos surpreendem. A simples substituição de uma única imposição postular, que estabelecia as regras básicas para que o mundo abstrato, plano, funcionasse da mesma maneira que a imaginada por nossa intuição, pode revelar um vasto e surpreendente mundo jamais pensado.

Na geometria, uma reta e um ponto, fora desta mesma reta, definem um plano. Nele, se quisermos traçar, passando por esse ponto solitário, uma outra reta paralela à reta previamente dada, podemos fazê-lo, há construções que nos garantem a existência deste objeto, mas elas não nos afirmam nada sobre a unicidade da paralela assim construída. Será possível, então, a existência e a construção de muitas retas, passando por esse esquecido ponto solitário, fora da reta original e paralelas a elas? Claro que não! Responderia a nossa intuição, apressadamente, mas a razão necessita de um postulado especial para garantir essa unicidade desejada. É preciso impor a unicidade das paralelas. Ela não se dá como conseqüência do modelo plano intuitivo da geometria. Sem essa lei, que nos acostumamos a chamar de quinto postulado de Euclides, um mundo inesperado se abre dentro de nós, onde as intuições cessam e surge o espanto. Novos universos se apresentam, os espaços se curvam e se entrelaçam e esses mundos, tão diversos de nossas intuições, muitas vezes são os mundos mesmos que habitamos; e deles não nos damos conta.

São diversos os perigos desta vida. Há mundos onde não existem retas paralelas, como o próprio planeta que nos abriga e, por vezes, pensamos estar caminhando paralelamente a outros pensamentos quando, na verdade, rumamos para uma colisão inevitável. Há outros mundos, contrariamente, onde o estoque de paralelas é infinito. Nestes mundos, parecemos muitas vezes convergir em desejos e trajetórias, mas o encontro, sempre adiado, nunca se efetiva e, o que parecia convergir para um ponto comum, na verdade, se distancia para sempre.

Há que ter paciência. As geometrias nos ensinam, com suas conversas delirantes e suas verdades abstratas, que os mundos que habitamos, com nossos corpos e nossas mentes, e nossos desejos, nem sempre são os mundos que a nossa imaginação, baseada apenas nos sentidos precários de nosso corpo biológico, prescreve.

Muitas vezes não nos damos conta das infinitas possibilidades que se nos apresentam a cada passo de nossas vidas e insistimos nas idéias cristalizadas que herdamos das intuições e analogias que fazemos com o mundo palpável, onde as existências são restritas às das coisas concretas e na escala do homem. O homem dos acontecimentos.

Há que buscar caminhos onde o velho e o novo se potencializem. Mas não temos tempo. Vivemos a eterna véspera histérica dos nossos próprios dias. Nunca temos tempo.

Medo ou preguiça? Qual a causa deste novo homem paralisado a quem devemos entregar nossos destinos? Guiado pela certeza pífia do sinistro entre seus dentes. Homem verba, que se nega à reflexão, refratário ao novo e ao velho que nele convivem. Homem toma-lá-dá-cá, avesso à transcendência e mórbido em sua eternidade. Intolerante, não percebe que assim como o velho é parte do novo que se apresenta, este também já existe entranhado nas idéias que se despedem. Homem bomba de vácuo, repleto de vazios em suas fórmulas. Incapaz de promover ou aceitar mudanças que não sejam de nomes, para o mesmo funcionamento reacionário. A ti devemos entregar nossos destinos?

Não. Não há compartimentalização possível. O preço do novo é sempre a totalidade. Não há caminhos no meio, vivemos sempre os meio dos caminhos, feitos de meias idéias e verdades partidas. Não há razões, ou há, para querer-nos diferentes?

Em São Paulo, os estudantes fotografaram a farsa das universidades e se deram conta de que o mundo precisa e pode ser modificado. Que existem caminhos, construídos nas ações de nossas lutas e que a vida em suas várias geometrias ainda pode nos surpreender. Para eles, os meninos de São Paulo, para que não deixem seus sonhos se transformarem em farsa, escrevi este poema antigo, que jazia guardado em minha estante, esperando por seu momento.

Duas Luas

há uma lua em são paulo outra no rio
duas iguais, mesma substância
uma no mar, outra entre rios
refletida na lama das marginais

uma se espreita nos arcos, se alonga
devora o passeio, se atira
nas águas. duas iguais criaturas
escalam o horizonte. eu: vôo entreluas

*Diretor da Adufrj-SSind

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

MST rumo ao 5° Congresso

Estratégia política do movimento será definida para os próximos anos

Com objetivo de reunir e fortalecer a direção e a militância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acontecerá em Brasília, entre os dias 11 e 15 de junho, o 5° Congresso do MST. O evento, além de discutir questões de organização, terá duas premissas centrais de debate: o programa agrário e a estratégia política do movimento para os próximos anos.

Diretora nacional do MST, Nivia Regina da Silva conta, em entrevista ao Jornal da Adufrj, de que maneira esses dois assuntos serão abordados: "O programa agrário é uma das duas questões centrais de discussão do congresso, ou seja, o que a gente entende e quer construir para o campo no Brasil. Esta seria uma outra forma de organizar o campo, diferente da maneira que o neoliberalismo vem organizando através das transnacionais, das multinacionais e do agronegócio", afirma a diretora. "Uma outra questão é a estratégica política do MST para os próximos anos, como o movimento está vendo hoje a luta de classe, a conjuntura nacional e internacional e a mística pela construção do socialismo. Então vamos discutir várias temáticas que nos auxiliarão a pensar a estratégica política para os próximos anos, que seria a discussão de um projeto popular para o Brasil e a própria discussão do socialismo, da transformação social", completa Nivia Regina.

Manuella Soares

REPRESENTANTES DO MST (À ESQ.) ESTIVERAM NA SEDE DA ADUFRJ-SSIND, CONVERSARAM COM OS DIRETORES E OS CONVIDARAM PRA O 5º CONGRESSO DO MOVIMENTO

Nos 23 anos de existência do MST, esse deverá ser o maior congresso do movimento. Ao todo, são esperadas 16 mil pessoas. A magnitude do evento é justificada pelo atual momento histórico que demanda do movimento fortalecimento e diálogo com as diversas organizações da sociedade, do campo e da cidade. "A conjuntura que a gente vive hoje com o governo Lula é muito difícil. Há uma necessidade urgente de rearticular a esquerda no Brasil, e por isso a gente acredita que é importante trazer à nossa militância uma representação massiva a nível nacional", explica a diretora do movimento.

Avaliação do governo Lula

Para Nivia Regina, o MST, assim como os outros movimentos sociais, têm sido afetados diretamente com as políticas neoliberais do governo Lula. No caso do Movimento dos Sem Terra, essas políticas têm favorecido o agronegócio e o fortalecimento das transnacionais. "Nós temos grandes dificuldades, inclusive de diálogo, nessa relação com o governo Lula. Podemos dizer que, até a eleição de 2002, o movimento não estava ingênuo, mas havia outras expectativas em relação ao governo. A partir dessa última eleição, está claro o lado de que o governo está. Então, para nós, é fundamental fazer uma luta contundente em relação ao governo Lula para que possamos colocar novamente em pauta a questão da reforma agrária e das reformas que tiram os direitos de toda classe trabalhadora. É por isso que o movimento tem se juntado com outras organizações sindicais e outros movimentos sociais do campo e da cidade", afirma a diretora.

Desafios

Adiado por dois anos, o congresso é, para a diretora nacional do movimento, Nivia Regina da Silva, "desafiador". Os militantes já estavam se preparando ao longo dos anos com debates sobre o programa agrário. Essa situação possibilitou levar para a organização do congresso propostas já previamente discutidas. Além disso, para tentar contornar os limites estruturais, o movimento se organiza descentralizando funções entre os estados e a secretaria de nível nacional do movimento.

Levando em consideração que as parcerias para os congressos se montam de estado em estado, além do Andes-SN, o 5° Congresso terá a parceria da Via Campesina (nacional e internacional), Comissão Pastoral da Terra, Federação de Estudantes de Agronomia no Brasil, Federação dos Trabalhadores Nacionais, movimentos estudantis, entre outros.

Servidores mantêm paralisação na Cultura, no BC e no Ibama

Movimento resolve ironizar declarações antigreve do presidente

Até o fechamento desta edição, em 28 de maio, permaneciam em greve diversas categorias do funcionalismo federal. Os servidores da Cultura, por exemplo, criaram um ato chamado de "Piscinão de férias da Cultura"para ironizar a declaração do presidente Lula de que as greves sem corte de salários representam folga remunerada. A resposta à polêmica declaração aconteceu no último dia 25 no pátio do Palácio Gustavo Capanema, sede do MinC no Rio de Janeiro. Os funcionários do ministério, da Biblioteca Nacional, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e das demais instituições ficaram apenas em trajes de banho.

Em Brasília, cerca de 50 servidores também do sistema de Cultura jogaram sal grosso na entrada do Ministério de Planejamento, onde funciona a secretaria de Recursos Humanos. Em entrevista à Agência Brasil, a coordenadora de artes cênicas da Fundação Nacional de Arte (Funarte) e representante do Comando Nacional de Greve dos Servidores da Cultura, Júlia Guedes, declarou que a manifestação foi um ato de limpeza: "O sal grosso na verdade serve para tomar banho. Existe uma tradição de que o sal grosso tem uma propriedade de limpeza. Então, julgando que nesse momento o próprio Ministério do Planejamento está entravado, achamos necessária essa desintoxicação", explicou.

Kelvin Melo

MOVIMENTO DA CULTURA REIVINDICA CUMPRIMENTO DE ACORDO DE 2005

BC também parado

Em assembléia no dia 25, os servidores do Banco Central decidiram manter a greve iniciada no dia 2 deste mês. Os servidores não aceitaram a proposta do governo de parcelar o reajuste salarial em duas vezes, a primeira em janeiro de 2008 e a segunda em janeiro de 2009. Segundo nota publicada na página eletrônica do Sindicato dos Servidores do Banco Central (Sinal), esta última foi a maior assembléia realizada pela categoria, o que comprova a indignação dos funcionários.

Ibama contra a divisão do órgão

Os servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) completam neste dia 29 o 15º dia de sua greve. Eles protestam contra a Medida Provisória 366/07, que divide o órgão e cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Neste dia 29, o presidente da Associação dos Servidores do Ibama (Asibama), Jonas Corrêa, vai se reunir novamente com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados para pedir a retirada da MP. Já na próxima quarta-feira (30/5), os servidores do Ibama participam de nova audiência pública conjunta das Comissões do Meio Ambiente e da Amazônia para discutir a reestruturação do órgão.

Movimento

Manifestação pelo bandejão marca Dia de Luta na UFRJ

Estudantes deixam prato de macarrão sobre a mesa do reitor

No Dia Nacional de Luta, em 23 de maio, a UFRJ presenciou um entusiasmado protesto pelo bandejão e contra as políticas do governo Lula para o ensino superior. Estudantes que integram a Frente de Luta contra a Reforma Universitária aproveitaram a coincidência da data com uma reunião ordinária do Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e lotaram o plenário para realizar uma manifestação.

Munidos dos já tradicionais cartazes e faixas com pedidos de mais verbas para a Educação, os universitários cantaram diversas palavras de ordem até interromper os trabalhos do colegiado e conseguir espaço para suas reivindicações.

O estudante Jorge Badauí lembrou que não era nenhuma novidade a manifestação por bandejão: "Só existe obra hoje porque inúmeros atos como esse foram realizados", disse. A anunciada mudança de prazo para a conclusão da obra pela reitoria (de 2007 para março de 2008), porém, deixou o movimento estudantil bastante preocupado: "Queremos mostrar para a reitoria e para os conselheiros que não vamos ser vencidos pelo cansaço. Até estar funcionando, se for preciso, vai ter ato toda semana", ressaltou. "No que depender dos estudantes, vai ter bandejão funcionando logo e aqui não tem Universidade Nova, a UFRJ não vai ser transformada em escolão", completou.

Outro participante da manifestação, Vitor Mariano comentou que a mobilização não visava apenas ao bandejão, mas a uma ampla política de assistência estudantil. Vitor também cobrou um posicionamento claro da reitoria quanto à distribuição das refeições que passarão a ser produzidas pelo restaurante do Hospital Universitário, no segundo semestre.

Ex-conselheiro discente no CEG e atualmente na oposição ao atual DCE, Gabriel Marques comunicou que a luta do movimento estudantil existe, independente da direção do DCE, "que defende o governo Lula". Gabriel informou aos conselheiros sobre a importância do Dia Nacional de Luta contra a retirada de direitos: "Já tivemos cursos pagos aprovados e a privatização está cada vez mais presente. A USP já tem ocupação na reitoria e, se for preciso, vamos ocupar também a reitoria da UFRJ", disse. Acrescentou ainda a crítica ao projeto do governo Lula de condicionar alguns recursos (não garantidos) às universidades, em troca de elevadas metas de "eficiência": "Essa ampliação de vagas é uma chantagem do governo Lula. O Conselho de Ensino de Graduação que teve um grande papel quando da intervenção de Vilhena não pode ficar calado com a intervenção do governo Lula", analisou.

Macarrão para o reitor

Na seqüência do ato, os estudantes saíram do colegiado e se dirigiram para o gabinete do reitor, onde permaneceram por alguns minutos. Lá deixaram um prato da macarronada, considerado como uma lembrança ao dirigente do movimento estudantil sobre a necessidade urgente do bandejão. "Nada pessoal", dizia uma nota deixada ao lado do "presente", que também recebeu uma etiqueta de R$ 7 – preço normalmente pago por uma refeição dentro da universidade.

A manifestação prosseguiu com a distribuição da macarronada e suco no *hall* de recepção da reitoria, para todos os que passavam. Até mesmo o chefe de gabinete do reitor, João Eduardo, fez uma "boquinha". E gostou.

No Consuni do dia seguinte, Aloisio agradeceu aos estudantes que visitaram seu gabinete e disse que não pôde recebê-los por estar em reunião com o governador Sérgio Cabral. "Quando cheguei o macarrão já estava frio. E não gosto de macarrão requentado", brincou.

Fotos: Kelvin Melo

ESTUDANTES DEIXARAM UM PRATO DE MACARRÃO SOBRE A MESA DO REITOR

ATÉ O CHEFE DE GABINETE DO REITOR, JOÃO EDUARDO, FEZ UMA "BOQUINHA"

Entidades sindicais criticam Reuni no CEG

Alguns conselheiros temem que fragmentação institucional avance devido ao plano do governo

Antes do protesto estudantil, no dia 23, ainda no início da sessão do CEG, representantes do Andes-SN e da Adufrj-SSind também tiveram a oportunidade de falar aos conselheiros para criticar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O professor José Miguel Bendrao Saldanha, 1º vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Andes-SN, comentou a forma como o Reuni está sendo trabalhado e implantado, antes mesmo de uma discussão mais ampla junto à comunidade. Citou o exemplo da Escola Politécnica, onde leciona, que teria uma discussão de projetos apresentados pela direção sequer conhecidos pela maioria dos docentes da unidade. "A essência do projeto do MEC é a expansão por meio de intensificação do trabalho docente. Isso está em todo o projeto", afirmou.

O dirigente sindical também atacou a portaria do banco do professores-equivalente, que, como estímulo para alcançar as metas cobradas pelo MEC dentro do Reuni, poderá servir para a troca de quadros efetivos em regime de dedicação exclusiva por professores de 20 horas ou substitutos.

José Miguel lembrou que o Consuni deliberou acertadamente para que uma comissão fosse constituída para avaliar o PDE e organizar o processo de discussão. Porém, em vez de fazer isso, a comissão estaria implantando as diretrizes do Reuni, às pressas: "Apelo para que haja tempo, uma vez que é a vida de todos nós que está sendo afetada".

Adufrj-SSind também marca presença

Vera Salim, 1ª vice-presidente da Adufrj, também apresentou a total discordância da seção sindical com o Reuni. "E, em especial, nossa perplexidade com os rumos que esta discussão está tomando no âmbito da UFRJ. Pensar que um decreto-lei é o que motiva nosso debate sobre temas tão importantes (como evasão, retenção e cursos noturnos) é dizer que agora a autonomia da nossa universidade se pauta por editais. E com isso não podemos concordar", afirmou.

Observou que o banco de professores-equivalente, junto ao congelamento das despesas com folha salarial do funcionalismo até 2016, não pode ser visto como uma medida positiva: "A médio prazo, esse banco de professores-equivalente vai significar a transformação do nosso tão batalhado quadro de professores em regime de dedicação exclusiva nos professores de tempo parcial", disse.

Também criticou a pressa com que o Reuni estaria sendo implantado na instituição. "A comissão (instituída pelo reitor) se pauta por uma política imediatista de já ingressar no orçamento 2008", disse. Finalmente, Vera também solicitou que a comissão faça o debate, em vez de instrumentalizar aceleradamente "uma mudança estrutural dessa ordem" dentro da universidade.

Conselheiros respondem

Fernando Augusto (representante do CT) concordou com a análise feita pelo Andes-SN sobre a intensificação do trabalho docente. Mas acredita que não há como fugir disso: "Cabe a nós verificar até quanto isso é exeqüível, mas é um fato, assim como a questão do professor-equivalente", disse. Observou que as unidades poderiam dizer que não querem aceitar o Reuni ou pedir mais tempo e, se a maioria disser assim, assim será respondido. Também afirmou que o aprofundamento do debate nas unidades dependeria da postura dos chefes de departamento. Mas admitiu que o prazo é exíguo. Outro representante do CT, José Manoel Seixas, que se manifestou depois do protesto estudantil, acredita que há brechas no decreto do governo para a universidade implementar medidas consensuais, como a implantação de cursos noturnos.

Anita de Sá (CLA) acredita que, caso a universidade não aderisse ao Reuni, por protesto, "seria uma burrice muito grande". A professora reconheceu que os prazos são curtos, mas muitos projetos que já existiam podem ser adaptados às diretrizes do plano do governo: "Acho que é um desafio e temos que aceitar. Acho que todas as unidades estão empolgadas e vão apresentar projetos. Se não vai dar certo, aí é outra história", afirmou.

Mas nem todos os conselheiros concordam. Maria Lúcia Patitucci (CCMN) também não se mostrou contente com os prazos e forma da discussão do Reuni. Quem está recebendo as informações da comissão, para ela, não sabe o que passar adiante. "Para mim, o Reuni já tem um apelido: é 'Espalha'. Não estamos conseguindo fazer um projeto de UFRJ", criticou. Aproveitou para comentar a proposta de um bacharelado interdisciplinar do CCMN, no escopo do Reuni: o aluno ficaria três anos nesse bacharelado e depois poderia escolher um curso para continuar sua formação: "Ou seja, o aluno ficará oito anos na universidade. Se for assim só no meu Centro, menos mal. Mas esse Reuni está mais 'espalha' que outra coisa", disse.

Andréa Teixeira (CFCH) tem a percepção de que "está todo mundo olhando para o seu umbigo" com a implantação do Reuni. Para ela, isso representa uma grave ameaça à instituição: "Ninguém está pensando um projeto de universidade. A fragmentação, que já é característica, foi elevada à enésima potência. Quero fazer um apelo aos meus colegas representantes na comissão, que temos o hábito de fazer a discussão aprofundada, para que não deixemos passar projetos que acentuem essa fragmentação", encerrou.

Imagem errada

Representante dos antigos alunos no CEG, a conselheira Ligia de Oliveira Viana criticou uma nota do Jornal do Adufrj nº 537, de 15 de maio. O texto fazia menção às precárias instalações da Escola de Enfermagem Anna Nery e uma foto das paredes sujas do local ilustrava a matéria. Na realidade, a imagem era do Hospital-Escola São Francisco de Assis, ao lado daquela Unidade. O equívoco de identificação aconteceu porque o diretor da Adufrj-SSind, que não conhecia o local, participou de um debate organizado pela EEAN e que foi realizado naquelas instalações.

Samuel Tosta

Protestos reúnem 1,5 milhão contra reformas neoliberais

No Rio de Janeiro, passeata no Centro contou com sete mil participantes

A realização do Dia Nacional de protestos contra as reformas neoliberais em todo o país, em 23 de maio, foi considerada vitoriosa pela Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). A estimativa da Conlutas é de que 1,5 milhão de trabalhadores dos setores público e privado, sem-terra, sem-teto e juventude, tenham participado de protestos e manifestações.

Greves, paralisações, bloqueio de estradas, atos e grande passeata marcaram o dia 23 no Rio de Janeiro. Cerca de sete mil pessoas participaram de passeata que saiu da Candelária, mesmo com chuva, ocupando as quatro pistas da avenida Rio Branco, em manifestação contra as reformas neoliberais e a política econômica do governo Lula. Naquela data, entre outras categorias, pararam os servidores do Incra e do Arquivo Nacional. Os profissionais de educação também estavam em luta. A rede estadual de ensino parou por 48 horas. A rede municipal, que parou por 24 horas, realizou um grande ato com 5 mil pessoas em frente à Prefeitura do Rio para exigir de César Maia o fim da aprovação automática nas escolas municipais. O movimento dos sem-terra, em luta pela reforma agrária, bloqueou estradas no Norte e no Sul Fluminense. Além do governo Lula, também foram denunciados os governos estadual e municipal pelas medidas implementadas no Rio, que são cópias fiéis das reformas de Lula e que dão milhões às obras do Pan-Americano e nenhum centavo à educação, saúde e moradia. Além disso, foi destacada a violência promovida pelos "caveirões" e as remoções de famílias para maquilar a cidade para o evento esportivo.

Adufrj-SSind não foi à passeata

Por deliberação da Assembléia Geral da Adufrj-SSind do dia 16, os professores aprovaram a participação na Jornada de Lutas, mas rejeitaram a presença na passeata do centro da cidade, porque a atividade contaria com a participação da CUT. Houve o entendimento na Assembléia que a CUT não é aliada dos servidores públicos, mas sim mais uma central a serviço do governo Lula com a qual não se deve construir possível unidade na luta. Assim, a seção sindical direcionou sua atuação para a UFRJ.

Fonte: com informações da Conlutas e do PSTU

Movimento

Debate no IESC atrai mais de cem pessoas

Uma platéia de aproximadamente 120 pessoas prestigiou o debate "13ª Conferência Nacional de Saúde: para onde vamos?", promovida no auditório do Instituto de Estudos da Saúde Coletiva (IESC) da UFRJ, no dia 22 de maio.

Um dos palestrantes, o pesquisador Eduardo Stotz, da Fiocruz, acredita que a superação das dificuldades do Sistema Único de Saúde (SUS) só vai ocorrer quando movimentos sociais, organizações dos usuários e outras organizações populares se assumirem como sujeitos de conhecimento e atores na formulação das políticas, processo hoje dificultado pela forma de convocação e realização das conferências da área de Saúde.

Maria Inês de Souza Bravo, professora da Uerj, fez um breve histórico das Conferências de Saúde, a questão do tão reivindicado "controle social", tal como previsto na Constituição (e conquistado pelos movimentos sociais). Mas referiu-se também às dificuldades para que a participação popular se dê de forma efetivamente democrática no sistema de Saúde.

Diretora da Adufrj-SSind, Sara Granemann abordou a questão da Seguridade e, particularmente, no momento atual, problematizou a proposta de transformação dos hospitais públicos em fundações estatais, o que ela considera como mais um passo nas tentativas de consolidar as reformas neoliberais dos setores públicos

Kelvin Melo

DA ESQ. PARA A DIR.: SARA GRANEMANN, LETÍCIA LEGAY (DIRETORA DO IESC E MEDIADORA DO DEBATE), MARIA INÊS E EDUARDO STOTZ

Colégio de Aplicação discute Reuni

Dirigentes da unidade criticam pressa da UFRJ e metas do MEC

No último dia 23 de maio, Dia Nacional de Luta contra as reformas neoliberais, a diretoria da Adufrj-SSind conseguiu a oportunidade de falar a cerca de 50 professores do Colégio de Aplicação da UFRJ que se reuniram na plenária pedagógica da unidade nesta data.

Foi discutido o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O decreto, assinado pelo presidente Lula e pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, estabelece a elevação para 90% da taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais e aumenta a relação professor-aluno para 1/18, tudo em um prazo de cinco anos. A 1ª vice-presidente da Adufrj, Vera Salim, e o diretor Fernando Marinho, apresentaram aos docentes as principais ameaças das atuais reformas neoliberais do governo federal.

"Essa é uma reestruturação geral do Estado toda fatiada: vamos falar contra a reforma universitária, outro dia aparece a Universidade Nova; vamos falar contra a Universidade Nova, aparece o Reuni. Vamos falar contra as reformas sindical e trabalhista, aparece legislação antigreve. Se olharmos de uma maneira geral, essa é uma reestruturação no Estado brasileiro para a regulamentação de reformas neoliberais. Onde o Estado se descompromissa com saúde, com educação e com os direitos dos trabalhadores e pratica políticas assistencialistas focalizadas", comentou Vera Salim.

O diretor Fernando Marinho acrescentou a importância de se estabelecer novas datas para debate. "Por toda essa reformulação do quadro docente e mediante todas as reformas previdenciárias, idealizamos fazer aqui no CAp uma reunião para explicar os desdobramentos das reformas da Previdência, bem como as implicações do Reuni na UFRJ", afirmou o diretor da Seção Sindical.

Jaciara Celestino

DIRETORES DA ADUFRJ FALAM AOS PROFESSORES DO CAP

Diretoras querem evitar atropelo

A vice-diretora do CAp, Miriam Kaiuca, afirmou que é preciso defender ideais que o corpo docente da universidade ainda não está discutindo: "Na premência dessa discussão, com tempo e data marcada, isso vai fazer com que a gente não possa se aprofundar. Nós não queremos aceitar o posicionamento de propostas vindas nessa atropelo todo, com datas marcadas para que a gente reflita", expôs a vice-diretora.

Já para a diretora Celina Costa, o decreto assinado pelo governo aponta metas que já vêm sendo discutidas pela universidade: "A novidade é a taxa de 90% de formação; um índice de evasão de 10% não existe nem no ensino básico. Como esperar que a universidade tenha esse índice de formação, se colocada que boa parte dessa evasão tem origem, não no acadêmico, e sim nas exigências da situação econômica do aluno?", questionou.

Sobre a ampliação do número de vagas, Celina acredita que não poderá ser feita curso a curso: "Na Medicina, por exemplo, há momentos em que é um professor para quatro estudantes. Essa é uma meta que precisa ser estudada para verificar qual seu impacto", afirmou Celina. Ela ressaltou que só agora o CAp vai começar discutir de que maneira o colégio está inserido no decreto.

Colegiados

Comissão quer mais cursos a distância na UFRJ

Relatório foi aprovado no último Consuni

Em sessão de 24 de maio, o Consuni aprovou o relatório final da comissão de acompanhamento e avaliação dos cursos semi-presenciais da UFRJ. O documento aponta diversas medidas para a consolidação das iniciativas existentes (atualmente, a universidade é responsável, em caráter experimental, pelos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Física, em consórcio com outras instituições públicas do estado). Além disso, o texto da comissão também vê a necessidade de ampliação da oferta de cursos a distância pela maior federal do país.

Para o próprio Conselho Universitário, a comissão cobra a aprovação definitiva para os dois cursos experimentais, a definição de uma maior participação da UFRJ no consórcio Cederj (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) e uma revisão do regimento e do estatuto da universidade para contemplar esse tipo de curso, em consórcio com outras instituições (brasileiras e estrangeiras), ou os próprios da UFRJ.

Para o Conselho de Ensino e Graduação, a recomendação é para a criação de uma Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação das atividades de ensino a distância – no dia 11 de abril, este colegiado estabeleceu uma comissão especial provisória sobre o tema. Já à Faculdade de Educação caberia refletir, segundo a comissão, como participar dessas iniciativas.

Debate

Decano do CFCH e professor da Faculdade de Educação, Marcelo Corrêa e Castro fez algumas críticas ao ensino a distância. Lembrou que somente a enorme destinação de recursos por organismos internacionais ao fomento da modalidade em países menos desenvolvidos já seria motivo para olhar a iniciativa com alguma ressalva. Também observou que a tecnologia em uso no Brasil para a prática do ensino a distância já foi descartada como obsoleta pela Europa. Mostrou-se preocupado, ainda, com a qualidade do material a que teve acesso dos cursos de ensino a distância no Brasil: "Está escancaradamente destinado à formação de professores. E o único material a que tive acesso do ensino a distância é extremamente questionável", afirmou. Considerou, por fim, um avanço o trabalho da comissão, mas acredita que seria prematura a aprovação definitiva dos cursos do Cederj.

Fotos: Kelvin Melo

CONSELHEIROS ACOMPANHAM PROJETO PARA RECUPERAÇÃO DOS CANAIS DO FUNDÃO E DO CUNHA

Outros conselheiros, porém, manifestaram-se favoravelmente ao conteúdo do relatório, inclusive o reitor. Segundo Aloisio Teixeira, realmente há uma discussão de fundo sobre a formação de professores, que deve ser enfrentada. Já em relação ao ensino a distância de forma mais geral, o dirigente afirmou ser questão "da maior relevância". Disse que era resistente à iniciativa, no princípio, mas acabou conquistado pela experiência do Cederj.

Andes-SN tem outro ponto de vista

De acordo com deliberação do 26º Congresso do Andes-SN, realizado este ano, é necessário combater a utilização do ensino a distância com vista à emissão de diplomas e certificados, por entender que essa modalidade de ensino não tem propiciado formação humana e profissional nos termos defendidos historicamente pelo movimento docente.

Também é bom lembrar que, neste último Congresso, ficou decidido que o Sindicato deve denunciar e combater a pseudodemocratização do acesso ao ensino superior mediante a expansão de cursos de formação inicial de professores, prioritariamente a distância, e lutar pela ampliação do número de cursos regulares e presenciais de licenciatura e de pedagogia, em especial em período noturno, nas universidades públicas, com verbas específicas da União e dos estados para sua manutenção.

Coppetec teve superávit de R$ 18 milhões

Outro documento aprovado na reunião do Consuni foi a prestação de contas da fundação Coppetec, exercício de 2006. Os conselheiros fizeram algumas poucas ressalvas quanto à necessidade de um maior detalhamento do relatório, especialmente no que diz respeito à aplicação da resolução nº 02/06 do próprio Consuni, que prevê o repasse de percentual da receita das fundações para os cofres da universidade. Decano do Centro de Tecnologia, o professor Walter Suemitsu alegou que a norma foi instituída pelo colegiado em agosto do ano passado e que somente a próxima prestação de contas, relativa a 2007, estará adaptada à nova legislação.

A Coppetec apresentou, no ano passado, um conjunto de receitas de R$ 140.737.383,27 e despesas de R$ 122.352.288,79. Obteve, portanto, um superávit de R$ 18.385.094,48, que foi incorporado ao patrimônio da fundação.

Recuperação dos canais do Fundão e do Cunha

Antes do início formal da reunião, houve a apresentação de um programa da Secretaria Estadual de Meio Ambiente para a revitalização, urbanização e recuperação ambiental dos canais do Fundão e do Cunha. Se aprovada pela universidade, a obra conta com financiamento da Petrobras e deve ser concluída num prazo de 20 meses.

Uma comissão instaurada pela reitoria para desenvolver parecer técnico sobre os possíveis impactos da obra na ilha do Fundão também teve a oportunidade de manifestar ao Consuni suas preocupações com a iniciativa, como a necessidade de mais estudos e análises do material dos canais e do solo das margens próximas.

O reitor comunicou que todos os documentos disponíveis serão distribuídos aos conselheiros e à Comissão de Desenvolvimento do colegiado, que apresentará seu parecer sobre o assunto em uma futura sessão.

Reunião com o governador Sérgio Cabral

Aloisio Teixeira informou que os dirigentes das instituições federais e estaduais de ensino superior estiveram, na véspera, em uma reunião com o governador Sérgio Cabral. Segundo o reitor, existe a intenção do governo de instar o presidente Lula a liberar emendas do corrente ano para estas instituições públicas – somente a UFRJ teria a receber, em emendas individuais, R$ 20,4 milhões.

Além disso, o governador disse que irá apresentar aos deputados da bancada fluminense uma proposta, com vistas ao orçamento de 2008, de se destinar 5% do valor de cada emenda individual a que se tem direito para as universidades. Isto representaria uma verba de R$ 250 mil por cada congressista.

Ainda de acordo com Aloisio, Sérgio Cabral teria se comprometido a dobrar a dotação orçamentária da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (Faperj), sem contingenciar os recursos depois.

Reitor e o artigo no Jornal da Adufrj

O reitor mencionou, ainda, o artigo de autoria do professor Roberto Leher (da Faculdade de Educação), publicado na edição de 22 de maio do Jornal da Adufrj. Segundo Aloisio, o texto "Metamorfoses na deliberação do Consuni impõem o Reuni como fato consumado na UFRJ" contém uma denúncia sobre a postura da reitoria quanto ao andamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) na instituição. O dirigente observou que é pratica de sua administração apurar as denúncias de que tem conhecimento e afirmou que encaminharia o processo para a Comissão de Legislação e Normas do colegiado para verificar a possibilidade de abertura de comissão de sindicância, ou mesmo de processo disciplinar, contra ele próprio, como dirigente universitário.

Movimento

Professores também entraram em greve na USP

Movimento é solidário aos alunos contra os decretos de Serra

A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) entrou em greve, no último dia 23, em solidariedade às reivindicações dos estudantes que ocupam a reitoria da USP desde 3 de maio. Os professores paralisaram suas atividades em defesa da autonomia universitária, além de se posicionarem contra os decretos do governador José Serra.

Em nota oficial, a entidade repudia o possível uso da força policial por parte do governo estadual para retirar os alunos do prédio: "O uso da força é inaceitável; somos veementemente contrários a qualquer forma de punição aos que lutam por uma universidade pública, gratuita, autônoma e democrática".

Além de apoiar os estudantes, os professores da USP reivindicam outras medidas do governo estadual, como a retirada do projeto de Previdência do Executivo (SPPrev), mais investimento em Educação e a campanha salarial. Entretanto, a Assembléia docente se pautou principalmente nas exigências dos estudantes e no posicionamento contrário aos decretos de Serra, que agridem não só a gestão financeira da universidade, mas também sua função máxima: o ensino e a pesquisa autônomos, livres de interesses mercadológicos e meramente instrumentais.

Histórico da ocupação

No dia 3 de maio, uma quinta-feira, os estudantes da USP tinham marcado uma audiência pública com a reitora Suely Vilela para buscar posicionamento sobre os decretos do governador José Serra. Apesar de a reitora estar viajando pela Espanha, a administração havia confirmado a presença do vice-reitor, Franco Lajolo. Como no dia da audiência ninguém apareceu ou deu satisfação, os estudantes deliberaram que a carta seria entregue na própria reitoria. Assim, os cerca de 300 estudantes que estavam reunidos para a audiência num auditório da Faculdade de História e Geografia se dirigiram até a reitoria para entregar a carta de reivindicações. E ali ficaram.

Fotos: Daniel Garcia

BARRICADA DE PNEUS NA ENTRADA DO PRÉDIO DA REITORIA

A luta também é contra a Reforma Universitária de Lula

A luta dos estudantes, contudo, não se foca somente no governo estadual. Apesar das exigências estarem relacionadas apenas aos problemas da USP e aos Decretos de Serra, em várias assembléias já se pautou a luta contra a Reforma Universitária de Lula. Na concepção dos estudantes que ocupam a reitoria, os decretos de Serra e a Reforma Universitária de Lula são faces da mesma moeda, já que ambas caminham no sentido do sucateamento da universidade, da privatização e da submissão do serviço público às grandes empresas.

PROFESSORES VOTAM A FAVOR DA GREVE

Próximos passos do movimento

No dia do fechamento desta edição (em 28/5), a comissão da ocupação da reitoria da USP informou que os estudantes teriam uma reunião com os representantes do governo estadual, dentre eles o Secretário de Justiça de São Paulo, Luiz Antonio Guimarães Marrey, junto da reitoria da universidade. Após esta reunião, os discentes realizariam uma Assembléia Geral com o objetivo de aprovarem as próximas ações do movimento.

Ocupação na Unesp

Ainda no dia 28, os estudantes da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Franca, ocuparam a sala da vice-reitoria. Em nota à imprensa, o movimento estudantil defende a ocupação como um ato político, por se configurar como uma forma legítima de luta contra os decretos do governador Serra. Além disso, os discentes apoiaram as paralisações na USP, dizendo que aquela ocupação "é um exemplo nacional de aliança concreta de estudantes, funcionários e professores em defesa do ensino público".

Reitoria também ocupada em Alagoas

Desde o dia 24, a reitoria da Universidade Federal de Alagoas também está ocupada por estudantes e trabalhadores que fazem parte da Frente contra a Reforma Universitária. Os manifestantes exigem, entre outros pontos, a ampliação do atendimento do restaurante universitário local, a garantia de uma creche gratuita para a comunidade acadêmica e o aumento do número de vagas para residência médica.

A ocupação, pacífica e organizada, já conseguiu apresentar sua pauta de reivindicações à reitora Ana Dayse, no dia seguinte (25/5), e aguarda uma resposta para ser analisada na assembléia comunitária deste dia 29, na própria reitoria.

Enquanto não são atendidos, o movimento convoca todos os estudantes a reforçarem a ocupação, lutar contra a reforma universitária do governo Lula e garantir a ampliação da assistência estudantil na UFAL.

Amorim

Ocupação da reitoria da Federal de Alagoas termina com vitória

Movimento estudantil consegue comprometimento da administração da universidade com todos os itens da pauta de reivindicações

Páginas 4 e 5

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL convida

debate sobre o REUNI

6 de junho quarta-feira 9h30

Faculdade de Letras – Auditório G2

Debatedores:

- Professora Ângela Rocha – Decana do CCMN
- Professor Waldyr Mendes Ramos – Diretor da EEFD
- Professora Cinda Gonda – Faculdade de Letras
- Professora Vera Salim – 1ª Vice-presidente da Adufrj-SSind
- Representante da Frente de Luta Contra a Reforma Universitária

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 540 5 de junho de 2007

Ação da Adufrj-SSind resgata paridade

Aposentados sindicalizados recebem diferença devida à GED integral dos meses de janeiro a abril

O contracheque de maio trouxe boa notícia para os professores aposentados sindicalizados à Adufrj-SSind. Eles receberam a diferença devida ao pagamento integral da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) relativa aos meses de janeiro a abril. Um começo animador para a tão reivindicada paridade com os ativos.

A GED integral para os aposentados foi resultado de uma ação judicial da Adufrj-SSind, impetrada em dezembro de 2004. No dia 15 de janeiro deste ano, foi publicada no Diário Oficial a decisão proferida pela 7ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal (TRF) reconhecendo o direito desses docentes aos valores máximos da gratificação (hoje em dia, de 140 pontos). No entanto, a reitoria só foi notificada pelo Tribunal no princípio de março e os mandados judiciais foram extraviados na universidade, o que explica a demora na implementação da sentença.

Arquivo Adufrj-SSind/Guilherme Lessa

EM 1998, PROFESSORES JÁ PROTESTAVAM CONTRA O FIM DA PARIDADE

Ação ainda não cadastrada

Segundo a Pró-reitoria de Pessoal (PR-4), o não recebimento da diferença para a GED integral devida ao próprio mês de maio tem justificativa em uma questão operacional: a ação ainda não foi homologada no sistema de cadastro específico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), o que deve ocorrer nas próximas semanas. Administrativamente, a reitoria somente tem o poder para fazer o pagamento dos atrasados. E mesmo assim dentro do período do próprio ano em exercício.

O pagamento dos atrasados anteriores (de dezembro de 2004, quando foi impetrada a ação, até dezembro de 2006), esclarece a assessoria jurídica da Adufrj-SSind, também é solicitado no processo. Porém, isso só deverá ser discutido ao final da tramitação do caso no Judiciário. É bom que se diga que a decisão ainda não é definitiva e a universidade ainda pode recorrer a instância superior.

Continua na página 3

Editorial

A herança

"Tenha em mente que tudo que você aprende na escola é trabalho de muitas gerações. Receba essa herança, honre-a, acrescente a ela e, um dia, fielmente, deposite-a nas mãos de seus filhos."

Albert Einstein

Nas últimas semanas, assistimos a um espetáculo típico e infelizmente comum na UFRJ: a corrida a recursos. Com o pretexto de que haveria uma data limite para incluir "gastos do governo com a Universidade" no orçamento para o próximo ano, dirigentes da universidade, em vários níveis, saíram a campo com seus projetos para incluí-los nos "formulários do REUNI". Muitos dos nossos dirigentes, talvez a maioria, nem leram o Decreto-lei n° 6.096 de 24 de abril de 2007 que instituiu o REUNI. Açodados pela falta de recursos, "simplesmente preencheram formulários". A Reitoria da UFRJ começou o processo submetendo a análise de conteúdo ao Consuni e criando uma Comissão para apreciá-lo, o que nos pareceu correto. Mas, sem que esta análise fosse concluída, chegaram nas unidades apenas os formulários. A UFRJ ainda aguarda explicações.

Algumas vozes críticas deste processo foram ouvidas, mas foram poucas. Foi o sindicato dos professores da UFRJ, a Adufrj-SSind, que trouxe a público o questionamento sobre o Reuni, que promoveu discussões e encaminhou, via sua Assembléia Geral, nossa posição: a UFRJ não deve pautar seus projetos pedagógicos pelo REUNI. Nossa posição é conseqüência de dois pontos fundamentais. A análise do Decreto 6.096 e de nossa concepção de Universidade Pública.

O Decreto Lei n° 6.096, em seu Art. 1°, &1°, é bem claro: "*O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento...*". Nem durante a ditadura militar, nem nos desvairados anos Collor, nem na turbulenta era FHC, o governo federal havia mandado os professores, via Decreto, aprovarem noventa por cento de seus alunos. As conseqüências catastróficas para a educação pública brasileira já começaram. O midiático prefeito do Rio de Janeiro já pegou uma carona neste decreto e, por sua vez, também já instituiu a aprovação automática para as escolas públicas do município. Com se não bastasse a intervenção federal direta em nossas salas de aula, ainda temos outra pérola no Art. 3°,III &3°: "*O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação*". Isto deixa claro que não existem garantias de que chegarão novos recursos às universidades.

Entendemos que a educação em todos os níveis, os frutos do trabalho de todas as gerações que nos precederam, é um patrimônio da humanidade, um direito de todos. Entendemos que cabe ao Estado brasileiro assegurar este direito, garantindo uma escola pública para todos, com igualdade de oportunidades, com qualidade em suas atividades. Não aceitamos a privatização do Estado brasileiro na mão de uma pequena elite como um processo "normal", não podemos deixar de comparar os gastos astronômicos com a especulação financeira e as restrições draconianas para o atendimento das necessidades básicas de nossa população, a educação em particular. Salta aos olhos o processo de privatização do ensino, com o comércio de diplomas a distância sendo internacionalizado. A Universidade Pública que os professores almejam não é a dos decretos-lei, triste herança da ditadura militar, que o governo Lula transforma em rotina.

A situação atual da universidade brasileira é altamente insatisfatória. Temos lutado para melhorá-la. Defendemos o aumento de vagas na Universidade, o ensino noturno, a revisão pedagógica de nossos cursos, o investimento de recursos públicos em nossa infra-estrutura. A UFRJ tem tomado iniciativas neste sentido, temos várias propostas curriculares novas. São legítimas e merecem avançar. Se não avançam, é importante analisarmos as causas do impasse atual. Pode não ser uma unanimidade, mas o movimento docente tem apontado a privatização do ensino, e de todo o setor público, como um dos piores aspectos da política dominante em nosso país.

As mudanças de fundo ainda podem parecer difíceis e distantes no tempo. Mas se não forem trabalhadas desde já, se a universidade não retomar seu papel crítico, demoraremos ainda mais em ter outros rumos. Que as palavras iniciais deste texto e a reflexão sobre o seu significado nos sirvam de inspiração.

Agenda Sindical

14 e 15/6 – Seminário "As Novas Faces da Reforma Universitária"
Brasília (DF)

29 e 30/6 – Abertura do 1º Encontro do Coletivo Jurídico do Andes-SN (gestão 2006/08)
Brasília (DF)

26 a 29/7 – 52º Conad do Andes-SN
São Luís (MA) – com o tema "Em defesa da Educação Pública, Construir a Unidade, Resistir e Avançar a Luta"

Anote

Cinema ao meio-dia

O projeto Cinema ao meio-dia do Centro Cultural Professor Horácio Macedo já disponibilizou sua programação de junho. Neste dia 5, será exibido "O céu de Suely"; no dia 6, "O ano em que meus pais saíram de férias". No dia 11, é a vez de "Se eu fosse você" e, no dia 13, do clássico "O pagador de promessas". As projeções ocorrem no Salão Nobre da decania do CCMN.

Homenagem à poetisa Helena Cunha

O *"Forum Poesia"* deste dia 6 de junho homenageia a poetisa Helena Parente Cunha, professora emérita da UFRJ. O evento acontece no Salão Dourado do Forum de Ciência e Cultura, às 19h, e contará com a participação da contadora de histórias e professora de *origami*, Márcia Bloch, do professor de Letras da UniverCidade e pesquisador da Cátedra de Leitura da Unesco na PUC-RJ, Érico Baga, e da cantora Luana Moane. A entrada é franca.

Casuarina na UFRJ

Um dos principais novos grupos de samba e choro, o Casuarina vai se exibir no Auditório Roxinho, às 14h30 do próximo dia 13. O grupo faz parte de uma geração cujo objetivo é pesquisar e ouvir sambas que um dia construíram a identidade musical brasileira, mas que há muito tempo estavam desprestigiados.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Continuação da capa

Somente sindicalizados beneficiados

São beneficiados pela ação da Adufrj-SSind todos os que eram sindicalizados, ativos e aposentados (ou seus pensionistas), até 5 de novembro de 2004, quando foi preparada a listagem original do processo.

Agora, os professores que não são sindicalizados que desejarem reivindicar a GED integral podem se filiar à seção sindical e pedir a orientação da assessoria jurídica, que deve abrir novo processo ainda este ano. Se um grupo grande surgir com esse interesse, será feita uma ação coletiva; se um número pequeno de docentes cobrar a integralidade da gratificação, serão preparadas ações individuais. O procedimento adotado será informado oportunamente.

Mas a assessoria jurídica da Adufrj-SSind avisa logo que não há certeza de ganho imediato: "Cada processo é diferente", afirma a advogada Ana Luisa. Nem mesmo se o processo original, de 2004, obtiver uma sentença favorável definitiva em instância superior. "Ajuda, mas não garante nada", completa Ana.

Histórico da GED

Ao final da greve de 1998, durante o mês de julho, a diretoria então recém-eleita do Andes-SN (gestão 1998-2000) passou por cima do Comando Nacional de Greve do movimento e aceitou um acordo com o governo para implantação da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) no contracheque dos docentes da carreira de magistério superior. Os professores de 1º e 2º graus vinculados às universidades federais (caso dos colégios de aplicação) foram excluídos e os aposentados só tiveram direito a 60% da GED. Desde então, a Adufrj-SSind vem lutando, em todas as frentes, contra essa quebra da isonomia e da paridade dentro da categoria.

Em janeiro de 2000, a Gratificação de Incentivo à Docência (GID) foi imposta aos docentes de 1º e 2º graus, nos moldes da GED, embora em valores inferiores. Pela mesma Medida Provisória que criou a GID (nº 2.125-12, depois convertida na lei nº 10.187), o governo reajustou os valores da GED em 30%. Ou seja, aprofundaram-se as diferenças salariais entre os docentes da ativa e em relação aos aposentados.

Nova tentativa de aumento da GED e da GID foi impedida pela greve dos docentes de 2001, que obrigou o governo a utilizar os recursos com os quais pretendia fazer o aumento na concessão do último reajuste decente que os docentes tiveram, em fevereiro de 2002, nos seus vencimentos.

Em 2004, o governo nada apresentou ao Andes-SN sobre os docentes da carreira do Magistério de 1º e 2º Graus, mas assinou, no dia 12 de julho, acordo ("termo de compromisso") com o Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), pelo qual apresentou projeto de lei ao Congresso, válido para estes docentes, substituindo a Gratificação de Incentivo à Docência (GID) por uma nova gratificação (que se chama GEAD). O valor desta foi retroativo a maio de 2004, igual para ativos, aposentados e pensionistas, não sujeita a contagem de pontos e dependente unicamente do regime de trabalho (20 horas, 40 horas ou DE) e da titulação (graduação, mestrado ou doutorado) do docente. Os valores para os docentes com aperfeiçoamento ou especialização são iguais aos dos graduados, tal como era com a GID.

Em agosto de 2004, pela Medida Provisória nº 208 (depois convertida na Lei nº 11.087), o governo voltou a reajustar a GED, congelou a pontuação para todos os docentes da ativa em 140 pontos, aumentou o limite máximo dos aposentados para 91 pontos (65%) e remeteu a ato do Poder Executivo a definição das novas regras de pontuação.

A disputa judicial

Em junho de 2005, sentença de juiz da 19ª Vara Federal julgou parcialmente procedente o pedido para determinar que a Universidade pagasse a GED aos aposentados pelos valores máximos, tal como aos docentes da ativa, até que se instituísse novo regime de avaliação. A seção sindical apresentou recurso para que fosse reconhecido o direito dos aposentados e pensionistas ao recebimento dos valores máximos de GED, restabelecendo-se a paridade entre ativos e inativos, mesmo após elaborada nova avaliação para os servidores da ativa. A Universidade também recorreu, mas começou a cumprir a sentença em agosto de 2005. Contudo, em outubro de 2005 suprimiu o pagamento da decisão judicial, bem como procedeu ao desconto dos pagamentos feitos nos meses anteriores. O fato foi comunicado ao juízo da 19ª Vara Federal, que entendeu que a sentença só poderia ser cumprida após o seu trânsito em julgado, ou seja, após julgados todos os recursos.

Novo recurso (agravo de instrumento) desta decisão com pedido de concessão de efeitos imediatos à sentença foi solicitado pela Adufrj-SSind. Todavia, o relator do recurso perante a 7ª Turma Especializada do TRF, o juiz convocado Luiz Paulo Filho, manteve a decisão da juíza da 19ª Vara Federal, argumentando que a sentença que garantiu a paridade da GED só poderia ter efeitos após o trânsito em julgado.

No dia 13 de dezembro de 2006, a 7ª Turma Especializada do TRF acatou a apelação do sindicato para reconhecer o direito dos aposentados e pensionistas ao recebimento dos valores máximos de GED, restabelecendo-se a paridade entre ativos e inativos, mesmo após instituída nova avaliação para os servidores da ativa. Na mesma oportunidade, foi restabelecida a ordem para incorporação imediata na folha de pagamento dos valores correspondentes aos 140 pontos de GED.

Fotos: Arquivo Adufrj-SSind/Guilherme Lessa

COM A AÇÃO DA ADUFRJ, DOCENTES RECUPERAM ATRASADOS DA GRATIFICAÇÃO INTEGRAL

Cartas

Os Esquecidos

Sr. Presidente Lula, tomei conhecimento pela televisão e jornais
Que houve aumento de 29% de acordo com a inflação
Para deputados, senadores, ministros e até mesmo para Vossa Excelência
Não tendo sido incluídos os professores e o funcionalismo, que decepção!

O sr. Ministro Manega deu uma declaração à imprensa
Na qual falou que o salário estava há cinco anos congelado.
O que dizer dos professores e do funcionalismo que não têm benesse
E que há treze anos não recebem aumento, mesmo fazendo prece.

No início pensei que fosse esquecimento, mas é de fato perseguição
A maioria dos professores e do funcionalismo
Vive fazendo empréstimos com agiotas, bancos e financeiras
Necessitavam de aumento, mas foram esquecidos pelo 1º mandatário da Nação.

Theóphilo Barbosa Elias
Aposentado, Professor Adjunto da Faculdade de Farmácia

Ibama

Muito boa a reportagem sobre a greve dos técnicos do Ibama que saiu na edição do dia 22 de maio. Antes de tudo esclarecedora, diferente do que em geral vemos nos grandes veículos de mídia. Parabéns para o jornal da Adufrj que, além de dar conta do que acontece dentro da universidade, também nos oferece reportagens como essa. Todo apoio à greve dos técnicos do Ibama!

Priscila Biancovilli
Estudante do 7º período da ECO-UFRJ

Colegiados

CEG aprova edital para ensino a distância

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), em sessão do dia 30, aprovou a proposta do edital de concurso de seleção pública para educação superior a distância. De acordo com o documento, serão oferecidas 3.191 vagas pelo consórcio Cederj, do qual a UFRJ participa ao lado de outras universidades públicas.
A UFRJ será responsável, junto da Uenf e da Uerj, pelo curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (695 vagas, sendo que a federal coordena diretamente 310 delas); e também pelo curso de Licenciatura em Física (305 vagas).

Movimento

Ocupação na Ufal termina com vitória dos estudantes

Manifestantes conseguem compromisso da reitoria para atendimento de todas as suas reivindicações

O movimento que ocupava a reitoria da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) deixou o prédio na manhã do dia 31 de maio, após conseguir da reitoria o compromisso de atendimento da pauta de reivindicações. O acordo saiu durante uma audiência pública realizada na véspera, junto à Justiça Federal. Satisfeitos, os estudantes fizeram uma passeata pelo *campus* para espalhar a boa notícia. Os manifestantes estavam instalados no local desde o dia 24.

De acordo com Lara Tapety, da comissão de comunicação do movimento de ocupação, a reitoria vai ampliar as vagas do restaurante universitário para mil comensais até o final de outubro e apresentará o projeto "R.U. para todos" (que garantiria o acesso ao conjunto dos estudantes da instituição a preço de custo) até novembro. A Ufal tem aproximadamente 13 mil estudantes e apenas pouco mais de 700 podem almoçar no restaurante local a R$ 1.

O movimento conseguiu, ainda, que a creche da UFAL seja gratuita para os filhos dos estudantes e que os professores e funcionários tenham o direito, por um valor proporcional à remuneração de cada um. Segundo Lara, era cobrada uma taxa dita "simbólica" de R$ 50 aos estudantes e funcionários terceirizados.

Contra a privatização do ensino

Contrários a qualquer forma de privatização ou mercantilização do ensino, os manifestantes também lutam contra taxas "acadêmicas" cobradas dentro da universidade. No Consuni de 5 de dezembro de 2005, as chamadas taxas acadêmicas de graduação internas foram extintas, mas continuaram a existir, na prática. A reitoria garantiu fiscalizar e apurar as irregularidades, abrindo sindicância se necessário, de acordo com Lara. Sobre a questão dos cursos de pós-graduação pagos, que eram criticados pelos estudantes, há acordo para que a reitoria apresente um documento com a aplicação do dinheiro.

Também será finalmente respeitado pela reitoria a deliberação do Conselho Universitário local de 8 de novembro para que a Escola Agrotécnica, ainda não construída, no município de Murici, interior de Alagoas, tenha um projeto voltado para a agricultura familiar. No princípio, explica Lara, esta nova unidade privilegiaria o setor sucro-alcooleiro. "Mas a união do movimento estudantil com o movimento do campo impediu que o absurdo, visto que tal setor é responsável por boa parte da miséria em nosso estado, fosse aprovado no Consuni, em 8 de novembro de 2006", afirma a estudante. Um grupo de trabalho para a elaboração do projeto reivindicado já tem reunião marcada para 19 de junho e contará com a participação de alunos e trabalhadores.

Pela ampliação da assistência estudantil

Será criado um outro grupo de trabalho, ainda em junho, para reforma e ampliação da Residência Universitária Alagoana (R.U.A.), prédio que recebe os estudantes do interior de Alagoas e de outros estados. Hoje a residência tem pouco mais de 100 moradores e encontra-se em condições precárias.

A reitora Ana Dayse comprometeu-se em manifestar-se publicamente contra qualquer medida da prefeitura de Maceió que venha a restringir o direito de meia-passagem dos universitários.

LIÇÃO DE RESISTÊNCIA

Fotos: Divulgação/Frente de Luta contra a Reforma Universitária

Lara Tapety Pontes Cavalcanti, além de integrar a comissão de comunicação da reitoria ocupada, é estudante de Comunicação Social, habilitação em Relações Públicas, e faz parte da Comissão Gestora da Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos), além de ser militante da Frente de Esquerda do Movimento dos Estudantes de Comunicação. Pegou uma virose durante a ocupação, teve febre e perdeu a voz, mas, guerreira, só voltou para casa quando tudo acabou. Seu depoimento para o Jornal da Adufrj teve de ser concedido por e-mail

Ela conta que o movimento de ocupação seria apenas "simbólico", como parte da Semana Nacional de Mobilização Contra as Reformas Neoliberais. No entanto, a partir da repercussão e da adesão de muitos estudantes, a conjuntura mudou e os estudantes decidiram ficar até garantir posicionamento da reitoria acerca das reivindicações.

Em reunião com a reitoria no dia 25, a idéia seria escutar as propostas da administração e levar para aos demais estudantes da Ufal. As propostas foram vagas e ficou apenas no comprometimento verbal, então, foi preciso fazer uma contraproposta. A contraproposta foi apresentada numa Assembléia Geral que contou com a presença de 555 estudantes da UFAL – sendo que muitos sequer conseguiram entrar no auditório devido à falta de espaço onde a ocupação foi respaldada e, por consenso, foi deliberado que deveria ser continuada sem recuo nas reivindicações.

A reitora Ana Dayse fez o pedido de reintegração de posse antes mesmo da resposta estudantil e o juiz federal convocou uma audiência de conciliação para o dia 31/05. Na audiência, foram cinco estudantes e um advogado para discutir com a Procuradoria Geral da universidade e o Pró-reitor Estudantil: "O posicionamento da assembléia foi fundamental para a negociação: flexibilizar apenas prazos, sem recuar nas reivindicações. Passamos por muita pressão, mas não recuamos", contou Lara. A audiência na Justiça Federal, que começou às 9h, foi suspensa às 14h para que a comissão se reunisse com o coletivo na reitoria. Retomada às 18h, só acabou às 21h, quando se conseguiu que a reitora se comprometesse perante a Justiça Federal ao atendimento de todas as reivindicações.

"Movimento estudantil é enfrentamento"

Lara acredita que seja consenso para todos da Frente Estadual de Luta Contra a Reforma Universitária, quanto para os movimentos do campo, que a ocupação foi vitoriosa: "Mas vale lembrar que, apesar de o acordo ter sido feito na Justiça, o que garantiu a vitória foi a mobilização, adesão e a luta estudantil e é isso que vai garantir o cumprimento do acordo. Para os que achavam melhor recuar e conciliar, ficou a lição de que movimento estudantil é enfrentamento", completa. Lara acrescenta que a administração também definiu que não vai perseguir ou punir os estudantes que participaram da ocupação.

Docentes em greve na Uneb

Professores das estaduais baianas lutam contra política de arrocho salarial do governo

Os professores da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) entraram em greve por tempo indeterminado na manhã do dia 28/5. A decisão foi tomada em Assembléia Geral após várias tentativas de negociação – todas sem sucesso – com o governador Jaques Wagner. Os docentes lutam em defesa de melhores condições salariais, trabalhistas e por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A principal luta da Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia (Aduneb) é contra a política de arrocho salarial praticada pelo governo baiano. Segundo nota divulgada na página eletrônica da entidade, o governo não apresentou qualquer plano de incorporação da Gratificação de Estímulo às Atividades Acadêmicas (GEAA), de 27,2%, e de reposição das perdas salariais dos docentes, hoje calculadas em 108%.

Além disso, o governo não apresentou um projeto de lei com alterações necessárias para a garantia do direito de promoção da carreira e licença para qualificação dos professores em estágio probatório, após dois semestres consecutivos lecionando no ensino superior. A inicial indiferença do governo e agora o excesso de burocracia são fatos que dificultam o andamento das negociações e complicam o relacionamento com os professores.

"Entrou na negociação com os docentes, além do secretário de educação, o secretário de administração; e todas as vezes que a coordenadora de ensino superior ou o secretário de educação sinalizava que poderia haver alguma negociação, o secretário de administração, Manoel Vitório, desautorizava", reclamou a professora Carmem Sá, do Comando de greve da categoria.

Uesb e Uefs também estão em greve

Segundo Carmem Sá, os professores das universidades estaduais do Sudoeste da Bahia (Uesb) e de Feira de Santana (Uefs) também paralisaram suas atividades. Além destas, o movimento docente da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) anunciou que está em estado de mobilização, aguardando uma resposta do governador para as suas reivindicações.

Os docentes também cobram a garantia de 5% da Receita Líquida de Impostos (RLI) do orçamento estadual para as universidades estaduais. Além disso, o governador Jaques Wagner não fez os prometidos aportes de recursos extras para as universidades estaduais, como compensação pela não votação da emenda dos 5% da RLI na Assembléia Legislativa.

Próximos passos

De acordo com o comando de greve, a Aduneb também participará de atividades nas assembléias de professores do ensino básico, bem como realizará nesta terça-feira (5/6), às 14h, uma nova Assembléia Geral para avaliação da greve na universidade.

Um ascenso das lutas sociais

Diretor da seção sindical dos docentes da Ufal, Sérgio Lessa apresenta seu ponto de vista sobre o movimento de ocupação da reitoria. Para ele, é interessante notar que o movimento estudantil está conseguindo se libertar mais rapidamente que outros movimentos do vínculo com partidos comprometidos com o atual jogo parlamentar do país.

Jornal da Adufrj - Qual o significado desta vitória para a Ufal? E para a universidade pública, em geral?

Sérgio Lessa - Há muitos anos não vivemos momentos tão ricos na vida da UFAL. Acho que as principais conseqüências para a UFAL, no curto prazo, é o isolamento político quase absoluto do PT e do PCdoB que compartilham hoje o DCE e o aparecimento público de alguns professores, organizados ao redor da reitoria e dos cursos de especialização que cobram mensalidades e os cursos a distância, na condenação da ocupação. Acho que ficou mais visível, do ponto de vista político, tanto nos professores quanto nos estudantes, as forças que se opõem ao neoliberalismo e as forças que com ele se alinham. A médio prazo, há o crescimento político de novas lideranças estudantis e, ainda, uma interessantíssima aliança dessas lideranças com os movimentos populares, principalmente o movimento dos trabalhadores rurais. Temos, ainda, eleições ainda esse mês para a Diretoria da Adufal e esperamos que os setores mais à direita se organizem no lançamento (ou apoio) a uma chapa.

O senhor esteve na ocupação ministrando aulas públicas. O que o buscou passar aos estudantes nessas atividades?

Kelvin Melo

SÉRGIO LESSA

Dei duas aulas. A primeira foi sobre a autonomia universitária e o direito de cátedra, como instituições imprescindíveis ao desenvolvimento do pensamento filosófico e científico nas universidade ao longo da história. Tentei mostrar como autonomia universitária é muito mais do que autonomia administrativa e como a liberdade de cátegra requer a autonomia mais plena — e como hoje os meios de privatização da universidade se voltam contra as duas. A segunda, para uma turma de filosofia, foi da transição entre Hegel e Marx, do ponto de vista da discussão ontológica. E fiz, também, uma discussão com eles, agora como diretor Sindical da Adufal, e não mais como professor apenas, sobre a cobrança de mensalidades na Ufal.

Qual foi o posicionamento da Adufal-SSind em relação ao movimento?

Foi uma relação de apoio material e político, ainda que não tenha sido algo tranqüilo nem homogêneo por toda a diretoria. Na medida em que o movimento cresceu, um setor da diretoria claramente se afastou, sequer comparecendo às reuniões no sindicato. Mas a maioria da diretoria apoiou o movimento de uma perspectiva que, a meu ver, foi a mais correta.

Qual foi a reação do conjunto dos professores e da sociedade alagoana, em geral, ao movimento de ocupação?

A reação entre os professores foi ambígua. Uma parte da alta burocracia e de alguns departamentos, como os de Física e Educação, mais claramente alinhados com os cursos a distância e os que cobram mensalidades, repudiaram a ação da Adufal em faixas e manifestos. É muito provável que eles tenham, também, a simpatia de parcelas ponderáveis dos professores. Uma outra parte, que histo-ricamente se coloca contra as reformas privatizantes e o neoliberalismo, e que mantém uma maior autonomia frente aos poderes instituídos na Universidade, nos apoiou e participou das ações públicas a favor da ocupação. Teremos uma assembléia nos próximos dias, quando avaliaremos o desempenho da Adufal e, então, teremos uma idéia mais clara. Quanto à sociedade alagoana, deu para perceber uma simpatia difusa, principalmente por defenderem a criação de uma Escola Agrotécnica voltada à pequena e média agricultura, e não ao agro-negócio da cana-de-açúcar.

Como avalia esse momento de mobilização nas universidades?

Parece que há um renascimento do movimento estudantil, que está se libertando das amarras dos partidos comprometidos com o atual jogo parlamentar mais rapidamente que os outros movimentos sociais, em todo o país. Pode ser que isso indique um ascenso das lutas sociais em geral, prometendo um final de segundo mandato de Lula mais turbulento para os poderosos que o final da "era FHC".

Devemos ficar atentos ao que está ocorrendo.

Opinião

Aprovação automática:
educação neoconservadora e negação do direito ao conhecimento

Gaudêncio Frigotto e Roberto Leher

Poucas vezes uma medida de política educacional foi tão cínica em seu propósito antidemocrático, como no caso da Resolução 946, publicada em 25/04/07, da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Em nome do direito ao acesso e à permanência dos estudantes no ensino fundamental, a Portaria implementa mecanismos de aprovação automática e de flexibilização da obrigatoriedade da freqüência nas disciplinas que, considerando as condições de funcio-namento da rede municipal de educação do Rio de Janeiro, produzirão, de uma parte, genocídio intelectual em toda uma geração de estudantes e, de outra, uma distorção e banalização das experiências do ensino por ciclos.

O processo de avaliação até então em curso qualificava os estudantes, por disciplina, com os conceitos I (Insuficiente), R (Regular), B (Bom), MB (Muito Bom) e O (Ótimo). Nos termos da Portaria, os conceitos I, indicativo de reprovação, e O, de elevado desempenho, foram extintos, garantindo que um estudante progrida da Classe de Alfabetização até a 8ª série sem reprovação. É importante salientar que esse estudante pode concluir o nível fundamental com alto índice de faltas concentradas em poucas disciplinas. Com efeito, ao determinar apenas 75% da freqüência no fim do percurso do ensino fundamental (o que permitiria ao estudante ter o equivalente a dois anos de faltas!), a Resolução permite a esse mesmo estudante a conclusão do ensino fundamental com conceito global R, mesmo sem ter acompanhado, por exemplo, as aulas de matemática e de história.

Por isso, não é possível deixar de exaltar a extraordinária manifestação dos professores da rede municipal que, organizados por seu sindicato, o SEPE, foi capaz de reunir cerca de 4 mil docentes e pessoal administrativo para uma luta que tem como eixo a defesa do direito da juventude de ter acesso ao conhecimento científico, artístico, cultural e tecnológico, comprovando que os sindicatos da educação sempre associaram suas lutas econômico-corporativas à melhoria da qualidade do ensino público.

Será que todas essas manifestações de indignação contra a Resolução significam a defesa da pedagogia da repetência que, nos anos 1980, ceifava a vida escolar de 35% dos estudantes? Evidentemente que não.

Infelizmente, as orientações "bancomundialistas" tentam reduzir o ciclo à aprovação automática. A referida Portaria ignora décadas de pesquisas e de experiências inovadoras, e comprometidas com a educação pública de qualidade, que justamente sustentam a necessidade de superar a pedagogia da repetência sem medidas demagógicas e descomprometidas com o padrão de qualidade do ensino público e gratuito.

A existência de um ciclo inicial - prática que atualmente abrange aproximadamente 20% dos estudantes do ensino fundamental, em geral agrupando em um mesmo ciclo a CA até a segunda série - não deve ser confundida, necessariamente, com a aprovação automática. Mas a crença de que a avaliação, em si mesma, transforma a realidade educacional, doutrina difundida pelo Banco Mundial, está presente na grande maioria das experiências em curso. Os neoliberais aprenderam rápido que com essas orientações seria possível "forçar" a melhoria dos índices escolares sem a ampliação das verbas educacionais e, desde então, vêm promovendo essas mirabolantes inovações educacionais que somente degradam a escola pública.

Os educadores, professores e defensores da educação pública de alta qualidade sempre diferenciaram a prática nefasta da aprovação automática (como a SME quer implementar) da prática de avaliação continuada, processo radicalmente distinto, pois preconiza que a avaliação deve ser realizada pelos protagonistas da educação (e não por órgãos centralizados nos governos ou ligados a iniciativa privada) e que a mudança radical nas práticas de avaliação deve estar inserida em um processo muito mais amplo de redefinição do espaço, do tempo e das condições de trabalho nas escolas.

Os dois problemas cruciais que distinguem as duas formas de pensar a avaliação são, em primeiro lugar, a jornada escolar diária: a reprovação deixa de ter sentido em um ambiente de ensino e aprendizagem em tempo integral, em que as crianças podem vivenciar experiências educacionais que garantam real aprendizado a cada um dos estudantes. Cabe lembrar que, das aproximadamente 170 mil escolas públicas brasileiras, apenas 47% possuem jornada diária superior a quatro horas de aula. Em segundo, mas não menos importante, os sistemas públicos de educação não asseguram professores em tempo integral e com dedicação exclusiva mantendo, ainda, um padrão salarial para os docentes que, conforme a Unesco, é baixo ainda se comparado aos padrões latino-americanos. Outros problemas derivados, como classes superlotadas, infra-estrutura degradada etc., confirmam um padrão de oferta de educação pública que, obviamente, é incompatível com o conceito de educação pública de qualidade.

No caso do município do Rio de Janeiro, não chega a surpreender que a aprovação automática seja implementada justo em um momento em que os investimentos educacionais estão entre os mais baixos da história. Estudo do mandato do Vereador Eliomar Coelho atesta que atualmente os investimentos estão profundamente reduzidos o que, inevitavelmente, repercutiria nas condições de ensino-aprendizagem das escolas municipais e ensejaria balanços negativos em um ano eleitoral.

Opinião

Assim, antes que os índices fossem apresentados, o prefeito muda a forma de avaliação para que a perda de qualidade não possa ser aferida. Quando o fracasso da medida ficar evidente, em alguns poucos anos, o jogo eleitoral já será outro.

Tampouco devemos pensar que esse padrão minimalista é uma perversidade exclusiva da prefeitura. A mesma lógica está presente no Plano de Desenvolvimento da Educação do Governo Federal. Nos termos de Saviani[1], o Plano está referenciado em uma lógica que "poderia ser traduzida como uma espécie de ´pedagogia de resultados´. Assim, o governo se equipa com instrumentos de avaliação de produtos forçando, com isso, que o processo se ajuste a essa demanda. É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas ´pedagogia das competências´ e da 'qualidade total´."

Mesmo o irrisório piso salarial (R$ 850,00) além de gradual, inclui todos os itens que compõem a remuneração dos professores, como auxílio-transporte, alimentação etc. sendo melhor denomi-nado de teto salarial. E nada é feito quanto aos recursos globais para toda a educação pública, hoje estagnados em 3,5% do PIB. Embora seja uma lembrança inconveniente, por que o governo Federal não retira o veto ao aumento das verbas educacionais para 7% do PIB, nos termos da deliberação do Congresso Nacional quando da votação do Plano Nacional de Educação? Assim, teríamos profundas transformações na educação e a questão da reprovação seria página virada na história da educação brasileira, sem mágicas e pirotecnias.

Está claro, pois, que as classes dominantes não estão preocupadas com a educação de todas as crianças e jovens. O padrão de acumulação que desindustrializa e reprimariza o país de fato não requer educação pública de alta qualidade; por isso, a luta pela escola pública é também uma luta contra o capitalismo dependente. Lutar contra a Resolução 946/07 e as pífias medidas do PDE são formas de anunciar um projeto alternativo à barbárie neoliberal, conferindo concretude às lutas por uma sociedade além do capital.

* Professor da Uerj e professor da UFRJ, respectivamente

[1] Juliana Monachesi. O ensino de resultados, Folha de São Paulo. Mais! São Paulo, 29 de abril de 2007.

A Hora do Não

Ricardo Kubrusly*

Não, sua primeira palavra pronunciada. Agitado ao comedor, mexendo suas perninhas no ar, sentado à cadeirinha, enquanto sua mãe excitada em consonância com o bebê, exclamava feliz: Ele disse Mamãe! Ele falou Mãe, eu ouvi, ele falou sua primeira palavrinha, Mãe, sua primeira palavrinha, como eu te amo, que lindo! ... E ele repetia, já um pouco agoniado e sem compreender: Não! Não, pois já estava farto da insistência materna e da papinha de cenoura, mas a mãe esfuziante, arrancando-lhe da cadeirinha e abraçando-o ternamente arrematava: este é o dia mais feliz da minha vida, o meu Bebe falou mamãe. E ele repetia Não, não, não.

Em muitas línguas as duas palavras se parecem, vibram quase o mesmo som, como se mãe e não formassem, em uma fusão inesperada, as bases para a construção da vida. Em muitas línguas, essas duas palavras se parecem, gerando, com freqüência, esta situação de euforia e desconcerto, para mãe e bebê.

Do nascimento para a vida, é a morte, a mãe do pensamento, substituta na bondade e na euforia da mãe verdadeira em seu contentamento com a primeira palavra pronunciada, que passa, continuamente, a nos chamar para o conhecido desconhecido, como o apelo de um deus impertinente: Vem, vem ter comigo na ilusão de um mundo novo, na calma e na justiça dos cemitérios. Vem ser alma comigo, e nós, desconfiados, ainda vivos, e bem vivos, respondemos convictos: Não, mas a morte, deus paciente em seus destinos vários, repete seu cantochão de promessas: Vem, vem ter comigo, que eu te farei feliz no esquecimento.

Talvez a vida que tanto prezamos seja, enfim, essa seqüência de nãos. A afirmação perpétua, enquanto vivos, de um não. Ainda não, ainda há o que fazer por aqui. Vivos, enquanto nos negarmos ao convite, que eventualmente e certamente, um dia, um dia como qualquer dia, aceitaremos. Por cansaço ou desespero, por doença, susto, suicídio, no encontro com o projétil reluzente ou na véspera das vésperas, diremos finalmente sim, mas hoje não, agora não, agora permaneceremos vivos e lutando, na vigência do não, entre a dança tentadora das promessas reluzentes, no balé frenético dos acontecimentos, ainda diremos não, pois ainda há muito que fazer por aqui.

Triste, no entanto, é vermos os jovens atordoados, na aflição precoce de um gozo promessa, por preguiça ou covardia, aceitarem, com seus sins dubitativos, qualquer promessa das mortes que os dominam, sem grandeza, em plena vida.

O que vemos nas nossas universidades federais é o desespero dos nossos alunos, funcionários e professores diante das contra-reformas governistas que, disfarçadas em dinheiro, pouco acenam, macabras, por nossos sins, em plena vigência da vida. O que vemos na UFRJ é a prostitucionalização dos nossos institutos, com seus homens, mulheres e pensamentos, que outrora pujantes, se vêem domados por nossos dirigentes ilusionistas e repetem desolados, cabeça baixa, sim. Sim, gritam, arrebatem-nos, corpo barato, mente sem brilho, filósofos capengas, cabeça baixa, sim, aos chamados dos deuses palacianos. Sim, eles repetem e se enfileiram, patéticos à porta de um cemitério chamado Reitoria.

Que é isso colega, me interpelam alguns professores no café, vocês são contra tudo, só dizem não, me advertem entre sorrisos, pelos corredores. Quando se afastam, vejo seus corpos quase transparentes, a matéria frouxa com que foram construídos se esvai, lentamente pelos bueiros dos sins. Seus pensamentos ainda equacionam os acontecimentos, mas de um mundo distinto onde a palavra Mãe soa num vento sem matéria e onde os bebês se calam mortos e espalhados pelas universidades.

* Diretor da Adufrj-SSind

Movimento

Ocupação na USP completa um mês

Já completou um mês a ocupação de alunos na reitoria da Universidade de São Paulo. Alojados desde o dia 3 de maio, os estudantes protestam contra os cinco decretos emitidos pelo governador José Serra (PSDB). No último dia 29, os professores da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo também entraram em greve em soli-dariedade aos estudantes. Até agora o posicionamento dos alunos é a mesmo: "continuar a ocupação", afirma o informe da comissão de comunicação dos estudantes. Para comemorar o mês completado no local, os alunos organizaram uma festa junina com o tema: "Um mês de formação de quadrilha - Casório da inhá Suely e do seu Pinotti, apadrinhados por seu Zé Serra e seus companheiros da Tropa de Choque", como informou a página virtual da ocupação.

Entrevistado sobre a ocupação, o governador José Serra declarou à Folha de São Paulo que a movimentação é impulsionada pelo "desejo de agitar". Segundo o tucano, a iniciativa dos estudantes é baseada em "mentiras" porque o governo não reduziu a autonomia universitária: "O que está por trás (da ocupação) é o desejo de agitar e usar essas questões como pretexto para algum tipo de agitação com outros propósitos. Não se avançou um milímetro sequer sobre a autonomia universitária", afirma o governador.

Daniel Garcia/Adusp

Procurada pela reportagem da Adufrj-SSind, a comissão de comunicação da ocupação afirma que o governador tem toda razão em dizer que os estudantes estão querendo agitar, já que um dos objetivos da movimentação é fazer com a sociedade perceba que os decretos, além de ferir a autonomia da universidade, agravam o sucateamento do ensino público.

Denúncia

No última dia 25 de maio, foi disponibilizada na página eletrônica da universidade uma lista de professores "desolados" que apóiam a desocupação da reitoria. O grande detalhe é que, segundo o professor Marcelo Ferreira, em nota ao *blog* da ocupação, parte significativa da lista é inverídica: "É assustador, encontrei nomes de calouros (filhos de amigos, o que me deixou ainda mais assustado), de técnico-administrativos e até de alguns colegas docentes que estranhamente assinam também outras listas de teor completamente diferente, ou seja, de apoio às negociações com os estudantes. Incluem-se até mesmo ex-diretores de gestões recentes da Adusp", afirma o professor.

Marcelo Ferreira resume a questão dizendo: "O desgaste da administração universitária chegou a tal ponto que, para obter assinaturas de 15% de professores da USP a uma lista de apoio, amplamente divulgada por meios oficiais, foi preciso conclamar calouros e funcionários a participarem de uma significativa lição de falsidade ideológica", completa o docente. Até o fechamento da matéria a lista contava com a assinatura de 616 pessoas, incluindo docentes e não docentes.

Mudança nos decretos

Depois de um mês de protesto os estudantes, professores e funcionários das três universidades públicas de São Paulo (USP, Unicamp e Unesp) podem comemorar uma "vitória". Na última quinta-feira (31), o governador José Serra cedeu a algumas das reivindicações e publicou no Diário Oficial a reformulação dos decretos sobre a questão da autonomia.

No mesmo dia, aproximadamente oito mil estudantes tentaram fazer uma passeata com trajeto até o palácio do governo. Cerca de três quilômetros antes da chegada, a polícia, fortemente armada, impedia a passagem dos alunos com um cordão de isolamento. Uma comissão do movimento estudantil foi até o palácio para negociar a retirada da polícia e a continuação do ato. Depois da reposta negativa, os manifestantes optaram por encerrar o protesto e voltar em passeata para a USP.

Técnico-administrativos param em 37 federais

No dia 28 de maio, os técnico-administrativos de 30 instituições federais, organizados na Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra), entraram em greve por tempo indeterminado. Na última segunda, com a adesão dos servidores da Universidade Federal de Alagoas, pulou para 37 o número de instituições paralisadas.

Os trabalhadores em Educação reivindicam recursos para o aprimoramento da carreira e para o plano de saúde complementar. Outros motivos para a greve são: o Projeto de Lei Complementar (PLP) 01/2007, as restrições ao direito de greve e a possível transformação dos hospitais universitários em fundações estatais.

O PLP é parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Lula e limita as despesas da

Jornal do SINTUFRJ / Niko Júnior

ASSEMBLÉIA DO SINTUFRJ

União com reajuste para o funcionalismo nos próximos dez anos. Isto significa uma política de arrocho salarial para todos os servidores públicos federais. A falta de concursos públicos também ajudará a consolidar a política de Estado mínimo adotada dos últimos governos por Lula. Um resgate às idéias de Bresser Pereira, contidas no famigerado "Plano Diretor de Reforma de Estado" do ex-governo tucano de Fernando Henrique Cardoso.

Na UFRJ

Em uma assembléia histórica – que reuniu cerca de 600 pessoas – os trabalhadores da UFRJ, filiados ao Sintufrj, decidiram aderir à greve nacional por tempo indeterminado indicada pela Fasubra. A assembléia aconteceu na quarta-feira, 30. A próxima assembléia do Sintufrj será nesta terça-feira, 5/6, às 10h, no Auditório do Quinhentão.

Com a greve, os funcionários querem também a fixação do piso da carreira em três salários mínimos e um *step* de 5%.

Outras greves

A greve dos servidores da Cultura, iniciada no dia 15 de maio, ganha mais adesões a cada dia. Neste dia 5, os funcionários farão uma nova Assembléia Geral, seguida de um ato conjunto na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Também continuam as paralisações no Banco Central e no Ibama por tempo indeterminado.

Vantagens voltam a ser recebidas

Os professores adjuntos e titulares que passaram para a nova classe de Associado voltarão a receber as vantagens dos artigos 192 II e 184 I da Lei 1.711, com base nos critérios adotados antes da progressão.

Página 3

A ideologia da imparcialidade

Tem razão a grande mídia quando - em coro uníssono e comovente – afirma que a decisão do presidente Hugo Chavez de não renovar a concessão pública à Radio Caracas Televisión (RCTV) é um ataque à liberdade de expressão. Esquece-se apenas de dizer que se trata, no caso, da liberdade de expressão do grande capital.

Página 6

Latuff

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 541 12 de junho de 2007

Reuni recebe críticas de todos os lados

Novo programa governamental para universidades sofre vários questionamentos em debate organizado pela Adufrj-SSind

No dia 6 de junho, a Adufrj-SSind organizou no auditório G2 da Faculdade de Letras um debate sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (decreto nº 6.096), mais conhecido como Reuni. Foi uma surra. O programa governamental, inserido no "pacotão" do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), sofreu duras críticas por parte dos debatedores e, em seguida, da platéia. Mesmo a decana do CCMN e presidente da comissão instituída pelo Consuni para análise do PDE, Ângela Rocha, apresentou suas ressalvas quanto ao conteúdo da nova legislação.

Continua na página 4

Kelvin Melo

DEBATE ATRAIU DEZENAS DE PESSOAS AO AUDITÓRIO DA LETRAS

Opinião

Patas Arribas. ¡La escuela del mundo al revés!

Vera Maria Salim*

Hace ciento treinta años, después de visitar el país de las maravillas, Alicia se metió en un espejo para descubrir el mundo al revés. Si Alicia renaciera en nuestros días, no necesitaría atravesar ningún espejo: le bastaría con asomarse a la ventana.

Eduardo Galeano

Si Alicia volviera - No necesitaría atravesar ningún espejo: le bastaría con asomarse a la ventana e observar a UFRJ.

Patas arriba!

Aqui se ganha autonomia universitária submetendo-se a decretos.

Aqui se cria qualidade de ensino com professor-equivalente

Aqui se diminui evasão estudantil sem bandejão, sem alojamento, sem programas e sem verbas para assistência estudantil.

Aqui se implantam os necessários cursos noturnos procurando brechas em decretos-lei.

Aqui um reitor, que se diz marxista, critica o plano econômico do governo Lula, mas defende seu projeto para educação!

Aqui silenciamos frente ao repasse de 11 bilhões ao Prouni e nos orgulhamos de ser pragmáticos ao disputar as 30 pratas virtuais para a necessária sobrevivência da UFRJ.

Aqui silenciamos sobre a acelerada e subterrânea transformação da universidade pública em todas as sua formas - PPPs, Lei de Inovação Tecnológica, Universidade Nova, PDE, Reuni, professor-equivalente, EAD e reafirmamos nosso compromisso com a sociedade.

A ADUFRJ-SSind, junto ao movimento organizado, tem sido o contraponto crítico a esta avassaladora privatização e precarização do ensino, da pesquisa e da extensão na UFRJ.

Trata-se da adequação rápida, silenciosa e ditatorial às exigências do mercado que, na sua mais nova faceta, modifica a concepção do bacharelado e implementa o modelo primeiramente apresentado em aula magna como Universidade Nova, posteriormente transformado em PDE e que agora é imposto por decreto, retirando o Universidade Nova do seu nome.

A discussão e avaliação do decreto na nossa Universidade passou, basicamente, pelo envio de formulários e avaliação da sua aceitação!

Assim, avaliado por uma Comissão que se transformou em instrumentalizadora, o Reuni atinge de forma ameaçadora a nossa graduação.

A "UFBr", que não tem a mais autonomia para pautar seus projetos de pesquisa e precisa de parceria com o Banco do Brasil para ter um bandejão que nunca deixa de ser virtual, agora também se pauta por editais e decretos para formatar e "modernizar" seus cursos de graduação. Não esquecer que os de pós-graduação, seguindo este mesmo caminho, já foram formatados pela Capes e CNPq, num processo inverso de discussão.

A avaliação da diretoria da ADUFRJ não foi apressada.

Nossa avaliação foi cuidadosamente elaborada em conjunto com o Conselho de Representantes, com o GTPE local e nacional e em consonância com o Andes-Sindicato Nacional .

Nossa avaliação tem sido amplamente veiculada em diversos editorias e artigos no nosso jornal, expressada em intervenções públicas no CEG, no CAp, em cartazes e faixas espalhados pelos *campi* e discutidas em debate nesta última quarta-feira na Faculdade de Letras. De forma concisa, nossas principais críticas ao PDE, ao REUNI e ao Banco de Professores podem ser lidas no documento do Andes-SN transcrito em encarte deste jornal.

Aqui, mais uma vez, reafirmaremos categoricamente:

Não ao Reuni, não à criação do professor-equivalente, não ao PDE.

Universidade não se vende, não se compra e não se aprova por decreto!

Também, para aqueles que, desavisados ou intencionalmente, repetem irrefletidamente que é preciso apresentar alternativas em vez de só criticar, é importante mais uma vez enfatizar: o Andes há muito tem um projeto de educação superior para o Brasil. E nosso projeto é diferente. Diferente porque é balizado por uma concepção de educação para produção de conhecimento crítico e não na produção de um conhecimento instrumental, a serviço da adequação e submissão ao capital. Várias gerações lutaram pela melhoria e defesa da Universidade Pública Brasileira, lutaram pela dedicação exclusiva à universidade, pelo concurso público, pela carreira docente, por um modelo de Universidade crítica voltada às transformações e resolução de problemas sociais.

Esta luta não será esquecida nem abandonada por nós.

"Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, cons-cientemente ou não, o objetivo de uma transformação qualitativa. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente."

A Educação para Além do Capital - Istvan Meszáros

* Diretora da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

SPF em ato conjunto com MST

Nas últimas reuniões do Setor das Federais do Andes-SN e na Plenária dos Servidores Públicos Federais (SPF), realizadas nos dias 2/6 e 3/6, respectivamente, foi aprovada a participação do funcionalismo em uma manifestação com os integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST). O ato ocorrerá nesta quinta-feira, dia 14, em frente ao Congresso Nacional, em Brasília.

Os pontos principais das duas reuniões foram a campanha salarial dos servidores e o debate sobre um indicativo de greve para as categorias que ainda não paralisaram. Os servidores lutam pela incorporação das gratificações, paridades e isonomia, além de serem contra o Projeto de Lei Complementar (PLP) 01/07.

Setor das federais não encaminha greve

Os representantes dos docentes das seções sindicais que participaram do Setor decidiram que não haverá, pelo menos por enquanto, um indicativo de greve nacional. "A mobilização é necessária para a construção do indicativo de greve, mas não se caminhou concretamente para isso. Para tanto, deve-se avaliar e tentar mobilizar as bases para que este indicativo saia com força", afirmou o professor da UFF e coordenador do Setor das Federais, Paulo Cresciulo.

Os docentes também discutiram a necessidade de uma universidade efetivamente pública, gratuita e de qualidade, isto é, que sejam expandidas as atividades, mas com qualidade. Os professores afirmaram seu repúdio ao Reuni, à instituição de professor-equivalente e à precarização do trabalho docente, além de reivindicarem mais verbas para as universidades e mais vagas para concurso público.

Jurídico

Professores que progrediram para Associado voltam a receber vantagens da 192 e 184

A reitoria decidiu voltar atrás na orientação recebida pelo Ministério do Planejamento por ocasião da criação da Classe de Professor Associado. Os professores adjuntos e titulares que passaram para a nova classe voltarão a receber as vantagens dos artigos 192 II e 184 I da Lei 1.711, com base nos critérios adotados antes da progressão. Já neste mês foram corrigidos junto ao Siape os valores devidos do ano de 2007 (janeiro a abril), que foram processados na folha de maio/2007. O pagamento dos valores relativos ao ano de 2006 ainda serão pagos, segundo a Pró-reitoria de Pessoal.

A assessoria jurídica da Adufj-SSind já vinha estudando possibilidades de ações judiciais no sentido do direito reconhecido.

Cartas

Prezados Senhores:

Gostaríamos de agradecer a luta e o empenho da Adufrj-Seção Sindical na conquista da paridade entre os professores em atividade e os aposentados, no que se refere à GED. Esperamos que esta seja uma das muitas vitórias. Sabemos o quanto é árduo o caminho a percorrer. Estamos acompanhando o trabalho não só do Setor Jurídico, mas da Adufrj-Seção Sindical como um todo.

Recebam nossas cordiais saudações.

Professoras Zaida Meirelles, Tanha Guelman, Riva Riotman, Hebe Goldfeld Ella Dottori, Myrtes do Valle, Aglael Borges, Jane Quinan e outros

Anote

Casuarina na UFRJ
Um dos principais novos grupos de samba e choro, o Casuarina vai se exibir no Auditório Roxinho, às 14h30 deste dia 13. O grupo faz parte de uma geração cujo objetivo é pesquisar e ouvir sambas que um dia construíram a identidade musical brasileira, mas que há muito tempo estavam desprestigiados.

Cinema ao meio-dia
O projeto Cinema ao meio-dia do Centro Cultural Professor Horácio Macedo já disponibilizou sua programação de junho. Neste dia 13, será exibido o clássico "O pagador de promessas". A projeção ocorre no Salão Nobre da decania do CCMN.

Curta no Sujinho
O projeto "Curta no Sujinho" traz nesta quarta, 13 de junho, os curtas-metragens "Na Barcaça do Tempo", de Julia Parucker e Maíra Norton, "O elevador", de Raquel Gandra, "Mona", de Paula Lagoeiro. O evento acontece às 19h, no bar "Sujinho", no *campus* da Praia Vermelha da UFRJ. A entrada é franca.

Resenha

Próximo dia 14 é marcado por debates na Uerj

Na próxima quinta-feira, dia 14, os alunos da Uerj promovem dois debates na instituição. Abordando a questão dos direitos humanos e reivindicando uma modificação na política de segurança pública, o Comitê Uerj lança a "Campanha contra o Caveirão", a partir das 19h30. Já no Centro Acadêmico Paulo Freire, do curso de Pedagogia, o tema do debate é "Utopia em Construção". O evento que se iniciará às 18h, discute a formação superior cada vez mais voltada para as necessidades do mercado. Para Bruno Miranda, coordenador do centro, a educação deve ser voltada para a formação acadêmica e cidadã *(Folha Dirigida, 7/06)*.

Socialismo e ecologia

O marxista Michael Löwy defende que o debate sobre o meio ambiente torna ainda mais urgente a tomada dos meios de produção pela classe trabalhadora, para que o modo de produção capitalista seja redefinido. Ao mesmo tempo, ele vê que o socialismo encontra na ecologia a sua crítica, visto que a esquerda por anos negou o debate sobre o assunto. "O aquecimento global não é resultado do 'homem', mas do capitalismo. Os documentos dos cientistas não tratam disto. É tarefa nossa, enquanto marxistas, explicar esta verdade elementar: o capitalismo é o grande responsável pela catástrofe climática que se aproxima", expõe Löwy, em entrevista por e-mail ao Brasil de Fato. As alternativas apresentadas pelo capitalismo (tal e qual o mercado de direitos de poluir, seqüestro de carbono, energia nuclear etc.), segundo Löwy, não curam a ferida de uma humanidade em vias de extinção (*Brasil de Fato, 05/06).*

Ministro quer ampliar repressão a rádios comunitárias

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, afirmou que pretende recrudescer o processo de criminalização às rádios comunitários. Para ele, apenas o fechamento de 1.602 rádios só no ano passado não é o bastante, os responsáveis têm que ser punidos, até com reclusão. Para isso, o ministro pretende recorrer à Justiça. O sociólogo e professor de comunicação da Universidade de Brasília (UNB), Venício de Lima, avalia que, em vez de aumentar a repressão, o Ministério das Comunicações deveria legalizar dezenas de rádios comunitárias que entraram com pedido e continuam engavetados no Minc há anos *(Brasil de Fato, 31/05).*

Adufrj-SSind

Continuação da capa

E foi Ângela Rocha quem iniciou o debate para o bom número de alunos e professores que compareceram ao auditório G2, apesar de ser véspera de feriadão. A decana começou com um breve histórico do PDE, lançado em 24 de abril, em grande parte voltado para a educação básica. Para o ensino superior federal, há um conjunto menor de documentos, entre os quais se destacam o Reuni e a portaria do banco de professores-equivalente: "Que confere uma autonomia de contratação de docentes às universidades, mas tem o lado perverso de congelar o quadro desse segmento no quantitativo que temos hoje", afirmou Ângela.

Mais especificamente em relação ao decreto do Reuni, Ângela contou que existe o objetivo de se criar condições de apoio às universidades públicas para que melhorem sua infra-estrutura física e de recursos humanos. Mas isso só acontece como contrapartida ao atendimento de determinadas metas: aumentar para 90% a taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais e elevar a relação entre o número de alunos e professores para 18/1. Segundo Ângela, a UFRJ possui uma taxa que varia entre 50% e 60%: "Ofertamos 6,5 mil vagas no vestibular e formamos, em 2006, cerca de 3,6 mil alunos", disse. No debate, a professora não fez referência, mas já revelou em entrevista ao Jornal da Adufrj que a relação aluno/professor da maior federal do país encontrava-se em torno de 11/1.

Para efetivar seu programa, o MEC promete uma dotação orçamentária especial, que será vinculada à consecução das metas de um plano de trabalho estabelecido pelas universidades. "Esses recursos adicionais poderão ser utilizados na construção de novos prédios, na reforma de prédios antigos, na aquisição de equipamentos e de material permanente. Esses itens não têm limite. A universidade pode pedir o que achar adequado às suas necessidades e será atendida ou não, dentro da avaliação do MEC e de acordo com a capacidade orçamentária do ministério", explicou. E há as despesas de custeio e pessoal, essas sim limitadas a 20% do orçamento anual de cada universidade, que serão distribuídas ao longo de cinco anos. "Para vocês terem idéia, o orçamento a que se refere o decreto engloba pessoal, fora os inativos, e custeio. O montante que a nossa universidade pode pleitear é da ordem de R$ 190 milhões. E não precisa ser distribuído de forma igual nos cinco anos. A universidade faz o seu plano de trabalho", contou.

Comissão nacional vai estabelecer critérios

A decana soube que uma comissão nacional já foi formada pelo MEC e tem até o final de junho para estabelecer as diretrizes gerais e os indicadores que nortearão as propostas das universidades. Em julho, será organizado um seminário em Brasília sobre a aplicação do decreto e as instituições terão até final daquele mês para apresentar uma pré-proposta. "A partir dessas pré-propostas, o processo retorna para as universidades que, até setembro, terão prazo para apresentar sua propostas completas, ainda como carta de intenções", esclarece. Antecipou, ainda, que, para os recursos das obras, ainda será elaborado um manual de orientações.

A professora lembrou que, no dia 27 de abril, por proposta do reitor, foi criada uma comissão interna, da qual se tornaria presidente, para avaliar o PDE e, segundo ela,"estabelecer diretrizes que norteassem ou não a elaboração do plano a ser apresentado pela UFRJ". O grupo foi instalado na semana seguinte e, desde então, fez várias reuniões. Mas ela fez questão de esclarecer que a comissão não vai elaborar qualquer plano para a UFRJ. Segundo ela, fez-se apenas uma consulta às unidades: "E a resposta foi, no meu entender, acima da expectativa. Apenas cinco unidades de toda a UFRJ não apresentaram propostas: Odontologia, Letras, FAU, Música e Instituto de Psicologia", afirmou. As demais unidades seguiram linhas diversas, mas a decana destacou a intenção de se criarem novos cursos em Macaé ou de se formarem pólos avançados da universidade em outros municípios: "Teremos uma apresentação pública dessas propostas, provavelmente na sala do Consuni", explicou. "Se a resposta das unidades fosse baixa, a diretriz da comissão seria a de que a universidade não teria como fazer plano algum nesse momento. Mas não foi o que aconteceu".

Meta do MEC é utopia

Assim como já havia declarado ao Jornal da Adufrj, Ângela repetiu que a taxa de 90% de conclusão é uma utopia, como média. A professora também acredita que a comissão nacional criada deve pensar diretrizes e critérios mais adequados à diversidade de instituições espalhadas por todo o país: "Para nós, que nos dedicamos bastante à pós-graduação, essa taxa deve ser necessariamente menor e devemos discutir qual seria uma taxa aceitável e desejável para a UFRJ", afirmou.

Ela classificou como perverso o atrelamento de recursos a metas definidas pelo MEC: "No entanto, acho que devemos usar a autonomia da universidade para modificar os decretos para o que achamos inviável, como a taxa de 90% de conclusão", falou. Ela citou o exemplo do Fórum de pró-reitores de Planejamento, que teria conseguido modificar o cálculo dos professores-equivalentes para que cada substituto contassem como um docente em regime de 40 horas: "Isso significa que a UFRJ poderia fazer um concurso para substituição imediata de seus cerca de 600 substitutos por 600 docentes de 40 horas. Não é o ideal. Queríamos que fossem DE. Mas temos que usar a autonomia inteligentemente a nosso favor", completou. Apesar do informe, na página do MEC ainda não estava noticiada a mudança do cálculo.

Autonomia universitária é razão para se opor ao Reuni

A professora Cinda Gonda, da Faculdade de Letras, privilegiou a defesa da autonomia universitária na resistência ao projeto do governo. Citou o artigo 207 da Constituição Federal, que abrange esse princípio, como sinônimo de auto-governo e autodeterminação das instituições como motivo para essa oposição.

Ela aproveitou para relacionar a eventual adesão em massa das universidades ao atual receituário neoliberal de arrocho às políticas sociais: "Não adianta pensar aqui em plano algum se não pensarmos politicamente e economicamente. O ministro Guido Mantega (do Planejamento) diz que o melhor secretário do Tesouro é aquele que diz 'não'", lembrou.

A suposta preocupação do governo com a evasão universitária foi ironizada pela professora: "Não precisa ter bola de cristal para saber que as razões da evasão estão no alto custo das passagens, na deficiência de alimentação e na falta de alojamento para os que moram distantes da instituição. Eles saem da faculdade por isso. E em nenhum momento vejo isso contemplado no projeto do governo", comentou.

A professora também contestou a pressa para conseguir a adesão das unidades da UFRJ ao Reuni: "Nossos departamentos não foram ouvidos, porque definir as coisas na Congregação, dependendo da Congregação, pode ser muito fácil", afirmou. "E nós estamos sempre sendo atropelados. Em 2007, fizemos mudanças de todos os currículos. Mal vamos implantar o novo currículo, temos que fazer uma reestruturação acadêmica!", exclamou.

Cinda citou artigo do professor Leandro Nogueira (EEFD), publicado no Jornal da Adufrj de 15/5, no qual são comparados alguns dados de duas das mais prestigiadas instituições do ensino superior mundial (Yale e Harvard) e a UFRJ. O objetivo era demonstrar que a iniciativa do governo para massificar a educação superior pública brasileira, sem a devida aplicação de recursos, não encontra eco no exemplo das universidades mais qualificadas existentes. Juntas, Yale e Harvard, possuem menos de 33 mil estudantes, número bem abaixo dos 44 mil matriculados nos cursos da UFRJ. E a questão do financiamento, essa sim que deveria ser copiada pelo governo brasileiro, nem é mencionada pelos especialistas do MEC: enquanto as duas instituições norte-americanas têm orçamento de 4,5 bilhões de dólares, sem falar nos bilhões de apoio, as IFES precisaram se virar, em 2006, com cerca de 1,2 bilhão de reais – no caso da UFRJ, as verbas não chegaram a cem milhões de reais para todo o custeio, sem falar as dívidas passadas.

EEFD está indignada com novo pacote educacional

Diretor da Escola de Educação Física e de Desportos (EEFD), Waldyr Mendes Ramos destacou o trabalho da unidade para ampliação de vagas, nos últimos anos: "Criamos cursos noturnos e, mais recentemente, mais um curso de bacharelado à tarde. Ou seja, nos últimos 12 anos, tivemos um acréscimo de 120% dos nossos alunos. Para nós, então, foi uma surpresa desagradável ver mais um outro processo, através de decreto, propondo recursos em troca de uma ação que é a nossa obrigação, dentro dos nossos limites", contou. O professor explica que a EEFD apresentou projeto ao Reuni, mas no texto deixou clara a indignação com mais um "pacote" por não acreditar na chegada desses recursos.

Também criticou a notícia dada pela decana sobre projetos de interiorização da UFRJ. Para ele, o Instituto de Biologia faz um belo trabalho nesse sentido, baseado em um projeto antigo. Mas o dirigente se disse preocupado com a expansão súbita apresentada à comissão: "Nossa universidade não tem um planejamento estratégico sobre que linhas deve seguir para os próximos cinco anos. Nosso reitor começou debate sobre Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), mas não temos projeto pronto. E aí vamos abrir cursos no interior... O que vai acontecer com eles?", questionou.

Observou ainda que, se não for modificado o ingresso do vestibular, a interiorização não existirá de fato: "Os cursos de alta demanda, no interior, vão ser ocupados por quem tem dinheiro e vai morar lá e fazer o curso", falou.

A fragmentação universitária ligada a essa expansão desenfreada poderá provocar novas dívidas da universidade com as companhias de água e luz, no ponto de vista do professor: "Ampliando, esses gastos precisam ser contemplados. Ou estaremos retirando dinheiro dessa 'isca', que nem sabemos se vai chegar. Ou não teremos condições de manter as novas atividades", observou.

Outro ponto de indignação do professor foi o PDE ter sido lançado muito próximo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que congela os salários dos servidores por dez anos, se aprovado o projeto de lei que abrange esse item. "Acho uma contradição muito grande nós ampliarmos nossos serviços, sabendo que não vamos receber nenhum reajuste", disse.

PDE é a parte acadêmica da contra-reforma universitária

Marcelo Bernardo, aluno da EEFD, falou sobre o trabalho da Frente de Luta contra a Reforma Universitária que, na UFRJ, se organizou através da formação de um comitê. Para a Frente, Marcelo explicou que o PDE é a parte acadêmica da reforma universitária (PL 7200), em tramitação no Congresso: "Essa proposta de reestruturação da universidade, feita por decreto apressadamente, sem discussão, vem para massificar os cursos, em detrimento de uma formação de melhor qualidade. Só pela truculência, já tem que existir uma certa aversão a ele. Precisamos fazer essa resistência.", ressaltou.

O estudante ainda convocou os presentes a participarem da semana de mobilização contra a política educacional do governo em todo o país. Neste dia 14, haverá um grande ato, na reitoria, contra o Reuni. E, no dia 16, ocorre a Plenária Nacional em Defesa da Educação, na USP.

Política do governo segue diretrizes do Banco Mundial

Diretora da Adufrj-SSind, Vera Salim foi a última debatedora. Expressou que seus argumentos eram fruto da reflexão da diretoria, do GT Política Educacional (local e do Andes-SN) e do movimento docente em geral. Sempre com a meta de defender a Educação pública, gratuita e de qualidade, como forma de transformação da realidade.

Observou que o Reuni não pode ser analisado isoladamente, mas sim como um componente do PDE, que segue a lógica do projeto Universidade Nova, que, por sua vez, também está inserido na contra-reforma universitária. Vera lembrou que todo esse conjunto de legislação obedece aos ditames do Banco Mundial e seus planos de educação para o Terceiro Mundo. "Está lá na página do Banco, para quem quiser ver. Não é o projeto de universidade europeu, onde se tem autonomia garantia pelo Estado e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Pelo Banco Mundial, não devemos ser produtores de conhecimentos, mas simples assimiladores. Hoje, nos cabe formar alunos para apertar alguns botões, como máquinas de um capitalismo hegemônico e destrutivo", criticou.

Assim como Waldyr, a dirigente sindical também situou a lógica de intensificação do trabalho docente junto ao PAC. Mas também mostrou-se preocupada que a eventual expansão universitária para o interior possa servir a interesses menos nobres, como a complementação salarial dos participantes de tais iniciativas: "Não é demagogia barata pensar aumento de vagas que não contempla expansão do nosso quadro de docentes (conforme banco de professores-equivalente) ou de nossos salários (via PAC)?", questionou.

Para Vera, "o Reuni tem a face do governo Lula" ao vender a idéia demagógica de que existe uma preocupação em aumentar o número de alunos dentro da universidade pública. A professora rebateu, ainda, os que argumentam pelo pragmatismo, de que não aparecerá recurso para a universidade de outra maneira: "Por que em vez de falar em pragmatismo, nós não dizemos não? Não ao Reuni, não à privatização da Saúde, não ao PDE e não a uma universidade que se curve a esse modelo de Educação. Por que não lutamos por mais verbas? Por que não lutar por melhores salários, congelados até 2017 pelo PAC", ressaltou.

Se é um governo tão preocupado assim com o ensino superior, Vera pede uma explicação para o perdão que o governo ensaia para a dívida de R$ 11 bilhões das instituições privadas, baseada em não pagamentos à Previdência. "E isso será perdoado através da criação de mais cursos fracos via Prouni", completa. "De 2003 a 2007, as universidades privadas ditas 'com fins lucrativos' cresceram de 400 para 1,3 mil. Isso porque o ensino se transformou em negócio dos mais rentáveis. E quando não dá lucro, o governo perdoa. Com isso, nós nos indignamos", finalizou.

Fotos: Kelvin Melo

DA ESQ. PARA A DIR.: CINDA GONDA, VERA SALIM, WALDYR MENDES E ÂNGELA ROCHA

MARCELO BERNARDO

Na platéia, questionamentos à pressa de adesão ao Reuni

Diretor da Faculdade de Letras que sediou o debate, Ronaldo Lins observou que a universidade, pressionada por questões econômicas, deixava de lado a função de se pensar para o futuro: "Alguém falou que vai sair um dinheiro, todo mundo corre atrás. E ninguém pensa se vale a pena correr atrás desse dinheiro", avaliou. Observou que a unidade que dirigia não participava do Reuni por responsabilidade: "Há uma pressa grande para resolver problemas estruturais, que não dependem da universidade. Assumir que vamos acabar com a evasão é falsificar o papel da universidade. Fico preocupado com essa adesão tão rápida das unidades. É preciso construir uma massa crítica a respeito desse projeto. Ou senão vamos nos desfigurar totalmente", falou. Comentou ser contrário, ainda, ao que se anunciava como expansão da universidade para o interior. "O exemplo francês é melhor: criaram universidades novas".

O professor Luis Paulo, conselheiro da Adufrj pelo Instituto de Matemática, frisou que os críticos ao Reuni não são contrários a atender mais alunos e melhor. "Acredito que essas unidades não estão absolutamente convencidas dos méritos do Reuni, mas foram premidas. Por exemplo, na minha unidade: meu representante na Congregação fez um levantamento junto aos professores: 30 contra a adesão ao Reuni, 12 a favor; nos cinco departamentos, três colegiados foram contrários ao Reuni; e todos os coordenadores de graduação, em reunião, manifestaram reservas quanto ao projeto. No entanto, na Congregação, com a presença de alguns dirigentes máximos da nossa universidade, logrou êxito a proposta de adesão ao Reuni por 7 a 5", falou. O professor citou ainda a reunião da congregação da Escola Politécnica, que contou com a presença ostensiva do reitor para aprovar um projeto ligado à Universidade Nova. Para Luis Paulo, aliás, o reitor extrapolou a resolução do Consuni, segundo a qual a comissão deveria se limitar a promover a discussão do PDE na UFRJ. "Ele escreveu na portaria que a comissão deveria estabelecer diretrizes (para a implantação do Reuni). E a própria comissão extrapolou a portaria. Pois vários integrantes da comissão saíram com projetos embaixo do braço para aprovação nas unidades", atacou. Outra falha do processo, segundo Luis Paulo, é o desrespeito, pelo menos até o momento, da resolução nº 02/03 do CEG, sobre aprovação de novas cursos da universidade. Por este documento, devem ser especificados vários fatores quanto à operacionalização das novas iniciativa: "Talvez essa etapa venha mais adiante, mas ainda não foi cumprido", afirmou.

Diversos representantes do movimento estudantil também manifestaram seu total desacordo com o projeto do governo, entre eles o aluno Raphael Neves, do Centro Acadêmico de Letras. Segundo ele, enquanto o governo diz não ter dinheiro para bolsas, alojamento, bandejão, paga rios de dinheiro para os banqueiros internacionais. E foi adiante: "Se pegar o orçamento para a Educação, o governo investe R$ 18 bilhões. Ao mesmo tempo, perdoa R$ 11 bilhões dos empresários do ensino privado", comentou.

Opinião

A ideologia da imparcialidade

Eduardo Granja Coutinho*

Considerações sobre o governo Chávez e a liberdade de expressão

O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose do mercado em democracia.
Octavio Ianni

Tem razão a grande mídia quando - em coro uníssono e comovente – afirma que a decisão do presidente Hugo Chávez de não renovar a concessão pública à *Radio Caracas Televisión* (RCTV) é um ataque à liberdade de expressão. Esquece-se apenas de dizer que se trata, no caso, da liberdade de expressão do grande capital. Afinal, quem falava pelas ondas da RCTV – e continua falando por meio das grandes corporações de mídia na Venezuela ou no Brasil – não é o povo, a quem supostamente deveriam servir as emissoras de comunicação, mas os bancos, as grandes empresas transnacionais, os latifúndios – o mercado.

Durante 54 anos, a RCTV, a mais antiga emissora venezuelana, filial do grupo *iBroadcasting*, teve liberdade de expressão e a utilizou para organizar uma visão de mundo conveniente aos interesses dominantes, mantendo anestesiada a consciência popular mediante uma programação torpe e mistificadora. Tal liberdade lhe permitiu, por exemplo, protagonizar a tentativa de golpe de estado em abril de 2002. Lembremos este fato que os grandes meios de difusão gostariam de apagar da memória de todos.

Desde 1998, quando foi eleito pela primeira vez, Chávez vinha desagradando aos setores dominantes com sua "revolução bolivariana" de cunho popular, antiimperialista e, diga-se de passagem, estritamente constitucional. Em nenhum momento os meios de difusão deixaram de lhe opor dura resistência. Associadas a Washington e à elite local, as redes de TV – *Globovisión, Venevisión, Televen e RCTV* – procuraram criar o clima necessário à deposição de Chávez. E aí a liberdade de expressão da grande mídia se mostrou em sua essência: mentiras, deturpações, refinada manipulação. Nada que nós brasileiros não conheçamos muito bem.

Internet

EM 2/6, MANIFESTAÇÃO EM FAVOR DA DECISÃO DE CHÁVEZ

Nos dias que precederam o golpe, de acordo com um conceito um tanto lato de liberdade, a RCTV trocou a programacão normal por discursos contra Chávez e de apoio ao líder golpista Pedro Carmona, presidente da maior organização patronal venezuelana. Quando a conspiração prendeu o presidente, dissolveu a Assembléia Nacional e empossou Carmona, as emissoras comemoraram o que passaram a chamar de "renúncia" de Chávez. A população foi para as ruas exigir a volta do líder bolivariano, mas sobre isso as redes de TV não se pronunciaram. E quando o repórter no Palácio Miraflores anunciou que o presidente retornava ao poder, o noticiário saiu do ar, dando lugar a programas reconhecidamente imparciais, *Pretty Woman* e *Tom e Jerry*. (Todo esse processo foi registrado no documentário irlandês *A revolução não será televisionada*, disponível no YouTube.)

O governo poderia ter processado a emissora e encarcerado seus donos por conspiração e atentado contra a segurança do Estado, mas não o fez. Esperou que vencesse a concessão pública - a licença que a RCTV tinha para desinformar - e, com o aval do Supremo Tribunal de Justiça, não renovou esta licença. Brandindo a Constituição, Chávez criou, em seu lugar, a Televisora Venezolana Social (TVes), com um perfil educativo, comunitário e cultural. Algo, sem dúvida, bastante diferente dos faustinhos e ratões oferecidos pela RCTV.

Não se trata, como bem afirmam seus opositores, de uma TV "imparcial". Sem dúvida, a TVes está em sintonia com o projeto bolivariano de resistência ao neoliberalismo e aos desmandos de Bush na América Latina, com a organização de uma nova hegemonia política por meio de um redirecionamento do sistema informativo. Não poderia jamais ser imparcial. Mesmo porque, ao contrário do que afirmam os meios de difusão (deixemos de chamá-los de meios de comunicação) não existe, nem pode existir, um discurso, uma programação ou uma visão de mundo socialmente neutra, imparcial. Toda fala é a fala de um sujeito histórico e, de alguma forma, corresponde a seus interesses e anseios. O mito da imparcialidade aparece, assim, como uma forma de apresentar como universais as idéias particulares e essencialmente parciais das elites dominantes; uma forma de silenciar as vozes dissonantes, contra-hegemônicas.

De repente, a Globo, a CNN, a Veja, a Condolezza Rice, o Senado norte-americano e os milionários donos da RCTV – quanta gente boa e imparcial! – se fazem arautos da liberdade de imprensa. E, em sua defesa, são capazes de tudo! A CNN em Espanhol, por exemplo, em cujo site pode-se ler que nos últimos dez anos "se caracterizou por seus valores éticos: a independência de critério, a eqüidade, a imparcialidade", mostrou imagens do "protesto contra o fechamento da RCTV", que na realidade eram de um protesto em Cancún, México, contra o assassinato de um jornalista nessa cidade.

No Brasil, os defensores de uma abstrata "liberdade de expressão" estremecem ao ouvir falar em rádios e tevês comunitárias. E tratam, pela coerção policial, jurídica e burocrática, de barrar qualquer iniciativa que represente uma ameaça de democratização da comunicação. A morosidade dos sucessivos governos em analisar pedidos de concessão de rádios comunitárias, cujos processos duram até oito anos,

Opinião

contrasta com a agilidade da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em reprimir as emissoras populares sem outorga. Entre 1998 e 2002, mais de 10 mil pessoas foram indiciadas e 3.623 foram condenadas por radiodifusão clandestina no país. No ano passado, a Anatel fechou cerca de 800 emissoras.

Há diversas denúncias de abusos nas ações da Polícia Federal em conjunto com a Anatel para fechar emissoras populares. Rádios comunitárias são interditadas e o seu material apreendido - muitas vezes sem nenhum mandado judicial -, seus representantes presos e processados. Como foi o caso da Rádio Bicuda (Vila da Penha, RJ), que tinha um trabalho importante de preservação do meio ambiente e organização dos diversos movimentos sociais da Leopoldina. A entidade foi fechada com violência por agentes da Polícia Federal em 2002. Foram levados todos os equipamentos e seus representantes presos. O seu pedido de concessão, feito em 1999, foi arquivado e a outorga foi dada a uma rádio comercial. Mas nesses casos, nunca lemos protestos nos grandes meios, nem ouvimos falar de manifestações de repúdio do senado norte-americano ou de seus papagaios.

Historicamente, como observou Nelson Werneck Sodré, "o imperialismo controla a informação onde exerce o seu domínio". Este controle raramente é posto em xeque por um projeto contra-hegemônico. Por isso, nós que lutamos pela soberania dos povos latino-americanos, contra o "monopólio da fala", vemo-nos no dever de apoiar enfaticamente a não renovação da concessão da emissora golpista *Radio Caracas Televisión*. Não sabemos que rumo irá tomar a chamada revolução bolivariana, mas uma coisa podemos dizer, parafraseando o título do documentário irlandês: a próxima tentativa de golpe de Estado na Venezuela não será televisionada, pelo menos pela RCTV.

* Professor, 39, é adjunto da Escola de Comunicação da UFRJ e autor dos livros *Velhas histórias, memórias futuras: o sentido da tradição na obra de Paulinho da Viola* (EdUERJ, 2002) e *Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República* (Editora UFRJ, 2006).

Liberdade = liberalismo?

A propósito da não renovação do contrato da RCTV

Cláudio Thomas Bornstein*

Dizem que liberdade é o não cerceamento da vontade. Vontade de fazer. Fazer o que quiser? Por exemplo, andando pela rua outro dia me deu vontade de jogar uma pedra na cabeça do cara que vinha na minha frente, devagar, conversando com todo mundo, atrapalhando o fluxo. Pode? Não pode! Por quê? Porque a sua liberdade termina onde começa a do outro. E o outro, o devagar, tem a liberdade de andar, de conversar. Como ele quiser?

Já se viu que liberdade é um conceito complicado. Envolve direitos e deveres, alguns garantidos por lei, constituição, outros fazendo parte de hábitos e costumes de uma sociedade. O direito de jogar pedra em outro, violência física, não deve ser garantido em lei alguma, ao contrário, auto-justiça é proibido. Já o andar pela rua conversando, devagar ou rápido, deve fazer parte da constituição: liberdade de locomoção, liberdade de comunicação?

Analisemos uma outra faceta desta mesma questão: liberdade de imprensa, liberdade de comunicação. Será que o sujeito tem o direito de dizer o que lhe dá na telha, da maneira que quiser, mentiras, calúnias, falsidades, deturpar os fatos, distorcer, contar só uma parte da verdade, criar, inventar realidade? Será que tudo isto pode ser dito de qualquer maneira, aos brados, o som invadindo as casas de toda uma população, toda uma nação? Pode?

E onde fica a minha liberdade, a liberdade de ouvir a outra parte da verdade, a que foi calada? Onde fica o direito de ouvir a outra versão, a que contesta a primeira? Onde fica a liberdade de desmentir o que nos foi mentido, de desfazer o nó da calúnia e da armação?

Respondem-me: está ao alcance da sua mão. É só girar o botão da televisão, para outro canal. É só comprar outro jornal.

Mas como, se todos os canais falam a mesma coisa? Pode até ser que um jornal dê uma versão diferente, mas é normalmente um jornal pequeno, sem recurso, que não consegue ter uma equipe capaz de cobrir a realidade de forma abrangente.

Ah, respondem, isto aí é outra questão! É a liberdade de mercado, a livre concorrência, a competição. Vencem os bons, os fortes. Se o canal é forte, é pujante, alguma coisa o deve ter tornado assim. Vai ver que é a qualidade do trabalho, ou então, é porque diz aquilo que todos querem ouvir. O outro, o jornal pequeno, teima em andar na contramão.

Agora começo a compreender a tal da liberdade. Um tem um megafone, tem microfone, alto-falante e todos os recursos da tecnologia. O outro não tem nada. São livres todos dois para falar o que quiserem. O que se escuta, no entanto, é um deles só.

Se escuta um deles tão somente porque este tem recurso para se fazer escutar. Se tem recurso é porque capta recurso. Se capta recurso é porque, diz aquilo que eles, aqueles que têm recursos, querem que se diga.

Ou seja, é livre quem diz aquilo que os fortes querem que seja dito. Mas, espera aí, isto não tem outro nome? Fazer aquilo que os fortes querem que seja feito somente os reforça. Fortes tornam-se ainda mais fortes. Vence a força. É a lei da força, a lei da selva. Para isto não teriam sido necessários séculos de história, cultura e civilização. Para isto bastariam os hunos ou os germanos. Isto não é barbárie? Liberdade será sinônimo de barbárie? Liberdade = liberalismo?

* Professor Titular - PESC/COPPE

Opinião

A ocupação da Reitoria da UFAL

Sérgio Lessa*

Fotos: Divulgação/Frente de Luta contra a Reforma Universitária

A OCUPAÇÃO DA REITORIA EM ALAGOAS CONTOU COM AMPLA PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS E DEFENDEU O CARÁTER PÚBLICO DA INSTITUIÇÃO

Nos últimos dias, tivemos alguns acontecimentos inusitados na história da UFAL. Uma assembléia estudantil com mais de 550 alunos, uma ocupação da reitoria com a presença dos trabalhadores sem terra que terminou após uma audiência na Justiça Federal conceder ao movimento **mais do que reivindicava** e faixas no campus condenando o apoio da ADUFAL ao movimento e elogiando a atuação da Reitoria.

O pano de fundo de todos esses acontecimentos é a evolução da vida acadêmica que tem sido denunciada há muito pelo movimento docente. Em primeiro lugar, uma crescente centralização do poder de decisão nos órgãos mais elevados da estrutura acadêmica que, na prática, substituem a comunidade na tomada das decisões. Em segundo lugar, uma crescente subordinação da vida acadêmica aos interesses dos grupos capitalistas que esperam converter a Universidade em seus institutos de pesquisa.

No ano passado, após uma tumultuada reunião no Consuni que contou com a presença de dezenas de estudantes e trabalhadores representantes dos movimentos pela reforma agrária em Alagoas, foi aprovado um projeto para a implantação de uma Escola Agrotécnica voltada à pequena agricultura e aos assentamentos rurais. A atual reitoria, contudo, ligada aos interesses dos usineiros (um jornal local publicou uma matéria de página inteira narrando o interesse e o esforço de Renan Calheiros pela reeleição da atual reitora, Ana Dayse) passou a elaborar um outro projeto, agora de uma Escola Agro-Industrial, voltado à monocultura da cana-de-açúcar, cuja aprovação significaria a revogação na prática da decisão anterior do Consuni.

Some-se a isso o fato de que, após 20 dias de ocupação da reitoria em 2005, foi firmado na Justiça Federal um acordo entre os estudantes e a administração da UFAL o qual, em vários dos seus itens, estava sendo desrespeitado. Inclusive a cobrança de taxas na graduação.

Depois de muitas tentativas de negociação, relatadas em detalhes pelos estudantes ao Juiz Federal, decidiram pela ocupação. Planejada para durar apenas 12 horas, a ocupação contou com o inesperado apoio de centenas de estudantes e dezenas de trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que a administração da universidade adotou uma atitude dura, chamando os vigilantes para tentar impedir a movimentação dos estudantes e a reitora negando uma audiência com os estudantes. Nessa situação a ocupação terminou se prolongando, as tentativas de negociação não avançaram, a reitoria se mostrava intransigente e negava a veracidade dos dados trazidos pelos estudantes sobre o Restaurante Universitária e a Residência Universitária, cobrança de taxas e mensalidades, etc. A reitoria, então, decidiu denunciar a ocupação à Justiça Federal.

Foi nesse cenário pouco plausível que se desenhou a derrota política e a condenação moral da reitoria.

Na audiência com o Juiz, que demorou mais de oito horas, os representantes da reitoria tiveram todos os seus argumentos derrubados pelos fatos descritos em detalhes e argumentos comprovados de forma indubitável pelos alunos. A administração teve que se comprometer com a implantação da Escola Agrotécnica aprovada no Consuni. Os representantes da reitoria tiveram também que acatar a veracidade dos números acerca do restaurante universitário e da moradia estudantil levados pelos alunos, contra os números que forneceram inicialmente, reconhecendo implicitamente que estavam mascarando os fatos ao afirmarem que estavam cumprindo o acordo firmado em 2005. E, já que a Reitoria não estava cumprindo o acordo de 2005, o Juiz não condenou a ocupação nem deu prosseguimento à denúncia feita contra os alunos. Os representantes da reitoria foram forçados, ainda, frente às provas levadas pelos alunos, a reconhecerem que a ocupação nem havia praticado atos de vandalismo nem depredado o patrimônio público, **o que levou o Juiz a garantir aos alunos o direito de resposta no site da própria administração da UFAL**!

E, por fim, além de outros pontos, tomando ciência dos dados levados pelos alunos sobre a cobrança de mensalidades na UFAL, o Juiz incluiu no texto do acordo a obrigatoriedade de a reitoria prestar contas dos recursos arrecadados pelos cursos pagos até julho próximo, não apenas ao CONSUNI, mas também a ele, Juiz Federal.

Todos os pontos reivindicados pelos alunos e trabalhadores foram considerados justos e validados pelo acordo na Justiça Federal. As declarações da Reitora e dos órgãos de imprensa vinculados à reitoria foram considerados infundados e foi dado o direito de resposta aos estudantes. Nunca, na UFAL, tivemos um movimento cuja legitimidade foi reconhecida de forma tão clara e indiscutível.

Ocupação ou invasão?

Como nesse ano temos eleições não apenas para a ADUFAL, agora em junho, mas também para a reitoria no segundo semestre, a alta administração da universidade procurou desgastar a atual diretoria da ADUFAL, uma das principais oponentes às decisões da atual gestão. Para isso, em uma ação articulada com os setores minoritários dos professores que a apóiam, lançaram alguns manifestos e cobriram o campus com faixas repudiando a ocupação e o apoio a ela pela ADUFAL. Chamavam a ocupação de invasão e teve, então, uma curiosa disputa semântica. Estaríamos frente a uma **invasão** ou a uma **ocupação?**

No acordo firmado na Justiça, o Juiz recusou o emprego do termo invasão e adotou, em seu lugar, **ocupação**. E há razões para isso.

Como o gabinete é um espaço público cedido pela comunidade ao seu representante eleito, é à comunidade e não ao eleito que pertence o gabinete. O reitor recebe o espaço do gabinete para que o utilize em prol dos que o elegeram. Em casos em que é flagrante o desrespeito do eleito ao mandato recebido, o espaço público pode ser retomado para que volte a servir ao seu propósito original. Ao utilizar o termo ocupação, e recusar a denúncia de invasão feita pela reitoria, a Justiça implicitamente considerou que os atos da reitoria violam o acordo firmado em 2005, violam a democracia universitária ao tentar solapar o projeto de Escola Agrotécnica aprovada pelo CONSUNI e atentam contra a Constituição ao cobrar mensalidades. Por isso, no acordo assinado inclusive pelos prepostos da reitoria, o termo utilizado é **ocupação**.

Se até mesmo a Justiça Federal chamada pela reitoria considerou ser uma **ocupação** o movimento dos alunos e dos trabalhadores, os que insistem em denominá-lo de invasão deixam claro seu objetivo: converter em democracia a autocracia que se apoderou da administração universitária, diminuindo desse modo o seu desgaste nesse ano de eleições na UFAL.

Nos dias em que estamos redigindo esse relato, o movimento ainda está se desenvolvendo. Temos uma Assembléia dos estudantes para avaliarem a ocupação e discutirem o acordo firmado na Justiça e como farão para vigiar o seu cumprimento. E deveremos ter uma assembléia da Adufal para discutir com os professores a ocupação e, ainda, a transferência da sede do sindicato para o campus e a nossa saída da CUT (que ainda não conseguimos legalizar!). Portanto, as conseqüências do movimento ainda se farão sentir no curto prazo e ele ainda não deu todos os seus frutos.

*Diretor da seção sindical dos docentes da Ufal

Assessoria Jurídica esclarece a diferença da GED para aposentados

Publicamos tabelas com a diferença mensal que deve ser paga para os sindicalizados aposentados, por classe e regime de trabalho

Página 3

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 542 19 de junho de 2007

Ocupação de 24 horas termina vitoriosa

Estudantes conseguem que reitoria adie para o segundo semestre decisão sobre o Reuni na UFRJ

Em uma audiência pública, na tarde da última sexta-feira, o movimento estudantil da UFRJ, liderado por alguns centros acadêmicos e por representantes da Conlute e da Oposição à UNE organizados na Frente de Luta contra a Reforma Universitária, conseguiu o compromisso da reitoria de não haver votação sobre o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) antes que sejam realizados debates oficiais com a participação de toda a comunidade. Esses eventos devem acontecer até o segundo semestre.

Depois de 24 horas acampados no *hall* da reitoria, ao lado da sala do Conselho Universitário, os 150 estudantes ocupados realizaram sua última assembléia por volta das 18h e deixaram claro que a resposta da administração foi uma vitória do movimento estudantil autônomo na luta contra a reforma universitária do governo Lula.

Continua na página 4

Manuella Soares

Opinião

A grande recusa hoje

Vera Maria Salim*

"O movimento começou muito inocentemente... como um movimento pela reforma universitária"

Num movimento bem organizado, estudantes de universidades públicas federais de todo o país começam a questionar e exigir mudanças reais no sistema educacional superior brasileiro, seguindo o caminho dos estudantes das universidades estaduais.

Os estudantes protestam, ocupam reitorias, criticam reitores e tomam as ruas em passeatas. As bandeiras e reivindicações, defendidas aqui na UFRJ e em todo o Brasil, pedem assistência estudantil, mais vagas, ensino de qualidade, mais verbas para educação, cursos noturnos e uma universidade crítica a serviço das transformações sociais.

Bandeiras que se contrapõem às mudanças contidas no PDE do governo Lula.

A Nova Universidade e ou Universidade Nova – modelo bem propagandeado por reitores de expressiva notoriedade – propõe um novo modelo de universidade para o Brasil que, de fato, parte da identificação correta de alguns dos mais graves e notórios problemas da universidade pública, como evasão, currículos defasados, ausência de democratização do acesso, falta de curso noturnos etc.

Em contrapartida, e não por acaso, oferecem soluções erradas e falaciosas que estão longe de resolver os problemas existentes. Ao contrário, servem para aprofundá-los.

E para tentar impedir uma correta avaliação do conteúdo geral equivocado de suas propostas, fragmentam a implementação das mudanças que impõem, buscando direcionar a análise também para uma metodologia fragmentadora, que resultará fatalmente em uma análise da questão educacional elaborada de forma isolada e independente do modelo econômico do governo Lula e da sua política educacional. Assim, por exemplo, apresentam soluções e propostas de modificação da universidade pública sem um aumento significativo do orçamento, seguindo estritamente, aliás, as regras no Ministério do Planejamento contidas no PAC.

Nossos estudantes, no entanto, sabem o que seus reitores tentam não ensinar.

Sabem que é impossível resolver isoladamente o problema universitário, posto que é só uma das facetas da transformação do Estado brasileiro, e tomam as ruas para frear e resistir à rápida onda, disfarçada, fragmentada e ardilosa, de reformatação da nossa universidade pública. E assim, ao mesmo tempo, questionam a política educacional e econômica do governo Lula, desmascaram seus aparelhos de dominação.

Muitos deles já dizem: **não ao PT, não à CUT, não à UNE e não à Reforma Universitária do Governo Lula**.

E num choque de realidade – não aquele *sonhado* pelo nosso pró-reitor na audiência pública, baseado na necessidade de conhecer a burocracia administrativa da UFRJ para implantar o bandejão – iniciam um movimento de real resistência e defesa da universidade publica.

Suas reivindicações são semelhantes- se não, quase iguais- àquelas apresentadas pelo Movimento Estudantil na Passeata dos Cem Mil, de 1968, que diziam sinteticamente: "Não ao acordo MEC-USAID".

E, se analisarmos, pouco diferem das apresentadas no início do século passado no movimento da reforma de Córdoba. "Mesmice e repetição sem criatividade", acusa a maioria dos nossos professores e intelectuais, tentando desqualificar o movimento estudantil e os "arroubos"da juventude.

Acusação sem fundamento por aqueles que, não por ignorância mas por opção ideológica, preferem se omitir. Esquecem, por exemplo, de que América Latina foi colonizada e incorporada ao processo de formação da chamada civilização ocidental mediante conquista sangrenta. Impossível não frisar que, ainda hoje, aqueles que consagram sua atividade fundamental ao ensino e produção de conhecimento, e se ocupam da definição dos rumos da nossa universidade pública, proponham soluções à margem de um signo fundamental: cinco séculos de dominação!!!!

Resgatemos a crítica central apresentada no Manifesto de Córdoba:

*"**Las universidades han sido hasta aquí el refugio secular de los mediocres, la renta de los ignorante, la hospitalización segura de los inválidos y- lo que es peor aún-el lugar en donde todas las formas de tiranizar y de insensibilizar hallaron la cátedra que las dictara.***

Las universidades han llegado a ser así el fiel reflejo de estas sociedades decadentes que se enpeñan en ofrecer el triste espectáculo de una inmovilidad senil. Por esto es que la ciencia, frente a estas casa mudas y cerradas, pasa silenciosa o entra mutilada y grotesca al servicio burocrático".

Séculos de dominação ignorados e que, quando considerados como categoria analítica, são usados de maneira errônea e primária enfocando uma vassalagem cultural e desprezando as determinações históricas e sócioeconômicas.

Internet

HEBERT MARCUSE INSPIROU OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA DÉCADA DE 1960

Um século depois do manifesto de Córdoba, as universidades continuam como sólidas colunas de sustentação de uma sociedade desigual, dependente e exportadora, novamente, de insumos primários.

E nesta nova fase do capitalismo a universidade muda apenas de forma, numa reformatação ajustada a um modelo de sociedade capitalista dependente que procura sua sobrevida numa independência "autônoma" no mercado e em decretos do governo e de seus órgãos regulamentadores.

Quem acredita nisto? Por que as mudanças apresentadas, e sempre vendidas como soluções inovadoras, são apresentadas, todas, de forma fragmentada, tanto no PDE quanto em seus desdobramentos como o REUNI, Banco de professor equivalente etc.?

Por que, e todos sabemos, serve para camuflar a adaptação do nosso ensino às novas exigências do capital, entre elas a mais perversa: um modelo de educação generalista para o Terceiro Mundo – e não humanista, como vendem –, voltado para assimilação rápida de um conhecimento produzido lá fora.

As mudanças apresentadas, sempre como inovadoras, se ajustam ao receituário neoliberal de desregulamentação e reformatação do Estado para um estado mínimo que se desobriga de compromissos com educação, saúde e previdência e, simultaneamente, abre estes setores para o mercado na forma de serviços.

Quem não sabe isto? Quem não sabe também quais os resultados da adoção desta política?

Nosso estudantes sacudiram a letargia da UFRJ, seu pensamento único e sua obediência silenciosa e acelerada aos planos do governo Lula.

Esta é, sem dúvida, a maior vitória da ocupação da reitoria.

Parabéns aos nossos estudantes que integram a Frente contra a Reforma Universitária, pelo movimento organizado de resistência e contraposição ao governo Lula e aos defensores de suas idéias.

Quem sabe assistiremos agora ao início de mais uma onda de "A Grande Recusa"?

> ***"...Mas então rapidamente, houve o reconhecimento de que a universidade é afinal apenas uma parte da sociedade mais ampla, do establishment...***
>
> ***... É um protesto total, não só porque certamente foi deflagrado por um protesto contra males específicos, contra falhas específicas, mas ao mesmo tempo por um protesto contra todo o sistema de valores, contra todo o sistema de objetivos, todo sistema de desempenhos exigidos e praticados na sociedade estabelecida. Em outras palavras, é uma recusa a continuar aceitando e a se conformar com a cultura da sociedade estabelecida, não só com as condições econômicas, não só com as instituições políticas, mas com todo o sistema de valores que eles sentem estar apodrecido no âmago."***

Hebert Marcuse - *Fala aos Estudantes - A grande recusa hoje*

* Diretora da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Jurídico

Sobre a diferença da GED para aposentados

A Gratificação de Estímulo à Docência (GED) dos aposentados até o mês de junho de 2006 era paga considerando-se 91 pontos. Graças à ação ganha pela Adufrj-SSind, que conquistou a integralidade da GED para os sindicalizados aposentados, ao final do processo, as diferenças devidas entre dezembro de 2004 a junho de 2006 terão o valor correspondente a 49 pontos por mês. Entretanto, com o art.9º da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006, a GED vem sendo paga, desde julho de 2006 (retroativamente), considerando-se 115 pontos. Assim, em 2007, a diferença mensal, paga pela reitoria aos aposentados, corresponde a 25 pontos da gratificação.

Diferença mensal (115 para140 pontos da GED) em 2007

Regime de trabalho de 20 horas semanais

	Doutor	Mestre	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduação
Titular	121,75	89,25	64,75	62,50	62,50
Associado	106,50	76,75	64,75	62,50	62,50
Adjunto	106,50	76,75	64,75	62,50	62,50
Assistente	76,25	76,75	64,75	62,50	62,50
Auxiliar	73,00	62,65	64,75	62,50	62,50

Regime de trabalho de 40 horas semanais

	Doutor	Mestre	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduação
Titular	304,00	223,50	131,25	126,75	121,50
Associado	266,50	192,25	131,25	126,75	121,50
Adjunto	266,50	192,25	131,25	126,75	121,50
Assistente	187,75	192,25	131,25	126,75	121,50
Auxiliar	183,00	146,00	131,25	126,75	121,50

Regime de trabalho com 40 horas/DE

	Doutor	Mestre	Especialização	Aperfeiçoamento	Graduação
Titular	494,75	279,75	196,25	189,50	184,00
Associado	418,75	279,75	196,25	189,50	184,00
Adjunto	418,75	279,75	196,25	189,50	184,00
Assistente	319,25	279,75	196,25	189,50	184,00
Auxiliar	271,75	198,75	196,25	189,50	184,00

Quem se aposentar com a GED calculada em 140 pontos, não receberá nenhuma diferença.

Amorim

Anote

II Semana de Quadrinhos

Hoje (19/6) e amanhã (20/6) acontece a II Semana de Quadrinhos da ECO/UFRJ. O evento, que é realizado pelo Programa de Educação Tutorial (PET) da ECO, contará com ícones das HQs, como Jaguar, Carlos Latuff e Chico Caruso; oficinas; exposições; e concurso de tirinhas. Os debates podem ser assistidos no Auditório do CFCH, a partir das 14h.

II SEMANA DE QUADRINHOS
ECO - UFRJ

Resenha

Crise na rede estadual de ensino

Diante da falta de professores em várias escolas e sem perspectiva de reajuste salarial para professores, o Sindicato dos Profissionais de Educação do Rio já fala em greve por tempo indeterminado, que começaria na volta das férias de meio de ano. Os sindicalistas afirmam que seria preciso contratar cerca de 17 mil profissionais para cobrir toda a carência da rede. E, segundo Danilo Serafim, um dos coordenadores gerais do Sepe, a falta de professores nas escolas só será solucionada com reajuste salarial: "Ninguém quer trabalhar com o piso de R$ 431 da rede", disse *(Folha Dirigida, 14/6)*.

Ex-escola de Serra sem professores

A escola estadual Antonio Firmino de Proença, na Mooca (zona leste de São PauloP), que já teve como aluno o governador José Serra (PSDB), hoje sofre com a falta de professores. "Nos dias das aulas de ciências, nosso tempo na classe é ocupado com a brincadeira do jogo da velha", afirma Luciana Lemos, aluna da 8ª série. Quando Serra, na década de 50, estudou na Antônio Firmino de Proença, esta era a mais conceituada da Mooca. Já a Secretaria Estadual de Educação nega haver déficit de professores na rede *(Folha de S. Paulo, 13/6)*.

Justiça analisa Oaxaca

A Suprema Corte de Justiça do México começou a analisar os conflitos de Oaxaca, estado do sul do país. Há um ano, centenas de professores foram expulsos violentamente do centro daquela região, onde se mantinham em greve por reajustes salariais. As ações repressivas dos governos local e federal causaram ao menos 13 mortes, segundo números oficiais. A Corte é composta por nove ministros e mais o presidente do Tribunal, que, nesta semana, deverá definir se assume a investigação do caso *(Portal Vermelho, 15/6)*.

MST e os 18 compromissos

Em carta divulgada no final de seu 5º Congresso, realizado em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho, o movimento assume 18 compromissos na luta por uma sociedade justa e igualitária, prerrogativa da democratização do acesso à terra. No texto, estão pautados temas como a defesa dos direitos dos trabalhadores, o combate às transnacionais do agro-negócio e a desapropriação de latifúndios de empresas estrangeiras e bancos. Entre outros pontos, o MST também defende o acesso dos trabalhadores à educação pública, gratuita e de qualidade (Brasil de Fato, 16/6).

Movimento

Continuação da capa

Participaram da audiência com o movimento de ocupação o chefe de gabinete da reitoria, João Eduardo, o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi; o pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer; o prefeito da Cidade Universitária, Hélio de Mattos; e o superintendente geral de Administração e Finanças, Milton Flôres. Em nome dos estudantes ocupados, Bernardo Lima, do curso de História, deixou claro que a manifestação foi um repúdio ao Reuni, mas que o movimento estudantil entende que a comunidade universitária deveria ter a chance de participar de amplos debates, garantidos pela própria reitoria, para que fosse esclarecida das conseqüências da reforma imposta pelo governo por decreto. "Também não defendemos a universidade como está, muito menos como os conservadores que a querem para poucos. Também não é proposta do movimento estudantil impor a não adesão ao Reuni sem discussão. Por isso a proposta do ciclo de debates".

Reitoria aceita adiar decisão sobre Reuni

Em nome da reitoria, Carlos Levi disse que se sentia satisfeito com a proposta e que um ciclo de debates sobre o Reuni estimularia a UFRJ no sentido de um caminho mais avançado. Levi lembrou os vários projetos de reestruturação curricular que estão sendo formulados e debatidos em diversas unidades e Centros. "Com esse ciclo de debates, poderemos também analisar quais e tais projetos podem ser implementados". Apesar de ter concordado com uma certa desvinculação do debate sobre as reformulações acadêmicas na UFRJ do programa do governo, o pró-reitor não deixou de aplaudir o decreto e a possibilidade de a universidade extrair mais verbas para os seus projetos a partir da sua adequação ao Reuni. "Não tenho dúvidas de que vários objetivos contidos no decreto são unanimidade para a comunidade, que estamos com modelos falidos e que precisam ser reformulados", afirmou.

A expectativa da reitoria é que os debates com a comunidade, acompanhados pelos representantes do movimento estudantil, aconteçam até setembro, quando, segundo Levi, ainda haveria prazo para a universidade encaminhar demandas de projetos ligados ao Reuni para constarem do orçamento de 2008.

Outras reivindicações da ocupação

Durante a audiência, o movimento estudantil ainda garantiu outros pontos de

Manuella Soares

sua pauta de reivindicações. Uma diz respeito ao bandejão. Depois de o professor Levi repetir por horas sobre as dificuldades de aquisição de recursos para a construção do edifício do restaurante universitário e de problemas operacionais para o cumprimento de prazos para a finalização das obras, o pró-reitor se comprometeu em constituir uma comissão formada por ele e os representantes dos alunos, que se reuniria mensalmente para avaliar o andamento dos trabalhos e o início do funcionamento do restaurante. Os alunos aproveitaram para cobrar da reitoria outras restaurantes nos *campi* da Praia Vermelha e IFCS.

Mais linhas de transporte gratuito da universidade e maior oferta de linhas de empresas particulares fazendo o trajeto Fundão-Centro-Praia Vermelha também foram reivindicadas. Os representantes da reitoria prometeram uma audiência pública para o dia 5 de julho, quando toda a comunidade poderá participar, com a reitoria e representantes da Secretaria de Transportes do município, do debate sobre a licitação de novas linhas para o Fundão.

Quanto à cobrança do atraso de pagamento nas bolsas estudantis e por uma aplicação da política de bolsas, a reitoria jogou a culpa na falta de recursos no orçamento do MEC, gerido pelo Ministério do Planejamento, destinado às federais e disse que dos R$ 101 milhões que a UFRJ recebe, 13% a 14% são destinados a bolsas estudantis. O pró-reitor de Graduação, José Roberto Meyer, reconheceu que, na ausência de recursos passados pelo MPOG, são privilegiadas, numa escolha política, as bolsas de assistência estudantil, em detrimento das bolsas de monitoria ou de iniciação artística e cultural, por exemplo.

Ocupação começa no Consuni do dia 14

Manuella Soares

Fotos: Kelvin Melo

"Com muita luta/
E ousadia/
O estudante
ocupando a reitoria."

"Para acabar/
Com a privatização/
Greve geral/
Greve geral/
Da Educação"

"Ôôô/
Viemos cobrar do reitor/
Ôôôôôô"

"Au-to-no-mi-a/
Não abro mão!/
Por isso, ao Reuni/
Eu digo não."

"Um, dois, três/
Quatro, cinco, mil/
Ou pára essa reforma/
Ou paramos o Brasil."

Embora não estivesse previsto, Reuni acabou sendo discutido no colegiado

Antes de iniciarem a ocupação do *hall* da reitoria, os estudantes tomaram conta, na quinta-feira, dia 14, da sala de reuniões onde acontecia o Conselho Universitário. O objetivo foi cobrar dos conselheiros um cronograma adequado para discussão do Reuni, um programa do governo que promete um aporte de até 20% no orçamento das federais desde que estas cumpram as metas estabelecidas no decreto governamental. Para os estudantes, o decreto do MEC estaria sendo aceito de forma apressada e acrítica pela UFRJ.

Embora não estivesse inicialmente previsto na pauta, o tema foi incorporado à sessão, que se estendeu até o princípio da tarde. Ao seu final, porém, em função do adiantado da hora, já não havia mais quorum suficiente para deliberar a proposta de um novo calendário a respeito do Reuni. O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, que conduziu o Consuni nas ausências do reitor Aloisio Teixeira e da vice-reitora Sylvia Vargas, prometeu, no entanto, que o assunto voltaria à pauta do próximo conselho.

Pós-graduandos manifestam-se contra o Reuni

Ainda no início da sessão, a conselheira discente Renata Anomal leu uma carta da Associação de Pós-graduandos (APG) da UFRJ com críticas ao Reuni e à criação do banco de professores-equivalentes. Para a associação, as metas cobradas pelo MEC não são possíveis num cenário de restrição orçamentária, que não será alterado apenas com a promessa de alguns recursos pelo decreto do Reuni. Além disso, o modelo econômico do país e suas desastrosas conseqüências para o ensino superior público também foram criticados pelos estudantes, que ainda cobraram a ampliação do debate sobre o programa governamental no interior da UFRJ.

Adufrj-SSind critica decreto

Diretora da Adufrj-SSind, Vera Salim manifestou sua indignação com os rumos da educação pública do país. Segundo ela, o projeto do Reuni, que retira autonomia das universidades, tem suas origens nos documentos do Banco Mundial para educação nos chamados países periféricos: "Para o Banco Mundial, o Terceiro Mundo não precisa ser produtor de conhecimento, mas simplesmente formar assimiladores de conhecimento", comentou.

Vera fez referência especial aos chamados bacharelados ditos interdisciplinares: "Quando criamos um bacharelado generalista, para daí pinçar os que vão seguir o bacharelado específico, não estamos abrindo a universidade para a classe trabalhadora ou para os pobres, mas aqui dentro instituímos as normas do Banco Mundial. Não podemos deixar que essa universidade se curve", criticou.

Solicitou que a discussão do Reuni fosse feita de forma democrática: "Estamos aqui defendendo o que temos de mais nobre: a Educação pública como forma de construção de um país mais igualitário, que não vai se curvar a decretos ou a pragmatismos", completou.

Estudantes contra o Reuni

Já com o local tomado pelos estudantes, um dos porta-vozes do movimento, Bernardo Lima, informou que se tratava de uma manifestação decidia no comitê UFRJ de luta contra a reforma universitária. "Mobilização que quer discutir o futuro da universidade. Por isso, vimos cobrar um posicionamento deste colegiado. Somos contrários ao Reuni que atinge a autonomia universitária. Educação não se constrói por decreto", afirmou.

Com a inclusão do ponto na pauta, alguns conselheiros, como o professor Carlos Vainer (do CCJE), também manifestaram seu descontentamento com o Reuni e a satisfação com a movimentação estudantil: "Em primeiro lugar, sou favorável à invasão da USP. Odeio jovem que fica parado. Fico muito satisfeito que vocês estejam aqui para discutir. Sou contrário à política educacional desse governo, comprometido com a privatização do ensino público, tal como dito nos documentos do Banco Mundial. Portanto, sou contrário ao Reuni e contrário ao PDE", ressaltou.

No entanto, Vainer acredita que o decreto do governo pode ser uma oportunidade para iniciativas que sejam reivindicações antigas da comunidade acadêmica, como a criação de cursos noturnos: "Faço parte da comissão do PDE. E lá defendo que nós só encaminhemos ao MEC propostas consolidadas na comunidade. Projetos oportunistas não devem merecer o crivo da universidade. Agora, isso não esgota a discussão do nosso projeto de universidade", encerrou.

O professor Rui Cerqueira (do CCS) comentou o orgulho de ter participado da resistência da UFRJ a várias propostas ruins de governos para a universidade pública. E, para ele, esse projeto todo é muito ruim: "As coisas estão sendo feitas de afogadilho. Precisamos ter paciência para discutir isso", comentou.

Apresentação pública de propostas para Reuni

Antes da ocupação estudantil, a decana Ângela Rocha (CCMN) e presidente da comissão instituída para analisar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do qual o Reuni faz parte, convidou todos a assistirem às audiências públicas com propostas das unidades da UFRJ para o Reuni, no próprio salão do Consuni, de 18 a 21 de junho, sempre às 13h30.

Greve do Sintufrj

A sessão do Consuni de 14 de junho transformou-se em um caldeirão de protestos. Dezenas de técnico-administrativos em greve também se dirigiram ao colegiado. Ana Maria Ribeiro, em nome do comando local de greve dos técnico-administrativos, comentou as reivindicações gerais e específicas do movimento. Entre elas, o posicionamento contrário ao projeto de lei complementar (PLP) nº 01/07, que pode levar ao congelamento dos salários dos servidores ao longo de dez anos.

Segundo ela, todas as atividades de servidores da UFRJ que visem à preservação da vida e à segurança do patrimônio estão mantidas nesse primeiro momento da greve. Mas essa situação pode mudar, se os técnico-administrativos se virem obrigados a radicalizar a paralisação.

Ana disse ainda que seria apresentada uma proposta de moção ao colegiado para refutar qualquer iniciativa do governo que leve ao congelamento dos salários do funcionalismo, bem como a privatização dos serviços das universidades públicas. No documento, que também não foi votado pela falta de quorum ao fim da sessão, constaria, ainda, um posicionamento dos conselheiros para não se permitir atitudes de perseguição ao movimento grevista por parte de dirigentes da UFRJ.

Outro representante dos técnico-administrativos, Agnaldo Fernandes discursou sobre o problema de transformação dos hospitais públicos em fundações estatais, outro eixo da greve da categoria. Informou que o Conselho Nacional de Saúde recentemente votou um parecer contrário à proposta do governo e pediu à administração da universidade para organizar um debate sobre o tema.

Decano garante permanência dos centros acadêmicos

Em alguns discursos de estudantes e em faixas e cartazes, havia uma reivindicação para que os centros acadêmicos localizados em uma área considerada nobre do CCS, próximos à principal entrada do prédio, não fossem transferidos. Isso porque corria um boato de que as salas dos alunos seriam transferidas para o subsolo do Centro, enquanto seus antigos espaços seriam aproveitados para a construção de agências bancárias.

O decano do CCS, Almir Fraga, ao final da sessão, conversou com a reportagem da Adufrj e garantiu que o desejo dos estudantes será respeitado. O professor explicou que, de fato, chegou a existir uma sondagem, primeiro do Banco Real, depois do Banco do Brasil, neste sentido. Em troca, as agências financiariam melhorias nas futuras instalações do subsolo. "Mas se os alunos querem ficar, vão ficar", afirmou.

Opinião

A greve das estaduais paulistas

Antonio Luis De Andrade

As Universidades Estaduais Paulistas gozam de autonomia desde 1989, dentro do marco legal constituído pelo decreto de autonomia, editado pelo então governador Orestes Quércia. Tal autonomia, há anos, vem se constituindo numa espécie de referência em nível nacional. Referência em termos de "sucesso" acadêmico, científico, administrativo etc. Afinal, os reitores e muitas outras autoridades, através dos anuários estatísticos dessas universidades, sempre apontam o sucesso da autonomia das Estaduais Paulistas.

Mesmo em tempos de neoliberalismo, e com um forte processo de privatização interna, fundações, cobranças de taxas, empresas juniores, empreendedorismo, e outras iniciativas desta ordem, além de manobras orçamentárias, a autonomia dessas universidades sempre foi reconhecida como insuficiente e que necessitaria de muitas melhorias, por parte de muitos setores ligados aos movimentos estudantil e de servidores. Estes sempre pleitearam seu aprofundamento e sua ampliação, bem como sua consolidação em termos orçamentários, com mais recursos. E que estes fossem definidos constitucionalmente e em montantes suficientes para sua manutenção, e que não ficassem na dependência de serem estabelecidos, a cada ano, pela LDO (lei de diretrizes Orçamentárias) e LO (Lei Orçamentária). Pois, além da luta para que o percentual de ICMS voltasse a ser aquele aplicado pelo estado de São Paulo, no período anterior ao decreto da Autonomia, que era de 11,6% do ICMS, as entidades congregadas no Fórum das entidades de servidores, docentes e técnico-administartivos – Fórum das Seis, sempre avaliaram esta autonomia como positiva, dada a correlação de forças estabelecida na universidade e no seio da sociedade paulista. Por isso mesmo, defendida naquilo que representava, politicamente, como avanço.

As entidades sempre denunciaram que os dados estatísticos de eficiência e sucesso do modelo apresentavam-se, à luz do montante de recursos destinado a elas, insuficientes para garantir contratações, expansão, políticas de permanência estudantil etc. Assim, assistimos a um crescimento do número de alunos, de cursos e de turmas, de graduação e pós, vertiginosos. Mas, em contrapartida, o número de docentes e servidores, ficou estagnado. As condições dos prédios, dos laboratórios, dos Restaurantes Universitários, das moradias foram se degradando e ficando aquém das necessidades. As reitorias por sua vez insistiam em manter os dados do sucesso e varrer para debaixo do tapete os problemas e as más condições de assistência e permanência estudantil, a precarização do trabalho docente e suas implicações para a qualidade da pesquisa, do ensino e da extensão

Por mais de uma década inúmeros desses problemas, foram sendo mascarados ou represados pelas reitorias e assim permaneceram até que em janeiro deste ano o governador eleito, José Serra, editou uma série de decretos. Tais decretos na verdade remodelam o aparelho do estado e lançam mão sobre a autonomia das universidades. Inicialmente e em virtude do período de recesso escolar/acadêmico, passou despercebido nas primeiras duas semanas. Artigo de dois professores da Unicamp alertou a comunidade universitária e a sociedade para o real conteúdo dos decretos que feriam mortalmente a autonomia das Estaduais Paulistas. Este artigo colocou na agenda do dia o debate sobre os decretos e suas ameaças.

O fórum das Seis, nesse processo, elaborou um documento de denúncia e indicou a possibilidade de não iniciar o primeiro semestre letivo de 2007.

Os reitores pressionaram o governador por conta da nova composição do Cruesp, cuja presidência passava para o secretário de Ensino Superior. Uma vez, que o governo havia criado um mal estar não só por ter determinado uma nova composição do Cruesp, sem consultar os reitores, mas também porque havia destituído do cargo de presidente a reitora da USP, por telefone, durante suas férias.

Fruto desse processo, há o primeiro recuo do governo Serra. Ele reedita parte do decreto, no que diz respeito à composição e direção do Cruesp, mas mantêm os demais artigos que representam uma afronta ao preceito da autonomia garantidos na CF, na CE e na LDB. Por seu turno, os reitores foram negociando à parte ponto por ponto, através de declarações verbais, acordos políticos de gabinete, só tratativas de gabinete e pronunciamentos, nada além.

A ocupação, primeira na Unicamp, vitoriosa na luta por melhores condições de moradia e por uma política de permanência estudantil, também dava o início ao processo de luta em defesa da Universidade Pública e Gratuita e contra as formas e mecanismos de privatização interna na Unicamp. Naquele movimento o processo varreu, naquela universidade, direções pró-governistas em âmbito nacional e estadual. Estavam dadas as condições para o vitorioso movimento de ocupação da Reitoria da Unicamp. Este foi primeiro de uma série que se seguiram, dentre eles, o da greve e da ocupação da Reitoria da USP, pelos estudantes. O movimento na USP, seguido da greve dos servidores, introduz um novo elemento no cenário da ocupação e da greve e garantem um avanço qualitativamente superior em termos de unidade de ação, unidade que se transporta para o interior do Fórum das Seis, em todas suas contradições, conflitos e magnitude.

Por uma combinação de motivos, a ocupação da Reitoria da USP, promovida pelos estudantes, e a entrada em greve dos trabalhadores das Universidades Paulistas, o movimento se alastra pelo estado de São Paulo, e as Universidades Estaduais Paulistas se transformaram em centro do debate nacional. Seja em torno do tema da luta contra as reformas, em especial a luta contra a reforma universitária, seja na retomada do movimento como ator de destaque na luta contra o processo de mercantilização e privatização da educação. Essa luta passa a representar um novo marco do aumento e crescimento das lutas contra as reformas, seja em termos da ação direta (com a ocupação e a greve como instrumentos de ação direta do movimento) ou do conteúdo das reformas (com o debate sobre concepção de Universidade em torno da autonomia). Essa conjuntura obrigou o governo Serra a uma manobra tática de editar um decreto Declaratório onde as questões que dizem respeito à ameaça a autonomia são "retiradas dos decretos originais". Um paliativo, pois podem ser revogadas, já que o governo detém o poder de editar novos decretos e de revogar. Assim, avalio que permanece a necessidade de manter a comunidade em ação e vigília afinal nessa luta, nesse embate de projetos, que continuemos a nossa peleja em defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada.

Outro dia, conversando com algumas pessoas no encontro Nacional da Conlutas, desenvolvemos uma imagem que, frente às ocorrências em São Paulo, do ataque que Serra, realizou contra as Estaduais Paulistas, reflete substantivamente o que se passa hoje, em nível nacional. A investida dos privatistas e dos setores econômicos e políticos que os apóiam e nas universidades representados por um setor de direita mercantil, e a situação de enfrentamento que se coloca desde o início, por parte do governo, da reitoria e outros setores das elites paulistas, família Civita (Revista Veja), os Mesquitas e etc, que vêem no movimento, não só uma ameaça aos seus prepostos a prefeito e presidente da república, mas a possibilidade de um movimento que juravam de pés juntos estar morto e enterrado com a ajuda da UNE, do PT e de toda base de sustentação do atual governo. Com todo o ecletismo que sempre esteve presente na política brasileira, saudosa UDN, esses setores reeditam no âmbito acadêmico a Marcha pela Família. As faixas verde e amarela de Collor, em plena crise do fora Collor. A imagem, emblemática, diga-se de passagem, seria um cartaz com quatro figuras e uma frase, assim constituída:

Na parte superior, duas imagens, uma com as tropas do exército postadas em frente ao prédio da USP, da Rua Maria Antônia, nos jardins do Mackenzie. Ao lado, uma foto do movimento estudantil com alunos, professores e passeatas. Abaixo, mais duas imagens, uma foto do Governador Serra apontando o Rifle da Polícia Especial. Do outro lado do cartaz, uma foto do movimento estudantil, hoje, ocupando a reitoria. Logo abaixo uma pergunta simples e crua.

DE QUE LADO VOCÊ ESTAVA? DE QUE LADO VOCÊ ESTÀ?

Então camaradas, diante dessa imagem, a greve das estudais paulistas deixa entrever que ainda temos muito a percorrer para que a comunidade em seu conjunto saiba responder de que DE QUE LADO ESTÁ.

Nós estamos em defesa da educação como direito inalienável, em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e socialmente referenciada.

* Ex-Presidente da Adunesp S. Sindical, Ex-Coordenador Do Fórum Das Seis, Ex-Diretor do Andes- SN.

Movimento

Professores da USP e Unicamp encerram greve

Unesp segue paralisada

A greve dos professores da Universidade de São Paulo e da Universidade de Campinas foi encerrada nos últimos dias 11/6 e 13/6, respectivamente. As paralisações da categoria foram suspensas com a aceitação da proposta de reajuste salarial de 3,37% feita pelo Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp). A proposta também foi feita para Universidade Estadual Paulista (Unesp), mas que permanece em greve.

O Cruesp sugeriu vincular os aumentos de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para que os salários nas universidades sejam aumentados. De toda a arrecadação, 75% do excedente seriam utilizados para o pagamento de professores e funcionários, 5% para a assistência estudantil e 20% para investimentos nas universidades. Apesar de os docentes apoiarem as reivindicações estudantis e serem contra a desocupação violenta da reitoria pela polícia militar, eles defendem que têm autonomia de decidir pelo encerramento da greve ou não, independentemente do movimento discente.

"Os estudantes, quando decidiram ocupar a reitoria, não consultaram a Adusp. A Associação em momento nenhum participou da ocupação da reitoria. É curioso que se faça esta vinculação entre os professores saírem de greve e o movimento discente. Como se fosse um crime os docentes saírem de greve por causa dos reajustes, mas o reajuste era um item de pauta!", informou o assessor de imprensa da Adusp, Pedro Pomar.

Pomar ainda ressalta a legitimidade da suspensão da greve por parte da Adusp, afirmando que o governo estadual voltou atrás nas suas decisões: "A questão salarial era um item das reivindicações dos professores. Então, se os docentes decidiram sair da greve por esta questão, não haveria problema nenhum. O governo recuou claramente com seus decretos declaratórios, o que representou uma derrota política do governo".

Daniel Garcia/Adusp

BARRICADA À FRENTE DA REITORIA DA USP

Adunicamp também suspende greve

A Assembléia dos docentes da Adunicamp, realizada no último dia 14/6, além de encerrar as paralisações das atividades, deliberou que deveria ser elaborado um abaixo-assinado a favor da autonomia política, acadêmica e financeira das universidades públicas paulistas. O documento deve ser encaminhado como proposta de moção às congregações e ao Consuni pelos representantes de docentes, funcionários e estudantes.

Adunesp permanece em greve

Apesar das dificuldades, na Unesp, segue em greve. Para o presidente da Adunesp, Milton Vieira, a paralisação deve continuar porque o decreto declaratório não explica todos os aspectos de agressão à autonomia universitária; além de não aumentar efetivamente as verbas para educação. "Consideramos um grande avanço esta proposta da Cruesp. Mas tudo isto encontra-se dentro dos 9,57% que já está aprovado no orçamento deste ano. Nossa luta é que na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem, esta porcentagem aumente nas universidades, bem como a ampliação de vagas para os ensinos fundamental e médio e nas escolas técnicas e Fatecs de São Paulo."

Vitória na UFMA

Depois de oito dias de ocupação da reitoria da Universidade Federal do Maranhão, os estudantes conseguiram a constituição de uma comissão paritária entre os segmentos para propor nova resolução relativa ao uso dos espaços, a entrega da casa dos estudantes no próximo mês de outubro, a expansão do espaço do restaurante universitário e providências no sentido de contratar mais funcionários para melhorar o atendimento aos alunos, no prazo de 60 dias. O aumento do número de bolsas para alunos carentes e a disponibilização, na página da UFMA, das informações atualizadas relativas às receitas e despesas da universidade também foram conquistados.

Agenda Sindical

19/6 – Reunião Ampliada da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF)
Brasília (DF)

29 e 30/6 - Abertura do 1º Encontro do Coletivo Jurídico do Andes-SN – Gestão 2006/2008
Brasília (DF)

30/6 e 1º/7 - Reunião do Grupo de Trabalho Política Agrária & Meio Ambiente do Andes-SN
Brasília (DF)

30/6 – Reunião do Setor das Federais do Andes-SN
Brasília (DF)

1º/7 - Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais
Brasília (DF)

5 a 7/7 - Seminário Internacional - Auditoria da Dívida: estratégia de articulação latino-americana – Os reflexos da dívida pública sobre o desenvolvimento dos paises do 3º mundo e as soluções"
Curitiba (PR)

26 a 29/7 - 52º Conad do Andes-SN
Com o tema central: "Em defesa da Educação Pública, Construir a Unidade, Resistir e Avançar a Luta.
São Luís (MA)

Anote

Cinema ao meio-dia
O Centro Cultural Professor Horácio Macedo exibe, neste dia 19, dentro do projeto "Cinema ao meio-dia", o filme "O maior amor do mundo". No dia 28, é a vez de "Cinema, aspirinas e urubu". As exibições ocorrem no Salão Nobre da decania do CCMN.

Fórum Poesia
Reynaldo Valinho Alvarez é o homenageado do projeto Forum Poesia de 2007, que acontece nesta quarta, 20 de junho. O evento será realizado no Salão Dourado do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, às 19h, com entrada franca. Também subirão ao placo tradutores, editores, produtores, atores, professores e artistas plásticos. Todos com uma "carreira" em comum, a de poeta.

Apresentação musical
No projeto "Prata da Casa" do Centro Cultural Professor Horácio Macedo, haverá a apresentação do grupo Camugerê, com clássicos do samba e choro, no próximo dia 28, no auditório Roxinho, às 12h30.

Aula Mínima

Luiz Carlos Brito Paternostro*

A bem da verdade, que importa hoje que todos venham a saber que o Reuni, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, foi produzido no Banco Mundial? Pois foi dito por um conselheiro - e parece que o Conselho Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na sessão do dia 14 de junho, concordou, já que não se ouviu qualquer protesto - que aquela pro-cedência era evidente. Basta ouvir a gravação da sessão, disponível em http://tv.ufrj.br/consuni/video_consuni_20070614000001.ram.

Isto deve querer dizer que já saímos das preliminares. Já não vale a pena tentar negar ou esconder que as autoridades brasileiras em educação são lobistas do capital, que a educação é um serviço e que o financiamento da universidade pública passa pela adesão às metas das transnacionais do ensino - rastejar cuidadoso, é claro, para o melhor aproveitamento possível, mas sem perda de tempo, pois tempo é literalmente dinheiro.

Ora, - também foi dito - por que tanta indignação com o Reuni, se há outros dispositivos ventríloquos como ele, como o Proinfra? Mais importante é defender o pragmatismo da adaptação dos nossos (sic) projetos àquela realidade, isto é, aos fatos: sem adaptação, não há recursos.

Por isso, o Consuni não vai alterar qualquer calendário na adesão ao Reuni. Como também não lhe cabe discutir qualquer artigo, parágrafo ou inciso do decreto presidencial. À Comissão para a adaptação da UFRJ ao Reuni cabe, sim, corrigir as inconsistências. Os bons (sic) projetos, bem consolidados, bem articulados, compatíveis com o estabelecido no decreto, vendáveis, isto é, viáveis, serão levados ao escrutínio do governo federal, para que os seus notáveis especialistas e assessores internacionais verifiquem o zelo com que violamos a autonomia, garantida na Constituição pelo povo brasileiro à sua universidade para que esta exercesse, em favor do povo, um pensamento crítico e independente.

José Leite Lopes proferiu a Aula Magna da UFRJ em 2005, um ano antes de morrer. Falou de um grande país, de uma grande universidade, de pesquisa de ponta, da qualidade do ensino, de luta, e de utopia. Falou da Universidade de Brasília dos anos 60, com o seu projeto de formação integral, até a profissão, para todos os que nela ingressavam. Falou do "mito da transferência de tecnologia", das proibições de "contratação de novos pesquisadores nos institutos de pesquisa, nas universidades". Embora ele acreditasse que "felizmente, no Governo atual [2005] essas dificuldades desaparecem", quando fala de recursos é para lamentar os "salários irrisórios" dos professores-pesquisadores, a falta de investimento, a pressa "em imitar aspectos do modelo norte-americano", a "adaptação ao regime e à tradição das empresas privadas, importadoras de conhecimento e tecnologias desenvolvidas no estrangeiro".

Coube ao Reitor da Universidade Federal da Bahia, Naomar Almeida Filho, proferir, também na UFRJ, a Aula Magna em 2007. Currículo Mínimo, Universidade Mínima e, ele espera, Custos Mínimos. Também falou da Universidade de Brasília, na qual já haveria sido implementada nos anos 60 a proposta da Universidade Nova, a ser implantada na Universidade Federal da Bahia em 2008. Segundo ele, o projeto educacional de Anísio Teixeira seria o inspirador de tal proposta. E também o modelo de Bolonha, isto é, da OCDE. Portanto, e ninguém se importa mais com isso, do Banco Mundial: dispersão curricular, endividamento, certificados de mediocridade e submissão para todos, profissão remunerada só para alguns.

Falta ainda amarrar a coleira no pescoço de cada estudante, de cada professor, de cada funcionário. Ninguém está enganado. A cada um a sua responsabilidade no processo.

* Professor da Escola de Comunicação

ATENÇÃO

Sobre os aposentados que foram atingidos pela Classe de Associado

Conforme anunciamos na edição passada, a reitoria decidiu voltar atrás na orientação recebida pelo Ministério do Planejamento e voltou a pagar as vantagens dos artigos 192 II, da Lei 8.112, e 184 I, da Lei 1.711, para os professores adjuntos e titulares aposentados com base nos critérios adotados antes da criação da Classe de Associado.

Vitórias na ocupação da USP

Após 50 dias, os estudantes e funcionários desocuparam a reitoria da USP com a conquista de algumas reivindicações. Por meio de um termo de compromisso assinado pela reitora Suely Vilela, o movimento obteve a garantia de criação de mais 334 vagas em moradias estudantis (198 no *campus* Butantã, 68 em Ribeirão Preto e 68 em São Carlos), além de reforma dos alojamentos já existentes. Dentro de seis meses, a administração da universidade também passará a oferecer café da manhã e almoço no restaurante universitário central da instituição, no Butantã, além de providenciar aumento da circulação dos ônibus internos nos finais de semana nesse mesmo *campus*.

Ficou firmado no acordo, que não haverá punição dos participantes da ocupação e da greve e o reconhecimento da legitimidade do V Congresso da USP, a ser realizado em 2008, para modificação do estatuto da instituição.

Serão feitas, ainda, reuniões entre integrantes do movimento e da reitoria para apreciação de propostas relativas à contratação de novos docentes e construção de novos prédios para unidades acadêmicas.

Assembléia Geral

27 de junho **10:30**
quarta-feira

Auditório G-122
Centro de Tecnologia - Bloco G

Pauta:
1) Campanha Salarial
2) Reuni
3) Escolha de delegados à Plenária dos SPF's

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 543 26 de junho de 2007

Editorial

O apagão universitário

A crise atual do sistema aéreo brasileiro é um retrato preciso do que acontece no país em outros setores. Somente após uma tragédia que custou a vida de dezenas de pessoas, o problema apareceu. A irresponsabilidade pela falta de investimentos e de planejamento é total. Equipamentos obsoletos, falta de pessoal, condições de trabalho precárias desrespeito aos usuários somam-se para produzir o caos aéreo. E, pior ainda, passados vários meses, apesar das declarações pomposas do governo, a situação continua a mesma. A grande imprensa não aprofunda o assunto e omite que o caos aéreo é, na verdade, uma rotina para milhões de brasileiros que, morando na periferia das grandes cidades, enfrentam diariamente os mesmos problemas para chegarem de ônibus, trem, vans, até seus precários locais de trabalho.

Embora na universidade brasileira o drama seja outro, enfrentamos o mesmo tipo de problemas. Durante os oito anos do governo FHC e os quatro do primeiro mandato do governo Lula, a grande imprensa e os órgãos oficiais do governo fizeram uma intensa campanha exaltando as " excelências " da educação no país. Tudo parecia uma maravilha. Apenas os sindicatos de professores, educadores e outros trabalhadores em educação alertavam para a farsa da manipulação de dados oficiais. Foi preciso que os órgãos internacionais que monitoram e levantam o " mercado em educação" no mundo todo chamassem a atenção para a realidade: apesar de gastar muito, nossos governantes não conseguem cumprir uma de suas obrigações fundamentais, a de oferecer ensino de qualidade para nossos jovens.

Continua na página 2

Editorial

Continuação da capa

A comunidade universitária sabe disto tudo, estuda o problema, vive diariamente suas conseqüências. Mas são poucas as vozes críticas. Novamente cabe aos sindicatos o papel de mostrar a distância entre o discurso oficial e a realidade. Devemos repetir o tempo todo: educação não é mercadoria, é direito; educação precisa de investimento e tempo para mostrar seus resultados; governos de países pobres devem multiplicar esforços na educação de seus jovens. Não estamos, nem nunca estivemos, satisfeitos com o sistema atual. Mas não podemos confundir nossas críticas com remendos mal feitos, com propostas superficiais, com medidas que agravam ainda mais nossa já precária situação. Tampouco podemos abrir mão de ver que a crise na educação brasileira não é um problema isolado e temporário. Apontamos que suas raízes profundas estão no modelo econômico e ideológico que foi e é imposto ao país. Num mundo que avança através do conhecimento e da tecnologia, em constante inovação, qual o papel da educação para um país cuja economia gira em torno de exportar produtos agrícolas e matérias-primas? Não é um acaso que o MEC é um ministério de segunda categoria, sempre atrelado à área econômica, que dita os rumos políticos do país.

Nossa crítica mais profunda, a que mais incomoda os velhos e os novos conservadores é mostrar que os caminhos atuais não são únicos, que existem alternativas melhores, que é importante, fundamental, que a universidade brasileira, neste momento, afirme sua contribuição para o progresso de nossa sociedade. Não concordamos com o papel submisso e servil que boa parte de nossa comunidade acadêmica tem demonstrado. Aqui mesmo na UFRJ, existem projetos inovadores, de melhores cursos, de aumento de vagas, de crescimento de áreas que não são privilegiadas atualmente pelos órgãos de fomento. Consideramos que é fundamental que estes projetos apareçam, que sejam assumidos por nossos dirigentes. E também alertamos que aventuras tipo "Reuni" não são soluções para estas reivindicações. O governo Lula, infelizmente, não elaborou uma proposta para a educação no país que possa significar uma mudança real de rumos. Pelo contrário, insiste em remendos, em decretos, em projetos vazios, em contingenciar recursos. Enquanto isto, não discutimos as questões de fundo, apenas presenciamos o espetáculo grotesco dos escândalos de todos os dias. Não aparece, por exemplo, qual o sentido do recente fracasso das negociações entre países pobres e a União Européia e EUA. Afinal, por que Brasil e Índia são acusados pelos países dominantes de "exigir demais", se tudo o que pedimos foi menos protecionismo aos produtos agrícolas no primeiro mundo e melhores condições de importar produtos tecnológicos? A negativa foi deles, não nossa. Devemos simplesmente aceitar as exigências impostas? Ou procurar outros caminhos? Onde estão as análises que mostrem que o "modelo" de comércio com educação, vendendo diplomas a distância, vai diminuir nossa precariedade? Estão aí os estudantes da USP e da UFRJ para mostrar suas discordâncias com a situação atual. Nem todos seguirão os mesmos caminhos, mas o silêncio frente aos enormes problemas que se acumulam no país tampouco é uma opção política aceitável. E o "apagão" está presente para nos lembrar, mais uma vez, para onde a política oficial conduz o país.

Agenda Sindical

30/6 e 1º/7 - Reunião do Grupo de Trabalho Política Agrária & Meio Ambiente do Andes-SN
Brasília (DF)

30/6 – Reunião do Setor das Federais do Andes-SN
Brasília (DF)

1º/7 - Plenária Nacional dos Servidores Públicos Federais
Brasília (DF)

5 a 7/7 - Seminário Internacional - Auditoria da Dívida: estratégia de articulação latino-americana – Os reflexos da dívida pública sobre o desenvolvimento dos países do 3º mundo e as soluções"
Curitiba (PR)

13/7 – Reunião do GT Ciência e Tecnologia do Andes-SN
Belém (PA)

13/7 – Debate sobre Universidade Nova
Lavras (MG) – com organização do Andes-SN e Adufla

26 a 29/7 - 52º Conad do Andes-SN
São Luís (MA) - Com o tema central: "Em defesa da Educação Pública, Construir a Unidade, Resistir e Avançar a Luta.

Anote

Curso de Aperfeiçoamento em Ensino de Ciências e Biologia

O Programa de Educação, Gestão e Difusão em Biociências, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ, oferece gratuitamente o Curso de Aperfeiçoamento em Ensino de Ciências e Biologia - Turma 2008. Pré-requisito para pós-graduação *lato sensu* gratuita, professores de ensino fundamental e médio da área de Ciências são estimulados à pesquisa, ao acesso ao conhecimento científico atualizado e à busca das discussões pedagógicas fundamentais à prática docente. Atualmente, os professores que realizam a especialização obtêm o certificado de aperfeiçoamento com duração de um ano. A partir daí, podem se candidatar à pós *lato sensu* e desenvolver uma monografia, em até dois anos, que deverá ser defendida para a obtenção do diploma de especialista em Ensino de Ciências e Biologia. A coordenação é da Profª. Drª. Denise Rocha Corrêa Lannes. Mais informações: latosensu@bioqmed.ufrj.br

Cursos na EMERJ

A Escola da Magistratura do RJ oferece, em julho, curso da artista plástica Lena Bergstein. Ela ministra "Imagem e texto na História da Arte", às segundas-feiras, às 18h30. O programa trata das relações entre as artes plásticas e a escrita da pré-história ao surgimento dos livros. Os cursos são realizados no Cultural EMERJ, Av. Erasmo Braga, 115 - 4° andar (Centro). Mais informações pelos telefones: 3313-3366 | 3313-3368; ou através do site www.emerj.rj.gov.br

Seminário Corpos Telúricos

Neste dia 26, acontece o Seminário Corpos Telúricos no qual, além de palestras internacionais, lançamento de livro e performance, será apresentado o video-dança "Passo a Passo". O evento, aberto ao público, começa a partir das 17h, com entrada franca, no auditório Leopoldo de Meis, no Centro de Ciências da Saúde.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Conselho de Saúde rejeita fundações

Mas ministro afirma que não vai respeitar decisão do colegiado

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) reprovou no dia 13 de junho, por 20 votos a 14, a adoção do modelo de fundações estatais para os hospitais públicos proposto pelo ministro José Gomes Temporão. Mas, com o autoritarismo que vem se tornando marca do governo Lula, Temporão garantiu que a decisão não altera seus planos de enviar o projeto, assim que concluído, ao Congresso. O modelo das fundações estatais prevê autonomia de gestão e regime de CLT para funcionários de hospitais. "Quem governa é o governo", disse Temporão em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo. Mas, no mesmo jornal, a atitude do ministro repercutiu muito mal: "Se o ministro insistir, será um desrespeito à lei, porque o conselho tem poder deliberativo. Podemos entrar na Justiça", afirmou o presidente do CNS, Francisco Batista Júnior.

A idéia, que autoritariamente poderá ser encaminhada ao Congresso, regulamenta a criação da Fundação Estatal de Direito Público em certas atividades que envolvam prestação de serviço. A proposta prevê o fim

da estabilidade para funcionários, seleção por concurso público e fiscalização da gestão pelo Tribunal de Contas da União e Ministério Público. Hospitais teriam autonomia de gestão e recursos seriam repassados sob o compromisso de a instituição cumprir metas. Para a maioria dos integrantes do conselho, no entanto, a medida fere os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), ao terceirizar a administração e impedir o controle social. Os opositores da medida acreditam, ainda, que o modelo não evita o uso inadequado dos recursos, uma vez que fundações são sempre uma porta aberta para uso político de cargos.

Governo passa atestado de incompetência

No debate que antecedeu a votação, a secretária da 12ª Conferência de Saúde, Conceição Resende, observou que a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, do qual originariamente surgiu a proposta de fundações estatais, assina um atestado de incompetência, pois disponibiliza os recursos públicos para serem administrados pela iniciativa privada. Conceição afirmou que os trabalhadores têm que defender contra este projeto, pois a Saúde é um direito, assim como a estabilidade de emprego. Disse ainda que quem tem privilégio é quem está no poder, trabalhador tem direitos e não tem que ter vergonha de defender seus direitos.

Após a votação, representantes do governo ainda tentaram manipular a reunião com a proposição de que se continuasse o debate, mas o presidente do Conselho encaminhou que serão debatidos todos os modelos de gestão do SUS, e não especificamente Fundação Estatal de Direito Privado.

Sintufrj em greve há 26 dias

Os servidores técnico-administrativos da UFRJ, em greve há 26 dias, realizaram uma assembléia-ato na última quinta-feira, 21. O protesto foi nas escadarias do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no Largo de São Francisco e cumpriu com seu objetivo. A categoria dialogou com a população e explicou os motivos da greve, conquistando a adesão de centenas de pessoas ao abaixo-assinado contra a transformação dos hospitais de ensino e federais em fundações estatais, uma das bandeiras de luta desta greve dos técnicos das universidades em todo o páis. Ao todo, 43 institutições de ensino superior estão com seus quadros técnicos parados. A categoria luta também por acertos na carreira acordados com o governo federal em 2005 e até agora não cumpridos. Estes acertos, segundo o coordenador do Sintufrj Marcílio Lourenço, dizem respeito na sua maioria aos funcionários de nível superior. "Estamos em luta também por um piso na tabela salarial dos Técnicos-Administrativos de três salários mínimos e por um reajuste no *step* entre os níveis de 5%, o que representará um reajuste para toda a categoria", comentou.

O abaixo-assinado sobre os hospitais coletado pelos sindicalistas no ato do dia 21 será enviado ao presidente Lula pelo Comando Nacional de Greve da Fasubra. O documento é contra o anteprojeto de desvinculação dos hospitais universitários do Ministério da Educação para serem gerenciados por Fundações Estatais de Direito Privado.

Sintufrj/Niko Jr

ATO DE GREVE NO IFCS

"Arraiá dos sem aumento" na Cinelândia

Márcilio informa que nesta quarta-feira, as categorias de técnico-administrativos das universidades do Rio em greve organizarão uma "Universidade na Praça", famosa atividade de mobilização que acontecerá a partir das 15h na Cinelândia, no Centro do Rio.

A idéia, segundo o diretor é montar um "Arraiá dos sem aumento", e espera contar com a participação de estudantes e professores nos estandes organizados pelo Sindicato.

Resenha

Fox investigado por causa de Oaxaca

A Suprema Corte de Justiça do México decidiu constituir uma comissão para investigar supostas violações aos direitos individuais em Oaxaca, estado ao sul daquele país, durante conflito iniciado há um ano. A Corte determinou em primeira instância que o ex-presidente Vicent Fox esteja entre os investigados. Foram citados também o governador de Oaxaca, Ulises Ruiz, do Partido de Revolução Institucional (PRI), e o atual procurador-geral Eduardo Medina, que comandava a Secretaria de Segurança Pública no segundo semestre de 2006. O presidente da Corte, juiz Guillermo Ortiz, se pronunciou a favor de que a comissão tenha entre seus principais objetivos determinar se a omissão das autoridades federais em intervir a favor da segurança dos cidadãos "alimentou os enfrentamentos vividos em Oaxaca" *(Portal Vermelho, 20/6).*

Para pagar juros, R$ 23,4 bilhões

Não é difícil saber porque não existe dinheiro para as políticas sociais. Impulsionado pela forte arrecadação de impostos e contribuições, o Brasil bateu recorde histórico de economia para pagamento de juros em abril. O chamado superávit primário (receitas menos despesas, descontados os juros da dívida), informou o Banco Central, ficou em R$ 23,458 bilhões, três vezes mais que em março. No ano, o saldo acumulado é de R$ 50,732 bilhões *(O Globo, 20/6).*

Cota para filhos de policiais?

Os cotistas das universidades estaduais do Rio podem ganhar companhia em breve. Aprovado pelo plenário da Alerj recentemente, o projeto de lei 170/2007, do deputado Álvaro Lins (PMDB), estende o benefício a filhos de policiais, bombeiros e agentes penitenciários mortos em serviço. Lins explica que a nova "classe" entraria nos 5% de vagas reservados a portadores de deficiência e indígenas, que não estão sendo totalmente ocupados. O governador Sérgio Cabral diz que só sancionará a lei após análise de sua constitucionalidade. Discussão do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa da Uerj criticou a inclusão de mais uma categoria no já polêmico sistema de cotas.

Andes-SN

Pacote do ensino superior em debate

Docentes e estudantes criticam metas do governo, que aprofundam a precarização das condições de trabalho, e a falta de investimento que viabilize a expansão das universidades

Andes-SN/Ricardo Borges

As mudanças propostas pelo governo para o ensino superior foram debatidas no seminário *As Novas Faces da Reforma Universitária*, realizado nos dias 14 e 15 de junho, no auditório Dois Candangos da Universidade de Brasília (UnB). O evento foi promovido pelo Andes-SN e pela ADUnB.

A mesa de abertura contou com a participação da representante do MEC, Ieda Diniz, que falou sobre a Universidade Nova, o Reuni e a criação do professor-equivalente. Entre as diretrizes apresentadas pelo MEC estão a ocupação de vagas ociosas nas universidades, aumento do número de vagas, mobilidade estudantil, revisão da estrutura acadêmica e a articulação da graduação com a pós-graduação. A representante do ministério anunciou as principais metas do governo, impostas via decreto: a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação de 60% para 90% e a elevação da média de alunos por professor - de 9,8 para 18.

Segundo Ieda Diniz, cada instituição adotará formas para se reestruturar e se expandir. "O ministério não tem nenhum modelo. Cada instituição vai procurar a sua produção interna acadêmica para participar do projeto, cada uma no seu tempo, no modelo que julgar mais conveniente para a sua realidade. O que nós estamos fazendo é um detalhamento para orientar as universidades a inserirem os seus programas de uma forma a atingirem, minimamente, as diretrizes e as metas do decreto. Esses projetos devem ser aprovados, obrigatoriamente, pelos conselhos superiores e devem também apresentar cronogramas de execução. Faremos o acompanhamento, por meio de mecanismos que o ministério já possui", disse Ieda. Anunciou ainda que a expectativa do MEC é começar a receber, a partir de setembro, os projetos das universidades para reestruturação interna. A representante do MEC afirmou que a Universidade Nova, apresentada pela Ufba, é apenas uma possibilidade.

Sobre a criação do professor-equivalente, afirmou que foi um entendimento estabelecido entre o MEC e o Ministério do Planejamento. "Atendendo aos anseios das universidades, criamos essa figura, que é um instrumento de gestão administrativa de pessoal docente. Esse instrumento estabelece um banco para cada instituição que contabiliza os professores efetivos e os substitutos. A referência orçamentária é ao professor adjunto 1, 40 horas", afirmou Ieda. Acrescentou que o banco possibilitará que as instituições, "na medida em que houver vacâncias, possam, automaticamente, fazer reposições de pessoal sem terem que responder ao Ministério do Planejamento e ao MEC". Ieda disse que estão sendo feitos ajustes nesse banco de professores-equivalentes e que, em julho, deverá ser editada uma portaria que regulamentará essa "figura".

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, avaliou que o MEC quer atingir as metas de oferta da educação, de número de cursandos e de certificação, sem o acompanhamento de metas de investimento, ou seja, sem a contrapartida financeira necessária. "Se se pretende ter uma quantidade maior de alunos no ensino superior, uma relação maior de alunos por professor, nós temos que discutir as condições para tanto sem a educação básica. Se na Europa essa proporção (aluno-professor) é maior do que no Brasil, ela se deve à educação básica, que também é maior. Outra questão diz respeito às condições materiais e físicas", afirmou Rizzo.

O professor Paulo Rizzo enfatizou que o Sindicato Nacional vê com preocupação o artigo 1º do decreto que institui o Reuni, cujo objetivo é criar "condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais".

"Nossa preocupação é em compreender o que seria esse melhor aproveitamento dos recursos humanos existentes nas universidades. Afinal, os recursos humanos hoje não estão sendo bem aproveitados?", questionou Paulo Rizzo. Acrescentou que está havendo, dentro das universidades, forte rejeição ao decreto, por se perceber uma desconsideração ao trabalho realizado pelos docentes.

"O professor-equivalente vai possibilitar um investimento em recursos humanos que efetivamente dê condições para a expansão prometida nessas universidades? O decreto prevê que será dobrado o número de alunos por professor, com os mesmos recursos que o MEC conta hoje. Não são recursos novos", afirmou Rizzo.

Segundo Paulo Rizzo, há uma desmotivação generalizada nas universidades, com incertezas por parte dos estudantes e insatisfação dos docentes. Para ele, o que está por trás desse decreto é o aprofundamento da precarização do trabalho docente.

O presidente do Andes-SN deixou claro que o Sindicato quer discutir o processo de expansão do ensino superior público no país, mas avalia que é preciso que haja valorização do trabalho docente e que sejam oferecidas condições físicas e materiais para esse desenvolvimento. "Como nós vamos aumentar o número de alunos nas universidades sem oferecer as condições para estudar e ensinar? Não se trata apenas de contratar mais professores; isso também, mas é preciso, principalmente, investir nas condições estruturais", afirmou o professor.

Sobre a elevação da meta de conclusão média dos cursos para 90%, o presidente do Andes-SN avaliou que isso só será possível se for por aprovação automática. Para ele, os docentes não aceitarão o decreto com as exigências propostas, por ser inviável. Informou que o Sindicato Nacional está apresentando uma proposta de reivindicação salarial que eleva o teto para R$ 17 mil. "Entendemos que é hora de começarmos a ter conversa de gente grande. Os nossos salários serão congelados por dez anos, conforme prevê o PAC, e ainda vamos ter que dobrar o número de alunos por professor! A apresentação dessa reivindicação é uma das formas que o Sindicato apresenta para, nesse debate, sobre o desenvolvimento e a expansão da educação no nosso país, expressar a necessidade de valorização do trabalho docente", concluiu o professor Paulo Rizzo.

A representante da Frente de Luta contra a Reforma Universitária, a estudante Luísa Oliveira, questionou a qualidade de ensino que o governo busca, ao aumentar o número de estudantes em sala de aula, sobrecarregando os docentes. Questionou também até que ponto está sendo respeitada a autonomia das universidades para discutir a expansão, uma vez que o MEC impõe metas "inviáveis". "Educação não se faz por decreto, mas sim, por uma ampla discussão com a sociedade, com o movimento estudantil, com o movimento docente e com os servidores. Somente assim poderá ser assegurada a autonomia das universidades", avaliou a estudante.

Os docentes presentes ao seminário manifestaram fortes críticas ao decreto por seu caráter autoritário, uma vez que não há uma discussão efetiva sobre a reformulação e expansão das universidades. Foi apresentada também preocupação quanto ao impacto do aumento do número de estudantes, o que implicaria em maior espoliação do trabalho docente e em ensino de baixa qualidade.

A presença da representante do MEC foi comemorada por um estudante, que destacou o fato de o ministério ter sempre se ausentado de debates com os movimentos docente e estudantil. O MEC não participou das demais mesas do seminário.

Fonte: Andes-SN

Andes-SN

Formação de professores não deve se dar unicamente por ensino a distância

Camila Gonzalez*

Na segunda palestra do Seminário *As Novas Faces da Reforma Universitária*, discutiu-se educação a distância e a formação de docentes. Ceres Torres, professora aposentada da Universidade Federal de Pelotas, enfatizou que a formação de professores não deve acontecer a distância, pois o contato dialógico e presencial entre professor e aluno é fundamental para formação de ambos. Entre os vários problemas que ela citou, está o da perda da sociabilidade; o que deveria ser a construção conjunta de conhecimento torna-se apenas transmissão de conteúdo; a preocupação quantitativa do MEC em apenas querer saber quantos professores estarão formados em licenciatura, sem discutir a qualidade dessa formação.

Para Ceres, "o ensino presencial não pode ser substituído, deve ser trabalhado conjuntamente com o ensino a distância, um complementando o outro". Segundo ela, não há uma política pública para a formação de professores no Brasil. "As preocupações limitam-se apenas às estatísticas, portanto, torna-se perigoso esse crescimento de pólos de ensino a distância, que na maioria dos casos funcionam sem fiscalização, apenas para atender interesses mercadológicos".

Vani Kenski, pesquisadora e orientadora há dez anos na área de formação de professores e educação a distância, falou sobre os pontos positivos e negativos em relação aos temas, defendendo, sobretudo, uma educação de qualidade, independentemente da modalidade de ensino. Segundo Vani, o ensino a distância cresce cada vez mais, e esse crescimento não pode ser ignorado, sendo uma alternativa que garantiria o acesso de um maior número de brasileiros ao ensino superior. Para isso, deve-se buscar alternativas que garantam um ensino eficaz e de qualidade, já que grande parte desses pólos funciona em condições impróprias. O problema do ensino a distância, portanto, estaria menos ligado à modalidade e o espaço em que é ministrado, e mais na falta de investimento para formação de professores capacitados nessa forma de ensino.

O público participou levantando questões para a discussão, como o fato da grande parte desses pólos de ensino a distância funcionar em condições físicas e metodológicas precárias; a confusão no entendimento da educação a distância como puramente tecnológica; a distinção entre o que é público e privado; a distinção entre natureza política e ideológica; a questão da mídia servir apenas como um complemento do ensino presencial; o que seria mais válido? Investimento em ensino a distância ou presencial?

Tanto Vani como Ceres concordam que o grande problema está nos interesses mercadológicos de instituições que apóiam esses cursos a distância, que estão mais preocupados em vender equipamentos e tecnologias e, nas políticas do MEC, que não fazem levantamentos e a fiscalização da qualidade dos cursos. Por isso, a necessidade de discutir essas "novas faces da reforma universitária", para poder lutar, pelo que é o interesse de todos que primam pela educação e o ensino de qualidade.

* Estagiária (imprensa do Andes-SN)

Adufrj-SSind no seminário

No Seminário As Novas Faces da Reforma Universitária, representou a Seção Sindical dos Docentes da UFRJ o diretor Salatiel Menezes. Na sua intervenção durante os debates, Salatiel Menezes fez um histórico de todas tentativas de reformas nas universidades, chamando a atenção para o fato de que estas reformas no Brasil não tinham o mérito de serem coisas decididas e estruturadas pela sociedade brasileira e educadores. "Eram as aplicações quase que *ipsis litteris* das instruções que vinham do Banco Mundial e do FMI, que tinham a linha-mestra que a gente já conhece há muito anos: evitar a todo custo que países do Terceiro Mundo se transformem em potências ou pelo menos em países auto-suficientes em tecnologia e deixem de ser totalmente dependentes e colônias tecnológicas dos países desenvolvidos", comentou.

Agruivo Adufrj-SSind

SALATIEL MENEZES

Salaliel lembrou que o Banco Mundial tem diretrizes que afirmam em seus documentos que países em desenvolvimento deveriam renunciar a universidades e a criação de conhecimentos. "Ou seja, a idéia é transformar países como o Brasil em um grande celeiro de mão-de-obra qualificada e barata". Por isso, na opinião do diretor, a reforma universitária está diretamente ligada às reformas trabalhista e previdenciária, "para baratear o custo desta mão-de-obra". "São diretrizes alienígenas aplicadas aqui como verdades absolutas", denunciou, sem que obtivesse resposta da representante do MEC no seminário, Ieda Diniz.

Opinião

Sobre meninos e vacas: Mais um desastre literário em um monólogo, para três cabeças. Trata-se de uma carta anônima, sem destinatário, embora se perceba que dirige-se a professores desta casa, por mim, aqui, transcrita; encontrada em papel pardo e quase ilegível, numa língua nativa e estranha, em uma escavação recente, quando da execução de parte de um projeto em parceria com a unipetro, que tem como finalidade descobrir como é composto o lodo de que são feitas as ilhas e pensamentos desta universidade.

Ricardo Kubrusly

Desde já, encantado, te prometo o mar e me dizes: o mar é pouco. Eu mesmo o fiz, com minhas lágrimas, meu sangue. Pulso cortado aos céus dessa universidade (Oh! metáfora entre-dentes, Oh! saudoso ruminar de esperas!). Tento voltar ao Zaratustra, ao louco do Pavilhão 9, a um pasto de idéias e de fatos, de vacas e poetas, à tensão entre o orgasmo e a filosofia, recuperar o nariz desperdiçado na conquista dos espaços cósmicos e me dizes: o mar é pouco. Apontas-me o fracasso, as ilhas nuas e seus narizes protuberantes: crianças, crianças pelas ruas, pelos corredores, por dentro de nossas peles a correr desembestadas, vestidas de aço, nuas. Eu te interrompo, e dizes não! Dou-te então, o que mais tenho, o céu, essa fronteira augusta entre real e a criatura, realidade pura, de matéria sonho, entre o que não é por não querer-se e o que não pode para além de ser, e me dizes, novamente, não, dizes que não me entendes, não, azul vermelho não! Não quero as cores dos teus céus e gritas. E gritas, como se fosses outra: Pelo extermínio das crianças uniformizadas de miséria, como mulheres negras, como judeus errando um portugal amedrontado. E gritas pelo extermínio do igual mas diferente, pela perpetuação do mesmo, como se o mar e o céu que tu não queres, se negasse a receber qualquer dos seus rios, ou suas miradas. Se o céu não queres, ou o mar, te entrego um coração sem medo, não orientável, onde o sempre agora se destina ao Rio, por dentro e por fora e por todo destino precário, onde a felicidade existe ao lado da ilusão etérea e as vezes necessária, onde a luta continua e nela existimos com nossas possibilidades, onde o futuro é já. Tu gritas não, encarcerado nas verdades lúcidas da concha, e ainda pensas, (até quando?), como um peixe em seu aquário, ser o tudo o que deveras é, um paralelepípedo sem sonhos, aprisionado na falsa transparência de suas idéias repetidas. Finalmente me entrego, corpo alma, pensamentos, ao compromisso fausto de um suposto livro e me lembro o poeta per-guntando: trouxeste a chave? Onde as verdades luzem prometidas e resplandecem como a existência dos arco-íris: ser luz em todo canto e não ser nada. Repito: ser luz por todo o canto é não ser nada. Sou teu meu querido, e me dizes não, posto que já me tinhas no cativo do esquecimento das tuas palavras conseqüentes e na espera sempre e vã, de algum New Yorker e suas bênçãos. Sempre e sempre antes que as vacas mujam novamente e os cachorros travestidos de crianças, uniformizadas de miséria, re-provem a conjectura indecidível desta ilha e seus desterros, aquela mesmo que nós (eu e vc.) provamos, cotidianamente, nesses corredores invadidos pelo medo. Da capo.

Desde já desencantado não te prometo nada, o mar, me dizes, é apenas o mar e seus desígnios e eu me calo. Olho para ti sem procurar compreender-te, sem lágrimas e bebo teu sangue frouxo jorrado de pulsos histéricos, concretos na metáfora esquecida dos nadas. Zaratustra esta morto entre deuses mortos, tensão alguma agoniza entre as fotografias, as vacas pastam um capim sem filosofia, o mar é tudo e as ilhas desaparecidas já desistiram há muito de serem ilhas. Narizes de pedra distinguem matizes de lógicas e acontecimentos. O mar é tudo e o real colapsa em realidades simples, que nossos números governam. Das crianças afogadas já não se percebe o cheiro. Sou teu repasto exótico nas viagens transoceânicas. Tu és, enfim, a bênção americana desfraldada, o paradoxo desvendado que se revela apenas e tristemente o paradoxo desvendado, livre do mistério que o constituía, das crianças encapuzadas de miséria, capazes finalmente de serem destinos nesses corredores desertos de homens e idéias. Parabéns! Tu és a chama fria que buscavas com teus números, os botões dos teus controles remorsos, o projétil iluminado em que nos transformamos. Da capo.

Em um outro fragmento de papel semi-desfeito encontramos esses textos esparsos:

Em cartas, o tempo tem outra dimensão. O Hoje que te escrevo é sempre um amanhã desconhecido.

E logo depois:

... quando a morte, vestida de mãe e em onça disfarçada, reconhecendo sua derrota para o amor, despede-se do velho professor apaixonado, ele interrompe sua retirada e a chama: Não vais agora. Ela há de me fazer sofrer e tu me consolas. Mão de mãe não fere, a dor não deixa marcas.

As escavações continuam...parece que há sempre algo que escapa à solvência unânime do lodo.

Opinião

A invasão da Reitoria pelo REUNI

Observatório da Universidade*

Um processo de reformulação acadêmica invadiu nossas agendas há três semanas.

Essa invasão tem um só motivo: a promulgação do decreto 6.096, que instituiu o REUNI para reestruturar as Universidades Federais. Com efeitos negativos imediatos — maior carga de trabalho, menor qualificação do corpo docente e massificação do corpo discente. —, esse decreto abre espaço para os projetos de implantação da "Universidade Nova" e dos Bacharelados Interdisciplinares, de acordo com as regras de gestão financeira da educação superior traçada pelo governo e seus credores internacionais.

As metas governamentais para o REUNI vão muito além da questão da evasão e do aumento de vagas. Quem nos esclarece a esse respeito é o próprio Reitor da UFRJ. Ao final da primeira sessão pública com a Comissão encarregada da avaliação do PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), realizada em 18 de junho, Aloísio Teixeira deixou clara a intenção de se planejar, igualmente, a preparação para um mercado de trabalho desregulamentado e a universalização do ensino superior. Ainda segundo o Reitor, para se atingir essas metas na UFRJ e no Brasil é necessário vencer um duplo desafio: 1º - interno, contra a estrutura departamental; 2º - externo, contra os conselhos profissionais.

Portanto, não se trata apenas de propor um ciclo básico aqui e um bacharelado interdisciplinar acolá, como foram os casos, respectivos, da Escola de Engenharia e do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza. O ciclo básico tornar-se-á um Bacharelado Interdisciplinar, e o Bacharelado Interdisciplinar tornar-se-á um ciclo básico. As constantes intervenções dos membros da Comissão, durante as apresentações dos projetos das unidades, e a do Reitor ao final das mesmas, não deixam dúvidas de que todos os projetos apresentados deverão ser integrados em uma só proposta que reflita a essência do decreto presidencial.

Sem muito espaço para debate sobre a filosofia do decreto — o que contraria, uma vez mais, as atribuições iniciais da Comissão de avaliação do PDE —, os encontros com a comunidade acadêmica limitam-se a uma mera sucessão de apresentações de projetos, entre os quais dois tipos se destacam: aqueles que encarnam a filosofia da Universidade Nova, não raro assinados por integrantes da própria Comissão que irá julgá-los, o que gera, no mínimo, um problema ético; os que, por senso de oportunidade, foram reformatados para concorrer às supostas verbas adicionais. Muitos projetos de interiorização da UFRJ também foram apresentados: pólos em Macaé, além de estudos de outros projetos em Itaperuna, Região Serrana, Cabo Frio e Angra dos Reis, o que constitui uma novidade em relação ao PDI da UFRJ, discutido ano passado nas Unidades, mas ainda não aprovado no CONSUNI. Cada proposta, seja ela nova, ou de renovação, vem sendo acompanhada de extenso pedido de recursos diversos, elevando o orçamento final necessário para muito além do teto de 20% adicionais previstos no decreto. Essa tendência levanta dúvidas sobre a viabilidade financeira desses projetos sem que se ponham em risco as premissas de qualidade defendidas por todos os professores, apresentadores ou comissários.

Tanto empenho na implantação do REUNI por parte da administração superior da Universidade, do MEC e do governo federal sugere que os objetivos não se esgotam nas metas consensuais de redução da evasão e aumento de vagas. Até porque, se fossem metas de longo prazo, as IFES não teriam sido deixadas no estado de penúria em que se encontram. Testemunhamos processo semelhante na administração de algumas estatais no governo FHC, que foram sucateadas para depois serem vendidas a preço vil. Obviamente não se trata, aqui, de vender as IFES, mas de colocá-las a serviço da nova ordem econômica nacional que é a integração à economia globalizada, sob o domínio das grandes corporações. A invasão "recriadora" da UFRJ não é um processo apenas atual, vem ocorrendo paulatinamente. E um marco do sucesso desse processo foi a separação entre ensino e pesquisa, intensificada também a partir do governo FHC, que acelerou a clivagem entre professores e pesquisadores na universidade. A estratégia para lograr êxito nesse processo foi o " Paradigma de Financiamento da Pesquisa", através de bolsas de produtividade e editais, que colocou boa parte da comunidade de pesquisadores a mercê do governo central, seja ele do PSDB, ou do PT.

Tanto empenho na implantação do REUNI por parte da administração superior da Universidade, do MEC e do governo federal sugere que os objetivos não se esgotam nas metas consensuais de redução da evasão e aumento de vagas. Até porque, se fossem metas de longo prazo, não se teria deixado as IFES no estado de penúria em que se encontram. Testemunhamos processo semelhante na administração de algumas estatais no governo FHC, que foram sucateadas , para depois serem vendidas a preço vil. Obviamente, não se trata aqui, de vender as IFES, mas coloca-las a serviço da nova ordem econômica nacional que é a integração à economia globalizada, dominada pelas grandes corporações. A invasão "recriadora" da UFRJ não é um processo de agora, vem ocorrendo paulatinamente. Um marco do sucesso desse processo foi a separação entre ensino e pesquisa, intensificada também a partir do governo FHC que acelerou a clivagem entre professores e pesquisadores na universidade. A estratégia para lograr êxito nesse processo foi o "Paradigma de Financiamento da Pesquisa", através de bolsas de produtividade e editais, que tornou a comunidade de pesquisadores muito mais dócil ao governo central, seja ele do PSDB, ou do PT.

A introdução do projeto da Universidade Nova, pela atual administração da UFRJ, sob o pretexto de combater a burocracia departamental e os conselhos profissionais, se faz às pressas, sem uma ampla participação do corpo docente (a categoria de professor associado está privada de representação em todos os colegiados), discente (que provocou um veemente protesto na reunião do CONSUNI do dia 14 de junho) e técnico-administrativo (voltado para a campanha salarial e em greve de evasão). No plano externo, transfere para o mercado de trabalho a prerrogativa de definir como devem ser os graduados profissionais, sob o pretexto de que "os conselhos profissionais se tornaram meros cartórios" ao invés de cerrar fileiras com aqueles que entendem que os conselhos devem ser órgãos de defesa do exercício profissional, da Sociedade e do Meio Ambiente.

Os hospitais públicos e o ensino médio público são lições sábias, ostensivas e gritantes. Mas o "Projeto" prossegue acelerado, com o apoio de importantes segmentos de docentes, discentes e técnicos. E´ intrigante que essas lideranças pareçam acreditar que bastará a inserção dos filhos das famílias pobres, mesmo que em um ensino superior de qualidade reduzida, para assegurar uma revolução no ensino brasileiro.

Intriga, também, que essas lideranças favoreçam a um projeto que vê, no instável e indefinido mercado global, o norte para a política de formação de quadros de nível superior, ao invés de se voltar, prioritariamente, para o mercado interno, antiga bandeira da oposição democrática ao lema – exportar é o que importa, do ex-czar da economia , Delfim Neto, hoje aliado do governo de Lula. Daqueles tempos os atuais operadores do REUNI na UFRJ só conservaram o fervor nos ataques a seus críticos, dentre eles, aliados fraternos de outrora.

A busca de soluções para os problemas estruturais e conjunturais das universidades públicas deve ser feita de forma mais democrática e sustentável, antídoto contra a febre de planos efêmeros ou danosos.

---

* Observatório da Universidade é um blog mantido pelos professores Abraham Zakon(EQ), José Henrique Sanglard(EP), Leandro Nogueira Filho(EEFD), Luis Paulo Vieira Braga(IM,administrador), Luiz Eduardo Carvalho(FF), Maria Silva(FL). José Henrique e Maria Silva participaram como revisores.
http://observatoriodauniversidade.blogspot.com/

Adufrj-SSind

Docentes do CAp discutem aposentadoria

Cerca de 50 professores estiveram presentes na reunião organizada pela Adufrj-SSind, que foi representada por seus diretores Fernando Marinho e Sara Granemann, no Colégio de Aplicação da UFRJ, para discutir o atual modelo previdênciário. Os dirigentes foram acompanhados pela advogada Sayonara Grillo, assessora jurídica da seção sindical, que esclareceu aos professores as regras atuais de aposentadoria. De acordo com a advogada o Regime Próprio de Previdência Social, aos quais os servidores federais estão vinculados, possui regras "permanentes": "Esse 'permanente' deve ser visto com muitas aspas, porque hoje é um 'permanente' extremamente provisório", afirmou.

Com objetivo de apresentar aspectos gerais do modelo, foram expostas aos professores algumas hipóteses de aposentadoria, de acordo com o marco legal as quais se inserem.

A primeira regra geral diz respeito aos servidores que ingressaram no serviço público a partir do dia 1º de janeiro de 2004. Nessa situação, para conseguir a aposentadoria, o homem deve ter 60 anos e a mulher, 55. O tempo de contribuição deverá ser de 35 anos, se homem, e de 30, se mulher. O servidor também deve ter dez anos de efetivo serviço público e cinco anos no cargo cuja remuneração pretende levar para a aposentadoria A emenda, de dezembro de 2003, é chamada de "emenda Lula" por ter sido a primeira reforma da previdência do atual governo, mas a segunda reforma da previdência ocorrida desde os anos 90: "Essa é a aposentadoria regida hoje pelo chamado artigo 40 da Constituição Federal", explica Sayonara.

A segunda hipótese envolve os docentes que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003 (antes da emenda Lula). As regras desse período são transitórias. A diferença nesta "faixa" é que o servidor deve ter 20 anos de efetivo serviço público, 10 anos na carreira que se encontra e cinco anos de cargo que estiver para se aposentar. Neste caso, aumenta-se a contribuição para assegurar o provento integral.

Jaciara Celestino

PROFESSORES ACOMPANHAM EXPOSIÇÃO SOBRE PREVIDÊNCIA

Há ainda os servidores que ingressaram até 1998, mas não tinham direito adquirido. O tempo de serviço público, neste caso, aumenta para 25 anos efetivos, 15 anos de carreira e cinco de cargo. Este tipo de aposentadoria assegura integralidade e paridade: "Essa é uma aposentadoria difícil em termos de condições, mas, em termos de direitos, é melhor", explica Sayonara.

Previdência Complementar

A diretora da Adufrj, Sara Granemann, ressaltou em seguida que, na verdade, existem vinte possibilidades de aposentadoria: "Em um estudo minucioso, essas novas formas de aposentadoria são muito mais complexas do que eram até 1998. Em geral, combinam idade com tempo de contribuição, o que dificulta ainda mais sua aquisição. Em 1998, quando da aprovação da EC 20/98 nós fizemos simulações do tempo necessário para se conseguir as aposentadorias e o cálculo mostrou que o tempo de trabalho aumentaria em sete anos em média, o que não é pouco para quem ingressa cedo no trabalho, como no Brasil", esclareceu a diretora. A partir de janeiro de 2004, os servidores perderam a possibilidade de aposentadoria integral e o teto limite imposto na Constituição foi o do Regime Geral da Previdência Social (INSS): hoje, em torno de R$ 2.894: "O professor que tenha como salário R$ 3.800 terá como aposentadoria pública o valor de R$ 2.894 e ficará sem receber a diferença", explicou Sara.

Luta contra instituição da previdência complementar

A diretora expôs que esses mesmo servidores poderão ter a previdência complementar, o que é ainda mais complicado: "O governo Lula apresentou, no começo de março de 2007, uma minuta de projeto de lei para regulamentar a previdência complementar para os servidores públicos que ainda deve ser enviado ao Congresso, mas acredito que será uma das nossas principais lutas. Devemos impedir a sua aprovação. A partir de janeiro de 2004, todos os que ingressam no serviço público devem contribuir como no regime geral, que é 11% sobre R$ 2.894. Mas não há, em nenhuma universidade federal, ao que saibamos, um professor que esteja descontando esse valor. Todos continuam descontando como se tivessem direito à aposentadoria integral, isto é, 11% sobre a totalidade dos vencimentos, o então proposto na Constituição. Estão descontando dessas pessoas mais do que deveria ser descontado. Mas, enquanto não for instituído o fundo de pensão, a previdência complementar, e enquanto a contribuição previdenciária for descontada sobre a totalidade dos vencimentos, esses servidores talvez possam ter direito à aposentadoria integral, e esta é uma luta política", explicou Sara.

Na minuta do projeto e na Constituição, a previdência complementar é de natureza privada, o que, por sua natureza, não pode ser imposta ao trabalhador: "Algo que é privado é facultativo. Há quem chame de 'monstruosidade jurídica' o que se criou com a emenda constitucional nº 41/03. Nos artigos 40 e 202 da Constituição, define-se que a previdência complementar é de natureza privada, mas a emenda nº 41/03 diz que a natureza da previdência privada dos servidores é pública. O que poderia, na minha interpretação, eliminar a opção, o caráter facultativo da previdência complementar e tornar obrigatória a contribuição para essa nova previdência", esclareceu a diretora.

Para o servidor se filiar à previdência complementar, pelas contas do governo terá que descontar, para além dos 11% que lhe dará direito aos R$ 2.894 de aposentadoria, mais 7,5%, o que contabilizaria no mínimo 15% de contribuição sobres os vencimentos. Já os servidores públicos anteriores a 2003 que quiserem contribuir para a previdência privada terão a aposentadoria pública limitada ao valor máximo de R$ 2.890.

Ao se filiar à previdência privada, não importa se o servidor ingressou antes ou depois de 2003, o pagamento máximo da previdência pública será o correspondente ao teto do regime geral. Para quem já estava antes de 2003, esses anos serão calculados e o tempo de contribuição será chamado de benefício especial. E a terceira parte que poderá compor a aposentadoria viria do recolhimento feito à previdência privada. Então a aposentadoria do servidor que já estivesse antes de 2003 no serviço público constituir-se-ia de três fontes: "Com tal diversidade de fontes de pagamento, pode-se ter uma certeza: a aposentadoria não será integral.. As opções de fundo de pensão para os servidores em geral devem ser descartadas. Os cálculos das aposentadorias, desse modo já não são mais universais e são extremamente complexos quanto a tempo de contribuição, idade, relação salarial, carreira etc.", afirmou a diretora.

Anote

Cinema ao meio-dia
O Centro Cultural Professor Horácio Macedo exibe, neste dia 28, dentro do projeto "Cinema ao meio-dia", o filme "Cinema, aspirinas e urubu". A exibição ocorre no Salão Nobre da decania do CCMN.

Apresentação musical
No projeto "Prata da Casa" do Centro Cultural Professor Horácio Macedo, haverá a apresentação do grupo Camugerê, com clássicos do samba e choro, no próximo dia 28, no auditório Roxinho, às 12h30.

Adufrj-SSind garante 26,05%

No dia 28 de junho, foi concluído, na Seção Especializada de Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho, o julgamento da ação rescisória na qual a UFRJ pretendia anular o processo da Adufrj-SSind que obteve o ganho judicial do plano verão (26,05% - URP de fevereiro), bem como da ação cautelar no qual a universidade pleiteava, ao menos, suspender os efeitos da decisão. O Tribunal Regional do Trabalho

julgou improcedente os pedidos da UFRJ e acolheu a tese da Adufrj-SSind de que a ação da reitoria foi interposta fora do prazo, e portanto, sem possibilidade de revisão nesta instância. Na avaliação da assessoria jurídica da seção sindical, foi um grande vitória para os professores, o que fortalece a ação da entidade para a segunda etapa, ou seja, um eventual recurso da instituição ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

As fontes de informação da UFRJ

Núcleo de Pesquisa e Opinião da UFRJ apresenta quais os canais de informação de preferência da comunidade acadêmica. Para buscar notícias sobre a própria instituição, Jornal da Adufrj é a opção para 50% dos professores pesquisados, 20% dos técnico-administrativos e mais de 10% dos alunos de pós-graduação e graduação.

Páginas 6 e 7

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 544 3 de julho de 2007

Campanha Salarial

No início de junho, representantes do Andes-SN entregaram ao secretário de Educação Superior do MEC, Ronaldo Mota, a nova proposta de tabela salarial dos docentes. Aprovada na reunião do Setor das Federais, a proposta reivindica a incorporação das gratificações com paridade e isonomia e a compensação das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro de 1995.

Nesta edição, divulgamos aos sindicalizados um encarte especial de como ficariam as tabelas salariais completas das carreiras de magistério superior e de 1º e 2º graus, se aceitas as exigências do movimento docente.

Opinião

Meninos do Rio

Ricardo Kubrusly*

Para Leo Leal

a cidade está no homem
quase como a árvore voa
no pássaro que a deixa
Ferreira Goulart

Enquanto os meninos assaltam a população pelas madrugadas, o PAN inaugura seus monstrengos pela cidade ensangüentada. Renan, e sua fertilidade inconteste, se esquiva das mulheres nuas e, braços dados com Roriz, empinam vacas sobre o planalto. Nosso cotidiano, aqui na universidade, não é melhor do que o do cenário que a circunda. Roriz e Renans disfarçados de professores se lambuzam com as migalhas prometidas pelo REUNI. Crianças e cachorros pelos corredores, olhares compridos, esperam o trocado que nos redime e que os invisibiliza.

Enquanto os meninos assaltam e espancam mulheres pelas madrugadas, seus pais, vestidos de branco, pedem paz ao governo e suas milícias, pedem paz aos traficantes e seus ataques pirotécnicos. No Alemão, longe das possibilidades universitárias, os caveirões passeiam e produzem mortos e mortos sem destino. Geramos números de guerra. O governador se empavona, o prefeito inaugura, o reitor discursa, o senado encobre e o presidente grita, sindicalista desmemoriado que se tornou, junto ao seu coral defunto de professores alegres: Eu sou de esquerda! Eu sou de esquerda!

Enquanto nós, mulheres e mulheres negras ou quase, e pobres nos becos ou nos quase becos de todos os morros, esperando o ônibus que nunca chega, enfrentamos os meninos do Rio, com suas armas de verdade e seus pais de mentira que os justificam, com seus professores que os justificam, com prefeitos, governadores e presidentes eufóricos a gritarem contentes que são de esquerda e a baixarem a porrada. Afinal, ela parecia prostituta, assim, pelas madrugadas da cidade. Os meninos, com seus pais correndo atabalhoados em socorrê-los. Era só uma brincadeira, como é sempre apenas uma brincadeira os tantos crimes e as deslealdades, quando feitas pela classe média, tão limpinha e universitária e cheirosa. Os meninos, coitados, não podem acabar presos como bandidos e com bandidos sujos e pobres e negros e prostitutas que parecem índias, distantes das universidades, das inaugurações e das fanfarronices.

Não há razões ou há, para querê-los diferentes? Afinal, podiam ser nossos filhos, sobrinhos, são estudantes universitários, todos com boa aparência e famílias prósperas. Claro que são jovens e, como são jovens, às vezes fazem coisas tolas, mas não são maus, no fundo são bons moços e merecem nossa compreensão. Quem não errou um dia? E seus pais correram para a DP para arranjar a situação.

Temos que nos livrar dos bandidos e das crianças que atravancam o tráfego nos nossos corredores. Eles, os meninos do Rio, acabarão professores e reitores e políticos, dirigindo nossas casas, nossas escolas, nossas avenidas, e baixarão a porrada, porque é o que sabem fazer, e espalharão o terror com seus caveirões dourados e gritarão aos quatros ventos e aos cantos do planeta que são de esquerda e que conhecem um caminho, feito de amor e compreensão, onde a esquerda liberta sem doer e sem cortar os privilégios, que permitem que se bata impune nesse planeta sem delicadeza, até que as domésticas se acabem, posto que parecem putas, ou se vistam na moda e perfumadas. Amém.

*Diretor da Adufrj-SSind

Agenda Sindical

3/7 – Reunião ordinária da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF)
Brasília (DF)

4/7 – Debate: "O Direito de Greve e as Greves no Serviço Público Hoje"
Feira de Santana (BA) – com a promoção do Fórum das ADs

5 a 7/7 - Seminário Internacional - Auditoria da Dívida: estratégia de articulação latino-americana – Os reflexos da dívida pública sobre o desenvolvimento dos paises do 3º mundo e as soluções"
Curitiba (PR)

7 e 8/7 – Reunião do Grupo de Trabalho Política de Formação Sindical do Andes-SN

9 a 12/7 - Seminário Nacional de Ciência e Tecnologia do Andes-SN
Belém (PA) - com o tema "Educação, Ciência e Tecnologia: investidas mercantis em debate".

13/7 – Reunião do GT Ciência e Tecnologia do Andes-SN
Belém (PA)

13/7 – Debate sobre Universidade Nova
Lavras (MG) – com organização do Andes-SN e Adufla

13/7 – Reunião do GT Carreira do Andes-SN
Brasília (DF)

14/7 – Reunião conjunta do GT Carreira do Andes-SN/Sinasefe-DN
Brasília (DF)

22 a 25/7 – Lançamento da Campanha Nacional pelo limite da propriedade da terra; em defesa da Reforma Agrária e da Soberania Alimentar
Brasília (DF) – promovido pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

26 a 29/7 - 52º Conad do Andes-SN
São Luís (MA) - Com o tema central: "Em defesa da Educação Pública, Construir a Unidade, Resistir e Avançar a Luta".

20 a 24/8 – Ciclo de debates sobre a Reforma Universitária
Curitiba (PR)

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

MST encerra seu V Congresso Nacional

Na conclusão do evento, carta de 18 compromissos reafirma a luta contra o neoliberalismo

No último dia 15 de junho, foram encerradas as atividades do V Congresso do Movimento dos Sem-Terra (MST), realizado em Brasília. Ao todo, estiveram presentes 17,5 mil trabalhadores rurais de 24 estados do Brasil, mais 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países, entre outros. Em 23 anos de existência do MST, este foi o maior congresso do movimento.

Além de definir políticas e tarefas para o próximo ano, o congresso aprovou o Programa Agrário: "Um conjunto de medidas que consideramos necessárias para transformar a estrutura fundiária e garantir uma agricultura que permita a segurança e a soberania alimentar", como informa o balanço do evento publicado na página eletrônica do MST.

Outra deliberação foi a "Carta do V Congresso", que reúne dentre outras proposições quais serão as prioridade de luta para o próximo período: "Desde a elaboração do Programa, nas lutas e enfrentamentos que travamos no último período, compreendemos que é impossível lutar por Reforma Agrária sem combater o modelo econômico que se impõe sobre a sociedade", ressalta a direção nacional do MST.

Carta do V Congresso

Na carta de conclusão do congresso, os trabalhadores mostraram perseverança na luta contra as desigualdades e pela reforma agrária: "Conclamamos o povo brasileiro para que se organize e lute por uma sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo. As grandes transformações são sempre obra do povo organizado. E, nós do MST, nos comprometemos a jamais esmorecer e lutar sempre. Reforma agrária por justiça social e soberania popular!", conclui o documento.

A carta também enfatiza 18 tópicos nos quais o movimento se compromete a auxiliar o povo na organização pela luta por seus direitos e contra as injustiças sociais. Dentre eles estão: "Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas; Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. Exigir punição dos assassinos – mandantes e executores - dos lutadores e lutadoras pela Reforma Agrária, que permanecem impunes e com processos parados no Poder Judiciário; Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade" são três dos tópicos.

site do MST/Douglas Mansur/Novo Movimento

site do MST/Joka Madruga

MILHARES PARTICIPARAM DAS ATIVIDADES REALIZADAS NA CAPITAL FEDERAL

site do MST/Leonardo Melgarejo

Em matéria publicada na página eletrônica do movimento (www.mst.org.br), Fátima Ribeiro, da direção nacional , afirmou que o momento é de reunir forças sociais da defesa de uma nova forma de desenvolvimento: "Não é papel apenas do MST, mas do conjunto das organizações populares do Brasil", afirmou.

Moções

Durante o congresso, os trabalhadores aprovaram 10 moções. Entre as de apoio, está a que foi dirigida aos trabalhadores da Indústria de Materiais de Construção Cipla, e Interfibra indústrias S/A, em Joinvile, Santa Catarina. No último dia 30 de maio, a Polícia Federal, a mando do governo, expulsou de forma violenta o conselho de administração das fábricas que há mais de cinco anos foram ocupadas pelos trabalhadores. Um interventor foi nomeado para a direção das indústrias.

Entre as de repúdio, destaque para a nota dirigida à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) pela aprovação do Projeto de Lei 383/2007, do governador Sérgio Cabral. O PL prevê mudanças no zoneamento ecológico, permitindo a expansão do plantio da monocultura do eucalipto no estado. A proposta foi acatada por 39 votos a 11.

Resenha

Governador reprime greve de docentes

Os professores das universidades estaduais baianas, em greve há um mês, foram surpreendidos com o não-pagamento dos seus salários do mês de junho. A medida foi tomada pelo governador Jaques Wagner (PT). Tal atitude mostra o lado autoritário e arbitrário do novo governo: interrompe as negociações, inclusive após a apresentação de uma proposta - a incorporação de 6% da Gratificação de Estímulo às Atividades Acadêmicas (27,2%) ao salário-base -, e instala a Mesa Setorial de Negociação sem apresentar qualquer resposta às reivindicações da categoria (entregues desde dezembro de 2006) (Aduneb, 30/ 6).

Curso fantasma desvia verba do MEC

Apenas no primeiro semestre deste ano, o ministério liberou cerca de R$ 20 milhões para entidades que têm sede na capital paulista e são responsáveis por executar o Programa Brasil Alfabe-tizado, mas admite que não sabe o que é feito do dinheiro. A proposta de erradicar o analfabetismo esbarra em um esquema de desvio de verba que envolve organizações não-gover-namentais credenciadas pelo MEC. Durante mais de um mês, o Jornal da Tarde analisou as contas do ministério e procurou 130 das 241 turmas montadas pelo Centro de Educação, Cultura e Integração Social de São Paulo - uma dessas ONGs, com sede em Guaianases. Pelo menos 65 delas são fantasmas. Há, ainda, professores que não receberam salários, educadores contratados para alfabetizar em três lugares ao mesmo tempo e duplicidade de turmas. (Jornal da Tarde, 2/ 7)

Metalúrgicos ocupam fábrica

Trabalhadores da LG Philips ocuparam a fábrica em São José dos Campos (SP). Eles exigem o não-fechamento da unidade e a manutenção dos postos de trabalho. Para isso, os metalúrgicos estão cobrando do governo Lula a nacionalização da empresa. Além de deixar sem emprego milhares de trabalhadores, a direção da empresa propôs pagamento de apenas metade dos direitos aos que se encontram lesionados em decorrência das atividades na unidade. No início de junho, a LG Philips anunciou o fechamento da fábrica em São José dos Campos e das outras 3 unidades no Brasil – Santo André, Suzano e Recife – até agosto. Em todas as unidades, o número de desem-pregados poderá chegar a 2,5 mil (www.pstu.org.br, 2/7).

Adufrj-SSind

Assembléia discute Campanha Salarial

Proposta de ajuste da carreira aprovada no Setor das Federais é apresentada aos docentes

Na Assembléia Geral da Adufrj-SSind de 27 de junho, em auditório da Coppe, a diretoria apresentou a última proposta aprovada no Setor das Federais do Andes-SN em relação às tabelas de vencimentos dos docentes. O objetivo do documento, já encaminhado ao MEC, é a definição de uma política salarial que inclua a incorporação das gratificações com paridade e isonomia de salário e a compensação das perdas salariais sofridas pela categoria desde janeiro de 1995. As tabelas estão disponibilizadas em encarte especial desta edição.

Em primeiro lugar, a proposta promove a isonomia entre a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), atribuída aos professores da carreira de magistério superior, e a Gratificação de Estímulo às Atividades Docentes (GEAD), atribuída aos pertencentes à carreira de 1º e 2º graus, pelos seus valores máximos. Em seguida, faz a incorporação dessas gratificações e da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) ao vencimento básico.

Depois, é feita a isonomia do vencimento básico e dos percentuais de titulação entre essas duas carreiras. Finalmente, a proposta reivindica a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, além da incorporação da Vantagem Pecuniária Individual (VPI), de R$ 59,87.

Como exemplo, por essa nova proposta, o menor vencimento seria o do professor Auxiliar 1 (magistério superior) ou C1 (1º e 2º graus), com graduação, em regime de 20 horas, de R$ 1.397,87. Já em regime de dedicação exclusiva, para os ativos, um professor Titular (magistério superior) ganharia R$ 17.071,23 (contra os R$ 7.393,08 atuais), enquanto um docente da classe Especial (1º e 2º graus) passaria a receber R$ 9.043,66 (contra os R$ 3.395,38 atuais). Os valores não contam ganhos judiciais, que podem variar de instituição para instituição.

O debate

A diretora Vera Salim observou que o impasse está no fato de que o governo não pretende negociar nada. Pior: Lula pretende aprovar o projeto de lei complementar que limita os gastos do orçamento federal com folha de pessoal (PLP 01/07, contido no Programa de Aceleração do Crescimento).

Kelvin Melo

NA ASSEMBLÉIA, PROFESSORES TAMBÉM CRITICARAM REUNI

Aposentada, a professora Marylena Salazar aproveitou a discussão da campanha salarial para protestar contra a recente criação da classe de Associado, com evidentes prejuízos para os que se aposentaram como Adjuntos. "Achatou imediatamente os que vêm abaixo na carreira. Qualquer mudança deveria começar por baixo", lamentou.

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, alertou que a inclusão da nova classe (Associado) no meio da carreira docente foi uma desqualificação do trabalho de toda a categoria. Para ele, um dispositivo que atrapalhou ativos e aposentados. Simões defende a luta por uma carreira ajustada, mais que por um eventual reajuste: "Uma carreira que a gente se aposente com o trabalho respeitado. Que não precisemos bater na porta do sindicato, numa situação de penúria, com casos muito diferenciados", disse.

Professores mantêm posicionamento contra Reuni

Sobre o segundo ponto de pauta da Assembléia, Simões esclareceu que a diretoria da seção sindical considera o Reuni uma iniciativa negativa. "Um decreto sobre a Educação já nos traz uma camisa-de-força, mas é também pernicioso". Com esse programa, a UFRJ vai correr atrás de um financiamento sobre o qual não há qualquer garantia. O professor também deixou claro que não é contra as medidas como criação de cursos noturnos, aumento de bolsas e melhoria da assistência estudantil, pontos historicamente defendidos pelo movimento docente, mas o seu atrelamento ao Reuni.

Cinda Gonda, da Faculdade de Letras, observou que o movimento docente sempre foi favorável que a Educação deixasse de ser item de "despesa" para passar a item de "investimento" dos governos: "E eu nunca vi um decreto tão perverso, falando tanto em despesa como esse (nº 6.096). É um primor", ironizou. Para ela, as propostas ao Reuni de criação de bacharelados interdisciplinares vão gerar duas classes de alunos nas universidades: os mais pobres ficarão apenas nesses, enquanto os demais seguirão seus estudos nos cursos específicos.

Também diretora da Adufrj-SSind, Sara Granemann criticou o ambiente das audiências públicas para apresentação de propostas ao Reuni, realizadas entre 18 e 21 de junho, na sala de reuniões do Consuni. Segundo ela, os representantes da Escola de Serviço Social foram francamente hostilizados por integrantes da comissão instituída pela reitoria – e que conduziam as audiências - simplesmente por apresentarem críticas ao programa do governo.

Integrante da Associação de Pós-graduandos da UFRJ, Gustavo Ribeiro teve oportunidade de se manifestar na Assembléia da Adufrj-SSind. Para ele, o programa do governo falha ao cobrar um melhor aproveitamento da estrutura das universidades, uma vez que essas instalações já se encontram em estado precário. No ponto de vista da APG, também erram as propostas ao Reuni que apostam em diminuição da evasão, sem investir no fundamental: o incremento da política de assistência estudantil. Gustavo também criticou a portaria interministerial que cria o banco de professores-equivalentes, dispositivo que, acredita, levará ao aumento do número de substitutos nas instituições.

Rodrigo Almeida, professor do Instituto de Bioquímica Médica, analisou que o Reuni joga para a universidade a má política que está sendo implantada na educação básica, ao precarizar ainda mais as condições de trabalho docente: "Temos que fazer alguma coisa para barrar esse projeto", comentou.

Moções

Por proposta da professora Marylena Salazar, a Assembléia Geral aprovou uma moção de repúdio ao pedido de prisão, por parte do governador baiano Jaques Wagner (PT), do presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia, Rui Oliveira. A categoria está em greve há cerca de um mês por um reajuste salarial linear de 17%. Wagner requereu também a decretação da ilegalidade da paralisação, cobrança de multa diária de R$ 20 mil ao sindicato, caso o movimento continue, e corte do ponto dos grevistas.

A Assembléia da Adufrj-SSind aprovou, ainda, uma moção de apoio aos protestos estudantis em todo o país, com ocupação das reitorias das universidades estaduais ou federais.

Colegiados

Reuni volta a ser discutido no Consuni

Reitor fala em estender prazo do debate dentro da UFRJ, mas não define datas

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo decreto presidencial nº 6.096, voltou a ser discutido na sessão do Conselho Universitário da UFRJ de 28 de junho. A reitoria apresentou uma proposta de finalizar o debate interno sobre o assunto em reunião do colegiado marcada para 23 de agosto. No entanto, após intervenções de alguns conselheiros, o reitor Aloisio Teixeira concordou em estender o prazo, mas não definiu um novo cronograma.

A idéia da administração é levar ao conhecimento do colegiado, na reunião prevista para 12 de julho, o relatório final da comissão instituída para analisar o Plano de Desenvolvimento da Educação do governo, no qual está incluído o Reuni. A partir daí, o documento seria encaminhado aos centros e unidades para apreciação. Paralelamente, audiências públicas para discutir o documento também seriam programadas para a comunidade em geral. Na última sessão de agosto (dia 23), haveria a aprovação (ou não) de uma proposta final da universidade.

Ao longo da discussão, porém, a representante discente Miriam Starosky solicitou que o término do debate em torno do tema fosse adiado para uma sessão extraordinária em 30 de agosto. O objetivo seria dar mais tempo aos estudantes de participarem desse processo – a maioria estaria voltando das férias de meio de ano em 6 de agosto. O representante técnico-administrativo Agnaldo Fernandes pediu extensão do prazo para setembro. Pouco depois, o reitor disse que acataria as sugestões de maior prazo, mas não definiu datas. Até porque isso dependeria de alguma flexibilidade do MEC, segundo ele.

Tendência do conselho pró-Reuni

Apesar da pressão de parte da comunidade contra o Reuni, manifesta na ocupação de 24 horas feita por estudantes após o Consuni de 14 de junho, vários conselheiros mostraram-se favoráveis ao programa do governo.

Agnaldo Fernandes foi uma das poucas vozes dissonantes no colegiado. Segundo ele, os prazos de discussão seguem bastante apertados. Questionou também o fato de que as futuras audiências sejam já baseadas em um relatório preparado pela comissão, o que teria como conseqüência natural a adesão ao Reuni. Considerou esse processo como "trabalhar em cima do fato consumado". O técnico-administrativo defende que a UFRJ realize um seminário interno sobre o perfil da universidade desejada, antes de uma precipitada adesão ao Reuni. Afirmou ser favorável à busca de recursos pela universidade, mas lembrou que a verba do Reuni é fictícia: "Não há garantia. Isso está escrito no decreto", disse. "Autonomia condicionada não é o que nós defendemos", completou.

Kelvin Melo

TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM GREVE COMPARECERAM EM GRANDE NÚMERO NA SESSÃO

Decano do CCJE, Alcino Câmara classificou o Reuni como uma oferta pública de recursos. E, como tal, deveria ser aproveitada pela universidade para sua transformação em uma instituição menos elitista e fragmentada. Para ele, o envio de uma proposta da UFRJ ao Reuni não significa uma adesão a esse governo federal "safado": "A oferta pública tem prazo. Temos de ter a consciência política de ganhar importância junto ao povo", finalizou, acrescentando que a situação é semelhante ao envio de proposta da universidade para concorrer às verbas dos fundos setoriais do governo – aqui, vale lembrar, a Adufrj-SSind e o Andes-SN sempre se posicionaram contrariamente a essa forma de distribuição de recursos às universidades.

Renata Anomal, representante discente pós-graduanda, discordou da análise do decano. Para ela, os fins não justificam os meios. É preciso, sim, aumentar vagas e conseguir verbas. Mas é fundamental analisar o custo desta operação: "A verba tem que vir antes de aumentar o número de vagas. Somente de obras emergenciais para a comunidade acadêmica atual são necessários R$ 216 milhões, segundo a própria reitoria", criticou. "Como podem pensar em colocar mais alunos aqui?", questionou. "Antes de fazer número, tem que melhorar muito a assistência estudantil", lembrou.

Diretor da Escola Politécnica e representante dos ex-alunos no Consuni, Ericksson Almendra argumentou que a universidade pública brasileira é muito cara comparada a vizinhos sul-americanos. "O governo argentino gasta menos com ensino superior e existem mais universitários lá", comentou. Ericksson observou que a situação brasileira até melhorou um pouco nos últimos anos. Mas, para o professor, a única possibilidade de aumentar esses índices é concorrer a esse fundo público.

O decano do Centro de Tecnologia, Walter Suemitsu, afirmou que existe "clara intenção" da comunidade da UFRJ em apresentar propostas ao Reuni. Para ele, se existem setores da universidade que não aceitam essa atitude, devem comprovar que essas iniciativas não são válidas: "Se outras universidades federais conseguirem recursos ao aumentarem suas vagas e a UFRJ não, como vamos nos explicar à sociedade?", completou.

Miriam Starosky, integrante do DCE e representante discente no Consuni, observou que o posicionamento contrário ao Reuni não era do conjunto de todos os estudantes: "A gente tem autonomia para dizer como vamos expandir a nossa universidade", afirmou.

Reinscrito no debate, Agnaldo Fernandes voltou a dizer que reivindica a mudança da universidade como existe hoje, mas não via Reuni: "O Reuni não é só um projeto isolado do governo Lula. O problema aqui é abaixar a cabeça para um projeto de autonomia condicionada. Porque só tem dinheiro se atender às exigências do governo. A UFRJ é muito maior que isso", criticou.

Vários conselheiros não tiveram oportunidade para falar, em função da proximidade do fim da reunião. O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, que havia solicitado a palavra, também não pôde intervir no debate pela mesma razão.

Apreciação da CLN contra reitor não entra em pauta

Integrante da Comissão de Legislação e Normas do colegiado, a professora Ana Canen (CFCH) mencionou, ainda no início da sessão, o processo suscitado contra o reitor, a pedido do próprio, em função de artigo do professor Roberto Leher, no Jornal da Adufrj de 22 de maio: "Metamorfoses na deliberação do Consuni impõem o Reuni como fato consumado na UFRJ". Aloisio Teixeira propôs o tema à CLN, pois considerava que o artigo, mais que uma opinião, continha uma denúncia contra procedimentos da administração da universidade no que diz respeito ao programa do governo. No entanto, o processo acabou não sendo discutido no Consuni do dia 28.

Turmas novas em Macaé

O Consuni aprovou as propostas de implantação de novas turmas dos cursos de Farmácia e Licenciatura em Química em Macaé, no norte do estado do Rio. Serão disponibilizadas, para ambos, 25 vagas no primeiro semestre e mais 25 no segundo semestre de 2008. Relator do processo, o decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro, lembrou que essa aprovação estaria condicionada à apresentação do aceite, nas atas das Congregações envolvidas, e da garantia institucional de servidores para essas novas turmas, naquele município. O reitor afirmou que não poderia dar esta garantia, mas que iria se empenhar para conseguir os docentes e técnico-administrativos necessários às atividades.

Diante do crescente avanço de propostas de interiorização da UFRJ, o colegiado decidiu, ainda, que irá pautar o assunto em uma próxima sessão. O objetivo seria verificar a necessidade de mudanças na legislação interna, propostas pedagógicas, condições de infra-estrutura e recursos humanos para viabilizar tais iniciativas, entre outras medidas.

Recondução do reitor

Reconduzido ao cargo de reitor por decreto publicado no Diário Oficial em 14 de junho, Aloisio Teixeira anunciou que ira a Brasília nos próximos dias para assinar o termo de posse. Mas avisou que haverá, ainda, uma sessão solene do Consuni para marcar o início do segundo mandato, em data a ser definida.

Contra as fundações estatais nos hospitais públicos

Agnaldo Fernandes informou que o Conselho Universitário da UFF deliberou contrariamente à proposta governamental de implantação do modelo de fundação estatal no hospital Antônio Pedro, vinculado à instituição. Para ele, trata-se de um importante elemento de análise e cobrou debate e posicionamento do colegiado da UFRJ neste sentido.

Moção sobre a greve dos técnico-administrativos

Ao final da sessão, o colegiado aprovou uma moção de solidariedade e reconhecimento da greve dos técnico-administrativos.

UFRJ

Jornal da Adufrj é preferido entre professores da universidade

Ana Manuella Soares
e Jaciara Celestino

Renato Marião

Núcleo de Pesquisa e Opinião da UFRJ divulga dados sobre o nível de informação da comunidade

Com o objetivo de apontar os canais de informação da preferência da comunidade universitária, o Núcleo de Pesquisa e Opinião da UFRJ apresentou a sua segunda pesquisa, realizada entre o período de 11 a 15 e 18 a 22 de setembro de 2006, abrangendo um universo de 3.731 pessoas, sendo 576 técnico-administrativos (15,44% do total do segmento), 371 docentes (9,94%), 2.337 alunos da graduação (62,64%) e 446 pós-graduandos (11,95%).

Informação: de onde vem? é uma pesquisa inédita feita a partir de um questionário dirigido a todos os segmentos da universidade. O trabalho revelou que 50% dos professores da instituição têm no jornal da Adufrj a principal fonte para obter informações sobre a universidade. Dos técnicos, 20% também têm como referência sobre o noticiário da universidade a publicação da seção sindical e mais de 10% dos alunos de pós-graduação e graduação também procuram informações sobre a UFRJ no jornal da Adufrj.

O Centro de Ciência e Saúde (CCS) foi o local de maior concentração da pesquisa, com 24% de entrevistados, seguido pelo Centro de Tecnologia (CT) com 15,8%; Centro de Letras e Artes (CLA) com 15%; Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) com 13,4%; Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) com 12,5%; Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) com 10,9%. O Hospital Universitário (4,4%) e a reitoria (2,4%) foram os locais onde foi coletada a menor quantidade de respostas.

Fonte: Núcleo de Pesquisa e Opinião da UFRJ

Leitura de jornais

A maioria dos entrevistados (30,3%) lê jornais e/ou revistas diariamente. Entre os segmentos, professores, técnico-administrativos e pós-graduandos têm o mesmo hábito com praticamente a mesma freqüência. Já entre os alunos de graduação, a opção "eventualmente lê jornais e/ou revistas diariamente" tem uma concentração ligeiramente superior.

Da comunidade entrevistada, 46,6% não assinam jornais ou revistas, mas 25,5% assinam um jornal diário e 9,9% assinam jornais e revistas. A pesquisa observou ainda que, entre os que lêem jornal diariamente, só 44,12% são assinantes de algum periódico.

No geral, 62% dos entrevistados se consideram razoavelmente informados. Trinta e um por cento se consideram bem informados e apenas 7% se acham pouco informados.

Mídia

Os meios de informação mais usados pela comunidade da UFRJ são mesmo o telejornal, a internet e os jornais impressos. Separados por segmentos, os três veículos continuam como preferenciais. Entre os docentes, a recepção de notícias é distribuída quase que

igualmente entre os telejornais, a internet e os jornais impressos. Já os técnico-administrativos preferem o telejornal como fonte de informação e os alunos dão preferência à internet e aos telejornais.

Na pesquisa, na qual os entrevistados podiam dizer mais de uma mídia, 71,29% preferem se informar pelos telejornais; 66,44% já optam pela internet como meio de recepção de noticiário; 51,51% preferem os jornais impressos. 42,80% dos entrevistados se informam mais através de conversas pessoais. O noticiário através do rádio tem a preferência ainda de 19,40% e as revistas semanais são os meios preferidos de 14,87% dos entrevistados na UFRJ.

Informações sobre atualidades

Dentre os entrevistados, 84,96% declararam que as informações veiculadas pela televisão são parcialmente confiáveis e 89,79% consideram parcialmente confiáveis o noticiário da imprensa escrita.

Separados por categorias, os técnico-administrativos são os que mais confiam nas informações passadas pela mídia. Para 7% deles, o que a televisão mostra é totalmente confiável, já para 11% dos técnicos, o conteúdo da televisão não é nada confiável. Dos funcionários, 82% consideram as informações veiculadas na TV parcialmente confiáveis.

Para os professores, 13% do que é passado na televisão não é nada confiável; para 86% é parcialmente confiável; e para 1% dos docentes a TV é totalmente confiável.

Entre os alunos de graduação, 14% afirmam que o que é veiculado na televisão não é confiável; 82% consideram parcialmente confiável e 4% totalmente confiável o conteúdo televisivo.

A maioria dos entrevistados, independente de segmento, possui, além da TV aberta, canais por assinatura e 52% têm acesso à Internet em casa.

Livros

Para investigar o hábito de leitura de livros, didáticos ou não, foi perguntado a cada entrevistado quantos livros são lidos por mês. A maioria (42%) respondeu que lê apenas um livro durante o período de quatro semanas. Os resultados mostram ainda que 19% dos pesquisados não lêem sequer um livro neste período de tempo. Cinco por cento dos entrevistados, no entanto, afirmam ler quatro ou mais títulos por mês. Separados por categorias, a pesquisa comprovou que, dentre os entrevistados, um pouco mais de 30% dos professores da universidade lêem apenas um livro por mês. A pesquisa revelou ainda que 80% dos professores colocam a falta de tempo como principal motivo para não ler mais.

Conclusões do Núcleo

Após análise dos dados, a equipe do Núcleo de Pesquisa e Informação da UFRJ acredita que, para os assuntos do dia-a-dia, a informação é obtida preferencialmente através de telejornais e impressos, que, por sua vez, são considerados pela maioria como parcialmente confiáveis. O tema Ciência foi escolhido por todas as categorias como o de maior interesse entre os leitores. O número médio de livros lidos mensalmente fica entre 2,39 a 2 livros. A maioria opta por títulos acadêmicos.

Fontes de informação sobre a UFRJ

No geral, 60,09% dos entrevistados procuram informações sobre a própria universidade no *site* da UFRJ. Em seguida, 54,92% preferem as 'notícias de corredor' e se informam em conversas com pessoas. O Jornal da UFRJ é a terceira opção (21,76%) e os jornais de categoria, Sintufrj (20,77%), Adufrj-SSind (13,40%), e dos centros acadêmicos (5,31%) também aparecem como opções para o conhecimento do funcionamento e do noticiário interno da universidade.

Necessidades da comunidade acadêmica

Assim como o primeiro trabalho realizado pelo Núcleo (*Restaurante universitário: direito ou necessidade?*), dentre as questões levantadas, ao final, os entrevistados responderam espontaneamente: *No seu ponto de vista o que a UFRJ deve investir para melhorar o seu dia-a-dia no campus?* No Fundão o quadro continua o mesmo, mais de 37% dos pesquisados afirmam que a segurança é o melhor investimento; 33% opinaram na infra-estrutura; e mais de 13% pediram investimentos em comida e moradia. Já na Praia Vermelha o quadro modificou um pouco: mais de 33% afirmam que investimentos em infra-estrutura melhorariam o seu dia-a-dia no *campus*; mais de 22% disseram que o ensino era o melhor investimento; e um pouco mais de 15% pediram por comida e moradia.

A pesquisa revela ainda dados sócio-econômicos, região de moradia, escolaridade, preferências culturais e nível de conhecimento das instâncias da universidade dos participantes. O material final ainda está sendo revisado pela coordenação do Núcleo e será transformado em publicação a ser divulgada para a comunidade.

Próxima pesquisa: transportes

A terceira pesquisa feita pelo Núcleo já está para ter seus resultados lançados nas próximas semanas. O tema será: metrô linha um, linha dois e supervia e os questionários também serão dirigidos a todos os segmentos.

Renda	Número de livros que lê por mês - Todos na UFRJ						
	zero	Um	Dois	Três	Quatro ou mais	Não Respondeu	Total
Até R$499,00	7	15	15	0	6	0	43
% linha	16,28%	**34,88%**	**34,88%**	0,00%	13,95%	0,00%	
De R$500,00 a R$1499,00	93	215	124	35	40	2	509
% linha	18,27%	**42,24%**	24,36%	6,88%	7,86%	0,39%	
De R$1500,00 a R$2499,00	201	300	161	55	28	5	750
% linha	26,80%	**40,00%**	21,47%	7,33%	3,73%	0,67%	
De R$2500,00 a R$5000,00	222	540	304	121	57	4	1248
% linha	17,79%	**43,27%**	24,36%	9,70%	4,57%	0,32%	
Acima de R$5000,00	159	460	284	95	69	8	1075
% linha	14,79%	**42,79%**	26,42%	8,84%	6,42%	0,74%	
Não Respondeu	20	42	26	9	5	4	106
% linha	18,87%	39,62%	24,53%	8,49%	4,72%	3,77%	
Total	702	1572	914	315	205	23	3731

EM TODAS AS FAIXAS DE RENDA, MAIORIA LÊ, NO MÁXIMO, DOIS LIVROS POR MÊS

Opinião

Uma batalha que começa

Osvaldo Coggiola*

Que as manchetes do Brasil estejam dominadas, como numa novela de TV, pelas desventuras extraconjugais do presidente do Senado, indicaria que o país se entedia, que nada acontece. Mas é só aparência. Todas as tentativas de salvar o terceiro homem na sucessão presidencial são uma tentativa de salvar a credibilidade do parlamento da corrupção evidenciada desde a crise do mensalão. A "oposição" parlamentar começou os trabalhos dizendo claramente que sua missão era salvar Renan Calheiros. Querem salvar todo o esquema de poder, incluindo o presidente Lula, cujos irmãos também estão sendo investigados, como aconteceu com Fernando Collor, de cujo governo Renan fez parte como um dos principais líderes parlamentares.

Os defensores da "ética" são, no máximo, partidários de sacrificar um corrupto para defender todo o sistema de corrupção. Há uma máquina de corrupção a serviço dos ricos e poderosos, que tira dinheiro todos os dias da população para alimentar os banqueiros e capitalistas. Desde seu início, o governo Lula concedeu aos grandes capitalistas a soma de mais de R$ 30,3 bilhões em subsídios e incentivos fiscais, quase 16 bilhões de dólares.

A oposição real está em outra parte. As greves de servidores federais já engajaram mais de 100 mil trabalhadores. O governo concedeu reajustes nos salários dos cargos comissionados (cuja indicação para os cargos é, em geral, feita por parlamentares) de até 140%, mantendo congelamento salarial da quase totalidade do funcionalismo. Daí as greves: Ibama, Ministério da Cultura, Banco Central, Incra, Comissão Nacional de Energia Atômica. O governo Lula não pára de atacar os servidores, mandou cortar o ponto dos grevistas do Incra e do Ibama, e com a lei anti-greve pretende impor a obrigatoriedade de comparecimento de 2/3 dos trabalhadores nas assembléias das categorias. Não cumpre os acordos firmados com as entidades sindicais nas mesas de negociação. O tratamento dado por Lula aos servidores é o pior entre todos os governos recentes. Lula declarou guerra não aos corruptos, mas aos servidores, deixa os cofres abertos para o grande capital, e aperta o cerco à população pobre e explorada.

A luta das universidades expressa esta tensão social profunda. A ocupação da reitoria da USP se transformou em símbolo e vanguarda de uma onda de lutas em todo o país. No interior de São Paulo (Unesp), outras cinco reitorias foram ocupadas, assim como no Ceará, Espírito Santo e na UFRJ. A luta também levou à greve de docentes e funcionários da USP, Unicamp e Unesp, pelas reivindicações específicas de cada setor, e contra os decretos do governo tucano de José Serra que, sob pretexto de "controle dos gastos públicos", acabavam com a autonomia universitária e retiravam fundos das universidades públicas. Em que pese a violenta campanha da grande mídia (com insultos como "vândalos" e assemelhados) a luta universitária ganhou popularidade, deu lugar a manifestações de rua com milhares de pessoas, que enfrentaram a repressão policial.

Nas universidades federais, se luta contra a reforma universitária do governo, feita à medida dos capitalistas das universidades privadas, agora também estrangeiros. Com pretextos "sociais", a reforma criou um mercado cativo para o setor universitário privado, que se encontrava no limiar da falência.

E vitórias acontecem. A luta obrigou Serra a publicar novo decreto ("aclaratório") afirmando que os decretos precedentes não se aplicavam à universidade... Os operários da histórica e privatizada CSN, com greve, obtiveram uma significativa vitória salarial. Também entraram em greve os metroviários de São Paulo.

A luta da classe operária e dos assalariados em geral começou a romper a "trégua social" das centrais sindicais (em especial a CUT, que acentuou sua colaboração de classes) e o retrocesso sindical iniciado em 1995, com a derrota da greve dos petroleiros (32 dias de paralisação, entre os meses de maio e junho). Com a derrota, vieram milhares de demissões, a privatização "branca", com as terceirizações (já há120 mil terceirizados), a perseguição sistemática aos grevistas, a quebra do monopólio da empresa na extração da matéria-prima mediante os leilões organizados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo), em 1997.

A jornada de luta do 23 de maio passado foi um sucesso, com paralisações e atos em diversas capitais e cidades do país. No Congresso da Federação dos Petroleiros, 15 a 17 de junho, foi aprovado o início do estado de greve. São 50 mil petroleiros, distribuídos em 16 refinarias e 103 plataformas de exploração, De acordo com as resoluções do Confup, a greve vai ocorrer após o dia 05 de julho, e terá uma duração pré-determinada de cinco dias.

São os primeiros minutos de estudo de uma luta pesada. Estamos entrando em um período de forte enfrentamento de classes, que exigirá uma direção sindical e política à altura da circunstância.

*Professor do Departamento de História da USP

Movimento

Sintufrj/Niko Jr.

Greve do Sintufrj completa um mês

A greve do Sintufrj já completa um mês. Das 48 universidades que compõem a base da Fasubra, apenas duas não aderiram ao movimento, segundo informações do jornal do sindicato. Nesse período, várias atividades foram realizadas em Brasília e nas bases para mobilizar o conjunto da categoria para a luta, dialogar com a sociedade e demonstrar a legitimidade da pauta de reivindicações. No dia 27, ocorreu um ato ocorreu na Cinelândia e a professora Sara Granemann (foto), diretora da Adufrj-SSind, foi convidada a ministrar uma aula pública sobre os prejuízos da proposta governamental de transformar os hospitais públicos em fundações estatais.

Anote

Teatro na ECO

Julho é o mês da Mostra Mais 2007. Serão dez espetáculos de teatro montados pelos alunos do sexto período do Curso de Direção Teatral da Escola de Comunicação (ECO), com duas apresentações por dia na Sala Oduvaldo Vianna (antiga sala 136), do dia 2 a 13 de julho. As primeiras de cada dia começam às 18h; as segundas, às 20h.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

CAMPANHA SALARIAL

EDIÇÃO DE 3 DE JULHO 2007

Andes-SN entregou proposta de tabela salarial ao MEC

Documento prevê incorporação das gratificações e paridade entre ativos e aposentados

Representantes do Andes-SN entregaram em 6 de junho ao secretário de Educação Superior do MEC, Ronaldo Mota, a proposta de tabela salarial aprovada na reunião do Setor das Federais poucos dias antes. A proposta prevê a adoção de uma política salarial que incorpore as gratificações com paridade e isonomia de salário e a compensação das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro de 1995. Mota ouviu os dirigentes sindicais e disse que constituirá uma comissão para estudar a proposta.

Na ocasião, o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, deixou claro que o Sindicato Nacional luta pela valorização real dos docentes, o que é viável por meio da reestruturação da carreira e da malha salarial.

Pela proposta do Sindicato, a remuneração total do Auxiliar 1, graduação, em regime de 20 horas, passa a ser o vencimento para a recomposição das malhas salariais das carreiras de 1º, 2º e 3º graus e são consideradas incorporadas a Vantagem Pecuniária Individual (VPI), de R$ 59,87, e as gratificações (GAE, GED e GEAD), com suas respectivas extinções. Para a montagem das malhas (disponibilizadas nas páginas seguintes deste encarte), o Andes-SN propõe a aplicação da estrutura vigente em janeiro de 1995, com os mesmos percentuais de progressão para as duas carreiras, acrescida das classes de associado e especial nos termos atuais.

Como exemplo, por essa nova proposta, o menor vencimento seria o do professor Auxiliar 1 (magistério superior) ou C1 (1º e 2º graus), com graduação, em regime de 20 horas, de R$ 1.397,87. Já em regime de dedicação exclusiva, um professor Titular (magistério superior) ganharia R$ 17.071,23 (contra os R$ 7.393,08 atuais), enquanto um docente da classe Especial (1º e 2º graus) passaria a receber R$ 9.043,66 (contra os R$ 3.395,38 atuais). Os valores não contam ganhos judiciais, que podem variar de instituição para instituição.

Proposta para novas tabelas de vencimentos para os professores das IFES

A reunião do setor dos docentes das IFES do ANDES-SN, realizada no dia 2 de junho de 2007, aprovou proposta que busca contemplar as seguintes reivindicações salariais dos docentes das IFES:

1. Definição de uma política salarial que inclua a incorporação das gratificações com paridade e isonomia de salário e a compensação das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro de 1995.

2. Isonomia entre GED e GEAD pelos seus valores máximos.

3. Incorporação da GED, GEAD e GAE no vencimento básico.

4. Isonomia do vencimento básico entre as carreiras do ensino superior e do 1º e do 2º grau;

5. Isonomia dos percentuais de titulação entre as carreiras do ensino superior e do 1º e do 2º grau.

6. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

7. Incorporação da VPI – (Vantagem Pecuniária Individual).

A proposta consiste em:

• A remuneração total do Auxiliar 1, Graduação, 20 horas, passa a ser o Vencimento para a recomposição das malhas salariais das carreiras de 1º, 2º e 3º graus e são consideradas incorporadas a VPI e as gratificações (GAE, GED e GEAD), com suas respectivas extinções.

• Para a montagem das malhas aplica-se a estrutura vigente em janeiro de 1995, com os mesmos percentuais para as duas carreiras, acrescida das classes de associado e especial, nos termos atuais.

Adotam-se, então, os seguintes parâmetros:

Vencimento do Auxiliar 1 e do C1, com graduação, em regime de 20 horas R$ 1.397,87

Titulação	graduação	100%
	aperfeiçoamento	107,5%
	especialização	118%
	mestrado	137,5%
	doutorado	175%
Regime de trabalho	Dedicação Exclusiva	3,1
	40 horas	2
	20 horas	1

classe	nível	degraus	VB
Magistério Superior			
Titular	U	5,4%	3.146,77
Associado	4	2,5%	2.985,55
	3	2,6%	2.912,73
	2	2,7%	2.838,92
	1	12,0%	2.764,28
Adjunto	4	4,5%	2.468,11
	3	4,5%	2.361,83
	2	4,5%	2.260,12
	1	9,0%	2.162,79
Assistente	4	4,5%	1.984,21
	3	4,5%	1.898,77
	2	4,5%	1.817,00
	1	9,0%	1.738,76
Auxiliar	4	4,5%	1.595,19
	3	4,5%	1.526,50
	2	4,5%	1.460,77
	1		1.397,87

Magistério de 1º e 2º graus			
Tit-especial	U	18,2%	2.917,31
E	4	4,5%	2.468,11
	3	4,5%	2.361,83
	2	4,5%	2.260,12
	1	9,0%	2.162,79
D	4	4,5%	1.984,21
	3	4,5%	1.898,77
	2	4,5%	1.817,00
	1	9,0%	1.738,76
C	4	4,5%	1.595,19
	3	4,5%	1.526,50
	2	4,5%	1.460,77
	1	6,0%	1.397,87
B	4	5,0%	1.318,75
	3	5,0%	1.255,95
	2	5,0%	1.196,14
	1	6,0%	1.139,18
A	4	5,0%	1.074,70
	3	5,0%	1.023,52
	2	5,0%	974,78
	1		928,36

Tabela 1 - Proposta do setor das docentes das IFES
Vencimentos propostos, remunerações atuais e reajustes percentuais propostos
Magistério de 1º e 2º graus – docentes ativos e aposentados e pensionistas

Regime de Trabalho→			20 horas			40 horas			Dedicação Exclusiva		
Titul.	Classe	Nív	**Venc prop**	Rem atual	Reajuste	**Venc prop**	Rem atual	Reajuste	**Venc prop**	Rem atual	Reajuste
graduação	Especial	U	**2.917,31**	1.369,10	113,1%	**5.834,62**	2.292,26	154,5%	**9.043,66**	3.395,38	166,4%
	E	4	**2.468,11**	1.369,10	80,3%	**4.936,22**	2.037,56	142,3%	**7.651,14**	3.000,60	155,0%
		3	**2.361,83**	1.369,10	72,5%	**4.723,66**	1.978,18	138,8%	**7.321,67**	2.908,56	151,7%
		2	**2.260,12**	1.369,10	65,1%	**4.520,24**	1.921,39	135,3%	**7.006,37**	2.820,55	148,4%
		1	**2.162,79**	1.369,10	58,0%	**4.325,58**	1.865,86	131,8%	**6.704,65**	2.734,46	145,2%
	D	4	**1.984,21**	1.369,10	44,9%	**3.968,42**	1.775,38	123,5%	**6.151,05**	2.594,22	137,1%
		3	**1.898,77**	1.369,10	38,7%	**3.797,54**	1.735,55	118,8%	**5.886,19**	2.532,47	132,4%
		2	**1.817,00**	1.369,10	32,7%	**3.634,00**	1.713,34	112,1%	**5.632,70**	2.498,07	125,5%
		1	**1.738,76**	1.369,10	27,0%	**3.477,52**	1.693,43	105,4%	**5.390,16**	2.467,18	118,5%
	C	4	**1.595,19**	1.369,10	16,5%	**3.190,38**	1.679,28	90,0%	**4.945,09**	2.445,27	102,2%
		3	**1.526,50**	1.369,10	11,5%	**3.053,00**	1.660,46	83,9%	**4.732,15**	2.416,09	95,9%
		2	**1.460,77**	1.369,10	6,7%	**2.921,54**	1.642,10	77,9%	**4.528,39**	2.387,65	89,7%
		1	**1.397,87**	1.369,10	2,1%	**2.795,74**	1.627,75	71,8%	**4.333,40**	2.365,39	83,2%
aperfeiçoamento	Especial	U	**3.136,11**	1.369,10	129,1%	**6.272,22**	2.375,25	164,1%	**9.721,94**	3.524,01	175,9%
	E	4	**2.653,22**	1.369,10	93,8%	**5.306,44**	2.107,81	151,8%	**8.224,98**	3.109,49	164,5%
		3	**2.538,97**	1.369,10	85,4%	**5.077,93**	2.045,47	148,3%	**7.870,80**	3.012,85	161,2%
		2	**2.429,63**	1.369,10	77,5%	**4.859,26**	1.985,85	144,7%	**7.531,85**	2.920,44	157,9%
		1	**2.325,00**	1.369,10	69,8%	**4.650,00**	1.927,53	141,2%	**7.207,50**	2.830,04	154,7%
	D	4	**2.133,03**	1.369,10	55,8%	**4.266,05**	1.832,53	132,8%	**6.612,38**	2.682,80	146,5%
		3	**2.041,18**	1.369,10	49,1%	**4.082,36**	1.790,69	128,0%	**6.327,65**	2.617,96	141,7%
		2	**1.953,28**	1.369,10	42,7%	**3.906,55**	1.767,40	121,0%	**6.055,15**	2.581,82	134,5%
		1	**1.869,17**	1.369,10	36,5%	**3.738,33**	1.746,47	114,1%	**5.794,42**	2.549,42	127,3%
	C	4	**1.714,83**	1.369,10	25,3%	**3.429,66**	1.731,62	98,1%	**5.315,97**	2.526,39	110,4%
		3	**1.640,99**	1.369,10	19,9%	**3.281,98**	1.711,86	91,7%	**5.087,06**	2.495,76	103,8%
		2	**1.570,33**	1.369,10	14,7%	**3.140,66**	1.692,59	85,6%	**4.868,02**	2.465,88	97,4%
		1	**1.502,71**	1.369,10	9,8%	**3.005,42**	1.677,51	79,2%	**4.658,40**	2.442,54	90,7%
especialização	Especial	U	**3.442,43**	1.369,10	151,4%	**6.884,85**	2.491,44	176,3%	**10.671,52**	3.704,11	188,1%
	E	4	**2.912,37**	1.369,10	112,7%	**5.824,74**	2.206,17	164,0%	**9.028,35**	3.261,95	176,8%
		3	**2.786,96**	1.369,10	103,6%	**5.573,92**	2.139,66	160,5%	**8.639,57**	3.158,86	173,5%
		2	**2.666,94**	1.369,10	94,8%	**5.333,88**	2.076,07	156,9%	**8.267,52**	3.060,27	170,2%
		1	**2.552,09**	1.369,10	86,4%	**5.104,18**	2.013,88	153,5%	**7.911,49**	2.963,86	166,9%
	D	4	**2.341,37**	1.369,10	71,0%	**4.682,74**	1.912,53	144,8%	**7.258,24**	2.806,80	158,6%
		3	**2.240,55**	1.369,10	63,7%	**4.481,10**	1.867,91	139,9%	**6.945,70**	2.737,66	153,7%
		2	**2.144,06**	1.369,10	56,6%	**4.288,12**	1.843,06	132,7%	**6.646,59**	2.699,10	146,3%
		1	**2.051,74**	1.369,10	49,9%	**4.103,47**	1.820,75	125,4%	**6.360,38**	2.664,52	138,7%
mestrado	Especial	U	**4.011,30**	1.526,01	162,9%	**8.022,60**	3.103,80	158,5%	**12.435,03**	4.607,71	169,9%
	E	4	**3.393,65**	1.476,64	129,8%	**6.787,30**	2.785,43	143,7%	**10.520,32**	4.114,23	155,7%
		3	**3.247,52**	1.476,64	119,9%	**6.495,03**	2.711,20	139,6%	**10.067,30**	3.999,18	151,7%
		2	**3.107,67**	1.476,64	110,5%	**6.215,33**	2.640,22	135,4%	**9.633,76**	3.889,17	147,7%
		1	**2.973,84**	1.476,64	101,4%	**5.947,67**	2.570,80	131,4%	**9.218,89**	3.781,56	143,8%
doutorado	Especial	U	**5.105,29**	1.834,72	178,3%	**10.210,59**	3.814,55	167,7%	**15.826,41**	5.894,87	168,5%
	E	4	**4.319,19**	1.643,70	162,8%	**8.638,39**	3.432,51	151,7%	**13.389,50**	5.302,72	152,5%
		3	**4.133,20**	1.599,16	158,5%	**8.266,41**	3.343,43	147,2%	**12.812,93**	5.164,63	148,1%
		2	**3.955,21**	1.577,87	150,7%	**7.910,42**	3.258,26	142,8%	**12.261,15**	5.032,63	143,6%
		1	**3.784,88**	1.577,87	139,9%	**7.569,77**	3.174,95	138,4%	**11.733,14**	4.903,49	139,3%

Venc prop – Vencimento proposto
Rem atual – Remuneração em abril de 2007 (vencimento, complementos e gratificações)
Reajuste – Reajuste percentual sobre a remuneração em abril de 2007 para obter o vencimento proposto

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Tabela 2-1 - Proposta do setor das docentes das IFES
Vencimentos propostos, remunerações atuais e reajustes percentuais propostos

Magistério Superior – Docentes ativos

Titul	Classe	Nív	20 horas			40 horas			Dedicação Exclusiva		
			Venc prop	Rem atual	Reajuste	**Venc prop**	Rem atual	Reajuste	**Venc prop**	Rem atual	Reajuste
graduação	Titular	U	**3.146,77**	1.397,87	125,1%	**6.293,54**	2.422,89	159,8%	**9.754,99**	3.697,45	163,8%
	Associado	4	**2.985,55**	1.397,87	113,6%	**5.971,10**	2.336,31	155,6%	**9.255,21**	3.564,12	159,7%
		3	**2.912,73**	1.397,87	108,4%	**5.825,46**	2.296,73	153,6%	**9.029,46**	3.502,78	157,8%
		2	**2.838,92**	1.397,87	103,1%	**5.677,84**	2.257,16	151,5%	**8.800,65**	3.441,45	155,7%
		1	**2.764,28**	1.397,87	97,7%	**5.528,56**	2.217,59	149,3%	**8.569,27**	3.380,12	153,5%
	Adjunto	4	**2.468,11**	1.397,87	76,6%	**4.936,22**	2.059,30	139,7%	**7.651,14**	3.134,78	144,1%
		3	**2.361,83**	1.397,87	69,0%	**4.723,66**	2.005,12	135,6%	**7.321,67**	3.050,77	140,0%
		2	**2.260,12**	1.397,87	61,7%	**4.520,24**	1.951,71	131,6%	**7.006,37**	2.968,02	136,1%
		1	**2.162,79**	1.397,87	54,7%	**4.325,58**	1.899,56	127,7%	**6.704,65**	2.887,16	132,2%
	Assistente	4	**1.984,21**	1.397,87	41,9%	**3.968,42**	1.804,76	119,9%	**6.151,05**	2.740,23	124,5%
		3	**1.898,77**	1.397,87	35,8%	**3.797,54**	1.759,63	115,8%	**5.886,19**	2.670,26	120,4%
		2	**1.817,00**	1.397,87	30,0%	**3.634,00**	1.728,27	110,3%	**5.632,70**	2.605,55	116,2%
		1	**1.738,76**	1.397,87	24,4%	**3.477,52**	1.728,27	101,2%	**5.390,16**	2.544,53	111,8%
	Auxiliar	4	**1.595,19**	1.397,87	14,1%	**3.190,38**	1.728,27	84,6%	**4.945,09**	2.432,49	103,3%
		3	**1.526,50**	1.397,87	9,2%	**3.053,00**	1.728,27	76,7%	**4.732,15**	2.378,02	99,0%
		2	**1.460,77**	1.397,87	4,5%	**2.921,54**	1.728,27	69,0%	**4.528,39**	2.328,05	94,5%
		1	**1.397,87**	1.397,87	0,0%	**2.795,74**	1.728,27	61,8%	**4.333,40**	2.278,31	90,2%
aperfeiçoamento	Titular	U	**3.382,78**	1.397,87	142,0%	**6.765,56**	2.578,49	162,4%	**10.486,61**	3.923,77	167,3%
	Associado	4	**3.209,47**	1.397,87	129,6%	**6.418,93**	2.485,41	158,3%	**9.949,35**	3.780,45	163,2%
		3	**3.131,18**	1.397,87	124,0%	**6.262,37**	2.442,87	156,4%	**9.706,67**	3.714,52	161,3%
		2	**3.051,84**	1.397,87	118,3%	**6.103,68**	2.400,34	154,3%	**9.460,70**	3.648,58	159,3%
		1	**2.971,60**	1.397,87	112,6%	**5.943,20**	2.357,80	152,1%	**9.211,96**	3.582,65	157,1%
	Adjunto	4	**2.653,22**	1.397,87	89,8%	**5.306,44**	2.187,63	142,6%	**8.224,98**	3.318,90	147,8%
		3	**2.538,97**	1.397,87	81,6%	**5.077,93**	2.129,39	138,5%	**7.870,80**	3.228,63	143,8%
		2	**2.429,63**	1.397,87	73,8%	**4.859,26**	2.071,98	134,5%	**7.531,85**	3.139,63	139,9%
		1	**2.325,00**	1.397,87	66,3%	**4.650,00**	2.015,90	130,7%	**7.207,50**	3.052,74	136,1%
	Assistente	4	**2.133,03**	1.397,87	52,6%	**4.266,05**	1.914,01	122,9%	**6.612,38**	2.894,79	128,4%
		3	**2.041,18**	1.397,87	46,0%	**4.082,36**	1.865,47	118,8%	**6.327,65**	2.819,57	124,4%
		2	**1.953,28**	1.397,87	39,7%	**3.906,55**	1.820,59	114,6%	**6.055,15**	2.750,00	120,2%
		1	**1.869,17**	1.397,87	33,7%	**3.738,33**	1.778,26	110,2%	**5.794,42**	2.684,40	115,9%
	Auxiliar	4	**1.714,83**	1.397,87	22,7%	**3.429,66**	1.757,67	95,1%	**5.315,97**	2.563,97	107,3%
		3	**1.640,99**	1.397,87	17,4%	**3.281,98**	1.757,67	86,7%	**5.087,06**	2.505,39	103,0%
		2	**1.570,33**	1.397,87	12,3%	**3.140,66**	1.757,67	78,7%	**4.868,02**	2.451,67	98,6%
		1	**1.502,71**	1.397,87	7,5%	**3.005,42**	1.757,67	71,0%	**4.658,40**	2.398,22	94,2%
especialização	Titular	U	**3.713,19**	1.415,20	162,4%	**7.426,38**	2.780,36	167,1%	**11.510,88**	4.235,32	171,8%
	Associado	4	**3.522,95**	1.410,47	149,8%	**7.045,90**	2.678,18	163,1%	**10.921,14**	4.078,02	167,8%
		3	**3.437,02**	1.410,47	143,7%	**6.874,04**	2.631,51	161,2%	**10.654,77**	4.005,64	166,0%
		2	**3.349,93**	1.410,47	137,5%	**6.699,85**	2.584,81	159,2%	**10.384,77**	3.933,28	164,0%
		1	**3.261,85**	1.410,47	131,3%	**6.523,70**	2.538,12	157,0%	**10.111,74**	3.860,89	161,9%
	Adjunto	4	**2.912,37**	1.410,47	106,5%	**5.824,74**	2.351,33	147,7%	**9.028,35**	3.571,38	152,8%
		3	**2.786,96**	1.410,47	97,6%	**5.573,92**	2.287,40	143,7%	**8.639,57**	3.472,27	148,8%
		2	**2.666,94**	1.410,47	89,1%	**5.333,88**	2.224,38	139,8%	**8.267,52**	3.374,59	145,0%
		1	**2.552,09**	1.410,47	80,9%	**5.104,18**	2.162,83	136,0%	**7.911,49**	3.279,20	141,3%
	Assistente	4	**2.341,37**	1.410,47	66,0%	**4.682,74**	2.050,98	128,3%	**7.258,24**	3.105,83	133,7%
		3	**2.240,55**	1.410,47	58,9%	**4.481,10**	1.997,71	124,3%	**6.945,70**	3.023,28	129,7%
		2	**2.144,06**	1.410,47	52,0%	**4.288,12**	1.948,44	120,1%	**6.646,59**	2.946,89	125,5%
		1	**2.051,74**	1.410,47	45,5%	**4.103,47**	1.901,98	115,7%	**6.360,38**	2.874,90	121,2%
	Auxiliar	4	**1.882,32**	1.410,47	33,5%	**3.764,65**	1.816,70	107,2%	**5.835,21**	2.742,71	112,8%
		3	**1.801,27**	1.410,47	27,7%	**3.602,54**	1.782,87	102,1%	**5.583,94**	2.678,41	108,5%
		2	**1.723,71**	1.410,47	22,2%	**3.447,42**	1.782,87	93,4%	**5.343,50**	2.619,45	104,0%
		1	**1.649,49**	1.410,47	16,9%	**3.298,97**	1.782,87	85,0%	**5.113,41**	2.560,76	99,7%
mestrado	Titular	U	**4.326,81**	1.716,46	152,1%	**8.653,62**	3.625,08	138,7%	**13.413,11**	5.211,32	157,4%
	Associado	4	**4.105,13**	1.586,95	158,7%	**8.210,26**	3.331,03	146,5%	**12.725,91**	5.028,02	153,1%
		3	**4.005,00**	1.559,75	156,8%	**8.010,01**	3.276,61	144,5%	**12.415,51**	4.943,68	151,1%
		2	**3.903,52**	1.532,53	154,7%	**7.807,03**	3.222,19	142,3%	**12.100,90**	4.859,34	149,0%
		1	**3.800,89**	1.505,33	152,5%	**7.601,77**	3.167,80	140,0%	**11.782,74**	4.775,02	146,8%
	Adjunto	4	**3.393,65**	1.477,67	129,7%	**6.787,30**	2.950,15	130,1%	**10.520,32**	4.437,67	137,1%
		3	**3.247,52**	1.477,67	119,8%	**6.495,03**	2.875,64	125,9%	**10.067,30**	4.322,18	132,9%
		2	**3.107,67**	1.477,67	110,3%	**6.215,33**	2.802,21	121,8%	**9.633,76**	4.208,35	128,9%
		1	**2.973,84**	1.477,67	101,3%	**5.947,67**	2.730,50	117,8%	**9.218,89**	4.097,20	125,0%
	Assistente	4	**2.728,29**	1.477,67	84,6%	**5.456,58**	2.600,14	109,9%	**8.457,70**	3.895,18	117,1%
		3	**2.610,81**	1.477,67	76,7%	**5.221,62**	2.538,08	105,7%	**8.093,51**	3.798,98	113,0%
		2	**2.498,38**	1.477,67	69,1%	**4.996,75**	2.480,67	101,4%	**7.744,96**	3.709,98	108,8%
		1	**2.390,80**	1.477,67	61,8%	**4.781,59**	2.426,54	97,1%	**7.411,46**	3.626,08	104,4%
doutorado	Titular	U	**5.506,85**	2.213,97	148,7%	**11.013,70**	4.706,85	134,0%	**17.071,23**	7.393,00	130,9%
	Associado	4	**5.224,71**	2.052,81	154,5%	**10.449,43**	4.345,35	140,5%	**16.196,61**	6.734,13	140,5%
		3	**5.097,28**	2.018,18	152,6%	**10.194,56**	4.276,08	138,4%	**15.801,56**	6.626,78	138,5%
		2	**4.968,11**	1.983,54	150,5%	**9.936,22**	4.206,84	136,2%	**15.401,14**	6.519,45	136,2%
		1	**4.837,49**	1.948,94	148,2%	**9.674,98**	4.137,58	133,8%	**14.996,22**	6.412,09	133,9%
	Adjunto	4	**4.319,19**	1.810,44	138,6%	**8.638,39**	3.860,58	123,8%	**13.389,50**	5.982,76	123,8%
		3	**4.133,20**	1.763,01	134,4%	**8.266,41**	3.765,75	119,5%	**12.812,93**	5.835,78	119,6%
		2	**3.955,21**	1.716,29	130,5%	**7.910,42**	3.672,31	115,4%	**12.261,15**	5.690,91	115,5%
		1	**3.784,88**	1.670,66	126,6%	**7.569,77**	3.581,02	111,4%	**11.733,14**	5.549,44	111,4%

Venc prop – Vencimento proposto
Rem atual – Remuneração em abril de 2007 (vencimento, complementos e gratificações)
Reajuste – Reajuste percentual sobre a remuneração em abril de 2007 para obter o vencimento proposto

Tabela 2-2 - Proposta do setor das docentes das IFES
Vencimentos propostos, remunerações atuais e reajustes percentuais propostos

Magistério Superior – Docentes aposentados e pensionistas

Titul	Classe	Nív	20 horas			40 horas			Dedicação Exclusiva		
			Venc prop	Rem atual	Reajuste	**Venc prop**	Rem atual	Reajuste	**Venc prop**	Rem atual	Reajuste
graduação	Titular	U	**3.146,77**	1.335,37	135,6%	**6.293,54**	2.301,39	173,5%	**9.754,99**	3.513,45	177,6%
	Associado	4	**2.985,55**	1.335,37	123,6%	**5.971,10**	2.214,81	169,6%	**9.255,21**	3.380,12	173,8%
		3	**2.912,73**	1.335,37	118,1%	**5.825,46**	2.175,23	167,8%	**9.029,46**	3.318,78	172,1%
		2	**2.838,92**	1.335,37	112,6%	**5.677,84**	2.135,66	165,9%	**8.800,65**	3.257,45	170,2%
		1	**2.764,28**	1.335,37	107,0%	**5.528,56**	2.096,09	163,8%	**8.569,27**	3.196,12	168,1%
	Adjunto	4	**2.468,11**	1.335,37	84,8%	**4.936,22**	1.937,80	154,7%	**7.651,14**	2.950,78	159,3%
		3	**2.361,83**	1.335,37	76,9%	**4.723,66**	1.883,62	150,8%	**7.321,67**	2.866,77	155,4%
		2	**2.260,12**	1.335,37	69,3%	**4.520,24**	1.830,21	147,0%	**7.006,37**	2.784,02	151,7%
		1	**2.162,79**	1.335,37	62,0%	**4.325,58**	1.778,06	143,3%	**6.704,65**	2.703,16	148,0%
	Assistente	4	**1.984,21**	1.335,37	48,6%	**3.968,42**	1.683,26	135,8%	**6.151,05**	2.556,23	140,6%
		3	**1.898,77**	1.335,37	42,2%	**3.797,54**	1.638,13	131,8%	**5.886,19**	2.486,26	136,7%
		2	**1.817,00**	1.335,37	36,1%	**3.634,00**	1.606,77	126,2%	**5.632,70**	2.421,55	132,6%
		1	**1.738,76**	1.335,37	30,2%	**3.477,52**	1.606,77	116,4%	**5.390,16**	2.360,53	128,3%
	Auxiliar	4	**1.595,19**	1.335,37	19,5%	**3.190,38**	1.606,77	98,6%	**4.945,09**	2.248,49	119,9%
		3	**1.526,50**	1.335,37	14,3%	**3.053,00**	1.606,77	90,0%	**4.732,15**	2.194,02	115,7%
		2	**1.460,77**	1.335,37	9,4%	**2.921,54**	1.606,77	81,8%	**4.528,39**	2.144,05	111,2%
		1	**1.397,87**	1.335,37	4,7%	**2.795,74**	1.606,77	74,0%	**4.333,40**	2.094,31	106,9%
aperfeiçoamento	Titular	U	**3.382,78**	1.335,37	153,3%	**6.765,56**	2.451,74	175,9%	**10.486,61**	3.734,27	180,8%
	Associado	4	**3.209,47**	1.335,37	140,3%	**6.418,93**	2.358,66	172,1%	**9.949,35**	3.590,95	177,1%
		3	**3.131,18**	1.335,37	134,5%	**6.262,37**	2.316,12	170,4%	**9.706,67**	3.525,02	175,4%
		2	**3.051,84**	1.335,37	128,5%	**6.103,68**	2.273,59	168,5%	**9.460,70**	3.459,08	173,5%
		1	**2.971,60**	1.335,37	122,5%	**5.943,20**	2.231,05	166,4%	**9.211,96**	3.393,15	171,5%
	Adjunto	4	**2.653,22**	1.335,37	98,7%	**5.306,44**	2.060,88	157,5%	**8.224,98**	3.129,40	162,8%
		3	**2.538,97**	1.335,37	90,1%	**5.077,93**	2.002,64	153,6%	**7.870,80**	3.039,13	159,0%
		2	**2.429,63**	1.335,37	81,9%	**4.859,26**	1.945,23	149,8%	**7.531,85**	2.950,13	155,3%
		1	**2.325,00**	1.335,37	74,1%	**4.650,00**	1.889,15	146,1%	**7.207,50**	2.863,24	151,7%
	Assistente	4	**2.133,03**	1.335,37	59,7%	**4.266,05**	1.787,26	138,7%	**6.612,38**	2.705,29	144,4%
		3	**2.041,18**	1.335,37	52,9%	**4.082,36**	1.738,72	134,8%	**6.327,65**	2.630,07	140,6%
		2	**1.953,28**	1.335,37	46,3%	**3.906,55**	1.693,84	130,6%	**6.055,15**	2.560,50	136,5%
		1	**1.869,17**	1.335,37	40,0%	**3.738,33**	1.651,51	126,4%	**5.794,42**	2.494,90	132,3%
	Auxiliar	4	**1.714,83**	1.335,37	28,4%	**3.429,66**	1.630,92	110,3%	**5.315,97**	2.374,47	123,9%
		3	**1.640,99**	1.335,37	22,9%	**3.281,98**	1.630,92	101,2%	**5.087,06**	2.315,89	119,7%
		2	**1.570,33**	1.335,37	17,6%	**3.140,66**	1.630,92	92,6%	**4.868,02**	2.262,17	115,2%
		1	**1.502,71**	1.335,37	12,5%	**3.005,42**	1.630,92	84,3%	**4.658,40**	2.208,72	110,9%
especialização	Titular	U	**3.713,19**	1.350,45	175,0%	**7.426,38**	2.649,11	180,3%	**11.510,88**	4.039,07	185,0%
	Associado	4	**3.522,95**	1.345,72	161,8%	**7.045,90**	2.546,93	176,6%	**10.921,14**	3.881,77	181,3%
		3	**3.437,02**	1.345,72	155,4%	**6.874,04**	2.500,26	174,9%	**10.654,77**	3.809,39	179,7%
		2	**3.349,93**	1.345,72	148,9%	**6.699,85**	2.453,56	173,1%	**10.384,77**	3.737,03	177,9%
		1	**3.261,85**	1.345,72	142,4%	**6.523,70**	2.406,87	171,0%	**10.111,74**	3.664,64	175,9%
	Adjunto	4	**2.912,37**	1.345,72	116,4%	**5.824,74**	2.220,08	162,4%	**9.028,35**	3.375,13	167,5%
		3	**2.786,96**	1.345,72	107,1%	**5.573,92**	2.156,15	158,5%	**8.639,57**	3.276,02	163,7%
		2	**2.666,94**	1.345,72	98,2%	**5.333,88**	2.093,13	154,8%	**8.267,52**	3.178,34	160,1%
		1	**2.552,09**	1.345,72	89,6%	**5.104,18**	2.031,58	151,2%	**7.911,49**	3.082,95	156,6%
	Assistente	4	**2.341,37**	1.345,72	74,0%	**4.682,74**	1.919,73	143,9%	**7.258,24**	2.909,58	149,5%
		3	**2.240,55**	1.345,72	66,5%	**4.481,10**	1.866,46	140,1%	**6.945,70**	2.827,03	145,7%
		2	**2.144,06**	1.345,72	59,3%	**4.288,12**	1.817,19	136,0%	**6.646,59**	2.750,64	141,6%
		1	**2.051,74**	1.345,72	52,5%	**4.103,47**	1.770,73	131,7%	**6.360,38**	2.678,65	137,4%
	Auxiliar	4	**1.882,32**	1.345,72	39,9%	**3.764,65**	1.685,45	123,4%	**5.835,21**	2.546,46	129,1%
		3	**1.801,27**	1.345,72	33,9%	**3.602,54**	1.651,62	118,1%	**5.583,94**	2.482,16	125,0%
		2	**1.723,71**	1.345,72	28,1%	**3.447,42**	1.651,62	108,7%	**5.343,50**	2.423,20	120,5%
		1	**1.649,49**	1.345,72	22,6%	**3.298,97**	1.651,62	99,7%	**5.113,41**	2.364,51	116,3%
mestrado	Titular	U	**4.326,81**	1.627,21	165,9%	**8.653,62**	3.401,58	154,4%	**13.413,11**	4.931,57	172,0%
	Associado	4	**4.105,13**	1.510,20	171,8%	**8.210,26**	3.138,78	161,6%	**12.725,91**	4.748,27	168,0%
		3	**4.005,00**	1.483,00	170,1%	**8.010,01**	3.084,36	159,7%	**12.415,51**	4.663,93	166,2%
		2	**3.903,52**	1.455,78	168,1%	**7.807,03**	3.029,94	157,7%	**12.100,90**	4.579,59	164,2%
		1	**3.800,89**	1.428,58	166,1%	**7.601,77**	2.975,55	155,5%	**11.782,74**	4.495,27	162,1%
	Adjunto	4	**3.393,65**	1.400,92	142,2%	**6.787,30**	2.757,90	146,1%	**10.520,32**	4.157,92	153,0%
		3	**3.247,52**	1.400,92	131,8%	**6.495,03**	2.683,39	142,0%	**10.067,30**	4.042,43	149,0%
		2	**3.107,67**	1.400,92	121,8%	**6.215,33**	2.609,96	138,1%	**9.633,76**	3.928,60	145,2%
		1	**2.973,84**	1.400,92	112,3%	**5.947,67**	2.538,25	134,3%	**9.218,89**	3.817,45	141,5%
	Assistente	4	**2.728,29**	1.400,92	94,7%	**5.456,58**	2.407,89	126,6%	**8.457,70**	3.615,43	133,9%
		3	**2.610,81**	1.400,92	86,4%	**5.221,62**	2.345,83	122,6%	**8.093,51**	3.519,23	130,0%
		2	**2.498,38**	1.400,92	78,3%	**4.996,75**	2.288,42	118,3%	**7.744,96**	3.430,23	125,8%
		1	**2.390,80**	1.400,92	70,7%	**4.781,59**	2.234,29	114,0%	**7.411,46**	3.346,33	121,5%
doutorado	Titular	U	**5.506,85**	2.092,22	163,2%	**11.013,70**	4.402,85	150,1%	**17.071,23**	6.898,25	147,5%
	Associado	4	**5.224,71**	1.946,31	168,4%	**10.449,43**	4.078,85	156,2%	**16.196,61**	6.315,38	156,5%
		3	**5.097,28**	1.911,68	166,6%	**10.194,56**	4.009,58	154,3%	**15.801,56**	6.208,03	154,5%
		2	**4.968,11**	1.877,04	164,7%	**9.936,22**	3.940,34	152,2%	**15.401,14**	6.100,70	152,4%
		1	**4.837,49**	1.842,44	162,6%	**9.674,98**	3.871,08	149,9%	**14.996,22**	5.993,34	150,2%
	Adjunto	4	**4.319,19**	1.703,94	153,5%	**8.638,39**	3.594,08	140,4%	**13.389,50**	5.564,01	140,6%
		3	**4.133,20**	1.656,51	149,5%	**8.266,41**	3.499,25	136,2%	**12.812,93**	5.417,03	136,5%
		2	**3.955,21**	1.609,79	145,7%	**7.910,42**	3.405,81	132,3%	**12.261,15**	5.272,16	132,6%
		1	**3.784,88**	1.564,16	142,0%	**7.569,77**	3.314,52	128,4%	**11.733,14**	5.130,69	128,7%

Venc prop – Vencimento proposto
Rem atual – Remuneração em abril de 2007 (vencimento, complementos e gratificações)
Reajuste – Reajuste percentual sobre a remuneração em abril de 2007 para obter o vencimento proposto

Sem circulação do Jornal da Adufrj até fim de julho

Em função das férias acadêmicas, a próxima edição do Jornal da Adufrj só vai circular no fim de julho/início de agosto. Notícias extraordinárias serão postadas em nossa página eletrônica no endereço www.adufrj.org.br.

AdUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 545 10 de julho de 2007

UFR$

Editorial, Página 2

Editorial

A ofensiva do comércio no ensino público superior

O Reuni , decreto 6.096, apresentado pelo governo Lula e seus aliados como a salvação para a universidade brasileira, provocou aqui na UFRJ uma corrida para preenchimento de "formulários ". Poucos leram e poucos refletiram sobre seus significados e conseqüências. Chegamos ao absurdo de ver preenchidos os formulários para pedidos de recursos pelas unidades antes mesmo da avaliação da Comissão nomeada pelo Consuni.

Na sessão do Conselho Universitário da UFRJ de 28 de julho foi incluído na pauta o item "Programa de Expansão e Reestruturação da UFRJ: Avaliação e Desdobramentos". Apesar do título amplo, o tema foi restrito – falou-se apenas do Reuni. Também foi restrito o conjunto de opiniões, quase todas favoráveis ao envio de "propostas da UFRJ", adaptadas ao decreto 6.096. Não houve questionamentos sobre as restrições orçamentárias que o próprio governo impõe à Universidade Pública, à saúde, à segurança, aos investimentos em infra-estrutura. O argumento dominante foi o de que fora do Reuni não haveria outra alternativa de financiamento para a Universidade. Estando à beira do abismo, decidimos dar um passo à frente.

A Adufrj-SSind reitera sua profunda discordância com o conteúdo e com os encaminhamentos dados ao decreto 6.096. É vergonhoso atrelar o aumento de vagas para o Ensino Superior às políticas praticadas e impostas pelo MEC que foram implementadas pelo governo FHC e são religiosamente seguidas pelo governo Lula. Dez anos atrás o governo FHC "aumentou" o número de vagas no ensino superior criando cursos chamados de "universitários" de curta duração. Fomos contra sua implantação nas universidades públicas, mas o setor privado enchia páginas e páginas de jornais com propagandas enganosas sobre a "inserção no novo mercado de trabalho". Com o previsível fracasso desta política, os donos das empresas em educação incentivaram o "Prouni", que nada mais é do que o repasse de recursos públicos ao setor privado. Agora, em plena ofensiva do mercado do ensino a distância, promovido no mundo inteiro por algumas instituições internacionais, vemos mais uma etapa deste processo, tentando diminuir a qualidade do ensino público.

Nosso Sindicato Nacional, desde a sua fundação, vem lutando por mais vagas no ensino público superior. Esta bandeira não é isolada. Primeiro, a educação é um direito de todos e uma obrigação do Estado brasileiro. Em segundo lugar, não podemos separar as políticas governamentais na área econômica das políticas praticadas no setor de educação. O papel destinado ao Brasil, de país produtor e exportador de matérias-primas e importador de produtos tecnologicamente mais sofisticados e as restrições orçamentárias, estão sufocando o país, provocando uma queda brutal de qualidade no ensino público e no privado. Afinal, dentro da lógica do grande capital, para que um povo instruído se não há necessidade econômica nem trabalho compatível com mão-de-obra qualificada?

Insistimos em nos recusar a aceitar que educação seja tratada como mercadoria. Subtrair dos jovens a oportunidade de se beneficiarem do conhecimento e compactuar com a farsa de simplesmente dar, ou vender, um diploma, ou ainda de promover formações aligeiradas, como é praticado pelas empresas privadas de ensino, é descompromisso com o futuro que, nós professores, não podemos aceitar.

Assim, é com espanto que ao abrir os jornais de domingo num caderno ironicamente chamado de Boa Chance, vemos anúncios de cursos de pós-graduação sendo oferecidos, não pelas Casas Bahia, mas pela UFRJ. Os preços variam de três a trinta e oito mil e não sofreram, sorte nossa, alteração em relação ao primeiro semestre (O Globo 08/07/2007).

A UFRJ, que sabidamente tem deficiência de professores e contrata uma enorme quantidade de substitutos para as disciplinas do ciclo básico e da graduação, oferece excelentes cursos de MBA Executivo e perpetua assim, e cada vez mais, a lógica do ensino de melhor qualidade para os que podem e pagam e cursos acelerados para aqueles que sempre deverão permanecer no andar de baixo da sociedade brasileira. Assim projetamos o futuro.

Qual o ensino que hoje oferecemos aos nossos alunos, quais as nossas condições de trabalho, quais os nosso salários e carreira e quem está lucrando com os cursos pagos atualmente praticados nesta instituição? Estas sim deveriam ser a pauta do Conselho Universitário da UFRJ.

6 • BOA CHANCE — O GLOBO — Domingo, 8 de julho de 2007

Segunda chamada do ano para a pós-graduação

Além das áreas tradicionais, como petróleo e gás, instituições investem em novidades como saúde e logística

Ediane Merola

Os profissionais que pretendem começar uma pós-graduação, ainda em 2007, devem ficar atentos aos prazos. As instituições já estão com inscrições abertas para seus MBAs, especializações, mestrados e doutorados, que terão início neste segundo semestre, a maioria em agosto. Os preços, que variam de R$ 3 mil a R$ 38 mil, não sofreram alteração, em relação ao primeiro semestre. A novidade fica por conta dos novos cursos oferecidos, em áreas consideradas emergentes, como gerência de projetos, logística, marketing e saúde.

A Universidade Federal Flu

CONFIRA NOVIDADES E CURSOS QUE VOLTAM A SER OFERECIDOS NESTE SEMESTRE

INSTITUIÇÕES	CURSOS	ENDEREÇOS	TELEFONES	PREÇOS (R$)	INSCRIÇÕES
UFRJ/COPPEAD	MBA Executivo/www.coppead.ufrj.br	Rua 36/355, Fundão	2598-9898	26.900	abertas
	MBA Saúde/www.coppead.ufrj.br	Rua 36/355, Fundão	2598-9898	23.900	abertas
UFRJ/COPPE	MBKM Pós-Graduação Gestão Lato Sensu do Conhecimento e Inteligência Empresarial mbkm@crie.ufrj.br	Avenida Rio Branco 81, 13º andar, Centro	2562-7843	9.650	abertas
	Seg. Aplicada aos Projetos de Exploração e Produção de Petróleo/sapep@peno.coppe.ufrj.br	Centro de Tecnologia, bloco C, sala 214, Fundão	2562-8715 e 2562-8742	12 mil	abertas
UFRJ/NCE	Treinamento Executivo em Gestão e TI www.nce.ufrj.br/ensino/posgraduacao/latosensu/mbi	Prédio do CCMN, Fundão	2598-3333	16.200	abertas
	Gerência de Projetos www.nce.ufrj.br/ensino/posgraduacao/latosensu/apm	Prédio do CCMN, Fundão	2598-3333	14.592	abertas
UFRJ Escola Politécnica	Especialização Engenharia de Produção do Entretenimento/www.lee.ufrj.br	UFRJ, Praia Vermelha	2562-8558	11.040	até 10 de julho
	Pós em Gestão Ambiental/www.brasilpinums.org.br	Rua do Russel 1, Glória	2562-7982	10.300	até 31 de julho
UFF/LOGEMP	MBA em Log Empresarial e Gerenciamento da	Rua São Paulo 30/722,	2629-9870	5.400	até 21

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

CEG aprova edital do vestibular 2008

Mudanças, como a inclusão da Filosofia, são confirmadas no documento

Em sessão do dia 4 de julho, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou o edital do vestibular 2008 da UFRJ. As propostas de mudanças anteriormente discutidas e aceitas pelo colegiado, como a inclusão da Filosofia, foram confirmadas no documento que deverá ser publicado no Diário Oficial ainda nesta semana.

Foi oficializada, portanto, a criação de um sexto grupo, com os cursos de graduação para os quais haverá prova de Filosofia: Ciências Sociais, Direito, Filosofia, História e todos oferecidos pela Escola de Música. A prova de Filosofia terá quatro questões e fará parte do elenco de não-específicas para o Grupo 6. As demais disciplinas não-específicas para o Grupo 6 são Biologia, Física, Química e Matemática.

Na tentativa de diminuir a evasão e aproveitar os melhores alunos, o CEG também ratificou a mudança na forma de ingresso proposta pela Escola Politécnica: em vez de optar por até três dos doze cursos da graduação daquela unidade, os candidatos a uma vaga deverão apenas inscrever-se na carreira "Engenharia", listando de um até doze cursos como sub-opções, ordenados de acordo com sua preferência. Com isso, muda o critério de classificação e a nota final do candidato passa a ser o primeiro critério de desempate nas sub-opções.

Uma terceira alteração é que, no concurso 2008, não será mais permitida a opção de semestre de preferência para iniciar o curso. Os alunos classificados com maiores notas finais serão alocados no primeiro semestre e os demais, no segundo.

Arquivo Adufrj - 18/04/07

COORDENADOR ACADÊMICO DO VESTIBULAR, LUIZ OTÁVIO ACOMPANHOU VOTAÇÃO DO EDITAL

Mais 200 vagas em relação ao concurso anterior

Serão oferecidas 6.825 vagas para o próximo concurso (200 a mais que no vestibular 2007). Foram aprovadas turmas novas de cursos já existentes na UFRJ, só que no município de Macaé: Farmácia (25 vagas no primeiro semestre e mais 25 no segundo); e Licenciatura em Química (também 25 e 25). Para essas, vale lembrar, também aconteceu uma aprovação em caráter especial do Consuni, na semana anterior, por se tratar de uma iniciativa fora do município-sede da UFRJ. Na ocasião, o reitor Aloisio Teixeira afirmou que se empenharia para garantir o quadro de pessoal necessário às atividades naquele local.

Engenharia Ambiental, com entrada única anual, aumenta de 25 para 40 suas vagas do concurso. Também com apenas uma entrada, Engenharia de Petróleo pula de 25 para 30 vagas ofertadas.

Na Faculdade de Letras, ocorrem outros aumentos pontuais. O curso de Português-Alemão vai de 15 para 20 vagas, no primeiro semestre; no segundo, continua com 15. Português-Espanhol, antes 15/15, vai para 30 vagas por semestre. Já o curso de Português-Italiano, antes 13/12, aumenta para 20/20.

No Serviço Social, o curso noturno, antes na proporção 30/30, passa a ser de 45 vagas por semestre.

A entrada, antes única, para o curso de "Engenharia de Alimentos, Engenharia de Bioprocessos e Engenharia Química", da Escola de Química, passa a ser separada para cada uma das partes, mas não é alterado o número total de vagas (90/90).

Vestibular 2008

6.825 vagas distribuídas em seis grupos

Inscrições: abertas de 1º de agosto a 31 de agosto

Taxa de inscrição: R$ 95

Dois dias de provas: 11 de novembro e 25 de novembro

Divulgação dos resultados: 1º de fevereiro de 2008

Matrículas: de 12 a 14 de fevereiro de 2008

Três reclassificações a partir de 20 de fevereiro de 2008

Anote

5º Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica

As inscrições para o 5º Prêmio Destaque do Ano na Iniciação Científica já estão abertas para bolsistas de Iniciação Científica do CNPq e instituições participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic). Os vencedores receberão quantia em dinheiro equivalente a 12 meses de bolsas de IC; uma bolsa de mestrado para estudantes que estejam em final de curso e passagem e hospedagem para permitir a participação dos agraciados na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 2008. As inscrições podem ser feitas até o dia 20 de agosto nas pró-reitorias de Pesquisa e pós-graduação ou órgão similar da instituição.

Difusão e popularização da ciência e tecnologia

O edital de difusão e popularização da ciência e tecnologia no estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo é incentivar, estimular, apoiar e promover iniciativas que versem sobre a temática de Difusão e Popularização da Ciência e Tecnologia, visando democratizar a informação sobre a produção de conhecimento, tem prazo para apresentação de propostas até 3 de agosto. Informações em http://www.faperj.br/interna.phtml?obj_id=3695

Resenha

Protesto por qualidade na Ufop

Cerca de 2 mil pessoas entre estudantes e servidores da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) participaram de uma marcha pela cidade em defesa do ensino público de qualidade. Os funcionários estão em greve há mais de um mês. Os servidores se posicionam contra o PLP 01/2007, que impede o aumento do salário do funcionalismo público durante 10 anos e contra a transformação dos hospitais universitários em fundações, entre outras reivindicações *(Diário da Tarde (MG), 4/7)*.

Na Bahia, ato contra a Universidade Nova

Estudantes de Medicina da Universidade Federal da Bahia saíram às ruas no Dois de Julho, dia da independência do estado, para protestar contra o projeto Universidade Nova. De forma irreverente, chamaram a atenção da população com paródias de músicas e ataques à reitoria. E também ao governador Jaques Wagner (PT). Foi a forma que os baianos descobriram para dizer que vencidas várias batalhas, dos portugueses ao carlismo, o governo petista só representa o continuísmo *(blog Universidade Popular, 3/7)*.

Faltam 246 mil docentes no nível médio

As escolas públicas brasileiras sofrem um déficit de 246 mil professores, levadas em conta as necessidades do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio. Faltam docentes graduados em Licenciaturas de Física, Química e Matemática, principalmente. Esses são dados do relatório "Escassez de Professores no Ensino Médio: Soluções Estruturais e Emergenciais", elaborado por membros do Conselho Nacional de Educação *(Estadão, 3/7)*.

MP pede fim de curso pago na Unifesp

O Ministério Público Federal recomendou que a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) suspenda a cobrança em cursos de especialização e MBAs. A alegação é de que, segundo a Constituição, uma universidade pública não pode oferecer cursos pagos. Segundo o MP, a Unifesp deve devolver o dinheiro dos alunos que participaram dos cursos. Há mensalidade de até R$ 1.350. A instituição tem prazo de 15 dias para cumprir a determinação. O pró-reitor de Extensão da Unifesp, Walter Manna Albertoni, afirma que há cerca de 280 cursos de especialização ou pós-graduação *lato sensu* (que não dão título de mestre ou doutor) na universidade e que 50% deles são cobrados *(Estadão, 29/6)*.

Movimento

Setor das Federais do Andes-SN propõe indicativo de greve

Rodada de Assembléias em todo o país vai definir os próximos passos do movimento

A última reunião do Setor das Federais do Andes-SN, em Brasília, no dia 30 de junho, aprovou a discussão de um indicativo de greve pelas assembléias dos docentes de todo o país. Pesou favoravelmente a este encaminhamento o entendimento de que o debate sobre o indicativo deve favorecer a mobilização da categoria, sem a qual não há como avançar na conquista das reivindicações.

Uma nova reunião do Setor, marcada para 25 de julho, em São Luís (MA), onde será realizado o 52º Conad do Sindicato Nacional (de 26/7 a 29/7), vai avaliar o resultado da rodada de assembléias e propor os próximos encaminhamentos. Na pauta de reivindicações, além da cobrança de uma política salarial que inclua a incorporação das gratificações com paridade e isonomia de salário e a compensação das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro de 1995 (detalhada em encarte da última edição do Jornal da Adufrj), os docentes vão, entre outros itens, cobrar a revogação dos recentes decretos que criam o Reuni (nº 6.096/07) e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (nº 6.095/07). Estes dispositivos governamentais são considerados negativos ao progresso com qualidade do ensino superior público brasileiro.

Reunião discute descaso do governo

Durante a reunião do Setor, o professor Almir Serra, diretor do Andes-SN, fez um relato sobre as várias tentativas de negociação com diferentes instâncias do governo em relação às reivindicações dos docentes. Segundo o relatório sobre o Setor distribuído às seções sindicais, "o governo mantém-se intransigente, não abre mão do PLP 01/07 e sinaliza que não haverá nenhum reajuste para a categoria".

Audiência pública discute direito de greve

Durante a reunião do Setor, o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, informou sobre uma audiência pública no Ministério do Trabalho que se concentrou na regulamentação do direito de greve. De acordo com ele, as intervenções das entidades presentes foram em defesa do pleno direito de greve e da responsabilização do governo pelas greves, e não dos servidores públicos. Ainda segundo o relatório do Setor: "O que ficou evidente na audiência é que o governo apresentará seu projeto, com ou sem acordo das entidades representativas do funcionalismo público, tentando inviabilizar as iniciativas de mobilização da categoria e o enfrentamento às suas políticas".

Andes-SN solicita revogação de decretos sobre IFETs e Reuni

Em documento protocolado no MEC em 3 de julho, o Andes-SN solicitou a revogação imediata dos decretos nº 6.095/07 (relativo à implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFETs) e nº 6.096/07 (Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni).

De acordo com a carta dirigida ao ministro da Educação, Fernando Haddad, esses decretos vão na contramão do atendimento das condições para que a Educação, Cultura e Ciência progridam com a qualidade necessária. Diz um trecho: "Esses decretos, se implementados, degradarão mais ainda as condições de trabalho, especialmente entre os docentes e desqualificação acentuadamente o ensino superior brasileiro".

Enviado ao MEC para cumprir encaminhamento aprovado no Setor das Federais do Andes-SN realizado em 30 de junho, o documento solicita, ainda, a efetiva negociação da pauta salarial e reposição de vagas docentes e de servidores técnico-administrativos perdidas pelas universidades federais na última década. A carta também destaca que o Brasil tem uma das menores parcelas do PIB aplicadas em educação: 3,5%.

O Sindicato Nacional lembra ao ministro que a preocupação da entidade com a garantia de uma educação pública de qualidade para todos e pede a derrubada dos vetos ao Plano Nacional de Educação (PNE), principalmente o que diz respeito à meta de investimento de 7% do PIB na educação pública; a extinção da aplicação da DRU (Desvinculação das Receitas da União) e o cumprimento do preceito constitucional de vinculação das verbas do orçamento para a Educação.

Fonte: imprensa Andes-SN

Plenária indica discussão de greve unificada

Servidores também podem fazer paralisações curtas em agosto

Em reunião, no dia 1º de julho, que contou com a participação de 91 representantes de oito entidades nacionais dos servidores federais, foi aprovada a discussão, pelas assembléias de base, de um indicativo de greve unificada a ser deflagrada no final de agosto ou início de setembro. Antes disso, ainda no mês de agosto, há o indicativo de paralisações pontuais com o objetivo de mobilizar as diversas categorias para esta greve.

A Plenária dos SPF, realizada em Brasília, apontou a realização de um ato público na abertura do Pan-Americano do Rio de Janeiro, no dia 13 de julho, com envio de caravanas. Na mesma data, onde for possível, em outros estados, também serão feitas manifestações. No dia seguinte, para aproveitar a mobilização nacional para o protesto, haverá uma reunião ampliada da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) no Rio.

Moções

A plenária aprovou diversas moções. A primeira, contra o reitor da Universidade Federal do Pará, Alex Fiúza de Mello, pelos ataques contra os técnico-administrativos em greve e pela intransigência em recebê-los para negociar, apesar das solicitações de audiência feitas desde o início do movimento. O diretor da Universidade Estadual Paulista, de Araraquara, Cláudio Gomides, também mereceu protesto dos representantes dos servidores federais por ter acionado a tropa de choque da Polícia Militar para, na madrugada do dia 20 de junho, retirar estudantes que ocupavam o prédio da reitoria local.

Uma moção de apoio aos trabalhadores em Educação do estado da Bahia em greve e uma outra, contra o governador Jaques Wagner (PT) pelo corte de salário dos servidores, também foram aprovadas na Plenária.

Os delegados de base presentes à Plenária também votaram moções contra a criminalização do movimento dos controladores de vôo pelo governo Lula e do movimento estudantil de ocupação das reitorias das universidades estaduais paulistas (pelo governo José Serra (PSDB) e pelas reitorias locais, com apoio da grande imprensa).

Movimento

Estudantes se manifestam contra o Pan 2007

Na reinauguração do Maracanãzinho (30/6), estudantes do curso de Educação Física de várias regiões do país fizeram um ato público contra os bilhões de reais gastos pelos governos federal, estadual e municipal em obras para a realização dos Jogos Pan-Americanos. Os alunos estão inconformados com o montante de dinheiro gasto para a maquiagem da cidade, enquanto as áreas sociais sofrem com a indiferença dos governantes.

Os discentes decidiram fazer a manifestação em decorrência do XII Seminário Movimento Estudantil e Esporte, cujo tema foi "Pan e Circo: práticas para a manutenção de uma ideologia". Os participantes decidiram alterar a programação do evento, que ocorreu entre os dias 29 de junho e 1º de julho, para tornar pública sua contrariedade à postura dos governos. Os estudantes distribuíram panfletos e conversaram com as pessoas presentes.

O protesto ocorreu após o jogo da Seleção Brasileira feminina de vôlei contra a Sérvia, onde esteve presente o ministro dos Esportes, Orlando Silva. Várias palavras de ordem foram entoadas, como "É ou não é/Piada de salão?/Tem dinheiro para o Pan/Mas não tem pra educação!" e "Sérgio Cabral, / depois do Pan/Não privatize o Maracanã". As denúncias contra governo e as empresas que serão beneficiadas com os Jogos chamaram a atenção e receberam o apoio dos que saíam do ginásio.

Panfleto denuncia o governo

O panfleto distribuído pelos estudantes no dia do ato alertava a população quanto à sua reduzida participação no evento.

Divulgação: Leandro MDL

NA ENTRADA DO MARACANÃZINHO, OS ALUNOS DE DIVERSOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PROTESTARAM CONTRA OS BILHÕES DE REAIS GASTOS COM O PAN EM DETRIMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Apesar de os Jogos Pan-Americanos já terem dado um rombo de R$ 4 bilhões nos cofres públicos e serem sediados no município do Rio de Janeiro, grande parcela dos cariocas não terá acesso ao evento. Isto porque os preços dos ingressos das competições fogem à realidade financeira dos cidadãos. Além disso, houve a expropriação de vários domicílios para a construção de ginásios, quadras e estádios esportivos.

O problema se agrava ainda mais para a população carente. Por conta da proximidade do Pan, o os governos federal e estadual, através da Força Nacional de Segurança e Polícia Militar (PM), respectivamente, têm implementado uma política de extermínio nos morros e favelas cariocas. Sob o pretexto de se alcançar uma cidade mais segura para os jogos, a PM tem praticado ataques freqüentes às comunidades de baixa renda do Rio, como as operações no Complexo do Alemão.

Privatização nos esportes

Para justificar as cifras bilionárias, os organizadores dos Jogos apresentam as alternativas de geração de riquezas, como o "legado estrutural esportivo" deixado para a cidade. Entretanto, as riquezas geradas pelo evento serão concentradas nas mãos de uma minoria, enquanto as estruturas, que, a princípio, ficariam com a população, estão sendo vendidas para empresas privadas. Ou seja, a velha e conhecida política neoliberal também pode ser identificada no setor esportivo. Já foi publicado, por exemplo, o edital de licitação que permite a concessão a empresas privadas para gerenciar o Complexo do Maracanãzinho.

Entidades organizam ato contra o governo

Sob o lema "Abaixo a violência contra o povo e a corrupção nas verbas do Pan", no dia 13/7, diversas organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), e o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN/RJ), entre outras, farão um grande ato unificado em frente à prefeitura do Rio.

A manifestação fará parte da política de repúdio em relação à violência e ao descaso governamental com a parcela carente da população, esquecida e massacrada em virtude dos Jogos Pan-Americanos. Em nota oficial, as entidades afirmam que o Pan 2007 servirá de pretexto para que a cidade fique militarizada e a guerra contra a população das comunidades seja implantada, representando uma séria ameaça aos direitos da maioria da população pobre.

O documento também é contra a política de "limpeza" e "maquiagem" implementada pela prefeitura da cidade. Segundo a convocação do ato, o prefeito César Maia "persegue mendigos, moradores e crianças de rua, catadores de papel e latinha, prostitutas e pobres em geral" com o objetivo de higienizar as ruas para a recepção de turistas.

Além disso, o ato público do dia 13/7 questionará as verbas destinadas ao evento, que teve seu orçamento original multiplicado por dez. Diante dessa situação, a manifestação vai criticar esse comprometimento dos poderes públicos no Brasil com uma ideologia que criminaliza os pobres e prega o confronto violento como única saída para os problemas sociais. O repúdio à transferência de verbas para áreas não-prioritárias e ao processo de privatização, dando cumprimento à política neoliberal do governo federal também serão algumas das reivindicações do ato.

Elegia 1938

Trabalhas sem alegria para um mundo caduco,
onde as formas e as ações não encerram nenhum exemplo.
Praticas laboriosamente os gestos universais,
sentes calor e frio, falta de dinheiro, fome e desejo sexual.
Heróis enchem os parques da cidade em que te arrastas,
e preconizam a virtude, a renúncia, o sangue-frio, a concepção.
À noite, se neblina, abrem guarda-chuvas de bronze
ou se recolhem aos volumes de sinistras bibliotecas.
Amas a noite pelo poder de aniquilamento que encerra
e sabes que, dormindo, os problemas te dispensam de morrer.
Mas o terrível despertar prova a existência da Grande Máquina
e te repõe, pequenino, em face de indecifráveis palmeiras.
Caminhas entre mortos e com eles conversas
sobre coisas do tempo futuro e negócios do espírito.
A literatura estragou tuas melhores horas de amor.
Ao telefone perdeste muito, muitíssimo tempo de semear.
Coração orgulhoso, tens pressa de confessar tua derrota
e adiar para outro século a felicidade coletiva.
Aceitas a chuva, a guerra, o desemprego e a injusta distribuição
porque não podes, sozinho, dinamitar a ilha de Manhattan.

Carlos Drummond de Andrade

Opinião

Princípio Esperança[1]

Cinda Gonda*

Poiso a mão vagarosa no capô dos carros como se afagasse a crina dum cavalo. Vêm mortos de sede. Julgo que se perderam no deserto e o seu destino é apenas terem pressa. Neste emprego, ouço o ruído da engrenagem, o suave movimento do mundo a acelerar-se pouco a pouco. Quem sou eu, no entanto, que balança tenho para pesar sem erro a minha vida e os sonhos de quem passa?

Carlos de Oliveira [2]

Fonte: Wikipédia/Honoré Daumier

Há quase três décadas, a Universidade Federal do Rio de Janeiro iniciava um processo que se pensava irreversível - a sua democratização. Departamentos, Direções, Decanias e, posteriormente, a Reitoria passariam por profundas transformações. A ação dos movimentos organizados, ADUFRJ, SINTUFRJ, DCE Mário Prata, tornou-se decisiva para consolidação de tais conquistas. O país acompanhava o mesmo quadro de inquietação política, chegando finalmente às eleições diretas.

Alguns tropeços, algumas "pedras no meio do caminho" não foram capazes de destruir a excelência do que se realizava na Instituição - a pesquisa, o alto padrão de seu ensino e a qualidade da extensão. A crônica ausência dos recursos, os salários que velozmente se degradavam não impediram que a UFRJ resistisse e se desenvolvesse. Pensando na ampliação de vagas discentes, várias unidades instituíram cursos noturnos, aquelas, onde ainda não existiam, se orientariam no sentido de sua implementação. Ou, através da extensão, fortaleciam os laços com o ensino da rede oficial através de cursos de inclusão digital, dentre outros. Esperava-se que tais metas fossem acompanhadas dos recursos financeiros sem os quais nada ganha corpo e avança. Esperava-se que o quadro de funcionários da UFRJ, docentes e técnico-administrativos, se revigorasse com a devida reposição de vagas. Que a carreira docente, conquistada com tantas lutas, fosse respeitada, mantendo-se as 40horas com DE. Sabe-se que a implantação da dedicação exclusiva fortaleceu os professores, possibilitando-lhes a fixação e conseqüente produção nas respectivas unidades.

Foi, portanto, um duro golpe a forma pela qual não só o ensino de 3º grau, mas os de 2º e 1º graus receberam o novo PDE.

Em relação à Universidade, ao invés desta apresentar a totalidade das contribuições elaboradas ao longo dos anos por suas unidades, o governo impunha, para obtenção de recursos, uma adequação aos planos e metas por ele concebidos. Com um teor fortemente populista, o MEC condicionava a alocação de recursos àqueles que se comprometessem a resolver o problema da evasão estudantil, que duplicassem o número de vagas discentes. Tudo isto acompanhado, evidentemente, de uma política de congelamento de salários.

Por que um plano nacional de educação não foi apresentado ao país como um projeto a ser amplamente discutido por todos os segmentos da sociedade, e sim como decreto? A pergunta não deveria ser formulada. Sabemos que há tempos nos transformamos em meros executantes de ordens. Como não tomamos parte das decisões fundamentais, responsabilidades desaparecem e, deste modo, se instala a alienação. Problemas deixam de nos dizer respeito, porque deles não participamos. Parece localizar-se aí a "lógica" de tal decreto.

Há muito, algo que se convencionou designar "sistema" rege nossas vidas. Não conseguimos identificá-lo, não possui rosto pelo qual o reconheceríamos. Por razões óbvias, sua sede não se situa em Brasília. Afinal como lembra Lídia Jorge, romancista portuguesa, "O tirano atomizou-se. Ele é o sapato que calçamos, o cigarro que fumamos, a camiseta que vestimos. E quem poderá atirar nos bens que consumimos?".

Para quem viveu o desmonte da rede oficial de ensino, sabe o quanto de esforço foi necessário para que colégios do porte de um Pedro II, para citar apenas um exemplo, dentre tantos, se reestruturasse. Professores, funcionários e alunos uniram-se e obtiveram êxito na empreitada. Talvez se os grandes senhores da educação, um dia tivessem entrado numa sala de aula do ensino básico, investigassem as reais condições das escolas distantes ou não dos grandes centros urbanos, não se revelassem tão arrogantes em seus desígnios. Fechados em seus laboratórios, apertando botões que lhes garantam a excelência de seus programas, se apartam da realidade que os rodeia. Alguém estabelece um número, sinônimo de qualidade, 7, por exemplo, e eis que tudo irá girar para se atingir tal meta. Conhecessem a troca de idéias entre Álvaro de Campos e Alberto Caeiro (heterônimos pessoanos) sobre a finitude e a infinitude da vida, talvez alterassem sua visão de mundo, aprenderiam com o último, Mestre Caeiro, que "números são apenas números, e nada mais". Mas é fato também que a palavra Mestre, no sentido autêntico do termo, há muito abandonou o nosso vocabulário. Mestre, hoje em dia, é aquele que conclui sua graduação, e que, depois de dois anos, determinou a Capes, com uma dissertação de pouco mais de 50 páginas assim é designado. O que é pior: acreditam! São induzidos a acreditar... O conhecimento cedeu lugar a títulos. O exemplo maior se encontra no Ministro para assuntos a longo prazo que tem, como assessores, ex-alunos, que defenderam tese sobre as suas idéias, com salários de 8 mil reais. Enquanto o plano de governo acena com um "teto" para professores da rede de 800 reais, tão elevado, que necessita de ser atingido apenas em 2010.

Discussões travadas nas unidades, de forma consciente, para alteração de currículos, são descartadas, porque, segundo o ministro, tudo isto tem de ser modernizado, pois o que vigora vem do século XIX. É realmente muito arcaico, para uma universidade criada no século XX. Só falta a proibição em sala de aula de textos medievais... Devem cheirar a mofo. Bem, se tudo isso se devesse apenas a uma mentalidade nacional, poderíamos até entender. Afinal, como diz o ditado, "roupa suja se lava em casa". Mais uma vez, impõe-se o projeto do colonizador. Só que agora, não será o diabo que, expulso da Europa pela Inquisição, irá procurar abrigo nas terras do Novo Mundo. Não! Anchieta não terá de mentir, criando um auto em que ele, o diabo, roubara o capote aos homens e por isso os índios que viviam nus doravante teriam de esconder "suas vergonhas". O diabo, hoje, é o pensamento. É o que querem nos usurpar. E é contra isso, ou, se preferirem, a favor do pensamento, que nos rebelamos. Daí que considerem demoníacos a todos aqueles que, não com uma certa coragem, mas com a coragem certa, se insurgem contra a destruição do pensar, de, sempre que necessário, roubar como Prometeu o fogo do conhecimento - por amor à humanidade. Duas palavras de Prometeu, talvez nos inspirem: a primeira, quando se dirige a Hermes, dizendo preferir mil vezes estar agrilhoado por ter ousado libertar os homens a ser apenas um mero mensageiro entre os deuses. A segunda, quando, indagado pelo coro das Ninfas, acrescentou o que podia deixar de herança aos homens: **a esperança**[3]. A confiança infinita no futuro.

Aos poucos que estão a decidir, enclausurados em suas convicções, fica a sugestão do poema: "*quem sou eu, no entanto, que balança tenho para pesar sem erro a minha vida e os sonhos de quem passa*?" Mas, infelizmente, no plano da ortodoxia não há espaço para dúvidas.

*Professora da Faculdade de Letras

[1] O título, *Princípio Esperança*, remete a Ernst Bloch. Nele o autor discute a presença e o sentido da utopia. Segundo Bloch, a utopia se localiza no presente, no momento em que os homens decidem erguer sua espinha dorsal.

[2] Carlos de Oliveira é poeta e romancista. Fez parte do movimento Neo-Realista que surgiu em Portugal nos anos 40. É considerado um dos grandes nomes da Literatura Portuguesa.

[3] O fragmento foi retirado da tragédia grega *Prometeu Acorrentado*, de Ésquilo

Opinião

Mais uma versão do abismo

Ricardo Kubrusly*

algo me escapa e é impossível compreendê-lo
sou eu dentro de mim que em mim me desconheço

No final do século XIX, cientistas reunidos em Paris comemoravam os mais recentes avanços da ciência. Naquele tempo, ciência era palavra com significado estritamente singular. Era obra de iluministas e seus sonhos libertadores. Vinha montada nas máquinas do progresso industrial, para livrarmo-nos para todo o sempre de toda e qualquer explicação incompreensível que a história dubitativa e misteriosa nos trazia.

Naquele tempo havia esperança, dentro dos muros universitários e longe dos palácios e dos mosteiros, o homem, agora sobre ombros de gigantes, abandonava os deuses distraídos e traçava seus novos rumos. A cura para todos os males estava a caminho. A razão, herdada dos símios, para deles nos distinguir, e formalizada pelos princípios lógicos da matemática, era o motor das estratégias de progresso. A razão, e não a fé, comandava os acontecimentos. O futuro estava posto sobre a mesa, junto aos ábacos, compassos e algoritmos; o homem caminhava para a sua total libertação. Enfim, felizes para sempre.

Nessa época, o jovem Kurt, feito de talento e esquisitices, freqüentava o Círculo de Viena, onde o velho Witty ridicularizava seus seguidores que repetiam em ladainhas seus aforismos lógico-lingüísticos. Dizem que às vezes chegava a virar-se de costas para a mesa de debates para ler, em voz alta, outros poemas, outras literaturas. O jovem ria e começava a perceber que o autor escapava a sua obra. Que sempre algo escapava à estrutura lógica que o concebe.

O mundo seguia seu caminho rumo à felicidade científica sonhada. Mas, não. Às vésperas do paraíso, quando já era certo o combinado, surgem dúvidas sobre a compreensão da natureza pelo homem. Desmoronam-se os modelos perfeitos e as certezas afundam como transatlânticos. A física que a tudo descrevia com rigor e precisão muda e, com ela, a realidade e sua eternidade temporária. A física torna a mudar mais outra vez e, com ela, se abalam também as certezas lógicas. O real foge para o inexplicável e a incompreensão reina novamente por detrás dos véus numéricos das teorias.

É quando a matemática retorna ao cenário principal dos acontecimentos, como antídoto universal para os descaminhos das ciências. É quando o formalismo se estabelece como cura para que nele as idéias se ancorem.

Só em um modelo essencialmente formal, sem analogias ou intuições, poderíamos conceber o mundo e sua perfeição inata. Só a matemática seria capaz de produzir verdades sem contradições e é em sua direção que se voltam as esperanças e as novas deliberações. De costas para o mundo para entendê-lo, matematicamente.

Vivíamos o século das guerras, a era dos paradoxos, enquanto a revolução russa acenava com a possibilidade de libertação da classe operária. O mundo seria ainda segundo a ciência e esta se curvaria ao modelo formalista da matemática. Uma estrutura perfeita para um mundo perfeito.

Mas o tempo, fotografando o século, dia após dia, mostrou a imperfeição de todos os projetos, a impossibilidade da vitória de um mundo segundo a matemática. Os mistérios insistiam em permanecer entre nós. Nunca fomos tão modernos sem jamais termos sidos modernos. Nunca estivemos tão abandonados na malha controladora de nossos dias. O mundo científico esta aqui, dentro e fora do nosso cotidiano, mas já não pertencemos a ele.

E é o jovem Kurt, feito de talento e esquisitices, quem percebe que em um mundo lógico, em que as verdades resplandeçam e a perfeição se ilumine, é essencial que algo, que alguma afirmação, alguma verdade desse sistema, exista sem que se possa demonstrá-la. É o algo que me escapa que me transforma em curiosidade e ciência. É no coração da matéria que bate o desejo de libertação. É essencial que algo escape à lógica dos acontecimentos para que a estrutura inteira se mantenha consistente.

Há de haver mistério para que a lógica científica triunfe. E ele, o jovem Kurt, com seus óculos de bicicletas e suas esquisitices, ainda percebe além, que os novos sempre aparecem e vêm, sempre, posto que expelidos, de fora do sistema, do que parece inexistente, de quando já ninguém mais espera, dos indecidíveis e suas infinitas possibilidades.

Lá estão, em todo o lugar e sempre, as bandeiras alijadas tremulando com suas propostas, seus brilhos, seus entendimentos. Parecem poucas, mas não são. Construídas na felicidade possível, dentro da luta, são infinitas no sistema. Lá está, em todo lugar e sempre, o que não se percebia. Parece pouco, mas não é. É tudo o que temos e é o bastante para mudar o mundo. Mas nós, olhando para dentro, nada notamos.

*Diretor da Adufrj-SSind

Dois curtas
(aproveitando o *anima mundi*)

Cláudio Thomas Bornstein*

Eu estava num *a quilo* e na mesa do lado dois senhores engravatados, camisa azul de listinhas, conversavam. Peguei um pedaço da conversa: *"...pois é, como é que eu posso administrar a empresa, sem saber qual é a saúde financeira da firma ? Quero fechar um negócio, e nem sei quanto eu posso pagar de propina ?"*

Pensei com meus botões, botões não porque eu só uso camiseta: gozado, né ? Isto a gente não escuta, nem no jornal, nem no rádio, nem na TV. Quantos destes não deve haver por aí, caixa dois, propina prá lá, propina prá cá, dinheiro pro fiscal, nota fria ou sem nota mesmo, um presente pra secretária do chefe de compras da repartição e por aí vai. A gente só escuta do deputado corrupto, do senador comprado, do juiz mafioso. Não que não seja verdade. Mas, e o outro lado ? Porque será, hein ?

******

Após ter escrito o *Liberdade = Liberalismo ?* ouvi alguns comentários de colegas que tinham mais ou menos a seguinte linha de pensamento: *"Você é um ingênuo! Não que eu não concorde com você. A nossa mídia não vale nada mesmo. Mas....é assim mesmo. No mundo inteiro..."*

Sorri, concordando. Depois eu achei que devia ter respondido assim: *"Cara, se é tudo uma m...., porque você não diminui a m... na terra ejetando-se no espaço?"*

Depois, pensando melhor, achei que teria sido muito ácido, grosseiro e, além de tudo anti-ecológico. Pois, o que é que o espaço tem a ver com os nossos problemas aqui na terra ? E me lembrei da *Parábola do Buda sobre a casa incendiada* de Brecht em que Buda, vendo uma casa queimando alerta os seus ocupantes para que a abandonem. Estes, começam a fazer perguntas: se haveria outra casa por perto onde eles pudessem se abrigar, se não valeria a pena tentar apagar o incêndio, se o fogo estava muito forte, etc...Buda segue o passeio interrompido e conclui: para estes não há nada a dizer...

* Professor da Coppe

Eleições na Adufrj-SSind

Diretoria e Conselho de Representantes

Estão abertas as inscrições de chapas para a eleição da próxima diretoria da Seção Sindical (biênio 2007-2009) e de candidatos ao Conselho de Representantes da entidade

Confira o Edital na página 2

Repressão em época de Pan

Páginas 4 e 5

ASSEMBLÉIA GERAL

1º AGOSTO

quarta-feira às 13:30 horas

no **Auditório G2**

Faculdade de Letras

Pauta

1. Informes
2. Campanha Salarial
3. Reuni na UFRJ
4. Escolha da Comissão Eleitoral

AdUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN | www.adufrj.org.br | Ano X nº 546 | 31 de julho de 2007

Assim caminha o neoliberalismo ...

Editorial

O Reuni na UFRJ: um passo à frente, dois passos atrás

A aprovação do relatório da Comissão para Análise do PDE na UFRJ pelo CONSUNI tem aspectos contraditórios. Se por um lado coloca em pauta a necessidade de aumentar as vagas nos cursos de graduação, o que sempre foi defendido pelo sindicato dos professores, por outro lado entendemos que significa um retrocesso profundo.

Em primeiro lugar, a Comissão não cumpriu sua função básica, a de avaliar o PDE, incluindo o Reuni (Decreto 6096). No relátório não existe nenhuma consideração, nem favorável, nem crítica, sobre o significado da política educacional contida no projeto do governo. Tampouco foram analisadas as condições de ensino de graduação nos cursos da UFRJ. Ao resolver encaminhar uma "... Consulta às Unidades, na forma de um relatório bem resumido...", na verdade, a Comissão está aprovando o Reuni/PDE, sem dizê-lo explicitamente. Foi omitido o fato que muitas das propostas encaminhadas pelas unidades são projetos que já existiam e que não haviam sido implementados pela mais absoluta e absurda falta de interesse do MEC. Se tivéssemos uma reviravolta na política educacional do governo Lula, com uma retomada de investimentos e de projetos educacionais, poderíamos ver o Reuni por um outro ângulo. Mas este não é o caso, como está escrito com todas as letra no próprio Reuni no artigo 3º §3: "O atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação". Consideramos uma omissão grave não estar no relatório da Comissão o fato de que não existe nenhuma disponibilidade orçamentária para implementar o Reuni. Apenas promessas vagas, feitas por um governo que até hoje não tem demonstrado preocupação em priorizar as necessidades sociais em educação, saúde, segurança pública e muito menos em investir em infra-estrutura.

O segundo aspecto que nos parece negativo é o de não serem analisadas as condições reais do ensino de graduação na UFRJ. Nossos cursos atuais têm dificuldades em vários níveis, desde conteúdos ultrapassados, falta de coordenação entre as unidades, pouco ou nenhum estímulo às iniciativas dos professores em projetos de ensino. Embora de melhor nível do que os cursos privados, muitos de nossos cursos de graduação precisam de revisões profundas. Tampouco são mencionadas as enormes diferenças existentes hoje entre a remuneração de professores que sustentam os cursos de graduação e a remuneração de professores que se dedicam a outras atividades muito mais rentáveis. Em nenhum lugar do relatório foi levado em conta que as atividades de ensino (e as de extensão) são pouco valorizadas, que hoje temos docentes que se dedicam a empresas particulares dentro da UFRJ. Chegamos ao absurdo de termos cursos pagos na UFRJ, com anúncios em jornais de grande circulação, caracterizando a privatização real de nossa Universidade Pública. O relatório da Comissão caiu na armadilha criada pelo próprio Reuni: não reestrutura nada, apenas cria novos cursos de curta duração. Já vimos esta iniciativa no governo FHC com a criação de cursos de curta duração e que resultou no comércio de cursos de baixíssima qualidade ministrados por empresas privadas.

Outra questão grave no Reuni é a das vagas para docentes. Não temos nenhuma garantia de aumento de vagas para professores nos novos cursos. Pelo contrário, temos uma modificação importante no PDE, a criação do "professor-equivalente". Através de uma portaria elaborada pelo MEC e pelo MPOG (PNI 22 de 30/04/2007) instituiu-se um " banco de professores". Conhecida a pressão da área econômica sobre os investimentos do governo nas áreas sociais e com o congelamento dos gastos determinado no recente PAC, fica claro que não haverá novas vagas, apenas o remanejamento das atuais. Este ponto não passou despercebido no relatório da Comissão. Assim, uma nova vaga para um professor doutor, em regime de 40 horas DE, que atualmente tem uma carga em sala de aula de 10-12 horas, será "equivalente" à contratação de três professores 20 horas, com uma carga horária três vezes maior. Não podemos compartilhar do otimismo da comissão de que a UFRJ poderá resistir a mais este mecanismo de degradação das instituições de ensino superior.

Nossa preocupação com o aumento de vagas não pode ser separada da questão da qualidade do ensino. Já é tristemente conhecida a situação do ensino Médio e Fundamental no país. Após décadas de propaganda governamental, apenas recentemente, e sob pressão das agencias internacionais, o próprio governo federal teve que reconhecer a situação crítica em que se encontra a educação no país. Este mesmo quadro vem sendo desenhado para o ensino superior. Educação não é venda nem doação de diplomas, é um direito fundamental de nossos jovens. É também uma obrigação do Estado brasileiro, não apenas o acesso ao ensino em todos os níveis, mas também a qualidade do ensino ministrado. Infelizmente não estamos vendo estas preocupações no governo Lula e o apoio político dado pela adesão ao Reuni apenas reforça esta procupação.

A posição que defendemos no Consuni foi a de consolidar as demandas das unidades, tanto de meios materiais quanto de novas vagas e cursos, em um documento da UFRJ e que este documento fosse encaminhado ao governo federal. Mas sem referência aos decretos, portarias, projetos feitos numa direção que não aponta para o fortalecimento das instituições públicas, apenas reforça sua privatização e precarização.

EDITAL

Eleições para Diretoria e Conselho de Representantes

De acordo com o disposto no Art. 38 do Regimento Geral e no Art. 4º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, convoco eleições para a Diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, biênio 2007-2009, para os dias 11, 12 e 13 de setembro de 2007.

As chapas candidatas à Diretoria devem ser inscritas junto à secretaria da Adufrj-SSind até 10 de agosto de 2007, de acordo com o disposto no Art. 41 do Regimento Geral e no Art. 12 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até o dia 31 de agosto de 2007, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Podem se candidatar a cargo da Diretoria ou do Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 14 de maio de 2007, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 40 do Regimento Geral e no Art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

São eleitores os docentes sindicalizados até 13 de julho de 2007 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

José Antonio Martins Simões
Presidente da Adufrj-SSind

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Colegiados

UFRJ participará da recuperação dos canais do Fundão e do Cunha

Reitor diz que maior contrapartida para universidade e população seria a limpeza das áreas

Após algumas sessões de debate sobre o assunto, o Conselho Universitário de 26 de julho aprovou a participação da UFRJ no Programa de Revitalização, Urbanização e Recuperação Ambiental dos Canais do Cunha e do Fundão, proposto pelo governo do estado. Neste sentido, a universidade vai disponibilizar áreas em seu terreno para depósito do material a ser retirado dos canais.

Mas mesmo isso só vai ocorrer se algumas exigências forem atendidas. A primeira delas é a apresentação, por parte da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), de um projeto detalhado (ambiental, hidráulico, geotécnico e de dragagem). Também deve haver uma atualização e aprofundamento das análises químicas, físicas e biológicas do sedimento do fundo dos canais, antes do início da obra. A UFRJ também reivindica garantias quanto à sustentabilidade e manutenção da limpeza, bem como monitoramento da qualidade da água dos canais que alimentam o Canal do Fundão, após a realização da obra. A minimização dos efeitos da liberação dos possíveis gases produzidos durante a dragagem e após seu confinamento e desidratação nos locais de disposição foi outro dos vários condicionantes aprovados pelos conselheiros.

A princípio, apenas a área em formato de "oito", internas às alças que ligam as Linhas Vermelha e Amarela, estaria sendo cedida pela UFRJ. Qualquer outro espaço que se torne necessário deverá constar do projeto detalhado do governo estadual e precisará de nova autorização do Consuni.

Nenhum conselheiro manifestou-se contrariamente ao projeto, mas alguns pediram uma maior contrapartida para a UFRJ além da limpeza dos canais, como incluir como condicionante para a autorização do Consuni o comprometimento do governo do estado com o custeio da Cidade Universitária em ações de saneamento, iluminação pública e segurança. Na proposta de resolução do Consuni, esse item existia apenas como uma possibilidade a ser discutida futuramente.

O representante técnico-administrativo Agnaldo Fernandes ponderou que a proposta do Consuni estava "muito tímida". Segundo ele, uma vez que a intervenção da Sema poderá ser usada como propaganda política do próprio governo, não seria nada demais trabalhar com contrapartidas mais ousadas. "Esses itens como 'incluir como tema de discussão com o governo...' e 'solicitar ao governo...' batem lá e não garantem nada", comentou.

O reitor Aloisio Teixeira observou, porém, que os condicionantes deveriam se restringir aos cuidados técnicos para a obra e suas conseqüências. O dirigente considera que a maior contrapartida que a universidade, as comunidades do entorno e a cidade como um todo podem ter é a própria limpeza dos canais: "A universidade está contribuindo com espírito público para que um problema grave da nossa cidade seja resolvido", disse. Para ele, os itens complementares da resolução, separados dos condicionantes, como pedidos de auxílio ao saneamento e urbanização da Cidade Universitária servem como um apelo à negociação. E a posição do reitor terminou prevalecendo durante a votação.

Representante dos ex-alunos, o professor Ericksson Almendra alertou que a intervenção da Secretaria Estadual de Meio Ambiente vai provocar um forte mau cheiro na área: "A idéia é que esse mau cheiro tenha uma duração relativamente limitada. Não há como revolver aquela lama sem provocar isso. O que se pede aqui é o uso de tecnologia ou produtos químicos para minimizar o mau cheiro", afirmou.

Associação Saúde Criança Recomeçar

O Consuni de 26 de julho também aprovou uma concessão de área (mas que pode ser retomada a qualquer tempo pela universidade) para construção da sede da Associação Saúde Criança Recomeçar, próxima ao Instituto de Estudos da Saúde Coletiva. Esta associação, fundada em 1997, sem fins lucrativos, atende crianças portadoras de doenças graves ou crônicas, normalmente desnutridas, após alta hospitalar, e suas famílias de baixa renda, por um período médio de seis meses, prorrogável por outros seis, que tenham sido internadas no Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) da UFRJ. Segundo a vice-reitora Sylvia Vargas, graças à atuação da entidade, diminuiu-se o índice de reinternação das crianças no IPPMG em 80%. O pró-reitor de Pessoal e ex-diretor do IPPMG, Luiz Afonso, também elogiou o trabalho da associação que promove cursos para as mães buscarem melhorias na renda familiar.

Recadastramento de aposentados

O professor Ricardo Medronho (CT) relatou uma cena constrangedora pouco antes de sua chegada à sala do Consuni: no estacionamento do prédio da reitoria, uma senhora de bastante idade sendo carregada até o carro. Ele procurou se informar sobre aquela situação e descobriu tratar-se de uma aposentada, com evidente dificuldade de locomoção, que precisou se deslocar ao Fundão para o recadastramento anual: "Acho um absurdo, mesmo sendo o recadastramento um item legal. É obrigação da universidade promover visitas neste caso (para a verificação)", comentou.

A vice-reitora Sylvia Vargas lamentou o fato, mas esclareceu que a Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) providencia visitas ao domicílio dos servidores aposentados que não tenham condições de se locomover para a UFRJ. Acrescentou, ainda, que há um posto de recadastramento da PR-4 no *campus* da Praia Vermelha para facilitar o acesso dos moradores da Zona Sul: "E, aqui mesmo na portaria do prédio da reitoria, existem cadeiras de rodas para locomoção dos muito idosos. Estamos usando todos esses dispositivos. Foi realmente uma infelicidade essa pessoa não saber disso", lamentou.

Ainda as fundações estatais

Mais uma vez, os representantes técnico-administrativos voltaram a cobrar um debate e conseqüente posicionamento da UFRJ sobre o projeto do governo de transformação dos hospitais públicos em fundações estatais.

Substituição na coordenação do Fórum

O reitor Aloisio anunciou a substituição do professor Carlos Tannus da coordenação do Fórum de Ciência e Cultura (FCC) pela professora Beatriz Resende (pesquisadora do Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC/UFRJ)). Aloisio disse que apresentaria uma moção de elogio ao trabalho do ex-coordenador ao final da sessão, mas isso acabou não ocorrendo.

Novo Emérito

Foi aprovada a concessão de título de Professor Emérito a Antônio Barros de Castro, aposentado do Instituto de Economia.

Segurança Pública

Em época de Pan, repressão policial castiga população de áreas carentes

Diego Cotta e Jaciara Celestino*

Por temer a violência, muitas escolas do Complexo do Alemão fecharam as portas

"O ponto primordial da Constituição brasileira, que é o direito à vida, está sendo negligenciado dentro dessa política governamental de segurança", foi o que disse o coordenador do Grupo Social Cultural Raízes em Movimento, Alan Pinheiro, sobre a mega-operação do dia 27 de junho no complexo do Alemão. A operação, que contabilizou 19 mortos, entre eles três adolescentes, contou com 1.350 homens das polícias Civil e Militar e da Força Nacional de Segurança (FNS).Um clima de instabilidade e insegurança foi mais uma vez instalado entre os moradores daquelas comunidades.

Entre os dias 13 e 29 de julho, a 15ª edição dos Jogos Pan-americanos na cidade carioca contribuiu para que as atuações do governo na área de segurança se caracterizassem por incursões pontuais e violentas sem nenhum tipo de planejamento prévio: "Não é desse jeito que se vai resolver a questão da violência e do tráfico, essa política de segurança é uma forma de exterminação de jovens e negros, principalmente das favelas. Nem no Complexo de Alemão, nem em nenhuma favela do Rio de Janeiro, se planta maconha, se refina cocaína ou se fabrica armas. A questão é uma política macro que deve ser implementada para pensar melhor como trabalhar as questões sociais", adverte Alan Pinheiro.

Alunos temem retornar às escolas

Com a intensificação da atuação da polícia devido ao Pan-americano na cidade, o cotidiano de moradores de comunidades carentes, como o Complexo do Alemão, foi arbitrariamente alterado. Desde o dia 2 de maio, por temer a violência, muitas escolas da região fecharam as portas e, mesmo depois da retomada das aulas, pais e responsáveis não se sentem seguros em deixar seus filhos voltarem às atividades. Na Vila do Cruzeiro, uma das comunidades do Complexo do Alemão, cerca de quatro mil alunos das seis escolas municipais da região foram transferidos para o Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) Gregório Bezerra, fora da Vila Cruzeiro. Este foi um esquema especial montado pela Secretaria Municipal de Ensino para afastar os jovens e adolescentes dos conflitos entre policiais e traficantes.

Em entrevista concedida à Agência Brasil, o diretor do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe) do Rio de Janeiro, Paulo Roberto de Oliveira, foi contra a medida tomada pela secretaria: "Essa é uma não-solução. É uma tentativa de esconder o sol com a peneira. Ao invés de colocar as crianças para estudar, estamos colocando para servir de instrumento para uma fantasia. É um paliativo, um esparadrapo sobre um tumor, que não resolve", disse o diretor.

A preocupação com a segurança dos estudantes levou o Fundo das Nações Unidas para Infância (Unicef) a se posicionar contra as ações de violência: "Ataques a crianças são inaceitáveis. As escolas devem ser ambientes seguros para que meninas e meninos possam aprender e se desenvolver. A violência urbana ameaça as crianças e as impede que freqüentem as escolas no complexo do Alemão", é o que diz Ann Veneman, diretora executiva da organização, em nota oficial.

"Sensação de segurança"

A ocupação policial no Complexo do Alemão, que compreende 21 favelas e 160 mil habitantes, completou 90 dias. Para o deputado estadual, Marcelo Freixo (Psol), as operações do Complexo do Alemão são uma tentativa frustrada de criar uma "sensação de segurança" na cidade para a realização dos jogos Pan-americanos. O deputado acredita que não é possível criar política de segurança pública para um evento isoladamente, se não há como criar um planejamento a longo prazo para diminuir os índices de violência no Rio de Janeiro.

"O quadro de insegurança é reflexo de um quadro de desigualdade social mais profundo. Problemas como falta de emprego, escola e acesso à Justiça não são resolvidos por intervenções policiais. As ações preparativas para o Pan repetem a velha lógica de confundir política de segurança com ação policial. Insistindo nessa frente, consegue-se, apenas, deslocar o crime", afirma Marcelo Freixo que também é vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.

Obras públicas feitas para o Pan serão privatizadas

Marcelo Freixo adverte que é uma pena que os jogos não tenham suscitado a discussão da prática de esporte nas escolas públicas, além de não fomentar a elaboração de projetos na área. É sabido por todos que a execução desses projetos serviria para o desenvolvimento social do estado, pois o esporte afasta crianças e adolescentes de práticas criminosas. No entanto, o destino dos R$ 3,5 bilhões investidos nos Jogos do Pan não atenderão às necessidades das comunidades. As construções realizadas, como os apartamentos da Vila do Pan, foram vendidas. O Estádio Olímpico João Havelange, o 'Engenhão', por exemplo, não servirá à comunidade, mas será vendido para alguma agremiação carioca de futebol.

A dois quilômetros da Vila onde ocorreu boa parte dos jogos, um grupo de crianças e adolescentes sofre com a falta de estrutura em uma das escolinhas de futebol da Cidade de Deus. O retrato dessa realidade foi publicado no jornal O Globo do dia 12 de julho. Mas ao contrário do que se possa imaginar, os moradores sentem alívio de estarem esquecidos, como afirmou o morador e diretor da Central Única das Favelas (CUFA), Rodrigo Felha, em entrevista a este periódico: "Nosso receio era de que houvesse um estrago com troca de tiros e invasão do Exército. Só de não virem já é um ganho", disse ele.

Para o superintendente de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Nascimento: "Para combater a violência na cidade deve haver uma ação policial enérgica respeitando os direitos humanos, ao mesmo tempo em que deve ser aplicada uma política de ação social contundente", afirmou o superintendente à redação do Jornal da Adufrj. Cláudio concorda que a investigação e a punição de policiais que não respeitem os direitos humanos devem ser garantidas por parte do estado.

Ato público contra a violência no dia da abertura do Pan

No dia 13 de julho, organizações da sociedade civil participaram de um ato cujo tema era "Contra o massacre dos pobres e a corrupção do Pan". Estiveram presentes mais de mil manifestantes de diversos movimentos sociais, como: Andes-SN/ RJ, Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Movimento dos Sem Terra (MST), Rede de Comunidade e Movimentos Contra a Violência, entre outros. A manifestação foi em repúdio à violência e às altas cifras bilionárias deslocadas de outras áreas de cunho social para os Jogos Pan-americanos.

O integrante do centro acadêmico de Letras da UFRJ, Jorge Alves (Badauí), que esteve presente, acredita que este foi mais um passo no sentido de se cumprir o calendário de lutas contra as reformas do governo: "No Rio de Janeiro tínhamos o caso específico da violência. Enquanto se gasta bilhões com o Pan-americano, a área social continua sendo esquecida, agravando ainda mais a política higienizadora implantada pelo governo que resulta em mais violência", diz o aluno.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB é exonerado

Para agravar a situação, o presidente da comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), João Tancredo, um dos principais responsáveis pela investigação da operação policial no complexo do Alemão, foi exonerado no último dia 18, o que para os movimentos sociais foi uma grande perda: "A saída do João Tancredo é de uma atrocidade que não tem tamanho. Uma instituição como a OAB que retira um representante antenado com os movimentos sociais significa poder ficar com o campo livre para não fazer nada, para ficar na retórica, para não se movimentar. Isso nos faz refletir o quanto o tráfico de drogas é realmente poderoso, não no varejo, mas no colarinho branco e nas instituições públicas", exalta Alan Pinheiro, coordenador do Grupo Social Cultural Raízes em Movimento.

O acadêmico Ignácio Cano, professor do laboratório de análise da violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LAV/ UERJ), também lamenta a exoneração de João Tancredo: "Eu acho lamentável estas brigas internas dentro da OAB, que têm se mostrado um instrumento fundamental na tentativa de monitorar o executivo na área de direitos humanos. As brigas internas são tremendamente deletérias para a sociedade. O que devemos atentar é se a saída do João Tancredo significa, ou não, o menor compromisso da OAB com as políticas dos direitos humanos", afirma o docente.

Segundo o professor, a mega-operação no complexo do Alemão foi uma forma de o governo se mostrar forte: "Não tenho dúvida que os governos queriam passar a impressão de fortaleza e não de fraqueza para a imprensa. Isto não seria feito durante a realização do Pan-americano; então, resolveram fazer uma mega-operação antes do evento para poder dizer que eles tinham agido com planejamento e contundência, e também para dar uma demonstração de força", disse Cano.

* Estagiários

Censura no protesto do dia 13

O artista gráfico e chargista do jornal da Adufrj-SSind, Carlos Latuff, foi intimado na última terça feira (24/7) pela delegada Valéria de Aragão Sádio, da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra Propriedade Imaterial, por produzir charges que denunciavam as violências cometidas pelo estado em nome dos Jogos Pan-americanos.

"A polícia indiciou a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência por "utilização indevida de marca" por reproduzir minha charge do Cauê armado. Mas o mesmo princípio não foi aplicado contra o jornal "O Dia", que publicou três charges do cartunista Aroeira em que o mascote do Pan aparece com os rostos do prefeito, governador e presidente.
A liberdade de expressão depende da conta bancária de quem se expressa".

Carlos Latuff - cartunista

UFRJ

Prefeitura da UFRJ realiza audiência pública sobre transportes

Cerca de 60% da comunidade acadêmica utiliza ônibus gratuitos da universidade

Marco Fernandes - CoordCOM/UFRJ

PONTO DE ÔNIBUS EM FRENTE À REITORIA

No última dia 7, o prefeito da Cidade Universitária, Hélio Mattos, junto do vice-prefeito Ivan Carmo, e do superintendente geral de administração e Finanças, Milton Flores, estiveram presentes na audiência pública realizada no auditório da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITPC) para ouvir as críticas, reclamações e sugestões da comunidade acadêmica sobre o transporte interno da universidade.

A audiência foi aberta pelo vice-prefeito, Ivan Carmo, que apresentou as atuais condições de transporte dentro do *campus*. Segundo ele, existe um número de pessoas vinculadas à universidade que são a demanda potencial desse transporte gratuito: "Mais ou menos 60% das 29.400 pessoas que utilizam o transporte são da universidade. Quarenta e dois por cento utilizam o transporte interno do *campus* do Fundão, ou seja, quase 13.000 usuários". As áreas de maior concentração de embarque e desembarque são a Faculdade de Letras, o prédio da reitoria, o Centro de Tecnologia, o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, o Centro de Ciências da Saúde e o Hospital Universitário. Dentre esses, o CT e o CCMN são os que têm o maior número de usuários.

Para atender a essa demanda, são disponibilizados pela empresa Real Ônibus 11 veículos e mais um reserva para casos atípicos como inscrição de matrícula e revisão de prova. Os serviços oferecidos por esta frota são: transporte interno dentro do Fundão, ligação entre os *campi* da UFRJ e algumas viagens acadêmicas.

Jaciara Celestino

VICE-PREFEITO IVAN CARMO ABRE A AUDIÊNCIA PÚBLICA

Linhas de circulação

Das linhas de circulação, duas são internas. A circular Vila Residencial/ Alojamento é a principal e mais longa, funciona diariamente das seis da manhã à meia-noite, em intervalos de dez minutos. Nos sábados, esses horários mudam e a comunidade passa a ser atendida das sete às nove da manhã; de onze e meia à uma hora da tarde; e de três e meia da tarde às seis horas da noite. Aos domingos, os ônibus circulam a cada uma hora.

A linha Especial é a que faz o

UFRJ

percurso mais curto - linha Vermelha até a reitoria, e funciona das sete da manhã às seis da tarde com o intervalo dez minutos. Durante o horário de seis às dez da manhã, essa linha faz o percurso rápido de recolhimento das pessoas na Linha Vermelha, deixando-as nos seus locais de destino sem parar nos pontos menos utilizados nesse horário.

Linhas de apoio

As linhas de apoio atendem toda comunidade acadêmica nos *campi da* Praia Vermelha e Fundão. Os veículos que cumprem os percursos de apoio têm dois horários de saída: às seis e meia e às sete e quinze da manhã, retornando ao meio-dia e quinze e à uma hora da tarde. Às dez horas da noite, os ônibus trazem de volta os que freqüentam os cursos noturnos na Cidade Universitária.

Dentre esses percursos, algumas linhas são específicas dos cursos da noite: Praça Quinze/Cidade Universitária, com saída às cinco e quinze da tarde; Cidade Universitária/ Bonsucesso com saída sete e meia, oito e vinte, oito e meia e nove e meia da noite; e Cidade Universitária/Norte Shopping, que sai apenas às dez e vinte da noite. Ao contrário das outras linhas, o percurso Avenida Brasil/Cidade Universitária só circula pela manhã nos horários de seis, seis e meia e sete horas da manhã.

Aspectos legais

Segundo o vice-prefeito Ivan Carmo, uma série de limitações legais norteiam o contrato da UFRJ com a empresa Real Ônibus, responsável pelo transporte interno da instituição. Um deles é o fato de os ônibus não terem autorização para fazer trajeto em rodovias, justificado pelo vice-prefeito pela falta de matrícula na Secretária Municipal de Transportes (SMTR) e no Departamento de Transporte Rodoviários (Detro). Outra impossibilidade é a frota parar em pontos de embarque e desembarque das linhas regulares, sendo assim os usuários devem estar atentos para os locais de saídas do ônibus internos.

Comunidade apresenta reivindicações

APG diz que transporte é um problema recorrente dos alunos

Na audiência, a representante da Associação dos Pós-Graduandos (APG), Paula Menezes, disse que o transporte é um dos problemas recorrentes dos alunos. Em uma pesquisa feita pela associação em 2004 foi possível constatar que mais de 30% dos pós-graduandos utilizam o transporte interno da UFRJ. A aluna entregou para Hélio Mattos uma pauta de reivindicações referentes ao transporte interno e externo da universidade: "A gente fez um levantamento de todos os problemas, como falta de linhas para algumas regiões da cidade. Inclusive, pedimos o aumento desse transporte gratuito entre o Fundão e outras regiões". Em relação às linhas externas, como a 485, a APG entende que há um isolamento do Fundão das demais regiões da cidade. Essa pauta que nós trouxemos reafirma as cobranças que vínhamos fazendo desde 2003 à reitoria", afirmou a representante.

A diretora da Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial da UFRJ (Amavila), Vera Lúcia Valente, afirma que os moradores passam por problemas em relação ao intervalo de ônibus nos finais de semana e nos horários noturnos:

Jaciara Celestino

PAULA MENEZES, REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PÓS-GRADUANDOS

> "Se a cidade universitária fecha suas vias de circulação, os ônibus externos também não passam. Como ficamos nesse período?"
>
> *Vera Lucia Valente (Amavila)*

"Nós não temos, de meia-noite até as seis horas da manhã, sequer um ônibus rodando dentro da Vila Residencial, o que transforma o cotidiano dos moradores num transtorno, porque se alguém passa mal nesse período nós não temos a quem recorrer senão a um vizinho que tenha carro. Isso perpassa também pela questão do fechamento do *campus* e da circulação dos ônibus externos, porque, se a Cidade Universitária fecha suas vias de circulação, os ônibus externos também não passam. Como ficamos nesse período?", questiona a diretora que, enquanto aluna, ainda apresentou a situação do veículo que faz a linha Praia Vermelha/ Fundão: "Eu me formei semestre passado e viajava muito nele. Numa das viagens, eu quase fui projetada pela janela. No IFCS, para descer, ou desce um monte de gente ou você vai esmagando o pé de todo mundo, porque o carro está sempre superlotado", denuncia Vera Lúcia.

Também estiveram presentes dirigentes e alunos de vários cursos da universidade. Dentre as outras reivindicações, foi solicitado o prolongamento dos horários de circulação dos ônibus, mais linhas de apoio, maior divulgação dos horários e monitoramento dos serviços das linhas externas.

Nova audiência pública, desta vez com representantes das empresas, em agosto

O vice-prefeito Ivan Carmo citou a pesquisa feita pelo Plano Diretor de Transporte Urbano (PDTU) na qual aproximadamente 70% dos usuários da Cidade Universitária que utilizam o transporte público fazem uso das linhas integração-metrô, 485 e 945. Empresas como a Breda Rio (485) e a Auto Diesel (945) são duas das maiores frotas que circulam dentro da Cidade Universitária com 35 ônibus cada uma, chegando a transportar 300.000 pessoas por mês.

A linha 485 é a que tem o maior índice de reclamação dos usuários. De fato, a insatisfação é tanta que levou um aluno da universidade a criar uma comunidade no *site* de relacionamentos orkut com o nome "Eu odeio o 485". Na comunidade, que até o fechamento da matéria era composta por 2.772 membros, os alunos caracterizam os motoristas de insanos e suicidas. Há ainda enquetes com as perguntas: "Você tem medo de morrer no 485?" e "Você já foi assaltado no 485?".

Tais iniciativas levaram o prefeito da Ilha Universitária a convocar a comunidade acadêmica a um debate marcado para o final de agosto: "Nós vamos fazer um debate sobre transporte público na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Não posso fazer uma audiência pública de uma coisa, se eu não posso fazer nenhuma intervenção. Eu não posso dizer assim 'tem que passar o 485 de hora em hora'. Iremos chamar a Secretaria Municipal de transporte e todo o seu aparato, os donos das empresas de ônibus que estão organizados na Rio Ônibus, a Breda, a Nova Lisboa, a Ideal e a Paranapuan", afirmou o prefeito.

O debate e a segunda audiência pública estão previstos para o final de agosto ou início de setembro. Enquanto isso, o prefeito incentiva a comunidade acadêmica a reclamar através do SAC das empresas externas e, no caso de críticas, reclamações e sugestões sobre transporte interno da universidade, a prefeitura disponibilizou o correio eletrônico ouvidoria@pu.ufrj.br

Opinião

A aeronave

Cindindo a vastidão do Azul profundo,
Sulcando o espaço, devassando a terra,
A aeronave que um mistério encerra
Vai pelo espaço acompanhando o mundo.
E na esteira sem fim da azúlea esfera
Ei-la embalada n'amplidão dos ares,
Fitando o abismo sepulcral dos mares,
Vencendo o azul que ante si s'erguera.
Voa, se eleva em busca do infinito,
É como um despertar de estranho mito,
Auroreando a humana consciência.
Cheia da luz do cintilar de um astro,
Deixa ver na fulgência do seu rastro
A trajetória augusta da Ciência.

Augusto dos Anjos

Entre corpos e medalhas

Ricardo Kubrusly*

Estamos em pleno ar. Tendo o céu como destino, guardado por números e mistérios. Ao nosso lado, as estatísticas, com seus braços longos e indiferentes. Elas nos guiam pelo espaço iluminado. Elas nos dão conforto e certezas e escondem por entre as transparências dos seus indicadores a foice afiada da morte cinza que nos aguarda.

Estamos em pleno ar. Voar é preciso, feito de cálculos e esferas, por entre os orbes, na exatidão das trajetórias. Viver, em qualquer vida à-toa, longe das doenças difíceis e das mulheres fáceis, ou vice-versa, viver não é preciso. É apenas contingente.

Estamos em pleno ar, abaixo de nós, do bólido brilhante que nos abriga, cintilam as luzes da cidade. Por cima as estrelas e entre elas, ignorada, mas presente, no vácuo escuro e afiado das memórias, a foice afiada que nos espreita a morte cinza.

Estamos em pleno ar. Abaixo, as luzes fiam a pequena trama humana, as lógicas se deixam guiar pela ilusão que as máquinas produzem. O amor se esvai entre acontecimentos. O coletivo cede ao plano pessoal de um poder fugaz e que, incapaz de mover o mundo, sistematicamente destrói sonhos e separa homens. As lutas se bifurcam, como duas luas partidas, entre a patética busca da eternidade a qualquer preço e a salvação do planeta ficção, feito de bolhas e em bolhas perpetuado, feito de folhas bem verdes e ricos bem espertos, solidamente plantados na terra trabalhadora e desumanizada, onde o marrom é o preto que fecunda.

Estamos em pleno ar. Abaixo as luzes gritam seus horrores. Nos aeroportos, para onde nos dirigimos, as pistas mergulhadas no esquecimento nos aguardam escorregadias, enquanto shoppings centers são construídos e remodelados para manter ocupado e circulante o passageiro aturdido em seu destino aéreo. Protegidos pelos números das estatísticas e pela exatidão das ciências, há muito abandonamos o homem em sua busca coletiva. Nossos imperadores pancadas riem das nossas dores. Os governantes relaxam e gozam. Nós, governados, apertamos o cinto. Em poucos minutos chegaremos a São Paulo onde nos aguarda a chance única de nos locupletar ou morrer. Ao nosso lado, discreta, a morte, com seu sorriso cinza, nos cumprimenta educadamente.

Estamos em pleno ar. O Pan incendeia o país. A chuva reflete em cores as luzes que nos convocam aos gritos, enfim, para o sinistro encontro com a cidade. Como uma estrela que se extingue, o brilho fácil dos números nos cegam. Quantas medalhas? O apagão, por trás dos sorrisos eufóricos, se alastra por todos os setores: nas praças, construções, escolas, nos escombros da cidade incandescente, nas favelas, nas universidades, por trás dos sorrisos eufóricos se alastram as cinzas de um país desconsertado. Quantas medalhas? Chegamos a São Paulo, as estatísticas salvaram-se intactas, finalmente a morte nos abraça e consola, com sua foice fria e sua vontade cinza, longe dos números e das filosofias. Tocamos o solo. Congonhas é um país em chamas atrapalhando o contar estático das nossas medalhas reluzentes, nesse estranho e frio inverno carioca.

*Diretor da Adufrj-SSind

Eleições na Adufrj-SSind

Diretoria e Conselho de Representantes

Estão abertas as inscrições de chapas para a eleição da próxima diretoria da Seção Sindical (biênio 2007-2009) e de candidatos ao Conselho de Representantes da entidade

Confira o Edital em www.adufrj.org.br

52º Conad

Em São Luís (MA), professores reforçam unidade contra reformas neoliberais do governo Lula

Página 4

Supremo vota a favor do RJU

Por oito votos a três, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram pela manutenção do Regime Jurídico Único dos servidores federais e suspenderam parcialmente os efeitos da Emenda Constitucional 19/98.

Página 7

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 547 7 de agosto de 2007

Mais uma vez reitor

A reitoria de Aloisio Teixeira foi reconduzida em solenidade na última terça-feira (31/7). Em época de férias letivas e de técnicos em greve, o evento contou com a maioria dos dirigentes e representantes das unidades e centros da universidade. Apenas representantes dos pós-graduandos e da seção sindical dos docentes fizeram reivindicações à 'nova' reitoria.

Página 8

Marco Fernandes - CoordCOM/UFRJ

ALOISIO E A VICE-REITORA SYLVIA VARGAS NA SESSÃO SOLENE DO CONSUNI

Opinião

Anjos sobre a Guanabara ou A passagem para além do rito ou ainda A invenção da fé e o surgimento da dúvida

Ricardo Kubrusly

Tudo se passa em um único momento. É quando um anjo surge, inesperado, e segura a mão, que empunhando a faca do destino, obedece, impulsionada pelo corpo aflito, mas decidido, em dúvida, mas obediente, temente, guiado pela fé que o constitui, um pai transtornado mas certeiro, diante do sacrifício, supostamente necessário, inquestionável, mas agora incompreensível, do seu primogênito. Dúvida e fé surgem juntas, trazidas pela mão invisível do primeiro anjo que salva e possibilita um novo mundo, feito de novos modelos, no último momento.

Antes, eram os ritos que governavam os acontecimentos. Era de sangue fresco e primogênito que se alimentavam os deuses humanizados. A hecatombe era o processo: o pai, a lâmina descendente, o sangue ainda quente a escorrer os seus rubis pela goela de um deus onipotente, mas sem eternidade. Deuses que se alimentavam para poder ser deuses. O sacrifício era parte de um mecanismo, que embora complexo, era determinístico. Não havia lugar para fé. Não eram as crenças que possibilitavam os sacrifícios, mas eram sim, estes que, saciando a fome dos deuses, permitiam o fluir do tempo e seus movimentos. Não havia dúvidas em todo processo. As mãos do pai assassino jamais titubeavam. Eram parte do mecanismo, apenas parte do mecanismo.

É o anjo, a possibilidade do anjo, em sua ação determinada, que transforma o mecanismo inconteste do rito em um ato de fé, repleto de dúvidas. O Deus que ordena, por capricho, o sacrifício, é o mesmo Deus que envia o anjo. Ele, agora do alto de sua eternidade não necessita mais do sangue de que se alimentava e pode contentar-se, apenas, em ser obedecido. É a fé que o alimenta agora. E o pai, que a Ele adora, permite-se também amar seu filho e irá matá-lo, obediente, mas repleto de dúvidas, esperará a mão do anjo, até o último momento.

Será que esse novo deus eterno e etéreo, sem necessidades materiais, desejoso apenas de pura obediência, enviará o anjo salvador quando a fé for genuína e a obediência absoluta? Será? É essa dúvida que inventa o homem moderno, o homem do conhecimento. É do diálogo entre as certezas que a fé nos oferece e as dúvidas, que em pleno vôo nos atormentam, de estarmos ou não, a cada passo, na trajetória e na possibilidade dos anjos, de uma vida melhor, de um modelo mais preciso, de uma verdade mais convincente, que construímos as ciências que hoje nos encantam. Foi, em última análise, a invenção de um deus eterno com sua mochila dialética de fé e dúvidas que nos fez ocidentais e iluminados por nossas matemáticas, o espaço do petróleo e as universidades.

É quando os deuses sedentos de sangue se aquietam, por se notarem eternos, que surge o espanto, a possibilidade do não, o diálogo entre o transitório e o permanente. Foi preciso a permanência dos deuses para que se instaurasse a dinâmica entre dúvidas e fé que nos impulsionam pelo mundo do conhecimento.

O retorno, nos dias de hoje, promovido por uma ciência que abandonando a fé e as dúvidas não tem outro caminho senão o de ritualizar-se a um tempo de hecatombes nos atormenta mas não nos surpreende. Esse retorno ao rito que alimenta o deus fajuto, mas sedento, do capitalismo de mercado e que impõe sacrifícios sem drama ou dúvida, em um mecanismo que mata qualquer possibilidade de reflexão. Sem dúvida, dúvidas e fé, não há desejo de conhecimento. Cessam as ciências e a morte banalizada já não amedronta nem ilumina. É parte do mecanismo. Torna-se apenas necessária ao bom funcionamento do sistema, à gula do capital.

Hoje, assistimos ao formidável enterro de nossa última quimera. Hoje, nossos governantes, vestidos de uma importância que deveras lhes falta, se esparramam com as lâminas de seus supostos mandatos e assassinam, sem dúvidas, sem fé, os primogênitos da nossa sociedade.

Hoje nossos reitores e seus dirigentes obedientes, repetidores de gestos e penadas inconseqüentes, sangram na goela de um deus insaciável nossas universidades sacrificadas.

A hecatombe é já, a faca se aproxima do peito resignado, nossos estudantes ainda gritam, mas ninguém os ouve, os ventos se calam à espera dos anjos salvadores. Virão? Não, certamente, por ordem desse deus desengonçado.

Em tempo: gostaríamos de dar as boas vindas aos estudantes, funcionários e professores para mais um semestre de luta que se inicia. Que sejamos sacrificados, ou que nos transformemos em nossos próprios anjos.

*Diretor da Adufrj-SSind

Resenha

Plebiscito sobre a Vale do Rio Doce

A Companhia Vale do Rio Doce foi vendida num leilão em 1997 por R$ 3,3 bilhões. Hoje, seu valor de mercado está avaliado em mais de R$ 200 bilhões. Entre os dias 1º e 7 de setembro, os movimentos sociais vão realizar um plebiscito sobre a privatização da companhia. E os debates pela anulação desta venda já estão acontecendo em todos os 27 estados do Brasil (*Agência Chasque, 2/8)*.

Correa contesta neoliberalismo

O presidente do Equador, Rafael Correa, deixou claro seu posicionamento em relação ao neoliberalismo diante do secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) que fazia uma visita a Quito. José Miguel Insulza fazia um efusivo elogio ao neoliberalismo implementado na América Latina nos últimos 20 anos. Correa, por sua vez, insistiu na necessidade de fortalecimento do Estado para toda região, em detrimento das políticas econômicas defendidas pelo capitalismo: "Nosso governo busca uma democracia para todos e a redistribuição da riqueza. Somos contrários à tese de que quantos menos Estado houver, melhor", disse (*Agência Prensa Latina, 2/8*).

Estrangeiros com 10% das terras argentinas

Cerca de 10% do território argentino (aproximadamente 270 mil quilômetros quadrados) pertence hoje a estrangeiros, segundo levantamentos da Federação Agrária Argentina (FAA). Esses dados são do livro "Tierras S.A – Crónicas de un país rematado", dos jornalistas argentinos Andrés Klipphan e Daniel Enz (Aguilar, 2006) (Agência Carta Maior, 30/7).

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

APG

APG-UFRJ diz não ao REUNI

E defende mais vagas nas Universidades Públicas com efetiva assistência estudantil e mais verbas para contemplar nossa pauta de reivindicações (transporte, Bandejão, bibliotecas, alojamentos, bolsas, melhoria da infra-estrutura, concurso para professores e técnicos...)

Com verbas escassas e salários congelados, com déficit na assistência estudantil e bolsas de pesquisa insuficientes, o Governo Federal lança "novos" projetos para impor um modelo de Universidade a serviço dos interesses do mercado. Nossa economia vive um processo de regressão e subordinação, voltada para a produção de *commodities* para exportação, com o barateamento da mão-de-obra e oferta cada vez menor de empregos qualificados. De todos os empregos criados em dez anos, apenas 6% romperam a barreira dos dois salários mínimos e nos últimos 10 anos o número de desempregados com nível superior triplicou e os rendimentos destes caíram 26%. Os projetos do Governo para a Educação prevêem uma reestruturação que, em nome de uma maior ampliação da Universidade, determinam uma série de mudanças que precarizam ainda mais as condições de ensino, pesquisa e trabalho na UFRJ. O decreto do REUNI e a portaria do professor-equivalente, lançados recentemente, reforçam a tendência de subordinação da nossa economia e de adequação das Universidades Públicas a esse modelo econômico-social. E, também, tentam impedir a discussão sobre o que a Universidade realmente precisa para atender às necessidades do povo. É surpreendente que a Reitoria da UFRJ, eleita duas vezes afirmando o seu caráter democrático e o respeito às instâncias acadêmicas, simplesmente assimile e imponha os novos moldes passando por cima do debate com os estudantes, professores e funcionários técnico-administrativos. A toque de caixa, a UFRJ corre para se adaptar aos ditames do MEC. Enquanto isso, as reivindicações dos estudantes, professores, funcionários técnico-administrativos e da APG pela ampliação da Universidade, incluindo melhorias em nossas condições de ensino e aumento de verbas, há anos vêm sendo ignoradas...

Os pós-graduandos têm discutido questões relacionadas com o Programa de Desenvolvimento da Educação, entre elas o **REUNI**[1], que abrangem medidas como o aumento da relação alunos/professores para 18/1 em cinco anos[2], visando à ampliação do acesso, elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação das Universidades Federais para 90% (diminuição da retenção para 10%) e criação do banco de "professores equivalentes"[3]. Para isso, bastaria o "*melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais*"[1].

Enumeramos alguns argumentos utilizados no REUNI e o porquê de nossa posição contrária a este. Esclarecemos alguns dos principais fundamentos que guiam este decreto no sentido da subordinação da estrutura econômico-social brasileira à economia mundial e de atrelamento dos rumos da Universidade a este "projeto de desenvolvimento".

(1) A estrutura física da UFRJ que segundo o MEC precisa ser melhor aproveitada, com certeza não é a mesma da qual "usufrui" diariamente a comunidade acadêmica. Os banheiros estão degradados e sujos (quando não estão fechados), falta água em algumas Unidades, ratos passeiam pelas salas do IFCS, as bibliotecas estão defasadas, o transporte é insuficiente e caro, a alimentação básica é salgado + refresco e as obras do Bandejão estão atrasadas. Situações similares denunciam os estudantes que ocuparam várias Universidades recentemente, cobrando moradia estudantil, transporte, alimentação, etc. Apesar de diagnosticarmos as enormes carências da UFRJ – lembremos que em 2004, segundo dados da própria Reitoria, a UFRJ precisaria de R$216 milhões para obras, consideradas na ocasião como "inadiáveis" – o Governo Federal impõe a adequação das Universidades Públicas ao REUNI num cenário de **restrição orçamentária.** Ou seja, enquanto os recursos para a educação tendem à estagnação, bilhões de reais dos cofres públicos são gastos com o pagamento de juros e com superávits primários recordes[4]. Caso a proposta da Universidade esteja "à altura" dos objetivos do REUNI, a "promessa" – textualmente não assegurada no decreto – seria um ganho de apenas 20% do orçamento da UFRJ em **5 anos**. Lembremos ainda que nos últimos anos, as verbas de investimento nas Universidades Públicas foram praticamente inexistentes. Um aumento de orçamento de 20% em cinco anos (condicionado à aprovação da proposta pelo MEC e "*à capacidade orçamentária e operacional*" do Ministério[1]) não vai atender às nossas reivindicações mais básicas, como as já citadas. Na UFRJ, a Reitoria entende que a ampliação de vagas poderá ser feita utilizando-se apenas a capacidade ociosa das instalações físicas existentes[5]. Isto significa que não teremos as condições mínimas para receber os novos estudantes.

(2) As Universidades Públicas terão que aumentar em até 100% as vagas de discentes com o mesmo quadro de docentes referente a dezembro de 2006, com a implantação do banco de professores equivalentes, que coloca um teto que congela a contratação de docentes (para a UFRJ este valor é de 4761 equivalentes). O contra-senso das imposições torna-se evidente quando analisamos o levantamento feito pela Comissão Temporária de Alocação de Vagas em 2005: **verificou-se a necessidade de um aumento de, pelo menos, 600 docentes na UFRJ, enquanto apenas cerca de 100 vagas foram contempladas**[6]. Só para exemplificar, "dos 105 professores do IFCS, 34 podem se aposentar" e "dos 64 professores do quadro permanente da Escola de Comunicação, 10 têm direito à aposentadoria e 11 o terão até 2011"[7]. Para os pós-graduandos, além de termos dificuldades de acesso às bolsas[8], a não ampliação de concursos significa cada vez mais dificuldades em trabalhar na nossa área de formação. Com o banco de equivalentes, a tendência é o aumento de professores substitutos (que já é grande, como nas Faculdades de Educação e Direito, onde eles compõem cerca de 30 e 50% do quadro docente, respectivamente[9]). Muitas vezes são os pós-graduandos que suprem esta demanda É esta a "*articulação da graduação com a pós-graduação*"[1] a que o REUNI se refere? O Plano de Aceleração do Crescimento reforça isto que levantamos, ao **limitar por 10 anos** a expansão da folha de pagamento[10].

(3) Sobre o aumento da "*taxa de conclusão média dos cursos de graduação*"[1] dos atuais 50% para 90%, muitos professores têm apontado que esta meta caminha no sentido de forçar, objetivamente, a aprovação direta dos estudantes. Professores e Unidades da UFRJ têm enfatizado que as razões da permanência dos estudantes além dos prazos estabelecidos dos cursos (isso quando não ocorre o abandono do curso – evasão) estão no alto custo das passagens, na deficiência do transporte, na alimentação cara (sem alternativa, como o Bandejão) e na ausência de alojamento para os que moram longe[11]. O decreto do REUNI não procura diagnosticar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e contempla de maneira vaga a questão da assistência estudantil quando diz "*ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil*"[1] sem uma efetiva destinação de verbas.

REUNI: mais uma vez o falso argumento dos "privilegiados" da Universidade pública

O decreto do REUNI diz que temos um problema de gestão e é necessário um "*melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas Universidades Federais*"[1]. Nós ouvimos dos últimos governos que os investimentos em Educação favorecem uma parcela mais rica da população (os "privilegiados"), devido ao mau uso da estrutura pública. Porém, o argumento do "privilégio", na realidade, vem sendo utilizado para **RETIRAR (ou para não ampliar na medida de nossas necessidades)** verbas da Educação Pública e penalizar os estudantes, que são impedidos de ingressarem ou de se manterem na Universidade. Os dados denunciam: muitos alunos necessitam da assistência estudantil para concluírem seus cursos. **65% têm uma renda média FAMILIAR mensal de até R$1.669,00 e NECESSITAM de algum apoio institucional para sua permanência e conclusão dos cursos**[12]. E quem são os verdadeiros privilegiados? **5 mil famílias (somente 0,01% da população) controlam mais de 40% da Riqueza Nacional**[13].

O Bandejão, o alojamento, as bolsas, bibliotecas atualizadas e o transporte são itens decisivos para que possamos nos manter na Universidade. A assistência estudantil não é um favor ou uma concessão, é um direito conquistado e que devemos garantir e ampliar, possibilitando com reais condições a ampliação da Universidade.

(Continua na próxima edição)

1. REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Decreto N° 6.096, de 24 de abril de 2007. 2. Na UFRJ esta relação é 9/1 para graduação e 12/1 se incluídos os pós-graduandos. 3.Indice usado para quantificar o corpo docente de acordo com o seu salário: por exemplo, um professor adjunto 40h corresponde a 1,55 equivalentes e um professor substituto 20h a 0,4 equivalentes. 4."Arrecadação de impostos da União bate recorde". O Globo 16/03/2007 5. Folha de informação para discussão preliminar: "Proposta de Ampliação da Oferta de Vagas – UFRJ" – Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – 18/09/2006. 6. Jornal da APG – Setembro de 2006. 7. Proposta Institucional do CFCH para o REUNI: subsídios para o debate sobre a participação da UFRJ – maio de 2007. 8. Entre 2006 e 2007, o número de bolsas de pós-graduação, cedido pela CAPES à UFRJ, manteve-se praticamente constante: 560 bolsas de mestrado e 451 de doutorado em 2006; 554 bolsas de mestrado e 464 bolsas de doutorado em 2007. 9. Propostas encaminhadas à Reitoria pela FE e FND. 10. Boletim da ADUR-RJ sobre o REUNI – maio de 2007. 11. "REUNI recebe críticas de todos os lados". Jornal da Adufrj, 12/07/2007. 12. Fonaprace (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) 13. Atlas de exclusão social – Os ricos no Brasil. Marcio Pochmann. Editora Cortez, 2004.

Andes-SN

Resistência unificada contra as reformas neoliberais de Lula

Ricardo Borges, de São Luís (MA)*

A construção de uma resistência unificada contra o desmonte da universidade pública e contra as reformas neoliberais do governo Lula foi o foco principal dos discursos dos participantes da Plenária de Abertura do 52° Conad, realizada na manhã do dia 26/7, no auditório central da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Com o tema "Em defesa da educação pública, construir a unidade, resistir e avançar na luta", o 52° Conad ocorreu em uma conjuntura de aprofundamento dos ataques do governo ao conjunto da classe trabalhadora, em especial aos servidores públicos federais (SPF).

Na avaliação dos participantes da mesa, os novos pacotes de medidas do governo aumentam o arrocho salarial dos SPF e intensificam o processo de privatização dos serviços públicos, atendendo aos interesses do grande capital. Por outro lado, também foi enfatizada a crescente rearticulação da luta por parte dos trabalhadores contra essas nefastas reformas. A unidade na luta é apontada como essencial na construção da resistência e do enfrentamento.

O representante do Sindicato dos Trabalhadores da UFMA (Sintufma), Genésio Pereira, destacou a luta dos técnicos-administrativos, em greve há dois meses pela incorporação de gratificações, pelo aprimoramento da carreira, contra o PLP 01/07, contra a restrição do direito de greve e contra a transformação dos HU em Fundações Estatais.

O reitor da UFMA, Fernando Ramos, solidarizou-se com a luta dos servidores e defendeu essa pauta de reivindicações. O reitor também demonstrou preocupação quanto às medidas que fazem parte do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. Segundo ele, "há muitas cascas de banana colocadas no Reuni". Saudou a vinda dos docentes e disse esperar que o evento aponte alternativas para "a reconstrução e o crescimento das universidades públicas".

Andes/Ricardo Borges

Na avaliação do representante da Conlutas, Atnágoras Lopes, as deliberações do Conad serão fundamentais para o conjunto da classe trabalhadora e para o êxito do cronograma de lutas, que envolve a campanha para anular o leilão de privatização da Vale do Rio Doce e a marcha a Brasília em outubro contra a Reforma da Previdência. "Que este Conad sirva de exemplo para o fortalecimento da luta de classe nas ruas deste país de forma unificada", afirmou.

O presidente da Apruma, Welbson Madeira, repudiou as medidas neoliberais adotas pelo governo estadual e manifestou apoio à luta dos professores e servidores estaduais, em greve há mais de dois meses contra a retirada de direitos. Ele enfatizou a necessidade de maior mobilização do movimento docente, rumo à greve das IFES. "Nós estamos recebendo metade do que recebíamos em 1995 e estamos correndo o risco de ficar mais dez anos com os salários congelados. Esse arrocho faz parte do projeto de desmonte das universidades públicas. Ou resistimos agora ou não haverá mais universidade pública para as próximas gerações", conclamou.

Números do 52° Conad	
Seções Sindicais:	49
Delegados:	45
Observadores:	91
Convidados:	3
Diretores do Andes-SN:	34

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, destacou a necessidade de o Conad avaliar a aplicação do plano de lutas aprovado pelo 26° Congresso do Andes-SN, que destaca a inserção do Sindicato na reorganização da classe trabalhadora, a defesa do serviço público, a luta contra as reformas neoliberais e a ampliação da participação da categoria no Sindicato Nacional. "O balanço que fazemos é que estamos trabalhando na aplicação dessa centralidade, que teve conseqüências nas deliberações daquele congresso, entre elas a filiação do Andes-SN à Conlutas. Essa adesão não nos levou ao isolamento, pelo contrário. O Andes-SN ampliou as suas relações com o movimento social, porque fez a opção de participar de forma atuante do processo de reorganização da classe trabalhadora", avaliou o presidente do Sindicato Nacional.

Paulo Rizzo afirmou que, caso o Congresso do Andes-SN tivesse apontado outro caminho, que não a filiação à Conlutas, "o Sindicato estaria tremendamente isolado". Enfatizou que o Andes-SN está com um respaldo cada vez maior, graças às articulações que o Sindicato vem fazendo. Destacou que é necessário ampliar o trabalho de base, visando a mobilizar os docentes para os inúmeros desafios que estão no horizonte. "Estamos no caminho certo, numa conjuntura que é extremamente difícil", concluiu Paulo Rizzo.

*Imprensa - Andes-SN

Plano de lutas do ANDES-SN é atualizado

O 52º Conad, realizado entre os últimos dias 26 e 29, em São Luís-MA, avaliou e atualizou o Plano de Lutas do Andes-SN definido pelo 26º Congresso. A atualização ocorreu a partir da experiência vivenciada pelo movimento docente desde o Congresso e em decorrência das novas ameaças que surgiram, como o Reuni, PLP 01/2007 e o projeto de fundações estatais entre outras. Assim, o 52º Conad decidiu que o Sindicato Nacional deverá:

- Denunciar amplamente o projeto de fundações estatais e lutar contra a aprovação do PLP 92/2007 junto com os movimentos e organizações que combatem a privatização das políticas sociais.
- Lutar pela revogação do decreto 6.096/07 - Reuni, ampliando a campanha de denúncia e esclarecimento da população sobre as suas conseqüências negativas para as IFES, principalmente se associada ao banco de professores-equivalente e PLP 01/2007.
- Lutar pela revogação da lei 11.502, que modifica as competências e estrutura organizacional da Capes e promova um amplo debate sobre as novas atribuições, denunciando o caráter aligeirado e inconsistente da formação de professores que será promovida pela instituição.

IEES e IPES

Nos estados, deverá se intensificar a luta pela vinculação de percentual da receita tributária dos estados no financiamento das suas universidades estaduais e, em relação às instituições particulares de ensino superior, implementará iniciativas para reverter o grave ciclo de precarização das condições de trabalho docente, além de reforçar as exigências de controle público destas instituições.

Pelo direito à terra e pela anulação do leilão da Vale

O 52º Conad indicou às seções sindicais e à direção nacional do Andes-SN a participação ativa na Campanha Contra o Limite da Propriedade da Terra, organizada pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. O Conad também indicou a participação do movimento docente no plebiscito sobre a anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce, que deverá ser um momento importante de denúncia e aglutinação de forças em oposição às reformas neoliberais rumo à grande jornada de lutas que, em outubro, realizará importante marcha a Brasília.

Jornada nacional em defesa da educação pública

As avaliações produzidas no 52º Conad indicam que investir na mobilização da categoria e empenhar todo o movimento docente na preparação e efetivação da Jornada Nacional em Defesa da Educação, prevista para ser realizada em agosto, poderá ter reflexos positivos nas conquistas dos educadores e da educação pública brasileira.

Saúde

O Conselho também apontou a necessidade de a base do Andes-SN participar, desde agora, das conferências de saúde e da 6º Conferência Nacional de Serviço Social.

Fonte: Andes-SN

Adufrj-SSind

Assembléia discute Campanha Salarial e Reuni

Governo chama Andes-SN para discutir pauta de reivindicações neste 9 de agosto

Após várias tentativas de audiência solicitadas pelo Andes-SN, finalmente o governo chamou representantes do Sindicato para tratar da pauta de reivindicações protocolada no Ministério do Planejamento. A resposta do MPOG pode ser resultado da última rodada de assembléias do movimento docente, que começou a discutir um possível indicativo de greve da categoria. E a notícia do encontro com o governo para tratar da campanha salarial, que acontecerá em 9 de agosto, foi um dos temas da Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada na Faculdade de Letras, no dia 1º.

Segundo informes apresentados pelo diretor Salatiel Menezes, que foi um dos representantes da Adufrj-SSind na reunião do Setor das Federais do Andes-SN, em 25 de julho, o Sindicato iria solicitar ao MPOG a presença de representantes do Sinasefe nesta audiência, sempre na perspectiva de construção de uma carreira única para o ensino federal. Ele informou sobre as dificuldades de mobilização nas universidades, em função do calendário diferenciado, e principalmente em função dos auxílios financeiros conseguidos pelos docentes das grandes instituições, por fora dos salários: "Está difícil mobilizar nas grandes universidades, mas será impossível conseguir algo sem um movimento forte", afirmou.

Salatiel ainda observou que o Setor definiu uma reunião no dia 25 de agosto para avaliar o resultado de uma nova rodada das assembléias de base, tendo em pauta a necessidade da greve. O objetivo é dar esse período para que os professores possam ser esclarecidos sobre os ataques atuais à universidade pública. Após algumas intervenções, o presidente da Adufrj-SSind, José Simões, comentou que a entidade vai realizar mais uma assembléia, dentro desse prazo, para discutir o assunto com a categoria.

Reação ao Reuni

A rápida e acrítica aceitação do relatório sobre o Reuni pelo Consuni da UFRJ, durante o mês de férias, repercutiu muito mal na Assembléia Geral. José Simões lembrou que foi ao colegiado para reivindicar que as legítimas demandas das unidades acadêmicas fossem encaminhadas ao MEC por fora do programa governamental, em respeito ao princípio da autonomia universitária, mas acabou prevalecendo o ponto de vista da reitoria. "Essa aprovação é, no nosso entendimento, mais que meio caminho andado (para a adesão da UFRJ ao Reuni)", lamentou Simões.

Cristina Miranda (diretora do Andes-SN e professora do CAp) chamou a atenção para a necessidade de os docentes fortalecerem o comitê da UFRJ da Frente de Luta contra a Reforma Universitária. Segundo ela, em recente encontro desta Frente, começou um intenso movimento para criar uma campanha em defesa da universidade pública: "A idéia é produzir cartazes e cartilhas, organizar debates, para dizer o que é o Reuni e o que representa para as universidades. As primeiras ações já vão acontecer durante as calouradas", esclareceu Cristina.

Uma outra atividade que contará com o engajamento do Sindicato Nacional será a Jornada em Defesa da Educação Pública, na semana de 20 a 24 de agosto. Promovida por movimentos populares como o MST, o objetivo é realizar acampamentos nas universidades públicas com diversas atividades para exigir a democratização do acesso aos cursos superiores. Além disso, haverá um dia específico para debate do sistema de ensino como um todo. Para Roberto Leher (Faculdade de Educação), a semana será uma oportunidade muito boa para também fazer a crítica ao Reuni: "Pois se o Reuni for aprovado, vamos ficar ainda mais longe da universidade que reivindicamos", comentou.

A professora Cinda Gonda (Faculdade de Letras) acredita que a reitoria não está tão fortalecida assim para passar a adesão ao Reuni. Segundo ela, a atual proposta foi construída junto às Congregações que, em geral, possuem um caráter mais conservador: "Nos departamentos, essa situação muda", comentou. Ela sugeriu que o Jornal da Adufrj abrisse mais espaço para artigos sobre o programa do governo e que as aulas inaugurais dos cursos do segundo semestre letivo fossem aproveitadas como oportunidade de crítica ao Reuni.

Luis Paulo, do Instituto de Matemática, ponderou que haverá muita dificuldade em conseguir um consenso sobre a universidade ideal para fazer uma oposição ao Reuni. O professor entende que a tática deve ser outra: "Devemos definir a unidade em torno da universidade que não queremos: uma universidade com curso 'basicão', com aulas para trezentos alunos ou mais e com carga horária em sala de aula ainda maior", ressaltou.

Comissão eleitoral formada

A Assembléia aprovou a comissão eleitoral do próximo pleito para a diretoria e Conselho de Representantes da Adufrj-SSind. Foram indicados os nomes dos professores Walcyr Barros (Escola de Enfermagem), Miriam Kaiuca e Sandra Martins (ambas do CAp). Salatiel Menezes (Instituto de Biofísica) e Sara Granemann (Escola de Serviço Social), diretores em segundo mandato - que, portanto, não podem concorrer -, também foram aprovados para participar da comissão eleitoral.

Inscrições de chapas até 10 de agosto

As eleições ocorrem nos dias 11, 12 e 13 de setembro e as chapas devem se inscrever junto à secretaria da Adufrj-SSind até 10 de agosto. As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas até 31 de agosto. Podem se candidatar os docentes sindicalizados até 14 de maio que estejam em pleno gozo de seus direitos, segundo o Regimento Geral e o Regimento Eleitoral da seção sindical. São eleitores os docentes sindicalizados até 13 de julho, também em pleno gozo de seus direitos.

Moção de repúdio à censura contra cartunista

A Assembléia também aprovou uma moção de repúdio à intimação do chargista Carlos Latuff pela delegada Valéria de Aragão, da Delegacia de Repressão aos Crimes Contra Propriedade Imaterial.

Latuff, que contribui com seu trabalho para o Jornal da Adufrj, recentemente produziu ilustrações que denunciaram as violências cometidas pelo estado em nome dos Jogos Pan-americanos. Por reproduzir uma de suas charges do mascote dos Jogos (Cauê) armado com um fuzil, a polícia acabou indiciando a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência e intimou o artista a depor sobre o assunto.

Conad amplia discussões do Setor

De acordo com o professor Salatiel Menezes, que representou a Adufrj-SSind como delegado ao 52º Conad do Andes-SN (entre os dias 26 e 29), o evento realizado em São Luís (MA) amplificou as discussões ocorridas no Setor, um dia antes: "Foi uma repetição, com um maior número de pessoas", disse. Dominaram as plenárias as preocupações com a Campanha Salarial, com o Reuni e o professor-equivalente, a ampliação do ensino a distância na graduação e a pressão do governo para a criação de novos *campi* das instituições sem novos recursos.

Opinião

Vai-se o Pan, ficam as vaias e a luta dos trabalhadores

Zé Maria*

As vaias ao presidente Lula na abertura dos Jogos Panamericanos introduzem um elemento novo no cenário político do país, e joga um maracanã de água fria na empáfia de um governo que vinha apresentando-se como se tivesse apoio quase unânime na população.

De posse do capital político expresso na votação que obteve nas eleições do ano passado, e na amplíssima base de sustentação parlamentar que logrou construir no Congresso Nacional, o segundo mandato de Lula deu continuidade ao primeiro: a manutenção de um modelo econômico voltado para atender aos interesses dos bancos e grandes empresas, na prioridade absoluta da política econômica voltada para o permanente aumento dos recursos destinados ao pagamento da dívida pública (externa e interna); às reformas do ensino superior e tributária, ambas de caráter neoliberal e já em curso, somou-se mais recentemente a preparação de uma nova contra-reforma da previdência social e, mais recentemente, a retomada da mesma proposta de reforma administrativa do governo FHC através das agora chamadas Fundações Públicas de Direito Privado.

Na verdade, apesar do papel nefasto da mídia em esconder e descaracterizar os fatos, o descontentamento com o rumo das coisas em nosso país já vem se expressando nas lutas sindicais e sociais que têm ocorrido neste último período, e das quais a greve em curso no Ibama e no Incra são exemplos importantes. Estas lutas ainda se caracterizam pela fragmentação, pela dispersão, mas a jornada de manifestações e paralisações de 23 de maio indicam que isto pode mudar, que as lutas sociais podem superar o atual estágio de fragmentação e alçar um estágio superior de enfrentamento ao governo e aos empresários.

As lutas sociais, por outro lado, não são o único fator a corroer o prestígio do governo, que Lula julgava inatingível. Há problemas políticos importantes que afetam seu apoio junto à população. É o caso da crise aberta pelas denúncias envolvendo o presidente do Senado, Renan Calheiros. E, principalmente, da dimensão que assumiu a crise do setor aéreo depois do acidente da TAM, em São Paulo, que matou 200 pessoas. Este acidente desnuda, ao mesmo tempo, o descalabro causado pelo desmonte do Estado e a subserviência aos interesses das grandes empresas que caracteriza a prática deste governo. Produziu e continuará a produzir um efeito importante de corrosão na credibilidade do governo por um bom tempo.

As tarefas mais importantes que esta conjuntura política nos indica vão, por um lado, no sentido de buscar desenvolver, unificar e potencializar as mobilizações sociais sociais em defesa das reivindicações dos trabalhadores e contra as reformas que ameaçam nossos direitos. O Plebiscito que será realizado em torno das quatro questões (Vale do Rio Doce; Dívida Pública; Tarifa de Energia Elétrica e Reforma da Previdência), em setembro, e a Marcha à Brasília, em outubro, permitem materializar este objetivo de forma muito concreta. A este processo nacional de mobilização é importante vincular as lutas específicas e setoriais que estejam em curso, como as campanhas salariais, a luta contra o PLP-01, a jornada nacional em defesa da educação pública etc.

Não é sem razão que a CUT e a UNE tenham investido com tanta força para tentar inviabilizar a realização do Plebiscito com as quatro perguntas que foram definidas nacionalmente e para tentar romper a unidade das diversas forças sociais que vêm se construindo desde o 23 de maio, e agora juntam-se para garantir o Plebiscito e a marcha à Brasília em outubro. Os dirigentes da CUT e da UNE querem proteger Lula, e sabem que este processo pode levar a um patamar superior a luta contra o seu governo.

Por outro lado, é também tarefa fundamental dos movimentos sociais que se unem para levar adiante estas lutas a gestação de um projeto alternativo a este contra o qual lutamos. Um projeto que represente os interesses da classe trabalhadora, não só contra o modelo econômico que se aplica em nosso país e seus defensores – o governo Lula e o imperialismo – mas também contra os setores da burguesia que estão na "oposição" ao governo. Sejam os setores representados pelo DEM e pelo PSDB no Congresso Nacional, sejam os setores que agora organizam movimentos de "protesto" como o que se autodenomina "cansei", em São Paulo. Nossa luta é contra todos eles e a preservação de nossa independência de classe é fundamental.

Da resultante da nossa atividade concreta na construção deste processo nacional unificado de mobilização, neste segundo semestre, pode depender uma evolução na conjuntura mais ou menos favorável aos trabalhadores. Assumamos então a tarefa de "fazer", ao invés de "esperar acontecer", como diria Geraldo Vandré.

* Diretor da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais e participa da Coordenação Nacional da Conlutas

Movimento

Técnicos na mobilização contra divisão do Ibama

Foi adiada para este dia 7 a votação do Projeto de Lei (PL) 19/07, originado de modificações feitas pela Câmara dos Deputados na MP 366/07, que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, que assume parte das atribuições hoje exercidas pelo Instituto Nacional de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Na última quinta-feira, dia 2, alguns servidores estiveram presentes em uma das plenárias do movimento, enquanto outra parte do grupo esteve presente na sessão deliberativa extraordinária onde o PL iria ser votado. Segundo a Técnica de Educação Ambiental do Ibama, Elizabeth Uema, o governo tentou uma acordo para votar no dia marcado, mas a oposição conseguiu segurar e adiar a votação: "As coisas estavam muito duvidosas, ninguém sabia quem ganharia. Como estávamos em plenária fazendo algumas deliberações, achamos bom a votação ter sido adiada para terça-feira", afirma a especialista.

No final da tarde da última quinta (2/8), os servidores se encontraram na sede do Ibama para decidir os próximos passos do movimento: "Vamos continuar pressionando, vamos trabalhar com senadores no final de semana e estaremos lá no dia da votação fazendo pressão", completou Elizabeth.

Opinião

Um trágico transformismo

Milton Temer*

Muita coisa anda fora de esquadro no cenário político brasileiro.

De um lado, um presidente da República e seu partido político, o Partido dos Trabalhadores, que, no exercício do poder, renegam toda uma história de lutas contra as seqüelas do capitalismo, e se transformam em agentes mais eficazes deste capitalismo do que o seriam os seus próprios agentes da direita tradicional. Um presidente da República que administra um governo, com apoio de seu partido, onde a grande política é jogada na lata do lixo para dar lugar a noticiário permanente sobre temas que têm muito mais a ver com páginas policiais de tablóides sensacionalistas.

De outro lado, uma profusão de pesquisas de opinião, mostrando que tais trânsfugas – Lula e o PT – continuam merecendo apoio de parte expressiva da população. Que um terceiro mandato estaria garantido, caso a lei permitisse mais uma reeleição.

Como se explica tal paradoxo? Afinal, a vitória de 2002, ninguém contesta, foi uma rejeição plebiscitária ao programa neoliberal implementado pelo governo FHC, antecessor do atual. Como explicar tal apoio se mantendo em alta, a despeito de o governo Lula – para além das mazelas éticas em que se meteu – ter radicalizado o modelo do mandarinato tucano-pefelista que o povo brasileiro rejeitara em 2002, contra-senso, em função do que havia prometido em várias campanhas?

A resposta só pode estar numa maquiavélica operação transformista, calcada na ilusão de que mais não poderia ser feito, tendo em vista a "herança maldita" que o governo se via obrigado a administrar. Pura cretinice, só

passível de aceitação por não existirem na época os exemplos de Evo Morales, Rafael Correa, Hugo Chavez, e até Néstor Kirchner em determinada medida, para comprovar que os dentes dos capitais especulativos mundiais não seriam tão perigosos assim. Mas operação transformista teve, então, força suficiente para arrastar as cúpulas dos movimentos sociais a um imobilismo estarrecedor diante da seqüência de fatos e políticas condenáveis que caracterizaram a gestão lulista.

Se fizermos comparação entre o que foi a resistência às tentativas predatórias do governo FHC e a forma como a elas se adaptaram as direções nacionais da CUT, da UNE, e até do MST em determinados momentos, não estaríamos cometendo exagero ao afirmar que o torneiro mecânico se revelou agente bem mais eficiente do grande capital do que o foram o teórico do desenvolvimento dependente e seus burocratas da Fazenda e do Banco Central. Porque Lula, para além de até potencializar os lucros sempre crescentes que os rentistas haviam garantido sob a política de Pedro Malan, o fez sem que contra tal política houvesse uma permanente mobilização social, onde até ocupações das grandes avenidas de Brasilia se faziam freqüentes.

Não foi por pouca coisa, então, que, sem protestos registrados em nível de mínima audição, o presidente da CUT tenha sido contemplado com a cadeira do Ministério do Trabalho, espaço que, nos primórdios, mesmo em instâncias bem menos relevantes da área, os cutistas denunciavam só ser destinada a pelegos a serviço do patronato.

Resta saber para onde vamos. Que perspectivas se desenham para o futuro imediato, tendo em vista não haver perspectiva de êxito para uma manobra continuísta.

Vai depender, evidentemente, da forma como reagirá a sociedade civil organizada, diante do novo contexto continental, tanto na mobilização da ação direta como no aproveitamento dos processos eleitorais que se avizinham – as eleições municipais do próximo ano, e as presidenciais de 2010.

Estas próximas eleições – principalmente as que se realizarão no Rio de Janeiro e Porto Alegre – têm uma grande importância simbólica. Foi com governos da, outrora, esquerda petista que a capital gaúcha deu partida à mobilização global dos fóruns mundiais. E a esquerda volta a ter peso fundamental com a possibilidade da candidatura da deputada Luciana Genro, do PSol, considerando-se os 12% que ela obteve na cidade para a sua eleição à Câmara dos Deputados. Não menos importante, a campanha do Rio de Janeiro também oferece um espaço significativo para a esquerda conseqüente, com a candidatura do deputado Chico Alencar, também do PSol. Chico, como é sabido, tem currículo nesse embate. Em 1996, lançado pelo PT do Rio, e sabotado pela direção nacional do partido que, já naquela ocasião, fazia seus acenos à direita, com o apoio aberto à candidatura de Miro Teixeira, superou todos os obstáculos externos e, principalmente, internos, oferecendo um desempenho brilhante. Só não chegou ao segundo turno por décimos percentuais da votação total.

Se estes dois nomes realizarem o que dele se espera, o "grilo falante" PSol pode se transformar de inseto em ave de grande campo de ação, e consolidar um terreno de ampliação bastante expressivo para uma nova investida ousada, como foi a da senadora Heloisa Helena em 2006. E a esperança poderá voltar a se sobrepor ao medo, em 2010.

* Jornalista; texto enviado em 6 de julho

Jurídico

STF reafirma RJU para servidores

Por oito votos a três, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os servidores federais têm que ser estatutários. Os ministros concederam liminar que suspende a vigência do artigo 39, caput, da Emenda Constitucional 19, de 1998, que eliminava a exigência da contratação pelo RJU. Curiosamente, a liminar havia sido solicitada em 2000 pelo PT e outros partidos da então oposição ao governo FHC; agora o resultado pode atrapalhar os planos do governo para transformar hospitais públicos em fundações estatais com contratação pela CLT.

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2135 contra a Emenda Constitucional nº 19 começou no STF em novembro de 2001. E sofreu algumas interrupções por pedidos de vista dos ministros a partir de então até chegar ao resultado do último dia 2.

A ministra Ellen Gracie, ao proferir o resultado do julgamento, esclareceu que a decisão tem efeito *ex-nunc*, ou seja, passa a valer a partir de agora. Com isso, toda a legislação editada durante a vigência do artigo 39, caput, com a redação da EC 19/98, continua válida, explicou a ministra, ressaltando que, dessa forma, ficam resguardas as situações consolidadas até o julgamento do mérito.

Fonte: STF

UFRJ

Vida que segue?

Ana Manuella Soares

Reitoria Aloisio é reconduzida para o período 2007/2011. Apenas pró-reitorias de graduação e pós-graduação têm novas indicações

A recondução ao cargo de reitor e vice-reitora dos professores Aloisio Teixeira correu tranqüilamente na manhã da última terça-feira, dia 31. A sessão solene do Conselho Universitário foi realizada na antesala do gabinete da reitoria e foi acompanhada por cerca de 700 pessoas. O professor e conselheiro Antonio Infantosi (CT) fez um resumo da vida acadêmica de Aloisio e abriu formalmente a solenidade de posse da 'nova' reitoria, que contou com a presença dos ex-reitores Alexandre Cardoso, Nelson Maculan, Paulo Alcântara Gomes e Sérgio Fracalanzza. A professora Anita Macedo representou o também ex-reitor da universidade, professor Horácio Macedo.

A administração central da universidade permanece praticamente a mesma. Apenas para as pró-reitorias de graduação (PR1) e pós-graduação (PR2) foram indicados novos nomes, respectivamente as professoras Belkis Valdman (Escola de Química) e Ângela Üller (Coppe). Permanecem em seus cargos os professores Carlos Antonio Levi (Planejamento e Desenvolvimento – PR3), Luiz Afonso Henriques Mariz (Pessoal – PR4) e Laura Tavares (Extensão – PR5).

A sessão aconteceu ainda durante o recesso acadêmico e não contou os discursos reivindicatórios de representantes dos estudantes de graduação ou do Diretório Central dos Estudantes. A Associação dos Pós-Graduandos se manifestou na voz da aluna e conselheira Viviane Dias. A pós-graduanda saudou a continuidade da reitoria como um momento importante para a mobilização da comunidade acadêmica e para a discussão dos rumos da universidade. "Ressaltamos a necessidade de que sejam resolvidos os graves problemas de infra-estrutura que há anos a universidade enfrenta, como a situação das bibliotecas, dos sanitários, das salas de aula, do transporte, do alojamento e a ausência de bandejão, além da ampliação de vagas e bolsas de estudo e pesquisa, dando devida atenção às reformas curriculares e à abertura de concursos para professores e técnico-administrativos", cobrou da administração que se reinicia.

Marcílio Lourenço, coordenador do Sintufrj, saudou a continuidade da reitoria Aloisio e Sylvia, mas cobrou dos gestores a implementação das conquistas de greves recentes da categoria, especificamente ligadas à carreira, que ainda não foram plenamente efetivadas na UFRJ. Marcílio ressaltou a importância da gestão que permanecerá até 2011 como um exemplo para as demais instituições federais na busca por mais recursos e ampliação de vagas. O técnico, no entanto, considerou que é necessário que a universidade persiga uma maior autonomia. "Isso já está expresso no artigo 207 da nossa Constituição, precisamos continuar brigando pela efetivação desta", lembrou.

Fotos: Manuella Soares

SOLENIDADE REALIZADA NO DIA 31 DE JULHO

José Simões
Presidente da Adufrj-SSind

"Podemos ficar com os dois pés no chão e não sairmos do lugar, ou ainda ficar com um pé no ar e outro no chão sem avançarmos em nada"

Viviane Dias
APG

"Ressaltamos a necessidade de que sejam resolvidos os graves problemas de infra-estrutura que há anos a universidade enfrenta"

Em defesa da universidade pública

Em seu discurso de saudação à reitoria que recomeça oficialmente suas atividades, o presidente da Adufrj-SSind, José Simões, deixou claro que a convivência das diferentes posições e ideais de universidade são importantes e saudáveis para a vida da comunidade e para o fortalecimento da democracia institucional. Citando Hélio Pellegrino, o dirigente da seção sindical fez questão de lembrar, no entanto, que 'o simples ato de caminhar precisa de uma intenção. Podemos ficar com os dois pés no chão e não sairmos do lugar, ou ainda ficar com um pé no ar e outro no chão sem avançarmos em nada". Simões recorreu à metáfora do escritor para ressaltar que é necessário que a comunidade da UFRJ faça o embate "entre o real" e os objetivos da instituição, mas sem abrir mão daquele que é o princípio mais caro ao movimento docente: "de tornar esta universidade num único adjetivo: pública, e ponto".

Tudo no Fundão

Antes da posse, Aloisio concedeu uma coletiva à imprensa local e anunciou que lançará as diretrizes de um programa de ação para ser discutido pela comunidade acadêmica, visando à ampliação do número de vagas, acessos alternativos e complementares ao vestibular e à reordenação espacial da Cidade Universitária. Na verdade, o reitor comentou sobre a implementação do projeto de reestruturação das universidades (Reuni) lançado pelo governo federal na UFRJ. "É um anteprojeto que terá a marca indelével da ousadia. Mesmo nesse mundo virtual com as pessoas conectadas em tempo real, a convivência é indispensável para superarmos a fragmentação. É a retomada de um projeto original com a reunião de todas as unidades num mesmo espaço geográfico, a Ilha da Cidade Universitária", disse o reitor, na coletiva. O projeto anunciado é o de levar para a Ilha do Fundão todas as demais unidades locadas no *campus* da Praia Vermelha ou em outros espaços da cidade como o IFCS, Música e a Faculdade de Direito, hoje situadas no Centro.

Sobre o processo educacional, Aloisio afirmou que a Educação Superior já ultrapassou as épocas da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade. "No primeiro caso, tratava-se de uma justaposição de conhecimentos; no segundo, tratava-se, antes de tudo, da transposição e utilização de métodos próprios a uma disciplina em outra".

Para o dirigente, o momento é o do conhecimento 'transdisciplinar', que no seu entendimento significa "uma nova religação entre os conhecimentos. Não apenas o objeto deve transitar de uma disciplina para outra, mas o próprio sujeito deve qualificar-se para a utilização de conhecimentos que transcendem as fronteiras disciplinares", concluiu. Essa concepção talvez explique a intenção da reitoria de anunciar os esforços e da promessa de trazer para a Cidade Universitária todos os centros e unidades acadêmicas da UFRJ.

Reitor elogia MEC

Apesar de tecer críticas à política econômica do governo Lula, às políticas sociais e, em especial, à reforma da Previdência, quanto à área da Educação, Aloisio parece não ter queixas e, ao contrário, elogiou a política de 'diálogo' aberto do Ministério da Educação.

Recursos?

Além de prometer manter continuar sua luta pela ampliação de recursos orçamentários junto ao Ministério para a UFRJ e cumprir à risca os editais de fomento das estatais, as parcerias com o setor privado parecem que continuam a carta na manga do reitor para implementar seu ousado projeto de integração de toda a UFRJ na Cidade Universitária. Se será realizado e terá a participação ampla da comunidade universitária... Bom, melhor esperar a volta do burburinho da universidade em plena atividade e dos estudantes, professores e funcionários (em greve até o momento, vale lembrar) que voltam às suas rotinas de lutas, neste novo semestre que começa.

Eleições na Adufrj-SSind

Na última sexta-feira, dia 10, prazo final de inscrição, uma única chapa se apresentou para a eleição da diretoria da seção sindical para o biênio 2007/2009. A Chapa Adufrj Autônoma e Democrática conta com os integrantes:

Presidente - Cristina Miranda (CAp)
1º Vice-presidente - Roberto Leher (FE)
2º Vice-presidente - Roberto Lima (HU)
1º Secretário - Luis Paulo Braga (IM)
2ª Secretária - Anita Handfas (FE)
1º Tesoureiro - José Miguel Saldanha (Politécnica)

As inscrições para o Conselho de Representantes da entidade nas unidades ainda estão abertas até 31 de agosto.
As eleições acontecem nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2007.

Daniel Tinoa

Resistência popular em Jacarepaguá

Moradores são pressionados pela prefeitura a abandonarem suas residências.
Página 5

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN | www.adufrj.org.br | Ano X nº 548 | 14 de agosto de 2007

Só 50 vagas

CEG e CEPG aprovam resolução conjunta com a regulamentação de procedimentos para a alocação de novas vagas docentes para a UFRJ. Mas Conselho Universitário quer mudar alguns critérios de distribuição.

Páginas 6 e 7

Opinião

Reflexões sobre o tempo

Ricardo Kubrusly*

Como falar do tempo?

Como não falar do tempo?

Na cilada do tempo, todo início contém um fim. Muitas vezes é o fim do mistério que se revela; outras, apenas re-significações dos vários ciclos nos quais baseiam-se nossos modelos. Eventualmente é a morte ou a vida que se impõem radicais em nosso convívio, na cilada do tempo. Todo fim, simetricamente, também contém um início dentro de seus últimos acontecimentos, no inchaço dos seus ventres gasosos, onde estranhas misturas se entrelaçam para a gestão do novo, ou da ilusão do novo. Mas, infelizmente, nem todo início é um início do novo. Muitas vezes, vemos sob as luzes que os precedem, velhas idéias, velhos comportamentos. Um futuro, cristalizando-se como passado, tendo no lugar do risco diferente, do susto que às vezes apavora, mas que possibilita, a conhecida escrita do mesmo, um exército de ilusões repetindo as mesmas entre-linhas de poderes enraizados.

Mais um semestre se inicia, mas não se vêem novidades. Como se não estivéssemos a recomeçar nossas atividades de ensino, como se o reencontro com os alunos não fosse a razão dos nossos reinícios. O que vemos são as mesmas arrogâncias dos nossos dirigentes pouco acadêmicos que comandam os cães sem dono que, à-toamente teorizam pelos nossos campos, como se fossem um exército de laureados. Talvez haja mesmo maior densidade intelectual em nossos cães universitários do que nos conselhos que deliberam com um olho no fácil e outro no falso.

Mais um semestre se inicia e tudo parece o mesmo, mas não é. Mesmo que o passado gasto, em sua fantasia burlesca de futuro engomado em lorotas não nos convença, ainda há os olhos aprendizes que nos rodeiam e que acreditam em um futuro despido e conseqüente que há de nos pintar de novo à pele nova que deveras temos.

Mais um semestre se inicia. Carregamos, é verdade, uma certa tristeza de ver nossa UFRJ tão distante de si e tão perto das soluções que, mais uma vez, privilegiam as vaidades e as necessidades imediatas de alguns e seus escolhidos, em detrimento dos anseios da comunidade. Mais uma vez estamos diante do velho debate entre o falso fácil e o difícil verdadeiro, mais uma vez o discurso da modernidade, mais uma vez a pergunta sarcástica: Vocês não querem mudanças? Como se fossem novas as repetições de velhas práticas.

Carregamos, pelos corredores, uma tristeza e um cansaço, ao perceber como palavras moldam acontecimentos e como ilusões possibilitam pequenas traições e grandes derrotas. Atravessamos, lentamente, o estardalhaço dos sorrisos descansados e impunes em um corredor de horrores, e com as últimas forças que temos, abrimos as portas e entramos nas salas de aula. Então, mais uma vez, percebemos que é ali que se opera a mágica do achado. Quando os olhos cansados se cruzam com o desejo de novo, quando as faíscas dos pensamentos e palavras furam os escudos das velhas posturas e, em rodopio ascendente, um vôo mesclado de possibilidades nos ilumina e aos acontecimentos, é ali, onde a escola começa, que se opera a mágica do achado.

Todo início contém um fim e todo futuro, um passado. Às vezes caminhamos para frente como se voltássemos, vemos o ontem no amanhã que nos espera, com nossos passos confusos e nossas vozes caladas , mas quando o semestre se inicia e, de volta às aulas, inventamos a alegria que os excelentes desconhecem, percebemos, como em um filme que ao final nos devolve à realidade, que as mudanças que queremos, e que venham nuas para que possam construir suas vestes pelo tempo, são arquitetadas nas pequenas negociações que travamos, a cada dia, quando as portas se fecham e as pequenas verdades se enunciam.

* Diretor da Adufrj-SSind

Resenha

Duas viagens, dois caminhos

Durante a primeira semana de agosto, a América Latina foi testemunha de duas importantes viagens de presidentes com propósitos diametralmente opostos, protagonizados por Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez. Lula visitou cinco países: México, Honduras, Nicarágua, Panamá e Jamaica, com o objetivo de promover os agrocombustíveis. Chávez visitou, no mesmo período, Argentina, Uruguai, Equador e Bolívia, para assinar acordos que impulsionam a integração (Brasil de Fato, 13/8)

Avanço da soja no Mato Grosso ameaça parque

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou que a produção de soja no estado de Mato Grosso deve crescer 10% este ano. A expansão deve ocorrer em áreas já desmatadas, mas preocupa, pois também deve avançar sobre áreas protegidas ambientalmente como o parque do Xingu. O IBGE informa que o impulso dos agrocombustíveis deve aquecer a disputa por terras na região. Segundo o coordenador do Programa Xingu do Instituto Socioambiental (ISA), André Villas Boas, o entorno do parque indígena do Xingu reúne características muito atraentes ao agronegócio (www.mst.org.br, 13/8).

Mais lucros recordes

Na semana passada, a divulgação dos lucros do primeiro semestre de dois bancos expôs quem está ganhando bem com a atual política econômica do país. O Itaú ganhou R$ 4,016 bilhões contra R$ 4,007 bilhões do Bradesco, segundo matéria de O Globo, em 8 de agosto.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

APG

Por uma Universidade comprometida com os interesses do povo brasileiro

Continuação da última edição

APG-UFRJ diz NÃO ao REUNI e defende: Mais vagas nas Universidades Públicas com efetiva assistência estudantil e mais verbas para contemplar nossa pauta de reivindicações (transporte, Bandejão, bibliotecas, alojamentos, bolsas, concurso para professores e técnico-administrativos...)

O REUNI NÃO É A NOSSA PROPOSTA PARA A UFRJ

Não está havendo discussão sobre o REUNI na UFRJ: o que se "discute" na UFRJ é a adequação das propostas das Unidades visando à implementação do REUNI (1). O processo em curso não contempla outras posições existentes na comunidade acadêmica, dos estudantes da graduação e de pós-graduação, e de professores e técnicos, de contestação da adesão ao REUNI. Na recente reunião dos estudantes que ocuparam a Reitoria da UFRJ, no dia 15 de junho, obteve-se o comprometimento da Reitoria em discutir amplamente a adesão ou não da UFRJ ao REUNI e o adiamento de qualquer decisão para o segundo semestre. Entretanto, os encontros que foram realizados entre os dias 18 e 22 de junho desvirtuaram o acordo feito com os estudantes na reunião, **pois já visaram à apresentação das propostas de adequação das Unidades e Centros ao REUNI e não a anterior e necessária discussão do decreto e suas implicações**. Isto pressupõe aceitar a adesão da UFRJ ao REUNI. Além disso, foram dados dois meses para se formular uma proposta (desde a publicação do decreto pelo Governo, em 24 de abril de 2007) e duas semanas pela Comissão formada pela Reitoria, Consuni, CEPG e CEG para adequação ao decreto. Isso não pode ser algo sério, que tenha uma proposta pedagógica coerente. A Reitoria diz que haverá conseqüências muito ruins para a UFRJ se ela não aderir ao REUNI. Mas o que nós devemos discutir são **as nefastas conseqüências da adesão ao REUNI, como apontamos acima. É preciso compreender: a adesão significa o compromisso com as metas do REUNI**! Alguns membros da comunidade acadêmica, uns por ingenuidade e outros nem tanto, estão nublando esta questão, afirmando que as Unidades só estão aproveitando para apresentar seus projetos e as necessidades que já estavam elaboradas e que não necessariamente precisam seguir as orientações do REUNI. Ora, o decreto Nº 6.096 é claro: *o repasse dos recursos está vinculado "ao cumprimento das etapas"* (2), ou seja, das metas estabelecidas pelo decreto.

A APG tem reivindicado há vários anos que a Universidade realize um diagnóstico, para sermos coerentes com a entrada e garantia de permanência de novos estudantes que tenham uma situação de menor renda. Nas inúmeras reuniões com o Reitor, as Decanias e os Conselhos, nas discussões do Plano de Desenvolvimento da UFRJ (PDI), a APG sempre reivindicou que a UFRJ fizesse uma proposta concreta para ser levada ao MEC. Desta proposta fariam parte a melhoria das condições de permanência dos estudantes (incluindo o Bandejão), o diagnóstico de quais cursos teriam suas vagas ampliadas e quais as mudanças em termos de melhorias estruturais e de ampliação orçamentária e de pessoal seriam necessárias. **Mas definitivamente o REUNI não é esta proposta.** Na nossa visão, este projeto não fortalece a Universidade Pública, voltada para os interesses do povo brasileiro, impedindo um mínimo de estrutura para receber novas vagas, tão necessárias num país em que mais de 70% dos estudantes pagam Universidades Privadas (3).

No processo de discussão do PDI também não foi realizado um diagnóstico efetivo dos reais problemas da Universidade, ou seja, um levantamento das necessidades para implementar a ampliação de vagas e abertura de cursos noturnos, melhoria de transportes, alojamento, Bandejão e assistência estudantil para evitar a evasão, com propostas de verbas que contemplem a nossa pauta de reivindicações. Essa pauta, exigida em reuniões, atos, greves, manifestações, ocupações dos estudantes, professores e técnico-administrativos, não tem sido atendida usando-se o argumento de "falta de verbas", restrição orçamentária e tem sido **sistematicamente** postergada.

O REUNI, na nossa visão, significa rebaixar a formação universitária, como já foi feito no Brasil com o ensino médio e fundamental públicos. As outras propostas inclusas no PDE, o professor-equivalente, a Universidade Nova, a implantação de ciclos básicos (como já é a realidade na nova Universidade Federal do ABC, por exemplo) e a ampliação de cursos tecnológicos de nível superior (os chamados Centros Universitários) estão inseridas nas ações do Governo Federal para impor o seu modelo de Universidade a serviço das tecnologias de produção de *commodities* para exportação (como minérios, petróleo, cana, soja). Em uma sociedade em que o emprego qualificado é cada vez mais escasso e a mão-de-obra barata é o principal fator de atração de capitais, estas medidas reforçam a tendência de ampliação de empregos com baixos salários, regimes trabalhistas precarizados e desemprego cada vez maior entre os universitários e pós-graduados. Para nós é importante também questionar quem se beneficia do ensino e pesquisa realizados pelas Universidades brasileiras. Por exemplo, estudantes que ocuparam a Reitoria da USP denunciaram que a Faculdade de Farmácia era referência na América Latina em medicamentos para doenças tropicais; hoje é referência em cosméticos (4) . A pesquisa científica na área de medicamentos está cada vez mais controlada pela indústria farmacêutica, muitas vezes desenhada fora e vem ao Brasil simplesmente para ser conduzida e, quando muito, aplicada (6). Os funcionários federais em greve denunciam que a recente "proposta" do governo de transformar os hospitais em Fundações Estatais tende a agravar o quadro na área de saúde (que já vem sofrendo com o aumento de casos de doenças como dengue, tuberculose, leishmaniose, malária, hanseníase, doença de chagas, por exemplo (7), desvinculando-os do ensino e retirando-os do orçamento do governo para serem financiados pelos serviços que prestarem. Recentemente, estudantes, apoiados por docentes e técnicos, ocuparam a UFAL e denunciaram, entre outras questões, que a Reitoria tentou modificar uma proposta de Escola Agro-técnica, voltada para as necessidades dos trabalhadores rurais, para uma Escola Agro-Industrial, voltada à monocultura da cana-de-açúcar, aos interesses dos usineiros (8). Não custa lembrar o que significa hoje esta política do etanol como "locomotiva do desenvolvimento" do Brasil: morte de cortadores de cana por excesso de trabalho, que por isso estão em greve em São Paulo para aumentar o piso salarial de R$ 450,00 (para o corte de 10 toneladas de cana/dia!) para R$ 1.600,00 e melhoria das condições de trabalho. Isso sem falar que as pesquisas financiadas hoje pela Petrobras (que já tem parte considerável de suas ações pertencente ao capital multinacional) não se revertem em barateamento de gás de cozinha e combustíveis para o povo brasileiro, por exemplo (9).

O Governo Federal tem batido recorde atrás de recorde de arrecadação de impostos e contribuições federais (10). É neste contexto que somos contra o REUNI. Antes de aceitarmos de forma "realista" o argumento falacioso de que não há verbas para investir nas áreas sociais e que não temos força para mudar os rumos do país, a UFRJ deve abrir uma ampla discussão sobre seu próprio projeto educacional. Para isso, precisamos diagnosticar nossos problemas e necessidades para ampliar cursos (inclusive noturnos), assistência estudantil, vagas docentes e de técnico-administrativos para dar o necessário suporte para a melhoria e ampliação da Universidade Pública.

Notas:

(1) Metamorfoses na deliberação do CONSUNI impõem o REUNI como fato consumado na UFRJ - Roberto Leher (FE UFRJ) - 20 de maio de 07.

(2) Decreto N° 6.096, de 24 de abril de 2007.

(3) Dados do ANDES-SN (Entrevista com o Professor Osvaldo Coggiola no site da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2004).

(4) Veja vídeo da ocupação da USP contada por alguns ocupantes: http://ocupacaousp.noblogs.org/category/vdeos.

(5) Segundo dados do economista Márcio Pochman

(6) Pesquisa clínica: onde e para quem? - Carta Capital - 9/5/2005

(7) Carta Capital, 12 de junho de 2007.

(8) A ocupação da Reitoria da UFAL – Sérgio Lessa (Diretor da ADUFAL) – Jornal da Adufrj, 12 de junho de 2007.

(9) Enquanto os cientistas brasileiros desenvolvem tecnologias de ponta para extração de petróleo em águas profundas, a maior parte do que se extrai tem sido exportada no lugar de beneficiar o povo brasileiro com a redução dos preços do gás e combustíveis: antes da quebra do monopólio estatal do petróleo, o gás de cozinha custava R$4,00 (com subsídio de R$1,95 do governo) e hoje custa R$30,00. No Brasil, o preço que pagamos na gasolina contém 22,2% de distribuição, que é feita por empresas multinacionais conhecidas como 7 irmãs –Jornal da APG, dezembro de 2005.

(10) "Arrecadação de impostos da União bate recorde". O Globo 16/03/2007.

Nacional

Plebiscito Popular fortalecerá campanha pela anulação do leilão da Cia Vale do Rio Doce

Najla Passos*

cartaz de divulgação da campanha

População também será ouvida sobre preço da energia, pagamento da dívida e Reforma da Previdência

Entidades ligadas aos movimentos popular, sindical e estudantil promovem em todo o país, de 1 a 7 de setembro, durante a Semana da Pátria, o Plebiscito Popular "A Vale é nossa". Conforme os organizadores, o objetivo da ação é provocar uma reflexão sobre uma das mais aviltantes privatizações já ocorridas no país, caracterizada como um verdadeiro assalto aos cofres públicos, e fortalecer a campanha pela anulação do leilão da Vale.

Também é propósito do plebiscito reaquecer o debate acerca da política de privatizações dos bens públicos, adotada por sucessivos governos brasileiros, principalmente a partir de 1990, com a posse de Fernando Collor de Melo.

"A privatização da Companhia Vale do Rio Doce virou um símbolo da irresponsabilidade do governo brasileiro em adotar essa política imposta pelos organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial. É essencial que o povo brasileiro possa refletir não só sobre o erro que foi a privatização da Vale, mas também sobre os malefícios que novas privatizações possam gerar, como, por exemplo, as privatizações da água, da previdência, das universidades", argumenta o secretário-geral do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch.

Na maioria dos estados brasileiros, o plebiscito também irá permitir que a população se manifeste sobre outros três assuntos: o preço da energia elétrica (pela qual as famílias brasileiras pagam oito vezes mais caro do que as empresas); o pagamento das dívidas externa e interna (o que inviabiliza que o governo invista em mais programas sociais); e a proposta de Reforma da Previdência (que retiraria vários direitos adquiridos do povo).

"Preço de banana"

A venda da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997, fez parte da política de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso, que entregou 70% do patrimônio nacional ao capital privado. Ostentando os títulos de maior mineradora do mundo, maior exploradora de ouro da América Latina e segunda maior empresa brasileira, a Vale foi "vendida" ao capital privado por míseros R$ 3,3 bilhões. Conforme cálculos de especialistas, 28 vezes menos do que valia.

Criada na década de 40 com recursos do Tesouro Nacional, a Vale tem patrimônio avaliado hoje em R$ 200 bilhões. Seu lucro acumulado entre 1998 e 2006 soma R$ 32 bilhões. Em 2005, registrou lucros de R$ 12,5 bilhões. É estrategicamente decisiva para o futuro do país. Atua em 14 estados do país e possui nove mil quilômetros de estradas de ferro. É proprietária de dez portos e está presente nos cinco continentes.

Negociata

O estranho é que, à época, ninguém entendeu exatamente quem comprou a Vale, o que acabou por constituir mais uma irregularidade no processo de privatização. O consórcio vencedor do leilão tinha entre suas empresas constituintes o Banco Bradesco, que foi o avaliador da empresa e, por isso, estava impedido de participar do negócio.

Conforme levantamentos do Comitê Nacional da Campanha pela Vale do Rio Doce, o banco já possuía 17,9% do capital volante da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que, por sua vez, montou o consórcio comprador da maior fatia das ações da Valepar (o atual controlador acionário da Vale). Segundo representantes do comitê, "uma verdadeira negociata".

Mobilizações

Em 1997, mobilizações em todo o país disseram "Fora FHC" e "NÃO a privatização da Vale". Na histórica marcha à Brasília, promovida pelo Movimento dos Trabalhadores rurais Sem-Terra, em abril daquele ano, manifestantes entregaram ao presidente um abaixo-assinado com 20 mil assinaturas de brasileiros contrários à privatização da Vale.

FHC ignorou os apelos dos movimentos sindical e popular, autorizou a força policial a coibi-los com bastante rigor. No dia 06 de maio, entregou a Vale ao capital privado por um valor que, de tão irrisório, corresponde a menos do que os lucros da companhia no período de apenas três meses.

Mais de cem ações questionando a legalidade do leilão foram impetradas na Justiça brasileira. Em 2005, a desembargadora Selene Maria de Almeida entrou na Justiça Federal com uma ação pedindo a anulação da privatização da companhia. No mesmo ano, o Tribunal Regional Federal acatou ação judicial e reconheceu a nulidade do valor da venda da Vale, o que possibilita a anulação do leilão.

Pesquisa

Uma pesquisa realizada entre os dias 19 e 22 de maio pelo Instituto GPP - Planejamento e Pesquisa, mostra que a maioria dos brasileiros é favorável à reestatização da Vale do Rio Doce. Dentre as duas mil pessoas pesquisadas em 17 estados brasileiros, 50,3% delas são favoráveis à retomada da empresa, contra 28,2% contrários à medida. Outros 21,5% disseram não saber responder.

A pesquisa foi realizada a pedido do partido Democratas (DEM), o antigo Partido Frente Liberal (PFL) e possui uma margem de erro máxima de 2,2%, para cima ou para baixo dos resultados obtidos. Todas as pessoas ouvidas possuíam 16 anos ou mais.

Participe!

O Comitê Nacional da Campanha pela Anulação do Leilão de Privatização da Cia Vale do Rio Doce reúne cerca de 60 entidades ligadas aos movimentos sindicais, populares e estudantis. Entre elas o Andes-SN, que conclama os docentes do país a militarem como multiplicadores da campanha.

O secretário-geral do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch, alerta que o momento é de composição e fortalecimento dos comitês locais, que irão operacionalizar o plebiscito nas diferentes cidades brasileiras. "É necessário que a militância do Andes-SN procure as demais entidades dos seus estados, das suas cidades, e coloque o plebiscito nas ruas. A participação de todos é fundamental para facilitar o acesso das pessoas às urnas de votação", afirma.

*Imprensa Andes-SN

Movimento Popular

Moradores do Canal do Anil clamam por justiça

Jaciara Celestino*

Fotos: Daniel Tiriba

FOTO DO GOVERNADOR SÉRGIO CABRAL NA PORTA DE UMA DAS CASAS DESTRUÍDAS

Moradores de Jacarepaguá resistem à desapropriação irregular. Seis casas já foram demolidas e estão previstas outras 31 demolições

No início do ano, uma equipe do Programa Morar Sem Risco, da Prefeitura do Rio, visitou parte das 1.500 casas da comunidade do Canal do Anil, em Jacarepaguá, Zona Oeste, alertando aos moradores que aquela área havia sido sorteada pelo governo para um programa de investimentos em infra-estrutura. Tendo a fachada de suas casas marcadas por um número em azul, os moradores não podiam nem imaginar o que lhes aconteceria alguns meses mais tarde. No dia 1° de agosto, a Guarda Municipal fortemente armada, com o auxílio de pelo menos dez policiais militares - sem ordem judicial - foram escoltar os cerca de 50 operários que deram início ao processo de desapropriação dos imóveis.

No último dia 3, os moradores bloquearam as ruas que dão entrada à região com pneus e pedaços de madeiras. A intenção era evitar que os operários da Prefeitura dessem continuidade à demolição das casas. A Prefeitura afirma que parte dos moradores das casas que serão ou já foram demolidas receberam indenizações. Em nota oficial divulgada pelo portal de notícias G1, a assessoria da Secretaria Municipal de Habitat diz que ainda há planos para retirada do local de mais 242 famílias.

Parte dos indenizados seria 'fantasma'

O Presidente da Associação de Moradores do Canal do Anil (AMCA), Francisco Alberto, conta que boa parte das famílias indenizadas pela Prefeitura na realidade é "fantasma": "Qualquer pessoa que chegava lá na Prefeitura dizendo que tinha casa aqui foi indenizada, a prefeitura tem que provar que essas casas são dos moradores", afirma o Presidente.

Parte dos moradores que foram verdadeiramente indenizados alega que os valores pagos não são o suficiente para a aquisição de outro imóvel: "A Prefeitura fez uma pressão em cima da comunidade que acabou se omitindo. Muita gente hoje está arrependida por ter vendido suas casas, por isso o resto da comunidade reagiu. Muita gente não vendeu as suas casas e a Prefeitura queria quebrar essas residências. Toda comunidade foi violada por uma forte pressão psicológica", contou Francisco.

Moradores resistem à desapropriação

No dia 2 de agosto uma equipe da prefeitura tentou tirar à força a moradora Francisca Gomes da Silva que vive junto de sua irmã, Irene Gomes da Silva, e sete crianças. Como as moradoras resistiram, a equipe, que estava junto com força militar e municipal, arrancou a porta da casa. No momento da invasão, as crianças estavam dormindo: "Eles queriam levar a gente para um abrigo, eles vieram até com a polícia", contou a moradora. A alegação da Prefeitura era que o imóvel já estava vendido, mas as moradoras não venderam a casa nem receberam o dinheiro.

Liminar judicial

Ainda de acordo com a nota da secretaria, a área do Canal do Anil é imprópria para a construção de moradias. Segundo o órgão público, o terreno é considerado de risco por ser instável, sujeito a inundações e situado à beira do rio. O Presidente da AMCA nega as alegações da Prefeitura: "Nós conseguimos provar com laudos técnicos que essa não é uma área de risco. Risco maior foi na vila do Pan que, dias atrás, foi tudo abaixo. Nunca houve problema com morte por enchente no canal", coloca Francisco.

Os moradores conseguiram entrar com uma liminar que dá a toda a comunidade o direito de permanecer no local: "Nós estamos entrando com outra liminar porque, em janeiro, a Maria Helena Salomão - responsável pelo Programa Morar Sem Risco da Prefeitura - disse que estava vindo uma verba do governo federal para melhorar a comunidade, essa nova ação reivindica que essa verba seja usada em urbanização e não para tentar comprar essas pessoas pela força, na pressão", comenta o Presidente da AMCA.

Prefeitura nada declara a respeito

Procurada pela redação do Jornal da Adufrj, a assessoria de imprensa da Subprefeitura de Jacarepaguá informou que qualquer declaração sobre o assunto deveria ser solicitada à Secretaria Municipal de Habitat, que por sua vez passou a responsabilidade à Procuradoria Geral do Município, sob a justificativa de que agora o caso Canal do Anil passou a ser um assunto jurídico. Entrando em contato com a Procuradoria, mais uma vez o assunto foi repassado à Secretaria Municipal de Habitat, que se limitou a declarar o que já havia dito demasiadamente para mídia: que a área do Canal do Anil é de risco, que, segundo eles, 61 famílias já foram indenizadas e 242 ainda aguardam por indenizações. Até o fechamento desta reportagem, não houve nenhum órgão público que se responsabilizasse em comentar a situação dos moradores.

*Estagiária

MORADORES NÃO QUEREM REMOÇÃO DA ÁREA DO CANAL

Colegiados

As 50 vagas da discórdia

Consuni e CEG/CEPG iniciam disputa para distribuir "migalhas" do MEC

Kelvin Melo

CONSUNI QUER MUDAR PROCEDIMENTOS PARA ALOCAÇÃO DE VAGAS APROVADOS NO CEG E NO CEPG

Está tenso o clima entre os colegiados superiores da UFRJ. Isso porque, em 8 de agosto, uma reunião CEG/CEPG aprovou a resolução conjunta 01/07 com a regulamentação de procedimentos para a alocação de vagas de professores na universidade. Além disso, os colegiados acadêmicos já formularam diretrizes para nortear todo o processo (veja quadro). No Conselho Universitário realizado no dia seguinte, a iniciativa acabou mal recebida por alguns representantes, que reivindicam mudanças nos critérios para a distribuição das vagas. Como combustível para essa disputa, existe um ofício do MEC, datado de 11 de junho, com a informação de que 50 concursos para docentes serão disponibilizados para a universidade ainda este ano.

O decano do CCJE, Alcino Câmara, foi o primeiro a disparar contra os documentos preparados por representantes do CEG e do CEPG. Segundo ele, a proposta subverte a lógica universitária ao submeter, como diretriz, os planos das unidades aos planos dos departamentos: "(Que são o) símbolo maior de nossa fragmentação", frisou em mensagem dirigida aos demais conselheiros.

Alcino também criticou o limite máximo de 15% sobre o corpo docente permanente estabelecido para solicitação de novas vagas: "Isto congela uma estrutura que ninguém avaliou se é a correta ou não. Como unidades pequenas, como o Ippur, o IMA, o Valongo e a Coppead e uma dúzia de outras poderão criar novos cursos mesmo que sejam compartilhados?", questionou, na mesma mensagem. O decano ainda discorda da exclusão dos Centros do processo alocativo, da supressão da reserva técnica da reitoria e da ausência de critérios para vagas chamadas "partilhadas", dispositivo que considera necessário para a superação das duplicações existentes na UFRJ. Por fim, Alcino ainda deu um evidente sinal do déficit do quadro docente ao informar que somente o CCJE teria formulado um quantitativo de 58 vagas, enquanto apenas 50 estariam sendo disputadas.

Sessão de 23 de agosto volta a debater vagas

A polêmica foi tão grande que o assunto foi incluído como primeiro ponto de pauta da sessão. Após outras manifestações de conselheiros, o reitor tentou apaziguar os ânimos. Pediu para o colegiado não deliberar nada em relação às vagas e afirmou que a próxima sessão (marcada para 23 de agosto) irá discutir o tema. Nesse meio tempo, os documentos do CEG/CEPG, mais uma proposta da própria reitoria, serão encaminhados para as comissões do Consuni tomarem um posicionamento. Provavelmente neste dia 15, o reitor também pretende comparecer a uma reunião conjunta CEG/CEPG para mostrar as preocupações do Consuni. Também será discutida, ainda no Consuni, uma proposta de percentual de reserva técnica para a reitoria em relação a essas 50 vagas.

Apesar do quadro de indefinição institucional sobre as diretrizes de alocação de vagas docentes, Aloisio incentiva centros e unidades a continuarem estudando suas prioridades de pedidos para que, assim que autorizados os concursos, essa etapa já esteja resolvida. Embora estivesse sendo dado o prazo de 15 de agosto para o envio dos pedidos ao MEC, Aloisio não acredita que as portarias do MPOG e do MEC sejam publicadas antes disso. Por isso, deixou marcado o debate para o próximo Consuni ordinário.

Necessidades críticas

Para o reitor, porém, as 50 vagas da discórdia não deveriam ser distribuídas segundo nenhum modelo. De acordo com ele, esse quantitativo deveria ser pensado para suprir as necessidades mais críticas da UFRJ.

Resolução pretende criar um perfil docente da UFRJ

Aprovada em 8 de agosto na sessão conjunta, a resolução CEG/CEPG nº 01/07 diz logo em seu primeiro "considerando" que a "admissão de professores na Universidade Federal do Rio de Janeiro é um processo cujo impacto se faz sentir por longo prazo e define por décadas o perfil da instituição".

Para isso, os colegiados resolveram que a proposta da Comissão Temporária de Alocação de Vagas Docentes (Cotav), sempre instalada nas proximidades de um processo de distribuição de vagas entre as unidades, deverá seguir as disposições da resolução 01/07.

Uma primeira disposição é que o quadro efetivo da universidade deverá alcançar e manter, pelo menos, 80% de docentes com doutorado. Deverá ser privilegiada a contratação de professores adjuntos de dedicação exclusiva, com doutorado. Somente em casos excepcionais, a Cotav poderá levar em conta a necessidade de contratação de professores assistentes, também em regime de dedicação exclusiva. Mais excepcional ainda será a possibilidade de contratação de assistentes em regime de 20 horas. Mas o perfil da distribuição total deverá conter, pelo menos, 85% de docentes em regime de dedicação exclusiva.

A distribuição de vagas ocorrerá em três etapas: na primeira, 90% serão repassadas conforme sistema de indicadores vigente até a data de instalação da Cotav, o que poderá ser revisado anualmente pelo CEG/CEPG; na segunda parte, serão feitos ajustes estratégicos, de maneira a corrigir possíveis distorções; finalmente, haverá a alocação nos Departamentos, Programas ou Setores. A resolução não faz menção à reserva técnica da reitoria.

Diretrizes

Dentro das diretrizes montadas para a Cotav 2007 distribuir as anunciadas 50 vagas, há alguns pontos que se destacam: não poderão ser encaminhados pedidos para Professores Titulares; cada Unidade só poderá solicitar vagas até o limite de 15% de seu quadro docente permanente; e devem ser apresentados planos de desenvolvimento da unidade.

Opinião

Reuni

O decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro, manifestou preocupação com o apertado calendário para discussão do anteprojeto da universidade sobre o Reuni – a comunidade acadêmica teria apenas até 15 de setembro para apresentar suas sugestões e críticas. E, uma vez que o documento com a proposta da reitoria só foi distribuído às unidades oito dias depois do prazo inicialmente dado (de até 31 de julho), esse período ficou ainda menor. Para ele, o Consuni poderia pensar uma ampliação do cronograma.

O reitor esclareceu que o governo prorrogou o prazo de encaminhamento dos anteprojetos das universidades que quiserem aderir ao Reuni em 2008 para 15 de outubro deste ano. Apesar disso, Aloisio entende que o cronograma da UFRJ deve ser mantido, tendo como atividade final a reunião do Consuni em 27 de setembro para deliberação. Assim, defendeu o reitor, haveria margem para uma possível segunda reunião do colegiado (em 11 de outubro).

O reitor afirmou que o MEC já garantiu no orçamento de 2008 R$ 480 milhões para o Reuni. A quantia, menor do que a prevista, faz o dirigente pensar que haverá uma suplementação orçamentária. Mas desse recurso dito garantido, R$ 174 milhões seriam destinados para custeio e o restante (R$ 306 milhões), para investimento. Para a UFRJ, se o Reuni for aprovado, acredita-se num acréscimo de R$ 16 milhões para custeio e R$ 16 milhões para investimento.

Professor-equivalente

Aloisio informou que foi republicada a portaria do professor-equivalente, que passou a vigorar desde julho. De fato, a reportagem da Adufrj-SSind encontrou a portaria nº 224, do dia 23 do mês passado, pela qual o substituto passa a ser contabilizado como uma unidade e não mais como 0,4 ou 0,8 como na portaria interministerial original.

Pequena mudança na lei de escolha de dirigentes

O reitor anunciou que o governo promoveu pequena mudança na legislação de escolha de dirigentes universitários (lei nº 9.192/95) para permitir candidaturas da nova classe dos Associados. Antes, havia menção explícita aos Titulares e Adjuntos de nível IV. Para o dirigente, o governo perdeu a oportunidade de remover esse mecanismo autoritário de uma vez por todas.

Reuni
Espetáculo do crescimento ou do contingenciamento?

Carolina Barreto*

No último dia 24 de abril, o governo federal instituiu por decreto o chamado Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, mais conhecido como REUNI, no bojo do PDE. Uma leitura superficial do texto do decreto presidencial poderia levar a crer que se trata de uma medida progressista, uma vez que o programa aponta como diretrizes "a ampliação do acesso e permanência na educação superior", a criação de cursos noturnos e a ampliação das políticas de assistência estudantil. Como nem tudo o que parece é, uma leitura mais atenta desfaz rapidamente essa falsa impressão.

Vejamos: na verdade, o REUNI parte de uma falsa premissa, expressa logo no seu primeiro artigo. Na medida em que fala no "melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais", o decreto parte do pressuposto - errôneo, diga-se de passagem - de que os problemas hoje enfrentados pelas universidades públicas são decorrentes da ineficiência na gestão dos recursos de que estas dispõem. Na verdade, as universidades públicas vêm sofrendo há mais de uma década com o sucateamento decorrente dos sucessivos cortes de verba na educação. Logo, não se trata de ineficiência na gestão dos recursos, mas sim de insuficiência crônica destes.

O decreto-Lei apresenta como metas a serem atingidas pelas universidades no prazo de cinco anos a quase duplicação do número de estudantes matriculados na graduação e a elevação da taxa de conclusão média dos cursos para 90% (provavelmente através da implementação de uma variante da odiada aprovação automática). Os recursos adicionais a serem disponibilizados para a execução desse verdadeiro "espetáculo do crescimento" estão limitados à mísera quantia de 20% do atual orçamento das universidades. Pior: segundo o texto do próprio decreto, "o atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação". Em outras palavras, o que se pretende é praticamente dobrar o número de vagas existentes nas universidades com recursos que podem chegar a 20% de um orçamento já bastante deficitário (esses recursos podem nem chegar, dependendo da capacidade orçamentária do MEC).

Como se não bastasse, ao colocar como uma de suas diretrizes a "diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada", o decreto abre uma margem muito grande para a implementação do Projeto Universidade Nova, que tem no reitor da UFBA seu grande garoto-propaganda. O principal cerne desse projeto é a implementação de bacharelados interdisciplinares em áreas genéricas na graduação, como "Humanidades" ou "Tecnologias". Ao final de dois ou três anos, o estudante ganha um diploma nesse curso genérico e, caso deseje continuar seus estudos para ter uma formação profissional de verdade, terá de passar por uma espécie de segundo vestibular, agora já dentro da universidade. Na prática, o que se pretende é transformar a universidade pública num grande escolão de formação de mão-de-obra barata para um mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado. Tudo bem de acordo com o papel de produtor de gêneros agrícolas e commodities que o Brasil desempenha hoje na Divisão Internacional do Trabalho!

O REUNI se impõe às universidades através de um mecanismo bastante cretino: o da chantagem financeira. No contexto de pindaíba generalizada em que as instituições públicas de ensino superior se encontram, logo surgem diversas propostas de adequação ao decreto, inspiradas num pseudo-pragmatismo de ocasião. Na UFRJ as coisas não são diferentes, conforme se pode notar pelas recentes movimentações da reitoria.

A verdade é que o REUNI se apropria de diversas bandeiras históricas dos movimentos sociais da educação (ampliação de vagas, cursos noturnos) para seguir aplicando a política de desmonte da educação pública, consagrada sobretudo no projeto de Reforma Universitária do Governo Lula. É preciso resistir a mais esse ataque. Vale dizer que essa resistência já vem acontecendo, conforme demonstram as ocupações promovidas pelos estudantes nas reitorias da UFRJ e UFJF. Devemos nos preparar para travar no segundo semestre mais um duro combate em defesa da universidade pública.

*Estudante da ECO/UFRJ e integrante da Frente de Luta contra a Reforma Universitária

Nacional

Suspensão de artigo pode inviabilizar fundações estatais

Kelvin Melo

Entidades de servidores comemoram vitória no Supremo Tribunal Federal, mas mantêm cautela

No dia 2 de agosto, por oito votos a três, os ministros do Supremo Tribunal Federal suspenderam a vigência do artigo 39, *caput*, da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que eliminava a exigência da contratação pelo RJU. O argumento da maioria é que houve falha no processo legislativo (veja quadro). A decisão do Supremo, que barra a contratação de servidores em regime celetista, representa um duro golpe no projeto de fundações estatais que o governo propõe para os hospitais públicos. Mas, apesar da vitória judicial, representantes de entidades de servidores recomendam cautela. O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, adverte que o governo, envolvido como está neste projeto de fundações, não deve desistir assim. "Na gestão pública, esse modelo já existe em São Paulo, por exemplo", comentou. O dirigente sindical também se preocupa com um possível retorno do artigo vedado pelo STF em uma nova emenda constitucional que, desta vez, cumpra o rito legislativo: "O julgamento foi baseado numa falha de procedimento. Foi uma vitória, mas o Supremo toma muitas decisões de natureza política, como quando negou o direito adquirido dos servidores aposentados para aplicar o desconto previdenciário", completou.

Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro, Jorge Darze foi outro que comemorou o resultado do STF: "O que deve ser enaltecido neste momento é a decisão do Supremo. Mesmo que reconheça ilegalidade apenas no processo de revisão constitucional, o que importa é o resultado. Agora, se o poder público quiser insistir, vamos dar continuidade à luta contra o projeto", ressaltou.

Saúde é dever do Estado

De acordo com Jorge, a proposta de fundações é irregular em vários sentidos. Um dos mais graves baseia-se no fato de que a Constituição diz que Saúde é um direito de todos e dever do Estado: "Ora, se é dever do Estado, não pode ser delegado às instituições privadas", afirma. Para ele, o próprio nome das fundações ditas "estatais" não passa de uma tentativa de "jogar fumaça" no conteúdo do projeto, que se pauta pela legislação de direito privado. Um outro problema apontado no projeto pelo sindicalista é a política salarial discriminatória: "Vão pagar salários diferenciados para algumas especialidades médicas que estão ausentes da rede pública, como é o caso do neurocirurgiões, ortopedistas e anestesistas. Para oferecer salários maiores para esses profissionais, foram buscar essa proposta que burla a Constituição", comentou.

Jorge Darze informa que o governo do estado, que segue a cartilha do governo federal, também pensa em implantar uma proposta de fundações no serviço público: "O projeto ainda não foi encaminhado à Assembléia Legislativa, mas já possui reação nossa. Espero que o governador tenha o bom senso para rever essa posição e criar instrumentos de negociação com os servidores", completou.

Governo tenta "driblar" decisão

Diretora da Adufrj-SSind e integrante do Grupo de Trabalho Seguridade Social da entidade, Sara Granemann acredita que a vitória dos servidores no Supremo Tribunal Federal serviu para expor as intenções privatizantes do governo: "Os governistas têm declarado que a decisão do STF diria respeito apenas a fundações públicas de direito público, mas as fundações propostas seriam de direito privado. Ou seja, mostra mesmo que se trata de uma privatização", disse.

A professora também admite o risco de a proposta voltar a tramitar no Congresso, mas não acredita que isso vá ocorrer num período próximo, dado o desgaste político que governo e sua base aliada vêm sofrendo na atualidade, com o presidente do Senado ameaçado de cassação.

De acordo com Sara, a tática para tentar vencer a resistência dos opositores do projeto seria outra: "No dia 7 de agosto, houve um seminário promovido pelo Conselho Nacional de Saúde, em Brasília. Soube que, nesta reunião, alguns formuladores e simpatizantes dessa proposta das fundações já indicaram uma possível negociação de pontos do projeto, sem dizer quais seriam", contou.

A diretora da Adufrj-SSind não perdeu a oportunidade de criticar a mudança de posição do Partido dos Trabalhadores, que, antes na oposição, assinou a Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Emenda nº 19, em 2000: "Os princípios do PT mudaram rápido demais. É uma ironia e uma vingança da História", completou.

Ação contra a emenda nº 19 foi solicitada pelo PT

Curiosamente, a liminar contra a emenda constitucional nº 19 havia sido solicitada em 2000 pelo PT e outros partidos da então oposição ao governo FHC. O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2135 começou no STF em novembro de 2001. E sofreu algumas interrupções por pedidos de vista dos ministros a partir de então até chegar ao resultado do último dia 2.

A ministra Ellen Gracie, ao proferir o resultado do julgamento, esclareceu que a decisão tem efeito *ex-nunc*, ou seja, passa a valer a partir de agora. Com isso, toda a legislação editada durante a vigência do artigo 39, caput, com a redação da EC 19/98, continua válida, explicou a ministra, ressaltando que, dessa forma, ficam resguardas as situações consolidadas.

Erro na tramitação

De acordo com o voto-vista do ministro Cezar Peluso, que guiou a maioria do plenário, a proposta de alteração do *caput* do artigo 39 da Constituição não foi aprovada por três quintos dos integrantes da Câmara dos Deputados, em claro descumprimento constitucional. Pelo contrário, foi rejeitada expressamente. Apesar disso, a Comissão Especial de Redação da Câmara fez uma modificação no texto que acabou seguindo adiante na tramitação.

Veja a redação original da Constituição de 1988, que volta a vigir:

"Artigo 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas."

Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:
"Artigo 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes."

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 549 21 de agosto de 2007

CAMPANHA SALARIAL

Público em greve

Mobilização ainda é fraca entre docentes

Marco Sobral/Sindjustiça-RJ

Kelvin Melo

Andes-SN volta a se reunir com o Ministério do Planejamento neste dia 23 de agosto. Mas enquanto outras categorias realizam greves e protestos por reajustes, entre os docentes a campanha salarial ainda não decolou. As últimas assembléias da Adufrj-SSind que discutiram o tema não contaram com muitos participantes (foto central).

Página 6 e 7

Niko Jr./Sintufrj

Editorial

Reestruturação ou remendo universitário?

A UFRJ, e a Universidade Pública brasileira como um todo, necessita de transformações profundas para cumprir um papel de destaque na superação das enormes dificuldades que nosso país atravessa.

Infelizmente, o Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ não dará conta deste desafio. Não concordamos com a análise superficial que é feita dos problemas que enfrentamos. Junto dos problemas de acesso, de aumento de vagas, é fundamental que discutamos o conteúdo, as metas do ensino e da pesquisa que fazemos, os objetivos da Universidade. E precisamos ter um diagnóstico claro das insuficiências de nossa estrutura atual e da origem, das causas, destas insuficiências. A análise feita pela administração atual joga a responsabilidade de nossos problemas apenas na "estrutura departamental obsoleta". No nosso entendimento, isto é uma visão burocrática do problema e que aponta para soluções também burocráticas – uma simples reorganização de nossos cursos.

O movimento docente tem um outro ponto de vista sobre a crise atual da Universidade brasileira e sobre o tipo de medidas que devemos tomar para superá-la. Desde o início da década de 90, criticamos o estrangulamento financeiro e administrativo como instrumentos para um tipo muito particular e perverso de privatização no interior das IFES. Junto das restrições orçamentárias e salariais, surgiram outros mecanismos de compensação. Os professores, com seus salários limitados, são estimulados a se dedicarem a outras atividades remuneradas, deixando em segundo plano o ensino de graduação. O financiamento necessário para uma boa parte de nossas atividades de pesquisa não passa pela administração da Universidade. As próprias agências governamentais de financiamento à pesquisa não têm mais planejamento estratégico dos setores prioritários para investir. A atual política de editais é apenas um paliativo para uma crise permanente. A conclusão é que nossas atividades de ensino e pesquisa estão hoje completamente fragmentadas. A extensão transformou-se numa mera arrecadação de recursos privados para a sobrevivência de alguns projetos. Ou seja, embora tenhamos o Artigo 207 da Constituição Federal em vigor, declarando a "indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão", na prática, este tornou-se letra morta.

Também apontamos que esta situação é resultado de um modelo econômico e social imposto ao país, que, no atual estado da globalização, nos reserva um modesto lugar de produtores de gêneros agrícolas e de produtos industrializados com baixo valor tecnológico, além de exportadores de matérias-primas. O modelo de "Estado mínimo" é muito eficiente na arrecadação financeira e na sustentação da ciranda econômica, mas não apresenta projetos consistentes nas áreas sociais e nem na infra-estrutura para o crescimento real do país.

Não pretendemos que a administração compartilhe nossa visão política, mas nos parece altamente insatisfatório que não enfrente nossos problemas reais. Como "reestruturar" a universidade se a pesquisa e o ensino estão dissociados e são, inclusive, avaliados e financiados separadamente? Como criar novos cursos de graduação se as atividades de ensino (e de extensão) dos professores não são reconhecidas e valorizadas? Como implantar reformas curriculares na graduação quando temos cursos pagos nesta universidade que chegam a custar aos alunos até quase trinta mil reais? Como silenciar sobre as desigualdades salariais e de carga de trabalho no interior de nossa instituição?

A proposta do Andes-SN para a Universidade Pública brasileira aponta para a necessidade de resolvermos este conjunto de problemas e não para aumentar sua fragmentação. Precisamos devolver à Universidade Pública seu papel básico como instituição onde ensino, pesquisa e extensão sejam atividades integradas. Precisamos da autonomia universitária para estabelecer critérios, definir prioridades, tomar decisões sobre nossas atividades. Não acreditamos que o "mercado" possa servir de exemplo para a universidade. Queremos o financiamento público e sua contrapartida, a responsabilidade e a transparência na sua prestação de contas.

Resenha

Luta por melhores salários no Paraná

Os professores das universidades estaduais paranaense estão com uma perda salarial que alcança os 54%. Com isso, suas remunerações são consideradas as piores do Brasil. No dia 1º de agosto, os docentes começaram mobilizações. Até essa data, as assembléias estaduais contavam com uma grande participação de professores. No entanto, algumas direções de sindicatos ligadas ao governo trataram de desestimular a greve. No dia 1º, somente na Unioeste foi aprovada paralisação de três dias e na UEPG (Ponta Grossa), de um dia. As demais, influenciadas pelas direções governistas, optaram em protelar a trégua com o governo até outubro. Os professores estão dispostos a lutar, mesmo com as tentativas de desmobilização por parte das direções governistas. Para o dia 21 de agosto, estão marcadas mobilizações no estado em defesa da educação, e para outubro será retomada a discussão de construção de greve. *(Fonte: Site Conlute, 18/08)*

Não à cobrança de diplomas

Uma decisão do juiz federal substituto da 13ª Vara do Distrito Federal, Waldemar Cláudio de Carvalho, proibiu a UnB (Universidade de Brasília) de cobrar taxas para emitir diplomas aos graduados no ensino superior a partir deste semestre. A decisão foi tomada no dia 13/8. O pedido de proibição da cobrança foi feito pelo Ministério Público Federal. O argumento era de que as taxas feriam o "princípio da gratuidade do ensino público". De acordo com a jurisprudência do TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região, a cobrança de taxas para emissão de diplomas é ilegítima nas instituições privadas, pois os serviços estão devidamente remunerados pela mensalidade. Nas instituições públicas, portanto, entendeu o juiz, a emissão deve ser gratuita. *(Fonte: Folha Online*, 16/08)

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Eleição Adufrj

CHAPA ADUFRJ-AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA:

Na construção de alternativas para a universidade pública

A renovação da diretoria da ADUFRJ-SSIND (biênio 2007-2009) acontece em um contexto em que novas alternativas estão sendo forjadas para a universidade pública brasileira e latino-americana, mas também em um período em que a contra-reforma avança a passos largos, objetivando desconstituir o conceito de universidade consignado no Art. 207 da Constituição Federal para convertê-la em educação *terciária, escolões* pós-secundários, o modelo que os "senhores do mundo" julgam suficiente e adequado aos países capitalistas dependentes.

Há um quarto de século a universidade pública brasileira está sendo submetida a forte ofensiva neoliberal com conseqüências profundamente negativas para o ensino, a pesquisa e a extensão, reconfigurando a função social, as formas de produção do conhecimento, o conceito mesmo de *formação*, a docência, a relação com a educação básica e o sentido de ser professor.

Caso essa ofensiva não seja revertida, a universidade pública, produtora de conhecimento novo e capaz de garantir a formação integral de seus estudantes será corroída em seus fundamentos. Atualmente, a medida mais destrutiva é o REUNI-Universidade Nova e, para implementá-la, o governo promove uma áspera chantagem econômica e impõe um drástico arrocho salarial aos professores e técnicos e administrativos (uma política para os próximos dez anos, conforme o Plano de Aceleração do Crescimento), induzindo muitos docentes para atividades remuneradas fora da universidade, para o empreendedorismo dentro da universidade, em prejuízo das atividades próprias do fazer acadêmico e, cada vez mais freqüente, para o ciclo infernal dos empréstimos consignados na folha de pagamento.

Com efeito, o orçamento médio, em valores constantes (IPCA) das 52 IFES, no segundo governo Cardoso (1999-2002) e no governo Lula da Silva (2003-2006) foi basicamente o mesmo: aproximadamente R$ 8,2 bilhões. No entanto, no período 1995-2005, o número de estudantes cresceu aproximadamente 70%. O REUNI pretende dobrar o número atual (que, vale insistir, somente foi possível com a superintensificação do trabalho docente e do uso da infra-estrutura existente) com recursos incertos que, mesmo se que confirmados, não ultrapassarão R$ 1 bilhão (algo como R$ 18 milhões por instituição), montante incapaz de colocar em dia as dívidas das IFES e, principalmente, de melhorar a infra-estrutura, de possibilitar novos concursos e de corrigir as pesadas perdas salariais dos professores e técnicos e administrativos. A profundidade do estrangulamento das IFES pode ser mensurada quando verificamos o orçamento das três universidades paulistas que obviamente não vivem uma situação confortável em termos orçamentários: R$ 4,5 bilhões!

Assim, ao contrário da publicidade e de documentos ufanistas das administrações universitárias, essas medidas não irão garantir o ingresso de um número expressivo de estudantes. E, pior, os poucos contemplados com essa política terão acesso tão-somente a uma formação aligeirada, *minimalista*, direcionada ao mercado de trabalho desregulamentado e flexível.

A opção pelo fortalecimento da ADUFRJ-SSind expressa o empenho do movimento docente da UFRJ em construir a ação transformadora da universidade pública, em um contexto em que toda América Latina estará celebrando a atualidade da Reforma de Córdoba (1918) como um patamar a ser levado adiante pelos defensores da educação pública de hoje.

Compreendendo a particularidade da conjuntura atual, a Chapa ADUFRJ: AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA, estará engajada na resistência ao modelo bancomundialista, promovendo lutas unitárias e, não menos importante, debatendo e discutindo alternativas que, desde o presente, possam tornar as nossas universidades públicas instituições que estão plantando as sementes da educação do futuro, em que a formação supere a dicotomia entre os que fazem e os que pensam, o fundamento do trabalho alienado imposto pela ordem do capital.

Nessa perspectiva, cinco desafios são cruciais para as lutas do presente:

1. A defesa da educação pública em todos os níveis e modalidades

2. A universalização do acesso à educação superior pública e gratuita

3. A ampliação do financiamento público estatal

4. A defesa da função social e emancipatória da universidade pública

5. O reajuste salarial e implementação da nova carreira do Andes-SN

Esses eixos de luta têm como pressuposto a ação protagônica das universidades públicas na condução de seus destinos. A mudança no padrão de financiamento, uma condição para que a universidade pública seja uma instituição de muitos, aberta aos segmentos sociais explorados, exige a presença da comunidade universitária nos espaços públicos, de modo ousado, corajoso, defendendo o caráter estratégico da universidade pública para a nação brasileira.

O movimento docente organizado no Andes-SN e, localmente na Adufrj-SSind, estará empenhado em assegurar todas as condições para que a voz de cada docente possa fazer diferença, garantindo espaços democráticos de debate e, não menos importante, organizando a ação coletiva dos professores nas lutas pela educação pública universal, gratuita, com um elevado padrão unitário de qualidade.

O comparecimento de cada professor às urnas é parte dessa luta. Cada voto será um gesto da disposição dos professores da UFRJ na construção das melhores alternativas para o futuro da universidade pública!

A chapa ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA apresenta-se às eleições para a Diretoria da Adufrj-SSind (biênio 2007-2009), definindo suas propostas a partir da reafirmação dos princípios que tem orientado as direções anteriores da Seção Sindical – a defesa da universidade pública, e de um sindicato autônomo em relação a partidos, governos e reitorias, e democrático nas suas instâncias vivas de discussão e deliberação.

Presidente: ***Cristina Miranda*** é professora do Setor de Artes Visuais do Colégio de Aplicação e desenvolve pesquisas nas áreas de arqueologia das mídias audiovisuais, animação e cinema na educação. É diretora do Andes-SN.

1º Vice-presidente: ***Roberto Leher*** é professor adjunto da Faculdade de Educação, desenvolve pesquisa nas áreas de educação superior e política educacional e coordena o GT Universidade e Sociedade do CLACSO. Foi presidente da Adufrj-SSind (1997-1999) e do Andes-SN (2000-2002);

2º Vice-presidente: ***Roberto Lima*** é professor no Instituto de Ginecologia no Hospital Moncorvo Filho, atuando anteriormente no HU e no CCS. Desenvolve trabalho de pesquisa sobre aterosclerose com pesquisadores do CCS e da Faculdade de Medicina.

1º Secretário: ***Luis Paulo Vieira Braga*** é professor associado do Instituto de Matemática, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão em Geoestatística e Mineração de Dados. Membro do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind por duas gestões.

2º Secretária: ***Anita Handfas*** é professora da Faculdade de Educação, onde trabalha na licenciatura com a formação de professores de sociologia e pesquisa na área de trabalho e educação. Participou ativamente da reconstrução das entidades estudantis na década de 1980 na UFRJ.

1º Tesoureiro: ***José Miguel Bendrao Saldanha*** é professor da Escola Politécnica, onde leciona Estatística e Pesquisa Operacional para os cursos de graduação em Engenharia de Produção e Engenharia de Petróleo e desenvolve pesquisas sobre o financiamento da seguridade social. É diretor do Andes-SN, onde é coordenador dos grupos de trabalho de Verbas e de Seguridade Social.

Colegiados

Distribuição de vagas é adiada

Reitor consegue tempo dos colegiados CEG/CEPG para fazer um levantamento das necessidades emergenciais da UFRJ

Somente após um levantamento da reitoria quanto ao que foi denominado como "questões emergenciais" nas unidades (cursos novos com poucos professores, programas de pós-graduação com grande número de aposentadorias em curto prazo, turmas aprovadas para Macaé, entre outros fatores), será retomado o processo de distribuição das 50 vagas docentes anunciadas pelo MEC para a UFRJ. Esse foi o resultado da reunião conjunta CEG/CEPG realizada em 15/8, com a presença do reitor Aloisio Teixeira.

O dirigente bem que tentou convencer os conselheiros a desconsiderar totalmente os critérios de distribuição estruturados segundo a resolução conjunta CEG/CEPG nº 01/07, elaborada no dia 8. O objetivo seria transformar os 50 concursos em uma espécie de grande reserva técnica para minimizar as situações de emergência existentes na instituição. Aloisio não conseguiu o que queria, mas obteve uma garantia dos conselheiros quanto à chamada reserva técnica da administração central, o que não estava explícito na resolução.

Aloisio falou sobre o quantitativo de vagas: "Quando soube pelo secretário da SESu dessas 50 vagas para a UFRJ, manifestei minha mais absoluta revolta", afirmou Aloisio. "Esse quantitativo de vagas não dá pra melhorar nada. Depois, verifiquei que dessas 2,8 mil vagas a serem autorizadas (para todas as IFES), apenas 800 têm o caráter de reposição. Ou seja, para atender à estrutura já existente. E duas mil para a expansão já realizada até agora. Então, 50 sobre 800 não é pior do que recebemos em anos anteriores, embora seja insignificante em números absolutos", completou.

Faltou comunicação

Logo que o MEC sinalizou com esses concursos ainda para 2007, o dirigente universitário disse ter expressado, em uma reunião do Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), instância que conta com os pró-reitores e decanos, sua opinião sobre essa distribuição.

Para ele, uma vez que se tratavam de poucas vagas e estando as universidades em trânsito para o novo regime de banco de professores-equivalentes, as 50 deveriam ter um encaminhamento diferente do feito nos anos anteriores: "Temo que o que disse na ocasião não foi perfeitamente compreendido. Qual minha idéia? Se temos 50 vagas, distribuídas criteriosamente tal como temos feito, a quantidade para cada unidade será insuficiente para resolver qualquer problema. Não seria melhor pegarmos essas 50 vagas e atendermos a questões emergenciais, de tal modo a diminuir as diferenças e fazer com que todas entrem no regime de professor-equivalente com menos carências do que têm hoje?", questionou.

Aloisio disse ter até citado como exemplo as turmas cujo funcionamento foi aprovado para Macaé. "Temos vários cursos novos nesses últimos dois anos que certamente têm carências. Não seria melhor fazer uma análise mais qualitativa? Se quiserem CEG/CEPG trabalhar assim, podemos abrir mão da reserva técnica. Haveria uma espécie de grande reserva técnica, de 50 vagas, para resolver as carências e vamos estabelecer uma política de longo prazo para as próximas vagas. Se não quiserem trabalhar assim, precisaremos ter reserva técnica. Pois tenho responsabilidades. Minha intenção não é reabrir conflitos. Estou aqui para conversar sobre isso", disse.

Indagado sobre a possibilidade de pedir mais vagas para as turmas de Macaé, dentro do plano de expansão do ministério, Aloisio esclareceu que a UFRJ não está incluída: "Nós não temos um *campus* em Macaé. Nós temos um curso fora da sede e temos aprovados mais dois para funcionar, também como cursos fora da sede, e que também não estão incluídos nesse plano do MEC", ressaltou.

Conselheiros aceitam reserva técnica com limites

Os conselheiros do CEG e CEPG, no entanto, não quiseram abrir mão da resolução e das diretrizes aprovadas no dia 8. Pelo contrário, reafirmaram os documentos não como algo temporário, mas como material para guiar a universidade na distribuição de vagas, mesmo com o regime de banco de professor-equivalente. Embora tenha ocorrido um pronunciamento favorável à reserva técnica, essa cota da reitoria não teve um percentual definido. E, pelo que foi dito na reunião do dia 16, os conselheiros terão dificuldade em aceitar que uma fatia muito grande seja retirada das mãos da Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav).

A professora Maria Antonieta (CEG/CT) também comentou a falha da reitoria: "Também acho que houve uma falha de comunicação. Mas a partir do momento que comissões e colegiados se reúnem, reuniões e solicitação são feitas às unidades, fazer uma reunião para perguntar o que fazer dessas 50 vagas não é a seqüência mais lógica. E me declaro contrariamente a que essas 50 vagas se transformem em reserva técnica em respeito aos colegas que viraram noites discutindo isso", argumentou.

Rosângela da Silva (CEPG/CCS) também se declarou preocupada com uma reserva técnica muito grande: "As pessoas se esforçaram para cumprir os prazos. Quanto será necessário para a reserva técnica? É necessário respeitar os critérios discutidos até aqui. Tenho certeza de que os colegas aprovarão essa liberação da reserva técnica, mas tenho quase que certeza que uma reserva técnica total não será aprovada com tranqüilidade", enfatizou.

Representante dos ex-alunos no CEPG, Cláudia Morgado lembrou que os colegiados foram pressionados pela própria reitoria a resolver essa distribuição de vagas, com conselheiros trabalhando mesmo no período de férias. E não foi contra a reserva técnica do reitor: "Como isso é uma prerrogativa natural, não precisamos dizer isso (na resolução)", ressaltou. Mas foi ela quem também defendeu que os colegiados não definissem o percentual de reserva técnica. "Nós falamos no início da reunião sobre competências: não cabe avançar sobre reserva técnica, que é prerrogativa do executivo da universidade", afirmou.

Walcy Santos (CEPG/CCMN) observou que ninguém se manifestou contra reserva técnica. Mas isso tem limites. "Podemos concordar que, em função de ser um número pequeno, podemos achar razoável dar um percentual maior do que o usual, uns 20% (que seriam 10 vagas). Se forem 40 vagas, aí fica complicado", ressaltou.

Ubiratan da Silva (CEG/CLA) chegou a se sentir em dúvida sobre o propósito da reunião e a possibilidade de transformação das diretrizes estabelecidas anteriormente: "As unidades tinham prazo até hoje para fazer seus pedidos. O prazo acabou. Toda construção de informações foi apresentada em cima dos critérios da semana passada. Qualquer mudança pode acarretar um dano muito maior", analisou.

Representante dos técnico-administrativos no CEG, Ana Maria Ribeiro se disse impressionada com a reação do Consuni no dia seguinte à edição da 01/07. Segundo ela, até então não havia registro de decisões colegiadas contrárias aos documentos de CEG/CEPG: "Houve apenas manifestações individuais", afirmou.

Muito trabalho à vista

Andréia Frazão (CEPG/CFCH) observou, ainda, que o processo na Cotav já será complicado. Com ou sem reserva técnica. Isso porque as unidades tiveram apenas quatro dias úteis a partir da deliberação da resolução 01/07 para produzir seus pedidos de vagas em cima dos indicadores. "Vamos ter muito trabalho na verificação de dados", comentou.

Antes de sair da reunião, Aloisio Teixeira observou que a reitoria iria fazer o levantamento das necessidades emergenciais da universidade no tempo mais breve possível. A pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, Ângela Uller completou: "Vamos fazer um levantamento das necessidades e ver o tamanho do 'bicho'. E se o 'bicho' for muito mais feio do que se pensa, podemos convocar uma nova reunião conjunta. E depois vamos definir novo calendário para a Cotav (que teve sua instalação adiada)", afirmou

Pedidos ainda não conhecidos

A reportagem da Adufrj tentou conseguir o número de novos professores pedidos pelas unidades, em atendimento ao processo deflagrado pela resolução conjunta 01/07. No entanto, a secretaria do CEG informou que as solicitações não poderiam ser conhecidas antes da instalação oficial da Cotav pelo reitor.

Kelvin Melo

ALOISIO TEIXEIRA E SYLVIA VARGAS FORAM À SESSÃO DOS CONSELHOS ACADÊMICOS

Conflito de competências

Aloisio também falou ao CEG/CEPG da complicada legislação sobre distribuição de concursos, o que provoca tensão na UFRJ toda vez que o MEC acena com algumas vagas. Segundo ele, o regimento geral da UFRJ, de 1970 e ainda em vigor, atribui ao reitor o papel da distribuição. Situação da qual se aproveitou a gestão Vilhena (1998-2002), conforme exemplificou, o que foi mais uma fonte de crise com todos os colegiados da universidade, na época.

Em 2002, CEG procedeu a uma revisão do seu regimento estabelecendo entre suas competências alocar vagas e estabelecer normas para o quadro docente da UFRJ, ao lado do CEPG. Em 2003, foi a vez de o CEPG também rever suas competências neste sentido. Ou seja, houve uma dupla colisão com artigo do regimento geral da instituição. Porém, o detalhe é que o próprio regimento geral é bastante vago ao tratar do choque de regras entre colegiados superiores.

Fora da universidade

O decreto nº 85.487 que instituiu a carreira docente, de 1980, modificou ligeiramente o panorama previsto no regimento geral. Lá, estava escrito que ao dirigente da instituição ainda caberia a distribuição das vagas, só que "ouvido o colegiado superior de ensino e pesquisa". Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída no ano de 1996, em seu art. 53, diz que caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir sobre "contratação e dispensa de professores". Neste ponto, o reitor fez questão de dizer que não considerava "contratação" como "distribuição": "Claramente, o legislador não tinha nenhuma intenção de gerar conflitos internos entre colegiados ou entre colegiados e dirigentes. Era uma proteção da autonomia contra medidas de contratação de docentes sem critérios", comentou.

Conselheira do CEG como representante dos técnico-administrativos, Ana Maria Ribeiro contou de sua experiência na elaboração da LDB, que acompanhou muito de perto. "Quando discutimos 'contratação', no âmbito do serviço público, é a discussão de políticas de alocação de vagas. Isso é histórico. No meu entendimento, o conflito que existe é o do nosso regimento geral em relação à legislação vigente, da LDB. Há uma lei superior que explicita isso", explicou.

Por sua vez, Aloisio respondeu que ainda maior que a lei nº 9.394 (LDB) seria o artigo artigo 207 da Constituição Federal, que regula a autonomia universitária. Para ele, a LDB é invasiva em muitos pontos dessa autonomia. "Temos que nos pronunciar constantemente sobre isso. Certamente, distribuição de vagas tem que ser competência das universidades autônomas", disse.

Movimento

Escolas estaduais em greve no Rio

Categoria realiza marcha até o Palácio Guanabara nesta terça-feira, 21

Reunidos em assembléia no último dia 16, os professores e funcionários administrativos das escolas estaduais decidiram entrar em greve por um reajuste salarial de 26%. Antes da decisão pela greve, a assembléia, realizada no Clube Municipal, na Tijuca, rejeitou a proposta feita pelo governador Sérgio Cabral de um reajuste salarial de 25% dividido em 24 parcelas mensais, a contar de setembro.

Nesta terça-feira, dia 21, a categoria fará uma passeata do Largo do Machado até o Palácio Guanabara, a partir das 10h. O Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação está convidando outras categorias para participar da marcha. No mesmo dia, às 14h30, ocorrerá uma nova assembléia também no Largo do Machado.

A reivindicação dos professores estaduais por reajuste emergencial de 26% no piso salarial é um primeiro passo para atingir a reposição das perdas da categoria acumuladas em 60%. Os profissionais reivindicam também a incorporação no salário da gratificação do programa Nova Escola. As escolas do estado já haviam realizado uma paralisação de 48 horas (nos dias 15b e 16/8), convocada pelo sindicato.

Desde o começo do ano, a direção do Sepe foi ao governo estadual com uma pauta de reivindicações. O sindicato alertou desde o início das negociações a respeito da enorme insatisfação da categoria com os baixos salários e com as más condições de trabalho. Somente um reajuste digno poderia evitar a greve. Infelizmente, o anúncio do reajuste feito pelo governador não satisfez os professores, não restando alternativa senão a greve.

Estado tem dinheiro, afirma estudo sindical

Recente estudo feito pelo Sepe comprova que existe dinheiro para um reajuste imediato, já que, em 2007, foram gastos apenas 17% do orçamento previsto para o setor, que é de R$ 1,183 bilhão. A educação estadual está há mais de 11 anos sem reajuste no piso salarial. A recuperação salarial dos professores e funcionários foi uma das promessas de campanha do governador no ano passado.

Samuel Tosta/Sepe-RJ

FOTO DA ASSEMBLÉIA DO SEPE NO DIA 16/8

Greve dos serventuários pára mais da metade dos cartórios em todo estado

A mobilização dos trabalhadores do Poder Judiciário do Estado do Rio é um exemplo de luta para alcançar um reajuste salarial que contemple uma categoria. A greve de 24 horas, realizada no último dia 9, repercutiu em todos os fóruns, delegacias regionais e serventias do Judiciário do Rio de Janeiro. Em algumas comarcas, como Caxias, Araruama, Itaperuna, Macaé e os Juizados de São Gonçalo, segundo a assessoria de imprensa do Sind-Justiça, houve adesão de mais de 80% dos funcionários. A avaliação da diretoria da entidade é de que a greve paralisou as atividades de 65% da categoria em todo o estado.

No último dia 9/8, os servidores compareceram aos locais de trabalho, mas não ingressaram nos fóruns. No Fórum Central, no Centro do Rio, houve manifestação dos trabalhadores que ocuparam a entrada da Rua Dom Manuel. A partir das três horas da tarde, o movimento ganhou corpo, e os serventuários partiram em passeata para a Assembléia Legislativa. A manifestação contou com cerca de 500 funcionários. Foram distribuídas 70 senhas para o acesso às galerias do Palácio Tiradentes e os demais permaneceram nas escadarias, chamando atenção da população para a reivindicação.

No plenário, os servidores pressionaram os parlamentares pela urgência da votação do projeto de lei nº 442/07, que garante um reajuste salarial de 9,77% ainda em 2007. O Plano de Cargos foi encaminhado pelo Judiciário ao Legislativo no dia 16 de maio. A categoria recebeu apoio dos parlamentares comprometidos com o funcionalismo público, com apartes no Plenário dos deputados Paulo Ramos (PDT) e Marcelo Freixo (PSOL). Os servidores estão com nova paralisação marcada para esta quarta, 22/8.

Marco Sobral/Sindjustiça-RJ

MANIFESTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS DO JUDICIÁRIO DO RIO

Movimento

Andes-SN volta a se reunir com governo

Expectativa é que Ministério do Planejamento finalmente se posicione sobre pauta de reivindicações dos docentes

Representantes do Andes-SN voltam a se reunir com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (MPOG), Duvanier Paiva Ferreira, neste dia 23 de agosto. A expectativa da diretoria do Sindicato Nacional é que o governo finalmente discuta a pauta de reivindicações dos docentes das universidades federais (veja quadro), protocolada ainda em maio, tanto no MPOG como no MEC.

Na última reunião, realizada no dia 9, o secretário disse que o governo enfrentava dificuldades, pois teria havido um grande aumento dos gastos com pessoal desde o ano passado – algo incrível para um governo que quebra recordes seguidos de arrecadação. Mesmo assim, Duvanier informou que as negociações não poderiam implicar em efeitos financeiros para 2007, mas que poderia haver algo médio e longo prazo, sendo que 2010 seria o limite. Isto é, até o término do segundo mandato de Lula. Neste sentido, o representante do MPOG defendeu o agendamento de um processo de conversas, que deverá ter novo capítulo neste dia 23.

Ainda no dia 9, o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, argumentou sobre as distorções que marcam a estrutura de remuneração dos docentes, principalmente a partir das últimas medidas do governo que rompem com a isonomia. Apresentou também a proposta de tabela salarial baseada na pauta de reivindicações e protocolada no MEC e no MPOG no início de junho. Este documento foi divulgado pelo Jornal da Adufrj em encarte especial do dia 3 de julho.

O dirigente sindical observou que os docentes tiveram reajustes em gratificações e, mesmo assim, em valores muito pequenos. Registrou que o próprio ministro Paulo Bernardo admitiu publicamente a defasagem salarial dos docentes. Paulo Rizzo propôs que o ponto de partida deveria ser um consenso em relação à necessidade da recuperação da valorização do trabalho docente e que as negociações com a categoria deveriam ser uma prioridade para o governo.

Paulo Rizzo também defendeu a participação do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal Básica e Profissional) no processo de negociação, uma vez que a entidade representa parcela significativa dos docentes das IFES.

Pauta de reivindicações dos docentes das IFES definida pelo 26º CONGRESSO do ANDES-SN
Campina Grande - PB, 27 de fevereiro a 4 de março de 2007

Os dez primeiros itens da pauta:

1. Reajuste salarial emergencial das perdas de janeiro de 1999 a dezembro de 2006 pelo índice ICV do DIEESE.

2. Definição de uma política salarial que inclua a incorporação das gratificações com paridade e isonomia

3. Isonomia entre GED e GEAD pelos seus valores máximos.

4. Incorporação da GED, GEAD e GAE no vencimento básico.

5. Isonomia do vencimento básico entre as carreiras do ensino superior e do 1º e do 2º grau;

6. Isonomia dos percentuais de titulação entre as carreiras do ensino superior e do 1º e do 2º grau.

7. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

8. Incorporação da VPI – (Vantagem Pecuniária Individual).

9. Retomada da licença sabática.

10. Manutenção dos aposentados na folha de pagamento das IFES.

Confira a pauta completa em www.adufrj.org.br

Resposta tímida do representante do MPOG

O secretário do MPOG manifestou-se a favor da incorporação do Sinasefe às negociações. Disse ainda, que os representantes do governo fariam uma análise crítica das reivindicações para apresentar na próxima reunião. Informado sobre a discussão de indicativo de greve pelas assembléias de base do Andes-SN, o secretário comentou que essa iniciativa não ajudaria o bom resultado das negociações, pois sua pressão faz com que predomine a pressa para se encontrar soluções, que não seriam necessariamente as melhores. Chegou a dizer que se a Fasubra não estivesse em greve, as negociações com aquela entidade teriam evoluído mais rápido.

Negociação só com greve forte

Segundo Paulo Rizzo, a expectativa para esta reunião é que o governo, independentemente do discurso de que não tem recursos, finalmente se posicione sobre a pauta. Porém, o dirigente enfatizou que a diretoria do Andes-SN tem uma avaliação diferente do MPOG quanto à entrada em greve para uma negociação salarial efetiva na atual conjuntura: "Um exemplo é justamente o dos técnico-administrativos das universidades. Só obtiveram uma proposta, ainda que não seja a que desejavam, após a entrada em greve. Sem a paralisação, não teria aparecido nada", comentou Rizzo: "O governo nem tinha analisado nossa pauta até aquela reunião do dia 9. Estão com uma posição de contenção dos recursos", completou.

Ainda sobre a campanha salarial, o professor não afasta da análise o fato de que o governo tenta impor um programa de reestruturação e expansão das universidades (Reuni), que implica em um aumento da carga horária docente, sem qualquer contrapartida para a categoria.

Indicativo de greve

Neste sábado (25/8), o Setor das Federais do Andes-SN vai se reunir para avaliar o resultado da audiência com o governo e a rodada de assembléias que tinha como pauta a discussão do indicativo de greve nas IFES.

Governo e Fasubra negociam reivindicações dos técnico-administrativos das IFES

A greve dos servidores técnico-administrativos das universidades federais completou 85 dias nesta segunda, dia 20/8. Além da pauta geral dos servidores públicos federais, a categoria reivindica do governo a retirada do projeto de fundações estatais de direito privado, o vencimento básico complementar (VBC), o auxílio-saúde suplementar e a correção das distorções da tabela salarial.

Em reunião com os ministérios do Planejamento e da Educação, o governo fez propostas que atendem parcialmente às reivindicações dos servidores. A proposta do governo para a tabela salarial contempla parte das reivindicações ao praticamente dobrar o teto salarial, mas rebaixa uma das classes da carreira (Classe A) ao proporcionar um aumento do piso dos atuais R$ 701 para cerca de R$ 870, ou seja, bem abaixo da ampliação proposta para o teto: dos atuais R$ 2,6 mil para cerca de R$ 4 mil.

A proposta de ampliação dos valores, feita pelo Ministério do Planejamento, prevê a elevação num período de três anos. Os sindicalistas afirmam que a categoria tem "o menor piso do serviço público federal" e enfrenta um arrocho salarial de dois anos. A Fasubra busca chegar ao valor de R$ 988 para o piso salarial.

Niko Jr./Sintufrj

FUNCIONÁRIOS DA UFRJ FAZEM ARRASTÃO DA GREVE NAS UNIDADES

UFRJ

Falta de pesquisa é motivo de caos aéreo

Coppe discutiu crise em debate do dia 9

A Coppe trouxe para o debate acadêmico mais um problema que aflige a vida de milhões de brasileiros: o caos aéreo. A crise do setor foi discutida no último dia 9 deste mês no bloco G do Centro de Tecnologia e contou com a presença de especialistas, que consensualmente identificaram a falta de pesquisa e de profissionais qualificados como os principais problemas na aviação civil brasileira.

Seu diretor, Luiz Pinguelli Rosa, iniciou o seminário ressaltando a importância daquele encontro para se esclarecer possíveis confusões que se formaram durante a crise. Pinguelli apresentou uma posição bastante crítica quanto à qualificação da mão-de-obra e gerenciamento do setor. "Há pessoas não muito qualificadas para as funções que exercem. A Varig era um paradigma de empresa aérea, mas com uma péssima gestão", afirmou o docente.

Modelo de baixo custo

O que aconteceu no Brasil foi que a única companhia aérea de grande porte, a Varig, acabou e as outras empresas seguiram o modelo de baixo custo para competirem entre si os passageiros da extinta rival. Com isso, o país agora tem praticamente só o estilo *low fare* como paradigma, o que é uma aberração no setor. Uma empresa aérea grande tem vôos fixos, estáveis e que acontecem regularmente, seja com 90% ou 10% dos assentos ocupados, porque a companhia como um todo se sustenta. Já um vôo de baixo custo, como tem passagens mais baratas, só é rentável se decolar lotado. E com isso, aumentam as chances de *overbooking*, listas de espera, atrasos por chamadas de passageiros no embarque, enquanto diminuem as margens de segurança para trocas, desistências e remanejamentos.

Os dados oficiais da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) mostram que não foi o acidente da Gol que causou o problema. Já em setembro de 2006, o índice de atrasos na Gol pulou de 0,06% para 0,65%. Como o acidente foi no dia 29 daquele mês, o acidente não provocou esse salto em apenas um dia. Mesmo assim, os gráficos deixam claro que o problema é outro e vem de antes: a partir de julho de 2006, a Varig tem um aumento consistente nos atrasos e nos cancelamentos, muitas vezes passando do limite da ANAC de 4 horas de espera

O professor do Programa de Engenharia de Produção da Coppe, Elton Fernandes, defendeu a opinião de que a Varig era um desastre financeiro, mas que mantinha uma operacionalidade excelente. O docente ainda reitera que a falta de estudo no setor é fator crucial dos acidentes aéreos. "A ignorância é muito grande; além da falta de articulação que interfere no setor. Os acidentes são resultados da falta de planejamento, estudo e competência dos profissionais da ártea", destacou Fernandes.

Politização da crise

Outra questão levantada pelos palestrantes é a dimensão que a crise tomou devido à crescente politização do caos. A força discursiva da campanha midiática que infla os problemas dos atrasos teve destinatário certo: o Palácio do Planalto. Agora já se usa o termo mais comedido "crise do setor aéreo", mas o anterior "apagão aéreo" que chegou a ser vociferado fazia um paralelo claro com o racionamento de 2001. Só que a diferença entre os casos é brutal: a crise de energia foi um erro crasso de gestão do governo FHC; já a atual foi gerada por um desarranjo espontâneo do mercado - que, como nessas horas se vê, não se auto-regula tão bem assim.

O professor colaborador da Coppe, Respício Espírito Santo, questiona essa politização acompanhada à extensa e exaustiva cobertura da mídia. Segundo o docente, " a Polícia Federal, a Polícia Civil e o Ministério Público investigam os acidentes aéreos, repercutindo-os; mas não o fazem com as "catástrofes" rodoviárias e náuticas que acontecem". Para ele, o envolvimento desses órgãos se justifica pela atuação do presidente da República no setor e, consequentemente, do alarde midiático.

"Ministro da Defesa não deve mandar na ANAC!"

O docente também lembrou que a desorganização começa no momento em que a aviação civil é orquestrada pelo Ministro da Defesa, o que demostra uma total falta de coerência. Respício destacou que o artigo 4º do estatuto da ANAC é bastante claro quando se refere à insubordinação hierárquica da Agência: "O Ministro da Defesa não deve mandar na ANAC!"

O presidente da Sociedade Brasileira de Transporte Aéreo e professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Anderson Ribeiro Correia, tocou no ponto-chave da questão: "Falta pesquisa! Não há investimento pesado e planejado por parte do governo no setor, pois falta conhecimento e informação", afirmou Correia.

Enquanto o governo pensa que a situação será resolvida com uma canetada em Brasília, troca de ministros ou a contratação súbita de operadores recém-formados e inexperientes, milhões de brasileiros aguardam nas infinitas filas de *check in* dos aeroportos. Ou, aqueles mais tranqüilos e otimistas, seguem à risca as dicas da sexóloga Marta Suplicy para aliviar o estresse causado pelo caos aéreo.

Anote

Cinema ao meio-dia

O projeto "Cinema ao meio-dia" do Centro Cultural Professor Horácio Macedo exibe no dia 23 o filme "Meu tio matou um cara". No dia 24, é a vez de "A dona da história". As projeções ocorrem no Salão Nobre da Decania.

Mart'nália

A cantora e compositora Mart'nália desfila seu repertório no auditório Roxinho, às 14h30 do dia 23.

Dado Villa-Lobos

O guitarrista, compositor, produtor e cantor Dado Villa-Lobos, ex-integrante da banda Legião Urbana, mostra seu primeiro trabalho solo "Jardim de cactus" no auditório Roxinho, às 14h30 do dia 24.

Produção do conhecimento x produtivismo

Foi definido o tema da edição nº 41 de "Universidade e Sociedade": "Produção do Conhecimento versus Produtivismo com ênfase na Precarização do Trabalho Docente". Os interessados devem enviar seus artigos para a Secretaria Regional São Paulo do Andes-SN até o dia 4 de outubro. Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico andesregsp@uol.com.br. As normas podem ser encontradas na página www.andes.org.br, no link "publicações".

Memória ACADÊMICA

21 de agosto de 2007 nº 2

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Trazemos nesse segundo número a história e o perfil de um lutador, Luiz Adalto da Justa Medeiros, um professor sintonizado com o compromisso histórico de transformar continuamente o coletivo em que atua.

Visão de um matemático

A memória acadêmica é um olhar para ontem, único lugar onde o futuro é garantido. Mas não precisava, esse futuro que hoje se realiza, ter-se transformado em um presente "tão deserto de homens e idéias". Para o que serve o passado, senão para ensinar-nos, tal qual professor insistente, os possíveis caminhos da história. Mas apressados, olhamos fixo para um futuro inexistente que se transforma, a cada dia, nesse presente sem valor ou projeto em que vivemos hoje. Aqui na Universidade Federal do Rio de Janeiro o cenário não é diferente, acostumados a uma sistemática nacional de pouca memória, onde o ontem atravanca e incomoda o fluir dos acontecimentos, fomos e somos acostumados a destruir o belo para por cima, terra e sentimentos arrasados, construir o fácil que se desgoverna. Sempre pelo último momento, quando as escolhas se dissolvem em urgências atabalhoadas, vamos montando o quebra-cabeça desconexo de nossa história e de nossas instituições.

Acostumados, por gerações, a pensar-nos como líderes em um país do futuro, esquecemos, na maioria das vezes, que não pode haver futuro quando o passado e sua história são abandonados e, propositadamente, esquecidos, sempre em prol de interesses particulares e transitórios. É com o espírito histórico que tradicionalmente acompanha a Adufrj, que a série Memória Acadêmica se identifica. É com a crença de que só um olhar atento para o passado nos revelará caminhos que valham a pena serem seguidos. Trazemos nesse segundo número a história e o perfil de um lutador, Luiz Adalto da Justa Medeiros, um professor sintonizado com o compromisso histórico de transformar continuamente o coletivo em que atua.

Uma breve biografia autorizada do professor Luiz Adauto

O Professor Emérito Luiz Adauto da Justa Medeiros, nasceu em Fortaleza, Ceará, onde completou sua educação secundária. Em 1944 mudou-se para o Distrito Federal, capital do Brasil na época, com o objetivo de concluir seus preparatórios para ingressar na Faculdade Nacional de Medicina, projeto de sua família. Ingressou, portanto, no Colégio Anglo Americano, onde fez o Curso Científico. Tendo interesse em matemática, por influência de seu professor, Sílvio Pinto Lopes, assistente do Dr. Lélio I. Gama na Universidade do Distrito Federal, foi encaminhado ao Departamento de Matemática da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde, após o exame vestibular, ingressou como aluno em 1948. Em 1952 concluiu a Licenciatura em Matemática e em 1956 o Bacharelado. Em 1952 foi convidado para assistente da cátedra de Análise Matemática e Superior, dirigida pelo Professor José Abdelhay.

Nos anos sessenta, iniciou seus estudos com o Professor Leopoldo Nachbin, que o encaminhou ao matemático americano Dr. Felix E. Browder, com quem trabalhou na Universidade de Yale e na Universidade de Chicago, com o objetivo de concluir uma tese de doutorado, o que fez obtendo o título de Doutor em Ciências no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), em 1965.

Por intermédio de Felix E. Browder, iniciou um trabalho sobre equações hiperbólicas não lineares tendo oportunidade de se relacionar com o Professor Jacques Louis Lions, da Universidade de Paris, onde fez o seu Pós Doutorado.

Nachbin tinha em mente organizar, de modo formal, a pós-graduação no Impa já iniciada por Maurício Matos Peixoto. Lindolpho de Carvalho Dias obteve financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para o IMPA, que passou a funcionar à Rua Luís de Camões. Houve uma grande procura de excelentes alunos que concluíram, nesta fase, seus estudos no Impa. Poste-riormente saiu do Impa para o CBPF, onde teve forte apoio de Alfredo Marques, Diretor Científico do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) na época. Mais tarde, todos os que compunham a equipe que trabalhava no Impa transferiram-se para o IM-UFRJ. Isso foi possível devido a Guilherme De La Penha que obteve suporte para desenvolver a pós-graduação em Matemática no IM-UFRJ. Ele era Diretor do Instituto e o professor Luiz Adauto, Diretor Adjunto para Graduados e Pesquisa. Planejou a pós-graduação, organizando, juntamente com Nachbin, uma forte equipe de Análise Matemática e Equações Diferenciais Parciais, projetando o IM-UFRJ no cenário internacional, com conseqüências positivas para a educação do país, o que se mantém até hoje.

Foi fundamental o apoio de vários matemáticos com quem mantinha correspondência, originários dos Estados Unidos, da França, de Israel, do Japão, da Itália e da União Soviética. Entre eles Jacques Louis Lions, Haim Brezis, Felix Browder e Walter Strauss, cujo apoio ao trabalho no IM foi e continua sendo decisivo. Planejou um programa de visitantes para desenvolver cursos e ditar conferências sobre assuntos recentes para auxiliar no projeto de pesquisa que tinha em mente. Encaminhou os melhores alunos a excelentes centros de Matemática do exterior. Os recursos humanos formados neste projeto encontram-se atuando em várias universidade brasileiras; na Faculdade de Ciências da Universidade Nacional Mayor de San Marcos, em Lima, Peru, da qual é Professor Honorário e Doutor Honoris Causa(2003); e na Universidade Nacional del Callao, também em Lima.

Organizou com De La Penha em 1977 um Simpósio Internacional sobre Mecânica do Contínuo e Equações Diferenciais Parciais, com participação de excelentes representantes das duas áreas. Este Simpósio projetou ainda mais o IM no panorama internacional. Organizou várias outras reuniões no IM, como o Seminário Brasileiro de Análise. Com mais de 20 anos de existência, o seminário já foi realizado uma dezena de vezes no IM.

Sua carreira universitária na UFRJ, iniciada em 1952 como assistente, seguiu, sendo promovido, por concurso para Adjunto, e por meio de concurso público, a Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cargo em que se aposentou, pela compulsória em 1996. Em 12 de Agosto de 1997, recebeu o título de Professor Emérito da UFRJ. Continua ministrando seminários e orientando alunos no Instituo de Matemática.

Douglas Pereira

Sala de laboratório no Instituto

O Instituto de Matemática

O Instituto de Matemática da UFRJ (IM-UFRJ) foi criado pela resolução nº 22, do Conselho Universitário da Universidade do Brasil, em 19 de março de 1964 e foi mantido Pelo Decreto nº 60455-A, de 13 de março de 1967, que aprovou o Plano de Reestruturação da UFRJ, ex- Universidade do Brasil. Teve sua origem nos Departamentos de Matemática da antiga Escola Nacional de Engenharia e da extinta Faculdade Nacional de Filosofia da ex-Universidade do Brasil; quando se iniciou a implantação da chamada Reforma Universitária. Foi institucionalizado como Unidade do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), pelo decreto nº 66.536, de 06 de maio de 1970, que aprovou o Estatuto da UFRJ.

O Instituto mantém 6 cursos de graduação e 6 programas de pós-graduação e tem por objetivo ministrar o ensino e coordenar a pesquisa em matemática na UFRJ, atendendo em média a 25.000 inscrições em disciplinas por ano.

Desde a sua criação, desenvolvem-se no IM-UFRJ diversas atividades de pesquisa que se consolidam e fortalecem a cada ano. Estas atividades se refletem no aumento da produção científica dos diversos grupos de pesquisadores e na formação de recursos humanos.

O objetivo do Instituto era a formação de matemáticos e professores

> Na Universidade do Brasil cada Escola ou Faculdade tinha uma Cátedra de matemática para ministrar o ensino de que necessitavam. A matemática era fragmentada sem uma coordenação. A unificação no Instituto trouxe alguma vantagem.

O que representava institucionalmente a cátedra na Universidade do Brasil?

Luiz Adalto - A Cátedra era uma célula autônoma da Universidade do Brasil, cujo responsável, o catedrático, gozava de inteira liberdade para planejar o trabalho docente. Não temos mais em mãos o documento onde estava escrito: os resultados e publicação dos docentes da cátedra deveriam ter uma aprovação do catedrático. A Cátedra compunha-se, além do catedrático, de adjuntos, assistentes e auxiliares de ensino.

Como um catedrático selecionava e preparava um novo docente?

A seleção dos docentes era feita pelo catedrático e proposto na reunião do Departamento para, a seguir, submeter à apreciação da Congregação. Aprovada, o Diretor da Faculdade ou Escola, encaminhava à Reitoria onde estavam alocados os recursos.

Quando descrevemos os procedimentos, estamos nos referindo ao Departamento de Matemática da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi-UB), onde iniciamos a carreira docente em 1952, como auxiliar de ensino da cátedra Análise Matemática e Superior, concluída em 1996 com a aposentadoria compulsória. Este departamento, compunha-se de três cátedras: Análise Matemática e Superior; Geometria; Complementos de Matemática.

Note que a Universidade do Brasil teve origem com Getúlio Vargas, em 1930, órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC) cujo ministro foi Gustavo Capanema.

No Distrito Federal foi organizada uma universidade por educadores que emergiram na época, após a revolução de 1930. Eles tinham em mente uma Universidade voltada para o ensino e para a pesquisa básica, idéia nova no sistema universitário até então organizado. Foi fundada a Universidade do Distrito Federal (UDF) com vários cursos, entre eles, o Curso de Matemática. O objetivo era a formação de matemáticos e de professores. Estes formandos seriam os professores das "Escolas Públicas" do Distrito Federal. Uma observação pertinente é que a matemática era bastante cultivada na Escola Politécnica (no Largo de São Francisco, na época). Por esta razão, um engenheiro, muito talentoso, formado nesta Escola, foi encarregado do planejamento do Curso de Matemática da UDF. Por divergências políticas, a UDF foi extinta e criada na área federal a FNFi-UB compondo-se dos cursos de Matemática, Física, Química, Historia Natural e de outras áreas.

A cátedra de Análise Matemática e Superior, do Departamento de Matemática da FNFi, era constituída por catedrático, um assistente, um adjunto contratado e dois auxiliares de ensino contratados. Com a criação da FNFi, todos os catedráticos foram nomeados interinos para serem submetidos a concurso público posteriormente. Assim, alguns fizeram o concurso e se efetivaram. Com a reforma, devido ao movimento de 1964 e a transformação da UB em UFRJ, todos os catedráticos interinos foram efetivados como professores titulares da UFRJ. No caso da cátedra de Análise Matemática e Superior, a escolha de assistentes e auxiliares de ensino era feita por indicação de outros professores do Departamento e pelo próprio catedrático. O auxiliar de ensino que não satisfizesse, teria o contrato, que era de dez meses, não renovado. Depois de aprovado o estágio, era proposto um contrato de doze meses, renovado anualmente. O catedrático acompanhava de perto o trabalho do auxiliar de ensino tendo como método não deixá-lo repetir a disciplina. Segundo ele, isto seria importante para a formação do auxiliar. O planejamento anual era sempre feito, por ele, no mês de dezembro, quando eram determinados os textos a serem adotados no ano seguinte. Ele acompanhava cuidadosamente o trabalho do docente e participava da elaboração das provas escritas e do exame oral final.

Quais foram as mudanças marcantes na Universidade do Brasil resultantes da reforma universitária dos anos 60?

No caso da Matemática, todos os Departamentos de Matemática da Universidade do Brasil, juntamente com os docentes (catedráticos – adjuntos - auxiliares de ensino) foram incorporados a uma unidade nova, denominada Instituto de Matemática (da UFRJ). Havia um diretor e o novo departamento denominado de Cálculo, ensinava matemática para todos os alunos da Universidade. Na Universidade do Brasil cada Escola ou Faculdade tinha cátedra de matemática para ministrar o ensino de que necessitavam. A matemática era fragmentada sem uma coordenação. A unificação no Instituto trouxe alguma vantagem. As condições de trabalho na Ilha do Fundão eram péssimas, pois não havia transporte e dispunha-se apenas do bloco A e do local onde hoje se denomina bloco H. O Instituto de Física é desta época, com todas as dificuldades. A Coppe tinha mais recursos. A transformação iniciou, de fato, apenas no ano 1970.

Como foi a conversão das cátedras em departamentos?

Não houve conversão das cátedras em departamentos. Observe que foram convertidos em professores titulares do IM dez catedráticos, inclusive os interinos, da antiga universidade: três da FNFi, três da Escola Politécnica, um da Escola de Arquitetura e Belas Artes, um da Escola Nacional de Química e dois da Faculdade de Ciências Econômicas. Em momento algum, as cátedras se transformaram em departamentos. Todo o corpo docente das Escolas e Faculdades foi imerso na nova unidade, o IM, com um diretor que pouco tinha a fazer no início. Houve três diretores até 1970 quando foi estruturado o IM, em termos de um Instituto de Matemática, com um projeto de ensino e pesquisa básica.

Kelvin Melo

Em 28 de maio, os professores José Henrique Sanglard e Luis Paulo Braga entrevistam Luiz Adauto na sede da Adufrj-SSind (foto). A conversa contou com a participação do diretor da entidade Ricardo Kubrusly

A Universidade do Brasil - já convertida em UFRJ - foi em grande parte transferida para a Ilha do Fundão, na qual foram instalados a COPPE e os institutos de Química, Física, Matemática, Geociências. Como foi a adaptação regimental e prática dos catedráticos - então convertidos a titulares - com o novo ambiente institucional, físico e humano?

Não houve grandes problemas de adaptação no Instituto de Matemática. Dos catedráticos que deveriam vir para a Ilha do Fundão, dois continuaram em suas Faculdades no centro do Rio. Como já foi dito, dos catedráticos da UB no Rio de Janeiro, cinco interinos foram efetivados como professores titulares pelo decreto que transformou a UB em UFRJ. Os que vieram para a Ilha se adaptaram muito bem à nova unidade em condições péssimas de trabalho. Três se sucederam como diretores até 1970, quando houve uma reestruturação radical do IM. É oportuno registrar que um destes colaborou como subreitor da UFRJ já na Ilha do Fundão. Um dos catedráticos, oriundo da Escola Politécnica, transferiu-se para a USP, em São Paulo, e lá se aposentou.

O que veio a ser, de fato, o Catedrático convertido a Professor Titular?

O Titular não tinha a força do Catedrático pois não havia a cátedra. Havia o Departamento e alguns assumiram a chefia. É interessante observar que foi difícil encontrar quem assumisse as chefias e direções no início do IM. Por algum tempo quem dirigia praticamente todo o IM era um jovem auxiliar de ensino, contratado, sem qualificação para a missão. Note-se que não havia gratificação extra para o serviço administrativo. Algumas aulas eram ministradas por horistas sem preparo para o

> Não houve conversão das cátedras em departamentos. Observe que foram convertidos em professores titulares do IM dez catedráticos, inclusive os interinos, da antiga universidade

ensino universitário.

Depois da extinção da cátedra, a nossa universidade piorou ou melhorou?

Na nossa avaliação, é incomparável no momento. Para uma comparação seria necessário deixar claro os objetivos de ambas. Podemos dizer, sem vacilar, que o IM de 1970-1985, compondo-se de quatro departamentos, era melhor do que o Departamento de Matemática da FNFi dos anos 60. Ambos tinham mais ou menos os mesmos objetivos. Acontece que o IM tinha objetivos bem claros e mais recursos para melhorar as condições de trabalho. A FNFi dos anos 1960 estava em declínio como a UB, de modo geral. O país iniciava uma nova fase política administrativa, conseqüência do desenvolvimento industrial, enquanto a estrutura da Universidade mudava quase nada. No período, fim de 50 e começo de 60, teve início uma crise na Universidade do Brasil. Foi criada uma comissão no MEC para suprir as necessidades do ensino nas Escolas de Engenharia. Total era a independência desta comissão que tinha poderes para criar Escolas de Engenharia o que foi feito no Nordeste. O órgão no MEC estava ligado a uma sigla Copertide. A alegação era que o país estava sendo industrializado e as Escolas de Engenharia não estavam formando engenheiros suficientes. Foi muito polêmico na época. Logo após a transformação UB em UFRJ, ainda se mantinha certa atitude administrativa e de convívio acadêmico. Atualmente o IM cresce com uma nova ordem de consciência profissional dos seus Professores. Falta um planejamento para administrá-lo.

Após ter atuado como coordenador do vestibular unificado da UFRJ em 1968, quais as suas impressões sobre a informatização dos serviços acadêmicos na UFRJ, terceirização dos serviços administrativos na universidade e centralização de oficinas e serviços administrativos por decanias?

O vestibular unificado com aquela prova escrita, de certo ou errado, como o único critério de escolha para o ingresso na Universidade, não acreditamos que seja um bom método. O atual é bem melhor. Temos a impressão que em face da quantidade de pessoal da UFRJ a informatização é inevitável, além de ser bem melhor para administrar. Quanto à terceirização total, temos dúvidas. Há dois meses, ao iniciarmos a aula no Bloco B, as salas não estavam próprias para aulas. Indagando do responsável, soubemos que os "terceirizados" se recusavam a limpar as salas de aula pois esse serviço não estava no contrato. Quanto às oficinas, no antigo IM, havia uma excelente em colaboração com a Coppe. Foi abandonada, até sua extinção. Possuía, aproximadamente, oito funcionários. Não sabemos para onde foram. Acreditamos que os institutos deveriam ter suas gráficas. Seria mais eficiente.

Como era constituída cada congregação antes e após a reforma dos anos 60?

A congregação antes de 64 era constituída pelos catedráticos. Após 64, veja a primeira ata do IM, já havia uma representação mais ampla das diversas classes docentes e um representante do corpo discente. Ele, ex-aluno, hoje ocupa posição eminente na Reitoria da UFRJ.

Observação: A partir de certa época havia um grupo de auxiliares de ensino que preferiam uma representação de todos os professores na reunião do departamento. Esta atitude passou a vigorar e hoje é assim. A escolha de disciplinas dava certa liberdade aos titulares para indicar sua preferência. Em uma reunião, um assistente colocou em votação que fosse abolido este privilégio do Titular. A proposta foi vitoriosa. Outro fato notável foi que em muitas situações havia assunto que interessava diretamente ao auxiliar de ensino presente à reunião. Ele participava do debate e votava sem nenhum constrangimento. Alguns chegaram a ser chefes de departamento. É curioso observar que esses novos chefes colocaram, como auxiliar de ensino contratado, um número muito grande, nunca alcançado pelo velho catedrático. Havia uma escolha bem longe do mérito. Esse processo trouxe conseqüências negativas para o planejamento do IM, que se tinha em mente.

Quais as suas impressões sobre o achatamento real da carreira docente, hoje expressivamente concentrada no nível de professores adjuntos?

Claro que está errado. Note que a entrada como docente se faz como adjunto. Ele já entra no fim da carreira. Acreditamos que o ideal seria o docente entrar como auxiliar de ensino, contratado, passando a seguir, por meio de uma avaliação, para assistente. O principal problema na Matemática e na Física, no momento, é o grande estoque de doutores sem emprego.

Devemos incluir no quadro docente os professores de tempo parcial?

Tudo depende do professor de tempo parcial que será incluído no quadro. Nossa opinião é que os professores dos institutos, que desenvolvem ensino e pesquisa básica, devem ser tempo integral e dedicação exclusiva. Uma das vantagens da reforma, após 64, foi o tempo integral que não havia antes. Não entendemos professores de institutos, desenvolvendo ensino e pesquisa básica, terem 20 horas no Instituto e 40 horas em outra instituição. Note bem que é um compromisso de 60 horas por semana, doze por dia. Na área profissional é razoável, dada a importância da colaboração que ele daria à UFRJ. Na área técnica é aceitável um profissional de grande empresa trabalhar na UFRJ em regime de 20 horas. Ele tem muito a transmitir aos jovens.

Quais as vantagens e desvantagens da politização das congregações, uma vez que a maioria de seus membros é composta por professores eleitos?

Politização é fundamental. Os membros da nossa congregação são politizados? Acreditamos que é preciso uma revisão. A congregação do IM é quase vazia. Qual a politização e conscientização no caso? Não há sala de congregação como havia antes. Ela se realiza numa sala de aula. Não há o Conselho Departamental o que sobrecarrega a Congregação com assuntos puramente administrativos.

Qual a sua avaliação do regime seriado, do regime de créditos, do ciclo básico e de um ciclo profissional?

Nossa vocação é para preferir o regime seriado. Ele une mais os alunos que se sentem gregários. Com esta massa de alunos não sabemos se esta escolha é viável do ponto de vista administrativo. Deste modo é mais razoável o sistema de créditos, com um ciclo básico comum como preparação para uma escolha posterior do aluno.

Qual o tipo de estágio obrigatório desejável para os alunos de graduação?

Certamente num local onde possa o estudante conviver com profissionais da sua especialidade futura. No caso da Licenciatura, foi criado nos anos 1950, o Colégio de Aplicação ainda na época da FNFi. Acreditamos

> "Na nossa avaliação, é incomparável no momento. Para uma comparação seria necessário deixar claro os objetivos de ambas. Podemos dizer, sem vacilar, que o IM de 1970-1985, compondo-se de quatro departamentos, era melhor do que o Departamento de Matemática da FNFi dos anos 60."

> "Acreditamos que o ideal seria o docente entrar como auxiliar de ensino, contratado, passando a seguir, por meio de uma avaliação, para assistente. O principal problema na Matemática e na Física, no momento, é o grande estoque de doutores sem emprego"

“Politização é fundamental. Os membros da nossa congregação são politizados? Acreditamos que é preciso uma revisão. A congregação do IM é quase vazia. Qual a politização e conscientização no caso? Não há sala de congregação como havia antes.”

que hoje seja insuficiente em face da grande quantidade de licenciandos.

Qual a importância da politização na vida dos estudantes, professores e funcionários?

Consideramos fundamental a conscientização das classes. É preciso, todavia, que cada um tenha com clareza quais seus direitos e deveres. Pensamos que tudo depende de uma ideologia no sentido amplo. A politização apenas para protestar não é saudável. Ela deve ser clara, com objetivos definidos, e com um ideal de construção de uma sociedade que se desenvolva com justiça, tendo em mente também, a não degradação do planeta Terra.

Divulgação

Professores do IM e visitantes participam do Simpósio Internacional em Mecânica do Contínuo e Equações Diferenciais Parciais, em agosto de 1977, na UFRJ

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho

CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática: Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular

Produção Editorial: Ana Manuella Soares **Diagramação:** Douglas Pereira **Ilustrações:** Aliedo

Eleições na Adufrj-SSind

As inscrições para o Conselho de Representante da entidade terminam nesta sexta-feira, dia 31 de agosto. Participe! Seja representante da sua Unidade na Adufrj-SSind!

As eleições para a próxima diretoria da seção sindical (biênio 2007/2009) e Conselho de Representantes acontecem nos dias 11 a 13 de setembro

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 550 28 de agosto de 2007

CAMPANHA SALARIAL

Governo mantém reajuste zero

Nova reunião do Planejamento com o Andes-SN no dia 13

Durante a segunda reunião para a negociação da pauta da campanha salarial dos docentes, realizada em 23 de agosto, o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, reafirmou que o governo não dispõe de recursos para "qualquer tipo" de reajuste em 2007. O representante do governo marcou uma nova audiência com o Andes-SN para o dia 13 de setembro.

No início da reunião, o secretário ressaltou que a pauta dos professores foi analisada por representantes do MEC e do Planejamento, mas o tema não chegou a ser esgotado pelo governo. Afirmou que não haveria um posicionamento definitivo e que o encontro seria (apenas) mais um no processo de negociação. Duvanier disse que o MEC quer a remuneração composta por um vencimento básico (que deveria ser a parte principal do salário) e por uma gratificação de desempenho. Lembrou ainda que como há outros mecanismos de avaliação, para os docentes este ponto deverá ter uma proposta diferenciada.

Apesar do discurso em favor da valorização do salário-base, o secretário enxerga dificuldades na incorporação das gratificações. Duvanier só sinalizou positivamente para a possível incorporação da Vantagem Pecuniária Individual (R$ 59,87). Maria do Socorro Gomes, representante do MEC que participou do encontro, disse que um problema da categoria com a incorporação seria o aumento das distorções existentes na carreira, devido a ganhos judiciais.

O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, respondeu que esses ganhos devem ser considerados e estendidos para toda a categoria. Rizzo solicitou ao secretário um esforço para apresentação de uma proposta do governo na audiência de setembro

Pela construção da greve nas IFES

Na avaliação de Paulo Rizzo, o discurso do secretário deixou claro que as negociações só serão efetivas com a mobilização dos docentes: "O que nos parece é que o governo vai empurrar nossas reivindicações com a barriga até o final do ano. Por isso, temos que continuar o processo de construção da greve", disse.

Governo vê dificuldade na carreira única

A carreira única também foi discutida na audiência. O secretário disse que o Ministério do Planejamento não é contrário à carreira única para os professores do ensino superior e de 1º e 2º graus, mas afirmou que a presença de professores federais dentro e fora das universidades (deu o exemplo dos docentes militares) dificulta sua viabilidade. A proposta de carreira única está sendo construída pelo Andes-SN e pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (Sinasefe).

Opinião

Ilíadas

Estava lá Aquiles que abraçava
Enfim Heitor, secreto personagem
Do sonho que na tenda o torturava;
Estava lá Saul, tendo por pajem
Davi, que ao som da cítara cantava;
E estavam lá seteiros que pensavam
Sebastião e as chagas que o mataram.
Nesse jardim, quantos as mãos deixavam
Levar aos lábios que os atraiçoaram!
Era a cidade exata, aberta, clara:
Estava lá o arcanjo incendiado
Sentado aos pés de quem desafiara;
E estava lá um deus crucificado
Beijando uma vez mais o enforcado.

Mario Faustino

Ricardo Kubrusly*

Agora, quando a manhã, vestida em seu robe de açafrão, derramava luzes sobre a terra, Zeus convoca os deuses para o conselho no mais alto dos picos das escarpas do Olimpo. Ele falava e todos o escutavam com atenção. Ordenava aos deuses, seus comandados, que se mantivessem imparciais perante a contenda que se avizinhava. Que não ajudassem nem gregos nem troianos, que os guerreiros fossem deixados à própria sorte. Durante a mesma preleção matinal, lembrou a todos, severamente, que não estava para brincadeiras e que destruiria sem dó qualquer um que se lhe atravancasse os desejos. Riu dos deuses e para demonstrar sua superioridade, amarrou-se a uma imensa corrente de ouro lançando-a do céu à terra e profetizou: Se todos os deuses e deusas com todos os seus poderes e juntos e com todas as forças que houverem, puxarem a corrente de ouro, não moverão Zeus dos céus de onde comanda os acontecimentos, mas se eu a puxar, sem muito esforço, moverei terra e mar, lançando-os a todos por sobre algum monte do Olimpo onde permanecerão vagando, deuses e deusas desesperados, pedidos no firmamento. Todos se calaram obedientes, mas Minerva, com a coragem típica das filhas inquietas suplicou-lhe que a deixasse, pelo menos diminuir o sofrimento dos aqueus para que eles não perecessem totalmente. Zeus sorriu terno e virando-se, partiu em sua carruagem de fogos e ouros embrenhando-se nos emaranhados do infinito.

No calor das inúmeras batalhas, Zeus compadecido pela intervenção da filha rebelde, faz vista grossa e permite aos personagens de seus domínios, deuses, deusas e homens, que se alinhem e ajam conforme suas convicções. Apolo, desviando as flechas dos seteiros contra Heitor, possibilita que este encurrale os guerreiros aqueus de volta às suas naus. O fim das batalhas parecia próximo quando o próprio Zeus, que observava tudo de suas janelas do Olimpo, anoitece um dia ainda claro, repentinamente, sem luas ou luzes de qualquer espécie, impossibilitando a estocada final, e fazendo recuar, desta maneira, os troianos de volta ao interior de suas muralhas.

As batalhas prosseguirão por muitos e muitos cantos, mas é neste canto oito que muitas verdades da Ilíada são reveladas e que, pela primeira vez, o desfecho, que todos conhecemos, da maneira saborosa como conhecemos os clássicos, sempre a relê-los, mesmo quando não os lemos, é anunciado.

Aqui, de outra maneira, nessas ilhas aterradas e atreladas a um passado sem vitórias, nessa grécia alguma a justiça dos deuses e a bravura dos guerreiros, deram lugar ao patético troca-troca de favores entre os que já nem fingem mais lutar em suas bravatas e à obediência cega aos ditames sem metáforas ou delicadeza do mercado financeiro e seus bonecos falantes. Aqui Minerva é uma estampa nos timbrados onde as vergonhas são oficialmente transmitidas. Perdeu sua petulância questionadora e, de filha rebelde, capaz de ponderar os delírios onipotentes de um Zeus enfurecido, passa a carimbo borrando a consagração dos que já nem deuses nem honrados.

A corrente era de vidro. Céus e terra nunca existiram. O ouro tilintava nos braços dos homens superiores com suas bravatas digitais. E nós, sem armas ou causas, tramando um confronto virtual em vidas supérfluas e desnecessárias ainda fingimos ser nossa essa Minerva universitária que já não mais nos guia. Guardamos sua estampa, perdemos sua rebeldia e contestação. Os decretos se amontoam e os retrocessos avançam. Já não temos planos e o salário é pouco. A campanha salarial vai mal obrigado, os bicos e os bicudos se agigantam, as privatizações se alastram por nossos laboratórios e departamentos. Cientistas fazendo negócios e negociatas, as ciências transformadas em um emaranhado de números suspeitos. Deuses mortos, a eternidade agora... e eu com isso? O que fazer com isso? ...eu quero, mesmo, é rosetar.

Magnífico, arranca esta Minerva dos nossos ofícios, dos nossos muros, das nossas lembranças, não a temos mais de fato, antes que o senhor dos terremotos nos sirva à gula de Poseidon e trague nossas verdades e nossos alunos para um lodo, sem acontecimentos, e nos prive de acompanhar e participar do restante da história. Pois há um restante da história e nele, os acontecimentos ainda estão por serem escritos, em algum canto, onde nascerão os livros ainda não lidos. É lá que Minerva reaparece, rebelde, com seus conselhos, sua sabedoria.

* Diretor da Adufrj-SSind

Anote

Debates sobre a Universidade Pública

A Associação de Pós-graduandos da UFRJ convida para os debates sobre "Os novos rumos da Universidade Pública no Brasil". O primeiro será neste dia 30 de agosto (quinta-feira), às 10h, com a presença do professor da Faculdade de Educação e conselheiro da Adufrj-SSind, Roberto Leher, na sala 106 do IFCS. Já no dia 4 de setembro, o debate ocorre às 13h no Auditório Leopoldo De Meis, no CCS, ilha do Fundão.

Produção do conhecimento x produtivismo

Foi definido o tema da edição nº 41 de "Universidade e Sociedade": "Produção do Conhecimento versus Produtivismo com ênfase na Precarização do Trabalho Docente". Os interessados devem enviar seus artigos para a Secretaria Regional São Paulo do Andes-SN até o dia 4 de outubro. Os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail para andesregsp@uol.com.br. As normas podem ser encontradas na página www.andes.org.br.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Eleição Adufrj

Chapa "ADUFRJ Autônoma e Democrática"

Caro colega Professor!

A Adufrj-SSind encontra-se em período de sucessão de sua diretoria, em um contexto de grande importância para a vida universitária, pois muitos dos fundamentos da concepção de universidade construídos pelos professores ao longo do último quarto de século estão em jogo em virtude de medidas que comprometem o seu caráter público, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e um espaço de construção da soberania cultural, técnica e científica de nosso país. Em nome desses princípios, queremos afirmar a necessidade de aprofundar a luta pela ampliação do acesso e por mais verbas para a universidade pública, pela melhoria das nossas condições de trabalho, de ensino e de nossos salários. A eleição que ora se aproxima deve representar, mais do que nunca, um processo de ratificação e de fortalecimento do papel de nossa Seção Sindical. Neste sentido, entendendo que as propostas de reestruturação da Universidade, expressas no decreto REUNI, representam uma ameaça à educação superior pública de qualidade no Brasil, ressaltamos algumas questões que julgamos importantes.

REUNI - A 'Universidade Nova' que se pretende

Sob a argumentação da democratização e ampliação do acesso e da redução das taxas de evasão, o Decreto 6096/07, que institui o REUNI, abre espaço para profundas alterações nas universidades federais brasileiras. O projeto apresentado pela reitoria para adequar a UFRJ ao REUNI - *'A Universidade Necessária Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ'* - argumentando que as universidades públicas possuem uma estrutura organizativa arcaica e desajustada à moderna sociedade vigente, preenche o espaço aberto pelo decreto propondo incorporar a flexibilização curricular, os ciclos básicos, os cursos de terminalidade breve e o crescimento da oferta de ensino a distância e semi-presencial.

O núcleo desta nova arquitetura curricular, baseada nos pressupostos da 'Universidade Nova', é o Bacharelado Interdisciplinar (BI) em grandes áreas do conhecimento, com duração de 2 a 3 anos. Ao concluir o BI, a grande maioria dos estudantes iria para o mercado de trabalho, apenas uma pequena parte, após um processo seletivo muito excludente, poderia continuar seus estudos na direção de uma complementação profissional (licenciaturas e cursos profissionais).

A idéia, conforme os proponentes da Universidade Nova, é moldar a universidade pública às *"demandas da Sociedade do Conhecimento e de um mundo do trabalho marcado pela desregulamentação, flexibilidade e imprevisibilidade"*.

Ressaltam-se aqui as principais metas do Reuni: o aumento em cinco anos da relação estudantes por professor para 18/1 e da taxa média de conclusão dos cursos de graduação para 90%, ou seja, praticamente dobrar o número de estudantes nas salas de aula e forçar uma aprovação em massa, nos moldes da aprovação automática experimentada no ensino fundamental. Os parcos recursos sinalizados pelo governo (20% de possíveis recursos financeiros extras, a serem alcançados em 4 anos, sob a forma de chantagem para a adesão ao Reuni), entretanto, não permite a necessária expansão do corpo docente, por isso a criação do 'banco de professores-equivalentes' (Portaria Interministerial MEC/MPOG nº22/07), que incentiva a contratação de professores substitutos 20hs (4 substitutos equivalem a um professor adjunto I-DE) e os "tutores" (estudantes da pós-graduação) e, tampouco, a infra-estrutura necessárias.

> Em nosso trabalho cotidiano, enfrentamos inúmeras dificuldades: salas de aula com problemas de estrutura (limpeza, ventiladores, condicionadores de ar, localizadas em subsolos, iluminação precária), falta de espaço para permanência de professores, acervo reduzido e desatualizado das bibliotecas, falta de recursos para a manutenção de laboratórios de graduação e de pesquisa, falta de segurança nos laboratórios, transporte de baixa qualidade e alto custo, condições de alimentação precárias entre outros.

As reais condições de ensino e pesquisa nas IFES

Em 2005, as 53 IFES possuíam cerca de 43.000 docentes em tempo integral e uma defasagem de mais de 15 mil docentes (supridos em grande parte por meio de professores substitutos, com salários baixos e vínculo precarizado) que não foi revertida com os concursos dos últimos dois anos. Em 22 universidades públicas, o número de substitutos e temporários compromete 1/5 do quadro docente. Em algumas, este número chega a ultrapassar 70% do quadro docente. No entanto no período de 1995 a 2005, o número de estudantes cresceu aproximadamente 70%.

Na UFRJ a falta de professores também é uma realidade: segundo levantamento feito pela Comissão Temporária de Alocação de Vagas (COTAV) em 2005, verificou-se a necessidade de 600 novos docentes na UFRJ, mas apenas cerca de 100 vagas foram contempladas. Para 2007, o governo atribuiu apenas 50 vagas docentes para a UFRJ, número que não contempla nem o total de unidades da UFRJ (62) e a criação de um novo campus em Macaé. Esta defasagem tende a aumentar considerando os docentes que podem se aposentar. Além disso, em algumas unidades, o número de professores substitutos compõe uma fração considerável do quadro docente, como nas Faculdades de Educação e de Direito (cerca de 30 e 50%, respectivamente). No Colégio de Aplicação o quadro não é diferente: 50% de professores substitutos!

> A Faculdade de Educação reunida com toda a sua comunidade acadêmica avaliou a inconsistência de vários itens do relatório da UFRJ e rejeitou a proposta de criação do Instituto Superior de Educação, destituindo a Faculdade de Educação de sua função de produtora de conhecimento no campo das ciências humanas

É neste contexto que identificamos os principais problemas que enfrentamos em nosso trabalho diário e por isso, consideramos que as medidas propostas pelo REUNI e adotadas com fé pelo Programa da Reitoria da UFRJ não levam a sua solução!

O processo de implantação do REUNI na UFRJ

O processo de implantação do Reuni na UFRJ tem-se dado de forma acelerada e sem o debate necessário, em nada diferindo do método antidemocrático e autoritário utilizado pelo governo para 'reestruturar' as IFES por meio de Decreto.

Após o Conselho Universitário constituir uma Comissão para análise da proposta de Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e organização do processo de discussão do REUNI no âmbito da UFRJ, a reitoria publicou uma portaria (n. 1345, de 2 de Maio de 2007) na qual o caráter desta comissão foi alterado, passando a ser incumbida de "propor diretrizes para as ações a serem encaminhadas pela UFRJ".

A comissão passou a solicitar projetos coerentes com os princípios do Reuni às Unidades. Assim, as diretrizes se materializaram em dezenas de projetos de curso e ciclos básicos, compondo o relatório da comissão aprovado pelo Consuni em 19 de julho.

Introduzindo inovações substantivas para moldar a UFRJ às diretrizes que o MEC impôs para que as instituições se ajustem aos imperativos da Universidade Nova, a reitoria apresentou á comunidade universitária sua proposta e, visando o seu envio ao MEC o mais rápido possível, estabeleceu um apertado cronograma de 'debates' (!?) que certamente será insuficiente para que a comunidade universitária se sinta esclarecida e posicionada sobre a magnitude e o teor das mudanças pretendidas.

Continua na página 4

Eleição Adufrj

Arquivo/Adufrj-SSind

Com esse compromisso, a chapa "ADUFRJ Autônoma e Democrática" se apresenta para coordenar a Adufrj-SSind no biênio 2007-2009

Centros e Unidades começam a se mobilizar

A despeito de todo esse atropelo, a comunidade da UFRJ enfrenta de maneira firme e serena as discussões sobre o REUNI e suas conseqüências para a instituição. É importante destacar o protagonismo de estudantes e de muitos departamentos e Congregações que vêm tomando iniciativas importantes para o debate amplo e democrático de toda a comunidade aca-dêmica, examinando cada proposta e avaliando os seus impactos sobre a estrutura acadêmica, o currículo, as condições de ensino e de pesquisa e as condições de trabalho do professor. Essas manifestações evidenciam que o anseio de uma universidade pública e gratuita universal e de alta qualidade segue referenciando a maioria da universidade, mas as vozes que sustentam essa concepção têm de se expressar de modo organizado e contundente para fazer frente à política do fato consumado. Essa é a tradição da comunidade da UFRJ!

Uma história de lutas

A Universidade pública brasileira, embora com muitos problemas, é conquista das lutas de nosso povo. Não podemos esquecer que a Universidade teve um papel de destaque no processo de industrialização do país, incentivando o seu fortalecimento e o seu crescimento. No país, boa parte dos quadros que construíram as estatais ilegitimamente privatizadas foi proveniente da universidade pública, milhares de professores e pesquisadores tiveram suas vidas acadêmicas engajadas na produção do conhecimento científico voltado para a resolução dos grandes problemas nacionais. Durante o golpe empresarial-militar, a universidade foi uma trincheira decisiva na defesa das liberdades democráticas, da anistia e, em nome dessas bandeiras, muitos foram perseguidos, torturados e mortos. Os graves problemas da universidade se devem principalmente ao processo de regressão econômica e social que o Brasil vem atravessando. O desmonte do Estado brasileiro, caracterizado pelas privatizações das empresas estatais, pela desnacionalização e pela quebra de elos de cadeias produtivas está relacionado à maneira como o Brasil passa a inserir-se na nova divisão internacional do trabalho. Neste sentido, uma universidade pública, de qualidade, fortalecida e empenhada na formação de quadros para o desenvolvimento cultural, técnico e científico do povo brasileiro fica cada vez mais comprometida.

A comunidade universitária, os movimentos sociais democráticos e os setores sociais devotados à causa da educação pública não podem se furtar de discutir uma agenda para a educação superior brasileira, tanto para que seja possível assegurá-la como de fato pública e, portanto, aberta a todos os que desejarem prosseguir os seus estudos, como um espaço público de produção e socialização do conhecimento novo. Em toda América Latina estão em curso processos sociais que pretendem confirmar que as universidades, embora instituições milenares, são instituições abertas ao tempo. Por isso, não podemos esmorecer frente a mais essa ofensiva contra-reformista, assumindo papel protagônico na defesa de uma agenda capaz de revolucionar a universidade brasileira.

Para apoiar a Chapa 'ADUFRJ Autônoma e Democrática' envie um e-mail para Adufrj.Autonoma.Democratica@gmail.com

Resenha

Greves

Várias categorias que encerraram greves no mês de julho depois do compromisso assumido pelo Ministério do Planejamento de discutir as pautas de reivindicações estão insatisfeitas com o andar das negociações. Em alguns estados, a decisão de uma nova paralisação, a partir de quinta-feira, já foi tomada. Os fiscais agropecuários, por exemplo, decidiram que irão parar novamente *(Fonte: Jornal de Brasília/ Ponto do Servidor, 27/08).*

Por uma educação justa

Cerca de 40% dos jovens paulistas não têm condições de concluir, nem concluirão a educação básica. Dentro desse contexto, várias entidades representativas do movimento social escolheram o período de 20 a 24 de agosto de 2007 para organizar manifestações em defesa de uma educação pública de qualidade, inclusiva e comprometida com as necessidades e os anseios da população *(Fonte: Adusp, 24/08).*

Choque invade Faculdade de Direito da USP

Dia 21, como parte da Jornada Nacional em Defesa da Educação Pública, cerca de 300 estudantes ocuparam a Faculdade de Direito da USP. A ocupação era simbólica, uma forma de divulgar as 18 pautas consensuais da Jornada, e iria terminar às 17 horas da quarta-feira. De madrugada, 120 policiais (40 da Tropa de Choque, 60 da Força Tática e 20 policiais femininas) participaram da operação que invadiu a Faculdade, expulsou e deteu todos os manifestantes, que foram levados de ônibus à Delegacia *(Fonte: Centro de Mídia Independente, 26/08).*

Movimentos questionam concessões de TV

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervozes e outros movimentos sociais vão realizar, em 5 de outubro, uma série de debates sobre mecanismos de fiscalização para a distribuição e renovação de concessões de canais de TV e rádio. Nesta data, vence o prazo de validade das concessões da Record, Band, TV Gazeta e TV Cultura em São Paulo, além de cinco filiais da Rede Globo. *(Fonte: Portal Vermelho, 26/08).*

UFRJ

Engarrafamentos param as vias de acesso da UFRJ

Diego Cotta* e Jaciara Celestino*

Em tempos de unificação, em que propostas de se juntar todas as unidades e centros da UFRJ na Ilha do Fundão são propagadas e difundidas, alunos, professores e técnico-administrativos sofrem com os gigantescos engarrafamentos do *campus*, especialmente nos horários de fim de tarde, a partir das 17h. A comunidade acadêmica perde horas de seus dias que poderiam ser dedicadas a outros afazeres em verdadeiras viagens de volta para casa.

Já há algum tempo que a situação do transporte público na universidade vem sendo tema de debates acalorados em listas acadêmicas e reuniões de colegiados. Na última reunião do Conselho Universitário (Consuni), 23/8, o reitor da UFRJ, Aloisio Teixeira, anunciou a criação de uma comissão que ficará responsável pela elaboração de propostas para a melhoria da circulação de tráfego no *campus*. Essa comissão será composta por um membro da prefeitura universitária, um do Consuni e um representante de cada Centro com sede na Cidade Universitária.

Sofrimento na ida e na volta

"Nos dias em que tenho estágio, saio quinze minutos mais cedo das aulas para não pegar aquele engarrafamento que começa em frente ao Hospital Universitário e vai até a Linha Vermelha e Amarela. Além disso, acordo mais cedo do que deveria para não enfrentar o engarrafamento e não chegar atrasada nas aulas", afirmou a aluna do 6º período da Faculdade de Medicina, Lívia Migowski.

A preocupação aumenta ainda mais na medida em que novos centros de pesquisas são construídos e mais veículos entram em circulação no *campus*. As obras de expansão do Centro de Pesquisa da Petrobrás (Cenpes) já dão sinais de finalização, o que prenuncia um aumento significativo do número de carros, vans e ônibus pelas avenidas e ruas da ilha. Resta saber se o plano de estratégia da reitoria e prefeitura universitária dará conta da saturação do tráfego.

Segundo o prefeito Universitário, Hélio Mattos, as soluções para o problema já estão sendo formuladas e encaminhadas aos órgãos competentes: "Faz parte do nosso projeto de reestruturação da universidade a interação tanto com o governo do estado quanto com a prefeitura para melhorar os acessos". O prefeito diz que o problema não é da universidade e sua "solução depende da melhoria do transporte público de massa na cidade, de oferta das redes de mêtro, ônibus e barcas. "Essa é a solução, que não é da UFRJ, mas sim da cidade", argumenta.

No entanto, esta interação com os governos estadual e municipal depende de uma atuação efetiva da universidade. "O grande problema é a que a prefeitura não deu a devida importância à UFRJ na hora de fazer a ligação da Linha Vermelha. Acho que só agora a reitoria e a prefeitura da UFRJ estão discutindo com o governador e o prefeito esse tipo de coisa. Nessa liberação da limpeza do Canal do Cunha, parece que esse foi um dos pontos de negociação, o que já é tarde. Há mais de 15 anos que existe esse problema e com o aumento de circulação de gente, isso aumenta ainda mais", lembrou a pesquisadora da Coppe, Neuman Solange, que, há duas semanas, enviou mensagem para uma lista de servidores daquele instituto denunciando o problema. A pesquisadora diz que já ficou quatro horas presa na saída do *campus*, em frente ao Hospital Universitário.

Projeto inclui viadutos

O projeto da reitoria para a reestruturação do tráfego da Ilha do Fundão inclui, segundo a prefeitura universitária, a construção de viadutos, para aliviar as entradas e saídas da Ilha; a implementação de barcas, ligando a Cidade Universitária a Botafogo, a Niterói e ao centro da cidade. Além disso, a construção de uma linha de metrô e de um terminal rodoviário aos arredores do CCS também fazem parte do projeto de melhoria dos transportes públicos do *campus*.

Acidente anunciado

Um outro problema está preocupando tanto quem anda de carro como quem atravessa a pé a Avenida Horácio Macedo, em frente às obras de ampliação do Cenpes. O conselheiro da Adufrj-SSind e professor do Instituto de Matemática Luis Paulo Braga chamou a atenção da situação de risco de atropelamento dos operários e funcionários que trabalham nas obras dos novos prédios da Petrobrás no local. "O portão de acesso fica muito depois do sinal instalado no posto de combustível, expondo os transeuntes a atropelamento, principalmente no horário das 17h às18h. É necessário, portanto, deslocar o sinal para mais perto deste portão, ou instalar outro sinal e colocar pessoal de apoio. Um acidente nessas condições terá conseqüências graves, tanto para o pedestre como para o motorista, sendo urgente a tomada de providências pela Prefeitura da UFRJ", alerta.

Perguntado sobre a situação, o prefeito Hélio de Mattos respondeu por *email* ao professor que entre 16h e 18h realmente o trecho fica muito perigoso para os trabalhadores que se deslocam caminhando para a Avenida Brasil e outros lugares. Mas diz que já solicitou à empresa uma solução para o problema. "Há dois meses tivemos uma reunião com a Petrobras sobre esse assunto. Eles nos disseram que a empreiteira estava contratando ônibus para o transporte do pessoal dos canteiros. Irei entrar em contato com eles e iremos lhe retornar".

Quanto ao deslocamento do sinal de trânsito para mais perto do portão de saída dos canteiros da Petrobrás, o prefeito disse à esta redação que não vê problemas na sua atual localização (em frente ao posto BR) e que seria necessário um estudo de tráfego de toda a ilha para fazer esta mudança.

* Estagiários

Ligação das Linhas Vermelha e Amarela ainda pode ser um problema

A RJ-071, oficialmente denominada Via Expressa Presidente João Goulart e popularmente conhecida como Linha Vermelha é uma via expressa do estado do Rio de Janeiro, que liga os municípios do Rio de Janeiro e São João de Meriti, atravessando também o município de Duque de Caxias.

Sua inauguração foi feita em 2 etapas: a primeira delas foi feita em 30 de abril de 1992, em um trecho de 7 km entre o bairro de São Cristóvão e a Ilha do Fundão. Em 11 de setembro de 1994, o segundo trecho de 14 km entre a Ilha do Fundão e a Rodovia Presidente Dutra foi aberto ao trânsito. A via serve principalmente ao deslocamento entre a Baixada Fluminense (São João de Meriti, Nova Iguaçu, Duque de Caxias) até o Centro da Cidade do Rio e à Zona Sul e através do Elevado da Perimetral, na extensão de 21 quilômetros, percorridos em cerca de 20 minutos, quando não há transito lento ou engarrafamento em algum trecho.

Esta via, também é o principal acesso ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro e à Ilha do Fundão para os habitantes da Baixada. Foi construída com o objetivo de desentrelaçar o trânsito da Avenida Brasil, no trecho da saída da Via Dutra.

Em fevereiro de 2007, a administração da via expressa foi transferida para a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

As obras para a construção da Linha Amarela começaram em 1994 e duraram quase 3 anos, sendo divididas em 3 lotes: lote 1 (Avenida Ayrton Senna - Avenida Geremário Dantas, em Jacarepaguá), lote 2 (Avenida Geremário Dantas - Rua Pernambuco, no Encantado) e lote 3 (Rua Pernambuco - Avenida Novo Rio, em Bonsucesso).

Quando a ligação das duas vias foi feita, passando por dentro da Cidade Universitária, em 2000, foi necessário alargar a via entre o CCMN e o Cenpes, nos dois sentidos para que o trânsito pudesse fluir um pouco melhor. Mas, mesmo com todas as obras feitas, tanto a saída da Linha Amarela, quanto a saída por trás do Hospital Universitário ficam extremamente congestionadas nos horários de *rush*.

Opinião

Causas próximas da crise da esquerda brasileira

Leovegildo P. Leal*

Desaba sobre meu computador mais uma das centenas dessas inócuas e inconseqüentes convocações eletrônicas – uma das mais caricaturais formas de "militância" destes tempos pós-modernosos de acomodação e simulação – da esquerda brasileira, desta vez para uma manifestação em favor do ensino público. Assinam o pretenso chamado revolucionário, entre outras, entidades tão díspares quanto, algumas delas, estranhas: o *MST*, que lidera a iniciativa, *Via Campesina*, *UNE*, *UBES*, *Andes*, *Conlutas*, *Conlute*, *UJS*, *Consulta Popular*, *Contraponto*, *Marcha Mundial de Mulheres*, *Intersindical*, *Levante Popular*, *Mais-PT*, *Movimento Correnteza*, *Romper o Dia* e *Gaviões da Fiel*. Isso mesmo, *Gaviões da Fiel*, a torcida organizada/escola de samba formada por adeptos do Sport Club Corinthians Paulista. Antes de mais nada, é preciso perguntar: o que, afinal de contas, é o MST? Um sindicato? Um movimento social? Uma organização beneficente? Um partido político? Responderemos adiante.

Misturam-se, como se vê, entidades reais do movimento de trabalhadores e estudantes, fachadas de partidos de esquerda empenhados em ocultar seu objetivo revolucionário, organizações de esquerda ainda embrionárias que se pretendem vanguarda revolucionária, partidos disfarçados em movimento para não espantar a pequena-burguesia e, para dar aquele leve tempero demagógico, uma sociedade recreativa-esportiva. E aqui pegamos o fio da meada: qual é o catalisador mágico capaz de misturar e dar liga a tão esdrúxulo ajuntamento de de siglas e organizações?

Resposta: a aparentemente paradoxal mistura da enorme ilusão, brutalmente prejudicial aos trabalhadores, de que estaríamos vivendo no país e no mundo uma crise sistêmica – que só não desembocaria imediatamente em uma revolução socialista porque faltaria uma direção unificada para conduzir os trabalhadores à tomada do poder – com outra ilusão igualmente letal aos interesses do proletariado: a de que galgando os degraus da "cidadania", passo a passo, de reforma em reforma, o proletariado transporá gloriosa e civilizadamente os portais da sociedade socialista. A diferença entre estas apenas aparentemente inconciliáveis visões está em que a primeira abriga o vício do subjetivismo vanguardeiro, em que o uso da esperteza tão cara à pequena burguesia substitui a análise concreta da situação concreta tão recomendada por Marx, e a segunda escancara portas estruturais ao oportunismo. Tal diferença, contudo, se limita ao campo da ética. No método político, se completam, são faces de uma mesma moeda idealista, anti-materialista. Estamos falando, como se percebe, de trotsquismo e de reformismo social-democrata.

Os materialistas sabemos que não existem propostas absurdas em política. Propostas não caem do céu, idéias não caem do céu. São resultado de combates históricos. Cabe saber, assim, a origem histórica de tais idéias-propostas, para combatê-las e a elas apresentar alternativas.

Em primeiro lugar: a esquerda revolucionária foi derrotada pela ditatura militar. Só um retardado mental pode acreditar hoje, após o signicativo acúmulo de estudos históricos sérios, que a esquerda pode ter jogado – enquanto esquerda revolucionária – um papel sequer de reduzida influência no fim da ditadura e na redemocratização do país. Além do aniquilamento físico das organizações revolucionárias que atuaram no país nas décadas de 1960 e 70, a burguesia só deu sinal verde para o retorno das tropas aos quartéis após o covarde assassinato dos principais dirigentes do PCdoB (no episódio conhecido como "O Massacre da Lapa", em 1974) e do PCB ao longo de 1975 e parte de 1976, ano do assassinato de Manoel Fiel Filho e de Wladimir Herzog.

Guardemos o devido respeito revolucionário aos companheiros que tombaram na luta e àqueles que sofreram a barbárie da tortura nas masmorras patrocinadas por homens que estão aí, alguns, livres e soltos ditando regras pela imprensa democrática. Guardado, pois, tal respeito, é preciso dizer com todas as letras que a esquerda combateu um combate errado, marcado por desvios de todo tipo: vanguardismo, obreirismo, reformismo e, principal e fundamentalmente, a crendice democrática. E aqui é preciso ressaltar a densa dramaticidade contida no fato de a esquerda – ao pedir democracia em substituição a uma ditadura burguesa que já então não tinha mais capacidade de servir à burguesia como instrumento de reprodução do domínio do capital – alinhou-se ao mais que exitoso esforço desta burguesia em jogar para fora da cena das lutas de classe o fantasma do comunismo.

> "Tal diferença, contudo, se limita ao campo da ética. No método político, se completam, são faces de uma mesma moeda idealista, anti-materialista. Estamos falando, como se percebe, de trotsquismo e de reformismo social-democrata."

Desmorona-se, por fim, a ditadura nos primeiros anos 80. E onde estão os partidos de esquerda, ancorados em uma política comunista, classista, anti-burguesa, anti-democrática, revolucionária, que os capacitaria a auxiliar o proletariado a trilhar um caminho político próprio? Em lugar nenhum. Não chegaram a nascer. Foram previamente engolidos pela estratégia da redemocratização capitaneada pelo grande capital, arquitetada em Washington, em Brasília, na Avenida Paulista. A esquerda está desmoralizada, a revolução está desmoralizada. Traidores vestem a capa de ideólogos na passarela de um grande festival de mentiras e difamações. A esquerda tem vergonha de ser esquerda. A fraude teórica da democracia como valor universal vira consenso. Funda-se um PT montado na proibição da palavra comunismo. Um simulacro de partido operário, um sindicatão fantasiado de partido – ceveiro de oportunistas e aventureiros.

Proliferam teóricos a invocarem um certo espírito gramsciano, mas incerto e não sabido, mas extremamente apropriado à indefinição, ao adesismo, à esperteza erigida em método. Cai o Muro de Berlim, o imperialismo neoliberal derrota o socialismo real ao final dos anos 80. Mais que nunca, é proibido falar em comunismo.

Instala-se então o reino da democracia neoliberal.

E é no largo e raso e sereno oceano deste reinado que navegam de vento em popa sobre águas tranqüilas o trotsquismo e o reformismo, forças absolutamente hegemônicas na rearticulação da esquerda no pós-ditadura. Assim como para ongueiros e desocupados em geral "tudo é cultura", para o trotsquismo tudo é revolução. O que importa é o movimento, o conteúdo das bandeiras não tem lá muita importância, porque, afinal, tudo é revolução. Opera-se, então, uma gravíssima revolução conservadora, isso sim, nos

> “É preciso voltar às bases. É preciso, enfim, praticar um sindicalismo proletário. Um sindicalismo ancorado nas reivindicações concretas dos trabalhadores, e não nos devaneios de vanguardeiros e reformistas.”

conceitos de partido e sindicato, no significado de reivindicações imediatas e palavras-de-ordem de ação revolucionárias. Movimento social, partido, sindicato, central sindical, tudo isso está, para o trotsquismo, fundido num só e único impulso histórico de “transição” ao socialismo. Vale tudo. MST e Gaviões da Fiel convocam o povo para lutar contra a privatização da universidade. Vamos juntar tudo, assumir a direção e, então, fazer a revolução – eis a lógica do trotsquismo. Só que se esqueceram de avisar à História, à luta concreta de classes, à conjuntura política. Não se faz revolução quando se quer, mas quando há condições históricas e políticas para fazê-la. Mas o trotsquismo, contra todas as evidências, presencia uma situação revolucionária mundial, substituindo o materialismo marxista pelo delírio voluntarista da tal derrocada final do capital que Trotsky anunciou ao mundo em seu Programa de Transição em 1938. Também Trotsky se esqueceu de comunicar à História, ao materialismo histórico.

Os sindicatos estão vazios? O Andes anda esvaziado? A direita cresce no meio docente? Uma parte da responsabilidade tem que ser assumida pela esquerda, que vem impondo ao movimento sindical uma agenda voluntarista e anti-classista, anti-comunista. Uma esquerda que quer transformar trabalhadores em cidadãos, isto é, em alienados, em portadores da ideologia burguesa, em burgueses. De fato, mesmo presente fisicamente nos sindicatos, a esquerda está politicamente ausente dos sindicatos. Isto porque secundariza os interesses concretos dos trabalhadores na luta surda ou aberta contra os patrões, e prioriza uma tal “luta cidadã” misturada com chamadas e mais chamadas e convocações fora do alcance do interesse real e da compreensão crítica dos trabalhadores. Mas isso não é problema: o partido trotsquista e/ou o partido social-democrata compreendem pelos trabalhadores, estes não precisam compreender.

Para a social-democracia reformista, então, a democracia, hoje portadora do penduricalho neoliberal, é um prato mais que feito. Vamos disputar a hegemonia com a burguesia, inclusive a hegemonia política, estatal – sentenciam. E vem daí todo tipo de concessão, de oportunismo, daqueles que, alguns poucos, têm os olhos no céu, mas, todos, os pés no lodaçal fétido da democracia. Afirmou o pai de todos os reformistas, Eduard Bersnstein: “O movimento é tudo. Os objetivos, nada.”

E é do chão desta geléia geral político-metodológica que emerge o todo-poderoso MST, discretamente ancorado em uma ponta de culpa de uma pequena-burguesia construída enquanto segmento consumidor pela ditadura militar, uma pequena burguesia que afinal das contas não quer nada com a dureza da luta direta de classes, optando pela falsa solidariedade das campanhas cidadãs, que lhe amaina a culpa. E tome de atos e mais atos, eventos e mais eventos, viagens e mais viagens, campanhas e mais campanhas – tudo no horizonte infértil, falso, da inconseqüência, da acomodação, da conservação, da democracia, da cidadania. E neste caldo de incultura que ganha dimensão o MST, não mais como um movimento de trabalhadores rurais sem-terra e desempregados, mas com a arrogância e pretensão necessárias à convocação de uma manifestação em defesa do ensino público de qualidade.

Não seria, cabe a pergunta, papel de um partido de trabalhadores trabalhar na linha estratégica da unificação revolucionária das lutas dos trabalhadores, dando a tais lutas a dimensão possível e necessária de acordo com as possibilidades concretas da conjuntura? Na realidade, o MST quer é preencher, de forma historicamente vazia e autoproclamatória, a lacuna da inexistência de um verdadeiro partido proletário no país. Vamos, então, construir um partido revolucionário, proponho. Mas o MST não quer isso, é contra isso. Isso seria contra sua estrutura, sua ideologia, sua política. Ele só subsiste no quadro de uma esquerda hegemonizada pelo subjetivismo trotsquista e pelo oportunismo social-democrata reformista.

Fazer o quê? É preciso tomar o marxismo como balizador de ações voltadas para os objetivos de curto, médio e longo prazos. O comunismo, a proposta da ditadura do proletariado, a crítica à democracia. É preciso jogar no lixo a agenda da construção da cidadania, substituindo-a pela busca cotidiana da formação de uma consciência independente e revolucionária no proletariado a partir de suas lutas e consciência concretas, sejam elas políticas ou econômicas. Partido e sindicato só se unificam no momento revolucionário. E não estamos vivendo uma conjuntura revolucionária. É preciso voltar às bases. É preciso, enfim, praticar um sindicalismo proletário. Um sindicalismo ancorado nas reivindicações concretas dos trabalhadores, e não nos devaneios de vanguardeiros e reformistas.

* Jornalista e professor da Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac)

Opinião

A experiência da Federal do ABC e o Reuni

Luis Paulo Braga*

Nesta quinta-feira última, dia 23 de agosto, o Professor Luiz Bevilacqua, Reitor da Universidade Federal do ABC apresentou uma palestra sobre o projeto da universidade (http://www.ufabc.edu.br) e a sua situação atual. Iniciou sua exposição esclarecendo que o projeto de criação da UFABC antecede em muito o Reuni e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo sido aprovado no Congresso em 2004 e sancionado pelo Presidente da República em 2005. As deliberações iniciais sobre sua implementação evoluíram desde um novo *campus* da Universidade Federal Paulista, ou ainda uma nova universidade que seria tutorada, por um período, pela Universidade Federal de São Carlos, até a forma mais inovadora que está sendo posta em prática.

A Universidade está organizada por Centros: Centro de Ciências Naturais e Humanas; Centro de Matemática, Computação e Centro de Cognição e Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas e não tem nem departamentos, nem unidades. As disciplinas, assim como os cursos e professores pertencem aos Centros. Há cursos de graduação e pós-graduação. Todo o aluno, após prestar vestibular, ingressa no ciclo básico do Centro de opção, logrando, caso seja aprovado, um bacharelado em Ciências ao final de três anos. A partir daí pode pleitear a entrada em um bacharelado profissional, em uma licenciatura, ou em curso de pós-graduação ou ainda ir para o mercado de trabalho.

A UFABC conta atualmente com 106 professores doutores e 1000 alunos de sua primeira turma, cujo número inicial era de 1500 alunos ! O professor Bevilacqua rejeitou os parâmetros do Reuni para a relação professor aluno, assim como a taxa de redução da evasão. A meta principal, segundo ele, é prover um ensino básico de qualidade e duradouro, preparando o aluno para cursos profissionais mais inovadores tais como – Engenharia Ambiental e Urbana, Aeroespacial, Bioengenharia, Gestão e também para uma carreira de pesquisador, a necessária elite para o país, segundo o reitor da UFABC.

Na suas relações com a comunidade e a indústria, a UFABC vem preencher uma demanda por vagas no ensino superior atendida, até então, por instituições particulares. Houve resistências ao projeto inovador para os parâmetros da região – apontando para uma universidade profissionalizante. E, por parte das indústrias, nem sempre há receptividade ao perfil do profissional a ser formado – engenheiro com perfil de pesquisador, ao invés de um engenheiro de chão de fábrica.

A experiência em andamento é muito válida e demonstra pelos percalços encontrados que ainda passará por muitas reformulações. Demonstra também que não é por decreto que se deve alterar de uma hora para outra a estrutura vigente das atuais IFES. Os dirigentes da UFRJ – reitor, pró-reitores, decanos e diretores - tornam-se cúmplices de um projeto que é populista para os jovens e autoritário para os professores que não estão tendo sua voz ouvida.

Ao impor um calendário estreito e um processo inviável de participação da comunidade universitária, nossos dirigentes estão se curvando à agenda política de um governo em desespero. Serão co-responsáveis pelo apagão das universidades federais.

* Professor do Instituto de Matemática e Conselheiro da Adufrj-SSind

Colegiados

Reitor baixa portaria sobre vagas docentes

Dez das 50 vagas anunciadas pelo MEC farão parte da reserva técnica

Na sessão do Conselho Universitário de 23 de agosto, o reitor Aloisio Teixeira obteve a aprovação do colegiado para a publicação de uma portaria sobre o processo de alocação de vagas docentes. Todas as 50 vagas anunciadas pelo MEC para a UFRJ serão distribuídas pelo Consuni.

A diferença é que dez das 50 constituem reserva técnica do reitor e a alocação pelo colegiado será feita mediante proposta da administração da universidade, ouvido ainda o Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE), que congrega decanos, o prefeito universitário e representantes da própria reitoria.

As demais 40 vagas serão distribuídas pelo Consuni segundo proposta formulada pelos colegiados de ensino e pesquisa (CEG e CEPG). Para essa etapa do processo, também foi editado um cronograma: até 27 de agosto, as unidades e órgãos suplementares deveriam encaminhar suas solicitações de novos professores às decanias do Centros, estabelecendo três níveis de prioridade e definindo a distribuição por departamentos e a setorização correspondente a cada vaga pretendida; até 6 de setembro, os Conselhos de Centro fazem a consolidação destes pedidos e protocolizam o processo junto à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), que a enviará aos colegiados CEG e CEPG.

Os conselhos acadêmicos têm até 18 de setembro para fazer a preparação da proposta global de distribuição das vagas e encaminhá-la ao Conselho Superior de Coordenação Executiva, que a repassará em seguida ao Consuni. Até 25 de setembro, as comissões de Ensino e Títulos e de Desenvolvimento deste colegiado emitem parecer sobre a proposta, que será apreciada e finalmente decidida no dia 27 do mesmo mês.

Ao final da portaria (de nº 2205), o reitor nomeia ainda a Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) 2007, com representantes do CEG, do CEPG e da CPPD.

Pouco prazo

Alguns conselheiros solicitaram maior prazo para o envio dos pedidos das unidades, mas o reitor argumentou que não seria necessário, uma vez que o processo já havia sido iniciado, porém "abortado", com a entrega das solicitações à secretaria do CEG até 15 de agosto. Segundo ele, bastaria um reenvio às decanias, com eventuais correções.

Audiências públicas do Reuni

O reitor anunciou que o MEC voltou a prorrogar, desta vez para 27 de outubro, o prazo para as universidades enviarem seus anteprojetos de adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Em função disso, informou que as audiências públicas para discussão do tema estão marcadas para os dias 10 de setembro (na Praia Vermelha, provavelmente no auditório do CFCH), 11 de setembro (auditório do CCS) e 17 de setembro (no Salão Nobre do IFCS). Horários ainda não foram definidos.

Aloisio Teixeira espera iniciar a deliberação acerca do anteprojeto da UFRJ na primeira sessão ordinária de outubro, marcada para o dia 11. Eventualmente, haverá seqüência da discussão em uma reunião extraordinária no dia 18 ou, ainda, no dia 25.

Plebiscito

Representante dos técnico-administrativos no Consuni, Agnaldo Fernandes lembrou a realização do plebiscito nacional sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, de 1º a 9 de setembro. Ele explicou que haverá várias urnas espalhadas pela UFRJ e solicitou o apoio das direções das unidades.

Greve dos funcionários

Agnaldo esclareceu falou sobra a greve da Fasubra. Após 80 dias, o governo finalmente apresentou uma proposta para negociação, porém, insatisfatória para o conjunto da categoria. O Sintufrj realizará assembléia nesta terça, 28, às 10h, no CCS.

Fundações

Na sessão de 23 de agosto, ocorreu a primeira distribuição dos recursos recolhidos junto à FUJB e à Coppetec. Criado a partir da resolução nº 02/06 (que regula a relação entre a universidade e suas fundações de apoio), o fundo é constituído pela taxa de 5% sobre a receita bruta das fundações e é dividido, em partes iguais, pela administração central, pelos Centros e pelas unidades. O Conselho Universitário aprecia o plano de aplicação do terço que cabe à reitoria.

Com base nos recursos recolhidos ao fundo desde o ano passado, foi feita uma projeção de quanto estaria acumulado até dezembro deste ano, período para aplicação do plano, o que resultou num valor estimado de R$ 1,22 milhão. Despesas de custeio para funcionamento do gabinete consomem 86% do total, despesas de capital para funcionamento do gabinete recebem 6,6% e custeio para apoio a unidades e centros, 7,4%.

Aloisio Teixeira ressaltou que o atual processo joga transparência em recursos que ficavam ao inteiro dispor da reitoria. Também destacou que, agora, mesmo recebendo apenas um terço, a administração ainda resolveu dedicar um pequeno percentual para custeio de unidades e centros.

Apoio a pesquisadores presos na Alemanha

Dois pesquisadores na área de Planejamento Urbano e Regional foram recentemente detidos na Alemanha sob a acusação de terrorismo, sendo que sua ação acadêmica constitui o pretexto para incriminá-los. Já se mobilizam, em várias partes do mundo, pesquisadores e professores universitários para exigir a imediata libertação dos alemães Andrej Holm e Matthias B. No Consuni, vários professores decidiram assinar um abaixo-assinado, trazido pelo professor Carlos Vainer (do IPPUR), em solidariedade aos dois. Além disso, Aloisio decidiu solicitar informações à embaixada alemã e ao Itamaraty.

Repressão no USP

O colegiado também aprovou uma moção de repúdio à invasão da Faculdade de Direito da USP pela polícia local para a retirada de estudantes e representantes de movimentos sociais que ocupavam o prédio.

Eleições na Adufrj-SSind

As eleições para a próxima diretoria da seção sindical (biênio 2007/2009) e Conselho de Representantes acontecem nos dias 11 a 13 de setembro. Confira nesta edição, em encarte especial, a carta-programa da chapa "Adufrj Autônoma e Democrática", única inscrita para concorrer à direção da entidade.

CEG e CEPG terão sessões transmitidas

Os colegiados acadêmicos aprovaram recentemente a transmissão de suas sessões ao vivo, pela internet, a exemplo do que já ocorre com o Consuni, desde 2004.

Página 5

Protesto no Chile

No dia 29 de agosto, milhares de pessoas convocadas pela Central Única dos Trabalhadores do Chile protestaram nas ruas de Santiago e em outras cidades daquele país contra a política neoliberal do governo de Michelle Bachelet.

O movimento, no entanto, sofreu com a forte repressão policial: houve mais de 30 feridos e quase 700 detidos ao fim da jornada de mobilização.

Páginas 6 e 7

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 551 4 de setembro de 2007

Lula concilia com militares

Ana Manuella Soares

Lula diz que famílias de vítimas da ditadura não têm culpa "se um familiar se envolveu com uma coisa errada"

Na última quarta-feira, 29/8, em cerimônia no Palácio do Planalto, foi lançado o livro-relatório *Direito à Memória e à Verdade*, publicação coordenada pelo ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Paulo Vannuchi, e pelo presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos, Marco Antônio Barbosa.

A solenidade contou com a presença de 150 familiares das vítimas do regime militar do período de 1964 a 1985, no Brasil. Filha de Zuzu Angel e irmã do estudante Stuart Edgar Angel Jones, a jornalista Hildegard Angel esteve presente em sua coluna de 31/8, no Jornal do Brasil, revela as imperdoáveis gafes do presidente Lula da Silva ao comentar o sofrimento dos parentes dos militantes torturados e mortos durante os anos de chumbo.

Hildegard descreveu um presidente e "que não parecia à vontade no assunto". Não bastasse a ignorância de Lula sobre a recente história do país que governa, o presidente teve a coragem de afirmar, segundo a colunista, que as famílias dos torturados, mortos e desaparecidos "não tinham culpa se um familiar se envolveu em uma coisa errada". Não satisfeito com a gentileza prestada aos presentes, Lula ainda inocentou a ditadura "contando que, em conversa com os comandantes

Continua na página 8

Opinião

O Aplauso

Ricardo Kubrusly*

Tradicionalmente, aplaudimos os que se apresentam, quando nos tocam, quando nos revelam. Algumas vezes, é certo, por educação, por hábito. Aplaude-se os que, tocados, se revelam, os que se expõem e as suas idéias e/ou invenções. Aplaude-se a trajetória humana, a obra, as conquistas. Aplaudimos quando nos sentimos parte da conquista, quando nos orgulhamos e, emocionados, somos coadjuvantes na construção do momento do aplauso. Quando aplaudimos, somos sempre, também, um pouco aplaudidos. Um pouco de nós reverberou ao som dos últimos acordes, na última cena, no fecho final do discurso, na construção dos acontecimentos.

É nossa e está em nossos aplausos, a conquista, a praça, as vitórias e nossa é a esperança que o aplauso propicia. São nossas as vitórias das idéias que abraçamos e aplaudimos e é nosso o sucesso do aplaudido. Aplaudimos a coragem e a maestria de quem, diante de nós, concebe e executa nossos próprios sonhos e esperanças.

Aplaude-se de pé e as vezes aos gritos, quando os braços e as mãos não mais dão conta da emoção e o corpo todo aplaude e aplaude-se por estar-se ali naquele momento. Aplaude-se sempre pela vitória do espírito e pela sintonia com o aplaudido.

Aplaudimos o momento, silenciamo-nos, porém, diante da duração. De alguma maneira, entre as invejas e as euforias esparsas do cotidiano, vivemos, na angústia inevitável de nossos momentos, entre a fama e a eternidade. Entre a fascinação pelo que é difícil e o grito fácil, entre a obra e o reconhecimento. Entre ilusão e compreensão sempre buscamos os dois mas, talvez por medo ou preguiça, acabamos quase sempre apenas com um pouco de ilusão e nada mais. Compreendemos pouco em nossas vidas e, de ilusões em ilusões acabamos por aplaudir aqueles que pensamos terem realizado nossos sonhos. Aplaudimos pelo ínfimo que nos resta de coragem em uma vida de recuos e feita de ilusões, somente. Mas somos, no instante do aplauso, co-autores na obra e heróis nos acontecimentos.

Triste não é sermos feitos de ilusões, mas perceber, por cansaço ou distração, entre um momento e outro, no susto dos sonhos e da vida, o quanto aplaudimos o que não era em nós, o quanto compartilhamos e potencializamos o contrário de nossas aspirações, o reverso do nosso grito.

Triste não é sermos enganado. Afinal, o que esperar de seres feitos de preguiça e medo? Triste é nos darmos conta.

Ao vermos esse país, essa universidade, transformarem como máquinas precisas, esperanças em decepções, nos perguntamos: Valeu a pena aplaudir quem aplaudimos? Serão, sempre, os aplausos apenas uma ingênua parte de um processo decepcionante?

Triste é ver os sonhos endireitados, onde o confuso, cheio de dúvidas e dúvidas somente, dá lugar ao pragmático, onde o poder e seus dinheiros enforcam a arte na corda vaidosa do artista. Triste é ver os sonhos concretizados como pesadelos, é ver o poder truculento exercido por quem sonhamos libertador.

Nesse país, nessa universidade, com os sonhos mortos, vivemos a era do bico. Sem esperanças, dançamos os acontecimentos e buscamos nos dar bem a qualquer custo, entre um projeto e outro, entre um ganho e uma mordida. Vivemos, assim, a eterna espera do biquinho. Nossos heróis se transformam e, agora, são os senhores da farsa, os espertos, os que burlam a lei e se envaidecem, os homens bico. Talvez, por isso, nesta última semana, enquanto na farsa diária dos acontecimentos alguns políticos se tornaram alvos e réus, na convenção do partido oficial governista, milhares aplaudiram eufóricos o seu Zé Dirceu consagrando seus caminhos para os bicos e para a modernidade.

Será que merecemos esse país, essa universidade, nós que ainda sonhamos e lutamos por nossos sonhos? Será que merecemos conviver com esses aplausos, sermos parte e vivermos apenas a possibilidade do bico?

Penso que não. Que existe de fato, mais drama, complexidade e reflexão em nossa vida coletiva do que essa individualização mesquinha em que nossos dirigentes nos querem fazer acreditar.

Quando o destino é certo, incertos serão os destinos que buscamos.

*Diretor da Adufrj-SSind

Anote

Psicologia em debate no Forum

O Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia realiza a I Conferência "Abordagens Teórico-metodológicas em Psicologia Aplicada à Deficiência". O encontro traz como convidada Carol Schneider Lidz, professora da *United Cerebral Palsy Association*, Filadélfia. O evento acontece nesta terça-feira, 4 de setembro, às 9h, no Salão Pedro Calmon do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ. A entrada é franca.

Clínica da Pós-modernidade

O Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), do Instituto de Psicologia, realiza nos dias 5 e 6 de setembro o I Seminário Internacional Clínica da Pós-modernidade. O evento vai discutir as formas de subjetivação, violência e dessimbolização na sociedade contemporânea. Os encontros acontecem a partir das 10h, no Salão Dourado do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ. A entrada é franca. Para participar do I Seminário Internacional Clínica da Pós-modernidade basta enviar e-mail para clinicadaposmodernidade@gmail.com. Também serão aceitas inscrições no dia do evento. A programação completa do encontro pode ser conferida no site www.eicos.psycho.ufrj.br

Amazônia-Rio 2007

O Forum de Ciência e Cultura da sedia nesta quinta-feira, 6 de setembro, o penúltimo evento preparatório para o Projeto Amazônia-Rio 2007. No encontro, haverá debates sobre o tema "Recursos Florestais e Mineirais". O encontro acontece no Salão Moniz de Aragão, às 18h30, com entrada gratuita.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

CHAPA

ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

A chapa ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA apresenta-se às eleições para a Diretoria da Adufrj-SSind (biênio 2007-2009), definindo suas propostas a partir da reafirmação dos princípios que têm orientado as direções anteriores da Seção Sindical – a defesa da universidade pública e de um sindicato autônomo em relação a partidos, governos e reitorias e democrático nas suas instâncias vivas de discussão e deliberação.

Presidente: **Cristina Miranda** *(Colégio de Aplicação).*

1º Vice-presidente: **Roberto Leher** *(Faculdade de Educação)*

2º Vice-presidente: **Roberto Lima** *(Hospital Universitário)*

1º Secretário: **Luis Paulo Vieira Braga** *(Instituto de Matemática)*

2ª Secretária: **Anita Handfas** *(Faculdade de Educação)*

1º Tesoureiro: **José Miguel Bendrao Saldanha** *(Escola Politécnica)*

O apoio à **chapa** ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA expressa o desejo de preservação do caráter público da educação superior, da democracia no movimento docente, da postura autônoma em relação a governos e partidos e da Adufrj-SSind como espaço aberto ao debate e à crítica!

PARA APOIAR A CHAPA ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

Envie um e-mail para adufrj.autonoma.democratica@gmail.com

O comparecimento de cada professor às urnas é parte dessa luta.

Cada voto será um gesto da disposição dos professores da UFRJ na construção das melhores alternativas para o futuro da universidade pública!

PARA FORTALECER A ADUFRJ-SSIND
NOS DIAS 11, 12 E 13 DE SETEMBRO VOTE
CHAPA ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

Adufrj-SSind

Docentes das IFES paralisam atividades em 13 de setembro

Objetivo é pressionar governo em dia de reunião com representante do Planejamento

Em reunião realizada em Brasília nos dias 24 e 25 de agosto, o Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Andes-SN aprovou a realização de uma paralisação dos docentes, com vigília, no dia 13 de setembro. Até essa data, as seções sindicais ficam encarregadas de promover uma nova rodada de assembléias para deliberação do indicativo de greve nacional, que poderá ser deflagrada a partir da última semana de setembro.

É neste 13 de setembro que será realizada a terceira reunião de negociação da pauta dos docentes com a Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento (MPOG). Na anterior, em 23 de agosto, o secretário Duvanier Paiva Ferreira afirmou que o governo não dispõe de recursos financeiros para conceder reajuste salarial com impacto neste ano.

Além da questão salarial, a greve também será um instrumento de luta contra a precarização do trabalho docente; de defesa da educação pública; pela revogação do Reuni (Decreto nº 6.096/07); indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; revogação da Portaria Interministerial nº 22/07, que cria o banco de professores-equivalente, e abertura imediata de concurso público.

Governo Federal não investiu mínimo exigido em educação

A mobilização é mais que necessária, pois o governo não deixa de demonstrar seu descaso com os servidores e com a Educação a cada semana. Para dar um exemplo, segundo informações da Agência Brasil, Lula e sua equipe não aplicaram, em 2006, o mínimo exigido em educação, erradicação do analfabetismo e desenvolvimento do ensino fundamental. O Executivo deveria reservar 30% de seus recursos para a área. O dado foi apresentado nesta no dia 30 pelo ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, em relatório sobre as contas públicas do governo federal no ano passado, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, da Câmara dos Deputados

O Setor das IFES voltará a se reunir no dia 15 de setembro, para avaliar os resultados da reunião com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento e das assembléias a serem realizadas nas seções sindicais. Com base na avaliação, serão definidos os próximos passos da mobilização.

Os dez primeiros itens da pauta:

1. Reajuste salarial emergencial das perdas de janeiro de 1999 a dezembro de 2006 pelo índice ICV do DIEESE.

2. Definição de uma política salarial que inclua a incorporação das gratificações com paridade e isonomia

3. Isonomia entre GED e GEAD pelos seus valores máximos.

4. Incorporação da GED, GEAD e GAE no vencimento básico.

5. Isonomia do vencimento básico entre as carreiras do ensino superior e do 1º e do 2º grau;

6. Isonomia dos percentuais de titulação entre as carreiras do ensino superior e do 1º e do 2º grau.

7. Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

8. Incorporação da VPI – (Vantagem Pecuniária Individual).

9. Retomada da licença sabática.

10. Manutenção dos aposentados na folha de pagamento das IFES.

Confira a pauta completa em www.adufrj.org.br

Na UFRJ, mobilização pequena

A última Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada no Auditório do CFCH (em 30/8), contou com baixa participação da categoria. Não houve deliberação sobre indicativo de greve, nem sobre a paralisação do dia 13 de setembro. E outro fator dificulta uma possível paralisação das atividades dos docentes da UFRJ nesta data: trata-se do terceiro dia marcado para realização das eleições da Adufrj-SSind.

Representante da seção sindical no Setor das IFES, o diretor Salatiel Menezes fez um relato aos presentes no auditório do CFCH. Segundo ele, 13 assembléias de base já decidiram favoravelmente a um indicativo de greve, apenas cinco estariam contrárias desde já ao movimento e uma grande maioria (mais de 40, inclusive a da Adufrj-SSind) ainda não teriam tomado qualquer decisão sobre o assunto.

Salatiel observou que existe a expectativa de novas adesões ao indicativo de greve, uma vez que são reduzidas as manifestações contrárias à paralisação das atividades. Como sinal desta mobilização, o diretor apontou o bom número de representantes das seções sindicais enviados ao Setor: 31, no total.

Reuni

O professor aproveitou para relatar o quadro de adesão ao programa Reuni, do governo, em outras universidades. Pelo que ouviu no Setor, a situação praticamente se repete em todas, com reitorias tentando pressionar pela rápida aprovação de seus anteprojetos. Porém, à medida que a comunidade acadêmica é esclarecida sobre seu significado, já começa a surgir uma resistência maior ao projeto governamental.

O presidente da Adufrj-SSind, José Simões, comentou sobre as iniciativas que, mesmo pulverizadas, questionam a adesão da UFRJ ao Reuni. Ele falou sobre a possibilidade de convocar todos os professores para o Conselho Universitário do dia 13 para realizar uma manifestação contra o programa do governo.

Colegiados

CEG e CEPG na telinha

Colegiados aprovam transmissão de suas reuniões pela internet

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovou, em 29 de agosto, a proposta de ter suas reuniões transmitidas pela internet ao vivo. O mesmo já havia ocorrido em 20 de julho, em sessão do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG). O objetivo é repetir a experiência em uso para as sessões do Conselho Universitário, mas ainda não há uma previsão de quando a iniciativa vai começar nos colegiados acadêmicos.

De forma diferente do Consuni, porém, os conselheiros do CEG também já aprovaram que, se viabilizada pela administração superior da UFRJ, essa transmissão deverá sofrer restrições. Preocupam-se os representantes do conselho em evitar o vazamento de informações muito pessoais dos envolvidos em processos discutidos no plenário. Ficou decidido que os conselheiros levariam suas sugestões de assuntos vetados para o público externo numa próxima reunião.

O debate

O tema foi encaminhado ao CEG pelo representante discente Hugo Estevam. Segundo ele, além de ampliar o acesso da comunidade às discussões realizadas no colegiado, os arquivos das sessões gravadas, disponibilizados também através da internet (a exemplo do Consuni), poderiam servir como futuro material para estudiosos.

Hugo observou que a transmissão feita do Consuni, aprovada em março de 2004 e implementada a partir de agosto daquele mesmo ano, está obtendo bons índices de acompanhamento, de acordo com levantamento feito junto à assessoria de comunicação da universidade: "Até mesmo pessoas de fora da universidade ou de outros países têm assistido às sessões. E isso sem haver uma grande divulgação dessa transmissão", afirmou o estudante. Ele ainda lembrou que a própria reitoria já manifestava, em 2004, o desejo de que a ação se estendesse para os colegiados acadêmicos.

Conselheira pelo Centro de Letras e Artes (CLA), a professora Anita de Sá manifestou sua preocupação com o custo da iniciativa: "Para uma universidade que deixa de pagar a luz para pagar auxílio a estudante, acho um luxo gastar com transmissão", disse.

Sérgio Guedes, representante dos técnico-administrativos, considerou importante a transmissão do conselho, mas foi um dos primeiros a ponderar sobre as restrições: "É fundamental ter cuidado com processos que envolvem alunos", ressaltou. O professor Fernando Augusto (CT) reforçou a necessidade de proteger a privacidade dos alunos envolvidos em algum processo tramitando pelo CEG: "Às vezes, divulga-se um assunto de caráter pessoal do aluno num recurso", comentou, em relação a um possível constrangimento que poderia ser criado a partir da transmissão pela internet.

Ao final, venceu por unanimidade a proposta de que ocorram restrições à divulgação pela internet, ainda a serem definidas.

No CEPG, sem restrições

Também provocados por mensagem do representante discente do CEG, os conselheiros do CEPG já haviam aprovado o modelo de transmissão em julho. De acordo com a pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, Angela Uller, o CEPG recebeu sem restrições a proposta de divulgar suas reuniões pela internet. Ainda segundo ela, foi por "completo esquecimento" que o pedido oficial não foi enviado ao setor responsável pela tarefa: "De minha parte, considero que as reuniões são públicas e que não há qualquer assunto ou opinião que não possa ser divulgado, ainda mais porque as sessões já são gravadas", afirmou.

Implantação quase imediata

Coordenador da Divisão de Mídias Audiovisuais e Multimídias da UFRJ, Sérgio Duque Estrada acredita que a transmissão poderia ser implementada de forma praticamente imediata à solicitação oficial, uma vez que a infra-estrutura já existe para o Consuni. Mas ainda não há um estudo de quanto isso custaria. Ele também não vê dificuldades em fazer uma divulgação restrita, no caso do CEG: "Assim que solicitado, basta desligar os equipamentos de transmissão e ficariam ligados apenas os microfones do plenário", disse. "Vejo com muita satisfação esse movimento dos conselheiros. Agora é aguardar o pedido e ver como querem fazer", completou.

UFRJ já tem proposta de calendário 2008

Em suas reuniões das últimas semanas, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) aprovaram uma proposta de calendário acadêmico para 2008. A decisão final ainda cabe ao Conselho Universitário.

Pelo que foi discutido no CEG, o próximo semestre letivo iria de 3 de março a 12 de julho. Já o segundo período letivo de 2008 estaria previsto para acontecer de 4 de agosto a 6 de dezembro. Haveria ainda a possibilidade de um período especial de 5 de janeiro de 2009 a 21 de fevereiro de 2009.

Para os alunos dos cursos da Faculdade de Medicina (Fisioterapia, Fonoaudiologia e Medicina), o primeiro período iria de 11 de fevereiro a 11 de julho (exceto os calouros, que começariam no dia 18 de fevereiro). Já o segundo período iria de 28 de julho a 19 de dezembro. Finalmente, os estudantes do Colégio de Aplicação teriam aulas de 18 de fevereiro a 18 de julho (no primeiro período letivo) e de 4 de agosto a 19 de dezembro.

O CEPG também já enviou para a secretaria do Consuni sua proposta de calendário 2008. Todos os cursos iniciariam as atividades em 3 de março. Para os que se organizam em semestres e em bimestres, as aulas acabariam em 22 de dezembro. Já os que obedecem ao calendário trimestral continuariam suas atividades até 20 de fevereiro de 2009.

Admissão de novos alunos para o Colégio de Aplicação

O Colégio de Aplicação da UFRJ abre vagas para admissão em 2008. No ensino fundamental, serão 48 vagas para a Classe de Alfabetização, 4 para o 3º ano (antiga 2ª série), 3 para o 4º ano (antiga 3ª série), 3 para o 5º ano (antiga 4ª série) e mais 4 para o 6º ano (antiga 5ª série). Já no ensino médio, serão 30 vagas para a 1ª série e mais 4 para a 2ª série.

A pré-inscrição deverá ser feita no período de 17 a 21 de setembro de 2007, de 8h às 16h, no Colégio de Aplicação, à Rua J.J. Seabra, s/n - Lagoa, mediante a entrega de alguns documentos e o comprovante de depósito de R$ 40. O formulário de requerimento de pré-inscrição deverá ser obtido no próprio CAp, mediante apresentação de comprovante de depósito no Banco do Brasil.

Os pedidos de isenção de taxa deverão ser encaminhados à secretaria do Concurso, por requerimento de acordo com modelo à disposição na portaria do Colégio, no período de 10 a 14 de setembro de 2007, também de 8h às 16h, com alguns documentos. No ato da apresentação dos papéis, será realizada entrevista com o responsável legal pelo candidato.

Os candidatos ao ensino fundamental e os candidatos aptos (após prova de nivelamento) à 1ª série e à 2ª série do ensino médio serão submetidos, no dia 24 de setembro, a processo de sorteio público para preenchimento das vagas oferecidas. O sorteio acontecerá no Auditório Rodolfo Rocco (Quinhentão) do Centro de Ciências da Saúde, Bloco K do CCS, Ilha do Fundão. A listagem oficial com o resultado do sorteio será divulgada no dia 26 de novembro, na sede do Colégio, a partir das 10h. Para mais informações, o edital completo está disponível na página da Pró-reitoria de Graduação (www.pr1.ufrj.br).

Internacional

Quando a paciência se esgota

Milhares de trabalhadores apoiados pela maioria da população fazem protesto contra a política econômica de Bachelet, no Chile

Fotos: Internet

NO INÍCIO DA MANHÃ DO DIA 29 DE AGOSTO, SANTIAGO FOI ACORDADA PELO PROTESTO DE MILHARES DE TRABALHADORES CONTRA A POLÍTICA NEOLIBERAL DE BACHELET. MAS O GOVERNO CONVOCOU GRANDE EFETIVO DE POLICIAIS PARA REPRIMIR O MOVIMENTO

A Jornada Nacional de Mobilização Social e Sindical convocada pela Central Única dos Trabalhadores do Chile na semana passada pôs em evidência o desconforto de grande parte da sociedade chilena, que segue esperando profundas melhoras e uma justa distribuição das riquezas produzidas no país. O bombardeio das cifras macroeconômicas que são lançadas periodicamente pela Casa da Moeda chilena tem tido um efeito bumerangue.

A fartura dos números só encontra satisfeitos em um setor minoritário ligado à indústria, ao comércio e a determinadas áreas de serviços. Mas, para a maioria da população, esses avanços não se refletem nos salários, que perdem frente aos preços dos artigos de primeira necessidade. Por isso, quanto mais o governo lembra à população dos que "estão passando bem", mais acirra o descontentamento da maioria. Segundo números do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Chile é o segundo pior país da América Latina em matéria de distribuição de rendimentos, perdendo apenas para o Brasil.

Quase 700 detidos e mais de 30 feridos foi o saldo de uma jornada de protestos no último dia 29 de agosto e na madrugada de 30 que repetiu as imagens e os métodos violentos que utilizaram os oficiais militares durante a ditadura de Pinochet. "Não há como justificar as perdas", lamentava o ministro do Interior, Belisario Velasco, ao mesmo tempo em que elogiava a ação da polícia militar que despejou nas ruas de Santiago um operativo que incluiu efetivos da infantaria e da cavalaria e utilizou carros 'lança-água' e 'lança-gases'. O ministro também afirmou que "a violência e o vandalismo", ocasionaram os momentos de paralisação na capital, minimizando o alcance da manifestação do povo chileno.

O defensor dos direitos humanos Hugo Gutiérrez explicou que os oficiais militares puseram em prática um sistema de 'contenção' baseado na repressão temporária dos dirigentes das comunas que se formaram, com o objetivo de desarticulá-las. Essa ação da polícia pode explicar o caos e a multiplicação dos incidentes violentos que marcaram o protesto. Gutiérrez considera que o único culpado pela violência na capital foi a ação da polícia, cuja operação de força foi expressamente autorizada pela presidente Michelle Bachelet.

A convocação da Central chilena foi feita sob o tema "para conquistar um Estado socialista, democrático e solidário". O ministro do Interior, Belisario Velasco, afirmou, no entanto, que "foi uma mobilização atípica porque não havia razão clara para a manifestação dos trabalhadores e tampouco o apoio massivo dos cidadãos chilenos". Esta análise oficial parece equivocada ou ingênua se levarmos em conta que, no dia anterior à manifestação, o povo expressava sua insatisfação e repetia a chamada da Central aos líderes das bancadas parlamentares dos partidos que integram a coalizão do governo de Bachelet, inclusive ao Partido Socialista, ao qual pertence a presidente.

O próprio presidente do Partido Socialista chileno, Camilo Escalona, havia emitido seu apoio à mobilização. A única voz dissonante foi a da democrata cristã Soledad Alvear que argumentou não compreender a manifestação "quando há espaço de diálogo". É exatamente o tema das comissões do governo e 'vias de diálogo' que está sendo duramente criticado até pelas bases do partido do governo. Os militantes e sindicalistas consideram que as comissões são "um desvio para uma via morta". Onde muito se fala e pouco é solucionado... ou quase nada. Outros dirigentes definem as comissões do governo como um "lugar para sermos entretidos", sem que nenhuma ação concreta seja realizada.

Contra o modelo econômico

A Central dos Trabalhadores chilena convocou a mobilização contra a alta de preços e os baixos salários da política econômica de Bachelet, que qualificam de "neoliberal". Os trabalhadores também exigem a mudança do sistema eleitoral que muitos consideram sem representatividade e a principal causa do fato de a metade dos eleitores não participar quando são chamados às urnas. Cresce no Chile o número de pessoas que acreditam que a solução dos principais problemas sociais está fora das regras vigentes no país hoje.

Opinião

Reivindicação por mudanças profundas

É perigoso que o governo e as direções políticas chilenas ignorem as reivindicações que vêm sendo feitas há muito tempo pela população, como um rumor subterrâneo, mas que mostram esporádicas explosões dos movimentos à superfície da sociedade. Outra má notícia é o fato de o ministro do Interior ter minimizado as reivindicações.A presidente Bachelet se limitou a condenar a violência sem assumir que já há um legítimo e crescente descontentamento pela falta de medidas sociais efetivas em seu governo. Silêncio pior que o "tique" defensivo do governo antes das convocações da Central, foi deslegitimá-las a priori, e empregar a força repressiva do Estado interrompendo a condição atual de democracia que prega a presidente.

E esta não é uma análise exagerada: as cenas das ruas apresentadas pelas redes de televisão mostraram que os oficiais militares atuaram de uma maneira violenta e indiscriminada. O senador socialista Alejandro Navarro sofreu feridas ao ser golpeado por um policial quando tentava mediar a situação e garantir um fim pacífico ao protesto. Entre os feridos pela polícia chilena também figuram o Prêmio Nacional de Literatura, Raúl Zurita, e vários repórteres e fotógrafos. A manifestação teve seu ápice em Santiago, mas também repercutiu em várias localidades como Valparaíso, Concepción e Rancagua, na província de Arauco. Na capital, os protestos se estenderam por toda a noite com barricadas, fogueiras e cortes no sistema elétrico, como ocorriam durante as jornadas de resistência contra a ditadura.

O presidente da Central chilena, Arturo Martinez, acusou o governo e as autoridades metropolitanas de criarem um clima de violência que terminou por interferir na forma pacífica com que o evento foi convocado. O sindicalista disse que a violência é inevitável "quando as autoridades passam semanas a promover esse clima de repressão antes mesmo do ato". Acrescentou: "Aqui nós temos gente que tem fome, gente que está cansada de esperar". Afirmou ainda que a Central está disposta a conversar com os empresários e com o governo, mas não através de comissões ou conselhos bi ou tripartites. "Existe um governo que tem que conversar com uma organização social que é capaz de parar esse país", concluiu Arturo.

* *Servicio de Prensa Alternativa* (Serpal/Adital)

Tradução: Ana Manuella Soares

O leopardo perde as saias no Chile

José Domingues de Godoi Filho*

Após 17 anos do fim da ditadura Pinochet e após freqüentar a lista dos países emergentes que deveriam ser seguidos por aqueles que pretendessem se desenvolver, inclusive o Brasil, segundo muitos dos economistas que pululam nas universidades e nas estruturas do governo, finalmente, em 29 de agosto, os movimentos sociais e os trabalhadores chilenos tiraram debaixo das saias do governo o Leopardo que estava escondido. Como o daqui, que tentou se disfarçar usando barbas, o de lá revelou a mesma face e objetivos, para continuar tudo do mesmo jeito. Não conseguiu vencer o daqui no item concentração de riquezas, mesmo considerando os indexadores dúbios utilizados pelos "lost prophets". Os 10% mais ricos da população chilena detêm da ordem de 46% da riqueza, enquanto os 10% mais pobres não atingem 1,5%.

Em 2006, para deixar mais claro, as empresas mineradoras que expropriam o cobre chileno tiveram um lucro de US$ 20 bilhões, o que supera todos os investimentos estrangeiros em mineração de 1974 até 2005, isto é, US$ 19,976 bilhões, segundo o *Comité de Inversiones Extranjeras*. Se comparados com dados orçamentários do Chile, representam o dobro do previsto para os ministérios da saúde e de educação, sendo que em relação aos investimentos para educação são quatro vezes maiores. Como o daqui, a presidente de lá, Michelle Bachelet, que tentou esconder o Leopardo por debaixo da saia, consegue, ainda assim, tecer loas à política de educação.

Em relação aos salários, os dados do INE – Instituto Nacional de Estatísticas do Chile, os cerca 3,15 milhões de trabalhadores assalariados (para uma população de 16,13 milhões de habitantes e excluídos gerentes, administradores e diretores, profissionais e vendedores) têm uma remuneração anual, num total de US$ 17,83 bilhões. Ou seja, os 3,15 milhões de trabalhadores têm uma remuneração total anual menor que o lucro líquido de 14 empresas estrangeiras de mineração que estão expropriando o cobre chileno. E os mesmos US$ 20 bilhões de lucro das mineradoras no Chile representam o dobro do PIB da Bolívia e aproximadamente três vezes o do Paraguai.

Na realidade, os governos que sucederam à ditadura Pinochet aceitaram as amarras legais deixadas para impedir modificações constitucionais, principalmente em relação à legislação trabalhista, à política educacional, à previdência social e à participação do Estado nas atividades produtivas e de serviços. O modelo neoliberal com suas reformas foi imposto e não há indicador que demonstre interesse dos partidos que integram a coalizão governamental em alterar essa situação.

Internet

Cartaz do filme O Leopardo, de Luchino Visconti (1963). A história se passa na Sicília do século 19, dominada pelos espanhóis do ramo dos Bourbons. Com a velha aristocracia aliando-se à força ascendente da burguesia; e frente aos avanços do revolucionário Garibaldi na região, seu sobrinho Tancredi (Alain Delon) dá ao Príncipe de Salina Don Fabrizio (Burt Lancaster) a fórmula mágica: "**se quisermos que tudo continue como está, é preciso que tudo mude**".

Ao contrário, o governo chileno criou, com os empresários, o mesmo esquema de concertação que, no Brasil, vem sendo, via Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico (CODES), implantado pelo Leopardo de barba, já bastante afinado com a garantia ao capital de ganhos impensáveis. Já são 17 anos de saque produzido pelas empresas transnacionais, e pelo capital interno do Chile, que dominam o sistema bancário, os fundos de pensão, as minerações de cobre, o setor elétrico, a telefonia, os recursos hídricos, a produção de gás , os espaços florestais e de produção de frutas e a legislação ambiental sem nenhuma preocupação com as condições sócio-ambientais. Um cenário pouco diferente do que observamos em nosso país, com cinco anos a menos de imposição do mesmo modelo econômico, com a diferença de que, por aqui, expusemos o Leopardo mais rapidamente.

O Leopardo que se escondia por debaixo das saias da candidata Bachelet, como o daqui, também prometeu transformar o atual modelo e ampliar a participação ativa da sociedade na construção de um novo projeto nacional. Passadas as eleições, em relação aos anteriores, o governo Bachelet vem aprofundando a aplicação do modelo neoliberal no Chile. Para tanto, manteve uma equipe econômica em sintonia com os preceitos neoliberais já bastante conhecidos por nós – estabilização, superávit fiscal, vantagens competitivas, garantia da propriedade privada, desregulamentação, estímulo do lucro das empresas às custas do trabalho precário, da falta de responsabilidade com a saúde e com a educação públicas, com o financiamento da infra-estrutura e entrega dos recursos naturais. Tudo muito semelhante aos conteúdos dos PPA's e PAC de Lula. Também como no Brasil, o governo de Bachelet orienta os gastos sociais de forma a atender os preceitos da focalização e das políticas assistencialistas, deixando para a iniciativa privada a exploração de setores fundamentais para a construção do país.

As manifestações de 29 de agosto foram importantes e legítimas para denunciar ao mundo o que se passa no Chile e para iniciar a construção da unidade dos trabalhadores chilenos em defesa de seus direitos. A unidade dos trabalhadores e dos movimentos sociais é a resposta que está sendo buscada para enfrentar o governo chileno e a continuidade do modelo neoliberal, que, como por aqui, também utiliza de forte esquema de repressão policial para tentar impedir as mani-festações, além de cooptar lideranças para impedir a organização das lutas. Tomara que as saias do Leopardo Bachelet não consigam cooptar a CUT chilena, como fizeram as barbas do Leopardo Lula.

*Professor de Geologia Geral da UFMT e ex-diretor do Andes-SN

Continuação da capa

militares, quando discutiam a abertura dos arquivos, ele lhes disse: 'vocês não podem ser responsáveis porque algum elemento da instituição cometeu algum tipo de excesso'".

Nas palavras de Hildegard sobre o discurso de Lula: "Tropeços de quem talvez não sinta em profundidade essa tragédia, ou mesmo de quem não a entenda". O irmão da colunista foi torturado e arrastado por um jipe, com a boca no cano de descarga do veículo, pelo pátio interno do quartel do Centro de Informações da Aeronáutica, em 1971.

Para militante, presidente deveria ter pedido desculpas em nome do Estado

Segundo a fundadora e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, Cecília Coimbra, a publicação é, na verdade, um relatório sobre o funcionamento da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos da SEDH que apreciou os casos encaminhados pelos familiares das vítimas e por entidades como o Tortura Nunca Mais. "O livro é um passo importante, sem dúvida, não podemos deixar de reconhecer. É importante porque pela primeira vez o Estado brasileiro assume que torturou, seqüestrou e ocultou cadáveres. Assume oficialmente que durante o período da ditadura militar, a tortura e desaparecimento foi uma política oficial do Estado. Óbvio que seria muito importante se, no dia do lançamento, o senhor presidente Luiz Inácio Lula da Silva viesse a público e pedisse desculpas à nação pelos crimes cometidos em nome da segurança nacional naquele período.", comentou Cecília sobre a solenidade de lançamento do relatório da SEDH.

Ônus da prova ficou para os familiares

Cecília conta que o decreto que criou a Comissão foi assinado em 1995, no então governo Fernando Henrique, mas acabou tornando-se um problema a mais para os parentes e entidades que lutavam pela abertura dos arquivos do aparelho repressivo da ditadura. "Nós queríamos que esta lei tivesse sido revisada, pois tínhamos algumas questões contra o decreto que instituiu a Comissão", conta Cecília, que também é professora doutora do departamento de Psicologia da UFF. "Simplesmente, na ocasião, não fomos ouvidos pelo governo FHC. Achávamos que a lei era um passo importante, mas, ao mesmo, tempo extremamente perversa, pois colocou o ônus das provas nas mãos dos familiares e entidades de direitos humanos", denuncia.

Marcello Casal Jr./ABr

MINISTRO PAULO VANNUCHI, NO LANÇAMENTO DO RELATÓRIO OFICIAL SOBRE A DITADURA

Penteando a história a contrapelo

A professora não se eximiu da tarefa de relembrar o que significou os desmandos da ditadura. "Não são só as organizações militares, mas também os empresários financiaram a tortura. Parlamentares e políticos que ainda hoje atuam apoiaram e respaldaram diretamente o terrorismo de Estado que se instalou neste país naquele período". Penteando a história a contrapelo, a professora lembra que as instituições "como um todo" foram responsáveis pela ditadura e por suas vítimas. "É importante que se passe a limpo esta história e que se peça desculpa à nação pela violação de direitos humanos cometidos".

Sem novidade

Cecília confirma a crítica de que a publicação da Secretaria não traz novidades em relação ao que já havia sido divulgado durante os últimos anos sobre as vítimas do regime militar. Trabalho que, segundo ela, deve ser creditado muito mais aos familiares e à própria imprensa. "A publicação deste livro ainda é um passo tímido e pequeno, porque todos aqueles fatos que estão narrados neste relatório já foram publicados em jornais. Foram desvendados – quase que um trabalho de detetive - pelos familiares de mortos e desaparecidos e pelas entidades. Então, não tem nenhuma novidade ali. A novidade e a importância são que esses fatos são agora reconhecidos", conclui.

Colaborou Diego Cotta, estagiário

MONUMENTO TORTURA NUNCA MAIS, RECIFE/PE

Participe do plebiscito pela anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.
A campanha, que vai até o dia 9 de setembro, terá várias urnas espalhadas pela cidade e também dentro da UFRJ.

Resenha

Frustração discente

Uma nova "moda" está surgindo no ensino superior: é a aula on-line. Mas, apesar da modernidade do nome, a promessa de revolução do currículo tem frustrado os alunos. É que nessa nova modalidade, até 20% das aulas com professor desaparecem. O aluno fica só com os textos via web e tem um fórum para tirar dúvidas. "Quando a gente entrou na faculdade, não tinham falado que teria esse tipo de aula. A maior parte da sala é contra e a gente não tem escolha", diz a estudante de jornalismo da Anhembi Morumbi, Bárbara Luiza Pacheco, de 19 anos. No quarto semestre do curso, suas aulas on-line são de psicologia e empreendedorismo. Não há vídeos e há pouca interatividade com o conteúdo. *(Fonte: Portal G1, 03/09)*

Ministério da Cultura utiliza indevidamente nome do CMI

Em documento recente de um programa de financiamento de projetos, o Ministério da Cultura incluiu indevidamente o Centro de Mídia Independente entre redes para possíveis articulações. O texto incentiva que estes projetos enfatizem, além de relações com outros projetos financiadas pelo governo. O CMI rejeitou a inclusão para não perder sua autonomia. *(Fonte: Centro de Mídia Independente, 29/08)*

Docentes da Ufes farão paralisação

Em Assembléia Geral realizada na manhã de 31 de agosto, os professores da Ufes decidiram paralisar por 24 horas as atividades da universidade no dia 13 de setembro, aderindo ao movimento nacional articulado pelo Andes-SN. Os docentes também definiram um posicionamento contrário à implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação Acadêmica e Expansão das Universidades Federais, o Reuni. *(Fonte: Adufes, 31/08)*

Disseminação de doenças é recorde

Novas enfermidades estão surgindo "com mais rapidez do que nunca", afirma relatório da Organização Mundial da Saúde. Mundo atual tem pelo menos 40 doenças que eram desconhecidas pela geração passada, segundo o informe sobre a situação da saúde pública mundial de 2007, lançado na quinta 23. (*Fonte: Portal Consciencia.net, 23/08)*

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

ESPECIAL ELEIÇÃO

EDIÇÃO DE
4 DE SETEMBRO
2 0 07

Carta Programa da Chapa ADUFRJ Autônoma e Democrática

A renovação da diretoria da ADUFRJ-SSIND (biênio 2007-2009) acontece em um contexto marcadamente contraditório, em que novas alternativas estão sendo forjadas para a universidade pública brasileira e latino-americana, mas também em um período em que a contra-reforma avança a passos largos, objetivando desconstituir o conceito de universidade consignado no Art. 207 da Constituição Federal para convertê-la em educação terciária, *escolões* pós-secundários, o modelo que os "senhores do mundo" julgam suficiente e adequado aos países capitalistas dependentes. A opção pelo fortalecimento da ADUFRJ-SSind expressa o empenho do movimento docente da UFRJ em construir a opção transformadora da universidade pública, em um contexto em que em toda América Latina estará celebrando a atualidade da Reforma de Córdoba (1918) como um patamar a ser levado adiante pelos defensores da educação pública de hoje.

Arquivo

Contra-reformas que ameaçam a universidade pública e universal

Há um quarto de século a universidade pública brasileira está sendo submetida a forte ofensiva neoliberal com conseqüências profundamente negativas para o ensino, a pesquisa e a extensão, reconfigurando a função social, as formas de produção do conhecimento, o conceito mesmo de *formação*, a docência, a relação com a educação básica e o sentido de ser professor. No Brasil, o alcance dessa agenda foi magnificado pelo longo período de ditadura empresarial-militar e pelos aliados internos da *modernização conservadora*. É possível afirmar que a agenda neoliberal foi implementada em solo fértil e pôde contar com operadores dentro da universidade e em determinados nichos do sistema de ciência e tecnologia.

Nos dias de hoje, está em curso um conjunto de medidas que objetivam concluir esse longo ciclo de contra-reformas (a conversão das universidades públicas em organizações terciárias). Caso essas políticas não sejam revertidas, a universidade pública, produtora de conhecimento novo e capaz de garantir formação integral de seus estudantes será corroída em seus fundamentos. Atualmente, a medida de maior poder letal é o REUNI e, para implementá-la, o governo promove uma áspera chantagem econômica e impõe um drástico arrocho salarial aos professores e técnicos e administrativos (que, segundo o PAC, deve ser a política para os próximos dez anos), empurrando muitos docentes para atividades remuneradas fora da universidade, para o empreendedorismo dentro da universidade, em prejuízo das atividades próprias do fazer acadêmico e, cada vez mais freqüente, para o ciclo infernal dos empréstimos consignados na folha de pagamento.

O modelo configurado pelas medidas governamentais não é original, estando presente nas orientações bancomundialistas, nos tratados neoliberais da União Européia (Processo de Bolonha) e, sobretudo, no paradigma estadunidense dos *community colleges*. No Brasil, a idéia de cursos de graduação minimalistas foi defendida por Schwartzman, então presidente do IBGE (gestão Cardoso), pelo MEC, já na gestão Lula da Silva, pelo menos desde 2004 e, mais recentemente, por uma iniciativa combinada entre o MEC e alguns reitores aliados no Projeto Universidade Nova. Foi após a reeleição que Lula da Silva acelerou o processo, editando um Decreto instituindo a Universidade Nova, depois rebatizada, no Decreto 6069/07, como REUNI, cuja concepção se pauta nas propostas da Universidade Nova.

Este projeto conduzirá a uma falsa ampliação do acesso dos secundaristas, visto que a capacidade instalada das IFES e o quadro atual de docentes/ servidores técnicos e administrativos não permitem ampliação significativa de vagas. E os recursos potencialmente disponíveis no REUNI são em ordem de grandeza incompatíveis com a melhoria da infra-estrutura e com a contratação de docentes e técnicos e administrativos.

Com efeito, o orçamento médio, em valores constantes (IPCA) das 53 IFES, no governo Cardoso (1999-2002) e no governo Lula da Silva (2003-2006) foi basicamente o mesmo: aproximadamente R$ 8,0 bilhões. No entanto, no período 1995-2005, o número de estudantes cresceu aproximadamente 70%. O REUNI pretende dobrar o número atual (que, vale insistir, somente foi possível com a superintensificação do trabalho docente e do uso da infra-estrutura existente) com recursos incertos que, mesmo se que confirmados, não ultrapassarão R$ 1 bilhão (algo como R$ 18 milhões por instituição), montante incapaz de colocar em dia as dívidas das IFES e, portanto, de melhorar a infra-estrutura, de possibilitar novos concursos e de corrigir as pesadas perdas salariais dos professores e técnicos e administrativos. A profundidade do estrangulamento das IFES pode ser mensurada quando verificamos o orçamento das três universidades paulistas que obviamente não vivem uma situação confortável em termos orçamentários: R$ 4,5 bilhões!

Assim, ao contrário da publicidade e de documentos ufanistas das administrações universitárias, essas medidas não irão garantir o ingresso de um número expressivo de estudantes. E, pior, os poucos contemplados com essa política terão acesso tão-somente a uma formação aligeirada, *minimalista*, direcionada ao mercado de trabalho desregulamentado e flexível.

Novamente, falsificando o consenso, o MEC impôs um cronograma de apresentação de propostas a toque-de-caixa que inevitavelmente levará ao desastre. Como elaborar planos que modificam estruturalmente as instituições em menos de dois meses? As administrações universitárias, em vez de promoverem um ousado programa de expansão com qualidade, fortalecendo a unidade da comunidade acadêmica com os movimentos sociais, sindicatos autônomos, movimento estudantil, exigindo a alteração do padrão de financiamento para que a universidade pública possa ser, de fato, uma instituição de muitos, aberta às classes populares, capaz de garantir elevada qualidade de formação, optaram por se acomodar a essa política destrutiva, celebrando o dito da ex-primeira ministra Margareth Thatcher de que "não há alternativa".

Os recursos potencialmente disponíveis no REUNI são em ordem de grandeza incompatíveis com a melhoria da infra-estrutura e com a contratação de docentes e técnicos e administrativos

Alternativas forjadas nas lutas

As lutas estudantis, de professores, sindicatos, movimentos sociais em toda América Latina afirmam que, longe de estarmos em uma conjuntura que somente possibilita retrocessos, podemos vivenciar oportunidades novas, inéditas, alvissareiras e, por isso, a opção pelo fortalecimento da ADUFRJ-SSind é ativa, consciente e estratégica!

Com efeito, diversos países latino-americanos vivem um contexto de retomada das lutas em defesa da educação pública a partir de novas bases, reunindo educadores, estudantes, movimentos sociais, sindicatos, coordenações nacionais de lutas de diversos tipos que estão reivindicando uma universidade pública de outro tipo, inovadora em termos de produção de conhecimento, crítica em relação às formas instrumentais de desenvolvimento do conhecimento e de fato universais.

O Andes-SN e, localmente, a ADUFRJ-SSind, são atualmente os principais espaços democráticos e autônomos para impedir que o modelo do *escolão* preconizado pelo MEC e pelos setores dominantes internos e externos seja implementado. Por ser um espaço democrático, aberto ao diálogo e independente frente aos governos, às reitorias, aos partidos e às igrejas, a Seção Sindical pode criticar as medidas antiuniversitárias dos governos e das administrações a partir de um horizonte histórico amplo, distinto da discussão "aqui-e-agora" imposta pelo MEC e acolhida pelas administrações que apóiam o método antidemocrático de relação entre a universidade, uma instituição constitucionalmente autônoma, e o governo, que trata as universidades como se fossem uma repartição pública a seu dispor.

A conjuntura atual favorece a organização da luta contra a consolidação do modelo bancomundialista a partir da crítica às políticas estabelecidas, objetivando a construção de alternativas para que os docentes, livremente organizados, possam apresentar as suas concepções de ampliação com qualidade da educação superior pública, em permanente diálogo com os protagonistas das lutas pela educação pública.

Compreendendo a particularidade da conjuntura atual, a Chapa ADUFRJ: AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA, estará engajada na resistência ao modelo bancomundialista, promovendo lutas unitárias e, não menos importante, debatendo e discutindo alternativas que, desde o presente, possam tornar as nossas universidades públicas instituições que estão plantando as sementes da educação do futuro, em que a formação supere a dicotomia entre o *homo faber* e o *homo sapiens*, entre os que fazem e os que pensam, o fundamento do trabalho alienado imposto pela ordem do capital.

Nessa perspectiva, cinco desafios, apresentados adiante, são cruciais para as lutas do presente:

1. A defesa da educação pública em todos os níveis e modalidades
2. A universalização do acesso à educação superior pública e gratuita
3. A ampliação do financiamento público estatal
4. A defesa da função social e emancipatória da universidade pública
5. O reajuste salarial e implementação da nova carreira do Andes-SN

Plano de lutas

1. Defesa da educação pública e dos espaços públicos de produção do conhecimento

Defender a educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade social e sua universalização, em todos os níveis e modalidades, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação, dentre as quais a inclusão da educação no Acordo Geral de Comércio e Serviços da OMC, seu impacto e suas conseqüências nas relações do trabalho docente.

As lutas estudantis, de professores, sindicatos, movimentos sociais em toda América Latina afirmam que, longe de estarmos em uma conjuntura que somente possibilita retrocessos, podemos vivenciar oportunidades novas, inéditas, alvissareiras e, por isso, a opção pelo fortalecimento da ADUFRJ-SSind é ativa, consciente e estratégica!

Lutar em defesa da universidade pública brasileira e sua autonomia, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, bem como dos princípios da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, do acesso universal com gratuidade plena, do padrão unitário de qualidade, tendo a ampliação do financiamento público estatal como pilar da expansão e do desenvolvimento das IES públicas, nos marcos referenciais políticos, conceituais e metodológicos da "Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira" (Cadernos ANDES, nº 2, 2003), nas diretrizes e metas do "PNE: Proposta da Sociedade Brasileira", na Agenda do Andes-SN para a Educação Superior e nas propostas de projetos de lei elaborados pelo Sindicato Nacional que operacionaliza as proposições da Agenda do Andes-SN.

Lutar pelo estímulo a pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e pela ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, pelo seu pleno controle social e pela participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática dos órgãos de fomento públicos, na definição das políticas, prioridades e planejamentos do setor; pela alocação de recursos não condicionada a programas governamentais e empresariais.

Lutar contra todas as formas de privatização da pesquisa desenvolvidas com recursos públicos; contra o corte de verbas públicas; contra as políticas de favorecimento dos projetos direcionados às demandas de mercado e/ou interesses privados; contra os cursos pagos em instituições oficiais e o favorecimento das fundações de direito privado, denominadas "de apoio" às instituições de ensino superior públicas; pela revogação da legislação que dá suporte jurídico à existência dessas fundações.

2. Universalização

A democratização radical do acesso à universidade pública pode ser inviabilizada pela decisão dos governos de promover um processo de massificação que somente pode oferecer uma formação diferenciadora, desigual, utilitarista ao capitalismo dependente, restrita, por conseguinte, às habilidades instrumentais e a modalidades de certificação enganosas e degradadas.

O livre acesso, a meta que toda democracia real deve perseguir, requer medidas que garantam a presença dos povos, etnias, culturas e da classe que vive de seu próprio trabalho nas universidades, o que envolve políticas de acesso democráticas e plena assistência estudantil. Políticas que assegurem essas condições, referenciadas na educação básica pública, são estratégicas para alcançar esses objetivos. Igualmente, o combate aos sistemas de avaliação tecnicistas, segregacionistas, promotores de *rankings* é parte importante da luta pela retomada da avaliação pelos docentes, estudantes e instituições.

Arquivo

3. Financiamento

Lutar pelo cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, que estabelece vinculação de 18% da receita da União para educação, incluindo não apenas os impostos mas também as contribuições e taxas e os recursos usurpados pela Desvinculação das Receitas da União – DRU;

Lutar pela derrubada dos vetos ao PNE e pelo aumento progressivo de investimentos públicos com educação para, em um prazo de até oito anos, alcançar o equivalente a 10% do PIB, com vista ao pleno atendimento das propostas contidas no *PNE: proposta da sociedade brasileira*.

Lutar pelo aumento das dotações orçamentárias assegurando a plena transparência no ingresso e na aplicação dos recursos e pela efetiva autonomia das IFES;

Lutar, em conjunto com as entidades do movimento estudantil, por uma política de assistência e incentivo ao estudante (alimentação, moradia, transporte, material didático, monitoria, iniciação científica, entre outras), com orçamento definido, revogando as normas que impeçam a alocação de verbas para tal fim.

4. Função social

As políticas neoliberais ampliaram a diversidade de instituições de ensino superior e mesmo de tipos de universidades (dos exóticos centros universitários às universidades especializadas). Assim, concretamente, as universidades possuem hoje funções sociais marcadamente distintas. Os setores dominantes, como salientado, sustentam que a universidade deve ser uma instituição profissionalizante e voltada para o mercado, o que significa, concretamente, uma instituição que ofereça cursos aligeirados. Os setores dominantes entendem que a universidade é parte da engrenagem do circuito do capital e, por isso, nesse momento, envidam todos os seus esforços para associá-la ao padrão de acumulação que requer a hiperexploração do trabalho e o saqueio generalizado dos recursos naturais.

Historicamente existiram setores de distintos matizes políticos que compreenderam que a universidade deve possuir um caráter emancipatório e capaz de prever cenários para o futuro, antecipando o que poderia ser alternativas a favor da qualidade de vida humana. Entretanto, os cenários e as alternativas devem resultar de diálogos verdadeiros com os movimentos sociais engajados na construção de outros padrões civilizatórios. É crucial recuperar as práticas emancipatórias que a universidade pública pôde desenvolver, aperfeiçoando-as. Entre as funções da universidade urge priorizar a formação de docentes com sentido público e de profissionais com ética social.

A universidade deve cumprir também o importante papel de instituição que discuta projetos de nação em que caibam todos os povos. É indispensável, por conseguinte, recusar a idéia de que a universidade forma para o mercado, direcionando os seus currículos e avaliação para o que se supõe ser a demanda do mercado. As reformas curriculares e a implementação de outras práticas de avaliação devem ter esse caráter antimercantil.

5. Salário e condições de trabalho:

Exigir do governo o cumprimento do dispositivo constitucional que assegura a revisão anual dos vencimentos básicos dos servidores públicos. A revisão deve compensar, no mínimo, as perdas referentes à inflação do ano anterior, de acordo com os índices do DIEESE;

Denunciar a atitude do governo por protelar todas as negociações na Mesa Nacional de Negociação Permanente (Ministério do Planejamento, revisão anual da remuneração) e a não implementação da Mesa Setorial do MEC (implementação da carreira única do Andes-SN).

Lutar pelo restabelecimento dos anuênios e defender a inclusão deste item na pauta dos SPF;

Defender a extinção das gratificações (GED, GEAD, GAE), com sua incorporação, paridade entre docentes ativos e aposentados e isonomia entre os docentes das carreiras de magistério de 1º e 2º graus e superior em seus valores mais altos;

Lutar pela pauta de reivindicações e pela malha salarial aprovadas pelo setor das federais do Andes-SN.

A organização do trabalho em defesa da universidade pública

A agenda política da ADUFRJ-SSind é uma agenda do movimento docente nacional, mas é também uma agenda particularizada no cotidiano dos docentes da UFRJ. Nessa direção, é nosso compromisso implementar o maior número de ações que visem a união e a mobilização dos professores em torno do levantamento e da resolução dos problemas existentes em cada centro e unidade da UFRJ. As prioridades do trabalho político da Adufrj-SSind, tal como tem sido a prática do movimento docente, sempre serão discutidas nos espaços institucionais da entidade, bem como em debates nas unidades.

A diretoria envidará todos os esforços para que esse debate possibilite discussões com movimentos nacionais como a CONLUTAS, a INTERSINDICAL, a ASSEMBLÉIA POPULAR, o MST, as diversas forças do movimento estudantil autônomo, o movimento dos técnicos administrativos organizados na FASUBRA e as entidades acadêmicas e sindicais comprometidas com a causa da educação pública.

É compreensão do Sindicato Nacional que uma reforma radical da universidade somente será possível com amplo protagonismo social e por isso todo o empenho para que lutas conjuntas sejam efetivadas no período. Essas lutas são cruciais porque seguramente o país somente terá universidades públicas universais com o rompimento com as políticas neoliberais que aprofundam o seu caráter capitalista dependente. Assim, seguiremos na luta em defesa de uma sociedade em que a mercantilização de todas as esferas da vida seja suplantada em favor de uma sociedade emancipada da barbárie do capital.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2007

Chapa Adufrj Autônoma e Democrática

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Marcello Casal Jr/ABr

Grito pela reestatização da Vale do Rio Doce

Na 13ª edição do Grito dos Excluídos, os movimentos sociais organizaram em todo o país um plebiscito popular sobre a anulação da venda da estatal. Fez parte do plebiscito também a consulta à população sobre a revogação da reforma previdênciária de 2003. Em quase todas as capitais e vários municípios, milhares foram às urnas entre os dias 1º e 9 de setembro.

Páginas 6 e 7

Eleições na Adufrj-SSind

As eleições para a próxima diretoria e Conselho de Representantes acontecem nestes dias 11, 12 e 13 de setembro. Veja os locais de votação na página 8 desta edição.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 552 11 de setembro de 2007

Críticas marcam o primeiro debate institucional do Reuni

Reunião do CFCH questiona prazos curtos, transferência de unidades para o Fundão e mesmo o processo deliberativo de adesão ao programa do governo, entre outros pontos

Kelvin Melo

SALA ANÍSIO TEIXEIRA LOTADA PARA DISCUTIR O REUNI DA UFRJ

Muitas críticas marcaram a primeira atividade do calendário elaborado para a discussão do Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ – nome criado pela reitoria para tentar diminuir a resistência da comunidade acadêmica ao programa governamental do Reuni. Dezenas de pessoas lotaram a reunião do Conselho de Centro do CFCH, na sala Anísio Teixeira, no dia 6 de setembro, véspera de feriadão, o que demonstra a preocupação geral da comunidade acadêmica com o processo.

Logo no início, o reitor Aloisio Teixeira reafirmou que o MEC prorrogou até 25 de outubro o prazo para entrega dos anteprojetos das universidades de adesão ao Reuni. Assim, a reunião do Consuni prevista para deliberar sobre o anteprojeto da UFRJ foi remarcada de 11 para 18 de outubro.

O reitor também explicou o calendário ampliado para o debate do projeto interno da universidade, com debates nos Centros e com as entidades representativas da UFRJ, além de anunciar o aumento de três para cinco audiências públicas relativas ao tema (veja quadro). Ainda devem ocorrer seminários para relatar experiências ditas "inovadoras" de outras instituições, em datas ainda indefinidas. E é bastante provável que aconteça uma outra reunião específica do Conselho do CCJE, já que o decano Alcino Câmara alegou que não havia quorum de seu centro para considerar aquele evento como conjunto, tal como previsto no calendário.

Continua na página 4

Opinião

Não faças versos sobre acontecimentos.
Não há criação nem morte perante a poesia.
Diante dela, a vida é um sol estático,
não aquece nem ilumina.
As afinidades, os aniversários, os incidentes pessoais não contam.

Carlos Drummond de Andrade

O voto

Ricardo Kubrusly*

Como querer-nos diferente, se o tempo, escravo dos homens e invenção dos relógios, nos fez assim? Entre os dados dos deuses distraídos e as certezas da química, acabamos desta maneira estranha, vestidos, de pé, dentro e fora ao mesmo tempo, caminhando e inventando caminhos.

Começamos, me lembro bem, com as mãos marcadas sobre as paredes, inventando infinitos, contando carneiros, enterrando nossos mortos para não nos esquecermos deles. E éramos sozinhos em multidões precárias e gritávamos a força do um e do múltiplo e guardávamos nossas crianças e escolhíamos os melhores em nós para escutarmos e escutávamos e não escutávamos.

Depois, me lembro bem, vieram os acontecimentos, as necessidades, as soluções. Era batata, cada problema uma solução, uma cadeia imensa em que, depois de um tanto, já nem se sabia qual problema, qual solução. A causalidade era a flecha do tempo. Caminhávamos, isso era claro e, acreditávamos, para melhor.

Já não éramos poucos e, agora em grupos, escolhíamos aos gritos, ferozmente, nossos representantes. Era do sangue dos derrotados que se alimentavam os vencedores, e deles, nossos escolhidos adquiriam virtudes e fraquezas. Quanto mais forte, mais fraco, na busca de um equilíbrio inexistente, impossível, quanto mais forte, mais fraco. Éramos iguais e diferentes.

Estranho que, por sermos iguais, éramos diferentes e em nossas diferenças sobressaía o nosso igual. Escolhíamos nossos representante, como hoje ainda fazemos, aos mais poderosos e aos mais crédulos, nosso voto, por grito ou por medo, por descaso ou afirmação, pela sorte, pela reflexão, pelo engano, pela traição, pelo destino, pela covardia, o nosso voto.

Inventamos a força e a dissimulação, os ditadores com suas caretas sinistras e os democratas com seus falsos rebolados. Num ou noutro processo, no grito ou na cédula, enganávamos e éramos enganados, alijávamos e éramos alijados. Nossos pais eram nossos irmãos, eram nossos vizinhos e não eram nada. Os homens trabalhando e sonhando acordados. Éramos a busca do que não podíamos ser, iguais e diferentes, insistíamos nos sonhos que desconhecíamos.

Por um lado, aperfeiçoávamos nossos processos de escolha, formávamos grupos, comissões, partidos, agremiações. Acreditando no coletivo, na força e na justiça do coletivo, buscávamos as melhores formas de representar e sermos representados. Por outro, éramos vencidos pela ganância. No desespero de uma vida inexplicavelmente finita, abandonávamos o coletivo e buscávamos soluções mesquinhas e desencontradas. Iguais e diferentes, inventamos o homem e seus valores.

Hoje somos, na modernidade, as verdades em que acreditamos. Somos os nossos valores imutáveis, as justificações de nossas próprias fraquezas. Indivíduos solitários, somos dinheiro e democracia. Valemos o que temos, matamos nossos inimigos, silenciamos nossas diferenças e elegemos nossos dirigentes.

Hoje, com a morte das diferenças, nossas eleições se ritualizam e se repetem sem perguntas, falam de um tempo sem tempo que já não é. Não mais buscamos o novo entre as tensões opostas que nos sustentam, mas, contrariamente, buscamos falsas sínteses em uma inexistente dialética de iguais. Somos apenas as sombras dos nossos desejos de justiça. Somos socialistas no discurso vazio das palavras repetidas. Todos de uma esquerda endireitada, repetindo processos estáticos, homenageando os deuses sádicos do dinheiro, da democracia.

As eleições se repetem, nesse país, nessa universidade. Nos últimos dois anos desde a eleição que nos fez diretores desta AD, quando disputando contra uma chapa branca e governista, tivemos vitória inconteste, tivemos, em todos os níveis, nesse país, nessa universidade, eleições para todos os cargos. Algumas com muitos candidatos, nas esferas federais, estaduais e municipais, mas com uma só idéia. Eram os nomes do mesmo, que nos confundiam, reafirmando seu deuses sádicos: o dinheiro, a democracia.

Aqui, dentro e fora dos acontecimentos, durante esses dois anos, também escolhemos os nossos dirigentes, quase sempre com uma única chapa, uma única idéia, reafirmando o que já era ruim e se sabia ruim. Repetimos diretores e decanos, repetimos o magnífico e seus desejos, não porque concordássemos com eles, mas pelo silêncio inerte e desistente, pela descrença nos deuses sádicos e seus valores e pela ausência momentânea de novas esperanças. Há uma descrença que se espalha em todos os níveis. Repetimos os processos, sem esperança, como um corpo morto, que sem ter vontade de mover-se ainda caminha. Ainda gritamos, é verdade, em cada semana, em cada reflexão, em cada palavra, mas pouco se escuta o eco. Vivemos nossos deuses sádicos e nossos tímpanos enrijecidos.

Parece que no balé das eleições com uma única chapa, escolheremos, também, esta semana, os novos dirigentes da ADUFRJ. Neste caso, as eleições não significam uma continuidade de idéias. Não estamos nos reelegendo, mas de volta a velhos nomes, repetimos o processo que nos valida como instituição. A ADUFRJ é um contraponto necessário à mesmice institucional dos velhos deuses sádicos. Espero que continuemos assim. Boas eleições.

*Diretor da Adufrj

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Eleição Adufrj

PARA FORTALECER A VOZ DE TODOS OS DOCENTES NA DEFINIÇÃO DOS RUMOS DA UFRJ

NOS DIAS

11, 12 E 13 DE SETEMBRO

VOTE CHAPA

ADUFRJ AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

Presidente: **Cristina Miranda** *(Colégio de Aplicação)*
1º Vice-presidente: **Roberto Leher** *(Faculdade de Educação)*
2º Vice-presidente: **Roberto Lima** *(Faculdade de Medicina)*
1º Secretário: **Luis Paulo Vieira Braga** *(Instituto de Matemática)*
2ª Secretária: **Anita Handfas** *(Faculdade de Educação)*
1º Tesoureiro: **José Miguel Bendrao Saldanha** *(Escola Politécnica)*

Na luta pela:

1. **Defesa da educação pública em todos os níveis e modalidades**
2. **Universalização do acesso à educação superior pública e gratuita**
3. **Ampliação do financiamento público estatal**
4. **Defesa da função social e emancipatória da universidade pública**
5. **Recomposição salarial e implementação da nova carreira do Andes-SN**

Veja os locais de votação no Jornal da ADUFRJ ou na página da Seção Sindical - www.adufrj.org.br

UFRJ

Continuação da capa

Documento da reitoria não deve ser o único em pauta

Coube então ao decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro, dirigir os trabalhos e oferecer a crítica inicial do Centro ao anteprojeto da UFRJ. Ressaltou que mudanças acadêmicas e administrativas na universidade são necessárias. Essas medidas, porém, devem levar em conta a instituição como um todo, e não apenas uma unidade, área ou centro, justamente para evitar a fragmentação universitária. Também pediu mais tempo para o debate, não para levar ao imobilismo da decisão, mas para evitar sua precipitação. Observou, ainda, que o documento da reitoria não deve ser o único a ser levado em consideração nesse processo de transformação. Mas manifestou a preocupação do CFCH, especificamente em relação ao documento produzido pela administração, quanto ao item que concentra investimentos para obras de infra-estrutura exclusivamente no *campus* do Fundão. De acordo com o decano, independente da aprovação do planejamento da reitoria de levar todas as unidades para a ilha, essa transferência não se dará em pouco tempo e deveria ser dada alguma atenção ao *campus* da Praia Vermelha nesse meio-tempo.

Em seguida, o decano abriu a palavra para os representantes das unidades do CFCH. A diretora da Escola de Comunicação, Ivana Bentes, comentou que sua unidade tem uma atuação muito ligada aos territórios da Zona Sul e Centro, insinuando uma dificuldade de aceitação da proposta de transferência para o Fundão. Ela pediu mais esclarecimentos sobre essa possibilidade. Ivana fez questão de frisar que sua unidade não vê nenhuma ameaça neoliberal com o programa apresentado pela reitoria. E afirmou que, dentro dos novos perfis profissionais, sem prejuízo do bacharelado tradicional, a ECO poderia disponibilizar cursos de um ou dois anos, com qualidade assegurada. Mas não deixou de dizer que o campo das Humanidades ficou relegado a segundo plano, pelo menos neste primeiro documento da reitoria.

Diretor da Faculdade de Educação, Renato José de Oliveira, falou que os prazos concedidos para o debate do Reuni foram (e continuam) muito apertados, mesmo com a última prorrogação para final de outubro: "A discussão demanda mais tempo para ocorrer. Inclusive porque não há clareza da necessidade de a UFRJ aderir ou não ao Reuni. Já está se partindo do pressuposto de que essa adesão está dada, em função das datas do MEC", disse. Também pediu detalhamento sobre um item do documento da reitoria que fala sobre a criação de um Instituto Superior de Educação e do Centro de Formação de Professores, unificando as licenciaturas da UFRJ. Segundo ele, se for uma proposta em conformidade com a atual legislação, a Faculdade de Educação é contrária. Principalmente por se tratar de uma formação aligeirada dos quadros docentes. Manifestou dúvidas, ainda, sobre o conceito de transdisciplinaridade que permeia o documento da administração, considerado muito complexo e confuso dentro da área de Educação.

Maria Magdala, diretora da Escola de Serviço Social, foi outra a reforçar o coro por mais tempo para a discussão do Reuni. De acordo com ela, não se pode ser contra a ampliação do número de vagas alardeado pelo programa, mas existe a preocupação com a precarização do ensino, especialmente porque a unidade considera que os princípios do Reuni aligeiram a formação dos alunos e ampliam a fragmentação dos cursos. A diretora apresentou a proposta da Escola de priorizar a criação de cursos noturnos onde eles ainda não existem. Pelos cálculos de Magdala, apenas essa medida já provocaria um acréscimo de 70% em cima do número atual de alunos, ao fim de três anos. Também citou a possibilidade de uma política de interiorização dos cursos, de forma associada a outras IES públicas. Diferente do que propõe a reitoria, a professora argumentou pela constituição de um *campus* da área de Humanas na Praia Vermelha, com a ida do Centro de Letras e Artes para o local. Evidentemente, no ponto de vista da professora, que essas medidas deverão ser acompanhadas dos devidos recursos e investimentos.

Jessie Jane, diretora do IFCS, começou seu discurso de forma curiosa: "A única certeza que o IFCS tem (em relação à discussão) é que não tem certeza alguma", brincou. Apesar disso, frisou que a comunidade do instituto reivindica participar do debate sobre suas futuras instalações e sobre o destino do histórico prédio do Largo de São Francisco, caso seja decidida a remoção de todos os cursos para o Fundão: "Não vamos permitir que o IFCS se torne um conglomerado de MBAs. Que ele seja preservado para as gerações futuras", contou. Também cobrou, nesse eventual processo de transformação da UFRJ, uma maior participação do IFCS na estrutura de poder, talvez até com uma decania própria.

> "Não vamos permitir que o IFCS se torne um conglomerado de MBAs. Que ele seja preservado para as gerações futuras"
> **Jessie Jane -** *diretora do IFCS*

Falta planejamento estratégico

Diretor do Instituto de Psicologia, Marcos Jardim criticou a falta de planejamento de gestão da UFRJ. "Como é que vamos fazer planejamento estratégico, se não nos conhecemos?", questionou. Citou o exemplo da agora propagandeada expansão da universidade para outros municípios como Xerém e Macaé: "Por que não Petrópolis, que é um importante pólo de informática? Quando é que vamos fazer uma distribuição geoeducacional clara no estado do Rio de Janeiro, levando em conta as demandas dos cursos e as transformações econômicas dos municípios?", perguntou. Também falou sobre o reordenamento espacial da UFRJ: "A Uerj está toda num só prédio e nem por isso trabalha bem. A universidade em Paris é toda dividida e trabalha bem. Temos de nos aproximar é pelo trabalho", falou, para longo aplauso da platéia.

O decano do CCJE, Alcino Câmara, reafirmou o que tem dito em cada reunião do Consuni: a fragmentação é a origem dos males internos da UFRJ. Observou que a proposta da reitoria, quando fala em entrada comum de alunos, tenta atacar esse problema: "O que está se falando é transformar o que é de 'cada um' em 'nosso'. O que é muito mais positivo", defendeu.

João Sabóia, diretor do Instituto de Economia, observou que a unidade ainda não tomou uma decisão definitiva sobre o Reuni da UFRJ. Mas já existem dúvidas quanto aos módulos II e III do anteprojeto da reitoria, respectivamente a "implantação de ciclos básicos comuns por grandes áreas" e a "implantação de ciclos de graduação de terminalidade breve". Sobre a desagregação universitária, o professor argumentou que isso não se resolve necessariamente com a proximidade geográfica. Mas, sim, com a afinidade entre os cursos: "Não achamos que tenha que haver um *campus* único", comentou, acrescentando o exemplo de que a própria UFRJ busca se expandir para outros municípios. Também citou a possibilidade de se criar, na Praia Vermelha, um *campus* da área de Humanas.

Pela Faculdade Nacional de Direito, a diretora Juliana Magalhães disse que a unidade está disposta a dialogar, sempre a favor da integração acadêmica. No entanto, pensa que o atual prédio da FND, também histórico, deve ser motivo de bastante discussão quanto ao seu futuro. Segundo Juliana, uma parte do curso poderia se deslocar para o Fundão ou para a Praia Vermelha. Mas seria importante que a parte profissional do curso, como o escritório-modelo, até por sua localização no centro da cidade e sua conseqüente facilidade de acesso pela população, permanecesse no endereço atual.

Reitor diz que não está no debate "para ganhar"

O reitor voltou a ter a palavra e valorizou aquele evento: "Temos que reconhecer que há discussão na UFRJ. É uma vitória da democracia e da universidade, da possibilidade que a gente tem de construir algo melhor", comentou. "Quando a reitoria propôs esse processo, foi com uma certeza de que poderia ser um processo de construção e de reconstrução da nossa universidade. E não um processo que a gente entra pra ganhar.

Não estou aqui para ganhar", ressaltou. "Quero que essa discussão seja feita. E quanto menos ruído, melhor será. Quanto mais espaços, mais idéias, melhor será o resultado", completou. O dirigente logo tratou de dizer que não pretende mercantilizar os espaços históricos da universidade: "Se acham que estou vendido ao capital imobiliário, vocês têm mais que me matar. Ou que estou seguindo o Banco Mundial, o FMI e o receituário neoliberal. Isso não corresponde à realidade", discursou.

Em relação ao documento apresentado à comunidade para debate, o reitor observou que o fundamental está no anteprojeto: "Sou inteiramente favorável à adesão ao Reuni", comentou. "Mas a UFRJ tem que ter uma proposta mais ousada", disse. Aloisio Teixeira admitiu que considera poucos os recursos prometidos pelo governo para o programa: "Vamos ter que brigar mais. A novidade é que tem recurso. Já está no orçamento: vinte e poucos milhões para investimento e vinte e poucos milhões para custeio. Não posso desperdiçar isso".

O dirigente observou ser favorável aos cursos noturnos, mas implementá-los sem mexer na estrutura atual só vai perpetuar a fragmentação universitária. Também revelou não estar muito convencido do conceito de "transdisciplinaridade" após algum estudo sobre o assunto. Sobre o Instituto Superior de Educação, disse que não tem relação com o que está na lei do governo.

O professor defendeu a transferência de todos os cursos para o Fundão. "Estou convencido de que é o melhor", comentou. Para ele, trata de se integrar efetivamente a graduação: "Não posso privar os alunos do Fundão do conjunto de disciplinas dadas na Praia Vermelha. Não posso privar os alunos da Praia Vermelha das aulas que são dadas no Fundão. Eles têm que ter essa possibilidade e a universidade precisa oferecer essas condições. Isso tem a ver com proximidade", comentou. Neste ponto, alguém em voz baixa na platéia pediu por mais ônibus gratuitos de integração entre os *campi*. Aloisio acrescentou ainda, o argumento de que os aparelhos culturais da Zona Sul são da elite e que estes não devem ser priorizados pela universidade.

Por uma estatuinte na UFRJ

Após a fala dos representantes do CFCH e do CCJE, foi aberto o espaço para 18 pessoas da platéia se manifestarem. Primeiro inscrito, o conselheiro da Adufrj-SSind na Faculdade de Educação, Roberto Leher, não perdoou o argumento financeiro dos defensores do Reuni. "Não é a maravilha que está sendo prometida. O orçamento de 2008 é o mesmo de 2007. A ordem de grandeza dos recursos não mudou", informou.

Roberto também falou sobre o conceito fundamental de uma universidade pública. "Por ser pública, a universidade deve ser de todo o povo. Essa é uma luta histórica. Então, não pode ser construída apenas pela população interna, mas por outros movimentos que convergem na luta pela ampliação da universidade, como o MST. Não dá para fazer expansão para menos: educação de pobre para pobres. Está errado. A idéia essencial de uma educação socialista é a do padrão unitário de qualidade", comentou.

Enfatizou, ainda, a necessidade de uma estatuinte na UFRJ para discutir a necessária transformação universitária: "Temos uma oportunidade histórica. Podemos abrir um processo de estatuinte que vai fazer a reestruturação da universidade. De maneira democrática e discutida. E vamos reivindicar do governo federal uma expansão de recursos de ordem de grandeza compatível com a importância estratégica das universidades do país", disse.

Kelvin Melo

PROFESSOR ROBERTO LEHER

Conselheira do CEG e coordenadora do Sintufrj, Ana Maria Ribeiro disse que o sindicato analisa o documento da reitoria em seu grupo de trabalho de Educação. Ela questionou o método do debate, que culminará com a decisão do Consuni sobre o anteprojeto, com profundas transformações da estrutura da UFRJ: "Nenhum dos integrantes do Conselho Universitário foi eleito para esse fim", disse.

Professor do IPPUR, Carlos Vainer também disse estar cético quanto à vinda dos recursos pelo programa do Reuni. No entanto, para ele, a UFRJ deve apresentar seu projeto para o que considera ser mais um fundo público de verbas. Afirmou ser radicalmente contrário à política universitária e tecnológica do governo Lula: "Devemos dizer não ao Reuni, não ao Prouni, não à Lei de Inovação Tecnológica e não à Lei de Patentes. Porque isso tudo é um pacote que de fato expressa a política do Banco Mundial que define o lugar de países periféricos", ressaltou.

Ocupação e barulho contra o Reuni

Clara Saraiva, integrante do Centro Acadêmico da Escola de Serviço Social e do comitê UFRJ da Frente de Luta contra a Reforma Universitária, mandou um recado claro ao reitor: "Sou inteiramente contrário ao Reuni. Ele é apresentado por um decreto (nº 6.096), o que já está errado por atacar a autonomia universitária", disse. Criticou a proposta de demolir prédios recentemente reformados no *campus* da Praia Vermelha e o ensino a distância: "A gente não vai deixar a UFRJ se transformar em escolão de 3º grau. O reitor falou que deseja pouco ruído nesse debate; vai ser muito pior: vai ter barulho, vai ter ocupação, o que for preciso para não deixar a UFRJ aderir ao Reuni", completou.

Calendário de debates do Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ nos Centros

Dia	Hora	Local	Debates
06/9	9h	Sala Anísio Teixeira	CFCH
11/9	14h	Salão Nobre	CT
12/9	13h30	Salão Nobre	CCMN
14/9	11h	Salão Azul	CLA
17/9	14h	CCS	CCS

Observação: haverá debates com a Adufrj-SSind, APG-UFRJ e Sintufrj, além de uma reunião com o Conselho de Centros Acadêmicos, uma vez que não ocorreu eleição para o Diretório Central de Estudantes Mário Prata. Também estão previstas cinco audiências públicas.

Colegiados

CEG regulamenta intercâmbio de alunos

Uma das novas resoluções diz respeito à dupla diplomação

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG), em sessão de 5 de setembro, aprovou resoluções para regulamentar o intercâmbio acadêmico de alunos e a assim chamada "dupla diplomação" no âmbito de convênios interna-cionais.

Para o intercâmbio, ficou estabelecido que os alunos devem participar de "convênio geral de cooperação acadêmica e intercâmbio técnico, científico e cultural" ou de "projeto institucional conjunto" firmado entre o reitor da UFRJ e o dirigente máximo da instituição conveniada ou parceira. E que o Setor de Convênios e Relações Internacionais (SCRI) do gabinete da reitoria deverá, obrigatoriamente, possuir uma cópia do convênio ou projeto. Este setor também deverá ser informado do nome dos alunos da UFRJ selecionados para o intercâmbio e das instituições de ensino superior às quais ficarão vinculados.

A unidade será responsável pela seleção e acompanhamento do aluno da UFRJ objeto do intercâmbio, cuja duração máxima será de três semestres (contínuos ou não), salvo se constar cláusula diferente no convênio. No caso, o aluno manteria sua matrícula na UFRJ, na categoria de "aluno em convênio", no sistema integrado de gestão acadêmica (SIGA).

O aluno externo, originário destes convênios, será acompanhado por um orientador acadêmico indicado pela coordenação de curso da unidade da UFRJ onde estiver matriculado. Seus graus e freqüência terão que ser inseridos no SIGA. Este aluno, se houver concordância do orientador acadêmico, estará isento de cumprir pré-requisitos ou co-requisitos das disciplinas previstas no intercâmbio. Também os estudantes estrangeiros estarão sujeitos ao período máximo de permanência de três semestres (contínuos ou não), salvo se existir cláusula diferente no convênio.

Dupla diplomação

As normas para permitir que um aluno obtenha dois diplomas simultaneamente, um pela UFRJ e outro pela instituição superior estrangeira conveniada, são bastante semelhantes às do intercâmbio simples. O Setor de Convênios e Relações Internacionais também deverá guardar cópia do acordo firmado entre a UFRJ e a outra instituição. Além disso, o SCRI também precisará ser informado do nome dos alunos da UFRJ selecionados para o processo de dupla diplomação. A ressalva é que o aluno de intercâmbio não poderá aproveitar mais de 75% do total de créditos, ou carga horária equivalente, de sua instituição de origem, para integralizar o curso na UFRJ.

O conteúdo das duas resoluções será divulgado na página da Pró-reitoria de Graduação (www.pr1.ufrj.br) nos próximos dias.

Nacional

Plebiscito popular pede anulação da venda da Vale do Rio Doce e revogação de reforma

Da redação*

13º Edição do Grito dos Excluídos organiza Plebiscito Popular sobre privatização e reforma da previdência no feriado da independência

Junto da 13º edição do Grito dos Excluídos deste ano foi realizado o 3º Plebiscito Popular do qual participaram mais de 64 entidades nacionais dos movimentos social e sindical. Foram espalhadas, entre os dias 1º e 9 de setembro, urnas de votação em faculdades, feiras, praças, rodoviárias, igrejas, sindicatos, câmaras legislativas e em outras localidades para recolher os votos da população sobre a anulação da privatização da Vale do Rio Doce e revogação da emenda 41 da Reforma da Previdência de 2003. A reforma tirou direitos dos trabalhadores e a privatização da Vale contribuiu para o aumento das dívidas interna e externa e para as altas tarifas de energia elétrica pagas hoje pela população. Dados preliminares da secretaria nacional (Grito dos excluídos), em 7 de setembro, registraram que só nos estados do Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro aproximadamente 17 mil urnas foram espalhadas e 34 mil voluntários participaram do processo. Eram esperadas mais de 100 mil urnas na secretaria nacional do grito, em Brasília, até o último domingo, 9/9. A idéia dos organizadores é que no dia 25 de setembro os resultados do Plebiscito Popular sejam entregues ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e aos poderes Legislativo e Judiciário.

Mesmo com bolsa família, Grito e plebiscito agitam do Norte ao Sul

O Grito dos Excluídos é um evento organizado desde 1999 pela ala progressista da Igreja Católica brasileira e entidades do movimento social. Segundo a secretaria nacional do Grito, no Nordeste, mais de 100 mil pessoas se manifestaram. Em Salvador, o Grito e o plebiscito reuniram 30 mil pessoas. No interior da Bahia, 40 cidades participaram com manifestações que mobilizaram mais de 70 mil pessoas. Em Fortaleza (CE), 10 mil se encontraram na Praça 31 de março. Em João Pessoa (PB), 1,5 mil pessoas caminharam em direção ao desfile oficial onde foram barrados pela tropa de choque. Em São Luis (MA), houve manifestação e panfletagem durante o desfile oficial. Minas Gerais contou com 10 mil animando o Grito com cartazes e faixas de denúncia e o anúncio de um novo projeto popular para o Brasil. Os organizadores pretenderam atingir mais 50% das cidades mineiras na coleta de votos do plebiscito. Em nove cidades de Santa Catarina, cinco mil pessoas saíram às ruas. O ponto forte neste estado foi o plebiscito popular, organizado em 70% dos municípios. No estado do Pará, 50 mil participantes usaram como símbolo da manifestação uma carteira de trabalho gigante para registrar o protesto contra a reforma da previdência. Em Porto Alegre (RS), 1,5 mil pessoas concentraram-se no largo Glênio Peres e seguiram em marcha até a Praça Brique, na Redenção, onde vários movimentos se somaram à manifestação e à coleta de votos.

Samuel Tosta

Kelvin Melo

NO RIO, PASSEATA NO PARQUE DO FLAMENGO E VOTAÇÃO NA UFRJ

Mídia esconde Grito em Brasília

No Distrito Federal, enquanto Lula apreciava o desfile militar da independência e proclamava estar convencido de que não há exclusão no país, mais de 2 mil pessoas participaram da passeata na Esplanada dos Ministérios na pista paralela à da parada militar. É claro que a imprensa foi proibida de transmitir mais essa ousadia dos participantes do Grito.

Campanha Salarial

E com este simbolismo e criatividade as atividades foram realizadas em todo o Brasil: Piauí, Rondônia, Tocantins, Dourados, Campinas, Piracicaba, e muitos outros municípios.

Aparecida do Norte reúne 90 mil romeiros

Em Aparecida do Norte, no Vale do Paraíba (SP), cidade símbolo do Grito dos Excluídos, mais de 90 mil romeiros estiveram presentes na Caminhada da 20ª Romaria dos Trabalhadores e na Missa dos Trabalhadores. Em gesto simbólico, foram apresentados cartões vermelhos para as privatizações das riquezas do país, como a venda da Vale do Rio Doce; para as dívidas interna e externa; para os Tratados de Livre Comércio e a ingerência do Fundo Monetário Internacional; para a Migração Forçada; à Reforma da Previdência; às altas tarifas de energia elétrica, pelas quais a população paga até 8 vezes mais do que as empresas - que são subsidiadas pelo governo, entre tantas outras mazelas que vive hoje a nação.

Em contraposição, os manifestantes de Aparecida apresentaram cartões verdes à Soberania Nacional; a mais investimentos nas áreas sociais, em saúde, educação, emprego e moradia; à Reforma Agrária e Urbana; a uma integração justa e solidária entre os povos de todos os países; às tarifas sociais de energia; e à ampliação de direitos trabalhistas e previdenciários.

São Paulo

A capital paulista mobilizou este ano mais de 15 mil manifestantes. Outra romaria saiu de diversas localidades com destino à Praça da Sé, unindo-se a outros manifestantes do Grito que foram recebidos pelo bispo auxiliar Dom Pedro Luiz Stringuini. Durante a celebração da missa, foram recolhidos os votos do Plebiscito Popular. Dom Luiz afirmou a importância das manifestações populares, sejam religiosas, cívicas ou manifestações por cidadania. "O povo tem esperança, alegria e espera por dias melhores", afirmou o bispo.

Rio de Janeiro

Oscar Niemeyer deu o seu voto no plebiscito popular pela anulação da privatização da Companhia Vale do Rio Doce, na terça-feira (04/09), no Rio de Janeiro (RJ). Bem perto de completar 100 anos, em 12 de dezembro próximo, referência mundial da arquitetura moderna e símbolo da luta por justiça social no Brasil, o socialista Niemayer deu o seu voto pela anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce, demonstrando o seu apoio às mais de 60 organizações que trabalham neste processo: "Eu apoio este Plebiscito, pois quando tem gente protestando na rua é um trabalho melhor que o meu". Com informações da Coordenação Nacional do Grito dos Excluídos.

*Com informações da Secretaria Continental do Grito dos Excluídos

Servidores do INPI tiveram 214,4%

Segundo nota publicada no informativo InformAndes - Especial Greve (setembro/2007), os servidores de nível superior do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) receberam reajustes de 214,4% no período de 2003 e 2006. Os funcionários do Instituto Nacional de Meteorologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), também de nível superior, tiveram, no mesmo período, reajuste de 177,8%.

A notícia é uma pedrada na cabeça dos docentes das universidades federais que ao logo deste tempo minguaram pequenos reajustes em forma de gratificações que nem sequer somam diretamente no salário base. Em média, segundo o Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), o salário base do professor universitário nas federais corresponde a 20% dos rendimentos totais.

Com o objetivo de corrigir as distorções, o Andes-SN apresentou ao governo como ação da Campanha Salarial 2007 uma proposta de tabela que prevê reajustes para todas as classes de professores. A tabela – uma proposta do Sindicato para negociação com o governo – está disponível em www.andes.org.br.

Reajustes concedidos a servidores de outras carreiras (nível superior) entre 2003 e 2006

Careira nível superior	Início da carreira	Final da carreira
INMETRO	177,8%	104,6%
INPI	214,4%	104,55%
Tecnologia Militar	108,6%	124,9%
SUFRAMA	103,3%	106,7%
EMBRATUR	103,3%	106,7%
Diplomacia	73,6%	182,2%
Auditor Fiscal	103%	81,4%
Meio ambiente e IBAMA	184,7%	107,5%
Ag. Reguladoras	115%	141%
FNDE e INEP	123,7%	89,9%
ABIN	170,5%	117,3%

Fonte: www.planejamento.gov.br

Termina greve dos técnico-administrativos

Assembléia na UFRJ condenou a proposta do governo, mas termina com greve de mais de 100 dias

Com 300 técnico-administrativos presentes, a assembléia do Sintufrj realizada em 4/9 aprovou o fim da greve nacional da categoria, iniciada em 30 de maio. Os funcionários retornaram às atividades na segunda, 10/9. A decisão de pôr fim à greve foi tomada nas 48 universidades federais do país que aderiram à paralisação, segundo o Jornal do Sintufrj: "As assembléias em nível nacional para encerrar a greve de quase cem dias ocorreram depois da assinatura pelo governo, na noite de segunda-feira, 3, pelo Comando Nacional de Greve e pela direção da Fasubra do Termo de Compromisso que garante à categoria a aplicação dos percentuais da segunda tabela apresentada pelos representantes dos ministérios do Planejamento e da Educação à mesa de negociação", informa o periódico.

Niko Jr/Sintufrj

VOTAÇÃO DO FIM DA GREVE OCORREU NO AUDITÓRIO DO CT

Eleição Adufrj

Eleições para Diretoria e Conselho de Representantes biênio 2007-2009

Dias 11, 12 e 13 de setembro de 2007

Seções eleitorais

	SEÇÃO ELEITORAL	LOCAIS DE VOTAÇÃO	UNIDADES AGRUPADAS	DIAS/ HORÁRIO		
				11/set	12/set	13/set
1	**Praia Vermelha I**	Entrada da Escola de Serviço Social	Escola de Serviço Social Faculdade de Administração e C. Contábeis Instituto de Economia Instituto de Neurologia Instituto Pós-Grad. Pesquisa Administração Instituto de Psicologia Instituto de Psiquiatria	10:00 - 12:00 18:00 - 20:30	10:00 - 12:00 18:00 - 20:30	10:00 - 12:00 18:00 - 20:30
2	**Praia Vermelha II**	Corredor em frente à escada de acesso à Fac. Educação	Escola de Comunicação Faculdade de Educação	09:00 - 12:00 14:00 - 16:00	09:00 - 12:00 14:00 - 16:00	09:00 - 12:00 14:00 - 16:00
3	**Centro**	Entrada do IFCS	Escola de Música Faculdade de Direito Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	17:00 - 19:00	10:00 - 13:00 18:30 - 20:30	17:30 - 20:30
4	**São Cristóvão**	Entrada do Museu Nacional	Museu Nacional Observatório do Valongo			12:00 - 14:00
5	**Anna Nery**	Pavilhão de aulas da Escola Anna Nery	Escola de Enfermagem Hospital Escola São Francisco de Assis		12:00 - 17:00	12:00 - 17:00
6	**CAp**	Pátio interno do CAp	Colégio de Aplicação	09:00 - 16:00	09:00 - 16:00	09:00 - 16:00
7	**Reitoria**	Entrada elevadores (Térreo) Prédio da Reitoria	Escola de Belas Artes Faculdade de Arquitetura e Urbanismo IPPUR			10:00 - 12:00
8	**Letras**	Em frente ao Bloco D (Térreo)	Faculdade de Letras	09:00 - 16:00	09:00 - 16:00	09:00 - 16:00
9	**Centro de Tecnologia - CT**	Bloco D e Burguesão	COPPE Escola de Politécnica Escola de Química Instituto de Macromoléculas	11:00 - 13:30	11:00 - 13:30	11:00 - 13:30
10	**Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza - CCMN**	Bloco A do CT (Térreo) Em frente aos elevadores	Instituto de Física Instituto de Geociências Instituto de Matemática Instituto de Química Núcleo de Computação Eletrônica	10:00 - 13:00	09:30 - 12:30	10:00 - 13:00
11	**Educação Física**	Corredor da piscina	Escola de Educação Física e Desportos		11:00 - 18:00	14:00 - 17:00
12	**Centro de Ciências da Saúde - CCS I**	Bloco A do CCS (Térreo)	Faculdade de Farmácia Instituto de Biologia	11:00 - 15:00	11:00 - 15:00	11:00 - 15:00
13	**Centro de Ciências da Saúde - CCS II**	Bloco H do CCS	Instituto de Biofísica Instituto de Ciências Biomédicas Instituto de Microbiologia Instituto de Nutrição Núcleo de Pesquisa de Produtos Naturais Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde	11:00 - 15:00	11:00 - 15:00	11:00 - 15:00
14	**Centro de Ciências da Saúde - CCS III**	Pátio ao lado da copa	Instituto de Estudos em Saúde Coletiva		12:00 - 14:00	
15	**Hospital Universitário**	Subsolo do HUCFF Em frente aos elevadores	Faculdade de Medicina Faculdade de Odontologia Instituto de Doenças do Tórax Instituto de Ginecologia Instituto de Puericultura e Pediatria	08:00 - 10:30 11:00 - 14:00	08:00 - 10:30 11:00 - 14:00	08:00 - 10:30 11:00 - 14:00

Nova diretoria da Adufrj-Sind eleita com 457 votos

Nos dias 11, 12 e 13 de setembro, os professores da UFRJ elegeram a chapa "Autônoma e Democrática" para dirigir a Adufrj-SSind no biênio 2007/2009. Também foram escolhidos os novos conselheiros da entidade em oito unidades da instituição. A posse da nova diretoria e do novo Conselho ainda não tem data definida, mas deve ocorrer a partir de 15 de outubro. Página 3

Kelvin Melo

Kelvin Melo

Não ao Reuni

Dezenas de estudantes foram ao Consuni, reunido em 13 de setembro, para protestar contra o Reuni e cobrar da reitoria a realização de um plebiscito oficial para definir a adesão (ou não) da universidade ao programa do governo. Abaixo-assinado (foto) a favor do plebiscito, segundo estudantes, já conta com quatro mil nomes da comunidade acadêmica. Páginas 4 e 5

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 553 18 de setembro de 2007

Diretoria da Adufrj-SSind critica proposta de reforma da UFRJ, que se apresenta sem uma prévia avaliação clara da situação institucional de momento. As raras referências aos professores universitários nos documentos que circulam sobre o assunto também são outra preocupação dos dirigentes sindicais: "Parece que um novo 'paradigma de ensino' foi atingido, onde os professores sumiram", diz um trecho do editorial na página 2 **desta edição. A reestruturação da graduação sem tocar na parte de pós-graduação e a transferência de cursos para o Fundão também são citados no texto da diretoria.**

Editorial

A reestruturação da UFRJ... privada

Nos últimos meses presenciamos uma série de propostas de "reformas" na Universidade Pública Brasileira. Desde o "Projeto de Reforma Universitária" do governo Lula, da "Universidade Nova", do "Reuni" e do "Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ" nunca em tão pouco tempo tivemos tantas iniciativas sobre os rumos da nossa instituição. Além do fato de serem rapidamente esquecidas e substituídas por outras versões, estas propostas têm muitos pontos em comum, que passamos a analisar.

Em primeiro lugar, todas omitem uma avaliação clara da universidade atual. Afinal, o que preservar e o que mudar na estrutura atual deveria ser o ponto de partida de qualquer proposta de reforma. Certamente não teríamos unanimidade em todos os pontos, mas pelo menos a comunidade acadêmica saberia se deveria apoiar ou não estas iniciativas. No nosso entendimento, esta omissão não significa que não existam avaliações implícitas nas propostas apresentadas. Significa apenas que elas são feitas em outros espaços que prescindem do apoio da comunidade universitária.

O segundo ponto comum a todas é outra omissão grave. Textos volumosos foram produzidos, principalmente sobre o ensino universitário no país e nos deparamos com um fato surpreendente: praticamente não há referências sobre os professores universitários. Parece que um novo "paradigma de ensino" foi atingido, onde os professores sumiram. Suas condições de trabalho, sua carreira, seus proventos e motivações desapareceram. Afinal, devemos ou não manter a dedicação exclusiva, os concursos públicos, a liberdade de pesquisa? Ao sumir a avaliação da universidade, estes pontos desaparecem e com eles o papel e a função dos professores nas propostas de "reformas universitárias".

E mais um ponto fundamental em qualquer discussão séria sobre a universidade brasileira tem sido omitido, em particular na

última proposta da atual administração da UFRJ: o da pesquisa. Reestruturar a UFRJ apenas pelo ensino de graduação sem tocar na situação da pesquisa que aqui é desenvolvida é uma idéia no mínimo estranha. Como ignorar que nossas atividades de pesquisa hoje estão, na prática, separadas das atividades de graduação? Que temos fontes de recursos diferenciadas, que as avaliações institucionais e individuais dos professores nem estão mais dentro da universidade? Que dentro da própria UFRJ a situação da pesquisa em várias unidades é extremamente desigual? Que hoje temos cursos pagos dentro de algumas unidades, criando distorções salariais absurdas, que existem atividades empresariais dentro da UFRJ que, embora legais, tiram os professores do ensino de graduação? Não vemos como falar em "reestruturar a universidade pública" se pontos desta importância não forem incluídos. E, enquanto isto, numa inversão preocupante, pontos como a remoção de unidades dentro do *campus* da UFRJ, que poderiam até ser melhorias importantes, mas que sem nenhuma previsão orçamentária e sem condições de trabalho adequadas parecem ser um estímulo à desconfiança e descrédito de qualquer mudança.

Assim, nossa conclusão é a de que estas propostas parecem ter em comum aquela velha filosofia de um nobre italiano, que frente às pressões de mudanças sociais profundas, num filme antigo mas atual recomenda : fazer modificações para que tudo continue funcionando da mesma maneira.

Anote

Chamada para a utilização do Fórum de Ciência e Cultura

A Coordenação do Fórum de Ciência e Cultura recebe projetos para a realização de eventos acadêmicos, culturais e artísticos de caráter nacional ou internacional previstos para 2008. Os espaços disponibilizados são: Salões Pedro Calmon, Muniz de Aragão, Vermelho, Dourado e Átrio. As solicitações devem ser encaminhadas ao endereço: Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ; Superintendência de Difusão Cultural; Palácio Universitário da Praia Vermelha, na Av. Pasteur, 250, 2º andar – Sala 204, Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22295-900.
Ou enviadas ao e-mail eventos2008@forum.ufrj.br até o dia 7 de dezembro com algumas especificações solicitadas. O calendário de atividades previstas será divulgado na primeira semana de janeiro de 2008. Para outros esclarecimentos, entrar em contato com Maria Dias: mardias@forum.ufrj.br ou no telefone 2295-1595.

Produção do conhecimento x produtivismo

O tema da edição nº 41 de "Universidade e Sociedade" será "Produção do Conhecimento versus Produtivismo com ênfase na Precarização do Trabalho Docente". Os interessados devem enviar seus artigos para a Secretaria Regional São Paulo do Andes-SN até o dia 4 de outubro. Todos os arquivos de textos deverão ser encaminhados como anexos de e-mail, utilizando-se o endereço eletrônico andesregsp@uol.com.br. As normas podem ser encontradas na página www.andes.org.br, no *link* "publicações".

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Entrevista

Chapa Autônoma e Democrática é eleita

Ana Manuella Soares

Nos dias 11, 12 e 13 de setembro, os professores da UFRJ elegeram a Chapa Autônoma e Democrática para dirigir a seção sindical no próximo biênio. A nova diretoria será presidida pela professora do Colégio de Aplicação e atual diretora do Andes-SN, Cristina Miranda. Na composição da nova direção estão ainda os professores Roberto Leher (Faculdade de Educação), Roberto Lima (Faculdade de Medicina), Luis Paulo Braga (Instituto de Matemática), Anita Handfas (Faculdade de Educação) e José Miguel Saldanha (Escola Politécnica). Quatrocentos e noventa e cinco docentes participaram do pleito e, destes, 457 votaram na chapa. Apenas 26 votaram nulo e doze se abstiveram.
A data da posse da nova diretoria da Adufrj-SSind ainda não está definida, mas a solenidade deve acontecer a partir do dia 15 de outubro. Nesta breve entrevista, a presidente eleita comenta o processo e as perspectivas da nova direção. Cristina Miranda também fala da implementação do plano de reestruturação do governo na UFRJ e da importância da representação dos professores da Educação Básica na seção sindical.

Como avalia o processo eleitoral e a participação da categoria na eleição?

Considerando o fato de que somente uma chapa se apresentou para dirigir a Adufrj e que os docentes estão submetidos à uma intensificação cada vez maior de seu trabalho e, ainda, a dispersão de unidades, departamentos, na universidade, consideramos que a presença de aproximadamente 500 professores é significativa. Reconhecemos o esforço militante de muitos professores que contribuíram para viabilizar a eleição: vocês fizeram diferença! Mas trabalharemos para que na próxima eleição da Seção Sindical a votação seja ainda maior.

Diego Cotta

MARIA CRISTINA VOTOU NA SUA UNIDADE. COMO MESÁRIAS, AS PROFESSORAS DIRCÉIA MACHADO GONÇALVES (FE) E MARIA LUIZA ROCHA (CAP)

Quais serão as prioridades da nova gestão?

A defesa da universidade pública socialmente referenciada como instituição aberta ao conjunto da sociedade e não apenas aos segmentos que hoje dispõem de melhor infra-estrutura de estudo. Isso requer mudanças radicais nas políticas educacionais do presente. Somente conseguiremos alcançar este objetivo promovendo um salto qualitativo na participação dos professores na vida política da Adufrj. Esse é um esforço de muitos anos que queremos priorizar!

É a primeira vez que a presidência da seção sindical fica a cargo de um docente da carreira do Ensino Básico. Isso faz diferença para o conjunto da categoria?

Os professores do CAp sempre lutaram no sentido de defender uma concepção unitária da universidade. Nesse sentido, não faz diferença.

É claro que o fato de pertencer a essa carreira pode reforçar a visibilidade do problema imposto pelos governos de separar essas carreiras.

O que está achando da mobilização dos professores das universidades federais frente à Campanha Salarial de 2007?

A defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade é inseparável da luta por salários dignos e carreiras que valorizem a qualificação e a dedicação exclusiva e ofereçam perspectivas de progressão funcional. Nesse sentido, as diretrizes orçamentárias para 2008, que não prevêem reajustes e nem contratação de novos professores, devem ser revertidas. O Andes-SN está muito empenhado em buscar uma negociação que permita a necessária correção salarial dos professores. Estamos com uma remuneração muito aquém das necessidade e da relevância social da atividade docente. A crescente mobilização em todo o país é um esforço, um movimento, no qual a Adufrj está empenhada.

Como avalia a reforma universitária e a implantação do Reuni (Programa de Reestruturação do governo Lula) na UFRJ?

No momento em que um projeto de universidade nos é apresentado como inevitável, é imprescindível não perdermos de foco a função social da universidade. Todos os que lutam pela universidade pública sustentam a sua importância estratégica como instituição capaz de produzir conhecimento original voltado para os problemas nacionais. Essa função só pode ser afirmada se o Estado prover as condições materiais necessárias para a sua real universalização. Isso somente será possível por meio de intensa mobilização da comunidade acadêmica e por meio de lutas nos espaços públicos pela ampliação da Universidade Pública para todos, por melhores condições de trabalho e pelo fortalecimento dos espaços de discussão e de deliberação sobre os caminhos a seguir. Mas a enorme e difícil tarefa de revitalizar a universidade pública não pode ser obra apenas da direção sindical. É imprescindível a participação de todos nesse projeto de futuro, forjando, desde o presente, a universidade como espaço público e defendendo o nosso sindicato como um instrumento original e fecundo para encaminharmos nossas lutas no cotidiano da UFRJ e nas lutas nacionais.

Compreender o conteúdo das medidas em curso e analisar o impacto que terão em nosso trabalho cotidiano e nos destinos da universidade pública brasileira é uma responsabilidade à qual os docentes não podem se furtar. Nesse sentido, é importante a ampliação dos espaços de debates. É responsabilidade do corpo docente, junto com os demais segmentos da comunidade, transformar as audiências públicas convocadas pela reitoria para apresentação de seu projeto em espaços em que os distintos pontos de vista possam se expressar livremente, viabilizando a discussão verdadeira da pretensão de validade deste projeto. O amplo protagonismo da comunidade é indispensável para converter as nossas universidades públicas em instituições referenciadas socialmente e abertas a todos os que desejarem seguir os seus estudos!

O movimento tem propostas para os desafios de uma reforma radical da universidade pública para o Brasil de hoje. O esforço da Adufrj será no sentido de tornar essas propostas um dos pólos do debate sobre o futuro da UFRJ.

Os novos conselheiros da Adufrj-SSind

Unidade	Eleitos
Instituto de Química	Marylena Barreiros Salazar (titular)
Faculdade de Educação	Herli Menezes (titular)
Escola de Serviço Social	Cleusa Santos (titular)
	Janete Luzia Leite (titular)
	Angela Maria Hygino Rangel (titular)
Colégio de Aplicação	Regina Célia de Souza Pugliese (titular)
	Célia Brito Teixeira Gama (titular)
	Vania Maria Rocha Gomes Hozumi (suplente)
Faculdade de Medicina	Maria da Conceição Zacharias (titular)
Escola de Enfermagem	Marilurde Donato (titular)
Anna Nery	Walcyr de Oliveira Barros (titular)
Escola Politécnica	José Henrique Sanglard (titular)

Colegiados

Novo protesto contra Reuni agita Conselho Universitário

Dezenas de estudantes solicitam realização de plebiscito oficial sobre o programa do governo

No dia 13 de setembro, o Conselho Universitário voltou a ser ocupado por dezenas de estudantes que protestaram contra a possível adesão da UFRJ ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo governo Lula.

A exigência do movimento era pela realização de um plebiscito oficial sobre o Reuni na UFRJ. Afirmam ter conseguido, em apenas três dias, mais de quatro mil assinaturas de alunos, docentes e técnico-administrativos a favor do plebiscito. Entre elas, a do ex-reitor Carlos Lessa; a do diretor da Faculdade de Letras, Ronaldo Lins; e de toda a direção da Escola de Serviço Social.

No texto do abaixo-assinado, argumentam que, embora importante, o debate nos órgãos colegiados superiores da UFRJ possui um alcance limitado: "Entendemos ser fundamental ampliar a discussão para além das congregações, departamentos e conselhos superiores, deixando a decisão acerca dos rumos a serem tomados no que concerne à adesão ou não ao Reuni nas mãos de cada estudante, professor e técnico-administrativo desta universidade". Os manifestantes também apelam para o que classificam como "disposição democrática" da gestão Aloisio Teixeira e lembram que a eventual implementação das diretrizes do Reuni vai alterar profundamente a estrutura da instituição.

Colegiado não tinha Reuni na pauta

Na extensa pauta do Consuni do dia 13 não havia menção ao Reuni da UFRJ. Antes da chegada do protesto ao plenário, a conselheira discente suplente Hudna Mendonça bem que chegou a solicitar a inclusão do debate na ordem do dia, mas o ponto foi rejeitado, por maioria, tanto para aquela sessão, como para a reunião do dia 27 deste mês.

No entanto, cerca de meia hora após o início do debate acerca da revisão das normas e do edital para concurso de professor (o primeiro ponto da pauta), os manifestantes chegaram ao plenário. O protesto contou com muitas palavras de ordem, cartazes contra o Reuni e até mesmo uma breve encenação, na qual dois estudantes interpretavam o presidente Lula e o reitor. Este, amarrado por cordões, fazia-se de marionete do primeiro. E, com um rodo na mão, o estudante-reitor dava a entender que iria ganhar a discussão em torno do programa do governo da forma como quisesse.

Aloisio Teixeira, de início, encarou o protesto com bom humor, mas sua paciência não resistiu por muito tempo. Retirou-se do plenário por alguns minutos e só retornou à sala de reuniões após ser convencido por uma comissão de estudantes. Em seguida, garantiu a oportunidade para quatro representantes discentes dirigirem-se ao colegiado.

Jorge Eduardo "Badauí" foi o primeiro deles. Para ele, o decreto do Reuni (nº 6.096) representa uma afronta à autonomia universitária, uma vez que condiciona o recebimento de recursos pelas universidades ao cumprimento de metas definidas pelo MEC. Segundo "Badauí", o anteprojeto da reitoria, embora com um discurso "bonito" de transdisciplinaridade, pretende criar na UFRJ cursos de formação rápida que não terão aceitação no mercado. O estudante também criticou a transferência dos cursos para a ilha do Fundão: "Com a atual estrutura do *campus*, não há condições de receber todos aqui", disse. Por fim, o representante estudantil apresentou a proposta de plebiscito para decidir a adesão (ou não) ao Reuni e o abaixo-assinado favorável à iniciativa.

Mário Jorge Coutinho, segundo conselheiro discente, referiu-se a um comentário entreouvido, durante o início da ocupação, pelo qual os estudantes estariam atrapalhando o andamento das discussões no Consuni, com aquela interrupção: "Se o estudante está aqui presente é porque assumiu a responsabilidade de fazer o debate da educação pública", esclareceu: "Precisa mudar a universidade pública? Precisa! Mas para melhor. E com debate. E a primeira melhoria que temos de fazer é na democracia interna da instituição e da qualidade das discussões", completou.

Fotos: Kelvin Melo

ALUNOS TOMAM CONTA DO CONSUNI. NO DETALHE, "REITOR" CONDUZIDO POR "LULA"

Alana de Souza, que usava uma camisa da UNE, considerou que a discussão em torno do Reuni está acontecendo não só na UFRJ mas na sociedade. Mas pediu garantias de que o debate ocorra de maneira mais qualificada e, neste sentido, chamou os estudantes para participarem do encontro entre a reitoria e o conselho de centros acadêmicos neste dia 18, no *campus* da Praia Vermelha. Ela defendeu, no entanto, que a UFRJ deve, sim, apresentar um anteprojeto do Reuni que contemple a pauta de reivindicação estudantil. Para ela, seria uma posição muito limitada ser apenas contra ou a favor ao Reuni. "O que a nossa universidade precisa é de transformação", falou.

Aloisio Teixeira disse que era o mais interessado na discussão do Reuni: "Tenho participado de todos os debates para os quais sou chamado. E discutir significa, antes de mais nada, ouvir. Estou nessa discussão com o espírito aberto", falou. Ressaltou que, como reitor, tinha que preservar a normalidade institucional da UFRJ e, respeitando decisão do Consuni, seguia o calendário de discussões aprovado. E, por fim, elogiou a manifestação estudantil: "Eu não convocarei plebiscito, a não ser que o conselho decida assim. Pessoalmente, eu não concordo", completou.

Após o anúncio de que a inclusão do Reuni na ordem do dia não havia sido aprovada, os estudantes se retiraram. Mas deixaram claro que novas manifestações deverão ocorrer.

Calendário novo

Aloisio informou que o calendário de discussão do Reuni na UFRJ havia sido refeito (veja quadro), com deliberação pelo Consuni tendo ficado para sessão extraordinária de 18 de outubro, em vez do prazo anterior marcado para o dia 11. Caso necessário, haverá nova reunião do colegiado sobre o assunto em 25 de outubro, perto do limite de entrega dos anteprojetos ao MEC com vistas ao orçamento de 2008. O reitor justificou o novo cronograma em razão da ampliação do número de audiências públicas, do agendamento de encontros com as entidades representativas (APG, Conselho de Centros Acadêmicos, Adufrj-SSind e Sintufrj) e a realização de mesas-redondas para o relato de experiências de outras universidades.

Reitoria distribui simulação de recursos do Reuni

Ainda no início da sessão, a reitoria distribuiu uma simulação de como seriam distribuídos os recursos do Reuni, se todas as universidades decidirem participar do programa do governo. Segundo o documento, seria destinado ao Reuni um total de R$ 675 milhões, dos quais cerca de R$ 33,4 milhões caberiam ao orçamento de 2008 da UFRJ (R$ 16,7 milhões para custeio e outros R$ 16,7 milhões para investimento), condicionados ao cumprimento das metas aprovadas pelo MEC.

Calendário Plano de Reestruturação e Expansão-UFRJ

Dia	Hora	Local	Evento
18/9	18h	Salão Pedro Calmon	Discussão PRE – Conselho de CA's
19/9	10h30	Salão Nobre IFCS (2º andar)	Audiência Pública Centro
19/9	16h	Sala dos Conselhos	Discussão PRE – APG
21/9	9h30	Sala Muniz de Aragão	Discussão PRE – Adufrj-SSind
24/9	18h30	Salão Nobre FND	Audiência Pública Centro
25/9	10h	EEFD	Audiência Pública Cidade Universitária
26/9	10h	Auditório Bloco A - CT	Audiência Pública Cidade Universitária
28/9	10h	Salão Pedro Calmon	Audiência Pública Praia Vermelha
01/10			Reservado para mesa-redonda reitores
03/10	9h30	Sala dos Conselhos	CEG – discussão PRE
04/10			Reservado para mesa-redonda reitores
05/10	9h30	Sala dos Conselhos	CEPG – Discussão PRE
08/10			Reservado para mesa-redonda reitores
09/10			Reservado para mesa-redonda reitores
10/10			Reservado para mesa-redonda reitores
11/10			Reservado para mesa-redonda reitores
18/10	9h30	Sala dos Conselhos	Consuni – sessão extraordinária

Obs: já aconteceram debates pelo CFCH/CCJE, CT, CCMN, CLA e CCS, além de discussão com representantes do Sintufrj

Consuni discute normas e edital de concurso para professor

Não haverá concursos, na UFRJ, para a classe de Associado

Na tentativa de atualizar e "enxugar" os procedimentos para os concursos de docentes, o Consuni vem debatendo há algumas sessões uma proposta de resolução para unificar as normas hoje espalhadas em vários documentos. A discussão não acabou, mas o colegiado decidiu, no último dia 13, que não haverá concursos para Associados. O entendimento da maioria foi que a nova classe não passa, na prática, de um prolongamento da classe de Adjunto. Por outro lado, o colegiado já admitiu a possibilidade de concurso para a classe de Auxiliar, até o momento apenas em casos considerados especiais pelas Congregações.

Antes desta votação, a proposta abria a possibilidade de candidatura a Associado no caso de professores Adjuntos de nível IV de outras IFES ou aqueles que tivessem, no mínimo, seis anos de atividades acadêmicas de nível superior de alta qualificação, com relevante e destacada produção acadêmica, e que fossem portadores de: comprovante de obtenção de título de Doutor em curso credenciado pelo MEC ou, se obtido no exterior, acompanhado de tradução juramentada; ou título de Livre-Docente obtido conforme a Lei nº 5.802/72.

A expectativa é que o colegiado resolva essa nova legislação em breve, para já utilizá-la em relação aos anunciados 50 concursos aos quais a UFRJ terá direito ainda este ano. Até porque a distribuição desses possíveis concursos entre as unidades está prevista para acontecer na próxima sessão, em 27 de setembro.

Restaurante universitário atrasa mais uma vez

Funcionamento precário somente em maio de 2008; operação plena prevista para dezembro do ano que vem

O pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, anunciou ao Consuni novo atraso na conclusão da obra do restaurante universitário que está sendo erguido ao lado da Escola de Educação Física e de Desportos. Em vez do prazo de 1º de março de 2008, está previsto o funcionamento (e, ainda assim, restrito à área do refeitório) para maio do ano que vem. Nesta etapa, uma empresa a ser contratada deverá produzir 2 mil refeições que serão distribuídas no local, somente no horário de almoço e durante os dias úteis. A operação plena do restaurante, anteriormente planejada para o fim de março, com produção e distribuição de 4 mil refeições (também somente para almoço e em dias úteis) só deve ocorrer em dezembro de 2008.

O pró-reitor preferiu destacar o fato de que a administração conseguiu mais R$ 8 milhões junto ao Banco do Brasil para a construção – já estavam garantidos para a mesma finalidade outros R$ 6,4 milhões, também em convênio com o banco. Estima-se que boa parte dessa verba (R$ 12,4 milhões) sejam gastos com as obras e compra de equipamentos. Quando estiver concluído, o restaurante servirá os alunos por R$ 2, enquanto os professores e técnico-administrativos pagarão R$ 6. A administração informou que não pode cobrar dos servidores valor inferior ao atualmente recebido a título de auxílio-refeição.

Atraso também na ampliação da cozinha do HU

A alternativa pensada pela reitoria para fornecer alimentação subsidiada aos estudantes enquanto o restaurante central não estiver pronto também vai sofrer atraso. Em julho deste ano, outras 2 mil refeições já deveriam estar sendo produzidas pela cozinha industrial do Hospital Universitária para distribuição externa, após algumas obras no local. No entanto, o novo cronograma aponta que "a perspectiva mais otimista para a sua entrada em operação passa a ser agora meados de dezembro/2007".

A reitoria informa que os materiais e equipamentos da cozinha e do refeitório do HU já foram todos adquiridos e encontram-se em fase final de instalação e montagem, incluindo as câmaras frigoríficas, cujo término está marcado para setembro deste ano. Mas a reforma da cozinha e do refeitório é o processo que tem dado mais dor de cabeça: dois processos licitatórios abertos não obtiveram resultado e uma terceira tentativa está definida para se encerrar em 30 de setembro. Como a realização desse serviço deve durar de dois a três meses, daí a expectativa de funcionamento para dezembro, se tudo correr bem.

Campanha Salarial

Governo aponta 23 de outubro como limite para conclusão da negociação

Elizângela Araújo*

Representantes do Andes-SN se reuniram no dia 13/9 com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Duvanier Paiva Ferreira, para a terceira reunião de negociação da pauta de reivindicações dos professores das instituições federais de ensino superior (IFES).

O secretário iniciou a reunião expondo seu estranhamento com o fato de haver um indicativo de greve da categoria para a última semana deste mês antes da terceira reunião de negociação. Os representantes do Andes-SN lembraram que a pauta de reivindicações foi entregue em março e que a categoria se encontra ansiosa pelo seu atendimento, pois não tem reajuste desde 2005.

Duvanier reafirmou que o Estado não dispõe de recursos orçamentários para conceder reajuste salarial este ano, mas, possivelmente, somente em 2008, com alcance até 2010, e apresentou os resultados dos estudos realizados pelos técnicos do MPOG sobre a tabela salarial proposta pelo Andes-SN. De acordo com os estudos, a implantação completa da tabela salarial proposta pelos docentes teria um impacto de R$ 14 bilhões no orçamento da União, mas Duvanier afirmou que o governo não vê isso como o ponto inicial da negociação, e sim a definição da estrutura salarial à qual se pretende chegar.

Contrapropostas ficaram para próxima reunião

Uma das reivindicações dos docentes é a valorização do vencimento básico, que em alguns casos está abaixo do salário mínimo. Duvanier afirmou que o governo partilha da posição dos professores, mas não apresentou nenhuma proposta para resolver a situação. Também não houve contrapropostas para as demais reivindicações dos docentes. Duvanier se comprometeu a apresentar estudos dos impactos da paridade da GED para ativos e aposentados, isonomia de vencimentos e gratificações para os professores do ensino superior e de 1º e 2º graus, incorporação da VPI (Vantagem Pecuniária Individual) e equiparação de titularidade na próxima reunião, marcada para o dia 26. "O governo adiou para essa reunião o que esperávamos que nos fosse apresentado hoje", observa Agostinho Beghelli Filho, 2º vice-presidente do Andes-SN.

Ricardo Borges/Andes-SN

REPRESENTANTES DO ANDES-SN NA REUNIÃO COM MPOG

Governo quer fechar negociação no final de outubro

Duvanier concordou com a sugestão das entidades representantes dos docentes de fixar um prazo para o processo de conclusão da negociação, sugerindo o dia 23 de outubro como data-limite, com realização de reuniões semanais para negociar os itens da pauta com os representantes do Andes-SN, se for necessário.

Posição do governo é conseqüência da mobilização dos docentes

Para os representantes do Sindicato Nacional, a reunião demonstrou que a disposição do governo para negociar é fruto da pressão dos docentes, que aprovaram indicativo de greve para a última semana de setembro. "É importante que nossa mobilização seja mantida", observa Almir Serra Martins Menezes Filho, 3º vice-presidente do Andes-SN. Para o presidente do Sindicato, Paulo Rizzo, "o desafio da categoria, agora, é fazer com que as contrapropostas que o secretário ficou de apresentar no dia 26 confluam com os princípios do movimento: paridade e isonomia".

Além do Andes-SN, participaram da audiência representantes do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional), Proifes e do Ministério da Educação.

**Imprensa Andes-SN*

Resenha

Resultado do plebiscito sobre a Vale

O terceiro Plebiscito Popular da história do Brasil, sobre a nulidade do leilão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), terminou no dia 9 de setembro com a vitória da informação. Os nove dias de votação, mais os meses de preparação, possibilitaram que o povo pudesse se mobilizar e debater o tema. No próximo dia 25 de setembro, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Superior Tribunal de Justiça receberão, em Brasília, o resultado do plebiscito. Cerca de 80 mil pessoas estiveram envolvidas no processo como multiplicadoras, debatedoras e mesárias. O alcance dessa mobilização permitiu que entre milhares de urnas fossem espalhadas nos 27 estados brasileiros para o recolhimento de votos (*www.adital.org.br* , 13/9).

Soja transgênica: tudo contra

O jornal "O Estado de São Paulo" publicou há algumas semanas, com grande destaque, matéria onde afirmava que o Brasil perdeu R$ 26 bilhões desde 1996 por não ter liberado a produção comercial de transgênicos já a partir daquele ano. A matéria está baseada em estudo da empresa de consultoria econômica Céleres, de Minas Gerais. A análise detalhada das informações apresentadas no estudo, entretanto, mostra a sua inconsistência e a leviandade de se dar publicidade a tais argumentos. Se esta é a base sobre a qual se apóia a pressão para a liberação dos transgênicos é melhor, definitivamente, não liberá-los (*Agência Carta Maior*, 5/9).

Em SP, polícia reprime ocupação de faculdade privada

A Polícia Militar de São Paulo invadiu a Faculdade Santo André na madrugada do dia 14 de setembro. A instituição de ensino estava ocupada por estudantes desde a noite anterior. Os manifestantes protestavam pacificamente contra o aumento das mensalidades, que variaram de 32% a 126%; além do sucateamento da instituição, principalmente nos cursos de ciências humanas e educação. A invasão da PM no *campus* correu por volta das 23 horas e deixou uma grande quantidade de feridos. Um professor da instituição e o ouvidor interino da PM contabilizaram cerca de 15 metros de sangue derramados na reitoria, após a ação militar (*Agência Brasil de Fato*, 14/9).

Anote

Música no Roxinho
No dia 21, um dos ícones da MPB, Moraes Moreira se apresenta no Auditório Roxinho, às 14h30.

Cinema ao meio-dia
Dentro do projeto "Cinema ao meio-dia", o Centro Cultural Professor Horácio Macedo exibe, neste dia 21, "Madame Satã" e, no dia 24, "O homem da capa preta". As projeções ocorrem no Salão Nobre da decania do CCMN.

Teatro
Neste dia 18, haverá a apresentação da obra "Quando as pernas fazem miserê", que propõe uma mistura entre o teatro e uma roda de Capoeira Angola. No Auditório Roxinho, ao meio-dia.

Movimento

Entidades querem fim das atuais concessões de TV

Concessões das quatro maiores redes do país vencem em 5 de outubro

Na última terça-feira, dia 11, militantes de diversas organizações e movimentos sociais estiveram presentes na reunião que ocorreu na TV comunitária do Rio, na Lapa, centro da cidade. O grande objetivo do encontro foi a organização da semana que se prepara para discutir a democratização das comunicações.

A intenção do seminário será levantar questões sobre a renovação das concessões dessas redes: "Vamos fazer uma discussão, pegando o gancho com a não renovação da RCTV na Venezuela, sobre o caráter público das concessões, sobre o papel que as comunicações devem cumprir e como é que feito hoje esse sistema de concessões, que não tem nem um pouco de interesse público e estão relacionados aos grandes monopólios de mídia", afirma Leila Leal, representante da Enecos (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social) na reunião. A idéia dos organizadores é fazer uma jornada de atividade que comecem no dia 1° de outubro com debates e, depois, atividades nas universidades, encerrando com um ato no dia 5 outubro, data escolhida simbolicamente por ser o dia que vencem os prazos das concessões das maiores redes brasileiras de TV: Rede Globo, TV Bandeirantes, SBT e TV Record.

A mobilização está na pauta da CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais), de entidades que lutam pela democratização da comunicação – entre elas a Campanha pela Ética na TV e o Intervozes – e de organizações de mulheres, do movimento negro e quilombola. No dia 5, além do lançamento da campanha, devem ser realizados atos nas principais cidades do país para reivindicar o cumprimento dos princípios constitucionais para a exploração das concessões de rádio e TV, e a instituição de

mecanismos de participação social no momento de outorga e renovação dessas concessões.

"Precisamos pensar uma política ampla de comunicação para o país. E o debate sobre as renovações é propício para isso. Todos sabem que muitos concessionários não respeitam a Lei e que se tornam praticamente proprietários dos canais. Além disso, os processos de renovação não têm qualquer critério para se faça uma avaliação sobre o cumprimento das responsabilidades pelos donos das empresas", afirma Rosane Bertotti, da CUT - Central Única dos Trabalhadores.

Segundo as organizações, a campanha tem como objetivo sensibilizar a sociedade em relação ao tema, apontando os absurdos que fazem parte do atual processo de outorga e renovação das concessões, como a falta de transparência, o uso ilegal das emissoras por parlamentares e a inexistência de critérios no momento de renovação das mesmas, o que acaba inviabilizando a avaliação do serviço público prestado.

Com a campanha, as entidades planejam denunciar o atual quadro de outorga e renovação das concessões e fazer valer os princípios constitucionais até hoje não regulamentados para que exista alguma forma de controle público e social sobre o espectro de freqüência, um bem público que pertence ao conjunto da sociedade. "No mínimo, é preciso haver um questionamento deste processo. Não é possível que o governo Lula renove concessões que foram dadas na ditadura sem ao menos criar critérios para isso. É o momento de criarmos uma movimentação nacional e exigirmos debate sobre essas questões", afirma Antonio Carlos Spiz, da Central Única dos Trabalhadores e da CMS.

Os estudantes apontam na mesma direção. Segundo Luana Bonone, diretora de comunicação da UNE - União Nacional de Estudantes, o debate sobre concessões traz à tona a necessária discussão sobre a regulação das comunicações. "As concessões de rádio e televisão no Brasil são como as concessões ao ensino privado. Não conseguimos regulamentar de modo algum, mas a impressão que temos é que nas comunicações o quadro é ainda pior. O que está em jogo é um projeto de país: democrático ou monopolista, com estruturas concentradoras de poder ou que reflitam a diversidade do país," diz.

O principal movimento social do país, o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra também vai participar das mobilizações. "Só é possível democratizar a comunicação com um processo de luta unificada na sociedade, por isso estamos engajados na campanha. A democratização da sociedade precisa necessariamente passar pela mídia", afirma Igor Felippe, do setor de comunicação do movimento. "Nós sabemos bem o significado dos monopólios, pois somos criminalizados todos os dias pelo simples fato de lutarmos por um direito do povo", completa.

De acordo com o Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, uma das entidades que atuam diretamente no campo da comunicação, o foco da iniciativa não estará em uma determinada emissora, mas sim no conjunto de regras e normas do sistema de concessões. "As concessões são o instrumento que materializa o poder das emissoras comerciais, protegendo o monopólio e a falta de compromisso delas com o interesse público. No processo de renovação, prevalece a ausência de participação popular e a inexistência de critério. Todo rigor que eles têm com as comunitárias inexiste para as comerciais", afirma João Brant, um dos coordenadores da entidade.

Audiências públicas e julgamentos populares

Segundo Brant, hoje as concessões são um instrumento de manutenção do poder estabelecido. "Não aceitamos mais esta barbárie e este 'velho oeste' que marca o processo. É preciso se mobilizar para transformar esse quadro", diz. "Alguma regulação é necessária para mudarmos esta situação. E eles acham que são intocáveis e que têm um poder sagrado. Mas não têm", afirma Sonia Coelho, da Marcha Mundial das Mulheres. Além da ampliação dos grupos e organizações que participantes da campanha, devem ser organizadas audiências públicas locais e regionais, e produzidos materiais de campanha pela democratização das concessões de rádio e TV.

Entre as iniciativas locais da ação conjunta, estão previstos julgamentos populares das programações de rádio e TV, além do mapeamento do uso do espectro em cada cidade. A agenda de mobilizações do dia 5 de outubro deve se estender ao longo do mês. De 15 a 21 de outubro será realizada a Semana pela Democratização da Comunicação, que acontece anualmente na semana do 17 de outubro, Dia Nacional pela Democratização das Comunicações.

Fonte: Observatório do Direito à Comunicação, 13/09

Duas chapas se inscrevem para a direção da Enecos

Cerca de 70 estudantes de Comunicação estiveram reunidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, do dia 2 a 8 setembro, durante o Seminário Nacional da Enecos (Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social). O seminário, que substituiu o encontro nacional, o Enecom, foi centrado em debates políticos sobre comunicação, sociedade e educação. Entre os debates, os organizadores abriram espaço para discutir a reorganização da executiva.

Segundo Alexandre Dornelles, um dos responsáveis pelo encontro, a substituição foi decidida no congresso dos estudantes que aconteceu em janeiro: "A executiva está passando por um momento muito peculiar que nunca enfrentou nos seus 17 anos de existência, e por isso estamos em processo de reorganização. A gente optou, portanto, em não organizar o encontro nacional no meio do ano e sim um seminário, ou seja, um encontro mais reduzido focado mais no debate político para ver se conseguíamos aprofundar e acumular em determinados assuntos para tentar avançar na reorganização do próprio executivo", diz o estudante.

O encontro superou as expectativas dos organizadores e participantes quanto ao debate, porém a falta de mobilização foi um dos pontos de maior destaque das discussões: "A gente estava organizando um encontro de 150 a 200 pessoas, e o seminário teve participação de apenas 70, menos da metade do que estávamos esperando", ressalta Alexandre.

A estudante de comunicação social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Leila Leal, esteve presente e também lamentou a ausência de mais discentes: "As mesas e as atividades foram muito boas, só o número de participantes que foi muito abaixo do que a gente esperava para um seminário nacional", conta a estudante.

Duas deliberações marcaram o encontro: o local do próximo Enecos, que será em Alagoas, em janeiro do próximo ano; e a inscrição de duas chapas (situação: "Sem tesão não há movimento" e a oposição: "Amanhã vai ser outro dia - para mudar Enecos") que irão participar da eleição da próxima Executiva, no período de 1° de outubro a dia 30 de novembro.

Opinião

A rede

Ricardo Kubrusly*

A semana não trouxe novidades. Esperávamos que o Senado pelego agisse como tal e assim foi. Tudo sem novidades. Já há muito não esperamos boas notícias vindas do governo e suas ramificações, incluindo, é claro, quaisquer boas novas que venham do sistema público de educação. Nossas IFES interligadas, política e filosoficamente, à rede oficial das más notícias, vêm se mostrando fiéis repetidoras de projetos semi-suicidas arquitetados pela mesma lógica que governa o funcionamento de Câmara e Senado, ou seja: diante da alegada impossibilidade de qualquer coletivo, deve-se, para não perder a viagem, impor o individualismo e suas rentabilidades personalíssimas. Para que se possa aplicar tamanha luminescência lógica, é preciso garantir a supracitada "alegada impossibilidade..." e para isso utiliza-se a popular técnica do canalha contumaz, ou seja: negar, negar, mesmo em cima e sobre qualquer evidência do contrário. Negar sempre a presença ou possibilidade do coletivo, como se existissem apenas nos delírios das crianças e sua perguntas sem respostas. Negar que o todo é sempre maior do que a soma de suas partes, que nele se escondem forças determinantes que o mero indivíduo desconhece. Negar as possibilidades, o poder e a complexidade do coletivo organizado, é parte do plano rasteiro de poder dos nossos poderes oficiais e da rede oficial das más notícias.

O País não tem jeito, ouve-se pelos corredores; os políticos são todos ladrões, afirmam os exaltados. Acabemos com eles, gritam os saudosistas e os falsos moralistas. E é claro, percebemos todos, que é o não ter jeito desse país que fascina nossos dirigentes e muitos dos nossos colegas. É esse não ter jeito que possibilita a generalização da falcatrua, a impunidade aos que nos roubam e aos que lhes possibilitam. É porque o país se desengonça em todos os níveis que, sem culpa, se lhe esfacelamos suas últimas virtudes. Em Roma como os romanos. Aqui, roubamos. E o que não se rouba, pela imaterialidade que gozam muitos dos nossos maiores bens, destrói-se. Rouba-se o que se pode, onde a matéria é o número e o número o destino certo: o bolso, é do bolso, é sobre o bolso que fala a nossa democracia. Rouba-se o que se pode, o resto já não mais faz sentido, destrói-se. Destrói-se o ensino, que já não era lá essas coisas e, em nome das mudanças, das falsas e eternamente falsas mudanças, copiamos e inventamos, de qualquer maneira, sua total aniquilação. Para que ensinar em um país onde se vale o que se rouba?

Nós que assistimos à destruição do ensino público básico e/ou fundamental e/ou primário e médio e/ou ginasial do primeiro e do segundo grau, com todos os nomes que tenham e que tenham tido, vemos agora, pela repetição das mesmas fórmulas de eficazes poderes e comprovadas ações destruidoras, nossas universidades públicas se deteriorarem em nome das mesmas falsas mudanças enganadoras que popularizavam um ensino-aprendizagem que já não mais existia. Venham, venham todos beber da fonte que já não jorra. Venham se formar em qualquer coisa e continuar na mesma a olhar de longe as pós-graduações que já se apressam em preparar os nossos ladrões de amanhã. As graduações públicas ficarão para os pobres e negros e quase mulheres negras de tão negros e de tão pobres. Nossos meninos ricos em escolas pagas, se preparando para a fotografia, para os exames de mestrado, para a ciência eficaz e seus elétrons dubitativos, para, ao fim e ao cabo, roubar-nos impiedosamente, pois afinal esse país não tem mesmo jeito e é cada um por si e assim, e só assim, nos absolveremos como fazem os senadores.

A semana não trouxe novidades, mas trouxe, sim, tristeza. Não é que esperássemos qualquer atitude digna em meio a um Senado, que é corrupto de seu presidente a seus funcionários, mas algo dentro de nós ainda esperava sim, se não um milagre, algum sinal de honestidade, alguma reação digna, alguma reflexão. Sabemos que não andamos mesmo lá muito bem das pernas, que vacilamos continuamente nas questões éticas e que nossa moral anda reclusa e apagada, mas esperávamos sim, de alguma maneira confusa, a punição do chefe da quadrilha. Mas também sabíamos que esperávamos em vão. E assim foi.

A semana não trouxe novidades, assim como o semestre aqui, na UFRJ, também não parece conseguir fujir às pressões aniquiladoras da rede das más notícias. Mas aqui como lá, no desolado do país despedaçado, ainda existem, aqui com certeza, aqueles que ainda não se dobraram nem se deprimiram nem se deixaram levar. Que ainda trabalham pela condenação dos traidores e que ainda lutam por um coletivo organizado e transformador, que sabem e sabem que sabem que nos destroços devastados, sob os escombros da injustiça democrática, sempre surgem, nas pequeninas possibilidades dos debates, germinando, novos caminhos por onde trafeguem verdades possibilitantes e onde se organizem as pequenas partes dos pequenos todos que hão de reinventar um mundo mais forte e coletivo. Da união dessas pequenas partes germinadas, dos pequenos todos feitos todos de pequenas partes, eu vejo, em cada sonho e em cada projeto coletivo, uma rede de boas notícias que lentamente se desenha por detrás dos acontecimentos.

*Diretor da Adufrj-SSind

CCJE e o Reuni

No dia 21 de setembro, em reunião ampliada do Conselho do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, a comunidade acadêmica voltou a apresentar suas críticas ao Reuni da UFRJ. A possível transferência dos cursos hoje localizados no *campus* da Praia Vermelha incomoda representantes do Instituto de Economia e da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis.

Página 5

Campanha Salarial

Neste dia 26, representantes do Andes-SN voltam a se encontrar com secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. O objetivo é discutir a pauta de reivindicações dos docentes.

Página 7

No Rio, 135 mil participaram do Plebiscito da Vale

Consulta verificou que 129 mil pessoas, somente no estado do Rio de Janeiro, são contrárias à continuidade da Companhia Vale do Rio Doce nas mãos do capital privado. Neste dia 25, movimentos sociais e sindicais entregam resultado de todo o país a representantes dos Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), em Brasília.

Página 8

Samuel Tosta

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 554 25 de setembro de 2007

Tropa de Elite?

Diretor da Adufrj-SSind assiste ao filme da moda e lança uma comparação com o cotidiano do país e da universidade

Página 2

Opinião

Elite

Ricardo Kubrusly*

E existe um povo que a bandeira empresta
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa fresta
Em manto impuro de bacante fria!...
Meu Deus! Meu Deus! mas que bandeira é essa
Que impudente na gávea tripudia?!...
Castro Alves

Estamos mesmo em pleno ar. Dias e noites se confundem. Uma neblina densa, cinza, toma conta dos espaços. O mundo cinza é deveras cinza. A esperança demora.

Estamos em um ar desfeito, onde as respirações entrecortadas vacilam na espera intermitente e tardia. Os olhos, por opção ou desespero, se fecham, já não produzem as explicações de suas imagens. E com olhos fechados e desistidos fugimos pelo espaço em curvas sem caminhos. O centro, em todo o lugar sem rumo, desprende-se das forças que o constituíam. Anjos mortos eterizam-se na batalha interrompida. Suas armas aladas governam, então, os acontecimentos.

Sábado, quase meio-dia, o sol ainda inverno beirando a primavera, confuso, irradia-se em um verão quentíssimo. Trafegando pela assembléia, rumo a república, quando sou interrompido em meus delírios ambulantes. Meus versos pausam à pergunta sussurrante: "Leva os dois, bacana, 10 real cada um". E eu: "Quero não, o mundo, como falou o poeta, meu irmão, é uma esfirra de carne, quero não". E ele: "Faço por quinze. É porrada pura, você vai gostar". E eu me afastando, arrematei: "E eu lá gosto de porrada". E ele: "Que isso, bacana, pra morar no inferno, só gostando, né?!" Passei direto e segui pelo caminho das guloseimas orientais. Na volta, lá estava ele novamente: "Dá uma força aí, ô bacana". Comprei.

O dois, eu já tinha visto, há muito, na TV. Era um documentário sobre o Rio e suas guerras particulares. O 1, tapeando a lógica invertida dos números, era o Tropa de Elite, que embora ainda não tenha sido lançado oficialmente, numa estratégia de *marketing* pela pirataria, já se espalhou pela cidade, entre os " bacanas" e dentro das comunidades. É um filme ruim. Não pela realidade que retrata, ou inventa, que esta, já a sabemos ruim de todos os sabores, não pelos atores que expressam bem suas ações na película, é ruim pela intenção que imprime ao movimento. Não pela verdade equivocada que transmite e que impõe, quadro a quadro, mas por acreditar-se a única possibilidade dentro de um cenário tão complexo.

Que os bandidos oficiais de nossa sociedade são bandidos, nós já sabíamos. Lidamos com eles, negociamos com eles todos os dias, nossos bens por nossas vidas, nossas despedidas por nossa permanência, nossas ilusões pelas deles, em uma troca perversa e apavorante. Que a polícia, a oficial e as paralelas que são esquecidas pelos realizadores do filme, são bandidas, corruptas, nós já sabíamos. Que temos, muitas vezes, mais insegurança em suas mãos do que na dos bandidos oficiais, nós também já sabíamos. O que não sabíamos e o que nos negamos a aceitar é que a solução venha pelas mãos ensangüentadas desses rambos de preto e suas caveiras pintadas, que tenhamos de aceitá-los e elogiá-los, como se fossem a salvação de uma pátria bem comportada e os guardiões dos nossos sonhos. O que repudiamos não é apenas a truculência fascista dos seus métodos e a rudimentaridade dos seus pensamentos, o que esperar de uma tropa, autodenominada de elite? O que não podemos realmente aceitar é a lógica que os determina, a mesma que determina todas as parcelas da sociedade que se auto-proclamam elites. De Marie Antoniette ao MIT, do Bope à Coppe, da Faculdade de Medicina ao Instituto de Economia e além, das propostas neo-modernistas aos avanços retrógrados do governo e suas reitorias, são as "elites" impingindo suas inexorabilidades. Sem mim, gritam, o dilúvio, as guerras, o atraso, o terrorismo. São os senhores das armas que se encastelam pelo mundo "civilizado", dentro da mesma lógica perversa dos caveirões, que, mundo afora, justificam as barbáries modernas, como justificaram os genocídios e atrocidades de todos os tempos. Trata-se de um filme desnecessário, monolítico e truculento como soem ser as lideranças, digo elites, políticas e científicas no mundo moderno. Uma obra, que seguindo a tradição dos impérios violentos de ontem e de hoje, ameaça sem propor reflexões. É um filme ruim, como milhares de filmes ruins que se nos assolam semanalmente, mas é pior pois, com sua concepção messiânica, operando no vácuo de nossas desesperanças, nos arma como se anjos mortos e nos suicida agora e sem delicadezas.

*Diretor da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Assaltos na linha 696A viram rotina

Diego Cotta*

Prefeito da UFRJ envia carta ao Secretário de Segurança

No dia 13 de setembro, alguns assaltantes da linha 696A, que faz o trajeto Del Castilho – Fundão, foram presos por policiais que faziam a segurança da saída do *campus*, próximo à Linha Amarela. Os passageiros fizeram sinais e bateram na janela, chamando a atenção dos PMs que estavam no local, prendendo os infratores. Mesmo assim, relatos nas listas de discussões eletrônicas contam que os assaltos continuam a acontecer.

Nessas listas, é constante a preocupação com a necessidade de se implementar uma política de segurança mais eficiente na Cidade Universitária. Apesar de estar situada em área com altos índices de violência, os usuários da ilha dizem sofrer com a indiferença das autoridades.

No dia 10 de setembro, no final da tarde – período de grande movimentação de saída do *campus* -, a aluna de doutorado do Programa de Engenharia Química da Coppe, Anna Carolina Camêlo foi surpreendida por dois indivíduos armados que "fizeram a limpa" nos passageiros que estavam sentados próximos à porta traseira do ônibus. Segundo a estudante, depois de roubarem os objetos dos presentes – em sua maioria universitários – os assaltantes pediram ao motorista para descerem do ônibus nas intermediações da Vila do João.

"Duas pessoas foram para o fundo do ônibus e uma delas parou do meu lado, sacou um revólver e colocou na minha cabeça, falando: 'Passa o dinheiro, o celular, vamos, vamos, senão vou estourar sua cabeça!' Na hora, todos entraram em pânico, mas começamos a passar dinheiro, celular, relógio, tudo. Daí, quando eles se viraram para trás para pegar o resto das coisas de todos que ali estavam, as pessoas começaram a gritar para o motorista parar. De forma assustadora, o motorista só foi parar no ponto da Vila do João. Como pode um ônibus cheio, com pessoas implorando para que o motorista parasse, e ele nem aí... Foi quando um dos assaltantes voltou com a arma na mão e falou: 'Aí, motô, abre aqui pra nós descer!'", relatou Anna Carolina.

O caso de Anna não é isolado. O pesquisador do Programa de Engenharia de Transporte da Coppe, João Carlos Pereira disse que já presenciou situação parecida: três homens subiram no ônibus - de mesma linha – e assaltaram os estudantes que se encontravam no fundo do veículo. Pereira destaca o inconformismo dos passageiros que, segundo ele, acusavam o motorista de já conhecer os assaltantes: "Os protesto foi grande para cima do trocador e principalmente do motorista que, segundo vários passageiros, deixou-os entrar no ônibus, mesmo já sendo 'conhecidos' dos funcionários da empresa". Os estudantes desconfiam que há uma conivência entre motoristas, trocadores e assaltantes, pois os funcionários das empresas de ônibus nunca são importunados pelos infratores e sempre abrem a porta em um local de fácil acesso à favela.

Diego Cotta

PASSAGEIROS PREOCUPADOS COM A LINHA DE INTEGRAÇÃO AO METRÔ

Amorim

Prefeito universitário solicita apoio à Secretaria de Segurança

O prefeito da UFRJ, Hélio de Mattos, enviou uma carta aberta ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, para solicitar apoio no combate aos assaltos a ônibus, tanto no interior do *campus* quanto no seu entorno. Mattos informou que a UFRJ conta com 19 câmeras, seis viaturas, doze vigilantes da Divisão de Segurança (Diseg) e duas viaturas do 17º BPM da Ilha do Governador – o que prefeito e reitoria consideram insuficiente para a segurança da universidade.

Hélio de Mattos lembra ainda que no ano de 2005, a reitoria da UFRJ solicitou ao governo federal a abertura de concurso público para 100 vigilantes, mas não recebeu nenhum indício de concordância. Enquanto isso, o *campus* do Fundão da UFRJ continua vivendo a grande onda de assaltos. Segundo a 21ª DP (Bonsucesso), foram registradas 40 ocorrências apenas neste mês de setembro, no local.

*Estagiário

Anote

Chamada para a utilização do Fórum de Ciência e Cultura

A Coordenação do Fórum de Ciência e Cultura recebe projetos para a realização de eventos acadêmicos, culturais e artísticos de caráter nacional ou internacional previstos para 2008. Os espaços disponibilizados são: Salões Pedro Calmon, Muniz de Aragão, Vermelho, Dourado e Átrio. As solicitações devem ser encaminhadas ao endereço: Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ; Superintendência de Difusão Cultural; Palácio Universitário da Praia Vermelha, na Av. Pasteur, 250, 2º andar – Sala 204, Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22295-900. Ou enviadas ao e-mail eventos2008@forum.ufrj.br até o dia 7 de dezembro com algumas especificações solicitadas. O calendário de atividades previstas será divulgado na primeira semana de janeiro de 2008. Para outros esclarecimentos, entrar em contato com Maria Dias: mardias@forum.ufrj.br ou no telefone 2295-1595.

Encontro de Corais

Nesta quarta-feira (26/9), às 18h30, no Salão Dourado acontecerá o Encontro de Corais. O evento mensal terá como anfitrião o Coral do CCJE, que receberá mais outros três corais. No repertório, composições de Tom Jobim e Baden Powell, além de arranjos inéditos. Entrada franca.

4º Congresso de Extensão

A data limite para a inscrição de trabalhos no 4º Congresso de Extensão é 30 de setembro e pode ser feita no site www.pr5.ufrj.br. Podem se inscrever docentes, técnicos-administrativos e estudantes da UFRJ que tenham como referência exclusiva programas e/ou projetos de extensão da UFRJ, em conformidade com as áreas temáticas estabelecidas para a extensão universitária, como comunicação; cultura; direitos humanos e justiça; educação; meio ambiente; saúde; trabalho; tecnologia e produção.

Colegiados

CEG e CEPG distribuem 40 vagas docentes

O Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e o Conselho de Ensino para Graduados (CEPG) se reuniram na última sexta-feira, dia 21, para analisar e aprovar o relatório elaborado pela Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav 2007). O objetivo era distribuir 40 das 50 vagas docentes que estariam próximas de serem anunciadas pelo Ministério da Educação.

Na divisão, o Centro de Ciências e Saúde (CCS) foi o que recebeu maior número de vagas (12 ao todo), sendo duas de professores assistentes para o Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC) e para a Escola de Educação Física e Desportos (EEFD). O Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), o Centro de Filosofias e Ciências Humanas (CFCH) e o Centro de Letras de Artes (CLA) ficaram com sete vagas cada. Deste grupo, duas vagas foram separadas para professores assistentes, uma no CCJE para a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) e outra no CLA para a Escola de Música (EM). O Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) e o Centro de Tecnologia (CT) ficaram com cinco vagas cada. Já o Fórum de Ciência e Cultura (FCC) recebeu apenas uma vaga.

Jaciara Celestino

CONSELHEIROS VOTAM PROPOSTA DA COTAV 2007

Problemas na elaboração

Segundo a presidente da Cotav 2007, Maria Silvia, dificultou a agilidade do trabalho o fato de as unidades enviarem os dados referentes ao número de alunos e docentes de forma dispersa: "Algumas unidades mandam dados só de alguns departamentos. Outras unidades, como a Coppe, misturam dados da pós-graduação. Tinha que haver um esforço maior das unidades de se enquadrar nos critérios da Cotav", afirmou. Maria Silvia também fez uma crítica à universidade: "O que falta na UFRJ é uma visão mais institucional, temos que pensar mais na nossa história, pensar no registro das coisas e atualizar automaticamente os registros existentes", declara. A comissão sugeriu a elaboração de formulários padronizados e que, se possível, os números pudessem vir da própria reitoria, evitando assim este tipo de imprevisto.

Medicina reclama vagas

Para o professor Gil Fernando Salles, representante do CCS no conselho do CEG, esperava-se que o resultado desta distribuição fosse semelhante ao do ano passado. Porém, segundo ele, duas unidades mudaram radicalmente de perfil no quadro, recebendo menos vagas: o Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (NUTES) e a Faculdade de Medicina (FM). A justificativa da comissão foi a inexatidão dos dados fornecidos pela faculdade: "De qualquer forma, esse tipo de punição não estava prevista nas diretrizes. É uma tradição, pelo menos nas duas Cotavs das quais participei, de sempre que as informações estivessem erradas, a própria Cotav buscaria informações corretas. O erro da Faculdade de Medicina, não estou justificando, poderia ser corrigido", afirmou o professor.

Gil Fernando contou que, em 2006, a Medicina tinha 439 docentes e ganhou nove vagas; agora tem 405: "Eu preciso saber o que aconteceu para poder dizer 'olha, vocês erraram profundamente'", disse Gil Fernando. O professor definiu como "enorme injustiça" o baixo número de vagas oferecidas à unidade.

O relatório apresentado pela comissão foi aprovado por 25 votos a favor e apenas um contra, do professor Gil Fernando e uma abstenção. A distribuição dos 40 concursos aprovados no CEG/CEPG de 21 de setembro será apreciada por reunião do Conselho Universitário, provavelmente nesta semana. Nesta mesma reunião, também será analisada pelos conselheiros a divisão de outras 10 vagas, segundo proposta da reitoria, totalizando os 50 concursos a serem autorizados pelo governo.

Distribuição aprovada nos colegiados acadêmicos, em 21/9, ainda será apreciada pelo Consuni

Centro	Unidade	Adjunto	Assistente
CCJE	Coppead	1	
CCJE	F. Direito	1	
CCJE	F. Direito	1	
CCJE	FACC		1
CCJE	I. ECON	1	
CCJE	IPPUR	1	
CCMN	IF	1	
CCMN	IGeo	1	
CCMN	IM	1	
CCMN	IM	1	
CCMN	IQ	1	
CCS	EEAN	1	
CCS	EEFD		1
CCS	FF	1	
CCS	FM	1	
CCS	FO	1	
CCS	IB	1	
CCS	IBCCF	1	
CCS	IMPPG	1	
CCS	INJC		1

Centro	Unidade	Adjunto	Assistente
CCS	NPPN	1	
CFCH	ECO	1	
CFCH	ESS	1	
CFCH	F. EDU	1	
CFCH	F. EDU	1	
CFCH	I.P.	1	
CFCH	IFCS	1	
CFCH	IFCS	1	
CLA	EBA	1	
CLA	EBA	1	
CLA	EM		1
CLA	FAU	1	
CLA	FL	1	
CLA	FL	1	
CT	Coppe	1	
CT	EQ	1	
CT	IMA	1	
CT	Poli	1	
CT	Poli	1	
Fórum	Museu	1	

UFRJ

CCJE discute Reuni da UFRJ

Transferência para o Fundão incomoda Economia e FACC

No dia 21 de setembro, aconteceu a última reunião ampliada organizada por decanias para discutir a possível adesão da UFRJ ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do governo Lula. No evento, realizado na sala 106 do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE), mais uma vez ocorreu uma ferrenha defesa da iniciativa governamental pelos integrantes da reitoria.

A começar pelo reitor Aloisio Teixeira. Mesmo admitindo que o processo de discussão institucional do Reuni começou "tardiamente" (com o debate no CFCH, em 6 de setembro), o dirigente ressaltou que as propostas de mudança da estrutura da universidade já datavam de 2004. Nesta ocasião, a administração da UFRJ dava os primeiros passos para a construção de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O dirigente fez questão de apontar suas críticas quanto à política econômica e às políticas sociais do governo Lula, mas ainda disse acreditar que há uma melhora na gestão do ensino superior público, em relação ao mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: "O orçamento teve aumento real. Em 2006, voltamos ao patamar de dez anos antes. Claro que não é suficiente, mas houve uma inversão da tendência (de declínio dos investimentos na educação superior)", completou.

Com a adesão ao Reuni, Aloisio compreende que a UFRJ poderá contratar, no período de cinco anos estabelecido pelo programa, cerca de 700 docentes e 1,5 mil funcionários técnico-administrativos, além de conseguir realizar diversos investimentos em obras. Sendo que os concursos para professores deverão priorizar o regime de dedicação exclusiva, segundo ele. Para Aloisio, mesmo ao impor metas para o recebimento de recursos, o Reuni não representa um atentado à autonomia universitária: "As instituições têm liberdade de escolher se vão participar ou não e o momento desta adesão", disse.

O dirigente universitário também reafirmou o plano da reitoria de transferir os cursos do *campus* da Praia Vermelha para o Fundão. Aloisio reconheceu que a proximidade geográfica não é sinônimo de integração acadêmica na UFRJ. E deu exemplos de departamentos "que não se falam", mesmo localizados em um mesmo prédio. No entanto, o reitor insiste que a unificação na ilha da Cidade Universitária seria um importante passo para acabar com a fragmentação hoje existente. Nem espera que isso se resolva em pouco tempo, mas num prazo estimado em décadas: "A cultura da fragmentação é muito arraigada em nós", disse.

Kelvin Melo

COMUNIDADE DO CENTRO TEM DÚVIDAS SOBRE TRANSFERÊNCIA PARA CIDADE UNIVERSITÁRIA

O reitor citou que até mesmo as transferências forçadas de cursos para a ilha do Fundão, como a que ocorreu com a Faculdade de Medicina, nos anos 60, obtiveram resultados benéficos. "Hoje, com todos os seus problemas, é verdade, tem ali no Fundão um hospital universitário", comentou. "Estamos tratando de um projeto acadêmico de integração. Estamos mobilizados pela idéia que temos uma responsabilidade histórica", encerrou.

Aloisio também aproveitou a reunião do CCJE para fazer uma avaliação dos debates que haviam ocorrido até então. "Um êxito", segundo ele. "Pela primeira vez, a UFRJ discute o que ela é e o que ela deve ser. Eu me sinto extremamente gratificado com isso", comentou.

Comunidade do CCJE analisa proposta

Pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), o diretor Adauto Cardoso manifestou apoio às propostas da reitoria em relação ao aumento de vagas da UFRJ, desde que não se comprometa a qualidade do ensino. Adauto também concorda com a unificação dos cursos no *campus* do Fundão, mas observou que deveria ser muito bem pensada como se dará essa nova ocupação da ilha.

Professor Titular do curso de Administração, Carlos Fontenele Bessa apresentou vários comentários ao plano da UFRJ, mas chamou a atenção sua brincadeira com a implantação dos chamados cursos de graduação de terminalidade breve: "Tomara que sejam tão breves que morram na proposta", disse. Também defendeu a permanência do *campus* da Praia Vermelha e, numa comparação com a Universidade de Paris, disse que poderia ser chamado de UFRJ I. E o professor não perdeu a oportunidade de atacar duramente a existência dos cursos pagos de pós-graduação *lato sensu*, fato omitido no anteprojeto da instituição.

Já o diretor da FACC, Samuel Cogan, preocupa-se com a manutenção do curso noturno da unidade: "Nossos alunos têm aulas até 22h e estagiam no Centro, Zona Sul e Barra. No Fundão, haveria muitas dificuldades. Nossa taxa de evasão, hoje muito pequena, poderia ser piorada", comentou. Outro professor da FACC, José Carlos Carvalho, acrescentou que o Fundão, especialmente neste horário, apresenta falta de segurança e opções de alimentação. Além disso, em pesquisa realizada com os alunos sobre o assunto, uma comissão de docentes descobriu uma forte rejeição à transferência.

Pelo Instituto de Economia, o diretor João Sabóia apresentou um documento com o posicionamento – não-consensual, ressaltou – da unidade. Entre vários pontos, há uma rejeição ao uso do conceito de transdisciplinaridade como diretriz geral do programa. O instituto também vê necessidade de aprofundamento da proposta de implantação do ciclo básico e dos cursos de graduação de duração breve, classificadas como vagas. João Sabóia ressaltou que a transferência para o Fundão, mantidas as condições atuais de segurança e locomoção na Cidade Universitária, pode inviabilizar uma recente proposta de curso noturno da unidade, anunciada antes do Reuni da UFRJ.

A reunião para definir o posicionamento da Faculdade Nacional de Direito aconteceria no dia do fechamento desta edição (em 24/9). Como ponto de vista pessoal, a diretora Juliana Magalhães, apontou pontos positivos e negativos no anteprojeto da UFRJ. Disse ser favorável à proposta de ciclos básicos, desde que bem estruturados, e lamentou a possibilidade de a universidade rebaixar a meta de relação aluno/professor de 18/1 para 14/1, sob o pretexto de possuir uma pós-graduação forte.

Centro volta a discutir Reuni neste dia 28

Após a reunião ampliada, estava prevista a deliberação dos conselheiros do CCJE quanto ao anteprojeto da UFRJ. Mas, após horas de discussão, não havia mais quórum. Portanto, neste dia 28, haverá nova reunião, desta vez em caráter ordinário, para definir esse posicionamento.

De acordo com proposta apresentada na reunião do dia 21 pelo decano Alcino Câmara, os representantes do CCJE no Conselho Universitário deverão defender que a UFRJ se comprometa com o conjunto de metas apontadas no documento da reitoria. E que os projetos que respaldam o compromisso geral da universidade sejam aqueles originados das unidades acadêmicas e que constem do documento da comissão instituída pelo próprio Consuni para analisar o Reuni.

Além disso, devem cobrar que as discussões sobre a constituição de um novo modelo acadêmico para a UFRJ, com ou sem cursos de terminalidade breve e ciclos básicos, sejam iniciadas com a constituição de uma comissão, que teria prazo determinado para completar este objetivo. O detalhe é que tal modelo acadêmico deve ser analisado por todas as instâncias colegiadas de vários níveis, bem como em um Congresso Universitário, convocado com este fim e cujos resultados serão avaliados pelo Consuni.

Quanto aos recursos solicitados ao governo através do Reuni, o decano do CCJE defende que sejam utilizados para combater a fragmentação. Ou seja, devem atender a mais de uma unidade ou centro (como na construção de pavilhões de salas de aula) ou apoiar uma necessidade geral da comunidade acadêmica (mais alojamentos, por exemplo). Porém, ressalta que o uso dessa verba deve se concentrar na ilha da Cidade Universitária, pelo menos até a votação do modelo acadêmico a ser adotado pela UFRJ. Segundo ele, o dispositivo evita que seja desperdiçado dinheiro público em obras no *campus* da Praia Vermelha, se houver deliberação favorável à transferência dos cursos para o Fundão. Da mesma forma, impede que a discussão se estenda indefinidamente.

Opinião

A Universidade Politicamente Necessária

Protásio Dutra Martins Filho*
Maria Helena Silveira**

Dentre as experiências humanas a mais representativa do sentido de busca do homem por permanente aprimoramento é a educação. Nela a humanidade tem depositado seu esforço quanto ao domínio sobre o mundo natural e as instâncias simbólicas das sucessivas gerações.

Quanto à nossa Universidade, sem dúvida é imprescindível reformulá-la e expandir sua atuação; para benefício da sociedade brasileira. O primeiro ponto a nortear a reformulação deve ser a conexão com os interesses brasileiros ao alcance da ação da instituição e, concomitantemente, formar pessoal que possa contribuir e sustentar profissionalmente o uso do saber. Mais importante do que registrar nos anais internacionais a conquista do saber de poucos pesquisadores que interagem na fronteira científica já estabelecida, será **formar conhecedores do necessário para fazer o país evoluir, em todos os campos do conhecimento que nossa capacidade e a oportunidade localizarem**; precisamos formar conhecedores e produzir saberes, pautados pela necessidade nacional, regional, local, definindo fronteiras próprias de avanço.

Nossas Universidades estão fragilizadas por um contexto histórico que as mantém dominadas como eternas aspirantes ao conhecimento hegemônico e são, ainda, política e socialmente responsabilizadas pela impotência e alienação quanto à adversidade das condições materiais da sociedade brasileira.

"Nossa missão" **não é** "acompanhar a evolução dos agentes transformadores do saber", mas formá-los e norteá-los. Será necessário repensar e refundar o processo gerador do conhecimento científico e tecnológico, dando-lhe espírito nacional, aptidão e meios para incorporar o contexto material e cultural da sociedade brasileira, e então gerar o conhecimento transformador.

Algumas Premissas

O conhecimento sobre o mundo material **é mutante**, pois está em permanente progresso empírico, científico, tecnológico; **é coletivo**, pois é herdado e apropriado, é expandido e legado a outras gerações; **é historicamente referenciado**, pois avança pela crítica e reformulação dos conceitos vigentes ou pelo rompimento e o estabelecimento de novos paradigmas; **dá poder** sobre o mundo natural, sobre pessoas, grupos, sociedades e de nações sobre outras. **Por isso não é franqueado a todos desinteressadamente**.

O conhecimento efetivo está vinculado a seu uso na prática; depende, portanto, do agente conhecedor. Esse agente é formado pela via da apropriação do conhecimento estabelecido social e historicamente, pelo reconhecimento e exames do processo que faz avançar cientificamente os mais diversos campos, considerando as múltiplas referências disciplinares de distintos temas, e pela expansão dos campos e relações já estabelecidos do conhecimento humano. **O conhecimento,** porque é processo**, não está nos livros ou nas publicações**, que são meros registros do avanço, **mas nas pessoas** (professores, pesquisadores, profissionais, estudantes, etc.); **formar novos conhecedores é o que faz o conhecimento evoluir.**

O conhecimento humano nasce em atividades conjuntas com técnicas, na prática de interferência no mundo material. A teorização decorre do trabalho de aprofundamento conceitual; dos ensaios de logificação de práticas discutidas.

O estudante, o cognoscente, atinge o status de conhecedor pela formação, pela via de projetos educacionais que devem privilegiar o **criticar**, o **argumentar e contrapor,** e o e**mbasar cientificamente conjecturas e críticas**. **Nos níveis básicos** da universidade a mediação do professor é essencial, vital e a pedagogia deve considerar que *o fazer* e o *teorizar sobre o feito* requerem atenção, dedicação e discussões coletivas. O avanço do fazer-pensar-refazer-repensar deve ocorrer numa perspectiva de interesses acordada entre alunos e professores. **Em cursos de graduação,** para a faixa etária ainda adolescente, **isso não pode ser feito à distancia**, em tempos abreviados ou em módulos, retalhos de projetos pedagógicos; conhecimento é constituído, não se transmite, não se vende: questões de mercado. **Será necessária uma verdadeira "nova pedagogia do 3º grau", especializada em aplicações interdisciplinares para os diversos campos de formação, delineados pela universidade. Formar conhecedores é projeto político,** interdisciplinar, em que um dos eixos tem de estar no campo das ciências humanas e sociais**.**

Em níveis mais avançados em que a formação do conhecedor já se deu, há espaço para mediações menos dedicadas, porém, nunca tão ineficientes que minimizem a atuação efetiva, planejada do conhecedor-professor ou que negligenciem a confrontação coletiva de conceitos, entre alunos e entre professores e alunos. **Os professores** são os responsáveis por manter em seu campo de atuação a pesquisa em metodologias educacionais; **precisam fazer de suas salas de aula laboratórios** voltados ao aprimoramento da relação produtiva conhecimento-conhecedores.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sempre bradada como uma imposição doutrinária, precisa ser entendida como uma constatação ideológica; a universidade prepara conhecedores e conhecimento pela via do **ensino**, quando visa suprir campos já estruturados, pela via da **pesquisa**, quando busca superar a limitação do conhecimento vigente, e, pela via da **extensão**, quando pretende identificar, diretamente com a sociedade, campos prospectivos. Assim, não há ensino, projeto educativo, sem a pesquisa metodológica ou sem uma visão do papel do conhecedor na sociedade, não há pesquisa dissociada do aprimoramento do conhecedor ou alheia à relevância do campo para a sociedade, assim como não há extensão sem as ações intrínsecas de pesquisa e ensino.

Os projetos acadêmicos requisitam instrumentos indicadores de seu progresso. Como em qualquer processo de interesse humano, os instrumentos avaliativos devem estar integrados conceitualmente ao projeto. **Avaliação** é essencial como elemento norteador **durante** o processo. Assim, precisa ser trabalhada explicitamente também nos projetos acadêmicos, incorporada ao conhecimento do educando, como estratégia que leva à autonomia. Também **precisa ser incorporada aos projetos institucionais, endogenamente**, com a visão

coletiva dos engajados. As apreciações externas devem ser incorporadas à visão interna do projeto, equacionando discrepâncias de visão política e norteando ações institucionais internas e externas.

A avaliação, em projetos de políticas públicas (projetos acadêmicos o são), **é um instrumento legitimo de fomento e estímulo**. Precisa, portanto, ser tratado politicamente, visando estabelecer critérios aplicáveis na administração da vida acadêmica, de maneira a construir o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

Um dos maiores entraves para a administração autônoma da vida universitária é o **financiamento acadêmico**. Hoje se tem o custeio da universidade dominado por aportes externos: ao pesquisador (avaliado pelo desempenho na produção dos registros de sua pesquisa), aos programas de pós-graduação (as referências avaliativas fragmentadas entre os comitês não estimulam uma visão estratégica institucional para a formação de pesquisadores científicos para o país/região) e a projetos esporádicos, por meio de editais de agências de governo (de fomento e reguladoras, que pautam prioridades próprias, externas à universidade, sem garantias de continuidade). Projetos de graduação são contemplados raramente pelo fomento externo e o orçamento institucional mal permite a manutenção das atividades rotineiras. Este estado de coisas **retira da universidade a capacidade de gerir consistentemente sua atividade institucional**, consoante o compromisso estabelecido na perspectiva de desenvolvimento da sociedade. Porém, mais grave: **esse estado de coisas induz a priorização do conhecimento como produto**, registro de resultados de pesquisa (notadamente individual); pela carência de recursos leva ao canibalismo acadêmico/disputa destrutiva interna.

O projeto educacional, apropriação do conhecimento social e historicamente produzido, está secundarizado em relação ao de "produção do conhecimento". Este, por sua vez, está desconectado da perspectiva de formação de conhecedores (pós-graduandos, formação de equipes, ou aproximação interdisciplinar); anota-se e divulga-se facilmente o "prestigio" de pesquisadores, com "produtividade" substancial, cujo trabalho não tem interlocutores efetivos na academia e tem relações eventuais com a cultura da sociedade ampla.

A administração acadêmica está consolidada em instâncias disciplinares segmentadas, não favorecendo o encontro de áreas de saber diversas. Esse modelo tradicional das universidades, baseado na subdivisão em departamentos especializados em áreas disciplinares, não mais atende convenientemente às necessidades estratégicas e às responsabilidades das instituições universitárias; **a estrutura disciplinar em departamentos contrapõe sua rigidez estável à desejável fluidez interdisciplinar em projetos reais (desafios científicos)**, os quais dependem essencialmente da cooperação investigativa entre múltiplos campos disciplinares. Os cursos também, tratados como domínios departamentais, embora mapeados em grades multidisciplinares, raramente promovem encontros de professores com visões científico-metodológicas distintas, o que implica na tendência de formação de estudantes com estruturas conceituais compartimentadas; uma prática esterilizante que precisa ser desestimulada.

A **qualidade do trabalho acadêmico** precisa ser conduzida para **referenciais politicamente ajustados**: pertinência, relevância e efetividade, com relação à sociedade real brasileira. **A prioridade**, seja considerando comparativamente os modelos internacionais de universidades de primeira grandeza, seja considerando as enormes carências brasileiras, **precisa ser dada à formação de agentes do conhecimento**; em todos os níveis. Isso deve se traduzir no estímulo a projetos de formação, por qualquer das vias, ensino, pesquisa ou extensão, **evidenciando o papel do professor como conhecedor-pesquisador que forma conhecedores, em sobreposição ao pesquisador que gera produtos do conhecimento**.

A universidade precisa tornar iguais as forças políticas de projetos pela via do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Será preciso buscar fontes de recursos permeáveis ao critério institucional de decisão e estímulo, que contemplem igualmente as tônicas dos projetos e, ainda, neutralizar, quando inadequada, qualquer imposição externa. **Será preciso abrir espaço para o Conselho Acadêmico de Extensão**, de modo a focar o canal que tem mais sintonia com a realidade material e cultural da sociedade brasileira.

*Professor da Escola de Politécnica
**Professora da Faculdade de Letras

Campanha Salarial

Andes-SN novamente reunido com MPOG

Nova rodada de assembléias pode discutir indicativo de greve

Neste dia 26, o Andes-SN estará novamente reunido com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira para discutir a pauta de reivindicações dos docentes universitários. A expectativa é que o secretário apresente as contrapropostas do governo para a tabela salarial e outros pontos da pauta, compromisso assumido por ele na última reunião, realizada no dia 13/9.

O Sindicato Nacional enviou convocações às seções sindicais para que enviassem representantes à capital federal no dia da negociação. O objetivo é realizar uma manifestação na porta do ministério. O presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, destaca a importância da concentração dos docentes como uma forma de pressionar o governo a, de fato, negociar a pauta de reivindicações da categoria: "É necessário que o governo sinta que pode vir a enfrentar um novo desgaste na sociedade com uma greve nas universidades e outras escolas federais. Este ano, várias categorias do serviço público federal só obtiveram alguma resposta às suas reivindicações após meses de greve, então, não abriremos mão desse direito constitucional se for o único meio de convencer o governo a nos atender, e temos que dar esse recado de forma clara", afirma Rizzo.

No mesmo dia, o Setor das IFES do Andes-SN vai se reunir para avaliar o resultado da audiência no ministério e definir indicações para a rodada de assembléias gerais que ocorrerá entre os dias 27 de setembro e 5 de outubro nas seções sindicais. O Setor das IFES voltará a nos dias 6 e 7 de outubro.Com o indicativo de greve mantido, os professores estarão mobilizados até que a negociação com o governo seja concluída. Na última audiência, Duvanier Paiva Ferreira apontou o dia 26 de outubro como data provável para a conclusão do processo.

A mobilização dos professores poderá culminar com a greve, caso o governo não negocie as reivindicações da categoria. O Andes-SN e suas seções sindicais enviarão notas aos parlamentares federais (deputados e senadores) explicando a situação de precarização e arrocho salarial, imposta aos professores pelo governo federal.

Fonte: Andes-SN

Ricardo Borges/Andes-SN

REUNIÃO DO MPOG DO DIA 13/9

Nacional

Movimentos entregam resultado contra a privatização da Vale

Neste dia 25, números do plebiscito popular serão apresentados ao Executivo, Legislativo e Judiciário do país

Neste dia 25 de setembro, os movimentos sociais e sindicais responsáveis pela realização do plebiscito popular pela anulação do leilão da Companhia Vale do Rio Doce pretendem entregar o resultado da consulta a representantes dos Três Poderes (Executivo, Judiciário e Legislativo). A apuração do total de votos estava prevista para o fim do dia de fechamento desta edição. Como o plebiscito aconteceu em dois mil municípios brasileiros, entre os dias 1º e 9 deste mês, com o número aproximado de 50 mil urnas, a expectativa é de que se alcance a casa dos milhões de votos.

Manifestações estão sendo programadas em todos os estados no dia 25 e o Andes-SN convoca os professores a participarem desses atos, que também protestarão contra a reforma da previdência e política econômica do governo Lula, que privilegia o pagamento da dívida pública em detrimento de mais investimentos em educação e saúde. No Rio, a manifestação contra a privatização da companhia vai acontecer neste dia 25, às 11h, na porta do escritório da Vale do Rio Doce, próximo ao Palácio Gustavo Capanema/MEC, no centro da cidade. Na ocasião, será divulgado para a sociedade o resultado do plebiscito.

Além da anulação da venda da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), ocorrida em 1997 (a mineradora brasileira foi vendida por apenas R$ 3,3 bilhões, quando seu valor era estimado em mais de R$ 92 bilhões), outras questões mobilizaram o plebiscito. O pagamento da dívida pública por parte do governo, o alto custo das tarifas de energia e a reforma da previdência que retira direito dos trabalhadores também foram questionados pela população.

Algumas organizações limitaram-se a trabalhar apenas com a pergunta sobre a Vale do Rio Doce, casos das governistas CUT e UNE, enquanto as demais vinham debatendo as quatro questões do plebiscito com a população.

Samuel Tosta

A VOTAÇÃO NO ESTADO DO RIO ALCANÇOU A EXPECTATIVA DOS ORGANIZADORES

No Rio, são 130 mil pela anulação do leilão

No Rio de Janeiro, cerca de 135 mil pessoas participaram do plebiscito. Dessas, 129.872 disseram não à continuidade da Companhia Vale do Rio Doce nas mãos do capital privado, contra apenas 4.513 votos favoráveis, além de 854 brancos e 244 nulos – no caso, as 387 urnas espalhadas pelo estado se somaram a outras 181, que só se destinavam a essa pergunta.

Sobre a continuidade do pagamento dos juros das dívidas externa e interna, sem realização de uma auditoria, 81.170 foram contrários. Já quanto ao preço pago pela tarifa energética, segundo a qual o trabalhador paga oito vezes mais que as grandes empresas, 83.088 manifestaram sua indignação. Finalmente, 83.106 disseram não a uma reforma da Previdência que retire direitos dos trabalhadores.

Integrante do comitê que organizou a campanha no estado do Rio, Léo Haua contou que a participação de quase 140 mil pessoas ficou dentro da margem esperada: "A nossa avaliação é que essa foi uma grande conquista das mais de 60 organizações dos movimentos populares, sindicais, pastorais e partidos que construíram essa campanha", disse.

Plebiscito como instrumento político-pedagógico

Léo, que também integra a coordenação nacional do MST, acredita que já existe uma facilidade da sociedade em trabalhar com o instrumento do plebiscito popular: "Então, essas cerca de 600 urnas significam que existiram 600 pontos no estado debatendo o modelo neoliberal e o que ele significa para o povo brasileiro", comentou. "Mais do que tudo, o plebiscito é um grande instrumento político-pedagógico, de mobilização, e esse papel ele cumpriu", completou, acrescentando a convocação para o ato junto ao escritório da CRVD, no centro do Rio: "Será mais um ato político para a sociedade, debatendo e pressionando o governo Lula para que se posicione e cumpra a vontade do povo brasileiro. O Ibope, quando ouve 2 mil pessoas no Brasil todo, o resultado é considerado verdade nacional. Nós ouvimos milhões de pessoas", afirmou.

Latuff

Protesto em audiência do Reuni

Em audiência na Escola de Educação Física e Desportos, no dia 25 de setembro, o documento da reitoria de adesão ao programa do Reuni voltou a sofrer questionamentos por parte da comunidade acadêmica. Página 8

Adiada reunião entre Adufrj-SSind e reitoria sobre Reuni

Por motivo de viagem do professor Aloisio Teixeira, foi adiada a reunião de 9 de outubro entre a reitoria e a diretoria da Adufrj-SSind sobre o Reuni na UFRJ. Ainda não foi agendada uma nova data para essa discussão.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 555 2 de outubro de 2007

Diego Cotta

Não ao Reuni mobiliza a Praia Vermelha

Página 4

Editorial

Novas e velhas elites

A universidade brasileira atual é elitista no acesso, é elitista na formação dos estudantes e é elitista na inserção social dos formados.

Ao deixar milhões de jovens fora das instituições públicas de ensino superior, que são as melhores de que dispomos, ou deixá-los à mercê dos comerciantes do ensino que vendem diplomas de qualidade duvidosa, a elite brasileira está reproduzindo mão-de-obra barata, consolidando a reserva de mercado em algumas áreas e privatizando um bem público de valor inestimável – a educação.

A formação de nossos jovens baseada na competição, na sua adaptação às leis do mercado, no adestramento acadêmico voltado para as especializações do momento, no exemplo dos professores universitários empenhados na obtenção de recursos, na evasão dos menos favorecidos economicamente, garante às elites sua reprodução econômica e ideológica quase inquestionável.

Finalmente, na saída da universidade, nossos jovens se deparam com um mercado de trabalho limitado, com salários baixos, com uma concorrência enorme para cada vaga. E tudo isto é apresentado como um "fenômeno natural", onde os mais "adequados" e mais "aptos" sobrevivem, ou os geneticamente mais favorecidos ocupam os lugares de algum destaque. E os que ficam no meio do caminho devem se conformar com sua situação ou simplesmente desaparecer, como nos maravilhosos documentários que as redes de televisão do império mostram sobre a fauna e aflora do continente africano, sem a incômoda presença da contradição fundamental – a situação do elemento humano.

É claro que este breve quadro sobre o funcionamento de nossa universidade não é privilégio exclusivo de nosso país. O planeta inteiro sofre as conseqüências desta engrenagem monstruosa, movida a carne humana, no sacrifício diário de milhões de vidas ofertadas à divindade absoluta do mercado - o lucro. Nem é nossa instituição a única responsável pela perpetuação e reprodução de desigualdades no planeta.

Mas ocupamos um lugar único, singular neste processo. Primeiro, estamos no meio de um caminho difícil, espremidos entre um país empobrecido e sem projetos para seu povo e uma explosão sem precedentes de recursos técnicos, de uma produção de alimentos suficiente para alimentar toda nossa população, da possibilidade de prolongar a vida humana até em algumas décadas.

Talvez a situação mais singular da universidade esteja no fato de que, ao trabalharmos o conhecimento humano, nem todos pensamos da mesma maneira, nem seguimos os mesmos passos. Não existe unanimidade em aceitar que a situação atual do planeta já esteja pré-determinada, nem que seja eterna. Muito menos que a justiça social, que o direito à vida e aos frutos de trabalho sejam tratados como são. E como, no momento atual de nossa história, as desigualdades, as crises, as ameaças à vida no planeta precisam ser escondidas, também vivemos um momento particular de censura.

Sob um aparente liberalismo, discutem-se idéias variadas, propostas de mudanças até radicais, mas sem nunca chegar no ponto crítico – o direito dos deserdados em se organizarem livremente e independentes dos poderes institucionais. Outras questões somem das pautas oficiais – afinal onde estão os centros de poder e decisões reais? Como chegar até eles? Serão nossos Conselhos Superiores os centros das decisões políticas importantes? Basta o governo atual ter um trabalhador (ou ex-trabalhador) na sua direção para serem resolvidos os problemas dos trabalhadores no país?

A atual diretoria da Adufrj-SSind tem criticado as propostas do governo Lula e da administração da UFRJ de supostas "reformas" no ensino superior, exatamente porque apontam apenas para alguns sintomas dos problemas, sem tocar suas causas, nem apontar direções transformadoras. É claro que defendemos a ampliação de vagas e cursos nas universidades públicas. Porém não defendemos nem queremos perpetuar o descalabro em que nosso ensino fundamental e médio se encontram. E colocar a universidade pública como um remendo para a crise educacional que nosso país vive não é solução para nada. A pesquisa e o avanço do conhecimento são hoje pontos fundamentais de qualquer proposta de melhorias sociais e da própria vida no planeta. Isto é muito diferente dos privilégios que nossas elites acadêmicas reivindicam para si, e apenas para si. Por isto não concordamos com o silêncio da atual administração da UFRJ sobre as profundas desigualdades salariais entre os docentes da universidade, nem em promover "reformas", sem tocar nas atuais estruturas de poder. Como "reformar" a universidade sem falar da pesquisa que aqui é feita? Defendemos o direito ao conhecimento, aos frutos do progresso humano, a sua am-pliação para todos e não fechado numa elite silenciosa e ávida de manter seus privilégios. Defendemos a obrigação da universidade colocar seu conhecimento a serviço da nossa população, mas não o de reduzir a extensão a angariar fundos.

Defendemos a universidade como lugar de crítica, de criação de novos conhecimentos, de debates sobre os rumos que nossa sociedade toma. E como fazer isto numa postura servil a um governo que não promove a educação de seu povo, cuja política educacional é totalmente dependente da política econômica? E cuja política econômica é um retrocesso de vários séculos? A mídia e as decisões de gabinetes podem enganar uma parte da população, podem manter elites no poder. Mas aqui na universidade a coisa é diferente. Mesmo minoritárias ainda existem visões de mundo diferenciadas das oficiais. E continuam a lutar por seu lugar, apesar da censura das novas e das velhas elites.

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Nacional

Adiada entrega de resultado da campanha "A vale é nossa"

Novo prazo para divulgar números do plebiscito é 8 de outubro

A entrega dos resultados do plebiscito pela anulação da privatização da Vale do Rio Doce, antes marcada para o dia 25 de setembro, foi adiada para 8 de outubro. A medida tomada pelo Comitê Nacional da Campanha é justificada pelos atrasos na chegada das urnas na sede da entidade que centralizou a apuração total, em São Paulo, devido à greve dos Correios.

Segundo Rosilene Wansetto, integrante da Rede Jubileu e do Comitê Nacional da Campanha, o atraso na apuração dos votos não se deu somente por causa da greve dos correios, mas também porque muitos estados aproveitaram o plebiscito para discutir outros problemas de âmbito local. Algumas unidades federativas, como Bahia e Rondônia questionaram sobre a transposição das águas do rio São Francisco e a privatização da energia e água do rio Madeira, respectivamente.

No entanto, Rosilene não vê no atraso um problema, mas sim uma comprovação de que o plebiscito é uma necessidade de um país que deseja discutir seus conflitos de forma democrática: "O plebiscito abriu a oportunidade de se discutir questões locais. Ele é um exemplo de instrumento pedagógico de diálogo com o povo", atenta a ativista.

Assim como Bahia e Rondônia, outros estados pegaram carona no plebiscito para discutir outros problemas regionais, mas de interesse público: o Rio Grande do Sul questionou a cobrança de pedágios sobre suas estradas e o Maranhão debateu questões como a Base de Alcântara, o agronegócio (monoculturas de eucalipto, soje e cana-de-açúcar), além da construção de hidrelétricas e pólos siderúrgicos.

Média até agora é de 98% contra a privatização da Vale

A expectativa quanto à votação é a melhor possível. A média do "não" à manutenção da privatização da Vale é de 98%. No dia 8 de outubro, o Comitê Nacional da Campanha realizará uma coletiva de imprensa em Brasília para anunciar o resultado do plebiscito. A data foi escolhida devido ao aniversário de Che Guevara, que, segundo Rosilene Wansetto, "é uma forma de homenagear toda a comunidade jovem que muito contribuiu com a campanha".

Já no dia 9, o Comitê Nacional da Campanha quer realizar uma audiência pública com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Outro ponto é a entrega do resultado aos ministérios relacionados com as questões do plebiscito. Além do leilão da Vale do Rio Doce, o documento também aborda temas como dívida pública, reforma da previdência e o alto custo das tarifas de energia cobradas ao cidadão brasileiro.

Anote

Pós-modernismo: a arte na cena contemporânea
Até 14 de novembro, o Centro de Letras e Artes (CLA) oferece o curso multidisciplinar "Pós-modernismo: a arte na cena contemporânea". A abertura acontece nesta quarta-feira, dia 3 de outubro, de 14h às 17h, no Salão Azul, no térreo do prédio da reitoria, com a presença do professor Ronaldo Lima Lins, diretor da Faculdade de Letras. As demais palestras ocorrem nos dias 10, 24 e 31 de outubro e em 7 de novembro. O encerramento está marcado para o dia 14 do próximo mês.

O que é Arte Contemporânea?
Neste dia 3, na série "Encontros acadêmicos", será realizado o seminário "O que é Arte Contemporânea?", de 13h às 15h, no Salão Moniz de Aragão. Mais informações: bonavita@eco.ufrj.br

Caio Prado Jr.
Nos dias 8 e 9, dentro também da série "Encontros acadêmicos" acontece o seminário "100 Anos Caio Prado Junior", de 9h às 21h, no Salão Pedro Calmon. O evento discutirá a obra de Caio Prado Jr. em seu contexto histórico, em sua contribuição para o desenvolvimento do pensamento social brasileiro e na atualidade de suas idéias. Mais informações: 2295-3549.

Conjuntura política da Venezuela
Neste dia 4/10, ocorre a palestra "Reforma Constitucional, conjuntura política da Venezuela e atualidades", de 10h às 13h, no Salão Moniz de Aragão, com Maria de Keipo e Rosário Pacheco, deputadas da Assembléia Nacional da República Bolivariana daquele país. Após a palestra, haverá debate. Mais informações: 2554-6134 ou 2554-5955. O evento é organizado pelo Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e pelo Fórum de Ciência e Cultura. A entrada é gratuita.

Resenha

Incêndio na Uerj

O incêndio que atingiu o prédio da Uerj, no dia 30, expôs a falta de investimentos no ensino superior também pelo governo do estado. Para ajudar a controlar o fogo, segundo o jornal O Dia (de 1º/10), estudantes que ali participavam do encontro regional de Direito ajudaram a esticar as mangueiras e verificaram que algumas estavam furadas. O próprio reitor da Uerj, Nival Nunes, aguarda resultado da perícia, mas acredita que o fogo pode ter sido causado por problemas de manutenção elétrica.

TV Pública ou do governo?

No dia 25, em encontro reservado às entidades representativas das emissoras do campo público (educativas, legislativas, universitárias e comunitárias), o governo apresentou o modelo de gestão da empresa que nascerá da fusão da Radiobrás e da TVE. Por esse modelo, o Conselho Curador da nova empresa será indicado diretamente pelo presidente da República, sem a necessidade de aprovação por órgão independente. A diretoria-executiva da empresa também será indicada pelo chefe do Poder Executivo federal. A proposta, criticada por diversas entidades do campo da Comunicação, deve ser publicada em forma de Medida Provisória *(Portal Vermelho, 27/9)*.

Privatização da Amazônia

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, anunciou no dia 24 a privatização de áreas da floresta amazônica. A primeira a ser licitada fica na região do Jamari (RO), da qual 90 mil hectares serão privatizados. Especialistas como o geógrafo Aziz Ab'Saber criticam a medida. "É lamentável que no momento em que o país inteiro faz um movimento para quebrar a privatização absurda da companhia Vale do Rio Doce, alguém lá do Ministério do Meio Ambiente, assessorado por idiotas, resolve fazer uma primeira concessão de áreas florestais para (uso de) particulares", afirma o pesquisador *(Brasil de Fato, 25/9)*.

PM promete ajuda à UFRJ

No dia 24, a universidade recebeu a visita do comandante do Grupamento de Policiamento de Transportados em Ônibus Urbanos, capitão Charles Nascimento da Silva. Ele informou medidas que já estão sendo tomadas para combater o alto índice de crimes registrados no Fundão. De acordo com o capitão, diversas viaturas estão vistoriando os veículos utilizados pela comunidade acadêmica durante todo o percurso até a UFRJ, inclusive nas ruas e avenidas da cidade universitária *(Folha Dirigida, 27/9)*.

UFRJ

Estudantes fazem manifestação contra o Reuni

Protesto no *campus* da Praia Vermelha e em seu entorno também critica ocupação ilegal de terreno da UFRJ

Mais de 150 estudantes se reuniram na última quinta-feira (27/9) no *campus* da Praia Vermelha da UFRJ para se manifestarem contra o Reuni (decreto nº 6.096) imposto pelo Governo Lula em abril deste ano e que fere a autonomia das universidades públicas. Com apitos, tambor e faixas de repúdio às reformas do governo e da reitoria, os alunos realizaram uma passeata em torno do *campus* que parou as avenidas Venceslau Brás e Pasteur. Também deram uma grande vaia para a casa de *shows* Canecão, que ocupa o terreno da UFRJ de forma ilegal, há anos.

Os manifestantes exigem que a reitoria faça um plebiscito oficial sobre o Reuni o mais rápido possível. O movimento estudantil afirma ter coletado mais de 5 mil assinaturas a favor da iniciativa, que não chegou a ser discutida pelo Consuni de 13 de setembro, pois os conselheiros não incluíram o tema na ordem do dia.

Os alunos questionam os chamados bacharelados interdisciplinares, que, de acordo com o projeto da reitoria "Universidade Necessária", flexibiliza os currículos dos cursos. Para os estudantes, isso dividiria a universidade em três grandes áreas – humanas, tecnológicas e biológicas -, criando os chamados ciclos de graduação de terminalidade breve.

Integrante do centro acadêmico da Escola de Serviço Social, Morena Gomes discorda da proposta a partir de um exemplo encontrado em sua própria unidade: "O curso proposto de terminalidade breve na 'Gestão de Políticas Públicas' (pelo CCJE) já existe dentro do currículo do Serviço Social. O novo foi pensado de forma superposta e não há necessidade dele na universidade. Isso fragmenta o conhecimento".

Projeto não considera problemas reais da UFRJ

Uma das reivindicações dos estudantes é o fato de o formato do projeto não levar em consideração os problemas reais da universidade e aceitar de forma passiva as determinações do Ministério da Educação (MEC), por mais que elas sejam incompatíveis com a realidade da UFRJ. Um exemplo disso são as duas metas impostas pelo MEC de se atingir 90% de aprovação dos estudantes e quase dobrar a relação professor-aluno, de 1/10 para 1/18.

A manifestação também mobilizou professores e técnico-administrativos que repudiavam a implementação autoritária e não-democrática das reformas do Reuni. Técnico-administrativo do Instituto de Psicologia, Leonardo Morgan destacou que "nada tem que vir por decreto. As mudanças devem vir debaixo para cima e não de cima para baixo sem discussão e de forma ditatorial".

Outra crítica do movimento estudantil é ao anúncio de transferência dos cursos da Praia Vermelha e do Centro para a Cidade Universitária. Os discentes questionam como seria implementada a infra-estrutura necessária para acomodar esses cursos, uma vez que a verba para a educação já está completamente comprometida.

Além disso, ainda segundo os estudantes, a reitoria pretende regularizar a situação do Canecão e do Bingo, localizados em terreno da UFRJ. Em todos os instantes, os alunos deixavam claro que esse era o maior exemplo de privatização do espaço público e esvaziamento da verdadeira essência do *campus*, que é produzir conhecimento e abrigar centros de referência em ensino, pesquisa e extensão.

Fotos: Diego Cotta

MANIFESTAÇÃO PASSOU PELO CANECÃO E PAROU O TRÂNSITO NA AVENIDA VESCESLAU BRÁS

Protesto no dia 18

Mas a possível transferência dos cursos para o Fundão não foi o principal motivo do protesto. Rafael Nunes, do Centro Acadêmico de Letras, observou que o ato reuniu centros acadêmicos de toda a UFRJ, e não apenas da Praia Vermelha, o que demonstra o repúdio geral à iniciativa do governo: "A principal questão para os estudantes é o ataque à autonomia universitária representado no decreto do Reuni", disse. "À medida que passávamos pelas unidades, conseguíamos incorporar mais estudantes na passeata", completou.

Segundo Rafael, o ato foi uma grande vitória do movimento estudantil e novas atividades devem acontecer nos próximos dias: "Os alunos estão mobilizados e a idéia é que tenhamos uma grande manifestação na reitoria no dia 18 de outubro (data marcada pelo reitor para deliberação do anteprojeto da UFRJ no Conselho Universitário)".

Semana Nacional contra o Reuni

Gabriel Marques, da Pedagogia e da Coordenação Nacional de Lutas dos Estudantes (Conlute), valorizou esta e outras manifestações que aconteceram contra o projeto do governo: "Se não fossem as ocupações no prédio da reitoria, a possibilidade de a UFRJ ter aderido ao Reuni já poderia ter se concretizado." O aluno conta que houve uma reunião da Frente de Luta contra a Reforma Universitária no dia 30 de setembro para unificar a resistência em todas as instituições: "De 8 a 11 de outubro, ocorre a Semana Nacional de Luta contra o Reuni. Ao que parece, nesse período deve acontecer uma reunião entre reitores e o ministro da Educação (Fernando Haddad) na Uni-Rio e, se confirmada, devemos organizar uma manifestação. Também estamos iniciando preparativos para a Marcha a Brasília, que será uma manifestação contra as reformas neoliberais do governo, no dia 24", comentou.

Opinião

Reuni desune

Carmem Gadelha*
Edwaldo Cafezeiro**

Se o MEC impõe metas às universidades (REUNI), então a autonomia é do MEC. Neste caso, o Artigo 207, da Constituição da República, foi riscado ou apagado. Além disso, o tempo universitário é destinado à produção de conhecimento e acaba por se tornar auxiliar de interesses escusos. Vejamos: autônomo e poderoso, o MEC acaba de apresentar outra chantagem econômica – um certo toma-lá-dá-cá por via de relações e intercâmbios esquivos.

É notória a máquina de corrupção em atividade no país. Como se sabe, o Governo acaba de doar a banqueiros, capitalistas etc. cerca de R$30,3 bilhões. Esse mesmo Governo propõe à Universidade um "excelente" plano de atuação, acompanhado de sensível questão de poder econômico. Mas chega a ser ridícula a astúcia; um lance que provoca o riso e mal pode esconder o domínio e a submissão.

Eis por que a Universidade não pode usar a sua autonomia, pois gerar mais conhecimento será diminuir o poder do capitalismo, cada vez mais atrelado em suas peias e mais ambicioso em seu plano de explorações. Autônomo e poderoso, o MEC, como repressor, introduz-se nas relações e intercâmbios da vida universitária, através de quesitos que compõem inquéritos onde esconde seus interesses. Neste ponto, ele inquire uma afirmação: pergunta aos professores sobre uma reforma universitária já afirmada pelo inquiridor. Qualquer semelhança com a Idade Média e os processos movidos em nome da fé e da justiça não deve causar espanto.

Fomos e somos educados sob a égide do inquérito e da prova; aplicamos testes e avaliações, exigindo, dos alunos, a reprodução do que esperamos ter transmitido; pouca importância damos ao que o estudante pode ter elaborado de *moto próprio*. Talvez por isso, não nos damos conta de que agora é o MEC a aplicar sobre nós o mesmo procedimento. Nesta maneira de inquirir, o MEC tenta instruir os professores sobre o que eles já sabem e compreendem que não é para o melhor exercício a sua profissão. A condição do inquérito dirige-o ao que já se sabe, pois o que não se sabe fica em segredo, como arma na prova do inquisidor.

Nos últimos anos, vivemos o incremento da pós-graduação, o que se justifica pela complexificação das demandas sociais por saber. Entretanto, crescem numericamente os cursos, mas não se tem verificado melhoria na qualidade do ensino fundamental; a graduação, por sua vez, mal cumpre a função de qualificar profissionalmente os seus estudantes. A pós-graduação, neste caso, não pode fugir ao estreitamento ou achatamento de seu alcance intelectual. Nosso tempo de viver é passado absorvido pelo trabalho, o que não significa melhoria qualitativa da produção. Excluem-se os tempos de construção de alternativas. Agora, quase naturalmente, sobrevém-nos a graduação em tempo reduzido e suas óbvias conseqüências: diminuição dos já alquebrados conteúdos, como se bastasse à Universidade suplementar com formação técnica mínima aquilo que o segundo grau deixou de realizar.

A autonomia universitária requer pensar e pensar-se em seus contextos. O Governo, quando impõe metas sob condições de liberação de verbas, transmuta-se em inquisidor: consulta a Universidade, apresentando-lhe as coordenadas que "garantem" (economicamente e não educacionalmente) o acerto da resposta segundo o próprio MEC. O Conselho Universitário procedeu de maneira eficiente, criando uma comissão para estudar o processo e encaminha-lo às unidades acadêmicas.

Desde a fundação da ADUFRJ, estuda-se, através de seminários, a organização de uma carreira e luta-se, sempre com desvantagem, pela implementação de medidas que a consolidem. O REUNI propõe, agora, a contratação de professores dentro de normas elementarmente semelhantes às das escolas privadas. Mas o Cavalo de Tróia já ensinou a desconfiar de tais ardis; não será desconstruindo a tão sofrida conquista de estabilidade no emprego que se ampliará o quadro de professores, nem se propiciará aos alunos um ensino mais perscrutador e produtivo. Sabemos que o Brasil ainda não atinge 1% de jovens nas universidades públicas. Foram muitos os golpes e artimanhas como estes ora apresentados, ao longo dos anos. Mas o resultado foi, sempre, o do aprofundamento da exclusão. Por um diploma de bacharelzinho, ninguém precisará nem de uma cotinha.

*Professora do curso de Direção Teatral/ECO
**Professor Emérito da Faculdade de Letras

Vida no Campus

Diego Cotta

Programa da EEAN previne doenças

Na quinta-feira passada (27/9), o *campus* da Praia Vermelha da UFRJ foi um dos lugares escolhidos para a execução do "Programa Curricular: a Saúde das pessoas que trabalham". O projeto atende de 40 a 80 pessoas em cada local e conta com a atuação dos alunos do terceiro período da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), pois faz parte da formação do curso.

A atividade busca entrar em contato com pessoas adultas supostamente sadias em seus locais de trabalho. Segundo a professora Neide Titonelli Alvim, uma das coordenadoras, "o programa é dividido em orientações gerais sobre doenças sexualmente transmissíveis, hábitos alimentares, tabagismo, alcoolismo, hipertensão, diabete, câncer, vacinas e drogas ilícitas. Além disso, temos os procedimentos técnicos, como verificação da pressão arterial, acuidade visual e teste de glicemia periférica (foto)".

O projeto, além de funcionar em diversos pontos da UFRJ, também atende demandas fora da instituição. Neide informou que já houve atividades na Rodoviária Novo Rio e na Central do Brasil, por exemplo. A iniciativa recebe apoio da Prefeitura Universitária e do Hospital Escola São Francisco de Assis, que cedem material como álcool, luvas e seringas descartáveis.

Colegiados

MPOG recusa-se a mudar contracheques da UFRJ

Designação de ganho judicial no documento dos servidores é o motivo da controvérsia

Uma confusão no cumprimento da decisão judicial relativa aos 26,05% (Plano Verão) pode levar à prisão do reitor Aloisio Teixeira a qualquer momento. Para tentar resolver a situação, o dirigente pediu e conseguiu apoio do Conselho Universitário, reunido em 27 de setembro.

Em maio deste ano, o juiz Gustavo Arruda Macedo, da 2ª Vara Federal, intimou a UFRJ a restabelecer no contracheque dos servidores a designação "IPC – 26,05%" em vez de "decisão judicial tran jug at" (transitada e julgada), como vem sendo marcada ultimamente. O objetivo, conforme mandado de segurança concedido ao Sintufrj (em 2002), por outra juíza, é evitar que a desconfiguração da causa da implantação do ganho judicial possa trazer prejuízos futuros aos servidores.

Segundo o despacho mais recente do juiz Gustavo Arruda, corre multa diária de R$ 1 mil sobre a universidade desde 21 de junho e mais outra multa, de 20% sobre o valor da causa, a recair sobre o reitor. O juiz também remete o processo para o Ministério Público Federal para que tenha apuração eventual prática do delito previsto no art. 330 do Código Penal. E é esse dispositivo que pode provocar a pena de detenção de 15 dias a seis meses, além da multa, para o reitor, pelo descumprimento da decisão.

Kelvin Melo

REITOR TENTA EXPLICAR AOS CONSELHEIROS A INTRINCADA SITUAÇÃO JUDICIAL

O problema, conforme explicou o reitor, é que essa mudança de designação não pode ser feita pela UFRJ e, sim, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. E a Divisão de Aplicação de Decisões Judiciais do MPOG recusa-se a promover a mudança no contracheque. O apoio conseguido pelo dirigente junto ao Conselho Universitário é para interpelar diretamente o ministro do Planejamento a resolver o caso

Discussão das vagas ficou para 11 de outubro

Na mesma sessão do Consuni, o dirigente avisou que a distribuição das possíveis 50 vagas de concursos docentes a serem anunciados pelo governo ainda este ano ficou adiada para 11 de outubro.

Comissão dos transportes constituída

O professor Antônio Infantosi será o representante do Consuni na comissão constituída pela reitoria para estudar e propor soluções técnicas para a questão do tráfego, acesso e transporte na ilha do Fundão.

Ouvidora tem nome homologado

A professora Cristina Ayoub Riche, da Faculdade de Letras, teve seu nome homologado como a primeira ouvidora da UFRJ, no cumprimento de uma resolução do Consuni de 2004.

Normas para concursos novamente adiadas

Após muita discussão, continuou sem uma deliberação final o debate sobre as novas normas e edital para concursos de professores da UFRJ.

CEG com dúvidas quanto ao Reuni

Conselheira cobra inclusão no debate da Política de Assistência Estudantil aprovada pelo colegiado em 2000

Neste dia 3 de outubro, a reitoria da universidade vai ao Conselho de Ensino de Graduação discutir o Reuni da UFRJ dentro do calendário institucional aprovado no Consuni. E, pelo que parece, a administração vai enfrentar vários questionamentos por parte dos conselheiros acadêmicos.

Na reunião do CEG do dia 26 de setembro, por exemplo, sem o assunto estar na pauta, a representante do CFCH Andréa Teixeira cobrou a distribuição das propostas das unidades encaminhadas à reitoria para o Reuni da UFRJ. Segundo ela, embora o anteprojeto da instituição preveja, em seu primeiro módulo, a implementação dessas propostas, os conselheiros não tiveram acesso à documentação completa. "É complicado discutir sem saber o que está se aprovando. E as unidades fizeram projetos sem discutir um projeto global de universidade", comentou. A pró-reitora Belkis observou que o material seria distribuído através de um CD, por se tratar de volumosa documentação, o que dificultaria sua cópia em papel.

A professora Andréa lembrou, ainda, que qualquer proposta de reestruturação da universidade deveria levar em consideração a política de assistência estudantil, aprovada pelo CEG em setembro de 2000 com a assessoria da Escola de Serviço Social, o que não estaria ocorrendo até o momento – fato que seria relembrado à administração no Consuni do dia seguinte pela representante Lilia Pougy (também do CFCH).

A conselheira Ana Maria Ribeiro afirmou que o Consuni precisa criar alguns balizamentos para que os colegiados acadêmicos possam trabalhar as propostas de cursos que congreguem diferentes unidades ou diferentes centros. "Por exemplo, quem assina diplomas nestes casos?", questionou. Neste sentido, uma proposta de resolução estaria sendo discutida para encaminhamento ao Conselho Universitário.

Unidades devem preparar solicitação de substitutos

Apesar da alardeada portaria governamental do banco de professores-equivalentes, que trocaria docentes substitutos por efetivos, a pró-reitoria de Graduação informou que o dispositivo não poderá ser implementado, na passagem de ano. Dessa forma, será repetido o procedimento usual da UFRJ para solicitação de professores temporários. As orientações da reitoria para o preenchimento dos pedidos seriam despachadas para as unidades no dia 28 de setembro. Até 31 de outubro, o retorno dessa consulta deverá chegar à secretaria do CEG. No mês de novembro, a câmara docente do colegiado julga as solicitações. O parecer da comissão será julgado pelo plenário do CEG em dezembro. Segundo a pró-reitora Belkis, o limite da universidade será de 547 concursos para novas concessões ou prorrogações de contratos temporários – o mesmo número do primeiro semestre deste ano. Uma vez que novos 25 substitutos foram contratados para o segundo semestre de 2007, já fica evidente que haverá uma perda no começo de 2008.

Participação no Cederj

O Conselho de Ensino de Graduação, em 26 de setembro, aprovou a proposta de participação da UFRJ no quadro de vagas oferecidas pelo Consórcio Cederj - Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, vinculado à Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, e as seis universidades públicas do estado. Serão 305 vagas da universidade no curso de Licenciatura em Física e mais 310 vagas no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, sendo este realizado junto da Uenf e da Uerj. Esses números são iguais aos do semestre passado.

Prorrogado o mandato dos conselheiros discentes

O CEG aceitou a prorrogação do mandato dos conselheiros discentes até 14 de novembro. Isso porque as eleições para o DCE da UFRJ ocorrem no fim de outubro e foi decidido conceder um pouco mais de tempo para a apuração dos votos e indicação dos novos representantes no CEG. Nesse período, a representação estudantil será dividida entre o grupo que apóia e o grupo que rejeita o Reuni na universidade.

Relação candidato/vaga do vestibular 2008

Foi divulgada entre os conselheiros do CEG uma planilha com a relação candidato/vaga do vestibular 2008, antes da realização dos testes de habilidade específica, (marcados para os dias 29 e 30 de setembro). Com a nova possibilidade de os candidatos à Engenharia assinalarem várias sub-opções dentro do curso, a relação está bastante alta: 132,4 alunos para cada vaga em Engenharia de Computação e Informação e 133,24 para cada vaga em Engenharia de Controle e Automação, por exemplo. Fora desta área, destaque para a Medicina, com relação de 27,51/1. A planilha completa está disponível na página www.vestibular.ufrj.br.

Campanha Salarial

Só mobilização efetiva trará resultados

Quarta reunião com representante do Planejamento frustra expectativa dos docentes

A mobilização efetiva dos docentes é fundamental para o avanço das negociações com o governo federal. Em sua quarta reunião com a diretoria do Andes-SN, o secretário-executivo de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Duvanier Paiva Ferreira, deixou bem claro que a expectativa do governo é definir, agora, a política salarial que incidirá sobre os vencimentos dos professores das universidades públicas até 2010.

"Isso aumenta a nossa responsabilidade no processo de negociação, porque estarão sendo definidos os critérios para a reposição das nossas perdas salariais durante todo o restante do governo Lula. Neste contexto, só uma forte mobilização da categoria fará com que o processo avance de forma satisfatória. Precisamos fortalecer nosso movimento. O Setor das IFES manteve o indicativo de greve e as assembléias devem propor para a próxima reunião, no próximo dia 6, data para a deflagração do movimento", analisa o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo.

Expectativas frustradas

Frustrando as expectativas dos docentes de diversas regiões do país que protestavam em frente ao MPOG, o secretário-executivo não apresentou uma contraproposta do governo às reivindicações da categoria. Duvanier Paiva Neto se limitou a defender o critério metodológico de construção de uma política salarial que contemple a reestruturação remuneratória do professor universitário, relacionando-a sempre ao regime de jornada de trabalho.

"A reestruturação remuneratória é o primeiro consenso que identificamos nas propostas das entidades e do governo, justamente porque ninguém defende que ela continue como está hoje: vencimentos baixos, gratificações excessivas. É aí que está o consenso e é daí que queremos começar a trabalhar", explicou o secretário-executivo, acrescentando que o governo sabe que a correção das distorções existentes não é tarefa simples: "A perspectiva é que a gente consiga minimizar o problema até o final do mandato", disse.

Mudança na jornada

A coordenadora-geral de Gestão e Expansão das Universidades Federais do Ministério da Educação, Maria Socorro Mendes Gomes, acrescentou que o governo federal vem fazendo ensaios diversos para corrigir a estrutura remuneratória dos docentes, a partir do aumento do salário oferecido aos professores do regime de 20 horas: "As remunerações são muito baixas nesse nível, e nós precisamos de docentes que tenham vínculo com o mercado em diversas carreiras", justificou.

Maria Socorro afirmou que o governo simpatiza com a proposta defendida pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que prevê a elevação da jornada de 20 para 30 horas, para tornar o salário mais atrativo para a categoria.

O presidente Sindicato Nacional, Paulo Rizzo, cobrou dos representantes do governo a definição mínima dos critérios para elaboração da proposta. "O Andes-SN apresentou sua proposta desde maio e a expectativa da nossa categoria era a de que o governo nos desse hoje uma resposta, ou pelo menos apresentasse uma proposta inicial para a base avaliar". O secretário-executivo do MPOG, entretanto, foi taxativo: "Queremos que as propostas sejam construídas aqui na mesa".

A diretoria do Andes-SN, representada também pelo 3º vice-presidente Almir Serra Martins Menezes Filho e pelo 1º vice-presidente regional do Rio Grande do Sul, Fernando Molinos Pires Filho, insistiu na definição de critérios objetivos para os trabalhos do grupo técnico. Deixou a reunião com a promessa de que as simulações atenderão às diretrizes propostas na pauta de reivindicação do movimento, como a equiparação da GED com a GEAD, a paridade entre ativos e aposentados, o incentivo à titulação e a recuperação do vencimento básico, entre outros critérios.

Calendário aprovado

Nos dias 3 e 11 de outubro, serão realizadas reuniões técnicas entre representantes do governo e dos docentes para verificação das propostas de recomposição salarial apresentadas. No dia 18 de outubro, uma nova reunião política deverá avaliar os ensaios elaborados nas reuniões anteriores. Para o dia 23 de outubro, está marcada a reunião para fechamento da proposta.

Entretanto, de acordo com o próprio secretário-executivo, as negociações poderão durar ainda mais: "O dia 23 de outubro deve ser o nosso horizonte, mas não uma camisa-de-força", justificou ele, acrescentando que, se necessário for, estenderá o prazo.

Fonte: Andes-SN

Fotos: Andes-SN

PROFESSORES PROTESTAM DO LADO DE FORA DO PRÉDIO DO MPOG, ONDE OCORREU REUNIÃO COM O ANDES-SN (ABAIXO)

Cartas

Os Esquecidos II

Sr. Presidente Lula, tive, novamente, conhecimento pela mídia
Do aumento de até 140% que V. Ex.ª deu, em junho, para os cargos comissionados.
Tem dinheiro para tudo e para distribuir para todos
Menos para os professores e o funcionalismo, que são os mais necessitados.

Os referidos funcionários não recebem aumento há 13 anos
E V. Ex.ª ainda tira dinheiro deles com a CPMF e dela não quer abrir mão.
Arrecada bilhões de reais por ano
Querendo até 2011 a sua prorrogação.

V. Ex.ª quer continuar pagando as dívidas públicas
Tirando dinheiro daqueles que não ganham quase nada.
Não está correto este procedimento.
É necessário acabar, de imediato, com essa marmelada.

Theóphilo Barbosa Elias
Professor Adjunto aposentado da Faculdade de Farmácia

UFRJ

Audiência discute Reuni na Educação Física

Alunos aproveitam encontro com reitor para cobrar reformas na unidade

Quase cem pessoas, com maioria absoluta de alunos, acompanharam o debate sobre o Reuni da UFRJ, na Escola de Educação Física e Desportos, na Ilha do Fundão, no último dia 25. Tratava-se de uma das audiências públicas previstas no calendário da reitoria para apresentar o Programa de Reestruturação e Expansão da universidade e sua relação com a iniciativa do governo. No evento, realizado na quadra de basquete da unidade, o documento apresentado pelo reitor Aloisio Teixeira voltou a sofrer críticas da comunidade acadêmica.

Logo no início da audiência, o aluno Gabriel Marques, recém-formado no curso de Licenciatura em Educação Física, solicitou ao reitor que fossem abertos espaços na mesa para representações dos estudantes, dos professores e do sindicato dos trabalhadores. Segundo Gabriel, esse tinha sido o acordo firmado entre os estudantes e a reitoria no dia 15 de junho, durante ocupação do prédio da administração.

Porém, sob a justificativa de que aquela audiência fazia parte de uma programação na qual primeiro se apresentava o anteprojeto e somente depois havia oportunidade para comentários da platéia, o reitor Aloisio Teixeira não permitiu a presença das representações na mesa: "Essa é uma audiência pública que estamos realizando aqui no Fundão que, pelo menos teoricamente, está aberta a todos os professores, técnico-administrativos e estudantes da universidade. Se os alunos quiserem marcar algo em outro formato estarei disposto, mas hoje será desta maneira", afirmou o reitor. "Isso não é uma assembléia, aqui não há uma votação, essa é uma reunião que a reitoria solicitou com um formato determinado", concluiu o reitor.

"Bob bebedouro"

Outro "convidado" pelos alunos a compor a mesa que conduziria a audiência foi o personagem "Bob bebedouro" – um bebedouro velho, pintado como símbolo de protesto contra o fato de apenas três máquinas continuarem em funcionamento na escola inteira. E esse não teve jeito: ficou postado em uma cadeira ao lado da mesa. Os alunos também organizaram uma montanha de mochilas que representou o número escasso de armários da escola.

Fotos: Jaciara Celestino

O DECANO DO CCS, ALMIR FRAGA; O REITOR ALOISIO; O DIRETOR DA EEFD, WALDYR RAMOS; E "BOB BEBEDOURO". AO LADO, CARTAZ DOS ALUNOS

Apresentação do reitor

Aloisio sustentou que as propostas de reestruturação da universidade vinham sendo discutidas desde 2004 quando foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para a universidade. O reitor afirmou que, naquele ano, já havia a constatação de que a estrutura acadêmica da universidade era inadequada para os desafios de momento. Segundo o dirigente, o programa de reestruturação que está sendo apresentado nas unidades é fundado nas idéias elaboradas para o plano de desenvolvimento. Do ponto de vista da reitoria, a publicação do Reuni criou condições para que os planos do PDI pudessem se concretizar, mesmo reconhecendo os contratempos do decreto: "É claro que o decreto que instituiu o Reuni tem problemas, como a idéia de uma taxa de conclusão de 90% estabelecida sem fundamento maior. Nos parece que esta taxa não corresponde à diversidade do sistema federal de educação superior. Outro aspecto é o fato de que o decreto do Reuni limita o acréscimo de recursos para o custeio a 20% dos orçamentos atuais", colocou o reitor.

Aloisio Teixeira explicou que, para receber os recursos que serão disponibilizados, é uma obrigação das universidades apresentar seus planos de reestruturação. O dirigente ressaltou que o projeto elaborado pela UFRJ é uma simulação do que seria feito no prazo de cinco anos com a verba que o governo se dispõe a viabilizar. Segundo o reitor, será um acréscimo na ordem de R$ 2 bilhões para o conjunto das universidades, e, para a UFRJ, há a estimativa de um montante de R$ 180 milhões: "Para uma universidade que não teve, nos últimos anos, praticamente nenhum investimento proveniente do orçamento fiscal da União, este não é um recurso desprezível", afirmou Aloisio.

Implementação do programa

O reitor afirmou estar apresentando um programa de reestruturação qualitativa da universidade, com focos na expansão do número de vagas, para atender a uma demanda da sociedade. Segundo o dirigente, a implementação deste plano aconteceria em três módulos: o primeiro módulo seria voltado à expansão, ou seja, para o aumento de vagas; o segundo módulo, visaria a integração acadêmica; e o terceiro, a construção das bases para a universalização da educação superior.

Só três minutos

Depois de explicar por quase 40 minutos as nuances do Programa de Reestruturação e Expansão proposto pela reitoria, Aloisio Teixeira afirmou que, sendo um audiência pública, os presentes teriam a oportunidade de fazer sugestões e críticas ao projeto. Para isso, foram concedidos e cronometrados três minutos a cada participante.

A 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind, Vera Salim, a convite do centro acadêmico local esteve presente no evento e também apresentou seus questionamentos ao projeto de reestruturação e a estrutura das audiências: "Desde nossa primeira leitura do Reuni, temos ido sistematicamente ao Conselho Universitário, no qual também temos apenas três minutos para apresentar de forma breve as críticas que temos feito", afirmou a diretora sindical. Vera considera que uma universidade brasileira alienada da desastrosa conjuntura do país significa, na realidade, trabalhar com meias-verdades.

A representante destacou que, segundo os dados do orçamento geral da União de 2006, o Brasil pagou R$ 275 bilhões para pagamento da dívida externa. Neste mesmo orçamento, R$ 36 bilhões foram investidos em Saúde, R$ 17 bilhões em Educação e R$ 2 bilhões para a reforma universitária: "Números quase semelhantes ao que se investiu em Educação foi o que o governo perdoou de dívida às universidades particulares e, talvez, menos do que se utilizou para invadir o Haiti. É esse governo que se diz progressista, que se diz de esquerda. Esquerda semelhante àquela que depois se viu obrigada a dizer 'esqueçam o que eu escrevi'", afirmou Vera.

A 1ª vice-presidente acredita ainda que, depois das denúncias do movimento docente, a designação do pernicioso "Universidade Nova" (em discussão na Universidade Federal da Bahia) foi retirada do anteprojeto da reitoria, mas não sua essência. E lembrou: "Na aula magna em que foi apresentada a Universidade Nova (em março deste ano), da mesma forma autoritária, sobraram para nós também três minutos para discordar", alfinetou.

Vera Salim denunciou aos presentes as dificuldades enfrentadas por alunos para entrar (no caso dos alojados) e sair do Fundão depois das dez horas da noite: "E demagogicamente estamos preocupados com mobilidade, com ampliação das vagas, sem bandejão, sem alojamento e sem um ônibus que transporte nossos estudantes depois de 11 horas da noite. Não é essa universidade que queremos. É para esse tipo de universidade que o movimento docente vai dizer não, porque não estamos aqui para fazer demagogia", concluiu a 1ª vice-presidente.

Convite

Convidamos para a Assembléia Geral de posse da diretoria da Adufrj Seção Sindical e do Conselho de Representantes ao biênio 2007-2009, a ser realizada no dia 17 de outubro de 2007, às 18h, no Auditório Moniz de Aragão, Av. Pasteur, 250, Fórum de Ciência e Cultura, no *campus* da Praia Vermelha.

Transparência no uso da radiodifusão

Movimentos fazem manifestação no dia 5 de outubro por mais transparência nos critérios das concessões para emissoras de rádio e televisão.

Página 3

Reunião entre Adufrj-SSind e reitoria sobre Reuni

A reunião entre a reitoria e a diretoria da Adufrj-SSind para tratar do Reuni na UFRJ, anteriormente marcada para este dia 9, foi adiada para 16 de outubro (terça-feira), às 15h, na sala de reuniões do Consuni.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 556 9 de outubro de 2007

Internet

Che Guevara presente!

No dia 8 de outubro de 1967, foi executado o guerrilheiro Che Guevara. A diretoria da Adufrj-SSind publica, nas páginas centrais desta edição, um poema em homenagem ao revolucionário.

Páginas 4 e 5

Opinião

2=3!

Ricardo Kubrusly

Quando o segundo Bush, essa trágica sombra em nossos dias, invadiu pela segunda vez o Iraque, Uhr já estava destruída, seu pai já o havia feito, pelas telas supersônicas dos seus aviões de papel, mas ainda havia muita história a ser apagada, muitas diferenças a serem homogeneizadas, e assim foi feito, e assim tem sido feito. Cada memória cirurgicamente destruída, as lideranças mortas, as crianças abandonadas. Na época, o presidente americano proclamou pelo mundo, a quem quisesse e a quem não quisesse ouvi-lo: aqueles que não pensarem comigo estarão assinando suas próprias sentenças de morte. Os diferentes, todos iguais, o eixo do mal, meus inimigos, e não serão perdoados.

Aqui, ao sul de luas curvas, entre pandeiros e falcatruas, não podemos esquecer desses senhores de todo poder, dessa criatura abjeta e perpetuamente anacrônica, ao ouvir o nosso reitor e suas bope-girls, bradando pelos *campi* afora e além, como se uma farsante ópera quase novela, exibida apenas pela TV universitária estivesse em curso universal, que quem não pensa com ele, quem não segue as suas requentadas idéias educacionais pseudo-inovadoras, é um conservador, um reacionário desafeto à mudanças. Aqui como lá, embora as dimensões sejam diferentes, as técnicas são as mesmas. Homogeneizar o diferente, destruí-lo para reinar absoluto entre as misérias dos seus próprios pensamentos. Aqui, diferente do centro do império que obedecem, vestem-se de esquerda. Constroem um presente autoritário e retrógrado com as velhas roupas da luta que já não acreditam, se dizem vanguardistas disso e daquilo, pregam uma integração que já não acreditam. Fingem ser luz as trevas que portam. Acreditam, imitando seus senhores planaltinos, na traição como método e na escuridão como destino. Há muito trocaram seus planos de vida pelos de poder. E acusam a todos, que percebem e identificam a precariedade de suas idéias e seus planos, de serem a mesma coisa, reacionários de um mesmo saco.

Mais uma vez é o mau uso da lógica que os possibilita, assim, perversos em meio à diversidade de idéias e de opiniões. É a crença autoritária em uma estrutura booleana, inexistente para o pensamento, que permite essa classificação dual para as diversas posições intelectuais, para as diversas políticas e estratégias de luta. É a negação sumária e intransigente às nuances de possibilidades que permite essa separação, onde, de um lado, uma única opinião contrária a todas as outras e para justificar-se, desqualifica, como iguais, as inúmeras diferenças que se lhes opõe, que reúne como unidade o que é díspar e passa a classificar-nos apenas como reação. É o velho novo discurso do poder estabelecido contra as novas lógicas da diferença.

Não, senhores dos acontecimentos, não somos todos iguais. Não pensamos da mesma maneira e se há alguns que, saudosistas dos monólitos e das serpentes, ainda insistem em vê-los apenas pelos gritos que escutam e pelo talvez passado que abraçaram e identificam no blablablá pelego de suas ações algum viés socialista, esses estão enganados, não percebem um possível aliado por detrás da galhofa demagógica que os apavora, vêem, na histeria lacerdista que preservam, um possível inimigo onde uma aliança há muito já se faz consolidada. Se há alguns em desavença pelo equivoco, muitos percebemos a falsidade e a traição de seus pseudo-projetos, a mentira de suas palavras e o individualismo de suas ações. Não, senhores dos acontecimentos, não somos todos iguais e não pensamos da mesma maneira.

Um homem vai ao alfaiate e manda fazer um terno. Quando pronto, vai experimentá-lo e repara que uma das mangas lhe ficou mais longa. O alfaiate pondera que, ao homem, lhe falta postura e que se esticar o braço e encolher de uma certa maneira o ombro oposto, a manga lhe cairá bem. Com isso lhe sobra pano do outro lado, que ao ser esticado e retificado, por sugestão do alfaiate, deixa o homem corcunda e com terno de menos em suas costas. Estas, quando endireitadas, o deixam completamente torto, mas, justiça seja feita, com o terno lhe servindo bem. Ao sair a rua, assim, quasimodescamente, inspira pena e todos se lhe condoem: "Pobre criatura", exclamam, "mas que belíssimo alfaiate".

Agenda Sindical

11/10 – Reunião técnica no Ministério do Planejamento
Brasília (DF) – com a presença do Andes-SN, para tratar das reivindicações salariais dos docentes.

18/10 – Reunião da Mesa de Negociação no Ministério do Planejamento
Brasília (DF)

23/10 – 2ª Reunião da Mesa de Negociação no Ministério do Planejamento
Brasília (DF)

24/10 – Marcha Nacional a Brasília

25 e 26/10 – II Encontro Intersetorial: A precarização do trabalho docente na contemporaneidade
Brasília (DF) – sede do Andes-SN

28/10 a 2/11 - 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade
Foz do Iguaçu (PR) - com o tema central "A Questão Social na América Latina, Ofensiva Capitalista, Resistência de Classe e Serviço Social".

Anote

Ato em Defesa da Uerj

Depois da queda, em dezembro de 2005, de parte da cobertura de uma das passarelas do décimo segundo andar do prédio, a comunidade acadêmica da Uerj foi surpreendida, no dia 30 de setembro deste ano, por um incêndio que se alastrou por cinco andares de um dos blocos do edifício, no Maracanã. Além de afetar ainda mais as já precárias condições de funcionamento da universidade, o fogo também aprofundou a sensação de insegurança dos que lá trabalham e estudam.

Todos os trabalhadores e entidades do estado estão convidados pela Associação de Docentes local (Asduerj) a participar de ato em defesa da instituição, nesta terça-feira, dia 9, às 14h, no pátio externo, em frente ao local do incêndio.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Nacional

Campanha pede transparência nas concessões de rádio e TV

Movimento fez protesto em 15 estados no último dia 5

No último dia 5, venceram os prazos de várias concessões de rádio e TV aberta, entre elas emissoras próprias e afiliadas da Rede Globo, Bandeirantes, Record e CNT/Gazeta. Atos em 15 estados marcaram o lançamento de uma campanha para pedir o fim da renovação automática, ações imediatas contra irregularidades no uso das concessões, a instalação de uma comissão de acompanhamento das renovações e a convocação de uma Conferência Nacional sobre o tema.

A campanha nacional, com o título de "Concessões de rádio e TV: quem manda é você", pretende discutir com a população o caráter público das concessões de rádio e TV e denunciar uma série de irregularidades praticadas pelas empresas na exploração do serviço de radiodifusão. Exemplos de práticas ilegais no uso das concessões vão desde o não cumprimento do limite de veiculação de 25% do tempo de programação com publicidade até o funcionamento de emissoras com outorgas vencidas há mais de 10 anos. Incluem, ainda, outorgas dadas a deputados e senadores, prática proibida pela legislação vigente. Durante os atos do dia 5, as entidades e movimentos apresentaram a comprovação dessas denúncias.

Em diversas capitais, foram entregues ao Ministério Público Federal representações contra emissoras que veiculam publicidade 24 horas por dia. Também foi encaminhada ao Ministério das Comunicações uma série de pedidos de informação acerca das emissoras com outorgas vencidas, para que a população possa acompanhar tais processos de renovação. Atualmente, segundo as entidades, não há transparência nessa tramitação.

Centro de mídia independente

ATO REALIZADO EM SÃO PAULO

O movimento faz questão de deixar claro que não quer promover nenhum tipo de "caça às bruxas", nem buscar aplicar sanções às emissoras que cumprem a legislação. "Faltam critérios claros, baseados no interesse público, e também mecanismos que comprometam as emissoras com estes princípios", lembra João Brant, do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social. Segundo ele, mesmo os poucos limites impostos pelas regulamentações atuais não são observados pelas emissoras. Um dos mais óbvios é a restrição ao tempo destinado à publicidade. A legislação permite que apenas 25% da programação sejam usados para este fim. "No entanto, temos verdadeiros supermercados eletrônicos funcionando em canal aberto", lembra Brant.

Atos pelo Brasil

Em São Paulo, cerca de 500 pessoas ocuparam o vão livre do Masp e a avenida Paulista. Com a presença lideranças de sindicatos, movimentos sociais, organizações estudantis e parlamentares como a deputada Luiza Erundina (PSB) e Ivan Valente (PSOL), a manifestação percorreu a principal avenida da cidade. Durante o trajeto, representantes da campanha protocolaram na Justiça Federal Ação Civil Publica contra três emissoras que excedem o limite de 25% de tempo dedicado à publicidade comercial em sua programação.

Em Recife (PE), outras 500 pessoas se reuniram na Praça do Derby, no centro da cidade. No local, diversos movimentos sociais protestaram contra as irregularidades nas concessões e pediram democracia e transparência no modelo de outorgas. Em Porto Alegre (RS), mais de 250 pessoas realizaram ato em frente a sede da RBS, onde realizaram a leitura de um Contrato Popular proposto às emissoras para as concessões. O ato contou com a presença de representantes de centrais sindicais, como CUT e Conlutas, estudantes e do movimento negro.

No Rio de Janeiro, uma panfletagem no centro da cidade distribuiu o jornal Hora Inteira, com matérias sobre democratização da comunicação. O jornal é uma sátira do Meia Hora, ligado ao grupo O Dia. Houve também exibição de vídeos sobre rádios livres e sobre o monopólio das comunicações. Em Brasília (DF), as manifestações ocorreram na quinta-feira, dia 4, por conta do calendário político da capital federal. Cerca de 200 pessoas foram ao Ministério das Comunicações reivindicar que o órgão cumpra a lei e fiscalize as concessões de radio e TV. O movimento também foi recebido pelo presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Em Vitória (ES), Belo Horizonte (MG), Cuiabá (MT), Maceió (AL), São Luís (MA), Salvador (BA), Manaus (AM), Curitiba (PR) e Florianópolis (SC) também aconteceram atos de lançamento da campanha.

Deputados são donos ou sócios das emissoras

O fato de deputados serem donos ou sócios de emissoras de rádio e TV leva o Congresso Nacional a não ter interesse em revisar os critérios de concessão e renovação de emissoras, avalia o pesquisador da Universidade de Brasília (UnB), Venício Lima.

Em 2004, Venício Lima lançou a pesquisa "Concessionários de radiodifusão no Congresso Nacional: ilegalidade e impedimento". O estudo apontava que, em 2003, 16 integrantes da subcomissão da Câmara dos Deputados responsável por conceder e renovar concessões constavam como sócios ou diretores de 37 emissoras.

Para ele, a falta de critérios de avaliação claros e transparentes faz com que os princípios constitucionais relativos à produção e programação de rádios e televisões não sejam cumpridos - o que afeta no objetivo legal de uma concessão pública: atender ao interesso público. "Precisam ser obedecidos os princípios da pluralidade e da diversidade, contemplando de forma equilibrada, diferentes opiniões", por exemplo.

Uma revisão da Lei Geral Telecomunicações, produzida na década de 60, avalia Lima, também favoreceria mudanças nos critérios de renovação e concessão de canais, o que impediria, ainda, a concentração de veículos de comunicações nas mãos de um mesmo dono.

Pauta de reivindicações

As reivindicações imediatas da campanha por democracia e transparência nas concessões de rádio e TV são as seguintes:

- ações imediatas contra as irregularidades no uso das concessões, tais como excesso de publicidade, outorgas vencidas e emissoras nas mãos de deputados e senadores.
- fim da renovação automática: por critérios transparentes e democráticos para renovação, com base no que estabelece a Constituição.
- instalação de uma comissão de acompanhamento das renovações, com participação efetiva da sociedade civil organizada.
- convocação de uma Conferência Nacional de Comunicação ampla e democrática, para a construção de políticas públicas e de um novo marco regulatório para as comunicações.

Fontes: Intervozes, Observatório do Direito à Comunicação e Agência Brasil

Internacional

Dez mil para homenagear Che

Desde o final de semana, pelo menos sete mil pessoas, de diferentes idiomas e sotaques, participam no município de Vallegrande, na Bolívia, do II Encontro Mundial Che Guevara, no quadragésimo aniversário de sua morte, ocorrida no povoado de La Higuera, dali distante 60 quilômetros. O encontro é organizado pela Fundação Che Guevara e pelo Ministério da Cultura daquele país, com apoio das embaixadas de Cuba e Venezuela. Os organizadores estimavam que o número de participantes chegasse a dez mil no dia 8, data de um ato político em Vallegrande, com a presença do presidente Evo Morales e da filha de Che, Aleida Guevara. Durante os dias do encontro, ocorrem mostras fotográficas, apresentações culturais e painéis, com as participações de sobreviventes da guerrilha empreendida na Bolívia, como Leonardo "Urbano" Tamayo. Em 2008, Cuba, Venezuela e Bolívia vão encabeçar novas homenagens, no ano em que Guevara completaria 80 anos. Vallegrande está com seus hotéis e pousadas lotados, mas o evento ocorre sem maiores problemas. O presidente da Fundação, Osvaldo Chato Peredo, vereador em Santa Cruz de la Sierra, acusa o prefeito local, Ignacio Moron, do partido Ação Democrática Nacional (ADN), de ser um "sabotador" do evento, fazendo cortes no abastecimento de água e luz e gerando dificuldades para os organizadores. Neste domingo, houve até rumores que um grupo de direitistas havia ocupado La Higuera, levando a polícia até o local. Mas tudo não passou de boato, de acordo com os organizadores.

"Che ainda é algo presente sempre, é algo vivo", resume Chato Peredo, irmão de Inti e Coco, que lutaram ao lado de Guevara, e ele mesmo um ex-combatente, da segunda tentativa de guerrilha armada na Bolívia, já na década de 1970. "Sofremos uma derrota na época, mas agora voltamos de muitas maneiras, de muitos lugares, com muitas possibilidades", diz.

Fonte: Agência Carta Maior.

Homenaje a Ernesto "Che" Guevara para el 40 aniversario de su asesinato

"Hace 40 Años Caminaba"

James D. Cockcroft/Rebelión

I

Hace 40 años caminaba
en el campo de Antioch College,
perdido en mis pensamientos…

Cuando me saludó en voz alta un colega desagradable,
un profesor jovial de psicología,
un fanático anticomunista.

"El Che Guevara ha muerto," me anunció con
satisfacción,
y mi corazón se cayó,
mientras mi cabeza se levantó.

Dije: "Verá usted que dentro de muchos años
todo el mundo se acordará del Che
como la figura más importante del siglo veinte."

El tipo me miró un larguísimo momento,
como si estuviera hipnotizado,
y contestó: "¡Carajo! Probablemente tienes razón."

II

Luego, leí en el diario del Che en Bolivia
cómo él no entendía por qué
cada vez que su grupo dejaba atrás al enemigo,
éste volvía repentinamente a estar tras él.

Él no sabía que investigadores de la Universidad de
Michigan,
pagados por el Pentágono,
habían descubierto como usar sensores infrarrojos
para detectar el calor del cuerpo humano a gran
distancia.

Así que inconscientemente el Che nos dejó otra
lección:
hay cosas que no podemos anticipar,
sin embargo debemos actuar
sabiendo lo que sabemos.

III

Y lo que el Che supo sigue
siendo verdad,
el enemigo de la humanidad
sigue siendo el mismo imperio.

"Dos, tres, muchos Vietnams"
ya existen en otras formas,
desde Iraq hasta Venezuela,
desde Mindanao hasta Bolivia.

El emperador sale para su
patio trasero y descubre la pobreza,
mientras docenas de miles lo ven desnudo
bajo la cubierta de igual número de fuerzas
policiaco-militares.

IV

Algunos pocos de la generación del Che
salieron de sus hogares para ir "on the road,"
pero solamente un puñado tuvo la valentía y sabiduría
de la juventud rebelde, de dedicarse al deber humano:
hacer la revolución.

No es un misterio la fama del Che,
ni el porqué de su comercialización,
ya que desde el viaje de Nixon a China
y las siguientes ventas de sacos estilo Mao
hemos sabido que el capitalismo consume al comunismo.

Che está presente en todas partes del mundo,
un símbolo de lo mejor del ser humano,
de los sueños, los principios de solidaridad,
el internacionalismo, la honestidad, la generosidad,
el actuar según el mejor análisis alcanzable,
para que se logren la justicia social y la paz
mundial.

V

El Che no fue sentimental cuando explicó que
el verdadero revolucionario está motivado por
profundos sentimientos de amor.
Lo sentimental, o mejor dicho lo heroico,
es vivirlo.

No es que seremos como el Che
sino que quisiéramos ser como él.
Por eso también el Che
representa lo mejor de la humanidad.

Hace 40 años caminaba...
y fuimos muchos caminando...
y muchos se cayeron y todos triunfaron.

Porque seguimos caminando,
juntos con nuestros muertos,
juntos con las nuevas generaciones
en rebelión, todas y todos
unificados en el espíritu del Che.

Fotos: Internet

Campanha Salarial

Andes-SN busca contraproposta do governo

Proposta do Sindicato tem como metas a isonomia e a paridade na categoria

Representantes do Andes-SN e do governo federal se reuniram no último dia 3, no Ministério do Planejamento (MPOG), para uma reunião técnica com o objetivo de tratar das reivindicações salariais dos docentes. A reunião foi conduzida pelo coordenador geral de Negociação e Relações Sindicais do ministério, Idel Ribeiro.

Os diretores do Andes-SN defenderam que as incorporações (GED, GEAD, GAE e Vantagem Pecuniária Individual) ao vencimento básico contribuirão para a superação de distorções existentes, mas que elas devem ocorrer a partir de medidas que garantam a isonomia entre as carreiras de 1º, 2º e de 3º graus, como proposto na pauta de reivindicações da entidade. Isso pressupõe uma equiparação do vencimento básico, o que inclui uma mesma estrutura de malha de vencimentos, mesmos valores de incentivo de titulação e equiparação entre GED e GEAD com garantia da paridade.

Uma das distorções hoje existentes que só será resolvida com a incorporação das gratificações é o recebimento de complementação nos níveis cujos vencimentos básicos encontram-se abaixo do salário-mínimo - situação que poderá se agravar a cada ano com os aumentos do salário-mínimo. Os representantes do Andes-SN lembraram que o que ocorre no piso distorce toda a tabela. O Auxiliar 1, em regime de 20h, percebe atualmente uma remuneração de R$ 1.397,87; em regime de 40h, R$ 1.728,27 e, em dedicação exclusiva, R$ 2.278,31. Aquele em regime de 40h deveria perceber duas vezes o valor do em regime de 20h; e aquele em DE, 3,1. Mas a relação está, respectivamente, em 1,24 e 1,61 e poderá ser reduzida ainda mais enquanto as gratificações não forem incorporadas.

Paulo Rizzo informou ainda que o Andes-SN não calculou os impactos de sua proposta, pois o governo não disponibiliza uma base de dados atual. Os representantes do governo demonstraram disposição em fornecer o material reivindicado, mas só responderão sobre o assunto na próxima reunião técnica, marcada para o dia 11.

Comparação com a carreira da Fasubra

Outro ponto destacado por Rizzo, que impressionou a bancada do governo, foi a comparação dos valores propostos e aqueles conseguidos pela Fasubra em recente acordo. Para os servidores técnico-administrativos, o piso do Nível Superior (NS1), em 2010, será de R$ 2.659,89, enquanto o vencimento do Auxiliar 1, graduado, 40h (= C1), na proposta do Sindicato Nacional, é de R$ 2.795,74. Já quanto ao teto, o salário do NS12, em 2010, será de R$ 5.027,00 e o do Titular, 40h, ainda na proposta do Sindicato, ficaria em R$ 6.293,54. Para a diretoria do Andes-SN, portanto, a proposta não é nenhum absurdo.

O representante do MPOG informou que convidará para a próxima reunião o pessoal técnico de carreira da Secretaria de Recursos Humanos para completar a análise crítica da proposta.

Histórico da negociação

O Andes-SN entregou a pauta de reivindicações dos docentes ao governo no início de março, mas somente em agosto o secretário de Recursos Humanos do MP recebeu os dirigentes sindicais para discuti-la pela primeira vez. Desde então, quatro audiências foram realizadas sem que o governo tenha apresentado qualquer contraproposta.

Fonte: Andes-SN

UFRJ

Reitoria falta a debate sobre Reuni na Biologia

No dia 4 de outubro, a reitoria não enviou representante para um debate sobre o programa governamental do Reuni na UFRJ, no auditório do Quinhentão (CCS). Sequer foi deixado um aviso aos organizadores que justificasse a ausência. Soube-se apenas que o reitor Aloisio Teixeira encontrava-se em Princeton (EUA). Na ocasião, a diretora do instituto, professora Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes, às pressas, buscou a coordenadora do Sintufrj e conselheira do CEG, Ana Maria Ribeiro.

O debate começou com mais de uma hora de atraso. Segundo Ricardo Kubrusly, um dos convidados do evento como diretor da Adufrj, Ana fez a defesa do programa governamental, enquanto ele e um dos dirigentes eleitos da seção sindical, professor Roberto Leher, fizeram o contraponto. "O debate se desenvolveu como esperado. Afinal, o projeto governamental se torna, a cada dia, mais e mais insustentável", comentou Ricardo.

Curso sobre pós-modernismo lota Salão Azul

O Salão Azul, no térreo do prédio da reitoria, ficou lotado para acompanhar a palestra do diretor da Faculdade de Letras, Ronaldo Lima Lins, na abertura do curso multidisciplinar "Pós-modernismo: a arte na cena contemporânea", no último dia 3. O evento, que prossegue até novembro, promovido pelo Centro de Letras e Artes, já conta com mais de 400 inscritos.

Seqüência do curso

No dia 10 de outubro, a diretora da Escola de Belas Artes, Angela Âncora da Luz, fará palestra sobre as "Preocupações contemporâneas da arte brasileira: as heranças construtivas - Expressionistas e o primado da idéia na instauração da experiência". No dia 24, é a vez do professor Milton Feferman, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), falar "Da profecia ao estranhamento: Modernismo - Pós-modernismos e anti-modernismos na arquitetura contem-porânea". Em 31 de outubro, a professora Cinda Gonda, da Faculdade de Letras, comenta "Literatura – A resistência em cena (o escritor e os dilemas da atualidade)". No dia 7 de novembro, o vice-diretor da Escola de Música, Marcos Nogueira, fala sobre "A 'música de bolso' e seus novos rituais". Todas as palestras ocorrem no Salão Azul, de 14h às 17h. O encerramento estava agendado para 14 de novembro, mas, por ser véspera do feriado de Proclamação da República, deverá ser transferido.

Kelvin Melo

O DIRETOR DA FACULDADE DE LETRAS, RONALDO LIMA LINS

Próxima atividade do CLA homenageia Niemeyer

O decano do CLA, Léo Soares, aproveitou a abertura do curso sobre pós-modernismo para avisar que a próxima atividade do Centro será uma homenagem ao centenário, a ser completado em dezembro, do arquiteto Oscar Niemeyer.

UFRJ

Falta de limpeza afeta quatro unidades da UFRJ

Reitoria diz que serviço deverá ser normalizado neste dia 10

Desde o dia 2 de outubro, a empresa GL Ambiental parou de prestar os serviços de limpeza à universidade, demitindo todos os funcionários e levando embora todos os aparatos técnicos para o trabalho. A Faculdade de Letras, a Escola de Belas Artes (EBA), a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) foram as unidades afetadas pela quebra do contrato.

Segundo o boletim dos discentes da Faculdade de Letras, o cancelamento do contrato faz parte de uma política de contenção de despesas de custeio adotada pela UFRJ neste último período. O diretor da unidade, Ronaldo Lins, afirma que entrou em contato com todos os setores responsáveis para solicitar o normalização dos serviços, mas não teve retorno. Sendo assim, o dirigente, junto a alguns funcionários, espalhou pela faculdade informes sobre a situação. "Como pode uma unidade desse tamanho ficar dias sem limpeza?", questiona Ronaldo.

Fotos: Jaciara Celestino

AVISO DA DIREÇÃO DA LETRAS EXPLICA FOLHAS NO PÁTIO DA UNIDADE E LIXEIRA TRANSBORDANDO

Normalização do serviço

Procurado pela reportagem na última quinta-feira, dia 4, o professor Milton Flores, Superintendente Geral de Administração e Finanças, solicitou que o contato fosse feito com o setor de Divisão de Contratos da universidade. Segundo o responsável, André Esteves, a suspensão do contrato da empresa foi uma surpresa para todos. Na ocasião, ele disse que o serviço de limpeza estaria sendo normalizado ainda na semana passada, por uma nova empresa.

Só que até o fechamento desta matéria (dia 8), os serviços de limpeza das unidades ainda não tinham sido regularizados. Mais uma vez procurado, André Esteves afirmou que só faltava agora a assinatura da Procuradoria da universidade. Segundo ele, o exame admissional já foi marcado para esta terça-feira pela manhã e, após o crivo da procuradoria, no dia 10, os funcionários já estarão uniformizados e trabalhando.

Algumas pessoas que prestavam o serviço de limpeza para a Faculdade de Letras, por receio de ficarem desempregadas, permaneceram em seus locais de trabalho "quebrando o galho" e evitando o acúmulo em excesso de lixo. Tudo isso porque há a promessa de que a nova empresa restituirá o emprego dos funcionários.

Movimento

Famílias ocupam prédio no centro

Organizações e movimentos sociais promoveram, no dia 1° de outubro, uma manifestação da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana. A data foi simbolicamente escolhida por ser da mesma semana do Dia Nacional do Habitat (em 2/10). Durante a jornada, cem famílias organizadas pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) ocuparam o prédio número 45 da rua Senador Dantas, no centro do Rio de Janeiro. O objetivo da Ocupação Manoel Congo, como foi nomeada em homenagem a um líder negro que lutou contra a escravidão no Brasil, seria transformar o prédio, abandonado há mais de 15 anos, em moradia para as famílias, além de construir um Centro Cultural de Resistência Popular onde funcionava o antigo cinema Vitória, anexo ao prédio.

No dia 2, porém, saiu uma liminar de reintegração de posse e as famílias ficaram na expectativa da possível chegada do oficial de justiça com a polícia militar para efetivar o despejo. Nesse sentido, no mesmo dia, foi organizada pelo MNLM uma manifestação de apoio à Ocupação Manoel Congo. Com a presença de aproximadamente 200 pessoas de diferentes entidades, os organizadores apresentaram ao público a carta aberta da ocupação com os objetivos e projetos para o local. Por conta de erros na liminar assinada pelo juiz Sérgio Seabra, da 47° Vara Civil, até o final do dia o grupo ainda não havia sido retirado do local. A defensoria pública, junto do Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) e do Ministério das Cidades, entrou com um pedido na Justiça para negociar um prazo de 90 dias para que a famílias possam ser reassentadas. Porém, as súplicas foram desconsideradas pelo juiz responsável.

Os advogados dos ocupantes haviam conseguido negociar, diretamente com o proprietário do prédio, a permanência da ocupação até o dia do fechamento desta edição (dia 8). Com isso, os manifestantes conseguiram tempo para negociar com o Poder Público a garantia do direito de moradia das famílias que lá se encontram e a construção de centro cultural.

Tortura Nunca Mais realiza show para pagar dívida

O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ (GTNM) produzirá um *show* nesta terça-feira (9/10) no Circo Voador (Lapa) para pagar as custas de um processo movido por 4 agentes federais em agosto de 2005. A entidade foi condenada a reparar, a título de danos morais, os policiais federais Roberto Jaureguiber Prel Júnior, Luiz Oswaldo Vargas de Aguiar, Luiz Amado Machado e Anísio Pereira dos Santos, conforme a sentença prolatada, em 3 de agosto de 2005, pela Juíza da 42ª Vara Civil do Estado do Rio de Janeiro, Dra. Maria Helena Pinto Machado Martins.

O evento, que contará com os cantores Geraldo Azevedo, Fátima Guedes e Fred Martins, terá sua renda revertida para o pagamento da dívida de R$ 55 mil e decorre de denúncia feita por Carlos Abel Dutra Garcia de que foi preso e agredido, em 20 de agosto de 1996, por estes policiais, na Superintendência da Polícia Federal do Rio. O processo contra o GTNM/RJ se deu por este ter exposto em seu *site* os fatos narrados por Carlos Abel. O Judiciário entendeu que o GTNM/RJ teria extrapolado no relato dos fatos, injustamente, acusando os policiais federais.

O GTNM/RJ nada mais fez do que divulgar a denúncia feita por Carlos Abel, visto que os fatos foram divulgados na imprensa à época, motivando a atuação do Ministério Público Federal que processou os policiais envolvidos. Tais fatos constam nos Relatórios sobre Tortura da Anistia Internacional e da Comissão Contra a Tortura da ONU. A ação penal encaminhada pelo Ministério Público Federal contra os policiais envolvidos no referido episódio não chegou a receber uma decisão de mérito, tendo sido sendo suspensa por questão técnico-jurídica.

Com o *slogan* "Se mandar calar, mais eu falo", o *show* também exibirá o filme "Memória para uso diário", de Beth Formaginni e o curta "Sala Corpo", de Luciana Knijnik. O preço do ingresso é R$ 30 e com a filipeta do evento sai por R$ 25.

Colegiados

Reitoria divulga pré-proposta de resolução sobre Reuni

Documento será avaliado no Conselho Universitário do dia 18

A reitoria promoveu no Conselho de Ensino de Graduação (CEG) de 3 de outubro a primeira apresentação pública da pré-proposta da resolução sobre o Reuni da UFRJ que será levada à apreciação e deliberação do Conselho Universitário no dia 18 deste mês. O novo documento determina a implantação do programa de reestruturação e expansão da instituição em três partes: a primeira, com ações relativas à ampliação de vagas em cursos existentes ou à criação de novos cursos, na sede ou fora (Macaé, por exemplo), teria execução imediata. Os outros dois módulos, voltados para medidas de "integração acadêmica" e de "construção das bases da universalização da educação superior", entre elas, a transferência dos cursos para a ilha do Fundão, passariam por um prazo de oito meses de discussão e elaboração de diretrizes para sua possível implantação.

A pré-proposta condiciona a efetiva implantação da expansão de vagas e de criação de cursos novos à prévia apresentação pelas unidades de seus projetos detalhados e à análise e deliberação pelo CEG. Também resolve incluir na pauta do próprio Consuni a discussão de ações de ensino, pesquisa e extensão fora da sede, bem como de proposta para implantação do *campus* de Macaé.

De acordo com o documento, seria encaminhada ao MEC a proposta indicativa de criação de 3.462 vagas, no período de cinco anos de vigência do Reuni. Destas, 470 estão sendo previstas para ocorrer já em 2008, o que causou grande espanto no CEG. Isso porque o colegiado aprovou o edital do vestibular, em julho deste ano, com apenas 200 vagas das citadas no documento. A diferença fica por conta de 120 novas vagas propostas pela Escola Politécnica, para Macaé, e de mais 150 vagas envolvendo três novos cursos desenvolvidos por várias unidades, para Xerém.

A implementação do Programa de Apoio ao Estudante aprovado pelo CEG (em 2000), com apoio da Escola de Serviço Social, é finalmente citada no documento sobre o Reuni, conforme cobrança da representação do CFCH nos diversos colegiados. A proposta da reitoria destaca a necessidade de expansão e melhoria nos serviços de alimentação, transporte e moradia para estudantes na ilha da Cidade Universitária e a consolidação e ampliação do programa de bolsas para estudantes, em várias modalidades. Apesar disso, a tabela de aplicação de recursos de capital sugerida pela reitoria limita-se a destinar apenas R$ 10 milhões para Assistência Estudantil (um novo alojamento, cujo número de quartos não é especificado, e dois "refeitórios", sem dizer onde e nem quantas refeições seriam servidas). Para infra-estrutura de acesso, transporte, iluminação, segurança e "outros", são mais R$ 4 milhões.

Kelvin Melo

REITORIA VAI AO CEG E OUVE CRÍTICAS DOS CONSELHEIROS

Contratação de docentes

Se aprovada pelo Consuni, a contratação de docentes, tanto para as necessidades do programa de expansão quanto para a reposição das vagas abertas, seria feita exclusivamente no regime de dedicação exclusiva. Apenas em casos excepcionais, mediante solicitação das unidades e parecer favorável dos colegiados de ensino, o Consuni autorizaria a contratação em outros regimes de trabalho. Para a expansão, a reitoria espera contratar 400 professores e mil técnico-administrativos. E, com a operacionalização do banco de professores-equivalentes, a administração da UFRJ pretende construir um fundo comum constituído pelas vagas resultantes de aposentadorias, falecimentos, exonerações e demissões de docentes, a ser periodicamente distribuído, segundo prioridades definidas pelo Consuni, ouvidos o CEG e o CEPG.

Transferência para o Fundão

A reitoria, embora diga que existirá um tal "princípio da adesão" para os cursos serem transferidos para a ilha do Fundão, faz toda pressão nesse sentido. A prioridade número um da alocação de recursos destinados a despesas de capital é a consolidação, expansão e conclusão do processo de implantação do *campus* da Cidade Universitária, segundo o documento. Num incrível ato falho, assumido pelo próprio pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi, o *campus* da Praia Vermelha é tratado, no texto, como "terreno" – nos planos da administração, muitos prédios do local seriam demolidos e uma grande área de 20 mil m^2 poderia ser licitada para a iniciativa privada. E, aparentemente, ninguém da reitoria vê uma contradição no discurso da proximidade acadêmica e o fim do ensino na Praia Vermelha com a expansão dos cursos para outros municípios do interior do estado.

O combate à evasão e ociosidade das vagas, apoio ao CAp, integração com pós-graduação, alternativas de ingresso na universidade, valorização das licenciaturas, racionalização de gastos e melhorias das bibliotecas são outros pontos mencionados do documento da reitoria, que pode ser visto, na íntegra, em www.pre.ufrj.br.

Reação do CEG

A professora Maria Lúcia Patitucci (representante do CCMN no CEG) ressaltou que o CEG só aprovou 200 das 470 vagas citadas para 2008. "Não sei como seria (para esse excedente). Teria que ter um vestibular no meio do ano? Acho prematuro prever isso para 2008", comentou.

Representante dos técnico-administrativos, Ana Maria Ribeiro observou que a pré-proposta não deveria conter elementos que apontam para o *campus* da Cidade Universitária como única opção para o futuro dos cursos da UFRJ, já que vai existir uma discussão de oito meses sobre o assunto. Ela também questionou o item que define a distribuição de vagas docentes, segundo as prioridades do Consuni, mesmo que ouvidos o CEG e o CEPG. Segundo Ana, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, de 1996) e o Estatuto da UFRJ são claros ao estabelecer a contratação de professores como atribuição dos colegiados acadêmicos.

Márcia Serra, conselheira pelo CFCH, pediu esclarecimentos sobre a transferência para o Fundão. Para ela, essa "adesão" deveria ser melhor caracterizada. Ela também pediu a inclusão explícita do Colégio de Aplicação no debate sobre as licenciaturas. Quanto à expansão da UFRJ, a professora apontou a contradição entre o discurso de realizar bacharelados interdisciplinares e, ao mesmo tempo, promover cursos tão especializados como Nanotecnologia.

Maria Antonieta (CT) considera que a infra-estrutura existente, excetuando bibliotecas e laboratórios de informática, não está contemplada no projeto. "Temos laboratórios, especialmente no CT, bastante sucateados", afirmou.

Andréa Teixeira, que fez questão de dizer que apóia a apresentação de um anteprojeto da UFRJ para o Reuni, apresentou vários questionamentos à proposta de resolução da reitoria. Ela se mostrou especialmente preocupada com a aprovação de novas vagas pelo Consuni no dia 18, mesmo com o condicionamento à análise e deliberação posterior do CEG.

Convite aos conselheiros

O professor Aloisio Teixeira não participou da reunião por estar em compromisso no exterior. A reunião foi conduzida pela vice-reitora Sylvia Vargas, ao lado do pró-reitor Carlos Levi e da pró-reitora de Graduação, Belkis Valdman. Sylvia agradeceu as contribuições dos conselheiros e convidou todos a comparecerem ao Consuni do dia 18.

No CEPG

Embora o documento tenha sido anunciado e distribuído aos conselheiros, não aconteceu uma apresentação da pré-proposta de resolução ao Conselho de Ensino para Graduados do dia 5 de outubro. Eles também foram convidados para o Consuni do dia 18.

Assembléia Geral

Está convocada a Assembléia Geral da Adufrj-SSind para esta quarta-feira, dia 17 de outubro de 2007, às 18h, no Auditório Moniz de Aragão (Av. Pasteur, 250, Fórum de Ciência e Cultura), no *campus* da Praia Vermelha.

Pauta:

1) Prestação de contas;

2) Posse da nova Diretoria e do novo Conselho de Representantes da Adufrj-SSind.

Revolução Russa

Nesta edição, a diretoria da Adufrj-SSind antecipa uma homenagem aos 90 anos da Revolução Russa.

Páginas 6 e 7

AdUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 557 16 de outubro de 2007

Fotos: Arquivo Adufrj-SSind

A maior de todas as batalhas

Dia 18 de outubro: poucas vezes, ficou tão evidente a importância de uma data para o destino de uma universidade. É quando o Conselho Universitário vai se reunir para discutir e possivelmente deliberar sobre a adesão da UFRJ ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado pelo decreto 6.096/07, do governo Lula.

O decreto atinge frontalmente a autonomia universitária ao impor metas de desempenho para o recebimento de recursos. No entanto, a reitoria Aloisio Teixeira insiste que a autonomia será preservada e defende veementemente a implantação do programa governamental na UFRJ.

Cabe a toda a comunidade acadêmica a resistência a este projeto, comparecendo ao Consuni neste dia 18 e cobrando de seus representantes a rejeição ao Reuni.

Reunião com a diretoria da Adufrj

A diretoria da Adufrj-SSind convida todos os interessados a comparecerem à reunião com a reitoria da UFRJ marcada para este dia 16 (terça-feira), às 15h, na sala de reuniões do Consuni, para tratar do Reuni.

Opinião

Prestando Contas

ou Nossa luta Contra a Destruição da Universidade Pública ou

Vale a Pena Sonhar

Começamos nossa gestão num momento de uma aparentemente grave crise do governo Lula, com as denúncias de mensalões, mensalinhos, dinheiro na cueca, Land Rover, Aerolula e outros tantos grandes escândalos.

Todos menores do que seu afinado e subserviente projeto político que enterra 30 anos de luta da classe trabalhadora no país e sepulta definitivamente a errada e oportunista avaliação de "governo em disputa".

Na realidade, o saco de maldades despejado pelo governo Lula sobre os trabalhadores fez dele perfeito porta-voz, moleque de recados, de George Bush na América Latina, uma espécie de contraposição imperialista a Chávez, Morales e mesmo Kirchner. O que o mestre Bush mandar Lula faz, inclusive mandar tropas para o Haiti.

Não nos esqueçamos, somente como exemplos que vêm imediatamente à memória, do inexplicável pagamento antecipado da dívida com o FMI, da conciliação com militares golpistas, da reforma trabalhista e da vergonhosa implantação de políticas assistencialistas que lhe rendem enormes currais eleitorais, bem a gosto do receituário neoliberal.

Apenas como pá-de-cal, podemos lembrar as alianças com Renan Calheiros, Severino, ACM , Rede Globo e outros tantos representantes da putrefata política nacional a serviço do capital .

A correta projeção feita pela esquerda que votou nulo de que o governo Lula seria uma eficente e necessária continuidade do governo FHC se materializa em toda sua extensão e gravidade. O uso da CUT e UNE como órgãos essenciais de sustentação do governo, freia o movimento sindical e estudantil, enquanto um ex-líder operário assume a presidência e o outro, o Ministério do Trabalho, a UNE domestica e espetaculariza o movimento estudantil, viajando em carvanas financiadas pelo governo e fazendo shows apoiados pela rede Globo e ainda festeja sua existência nos salões do MEC em shows com um ministro da Cultura que não se envergonha de mercantilizar o carnaval no seu trio elétrico, Expresso 2222.

Não bastasse tanto espanto e capitulação, fomos obrigados a ver a participação de nossos colegas de cátedra neste grande banquete do descompromisso, como importantes assessores e integrantes deste governo. Fomos igualmente obrigados a assistir à tão melancólica quanto arrogante postura de nossos Magníficos Reitores, formados e viajados com recursos públicos, a se venderem ou se submeterem passivamente a um destrutivo projeto de mercantilização e privatização da universidade pública brasileira, bem ao gosto, sim, do receituário do FMI.

Basta não ter medo de acessar e ler nas suas páginas as recomendações e projetos para o Terceiro Mundo: o enxugamento do Estado, a transformação da educação em comércio, a criação do chamado "terceiro setor" (leia-se: a onguerização do Estado) e as malditas políticas focalistas de prevenção à explosão social. Tem mais: o ensino a distância, estruturado e financiado por "Universias", por sua vez financiadas por bancos, muitos deles internacionais. E tome pacotes e pacotes de ensino a distancia, quase todos sempre produzidos no exterior, ajustados para assimilar conhecimento.

E assim caminha célere a destruição "democrática" do ensino superior, da mesma forma que se destruiu nosso ensino básico e ensino médio. Afinal, os filhos da alta burguesia continuarão estudando no exterior, e os de Lula e dona Marisa já têm dupla cidadania.

Mas, como diz o Magnífico Reitor da UFRJ, "eu aponto a lua e muitos só olham meu dedo". Olhamos um dedo que nos aponta não uma falsa lua de papel, mas o caminho da transformação da nossa universidade, patrimônio e construção coletiva de tantas gerações, em uma universidade "escolão", que manterá, por um tempo, alguns núcleos de excelência, sustentados pela Petrobrás, que, na sua ótica empresarial, aposta em desenvolvimento de tecnologia, e não no desenvolvimento de pesquisa científica.

Nós, copiadores de tantos modelos bushianos, nos esquecemos de olhar as páginas do Ministério de Defesa americano e seus projeto avançados, que recomendam uma massiva política de investimento e financiamento ordenado em pesquisa fundamental. Mas é isso mesmo: o trabalho subalterno fica com a periferia.

Não fora este receituário míope, não teríamos interrompido por trinta anos nossa pesquisa em biodiesel e em alcoolquímica

E assim, junto da constrangedora e individualista corrida por projetos, única forma de financiar nossas pesquisas, assistimos à transformação de salas de aulas em laboratórios, à falta de tempo crescente dos professores e ao inchamento das turmas de ensino básico

Será que nossos reitores e diretores já experimentaram o terrível e frustrante desafio de recuperar alunos com enormes deficiências básicas em turmas de 60 e 70 alunos?

Nossa UFRJ caminha para a precarização do ensino de graduação e se especializa em cursos de pós-graduação. Inúmeros cursos pagos que povoam nossas manhãs de sábados e boas pós-graduções ainda gratuitas, onde bolsas permanentemente defasadas e a falta de assistência estudantil impossibilitam e inviabilizam a permanência de muitos alunos.

E assim caminhamos para nossa "reestruturação", usando espertamente um método de análise compartimentado para não

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** José Simões **1º Vice-Presidente:** Vera Salim **2º Vice-Presidente:** Sara Granemann **1º Secretário:** Ricardo Kubrusly **2º Secretário:** Salatiel Menezes **1º Tesoureiro:** Raphael de Haro **2º Tesoureiro:** Fernando Marinho CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Matemática:** Tatiana Roque - Titular; Luis Paulo Vieira Braga - Titular, Nelson Quilula Vasconcelos - Suplente; **Escola de Serviço Social:** Janete Luzia Leite - Titular; Lenise Lima Fernandes - Titular; Luiz Acosta Acosta - Suplente; Mavi Pacheco Rodrigues - Suplente; **Instituto de Psicologia:** Fernanda Glória Bruno - Titular; **Faculdade de Educação:** Jailson Alves dos Santos - Titular; Roberto Leher - Titular; **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Walcyr de O. Barros - Titular; Elen M. de S.Castelo Branco - Titular; Claudia Regina G. C. dos Santos - Suplente; Liane Gack Ghelman - Suplente; **IESC:** Regina Helena Simões Barbosa - Titular; **Escola de Educação Física e Desportos:** Leandro Nogueira Salgado Filho - Titular; Elizabeth Lugão - Titular; **Escola Politécnica:** José Miguel Bendrao Saldanha - Titular; José Henrique Erthal Sanglard - Titular; **COPPE:** Carlos Roberto Strauss Vieira - Titular **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails Adufrj:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **E-mail Redação:** comunica@adufrj.org.br **E-mail da Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **E-mail do Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

mostrar a extensão do desmonte.

Projetos de modernização e "adequação à ordem mundial", comprometidos com a simples formação de um enorme exército de reserva descartável de jovens com conhecimentos generalistas, mas "capacitados a uma mobilidade pelas diversas universidades do país", mesmo que não consigam nem ao menos transpor a Linha Vermelha.

Assim nos perpetuamos na periferia do capitalismo, já que nossos dirigentes há muito desistiram de procurar caminhos discordantes do pensamento único neoliberal, optando por uma reinvenção tardia, anacrônica, de um desenvolvimentismo terceiro- mundista... em tempos de neoliberalismo!

Mas os agentes da barabárie querem mais, querem tudo. Querem terra arrasada. É preciso, pensam, destruir as idéias e a memória destas idéias. Seu novo projeto é a destruição do histórico *campus* da Praia Vermelha, que seria transformado em "terrenos" disponíveis para lucrativos empreedimentos privados, comerciais.

Destruição da nossa história, afastamento e isolamento da universidade: projeto que remonta aos acordos MEC-USAID, à ditadura militar. Quem não se lembra da demolição da Faculdade de Medicina?

Mas a Reitoria insiste em se dizer de esquerda. E Lula..., Lula não passa de uma trista caricatura de si mesmo.

Foi, pois, neste dificil cenário que nos coube a a tarefa de resistir a estes senhores aquartelados no governo, no MEC e na Reitoria.

Vencemos a eleição da ADUFRJ, contra um chapa governista.

Resistimos praticamente isolados, posto que sabidamente a ideologia dominante é mais forte especialmente quando semeia alienação e se repartem substanciosas migalhas financeiras e de poder.

Resistimos combatendo um combate cotidiano contra a deterioração das nossas condições de trabalho, contra o desmantelamento da nossa carreira, e contra a diminuição crescente de nossos salários, aliás, já há vários anos sem reposição de perdas.

Lutamos contra reforma universitária, pela reposição salarial, contra a criação da carreira de professor associado (uma figura criada como contraproposta à nossa campanha salarial), contra o demagógico modelo "Universidade Nova", contra o Reuni, contra o PDE contra o PRE, cortina de fumaça para implantação dissimulada do REUNI.

Fomos vozes isoladas no CONSUNI em defesa do tempo de serviço de nossos colegas, jogados na lata do lixo com a implantação da carreira de associado, e na defesa dos estudantes que corajosamente denunciaram a falta de políticas de assistência estudantil dentro da UFRJ e os desmandos em diversas unidades.

Acompanhamos o movimento de Reconstrução da Faculdade de Letras e com ele nos solidarizamos. Apoiamos o Movimento Estudantil na sua luta contra cursos pagos e na defesa da intregridade física de seus representantes quando tiveram que responder a processos e inquéritos policiais motivados por mobilizações contra diretores de unidades da UFRJ.

Acompanhamos também a tumultuada e truculenta eleição do DCE, motivadas pelo enorme interesse do governo Lula e da UNE em reconquistar a hegemonia perdida na UFRJ.

Internamente procuramos ampliar, com dificuldades, as bases da ADUFRJ, conclamando a uma participação mais ativa do Conselho de Representantes.

Modificamos a linha editorial do nosso jornal, tornando-o mais crítico e opinativo, sem deixar de garantir espaço para todos os sindicalizados que desejassem registrar opiniões divergentes .

Nos coube ainda a satisfação de sermos porta-vozes de expressivas vitórias judiciais como a obtenção da GED integral para os aposentados e do Fundo de Garantia.

Vitória que materializa uma correta e conseqüente política de continuidade do eficiente trabalho de nossa assessoria jurídica, modelo e referência para todo o movimento sindical.

Identificando a falência do governo Lula e o nefasto papel da CUT e da UNE nos dedicamos também à necessária tarefa de reorganização da classe trabalhadora e participamos da discussão e criação de uma nova organização para os trabalhadores e para os estudantes. Assim, participamos das trabalhosas e difíceis discussões para criação da Conlutas e defendemos e apoiamos a criação da Conlute.

Nesta luta política, a ADUFRJ foi voz isolada em vários momentos. Não foi diferente na reconstrução do movimento sindical.

Na tarefa de reorganização e mobilização da classe trabalhadora, fomos contrários à organização de movimentos de massa onde propostas de unidade da esquerda se materializaram em frentes com marcos rebaixados que vão contra nosso compromisso maior: a defesa e independência ideológica da classe trabalhadora.

Fomos vozes isoladas também dentro do ANDES, um dos protagonistas e defensores de conciliadores atos unificados com a CUT e a UNE. Os resultados danosos disso já apareceram: a CUT ganha sobrevida e a UNE aparece ainda para grande maioria como a representante do ME.

Nosso papel de vanguarda exige que uma correta análise de conjuntura se transforme em prática política conseqüente.

Foi isto que fizemos.

Não à escolha do caminho da conciliação de classes!

Sim ao papel de reconstrução independente da organização da classe trabalhadora, sem políticas de esperteza de entrismos e de acobertamento de nossos propósitos! Como bem recomenda o "Manifesto", os comunistas não escondem seus propósitos e há muito a esquerda brasileira já deveria ter aprendido que o caminho do reformismo e da conciliação com a burguesia não nos retira do atraso e não promove a organização da classe trabalhadora como uma força autônoma e independente.

Finalmente nos cabe até o último dia da gestão denunciar a clara identificação da Reitoria com o governo Lula e a transformação da UFRJ num laboratório privilegiado deste governo, que, não conseguindo autoritariamente impor seu modelo, monta um teatro democrático de intermináveis monólogos, chamados de "audiências públicas" em fraudulenta substituição ao prometido debate quando da mobilização estudantil que resultou na ocupação da reitoria.

Não fizemos nossos sucessores na nova diretoria da ADUFRJ. Nos separa a concepção dos limites da luta sindical, da forma de organização sindical, dos encaminhamentos da luta, das frentes de luta e dos objetivos e formas de organização da classe trabalhadora e do movimento estudantil

Nos une, certamente, a defesa da universidade pública brasileira.

Aos estudantes :

Cabe a nós resgatar o verdadeiro espírito de rebeldia revolucionária, como em 1968. Que se faça presente o exemplo do Che nestes 40 anos da sua morte. Que se faça presente, igualmente, o 90° aniversário da Revolução Russa.

Estes, os exemplos a seguir. Nada é impossível mudar. Vale a pena sonhar.

---

*Diretores da Adufrj-SSind - Vera Salim; José Simões; Ricardo Kubrusly

Opinião

O Beco

Que importa a paisagem, a Glória,
a baía, a linha do horizonte?

- O que eu vejo é o beco.

Manuel Bandeira

Ricardo Kubrusly*

Quando a palavra encontra o seu caminho, os ponteiros se aquietam, o agora espera paciente a sua hora, pois tudo é futuro e é o que nos sobra e é o que nos basta. Os nomes de deus colapsam no nada e a história é a hora da história.

Ela era jovem, vestia calças azuis e camisa solta de seda cor de rosa. As cores que hoje conhecemos, começaram a aparecer com suas roupas engraçadas. Tinha olhos de onça e bocas de cobra. Estava de pé, olhando... orelhas de ouvir o mundo e trazia uma mochila de couro vermelha, com seus pertences, amarrada a seu corpo de esperas. Era igual a gente saltou no deserto do nada, de um trem de estrelas infinitas, era uma mulher jovem que voava os acontecimentos. De sua mochila derramavam-se luzes como cachoeiras.

Em cartas, o tempo tem outra dimensão. O hoje que te escrevo é um amanhã incerto, os segundos se alongam na duração do entendimento. Dois anos se passaram, e se não eram cartas que te escrevia quase toda semana, pois não me respondias, eram palavras e eu te dei as palavras que tinha juntas com os pontos de vista, ou o que deles percebia, que visitava, em cada idéia, em cada pensamento. As esperanças que escrevi não eram minhas, eram nossas, como não eram minhas a coragem e as palavras que as carregavam. Meus, talvez o medo e a covardia que camuflava entre os arranjos das palavras, a vaidade e seus espelhos de verbos.

Somos, nesses tempos sem delicadezas, um conflito complexo de lógicas. Se de um lado vive-se a vitória do egoísmo na brutalidade umbilical de um só destino e a conseqüente aparente derrota dos ideais e suas construções coletivas, vivemos também milhões de idéias diferentes com seus sonhos suas estratégias e suas lutas particulares. Longe de estarmos cooptados ou alijados de um processo perverso da construção de unanimidades, caminhamos por entre os labirintos lógicos que as palavras-idéias-ações nos reservam e de toda maneira subterrânea e aérea que o infinito e suas possibilidades nos habilitam, vemos quão falsos são os fundamentos inexoráveis de nossas desesperanças.

Lentamente, pelos becos, com medo, mas com coragem, percebemos a truculência autoritária e a fragilidade histérica dos pilares-mitos da modernidade e do frenético pós tudo em que ela se nos apresenta hoje. A democracia e suas bombas aniquiladoras e contraditórias, a alardeada liberdade dos mesmos sobre a invisibilidade silenciosa dos trabalhadores. Lentamente, pelos becos, com medo, mas com coragem, percebemos a palavra oca da demagogia dominante, o diversionismo verde e suas histórias de meios números e suas meias verdades interesseiras, a massificação criminosa de novos artefatos, seus conceitos e suas roupagens científicas. A hipervalorização do útil e a volatilidade de seus valores. Vemos anjos eletrônicos em missões capitalistas, vemos suas asas invisíveis, seus mísseis a deslizar, como setas sobre a tela luminosa, vemos seus quanta dispersos pelas palavras fáceis dos guardiães da modernidade.

Se o mar acolhe indistintamente, todos os seus rios, cabe ao rio ser a água que caminha. Pelos subterrâneos dos becos, onde as verdades surgem do sangue desejo vermelho que nos possibilita, o coletivo é a água que caminha, pelos ares raros, num trem de estrelas infinitas, o coletivo, montado em suas motocicletas voadoras, é a água que caminha. E se não somos muitos, já não somos poucos e não somos eles, não estamos com eles, os senhores dos acontecimentos e nem somos seus derrotados.

Dois anos se passaram e essas crônicas-cartas, foram o que pude trazer para os meus colegas e alguns outros leitores que percebiam ser o jornal da AdUFRJ uma voz que luta por uma universidade não apenas diferente, mas melhor, protagonista revolucionária de um país em movimento. Refletimos juntos e seguimos caminhos diferentes, que como rios, pelos becos, vão construindo nossos desejos de todas as cores vermelho de um destino coletivo e socialmente justo.

Quando a palavra encontra o seu caminho éramos jovens, tínhamos os olhos da onça e ... orelhas de ouvir o mundo. Trazíamos uma esperança vermelha, éramos iguais a gente, saltamos no deserto do nada, voávamos os acontecimentos e derramávamos luzes como cachoeiras.

*Diretor da Adufrj-SSind

Anote

Tropa de elite

O Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ promove projeção do polêmico filme “Tropa de Elite”, seguida de debate com os autores do livro *Elite da Tropa* – Luiz Eduardo Soares, Rodrigo Pimentel e André Batista e com o diretor do filme José Padilha. O evento começa às 18h30, no Salão Pedro Calmon. A entrada é franca.

Arte contemporânea

O Fórum de Ciência e Cultura recebe o artista plástico Daniel Senise como convidado da palestra “O que é Arte Contemporânea?”. Senise falará sobre o processo de criação, os trabalhos e a experiência nas diversas mostras que tem realizado no Brasil e exterior. O encontro acontece nessa sexta-feira, 19 de outubro, às 13h, no Salão Moniz de Aragão. A entrada é franca.

Diversidade Sexual na UFRJ

A UFRJ ficará mais diversa do dia 23 a 26 de outubro. O salão Moniz de Aragão do Fórum de Ciência e Cultura receberá a II Semana de Diversidade Sexual da UFRJ, a partir das 14h. O evento, que é uma realização do Programa de Educação Tutorial da Escola de Comunicação (PET-ECO), discutirá as novas formas de conjugalidade humana, sob as mais diversas perspectivas. Estarão no encontro os professores Luiz Mott (UFBA), Denílson Lopes Silva, Ilana Strozenberg; entre outros. Inscrições gratuitas no *site* www.eco.ufrj.br/diversidade

Adufrj-SSind

Prestação de contas 2005-2007

A presente prestação de contas foi apresentada ao Conselho de Representantes em 15 de outubro e será submetida à apreciação e deliberação de nossa última Assembléia Geral, em 17 de outubro de 2007

Estamos divulgando nesta edição do Jornal da Adufrj a prestação de contas do período da gestão 2005-2007. Inicialmente relembramos que há vários anos as contas da Adufrj-SSind possuem dois registros básicos e independentes: o primeiro é feito por nossa Tesouraria e o segundo registro é feito por um contador que verifica toda a documentação e lavra um livro-caixa. O registro contábil segue o exercício fiscal que vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano. Como as eleições da Adufrj ocorrem sempre no mês de outubro dos anos ímpares, o exercício fiscal desses anos é coberto por duas diretorias diferentes. Nesta prestação de contas, priorizamos a exposição das despesas durante a atual gestão, de 18/10/2005 a 17/10/2007. Para que fosse possível a publicação nesta edição, o fechamento da prestação de contas foi feito no dia 09 de outubro de 2007, permitindo que toda a arrecadação durante nossa gestão fosse incluída. As despesas maiores do início de outubro, repasse ao ANDES-SN, jurídico e salários também foram incluídas, faltando apenas as despesas menores da última semana da gestão 2005-2007.

Fluxo de caixa

RECEITAS	De 18/10/2005 a 17/10/2006	De 18/10/2006 a 9/10/2007
Contribuições de sindicalizados	R$ 2.006.323,80	R$ 2.225.829,88
Repasses ao Andes-SN	(R$ 501.569,51)	(R$ 557.310,55)
Repasses à Conlutas		(R$ 15.390,39)
Total Contrib. de sindicalizados	R$ 1.504.754,29	R$ 1.653.128,94
Rendimentos Financeiros e outras receitas	R$ 55.975,82	R$ 122.416,04
TOTAL	**R$ 1.532.742,20**	**R$ 1.716.455,62**

DESPESAS	De 18/10/2005 a 17/10/2006	De 18/10/2006 a 9/10/2007
Pessoal	R$ 390.513,53	R$ 405.231,49
Encargos Sociais	R$ 114.994,09	R$ 121.595,08
Serviços de Autônomos	R$ 32.973,83	R$ 45.765,74
Correio	R$ 161.243,55	R$ 195.266,15
Telecomunicações	R$ 16.273,32	R$ 15.764,89
Mídia	R$ 800,00	R$ 768,00
Publicações	R$ 5.358,16	R$ 4.814,08
Serviços Gráficos	R$ 83.768,83	R$ 103.662,70
Suprimentos	R$ 52.068,25	R$ 50.326,78
Transporte Urbano	R$ 23.778,12	R$ 22.836,14
Transporte Interurbano	R$ 51.529,74	R$ 69.548,57
Alimentação	R$ 18.756,29	R$ 20.437,34
Hospedagem	R$ 19.024,71	R$ 19.472,28
Outros Serviços	R$ 5.800,00	R$ 4.226,00
Serviços bancários	R$ 947,86	R$ 942,55
Serviços de Cartórios	R$ 703,05	R$ 465,57
Serviços Contábeis	R$ 28.407,60	R$ 30.290,00
Serviços Jurídicos	R$ 169.323,66	R$ 168.318,29
Impostos, taxas e contrib	R$ 10.519,43	R$ 11.534,71
Multas e juros de mora	R$ 7,48	R$ 3,04
Fundos, Campanhas e Comissões	R$ 32.624,60	R$ 26.684,82
Contribuições a entidades	R$ 3.132,00	R$ 6.791,00
Bens Duráveis	R$ 16.921,57	R$ 23.144,06
Manutenção e reparos	R$ 6.511,47	R$ 6.685,89
Rateios Congresso e Conad	R$ 13.704,33	R$ 15.068,41
TOTAL DESPESAS	**R$ 1.259.685,47**	**R$ 1.369.643,58**
RENDIMENTO MENOS DESPESAS	**R$ 273.056,73**	**R$ 346.812,04**

Conta	Saldo em 18/10/05	Saldo em 09/10/2007
Caixa	R$ 1.914,30	R$ 1.098,40
Bancos - Conta-corrente	R$ 65.730,41	R$ 150.945,68
Aplicações Financeiras	R$ 112.360,75	R$ 645.340,22
Total	**R$ 180.005,46**	**R$ 797.384,30**

Internacional

Artista desconhecido - Liberdade! Igualdade! Fraternidade! Postal Odessa - 1917

1917 A Grande Revolução Russa

Em tempos de arranjos e rearranjos de composições e alianças suspeitas, é sempre bom lembrar o exemplo da revolução russa. O caminho é o da luta incansável, a vitória está na certeza do caminho traçado, percorrido e a percorrer. Quando os espaços se atravancam são sempre os radicais e nunca os reformistas os que rompem as barreiras e constroem o novo. Relembrar a revolução russa é relembrar ao mesmo tempo do passado que nos ensina e do futuro que nos chama aos gritos. Quando tudo parece distante e perdido, quando o cansaço chama o desânimo e os conchavos se alastram feito pragas entre os companheiros, chamemos a luta incansável, pois é com ela, sem arranjos e rearranjos, que romperemos o intransponível e construiremos o novo.

Cronologia da Revolução

1861 – O czar Alexandre II abole a servidão no Império Russo.

1881 - Assassinato de Alexandre II por militantes "narodnik".

1887 - Atentado contra o czar Alexandre III. Envolvido na ação, o "narodnik" Alexandre Ulyanov, irmão de Lênin, é enforcado.

1898 – Fundação do Partido Operário Social-Democrata (POSDR).

1903 – Em seu Segundo Congresso, o POSDR divide-se nas alas bolchevique e menchevique.

1904 – Guerra russo-japonesa

1905 – No Domingo Vermelho (janeiro), uma manifestação pacífica em São Petersburgo é massacrada pelas tropas. É o início da Revolução de 1905, marcada pela formação de sovietes (conselhos operários).
- Término da guerra russo-japonesa (setembro), com a derrota czarista.
Greve geral (outubro). Prisão dos integranges do Soviete de Petrogrado (dezembro).

1912 - Ruptura definitiva entre bolcheviques e mencheviques.

1914 - Primeira Guerra Mundial.

1915 - Reunião em Zimmerwald, na Suíça, dos internacionalistas contrários à guerra.

1917 - Revolução de Fevereiro
- Greves e manifestações de mulheres em Petrogrado desdobram-se em gigantescas mobilizações. Tomada do Palácio de Inverno e do arsenal de Petrogrado. Ressurgem os sovietes operários.
- Abdicação do czar. Formação do primeiro governo provisório (março).
- Lênin retorna à Rússia e lança as Teses de Abril.
- Retorno de Trotsky à Rússia (maio).
- Formação do segundo governo provisório.
- I Congresso Panrusso dos Sovietes (junho).
- Jornadas de julho, manifestações contra o governo provisório, que passa a ser chefiado por Alexandre Kerenski. Trotsky e Kamenev são presos. Lênin se refugia na Finlândia. VI Congresso do Partido Bolchevique. Trotsky e seu grupo ingressam no partido de Lênin.
- Tentativa fracassada de golpe de Estado organizado pelo general Kornilov (agosto).
- Trotsky deixa a prisão
- Trotsky é eleito presidente do Soviete de Petrogrado (setembro).

"Não se pode esperar! Não se pode perder!... A história não perdoa as demoras de revolucionários que poderão vencer hoje (e que vencerão certamente hoje), mas que se arriscam a perder muito amanhã, a perder tudo. Tomando o poder hoje, nós não o tomamos contra os sovietes, mas para eles..." Lênin em carta ao Comitê Central, em 6 de novembro de 1917, quando "exortava apaixonadamente a prender o Governo naquela tarde mesmo, naquela noite mesmo, e tomar o poder imediatamente" (Reed, J. Os dez dias que abalaram o mundo)

Revolução de Outubro

- O Comitê Central bolchevique vota pela insurreição (dia 10).
- Kerenski ordena a transferência das tropas de Petrogrado para o front, mas Trotsky as conserva na capital (dia 16).
- Kerenski ordena a repressão ao Soviete de Petrogrado e ao Partido Bolchevique (dia 24).
- Em nome dos sovietes, a Guarda Vermelha ocupa os pontos estratégicos da capital (dia 25). Início do II Congresso Panrusso dos Sovietes, que aprova a insurreição e o recém-formado Governo dos Comissários do Povo.

1918 - Eleita em novembro de 1917, a Assembléia Constituinte reúne-se em 5 de janeiro e é dissolvida no dia seguinte. Criação do Exército Vermelho (dia 15).
- Assinatura do tratado de Brest-Litovsk entre a Rússia e a Alemanha (março).
Moscou torna-se capital da Rússia.
- Constituição da República Socialista Federativa da Rússia (julho). Execução do ex-czar Nicolau II e de sua família.
- Lênin é ferido num atentado (agosto).

1919 - O Exército Vermelho combate os soldados de Koltchak, Yudenich, Denikin e Wrangel. Tropas estrangeiras desembarcam na Rússia, em apoio aos "brancos". Guerra entre soviéticos e poloneses.
- Fundação da III Internacional (Internacional Comunista), em março.

1920 - O Exército Vermelho é derrotado perto de Varsóvia (agosto).

1921 - Início da Nova Política Econômica (NEP).
- Rebelião dos marinheiros de Kronstadt, esmagada pelo governo soviético.
1922 - Organização da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

"A Revolução russa de 1917 foi um momento decisivo na história, e bem pode ser considerada por historiadores futuros como o maior acontecimento do século XX. Como a Revolução Francesa, continuará a polarizar a opinião por longo tempo, sendo saudada por uns como um marco na emancipação da humanidade em relação à opressão do passado, e denunciada por outros como um crime e um desastre. Ela constituiu o primeiro desafio claro ao sistema capitalista, que atingira seu ponto culminante na Europa em fins do século XIX. Sua ocorrência, no auge da Primeira Guerra Mundial, e em parte em conseqüência dela, foi mais do que uma coincidência. A guerra desfechara um golpe mortal na ordem capitalista internacional, tal como existia antes de 1914, e revelara sua instabilidade inerente. A revolução pode ser considerada, ao mesmo tempo, como uma conseqüência e uma causa do declínio do capitalismo."

"Foi um movimento inspirado por uma onda de entusiasmo imenso e por visões utópicas da emancipação da humanidade das cadeias de um poder distante e despótico. Para esse movimento eram inúteis os princípios ocidentais de democracia parlamentar e governo constitucional, proclamados pelo Governo Provisório. A noção de autoridade centralizada foi rejeitada tacitamente. Os Sovietes locais de trabalhadores ou camponeses surgiram por toda a Rússia. Algumas cidades e distritos declararam-se repúblicas soviéticas. Comissões de trabalhadores, nas fábricas, reivindicaram o exercício exclusivo da autoridade, em sua área. Os camponeses ocuparam as terras e as dividiram entre si. E tudo mais foi obscurecido pela exigência de paz, de um fim aos horrores de uma guerra sangrenta e insensata."

"Tinha sido fácil para os bolcheviques derrubar o vacilante Governo Provisório. Colocar-se no seu lugar, estabelecer o controle efetivo do caos que se havia generalizado pelo vasto território do antigo Império Russo, e criar uma nova ordem social voltada para as aspirações das massas de trabalhadores e camponeses que tinha visto nos bolcheviques seus salvadores e libertadores, era uma tarefa muito mais formidável e complexa."

Trechos extraídos do livro "A Revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929). E. H. Carr, com tradução de Waltensir Dutra. Zahar Editores.

"Cidadãos da Rússia.
O governo Provisório foi deposto. O poder passou para as mãos do Comitê Militar Revolucionário, órgão soviete dos Deputados Operários e Soldados de Petrogado, que está à frente do proletariado e da guarnição de Petrogrado.
O povo pegou em armas para lutar pela proposta imediata de uma paz democrática, pela abolição da propriedade agrária, pelo controle da produção pelos trabalhadores, pela criação de um Governo Soviético. A causa do povo, encarnada nesses princípios, triunfou definitivamente.

VIVA A REVOLUÇÃO DOS OPERÁRIOS, DOS SOLDADOS E DOS CAMPONESES

O Comitê Militar Revolucionário do Soviete dos Deputados Operários e
Soldados de Petrogrado"

(trechos de um manifesto da revolução, Reed, J. Os dez dias que abalaram o mundo)

S. Tchekhonine. Ilustração para o livro de John Redd "dez Dias que abalaram o mundo", anos 20

O célebre cartaz de D. Moor "Já te inscreveste como volutário?" 1920

Opinião

Mitos do (sub)financiamento educacional, o Decreto Reuni e o PRE-UFRJ

***Leandro Nogueira**

Na segunda quinzena do último mês de setembro, passou quase desapercebida por parte da grande imprensa brasileira, a divulgação de um importante relatório internacional sobre a questão educacional, o *Education at a Glance 2007*, algo como *Educação em um Rápido Olhar*, elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, organismo multilateral que congrega cerca de trinta países, e cuja principal missão consiste no aprofundamento da democracia e na formulação de políticas públicas que se prestem à cooperação e ao desenvolvimento econômico das nações que o integram.

O Brasil não faz parte da OCDE, mas por ser considerado um importante parceiro econômico, teve também os dados do seu sistema educacional incluídos no referido relatório.

Lamentavelmente porém, a partir da análise dos números brasileiros assinalados no citado relatório, os quais não foram rebatidos ou sequer debatidos pelas nossas autoridades políticas, desponta a inevitável interpretação de que os investimentos em educação no Brasil encontram-se muito aquém do necessário, quando cotejados com a média dos países da OCDE, além de claramente insuficientes para o enfrentamento de nossas históricas demandas no setor

Na página 194 do relatório de 451 laudas, disponibilizado gratuitamente em, www.oecd.org, temos a informação de que no período 1994-2005, o Brasil investiu apenas a média de 3,9% do seu PIB em educação, somando-se os aportes públicos e privados para todo o seu sistema de ensino, do nível fundamental à universidade, contra a média de 6,2% do PIB, contabilizada para a mesma finalidade entre os países da OCDE.

Tem início com essa informação a queda do primeiro mito repetido *ad nauseam* nas parolagens dos "especialistas" que se arvoram em autoridades acerca do financiamento educacional: o de que o Brasil investe em educação um percentual do seu PIB proporcionalmente igual ao investido pelos países desenvolvidos.

Segundo o *Education at a Glance*, Coréia do Sul, Dinamarca, Estados Unidos e mesmo a pequena Islândia, investem mais de 7% de seus PIBs em educação. De acordo com o mesmo relatório, Nova Zelândia e Suécia investem mais de 6,5% de seus PIBs, em prol da mesma finalidade (pp. 194-197).

Mas a dança dos números percentuais relativos aos PIBs nacionais não é suficiente para que seja apreendida a totalidade do infortúnio político, que decreta a escassez dos recursos destinados ao financiamento do sistema educacional brasileiro.

Ao cotejarmos os números entre o Brasil e a França, por exemplo, verificamos que no período compreendido pelo relatório da OCDE, o país europeu investiu cerca de 6% do seu PIB em educação. Ocorre, entretanto, que em 2004, apenas para citar um dos anos analisados, a França contabilizava um PIB superior a 2 trilhões de dólares, para uma população com pouco mais de 60 milhões de habitantes. No mesmo ano, o Brasil sequer investiu 4% do seu PIB, então inferior a 600 bilhões de doláres, para uma população que já contabilizava mais de 180 milhões de habitantes.

Cai também dessa forma outro mito, nos últimos anos bastante recorrente, de que os investimentos em educação no Brasil são elevados, porém, muito mal empregados. A partir dessa falaciosa premissa, peruadas dos especialistas de aluguel têm vaticinado a necessidade dos chamados "choques de gestão", que visariam, segundo eles, a indefectível "racionalização dos recursos" no setor da educação.

Sabemos, entretanto, que os tais choques de gestão não vão coibir a corrupção política e endêmica que também assola o sistema educacional, e é responsável entre outros efeitos deletérios, pela transferência de recursos públicos para incontáveis ONGs, para o famélico PROUNI e pela espúria ingerência de deputados e vereadores, que se verifica cotidianamente sobre a administração escolar pública em todo o país.

Com efeito, a pretensa racionalização dos choques de gestão, visa apenas a intensificação radical do trabalho docente e dos demais trabalhadores educacionais, no contexto da inaceitável escassez dos recursos orçamentários necessários ao atendimento do aluno.

Por último, mas não menos importante, o relatório da OCDE nos informa também, que no ensino superior o Brasil investe apenas 0,7% do seu PIB. Nesse âmbito da educação, vale mencionar, os Estados Unidos destinam 2,9% do PIB no ensino superior, para o aporte de 7,4% da soma de todas as riquezas do país investidas em educação. Já na Coréia do Sul, o percentual reservado para o ensino superior é de 2,3%, em meio ao investimento total em educação, da ordem de 7,2% do PIB.

Cai assim o terceiro e último mito, acerca do qual o ensino superior no Brasil, especialmente o público, seria contemplado com notável deferência orçamentária, em detrimento do adequado financiamento para a educacão básica.

Ainda assim, mesmo em meio a toda conjuntura de subfinanciamento, e por que não dizer, de sonegação dos recursos necessários ao sistema educacional brasileiro, que como o já exposto, também aflige dramaticamente o ensino superior, o Presidente da República decidiu promulgar em 24 de abril de 2007, o inacreditável Decreto nº 6096, vulgo REUNI, especialmente para as universidades federais brasileiras.

Um dos aspectos mais lamentáveis acerca do REUNI decorre do fato de ele não ser uma política pública, de Estado ou de Governo, construída socialmente para todo o sistema do ensino superior, tratando-se apenas e lamentavelmente, de um sectário e obscuro decreto.

Nunca será demais lembrar, que do ponto de vista político, decretos representam uma excrescência para o processo de afirmação dos regimes democráticos, assim como as chamadas medidas provisórias, exatamente por serem determinações emanadas do chefe do Estado, ou de outra autoridade superior, freqüentemente publicadas para o atendimento dos desígnios particulares das camarilhas vinculadas ao poder. Não por outro motivo, decretos são instrumentos políticos primordiais para os ditadores de todas as épocas e latitudes.

Com efeito, não obstante a sua menoridade política enquanto decreto, o inacreditável REUNI é uma medida sectária por seu caráter impositivo sobre um dos segmentos do ensino superior, no caso o das universidades federais, enquanto todo o subsistema da educação universitária ainda se ressente da elaboração de uma substantiva política para a sua efetiva democratização, sistematicamente obstada pela expansão mercantilista do ensino superior privado, que já em 1980 detinha 64,26% do total de 1.377.286 matrículas, contra 35,74% das matrículas nas instituições públicas. Naquele mesmo ano, as instituições federais de ensino superior (IFES) respondiam por uma parcela de quase (e apenas!) 24% do total de matrículas.

Em 2004, após um período histórico que compreendeu a Anistia Política, o final da ditadura militar, o advento da Nova República, a Constituinte de 88, a impostura collorida, a privataria tucano-pefelista e os dois primeiros anos do governo Lula, o total de matrículas no ensino superior, segundo o INEP, aumentou para 4.163.733. Nesse montante, as matrículas dos alunos em instituições privadas subiram para 71,70%, enquanto que as matrículas nas instituições públicas encolheram para o percentual de aproximadamente 28,30%. Nas IFES, um quarto de século após o recrudescimento das lutas pela democratização social, o percentual de matrículas terminou por decrescer para 19, 24%.

Mas além de sectário, o inacreditável REUNI é fundamentalmente obscuro, na medida em que tenta se apropriar das teses democraticamente debatidas pelo movimento docente, para elaborar um discurso com aparente conveniência social, que entretanto não consegue disfarçar os seus propósitos de massificação e demolição acadêmica das universidades federais, transformando-as em escolões pós-secundários, destinadas a tapar o buraco criado pela falência da educação básica, já que passariam a oferecer cursos de graduação em coisa alguma, também chamados de "não voltados à profissionalização precoce e especializada", bacharelados interdisciplinares, bacharelados genéricos etc.

Como desgraça pouca é bobagem, as diretrizes do decreto presidencial, que incluem a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno, deverão ser atendidas "pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais."

Na prática, isso significa que o quadro de subfinanciamento das universidades federais será agravado, caso elas tenham mesmo de cumprir a imposição presidencial, uma vez que não há a menor garantia da adequada dotação orçamentária, o que alias está expresso no parágrafo terceiro, Art.3ª do REUNI, o qual estabelece que " o atendimento dos planos é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do Ministério da Educação."

Ficam implícitos igualmente o escopo de intensificação do trabalho docente, já que o melhor aproveitamento de recursos humanos sugere a existência de alta ociosidade entre os professores, enquanto que o melhor aproveitamento da estrutura física premedita a superlotação de turmas para os cursos de graduação sem formação, o populismo acadêmico com o qual se pretende o "aumento de vagas de ingresso".

Retornando ao *Education at a Glance 2007*, vale ainda destacar, que um dos achados mais importantes do relatório da OCDE, indica que é cada vez mais estreita a correspondência da substantiva formação universitária, com o sucesso no mercado de trabalho e como fator de proteção contra desemprego, o que torna ainda mais obscurantista e inconseqüente o Decreto REUNI.

Contudo, não obstante a sua flagrante impropriedade acadêmica e social, o inacreditável REUNI, embora majoritariamente rejeitado por professores e estudantes em todo o país, encontrou surpreendente acolhimento entre setores dirigentes da UFRJ, com destaque maior para a sua Reitoria, que não apenas publicou uma cartilha com frágil consistência acadêmica e à reboque de sua promulgação, "A Universidade Necessária: o PRE-UFRJ 2008-2012", como ainda tem se empenhado sobremaneira para a sua implementação, a despeito de sequer haver concluído o seu PDI.

Lamentavelmente porém, o processo de debates sobre o PRE-UFRJ tem sido preterido em favor de audiências públicas, eventos que no máximo testemunham a rejeição majoritária da comunidade acadêmica à sua implantação, mas que servem fundamentalmente para que a Reitoria anuncie a sua iminente aprovação no dia 18 de outubro próximo, através de deliberação do Consuni em sessão extraordinária.

Sob um encaminhamento que portanto simula a tramitação democrática e põe de lado a vocação acadêmica para a discussão e a reflexão, a Reitoria ruma resoluta para a renúncia da autonomia universitária, em favor de um obscuro decreto governista e em estado de claro conflito com sua própria comunidade acadêmica.

Não necessitávamos desse tipo de embate e a Universidade Necessária não emergirá de um plano de reestruturação e expansão, que já nasce contaminado pela menoridade de uma concepção de educação universitária, que baixada por decreto, sequer foi premeditada para todo o sistema de ensino superior do país.

A partir de considerações pouco consistentes sobre temas como fragmentação acadêmica, escolha precoce, acesso ao ensino superior, cursos de terminalidade breve e racionalização de atividades/maximização dos resultados (entronização do taylorismo acadêmico?), além do tácito conformismo frente ao crônico quadro de subfinanciamento das IFES, e da mais completa alienação acerca da falência da educação básica, a Reitoria encerrada no seu PRE-UFRJ, ameaça mergulhar a universidade que pretende reestruturar, em uma crise de credibilidade sem precedentes.

Uma crise que nascerá do descrédito e da perda de legitimidade social, para com uma instituição promotora de simulacros da graduação universitária. Porque se for possível postular a existência de um consenso sobre ensino superior entre todas as classes sociais que habitam a intolerável desigualdade brasileira, provavelmente ele remeterá à necessidade de uma universdade pública e autônoma, contemplada constitucionalmente com os necessários recursos para a promoção do ensino e da formação da mais alta qualidade para todos os estudantes que nela ingressarem.

*Professor da EEFD e Conselheiro da Adufrj-SSind

Opinião

Os representantes dos professores nos colegiados superiores devem votar em conformidade com a vontade dos que representam!

No dia 18 de outubro, em sessão extraordinária, o Conselho Universitário da UFRJ se posicionará sobre o PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA UFRJ. O referido Programa, organizado pela reitoria como proposta de adesão ao REUNI (decreto 6069/07), foi apresentado em audiências públicas na UFRJ e, majoritariamente, foi criticado pelo conjunto da comunidade universitária que segue reivindicando o aprofundamento do debate sobre as implicações do REUNI para o futuro da universidade pública, tal como conceituada pelo Art. 20 da Constituição Federal. Em virtude da importância da matéria consideramos que os representantes dos professores nos colegiados superiores devem definir a posição que deverão assumir no dia 18 de outubro a partir da consulta aos seus representados, em amplas reuniões convocadas publicamente.

No dia-a-dia das votações do CONSUNI, do CEG e do CEPG, os docentes que estão representando as diferentes classes de professores dificilmente convocam reuniões para escutar a opinião das classes/centros que representam. Entre os fatores que dificultam a realização de reuniões sistemáticas (como seria desejável) é possível mencionar a amplitude da agenda de votações, fragmentada em muitos itens, e as dificuldades práticas para realizar essas reuniões em um momento em que os docentes estão tão sobrecarregados de trabalho. Entretanto, a votação sobre o projeto do REUNI-UFRJ não pode prescindir de reuniões publicamente convocadas para que o voto do representante expresse a vontade da maioria dos representados pelo mandato.

O projeto REUNI e, mais particularmente, o REUNI-UFRJ, é muito mais do que uma proposta de ampliação de vagas, objetivando intensificar o trabalho docente e a (precária) infra-estrutura existente na UFRJ. Nos termos do Reitor Aloísio Teixeira, o objetivo principal é a reestruturação da UFRJ, por meio de mudanças institucionais (redefinição dos centros, extinção de departamentos etc.), curriculares, no trabalho docente e da introdução de novas modalidades de graduação, como os cursos de graduação de "terminalidade breve".

É importante salientar que, a despeito de muitas ginásticas conceituais praticadas pelos administradores, o REUNI é um contrato de gestão entre o Estado (que define heteronomicamente metas a serem alcançadas e os meios materiais que irá possibilitar, no caso do REUNI, *caso tenha recursos*) e a UFRJ. Ao enviar qualquer projeto nos marcos e nos termos do REUNI, a UFRJ se compromete a ampliar em mais de 50% o número de estudantes na graduação sem novos contratos de docentes e técnicos e administrativos, bem como de ampliar a taxa de conclusão média para 90%, índice muito acima dos verificados nos países da OCDE (concluem 70%, mesmo com assistência estudantil muito mais desenvolvida do que a existente no Brasil. Cabe lembrar que nas IFES a taxa de conclusão é muito semelhante!). A UFRJ também se compromete com as diretrizes do REUNI estabelecidas pelo MEC que trabalham com pressupostos muito semelhantes aos do projeto Universidade Nova, tema que a UFRJ igualmente não discutiu.

As preocupações com o comprometimento assumido pelo projeto da UFRJ com os termos do REUNI aumentam quando lembramos que na Lei Orçamentária (LOA) para 2008, os magros recursos do REUNI (grosso modo, R$ 9 milhões por instituição) não permitem gastos com pessoal, pois a LOA não contém rubrica que permita concursos. Considerando o reduzidíssimo número de vagas previstas para o período (UFRJ, 50 vagas, ignorando a proposta de consolidação do *campus* de Macaé que nada recebeu!), está evidente que o REUNI é inspirado nas reestruturações praticadas desde os anos 1990 que desregulamentam e flexibilizam a força de trabalho (daí a criação do professor-equivalente), possibilidade que tem levado algumas IFES a sugerir, sem constrangimento, o uso de pós-graduandos como docentes do bacharelado interdisciplinar ou nos cursos de terminalidade breve para utilizar, respectivamente, as nomenclaturas da Universidade Nova e do projeto da UFRJ.

Após o lançamento do REUNI, ainda em 26 de abril de 2007, o Consuni aprovou a constituição de uma *Comissão para avaliar e organizar o debate sobre o REUNI na UFRJ*. Entretanto, a Comissão, no lugar de organizar um amplo debate na universidade, optou por apresentar as diretrizes que as unidades deveriam seguir para implementar o REUNI. Assim, as propostas que estão sistematizadas no chamado primeiro Módulo da proposta da reitoria, excluindo algumas unidades que não acataram as orientações da referida Comissão, já contêm a lógica do REUNI/ Universidade Nova em suas propostas, a despeito da ausência de estudos e debates fundamentados.

Por tudo isso, a ADUFRJ-SSind não espera outra atitude dos docentes conselheiros que não a convocação pública de amplas reuniões em que o posicionamento do representante será definido.

Conclamamos, assim, todos os docentes a enviarem e-mails com sugestões de data e pauta aos seus representes, instando-os a convocar as reuniões públicas (ver a lista dos nomes por centro e os respectivos e-mails na página www.adufrj.org.br).

Saudações sindicais e acadêmicas

Diretoria eleita para o biênio 2007-2009

Colegiados

Consuni distribui 50 vagas docentes

Conselheiros aprovam propostas vindas dos colegiados acadêmicos e da reitoria

Sem muita discussão, o Conselho Universitário de 11 de outubro aprovou a distribuição pelas unidades da UFRJ de 50 concursos docentes anunciados pelo MEC, mas ainda não liberados oficialmente pelo governo.

Não houve alteração quanto às 40 vagas distribuídas pelos colegiados CEG e CEPG (segundo proposta divulgada pelo Jornal da Adufrj de 25 de setembro). E o Consuni também não mexeu na proposta de distribuição das 10 vagas da reserva estratégica do reitor.

Dessas dez, seis foram destinadas ao *campus* de Macaé (sendo duas para o Instituto de Biologia, duas para o Instituto de Química, uma para o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho e uma para a Faculdade de Farmácia). Foi concedida, ainda, uma vaga para o curso novo (iniciado em 2006) de Biblioteconomia, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. A Faculdade de Direito, que ainda possui um grande número de professores substitutos, ganhou mais um concurso por parte da administração da universidade. O programa de pós-graduação em Ciências Morfológicas do ICB e a Faculdade de Medicina, com uma vaga cada, encerraram a cota da reitoria.

Kelvin Melo

CONSUNI TAMBÉM APROVOU CALENDÁRIO LETIVO 2008

Apesar da divisão anunciada, vale lembrar que o Consuni ainda não deliberou sobre as novas normas e o edital de concurso para professor da carreira de magistério superior.

Calendário de 2008 aprovado

Na mesma sessão do dia 11, o Consuni definiu o calendário do ano letivo de 2008, também sem alterar as datas previstas pelo CEG e pelo CEPG. Para os cursos de graduação em geral, o próximo semestre letivo irá de 3 de março a 12 de julho. Já o segundo período letivo acontece de 4 de agosto a 6 de dezembro. Haverá ainda a possibilidade de um período especial, de 5 de janeiro a 21 de fevereiro de 2009.

Para os alunos dos cursos da Faculdade de Medicina (Fisioterapia, Fonoaudiologia e Medicina), o primeiro período vai de 11 de fevereiro a 11 de julho (exceto os calouros, que começam no dia 18 de fevereiro). O segundo período segue de 28 de julho a 19 de dezembro. Finalmente, os estudantes do Colégio de Aplicação têm aulas de 18 de fevereiro a 18 de julho (no primeiro semestre letivo) e de 4 de agosto a 19 de dezembro.

Na pós-graduação *stricto sensu*, todos os cursos iniciam as atividades em 3 de março. Para os que se organizam em semestres e em bimestres, as aulas acabam em 22 de dezembro. Já os que obedecem ao calendário trimestral continuam suas atividades até 20 de fevereiro de 2009.

Aprovado mais um mestrado profissional

Também foi sancionada pelo Consuni a criação do mestrado profissional em Engenharia Ambiental, da Escola Politécnica, em associação com a Escola de Química. É o segundo deste tipo na UFRJ, após o mestrado profissional em Ensino de Física, do Instituto de Física, aprovado em março deste ano.

Moção de pesar por Neyde Felisberto Martins

O colegiado aprovou uma moção de pesar pelo falecimento da professora Neyde Felisberto Martins Ribeiro, do Instituto de Matemática, que já foi pró-reitora de Graduação da UFRJ. Será celebrada uma missa neste dia 16 de outubro, às 18h, na Capela de São Pedro de Alcântara, dentro do Palácio Universitário, *campus* da Praia Vermelha.

Cartas

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007.

À AdUFRJ

Prezados Senhores,

Dirijo-me a AdUFRJ para solicitar a divulgação deste documento com o mesmo destaque contendo a retratação dos autores, afim de esclarecer as informações infundadas que levaram a divulgação da matéria: "Reitoria falta a debate sobre Reuni na Biologia", no jornal da seção sindical dos docentes da UFRJ em 9 de outubro de 2007.

A semana da Biologia é um evento organizado pelos estudantes do Instituto de Biologia / UFRJ. A organização do evento, os convites aos palestrantes e aos instrutores dos mini-cursos não têm a interferência da Diretora e/ou da Direção do Instituto de Biologia. Há um apoio oficial da Direção e da Congregação do Instituto de Biologia ao evento, mas a realização e organização são de responsabilidade do Centro Acadêmico do Instituto de Biologia.

Assim, a Diretora do Instituto de Biologia não fez nenhum convite a qualquer participante neste evento.

A mesa redonda foi realizada no dia 03/10/2007 e não no dia 04/10/2007, conforme noticiado. A sessão iniciou às 15:00h com meia hora de atraso, visto que seu início estava previsto para as 14:30 horas, e não com mais de uma hora de atraso conforme divulgado.

Segundo a comissão de organização do evento, os convites para a mesa redonda foram realizados pela comissão organizadora com antecedência, no mês de setembro sem exceção. Assim, o convite à coordenadora do Sintufrj e conselheira do CEG, Ana Maria Ribeiro, foi feito pela comissão organizadora e sua presença confirmada na mesa redonda com antecedência e com a ressalva de que chegaria atrasada devido à sua participação na sessão do CEG do mesmo dia.

Portanto o texto publicado, "noticiando" que: "Na ocasião, a diretora do instituto, a professora Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes, às pressas, buscou a coordenadora do Sintufrj e conselheira do CEG, Ana Maria Ribeiro", não condiz com a verdade.

Assim, feitos os esclarecimentos, que considero relevantes, a bem da verdade, recomendo à AdUFRJ, mais cuidado nas informações que divulga, respeito com às pessoas citadas e aos leitores.

Afinal, o nosso jornal, mais do que qualquer outro meio de comunicação, deveria está comprometido com a verdade!

Atenciosamente,

Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes
Diretora do Instituto de Biologia

Resposta da Adufrj-SSind

A sessão iniciou-se às 15h,com uma hora de atraso sim, pois fui convidado para um debate sobre o Reuni organizado na Semana da Biologia em 9 de setembro às 14h, com a participação do Magnífico Reitor e do Prof. Roberto Leher. Lá chegando, às 14h, encontrei somente o Prof Leher. Fomos então informados por integrantes da comissão organizadora do evento que eles não sabiam o destino do reitor e que não tinham sequer sido comunicados pela reitoria de qualquer mudança de planos quanto ao debate. Foi nos pedido paciência pois ainda buscavam alguém que pudesse representar a reitoria. Nos foi dito também que o debate seria mediado pela Prof. Maria Fernanda Nunes que teria ido buscar a conselheira do CEG e diretora da SINTUFRJ Ana Ribeiro. Foi a primeira vez que soubemos da participação das duas senhoras no referido debate. O texto publicado por nosso jornal, citado na carta à AdUFRJ " Na ocasião..." pode ou não condizer com a verdade, mas também me foi comunicado pela comissão organizadora do evento.

Ricardo Kubrusly
Diretor da Adufrj-SSind

Movimento

Ato reúne 200 em defesa da Uerj

Foi a terceira manifestação contra a situação precária da instituição, após o incêndio de 30 de setembro

MANIFESTANTES COBRAM RECURSOS DO GOVERNIO DO ESTADO PARA EVITAR QUE INCÊNDIOS NO PRÉDIO DA UNIVERSIDADE VOLTEM A SE REPETIR

Cerca de 200 alunos, professores e funcionários estiveram presentes no ato em defesa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj), no último dia 9, nos arredores do *campus* localizado no Maracanã. Foi mais um protesto motivado pela situação precária da instituição, demonstrada no incêndio que atingiu o prédio em 30 de setembro.

O ato, convocado pelas três entidades representativas da comunidade acadêmica (Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais - Sintuperj; Diretório Central dos Estudantes - DCE; e Associação de Docentes da Uerj – Asduerj), durou aproximadamente duas horas. Os servidores e estudantes percorreram o entorno da instituição, interromperam o trânsito da Rua São Francisco Xavier e da Radial Oeste e seguiram até a frente do Hospital Universitário Pedro Ernesto.

No início da manifestação, o coordenador geral do Sintuperj, Arnaldo Gama, citou alguns dados que, segundo ele, contribuirão ainda mais para o sucateamento da universidade: "Não há previsão de concurso em 2008 para a Uerj, ou seja, existirá mais precarização. Também não há na proposta do governo de Sérgio Cabral uma emenda de reajuste às bolsas estudantis. A partir disso, permanecemos na mesma miséria que nós vivemos hoje em relação à falta de condições de estudo. São esses fatos que devemos denunciar", afirmou o dirigente sindical.

"Uerj sem verbas é fogo!"

Com palavras de ordens, os manifestantes apresentavam os atuais problemas estruturais e financeiros da Uerj. Equipados de capacetes e utilizando ataduras, os professores vinham à frente do ato segurando a faixa "Uerj sem verbas é fogo!". Enquanto isso, os alunos trajavam narizes de palhaço e alguns deles seguravam placas com a charge daquele que seria o novo modelo de aluno da universidade, vestido com o uniforme de bombeiro. Na entrada da Radial Oeste, houve um princípio de tumulto quando alguns motoristas tentaram forçar a passagem. Em protesto, os manifestantes sentaram no em plena via. A polícia foi chamada para auxiliar o trânsito e o ato seguiu até o fim pacificamente.

À frente do carro de som, Arnaldo Gama comunicava aos pedestres e motoristas que aquele era um ato em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade: "Estamos na rua em defesa da Uerj, que não pode ser incendiada com políticas neoliberais que fazem de seu orçamento uma peça de ficção", comunicava o coordenador.

Seqüência de atos

Este foi o terceiro ato organizado no período de três semanas. O primeiro aconteceu pela atuação dos estudantes de Direito: "Houve um levante, porque nós vimos a precariedade da universidade para enfrentar uma situação emergencial como o incêndio. Mangueiras estourando, hidrantes com defeito e não existiam lanternas para os funcionários entrarem no prédio (no dia do incêndio). Pedimos explicações ao reitor Nival de Almeida e ele fugiu dos estudantes", contou Guilherme Pimentel, estudante de Direito e representante do DCE. A segunda manifestação ocorreu no dia 3, quando os estudantes fizeram uma assembléia pública na rua, em frente à universidade. Para Guilherme, a terceira manifestação foi ainda melhor: "Esse foi um ato que conseguiu cumprir o seu papel, ocupou as ruas, publicizou bastante a crise da universidade e denunciou o descaso o governo do estado", completou.

O representante da Sintuperj Arnaldo Gama também elogiou a iniciativa e afirmou que aquele havia um sido um ato extremamente positivo: "O ato foi vitorioso e importante porque foi uma manifestação unificada dos segmentos que compõem a universidade. Conseguimos desmascarar, através das nossas falas, essa política que o governo Cabral repete, de corte do orçamento da universidade, que foi diminuído agora em 50%. O ano de 2008 já se apresenta com dificuldade para nós. Esse ato teve esse simbolismo, de fazer uma discussão mais a fundo de um projeto de universidade pública que nós defendemos e que os governos insistentemente querem derrubar", afirmou o coordenador.

Segundo Roberto Santana, do centro acadêmico de História, a manifestação mobilizou a comunidade universitária: "Parece que o incêndio está iluminando a cabeça das pessoas para participar e tomar consciência de que só a luta unificada dos três segmentos vai salvar a Uerj. Ou talvez nós sejamos a última geração a se formar na universidade. Diante a atual conjuntura, não sabemos se a reforma universitária vai destruir primeiro a Uerj ou se ela vai cair antes", opinou o estudante.

Campanha durante o ato

Alguns dos candidatos à próxima reitoria da Uerj – o primeiro turno das eleições está marcado para o fim de outubro - aproveitaram a manifestação para distribuir panfletos e fazer críticas à atual situação da universidade.

Histórico de acidentes

Em janeiro deste ano, parte da mureta da rampa do 12° andar, que liga os blocos A e B, caiu no térreo. Como a universidade estava de férias, ninguém se feriu. A coordenadora de Comunicação do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Paula Almada, em entrevista à Folha Dirigida (publicada no dia 25 de julho) alertou sobre alguns dos problemas no prédio. "Existem goteiras, pedaços de ferro das rampas aparecendo e pedaços de paredes caindo. O risco pode aumentar quando chegar a época de chuvas, em que devemos estar estudando devido à reposição de aulas pós-greve", explicou a aluna. Na época, a comunidade acadêmica já temia um novo acidente. Depois do incêndio, o medo se tornou ainda mais generalizado, o que fez alguns professores tomarem a iniciativa de darem aulas no estacionamento.

Daniel Tiriba

Adufrj-SSind tem nova diretoria

A nova direção da seção sindical dos docentes da UFRJ tomou posse na última quarta, 17, no Fórum de Ciência e Cultura.

Página 3

24 de outubro

Dia de Defesa dos direitos previdenciários e trabalhistas

Latuff

ADUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 558 24 de outubro de 2007

Governo quer converter salário em gratificação para alcançar metas do Reuni

Na UFRJ, Consuni tenta aprovar a adesão ao Reuni por ato sumário

Pela primeira vez o governo apresentou, em reunião com os representantes dos docentes no dia 18, os parâmetros a partir dos quais quer negociar os salários dos professores das Ifes. A proposta difere profundamente das reivindicações do Andes-SN. O governo quer restabelecer a GED, incorporando-lhe uma "avaliação institucional", rejeita a paridade entre ativos e aposentados e a isonomia entre professores do 1º e 2º graus e do ensino superior, e retira o adicional de titulação do interior do vencimento básico, convertendo-o numa espécie de gratificação não proporcional ao vencimento.

No mesmo dia, o Conselho Universitário da UFRJ aprovou sumariamente o Programa de Reestruturação e Expansão da UFRJ, por meio do qual a reitoria pretende pleitear as verbas do Programa Reuni do MEC, estabelecido pelo Decreto nº 6.096, de 24/04/07.

Páginas 4 a 8

Daniel Tiriba

Editorial

Sessão do Consuni de 18 de outubro

O Consuni reuniu-se em 18 de outubro no auditório do CT para discutir e deliberar sobre o Plano de Reestruturação e Expansão da UFRJ proposto pela reitoria para adesão ao Reuni (decreto 6096/07). Em função da mobilização da comunidade universitária, reuniram-se cerca de 500 pessoas, entre professores, técnico-administrativos e estudantes.

A despeito da tentativa da reitoria de apresentar o Reuni como um decreto neutro, como se fosse tão somente um programa de apoio à expansão da graduação, um grande número de professores, estudantes e técnico-administrativos reunidos das mais variadas formas, assembléias comunitárias, reuniões gerais, congregações etc. compreendeu que o decreto define a universidade do futuro, pois o modelo nele inscrito impossibilita o conceito de universidade consignado na Constituição de 1988. Indubitavelmente, nestes debates, os críticos ao Reuni estavam em ampla maioria, situação que se repetiu na sessão do Conselho. A expectativa era de que a sessão do Consuni se caracterizaria como um grande momento da vida universitária da UFRJ, pois outros projetos e concepções distintos dos do PRE-UFRJ/Reuni-MEC seriam apresentados, o que permitia antever ricos e qualificados debates sobre o futuro da universidade pública brasileira. Especificamente pode-se citar a proposta elaborada pelo Seminário Expansão e Reforma da UFRJ que reuniu diretores de unidades, professores, técnico-administrativos e estudantes de várias unidades da Praia Vermelha e que propunha outros marcos referenciais para o debate, a exemplo de outras iniciativas, como a do Conselho Diretor do CFCH, que igualmente propôs encaminhamento distinto do da reitoria.

Entretanto, fugindo da institucionalidade e das práticas acadêmicas, a sessão extraordinária do Consuni foi um rito sumário de votação. Os estudantes autônomos frente ao governo e à administração estavam pressionando legitimamente pela abertura do diálogo entre as propostas. A mesma posição foi defendida por conselheiros que instaram a reitoria a explorar as possibilidades de discussão e negociação até a próxima semana para que as propostas elaboradas pelas unidades, centros e coletivos de docentes, estudantes e técnico-administrativos pudessem ser discutidas, cotejadas em termos de convergências e divergências, o que obviamente permitiria uma deliberação esclarecida por parte do Consuni e, não menos importante, que os conselheiros, cientes de que ocupam uma função de representação, poderiam finalmente atender ao apelo público por discussões com os seus representados. Se houvesse essa sensibilidade, a democracia e as práticas acadêmicas seriam fortalecidas, em benefício da instituição universitária. Entretanto, não foi esse posicionamento equilibrado que prevaleceu. A reitoria informou que a deliberação dar-se-ia na sessão em curso, posição que levantou a indignação dos estudantes que se manifestaram em defesa da democracia. Mesmo em um ambiente absolutamente inadequado para uma votação, o presidente do Conselho pediu a manifestação dos conselheiros para um encaminhamento que grande parte dos presentes sequer pôde compreender. Não é com esse tipo de prática que teremos a construção de um projeto de reforma que congregue todos os docentes, estudantes e técnico-administrativos devotados à causa da educação pública e à universidade. Em um contexto em que as 52 universidades federais estão com um orçamento equivalente ao dobro do montante de verbas das três universidades estaduais paulistas, não pode interessar a ninguém comprometido com a universidade pública a divisão da comunidade acadêmica em virtude da intolerância com as concepções alternativas. De fato, acreditamos que muito desse atropelo tem origem na própria política de restrição de verbas das universidades públicas. O MEC, por meio de uma chantagem econômica, acena com a possibilidade de parcos recursos desde que as universidades federais aprovem a sua concepção heteronômica de universidade a toque-de-caixa, sem a possibilidade de reflexão. A melhor forma de os reitores enfrentarem essa chantagem seria uma ação nacional lastreada por um ousado projeto de expansão e democratização do acesso. Seria um gesto de grande repercussão nacional ter os reitores em Brasília junto com os estudantes, Andes-SN, Fasubra, MST e outros movimentos nacionais reivindicando verbas para uma ampliação da educação superior propriamente universitária, pública, laica e de elevada qualidade!

Na compreensão da Adufrj-SSind, o pior cenário seria a reitoria insistir em que a deliberação de 18/10 foi válida, impondo, autocraticamente, o Reuni. Não há como sustentar a legitimidade e a legalidade de uma votação que não seguiu os procedimentos acadêmicos e não respeitou os princípios regimentais. Como aceitar como válida uma votação se ainda havia inscritos para o debate, se diversos conselheiros sequer sabiam o que estava sendo votado, dado o tumulto na hora da votação, se não foi possível aferir os votos, se o presidente não proclamou a posição dos conselheiros (a favor, contra e abstenções), num contexto em que, corretamente, vários conselheiros se abstiveram do processo de votação pela inexistência de um ambiente apropriado?

O reconhecimento de que não houve deliberação não é apenas um ato de apreço à instituição, mas também uma manifestação de que existe a disposição de construir um consenso ativo na comunidade da UFRJ. Uma alternativa seria elaborar uma proposta de expansão da Universidade com base na proposta das unidades, fora dos marcos do REUNI e que contenha as nossas reivindicações por mais verbas, pela contratação de docentes e técnico-administrativos, pela melhoria da infra-estrutura e com a apreciação prévia dos colegiados acadêmicos em todos os níveis. Definido o cronograma da expansão e restabelecida a unidade dos que praticam a universidade pública seria então possível iniciar o processo de reforma radical da UFRJ!

É preciso criar condições para que a comunidade possa enfrentar o desafio de pensar-transformar a função social da universidade, o seu financiamento, o exercício da autonomia (com o autogoverno e a autonormação), a expansão e a democratização do acesso por meio de políticas realmente universalistas e, muito importante, os desafios epistêmicos e epistemológicos. Com base nessa agenda poderemos planejar a infra-estrutura e a ordem de grandeza de recursos que serão necessários para a reforma. Daí será necessário ampliar o arco de forças para que essa reforma possa ter o apoio social necessário para se viabilizar. Acreditamos que assim estaremos protagonizando a defesa de uma verdadeira expansão e reforma radical da universidade, comprometida com o desenvolvimento soberano da cultura, ciência e tecnologia de nosso país.

18 de outubro de 2007
Diretoria da Adufrj-SSind

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND **Presidente:** Maria Cristina Miranda da Silva **1º Vice-Presidente:** Roberto Leher **2º Vice-Presidente:** Roberto José de Lima **1º Secretário:** Luis Paulo Vieira Braga **2ª Secretária:** Anita Handfas **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND **Instituto de Química:** Marylena Barreiros Salazar (titular); **Faculdade de Educação:** Herli Joaquim de Menezes (titular); **Escola de Serviço Social:** Cleusa dos Santos (titular); Janete Luzia Leite (titular); Ângela Maria Hygino Rangel (titular); **Colégio de Aplicação:** Regina Célia de Souza Pugliese (titular); Célia Brito Teixeira Gama (titular); Vania Maria Rocha Gomes Hozumi (suplente); **Faculdade de Medicina:** Maria da Conceição Zacharias (titular); **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Marilurde Donato (titular); Walcyr de Oliveira Barros (titular); **Escola Politécnica:** José Henrique Erthal Sanglard (titular) **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **Redação:** comunica@adufrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Adufrj-SSind

Toma posse a nova diretoria da Adufrj-SSind

Luta contra a precarização do trabalho docente será uma das prioridades

Em solenidade realizada no auditório Moniz de Aragão no *campus* da Praia Vermelha, no último dia 17, tomou posse a nova diretoria da Adufrj-SSind para o biênio 2007/2009. Eleitos com 457 votos dos 495 docentes que participaram do processo eleitoral, os integrantes da nova direção reafirmaram os princípios que têm orientado as direções anteriores da seção sindical na defesa da universidade pública e de um sindicato autônomo. No mesmo dia foram empossados os novos integrantes do Conselho de Representantes da Seção Sindical.

Segundo a nova presidente, Cristina Miranda, uma das prioridades desta gestão será lutar contra a precarização da vida docente: "Mecanismos produtivistas de avaliação, de estímulo ao individualismo, e avaliação de desempenho baseada em compensações monetárias, centrais para o capital na busca do lucro, fazem parte hoje do cotidiano das instituições públicas de ensino superior. Salários defasados, quadros de professores incompletos, grande número substitutos, precariedade de instalações e de infra-estrutura. Tudo isso acrescido de uma carga brutal de trabalho que os dias da semana não comportam mais e que faz ser freqüente o trabalho dos professores nos finais de semana, causando um prejuízo à saúde dos professores em todo o país. Diante desse quadro e também da ausência total de negociação por parte do governo, o nosso sindicato nacional, o Andes, tem indicado a necessidade da construção de uma greve, entendida como a única força capaz de pressionar o governo a negociar conosco".

Mobilização por salários e carreira dignos

Para a nova presidente, na UFRJ, a mobilização ainda é pequena, mas a defesa da universidade pública é inseparável da luta por salários dignos e de uma carreira que valorize a qualificação e a dedicação exclusiva dos professores: "É nesse sentido que a nova diretoria da Adufrj compreende também ser necessário estimular e organizar a mobilização dos professores da universidade, avaliando não só essa proposta de greve, mas tantas outras propostas de pressão sobre o governo". Para Cristina Miranda, cabe à diretoria exercer o papel executivo, já que todas as deliberações são tomadas em assembléias gerais: "Neste sentido, enfatizamos também a importância do trabalho de aproximação da seção sindical com o cotidiano de cada professor aqui da UFRJ. Nós nos comprometemos a atuar para fortalecer o trabalho junto à base da categoria docente de maneira que possamos contribuir para lutar pelo nosso projeto de universidade e sociedade reforçando os pilares do nosso sindicato nacional, porque não existe um sindicato nacional sem que haja seções sindicais fortes e enraizadas nos locais de trabalho".

Daniel Tiriba

ENTIDADES PARABENIZAM NOVA DIRETORIA DA SEÇÃO SINDICAL

Cristina Miranda reforçou a importância do Conselho de Representantes da entidade com a participação de todos os docentes na construção de uma pauta de ação para o biênio 2007/2009. "Cabe a essa instância formular as políticas gerais e específicas do movimento docente na UFRJ em conjunto com a diretoria".

A presidente afirmou ainda que a nova diretoria assume a seção sindical em um contexto de enorme importância para a vida universitária: "Muitos dos fundamentos da concepção de universidade, construídos na luta ao longo dos últimos 20 anos pela comunidade universitária, estão ameaçados com medidas que comprometem o caráter público e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Compromete também a universidade como espaço de construção da soberania cultural, técnica e científica do nosso país". Para a professora, isso tudo vem ocorrendo sobre a argumentação da democratização e ampliação do acesso e da redução das taxas de evasão: "O decreto que instituiu o Reuni abre espaço para modificações profundas nas universidades federais brasileiras como um todo. O projeto apresentado pela reitoria para adequar a UFRJ ao reuni chamado 'A universidade necessária' argumenta que as universidades públicas possuem uma estrutura organizativa arcaica e ultrapassada para o atendimento das requisições da sociedade moderna, entretanto propõe incorporar os ciclos básicos, os cursos de terminalidade breve e o crescimento da oferta do ensino a distância e semi-presencial" - criticou a presidente, que concluiu afirmando - "Não daremos trégua na defesa de nosso sindicato como instrumento original e fecundo para encaminhar nossas lutas no cotidiano da UFRJ"

Movimentos saúdam nova diretoria

Representando a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), Cyro Garcia apontou quais serão os primeiros desafios da nova direção: "No dia 24 outubro participaremos de uma grande marcha em Brasília, junto dos companheiros de uma série de movimentos sociais contra a reforma da previdência. É fundamental a presença do maior número de pessoas. No dia 25, o pessoal do movimento estudantil realizará no MEC um grande ato contra o Reuni. É fundamental o engajamento nestas caravanas. Lutas e disposição não faltarão para esta gestão". Ao final de seu discurso, desejou a todos boas lutas e vitórias. "Desejo a todos principalmente boas vitórias", concluiu Cyro Garcia.

A presidente da Aduff-SSind, Sonia Lúcio, parabenizou a nova diretoria da Adufrj-SSind e reiterou a defesa da universidade pública para todos e a unidade das seções sindicais. "O trabalho é árduo, mas há de valer a pena!", exclamou Sonia. A professora também destacou o movimento estudantil fluminense que em protesto contra o Reuni ocupou a reitoria da UFF.

A nova gestão também foi saudada por representantes de entidades como a Associação de Pós-graduandos (APG), Movimento dos Sem Terra (MST), Centro Cultural Antônio Carlos Carvalho (CeCAC), Aduni-Rio e Sintufrj. Mariângela Graciano, representante da Assembléia Popular Nacional, também desejou boas vindas à nova diretoria, em especial, à presidente empossada, Cristina Miranda, que segundo ela, sempre buscou a unificação das lutas.

Presidente do Andes-SN prestigia posse

O presidente do Sindicato Nacional de Docentes, Paulo Rizzo, esteve presente na solenidade de posse na Praia Vermelha e de maneira descontraída desejou "boa sorte" à nova gestão. A respeito do Reuni, o dirigente criticou o fato de já ter ouvido reitores que se diziam ser representantes de Estado, "mas ao mesmo tempo dirigem-se ao governo para entregar um manifesto de apoio ao Reuni para o presidente Lula". Paulo recordou o ano de 1990, quando Lula havia perdido para Collor as eleições. Naquela época, muitos afirmaram estar vivendo a pior conjuntura do país. O dirigente reutilizou a afirmativa dizendo que a nova diretoria tem um amplo espaço de enfretamento diante a atual situação das universidades por conta do plano de reestruturação governista.

Assembléia aprova contas

Antes da solenidade de posse, a Assembléia Geral da Adufrj-SSind aprovou as prestações de contas das gestões dos biênios 2003/2005 e 2005/2007, disponíveis em www.adufrj.org.br.

Resenha

MST x MPR

Duas pessoas morreram e oito ficaram feridas durante o tiroteio promovido por uma milícia com cerca de 40 seguranças particulares que atacaram o acampamento dos sem-terra montado do campo de experimento da multinacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (PR) no dia 21. Valmir Mota, líder sem-terra, foi assassinado e cinco integrantes da entidade ficaram feridos. A polícia do Paraná conseguiu identificar e prender sete seguranças que participaram do ataque e que confirmaram terem sido contratados pelo Movimento dos Produtores Rurais (MPR) para retirar pessoas que tentassem invadir a área *(www.vermelho.org.br).*

Ataque policial deixa mortos em comunidades

Várias entidades assinaram na semana passada uma nota de repúdio à megaoperação realizada no dia 17, na comunidade da Coréia, em Senador Camará (RJ). A violenta ação da polícia mobilizou pelo menos 500 homens e teve como conseqüência o lamentável saldo de 12 pessoas executadas sumariamente, entre elas uma criança de 4 anos, e cerca de quatro feridos *(www.renajorp.net).*

Manifestantes paralisam obras de hidrelétrica

Até o dia 18, cerca de 300 manifestantes da Via Campesina continuavam bloqueando o início do acesso do canteiro de obras da hidrelétrica e barragem de Baguari, em Governador Valadares (MG). A manifestação reivindica o assentamento das milhares de famílias sem-terra de Minas Gerais atingidas por barragens no estado, bem como a interrupção da monocultura do eucalipto na região, que causa a desertificação, gerando problemas sociais e ambientais *(Notícias do Planalto).*

A nova recolonização

A cada dez reais investidos por empresas multinacionais no Brasil, seis foram encaminhados para suas matrizes no exterior, revelam os números do Banco Central. Em 2006, os bancos foram os que mais enviaram recursos para o exterior. Foram mais de R$ 2,5 bilhões, o que representou cerca de 10% do total remetido a países estrangeiros. O sociólogo Léo Lince chega a sugerir um novo processo de recolonização, pois as riquezas não pertencem ao país que as produziu e tem como resultado um Estado sem capacidade de possuir projetos de longo prazo para resolver seus problemas sociais (www.radioagenciaNP.com.br).

Colegiados

Votação pode se

Consuni realiza votação sumária do Reuni, mas reitor em entrevista coletiva diz que colegiado é soberano para decidir o que quiser neste dia 25

MANIFESTAÇÃO ATRAIU REPRESENTANTES DE OUTRAS UNIVERSIDADES

TUMULTO QUANDO O REITOR ENCAMINHA VOTAÇÃO SUMÁRIA

A esperada sessão do Conselho Universitário de 18 de outubro transformou-se num rito sumário de votação sobre a adesão da UFRJ ao programa de reestruturação da universidade do governo Lula (Reuni). Pressionado pelas manifestações da comunidade universitária que lotou o auditório do Centro de Tecnologia para protestar contra o Reuni, em especial os estudantes, e pelo crescente clima de tensão instalado na reunião, o reitor Aloisio Teixeira pôs em votação o parecer da Comissão de Desenvolvimento, favorável ao antreprojeto da reitoria, sem que os conselheiros pudessem debatê-lo.

No dia seguinte, 19/10, em entrevista coletiva e em audiência com representantes dos estudantes que ocuparam a reitoria em protesto pela votação, Aloisio observou que a plenária do Consuni é soberana para tomar qualquer decisão sobre suas deliberações, o que torna a sessão do dia 25 uma nova oportunidade para o debate, de fato, dos conselheiros, antes de qualquer decisão.

Sessão acelerada

A sessão do dia 18 durou cerca de uma hora e quinze minutos (normalmente dura cerca de duas a três horas). A nova presidente da Adufrj-SSind, Cristina Miranda, teve a oportunidade de manifestar a preocupação da entidade com o projeto da reitoria. Segundo ela, mesmo o esforço da administração de realizar alguns debates e audiências e a incorporação de algumas críticas e sugestões da comunidade acadêmica não foram capazes de modificar o projeto, que continua em essência operacionalizando o decreto Reuni que implementa um determinado modelo de universidade. Cristina também criticou que um prazo tão pequeno, de apenas oito meses, fosse dado para o debate das propostas dos módulos II e III do projeto da UFRJ, justamente os que contêm itens como a transferência de cursos do *campus* da Praia Vermelha para o Fundão e a criação de cursos de terminalidade breve. "E sem o estabelecimento de uma metodologia clara de como será esse debate", questionou.

Comunidade da Praia Vermelha propõe alternativa

A professora também considerou que o anteprojeto da UFRJ redefine o papel do Colégio de Aplicação, deixando em segundo plano sua tarefa de formação de professores, ao lado da Faculdade de Educação. A professora citou, ainda, que o documento da reitoria ignora as metas impostas pelo governo no Reuni e não comenta os recursos já sabidos como insuficientes para sua implementação. "A lei orçamentária não prevê recursos para pessoal e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) promete congelar as despesas com pessoal pelos próximos dez anos", disse. Destacou ainda o documento apresentado por um coletivo de professores, alunos e técnico-administrativos da Praia Vermelha que compreende a necessidade das mudanças apresentadas pela reitoria, mas sem a adesão a princípios impostos pelo decreto do Reuni. Finalizou sua intervenção com uma solicitação de voto contrário ao PRE para os conselheiros, de retorno dos projetos do módulo I (aumento de vagas e novos cursos) às unidades e ao CEG.

Representante do grupo intitulado como "coletivo da Praia Vermelha", a professora Mavi Pacheco (Escola de Serviço Social) explicou a justificativa do documento apresentado à apreciação do Consuni: "O que une esse grupo, não só do CFHC, mas do CCJE também, é a clareza de que a UFRJ pode ser protagonista na transformação da universidade brasileira, expandindo suas vagas e alterando suas formas de acesso ao ensino público, mas em marcos distintos do Reuni". Mavi resumiu a proposta, com destaque para a expansão da UFRJ a curto prazo pela criação de cursos noturnos e com o devido investimento do governo para preservação do ensino de qualidade. A professora também apontou o posicionamento contrário à formação aligeirada, em cursos de terminalidade breve ou nos bacharelados interdisciplinares: "Isso requer a constituição de um processo de estatuinte, o que não se extingue num prazo exíguo de oito meses para discutir a reestruturação da universidade". Foi a última intervenção de não-conselheiros.

No momento seguinte, aconteceu a leitura do parecer da Comissão de Desenvolvimento, favorável ao anteprojeto da reitoria (veja quadro). Também foi lido o voto em separado da conselheira Lilia Pougy, do CFCH, contra o parecer.

Sem discussão

Após a leitura do parecer, o reitor anunciou que iniciaria a fase de discussão do assunto, e citou o nome dos primeiros inscritos. Ao responder à intervenção do conselheiro técnico-administrativo Agnaldo Fernandes, que propunha o adiamento para o dia 25 da votação final pelo colegiado, Aloisio retrucou que o Consuni estava à vontade para decidir naquele mesmo dia: "Se chegarmos à maturidade da discussão para deliberar, nós deliberaremos", afirmou.

Aloisio pôs em votação o PRE pedindo para que os favoráveis levantassem o braço (pedido que repetiu por mais oito vezes). Enquanto isso, o palco do auditório foi tomado por dezenas de estudantes que acompanhavam a reunião. Houve um tumulto durante a votação e, sem nenhuma contagem de votos, o dirigente encerrou a sessão considerando aprovado o parecer sobre o projeto da reitoria. Aloisio informou ainda que emendas ao parecer da relatoria seriam apreciadas na sessão desta quinta, 25 de outubro.

O processo de votação revoltou os alunos que decidiram ocupar o prédio da reitoria naquela mesma tarde. O objetivo do movimento estudantil é barrar a adesão da UFRJ ao Reuni, assim defendem que a reitoria recue do entendimento de que o PRE foi aprovado na sessão.

Conselheiros divergem sobre o Consuni

Para o representante discente no Consuni, Jorge "Badauí", fica difícil para a reitoria

r revertida

Fotos: Daniel Tiriba

VOTAÇÃO ACABOU SENDO REALIZADA SEM DEBATE DOS CONSELHEIROS

ESTUDANTES FAZEM PASSEATA NA SAÍDA DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE TECNOLOGIA, ONDE FOI REALIZADA A SESSÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

sustentar publicamente que valeu aquela votação: "Os estudantes ligados ao governo e à UNE foram verdadeira tropa de choque e quiseram aqui provocar um tumulto para desqualificar o nosso movimento.

Poucos minutos depois do tumulto, o decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro, ainda não sabia o que havia sido solicitado a votar, durante a sessão. "O rumor é que se votou o parecer da Comissão de Desenvolvimento, lido pela professora Ângela Rocha", disse. "Eu não votei", completou o decano, acrescentando que seu Centro propunha alternativa ao citado parecer, em sua forma original.

"Não havia clima para a votação", afirmou a conselheira Mirian Kaiuca, representante do CAp, que levantou o braço achando que estava votando pelo encerramento da sessão.

Além de outras críticas, o CFCH questiona que a adesão ao programa seja feita através de uma resolução do Consuni. O posicionamento do Centro é que, se o Reuni está sendo tratado como um simples edital de recursos públicos, não deveria existir uma resolução especial para ele. "Nós não fazemos resoluções para outros editais", afirmou Marcelo. Outro aspecto que insatisfaz o CFCH é a resolução estabelecer que haverá um debate (e dentro de um determinado prazo). "Não é uma resolução que manda debater. É complicado. E se o resultado for que não queremos fazer curso de terminalidade breve?", questionou.

Sobre o tumulto no qual se transformou a sessão, o decano considera que todas as partes eram culpadas: "Foi o clímax de um embate que vem se arrastando há meses. Mas não se pode fazer diálogo dessa maneira. E eu atribuo isso tudo a obra e graça de nós todos: não só da reitoria, não só da facção 'x' ou 'y' do movimento estudantil, não só das decanias; todo mundo contribuiu para isso", afirmou.

O professor Roberto Medronho (representante dos adjuntos doutores do CCS) deixou expressa sua indignação com o tumulto da sessão: "Acredito que o debate é fundamental. Mas não posso aceitar convencimento pela força. Confesso que fiquei decepcionado com parte do movimento estudantil. Em determinado momento, eles invadiram o palco e empurraram a mesa (da reitoria). Acho que os estudantes tomaram uma decisão equivocada. A manifestação estava muito bonita, mas resvalou no autoritarismo quando invadiram o palco. Isso não cabe numa universidade", descreveu. Ele compreendeu que o Reuni tinha sido aprovado, sem prejuízo de todo e qualquer destaque a ser apreciado em uma próxima reunião. "Qualquer conselheiro, movimento, estudante ou professor pode elaborar sua proposta e tentar convencer os conselheiros. Pode ser apresentada emenda até no artigo (XIX, no parecer; XX na proposta de resolução original) que fala em encaminhar o projeto ao MEC. Vamos debater. Se ganharem, a gente não encaminha", ressaltou Medronho.

Perguntado ao fim da sessão, o secretário dos órgãos colegiados, Ivan Hidalgo, primeiro falou que a votação de "aprovação" do Reuni foi válida e ocorreu por maioria. Mas admitiu que não conseguiu realizar a contagem de votos, naquela confusão. E pediu que o reitor fosse procurado para mais esclarecimentos. Mas, a essa altura, o dirigente já havia se afastado do local da reunião pela saída dos fundos do auditório.

A diretoria da Adufrj-SSind solicitou e obteve audiência com a reitoria da UFRJ no dia 23/10, na qual manifestou a sua preocupação quanto à votação sumária da sessão do Consuni do dia 18/10 ter fechado um importante debate na universidade. Na reunião, a reitoria reafirmou o seu entendimento da validade da votação do dia 18 e afirmou que o PRE aprovado não é um meio de implantar na UFRJ o modelo de universidade preconizado pelo decreto do Reuni.

O que diz o parecer da Comissão de Desenvolvimento?

O parecer da Comissão de Desenvolvimento (CD) do Consuni, tido como aprovado pelo reitor na sessão do dia 18, é favorável à execução imediata da parte de expansão do programa da UFRJ, a ser executado no período de 2008 a 2012. Seriam 3.330 novas vagas, cuja efetiva implantação estaria condicionada à concordância do Conselho de Ensino de Graduação em relação aos projetos das unidades.

O problema inicial é que 470 novas vagas seriam ofertadas já no ano que vem – número que já causou surpresa no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), que só teria analisado e aprovado 200 vagas desse conjunto, no edital do vestibular.

Para operacionalizar esta expansão, a proposta determina diretrizes para a contratação de pessoal docente (em regime de dedicação exclusiva, salvo excepcionalidades) e técnico-administrativo. Também define prioridade para o *campus* do Fundão na alocação de recursos destinados a despesas de capital – o que sugere mais penúria para a Praia Vermelha - e algumas ações com o objetivo de melhorar a infra-estrutura da ilha.

Oito meses para discutir o resto

De acordo com a Comissão de Desenvolvimento, a UFRJ poderá discutir amplamente as etapas que dizem respeito à integração acadêmica e à universalização da educação superior, num prazo de oito meses.

Voto em separado

Integrante da comissão, a conselheira Lilia Pougy (representante do CFCH) apresentou voto em separado sobre a proposta de Reuni na UFRJ. Segundo ela, o formato de "resolução" é inadequado para tratar do tema, uma vez que a decisão implica o cumprimento não só dos projetos em desenvolvimento, e já aprovadas, mas daquelas em que ainda há divergência. Lilia defendia que o MEC só deveria receber da universidade o conjunto de medidas já anunciadas pelas unidades, depois de aprovadas pelo CEG: "Aquelas que ainda estão no nível de propostas devem ser apresentadas como tal e compor matéria para o Congresso da UFRJ", disse, no texto de seu voto.

A professora também criticou o agrupamento, em níveis distintos, das propostas de expansão; a renomeação dos módulos do projeto da reitoria, sem alteração de sua essência; e a subtração das necessárias ações de integração acadêmica e universalização do acesso, "sendo este de modo desconectado da permanência", da etapa de expansão.

Movimento

Ocupação resiste ao Reuni

Após o Consuni do dia 18, os estudantes que se opunham ao Reuni na UFRJ tomaram a direção do prédio da reitoria e ocuparam o saguão do segundo andar, onde permaneciam até a data do fechamento desta edição (23/10). Durante uma assembléia do movimento realizada no local, o conselheiro discente Jorge "Badauí" avaliou que a reitoria, no meio do empurra-empurra, propôs uma votação que não tinha legitimidade. "O reitor não garantiu todas as inscrições. Havia vários conselheiros inscritos. Além disso, não ficou claro o encaminhamento e, nessa votação, o meu voto e do Mário Jorge Coutinho (outro representante discente no Consuni) não foram registrados. Essa é a guerra: de um lado, a UNE, a reitoria e o governo vão dizer que o Reuni passou na UFRJ. Nós temos que mostrar o que aconteceu. O nosso papel é manter essa ocupação como um elemento de denúncia, que a gente não reconhece a legitimidade dessa decisão. E manter o diálogo externo com a comunidade para multiplicar essa mobilização", disse.

Daniel Tiriba

PRIMEIRA ASSEMBLÉIA DE OCUPAÇÃO DOS ESTUDANTES NA REITORIA

Paula Menezes (pela Associação de Pós-graduandos da UFRJ) falou sobre a importância de se manter a ocupação, para divulgar o que aconteceu, organizar comissões da ocupação e explicar o Reuni para os colegas: "O Reuni visa a precarizar a universidade.É muito importante dizer que o que aconteceu no Consuni foi uma provocação e temos que estar organizados", ressaltou.

O professor Roberto Leher, diretor da Adufrj-SSind, elogiou a mobilização estudantil: "Hoje é um dia que nós temos que futuramente rememorar pela importância do ato que aconteceu no Consuni. "O Reuni necessariamente tem que ser aprovado por meio de ato de força, como o MEC exige que as universidades aceitem seus termos ou não vão ter recursos. Os reitores, desgraçadamente, seguem a mesma lógica", completou.

Para Roberto Leher, a reitoria agora se encontra diante de um dilema: ou incorpora as sugestões da comunidade ou terá que trabalhar com coerção. "Nós temos a possibilidade de fazer o Conselho construir um projeto democrático. É importante que a avaliemos criticamente o projeto (do coletivo da Praia Vermelha) e façamos dele nossa ferramenta política", disse.

Vários outros representantes de entidades e estudantes discursaram em seguida para saudar a força daquele movimento e sua resistência contra o projeto do governo.

Movimentos adiam votação do Reuni na UFF

Na UFF, movimento unificado de estudantes, professores e funcionários consegue adiar o Conselho Universitário que decidiria sobre o Reuni. A sessão na Federal Fluminense acontece nesta terça, às 9h, no Cine Arte UFF, no bairro de Icaraí.

O Conselho Universitário da UFF (CUV) que deveria votar o Reuni no último dia 17 foi transformado em um "Conselhão" (junto do Conselho de Ensino e Pesquisa e do Conselho de Curadores). Os três segmentos da universidade, estudantes, professores e funcionários, reagiram e conseguiram que a reunião fosse desmarcada. A Reitoria da UFF tentou ainda dispersar os movimentos, convocando a nova sessão para o próximo dia 24, quando as entidades e militantes estarão em Brasília, na Grande Marcha Nacional contra as reformas de Lula.

Mas a união dos docentes, estudantes e técnico-administrativos na Fluminense conseguiu uma importante vitória no último 17. Com faixas, narizes de palhaço, cartazes, muita música e disposição, a concentração dos movimentos começou às 18h do dia anterior (16/10). Em passeata, os manifestantes passaram pelos blocos e unidades, convencendo muitos e engrossando o protesto. Depois de uma assembléia que começou por volta das 22h, já nas instalações da reitoria, a decisão foi coletiva: marcar posição do movimento contra o Reuni e exigir a transferência da sessão do Conselho para o dia 23. Ninguém arredou pé dali até que, em audiência, o reitor em exercício, professor Emmanuel Paiva de Andrade, assinou dois editais: o primeiro tornou sem efeito a convocação do CUV para 24/10, e o segundo convocou uma sessão extraordinária para 23, às 9h.

Aduff/Stela Guedes

ESTUDANTES PROTESTAM NA FLUMINENSE

Unidades da UFF que já disseram não ao Reuni

Arquitetura
Direito
Educação
Engenharia
IACS (abstenção)
ICHF
Nutrição
Pólo Rio das Ostras – PURO
Química
Saúde da Comunidade
Serviço Social (Niterói)

Campanha Salarial

Considerações sobre os parâmetros para proposta salarial do governo apresentados em 18/10/07

Para reestruturar as IFES, o governo precisa reestruturar a composição remuneratória dos docentes

O REUNI é um projeto de reestruturação das IFES, que se inspira, entre outras coisas, na reestruturação produtivista que vem ocorrendo nas empresas privadas. Nestas, para incrementar a produtividade do trabalho e conseqüentemente reduzir os custos, diversas mudanças têm sido feitas com a adoção de tecnologias, reestruturação dos ambientes de trabalho e, principalmente, o comprometimento dos trabalhadores com a competitividade da empresa. A remuneração do trabalhador, agora chamado de colaborador, passa a depender dos resultados obtidos pela empresa na competição no mercado. Ele é então chamado a "vestir a camisa" da empresa para que possa ser complacente em exaurir-se e estimular a exaustão dos seus companheiros de trabalho em favor do lucro da empresa do qual não participa.

O governo trata a educação como uma fábrica que necessitaria de ter sua produtividade incrementada e, para se tornar um bom negócio, seus custos de produção reduzidos. Trata-se de uma fábrica de certificados. No caso do REUNI, a meta do governo é a de reduzir o custo médio anual do aluno de graduação de aproximadamente R$ 6 mil e quinhentos atuais (descontadas as despesas com os hospitais universitários e com as aposentadorias e pensões) para R$ 4 mil. Para isso, pretende elevar a relação média de alunos por professor para dezoito. Pretende, ainda, a redução da evasão e atingir a meta de 90% de taxa de conclusões.

Para reduzir os custos de produção, a empresa privada tem que fazer investimentos, sendo que muitas vezes altos valores monetários são investidos para obter, no tempo, a redução dos custos. Ao anunciar que cada universidade que aderir ao REUNI poderá ter até 20% a mais de recursos ao longo de cinco anos, o que é um investimento muito baixo, o governo pretende, com isso, incentivar uma reestruturação curricular que resulte na redução dos custos.

Para obter *"melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais"* (Decreto nº 6.096/07, artigo 1º.), o governo precisa promover uma reestruturação do trabalho nas IFES. Para obter isso, ele precisa redefinir a forma de remuneração dos "recursos humanos", em particular dos docentes. Eles terão que ser incentivados a darem mais aulas e para número maior de alunos.

Nesse sentido, a primeira medida foi a criação do banco de professor equivalente. Com o banco, as universidades adquirem autonomia para substituir um docente em regime de DE que se aposentou por três professores em regime de 20 horas que podem, somados, dar mais aulas que um em regime de DE. A segunda medida aparece, agora, com a proposição do governo de conceder um reajuste salarial maior para o regime de 20 horas e menor para o regime de DE.

Os parâmetros para a nova composição da malha salarial dos professores pretendida pelo governo vieram a revelar uma reestruturação mais profunda. A exemplo da GED, criada em 1988, a remuneração por produtividade é retomada de uma forma a exacerbar ainda mais o individualismo e a competição. Esta mudança em relação à GED se dá quando a remuneração do professor passa a ser dependente da combinação de resultados da instituição (80%) e de resultados do indivíduo (20%). Portanto, para receber quantidade elevada de pontos na gratificação, não basta ao indivíduo dar muitas e muitas aulas, é preciso que seu departamento, seu curso, sua universidade, alcancem bons resultados, nas metas definidas pelo REUNI. Lembremos que as metas não se limitam a quantidades de alunos, mas também de certificações. Portanto, no limite, a remuneração do docente dependerá também da redução da evasão e dos índices de conclusão dos cursos. A reprovação de alunos poderá ser sentida no bolso dos professores. O governo, incapaz de implementar uma política educacional que permita aos alunos um bom desempenho escolar, impõe a diplomação sem mérito acadêmico. E agora, para atingir esse objetivo, busca uma fórmula para obter pelo "bolso" a cumplicidade dos professores. Pretende o governo que cada professor seja não alguém dedicado ao seu trabalho, mas um feitor a exigir o produtivismo dos seus colegas. Desgraçadamente, esse envolvimento dos docentes, pretendido pelo governo, levará à degradação da qualidade do ensino.

É importante observar que a elevação anual dos valores do ponto da gratificação, expressa nos parâmetros apresentados pelo governo, tem por objetivo assegurar as etapas de implantação do REUNI. A cada ano, a parcela da remuneração que depende do desempenho assumirá proporção maior em relação aos demais componentes da remuneração: o vencimento básico e a titulação – esta última tornada fixa e que poderá ficar com valor congelado por longo tempo.

Opor-se a essa forma de remuneração não significa ser contrário à avaliação institucional e individual e, tampouco, fazê-la de forma dissociada. A avaliação, no entanto, deve ter por objetivo a melhoria da instituição e da qualidade do trabalho individual. Portanto, ela não pode estar resumida a aspectos quantitativos e particularmente a metas que comprometam a qualidade da educação. A valorização do mérito se dá no desenvolvimento da carreira.

A recusa do governo em tratar, na mesa de negociação, da remuneração dos docentes da Carreira de 1º e de 2º grau, neste momento, e deixá-la para depois de tratar dos docentes do ensino superior é expressão de uma discriminação. Deve-se, ainda, ao fato de o governo não ter, até o momento, uma definição em relação a que tipo de composição remuneratória ele precisará para a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET (Decreto nº 6.095/07). A pauta de reivindicações do ANDES-SN trata das duas carreiras e busca uma isonomia remuneratória entre elas. Pede equiparação dos vencimentos básicos, dos incentivos de titulação e entre GED e GEAD, com paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

O que o governo apresenta para os docentes da Carreira do Magistério do Ensino Superior e o não-tratamento simultâneo da remuneração dos professores da carreira de 1º e 2º grau, caminham no sentido inverso das reivindicações do sindicato, democraticamente definidas.

Pior ainda em ralação aos aposentados. Os representantes do governo foram explícitos ao dizer que, em razão de serem poucos os recursos, não há como atender às reivindicações dos aposentados, sem que isso implique prejuízo para os docentes em atividades. Esse posicionamento perverso é bem visível na proposta pois, além do novo perfil da gratificação anunciada, há indução a mudanças de conceito sobre aquilo que era gratificação e passaria a ser salário, de um lado, e aquilo que era salário e passaria a ser gratificação, de outro, implicando certamente maior distanciamento na remuneração dos aposentados em relação aos professores que permanecem em atividade.

A reunião do setor dos docentes das IFES, de 19/10/07, considerou, então, que o Sindicato deve continuar exigindo que se paute na mesa de negociação a remuneração de 1º e 2º grau, a paridade entre ativos e aposentados e a rejeição do que está sendo proposto pelo governo para o magistério do ensino superior. A incorporação da GAE, já feita para os técnicos-administrativos, deve ser feita para os docentes como está na pauta de reivindicações, mas não se pode aceitar a separação do incentivo de titulação do vencimento básico e tampouco a instituição de gratificação por desempenho.

A reunião reafirmou, ainda, a necessidade de aprofundar a luta contra a aprovação do REUNI nas IFES e exigir do governo sua revogação. É preciso que todos os professores sejam alertados sobre todas as conseqüências desse projeto. É preciso ampliar a mobilização. Como visto, na atual negociação, está em jogo não apenas os valores da remuneração, mas o futuro das condições para o exercício do trabalho docente e o futuro da universidade fundada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. De fato, o governo pretende desestruturar a malha remuneratória, um dos pilares que têm garantido o princípio citado.

Diretoria do ANDES-SN

Campanha Salarial

Governo descarta paridade entre ativos e aposentados e isonomia entre carreiras

A secretária-adjunta de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Marilene Ferrari Lucas Alves Filha, deixou claro, durante a reunião de negociação realizada no dia 18, que o governo é contra a paridade entre ativos e aposentados e a isonomia entre os docentes das carreiras de 1º, 2º e 3º graus, dois dos principais eixos da campanha dos docentes.

Junto de representantes do MEC, a secretária-adjunta apresentou, pela primeira vez, os parâmetros pelos quais o governo pretende negociar com os docentes. Um dos pontos da proposta apresentada é a manutenção de uma gratificação por desempenho, que pode ser a GED ou outra que a substitua, composta de um percentual de 20% por avaliação individual e de 80% por avaliação institucional. Neste caso, será mantida a diferença entre os ativos e os aposentados.

Apesar de afirmarem reiteradamente que os parâmetros apresentados não são "fechados" e que o governo está buscando construir uma proposta dialogando com as entidades representativas dos docentes, os representantes dos dois ministérios apresentaram uma proposta que difere profundamente do que pleiteia a categoria.

Marilene Ferrari também deixou claro que o Ministério do Planejamento pretende desenvolver negociações separadas com os docentes do ensino superior e das carreiras de 1º e 2º graus, o que causou a reação de todos os representantes sindicais. O discurso da secretária-adjunta e do diretor de Relações de Trabalho do Ministério, Nelson Freitas, explicitou que a paralisação de 72 horas (para os próximos dias 23, 24 e 25) que o Sinasefe está organizando desagrada o governo.

Nelson Freitas afirmou que o governo entende que a realização de uma paralisação quando há uma negociação em curso não ajuda a produzir avanços. Carlos Alberto, do Sinasefe, lembrou que os docentes de 1º e 2º graus apresentaram sua pauta de reivindicações ao governo há meses, e que, até então, não haviam recebido nenhuma resposta.

Andes-SN/Elizângela Araújo

DIRIGENTES DO ANDES-SN EM AUDIÊNCIA COM A REPRESENTANTE DO MEC E DO PLANEJAMENTO

Proposta para os docentes do ensino superior

O governo propõe a seguinte composição para o vencimento dos professores: vencimento básico (VB) + titulação + gratificação por desempenho. A proposta entregue pelo Andes-SN recupera a paridade entre ativos e aposentados, a isonomia entre as carreiras de 1º, 2º e 3º grau e a incorporação das gratificações pelo valor máximo, resgatando o valor que a remuneração tinha em 1995. Atualmente, a remuneração dos docentes é composta de VB + complementação do salário mínimo + VPI + GAE + GED. O VB já inclui o adicional de titulação, que é um percentual do VB sem titulação

O governo propõe um vencimento básico composto pela incorporação da VPI e da GAE, só que o adicional de titulação seria desmembrado do vencimento e não mais um percentual e sim um valor fixo, diferenciado por classe/nível e por título.

A proposta apresentada pelo governo só se consolidaria entre 2008 e 2010, conforme a seguir

2008 – incorporação da GAE e VPI, titulação com valores fixos por classe /nível e reestruturação da gratificação de desempenho por pontos e por classe/nível;

2009 – alteração do valor do ponto da gratificação de desempenho por classe/nível;

2010 – nova alteração do valor do ponto da gratificação por desempenho por cl./nível;

2010 - incremento do novo VB e alteração do valor do ponto da gratificação de desempenho por classe/nível.

Proposta rejeitada

As entidades presentes observaram que a proposta vem na contramão do que vinha sendo discutido e que é bastante questionável. Depois de intenso debate, os representantes do governo e dos docentes mantiveram suas posições. A reunião seguinte foi confirmada para o dia 23/10, às 18h.

"A proposta de nova estrutura da remuneração, feita pelo governo, adéqua-se ao projeto do Reuni. Por isso, propõe uma gratificação por desempenho baseada nos resultados da instituição e dos docentes", afirma Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN.

O Setor das IFES do Sindicato Nacional, reunido no dia 19, posicionou-se contrário à proposta do governo e definiu que, na reunião do dia 23, a diretoria deve reafirmar a pauta de reivindicações do Sindicato e exigir do governo o tratamento conjunto das carreiras de 1º, 2º e 3º graus. Para o Andes-SN, a postura do governo demonstra que somente a pressão dos docentes, principalmente por meio de mobilizações, poderá resultar no atendimento de suas reivindicações.

Fonte: Andes-SN

Andes-SN/Elizângela Araújo

Pelos direitos trabalhistas

Vinte mil trabalhadores marcharam em Brasília, no último dia 24, e mandaram um recado claro ao governo federal de que não aceitam a Reforma da Previdência nem a perda de mais direitos.
Página 12

Editorial

O encaminhamento da proposta de expansão da UFRJ fora dos parâmetros do Reuni é uma conquista do projeto histórico que defende a universidade pública.
Página 2

Conselho de Representantes

8/11 *quinta-feira* **17:30**

Auditório Anísio Teixeira
Praia Vermelha

Assembléia Geral

13/11 *terça-feira* **17:30**

Pauta

1) Campanha salarial – avaliação das propostas do governo;
2) PRE da UFRJ e Reuni;
3) Atribuições do cargo de 2º Tesoureiro da Adufrj-SSind.

Auditório da Psicologia
Praia Vermelha

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 559 1 de novembro de 2007

Daniel Tiriba

Referência ao Reuni é retirada do PRE-UFRJ

A retirada do Programa de Reestruturação da UFRJ do decreto 6096/07 havia sido uma das reivindicações da Adufrj-SSind em audiência com o reitor no dia 23 de outubro. Na sessão do dia 25, o Conselho Universitário apoiou emenda pela retirada do projeto do Reuni, acolhida pela Comissão de Desenvolvimento do colegiado superior.

Páginas 3 a 6

Editorial

A vitalidade do projeto histórico da universidade de fato pública

O encaminhamento da proposta de expansão da UFRJ fora dos parâmetros do Reuni é uma conquista do projeto histórico que defende a universidade pública como instituição de produção e socialização de conhecimento científico, capaz de ser universalizada, comprometida com os problemas nacionais e aberta ao tempo.

Após um longo período de discussões, mas também de tensões, uma série de iniciativas possibilitou a construção de um projeto de expansão que cria melhores condições para iniciarmos um processo de reforma da UFRJ mais condizente com as metas de uma instituição pública.

As mobilizações do movimento estudantil autônomo, a elaboração de uma proposta alternativa por um coletivo de professores, estudantes e técnico-administrativos, reunidos na Praia Vermelha, as reuniões e assembléias de unidades, o posicionamento do CFCH a favor de uma reforma que não estivesse aprisionada pelo Reuni e a audiência da Adufrj-SSind com o Reitor e sua equipe, ocasião em que os pontos mais problemáticos foram discutidos, entre outras iniciativas, permitiram a votação de uma versão muito distinta da originalmente preconizada pela reitoria. De fato, ao deliberar por um projeto de Reestruturação e Expansão da UFRJ que não descaracteriza a instituição, como aconteceria se o projeto operacionalizasse localmente o Reuni, o posicionamento do Consuni possibilita a abertura de um novo patamar de diálogo que deve incorporar o conjunto da comunidade na definição dos rumos da UFRJ.

Seguramente, a construção de uma agenda que possibilite a reforma da UFRJ é hoje um anseio dos setores acadêmicos comprometidos com o projeto de universidade pública e, não menos importante, de movimentos sociais que reivindicam que o acesso ao conhecimento científico, cultural, tecnológico, histórico-social e artístico é um direito humano fundamental a ser conquistado pela classe trabalhadora.

O Projeto aprovado

Tal como reivindicado pela Adufrj-SSind, as referências aos pressupostos, aos conceitos e às diretrizes do Reuni/Universidade Nova, como a terminalidade breve, o uso indiscriminado de EAD, os bacharelados interdisciplinares, o uso de pós-graduandos como força de trabalho, o atingimento da meta de 1:18 e da taxa de conclusão de 90%, bem como a adoção do léxico bancomundialista que sustenta essas propostas (multidisciplinaridade, flexibilidade, sociedade do conhecimento, gestão do conhecimento etc) foram excluídas da proposta. Entretanto, nada disso adiantaria se a proposta fosse enviada "nos termos do Reuni" ou "para atender ao Reuni" ou qualquer outra indicação de adesão ao Reuni. Por isso, a exclusão da referência ao Reuni no artigo XX do PRE pode ser considerada um importante avanço das lutas na UFRJ.

A vitória dos movimentos foi possível mesmo em um contexto em que a correlação de forças era francamente desfavorável. Frente à possibilidade de a reitoria aprovar sem maiores resistências o seu projeto explicitamente referenciado na Universidade Nova/Reuni, os movimentos docente, estudantil autônomo e os técnico-administrativos, críticos em relação as contra-reformas, optaram pela realização de assembléias por unidades, reuniões gerais, sustentando a defesa da expansão mas com base no projeto histórico defendido, entre outras entidades, pelo Andes-SN e pelos setores democráticos da UFRJ. A partir dessas reuniões locais, professores, estudantes e técnico-administrativos, incluindo diretores de unidades, decidiram organizar uma agenda alternativa à do Reuni, por meio de grupos de trabalho e seminários.

Assim, na batalha de idéias, a existência de um projeto alternativo ao Reuni corrobora a tese de que a UFRJ poderia ampliar as suas vagas fora dos marcos do decreto 6096/07 e que as críticas ao projeto governamental têm clara posição a favor da expansão das matrículas, mas em moldes universitários.

Fez diferença, também, a massiva mobilização liderada pela Frente de Luta contra a Reforma Universitária na sessão do Conselho Universitário do dia 18 de outubro que deliberou pela aprovação do documento-base da reitoria fora dos procedimentos acadêmicos aceitáveis. O movimento estudantil autônomo demonstrou vigor em defesa da educação pública, da democracia e da autonomia, tal como na época do interventor Vilhena, quando os estudantes lutaram para preservar a institucionalidade de nossa universidade!

Fortalecida pela maior interlocução com a base (em especial a partir dos seminários) e, sobretudo, pela vigorosa mobilização estudantil, a Adufrj-SSind levou ao reitor as suas críticas ao método e ao conteúdo do projeto da reitoria, elencando todos os pontos que, conforme a nossa avaliação, estruturavam o Reuni/Universidade Nova (ver relatório da audiência e carta encaminhada ao reitor na página 3).

A sessão ordinária do dia 25/10 acatou muitas das críticas apresentadas pela Adufrj-SSind. Um ponto em especial deverá ser acompanhado com muita atenção pelos colegiados da universidade: o regime de trabalho na contratação de docentes.

No mesmo dia da sessão do Consuni de 18/10, o Andes-SN tomou conhecimento, em audiência com o MPOG, do **recrudescimento das ações governamentais para impor o Reuni** – agora por meio da conversão da carreira e da remuneração dos docentes em ferramentas para implementar, na prática, a reestruturação neoliberal da universidade. Ao contrário do que foi reivindicado pela Adufrj-SSind, manteve-se no PRE a possibilidade de excepcionalidade de contratação de docentes em regime de 40h.

Na continuidade e aprofundamento das discussões acerca das indicações aprovadas na resolução, abre-se uma nova etapa da luta em defesa do público e da autonomia universitária na construção de um projeto transformador para a UFRJ. A comunidade universitária deve acompanhar atentamente de forma participativa este debate.

Nesse sentido, a rejeição de inclusão na pauta do Consuni da discussão sobre a realização de um Congresso que pudesse contribuir para a organização de um projeto de universidade a partir das discussões de amplos setores da universidade – envolvendo docentes, técnico-administrativos e estudantes – causa preocupação. Embora indicada no PRE a continuidade do debate, não há nenhuma menção à metodologia.

Causa inquietação, ainda, que os representantes conselheiros tenham votado em sua maioria contra a proposta de discussão de um Congresso com a alegação de que o mesmo não havia sido discutido. Os conselheiros desconheceram que o tema foi reivindicado em várias das audiências públicas e que até mesmo o reitor havia sinalizado positivamente. É imperioso que esse debate não esteja fechado.

Todos os calorosos e intensos acontecimentos em torno do Reuni/ Universidade Nova indicam que a UFRJ precisa repensar profundamente a forma do que deveria ser o seu autogoverno. Foram raros os conselheiros que escutaram os seus representados, muitos votaram segundo suas convicções pessoais, procedimento que não contribui para a democracia e para o fortalecimento dos colegiados universitários.

Muitas lutas estão por vir

Compreendemos que os próximos passos são cruciais. Reforçar a luta nacional contra o Reuni e as abomináveis medidas contra a carreira e, ao mesmo tempo, reforçar os laços com as lutas pela democratização real da universidade, aprofundando os debates sobre o nosso projeto de universidade para que o mesmo incite as lutas dentro e fora da universidade. Fortalecidos na base, poderemos caminhar mais longe!

A Adufrj-SSind é, e será, uma aliada de um projeto transformador para a universidade brasileira! Considerando a trajetória histórica da UFRJ, nos empenharemos que o posicionamento em prol da autonomia seja o catalisador de um período virtuoso para a nossa instituição!

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Maria Cristina Miranda da Silva **1º Vice-Presidente:** Roberto Leher **2º Vice-Presidente:** Roberto José de Lima **1º Secretário:** Luis Paulo Vieira Braga **2ª Secretária:** Anita Handfas **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Química:** Marylena Barreiros Salazar (titular); **Faculdade de Educação:** Herli Joaquim de Menezes (titular); **Escola de Serviço Social:** Cleusa dos Santos (titular); Janete Luzia Leite (titular); Ângela Maria Hygino Rangel (titular); **Colégio de Aplicação:** Regina Célia de Souza Pugliese (titular); Célia Brito Teixeira Gama (titular); Vania Maria Rocha Gomes Hozumi (suplente); **Faculdade de Medicina:** Maria da Conceição Zacharias (titular); **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Marilurde Donato (titular); Walcyr de Oliveira Barros (titular); **Escola Politécnica:** José Henrique Erthal Sanglard (titular) **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **Redação:** comunica@adufrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Adufrj-SSind

Seção Sindical solicita retirada do projeto da UFRJ do Reuni

Na véspera da sessão do Consuni, diretoria encaminhou reivindicação à reitoria

A diretoria da Adufrj-SSind solicitou e obteve audiência com a reitoria da UFRJ no último dia 23, às vésperas da sessão do Conselho Universitário que retirou o Reuni do Programa de Reestruturação da universidade que será encaminhado pela reitoria ao Ministério da Educação (veja matéria nas páginas 4 e 5). A direção da seção sindical manifestou ao reitor Aloisio Teixeira a preocupação que a votação sumária da sessão do Consuni do dia 18/10 tivesse fechado um importante debate na universidade. A diretoria da Adufrj-SSind apresentou ao dirigente o entendimento de que a manifestação dos estudantes na sessão do dia 18 fora legítima, em defesa da democracia e da educação pública. Nesse sentido, cobraram uma postura democrática da reitoria quanto às diferentes visões de universidade e o exercício da autonomia da UFRJ na apresentação de projetos de expansão e na requisição de verbas. Para isso, o PRE teria que ser apresentado ao governo fora dos marcos do decreto. "Apresentamos também nossa contrariedade com a proposta salarial do governo, que vincula o salário dos docentes à "avaliação institucional" (isto é, à adequação ao Reuni), e reivindicamos que a UFRJ não contribua para isso", relatou Cristina Miranda, presidente da entidade dos docentes. Para a diretoria da seção sindical, isso torna ainda mais grave a aceitação do Reuni pelas Ifes.

Na reunião, a reitoria reafirmou o seu entendimento, já sinalizado na entrevista coletiva do dia 19 e na reunião com os estudantes, da validade da votação do dia 18 e de que somente o próprio Consuni poderia rever essa decisão. Entretanto, afirmou que não era intenção da administração implantar na UFRJ o modelo de universidade preconizado pelo decreto do Reuni, nem o modelo denominado Universidade Nova, ainda que concordasse com parte deste, pois reconhecia que não um era consenso na universidade. Assim, manifestando a intenção de propor alterações no texto que dissipassem quaisquer entendimentos de que o PRE-UFRJ fosse uma adesão ao Reuni, o reitor perguntou o que a atual diretoria da Adufrj-SSind via no PRE da UFRJ que o identificava com o Reuni ou com a Universidade Nova e solicitou que a análise da entidade lhe fosse enviada.

A direção da Adufrj-SSind enviou ao reitor suas considerações acerca do PRE-UFRJ no dia seguinte à audiência. Participaram da audiência, pela reitoria, o prefeito da Cidade Universitária, Hélio de Mattos; o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento, Carlos Levi; o chefe de gabinete do reitor, João Eduardo; e o Superintendente Geral de Administração e Finanças, Milton Flores. Pela diretoria da seção sindical, participaram Cristina Miranda, Roberto Leher e José Miguel Bendrao Saldanha.

Carta da Diretoria da Adufrj-SSind entregue ao reitor Aloisio Teixeira em 23 de outubro

Prezado Prof. Aloisio Teixeira,

O recrudescimento das ações governamentais para impor o Reuni – agora por meio da conversão da carreira e da remuneração dos docentes em ferramentas para implementar, na prática, a reestruturação neoliberal da universidade – torna ainda mais relevante o conteúdo da proposta que a UFRJ irá apresentar ao MEC para a sua expansão.

Como já salientado na audiência que motivou esta carta (23/10/07), para a Adufrj-SSind a sessão do Consuni de 18/10 pode ter conseqüências muito negativas para os rumos da UFRJ e, por isso, os próximos encaminhamentos serão decisivos para o futuro da instituição. As circunstâncias da votação, conforme a nota pública da Adufrj-SSind e a ausência concreta de debates na referida sessão sobre o mérito da proposta da reitoria e das proposições alternativas, podem levar a instituição a acatar pressupostos e conceitos do Reuni ainda existentes no PRE-UFRJ, em detrimento da autonomia universitária e do projeto de universidade pública defendido pelo Andes-SN, inviabilizando qualquer movimento transformador da universidade e frustrando as expectativas de todos os que lutam pela educação pública, laica, gratuita e de qualidade. Com efeito, compreendemos que o Decreto 6096/07 impõe às universidades federais um modelo de educação que faz parte de um arcabouço muito maior de medidas contra-reformistas que objetivam converter as universidades em organizações de ensino pós-secundárias, caracterizadas como educação terciária

Segundo a leitura feita pela Adufrj-SSind dos pontos de confluência entre o PRE-UFRJ e os conceitos e fundamentos do Reuni, destacam-se, por relevância:

a. As novas alternativas, trajetórias de formação profissional e os novos paradigmas acadêmicos de educação superior;

b. A redefinição da estrutura de organização e de administração acadêmica, para tornar a UFRJ mais comprometida com uma dinâmica mais integrada de gestão desses conhecimentos;

c. A implantação de ciclos básicos, a criação de cursos interdisciplinares envolvendo diferentes unidades e centros, e a diversificação dos cursos de graduação, tendo em vista sua natureza, finalidade, conteúdo curricular, **duração** e qualidade;

d. A orientação tutorial de estudantes de graduação;

e. A determinação de revisão de normas estatutárias e regimentais, bem como de procedimentos dos Conselhos Superiores e pela Administração Central objetivando a flexibilização curricular.

f. A restrição do debate a apenas 8 meses;

g. A ressignificação da função do CAp, limitando-o à dimensão estritamente escolar e técnica, em detrimento de sua função de formação de professores em conjunto com a Faculdade de Educação e demais unidades relacionadas à formação de docentes;

h. A possibilidade de "outros regimes de trabalho" que não o regime de DE e, excepcionalmente, o regime de 20h, em particular em um contexto de aceitação do banco de professor-equivalente;

i. A priorização dos novos recursos: distintamente do documento da reitoria, compreendemos que a prioridade tem de ser a efetiva universalização da assistência estudantil, a melhoria da infra-estrutura de todos os *campi* da UFRJ que devem compor o plano diretor da UFRJ;

j. A possibilidade de cessão e alienação de patrimônio da UFRJ, e

k. Finalmente, o item de maior abrangência em termos de aceitação dos termos do Reuni: o encaminhamento ao Ministério de Educação, **nos termos do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**.

Embora não exaustiva, essas preocupações da Adufrj-SSind estão relacionadas com os conceitos, pressupostos e encaminhamentos da matriz-conceitual do Reuni, o projeto da Universidade Nova que objetiva reduzir o tempo de graduação, ressignificar o próprio sentido da graduação no país, naturalizando a disjunção entre ensino, pesquisa e extensão, sobreintensificando o trabalho docente e abrindo caminho para a existência de distintos tipos de professores. Todas essas preocupações, como já apontado, tornaram-se ainda mais vivas após a divulgação do projeto governamental que dissocia titulação e vencimento e introduz uma nova gratificação produtivista associada ao atingimento das metas do Reuni. Por isso, para a Adufrj-SSind, a aceitação dos termos do Reuni, como explicitado pelo PRE-UFRJ, pode ser um divisor de águas na UFRJ. A admissão do Reuni pelo Consuni pode provocar fraturas internas que provocarão uma desconstituição sem precedentes do *ethos* universitário. Alternativamente, a afirmação da autonomia universitária pode abrir um promissor processo de reforma radical da universidade. A Adufrj-SSind é e será uma aliada de um projeto transformador para a universidade brasileira. Em conformidade com a trajetória histórica da UFRJ, nos em-penharemos que o posicionamento em prol da autonomia seja o catalisador de um período virtuoso para a nossa instituição!

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2007

A Diretoria

Colegiados

Consuni retira referência ao Reuni do projeto da UFRJ

Representantes da comunidade universitária querem realização de um Congresso interno para discutir a reforma da universidade

Apesar de reafirmar como legítima a votação feita às pressas na sessão anterior sobre o Projeto de Reestruturação e Expansão na UFRJ, dia 18/10, o Conselho Universitário do último 25 de outubro decidiu retirar do texto que será encaminhado ao MEC a referência ao decreto de reestruturação do governo Lula para as universidades federais (Reuni) (veja quadro). A proposição de modificar o artigo XX da resolução do Consuni, que explicitamente citava o decreto governamental, foi feita pelo conselheiro Agnaldo Fernandes, representante dos técnico-administrativos no colegiado e acatada pela Comissão de Desenvolvimento.

A retirada da referência ao Decreto 6069/07 (Reuni) do PRE-UFRJ havia sido uma das reivindicações da Adufrj-SSind na audiência com o reitor no dia 23/10.

Embora tenham defendido conceitos como democracia e respeito à institucionalidade para criticar a manifestação estudantil da sessão anterior, a maioria dos conselheiros rejeitou a proposta de discussão sobre a realização de um Congresso interno para debater os rumos da universidade naquela sessão.

Avaliações do dia 18

Ainda no expediente, alguns conselheiros criticaram o ato de oposição ao Reuni feito pelos estudantes na reunião de 18 de outubro. Outros, ainda, evocaram conceitos como democracia e respeito à institucionalidade para criticar a manifestação dos estudantes.

Já os estudantes que estavam assistindo à sessão levaram um 'rodo' enfeitado com uma fita vermelha, fazendo alusão à votação sumária naquela sessão.

A decana do CCMN, Ângela Rocha, encaminhou nota do Conselho de Coordenação do seu Centro com repúdio à manifestação do dia 18 e em apoio à atuação do reitor, que manteve a condução daquela reunião. O decano do CCJE, Alcino Câmara, comentou que, dentro das possibilidades, o colegiado teria dado um primeiro passo na direção da universalização do ensino superior com a votação do anteprojeto.

Eduardo Batista (representante dos adjuntos doutores do CT) observou que a UFRJ acordou, nos últimos tempos, para a discussão do seu futuro. Mas criticou o que chamou de falta de tolerância dos que se opunham ao anteprojeto da reitoria: "Essa aqui é a Casa do saber, do conhecimento e da tolerância. Com a intolerância, tudo se extingue na universidade, inclusive a discussão e a democracia", disse.

Fotos: Daniel Tiriba

CONSELHEIROS VOTAM PROPOSTAS DE EMENDAS AO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DA UFRJ, NO AUDITÓRIO DO CT

Roberto Medronho (representante dos adjuntos doutores do CCS) reafirmou que via com muita simpatia as manifestações questionadoras dos estudantes, mas que não poderia admitir a intolerância num ambiente democrático e acadêmico.

O 'outro lado'

Representante dos técnico-administrativos, Agnaldo Fernandes disse não ter assinado o documento apresentado aos conselheiros dando legitimidade à votação da sessão anterior e que tem circulado por toda a UFRJ: "Todos os argumentos apresentados aqui servem ao outro lado também. Houve uma ação extrema e, na minha opinião, houve uma reação extremada, da mesma forma. E a questão da intolerância também serve para os dois lados. Uma atitude intolerante não pode ser respondida com uma ação intolerante também. E acho que a forma como foi votada (a aprovação do projeto da reitoria), na semana passada, não pode ser considerada democrática", afirmou, acrescentando que sequer foram perguntados os votos contrários ou as abstenções, naquela ocasião.

Mário Jorge Coutinho, representante discente, falou que houve tumulto, sim, na reunião do dia 18. Mas foi muito pior a reação da reitoria: "A reitoria foi às audiências públicas com os argumentos de que 'vamos fazer o debate', mas, nos espaços decisórios, não abriu, em nenhum momento, espaço para opiniões divergentes. A democracia não é só a do 'eles gritam, a gente vota'. A democracia é quando todos os integrantes da comunidade têm capacidade de intervir num processo", comentou.

Proposta original

"XX – Encaminhar ao Ministério de Educação, nos termos da presente Resolução e do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, proposta indicativa da criação de 3.340 vagas, assim distribuídas:"

Como ficou

"XX – Encaminhar ao Ministério de Educação proposta indicativa da criação de 3.340 vagas, assim distribuídas:"

Adufrj-SSind pede ponderação ao colegiado

Com a palavra concedida pelo colegiado superior, a professora Cristina Miranda fez uma saudação ao movimento estudantil autônomo: "Quando na UFRJ ocorreu o mais grave ato contra a institucionalidade (intervenção do MEC, com a gestão Vilhena, em 1998), foi esse mesmo movimento estudantil que demonstrou vigor em defesa da democracia, da institucionalidade e da autonomia universitária", disse.

Segundo Cristina, o colegiado deveria ter sensibilidade para reconhecer que não houve uma adesão ao Reuni na sessão do dia 18: "Esse reconhecimento seria um ato de apreço à instituição. A sessão do dia 18 pode ter conseqüências muito negativas para os rumos da UFRJ", ressaltou. No ponto de vista da diretora da seção sindical, há uma compreensão de que o Reuni faz parte de uma estrutura ainda maior, que visa, em última instância, transformar as universidades em meras organizações de ensino pós-secundárias.

Cristina ainda apresentou alguns pontos do projeto e suas ligações com os princípios do Reuni e Universidade Nova: "Nós compreendemos que a UFRJ tem autonomia para encaminhar uma proposta de expansão e ampliação de acesso ao MEC e pleitear verbas para essa proposta. Mas entendemos que isso não deve e não precisa ser feito como adesão ao Reuni. A admissão do Reuni pelo Consuni pode provocar fraturas internas que provocarão uma desconstituição sem precedentes das práticas universitárias", completou. A professora lembrou que, por sua importância, o posicionamento autônomo do colegiado da UFRJ fortaleceria a luta em outras instituições. Cristina também chamou a atenção para as últimas rodadas de negociação salarial entre o Andes-SN e o governo, nas quais os representantes do Ministério do Planejamento anunciaram uma nova gratificação produtivista, muito provavelmente ligada ao atingimento das metas do Reuni (matéria na página 6).

ESTUDANTES VOLTARAM A SE MANIFESTAR NA SESSÃO DO CONSUNI DO DIA 25

A PROFESSORA MARIA MALTA LÊ O DOCUMENTO DO COLETIVO DA PRAIA VERMELHA

Falando em nome do Coletivo de docentes, estudantes e técnico-administrativos que elaborou uma proposta de reforma alternativa ao Reuni, a professora Maria Malta, do Instituto de Economia, propôs como alternativa a reivindicação de recursos para a universidade fora dos marcos do Reuni. Reafirmou que o coletivo da Praia Vermelha critica os chamados cursos de terminalidade breve e a utilização de um modelo pouco discutido de ensino a distância, entre outros pontos. "Pedimos a retomada do diálogo acadêmico e o restabelecimento da discussão democrática nesse processo que pode mudar, em qualquer direção, a vida da universidade pública no país nos próximos 40 anos. Garantamos que seja para a direção da revolução universalizante da universidade de qualidade e não para uma cesta básica do ensino superior", finalizou.

Manifesto dos estudantes que ocupam reitoria

Carol Barreto, da ECO, falou em nome dos estudantes que ocupam a reitoria da UFRJ desde o dia 18. Ela leu um manifesto em que questionou o Reuni pela precarização que poderá causar ao ensino superior do país ao adaptar os cursos ao mercado. "O governo faz chantagem econômica ao condicionar o recebimento de verbas a uma série de metas lesivas à educação pública", disse. Carol justificou a ocupação como uma forma de denunciar o conteúdo do projeto que ataca todos os que lutam por uma universidade pública, gratuita e de qualidade. A estudante fez a leitura de uma série de exigências dos manifestantes, como o posicionamento contrário ao Reuni, a realização de um congresso interno e o plebiscito para tomada de decisões. Também reivindicou mais vagas, aumento de verbas públicas que garantam a expansão, bandejão em todos os *campi*, reforma do alojamento e mais bolsas, entre outros. Declarou ainda que a UNE não fala em nome da ocupação da reitoria da UFRJ.

Colegiado rejeita discussão do Congresso

A proposta foi inicialmente apresentada durante o expediente, nas falas de Ana Maria Ribeiro, da coordenação do Sintufrj, que cobrou a realização de um Congresso interno paritário para discussão de vários pontos da proposta da reitoria e da representante do grupo que encaminhara uma proposta alternativa ao Reuni na sessão anterior, a professora Maria Malta (Instituto de Economia), que defendeu a necessidade de um Congresso da universidade para envolvimento de toda a comunidade acadêmica nos rumos da UFRJ.

Como conselheiro, Agnaldo Fernandes encaminhou que a discussão sobre a realização do Congresso interno da UFRJ constasse da pauta da reunião. O conselheiro Carlos Vainer (CCJE), entretanto, manifestou-se contrariamente à inclusão, naquela sessão, pois defendia que o tema deveria ser debatido junto à comunidade, antes de chegar ao Consuni: "Este tema pode ter sido discutido entre os estudantes, mas não foi objeto de discussão entre os docentes. Nenhum de nós participou de nenhuma discussão, pelo menos muitos de nós, a imensa maioria de nós, não participou", afirmou. Ele sugeriu que a dinâmica do Congresso fosse levada a debate na comunidade da UFRJ antes de qualquer outra medida.

Agnaldo observou que o Congresso não seria uma proposta apenas dos estudantes. O dispositivo foi proposto pela coordenação do Sintufrj e, inclusive, em audiências públicas, pelo próprio reitor Aloisio Teixeira, entre outros conselheiros: "Então não é algo novo. Como organizá-lo seria uma conseqüência. Para isso, o órgão máximo da universidade deve aprovar o Congresso para discutir sua concepção de universidade no país e apresentá-la para a sociedade", analisou. No entanto, por 29 votos contrários e apenas 13 favoráveis, além de uma abstenção, a proposta de incluir o ponto em pauta foi rejeitado, sob vaias e protestos dos estudantes.

Emendas ao projeto – mas sem discussão

Na fase de emendas ao projeto de reestruturação e expansão da UFRJ, o reitor observou que não haveria discussão, mas encaminhamentos, se necessários, contra ou a favor, seguidos de votação das propostas. O reitor anunciou que daria preferência justamente ao item que falava do envio da proposta do MEC, que terminou com o acatamento da emenda de retirada da referência ao decreto do Reuni.

Pouco depois o representante discente Jorge Badauí anunciou que se retiraria do colegiado, ao lado de outro colega Mário Jorge, por discordarem do funcionamento de votação "fatiada do Reuni, por emendas e sem possibilidade de discussão". Paula Menezes, representante dos pós-graduandos no colegiado, manifestou discordância com a votação da sessão ocorrida no dia 18. Por isso, afirmou que não votaria nas emendas.

Após a retirada dos estudantes do auditório, o representante dos professores Titulares, Carlos Vainer, em declaração de voto, disse que a reitoria estava autorizada, então, a partir da votação da retirada da referência ao Reuni do PRE, a promover junto ao governo as ações administrativas para a concretização do primeiro módulo do projeto, no que foi acompanhado por vários outros conselheiros.

O decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro, por sua vez, disse que se absteria de todas as votações, não pelo mérito do texto, mas por não considerar válida a votação do dia 18: "Não posso dar voto, favorável ou contrário, a uma matéria que não pude discutir, uma vez que propostas foram debatidas exclusivamente na Comissão de Desenvolvimento, embora seja favorável a mudanças", comentou. Também foi seguido nesse posicionamento pelas conselheiras Lilia Pougy e Miriam Kaiuca (representante dos adjuntos doutores do CFCH e dos docentes do CAp, respectivamente).

Também o representante dos professores dos Titulares do CCS Rui Cerqueira (Instituto de Biologia) manifestou-se contra a não discussão das emendas. O conselheiro desculpou-se publicamente com seus representados, afirmando ter votado errado na sessão anterior, já que naquele momento entendia que o Conselho estaria aberto ao debate das emendas nesta sessão

Após a primeira votação e as declarações de voto, seguiu-se a deliberação dos outros itens que, em geral, retiraram do texto do PRE as referências aos marcos conceituais do Reuni/Universidade Nova.

Colegiados

Adufrj-SSind alerta para a ligação do Reuni com a gratificação produtivista

Adufrj-SSind denuncia pressão do governo aos docentes para impor Reuni nas Ifes

Em seu discurso na sessão do Conselho Universitário do último dia 25, a presidente da Adufrj-SSind, Cristina Miranda, observou que, no dia 18 de outubro, o Andes-Sindicato Nacional tomou conhecimento, em audiência com o Ministério do Planejamento, do recrudescimento das ações governamentais para impor o Reuni, desta vez através de medidas na própria carreira docente.

Segundo nota da diretoria do Andes-SN, os parâmetros para a nova composição da malha salarial dos professores pretendida pelo governo retomam a remuneração por produtividade de forma ainda mais exacerbada do que com a GED.

Daniel Tiriba

PRESIDENTE DA ADUFRJ, CRISTINA MIRANDA FALA AO CONSUNI, NO DIA 25

Esta mudança se dá quando a remuneração do professor passa a ser dependente da combinação de resultados da instituição (80%) e de resultados do indivíduo (20%). Portanto, para receber quantidade elevada de pontos na gratificação, não basta ao indivíduo dar muitas e muitas aulas, é preciso que seu departamento, seu curso, sua universidade, alcancem bons resultados, nas metas definidas pelo Reuni.

E as metas não se limitam às quantidades de alunos, mas também de certificações. Portanto, no limite, a remuneração do docente dependerá também da redução da evasão e dos índices de conclusão dos cursos. Ou seja, a reprovação de alunos poderá ser sentida no bolso dos professores. O governo, incapaz de implementar uma política educacional que permita aos alunos um bom desempenho escolar, impõe a diplomação sem mérito acadêmico.

CEG aprova datas dos atos acadêmicos de 2008

Realizado no Salão Nobre da decania do Centro de Tecnologia, por causa da continuidade da ocupação estudantil no prédio da reitoria, o CEG de 24/10 aprovou a proposta de resolução que fixa as épocas para os atos da administração acadêmica para 2008, já na página da PR-1.

Bolsa de estágio para LIGs

Também foi aprovado o edital que oferecerá 100 bolsas de estágio em Laboratório de Informática para o período de maio de 2008 a abril de 2009. O responsável pelo laboratório deverá encaminhar a solicitação de bolsas dos alunos interessados para a Divisão de Ensino até 20 de dezembro deste ano. O conteúdo do edital também já está na página da Pró-reitoria de Graduação.

Crítica aos estudantes

O Conselho de Ensino de Graduação criticou as manifestações ocorridas na UFRJ contra o Reuni. Para os representantes do colegiado que se pronunciaram sobre o assunto, a atitude dos estudantes no Consuni do dia 18 foi desrespeitosa.

A pró-reitora de Graduação e presidente do CEG, Belkis Valdman, observou que a situação da aprovação do Reuni na UFRJ alcançou repercussão nacional e que a reitoria não pretendia, no momento, iniciar nenhuma medida disciplinar contra alunos que possam ter se excedido durante aquela sessão do Consuni. Segundo ela, até mesmo para não influenciar o resultado das eleições para o DCE, no fim de outubro.

Conselheiro critica mensagem da Adufrj-SSind

A mensagem dirigida pela diretoria da Adufrj-SSind à comunidade acadêmica para cobrar dos conselheiros que fosse feita a vontade de seus representados com relação ao Reuni também sofreu críticas no CEG. O professor Fernando Augusto (CT) se disse bastante desconfortável com o texto e comentou que teve vontade de questionar de volta se o princípio também não deveria valer para o sindicato.

Sobre a Adufrj-SSind, a pró-reitora lembrou ao colegiado que houve a recente mudança de diretoria, que em pouco mais de 400 votos recebidos na última eleição, cerca de 390 seriam de docentes aposentados. Perguntada ao fim da sessão pela reportagem da Adufrj, disse ter conseguido esse número em uma reunião da equipe da reitoria. Ainda de acordo com o que respondeu para a reportagem, isso demonstraria a pequena participação dos docentes em atividade da UFRJ nesta entidade.

Kelvin Melo

POR CAUSA DA OCUPAÇÃO ESTUDANTIL NA REITORIA, REUNIÃO OCORREU NO CT

A Adufrj-SSind não tem o hábito de apurar com exatidão quantos sindicalizados ativos e aposentados votam nas suas eleições, mas com base na observação direta do último processo eleitoral, podemos afirmar com segurança que a proporção de aposentados não ultrapassou 10% do total de votantes. As declarações da pró-reitora sobre a quantidade de votantes aposentados não têm, portanto, base na realidade.

Diretoria da Adufrj-SSind

Universidade

Produtivismo acadêmico intensifica precarização do trabalho docente

Elizângela Araújo*

A mercantilização, cada vez mais intensa, da educação superior tem gerado graves efeitos sobre a saúde do professor e, por isso, vem ocupando significativo espaço na agenda do Andes-SN. Tanto que o tema da conferência realizada pelo Andes-SN para marcar o Dia do Professor, no último dia 15, foi "Produtivismo acadêmico, produção do conhecimento e alienação do trabalho docente".

O produtivismo é uma das conseqüências da mercantilização, e já está enraizado tanto nas instituições particulares quanto nas públicas. O modelo de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, por exemplo, tem consolidado o produtivismo nas universidades públicas ao exigir dos docentes da pós-graduação a intensa produção de artigos em curtos prazos. Essa situação tem levado os professores a se preocuparem mais com a quantidade do que com a qualidade dos trabalhos, o que contribui para o empobrecimento do ensino. "Os artigos que produzimos são círculos fechados, não têm mais conseqüências", criticou o professor Lucídio Bianchetti, da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, um dos conferencistas. Bianchetti deixa claro: "Não somos contra a avaliação, mas, sim, contra esse modelo de avaliação que prioriza a quantidade e não a qualidade de artigos publicados, que trouxe o conceito empresarial de produtividade para dentro da universidade, ao qual a liberação dos recursos está subordinada. Isso faz com que o sentido da educação deixe de existir".

Para o professor, "o capitalismo acadêmico está entranhado na universidade brasileira". Ele alertou sobre os efeitos que esse modelo produtivista traz para a saúde física e mental dos professores. "Hoje, muitos docentes não têm mais vida social, pois precisam atender a demandas cada vez maiores, impostas pela política educacional brasileira, dar conta, em prazos cada vez mais exíguos, das exigências do sistema. Assim, a importância da procrastinação vai sendo esquecida. Nesse surto produtivista, a síndrome de *burnout* já é uma epidemia". Bianchetti afirmou que "FHC e Paulo Renato passaram e vemos que a empresa dentro da universidade passou de uma política de governo para uma política de Estado".

Crise financeira e de identidade

Autora do livro "Revolução no Trabalho", a psicóloga Denise Vieira da Silva Lemos, doutora pelo Núcleo de Psicologia Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, disse que a universidade brasileira vive uma crise financeira, de identidade e na sua estrutura interna, que tem como eixo a perda de sua autonomia. "Hoje, o professor luta para sobreviver. Além do ensino, tem que fazer pesquisa e extensão e, às vezes, ser um bom administrador e, mais recentemente, um bom captador de recursos financeiros", declarou.

Para a psicóloga, essa polivalência resulta na desvalorização do trabalho docente, porque "esse processo vai alienando o professor de sua atividade e ele já nem mesmo planeja suas aulas". Denise alerta que, com o grande rol de atividades que o professor tem que desenvolver hoje, "o ensino tem se transformado numa atividade marginal".

Para ela, a conseqüência mais crítica desse modelo empreendedor é a perda da capacidade crítica da universidade. "Ética, crítica e política ficam de fora desse sistema. O professor fica sendo o depositário dessas tensões e acaba perdendo a autonomia sobre sua atividade, quando a autonomia é o principal elemento de atratividade da carreira. No entanto, na minha pesquisa, vi que, hoje, ela está reduzida à autonomia em relação à sala de aula, somente".

Paulo Rizzo, presidente do Andes-SN, destacou que as políticas do governo brasileiro visam primordialmente à melhoria dos indicadores quantitativos da educação sem que haja uma preocupação real com a qualidade do ensino que tem sido proporcionado aos brasileiros. "Todas as demandas empresariais para a educação são de aligeiramento na formação", afirmou. Rizzo também criticou os sistemas de avaliação e financiamento, que levam ao individualismo. "A escassez de recursos exige alta produtividade dos professores, e essa lógica individualiza todas as responsabilidades. Não há futuro para a universidade na individualização. A saída para a universidade brasileira é a garantia de recursos públicos e de autonomia", defendeu.

Sindicato Nacional construirá agenda de enfrentamento à precarização do trabalho docente

Ao Informandes Online, o presidente do Andes-SN declarou que na reunião intersetorial (setores das Federais, Estaduais e das Particulares) marcada para esta semana em Brasília, o Sindicato Nacional construirá uma agenda de enfrentamento da reforma universitária, contra a privatização acadêmica e em defesa da carreira docente contra todas as formas de precarização. "O Andes-SN precisa trabalhar de forma mais sistemática a defesa da saúde do professor e das condições de trabalho docente. Não basta reivindicarmos somente salários. É necessário que tenhamos condições adequadas para o bom desempenho da nossa função. E a saúde do professor tem quem ser um tema prioritário para nós", afirmou Rizzo.

*Imprensa Andes-SN

A TV Comunitária,
Canal 8 da NET, em Brasília,
está reprisando o programa, que pode ser visto em
www.tvcomunitariadf.com.br
nos seguintes dias e horários:
Quarta, 31/10: 14h **Sexta, 2/11**: 8h

Movimento

Estudantes contra o Reuni em todo o país

Manifestações e ocupações de reitorias nas federais

O mês de outubro entrará para a história das universidades federais. Em todo país, desde o dia 17, estudantes, professores e técnico- administrativos têm se manifestado pela não aprovação do Programa de Apoio ao Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni. Ao todo, 11 reitorias já foram ocupadas, sendo duas desocupadas. Segundo o Ministério da Educação (MEC), chega a 32 o número de instituições que aderiram ao programa de reestruturação do governo. O MEC, no entanto, apresenta esse número desconsiderando o fato de que algumas instituições, como a UFRJ, estão apresentando projetos de expansão fora dos marcos do decreto. E muitas, ainda, não deliberaram e recebem forte pressão da comunidade para não aderirem ao Reuni.

A primeira ocupação foi da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Na manifestação, que ocorreu no último dia 17, em frente ao Conselho Universitário, estudantes e professores tentavam garantir o debate democrático sobre a forma de expansão. Ao entrar no local do conselho, os manifestantes foram reprimidos por seguranças e houve confronto. Após a aprovação da disputa de verbas do decreto, os estudantes ocuparam a administração do *campus* em Guarulhos. No dia 22, foi expedido, pela juíza Adriana de Zanetti da 2ª Vara Federal do município, uma liminar de reintegração de posse em favor da reitoria da Unifesp. No dia 24, por volta das três da manhã, policiais chegaram ao local para cumprir o mandado e os estudantes saíram pacificamente, sem precisar da intervenção policial.

Paraná

Também no dia 17, estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR) ocuparam a sala do Conselho Universitário da instituição. Os estudantes exigiam um plebiscito aberto a toda a comunidade acadêmica para decidir sobre a reforma. A sessão do dia 25 foi encerrada sem a deliberação dos conselheiros, mas indicou que o plebiscito sobre o Reuni será discutido pelas unidades acadêmicas. Os discentes, até o fechamento da matéria, permanecem na ocupação.

UFRJ

No dia 18, foi a vez da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Depois de um turbulento Conselho Universitário, os estudantes ocuparam o saguão da reitoria em protesto ao rito de votação sobre a adesão ao PRE-UFRJ. Na coletiva de imprensa do dia 19, o reitor Aloisio Teixeira disse que o colegiado seria soberano para decidir o que quisesse na sessão seguinte do Consuni, que ocorreu no dia 25. Até o fechamento da matéria os estudantes permaneciam no local.

Daniel Tiriba

ESTUDANTES OCUPAM REITORIA DA UFRJ CONTRA O PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO

Divulgação

NA UFF, ALUNOS OCUPARAM A REITORIA TAMBÉM EM DEFESA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

São Carlos

Chegado o dia 19, foi a vez de a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) votar a aceitação ao decreto do Governo Federal. Depois da aprovação no Conselho, na noite do dia 22, os alunos ocuparam o saguão da reitoria, que teve suas atividades paralisadas. Os manifestantes reivindicam o cancelamento da votação, que segundo eles, não foi legítima por conta da falta de ambiente para a votação, já que havia protestos e não dava para ouvir qualquer tipo de sentença. Para os estudantes, o reitor Oswaldo Baptista Duarte Filho, promoveu um rito sumário no lugar de uma votação acadêmica.

UFBA

Ainda no dia 19, no auditório da Faculdade de Direito, foi aprovada aos berros a adesão da Universidade Federal da Bahia (UFBA) ao Reuni. Houve um princípio de confronto entre alunos e seguranças que tentaram impedir a entrada dos estudantes no Conselho. A ocupação, no primeiro momento parcial, foi iniciada no dia 1° com o protesto de moradores do alojamento estudantil. O movimento ganhou adesão de outros estudantes e a pauta de reivindicações foi ampliada. Com a aprovação, o movimento estudantil ocupou todo o prédio da reitoria e, segundo eles, por tempo indeterminado.

Divulgação

NA FEDERAL DO PARANÁ, OS ALUNOS REIVINDICAM PLEBISCITO PARA DECIDIR SOBRE O REUNI

UFF

No dia 23, a comunidade acadêmica da Universidade Federal Fluminense (UFF) estava pronta para dar início ao Conselho Universitário (CUV) convocado para votar a aceitação, ou não, do decreto do governo federal quando o reitor Roberto Salles entrou no local e anunciou que a sessão estava suspensa. A atitude foi justificada pelo fato de servidores terem sido impedidos de entrar no prédio da reitoria por conta do piquete armado por estudantes que estão ocupando a reitoria há seis meses exigindo o alojamento estudantil. Em nota à comunidade, a diretoria da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (UFF) afirmou que "qualquer desculpa seria usada, por estar o reitor ciente de que não teria maioria no conselho e a adesão ao Reuni seria derrotada, em função da decisão majoritária dos colegiados de unidade que, a partir do debate democrático da matéria, se posiciona contra o Reuni. Percebeu-se também sua disposição para o autoritarismo". Os estudantes, que já estavam ocupados desde o dia 22, decidiram permanecer no local para impedir que qualquer tipo de deliberação fosse adotada de maneira autoritária como, por exemplo, a convocação de uma reunião fechada do CUV. "Naquele momento, tomamos conhecimento de mais um passo autoritário de Roberto Salles, que distribuiu nota tentando descaracterizar os posicionamentos contrários ao Reuni e afirmando que retiraria temporariamente (pois a nota dizia que até 17 de dezembro a UFF tomaria posição) o projeto da pauta do CUV, remetendo-o para uma comissão de orçamento e metas do PDI, instância sem qualquer legitimidade para tratar da questão", relata a nota da diretoria da Aduff.

Ainda no mesmo dia, por volta das 20h, agentes federais chegaram ao local da ocupação tendo em mãos um mandado de reintegração de posse, e determinando que os estudantes se retirassem até a manhã do dia 24, sob a alegação de uma possível intervenção. Mesmo com a possibilidade de confronto, os estudantes mantiveram a ocupação, sustentando que a reitoria deveria retirar o pedido de reintegração de posse, conforme o acertado entre a Aduff-SSind e o Sintuff, e realizar uma audiência pública sobre o Reuni e a Assistência Estudantil. A sessão do CUV na UFF foi marcada para o dia 31 de outubro, às 9h.

Rural-RJ

Os estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que ocuparam a reitoria no último dia 25, conseguiram barrar a votação que decidiria a adesão da instituição ao decreto governamental. O fato ocorreu durante a sessão do Conselho Universitário no dia 26, quando um grupo de aproximadamente 200 estudantes conseguiu convencer os integrantes do conselho a desistir da votação. Com isso, o reitor Ricardo Motta adiou o envio da proposta de adesão para o prazo de até 17 de dezembro, onde a Rural terá a oportunidade de aderir ao programa para o segundo semestre de 2008.

Pernambuco

Ainda na última sexta-feira (26), foi a vez de os estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ocuparem a reitoria. O objetivo dos manifestantes é impedir a sessão do Conselho Universitário que votará a implantação do programa de reestruturação na instituição. O clima é tenso e de conflito entre discentes e a polícia. Até o fechamento da matéria, um aluno havia sido preso.

Santa Catarina

Segundo o *blog* da ocupação da reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), depois de modificar o local do Conselho Universitário (Cun) – do Auditório da Reitoria para a Secretaria de Ensino à Distância (SEAD) –, a reitoria decidiu cancelar a sessão do dia 26 que votaria a questão da adesão, ou não, ao Reuni. A decisão foi comemorada pelos estudantes que afirmaram não abandonar a luta, porque até dezembro haverá a possibilidade de votação.

Resenha

Professores da UnB serão ressarcidos

Seguradora que suspende seus serviços e deixa os clientes desassistidos tem obrigação de pagar indenização. Com esse entendimento, a juíza Marília de Vasconcelos Andrade, da 2ª Vara Cível de Brasília, mandou a Interclínicas Planos de Saúde devolver aos professores da Associação de Docentes da Universidade de Brasília (UnB) aproximadamente R$ 800 mil. Motivo: a suspensão dos planos de saúde sem um aviso prévio *(Fonte: Revista Consultor Jurídico, 29/10).*

Frutos da greve na Uern

O projeto de lei nº 129/07, que altera a remuneração dos servidores públicos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern), foi aprovado no último dia 23 de outubro, por unanimidade pela Assembléia Legislativa Intinerante, que estava no município de São Gonçalo do Amarante. O projeto de lei foi reivindicado pelos professores, representados pela Aduern, durante a última greve que começou no dia 9 de maio e terminou no dia 11 de julho *(Fonte: Aduern, 29/10).*

Polícia do Rio mata cada vez mais

A polícia do Rio de Janeiro mata sete pessoas a cada dois dias. A informação é da estatística oficial da cidade, que computa o número de mortes causadas pela violência resultante da suposta reação do criminoso à abordagem policial. De janeiro a setembro, a polícia do Rio matou ao menos 961 pessoas, número que faz dela uma das mais violentas do mundo. Comparada com o mesmo período de 2006, a polícia carioca matou 154 pessoas a mais (Agência Brasil de Fato, 24/10).

Anistia Internacional e morte de sem-terra

A Anistia Internacional – organização de defesa dos direitos humanos – lançou um apelo pedindo providências aos órgãos competentes do Brasil pela morte do dirigente do MST, Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno. O trabalhador foi executado em ação de milícia armada de empresa de segurança contratada pela transnacional suíça *Syngenta Seeds*, em Santa Tereza do Oeste, no Paraná. A área da *Syngenta* foi ocupada pela segunda vez, no dia 21 de outubro, por cerca de 200 integrantes da Via Campesina que denunciavam a realização de experimentos com organismos geneticamente modificados e a multiplicação de sementes de milho transgênico, descumprindo leis federais (www.mst.org.br, 29/10).

Opinião

Paris, 1968

Marylena Salazar*

A rebelião de maio-junho de 1968 foi um dos mais importantes acontecimentos que ocorreram na França desde 1871.

A revolta destruiu o mito de que a riqueza e os recursos da moderna sociedade industrial podem ser usados para neutralizar todas as formas de oposição.

A importância dos acontecimentos de maio-junho suscita a necessidade de examinar as origens da inquietação da sociedade moderna.

A revolta foi um movimento majoritário no sentido de que fez um corte longitudinal por todas as camadas da sociedade, envolvendo: estudantes, operários, técnicos, engenheiros, profissionais liberais, intelectuais, jogadores de futebol, artistas de televisão e operários do metrô.

A rebelião foi iniciada basicamente pelos jovens. Deve-se salientar especialmente a participação dos estudantes de segundo grau e dos adolescentes que freqüentemente demonstraram mais coragem e determinação que seus colegas universitários.

Ninguém incitou a revolta, ninguém chegou a organizá-la e também ninguém conseguiu controlá-la.

E era precisamente com base nessa nova identidade que pessoas que tinham passado a vida em universidades, fábricas e escritórios podiam encontrar-se livremente, trocar experiências e engajar-se em ações comuns, sem preconceitos contra seu meio social ou suas origens; mas os operários das indústrias modernas, de tecnologia mais avançada, como a eletrônica, foram os que mais estenderam o princípio da autodeterminação: assembléias gerais, modelos administrativos, comitês de greve.

Um dos aspectos mais importantes da revolta de maio-junho foi a luz que ela lançou sobre a questão da autoridade e da hierarquia.

A participação do povo na arena social é a forma mais avançada de ação social.

Entre os mais sérios obstáculos ao sucesso da revolta de maio-junho, estavam as rígidas organizações de esquerda; aqueles que perdiam totalmente a identidade, a iniciativa e a vontade própria, entregando-se a organizações submetidas a uma rigorosa disciplina. Estes hábitos levavam ao aparecimento de estratégias parlamentares, ***panelinhas*** secretas e tentativas de controlar as formas de liberdade criadas pela revolução. Muitos dos estudantes estavam absolutamente convencidos de que estes grupos estariam dispostos a destruir a assembléia se não pudessem controlá-la. Estes grupos não estavam também preocupados com a vitalidade das novas formas criadas, mas apenas com o crescimento de suas próprias organizações.

Os acontecimentos de maio-junho na Revolução Moderna na França revelam de maneira viva e dramática a extraordinária dialética da revolução. No caso da França, este momento chegou com as barricadas do dia 10 de maio, um dia que sacudiu a consciência de todo o país e fez com que os operários se perguntassem: "Mas afinal, se os estudantes, aqueles 'filhos da burguesia', podem fazer isso, por que nós não podemos?"

Depois do dia 10 de maio, a tensão entre a mediocridade da vida cotidiana e o potencial de uma sociedade liberada explodiu, provocando a maior greve geral da história.

A extensão da greve demonstra que quase todas as camadas da sociedade francesa estavam profundamente descontentes e que a revolução não era apoiada apenas por uma determinada classe, mas por todos aqueles que se sentiam esbulhados, repudiados e logrados no seu direito a uma vida melhor. O impulso partiu de uma classe que, mais do que qualquer outra, deveria ter se adaptado à ordem estabelecida – os jovens.

Os jovens viam a realidade da vida francesa tal como ela era – mesquinha, feia, egoísta, hipócrita e espiritualmente aniquiladora. Este único fato – a revolta dos jovens – é a mais terrível prova da incapacidade do sistema para manter-se em seus próprios termos.

A espantosa decadência interna da sociedade gaulista, uma decadência muito anterior à revolta, assumiu formas que não se ajustam a nenhuma das fórmulas tradicionais de revolução, sempre voltadas para os aspectos econômicos da questão.

O fato de que os novos valores viessem sendo adotados pela juventude francesa na maneira de vestir, na música, na arte e no estilo de vida deveria ser um indício de que, por trás da fachada de protesto político convencional, amadurecia o potencial para a ação direta.

Por um extraordinário giro de ironia dialética, o processo de "desaburguesamento" acontecia exatamente no momento em que a França tinha atingido níveis nunca antes registrados de afluência material (riqueza). Fosse qual fosse a popularidade pessoal do general De Gaulle, ocorria na França um processo de "desinstitucionalização" precisamente quando o capitalismo estatal parecia mais entrincheirado na estrutura social do que em qualquer outra época recente.

A liberação social só pode ocorrer quando ocorre simultaneamente uma liberação do indivíduo – se o movimento de "massa" é também um movimento individual que envolve um alto grau de individualização e de autoconhecimento.

É no movimento molecular vindo de baixo, que se preparam as condições para que a mudança possa ocorrer; na mobilização de cada indivíduo, que coloca a revolução em marcha; na atmosfera de alegria que consolida a revolução – em todas estas etapas sucessivas, há sempre um processo contínuo de individualização, um processo durante o qual o poder se acaba, ocorre a expansão da experiência pessoal e surge uma liberdade quase esteticamente em harmonia com as possibilidades do nosso tempo. Perceber este processo e articulá-lo, catalisá-lo e determinar as próximas tarefas práticas, manejar com firmeza os movimentos ideológicos – estas são, como bem mostraram os acontecimentos na França – as responsabilidades básicas nos dias de hoje.

*Conselheira da Adufrj-SSind pelo Instituto de Química

Nota 1 " Os ***graffiti***: "É proibido proibir", "A vida sem tempos mortos", "Poder para a imaginação"... outros.

Nota 2 " Texto livremente inspirado em Murray Bookchin, professor na Universidade Alternativa de Nova York; autor de muitos artigos sobre problemas urbanos e ecológicos.

Opinião

Mais uma vez Reuni

Cláudio Thomás Bornstein*

A discussão acerca do Reuni é difícil. Se por um lado existe uma série de críticas que se pode fazer à universidade atual, dentre elas, a falta de inserção dentro da sociedade onde ela se situa e que lhe paga as contas, por outro lado, a solução proposta pelo governo através do Reuni não é fácil de aceitar.

Existe ainda uma outra dificuldade. O reitor, Aloisio, evidentemente é favorável ao Reuni, pois o que é o PRE senão uma versão do Reuni? Ora, o Aloisio, para muitos, representa o grande suspiro de alívio dos tempos pós-vilhenianos. Se de um lado cabem críticas pela forma açodada em que estão sendo conduzidas as discussões sobre o PRE/Reuni por outro lado cabe tomar cuidado para não desgastar excessivamente uma gestão que tem sido democrática.

Tempos difíceis estes em que se é obrigado a ficar entre o sim e o não, em que se é obrigado a abandonar o maniqueísmo simplista e simplificador que tanto facilita a nossa vida. Em que o *não* a uma universidade encastelada na torre do saber, sempre à procura de longínquas terras estrangeiras, não representa automaticamente o *sim* a um projeto míope e imediatista de conquista de popularidade.

Neste espaço, tão pequeno para abordar questão tão complexa, quero analisar só um argumento que tem sido freqüentemente utilizado para defender o Reuni/PRE: a elitização da universidade atual.

Elite, segundo o *Houaiss* vem do latim *eligere*, escolher. Escolher significa selecionar. Selecionar os mais aptos? Estas palavras, em função do contexto social em que nos encontramos, estão de tal forma associadas a sentimentos e emoções que é difícil uma análise serena (propositalmente não digo neutra, pois isto não existe). Permitam-me a heresia ou, se preferirem, o politicamente incorreto, mas não consigo ver nada errado na atividade de selecionar. Errado é o que vem depois da seleção: uns vão para o lixo, outros para o luxo.

Não me parece haver nada errado na expressão *os mais aptos* desde que ela não seja utilizada num sentido absoluto. *Mais apto* significa (ou deveria significar) **sempre** *mais apto para determinada coisa ou tarefa*. E mais apto para uma tarefa A costuma significar menos apto para uma tarefa B, na medida em que não existem (a exceção confirma a regra) pessoas aptas a realizar todo tipo de tarefa. O erro está em que à tarefa A associa-se o luxo e à tarefa B, o lixo, e aí, *mais apto para a tarefa A* passa a ser *mais apto*, pura e simplesmente.

Como resolver este problema? Os apologistas da livre iniciativa propõem, como sempre, o mercado como panacéia universal. Será que é dentro deste contexto que se explica o Reuni? Inunda-se o mercado com universitários, na esperança que o seu valor caia, e que diminuam as diferenças entre quem faz A e quem faz B? Será que se espera desta maneira enxugar o mercado de pessoas sem diploma, para assim aumentar o seu valor? Com o devido respeito, parece-me um pensamento um tanto elaborado para a nossa realidade. Ademais, duvido que funcione. Se caem os salários dos universitários será que automaticamente aumentam os salários dos peões? Não será muito mais provável caírem os salários dos universitários e continuarem baixos os salários dos peões? Quem seria o grande beneficiado com esta última situação?

Na verdade a conjetura acima é pura quimera, retórica pura. A universidade pública há muito não tem mais o peso na economia nacional necessário para provocar tais abalos. A realidade é muito mais prosaica se bem que talvez seja ainda o mercado, além do populismo, a dar uma explicação plausível para o Reuni. A popularização da universidade pública, onde hoje está concentrado o ensino universitário de qualidade, vai provocar a debandada geral dos alunos provenientes da classe média que passam a correr para a universidade privada que já os espera de braços abertos, sequiosos das polpudas anuidades que vão poder cobrar de quem tem os recursos para pagá-las.

Nada contra a popularização. Nada contra a fuga da classe média. Mas será que atendendo a alunos mal formados, provenientes de uma escola pública que se deteriora ano após ano há pelo menos 30 anos, a universidade pública poderá ainda assim manter a mesma qualidade de ensino? E quem será o grande beneficiado com esta queda de qualidade?

Quem acredita que a *popularização* da universidade vai provocar a derrocada dos encastelados esquece-se que o povo invadindo o castelo não necessariamente expulsa os senhores de suas torres de marfim. Há muito que estes não mais recebem os seus suprimentos por terra e para é que existem os helicópteros? Guantánamo prova que é perfeitamente possível um território sobreviver cercado de *hostes* inimigas.

Quem acha que a *popularização* da universidade necessariamente vai *baixar a vista* da nossa elite pensante para a nossa realidade, esquece-se de duas coisas. A primeira foi mencionada no parágrafo anterior. A segunda é que é puro preconceito achar que a solução dos problemas nacionais requer mão-de-obra menos qualificada. Pelo contrário, questões novas vão requerer soluções originais, sem as muletas da pesquisa dita *internacional* e isto há de exigir criatividade e inventividade.

Se o povo não tem acesso à universidade não é por fatores genéticos. Não consigo ver a relação dos genes com a conta bancária. Se o povo não tem acesso à universidade é por causa da formação que é ruim. Logo há que melhorar a formação e não piorar a universidade. É simples assim. Pode ser caro, mas é simples. Não se corrige um erro com outro pior ainda.

*Professor da Coppe

Anote

Socialismo em pauta no Fórum

O Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ abrigará o ciclo de discussões "A Atualidade do Socialismo e as Lições da História - A propósito dos 90 anos da Revolução Russa e dos 140 anos de O capital". O evento, promovido pelo programa de Pós-graduação em Serviço Social, ocorrerá nos dias 12 e 13 de novembro, no Salão Pedro Calmon. A atividade conta com o apoio da ESS, do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile, do Laboratório de Economia Política da Saúde e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Entrada gratuita.

Meio Ambiente e comunicação

O Programa de Educação Tutorial da Escola de Comunicação da UFRJ (PET-ECO) vai realizar de 6 a 8 de novembro de 2007 a Semana Nacional de Comunicação Ambiental. O evento contará com mesas ministradas, das 9h às 12h, por acadêmicos, ativistas e profissionais vinculados a temas e projetos específicos de áreas ligadas à temática ambiental nas suas variadas formas, com foco na comunicação social. O encontro ocorrerá no Salão Moniz de Aragão do Fórum de Ciência e Cultura e na Central de Produção Multimídia da ECO. Inscrições gratuitas em www.eco.ufrj.br/semanaambiental.

Creche da UFRJ

A Escola de Educação Infantil da UFRJ abre vagas para o ano letivo de 2008. São 28 vagas e podem concorrer crianças entre 4 meses e 5 anos e 11 meses. Pais, mães ou responsáveis legais que sejam servidores ativos da UFRJ têm a possibilidade de efetuar a inscrição de seus filhos, e as vagas serão preenchidas por meio de sorteio público. O formulário de requerimento de inscrição deverá ser obtido na Escola de Educação Infantil – Prédio do IPPMG – *campus* Fundão, ou nas páginas da PR4 (www.pr4.ufrj.br), da EEI-UFRJ (www.eei.ufrj.br). A inscrição deverá ser feita entre os dias 05 a 14 de novembro de 2007, no horário de 10h às 16h, na Escola de Educação Infantil – Prédio do IPPMG – Fundão.

Movimento

Vinte mil participam da Marcha por direitos trabalhistas em Brasília

Najla Passos e
Elizângela Araújo*

Fotos: Andes-SN/Elizângela Araújo

IRREVERÊNCIA MARCOU O PROTESTO EM BRASÍLIA, INCLUSIVE CONTRA O REUNI (DETALHE ABAIXO)

Mobilização foi um aviso ao governo federal de que os trabalhadores não aceitam a reforma da previdência

Mais de 20 mil pessoas participaram da Marcha Nacional em Defesa dos Direitos, no dia 24/10, em Brasília (DF). Após realizarem uma passeata pelo Eixo Monumental, durante a manhã, os manifestantes se reuniram em frente ao Ministério da Previdência Social para protestar contra as reformas propostas pelo governo federal (como a da Previdência, a Trabalhista e a Universitária) que, na opinião dos militantes das 200 entidades organizadoras do evento, vão retirar mais direitos dos trabalhadores brasileiros.

"O governo federal quer mexer na Previdência Pública porque esse é o único setor que ainda não foi entregue à iniciativa privada. E há muitos recursos nesse setor", lembrou o presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Andes-SN, Paulo Rizzo, durante seu discurso. Conforme ele, a reforma realizada anteriormente pelo governo prometia ampliar os benefícios para os 50 milhões de brasileiros excluídos da Previdência Social. "O resultado é que, hoje, o número de excluídos aumentou", denuncia.

José Maria de Almeida, da Coordenação Nacional da Conlutas, disse que a Marcha Nacional foi a culminância do Encontro Nacional realizado em São Paulo no dia 25 de março. "Mas é também um aviso ao governo federal de que não aceitaremos a reforma que o Fórum Nacional da Previdência Social [FNPS] elaborou. Se o governo sequer enviar essa proposta ao Congresso, organizaremos uma greve nacional no primeiro semestre de 2008, pois os trabalhadores brasileiros não aceitam essa reforma", afirmou.

Arte-engajada

Durante a marcha, o Andes-SN chamou a atenção pela forma inusitada que encontrou para protestar contra o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – Reuni. Lançado pelo governo federal como parte do pacote de medidas da reforma universitária, esse programa deverá intensificar ainda mais a precarização do trabalho docente e da qualidade do ensino superior.

Os docentes ocuparam a área na frente do Congresso Nacional com uma instalação artística formada por 100 espantalhos, vestidos com becas e portando diplomas nas mãos. O objetivo da instalação foi fazer uma analogia entre o Espantalho, célebre personagem de O Mágico de OZ, e os alunos que irão sair da universidade após a vigência do Reuni. Na clássica história infantil, o Espantalho, ávido por adquirir conhecimento e sabedoria, procura o grandioso Mágico de Oz para pedir-lhe um cérebro. O mágico, que não passa de um charlatão, encontra uma solução falaciosa: em vez de um cérebro, concede um diploma ao espantalho.

"O governo federal quer transformar a universidade pública em uma fábrica de fazer diplomas, sem se preocupar com a qualidade do ensino oferecido. E isso vai precarizar ainda mais o trabalho do docente, que enfrentará salas de aula lotadas sem a infra-estrutura necessária para garantir educação superior de qualidade. Toda a sociedade sairá perdendo. É contra isso que protestamos", resumiu o professor Laudenir Antônio Gonçalves, vice-presidente da Regional Andes-SN Pantanal, que participou ativamente do movimento.

Paulo Rizzo saudou o movimento estudantil, que tem lutado bravamente contra a adesão das universidades federais ao Reuni com manifestações e ocupações de reitorias para pressionar os conselhos universitários a não aprovarem a adesão ao programa. "A juventude brasileira, os filhos dos trabalhadores, não precisam apenas de vagas nas escolas, mas de educação de boa qualidade, porque, ao contrário do Espantalho, têm cérebro e precisam de uma educação de boa qualidade".

O presidente do Andes-SN também criticou a postura do Estado brasileiro de mero pagador de juros. "Precisamos investir nosso dinheiro em educação e saúde e para garantir outros direitos, como a aposentadoria, que os banqueiros estão de olho. Não aceitaremos essa terceira etapa da reforma universitária que o governo pretende executar".

Frente de Lutas Contra a Reforma Universitária leva manifestação ao MEC

A Frente de Lutas Contra a Reforma Universitária levou centenas de manifestantes de todo o país ao Ministério da Educação - MEC, entre os quais estudantes da Conlute e da Frente de Oposição de Esquerda da UNE, professores organizados no Andes-SN e Sinasefe, além de outras categorias de trabalhadores. Mais de cem policiais militares, de acordo com o comandante da operação, bloquearam as entradas do Ministério para impedir que os estudantes entrassem no prédio. Lideranças de várias universidades deixaram claro para o governo que continuarão lutando contra o Reuni e que novas ações serão realizadas.

*Imprensa Andes-SN

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

CAMPANHA SALARIAL

EDIÇÃO DE
1 DE NOVEMBRO
2 0 0 7

Governo apresenta proposta salarial para 2010, ainda incompleta

Proposta incorpora VPI e GAE, "desincorpora" o incentivo de titulação e ressuscita a GED

Em reunião ocorrida no dia 23 de outubro entre representantes do Ministério da Educação (MEC), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), do Andes-SN, do Sinasefe e do Proifes, o governo federal finalmente apresentou, em parte, os valores da sua proposta para os salários dos docentes federais.

Os "parâmetros" que guiaram a proposta do governo já haviam sido apresentados aos docentes em reunião anterior (18 de outubro) e já foram objeto de análise e crítica por parte do movimento docente (ver Jornal da Adufrj nº 558, de 24/10/07).

A proposta prevê medidas a serem implantadas em março de 2008, julho de 2009, julho de 2010 e novembro de 2010, mas as tabelas fornecidas pelo governo referem-se apenas aos valores finais, isto é, novembro de 2010, daqui a três anos.

As páginas 2, 3 e 4 deste encarte contêm os valores apresentados pelo governo, acompanhados da composição atual das remunerações, dos valores reivindicados pelo Andes-SN e dos reajustes percentuais correspondentes a cada proposta.

Também não foi apresentada qualquer proposta para os docentes do magistério de 1º e 2º graus das universidades, que o governo insiste em tratar de forma separada. Está prevista nova reunião no dia 7 de novembro, na qual os representantes dos docentes esperam que o governo apresente a sua proposta para essa carreira. E haverá outra reunião no dia 8 para tratar da proposta para o magistério superior.

O setor das federais do Andes-SN reuniu-se no dia 25 em Brasília e rejeitou a proposta do governo, porque ela:

- retira o incentivo de titulação do vencimento básico;

- não contempla a paridade entre ativos e aposentados;

- pretende regulamentar uma gratificação de produtividade;

- propõe reajustes muito abaixo dos reivindicados pelo Andes-SN;

- dilui os reajustes ao longo de um período de três anos, e

- não apresenta propostas para os docentes de 1º e 2º graus.

O setor marcou nova reunião para os dias 17 e 18 de novembro e marcou uma rodada de assembléias gerais das seções sindicais no período de 9 a 16 de novembro, após as reuniões de negociação com o governo de 7 e 8 de novembro. A Adufrj-SSind fará a sua AG no dia 13.

A reestruturação da remuneração a serviço da reestruturação da universidade

A proposta do governo, em síntese, consiste no que segue.

A VPI e a GAE são incorporadas ao vencimento básico. Esta é uma reivindicação histórica do movimento docente e trata-se possivelmente do único aspecto positivo da proposta do governo.

O incentivo de titulação é retirado do vencimento básico e passa a constituir um item à parte, deixando também de ser um percentual fixo do vencimento do docente graduado. Esta medida é um claro retrocesso em relação à situação atual, na medida em que abre o caminho para um eventual congelamento do incentivo e conseqüente perda progressiva da sua importância na remuneração total.

Os valores dos pontos da GED, que dependiam da classe, do regime de trabalho e da titulação, passam a depender também do nível dentro da classe e sofrem modificações substantivas e diferenciadas por classe-nível-titulação-regime. Aumenta a participação percentual da GED na composição total da remuneração. Atualmente esse percentual varia entre 25% e 45% e, de acordo com as intenções do governo, passará a variar entre 31% e 62%. Além disso, a intenção do governo é retomar a contagem de pontos da GED, de forma piorada, com 80% dos pontos dependendo da "avaliação institucional". Isto é, parte do salário do docente dependerá da adequação da universidade em que ele trabalha aos objetivos do governo, neste momento expressas, por exemplo, nas metas do Reuni.

Os aposentados cuja aposentadoria se deu antes de julho de 2000 passam a receber a GED com base em 123 pontos (atualmente são 115). O governo insiste em negar a paridade aos aposentados e pensionistas, ainda que diminua mais uma vez a diferença em relação aos ativos.

Os degraus ("steps") entre os níveis e as classes são modificados, passando a 3% entre os níveis da mesma classe e 6% entre o último nível de uma classe o primeiro nível da classe superior. Hoje os degraus entre os níveis são iguais a 4,5% e entre as classes são de 9%, com exceção da classe de Associado, dentro da qual os degraus são da ordem de 2,6%, do degrau de Adjunto 4 para Associado 1, que é igual a 12%, e do degrau de Associado 4 para Titular, igual a 5,4%. Ou seja, a modificação proposta aumenta o incentivo à progressão unicamente na classe de Associado e diminui em todos os outros casos.

Finalmente, o efeito global desta radical reestruturação salarial proposta pelo governo na remuneração total dos docentes será muito aquém das necessidades sentidas por todos, tanto em função das perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos quanto em relação aos próximos três anos. O objetivo do governo é fixar em definitivo as tabelas salariais até 2010, independentemente do que ocorrer com a inflação daqui para a frente. Trata-se de uma medida segura para o planejamento financeiro do governo mas completamente insegura para a sustentação das condições de vida dos docentes, já tão precárias.

Regime de trabalho: 20 horas

Tit	classe	niv	Remuneração atual						Proposta do governo para novembro de 2010, apresentada em 23/10/2007								Proposta do Andes-SN		
			Venc	Compl	GEDAtiv	RemAtiv	GEDApos	RemApos	Venc	AdTitul	GEDAtiv	RemAtiv	ReajAtiv	GEDApos	RemApos	ReajApos	Venc	ReajAtiv	ReajApos
GRADUAÇÃO	Titular	U	323,58	724,29	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	992,20	0,00	963,00	1.955,20	39,9%	846,06	1.838,26	37,7%	3.146,77	125,1%	135,6%
	Associado	4	306,93	740,94	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	936,04	0,00	953,20	1.889,24	35,2%	837,45	1.773,49	32,8%	2.985,55	113,6%	123,6%
		3	299,32	748,55	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	908,77	0,00	949,00	1.857,77	32,9%	833,76	1.742,53	30,5%	2.912,73	108,4%	118,1%
		2	291,71	756,16	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	882,31	0,00	944,80	1.827,11	30,7%	830,07	1.712,38	28,2%	2.838,92	103,1%	112,6%
		1	284,10	763,77	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	856,61	0,00	940,60	1.797,21	28,6%	826,38	1.682,99	26,0%	2.764,28	97,7%	107,0%
	Adjunto	4	253,66	794,21	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	808,12	0,00	936,40	1.744,52	24,8%	822,69	1.630,81	22,1%	2.468,11	76,6%	84,8%
		3	243,24	804,63	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	784,58	0,00	932,20	1.716,78	22,8%	819,00	1.603,58	20,1%	2.361,83	69,0%	76,9%
		2	232,97	814,90	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	761,73	0,00	928,00	1.689,73	20,9%	815,31	1.577,04	18,1%	2.260,12	61,7%	69,3%
		1	222,94	824,93	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	739,54	0,00	923,80	1.663,34	19,0%	811,62	1.551,16	16,2%	2.162,79	54,7%	62,0%
	Assistente	4	204,71	843,16	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	697,68	0,00	919,60	1.617,28	15,7%	807,93	1.505,61	12,7%	1.984,21	41,9%	48,6%
		3	196,03	851,84	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	677,36	0,00	915,40	1.592,76	13,9%	804,24	1.481,60	11,0%	1.898,77	35,8%	42,2%
		2	188,00	859,87	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	657,63	0,00	911,20	1.568,83	12,2%	800,55	1.458,18	9,2%	1.817,00	30,0%	36,1%
		1	180,43	867,44	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	638,48	0,00	907,00	1.545,48	10,6%	796,86	1.435,34	7,5%	1.738,76	24,4%	30,2%
	Auxiliar	4	166,53	881,34	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	602,34	0,00	902,80	1.505,14	7,7%	793,17	1.395,51	4,5%	1.595,19	14,1%	19,5%
		3	159,77	888,10	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	584,79	0,00	900,00	1.484,79	6,2%	790,71	1.375,50	3,0%	1.526,50	9,2%	14,3%
		2	153,57	894,30	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	567,76	0,00	897,20	1.464,96	4,8%	788,25	1.356,01	1,5%	1.460,77	4,5%	9,4%
		1	147,40	900,47	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	551,23	0,00	894,40	1.445,63	3,4%	785,79	1.337,02	0,1%	1.397,87	0,0%	4,7%
APERFEIÇOAMENTO	Titular	U	347,85	700,02	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	992,20	108,85	970,20	2.071,25	48,2%	852,39	1.953,44	46,3%	3.382,78	142,0%	153,3%
	Associado	4	329,95	717,92	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	936,04	94,65	960,40	1.991,09	42,4%	843,78	1.874,47	40,4%	3.209,47	129,6%	140,3%
		3	321,77	726,10	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	908,77	86,05	956,20	1.951,02	39,6%	840,09	1.834,91	37,4%	3.131,18	124,0%	134,5%
		2	313,59	734,28	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	882,31	78,23	952,00	1.912,54	36,8%	836,40	1.796,94	34,6%	3.051,84	118,3%	128,5%
		1	305,41	742,46	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	856,61	71,12	947,80	1.875,53	34,2%	832,71	1.760,44	31,8%	2.971,60	112,6%	122,5%
	Adjunto	4	272,68	775,19	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	808,12	64,65	943,60	1.816,37	29,9%	829,02	1.701,79	27,4%	2.653,22	89,8%	98,7%
		3	261,48	786,39	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	784,58	62,77	939,40	1.786,75	27,8%	825,33	1.672,68	25,3%	2.538,97	81,6%	90,1%
		2	250,44	797,43	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	761,73	60,94	935,20	1.757,87	25,8%	821,64	1.644,31	23,1%	2.429,63	73,8%	81,9%
		1	239,66	808,21	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	739,54	59,16	931,00	1.729,70	23,7%	817,95	1.616,65	21,1%	2.325,00	66,3%	74,1%
	Assistente	4	220,06	827,81	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	697,68	55,81	926,80	1.680,29	20,2%	814,26	1.567,75	17,4%	2.133,03	52,6%	59,7%
		3	210,73	837,14	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	677,36	54,19	922,60	1.654,15	18,3%	810,57	1.542,12	15,5%	2.041,18	46,0%	52,9%
		2	202,10	845,77	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	657,63	52,61	918,40	1.628,64	16,5%	806,88	1.517,12	13,6%	1.953,28	39,7%	46,3%
		1	193,96	853,91	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	638,48	51,08	914,20	1.603,76	14,7%	803,19	1.492,75	11,8%	1.869,17	33,7%	40,0%
	Auxiliar	4	179,02	868,85	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	602,34	48,19	910,00	1.560,53	11,6%	799,50	1.450,03	8,6%	1.714,83	22,7%	28,4%
		3	171,75	876,12	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	584,79	46,78	905,80	1.537,37	10,0%	795,81	1.427,38	6,9%	1.640,99	17,4%	22,9%
		2	165,09	882,78	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	567,76	45,42	901,60	1.514,78	8,4%	792,12	1.405,30	5,2%	1.570,33	12,3%	17,6%
		1	158,46	889,41	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	551,23	44,10	897,40	1.492,73	6,8%	788,43	1.383,76	3,6%	1.502,71	7,5%	12,5%
ESPECIALIZAÇÃO	Titular	U	381,82	670,78	362,60	1.415,20	297,85	1.350,45	992,20	251,72	978,60	2.222,52	57,0%	859,77	2.103,69	55,8%	3.713,19	162,4%	175,0%
	Associado	4	362,18	685,69	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	936,04	218,88	968,80	2.123,72	50,6%	851,16	2.006,08	49,1%	3.522,95	149,8%	161,8%
		3	353,20	694,67	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	908,77	198,98	964,60	2.072,35	46,9%	847,47	1.955,22	45,3%	3.437,02	143,7%	155,4%
		2	344,22	703,65	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	882,31	180,90	960,40	2.023,61	43,5%	843,78	1.906,99	41,7%	3.349,93	137,5%	148,9%
		1	335,24	712,63	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	856,61	164,45	956,20	1.977,26	40,2%	840,09	1.861,15	38,3%	3.261,85	131,3%	142,4%
	Adjunto	4	299,32	748,55	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	808,12	149,50	952,00	1.909,62	35,4%	836,40	1.794,02	33,3%	2.912,37	106,5%	116,4%
		3	287,02	760,85	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	784,58	145,15	947,80	1.877,53	33,1%	832,71	1.762,44	31,0%	2.786,96	97,6%	107,1%
		2	274,90	772,97	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	761,73	140,92	943,60	1.846,25	30,9%	829,02	1.731,67	28,7%	2.666,94	89,1%	98,2%
		1	263,07	784,80	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	739,54	136,82	939,40	1.815,76	28,7%	825,33	1.701,69	26,5%	2.552,09	80,9%	89,6%
	Assistente	4	241,56	806,31	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	697,68	129,07	935,20	1.761,95	24,9%	821,64	1.648,39	22,5%	2.341,37	66,0%	74,0%
		3	231,32	816,55	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	677,36	125,31	931,00	1.733,67	22,9%	817,95	1.620,62	20,4%	2.240,55	58,9%	66,5%
		2	221,84	826,03	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	657,63	121,66	926,80	1.706,09	21,0%	814,26	1.593,55	18,4%	2.144,06	52,0%	59,3%
		1	212,91	834,96	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	638,48	118,12	922,60	1.679,20	19,1%	810,57	1.567,17	16,5%	2.051,74	45,5%	52,5%
	Auxiliar	4	196,51	851,36	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	602,34	111,43	918,40	1.632,17	15,7%	806,88	1.520,65	13,0%	1.882,32	33,5%	39,9%
		3	188,53	859,34	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	584,79	108,19	914,20	1.607,18	13,9%	803,19	1.496,17	11,2%	1.801,27	27,7%	33,9%
		2	181,21	866,66	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	567,76	105,04	910,00	1.582,80	12,2%	799,50	1.472,30	9,4%	1.723,71	22,2%	28,1%
		1	173,93	873,94	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	551,23	101,98	905,80	1.559,01	10,5%	795,81	1.449,02	7,7%	1.649,49	16,9%	22,6%
MESTRADO	Titular	U	444,92	771,74	499,80	1.716,46	410,55	1.627,21	992,20	530,66	1.054,20	2.577,06	50,1%	926,19	2.449,05	50,5%	4.326,81	152,1%	165,9%
	Associado	4	422,03	735,12	429,80	1.586,95	353,05	1.510,20	936,04	461,44	1.044,40	2.441,88	53,9%	917,58	2.315,06	53,3%	4.105,13	158,7%	171,8%
		3	411,57	718,38	429,80	1.559,75	353,05	1.483,00	908,77	419,49	1.038,80	2.367,06	51,8%	912,66	2.240,92	51,1%	4.005,00	156,8%	170,1%
		2	401,10	701,63	429,80	1.532,53	353,05	1.455,78	882,31	381,36	1.033,20	2.296,87	49,9%	907,74	2.171,41	49,2%	3.903,52	154,7%	168,1%
		1	390,64	684,89	429,80	1.505,33	353,05	1.428,58	856,61	346,69	1.027,60	2.230,90	48,2%	902,82	2.106,12	47,4%	3.800,89	152,5%	166,1%
	Adjunto	4	348,78	699,09	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	808,12	315,17	1.022,00	2.145,29	45,2%	897,90	2.021,19	44,3%	3.393,65	129,7%	142,2%
		3	334,46	713,41	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	784,58	305,99	1.016,40	2.106,97	42,6%	892,98	1.983,55	41,6%	3.247,52	119,8%	131,8%
		2	320,33	727,54	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	761,73	297,07	1.010,80	2.069,60	40,1%	888,06	1.946,86	39,0%	3.107,67	110,3%	121,8%
		1	306,54	741,33	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	739,54	288,42	1.005,20	2.033,16	37,6%	883,14	1.911,10	36,4%	2.973,84	101,3%	112,3%
	Assistente	4	281,48	766,39	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	697,68	272,10	999,60	1.969,38	33,3%	878,22	1.848,00	31,9%	2.728,29	84,6%	94,7%
		3	269,54	778,33	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	677,36	264,17	994,00	1.935,53	31,0%	873,30	1.814,83	29,5%	2.610,81	76,7%	86,4%
		2	258,50	789,37	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	657,63	256,48	988,40	1.902,51	28,8%	868,38	1.782,49	27,2%	2.498,38	69,1%	78,3%
		1	248,09	799,78	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	638,48	249,01	982,80	1.870,29	26,6%	863,46	1.750,95	25,0%	2.390,80	61,8%	70,7%
DOUTORADO	Titular	U	566,27	965,90	681,80	2.213,97	560,05	2.092,22	992,20	1.034,09	1.104,60	3.130,89	41,4%	970,47	2.996,76	43,2%	5.506,85	148,7%	163,2%
	Associado	4	537,13	919,28	596,40	2.052,81	489,90	1.946,31	936,04	899,21	1.093,40	2.928,65	42,7%	960,63	2.795,88	43,7%	5.224,71	154,5%	168,4%
		3	523,81	897,97	596,40	2.018,18	489,90	1.911,68	908,77	817,46	1.087,80	2.814,03	39,4%	955,71	2.681,94	40,3%	5.097,28	152,6%	166,6%
		2	510,49	876,65	596,40	1.983,54	489,90	1.877,04	882,31	743,15	1.082,20	2.707,66	36,5%	950,79	2.576,25	37,3%	4.968,11	150,5%	164,7%
		1	497,18	855,36	596,40	1.948,94	489,90	1.842,44	856,61	675,59	1.076,60	2.608,80	33,9%	945,87	2.478,07	34,5%	4.837,49	148,2%	162,6%
	Adjunto	4	443,91	770,13	596,40	1.810,44	489,90	1.703,94	808,12	614,17	1.071,00	2.493,29	37,7%	940,95	2.363,24	38,7%	4.319,19	138,6%	153,5%
		3	425,67	740,94	596,40	1.763,01	489,90	1.656,51	784,58	596,28	1.065,40	2.446,26	38,8%	936,03	2.316,89	39,9%	4.133,20	134,4%	149,5%
		2	407,70	712,19	596,40	1.716,29	489,90	1.609,79	761,73	578,92	1.059,80	2.400,45	39,9%	931,11	2.271,76	41,1%	3.955,21	130,5%	145,7%
		1	390,15	684,11	596,40	1.670,66	489,90	1.564,16	739,54	562,05	1.054,20	2.355,79	41,0%	926,19	2.227,78	42,4%	3.784,88	126,5%	142,0%

Remuneração atual:

A) Venc – Vencimento básico – Parcela da remuneração sobre a qual incidem os adicionais de tempos de serviço (anuênios), insalubridade, periculosidade etc e a GAE (ver a seguir). Inclui o incentivo de titulação e depende do regime de trabalho. Obtém-se a partir dos vencimentos dos docentes graduados no regime de 20 horas, acrescentando o incentivo de titulação e multiplicando o resultado por 2, no caso de 40 horas, ou por 3,1, no caso de Dedicação Exclusiva. O incentivo de titulação é um percentual do vencimento do graduado (aperfeiçoamento 7,5%, especialização 18%, mestrado 37,5% e doutorado 75%).

B) Compl – Complementos – compõe-se de três parcelas:

1) Parcela complementar do salário mínimo – É o valor que falta ao vencimento básico para atingir o salário mínimo, hoje igual a R$ 380. Incidem sobre esta parcela os mesmos adicionais que incidem sobre o vencimento básico (anuênios, periculosidade etc).

2) Vantagem Pecuniária Individual (VPI) – Valor fixo de R$ 59,87, igual para todos os docentes, instituído em maio de 2003. Nada incide sobre esta parcela.

3) Gratificação de Atividade Executiva (GAE) – 160% do vencimento acrescido da parcela complementar do salário mínimo. Nada incide sobre esta parcela.

C) GEDAtiv – Gratificação de Estímulo à Docência do docente ativo – Valor correspondente a 140 pontos. A GED é igual ao produto do número de pontos obtidos pelo docente na sua avaliação pelo valor do ponto, que depende da classe, da titulação e do regime de trabalho. Desde janeiro de 2005 a avaliação está suspensa e todos os docentes ativos recebem a GED com base em 140 pontos.

D) RemAtiv – Remuneração total do docente ativo – Soma das seguintes parcelas: Vencimento, Parcela complementar do salário mínimo, VPI, GAE e GED do docente ativo.

E) GEDApos – Gratificação de Estímulo à Docência do docente aposentado ou do pensionista – Valor correspondente a 115 pontos, com base nos quais é calculada a GED dos docentes que se aposentaram antes de julho de 2000. Quem se aposentou depois desse mês, recebe a GED com base na média de pontos que obteve nos últimos 24 meses antes da aposentadoria. As mesmas regras valem para os pensionistas.

F) RemApos – Remuneração total do docente aposentado ou do pensionista – Soma das seguintes parcelas: Vencimento, Parcela complementar do salário mínimo, VPI, GAE e GED do docente aposentado ou do pensionista.

Proposta do governo para novembro de 2010, apresentada em 23/10/2007:

A) Venc – Vencimento básico. Segundo o governo, o novo vencimento básico incorporaria as atuais VPI e GAE e deixaria de incluir o adicional de titulação.

Regime de trabalho: 40 horas

Tit	classe	niv	Remuneração atual						Proposta do governo para novembro de 2010, apresentada em 23/10/2007								Proposta do Andes-SN		
			Venc	Compl	GEDAtiv	RemAtiv	GEDApos	RemApos	Venc	AdTitul	GEDAtiv	RemAtiv	ReajAtiv	GEDApos	RemApos	ReajApos	Venc	ReajAtiv	ReajApos
GRADUAÇÃO	Titular	U	647,16	1.095,33	680,40	2.422,89	558,90	2.301,39	1.984,40	0,00	952,00	2.936,40	21,2%	836,40	2.820,80	22,6%	4.325,58	127,7%	143,3%
	Associado	4	613,86	1.042,05	680,40	2.336,31	558,90	2.214,81	1.872,08	0,00	942,20	2.814,28	20,5%	827,79	2.699,87	21,9%	3.968,42	119,9%	135,8%
		3	598,64	1.017,69	680,40	2.296,73	558,90	2.175,23	1.817,55	0,00	938,00	2.755,55	20,0%	824,10	2.641,65	21,4%	3.797,54	115,8%	131,8%
		2	583,42	993,34	680,40	2.257,16	558,90	2.135,66	1.764,61	0,00	933,80	2.698,41	19,5%	820,41	2.585,02	21,0%	3.634,00	110,3%	126,2%
		1	568,20	968,99	680,40	2.217,59	558,90	2.096,09	1.713,21	0,00	929,60	2.642,81	19,2%	816,72	2.529,93	20,7%	3.477,52	101,2%	116,4%
	Adjunto	4	507,32	871,58	680,40	2.059,30	558,90	1.937,80	1.616,24	0,00	925,40	2.541,64	23,4%	813,03	2.429,27	25,4%	3.190,38	84,6%	98,6%
		3	486,48	838,24	680,40	2.005,12	558,90	1.883,62	1.569,16	0,00	921,20	2.490,36	24,2%	809,34	2.378,50	26,3%	3.053,00	76,7%	90,0%
		2	465,94	805,37	680,40	1.951,71	558,90	1.830,21	1.523,46	0,00	917,00	2.440,46	25,0%	805,65	2.329,11	27,3%	2.921,54	69,0%	81,8%
		1	445,88	773,28	680,40	1.899,56	558,90	1.778,06	1.479,09	0,00	912,80	2.391,89	25,9%	801,96	2.281,05	28,3%	2.795,74	61,8%	74,0%
	Assistente	4	409,42	714,94	680,40	1.804,76	558,90	1.683,26	1.395,37	0,00	908,60	2.303,97	27,7%	798,27	2.193,64	30,3%	6.765,56	162,4%	175,9%
		3	392,06	687,17	680,40	1.759,63	558,90	1.638,13	1.354,72	0,00	904,40	2.259,12	28,4%	794,58	2.149,30	31,2%	6.418,93	158,3%	172,1%
		2	376,00	671,87	680,40	1.728,27	558,90	1.606,77	1.315,27	0,00	900,20	2.215,47	28,2%	790,89	2.106,16	31,1%	6.262,37	156,4%	170,4%
		1	360,86	687,01	680,40	1.728,27	558,90	1.606,77	1.276,96	0,00	896,00	2.172,96	25,7%	787,20	2.064,16	28,5%	6.103,68	154,3%	168,5%
	Auxiliar	4	333,06	714,81	680,40	1.728,27	558,90	1.606,77	1.204,68	0,00	891,80	2.096,48	21,3%	783,51	1.988,19	23,7%	5.943,20	152,1%	166,4%
		3	319,54	728,33	680,40	1.728,27	558,90	1.606,77	1.169,59	0,00	887,60	2.057,19	19,0%	779,82	1.949,41	21,3%	5.306,44	142,6%	157,5%
		2	307,14	740,73	680,40	1.728,27	558,90	1.606,77	1.135,52	0,00	883,40	2.018,92	16,8%	776,13	1.911,65	19,0%	5.077,93	138,5%	153,6%
		1	294,80	753,07	680,40	1.728,27	558,90	1.606,77	1.102,45	0,00	879,20	1.981,65	14,7%	772,44	1.874,89	16,7%	4.859,26	134,5%	149,8%
APERFEIÇOAMENTO	Titular	U	695,70	1.172,99	709,80	2.578,49	583,05	2.451,74	1.984,40	108,85	973,00	3.066,25	18,9%	854,85	2.948,10	20,2%	4.650,00	130,7%	146,1%
	Associado	4	659,90	1.115,71	709,80	2.485,41	583,05	2.358,66	1.872,08	94,65	963,20	2.929,93	17,9%	846,24	2.812,97	19,3%	4.266,05	122,9%	138,7%
		3	643,54	1.089,53	709,80	2.442,87	583,05	2.316,12	1.817,55	86,05	959,00	2.862,60	17,2%	842,55	2.746,15	18,6%	4.082,36	118,8%	134,8%
		2	627,18	1.063,36	709,80	2.400,34	583,05	2.273,59	1.764,61	78,23	954,80	2.797,64	16,6%	838,86	2.681,70	18,0%	3.906,55	114,6%	130,6%
		1	610,82	1.037,18	709,80	2.357,80	583,05	2.231,05	1.713,21	71,12	950,60	2.734,93	16,0%	835,17	2.619,50	17,4%	3.738,33	110,2%	126,4%
	Adjunto	4	545,37	932,46	709,80	2.187,63	583,05	2.060,88	1.616,24	64,65	946,40	2.627,29	20,1%	831,48	2.512,37	21,9%	3.429,66	95,1%	110,3%
		3	522,97	896,62	709,80	2.129,39	583,05	2.002,64	1.569,16	62,77	942,20	2.574,13	20,9%	827,79	2.459,72	22,8%	3.281,98	86,7%	101,2%
		2	500,89	861,29	709,80	2.071,98	583,05	1.945,23	1.523,46	60,94	938,00	2.522,40	21,7%	824,10	2.408,50	23,8%	3.140,66	78,7%	92,6%
		1	479,32	826,78	709,80	2.015,90	583,05	1.889,15	1.479,09	59,16	933,80	2.472,05	22,6%	820,41	2.358,66	24,9%	3.005,42	71,0%	84,3%
	Assistente	4	440,13	764,08	709,80	1.914,01	583,05	1.787,26	1.395,37	55,81	929,60	2.380,78	24,4%	816,72	2.267,90	26,9%	7.426,38	167,1%	180,3%
		3	421,46	734,21	709,80	1.865,47	583,05	1.738,72	1.354,72	54,19	925,40	2.334,31	25,1%	813,03	2.221,94	27,8%	7.045,90	163,1%	176,6%
		2	404,20	706,59	709,80	1.820,59	583,05	1.693,84	1.315,27	52,61	921,20	2.289,08	25,7%	809,34	2.177,22	28,5%	6.874,04	161,2%	174,9%
		1	387,92	680,54	709,80	1.778,26	583,05	1.651,51	1.276,96	51,08	917,00	2.245,04	26,2%	805,65	2.133,69	29,2%	6.699,85	159,2%	173,1%
	Auxiliar	4	358,04	689,83	709,80	1.757,67	583,05	1.630,92	1.204,68	48,19	912,80	2.165,67	23,2%	801,96	2.054,83	26,0%	6.523,70	157,0%	171,0%
		3	343,51	704,36	709,80	1.757,67	583,05	1.630,92	1.169,59	46,78	908,60	2.124,97	20,9%	798,27	2.014,64	23,5%	5.824,74	147,7%	162,4%
		2	330,18	717,69	709,80	1.757,67	583,05	1.630,92	1.135,52	45,42	904,40	2.085,34	18,6%	794,58	1.975,52	21,1%	5.573,92	143,7%	158,5%
		1	316,91	730,96	709,80	1.757,67	583,05	1.630,92	1.102,45	44,10	900,20	2.046,75	16,4%	790,89	1.937,44	18,8%	5.333,88	139,8%	154,8%
ESPECIALIZAÇÃO	Titular	U	763,65	1.281,71	735,00	2.780,36	603,75	2.649,11	1.984,40	251,72	985,60	3.221,72	15,9%	865,92	3.102,04	17,1%	5.104,18	136,0%	151,2%
	Associado	4	724,35	1.218,83	735,00	2.678,18	603,75	2.546,93	1.872,08	218,88	975,80	3.066,76	14,5%	857,31	2.948,27	15,8%	4.682,74	128,3%	143,9%
		3	706,40	1.190,11	735,00	2.631,51	603,75	2.500,26	1.817,55	198,98	971,60	2.988,13	13,6%	853,62	2.870,15	14,8%	4.481,10	124,3%	140,1%
		2	688,44	1.161,37	735,00	2.584,81	603,75	2.453,56	1.764,61	180,90	967,40	2.912,91	12,7%	849,93	2.795,44	13,9%	4.288,12	120,1%	136,0%
		1	670,48	1.132,64	735,00	2.538,12	603,75	2.406,87	1.713,21	164,45	963,20	2.840,86	11,9%	846,24	2.723,90	13,2%	4.103,47	115,7%	131,7%
	Adjunto	4	598,64	1.017,69	735,00	2.351,33	603,75	2.220,08	1.616,24	149,50	959,00	2.724,74	15,9%	842,55	2.608,29	17,5%	3.764,65	107,2%	123,4%
		3	574,05	978,35	735,00	2.287,40	603,75	2.156,15	1.569,16	145,15	954,80	2.669,11	16,7%	838,86	2.553,17	18,4%	3.602,54	102,1%	118,1%
		2	549,81	939,57	735,00	2.224,38	603,75	2.093,13	1.523,46	140,92	950,60	2.614,98	17,6%	835,17	2.499,55	19,4%	3.447,42	93,4%	108,7%
		1	526,14	901,69	735,00	2.162,83	603,75	2.031,58	1.479,09	136,82	946,40	2.562,31	18,5%	831,48	2.447,39	20,5%	3.298,97	85,0%	99,7%
	Assistente	4	483,12	832,86	735,00	2.050,98	603,75	1.919,73	1.395,37	129,07	942,20	2.466,64	20,3%	827,79	2.352,23	22,5%	8.653,62	138,7%	154,4%
		3	462,63	800,08	735,00	1.997,71	603,75	1.866,46	1.354,72	125,31	938,00	2.418,03	21,0%	824,10	2.304,13	23,4%	8.210,26	146,5%	161,6%
		2	443,68	769,76	735,00	1.948,44	603,75	1.817,19	1.315,27	121,66	933,80	2.370,73	21,7%	820,41	2.257,34	24,2%	8.010,01	144,5%	159,7%
		1	425,81	741,17	735,00	1.901,98	603,75	1.770,73	1.276,96	118,12	929,60	2.324,68	22,2%	816,72	2.211,80	24,9%	7.807,03	142,3%	157,7%
	Auxiliar	4	393,01	688,69	735,00	1.816,70	603,75	1.685,45	1.204,68	111,43	925,40	2.241,51	23,4%	813,03	2.129,14	26,3%	7.601,77	140,0%	155,5%
		3	377,06	670,81	735,00	1.782,87	603,75	1.651,62	1.169,59	108,19	921,20	2.198,98	23,3%	809,34	2.087,12	26,4%	6.787,30	130,1%	146,1%
		2	362,43	685,44	735,00	1.782,87	603,75	1.651,62	1.135,52	105,04	917,00	2.157,56	21,0%	805,65	2.046,21	23,9%	6.495,03	125,9%	142,0%
		1	347,86	700,01	735,00	1.782,87	603,75	1.651,62	1.102,45	101,98	912,80	2.117,23	18,8%	801,96	2.006,39	21,5%	6.215,33	121,8%	138,1%
MESTRADO	Titular	U	889,85	1.483,63	1.251,60	3.625,08	1.028,10	3.401,58	1.984,40	530,66	1.314,60	3.829,66	5,6%	1.154,97	3.670,03	7,9%	5.947,67	117,8%	134,3%
	Associado	4	844,06	1.410,37	1.076,60	3.331,03	884,35	3.138,78	1.872,08	461,44	1.302,00	3.635,52	9,1%	1.143,90	3.477,42	10,8%	5.456,58	109,9%	126,6%
		3	823,13	1.376,88	1.076,60	3.276,61	884,35	3.084,36	1.817,55	419,49	1.295,00	3.532,04	7,8%	1.137,75	3.374,79	9,4%	5.221,62	105,7%	122,6%
		2	802,20	1.343,39	1.076,60	3.222,19	884,35	3.029,94	1.764,61	381,36	1.288,00	3.433,97	6,6%	1.131,60	3.277,57	8,2%	4.996,75	101,4%	118,3%
		1	781,28	1.309,92	1.076,60	3.167,80	884,35	2.975,55	1.713,21	346,69	1.281,00	3.340,90	5,5%	1.125,45	3.185,35	7,1%	4.781,59	97,1%	114,0%
	Adjunto	4	697,57	1.175,98	1.076,60	2.950,15	884,35	2.757,90	1.616,24	315,17	1.274,00	3.205,41	8,7%	1.119,30	3.050,71	10,6%	11.013,70	134,0%	150,1%
		3	668,91	1.130,13	1.076,60	2.875,64	884,35	2.683,39	1.569,16	305,99	1.267,00	3.142,15	9,3%	1.113,15	2.988,30	11,4%	10.449,43	140,5%	156,2%
		2	640,67	1.084,94	1.076,60	2.802,21	884,35	2.609,96	1.523,46	297,07	1.260,00	3.080,53	9,9%	1.107,00	2.927,53	12,2%	10.194,56	138,4%	154,3%
		1	613,09	1.040,81	1.076,60	2.730,50	884,35	2.538,25	1.479,09	288,42	1.254,40	3.021,91	10,7%	1.102,08	2.869,59	13,1%	9.936,22	136,2%	152,2%
	Assistente	4	562,95	960,59	1.076,60	2.600,14	884,35	2.407,89	1.395,37	272,10	1.248,80	2.916,27	12,2%	1.097,16	2.764,63	14,8%	9.674,98	133,8%	149,9%
		3	539,08	922,40	1.076,60	2.538,08	884,35	2.345,83	1.354,72	264,17	1.243,20	2.862,09	12,8%	1.092,24	2.711,13	15,6%	8.638,39	123,8%	140,4%
		2	517,00	887,07	1.076,60	2.480,67	884,35	2.288,42	1.315,27	256,48	1.237,60	2.809,35	13,2%	1.087,32	2.659,07	16,2%	8.266,41	119,5%	136,2%
		1	496,18	853,76	1.076,60	2.426,54	884,35	2.234,29	1.276,96	249,01	1.232,00	2.757,97	13,7%	1.082,40	2.608,37	16,7%	7.910,42	115,4%	132,3%
DOUTORADO	Titular	U	1.132,53	1.871,92	1.702,40	4.706,85	1.398,40	4.402,85	1.984,40	1.034,09	1.975,40	4.993,89	6,1%	1.735,53	4.754,02	8,0%	7.569,77	111,4%	128,4%
	Associado	4	1.074,26	1.778,69	1.492,40	4.345,35	1.225,90	4.078,85	1.872,08	899,21	1.955,80	4.727,09	8,8%	1.718,31	4.489,60	10,1%	4.325,58	127,7%	143,3%
		3	1.047,62	1.736,06	1.492,40	4.276,08	1.225,90	4.009,58	1.817,55	817,46	1.946,00	4.581,01	7,1%	1.709,70	4.344,71	8,4%	3.968,42	119,9%	135,8%
		2	1.020,99	1.693,45	1.492,40	4.206,84	1.225,90	3.940,34	1.764,61	743,15	1.936,20	4.443,96	5,6%	1.701,09	4.208,85	6,8%	3.797,54	115,8%	131,8%
		1	994,35	1.650,83	1.492,40	4.137,58	1.225,90	3.871,08	1.713,21	675,59	1.926,40	4.315,20	4,3%	1.692,48	4.081,28	5,4%	3.634,00	110,3%	126,2%
	Adjunto	4	887,81	1.480,37	1.492,40	3.860,58	1.225,90	3.594,08	1.616,24	614,17	1.916,60	4.147,01	7,4%	1.683,87	3.914,28	8,9%	3.477,52	101,2%	116,4%
		3	851,34	1.422,01	1.492,40	3.765,75	1.225,90	3.499,25	1.569,16	596,28	1.906,80	4.072,24	8,1%	1.675,26	3.840,70	9,8%	3.190,38	84,6%	98,6%
		2	815,40	1.364,51	1.492,40	3.672,31	1.225,90	3.405,81	1.523,46	578,92	1.897,00	3.999,38	8,9%	1.666,65	3.769,03	10,7%	3.053,00	76,7%	90,0%
		1	780,29	1.308,33	1.492,40	3.581,02	1.225,90	3.314,52	1.479,09	562,05	1.887,20	3.928,34	9,7%	1.658,04	3.699,18	11,6%	2.921,54	69,0%	81,8%

No entanto, para todos os docentes no regime de 20 horas, com exceção dos titulares, o vencimento proposto é inferior à soma dos atuais vencimentos, VPI e GAE. Nos demais casos é superior.

B) IncTitul – Incentivo de titulação – Deixa de fazer parte do vencimento. Os valores percentuais em relação ao vencimento foram levemente aumentados para o regime de 20 horas, mantiveram-se iguais para Dedicação Exclusiva e foram fortemente reduzidos para o regime de 40 horas, para o qual os valores em reais são idênticos aos valores do regime de 20 horas (cujos vencimentos são metade dos de 40 horas)

C) GEDAtiv – Gratificação de Estímulo à Docência do docente ativo – Valor correspondente a 140 pontos. O valor de cada ponto passa a depender não só da classe, do regime de trabalho e da titulação, mas também do nível dentro da classe. A forma de cálculo não muda em relação à situação atual, mas o governo prevê retomar o processo de avaliação, desta vez atribuindo 20% dos pontos à avaliação individual do docente e 80% à avaliação da instituição onde o docente trabalha.

D) RemAtiv - Remuneração total do docente ativo – Soma das seguintes parcelas: Vencimento, Incentivo de titulação e GED do docente ativo.

E) ReajAtiv – Reajuste percentual da remuneração total do docente ativo (em relação à remuneração total atual).

F) GEDApos – Gratificação de Estímulo à Docência do docente aposentado ou do pensionista – Valor correspondente a 123 pontos, com base nos quais o governo propõe calcular a GED dos docentes que se aposentaram antes de julho de 2000. Quem se aposentou depois desse mês, receberá, como hoje, a GED com base na média de pontos que obteve nos últimos 24 meses antes da aposentadoria. As mesmas regras valem para os pensionistas.

G) ReajApos - Reajuste percentual da remuneração total do docente aposentado ou do pensionista (em relação à remuneração total atual).

Proposta do Andes-SN

A) Venc – Vencimento básico – Inclui os incentivos de titulação e de regime de trabalho e incorpora as atuais VPI, GAE e GED, além de recuperar as perdas inflacionárias desde janeiro de 1995. Substitui todas as atuais parcelas da remuneração, com exceção das vantagens e adicionais específicos (tempo de serviço, insalubridade etc)

B) ReajAtiv – Reajuste percentual da remuneração total do docente ativo (em relação à remuneração total atual).

ReajApos - Reajuste percentual da remuneração total do docente aposentado ou do pensionista (em relação à remuneração total atual).

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

Tit	classe	niv	Remuneração atual						Proposta do governo para novembro de 2010, apresentada em 23/10/2007								Proposta do Andes-SN		
			Venc	Compl	GEDAtiv	RemAtiv	GEDApos	RemApos	Venc	AdTitul	GEDAtiv	RemAtiv	ReajAtiv	GEDApos	RemApos	ReajApos	Venc	ReajAtiv	ReajApos
GRADUAÇÃO	Titular	U	1.003,10	1.664,83	1.030,40	3.697,45	846,40	3.513,45	3.075,82	0,00	1.682,80	4.758,62	28,7%	1.478,46	4.554,28	29,6%	9.754,99	163,8%	177,6%
	Associado	4	951,48	1.582,24	1.030,40	3.564,12	846,40	3.380,12	2.901,72	0,00	1.618,40	4.520,12	26,8%	1.421,88	4.323,60	27,9%	9.255,21	159,7%	173,8%
		3	927,89	1.544,49	1.030,40	3.502,78	846,40	3.318,78	2.817,20	0,00	1.586,20	4.403,40	25,7%	1.393,59	4.210,79	26,9%	9.029,46	157,8%	172,1%
		2	904,30	1.506,75	1.030,40	3.441,45	846,40	3.257,45	2.735,15	0,00	1.555,40	4.290,55	24,7%	1.366,53	4.101,68	25,9%	8.800,65	155,7%	170,2%
		1	880,71	1.469,01	1.030,40	3.380,12	846,40	3.196,12	2.655,48	0,00	1.524,60	4.180,08	23,7%	1.339,47	3.994,95	25,0%	8.569,27	153,5%	168,1%
	Adjunto	4	786,35	1.318,03	1.030,40	3.134,78	846,40	2.950,78	2.505,17	0,00	1.465,80	3.970,97	26,7%	1.287,81	3.792,98	28,5%	7.651,14	144,1%	159,3%
		3	754,04	1.266,33	1.030,40	3.050,77	846,40	2.866,77	2.432,20	0,00	1.436,40	3.868,60	26,8%	1.261,98	3.694,18	28,9%	7.321,67	140,0%	155,4%
		2	722,21	1.215,41	1.030,40	2.968,02	846,40	2.784,02	2.361,36	0,00	1.408,40	3.769,76	27,0%	1.237,38	3.598,74	29,3%	7.006,37	136,1%	151,7%
		1	691,11	1.165,65	1.030,40	2.887,16	846,40	2.703,16	2.292,59	0,00	1.380,40	3.672,99	27,2%	1.212,78	3.505,37	29,7%	6.704,65	132,2%	148,0%
	Assistente	4	634,60	1.075,23	1.030,40	2.740,23	846,40	2.556,23	2.162,82	0,00	1.327,20	3.490,02	27,4%	1.166,04	3.328,86	30,2%	6.151,05	124,5%	140,6%
		3	607,69	1.032,17	1.030,40	2.670,26	846,40	2.486,26	2.099,82	0,00	1.300,60	3.400,42	27,3%	1.142,67	3.242,49	30,4%	5.886,19	120,4%	136,7%
		2	582,80	992,35	1.030,40	2.605,55	846,40	2.421,55	2.038,67	0,00	1.275,40	3.314,07	27,2%	1.120,53	3.159,20	30,5%	5.632,70	116,2%	132,6%
		1	559,33	954,80	1.030,40	2.544,53	846,40	2.360,53	1.979,29	0,00	1.250,20	3.229,49	26,9%	1.098,39	3.077,68	30,4%	5.390,16	111,8%	128,3%
	Auxiliar	4	516,24	885,85	1.030,40	2.432,49	846,40	2.248,49	1.867,25	0,00	1.202,60	3.069,85	26,2%	1.056,57	2.923,82	30,0%	4.945,09	103,3%	119,9%
		3	495,29	852,33	1.030,40	2.378,02	846,40	2.194,02	1.812,86	0,00	1.178,80	2.991,66	25,8%	1.035,66	2.848,52	29,8%	4.732,15	99,0%	115,7%
		2	476,07	821,58	1.030,40	2.328,05	846,40	2.144,05	1.760,06	0,00	1.155,00	2.915,06	25,2%	1.014,75	2.774,81	29,4%	4.528,39	94,5%	111,2%
		1	456,94	790,97	1.030,40	2.278,31	846,40	2.094,31	1.708,80	0,00	1.132,60	2.841,40	24,7%	995,07	2.703,87	29,1%	4.333,40	90,2%	106,9%
APERFEIÇOAMENTO	Titular	U	1.078,33	1.785,20	1.061,20	3.923,77	871,70	3.734,27	3.075,82	230,69	1.733,20	5.039,71	28,4%	1.522,74	4.829,25	29,3%	10.486,61	167,3%	180,8%
	Associado	4	1.022,84	1.696,41	1.061,20	3.780,45	871,70	3.590,95	2.901,72	217,63	1.666,00	4.785,35	26,6%	1.463,70	4.583,05	27,6%	9.949,35	163,2%	177,1%
		3	997,48	1.655,84	1.061,20	3.714,52	871,70	3.525,02	2.817,20	211,29	1.632,40	4.660,89	25,5%	1.434,18	4.462,67	26,6%	9.706,67	161,3%	175,4%
		2	972,12	1.615,26	1.061,20	3.648,58	871,70	3.459,08	2.735,15	205,14	1.598,80	4.539,09	24,4%	1.404,66	4.344,95	25,6%	9.460,70	159,3%	173,5%
		1	946,76	1.574,69	1.061,20	3.582,65	871,70	3.393,15	2.655,48	199,16	1.566,60	4.421,24	23,4%	1.376,37	4.231,01	24,7%	9.211,96	157,1%	171,5%
	Adjunto	4	845,32	1.412,38	1.061,20	3.318,90	871,70	3.129,40	2.505,17	187,89	1.506,40	4.199,46	26,5%	1.323,48	4.016,54	28,3%	8.224,98	147,8%	162,8%
		3	810,60	1.356,83	1.061,20	3.228,63	871,70	3.039,13	2.432,20	182,42	1.475,60	4.090,22	26,7%	1.296,42	3.911,04	28,7%	7.870,80	143,8%	159,0%
		2	776,37	1.302,06	1.061,20	3.139,63	871,70	2.950,13	2.361,36	177,10	1.444,80	3.983,26	26,9%	1.269,36	3.807,82	29,1%	7.531,85	139,9%	155,3%
		1	742,95	1.248,59	1.061,20	3.052,74	871,70	2.863,24	2.292,59	171,94	1.415,40	3.879,93	27,1%	1.243,53	3.708,06	29,5%	7.207,50	136,1%	151,7%
	Assistente	4	682,20	1.151,39	1.061,20	2.894,79	871,70	2.705,29	2.162,82	162,21	1.360,80	3.685,83	27,3%	1.195,56	3.520,59	30,1%	6.612,38	128,4%	144,4%
		3	653,27	1.105,10	1.061,20	2.819,57	871,70	2.630,07	2.099,82	157,49	1.332,80	3.590,11	27,3%	1.170,96	3.428,27	30,3%	6.327,65	124,4%	140,6%
		2	626,51	1.062,29	1.061,20	2.750,00	871,70	2.560,50	2.038,67	152,90	1.304,80	3.496,37	27,1%	1.146,36	3.337,93	30,4%	6.055,15	120,2%	136,5%
		1	601,28	1.021,92	1.061,20	2.684,40	871,70	2.494,90	1.979,29	148,45	1.278,20	3.405,94	26,9%	1.122,99	3.250,73	30,3%	5.794,42	115,9%	132,3%
	Auxiliar	4	554,96	947,81	1.061,20	2.563,97	871,70	2.374,47	1.867,25	140,04	1.229,20	3.236,49	26,2%	1.079,94	3.087,23	30,0%	5.315,97	107,3%	123,9%
		3	532,43	911,76	1.061,20	2.505,39	871,70	2.315,89	1.812,86	135,96	1.204,00	3.152,82	25,8%	1.057,80	3.006,62	29,8%	5.087,06	103,0%	119,7%
		2	511,77	878,70	1.061,20	2.451,67	871,70	2.262,17	1.760,06	132,00	1.178,80	3.070,86	25,3%	1.035,66	2.927,72	29,4%	4.868,02	98,6%	115,2%
		1	491,21	845,81	1.061,20	2.398,22	871,70	2.208,72	1.708,80	128,16	1.155,00	2.991,96	24,8%	1.014,75	2.851,71	29,1%	4.658,40	94,2%	110,9%
ESPECIALIZAÇÃO	Titular	U	1.183,66	1.953,73	1.099,00	4.235,32	902,75	4.039,07	3.075,82	553,65	1.782,20	5.411,67	27,8%	1.565,79	5.195,26	28,6%	11.510,88	171,8%	185,0%
	Associado	4	1.122,75	1.856,27	1.099,00	4.078,02	902,75	3.881,77	2.901,72	522,31	1.713,60	5.137,63	26,0%	1.505,52	4.929,55	27,0%	10.921,14	167,8%	181,3%
		3	1.094,91	1.811,73	1.099,00	4.005,64	902,75	3.809,39	2.817,20	507,10	1.677,20	5.001,50	24,9%	1.473,54	4.797,84	25,9%	10.654,77	166,0%	179,7%
		2	1.067,08	1.767,20	1.099,00	3.933,28	902,75	3.737,03	2.735,15	492,33	1.640,80	4.868,28	23,8%	1.441,56	4.669,04	24,9%	10.384,77	164,0%	177,9%
		1	1.039,24	1.722,65	1.099,00	3.860,89	902,75	3.664,64	2.655,48	477,99	1.605,80	4.739,27	22,8%	1.410,81	4.544,28	24,0%	10.111,74	161,9%	175,9%
	Adjunto	4	927,89	1.544,49	1.099,00	3.571,38	902,75	3.375,13	2.505,17	450,93	1.544,20	4.500,30	26,0%	1.356,69	4.312,79	27,8%	9.028,35	152,8%	167,5%
		3	889,77	1.483,50	1.099,00	3.472,27	902,75	3.276,02	2.432,20	437,80	1.510,60	4.380,60	26,2%	1.327,17	4.197,17	28,1%	8.639,57	148,8%	163,7%
		2	852,20	1.423,39	1.099,00	3.374,59	902,75	3.178,34	2.361,36	425,04	1.478,40	4.264,80	26,4%	1.298,88	4.085,28	28,5%	8.267,52	145,0%	160,1%
		1	815,51	1.364,69	1.099,00	3.279,20	902,75	3.082,95	2.292,59	412,67	1.446,20	4.151,46	26,6%	1.270,59	3.975,85	29,0%	7.911,49	141,3%	156,6%
	Assistente	4	748,83	1.258,00	1.099,00	3.105,83	902,75	2.909,58	2.162,82	389,31	1.390,20	3.942,33	26,9%	1.221,39	3.773,52	29,7%	7.258,24	133,7%	149,5%
		3	717,08	1.207,20	1.099,00	3.023,28	902,75	2.827,03	2.099,82	377,97	1.360,80	3.838,59	27,0%	1.195,56	3.673,35	29,9%	6.945,70	129,7%	145,7%
		2	687,70	1.160,19	1.099,00	2.946,89	902,75	2.750,64	2.038,67	366,96	1.331,40	3.737,03	26,8%	1.169,73	3.575,36	30,0%	6.646,59	125,5%	141,6%
		1	660,01	1.115,89	1.099,00	2.874,90	902,75	2.678,65	1.979,29	356,27	1.303,40	3.638,96	26,6%	1.145,13	3.480,69	29,9%	6.360,38	121,2%	137,4%
	Auxiliar	4	609,17	1.034,54	1.099,00	2.742,71	902,75	2.546,46	1.867,25	336,11	1.253,00	3.456,36	26,0%	1.100,85	3.304,21	29,8%	5.835,21	112,8%	129,1%
		3	584,44	994,97	1.099,00	2.678,41	902,75	2.482,16	1.812,86	326,31	1.226,40	3.365,57	25,7%	1.077,48	3.216,65	29,6%	5.583,94	108,5%	125,0%
		2	561,76	958,69	1.099,00	2.619,45	902,75	2.423,20	1.760,06	316,81	1.199,80	3.276,67	25,1%	1.054,11	3.130,98	29,2%	5.343,50	104,0%	120,5%
		1	539,19	922,57	1.099,00	2.560,76	902,75	2.364,51	1.708,80	307,58	1.174,60	3.190,98	24,6%	1.031,97	3.048,35	28,9%	5.113,41	99,7%	116,3%
MESTRADO	Titular	U	1.379,26	2.266,69	1.566,60	5.211,32	1.286,85	4.931,57	3.075,82	1.153,43	2.595,60	6.824,85	31,0%	2.280,42	6.509,67	32,0%	13.413,11	157,4%	172,0%
	Associado	4	1.308,29	2.153,13	1.566,60	5.028,02	1.286,85	4.748,27	2.901,72	1.088,15	2.496,20	6.486,07	29,0%	2.193,09	6.182,96	30,2%	12.725,91	153,1%	168,0%
		3	1.275,85	2.101,23	1.566,60	4.943,68	1.286,85	4.663,93	2.817,20	1.056,45	2.436,00	6.309,65	27,6%	2.140,20	6.013,85	28,9%	12.415,51	151,1%	166,2%
		2	1.243,41	2.049,33	1.566,60	4.859,34	1.286,85	4.579,59	2.735,15	1.025,68	2.377,20	6.138,03	26,3%	2.088,54	5.849,37	27,7%	12.100,90	149,0%	164,2%
		1	1.210,98	1.997,44	1.566,60	4.775,02	1.286,85	4.495,27	2.655,48	995,81	2.308,60	5.959,89	24,8%	2.028,27	5.679,56	26,3%	11.782,74	146,8%	162,1%
	Adjunto	4	1.081,23	1.789,84	1.566,60	4.437,67	1.286,85	4.157,92	2.505,17	939,44	2.220,40	5.665,01	27,7%	1.950,78	5.395,39	29,8%	10.520,32	137,1%	153,0%
		3	1.036,81	1.718,77	1.566,60	4.322,18	1.286,85	4.042,43	2.432,20	912,08	2.165,80	5.510,08	27,5%	1.902,81	5.247,09	29,8%	10.067,30	132,9%	149,0%
		2	993,03	1.648,72	1.566,60	4.208,35	1.286,85	3.928,60	2.361,36	885,51	2.112,60	5.359,47	27,4%	1.856,07	5.102,94	29,9%	9.633,76	128,9%	145,2%
		1	950,28	1.580,32	1.566,60	4.097,20	1.286,85	3.817,45	2.292,59	859,72	2.060,80	5.213,11	27,2%	1.810,56	4.962,87	30,0%	9.218,89	125,0%	141,5%
	Assistente	4	872,58	1.456,00	1.566,60	3.895,18	1.286,85	3.615,43	2.162,82	811,06	1.981,00	4.954,88	27,2%	1.740,45	4.714,33	30,4%	8.457,70	117,1%	133,9%
		3	835,58	1.396,80	1.566,60	3.798,98	1.286,85	3.519,23	2.099,82	787,43	1.932,00	4.819,25	26,9%	1.697,40	4.584,65	30,3%	8.093,51	113,0%	130,0%
		2	801,35	1.342,03	1.566,60	3.709,98	1.286,85	3.430,23	2.038,67	764,50	1.884,40	4.687,57	26,4%	1.655,58	4.458,75	30,0%	7.744,96	108,8%	125,8%
		1	769,08	1.290,40	1.566,60	3.626,08	1.286,85	3.346,33	1.979,29	742,23	1.838,20	4.559,72	25,7%	1.614,99	4.336,51	29,6%	7.411,46	104,4%	121,5%
DOUTORADO	Titular	U	1.755,42	2.868,54	2.770,60	7.393,00	2.275,85	6.898,25	3.075,82	2.306,87	4.424,00	9.806,69	32,6%	3.886,80	9.269,49	34,4%	17.071,23	130,9%	147,5%
	Associado	4	1.665,10	2.724,03	2.345,00	6.734,13	1.926,25	6.315,38	2.901,72	2.176,29	4.193,00	9.271,01	37,7%	3.683,85	8.761,86	38,7%	16.196,61	140,5%	156,5%
		3	1.623,81	2.657,97	2.345,00	6.626,78	1.926,25	6.208,03	2.817,20	2.112,90	3.992,80	8.922,90	34,6%	3.507,96	8.438,06	35,9%	15.801,56	138,5%	154,5%
		2	1.582,53	2.591,92	2.345,00	6.519,45	1.926,25	6.100,70	2.735,15	2.051,36	3.802,40	8.588,91	31,7%	3.340,68	8.127,19	33,2%	15.401,14	136,2%	152,4%
		1	1.541,24	2.525,85	2.345,00	6.412,09	1.926,25	5.993,34	2.655,48	1.991,61	3.621,80	8.268,89	29,0%	3.182,01	7.829,10	30,6%	14.996,22	133,9%	150,2%
	Adjunto	4	1.376,11	2.261,65	2.345,00	5.982,76	1.926,25	5.564,01	2.505,17	1.878,88	3.432,80	7.816,85	30,7%	3.015,96	7.400,01	33,0%	13.389,50	123,8%	140,6%
		3	1.319,58	2.171,20	2.345,00	5.835,78	1.926,25	5.417,03	2.432,20	1.824,15	3.269,00	7.525,35	29,0%	2.872,05	7.128,40	31,6%	12.812,93	119,6%	136,5%
		2	1.263,86	2.082,05	2.345,00	5.690,91	1.926,25	5.272,16	2.361,36	1.771,02	3.113,60	7.245,98	27,3%	2.735,52	6.867,90	30,3%	12.261,15	115,5%	132,6%
		1	1.209,45	1.994,99	2.345,00	5.549,44	1.926,25	5.130,69	2.292,59	1.719,44	2.965,20	6.977,23	25,7%	2.605,14	6.617,17	29,0%	11.733,14	111,4%	128,7%

O significado das colunas encontra-se no rodapé das páginas 2 e 3.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Maria Cristina Miranda da Silva **1º Vice-Presidente:** Roberto Leher **2º Vice-Presidente:** Roberto José de Lima **1º Secretário:** Luis Paulo Vieira Braga **2ª Secretária:** Anita Handfas **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Química:** Marylena Barreiros Salazar (titular); **Faculdade de Educação:** Herli Joaquim de Menezes (titular); **Escola de Serviço Social:** Cleusa dos Santos (titular); Janete Luzia Leite (titular); Ângela Maria Hygino Rangel (titular); **Colégio de Aplicação:** Regina Célia de Souza Pugliese (titular); Célia Brito Teixeira Gama (titular); Vania Maria Rocha Gomes Hozumi (suplente); **Faculdade de Medicina:** Maria da Conceição Zacharias (titular); **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Marilurde Donato (titular); Walcyr de Oliveira Barros (titular); **Escola Politécnica:** José Henrique Erthal Sanglard (titular) **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **Redação:** comunica@adufrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Chapa de oposição vence eleição para DCE

A chapa 2 - De que lado você samba?- Oposição Unida venceu com 4.849 votos as eleições para a direção do Diretório Central dos Estudantes Mário Prata. A derrota da chapa de situação, defensora do Reuni, deixou claro que a grande maioria dos estudantes da UFRJ é contra o projeto de reestruturação das universidades do governo federal.

Página 4

Secretários da SBPC contra o Reuni

Para seis secretários da SBPC das regiões Sul e Sudeste, o projeto do governo não contribui para melhorar a qualidade da universidade brasileira.

Página 5

Sindicalismo

Senado vai apreciar emendas a projeto de regulamentação das centrais sindicais. Uma delas propõe o fim da contribuição sindical obrigatória.

Página 8

Assembléia Geral

13/11 *terça-feira* **17:30**

Pauta

1) Campanha salarial – avaliação das propostas do governo;
2) PRE da UFRJ e Reuni;
3) Atribuições do cargo de 2º Tesoureiro da Adufrj-SSind.

Auditório da Psicologia

Praia Vermelha

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 560 12 de novembro de 2007

Governo não avança na negociação

Nas duas últimas audiências com o Andes-SN, nos dias 7 e 8, o governo federal não apresentou nenhuma proposta de reajuste salarial para os docentes da carreira de 1º e 2º graus, nem avançou nas negociações referentes à carreira do Ensino Superior. O Sindicato defende uma negociação conjunta para as duas carreiras.

Página 7

Andes-SN

Em defesa dos professores, da autonomia e da democracia nas universidades federais

Nota da Diretoria do Andes-SN aos docentes das IFES

Historicamente os trabalhadores construíram sindicatos para defender seus interesses e assim também ocorreu com os docentes das instituições de ensino superior no Brasil. Primeiramente foram criadas associações de docentes nas instituições de ensino superior e, em 1981, foi criada a Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES. Até a promulgação da Constituição de 1988, os servidores públicos eram proibidos de se organizarem em sindicatos, o que explica por que suas primeiras organizações foram associações. Em novembro de 1988, o II Congresso Extraordinário da ANDES transforma a entidade em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, com a denominação de ANDES - Sindicato Nacional - ANDES-SN. Hoje, o Sindicato Nacional conta com mais de setenta mil sindicalizados. Sua organização é inovadora, pois é, ao mesmo tempo, nacional e local, contando com seções sindicais que gozam de autonomia, sem o vício verticalista e antidemocrático do velho sistema confederativo.

A história mostra também que muitas direções de organizações sindicais abandonaram a defesa dos interesses da base que deveriam representar, o que, invariavelmente, deu-se com ataques à democracia dessas organizações. Tais direções passam a defender interesses diferentes e, muitas vezes, antagônicos aos dos trabalhadores. Consequentemente, as entidades sindicais perdem sua autonomia. A participação democrática dos sindicalizados é a única forma de assegurar a autonomia de tais organizações, fazendo com que as diretorias sejam efetivamente órgãos executivos submetidos às instâncias deliberativas. Estas relações ocorrem não em situações idealizadas, mas no mundo real e, portanto, imersas em conflitos existentes. No caso do ANDES-SN os conflitos são, principalmente, aqueles que ocorrem nos locais em que o trabalho docente é realizado, as instituições de ensino superior. Em todos eles compete ao sindicato defender os interesses comuns dos professores.

Uma das principais particularidades dos conflitos existentes no atual período é que as forças políticas que apóiam o governo Lula tentam comprometer as entidades sindicais e os movimentos sociais no apoio às políticas governamentais. Isto é, estamos diante de um governo que disputa espaço no interior dos movimentos, inclusive no movimento docente. Como parte dessa disputa, ataques são desferidos ao ANDES-SN, curiosamente alguns deles fazem acusação de partidarização da direção do Sindicato. Esta é apenas uma das expressões da mesquinhez argumentativa daqueles que consideram que os que não são capachos do governo definem sua intervenção a partir do fundamento *a priori* de oposição a ele. Os ataques ao ANDES-SN se avolumam nos momentos de enfrentamento a projetos do governo que reduzem ou retiram direitos dos professores. Foi assim, por exemplo, durante a luta contra a reforma da Previdência em 2003, experiência que contribuiu fortemente para a desfiliação do ANDES-SN da CUT, que é a principal organização sindical que dá suporte ao governo. A carga volta agora nos conflitos relacionados ao REUNI e à adesão das universidades federais ao programa. A diretoria do ANDES-SN foi acusada, dentre outras coisas, de patrocinar ocupações de reitorias. Em outras palavras, acusou-se o ANDES-SN de estar por trás das ocupações, incentivando-as.

Declaramos a todos os professores das IFES que a diretoria do ANDES-SN não está por trás de nada, mas na primeira fileira, na mais visível que for possível do enfrentamento ao REUNI. Um sindicato como o ANDES-SN não se desvia por conta de intrigas, mensagens apócrifas e diante de qualquer tipo de tentativa de intimidação, que só visam quebrar a força da resistência a um projeto que prejudicará a qualidade da educação e aviltará as condições de trabalho dos docentes. A documentação produzida pelo sindicato sobre as conseqüências do REUNI é farta e tem sido amplamente divulgada e encontra-se disponível em sua página. Salientamos, neste momento, apenas a farsa de que o REUNI trará novos recursos para as universidades federais. Ele é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. A Constituição Federal, em seu art. 84, inciso VI, alínea a, estabelece que os decretos do Presidente da República podem dispor sobre *"organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos"* (grifo nosso). É por este motivo que o decreto estabelece, em seu art. 7º, que *"As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação"*. Os propalados recursos demandariam projeto de lei específico ou, como o sindicato tem alertado, ficarão resumidos à variação orçamentária nominal. O Programa, então, se concentra no seu art. 1º: *"Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais"* (grifo nosso).

O Sindicato defende a expansão da educação superior pública, mas ela não pode se dar com uma sobrecarga ainda maior dos professores. Ao contrário, ele deve se pautar contra toda forma de precarização do trabalho docente. As intimidações, muitas delas caluniosas, não faltam e não faltarão, mas elas fazem parte da luta e devem ser enfrentadas. Nos anima saber que a realidade é mais rica do que a imaginação. Mas, é uma realidade dura que exige um sindicato forte. Força que está em cada um dos docentes e se impõe pela combinação solidária dos membros da categoria.

Isto é particularmente importante no atual momento. Ao menos no discurso, o governo vem expressando alguns recuos tanto em relação ao REUNI como em relação às negociações salariais. Ele já está anunciando que mandará ao Congresso projeto de lei para autorizar a contratação de quinze mil professores. Afirma ter desistido de implantar uma nova gratificação por desempenho vinculada às metas do REUNI, mas pretende manter a GED, desvincular o incentivo de titulação do vencimento e conceder um reajuste salarial muito inferior ao reivindicado. Precisamos, portanto, intensificar nossa mobilização, avançar com a convicção da justeza da nossa luta, para que possamos ter nossas reivindicações atendidas.

Brasília, 1º de novembro de 2007

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Maria Cristina Miranda da Silva **1º Vice-Presidente:** Roberto Leher **2º Vice-Presidente:** Roberto José de Lima **1º Secretário:** Luis Paulo Vieira Braga **2ª Secretária:** Anita Handfas **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Química:** Marylena Barreiros Salazar (titular); **Faculdade de Educação:** Herli Joaquim de Menezes (titular); **Escola de Serviço Social:** Cleusa dos Santos (titular); Janete Luzia Leite (titular); Ângela Maria Hygino Rangel (titular); **Colégio de Aplicação:** Regina Célia de Souza Pugliese (titular); Célia Brito Teixeira Gama (titular); Vania Maria Rocha Gomes Hozumi (suplente); **Faculdade de Medicina:** Maria da Conceição Zacharias (titular); **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Marilurde Donato (titular); Walcyr de Oliveira Barros (titular); **Escola Politécnica:** José Henrique Erthal Sanglard (titular) **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **Redação:** comunica@adufrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Universidade promove debate sobre diversidade sexual

Evento promove reflexão sobre sexualidade e relações sociais

O Fórum de Ciência e Cultura (FCC) abriu suas portas para receber a II Semana da Diversidade Sexual da UFRJ, que foi produzida pelos bolsistas do Programa de Educação Tutorial da Escola de Comunicação (PET-ECO), durante os dias 23 a 26 de outubro. O evento contou com palestras, mesas-redondas e peças teatrais, nas quais foram abordados temas de interesse da área de comunicação e de qualquer outra que se propusesse a discutir as novas tendências sociais. Dentre as diferentes temáticas, foram destacadas a diversidade sexual e sua relação com a sociedade, com a mídia e com a Universidade.

O evento aproveitou o atual contexto de formação de novas percepções em relação à sexualidade e à prática sexual como definidoras das relações sociais e como forma de lazer ou sustento (prostituição) e mesmo a pornografia nos meios de comunicação. A multiplicidade de opções e comportamentos sexuais e a pluralidade de vozes têm se mostrado essenciais para que o discurso conservador naturalizado pela própria mídia não resulte como dominante, podendo ser contestado à medida que o conhecimento relativo a esse problema seja compartilhado pela população.

"Nas últimas décadas, a discussão acerca do comportamento sexual humano tem sido empreendida de modo aberto, a partir de perspectivas menos tradicionalistas. Desse modo, diferentes opções sexuais são consideradas, assim como as diversas maneiras de apropriação e uso social da sexualidade. Não existe, assim, o ímpeto de taxá-las como patologia, desvio ou uma simples inadequação ao meio social idealizado", observou um dos coordenadores do evento, o estudante Gustavo Barreto.

A abertura do encontro ficou a cargo da diretora da unidade, Ivana Bentes. "O sucesso da I Semana da Diversidade Sexual se verificou por intermédio da presença de especialistas, bem como de intelectuais e dos próprios atores sociais que protagonizam as manifestações contra a discriminação e o preconceito sexuais", comentou. Como uma proposta de debate e conscientização contínua, a II Semana da Diversidade Sexual incita novos debates sobre a pluralidade sexual humana e sua expressão na sociedade contemporânea. "Dessa forma, fica assegurado o desejo de que seja mantida em pauta a questão da sexualidade como um fenômeno essencial na construção de identidades e realidades", destacou a professora.

Pedro Veríssimo

PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS TRAVESTIS DO RIO DE JANEIRO, MARJORIE MARCHI

Estiveram presentes também o professor da Universidade Federal da Bahia e fundador do Grupo Gay do mesmo estado, Luiz Mott; a presidente da Associação dos Travestis do Rio de Janeiro, Marjorie Marchi; o psicanalista Ângelo Pereira (primeiro homossexual brasileiro a adotar uma criança) e o professor da UFRJ, Joaquim Welley, mediador da mesa "Sexualidade e seus direitos". No Salão Moniz de Aragão, quase todos os participantes ficaram até o final das apresentações para debater as questões levantadas pelos palestrantes. Logo em seguida, o público assistiu ao Grupo Direito de Ser, do Centro do Teatro do Oprimido, na sala "Vianninha", do Curso de Direção Teatral da Escola.

"Indubitavelmente, a realização de semanas como essa, que se propõem a discutir a legitimidade dos direitos dos homossexuais, é de extrema importância. No entanto, torço para que, em um futuro próximo, eventos que debatam a diversidade sexual não tenham mais sentido. Pois, estarmos aqui todos reunidos para ainda falarmos sobre direitos fundamentais é, no mínimo, um atraso humano e um desperdício mental", finalizou Ângelo Pereira.

Ainda não há efetiva militância GLBT no Andes-SN

Segundo a 1ª Vice-presidente do Andes-SN e coordenadora do GT Etnia, Gênero e Classe, Maria Inês Corrêa Marques (UFBa), a reflexão que a entidade tem sobre o tema caminha junto do que é trabalhado na Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Um exemplo é a proposta já feita em Congresso do Sindicato de o cônjuge homossexual ter o direito a seguro de saúde e à previdência do companheiro docente. Maria Inês diz que essa luta, no entanto, carece de representantes do Movimento GLBT na entidade.

Para a professora, o que o Sindicato pode fazer é suscitar a discussão. "Quando a universidade faz esse tipo de atividade, cumpre seu papel de trazer a sociedade para dentro de seus muros e refletir sobre questões como essa - que são muito relevantes." Para a coordenadora do GT, entretando, falta uma interlocução maior entre os movimentos sociais, tanto os GLBT, quando os demais de gênero, etnia e classe. "Talvez seja essa nossa reivindicação básica: uma maior interlocução para que a gente possa servir aos movimentos; e ajudar de alguma maneira aos militantes destas causas", afirmou Maria Inês.

Resenha

Empresas querem explorar urânio do Brasil

Reportagens na mídia corporativa informam que a Companhia Vale do Rio Doce e a *holding* EBX fazem *lobby* no Congresso para conseguir mudar a Constituição brasileira, que veta a exploração privada do urânio. No entanto, de acordo com o engenheiro e físico Bautista Vidal, o maior perigo de uma abertura da exploração e comercialização do minério para a iniciativa privada é a questão da produção de bombas nucleares. O urânio, hoje, é responsável por 17% de toda energia produzida no mundo e o Brasil possui a sexta maior reserva mundial do minério *(Jornal Brasil de Fato, 18/10).*

Milhares defendem reforma de Chávez

"Centenas de milhares"' de pessoas, segundo a nada entusiasmada mídia internacional, participaram da Grande Marcha em apoio à reforma constitucional na Venezuela, que percorreu Caracas no último dia 4. A demonstração de força bolivariana iniciou a campanha para o referendo marcado para 2 de dezembro. A reforma enviada pelo Executivo inicialmente modificava 33 artigos da Constituição de 1999, mas este número passou para 69 devido a emendas feitas na Assembléia Nacional (Parlamento). As mudanças incluem a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias, a proibição do latifúndio e do monopólio, a prevalência da propriedade social sobre a privada, a mudança do nome do Exército para Força Bolivariana e Antiimperialista, a institucionalização das missões sociais, o fim da autonomia do Banco Central, o aumento do mandato presidencial de seis para sete anos e a possibilidade de reeleição indefinida *(Portal Vermelho, 5/11).*

Banqueiros não têm do que reclamar

O Banco Itaú registrou lucro líquido de R$ 6,44 bilhões entre janeiro e setembro deste ano. O resultado é 113% superior ao apurado em igual período de 2006, quando a instituição ganhou R$ 3,03 bilhões. Segundo a empresa de informações financeiras Economática, trata-se do maior lucro entre os bancos de capital aberto em 20 anos *(Agência Estado, 7/11).*

Movimento

Maioria foi contra Reuni em eleição para o DCE

Chapa contrária ao Reuni ganha por esmagadora maioria os votos dos estudantes na UFRJ

Contrariando o discurso dos que defendem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a esmagadora maioria dos estudantes da UFRJ mostrou nas urnas que é absolutamente contrária à adesão das Ifes ao pacote de medidas do governo federal para a educação superior. Entre os dias 29, 30 e 31 de outubro, foi eleita a direção do Diretório Central dos Estudantes Mário Prata.

A chapa "De Que Lado Você Samba? - Oposição Unida", que teve como bandeira principal o 'Não ao Reuni', assumirá a entidade com a maioria dos votos. No plebiscito eleitoral, os estudantes também definiram a composição proporcional para o quadro de diretores da organização.

No total, 8.532 votaram nesse pleito, considerado o que obteve o maior número de participantes da história do DCE-UFRJ. A chapa 2 venceu com 4.849 votos, indicando a força dos estudantes que se manifestaram contra o Reuni no Conselho Universitário do dia 18/10, no qual foi aprovado o Plano de Reestruturação da UFRJ. A manifestação dos votos estudantis demonstrou que, muito além da chamada "minoria barulhenta" como muitos insistiam em criticar durante a sessão posterior do colegiado (25/10), na verdade, a massa dos estudantes da UFRJ é contrária à reestruturação nos moldes propostos pelo governo. Essa foi a resposta dos alunos que, majoritariamente, repudiaram a falta de discussão no processo e a forma anti-democrática da votação do PRE no Conselho Universitário.

Fabiano Veneza

A APURAÇÃO FOI FEITA NA SEDE DO DCE, NA PRAIA VERMELHA

"A eleição foi polarizada pelo tema do Reuni, apesar das seis chapas inscritas. Foi quase um plebiscito sobre o Reuni entre os estudantes: de um lado a chapa que era a favor ao Reuni e de outro as chapas que eram contra. A votação e a alta margem dessa vitória expressa o repúdio cabal dos estudantes ao projeto do Reuni na UFRJ. É uma história que demonstra um ano de muita luta na universidade e expressa o repúdio da comunidade ao Reuni. Essa quantidade de votos foi uma vitória para todas as chapas que eram contra o Reuni. A política do governo ficou bem minoritária no DCE agora!", disse Jorge Eduardo, o "Badauí", do Centro Acadêmico de Letras.

Para os integrantes da chapa 2, a vitória tem um sabor especial, pois os estudantes enfrentavam uma jornada tripla: freqüentar as aulas, ocupar a reitoria e fazer campanha eleitoral. "Para a gente foi muito especial porque fizemos campanha juntamente com o processo de mobilização e a luta da ocupação da reitoria; o que faz com que essa, além de uma vitória eleitoral, seja uma vitória política no interior da universidade", diz Allan Mesentier, do CA de Economia, para quem a expectativa desta gestão é a "responsabilidade de se fazer debates sobre o Reuni na universidade".

Maioria contra o Reuni

Somados os votos da chapa vencedora e de outras três chapas que também tinham posição contrária ao projeto do governo, 6.276 estudantes a UFRJ disseram ' Não ao Reuni'. Esse dado demonstra a disposição do movimento estudantil em acompanhar as políticas acadêmicas e universitárias e reflete a consciência do movimento em relação aos projetos em disputa.

Chapa 1 - *"DCE em movimento - Todos pela UFRJ"* – 1.783 votos

Chapa 2 - *"De Que Lado Você Samba? - Oposição Unida"* – 4.849 votos

Chapa 3 - *"Correnteza"* - 445 votos

Chapa 4 - *"Quem Vem Com tudo Não Cansa"* - 637 votos

Chapa 5 - *"Geral Num Braço Só"* - 345 votos

Chapa 6 - *"Consulta Já - Eu Escolho Meu Rumo"* - 369 votos

Total de votos: *8.532*

Forma de composição da gestão: *Proporcionalidade*

Protesto estudantil de 'independentes' suspende reunião do Consuni

Grupo, auto-proclamado independente, reivindica Congresso interno paritário

Não aconteceu a sessão do Conselho Universitário do último dia 8. O protesto de um grupo de vinte estudantes fez com que o reitor Aloisio Teixeira declarasse suspensa a reunião, meia hora após o horário previsto para seu início.

Os estudantes, que se classificaram como independentes de partidos políticos e das correntes majoritárias do movimento estudantil, chegaram cedo ao Salão Nobre da decania do Centro de Tecnologia – escolhido pela administração por conta da ocupação estudantil no *hall* da reitoria. E, sob o protesto do decano do Centro, Walter Suemitsu, os manifestantes espalharam água e detergente no piso de madeira da sala contígua ao local da reunião e esfregaram o chão com vassouras e rodos. Para os passantes, os estudantes argumentavam que a democracia do Consuni precisava de uma 'limpeza', em referência aos resultados das últimas sessões.

Pouco depois, quando os conselheiros já se preparavam para iniciar a reunião, os estudantes entraram no Salão Nobre e cinco deles sentaram na bancada principal, destinada aos integrantes da reitoria. Após alguns discursos sobre o significado daquela manifestação, o reitor dirigiu-se ao centro da sala e declarou suspensa a reunião.

Manifestantes seguem reitor

Ao se retirar, o dirigente universitário foi acompanhado pelos manifestantes, que reivindicavam um Congresso interno paritário para discutir os rumos da universidade e um plebiscito para a tomada de decisões. No percurso de volta à reitoria, o reitor foi interpelado várias várias vezes pelo grupo de estudantes que só liberou a passagem após a garantia de uma reunião com a reitoria, marcada para a manhã do dia seguinte (9/11).

Reunião suspensa continha extensa pauta

A sessão suspensa do Consuni tinha, entre outros pontos de pauta, a discussão e possível deliberação das normas e edital de concurso para professor da carreira de magistério superior; o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação da UFRJ; a participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão dos chamados "colaboradores voluntários"; mudanças nas regras de progressão dos docentes e o novo regimento do Instituto de Ciências Biomédicas.

Assembléia estudantil não aprovou ato

De acordo com o estudante Jorge "Badauí", que tomaria posse no Consuni como um dos representantes do DCE recentemente eleito, a manifestação do dia 8 de novembro, embora legítima em seu direito, não foi aprovada na Assembléia estudantil, realizada na véspera, no saguão da reitoria.

Segundo ele, foi aprovado um ato contra o Reuni na sede regional do MEC, no dia 13 de novembro. Badauí adiantou, ainda, que existia um indicativo de desocupação do prédio da reitoria pelos estudantes, situação que seria definida em nova assembléia estudantil marcada para a data do fechamento desta edição.

Reforma Universitária

Secretários regionais da SBPC condenam o Reuni

Seis secretários regionais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC divulgaram um manifesto, na terça-feira (6/11), condenando o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

O manifesto foi formulado após os secretários debaterem as linhas gerais do programa, em reunião realizada em Porto Alegre, nos dias 29 e 30 de outubro. Para os secretários da SBPC, o Reuni não contribuirá para melhorar a qualidade da universidade brasileira. Conforme a avaliação deles, o programa fere o Art. 207 da Constituição Federal, que trata sobre a autonomia universitária. Os secretários afirmam ainda que as metas estabelecidas pelo Reuni (aprovação de no mínimo 90% dos estudantes e relação de 18 alunos por professor em sala de aula) são incompatíveis com uma educação de qualidade.

Representante de Curitiba fala sobre origem do manifesto

Secretária da SBPC pela seccional de Curitiba, Maria Suely Soares Leonart esclareceu que a reunião dos dias 28 e 29 de outubro envolveria, a princípio, apenas os representantes da região Sul. Ela explicou que a nova diretoria tem incentivado as reuniões por grandes regiões do país para discutir os assuntos ligados à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Assim, as discussões não ficariam limitadas à Reunião Anual da entidade ou encontros ocasionais, nas regiões. E, neste sentido, também foram convidados os secretários de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Os representantes fluminense e catarinense, porém, não puderam comparecer.

O Reuni era um dos muitos pontos de pauta da reunião e o manifesto surgiu como resultado dos debates: "Nós discutimos e pensamos dessa forma. Não é uma posição de todos os secretários e nem da diretoria nacional da SBPC". Embora a professora acredite que há outros secretários em afinidade com este pensamento, não se pode afirmar outros posicionamentos contrários ao Reuni por parte de outros integrantes da entidade.

No ponto de vista da docente, a falta de garantias de novos recursos humanos e financeiros para a expansão proposta é o que mais preocupa no programa governamental do Reuni: "Sem recursos e sem a contratação suficiente de professores de carreira, com dedicação exclusiva, o programa irá contra a qualidade do ensino", afirmou.

Professora da Universidade Federal do Paraná, no seu entendimento, a reitoria local "tratorou" a comunidade acadêmica para conseguir a adesão ao Reuni, mesmo com a resistência estudantil, que ocupava até o fechamento desta matéria o prédio administrativo da UFPR.

Confira o manifesto

Os Secretários Regionais da SBPC das regiões Sul e Sudeste, Maria Alice Lahorgue e Maíra Baumgarten (RS), Marcos Cesar Danhoni (PR), Maria Suely Soares (seccional Curitiba), Suzana Salem Vasconcelos e João Ernesto Carvalho (SP), reunidos em Porto Alegre nos dias 29 e 30 de outubro de 2007, discutiram as linhas gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Instituições Federais de Ensino Superior e manifestam seu estranhamento e preocupação diante da constatação de que tal programa representa a prática de políticas contidas na proposta de Reforma do Ensino Superior do Governo Federal, as quais ferem frontalmente a concepção e a autonomia da Universidade Brasileira e apresentam sérias implicações futuras em relação à qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão nestas instituições.

Críticas dos secretários ao Reuni

■ Ao condicionar a expansão e reestruturação ao cumprimento de metas, que são de competência acadêmica das Ifes, como a disposição de cursos e programas de ensino e a organização curricular, ele (Reuni) fere o Artigo 207 da Constituição Federal, que garante a Autonomia Universitária.

■ As duas metas às quais todos os Projetos do Reuni estão submetidos, ou seja, 90% de taxa de aprovação e a relação de 18 alunos por professor, são incompatíveis com a qualidade de ensino.

■ A elevação da relação aluno/professor, num contexto de ampliação do acesso ao ensino superior público é uma medida que vai concorrer na direção oposta da melhoria da taxa de conclusão (diplomação). Secretários regionais da SBPC condenam o Reuni

■ A inclusão de egressos do ensino médio, com maior carência de formação geral sólida, requer uma maior atenção didática/pedagógica e, portanto, um atendimento diferenciado, que deve resultar em um número menor de alunos por professor.

■ O financiamento para o Reuni é muito tímido para os objetivos gerais esperados, com um custo médio para as novas vagas 50% menor em relação às vagas atuais, o que, ao final dos cinco anos de programa, vai resultar numa forte diminuição do investimento por aluno no ensino superior, que deve refletir negativamente na qualidade de ensino.

■ Tudo isto, aliado à restrição da ampliação dos gastos com pessoal no serviço público federal, imposta pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), deve causar um aprofundamento da precarização do trabalho docente nas Ifes.

Desta forma, os secretários definiram uma posição contrária ao Reuni, por entender que este Programa não contribui para a qualidade da Universidade Pública Brasileira.

Fonte: JC Online

Opinião

GRAMSCI

Quando a teoria é prática revolucionária

Eduardo Granja Coutinho*

Em 2007, quando se comemoram os 90 anos da Revolução Russa e se prestam homenagens a Che Guevara, assassinado pela CIA há exatos quarenta anos, não se pode deixar de lembrar os 70 anos da morte de um outro grande revolucionário – o pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937).

Como outros pensadores da tradição marxista, Gramsci soube unir a teoria à prática revolucionária. Foi militante, jornalista, fundador e líder do Partido Comunista Italiano, dirigente da III Internacional, deputado cassado e preso por Mussolini sob a alegação de que era "preciso impedir que aquele cérebro funcionasse durante vinte anos". Foi também o teórico genial, que contribuiu para a recuperação de algo que a tradição economicista, mecanicista do marxismo vulgar deixara para trás: o caráter fundamentalmente dialético do pensamento de Marx.

Gramsci inicia sua militância política num período em que, sob a influência da Revolução Russa, parecia iminente o triunfo da revolução mundial. Logo após a I Guerra, o proletariado se levantou no mundo inteiro, inclusive no Brasil. Na Itália de Gramsci, os operários de Turim,

centro industrial no norte do país, assumem o controle das fábricas em abril de 1920. Gramsci foi um dos líderes do movimento. Seus *Escritos políticos* (recém-publicados pela Civilização Brasileira) dão conta desse período de agitação do proletariado mundial, do posterior enfraquecimento do movimento, da ascensão do fascismo na Itália (1922), até a prisão dos principais líderes comunistas em 1927. A partir desse momento, nas condições adversas da prisão, Gramsci inicia a sua obra de maturidade, os chamados *Cadernos do cárcere*.

Durante os dez anos em que esteve preso, Gramsci escreveu febrilmente sobre variados temas – filosofia, cultura popular, literatura, história italiana –, a partir de um viés nitidamente político. São freqüentes, nos *Cadernos*, referências ao fato de que "tudo é política". Pode-se dizer que a política é aquilo que articula e dá sentido ao conjunto das reflexões de Gramsci (cf. Carlos Nelson Coutinho, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992).

A questão fundamental que Gramsci se coloca - e que de alguma forma constitui o cerne de suas investigações no cárcere - pode ser resumida da seguinte maneira: *por que a revolução mundial não aconteceu?* Por que, ao contrário do que Marx previra, a revolução socialista não ocorreu nas sociedades capitalistas industrializadas, onde haveria condições objetivas e subjetivas para isso, acontecendo primeiro na Rússia, uma sociedade agrária, subdesenvolvida?

Para responder a esta questão, Gramsci desenvolve o que se chamou de **teoria ampliada do Estado**, teoria que envolve uma **concepção processual e molecular da revolução socialista**. Em linhas gerais, a conclusão a que chegou foi a de que, nas sociedades industrializadas de "tipo ocidental", a dominação de classes não se dá apenas por meio dos aparelhos de coerção (polícia, forças armadas, burocracia), mas também pela cultura, pela "hegemonia", isto é, pela busca do "consenso" do dominado. A esfera da cultura aparece como uma das instâncias da luta política. É nessa esfera, no âmbito da sociedade civil, entendida como o conjunto dos aparelhos de hegemonia (escola, igrejas, partidos, sindicatos, imprensa, etc.) que as classes sociais lutam para tornar orgânica a sua ideologia e impor a sua liderança intelectual e moral ao conjunto da sociedade. Na nossa época, diria Gramsci, a revolução não se reduz à tomada do aparelho de Estado. Agora será preciso às "classes subalternas" conquistarem a hegemonia político-cultural, isto é, criarem uma contra-hegemonia, uma nova cultura capaz de se contrapor à cultura dominante.

O caráter profundamente universal da teoria de Gramsci - imprescindível para se pensar o mundo atual e, particularmente, a realidade brasileira - explica por que ele é considerado por muitos o grande renovador do pensamento político socialista no século XX.

*Professor da ECO/UFRJ

Anote

Filme "Memória para o uso diário"
O Núcleo de Estudos de Políticas Públicas e Direitos Humanos convida para a exibição do filme Memória para o uso diário, de Beth Formagguini. Na seqüência, haverá mesa-redonda com o professor e escritor Álvaro Caldas e com a psicóloga e diretora Vitória Pamplona, do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. O evento foi marcado para o dia 21 de novembro, às 18h, no Auditório Prof. Manoel Maurício de Albuquerque, Av. Pasteur, 250 – Prédio do CFCH, *campus* da Praia Vermelha.

4º Congresso de Extensão da UFRJ
Entre os dias 26 e 28, o Centro Cultural Professor Horácio Macedo vai sediar o 4º Congresso de Extensão da UFRJ, de 9h às 18h, no Salão Nobre e no Auditório Roxinho.

Literatura africana
No dia 23, também no Auditório Roxinho, de 14h às 18h, acontece o Encontro de Professores de Literaturas Africanas.

Para evitar a dengue
Na série "eventos acadêmicos", o Centro Cultural Professor Horácio Macedo recebe, neste dia 21 o programa de "Conscientização da cidadania para evitar a dengue", no Auditório Roxinho, de 13h às 17h.

VII Mostra de Teatro da UFRJ
O curso de Direção Teatral da Escola de Comunicação da UFRJ, com a colaboração dos cursos de Indumentária e Cenografia da Escola de Belas Artes e do Colégio de Aplicação/UFRJ, apresenta a VII Mostra de Teatro, que esse ano oferece também um ciclo de debates ("Dramaturgia hoje"), sempre às quartas-feiras (nos dias 14, 21 e 28), das 17h30 às 19h30, no Forum de Ciência e Cultura - *campus* da Praia Vermelha, na Av. Pasteur, 250, fundos.
As apresentações teatrais acontecem no Colégio de Aplicação da UFRJ no dia 9 de novembro, às 20h, e nos dias 10 e 11, às 17h e às 20h. Já na ECO, ocorrem na Sala Oduwaldo Vianna Filho, da Escola de Comunicação da UFRJ, de 13 de novembro a 16 de dezembro, sempre às 20h (exceto segundas-feiras). A entrada para as apresentações e para o debate é franca, com distribuição de senha uma hora antes dos espetáculos. A organização do evento, entretanto, solicita ao público que colabore com um quilo de alimento não-perecível, que será revertido à campanhas natalinas de arrecadação de alimentos para pessoas carentes.

Show de Leila Pinheiro
No dia 13, às 14h30, no Auditório Roxinho, ocorre o show da cantora Leila Pinheiro.

Dança
No dia 22, no Auditório Roxinho, às 14h30, haverá a apresentação dos alunos da oficina do Programa Humanizar/Codep/PR-4. Depois, exibição da Oficina de Tango.

Movimento

Governo não apresenta proposta para os docentes de 1º e 2º graus das IFES

Os representantes do governo frustraram qualquer expectativa positiva que os docentes da carreira de 1º e 2º graus pudessem ter sobre os rumos da campanha salarial ao adiar para uma próxima reunião a apresentação da contraproposta às reivindicações salariais. Na reunião anterior, a Secretaria de Recursos Humanos (SRH) do Ministério do Planejamento se comprometeu a apresentar a proposta no dia 7, o que não aconteceu.

Sem cumprir a agenda acordada com as entidades que têm participado da mesa de negociação, entre as quais o Andes-SN e o Sinasefe, o diretor de Relações de Trabalho do Ministério, Nelson Freitas, abriu a reunião com uma discussão sobre carreira. Junto dos representantes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC, Freitas explicou que o governo trabalha com a hipótese de alterar a nomenclatura da carreira, que está anacrônica em relação à Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o que poderá possibilitar o início de uma discussão sobre a aproximação das carreiras de 1º e 2º graus e de ensino superior.

Freitas disse que, além da nomenclatura anacrônica, o governo tem conhecimento da realidade vivida por muitos professores de 1º e 2º graus que dão aulas em cursos de graduação e até de pós-graduação e vice-versa. Então, explicou, a idéia do governo é que haja professores que possam atuar tanto no ensino médio, quanto na graduação e na

pós-graduação, o que poderá ser ajustado de acordo com a titulação do profissional, e sinalizou com a mudança da denominação da carreira de 1º e 2º graus para "carreira da educação básica, profissional e tecnológica".

Questionado pelos representantes dos sindicatos sobre se essa aproximação se daria também na remuneração, os representantes do governo explicaram que ainda não há definição sobre isso e que não sabem se esse seria o "melhor caminho", mas que estão abertos ao diálogo, e que essa aproximação poderá ser o primeiro passo para um processo

de unificação das duas carreiras no futuro.

Para os representantes do Andes-SN, a discussão sobre a carreira docente, apesar de positiva, tem seu fórum adequado no MEC, no entanto, é necessário que o governo dê condições para que a negociação salarial avance. "É inadmissível que após todo esse tempo, o governo não tenha uma proposta para os docentes da carreira de 1º e 2º grau, dificultando, com isso, o debate na base do Andes-SN, que decidiu que a campanha salarial dos docentes das duas carreiras deve ser feita conjuntamente", observa Agostinho Beghelli Filho, 2º vice-presidente do Andes-SN.

Os representantes do Planejamento se comprometeram a apresentar a contraproposta salarial para os docentes de 1º e 2º graus numa próxima reunião, que deverá acontecer entre os dias 19 e 20. De acordo com eles, a agenda de negociações com os servidores está lotada, portanto, uma nova reunião não deverá acontecer na próxima semana.

Proposta para o ensino superior não avança

Nenhum avanço substantivo ocorreu na audiência do Andes-SN e do Sinasefe com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento no último dia 8, destinada a tratar da tabela salarial para os docentes do ensino superior. As entidades representativas dos docentes federais apresentaram os motivos pelos quais consideram inaceitável a proposta do governo (ver encarte nesta edição do Jornal da Adufrj).

Os representantes do governo comprometeram-se a analisar as críticas recebidas e a formular mudanças em sua proposta, que serão apresentadas na próxima reunião, prevista para a semana de 19 a 23 de novembro, em dia a ser confirmado.

Cartas

Em resposta à Reitoria (ou em defesa do meu trabalho)

"Sua charge está no *site* da UFRJ!" – era o que as pessoas me diziam.

A matéria do "Olhar Virtual" do dia 16/10/2007 provocou um verdadeiro *"frisson"* – não pelo conteúdo da charge em si, mas pela crítica levantada pela Reitoria. Em sua ação enérgica de censura contra a ilustração de minha autoria, a Reitoria fez questão de rasgar adjetivos como "malicioso", "deformador", "apolítico", "frustrante" e "deplorável".

Senhores membros da Reitoria, é de se admirar que se sintam tão lesados. Esta charge não é resultante de um processo de criação inconseqüente. Muito pelo contrário, antes mesmo de se tornar cartaz e adesivo já era amplamente conhecida e divulgada na comunidade acadêmica; uma vez que traduz o descontentamento de muitos estudantes que questionam o caráter privatista do projeto governamental que os senhores defendem com tanto afinco.

É uma atitude no mínimo infantil dos senhores escandalizarem-se e promoverem tamanho alarde acerca de uma manifestação artística que se legitima por originar-se do senso coletivo. É lastimável que a Reitoria de tão renomada instituição de ensino superior tenha apelado para o sensacionalismo barato, no intuito de tentar sensibilizar a comunidade acadêmica em favor de seu projeto. É surreal que na antevéspera do CONSUNI do dia 18/10/2007, os senhores tenham publicado esta matéria como pretexto para sua convocatória do conselho!

Em sua análise, os senhores membros da Reitoria da UFRJ optaram por desqualificar um instrumento crítico que se propõe a instigar uma discussão tão pertinente na atual conjuntura da Universidade, que é o REUNI. Esqueceram, porém, de que todos aqueles que ocupam cargos públicos estão sujeitos a serem alvo de crítica, seja ela formalizada por escrito, discurso ou vinculada a uma imagem. Confundem irreverência com desrespeito.

Historicamente, ilustradores das mais diversas categorias e inclinações artísticas vêm especializando o desenho como forma de expressão política. No século XIX, o ítalo-brasileiro Ângelo Agostini já denunciava o sistema escravocrata no Brasil, consagrando-se o pioneiro do cartum e da charge política brasileira, não apenas por seu talento ímpar e originalidade genial, mas por ter se tornado, como chargista, um poderoso aliado dos movimentos sociais de caráter popular.

Senhores membros da Reitoria, em nome do "respeito e tolerância pelas diferentes opiniões e pluralidade de idéias", informo-lhes que (in)felizmente continuarei desenhando.

Diego Novaes
Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2007.

Errata

Na matéria sobre o Conselho Universitário de 18 de outubro, publicado na edição nº 558, o posicionamento crítico quanto ao PRE-UFRJ expresso pelo decano do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Marcelo Corrêa e Castro, foi elaborado pelo Conselho Diretor do CFCH (e não pelo Conselho do Centro, como faz supor o texto).

Andes-SN

Andes-SN e Conlutas são contra imposto sindical

No dia 17 de outubro, a Câmara dos deputados aprovou o Projeto de Lei 1.990/07 que regulamenta as centrais sindicais de trabalhadores. Entretanto, as duas emendas incorporadas ao projeto têm trazido divergências entre sindicatos e movimentos sociais. Isto porque as emendas prevêem o fim do imposto sindical e a fiscalização anual das contas das Centrais pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A aprovação do projeto ainda está na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O texto aprovado não apenas reconhece as centrais sindicais, como estabelece critérios próprios a esse reconhecimento. O projeto garante inclusive a participação das centrais sindicais no rateio da contribuição sindical compulsória. Porém, essas emendas, que incorporam mais dois artigos ao texto, foram aprovadas. Para o professor Sadi Dal Rosso, do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, a emenda "atraiu os holofotes da imprensa para a voluntariedade ou compulsoriedade da contribuição sindical, pregou um enorme susto em milhares de dirigentes sindicais, deixou o Ministério do Trabalho e Emprego com cabelos ouriçados e colocou, em alguma medida, a discussão sobre a sustentação econômica dos sindicatos na rua", comentou o docente no artigo publicado na página eletrônica do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN).

Fim do imposto

De autoria do deputado Augusto Carvalho (PPS/DF), a emenda que altera a redação do artigo 582 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), prevê a necessidade de o trabalhador autorizar o desconto do imposto sindical equivalente a um dia de trabalho. O objetivo da emenda é supostamente dar um caráter facultativo à contribuição. Ou seja, dar a ela o sentido de contribuição voluntária, já que o trabalhador terá que, por vontade própria, ou autorizar o desconto em folha, ou ir ao sindicato fazer a devida contribuição.

As divergências sobre a aprovação ou não deste projeto vagueiam na afirmação de que o texto aprovado não atingiu os objetivos propostos pelo deputado. Segundo o analista político e Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Queiroz - em artigo publicado pelo jornal Nova Central Sindical de Trabalhadores - o texto "cria dificuldades para o trabalhador que, se não autorizar o desconto em folha, terá que se deslocar para fazer o recolhimento no sindicato, já que a contribuição não foi extinta, nem foi tornada facultativa ou voluntária, continuando em vigor e compulsória, nos exatos termos do art. 579, que não foi revogado" - explicou o analista, que ainda citou os problemas que porventura o trabalhador que não contribuir poderá enfrentar – "além de outras penalidades, (o trabalhador) poderá ficar privado dos serviços prestados pelo sindicato, como a assistência jurídica".

Contribuição sindical compulsória

A contribuição sindical compulsória foi criada pelo Decreto-lei que regulamentou o artigo 138 da Constituição Federal de 1937. Também conhecida como imposto sindical, a contribuição é uma obrigação legal prevista na CLT em seu capítulo III, artigos 578 a 610, com redação pelo Decreto-lei número 27, de 14 de novembro de 1966.

O imposto consiste no desconto de um dia de trabalho por ano (equivalente a 3,33% do salário), sempre no mês de março. Contribuem todos os profissionais em exercício da profissão que sejam registrados nas empresas, sócios ou não dos sindicatos. Por se tratar de lei, a empresa é obrigada a descontar do salário do funcionário no mês de março. Também por lei, a parcela referente à contribuição sindical deve até o último dia útil do mês de abril ser repassada à Caixa Econômica Federal.

Do que é recolhido, 60% vai para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações, 10% para a "conta especial emprego e salário" administrada pelo governo e 10% para as centrais sindicais.

Fiscalização das contas das centrais

O deputado Antônio Carlos Pannunzio (PSDB/SP) é autor de outra emenda, PL 1.990/07, que determina que as centrais sindicais prestem contas, anualmente, ao TCU. Deverá ser apresentada ao tribunal a aplicação dos recursos vindos da contribuição sindical e de possíveis recursos públicos recebidos pelas centrais. "A emenda é meritória, mas, evidentemente, possui propósitos políticos, porquanto exige apenas das centrais a prestação de contas ao TCU, deixando de fora dessa obrigação das federações e confederações patronais, que, além do imposto sindical e do recebimento de expressivas somas de recursos públicos, ainda são remuneradas com parcela da contribuição compulsória", enfatiza Antônio Queiroz.

Voluntária *versus* imposto

Em seu artigo, o professor Sadi Dal Rosso diz que a grande discussão está no dualismo de dois adjetivos: voluntário *versus* imposto. "Contribuições voluntárias contribuem para manter a autonomia dos sindicatos, como organizações livres de trabalhadores. Contribuições impostas conduzem os sindicatos a ficar à mercê do Estado e das empresas", afirmou ele.

O docente citou que os fundamentos do Projeto de Lei 1.990/07 estão no Anteprojeto de Lei da Reforma Sindical de 2005. Sadi afirma ainda que, se tratando de sustentação econômica, entretanto, a voluntariedade como pilar básico de contribuição ainda não está resguardada. "Além disso, (o projeto de lei) propõe uma modernização da organização sindical que, na melhor das hipóteses, deve ser definida como conservadora e que retrocede ante aos avanços realizados pela Constituição de 1988", esclarece o professor.

O Andes-SN tem posição contrária ao imposto sindical reafirmada em seus últimos congressos. O ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Francisco Fausto, em uma discussão sobre a Reforma Sindical, em 2006, disse que pelo fato de o Sindicato dos docentes realizar eleições diretas para sua direção nacional e se sustentar pela contribuição voluntária dos professores filiados "deveria ser exemplo para o sindicalismo brasileiro".

Conlutas é contra o imposto

Mas não é só o movimento docente que tem posição sobre o projeto. A Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) é também contra o imposto sindical. Segundo o coordenador da entidade, Luiz Carlos Prates, este tipo de contribuição obrigatória atrela os sindicatos ao Estado. Em texto publicado em sua página eletrônica a Coordenação de Lutas afirmou que "a busca da aparente '*independência*' financeira custará a perda cabal da autonomia sindical. Sela-se o caminho da '*servidão sindical voluntária*', iniciada por Getúlio e concluída pelo Inácio", opinou a entidade.

Porém, segundo Dal Rosso, a votação do dia 17 de outubro está longe de significar um último movimento: "O Senado Federal será pressionado para mudar a emenda. Mas a discussão sobre voluntariedade ou impositividade da sustentação econômica do sindicato precisa chegar às bases dos trabalhadores, de onde, certamente, a autonomia emergirá fortalecida", concluiu o professor.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

CAMPANHA SALARIAL

EDIÇÃO DE 12 DE NOVEMBRO 2007

Nota da Redação: Devido à má qualidade da impressão anterior, assumida pela empresa gráfica na qual este periódico foi impresso, republicamos este encarte, na sua íntegra.
Os custos desta reimpressão foram cobertos pela gráfica, sem nenhum ônus para a seção sindical.
Aproveitamos para fazer uma correção na tabela publicada na página 3, referente à coluna da Proposta do Andes-SN para os vencimentos dos docentes do regime de trabalho de 40 horas.

Governo apresenta proposta salarial para 2010, ainda incompleta

Proposta incorpora VPI e GAE, "desincorpora" o incentivo de titulação e ressuscita a GED

Em reunião ocorrida no dia 23 de outubro entre representantes do Ministério da Educação (MEC), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), do Andes-SN, do Sinasefe e do Proifes, o governo federal finalmente apresentou, em parte, os valores da sua proposta para os salários dos docentes federais.

Os "parâmetros" que guiaram a proposta do governo já haviam sido apresentados aos docentes em reunião anterior (18 de outubro) e já foram objeto de análise e crítica por parte do movimento docente (ver Jornal da Adufrj nº 558, de 24/10/07).

A proposta prevê medidas a serem implantadas em março de 2008, julho de 2009, julho de 2010 e novembro de 2010, mas as tabelas fornecidas pelo governo referem-se apenas aos valores finais, isto é, novembro de 2010, daqui a três anos.

As páginas 2, 3 e 4 deste encarte contêm os valores apresentados pelo governo, acompanhados da composição atual das remunerações, dos valores reivindicados pelo Andes-SN e dos reajustes percentuais correspondentes a cada proposta.

Também não foi apresentada qualquer proposta para os docentes do magistério de 1º e 2º graus das universidades, que o governo insiste em tratar de forma separada. Está prevista nova reunião no dia 7 de novembro, na qual os representantes dos docentes esperam que o governo apresente a sua proposta para essa carreira. E haverá outra reunião no dia 8 para tratar da proposta para o magistério superior.

O setor das federais do Andes-SN reuniu-se no dia 25 em Brasília e rejeitou a proposta do governo, porque ela:

- retira o incentivo de titulação do vencimento básico;

- não contempla a paridade entre ativos e aposentados;

- pretende regulamentar uma gratificação de produtividade;

- propõe reajustes muito abaixo dos reivindicados pelo Andes-SN;

- dilui os reajustes ao longo de um período de três anos, e

- não apresenta propostas para os docentes de 1º e 2º graus.

O setor marcou nova reunião para os dias 17 e 18 de novembro e marcou uma rodada de assembléias gerais das seções sindicais no período de 9 a 16 de novembro, após as reuniões de negociação com o governo de 7 e 8 de novembro. A Adufrj-SSind fará a sua AG no dia 13.

A reestruturação da remuneração a serviço da reestruturação da universidade

A proposta do governo, em síntese, consiste no que segue.

A VPI e a GAE são incorporadas ao vencimento básico. Esta é uma reivindicação histórica do movimento docente e trata-se possivelmente do único aspecto positivo da proposta do governo.

O incentivo de titulação é retirado do vencimento básico e passa a constituir um item à parte, deixando também de ser um percentual fixo do vencimento do docente graduado. Esta medida é um claro retrocesso em relação à situação atual, na medida em que abre o caminho para um eventual congelamento do incentivo e conseqüente perda progressiva da sua importância na remuneração total.

Os valores dos pontos da GED, que dependiam da classe, do regime de trabalho e da titulação, passam a depender também do nível dentro da classe e sofrem modificações substantivas e diferenciadas por classe-nível-titulação-regime. Aumenta a participação percentual da GED na composição total da remuneração. Atualmente esse percentual varia entre 25% e 45% e, de acordo com as intenções do governo, passará a variar entre 31% e 62%. Além disso, a intenção do governo é retomar a contagem de pontos da GED, de forma piorada, com 80% dos pontos dependendo da "avaliação institucional". Isto é, parte do salário do docente dependerá da adequação da uni-versidade em que ele trabalha aos objetivos do governo, neste momento expressas, por exemplo, nas metas do Reuni.

Os aposentados cuja aposentadoria se deu antes de julho de 2000 passam a receber a GED com base em 123 pontos (atualmente são 115). O governo insiste em negar a paridade aos aposentados e pensionistas, ainda que diminua mais uma vez a diferença em relação aos ativos.

Os degraus ("steps") entre os níveis e as classes são modificados, passando a 3% entre os níveis da mesma classe e 6% entre o último nível de uma classe o primeiro nível da classe superior. Hoje os degraus entre os níveis são iguais a 4,5% e entre as classes são de 9%, com exceção da classe de Associado, dentro da qual os degraus são da ordem de 2,6%, do degrau de Adjunto 4 para Associado 1, que é igual a 12%, e do degrau de Associado 4 para Titular, igual a 5,4%. Ou seja, a modificação proposta aumenta o incentivo à progressão unicamente na classe de Associado e diminui em todos os outros casos.

Finalmente, o efeito global desta radical reestruturação salarial proposta pelo governo na remuneração total dos docentes será muito aquém das necessidades sentidas por todos, tanto em função das perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos quanto em relação aos próximos três anos. O objetivo do governo é fixar em definitivo as tabelas salariais até 2010, independentemente do que ocorrer com a inflação daqui para a frente. Trata-se de uma medida segura para o planejamento financeiro do governo mas completamente insegura para a sustentação das condições de vida dos docentes, já tão precárias.

Regime de trabalho: 20 horas

Tit	classe	niv	Remuneração atual						Proposta do governo para novembro de 2010, apresentada em 23/10/2007								Proposta do Andes-SN		
			Venc	Compl	GEDAtiv	RemAtiv	GEDApos	RemApos	Venc	AdTitul	GEDAtiv	RemAtiv	ReajAtiv	GEDApos	RemApos	ReajApos	Venc	ReajAtiv	ReajApos
GRADUAÇÃO	Titular	U	323,58	724,29	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	992,20	0,00	963,00	1.955,20	39,9%	846,06	1.838,26	37,7%	3.146,77	125,1%	135,6%
	Associado	4	306,93	740,94	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	936,04	0,00	953,20	1.889,24	35,2%	837,45	1.773,49	32,8%	2.985,55	113,6%	123,6%
		3	299,32	748,55	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	908,77	0,00	949,00	1.857,77	32,9%	833,76	1.742,53	30,5%	2.912,73	108,4%	118,1%
		2	291,71	756,16	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	882,31	0,00	944,80	1.827,11	30,7%	830,07	1.712,38	28,2%	2.838,92	103,1%	112,6%
		1	284,10	763,77	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	856,61	0,00	940,60	1.797,21	28,6%	826,38	1.682,99	26,0%	2.764,28	97,7%	107,0%
	Adjunto	4	253,66	794,21	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	808,12	0,00	936,40	1.744,52	24,8%	822,69	1.630,81	22,1%	2.468,11	76,6%	84,8%
		3	243,24	804,63	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	784,58	0,00	932,20	1.716,78	22,8%	819,00	1.603,58	20,1%	2.361,83	69,0%	76,9%
		2	232,97	814,90	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	761,73	0,00	928,00	1.689,73	20,9%	815,31	1.577,04	18,1%	2.260,12	61,7%	69,3%
		1	222,94	824,93	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	739,54	0,00	923,80	1.663,34	19,0%	811,62	1.551,16	16,2%	2.162,79	54,7%	62,0%
	Assistente	4	204,71	843,16	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	697,68	0,00	919,60	1.617,28	15,7%	807,93	1.505,61	12,7%	1.984,21	41,9%	48,6%
		3	196,03	851,84	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	677,36	0,00	915,40	1.592,76	13,9%	804,24	1.481,60	11,0%	1.898,77	35,8%	42,2%
		2	188,00	859,87	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	657,63	0,00	911,20	1.568,83	12,2%	800,55	1.458,18	9,2%	1.817,00	30,0%	36,1%
		1	180,43	867,44	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	638,48	0,00	907,00	1.545,48	10,6%	796,86	1.435,34	7,5%	1.738,76	24,4%	30,2%
	Auxiliar	4	166,53	881,34	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	602,34	0,00	902,80	1.505,14	7,7%	793,17	1.395,51	4,5%	1.595,19	14,1%	19,5%
		3	159,77	888,10	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	584,79	0,00	900,00	1.484,79	6,2%	790,71	1.375,50	3,0%	1.526,50	9,2%	14,3%
		2	153,57	894,30	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	567,76	0,00	897,20	1.464,96	4,8%	788,25	1.356,01	1,5%	1.460,77	4,5%	9,4%
		1	147,40	900,47	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	551,23	0,00	894,40	1.445,63	3,4%	785,79	1.337,02	0,1%	1.397,87	0,0%	4,7%
APERFEIÇOAMENTO	Titular	U	347,85	700,02	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	992,20	108,85	970,20	2.071,25	48,2%	852,39	1.953,44	46,3%	3.382,78	142,0%	153,3%
	Associado	4	329,95	717,92	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	936,04	94,65	960,40	1.991,09	42,4%	843,78	1.874,47	40,4%	3.209,47	129,6%	140,3%
		3	321,77	726,10	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	908,77	86,05	956,20	1.951,02	39,6%	840,09	1.834,91	37,4%	3.131,18	124,0%	134,5%
		2	313,59	734,28	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	882,31	78,23	952,00	1.912,54	36,8%	836,40	1.796,94	34,6%	3.051,84	118,3%	128,5%
		1	305,41	742,46	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	856,61	71,12	947,80	1.875,53	34,2%	832,71	1.760,44	31,8%	2.971,60	112,6%	122,5%
	Adjunto	4	272,68	775,19	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	808,12	64,65	943,60	1.816,37	29,9%	829,02	1.701,79	27,4%	2.653,22	89,8%	98,7%
		3	261,48	786,39	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	784,58	62,77	939,40	1.786,75	27,8%	825,33	1.672,68	25,3%	2.538,97	81,6%	90,1%
		2	250,44	797,43	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	761,73	60,94	935,20	1.757,87	25,8%	821,64	1.644,31	23,1%	2.429,63	73,8%	81,9%
		1	239,66	808,21	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	739,54	59,16	931,00	1.729,70	23,7%	817,95	1.616,65	21,1%	2.325,00	66,3%	74,1%
	Assistente	4	220,06	827,81	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	697,68	55,81	926,80	1.680,29	20,2%	814,26	1.567,75	17,4%	2.133,03	52,6%	59,7%
		3	210,73	837,14	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	677,36	54,19	922,60	1.654,15	18,3%	810,57	1.542,12	15,5%	2.041,18	46,0%	52,9%
		2	202,10	845,77	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	657,63	52,61	918,40	1.628,64	16,5%	806,88	1.517,12	13,6%	1.953,28	39,7%	46,3%
		1	193,96	853,91	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	638,48	51,08	914,20	1.603,76	14,7%	803,19	1.492,75	11,8%	1.869,17	33,7%	40,0%
	Auxiliar	4	179,02	868,85	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	602,34	48,19	910,00	1.560,53	11,6%	799,50	1.450,03	8,6%	1.714,83	22,7%	28,4%
		3	171,75	876,12	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	584,79	46,78	905,80	1.537,37	10,0%	795,81	1.427,38	6,9%	1.640,99	17,4%	22,9%
		2	165,09	882,78	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	567,76	45,42	901,60	1.514,78	8,4%	792,12	1.405,30	5,2%	1.570,33	12,3%	17,6%
		1	158,46	889,41	350,00	1.397,87	287,50	1.335,37	551,23	44,10	897,40	1.492,73	6,8%	788,43	1.383,76	3,6%	1.502,71	7,5%	12,5%
ESPECIALIZAÇÃO	Titular	U	381,82	670,78	362,60	1.415,20	297,85	1.350,45	992,20	251,72	978,60	2.222,52	57,0%	859,77	2.103,69	55,8%	3.713,19	162,4%	175,0%
	Associado	4	362,18	685,69	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	936,04	218,88	968,80	2.123,72	50,6%	851,16	2.006,08	49,1%	3.522,95	149,8%	161,8%
		3	353,20	694,67	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	908,77	198,98	964,60	2.072,35	46,9%	847,47	1.955,22	45,3%	3.437,02	143,7%	155,4%
		2	344,22	703,65	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	882,31	180,90	960,40	2.023,61	43,5%	843,78	1.906,99	41,7%	3.349,93	137,5%	148,9%
		1	335,24	712,63	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	856,61	164,45	956,20	1.977,26	40,2%	840,09	1.861,15	38,3%	3.261,85	131,3%	142,4%
	Adjunto	4	299,32	748,55	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	808,12	149,50	952,00	1.909,62	35,4%	836,40	1.794,02	33,3%	2.912,37	106,5%	116,4%
		3	287,02	760,85	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	784,58	145,15	947,80	1.877,53	33,1%	832,71	1.762,44	31,0%	2.786,96	97,6%	107,1%
		2	274,90	772,97	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	761,73	140,92	943,60	1.846,25	30,9%	829,02	1.731,67	28,7%	2.666,94	89,1%	98,2%
		1	263,07	784,80	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	739,54	136,82	939,40	1.815,76	28,7%	825,33	1.701,69	26,5%	2.552,09	80,9%	89,6%
	Assistente	4	241,56	806,31	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	697,68	129,07	935,20	1.761,95	24,9%	821,64	1.648,39	22,5%	2.341,37	66,0%	74,0%
		3	231,32	816,55	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	677,36	125,31	931,00	1.733,67	22,9%	817,95	1.620,62	20,4%	2.240,55	58,9%	66,5%
		2	221,84	826,03	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	657,63	121,66	926,80	1.706,09	21,0%	814,26	1.593,55	18,4%	2.144,06	52,0%	59,3%
		1	212,91	834,96	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	638,48	118,12	922,60	1.679,20	19,1%	810,57	1.567,17	16,5%	2.051,74	45,5%	52,5%
	Auxiliar	4	196,51	851,36	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	602,34	111,43	918,40	1.632,17	15,7%	806,88	1.520,65	13,0%	1.882,32	33,5%	39,9%
		3	188,53	859,34	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	584,79	108,19	914,20	1.607,18	13,9%	803,19	1.496,17	11,2%	1.801,27	27,7%	33,9%
		2	181,21	866,66	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	567,76	105,04	910,00	1.582,80	12,2%	799,50	1.472,30	9,4%	1.723,71	22,2%	28,1%
		1	173,93	873,94	362,60	1.410,47	297,85	1.345,72	551,23	101,98	905,80	1.559,01	10,5%	795,81	1.449,02	7,7%	1.649,49	16,9%	22,6%
MESTRADO	Titular	U	444,92	771,74	499,80	1.716,46	410,55	1.627,21	992,20	530,66	1.054,20	2.577,06	50,1%	926,19	2.449,05	50,5%	4.326,81	152,1%	165,9%
	Associado	4	422,03	735,12	429,80	1.586,95	353,05	1.510,20	936,04	461,44	1.044,40	2.441,88	53,9%	917,58	2.315,06	53,3%	4.105,13	158,7%	171,8%
		3	411,57	718,38	429,80	1.559,75	353,05	1.483,00	908,77	419,49	1.038,80	2.367,06	51,8%	912,66	2.240,92	51,1%	4.005,00	156,8%	170,1%
		2	401,10	701,63	429,80	1.532,53	353,05	1.455,78	882,31	381,36	1.033,20	2.296,87	49,9%	907,74	2.171,41	49,2%	3.903,52	154,7%	168,1%
		1	390,64	684,89	429,80	1.505,33	353,05	1.428,58	856,61	346,69	1.027,60	2.230,90	48,2%	902,82	2.106,12	47,4%	3.800,89	152,5%	166,1%
	Adjunto	4	348,78	699,09	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	808,12	315,17	1.022,00	2.145,29	45,2%	897,90	2.021,19	44,3%	3.393,65	129,7%	142,2%
		3	334,46	713,41	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	784,58	305,99	1.016,40	2.106,97	42,6%	892,98	1.983,55	41,6%	3.247,52	119,8%	131,8%
		2	320,33	727,54	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	761,73	297,07	1.010,80	2.069,60	40,1%	888,06	1.946,86	39,0%	3.107,67	110,3%	121,8%
		1	306,54	741,33	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	739,54	288,42	1.005,20	2.033,16	37,6%	883,14	1.911,10	36,4%	2.973,84	101,3%	112,3%
	Assistente	4	281,48	766,39	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	697,68	272,10	999,60	1.969,38	33,3%	878,22	1.848,00	31,9%	2.728,29	84,6%	94,7%
		3	269,54	778,33	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	677,36	264,17	994,00	1.935,53	31,0%	873,30	1.814,83	29,5%	2.610,81	76,7%	86,4%
		2	258,50	789,37	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	657,63	256,48	988,40	1.902,51	28,8%	868,38	1.782,49	27,2%	2.498,38	69,1%	78,3%
		1	248,09	799,78	429,80	1.477,67	353,05	1.400,92	638,48	249,01	982,80	1.870,29	26,6%	863,46	1.750,95	25,0%	2.390,80	61,8%	70,7%
DOUTORADO	Titular	U	566,27	965,90	681,80	2.213,97	560,05	2.092,22	992,20	1.034,09	1.104,60	3.130,89	41,4%	970,47	2.996,76	43,2%	5.506,85	148,7%	163,2%
	Associado	4	537,13	919,28	596,40	2.052,81	489,90	1.946,31	936,04	899,21	1.093,40	2.928,65	42,7%	960,63	2.795,88	43,7%	5.224,71	154,5%	168,4%
		3	523,81	897,97	596,40	2.018,18	489,90	1.911,68	908,77	817,46	1.087,80	2.814,03	39,4%	955,71	2.681,94	40,3%	5.097,28	152,6%	166,6%
		2	510,49	876,65	596,40	1.983,54	489,90	1.877,04	882,31	743,15	1.082,20	2.707,66	36,5%	950,79	2.576,25	37,3%	4.968,11	150,5%	164,7%
		1	497,18	855,36	596,40	1.948,94	489,90	1.842,44	856,61	675,59	1.076,60	2.608,80	33,9%	945,87	2.478,07	34,5%	4.837,49	148,2%	162,6%
	Adjunto	4	443,91	770,13	596,40	1.810,44	489,90	1.703,94	808,12	614,17	1.071,00	2.493,29	37,7%	940,95	2.363,24	38,7%	4.319,19	138,6%	153,5%
		3	425,67	740,94	596,40	1.763,01	489,90	1.656,51	784,58	596,28	1.065,40	2.446,26	38,8%	936,03	2.316,89	39,9%	4.133,20	134,4%	149,5%
		2	407,70	712,19	596,40	1.716,29	489,90	1.609,79	761,73	578,92	1.059,80	2.400,45	39,9%	931,11	2.271,76	41,1%	3.955,21	130,5%	145,7%
		1	390,15	684,11	596,40	1.670,66	489,90	1.564,16	739,54	562,05	1.054,20	2.355,79	41,0%	926,19	2.227,78	42,4%	3.784,88	126,5%	142,0%

Remuneração atual:

A) Venc – Vencimento básico – Parcela da remuneração sobre a qual incidem os adicionais de tempos de serviço (anuênios), insalubridade, periculosidade etc e a GAE (ver a seguir). Inclui o incentivo de titulação e depende do regime de trabalho. Obtém-se a partir dos vencimentos dos docentes graduados no regime de 20 horas, acrescentando o incentivo de titulação e multiplicando o resultado por 2, no caso de 40 horas, ou por 3,1, no caso de Dedicação Exclusiva. O incentivo de titulação é um percentual do vencimento do graduado (aperfeiçoamento 7,5%, especialização 18%, mestrado 37,5% e doutorado 75%).

B) Compl – Complementos – compõe-se de três parcelas:

1) Parcela complementar do salário mínimo – É o valor que falta ao vencimento básico para atingir o salário mínimo, hoje igual a R$ 380. Incidem sobre esta parcela os mesmos adicionais que incidem sobre o vencimento básico (anuênios, periculosidade etc).

2) Vantagem Pecuniária Individual (VPI) – Valor fixo de R$ 59,87, igual para todos os docentes, instituído em maio de 2003. Nada incide sobre esta parcela.

3) Gratificação de Atividade Executiva (GAE) – 160% do vencimento acrescido da parcela complementar do salário mínimo. Nada incide sobre esta parcela.

C) GEDAtiv – Gratificação de Estímulo à Docência do docente ativo – Valor correspondente a 140 pontos. A GED é igual ao produto do número de pontos obtidos pelo docente na sua avaliação pelo valor do ponto, que depende da classe, da titulação e do regime de trabalho. Desde janeiro de 2005 a avaliação está suspensa e todos os docentes ativos recebem a GED com base em 140 pontos.

D) RemAtiv – Remuneração total do docente ativo – Soma das seguintes parcelas: Vencimento, Parcela complementar do salário mínimo, VPI, GAE e GED do docente ativo.

E) GEDApos – Gratificação de Estímulo à Docência do docente aposentado ou do pensionista – Valor correspondente a 115 pontos, com base nos quais é calculada a GED dos docentes que se aposentaram antes de julho de 2000. Quem se aposentou depois desse mês, recebe a GED com base na média de pontos que obteve nos últimos 24 meses antes da aposentadoria. As mesmas regras valem para os pensionistas.

F) RemApos – Remuneração total do docente aposentado ou do pensionista – Soma das seguintes parcelas: Vencimento, Parcela complementar do salário mínimo, VPI, GAE e GED do docente aposentado ou do pensionista.

Proposta do governo para novembro de 2010, apresentada em 23/10/2007:

A) Venc – Vencimento básico. Segundo o governo, o novo vencimento básico incorporaria as atuais VPI e GAE e deixaria de incluir o adicional de titulação.

Regime de trabalho: 40 horas

Tit	classe	niv	Remuneração atual						Proposta do governo para novembro de 2010, apresentada em 23/10/2007								Proposta do Andes-SN		
			Venc	Compl	GEDAtiv	RemAtiv	GEDApos	RemApos	Venc	AdTitul	GEDAtiv	RemAtiv	ReajAtiv	GEDApos	RemApos	ReajApos	Venc	ReajAtiv	ReajApos
GRADUAÇÃO	Titular	U	647,16	1.095,33	680,40	2.422,89	558,90	2.301,39	1.984,40	0,00	952,00	2.936,40	21,2%	836,40	2.820,80	22,6%	6.293,54	159,8%	173,5%
	Associado	4	613,86	1.042,05	680,40	2.336,31	558,90	2.214,81	1.872,08	0,00	942,20	2.814,28	20,5%	827,79	2.699,87	21,9%	5.971,10	155,6%	169,6%
		3	598,64	1.017,69	680,40	2.296,73	558,90	2.175,23	1.817,55	0,00	938,00	2.755,55	20,0%	824,10	2.641,65	21,4%	5.825,46	153,6%	167,8%
		2	583,42	993,34	680,40	2.257,16	558,90	2.135,66	1.764,61	0,00	933,80	2.698,41	19,5%	820,41	2.585,02	21,0%	5.677,84	151,5%	165,9%
		1	568,20	968,99	680,40	2.217,59	558,90	2.096,09	1.713,21	0,00	929,60	2.642,81	19,2%	816,72	2.529,93	20,7%	5.528,56	149,3%	163,8%
	Adjunto	4	507,32	871,58	680,40	2.059,30	558,90	1.937,80	1.616,24	0,00	925,40	2.541,64	23,4%	813,03	2.429,27	25,4%	4.936,22	139,7%	154,7%
		3	486,48	838,24	680,40	2.005,12	558,90	1.883,62	1.569,16	0,00	921,20	2.490,36	24,2%	809,34	2.378,50	26,3%	4.723,66	135,6%	150,8%
		2	465,94	805,37	680,40	1.951,71	558,90	1.830,21	1.523,46	0,00	917,00	2.440,46	25,0%	805,65	2.329,11	27,3%	4.520,24	131,6%	147,0%
		1	445,88	773,28	680,40	1.899,56	558,90	1.778,06	1.479,09	0,00	912,80	2.391,89	25,9%	801,96	2.281,05	28,3%	4.325,58	127,7%	143,3%
	Assistente	4	409,42	714,94	680,40	1.804,76	558,90	1.683,26	1.395,37	0,00	908,60	2.303,97	27,7%	798,27	2.193,64	30,3%	3.968,42	119,9%	135,8%
		3	392,06	687,17	680,40	1.759,63	558,90	1.638,13	1.354,72	0,00	904,40	2.259,12	28,4%	794,58	2.149,30	31,2%	3.797,54	115,8%	131,8%
		2	376,00	671,87	680,40	1.728,27	558,90	1.606,77	1.315,27	0,00	900,20	2.215,47	28,2%	790,89	2.106,16	31,1%	3.634,00	110,3%	126,2%
		1	360,86	687,01	680,40	1.728,27	558,90	1.606,77	1.276,96	0,00	896,00	2.172,96	25,7%	787,20	2.064,16	28,5%	3.477,52	101,2%	116,4%
	Auxiliar	4	333,06	714,81	680,40	1.728,27	558,90	1.606,77	1.204,68	0,00	891,80	2.096,48	21,3%	783,51	1.988,19	23,7%	3.190,38	84,6%	98,6%
		3	319,54	728,33	680,40	1.728,27	558,90	1.606,77	1.169,59	0,00	887,60	2.057,19	19,0%	779,82	1.949,41	21,3%	3.053,00	76,7%	90,0%
		2	307,14	740,73	680,40	1.728,27	558,90	1.606,77	1.135,52	0,00	883,40	2.018,92	16,8%	776,13	1.911,65	19,0%	2.921,54	69,0%	81,8%
APERFEIÇOAMENTO	Titular	U	695,70	1.172,99	709,80	2.578,49	583,05	2.451,74	1.984,40	108,85	973,00	3.066,25	18,9%	854,85	2.948,10	20,2%	6.765,56	162,4%	175,9%
	Associado	4	659,90	1.115,71	709,80	2.485,41	583,05	2.358,66	1.872,08	94,65	963,20	2.929,93	17,9%	846,24	2.812,97	19,3%	6.418,93	158,3%	172,1%
		3	643,54	1.089,53	709,80	2.442,87	583,05	2.316,12	1.817,55	86,05	959,00	2.862,60	17,2%	842,55	2.746,15	18,6%	6.262,37	156,4%	170,4%
		2	627,18	1.063,36	709,80	2.400,34	583,05	2.273,59	1.764,61	78,23	954,80	2.797,64	16,6%	838,86	2.681,70	18,0%	6.103,68	154,3%	168,5%
		1	610,82	1.037,18	709,80	2.357,80	583,05	2.231,05	1.713,21	71,12	950,60	2.734,93	16,0%	835,17	2.619,50	17,4%	5.943,20	152,1%	166,4%
	Adjunto	4	545,37	932,46	709,80	2.187,63	583,05	2.060,88	1.616,24	64,65	946,40	2.627,29	20,1%	831,48	2.512,37	21,9%	5.306,44	142,6%	157,5%
		3	522,97	896,62	709,80	2.129,39	583,05	2.002,64	1.569,16	62,77	942,20	2.574,13	20,9%	827,79	2.459,72	22,8%	5.077,93	138,5%	153,6%
		2	500,89	861,29	709,80	2.071,98	583,05	1.945,23	1.523,46	60,94	938,00	2.522,40	21,7%	824,10	2.408,50	23,8%	4.859,26	134,5%	149,8%
		1	479,32	826,78	709,80	2.015,90	583,05	1.889,15	1.479,09	59,16	933,80	2.472,05	22,6%	820,41	2.358,66	24,9%	4.650,00	130,7%	146,1%
	Assistente	4	440,13	764,08	709,80	1.914,01	583,05	1.787,26	1.395,37	55,81	929,60	2.380,78	24,4%	816,72	2.267,90	26,9%	4.266,05	122,9%	138,7%
		3	421,46	734,21	709,80	1.865,47	583,05	1.738,72	1.354,72	54,19	925,40	2.334,31	25,1%	813,03	2.221,94	27,8%	4.082,36	118,8%	134,8%
		2	404,20	706,59	709,80	1.820,59	583,05	1.693,84	1.315,27	52,61	921,20	2.289,08	25,7%	809,34	2.177,22	28,5%	3.906,55	114,6%	130,6%
		1	387,92	680,54	709,80	1.778,26	583,05	1.651,51	1.276,96	51,08	917,00	2.245,04	26,2%	805,65	2.133,69	29,2%	3.738,33	110,2%	126,4%
	Auxiliar	4	358,04	689,83	709,80	1.757,67	583,05	1.630,92	1.204,68	48,19	912,80	2.165,67	23,2%	801,96	2.054,83	26,0%	3.429,66	95,1%	110,3%
		3	343,51	704,36	709,80	1.757,67	583,05	1.630,92	1.169,59	46,78	908,60	2.124,97	20,9%	798,27	2.014,64	23,5%	3.281,98	86,7%	101,2%
		2	330,18	717,69	709,80	1.757,67	583,05	1.630,92	1.135,52	45,42	904,40	2.085,34	18,6%	794,58	1.975,52	21,1%	3.140,66	78,7%	92,6%
		1	316,91	730,96	709,80	1.757,67	583,05	1.630,92	1.102,45	44,10	900,20	2.046,75	16,4%	790,89	1.937,44	18,8%	3.005,42	71,0%	84,3%
ESPECIALIZAÇÃO	Titular	U	763,65	1.281,71	735,00	2.780,36	603,75	2.649,11	1.984,40	251,72	985,60	3.221,72	15,9%	865,92	3.102,04	17,1%	7.426,38	167,1%	180,3%
	Associado	4	724,35	1.218,83	735,00	2.678,18	603,75	2.546,93	1.872,08	218,88	975,80	3.066,76	14,5%	857,31	2.948,27	15,8%	7.045,90	163,1%	176,6%
		3	706,40	1.190,11	735,00	2.631,51	603,75	2.500,26	1.817,55	198,98	971,60	2.988,13	13,6%	853,62	2.870,15	14,8%	6.874,04	161,2%	174,9%
		2	688,44	1.161,37	735,00	2.584,81	603,75	2.453,56	1.764,61	180,90	967,40	2.912,91	12,7%	849,93	2.795,44	13,9%	6.699,85	159,2%	173,1%
		1	670,48	1.132,64	735,00	2.538,12	603,75	2.406,87	1.713,21	164,45	963,20	2.840,86	11,9%	846,24	2.723,90	13,2%	6.523,70	157,0%	171,0%
	Adjunto	4	598,64	1.017,69	735,00	2.351,33	603,75	2.220,08	1.616,24	149,50	959,00	2.724,74	15,9%	842,55	2.608,29	17,5%	5.824,74	147,7%	162,4%
		3	574,05	978,35	735,00	2.287,40	603,75	2.156,15	1.569,16	145,15	954,80	2.669,11	16,7%	838,86	2.553,17	18,4%	5.573,92	143,7%	158,5%
		2	549,81	939,57	735,00	2.224,38	603,75	2.093,13	1.523,46	140,92	950,60	2.614,98	17,6%	835,17	2.499,55	19,4%	5.333,88	139,8%	154,8%
		1	526,14	901,69	735,00	2.162,83	603,75	2.031,58	1.479,09	136,82	946,40	2.562,31	18,5%	831,48	2.447,39	20,5%	5.104,18	136,0%	151,2%
	Assistente	4	483,12	832,86	735,00	2.050,98	603,75	1.919,73	1.395,37	129,07	942,20	2.466,64	20,3%	827,79	2.352,23	22,5%	4.682,74	128,3%	143,9%
		3	462,63	800,08	735,00	1.997,71	603,75	1.866,46	1.354,72	125,31	938,00	2.418,03	21,0%	824,10	2.304,13	23,4%	4.481,10	124,3%	140,1%
		2	443,68	769,76	735,00	1.948,44	603,75	1.817,19	1.315,27	121,66	933,80	2.370,73	21,7%	820,41	2.257,34	24,2%	4.288,12	120,1%	136,0%
		1	425,81	741,17	735,00	1.901,98	603,75	1.770,73	1.276,96	118,12	929,60	2.324,68	22,2%	816,72	2.211,80	24,9%	4.103,47	115,7%	131,7%
	Auxiliar	4	393,01	688,69	735,00	1.816,70	603,75	1.685,45	1.204,68	111,43	925,40	2.241,51	23,4%	813,03	2.129,14	26,3%	3.764,65	107,2%	123,4%
		3	377,06	670,81	735,00	1.782,87	603,75	1.651,62	1.169,59	108,19	921,20	2.198,98	23,3%	809,34	2.087,12	26,4%	3.602,54	102,1%	118,1%
		2	362,43	685,44	735,00	1.782,87	603,75	1.651,62	1.135,52	105,04	917,00	2.157,56	21,0%	805,65	2.046,21	23,9%	3.447,42	93,4%	108,7%
		1	347,86	700,01	735,00	1.782,87	603,75	1.651,62	1.102,45	101,98	912,80	2.117,23	18,8%	801,96	2.006,39	21,5%	3.298,97	85,0%	99,7%
MESTRADO	Titular	U	889,85	1.483,63	1.251,60	3.625,08	1.028,10	3.401,58	1.984,40	530,66	1.314,60	3.829,66	5,6%	1.154,97	3.670,03	7,9%	8.653,62	138,7%	154,4%
	Associado	4	844,06	1.410,37	1.076,60	3.331,03	884,35	3.138,78	1.872,08	461,44	1.302,00	3.635,52	9,1%	1.143,90	3.477,42	10,8%	8.210,26	146,5%	161,6%
		3	823,13	1.376,88	1.076,60	3.276,61	884,35	3.084,36	1.817,55	419,49	1.295,00	3.532,04	7,8%	1.137,75	3.374,79	9,4%	8.010,01	144,5%	159,7%
		2	802,20	1.343,39	1.076,60	3.222,19	884,35	3.029,94	1.764,61	381,36	1.288,00	3.433,97	6,6%	1.131,60	3.277,57	8,2%	7.807,03	142,3%	157,7%
		1	781,28	1.309,92	1.076,60	3.167,80	884,35	2.975,55	1.713,21	346,69	1.281,00	3.340,90	5,5%	1.125,45	3.185,35	7,1%	7.601,77	140,0%	155,5%
	Adjunto	4	697,57	1.175,98	1.076,60	2.950,15	884,35	2.757,90	1.616,24	315,17	1.274,00	3.205,41	8,7%	1.119,30	3.050,71	10,6%	6.787,30	130,1%	146,1%
		3	668,91	1.130,13	1.076,60	2.875,64	884,35	2.683,39	1.569,16	305,99	1.267,00	3.142,15	9,3%	1.113,15	2.988,30	11,4%	6.495,03	125,9%	142,0%
		2	640,67	1.084,94	1.076,60	2.802,21	884,35	2.609,96	1.523,46	297,07	1.260,00	3.080,53	9,9%	1.107,00	2.927,53	12,2%	6.215,33	121,8%	138,1%
		1	613,09	1.040,81	1.076,60	2.730,50	884,35	2.538,25	1.479,09	288,42	1.254,40	3.021,91	10,7%	1.102,08	2.869,59	13,1%	5.947,67	117,8%	134,3%
	Assistente	4	562,95	960,59	1.076,60	2.600,14	884,35	2.407,89	1.395,37	272,10	1.248,80	2.916,27	12,2%	1.097,16	2.764,63	14,8%	5.456,58	109,9%	126,6%
		3	539,08	922,40	1.076,60	2.538,08	884,35	2.345,83	1.354,72	264,17	1.243,20	2.862,09	12,8%	1.092,24	2.711,13	15,6%	5.221,62	105,7%	122,6%
		2	517,00	887,07	1.076,60	2.480,67	884,35	2.288,42	1.315,27	256,48	1.237,60	2.809,35	13,2%	1.087,32	2.659,07	16,2%	4.996,75	101,4%	118,3%
		1	496,18	853,76	1.076,60	2.426,54	884,35	2.234,29	1.276,96	249,01	1.232,00	2.757,97	13,7%	1.082,40	2.608,37	16,7%	4.781,59	97,1%	114,0%
DOUTORADO	Titular	U	1.132,53	1.871,92	1.702,40	4.706,85	1.398,40	4.402,85	1.984,40	1.034,09	1.975,40	4.993,89	6,1%	1.735,53	4.754,02	8,0%	11.013,70	134,0%	150,1%
	Associado	4	1.074,26	1.778,69	1.492,40	4.345,35	1.225,90	4.078,85	1.872,08	899,21	1.955,80	4.727,09	8,8%	1.718,31	4.489,60	10,1%	10.449,43	140,5%	156,2%
		3	1.047,62	1.736,06	1.492,40	4.276,08	1.225,90	4.009,58	1.817,55	817,46	1.946,00	4.581,01	7,1%	1.709,70	4.344,71	8,4%	10.194,56	138,4%	154,3%
		2	1.020,99	1.693,45	1.492,40	4.206,84	1.225,90	3.940,34	1.764,61	743,15	1.936,20	4.443,96	5,6%	1.701,09	4.208,85	6,8%	9.936,22	136,2%	152,2%
		1	994,35	1.650,83	1.492,40	4.137,58	1.225,90	3.871,08	1.713,21	675,59	1.926,40	4.315,20	4,3%	1.692,48	4.081,28	5,4%	9.674,98	133,8%	149,9%
	Adjunto	4	887,81	1.480,37	1.492,40	3.860,58	1.225,90	3.594,08	1.616,24	614,17	1.916,60	4.147,01	7,4%	1.683,87	3.914,28	8,9%	8.638,39	123,8%	140,4%
		3	851,34	1.422,01	1.492,40	3.765,75	1.225,90	3.499,25	1.569,16	596,28	1.906,80	4.072,24	8,1%	1.675,26	3.840,70	9,8%	8.266,41	119,5%	136,2%
		2	815,40	1.364,51	1.492,40	3.672,31	1.225,90	3.405,81	1.523,46	578,92	1.897,00	3.999,38	8,9%	1.666,65	3.769,03	10,7%	7.910,42	115,4%	132,3%
		1	780,29	1.308,33	1.492,40	3.581,02	1.225,90	3.314,52	1.479,09	562,05	1.887,20	3.928,34	9,7%	1.658,04	3.699,18	11,6%	7.569,77	111,4%	128,4%

No entanto, para todos os docentes no regime de 20 horas, com exceção dos titulares, o vencimento proposto é inferior à soma dos atuais vencimentos, VPI e GAE. Nos demais casos é superior.

B) IncTitul – Incentivo de titulação – Deixa de fazer parte do vencimento. Os valores percentuais em relação ao vencimento foram levemente aumentados para o regime de 20 horas, mantiveram-se iguais para Dedicação Exclusiva e foram fortemente reduzidos para o regime de 40 horas, para o qual os valores em reais são idênticos aos valores do regime de 20 horas (cujos vencimentos são metade dos de 40 horas)

C) GEDAtiv – Gratificação de Estímulo à Docência do docente ativo – Valor correspondente a 140 pontos. O valor de cada ponto passa a depender não só da classe, do regime de trabalho e da titulação, mas também do nível dentro da classe. A forma de cálculo não muda em relação à situação atual, mas o governo prevê retomar o processo de avaliação, desta vez atribuindo 20% dos pontos à avaliação individual do docente e 80% à avaliação da instituição onde o docente trabalha.

D) RemAtiv - Remuneração total do docente ativo – Soma das seguintes parcelas: Vencimento, Incentivo de titulação e GED do docente ativo.

E) ReajAtiv – Reajuste percentual da remuneração total do docente ativo (em relação à remuneração total atual).

F) GEDApos – Gratificação de Estímulo à Docência do docente aposentado ou do pensionista – Valor correspondente a 123 pontos, com base nos quais o governo propõe calcular a GED dos docentes que se aposentaram antes de julho de 2000. Quem se aposentou depois desse mês, receberá, como hoje, a GED com base na média de pontos que obteve nos últimos 24 meses antes da aposentadoria. As mesmas regras valem para os pensionistas.

G) ReajApos - Reajuste percentual da remuneração total do docente aposentado ou do pensionista (em relação à remuneração total atual).

Proposta do Andes-SN

A) Venc – Vencimento básico – Inclui os incentivos de titulação e de regime de trabalho e incorpora as atuais VPI, GAE e GED, além de recuperar as perdas inflacionárias desde janeiro de 1995. Substitui todas as atuais parcelas da remuneração, com exceção das vantagens e adicionais específicos (tempo de serviço, insalubridade etc)

B) ReajAtiv – Reajuste percentual da remuneração total do docente ativo (em relação à remuneração total atual).

ReajApos - Reajuste percentual da remuneração total do docente aposentado ou do pensionista (em relação à remuneração total atual).

Regime de trabalho: Dedicação Exclusiva

Tit	classe	niv	Remuneração atual						Proposta do governo para novembro de 2010, apresentada em 23/10/2007								Proposta do Andes-SN		
			Venc	Compl	GEDAtiv	RemAtiv	GEDApos	RemApos	Venc	AdTitul	GEDAtiv	RemAtiv	ReajAtiv	GEDApos	RemApos	ReajApos	Venc	ReajAtiv	ReajApos
GRADUAÇÃO	Titular	U	1.003,10	1.664,83	1.030,40	3.697,45	846,40	3.513,45	3.075,82	0,00	1.682,80	4.758,62	28,7%	1.478,46	4.554,28	29,6%	9.754,99	163,8%	177,6%
	Associado	4	951,48	1.582,24	1.030,40	3.564,12	846,40	3.380,12	2.901,72	0,00	1.618,40	4.520,12	26,8%	1.421,88	4.323,60	27,9%	9.255,21	159,7%	173,8%
		3	927,89	1.544,49	1.030,40	3.502,78	846,40	3.318,78	2.817,20	0,00	1.586,20	4.403,40	25,7%	1.393,59	4.210,79	26,9%	9.029,46	157,8%	172,1%
		2	904,30	1.506,75	1.030,40	3.441,45	846,40	3.257,45	2.735,15	0,00	1.555,40	4.290,55	24,7%	1.366,53	4.101,68	25,9%	8.800,65	155,7%	170,2%
		1	880,71	1.469,01	1.030,40	3.380,12	846,40	3.196,12	2.655,48	0,00	1.524,60	4.180,08	23,7%	1.339,47	3.994,95	25,0%	8.569,27	153,5%	168,1%
	Adjunto	4	786,35	1.318,03	1.030,40	3.134,78	846,40	2.950,78	2.505,17	0,00	1.465,80	3.970,97	26,7%	1.287,81	3.792,98	28,5%	7.651,14	144,1%	159,3%
		3	754,04	1.266,33	1.030,40	3.050,77	846,40	2.866,77	2.432,20	0,00	1.436,40	3.868,60	26,8%	1.261,98	3.694,18	28,9%	7.321,67	140,0%	155,4%
		2	722,21	1.215,41	1.030,40	2.968,02	846,40	2.784,02	2.361,36	0,00	1.408,40	3.769,76	27,0%	1.237,38	3.598,74	29,3%	7.006,37	136,1%	151,7%
		1	691,11	1.165,65	1.030,40	2.887,16	846,40	2.703,16	2.292,59	0,00	1.380,40	3.672,99	27,2%	1.212,78	3.505,37	29,7%	6.704,65	132,2%	148,0%
	Assistente	4	634,60	1.075,23	1.030,40	2.740,23	846,40	2.556,23	2.162,82	0,00	1.327,20	3.490,02	27,4%	1.166,04	3.328,86	30,2%	6.151,05	124,5%	140,6%
		3	607,69	1.032,17	1.030,40	2.670,26	846,40	2.486,26	2.099,82	0,00	1.300,60	3.400,42	27,3%	1.142,67	3.242,49	30,4%	5.886,19	120,4%	136,7%
		2	582,80	992,35	1.030,40	2.605,55	846,40	2.421,55	2.038,67	0,00	1.275,40	3.314,07	27,2%	1.120,53	3.159,20	30,5%	5.632,70	116,2%	132,6%
		1	559,33	954,80	1.030,40	2.544,53	846,40	2.360,53	1.979,29	0,00	1.250,20	3.229,49	26,9%	1.098,39	3.077,68	30,4%	5.390,16	111,8%	128,3%
	Auxiliar	4	516,24	885,85	1.030,40	2.432,49	846,40	2.248,49	1.867,25	0,00	1.202,60	3.069,85	26,2%	1.056,57	2.923,82	30,0%	4.945,09	103,3%	119,9%
		3	495,29	852,33	1.030,40	2.378,02	846,40	2.194,02	1.812,86	0,00	1.178,80	2.991,66	25,8%	1.035,66	2.848,52	29,8%	4.732,15	99,0%	115,7%
		2	476,07	821,58	1.030,40	2.328,05	846,40	2.144,05	1.760,06	0,00	1.155,00	2.915,06	25,2%	1.014,75	2.774,81	29,4%	4.528,39	94,5%	111,2%
		1	456,94	790,97	1.030,40	2.278,31	846,40	2.094,31	1.708,80	0,00	1.132,60	2.841,40	24,7%	995,07	2.703,87	29,1%	4.333,40	90,2%	106,9%
APERFEIÇOAMENTO	Titular	U	1.078,33	1.785,20	1.061,20	3.923,77	871,70	3.734,27	3.075,82	230,69	1.733,20	5.039,71	28,4%	1.522,74	4.829,25	29,3%	10.486,61	167,3%	180,8%
	Associado	4	1.022,84	1.696,41	1.061,20	3.780,45	871,70	3.590,95	2.901,72	217,63	1.666,00	4.785,35	26,6%	1.463,70	4.583,05	27,6%	9.949,35	163,2%	177,1%
		3	997,48	1.655,84	1.061,20	3.714,52	871,70	3.525,02	2.817,20	211,29	1.632,40	4.660,89	25,5%	1.434,18	4.462,67	26,6%	9.706,67	161,3%	175,4%
		2	972,12	1.615,26	1.061,20	3.648,58	871,70	3.459,08	2.735,15	205,14	1.598,80	4.539,09	24,4%	1.404,66	4.344,95	25,6%	9.460,70	159,3%	173,5%
		1	946,76	1.574,69	1.061,20	3.582,65	871,70	3.393,15	2.655,48	199,16	1.566,60	4.421,24	23,4%	1.376,37	4.231,01	24,7%	9.211,96	157,1%	171,5%
	Adjunto	4	845,32	1.412,38	1.061,20	3.318,90	871,70	3.129,40	2.505,17	187,89	1.506,40	4.199,46	26,5%	1.323,48	4.016,54	28,3%	8.224,98	147,8%	162,8%
		3	810,60	1.356,83	1.061,20	3.228,63	871,70	3.039,13	2.432,20	182,42	1.475,60	4.090,22	26,7%	1.296,42	3.911,04	28,7%	7.870,80	143,8%	159,0%
		2	776,37	1.302,06	1.061,20	3.139,63	871,70	2.950,13	2.361,36	177,10	1.444,80	3.983,26	26,9%	1.269,36	3.807,82	29,1%	7.531,85	139,9%	155,3%
		1	742,95	1.248,59	1.061,20	3.052,74	871,70	2.863,24	2.292,59	171,94	1.415,40	3.879,93	27,1%	1.243,53	3.708,06	29,5%	7.207,50	136,1%	151,7%
	Assistente	4	682,20	1.151,39	1.061,20	2.894,79	871,70	2.705,29	2.162,82	162,21	1.360,80	3.685,83	27,3%	1.195,56	3.520,59	30,1%	6.612,38	128,4%	144,4%
		3	653,27	1.105,10	1.061,20	2.819,57	871,70	2.630,07	2.099,82	157,49	1.332,80	3.590,11	27,3%	1.170,96	3.428,27	30,3%	6.327,65	124,4%	140,6%
		2	626,51	1.062,29	1.061,20	2.750,00	871,70	2.560,50	2.038,67	152,90	1.304,80	3.496,37	27,1%	1.146,36	3.337,93	30,4%	6.055,15	120,2%	136,5%
		1	601,28	1.021,92	1.061,20	2.684,40	871,70	2.494,90	1.979,29	148,45	1.278,20	3.405,94	26,9%	1.122,99	3.250,73	30,3%	5.794,42	115,9%	132,3%
	Auxiliar	4	554,96	947,81	1.061,20	2.563,97	871,70	2.374,47	1.867,25	140,04	1.229,20	3.236,49	26,2%	1.079,94	3.087,23	30,0%	5.315,97	107,3%	123,9%
		3	532,43	911,76	1.061,20	2.505,39	871,70	2.315,89	1.812,86	135,96	1.204,00	3.152,82	25,8%	1.057,80	3.006,62	29,8%	5.087,06	103,0%	119,7%
		2	511,77	878,70	1.061,20	2.451,67	871,70	2.262,17	1.760,06	132,00	1.178,80	3.070,86	25,3%	1.035,66	2.927,72	29,4%	4.868,02	98,6%	115,2%
		1	491,21	845,81	1.061,20	2.398,22	871,70	2.208,72	1.708,80	128,16	1.155,00	2.991,96	24,8%	1.014,75	2.851,71	29,1%	4.658,40	94,2%	110,9%
ESPECIALIZAÇÃO	Titular	U	1.183,66	1.953,73	1.099,00	4.235,32	902,75	4.039,07	3.075,82	553,65	1.782,20	5.411,67	27,8%	1.565,79	5.195,26	28,6%	11.510,88	171,8%	185,0%
	Associado	4	1.122,75	1.856,27	1.099,00	4.078,02	902,75	3.881,77	2.901,72	522,31	1.713,60	5.137,63	26,0%	1.505,52	4.929,55	27,0%	10.921,14	167,8%	181,3%
		3	1.094,91	1.811,73	1.099,00	4.005,64	902,75	3.809,39	2.817,20	507,10	1.677,20	5.001,50	24,9%	1.473,54	4.797,84	25,9%	10.654,77	166,0%	179,7%
		2	1.067,08	1.767,20	1.099,00	3.933,28	902,75	3.737,03	2.735,15	492,33	1.640,80	4.868,28	23,8%	1.441,56	4.669,04	24,9%	10.384,77	164,0%	177,9%
		1	1.039,24	1.722,65	1.099,00	3.860,89	902,75	3.664,64	2.655,48	477,99	1.605,80	4.739,27	22,8%	1.410,81	4.544,28	24,0%	10.111,74	161,9%	175,9%
	Adjunto	4	927,89	1.544,49	1.099,00	3.571,38	902,75	3.375,13	2.505,17	450,93	1.544,20	4.500,30	26,0%	1.356,69	4.312,79	27,8%	9.028,35	152,8%	167,5%
		3	889,77	1.483,50	1.099,00	3.472,27	902,75	3.276,02	2.432,20	437,80	1.510,60	4.380,60	26,2%	1.327,17	4.197,17	28,1%	8.639,57	148,8%	163,7%
		2	852,20	1.423,39	1.099,00	3.374,59	902,75	3.178,34	2.361,36	425,04	1.478,40	4.264,80	26,4%	1.298,88	4.085,28	28,5%	8.267,52	145,0%	160,1%
		1	815,51	1.364,69	1.099,00	3.279,20	902,75	3.082,95	2.292,59	412,67	1.446,20	4.151,46	26,6%	1.270,59	3.975,85	29,0%	7.911,49	141,3%	156,6%
	Assistente	4	748,83	1.258,00	1.099,00	3.105,83	902,75	2.909,58	2.162,82	389,31	1.390,20	3.942,33	26,9%	1.221,39	3.773,52	29,7%	7.258,24	133,7%	149,5%
		3	717,08	1.207,20	1.099,00	3.023,28	902,75	2.827,03	2.099,82	377,97	1.360,80	3.838,59	27,0%	1.195,56	3.673,35	29,9%	6.945,70	129,7%	145,7%
		2	687,70	1.160,19	1.099,00	2.946,89	902,75	2.750,64	2.038,67	366,96	1.331,40	3.737,03	26,8%	1.169,73	3.575,36	30,0%	6.646,59	125,5%	141,6%
		1	660,01	1.115,89	1.099,00	2.874,90	902,75	2.678,65	1.979,29	356,27	1.303,40	3.638,96	26,6%	1.145,13	3.480,69	29,9%	6.360,38	121,2%	137,4%
	Auxiliar	4	609,17	1.034,54	1.099,00	2.742,71	902,75	2.546,46	1.867,25	336,11	1.253,00	3.456,36	26,0%	1.100,85	3.304,21	29,8%	5.835,21	112,8%	129,1%
		3	584,44	994,97	1.099,00	2.678,41	902,75	2.482,16	1.812,86	326,31	1.226,40	3.365,57	25,7%	1.077,48	3.216,65	29,6%	5.583,94	108,5%	125,0%
		2	561,76	958,69	1.099,00	2.619,45	902,75	2.423,20	1.760,06	316,81	1.199,80	3.276,67	25,1%	1.054,11	3.130,98	29,2%	5.343,50	104,0%	120,5%
		1	539,19	922,57	1.099,00	2.560,76	902,75	2.364,51	1.708,80	307,58	1.174,60	3.190,98	24,6%	1.031,97	3.048,35	28,9%	5.113,41	99,7%	116,3%
MESTRADO	Titular	U	1.379,26	2.266,69	1.566,60	5.211,32	1.286,85	4.931,57	3.075,82	1.153,43	2.595,60	6.824,85	31,0%	2.280,42	6.509,67	32,0%	13.413,11	157,4%	172,0%
	Associado	4	1.308,29	2.153,13	1.566,60	5.028,02	1.286,85	4.748,27	2.901,72	1.088,15	2.496,20	6.486,07	29,0%	2.193,09	6.182,96	30,2%	12.725,91	153,1%	168,0%
		3	1.275,85	2.101,23	1.566,60	4.943,68	1.286,85	4.663,93	2.817,20	1.056,45	2.436,00	6.309,65	27,6%	2.140,20	6.013,85	28,9%	12.415,51	151,1%	166,2%
		2	1.243,41	2.049,33	1.566,60	4.859,34	1.286,85	4.579,59	2.735,15	1.025,68	2.377,20	6.138,03	26,3%	2.088,54	5.849,37	27,7%	12.100,90	149,0%	164,2%
		1	1.210,98	1.997,44	1.566,60	4.775,02	1.286,85	4.495,27	2.655,48	995,81	2.308,60	5.959,89	24,8%	2.028,27	5.679,56	26,3%	11.782,74	146,8%	162,1%
	Adjunto	4	1.081,23	1.789,84	1.566,60	4.437,67	1.286,85	4.157,92	2.505,17	939,44	2.220,40	5.665,01	27,7%	1.950,78	5.395,39	29,8%	10.520,32	137,1%	153,0%
		3	1.036,81	1.718,77	1.566,60	4.322,18	1.286,85	4.042,43	2.432,20	912,08	2.165,80	5.510,08	27,5%	1.902,81	5.247,09	29,8%	10.067,30	132,9%	149,0%
		2	993,03	1.648,72	1.566,60	4.208,35	1.286,85	3.928,60	2.361,36	885,51	2.112,60	5.359,47	27,4%	1.856,07	5.102,94	29,9%	9.633,76	128,9%	145,2%
		1	950,28	1.580,32	1.566,60	4.097,20	1.286,85	3.817,45	2.292,59	859,72	2.060,80	5.213,11	27,2%	1.810,56	4.962,87	30,0%	9.218,89	125,0%	141,5%
	Assistente	4	872,58	1.456,00	1.566,60	3.895,18	1.286,85	3.615,43	2.162,82	811,06	1.981,00	4.954,88	27,2%	1.740,45	4.714,33	30,4%	8.457,70	117,1%	133,9%
		3	835,58	1.396,80	1.566,60	3.798,98	1.286,85	3.519,23	2.099,82	787,43	1.932,00	4.819,25	26,9%	1.697,40	4.584,65	30,3%	8.093,51	113,0%	130,0%
		2	801,35	1.342,03	1.566,60	3.709,98	1.286,85	3.430,23	2.038,67	764,50	1.884,40	4.687,57	26,4%	1.655,58	4.458,75	30,0%	7.744,96	108,8%	125,8%
		1	769,08	1.290,40	1.566,60	3.626,08	1.286,85	3.346,33	1.979,29	742,23	1.838,20	4.559,72	25,7%	1.614,99	4.336,51	29,6%	7.411,46	104,4%	121,5%
DOUTORADO	Titular	U	1.755,42	2.868,54	2.770,60	7.393,00	2.275,85	6.898,25	3.075,82	2.306,87	4.424,00	9.806,69	32,6%	3.886,80	9.269,49	34,4%	17.071,23	130,9%	147,5%
	Associado	4	1.665,10	2.724,03	2.345,00	6.734,13	1.926,25	6.315,38	2.901,72	2.176,29	4.193,00	9.271,01	37,7%	3.683,85	8.761,86	38,7%	16.196,61	140,5%	156,5%
		3	1.623,81	2.657,97	2.345,00	6.626,78	1.926,25	6.208,03	2.817,20	2.112,90	3.992,80	8.922,90	34,6%	3.507,96	8.438,06	35,9%	15.801,56	138,5%	154,5%
		2	1.582,53	2.591,92	2.345,00	6.519,45	1.926,25	6.100,70	2.735,15	2.051,36	3.802,40	8.588,91	31,7%	3.340,68	8.127,19	33,2%	15.401,14	136,2%	152,4%
		1	1.541,24	2.525,85	2.345,00	6.412,09	1.926,25	5.993,34	2.655,48	1.991,61	3.621,80	8.268,89	29,0%	3.182,01	7.829,10	30,6%	14.996,22	133,9%	150,2%
	Adjunto	4	1.376,11	2.261,65	2.345,00	5.982,76	1.926,25	5.564,01	2.505,17	1.878,88	3.432,80	7.816,85	30,7%	3.015,96	7.400,01	33,0%	13.389,50	123,8%	140,6%
		3	1.319,58	2.171,20	2.345,00	5.835,78	1.926,25	5.417,03	2.432,20	1.824,15	3.269,00	7.525,35	29,0%	2.872,05	7.128,40	31,6%	12.812,93	119,6%	136,5%
		2	1.263,86	2.082,05	2.345,00	5.690,91	1.926,25	5.272,16	2.361,36	1.771,02	3.113,60	7.245,98	27,3%	2.735,52	6.867,90	30,3%	12.261,15	115,5%	132,6%
		1	1.209,45	1.994,99	2.345,00	5.549,44	1.926,25	5.130,69	2.292,59	1.719,44	2.965,20	6.977,23	25,7%	2.605,14	6.617,17	29,0%	11.733,14	111,4%	128,7%

O significado das colunas encontra-se no rodapé das páginas 2 e 3.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Maria Cristina Miranda da Silva **1º Vice-Presidente:** Roberto Leher **2º Vice-Presidente:** Roberto José de Lima **1º Secretário:** Luis Paulo Vieira Braga **2ª Secretária:** Anita Handfas **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Química:** Marylena Barreiros Salazar (titular); **Faculdade de Educação:** Herli Joaquim de Menezes (titular); **Escola de Serviço Social:** Cleusa dos Santos (titular); Janete Luzia Leite (titular); Ângela Maria Hygino Rangel (titular); **Colégio de Aplicação:** Regina Célia de Souza Pugliese (titular); Célia Brito Teixeira Gama (titular); Vania Maria Rocha Gomes Hozumi (suplente); **Faculdade de Medicina:** Maria da Conceição Zacharias (titular); **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Marilurde Donato (titular); Walcyr de Oliveira Barros (titular); **Escola Politécnica:** José Henrique Erthal Sanglard (titular) **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **Redação:** comunica@adufrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

DCE toma posse na UFRJ

O Diretório Central dos Estudantes tem nova direção. Contrários à reestruturação do governo para a s universidades públicas, os novos dirigentes estudantis querem a realização de um Congresso interno da UFRJ.

Página 3

Divulgação

90 anos da Revolução

Pós-graduação da Escola de Serviço Social organiza evento sobre a atualidade do movimento comunista e os 90 anos da revolução Russa.

Páginas 4 e 5

Internet

Reformas liberais param trabalhadores na França

Movimentos sindicais e sociais franceses organizam longa e grande greve geral contra reformas que retiram direitos. Enquanto isso, no Brasil, servidores assistem ao STF aplicar lei de greve do setor privado nos serviços públicos.

Páginas 6 e 7

Assembléia Geral

29/11 *quinta-feira* **17:30**

Pauta

Campanha salarial
avaliação da nova proposta do governo

OBS.: o local da AG será informado por meio de cartazes, pela página www.adufrj.org.br e pela lista eletrônica da Adufrj-SSind.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 561 27 de novembro de 2007

CAMPANHA SALARIAL

Nova proposta do governo amplia distorções na carreira

No dia 20 de novembro, em reunião no Ministério do Planejamento, o governo apresentou nova proposta para a carreira de magistério superior e detalhou o calendário de sua implantação, que iniciaria em março de 2008 e terminaria em julho de 2010. Os docentes da carreira de magistério de 1º e 2º graus continuam sem proposta salarial, que, segundo o governo, só seria apresentada em 6 de dezembro. Nova reunião entre representantes dos professores e do governo foi marcada para 5 de dezembro, também de acordo com os técnicos do governo, apenas para tratar do magistério superior. Mas vale ressaltar que o Andes-SN continua defendendo a negociação conjunta para as duas carreiras.

Pela nova proposta, o governo aceitaria a paridade no momento (que poderia ser novamente quebrada, no futuro), mas ampliaria desde já a diferenciação entre os reajustes. Uma análise dessa contraproposta e como ficariam as tabelas salariais pode ser conferida em **encarte especial nesta edição**.

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind discutirá a campanha salarial no dia 29 de novembro e o setor dos docentes da IFES volta a se reunir em 2 de dezembro para avaliar os resultados das AGs de todo o país.

Colegiados

Consuni aprova novas normas para concursos docentes

Comissão ainda fará ajustes no texto, antes da publicação

Após várias sessões, o Conselho Universitário de 22 de novembro terminou a discussão e votação de normas e edital de futuros concursos para professor da carreira de magistério superior. Porém, uma comissão ainda ficou responsável por ajustar alguns detalhes da resolução, antes de sua publicação final. O documento busca atualizar e "enxugar" os procedimentos para os concursos docentes e alguns pontos já podem ser antecipados:

Inscrição sem revalidação dos títulos

Ficou definido que o candidato a professor da UFRJ, em qualquer classe, ficará dispensado de apresentar a revalidação no Brasil, no caso de com-provantes de títulos obtidos no exterior, no momento da inscrição no concurso. Dessa forma, não haveria um obstáculo inicial a candidatos participarem dos concursos da universidade, especialmente os que ainda residem no exterior. O argumento vencedor foi que, por lei, a revalidação já terá que ser apresentada no momento da posse pelo candidato vencedor. Assim, haverá mais tempo para se obter a revalidação.

Não haverá concurso para Associado

O entendimento dos conselheiros é que a nova "classe", na prática, não passa de um prolongamento da classe de Adjunto. Os concursos para professor Assistente ou Auxiliar só acontecerão em situações consideradas especiais pelas Congregações.

Programa dos concursos

No ato da solicitação da inscrição de concursos nas classes de Adjunto, Assistente e Auxiliar, o candidato receberá o programa contendo uma listagem de 10 a 20 pontos que poderão ser perguntados nas provas, bem como os critérios do Centro ao qual a vaga estará vinculada para o julgamento de títulos e trabalhos.

Comissão julgadora de professor Adjunto

Para compor a comissão julgadora do concurso da classe de Adjunto, além de professores Titulares, já é admitida a presença dos professores Associados do quadro de servidores ativos ou inativos de qualquer Instituição Federal de Ensino Superior, que possuam relevante e destacada produção acadêmica reconhecida pela UFRJ no setor do concurso.

Constituição das comissões julgadoras

A comissão julgadora do concurso para as classes de Titular e Adjunto será constituída de cinco integrantes efetivos e dois suplentes. Para as classes de Assistente e Auxiliar, ela será constituída de três efetivos e dois suplentes. Toda comissão julgadora deverá ter maioria externa à universidade. Ou seja, nos concursos para Titular e Adjunto, pelo menos três dos efetivos e um dos suplentes obrigatoriamente não poderão ter vinculo com a UFRJ. Nos concursos para Assistente e Auxiliar, pelo menos dois dos efetivos e um dos suplentes serão obrigatoriamente não vinculados à UFRJ.

Aposentados e eméritos

Professores aposentados e eméritos da UFRJ serão considerados membros internos, nas comissões julgadoras.

Média mínima

Os candidatos serão classificados de acordo com os números de indicações dadas pelos examinadores, desde que alcancem da maioria destes a média mínima de sete.

Prazo para inscrição

A partir da data de publicação do edital, contam 45 dias de prazo para a inscrição dos candidatos. Caso não haja inscrições deferidas, este prazo poderá ser ampliado em mais 45 dias sendo que, em casos devidamente justificados pelas Congre-gações das Unidades, a classe de professor pode ser modificada para nível ime-diatamente inferior.

Validade dos concursos

Para evitar a perda de vagas pela UFRJ, como vinha acontecendo com o prazo anterior de validade do concurso fixado em seis meses, os próximos concursos terão validade de doze meses.

Cursos fora da sede

Para contemplar os cursos da UFRJ em Macaé e, eventualmente, em outras localidades do estado, o Consuni deixou claro que os candidatos nomeados para as vagas destinadas a cursos localizados fora da cidade do Rio de Janeiro exercerão suas atividades nestes municípios. A medida tenta evitar (ou dificultar) que um candidato busque esse tipo de concurso e pleiteie, pouco tempo depois, uma transferência para a capital.

Anote

Filme "Cidade Baixa"

O projeto Cinema ao meio-dia vai exibir "Cidade Baixa", dirigido por Sérgio Machado e protagonizado por Wagner Moura, Lázaro Ramos e Alice Braga, neste dia 30, no Salão Nobre da decania do CCMN.

4º Congresso de Extensão da UFRJ

Entre os dias 26 e 28, o Centro Cultural Professor Horácio Macedo sedia o 4º Congresso de Extensão da UFRJ, de 9h às 18h, no Salão Nobre e no Auditório Roxinho.

Cartas

Rio de Janeiro, 22 de Outubro de 2007.

À AdUFRJ

Prezados Senhores,

Viemos por meio desta solicitar a divulgação de nossa insatisfação com as declarações do Sr. Ricardo Kubrusly, em resposta à retratação da Profª. Maria Fernanda Nunes, diretora do Instituto de Biologia, a respeito da matéria "Reitoria falta a debate sobre Reuni na Biologia" publicada no Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ em 09/10/07.

Pedimos que este documento tenha o mesmo destaque dado aos referidos acima, de modo que - a bem da verdade e reiterando o pedido da Profª. Maria Fernanda ao AdUFRJ "mais cuidado nas informações que divulga, respeito com as pessoas citadas e aos leitores" - o jornal não perca sua credibilidade e que o Sr. Ricardo Kubrusly venha a público se desculpar pelas afirmações inverídicas por ele proferidas contra a Comissão Organizadora da XI Biosemana UFRJ (C.O. BS 2007).

Desconsiderando os propósitos pessoais que o Sr. Ricardo Kubrusly tenha, a partir dos quais, resolveu atribuir inverdades à esta Comissão, informamos que: estamos profundamente decepcionados com as declarações deste Sr., tão bem recebido na Biologia, e com o Jornal da AdUFRJ, por não investigar os fatos e não manter-se imparcial no exercício do Jornalismo, ao ter deixado de procurar a C.O. BS 2007 para quaisquer esclarecimentos.

Esclarecemos que o debate iniciou-se com 30 minutos de atraso, o que pode ser comprovado por todos os presentes na ocasião. Informamos ainda que é falsa a afirmação do Sr. Ricardo Kubrusly a cerca da busca feita por essa Comissão, minutos antes do debate, "por alguém que pudesse representar a Reitoria".

Assim que soubemos do cancelamento do aceite do Reitor Aloísio Teixeira (dois dias antes do debate), solicitamos ao Gabinete da Reitoria o envio de algum representante, pedido este não atendido. Nenhum dos integrantes desta Comissão mencionou que a Profª. Maria Fernanda (diretora do IB) "teria ido buscar a conselheira do CEG e diretora da Sintufrj, Ana Ribeiro".

Assim, solicitamos o registro da verdade dos fatos, da integridade desta Comissão e dos alunos da Biologia UFRJ - sejam os organizadores da BS 2007, sejam os participantes do evento -, todos estarrecidos com as declarações do Sr. Ricardo Kubrusly.

Atenciosamente,

Comissão Organizadora XI Biosemana UFRJ (C.O. BS 2007)
Centro Acadêmico de Biologia (CABio UFRJ)
Instituto de Biologia - UFRJ

AdUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Maria Cristina Miranda da Silva **1º Vice-Presidente:** Roberto Leher **2º Vice-Presidente:** Roberto José de Lima **1º Secretário:** Luis Paulo Vieira Braga **2ª Secretária:** Anita Handfas **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Química:** Marylena Barreiros Salazar (titular); **Faculdade de Educação:** Herli Joaquim de Menezes (titular); **Escola de Serviço Social:** Cleusa dos Santos (titular); Janete Luzia Leite (titular); Ângela Maria Hygino Rangel (titular); **Colégio de Aplicação:** Regina Célia de Souza Pugliese (titular); Célia Brito Teixeira Gama (titular); Vania Maria Rocha Gomes Hozumi (suplente); **Faculdade de Medicina:** Maria da Conceição Zacharias (titular); **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Marilurde Donato (titular); Walcyr de Oliveira Barros (titular); **Escola Politécnica:** José Henrique Erthal Sanglard (titular) **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **Redação:** comunica@adufrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

Empossada a nova diretoria do DCE

Na última quinta-feira, dia 22, tomaram posse os novos dirigentes do Diretório Central de Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estiveram presentes ao evento, realizado no Teatro de Arena Carvalho Netto no *campus* da Praia Vermelha, cerca de 100 estudantes de diversos Centros Acadêmicos, a Associação de Pós-Graduandos e a Adufrj-SSind.

Um dos novos diretores, Jorge "Badauí" abriu a cerimônia de posse fazendo menção às ocupações que vêm ocorrendo em todo o país nas reitorias das universidades públicas por contra da rejeição do movimento estudantil ao projeto de reestruturação do governo para as instituições federais de ensino superior (Reuni). O estudante lembrou que na Universidade Federal do Paraná (UFPR), após a ocupação, houve eleição do DCE onde também saiu vitoriosa a chapa de esquerda. Na Universidade Federal de Goiás (UFG), o ato junto ao Conselho Universitário contra o Reuni contabilizou mil estudantes. Esse, segundo Badauí, foi o maior ato da história da universidade.

"Nas universidades federais do Ceará, do Rio Grande do Sul e da Bahia, a polícia entrou para acabar com o movimento. Isto mostra que o governo Lula, além de estar tentando chantagear os universitários com um decreto para abafar a luta, está disposto a utilizar as formas mais truculentas, com polícia e repressão, lembrando os tempos da ditadura", disse Badauí. O discente afirmou ainda que o ano de 2008 será de muitas lutas. "Se no conselho passou o Reuni, na sala de aula isso não vai passar", concluiu.

Universidade contra o Reuni

A Adufrj-SSind foi representada na posse do DCE pela presidente Cristina Miranda. A docente afirmou que muitos dos fundamentos da universidade foram construídos na luta dos estudantes junto de toda a comunidade acadêmica. "Esses fundamentos vêm sendo ameaçados com medidas que comprometem o caráter público e a qualidade de educação das instituições", disse. Segundo Cristina, os estudantes que estão tomando a frente do DCE empreenderam um combate muito importante na UFRJ contra o Reuni. "A avaliação que nós fazemos é que essa foi uma luta vitoriosa nessa primeira batalha", declarou.

A presidente argumentou que, sob a justificativa da democratização do acesso, da ampliação e redução das taxas de evasão, o governo, através do decreto que instituiu o Reuni, pretende reestruturar as universidades transformando-as em um projeto que vai baixar a qualidade do ensino. "Mesmo em tempos tão duros de embate, o espírito crítico que caracteriza a UFRJ esteve presente na eleição: por uma margem de votos muito grande, a eleição do DCE da UFRJ foi, sobretudo, a prova de que, em uma disputa de projetos, a grande maioria dos estudantes da instituição optou por aqueles que, de fato, condizem com a defesa da universidade pública e contra as medidas governamentais". Cristina lembrou ainda que DCEs de outras universidades passaram pela mesma disputa e, também nestes, o movimento estudantil autônomo foi vitorioso. A diretoria encerrou sua fala desejando uma boa e combativa gestão do DCE e conclamando o trabalho unitário entre os estudantes, docentes e técnico-admistrativos na UFRJ e nas lutas nacionais.

Zô Guimarães

ESTUDANTES DE DIVERSOS CENTROS ACADÊMICOS E NOVA DIRETORIA DO DCE MÁRIO PRATA

Greve de fome na UFBA contra repressão aos estudantes

O estudante de teatro Eduardo Nunes, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), esteve presente na posse e lembrou que, antes da invasão policial do dia 15 de novembro, os discentes da Bahia ocuparam por 46 dias a reitoria daquela instituição. Na desocupação, quatro alunos foram presos e outros foram espancados. O estudante também comparou a ação com a ditadura militar. "Proponho uma moção de repúdio à invasão policial, principalmente com o agravamento da situação. Os estudantes estão em greve do fome como último recurso para não serem jubilados da universidade", relatou Eduardo, sobre a greve que terminou naquele mesmo dia.

Segundo o jornal baiano *A tarde*, na quinta-feira, dia 22, o grupo de seis alunos conseguiu alcançar seu objetivo e encerrou a greve de fome. "Queríamos um documento no qual a UFBA se comprometesse a não punir administrativa ou academicamente os participantes da ocupação da Reitoria", explicou Maíra Guedes, aluna de teatro, ao periódico. O documento foi assinado pelo vice-reitor da universidade, Francisco Mesquita, porém, segundo a estudante, o atestado ainda precisa ser referendado pelo Conselho Universitário que se reúne na próxima semana.

Primeiros passos

Também pela diretoria empossada, Carolina Barreto, da Escola de Comunicação, afirmou que no próximo ano a gestão do DCE concentrará seus esforços na construção de um congresso universitário para que possa referendar as posições dos estudantes. "A reitoria tem a intenção de fazer um congresso interno, talvez até paritário, onde achamos que há a possibilidade de reverter algumas coisas que já foram aprovadas através do pacote Reuni", disse Carolina.

Movimento

Estudante é condenado a pagar indenização a ex-diretor da ECO

Ex-aluno da Escola de Comunicação da UFRJ, Pedro Martins Coelho foi condenado a pagar uma indenização de R$ 3 mil ao ex-diretor da unidade, José Amaral Argolo, por danos morais, no dia 9 de novembro. O professor processou o estudante por desacato na ocasião da ocupação de seu gabinete em agosto de 2005. Pedro Martins recorreu ao Supremo Tribunal Federal, perdeu e não pode mais recorrer da decisão. Além do processo civil contra o ex-universitário, Argolo entrou ainda com uma ação criminal contra ele e mais três alunas, por desacato.

Em agosto de 2005, o gabinete do então diretor da ECO foi ocupado por cerca de 100 estudantes, uma vez que o Centro Acadêmico desconfiava de possíveis irregularidades na gestão do professor. Foi aberta uma sindicância interna pela reitoria, com o objetivo de investigar denúncias do CA e de alguns professores, que foram posteriormente comprovadas, de acordo com as lideranças estudantis da época. Assim, os estudantes realizaram uma assembléia em julho daquele ano, na qual foi proposta a ocupação do gabinete da direção. Os alunos entraram na sala, reivindicando, entre outras medidas, a exoneração do professor Argolo do cargo de diretor.

De acordo com Pedro Martins, a comunidade universitária repudiou a decisão do Supremo: "A reitoria, na gestão passada do reitor, Aloísio Teixeira, chegou a pagar nossa assistência jurídica", disse ele.

Ex-presidente da Adufrj-SSind comenta decisão do STF

Presidente da Adufrj-SSind naquela época, a professora Sara Granemann afirmou estar surpreendida negativamente com a manifestação do Supremo. De acordo com ela, a seção sindical foi chamada ao ato político estudantil da ocupação do gabinete e, presente ao local, considerou improcedente por parte do ex-diretor levar uma discussão acadêmica para a instância judiciária: "E não apenas os movimentos organizados condenaram essa atitude, mas também o Conselho Universitário, naquela mesma época", lembrou. "É lamentável e devem ser combatidos com muito empenho esses procedimentos que criminalizam o movimento estudantil. Se isso se transformar em prática, perderemos o melhor do ambiente democrático, que, por meio do livre questionamento, faz avançar a produção do conhecimento", completou.

UFRJ

Seminário sobre socialismo lota Salão Pedro Calmon

Evento foi realizado em homenagem aos 90 anos da Revolução Russa e aos 140 anos de "O Capital", escrito por Karl Marx

A abertura do seminário "A atualidade do socialismo e as lições da história", organizado pelo programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social e pelo Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile Lema, lotou o Salão Pedro Calmon, do Fórum de Ciência e Cultura. O evento, realizado nos dias 12 e 13 de novembro, foi uma homenagem aos 90 anos da Revolução Russa e aos 140 anos da obra "O Capital", de Karl Marx, e contou com diversos debates e extensa programação cultural.

Na mesa inicial do primeiro dia do seminário "Os significados da Revolução Russa no século XXI", destaque para o professor José Luís Fiori, do Instituto de Economia da UFRJ, que fez uma exposição sobre a história do povo russo e suas características mais marcantes.

E, para falar da história russa, o professor iniciou com uma recente declaração do presidente daquele país, Vladimir Putin. De acordo com Fiori, em 2005, Putin disse que o maior desastre geopolítico do século XX foi a destruição da União Soviética: "De fato, ele tinha razão: a Rússia (ou União Soviética), depois de 1991, foi amputada de um território que hoje corresponde a quinze estados nacionais novos, além de ter perdido toda a sua zona de influência na Europa Central", afirmou José Luís Fiori. O professor lembrou ainda que a economia russa foi desmantelada, principalmente com a onda de privatizações. Paralelamente, nesse período, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ganhou posições estratégicas importantes em torno da Rússia.

"Foi tudo muito rápido. Mas a grande surpresa talvez não tenha sido o desaparecimento da União Soviética, mas o seu rápido reaparecimento nos últimos anos", afirmou Fiori.

Depois de 2000, explicou, houve uma reorganização da administração daquele país, com reestatização de setores estratégicos da economia, principalmente do petróleo e do gás, com a Rússia voltando a atingir taxas elevadas de crescimento. Como resultado, o país já é a décima primeira economia do mundo. Os gastos militares também aumentaram e os russos mantiveram-se como segundo arsenal atômico do mundo: "De qualquer maneira, a Rússia passou um aviso claro às demais potências: 'Estou de volta à mesa do poder'. Isso de 2001 para cá", ressaltou o expositor.

Os legados da Revolução Russa

Autor do livro "O Enigma do Socialismo Real: um Balanço Crítico das Principais Teorias Marxistas e Ocidentais", o professor Luis Fernandes, da UFF e da PUC-Rio, se disse seguidor do pensamento de que o século XX não deve ser caracterizado como o de derrota do socialismo, com o fim da União Soviética. Para ele, o século XX marca, sim, o período de nascimento das "primeiras" (termo que enfatizou) experiências socialistas.

Atual presidente da Finep, Luis Fernandes falou sobre os legados da Revolução Russa. Um dos principais, que persiste mesmo com a dissolução da URSS, é a imposição da questão social no centro da agenda mundial. Algo que, de modo direto, materializou-se na gigantesca expansão dos mecanismos de proteção e promoção social das experiências socialistas que se inspiraram no exemplo soviético. "Não há nenhuma outra experiência no mundo de tão rápida redistribuição de riqueza e renda. Até hoje", afirmou. E, de forma indireta, citou o contexto criado pelo triunfo da revolução soviética e, no pós-guerra, com a formação do bloco socialista, o que proporcionou a expansão de direitos sociais e de proteção do trabalho em todo o mundo capitalista: "Não há como se pensar a estruturação dos Estados de bem-estar social no pós-guerra, a não ser no contexto da bipolaridade sistêmica que marcou a Guerra Fria", disse. A elite capitalista se viu obrigada a fazer concessões que não faria espontaneamente, segundo Luis Fernandes.

O segundo legado positivo também é abrangente. Não haveria no mundo um processo de descolonização sem o triunfo da revolução soviética em 1917. O que a Revolução fez foi incorporar como política de Estado o apoio às lutas de libertação nacional de conteúdo antiimperialista. "Isso teve um impacto decisivo nos processos de descolonização que varreram o mundo, sobretudo na segunda metade do século XX". Outra conseqüência: nos anos 60 e 70, no contexto da bipolaridade sistêmica da Guerra Fria, foi o único período da História em que o conjunto de países em desenvolvimento pôde se desenvolver economicamente em ritmo mais acelerado do que os países centrais. Aos Tigres Asiáticos, por exemplo, pela posição estratégica que ocupavam, os Estados Unidos chegaram a permitir um grau de intervenção estatal, inclusive com realização de reforma agrária, mecanismos que impediram em outros lugares.

De negativo, o professor observou que, do ponto de vista econômico, a industrialização tardia da antiga União Soviética provocou um dirigismo estatal muito rígido que, com o passar do tempo, a estrutura hierárquica do partido se sobrepôs aos mecanismos de democracia participativa da Revolução. O resultado foi um Estado extremamente fechado que conduziu a uma estagnação econômica e, posteriormente, a uma crise de legitimidade.

Kelvin Melo

ENORME PAINEL DECOROU O SALÃO PEDRO CALMON, QUE RECEBEU VÁRIAS PALESTRAS SOBRE O SOCIALISMO

Expositor fala sobre erros e acertos do movimento comunista

Presidente da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB) e ex-deputado estadual pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), o professor Raymundo de Oliveira preferiu fazer comentários mais gerais sobre os erros e acertos do regime soviético.

A principal crítica, para ele, foi a falta de espaço para a convivência com idéias diferentes, com raríssimas exceções: "Tem um erro que, em geral, abarca quase todo o movimento comunista: uma visão profundamente maniqueísta da realidade. Se você não pensa como eu, você é um agente da CIA", comentou. O movimento comunista também teve uma enorme dificuldade de assumir a luta ecológica, segundo Raymundo. "Isso ficou para os 'verdes' que, por sua vez, não faziam a crítica à lógica capitalista (que produz os maiores danos ao meio ambiente)", ressaltou.

Raimundo não deixou de frisar outros tantos pontos positivos da Revolução Russa. Como o efeito sobre a descolonização que ocorreu, nos anos seguintes, em diversos países e a valorização de direitos sociais: "Algo que poucos sabem é que a Alemanha Oriental já teve o maior índice de creches por mulher em todo o mundo", afirmou, em referência a uma das áreas sob a influência de Moscou, no pós-II Guerra.

Falta de uma contra-hegemonia norte-americana

Comentou, ainda, a falta que faz a velha União Soviética nos dias atuais, com a hegemonia norte-americana: "Ou vocês acham que, com a antiga União Soviética, aconteceria esse massacre do Iraque, diante do silêncio do mundo?", questionou.

Para Raymundo, o desafio do momento para os que defendem o socialismo é fazê-lo coexistir com os princípios da democracia, como a liberdade de imprensa e de expressão. "Enquanto isso não estiver bem equacionado, o caminho para o socialismo estará capenga", disse.

No entanto, somados seus pontos positivos e negativos, o socialismo está mais atual do que nunca para o expositor. O capitalismo tem uma lógica de "reprodução expandida" que não encontra mais espaço, nos dias de hoje, para crescer. "Precisa ser superado, pois ameaça a própria sobrevivência da humanidade", comentou. "O capitalismo é uma metástase da humanidade".

Manuella Soares

Estado e revolução

O SEMINÁRIO FOI ENCERRADO NA TARDE DO DIA 13, COM A MESA ESTADO, DEMOCRACIA E REVOLUÇÃO. A PROFESSORA DA UFF E HISTORIADORA, VIRGÍNIA FONTES, E O PROFESSOR DA UNESP E CIENTISTA SOCIAL, ANTONIO CARLOS MAZZEO, COMENTARAM AS TESES DE MARX E LÊNIN PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO REVOLUCIONÁRIO E COMUNISTA. A COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* DA ESS, CLEUSA SANTOS, MEDIOU O DEBATE.

Os Grundrisse e a alternativa do comunismo

Esse foi o tema da mesa no segundo dia do evento, pela manhã. Estiveram presentes estudantes da Universidade Federal do Tocantins (UFT), da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Uni-Rio, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e da Estácio de Sá. A coordenadora da mesa, Professora Maria Malta, pelo LEMA, abriu o debate exibindo um vídeo em homenagem às mulheres que fizeram parte da revolução. Entre as revolucionárias mencionadas pela docente, figuram Olga Benário e Alexandra Kolantai.

O professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, José Paulo Netto, abriu a discussão sobre a obra *Os Grundrisse* contando um pouco da trajetória intelectual de Marx. O professor Netto enfatizou que estes textos não foram escritos públicos, isto é, seu autor não os escreveu para serem publicados, mas sim para elaborar sua própria compreensão sobre o modo de produção capitalista. Assim, as ricas e numerosas páginas da obra expressam a pesquisa elaborada por Marx e que teve seu resultado, apresentado em *O Capital*. Para o professor, não obstante *Os Grundrisse* serem anotações de estudo e de pesquisa, há neles riquíssimas análises e por eles se pode realizar uma aproximação bastante fecunda da maturação intelectual de Marx; ademais, informou ao público que o texto *Os Grundrisse* não apenas apresenta alternativas para o comunismo, mas atualiza essas alternativas para o tempo contemporâneo. O professor pontuou que, no texto, o revolucionário cita a redução do tempo de trabalho como algo necessário para que a sociedade se liberte do jugo, da subordinação do capital. A problematização do tempo livre na ordem do capital, disse o professor, foi um dos pontos preponderantes da obra de Marx e, contemporaneamente, autores marxistas continuam o debate sobre o tema, como por exemplo o marxista húngaro István Mészáros.

Produção de valor e lucro

Mário Duayer, professor da UFF e um dos tradutores de *Os Grundrisse* para o português, enfatizou a compreensão de Marx sobre os sujeitos envolvidos com o capital. Para o professor, o revolucionário afirmou em sua obra que os sujeitos não controlavam mais a sua produção social, pois a lógica do capital já os havia reduzido a trabalhadores. "A sociedade, para Marx, produz apenas valor e lucro".

Crítica ao capitalismo

Franklin Trein, professor e ex-diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, afirmou *Os Grundrisse* como um diário intelectual de Marx. Para Trein, no entanto, o pensador da revolução faz na obra uma crítica ao capitalismo e não a criação de uma utopia comunista. Segundo o docente, o revolucionário recupera a política de Aristóteles quando fala da política do ser social. Marx apresenta uma nova visão do mundo. Produz uma relação dialética com o poder". Em *Os Grundrisse*, o autor põe os leitores em contato com a teoria de Estado marxista e trabalha a liberdade e a democracia", concluiu o docente.

Kelvin Melo

TEMA ATRAIU BOM PÚBLICO AO SALÃO

Internacional

Greve geral paralisa a França

Desde o dia 14, trabalhadores param contra reformas liberais de Sarkozy

Contrariados com o pacote de reformas do recém-eleito presidente da França, Nicolas Sarkozy, milhares de cidadãos franceses paralisaram suas atividades desde o dia 14 de novembro. A greve foi desencadeados pelos trabalhadores do setor de transporte e logo em seguida foi encampada pela categoria dos funcionários públicos (professores, médicos, enfermeiros, controladores aéreos, entre outros), pelos distribuidores de periódicos e pelo atuante movimento estudantil francês.

Uma das principais reivindicações dos manifestantes é a recuperação do poder aquisitivo de boa parte da população. Os servidores públicos franceses alegam ter perdido 6% do seu poder de compra desde 2001. Além disso, o governo anunciou, dentre as medidas propostas pelo presidente Sarkozy, que pretende dispensar 23.000 funcionários públicos durante o ano de 2008, como forma de economizar na folha de pagamentos.

Repúdio à Reforma da Previdência

Os servidores públicos também repudiam a reforma da previdência que Nicolas Sarkozy, eleito em maio deste ano, está tentando implementar no país. O presidente pretende acabar com o regime especial de previdência dos trabalhadores do setor energético e dos transportes. Além disso, mantém-se firme no propósito de aumentar o período de contribuição para a aposentadoria integral dos atuais 37,5 anos para 40 anos.

Distribuidores de jornais também entram em greve

No dia 21/11 (quarta-feira), os funcionários da empresa *Nouvelles Messageries de la Presse Parisienne* (NMPP), responsável pela distribuição dos jornais diários de difusão nacional, não executaram seu trabalho, esvaziando as bancas de todo país. Os distribuidores decidiram paralisar suas atividades porque a diretoria anunciou que iria dispensar 350 empregados. Apenas se encontravam à venda jornais regionais, que possuem meios próprios de distribuição.

Presidente impopular

Apesar de ver sua popularidade junto à população francesa despencar desde o início de seu mandato e de concordar que existem alguns pontos negociáveis, Nicolas Sarkozy defendeu seu pacote de reformas afirmando que "há muitos anos que elas eram necessárias". O presidente da França pediu aos trabalhadores, principalmente àqueles relacionados ao transporte público, que retomassem suas atividades "para não piorar a grave crise que o país está vivendo". Sarkozy apelou aos trabalhadores, pedindo que eles dessem "uma chance" para as negociações entre o governo francês e as variadas entidades sindicais do país. "Todos devem saber que, para mim, neste tipo de conflito não há vencedores nem vencidos. Mas também digo que é preciso saber quando acabar uma greve e dar lugar às negociações", afirmou o presidente.

Estudantes aderem à greve

O movimento estudantil francês aderiu à greve geral por repudiar o CPE (Contrato de Primeiro Emprego) do governo. A maioria das universidades francesas está fechada completamente ou parcialmente para se manifestar contra o contrato de trabalho para a juventude imposto pelo primeiro-ministro, Dominique de Villepin. De acordo com o CPE, os jovens com menos de 26 anos poderão ser demitidos sem justificativa nos 24 primeiros meses de trabalho.

Internet

MANIFESTANTES CONTRA AS REFORMAS LIBERAIS NAS RUAS DE PARIS

Página do l'Humanité

Os representantes dos estudantes estão otimistas em relação à manutenção da greve. Segundo o presidente da União Nacional dos Estudantes da França (Unef), Bruno Julliard, ainda é possível mobilizar mais discentes, principalmente os de nível secundário. Para complementar, a presidente da Confederação de Estudantes, Julie Coudry, garantiu que "o movimento deve tomar proporções maiores".

Dias de luta

Enquanto o governo conservador francês resiste em ceder às reivindicações de variados setores da população, a França segue vivendo seus dias de retomada das lutas sindicais contra o neoliberalismo europeu. Os sindicatos e movimentos sociais fizeram coincidir suas manifestações que em todo o país reuniram entre 375 mil pessoas, segundo a polícia, e cerca de 700 mil, segundo as centrais sindicais. Além da intensificação dos engarrafamentos em Paris, escolas e universidades aderiram ao movimento grevista, além de funcionários dos aeroportos e dos serviços de saúde.

Fontes: Agências de notícias internacionais, Correio da Manhã, G1 e vermelho.org.br

Opinião

Vale Quanto Pesa

...

Quanto você ganha pra me enganar
Quanto você paga pra me ver sofrer
E quanto você força pra me derreter
...

Luiz Melodia

Luis Paulo*

Na década de sessenta havia o sabonete Vale quanto Pesa, muito popular, que caiu no esquecimento, ou jamais foi conhecido pelas novas gerações. O professor, em geral, e o universitário, em particular, também se esqueceu de quanto vale. Os mais novos, então, nem sabem o que é isso... Entre o débito das contas ao final do mês e a ação em prol da melhoria do salário, parece haver um hiato que impede qualquer movimento. Esse hiato, porém, não é vazio. É pleno de subterfúgios, que vão desde a omissão, a uma carreira paralela, muitas vezes, dentro da própria instituição. Neste mercado persa em que se tornaram as negociações salariais, vale de tudo para conseguir um aumento de salário, não importa se pela via da gratificação, vantagem pessoal ou duplicação de matrícula. Os princípios, segundo um dos líderes dos novos lobos sindicalistas, andam de mãos dadas com o holerite.

Como sempre pode ficar pior, de uns tempos para cá, o governo federal vem lançando mão de uma esperteza de vendedor de carnê do baú da felicidade - o aumento futuro. Assim, os números que enchem os olhos dos mais afoitos nas propostas do MPOG são uma meta para 2010! Em época de empréstimos consignados, em parcelas a perder de vista, pode ser uma alternativa...

Tal qual *Austin Powers*, a GED foi descongelada e trazida de volta ao convívio com os demais itens do contracheque, de onde nunca saiu nominalmente. A generosidade, entretanto, desta vez, vai depender mais da instituição do que do docente, porque em seu cálculo, 80% serão devidos à produtividade da instituição. O que faz pensar, àqueles que pensam, e não aqueles que tramam, que REUNI e salários estão se dando as mãos.

A boa nova da incorporação da GAE, anunciada pelos pastores da proposta, é conjurada pelos céticos que observam o movimento contrário da desincorporação da titulação do vencimento básico. Ameaçada de se tornar gratificação fixa, sujeita aos humores do MPOG e do MEC, a titulação deixaria de ter o papel estruturador da carreira docente que tem hoje. Nada mais conveniente, se a idéia é precarizar o trabalho docente. Titulação para quê ?

Os aposentados, quem diria, passaram a ser cortejados por todos. O governo lhes promete um aumento porcentual na GED que tende assintoticamente a 100%, em digamos, 50 anos... Enfim, os aposentados vão ao paraíso. Os novos lobos que, no passado, rosnavam para os seus ex-colegas, agora também lhes estendem as mãos. Talvez tenham compreendido que as bolsas de produtividade, ou os ganhos de projeto, não se mantêm após a aposentadoria. Mas eles não bebem na fonte da eterna juventude, que sempre jorra do poder constituído?

Mais uma vez as negociações salariais não são negociações, mas um jogo de cena, em que o poder executivo exerce um ritual de despotencialização da categoria docente e de suas entidades representativas de fato. Jogando umas contra as outras, ao se recusar a tratar conjuntamente as reivindicações dos docentes dos colégios de aplicação das IFES e dos seus demais docentes. E, também, ao favorecer um grupamento de docentes que pretende ser representativo de uma universidade que ainda não existe; a da IFES pós-reforma universitária, moldada pela pressão da OMC e pelas organizações internacionais voltadas para a venda de serviços de educação. O *holerite* poderá até ficar maior, sempre fica, mas o docente que o recebe diminui muito mais...

*Diretor da Adufrj-SSind e professor do Instituto de Matemática

Anote

Populismo, Esquerda e Socialismo na AL

O Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (Lema) do Instituto de Economia e o programa de pós-graduação da Escola de Serviço Social convidam para o debate "Populismo, Esquerda e Socialismo na América Latina Hoje", com o lançamento do livro "A teoria marxista hoje", edição conjunta do CLACSO (*Consejo Lationamericano de Ciencias Sociales*) e da editora Expressão Popular. Haverá uma conferência de Atílio Borón, da Universidade de Buenos Aires, tendo como debatedor o professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação e diretor da Adufrj-SSind. O evento acontece neste dia 27 de novembro, de 13h às 15h, no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) (Av. Pasteur 250, no *campus* da Praia Vermelha)

Seminário sobre Direitos Humanos e Educação Popular

No dia 3 de dezembro, acontece o Seminário "*Direitos Humanos e Educação Popular: Interpelações postas à sociabilidade contemporânea*". O objetivo do seminário é constituir um espaço de reflexão sobre a temática da educação popular e das organizações populares numa perspectiva de direitos sociais, considerando a sua presença na vida social, nos campos de estudo e investigação dos espaços universitários das áreas humanas e sociais e reconhecendo a sua relevância na atualidade. As atividades começam às 9h, no Auditório do CFCH, *campus* da Praia Vermelha.

Nanotecnologia

Na série "Encontros Científicos", a Coordenação de Programas de Estudos Avançados da UFRJ promove a conferência "A Nanotecnologia e as Empresas", com Fernando Galembek (da Unicamp), no dia 29 de novembro, às 17h30, no Salão Pedro Calmon.

No Brasil, Supremo aplica lei de greve dos trabalhadores privados no setor público

Decisão recebe a crítica de diversas entidades do meio sindical

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, no dia 25 de outubro, aplicar ao setor público, "no que couber", a lei de greve vigente no setor privado (Lei nº 7.783/89).

A iniciativa do Supremo Tribunal Federal certamente agradou ao governo Lula, mas já sofre diversas críticas de entidades sindicais e da sociedade civil. O maior problema é que a iniciativa do STF - que deverá ser observada pelo Judiciário no julgamento de futuras greves do funcionalismo, enquanto o Congresso não legislar sobre o assunto – mais serve ao propósito de cercear o direito de greve do que propriamente de regulamentá-lo.

Para Antônio Augusto de Queiroz, analista político e Diretor de Documentação do DIAP(Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), a recente decisão do Supremo se junta a várias outras iniciativas do governo federal de ameaça aos direitos do funcionalismo, justamente no momento em que a União dispõe de folga de caixa e, portanto, não tem a menor necessidade de promover ajuste sobre os servidores públicos: "As ameaças vão desde o PLP 248/98, que permite a dispensa por insuficiência de desempenho, o PLP 1/07, que restringe os gastos com pessoal, o PLP 92/07, que autoriza a criação de fundações estatais para contratação de servidores pela CLT, passam pelo PL 1.992/07, que institui a previdência complementar do servidor, pelo PL 4.497/01, que dispõe sobre o direito de greve e a recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre esta matéria, até a PEC 12/06, do Senado, que trata dos Precatórios", diz Antônio Augusto em artigo na página do Diap. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Rio de Janeiro, Wadih Damous, também criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que estendeu a lei de greve do setor privado ao funcionalismo público. Segundo ele, a decisão do Supremo está incompleta, pois não prevê a negociação de acordos coletivos e serve apenas para restringir o direito de greve dos servidores.

Conlutas ataca duramente a decisão do STF

Quem eleva o tom para falar da interpretação do Supremo é a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). De acordo com artigo da Coordenação, a decisão representa "um ataque duríssimo contra os direitos dos trabalhadores do serviço público". E vai além: "Para a Conlutas, o que mais chama a atenção é a hipocrisia dos senhores ministros desse tribunal; estabelecem que todo o serviço público é essencial, porque é uma necessidade da população. No entanto, a preocupação com a população só vale para proibir as greves. Não vale, por exemplo, para garantir o direito a negociação coletiva dos servidores públicos – contemplada na constituição, mas não cumprida pelos sucessivos governantes do Palácio do Planalto. O conceito de essencial vale para destruir direitos dos servidores, mas não vale para exigir dos governos mais verbas no orçamento para saúde, educação, habitação e para os vários serviços que são necessários ao atendimento das demandas do povo pobre. Não há nenhuma resolução desse tribunal sobre a inconstitucionalidade do salário mínimo, hoje em míseros R$ 380,00, quando, segundo o Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos -, deveria ser de R$ 1.737,16. O STF está preocupado com a greve no serviço público e se esmera em proibi-la, mas se omite de maneira cúmplice frente à corrupção e a entrega do patrimônio público, como no caso da venda da Cia. Vale do Rio Doce, por exemplo".

Até a governista CUT manifestou-se contrariamente

Até mesmo a Central Única dos Trabalhadores (CUT) manifestou-se contra a decisão do Supremo, ainda que timidamente, em artigo de sua Secretária Nacional de Organização, Denise Motta Dau: "Ao estender a regulamentação do direito de greve do setor privado para a realidade do setor público e sobrepor realidades distintas apoiadas tão somente no termo 'no que couber', o STF deixa para interpretações futuras o que será aplicado ou não da lei 7.783, fato este que gerará novos questionamentos jurídicos e indefinições. Além disso, a simples extensão da regulamentação do setor privado não garante os instrumentos necessários à criação de um processo no qual o exercício do direito de greve seja precedido de mecanismos democráticos de resolução de conflitos, em especial, a negociação coletiva", afirmou.

Caminho no Congresso não é nada promissor

E não se pode esperar muito do Congresso no que diz respeito ao direito de greve dos servidores. A Comissão de Trabalho da Câmara, por exemplo, debate o Projeto de Lei nº 4.497/01, da deputada Rita Camata (PMDB-ES), que regulamenta várias restrições ao direito de greve do servidor público.

No Senado, o projeto de lei nº 84, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), aguarda parecer da Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa. Mas já sofreu emendas da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

Opinião

Conferência Nacional de Saúde rejeita fundações estatais

Sara Granemann*

Trabalhadores derrotam a proposta do governo de privatização da saúde

Estrutura da conferência:

A 13ª Conferência Nacional de Saúde ocorreu nos dias 14 a 18 de novembro de 2007 em Brasília – DF. Na verdade, as palavras de encerramento da conferência foram proferidas pelo presidente do Conselho Nacional de Saúde, o senhor Francisco Batista Júnior, por volta das 02:40 horas da segunda-feira, dia 19.11.07. Para os que estiveram, como eu estive, até o momento final desta reunião resta uma forte impressão: nestas gigantescas assembléias sobre a política social de saúde a anônima força de trabalho composta por homens e mulheres simples é resgatada das opressões cotidianas, por intermédio da política no seu sentido mais pleno, e opinam na construção dos rumos do nosso país.

Os números da 13ª Conferência Nacional de Saúde impressionam: 4.800 pessoas foram credenciadas e mais de 5.000 participantes passaram pela conferência, conforme informou o presidente do Conselho Nacional de Saúde, razão pela qual esta foi a maior conferência já realizada no país.

Sua estrutura de debates é construída desde os municípios; nesta instância, foram realizadas conferências em cerca de 4.500 municípios. Após, estruturam-se conferências no plano estadual e dela participam delegados dos municípios. Na segunda instância, foram realizadas conferências nos 27 Estados da Federação.

A Conferência Nacional de Saúde é um momento-síntese de um longo processo e que representa um novo ponto de partida já que suas deliberações devem ser implementadas pelo Ministério de Saúde ao longo dos quatro anos seguintes como política de Estado para a área.

Participam da Conferência Nacional de Saúde amplos segmentos sociais dentre os quais, gestores, profissionais de saúde, estudiosos da área, prestadores de serviços e usuários, obedecidas as seguintes proporções para a escolha dos delegados: 50% dos delegados são usuários, 25% gestores e 25% trabalhadores da política social de saúde.

Os cerca de 5.000 participantes examinaram um caderno de deliberações, composto de mais de 500 propostas elas mesmas resultados de milhares de deliberações construídas ao longo de todo o processo, por sua vez, agrupado em 3 eixos:

Eixo 1 – **Desafios para a efetivação do direito humano à saúde no século XXI: Estado, Sociedade e padrões de desenvolvimento.**

Eixo 2 – **Políticas públicas para a saúde e qualidade de vida: o SUS na Seguridade Social e o Pacto pela Saúde.**

Eixo 3 – **A participação da sociedade na efetivação do direito humano à saúde.**

O debate em cada um dos eixos tinha início com uma mesa-redonda seguida de plenária temática na qual a totalidade dos participantes eram divididos em 10 grupos simultâneos, cada um com cerca de 350 delegados, observadores e convidados.

Ao final, as deliberações que alcançaram 70% dos votos dos delegados nos grupos foram levadas à Plenária Final para votação dos delegados.

As polêmicas:

Duas propostas marcaram a 13ª Conferência Nacional de Saúde: a criação da Fundação Estatal de Direito Privado e o direito ao aborto como política de saúde pública.

A proposta de Fundação Estatal de Direito Privado que, no âmbito da saúde, pretende transformar os hospitais públicos federais – inclusive os Hospitais Universitários – em fundações de direito privado foi encaminhada pelo governo Lula, protagonizada pelo Ministro da Saúde José Gomes Temporão. Todavia, o Projeto de Lei Complementar nº 92/2007 em discussão na **Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público,** no Congresso Nacional, pretende instituir as fundações de direito privado para várias áreas de proteção social do estado brasileiro, assim como para as de conhecimento, turismo, meio ambiente, comunicação social, num flagrante ataque às soberanas decisões do povo brasileiro que, em 1988, quando da elaboração da Constituição Federal, decidiu que todas estas atividades deveriam ser de responsabilidade direta do Estado.

A contra-reforma do estado brasileiro realizada por Fernando Henrique Cardoso/ Bresser Pereira tem no projeto de fundação de direito privado, de responsabilidade do governo Lula, o seu mais duro ataque à força de trabalho brasileira – ocupada e excedente - que conta com as políticas sociais para sua sobrevivência.

A compreensão do projeto privatizante contido nas fundações de direito privado foi, certamente a razão que levou a massa de 5.000 participantes da Conferência a se ausentarem do Plenário quando o Ministro da Saúde José Gomes Temporão iniciou sua conferência, logo após a abertura do evento. Visivelmente irritado com o esvaziamento do auditório o Ministro pediu/ordenou que todos tomassem seus assentos. Diante da recusa do plenário, o Ministro informou que tinha mais trabalho a fazer e que iria para casa se os delegados não o quisessem ouvir. Seus apelos não foram suficientemente fortes e no plenário restaram duas centenas de delegados. Para os delegados participantes, esta seria apenas a primeira de uma série de manifestações da esmagadora maioria contrária ao projeto de fundação de direito privado. Porém, para o governo, para o Ministro e para seus aliados na conferência, esta derrota não foi bastante. Antes mesmo da realização da Conferência Nacional de Saúde 26 de 27 conferências estaduais já haviam reprovado o projeto de fundação estatal. Na conferência estadual da Bahia, longe de uma aprovação sem problemas, decidiu-se pela continuidade do debate.

Na avaliação da maioria dos delegados – a proposta de fundação de direito privado foi derrotada nos 10 grupos da conferência nacional – a continuidade da discussão foi inviabilizada pelo próprio governo/executivo quando encaminhou para o Congresso Nacional o projeto de Lei Complementar 92/ 2007 sobre as fundações sem ao menos discuti-lo com o Conselho Nacional de Saúde.

A derrota imposta aos signatários da proposta de fundação de direito privado nos 10 grupos-plenários da conferência ainda teria de ser afirmada mais algumas vezes. Numa tentativa de driblar o regimento, os defensores das fundações de direito privado novamente apresentaram a sua proposta de defesa das fundações de direito privado, de modo dissimulado, ao grande plenário. Novamente amargaram fragorosa derrota porque os homens e as mulheres simples de nosso país, delegados à conferência, entenderam que a proposta de fundação de direito privado não contribuirá nas suas lutas para melhorar o SUS, razão pela qual lá estavam e motivação maior de suas cotidianas batalhas.

Esta, porém, não foi a derradeira tentativa do governo e de seus aliados para sair da conferência com alguma aprovação que lhes permitisse respaldo em tão recusado projeto. Restavam as moções! No 'contrabando' de discursos empolados novamente o apoio às fundações de direito privado apareciam para a 'apreciação' dos delegados. Mesmo com a madrugada alta, novamente e em júbilo comemorativo diante da desfaçatez do governo e seus aliados, milhares de delegados disseram um sonoro NÃO às fundações de direito privado.

Outra polêmica que atravessou a Conferência Nacional de Saúde referiu-se à interrupção da gravidez e ao direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo. Nesta discussão amplos segmentos da população, especialmente os organizados pela Igreja Católica e por suas pastorais, manifestaram-se contrários, ao atendimento pelo SUS, das mulheres que interromperam a gravidez.

Foi aprovada também uma deliberação importante para a defesa do SUS e para a organização sindical dos trabalhadores: que estes excluam das suas pautas de reivindicações a realização de convênios com planos privados de saúde.

Por fim, também digno de nota, a Conferência Nacional de Saúde votou a convocação da Conferência Nacional de Seguridade Social como uma das necessidades para superar-se a fragmentação das políticas de Seguridade Social e da defesa do Orçamento da Seguridade Social para as políticas de seguridade (saúde, assistência social e previdência social). Neste sentido, exigiu-se:

1) o fim da Desvinculação dos Recursos da União (por esta lei são retirados 20% dos recursos da seguridade para outros fins);

2) o fim imediato do pagamento de juros e da utilização dos recursos da seguridade social para a formação dos superávit que sustentam a dívida pública.

*Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ. Delegada à Conferência pelo segmento dos trabalhadores/CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

Anote

Debate sobre Fundação Estatal

O IPPMG, o HUCFF e a Câmara dos Hospitais da UFRJ convidam para debate sobre proposta de fundação estatal para gerir instituições hospitalares públicas. O evento, para o qual foram convidados representantes do Sintufrj e da Adufrj-SSind, ocorre no dia 30 de novembro (sexta-feira), às 11h30, no Anfiteatro Nobre do IPPMG. A professora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social da UFRJ, e Heider Pinto, Diretor de Atenção Básica da Secretaria de Saúde da Bahia, farão as exposições iniciais.

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

CAMPANHA SALARIAL

EDIÇÃO DE
27 DE NOVEMBRO
2 0 0 7

Proposta implica reajustes muito diferenciados

Governo aceita a paridade, amplia a diferenciação entre os reajustes e não apresenta proposta para o Magistério de 1º e 2º Graus

Representantes do governo e das entidades que participam da negociação salarial dos docentes das IFES reuniram-se no dia 20/11 no Ministério do Planejamento. O governo apresentou nova contraproposta para a carreira de Magistério Superior e detalhou o calendário da implantação, composta por três etapas, em março de 2008, julho de 2009 e julho de 2010. Os professores da carreira de Magistério de 1º e 2º Graus continuam sem proposta. O governo marcou nova reunião para o dia 5 de dezembro e anunciou que pretende "assinar o acordo" com os professores do ensino superior nessa data e apresentar a proposta para os professores da educação básica no dia seguinte. As seções sindicais do setor das IFES do Andes-SN farão assembléias gerais entre 26 e 30 de novembro para avaliar a proposta do governo e o setor reunir-se-á no dia 2 para definir a posição do sindicato nacional sobre a proposta.

Pela nova proposta, os professores aposentados e os pensionistas receberão, a partir de março de 2008, 140 pontos da Gratificação de Estímulo à Docência (GED), tal como hoje ocorre com os ativos, restabelecendo a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, quase 10 anos depois de ela ter sido quebrada pela criação da GED, em julho de 1998.

A estrutura da nova proposta do governo é a mesma da proposta anterior, apresentada no dia 23 de outubro (e publicada no Jornal da Adufrj em 1/11 e 12/11). A remuneração passa a compor-se de três partes: vencimento básico, adicional de titulação e GED. As atuais Gratificação de Atividade Executiva (GAE) (160% do vencimento) e Vantagem Pecuniária Individual (VPI) (R$ 59,87 para todos) desaparecem, incorporadas ao vencimento básico. O vencimento básico passa a depender apenas da classe (Titular, Associado, Adjunto, Assistente ou Auxiliar) e do nível dentro da classe, e é criado um adicional de titulação. Ou seja, como atualmente o incentivo de titulação faz parte do vencimento básico, a proposta do governo incorpora a GAE e a VPI ao vencimento e "desincorpora" o adicional de titulação.

O calendário proposto prevê o seguinte:

1) Março de 2008

· Aumento e equiparação (ativos, aposentados e pensionistas) dos valores da GED.

· Implantação da nova estrutura da remuneração (vencimento + titulação + GED), com aumento do valor total da remuneração.

2) Julho de 2009

· Aumento dos valores da GED.

3) Julho de 2010

· Aumento dos valores da GED e dos adicionais de titulação

Os adicionais de titulação são variáveis conforme a classe, o nível e o regime de trabalho, deixando de manter uma relação percentual com o vencimento, como ocorre hoje. Por exemplo, o adicional de titulação por doutorado de um Professor Adjunto nível 4 em Dedicação Exclusiva (DE) será igual, em março de 2008, a 1.753,62, ou seja, 70% do seu vencimento básico de 2.505,17, enquanto o mesmo título de doutor dará a um Professor Associado nível 1 DE um adicional igual a 2.384,92, que corresponde a 89,8% do seu vencimento de 2.655,48.

Os valores da GED também não guardarão qualquer relação percentual com o vencimento. Isto ocorre desde que a GED foi criada, mas atualmente a GED varia apenas com a titulação e o regime de trabalho, exceto para a classe de Titular, e pela proposta do governo passará a variar também com a classe e o nível.

O efeito combinado destas características da nova estrutura remuneratória implica reajustes fortemente diferenciados. De uma maneira geral, os maiores reajustes são para doutores da classes Titular e Associado DE e os menores para todos os docentes no regime de 40 horas. Conseqüentemente, os degraus entre os níveis e as classes, levando em conta as remunerações totais, são extremamente irregulares, situação que não ocorre quando se levam em conta apenas os novos vencimentos básicos propostos. Neste caso, a subida de um nível dentro da mesma classe resulta num aumento de 3% e a ascensão do último nível de uma classe para o primeiro nível da classe seguinte corresponde a 6%, sem exceções.

Tabelas deste encarte

As demais páginas deste encarte contêm as remunerações atuais e as propostas pelo governo, de forma sintética, destacando dentro das remunerações apenas os valores do vencimento básico, assim como os reajustes percentuais e os degraus entre níveis e classes relativos às remunerações totais. As tabelas completas, com os valores dos adicionais de titulação e da GED para cada situação funcional (classe, nível, titulação e regime de trabalho), podem ser obtidas nas páginas eletrônicas da Adufrj-SSind e do Andes-SN.

Paridade poderá ser novamente quebrada

O restabelecimento da paridade atende a uma reivindicação histórica do movimento docente e é, sem dúvida, um aspecto positivo da proposta do governo. No entanto, continua aberta a possibilidade de ela ser novamente quebrada, pois a redação atual da lei da GED prevê a concessão de até 175 pontos para os docentes ativos caso seja restabelecida a contagem de pontos. Os representantes do governo nas negociações afirmam que a GED continuará como está hoje, isto é, congelada em 140 pontos para todos, mas o fato de a GED continuar definida em termos de número de pontos e não de valores fixos ou percentuais do vencimento não representa nenhuma garantia de que não será retomado o processo de pontuação.

Governo poderá conceder reajustes diferenciados mais facilmente

A nova estrutura salarial proposta pelo governo permitir-lhe-á conceder reajustes diferenciados conforme classes e níveis, titulações e regimes de trabalho com muito maior flexibilidade do que dispõe hoje. Atualmente, embora a GAE seja um item à parte do vencimento, representa um percentual fixo deste, definido em lei, igual a 160%. A VPI é um valor fixo, igual a R$ 59,87 para todos. Os incentivos de titulação são percentuais fixos do vencimento do graduado (aperfeiçoamento 7,5%, especialização 18%, mestrado 37,5% e doutorado 75%). Os regimes de trabalho (20 horas, 40 horas e DE) também impõem diferenças rígidas. O regime de 40 horas corresponde ao dobro do regime de 20 horas e a DE a um acréscimo de 55%. Assim, apenas a GED pode ser utilizada (e assim tem sido desde 1998) para impor reajustes diferenciados aos docentes. Com a nova estrutura o governo terá maior liberdade para favorecer uns e prejudicar outros, conforme as circunstâncias, usando tanto o adicional de titulação quanto a GED.

Docentes de 1º e 2º graus

O governo não apresentou nenhuma proposta para os docentes de 1º e 2º graus, conforme havia se comprometido na reunião anterior. Os representantes do governo afirmaram que pretendem mudar a lógica da carreira, que passaria a ser denominada "carreira da educação básica, profissional e tecnológica". Segundo ele, o estudo das alterações tem demandado tempo e o envolvimento de outros setores, como a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação, e os professores dos colégios militares. Afirmou, também, que as mudanças em curso pretendem aproximar a estrutura da carreira com a estrutura da carreira superior e que serão formulados instrumentos legais diferentes para cada uma delas. O Andes-SN continua defendendo a negociação conjunta para as duas carreiras.

Setor havia rejeitado proposta salarial do governo

Antes da reunião com representantes do Ministério da Educação, no dia 17, o Setor das Federais do Andes-SN reafirmou a rejeição (por 20 votos contra três) à proposta de reajuste para o terceiro grau apresentada na semana anterior. A avaliação dos representantes das seções sindicais é que a categoria deve recusar um acordo de reajuste parcelado em três anos (2008/2010), sem ter definições específicas da conjuntura econômica neste período. A questão central para o Setor das Ifes, neste momento, é a unificação da negociação conjunta da base do Andes-SN no que diz respeito às carreiras de 1º e 2º graus e do ensino superior.

O Setor avaliou ainda a necessária construção de uma forte mobilização por parte das seções sindicais, nas universidades, para um desenlace favorável à categoria nas negociações com o governo. Foi indicado o início da organização de um calendário para 2008, logo após a mesa de negociação que ocorreria no último dia 20 (ver acima).

Assembléia da Adufrj-SSind

No dia 13/11, a Assembléia Geral da seção sindical da UFRJ também havia rejeitado, com apenas uma abstenção, a proposta salarial do governo. Na AG, os docentes aprovaram também a criação de uma comissão de mobilização para encaminhar e debater as propostas salariais em discussão com a categoria na universidade.

A AG aprovou ainda a criação de um grupo de trabalho, a partir do Grupo de Trabalho sobre Política Educacional (GTPE) mais os integrantes do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, para discutir a proposta de realização de um Congresso Universitário na UFRJ.

A Assembléia também aprovou uma comissão para analisar o Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRJ, votado nas sessões de 18 e 25 de outubro do Conselho Universitário.

Regime de trabalho: 20 horas

Tit	classe	niv	Remuneração atual			Proposta do governo apresentada em 20 de novembro de 2007												
						Março de 2008				Julho de 2009			Julho de 2010					
			VB	RemAtiv	RemApos	VB	RemTotal	ReajAtiv	ReajApos	VB	RemTotal	Reaj09	VB	RemTotal	Reaj10	ReajAtiv	ReajApos	Degrau
GRADUAÇÃO	Titular	U	323,58	1.397,87	1.335,37	992,20	1.902,20	36,1%	42,4%	992,20	1.913,40	0,6%	992,20	2.000,20	4,5%	43,1%	49,8%	3,4%
	Associado	4	306,93	1.397,87	1.335,37	936,04	1.841,84	31,8%	37,9%	936,04	1.853,04	0,6%	936,04	1.934,24	4,4%	38,4%	44,8%	1,7%
		3	299,32	1.397,87	1.335,37	908,77	1.810,37	29,5%	35,6%	908,77	1.821,57	0,6%	908,77	1.901,37	4,4%	36,0%	42,4%	1,7%
		2	291,71	1.397,87	1.335,37	882,31	1.779,71	27,3%	33,3%	882,31	1.790,91	0,6%	882,31	1.869,62	4,4%	33,7%	40,0%	1,7%
		1	284,10	1.397,87	1.335,37	856,61	1.749,81	25,2%	31,0%	856,61	1.761,01	0,6%	856,61	1.838,01	4,4%	31,5%	37,6%	3,0%
	Adjunto	4	253,66	1.397,87	1.335,37	808,12	1.697,12	21,4%	27,1%	808,12	1.708,32	0,7%	808,12	1.785,32	4,5%	27,7%	33,7%	1,6%
		3	243,24	1.397,87	1.335,37	784,58	1.669,38	19,4%	25,0%	784,58	1.680,58	0,7%	784,58	1.757,58	4,6%	25,7%	31,6%	1,6%
		2	232,97	1.397,87	1.335,37	761,73	1.642,33	17,5%	23,0%	761,73	1.653,53	0,7%	761,73	1.730,53	4,7%	23,8%	29,6%	1,5%
		1	222,94	1.397,87	1.335,37	739,54	1.615,94	15,6%	21,0%	739,54	1.627,14	0,7%	739,54	1.704,14	4,7%	21,9%	27,6%	2,8%
	Assistente	4	204,71	1.397,87	1.335,37	697,68	1.569,88	12,3%	17,6%	697,68	1.581,08	0,7%	697,68	1.658,08	4,9%	18,6%	24,2%	1,5%
		3	196,03	1.397,87	1.335,37	677,36	1.545,36	10,6%	15,7%	677,36	1.556,56	0,7%	677,36	1.633,56	4,9%	16,9%	22,3%	1,5%
		2	188,00	1.397,87	1.335,37	657,63	1.521,43	8,8%	13,9%	657,63	1.532,63	0,7%	657,63	1.609,63	5,0%	15,1%	20,5%	1,5%
		1	180,43	1.397,87	1.335,37	638,48	1.498,08	7,2%	12,2%	638,48	1.509,28	0,7%	638,48	1.586,28	5,1%	13,5%	18,8%	2,6%
	Auxiliar	4	166,53	1.397,87	1.335,37	602,34	1.459,14	4,4%	9,3%	602,34	1.470,34	0,8%	602,34	1.545,94	5,1%	10,6%	15,8%	1,4%
		3	159,77	1.397,87	1.335,37	584,79	1.438,79	2,9%	7,7%	584,79	1.449,99	0,8%	584,79	1.524,19	5,1%	9,0%	14,1%	1,4%
		2	153,57	1.397,87	1.335,37	567,76	1.418,96	1,5%	6,3%	567,76	1.430,16	0,8%	567,76	1.502,96	5,1%	7,5%	12,6%	1,4%
		1	147,40	1.397,87	1.335,37	551,23	1.399,63	0,1%	4,8%	551,23	1.410,83	0,8%	551,23	1.482,23	5,1%	6,0%	11,0%	
APERFEIÇOAMENTO	Titular	U	347,85	1.397,87	1.335,37	992,20	2.012,45	44,0%	50,7%	992,20	2.025,05	0,6%	992,20	2.160,99	6,7%	54,6%	61,8%	4,0%
	Associado	4	329,95	1.397,87	1.335,37	936,04	1.937,89	38,6%	45,1%	936,04	1.950,49	0,7%	936,04	2.078,25	6,6%	48,7%	55,6%	2,1%
		3	321,77	1.397,87	1.335,37	908,77	1.897,82	35,8%	42,1%	908,77	1.910,42	0,7%	908,77	2.035,22	6,5%	45,6%	52,4%	2,1%
		2	313,59	1.397,87	1.335,37	882,31	1.859,34	33,0%	39,2%	882,31	1.871,94	0,7%	882,31	1.993,92	6,5%	42,6%	49,3%	2,0%
		1	305,41	1.397,87	1.335,37	856,61	1.822,33	30,4%	36,5%	856,61	1.834,93	0,7%	856,61	1.954,22	6,5%	39,8%	46,3%	3,3%
	Adjunto	4	272,68	1.397,87	1.335,37	808,12	1.763,17	26,1%	32,0%	808,12	1.775,77	0,7%	808,12	1.892,49	6,6%	35,4%	41,7%	1,7%
		3	261,48	1.397,87	1.335,37	784,58	1.733,55	24,0%	29,8%	784,58	1.746,15	0,7%	784,58	1.861,12	6,6%	33,1%	39,4%	1,7%
		2	250,44	1.397,87	1.335,37	761,73	1.704,67	21,9%	27,7%	761,73	1.717,27	0,7%	761,73	1.830,51	6,6%	30,9%	37,1%	1,7%
		1	239,66	1.397,87	1.335,37	739,54	1.676,50	19,9%	25,5%	739,54	1.689,10	0,8%	739,54	1.800,63	6,6%	28,8%	34,8%	2,9%
	Assistente	4	220,06	1.397,87	1.335,37	697,68	1.627,09	16,4%	21,8%	697,68	1.639,69	0,8%	697,68	1.749,21	6,7%	25,1%	31,0%	1,6%
		3	210,73	1.397,87	1.335,37	677,36	1.600,95	14,5%	19,9%	677,36	1.613,55	0,8%	677,36	1.721,37	6,7%	23,1%	28,9%	1,5%
		2	202,10	1.397,87	1.335,37	657,63	1.575,44	12,7%	18,0%	657,63	1.588,04	0,8%	657,63	1.695,58	6,8%	21,3%	27,0%	1,5%
		1	193,96	1.397,87	1.335,37	638,48	1.550,56	10,9%	16,1%	638,48	1.563,16	0,8%	638,48	1.670,42	6,9%	19,5%	25,1%	2,7%
	Auxiliar	4	179,02	1.397,87	1.335,37	602,34	1.508,73	7,9%	13,0%	602,34	1.521,33	0,8%	602,34	1.626,66	6,9%	16,4%	21,8%	1,5%
		3	171,75	1.397,87	1.335,37	584,79	1.486,97	6,4%	11,4%	584,79	1.499,57	0,8%	584,79	1.603,25	6,9%	14,7%	20,1%	1,4%
		2	165,09	1.397,87	1.335,37	567,76	1.465,78	4,9%	9,8%	567,76	1.478,38	0,9%	567,76	1.580,41	6,9%	13,1%	18,3%	1,4%
		1	158,46	1.397,87	1.335,37	551,23	1.445,13	3,4%	8,2%	551,23	1.457,73	0,9%	551,23	1.558,12	6,9%	11,5%	16,7%	
ESPECIALIZAÇÃO	Titular	U	381,82	1.415,20	1.350,45	992,20	2.158,12	52,5%	59,8%	992,20	2.167,92	0,5%	992,20	2.272,18	4,8%	60,6%	68,3%	4,4%
	Associado	4	362,18	1.410,47	1.345,72	936,04	2.064,92	46,4%	53,4%	936,04	2.074,72	0,5%	936,04	2.176,41	4,9%	54,3%	61,7%	2,4%
		3	353,20	1.410,47	1.345,72	908,77	2.013,55	42,8%	49,6%	908,77	2.023,35	0,5%	908,77	2.125,47	5,0%	50,7%	57,9%	2,3%
		2	344,22	1.410,47	1.345,72	882,31	1.964,81	39,3%	46,0%	882,31	1.974,61	0,5%	882,31	2.076,98	5,2%	47,3%	54,3%	2,3%
		1	335,24	1.410,47	1.345,72	856,61	1.918,46	36,0%	42,6%	856,61	1.928,26	0,5%	856,61	2.030,75	5,3%	44,0%	50,9%	3,4%
	Adjunto	4	299,32	1.410,47	1.345,72	808,12	1.850,82	31,2%	37,5%	808,12	1.860,62	0,5%	808,12	1.963,08	5,5%	39,2%	45,9%	1,7%
		3	287,02	1.410,47	1.345,72	784,58	1.818,73	28,9%	35,1%	784,58	1.828,53	0,5%	784,58	1.929,99	5,5%	36,8%	43,4%	1,7%
		2	274,90	1.410,47	1.345,72	761,73	1.787,45	26,7%	32,8%	761,73	1.797,25	0,5%	761,73	1.897,70	5,6%	34,5%	41,0%	1,7%
		1	263,07	1.410,47	1.345,72	739,54	1.756,96	24,6%	30,6%	739,54	1.766,76	0,6%	739,54	1.866,18	5,6%	32,3%	38,7%	0,0%
	Assistente	4	241,56	1.410,47	1.345,72	697,68	1.703,15	20,8%	26,6%	697,68	1.712,95	0,6%	697,68	1.865,69	8,9%	32,3%	38,6%	4,7%
		3	231,32	1.410,47	1.345,72	677,36	1.674,87	18,7%	24,5%	677,36	1.684,67	0,6%	677,36	1.782,36	5,8%	26,4%	32,4%	1,6%
		2	221,84	1.410,47	1.345,72	657,63	1.647,29	16,8%	22,4%	657,63	1.657,09	0,6%	657,63	1.753,72	5,8%	24,3%	30,3%	1,6%
		1	212,91	1.410,47	1.345,72	638,48	1.620,40	14,9%	20,4%	638,48	1.630,20	0,6%	638,48	1.725,74	5,9%	22,4%	28,2%	2,8%
	Auxiliar	4	196,51	1.410,47	1.345,72	602,34	1.574,77	11,6%	17,0%	602,34	1.584,57	0,6%	602,34	1.679,33	6,0%	19,1%	24,8%	1,5%
		3	188,53	1.410,47	1.345,72	584,79	1.551,18	10,0%	15,3%	584,79	1.560,98	0,6%	584,79	1.654,64	6,0%	17,3%	23,0%	1,5%
		2	181,21	1.410,47	1.345,72	567,76	1.528,20	8,3%	13,6%	567,76	1.538,00	0,6%	567,76	1.630,54	6,0%	15,6%	21,2%	1,5%
		1	173,93	1.410,47	1.345,72	551,23	1.505,81	6,8%	11,9%	551,23	1.515,61	0,7%	551,23	1.607,04	6,0%	13,9%	19,4%	
MESTRADO	Titular	U	444,92	1.716,46	1.627,21	992,20	2.439,86	42,1%	49,9%	992,20	2.452,46	0,5%	992,20	2.722,87	11,0%	58,6%	67,3%	5,5%
	Associado	4	422,03	1.586,95	1.510,20	936,04	2.310,28	45,6%	53,0%	936,04	2.322,88	0,5%	936,04	2.580,97	11,1%	62,6%	70,9%	3,1%
		3	411,57	1.559,75	1.483,00	908,77	2.236,86	43,4%	50,8%	908,77	2.249,46	0,6%	908,77	2.502,92	11,3%	60,5%	68,8%	3,0%
		2	401,10	1.532,53	1.455,78	882,31	2.168,07	41,5%	48,9%	882,31	2.180,67	0,6%	882,31	2.429,80	11,4%	58,5%	66,9%	2,9%
		1	390,64	1.505,33	1.428,58	856,61	2.103,50	39,7%	47,2%	856,61	2.116,10	0,6%	856,61	2.361,16	11,6%	56,9%	65,3%	3,9%
	Adjunto	4	348,78	1.477,67	1.400,92	808,12	2.019,29	36,7%	44,1%	808,12	2.031,89	0,6%	808,12	2.273,13	11,9%	53,8%	62,3%	1,7%
		3	334,46	1.477,67	1.400,92	784,58	1.982,37	34,2%	41,5%	784,58	1.994,97	0,6%	784,58	2.234,10	12,0%	51,2%	59,5%	1,7%
		2	320,33	1.477,67	1.400,92	761,73	1.946,40	31,7%	38,9%	761,73	1.959,00	0,6%	761,73	2.196,06	12,1%	48,6%	56,8%	1,7%
		1	306,54	1.477,67	1.400,92	739,54	1.911,36	29,3%	36,4%	739,54	1.923,96	0,7%	739,54	2.158,95	12,2%	46,1%	54,1%	3,1%
	Assistente	4	281,48	1.477,67	1.400,92	697,68	1.848,98	25,1%	32,0%	697,68	1.861,58	0,7%	697,68	2.093,91	12,5%	41,7%	49,5%	1,7%
		3	269,54	1.477,67	1.400,92	677,36	1.816,53	22,9%	29,7%	677,36	1.829,13	0,7%	677,36	2.059,45	12,6%	39,4%	47,0%	1,7%
		2	258,50	1.477,67	1.400,92	657,63	1.784,91	20,8%	27,4%	657,63	1.797,51	0,7%	657,63	2.025,84	12,7%	37,1%	44,6%	1,6%
		1	248,09	1.477,67	1.400,92	638,48	1.754,09	18,7%	25,2%	638,48	1.766,69	0,7%	638,48	1.993,04	12,8%	34,9%	42,3%	
DOUTORADO	Titular	U	566,27	2.213,97	2.092,22	992,20	2.946,09	33,1%	40,8%	992,20	2.981,09	1,2%	992,20	3.318,39	11,3%	49,9%	58,6%	6,8%
	Associado	4	537,13	2.052,81	1.946,31	936,04	2.750,85	34,0%	41,3%	936,04	2.785,85	1,3%	936,04	3.108,01	11,6%	51,4%	59,7%	4,0%
		3	523,81	2.018,18	1.911,68	908,77	2.637,63	30,7%	38,0%	908,77	2.672,63	1,3%	908,77	2.989,31	11,8%	48,1%	56,4%	3,8%
		2	510,49	1.983,54	1.877,04	882,31	2.532,66	27,7%	34,9%	882,31	2.567,66	1,4%	882,31	2.879,21	12,1%	45,2%	53,4%	3,7%
		1	497,18	1.948,94	1.842,44	856,61	2.435,20	25,0%	32,2%	856,61	2.470,20	1,4%	856,61	2.776,98	12,4%	42,5%	50,7%	4,5%
	Adjunto	4	443,91	1.810,44	1.703,94	808,12	2.321,09	28,2%	36,2%	808,12	2.356,09	1,5%	808,12	2.658,40	12,8%	46,8%	56,0%	1,8%
		3	425,67	1.763,01	1.656,51	784,58	2.275,46	29,1%	37,4%	784,58	2.310,46	1,5%	784,58	2.610,48	13,0%	48,1%	57,6%	1,8%
		2	407,70	1.716,29	1.609,79	761,73	2.231,05	30,0%	38,6%	761,73	2.266,05	1,6%	761,73	2.563,79	13,1%	49,4%	59,3%	1,8%
		1	390,15	1.670,66	1.564,16	739,54	2.187,79	31,0%	39,9%	739,54	2.222,79	1,6%	739,54	2.518,30	13,3%	50,7%	61,0%	

Remuneração atual

VB – vencimento básico atual;

RemAtiv – remuneração atual total do docente ativo (vencimento básico + complementação do salário-mínimo + GAE + VPI + GED 140 pontos);

RemApos – remuneração total atual do docente aposentado ou do pensionista (vencimento básico + complementação do salário-mínimo + GAE + VPI + GED 115 pontos);

Proposta do governo apresentada em 20 de novembro de 2007 - março de 2008

VB – vencimento básico proposto para março de 2008;

RemTotal – remuneração total proposta para março de 2008 (vencimento básico + adicional de titulação + GED);

ReajAtiv – reajuste percentual dos docentes ativos em relação à remuneração atual;

ReajApos – reajuste percentual dos docentes aposentados ou pensionista em relação à remuneração atual;

Regime de trabalho: 40 horas

Tit	classe	niv	Remuneração atual			Proposta do governo apresentada em 20 de novembro de 2007												
						Março de 2008				Julho de 2009			Julho de 2010					
			VB	RemAtiv	RemApos	VB	RemTotal	ReajAtiv	ReajApos	VB	RemTotal	Reaj09	VB	RemTotal	Reaj10	ReajAtiv	ReajApos	Degrau
GRADUAÇÃO	Titular	U	647,16	2.422,89	2.301,39	1.984,40	2.923,80	20,7%	27,0%	1.984,40	2.936,40	0,4%	1.984,40	3.073,60	4,7%	26,9%	33,6%	4,2%
	Associado	4	613,86	2.336,31	2.214,81	1.872,08	2.801,68	19,9%	26,5%	1.872,08	2.814,28	0,4%	1.872,08	2.950,08	4,8%	26,3%	33,2%	2,1%
		3	598,64	2.296,73	2.175,23	1.817,55	2.742,95	19,4%	26,1%	1.817,55	2.755,55	0,5%	1.817,55	2.889,95	4,9%	25,8%	32,9%	2,1%
		2	583,42	2.257,16	2.135,66	1.764,61	2.685,81	19,0%	25,8%	1.764,61	2.698,41	0,5%	1.764,61	2.831,41	4,9%	25,4%	32,6%	2,1%
		1	568,20	2.217,59	2.096,09	1.713,21	2.630,21	18,6%	25,5%	1.713,21	2.642,81	0,5%	1.713,21	2.774,41	5,0%	25,1%	32,4%	3,8%
	Adjunto	4	507,32	2.059,30	1.937,80	1.616,24	2.529,04	22,8%	30,5%	1.616,24	2.541,64	0,5%	1.616,24	2.671,84	5,1%	29,7%	37,9%	2,0%
		3	486,48	2.005,12	1.883,62	1.569,16	2.477,76	23,6%	31,5%	1.569,16	2.490,36	0,5%	1.569,16	2.619,16	5,2%	30,6%	39,0%	2,0%
		2	465,94	1.951,71	1.830,21	1.523,46	2.427,86	24,4%	32,7%	1.523,46	2.440,46	0,5%	1.523,46	2.567,86	5,2%	31,6%	40,3%	2,0%
		1	445,88	1.899,56	1.778,06	1.479,09	2.379,29	25,3%	33,8%	1.479,09	2.391,89	0,5%	1.479,09	2.517,89	5,3%	32,6%	41,6%	3,7%
	Assistente	4	409,42	1.804,76	1.683,26	1.395,37	2.291,37	27,0%	36,1%	1.395,37	2.303,97	0,5%	1.395,37	2.428,57	5,4%	34,6%	44,3%	1,9%
		3	392,06	1.759,63	1.638,13	1.354,72	2.246,52	27,7%	37,1%	1.354,72	2.259,12	0,6%	1.354,72	2.382,32	5,5%	35,4%	45,4%	1,9%
		2	376,00	1.728,27	1.606,77	1.315,27	2.202,87	27,5%	37,1%	1.315,27	2.215,47	0,6%	1.315,27	2.337,27	5,5%	35,2%	45,5%	1,9%
		1	360,86	1.728,27	1.606,77	1.276,96	2.160,36	25,0%	34,5%	1.276,96	2.172,96	0,6%	1.276,96	2.293,36	5,5%	32,7%	42,7%	3,4%
	Auxiliar	4	333,06	1.728,27	1.606,77	1.204,68	2.083,88	20,6%	29,7%	1.204,68	2.096,48	0,6%	1.204,68	2.216,88	5,7%	28,3%	38,0%	1,8%
		3	319,54	1.728,27	1.606,77	1.169,59	2.044,59	18,3%	27,2%	1.169,59	2.057,19	0,6%	1.169,59	2.177,59	5,9%	26,0%	35,5%	1,8%
		2	307,14	1.728,27	1.606,77	1.135,52	2.007,72	16,2%	25,0%	1.135,52	2.018,92	0,6%	1.135,52	2.139,32	6,0%	23,8%	33,1%	1,8%
		1	294,80	1.728,27	1.606,77	1.102,45	1.971,85	14,1%	22,7%	1.102,45	1.981,65	0,5%	1.102,45	2.102,05	6,1%	21,6%	30,8%	
APERFEIÇOAMENTO	Titular	U	695,70	2.578,49	2.451,74	1.984,40	3.043,85	18,0%	24,2%	1.984,40	3.066,25	0,7%	1.984,40	3.227,39	5,3%	25,2%	31,6%	4,5%
	Associado	4	659,90	2.485,41	2.358,66	1.872,08	2.907,53	17,0%	23,3%	1.872,08	2.929,93	0,8%	1.872,08	3.087,09	5,4%	24,2%	30,9%	2,3%
		3	643,54	2.442,87	2.316,12	1.817,55	2.840,20	16,3%	22,6%	1.817,55	2.862,60	0,8%	1.817,55	3.016,80	5,4%	23,5%	30,3%	2,3%
		2	627,18	2.400,34	2.273,59	1.764,61	2.775,24	15,6%	22,1%	1.764,61	2.797,64	0,8%	1.764,61	2.949,02	5,4%	22,9%	29,7%	2,3%
		1	610,82	2.357,80	2.231,05	1.713,21	2.712,53	15,0%	21,6%	1.713,21	2.734,93	0,8%	1.713,21	2.883,62	5,4%	22,3%	29,2%	4,0%
	Adjunto	4	545,37	2.187,63	2.060,88	1.616,24	2.604,89	19,1%	26,4%	1.616,24	2.627,29	0,9%	1.616,24	2.773,41	5,6%	26,8%	34,6%	2,0%
		3	522,97	2.129,39	2.002,64	1.569,16	2.551,73	19,8%	27,4%	1.569,16	2.574,13	0,9%	1.569,16	2.718,50	5,6%	27,7%	35,7%	2,0%
		2	500,89	2.071,98	1.945,23	1.523,46	2.500,00	20,7%	28,5%	1.523,46	2.522,40	0,9%	1.523,46	2.665,04	5,7%	28,6%	37,0%	2,0%
		1	479,32	2.015,90	1.889,15	1.479,09	2.449,65	21,5%	29,7%	1.479,09	2.472,05	0,9%	1.479,09	2.612,98	5,7%	29,6%	38,3%	3,7%
	Assistente	4	440,13	1.914,01	1.787,26	1.395,37	2.358,38	23,2%	32,0%	1.395,37	2.380,78	0,9%	1.395,37	2.519,70	5,8%	31,6%	41,0%	1,9%
		3	421,46	1.865,47	1.738,72	1.354,72	2.311,91	23,9%	33,0%	1.354,72	2.334,31	1,0%	1.354,72	2.471,53	5,9%	32,5%	42,1%	1,9%
		2	404,20	1.820,59	1.693,84	1.315,27	2.266,68	24,5%	33,8%	1.315,27	2.289,08	1,0%	1.315,27	2.424,62	5,9%	33,2%	43,1%	1,9%
		1	387,92	1.778,26	1.651,51	1.276,96	2.222,64	25,0%	34,6%	1.276,96	2.245,04	1,0%	1.276,96	2.378,90	6,0%	33,8%	44,0%	3,5%
	Auxiliar	4	358,04	1.757,67	1.630,92	1.204,68	2.143,27	21,9%	31,4%	1.204,68	2.165,67	1,0%	1.204,68	2.299,00	6,2%	30,8%	41,0%	1,8%
		3	343,51	1.757,67	1.630,92	1.169,59	2.102,57	19,6%	28,9%	1.169,59	2.124,97	1,1%	1.169,59	2.258,08	6,3%	28,5%	38,5%	1,8%
		2	330,18	1.757,67	1.630,92	1.135,52	2.062,94	17,4%	26,5%	1.135,52	2.085,34	1,1%	1.135,52	2.218,17	6,4%	26,2%	36,0%	1,8%
		1	316,91	1.757,67	1.630,92	1.102,45	2.024,35	15,2%	24,1%	1.102,45	2.046,75	1,1%	1.102,45	2.179,34	6,5%	24,0%	33,6%	
ESPECIALIZAÇÃO	Titular	U	763,65	2.780,36	2.649,11	1.984,40	3.190,92	14,8%	20,5%	1.984,40	3.221,72	1,0%	1.984,40	3.345,58	3,8%	20,3%	26,3%	4,8%
	Associado	4	724,35	2.678,18	2.546,93	1.872,08	3.035,96	13,4%	19,2%	1.872,08	3.066,76	1,0%	1.872,08	3.192,25	4,1%	19,2%	25,3%	2,5%
		3	706,40	2.631,51	2.500,26	1.817,55	2.957,33	12,4%	18,3%	1.817,55	2.988,13	1,0%	1.817,55	3.114,05	4,2%	18,3%	24,5%	2,5%
		2	688,44	2.584,81	2.453,56	1.764,61	2.882,11	11,5%	17,5%	1.764,61	2.912,91	1,1%	1.764,61	3.039,08	4,3%	17,6%	23,9%	2,4%
		1	670,48	2.538,12	2.406,87	1.713,21	2.810,06	10,7%	16,8%	1.713,21	2.840,86	1,1%	1.713,21	2.967,15	4,4%	16,9%	23,3%	4,1%
	Adjunto	4	598,64	2.351,33	2.220,08	1.616,24	2.693,94	14,6%	21,3%	1.616,24	2.724,74	1,1%	1.616,24	2.851,00	4,6%	21,3%	28,4%	2,0%
		3	574,05	2.287,40	2.156,15	1.569,16	2.638,31	15,3%	22,4%	1.569,16	2.669,11	1,2%	1.569,16	2.794,37	4,7%	22,2%	29,6%	2,0%
		2	549,81	2.224,38	2.093,13	1.523,46	2.584,18	16,2%	23,5%	1.523,46	2.614,98	1,2%	1.523,46	2.739,23	4,8%	23,1%	30,9%	2,0%
		1	526,14	2.162,83	2.031,58	1.479,09	2.531,51	17,0%	24,6%	1.479,09	2.562,31	1,2%	1.479,09	2.685,53	4,8%	24,2%	32,2%	3,7%
	Assistente	4	483,12	2.050,98	1.919,73	1.395,37	2.435,84	18,8%	26,9%	1.395,37	2.466,64	1,3%	1.395,37	2.589,24	5,0%	26,2%	34,9%	2,0%
		3	462,63	1.997,71	1.866,46	1.354,72	2.387,23	19,5%	27,9%	1.354,72	2.418,03	1,3%	1.354,72	2.539,52	5,0%	27,1%	36,1%	2,0%
		2	443,68	1.948,44	1.817,19	1.315,27	2.339,93	20,1%	28,8%	1.315,27	2.370,73	1,3%	1.315,27	2.490,15	5,0%	27,8%	37,0%	1,9%
		1	425,81	1.901,98	1.770,73	1.276,96	2.293,88	20,6%	29,5%	1.276,96	2.324,68	1,3%	1.276,96	2.444,02	5,1%	28,5%	38,0%	3,5%
	Auxiliar	4	393,01	1.816,70	1.685,45	1.204,68	2.210,71	21,7%	31,2%	1.204,68	2.241,51	1,4%	1.204,68	2.361,47	5,4%	30,0%	40,1%	1,8%
		3	377,06	1.782,87	1.651,62	1.169,59	2.168,18	21,6%	31,3%	1.169,59	2.198,98	1,4%	1.169,59	2.319,24	5,5%	30,1%	40,4%	1,8%
		2	362,43	1.782,87	1.651,62	1.135,52	2.126,76	19,3%	28,8%	1.135,52	2.157,56	1,4%	1.135,52	2.278,10	5,6%	27,8%	37,9%	1,8%
		1	347,86	1.782,87	1.651,62	1.102,45	2.086,43	17,0%	26,3%	1.102,45	2.117,23	1,5%	1.102,45	2.238,06	5,7%	25,5%	35,5%	
MESTRADO	Titular	U	889,85	3.625,08	3.401,58	1.984,40	3.779,26	4,3%	11,1%	1.984,40	3.829,66	1,3%	1.984,40	4.121,07	7,6%	13,7%	21,2%	5,2%
	Associado	4	844,06	3.331,03	3.138,78	1.872,08	3.585,12	7,6%	14,2%	1.872,08	3.635,52	1,4%	1.872,08	3.918,81	7,8%	17,6%	24,9%	2,8%
		3	823,13	3.276,61	3.084,36	1.817,55	3.483,04	6,3%	12,9%	1.817,55	3.532,04	1,4%	1.817,55	3.810,70	7,9%	16,3%	23,5%	2,7%
		2	802,20	3.222,19	3.029,94	1.764,61	3.386,37	5,1%	11,8%	1.764,61	3.433,97	1,4%	1.764,61	3.709,70	8,0%	15,1%	22,4%	2,6%
		1	781,28	3.167,80	2.975,55	1.713,21	3.294,70	4,0%	10,7%	1.713,21	3.340,90	1,4%	1.713,21	3.613,96	8,2%	14,1%	21,5%	4,0%
	Adjunto	4	697,57	2.950,15	2.757,90	1.616,24	3.160,61	7,1%	14,6%	1.616,24	3.205,41	1,4%	1.616,24	3.476,05	8,4%	17,8%	26,0%	1,9%
		3	668,91	2.875,64	2.683,39	1.569,16	3.098,75	7,8%	15,5%	1.569,16	3.142,15	1,4%	1.569,16	3.412,08	8,6%	18,7%	27,2%	1,9%
		2	640,67	2.802,21	2.609,96	1.523,46	3.038,53	8,4%	16,4%	1.523,46	3.080,53	1,4%	1.523,46	3.349,79	8,7%	19,5%	28,3%	1,8%
		1	613,09	2.730,50	2.538,25	1.479,09	2.979,91	9,1%	17,4%	1.479,09	3.021,91	1,4%	1.479,09	3.289,10	8,8%	20,5%	29,6%	3,4%
	Assistente	4	562,95	2.600,14	2.407,89	1.395,37	2.874,27	10,5%	19,4%	1.395,37	2.916,27	1,5%	1.395,37	3.180,80	9,1%	22,3%	32,1%	1,8%
		3	539,08	2.538,08	2.345,83	1.354,72	2.820,09	11,1%	20,2%	1.354,72	2.862,09	1,5%	1.354,72	3.124,61	9,2%	23,1%	33,2%	1,8%
		2	517,00	2.480,67	2.288,42	1.315,27	2.767,35	11,6%	20,9%	1.315,27	2.809,35	1,5%	1.315,27	3.069,88	9,3%	23,8%	34,1%	1,8%
		1	496,18	2.426,54	2.234,29	1.276,96	2.715,97	11,9%	21,6%	1.276,96	2.757,97	1,5%	1.276,96	3.016,52	9,4%	24,3%	35,0%	
DOUTORADO	Titular	U	1.132,53	4.706,85	4.402,85	1.984,40	4.932,29	4,8%	12,0%	1.984,40	5.160,49	4,6%	1.984,40	5.385,79	4,4%	14,4%	22,3%	5,4%
	Associado	4	1.074,26	4.345,35	4.078,85	1.872,08	4.601,09	5,9%	12,8%	1.872,08	4.857,29	5,6%	1.872,08	5.109,45	5,2%	17,6%	25,3%	3,1%
		3	1.047,62	4.276,08	4.009,58	1.817,55	4.463,41	4,4%	11,3%	1.817,55	4.719,61	5,7%	1.817,55	4.957,89	5,0%	15,9%	23,7%	3,0%
		2	1.020,99	4.206,84	3.940,34	1.764,61	4.334,76	3,0%	10,0%	1.764,61	4.590,96	5,9%	1.764,61	4.815,71	4,9%	14,5%	22,2%	2,9%
		1	994,35	4.137,58	3.871,08	1.713,21	4.214,40	1,9%	8,9%	1.713,21	4.470,60	6,1%	1.713,21	4.682,11	4,7%	13,2%	21,0%	3,8%
	Adjunto	4	887,81	3.860,58	3.594,08	1.616,24	4.054,61	5,0%	12,8%	1.616,24	4.310,81	6,3%	1.616,24	4.509,52	4,6%	16,8%	25,5%	1,7%
		3	851,34	3.765,75	3.499,25	1.569,16	3.988,24	5,9%	14,0%	1.569,16	4.244,44	6,4%	1.569,16	4.432,46	4,4%	17,7%	26,7%	1,7%
		2	815,40	3.672,31	3.405,81	1.523,46	3.923,78	6,8%	15,2%	1.523,46	4.179,38	6,5%	1.523,46	4.357,32	4,3%	18,7%	27,9%	1,7%
		1	780,29	3.581,02	3.314,52	1.479,09	3.861,14	7,8%	16,5%	1.479,09	4.117,34	6,6%	1.479,09	4.284,05	4,0%	19,6%	29,3%	

Proposta do governo apresentada em 20 de novembro de 2007 – julho de 2009

VB – vencimento básico proposto para julho de 2009;

RemTotal – remuneração total proposta para julho de 2009 (vencimento básico + adicional de titulação + GED);

Reaj09 – reajuste percentual em relação a março de 2008;

Proposta do governo apresentada em 20 de novembro de 2007 – julho de 2010

VB – vencimento básico proposto para julho de 2010;

RemTotal – remuneração total proposta para julho de 2010 (vencimento básico + adicional de titulação + GED);

Reaj10 - reajuste percentual em relação a julho de 2009;

ReajAtiv – reajuste percentual dos docentes ativos em relação à remuneração atual;

ReajApos – reajuste percentual dos docentes aposentados ou pensionista em relação à remuneração atual;

Degrau ("step") – acréscimo percentual da remuneração total em relação ao nível imediatamente inferior;

Regime de trabalho: Dedicação exclusiva

Tit	classe	niv	Remuneração atual			Proposta do governo apresentada em 20 de novembro de 2007												
						Março de 2008				Julho de 2009			Julho de 2010					
			VB	RemAtiv	RemApos	VB	RemTotal	ReajAtiv	ReajApos	VB	RemTotal	Reaj09	VB	RemTotal	Reaj10	ReajAtiv	ReajApos	Degrau
GRADUAÇÃO	Titular	U	1.003,10	3.697,45	3.513,45	3.075,82	4.158,02	12,5%	18,3%	3.075,82	4.580,82	10,2%	3.075,82	4.786,62	4,5%	29,5%	36,2%	7,4%
	Associado	4	951,48	3.564,12	3.380,12	2.901,72	3.951,72	10,9%	16,9%	2.901,72	4.269,52	8,0%	2.901,72	4.457,12	4,4%	25,1%	31,9%	5,3%
		3	927,89	3.502,78	3.318,78	2.817,20	3.836,40	9,5%	15,6%	2.817,20	4.060,40	5,8%	2.817,20	4.231,20	4,2%	20,8%	27,5%	5,2%
		2	904,30	3.441,45	3.257,45	2.735,15	3.724,95	8,2%	14,4%	2.735,15	3.864,95	3,8%	2.735,15	4.020,35	4,0%	16,8%	23,4%	5,1%
		1	880,71	3.380,12	3.196,12	2.655,48	3.615,88	7,0%	13,1%	2.655,48	3.683,08	1,9%	2.655,48	3.824,48	3,8%	13,1%	19,7%	4,4%
	Adjunto	4	786,35	3.134,78	2.950,78	2.505,17	3.458,57	10,3%	17,2%	2.505,17	3.524,37	1,9%	2.505,17	3.662,97	3,9%	16,8%	24,1%	2,4%
		3	754,04	3.050,77	2.866,77	2.432,20	3.378,60	10,7%	17,9%	2.432,20	3.443,00	1,9%	2.432,20	3.578,80	3,9%	17,3%	24,8%	2,3%
		2	722,21	2.968,02	2.784,02	2.361,36	3.300,76	11,2%	18,6%	2.361,36	3.363,76	1,9%	2.361,36	3.496,76	4,0%	17,8%	25,6%	2,3%
		1	691,11	2.887,16	2.703,16	2.292,59	3.224,99	11,7%	19,3%	2.292,59	3.286,59	1,9%	2.292,59	3.416,79	4,0%	18,3%	26,4%	4,3%
	Assistente	4	634,60	2.740,23	2.556,23	2.162,82	3.088,22	12,7%	20,8%	2.162,82	3.148,42	1,9%	2.162,82	3.275,82	4,0%	19,5%	28,2%	2,3%
		3	607,69	2.670,26	2.486,26	2.099,82	3.018,22	13,0%	21,4%	2.099,82	3.077,02	1,9%	2.099,82	3.201,62	4,0%	19,9%	28,8%	2,3%
		2	582,80	2.605,55	2.421,55	2.038,67	2.950,07	13,2%	21,8%	2.038,67	3.007,47	1,9%	2.038,67	3.129,27	4,0%	20,1%	29,2%	2,3%
		1	559,33	2.544,53	2.360,53	1.979,29	2.883,69	13,3%	22,2%	1.979,29	2.941,09	2,0%	1.979,29	3.058,69	4,0%	20,2%	29,6%	4,2%
	Auxiliar	4	516,24	2.432,49	2.248,49	1.867,25	2.764,65	13,7%	23,0%	1.867,25	2.822,05	2,1%	1.867,25	2.935,45	4,0%	20,7%	30,6%	2,3%
		3	495,29	2.378,02	2.194,02	1.812,86	2.703,26	13,7%	23,2%	1.812,86	2.760,66	2,1%	1.812,86	2.869,86	4,0%	20,7%	30,8%	2,2%
		2	476,07	2.328,05	2.144,05	1.760,06	2.643,46	13,5%	23,3%	1.760,06	2.700,86	2,2%	1.760,06	2.807,26	3,9%	20,6%	30,9%	2,2%
		1	456,94	2.278,31	2.094,31	1.708,80	2.585,20	13,5%	23,4%	1.708,80	2.642,60	2,2%	1.708,80	2.746,20	3,9%	20,5%	31,1%	
APERFEIÇOAMENTO	Titular	U	1.078,33	3.923,77	3.734,27	3.075,82	4.421,82	12,7%	18,4%	3.075,82	4.878,22	10,3%	3.075,82	5.221,96	7,0%	33,1%	39,8%	7,3%
	Associado	4	1.022,84	3.780,45	3.590,95	2.901,72	4.213,23	11,4%	17,3%	2.901,72	4.559,03	8,2%	2.901,72	4.868,13	6,8%	28,8%	35,6%	5,7%
		3	997,48	3.714,52	3.525,02	2.817,20	4.087,67	10,0%	16,0%	2.817,20	4.335,47	6,1%	2.817,20	4.605,10	6,2%	24,0%	30,6%	5,6%
		2	972,12	3.648,58	3.459,08	2.735,15	3.966,54	8,7%	14,7%	2.735,15	4.127,54	4,1%	2.735,15	4.360,01	5,6%	19,5%	26,0%	5,5%
		1	946,76	3.582,65	3.393,15	2.655,48	3.849,70	7,5%	13,5%	2.655,48	3.932,30	2,1%	2.655,48	4.132,49	5,1%	15,3%	21,8%	4,7%
	Adjunto	4	845,32	3.318,90	3.129,40	2.505,17	3.636,88	9,6%	16,2%	2.505,17	3.719,48	2,3%	2.505,17	3.945,91	6,1%	18,9%	26,1%	2,4%
		3	810,60	3.228,63	3.039,13	2.432,20	3.551,13	10,0%	16,8%	2.432,20	3.633,73	2,3%	2.432,20	3.853,44	6,0%	19,4%	26,8%	2,4%
		2	776,37	3.139,63	2.950,13	2.361,36	3.467,64	10,4%	17,5%	2.361,36	3.550,24	2,4%	2.361,36	3.764,71	6,0%	19,9%	27,6%	2,4%
		1	742,95	3.052,74	2.863,24	2.292,59	3.387,75	11,0%	18,3%	2.292,59	3.468,95	2,4%	2.292,59	3.678,24	6,0%	20,5%	28,5%	4,3%
	Assistente	4	682,20	2.894,79	2.705,29	2.162,82	3.243,19	12,0%	19,9%	2.162,82	3.322,99	2,5%	2.162,82	3.525,01	6,1%	21,8%	30,3%	2,3%
		3	653,27	2.819,57	2.630,07	2.099,82	3.169,41	12,4%	20,5%	2.099,82	3.247,81	2,5%	2.099,82	3.444,85	6,1%	22,2%	31,0%	2,3%
		2	626,51	2.750,00	2.560,50	2.038,67	3.097,59	12,6%	21,0%	2.038,67	3.174,59	2,5%	2.038,67	3.366,72	6,1%	22,4%	31,5%	2,3%
		1	601,28	2.684,40	2.494,90	1.979,29	3.027,65	12,8%	21,4%	1.979,29	3.103,25	2,5%	1.979,29	3.290,53	6,0%	22,6%	31,9%	4,2%
	Auxiliar	4	554,96	2.563,97	2.374,47	1.867,25	2.901,89	13,2%	22,2%	1.867,25	2.976,09	2,6%	1.867,25	3.156,70	6,1%	23,1%	32,9%	2,3%
		3	532,43	2.505,39	2.315,89	1.812,86	2.837,23	13,2%	22,5%	1.812,86	2.910,03	2,6%	1.812,86	3.085,98	6,0%	23,2%	33,3%	2,3%
		2	511,77	2.451,67	2.262,17	1.760,06	2.774,26	13,2%	22,6%	1.760,06	2.845,66	2,6%	1.760,06	3.016,99	6,0%	23,1%	33,4%	2,3%
		1	491,21	2.398,22	2.208,72	1.708,80	2.712,93	13,1%	22,8%	1.708,80	2.782,93	2,6%	1.708,80	2.949,68	6,0%	23,0%	33,5%	
ESPECIALIZAÇÃO	Titular	U	1.183,66	4.235,32	4.039,07	3.075,82	4.731,21	11,7%	17,1%	3.075,82	5.210,01	10,1%	3.075,82	5.580,63	7,1%	31,8%	38,2%	7,2%
	Associado	4	1.122,75	4.078,02	3.881,77	2.901,72	4.518,55	10,8%	16,4%	2.901,72	4.882,55	8,1%	2.901,72	5.206,32	6,6%	27,7%	34,1%	6,0%
		3	1.094,91	4.005,64	3.809,39	2.817,20	4.382,67	9,4%	15,0%	2.817,20	4.644,47	6,0%	2.817,20	4.911,78	5,8%	22,6%	28,9%	5,9%
		2	1.067,08	3.933,28	3.737,03	2.735,15	4.250,49	8,1%	13,7%	2.735,15	4.421,29	4,0%	2.735,15	4.638,80	4,9%	17,9%	24,1%	5,8%
		1	1.039,24	3.860,89	3.664,64	2.655,48	4.123,19	6,8%	12,5%	2.655,48	4.212,79	2,2%	2.655,48	4.385,44	4,1%	13,6%	19,7%	4,9%
	Adjunto	4	927,89	3.571,38	3.375,13	2.505,17	3.847,24	7,7%	14,0%	2.505,17	3.936,84	2,3%	2.505,17	4.180,44	6,2%	17,1%	23,9%	2,4%
		3	889,77	3.472,27	3.276,02	2.432,20	3.756,39	8,2%	14,7%	2.432,20	3.845,99	2,4%	2.432,20	4.082,61	6,2%	17,6%	24,6%	2,4%
		2	852,20	3.374,59	3.178,34	2.361,36	3.667,94	8,7%	15,4%	2.361,36	3.757,54	2,4%	2.361,36	3.987,27	6,1%	18,2%	25,5%	2,4%
		1	815,51	3.279,20	3.082,95	2.292,59	3.581,83	9,2%	16,2%	2.292,59	3.671,43	2,5%	2.292,59	3.894,34	6,1%	18,8%	26,3%	4,4%
	Assistente	4	748,83	3.105,83	2.909,58	2.162,82	3.426,79	10,3%	17,8%	2.162,82	3.516,39	2,6%	2.162,82	3.730,17	6,1%	20,1%	28,2%	2,4%
		3	717,08	3.023,28	2.827,03	2.099,82	3.347,20	10,7%	18,4%	2.099,82	3.436,80	2,7%	2.099,82	3.643,99	6,0%	20,5%	28,9%	2,3%
		2	687,70	2.946,89	2.750,64	2.038,67	3.269,70	11,0%	18,9%	2.038,67	3.359,30	2,7%	2.038,67	3.561,37	6,0%	20,9%	29,5%	2,3%
		1	660,01	2.874,90	2.678,65	1.979,29	3.195,60	11,2%	19,3%	1.979,29	3.283,80	2,8%	1.979,29	3.480,81	6,0%	21,1%	29,9%	4,3%
	Auxiliar	4	609,17	2.742,71	2.546,46	1.867,25	3.061,99	11,6%	20,2%	1.867,25	3.148,79	2,8%	1.867,25	3.338,75	6,0%	21,7%	31,1%	2,3%
		3	584,44	2.678,41	2.482,16	1.812,86	2.993,53	11,8%	20,6%	1.812,86	3.078,93	2,9%	1.812,86	3.264,02	6,0%	21,9%	31,5%	2,3%
		2	561,76	2.619,45	2.423,20	1.760,06	2.926,87	11,7%	20,8%	1.760,06	3.010,87	2,9%	1.760,06	3.191,15	6,0%	21,8%	31,7%	2,3%
		1	539,19	2.560,76	2.364,51	1.708,80	2.861,94	11,8%	21,0%	1.708,80	2.944,54	2,9%	1.708,80	3.120,08	6,0%	21,8%	32,0%	
MESTRADO	Titular	U	1.379,26	5.211,32	4.931,57	3.075,82	5.956,01	14,3%	20,8%	3.075,82	6.629,41	11,3%	3.075,82	7.654,33	15,5%	46,9%	55,2%	5,8%
	Associado	4	1.308,29	5.028,02	4.748,27	2.901,72	5.722,08	13,8%	20,5%	2.901,72	6.231,68	8,9%	2.901,72	7.235,20	16,1%	43,9%	52,4%	5,6%
		3	1.275,85	4.943,68	4.663,93	2.817,20	5.544,21	12,1%	18,9%	2.817,20	5.908,21	6,6%	2.817,20	6.852,44	16,0%	38,6%	46,9%	5,9%
		2	1.243,41	4.859,34	4.579,59	2.735,15	5.373,22	10,6%	17,3%	2.735,15	5.608,42	4,4%	2.735,15	6.470,88	15,4%	33,2%	41,3%	3,9%
		1	1.210,98	4.775,02	4.495,27	2.655,48	5.208,72	9,1%	15,9%	2.655,48	5.329,12	2,3%	2.655,48	6.227,87	16,9%	30,4%	38,5%	7,5%
	Adjunto	4	1.081,23	4.437,67	4.157,92	2.505,17	4.758,62	7,2%	14,4%	2.505,17	4.877,62	2,5%	2.505,17	5.793,14	18,8%	30,5%	39,3%	3,0%
		3	1.036,81	4.322,18	4.042,43	2.432,20	4.651,10	7,6%	15,1%	2.432,20	4.768,70	2,5%	2.432,20	5.623,72	17,9%	30,1%	39,1%	2,6%
		2	993,03	4.208,35	3.928,60	2.361,36	4.546,40	8,0%	15,7%	2.361,36	4.662,60	2,6%	2.361,36	5.481,13	17,6%	30,2%	39,5%	2,6%
		1	950,28	4.097,20	3.817,45	2.292,59	4.444,42	8,5%	16,4%	2.292,59	4.559,22	2,6%	2.292,59	5.341,47	17,2%	30,4%	39,9%	7,2%
	Assistente	4	872,58	3.895,18	3.615,43	2.162,82	4.261,92	9,4%	17,9%	2.162,82	4.375,32	2,7%	2.162,82	4.985,00	13,9%	28,0%	37,9%	2,3%
		3	835,58	3.798,98	3.519,23	2.099,82	4.167,56	9,7%	18,4%	2.099,82	4.279,56	2,7%	2.099,82	4.874,54	13,9%	28,3%	38,5%	2,4%
		2	801,35	3.709,98	3.430,23	2.038,67	4.075,64	9,9%	18,8%	2.038,67	4.186,24	2,7%	2.038,67	4.759,71	13,7%	28,3%	38,8%	2,3%
		1	769,08	3.626,08	3.346,33	1.979,29	3.986,06	9,9%	19,1%	1.979,29	4.096,66	2,8%	1.979,29	4.651,59	13,5%	28,3%	39,0%	
DOUTORADO	Titular	U	1.755,42	7.393,00	6.898,25	3.075,82	8.905,41	20,5%	29,1%	3.075,82	10.446,81	17,3%	3.075,82	11.746,29	12,4%	58,9%	70,3%	2,8%
	Associado	4	1.665,10	6.734,13	6.315,38	2.901,72	8.297,16	23,2%	31,4%	2.901,72	9.860,96	18,8%	2.901,72	11.424,45	15,9%	69,6%	80,9%	3,2%
		3	1.623,81	6.626,78	6.208,03	2.817,20	8.108,10	22,4%	30,6%	2.817,20	9.590,70	18,3%	2.817,20	11.072,44	15,4%	67,1%	78,4%	3,0%
		2	1.582,53	6.519,45	6.100,70	2.735,15	7.928,10	21,6%	30,0%	2.735,15	9.337,90	17,8%	2.735,15	10.747,10	15,1%	64,8%	76,2%	2,9%
		1	1.541,24	6.412,09	5.993,34	2.655,48	7.756,40	21,0%	29,4%	2.655,48	9.101,80	17,3%	2.655,48	10.446,12	14,8%	62,9%	74,3%	32,0%
	Adjunto	4	1.376,11	5.982,76	5.564,01	2.505,17	6.845,99	14,4%	23,0%	2.505,17	7.159,59	4,6%	2.505,17	7.913,30	10,5%	32,3%	42,2%	2,6%
		3	1.319,58	5.835,78	5.417,03	2.432,20	6.671,54	14,3%	23,2%	2.432,20	6.978,14	4,6%	2.432,20	7.714,90	10,6%	32,2%	42,4%	2,6%
		2	1.263,86	5.690,91	5.272,16	2.361,36	6.500,71	14,2%	23,3%	2.361,36	6.801,71	4,6%	2.361,36	7.521,73	10,6%	32,2%	42,7%	2,6%
		1	1.209,45	5.549,44	5.130,69	2.292,59	6.334,80	14,2%	23,5%	2.292,59	6.630,20	4,7%	2.292,59	7.333,67	10,6%	32,2%	42,9%	

O significado das colunas encontra-se no rodapé das páginas 2 e 3.

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Maria Cristina Miranda da Silva **1º Vice-Presidente:** Roberto Leher **2º Vice-Presidente:** Roberto José de Lima **1º Secretário:** Luis Paulo Vieira Braga **2ª Secretária:** Anita Handfas **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Química:** Marylena Barreiros Salazar (titular); **Faculdade de Educação:** Herli Joaquim de Menezes (titular); **Escola de Serviço Social:** Cleusa dos Santos (titular); Janete Luzia Leite (titular); Ângela Maria Hygino Rangel (titular); **Colégio de Aplicação:** Regina Célia de Souza Pugliese (titular); Célia Brito Teixeira Gama (titular); Vania Maria Rocha Gomes Hozumi (suplente); **Faculdade de Medicina:** Maria da Conceição Zacharias (titular); **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Marilurde Donato (titular); Walcyr de Oliveira Barros (titular); **Escola Politécnica:** José Henrique Erthal Sanglard (titular) **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **Redação:** comunica@adufrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Congresso

A cidade de Goiânia (GO) sediará o próximo congresso do Sindicato Nacional dos Docentes, nos dias 14 a 20 de janeiro de 2008.
Os sindicalizados podem discutir as propostas do Caderno de Textos no dia 10 de dezembro, às 14h, na sede da seção sindical.
Leia nota na página 2

Deputados fluminenses aprovam privatização da Saúde

Páginas 4 e 5

Opinião

O leilão de nosso petróleo e gás

por José Domingues de Godoi Filho
Página 7

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN | www.adufrj.org.br | Ano X nº 562 | 3 de dezembro de 2007

Não à privatização

Trabalhadores ocupam sede da Agência Nacional do Petróleo em protesto contra a venda de reservas brasileiras

Páginas 6 e 7

Andes-SN

Goiânia recebe o 27º Congresso do Andes-SN

Com o tema *Avançar na luta em defesa da universidade pública e dos direitos dos docentes*, será realizado o 27º Congresso Nacional do Andes-SN. O evento ocorrerá entre os dias 14 e 20 de janeiro, na cidade de Goiânia (GO). Na apresentação do Caderno de Textos, a diretoria do Sindicato chama a atenção para a pertinência do tema central do congresso do próximo ano, já que 2007 foi um período de grande resistência e embates fundamentais na disputa por uma educação superior pública e gratuita em contraste com o projeto de reestruturação do governo federal para as Ifes (Reuni), levado a cabo por diversas administrações e reitorias, em muitos dos casos pelo uso da força repressiva contra as manifestações contrárias de estudantes, professores e técnico-administrativos. "O embate ocorrido durante a aprovação de projetos do Reuni em algumas instituições federais e de seus sucedâneos em instituições estaduais e particulares indica que a luta dos docentes terá que ir além da defesa de seus direitos e do combate à precarização do trabalho na academia. Recolocam-se com intensidade o tema da democracia nas universidades, como condição para exercício da autonomia, e a exigência de financiamento público adequado", avalia a diretoria do Sindicato.

A realização do Congresso é organizada em Grupos Mistos (onde os docentes têm a possibilidade de aprofundar o debate de todos de subtemas, como atualização do Plano de Lutas, política educacional, organização dos trabalhadores, entre outros) e nas plenárias, onde todos os delegados das seções sindicais deliberam sobre os textos-resolução após apreciação nos grupos. A plenária de abertura acontece na noite do dia 14/1, uma segunda-feira, e o encerramento está previsto para o domingo, dia 20.

Reunião para análise das propostas do Caderno de Textos do 27º Congresso do Andes-SN, dia 10/12, de 14h às 17h na sede da Adufrj-SSind

Adufrj-SSind

Assembléia aprova diretrizes para negociação salarial com o governo

A Assembléia Geral da Adufrj-SSind, realizada em 29/11 na Casa da Ciência da UFRJ, considerou que o Andes-SN deve exigir do MEC uma negociação conjunta com as carreiras de 1º e 2º graus e de ensino superior. Em função disso, a AG deliberou que os representantes do Sindicato Nacional não devem assinar qualquer termo de acordo no dia 5 de dezembro, conforme propõe o governo, uma vez que a atual proposta trabalha na lógica de propostas diferenciadas para 1º, 2º e 3º graus; retira o incentivo de titulação do vencimento básico; e não compensa de maneira uniforme as perdas salariais, implicando, em alguns casos, a não-reposição sequer da inflação. Além disso, a valorização do vencimento básico se dá apenas na primeira etapa da proposta (março de 2008); após isso, o vencimento básico fica congelado até 2010.

A Assembléia também definiu que o Andes-SN deve manifestar disposição de aprofundar a negociação: da GAE, não aceitando a desvinculação da titulação do vencimento básico; da GED, com um calendário para sua incorporação ao vencimento básico que assegure a paridade; e da recomposição do vencimento básico, mantendo suas correções. Segundo a AG, o Sindicato Nacional deve reiterar, ainda, que a correção do vencimento básico deva fazer parte do calendário de recomposição da remuneração.

MST

Gilmar Mauro é ferido durante despejo em acampamento de São Paulo

Devido à ação truculenta da tropa de choque da Polícia Militar de São Paulo, durante irregular despejo de um acampamento dos sem-terra no município de Limeira, o MST pede que todos enviem mensagens ou telefonem para a Superintendência do Incra (acs_incrasp@yahoo.com.br ou (11) 3823-5860) daquele estado. O objetivo é cobrar a apuração da ação violenta da PM paulista. Na manhã do dia 29/11, a tropa de choque da polícia militar de Limeira, município próximo a Campinas, despejou com violência as 250 famílias sem-terra que viviam no acampamento Elizabeth Teixeira, dentro do Horto Florestal Tatu. Por volta das 10h30, os soldados entraram no acampamento atirando balas de borracha nos sem-terra que estavam no local. Entre os feridos está o integrante da direção nacional do MST, Gilmar Mauro. Cinco pessoas foram encaminhadas ao hospital, três feridos e dois trabalhadores que passaram mal durante a ação (uma delas sofreu um enfarte). Há a suspeita de que o tiro que atingiu um sem-terra não seja de borracha. "Encontramos projéteis de balas reais no acampamento", afirma José Batista de Oliveira, integrante do coordenação nacional do MST. As crianças do acampamento se refugiaram num barracão, que foi atingido por bombas de gás, na presença de representantes do conselho tutelar.

Gilmar Mauro, que passa bem, chegou a perder um pedaço da orelha, mas já foi costurada. "Foi uma violência fora do comum, vieram para cima da gente feito a peste. Depois da primeira bomba de gás, nós recuamos e não imaginávamos que viriam para cima. Primeiro, levei um tiro de borracha na barriga que não me perfurou, depois enquanto corria, senti um calor na orelha, quando pus a mão, percebi que estava sangrando".

O Acampamento Elizabeth Teixeira foi montado em 21 de abril deste ano. O Horto Florestal Tatu, que já pertenceu à antiga Rede Ferroviária Federal, é atualmente da União. A reintegração de posse concedida à prefeitura de Limeira pelo juiz Flávio Dassi Viana é irregular, pois o Horto Florestal Tatu pertence à União. A prefeitura de Limeira, que nunca teve a posse da área, utiliza alguns espaços do Horto Florestal para desenvolver atividades que degradam o meio ambiente. Dentro da área há um "lixão", instalado em condições inadequadas, que compromete o já poluído Ribeirão Tatu, que passa por dentro da cidade de Limeira e deságua no Rio Piracicaba.

Fontes: MST e Agência Brasil de Fato

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Maria Cristina Miranda da Silva **1º Vice-Presidente:** Roberto Leher **2º Vice-Presidente:** Roberto José de Lima **1º Secretário:** Luis Paulo Vieira Braga **2ª Secretária:** Anita Handfas **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Química:** Marylena Barreiros Salazar (titular); **Faculdade de Educação:** Herli Joaquim de Menezes (titular); **Escola de Serviço Social:** Cleusa dos Santos (titular); Janete Luzia Leite (titular); Ângela Maria Hygino Rangel (titular); **Colégio de Aplicação:** Regina Célia de Souza Pugliese (titular); Célia Brito Teixeira Gama (titular); Vania Maria Rocha Gomes Hozumi (suplente); **Faculdade de Medicina:** Maria da Conceição Zacharias (titular); **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Marilurde Donato (titular); Walcyr de Oliveira Barros (titular); **Escola Politécnica:** José Henrique Erthal Sanglard (titular) **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **Redação:** comunica@adufrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

UFRJ

4º Congresso de Extensão apresenta 378 trabalhos

O Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN) abrigou o 4º Congresso de Extensão da UFRJ, realizado entre os dias 26 e 28 de novembro. O evento, organizado pela Pró-Reitoria de Extensão (PR-5), incita o debate sobre a institucionalização da extensão na universidade. Este processo já está em andamento, pois a proposta da "Câmara de Extensão" será encaminhada para o Conselho Universitário para que suas deliberações tenham legitimidade enquanto colegiado superior de extensão.

Houve a apresentação de 378 trabalhos de áreas diversas. Isto demonstra a interdiciplinaridade do evento e que, apesar de estarem divididos em áreas de atuação distintas, os trabalhos interagem fortalecendo um diálogo com o objetivo de ampliar a produção de conhecimento na universidade. "O 4º Congresso de Extensão teve este ano um diferencial: há uma diversificação na produção dos trabalhos. Além das apresentações orais e em forma de pôster, tivemos apresentações culturais e de vídeos. Com o aumento do número de inscritos em relação ao congresso do ano passado, pude perceber que os bolsistas ou não – muitos sequer recebem dinheiro para realizarem seus trabalhos – têm orgulho de mostrar um pouco de seus projetos e resultados, demonstrando o caráter acadêmico do congresso", afirmou a pró-reitora de Extensão, Laura Tavares.

Segundo a professora, o desenvolvimento de projetos de extensão auxilia na formação dos alunos, pois muitos dos trabalhos estão relacionados com políticas públicas, direitos humanos e de cunho social – vários têm ligação com a Prefeitura do Rio de Janeiro, por exemplo. Por estabelecerem relações com políticas públicas das administrações públicas, os projetos cumprem uma das premissas do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (Pibex), da transmissão à população do conhecimento produzido dentro da universidade.

Diego Cotta

TRABALHO DO CURSO DE DANÇA, DA EEFD, COMPARTILHA CONHECIMENTO COM A SOCIEDADE

O trabalho *Discutindo questões do lazer na cena coreográfica*, do curso de Dança da Escola de Educação Física e Desportos é um exemplo de compartilhamento de conhecimento com a comunidade externa. O espetáculo propõe uma reflexão sobre o tema do lazer a partir de uma perspectiva crítica, buscando levantar questionamentos sobre a realidade e propor uma discussão em cena de problemáticas atuais, que relacionem criticamente a indústria cultural ao acesso aos bens culturais à população.

O projeto, que faz parte da Cia. de Dança Contemporânea da UFRJ, percorre os teatros do Rio de Janeiro com apresentações a preços populares. No entanto, para Luciana Lima, uma das componentes do grupo, o Congresso de Extensão deveria ter sido mais bem divulgado entre a população fluminense. "A pesquisa é para servir a comunidade. Por isso, eventos como esse deveriam ser mais difundidos para que essas pessoas pudessem tomar conhecimento de que projetos da universidade podem participar", afirmou a aluna do 10º período de bacharelado em Dança.

Anote

Lançamento da Revista Tricontinental

Em parceria com a Cooperativa Inverta, será lançada no Brasil a Revista Tricontinental (já editada em outros países desde 1967), que será traduzida, impressa e distribuída a partir da atual edição (162). Para o lançamento, será impresso o artigo que Che Guevara escreveu para o primeiro número da publicação, o famoso "Criar dois, três.... muitos Vietnãs é a palavra-de-ordem". Nesse evento, haverá , ainda, o lançamento de dois volumes da Revista Tricontinental e a exposição dos cartazes

da OSPAAAL (Organização de Solidariedade aos Povos da Ásia, África e América Latina) no marco dos 40 anos da queda em combate de Che Guevara.
A exposição ocorrerá, na cidade do Rio, na Casa Brasil (Av. Paulo de Frontin, 568, Rio Comprido) entre os dias 3 e 6 de dezembro, de 10h às 18h, e, em Nova Friburgo, no Centro de Artes de Nova Friburgo, de 7 a 15, de 10h às 18h.
Mais informações em www.inverta.info/tricontinental

Resenha

Governo e os juros da dívida

Impulsionado pela arrecadação tributária recorde e pelo ritmo lento dos investimentos do governo, o resultado das contas do setor público já superou, em outubro, a meta fixada para 2007. De janeiro a outubro, o saldo positivo atingiu R$ 106,57 bilhões. A meta fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano é R$ 95,9 bilhões, equivalentes a 3,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Há, portanto, um excesso de R$ 10,670 bilhões. Mas o superávit primário não considera os gastos com juros sobre a dívida, que chegaram a R$ 135,238 bilhões, de janeiro a outubro (*estadao.com.br, 30/11).*

Emenda Andifes

Nos dias 3 e 4 de dezembro, a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional votará os relatórios setoriais e o relatório do Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE) para 2008. Faz parte do CAE a chamada Emenda Andifes, no valor de R$ 250 milhões, reivindicada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior com o objetivo de complementar os recursos das universidades federais existentes no país. Após a votação na comissão, no dia 17 de dezembro, se aprovados, os relatórios seguirão para o plenário do Congresso Nacional *(Folha Dirigida, 29/11).*

Brasil entre os piores na Educação

O Brasil é um dos países com pior nível de educação de ciências para estudantes de 15 anos, segundo uma lista de 57 países organizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com a lista, o Brasil fica à frente apenas da Colômbia, Tunísia, Azerbaijão, Catar e Quirguistão. O estudo testou as habilidades de mais de 400 mil estudantes em 57 países. Os estudantes da Finlândia ficaram em primeiro lugar, seguidos pelos de Hong Kong (na China) e do Canadá *(Folha Online, 29/11)*

Documento defende a democratização da mídia

Estudiosos, professores, estudantes, profissionais, políticos e militantes da sociedade civil, reunidos em Salvador nos dias 12, 13 e 14 de novembro de 2007, no "Fórum Internacional: Mídia, Poder e Democracia", divulgaram um documento final do encontro defendendo a democratização do sistema de comunicações no Brasil. A carta, com 13 itens, considera que o sistema de comunicações vigente no país é altamente concentrador, monopolizado, oligárquico e antidemocrático *(Agência Carta Maior, 22/11).*

Movimento

Alerj aprova fundações estatais para Saúde

Projeto de lei complementar, de autoria do governo Sérgio Cabral (PMDB), contraria recente decisão da Conferência Nacional do setor

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, no último dia 27, a redação final do projeto de lei complementar nº 5/2007, que dispõe sobre a possibilidade de criação de fundações estaduais de direito privado na área da Saúde. A proposta vem na contramão da 13ª Conferência Nacional de Saúde que, entre os dias 14 e 18 de novembro, com a presença de quase cinco mil participantes, rejeitou este tipo de modelo para gerir as instituições hospitalares públicas.

De autoria do governo Sérgio Cabral, o projeto de lei complementar começou a ser votado no plenário da Alerj, no dia 21, justamente quando os participantes da Conferência mal tinham retornado ao Rio de Janeiro. Na ocasião, 19 emendas foram apresentadas pelos parlamentares e incorporadas contribuições que supostamente aumentam o poder de fiscalização sobre as fundações a serem criadas e que reforçam a proibição da demissão imotivada dos servidores celetistas contratados pelas fundações - o projeto diz, em seu artigo terceiro, que a admissão de pessoal para a fundação pública será precedida de concurso público, e que estes novos funcionários terão sua relação de trabalho regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Junto deste projeto de lei complementar já aprovado, o Executivo enviou à Alerj o projeto de lei nº 1014/2007 (ver quadro), que traz a proposta de criação de três fundações estatais de saúde: uma para hospitais gerais, outra para hospitais de urgência e uma terceira destinada a institutos e à Central Estadual de Transplantes, que seriam vinculadas à Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil (Sesdec).

Reação

Para o deputado estadual Paulo Ramos (PDT), um dos poucos parlamentares que votaram contra o projeto do governo do estado, as fundações públicas de direito privado representam a continuidade do que houve na administração do ex-governador Marcello Alencar, com outra roupagem (época da terceirização da Saúde do estado por cooperativas): "Agora, eles vêm com esse arremedo de fundações. Que é uma espécie de ação entre amigos. Querem entregar a um grupo de amigos a gestão da saúde no Rio de Janeiro. Aqueles que serão nomeados para os conselhos (das fundações). E a saúde pública vai virar privada", afirmou.

Paulo Ramos explica ainda que reiteradas decisões da Justiça do Trabalho equiparam os servidores celetistas com os estatutários, o que faz cair por terra o argumento de agilização para questões trabalhistas. E mencionou a Lei de Licitações que, pelo texto aprovado, vai ser observada pelas fundações. "Então, se o servidor tem a mesma estabilidade e a Lei de Licitações vai ser observada, por que a administração vai se transformar em indireta? Por que não manter como direta?", questiona.

O deputado ainda critica a possibilidade de determinadas especialidades serem consideradas mais importantes que outras, recebendo remuneração maior: "Uma coisa terrível, pois vai acirrar a competição dentro do próprio serviço público. Por outro lado, como vão conviver na mesma unidade celetistas e estatutários? Trabalho igual remunerado diferente. Então, é uma irresponsabilidade que vai penalizar a população", completou.

Paulo Ramos lembrou o resultado das conferências, tanto a Nacional como as estaduais, que rejeitaram o modelo das fundações estatais, e afirmou que o seu partido pretende argüir a inconstitucionalidade do projeto aprovado.

Tramitação durante a CNS foi proposital

Ex-presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Rio de Janeiro e atualmente ocupando a Secretaria de Finanças da entidade, Rejane de Almeida não acredita que a tramitação do projeto de lei complementar – iniciada no fim de outubro e encerrada poucos dias após a realização da Conferência Nacional de Saúde, em regime de urgência – tenha sido mera coincidência: "Quando nós fomos pra Brasília, já estávamos preocupados que isso poderia acontecer. Na quarta-feira pós-feriado (do Dia da Consciência Negra), ocorreu a votação. Então, não é mera coincidência. Foi pra pegar os movimentos social e sindical desarticulados", ressaltou.

Para Rejane, as motivações governistas do projeto (agilidade na gestão financeira e de pessoal) não serão resolvidas e outros problemas serão criados: "Já existe isso na lei. O mau servidor tem que ir pra rua mesmo, tem que usar os mecanismos legais. Então, pra quê esse projeto? Também não vai ter maior facilidade em relação às licitações, pois isso não foi modificado", comentou. "Tudo que a gente quer é uma gestão qualificada, mas esse projeto, por exemplo, não evita as indicações políticas", diz. Outro ponto que a dirigente frisa é que os servidores estatutários, com todas as dificuldades, ainda conseguem denunciar os problemas dos hospitais, como falta de materiais ou desvio de dinheiro. "Se deixar como celetista, vai ficar todo mundo calado".

Rejane adianta que haverá uma reunião dos movimentos sociais, neste dia 3 de dezembro, no Sindicato dos Médicos, para definir a estratégia de enfrentamento do projeto de criação das fundações para a Saúde no estado.

Veja quantas instituições poderão ser afetadas pelo projeto, no estado do Rio

De acordo com o projeto de lei nº 1014/2007, seriam criadas três fundações estatais na área da Saúde

A dos Hospitais Gerais, que teria em sua estrutura:
- o Hospital Regional de Barra de São João;
- o Hospital Estadual Pref. João Baptista Cáffaro (de Itaboraí);
- o Hospital Geral de Araruama;
- o Hospital Estadual Vereador Melchiades Calazans (de Nilópolis);
- o Instituto Estadual de Doenças Ary Parreiras (Niterói);
- o Hospital Estadual Santa Maria.

A dos Hospitais de Urgência:
Hospital Estadual Getúlio Vargas;
Hospital Estadual Carlos Chagas;
Hospital Estadual Rocha Faria;
Hospital Estadual Pedro II;
Hospital Estadual Albert Schweitzer;
Hospital Estadual Adão Pereira Nunes;
Hospital Estadual Azevedo Lima;
Hospital Estadual Alberto Torres.

A dos Institutos e da Central Estadual de Transplantes:
Instituto Estadual de Hematologia Arthur Siqueira Cavalcanti;
Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro;
Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione;
Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels;
Central Estadual de Transplantes.

E ainda podem ser incluídos os hospitais universitários, conforme a decisão de cada instituição de ensino superior estadual. Um grupo de parlamentares chegou a sugerir a exclusão deles da abrangência da lei, mas a emenda não foi aceita, em respeito ao princípio da autonomia universitária.

Opinião

A destruição do Serviço Nacional de Saúde britânico

John Pilger*

Deitado numa cama de hospital, cumpridos e bem todos os procedimentos, com uma chávena de chá a acompanhar agradavelmente a última dose de morfina, assistimos ao que há de melhor. Por melhor, quero dizer um vislumbre de uma sociedade sem os dogmáticos histriões dos *media* e da política determinados a mudar a forma como pensamos. Isso é o que há de pior. Por melhor, recordo a inesquecível manifestação dos mineiros de Murton, County Durham, surgindo em meio ao nevoeiro numa fria manhã de março, com as mulheres a desfilarem à frente, a voltarem para o fosso da mina. Não importa que tenham sido derrotados por forças superiores, eles eram os melhores.

Numa cama de hospital, provavelmente o melhor é mais corriqueiro, com pessoas a trabalhar rotineiramente, escutando, respondendo, tranqüilizando. O vocabulário dessas pessoas não é o da linguagem empresarial. A sua 'produtividade' não é um artifício para o lucro. O seu empenhamento não tem uma meta a cumprir e a sua camaradagem é como uma presença, e nós passamos a fazer parte dela. O denominador comum é a humanidade e a preocupação. Que exótico que isto soa. Ligamos a televisão do hospital e deparamos com um outro mundo bizarro de "notícias", com idiotas famosos a tecerem a destruição final da sociedade.

Lá está o louco do Blair a apelar para um ataque ao Irã e o secretário da educação, Ed Balls, a vender os seus diplomas falsos, e o primeiro-ministro Gordon Brown, que acabou de receber Rupert Murdoch e Alan Greenspan, a anunciar o seu "regresso à liberdade" juntamente com as suas últimas "reformas" que são uma safadeza para com a instituição que personifica a liberdade na Grã-Bretanha: o Serviço Nacional de Saúde. Nenhum deles tem a mais pequena ligação com as pessoas que mantêm o meu hospital a funcionar. O divisor de águas na Grã-Bretanha de hoje está entre uma sociedade representada por aqueles que mantêm o Serviço de Saúde a funcionar, e a sua mutação sintetizada pelo governo trabalhista de Blair e de Brown.

No filme *Sicko*, de Moore, o socialista Tony Benn profetiza uma revolução na Grã-Bretanha se o SNS for abolido. Mas o Serviço de Saúde da Grã-Bretanha está a ser destruído por desgaste, e se as últimas "reformas" não forem impedidas, será tarde demais para erguer barricadas. Em 5 de outubro, o secretário da Saúde, Alan Johnson, aprovou uma lista de catorze empresas que serão consultoras e assumirão a "delegação de poderes" dos serviços do SNS. Ser-lhes-á dada a possibilidade de escolha, se não o próprio controle, sobre quais os tratamentos que os doentes devem receber e quem é que os irá proporcionar. Elas têm garantidos lucros de muitos milhões.

Essas empresas incluem as americanas *UnitedHealth*, *Aetna* e *Humana*. Estas organizações totalitárias têm sido multadas muitas vezes pelo seu conhecido papel no sistema de serviços de saúde americanos. No ano passado, o diretor geral da *UnitedHealth*, William McGuire, que ganhava 125 mil dólares por ano, demitiu-se na seqüência de um escândalo de direito de opção. Em setembro, a companhia aceitou pagar 20 mil dólares de multa "por não atender a reclamações e não responder às queixas dos doentes". A *Aetna* teve que pagar 120 mil dólares de indenização depois de um júri na Califórnia a ter condenado por "má-fé, opressão e fraude". No filme *Sicko*, mostra-se uma analista médica da *Humana* a testemunhar no Congresso que provocou a morte de um homem por lhe recusar assistência para poupar o dinheiro da empresa. Todos os anos morrem cerca de 18 mil americanos porque não têm acesso aos cuidados de saúde ou porque não os podem pagar.

Estas empresas são as amigas do governo trabalhista. Simon Stevens, antigo conselheiro da política de saúde de Blair, é hoje diretor executivo da *UnitedHealth*. Julian Le Grand, que escreve no *Guardian* como um distinto professor, dá a sua aprovação esclarecida às "reformas" – também ele foi conselheiro de Blair.

Em Manchester, há outras "reformas" em vias de destruir os serviços do SNS para os doentes mentais. William Scott suicidou-se depois de deixar de ter o apoio de um trabalhador do SNS que tratou dele durante oito anos. O que tudo isto significa é que o SNS está a passar sub-repticiamente para a privatização. É esta a política não confessada do governo de Brown, cujas ações predadoras no exterior estão a ser copiadas internamente. Foi Brown, enquanto tesoureiro, que promoveu a desastrosa "iniciativa financeira privada" como uma artimanha para construir novos hospitais, enquanto entregava enormes lucros a companhias suas protegidas. Em conseqüência disso, o SNS está a ser sangrado em 700 mil libras por ano. Isto provocou uma desnecessária "crise financeira" que é o argumento do 'Ardil 22' **[NT1]** para permitir que apareçam mais oportunistas para se apoderem do que foi outrora a maior proeza do antigo governo trabalhista. Vamos permitir que eles se safem com isto?

*Jornalista

[NT1] Na novela *Catch 22*, de Joseph Heller, a expressão 'Ardil 22' adquiriu um uso idiomático com o sentido de 'beco sem saída'.

NR: Publicado no *site* português Resistir.info

Movimento

Manifestantes ocuparam prédio da ANP contra Leilão

Contra o avanço da privatização do petróleo, movimentos organizados se instalaram na sede da Agência Nacional do Petróleo, na última terça

Fotos: Samuel Tosta

IMAGENS DA OCUPAÇÃO DO PRÉDIO DA ANP NA AV. RIO BRANCO, NO CENTRO DO RIO, NOS DIAS 27 E 28, CONTRA A 9ª RODADA DE LEILÃO DAS RESERVAS DE PETRÓLEO E DO GÁS DO PAÍS

Trezentas pessoas ocuparam o prédio da Agência Nacional do Petróleo, na Avenida Rio Branco, Centro do Rio. A ocupação começou na manhã do dia 27 e seguiu até o dia 28. O ato caracterizou o repúdio dos trabalhadores à 9ª Rodada de Leilão das Reservas de Petróleo e Gás do país. A rodada ofereceu 271 blocos em 14 setores, totalizando 73.078,70 km² em áreas de elevado potencial, novas fronteiras e bacias maduras. Com a rodada, o governo brasileiro prossegue com a entrega das reservas de petróleo e gás do Brasil às empresas privadas nacionais e estrangeiras.

A 9ª Rodada foi marcada por ofertas altíssimas feitas por empresas estreantes e por uma presença menos intensa da Petrobras no leilão, ou seja, a estatal privatizada perdeu a hegemonia na aquisição das bacias frente às demais empresas compradoras. As novatas da indústria petroleira, sobretudo empresas nacionais de grande e médio porte, foram agressivas nas ofertas por novas áreas para exploração e produção de petróleo e gás.

"A maioria dos países da América Latina, dos governos ditos de esquerda, está fazendo uma atuação contrária à do governo Lula. Essa questão da soberania, da energia, do petróleo, do gás, está sendo levada de forma diferente. Nós do Brasil, devido à lei da época do Fernando Henrique, estamos seguindo a agenda", disse o diretor estadual do Movimento dos Sem-Terra (MST), Marcelo Durão.

Em declaração ao Jornal da Adufrj, o ativista defendeu a legitimidade da ocupação da ANP como um momento de reflexão sobre a expropriação das riquezas do país. "A idéia era tentar parar o leilão, mas a gente não conseguiu porque eles o adiantaram – iria ser em dois dias e eles fizeram tudo em um dia só. O presidente (da ANP), Haroldo Lima, está certo de que isso é uma coisa coerente, pois ele diz assim: 'Se a Petrobras entra em outros países por que outros países não podem entrar aqui no Brasil'? A idéia dos movimentos sociais que ocuparam a agência é repensar a questão da soberania a partir da questão energética", explicou Durão.

Participaram do ato na ANP, o Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Frente Nacional Petroleira (FNP), a Federação Única Petroleira (FUP), a Frente Internacionalista dos Sem teto (FIST), a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Os deputados estaduais Paulo Ramos

(PDT-RJ) e Marcelo Freixo (PSOL-RJ) também estiveram presentes na ocupação a fim de assegurar a legitimidade da entrega da carta de reivindicações ao assessor do presidente da ANP, o que só aconteceu às 21h do dia 27/11.

"A ocupação foi legítima porque é uma questão de soberania nacional. A con-tinuidade das práticas dos leilões oriundas do governo FHC e nesse governo Lula é um absurdo, pois fere um principio central de um processo de desenvolvimento de soberania do Estado em áreas estratégicas. É pegar as áreas de exploração de petróleo e gás e entregar aos interesses do mercado e das multinacionais; o que faz com que toda a exploração desses produtos vá para a lógica do mercado externo e não interno", afirmou ao Jornal da Adufrj o deputado estadual Marcelo Freixo.

O parlamentar ainda atentou para o verdadeiro papel do Estado, que em vez de se preocupar com a entrega de suas riquezas ao capital privado, deveria destiná-las para a melhoria da qualidade de vida da população. "Tira-se da prioridade o aten-dimento à população brasileira, fazendo com que o Estado atenda os interesses da iniciativa privada. Isso é quebra de soberania e é muito grave. O papel do Estado deve ser de interesse público", argumentou Freixo.

Para os manifestantes, o resultado da ocupação foi cumprida, pois conseguiram mostrar para a ANP e para as empresas exploradoras que, enquanto os leilões continuarem, os movimentos têm força para reivindicar. "O recado foi dado: não vamos cessar nossas atividades; esta ocupação foi só o início", relatou Marcelo Durão.

A ocupação foi suspensa às 23h do dia 28.

Opinião

O leilão de nosso petróleo e gás

José Domingues de Godoi Filho*

A Petrobrás, criada em 1953, tem garantido, desde então, o abastecimento de petróleo e gás no país, além de ser respeitada mundialmente pelo seu alto nível de capacitação científica e tecnológica. Até a década de 90, o monopólio do petróleo, de propriedade da União, era exercido exclusivamente pela estatal, mesmo depois das malfadadas tentativas de realização de contratos de risco com empresas estrangeiras para pesquisa e exploração, que não produziram nada em termos de óleo ou gás.

No início dos anos 90, com a eleição de Collor, intensificaram-se os ataques contra a Petrobrás, os quais começaram dar resultados no primeiro ano do mandato do governo FHC com a aprovação da Emenda Constitucional nº 9/1995, que modificou o § 1º do Artigo 177 da C.F. e permitiu que a União pudesse, a partir de então, contratar empresas privadas para pesquisar, lavrar, refinar, importar, exportar e transportar petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluídos.

Em 1997, continuando os ataques à Petrobrás e em nome da reforma do Estado, o governo FHC promulgou a Lei 9478/97, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e a Agência Nacional do Petróleo (ANP), além de iniciar o processo de venda de ações da empresa e dar continuidade ao programa de desestatização das empresas petroquímicas.

Desde 1998 até os dias de hoje, com os leilões das áreas promissoras em petróleo e gás, as multinacionais passaram a controlar mais da metade dessas áreas. Conforme demonstram relatórios da Petrobrás e dados que podem ser obtidos nas páginas do Ministério de Minas e Energia e da ANP, a estatal brasileira possui cerca 26,4% (80,3 mil km²) de áreas exploratórias e divide com outras empresas, inclusive multinacionais, 23,8% de outras áreas exploratórias (72,5 mil km², dos quais a Petrobrás detém 39,9 mil km² e, em parceria, 32,6 mil km²).

Com os leilões que continuam sendo realizados, 49,8% (151,8 mil km²) estão nas mãos de outras empresas, principalmente multinacionais. Mais uma contradição do governo Lula, que divulga investimentos para nacionalizar o setor de construção de navios e de plataformas para exploração de petróleo, encomendados pela Petrobrás.

Ou seja, de um total de 304,6 mil km²,a Petrobrás detém uma área de 152,8 mil km² e uma área líquida de 120,3 mil km², enquanto as multinacionais avançam e estão com uma área total de 151,8 mil km².

Pela legislação vigente, o petróleo e o gás encontrados são propriedades da empresa produtora, que tem total autonomia para fazer o que quiser, inclusive exportá-lo por completo. O que, por exemplo, já está fazendo a Shell que exporta cerca de 70 mil barris/dia; e a Repsol-YPF, que optou por fechar a refinaria de Manguinhos e exportar o nosso petróleo. Até mesmo a Petrobrás, pelas absurdas regras dos contratos de concessão, terá que fazê-lo. Some-se o fato de que a aquisição das áreas promissoras ocorreu quando o preço do petróleo oscilava entre US$ 30 e US$ 50 o barril, estando hoje na faixa de US$ 90, com perspectivas de ultrapassar os US$ 100 na próxima década e a discussão sobre a proximidade concreta de se atingir o pico de produção de petróleo no mundo.

Diversas entidades de petroleiros, partidos políticos, sindicatos e outras organizações da sociedade brasileira, desde o governo FHC, têm se manifestado contra a realização dos leilões e reivindicado o fim das licitações das bacias sedimentares por entenderem que representam a continuidade do processo de privatização iniciado nos governos anteriores e mantido no governo Lula. De nada adiantaram, até o momento, os inúmeros protestos e as ações judiciais.

No último dia 8 de novembro, o CNPE, através da Resolução nº 6, divulgou os resultados da perfuração de 15 poços, além de testes em oito deles na área denominada Pré-Sal, província Tupi, de cinco mil a sete mil metros de profundidade, entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, nas bacias do Espírito Santo, de Campos e de Santos, feitos pela Petrobrás. Informou, ainda, que os testes indicaram a existência de grandes volumes de óleo leve de alto valor comercial (30 graus API), e grande quantidade de gás natural. A Petrobrás é operadora da área, detendo 65% da mesma. A britânica BG detém 25% e a portuguesa Petrogal-Galp Energia, 10%.

Como conseqüência, foram retirados 41 blocos da província Tupi da 9ª Rodada de Licitações, mas ainda assim foi mantida a realização do leilão. Contraditoriamente, também foi determinada a retomada da 8ª Rodada de Licitações que estava *sub judice* na 9ª Vara Federal, por limitar a participação da Petrobrás no leilão e que contém áreas da província Tupi.

No último dia 27, mesmo com a manifestação de várias entidades, em várias cidades brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro, o governo não atendeu às reivindicações pela suspensão imediata dos leilões e realizou o quarto leilão do governo Lula de nossas áreas, potencialmente produtoras de petróleo, nas quais a Petrobrás investiu vultosos recursos dos cofres públicos para descobri-las.

A novidade do leilão foi a participação, pela primeira vez, da OGX, do empresário Eike Batista que arrematou a maior parte dos blocos (21 em 25 que disputou), assegurando que *"nós fizemos a avaliação e pagamos barato, pois são áreas de alto potencial"*. Enquanto isso, o Ministério Público de Mato Grosso do Sul, pedia a suspensão da licença de instalação da EBX Siderurgia Ltda, do mesmo empresário, em Corumbá –MT, por ter contrariado a legislação ambiental, como já fizera na sua tentativa de se instalar no lado boliviano. Já dá para imaginar o que o Eike Batista fará durante a exploração de gás e óleo, nas bacias de Campos e Santos, perto dos portos que pretende ter em Peruíbe e Campos, e nas termoelétricas que lá pretende construir. No mais da nona rodada, apenas uma pequena participação das multinacionais que estão mais interessadas nos 41 blocos retirados do leilão.

Amplo debate sobre soberania é urgente

As dimensões das descobertas da província Tupi, o cenário mundial que aponta para a proximidade de se atingir o pico de produção mundial de petróleo, as dificuldades de substituição significativa do petróleo por outro recurso energético nos próximos trinta anos e a nova posição do Brasil em termos de disponibilidade de combustíveis fósseis são fatores que justificam a realização urgente de um amplo debate sobre a exploração que atenda ao interesse da na nação brasileira. Deve haver uma revisão da Lei 9478/97 para salvaguardar a nossa soberania e garantir que o petróleo e gás produzidos sejam prioritariamente para abastecer o nosso país. Uma rediscussão da matriz energética brasileira e o planejamento das políticas públicas que envolvem os setores agro-pecuário, mineral, industrial, de construção civil, de serviços, de transportes e residencial também são essenciais.

*Professor da UFMT/ICET/Departamento de Geologia Geral

Universidade

Atilio Boron fala sobre esquerda e direita na América Latina

A conferência foi realizada para estudantes e professores no *campus* da Praia Vermelha. Na ocasião, o professor argentino lançou o livro *A teoria marxista hoje*

Organizado pelo Laboratório de Estudos Marxistas (Lema) do Instituto de Economia, o debate *Populismo, esquerda e socialismo na América Latina hoje*, realizado no último dia 27, no Auditório do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, contou com uma conferência de Atilio Boron, da Universidade de Buenos Aires. Na ocasião, foi lançado o livro *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas*, do qual Boron é um dos organizadores. O título está sendo publicado pela editora Expressão Popular e faz parte da Coleção Campus Virtual do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais (Clacso).

Atilio Boron iniciou criticando a análise feita por Jorge Castañeda de que havia riscos de um ascenso do populismo na América Latina contra as políticas neoliberais. Boron centrou sua crítica na avaliação de que hoje a categoria "populismo" não pode ser aplicada na análise dos processos de enfrentamento do imperialismo em curso na América Latina, especialmente nos países da Área de Livre Comércio Bolivariana (Alba), Cuba, Bolívia e Venezuela.

Em sua apresentação, criticou o pensamento dominante que tenta apagar a diferença entre as categorias sociológicas "direita" e "esquerda", e lembrou a análise do italiano Norberto Bobbio feita em meados dos anos 1990. Para Boron, os governos de Hugo Chávez, na Venezuela; Evo Morales, na Bolívia; e o de Rafael Correa, no Equador, seriam essencialmente de esquerda pelo fato de ao longo do tempo estarem demonstrando que, ao contrário dos governos neoliberais latinos, encamparem e praticarem políticas de estatização de serviços e bens essenciais e de recuperação de poder aquisitivo das camadas empobrecidas desses países, através de políticas de subsídios aos bens de consumo populares.

As boas e más esquerdas

Atílio Boron criticou o que chama de 'boa esquerda', caracterizada por governos de países como o Brasil e o Chile. Para o cientista social, a direita capitalista latino-americana não conseguiu implementar, sozinha, o neoliberalismo na América Latina. "Tiveram que realizar políticas de sobrevivência. Por sorte, Lula, no Brasil; Michelle Bachelet, no Chile; e o ex-presidente Alan Garcia, no Uruguai, afastaram para os capitalistas o 'antigo monstro populista' da América Latina", comentou Boron, em referência a uma campanha desencadeada por um dos autores do livro *Manual do perfeito idiota latino-americano* (1997), Álvaro Vargas Llosa, em um artigo publicado na revista Veja em maio último. Em suas linhas na conservadora revista, Álvaro Vargas Llosa concentra esforços em desqualificar Chávez e Morales, chamando de novos idiotas os que são por estes 'inspirados', além de, é claro, bater duro em Fidel Castro, que seria para Llosa o inspirador maior do 'idiota latino-americano'. Ou de todos os se posicionam contra o sistema capitalista, a democracia liberal e o sistema financeiro que secularmente expropria os trabalhadores das Américas.

Fotos: Manuella Soares

MARIA MALTA, PROFESSORA DO LEMA, ROBERTO LEHER E ATILIO BORON

Atílio Boron chamou a atenção para a campanha que faz o Capital internacional e seus representantes na América do Sul contra a chamada 'má esquerda', que seria formada para os neoliberais, pelos representantes do 'atraso', os 'arcaicos' ou os anti-imperialistas. Boron lembra que esse embate ideológico contra o chamado 'populismo de esquerda' começa em 1989 com o Consenso de Washington (conjunto de medidas formulado por economistas do FMI e Banco Mundial para os países devedores). "Naquele momento, eles (a direita) já falavam contra a indisciplina fiscal, que os governos da América Latina gastavam mais do que arrecadavam, ou seja, que não sobrava para pagar a dívida externa, deles. A segunda crítica era aos que concediam aumento de salários, o que geraria inflação. Esses governos eram caracterizados como 'populistas econômicos'", historiou o professor.

Em uma conjuntura em que governos ditos de esquerda praticam políticas contra os serviços públicos, contra direitos trabalhistas e outras medidas consideradas de 'direita'; e, ao mesmo tempo, governos ou partidos tradicionalmente de direita apóiam iniciativas até então privativas do ideário de 'esquerda', comentou Atilio, "não haveria a menor importância em diferenciar 'esquerda' de 'direita'". Mas o cientista social deu exemplos concretos de que há sim diferenças que determinam o que chamou de 'simulacro democrático' dos governos de direita travestidos de esquerda. "Em 1983, a relação entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres na Argentina era de treze para um (13:1). Em 2006, essa relação pulou para 31:1. Na verdade, apesar de falarmos de um período democrático houve claramente um aumento da uma desigualdade social, um 'simulacro democrático'", criticou.

APÓS O DEBATE, O PROFESSOR ATILIO BORON AUTOGRAFA O LIVRO "A TEORIA MARXISTA HOJE. PROBLEMAS E PERSPECTIVAS", DO QUAL É UM DOS ORGANIZADORES

Para Boron, se adotássemos ainda a conceituação feita pelos autores de direita, críticos do chamado 'populismo', em relação aos EUA, veríamos que, a rigor, seria o governo de George Bush caracterizado como populista e não os integrantes do Alba.

Protagonismo popular na Venezuela

O professor da Faculdade de Educação e diretor da Adufrj-SSind, Roberto Leher, participou como debatedor da mesa e concordou com as considerações do conferencista. Para Roberto, a categoria "populismo" não explica o que está acontecendo na Venezuela e na Bolívia. Para Leher, não é possível tratar o "chavismo" apenas com uma leitura superficial do processo histórico que está ocorrendo na América Latina nos últimos anos. "É evidente que há uma participação protagônica em curso das populações nas periferias na Venezuela. Há uma auto-organização em curso nesse país e isso é importante".

Para o professor da UFRJ, as críticas de direita ao "populismo" na América Latina têm uma característica "eurocêntrica e racista". Para eles (direita), as populações periféricas não teriam a racionalidade suficiente para tomar suas decisões na condução política dos países. Esse é um discurso racista e, diria até, fascista". Leher elogiou a distinção feita por Boron entre a "boa esquerda" e a "má esquerda", que seria justamente a esquerda anti-sistêmica dos países em processo de retomada das perspectivas de transformação na direção do socialismo.

Leher fez uma análise dos impactos da conjuntura latino-americana no Brasil e chamou a atenção para o Programa de Aceleração do Crescimento do governo Lula. Para o professor, o PAC seria a materialização da esquecida Área de Livre Comércio das Américas (Alca) que os governos neoliberais anteriores não conseguiram implementar."Se formos observar atentamente, o PAC consolida, com as parcerias público-privadas, a manutenção das veias abertas da América Latina e da consolidação da expropriação de nossos bens naturais, água, gás e outras fontes energéticas e naturais". Utilizando a metodologia de análise de Boron e as considerações de Leher ficou bastante claro para os presentes que o governo de Luis Inácio definitivamente só pode ser considerado um governo que opera as políticas imperialistas no Brasil e na América Latina.

Almoço de confraternização

No dia 17 de dezembro, segunda-feira, a partir das 13 horas, na Churrascaria Estrela do Sul do Norte Shopping, os funcionários, a diretoria e o Conselho de Representantes da Adufrj-SSind estarão realizando sua confraternização de fim de ano. Convidamos todos os sindicalizados da Adufrj-SSind para participar conosco deste evento. A Churrascaria cobra pelo rodízio R$ 31,00 por pessoa. O Norte Shopping fica na Av. Dom Helder Câmara s/n, em Del Castílho.

Compareçam!

Segunda greve de fome em dois anos

O bispo de Barra, na Bahia, D. Luiz Cappio, completa nesta terça-feira, 11/12, duas semanas à base de soro caseiro e água filtrada do Rio São Francisco. O motivo é a retomada das obras de transposição do rio. Em 2005, o presidente Lula se comprometeu com o religioso que o governo estudaria alternativas à transposição. Páginas 8 e 9

Assembléia Geral

12/12 ***13:30***

quarta-feira

Auditório G1

Faculdade de Letras

Pauta

1) Campanha Salarial
2) Participação da Adufrj-SSind no 27º Congresso do Andes-SN
   a) eleição de delegados e observadores, e
   b) posições sobre as propostas de resolução

AdUFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 563 11 de dezembro de 2007

Governo desvincula a titulação do vencimento básico com apoio da CUT e de sua assessoria no movimento sindical

Editorial e páginas 10 a 12

Editorial

O acordo do governo "com ele mesmo"

Ao desvincular a titulação do vencimento básico dos docentes das IFES, por meio de termo de acordo assinado com a CUT e com a sua assessoria no movimento sindical (Proifes), o governo inaugura uma prática que afronta as Convenções da OIT, a Constituição e impõe uma situação de emergência não apenas para a universidade e para o Andes-SN, mas para a débil democracia do país. A recusa em reconhecer os sindicatos dos docentes das instituições de ensino superior (Andes-SN) e dos trabalhadores da educação técnica e tecnológica (Sinasefe) é parte de um processo maior de isolamento de todas as entidades que não comungam os objetivos da coalizão de classes que reprimariza e recoloniza o país.

Antecedentes

O Andes-SN participou sistematicamente de todas as inúmeras (e infrutíferas) reuniões no MEC e no MPOG para discutir e negociar um acordo que pudesse assegurar um novo padrão salarial para os professores e recompor a carreira docente destroçada por incontáveis planos econômicos e pelas medidas governamentais que objetivaram a flexibilização da carreira e dos direitos trabalhistas dos docentes. Entretanto, desde 2003, as negociações não chegaram a acontecer, pois, sempre que o governo tinha de apresentar a ordem de grandeza dos recursos disponíveis para que um acordo satisfatório pudesse ser firmado, os números desmentiam cabalmente o interesse do governo de fechar um acordo que pudesse garantir condições dignas de remuneração aos docentes. A rigor, os obstáculos foram também de concepção: a resistência do governo de incorporar a GED e de assegurar real isonomia com os docentes da carreira de 1º e 2º graus e a paridade entre os ativos e os aposentados deve-se também à crença de que o Estado deveria adotar critérios e referências do setor privado no serviço público, nos termos do modelo de Estado gerencial em curso desde FHC.

Somente em virtude de greves que o governo desejou longas para desgastar o Sindicato e a própria universidade é que houve avanços muito pontuais e débeis como a não avaliação anual da GED, a sua extensão nos valores máximos a todos os professores da ativa e uma lenta e gradual ampliação da pontuação da GED aos aposentados. Ainda mais complicadas foram as negociações da carreira de 1º e 2º graus. Desde FHC, há um projeto em curso de desvincular as duas carreiras do magistério do PUCRCE. Coerente com esse propósito, o MEC tem se recusado a negociar de forma integrada ambas as carreiras, de modo a garantir a necessária isonomia entre as mesmas.

A campanha salarial de 2007

Como desdobramento da mais extensa greve das IFES, a campanha salarial de 2007 foi discutida a partir dos parâmetros defendidos historicamente pelo Andes-SN, como isonomia entre as carreiras da educação básica e superior, a paridade entre os ativos e os aposentados, incorporação da GAE e a valorização da DE. A experiência de cinco anos de governo Lula da Silva indicava que as negociações seriam difíceis, sobretudo pelas distintas concepções de docência, dignidade do trabalho e, mais amplamente, de universidade, fato evidenciado com o Reuni. Ademais, o arrocho salarial somente poderia ser revertido pela alocação de mais recursos para as negociações. Ciente desse quadro, o Andes-SN vem sinalizando que a reconstrução da carreira e da malha salarial poderia ser realizada de modo gradualista se o governo se comprometesse em organizar um calendário que não fosse protelatório.

A despeito da inegável disposição de diálogo por parte do Andes-SN e do Sinasefe, intempestivamente, o governo rompeu negociações. Tornou-se evidente que o governo não pretende aceitar modificações em sua política de conversão das universidades em organizações de ensino terciárias voltadas para o ensino aligeirado. Como tem feito em todos os momentos em que seu braço sindical pode ser útil aos seus propósitos, como no período do *mensalão* ou de aprovação do Prouni (ocasião em que o então presidente da CUT tornou-se garoto propaganda do programa em *out-doors*), o governo convocou a CUT a dar uma chancela sindical ao "acordo", mesmo sem ter a legitimidade (e a legalidade, visto que o projeto de sindicato orgânico não foi aprovado) de negociar em nome dos professores. Este acordo foi subscrito também pela assessoria sindical do governo: o Proifes.

Por que o governo adotou esse método ilegítimo para tentar impor o acordo como fato consumado?

O governo sabia que o Andes-SN e o Sinasefe não aceitariam a desvinculação da titulação do vencimento básico, pois somente uma entidade aliada incondicionalmente ao governo aceitaria um retrocesso pré-PUCRCE (1987). Quem aceitaria retirar o principal sustentáculo de uma carreira acadêmica que é a titulação do vencimento básico, convertendo-a em uma gratificação que pode ser congelada ao bel prazer do governo? Somente a CUT, que atualmente não tem mais nenhum constrangimento de ser o braço sindical do governo, aceitaria esse papel.

A investida governamental contra os sindicatos é de largo fôlego, pois contrariando os princípios universalmente acordados na OIT, o governo tenta impedir que a negociação se dê com o legítimo sindicato que representa a categoria em todo país. Doravante, o governo se dispõe a negociar o futuro da carreira docente apenas com a sua assessoria sindical e com a Central sindical que hoje vive em simbiose com o governo, a CUT, ou seja, pretende negociar apenas com o seu espelho!

O Andes-SN, junto com as demais entidades e movimentos comprometidos com a liberdade de auto-organização dos trabalhadores, estará empenhado e mobilizará docentes, entidades, movimentos, parlamentares objetivando forçar o governo a retroceder em seu ato anti-sindical. São a democracia e a universidade que estão em questão com essa medida governamental. O Andes-SN lutará para reverter essa medida, mas não deixará de promover lutas mesmo sem o reconhecimento sindical do governo. Durante os ásperos anos da ditadura empresarial-militar, os servidores não possuíam direito de greve, mas foi em uma memorável greve que os docentes das IFES conquistaram o PUCRCE que o governo Lula da Silva pretende desmontar! Coletivamente, os professores saberão encontrar as melhores formas de luta para impedir mais esse grave retrocesso!

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Maria Cristina Miranda da Silva **1º Vice-Presidente:** Roberto Leher **2º Vice-Presidente:** Roberto José de Lima **1º Secretário:** Luis Paulo Vieira Braga **2ª Secretária:** Anita Handfas **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Química:** Marylena Barreiros Salazar (titular); **Faculdade de Educação:** Herli Joaquim de Menezes (titular); **Escola de Serviço Social:** Cleusa dos Santos (titular); Janete Luzia Leite (titular); Ângela Maria Hygino Rangel (titular); **Colégio de Aplicação:** Regina Célia de Souza Pugliese (titular); Célia Brito Teixeira Gama (titular); Vania Maria Rocha Gomes Hozumi (suplente); **Faculdade de Medicina:** Maria da Conceição Zacharias (titular); **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Marilurde Donato (titular); Walcyr de Oliveira Barros (titular); **Escola Politécnica:** José Henrique Erthal Sanglard (titular) **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **Redação:** comunica@adufrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Comunicação

Mídia conservadora prepara população para aceitar violência contra movimentos

Najla Passos*

Novelas e filmes preparam população para aceitar repressão ao movimento estudantil, denunciam pesquisadores

A mídia tem exercido papel fundamental no processo de criminalização dos movimentos sociais brasileiros, mais recentemente do movimento estudantil, reprimido com violência nunca vista antes em períodos de governos democráticos. Essa é a avaliação de jornalistas, pesquisadores e intelectuais que estiveram reunidos no 13º Curso do Núcleo Piratininga de Comunicação – NPC: Ação e prática dos trabalhadores na comunicação contra-hegemônica, realizado de 21 a 25 de novembro, no Rio de Janeiro.

"Para entender esse processo, é preciso ficar atento ao efeito provocado no público por obras como o filme Tropa de Elite, e a novela Duas Caras, que repetem o papel tradicional dos aparelhos de manutenção da hegemonia de criminalizar as chamadas classes perigosas", alertou a jornalista e coordenadora do NPC, Claudia Santiago, instigando um público de cerca de 200 pessoas, entre jornalistas, dirigentes sindicais e militantes de movimentos sociais e populares a debater mais profundamente o assunto.

Para a jornalista, esses produtos culturais que exercem forte influência sobre o pensamento e o comportamento dos indivíduos teimam em passar visões distorcidas sobre o movimento estudantil brasileiro. É o caso da novela de Aguinaldo Silva. "É um desrespeito tratar o movimento estudantil daquela maneira", afirma.

Para Claudia, a novela tem indícios de ser encomendada pelos grandes organismos internacionais interessados na entrada do capital estrangeiro na educação brasileira, no momento em que instituições privadas estão abrindo seu capital na Bolsa de Valores de São Paulo e o setor torna-se altamente cobiçável para os investidores internacionais.

Para ela, o entretenimento pode, também, ter o objetivo de preparar a população para não revidar às ações repressivas e truculentas que, por ventura, o Estado e as elites comprometidas com o capital financeiro precisem vir a tomar, em função da manutenção do que chamam de "ordem pública" e manutenção do status quo.

"Tropa de Elite exerce uma violência tremenda quando retrata estudantes e militantes dos direitos humanos como os principais responsáveis pela violência gerada pelo tráfico de drogas. É esse tipo de postura que reforça o discurso hegemônico de que militante de direito humanos só sabe defender bandido. Esse discurso é também a porta de entrada para discursos ainda mais conservadores e fascistas, como os da pena de morte, da prisão perpétua e da redução da maioridade penal", analisa.

Cultura para a violência

Tropa de Elite é o longa-metragem de maior sucesso do ano, em bilheteria e também em pirataria. Dirigido pelo cineasta José Padilha a partir de roteiro elaborado pelo capitão Rodrigo Pimentel, o filme conta a história de policiais do BOPE, o batalhão de elite da polícia militar carioca. Em meio a denúncias de tortura policial e desrespeito aos direitos humanos mais primários, o filme critica também a cumplicidade dos jovens universitários da classe média que atuam nas ONGs com os traficantes de drogas que comandam os morros

"Duas Caras" é a novela de Agnaldo Silva que estreiou no horário nobre das 20 horas, na Rede Globo, o canal hegemônico de televisão brasileira. Mesmo registrando um índice de audiência bem abaixo do esperado, a novela é vista diariamente por uma média de 40 milhões de brasileiros. Em capítulo recente, exibiu a ocupação da reitoria de uma universidade privada pelo "Movimento dos Sem-Escola", que acabou sendo expulso do local com a ajuda do batalhão de choque da Polícia, armada com cacetetes, escudos e bombas de feito moral, debaixo do coro de grandes atores globais que os taxavam de "sem-limite" e "sem-vergonha".

O mito das classes perigosas

A professora universitária e militante do grupo Tortura Nunca Mais, Cecília Coimbra, lembrou que o vínculo entre pobreza e criminalidade é produzido historicamente no Brasil desde meados do século XIX. Segundo ela, está completamente arraigada na percepção popular a idéia de que pobre é carente, faltoso e, por isso, perigoso. E, com o aumento da violência, a classe média se torna cada vez mais tolerante às práticas repressiva. "É aquela velha história do mal menor. Em função da nossa segurança (da classe média), aceitamos que o extermínio, a tortura e a repressão sejam praticadas. O Estado penal repressivo se maximiza, enquanto o estado social se minimiza", alerta.

Autora do livro "Operação Rio – o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública" (2001), Cecília Coimbra garante que a mídia tem exercido exemplarmente a função de preparar a população para conviver com as práticas violentas de repressão e desrespeito aos direitos humanos. "Antes da Operação Rio ser lançada, a imprensa produziu inúmeras matérias com o intuito de preparar a população para aceitar e aplaudir uma operação policial que resultou em mortes, desaparecimentos e torturas"

Segundo ela, os mesmos esteriótipos usados no passado para condenar os subversivos foram resgatados para marginalizar os pobres. Hoje, são retomados também para criminalizar o movimento estudantil. Em Tropa de Elite, os estudantes da classe média são drogadiços mal formados intelectualmente, que protestam contra a violência que eles próprios financiam através do consumo de drogas e da aliança com os mandatários das favelas. Em "Duas Caras", os líderes do "Movimento dos Sem-Escola" não são estudantes ricos matriculados em universidades particulares, mas garotos pobres, sujos e descabelados, que estão à margem do ensino superior.

*Imprensa Andes-SN

IPPMG recebe debate sobre fundações estatais

Projeto governista rejeitado pela Conferência Nacional de Saúde é analisado sob pontos de vista diferentes

Fotos: Kelvim Melo

A PROFESSORA SARA GRANEMANN DENUNCIA A PRIVATIZAÇÃO DOS HOSPITAIS ATRAVÉS DAS FUNDAÇÕES

O anfiteatro do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG) recebeu, no dia 30 de novembro, um debate sobre o tema das fundações estatais para a área da Saúde – modelo que foi rejeitado pela 13ª Conferência Nacional de Saúde, poucos dias antes. Além do próprio IPPMG, o evento foi organizado pelo HUCFF e pela Câmara de Hospitais da UFRJ.

Diretor de Atenção Básica da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia, Heider Pinto fez a defesa da proposta das fundações que o seu governo enviou para a assembléia legislativa daquele estado. Antes de mais nada, Heider fez questão de dizer que a proposta tinha origem num governo democrático e popular, comprometido com a reconstrução do estado: "Não é a lógica do mercado superior ao público, não é neoliberal ou estado mínimo. Pelo contrário, é um estado que se quer amplo, forte e efetivo. Com isso, a secretaria de Saúde é comprometida com a luta pelos direitos à saúde. E com a construção efetiva do SUS nos princípios da reforma sanitária", contou. Heider também ressaltou que o governo baiano discorda radicalmente dos modelos de Organizações Sociais (OS) ou Organizações Sociais de Interesse Público (Oscips) para gerenciar o sistema público de Saúde.

Novo modelo de gestão

Heider definiu fundações estatais como um novo modelo de gestão, com descentralização da autonomia, para que a tomada de decisões ocorra mais próxima daqueles que usam o produto: "Seria uma autarquia especial, sem fins lucrativos, exclusiva para atuação na parte de serviços sociais, com gestão contábil e orçamentária, gestão de pessoal e regime de compras e de aquisições das empresas estatais. O máximo de direito privado que tem numa fundação estatal é o que tem de privado numa Petrobrás, num Banco do Brasil, nos Correios e na Caixa Econômica Federal. Só que as fundações não atuam no mercado", disse.

Sobre as licitações, Heider esclarece que a fundação mantém-se subordinada à lei 8.666: "Mas, assim como a Petrobras, poderá abrir licitações especiais para compra de itens. E numa instituição que precisa comprar de 2,5 mil a 4 mil itens específicos, isso é fundamental. Hoje, os hospitais compram com muita dificuldade e caro. No futuro, haverá maior transparência e controle público".

Problema estaria na esfera federal

Apesar de defender o modelo de fundações em seu estado, Heider reconheceu que a tramitação do projeto federal 92/2007 atrapalhou o debate: "O problema está havendo na condução do debate na esfera federal, que criou diversos 'fantasmas'. A lei que foi ao Congresso foi muito complicada", disse. Heider também enxerga problemas até em questões político-partidárias: "Eu sou do PT. Hoje, as direções do partido são favoráveis, mas as correntes são contrárias. Se você quiser fazer sumir um dirigente do PT perto das eleições, é só pedir o posicionamento dele sobre fundações", brincou.

O contraponto

Coube à professora Sara Granemann, da Escola de Serviço Social da UFRJ, fazer o contraponto. Segundo ela, a adjetivação das fundações muda em vários lugares do país - no Rio de Janeiro, não são fundações estatais, mas fundações públicas de direito privado: "Mas querem dizer o mesmo. O que importa aqui é que são de direito privado", afirmou.

A professora diferenciou também a

Muitas dúvidas sobre as fundações

Após as exposições iniciais, a platéia também foi convidada a se manifestar sobre o tema. Sidnei Ferreira, 2º vice-presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), criticou o modelo das fundações. Para ele, o projeto do governo é muito claro ao afirmar que não haverá estabilidade para o servidor celetista. Só que o projeto não explicita como serão os planos de carreira de cada fundação e como será essa discussão: "Cada hospital pode ter sua fundação. Quem discutirá? A gestão é indicada pelos governos. Como vamos, nós trabalhadores, discutir?", questionou. Sidnei também lançou dúvidas sobre o cumprimento das metas das fundações: "E se não forem cumpridas as metas? Vão fazer o quê? Vão fechar o hospital? Vão demitir o gestor?". O médico acredita que aceitar a possibilidade de diferentes planos de carreira para os profissionais da saúde pública, via fundações, seria o mesmo que quebrar a espinha dorsal de todos os movimentos organizados do setor: "Essa é a verdade. O neurocirurgião ganhará R$ 10 mil. E o auxiliar de enfermagem? E o pediatra, que é o meu caso, vai continuar ganhando 1,3 mil?", completou.

Sidnei Ferreira

Diretor do HU pede mudanças

O diretor do HUCFF, Alexandre Pinto Cardoso, não se pronunciou sobre a proposta de fundações, mas explicitou a necessidade de mudanças no atual modelo: "Como gestor, enfrento problemas no mundo real. Chegou a nossa vez: temos que dar a resposta. Não temos mais condições de continuar com o atual modelo. Se vamos avançar pra lá ou pra cá... Temos que modificar, aperfeiçoar", disse. O diretor do hospital citou a inusitada situação em que o Tribunal de Contas da União (TCU) considera irregular quando a administração do hospital decide remunerar equipes que realizam transplantes em horário extraordinário: "E enquanto isso não for resolvido? Quem defende os interes-ses dos usuários?", perguntou.

Alexandre Cardoso

tramitação dos projetos nos estados do Rio e da Bahia: "Na Bahia, houve amadurecimento da proposta, com debates, antes do envio à assembléia legislativa. No Rio de Janeiro, sem debate, o projeto é aprovado enquanto os participantes da Conferência Nacional de Saúde (CNS), contrários ao projeto, ainda voltavam para o Rio (a primeira votação ocorreu no dia 21 e a segunda, com subemendas, no dia 27)". Sara acrescentou: "Se na Bahia é reivindicado como projeto de esquerda, aqui é encaminhado pelas forças mais à direita, de autoria do governo Sérgio Cabral. E votado pelos deputados petistas", criticou.

Financiamento é insuficiente

A palestrante observou que o debate não poderia partir da relação entre gestão e financiamento: "Na nossa concepção, é o financiamento que subordina todos os aspectos, inclusive a gestão", disse. Sara mostrou uma tabela com as receitas e despesas da Seguridade Social nos anos de 2005 e 2006, elaborada pelos fiscais da Previdência Social.

No ano de 2005, foram recolhidos R$ 278 bilhões. No ano de 2006, R$ 303 bilhões. No ano de 2005, foram gastos 220 bilhões. E em 2006, 255 bilhões: "O resultado é que há um superávit enorme na Seguridade Social. No ano de 2005, de quase 58 bilhões. E em 2006, de R$ 48 bilhões", lembrou à platéia.

Sara mencionou, ainda, um estudo da professora Denise Gentil, do Instituto de Economia da UFRJ, sobre a receita arrecadada de 1995 até 2006, sem contar 2002 (cujos dados não estão disponíveis até hoje), de apenas três contribuições (Cofins, CPMF e Contribuição sobre o Lucro Líquido – CSLL): "Foram arrecadados R$ 804,5 bilhões, nesses doze anos. E gastou-se, nesse período, com a Seguridade Social, a recuada e irresponsável quantia de R$ 422,3 bilhões", comentou. "Ou seja, o não-gasto com a Seguridade é quase equivalente ao gasto. Tenho a observação que, se estes recursos tivessem sido aplicados na Seguridade Social, não estaríamos aqui discutindo gestão. Estaríamos em outro patamar", destacou.

Fundações aprofundam contra-reforma de Bresser Pereira

Do ponto de vista de Sara, as fundações não aprofundam a reforma feita em 1988, com a Constituição Federal; elas aprofundam a contra-reforma de 1998, ou seja, compõem a contra-reforma do Estado, defendida pelo ex-ministro de FHC, Bresser Pereira: "De destruição dos direitos do mundo do trabalho e de cerceamento da univer-salidade das políticas sociais. O próprio Bresser, em artigo de outubro deste ano, em sua página eletrônica, diz que as fundações estatais são uma variação das diretrizes defendidas por ele", observou.

A professora da Escola de Serviço Social também considera que o projeto enviado ao Congresso e formulado pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério da Saúde (PLC 92/2007) "é mais perigoso pelo que ele não diz do que pelo que ele diz". Um item que preocupa a professora, logo de início, é o orçamento: "Precisa a fundação de direito privado, para fazer os seus serviços, estabelecer um contrato de gestão, a cada ano, com o ente federal ou estadual. Mas não há recursos no orçamento. Para orçamento de 2008, 48% estão comprometidos para pagar juros da dívida, fora o superávit primário. Então, como as fundações vão resolver isso? Gerando receitas adicionais, pela aplicação em mercado financeiro, pelo estabelecimento de convênios e recebimento de doações, entre outros. Assume então um caráter de empresa privada, sim", disse.

Projeto do governo ataca unidade dos trabalhadores

Outro ponto preocupante diz respeito à força de trabalho, uma vez que o projeto diz que cada fundação poderá ter seu próprio plano de cargos e salários: "Se isso não é um ataque frontal à unidade dos trabalhadores na área da Saúde, na área da Previdência, na área da Assistência Social, custo a entender o que seriam as reestruturações postas em curso", afirmou.

Sara também lembrou que a legislação do serviço público apresenta mecanismos para demitir maus profissionais: "Não é verdade que não existe legislação para mandar embora o mau servidor. Se ela não é utilizada, aí sim é um problema de gestão".

Diferente do que afirmou Heider, Sara entende que as fundações têm o controle social substituído por outras instâncias, como diretoria-executiva, conselho curador e conselho fiscal. "É como diz Conceição Resende, a assessora técnica do deputado Pepe Vargas (PT-RS) (parlamentar que encaminhou o projeto governista ao Congresso). Na concepção dela, é um projeto requentado de neoliberalismo, adjetivado como público para facilitar a assimilação pela população", completou. A professora citou ainda o jurista e professor Dalmo Dallari e a juíza federal Salete Maccalóz: "Autoridades no debate jurídico, defendem que essas novas formulações se prestam a uma coisa só: diminuir o tamanho do Estado com falsas formulações do que seria expandir o Estado".

UFRJ

Faculdade de Educação e CAp realizam Encontro Internacional de Educação e Cinema

Um dos objetivos dos pesquisadores e professores que participam do Cinead é fazer os estudantes realizarem seus filmes na escola

Aconteceu nos dias 29 e 30 de novembro no Fórum de Ciência e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), *campus* Praia Vermelha, o I Encontro Internacional de Educação e Cinema. O evento foi organizado pelo projeto de pesquisa e extensão *Cinema para Aprender e Desaprender*, do Laboratório do Imaginário Social e Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação (CINEAD-LISE-PPGE), em parceria com o Colégio de Aplicação da UFRJ e com a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-Rio).

Com o objetivo e aprofundar as discussões entre cinema e educação e abrir espaço para novos campos de debates sobre o tema, o evento contou com a presença de educadores e profissionais que, de alguma forma, seja através de projeções e debates ou até mesmo a realização de produções com os alunos, levam o cinema para dentro das salas de aula. Além de docentes e estudantes, também estiveram presentes representantes de projetos sociais que englobam educação e cinema.

O Cinead nasceu dos estudos de pós-doutoramento da professora da Faculdade de Educação Adriana Fresquet, nos anos de 2004, e de quando, em aulas de Psicologia da Educação, no *campus* do Fundão, organizou um grupo de pesquisa que mobilizava alunos de licenciatura de várias áreas, com a participação de professores de escolas de ensino médio da rede pública.

Em 2006, o grupo estabeleceu um fértil contato com o Colégio de Aplicação da UFRJ e foi criado o laboratório como uma parceria entre este e a Faculdade de Educação. De acordo com Adriana, o trabalho do Cinead se fundamenta na leitura de cinema feita pelo pensador Walter Benjamin, da concepção do olhar do outro e do discurso dialógico do lingüista Mikhail Bakhtin e da poesia de Manoel de Barros. "Eles possibilitaram pensar o cinema de diversas formas e desdobram o aprender em três tempos: como aprender, desaprender e reaprender".

No encontro, a vice-coordenadora da pesquisa e professora do CAp, Ana Lucia Souto Maior, apresentou a estrutura de trabalho do grupo. Segundo ela, o Cinead se divide em três modalidades. A primeira trabalha a análise de filmes, preferencialmente brasileiros, cujo tema central seja 'a criança' e ou 'o adolescente'. A segunda modalidade, trabalha o debate destes filmes com as próprias crianças e adolescente, estudantes do colégio. Estas duas fases já são plenamente realizadas pelo grupo que atuou no CAp durante todo o ano de 2007.

A terceira fase ou modalidade é "fazer cinema com os alunos", o que seria, segundo Ana Lucia, justamente a "culminância" do projeto. Ana falou ainda da proposta política social embutida no Cinead. "Queremos atuar primeiramente e fundamentalmente com as escolas públicas municipais e estaduais e o projeto tem uma pretensão multiplicadora, ou seja, de abrangência nacional".

Segundo Ana Lucia, a idéia é pensar o cinema como um espaço de experiência e convocar a "nossa criança" (a criança presente nos adultos, profissionais e educadores) para o corpo a corpo com o mundo das crianças e adolescentes, e, ainda, com as "crianças e adolescentes latentes nos demais adultos e professores".

Ana explicou ainda o que seria a 'desaprendizagem' contida na proposta da associação entre Cinema e Educação. "A desaprendizagem no projeto é uma desestabilização dos conceitos conhecidos e não um processo de negação de saberes.

Fotos: Manuella Soares

VICE-COORDENADORA DA PESQUISA, A PROFESSORA ANA LUCIA SOUTO MAIOR FALA SOBRE O CINEAD. O ENCONTRO FOI ABERTO PELO CORAL DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO (ABAIXO)

SLIDE DE VÍDEO FEITO POR ESTUDANTES DO CAP

Mas de reacomodação dos saberes". Segundo a professora, o Cinema na Escola precisa ter um lugar enquanto saber específico, como uma disciplina, uma linguagem específica.

Convidada Catalã

Durante o Encontro, os participantes puderam conhecer ainda a experiência do *Cinema em Curs*, um projeto educativo de cinema realizado na Catalunha, município autônomo da Espanha. A produção audiovisual do Cinema em Curs foi apresentada por Núria Aildeman, da Universitat Pompeu Fabra, de Barcelona.

Segundo a especialista, na Catalunha o projeto atua levando profissionais do cinema, cineastas, montadores, roteiristas entre outros, para dentro das escolas, para atuarem junto dos professores no processo de produção de cinema com os estudantes. "O mais importante que o profissional leva para a escola são seus olhos, seu olhar específico sobre o tempo, um outro tempo, uma outra experiência", comentou, ressaltando a importância de levar outros conhecimentos e valores, de profissionais de cinema, aos alunos.

Por conta dessa mobilização de artistas e técnicos inseridos na escola, de acordo com Núria, o *Cinema em Curs* é um projeto relativamente caro. O ponto central do é, segundo a catalã, "partir do cinema como arte', para, posteriormente, trabalhar com os alunos o processo de "ver os filmes e sua prática de produção".

Minuto Lumière

Uma das atividades do projeto é o Minuto Lumière. São projetados os primeiros filmes em película, de 40 a 50 segundos, realizados pelos irmãos Lumière, no final do século XIX, como *A saída dos operários da Fábrica Lumière* e *A chegada do trem à Estação Ciotat*, cujos títulos exprimem bem o conteúdo. Após, os alunos participam da produção de vídeos como se fossem película, com todas as limitações de filmagem e montagem da produção cinematográfica em seus primórdios. As turmas, segundo Núrua Aildema, são formadas por grupos de 13 a 22 crianças e os roteiros têm que contar "histórias Lumière, mas da vida cotidiana, da realidade dos alunos". Uma temática freqüente, segundo mostrou a especialista, são os conflitos de identidade e de disputa e violência, vividos pela criança e pelo adolescente em seus meios.

Nova linguagem humana

Entre os convidados, estava a presidente de projeto da Empresa Municipal de Multimeios da Prefeitura do Rio de Janeiro (Multirio), Regina de Assis. A dirigente defendeu que hoje os profissionais dessas áreas estão lidando com uma nova linguagem humana: "Essa nova linguagem é a do audiovisual, das imagens e movimentos, dos planos, efeitos sonoros e dos efeitos visuais, e tudo isso para trabalhar narrativas, reflexões que podem ser locais, regionais, nacionais, planetárias e até mesmo galácticas se a gente quiser, no sentido que é uma nova forma de interação, de comunicação".

Regina utilizou o conceito de *visibilidade* discutido por Ítalo Calvino em *Seis Propostas para o Próxima Milênio* para apresentar qual seria o papel do cinema na atualidade. Segundo a educadora, a visibilidade está para além daqueles quinze minutos de fama que muitos sonham: "Tem um outro lado dessa visibilidade que cabe a nós, agora que estudamos, produzimos mídia e trabalhamos com crianças, adolescentes e seus educadores. É uma proposta política e ética da visibilidade, da multiplicidade, da diversidade e, infelizmente, da desigualdade que existe no nosso país", concluiu. "Quando uma mídia, uma linguagem que interage com o homem, é capaz de dar visibilidade ao invisível, no sentido de ser aquilo que não prepondera, essa mídia tem um papel positivo, ético, de humanizar de forma mais digna as relações entre os seres humanos. Esse é o papel do cinema na escola", afirmou Regina.

Outra palestrante do Encontro foi a professora Marialva Monteiro do projeto Cinema e Educação – Cineduc. Há 30 anos, o Cineduc promove atividades ligadas às artes cinimatográficas junto de estudantes e professores no estado do Rio de Janeiro. Para executar seu trabalho, a equipe do Cineduc desenvolve uma metodologia de ensino e sensibilização largamente testada, de acordo com a professora, com técnicas de dinamização e materiais didáticos. "Neste momento estamos particularmente empenhados na capacitação de professores para trabalhar com as linguagens audio-visuais nas escolas, já que este é o melhor meio de difundir e multiplicar esse conhecimento".

Também participou das apresentações de trabalhos realizado nas escolas do município, a professora Felicia Krumholz da Oficina Cine-Escola, promovida todos os anos pelo Festival do Rio, da rede de cinema Estação. "Desde 1985, o Grupo Estação mantém um programa permanente com o objetivo de desenvolver ações que explorem o cinema como instrumento educativo. As sessões são realizadas nas várias salas do Circuito Estação com exibição de filmes e distribuição de textos de apoio pedagógico, seguidas de debate ou outra atividade complementar. O planejamento é totalmente flexível, apoiado sempre nas necessidades dos educadores".

Nacional

Bispo enfrenta segunda greve de fome pelo Rio São Francisco

Fotos: Roosewelt Pinheiro/ABr

DOM LUIZ APRESENTA A CARTA EM QUE COBRA DE LULA O COMPROMISSO FEITO PELO PRESIDENTE HÁ DOIS ANOS

OS MANIFESTANTES CONTRA O LEILÃO DO RIO MADEIRA APOIARAM A GREVE DO BISPO. O ATO ACONTECEU NO DIA 10/12, EM BRASÍLIA

Frei Luiz completa nesta terça-feira, 11, quinze dias em greve de fome, contra a transposição do Rio São Francisco

No último domingo, dia 9/12, Dom Frei Luiz Flávio Cappio da diocese da Barra, na Bahia, recebeu a solidariedade de cerca de 6.000 pessoas da região. O bispo está em greve de fome há duas semanas em protesto contra à transposição do Rio São Francisco. Além dos fiéis, estiveram presentes militantes do MST e de outros movimentos sociais, de tribos indígenas e quilombolas. A manifestação aconteceu em Sobradinho, a cerca de 554 quilômetros no Noroeste de Salvador. Caravanas de todo o interior da Bahia e de outros estados como Alagoas, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Distrito Federal viajaram para o ato ecumênico em apoio ao bispo.

Segunda greve de fome

Durante o discurso, Dom Luiz afirmou está é "a hora de o povo lutar pelos seus direitos e suas necessidades", e se disse fortalecido com a presença dos manifestantes. Esta é a segunda vez que o bispo entra em greve de fome contra as obras de transposição. Em 2005, Dom Luiz ficou onze dias sem se alimentar. "Me sinto muito forte, muito sadio, me sinto muito cheio de vida, e mesmo que às vezes o corpo fique assim, um tanto combalido, mas o espírito está muito fortalecido. Ele está de pé e eu acredito que nós vamos pra frente", comentou Dom Luiz, em comparação ao jejum de 2005.

"A decisão do bispo denuncia a ausência de ética no projeto de transposição e é coerente com os compromissos assumidos em 6 de outubro de 2005, por ele e pelo Presidente da República. O amplo diálogo prometido entre o governo e a sociedade civil foi bruscamente interrompido com o início das obras pelo exército brasileiro, inclusive com canteiros instalados em territórios indígenas, fato fora do comum em países democráticos", relata nota do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), reunida em Brasília no última quarta-feira, dia 5.

Em entrevista, D. Luiz reafirmou a disposição de manter a greve de fome até que o governo pare a obra e arquive o projeto da transposição do São Francisco. "Quando vocês verem as tropas saindo de lá, eu estarei saindo daqui. Se não saírem, permanecerei", declarou, durante a manifestação

Solidariedade

Dom Luiz vem recebendo mensagens de apoio de todo o país e até do exterior, como o do Nobel da Paz de 1980, Adolfo Peres Esquivel. A ex-senadora Heloísa Helena (Psol) junto de um grupo de deputados sergipanos e do ex-governador João Alves Filho (DEM), também apoiaram a greve do religioso. "Quem está precisando de misericórdia divina, diante de tantas mentiras sobre a transposição, é o ministro (da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima)", disparou Heloísa

A atriz Letícia Sabatella também foi ao Sobradinho prestar solidariedade a Dom Luiz. Ela faz parte do movimento Humanos Direitos, criado pela atriz Dira Paz, que reuniu assinaturas de diversos artistas em apoio ao bispo.

Carta a Lula

Na última terça-feira, dia 4, Dom Luiz enviou uma carta ao presidente Lula manifestando sua posição: "No dia 22 de fevereiro de 2007 protocolei no Palácio do Planalto documento solicitando a reabertura e continuidade do diálogo, e que fosse verdadeiro, transparente e participativo. Sua resposta foi o início das obras de transposição pelo exército brasileiro. O senhor não cumpriu sua palavra. O senhor não honrou nosso compromisso. Enganou a mim e a toda a sociedade brasileira", afirmou o bispo.

Transposição das águas favorecerá apenas a latifúndios, empreiteiras e oligarquias

Projetos de transposição são adotados quando a região a ser atingida mostra comprovada escassez de água para satisfazer as suas necessidades e garantir sua viabilidade futura, não há alternativas para o atendimento das comunidades, causam pequenos impactos ambientais e os benefícios sociais são compatíveis com os custos do empreendimento. Condições que o projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco não demonstra.

Os lobistas do projeto justificam a sua implantação utilizando o argumento de que é indispensável resolver a situação de milhões de brasileiros que vivem no Nordeste Setentrional. De que a obra retirará do rio S.Francisco apenas 1% de sua vazão, o que não afetaria a utilização que já vem sendo feita de suas águas. E de que o custo das obras é baixo se comparado com gastos futuros com flagelados pelas secas.

O EIA/Rima do projeto, contudo, segundo o professor de Geologia Geral da UFMT, José Domingues de Godoi Filho, não responde a muitas questões. "Quem serão os beneficiários do projeto? Qual será a evolução de demanda, principalmente, se forem considerados os projetos previstos pelas PPP's? A água por si só gera ou gerará desenvolvimento? A falta de água no semi-árido é realmente o maior obstáculo ao desenvolvimento sócio-econômico regional?", indaga o docente.

Na página do Ministério da Integração está dito que "*O projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do nordeste setentrional é um empreendimento do Governo Federal, sob a responsabilidade do MIN, destinado à busca de solução para os graves problemas acarretados pela escassez de água na região, que inviabilizam a sobrevivência em condições dignas dessas populações, gerando situações de pobreza e miséria*". Mas, na exposição de motivos para a execução do projeto não há qualquer referência à responsabilidade dos fatores sociais, econômicos e políticos pela situação em que se encontra a grande massa de nordestinos que vivem na região.

Para o professor, se considerarmos que a falta d'água é o único problema da região, estudos realizados nas últimas décadas por pesquisadores como Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Manoel Correia de Andrade, Antonio Callado e outros perderiam o sentido. O problema maior da transposição fica claro quando percebemos que as ações do governo são direcionadas para grandes projetos de agronegócio, voltados para o mercado internacional, o que implicará na utilização de tecnologias com menor uso de mão-de-obra, maquinário e aplicação intensiva de insumos agrícolas. José Domingues também ressalta o aumento da grande concentração da propriedade da terra e a geração de novos conflitos.

O professor diz ainda que os dados do EIA/Rima não permitem concluir que as demandas de água para o abastecimento humano e industrial são suficientes para justificar o projeto. "Ao contrário, como se verifica que há auto-suficiência hídrica nas bacias receptoras, há alternativas tecnológicas mais viáveis para melhorar os potenciais existentes".

Documentos produzidos pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, indicam que 70% dos açudes públicos do nordeste não estão disponíveis para a população e que as águas dos açudes não são bem gerenciadas pelos seus responsáveis que, temendo as secas, reduzem o seu uso, aumentando a evaporação e prejudicando o abastecimento que poderia atingir cerca de 480.000ha de terras e só atende 120.000ha, segundo o docente. Da mesma maneira, estudos realizados por pesquisadores da UFRN demonstram que não há falta de água no estado para o seu desenvolvimento. "Da maneira como está concebido e sendo empurrado goela abaixo da população, com a Ministra do Meio Ambiente lavando as mãos, os beneficiários do projeto serão os latifundiários, as firmas de consultoria de projetos e de elaboração de EIA/Rima, as empreiteiras, os fornecedores de equipamentos e as oligarquias do Nordeste Setentrional", conclui o professor.

Roosewelt Pinheiro/ABr

REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS PROTESTAM EM FRENTE À SEDE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). ELES PEDEM O CANCELAMENTO DE LEILÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA USINA NO RIO MADEIRA E DEFENDEM A GREVE DE FOME DO BISPO DOM LUIZ FLÁVIO CAPPIO

Resenha

Morre ex-deputada Heloneida Studart

A ex-parlamentar Heloneida Studart, 75 anos, faleceu na manhã do dia 3/12 de parada cardíaca, após passar por uma cirurgia no coração na semana retrasada. Jornalista, escritora, política e feminista, Heloneida atuou como deputada na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) por seis mandatos. Envolveu-se com as lutas populares e foi eleita presidente do Sindicato das Entidades Culturais (Senambra), em 1966. No entanto, por fazer oposição à ditadura militar, foi destituída do cargo e presa em março de 1969. Heloneida foi uma das pioneiras do movimento feminista no Brasil. Em 1975, criou o Centro da Mulher Brasileira (CMB), uma das primeiras entidades feministas do país que defendia o direito das mulheres na época da ditadura. Ela também participou do chamado "Lobby do Batom", que reivindicava os direitos trabalhistas das mulheres, como por exemplo os 120 dias de licença-maternidade. Este ano, Heloneida havia sido nomeada diretora do Centro Cultural da Alerj e do Fórum de Desenvolvimento Estratégico do Rio. *(Fonte: G1)*

Em abril, socialistas perderam Vera Silvia

Em 2007, os solicalistas perderam outra combatente. A economista, socióloga e ex-combatente da ditadura, Vera Sílvia Magalhães, morreu no dia 12 de abril, aos 57 anos, de infecção pulmonar. Defensora da liberdade e batalhadora do socialismo, Vera Sílvia participou do seqüestro do embaixador dos EUA que foi, depois trocado por 15 presos políticos. Presa, mais tarde, Vera Sílvia foi solta com outros 39 presos políticos, trocados pelo embaixador da Alemanha Ehrenfried von Holleben. A ex-guerrilheira nunca mais se recuperou dos três meses em que ficou encarcerada no Doi-Codi, sofrendo torturas violentas nas mãos dos militares.

Greve de cortadores de cana assegurou direitos

Depois da paralisação de suas atividades, os cortadores de cana-de-açúcar do estado de São Paulo conseguiram assegurar os direitos trabalhistas de quatro de seus companheiros que haviam sido demitidos pelo grupo Cosan, empresa que administra 18 usinas no interior do estado. Os manifestantes afirmaram que a empresa descumpriu o contrato que previa a liberação dos trabalhadores no final de novembro. Antes de suas demissões, a empresa também começou a deslocá-los para outra unidade do grupo, onde a safra ainda não foi encerrada. A greve terminou na terça-feira passada (4/12) depois que eles conseguiram fechar um acordo com a Cosan. Houve interferência da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) para que a negociação fosse efetuada. *(Fonte: Radioagência NP)*

Campanha Salarial

Governo impõe proposta salarial

Governo desvincula a titulação do vencimento básico com apoio da CUT e de sua assessoria no movimento sindical

Na reunião entre o governo e os representantes das entidades que participaram da mesa de negociação, no Ministério do Planejamento, no dia 5/11 o governo deu a negociação por encerrada, desconsiderando as posições das assembléias gerais de todo o país apresentadas pelos representantes do Andes-SN. Na reunião, o governo apresentou um termo de acordo para ser assinado pelas entidades, que dará base ao instrumento legal por meio do qual implantará sua proposta de recomposição da malha salarial dos docentes da carreira do ensino superior.

O Andes-SN e o Sinasefe não assinaram o documento por entenderem que seus termos não atendem às reivindicações dos docentes das federais.

Na reunião, ainda, o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo argumentou que, apesar dos avanços na proposta, existem muitos pontos de conflito entre o que o Sindicato quer e o que o governo pretende com a negociação. Isso era motivo mais do que suficiente para que as negociações não fossem encerradas. Inclusive porque a negociação do reajuste salarial da carreira do 1º e do 2º grau foi estendida até o dia 20 de janeiro e novas reuniões poderão ser marcadas na tentativa de resolver os problemas que o Andes-SN vem levantando sobre a negociação para o Ensino Superior.

Termo de acordo com técnicos não foi cumprido até hoje

Os dirigentes do Andes-SN alertam para a campanha demagógica que o governo Lula poderá fazer com este 'acordo', apoiado pela Central Única dos Trabalhadores e assinado por uma entidade que não tem representação legal, nem legítima, da base dos docentes, o Proifes. "É bom lembrar que o termo de acordo para os técnico-administrativos foi assinado pela Fasubra no primeiro semestre de 2007. Mas, até hoje, o governo não encaminhou nenhum instrumento legal para concretizá-lo", ressalta Almir Serra Martins Filho, 3º vice-presidente do Sindicato dos Docentes.

Na audiência, o presidente do Andes-SN, Paulo Rizzo, entregou uma carta aos representantes do governo na qual o Sindicato reconhece ter havido uma "evolução positiva do processo de negociação". Esse avanço, no entanto, não foi insuficiente para proporcionar um acordo com a categoria. "A proposta é incompleta, pois não contempla o tratamento isonômico entre as carreiras de ensino superior e de 1º e 2º grau. Além disso, trata de forma discriminatória os diversos segmentos que compõem a carreira do magistério do ensino superior", explica o documento assinado pela diretoria do Sindicato (ver, página 12). Paulo Rizzo lembra ainda que o Sindicato representa o conjunto da categoria, portanto, não pode compactuar com discriminações.

Governo usa CPMF para pressionar servidores

Na reunião do dia 5/12, o diretor de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Nelson Freitas, fez uma explanação sobre as dificuldades que o governo enfrentará se o Congresso Nacional não aprovar a prorrogação da Contribuição Sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ele chegou a sugerir que os sindicatos dos servidores reivindiquem a aprovação da prorrogação do imposto aos parlamentares. E afirmou que a oposição, ao se posicionar contra a renovação do imposto, pretende atingir a política social do governo, pondo em risco, inclusive, o reajuste dos servidores públicos.

Também representante do Ministério do Planejamento, Beth Muniz, informou que as negociações feitas até agora estão em estado de espera, aguardando os encaminhamentos que serão dados após a discussão sobre a CPMF.

Andes-SN brigou por avanços na negociação

Na reunião de 2/12 do setor das Ifes, as Seções Sindicais do país, baseadas em suas assembléias gerais, consideraram que havia avanços em alguns pontos da proposta do governo como a incorporação da GAE e a isonomia entre ativos e aposentados (reivindicações históricas dos docentes). A reunião, entretanto, apontava para a necessidade de um maior aprofundamento das negociações, já que na proposta do governo a incorporação da GAE era substituída pela desvinculação do adicional de titulação do vencimento básico. Ou seja, a proposta, no geral, enfraquece o vencimento básico. Os representantes das IFES do Andes-SN indicaram, então, que as negociações deveriam continuar.

As principais reivindicações era a recomposição do vencimento básico, mantendo as suas correções salariais; um calendário para a incorporação da GED ao vencimento básico assegurando a paridade entre ativos e aposentados; e a rejeição da desvinculação da titulação ao vencimento básico. Esta foi também a posição da assembléia geral da Adufrj-SSind de 29/11.

O Setor das Federais condicionou, ainda, a assinatura de um acordo com o governo ao atendimento destas modificações e à inclusão do 1º e do 2º graus na mesma negociação para que a proposta para toda a categoria pudesse ser analisada de uma só vez. Sem esses acertos, a proposta não poderia ser aceita pela base. Esta posição, oriunda das assembléias locais, foi entregue ao governo pelo Andes-SN. No documento, o Sindicato Nacional afirmava que "como os resultados do processo de negociação serão implantados nos próximos três anos, seria possível administrá-los para que em 2010 houvesse isonomia, com valorização do vencimento básico e um planejamento para incorporação/eliminação da GED".

Durante a negociação, os representantes do Andes-SN também enfatizaram que para valorizar vencimento básico seria fundamental que, estabelecidos os valores fixos da GED em março de 2008, estes não sofram mais reajustes nos anos seguintes. A verba disponível deveria ser reservada para incrementos no vencimento básico e para ajustes na tabela salarial com o objetivo de uniformização dos degraus em percentuais crescentes na direção do que estabeleceu o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE).

TERMO DE ACORDO

Secretaria de Recursos Humanos

Define os Termos do Acordo resultante da negociação havida entre o Governo Federal e o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES.

Pelo presente Termo de Acordo, de um lado, a representação governamental, neste ato composta pelo Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SRH/MP, pelo Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC, e de outro, o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES, têm como justo e acordado o seguinte:

Cláusula Primeira. Os servidores integrantes da Carreira do Magistério Superior, de que trata a Lei nº 7.596, de 13 de abril de 1987, consideradas as alterações posteriores, farão jus à nova estrutura remuneratória composta de vencimento básico, adicional de titulação e gratificação de estímulo à docência nos termos do Anexo I do presente Termo de Acordo.

Cláusula Segunda. A representação governamental encaminhará à Casa Civil da Presidência da República proposta de instrumento legal que contemple a reestruturação remuneratória da Carreira do Magistério Superior, conforme o que consta do Anexo I deste Termo de Acordo, que expressa o resultado da negociação, a saber:

Parágrafo primeiro. Em março de 2008 haverá a incorporação da GAE – Gratificação de Atividade e VPI – Vantagem Pecuniária Individual ao vencimento básico.

Cláusula Terceira. O adicional de titulação passará a corresponder ao valor estabelecido por classe e padrão, conforme disposto no Anexo I, a partir de março de 2008.

Parágrafo Único. O valor a que ser refere o caput será atualizado pelos mesmos índices aplicáveis ao vencimento básico, a partir de 2011.

Cláusula Quarta. A Gratificação de Estímulo à Docência – GED será transformada, observados os seguintes parâmetros:

I- a GED será calculada com 140 pontos para todos os docentes;

II- o valor do ponto será fixado de acordo com a classe e padrão do servidor, conforme disposto no Anexo I;

III- os efeitos financeiros decorrentes do disposto no inciso anterior serão a partir de março de 2008, julho de 2009 e julho de 2010;

Cláusula Quinta. As partes signatárias deste Acordo promoverão reuniões técnicas com vistas a debater a forma de calculo das vantagens do Art. 192 da Lei nº 8.112/90 e Art. 184 da Lei nº 1.711/1952.

Cláusula Sexta. Fica garantida a possibilidade, de comum acordo, de correção de eventuais distorções que venham a ser verificadas nas tabelas constantes do Anexo I.

Cláusula Sétima. As entidades sindicais representativas dos servidores das Instituições Federais de Ensino, signatárias deste instrumento reconhecem os termos deste Acordo, cientes de que o mesmo tem valor para as partes até o ano de 2010.

Cláusula Oitava. A instalação formal, em março de 2008, com a participação das entidades signatárias deste Termo de Compromisso, de Grupo de Trabalho que inclua o MP e o MEC, para discutir a reestruturação das Carreiras de Magistério Federal, com prazo para a implantação do que aí for definido que seja, no máximo, o da vigência do presente acordo.

Cláusula Nona. A representação sindical, na defesa do interesse público, compartilha com as instituições da área de educação federal, o compromisso na implementação de instrumentos de trabalho que propiciem a eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados por esses órgãos, dentro dos princípios da solidariedade e cooperação, de forma que possam desempenhar suas funções dentro do mais elevado nível da qualidade da educação pública.

E, por fim, tendo-se por justo e acordado as cláusulas e condições constantes deste Termo, assinam o presente documento para que possa surtir seus efeitos.

Duvanier Paiva Ferreira
Secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Ronaldo Mota
Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação.

Gil Vicente Reis De Figueiredo
Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior – PROIFES.

Lucia Regina Dos Santos Reis
CUT Nacional

Brasília, 05.12.2007

O Andes-SN defendeu, ainda, que a composição da remuneração deve assegurar uma relação entre os regimes de trabalho equivalente à do vencimento básico e solicitou que o governo apresentasse os estudos sobre os impactos financeiros de suas propostas, fornecendo às entidades sindicais a base de dados que permitisse avaliar esses impactos. Essa solicitação foi feita durante todo o processo da negociação. Para o Sindicato Nacional, o governo deve assegurar mecanismos de reajustes nos próximos anos como forma de minimizar as perdas ocasionadas pela inflação. A continuidade da negociação seria importante, também, para o tratamento de questões ainda não resolvidas, relativas aos professores em atividade, aposentados e pensionistas.

Ao final da reunião do dia 5, os representantes do Andes-SN reiteraram a disposição em "buscar um bom termo nesse processo". Isso é importante, segundo os dirigentes do Sindicato, para assegurar o princípio, consagrado no art. 207 da Constituição, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que só pode ser garantido com a contratação prioritária em regime de Dedicação Exclusiva e com estímulo à titulação.

O governo, entretanto, descartou a possibilidade de continuidade das negociações e o termo de acordo foi assinado pelo Proifes e pela CUT sem incorporar nenhuma das modificações sugeridas pelas entidades representativas das categorias.

Proposta do governo não leva a reajustes de 69%

Ao contrário do que o governo tem apregoado, os professores não terão as suas remunerações majoradas em até 69% em 2010. Este número (mais exatamente, 69,6%) corresponde ao Professor Associado 4 doutor em regime de Dedicação Exclusiva, que simplesmente não existe nem existirá antes de 2013, mantidas as regras atuais de progressão entre os níveis desta classe recém-criada. Os reajustes propostos são, em geral, muito menores do que isso e são muito diferenciados, sendo este um dos principais problemas da proposta. O maior reajuste efetivo (62,9% em 2010) valerá para cerca de 7.000 professores Associado nível 1. Sobre o extremo oposto da gama de reajustes, o governo tem dito que o menor reajuste será igual a 25%. Isto também não é verdade. Mais de 13.000 professores (cerca de 1/6 da categoria) terão reajuste menor do que 25%. O menor reajuste será o do Auxiliar 1 graduado 20 horas, o piso da carreira, igual a 6%. Metade dos professores terá reajuste inferior a 32,5% e apenas 18,1% dos professores terão reajustes superiores a 50%, quase todos eles (16,3%) das classes de Titular e Associado nível 1. Estes reajustes percentuais correspondem às remunerações em julho de 2010 em relação às atuais.

Carta do Andes-SN entregue aos representantes do governo na mesa de negociação

Carta nº 330/07
Brasília, 5 de dezembro de 2007

Aos representantes do governo na Mesa de Negociação que trata da campanha salarial dos docentes das Instituições Federais de Ensino

Prezados Senhores

Após a reunião da Mesa de Negociação, realizada no último dia 20 de novembro, a diretoria do ANDES-SN divulgou as tabelas apresentadas pela bancada do governo, solicitou a apreciação destas por parte das seções sindicais em assembléias e convocou uma reunião do setor dos docentes das IFES para dia 2 de dezembro de 2007, com o objetivo de definir posicionamento e encaminhamentos em relação ao processo de negociação. O resultado da reunião é o relato a seguir.

1. A proposta do governo apresentada na última reunião expressa uma evolução positiva do processo de negociação. É extremamente importante a incorporação da GAE e da VPI ao Vencimento Básico, a equiparação dos valores da GED entre pessoal da ativa e pessoal aposentado. Ficou entendido, no entanto, que a proposta é incompleta por ainda não contemplar os docentes da carreira do 1º e do 2º grau, trata ainda de forma discriminatória os diversos segmentos que compõem a carreira do magistério do ensino superior, conforme será relatado a seguir e, além disso, os valores propostos ficam abaixo de outros setores do serviço público, como, por exemplo, os servidores técnico-administrativos das IFE.

2. As incorporações seguem uma lógica importante de aumentar o peso do Vencimento Básico na composição da remuneração, na perspectiva de chegar, no futuro, como reivindica o ANDES-SN, a uma situação em que haja apenas Vencimento, como estabelecia o PUCRCE (Decreto 94.664, de 23 de julho de 1987). A proposta apresentada, porém, reduz esse passo importante com três medidas: achatamento da Tabela de Vencimentos Básicos obtido com a redução dos degraus entre níveis e entre classes; separação dos incentivos de titulação do vencimento e eliminação da relação percentual destes com o VB; elevação dos valores da GED nos próximos três anos.

3. Nas classes Auxiliar, Assistente e Adjunto, há redução do degrau entre níveis de 4,5% para 3%. O degrau entre Adjunto 4 e Associado 1 é reduzido de 12% para 6% e entre as demais classes é reduzido de 9% para 6%. Ocorre uma elevação dos degraus entre os níveis 1, 2, 3 e 4 de Associado de, respectivamente, 2,7%, 2,6% e 2,5% para 3%. O degrau entre Associado 4 e Titular é elevado de 5,4% para 6%. Há, portanto, uma uniformização dos degraus em 3% entre níveis e 6% entre classes. Atualmente, o teto (Titular) corresponde a 2,2 vezes o piso (Auxiliar 1). Com a uniformização proposta, esta relação cai para 1,8 vezes. O vencimento do Titular passaria a posição inferior a que tinha antes da criação da classe de Associado em 2006, que correspondia a 2,1 vezes o Auxiliar 1. Atualmente, o VB do Adjunto 4 corresponde a 1,72 vezes o VB do Auxiliar 1. Com a proposta, o VB do Associado 4 passaria a corresponder a 1,7 vezes o do Auxiliar 1. **O achatamento da tabela de Vencimentos Básicos significa retrocesso em relação à conquista da classe de Associado.**

4. A eliminação da relação percentual do Incentivo de Titulação com o vencimento básico é um retrocesso em relação a um processo histórico de conquistas da categoria. Na década de 80, foi conquistada a vinculação do incentivo ao vencimento básico. Os percentuais sofreram elevações até a ultima, que coincide com a criação da Classe de Associado, em 2006, que os aumentou em 50%, definindo os patamares atuais: 7,5% para Aperfeiçoamento, 18% para Especialização, 37,5% para Mestrado e 75% para Doutorado. A proposta apresentada pelo governo separa a titulação do Vencimento Básico, retira o critério percentual, **sem estabelecer qualquer novo critério.**

5. A GED também deixa de ter critérios claros e seus valores passam a ser definidos, juntamente com os de Titulação para promover compensações do achatamento da Tabela de Vencimentos Básicos em favor de segmentos da categoria em detrimento de outros, com quebra das regras que estabelecem os regimes de trabalho (20h = 1; 40h = 2 e DE = 3,1). Há uma desvalorização relativa dos segmentos médios que constituem a maioria da categoria. Há uma redução acentuada da remuneração do regime de 40 horas em relação aos demais enquanto a Classe de Associado tem valorização significativa apenas para o regime de Dedicação Exclusiva. Isto se dá em detrimento da valorização da classe de Adjunto.

6. O Decreto nº 94.664 estabeleceu, em seu art. 14, dois regimes de trabalho: *"I - dedicação exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada"*; e *"II - tempo parcial de vinte horas semanais de trabalho"*. Seu parágrafo 2º estabelece: *"Excepcionalmente, a IFE, mediante aprovação de seu colegiado superior competente, poderá adotar o regime de quarenta horas semanais de trabalho para áreas com características específicas"*. Conceder ao regime de 40 horas uma remuneração proporcionalmente menor que as dos regimes de 20 horas e de dedicação exclusiva não garante seu caráter de excepcionalidade, ao contrário, estimula as universidades, na busca do cumprimento de suas metas de expansão, a contratarem neste regime. É o que evidencia o recente edital da Universidade Federal do Tocantins para o provimento de 191 vagas, a maioria delas para o regime de 40 horas, e não há uma vaga sequer para o regime de Dedicação Exclusiva. Ao propor que o incentivo de titulação do regime de 40 horas tenha o mesmo valor nominal que o do regime de 20 horas, o governo reduz tal incentivo pela metade, o que atenta contra o princípio da isonomia, pois são servidores pertencentes à mesma carreira e com as mesmas atribuições. Nesse ponto, a proposta é juridicamente insustentável.

7. A GED, uma vez estabelecida a paridade entre ativos e aposentados, deve, a exemplo da GEAD, deixar de ser por pontos, passando a ser definida por critérios claros para cada regime de trabalho e para cada Titulação. GED e GEAD, conforme a pauta de reivindicações do ANDES-SN, devem ser equiparadas pelo seu maior valor.

Como destacado nos pontos acima, a proposta apresentada pelo governo contém avanços, mas diversos problemas que precisam ser tratados antes de se concluir o atual processo de negociações. O ANDES-SN acredita que é possível chegar a bom termo com agilidade, atendendo ao conjunto da categoria do 1º, do 2º e do 3º grau.

Considerando que os resultados do atual processo de negociação serão implantados nos próximos três anos, é possível administrá-los de forma a chegar em 2010 a uma condição efetivamente isonômica, com valorização do vencimento Básico e com um planejamento para a incorporação/eliminação da GED.

Na linha de valorização do Vencimento Básico, será de fundamental importância que, estabelecidos os valores fixos da GED em março de 2008, estes não sofram mais reajustes nos anos seguintes, que deverão ficar reservados para incrementos no vencimento básico e para ajustes na sua tabela com o objetivo de uniformização dos degraus em percentuais crescentes na direção do que estabeleceu o PUCRCE.

A composição da remuneração deve assegurar uma relação entre os regimes de trabalho equivalente àquela do Vencimento Básico.

A bancada do governo deve, ainda, apresentar os estudos sobre os impactos financeiros de suas propostas e fornecer às entidades sindicais a base de dados que permita a realização dos estudos de impacto como, reiteradamente, solicitado.

Tendo em vista a possibilidade de haver aumento dos índices de inflação nos próximos anos, é preciso assegurar mecanismos de reajustes, bem como a continuidade da Mesa de Negociação em 2008, 2009 e 2010, com possibilidade de revisão dos termos que resultarem do atual processo de negociação. Ela será importante, também, para o tratamento de questões ainda não resolvidas demandadas pelos professores em atividade, aposentados e pensionistas.

Reiteramos nossa disposição de buscar um bom termo nesse processo. Ele será importante para assegurar o princípio, consagrado no art. 207 da Constituição, de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ele só pode ser garantido com a contratação prioritária em regime de Dedicação Exclusiva e com estímulo à titulação.

Atenciosamente,

Paulo Marcos Borges Rizzo
Presidente

Andes-SN

Nota da diretoria do ANDES-SN

Diante do encerramento das negociações salariais para os docentes do ensino superior das IFES, o ANDES-SN reafirma sua disposição de luta em defesa da valorização do trabalho docente

No dia 5 de dezembro, a despeito da insistência do ANDES-SN em dar prosseguimento às negociações com o governo sobre a campanha salarial dos docentes das IFES, este impôs o término das negociações relativas aos docentes da carreira do magistério do ensino superior e a continuidade apenas para a carreira do 1º e do 2º grau, que deverá prosseguir até aproximadamente 20 de janeiro do próximo ano.

Os representantes do governo apresentaram sua última proposta em 20 de novembro para apreciação pelas entidades. A diretoria do ANDES-SN a encaminhou para as seções sindicais solicitando divulgação aos docentes, análise e posicionamentos em uma rodada de assembléias e convocou uma reunião do seu setor das IFES para o dia 2 de dezembro com o objetivo de colher os resultados das assembléias e definir a posição a ser encaminhada à Mesa de negociação no dia 5 de dezembro. Compareceram vinte e três seções sindicais que determinaram, com apenas uma abstenção, à Diretoria do ANDES-SN *"defender que a proposta marca de fato o início da negociação e que o seu encerramento neste momento é inaceitável e que um avanço poderá ocorrer se o governo mantiver as regras atuais na composição salarial para os docentes das duas carreiras destacando: o incentivo de titulação percentual vinculado ao VB, estabelecimento de valores fixos para a GED, equiparação da GED e da GEAD e calendário de incorporação da GED nos próximos anos"* (Relatório da reunião do Setor das IFES realizada no dia 2 de dezembro de 2007, em Brasília-DF em www.andes.org.br). Tal posicionamento foi expresso em documento apresentado na reunião da Mesa (ver anexo dois da circular 366/07 na mesma página eletrônica).

Os representantes do governo utilizaram como argumento para o encerramento das negociações a crise da CPMF, alegando que se sua renovação não for aprovada pelo Congresso, os prejuízos serão grandes não apenas para o governo, mas para as pessoas que usufruem dos serviços públicos e para os servidores. Informaram, ainda, que, em função disso, haviam suspendido todas as negociações com entidades de servidores que estavam no começo e que apenas concluiriam aquelas que já estavam em estágio avançado. A continuidade das negociações em relação à remuneração dos docentes da carreira de 1º e 2º grau até 20 de janeiro contradiz tal argumentação, mostrando que seria possível ter continuidade para se obter mais avanços. O ANDES-SN, pelas razões apontadas acima, e o SINASEFE, em função da proposta não contemplar o 1º e o 2º grau, não concordaram em assinar termo de acordo conclusivo do processo de negociação.

Um termo firmado entre governo e governo

Ao impor o final da negociação, o governo fechou as portas para se chegar a ter um acordo com o ANDES-SN. Para dar o processo por concluído, o governo firmou Termo de Acordo com o PROIFES e a CUT. O PROIFES já vinha, desde 20 de novembro, atuando como força auxiliar do governo para que o processo se encerrasse e buscava, portanto, a assinatura do termo final. Curiosa é a assinatura da CUT, a qual o Sindicato não é filiado e que não tem qualquer representatividade no Movimento Docente. Ela assinou o Termo de Acordo sem que houvesse qualquer delegação dos professores para isso. Essa central sindical é uma das peças basilares do atual governo e sua participação praticamente se restringiu a chancelar o que o governo pretendia.

Salta aos olhos a cláusula nona do referido Termo de Acordo que faz referência aos signatários como *"representação sindical"*, pois o PROIFES não é organização sindical e nem pode outorgar-se tal representatividade. O governo deve uma explicação em relação à cláusula oitava: *"a instalação formal, em março de 2008, com a participação das entidades signatárias deste Termo de Compromisso, de Grupo de Trabalho que inclua o MP e o MEC, para discutir a reestruturação das Carreiras de Magistério Federal, com prazo para a implantação do que aí for definido que seja, no máximo, o da vigência do presente acordo"*. Estaria ele propondo a exclusão dos sindicatos que representam a categoria de tal grupo de trabalho?

Termo de acordo não tem qualquer validade jurídica e as proposições têm que ser encaminhadas por meio de instrumentos legais. Tem sido comum o governo não cumprir acordos firmados com entidades de servidores. A última greve dos servidores técnico-administrativos das IFES foi motivada pelo não-cumprimento, por parte do governo, de acordo firmado com a FASUBRA. A particularidade do atual é ele ter sua implantação em três anos, o que poderá resultar em mais de um instrumento legal a serem editados a cada ano, o que, efetivamente, não assegura o seu cumprimento. A continuidade da luta se dá, num primeiro momento, na busca de um melhor resultado nas negociações em torno da carreira do 1º e do 2º grau, mas se desenvolverão perseguindo um tratamento isonômico para toda a categoria.

Conquistas e pendências

A campanha salarial deste ano enfrentou uma determinação geral do governo de promover negociações em separado para implantar, em todo o serviço público, uma única estrutura remuneratória composta de Vencimento Básico e Gratificação de Produtividade. Uma vez definida a tabela de vencimento básico para cada carreira a vigorar a partir de 2008, seus valores ficam congelados até 2010, enquanto a gratificação de produtividade terá reajustes em 2009 e 2010. Sua proposta, por exemplo, para os servidores dos ministérios da saúde, da previdência e do trabalho, os servidores da ativa podem ter até 100% da gratificação, enquanto que os aposentados terão apenas 30%, o que está sendo rejeitado pelas entidades sindicais. A negociação relativa aos docentes logrou barrar este tipo de proposta e obteve-se paridade na GED entre ativos e aposentados, o que é um avanço significativo na conjuntura de expansão das IFES. É importante ressaltar que nenhum dos segmentos docentes e técnico-administrativos da educação federal tem na sua remuneração gratificação de produtividade e que, a partir de março e 2008, haverá paridade para os docentes do magistério do ensino superior.

O ANDES-SN, em sua pauta de reivindicações, pedia a incorporação de todas as gratificações enquanto o PROIFES propunha mantê-las, sob a argumentação de que isso beneficiaria apenas uma parcela da categoria. Sua proposta foi rejeitada e o próprio MEC propôs a incorporação da GAE e da VPI, como reivindicava o ANDES-SN, o que é outro passo importante do processo de negociação.

No entanto, a proposta do governo continuou insistindo em congelar os novos vencimentos em 2009 e 2010, promovendo apenas reajustes na GED. Separou o incentivo de titulação do vencimento básico e retirou-lhe a relação percentual conquistada pela categoria com suas lutas. E isso, é uma grande perda. Devemos lutar para que isso não ocorra com a carreira do 1º e do 2º grau e para reconquistar essa relação para o conjunto dos docentes. Também precisaremos lutar muito para efetivamente garantir a valorização do vencimento básico, contendo o reajustamento da GED e insistindo por reajuste no vencimento, sem o que as conquistas mencionadas serão anuladas e as discriminações contidas na proposta do governo serão aprofundadas.

As seções sindicais devem avaliar o atual processo e seus resultados até o momento, levar suas contribuições para a reunião do setor das IFES que será realizada no dia 15 de dezembro. Essa reunião será de grande importância para a preparação do 27º CONGRESSO do Sindicato, que definirá o plano de lutas para 2008.

Nota da diretoria do ANDES-SN
Brasília, 7 de dezembro de 2007

Anote

EBA realiza exposição

De 14 de dezembro a 31 de janeiro de 2008, o Centro Cultural Oduvaldo Vianna Filho (Castelinho do Flamengo) recebe a Coletiva Bienal da Escola de Belas Artes (EBA) da UFRJ. O objetivo é fazer uma mostra que represente a participação dos cursos de Graduação e Pós-graduação da escola, revelando assim novos artistas ao público. Além da exposição, serão realizadas palestras com artistas e especialistas, recitais de música e poesia, e lançamento de livros.

Cinema Mexicano

No dia 12/12 (quarta-feira), o professor da Universidad Nacional Autónoma de México Aurelio de los Reyes, dará uma palestra na Sala 143 da Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, às 14:30. O objetivo é falar sobre as pesquisas do historiador, que possui mais de dez livros sobre cultura e cinema mexicano e latino-americano.

Saúde urbana

O Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC/UFRJ) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) promovem o seminário "Saúde Urbana: desafios e possibilidades". Participam do encontro os secretários municipais de saúde do Rio de Janeiro, Jacob Kligerman, e de Niterói, Luiz Roberto Tenório. Também são convidados representantes da UFMG e da Fundação Oswaldo Cruz, além de David Vlahov, da Academia de Medicina da Universidade de Nova Yorque. O evento acontece nesta quinta e sexta, 13 e 14 de dezembro, no Salão Pedro Calmon, do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. Entrada franca.

Contribuição sobre o 13º salário - esclarecimento aos sindicalizados

Conforme efetuado em anos anteriores, o desconto para a Adufrj-SSind nos contracheques do mês de dezembro dos professores sindicalizados(já disponíveis para consulta no Siapenet) será igual a 1,6% da remuneração bruta mensal, dos quais 0,8% referem-se à contribuição do mês de dezembro e 0,8% correspondem ao 13º salário. Este procedimento excepcional é necessário porque os descontos programados no Siape não incidem sobre as rubricas relativas ao 13º salário. No mês de janeiro, o desconto voltará a ser igual a 0,8% da remuneração. A tesouraria da Adufrj-SSind está à disposição para esclarecimentos sobre o tema.

Diretoria da Adufrj-SSind

Amorim

AdUFRJ
SEÇÃO SINDICAL

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ/Andes-SN www.adufrj.org.br Ano X nº 564 21 de dezembro de 2007

REUNI

Um ano marcado pela repressão nas universidades

O ano de 2007 foi talvez o período de maior repressão aos movimentos contrários às reformas de reestruturação neoliberal implementadas pelo governo Lula nas universidades públicas. Muitas reitorias, a serviço do governo federal, recorreram ao autoritarismo e até a violência policial para levar adiante o projeto Programa de Apoios a Planos de Reestruturação das Universidades Públicas (Reuni).

Páginas 6 a 9

Carta do Rio pela vida de Dom Cappio e contra a transposição do rio São Francisco

O Rio São Francisco é uma das maiores riquezas naturais do nosso país e vem sofrendo com as violentas ações do desmatamento, o assoreamento, a poluição, as barragens e o avanço indiscriminado do agronegócio na Caatinga e no Cerrado. Sabemos da importância de um projeto de revitalização para o 'Velho Chico', mas a obra de transposição não se coloca como a alternativa capaz de solucionar os problemas do semi-árido brasileiro.

Ao contrário do que se tem colocado à população brasileira, a obra de Transposição do Rio São Francisco só vai beneficiar a produção de etanol, a criação de camarões, a produção de frutas nobres e o aço. Todos estes produtos direcionados para a exportação, beneficiando, diretamente, as grandes empresas, o capital privado nacional e internacional. Este projeto representa a privatização da água.

Desde o dia 27 de novembro de 2007, Frei Luiz Cappio, Bispo da Diocese de Barra, Bahia, retomou seu jejum e suas orações em protesto à implementação do projeto de Transposição. Este ato se coloca como uma tentativa de dialogar, novamente, com o Governo Federal, que tem se mostrado irredutível em abrir para a sociedade um diálogo consciente e construtivo quanto às alternativas de melhoria das condições de vida dos povos do sertão brasileiro.

Em 2005, Dom Luiz Cappio permaneceu 11 dias em jejum e o interrompeu, após um acordo direto com o Presidente Lula, que se comprometeu em parar a implementação do projeto de transposição e abrir um debate com a sociedade, o que não ocorreu. Hoje, existem propostas alternativas concretas de desenvolvimento sustentável para atender ao povo do semi-árido, melhores e mais baratas, propostas pela Agência Nacional da Água (ANA) e pela Articulação do Semi-Árido (ASA).

Por isso, reunidas no plenário Barbosa Lima Sobrinho no Dia Internacional dos Direitos Humanos, cerca de 400 pessoas se manifestaram, por aclamação, contrariamente ao projeto de transposição do Rio São Francisco e em repúdio à falta de diálogo do Governo Federal.

Queremos a interrupção deste projeto e um debate aberto com a sociedade sobre este tema. Também queremos nos solidarizar à ação de Dom Luiz Cappio, que demonstra, com esta atitude, o seu profundo conhecimento e ternura ao povo pobre do Brasil, em especial ao povo da região do semi-árido.

Assinam esta carta

Beth Carvalho – cantora e compositora
Bete Mendes – atriz
Osmar Prado - ator
Via Campesina
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST
ANDES-SN/RJ
Intersindical
Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM
CONLUTAS
Central dos Movimentos Populares - CMP
Centro Assessoria Jurídica Mariana Crioula
Mandato do Deputado Estadual Marcelo Freixo - PSOL
Mandato do Deputado Federal Chico Alencar - PSOL
Mandato do Vereador Eliomar Coelho - PSOL
Mandato do Vereador Renatinho – PSOL
Mandato do Vereador Paulo Eduardo Gomes - PSOL
Justiça Global
ADUFRJ
ADUFF
PACS
Rede Jubileu Sul
CORED/RJ
RENAP – RJ
Centro de Acessória Jurídica Popular Crioula
Assembléia Popular – RJ
Marcha Mundial de Mulheres - MMM
Grupo Tortura Nunca Mais
Projeto Legal
Associação dos Defensores Públicos do Rio de Janeiro
SINDSPREV - RJ
Movimento Direito para quem? - RJ
Instituto de Defensores dos Direitos Humanos - IDDH
Coletivo Moinho/UERJ
DCE UFRJ
DCE UFF
Coletivo Nós Não Vamos Pagar Nada UFRJ
Coletivo Nós Não Vamos Pagar Nada UFF
TV Comunitária Niterói
Observatório da Indústria Cultural – UFF
Diretório Acadêmico Anísio Teixeira – DAAT – FEUFF
Núcleo Socialista de Campo Grande
Movimento Unidade Socialista – MUS
Ação Popular Socialista - APS
Fazendo Media
Adriana Facina – professora UFF
Maria Luíza – professora UERJ
Adonia Prado – Faculdade de Educação UFRJ
Guilherme Marques "Soninho" – UFRJ – IPUR
Marcelo Badaró – UFF
Maria Cristina Braga – Serviço Social
Rubens Casara – Movimento de Magistrados Fluminenses pela Democracia
Miguel Baldez – Núcleo Acessória Jurídica Popular/UCAM
João Tancredo – IDDH
Felipe Britto – IDDH
Márcia Fernandes - IDDH
Aderson Bussinger – Conselheiro da Comissão de Direitos Humanos da OAB
Cláudio Cunha Costa – IDDH
Ednéia Matos Tancredo – IDDH
Taiguara Souza – IDDH
Aloyzio de Lima Marins – IDDH
César Doria – IDDH
Thiago Melo – IDDH
Lidiane Penha – IDDH

ADUFRJ SEÇÃO SINDICAL

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ
Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

DIRETORIA DA ADUFRJ-SSIND Presidente: Maria Cristina Miranda da Silva **1º Vice-Presidente:** Roberto Leher **2º Vice-Presidente:** Roberto José de Lima **1º Secretário:** Luis Paulo Vieira Braga **2ª Secretária:** Anita Handfas **1º Tesoureiro:** José Miguel Bendrao Saldanha **CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFRJ-SSIND Instituto de Química:** Marylena Barreiros Salazar (titular); **Faculdade de Educação:** Herli Joaquim de Menezes (titular); **Escola de Serviço Social:** Cleusa dos Santos (titular); Janete Luzia Leite (titular); Ângela Maria Hygino Rangel (titular); **Colégio de Aplicação:** Regina Célia de Souza Pugliese (titular); Célia Brito Teixeira Gama (titular); Vania Maria Rocha Gomes Hozumi (suplente); **Faculdade de Medicina:** Maria da Conceição Zacharias (titular); **Escola de Enfermagem Anna Nery:** Marilurde Donato (titular); Walcyr de Oliveira Barros (titular); **Escola Politécnica:** José Henrique Erthal Sanglard (titular) **Edição e reportagem:** Ana Manuella Soares **Reportagem:** Kelvin Melo de Carvalho **Diagramação:** Douglas Pereira **Estagiários:** Diego Cotta e Jaciara Celestino **Tiragem:** 10.000 **E-mails:** adufrj@adufrj.org.br e secretaria@adufrj.org.br **Redação:** comunica@adufrj.org.br **Diretoria:** diretoria@adufrj.org.br **Conselho de Representantes:** conselho@adufrj.org.br **Página eletrônica:** http://www.adufrj.org.br
Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

Movimento

Jejum solidário

Movimentos sociais prestam solidariedade a D. Cappio

O dia 17 de dezembro foi o Dia Nacional de Jejum Solidário em apoio à manifestação político-religiosa do bispo Luiz Cappio, em greve de fome contra a transposição das águas do Rio São Francisco desde o dia 27 de novembro. Representantes de vinte entidades ligadas às igrejas cristãs católicas e não católicas e aos movimentos populares se reuniram na Praça João Pessoa (PA), na última segunda. Os missionários, assim como o bispo, lutam contra a transposição do São Francisco para a região semi-árida do Nordeste, que engloba Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

Representantes da Frente Paraibana em Defesa da Terra, Água e Povos do Nordeste disseram estar seguindo recomendações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e por isso, também passaram o dia em jejum e oração. Por outro lado, A manifestação não teve o apoio do arcebispo de João Pessoa, dom Aldo Pagotto, que é um dos defensores da transposição. O arcebispo da capital paraibana, inclusive, é presidente do Comitê Estadual de Luta pela Transposição.

No Rio de Janeiro, os atos de solidariedade ao bispo aconteceram na terça, dia 18, também no Centro da capital. Em Brasília, Salvador, Belém, Manaus, Fortaleza, Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, São Paulo, Teresina e Vitória, além de cidades do interior do país, vários católicos, cristãos e ativistas de movimentos sociais e sindicais também participaram do jejum coletivo e dos atos de apoio à manifestação do Bispo. Na Alemanha, entidades católicas também participaram, das atividades de solidariedade a Dom Cappio. A manifestação dos alemães foi chamada de "Friedensgebet in Hückelhoven" (Prece da Paz em Hueckelhoven)

Governo Lula permanece insensível

Intransigente na defesa dos interesses dos grandes grupos financeiros, apesar da manifestação de padres, freiras, teólogos, sindicalistas, estudantes e agricultores em todo o país e no mundo, o governo de Luiz Inácio da Silva decidiu manter as obras de transposição do rio São Francisco. A decisão contou com o aval Supremo Tribunal Federal (STF), que nesta última quarta-feira (19/12), cassou a medida expedida pelo Tribunal Regional Federal de Brasília (TRF) que pedia a suspensão das obras.

Fotos: Samuel Tosta

AO LADO, MANIFESTANTES PARTICIPAM DO DIA NACIONAL DO JEJUM SOLIDÁRIO, NO RIO DE JANEIRO

Nota sobre a decisão do STF e o estado de saúde de Dom Luiz

Hoje, pouco depois de tomar conhecimento do resultado do julgamento pelo STF de ações contra a transposição de águas do Rio São Francisco, Dom Luiz Cappio externou que não estava bem e sentia "um desalento muito grande". Em seguida, por volta das 14 hs, deixou a reunião em que esta nota era preparada e, ao se dirigir para seu quarto na Capela de São Francisco teve um desmaio.

De fato, ele alimentava esperanças de que a Justiça pr evalecesse finalmente. Classificou o Supremo Tribunal Federal como "o último refúgio da cidadania", lamentando que também este tenha se curvado à pressão dos fortes. Comentou que se repetia o mesmo acontecido no ano passado: uma decisão tão importante como essa, sobre o maior, mais caro, polêmico e conflitivo projeto do Brasil atual, foi tomada no último dia do ano de exercício do Judiciário, com ausência de membros e num comportamento que não considerou o mérito das inúmeras questões sociais, econômicas e ambientais levantadas, antes fez vista grossa ao oceano de ilegalidades cometidas, apegado a formalidades vazias. Tudo apenas para justificar uma obra falaciosa da qual, se for concretizada, o País futuramente irá se arrepender.

D. Luiz voltou à consciência, mas era mais lenta que o esperado a recuperação do seu quadro geral. Diante disso e do risco de possíveis seqüelas, seu médio Dr. Frei Klaus Finkam, em consonância com seus familiares e representantes dos movimentos sociais, decidiu removê-lo para o hospital. E às 18,40 hs, após ter recebido aplicação de soro por via indovenosa, ele foi levado em ambulância para o Hospital Memorial, em Petrolina-PE. As últimas notícias são de que ele passa bem, sem riscos maiores de vida.

Não é verdade que ele tenha encerrado seu jejum. Sobre isso ele mesmo vai dizer, quando tiver recuperado suficientes forças.

Enquanto isso, por seu lado, o Governo Federal, sobre o respaldo que lhe deu o STF, comunicou que estão fechadas as negociações que mal haviam se iniciado.

Sobradinho-BA / Petrolina-PE, 19 de dezembro de 2007.

Colegiados

Consuni aprova novos cursos de pós-graduação

Com 25 itens na pauta e meia hora de atraso, foi iniciada na manhã de quinta-feira, dia 20, a última sessão do Conselho Universitário (Consuni) do ano de 2007. Apesar da longa pauta, foram votadas apenas questões sobre direitos individuais de estudantes e a inclusão de novos cursos para os Programas de Pós-Graduação da universidade. A decana e professora Ângela Rocha, integrante da Comissão de Desenvolvimento do colegiado, expôs uma proposta inicial de expansão da universidade (Plano Diretor da Cidade Universitária - Ilha do Fundão), que incluirá, entre outras novidades, a consolidação do Núcleo Tecnológico de Educação a Distância.

Abertura de sindicância

O reitor Aloisio Teixeira abriu a reunião com três informes aos conselheiros. O primeiro foi sobre a lei sancionada pela presidência da República que valida a aplicação de concursos de docentes e técnicos administrativos. Informou também que a recebeu da Controladoria Geral da União (CGU) uma cobrança pelo fato de a universidade não ter implementado um processo da auto-avaliação institucional.

O terceiro informe do reitor, esse mais grave, segundo Aloisio, foi sobre o mau uso das bases de dados da instituição: "Já houve, há alguns dias atrás, o caso de uma base de dados da qual baixaram e imprimiram trinta mil páginas de periódicos. Isso é grave, porque esses contratos proíbem explicitamente isso e a universidade fica sujeita a processos judiciais e ao cancelamento dessas assinaturas", afirmou o reitor. "Esse mês, houve uma coisa semelhante no Portal Capes, onde foram baixadas cerca de oito mil páginas para impressão de vários artigos. Neste caso especificamente, nós conseguimos localizar o IP da máquina. Isso ameaça o acesso da universidade ao portal o que seria um prejuízo imenso. Em função disso, até mesmo para resguardar a UFRJ, abrirei uma sindicância para apurar os fatos", comunicou.

Adiamento de pontos de pauta

No expediente, o conselheiro Ivan Figueira, do Instituto de Psiquiatria, depois de ter sido saudado pelo reitor por ter sido o escolhido para a vice-presidência de administração da FUJB, questionou ao conselho o porquê de uma pauta com 25 pontos. O professor disse ter se questionado se a sua conduta como conselheiro não estava sendo inoperante para o colegiado chegar, na última sessão do ano, nesta situação. "A pauta não pode ser um repositório de todos os possíveis pontos a serem discutidos pelo conselho sem estabelecer claramente qual a prioridade e quais são os pontos que temos condições de discutir no prazo estabelecido. Pensei pra mim mesmo 'vou comentar esse aspecto' porque eu não posso terminar o ano tendo discutido quatro ou cinco pontos de uma pauta de 25 deixando, para o ano 2008, os demais vinte pontos", disse o docente.

Ricardo Medronho, da Escola de Química, também fez críticas à estrutura da reunião e afirmou já ter "passado a hora" de o Consuni rever sua estrutura operacional: "Eu já algum tempo atrás havia feito a proposta de que nós criássemos câmaras. Eu acho que assim a nossa sistemática de reunião seria muito mais agilizada. Funcionaríamos como o CEG/CEPG – Conselho de Ensino de Graduação e Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa", sugeriu Medronho.

Após a crítica, de alguns conselheiros ao grande números de itens na pauta sem uma indicação de prioridades, o reitor encaminhou aos conselheiros o adiamento de oito dos 25 pontos da pauta. Foram retiradas da pauta discussões como a solicitação de pagamento de pró-labore a docentes da UFRJ pela participação organizadora de concurso de seleção para Professor Substituto do curso de Composição de Interior da EBA; consulta "acerca de o que contará como única Unidade ou como mais de uma Unidade para efeito de solicitação de vagas docentes à COTAV; o pedido formulado pela CPPD de adequação, atualização e reformulação das Resoluções número 02/1989 e 07/2006 do Consuni, que trata de progressões docentes; a proposta de alteração dos artigos 21, 29, 64 e 79 do Estatuto da UFRJ – composição de dos Colegiados; a proposta de criação do Centro Integrado Campus Avançado de Macaé da instituição; e uma questão sobre direito individual de uma pensionista da universidade.

Processos individuais

Foi aprovada a prorrogação para 28 de fevereiro próximo a defesa de dissertação de Mestrado de Ana Carolina Andrade. O processo da estudante é um recurso contra a decisão do CEPG de anulação da defesa. Ainda sobre processos individuais, foi renovada com 24 votos a favor, cinco contra e duas abstenções a bolsa auxílio indeferida pelo CEG da aluna Dulce da Rosa Silva da Escola de Belas Artes (EBA).

Normas e Edital de Concurso Docente

Sobre a proposta de rediscussão das Normas do Edital de Concurso Docente, aprovada na sessão do dia 27 de setembro com a seguinte redação: *Deveria definir, ou facultar ao Conselho de Centro ou Congregação, que pelo menos uma prova seja eliminatória. Isso seria extremamente interessante com concursos com muitos candidatos*, os conselheiros decidiram a favor da idéia anterior sem uma redação definitiva. Assim, foi retirada temporariamente do edital a prova eliminatória.

Cursos de mestrado profissional

Foram aprovadas no conselho as propostas de criação de novos cursos de mestrado e doutorado, dentre eles dois de mestrado profissional. Os cursos analisados pelos conselheiros foram: do Programa de Pós-Graduação em Educação Física (mestrado), da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD); de reintegração do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação à UFRJ; de criação da Pós-Graduação em Engenharia Urbana (mestrado profissional), da Escola Politécnica; de criação do Programa de Pós-Graduação em Meteorologia (mestrado), do Instituto de Geociências; de criação da Pós-Graduação de Saúde Coletiva (doutorado), do Instituto de Estudo em Saúde Coletivas; de criação do Programa de Pós-Graduação de Projeto Estruturas (mestrado profissional), da Escola Politécnica.

As aprovações ocorreram sem discussão, apenas com menções de reconhecimento de mérito para alguns dos cursos propostos. Para um dos cursos de mestrado profissional foi pedido vistas de processo.

Expansão da universidade

O Núcleo Tecnológico de Educação a Distância da UFRJ (NTEAD-UFRJ), se aprovado pelo Consuni nas próximas sessões, será construído em local vizinho ao pólo náutico da universidade. A professora Ângela Rocha afirmou que os novos prédios contarão com recursos próprios para sua manutenção.

Outro projeto comentado pela decana do CCMNé o da expansão do espaço físico da Coopead. A construção do novo prédio seria no terreno em frente ao atual. E o terceiro projeto apresentado trata da expansão do Centro de Tecnologia (CT). Seriam construídos seis blocos, também "auto-sustentáveis", em um complexo chamado de "Encubadora de Projetos", na área ao lado do Centro, conhecida por muitos como "faixa de Gaza". A votação dos projetos foi adiada para fevereiro porque o conselho já havia extrapolado o horário de término da sessão.

Colegiados

CEG reduz número de vagas para professor substituto

Número de vagas concedidas sofre uma redução de 23,76%

O relatório de distribuição de vagas para professor substituto foi discutido e aprovado pela sessão ordinária do Conselho de Ensino e Graduação (CEG) do dia 12/12. Enquanto no ano passado este mesmo colegiado aprovou 669 vagas, este ano a Câmara de Corpo Docente do CEG resolveu diminuir o número para 511 vagas. Os departamentos/unidades que não concordaram com o indeferimento de vagas de renovação de contrato encaminharam recursos à Pró-Reitoria de Graduação (PR1). Das novas propostas encaminhadas, (o número não foi informado pela secretaria do colegiado, 34 foram aprovadas).

Segundo o relatório divulgado pela Câmara de Corpo Docente, o preenchimento das planilhas de solicitação facilitou e agilizou o processo de avaliação dos pedidos. Entretanto, alguns Departamentos/Unidades não preencheram as planilhas de forma correta, o que dificultou a avaliação das cargas horárias semanais das disciplinas. Quando este preenchimento apresentava erros, a Câmara optava por não conceder a vaga e esperar pelo pedido de recurso.

Um dos problemas apresentados pela Comissão Docente para o indeferimento de alguns pedidos é a forma como foram apresentados, as chamadas 'maquiagens' das solicitações. Segundo a presidente da Câmara, professora Anita de Sá e Benevides, os pedidos foram analisados minuciosamente, levando em conta as especificidades da disciplina e o currículo do professor que estaria se candidatando.

Os critérios de avaliação aplicados pela Câmara foram os mesmos do ano anterior. Foram levados em conta a carga docente semanal média elevada (igual ou superior a 11h), avaliação qualitativa das atribuições dos professores substitutos planejadas para 2008 e aposentadorias e afastamentos em processo previstos para 2008. Além disso, também foram consideradas as limitações oriundas da existência do banco de professores equivalentes da UFRJ.

O dia 17/12 foi o prazo-limite para que os Departamentos/Unidades encaminhassem seus recursos relativos ao indeferimento de vagas de renovação à PR1. O curto prazo foi justificado pelo fato de que a Câmara deveria avaliar os recursos a tempo de encaminhá-los ao CEG que ocorreu no dia 19/12 – última sessão ordinária do ano. No entanto, os recursos relativos ao indeferimento de novas vagas poderão ser encaminhados ainda no mês de janeiro de 2008, seguindo processo normal de apreciação: avaliação pela Câmara, aprovação pelo CEG (no início de fevereiro) e contratação para o primeiro período letivo de 2008.

Como expandir a universidade sem professores?

A redução do número de contrato para professores substitutos na UFRJ é uma pequena demonstração do que as Ifes sofrerão daqui em diante mediante a aprovação de seus planos de expansão e reestruturação (Reuni) sem o devido aporte financeiro do governo necessário para a realização das atividades acadêmicas de forma qualificada. O Andes-SN e a Adufrj-SSind têm alertado a comunidade universitária para esta questão.

Em 2005, as 53 Ifes possuíam cerca de 43.000 docentes em tempo integral e uma defasagem de mais de 15 mil docentes (supridos em grande parte por meio de professores substitutos, com salários baixos e contrato precário) que não foi revertida com os concursos dos últimos dois anos. Em 22 universidades públicas, o número de substitutos e temporários compreende 1/5 do quadro docente. Em algumas unidades este número chega a ultrapassar 70% do quadro docente . No entanto, no período de 1995 a 2005, o número de estudantes cresceu aproximadamente 70%.

Na UFRJ, em algumas unidades, o número de professores substitutos compõe uma fração considerável do quadro docente, como nas Faculdades de Educação e de Direito (cerca de 30% e 50%, respectivamente). No Colégio de Aplicação o quadro não é diferente: 50% de professores substitutos.

Com a aprovação do PRE-UFRJ serão necessárias novas vagas docentes para a sua implementação, o que vai exigir que as unidades sejam muito cautelosas na abertura das novas vagas. Sem a garantia dos concursos, a expansão pode ser um desastre para a instituição e para o direito dos estudantes de terem acesso a uma educação de qualidade.

UFRJ	2007							2008														
	Concedidas							Solicitadas					Concedidas							Recursos		
Centros	Prorrogad 20h	Prorrogad 40h	Prorrogad 20 semestral	Novas 20h anual	Novas 20h semestral	Novas 40h	Total do Centro	Prorrogad 20h	Novas 20h	Novas 20h semestral	Novas 40h	Total do Centro	Prorrogad 20h anual	Prorrogad 40h anual	Prorrogad 20 semestral	Novas 20h anual	Novas 20h semestral	Novas 40h	Total concedido	Prorrogad 20h	Prorrogad 20h anual	Prorrogad 20h semestral
CCMN	13	0	0	25	1	0	39	21	33	0	0	54	12	0	0	8	0	0	20		0	
CLA	152	0	0	87	0	0	239	73	162	0	0	235	72	0	0	120	0	0	192		1	
CFCH	59	13	0	56	0	10	138	67	95	0	15	177	53	10	0	39	0	10	112	1	7	
CCJE	26	0	0	30	0	0	56	29	31	0	0	60	24	0	0	1	0	0	25	3	9	
CCS	62	0	0	49	1	0	112	45	101	0	0	146	41	0	0	62	1	0	104		4	
CT	9	0	0	23	0	0	32	23	12	0	0	35	9	0	0	3	0	0	12	5	1	
CAP	26	0	2	19	6	0	53	14	31	3	0	48	14	0	0	29	3	0	46	2	1	
UFRJ Subtotal	347	13	2	289	8	10	669	272	465	3	15	755	225	10	0	262	4	10	511	11	23	
UFRJ TOTAL	669							755					511							34		

Aprovação da Sessão Ordinária do CEG de 12/12/2007
Recurso aprovado na Sessão do CEG de 19/12/2007

Reforma Universitária

Um ano marcado pela repressão nas universidades

Danniel Goulart

Movimentos sofrem ataques por resistirem a projeto de Reestruturação do governo Lula

O ano de 2007 foi talvez o período de maior repressão aos movimentos contrários às reformas de reestruturação neoliberal implementadas pelo governo Lula nas universidades públicas. Muitas reitorias, a serviço do governo federal, recorreram ao autoritarismo e até a violência policial para levar adiante o projeto Programa de Apoios a Planos de Reestruturação das Universidades Públicas (Reuni).

Em 15 de novembro, dia em que se comemorou a Proclamação da República, a tropa de choque da Polícia Federal – PF expulsou da reitoria da Universidade Federal da Bahia – UFBA, a base de bombas de efeito moral e sprays de pimenta, um grupo de cerca de 60 estudantes que ocupava o prédio há 46 dias, em protesto contra o Reuni. Quatro estudantes foram presos. Pelo menos 20 afirmaram ter sofrido agressões durante a operação policial.

Quatro dias antes, os 150 estudantes e docentes que ocupavam a reitoria da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP foram acordados durante a madrugada. Às 2h30 horas, a tropa de choque da Polícia Militar os expulsou do prédio de forma violenta e anti-democrática. Os manifestantes ocuparam a reitoria durante quatro dias em protesto contra o "Redesenho Institucional" da universidade, que previa demissão de professores, corte do número de bolsas, centralização das decisões e privilégio dos cursos mercadológicos.

Na Federal Fluninense, reitor envergonha comunidade

Spray de pimenta, pancadaria generalizada da PM, voz de prisão a um estudante. Essas cenas lamentáveis aconteceram na UFF, em sessão do Conselho Universitário do dia 14 de dezembro. A reitoria da universidade, que já havia lançado mão de vários golpes para tentar aprovar a adesão ao Reuni a qualquer custo se superou. Percebendo que já não havia condições políticas de aprovar a adesão ao decreto dentro da própria UFF, devido à resistência da comunidade universitária, o reitor Roberto Salles arranjou um outro espaço para abrigar o Conselho Universitário: o Palácio da Justiça.

A Aduff-SSind, o Sintuff e o DCE mobilizaram a comunidade acadêmica para o comparecimento ao CUV. Ao entrarem nos elevadores que davam acesso ao local da reunião, estudantes, professores e técnico-administrativos foram surpreendidos pela truculência da Polícia Militar. A partir daí, o que se viu foram estudantes sendo arrancados violentamente por policiais de dentro dos elevadores. Não faltaram agressões físicas por parte da PM, que utilizou o spray de pimenta para reprimir os manifestantes. No auge da confusão, o estudante Madureira, integrante do DCE, chegou a receber voz de prisão e ficou detido no local. A idéia era levá-lo preso, mas a comunidade universitária, junto dos dirigentes da Aduff-SSind e do Andes-SN/RJ e suas assessorias jurídicas presentes no local, não permitiram que isso acontecesse.

Assim como outros reitores no país, Roberto Salles demonstrou tratar o direito à livre manifestação da comunidade acadêmica como caso de polícia. Não foram poucos os manifestantes agredidos pela PM durante a sessão. Enquanto a confusão acontecia na frente do prédio no Centro de Niterói, em alguma sala refrigerada do Palácio da Justiça, o reitor dava prosseguimento à aprovação do projeto do governo.

A sessão do conselho universitário que aprovou o Reuni durou menos de cinco minutos. Muitos conselheiros foram impedidos de subir ao local da sessão. O reitor e os conselheiros que participaram da sessão 'secreta' saíram do prédio pela porta dos fundos.

Reitor da UFF havia suspendido sessão de votação em outubro

Na Universidade Federal Fluminense, a saga dos movimentos começou quando 500 estudantes, professores e técnicos se reuniram no cinema para discutir o Reuni, em 23 de outubro. O reitor, sentindo o clima desfavorável à aprovação do projeto, mandou suspender a reunião e encaminhar a adesão ao programa governamental por vias administrativas. Os estudantes que, revoltados, iniciaram uma ocupação da reitoria, também foram expulsos de lá, no dia seguinte, com auxílio da força policial.

Repressão e violência também na Federal de Juiz de Fora

Na Universidade Federal de Juiz de Fora, no dia 25 de outubro, duzentos homens da

Daniel Tiriba

tropa de choque da Polícia Militar – PM cercaram o prédio do Museu de Arte Murilo Mendes - MAMM para garantir que o Conselho Universitário aprovasse o Reuni na instituição. No interior do local, mais dois ônibus lotados com policiais coibiam os manifestantes de utilizar quaisquer meios democráticos para tentar promover o debate. Muitos conselheiros acabaram abandonando a reunião. "Saímos em repúdio à falta de democracia, a uma reunião cercada pela PM, que não garantiu nosso direito de fala", explicou a ex-reitoria, Margarida Salomão.

As ocupações estudantis ocorreram também na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), onde o reitor remanejou a reunião para debater o Reuni para uma base militar, com medo de que a comunidade docente conseguisse obstruir a votação. Na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, histórias de arbitrariedade e truculência se repetiram. Na UFSC, particularmente, a comunidade acadêmica saiu vitoriosa e fortalecida: a administração superior da UFSC cancelou a adesão da instituição ao REUNI.

Feridos na Unifesp

Na Universidade Federal do Estado de São Paulo – Unifesp, o choque entre estudantes e a tropa de choque da Polícia Militar deixou feridos. Os estudantes responderam com greve geral a mais esse acinte à democracia.

Também ocorrem ocupações e manifestações nos prédios das reitorias da Universidade Federal do Paraná - UFPR, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e da Universidade Federal de Goiás – UFG. Nesta última, o movimento de resistência ao Reuni foi liderado pelos docentes da Faculdade de Educação.

Senhor das armas

Na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, os estudantes que também protestavam contra o Reuni desocuparam pacificamente a reitoria, no dia 14 de novembro, após serem notificados do mandado de reintegração de posse obtido pela reitoria. Em contrapartida, a administração superior anunciou que, para evitar novas "invasões", lançará mão de seguranças armados e 26 câmeras de monitoramento no *campus*

Desde o dia da desocupação, oito homens armados fazem a segurança do prédio. Como se não bastasse, a reitoria já anunciou que o Grupo Tático Operacional – GTO da UFPE passará a usar armas que disparam tiros paralisantes. O GTO, hoje com 30 homens, receberá reforço de mais 44 servidores, que já estão passando por treinamento de tiro ao alvo.

Sob protestos, Ufal aprova Reuni

Por 34 votos a quatro – e uma abstenção – o Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), decidiu pela adesão ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 13 de dezembro. A sessão foi a terceira sobre o tema. Os estudantes contrários à adesão ao Reuni na Federal de Alagoas bloquearam a pista da BR-104, em frente ao *campus* Aristóteles Calanzans Simões, após a votação no colegiado.

Democracia em perigo

Evson Malaquias, professor da UFPE e diretor de Divulgação e Imprensa do Andes-SN, considera "lamentável o caminho que as instituições públicas estão seguindo, inclusive as IFES e entidades como Andifes, que divulgou nota de apoio a esses reitores". "O uso da violência física pela força policial - PM, PF e segurança patrimonial - e simbólica, como a utilização da imprensa para fazer campanha contra as ocupações e protestos, e outros métodos criticáveis (conselheiros entrando por porta de fundos, assinando atas do Conselho antes da reunião acontecer), recorrendo a inquéritos administrativos como forma de intimidação e perseguição, são inaceitáveis. Os reitores abusaram da autoridade ao utilizarem esse aparato de repressão e, certamente, estão articulados com o governo. A sociedade civil democrática tem que se levantar contra essa maneira de administrar por meio de práticas que sinalizam para a fascistização da política", afirma.

Para o diretor da Adufrj-SSind e professor da Faculdade de Educação, Roberto Leher, a continuidade das retaliações contra os estudantes tem que ser encarada como uma séria ameaça à "concepção de universidade como um espaço de liberdade ilimitada em que é possível errar, sonhar e criar".

Movimentos recorrem à Justiça

Em Belém (PA), o juiz substituto da 5ª Vara Federal, Kepler Gomes Ribeiro, concedeu no dia 11 de dezembro uma liminar favorável à Seção Sindical de Docentes da Federal do Pará (Adufpa), suspendendo o ato do reitor Alex Fiúza que aprovou, de forma autoritária, no dia 19 de outubro, a adesão da instituição ao Reuni. Na decisão, o juiz determinou a sustação do ato de Alex Fiúza e estabeleceu uma multa diária de R$ 10 mil ao reitor, caso ele não cumpra a ordem judicial. A aprovação autoritária foi feita, em meio a tumulto e protestos estudantis, durante a sessão do Conselho Superior Universitário (Consuni) do dia 19 de outubro.

A liminar da Adufpa tornou sem efeito todas as medidas tomadas pela reitoria da UFPA. Os protestos durante a sessão do colegiado da Federal interromperam o andamento da sessão e vários conselheiros e também os representantes da seção sindical do Andes-SN foram impedidos de se manifestar. Apesar disso e ignorando as manifestações dos conselheiros que reivindicavam amplos debates sobre o Programa, o reitor Alex Fiúza pôs em votação, em meio à confusão, a adesão da UFPA ao Reuni. Várias pessoas levantaram o braço concordando com a votação, sendo que algumas nem eram conselheiras e não tinham vínculos com a Ufpa.

No Maranhão, professores recorrem contra decisão de manter Reuni

No Maranhão, a situação foi diferente. A Assessoria Jurídica da Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão teve que recorrer da decisão do Tribunal Regional Federal que cassou a liminar da seção sindical que suspendia a adesão da Federal ao projeto do governo. Os docentes da UFMA haviam obtido a liminar que suspendia a adesão da instituição ao Reuni.

Segundo o presidente da APRUMA, a reunião do Conselho Universitário – CONSUN em que ocorreu a aprovação do projeto foi marcada por uma série de irregularidades e erros de procedimento. "A reunião do Consun não foi convocada num prazo de 72 horas, como determina o regimento geral da UFMA para estes casos. A sessão não foi pública e ainda teve o agravante de que os conselheiros não receberam todo o material necessário para apreciar o projeto", explicou Madeira. Além disso, o presidente da seção sindical relatou que, no caso da UFMA, os conselheiros tiveram menos de 48 horas para avaliar e julgar o projeto. "E, para piorar, não tiveram acesso ao projeto integral, mas apenas a uma sinopse produzida pela própria reitoria".

Andes-SN continua na luta contra a expansão sem qualidade

Diante do quadro de aprovação do Reuni sob força nas IFES, o Andes-SN tem reafirmado sua posição contrária à expansão das universidades sem qualidade e a necessidade de continuidade da luta contra o reuni e pela democracia nas instituições públicas de ensino superior. Para a diretoria do Sindicato Nacional, a forma utilizada pela maioria das reitorias para aprovar a adesão ao Reuni desconsiderou totalmente os princípios democráticos.

"Queremos a expansão das universidades públicas, sim, mas uma expansão que prime pela melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, e não uma expansão apenas para melhorar estatísticas. E essa expansão que defendemos precisa de recursos para a melhoria das estruturas dos campi, contratação de professores e valorização dos já existentes", defende Agostinho Beghelli, 2º vice-presidente do Andes-SN.

Opinião

O Reuni, o Conselho Universitário da UFF e a razão cínica

Marcelo Badaró Mattos*

No dia 14/12/2007, pela manhã, vi muitos estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) com os olhos vermelhos e em lágrimas. Era o efeito do spray de pimenta lançado por policiais militares que, aos empurrões e com ameaças de prisão, impediram seu acesso ao prédio do Tribunal de Justiça de Niterói, aonde se realizaria uma reunião relâmpago do Conselho Universitário da UFF, que aprovou por unanimidade dos presentes o envio ao MEC de um projeto para "a adesão da UFF ao REUNI", conforme logo noticiaram os sítios da imprensa diária.

O REUNI, para quem não acompanhou toda a história, é um programa de expansão, instituído por decreto pelo governo Lula da Silva, que prevê (mas não garante) um pequeno aporte de novos recursos para as Universidades Federais, em troca da expansão de vagas para estudantes para até o dobro das atuais e a conversão dos cursos superiores a um modelo de formação mais rápida, em dois ou três anos e sem habilitação profissional precisa. Ou seja, trata-se de uma proposta de trocar promessas de novos recursos por uma completa mutação dessas instituições em fábricas de diplomas.

A UFF foi uma das últimas Universidades Federais a aprovar o envio de projeto. Por um só motivo: a comunidade universitária discutiu a proposta e, a partir das decisões de seus fóruns internos, posicionou-se, por ampla maioria, contrariamente ao REUNI. Mas, o reitor Roberto Salles e seus apoiadores não poderiam se contentar em reconhecer a vontade da Universidade. Para imporem a sua vontade (e os seus interesses), recorreram a uma série de manobras, ao uso aberto da repressão e a um cinismo sem precedentes na instituição.

Primeiro, suspendendo a sessão do conselho universitário em que a primeira versão da proposta seria votada e certamente rejeitada. Seguiu-se uma breve ocupação dos estudantes na reitoria da Universidade, exigindo a realização do conselho para que o projeto fosse rejeitado. Mandados judiciais, emprego da polícia federal e ameaças de toda ordem já foram ali mobilizadas pelos que hoje administram a UFF.

Dias depois, uma nova reunião do conselho votou que a UFF não iria aderir ao REUNI e elaboraria um projeto próprio de expansão, autônomo, a partir do trabalho de uma comissão de representantes do conselho universitário. Desrespeitando o Regimento do conselho, o reitor não aceitou as indicações do DCE (a entidade representativa dos estudantes) para a comissão, o que já deixava claro o conteúdo de sua manobra. Não foi preciso esperar muito, pois logo o tal "projeto autônomo" foi divulgado e, surpresa! era o mesmo projeto anterior, mal travestido pela ausência da palavra REUNI (só da palavra, não da coisa, toda ela lá). Num novo movimento, o reitor tentou aprová-lo em uma reunião ordinária do conselho em que a proposta não estava em pauta e, portanto, ninguém a havia lido. Depois de muita confusão, recuou e convocou nova reunião do conselho, dessa feita extraordinária, com apenas o projeto, até ali dito "autônomo", para aprovar.

No dia 12, a reunião extraordinária foi aberta com falas das entidades representativas dos professores e servidores técnico-administrativos, contrárias ao projeto e com uma apresentação do mesmo feita por um membro da comissão, em cinco minutos, que não tocou em uma linha do conteúdo da proposta. Em seguida, desrespeitando os procedimentos estabelecidos no regimento do conselho, o reitor tentou colocar a proposta em votação de imediato, sem qualquer debate. O resultado foi uma confusão, armada a partir do momento em que os estudantes presentes à sessão começaram a protestar com palavras de ordem e músicas. Trocas de empurrões e cenas lamentáveis, como a do próprio reitor empurrando estudantes. Enquanto saía da sala de reuniões, revelando o grau de cinismo de sua performance e desvelando, ao mesmo tempo, que o projeto que não ousava dizer seu nome nada tinha de "autônomo", o reitor Roberto Salles protagonizou uma cena realmente bizarra. Primeiro pronunciou, em meio à gritaria, a frase: "os conselheiros que concordam levantem as mãos" e, em seguida, braços para o alto, na porta da sala, de onde correria em seguida para se trancar no seu gabinete, com a Polícia Federal lhe servindo de escolta pessoal, gritou: "Está aprovado o REUNI na UFF". O rei(tor) estava mesmo nu. À tarde do mesmo dia declararia que considerava o projeto aprovado e que abriria inquéritos para punir os estudantes que se manifestaram no Conselho.

As mesmas vozes de cima (do MEC), dos que manipulam os cordões desse patético reitor marionete devem ter lhe soprado ao ouvido que desta forma corria-se riscos. Afinal, o REUNI não é um projeto local e a UFF não é uma exceção. No Brasil todo, o projeto tem sido aprovado com manobras como esta em cada Universidade. Discussões com a comunidade e a sociedade, não as há, e quando excepcionalmente acontecem, por pressão dos movimentos organizados, a comunidade universitária se posiciona contra. Mas, seguem-se encenações como a que Roberto Salles tentou fazer na UFF e os projetos são enviados a Brasília. Por isso, no Pará e no Maranhão, por exemplo, decisões de primeira instância da justiça federal suspenderam a adesão dessas Universidades ao REUNI.

Seguindo os movimentos indicados por seus operadores, o reitor títere da UFF partiu para o inusitado, convocando o conselho universitário para uma nova reunião, desta feita no Palácio da Justiça de Niterói. Lá, foram barrados com violência policial na porta, não apenas manifestantes, mas também alguns conselheiros. Com uma sessão secreta, o tal reitor, que tem dificuldades até para encenar o script que lhe escrevem, deve ter tido um pouco mais de facilidade para, tão logo chegaram os conselheiros (os que o apoiaram) que garantiram o quorum da sessão, colocar o projeto em votação (terá ele desta vez se lembrado de dizer que era um projeto "autônomo"?) e, em menos de cinco minutos, considerá-lo aprovado, para em seguida se esgueirar por uma portinha lateral do prédio e fugir (deve ser a sua décima fuga), dos estudantes, professores e técnicos que deveria representar.

Impressiona a lógica da razão cínica que foi esgrimida na UFF. Apresenta-se como benefício o que a maioria já avaliara como regresso; apresenta-se como "novo" e "autônomo", o que a comunidade universitária, que sabe ler, enxerga ser o mesmo; votos mudam ao sabor do vento, de tal forma que o que era ilegal numa tarde vira legal na manhã seguinte, no voto de um mesmo conselheiro; contrariam sem dissimulações os procedimentos institucionais para "aprovar" a proposta e solenemente proclamar a "vitória". E, cinicamente, comemoram, como tristemente demonstrou um estudante na porta do prédio que, por compromisso partidário com o governo, defendeu a proposta e pôs-se a provocar os manifestantes com argumentos sobre a "conquista" de novas verbas para a UFF. Roberto Salles, rei(tor), já havia encenado a apoteose, no episódio já narrado em que ergueu os braços e proclamou, não sem antes ter dado uns safanões em estudantes, com o mesmo sorriso cínico na boca: "Está aprovado o REUNI na UFF".

Não devemos nos contentar em constatar essa razão cínica – este gozo perverso, esta legitimação do vale-tudo – apenas observando os seus sintomas no interior de uma Universidade que se quer modelo, mas se faz espelho da deformada sociedade em que vivemos. É preciso encontrar as causas deste cinismo patológico deformado e deformador. E essas causas estão no interior da própria universidade pública (vinculadas ao projeto que sucessivos governos lhes impõe de subordinação ao mercado), corroendo-lhe o caráter público há muitos anos. Não a toa, o mesmo reitor da Universidade Federal do Paraná, que aprovou o REUNI a portas lacradas, foi agora multado pela justiça por descumprir deliberações do Tribunal de Contas da União, que constatou a transferência indevida de recursos públicos a uma fundação privada, dita de "apoio" (pode haver mais cinismo do que nessa expressão?) à Universidade. Ou mais patético, a mesma procuradora da Universidade Federal da Bahia, que comandou a mobilização da Polícia Federal para a desocupação da reitoria da universidade – ocupação feita, como em tantas outras universidades pelo país contra a aprovação do REUNI em reunião a portas fechadas do conselho de lá – dias depois entrou algemada numa viatura da mesma Polícia Federal, acusada de formação de quadrilha e desvio de dinheiro público. No segundo episódio o sorriso não lhe escapava como, cinicamente, ocorrera no primeiro.

Os olhos dos estudantes da UFF lacrimejavam hoje por causa do spray de pimenta, mas eles não se sentiram vítimas. Eles tinham consciência de que enfrentariam mais violência e sabem também que dado o atual estrangulamento da Universidade Pública, os que nelas estudam são tão poucos que os PMs temem agredi-los com maior vigor, com medo de esbarrar em algum filho de "gente importante". Medo que não manifestam quando dispersam a bala uma manifestação de moradores de favelas, por exemplo. E tendo consciência disso, aqueles estudantes lutam pela ampliação do acesso à Universidade Pública, para garantir o direito à educação de todos(as). Mas a uma educação superior de qualidade e não a uma certificação vazia de conteúdo em cursos por internet ou televisão, vídeo-games de formação, que produzirão canudos para quem não terá parede em que possa pendurá-los.

Um dos estudantes que estava hoje lá na porta do tribunal perdeu recentemente a visão e participou de todo o ato, sendo também agredido pelos policiais, porque enxerga claramente no que os cínicos estão transformando as Universidades Públicas. Quantos de nós continuaremos nos fingindo, cinicamente, de cegos, enquanto o sentido público da Universidade se desmancha por inteiro? Eu junto as minhas forças com Daniel, que está sem visão, mas enxerga, e continua disposto a usar a pedra contra o tanque e a seguir nessa jornada, para lutar nossa própria batalha e alterar essa terra.

* Professor Titular de História do Brasil da UFF

Aduff-SSind

"(...) Uma sombra densa e pesada eclipsando o que há de melhor na sua alma
O verdadeiro terror, mais sufocante que o calor
Essa é a sua jaula
Os desertos se encontram de várias formas
Seja no espírito no solo ou na mente através de idéias tortas
Que produzem gente morta em escala industrial
Guerra pela terra
A pedra contra o tanque
Guerra altera a terra nada será como antes
Na inversão dos papéis do pequeno Davi contra Golias o gigante
Como os barões das mega-corporações
Gigante como o coronelado dos grandes e pequenos sertões
Como vários e vários Ubiratans
Com seus sanguinários batalhões
Que na sua prepotência e ignorância bélica
Não conseguirão perceber a força e a chegada certeira daquela pedra
Juntem as forças pra seguir nessa jornada
Busquem as forças pra lutar na sua própria batalha(...)"

Lirinha e Bnegão

Resenha

Movimentos sociais garantem desconto de energia

O Dia Nacional de Luta pela Tarifa Social de Energia (18/12) foi marcado por inúmeras manifestações em capitais e cidades brasileiras. As empresas de energia começam a ceder e reconhecer a tarifa social, se sentindo obrigadas a implantá-la nas contas de fevereiro para as pessoas que entregaram a solicitação de desconto de até 65% em suas contas de energia. A falta de pronunciamento do governo Lula estimula várias empresas a burlar as leis que garantem descontos para residências de baixa renda. Entretanto, com essas manifestações os direitos dos trabalhadores de baixa renda e desempregados serão assegurados, isto é, poderão pagar valores mais baixos na conta de energia. (*Fonte: www.vermelho.org.br*)

TV Globo ataca professores da rede pública

Os docentes da rede pública de ensino do estado de São Paulo estão sendo criminalizados pelas organizações Globo. Segundo o presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Carlos Ramiro de Castro, a rede Globo de Televisão distorceu uma entrevista que o sindicalista cedeu para a emissora para legitimar sua real intenção de macular a imagem dos professores. O sindicalista afirmou que uma reportagem veiculada pelo jornal SPTV, na quinta-feira (13/12), usa uma fala distorcida dizendo que ele concorda com o fato de os professores faltarem demais ao trabalho. (*Fonte: www.radioagencianp.com.br*)

Governo Federal quer criar Universidade da América Latina

O governo brasileiro propôs a criação de uma universidade pública que atendesse aos países da América Latina. A princípio, o nome da instituição seria Unila – Universidade Federal da Integração Latino Americana -, com sede em Foz do Iguaçu (PR), na região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. O MEC anunciou que a nova universidade deverá ter 10 mil vagas entre cursos de graduação, mestrado e doutorado, e 500 professores. As aulas seriam ministradas em português e espanhol, levando-se em consideração que os corpos discente e docente serão oriundos de todos os países da América Latina. *(Fonte: Jornal da Ciência e Folha de SP)*

Andes-SN

Sindicato Nacional apresenta contraproposta para ensino superior e 1º e 2º grau ao governo

O Andes-SN protocolou carta nos ministérios da Educação e do Planejamento propondo a continuidade da negociação salarial dos professores do ensino superior. O documento, protocolado no último dia 18, também apresenta contrapropostas relativas à negociação salarial dos docentes de 1º e 2º grau e sugere que sejam tratadas na próxima reunião, marcada para os dias 18 e 22 de janeiro.

O documento reafirma os principais pontos da pauta de reivindicações dos docentes do ensino superior (equiparação da tabela de vencimentos,incentivos de titulação isonômicos e os mesmos valores da GED e da GEAD para as duas carreiras)e explica que as propostas apresentadas pelo governo no processo de negociação introduzem problemas que precisam ser corrigidos.

"O primeiro problema é que a proposta de transformação da titulação em gratificação não segue nenhum critério", afirma Almir Menezes Filho, 3º vice-presidente do Andes-SN. Atualmente, ela corresponde a um percentual do vencimento básico e compõe o vencimento. "Isso é resultado de muitas lutas do movimento docente e deve ser preservado ou restabelecido em 2009 e 2010". O segundo problema apontado pelo Andes-SN é o congelamento do vencimento básico em 2009 e 2010,enquanto a GED sofre aumentos, sem critérios claros para a fixação de seus valores.

Visando à correção dos problemas, o Sindicato Nacional apresentou um cronograma de medidas para março de 2008, março de 2009 e junho de 2010. Para o próximo ano, os docentes querem que o governo ponha em prática suas propostas: incorporação da GAE e da VPI, degraus de 3% entre níveis e de 6% entre classes, incentivo de titulação e GED em valores diferenciados por classes e níveis. O vencimento básico do Auxiliar 1 em regime de 20h é de R$ 551,23.

Para março de 2009, a contraproposta prevê elevação do vencimento básico do Auxiliar1 em regime de 20h para R$ 562,43; elevação dos degraus para 3,5% entre níveis e7% entre classes; e que a titulação volte a ser um percentual do vencimento básico (5% para docentes com aperfeiçoamento; 12% para os docentes com especialização; 25% para mestres e 75% para doutores).

Ainda para 2009, o Sindicato propõe que o valor da GED pago em 2008 para o Auxiliar 1em regime de 20 horas (R$ 848,40) passe a ser o valor para os docentes da graduação no regime de 20 horas, aplicando-se os mesmos percentuais adotados na titulação, com exceção do doutorado, que fica em 50% (ver tabela 1)

Tabela 1

	20horas (x1)	40 horas (x2)	DE (x3,1)
Graduação(x1)	848,40	1.696,80	2.630,04
Aperfeiçoamento (x1,05)	890,82	1.781,64	2.761,54
Especialização (x1,12)	950,21	1.900,42	2.945,64
Mestrado(x1,25)	1.060,50	2.121,00	3.287,55
Doutorado(x1,5)	1.272,60	2.545,20	3.945,06

Para junho de 2010, o Sindicato propõe a elevação dos degraus para 4,5% entre níveis e 9% entre classes, e 12% entre Adjunto 4 e Associado 1, além da elevação do incentivo de titulação para aperfeiçoamento, especialização e mestrado (7,5%,18% e 37,5% respectivamente). Esses percentuais devem fazer parte do vencimento. A proposta inclui, ainda, a aplicação dos mesmos percentuais da titulação para GED (tebela 2)

Tabela 2

	20 horas (x1)	40 horas (x2)	DE (x3,1)
Graduação(x1)	848,40	1.696,80	2.630,04
Aperfeiçoamento (x1,075)	912,03	1.824,06	2.827,29
Especialização (x 1,18)	1.001,11	2.002,22	3.103,45
Mestrado(x1,375)	1.166,55	2.333,10	3.616,31
Doutorado(x1,75)	1.484,70	2.969,40	4.602,57

1º e 2ºgrau

Para os docentes de 1º e 2º, o ANDES-SN apresentou a proposta definida na reunião do setor das IFES do dia 15/12, baseada na pauta de reivindicações do Sindicato e na definição, por parte do governo, de estabelecer medidas a serem adotadas nos anos de 2008, 2009 e 2010. A contraposta do Sindicato busca estabelecer um caminho para que, em 2010, seja alcançada a isonomia entre as carreiras de 1º e do 2º grau e do ensino superior, com valorização do vencimento básico e continuidade do processo de incorporação das gratificações. A contraproposta também é para os próximos três anos:

Março de 2008

-Extinção das classes A e B e criação de uma nova classe com quatro níveis.

-Incorporação da GAE e da VPI ao Vencimento básico.

- De graus de 1,5% entre níveis e de 3% entre classes.

-Manutenção dos atuais percentuais de incentivo de titulação: Aperfeiçoamento, 5%; Especialização, 12%; Mestrado, 25%; e Doutorado, 50%, que devem continuar compondo os vencimentos.

- A GEAD será definida conforme a tebela 3.

Tabela 3

	20 horas (x1)	40 horas (x2)	DE (x2)
Graduação(x1)	818,10	1.636,20	2.536,11
Aperfeiçoamento (x1,05)	859,01	1.718,01	2.662,92
Especialização (x1,12)	916,27	1.832,54	2.840,44
Mestrado(x1,25)	1.022,63	2.045,25	3.170,14
Doutorado(x1,5)	1.227,16	2.454,30	3.804,17

Março de2009

- Os degraus na tabela de vencimentos passam a ser de 3% entre níveis e de 6% entre classes.

-Acréscimo de 25% no incentivo de titulação passando a ser: Aperfeiçoamento, 6,25%; Especialização, 15%; Mestrado, 31,25% e Doutorado, 62,5%.

- A GEAD é reajustada também em 25%, ficando com os valores da tabela 4.

Tabela 4

	20horas (x1)	40 horas (x2)	DE (x3,1)
Graduação (x1)	818,10	1.636,20	2.536,11
Aperfeiçoamento (x1,0625)	869,23	1.738,46	2.694,62
Especialização (x1,15)	940,82	1.881,63	2.916,53
Mestrado(x1,3125)	1.073,76	2.147,51	3.328,64
Doutorado(x1,625)	1.329,41	2.658,83	4.121,18

Junho de 2010

- O vencimento básico do C1 em 20 horas passa a ser de R$ 562,43. Os degraus entre níveis passam a ser de 4,5% e entre classes de 9% e de 12% entre E4 eF1.

-Reajuste de 25% no incentivo de titulação que passa a ser: Aperfeiçoamento, 7,5%; Especialização, 18%, Mestrado, 35% e Doutorado, 75%.

-Reajuste de 25% na GEAD, ficando com os valores da tabela 5.

Tabela 5

	20 horas (x1)	40 horas (x2)	DE (x3,1)
Graduação (x1)	848,40	1.196,80	2.630,04
Aperfeiçoamento (x 1,075)	912,03	1.824,06	2.827,29
Especialização (x 1,18)	1.001,11	2.002,22	3.103,45
Mestrado (x 1,375)	1.165,55	2.333,10	3.616,31
Doutorado(x 1,75)	1.484,70	2.969,40	4.602,57

Governo adia apresentação da proposta salarial para os docentes de 1º e 2º grau

Representantes do Andes-SN e do Sinasefe participaram no último dia 17 de mais uma reunião da mesa de negociação salarial no Ministério do Planejamento. Os prepostos do Ministério informaram que o governo pretende instituir uma nova carreira para os docentes de 1º e 2º grau das Ifes, com nova nomenclatura e estrutura salarial, porém, como a CPMF não foi prorrogada pelo Congresso Nacional, não terão condições de apresentar nenhuma proposta salarial antes de analisar a situação orçamentária da União.

O governo assumiu o compromisso de encaminhar uma proposta com malha salarial e as respostas aos questionamentos das entidades sindicais até o dia 9 de janeiro. As próximas reuniões entre os representantes dos docentes e o governo foram marcadas para os dias 18 e 22 de janeiro. Na reunião anterior, o próprio governo havia sugerido a data-limite de 20 de janeiro para a conclusão da negociação com os docentes de 1º e 2º grau.

Os representantes do Andes-SN e do Sinasefe argumentaram que, devido ao recesso escolar, o prazo é curto para discussão da proposta em suas bases, mas que se esforçarão para cumprir o calendário. O governo, então, argumentou que a não aprovação da CPMF havia "desacelerado" o ritmo de cálculo da proposta que será feita aos docentes e, por isso, não há como apresentá-la antes do dia 9, pois esse trabalho está paralisado até que haja uma nova proposta para o Orçamento Geral da União.

Governo retoma proposta de gratificação de desempenho

O governo propõe a nomenclatura "Educação básica, profissional e tecnológica" para a nova carreira com uma estrutura salarial semelhante à dos docentes do ensino superior. Essa nova carreira deverá abranger somente os docentes pertencentes ao quadro do Ministério da Educação, ficando de fora os ligados aos colégios militares e dos ex-territórios brasileiros. Segundo os representantes do Planejamento, será composta de quatro classes e terá uma malha salarial composta por um vencimento básico mais "robusto", com a incorporação de gratificações e uma gratificação por desempenho. Essa gratificação foi bastante questionada pelos representantes do Andes-SN e do Sinasefe.

Movimento

Movimentos unificados definem realização de Seminário em 2008

Ecologia, trabalho, saúde, comunicação, segurança e moradia serão os temas gerais do evento

Representantes de sindicatos e movimento sociais estiveram presentes na Plenária dos Movimentos Sociais que aconteceu no último dia 5 de dezembro, no Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE-RJ), no Centro do Rio. O objetivo do encontro foi fazer o balanço da lutas unificadas no ano de 2007, iniciado na plenária anterior de 10 de outubro, e determinar diretrizes para o Seminário dos Movimentos Sociais previsto para a segunda quinzena de fevereiro e primeira semana de março de 2008. Estiveram presentes, entre outros, representantes da Regional Rio do Sindicato Nacional dos Docentes (Andes-SN), da Adufrj-SSind, do MST, da Rede Contra Violência, do Sindicato de Trabalhadores da UFF (Sintuff) e da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas).

A presidente da Adufrj-SSind, Cristina Miranda, abriu o encontro fazendo uma breve avaliação sobre as deliberações que resultaram da plenária anterior: "Na plenária do dia 10 de outubro nós nos propusemos a fazer uma avaliação das lutas nais quais atuamos conjuntamente no Rio de Janeiro, sobretudo nos atos maiores como os de 17 abril, primeiro de maio, 23 de maio, o ato contra o Pan, a redução da maioridade penal, a campanha contra a privatização da Vale e demais atividades. A partir desse balanço nós avaliamos que é importante manter este espaço de diálogo entre os movimentos e as entidades sindicais para que pudéssemos avançar no trabalho unitário de 2008. Pensamos também na realização de um seminário para o ano que vem para que possamos fazer uma discussão da conjuntura estadual e a partir daí pensar na atuação unitária", concluiu.

Avaliação das lutas

Segundo o coordenador nacional do MST, Léo Haua, este foi um ano de rearranjo porque houve uma reaproximação dos movimentos sem que fossem diminuídas as diferenças nas suas formas de lutas e atuação específicas. Com isso, os movimentos unificados conseguiram avançar na resistência, aumentando a qualidade na disputa de projetos na sociedade. "O desafio posto para agora é de como será construído um espaço comum para melhorar nossas formas organizativas", afirmou.

Jaciára Celestino

PLENÁRIA DOS MOVIMENTOS, EM 5/12

Para Léo Haua esse foi um período em que se afirmaram bandeiras prioritárias para a luta no estado do Rio de Janeiro, entre elas, contra a criminalização da pobreza, contra as remoções de favelas, contra as reformas liberais, contra o agronegócio, pela reforma urbana e pela educação pública, gratuita de qualidade. "A ação conjunta coloca mais força e propriedade à luta", analisou o coordenador.

Muitas foram as questões abordadas pela plenária sobre a unificação das lutas dos movimentos. Alguns participantes ressaltaram a necessidade de um calendário de atos para 2008. Outros levantaram a idéia da criação de uma mídia única que desse voz a todos esses movimentos. A unificação foi compreendida como uma bandeira de todos para a organização e fortalecimento dos movimentos sociais. O próximo passo será trabalhar para ampliar as linhas de atuação, afinando ainda mais as bandeiras prioritárias de luta. "Nenhum movimento sozinho conseguirá ganhar a luta. O objetivo é fortalecer os laços a partir das necessidades mais prementes", afirmou o representante da Conlutas Gualberto Tinoco, o Pitel.

> "Nenhum movimento sozinho conseguirá ganhar a luta. O objetivo é fortalecer os laços a partir das necessidades mais prementes"

Seminário dos Movimentos em 2008

Durante a plenária, foram deliberados alguns direcionamentos para o seminário dos movimentos sociais. O primeiro foi sobre a duração do Seminário de 2008, que acontecerá em um final de semana. A data será definida pelas comissões de Metodologia, Organização e Mobilização, também definidas neste último encontro. Pensando na afirmativa de que os debates transversais de temas não são apropriados para luta unificada, os participantes definiram uma lista de pontos gerais para a formação da metodologia para o Seminário. Os temas gerais selecionados foram Ecologia, Trabalho, Educação, Saúde, Comunicação, Segurança e Moradia.

Andes-SN

Nota do setor dos docentes das instituições federais de ensino superior – ifes dirigida aos professores

Em sua última reunião em 2007, realizada em 15 de dezembro, o setor das federais do ANDES-SN fez uma avaliação da campanha salarial e de outras lutas desenvolvidas pelo Sindicato ao longo do ano, em particular a de enfrentamento com o REUNI nas universidades federais. Dessa avaliação, algumas questões merecem destaque.

1. Os ganhos salariais conseguidos na mesa de negociação não estão garantidos.

O começo de 2007 foi marcado pelo anúncio do PAC, do qual faz parte o Projeto de Lei Complementar 01/07, de 2 de fevereiro, que propõe emenda à Lei de Responsabilidade Fiscal para congelar as despesas da União com pessoal, até 2016, o que indicava um quadro de grandes dificuldades para que a campanha salarial tivesse êxito. O ano termina com derrubada da CPMF, a que o governo responde com ameaças de cortes orçamentários e, até mesmo, suspensão de acordos salariais firmados com entidades de servidores federais. Em todas as situações prevalecem, para o governo, sobre todas as demandas orçamentárias, as metas de superávit primário. Isto é, os compromissos com a banca são prioritários em relação a qualquer outro.

Embora o PLC 01/07 esteja em compasso de espera devido à luta das entidades sindicais de servidores, o governo utilizou-se do argumento da possível aprovação deste para pressionar as entidades na Mesa de Negociação ao longo do ano. O objetivo principal do referido projeto de lei complementar é o de estabelecer para o Ministério do Planejamento uma previsibilidade do comportamento do orçamento nos próximos anos. Ele define que as despesas com pessoal a cada ano não poderão exceder as realizadas no anterior acrescidas da inflação e de 1,5%. Este percentual corresponde ao crescimento vegetativo da folha de pessoal, que corresponde basicamente às promoções nas carreiras. Contando com metas de inflação e de variação da arrecadação, o governo pôde prever para os próximos anos a participação das despesas de pessoal no conjunto de cada orçamento anual. Assim, o governo, na negociação salarial realizada este ano, pôde propor medidas a serem adotadas em 2008, 2009 e 2010, pois ele já tinha estabelecida a previsão orçamentária para todo o período. As despesas decorrentes de reajustes salariais, recomposições de malhas salariais e contratações devem estar contidas no planejamento feito agora para os anos seguintes. Com isso, o atual governo estabelece a novidade: realizar uma única negociação salarial durante todo o mandato, livrando-se das campanhas salariais anuais. Isso está muito claro na proposta de termo de acordo que o governo apresentou no dia 5 de dezembro referente às negociações relativas aos docentes da carreira do magistério do ensino superior: *"As entidades sindicais representativas dos servidores das Instituições Federais de Ensino, signatárias deste instrumento reconhecem os termos deste Acordo, cientes de que* ***o mesmo tem valor para as partes até o ano de 2010****"*. (grifo nosso)

Ou seja, as entidades sindicais são chamadas a firmar compromisso de que não promoverão campanhas salariais em 2008, 2009 e 2010. Isto é, as entidades deveriam, em nome de suas bases, aceitar que as despesas com pessoal já estão definidas, pelo menos, até o final do atual governo.

Antes mesmo de apresentar a proposta de termo de acordo, o governo já anunciava que, caso a renovação da CPMF não fosse aprovada, os possíveis acordos salariais poderiam ser revistos. E a renovação não foi aprovada pelo Senado. Portanto, o que foi conquistado, com validade até 2010, não está garantido. Em outras palavras, o governo assina acordos que já anuncia não poder cumprir.

2. O sindicato continua disposto a negociar e fará campanhas salariais nos próximos anos.

O não-cumprimento de acordos por parte do governo é recorrente. Nos últimos três anos, ocorreram diversas greves de servidores que reivindicavam quase que exclusivamente o cumprimento de acordos por parte do governo feitos em anos anteriores e não efetivados. É o caso da última greve dos servidores técnico-administrativos das IFES, realizada este ano, com o objetivo de exigir o cumprimento das etapas de implantação do plano de carreira. Esta greve terminou com a assinatura de mais um termo de acordo. Até o momento, o governo ainda não elaborou os instrumentos legais para efetivá-lo.

Os acordos salariais e suas possíveis revisões estão, hoje, dependentes das soluções que o governo encontrar para compensar a diminuição da receita pela queda da CPMF. Estas, como mencionado anteriormente, deverão garantir, em primeiro lugar, o cumprimento das metas de superávit primário.

Mais grave que não cumprir compromissos é não respeitar o que a Constituição determina, desde 1998, ao governo: a revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos. Fernando Henrique, nos primeiros anos, ignorou a determinação constitucional. Em 2001, aplicou-a em índice inferior à inflação, o que motivou a greve dos docentes realizada naquele ano. Nos anos seguintes, os reajustes foram aplicados cada vez com índices mais baixos, até Lula anunciar e não cumprir insignificante 0,01%. Na mesa de negociações, instituída em seu primeiro mandato, o assunto era proibido e termina o mandato já sem conceder qualquer índice. Talvez contando com a possibilidade de o STF respaldá-lo, passa continuadamente a desrespeitar a Constituição. Até mesmo sentenças judiciais que favorecem servidores o governo não cumpre.

O setor das federais alertou, então, que a disposição do ANDES-SN em continuar negociando é garantir os avanços obtidos até o momento e conquistar melhorias para **toda** a categoria. Assim deve proceder nas negociações em relação aos docentes da carreira do 1º e do 2º grau e na continuidade de negociações para o magistério do ensino superior. Na virada do ano daremos continuidade ao processo de negociação de 2007, como base de construção da campanha salarial de 2008, cabendo ao 27º CONGRESSO (de 14 a 20 de janeiro) estabelecer suas diretrizes.

3. Em defesa da democracia e da autonomia nas universidades federais.

Na defesa da universidade pública, de sua qualidade e gratuidade e da valorização do trabalho docente, o Sindicato tratou a campanha salarial e a luta contra o REUNI combinadamente, o que é avaliado pelo setor como correto. Essa combinação foi expressa em cartaz da campanha salarial, com os seguintes dizeres: *"Professor, o governo já definiu nossos aumentos: Trabalho 100% (REUNI), Salário 0% (PLC 01/07)."*

Uma das características da ação do ANDES-SN, ao longo do ano de 2007, foi a de, nas análises das políticas e propostas feitas e implementadas pelo governo federal, não se ater a suas aparências e aos limites dos discursos populistas que as justificavam. Esse comportamento foi mantido ao longo de toda a campanha salarial e em relação ao REUNI, tema que foi candente nas universidades federais nos últimos meses do ano, período em que se desenvolveram as negociações salariais com o governo. 2007 foi o ano do PAC e suas versões para diversas áreas. Na educação, em abril, foi lançado o PAC da Educação, que ganhou o nome de Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE. Dele fazem parte decretos e portarias relativos às IFES, como o que institui o REUNI, o que cria os IFET e o que estabelece o banco de professor equivalente.

Um dos principais problemas do REUNI foi o prazo estabelecido para a adesão das universidades. Qualquer educador, minimamente sério, sabe que não se faz um plano de expansão e de reestruturação acadêmica em poucos meses, principalmente se a pretensão é a de envolver o conjunto da instituição na sua elaboração. Ao mesmo tempo em que mostravam os efeitos deletérios do REUNI, o ANDES-SN e suas seções sindicais atuaram, em conjunto com todos os segmentos que questionavam a pressa na aprovação da adesão ao REUNI no interior das universidades federais, no sentido de que os processos fossem transparentes, democráticos e que seguissem as regras legais de cada instituição.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, em nota de 31 de outubro de 2007, defendeu a aprovação de projetos em conselhos superiores como sendo *"atitude democrática de dirigentes das IFES"*. Os fatos, no entanto, mostraram, em várias universidades, que, infelizmente, isso não correspondeu à realidade, não passando de retórica e que há uma inversão da democracia. Ao invés do poder ser de baixo para cima, ele é imposto de cima para baixo. A mesma nota ameaça que *"a defesa da universidade pública, de sua autonomia, pluralismo e liberdade, verdadeiras cláusulas pétreas de uma academia,* ***terá de ser garantida com firmeza e por todos os meios legítimos e legais à disposição****, sob pena de desmoralização das instituições, deterioração do patrimônio público e falência das conquistas democráticas, tão arduamente construídas em nosso país"*. (grifo nosso)

Essa foi a retórica que respaldou reitores que apelaram para o uso de ações repressivas se apoiando em forças policiais. Rompem esses reitores com a função educacional e limitam-se hoje à condição de gestores de recursos, o que possibilita a subserviência aos ditames e chantagens do governo, que acenou com verbas para as universidades que aderissem ao programa. Mas, como no caso dos salários dos professores, os acordos propostos em relação ao REUNI não garantirão os recursos. O governo não conseguiu a renovação da CPMF, mas conseguiu a renovação da DRU, que retira recursos da Educação. E, agora, ameaça com mais cortes. O financiamento das IFES, já profundamente insuficiente, corre sérios riscos de redução a partir do próximo ano e, com isso, estão ameaçadas as promessas de contratações, de investimentos e de remuneração dos docentes. 2008, portanto, não promete ser um *mar de rosas*. Isso não impede o Sindicato de desejar um feliz ano novo para todos. Será mais um ano de lutas, mas esta é a razão de ser de um sindicato.

Brasília, 15 de dezembro de 2007

Setor dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES

Opinião

A Resolução 09/2007 aprovou o REUNI na UFRJ

José Antônio Martins Simões;
José Henrique Sanglard;
Lúcia Silva Kubrusly;
Luiz Carlos Brito Paternostro;
Ricardo Kubrusly;
Vera Maria Martins Salim.

Recentemente, o Conselho Universitário da UFRJ aprovou a proposta encaminhada pela Reitoria, que instituiu o PRE - "Programa de Restruturação e Expansão da UFRJ " (Resolução 09/2007). Sua versão anterior incluía, no ítem XX o seguinte texto: "Encaminhar ao Ministério da Educação, *nos termos da presente **Resolução** e do Decreto n° 6.096, de 24 de abril de 2007*, proposta indicativa da criação de ...". A parte em itálico, que fazia referência direta ao Decreto do Reuni, foi suprimida na versão aprovada. Esta supressão foi analisada e avaliada pela Diretoria da Adufrj-SSind, no Editorial do Jornal de 1 de novembro de 2007, sendo considerada como "*... um importante avanço das lutas na UFRJ. A vitória dos movimentos foi possível mesmo em um contexto ...*".

Os signatários do presente texto vêm a público manifestar sua discordância com esta avaliação. No nosso entendimento, ocorreu exatamente o contrário: **as instâncias oficiais da UFRJ, a Reitoria e o Consuni, deram seu aval ao Decreto do Reuni.** O encaminhamento ao projeto dado pela reitoria, ao enviar a proposta para o MEC foi como proposta do Reuni, visando obter verbas do Reuni. Consideramos importante explicitar e aprofundar o debate sobre as origens e as consequências desta divergência.

O entendimento de que o Reuni é mais um capítulo da política governamental para o ensino brasileiro é quase uma unanimidade, pelo menos entre aqueles que defendem o ensino público como uma obrigação do Estado. Porém, o significado desta política e as conseqüências no nosso cotidiano, principalmente nas IFES, estão longe de serem unânimes. Por exemplo, alguns membros do Consuni defenderam a participação da UFRJ no Reuni como uma necessidade de "*disputarmos os fundos públicos disponibilizados pelo governo no Reuni*". Entendemos que o Estado brasileiro tem obrigação de manter o ensino em todos os níveis e que a tal "disputa" é, na verdade, a implantação da ideologia competitiva, hoje dominante, nas nossas instituições.

Também é amplamente reconhecido que as restrições aos investimentos nas IFES vêm de longa data, bem anteriores ao governo Lula. Para nós, a única novidade deste governo é o esforço em manter, de fato, a política neo-liberal, o domínio do grande capital no país, porém com um discurso progressista, com propagandas populistas, em alguns aspectos com tinturas " de esquerda". Este é o caso do discurso sobre o "aumento de vagas" para o ensino superior público. Embora esta seja uma reinvidicação antiga dos movimentos que defendem a educação pública no país, o que está efetivamente sendo implantado é um modelo ainda mais elitista do que o atual. A notória falência do ensino básico não tem resposta nas propostas do governo Lula. O que está sendo proposto no Reuni implica simplesmente deixar de lado esta questão, conformar-se com um ensino "pobre para os pobres", aumentar o período da escolaridade atual, cabendo à Universidade tapar o "buraco" na formação dos estudantes do ensino básico e médio, prolongando o período de escolaridade. E o espaço elitista está garantido nas pós-graduações, para um número ainda mais reduzido de estudantes.

A Resolução 09/2007 vai exatamente nesta direção. Não há nenhuma discussão sobre os atuais cursos de graduação e suas insuficiências. Os centros que mais defenderam a proposta de um novo "ciclo básico", que em outras condições até poderia ser interessante, simplesmente ignoraram que administram cursos que hoje estão ultrapassados, que há décadas não existem reuniões de conteúdo entre as unidades e os departamentos para saberem o que está sendo feito com o ciclo básico real, que hoje é ministrado para centenas de estudantes.

Na proposta de "reestruturação da UFRJ" não há uma linha sobre o fato de que hoje vivemos numa instituição dividida. Está registrado nas sessões do Consuni o protesto contra o fato de que a UFRJ abandonou seu carater público ao incentivar e tolerar cursos de pós-graduação e extensão pagos, e muito bem pagos. Também está registrado o silêncio da atual administração e dos membros do Consuni a este respeito.

Para nós é inaceitável que se fale numa "reestruturação da UFRJ" quando não se menciona em nenhum lugar que nossas atividades de ensino e de pesquisa hoje estão completamente separadas e que a ingerência da Universidade sobre a pesquisa é quase nula. Alguns membros da administração da UFRJ até reconhecem que o atual modelo de financiamento, avaliação e promoção da pesquisa estão defasados, que não temos um plano de desenvolvimento científico para o país e que a política de "editais" é insuficiente. Mas nos documentos encaminhados para Brasília não há nada sobre estas graves questões. Como também não houve nenhuma manifestação contra as atividades de extensão não serem pontuadas para a progressão de docentes em várias unidades da UFRJ. E, na longa lista de silêncios eloqüentes, o que dizer da (des)valorização do trabalho dos professores da UFRJ? No recente processo de progressão para Professor Associado, por exemplo, foram simplesmente jogados no lixo anos de trabalho sério de centenas de nossos colegas, fato também questionado no Consuni mas sem uma manifestação de apoio até hoje.

Assim, para nós, a atual "reestruturação da UFRJ" insere-se exatamente nos moldes das políticas oficiais dos últimos anos. O PRE mantém o silêncio sobre nossas condições atuais de trabalho, aumenta a privatização das atividades de muitos docentes e grupos de pesquisa, não apresenta perspectivas de modificações institucionais significativas e, desta forma, contribui para o agravamento da elitização do ensino na Universidade Pública. Assim, a simples retirada da menção ao Reuni na resolução final em nada altera este quadro.

Portanto, queremos tornar pública nossa discordância com a avaliação da atual diretoria da Adufrj-SSind pois não vemos sinais de que o "projeto de expansão" recentemente aprovado crie "melhores condições para iniciarmos um processo de reforma da UFRJ mais condizentes com as metas de uma instituição pública".

Instituto de Física;
Escola Politécnica;
Instituto de Economia;
Escola de Comunicação;
Instituto de Matemática;
Coppe.

Opinião

Carta Aberta à Diretoria da Adufrj-SSind

José Henrique Sanglard*
Luiz Carlos Brito Paternostro**

A UFRJ aderiu ao REUNI através de seu Projeto de Reestruturação e Expansão - PRE, enviado ao MEC

Vimos por meio desta expressar publicamente nossa inconformidade com o que consideramos graves erros políticos e de procedimento cometidos pela atual diretoria da Adufrj-SSind em acontecimentos recentes relativos ao Reuni na UFRJ, por seu caráter desmobilizador, ambígüo e desinformativo. As negociações sigilosas com a Reitoria logo após a conturbada sessão do Consuni de 18 de outubro de 2007 são algo estranho à tradição do Sindicato. A recusa em reconhecer e divulgar claramente, para os sindicalizados e demais interessados, que a UFRJ aderiu formalmente ao disposto no decreto No. 6096 de 24/04/2007, isto é, ao REUNI não encontra respaldo nos fatos.

As mais recentes convocações para reuniões do assim chamado "grupo da Praia Vermelha", do qual fazem parte os atuais dirigentes da Adufrj-SSind, têm como assunto "Reunião do coletivo contrário ao Reuni na UFRJ". Assim, por um lado os atuais diretores da Adufrj-SSind admitem, como participantes do "coletivo contrário ao Reuni na UFRJ", que existe um Reuni na UFRJ, embora sem indicação de vigência passada, presente ou futura. Por outro lado, a diretoria da Adufrj-SSind nega que a Resolução No. 09/2007 do Consuni enviada ao MEC pela UFRJ signifique adesão ao decreto do Reuni e uma conseqüente candidatura da universidade à obtenção dos recursos previstos no decreto, de liberação condicionada ao cumprimento das etapas do projeto submetido ao Governo Federal, anunciando a "vitória dos movimentos" (Jornal da Adufrj-SSind, 01/11/2007).

A ata da sessão do Conselho Universitário do dia 18 de outubro de 2007 é a última tornada pública nas páginas oficiais da UFRJ (http://www.consuni.ufrj.br/atas/2007.htm) e foi aprovada na sessão seguinte do Consuni, em 25 de outubro de 2007. Aquela ata registra inequivocamente a aprovação do parecer da Comissão de Desenvolvimento da UFRJ, que textualmente "determina que seja este [projeto de resolução] o escopo do projeto a ser enviado ao MEC, no âmbito do Programa REUNI". Também a redação definitiva da Resolução No. 09/2007 do Consuni enviada ao MEC tempestivamente, isto é, dentro do prazo imposto pelo Reuni, juntamente com a ata que registra a adesão, implica, sob qualquer ponto de vista, submissão ao disposto no decreto 6096 do Governo Federal, sendo desnecessário que as expressões 'Reuni' ou 'Decreto No. 6096', já indicadas na ata, estejam também presentes no texto da Resolução.

Consideramos, além disso, um desrespeito à inteligência dos docentes e estudantes, o empenho da diretoria da Adufrj-SSind em sustentar tal fantasia, cujo efeito, longe de mitigar as dores de uma derrota, as prolonga desnecessariamente, afasta o sindicalizado e outros setores da direção do movimento. Posterga ainda, indefinidamente, a organização da reação necessária, que só pode ser construída a partir da confiança e da avaliação objetiva.

Assim, os recentes acontecimentos durante e após a aprovação do PRE/Reuni na UFRJ, a nosso ver, irão repercutir negativamente por muito tempo, em particular entre todos aqueles que reconhecem a importância do movimento docente e estudantil contra o Reuni.

E, tendo em vista a necessidade de reconstrução da confiança na direção da Seção Sindical, manifestamos publicamente, de modo específico,

1) nossa discordância quanto à interpretação da diretoria da Adufrj-SSind de que o PRE da UFRJ foi encaminhado ao MEC "fora dos marcos do REUNI", em particular do divulgado no Jornal da Adufrj-SSind de 01/11/2007 como "um importante avanço das lutas na UFRJ" e uma "vitória dos movimentos";

2) nossa discordância à forma como foram conduzidas as negociações e o acordo com a reitoria da UFRJ, entre os dias 18 e 25 de outubro de 2007, em particular a audiência da diretoria da Adufrj-SSind com a reitoria no dia 23/10/2007 e a carta dirigida ao Reitor no dia seguinte 24/10/2007, pela diretoria, de forma sigilosa, sem autorização ou mesmo conhecimento dos sindicalizados e de outros movimentos, em particular dos estudantes, que naquele momento ocupavam a reitoria em protesto pela adesão da UFRJ ao Reuni;

3) nossa inconformidade com o que foi informado ao Andes-SN pela diretoria da Adufrj-SSind - Circular nº 346/07 de 19/11/2007, Anexo 2 e minuta de ata da Assembléia Geral da Adufrj de 13/11/2007 -, pois ambos os relatos omitem a existência de discordâncias importantes quanto à postura da diretoria da Adufrj-SSind diante do Reuni, além de não haver qualquer menção às críticas contundentes à diretoria que tiveram lugar naquela Assembléia Geral;

4) nossa inconformidade com o caráter desmobilizador dos encaminhamentos recentes da diretoria da Adufrj-SSind quanto ao Reuni, pois insistir na existência "vitória" e "avanços" serve apenas para afetar a credibilidade do sindicato;

5) nossa inconformidade com a omissão da diretoria da Adufrj-SSind na defesa de um estudante-cartunista da Frente de Luta contra a Reforma Universitária, que teve um desenho seu duramente criticado pela Reitoria da UFRJ no dia 16/10/2007, às vésperas do Consuni de 18/10/2007, desenho acolhido, aprovado e há vários meses divulgado pela Frente da qual a Adufrj-SSind fazia parte; o episódio mereceu apenas a reprodução, no Jornal da Adufrj-SSind de 12/11/2007, de uma carta escrita por ele em 24/10/2007, sem qualquer esclarecimento adicional por parte da diretoria.

Acreditamos que esses erros de avaliação e de procedimento, por mais graves que sejam, podem e devem ser expostos, analisados e corrigidos, de modo a preservar a solidez dos argumentos e a coerência do movimento como referência confiável para aqueles que lutam por uma universidade e por uma sociedade mais justa e verdadeiramente democrática.

Seria irresponsabilidade nossa, como sindicalizados, submetermo-nos, inertes, a outro vazio de informações seguido de desinformação sobre decisões tão graves e equivocadas. A negociação em sigilo da diretoria da Adufrj-SSind com o Reitor foi feita no momento em que a parte mais visível do movimento contra o Reuni, os estudantes agredidos e difamados com pouquíssimas vozes em sua defesa, ocupavam a reitoria contra o Projeto de Reestruturação e Expansão da UFRJ, que implicava, e sempre implicou, eufemismos à parte, adesão ao Reuni.

Por fim, solicitamos que esta carta seja divulgada e publicada no Jornal da Adufrj-SSind e enviada para sua lista eletrônica - pelo menos com o mesmo destaque dado ao manifesto de 38 conselheiros da UFRJ favoráveis ao Reuni, encaminhado pelo Prof. Carlos Vainer em 24/10/2007; e que esta carta seja enviada também ao Andes-SN para publicação e divulgação para o movimento nacional contrário ao Reuni, incluindo o movimento estudantil. Os documentos aqui referidos e links relacionados também podem ser consultados em http://cecinestpasperi.blogspot.com.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 2007

*Escola Politécnica
**Escola de Comunicação

Nota da Redação: os textos publicados nas páginas 12 e 13 desta edição chegaram à redação no último dia 7 de dezembro, véspera do fechamento da edição nº563 que circulou a partir do dia 11 de dezembro. Naquela data, foi comunicado aos autores que a publicação já estava em processo de finalização de produção e todas as páginas previstas já estávam preenchidas com textos e matérias da pauta. Na ocasião, foi informado aos autores que os textos poderiam ser publicados na edição seguinte de nº 564.

Adufrj-SSind

Nota da diretoria da adufrj-ssind

Indicando o recrudescimento das políticas anti-universitárias e da ofensiva contra os sindicatos e movimentos sociais autônomos, o Andes-SN e a Adufrj-SSind estão sendo alvos de uma intensa onda de ataques. A carta aberta à Diretoria publicada na presente edição, ao adotar o mesmo léxico do ataque da assessoria sindical governista (Proifes) faz coro com essa ofensiva.

Não resta dúvida de que o governo Lula quer atingir o Andes-SN do mesmo modo como o governo Cardoso golpeou exemplarmente o sindicato dos petroleiros para mostrar que todos os que enfrentassem as contra-reformas neoliberais seriam massacrados. A rigor, ambos se inspiraram na ação de Thatcher contra os mineiros. O que é novo na atual conjuntura é que – em virtude do transformismo – o governo pode operar por meio de prepostos, como a sua assessoria no movimento sindical docente e por intermédio de seu braço sindical, a CUT, como na simulação de um acordo com ele mesmo para impor reveses na carreira docente e debilitar o Andes-SN.

O que deveria ser um debate aberto e franco sobre um tema político: o Reuni na UFRJ e a avaliação da diretoria sobre o processo, converteu-se, na carta aberta, em um pretexto para acusações desrespeitosas sobre a ação da Diretoria da Adufrj-SSind: a existência de negociações secretas com a reitoria para desmobilizar a luta contra o Reuni na UFRJ. É claramente reveladora desta intenção caluniadora a iniciativa tomada pelos seus autores de divulgar a carta em diversas listas de *e-mails* das comunidades universitária e sindical, acompanhada de novas críticas à Diretoria, por causa de um suposto não atendimento da solicitação de publicação, antes da circulação da edição do Jornal da Adufrj imediatamente posterior ao pedido.

A leitura da carta revela desconhecimento completo das lutas gerais contra o Reuni. Isso pode ser explicado pelo fato de que os seus signatários são docentes que, ao longo de todo o processo, não estiveram na linha de frente da luta concreta contra o Reuni, por meio de posicionamentos críticos em relação aos atos da reitoria quando da criação da comissão para implementação do Reuni na UFRJ (quando a decisão era de que a comissão encaminhasse o debate na UFRJ), nos atos estudantis que possibilitaram o adiamento da votação no Consuni, nas audiências públicas, denunciando que as mesmas não assegurariam um processo democrático de discussões, nas resistências dos *campi*, como as levadas adiante na Praia Vermelha, na solidariedade ativa nas ocupações feitas pelos estudantes nas universidades federais do Estado, na mobilização da comunidade para que o posicionamento crítico ao Reuni pudesse se expressar na sessão do Consuni que deliberaria sobre a matéria e no próprio comitê de luta contra a reforma universitária na UFRJ. Alternativamente, os que se empenharam de corpo-e-alma nessas lutas concretas são, para os missivistas, os algozes da luta contra o Reuni na UFRJ.

Os missivistas partem de uma leitura *sui generis* do editorial do dia 01 de novembro para chegarem as suas fantasiosas conclusões. O texto da Diretoria registra que as lutas empreendidas pelos docentes e estudantes impediram que o núcleo sólido do projeto Universidade Nova pudesse ser legitimamente implementado na UFRJ a partir de 2008, por meio dos cursos de graduação de terminalidade breve, dos bacharelados interdisciplinares (BI), de cursos semi-presenciais com docência de estudantes da pós-graduação. Na interpretação da Diretoria, a retirada desses itens é um inequívoco avanço não apenas para as lutas da UFRJ, mas para as lutas em todo o país.

Uma leitura atenta do referido editorial atestaria que foi essa a conclusão da Diretoria. Nada indica que a Diretoria concluiu que o Reuni foi derrotado. Ao contrário, as lutas entram em uma nova fase muito mais áspera, pois ligada ao cotidiano das instituições, o que demandará um árduo e qualificado trabalho político. É lamentável que os missivistas, por sua opção epistemológica ou política, tenham positivado a sua leitura, pinçando frases a bel prazer para as recolocarem em contextos discursivos destinados a corroborar o seu ponto de vista.

A Diretoria da Adufrj-SSind reitera que é seu papel, na qualidade de representante dos docentes, realizar audiências com a administração da universidade para tratar de assuntos sobre os quais a seção sindical tem deliberação de base. A Diretoria tomou posse um dia antes da tumultuada e anti-regimental sessão do Consuni de 18 de outubro em um contexto de total falta de estratégia da seção sindical para interferir nos acontecimentos que poderiam levar à aprovação dos fundamentos da Universidade Nova. A Diretoria colocou-se imediata e publicamente em defesa da liberdade de expressão dos estudantes e criticou abertamente a forma como a referida sessão foi realizada (ver nota da Diretoria da Adufrj-SSind de 19/10).

Foi compreensão da Diretoria, respaldada nas deliberações locais e nacionais contra o Reuni e os fundamentos da Universidade Nova, que a voz dos sindicalizados não deveria permanecer silenciada e, de fato, a Diretoria manifestou à reitoria sua crítica ao modo como o Reuni estava sendo deliberado na UFRJ, apontando, com base no acúmulo do movimento docente, o que, na interpretação da Diretoria, eram os pontos mais graves da Resolução, a saber: a terminalidade breve, os bacharelados interdisciplinares, o curto tempo para o debate e os cursos semipresenciais ministrados por tutores pós-graduandos. A Diretoria elaborou um pequeno arrazoado com as críticas que produziram substantivas mudanças na Resolução votada na sessão do Consuni do dia 25 de outubro, permitindo os avanços referidos no editorial. A carta enviada à reitoria foi prontamente divulgada no Jornal da Adufrj (01/11). A Diretoria da Adufrj-SSind poderia ter se limitado a bradar impropérios contra a reitoria como se isso fosse uma política combativa, mas não é essa a compreensão que a atual Diretoria tem do papel da Seção Sindical. E, nesse sentido, é correta a avaliação de parte da Diretoria anterior de que a gestão atual não é uma continuação de sua diretoria (ver Editorial Jornal Adufrj de 16/10). A atual diretoria não pretende ser voz isolada, nem, muito menos, orgulhar-se disso, e fez uma opção de diálogo com a base, de estar com os movimentos nas lutas, de participar dos comitês de luta contra a reforma, de participar ativamente das atividades do Andes-SN e organizar atos, mobilizações e estudos sobre alternativas ao Reuni.

> O que deveria ser um debate aberto e franco sobre um tema político: o Reuni na UFRJ e a avaliação da diretoria sobre o processo, converteu-se, na carta aberta, em um pretexto para acusações desrespeitosas sobre a ação da Diretoria da Adufrj-SSind

A Diretoria da Adufrj-SSind registra ainda que, diante da ofensiva do governo para quebrar o Andes-SN e implementar o seu projeto de conversão das universidades em organizações de ensino terciárias, minimalistas, optará por priorizar essa luta e não centralizará a sua ação em polêmicas caluniosas. Priorizaremos o debate fecundo que permita a unidade dos docentes comprometidos com a causa da educação pública universal, laica e de alta qualidade. Conclamamos os missivistas a se agregarem à luta concreta em defesa do Andes - Sindicato Nacional e da universidade pública, independentemente de suas críticas à direção do sindicato. As divergências de concepções e de encaminhamentos devem ser debatidas nos espaços democráticos do movimento docente e deliberadas na Assembléia Geral, instância deliberativa máxima da Adufrj-SSind. E a conjuntura requer que busquemos a participação de todos nos espaços em que as lutas reais estão de fato sendo travadas.

O pensamento supostamente crítico é vazio se desvinculado da práxis. Tertúlias que promovem disputas político-literárias não mudam a correlação de forças no mundo real. Ademais, o debate de divergências é inócuo se realizado fora de uma ética discursiva que revigore o diálogo como dimensão emancipatória. Acusações levianas e o uso de expressões desqualificantes revigoram apenas os discursos do poder que pretendem moldar o pensamento único.

Compreendemos que os próximos passos são cruciais. Lutar em defesa do Sindicato Nacional, em prol da carreira docente que assegure dignidade ao fazer acadêmico, rejeitando os acordos espúrios que objetivam desvincular a titulação do vencimento básico, reforçar a luta local e nacional contra o Reuni, promovendo lutas em defesa da reforma radical da universidade que permita a sua real democratização são prioridades inequívocas para 2008. Mas esses objetivos estratégicos requerem a ampliação da participação dos sindicalizados na vida cotidiana da Adufrj-SSind. Fortalecidos na base, por meio de diálogos verdadeiros com os sindicalizados, poderemos caminhar mais longe!

Nacional

Rio Madeira é leiloado sob protestos

ODebrecht e Vale ganham licitação para explorar os recursos gerados pela hidreelétrica

No último dia 10 de dezembro, foi realizado na sede da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em Brasília, o leilão de concessão do aproveitamento energético da primeira hidrelétrica do Complexo do Rio Madeira. Essa é concretização do projeto lançado pelo governo Lula há quatro anos. O objetivo é construir duas grandes usinas no Rio Madeira, em Rondônia. Durante o leilão, moradores atingidos por barragens, sem-terras e pequenos agricultores ocuparam a Aneel e fizerem uma grande marcha pelas ruas de Porto Velho. Durante a manifestação, os participantes lançaram a campanha "Levante contra a venda do Rio Madeira. Em defesa das comunidades atingidas e da Amazônia".

Depois da licitação AHE Dardanelos (Aproveitamento Hidrelétrico situado em Aripuanã-MT), ganho pela Odebrecht-Eletronorte, em outubro de 2006, o mesmo aconteceu no leilão da Usina Hidrelética Santo Antônio, uma das hidrelétricas previstas para o rio Madeira. O Consórcio Odebrecht-Furnas ganhou a licitação e ainda incluiu como 'parceiro' a Companhia Energética de Minas Gerais(Cemig), o que representará mais 10% de dinheiro dos cofres públicos para o projeto. A parte da Odebrecht ainda será financiada pelo BNDES (através das Parcerias Público-Privadas).

O que, no passado, seria motivo de escândalos e denúncias foi comemorado por um docente universitário. "Vou estourar vários champanhes, porque o Brasil está entrando em uma nova fase de energia competitiva", comemorou o presidente da Empresa de Pesquisa Energética, ligada ao Ministério das Minas e Energia, Maurício Tolmasquim". (Folha de São Paulo, 11/12/07). A comemoração foi uma referência ao 'negócio-licitação' estimado em R$ 13,5 bilhões e que foi anunciado pelas empresas do consórcio vencedor que sairá por apenas R$ 10 bilhões. Parte dos R$ 3,5 bilhões de diferença do projeto vencedor da licitação da hidrelétrica do Rio Madeira certamente terá como destino a Fundação Odebrecht, que por sua vez financia projetos desenvolvidos por integrantes dos quadros dos chamados 'centros de excelência' das universidades. Projetos de pesquisa que, no limite, servem justamente para garantir aos consórcios como o Odebrecht-Eletronorte, suas vitórias.

Os verdadeiros benefiários

Um dos documentos feitos pelos organizadores da campanha contra os leilões do Complexo do Rio Madeira explica que o vencedor do leilão "passará a ser dono da hidrelétrica, dono de todo lago e de toda energia gerada pela hidrelétrica durante os próximos 30 anos, conforme previsto nos contratos de concessão. O leilão garante a venda antecipada e o preço a ser pago pela energia que a barragem produzirá quando estiver pronta. Ou seja, em novembro de 2007 a(s) empresa(s) já terão garantida a venda de toda energia que produzirão no ano 2012 em diante".

Estrutura do projeto

Segundo o panfleto, distribuído pelos manifestantes durante o ato, o projeto pensado pelo governo desde o ano 2000 prevê a construção de quatro grandes hidrelétricas (Santo Antonio, Jirau, Guajará e Cachoeira Esperança); a construção de eclusas, hidrovias e uma grande transmissão de energia elétrica que vai do Porto Velho até São Paulo. "Os estudos realizados pelas empresas prevêem que serão necessários em torno de R$ 43 bilhões . Somente as duas hidrelétricas (Santo Antônio e Jirau) mais as eclusas custarão R$ 28 bilhões".

Os organizadores da Campanha afirmam que será o povo brasileiro, em especial a população de Rondônia, que pagará pelas contas da obra através das contas de luz e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) – que financiará 75% dos custos da obra. Outra parte das obras sairá das contas das empresas do governo (como Furnas), cabendo ao consórcio vencedor do leilão os lucros e o nome de proprietário das terras.

Fotos: Elza Fiúza/ABr

28 BILHÕES DE REAIS

O que pode ser feito com o dinheiro que será investido nas hidrelétricas?

Casas populares (custo de R$ 20.000,00/casa)	**1.400.000 (um mil e quatrocentas mil)** casas, ou seja, poderia ser construído uma casa boa para cada habitante de Rondônia.
Posto de Saúde equipado com 01 médico, 02 enfermeiros e 01 dentista e 10 agentes de saúde com capacidade de atender um povoado ou bairro com 4.000 pessoas. Podendo prevenir até 80% das doenças. (custo de R$ 100 mil para construção do prédio e equipamentos e mais R$ 300 mil de custo de manutenção ao ano)	**3.000 (três mil) postos de saúde funcionando durenate 30 anos,** ou seja, para cada 500 pessoas de Rondônia poderia funcionar um posto de saúde gratuito, gerando 42.000 emprego permanentes ao longo dos 30 anos.
Reforma Agrária, levando em consideração, o custo do INCRA para assentar uma família através da 'aquisição de terra' e mais crédito agrícola. Custo de R$ 49.997,00/família)	**560.000 (quinhentos e sessenta mil) famílias assentadas** com terra, moradia, crédito agrícola e acompanhamento técnico.

Fonte: Camapnha Contra os leilões do Complexo do rio Madeira